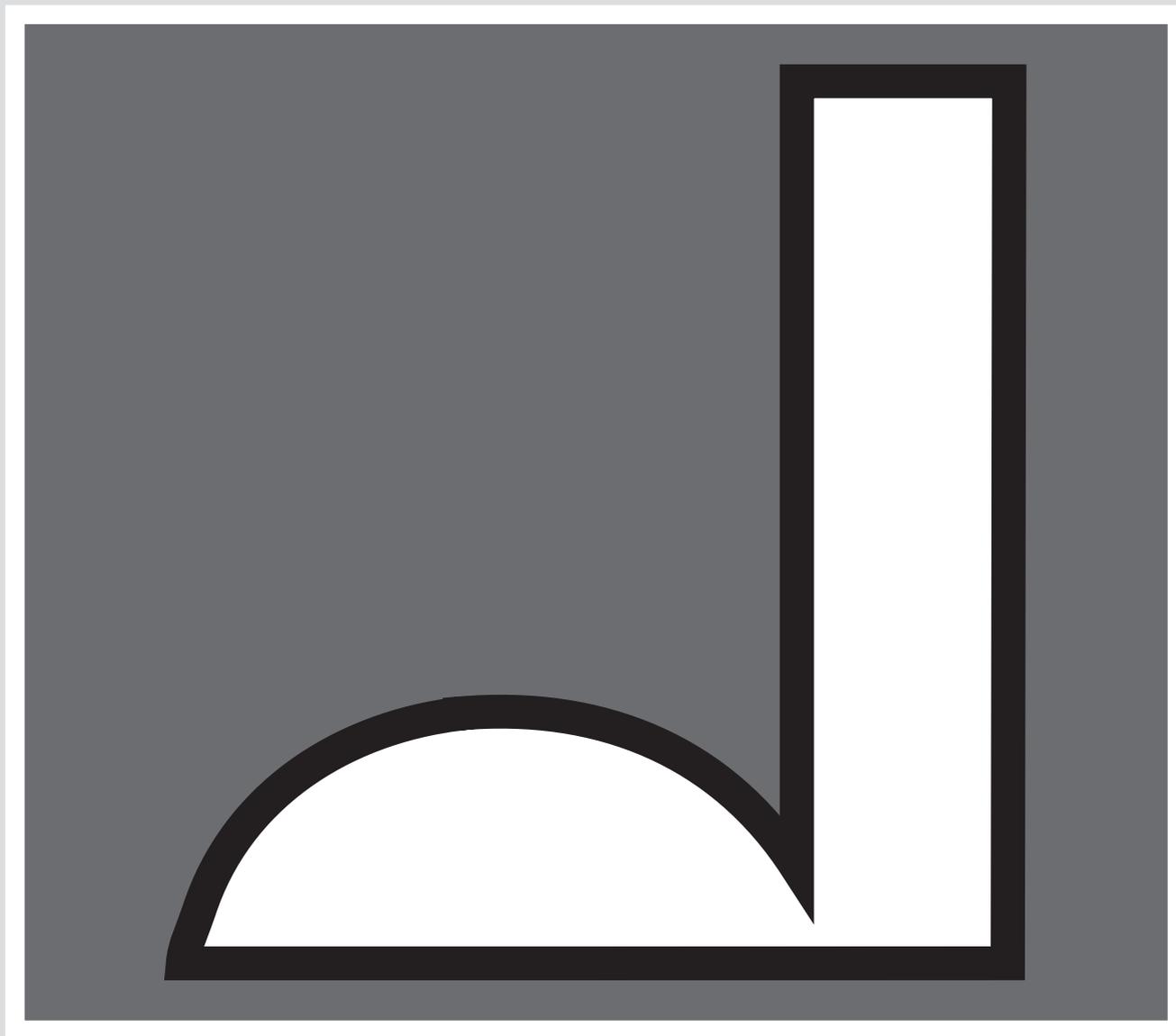




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ATAS DE COMISSÕES

VOLUME I / II

ANO LXII - SUP."A" AO Nº 100 -SÁBADO, 30 DE JUNHO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Álvaro Dias – PSDB-PR ⁽¹⁾
1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário
César Borges – PFL-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1º - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP) - 26	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 30
<p>LÍDER</p> <p>VICE-LÍDERES</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB</p> <p>Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto</p>	<p>LÍDER</p> <p>Ideli Salvatti – PT</p> <p>VICE-LÍDERES</p> <p>Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT</p> <p>Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Ams</p> <p>LÍDER DO PTB – 5 Epitácio Cafeteira</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB</p> <p>Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO PR – 3 João Ribeiro</p> <p>VICE-LÍDER DO PR</p> <p>Expedito Júnior</p> <p>LÍDER DO PSB – 3 Renato Casagrande</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB</p> <p>Antônio Carlos Valadares</p> <p>LÍDER DO PC do B – 1 Inácio Arruda</p> <p>LÍDER DO PRB – 1 Marcelo Crivella</p> <p>LÍDER DO PP – 1 Francisco Dornelles</p>	<p>LÍDER</p> <p>Demóstenes Torres</p> <p>VICE-LÍDERES</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PFL – 17 José Agripino</p> <p>VICE-LÍDERES DO PFL</p> <p>Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves</p> <p>LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio</p> <p>VICE-LÍDERES DO PSDB</p> <p>Sérgio Guerra Álvaro Dias ⁽¹⁾ Marisa Serrano Cícero Lucena</p>
<p>LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Péres</p> <p>VICE-LÍDER DO PDT</p> <p>Osmar Dias</p>	<p>LÍDER DO P-SOL – 1 José Nery</p>	<p>LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá - PMDB</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO</p> <p>Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino</p>

(1) O Senador Álvaro Dias licenciou-se do exercício do mandato a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

EXPEDIENTE

<p>Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

VOLUME I		
1 – ATAS DE COMISSÕES		
1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE		
Ata da 12ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 24 de abril de 2007, às 10:30 horas, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal. ..	8	da 53ª Legislatura, realizada em 28 de maio, de 2007, às 17:00 horas, na sala de reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa, Senado Federal..... 185
Ata da 13ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 08 de maio de 2007, às 10:00 horas, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal. ..	41	Ata da 7ª Reunião da Subcomissão Temporária Da Regulamentação Dos Marcos Regulatórios, extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 4 de junho, de 2007, às 17:00 horas, na sala de reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa, Senado Federal..... 213
Ata da 14ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 15 de maio de 2007, às 10:00 horas, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal. ..	53	Ata da 8ª Reunião da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 18 de junho, de 2007, às 17:00 horas, na sala de reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa, Senado Federal..... 234
Ata da 15ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 22 de maio de 2007, às 09:00 horas, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal. ..	73	Ata da 9ª Reunião da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 25 de junho, de 2007, às 17:00 horas, na sala de reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa, Senado Federal..... 255
Ata da 17ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 29 de maio de 2007, às 09:00 horas, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal. ..	94	1.1.2 – Subcomissão Temporária da Reforma Tributária
Ata da 18ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 12 de junho de 2007, às 10:00 horas, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal. ..	126	Ata da 5ª Reunião da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 12 de junho, de 2007, às 19:00 horas, na sala de reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa, Senado Federal. 280
Ata da 19ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 19 de junho de 2007, às 09:30 horas, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal. ...	144	Ata da 6ª Reunião da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada, em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em 14 de junho, de 2007, às 11:00 horas, na sala de reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa, Senado Federal. 300
1.1.1 – Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios		Ata da 7ª Reunião da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 20 de junho, de 2007, às 19:00 horas, na sala de reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa, Senado Federal. 327
Ata da 6ª Reunião da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária		

1.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS

Ata da 22ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 24 de maio de 2007, quinta-feira, às 10 horas. 351

Ata da 23ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 30 de maio de 2007, quarta-feira, às 11 horas..... 356

Ata da 24ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 6 de junho de 2007, quarta-feira, às 11 horas..... 379

Ata da 25ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 13 de junho de 2007, quarta-feira, às 11 horas..... 399

1.2.1 – Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde

Ata da 4ª Reunião, extraordinária, da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 12 de junho de 2007, quarta-feira, às 9 horas e 30 minutos. 427

1.2.2 – Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência

Ata da 3ª Reunião, extraordinária, da Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência conjunta com a Ata da Décima Oitava Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 3 de maio de 2007, quinta-feira, às 9 horas. 466

Ata da 4ª Reunião, extraordinária, da Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência conjunta com a Ata da Vigésima Sétima Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 31 de maio de 2007, quinta-feira, às 9 horas. 494

1.3 – Comissão de Educação – CE

Ata da 20ª Reunião extraordinária da Comissão de Educação e 4ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 29 de maio de 2007..... 540

Ata da 21ª Reunião extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 05 de junho de 2007..... 566

Ata da 22ª Reunião extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 06 de junho de 2007..... 601

Ata da 23ª Reunião extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 12 de junho de 2007. 626

Ata da 24ª Reunião extraordinária da Comissão de Educação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 19 de junho de 2007..... 644

Ata da 25ª Reunião extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 21 de junho de 2007..... 666

1.3.1 – Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social

Ata da 5ª Reunião ordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 13 de junho de 2007..... 693

1.4 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Ata da 16ª Reunião, ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, do dia 29 de maio de 2007 às 11:30 horas. 696

Ata da 17ª Reunião, ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, do dia 12 de junho de 2007 às 11:30 horas. 708

1.5 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

Ata da 11ª Reunião, extraordinária, da Comissão Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, convocada para 29 de março de 2007, quinta-feira, às 9 horas. 713

Ata da 12ª Reunião, extraordinária, da Comissão Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, convocada para o dia 3 de abril de 2007, terça-feira, às 14 horas. 734

Ata da 13ª Reunião, extraordinária, da Comissão Direitos Humanos e Legislação Participativa, conjunta com a 10ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, convocada para o dia 4 de abril de 2007, quarta-feira, às 10 horas..... 751

Ata da 14ª Reunião, extraordinária, da Comissão Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, convocada para 12 de abril de 2007, quinta-feira, às 9 horas..... 768

Ata da 15ª Reunião, extraordinária, da Comissão Direitos Humanos e Legislação Participativa, da

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, convocada para o dia 19 de abril de 2007, quinta-feira, às 9 horas.

Ata da 16ª Reunião, extraordinária, da Comissão Direitos Humanos e Legislação Participativa, conjunta com a 15ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, convocada para o dia 25 de abril de 2007, quarta-feira, às 14 horas.

Ata da 17ª Reunião, extraordinária, da Comissão Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, convocada para 26 de abril de 2007, quinta-feira, às 9 horas.

Ata da 18ª Reunião da Comissão Direitos Humanos e Legislação Participativa, conjunta com a 3ª Reunião da Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 3 de maio de 2007, quinta-feira, às 9 horas.

Ata da 19ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conjunta com a 17ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 3 de maio de 2007, quinta-feira, às 14:00 horas.

Ata da 20ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para 10 de maio de 2007, quinta-feira, às 9:00 horas.

1.6 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

Ata da 16ª Reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia vinte e quatro de maio do ano de dois mil e sete, às dez horas.

Ata da 17ª Reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia trinta e um de maio do ano de dois mil e sete, às dez horas.

Ata da 18ª Reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária a 53ª Legislatura, realizada no dia quatorze de junho do ano de dois mil e sete, às dez horas.

Ata da 19ª Reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia vinte e um de junho do ano de dois mil e sete, às dez horas.

VOLUME II

1.7 – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI

Ata da 8ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 22 de março de 2007, quinta-feira, às 10 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Ata da 9ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 29 de março de 2007, às 9:00 horas, na sala de reunião nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Ata da 10ª Reunião, ordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 03 de abril de 2007, às 14 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Ata da 11ª Reunião, ordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 10 de abril de 2007, às 14 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Ata da 12ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 12 de abril de 2007, às 10:00 horas, na sala de reunião nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Ata da 13ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, 11ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da 10ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Extraordinárias, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em conjunto no dia 17 de abril de 2007, às 10 horas e 30 minutos, no Plenário nº 06, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II.

Ata da 14ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 19 de abril de 2007, às 11 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Ata da 15ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 26 de abril de 2007, às 11 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Ata da 16ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 2 de maio de 2007, às 11 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

1.8 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

Ata da 1ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura,

779

827

837

846

874

903

909

916

932

953

972

1023

1063

1065

1066

1148

1177

1180

1186

realizada em conjunto com as demais comissões permanentes, em 6 de fevereiro de 2007, às 16:00 horas, no plenário do senado federal.	1211	Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 30 de maio de 2007.....	1347
Ata da 2ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 01 de março de 2007, quinta-feira, às 11:00 horas.....	1213	Ata da 14ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 13 de junho de 2007.....	1364
Ata da 3ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 08 de março de 2007, quinta-feira, às 11:00 horas.....	1238	1.9.1 – Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis	
Ata da 4ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 15 de março de 2007, quinta-feira, às 11:00 horas.....	1246	Ata da 4ª Reunião da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 30 de maio de 2007.....	1374
Ata da 5ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 22 de março de 2007, quinta-feira, às 11:00 horas.....	1259	1.10 – Comissão Parlamentar de Inquérito – Apagão Aéreo	
Ata da 6ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 29 de março de 2007, quinta-feira, às 11:00 horas.....	1266	Ata Circunstanciada da 4ª Reunião de 2007, realizada em 28 de maio de 2007, segunda-feira, às quatorze horas e trinta e um minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à oitava dos Senhores: Coronel Aviador Eduardo dos Santos Raulino; Sargento Jomarclo Fernandes dos Santos; Sargento Lucivando de Tibúrcio de Alencar; Sargento Leandro José dos Santos Barros; Sargento Antônio Francisco Costa de Castro; Sargento Francisco Roberto Agostinho Freire; e Sargento Alexandre Xavier Barroca.....	1376
Ata da 7ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 19 de abril de 2007, quinta-feira, às 11:00 horas.....	1276	Ata Circunstanciada da 5ª Reunião de 2007, realizada em 29 de maio de 2007, terça-feira, às dez horas e vinte e três minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à oitava dos Senhores: Coronel Aviador Rufino Antonio da Silva Ferreira; Brigadeiro-do-Ar, Jorge Kersul Filho; Senhor Edgard Brandão Júnior, Superintendente do Aeroporto Internacional de Guarulhos; Constantino de Oliveira Júnior – Presidente da Gol Transportes Aéreos S/A; Marco Antonio Bologna, Presidente da TAM Linhas Aéreas S/A e Paulo Cezar Castello Branco, Vice-Presidente de Planejamento e Alianças, na qualidade de convidado.	1414
Ata da 8ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 26 de abril de 2007, quinta-feira, às 14:30 horas.....	1288	Ata Circunstanciada da 6ª Reunião de 2007, realizada em 30 de maio de 2007, segunda-feira, às dez horas e trinta e um minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à oitava dos Senhores: Lucas Rocha Furtado – Procurador Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União; Cláudio Candiota Filho – Presidente da Associação dos Passageiros do Transporte Aéreo – ANDEP e Delegado Renato Sayão Dias – DPF.	1488
Ata da 9ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 10 de maio de 2007, quinta-feira, às 11 horas.....	1296	Ata Circunstanciada da 7ª Reunião de 2007, realizada em 4 de junho de 2007, segunda-feira, às quatorze horas e cinquenta minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à oitava dos Senhores: Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica; Tenente-Brigadeiro-do-Ar, Paulo Roberto Cardoso Vilarinho; Milton Sérgio Silveira Zuanazzi, Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC; Comandante Célio Eugênio de Abreu Júnior, Sindicato Nacional dos Aeronautas - SNA; Plínio de Aguiar Júnior, Pre-	
Ata da 10ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 17 de maio de 2007, quinta-feira, às 11 horas.....	1318		
Ata da 11ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 24 de maio de 2007, quinta-feira, às 11 horas.....	1320		
1.9 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA			
Ata da 13ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão			

<p>sidente da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL; Fábio de Assis Fernandes, Procurador do Ministério Público do Trabalho; e Alessandro Santos de Miranda, Procurador do Ministério Público do Trabalho e Coordenador Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho.</p> <p>Ata Circunstanciada da 8ª Reunião de 2007, realizada em 06 de junho de 2007, quarta-feira, às 14 horas e sete minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apreciação do Primeiro Relatório Parcial do Senador Demóstenes Torres.</p> <p>Ata Circunstanciada da 9ª Reunião de 2007, realizada em 12 de junho de 2007, terça-feira, às dez horas e trinta minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à oitiva dos Senhores Ozires Silva, Ex-Presidente da Embraer, Varig, e Ex-Ministro da Infra-Estrutura; Jéferson Vaz de Oliveira, Comandante Especialista em Aviação; Cláudio Carvas, Diretor da ATECH; e Rubens Teixeira Alves, Consultor.</p> <p>Ata Circunstanciada da 10ª Reunião de 2007, realizada em 20 de junho de 2007, quarta-feira, às nove horas e cinquenta e quatro minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à oitiva dos Senhores Carlos Henrique Moreira, Presidente da EMBRATEL, Gustavo Soares Silbert, Diretor-Presidente da Star One, e do Major-Brigadeiro-do-Ar, Ramon Borges Cardoso, Diretor do Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA.....</p> <p>Ata Circunstanciada da 11ª Reunião de 2007, realizada em 20 de junho de 2007, quarta-feira, às dez horas e nove minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à oitiva da Senhora Sílvia Terezinha Pfeiffer.....</p> <p>Ata Circunstanciada da 12ª Reunião de 2007, realizada em 26 de junho de 2007, terça-feira, às onze horas e trinta e seis minutos, na Sala nº 2 da</p>	<p>1532</p> <p>1602</p> <p>1623</p> <p>1662</p> <p>1683</p>	<p>Ala Senador Nilo Coelho, destinada ao final das inquirições à Senhora Sílvia Terezinha Pfeiffer e oitiva dos Senhores Georges de Moura Ferreira, Professor de Direito Aeronáutico, Brigadeiro-do-Ar, Álvaro Pequeno, membro da Comissão CSN/ATM, e do Major-Brigadeiro-do-Ar, Renato Cláudio Costa Pereira, ex-Secretário Geral da OACI.....</p> <p>Ata Circunstanciada da 13ª Reunião de 2007, realizada em 27 de junho de 2007, terça-feira, às doze horas e nove minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a um debate, em reunião reservada, com a presença dos Senhores Milton Zuanazzi, Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; Major-Brigadeiro-do-Ar, Ramon Borges Cardoso, Diretor do Departamento de controle do Espaço Aéreo – DECEA; Tenente-Brigadeiro-do-Ar, José Carlos Pereira, Presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO; e Major-Brigadeiro-do-Ar, Jorge Godinho B. Nery, representante do Ministério da Defesa.</p> <p>2 - Atas de Comissões do Congresso Nacional</p> <p>2.1 – Comissão Mista Especial – Mudanças Climáticas</p> <p>Ata da 11ª Reunião da Comissão Mista Especial, criada pelo Ato nº 001, de 2007, destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil, realizada no dia 23 de maio de 2007, às 14 horas e 59 minutos.....</p> <p>Ata da 12ª Reunião da Comissão Mista Especial, criada pelo Ato nº 001, de 2007, destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil, realizada no dia 30 de maio de 2007, às 15 horas e 11 minutos.....</p>	<p>1721</p> <p>1754</p> <p>1754</p> <p>1766</p>
---	---	--	---

SENADO FEDERAL**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS****ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2007, ÀS 10:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.**

Às nove horas e trinta e três minutos do dia vinte e quatro de abril do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Delcídio Amaral, Fernando Collor, Renato Casagrande, Expedito Júnior, Serys Slhessarenko, João Vicente Claudino, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, Romero Jucá, Valdir Raupp, Gilvam Borges, Neuto de Conto, Garibaldi Alves Filho, Valter Pereira, Wellington Salgado, Leomar Quintanilha, Adelmir Santana, Edison Lobão, Eliseu Resende, Jayme Campos, Kátia Abreu, Raimundo Colombo, Jonas Pinheiro, José Agripino, Romeu Tuma, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, João Tenório e Osmar Dias. Deixam de comparecer os Senadores Pedro Simon, Mão Santa, Cícero Lucena, tendo falta justificada em virtude de desempenho de missão no exterior, e Sérgio Guerra, tendo falta justificada em virtude de licença médica. Dando início aos trabalhos, o Presidente passa à Reunião Preparatória com a presença do Sr. Tarcísio José Massote de Godoy, Secretário do Tesouro Nacional, a fim de debater sobre a evolução da dívida pública e a colocação de títulos no exterior, em conformidade à deliberação da Comissão. Após a exposição do Sr. Tarcísio José Massote de Godoy, usam da palavra os Srs. Senadores Francisco Dornelles, Eduardo Suplicy, Romeu Tuma, Garibaldi Alves Filho, Valter Pereira, Antônio Carlos Valadares e Valdir Raupp. Em seguida, havendo número regimental, é declarada aberta a 12ª reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A Presidência passa à 1ª Parte da Reunião com a apreciação do seguinte; Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 69, de 2007, não terminativa, que “submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Mario Gomes Torós para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, em substituição ao Senhor Rodrigo Telles da Rocha Azevedo”, de autoria do Presidente da República, tendo como Relator o Senador Sérgio

Guerra, que oferece Parecer a ser apreciado em votação secreta. O Presidente solicita aos Senadores Neuto de Conto e Kátia Abreu que conduzam o indicado ao Plenário da Comissão. A Presidência designa o Senador Tasso Jereissati Relator *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório pelo Relator *Ad Hoc*, Senador Tasso Jereissati, usa da palavra para fazer a sua exposição o Senhor Mario Gomes Torós. Fazem uso da palavra para interpelar o Sabatinado os Senadores Jayme Campos, Valter Pereira, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Kátia Abreu, Arthur Virgílio, Renato Casagrande, Eduardo Suplicy, Fernando Collor, Francisco Dornelles, Romero Jucá, Garibaldi Alves Filho e, ainda, o Presidente da Comissão, Senador Aloizio Mercadante. Seguida a votação, a Presidência convida os Senadores Francisco Dornelles e Neuto de Conto para atuarem como escrutinadores. A Comissão aprova a indicação do nome do Senhor Mario Gomes Torós para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil por vinte e quatro votos favoráveis, três votos contrários e nenhuma abstenção. Em seguida, a Presidência passa à apreciação das Matérias constantes da Segunda Parte da Reunião; Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 11, de 2007, terminativo, que “altera o Decreto nº 83.304, de 28 de março de 1979, para excluir a possibilidade de recurso especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais, na hipótese de decisão de segunda instância ter negado provimento a recurso de ofício”, de autoria do Senador Francisco Dornelles, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 02-Mensagem do Senado Federal nº 50, de 2007, não terminativa, que “solicita autorização para contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinada ao financiamento parcial do Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias – PREMAR”, de autoria do Presidente da República, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Valdir Raupp, e não havendo quem queira discutir, a Matéria é colocada em votação. A Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado, também, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, terminativo, que “acrescenta dispositivo ao artigo 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 que dispõe sobre a regulamentação dos dispo-

sitivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal”, de autoria do Senador Delcídio Amaral, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03-CRA. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Em 17/04/07 foi apresentada a Emenda nº 04, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares. A apreciação da Matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, terminativo, que “altera o § 6º do artigo 2º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003 (Isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas)”, de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Parecer pelo arquivamento da Matéria. A apreciação da Matéria é adiada; Item 05-Mensagem do Senado Federal Nº 64, de 2007, não terminativa, que “propõe ao Senado Federal autorização para contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Banco Europeu de Investimento - BEI (European Investment Bank), destinada a financiar o Programa Multissetorial BEI - Linha de Crédito - ALA III”, de autoria do Presidente da República, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Valdir Raupp, e não havendo quem queira discutir, a Matéria é colocada em votação. A Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado, também, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2003, terminativo, que “dispõe sobre a isenção do IPI a aguardente de cana-de-açúcar, e dá outras providências”, de autoria do Senador Efraim Morais, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. A apreciação da Matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2005, terminativo, que “insere inciso no art. 12 da Lei nº 9.250, de 1995, para incluir a dedução de doações de livros a bibliotecas públicas no cálculo do imposto de renda devido por pessoas físicas”, de autoria do Senador Roberto Saturnino, tendo como Relator o Senador Edison Lobão, que oferece Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 01, nos termos da Subemenda nº 01, apresentando ainda as Emendas nºs 02 e 03.

A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A apreciação da Matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2006, terminativo, que “altera a redação do § 1º do art. 111 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para estabelecer a aquisição do direito a voto pelos titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com limitação desse direito, no caso de não-pagamento de dividendos pelo prazo de três exercícios consecutivos”, de autoria do Senador Valdir Raupp, tendo como Relator o Senador José Agripino, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2005, terminativo, que “dispõe sobre a aplicação das disponibilidades financeiras do FAT, em depósitos especiais, nas cooperativas de crédito constituídas nos termos da Lei nº 5.764, de 1971”, de autoria do Senador Osmar Dias, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quinze minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informaticizada. – Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Bom dia a todos. Nós temos procurado manter uma rotina de trabalho na Comissão de Assuntos Econômicos, que antes das Sessões Ordinárias, nós trazemos algum convidado para fazer uma apresentação de temas que são estratégicos para Comissão de Assuntos Econômicos, de interesse dos Senadores, e é uma audiência de esclarecimentos, não é propriamente uma discussão de debate ou de uma formulação de políticas públicas, mas é basicamente uma Comissão de esclarecimentos para os Senadores e Senadoras. Nós tivemos, recentemente, uma audiência com o Presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, tratando da discussão da nova metodologia de cálculo do PIB e também dos novos censos que estão indo a campo a partir dessa segunda-feira, foi uma audiência bastante rica, trouxe também alguns elementos para o Senado pensar um pouco a relação com o IBGE; tivemos na Sessão passada uma audiência pública com o Presidente do BNDES, Demian Fiocca, ele apresentou os resultados, mas foi muito oportuno, porque como era... Também acabou sendo uma audiência de despedida, ele pôde mostrar todo o trabalho realizado; o aumento de 28% do desembolso do BNDES nos últimos 12 meses; 49% na aprovação de Projetos, redução do prazo de aprovação. Enfim,

acho que deu para mostrar o trabalho e a contribuição relevante que ele deu ao Banco. E como é um banco de Estado, eu tenho certeza agora que, com o Luciano Coutinho, que é um economista com grande tradição acadêmica, com uma boa experiência também em políticas públicas, nós teremos não só a continuidade do trabalho realizado, mas como um aprimoramento institucional.

E hoje nós estamos tendo a oportunidade de discutir com o Secretário do Tesouro Nacional, o Tarcísio Godoy, também um profissional extremamente competente, já vem contribuindo, do ponto de vista do Governo, há algum tempo, em mais de uma função, e agora exerce essa relevante tarefa de gestão da dívida pública do país e, como nós vamos ver, há uma melhora, não apenas no perfil da dívida, mas também na credibilidade das contas públicas do país, do ponto de vista das instituições internacionais, que acompanham e que têm grande interesse, especialmente investidores, na evolução desse componente fundamental da política macroeconômica e dos fundamentos econômicos do Brasil. Agradeço ao Tarcísio a toda a sua equipe que o acompanha.

Então, você pode fazer a exposição e depois nós vamos abrir para os Senadores fazerem perguntas, questionamentos, esclarecimentos e é esse... Essa evolução, esse conjunto de informações vai formando na nossa Comissão uma base bastante sólida para o trabalho e depois para a discussão das matérias mais relevantes que nós teremos ao longo do processo. Então, com a palavra, o Secretário do Tesouro Nacional, Tarcísio Godoy. E depois abriremos, então, para o debate e a arguição.

SR. TARCÍSIO JOSÉ MASSOTE DE GODOY: Sr. Presidente, Senador Aloizio Mercadante, Srs. Senadores, demais presentes, muito obrigado pelo convite e pela oportunidade de estar aqui nessa Comissão para poder debater, discutir e apresentar algumas das últimas evoluções na gestão da dívida pública.

O objetivo aqui é dar uma homogeneização dos conceitos. A gente começa, vai começar bem do básico, e eu dividi a apresentação, primeiro “a Estrutura Institucional”, pretendo falar uns 20 minutos sobre a dívida pública, 20 minutos, 25 minutos. E, depois, abrir ao debate e permitir que os senhores retirem qualquer dúvida. A separação clássica da dívida pública do Governo Federal. O objetivo de emissão de títulos em mercado. Você tem, então, dois objetivos básicos: O primeiro você emite para política fiscal, então, para fazer a cobertura do seu financiamento de déficit orçamentário, e você tem a dívida pública também como instrumento de política monetária, para poder regular os compulsórios, assistências financeiras a liquidez e

operações compromissadas em dinheiro ou definitivas. Então, o Banco, o Tesouro Nacional, ele coloca título para cobrir algum déficit orçamentário e esses títulos, depois, eles são é... Por meio da autoridade monetária, eles são retirados do mercado para atender a esses objetivos.

Após a lei de Responsabilidade Fiscal, ao Banco Central não mais é permitido permitir títulos é... Títulos, emissões primárias. Para conduzir a política monetária, ele deve comprar e vender títulos do Tesouro Nacional. O resultado do Banco Central, a cada seis meses, ele é transferido ao Tesouro Nacional. Então, se o Banco Central tem um resultado positivo, ele transfere esse resultado ao Tesouro Nacional, portanto, se ele faz uma política monetária e ele tem... Auffer ganhos, todo esse resultado é transferido ao Tesouro Nacional que, imediatamente, paga a sua dívida em mercado. É... Se negativo, o Banco Central, ele recebe novos títulos do Tesouro Nacional, como forma de cobrir o déficit das operações dele.

As remunerações das disponibilidades do Tesouro Nacional, depositadas no Banco Central, são feitas pela taxa média do título do Tesouro Nacional na carteira do Banco Central. Então, o Banco Central tem uma composição de carteira, ele vai comprando e vendendo carteiras, vai comprando e vendendo títulos do Tesouro em mercado e o valor que o Tesouro Nacional tem depositado no Banco Central é remunerado pela mesma remuneração dessa carteira do Banco Central, como uma forma de vedar, de dar consequência à vedação do Banco Central estar financiando o Tesouro Nacional.

Institucionalmente, a administração da dívida pública federal, ela está sob a alçada da Secretaria do Tesouro Nacional, que é vinculada ao Ministério da Fazenda. Então, o Tesouro Nacional, ele trata, basicamente, da política fiscal, que exatamente são as receitas e as despesas. Ele trata do estoque da dívida e ele trata é... Ele é responsável pelas relações federativas com os Estados e os Municípios.

No departamento da política, departamento da dívida pública é... Nós temos estruturadas três coordenações gerais. Então, você tem uma coordenação geral que é responsável pela mesa de operação. É quem... É quem desenvolve estratégia de curto prazo e todas as estratégias de emissões internas, domésticas e colocações no mercado externo. Você tem uma área de planejamento estratégico e você tem uma área de registro e controle. Esse modelo, aonde você tem uma área que fica no *back office*, cuidando e fazendo todos os registros. Você tem uma área que, intermediária, que fica exatamente fazendo todos os planejamentos estratégicos, e uma área mais avançada, que é quem

tem um relacionamento com o Mercado, é um modelo que foi pesquisado e... Em... Nos principais países que têm um mercado de dívida bem desenvolvido e foi então, tem uns 10 anos que o Tesouro Nacional vem aprimorando, vem desenvolvendo e aprimorando esse modelo de três áreas para cuidar da Dívida.

Os conceitos básicos da Dívida. Bom, o que é que é Dívida? Bom, dívida, o melhor conceito que eu entendo como dívida, é uma antecipação de uma receita futura. Na verdade, você se endivida, se você não tem recursos suficientes para adquirir um bem no presente, fazer um consumo no presente e você, então, faz uma dívida com o objetivo de, no futuro, você utilizar receitas para fazer o pagamento desse bem. Modalidade. Nós temos a dívida interna e a dívida externa. O conceito de dívida interna é toda aquela dívida que é emitida no mercado doméstico. Você tem, como exemplo, as notas do Tesouro Nacional Série B, que são vinculadas ao IPCA, mais uma taxa de juros às Letras do Tesouro Nacional, que são títulos pré-fixados. E você tem a modalidade externa, em que você emite, faz a emissão no mercado externo e você tem dívidas denominadas em Real, como é o caso do Global BRL2028. E você tem dívidas que estão é... Vinculadas à variação do câmbio mais uma taxa de juros, que... Global 17 é um exemplo.

A origem da dívida. Nós podemos ter a dívida contratual, em que a dívida se origina a partir de um contrato entre duas partes e você pode ter uma dívida mobiliária, que a dívida é originada a partir de uma emissão de um título e o recebimento de recursos financeiros em contrapartida a essa emissão. O Tesouro Nacional, no caso da dívida mobiliária, ele tem duas formas de fazer a sua, a sua contratação: De forma competitiva, que é a mais comum e, em que você vai a mercado e, num processo competitivo de formação de taxas, você é... Coloca esse... Esses títulos de forma não competitiva, que é emitida para atender a um contrato específico ou então a uma determinação legal. Esses títulos que você coloca de forma competitiva e de forma não competitiva, você pode é... Transformá-los, você pode originá-los de forma negociável, portanto de livre negociação entre os detentores, ou de forma inegociável. Significa que o detentor tem que carregar o título até o final.

Os conceitos básicos: Dívida líquida do setor público. Dívida líquida do setor público você agrega todas, todas as obrigações financeiras do setor público e abrange Governo Central, Tesouro Nacional, Banco Central e INSS, os Estados, os Municípios e suas respectivas Estatais. Estatais do Governo Central também. E você deduz de todos os ativos financeiros; aí é importante que algumas dívidas não financeiras e

algumas, e alguns ativos não financeiros, eles não são considerados nesse conceito. Portanto, dívida ativa é um, é um ativo financeiro, é um ativo do Governo, dos Governos, mas por não ter um ativo é... Transacionado no mercado financeiro, ele não entra no cômputo da dívida líquida do setor público.

Você também tem a dívida bruta do Governo Geral, que é o conceito que as agências de *rating* mais utilizam, por quê? Porque você não... As dívidas financeiras são todas registradas no sistema financeiro e são transacionadas. Os ativos financeiros, eles têm uma assimetria de informação, então, portanto, as agências, elas têm mais dificuldade para poder apurar o valor real desativo financeiro. Portanto, elas consideram, esse é um dos motivos pelos quais eles ainda entendem que o Brasil precisa aprimorar a sua, a sua... As suas, os seus fundamentos, é que a dívida bruta do Governo Geral, ela ainda continua em patamares elevados, enquanto proporção do PIB.

A Dívida Mobiliária Federal interna... Então, estamos falando primeiro de dívida líquida. Dívida líquida eu pego todos os ativos financeiros, de todos os níveis de Governo, e você deduz os seus ativos financeiros. Agora, vamos falar da Dívida Mobiliária Federal interna. Essa que é a dívida que o Tesouro tem gestão. Essa é a dívida que vence, são os títulos do Tesouro Nacional que vencem a mercado e que você precisa estar... Estar captando recursos junto a investidores, para poder permitir a rolagem dessa dívida.

Você tem a Dívida Pública Federal externa. A Dívida Pública Federal Externa, ela engloba toda a Dívida Mobiliária Externa e a Dívida Contratual Externa. A Dívida Mobiliária Externa é aquela referente à emissão de títulos do Tesouro Nacional a mercado. E a dívida contratual é aquela que o Tesouro Nacional contrata junto a organismos internacionais, multilaterais e bilaterais. E o conceito, então, de Dívida Pública Federal, ela engloba a dívida que o Governo Federal, o Governo Central, ele emite a mercado aquela dívida que ele contrata e a dívida que ele emite no mercado externo e a dívida que ele contrata no mercado externo. A Dívida Pública Federal, portanto, ela é aquela dívida sob a gestão da Secretaria do Tesouro Nacional.

Os dois últimos conceitos... Resultado primário do setor público: Resultado primário do setor público é a diferença entre a receita e a do Governo, sem incluir as despesas com juros. Então, são as receitas e despesas não financeiras. Pagar juros é uma despesa financeira; receber juros é uma receita financeira. Então, o que se pretende com esse indicador é verificar o esforço fiscal corrente. Quer dizer, quanto que o... O Governo corrente, ele arrecada e quanto que ele paga de suas despesas. O resultado nominal, ele reflete o

aumento ou a redução observados na dívida líquida do setor público. Portanto, ele inclui as receitas financeiras e as despesas financeiras. Esse graficozinho, então, ele representa os juros nominais, eles são financiados pelo Superávit primário, que reduz os juros nominais, que hoje em dia estão na faixa de 6% os juros nominais. Nós temos superávit primário de 4%. Portanto, um déficit nominal de 2%. Esse gráfico aqui, ele mostra o porquê o Brasil tem, tem aumentado a sua credibilidade junto aos agentes e junto aos investidores estrangeiros e agentes e investidores nacionais. A história de resultado fiscal do Brasil, ela não se resume a um mês, dois meses ou três meses ou dois anos, três anos. De fato, desde 1999, o Governo tem conseguido entregar os resultados fiscais na forma como pactuado pela lei de diretrizes orçamentárias. Isso indica que é... Não é um... Uma discricionariedade do Governo em realizar o resultado fiscal. O Congresso Nacional aprovou um arcabouço institucional capaz de permitir que, qualquer que seja o valor fixado na lei de diretrizes orçamentárias, o Governo seja capaz de cumprir. A cada dois meses você tem que fazer um relatório de receitas e despesas e a cada quatro meses, nós temos que vir ao Congresso e prestar é... Informações sobre esse resultado.

Agora, é mais do que isso, o resultado fiscal, ele não está somente concentrado no Governo central, que é essa barrinha branca. O resultado fiscal, ele está homogêneo, de forma homogênea, ele está distribuído em todos os entes da federação. Então, isso significa um compromisso da sociedade para com a estabilidade e para com a capacidade de pagamento do Governo em relação à sua dívida pública. A consequência desse compromisso da sociedade, e o que eu tenho dito é que hoje em dia tornou-se um valor para a nossa sociedade a estabilidade monetária, tornou-se um valor a responsabilidade fiscal, esse compromisso tem o seguinte resultado: Chegamos a atingir é... Quase 55% da... Do nosso PIB, uma dívida de um montante igual a quase... Superior à metade da nossa dívida e... Atualmente estamos na faixa de 40, um pouco menos que 45%, com proporção da dívida. E qualquer que seja o cenário traçado ou o cenário da LDO, ou a expectativa de mercado, nós estaremos, em 2010, alguma coisa abaixo de 38% como proporção de dívida. Isso aqui é um grande, não só o... O percentual, a porcentagem dessa dívida líquida, aí eu estou falando da dívida líquida. Portanto, são os nossos, as nossas obrigações menos os nossos ativos. Isso é um grande indicador, não só o montante mais o gradiente de que a capacidade intertempo—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone].

SR. TARCÍSIO JOSÉ MASSOTE DE GODOY:

Essa aqui é a dívida líquida do setor público. Essa é a dívida líquida do setor público. Então, são as obrigações financeiras menos os ativos financeiros, eles estão se reduzindo. A dívida bruta, ela continua numa trajetória, uma trajetória—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Interna [pronunciamento fora do microfone].

SR. TARCÍSIO JOSÉ MASSOTE DE GODOY: A dívida, a dívida essa é total, a dívida líquida, ela inclui todas as obrigações financeiras de todos os níveis de Governo e deduz todas, todos os ativos financeiros de todos os níveis de Governo. Portanto, é algo como, nós vamos estar mostrando o número, algo como 1,2 bilhões, 1,2 trilhões de reais atualmente.

Mas, dívida não é só o tamanho da dívida. Você tem também as medidas de risco. E, volta e meia, vocês... A gente escuta que o EMBI do Brasil bateu novo recorde, o EMBI atingiu os menores índices do mercado. O EMBI é um indicador, *Emerging Markets Bond Index*, e representa uma carteira teórica composta por papéis de dívida soberana brasileira negociadas no mercado internacional e reflete a oscilação média dos preços. Quando esse EMBI sobe, significa uma queda na confiança do Brasil porque o preço do papel reduziu e, portanto, quem comprou um papel por 100 e está vendendo a 90, ele está perdendo valor. A pontuação significa quanto que os papéis brasileiros pagam, em média, em média, além dos títulos de 10 anos do Tesouro Americano. Está em 154% a última posição, a posição de dois dias atrás.

Agora observe que o título específico do Tesouro Brasileiro, porque isso aqui é uma média. Mas o título específico do Tesouro Brasileiro, emitido com 10 anos, o global 2017, nós vendemos a 122 *basis points*, significa que nós pagamos 1,22% a mais, ao ano, que o título americano, o título americano, ele paga 4,8; nós pagamos 5,88; ele paga 4,6, quando da emissão, ele estava pagando 4,6; nós pagamos 5,88, na data da emissão e poucos dias depois, nós chegamos a ver o nosso papel sendo vendido e comercializado a uma taxa inferior, chegou a ser inferior a 100 *basis points*. Chegou a 104 *basis points*. O que significa dizer que o título americano de 10 anos estava sendo vendido a 4,80 e o título brasileiro estava sendo vendido a 5,84. Isso é, por si, já são níveis de negociação do papel compatíveis com o nível de negociação dos países que têm o grau de investimento.

De uma maneira geral, não vou passar por todos esses conceitos, mas quando você fala de risco,

têm vários aspectos que você tem que olhar no risco. Você tem o risco financeiro, o risco de crédito, o risco legal, o risco operacional, o risco de refinanciamento, risco orçamentário. Então, você tem diversos riscos, quando você emite um título, na ótica do investidor, que esse... Esse papel pode estar sujeito. Um papel, por exemplo, pré-fixado que você o emitiu com um valor nominal, você tem um risco financeiro. Qual que é o risco financeiro? É o risco de, eventualmente, você ter uma variação na taxa de juros e esse papel, que hoje você comprou por 100, para receber 6% de juros, você, no dia seguinte, você poder comprá-lo por 100 para receber 8% de juros, o que significa que o preço unitário dele varia. Você tem o próprio risco de crédito, que é você simplesmente não ter capacidade, ao final do dia, de honrar com aquele pagamento. Você tem um risco legal, que é a possibilidade, eventualmente, de uma alteração Legislativa que determina que aquele papel não mais irá ser pago naquela data. Você tem o risco operacional, que é um erro de uma conta; você, na hora de fazer o pagamento, você faz uma conta errada e... Na estrutura operativa do sistema. Você tem o risco de refinanciamento. Esse risco de refinanciamento, na ótica do investidor, é ele, hoje, por exemplo, existem casos de investidores que detêm títulos do Governo brasileiro, títulos no mercado externo notadamente, e que eles não querem vender esse papel porque eles não conseguem encontrar ativo que tenha a mesma rentabilidade no mercado. Então, ele tem um risco de não ter a capacidade de se financiar à mesma taxa. Na ótica do emissor, o risco de refinanciamento é eu chegar na data do vencimento e não ter capacidade de ter investidores que queiram me refinar. O risco orçamentário é você não ter dotação orçamentária suficiente para fazer o pagamento.

Bom, o Tesouro Nacional, ele desenvolveu uma estratégia de gerenciamento da dívida. Quais são os princípios dessa estratégia? Previsibilidade, transparência e simplicidade. Esse é o sétimo ano consecutivo que, em janeiro, de todo, o ano o Tesouro Nacional divulga a estratégia, o Plano Anual de Financiamento do Tesouro Nacional. Portanto, em janeiro de 2007, todos os agentes e todos os investidores, eles já conseguem ter uma previsibilidade de quais serão as ações do Tesouro Nacional ao longo do ano. Isso, obviamente, ao reduzir as... Os riscos de... De alguns daqueles riscos elencados, reduz também o prêmio que o investidor pede sobre esse, esse... Essa dívida.

Qual que é o objetivo da gestão da dívida? Nós temos o objetivo de minimizar os custos de financiamento no longo prazo, assegurando a manutenção de níveis prudentes de riscos e contribuindo para um bom funcionamento do mercado de títulos públicos,

elemento importante para que a gente possa alcançar uma capacidade de financiamentos de longo prazo. Eu poderia, por exemplo, emitir um título, a nossa dívida hoje é... Bruta está... É superior a um trilhão de reais. Se eu emito um título que seja um título hoje... A taxa de título pré-fixado de um ano está abaixo de 11%. Está abaixo de 11%. Vamos supor que eu emitisse 1,2 trilhões, mas... A 10%, mas com vencimento amanhã. Quer dizer, amanhã eu teria que novamente ir a mercado e vender um outro título com outro, com um prazo de vencimento de mais um dia. Quer dizer, enquanto o mercado quisesse me financiar mais barato, eu estaria pagando uma taxa mais barata. Mas pode ser que, em algum tempo, eu não tivesse quem quisesse me financiar. E aí eu, para poder conseguir rolar a minha dívida, talvez pudesse pagar uma taxa de 12, 13, 14, 15% para financiar por mais um dia a minha dívida.

Então, o que se pretende é você ter uma estrutura, uma composição de dívida que permita um risco menor e também um custo menor. Porque eu poderia também financiar a minha dívida a 18% ao ano, mas um prazo de 30 anos. E aí eu ficaria 30 anos sem fazer nenhum tipo de leilão. Mas eu iria pagar um custo excessivo. O que o Tesouro procura é exatamente encontrar qual que é o ponto de equilíbrio entre o prazo adequado, a composição adequada e o risco adequado. E... E o Tesouro realiza esse tipo de... Esse tipo de estratégia de uma... A partir de modelos desenvolvidos pelo próprio Tesouro Nacional. Quais são as diretrizes para 2007? Diretrizes: Alongamento do prazo da dívida; redução do percentual da dívida vincenda em 12 meses; substituição gradual dos títulos remunerados da Selic e de variação cambial por títulos pré-fixados; emissões qualitativas de títulos no mercado estrangeiro; incentivos ao desenvolvimento da estrutura a termo, de taxa de juros, e uma ampliação da base dos investidores.

Qual tem sido então a estratégia do Tesouro? A ênfase tem sido para títulos pré-fixados. Os títulos pré-fixados, eles são menos arriscados. Contudo, eles são mais caros. Por que é que são mais caros? Notadamente, na trajetória de queda da taxa de juros, você obviamente, você tem a possibilidade que a taxa de juros caia mais rápido do que está se esperando. Contudo, eles são ainda de prazos mais curtos. Então eles são mais arriscados. A estratégia nossa não pode ser concentrar todos os nossos, todos os nossos riscos em um tipo de risco só. Nós temos que distribuir.

A estratégia de financiamento que eu queria enfatizar da dívida externa é uma estratégia para desenvolver a estrutura de taxa de juros. Como eu disse, o Tesouro Nacional já vem emitindo títulos em níveis de

países que têm o grau de investimento. O objetivo do país, então, agora é consolidar essa curva de longo prazo para permitir que as empresas brasileiras que desejem ter acesso ao mercado internacional, elas possam ter uma referência na dívida soberana, que é a dívida de menor risco, e, dessa forma, poder captar de maneira mais eficiente os seus recursos para poder internalizar no país.

Bom... Aqui nós mostramos a estratégia do país, a situação da dívida pública total, em 2003; em 2007, o que se espera. O que eu queria ressaltar aqui era que, em 2003, a participação de títulos pré-fixados era somente 9,5%. Rapidamente, na medida em que os fundamentos da nossa economia e a credibilidade do Governo vem aumentando, nós conseguimos passar de 9,5% e esperamos atingir até 39% da nossa dívida pré-fixada. Se você somar a pré-fixada com índice de preços, nós pretendemos ter é... Acima de 55, mais da metade da nossa dívida já não indexada a papéis que tenham altos riscos, que são taxa Selic e a Cambial. No caso da Cambial, nós saímos de 32% e pretendemos ficar algo entre 10 e 12%.

Agora, essa composição mostrada aqui agora nesse gráfico. Pode passar. Esse gráfico aqui mostra somente a evolução, o quanto que a nossa dívida, ela era vinculada à taxa de juros e quanto que ela era pré-fixada e hoje quanto que ela está pré-fixada e quanto que ela está vinculada à taxa de juros, ela tem um objetivo, que é aquele objetivo minimizar custos e criar uma estrutura de juros de longo prazo. Observem os senhores, agora eu estou falando não da dívida bruta, estou falando agora da dívida líquida, que, em novembro de 2002, 1% de variação é... No câmbio, representava 0.3% de variação na minha dívida líquida como um todo. Hoje em dia, hoje em dia, em função de que eu tenho reservas internacionais, que são ativos financeiros considerados na dívida líquida, uma desvalorização cambial, na verdade, ela, praticamente, ela tem efeito nulo, mas ela de fato, ela tem um efeito positivo. Fica uma desvalorização cambial hoje, representa uma redução da sua dívida líquida. Já a variação em relação à Taxa Selic, o Tesouro vem tentando reduzir essa sua participação, mas essa redução de participação, ela tem que ser comparada com uma... Um não aumento do custo da sua dívida. Porque, como eu disse, se eu resolvo passar toda a minha dívida para pré-fixada, ela fica muito cara, mas fica muito arriscada; se eu passo toda a minha dívida para pós-fixada, ela fica mais barata. Desculpa, ela fica cara, com menos risco, mas num prazo mais curto, se eu tenho ela pré-fixada. Se eu a tenho pós-fixada, ela fica mais barata, mas ela fica mais arriscada porque qualquer flutuação na taxa de juros, ela vai diretamente para o resultado do

Tesouro. E aí, você tem um efeito, um ciclo vicioso, porque, se ela está mais arriscada, provavelmente os agentes vão pedir mais prêmio e aí ela fica mais cara também. E em outra ponta, se ela está é... Pré-fixada, os agentes tendem a pedir menor prêmio.

Passar rapidamente aqui. Quais são os principais títulos? Volta uma. Os principais títulos que o Tesouro tem se utilizado, então, para se financiar em mercado? São os títulos pré-fixados, a Letra do Tesouro Nacional, que você vende a desconto e a NTN-F, que você vende com um desconto, mas você paga um cupom de juros. E os títulos pós-fixados. Basicamente, a NTN-B e a NTN-F, e a NTN-D nós não temos utilizado esse papel e nem esse papel.

Bom, existem ações, e essa é uma ação que eu queria enfatizar, que é o BEST. O BEST é a sigla, em inglês, *Brazil Excellence in Securities Transactions*, em que o mercado doméstico de títulos públicos é um mercado bastante robusto; ele representa hoje, o mercado financeiro brasileiro representa o décimo mercado mundial; em termos de volume, é o quinto mercado mundial. Diferentemente do México, que optou por financiar toda a sua dívida no mercado externo, a opção do Brasil é por financiar a sua dívida no mercado interno. Bom, ao financiar no mercado interno, a participação de investidores estrangeiros que têm uma cultura por carregar papéis por mais longo prazo, essa cultura construída, obviamente, diferentemente dos investidores nacionais, que ainda têm na sua memória aquela alta volatilidade de papéis, o BEST é uma iniciativa em que o Brasil faz, sistematicamente, apresentações em todos os continentes. Então, já fomos à Europa, há previsão de ir para os Estados Unidos, Costa Oeste, Costa Leste, Cingapura, para mostrar o mercado doméstico brasileiro e permitir que os investidores conheçam esse mercado e possam, então, operar nesse nosso mercado.

Não obstante esse mercado ter se desenvolvido de maneira bastante expressiva, nos últimos meses, de janeiro de 2006, a participação dos investidores estrangeiros, que era somente 1%, hoje em dia, é somente 3%, quer dizer, mesmo com o desenvolvimento, e eu vou mostrar, na frente, que esses investidores, eles têm uma propensão a adquirir títulos de mais longo prazo e, portanto, ajudar o desenvolvimento do mercado internacional, o mercado de títulos, o mercado nacional, você tem só uma participação de 3%. México e outros países emergentes, essa participação atinge 15 a 20% do seu mercado interno.

Bom, a dívida externa brasileira, quer dizer, a nova fundamentação para o biênio de 2007, o importante, que eu queria chamar a atenção nas emissões e nas colocações de papéis no mercado externo, é que a

República está indo somente quando você tem uma oportunidade, e aí eu queria chamar a atenção que, há uma semana atrás, o papel do país, pré-fixado para 2028, portanto 20 anos, ele estava sendo comercializado abaixo de 10% ao ano, taxa nominal. Então, mostra realmente uma... Um apetite pelos investidores, inclusive Israel já fez emissão em... Denominada em real. Quer dizer, há uma credibilidade da moeda brasileira muito forte hoje no mercado externo.

O que é que nós fizemos desde 2005. Diversas ações foram feitas, de julho de 2005 até abril de 2006, em que o objetivo era você reduzir a sua exposição à dívida externa. Então, nós utilizamos nossas reservas para fazer a aquisição, troca ou pagamento antecipado dessa, dessa dívida externa. A partir de 2006, então, a partir de setembro de 2006, o objetivo passou a ser focado em você ter colocações qualitativas, com o objetivo de construir essa curva de juros, como eu vou mostrar agora. Aqui o que é que nós temos? Aqui, eu queria só enfatizar essa curva especial. Essa curva, ela representa o custo do Brasil, qual que é a estrutura de custo da dívida brasileira em dezembro de 2005. Então, cada pontinho desse aqui significa uma emissão de título brasileiro e quando ele é mais é... Quando ele tem um diâmetro maior, significa o volume dessa emissão. Observem, então, que a curva brasileira é uma curva que, de dezembro de 2005 para janeiro de 2007, ela... Houve uma redução de 150 pontos básicos, o que significa que, no longo prazo, a minha dívida reduziu 1,5% ao ano. Então, se você pega uma dívida de 30 anos, que reduziu 1,5% ao ano, você começa a observar que o custo de captação, não só da República, mas também, conseqüentemente, das corporações brasileiras, das empresas brasileiras que pretendam ir ao mercado, reduziu substancialmente e isso obviamente traz mais competitividade para essas empresas.

Finalmente, mas não menos importante, é o conceito que a gestão da dívida pública brasileira tem, junto ao mercado internacional. O Instituto Internacional de Finanças, o *IIF*, ele realiza relatórios e realiza missões para verificar como está o nível de transparência e comunicação efetiva do gestor da dívida junto aos seus investidores. E, em dezembro de 2005, o Brasil atingiu 37 pontos, entre 38 possíveis possibilidades de pontuação; entre os países emergentes, o Brasil, em setembro de 2006, ele atingiu a pontuação máxima e foi o primeiro país, entre os países emergentes, a atingir essa pontuação máxima, representando, portanto, o grau máximo de transparência que esse, que os investidores desejam é... Do gestor da administração da dívida pública.

Finalmente, gostaria de realizar um convite para que, individualmente, qualquer um dos Senadores

que queiram conhecer de perto a mesa de operações do Tesouro Nacional, queiram conhecer, de perto, as operações e uma... Uma conversa eventualmente mais específica, eu queria colocar o Tesouro à disposição. Queria colocar também à disposição o *site* do Tesouro, para qualquer dúvida que vocês ou os assessores dos senhores tenham, podem entrar em contato com o Tesouro Nacional, será um prazer estar atendendo. Agradecer ao Presidente da Comissão, Senador Aloizio Mercadante. Agradecer a todos os Senadores e Senadoras e demais presentes nessa Comissão. Muito obrigado. Coloco-me à disposição para as respostas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Bom, queria agradecer, eu queria agradecer, eu queria agradecer a intervenção... Precisa aumentar o som aqui. Tarcísio Godoy, Secretário do Tesouro Nacional. Acho que todos os conceitos fundamentais, os dados básicos para uma avaliação da evolução da dívida pública estão aí, à disposição dos Senadores. Maiores informações nós podemos ter junto à Secretaria do Tesouro. Eu vou fazer todas as questões, em bloco, e eu peço bastante objetividade, porque nós temos ainda matérias a serem votadas na Ordem do Dia e temos a argüição de um novo Diretor do Banco Central do Brasil.

Então, com a palavra, o Senador Francisco Dornelles. Vou fazer todas as perguntas, em bloco, respostas em bloco e peço a mais... A maior brevidade possível para que a gente possa ter uma reunião produtiva e, ao mesmo tempo, cumprir a nossa expectativa da Sessão Ordinária de hoje. Senador Dornelles, com a palavra.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Secretário, eu quero cumprimentá-lo pela exposição que acaba de fazer e pelo trabalho que vem sendo realizado pela Secretaria do Tesouro. Eu acho que dificilmente hoje se encontra um país no mundo que tenha a sua dívida tão bem administrada, como vem ocorrendo com vocês, na Secretaria do Tesouro.

Eu queria... O Governo enviou recentemente uma proposta, um Projeto de Lei que foi aprovado na Comissão de Orçamento, em que se aumentou o PPI de 0,2 para 0,5, o que permite um aumento de investimento de, aproximadamente, 04 bilhões para 11 bilhões. E esse aumento de... Do PPI vai permitir, em termos reais, um déficit, um superávit primário menor. E mesmo com esse superávit primário menor, existe a projeção de um déficit nominal menor. Isso, eu queria perguntar, isso, mais ou menos, prova ou ratifica aquela tese de que a responsabilidade pelo déficit nominal do Brasil advém das taxas, elevadas taxas de juros que, até então, vinham sendo praticadas? Essa é a primeira pergunta. A segunda é o seguinte: Primeiro, cumprimentar pela,

pela, pelo problema da dívida interna, pela redução da... Da dívida ligada ao câmbio, Selic, o aumento da pré-fixada. Mas a outra pergunta que eu queria lhe falar é o seguinte: Com base nos dados, recentemente, fiscais do Banco Central, nós temos, estamos com a dívida, com a dívida interna líquida de, aproximadamente, um bilhão e 100. Mas quando verificamos os créditos, isto do setor público. Quando nós vamos para o Governo Federal, verificamos a dívida mobiliária, de aproximadamente 01 bilhão e 94, e os créditos do Governo Federal, nós chegamos a uma dívida do Governo Federal líquida, de aproximadamente 613 bilhões, o que representa 25% do PIB. A pergunta que eu faço é a seguinte: Os outros países, tipo América Latina, México, incluindo o México, alguns países da Europa, quando eles apresentam ao mundo a sua dívida, eles entram com esse detalhe que nós entramos na dívida dos entes federativos, de Estados, de empresas públicas? Ou nós estamos sendo mais rigorosos que eles na análise da nossa dívida pública? Era isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Dornelles. Com a palavra, o Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente Aloizio Mercadante, Sr. Tarcísio José Massote de Godoy, também cumprimento pela exposição tão bem feita, a respeito da diva externa e da dívida pública brasileira. Eu gostaria de... Que pudesse nos expor a respeito de como é que a política da dívida pública interage com a definição da taxa de juros básica, da taxa de juros Selic. Em que medida a oferta de títulos da dívida pública brasileira requer, de alguma maneira, para significar maior atratividade ao possível investidor, em títulos brasileiros, em que medida isso interage com o objetivo de se baixar a taxa de juros Selic, no mercado brasileiro? Há, eventualmente, conflitos, no que diz respeito ao objetivo que tem o Governo, as autoridades monetárias, o próprio Presidente da República, em dizer, como normalmente tem dito, “o nosso objetivo é estar diminuindo a taxa de juros para a economia brasileira, para estar estimulando o crescimento”, e assim por diante.

Por outro lado, o Governo brasileiro, ao emitir e vender títulos, o faz de uma maneira tal a remunerar os possíveis, os potenciais investidores. E, dentre os pontos de atração, além da confiança que esses títulos possam ter, e isso envolve a taxa de risco que V.Sa. nos explicou, que tem baixado de dois mil duzentos e tantos para 154. Mas, por outro lado, um dos elementos de atração é a taxa de juros. Então, eu agradeço se puder nos dar uma explicação dessa interação e de possíveis conflitos que possam existir ou se, para que se tenha uma política saudável de administração

da dívida pública, será conveniente também a baixa gradual, mas firme dessa taxa de juros?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Suplicy. Agora, com a palavra, o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente, agradeço a oportunidade. Não vou me demorar porque aqui, Secretário, tem dois grandes economistas: o Mercadante e o Suplicy. De forma que qualquer pergunta que eu fizer a aventura de alguém que tem o interesse público em saber o que vem acontecendo. Não peguei por inteiro os pronunciamentos de V.Exa., mas vi, pela exposição, que V.Exa. está demonstrando a qualidade do trabalho que vem sendo desenvolvido pela Secretaria do Tesouro, que é... Eu tive muita, muito contato quando, de CPs dos Precatórios, porque, praticamente, os pareceres jurídicos da Secretaria do Tesouro é que ajudavam a se encontrar a melhor solução para a apuração dos fatos.

Eu tenho ouvido uma conversa de alguns Prefeitos e Governadores da possibilidade de reedição de títulos públicos para substituírem aqueles que não foram liquidados por deficiência do Erário Estadual ou Municipal. Eu pergunto se isso realmente tem algum... Alguma discussão nesse sentido. Outra coisa que V.Exa. falou é do risco. Num dos itens o risco. É o risco legal que tem a garantia jurídica que tanto se reclama na... Nos depoimentos que são feitos por Parlamentares, Senadores, Deputados, que reclamam da garantia jurídica? Está ligada a essa... A essa, esse risco legal que V.Sa. colocou aqui? Há garantia jurídica? Então, essa é uma pergunta. Rolar a dívida no mercado de títulos, se vão poder ou não reeditar os títulos, porque muitos deles eram praticamente falsificados, dentro de um contexto de repetição de valores de dívida, que foram jogados no mercado, nos mercados e os micos ficaram com alguns Bancos. E todos esses hoje, ainda, correm processos junto à área jurídica do Poder Judiciário e investigações policiais.

A desvalorização cambial... Isso me chamou muito a atenção, que a desvalorização cambial representa a diminuição da dívida pública. Como há um reclame, principalmente dos exportadores, que o dólar chegou num patamar muito baixo e o Senador Mercadante teve oportunidade, na reunião da LIDE, a reunião dos líderes empresariais em Comandatuba, igualmente ao Presidente do Banco Central e mais o Presidente da Assembléia, dizer que a... O dólar, para ter estabilidade, tem que estar diretamente ligado à inflação. Se a inflação está controlada, a representatividade do dólar, ela é relativa. Então, esse reclame dos empresários exportadores há razão de ser ou não? E o *spread* dos empréstimos está alto ou ele pode baixar o *spread* que

as empresas têm que pagar, com garantia da dívida a que se submetem? Isso, eu me baseio na sua exposição, Mercadante.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Romeu Tuma, pela brevidade e objetividade. E agora, com a palavra, o Senador Garibaldi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, senhor Secretário do Tesouro Nacional também quero cumprimentá-lo pela exposição, senhor Paulo Fontoura. Eu tenho uma pergunta, uma preocupação semelhante à do Senador Romeu Tuma.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Garibaldi, eu sei que V.Exa. tem uma grande capacidade de captação de... Intelectual e de—

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Transmissão de pensamento, mesmo quando as pessoas não se expressam verbalmente—

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas quem falou foi o Tarcísio Godoy. O nosso Paulo Vale Fontoura, até o momento, não disse nada. V.Exa. agradeceu a ele, eu tenho certeza que foi... Uma captação de uma mensagem.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, mas eu fiz só uma saudação a ele--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ah, sim, está bom.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ele estava tão esquecido. Aquela história: “Esqueceram de mim”.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Senador Garibaldi, o senhor permite? Secretário, Doutor Paulo também, minhas saudações, mas por que tanta sigla e tanto nome em inglês para definir essa parte operacional? Eu estava falando com o Suplicy, o BEST, que é o *Brazil Excellence in Securities Transactions*, “the best” é o melhor na tradução em inglês, ela tem relação nessa sigla ou é porque a sigla é a abreviatura do Brazilian... Desculpe, é que muita coisa em inglês e muita sigla--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Foi uma *best* pergunta essa. Foi uma *best*... Agora, Garibaldi com a palavra. Senador Garibaldi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu pergunto ao Secretário do Tesouro Nacional:

Essa negociação com os Estados, que foi abordada pelo Senador Romeu Tuma, quais são os parâmetros ideais para que ela possa ser realizada? Porque os Estados vêm pleiteando, já há algum tempo, e o Governo vem, de certa maneira, rechaçando. Quais são os parâmetros ideais ou se não... A curto prazo, eles não existem? A segunda pergunta, o financiamento da dívida, se eu entendi bem porque eu não sou um *expert*, evidentemente, o financiamento da dívida é feito hoje via mercado interno e externo, alternando-se, ou há uma clara preferência pelo financiamento da dívida pública federal internamente? Creio que não, porque o senhor mostrou aí todo um esforço de captação no setor externo. Eu acho que há um *mix* aí. Mas eu queria um esclarecimento mais cabal. E o terceiro é a relação do PAC com o superávit primário. O Governo vai poder conciliar o cumprimento da meta do superávit primário com a execução do PAC? Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Garibaldi. O próximo Senador Valter Pereira, depois Antônio Carlos Valadares, e Senador Valdir Raupp, e nós encerramos aí a arguição para passar depois à sabatina do senhor Luciano Coutinho, Diretor do Banco Central e à votação dos Projetos. Valter Pereira, eu peço sempre objetividade a todos.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Dr. Tarcísio e Doutor Paulo, quero referendar, inicialmente, as opiniões elogiosas que foram proferidas aqui, à equipe que está se dedicando, de corpo e alma, para a administração da dívida pública federal, e que merece toda a confiança desta Casa. Mas eu gostaria de fazer uma indagação ao Dr. Tarcísio, nos seguintes termos: Sabe-se que a dívida pública total, pelo menos a que foi publicada no dia 31 de dezembro último, elevou-se à casa de 01 trilhão e 67 bilhões de reais. O que eu gostaria de saber é o seguinte: Desse total, quanto que se refere a juros? A juros da dívida? Quanto da dívida do setor público refere-se exclusivamente a juros devidos, não pagos, e que estão incluídos na dívida, nessa dívida? Era essa a indagação que eu gostaria de fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Valter Pereira, pela objetividade. Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, Dr. Tarcísio Godoy. Dr. Tarcísio, os analistas internacionais estão seriamente preocupados com o crescimento desordenado, como eles falam, da China. Há comentários de Miriam Leitão e de outros tantos devotados jornalistas da economia, que falam da China, do fator China, que pode prejudicar o crescimento e o desenvolvimento de outros países e, conseqüentemente, interferir no equilíbrio das contas

públicas dos países menos desenvolvidos. Inclusive, a China tem um problema que vai estourar mais tarde, segundo a Miriam Leitão, que está falando no jornal “O Globo”, que é o problema da poluição de um dos rios mais importantes, do rio mais importante, que oferece 35% de água potável para a China, e 6 cidades da China estão ameaçadas de não receberem abastecimento. Isso pode, sem dúvida, interferir numa crise da China e, conseqüentemente, numa crise Asiática, repercutindo na economia globalizada. Eu pergunto a V.Exa. se a Secretaria do Tesouro, em face dessa possibilidade, como vê essa queda de juros que vem acentuadamente acontecendo sempre que há uma reunião do COPOM. Se o Governo vai assinalar com novas quedas das taxas de juros ou, preocupado com a possibilidade de uma crise Asiática, vai conter mais esse... Esse, essa redução das taxas de juros?

E, finalmente, eu gostaria de fazer uma pergunta relacionada à Lei de Responsabilidade Fiscal. Eu gostaria de saber quantos Estados, no Brasil, estão fora da obtenção de financiamento público em face da desobediência à Lei De Responsabilidade Fiscal? V.Exa. poderia me precisar quais os Estados do Brasil que estão em dificuldades na obtenção de empréstimos, em razão da Desobediência à Lei de Responsabilidade Fiscal. Agradeço a V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Antônio Carlos Valadares. Para concluir, agora, o Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): A minha pergunta, Sr. Presidente, é praticamente uma complementação da pergunta do Senador Valadares. O Ministro Mantega se pronunciou na imprensa essa semana sobre a possibilidade da ampliação da margem de endividamento dos Estados e isso, de uma certa forma, o... Diria que a minha pergunta é uma complementação da pergunta do Valadares. O Ministro Mantega se pronunciou essa semana à imprensa da possibilidade da ampliação da margem de endividamento dos Estados. Isso, certamente, seria praticamente, uma flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, a pergunta é se é isso mesmo, se vai flexibilizar a Lei de Responsabilidade Fiscal para alargar a margem de endividamento dos Estados?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O Senador Dornelles pediu para fazer uma intervenção muito breve.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Presidente, o Senador Valdir Raupp já fez a intervenção que eu gostaria de fazer. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço. Então, antes de passar

a palavra, queria agradecer ao Paulo Fontoura Vale pela presença, que é Secretário Adjunto do Tesouro, ao Tarcísio Godoy, Secretário do Tesouro Nacional. E eu faria só dois comentários. Eu quero, acho absolutamente temeroso, impropriedade, qualquer movimento de alteração na Lei de Responsabilidade Fiscal. Parte desses resultados que nós estamos tendo de uma redução consistente da dívida pública, melhora no perfil da dívida pública, melhora do posicionamento do país, todo esse esforço de nós atingirmos o grau de investimento que vai permitir aumentar... Nós tivemos, nos últimos 12 meses, 31 bilhões de dólares de investimentos diretos externos. E esse fluxo de recursos que têm qualidade, que vêm para ficar no país, a possibilidade de nós atingirmos o grau de investimento, com as agências de *rating*, e eu estou realizando um seminário com as três Agências, aqui na nossa Comissão de Assuntos Econômicos, exatamente para debater grau de investimento e a trajetória do Brasil nessa direção, nós vamos fragilizar essa evolução e toda essa possibilidade histórica única, quer dizer, eu não me lembro, no pós-guerra, de nós colocarmos títulos soberanos internacional com taxa de juros de um dígito—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: 20 anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com uma projeção de 20 anos, em real. Em real. Então, esses benefícios vêm exatamente da responsabilidade fiscal de todos os entes federados. Nós temos que construir caminhos para alavancar a capacidade de investimento dos Estados. E estou totalmente aberto a buscar... A Sessão anterior do BNDES, nós mostramos aqui algumas operações com complexas engenharias financeiras, que permitiram aos Estados terem recursos do BNDES e financiarem Projetos específicos, sem agravar o processo de endividamento público--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. está enxergando algum risco com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sempre, sempre há esse risco. Inclusive, há vários Projetos de Senadores, sempre buscando um jeitinho e os Governadores também buscando, jeitinho. Não tem jeitinho em responsabilidade fiscal--

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, eu fiz uma pergunta sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas eu estou de acordo com V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Exatamente.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Totalmente de acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ou nós mantemos esse caminho de austeridade fiscal, que é o que permite esses indicadores que aí estão, ou nós vamos tentar encurtar o caminho dos fundamentos macroeconômicos; já tentamos tantas vezes na história e pagamos sempre um preço muito caro. Então, eu queria deixar expressa a minha posição, bem transparente e bem evidente. Em segundo lugar, pedir também ao Tesouro Nacional que analise com atenção o Projeto que nós apresentamos à Mesa do Senado, que estabelece que toda a despesa de caráter, continuado seja do Executivo ou do Legislativo, teria que previamente ter o parecer da Comissão de Orçamento, identificando quais as despesas serão cortadas e qual a fonte de receita. Não para o ano em exercício, como estabelece a LDO. Porque sempre que se aprova a despesa de caráter continuado, faz para o ano seguinte. Portanto, a LDO hoje já não representa qualquer empecilho a essa política, que eu diria que é um dos elementos também que vêm fragilizando a capacidade de investimento do setor público e de melhora no desempenho das finanças do estado brasileiro.

Dito isso, farei todo o esforço para contribuir para os Estados. Hoje mesmo nós temos dois Projetos de financiamento de Estados. Vou propor inclusive, alterar a Ordem do Dia para a gente aprovar e mostrar, a demonstração de boa vontade dessa Comissão. Mas que espero que não prospere qualquer movimento de alteração da Lei de Responsabilidade Fiscal. E espero que o Tesouro Nacional seja muito claro na defesa desses princípios, desses valores, que são essenciais para a evolução da dívida pública, redução dos juros e melhora no ambiente macro econômico.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, só, por favor, para esclarecer, a notícia hoje divulgada não era que haveria uma mudança na Lei de Responsabilidade Fiscal. É que as negociações feitas antes da Lei de Responsabilidade Fiscal poderiam se adaptar aos parâmetros estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Quer dizer, a Lei de Responsabilidade Fiscal seria mantida em toda a sua plenitude.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É, Senador, eu nem entrei no mérito da notícia de hoje ou de amanhã. Mas como isso é uma tentativa recorrente e, aparentemente, um caminho sedutor, eu estou só me antecipando às minhas mais profundas convicções, que seguramente será o pior caminho para nós administrarmos a retomada de investimento e do crescimento sustentável do país. De qualquer forma, as propostas que vierem nós

analisaremos com toda a atenção. Passo a palavra ao Secretário [interrupção no áudio].

SR. TARCÍSIO JOSÉ MASSOTE DE GODOY: Bom, bastante interessantes todas as questões. Vou tentar ser objetivo e o mais claro possível. Inicialmente, Senador Dornelles, eu queria mostrar esse gráfico para responder ao senhor se, com o aumento do PPI, se nós vamos atingir as metas fiscais determinadas na LDO. Mostrei exatamente que o arcabouço institucional nosso não permite que a gente não atinja. A cada dois meses, há uma reavaliação de receita e despesa; a cada quatro meses, a gente vem ao Congresso e mostra quais eventuais medidas necessárias para que a meta seja atingida. Então, a meta fixada pelo Congresso Nacional, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, é a meta que será atingida. Não... Não tenha dúvida disso, até porque é... Os senhores são os fiscais desse descumprimento. Taxa de juros praticados, eu acho que de maneira geral houve... Diversas perguntas a respeito sobre taxa de juros. O Banco Central, ele fixa a taxa de juros de curto prazo. Óbvio que a taxa de curto prazo é uma referência, mas se essa referência estiver muito fora do que o investidor, no longo prazo, pensa que são os fundamentos da economia, você coloca uma taxa de juros, a taxa de juros de curto prazo hoje, na Selic, é 12,50. Eu coloco títulos de 20 anos a 09%. Então, isso significa que... No que diz respeito à administração da dívida pública, os fundamentos econômicos, eles têm uma relevância muito maior do que a taxa que o Banco Central sinaliza no curto prazo, obviamente a taxa do curto prazo do Banco Central, ela tem o seu impacto.

E, de fato, o principal indicador que nós utilizamos, é a terceira pergunta do senhor. O principal indicador que nós utilizamos, que é a relação dívida líquida sobre o produto interno bruto, ele não representa a maneira mais ortodoxa de avaliar as finanças públicas. Você... Na verdade, como eu coloquei anteriormente, as agências de *rating*, elas não consideram dívida líquida; elas consideram dívida bruta. Então, elas desprezam os seus ativos financeiros, que você tem a receber, por uma questão de não ter como apurar a liquidez e a certeza e o valor. Estou falando de uma maneira geral, nos demais países. E ela se foca tão-somente na sua dívida bruta. Teoricamente, se você tem uma dívida bruta de 100, e 100 também de ativos, você teria dívida zero. As agências de *rating* não consideram seus ativos financeiros e consideram somente o tamanho da sua dívida. E, obviamente, vão acompanhando outros indicadores, mas elas têm um dos grandes elementos que ainda não permitem que o Brasil tenha atingido o grau de investimento, é o valor da sua dívida bruta do Governo geral. O Brasil considera a dívida líquida.

Portanto, ele abate; eu não diria que seja conservador. Eu acho até que tecnicamente, dado o nível de transparência e qualidade dos nossos dados, o que a gente tem alegado para as agências de *rating* é que eles têm que olhar cada país com a sua capacidade de prover informações e segurança dos dados. E, na medida em que eu consigo mostrar que eu tenho ativos financeiros positivos, eles devem sim abater da minha dívida bruta e não considerar a minha dívida bruta. Espero ter respondido ao Senador Dornelles.

O Senador Suplicy, ele pergunta a relação entre política da dívida pública e taxa de juros. De fato, quanto maior e quanto melhor forem os fundamentos da economia, e quanto maior for a minha capacidade de colocar títulos pré-fixados, no longo prazo, a uma taxa adequada, mais potência você dá para a política monetária. Portanto, com mais potência, a política monetária provavelmente, num momento de choque necessário para diminuir ou dar algum tipo de movimento para... Para a dinâmica do produto, a política monetária não necessariamente vai utilizar todo o seu potencial. Eu explico. Se você tem toda a sua dívida pré-fixada no longo prazo, um ponto de aumento na taxa de juros representa uma... Um efeito renda-riqueza muito mais forte do que você tem toda a sua dívida pós-fixada. Então, portanto, existe é... Eu acho que existe uma convergência em que os fundamentos da nossa economia, eles sim, eles indicam a taxa de juros de longo prazo, está certo? E que com melhores fundamentos na nossa economia você pode fazer uma política fiscal mais eficiente. Eu acho que esse é o ponto que eu gostaria de colocar em resposta à pergunta do Senador Suplicy.

O Senador Romeu Tuma pergunta sobre a questão de risco legal. Isso aqui é muito mais didático para poder mostrar, eventualmente uma lei do Congresso que determine que haja a suspensão dos pagamentos ou a possibilidade de que essa lei possa vir a ocorrer, ou não, representa um risco legal para os credores. E você não consegue separar, na composição do seu custo, você não consegue separar todos esses pontos porque, dependendo do investidor, a aversão do risco muda. O senhor pode ter uma aversão legal menor, mas ter uma aversão ao risco de crédito maior.

Agora, a questão de você ter reservas internacionais elevadas, o que a gente tem colocado para todos os investidores é que, a cada ativo que você tem, você tem um custo associado. Então, você ter reservas internacionais elevadas representa um custo sim de carregamento, mas é um benefício também. Porque, de outra maneira, você poderia fazer, encontrar um outro ponto de equilíbrio. Com uma reserva internacional, não de 117 bilhões, mas uma reserva internacional,

por exemplo, de 40 bilhões, ao invés do meu Risco Brasil estar em 154 pontos básicos, ele poderia estar em 300 pontos básicos. Pelo risco associado. Então, você... Ao ter uma reserva internacional maior, que você tem um custo, você também tem um risco. Como, ao ter uma democracia plena, como o país tem, que é um benefício, você tem obviamente um custo que você não pode mudar todos os contratos discricionariamente, ao bel-prazer de quem está no Governo. Então, você, a cada ativo, que nós consideramos que nós temos, nós temos um benefício e um custo. O que se imagina é que os benefícios superam ainda os custos do nível das reservas internacionais.

E the best question, que é a pergunta sobre o BEST, na verdade, se o senhor observar, não tem nenhuma referência, que não seja em língua portuguesa, na apresentação, com exceção de uma iniciativa que é voltada para investidores estrangeiros. Então, nós fizemos aí uma, colocamos a sigla “Brasil - Excelência em títulos e transações”, fizemos uma... Uma...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É uma forma simpática.

SR. TARCÍSIO JOSÉ MASSOTE DE GODOY: É uma forma simpática de você estar apresentando como sendo o *best*. Bom, o Senador--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sobre a edição de títulos novos.

SR. TARCÍSIO JOSÉ MASSOTE DE GODOY: A possibilidade de emissão de títulos públicos? Bom, você tem--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Porque hoje, eu não sabia, a capa, a primeira página do “Estado”, fazendo referência à autorização no aumento da dívida pública dos Estados--

SR. TARCÍSIO JOSÉ MASSOTE DE GODOY: Na verdade, dizer assim, é legítimo que cada um dos entes da federação busquem uma melhor forma de se financiar, busquem maior quantidade de recursos para atender às demandas desse ente. Isso é absolutamente legítimo. O que tem em vigor é um contrato entre o Governo Federal e cada um desses entes em que as regras estão ali estipuladas. Até que haja qualquer tipo de alteração Legislativa, as regras são aquelas e não existe nenhum tipo de estudo definitivo a respeito do que é que vai ser feito. Então, existem diversas propostas de... Todos os... Não só os Governadores, mas Prefeitos, eles sempre estão encaminhando propostas, soluções... Aquelas propostas que forem baseadas na responsabilidade fiscal, aquelas que significarem uma capacidade de manter os fundamentos da nossa economia brasileira, a orientação que a gente tem do Governo é que sim, que a gente tente atender, ao máximo possível, mas com o princípio de estabilidade

monetária, com o princípio de responsabilidade fiscal. Esses são os princípios que norteiam a... A posição do Governo, que eu tenho escutado de orientação do Ministro Guido e tenho escutado de orientação do Presidente Lula.

Portanto, sobre esses princípios todas as propostas são legítimas, podem ser apresentadas, devem ser apresentadas, vão ser debatidas e, se tivermos alguma possibilidade, ela será atendida. Se não tivermos possibilidade, não tem como atender, porque a sociedade, como um todo, acaba pagando o custo, como nós estávamos acostumados a observar. Quanto ao *spread*. O que a gente tem que perceber é que uma menor potência da política monetária, devido a um perfil de dívida, ainda não adequado, representa, eventualmente, a necessidade que o Banco Central utilize outros tipos de instrumentos para controlar a oferta de moeda. Um desses instrumentos, são os compulsórios sobre depósito à vista. Compulsórios sobre depósito à vista acabam refletindo em maior *spread* bancário. Mas o que a gente observa é uma redução dramática também desse *spread*, na medida em que a credibilidade e a estabilidade monetária vêm se mostrando como um valor da sociedade brasileira.

O Senador Garibaldi pergunta sobre negociação dos Estados, está certo? Novamente, não existe absolutamente nada definitivo. O que existem são demandas dos Governadores. Demandas essas que não são demandas novas. Você tem demandas que, enfim, começaram em 97 e, até hoje permanecem. Outras demandas, diversas demandas já foram atendidas por diversos Governadores, dentro desses princípios que eu coloquei. Eu acho que são esses os princípios que vão continuar norteando a administração das finanças públicas no Brasil e, portanto, vão estar consolidando os fundamentos da economia e permitindo que o país continue avançando, em termos de credibilidade, permitindo também que, com isso, você tenha um ambiente de negócio muito mais favorável e, a partir desse ambiente de negócio mais favorável, você tenha a geração de emprego, você tenha crescimento e tenha desenvolvimento. É... O financiamento da dívida pública, ela é basicamente no mercado doméstico. Então você tem, hoje, 90% da minha dívida, ela é financiada pelo mercado doméstico. Significa dizer que nós, a própria população brasileira é quem financia a dívida do poder público, até porque os investidores estrangeiros detêm somente três por cento dessa dívida, da participação dessa dívida.

O mercado externo, ele é importante para que você tenha uma referência para que empresas e para que as corporações consigam atingir, se assim desejarem, condições de financiamento mais adequadas,

tornando-as mais competitivas também nesse mercado globalizado. Novamente, quanto ao cumprimento da meta, eu acho que é o tipo de dúvida que assim, a própria história nossa não permite mais que a gente tenha. A meta fiscal vai ser cumprida. Isso é Lei e todo o arcabouço institucional está dirigido e está construído para que a gente atinja o resultado fiscal. Lógico que não basta somente a gente acreditar nisso e ir para casa dormir. “Orai e vigiai”. Quer dizer, estamos sempre atentos para qualquer desvio e estaremos sempre fazendo proposições no sentido de que esse resultado garanta a sustentabilidade intertemporal da nossa dívida.

O Senador Valter Pereira pergunta qual é a proporção de juros devidos e não pagos. O papel do Tesouro, quando ele é emitido, você pega, por exemplo, um papel que eu emito é... NTN-B para vencer em 2045, está certo? Normalmente, a cada seis meses, você... Vencem os juros e você paga os juros. Então, você fica com o principal. Vencem os juros, você paga os juros. Você fica com o principal, está certo? Então, a pergunta do senhor, eu não sei exatamente assim, se o que está registrado, quanto que é... Juros que foram acloados(F) e ainda não pagos, aí é pouco significante, está certo? Ou se o senhor pergunta, na origem, o que é que eu utilizei para fazer esse dinheiro? Porque, quando eu me endividei foi para financiar um déficit orçamentário. Eu não tinha dinheiro, queria fazer uma estrada, me endividei para fazer uma estrada, está certo? Quanto que eu já paguei de juros por conta daquela estrada? Aí a pergunta não tem resposta. Quer dizer, na verdade--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Acho que tem uma resposta mais fácil, que é você pegar o déficit nominal, que é exatamente a diferença entre os juros pagos, os juros nominais, retirado o superávit primário; soma isso ao longo do tempo e você tem uma estimativa do peso que a taxa de juros teve no endividamento do país na trajetória recente. Eu acho que essa talvez seja a melhor aproximação para o sentido da pergunta. Ele queria é... Qual foi o peso da taxa de juros no processo de endividamento? Se for isso que eu entendi.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu tenho a resposta. A resposta é uma barbaridade. A resposta é o seguinte: O que existe listado de dívida é juro. É juro. Em 8 anos, um trilhão e 77 bilhões. E a dívida pública líquida total é de um trilhão e 67 bilhões. Então, veja o seguinte: O que eu queria demonstrar é que há uma perversidade na... No componente da dívida pública com essa... Essa elevada taxa de juros, essa política de agiotagem, de juros altos, praticados pelo Banco Central. E é preciso que essa questão te-

na que ser discutida, para que o Banco Central abra os olhos. Porque senão, se não abrir os olhos, essa... Essa política de agiotagem vai devorar o setor público brasileiro. Porque, veja o seguinte, na política externa, na dívida--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Concluindo, Senador, para a gente poder cumprir o nosso ritmo de trabalho.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Na dívida externa, a administração está correta. A dívida pública externa está, está... Equilibrada. O problema é a dívida pública interna.

SR. TARCÍSIO JOSÉ MASSOTE DE GODOY: Bom, a dívida pública está equilibrada, externa, porque eu emiti no mercado interno para pagar a dívida externa; se eu tivesse emitido no mercado externo para pagar a interna, eu teria a dívida pública equilibrada. Mas assim, eu--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Porque teve um bom desempenho da exportação, porque teve um bom desempenho da macroeconomia no conjunto.

SR. TARCÍSIO JOSÉ MASSOTE DE GODOY: Bom, o Senador Antônio Carlos Valadares, preocupado com a China. A China, ela faz lembrar o Brasil talvez, na década de 50, 60, em que você... Há um grande movimento do setor rural para o setor urbano, aumentando rapidamente a produtividade e fazendo, então, que os fatores de produção tenham maior produtividade e que o crescimento ocorra de maneira desorganizada e concentrada. A China tem problemas muito grandes, do tamanho da população da China. Eu não sou especialista em China. Eu não... Eu não conseguiria responder uma questão tão complexa como a que o senhor colocou. O que eu acho, e o que eu penso, e o que o Brasil está fazendo é: Nós estamos nos fortalecendo. O Brasil não tem uma dependência exclusiva de um único mercado e não depende mais só do mercado europeu, mercado americano ou de determinados mercados asiáticos. Então, você tem hoje, comparadamente (F) com os nossos países pares, o México, que, por exemplo, tem uma dependência muito forte da economia americana, o próprio Chile que tem uma dependência muito forte de uma única *commodity*, O México, que tem uma dependência de uma única *commodity*. Então, o Brasil, ele, hoje, está mais diversificado em termos de... Em termos de relação comercial. Ele está mais diversificado em termos da sua indústria. Hoje ele, a dependência das exportações brasileiras não é em uma única só *commodity*. Está mais diversificado em termos da sua matriz energética e tem tido uma administração financeira das suas contas muito mais estáveis. Então, o Brasil

está se preparando. Quer dizer, nós estamos fazendo a nossa parte. E aí a China, obviamente, ela vai trazer bons resultados ou maus resultados para o conjunto da economia global, mas o Brasil, cada vez mais, se torna um porto seguro.

Quanto à questão de quais os Estados que não cumprem a Lei de Responsabilidade Fiscal, o não cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal não é competência do Tesouro Nacional, ele apurar. Na verdade, cada Tribunal de Contas é que tem a possibilidade, é que tem a designação legal de apurar a... O cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Contudo, alguns Estados, o que nós observamos, quando analisamos operações de créditos, eles têm tido dificuldade porque os demais Poderes, em alguns Estados, não têm cumprido alguma, algum percentual em relação à despesa de pessoal. Esse é um dos problemas que fazem parte do menu de discussões internas, como nós poderemos dar o equilíbrio entre os demais poderes e em um ente federativo. Então, esse é um assunto que nós estamos discutindo. Então você tem um conjunto de três ou quatro Estados que têm, que têm a... Demais Poderes não cumprem, não cumprem a sua determinação legal e, portanto, esses Estados, eles ficam impedidos de realizarem operações de crédito.

Ministro... Senador Valdir Raupp pergunta sobre uma manchete do “Estado de São Paulo” hoje sobre a questão da margem de endividamento. Eu acho que a resposta acaba sendo a mesma, assim, essa... É uma das demandas que os Governadores vêm colocando. O que acontece é que a Lei 9496 determinou que você deveria ter uma trajetória de endividamento em que sua dívida líquida financeira; sua dívida líquida real, sua dívida financeira, portanto, sobre a sua receita líquida real, deveria convergir para a relação de um para um. A Lei de Responsabilidade Fiscal, ela colocou um outro conceito dizendo que... Em nenhuma hipótese, os Estados poderiam fazer operação de crédito se sua dívida consolidada sobre sua receita consolidada líquida, sua dívida consolidada líquida sobre a sua receita consolidada líquida, fosse superior a dois. São conceitos distintos. O primeiro conceito, ele visa, ele busca averiguar a sua capacidade de ter caixa para fazer o pagamento. Porque não adianta você ter uma receita consolidada líquida, mas que não representa caixa para você fazer o seu pagamento da sua dívida, está certo? Então, esse foi o primeiro conceito que foi apresentado pela Lei 9496.

O segundo conceito é um conceito mais econômico. Ele quer dizer o seguinte: O valor da sua dívida, em relação ao valor das suas receitas, você deve ter, manter algum certo equilíbrio. Então, são dois conceitos

é... Distintos que devem ser analisados. E, se julgados, oportunos, adequados, mantidos os dois princípios colocados de estabilidade monetária e de... E de responsabilidade fiscal é... Avaliar a possibilidade de isso ser conduzido adequadamente. Eu acho que dessa forma, Senador, não sei se eu consegui responder adequadamente. Coloco-me à disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Seguramente respondeu com muita competência. Atingiu o objetivo da reunião, que é exatamente divulgar informações, democratizar dados que possam servir para o nosso processo decisório. A Senadora Kátia Abreu, gentilmente, abriu mão da palavra para a gente poder concluir a nossa audiência e eu agradeço, em nome da Comissão, Tarcísio Godoy, ao Secretário do Tesouro Nacional, ao Paulo Fontoura Vale, Subsecretário, está há 14 anos já, Secretário Adjunto, acompanhando aí a evolução da dívida. E dizer que é um prazer ver essa evolução positiva do endividamento que é talvez o maior desafio macroeconômico que nós temos exatamente para recuperar a capacidade de investimento e poder acelerar o crescimento econômico sustentável do país. Está encerrada essa primeira parte. Eu vou pedir um minuto para poder... Nós poderemos nos despedir, fazer.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Fazer a despedida do nosso Secretário do Tesouro e, pela ordem, Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu gostaria de solicitar, enquanto, quando reiniciarem os trabalhos, antes de ouvir a audiência do indicado para o Banco Central, eu gostaria de solicitar a votação do item 02, que é um item pacífico, o Relator é o Senador Raupp, é um empréstimo para o Estado da Bahia e, portanto, é uma questão só formal que eu gostaria de ver votada rapidamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É, nós temos dois empréstimos –

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): O item 02 e o item 05 –

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Um do BNDES e um do Governo da Bahia. Menos pela solicitação de V.Exa., mas pela presença da Sônia Carneiro aqui, jornalista histórica desse Congresso Nacional, que é assessora do Governo da Bahia, seguramente nós colocaremos como primeiro ponto da pauta; o faremos com brevidade, a aprovação dos dois empréstimos e, em seguida, a argüição do novo Diretor do Banco Central, Mário Torós.

Então, nós encerramos essa preliminar e vamos imediatamente iniciar a ordem do dia e pediria que a

Senadora Kátia Abreu e o Senador Neuto de Conto pudessem convidar... Ah não, nós vamos aguardar ainda a votação dos dois Projetos. Depois faremos o convite ao Diretor do Banco Central.

Reunião Preparatória encerrada às 11h01.

12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos iniciada às 11h02.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Bom, havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, extraordinária. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa de leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Primeiro item da Pauta, item 02. Relator Senador Valdir Raupp. Solicita autorização para contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinada ao financiamento parcial do Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias - PREMAR. Quero também anunciar que está presente o Secretário de Infra-Estrutura do Governo da Bahia, Antônio Carlos Batista Neves. Se houver a necessidade de alguma informação específica, ele está à disposição dos Senadores.

Com a palavra o Relator, Senador Valdir Raupp. Peço que V.Exa. apresente diretamente o voto para que a gente possa acelerar a tramitação.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Também está presente, pelo Tesouro Nacional, Eduardo Coutinho Guerra, Secretário Adjunto da Secretaria do Tesouro Nacional, área de Estados e Municípios; Ronaldo Camilo, Coordenador Geral de operações de crédito de Estados e Municípios do Ministério da Fazenda; Eduardo Luiz Gaudard, Gerente de Responsabilidade Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda. Com a palavra, o nosso Relator Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, esse Projeto preencheu todos os preceitos legais, constitucionais, não contraria a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ademais, em conclusão ao pleito encaminhado pelo Estado da Bahia, encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções nº. 96/89

e 40 e 43/2001, do Senado Federal, devendo ser concedida autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendido, nos termos do seguinte. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço a objetividade e o encaminhamento do voto do Relator. Não havendo quem queira discutir a matéria, vamos colocá-la em votação. Senadores que são favoráveis, Senadoras, ao Projeto permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu solicito urgência para a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos colocar em votação a demanda de urgência desse empréstimo. Os Senadores que são favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado. O item 05 da pauta é... O empréstimo... Propõe ao Senado Federal autorização para contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Banco Europeu de Investimento - BEI (*European Investment Bank*), destinada a financiar o Programa Multisetorial BEI - Linha de Crédito - ALA III. Com a palavra o Relator, Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Da mesma forma, Sr. Presidente, esse é um aporte importante para Projetos do BNDES e os levantamentos feitos no Tesouro Nacional dão conta que o Tesouro nunca precisou pagar nenhum empréstimo realizado pelo BNDES. O BNDES sempre tem cumprido rigorosamente em dia com os seus empréstimos. Portanto, nosso parecer é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Valdir Raupp, pelo parecer. Não havendo quem queira discutir a matéria, vamos colocá-la em votação. Os Senadores que são favoráveis ao parecer permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu peço urgência para a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Encaminhado o pedido de urgência, os Senadores que são favoráveis ao pedido de urgência permaneçam como se encontram. Aprovado, serão encaminhados à Mesa Diretora os dois Projetos, aprovados com o respectivo pedido de urgência. E, com essa objetividade, está feita a homenagem à nossa grande jornalista Sônia Carneiro, evidentemente, ao Governo da Bahia, à Diretoria do BNDES.

Vamos agora dar início à nossa Sessão de arguição ao novo Diretor indicado pelo Sr. Presidente da República para o Banco Central do Brasil, o Dr. Mário Gomes Torós. E eu pediria à Senadora Kátia Abreu e Senador Neuto de Conto que convidassem o nosso convidado para a nossa audiência pública.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Senador Aloizio, V.Exa. deixou a Sônia Carneiro emocionada pela homenagem que fez. Ela agradece.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ela sabe o carinho que a gente sente por ela e ela trabalhou tantos e tantos anos nessa Casa e sempre foi uma jornalista tão querida e respeitada. Então, tenha a certeza que você teve um papel fundamental aqui nesse acolhimento da iniciativa.

O Relator desse Projeto é o eminente Senador Sérgio Guerra. Como todos sabem, ele está ainda num processo de convalescença de uma cirurgia um tanto quanto delicada, mas já, já vem trabalhando obsessivamente, como é da sua história, da sua personalidade, do seu mandato. Mas ele hoje, exatamente por motivos dessa recuperação da sua saúde, ele não pôde estar presente. E acho que a melhor forma de homenagear o Senador Sérgio Guerra, em termos da relatoria, era convidar o Senador Tasso Jereissati, para que relate, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que não pôde estar presente. Queria convidar o Senador Tasso Jereissati para participar aqui da Mesa. E faria a relatoria em nome do Senador Sérgio Guerra.

Com a palavra, o Relator Senador Tasso Jereissati, Senador substituto Relator ao Senador Sérgio Guerra.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Nos termos do art. 52, inciso III, alínea “d” da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à apreciação do Senado Federal o nome do senhor Mário Gomes Torós para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, em substituição ao senhor Rodrigo Teles da Rocha Azevedo. O referido dispositivo confere competência privativa ao Senado Federal para, após a arguição pública, aprovar previamente, por voto secreto, o Presidente e os demais Diretores do Banco Central do Brasil.

O *curriculum vitae*, anexo à mensagem presidencial, evidencia que o senhor Mário Gomes Torós possui formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com o cargo para o qual está sendo indicado, o de Diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil. Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, o senhor Mário Gomes Torós possui ainda o título de Mestre pelo Instituto de Pós-graduação em Pesquisa e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Relativamente à sua experiência profissional, cumpre ressaltar as relevantes funções que exerceu. O Sr. Mário Gomes Torós é fundador e gestor do Tassos Fundos de Investimento Multimercado. Ele foi Vice-Presidente do Santander. Ressalvo, “Tassos” não é um fundo que pertence a mim. Até julho de 2006, responsável pela área de Tesouraria e Mercados, onde respondia pelas operações proprietárias, área comercial, estruturação de produtos e gestão de balanço. Foi, ainda, membro da Comissão Executiva do Banco do Brasil e do Comitê Global de Tesouraria. Durante os 15 anos em que trabalhou no Santander, em São Paulo e em Londres, Torós atuou em áreas relacionadas a mercados de renda fixa, derivativos, moedas e bônus, operando em mercados emergentes. Exerceu, anteriormente, função de analista de investimentos na Aracruz Celulose, nos anos de 1986 e 1987. E atuou na área de fusões e aquisições do ING Bank, de 1990 a 1992.

As funções e os cargos exercidos, apontados em seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes desse colegiado, revelam o nível de qualificação profissional e a formação técnica e acadêmica do indicado, ficando, assim, esta Comissão em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Mário Gomes Torós para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Tasso Jereissati, em especial ao Senador Sérgio Guerra que, seguramente, estará brevemente conosco aqui retomando as suas atividades parlamentares, que é essencial ao Senado Federal. E agora, passamos a palavra ao Dr. Mário Gomes Torós que, como todos viram, tem um currículo profissional bastante consistente; uma experiência internacional. Foi da Tesouraria do Banco Santander, que é um grande Banco internacional, com uma presença muito forte em nosso país. Conhece mercados emergentes, conhece a complexidade dos produtos e das engenharias financeiras necessárias ao desempenho da sua função e, com tudo isso, tenho certeza que saberá conduzir com muita competência esse desafio imenso, que é a administração da política monetária do Banco Central do Brasil.

Com a palavra, o Dr. Mário Torós. V. Exa. dispõe de até 15 minutos para sua exposição inicial. Nós temos uma vasta lista de Senadores inscritos e, depois da arguição, todas as questões de interesse dos Senadores poderão ser esclarecidas.

SR. MÁRIO GOMES TORÓS: Obrigado, Senador. Exmo. Sr. Aloizio Mercadante, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Exmo. Sr. Eliseu Resende, Vice-Presidente desta Comissão; Exmo. Sr. Senador Sérgio Guerra, Relator da mensagem da mi-

na indicação; Exmo. Sr. Tasso Jereissati, designado para a leitura do relatório do Exmo. Relator. Sras. e Srs. Senadores, é para mim motivo de grande honra comparecer a essa digníssima Comissão como indicado para compor a diretoria colegiada do Banco Central do Brasil. Essa sabatina, bem como a avaliação pelo Plenário do Senado Federal, são partes essenciais no processo de legitimação da ação da diretoria do Banco Central, de acordo com os preceitos democráticos vigentes no nosso país. O último ano... O último ano mostrou uma melhora substancial nos nossos indicadores econômicos. Entre outros, o crescimento do PIB se acelerou, atingindo, segundo os dados do IBGE, 3,7%, em 2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queria pedir que aumentasse um pouquinho o som aqui. Obrigado.

SR. MÁRIO GOMES TORÓS: A inflação foi a mais baixa dos últimos anos. O balanço de pagamento apresentou robustez nunca antes vista. Os níveis de emprego e a massa salarial apresentaram os melhores índices dos últimos anos. De fato, a nova série de PIB do IBGE sugere que o Brasil pode estar superando a fase de crescimento econômico baixo e errático vivida desde o início dos anos 80 do século passado. Podemos, assim, começar a antever a tão desejada rota de crescimento sustentável. Não chegamos aí por acaso. No campo econômico, a minha geração viveu a sua juventude e parte da idade adulta sob o signo da super inflação e suas nefastas conseqüências concentradoras de renda. Não custa lembrar que a inflação pode ser vista como um imposto dos pobres, pois incide com maior vigor sobre as classes menos favorecidas, os setores não indexados que são os que mais sentem os seus efeitos perversos.

Percorremos um longo caminho. As várias tentativas de estabilização terminaram consolidando o caminho a seguir. O Brasil tem hoje um arcabouço macroeconômico claro e definido, que se sustenta nos seus três pilares básicos: Responsabilidade fiscal, metas de inflação e câmbio flutuante. No que tange ao tema fiscal, o financiamento do setor público pela inflação, o aumento do endividamento público e o aumento da carga tributária, instrumentos utilizados em diferentes épocas como fontes de cobertura dos déficits do Estado, são hoje rejeitados pela sociedade. Não houve, a qualquer tempo, no Brasil, semelhante grau de consenso a essa rejeição. A antiga expressão: “O Estado deve gastar o que arrecada” é, hoje, integralmente aceita por amplos segmentos da sociedade, independente de posição ideológica. Adotamos um regime de metas de inflação com flutuação cambial. Alguns anos se passaram, de constante aprendizado e aperfeiço-

amento do regime em si, da política de comunicação institucional e da busca do aprimoramento técnico das informações e dos modelos de análise. Ao longo desse período, o nosso regime foi testado várias vezes. Ele se mostrou capaz de absorver conjunturas locais e institucionais adversas, reduzindo os impactos sobre o crescimento econômico.

Os regimes de metas de inflação e a flutuação cambial vêm sendo adotados em diversos países, exatamente pela sua capacidade e flexibilidade em acomodar choques adversos na economia, minimizando os impactos no nível de atividade, sem perder de vista o objetivo principal do Banco Central, que é o controle da inflação. No Brasil, temos um sistema de metas que pode ser considerado um modelo entre os sistemas implantados. É nesse contexto que se situa a política monetária em nosso país. Vejo com contentamento que parece ter ficado no passado a utilização da política monetária como instrumento para promover surtos temporários de crescimento que, via de regra, resultaram em custos futuros mais elevados, sob a forma de mais inflação e redução do produto.

A definição do alcance da política monetária, que tem a função única e exclusiva de controle da inflação é uma conquista que deve ser cuidada e preservada. Isso porque promover um ambiente de estabilidade e, conseqüentemente, de maior previsibilidade é a maior contribuição que a política monetária pode dar para a aceleração do crescimento. As taxas de câmbio, por sua vez, devem refletir os fundamentos econômicos. O regime de câmbio flutuante permite mais rapidamente explicitar os preços relativos com o exterior, sendo, por conseguinte, um importante amortecedor de choques, reduzindo a volatilidade do produto e da política monetária.

Ainda na área externa, a política de acumulação de ativos cambiais também contribui, em última instância, para reduzir a volatilidade do crescimento. Embora ainda em níveis inferiores, segundo certos critérios, ao de países de melhor classificação de risco que o Brasil, o nosso colchão de reservas vem contribuindo substancialmente para a redução do risco país. A política de redução do passivo externo líquido permitiu, por exemplo, que nossa economia atravessasse, sem maiores sustos, o período de volatilidade vivido em maio/junho de 2006. E, mais recentemente, no final do mês de fevereiro passado, em nítido contraste com a experiência dos anos 90, tão importante como acumular reservas e manter o alto padrão de qualidade vigentes na sua administração, que deve estar sempre alinhada com os melhores, com as melhores práticas internacionais.

A agenda do crescimento sustentado é ampla e não se limita aos elementos básicos da política econômica. A conquista da estabilidade é condição necessária, mas não suficiente ao crescimento sustentado. Além de consolidar a estabilidade, ganha importância crescente a implementação da chamada Agenda Microeconômica, que objetiva, entre outros, aumentar a competitividade das empresas e permitir ao investidor, na sua tomada de decisão, maior capacidade de circunscrever os riscos inerentes ao seu negócio. Também na Agenda Microeconômica, cabe ao Banco Central um papel importante. As medidas no sentido de estimular a concorrência bancária, objetivando a redução dos *spreads* do sistema devem continuar. A diligente e bem sucedida implementação de medidas como crédito consignado é um exemplo. Em alguns anos, o crédito passou de 23 para 34% do PIB, tendo o crédito consignado como o carro-chefe, seja diretamente ou de forma indireta, forçando para baixo os *spreads* e outros produtos bancários. Em particular, vejo, nesse momento, o crédito imobiliário, o crédito imobiliário como uma grande oportunidade para estimular o crescimento da economia como um todo. A edição de custos transacionais é um aspecto em que a política monetária pode contribuir para o esforço de aumento da competitividade do país. Consolidada a função de reduzir o risco sistêmico, o sistema brasileiro de pagamentos iniciou um movimento na direção a varejo bancário, visando, sobretudo ganhos de eficiência relacionados, por exemplo, ao uso de meios de pagamentos eletrônicos ou a maior integração de máquinas de atendimento bancário.

Se me for dada a honra de ser aprovado por essa Casa para compor a Diretoria do Banco Central, colocarei a serviço do país meus anos de experiência e conhecimento cotidiano da economia brasileira e de seu sistema financeiro. Espero poder trabalhar com uma equipe tão competente e de longa tradição e reputação no serviço público, como é o corpo de servidores do Banco Central. Nesse ponto me permito abrir um parêntese. Em 2001, como já vinculado, a Comissão de valores mobiliários iniciou a investigação acerca de determinadas operações da Mesa da instituição a que pertencia. Ao final da investigação, a CVM concluiu pela minha absolvição, em decisão unânime, entendendo que não havia indicação da minha participação no suposto ilícito. Também foi esse o entendimento da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, que não apenas emitiu parecer no sentido da manutenção da decisão da CVM a meu respeito como, quanto ao mérito da investigação, e aos demais recorrentes, opinou no sentido do arquivamento do caso.

Senhoras e Srs. Senadores, o Banco Central, que goza de autonomia operacional para calibrar seus instrumentos de política é aspecto essencial das economias modernas. Isso não significa que o Banco Central seja isolado da sociedade. Ao contrário, a sua inserção se dá exatamente pela consecução das metas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, representando o Poder Executivo, tendo como princípio fundamental a manutenção da estabilidade monetária, a base para o crescimento econômico socialmente justo. Por outro lado, a prestação de contas de sua atuação na sociedade se dá por meio de audiências regulares perante o Poder Legislativo, que é parte fundamental da governança democrática.

Por fim, agradeço muito ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, pela honrosa indicação do meu nome para ocupar este lugar na diretoria do Banco Central do Brasil. Estou ao inteiro dispor de V. Exas. para responder a quaisquer questões que julguem necessárias. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Mário Torós pela consistente e competente apresentação, que vai permitir a todos os inscritos poderem argüir sobre o tema de interesse dessa Comissão. Nosso primeiro inscrito é o Senador Jayme Campos, com a palavra. Eu vou pedir, nós vamos fazer em bloco as argüições para poder, é... Cada três, cada três argüições, para a gente poder permitir que todos falem e a gente, se possível, ainda tenha a Ordem do Dia, porque nós temos vários Projetos para serem votados. Senador Jayme Campos, com a palavra.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Sr. Presidente, Senador Aloizio Mercadante, senhor Vice-Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Só um minutinho, Senador, só um minutinho. Nós também estamos já abrindo a votação, assim, qualquer Senador que tenha que se retirar por motivo que, nós temos outras comissões em funcionamento, pode imediatamente encaminhar a solicitação de voto. Com a palavra, o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Muito obrigado, Presidente. Sr. Presidente, senhor Vice-Presidente senhoras e senhoras Senadores, senhor Mário Gomes, indicado para ser Diretor do Banco Central do Brasil, eu queria me dirigir ao senhor para fazer duas perguntas. Primeira: O ingresso de V.Exa., V.Sa., melhor dizendo, no Conselho de Política Monetária marca, certamente, uma clara mudança com relação ao fim do conservadorismo da equipe econômica e o enfraquecimento da corrente monetarista. Diferente dos

seus antecessores, V.Sa. é homem de mercado, mais acostumado a operar do que a formular. Na opinião de V.Sa., aparentemente, a imprevisibilidade das novas decisões do COPOM pode estimular especulações no sentido de uma maior volatilidade do dólar? Em caso positivo, que vantagens pode o mercado esperar, em termos de fortalecimento de nossa política cambial? Segunda: Para nós, observadores, tudo leva a crer que as políticas de juros e de câmbio devam continuar as mesmas e que o Real deva continuar sua trajetória de valorização frente ao Dólar. Se o fato, as intervenções do BACEN para impulsionar a moeda americana não surtirem resultados em curto prazo, que medidas, na opinião de V.Sa., devem ser adotados pelo Governo para proteger os setores da economia mais afetados com a queda do Dólar? Eu me dirijo essa pergunta a V.Sa. Dr. Mário, até porque o meu Estado de Mato Grosso é um Estado de agronegócio. Então, fundamentalmente, nós dependemos de um Dólar que seja factível para, sobretudo, as nossas operações de *commodities*. De forma que eu espero que as suas respostas sejam gentis e, sobretudo, objetivas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Jayme Campos. Com a palavra, o Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Dr. Mário, o Banco Central não goza de autonomia formal. É uma discussão que existe na sociedade e muitas opiniões são contrárias à concessão dessa autonomia legal, mas, a despeito dessa discussão, o Presidente Lula, o Governo do Presidente Lula, tem honrado todas as decisões do Banco Central. E, não raras vezes, nós assistimos a pronunciamentos do Chefe do Governo, contestando esta elevação, essa política de juros altos praticados pelo Banco Central, que é... Tem sido, assim, indiferente a todos os apelos. A redução da taxa de juros sempre vem a conta-gotas, contrariamente a todos os apelos, a todos os alertas que são feitos por agentes econômicos e por representantes do Governo, como o próprio Presidente da República. Sabendo que essa política de agiotagem, que é praticada no Brasil, tem graves repercussões na dívida pública, como é que V.Exa. vai pontilhar a sua conduta lá? Vai ser dentro deste corporativismo ou V.Exa. vai estar sensível a essa questão do endividamento público, que também é tão importante e que tem uma conexão intrínseca com o processo inflacionário.

Então, qual vai ser é... O posicionamento que V.Exa. vai defender lá no Banco Central que com certeza, já digo isso, porque eu sinto que o currículo de V.Exa. é um atestado eloqüente para a sua aprovação e, com certeza, V.Exa. vai sair daqui hoje aprova-

do como Diretor do Banco Central. Essa era a minha pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço o Senador Valter Pereira. O próximo, Senador Flexa Ribeiro, depois dessa pergunta, então, nós abrimos à intervenção do Mário Torós.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Aloizio Mercadante, Vice-Presidente, Senador Eliseu Resende, Senador Tasso Jereissati, Relator *ad hoc*, substitui o nosso brilhante Senador Sérgio Guerra, que se recupera e, rapidamente vai estar conosco de volta. Senhor Mário Torós, que é o indicado pelo Presidente da República para assumir uma diretoria do Banco Central. O currículo de V.Exa., tão bem relatado pelo Senador Tasso Jereissati, já responde à primeira questão, que é de conhecimento de causa pela vivência que V.Sa. teve, ao longo de toda a sua vida profissional, no sistema financeiro.

Eu gostaria de fazer três perguntas objetivas a V.Sa. A primeira, se V.Sa. faz parte do grupo monetarista ou desenvolvimentista e, em conseqüência disso, em conseqüência disso, qual a sua posição em relação à taxa de juros do Brasil ser a... Uma das mais altas do mundo e essa redução tão... É... Tão... Parcimoniosa do Banco Central, inclusive o nosso Presidente, Senador Aloizio Mercadante, tem defendido aqui, de forma contundente, a aceleração da queda da taxa Selic, que todos os embasamentos da nossa economia dão sustentabilidade para uma aceleração da redução e não a manutenção da queda, a cada 40 dias, agora, porque era a cada 30. Então, alongou o prazo, ou seja, em função de, 45 dias, então, em função do alongamento do prazo, nós temos que raciocinar que já não é 0,25; passa a ser alguma coisa em torno de 0,17. Porque temos 15 dias a mais no tempo. Então, eu também gostaria de ter essa posição de V.Sa. V.Sa., na apresentação que fez, fez referência a... Eu vou ler no texto, à diligente e bem sucedida implementação de medidas como o crédito consignado, é um exemplo. Eu tenho as minhas dúvidas. Eu acho que o crédito consignado foi um programa de Governo que sustentou a economia por falta de investimentos públicos e fez com que a sociedade brasileira talvez esteja hoje numa situação de endividamento como nunca dantes existiu nesse país, usando a expressão comum. Então, eu tenho, eu tenho... Eu tenho tido, no meu Estado, o Pará, demonstrações bastante contundentes, no sentido de pessoas que tomaram crédito consignado, principalmente funcionários públicos e aposentados, que hoje se encontram em dificuldade de sobrevivência.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E arrendidos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E arrendidos. De sobrevivência. Então, eu não considero o crédito consignado, a não ser que se considere que se tenha em vista o fato dele ter sustentado a economia no momento em que o país, o Governo não trouxe investimentos. Mas que trouxe dificuldades que a sociedade vai, pela frente, agüentar por algum tempo ainda. E Deus queira que consiga se livrar.

E, por último, a questão da taxa de câmbio. O Real sobrevalorizado. O... O Banco Central tem praticado uma política de compra de dólares permanente, nos últimos meses, que tem surpreendido com o acúmulo de reservas, que Brasil tem hoje mais de 100 bilhões de dólares em reservas. No nosso entendimento, o resultado dessa política tem sido uma dívida externa líquida negativa, um fato inédito na condução da política econômica brasileira. Isso significa que o Brasil está financiando o resto do mundo. Ao acumular reservas, ele está fazendo, está dando condições de financiar o resto do mundo. Aí eu pergunto a V.Exa. se... Se o Banco Central vai ter alguma estratégia no sentido que... A meu ver, a meu ver é necessária, de atrair capitais externos não especulativos, que venham aqui gerar ações produtivas. Geração de emprego e renda no Brasil e não exportação de capital e exportação de emprego e rendas para outros países como acontece, por exemplo, lamentavelmente, na China.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Flexa Ribeiro. O próximo inscrito. Desculpe, agora, com a palavra, o senhor Mário Gomes Torós, que é candidato à diretoria do Banco Central. Depois nós faremos um segundo bloco de três arguições.

SR. MÁRIO GOMES TORÓS: Obrigado, Srs. Senadores, pelas perguntas de V.Exas. Me dão a oportunidade de discutir. Eu vou tentar dar uma, acho que os temas, em algum... As perguntas, em algum sentido, elas convergem para alguns aspectos, e eu vou tentar discorrer sobre elas, buscando é... Em especificamente, as questões perguntadas. Primeiro, sobre a pergunta do... Do, de V.Exa., Senador Jayme Campos, sobre o COPOM, quer dizer, e a questão da apreciação cambial, em que as taxas de juros, em algum sentido, estariam levando a um... A um nível de apreciação cambial muito grande. Em geral, em sistemas onde nós temos metas de inflação, nós temos o câmbio flutuante. E a razão disso, basicamente, é porque o Banco Central tem um instrumento para cuidar de uma questão que é a inflação, ou seja, a política monetária deve ser, deve ter como objetivo o controle da inflação. Nós vimos, no passado, e isso ocorreu algumas vezes em que nós tínhamos outro tipo de política cambial, em que nós tínhamos que utilizar a taxa de juros para controlar uma

desvalorização cambial, como aconteceu, por exemplo, em 97/98, quando nós tínhamos uma taxa de câmbio, um regime cambial distinto.

Eu acho, eu tenho a impressão, nos últimos anos, eu acho que se a gente observar, o que ocorreu, e eu acho que um bom exemplo é observar o que ocorreu, sobretudo, em 2002, até 2004, quando nós tivemos uma desvalorização cambial, um choque adverso, levou uma forte depreciação cambial nesse período, iniciando-se, na verdade, em 2001, com choques, enfim, nós tivemos o “11 de setembro”, mais choques externos e choques internos, que levaram a uma depreciação cambial. E quando nós olhamos para o dado de crescimento econômico, nós vamos ver que, em 2004, nós voltamos a ter um crescimento econômico forte, e esse crescimento veio puxado, basicamente, pelo setor externo. Ou seja, naquele momento, o setor externo, em função da depreciação cambial, de alguma forma, arrefeceu as altas taxas de juros que nós tínhamos àquela época e de alguma forma permitiu que a economia saísse um pouco mais rapidamente da recessão que se encontrou, sobretudo em 2002/2003.

Alternativamente, se nós olharmos os dados de crescimento econômico agora, nós estamos num momento de clara apreciação cambial. Nós de fato tivemos uma apreciação cambial forte nos últimos... Em particular nos últimos dois anos, já vimos há três anos, mais uma vez refletindo sobre fundamentos econômicos. Depois eu vou falar um pouco da taxa de juros, mas eu acho que a razão principal da apreciação cambial, de fato é o forte superávit na Balança Comercial e transações correntes que nós estamos tendo e o forte superávit na conta de capitais, através de ingresso de recursos, não só para capitais especulativos. E se nós formos olhar os dados de crescimento econômico dos últimos, sobretudo do ano passado, nós vamos ver que esse dado está muito mais focado no mercado interno. O crescimento econômico tem vindo basicamente pelo crescimento das famílias, do consumo das famílias, que cresce, e esse dado é de fato auspicioso, ele cresce a 13 semestres consecutivos, cresce o consumo das famílias e no nível de investimento; a taxa de investimento que é, de fato ainda muito baixa, aquém das nossas necessidades, para ter um crescimento sustentado de longo prazo, ela cresceu, no ano passado, mais do dobro do crescimento do PIB. Ou seja, um pouco a apreciação cambial tem a ver com esse setor; o setor externo tem menos, teve menos impacto no crescimento do que teve o pequeno ciclo de crescimento que nós tivemos em 2004, parte de 2005, e tem muito a ver com a apreciação cambial, agora, tem muito a ver com esse crescimento, porque permitiu com que se melhorasse o consumo das famílias e ajudas-

se nos investimentos. Se nós olhássemos a pauta de importações brasileiras, isso se torna mais claro, na medida em que é pesadamente concentrada em bens intermediários e bens de capital, isso é o quê? Mais produtividade para a economia e menores custos, não é? Então eu tenho, eu tenho a impressão que há alguns setores que são beneficiados em momentos de câmbio depreciado, quando nós tivemos no início desse ano século aí, e há setores que são mais beneficiados no momento em que nós temos uma situação de apreciação cambial. Eu acho que essa é a função que está cumprindo o regime de metas de metas inflacionárias com o câmbio flutuante.

Sobre... OK, falar mais perto do microfone. Sobre a questão do impacto da taxa de juros no endividamento público, o Brasil teve um processo de... Usou, na verdade, e eu mencionei isso na minha fala inicial, o Brasil usou o endividamento público como uma das formas de financiar os déficits do Estado, que foram financiados de várias formas, iniciando-se com uma inflação; ao fim da inflação acaba levando com que se inicie um processo de financiamento público via crescimento do endividamento público. Isso um pouco que se esgota, no fim... No fim do século, 99, 2000, quando, na verdade, o que tivemos e experimentamos foi um aumento maior da carga tributária. A dívida pública, em relação à dívida pública PIB, atingiu cerca de 50% do PIB, até mais de 50% do PIB. Esse valor vem reduzindo-se, de acordo com os últimos dados, ele, na verdade ele se estabilizou ao longo dos últimos, ao longo dos últimos cinco anos, na verdade, mostrou uma queda agora em função dos dados revisados pelo IBGE; está em torno de 45% do PIB e com o nível de taxa de juros que nós experimentamos hoje e com o nível de crescimento que, enfim, os analistas projetam para esse ano, acho que nós temos uma relação já cadente da dívida PIB, que eu acho que é o objetivo que deve ser um objeto de política econômica.

Relação à questão do Senador Flexa Ribeiro, a situação, a pergunta, a primeira pergunta de V.Exa. sobre a questão eu ser um monetarista ou um desenvolvimentista, eu tenho a impressão de que eu sou daqueles que acredita que a maior contribuição que um Banco Central pode dar ao crescimento é criar um horizonte de previsibilidade e estabilidade para que os empresários possam investir e os consumidores possam consumir. E esse horizonte é dado pela baixa inflação, é dado por uma inflação em níveis baixos, aquele nível que não incomoda o dia-a-dia das pessoas, que não faz um mês ficar mais longo porque o salário acaba antes. Essa é a maior contribuição. Então, eu acho que inflação baixa é base para crescer, para o crescimento econômico.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Monetarista ou desenvolvimentista?

SR. MÁRIO GOMES TORÓS: Sobre a questão do... Inflação baixa para poder crescer e distribuir renda--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): “Tucanou” a resposta.

SR. MÁRIO GOMES TORÓS: Sobre a questão do crédito consignado, e um pouco assim, eu acho, eu tenho a impressão que nós estamos crescendo, que nós estamos crescendo no crédito. O Brasil hoje tem em crédito, o Brasil hoje tem esse número de 23 para 34%, na verdade, ele é muito ainda focado no crédito ao consumo. Eu acho que hoje o Brasil, eu já li algumas... Alguns trabalhos nesse sentido, eu não sei se são totalmente corretos, eu não tenho a informação, mas, grosso modo, o Brasil já tem hoje um nível de endividamento, em consumo, relativamente similar ao que têm vários países que estão um pouco mais avançados na sua classificação de risco, se puder botar assim, tipo Chile etc.

O que falta e o que tem grande... O que diferencia a estrutura de crédito e endividamento do setor privado e, particularmente, das pessoas físicas da sociedade, é o crédito imobiliário. Esse é um, na verdade, é um novo, é um novo espaço de crescimento econômico; acho que o crédito é fundamental nas economias capitalista para alavancar um crescimento. O que nós temos que lutar, e eu acho que o Banco Central tem um papel importante em nisso, é que esse crédito seja dado a preços corretos e justos para os seus tomadores.

Por fim, a pergunta sobre taxa de câmbio e acumulação de reservas, a apreciação cambial, qual é a política, se vamos continuar e sobre as questões dos capitais especulativas. Eu acho que o Banco Central tem claro isso, isso não é uma política só do Banco Central, é uma política de Governo, é uma política de acumulação de reservas, isso, de fato, reduz muito a volatilidade do crescimento econômico, porque dá maior estabilidade e previsibilidade. Eu acho que as pequenas crises, nós estamos num mundo que é extremamente benigno, nos últimos três anos, mas eu acho que as pequenas crises, eu acho que o Brasil, de fato, passou ao largo delas. Eu acho que o colchão de reservas que a gente tem é, tem, foi um... Contribuí fortemente para que isso ocorresse. Eu acho que a política, que é uma definição de Governo, eu acho que a política de acumulação e reservas deve continuar. Eu acho que o Banco Central deve continuar intervindo nos mercados de câmbio sempre que, além de... Pela política de acumulação de reservas, sempre que a volatilidade excessiva do mercado ou a falta de liquidez do mercado assim o exigem. Eu acho que esse é o

conceito básico da política cambial que eu acho que deve ser preservado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Sa. pode nos dizer quanto custa à sociedade brasileira essa política adotada pelo Banco Central, para manter o câmbio com o real sobrevalorizado?

SR. MÁRIO GOMES TORÓS: A política...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): De compra de dólares, de intervenção?

SR. MÁRIO GOMES TORÓS: Existe o custo que é dado... Existe um custo que é dado pelo diferencial das taxas de juros. As taxas de juros internas são mais altas--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Exatamente, quanto custa isso para a sociedade brasileira?

SR. MÁRIO GOMES TORÓS: De acordo com os dados do Tesouro, no ano passado, se não me equivoco, custou 16.9 bilhões de reais. Esse foi o custo de carregamento, o custo de carregamento da...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Uma vez e meia o Bolsa Família.

SR. MÁRIO GOMES TORÓS: A idéia...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não. Desculpe, pode concluir.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos só respeitar as inscrições aqui. Feita a pergunta, conclui a resposta para agente dar prosseguimento à nossa lista aqui, que é extensa.

SR. MÁRIO GOMES TORÓS: Sim. A minha idéia, Senador, é que esse custo que existe, ele compensa largamente a redução de volatilidade que nós estamos conseguindo no Brasil. Como que a gente consegue isso? Dando maior previsibilidade ao crescimento e, portanto, tendo maior crescimento econômico. É uma questão de custo-benefício; em economia as coisas ocorrem dessa forma. Eu, particularmente, acho que esse custo é válido para se ter maior crescimento econômico.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Eduardo Azeredo. Vamos ao final, se for necessário.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Só pela ordem. Só gostaria de consignar que o Dr. Mário Torós não respondeu à pergunta que eu formulei e, lá na frente, a hora que terminarem as inscrições, eu vou voltar a insistir na mesma pergunta. O senhor...

SR. MÁRIO GOMES TORÓS: V. Exa. poderia colocar--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu perguntei se V.Exa., uma vez guindado à diretoria do Banco Central, vai respaldar essa política de redução, a conta-gotas, das taxas de juros e essa política de agiotagem e, com isso, respaldar esse gravame que está sendo imposto por essa política deletéria ao endividamento público do país.

SR. MÁRIO GOMES TORÓS: Obrigado, Senador. Eu vou tentar agora ser em pouco mais claro. Acho que nós, ao longo dos últimos cinco anos, tivemos inflações que vieram sendo cadentes, ou seja, nós chegamos a ter uma inflação, em 2002, que, em termos anualizados(F), chegou a 17%, não chegamos a ter um ano fechado assim, mas chegamos a ter níveis de inflação que anualizados(F), apontavam para uma inflação de 17% num ano. A política, a política monetária cumpriu o seu papel no sentido de trazer essa inflação para níveis muito mais baixos, muito próximos, cerca do centro da meta de 4,5, tendo níveis, passando alguns anos acima da meta e, no ano passado, conseguiu pela primeira vez ficar abaixo da meta de 3%. A política monetária teve esse efeito, essa contribuição. Na medida que essa política, na medida em que essa política vem sendo bem sucedida, o que nós devemos fazer, na verdade, o que eu acredito que nós devemos estar fazendo é relaxar essa política monetária. Eu acho que isso é um fenômeno que vem acontecendo, eu acho que, como banqueiro central, eu acho que a prudência deve ser a principal, a principal atitude e ação do Banco Central de manter inflações, de manter inflação baixa para atingir o crescimento socialmente justo.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Manter a conta-gota.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Próximo inscrito, Senador Eduardo Azeredo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É quase um Tucano no Governo.

[risos].

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Tomara. Sr. Presidente, Srs. Senadores e senhoras, Dr. Mário, a questão que eu quero levantar diz respeito ao limite de endividamento dos Estados e Municípios. Não há como negar que esse processo todo de estabilidade do Brasil, ele vem de longa data. Na verdade, o Plano Real teve uma importância revolucionária nas relações econômicas no Brasil. E a sua, o seu fortalecimento, a sua consolidação foi feita muito graças também à chamada negociação da dívida dos Estados. Nós vimos na Argentina, como que o problema da

Argentina foi muito em função das Províncias. Aqui a renegociação da dívida dos Estados possibilitou que essa dívida que era uma dívida com juros muito mais altos do que são pagos hoje, que era uma dívida com prazos indefinidos, com a variedade de bancos, fosse realmente organizada, através do refinanciamento feito pelo Governo Federal. Isso às vezes é muito menos-prezado, a importância que isso teve o processo de estabilização da economia brasileira.

Agora, entretanto, nós temos já uma nova realidade e temos, na verdade, uma contradição entre os limites de endividamento que foram fixados na época da negociação da dívida, que falava em um por um, em relação à dívida dos Estados, e há o que é previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê duas vezes o limite de endividamento em relação às receitas dos Estados. De maneira que a minha colocação é nesse sentido, qual que seria a posição que V.Exa. em relação a esse limite de endividamento, num segundo momento, um momento em que se busca, exatamente como foi dito aqui, flexibilizar a política monetária, sem prejudicar, de forma alguma, o controle de inflação. Eu repito, como eu costumo dizer sempre, que o Brasil é um país extremamente jovem, não é na idade dos 500 anos não; é jovem na economia; nós temos 13 anos apenas, somos adolescentes, do ponto de vista econômico. E foi essa estabilidade que possibilitou tudo que está acontecendo no Brasil hoje. Foi a estabilidade que deu condição de nós termos realmente uma vida que está melhor do que era antes. Quem pode governar, como eu pude governar uma Prefeitura em época de inflação e um Governo em época de estabilidade, sabe bem a diferença que isso significa. De maneira que eu insisto muito nessa garantia da estabilidade, mas, ao mesmo tempo em que ela possa, que nós possamos ter uma possibilidade de crescimento dos Estados e Municípios, através da flexibilização do seu limite de endividamento.

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Com a palavra, a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Sr. Diretor, Sr. Presidente, colegas Senadores, eu gostaria, Dr. Mário, de lhe fazer uma pergunta, porque eu preciso de explicações, eu não sou perita em economia, como V.Sa., então, eu tenho a impressão de que poderá me tirar essa dúvida. Algumas semanas atrás, o Governo mudou o cálculo da TR para poder reduzir a atratividade da poupança. E, segundo os jornais, foi por pressão do sistema financeiro, por um aumento de competitividade dos bancos, que administram principalmente os fundos privados, o senhor entende bem disso. Só que, nessa mudança do cálculo da TR, nós temos que lembrar

que o fundo, o FGTS, o Fundo de Garantia do Trabalhador, é calculado pela TR mais 3% ao ano. Então, se mexeu no cálculo da TR, foi, claro, para diminuir e dar menos competitividade à poupança. Diminuiu-se a TR, isso significa um prejuízo na remuneração do FGTS, no Fundo do Trabalhador, e até estranhei, com sinceridade, senhor Diretor, que a CUT não disse nada sobre isso, talvez não tenha visto, não tenha percebido que houve uma baixa na remuneração do FGTS em favor do sistema financeiro. Eu quero saber o que é que V.Sa. pensa a respeito deste assunto.

A segunda, Sr. Diretor, é o seguinte: A gente ouviu em todas as palestras de economistas, nas conversas, uma equação simples e que parece que é unanimidade mundial. Juro alto provoca pouca poupança; pouca poupança interna significa menos investimentos; menos investimentos significam menos crescimento. Então, se nós pegarmos China, Índia, todos os países do BRIC, nós vamos fazer um comparativo com relação ao seu crescimento, à sua taxa de crescimento, está diretamente ligado, proporcionalmente, à sua poupança interna. Então, se nós formos fazer esse comparativo da China com o Brasil, a Índia, a diferença é realmente brutal. Então, nesse binômio, que parece que é, nessa equação que parece que é unanimidade, nunca ouvi o contrário, o que pensa o senhor a esse respeito e qual a ação do Banco Central nessa política econômica para permitir o crescimento da poupança e aí sim dos investimentos e do real crescimento do Brasil? Muito obrigado.

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço a objetividade da Senadora Kátia Abreu. Agora, com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, antes de dar a inquirição propriamente dita ao Dr. Mário Torós, eu gostaria de registrar, com muita alegria, a reunião anterior, com o Dr. Tarcísio Godoy, em que V.Exa., de maneira muito honesta, fez um depoimento, que a mim me tocou, sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, e o Dr. Tarcísio Godoy fez um depoimento que a mim me revelou uma honestidade intelectual muito rara, afinal de contas, de repente ficou tudo bem claro, o tal aumento desmedido. Eu estou aspiando(F) o Governo do Presidente Fernando Henrique, da dívida pública, correspondeu a... Eu aqui até me dei ao trabalho de anotar, a composição em torno dos bancos estatais estaduais; a renegociação das dívidas de Estados e Municípios; a renegociação das dívidas em torno do Fundo de Compensação sobre Variações Salariais; o Programa de Fortalecimento das Entidades Financeiras Federais, o PROEF. Aí nós temos o que se

fez, e não foi tanto, no BASA, Banco do Nordeste, mas se fez muito de aporte de recursos para a Caixa Econômica, para Banco do Brasil, mas eu ainda continuo... Os esqueletos de LÓIDE(F), REFESA, ESTRUTURAL CRIASUC(F), AÇÚCAR DUÁLCOOL(F), EMBRAER, SIDERBRÁS, em tempos da ditadura ainda, BNH, ou seja, não se poderia compor a nova situação de estabilidade que o país almejava com esses esqueletos, a estabilidade... A inflação permitia que eles ficassem no armário; a estabilidade exige que eles saiam do armário. Eles saíram do armário e, por isso, se teve a dívida que fechou 2002 com alguma coisa, eu não trouxe o número aqui, talvez 700 bilhões de reais, e eu não sou de ficar fazendo muita “firula”, levando em conta que não tinha outra razão, a não ser de ela ter ultrapassado um trilhão, como ultrapassou um trilhão e 100 bilhões de reais.

Mas eu gostaria de dar um depoimento sobre V.Exa. aqui. É um depoimento que eu recolho do mercado, recolho do Ministro Pedro Malan. V.Exa. me parece que é a figura que faltava ao Banco Central: operador de mesa experimentado, com senso prático a toda prova. Abro parênteses aqui para reconhecer os serviços prestados ao país por esses dois grandes economistas que são Afonso Beviláqua e Rodrigo Azevedo, duas figuras que prestaram serviços inestimáveis e contribuíram e muito para que tivéssemos hoje a situação de inflação baixa, propiciando, portanto, a queda constante dos juros e propiciando o crescimento mais substantivo da economia, e só mão não é mais substantivo porque o ciclo de reformas estruturais foi interrompido, mas eu fico muito tranquilo porque V.Exa. dá dois motivos para a tranquilidade. Primeiro a concisão com que se ouve, no seu depoimento, me diz que eu vou ter menos trabalho para ler as atas do COPOM, elas vão ser mais concisas, mais curtas. Segundo esse trecho que V.Exa. diz que é, de fato, do passado, nós usamos políticas monetária para promover surtos de crescimento, eu considero que é essencial. Eu, inclusive, pessoalmente sou a favor de nós baixarmos o centro da meta de 4,5 para quatro. Eu sou favorável a isso.

Mas, muito bem, acho que é possível, aliás, é o que tem sido praticado, por que não oficializar logo isso e auferir na direção do *investment grade*, auferir também esses louros. Enfim, eu não conheço nenhum país democrático que esteja indo bem nos seus fundamentos econômicos, que não esteja trabalhando, nesse momento, meta de inflação e câmbio flutuante. Eu não conheço nenhum. O Brasil, portanto, não vai deixar volatilizar demais a questão do câmbio, mas V.Exa. disse ou alguém disse aqui, V.Exa. eu creio, a questão cambial não está posta porque os juros são

altos necessariamente. Os juros são altos, são altos, porque o Governo gasta muito, são altos, porque não se fazem as reformas estruturais necessárias. Para mim, o câmbio é resposta a bons fundamentos econômicos e nós temos que, então, buscar novos saltos de produtividade que não terão mais fôlego se nós não retomarmos o ciclo de reformas estruturais.

Finalmente, eu devo dizer a V.Exa. que apresentei aqui um Projeto, substituindo um Projeto do Senador Rodolpho Tourinho, e na seqüência de seis outros Projetos que apresentei, propondo a reforma no Sistema Financeiro Nacional. Eu apresentei aqui o Projeto de Senador Tourinho, que se junta a outros seis de minha própria autoria, que propõem autonomia forma do Banco Central para todos aqueles que, como todos nós, uns de um jeito mais apressado, outros nem tanto, queremos juros mais baixos, teria que ser o Fradim do Henfil para não querer isso, teria que ser um sádico, alguém que merecesse tratamento psicológico. “Poderia ter juros mais baixos, mas eu não quero”. Então, eu não trato assim. Eu quero criar as condições para que os juros efetivamente sejam convenientemente baixos e eu gostaria muito de ver aprovado esse Projeto porque, aprovado esse Projeto, logo de início, logo de cara, logo para começar a conversa, daria para baixar a Selic seguramente em dois pontos percentuais e não em 0,25 e nem em 0.5. Como homenagem a esse gesto do Congresso e a essa compreensão do Governo do Presidente Lula, já daria, uma vez legalmente estabelecida a autonomia do Banco Central, já rebaixava a Selic em dois pontos, de cara. E, portanto, está nas mãos da Casa, como está nas mãos do Presidente Lula, aceitar, não vetando o Projeto, que eu gostaria de ver tramitando celeremente por aqui. E gostaria muito que, uma vez aprovado aqui, houvesse gestões de Presidente para Presidente da Casa de líderes, para líderes, no sentido de instarmos a Câmara a também cumprir por aí com o seu dever.

Eu, portanto, não tenho, eu tenho com V.Exa. concordâncias, não tenho perguntas a fazer. Ressaltar que lhe desejo o mesmo êxito, na Administração Pública, que obtive em outras passagens da sua vida e imaginar que V.Exa. responderá bem as indagações que se fazem a respeito de um Banco Central que precisa ser, a meu ver, conservador mesmo; quem não deve, quem não é conservador é o Banco Central do Chávez, esse é “prafrentex”. O seu tem que ser conservador mesmo, eu não conheço nenhum que não seja, da Inglaterra, por exemplo, é um bom exemplo, ele é conservador também. Dar passos seguros e cumprir com justeza aquilo que tem sido feito. Tem meta de inflação? Então entrega a mercadoria, entrega inflação baixa, entrega

a inflação dentro do limite. Eu creio que essa é uma grande tranquilidade e é uma banda do Governo que, a meu ver, vem funcionando com correção e com justiça. E que se estivesse mais ajuda das outras bandas do Governo, poderia ser mais ousada. Eu estou muito convencido de que não baixam mais porque falta autonomia e não baixam mais porque não sabem qual será a reação do Governo se um dia se depararem com a parede, ou seja, “não posso mais baixar e talvez até teria que aumentar”. Eu pergunto: Há estofo no Governo para segurar um aumento? Houve, em algum momento, por exemplo, o Presidente Lula fez isso, e fez isso com coragem, inclusive. Há condição para isso de novo? Eu não sei. Eu estou aqui entrando no terreno da mera especulação, porque, em algum momento, aumentou sim e, outro momento, baixou e tem prestigiado o Banco Central, que é muito crivado de críticas, não por mim, mas muito crivado de críticas, porque, de repente, fica muito fácil se erigir o Banco Central como o vilão de uma história que não começa nele nem termina nele; ele entrega a sua mercadoria e eu pergunto: Onde é que está a transposição do Rio São Francisco? Onde está o braço operacional do Governo? Onde está o corte de gastos? Onde é que está a votação das reformas estruturais? Onde é que estão as questões estruturais, permitindo que nós tivéssemos uma política mais ousada, desde que conseqüente, para baixar os juros.

Portanto, nenhuma pergunta. Desejar-lhe boa sorte e V.Exa. conta, evidentemente, com o meu voto para cumprir sua missão no Banco Central.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Artur Virgílio. Com a palavra, o nosso indicado, Mário Gomes Torós.

SR. MÁRIO GOMES TORÓS: Obrigado, Srs. Senadores, pelas perguntas. Vou tentar responder pela ordem. Primeiro a pergunta do Senador Azeredo, sobre a questão da dívida dos Estados e sobre a capacidade de aumento de endividamento dos Estados. Eu, de fato, não sou um especialista no assunto, não é um tema que eu entenda profundamente, em particular da questão legislativa e a questão legal desse assunto, mas eu imagino que esse tema esteja... Esteja sendo discutido por essa Casa e eu acho que, eventualmente, a decisão, o Banco Central tem pouco a ver, pode ajudar muito mais, eu acho, que num embasamento técnico. É um pouco, se eu puder dar a minha experiência pessoal estando no mercado financeiro e tendo vivido toda a crise dos Governos Estaduais e das Prefeituras Municipais, a experiência, de fato, nós vivemos uma experiência que não foi boa. A experiência do que culminou com a renegociação das dívidas de Estados e Municípios, ao longo da década de 90.

Acho que hoje nós teríamos que recomeçar, dentro dos marcos da Lei de Responsabilidade Fiscal, recomeçar essa discussão sobre novas bases, bases completamente distintas. Hoje, do ponto de vista, e aí eu posso dar, do investidor, há grande reticência sobre a questão de ser tomador de dívida, comprador de dívidas de Estados e Municípios. Eu acho que toda uma base legal precisa ser criada para que dê maior garantia aos investidores, é a minha impressão. Porque, afinal de contas, no final das contas, são eles que compram e a permitem que esse mercado vá poder crescer.

Indo para a segunda questão, as perguntas da Senadora Kátia, a primeira sobre a questão da TR, sobre o cálculo da TR, a verdade, o cálculo, a mudança no cálculo da TR, ela é resultado de um fato, de um fato claro: as taxas de juros no Brasil estão caindo. A TR é uma taxa, é uma taxa de juros fluante; ela é baseada, portanto, em taxas de juros entre a média dos CDBs captados pelos bancos, portanto, é uma taxa de juros fluante, que muda mensalmente. Na verdade, é publicada uma TR diariamente. A taxa de juros fixa, que é a taxa de juros determinada pelo Comitê de Política Monetária, ela vem caindo ao longo do tempo. Isso estava levando a que uma taxa fluante, com essa taxa fixa, que vem caindo, estava levando a um descompasso entre uma taxa e a outra. Nós iríamos estar levando a uma situação que, no tempo, seria insustentável para qualquer agente econômico. Isso não são bancos, não são investidores, são distintos agentes econômicos. Compete sim ajustar, competia sim, naquele momento, ajustar o cálculo da taxa. Acho que esse... Eu reputo a decisão como correta, se for uma decisão, inclusive, que veio do Ministério da Fazenda, eu acho correto o que foi feito.

Sobre a questão do juro alto, inibindo investimentos, que eu acho que essa é uma questão extremamente relevante, que a Senadora coloca. O nível de taxa de investimento no Brasil, ele é muito, ele é baixo. Ele é abaixo e aquém do que seria necessário para se ter uma taxa de crescimento que nós desejaríamos, uma taxa de crescimento alta. Nós estamos, de acordo com os dados realizados do IBGE, se eu não me equivoco, a taxa de investimento no Brasil é em torno de 15%. De fato, é muito que... De fato, é muito baixa. A boa notícia é que esse novo ciclo de investimentos, novo ciclo, perdão, esse pequeno ciclo que nós... Parece estarmos iniciando agora, no último ano, que vem, sobretudo, do último ano, parece indicar que a taxa de investimento, ou seja, o que está sendo investido está crescendo, não é? E o indicador vem, de várias, primeiro essa magnitude, a chamada magnitude macroeconômica, nós tivemos, se eu não me equivoco, o investimento, no ano passado, cresceu acima de 8%,

8,7%, algo assim, contra um crescimento de 3,7, ou seja, nós adicionamos oferta ou capacidade de produção à economia em mais do dobro do que nós crescemos no ano passado, essa é uma notícia muito boa. E acho... Acho que vários outros pequenos indicadores microeconômicos, como por exemplo, se olharmos a pauta de importação do Brasil, se olharmos consumo de papel e papelão, estão indicando que os níveis de investimentos que nós estivemos no ano passado deverão continuar... Continuar para este ano. Isso indica que é capacidade futura de crescimento com menor pressão inflacionária. Então, eu acho que temos, então, o nível de investimentos baixo, que foi função sim das altas taxas de juros que tivemos no passado, que foi função de uma série de fatores, a decisão de investimento, ela é uma decisão sempre complexa, que leva em consideração diferentes determinantes, inclusive a taxa, de juros. Mas eu tenho a impressão de que nós estamos iniciando um ciclo puxado pelo investimento; isso é uma excelente notícia.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos, agora, para a nossa rodada final. Senador Renato Casagrande, depois, Eduardo Suplicy e Fernando Collor, e nós encerramos a arguição. Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Quero anunciar que temos 25 Senadores que já votaram.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Falta alguém? O Senador Arthur Virgílio pode votar.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, senhor Mário, aqui atrás do Senador Flexa Ribeiro, e... Mas, Sr. Mário Gomes Torós. Primeiro, parabenizá-lo pela exposição sucinta, objetiva como deve ser um Diretor de um Banco Central. E dizer que minha primeira avaliação, minha primeira colocação é que, de fato, o controle da inflação deve estar no centro do nosso debate; qualquer colocação aqui não pode extrapolar o limite da necessidade do controle da inflação que se mostrou, principalmente, eficaz na inclusão, para a inclusão social no nosso país. Com base nesta referência do controle da inflação, nós achamos que temos, como o próprio... O senhor mesmo disse, temos diversos indicadores muito positivos da economia brasileira, tanto com relação à taxa de inflação, como o controle da taxa de inflação, como com relação ao risco país, como com relação à entrada de dólar, à entrada de investimentos no nosso

país, o aumento do investimento privado no nosso país. Nós temos indicadores importantes, mas, mesmo assim, mesmo que esses indicadores sejam indicadores positivos, mesmo assim, nos últimos meses, o Banco Central manteve o ritmo de queda da taxa Selic. A minha pergunta não é se o senhor vai entrar lá para fazer uma mudança ou agendar uma mudança, porque não é esse o debate público que tem que ser feito. Mas o senhor acha que isso se dá pela cultura que nós temos, pelo medo, pelo pavor que nós temos do retorno da inflação, pelo conservadorismo que domina quem ocupa posições como essa, que o senhor está prestes a ocupar, pela aprovação aqui nessa Comissão. Ou ainda nós temos muito que fazer no controle dos gastos correntes e nas reformas que nós conseguimos, que nós não conseguimos avançar ainda? Essas reformas são fundamentais para que a gente tenha um ambiente mais adequado para uma redução mais consistente da taxa de juros, no Brasil; das reformas colocadas, qual é a mais importante para que nós possamos ter uma melhor estabilidade e uma melhor segurança na condução da nossa equipe econômica?

A outra questão, que eu acho que é importante, é com relação ao câmbio; o câmbio fluante, naturalmente, com entrada de dólares, com a estabilidade econômica, nossa moeda está se valorizando. Quem olha de fora, quem não é especialista na área acha que isso vai perdurar porque, com a melhoria, com a melhora da nossa... Da nossa situação econômica, com mais investimentos, com mais capital externo entrando no nosso país, a gente tende a ter uma valorização maior ainda da nossa moeda, do nosso Real. Os nossos exportadores e introdutores locais estão condenados a competir nesse ambiente de desigualdade com países que têm carga tributária menor e com países que têm leis trabalhistas mais flexíveis? Estamos condenados, temos que nos adaptar ou alguns desses setores terão que ser extintos, na avaliação do senhor, terão... Ou tem alguma coisa ou alguma medida que deva ser tomada, o que, aparentemente, eu tenho visto o pronunciamento de pessoas do Governo e não tenho achado solução, e o Governo também não tem encontrado solução, a não ser comprar dólar para tentar elevar o seu valor. Mas, alguma coisa que o Governo deveria fazer, nossas instituições poderiam fazer...

E a última questão, que o senhor vem de um sistema financeiro de um banco privado, de uma empresa privada do sistema financeiro. O senhor tocou nesse ponto, rapidamente, talvez tenha tocado até depois com mais detalhes, que eu tive que sair para ir a outra Comissão, mas o *spread* bancário é o vilão de todo esse debate nosso. A taxa Selic cai, cai pouco, mas cai mais do que cai o *spread* bancário. Quais

são as medidas que nós precisamos adotar para fazer com que as nossas instituições possam, de fato, reduzir o *spread* bancário ou o costume, ou a história de ganhos exagerados no sistema financeiro vai ainda ser a resistência para que esse *spread* bancário ser de fato reduzido?

Obrigado e desejar sorte, parabenizar... Pode contar conosco aqui no Senado para que a gente possa colaborar no trabalho do senhor lá no Banco Central, após a votação, confirmada a sua votação. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Renato Casagrande. Senador Suplicy, com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Aloizio Mercadante, prezado senhor Mário Gomes Torós, na última reunião do COPOM, ao se decidir sobre a taxa de juros Selic, reduzida, então, de 0,25, depois passou de 12,75 para 12,50, houve, segundo informou o Banco Central, uma divisão entre aqueles que participam do COPOM, quatro votaram para que se reduzissem em 0,25 e três votaram para que se reduzisse um pouco mais, 0,50. Se lá estivesse já, como o senhor teria argumentado para que se votasse por uma redução de 0,50, à luz daquilo que conhece V.Sa. da realidade brasileira e dos dados que, acredito tenha e, conforme aqui demonstrou, tem estudado sobre a evolução da economia brasileira e levando em consideração os diversos objetivos que aqui ressaltou na sua exposição, quais sejam: de promover a estabilidade dos preços; buscar, com a estabilidade de preços adequada, estar se estimulando o crescimento e, com isto, proporcionando também o aumento do nível de emprego, uma vez que a taxa de desemprego ainda não é tão baixa quanto se gostaria e, com isso, também ajudando o propósito de melhoria da distribuição da renda. Se puder nos informar, quais seriam os argumentos que, naquela situação, colocaria aos seus colegas de COPOM? Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Fernando Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Mário Gomes Torós, eu lhe desejo sucesso nessa sua nova etapa de vida profissional. O senhor, como homem de mercado, sabe muito bem como ele funciona e saberá, sem dúvida, defender o Governo desse mercado. Tenho algumas considerações a fazer. Aqui, no seu pronunciamento, falando sobre a questão dos ativos cambiais, o senhor diz, num certo momento, que a política de redução do passivo externo líquido, permitiu, por exemplo, que nossa economia atravessasse, sem maiores sustos, o período de volatilidade vivido em maio e junho de 2006. E, mais recentemente, no final

do mês de fevereiro passado, em nítido contraste com a experiência dos anos 90. A experiência dos anos 90, em relação à formação dos nossos ativos cambiais, é uma experiência extremamente positiva. Em 89, nós reservas estavam em torno de 06 bilhões de dólares; em 90, passou para 09 bilhões; em 91, caiu para 08; em 92, foi para 23, quase que triplicando; em 93, para 31; 94, 38, e assim por diante. Então, sem dúvida, houve um grande esforço, mesmo com a questão do atrelamento do câmbio, que provocou aquela crise em 97, em 98. Mas, enfim, houve uma grande preocupação na formação dessas reservas. Por outro lado, quando o senhor fala também a antiga expressão “o Estado deve gastar o que arrecada”, o senhor está absolutamente correto porque, de 90 a 92, o Governo brasileiro executou o seu orçamento com superávit, mês a mês, sem faltar um mês sequer, e sem jogar o superávit de um mês para o mês subsequente.

Acredito que quando o senhor comenta, em relação a esse crédito consignado como alguma coisa positiva, eu tenho as minhas dúvidas. Isso, salvo melhor juízo, e o tempo dirá, gerará um enorme contencioso, que o Governo deverá arbitrar com bastante dificuldade porque, ao tempo em que esse crédito foi concedido, o empobrecimento ou a falta de capacidade dessas famílias, que assim agiram, de manter os seus níveis mínimos de consumo obrigatório, vem caindo assustadoramente.

Lembrar também e, ratificando aqui o que foi dito pelo Senador Aloizio Mercadante, em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, no meu entender, que é igual ao dele, uma das medidas mais importantes tomadas por esta República foi quando da aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal. E é essa lei que garante hoje grande parte da estabilidade que nós vivemos. Ao lado de outras medidas, que foram tomadas no passado, como a unificação dos orçamentos, a questão da extinção daquelas casas emissoras de moeda, que eram os bancos estaduais, e que tanto dificultava a execução de uma política monetária e que, enfim, redundou na questão, na aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Hoje, os Estados passam por dificuldades; vários Estados passam por dificuldades, mas é interessante notar que aqueles Estados que antes estavam passando por essas dificuldades, quando do início de uma nova gestão, rapidamente resolveram os seus problemas. Então, eu acredito que seja muito mais um trabalho de acompanhamento por parte das autoridades econômicas e monetárias do Governo Federal para auxiliar os Estados, alguns Estados, a saírem da extrema dificuldade em que hoje se encontram. Realmente alguns deles passam por dificuldades quase que intransponíveis. É preciso que se detecte a

origem disso e é preciso que se dê uma ajuda, ajuda no sentido técnico, para que equacione esse problema desse endividamento, que traz dificuldades muito grandes à administração das unidades federativas do nosso país.

E também dizer que concordo com o senhor, quando o senhor afirma que as várias tentativas de estabilização terminaram consolidando o caminho a seguir. Sem dúvida nenhuma, o atual Governo tem todos os méritos de alcançar esses índices merecedores de aplausos de todos os brasileiros na área econômica e diria que também na área social, mas não podemos nos olvidar de que isso é resultado também de um enorme esforço que foi feito nos anos 90, diferentemente daquilo que o senhor afirma que, em nítido contraste com a experiência dos anos 90, na a questão da formação dos ativos cambiais. Eram esses comentários que eu gostaria de fazer e desejar, mais uma vez, a V.Sa. muito sucesso na sua nova emissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Fernando Collor. Tem só uma última intervenção Senador Francisco Dornelles e, depois, Senador Romero Jucá. Nós vamos fazer agora todas... Para a gente concluir a arguição.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Dr. Mário Torós, meus cumprimentos, não preciso dizer que já votei homologando o seu nome, e eu concordo plenamente com a política que o Governo vem adotando, o mercado cambial, a compra de dólares, eu acho que o aspecto é positivo. Mas eu estou começando a ter um receio, que é o seguinte: Na medida em que nós aumentamos o nível das nossas reservas, vamos chamar assim, o retrato do Brasil melhora muito no exterior. Países que tem aí 100, 120, 130, quanto maior for o volume de reservas, melhor o nosso retrato e quanto melhor for o retrato, mais capital vai entrar. E aí eu pergunto: Como é que nós vamos administrar o problema do mercado cambial. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Romero Jucá, líder do Governo.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu não vou fazer nenhum questionamento, apenas parabenizar o Dr. Mário Torós pela condução aqui das respostas, que mostraram, sobejamente, que ele está preparado para compor a equipe do Banco Central, que tem atuado com muita responsabilidade. Aqui não... Falou-se em posições conservadoras, na verdade, o que o Governo tem feito é tido posições responsáveis e a responsabilidade fiscal é uma tônica importante de ser mantida. Então, eu quero parabenizá-lo, desejar felicidades e tenho certeza de que a

aprovação vai ser por extrema maioria de votos e que, no Plenário também, nós faremos a aprovação e V.Exa. poderá desempenhar, como vem desempenhando durante sua vida profissional, um papel importante na Direção do Banco Central.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Romero Jucá. Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Uma pergunta bem rápida, Senador Mário Gomes, se já tiver sido feita, porque tive que me ausentar um pouco, há uma matéria de um conceituado jornalista da Folha de São Paulo, chamado Kennedy Alencar, nessa matéria, se diz que a expectativa do Presidente Lula é que a taxa real de juros básicos, em dezembro, esteja em cerca de 6% ao ano. Isso significa uma taxa Selic nominal de cerca de 10%. Hoje a Selic está em 12,5% ao ano, taxa real ligeiramente superior a 8%. V.Exa. acredita que possa se chegar a isso? V.Sa.? Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria concluir esse... Essa argüição, parabenizando o senhor Mário Gomes Torós pela competência da sua intervenção, pela sua formação, pela sua trajetória, mas eu queria fazer apenas duas advertências, que eu acho que teve presente praticamente em todas as colocações. A primeira é que o Banco Central está à frente de um desafio novo na história econômica do país, mas imenso. Nós estamos caminhando para uma expansão de grau de investimento, esse cenário macroeconômico traz uma atratividade crescente para investidores internacionais e é um saldo comercial, mesmo com o crescimento acelerado as importações ainda superior a 40 bilhões de dólares; quatro anos de superávit em transações correntes, e tudo isso, eu diria, está levando a uma apreciação da taxa de câmbio, que começa a ter impacto em setores importantes da economia, na indústria de transformação e setores que geram muito emprego.

Então, eu espero que a sua experiência na Tesouraria de um grande Banco seja utilizada em função do interesse público. Enfrentar esse problema tem que ser feito com regras de mercado, com regras institucionais claras, para que a gente mantenha essa credibilidade que o país construiu. Mas o Banco Central tem alguns instrumentos e pode operar, eu diria, com mais ousadia nesse mercado, com mais imprevisibilidade nesse mercado, exatamente no sentido de evitar essa apreciação que tem raízes muito profundas, mas, parte dela poderia ser amenizada e precisa ser amenizada.

E, por último, eu queria dizer que eu tenho uma visão, que a função do Banco Central é combater a in-

flação, que o único instrumento que ele tem é a taxa de juros; eu comungo da tese que metas de inflação com transparência, previsibilidade, credibilidade da política monetária é o melhor instrumento junto com o câmbio flutuante e responsabilidade fiscal. Aqui, um parêntese, agradeço o Senador Arthur Virgílio, Senador Fernando Collor por terem mencionado a minha posição em relação à Lei da Responsabilidade Fiscal, que eu espero que seja a dessa Casa e dessa Comissão, que a gente preserve o instrumento com toda a abrangência que ele tem. Mas a discussão que nós temos que fazer é a sintonia fina da política monetária. Eu concordei com a decisão, com a penúltima decisão do COPOM, por sinal foi unanimidade no COPOM; nós estávamos diante de uma turbulência financeira, todos os indicadores... Era uma turbulência passageira, como de fato foi, mas, de qualquer forma, a prudência é uma dimensão fundamental na política monetária e houve uma redução da 0,25. Mas, na decisão anterior a essa e na última decisão, não encontrei na Ata anterior, e leri com lupa a última Ata para verificar, por que o Banco Central desacelerou a trajetória de redução de 0,5% para 0,25. Não vi na Ata nenhum fundamento substantivo que pudesse explicar essa inflexão na trajetória da política monetária. E tanto lá quanto agora foi uma decisão que dividiu a diretoria do COPOM, quais são os meus argumentos? A inflação está abaixo da meta da inflação há quase um ano. Ela vem quase no piso inferior da banda, porque a meta é 4,5. Nós estamos com uma arbitragem da taxa de juros muito alta, quer dizer, a taxa de juros a descoberta, ela é muito elevada, o que acelera um fluxo de entrada dos recursos externos, especialmente o *carry-over* do Japão, que acaba pressionando a nossa taxa de câmbio, portanto, a redução desse diferencial. Uma parte importante da dívida pública já está pré-fixada. Também há mais espaço para uma queda, eu diria, mais acelerada. Não há nenhuma pressão inflacionária visível, sobretudo com uma taxa de câmbio como essa. Entrada de safra agrícola, o cenário internacional absolutamente acomodado. Diante de tudo isso, eu, sinceramente, não é nenhuma questão, é apenas um desejo profundo que eu tenho. Espero que V.Exa., ali na decisão do COPOM, esteja também com a minoria do COPOM. Eu não sei quem são, mas quero publicamente parabenizá-los pela atitude e pela coerência, porque, nas duas últimas decisões, eu seguramente estaria com a minoria dos três votos que defendia uma redução de meio por cento. Espero que V.Exa. venha a fortalecer... Na próxima Ata, eu saberei qual foi a sua posição, se aumenta a banda conservadora, se nós temos mais força para, não há mudança brusca em política monetária, ninguém está pedindo por uma alteração brusca,

tem que ser gradativa, tem que ser sustentável e, se no futuro, nós tivermos que aumentar a taxa de juros, é parte da política monetária, nós fizemos isso nesse Governo e, se precisar, no futuro será feito. O que não podemos perder são as janelas de oportunidade.

Termino só dizendo o seguinte: Em que momento da história nós tivemos um cenário como esse? 115, 117 bilhões de dólares de reserva, superávit de 40 bilhões de dólares, superávit de transações correntes, liquidez fantástica, o risco país a 1.5, a 150 ponto básicos, uma taxa de crescimento da economia, nos últimos três anos, de 4,1%. Esse ano... O pior cenário é crescer 4,1%, já está contratado. Nós estamos discutindo uma taxa de crescimento acima de 4,5%. A massa salarial crescendo 8,8%, e com uma inflação em torno de 3%.

Então, é esse o cenário que nós temos que aproveitar, e o Banco Central tem que saber aproveitar essa janela de oportunidade que está dada para esse país. E eu espero que V.Exa. ajude a colocar adiante essa trajetória dessa minoria coerente e mais consistente do Banco Central, que vem defendendo uma redução de meio por cento nas últimas duas decisões que a diretoria se dividiu que, por isso mesmo, essa é toda a minha expectativa sincera, tanto na mesa câmbio, quanto nas decisões do COPOM, que a sua experiência, sua trajetória, a sua vivência ajudem o Brasil a um encontro mais rápido com o crescimento sustentável.

E, com isso, a sua última intervenção, agradeço a atenção, a gentileza, a serenidade. E pode ter certeza, eu lhe disse, quando conversamos antes dessa arguição: “A sua arguição será muito competente se não der nenhum *leet* para a imprensa”. Acho que não deu. Espero que nessa última intervenção também não permita [interrupção no áudio]. A imprensa sempre tem um *leet*.

SR. MÁRIO GOMES TORÓS: Obrigado, Senador. Eu queria agradecer aos Senadores pelas palavras ao meu respeito, e vou tentar responder as perguntas na ordem, se eu pular alguma, se faltar alguma coisa, por favor, me interrompam e eu retomo o item.

Iniciando a questão colocada pelo Renato Casa-grande, o primeiro, a primeira questão que ele colocou é se a taxa de juros, eu acho que é uma questão boa, porque ela é uma questão um pouco emblemática e que envolve várias outras questões colocadas, se existe um pavor nosso, é cultural a questão de nós termos taxa de juros altos, e por que nós não vamos a taxas de juros mais baixas, no momento em que já mostramos o nível de inflação bastante controlado? Acho que, se nós olharmos a trajetória da taxa Selic, sobretudo nos últimos anos, nós vamos ver que nós conseguimos mudar o patamar da taxa de juros no

Brasil. Nós passamos de taxas de juros, eu me lembro que já, dentro desse regime de metas, não é? A taxa de juros chegou aí a 19% várias vezes e algum fator, algum impeditivo fazia com que nós não conseguíssemos baixar essa taxa. Depois, nós tivemos um outro patamar, ela foi a 15% algumas vezes; nós não conseguimos, tínhamos que elevar a taxa de juros. E tudo indica que nós conseguimos, através da gestão da política monetária, romper determinados patamares; entramos num novo patamar de taxas de juros nominal e também de taxas de juros reais, que hoje já estão em níveis, temos relativamente consolidados níveis de um dígito.

Então, acho que nós estamos entrando numa nova seara, a taxa de juros nominal, ela é sim muito importante também de taxa de juros, eu acho que devemos, com cautela, observando, mais uma vez, eu acho que Bancos Centrais, por definição, são sempre dependentes dos dados que estão saindo. É a análise mensal, a cada 45 dias, do COPOM, que deve definir qual é o nível de taxa de juros. Não... Senador, não acho que o Brasil seja um país condenado a ter taxa de juros altas, ou muito altas, por muito tempo. Eu acho que nós estamos atravessando e fazendo essa travessia da estabilização, estamos chegando próximo de um nível, mas devemos fazer isso com grande cuidado para que esses ganhos que nós obtivemos, nos últimos anos, se consolidem.

Também a questão, o senhor fez uma pergunta sobre câmbio, apreciação cambial, e isso, no impacto, na economia real, ou seja, setores, de fato, são os setores, sobretudo aqueles setores intensivos em mão-de-obra, sofrem muito nesse momento, assim como vários setores, que eram importadores, sofreram muito no processo que tinham, na sua componente, na sua matriz de insumo-produto, à importação, sofreram muito em 2002, 2004, agora nós temos os setores, sobretudo os setores intensivos em mão-de-obra, sofrendo muito, em função da mudança drástica que nós estamos tendo na relação câmbio/salário. O Governo já mostrou sensibilidade a isso e eu acho que, na verdade, vai estar trabalhando no sentido de eventualmente conseguir algum benefício para esses setores. É parte da política econômica e agora nós temos esses setores, os setores intensivos em trabalho, em mão-de-obra, sendo impactados.

Por fim, uma pergunta que o senhor fez sobre *spread* bancário e quais são as ações que o Banco Central ou que nós podemos ter para reduzir o *spread* bancário. De fato, a observação que o senhor fez é excelente, e ela deve ser objeto de análise no Banco Central. A taxa de juros Selic caiu, e o *spread* bancário acompanhou, em muito menor medida, essa queda; o

spread bancário também caiu, em muito menor medida. Acho que existe um conjunto de ações, eu acho que são, é um conjunto de ações internas ao Banco Central, no que concerne ao Banco Central, na verdade, não só ao Banco Central, mas ao Governo como um todo, que são as medidas que nós podemos chamar de a chamada cunha fiscal, que são basicamente os impostos e a estrutura de compulsórios que tem. Se em relação aos impostos nós estamos avançando, avançando pouco, porque é um determinando de política fiscal, eventualmente o Ministro Mantega comentou, há uma semana atrás, a possibilidade de isentar empréstimo de CPMF, isso poderia, por exemplo, sobretudo para pessoas jurídicas, podia ser um importante alavancador de um determinado tipo de empréstimo que sumiu, em função do CPMF. Tem outras medidas que são, na inadimplência, não é? Que é um outro fator importante, eu acho que aqui nós avançamos, eu, sobretudo, eu acho que aqui o Poder Legislativo, essa Casa avançou muitíssimo na aprovação da Lei das Falências, estamos avançando. Perdão, eu esqueci de comentar antes sobre os títulos compulsórios. Essa é... Antes de entrar na questão da inadimplência. Na estrutura de compulsórios, eu acredito que essa é uma tarefa, ainda, o Banco Central já fez muito no sentido de reduzir uma estrutura de compulsórios, que é extremamente complexa no Brasil, mas é uma tarefa ainda pendente, o desarme, o desmonte dessa estrutura complexa de compulsórios no Brasil, que é um determinante de política monetária que vai ocorrer no momento do relaxamento da política monetária. Eu acho que nós vamos caminhar nesse nessa direção. É uma tarefa que eu considero já feita em parte, mas é uma tarefa que eu considero pendente, por completar.

Indo para a questão da inadimplência, eu acho que a Casa aqui fez grande, deu grande evolução, aprovando, aprovando a Lei de Falências, não é? Eu acho que, para o setor, sobretudo para o setor jurídico, para o setor... Teve um grande, teve a aprovação da Lei de Falências foi um impacto muito importante.

E, por fim, a última medida é a concorrência bancária. Aí eu acho que as medidas do Banco Central e a atuação do Banco Central devem ser via, a atuação do Banco Central, não é só do Banco Central, mas do Governo, deve ser no sentido de obter coisas, de instituir coisas, como o crédito consignado. Eu defendo, acho sim o crédito consignado um ganho, eu acho que isso força os *spreads* para baixo e acho que a atuação do Banco Central deve ser, não deve ser uma atuação de polícia, no sentido de ver se os preços, como em qualquer indústria, a gente viu que tabelamento, o congelamento não funcionam. Acho que nós devemos

atuar no sentido de reduzir os *spreads* bancários, estimulando a concorrência do sistema.

Espero ter respondido as questões, passo às questões colocadas pelo Senador Suplicy. As questões de V.Exa., basicamente uma questão--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permite. Apenas gostaria de dizer que eu já votei favoravelmente—

SR. MÁRIO GOMES TORÓS: Muito obrigado, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pelo conteúdo de sua arguição, pelo seu currículo, e desejo também muito boa... Tenho certeza que terá excelente desempenho, então, não vai depender da sua resposta o meu voto que já foi dado positivamente.

SR. MÁRIO GOMES TORÓS: Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E dar uma informação para Comissão e para você, Mário, é a seguinte: Depois de muitos anos, nós conseguimos que todos os Senadores da Comissão votassem na indicação de um nome. É um êxito. Mostra um pouco o ambiente que nós estamos vivendo e também o interesse que os Senadores têm na sua performance no Banco Central.

SR. MÁRIO GOMES TORÓS: Obrigado.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, eu pediria ao Sr. Mário, ele respondeu já uma pergunta que eu fiz aqui no final?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ainda não.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ainda não? Prossegue ainda?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Está respondendo.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Obrigado.

SR. MÁRIO GOMES TORÓS: Então, Senador, a pergunta do Senador Suplicy, se eu votaria, na reunião passada, 50 ou 25—

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E como argumentaria.

SR. MÁRIO GOMES TORÓS: E como argumentaria. Bom, como o senhor pode imaginar, a decisão foi muito difícil, mesmo para os membros que lá estavam e tinham as informações completas que se requereria. Para mim é muito difícil, não tendo as informações e não tendo participado do debate, que eu pudesse dar uma informação nesse sentido. Eu acho que, também na... Seria, eu acho, no mínimo pouco elegante, da minha parte, como postulante ao cargo, dar uma opinião sobre uma decisão que eu não participei, não tinha os elementos para participar. Portanto, eu espero não ter

fugido de nenhuma outra questão, mas essa, para mim, é muito difícil dar uma resposta. Acho que a taxa de juros no Brasil, ela é cadente, está caindo, pode cair muito mais, ao longo dos próximos, das próximas reuniões, não é? Mas eu, sobre o passado, eu acho que eu tenho mais dificuldade de fazer uma colocação.

Pergunta... Passo à pergunta do Senador Collor. E, sobre a questão dos ativos cambiais, Senador, eu, quando eu fiz a colocação, ela, na verdade, é uma colocação menos sobre o esforço, o esforço dos ativos cambiais e o trabalho feito ao longo de toda a década de 90, é absolutamente, nós vivemos sob o fenômeno da escassez de divisas praticamente sobre esses 10 anos. E conseguimos sobreviver e passar dessa fase e conseguimos um feito magnífico, que foi estabilizar a economia brasileira. Acho que, mais do que tudo, quer dizer, quando eu me referia ao contraste, ao contraste era que, sobretudo isso ocorreu na segunda metade da década de 90, uma coisa que a gente falava que, quando a economia externa espirrava, nós pegávamos uma pneumonia. Eu tenho a impressão que esse cenário mudou. Eu acho que a Constituição, ou seja, a política econômica que nós construímos, ao longo aí desses últimos 20 anos, permitiu que o Brasil tivesse um nível de solidez e seja, que o Brasil seja visto pelo mercado internacional de forma muito mais consistente do que era no passado. Era isso que eu me referia à dificuldade. O Brasil hoje não pega mais pneumonia em função de qualquer espirro nos mercados internacionais.

Sobre a questão, sobre as outras questões, eu não sei se tem algum outro ponto específico para colocar, sobre as questões dos créditos consignados, eu acho que o crédito consignado é um avanço, ele não é um fim, ele é um meio de se aumentar o sistema de crédito. Eu acho que aumentar ao crédito, nós já vínhamos fazendo isso, conseguimos aumentar o crédito de 23 para 34%, aumentar o crédito a preços justos é uma das tarefas pendentes. Eu acho que, em alguma medida, o Banco Central tem como contribuir nisso. O crédito consignado é uma das alternativas, ele permite, de alguma forma, com que se reduza os *spreads*, e tem esforçado, essa é uma experiência, tem forçado, embora ainda, eu repito, menos do que eu particularmente esperava, mas tem forçado os *spreads* bancários para baixo.

Passando à pergunta do Senador Francisco Dornelles, que basicamente... Aumento de reservas, esse aumento de reservas, ele é uma, como se fosse um círculo virtuoso, estamos vivendo o círculo virtuoso com o aumento de reservas, a situação geral do país, a situação benigna do mundo atrai mais capital e tende a apreciar mais a taxa de câmbio. Como sair desse,

não sei, eu não quero usar a expressão como problema, mas como sair dessa situação que nós temos uma tendência à apreciação cambial, não é? Uma tendência muito difícil, mais uma vez, o Banco Central tem a sua política monetária para controlar a inflação. O câmbio deve ser flutuante. O Banco Central tem uma política de Governo, que é a política de acumular reservas, que, de alguma forma, minora o que os economistas chamam desses exageros, esses *overshootings* que eventualmente a taxa de câmbio possa dar em algum momento. A política de acumulação de reservas minora isso. Eventualmente isso não vai conseguir evitar a apreciação cambial se os fluxos, de fato, no futuro, forem os que o Senador comenta. Esse é um... Essa é uma tarefa que faz parte e está dentro, inserida dentro da política econômica. Mais uma vez, ao mesmo tempo, em que nós vivemos e que alguns setores são beneficiados com taxa de câmbio apreciada, outros setores são prejudicados e, assim, sucessivamente, quando nós temos taxa de câmbio depreciada. É um pouco... A impressão que eu tenho sobre isso.

Pergunta do... Passando à pergunta do Senador Garibaldi, sobre a questão taxa de juros real de 6%, eventualmente taxa de juros nominal de 10%, no final do ano. Mais uma vez, eu já falei, respondendo ao Senador Casagrande, não acho que o Brasil seja um país condenado a ter taxas de juros altas *ad eterno*. Nós passamos um período que culminou com a nossa estabilização; nós estamos eventualmente no fim de uma travessia. Esse fim dessa travessia deve ser feito, na minha opinião, com tanta ou mais prudência do que foi feito todo o percurso e todo o caminho que nós percorremos aqui, para atingir a estabilização e para garantir o caminho da estabilização, que não é o meio em si, o objetivo é ter o crescimento econômico sustentado. Devemos ter todo o cuidado e toda a prudência a atingir níveis de taxas de juros. Mas caminhamos, de fato, para taxas de juros reais e nominais mais baixas.

Por fim, agradeço aos comentários do Senador Mercadante. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Sr. Mário Torós. Demonstrou competência, segurança, o domínio amplo da matéria e agora vamos analisar o resultado da eleição. Só espero que você... Teve uma frase que me entusiasmou muito, que a taxa de juros pode cair muito mais nos próximos meses e eu fiquei muito animado—

SR. MÁRIO GOMES TORÓS: Não falei meses, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nas próximas reuniões.

SR. MÁRIO GOMES TORÓS: Nas próximas reuniões.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nas próximas reuniões. E eu fiquei muito animado com essa frase. Só espero que não seja discurso de candidato, que é muito próprio nessa Casa, esse entusiasmo, às vezes, como candidato, e depois no Governo, as coisas não acontecem exatamente como as pessoas imaginavam. E, não sendo discurso de candidato, é uma frase exemplar. Sugiro essa como líder para a nossa imprensa, que aqui está editando a matéria.

[risos].

Terminamos a argüição. Vamos agora para a apuração. Eu queria convidar os Senadores Francisco Dornelles e Neuto de Conto, para fazer aqui a nossa apuração. Imediatamente anunciaremos o resultado.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não, Senador Garibaldi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, ainda vamos ter votação hoje?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, não há condições, pelo adiantado da hora, ficarão todas as matérias ordinárias para a nossa próxima Sessão. Eu também, na próxima Sessão, darei informações sobre o seminário que estamos organizando com as três Agências de Risco Internacional, sobre a questão da direção e grau de investimento, que será, a princípio, no dia 22 de maio. Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente. V.Exa. sabe que quem está apurando foi o homem que foi Relator da URV?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Seguramente, com essa credibilidade, na apuração teremos um resultado tão reconhecido quanto os do TSE.

[Os Senadores estão apurando a votação para indicação do Sr. Mário Gomes Torós para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, em substituição a Rodrigo Teles da Rocha Azevedo].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Bom, com três votos contrários e 24 votos sim, está aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos, por ampla, ampla maioria, a indicação do Sr. Mário Gomes Torós para a diretoria do Banco Central do Brasil. Agradeço a todos. Está encerrada a nossa Sessão.

Sessão encerrada às 13h15.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2007, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia oito de maio do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Eliseu Resende, Vice-Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Delcídio Amaral, Fernando Collor, Renato Casagrande, Expedito Júnior, Sery Slhessarenko, João Vicente Claudino, Marcelo Crivella, Antônio Carlos Valadares, Romero Jucá, Mão Santa, Gilvam Borges, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão, Jayme Campos, Kátia Abreu, Raimundo Colombo, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Marconi Perillo, João Tenório e Osmar Dias. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp, Neuto de Conto e Sérgio Guerra. Os Senadores Aloizio Mercadante, Pedro Simon e Ademir Santana deixam de comparecer em virtude de terem sido designados para integrarem a delegação brasileira na Sessão Inaugural do Parlamento do Mercosul, em Montevideu, Uruguai. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente comunica que o Senador Jayme Campos passa a integrar a Subcomissão Temporária da Reforma Tributária em Substituição ao Senador Osmar Dias, na vaga destinada ao PFL, nos termos do art. 89 do Regimento Interno do Senado Federal. Em seguida, a Presidência passa à apreciação dos itens constantes da Pauta da Reunião; Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 11, de 2007, terminativo, que “altera o Decreto nº 83.304, de 28 de março de 1979, para excluir a possibilidade de recurso especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais, na hipótese de decisão de segunda instância ter negado provimento a recurso de ofício”, de autoria do Senador Francisco Dornelles, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer favorável ao Projeto. Após a leitura do Relatório e colocado em discussão, usam da palavra os Senadores Romero Jucá, Francisco Dornelles, Flexa Ribeiro, Antônio Carlos Valadares, Eduardo Suplicy, Marcelo Crivella, Cícero Lucena e Mão Santa. Colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por dezessete votos favoráveis, ne-

nhum voto contrário e nenhuma abstenção; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2005, terminativo, que “dispõe sobre a aplicação das disponibilidades financeiras do FAT, em depósitos especiais, nas cooperativas de crédito constituídas nos termos da Lei nº 5.764, de 1971”, de autoria do Senador Osmar Dias, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria é retirada de Pauta a pedido do Relator para aguardar Requerimento de Tramitação Conjunta apresentado em Plenário; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, terminativo, que “acrescenta dispositivo ao artigo 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal”, de autoria do Senador Delcídio Amaral, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 02 e 03-CRA, e ainda às Emendas nºs 01-CRA e 04, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, nos termos das Subemendas nºs 01 e 02 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. A apreciação da Matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, terminativo, que “altera o § 6º do artigo 2º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003 (Isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas)”, de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Parecer pelo arquivamento da Matéria. A apreciação da Matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2006, terminativo, que “altera a redação do § 1º do art. 111 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para estabelecer a aquisição do direito a voto pelos titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com limitação desse direito, no caso de não-pagamento de dividendos pelo prazo de três exercícios consecutivos”, de autoria do Senador Valdir Raupp, tendo como Relator o Senador José Agripino, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2003, terminativo, que “dispõe sobre a isenção do IPI a aguardente de cana-de-açúcar, e dá outras providências”, de autoria do Senador Efraim Moraes, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. A apreciação da Matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2005, terminativo, que “insere inciso no art. 12 da Lei nº 9.250, de 1995, para incluir a de-

dução de doações de livros a bibliotecas públicas no cálculo do imposto de renda devido por pessoas físicas”, de autoria do Senador Roberto Saturnino, tendo como Relator o Senador Edison Lobão, que oferece Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 01, nos termos da Subemenda nº 01, apresentando ainda as Emendas nºs 02 e 03. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A apreciação da Matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2006, Complementar, não terminativo, que “acrescenta os §§ 1º, 2º e 3º, ao art. 32, da Lei Complementar nº 87, de 13.09.1996 (Estabelece prazo para o ressarcimento aos Estados e ao Distrito Federal pelas renúncias do ICMS referente a produtos destinados à exportação)”, de autoria do Senador Pedro Simon, tendo como Relator o Senador Gilvam Borges, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Após a leitura do Relatório e colocado em discussão, usam da palavra os Senadores Marcelo Crivella, Cícero Lucena, Edison Lobão, Delcídio Amaral, Osmar Dias, Jayme Campos, Romero Jucá, Renato Casagrande e Francisco Dornelles. O Presidente da Comissão, por sugestão dos Senadores, encaminha a Matéria à Subcomissão Temporária da Reforma Tributária para análise, nos termos do art. 89, XII do Regimento Interno do Senado Federal; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2007, terminativo, que “altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir o nascituro no rol de dependentes que possibilitam dedução na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física”, de autoria do Senador Francisco Dornelles, tendo como Relatora a Senadora Kátia Abreu, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 360, de 2003, terminativo, que “dispõe sobre a instituição de fundos agronegócios para captação externa de recursos e dá outras providências”, de autoria do Senador Álvaro Dias, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. A apreciação da Matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2003, terminativo, que “dispõe sobre requisitos para a concessão, por instituições públicas, de financiamento, crédito e benefícios similares”, de autoria do Senador Gerson Camata, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2004, terminativo, que “altera a Lei nº 6.905, de 11 de maio de 1981, para destinar a renda líquida de um concurso anual de prognóstico sobre o resultado de sorteios de números para as As-

sociações da Cruz Vermelha Brasileira”, de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Romeu Tuma, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 06/03/07, foi concedida Vista ao Senador Eduardo Suplicy que devolveu com Voto em Separado favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Eliseu Resende**, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Declaro aberta a 13ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Reunião Ordinária. Antes de iniciarmos os trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no diário do Senado Federal.

Nos termos do art. 89 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico aos membros que o Senador Jayme Campos passa a integrar a Subcomissão Temporária da Reforma Tributária em substituição ao Senador Osmar Dias, na vaga destinada ao PFL.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Pela ordem, Senador.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Apelo a V.Exª a inversão de pauta. Eu tenho uma audiência agora, se há a possibilidade, eu sou Relator do Projeto do item 08 da pauta. Senão...

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Coloco o assunto à deliberação do Plenário. A inversão da pauta requerida ou solicitada pelo Senador Gilvam.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É o item 08.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Passaremos então ao item 08.

Item 08, Projeto de Lei do Senado nº. 30/2006, complementar, não terminativo. Acrescenta os parágrafos primeiro, segundo e terceiro ao art. 32 da Lei Complementar 87/96. Estabelece prazo para o ressarcimento aos Estados e ao Distrito Federal para apenas renúncias do ICMS referente a produtos destinados à exportação. Autoria, Senador Pedro Simon, parecer do Relator Senador Gilvam Borges pela rejeição do Projeto. Com a palavra o Relator.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): O Projeto de Lei do Senado, PLS nº 30/2006, complementar, tem por objetivo assegurar aos Estados o ressarcimento integral e efetivo pela União da desoneração do imposto sobre circulação de mercadoria. Incidente sobre produtos primários e produtos industriais semi elaborados destinados à exportação. Propõe-se em primeiro lugar que o ressarcimento feito pela União ocorra no máximo até o dia 15 do mês subsequente a uma efetiva desoneração tributária. Tendo em vista, Sr. Presidente, que o ICMS é um tributo estadual e que a política de comércio exterior é de responsabilidade do Governo Federal, a mesma Lei Kandir estabeleceu em seu art. 31 um sistema de ressarcimento dos Estados pelos tributos não arrecadados. O anexo da Lei Kandir determina que o montante a ser distribuído entre o Estado e Município será aquele fixado no Orçamento Geral da União. A partir de recursos entre Estados é feito de acordo com coeficientes fixados na lei. Daí se compreende a motivação do PLS em análise. Se o autor pretende, em primeiro lugar, obrigar a União a fazer os ressarcimentos integrais, não mais os condicionando a um valor máximo negociado quando da aprovação do Orçamento Geral da União, e em segundo lugar criar o mecanismo que dê aos Estados a segurança de obtenção desses créditos em contas, mediante redução de pagamento de dívida à União. Em terceiro lugar, o Projeto visa recuperar os ressarcimentos não pagos no passado, obrigando a União a fazer o pagamento desses [inaudível]. A entrada em vigor da lei proposta.

Apesar do mérito incontestado do projeto, considero que há óbices. Obrigar a União conceder descontos no pagamento da dívida dos Estados, uma vez que existe um contrato firmado entre a União e cada Estado, fixando as condições de refinanciamento da dívida, contrato esse que constitui um ato jurídico perfeito. Não pode o Congresso Nacional determinar unilateralmente as alterações desse contrato. Uma lei que o fizesse feriria o art. 5ª, inciso 19 da Constituição. A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. O Projeto também fere o art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 108/2000, que prevê que a criação por Lei de Despesa de caráter continuado deve ser acompanhada da indicação da fonte de custeio da nova despesa, de estimativa do seu impacto orçamentário financeiro e de comprovação de que as metas de resultados fiscais não serão afetadas tendo em vista que o Projeto mudaria substancialmente o processo de ressarcimento, que passaria do modelo atual de negociação de um valor máximo a ser incluído no orçamento para um valor em aberto, dependente do volume de exportação

realizado no futuro. Não há dúvida de que seria necessário respeitar o ditame do RLF. Frente ao exposto, manifesto-me pela rejeição do PLS nº 30/2006. é esse o Relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): A matéria está em discussão.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Com a palavra.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu queria fazer algumas considerações sobre esse assunto que nós estamos tratando. V.Exª tem acompanhado no noticiário que um dos grandes problemas da nossa indústria de exportação, hoje em dia, é o valor do câmbio. O real está valorizado diante do dólar e o dólar cai em muitas partes do mundo por conta do seu déficit comercial. Agora, Sr. Presidente, no momento em que nós temos a entrada de dólar, eu diria, de maneira abundante, valorizando o real. Eu pergunto a V.Exª: Por que nós temos que desonerar com impostos toda a exportação? Por que, por exemplo, Sr. Presidente, desonerar exportação de commodities, minério de ferro do Pará? Que muitas vezes é beneficiado lá fora e volta em termos de... Em forma de manufaturado, com maior valor agregado. De tal maneira, acho que essa... Eu entendi o parecer, o Relatório do Senador Gilvam de que é um contrato entre Estado e União. Se não é satisfatório deve ser diminuindo à justiça e não nos cabe legislar por um contrato firmado. Mas gostaria, Sr. Presidente, lateralmente, adjacientemente, levantar essa discussão. Por que desonerar exportação de commodities? Por quê? Não há motivo nenhum estratégico de futuro, de visão de País nós exportarmos nosso alumínio, grande consumidor de energia, nós exportarmos urânio, um material estratégico para o futuro do País, cada vez mais vamos depender das nossas usinas nucleares, e também exportar minério de ferro, nossa principal riqueza. Desonerando todos os impostos, favorecendo as exportações em largas quantidades. Lá na terra do nosso Senador Edison Lobão, que é o nosso porto em maior [inaudível] em São Luís, existe um navio que faz uma viagem só. Ele vem de Roterdã, na Itália, para São Luís. Vem com água e leva minério de ferro. é um dos maiores navios do mundo. Sr. Presidente, cada viagem leva 300 mil toneladas de minério de ferro. Não há um país no mundo que desonere exportação de commodities, a não ser aqueles que estão morrendo de fome.

Então, de tal maneira, Sr. Presidente, fica aqui a minha contribuição de que essa Comissão no futuro possa se preocupar com esse assunto. Porque, meu Deus, se é um mercado que os valores das *commodi-*

ties estão subindo, não vejo razão nenhuma para nós incentivarmos esse tipo de exportação com desoneração de impostos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Muito obrigado pela contribuição. Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, ontem, na Subcomissão da Reforma Tributária, que é composta e faz parte da Comissão da CAE, nós ouvimos os secretários das receitas de vários Estados. E um dos itens que foi discutido foi exatamente a compensação da chamada Lei Kandir. Onde os Estados reclamam de que não estão tendo ressarcimento devido pela Política Nacional adotada pelo Governo para a questão do item de exportação. E ficou muito claro que do total a ser repassado, o Governo Federal está repassando pouco mais de 25% para os Estados que estão perdendo uma receita num momento e num instante tão crítico de distribuição dos recursos arrecadado a nível nacional.

Essa preocupação ficou muito forte, ficou muito latente. Obviamente que o nobre Relator tem a preocupação da preservação das questões orçamentárias, daquilo com que o Governo Federal está contando para fazer o seu superávit, mas nós temos que ver também o lado dos Estados e dos Municípios que são prejudicados com o não repasse, ou melhor dizendo, a devolução desse recurso para os mesmos. Daí eu ponderaria, Sr. Presidente, e faria a sugestão, de que esta Comissão encaminhasse à Subcomissão de Reforma Tributária, para que esse assunto que lá está já sendo debatido, até com a proposição de fazer o encontro de conta, porque, na verdade, não seria uma quebra de contrato hoje firmado entre a União e aos Estados, mas sim aquilo que o Estado teria que pagar à União, pudesse ser usado a moeda do ressarcimento da desoneração para a exportação. A minha ponderação é que esse Projeto fosse encaminhado à Subcomissão de Reforma Tributária, ou se não for possível pela Comissão, eu pedirei então vista para que eu leve esse assunto a ser debatido na Comissão e depois trarei o meu posicionamento.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA): Para discutir, Sr. Presidente. Aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Com a palavra o Senador Edison Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA): Sr. Presidente, o Projeto do Senador Pedro Simon, que é do ano anterior, 2006, vem em muito boa hora. Afinal, a União Federal criou subsídios para exportação, no meu entendimento, fazendo bem, porque o País precisava incrementar suas exportações, gerar emprego

interno e gerar divisas. Porém, ao fazê-lo, se valeu dos recursos dos Estados e dos Municípios, e não dela própria. Desonerando de tributos estaduais o ICMS, por exemplo, muitos produtos de exportação, sobretudo dos semi acabados, como por exemplo produtos de alumínio. É o que aconteceu no meu Estado. Ainda há pouco o Senador Crivella se referiu ao Porto do Itaquí que aliás é um dos melhores do Brasil, Porto de áreas profundas, muito bem localizado, o que fica mais próximo do mercado consumidor internacional, e que tem sido cada vez mais aproveitado graças à ferrovia dos Carajás e a Ferrovia Norte Sul, que ao ser concluída, ou seja, quando chegar a Brasília nós teremos então uma ligação com todo o sul do País, podendo todas as mercadorias do centro-oeste brasileiro, de Mato Grosso, etc, serem exportadas pelo Porto de Itaquí através da ferrovia. Mas o fato é que o Governo Federal, então, valeu-se de tributos que não eram seus para incentivar as exportações. O que faz o Projeto do Senador Pedro Simon? Manda que o Governo, de acordo com a Lei Kandir, faça este ressarcimento e com rapidez. Eu estou inteiramente de acordo, portanto, com essa proposição, até porque serve a todos os Estados, inclusive ao meu, ao Estado do Maranhão, que sofreu gravemente com este confisco de tributos que pertenciam ao Estado e não à União Federal. Se a União Federal quer e precisa fazer um gesto desta natureza, que o faça com os seus tributos, e não com os tributos estaduais.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Pela ordem o Senador Delcídio Amaral. Ele pediu a palavra antes.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, eu só gostaria de fazer coro às ponderações do Senador Crivella e do Senador Lobão. Nós vamos ter que discutir um dia essa questão de exportação de minério em cima de Lei Kandir. No meu Estado, por exemplo, simplesmente exploram o minério de ferro, lavam o minério de ferro e depois processam ou agregam valor na Argentina. E usando os incentivos da Lei Kandir. Portanto, Sr. Presidente, eu quero ressaltar aqui que os comentários do Senador Crivella, do Senador Lobão também, porque essa Comissão, mais à frente o Senador Lucena, nó, mais a frente, teremos que naturalmente discutir essa questão, porque se fosse um produto de valor agregado para exportação, tudo bem. Mas, commodities? E usando os benefícios da Lei Kandir? É demais, meu caro Presidente Senador Eliseu Resende.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, eu não gostei do Relatório do Senador Gilvam Borges, que rejeita o Projeto de Lei do Senador Pedro Simon. Estados como o Paraná, que são exportadores de matéria-prima e semi faturados, estão perdendo muito. Porque a lei que obriga a União a compensar esses Estados não vem sendo cumprida sistematicamente pelo Governo Federal. Os Estados estão perdendo receita, produzem, exportam, mas ficam sem a receita, porque o Governo Federal faz cortesia com chapéu alheio.

Na verdade usa o dinheiro dos Estados para fazer política de incentivo, e os Estados, como o Paraná, e certamente o Rio Grande do Sul, porque o autor do Projeto é do Rio Grande do Sul, e muitos outros Estados brasileiros que são exportadores de matéria-prima e semi faturados estão perdendo e perdendo muita receita.

O Paraná eu calculo que vem perdendo, por ano, 400 milhões de reais com essa falta de cumprimento por parte do Governo Federal, da lei que obriga o Governo Federal a fazer essa compensação.

Então, eu quero aqui também concordar com o Senador Crivella, o Senador Lobão, o Senador Delcídio Amaral, que todos estão discordando do Relatório do parecer do Senador Gilvam Borges. E concordando com o Projeto de Lei do Senador Pedro Simon.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Com a palavra o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, complementando aqui a fala dos ilustres Senadores, eu quero dizer que não é só os Estados que está perdendo, por conseguinte também os Municípios brasileiros na medida em que, quando o Governo Federal repassa como está repassando esse mês aqui algo parecido para o meu Estado do Mato Grosso 92 bilhões de reais, também os Municípios brasileiros têm participado desse bolo. Todavia eu acho que essa é uma política perversa. Lamentavelmente essa Lei Kandir tem dado prejuízos tão grandes para os Estados, Gilvam Borges, que o senhor talvez não avalie. Quando o Senador Osmar Dias diz aqui que o Estado do Paraná perde algo parecido em torno de 400 bilhões, o Mato Grosso também está nessa mesma faixa etária. O senhor imagina se nós tivéssemos... Não fosse os 400 milhões, se fosse 300 milhões por ano em quatro anos de um Governador é um programa de Governo respeitável. De um bilhão e

duzentos milhões. Então, eu acho que chegou o momento de nós revermos essa Lei Kandir, até porque o senhor disse aqui no seu Relatório de que foi feito um convênio, um acordo entre o Governo Federal, os Estados... Mas lamentavelmente tem sido uma política prejudicial ao desenvolvimento dos Estados que produz commodities, como é o caso especificamente do meu Estado do Mato Grosso. De forma que, particularmente, eu respeito naturalmente o Relatório de V.Ex^a, todavia, nós temos que observar, nesse exato, momento o prejuízo que os Estados e por conseguinte os Municípios brasileiros têm sofrido com essa Lei Kandir que lamentavelmente, ela tem que ser modificada com maior urgência possível. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores. Sr. Presidente, estou pegando o debate no meio. Mas me parece que o Senador Cícero Lucena havia proposto no meio do debate que essa matéria fosse encaminhada à Subcomissão de Reforma Tributária. Eu quero fazer aqui algumas ponderações que eu considero extremamente importantes, para concordar com a proposta do Senador Cícero Lucena.

A Lei Kandir quando foi criada, ela foi criada por um período de tempo, primeiro seriam dois anos, que seria um espaço de compensação na questão das exportações até que os Estados se organizassem e recebessem recursos com o crescimento econômico advindo do processo de industrialização para exportação. Isso terminaria no final do Governo Fernando Henrique. Durante a transição do Governo Fernando Henrique para o Governo Lula, o Ministro Palocci, que coordenava a equipe econômica, tratou com a equipe de Governadores e terminou ampliando por mais um ano a Lei Kandir. E essa Lei Kandir vem sendo ampliada ano a ano criando extremas dificuldades. Primeiro, orçamentárias. Porque ela não vem na proposta orçamentária da forma como deve vir e se tem que fazer um sobre esforço de identificar receitas no orçamento para poder ampliar a Lei Kandir. Depois no próprio planejamento de exportação do Brasil. Se nós não podemos ter uma política de exportação, que o empresário não sabe se no ano seguinte se vai ter o incentivo, se vai ter a contrapartida e o Governo também não sabe. Disso tem surgido uma discussão no Ministério da Fazenda e com os Governadores de que se crie um novo modelo para substituir a Lei Kandir. Levando em conta todas as questões que foram colocadas aqui, inclusive a exploração de minério, o Estado do Pará também reclama. Quer dizer, tem várias questões que são diferenciadas. Além disso, o Governo

está ultimando, conversando com os Governadores e os Secretários da Fazenda e o CONFAZ uma nova proposta de Reforma Tributária mais avançada inclusive do que a que está tramitando na Câmara dos Deputados. Que cria o IVA, que funde contribuições... E portanto, que vai levar a uma outra realidade nessa questão da cobrança dos impostos.

Então, eu acho que seria mais prudente, apesar de entender a angustia dos Estados, a questão dos Governadores, entender a visão também do Governo Federal, que essa matéria, em vez de ser votada, e efetivamente não se dissesse... Porque aqui a discussão tem que ser como vai ser o mecanismo. A questão não é de prazo. A questão é de que mecanismo vai ser, qual é o recurso que vai se ter, de onde é que vai sair isso, porque o recurso ele não é ilimitado.

Então, essa questão, na minha visão, e quero concordar com o Senador Cícero Lucena, deve ser focada dentro do aspecto da Reforma Tributária e desoneração das exportações como mecanismo permanente. Nós temos discutido isso ao longo dos últimos anos. O mecanismo de desoneração tem que ser um mecanismo permanente. Não pode ser um mecanismo que dependa do orçamento federal a cada ano para saber o que vai ter e o que não vai ter. O ano que se negocia bem tem seis bilhões, o ano que não se negocia bem tem quatro bilhões, quando na verdade as desonerações dos incentivos são dados ao longo tempo. Então o meu encaminhamento, a minha sugestão é que a gente pudesse encaminhar essa matéria também para a Subcomissão de Reforma Tributária para que fosse compatibilizado com a discussão toda que está sendo feita.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Muito obrigado, Senador Romero. Eu quero lembrar que a proposição que está sendo analisada aqui do Senador Pedro Simon é o estabelecimento de um prazo para o ressarcimento da União. E o que está sendo discutido é o mérito da Lei Kandir. Então eu chamo a atenção disso para que os Senadores possam...

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, Questão de Ordem. Não só o prazo, mas também a questão da compensação. A compensação entre as dívidas do Estado com a União. No caso, a União não fazendo faria a compensação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Presidente; Senadores, Senadoras. Acho que o tema, Sr. Presidente, foi levantado no Projeto do Senador Pedro Simon e suscita aqui a necessi-

dade, eu quero fazer coro a esse debate que estamos fazendo nesse momento, suscita a necessidade da inclusão do Congresso Nacional em especial do Senado neste debate. O Senador Romero Jucá passou algumas informações de debate dentro do Congresso, e a Comissão de Assuntos Econômicos precisa estar debatendo esse assunto, porque a Lei Kandir foi aprovada por essa Casa, por proposta do Poder Executivo, no momento em que a demanda de produtos primários e produtos industriais semi-elaborados era uma demanda menor do que é hoje. Hoje a demanda é muito grande pelo crescimento de alguns países como China e como Índia, e outros países, a demanda é muito grande. E na hora que a gente exporta esses produtos, estamos exportando também junto o emprego, o imposto, e tudo mais que nós podemos estar gerando aqui no nosso País. É lógico que nós não podemos fazer mudanças abruptas para poder interferir em contratos feitos entre as empresas que exportam esses produtos. Mas nós precisamos começar, junto com o Poder Executivo que já iniciou, a participar desse debate. Então que nós façamos aqui, Senador Gilvam, que é o Relator dessa matéria, que nós façamos aqui algumas audiências, debates, encontros com Ministros, com pessoas do Governo Federal e que possamos na Subcomissão de Reforma Tributária aprofundar esse debate. Porque toda discussão de orçamento é a mesma lenga-lenga. Toda a discussão do orçamento são os Governadores querendo um valor, o Governo Federal querendo colocar nenhum valor, depois chega um valor aproximado aí, possível de ser feito de acordo com o enquadramento da re-estimativa de receita. Então é um assunto que nós não podemos ficar no debate anualmente que isso desgasta a relação entre os Governadores e o Governo Federal, e desgasta também a nossa posição. Uma solução definitiva seria muito bom e o Congresso de fato tem que participar desse debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Presidente, é só para manter a minha concordância com a maior parte das questões aqui levantadas. Eu nunca compreendi a razão e o motivo para a isenção ou para a não incidência de impostos sobre commodities. O preço das *commodities* é firmado no mercado internacional. Nós não podemos exportar impostos, e a Lei Kandir tinha que estar limitada a produtos industrializados e semi-elaborados. A não tributação das commodities é uma perda de receita para os Estados e isso não tem nenhuma influência sobre o maior ou menor nível das nossas exportações. Eu acho que é um assunto que tem que ser examinado, isso que dis-

se o Senador Cícero Lucena foi levantado ontem na Subcomissão de Reforma Tributária e é um ponto que realmente tem que ser debatido, porque motivo nós não tributamos a exportação de commodities. Existe, aliás, dois pontos na área tributária do Brasil que eu realmente não entendo. Um é a isenção da não tributação das *commodities*, e a outra é o imposto zero para dividendos remetidos a domiciliados no exterior. Como esses dividendos são tributados lá e existe um crédito correspondente ao imposto pago no Brasil, o imposto pago no Brasil sendo zero, eles tributam o que nós poderíamos tributar e o contribuinte sofre a mesma carga tributária. Mas são distorções que precisam ser corrigidas e estou certo que essa Subcomissão pode fazer um trabalho em relação ao assunto do mérito, ou seja, da tributação ou da aplicação da Lei Kandir aos produtos primários.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Se o Plenário concordar eu entendo que nós devíamos examinar a perspectiva ou a expectativa de distribuir essa matéria para a Subcomissão de Reforma Tributária.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Pela ordem, Sr. Presidente. Um minuto só, observando aqui as palavras do Ministro Senador Dornelles, V.Ex^a tem conhecimento profundo do assunto na medida e com empresários exportador, vou dar um exemplo para o senhor, o caso da cana especificamente. Primeiro, o Estado, e eu particularmente tenho a visão, porque já fui Governador, já fui Prefeito, é lesado na medida que acho que o Governo Federal como bem disse o Senador Osmar Dias, o Governo está fazendo cortesia com o chapéu dos outros. Se não bastasse isso, Ministro Dornelles, o senhor sabe perfeitamente, quando o cidadão exporta, por exemplo, o caso da cana, o Governo Federal ressarcir, dá um bônus, dá um prêmio para ele. Ora, ele fica isento de pagar o PIS e COFINS, e além do mais, o Receita Federal dá um bônus para ele, como grande exportador. Então o Estado é lesado e desta feita também a própria federação é lesada também. V.Ex^a conhece o assunto, imagino que sim, então eu acho que é um assunto sério, nós temos que rediscutir de tal forma que algumas pessoas, Ministro, Senador Eliseu Resende, está ganhando dinheiro. Muitos exportadores ganham bônus. O Estado de São Paulo especificamente também dá prêmio para quem exporta via Estado de São Paulo. Você é contemplado. Quando você exporta para o Estado de São Paulo, além do Governo Federal ressarcir, como se fosse um prêmio para o que está sendo exportado, o Estado de São Paulo também está premiando também os exportadores. De tal forma que ele emitia uma carta de crédito para o exportador e esse exportador, com essa

carta de crédito podia ir ao mercado comprar, exemplo, plástico, caixa de papelão, quitar sua energia elétrica lá no setor elétrico do Estado de São Paulo com essa carta de crédito que era emitido pela Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo. De maneira que nós temos que rever num todo. De um lado o Governo está sendo lesado, os governos estaduais, por outro lado, alguns empresários naturalmente inteligentes com uma boa equipe, e tem sido beneficiado de tal forma que alguns não estão ganhando nem dinheiro na venda do seu produto. Estão ganhando dinheiro que o Governo Federal tem proporcionado e o próprio Governo do Estado de São Paulo. Essa é a minha opinião, e imagino que é um assunto sério, que nós temos que discutir com a maior profundidade possível dentro dessa Casa aqui. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Analisada a discussão nos termos do art. 89 inciso 12, remeto a matéria à Subcomissão de Reforma Tributária.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem. Como eu tive hoje pela manhã um entendimento com o Ministro Senador Dornelles, a respeito do item 01, como eu não estava aqui no início da Sessão, provavelmente o item 01 teria sido postergado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Houve uma inversão de pauta.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Então eu gostaria de pedir que nós começássemos pelo item 01 agora, porque nós temos uma posição pela liderança do Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Item 01 da pauta, Projeto de Lei do Senado nº. 11/2007 terminativo. Altera o Decreto 83304 de 28 de março de 79 para excluir a possibilidade de recurso especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais na hipótese de decisão de segunda instância ter negado provimento a recurso de ofício. Autoria, Francisco Dornelles, Senador Francisco Dornelles, Relator, Senador Delcídio Amaral. Com a palavra o Relator.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, o autor da proposição, o ilustre Senador Francisco Dornelles argumenta que a decisão favorável ao contribuinte proferida pela Delegacia de Julgamento da Receita Federal e confirmada pelo Conselho de Contribuintes não deve ser objeto de nova contestação pela Fazenda Pública. A seu ver, o recurso especial, nesses casos, revelar-se-ia meramente procrastinatório, pois em dois julgamentos administrativos verificou-se ser improcedente a exigência fiscal. Quanto à análise, Sr. Presidente, no exercício da competência outorgada

pelo art. 99, incisos 04 e 06 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre o mérito das matéria que disponham sobre tributos. Bem como os assuntos que lhes sejam correlatos, tais como os que tratam do processo administrativo fiscal.

Quanto à constitucionalidade, frisamos que o PLS nº 11/2007 atende às regras e princípios previstos na Constituição Federal, tanto em seus aspectos formais quanto materiais. Além disso, trata-se de proposição que cumpre os requisitos de juridicidade e técnica Legislativa. Não merece censura ainda o fato da proposição, um Projeto de Lei ordinária, pretender alterar um Projeto de Lei editado pelo Poder Executivo. O Decreto de nº. 83304/79 anterior, pois à Constituição de 88 possui, como bem ressaltou o autor do Projeto, Senador Francisco Dornelles, status de lei ordinária, e somente por outra lei poderá ser modificado. Passando ao exame do mérito da proposição, não podemos deixar de elogiar essa feliz iniciativa, que contribui para simplificação dos procedimentos administrativos e para a sua celeridade. Trata-se de medida simples e objetiva, mas que certamente beneficiará milhares de contribuintes, pois permite que seus pleitos fiscais deferidos em primeira instância, e confirmados em segunda, cheguem ao fim sem depender de nova manifestação da União.

Ademais, reduzidos os recursos à Câmara superior de recursos fiscais, será possível julgar mais rapidamente os processos que permaneceriam asoberbando aquele órgão de julgamento administrativo. Ganham, pois, os demais contribuintes e o fisco fiscal, que também terá seus próprios recursos julgados mais celeremente. Essa alteração, a proposta, Sr. Presidente, harmoniza-se com modificação feita no Código de Processo Civil pela Lei 10352 de 26 de dezembro de 2001. Os embargos infringentes, modalidade de recurso judicial contra qualquer decisão não unânime proferida pelo Tribunal em apelação à ação rescisória deixaram de ser cabíveis quando a decisão do Tribunal confirmasse a decisão proferida pelo órgão julgador anteriormente. Esse é o mérito, essa é a essência desse Projeto. Essa é medida semelhante a que se pretende ver aprovada no âmbito do processo administrativo fiscal. Pelas razões expostas, Sr. Presidente, cumprimos o autor da iniciativa e votamos pela aprovação do PLS nº. 11/2007.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Fica a matéria em discussão. Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu quero dizer que nós somos a favor da tese da simplificação e da racionalização. Portanto eu acho que a direção que aponta o Senador Dornelles nós concordamos também. Existe uma dúvida quanto à constitucionalidade e eu tinha apresentado um Requerimento no Plenário para que essa matéria pudesse ser encaminhada, primeiro, à Comissão de Constituição e Justiça. Atendendo ao pleito Senador Dornelles, em homenagem ao trabalho e à proposição dele, nós fizemos um entendimento, eu retiro o Requerimento de anterioridade e combinei com o Senador Dornelles que nós votaremos aqui essa matéria e ela depois será remetida à CCJ para que tenhamos essa discussão da constitucionalidade. Não só a questão da constitucionalidade, mas como a questão também do mesmo tratamento que é uma questão de isonomia para os recursos em que o Governo ganhar nas duas ações também. Quer dizer, na verdade o recurso a Câmara Superior não deve existir de modo a modo. Portanto, eu vou encaminhar favoravelmente ao mérito aqui, registrando que dependendo... Era terminativo, mas por um entendimento com o Senador Dornelles essa matéria irá ser remetida à CCJ. Esse é o Requerimento. Então eu voto favorável ao mérito na tese, mas registro que na CCJ nós vamos examinar essa questão e eu poderei até, de repente, se entender que tem visto constitucionalidade encaminhar negativamente lá. Mas aqui eu quero registrar que a idéia, nós concordamos, a simplificação nós concordamos e, portanto, aqui vamos encaminhar favoravelmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Daremos seqüência então à análise da matéria. Com a palavra o Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, caso prático que está ocorrendo hoje em relação ao contribuinte. A receita faz um auto no contribuinte. O contribuinte recorre e a primeira extensa defere, ou seja, entende que o contribuinte tem razão, que o auto não tem cabimento. Mas como ele decidiu a favor do contribuinte, ele recorre a uma segunda instância que é o Conselho de Contribuintes. O Conselho de Contribuintes ratifica, entende que o contribuinte tem razão e que o imposto não é devido. O que acontece? O Procurador recorre mais uma vez a uma Câmara Superior de Assuntos Fiscais que só deveria examinar casos extremos quando existe conflito de jurisdição. É uma postergação. O contribuinte está tendo a sua reivindicação ratificada e muitas vezes, em decorrência de um recurso protelatório do Procurador, fica seis meses, um ano, dois anos sem poder atuar. Muitas vezes uma pequena empresa não consegue o certificado, embora duas instâncias do fisco já tenham

entendido que ele não deve imposto. Então o que nós estamos estabelecendo é que no caso de duas instâncias do fisco reconhece que o imposto não é devido, não cabe o recurso a uma terceira instância dentro do próprio Governo. Essa é o teor da proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Eliseu Resende, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Eu quero parabenizar o Senador Dornelles pelo seu Projeto. Pela lucidez do seu Projeto. E parabenizar também o Senador Delcídio Amaral pelo seu Relatório, com voto favorável pela aprovação. O Senador Dornelles, com a experiência reconhecida por todos, como ex-Ministro da Fazenda, não poderia deixar de apresentar um Projeto como esse, Senador Dornelles, que vem ao encontro do interesse, eu não diria nem do contribuinte, mas da máquina burocrática do Governo. Porque o contribuinte, ao ser autuado e ter o seu caso discutido numa primeira instância favorável a ele, há o recurso ex officio ao Conselho de contribuinte, e aí é importante, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, que seja dito que o Conselho de contribuinte, essa Câmara, ela tem paridade nos seus membros e tem o voto de Minerva do Governo. Ou seja, para que o contribuinte, Senador Dornelles, possa ganhar no Conselho de contribuinte, é necessário realmente que ele esteja bem fundamentado no seu caso, no sentido de que não é devido àquela autuação, porque o Governo define por voto de Minerva a decisão no Conselho de contribuinte. Ele é paritário mas tem o voto de Minerva. Quando o próprio Governo no Conselho já define favorável ao contribuinte, não tem mais porque subir numa instância superior e deve ser como diz o Senador Dornelles, definido nessa instância e não subir. Eu voto favorável ao Projeto do Senador Dornelles, mais do que isso, parabenizo o Senador Dornelles pela iniciativa, o Senador Jucá que solicita que seja levado à CCJ, apesar de estar pautado como terminativo aqui o Projeto, alegando vício de inconstitucionalidade, não me parece que haja vício de inconstitucionalidade. Mas já que há acordo entre o autor do Projeto e o líder do Governo, vamos discutir essa questão, mas que ela seja, Senador Dornelles, terminativa na CCJ, para que possamos diminuir a postergação da decisão em relação à autuação a que é aqui está sujeito o contribuinte brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Com a palavra o Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, pelo que se depreende da

exposição feita pelo nobre relator, pelo seu abalizado parecer, o fisco fica com a obrigação, naturalmente, de não se conformando com as decisões tomadas nas instâncias administrativas tributárias, através do próprio Procurador, poderá impetrar a ação competente na justiça. Logicamente que, a meu ver, fica suspensa qualquer cobrança e o contribuinte ficará livre para os procedimentos normais visando a regularização de sua empresa. Mas o Poder Público não fica impedido, acho que não fica impedido, de agir no âmbito do judiciário caso não se conforme com as duas decisões tomadas na instância administrativa tributária. Por isso eu sou favorável, totalmente ao mérito dessa proposição de vez que ela procura desburocratizar, dar maior celeridade a todos os fatos que se relacionam com a cobrança tributária, e a regularização também das empresas, que é muito importante no momento que nós estamos precisando de geração de emprego e renda. E notadamente, quando a empresa tem razão, é uma empresa séria, e que a própria administração tributária reconheceu a lisura dos seus procedimentos. Sou favorável à votação desses projetos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Eliseu Resende, eu vejo méritos na proposição do Senador Francisco Dornelles, visando simplificar, estou de acordo com o procedimento colocado pelo Senador Romero Jucá, mas até para aprender, gostaria de formular uma indagação ao Senador Francisco Dornelles que tem muito maior experiência neste campo. Por ser um tributarista e ter sido Ministro da Fazenda e conhece tão bem todos esses trâmites.

A minha indagação refere-se ao princípio que normalmente ocorre no âmbito da Justiça, em qualquer causa, digamos, quando se tem uma definição de Juiz em primeira instância, daí as partes podem recorrer, digamos, ao Tribunal de Justiça. Dependendo do resultado, obviamente as partes ainda podem recorrer à instância superior. E isso, visando sempre a proteção seja de um lado seja para o outro.

Então, vamos supor que neste caso, aqui avertado pelo Projeto de Lei do Senador Dornelles, haja uma definição a favor do fisco, da Receita Federal na primeira e na segunda instância e que o contribuinte tenha a disposição de requerer em instância superior.

Então, como fica, se a decisão não foi a melhor para o contribuinte? Porque será que ele ficaria então sem a possibilidade da terceira instância? Enfim, eu quero aprender com o Senador Dornelles. Por isso que faço uma indagação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Com a palavra o Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Senador, devo dizer a V.Ex^a que quem criou a Câmara de Recursos Fiscais, eu estava no Ministério da Fazenda. Porque havia a situação do seguinte, o contribuinte recorria ao Conselho, o Conselho decidia e havia recurso do próprio Ministério da Fazenda. Eu quando cheguei no Ministério da Fazenda encontrei algumas, quatro ou cinco salas de processos que o Ministro decidisse se dava provimento ou não. Eu falei: Não vou realmente mexer nisso. Principalmente que eu não posso relatar. Eu vou transferir para outro. Então criamos a Câmara de Superior somente quando existe caso excepcional de divergência clara de jurisprudências. É exceção o contribuinte poder ter o seu direito reconhecido de recorrer à Câmara Superior. Agora, nesse caso não, o que está havendo é que os procuradores estão recorrendo de tudo. Praticamente três vezes na área administrativa, eles recorrem e estão levando seis, oito, dez meses para dar o seu visto. O que é realmente uma medida totalmente protelatória que faz com que a posição do contribuinte imobilize as médias e pequenas empresas de participarem de licitação e de atuarem no mercado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Continua em discussão.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente.

Eu só queria fazer um comentário rápido à colocação do Senador, meu colega Eduardo Suplicy. Quando, no caso, o fisco ele recorre, antes de ser julgada a causa, antes de ter o processo final, o contribuinte é penalizado. Mas quando o contribuinte recorre, o Governo não deposita o valor em juízo. De tal maneira que há um tratamento diferenciado. E daí a importância do Projeto. Eu acho que vencida a dúvida constitucional, nós precisamos garantir, até para o próprio bem do fisco, que vai arrecadar, mas, a partir do momento que uma decisão com sentença em duas instâncias, possa cumprir sua finalidade. É dever de ofício dos procuradores continuar recorrendo. Mas, Sr. Presidente, é até caso, podíamos dizer, de litigância de má-fé. De tal maneira que eu queria parabenizar tanto o autor quanto o Relator da matéria, e espero que ela não esteja eivada de nenhum problema constitucional para que nós possamos trazer esse grande benefício aos contribuintes brasileiros. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): O mérito desse Projeto de iniciativa do Senador Dornelles, bem como da Relatoria, Senador Delcídio Amaral, exatamente ir buscar, enfrentar a burocracia que existe nesse País. Respeitando os direitos tanto do Governo como direito do contribuinte de recorrer na justiça se achar que seu direito foi ferido. Mas na esfera administrativa, agilizar a decisão. Então eu voto favoravelmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Vamos colocar em votação o Projeto. Senador Mão Santa, com a palavra.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Sr. Presidente, com muita objetividade, e esse Congresso tem que ter agilidade. Um Projeto desse. Por acaso eu estava aqui com ensaios de filósofos norte-americanos, que é rico nos Estados Unidos, todos eles se inspiraram nele. Ele diz o seguinte: Toda pessoa que eu vejo é superior a mim em determinado assunto. E nesse particular eu quero aprender. O autor é o Francisco Dornelles. É uma autoridade que todos nós temos que... E Delcídio Amaral. Então, não vamos prender o jogo, não. Eles pensaram, repensaram, para fazer a riqueza desse País, a criação.

Então, isso V.Ex^a, que também é um homem de grande e extraordinária experiência, tem que agilizar isso. E os membros que compõem o Governo têm que deixar que o Dornelles faça esse gol em benefício desse País.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Vamos colocar em votação o Projeto. Votação nominal. Quem vota com o Relator vota sim ao Projeto. Como vota o Senador Eduardo Suplicy? A favor. Francisco Dornelles. Sim. Relator Delcídio Amaral. Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Com o autor e com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): João Vicente Claudino.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Romero Jucá. Senador Mão Santa. Senador Garibaldi Alves Filho. Eliseu Resende, com o Relator. Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Com o Relator e com o autor, Dornelles e Delcídio.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Senadora Kátia Abreu, sim. Senador Raimundo Colombo, não está presente. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com o autor e com o Relator. Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o autor, com o Relator e com os contribuintes.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Senador Osmar Dias. Chamaremos os suplentes. Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Aprovado por 18 votos a favor.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pela Ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Pela ordem.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, sou Relator do item 04, a pedido do Presidente da Comissão do Meio Ambiente, vou presidir a Comissão agora. É uma matéria muito simples. Será que pudesse fazer uma inversão de pauta e votarmos logo o item 04 antes que precisasse me ausentar aqui da reunião.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): Sem querer contrariar o meu nobre líder, Senador Renato Casagrande, o próximo item eu sou Relator. E que eu vou pedir a V.Exª apenas para retirar de pauta o Projeto, referente ao item 02, de vez que há um Projeto igual ou semelhante tramitando na Comissão de Agricultura, da autoria da Senadora Serys, onde lá o parecer é favorável, e aqui o parecer é contrário.

Então, eu gostaria de pedir a V.Exª a retirada de pauta deste Projeto, por enquanto, até a apresentação no Plenário de um Requerimento de tramitação em conjunto das duas matérias, de vez que tratam do mesmo assunto. De acordo com o regimento, e isso foi a pedido também inclusive do nobre autor, o Senador Osmar Dias, do Estado do Paraná e do PDT, nosso companheiro e amigo.

Então, tendo em vista esta verossimilhança entre projetos existentes na Casa, eu peço a V.Exª a suspensão da votação do mesmo até a apresentação no Plenário do Requerimento a que me referi. Agradeço a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Item 02 da pauta. Retirada de pauta a pedido do Relator.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Pela ordem, com a palavra.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Senador Expedito, Sr. Presidente. Sr. Presidente, primeiro gostaria de destacar aqui a unanimidade que teve aqui o Senador Dornelles, por ser aqui o nosso professor, como disse o Senador Mão Santa, devemos respeitar muito aqui a autoridade e a experiência do nobre Senador. Eu iria fazer essa questão de ordem só no final, Sr. Presidente, mas eu tenho mais duas comissões para ir agora, inclusive o nosso Presidente, o Senador Cícero Lucena, que nós temos agora acho que uma audiência na Subcomissão, e tenho também a Comissão do Meio Ambiente. Mas eu gostaria, Sr. Presidente, esse meu pedido é para que no dia 20 de março, nesta Comissão, foi aprovado um Requerimento de minha autoria, o Requerimento nº. 17/2007. Que ficou deliberado que o ofício S de 12/2003 seria oportunamente incluído na pauta de votação desta Comissão. O Presidente determinou a reconstituição de todo o processado, haja visto que foi dado pelo eminente Relator que esse Projeto havia sido extraviado. Imediatamente entreguei novamente a essa Comissão cópia de todos os documentos que integram o ofício S nº 12/2003, inclusive do parecer do nobre Relator que antecedeu o Senador Romero Jucá.

Ocorre, Sr. Presidente, que há duas semanas recebi a informação do Relator, Senador Romero Jucá, que havia encontrado o processo que havia sido extraviado. Diante do exposto, eu peço a V.Exª a inclusão do ofício S de 12 de 2003 na pauta de votação da próxima Reunião Ordinária dessa Comissão de Assuntos Econômicos, em cumprimento ao que já foi deliberado por esta Comissão, já com nosso Presidente e que determinou que nesta reunião de hoje nós estaríamos apreciando este ofício S. Então eu peço esse processo. Eu peço a V.Exª que na próxima reunião nossa aqui da CAE que V.Exª pautar esse nosso processo para nós podermos dar ao Estado de Rondônia devidamente o direito que deveria ter sido dado há muito tempo ao nosso Estado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Quero informar ao nobre Senador que o Projeto de Lei referido aqui está distribuído ao Senador Romero Jucá para dar o parecer. No momento que esse Projeto for devolvido, nós colocaremos em pauta.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Parece que houve uma solicitação--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu pedi uma inversão ao invés de votarmos o item 03, votarmos o item 04. Para que eu pudesse ir para a Comissão do Meio Ambiente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Se o Plenário estiver de acordo nós vamos analisar agora o item 04. Projeto de Lei do Senado terminativo. Altera o § 6º do art. 2º da lei 10690 de 16 de junho de 2003. Isenção do IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas. Relator Senador Renato Casagrande. Com a palavra o Relator.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Sr. Presidente. Projeto de autoria do Senador Arthur Virgílio. A intenção, o mérito positivo da intenção de retirar o pagamento de IPI dos veículos com até duas mil cilindradas para os portadores de deficiência. Somos favoráveis. Só que nós estamos rejeitando o Projeto porque a proposta do Senador Arthur Virgílio ficou prejudicada com a aprovação da lei 10754 que já estabelece este benefício aos portadores de deficiência física e aos destinados ao transporte escolar. Portanto por já ter atendido ao mérito que somos favoráveis, ao mérito que se pretendia o Senador Arthur Virgílio, pela Lei de 10754 de Outubro de 2003, nós somos pela prejudicialidade do Projeto, portanto o nosso parecer é contrário, é pelo arquivamento do processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Em discussão a matéria.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Eliseu Resende, o Projeto é terminativo. Nós não temos mais quorum para votar o Projeto. Então eu solicitaria V.Ex^a que deixássemos o projeto para a próxima Sessão até para que o Senador Arthur Virgílio podendo estar presente, pudesse contra-argumentar com o Senador Renato Casagrande que me parece que no seu Relatório ele vai direto na questão da prejudicialidade do Projeto do Senador Arthur Virgílio. Questão só de... Até porque absoluta falta de quorum para poder votar o Projeto terminativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Encerro a discussão. E por falta de quorum, nós cancelamos a votação desse Projeto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Fica encerrada a nossa reunião de hoje.

Sessão encerrada às 11h40.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2007, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia quinze de maio do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Delcídio Amaral, Renato Casagrande, Expedito Júnior, Serys Slhessarenko, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, João Ribeiro, Romero Jucá, Valdir Raupp, Mão Santa, Gilvam Borges, Garibaldi Alves Filho, Valter Pereira, Wellington Salgado, Adelmir Santana, Edison Lobão, Eliseu Resende, Raimundo Colombo, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, Marconi Perillo, Osmar Dias e Jefferson Péres. Deixam de comparecer os Senado-

res Fernando Collor, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em missão política de interesse parlamentar, João Vicente Claudino, Pedro Simon, Neuto de Conto, Jayme Campos, tendo falta justificada em virtude de compromissos políticos assumidos no Estado de Mato Grosso e Kátia Abreu. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente comunica o recebimento dos seguintes documentos, para conhecimento, Mensagem nº 60/07 (nº 205/GMF, na origem), de 29 de março de 2007, do Ministério da Fazenda, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real relativo ao mês de fevereiro de 2007, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas; Aviso nº 9/07 (nº 140/GMF), de 17 de abril de 2007, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, no mês de março de 2007, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; em cumprimento ao art. 42 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, informa que não consta em seus registros, nos meses de janeiro a março de 2007, qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e Mensagem nº 79/07 (nº 300, na origem), de 27 de abril de 2007, da Presidência da República, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real correspondente primeiro trimestre de 2007, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas. Os expedientes serão posteriormente encaminhados aos membros da Comissão por meio de Ofício Circular. A Presidência comunica, ainda, que nos termos do Inciso XII, do art. 89 do Regimento Interno do Senado Federal, foi distribuído à Subcomissão Temporária da Reforma Tributária o Projeto de Lei do Senado nº 359, de 2003, que “dispõe sobre a aquisição, pela União, de créditos relacionados à participação governamental obrigatória dos municípios na exploração de recursos hídricos para fins de energia elétrica, petróleo e gás natural”. Logo após, o Presidente informa aos Membros da Comissão que está prevista para a próxima reunião, dia vinte e dois de maio corrente, a realização de uma Reunião Preparatória para discutir o Risco Brasil. Em seguida, a Presidência passa à apreciação dos itens constantes da

Pauta da Reunião: Item 01-Mensagens do Senado Federal nºs 77 e 78, de 2007, não terminativas, que “encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o segundo trimestre e para o ano de 2007”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece Parecer favorável nos termos do PDS que apresenta. A Matéria é retirada de pauta, ficando vinculada a sua apreciação com a realização da Audiência Pública com a presença do Presidente do Banco Central do Brasil.; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2006, não terminativo, que “dispõe sobre o pagamento, pelas sociedades cooperativas, da contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP), e dá outras providências”, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, tendo como Relator o Senador Tasso Jereissati, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, terminativo, que “acrescenta dispositivo ao artigo 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal”, de autoria do Senador Delcídio Amaral, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 02 e 03-CRA, e ainda às Emendas nºs 01-CRA e 04, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, nos termos das Subemendas nºs 01 e 02 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Eduardo Azeredo, usam da palavra, para discutir a Matéria os Senadores Antônio Carlos Valadares, Delcídio Amaral, Flexa Ribeiro, Romeu Tuma e Valter Pereira. Colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto com as Emendas nºs 02 e 03-CRA-CAE, nº 04-CAE e com a Subemenda à Emenda nº 01-CRA-CAE por vinte e um votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, terminativo, que “altera o § 6º do artigo 2º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003 (Isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas)”, de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Parecer pelo arquivamento da Matéria. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Se-

nador Renato Casagrande, usam da palavra os Senadores Flexa Ribeiro, que solicita Vista nos termos regimentais, e Arthur Virgílio, autor do Projeto. A Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 05-Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 146, de 1996, não terminativas, que “dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências”, de autoria da Câmara dos Deputados, tendo como Relator o Senador Tasso Jereissati, que oferece Parecer pela aprovação das Emendas nºs 01, 02, 03, 04, 05, 07, 08, 09, 10 e 11, e da Emenda nº 06, com correção de redação que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Tasso Jereissati, usam da palavra os Senadores Romero Jucá, Jefferson Péres, Inácio Arruda e Arthur Virgílio. Após a discussão da Matéria, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2003, terminativo, que “dispõe sobre a isenção do IPI a aguardente de cana-de-açúcar, e dá outras providências”, de autoria do Senador Efraim Moraes, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, usam da palavra os Senadores Serys Slhessarenko, Edison Lobão, Francisco Dornelles, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, Eduardo Suplicy, Sérgio Guerra, Inácio Arruda e Romeu Tuma. Após a discussão da Matéria, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2005, terminativo, que “insere inciso no art. 12 da Lei nº 9.250, de 1995, para incluir a dedução de doações de livros a bibliotecas públicas no cálculo do imposto de renda devido por pessoas físicas”, de autoria do Senador Roberto Saturnino, tendo como Relator o Senador Edison Lobão, que oferece Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 01, nos termos da Subemenda nº 01, apresentando ainda as Emendas nºs 02 e 03. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A apreciação da Matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2003, não terminativo, que “dispõe sobre procedimento na operação de arrendamento mercantil de veículo automotivo (leasing), e dá outras providências”, de autoria do Deputado Bispo Wanderval, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Eduardo Suplicy, usa da palavra o Senador Romeu Tuma. Colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto;

Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2007, terminativo, que “altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir o nascituro no rol de dependentes que possibilitam dedução na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física”, de autoria do Senador Francisco Dornelles, tendo como Relatora a Senadora Kátia Abreu, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 360, de 2003, terminativo, que “dispõe sobre a instituição de fundos agronegócios para captação externa de recursos e dá outras providências”, de autoria do Senador Álvaro Dias, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. A apreciação da Matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2003, terminativo, que “dispõe sobre requisitos para a concessão, por instituições públicas, de financiamento, crédito e benefícios similares”, de autoria do Senador Gerson Camata, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2004, terminativo, que “altera a Lei nº 6.905, de 11 de maio de 1981, para destinar a renda líquida de um concurso anual de prognóstico sobre o resultado de sorteios de números para as Associações da Cruz Vermelha Brasileira”, de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Romeu Tuma, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 06/03/07, foi concedida Vista ao Senador Eduardo Suplicy que devolveu com Voto em Separado favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A matéria é retirada de pauta a pedido do Relator, Senador Romeu Tuma; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2006, não terminativo, que “altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para coibir a concorrência parasitária”, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, tendo como Relator o Senador Valter Pereira, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 14-Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2005, não terminativo, que “altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente, para dar prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em municípios que possuam parte de suas áreas dentro dos parques nacionais”, de autoria do Senador Papaléo Paes, tendo como Relator o Senador Edison Lobão, que oferece Parecer favorável ao

Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada. Item 15-Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 88, de 2007, não terminativo, que “fixa o subsídio dos membros do Congresso Nacional e dá outras providências”, de autoria da Mesa da Câmara dos Deputados, tendo como Relator o Senador Edison Lobão, que oferece Parecer favorável ao Projeto. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Edison Lobão, usam da palavra os Senadores Jefferson Péres, Osmar Dias, Eduardo Suplicy e Valdir Raupp. Colocado em votação, o Projeto é aprovado com o voto contrário do Senador Osmar Dias; Item 16-Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 89, de 2007, não terminativo, que “fixa o subsídio do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado”, de autoria da Mesa da Câmara dos Deputados, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece Parecer pela aprovação da Matéria. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Romero Jucá, usa da palavra o Senador Jefferson Peres. Colocado em votação, o Projeto é aprovado. A Comissão aprova, ainda, os seguintes Requerimentos: Requerimento nº 22/2007-CAE, que requer, nos termos regimentais, seja convidado o Ministro de Estado de Minas e Energia, Exmo. Sr. Silas Rondeau, para prestar esclarecimentos sobre os entraves de natureza ambiental à construção de duas usinas hidrelétricas no Rio Madeira e, na companhia do Presidente da Petrobras, Sr. Sérgio Gabrielli, clarificar os critérios técnicos e financeiros norteadores das negociações com o Governo da Bolívia relativamente às compensações devidas à estatal brasileira em razão da desapropriação de suas instalações e equipamentos naquele País, de autoria do Senador Jefferson Péres; Requerimento nº 23/2007-CAE, que requer, nos termos regimentais, seja convidado o Exmo. Sr. Ministro Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil (BACEN), a fim de prestar esclarecimentos sobre as medidas que estão sendo tomadas pela instituição para reduzir a concentração bancária e discorrer sobre os valores e números de tarifas bancárias criadas nos últimos anos no Brasil, de autoria do Senador Renato Casagrande e o Requerimento nº 24/2007-CAE, que requer, nos termos regimentais, seja convidado o Sr. Roberto Carvalho Azevedo, Subsecretário Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para prestar esclarecimentos sobre a decisão da Organização Mundial de Comércio (OMC) relativa ao contencioso sobre a importação, pelo Brasil, de pneus

usados e reformados da União Européia, de autoria do Senador Romeu Tuma. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Havendo número regimental declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Ordinária. Antes de iniciar os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam queriam permanecer como se encontram.

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunico aos membros da Comissão que nós recebemos o seguinte documento para o vosso conhecimento. Mensagem de nº. 60/2007 de 29 de março de 2007 do Ministério da Fazenda, encaminhando nos termos do inciso II do art. 7º da Lei 9.069/1995, demonstrativo das emissões do real relativo a mês de fevereiro de 2007. As razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

O aviso nº. 907 de 17 de abril de 2007 do Ministério da Fazenda, encaminhando em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal de 43/2001, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda no mês de março de 2007. Tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos Estados e Distrito Federal e a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida dos municípios. Em cumprimento ao art. 42 da Resolução do Senado Federal nº 43/2001 informa que não consta em seus registros nos meses de janeiro e março qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidades dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios.

Mensagem nº. 79/2007 de 27 de abril de 2007 da Presidência da República. Encaminhando nos termos no inciso II do art. 7º da Lei 9.069/95 o demonstrativo das emissões do real correspondente a primeiro trimestre de 2007. As razões delas determinantes é a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. Os expedientes serão posteriormente encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Quero também informar à Comissão nos termos do inciso II do art. 89 que eu estou distribuindo a Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, o Projeto de Lei do Senado nº. 359/2003, que dispõe sobre

aquisição pela união de créditos relacionados à participação governamental obrigatória dos Municípios na exploração de recursos hídricos para fins de energia elétrica, petróleo e gás natural.

Nós temos vários requerimentos sobre a Mesa, o primeiro do Senador Jefferson Peres. Requeiro nos termos do art. 58, § 2º, inciso III da Constituição da República, combinado com o art. 90, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia Silas Rondeau, para, perante a Comissão de Assuntos Econômicos esclarecer, prestar esclarecimento sobre os entraves de natureza ambiental, a construção de duas usinas hidrelétricas no Rio Madeira. E na companhia do Presidente da PETROBRAS, Sérgio Gabrielli, clarificar os critérios técnicos e financeiros norteadores das negociações com o Governo da Bolívia relativo às composições de dívida estatal em relação da desapropriação das suas instalações e equipamentos daquele País.

Evidente, nós temos que transformam em convite, inclusive, da PETROBRÁS nós não temos possibilidade de convocação e já está formulado na forma de convite. Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sr. Presidente, me parece desnecessário justificar. Eu nem fiz a justificação. São temas de grande relevância, polêmicos, creio que todos os Senadores membros da Comissão estão interessados, como grande parte da sociedade brasileira, em ouvir as informações que nos prestará... Nos prestarão o Ministro e o Presidente da PETROBRÁS. Se V.Exª se comprometer, certamente o fará. Consegui que o Ministro marque uma data, fica o convite, não convocação. Claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Acho que todos estão de acordo. São duas matérias altamente relevantes ao País, de grande interesse do Senado Federal, portanto Senadores que são favoráveis encaminharemos na forma de convite, permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento, entraremos em contato.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu queria sugerir que, certamente essa matéria é de interesse também da Comissão de Relações Exteriores que para efeito da audiência, então que seja feita uma Sessão conjunta. Acho que seria próprio também para a Comissão de Relações Exteriores que estivessem nós, CAE e Comissão de Relações Exteriores, nesta iniciativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Eu só queria acrescentar nos temas sugeridos que nós discutíssemos também a questão da política nacional do gás. Porque se nós quisermos de fato evitarmos o risco de uma crise energética, nós temos que acelerar a Política Nacional do gás e algumas providências estão sendo tomadas e era importante que todas essas informações fossem apresentadas no âmbito da Comissão.

Então, além da questão da Bolívia, da questão das usinas hidrelétricas que vão ser construídas, nós incluímos nessa agenda a política nacional do gás. Senador Jefferson Peres está de acordo, e evidente, se a Comissão de Relações Exteriores e qualquer outra Comissão dessa Casa tomar uma iniciativa semelhante nós faremos audiência conjunta e tenho certeza que o interesse é comum.

Então, nessas condições, aprovado o Requerimento, nós encaminharemos os contatos para marcar a audiência.

Quero aproveitar também para informar aos Srs. Senadores que naquele espírito de nós antes da Reunião Extraordinária termos reuniões de esclarecimento, de troca de informações, como fizemos com o Presidente do IBGE recentemente e com o Secretário do Tesouro Nacional, eu marquei para a próxima terça-feira, às 9h da manhã, a *Standard & Poor's* para discutirmos Risco Brasil. Eles vão apresentar os critérios de classificação de risco, é a maior agência de risco, vão apresentar aqui a CAE os critérios de classificação de risco e os critérios de enquadramento do Brasil e as perspectivas do Brasil em relação a atingir o grau de investimentos. Faltam dois graus em moeda nacional e um em moeda estrangeira. E nós faremos esta audiência como forma de esclarecimento dos critérios de análise e de avaliação. Imagino que todos tenham interesse nesse tema. Então faremos a discussão sobre agência de risco na próxima terça-feira às nove horas. Eu peço que todos cheguem mais cedo pra gente poder manter a Sessão ordinária a partir das 10h da manhã. E faremos na outra semana depois, em final de maio com a Receita Federal. Balanço da arrecadação e trabalho da Receita Federal, Secretaria da Receita Federal do Brasil. Que inclui Previdência e o Fisco.

Ainda temos dois requerimentos sobre a Mesa. Um do Senador Renato Casagrande, que nos termos constitucionais regimentais seja formulado o convite ao Exm^o. Sr. Ministro de Estado Henrique de Campos Meirelles, Presidente do BANCO CENTRAL do BRASIL para comparecer a essa Comissão em data a ser acordada a fim de prestar esclarecimentos sobre as medidas que estão sendo tomadas pela instituição para reduzir a concentração bancária e discorrer so-

bre os valores e números de tarifas bancárias criadas nos últimos anos no Brasil.

Quero lembrar que eu também já aprovei o Requerimento referente a convite ao Presidente do BANCO CENTRAL, e que nós aprovamos no início da Legislatura um Projeto propondo audiências trimestrais para o Presidente do BANCO CENTRAL. Nós temos na pauta a questão da aprovação da programação monetária do BANCO CENTRAL. A minha proposta é que a gente cumpra o que foi acordado que nós só votaremos programação monetária, depois de audiência com a Diretoria do BANCO CENTRAL. Então nós aprovaríamos também esse Requerimento que trata da mesma temática, não votaríamos a programação monetária e marcaríamos audiência com a Diretoria do BANCO CENTRAL. Senadores que são favoráveis ao Requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado.

E nós estamos tirando de ofício, então, da pauta a programação monetária e aguardando audiência porque a programação monetária é um ritual formal, não traz nenhuma discussão relevante sobre a política do BANCO CENTRAL. A política hoje é o regime de metas, é a política, sobretudo, a questão do câmbio, essa é a discussão substantiva que essa Comissão tem interesse de tratar.

Temos também Requerimento do Senador Renato Casagrande, vou aguardar a presença dele aqui para nós encaminharmos.

Requerimento do Senador Romeu Tuma. V.Ex^a quer ler pessoalmente? V.Ex^a solicita a presença do Sr. Roberto Carvalho Azevedo, Subsecretário-Geral de assuntos econômicos e tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores para prestar esclarecimentos sobre a decisão da Organização Mundial do Comércio relativo ao contencioso sobre a importação pelo Brasil de pneus usados e reformados pela União Européia.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Senador, Presidente, pela ordem. É apenas... Como há uma dúvida sobre a decisão da OMC sobre a importação de pneus usados, dizem que o Brasil perdeu e o Itamaraty tem um conhecimento de que não é verdadeira a decisão. Só vai sair corretamente em agosto, Senador Edison Lobão.

Então, eu pedi que ele viesse aqui explicar porque nós vamos ter que decidir sobre a Relatoria que V.Ex^a me deu a honra de fazê-la, e se ele pudesse vir dar uma explicada ou que o Brasil realmente discute na OMC sobre esse problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Na mesma direção, há solicitação do Senador Antônio Carlos Valadares. V.Ex^a quer...

V.Exª apresentou um Requerimento também na mesma direção.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Bom, então eu acho que...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos ficar nisso e nós combinaremos depois a composição da Comissão, da Audiência Pública. Tá ótimo. E nós faremos de comum acordo a composição da Comissão. Então aprovado o Requerimento e nós faremos a composição da Audiência Pública, e terá outros nomes que estão sendo sugeridos de comum acordo.

Vamos então ao primeiro item da pauta. Está retirado de ofício até que haja audiência com o Presidente do BANCO CENTRAL nós não aprovaremos a programação monetária. Segundo Item, dispõe sobre o pagamento pelas sociedades cooperativas da contribuição. Senador Tasso Jereissati ainda não está presente. Nós aguardaremos sua presença. Terceiro, Senador Eduardo Azeredo ainda não está presente. Aguardaremos sua presença. Quarto Item, Senador Renato Casagrande. Não está presente. Aguardaremos sua presença. Quinto Item, Senador Tasso Jereissati, não está presente. Aguardaremos sua presença.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Nós vamos ter reunião de líderes às 11h, com o Presidente Renan para decidir a pauta e eu pediria então, como eu sou Relator do Item 16, eu pediria, se fosse possível, a inversão da pauta para que nós passássemos a votar logo essa matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): E registro também já o pedido de vista no Item 5º.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): No Item 5º, o Item das ZPEs...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): V.Exª me comunicou hoje cedo.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu quero registrar, inclusive, nesta questão das ZPEs, Sr. Presidente, que eu sou favorável ao Projeto de ZPEs, mas eu entendo que na regulamentação precisa ficar definido algumas questão com o Governo. Então eu vou pedir vistas do Item 5 referente as ZPEs e pediria, inclusive, que essa vista eu tivesse condição de ter pelo menos umas duas semanas para que a gente pudesse discutir a regulamentação com o Governo e trazer de volta aqui para nós aprovarmos inclusive essa proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Será concedido vista coletiva, é um tema extremamente polêmico, complexo e relevante, acho que todos têm interesse em discutir a matéria, faremos vista coletiva. Mas aguardaremos a presença do Senador Tasso Jereissati.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Eu também vou pedir vista, mas como V.Exª sabe só após a leitura do parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Nós aguardaremos a presença do Senador Tasso Jereissati, a leitura do Parecer para encaminhar formalmente e regimentalmente o pedido de vistas.

Item 16, Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, trata-se de Projeto Decreto Legislativo aprovado pela Câmara dos Deputados de iniciativa da Mesa Diretora da Casa que reajusta o subsídio mensal apercebido pelo Presidente da República, Vice-Presidente e pelos Ministro de Estado. O Projeto vem da Câmara, ele fixa valores novos de remuneração do Presidente em 11.420 reais e para o Vice-Presidente e Ministro 10.748. O Parecer é favorável, apesar de entender que deveria haver já um mecanismo para que no futuro houvesse equiparação de todos os Poderes. O teto precisa ser definido para todos os Poderes. Mas é claro que nós não poderemos chegar rapidamente nesse teto para o Executivo e para o Legislativo, faça essa ressalva, mas o Parecer é favorável ao Projeto que vem da Câmara.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço o Parecer curto e objetivo do Senador Romero Jucá. Colocamos em votação, portanto, o Projeto que fixa subsídio ao Presidente, Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado. Senadores e Senadoras... Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Quero pedir um esclarecimento ao Relator. Pelos dispositivos citados ele se estende aos Parlamentares, Senador Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não. O Projeto dos Parlamentares é outro Item que será relatado aqui pelo Senador Lobão. Eu estou relatando apenas o reajuste do Executivo.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Obrigado.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA): Sr. Presidente, podíamos então votar o 15 que é a medida correlata?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Em seguida, Senador Lobão. Os Senadores e Senadora que são favoráveis ao Parecer permaneçam como se encontram. Aprovado.

Senador Edison Lobão com a palavra, Item 15, que é associado ao Item 16.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA): Sr. Presidente, a Câmara dos Deputados aprovou em Plenário a presente proposição apresentada pela Mesa Diretora daquela Casa que altera o valor do subsídio mensal percebido pelos membros do Congresso Nacional inferidos pela Constituição Federal no inciso VII, fixando o seu valor em 16.512 reais e nove centavos. Convém ressaltar que o ajuste proposto pela Câmara dos Deputados simplesmente corrige monetariamente o subsídio dos Parlamentares. Nada mais do que isto. Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Decreto Legislativo 88/2007 e votamos por sua aprovação.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sr. Presidente, peça a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Senador, para discussão da matéria, Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sr. Presidente, eu não entro no mérito desse Projeto. Se é justo ou se é injusto, se trata apenas de... V.Ex^a pediria... [soa a campanha] Se é injusto ou injusto--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Pediria, sobretudo, aos Assessores que estão dando orientações, subsídios aos parlamentares, recomendações, recados, que fizesse de forma mais silenciosa para não prejudicar o andamento dos trabalhos. Senador Jefferson Peres com a palavra.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Se se trata apenas de um reajuste para corrigir a defasagem decorrente da erosão inflacionária, eu não entro no mérito disso. Mas eu gostaria que fosse como era antigamente, Sr. Presidente. Que ao final de cada Legislatura o Congresso Nacional fixasse o reajuste para a Legislatura seguinte. Nós nos fixamos para nós mesmos um reajuste, é algo que me constrange muito. Que queiramos ou não é legislar em causa própria. A pena devida a esse constrangimento, Sr. Presidente, eu quero dizer que vou votar contra o Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu acompanho o Líder do partido pelas mesmas razões.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Aliás, perdão, Presidente. Senador Osmar Dias está aqui eu não posso votar.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Mas eu voto pelo Líder.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Eu sou suplente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Mais algum Senador? Acho que o sentimento do Plenário é o mesmo do Senador Jefferson Peres. É evidente que a atitude do Congresso Nacional deve ser fixar os subsídios para a Legislatura seguinte. Porque é absolutamente incomodo, inconveniente, descabido nós legislarmos sobre matéria que diz respeito a nosso interesse concreto. No entanto, a Câmara tomou essa decisão, tomou porque no final da Legislatura passada não houve condições de definir essa questão, mesmo porque o que estava sendo proposto era improcedente que era o alinhamento do teto imediato com o reajuste de 91%. Todos acompanharam aquela crise, o grande debate que nós tivemos, público, felizmente o Congresso Nacional acho que reviu justamente a posição porque era um aumento salarial totalmente incompatível com os quadros de austeridade fiscal que o País ainda demanda, e a Câmara aprovou basicamente o reajuste da inflação da Legislatura anterior. E é esse o encaminhamento e não é da minha natureza transferir responsabilidade para os outros.

Quero agradecer ao Senador Edison Lobão por ter dado o Parecer e acho que essa é uma responsabilidade coletiva. Incomoda, difícil, responsabilidade que nos compete. Por isso eu quero dizer que não vejo outra alternativa a essa Comissão e ao Senado do que acompanhar a decisão que a Câmara dos Deputados já tomou. Senador Lobão com a palavra.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA): Sr. Presidente, o Senador Jefferson Peres não deixa de ter alguma razão quando se refere à fixação dos subsídios no final de cada Legislatura. É o que a Legislatura anterior deveria fazer. Não fez. Nós estamos a fazê-lo, portanto, com atraso. Em lugar de quatro em quatro anos, estamos estabelecendo um subsídio, aliás, nem estabelecemos, apenas estabelecemos a correção monetária. O Congresso Nacional não está fixando um novo subsídio para os Parlamentares como deve fazê-lo de quatro em quatro anos. Está apenas corrigindo monetariamente o subsídio anterior. É o que fez a Câmara e o meu parecer é apenas nessa direção.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Não havendo quem queira discutir a matéria... Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, quando se cogitou no início da Legislatura de se propor um aumento de 91%, eu pessoalmente achei que era exagerado e que ainda que a Constituição prevê que os postos mais altos do Executivo, do Legislativo e do Judiciário tenham a mesma remuneração, avaliei que não seria adequado e por essa razão, inclusive, fez pronunciamento de que o ajuste máximo que poderíamos ter condizente com esse diretrizes de bom senso, seria de acordo com a variação do índice de preços ajustando a remuneração de 2003 para 2007 que é o que agora está se propondo.

Gostaria de ressaltar que no que diz respeito à remuneração do Executivo, do Presidente da República e dos Ministros, não houve da parte... Seja do Parlamento, mas, sobretudo, do Executivo, qualquer solicitação para que houvesse o ajuste.

Então, é importante ressaltar que o Presidente, o Vice-Presidente e os Ministros estiveram com a remuneração durante os últimos quatro anos não ajustada em relação àquela que foi vigente para o Executivo no período anterior da última gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e o ajuste para o Executivo e os seus Ministros está sendo feito em moldes ainda inferiores, portanto, àquilo que está sendo proposto para os Deputados e Senadores.

Acho importante que se registre isso, mas eu sou favorável ao parecer do Relator Senador Edison Lobão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Queria agradecer ao Senador Eduardo Suplicy pela manifestação. Líder Valdir Raupp, com a palavra.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): No ano passado foi discutido o aumento dos Parlamentares acima de 90%, eu era Relator-Geral do Orçamento da União. E fui por várias vezes entrevistado e questionado sobre esse assunto. E me manifestei contrário porque acho que o momento não era oportuno e principalmente naquele montante.

Agora, a correção da inflação dos últimos anos que não teve aumento e daqui para frente se for corrigido pela inflação, eu acho que está coerente, até porque está sendo definido aumento do salário mínimo acima da inflação. Então todos os salários que forem corrigidos pela inflação para que não haja uma defasagem muito grande, eu acho que é uma correção justa.

Então de forma que o PMDB se manifesta favorável ao Relatório do Senador Romeu Tuma.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Mas 90% das categorias estão tendo reajustes acima da inflação, e a massa salarial cresceu 8,8% nos últimos 12 meses. Mas é evidente

que nós recebemos uma remuneração muito elevada, 12 mil é muito alto, 16 mil é mais alto ainda e este é um tema extremamente incômodo e difícil para essa instituição. Mas eu acho que é uma responsabilidade desagradável que não pode ser transferida ao Relator. Por isso agradeço também a manifestação do Senador Valdir Raupp. Não havendo mais quem queira discutir a matéria, vamos colocar em votação. Senadores e Senadoras que são favoráveis, por favor, permaneçam como se encontram. Aprovado com um voto em contrário, manifesto pelo Senador Jefferson Peres por razões que foram expostas.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela ordem, Sr. Presidente. O Senador Valter Pereira que é Relator do Item 13, que trata... Que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial se encontra presente. É o Item 13. Se V.Ex.^a...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Não, nós vamos seguir a ordem da pauta. Senador Renato Casagrande já está presente--

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Tá certo, ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): --se V.Ex.^a tiver algum problema a gente inverte antes de encerrar--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Nós temos em pauta o Item 12. Há um voto em separado do Senador Suplicy, eu pediria se V.Ex.^a poderia tirar de pauta, porque há necessidade, diante do voto em separado, uma consulta ao Ministério da Fazenda, a CAIXA ECONÔMICA sobre a movimentação da Cruz Vermelha e outros itens que deixaram de nos responderem. Então se V.Ex.^a... O Plenário concordar, retirar de pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): O Relator concorda também?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se for para o exame do Ministério da Fazenda, não tenho objeção. Mas quero informar que estou pronto tanto para o Item 08 sobre o arrendamento, *leasing* ou para o Item 12 para aqui proferir o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Com o acordo do Relator nós retiramos da pauta. Mesmo porque na vida pública a gente precisa muito da Cruz Vermelha. Apesar de que ela nunca está disponível no nosso caso. De qualquer forma, próximo Relator, Senador Eduardo Azeredo.

Item 03 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº. 180/2003, terminativo. Quero lembrar que a questão, o Item 15 e 16 que nós votamos, remuneração do Executivo e do Legislativo não são terminativos e vão a Plenário. O Item 15 e 16 vão a Plenário. Não são projetos terminativos reajustes dos Parlamentares. Senador Delcídio Amaral com a palavra. Desculpe, Senador Eduardo Azeredo com a palavra. Projeto de Lei nº. 180, acrescenta dispositivo do art. 18 da Lei 8.629 de 25 de fevereiro de 93 que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à Reforma Agrária previsto no capítulo III, do inciso VII da Constituição Federal. A autoria é do Senador Delcídio Amaral, a Relatoria é do Senador Eduardo Azeredo, o Parecer é favorável ao Projeto com as Emendas nº. 02 e 03 da Comissão da Reforma Agrária as Emendas nº. 01 e 04 de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, Subemendas nº. 01 e 02 que apresenta. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e é terminativa nessa Comissão. Com a palavra o Relator.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras. A proposição insere quatro novos parágrafos ao art. 18 da Lei 8.629 de fevereiro de 93. O § 7º impõe ao órgão executor do Programa de Reforma Agrária o dever de manter atualizado e dar publicidade ao cadastro de áreas desapropriadas e de beneficiários da Reforma Agrária. E o § 8º prevê que os poderes públicos estadual e municipal, bem assim aos impedimentos de iniciativa privada que assentem famílias em área rural deverão manter cadastros atualizados dos beneficiários, determinando que remetam tais dados ao INCRA, alimentando seu banco de dados até a data que menciona. Já os § 9º e 10º impõem ao INCRA e as entidades congêneres, o dever de rastrear as informações constantes dos arquivos antes de procederem o assentamento dos inscritos prevendo responsabilização civil, penal e administrativa aos descumpridores da regra.

Na justificativa da matéria o Senador Delcídio Amaral pondera que é do conhecimento geral da Nação que falsos produtores rurais infiltram-se nos assentamentos e Programas de Reforma Agrária com o intuito único e exclusivo de obter um lote para logo em seguida revendê-lo. Argumenta o ilustre autor da proposta que é imprescindível que se estabeleçam formas de controle de modo que a transparência das ações das entidades que promovem a Reforma Agrária conferirá maior segurança e viabilidade ao processo.

Todos os requisitos formais estão respeitados e no que concerne à técnica Legislativa constamos a existência de algumas atecnias meramente redacionais

que estão sendo corrigidas através da apresentação de duas Emendas.

Quanto ao mérito, não podemos deixar de aplaudir a preocupação e iniciativa do Senador Delcídio Amaral, de modo que o Senado mantém a sua tradição de estar sempre atento aos fatos sociais e problemas que a sociedade brasileira enfrenta. O Projeto ao determinar a manutenção de um cadastro atualizado de áreas desapropriadas e de beneficiários da Reforma Agrária, impondo ainda ao INCRA e demais entidades o dever de rastrear as informações, cria óbice à má utilização desse instrumento de justiça social que é a Reforma Agrária, beneficiando quem de fato necessita da terra para manter o seu próprio sustento e da sua família.

Ainda para aprimorar o sistema de fiscalização, estamos... Eu estou acrescentando um Item que prevê... Uma determinação que os banco de dados serão disponibilizados pelo órgão federal referenciados geograficamente. Só para termos nós termos uma padronização nacional então que eles estejam todos referenciados geograficamente.

Ainda temos uma Emenda de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que introduz dois parágrafos de nº. 11 e 12 ao art. 18 da Lei 8.629 de 1993. Em suma, com os dois parágrafos que pretende acrescentar a Emenda em exame o objetivo do Senador é estabelecer vedação absoluta à alienação de imóveis rurais, das benfeitorias e das concessões por parte de beneficiário da Reforma Agrária pelo prazo de dez anos. Pretende ademais estabelecer direito de preferência de compra em favor do ente federal encarregado pelo Programa de Reforma Agrária ao final do referido prazo. Estamos totalmente de acordo com o ilustre Senador quando demonstra preocupação com a mercantilização do acesso a terra implementada por práticas criminosas de uma minoria dos beneficiários do Programa de Reforma Agrária.

Comungamos, pois do entendimento que as regras que proíbe alienação de terras transferidas a trabalhadores rurais nessas circunstâncias devam ser enrijecidas em obediência ao preceito constitucional esculpido no art. 189 por razões de justiça social, de modo a estender a vedação a qualquer das espécies de alienação ou transferência de posse, bem assim as benfeitorias e concessões eventualmente existentes.

Ademais, deve-se ainda ressaltar que o expediente de preferência da compra outorgado ao Poder Público representa a fixação de mais uma garantia ao respeito das normas de regência da matéria. Para maior clareza preferimos oferecer uma Subemenda alterando o caput do art. 18, nele incluindo as vedações propostas pela Emenda recebida e introduzido pelo § 11, a emissão

de posse pelo órgão do Governo Federal no caso de descumprimento das disposições do caput.

Portanto o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senador Delcídio Amaral, projeto 180 de 2003 com as Emendas 02 e 03 da CRA e da Emenda 01 da CRA. E ainda a Emenda nº 04 da CAE na forma das Subemendas apresentadas e que estão junto ao processo distribuído aos Srs. Senadores e Senadoras.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Para discutir a matéria, Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, esta matéria que regula dispositivos constitucionais relativos a Reforma Agrária, de autoria do Senador Delcídio Amaral, vem em boa hora quando o Governo intensifica em todo o Brasil a Reforma Agrária como instrumento da justiça social, da geração de emprego e renda, fazendo assentamentos desejados pelos produtores rurais, pelos pequenos produtores rurais que obtém esse benefício da Reforma Agrária. E é nesse sentido que eu apresentei duas Emendas visando contribuir com o nobre autor da matéria, Senador Delcídio Amaral. Primeiro, proibindo alienação, não só do imóvel, como também de suas benfeitorias e concessões porque pode acontecer de que a alienação se faça em separado pelo... Por aquele que recebeu o benefício da Reforma Agrária. E também há um outro parágrafo que nós incluímos no Projeto, e aceito pelo nobre Relator, Senador Eduardo Azeredo, que diz que decorrido o prazo de 10 anos, no caso da alienação do imóvel, o órgão federal competente terá preferência para adquiri-lo em igualdade de condições e valor ao ofertado pelos particulares. Isso evita, sem dúvida alguma, a proliferação de latifúndios ou então a compra daquela terra que foi dada a um pequeno produtor por um grande proprietário de terra aumentando assim a sua área de atividade econômica. Como o objetivo é regulamentar a Reforma Agrária, eu acho que o Relator fez justiça às Emendas que nós apresentamos que vem nessa direção de fortalecer o sistema de Reforma Agrária no Brasil. Agradeço a V.Ex^a.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, para discutir, Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Eu vou dar a palavra ao autor do Projeto, apesar de que o Senador Flexa é sempre rápido do debate em matéria dessa natureza, mas passaria antes a palavra ao autor, que tenho certeza será homenageado por essa Comissão. Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Meu caro Presidente, primeiro registrar a importância desse Projeto, principalmente no sentido de atualizar o Banco de dados dos Municípios, dos Estados e também do próprio INCRA, para evitar que minorias venham a prejudicar o Programa de Reforma Agrária do Governo Federal. Ele cria uma série de obrigações desses órgãos envolvidos diretamente com esses processos de assentamento de famílias nos vários Estados brasileiros, e ele foi bastante aperfeiçoado através das Emendas apresentadas pelo Senador Valadares. Que realmente cria as ferramentas e os mecanismos necessários para, inclusive, impedir a comercialização desses lotes e acrescenta uma cláusula de fundamental importância ou uma exigência que é priorizar o instituto ou a entidade ou no caso o INCRA na priorização quando da aquisição desses lotes ou dessas áreas, se assim isso vier a ocorrer.

Portanto, eu quero aqui destacar o trabalho do Senador, do Relator Senador Eduardo Azeredo, as Emendas também apresentadas pelo Senador Valadares, e tenho absoluta certeza que esse Plenário aprovará esse Projeto de lei que eu tive a honra de apresentar em 2003 ao Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Para discutir a matéria, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Aloizio Mercadante, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores. Eu quero parabenizar o Senador Delcídio Amaral pelo seu Projeto que visa regulamentar o acesso dos assentados nos projetos do INCRA. É importante, Senador Delcídio, que V.Ex^a tenha colocado no seu Projeto a possibilidade através de um cadastro, um cadastro atualizado permanentemente, de que se evite a profissionalização dos sem terra, que ficam migrando de um assentamento ou de uma possibilidade de assentamento, perspectiva de assentamento para outra, criando dificuldades para o programa tão importante que é o Programa da Reforma Agrária. O nobre Senador Eduardo Azeredo, no seu parecer, ele acatou as Emendas do Senador Antônio Carlos Valadares, que são Emendas inteligentes no sentido de dar um tempo de 10 anos para que seja possível a venda daquele lote que lhe foi concedido. E, em havendo a venda, que o órgão, no caso o INCRA, tenha preferência na aquisição tanto do lote quanto das benfeitorias. Entendo que para isso possa conceder a outra família indicada por ele. Mas eu perguntaria a V.Ex^a, se não seria o caso, Senador Mercadante, de que de posse desse cadastro atualizado, se proíba definitivamente a possibilidade de que uma mesma pessoa que tenha tido a oportunidade dada pelo Governo de ter um lote,

ele não possa ir pleitear um lote num assentamento seguinte, em hipótese nenhuma.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Não há... Sr. Presidente, eu poderia...?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Evidente, um aparte.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Não há a mínima condição porque um dos itens do Projeto é exatamente a exigência do INCRA fazer um levantamento prévio em cima do cadastro atualizado para, antes de qualquer atuação de assentamento de famílias, verificar se não há repetição de nomes. O Projeto é blindado com relação a essa questão, entre outras coisas, para não viabilizar que uma mesma família ou mesmo assentado pleiteiem terras em assentamentos diferentes.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então o Projeto de V.Ex^a já não permite a migração, ou melhor, a profissionalização do produtor que queira outro lote em outro assentamento? Através de cadastro?

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): E sob pena que se houver algum tipo de engano como esse, há inclusive a possibilidade de se indiciar criminalmente, tomar atitudes de caráter jurídico se um fato como esse ocorrer.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Parabéns a V.Ex^a que essa era a preocupação eu tinha e que eu iria fazer um adendo ao Projeto de V.Ex^a que já atendeu a nossa dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Romeu Tuma com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Só uma palavrinha que acho que já podemos votar. Mas eu queria diante dessas colocações, a análise feita pelo Senador Eduardo Azeredo dentro do brilhante projeto do Senador Delcídio, chama atenção é certo que o Estado deve exercer fiscalização e controle mais ostensivo sobre o processo de Reforma Agrária com vistas a impedir que oportunistas se valham de movimentos sociais para atingir seus objetivos escusos.

Então, a colocação que foi feita pelo Senador Flexa é estelionato, claro, não tenha dúvida sobre isso. É crime. E aí segue nesse sentido a análise, que eu não vou ler porque o Senador já o fez, e traz um pouco... Uma linha de tranquilidade que o Estado deve ter por esses movimentos que estão praticamente às vezes extrapolando toda e qualquer situação de que poderá ser perdido o controle amanhã pelo Governo. E tem uma intervenção mais radical para impedi-los. O que será muito triste para nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, eu gostaria da atenção do Relator, Senador Eduardo Azeredo, eu gostaria da atenção de V.Ex^a para uma sugestão de uma Emenda substitutiva. V.Ex^a acatou a Emenda nº. 03, cujo § 7º do art. 18 se reporta a cadastro de áreas desapropriadas. Eu gostaria de sugerir a V.Ex^a que ao invés de usar a expressão áreas desapropriadas, que usasse áreas adquiridas, já que hoje o INCRA, além da desapropriação, tem adotado dois outros tipos de... Duas outras formas de adquirir a área. Uma é pela compra e a outra pela expropriação.

Então, se V.Ex^a colocar áreas adquiridas, dá uma abrangência maior.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A observação do Senador Valter Pereira me parece pertinente. Mas eu talvez pudesse colocar “desapropriadas” e/ou “adquiridas”.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Acho que se colocasse “adquiridas” englobaria todas as modalidades.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Adquirida por desapropriação.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Adquirida por desapropriação, adquirida por expropriação e adquirida por compra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Tá bem, de minha parte...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Não havendo mais quem queira discutir a matéria, o voto é nominal, e nós vamos incluir nesta votação a votação das Emendas se nenhum Senador ou Senadora se opõe a esse encaminhamento. Então votaremos o Projeto e as Emendas e uma única consulta ao Plenário. Senador Eduardo Suplicy, como vota?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): A favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Delcídio Amaral não vota, é autor. Senador Fernando Collor não está. Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Expedito Júnior. Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESARENKO (PT-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Senador João Claudino. Não está. Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Pedro Simon, não está. Senador Mão Santa. Senador Gilvam Borges. Senador Neuto de Conto, Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Ademir Santana, Senador Edison Lobão. Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Jayme Campos, Senadora Kátia Abreu, Senador Raimundo Colombo, Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Sérgio Guerra. Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Osmar Dias, não está. Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Eduardo Azeredo. Voto conhecido. Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Foi aprovado por unanimidade e portanto nós estamos repetindo a votação que foi feita à consulta previa também para as Emendas. Quero parabenizar o autor e o Relator pelo trabalho e contribuição de muitos Senadores, como o Senador Antônio Carlos Magalhães.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Pode pedir urgência, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Ele é terminativo. Senador Renato Casagrande pela ordem.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Nós teremos que ir para uma reunião com o Presidente Renan Calheiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): V.Exª pode ir para reunião depois de relatar o Projeto próximo, Item 04.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É isso. Até é o Requerimento de minha autoria e tem o Projeto que eu estou relatando.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Exatamente. O Requerimento de V.Exª já foi aprovado pela Mesa, porque atendeu que como Líder V.Exª. seguramente estava numa reunião muito importante antes de chegar nessa Comissão. Agora, a Relatoria nós não abrimos mão da presença pelo trabalho competente do Senador Renato Casagrande. Vamos à votação.

Item 04, Projeto de Lei do Senado terminativo nº. 270/2003. Altera o § 6º do art. 2º da Lei 10.690 de 11 de junho de 2003. Isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadores de deficiência visual, mental, severa ou profunda e também os autistas. Autoria Senador Arthur Virgílio, Relator Senador Renato Casagrande. O Parecer é pelo arquivamento da matéria. Com a palavra o Relator.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Sr. Presidente. O Projeto do Senador Arthur Virgílio, um Projeto que tem toda boa intenção, todo o mérito, mas a proposta feita pelo Senador Arthur Vir-

gílio no PLS 270 foi atendida com a publicação da Lei 10.754/2003, Sr. Presidente.

Então, o que o Senador Arthur Virgílio estava pretendendo que era e é a isenção do IPI na aquisição de veículos de transporte autônomo de passageiro para as pessoas portadoras de deficiência já foi atendido com essa Legislação então por isso que nós relatamos pelo arquivamento do Projeto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Flexa Ribeiro para debater a matéria.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O autor do Projeto, Senador Arthur Virgílio, não se encontra na Comissão. Então eu vou pedir vistas para que a gente possa, na próxima reunião com a presença do Senador, fazer o debate do Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Mais do que justo.

Item 05 da pauta. Dispõe sobre o regime tributário cambial e administrativo das zonas de processamento de exportação ZPEs e dá outra providência. Projeto de Lei do Senado 146 de 1996, não terminativo, e já foi votado na Câmara com Emendas. Autoria, Câmara dos Deputados, Relator Senador Tasso Jereissati. Pela aprovação das Emendas 01, 02, 03, 04, 05, 07, 08, 09, 10 e 11 e da Emenda seis com correção de redação que apresenta. Com a palavra o Relator para a leitura do seu Parecer.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sr. Presidente, sobre as Emendas da Câmara dos Deputados ao PLS 146/96, que dispõe sobre o regime tributário cambial e administrativo das zonas de processamento de exportação e dá outras providências. A Emenda nº. 01 da CCJ da Câmara dá nova redação ao art. 3º do Projeto, mantendo Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação, criado pelo art. 3º do Decreto-Lei nº. 2.452/88. A Emenda deixa a estrutura do órgão a cargo do Poder Executivo. Estabelece ainda a análise das propostas de criação de ZPE deve dar prioridade àquela localizada em áreas geográficas, privilegiada para exportação. A Emenda nº. 02 da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e Subemenda da Comissão de Finanças e Comunicação, acrescenta Parágrafo Único, art. 4º, prevendo que o regulamento disponha sobre os casos em que mediante a adoção de controles alternativos, empresas possam implantar projetos aprovados em ZPE antes do alfundegamento da respectiva área. A Emenda nº. 03 altera a redação do art. 10, para atualizar o rol dos tributos incidentes sobre o comércio exterior de mercadorias e serviços cuja isenção é concedida às empresas autorizadas a operar em ZPE. Acrescentando na importação a contribuição social para o finan-

ciamento de seguridade social devida pelo importador de bens estrangeiros ou serviços no exterior, COFINS-Importação. Dois, a contribuição para os programas de integração social e de formação de patrimônio do servidor público incidente na importação de produtos estrangeiros ou serviços do exterior. PIS/PASEP-Importação. B. Na exportação a contribuição para os programas de integração social e formação do patrimônio de servidor público. PIS/PASEP. A Emenda nº. 04, oriunda da Comissão de Desenvolvimento econômico, indústria e comércio, acrescenta ao final do § 4º do art. 11, referente à Lei Complementar nº 31 de 11 de outubro de 77 para deixar claro que o Estado do Mato Grosso íntegra a Amazônia Legal nos termos da Lei nº. 5173, que criou a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. Assim, a ZPE instalada no Mato Grosso fica isenta dos imposto sobre a renda dos lucros auferidos durante o prazo de dez anos. A Emenda nº. 05, altera a redação do § 2ºs do art. 18 igualmente atualizando o rol de tributos incidentes sobre mercadoria produzida em ZPE e introduzida para consumo no mercado interno de modo a equiparar o seu tratamento tributário ao conferido às mercadorias produzidas e consumidas no mercado interno da forma a seguir:

A) Incluir a COFINS-Importação e a contribuição para o PIS/PASEP-Importação entre os tributos incidentes sobre matérias-primas os produtos intermediários, e os materiais de embalagem importados que integrem o produto internado;

B) Corrige a designação do tributo contribuição para o PIS/PASEP antes grafado de forma incompleta;

C) Registra por meio da expressão onde couber que o crédito presumido de que trata a Lei 9.363 só incidirá sobre as matérias-primas os produtos intermediários e materiais de embalagem adquiridos no mercado interno que integrem o produto internado na hipótese das empresas não estarem submetidas à sistemática não cumulativa de recolhimento de contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS. A Emenda nº. 06, resultante da Emenda com Subemenda da CCJ altera a redação do § 4º do art. 18 para determinar que: A) energia elétrica produzida por empresa em ZPE excedente ao seu consumo possa ser vendido no mercado interno com tratamento administrativo e tributário aplicável à importação de energia elétrica e não com tratamento tributário dado à energia elétrica produzida e distribuída no País, como originalmente prevista no Projeto. B) a internação do País também neste caso, não poderá superar 20% da energia produzida na ZPE. A Emenda nº. 07 modifica o art. 19 de modo a deixar claro que o gás natural e a energia elétrica são considerados bens e não serviço no contexto

das operações de empresas em ZPE. A venda de um ou de outra para empresas localizadas em ZPE terá o tratamento de exportação para o exterior. A Emenda nº. 08 e corrige a redação do art. 20 que confere atribuições ao Ministério da Fazenda e autoridade aduaneira em desacordo formal com o prescrito no art. 61 § 1º e da Câmara Federal quanto ao poder de iniciativa.

A adaptação, proposta remete a competência ao Poder Executivo conformando o texto ao prescrito no art. 84 6-A, da Câmara Federal quanto às atribuições do Presidente da República. A Emenda nº. 09, altera o inciso III do art. 21 incluindo entre os serviços prestados por residente ou domiciliado no País para empresas estabelecidas em ZPE que serão considerados como exportados aqueles explorados em virtude da concessão do Poder Público, permanecendo com exceção a esse critério apenas os decorrentes de contrato de trabalho e outros serem em outro regulamento. A Emenda nº. 10 modifica o inciso II do art. 22 convertendo para reais os valores de multa aplicável à empresa instalada em ZPE. A Emenda reduz ainda o teto da multa anteriormente fixado em 100 mil UFIRs para 10 mil reais. A Emenda nº. 11 corrige a cláusula revogatória para incluir entre os dispositivos revogados.

A) O inciso II do § 2º do inciso XIV, tendo em vista que esse dispositivo exclui do tratamento como exportação para fins de incidência da COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP o fornecimento para empresas em ZPE;

B). O inciso XVI do art. 88 da Lei 9.430 pelo fato de que esse dispositivo revoga o inciso II do art. 11 do Decreto-Lei nº. 2.452 cujo texto figura como inciso II do art. 11 do Projeto em questão.

Diante... Sr. Presidente, eu tenho uma longa análise aqui referente ao meu voto. Mas, como V.Exª que uma vez imaginou que alguém ia pedir vistas, eu estou imaginando também, até pelo semblante de V.Exª, que alguém vai pedir vista. Portanto, eu vou direto ao voto para que... Já que nós vamos ter uma outra Sessão para discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Tasso, no início da Sessão o Senador Romero Jucá e o Senador Jefferson Peres já interessaram interesse de vista e eu disse que após a presença de V.Exª. na leitura do Relatório nós concederíamos vista coletiva à Comissão pelo grande interesse da matéria. Mas acho que é absolutamente procedente a atitude e facilita o andamento do trabalho da Comissão.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Diante do exposto o voto é pela aprovação total das Emendas nº. 01, 02, 03, 04, 05, 07, 08, 09, 10 e 11 da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado

nº. 146 de 1996. B) Pela aprovação parcial da Emenda nº. 06 com vistas a acolher exclusivamente a expressão sujeitando-se ao mesmo percentual de internação presente nessa lei que se integrará como parte final ao texto do § 4º do art. 18 aprovado pelo Senado Federal; C) Correção da remissão feita no § 2º do art. 8º ao § 1º do art. 5º que deve ser entendido como feita ao Parágrafo Único de art. 8º.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Lido o Parecer do Senador Tasso Jereissati, e dada à complexidade da matéria e vários Senadores já manifestaram interesse em poder estudá-la com mais profundidade, está concedida a vista coletiva solicitada originalmente pelo Senador Romero Jucá e Jefferson Peres. Vista coletiva. Senador Arthur Virgílio com a palavra.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, a respeito do Projeto de Lei do Senado 270/2003 de minha autoria que altera o § 6º do art. 2º da Lei 10.690 de 16 de junho de 2003 isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadores de deficiência visual, mental, severa ou profunda e também os autistas e que tem como Relator o Senador Renato Casagrande, eu tenho a dizer a V.Exª que estamos em fase avançada de estudos pela nossa Assessoria e a impressão que hoje nos ocorre é que o nobre Relator tem razão. Ou seja, a minha intenção ao elaborar o Projeto parece que já está contemplada em lei vigente no ordenamento brasileiro. Se for assim, simplesmente nós faremos o óbvio, o lógico. Se a convicção for outra, entrarei em contato com o Relator Renato Casagrande na tentativa de demonstrar que o Projeto complementar ou garantiria esses direitos se, porventura, lacunas houvesse. Mas a primeira análise que fazemos é de que assiste razão ao Relator e que o Projeto pode se tornar expletivo. Na próxima Sessão, após a devolução das vistas coletivas inicialmente solicitadas pelo Senador Flexa Ribeiro, nós poderemos já definir isso de vez porque o objetivo não é deixar água de lado, água parada. É fazer o que interessa ao País e no caso especificamente em relação às pessoas portadoras de deficiência visual, mental, severa ou profunda e também aos autistas, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Senador Inácio Arruda.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Eu só queria ponderar em relação a essa questão que o Projeto é altamente meritório e o Parecer basicamente encaminha no sentido que já estaria contemplado na Legislação vigentes. Se for assim, evidentemente nós aprovaremos o Relator. E o Senador Flexa Ribeiro de pronto pediu vistas pela

ausência de V.Ex^a, e o prestígio de V.Ex^a nessa Comissão é tanta que foi unanimidade o pedido de vista. Assim fica para a nossa próxima Sessão. Vamos agora ao Item 06.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Acho que foi a primeira vez na história do pagamento. Numa na história do Parlamento houve unanimidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): V.Ex^a aqui sempre é unânime.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Antes de passar para o Item 6, o Senador Romero Jucá, quando ele fez o pedido de vista, ele já antecipou um pedido de vista para um período de duas semanas, no mínimo. Para poder fazer um trabalho de negociação com o Governo em relação a ZPE. Então eu gostaria de sugerir que neste período mais alongado de vistas, se nós pudéssemos fazer um bom debate sobre a questão da ZPE, eu sugeriria ao Relator, Senador Tasso Jereissati, que nós pudéssemos realizar se considerar que é conveniente porque o Senador Romero Jucá pediu uma vista razoavelmente prolongada. Ele já pediu uma vista de duas semanas.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Senador Inácio, eu realmente não estava presente. Eu não vejo porque esse prazo mais prolongado. Não vejo nenhum sentido.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O Senador Romero Jucá fez uma proposta de discussão com o Governo--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Agradeço V.Ex^a. pela observação.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): --e

se a vista for dada como prazo mais prolongado, eu sugiro que se faça um bom debate, se realize uma Audiência Pública, já teve essa sugestão aqui. Então acho que a gente poderia aproveitar, fazer um bom debate em relação a essa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP):

A idéia da vista é exatamente permitir aos Senadores que aprofundem o estudo e a gente possa fazer um bom debate e será feito. Eu mesmo tenho muitos argumentos--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):

Eu entro no processo de vista coletiva porque não só sou favorável e tenho debatido muito essa questão como um mecanismo de desenvolvimento para o nosso País. Mas existem muitas ponderações. Eu quero ouvir. Acho que é importante ouvir todas as ponderações.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Acho que a idéia é fazer um grande debate--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCDOB-CE): Sem que signifique interditar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Nós colocaremos brevemente o Projeto na Comissão. Provavelmente em 15 dias que foi a solicitação do Líder do Governo, Senador...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu não concordo com 15 dias, não, Senador Mercadante. Eu não vejo razão para os 15 dias. Esse Projeto é proveniente do Senado, foi à Câmara, e está fazendo apenas 11 anos de tramitação. Apenas 11 anos de tramitação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Tasso.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Nessa Comissão ele já está mais de 30 dias. E eu não vejo nenhuma razão para que seja 15 dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): A Presidência colocará o mais breve possível ouvindo os demais membros da Comissão.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ele pediu no sentido de negociar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): O Senador Jefferson Peres e Senador Romero Jucá que fosse um prazo de aproximadamente 15 dias para que nós pudéssemos ter tempo de aprofundar. Não haverá postergação dessa matéria. Já disse... Nem dessa nem nenhuma matéria nessa Comissão. Pode ganhar ou perder a votação, mas vai ser votado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Presidente, então eu sugiro que faça uma Audiência Pública, um bom debate sobre essa...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Eu não sei se Audiência Pública. A idéia básica era, para não atrasar a matéria, nós colocamos direto. E apesar de ter o acordo com o Relator que seria feita a Audiência Pública, nós abrimos mão da Audiência Pública para permitir o debate na Comissão.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mas se tem 15, nós temos tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Podemos fazer a Audiência Pública ou fazer o debate, uma Sessão prolongada de debate na Comissão porque há um grande interesse nessa matéria.

Vamos agora para o Item 06 da pauta, Projeto de Lei do Senado nº. 448/2006, terminativo. Dispõe sobre a isenção de IPI a aguardente de cana-de-açúcar e dá outras providências. Autor, Efraim Morais. É um Projeto que seguramente o Ministro da Saúde tem grande interesse. Ele está contra a propaganda de bebida e há projetos aqui para reduzir impostos de cachaça. Relator, Senador Garibaldi Alves Filho. Mas o projeto

é... Parecer é pela aprovação. Já foi apreciado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Com a palavra o Relator. E chamo atenção dos Senadores que é terminativo o Projeto.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, venho a essa Comissão para decisão terminativa o PLS nº. 448/2003, de autoria do Senador Efraim Morais que dispõe sobre a isenção do IPI a aguardente de cana-de-açúcar e dá outras providências. Por força do Requerimento nº. 487/2005 do Senador Sérgio Guerra, a proposição foi analisada na Comissão de Agricultura Reforma Agrária, tendo sido aprovado o parecer do Senador Aelton Freitas pela sua rejeição em 31 de maio do presente ano.

O Projeto em exame estabelece a isenção do IPI para aguardente de cana-de-açúcar, a manutenção do crédito do IPI relativo às matérias-primas, aos produtos intermediários e ao material de embalagem utilizado na industrialização da aguardente, e ainda estimativa pelo Poder Executivo da renúncia de receita decorrente do benefício fiscal, e a inclusão do respectivo montante no demonstrativo de benefícios tributários do Projeto de Lei orçamentário referido no § 6º do art. 165 da Constituição Federal.

De acordo com o autor, o Senador Efraim Morais, o objetivo do Projeto é criar condições para o aprimoramento da qualidade de nossa aguardente que é um dos produtos brasileiros mais conhecidos no exterior. Na visão do proponente, ganhar disputa pelos mercados externos depende em grande parte de um esforço contínuo na melhoria da qualidade do produto exportado. O autor argumenta ainda que a isenção proposta permitirá que os recursos hoje despendidos no pagamento do IPI pelos fabricantes de aguardente de cana-de-açúcar possam ser redirecionados para aquisição de maquinário mais moderna, melhoria salarial e aumento da remuneração dos fornecedores.

Sr. Presidente, não foram apresentadas Emendas à proposição. Na análise foi visto que a proposição atende a requisitos constitucionais, além disso, em seu art. 3º o Projeto atende as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar 101, e não obstante o parecer contrário à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, julgamos que o Projeto merece o apoio dessa Casa uma vez que estabelece medida de estímulo ao fornecimento de um importante setor para a economia do País. Segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, os tributos correspondem a 83% do preço final da aguardente. A carga tributária desse produto tornou-se extremamente alta a partir de 2001, quando os pequenos produtores perderam o direito de enquadramento no sistema integrado do pagamento de impostos e contribuições das microem-

presas e empresas de pequeno porte. E foi majorado o IPI incidente sobre a aguardente de cana-de-açúcar em até 6%. Essas medidas levaram muitos produtores à informalidade, gerando desemprego e capacidade ociosa no setor. O Estado mais atingido foi o de Minas Gerais que responde por metade da produção nacional, mais de 200 milhões de litros anuais, movimenta um bilhão e meio ao ano com 800 marcas, e gera mais de 240 mil empregos. Apesar da alta qualidade, a maioria dos pequenos produtores continua à margem do mercado internacional, devido à dificuldade na comercialização de sua produção, principalmente em decorrência da tributação excessiva do alto preço dos insumos.

Sr. Presidente, pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº. 448/2003. Obrigado.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Eu fiquei abismado com os números. 200 milhões só em Minas Gerais? De litros?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não. Mais de 200 milhões de litros anuais.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Dá mais de um litro de cachaça per capita por ano. E os dados sobre emprego eu acho que estão subestimados. Deve ser 240 mil empregos diretos. Porque indiretos, tem ainda médico, enfermeiro, pessoal que tem cirrose... [risos] Padiolistas(F) que levam os bêbados... Delegados que tem que botar na cadeia o pessoal que abusa. Então eu acho que tem o emprego indireto que é bem maior do que 240 mil. Mas de qualquer forma com a palavra a nossa Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Não, eu não vou não, Senador. É para dizer o contrário, que eu sou contra. Sou contra e vou votar contra. Porque nós já temos isenção para tantos produtos para exportação e não é para a cachaça que nós vamos precisar retirar impostos, isentar por conta de... Tendo um País com tantas necessidades, mas tantas necessidades, mais prementes do que a cachaça. Aliás, eu acho que é daí é uma necessidade para esse País de última categoria. Até porque as famílias que têm pessoas alcoólatras sabem o quanto sofrem. A questão da saúde, como o nosso Presidente aqui da CAE, o nosso Senador Aloizio Mercadante há pouco colocou, que o Ministro com certeza não vai gostar dessa proposição, e o Ministro da Saúde, com

certeza, e nós somos contra por vários motivos. Em primeiro lugar a questão da necessidade. Não é a cachaça prioridade para necessidade de isenção nesse País. De jeito nenhum. Em segundo lugar, a questão de saúde. Nós já temos tantos problemas com o alcoolismo, etc, para agora estarmos ainda facilitando mais o acesso à cachaça.

Me desculpe o Senador Garibaldi, com todo respeito que eu tenho pelo senhor, mas eu sou contra o seu Parecer, sou pela rejeição, vou votar, e espero que todos nós Senadores presentes aqui nessa reunião da CAE hoje coloquemos um pouquinho na nossa cabeça em reflexão para sentir que o problema do alcoolismo--

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA): V.Ex^a me permite um aparte?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Pois não, Senador Edison Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA): O projeto estabelece exatamente o contrário. Ele procura retirar a cachaça do acesso dos brasileiros. Exportando.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): [risos] mandando tudo para o exterior.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Eu só quero esclarecer uma coisa. Para exportação já tem isenção.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Já tem, já tem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): É tirar o imposto para o consumo interno. O pessoal está achando que 200 milhões de litros estão poucos. E está querendo dar um estímulo ao subsídio à cachaça. Mas concluindo, Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Concluindo é dizer que sou contra, vou votar contra. E eu espero que a proposição seja rejeitada pela saúde, pelo bem-estar da população do nosso País. Obrigada.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Peço vistas a V.Ex^a. do processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Pedido vistas, nós estamos, portanto, transferindo a discussão da matéria e peço que para a discussão todos permaneçam abstêmicos para que não haja qualquer risco no debate e segurança do voto.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Arthur.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Talvez não devesse discutir a matéria mais depois que o

Senador Valadares ter pedido vista. Mas o fato é que V.Ex^a disse muito bem. Para efeito de exportação, já não existe o IPI. Eu temo que algumas atitudes de alguns líderes vizinhos nossos possam estar sendo tomadas sobre efeito de algum produto de exportação brasileiro. Mas, de qualquer maneira, o PSDB hoje tem a convicção que é para votar contra a matéria por entender que em algum momento coube a campanha do “petróleo é nosso”, a correlação não seria adequada, embora nós saibamos que se produz aguardente da melhor qualidade do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Dornelles em seguida.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu queria dizer para a ilustre Senadora que há um caso conhecido de tributação numa ilha aqui na nossa América Central, um Ministro da Fazenda, um técnico assumiu o Ministério da Fazenda, e estava muito preocupado com o consumo da aguardente. Então aumentou extremamente o imposto de consumo da aguardente. E a consequência foi que caiu o consumo do leite, porque o chefe de família chegou em casa e avisou a família: Olha aqui, a partir de agora vocês tomam menos leite que eu vou ter que manter a minha cachaça.

De modo que o aumento ou diminuição do IPI da cachaça não tem efeito sobre o consumo. Ninguém vai beber mais ou menos cachaça pelo problema do IPI. Mas tem efeito de substituição. Se nós colocarmos o IPI menor na cachaça do que tem o rum importado, do que tem em bebidas importadas da América Central. De modo que no momento em que você está reduzindo o IPI da cachaça, nós não vamos aumentar o consumo da cachaça. Nós vamos, sim, tornar a cachaça mais competitiva com bebidas alcoólicas importadas. Por isso meu voto é totalmente favorável porque acho que não vai ter efeito sobre o consumo, e vai colocar uma bebida tipicamente nacional em condições de competir mais com bebidas do mesmo teor importadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Eu entendi que o parecer do Senador Francisco Dornelles é para aumentar o imposto de importação sobre bebidas importadas. Nessa direção nós estaremos juntos. Senador Tasso Jereissati com a palavra.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu queria fazer aqui um reparo...

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): ...Eu sou favorável à redução dos produtos nacionais.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Nós podemos estudar bem isso daí.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu queria fazer um reparo ao querido Senador Garibaldi que está sendo vítima de injustiça nesse momento por causa do seu Parecer. E já ouvi algumas expressões aqui como cachaceiro. Senador Garibaldi não é cachaceiro. Ele é consumidor. Cachaceiro é quem fabrica a cachaça. [risos] Ele é consumidor. E moderado consumidor. Então não poderia deixar de fazer essa defesa do nosso querido--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Depois desse comentário de hoje ele vai ter que tomar uma caipirinha depois da Sessão pela qualidade do debate.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Suplicy com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, confesso que fiquei, com todo respeito, impressionado pela afirmação do Senador Francisco Dornelles que tem uma... Que efetivamente é um Economista reconhecido. Mas eu gostaria de que essa afirmação sobre a elasticidade do consumo, da elasticidade da demanda de cachaça fosse, pelo menos melhor conhecida por todos nós a partir da sua afirmação. Eu gostaria inclusive, Sr. Presidente, de propor ao Senador Antônio Carlos Valadares, mas eu inclusive quero ajudá-lo nesta intenção, mas eu gostaria de conhecer, dada a afirmação do Senador Francisco Dornelles, os estudos relativos à elasticidade de demanda da cachaça. É uma informação relevante e que todos nós agora precisamos saber para saber dos efeitos. Qual será o efeito no aumento de consumo, da diminuição do preço da cachaça devido à diminuição de impostos que eventualmente--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Segundo o Senador Dornelles vai aumentar o consumo de leite.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu quero melhor conhecer estes dados sobre o efeito de demanda e o efeito de substituição.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Suplicy, me permite? O problema é que quem for fazer o levantamento pode se entusiasmar.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Essa é uma pesquisa que não pode utilizar--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Ninguém sabe se com leite ou com cachaça.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Tem que tomar cuidado com a amostra, e, sobretudo, se for dados empíricos. Porque nós

poderemos ter seqüelas graves aí naquela população que for retirada para fazer o estudo de amostragem do efeito de substituição e efeito renda. Senador Sérgio Guerra e depois Senador Inácio Arruda.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Presidente, nós temos uma certa proximidade com questão da produção de cachaça no nordeste e alguma informação sobre a de Minas Gerais. Há um processo de produção de uma certa cachaça primitiva, largamente consumida nas feiras do interior e nas vendas do interior que é quase toda informal. É uma cachaça rudimentar, que tem um preço mínimo e que é largamente consumida pelas populações rurais de baixíssima renda. Há um segundo componente de fabricantes de cachaça que tem grandes operações de produção de cachaça. E que aqui entre nós vivem muito bem. São os grandes fabricantes de cachaças brasileiras.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Segundo o Senador Tasso Jereissati são os verdadeiros cachaceiros.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): São os verdadeiros cachaceiros... Os outros também são. E há um terceiro conjunto de produtores que produzem cachaça de qualidade e que a vendem por um preço muito elevado. Esse já tem outra rentabilidade, outro processo produtivo. Enfim, transitam num ambiente que não é exatamente esse do grande consumo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): E V.Ex^a depois de toda essa análise segmentada do mercado a gente vê que tem pós-doutorado no assunto. Conhece com profundidade o tema.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Nós tentamos no nordeste uma vez, em Pernambuco, organizar essa produção de cachaça. Os desorganizados não aceitaram bem a proposta de organização. Os grandes fabricantes, e alguns de Pernambuco, cuja marca é muito conhecida, tinham problemas para resolver de outra natureza, inclusive uns resolveram. E a produção de cachaça de qualidade continua mínima lá pela concorrência da excelente produção de cachaça que se faz basicamente em Minas Gerais. Isso tudo passa muito longe do IPI. Não tem muita coisa a ver com IPI. Muito menos como já foi dito a questão da exportação. O Parecer da Comissão de Agricultura foi contrário por essas razões.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Muito bem fundamentado pelo Presidente da Comissão de Agricultura Senador Sérgio Guerra mostrando a discussão que houve na Comissão de Agricultura que o parecer, inclusive, foi contrário. Senador Tasso Jereissati com a palavra.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu estou profundamente impressionado com a erudição do Senador Sérgio Guerra sobre o tema cachaça.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): E nós conseguimos... Essa discussão não foi um porre. Senador Inácio Arruda com a palavra.

[risos]

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Então o nosso versado Senador sobre assuntos de cachaça e cachaceiros, Senador Sérgio Guerra, acho que ele mostrou uma situação de que o setor, os cachaceiros não conseguiram se organizar. Não é que são desunidos, é que é um problema de... Cachaceiro para se organizar tem mais dificuldade, digamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Cachaceiro unido jamais será vencido.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Partiram para uma ação, digamos assim, no Senado da República, onde tem muitos adeptos, mas há mais organização, digamos assim. Mas o centro do problema a controvérsia é econômica. Não é um problema de outra natureza. É que o setor compete no mercado, no mercado de bebidas alcoólicas que enfrenta também o mercado internacional. Acho que nós temos que examinar mais desse ponto de vista. Acho que o Senador Valadares buscou aqui socorrer o Projeto. Vamos ver como é que a gente dá um tempo para examinar melhor o Projeto. O Relator examinar também com mais calma, com mais cautela. É um Projeto que vem da Comissão de Agricultura, vem a Comissão de Assuntos Econômicos--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Só quero ponderar o seguinte, já é isento para importação.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Isso. Já temos a isenção para exportação, resta saber se nós estamos tendo muita facilidade para entrada desses produtos no nosso mercado interno e a competição aqui, digamos assim, esteja sendo feita de forma considerada... Vamos colocar uma aspa, de forma “desleal”. Se ela tiver desleal, a gente examinar com a cautela de quem está discutindo um assunto econômico e não apenas um assunto de saúde pública, ou de outra ordem, de outra natureza. Porque se a gente misturar tudo numa cesta só, aí realmente vira assunto de cachaceiro e a gente vai ter dificuldades de...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): V.Ex^a. me permite um aparte?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Senador Inácio Arruda, que há um aspecto também no que diz respeito à constitucionalidade. Porque o artigo da Constituição Federal 153, § 3º, inciso I, diz que o IPI será seletivo em função da essencialidade do produto. E é pouco provável que se consiga enquadrar... Em conceito de essencialidade, a não ser--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Ao contrário. A essencialidade é dada, sobretudo, pelos produtos que fazem bem à saúde. São essenciais à vida humana. Produtos que são nocivos à saúde, e eu acho que não há nenhum questionamento que a cachaça é um produto que uma parcela importante da população é nocivo à saúde tem uma alíquota elevada entre outras razões pelo tratamento de saúde que a sociedade despende. A mesma questão do cigarro. O sujeito tem enfisema, câncer, tuberculose, o IPI é alto para poder financiar os programas de saúde pública, inclusive de tratamento de alcoólicos.

Então, eu acho que talvez no pedido de vistas, eu vou dar uma vista coletiva, nós poderíamos em vez de isenção, fazer um programa de tributação para recuperar os alcoólicos com políticas de saúde pública.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Criar um fundo especial.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Criar um fundo especial para tratar dos alcoólicos, aumentar um pouquinho o IPI. Mas Senador Romeu Tuma com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Se V.Ex^a permitir, só contar uma historinha. Senadora, a beleza da Casa aqui. Toda mulher é bonita. Quem falar que mulher é feia tem que ser fuzilado. Não dá.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Assunto de cachaça sempre estimula um romantismo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Mas eu quando Secretário da Receita, Presidente...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): V.Ex^a é o contrário do Deputado lá de...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sabe o que acontece? Quando o Secretário da Receita, chegou o diretor da arrecadação muito nervoso no meu gabinete, e que a Ministra então na época, a Ministra Zélia queria aumentar alguns impostos. E ele disse que não iria fazer isso que a população não agüentava mais. Parece que estamos repetindo o fato agora. Mas aí eu falei: “Vai com calma, vai tomar uma água, vamos descer, vamos conversar com ela para encontrar um caminho, ver o que está acontecendo”. “Eu preciso de dinheiro no caixa. Eu não vou poder fazer isso aquilo

senão vou aumentar”. Aí reuniu todo mundo, sabe qual foi à proposta final? Aumentar a taxaço da cachaça e do cigarro. Eu não estou desrespeitando o Senador Serra, mas a solução que foi encontrada foi aumentar o tributo da cachaça e do cigarro. Aumentar o vício para poder pagar outras--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Para que esse debate não se transforme num porre, está suspensa a discussão. Pedido de vista coletiva.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Peço vista coletiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): E voltaremos à discussão na próxima Sessão da Comissão de Assuntos Econômicos.

Vamos entrar agora no Item 08. Porque o 7º é terminativo, Senador Lobão. V.Exª poderia ler o... É terminativo. Nós votaremos o último Item, Item 08.

Dispõe sobre procedimento na operação de arrendamento mercantil de veículo automotivo, *leasing*, e dá outras providências. Autoria, Senador Bispo Wanderval. Relator, Senador Eduardo Suplicy, favorável ao projeto. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Sr. Presidente, o objetivo do PLC é obrigar o arrendador de veículo automotivo após receber os documentos necessários enviar ao arrendatário num prazo de até 30 dias úteis o documento único de transferência do veículo, a nota promissória vinculada ao contrato e o termo de quitação das obrigações para possibilitar a transferência no Departamento de Trânsito. Aprovado na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania e a esta Comissão na CCJ onde foram examinados aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa o projeto recebeu parecer favorável em 6 de agosto de 2003.

Não foram apresentadas Emendas. Os aspectos relativos à constitucionalidade já foram, então, aprovados, e conforme destacado pelo autor do Projeto, não resta dúvida de que é freqüente e elevado o número de reclamações contra as empresas de arrendamento mercantil de veículos formuladas pelos arrendatários que não recebem de forma rápida após o cumprimento de todas as exigências legais e contratuais o documento único de transferência que possibilita a regularização do veículo no Departamento de Trânsito.

Portanto, o PLC 2003 nº 07 que estabelece a sanção pecuniária à empresa de arrendamento mercantil pelo descumprimento da obrigação de enviar no prazo de 30 dias úteis o documento necessário para realizar a transferência veículo merece o apoio desta Comissão.

Em virtude do exposto, o voto é pela aprovação do PLC nº. 07 de autoria do Bispo Wanderval.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Romeu Tuma, com a palavra, para discutir a matéria.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente, primeiro eu estava falando com o Senador Edison Lobão para cumprimentar V.Exª que essa é uma das Comissões que mais tem produzido nessa Casa. Claro que a CCJ com o pacote, V.Exª faz parte, e ele disse assim: “E a simpatia?” Eu falei, “melhorou bastante. Hoje é um homem simpático, sorridente...”

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Nada como um debate sobre cachaça. Até eu fiquei simpático hoje.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sorridente. O sorriso é a melhor coisa do mundo. Mas eu acho que o projeto é correto. Há uma demora enorme das empresas que fazem o *leasing* em poder liberar o carro para o locador e assim ele ter dificuldade em reaver o seu dinheiro. Acho que o Projeto é correto. Eu apoio o relatório do Senador Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Basicamente o Projeto facilita o direito do arrendatário de poder ter a propriedade após o período de *leasing*. Portanto, é um Projeto que aprimora o direito do consumidor diante dessas operações de *leasing*. E o Parecer é favorável, já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, é não terminativo. Os Senadores e Senadoras que são favoráveis ao Projeto permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nós vamos encerrar a pauta. Agradeço a presença de todos e peço a presença às 9h da manhã na próxima terça-feira nós teremos a *Standard & Poor's* para discutir agência de regulação naquela uma hora anterior ao início da nossa Sessão. E vamos ver os critérios de enquadramento do País.

E o Item 7º do Senador Edison Lobão será o primeiro Item da pauta em deferência ao prestígio e as atitudes que V.Exª tem nesta Casa.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA): Obrigado.

Sessão encerrada às 11h59

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2007, ÀS 09:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e dois minutos do dia vinte e dois de maio do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante, e, em seguida, da Senadora Patrícia Saboya Gomes, Presidente Eventual, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Delcídio Amaral, Expedito Júnior, Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Patrícia Saboya Gomes, Antônio Carlos Valadares, João Ribeiro, Romero Jucá, Mão Santa, Gilvam Borges, Neuto de Conto, Garibaldi Alves Filho, Valter Pereira, Wellington Salgado, Adelmir Santana, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Rosalba Ciarlini, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Eduardo Azevedo, Marconi Perillo, Osmar Dias e Jefferson Péres. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Collor, Renato Casagrande, João Vicente Claudino, Valdir Raupp, Pedro Simon, Eliseu Resende, Jayme Campos, tendo falta justificada em virtude de compromissos políticos assumidos no Estado de Mato Grosso, Kátia Abreu, Raimundo Colombo e Sérgio Guerra. Dando início aos trabalhos, o Presidente passa à Reunião Técnica com a presença da Sra. Regina Nunes, Presidente da Standard Poor's no Brasil; da Sra. Milena Zaniboni, Diretora-Gerente da Standard Poor's no Brasil; e da Sra. Lina Shineller, Diretora de Ratings da Standard & Poor's, Nova York, responsável pelo soberano da América Latina, a fim de discorrer sobre os critérios de classificação de risco, o “Risco Brasil”, e as perspectivas do País para atingir o grau de investimento, em conformidade a deliberação da Comissão. Após a exposição das convidadas, usam da palavra os Srs. Senadores Garibaldi Alves Filho, Flexa Ribeiro, Adelmir Santana, Jefferson Péres, Francisco Dornelles, Rosalba Ciarlini, Tasso Jereissati e Edison Lobão. Em seguida, havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Logo após, a Presidência passa à apreciação dos itens constantes da Pauta da Reunião, Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2005, terminativo, que “inse-

cluir a dedução de doações de livros a bibliotecas públicas no cálculo do imposto de renda devido por pessoas físicas”, de autoria do Senador Roberto Saturnino, tendo como Relator o Senador Edison Lobão, que oferece Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 01, de autoria do Senador Marcelo Crivella, nos termos da Subemenda nº 01, apresentando ainda as Emendas nºs 02 e 03. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, com Parecer favorável ao Projeto. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Edison Lobão, e encerrada a discussão, a Presidência adia a votação da Matéria; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2006, não terminativo, que “dispõe sobre o pagamento, pelas sociedades cooperativas, da contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP), e dá outras providências”, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, tendo como Relator o Senador Tasso Jereissati, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2007, terminativo, que “altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir o nascituro no rol de dependentes que possibilitam dedução na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física”, de autoria do Senador Francisco Dornelles, tendo como Relatora a Senadora Kátia Abreu, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 360, de 2003, terminativo, que “dispõe sobre a instituição de fundos agronegócios para captação externa de recursos e dá outras providências”, de autoria do Senador Álvaro Dias, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2006, não terminativo, que “altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para coibir a concorrência parasitária”, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, tendo como Relator o Senador Valter Pereira, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2003, terminativo, que “dispõe sobre requisitos para a concessão, por instituições públicas, de financiamento, crédito e benefícios similares”, de autoria do Senador Ger-

son Camata, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2005, não terminativo, que “altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente, para dar prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em municípios que possuam parte de suas áreas dentro dos parques nacionais”, de autoria do Senador Papaléo Paes, tendo como Relator o Senador Edison Lobão, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com decisão terminativa. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Edison Lobão, e encerrada a discussão, a Comissão aprova o Parecer do Relator com a Emenda nº 01-CAE; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2003, terminativo, que “acrescenta dispositivos à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que ‘altera a legislação do imposto de renda pessoa física e dá outras providências’”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece Parecer pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2005, Complementar, não terminativo, que “itera o art. 67 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, para determinar que o empenho de despesas com publicidade seja condicionado ao pagamento integral dos precatórios de natureza alimentícia”, de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Romeu Tuma, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2005, terminativo, que “altera a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, que autoriza modalidade de concurso de prognósticos da Loteria Federal regida pelo Decreto-lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, para tornar obrigatória a divulgação de informações que especifica”, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CE. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CE. A apreciação da Matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2005, terminativo, que “altera a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, com o objetivo de autorizar os estados e o Distrito Federal a deduzir, das parcelas pagas a título de amortização e encargos da dívida com a União, o montante por eles gasto em

educação superior”, de autoria do Senador Hélio Costa, tendo como Relator o Senador João Ribeiro, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, com Parecer pela rejeição do Projeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós vamos agradecendo a presença de todos, e hoje nós vamos ter uma experiência nova no Senado Federal, que é uma Reunião Técnica com uma Agência de Risco. A STANDARD & POOR’S é a maior Agência de Risco Internacional, é tida como a agência mais conservadora do mercado. E nós temos feito nas reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos, reuniões técnicas sempre com o objetivo de esclarecer os Senadores sobre temas de interesse econômico desta Comissão. Tivemos já audiência com o Secretário de Tesouro Nacional, com o Presidente do BNDES; tivemos audiência com o Presidente do IBGE sobre a mudança de metodologia de cálculo do PIB; teremos agora, proximamente, com a Receita Federal do Brasil. E essas audiências sempre ajudam a esclarecer, a formar opinião, a ter uma análise dos dados, para que a gente possa ir criando uma convergência em termos da análise macroeconômica do País, que ajuda depois na deliberação de matérias relevantes. Eu queria agradecer a Lisa, a Milena e a Regina Nunes que são todas da Diretoria da STANDARD & POOR’S pela presença. Nós tivemos uma reunião há uma semana atrás, um pouco antes dessa melhora da classificação do Brasil pela STANDARD & POOR’S; mas eu queria registrar que nos últimos sete anos a agência que menos errou com o Brasil foi a STANDARD & POOR’S. Menos errou para baixo, na crise de 99 e 2002, e que mais próximo está do reconhecimento do grau de investimento do Brasil nesse momento. Acho que o País mostrou uma evolução muito consistente nas contas externas, na melhora da relação dívida/PIB, no controle da inflação, num crescimento já consistente e sustentável da economia. Acho que o próprio mercado financeiro internacional reconhece isso, o risco país, o volume de crédito. Nós estamos colocando títulos em moeda nacional com taxa de juros de um dígito; estamos colocando internamente títulos do Tesouro Nacional pré-fixado com taxa de juros de um dígito, e isso nunca aconteceu na história documentada do Brasil.

Temos reservas cambiais de mais de \$130 bilhões de dólares. Evidente que temos imensos desafios, a taxa de câmbio é um deles. A nossa taxa de juros ainda é uma taxa elevada, mas é muito importante o reconhecimento dessa evolução positiva do Brasil. Nós estamos hoje com a melhor classificação que o Brasil já teve em toda sua história em relação às agências de risco. Todas. Melhor classificação. Acho ainda muito conservadora, apesar de ter melhorado muito, muito conservadora a classificação. Não tem porque o Brasil não ser reconhecido como grau de investimento, mas nós vamos ouvir hoje todas as explicações, a fundamentação, e eu queria agradecer. Nós vamos ter uma apresentação inicial sobre a questão da classificação de risco e depois uma análise específica sobre o Brasil e uma análise comparativa do Brasil com outras economias. Queria agradecer todo o trabalho que foi feito, e eu não sei quem fala... A Regina é brasileira e a Lisa é uma brasileira que vive muito tempo em Nova Iorque, vocês vão sentir que ela tem lá no fundo um pequeno sotaque americano. Eu estou brincando porque ela está estudando português direto. O Brasil melhorou tanto na classificação que até ela está tendo que aprender português. E está com o português já preparado para a apresentação, que é uma contribuição muito importante para nós. Que você esteja podendo apresentar já na nossa língua, acho que é uma deferência interessante e culturalmente também. Ela está se empenhando muito no aprendizado da língua e vai fazer a apresentação em português. Então, antes de nós iniciarmos a apresentação, quero agradecer a vocês, já antecipadamente, em nome do Senado Federal, e passo a palavra à Regina Nunes, que é Presidente da STANDARD & POOR'S no Brasil.

SRA. REGINA NUNES: Bom, muito obrigada, Senador. Muito bom dia a todos. É um imenso prazer para a STANDARD & POOR'S ser recebida por essa Casa, a convite do Senador Aloizio Mercadante e dessa Comissão. É muito importante para a STANDARD & POOR'S falar sobre o seu trabalho e explicar com transparência mais do que absoluta seus critérios e metodologias. Porque o nosso trabalho é um trabalho de opinião; mas como ele é construído, é uma opinião estudada, é uma opinião educada. E ela é sempre educada através de um critério e de uma metodologia. Portanto, muitas vezes a consistência é o mais importante de tudo, e não se concordar com uma opinião. A gente faz até uma brincadeira, sei que nós estamos numa Casa séria, então é uma brincadeira séria: é como a lei. A lei é justa a partir do momento que é aplicada igualmente a todos, o critério é justo a partir do momento que é aplicado com consistência a todos. Se o critério não é o mais correto, leve-se à

nossa casa de avaliação, que é o nosso comitê mais sênior de critério, mais superior de critério, e peça-se para mudar este critério, esta metodologia, esta visão, e passe novamente a aplicar igualmente a todos os países, empresas, Estados, Municípios, universidades, bancos que avaliamos. Portanto, é muito importante que se entenda que essa opinião, ela é construída em cima de um critério e metodologia, é construída com quem é avaliado, mas o nosso cliente é o investidor. É o investidor que quer ver este resultado desta avaliação para poder fazer a sua decisão de investimento. E uma coisa que é muito importante ser dita aqui, é que um *rating* é uma opinião sobre risco de crédito, mas não é uma opinião de onde se deve ou não investir. O investimento quem decide é o investidor com o seu comitê de crédito, que pode discordar ou concordar com a opinião. Por quê é que a STANDARD & POOR'S é a maior agência do mundo? Tem 140 anos de história, foi fundada em 1860 e está no mundo com o poder que o investidor lhe dá. Por que o que a STANDARD & POOR'S faz com consistência é dar uma opinião para que ele balize a sua opinião de investimento. Nós nunca fomos vinculados a nenhum tipo de Governo, de Estado, de País, de Banco, de empresas, nós somos um grupo de avaliação de risco, opinião de *rating* e opinião financeira voltadas para o investidor. E o investidor a usa porque quer; ninguém o obriga a usar. Portanto o que nos dá o direito de ter a nossa opinião é exatamente o investidor querer vê-la. Obviamente que se você há 140 anos faz um trabalho de opinião independente para o mercado financeiro, o mercado financeiro vê o valor que ela tem. A única coisa que você não pode é errar. E errar para nós é não ter consistência na aplicação dos nossos critérios, e não as pessoas concordarem ou discordarem da nossa opinião. Porque o investidor tem o comitê dele para decidir. Quero dizer novamente que é um imenso prazer. Nosso objetivo é tentar deixar o mais claro possível a nossa opinião e como ela é construída, para essa Casa, e, certamente, ter transparência no que nós fazemos é o mais importante, ou então ninguém nos procuraria. Vou passar a palavra para a Lisa, que vai fazer a apresentação inteira, para depois ouvirmos as perguntas de V.Ex^{as}. e de todos os presentes. Gostaria também de apresentar as pessoas. Eu represento a STANDARD & POOR'S no Brasil, desde 1998 nós estamos como empresa dentro do Brasil. A STANDARD & POOR'S tem hoje 22 países onde ela trabalha, mas tem o *rating* de 116 países. Ou seja, só temos agências locais nos países onde acreditamos que o mercado de capitais terá uma necessidade de uma opinião mais aprofundada. A Lisa é uma pessoa que trabalha no nosso risco soberano, é Diretora da Empresa. Ela está trabalhando com o

Brasil há sete anos, oito anos... Desde 1998. Há nove anos, portanto, ela analisa o Brasil. Ela é o principal analista para o Brasil. O segundo analista normalmente pode mudar, mas ela é o principal analista do Brasil. Ela trabalha nos grupos soberanos que se localizam hoje em Nova Iorque, Londres e Singapura. Nós não temos analistas de risco soberano morando em outros países, apesar dos comitês serem globais. A Milena é a Diretora Líder do nosso grupo de analistas na área industrial e na área de bancos dentro do Brasil. Trabalha comigo desde o ano 2000 e desenvolve os *ratings* específicos de crédito no Brasil. É importante dizer que nenhum dos nossos comitês é feito só no Brasil ou só em Nova Iorque ou só em Londres ou só em qualquer lugar. Mesmo os *ratings* de bancos, empresas e universidades que possamos fazer no Brasil, são *ratings* que no mínimo envolvem analistas da América Latina, analistas de Nova Iorque, inúmeras vezes analistas de países europeus, porque são entidades vinculadas a algum tipo de produtividade ou são afiliadas de empresas européias ou americanas. E muitas vezes pessoas da Ásia, porque certamente existem produtos e paralelos que têm que ser feitos. Portanto, não existe um comitê dentro da STANDARD & POOR'S que é feito com duas, três, quatro, cinco pessoas de dentro do Brasil. Sempre vai ter um comitê que a gente chama de global. Lisa, por favor.

SRA. LISA SCHINELLER: Muito obrigada Regina, muito obrigada Sr. Mercadante, é um prazer. Vou falar em português, mas sem dúvida com erros. Antes de começar, mil desculpas para meus erros. Vou falar o que são os *ratings*; a diferença entre risco país, risco soberano; vou falar sobre os *ratings* soberanos do Brasil, as mudanças na semana passada; e sobre também nossa metodologia. E quando eu falo sobre a nossa metodologia, vou fazer algumas comparações com outros países, outros *ratings* soberanos no *investment grade*, outros *breeds*(F) e outros países na categoria *triple B*. Vou explicar o que é tudo isso. Tem minha apresentação aqui na frente. Como a Regina disse, o que são os *ratings* soberanos? Uma coisa muito específica: Nossa avaliação sobre a capacidade é a disposição de um Governo soberano para honrar completamente, completa e pontualmente, o serviço da sua dívida. Ponto. Pagar dívida, nada mais. Não é uma probabilidade. Olhamos para o médio prazo, não só um ano, mas vários anos, ao longo do ciclo político, ciclo de crescimento, ciclo de preços *commodities*, tudo isso, ciclo de taxa de juros. É importante enfatizar esse ponto. Como disse Regina, os *ratings* não são uma recomendação, uma probabilidade sobre volatilidade de um preço, de um título, e não fazemos conselhos. Temos escalas e temos uma escala global e temos

uma escala nacional. Temos *ratings* em moeda estrangeira e moeda local. E Brasil é um dos países que tem escala nacional. Quando olha um *rating* na escala nacional não pode comparar essa avaliação com uma empresa, um banco dentro de outro País. Temos aqui mais de cem *ratings* para empresas e bancos. Mais ou menos 30 são escala nacional e mais de 60 *ratings* globais. *Ratings* globais são comparáveis com *ratings* em Inglaterra, em Singapura, em África, tudo isso. A escala. Temos uma sopa de letras. O nível de *rating* que significa o menor nível de risco é *triple A*. E temos vários *ratings* até SD e D, que é *default* na realidade. O *cut off*, o corte para grau de investimento é *rating triple B* menos. Maior de *triple B* menos, *investment grade*, grau de investimento menor, que significa um maior nível de risco em geral, grau especulativo. Temos *ratings* soberanos em mais de cem países, temos 24 *ratings* soberanos na América Latina e também no Caribe. E outra vez esse tipo de... Todos esses *ratings* são relativos. Nossa avaliação creditícia relativa com todos os *ratings* globais. Vou falar um minutinho sobre a diferença entre risco país e risco soberano. Muitas vezes esses termos são confundidos. Acho que é importante notar a diferença aqui. Outra vez, risco soberano: pagamento dívida do Governo. Mas, sem dúvida, as políticas do Governo são muito importantes para o clima de investimento, o clima do ambiente do setor privado. Este ambiente, na realidade, é a idéia de risco país. Às vezes o risco país... Desculpa, acho que muitas vezes, o risco país é similar, parecido, a risco soberano. Sem dúvida os políticos do Governo que têm impacto sobre risco soberano tem impacto sobre risco país; existe uma vinculação. Mas para o Brasil achamos que o risco país é parecido, pode ser um pouco melhor do risco soberano. Mas, por exemplo, no caso de Rússia, no caso de Venezuela, apesar da situação do Governo mesmo, muitas reservas internacionais, um menor... Como implicações para dívida líquida externa do setor público privado, um baixo nível de dívida PIB. O clima é mais difícil para o setor privado. Nesses dois países, por exemplo, o risco país é maior do que no risco soberano. O ambiente aqui no Brasil mais parecido e podemos ter...

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Presidente, eu sei que as perguntas serão feitas depois, mas ela está baseando a exposição muito na diferença do risco país para o risco soberano. E me permita, eu não estou conseguindo entender. Eu peço desculpas...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Acho que foi procedente. A idéia dessa reunião é exatamente o esclarecimento técnico, esse é o objetivo. Acho que seria prudente se fizesse

uma explicação um pouco mais detalhada sobre risco país e risco soberano, aprofundar mais, para ficar nítida qual é a distinção entre os dois conceitos.

SRA. REGINA NUNES: Exatamente. E nosso objetivo, Senador Garibaldi, muito obrigada pela interferência se não estava claro, é exatamente isso. Porque muitas vezes nós conversamos e achamos que estamos sendo extremamente claros, mas só nós mesmos que entendemos que somos técnicos nisso. Isso deve acontecer com V.Ex^a. algumas vezes e o nosso objetivo é esse. O que nós falamos que é risco país e risco soberano? Na verdade risco soberano é o risco do Governo Central, e nós chamamos de Central e não de Federal, de honrar as suas dívidas a tempo e a hora de acordo com seus contratos. Por que Central? Porque existe uma série de dívidas dentro do Brasil ou de qualquer País que o Governo Federal pode assumir em lugar ou de Municípios, ou de Estados, ou de empresas que lhe pertencem ou que pertencem aos seus Estados e Municípios.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. REGINA NUNES: É. Toda vez que ele avalia alguma coisa ou está agindo direta ou indiretamente, até mesmo através da Lei de Responsabilidade Fiscal, sob alguma entidade, ou Estado ou Municípios, esta dívida é como se fosse somada à capacidade de pagamento ao Governo Federal, que nós chamamos de Central por isso, com a sua arrecadação, de fazer o pagamento. Vira uma responsabilidade dele. E as outras dívidas que não são responsabilidade dele, claro, são avaliadas por seus Estados e Municípios, e nós sabemos, por experiência não só no Brasil como em outros países, que um Governo Federal não é obrigado a honrar por um Estado ou Município todas as suas dívidas. Vou dar um exemplo: o Estado da Califórnia algumas vezes teve problema de pagamento, o Estado de Nova Iorque, há muitos anos atrás, mas teve problemas de pagamento. E o Governo dos Estados Unidos não pagou por isso. Então o Governo que nós chamamos de soberano, nós chamamos de soberano por quê? Porque nós falamos não é de uma classificação de risco, nós falamos de uma coisa que chama *rating*. O *rating* é um tipo de classificação de risco. E o *rating* soberano é o tipo de classificação que mede o Governo Central com a sua capacidade de pagamento para todas as dívidas que ele se responsabiliza a tempo, a hora e de acordo com os contratos. Muitas vezes uma moratória jurídica não é esperada para que a gente entenda que um País esteja em moratória, ou uma empresa. É simplesmente se alguém levantar e disser: “Eu não quero pagar uma dívida”. Nós julgamos que não quer então não vai pagar. Isso já aconteceu

em alguns países, nunca com o Brasil. Se houve uma moratória, ela foi jurídica. O que é o risco país? O risco país na verdade é: todas as entidades que estão dentro de um País com o risco que vem direta ou indiretamente mais forte, ou menos forte o indireto, para aquele segmento de operação. E aí esse é um pedaço da avaliação de cada empresa, de cada entidade, de cada Banco que está dentro desse País, que não necessariamente pode ser o mesmo que o risco soberano; e não necessariamente pode ser diferente. Dependendo dos países isso é mais colado ou menos. No caso do Brasil, de alguns anos para cá, exatamente por uma melhora que é substancial, como já foi comentada pelo Senador, que o Brasil entrou num ciclo diferenciado e de se privilegiar determinados pontos para a economia privada. E muito se deve a essa Casa, e a Casa da Câmara também, porque vocês aprovaram uma série de regras, V.Ex^{as}. sempre estiveram em função de uma série de regras, que fizeram com que operar dentro do Brasil institucionalmente talvez fosse mais seguro do que em outros países e dependendo do segmento muito mais ainda. Então, os riscos indiretos ficam menos fortes. Riscos diretos e indiretos, tentando exemplificar para o Senhor. Por exemplo: bancos têm uma regulamentação do Banco Central; mas o que faz com que os bancos estejam mais vinculados ao risco soberano não é exatamente a regulamentação no Brasil, e sim que eles investem em papéis do soberano. Portanto, o soberano-Brasil emite papéis dentro do País que os bancos compram. Então sua capacidade de pagar suas dívidas... Eu pego meu dinheiro e compro papel do Governo, é o Governo me devolver o dinheiro para eu pagar. Então eles estão mais vinculados. Empresas que têm uma capacidade produtiva, elas têm um risco dependendo do segmento mais, ou menos diferenciado, do risco soberano. Não sei se ficou claro.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É só para complementar. A divulgação é do risco país. Essa divulgação constante--

SRA. REGINA NUNES: Essa é uma outra. Então são expressões--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): As duas são divulgadas... O risco soberano, por exemplo, do Brasil, essa semana, da STANDARD & POOR'S teve uma evolução. Nós avançamos dois graus em moeda nacional e um grau em moeda estrangeira. O risco país é publicado diariamente por algumas instituições. Por exemplo, o J.P. Morgan tem lá um risco país. Então, ontem foi 140 pontos, que é a diferença que nós pagamos para a taxa básica de juros americana, quanto nós pagamos a mais. É uma estimativa que ele faz, é uma referência. E como foi, acho, bem explicado, o risco soberano é o

risco do Governo, do Estado, e o risco país é o risco que incluem as empresas, bancos, instituições que tomam crédito. É em média quanto que o País pagará a mais, as empresas do País pagarão a mais da taxa básica de juros.

SRA. REGINA NUNES: E veja, foi bom que se citou o J.P. Morgan aqui, o Banco. Aquilo é um índice, não é a mesma coisa que a gente faz, mas é como o Senador acabou de dizer. Ele é um índice que diz qual seria a sua precificação; nós não fazemos isso. Nós não fazemos um índice de precificação. Quando nós falamos em risco país, nós estamos falando do risco de operar dentro do Brasil. Quando se fala daquele risco país que é quanto custaria para o Governo emitir ou para empresas brasileiras emitirem, aquilo é um índice. E índices têm que ser muito bem olhados no seguinte sentido: eles, provavelmente, se você tiver uma venda de um papel brasileiro, a última venda daquele papel do Brasil e a média com outros papéis brasileiros é que vão dar aquele índice que o J.P. Morgan faz. Isso é um índice do passado. Não necessariamente vai se colocar um papel do Brasil ou de uma empresa brasileira, principalmente em momentos de crise, com aquela precificação. Então, agora eu entendi o ponto do Senhor, Senador. Desculpe-me, até eu falei muito de risco país. Existem expressões usadas, como o risco país, que são na verdade ligadas à precificação. Isso não é o que a STANDARD & POOR'S faz. São índices colocados no mercado, como o índice BOVESPA. Ele é a média da circulação da Bovespa, que fica para cima e para baixo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E é muito mais volátil. O risco país do J.P. Morgan é extremamente volátil. É diariamente... O risco país para o J.P. Morgan... É porque é o mesmo tema, mas são conteúdos diferentes. O risco país do J.P. Morgan é uma precificação de quanto ele estima que a colocação de títulos de empresas brasileiras no mercado vai pagar de taxa de juros acima do que a taxa básica de juros americana. Então isso aí é volátil e todo dia modifica em função dos negócios que são feitos, que foram feitos. O risco da STANDARD & POOR'S é uma análise econômica, mais aprofundada, do balanço das empresas, da liquidez das empresas, do cenário macro-econômico, da trajetória do País, do crescimento, da inflação, do balanço de pagamentos, da dívida pública. E aí ela classifica o risco soberano do Estado e o risco país das empresas e dá para o investidor qual é o risco de financiar o País ou uma empresa em relação à classificação que ela está estabelecendo. É como se essa análise macro-econômica, que eles fazem a 140 anos, seria uma referência... Na realidade 140 anos existe, mas a classificação mesmo vem da

crise de 82 para cá. Da crise da dívida externa para cá que essa classificação ganhou alguma relevância. Até então não tinha maiores relevâncias. Então, da crise da dívida de 82 pra cá, essas análises passaram a ser referência para os bancos, porque a dívida passou a ser privada. Os financiadores passaram a ser bancos privados tanto do País, títulos públicos, quanto das empresas. É uma referência que os agentes financeiros se utilizam para emprestar ou não dinheiro, ou em que condições emprestam.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas desculpa a insistência, eu estou mais falando do ponto de vista... Porque eu estou entendendo, mas eu estou querendo que aqueles que estão nos vendo entendam. O risco mais popular, mais divulgado é o risco país, não é verdade?

SRA. REGINA NUNES: Mas não é o que a gente faz. É um índice. É como se V.Ex^a. estivesse falando assim: “Na Bolsa, de todos os papéis que estão na Bolsa de Valores do Brasil, o mais popular é o índice BOVESPA”. Isso é uma precificação do que foi feito naquele dia, em média, dentro dos nomes mais importantes que foram transacionados na BOVESPA.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu posso explicar? Porque é uma questão jornalística. Porque o risco país, aquele que é um índice, todo dia ele muda. Então, todo dia a imprensa divulga. O risco soberano às vezes fica cinco, seis, sete anos sem alteração nenhuma. Mas ele é muito mais relevante para as decisões dos agentes econômicos do que o risco país diário que é um índice que mede... Ninguém vai investir na Bolsa simplesmente porque a Bolsa ontem chegou a 52 mil pontos. Vai investir se acha que a Bolsa vai subir, se acha que o desempenho, a projeção daquela empresa é positiva, se acha que ela vai dar bons dividendos. Então, a análise dos agentes macro-econômicos é muito mais em função do risco soberano e do risco país que as agências de risco divulgam, do que aquele risco país que é um índice diário.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, a denominação é a mesma, os conceitos são totalmente diferentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu acho que nós podíamos fazer inclusive uma recomendação que se altere os conceitos, para esclarecimento da opinião pública. O risco país diário e...

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Presidente, sem nenhuma comparação entre as instituições, mas parece que uma é uma divulgação popular, vamos dizer assim, e a outra mais técnica, mais

aprofundada, mais... Vamos dizer assim, de maior densidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Uma é resultado de uma análise econômica e de critérios que vão ser expostos aqui, e a outra é a projeção de um índice que estima quanto está sendo a taxa de juros que é paga por um País acima da taxa básica de juros americana. Eu proponho a gente seguir para poder ter mais informações... O pessoal... Está ficando mais interessante. Quando começar a classificação do Brasil é que a coisa vai pegar aqui. A Lisa falou: “Você vai me levar para a cova dos leões”, mas como melhorou o *rating* o pessoal está todo mais manso hoje.

SRA. LISA SCHINELLER: Para concluir parte dessa discussão por um momento sobre risco país e risco soberano, outra vez, por quê o risco, desculpa, o *rating* soberano não muda dia-a-dia? Porque olhamos dentro de alguns anos, olhamos os fundamentos da economia, da política, do Governo. E quando eu falo sobre o Governo, eu não estou só falando sobre o Governo Executivo, mas também Legislativo, os Estados, os Municípios, todos os Partidos, uma definição ampla. Dia-a-dia, em prioridade, essa base não deve mudar. Na página 10 de sua apresentação tem a diferença entre risco país e risco soberano, e posso indicar a página, acho que seria melhor também. Por causa de nossa avaliação de risco país parecida e não pior, por exemplo, em comparação com os países Rússia e Venezuela, por causa do clima em geral, temos um clima econômico político, temos oito empresas com *ratings*. São *ratings* de suas capacidades. A próxima página, 11, temos oito empresas com *ratings* acima do soberano. Implica que se o Governo do Brasil está caminhando por uma situação estressada, mas para uma área de *default*, um cenário, temos a expectativa de que essas empresas, durante esse tipo de cenário, essas empresas podem pagar sua dívida. Nesta implicação aqui. Outra vez, os *ratings* aqui... E também temos dois bancos. Dois bancos com *ratings* acima do soberano. Também outra vez, quando o Governo está num cenário estressado, temos a opinião de que estas entidades aqui já podem pagar sua dívida. E só isso, pagar dívida. Vou falar mais agora sobre *rating* soberano, que é meu trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Só fazer um pequeno comentário aqui que a Regina estava fazendo e que é relevante. O Brasil tem várias empresas, estão aqui citadas, cujo risco é melhor do que o risco soberano do País. Mas há muitos países que isso não acontece. Mesmo países que o risco soberano é melhor que o Brasil. Exemplo, Rússia. O ambiente regulatório, as regras democráti-

cas, a consistência das instituições, não fazem com que nesses países, por exemplo, as empresas possam ter um *rating* melhor do que é o *rating* soberano do Governo Central. No caso brasileiro, sim. Ela disse isso, é que a imprensa não prestou atenção então eu estou reafirmando. Em parte, um papel relevante é o Legislativo ao estabelecer regras, Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de Falências. Quer dizer, o trabalho que nós fazemos do ponto de vista... Agência de regulação, do marco regulatório, do ambiente macroeconômico do País, permite que as empresas tenham uma avaliação melhor ainda do que, por exemplo, as finanças do Estado em relação à sua dívida.

SRA. REGINA NUNES: E no caso brasileiro, é muito importante ressaltar que isso já acontece há mais de um ano e meio. Ou seja, o Brasil tinha um risco de probabilidade de *rating* em moratória muito maior do que o de hoje, e nós já tínhamos empresas em grau de investimento. Graças a uma democracia, a instituições mais fortes, a agências reguladoras, a leis como a Lei de Falência, e que certamente a continuidade de marcos regulatórios que criem regras claras e independência para os investimentos privados trariam para o Brasil ainda uma melhora rápida no seu setor privado e conseqüentemente do seu soberano.

SRA. LISA SCHINELLER: Para continuar com o *rating* soberano, só o Governo, sua capacidade, disposição para pagar sua dívida. Na página 12 temos o histórico de *rating* soberano do Brasil. E como o Senador Mercadante disse, agora temos melhor nível de *rating* para o soberano Brasil, para o Governo, hoje. Última mudança foi na semana passada. Na próxima página explica essa mudança na semana passada. Fizemos na realidade três mudanças. Um tipo de duas mudanças e uma manutenção. Semana passada elevamos o *rating* em moeda estrangeira um degrau. De *double B* a *double B* mais. O que é moeda estrangeira? Significa o Governo pode pagar sua dívida em moeda estrangeira, os bônus globais.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. LISA SCHINELLER: BB a *double B* mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É que o risco é C, B e A.

SRA. LISA SCHINELLER: Para voltar, página 06. Desculpa, em inglês, mas página 06. Temos nossa escala lá. O menor nível de risco é *triple A*.

SRA. REGINA NUNES: A tradução aqui é a seguinte: o que tem menos risco de crédito é o 3A, triplo A. O que tem moratória é o que está no SD ou D. E o grau de investimento, que é a tradução do que está aqui, é o triplo B menos.

SRA. LISA SCHINELLER: Tá. Melhor triplo A. Exatamente.

SRA. REGINA NUNES: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. LISA SCHINELLER: Exatamente. Semana passada elevamos a nota em moeda estrangeira. A mim, por exemplo, o Governo tem títulos em dólares, iene, euro, moeda estrangeira. Também tem dívida, sem dúvida, em reais. E temos um *rating* para moeda local. Para o Brasil, o real. E temos um *rating* melhor, mais em cima, para o *rating* em moeda local para o Brasil, em real. Por quê? Porque o Governo tem mais flexibilidade com sua própria moeda. E na semana passada, acho que é importante enfatizar, elevamos a moeda local, elevamos o *rating* em reais dois degraus, para *triple B*, que é grau de investimento. E não só somente *triple B* menos, mas *triple B*. O Governo do Brasil tem *rating* ainda especulativo para moeda estrangeira, mas tem *rating*, grau de investimento, em sua própria moeda. Esse *doublé nât(F)*, dois degraus, é muito importante. Por quê? Porque recentemente olhamos o desenvolvimento do mercado local. Muito importante: os mercados locais, mercados capitais locais, estão desenvolvendo de uma maneira muito profunda, em comparação ao conceito passado. Tem crédito que cresceu 20% por ano, durante os três anos atrás. O Governo hoje, o Tesouro pôde emitir um bônus em reais, pré-fixado em 10 anos. Muito importante, emitiu esse título em janeiro. Na verdade, não existe muita liquidez no mercado secundário para esse título, mas existe um passo, um desenvolvimento muito importante para nós. Outra coisa, essa onda de IPO's. Muito profundo.

SRA. REGINA NUNES: É a iniciativa... São as aberturas de capitais... IPO é a abertura de capital das empresas na Bolsa no mercado primário, não o secundário. Porque é a primeira vez que você coloca, põe o dinheiro dentro. Desculpa a gente usar a expressão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nos últimos 12 meses foram mais ou menos 32 bilhões de dólares de financiamento de empresas pela colocação de títulos no mercado primário. O que é quase um custo zero. O financiamento é o mais barato. Como a Bolsa está bastante valorizada, as empresas conseguiram emitir ações e terem investidores estrangeiros e nacionais da ordem de 32 bilhões de dólares nos últimos 12 meses.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É porque o mercado secundário é um mercado especulativo. As pessoas ganham ou perdem dependendo da aplicação. Nos últimos quatro anos o Ibovespa valorizou 400%. Então, em média,

as pessoas ganharam 400% por aplicar em ações da Bolsa. Mas a emissão primária é o financiamento que chega na produção. É realmente o sentido econômico da Bolsa, é a emissão primária. Quando ela lança ações e consegue se financiar.

SRA. LISA SCHINELLER: E por quê acontece essa onda, essa melhora? Uma combinação de coisas. Sem dúvida o ambiente global com liquidez global favorece. Mas, acho que é importante a estabilidade macro no Brasil. Também a melhora na governança corporativa, as regras para novo mercado. Isso é muito importante para emitir esse tipo de IPO. Um mercado local mais profundo para nós implica mais flexibilidade em geral para o Governo em sua própria moeda. Esse *double* degrau, mudança, é importante para nós. Outra coisa, acho que é muito importante enfatizar, mantemos a perspectiva positiva. O quê significa isso? O quê é uma perspectiva? Acho que é mais fácil falar sobre os temas quando estou falando especificamente sobre o Brasil. Perspectiva para qualquer *rating* implica: pode ser estável, pode ser positiva, pode ser negativa. Se os riscos para a melhora na qualidade crediciária do Governo vai melhorar tem, em geral, temos uma perspectiva positiva. Se a tendência é para uma piora, temos uma perspectiva negativa. Se os riscos para uma melhora e uma piora são os mesmos, a perspectiva está estável. Implica... Não temos muitas informações para uma melhora, no futuro nenhuma piora. Nossa avaliação... Os indicadores do Brasil, indicadores fiscais, indicadores externos, indicadores econômicos, provavelmente vai continuar melhorando. Por isso existe mais uma probabilidade de mais de 50%, que vamos olhar um *upgrade* no ano que vem. E vamos precisar no ano que vem. Uma perspectiva fala entre seis meses até mais ou menos dois anos. Essa é a idéia de uma perspectiva. Eu olhei para o nosso histórico, histórico para todos os *ratings* soberanos, só existe um outro País que quando elevamos, quando nós elevamos, moeda estrangeira, *double B* com perspectiva positiva que tivemos para o Brasil na semana passada, antes da nossa mudança até *double B* mais, já com perspectiva positiva. Existe só um outro País com essa manutenção de uma perspectiva positiva com um *upgrade*. É claro, foi uma coisa importante para nós. Outro País foi o México. México... Antes de chegar, exatamente. Eu não lembro o ano. Pode ser 2000.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Só fazer um comentário aqui que é importante. Se a gente analisar na página 12, que é a evolução da classificação do Brasil, tanto negativa quanto positiva, a perspectiva se realizou 100%. Quando estava negativa continuou caindo e quando virou positiva continuou subindo, sempre no intervalo de seis a

dois anos se concretizou a perspectiva. Então o Brasil teve uma melhora de dois graus em moeda nacional, um grau em moeda estrangeira e a perspectiva continua positiva. Ou seja, de seis meses a dois anos a tendência de nós atingirmos com plenitude o grau de investimento. Porque falta apenas um grau para a moeda estrangeira. O México foi o único outro País que viveu uma situação semelhante. Teve uma evolução do grau de classificação e foi mantida a perspectiva positiva e depois se realizou. É difícil acontecer uma evolução. Quer dizer, em geral quando você tem uma evolução de dois graus na classificação, a tendência é ficar estável. Quer dizer, no caso do Brasil teve evolução de dois graus e a tendência continua positiva, a perspectiva que deve evoluir.

SRA. LISA SCHINELLER: Exatamente. Gostaria também notar que uma perspectiva positiva não implica que vamos elevar a nota com 100%. A probabilidade é mais de 50%. Se olharmos no passado, no histórico do grupo soberano, mais ou menos... Isso é uma probabilidade, mais ou menos 70% das perspectivas positivas tiveram um *upgrade* depois. Mas simplesmente perspectiva positiva implica uma probabilidade mais de 50% de *upgrade*. No médio prazo, para nós, de seis meses a dois anos. Próxima página, 14. Explica o porquê das mudanças na semana passada e porque manteremos a perspectiva positiva. Outra vez, queira da dívida do Governo, queira da dívida líquida externa do setor público, mas também setor privado com menos reservas internacionais, por exemplo. Em comparação, como base de exportações. Essa cifra dívida externa líquida em comparação como base de exportações é um indicador muito importante. E a melhora nesse indicador e todos os indicadores externos para o Brasil tem sido impressionante. 2001, 2002, esta cifra era acima de 200% de exportações; agora menos de 30.

SRA. REGINA NUNES: Ou seja, a dívida em relação às exportações, porque a exportação é como se fosse um colchão natural que você monta de outras moedas, moedas fortes. Ela era 200%. Ou seja, você devia 200% do que exportava. Hoje está em 30% tendendo a cair. Dívida externa do setor público e privado. Nós não fazemos sozinhos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. LISA SCHINELLER: Exatamente. Mais ou menos mesmo tamanho. Exatamente. É dívida líquida. Menos em geral ativos líquidos que é a grande maioria, dívidas ativas, líquidas externas. A grande maioria são reservas internacionais. Agora o setor público é um credor. Mas olhamos setor público e setor privado na área externa. Por quê? Porque se tivemos um choque

na balança de pagamentos, importante também para taxa de câmbio, tudo isso, impacta todos.

SRA. REGINA NUNES: E a disponibilidade de linhas de crédito, como em 2002, se viu acontecer. Houve uma diminuição de linhas de crédito, inclusive para exportação. E isso atinge a quem? Ao mercado privado. Então nós temos que nos somar às duas necessidades para saber qual é realmente a relação do Governo Central nesse caso que vai ter necessidade de captação ou não para que a economia continue fluindo e qualitativamente.

SRA. LISA SCHINELLER: Também, como eu disse, melhora na dívida do Governo, dívida PIB, dívida líquida, PIB, a peça, a carga da dívida no sentido de pagamento de juros em comparação com o resto do orçamento, a transformação no mercado local, também. Coisas que são muito importantes para nós, para o passado, para o histórico do índice no Brasil, mas também para o futuro. Porque um *rating* olha na frente. O compromisso do Governo, e a definição ampla do Governo com uma política pragmática que vai manter um ambiente que facilita o pagamento da dívida, uma melhora no crescimento, tudo isso na economia. Temos expectativa de que essa política pragmática vai continuar e vai facilitar mais uma melhora nos indicadores. Se você vai... Na próxima página 15... Vou deixar grau de investimento para perguntas. Acho que pode ser melhor. Para explicar mais o *rating* específico. Página 16. Qualquer *rating* tem pontos fracos e pontos fortes. O *rating* do Brasil, os pontos fortes, risco político, estabilidade política. Brasil compara muito bem com seus pares. E em categoria *triple B* olhamos para frente, para grau de investimento. Na área de... Desculpa, vou precisar um minutinho. Um ambiente consistente de política macro é muito importante. As regras de lei de responsabilidade fiscal; compromisso com o nível baixo de inflação, como independência operacional do Banco Central, muito importante. Esse dá previsibilidade à política. Os pontos em geral mais fracos, em comparação com países com *rating* maior, são melhores. A dívida, a situação fiscal. Melhor agora em comparação com o seu passado, mas ainda é um ponto mais fraco. Também um ponto mais fraco o ritmo de crescimento. E vou falar sobre esse também. Agora, melhor no passado? Sem dúvida. Mas já está mais baixo que outros países com melhor nível de *ratings*. Próximas duas páginas: 17, 18. Nossa metodologia. Acho que é muito importante enfatizar que nossa avaliação é uma combinação de arte e ciência. Temos uma área qualitativa e também quantitativa. Não existe uma fórmula. Olhamos credibilidade política, a profundidade das instituições, transparência, tudo isso. E nessa parte é qualitativa, parte de arte.

Mas também temos que olhar as coisas quantitativas. Dívida PIB, serviços da dívida PIB, serviço da dívida externa; porque tem impacto. Estamos trabalhando com pagamento de dívida. Mas também outra parte qualitativa e nossas projeções para o futuro. Porque olhamos para frente. Próxima página, 18. Quando falamos, quando discutimos sobre que tipo de *rating* podemos dar para o Brasil. Falamos sistematicamente risco político, a estrutura econômica, perspectiva para crescimento, política fiscal, estabilidade monetária e, quinto, a situação externa. Falamos de cada categoria e fazemos uma avaliação de cada e depois, outra vez, não existe uma fórmula específica, mas combinamos cada um para chegar ao *rating* do Brasil. Alguma parte pode ter mais uma influência no *rating* do que outras. Por exemplo, risco político, página 20. Com a transição entre o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso a Governo do Presidente Lula, essa transição era e continua a ser muito importante para nós. Por quê? Porque olhamos dentro de alguns anos a previsibilidade da política ao longo dos governos, ao longo da mudança nos governos estaduais, governos municípios, da Câmara e do Senado. Muito importante. Com essa marca muito importante no Brasil, um grande diferencial como outros países que ainda não têm grau de investimento também. Porque existe uma política pragmática com história através dos partidos, nível federal, local, estadual, tudo isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Deixa-me sintetizar. Quer dizer, aqui há alternância de poder com previsibilidade das regras democráticas institucionais.

SRA. LISA SCHINELLER: Tá. A profundidade das regras fiscais durante os últimos sete, oito anos, muito importante. A histórica operacional da independência do Banco Central, muito importante. A maioria, provavelmente quase todos países com grau de investimento em moeda estrangeira, provavelmente tem também um Banco Central independente, formal. Mas não só no papel. Temos Banco Central independente em alguns países, formal em nome, na Legislação, mas não prática. Muito importante em prática. E também a estabilidade monetária aqui no Brasil também. Outra área muito parecida, os países com grau de investimento: baixo nível de inflação, muito importante, como compromisso de política do Banco Central. As outras áreas para terminar, mais ou menos... Os gráficos, mostramos pontos fracos e pontos fortes do Brasil. Na área de crescimento, página, por exemplo, 23. Pode olhar que o ritmo de crescimento no Brasil, no passado, e provavelmente no futuro também, ainda está a nível mais baixo em comparação com outros países com melhores níveis de *ratings*; com exceção

de México. México não cresce muito forte em níveis de China, níveis de Rússia.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É, mas a trajetória do Brasil é crescente, dos outros países é decrescente.

SRA. LISA SCHINELLER: É muito importante enfatizar. Incluímos essa perspectiva na nossa avaliação. E crescimento é muito importante, sem dúvida, para a dinâmica fiscal, para a dívida PIB, tudo isso. Mas se olha a página anterior, 22, olhamos também, por exemplo, no nível de desigualdade, nível de pobreza de qualquer País. Por quê? Porque tem impacto sobre a profundidade de mercado local, mercado de consumo--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas aí também é a melhor dos últimos 30 anos.

SRA. LISA SCHINELLER: Exatamente. E também tem impacto sobre o ambiente para manter a política agora com uma melhora no nível de pobreza, desigualdade, mais crescimento nas classes C, D e E. É maior.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A massa salarial está crescendo 8,8% nos últimos 12 meses. É ritmo chinês.

SRA. REGINA NUNES: Crescimento de poder aquisitivo para consumo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E o *rating* da Casa Bahia está funcionando. E é soberano.

SRA. LISA SCHINELLER: Como eu disse, o Brasil tem empresas com *rating*, grau de investimento, CDRD(F), Vale do Rio Doce, ARACRUZ, tudo isso. Mas também tem um setor informal muito grande, e tem impacto sobre o ritmo de crescimento da economia. Olhamos para os índices de indicadores, olhamos para frente que a perspectiva de crescimento, como na página 23, está melhorando. Mas, em geral, um ponto mais fraco em comparação com outros países. E por quê? Falamos sobre isso um pouquinho, mas se olharmos a página 25, o nível de investimento, PIB, é menor em comparação com outros países. China é uma exceção com 40%. Mas também na próxima página, 26, as exportações em comparação com o PIB, ainda a economia brasileira está mais ou menos fechada. O Brasil pode ter 40% de exportações, é um País muito grande. Mas, mais uma abertura atrai mais tecnologia estrangeira e proteção competitiva, tudo isso.

SRA. REGINA NUNES: Na verdade, é importante exportar mais e, claro, exportar mais do que se importa faz com que você tenha um fluxo positivo de entrada de capital em recursos de outras moedas ou moedas fortes, como a gente chama. Mas no caso do

Brasil, o Brasil não tem muita importação também. O que acontece quando você não tem importação? Primeiro, a importação é uma moeda de troca para se discutir a exportação. Ou seja, se eu compro de você, quando eu for vender eu tenho uma moeda para brigar com você. Segundo, você pode importar tecnologias que você não tem. Terceiro, você traz competitividade para a economia local. A importação é importante, mas claro que a gente prefere ver mais exportação crescendo a importação; mas tem que crescer os dois. Os países que têm grande desenvolvimento de fato e de direito, que tem uma boa diminuição em todos os níveis, melhora de pobreza, uma série de pontos, eles têm mais importação e exportação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas também quero fazer um comentário. Nos últimos 4 anos, 5 anos, 10 anos, a evolução do comércio exterior, do volume do comércio do Brasil, é espetacular. Nós tivemos... Exatamente, nós partimos de uma relação... O volume de comércio em relação ao nosso PIB era muito baixo. Hoje não precisa nem ir longe, nos últimos quatro anos dobrou o volume de exportações e continua crescendo. E as importações estão crescendo em um ritmo muito forte. Faltou um quadrinho aqui mostrando a trajetória da reserva cambial para o PIB. Tivemos 16 bilhões de dólares emprestado do FMI e agora temos 130 bilhões de reservas próprias, o que mostra muita consistência. E outro problema que está embutido é o seguinte, é verdade que isso está acontecendo, mas a nossa taxa de câmbio, nós estamos comprando dólar em lojinha de 1,99. É uma coisa também que ninguém imaginava. Evidentemente desequilibra o comércio exterior, estimula as importações e prejudica as exportações do País.

SRA. LISA SCHINELLER: Em página 34, 35 e 36 pode olhar essa melhora nas contas externas. Profunda. Aquela da dívida externa que reflete sem dúvida o ambiente global que favorece crescimento de exportações e tudo isso. Mas, também, uma política pró-ativa do Governo e de setor privado para reduzir sua dívida externa. O País, setor público privado, aproveitou da situação global para reduzir essa vulnerabilidade que era muito grande e agora é como grau de investimento mais ou menos. São muito parecidos, os pares, no grau de investimento. Nessa área, agora, na realidade não é ponto fraco para o Brasil. No passado, as contas externas eram um ponto fraco. Última área que gostaria de notar: área fiscal, página 28. Olhamos as balanças fiscais e dívida PIB e também pensamos em contingências como esqueletos para todos os países. Passivos contingentes, desculpa. A situação fiscal no Brasil melhorou muito. Se olharmos mais uma vez página 28. Uma melhora no resultado nominal do

Governo Geral. Olhamos Governo Geral. Ainda está mais fraco em comparação com outros países com grau de investimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, não. A situação da Índia, por exemplo... A relação da dívida PIB é quase 80% do PIB, a nossa caiu para 44,9%, é a metade da relação dívida PIB e também a relação resultado nominal. Agora, eles têm bomba atômica e nós não; e nem queremos ter.

SRA. LISA SCHINELLER: Situação de Índia, como eu disse, qualquer País tem pontos fracos e pontos fortes. Sem dúvida, o ponto fraco para a Índia é a situação fiscal. Posso falar sobre isso mais durante perguntas se V.Ex^{as}. quiserem. Mas em geral países com grau de investimento nesta categoria tem situação fiscal melhor. A situação de resultado primário, próxima página. Para Brasil muito melhor do que em comparação de outros países. Mas, por causa da dívida PIB, na próxima página, o Brasil tem que ter um superávit primário maior. Página 30: dívida líquida do Governo Geral está caindo. Hoje 20 pontos básicos menor do que em 2001 e 2002. Uma melhora muito importante, mas temos uma visão que vai continuar levando devagar, pouco a pouco, e o tamanho da dívida ainda é mais alta em comparação com países como--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas deixa-me fazer mais um comentário. Além de cair em termos absolutos, teve uma melhora no perfil. Nós deixamos de ter dívida indexada ao câmbio e pós-fixada e hoje o componente predominante é dívida pré-fixada. Mudou a qualidade da dívida. E o fato do Brasil estar colocando títulos da dívida pública em real com taxa de juros pré-fixada em um dígito também é uma coisa inédita. Então melhorou a qualidade da dívida.

SRA. LISA SCHINELLER: Sem dúvida. E por isso se olha a página 32, como eu disse antes, é uma combinação de qualitativa e quantitativa. E a melhora na composição da dívida foi, era e vai ser uma coisa muito importante para a valorização do Brasil. A eliminação de títulos vinculados ao dólar é fantástica também. Com mais de 30% da dívida interna pré-fixada; mais de 20% vinculado ao preço. É uma queda da dívida vinculada ao SELIC. Essa tem implicações para a vulnerabilidade da dívida em frente de choques.

SRA. REGINA NUNES: É muito interessante quando se fala em vulnerabilidade. O investidor é que usa essa expressão grau de investimento. Foram eles que criaram, não foi a gente como agência de *rating*. Para nós é vulnerável e não vulnerável. O quê quer dizer ser vulnerável? Não é que você não vai pagar suas contas, é que você tem uma grande volatilidade.

Então a sua previsibilidade de futuro é mais difícil de ser feita. O domínio sobre os mecanismos que podem impedir que a volatilidade seja alta, ou maior ou menor, são menores nos países mais vulneráveis e maiores nos menos vulneráveis. Então, ser não vulnerável o grau de investimento é ser menos volátil. E é isso que traz previsibilidade e, portanto, dá um certo conforto ao investidor quanto ao futuro do capital que ele investe. Então, veja, a volatilidade, ela é um sinônimo de vulnerabilidade.

SRA. LISA SCHINELLER: Obrigada, Regina. Olhamos também na compensação da dívida, mas também na composição das balanças fiscais. Eu falei sobre nível de resultado nominal, mas também em nível de superávit primário. Mas também consideramos que tipo de flexibilidade o País tem dentro do orçamento? Em frente de um choque pode ajustar? Não. É fácil ajustar ou não? Por isso a qualidade e a compensação de gastos e despesas são importantes para nós. O Brasil tem um orçamento sem muita flexibilidade. Mas também outros países já têm uma melhora na flexibilidade do orçamento, nível de despesas, qualidade nas despesas. Pode ser importante para uma melhora no ritmo de crescimento, por exemplo, também melhora na flexibilidade do orçamento. Para concluir: página 37. Olhamos uma melhora profunda nos indicadores externos. Olhamos uma melhora nos indicadores fiscais também, mas de um ritmo menor. Também, a situação de crescimento está melhorando, mas ainda é mais fraco em comparação com outros países com melhor *rating*. Acho que é importante enfatizar quando um País, estamos falando no Brasil, agora grau de investimento, quando chega grau de investimento, o ritmo de crescimento não muda de um dia até outro dia. Depende da política, da consistência e da política, compromisso do Governo em manter e facilitar, com a sua política, o ritmo de crescimento. Quando tem grau de investimento, sem dúvida, taxa de juros para títulos é menor para o Governo. Por causa da... Base de investidores mais ampla. Mas não muda o ritmo de crescimento um dia para outro dia. E também para continuar uma melhora no ritmo de crescimento, manter uma política prudente no futuro, manter um compromisso como melhorar a situação fiscal seria importante para nós. Também gostaria de enfatizar *triple B* menos, grau de investimento, não é o último *rating*. *Triple A* é o último *rating*. Então existe muito espaço aqui na frente para contínua melhora no *rating* do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria agradecer a Lisa, a Regina, a Milena pela exposição. Acho que a documentação que está anexa fortalece e permite a gente ter uma análise bem detalhada. Nós temos quatro Senadores inscritos,

vou pedir que a gente tenha uma certa objetividade, porque nós temos em seguida a Sessão Ordinária com vários Projetos de Lei para serem votados. Mas queria dizer que foi muito oportuna a exposição, esclarecedora, e agora nós vamos à discussão mais abrangente por parte dos Senadores. Primeiro Senador, Flexa Ribeiro, com a palavra. Senador do PSDB do Pará.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Aloizio Mercadante, Dr^a. Regina, Dr^a. Lisa, Dr^a. Milena, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores. Eu quero primeiro parabenizar o Presidente por nos ter dado esta oportunidade de esclarecimento com relação a uma matéria tão complexa. Quem não domina a economia e os fundamentos da economia precisa ficar muito atento para que a gente possa tirar os ensinamentos que nos foram dados hoje. Apesar da Dr^a. Lisa no início da sua exposição ter pedido desculpas pelo seu português, eu quero parabenizá-la. Nós temos um Ministro do CIALOPRA(F) que fala com tanta dificuldade quanto a Senhora. Tem essa mesma dificuldade de falar o português. Mas o Senador Mercadante, ao longo da explicação, ele sempre fez interferências oportunas, brilhantes, como é do seu perfil, como intervalos comerciais da Casa Bahia. Todo momento ele estava dizendo... Mas nunca no Brasil se fez tanto... Só que nós não podemos esquecer as origens. A coisa do Governo. Eu diria, Senador Mercadante, se V.Ex^a. não tivesse nascido, não seria esse Economista e Parlamentar brilhante que V.Ex^a. é. Foi preciso ter nascido para poder se tornar o Senador, Parlamentar e Economista. E mais do que isso, ter tido a formação que os seus pais lhe deram. Então, tudo que nós estamos colhendo hoje, evidente que foi plantado há muito tempo atrás. E nós não podemos esquecer isso, nós temos que reconhecer. Dr^a. Lisa fez três pontuações, que eu diria, da maior importância. E o Brasil precisa saber disso. Nós estamos colhendo, Senador Jefferson Perez, o que foi definido através de estabilidade monetária, Lei de Responsabilidade Fiscal e marcos regulatórios. Tudo isso que está acontecendo no Brasil, evidente que não só por isso, mas em função disso é que nós estamos podendo hoje ter esta alegria, eu diria. Eu fico como brasileiro eufórico, até, em ver que o Brasil está às portas de ser considerado de grau de investimento. Eu fico feliz, porque todos nós queremos o melhor para o País e estamos trabalhando por isso.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): O mérito do atual Governo foi ter dado continuidade.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Diferentemente do que se propagava durante a campanha do primeiro Governo. Eu não sei se as Senhoras... Eu vi aqui o histórico da posição do Brasil, da análise do Brasil, mas só de 2001 para frente. Não tem o para

trás. Quer dizer, o para trás é que iria nos mostrar o quanto ruim nós estávamos.

SRA. REGINA NUNES: Nós temos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Imagino que sim. Mas é importante que o Brasil soubesse o que existia antes desses pontos fundamentais. Estabilidade monetária, Lei de Responsabilidade Fiscal, marcos regulatórios, que, lamentavelmente, Senador Mercadante, o seu Partido foi contra os três; hoje é a favor, graças a Deus. Graças a Deus houve uma evolução, houve uma demonstração de que há necessidade de se ter o Brasil no contexto internacional e não como uma ilha isolada do que acontece no resto do mundo. Mas eu perguntaria às Senhoras em que ponto... Acho que nós vamos alcançar não só o grau de investimento, mas vamos alcançar o *triple A*, como disse a Dr^a. Lisa, que só os Estados Unidos hoje estão nessa categoria. Eu comecei a indagação à Dr^a. Lisa antes da audiência perguntando por que, Senador Jefferson Peres, o Brasil está no mesmo nível de risco que a Colômbia? Ela me deu, eu quero agradecer, uma pasta com alguns dados, vou fazer a leitura, para poder entender.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ela não fez referência a essa questão. Eu gostaria também, Dr^a. Lisa, que a gente pudesse ter, primeiro, até que ponto a carga tributária brasileira elevada... V.S^a. já disse que o crescimento do PIB brasileiro pequeno é o penúltimo da América Latina, só perde para o Haiti, e pediu que o Brasil já pudesse ter chegado ao grau de investimento. Talvez nós pudéssemos estar festejando hoje não estarmos às portas, estarmos já com o País em grau de investimento. Apesar de que, pelo o que eu entendi, na moeda nacional nós já estamos em grau de investimento, moeda estrangeira é que não. Então, a que nível essa carga tributária brasileira tão elevada, ela contribui para que o Brasil não avance mais aceleradamente para atingir esse grau de investimento? V.S^a. disse que a perspectiva é positiva. Todos nós achamos também, mas aí eu pergunto a V.S^a. se isso também, toda essa melhora da classificação brasileira... Nós estamos vivendo hoje diferentemente do que vivemos nas décadas passadas, um ambiente internacional, global, favorável. Quer dizer, os países estão comprando, as economias estão crescendo, o Brasil, no meu entendimento, a juízo meu, está perdendo uma oportunidade muito importante de crescer em velocidades maiores do que essa que estamos crescendo. Porque não sei se vocês têm esses dados, até quando o cenário internacional vai se mostrar favorável? E se isso mudar, quais, no entendimento da

STANDARD, qual o posicionamento que o País terá? E para concluir, Senador Mercadante, eu quero dizer que eu quero parabenizar, parabenizar o nosso País, porque nós estamos realmente no caminho certo. É a continuidade. Se não começou de agora, vem desde a abertura da economia no início dos anos 90, depois continuado pelo Governo Itamar, Fernando Henrique e pelo Governo Lula. Nós temos que reconhecer isso. E com certeza absoluta os próximos que virão darão continuidade e nós chegaremos ao grau de investimento que todos almejamos. Parabéns à audiência de hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Segundo inscrito Senador Garibaldi. Vamos fazer todas as intervenções para permitir agilizar a audiência.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, primeiro eu quero fazer uma observação aqui, e é uma observação do meu agrado. É que as agências de *rating*, parece que dão preferência às mulheres. E só uma curiosidade antes das duas perguntas, que eu considero mais importantes que eu vou fazer. Para a pessoa trabalhar numa agência de *rating*, pode ser até que eu precise ainda, mas vou levar desvantagem, qual é o curso? Há um curso específico? Quais são as formações acadêmicas, profissionais, para se chegar a ser uma analista? É a primeira. A segunda é a seguinte: o Brasil está no caminho certo, isso já foi salientado aqui até pelo nosso Tucano. O Brasil... Mas isso vem, como ele disse, de mais longe. Mas eu gostaria de perguntar. Qual é a... Qual seria o fato negativo mais... Eu vou fazer o papel de Advogado do diabo aqui. Qual seria o fato mais negativo que poderia desestabilizar esse esforço do Governo Brasileiro? É a segunda pergunta. E a terceira, é porque aqui fala em dívida doméstica, perfil da dívida doméstica. Aí eu queria saber qual é o peso que se atribui a esse perfil da dívida doméstica? Não é da dívida externa. Assim, um comentário a respeito disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Muito obrigado pela objetividade. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, eu me somo aos demais Senadores que reconhecem da importância dessa Audiência Pública ao parabenizar o Senhor, bem como todas as palestrantes aqui presentes. Pra mim ficou muito claro de que hoje nós nos encontramos na situação de análise, fruto de um trabalho que vem sendo desenvolvido com a contribuição, quer seja de governos anteriores, quer seja do Parlamento e da própria iniciativa privada do Brasil também, que tem o seu destaque reconhecido não só pelo reconhecimento das empresas a nível internacional, como até a direção que passa a ter na abertura de

capital, que foi um índice importante considerado na análise da agência. Agora, pra mim, nós temos aqui o nosso Presidente Lula, ele sempre usa a imagem do futebol como referência quando assim ele deseja fazer. E eu acho que ficou muito claro no final da exposição da Dr^a. Lisa de que a nossa economia se encontra na figura de um pênalti marcado; que muito time já comemora como gol, muita torcida comemora como gol. Podemos até comemorar o pênalti, mas com a consciência de que o gol ainda não foi feito para atingirmos a meta que todos desejamos. Portanto nesse pênalti tem o goleiro adversário e tem a qualidade do atleta que vai bater o pênalti. Daí a responsabilidade de todos de reconhecer as jogadas que fizeram com que o Brasil se encontrasse agora com a contribuição de todos, mas a preocupação permanente que devemos ter de que temos que continuar fazendo o nosso dever de casa. Vamos comemorar, mas com os pés no chão, com a responsabilidade que ainda temos muito por fazer. O Parlamento, o Executivo e a iniciativa privada. Agora, eu gostaria também de perguntar o seguinte: a política cambial hoje adotada do Brasil, ela ajuda na estabilização da análise de vocês para o positivo? E mais, qual é a perspectiva também do risco, se assim podemos chamar, do risco mundo? Porque num dos itens que a Senhora colocou a questão da influência internacional tem efeito, obviamente não só da economia do Brasil como do mundo como um todo. Que perspectiva nós temos do mundo que possa nos garantir uma análise positiva, uma análise estável ou uma análise negativa? Mais uma vez reconheço a importância que foi essa audiência, que está sendo, e que com certeza nós teremos outras de igual valor. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço a objetividade. Como tem muitos Senadores se inscrevendo e nós temos uma pauta ordinária, eu peço o máximo de objetividade se for possível aos inscritos. Senador Jefferson Peres com a palavra. Depois Senador Eduardo Suplicy, depois Senador Dornelles, depois Senadora Rosalba e depois Senador Inácio Arruda.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): [interrupção no áudio] Nos últimos 15 anos nós... Afinal de contas saímos daquela loucura, inflação desbragada, de vulnerabilidade externa, enfim. E a continuidade mostra que isso já vai se tornando... Os políticos brasileiros estão mudando de cultura também. Já absorveram que a instabilidade é indispensável também. Mas, objetivamente, qual é o peso na avaliação da STANDARD e de outras agências? Primeiro lugar, fato de que o Brasil ainda não completou, não aprofundou o ajuste fiscal. Ainda temos um déficit nominal muito grande. Isso é um fator de risco, certamente, porque pode se

agravar. E em segundo lugar, a estrutura institucional do País. Principalmente a falta de marco regulatório, de insegurança jurídica. Esse é outro fator de peso negativo também, uma vez que no Brasil deixa muito a desejar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Muito obrigado a objetividade. Senador Suplicy com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente Senador Aloizio Mercadante, Sr^a. Lisa Schineller, Sr^a. Milena Zaniboni e Sr^a. Regina Nunes. Eu quero cumprimentá-las pela colaboração nesse sentido e gostaria de observar que na análise da perspectiva de saúde, de economia, há uma breve referência aqui na exposição que fizeram, mas que não... Não que tenham desenvolvido este ponto, mas eu gostaria de saber até qual é o grau de análise que a STANDARD & POOR'S normalmente coloca como importante para a perspectiva de crescimento estável, de crescimento de saúde, do ponto de vista político e da estabilidade, para os indicadores de desigualdade e de erradicação da pobreza? Porque normalmente um País passa a ter problemas de instabilidade em geral relacionados à não resolução de problemas de desigualdade e de erradicação da pobreza ou, às vezes... E mesmo países que entram em guerra, seja guerra civil, guerra revolucionária ou tais como as guerras no Oriente Médio, ou mesmo no Iraque, no Afeganistão, guerra de guerrilhas como ocorreram algumas vezes, e ainda ocorre, por exemplo, na Colômbia, em alguns lugares das Américas, isso tem muito a ver com a não resolução dos problemas nesta área. Então, eu agradeço se puder nos indicar do ponto de vista da STANDARD & POOR'S em que medida isso está sendo devidamente considerado? Em especial também, no caso do Brasil, em que medida a STANDARD & POOR'S nos seus relatórios, porque aqui não foi especificado, considera que os avanços que foram registrados - inclusive nas pesquisas do IBGE e analisadas por inúmeros economistas em anos recentes, indicando uma diminuição do coeficiente GINI de desigualdade, bem como a diminuição do grau de pobreza absoluto - em que medida isto acaba influenciando também positivamente na qualificação do Brasil? Essa é a minha indagação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Senador Suplicy. Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Presidente, eu quero cumprimentar V.Ex^a. pela iniciativa de ter trazido aqui nessa Comissão os representantes da STANDARD & POOR'S, uma verdadeira aula para todos nós. Eu quero fazer uma pergunta só. A contabilidade pública do Brasil é caracterizada hoje

pela transparência. Todo mês, através dos relatórios da Secretaria do Tesouro, do Banco Central, da Secretaria de Comércio exterior, é possível ter uma noção exata das contas externas do Brasil, principalmente do problema fiscal na área da União, de Estado, Município, e até mesmo de empresas estatais. O que eu pergunto é o seguinte: a Índia, a Rússia, a China, o México, quando apresentam seus números eles têm essa transparência que o Brasil apresenta? É possível hoje fazer uma análise de dívida, por exemplo, de entidades estatais, de Estados e províncias, por exemplo, no caso do México, da China, da Índia? O Brasil vai até as empresas estatais da Rússia. Vocês têm esses dados? Por exemplo, hoje, se a STANDARD & POOR'S quiser saber o endividamento dos Estados do Brasil, das empresas estatais, tem na hora. É possível ter esses números da Rússia? É possível ter esses números da China? Do México? Essa era a questão que eu gostaria de fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço a objetividade. Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, bom dia. Eu quero, inclusive, dizer da alegria de estar aqui agora participando também da CAE, da Comissão de Assuntos Econômicos. Sou mais nova integrante como Suplente. Mas estamos aqui para colaborar, para dar, junto aos demais companheiros, colegas, Senadores, dar a nossa contribuição. E eu queria dizer da Sr^a. Lisa, Milena e Regina, o quanto é importante que as mulheres estejam tratando as questões de economia, porque na realidade acho que nós é que estamos no dia-a-dia muito mais próximo de todas essas questões e a sensibilidade feminina, Senador Garibaldi ali tão bem colocou. Acho que é a oportunidade que temos de mostrar nossa garra, raça e sensibilidade que temos, contribuindo com assuntos que até então ficava muito a se pensar que só poderia ser dos homens. Então eu gostaria também de deixar minha pergunta. A Senhora falava em eficiência no gasto público como ponto positivo, importante para o crescimento. E será que a descentralização maior, com maior autonomia dos entes federativos, isso é importante ou não para a eficiência no gasto público? Porque quando nós observamos alguns países onde existe essa descentralização maior e maior autonomia, o caso dos Estados Unidos, se não me engano também Alemanha e outros, são países mais desenvolvidos e então será que esse também não é um fator que possa impulsionar mais o nosso crescimento? Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Muito obrigado pela objetividade. Parabéns pela presença aqui, será muito bem recebi-

da nessa Comissão. Agora para concluir a argüição, Senador Inácio Arruda, que eu peço também bastante objetividade por causa da nossa Ordem do Dia.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Claro. Eu quero me somar ao Senador Garibaldi. A percepção, Senador Mercadante, do norte do nosso País, aquela região do nordeste, das praias, foi imediata. Eu quero também destacar essa questão levantada pelas nossas companheiras das agências, de que as agências emitem a opinião, vão fazendo a percepção das informações dos dados. Mas é uma opinião que mexe muito instantaneamente com posições de grandes investidores que podem alterar a sua presença ou não num grande mercado. E no nosso caso é muito importante, é muito significativo. Essas agências ganharam muita força no mundo inteiro. No nosso País se olha muito, se examina. Qual é a opinião das agências? Como é que está a posição das agências para que a gente possa ver se tal investidor vem ou não vem para o nosso País, se vai comprar um título, se vai se desfazer de tal papel? E hoje eu queria saber de vocês a posição ou uma opinião frente à situação, já foi levantada, mas nós vivemos aqui uma tríade: juros, superávit e câmbio. Eu tenho sempre dito que é uma espécie de veneno. As três juntas, agindo de forma... Um: com juros altos; a outra: superávit primário elevado para compor a vontade dos juros altos, então tem que pagar os juros, tem que ter o superávit elevado; e o câmbio muito apreciado. E se não há uma percepção de que os juros, superávit e o câmbio muito apreciado, se esse câmbio não está virando uma farra? Se não está num verdadeiro festival de câmbio que está transformando isso num veneno perigoso para a economia brasileira? Eu tenho examinado a questão dos produtos primários. Nós estamos exigindo aqui no Congresso Nacional medidas que possibilitem agregarmos valor aos produtos primários. Precisamos exportar agregando valor. Contudo, quando nós agregamos qualquer valor ao produto primário, nós criamos dificuldade para ele. Porque o câmbio está tão sobre valorizado... Está tendo uma farra tão grande do câmbio, que se eu agrego valor ao meu produto primário eu começo a exportação desse produto. Então, qual é a percepção das agências também frente essa realidade cambial brasileira?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós concluímos a fase de argüição e eu pediria apenas a Lisa e a Regina que fossem bastante objetivas nas respostas, para que a gente possa iniciar a nossa agenda ordinária. Senador Tasso.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): PCdoB, quem diria. Acabou no Irajá.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sabe que a inveja mata.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu vou fazer só um pequeno comentário a propósito dessa intervenção. Quando a gente analisa historicamente a economia brasileira, o primeiro *rating* que nós estivemos foi em 94, que era B. Mas foi possível porque o Plano Brady, nós tivemos uma renegociação da dívida externa e todos os países endividados, que abriu perspectiva de nós termos um novo acesso ao financiamento externo. A dívida velha foi re pactuada, foi alongada, e o Brasil voltou ao mercado de crédito, saiu de uma moratória prolongada que vinha na realidade desde 82, mas mais propriamente final de 86, 87. Eu concordo com o que foi colocada, que a construção desses fundamentos macro-econômicos é uma coisa que vem de longe, do esforço de vários governos. Mas isso é inegável. O aprimoramento adicional do País não só veio de vários governos como também de forma suprapartidária. Quer dizer, a contribuição, a aprovação, não só de agência de regulação, mas toda a legislação fiscal, o esforço de transparência nas políticas públicas, foi feito também pelo Parlamento. Acho que a advertência feita pelo Senador Inácio é importante, porque nós perdemos, nós vimos de 94 até 98 melhorando a posição de *rating* e perdemos essa posição pela instabilidade macroeconômica que veio especialmente em função da vulnerabilidade cambial. Então 98 e 99 o Brasil perde posições pela vulnerabilidade cambial e o melhor momento da nossa história de *rating* são os últimos três anos. O País vem tendo uma taxa de crescimento de 4,1%, uma taxa média, crescendo com a própria projeção da STANDARD & POOR'S. Nós tivemos uma estabilidade econômica consolidada nesses 14 anos, que acho que foi um valor muito importante. Temos transparência nas contas públicas, na política monetária, nos indicadores macroeconômicos, como poucos países têm. O nosso regime de metas é o mais transparente possível. As informações são absolutamente seguras e acessíveis. Isso dá muita previsibilidade à política e muita credibilidade aos instrumentos de Política Econômica. Agora, o importante eu vejo é que é inegável o salto de qualidade que o Brasil deu nos últimos anos. O esforço do superávit primário permitiu o desendividamento do setor público. O esforço no comércio exterior permitiu um salto comercial que nem os mais otimistas em projeções avaliavam. Por último, eu concordo, é o melhor momento, mas nós temos um imenso desafio. Acho que o Brasil tem que se debruçar sobre essa agenda. A agência, inclusive, sempre chega atrasada em relação ao País. O País tem sido muito melhor do que a projeção das agências. Essa que é a verdade,

especialmente o Brasil. Acho que somos, talvez pelo próprio ambiente político, a gente não consegue valorizar o tanto que nós fizemos e o quanto nós melhoramos nos principais fundamentos macroeconômicos. Mas acho que é um grande momento.

Eu quero já, antecipadamente, agradecer a vocês pela presença, não só por essa audiência, mas também pela seriedade com que vem acompanhando o País. Eu me lembro, a Lisa não falava muito português, e já em 2002 eu dizia que se nós ganhássemos as eleições nós íamos cumprir o que nós cumprimos. E cobrei isso dela recentemente, que nós honramos tudo que nós dissemos que íamos fazer e fizemos. Que não haveria populismo econômico e iríamos enfrentar a questão fiscal; que a estabilidade era um valor suprapartidário e fundamental para o Governo e para essa Nação; que as regras e contratos eram valores fundamentais para a democracia brasileira. E acho que hoje o País colhe esse amadurecimento, essa evolução bastante positiva. Que essa audiência mais do que apenas o reconhecimento do esforço que nós fizemos, sirva também como motivação para que o Congresso Nacional possa ter uma agenda positiva, construtiva, em torno desses pontos fundamentais para a vida da sociedade e para a evolução econômica do País. Muito obrigado a vocês. Agora para a conclusão eu peço bastante objetividade apesar de que foram muitas intervenções.

SRA. REGINA NUNES: Em primeiro lugar gostaria de agradecer novamente a presença de todos, agradecer a iniciativa do Senador Mercadante por nos convidar, dizer que realmente em 2002 nós conversamos com ele, mas acho que sempre conversamos desde que começamos a fazer o *rating* do Brasil. Portanto é uma construção conjunta com os líderes do País, sejam de oposição ou não. Quando a gente fala de cenário político, por exemplo, nós estamos falando exatamente disso: qual é a governabilidade existente e como se vê tanto em situação como em posição quando se fala em democracia? Eu vou fazer uma pequena intervenção, espero que bem breve, para passar para a Lisa todas as perguntas. Se ela quiser me devolver alguma pergunta, eu falarei. Mas eu gostaria de responder a pergunta do Senador Garibaldi que foi muito delicado em ressaltar que somos três mulheres, claro a Senadora Rosalba e todas as mulheres aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas nas conversas comigo elas trazem homens também. Acho que é uma deferência à Comissão. Nos últimos 10 anos sempre tinha homem na conversa. Hoje foi uma deferência aqui.

SRA. REGINA NUNES: Na verdade é uma coincidência bastante engraçada que a nossa empresa tem uma maioria absoluta masculina, não é feminina.

Mas hoje nos postos de liderança da empresa, principalmente na América Latina, existem muitas mulheres. Mas a Presidente Mundial também é uma mulher hoje. Então chega a ser meio engraçado, porque é predominantemente masculina ainda, mas existem muitas mulheres em poder de decisão. Até porque nós fazemos questão de não beneficiar nem mulheres nem homens. Nenhuma de nós quer ser beneficiada por ter nascido mulher, mas sim por ser bons profissionais. É isso que nós queremos.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É a competência.

SRA. REGINA NUNES: E não queremos ser competentes e ser prejudicadas por sermos mulher. É uma coisa engraçada porque na Europa não é uma maioria e na América Latina é uma maioria feminina. Deveria talvez ser o oposto, mas não é. Gostaria de dizer que a formação acadêmica, principalmente na universidade, ela não é restrita a Economistas. Na verdade você precisa ter uma graduação e aí sim se especializar. Porque nós não fazemos exatamente o que um Economista faz. Nós fazemos a análise de risco de crédito, de capacidade de pagamento. Ela traz arte e ciência, como a Lisa falou. Economia é uma ciência que vem da filosofia, portanto tem muito de matemática, como o índice que o Senhor comentou que chamam de risco país do J.P. Morgan. É uma coisa absoluta, um número. Ele pode ser inteligente ou burro depende pra que lado você olha. Mas traz a parte da arte, aonde você olha todo o qualitativo e tem que trazer isso para uma conta e fazer com que tenha transparência. Então, na verdade você não precisa ser Economista, mas certamente tem que ter muitos conhecimentos de economia, de análise de risco e muito da parte social, porque tudo é reação. As ações econômicas não são por si só uma ciência que consegue se impor. Então, por exemplo, países onde você tem uma democracia, às vezes as coisas demoram mais tempo mas saem muito mais decididas pela sociedade. Portanto elas vêm para ficar. Mas não determinamos que apenas democracias possam estar com grau de investimento ou com baixo risco; podem existir outros sistemas de Governo. A pobreza, como falou o Senador Suplicy, isso a Lisa vai se aprofundar pouco mais. Se você tiver toda capacidade de pagar sua dívida, até porque ela pode ser zero, é difícil dizer que você vai ter uma moratória numa dívida zero. Mas você não seria um *triple A* com pobreza. Talvez tivesse a capacidade de pagar sua dívida, mas não pode ser vulnerável. Então tem várias coisas que entram, e talvez a sensibilidade ajude, mas a gente acredita que muitos homens também a tem. E gostaria de passar a palavra para a Lisa

para responder na seqüência as perguntas dos outros Senadores. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço a Regina. Lisa.

SRA. LISA SCHINELLER: Muito obrigada. Em ordem. Olhamos, por exemplo, a carga tributária, sem dúvida. Olhamos a complexidade também da carga tributária. Por quê? Porque tem impacto sobre a competitividade do setor privado, tem impacto sobre o ritmo de crescimento. Tem impacto porque tem impacto sobre o ritmo e nível de investimento. Sem dúvida olhamos na composição, no tamanho da carga tributária. Por exemplo, existe uma discussão agora para uma melhora na composição. Essa discussão é uma forma, outra forma estava na Mesa no fim dos anos 90. Mas parece que essa discussão está um pouco mais ampla agora. Temos uma carga tributária ainda mais alta, e eu gosto de oportunidades. Mais e mais tem impacto. Por exemplo, não precisamos olhar um avanço. O *rating* pode avançar sem uma Reforma Tributária, por exemplo. Mas provavelmente pode... Por exemplo, uma reforma pode facilitar, por causa de uma melhora na qualidade no nível de investimento, por isso crescimento. Sem dúvida, olhamos as reformas, reforma na área fiscal, por lado de gastos, por exemplo, por área tributária, a reforma no marco regulatório. Tudo isso pode ter um impacto sobre o *rating*, porque tem impacto sobre o ambiente para inversão. Achamos que um avanço nessa área pode ser importante porque é muito importante para o setor privado, para a competitividade do País enfrentar outros países no mercado global. A pergunta sobre o ambiente global. Sem dúvida, últimos anos antes do fantástico, é mais fácil colher os benefícios num ambiente no mundo como esse. O *rating* precisa olhar na frente, ao longo dos ciclos. Por exemplo, temos uma perspectiva positiva. O mundo global, o mundo pode crescer um pouco mais no ano que vem, um pouco menos no ano que vem, por exemplo, algum ano precisamos ter um ajuste. Mas, se as vulnerabilidades do Brasil são menores, menos dívida externa. Tivemos uma mudança fantástica na área externa. Agora o Brasil é completamente diferente do que no passado. Empresas têm menor dívida externa. Em geral, tem base de exportações maior. Ainda pequena, mas maior do que no passado. Essa combinação implica menos vulnerabilidade ou choque global. Dívida do Governo agora menor, mais alta que outros países com *ratings* acima, mas menor com o passado e com uma política pragmática por todos os partidos em geral continuar reduzindo esse tipo de vulnerabilidade tem peso na nossa avaliação. Quando existe um choque, o país, o Governo, tem uma base melhor para enfrentar esse choque. A composição da dívida

interna muito menos vulnerável hoje do que no passado. Sem dúvida, o ritmo de crescimento da economia pode ser impactada. A taxa de juros depende, mas o impacto sobre a economia, o impacto sobre as contas externas, provavelmente no futuro vai ser menor. Por isso a nossa avaliação é melhor. Esse é vinculado à pergunta, a segunda pergunta. O quê pode piorar a situação do Brasil? Uma boa pergunta.

Tivemos recente muitas reuniões com o setor privado, mas também com setor público. Uma pergunta difícil, na realidade. Sem dúvida, um grande choque externo muito forte, uma queda no crescimento dos Estados Unidos, de China, um problema muito grande nos mercados de capitais em países, sem dúvida vai ter um impacto. Mas como eu disse, o impacto agora é menor do que no passado, mas pode implicar uma melhoria mais devagar, por exemplo, no futuro, nos indicadores do Brasil. Outra área, sem dúvida, se existe uma mudança no compromisso do Governo mesmo? Agora não é nossa expectativa. Temos perspectivas positivas, tudo isso, mas sem a política do Governo, outra vez estou falando um Governo, partidos no Congresso, governos estaduais, federais, municipais. Se existe uma mudança no compromisso, nas instituições que já não são perspectiva, pode ter, sem dúvida vai ter implicações para o *rating*. Esse é um exemplo de um choque interno, mas também um choque externo, dois exemplos. Perfil da dívida doméstica é muito importante, como eu disse. Com mais profundidade no mercado local que acompanhe baixo nível de inflação, o Governo pode pagar um nível de juros menor, mais longo prazo, tudo isso. Um perfil da dívida doméstica implica mais instabilidade nas contas fiscais. Exemplo, em 2001, 2002, quando tivemos uma porcentagem de títulos indexados ao dólar, também títulos indexados ao SELIC muito grande, o que passou? Como um choque externo, com mudança na taxa de juros, taxa de câmbio, olhamos um incremento muito forte de dívida PIB, um aumento muito forte no resultado nominal do Governo, uma deterioração das contas fiscais com implicações para mais um esforço no futuro para reverter essa tendência. Agora, com um perfil da dívida doméstica melhor, um impacto de um choque vai ser menor também. Mais estabilidade e mais previsibilidade no desempenho das contas fiscais, nas balanças fiscais, nos resultados nominais no futuro. A pergunta sobre pênalti gol. Acho que é muito importante. Se olharmos a página 15, eu fiz uma coisa vinculada a essa. O País está perto do grau de investimento, mas não tem. A meta não está atingida. Se você olha o caso do México, mas também o caso da Índia, no passado, em 93 México teve *double B*, mas com perspectiva positiva, mesmo com o Brasil longe, mas uma combi-

nação, uma fraqueza. Tivemos o *Tequila Crisis*, depois mudamos o *rating* e precisamos mais anos, 7, 6 anos para chegar a grau de investimento. Mesma coisa com Índia. Em 95 tivemos *double B* mais, com perspectiva positiva, mas houve um choque e um ano depois, 99, fizemos outra mudança para estável e o *rating* e houve os dois casos. É preciso mais tempo para chegar a grau de investimento. Uma perspectiva positiva não garantia um *upgrade*. Depende do compromisso do Governo manter uma política para atingir um *upgrade*, nesse caso grau de investimento é com o tempo *triple A* também. Bom, influência externa. Acho que... Situação fiscal. Temos uma melhora, mas ainda é um ponto fraco para o Brasil em comparação com outros países com *ratings* acima do Brasil. As regras de leis, Lei de Responsabilidade Fiscal, os acordos com os Estados, a combinação dá previsibilidade à política fiscal. Muito importante. Existem pontos fracos como nível de gasto, e também nível de gasto baixo de investimento, tudo isso. Mas, o exemplo da Índia. Índia tem grau de investimento com dívida PIB quase 80. Por quê? Porque o *rating* reflete uma combinação de vulnerabilidades e pontos fortes. As contas externas da Índia, Índia é um credor externo, quase 20% credor. Setor público também setor privado. Também o ritmo de crescimento, 8%, implica que a carga da dívida não está comprimindo o ritmo de crescimento. Achamos que a carga da dívida aqui tem um impacto sobre o ritmo de crescimento no Brasil. Tem um gosto mais importante. Mas mais uma melhora na área fiscal, na estrutura institucional pode ter mais um impacto sobre ritmo de crescimento como impacto sobre dívida PIB, mas também para base de crescimento. E achamos que o nível de crescimento sustentável, e estamos falando sobre nível de crescimento sustentável, é melhor agora no Brasil do que no passado. Por quê? Temos 7 anos com uma política consistente na área macro, estabilidade macro, compromisso com baixo nível de inflação, tudo isso tem impacto sobre, sem dúvida, desigualdade e nível de pobreza. E olhamos, sem dúvida, para todos os países, porque tem impacto sobre a profundidade sobre o mercado local e o potencial e o apoio para uma política do Governo. Sem dúvida, a situação hoje tem espaço para mais uma melhora.

Mas temos uma melhora em comparação com o passado. Sou Economista e achamos que, mais ou menos, um nível de crescimento sustentável no Brasil 4, 4,5. Para mais um nível precisamos olhar mais uma melhora na carga tributária, na carga dívida, o custo Brasil e todas essas situações micro. Transparência, muito importante para nós e facilita nosso trabalho. Sem dúvida existe a transparência no Brasil, é impressionante em comparação com outros países. México,

por exemplo, nas suas contas agora mais transparente. Mas antes da sua transparência específica, fizemos esse trabalho dentro da nossa casa. Também é a situação da Índia. Por exemplo, no caso do Brasil, antes da divulgação de todas as informações sobre a possibilidade e a montagem de esqueletos, eu fiz com o Ministério da Fazenda, com o setor privado, com o setor público, eu fiz um trabalho sobre isso. Porque temos uma avaliação sobre isso. Sem dúvida, agora quando falamos com o Governo e setor privado, mais informações facilita essa discussão. Mas antes dessa transparência fizemos uma avaliação também.

SRA. REGINA NUNES: Lisa, é muito importante frisar a todos que quanto maior a transparência, melhor sempre será a sua avaliação no seguinte sentido: tem uma coisa que analista de risco, acho que até chama de risco por isso. A única coisa que você penaliza brutalmente uma análise é quando você não sabe realmente o quanto seria aquilo. Então você é obrigado a ser negativo. Quando você tem o número, se ele é negativo ou se é positivo, ele faz o papel dele. Agora, um número mais positivo que eu tenha que chutar, eu vou chutar ele mais negativo. Um número negativo que eu não tenho certeza, eu vou triplicar esse risco, porque não tem como medi-lo. Então, a transparência é fundamental na evolução para qualquer análise de risco, e sempre será mais penalizado quem não tiver.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria só aproveitar e fazer um parêntese. Queria elogiar a STANDARD & POOR'S, porque como faz análise de risco e cobra transparência das contas públicas, eu achava muito importante que as agências se colocassem de forma transparente através do Senado Federal. Quais são os critérios, quais são os argumentos, por que é que nós estamos classificados dessa forma ou não? E quero dizer que 2 outras agências a MOODY'S e a FIT(F) foram convidadas e não se depuseram a vir. E como elas também tem contrato com o Brasil e fazem análise cuja transparência é um valor fundamental, eu quero registrar aqui a minha insatisfação. Espero que elas revejam depois dessa experiência e se disponham, porque a Lisa e o pessoal estavam preocupados como é que seria a audiência. E eu disse que não. Que poderiam vir tranquilamente que seria esse ambiente que nós estamos fazendo. E, no entanto, as duas outras agências não se depuseram a vir. Eu vou manter o convite publicamente, porque acho que a transparência é fundamental. Quem analisa os outros, tem que ter também a disposição de ser analisado. Quem classifica os outros, tem também que ter a disposição de ser classificado. Isso não pode ser uma relação unilateral impositiva, especialmente quando estamos falando de uma Nação.

SENADOR EDISON LOBÃO (DEM-MA): É um regime absoluto de mão dupla. Se as agências exigem transparência dos governos, é fundamental que elas por igual sejam transparentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A gente pode concordar ou discordar da análise e da classificação. Mas ela tem a obrigação, no meu ponto de vista institucional, para ter credibilidade, de chegar e colocar seus argumentos e sustentar sua opinião em relação à classificação do risco soberano. Feito o meu esclarecimento, agora para poder concluir mesmo.

SRA. LISA SCHINELLER: Gasto eficiente e nível de descentralização. Se olharmos o histórico da América Latina, a América Latina tem problemas com descentralização, no sentido de um problema para o desempenho das contas fiscais. Mesmo com o Brasil. Mas agora com esse acordo entre governos e estados, muito melhor. Por ponto de vista de um Economista, sem dúvida, mais flexibilidade, por exemplo, do orçamento. Um orçamento mais pertinente das pessoas pode ser, e teoricamente, deve ser mais eficiente. E para nós é um *balancing act*, porque se olha o passado. Na América Latina olhamos... Tem os governos locais, capacidade técnica ou não para implementar várias políticas. Achamos que com o apoio de ONG's, como do Governo Federal pode ter um benefício. Mas, outra vez, por nosso ponto de vista, paga de dívida, precisa ser numa maneira prudente fiscalmente. Taxa de câmbio, uma coisa muito complicada. Acho que temos que lembrar que como sou Economista, o nível de câmbio hoje reflete uma combinação de liquidez global e baixos juros em países desenvolvidos, também a situação do Brasil é a mesma. A melhora nas contas externas, a melhora nas contas fiscais implica um nível de taxa de câmbio melhor, mais forte do que no passado e com fluxos de comercial. Mas também, sem dúvida, o nível de juros que está girando ainda alto em comparação com outros países tem possibilidade de captar fluxo de capitais também. O nível agora reflete parte balança comercial e parte balança capital; para distinguir entre as duas realidades é difícil. Sem dúvida, qualquer nível de taxa de câmbio tem impacto sobre alguns setores, favorece alguns setores e prejudica outros. E achamos que outras políticas, por exemplo, custo Brasil, carga tributária, isso pode aliviar. Só acho que agora com essa melhora, com uma comparação com baixo nível de inflação pode olhar os pontos fracos em alguma economia. Também com um nível de taxa de câmbio mais realística, pode ser, não exatamente, os mercados muito difíceis. Mas com um nível de taxa de câmbio mais parecido, que mais reflete a melhora

nos fundamentos do Brasil pode olhar outros pontos fracos da economia também mais claramente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Bom, eu queria agradecer a Lisa, a Milena, que entre outras virtudes é Economista formada pela UNICAMP, e também agradecer a Regina que entre outras virtudes é Paulista. E agradecer a Lisa, essa brasileira que ainda tem um leve sotaque nova-iorquino, mas que cada vez está cada vez dominando melhor o idioma e as informações. Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Presidente, eu queria apenas perguntar à Lisa, eu gostaria muito, se ela tiver, não precisa ser agora, conhecer a situação da Previdência no México, na Rússia, conhecer a dívida das províncias mexicanas. Se você tem esses dados. Conhecer a dívida de províncias da Índia. Se esses dados todos... Porque às vezes acho que o Brasil está sendo vítima das suas virtudes. Ele está tendo uma contabilidade tão transparente que está tendo dificuldade de outros países cuja contabilidade não tem nenhuma transparência.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu só espero que V.Ex.^a. não peça também as contas da previdência da China, porque o último que pediu teve problemas com o Estado Chinês lá. Agradeço muito a presença de vocês e, evidente, depois você pode encaminhar essas informações para o Senador Dornelles. Foi muito oportuna a audiência, acho que muito--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – 02:12:58: O Dornelles não vai ter problemas porque o Partido Progressista não tem dificuldade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu espero que brevemente a gente possa ter uma outra audiência para reavaliar a melhora da classificação do Brasil. E em relação às outras agências o convite é público e permanece por parte dessa Comissão. Agradeço a vocês, foi uma excelente oportunidade, suspendo por um minuto para podermos nos despedir.

Sessão suspensa às 11h46.

Sessão iniciada às 11h47.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos retomar agora. Havendo número regimental declaro aberta a 15ª Reunião de Assuntos Econômicos Extraordinária. Antes de iniciarmos nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário Oficial do Senado Federal. Nós vamos iniciar com o item 01 da pauta como havia

sido acordado na nossa última Reunião Ordinária, é o Projeto de Lei do Senado nº. 27/2005 terminativo. Insere o inciso no Art. 12 da Lei 9.250/95 para incluir a dedução de doações de livros em bibliotecas públicas no cálculo de Imposto de Renda de pessoas físicas. Autoria do Senador Roberto Saturnino, Relator é o nobre Senador Edison Lobão. Pela Ordem, o líder do Governo, Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): A matéria como bem disse V.Ex.^a. é terminativa. Portanto teremos que ter uma votação nominal. Eu proporia que o Senador Edison Lobão pudesse apresentar a matéria, nós discutimos e encerraríamos a discussão, não votaríamos, para não arriscar o *quorum* e partiríamos para alguns itens que são consenso e que não tem nenhum tipo de problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Edison Lobão está de acordo?

SENADOR EDISON LOBÃO (DEM-MA): Inteira de acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Por favor, então a leitura do seu parecer, item 01.

SENADOR EDISON LOBÃO (DEM-MA): Sr. Presidente, o Projeto é muito simples. Compõe-se de dois artigos. O primeiro estabelece as contribuições aos fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como as feitas mediante doação de livros adquiridos pela contribuinte às bibliotecas públicas, até a data limite de entrega da declaração de ajuste. No § 3º, se declara: “No caso da doação de livros a que se refere o Inciso I, além do comprovante emitido pela biblioteca pública beneficiada, caberá ao contribuinte conservar por cinco anos a disposição da fiscalização as notas fiscais correspondentes à aquisição dos títulos doados”. Sr. Presidente, o meu parecer é favorável com Emendas que apresentei e que acato. A primeira Emenda diz o seguinte: “Dê-se à Ementa do Projeto de Lei do Senado 27 a seguinte redação:” Altera a Lei 9.250 de 26 de dezembro de 95 para incluir a doação de livros a bibliotecas públicas, feitas até a data limite da entrega da declaração de ajuste, entre as hipóteses de dedução no valor do Imposto de Renda devido “. A Emenda nº. 02. Art. 12, 8º.” As doações de livros adquiridos pelo contribuinte feitas a bibliotecas públicas até a data limite de entrega da declaração de ajuste. § 4º: No caso do Inciso VIII, somente serão admitidas deduções comprovadas por recibos fornecidos pela biblioteca pública beneficiada, acompanhado de nota fiscal de aquisição do livro doado, emitida em nome do contribuinte “. Isto é, eu procuro dar uma amarra-

ção maior à declaração de desconto de modo a que o beneficiário somente o seja na medida em que apresente o documento comprobatório da doação à biblioteca. A Emenda nº. 03 refere-se ao Art. 22:” A soma das deduções a que se refere os Incisos I, II, III, e VIII do Art. 12 da Lei 9.250 fica limitada a 6% do valor do imposto devido, não sendo aplicados limites específicos a quaisquer dessas deduções “. Ou seja, não pode ultrapassar os 6%. Estas são as alterações propostas e aceitas pelo Relator”.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, como sugestão do Senador Romero Jucá, nós passaremos ao segundo item.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu solicitaria o item 07, que o Relator também é o Senador Edison Lobão, e não terminativo. Portanto, poderíamos avançar nessa matéria.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Então... Item 07, Projeto de Lei do Senado, não terminativo nº. 320/2005. Autoria Senador Papaléo Paes e Relator Senador Edison Lobão, que se puder nos fazer, mais uma vez, o favor de ler o seu Relatório.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sucessivamente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Com a palavra o Senador Edison Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (DEM-MA): Sr^a. Presidente, este Projeto altera a Lei 7.797/89 que cria o Fundo Nacional do Meio ambiente e dá outras providências, para dar prioridade aos projetos cuja área de atuação esteja em municípios das regiões centro-oeste, nordeste e norte, que possuam parte de seu território dentro dos parques nacionais. Esse Projeto foi encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos, de Meio Ambiente, de Defesa do Consumidor e de Fiscalização e Controle. Ou seja, há um cuidado muito grande na Mesa do Senado Federal em relação a ele. E também à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, cabendo a última decisão terminativa na CAE. Sem que fossem apresentadas Emendas no prazo regimental, foi designado Relator o Senador Aelton Freitas, que apresentou em 12 de outubro de 2005, Minuta de Relatório pela aprovação. O Projeto visa alterar a Lei a que me referi e cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente. Essa proposição atende aos requisitos constitucionais de competência e iniciativa do Congresso Nacional. O meu parecer, Sr^a. Presidente, o meu voto é no sentido da aprovação do referido Projeto com a seguinte Emenda: “Art. 1º - O § 2º do Art. 5º da

Lei 7.797 passa a vigor com a seguinte redação - § 2º: Sem prejuízo das ações em âmbito nacional, será dada prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação Município das regiões centro-oeste, nordeste e norte, que tenham parte do seu território dentro de parques nacionais e cujo índice de desenvolvimento humano seja inferior ao índice de desenvolvimento humano observado para o Brasil no último exercício para o qual a informação estiver disponível”. Este é o voto, Sr^a. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, nós colocaremos em votação com a Emenda do Senador Lobão. Com parecer favorável. Todos que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado o Projeto. Como todos os projetos... Com a palavra o Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr^a. Presidente, tendo em vista que a maioria dos projetos é terminativa e a Relatora, inclusive, muitos deles não se encontram presentes, é notório a falta de *quorum*, eu solicitaria que fosse encerrada a Sessão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Bom, eu acho [interrupção no áudio]... Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu concordo com o líder do Governo, não temos relatores, não temos como votar. Mas queria expressar a minha tristeza. Porque há projetos na pauta que são relevantes. Por exemplo, há um Projeto que apresento aqui e já está em discussão há dois anos, que trata de um assunto importante, Presidente Patrícia Saboya. Vou explicar para a Senhora em um minuto. É que os Estados estão endividados com precatórios alimentícios. Ou seja, são pessoas pobres que não estão recebendo aquilo que a Justiça determinou que o Estado lhes pagasse. O meu Estado, por exemplo, com esses tiroteios que existe nas comunidades carentes, há muitas pessoas inocentes que foram baleadas. Alguns ficaram tetraplégicos. Receberam da Justiça uma indenização de três mil, quatro mil, cinco mil reais para ter uma enfermeira na sua casinha, um colchão de plástico inflável, com água, colchão de água, remédios, alguns precisam de oxigênio. O Estado não paga precatórios. São Paulo deve dez bilhões de reais, o Rio deve outros bilhões de reais, mas gastam dinheiro com publicidade. Publicidade que visa mostrar os atos do Governo, das obras, empreendimentos... Ora, o Projeto é para que nós usemos a vaidade, diria até a ganância eleitoral, de determinados governantes para aproveitar e pagar precatórios. Quer fazer a publicidade do Governo? Faça, mas tem que ser no mesmo nível de pagamento de precatório. Quer gastar cinco milhões,

dez milhões, cem milhões - como foi o Estado do Rio de Janeiro no ano passado, gastamos 110 milhões em publicidade - tudo bem, gaste, mas gaste 110 milhões também pagando precatórios alimentícios para essas famílias pobres que estão morrendo sem ter a sentença da Justiça cumprida. Infelizmente tem até um parecer do Senador Romeu Tuma e não vamos poder votar hoje, Presidente, e eu quero lamentar isso aqui. Muito obrigado pelo espaço.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Pois não, Senador Marcelo Crivella. Em função da Audiência Pública houve um esvaziamento em função da hora. Mas como a Comissão de Assuntos Econômicos tem se reunido todas as terças-feiras e não tem faltado *quorum* para deliberar, nós esperamos que na próxima Sessão V.Ex^a. tenha um Projeto de tanta importância sendo votado por essa Comissão. Eu gostaria de encerrar o item 01 da discussão e encerrar imediatamente essa Sessão. Obrigado a todos pela presença.

Sessão encerrada às 11h59.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2007, ÀS 09:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

As nove horas trinta e três minutos do dia vinte e nove de maio do ano de dois mil e Osete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Delcídio Amaral, Renato Casagrande, Expedito Júnior, Serys Silhessarenko, João Vicente Claudino, Ideli Salvatti, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, João Ribeiro, Romero Jucá, Valdir Raupp, Mão Santa, Neuto de Conto, Garibaldi Alves Filho, Valter Pereira, Wellington Salgado, Adelmir Santana, Edison Lobão, Eliseu Resende, Jayme Campos, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Romeu Tuma, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Eduardo Azeredo, Osmar Dias e Jefferson Péres. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Collor, tendo falta justificada em virtude de estar em missão política de interesse particular, Pedro Simon, Gilvam Borges, Kátia Abreu, Cícero Lucena e Sérgio Guerra. Dando início aos trabalhos, o Presidente passa à Reunião Técnica com a presença do Sr. Jorge Rachid, Secre-

tário da Receita Federal, a fim de discorrer sobre a evolução do trabalho da Receita Federal e da arrecadação da Previdência e do Fisco, em conformidade à deliberação da Comissão. Após a exposição do convidado, usam da palavra os Srs. Senadores Romeu Tuma, Eduardo Suplicy, Adelmir Santana, Jayme Campos, Garibaldi Alves Filho, Francisco Dornelles, Jefferson Péres, Valdir Raupp, Edison Lobão, Marcelo Crivella, e, ainda, o Senador Aloizio Mercadante. Em seguida, havendo número regimental, é declarada aberta a 17ª Reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Logo após, a Presidência passa à apreciação dos itens constantes da Pauta da Reunião, Item 01-Projeto de Resolução do Senado nº 28, de 2007, não terminativo, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, que “altera os arts. 16 e 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, para estabelecer que a partir de 31 de dezembro de 2007 as verificações de adimplência e certidões exigidas por aqueles dispositivos devem referir-se ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) de todos os órgãos e entidades do ente público ao qual está vinculado o tomador da operação de crédito”. O Senador Aloizio Mercadante procede a leitura do Projeto. Usa da palavra para discutir a Matéria o Senador Francisco Dornelles. Colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2005, terminativo, que “insere inciso no art. 12 da Lei nº 9.250, de 1995, para incluir a dedução de doações de livros a bibliotecas públicas no cálculo do imposto de renda devido por pessoas físicas”, de autoria do Senador Roberto Saturnino, tendo como Relator o Senador Edison Lobão, que oferece Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 01, de autoria do Senador Marcelo Crivella, nos termos da Subemenda nº 01, apresentando ainda as Emendas nºs 02 e 03. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, com Parecer favorável ao Projeto. Em 22/05/2007, após a leitura do Relatório, a Presidência encerra a discussão e adia a votação da Matéria. Colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03-CAE por treze votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2007, terminativo, que “altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir o nascituro no rol de dependentes que possibilitam dedução na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física”, de autoria do Senador Francisco Dornelles, tendo como Relatora a Senadora Kátia Abreu, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 360, de 2003,

terminativo, que “dispõe sobre a instituição de fundos agronegócios para captação externa de recursos e dá outras providências”, de autoria do Senador Álvaro Dias, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2006, não terminativo, que “dispõe sobre o pagamento, pelas sociedades cooperativas, da contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP), e dá outras providências”, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, tendo como Relator o Senador Tasso Jereissati, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2003, terminativo, que “dispõe sobre requisitos para a concessão, por instituições públicas, de financiamento, crédito e benefícios similares”, de autoria do Senador Gerson Camata, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei Da Câmara Nº 67, de 2005, não terminativo, que “dá nova redação aos incisos I e III do caput do art. 5º e aos incisos I e III do caput do art. 8º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001 (igual a incidência da CIDE sobre a gasolina e querosene utilizados na aviação, reduzindo a alíquota aplicável à gasolina de aviação)”, de autoria do Deputado Roberto Balestra, tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Renato Casagrande, e não havendo quem queira discutir, a Comissão aprova o Parecer do Relator; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2003, terminativo, que “acrescenta dispositivos à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que ‘altera a legislação do imposto de renda pessoa física e dá outras providências’”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece Parecer pela prejudicialidade do Projeto. A Comissão aprova a prejudicialidade do Projeto; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2005, Complementar, não terminativo, que “altera o art. 67 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, para determinar que o empenho de despesas com publicidade seja condicionado ao pagamento integral dos preca-

tórios de natureza alimentícia”, de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Romeu Tuma, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2005, terminativo, que “altera a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, que autoriza modalidade de concurso de prognósticos da Loteria Federal regida pelo Decreto-lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, para tornar obrigatória a divulgação de informações que especifica”, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CE. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CE. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Eduardo Azeredo, usa da palavra o Senador Eduardo Suplicy. Colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto com a Emenda nº 01-CE-CAE por dezesseis votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2005, terminativo, que “altera a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, com o objetivo de autorizar os estados e o Distrito Federal a deduzir, das parcelas pagas a título de amortização e encargos da dívida com a União, o montante por eles gasto em educação superior”, de autoria do Senador Hélio Costa, tendo como Relator o Senador João Ribeiro, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, com Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria é retirada de pauta para reexame, a pedido do Relator, Senador João Ribeiro; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2006, não terminativo, que “altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para coibir a concorrência parasitária”, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, tendo como Relator o Senador Valter Pereira, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2003, terminativo, que “dispõe sobre a isenção do IPI a aguardente de cana-de-açúcar, e dá outras providências”, de autoria do Senador Efraim Morais, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com Parecer pela rejeição do Projeto. Em 22/05/2007, foi apresentado Voto em Separado, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, concluindo pela rejeição da Matéria. A Presidência passa a palavra para a Senadora Serys

Shlessarenko para fazer a leitura do seu Voto em Separado. Colocado em discussão, usam da palavra os Senadores Romero Jucá, Francisco Dornelles, Eduardo Suplicy, Neuto de Conto, Osmar Dias, Antônio Carlos Valadares e Marcelo Crivella. Colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto. O Presidente designa a Senadora Serys Shlessarenko Relatora do Vencido nos termos do art. 128 do Regimento Interno do Senado Federal; Item 14-Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2003, terminativo, que “dispõe sobre a dedução, para fins do imposto de renda das pessoas jurídicas, de despesas com salários e encargos sociais de empregados, em caso de contratação de pessoas submetidas a transplantes renais e de pacientes portadores de insuficiência renal crônica”, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, tendo como Relatora a Senadora Patricia Saboya Gomes, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 15-Projeto de Lei do Senado nº 02, de 2003, terminativo, que “acrescenta alínea ao inciso II do artigo 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das pessoas físicas, de doações e programas oficiais de combate à fome”, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 16-Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2003, não terminativo, que “faculta às pessoas jurídicas o armazenamento dos livros comerciais “Livro Diário” e “Livro Razão” em meio magnético”, de autoria do Senador Paulo Octávio, tendo como relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03, 04, 05 e 06 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. A Matéria é retirada de Pauta a pedido do Relator, Senador Francisco Dornelles; Item 17-Projeto de Lei do Senado nº 346, de 2004, terminativo, que “acrescenta incisos VII e VIII ao art. 1º da Lei nº 7.357, de 2 de setembro de 1985 (Lei do Cheque), para dispor sobre o conteúdo do cheque”, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, tendo como Relator o Senador Cícero Lucena, que oferece Parecer pela prejudicialidade do Projeto. A Matéria é retirada de Pauta; Item 18-Projeto de lei do senado nº 56, de 2004, terminativo, que “altera dispositivo da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000 (Beneficia pela compensação financeira os Estados e Municípios que possuem nascentes de rios, cuja vazão é aproveitada para a geração de energia

em hidrelétrica)”, de autoria do Senador Tião Viana, tendo como relator o Senador Antonio Carlos Valadares, que oferece parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com Parecer pela rejeição do Projeto. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Antônio Carlos Valadares, o Presidente concede Vista Coletiva nos termos regimentais. Foram aprovados, ainda, o Requerimento nº 25/2007-CAE, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que requer, nos termos regimentais, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda, para discorrer sobre a Política Econômica e a Evolução da Conjuntura Econômica; o Requerimento nº 26/2007-CAE, de autoria do Senador Arthur Virgílio que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública com o objetivo de discutir os limites de endividamento dos governos estaduais e municipais, em face do disposto na Lei nº 9.496/97, na Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e na Resolução do Senado Federal nº 43/01, tendo como convidados o Exmo. Sr. Mauro Ricardo Machado Costa, Secretário de Fazenda do Governo do Estado de São Paulo; o Exmo. Sr. Simão Cirineu Dias, Secretário de Fazenda do Governo do Estado de Minas Gerais; o Exmo. Sr. Carlos Martins Marques de Santana, Secretário de Fazenda do Governo do Estado da Bahia; o Sr. Tarcísio José Massote de Godoy, Secretário do Tesouro Nacional; e o Sr. Raul Velloso, ex-Secretário de Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento; o Requerimento nº 27/2007-CAE, de autoria do Senador Inácio Arruda, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para tratar sobre os limites de endividamento dos Estados e Municípios, tendo como convidados os Secretários de Fazenda dos Estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará e Bahia, e também o Secretário do Tesouro Nacional; o Requerimento nº 28/2007-CAE, de autoria do Senador Edison Lobão, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública a fim de debater a grave situação pela qual passa, no Brasil, a indústria têxtil e de vestuário, tendo como convidados o Excelentíssimo Senhor Guido Mantega, Ministro da Fazenda; o Excelentíssimo Senhor Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores; o Excelentíssimo Senhor Miguel Jorge, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; o Excelentíssimo Senhor Carlos Lupi, Ministro do Trabalho e Emprego, o Sr. Jorge Rachid, Secretário da Receita Federal; o Sr. Josué C. Gomes Silva, Presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT); e a Sra. Eunice Cabral, Presidente das Costu-

reiras de São Paulo e Osasco; e o Requerimento nº 29/2007-CAE, de autoria do Senador Renato Casagrande, que requer, nos termos regimentais, sejam convidados o Excelentíssimo Senhor Miguel Jorge, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; o Sr. Josué Christiano Gomes da Silva, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção; o Sr. Synésio Batista da Costa, Presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos; e o Sr. Elcio Jacometti, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados, para, em Audiência Pública, debater as conseqüências da política cambial do Governo na exportação de seus produtos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informaticizada. – Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queria solicitar os Senadores que estão na casa aguardando o início da sessão que compareçam, porque nós vamos imediatamente iniciar nossa sessão, a nossa reunião técnica aqui de análise dos dados de arrecadação tributária e outras questões relacionadas a secretaria da Receita Federal do Brasil. O nosso secretário Jorge Rachid. Então eu peço aos demais Senadores que estão nos seus gabinetes que venham imediatamente para nós darmos início a nossa sessão.

Bom-dia a todos, Senadores, demais jornalistas, convidados, nós temos feito sempre antes da nossa sessão ordinária, a nossa chamada reunião técnica, o objetivo dessas reuniões é permitir que os Senadores e Senadoras tenham acesso à informações relevantes, especialmente das áreas mais estratégicas do governo. Nós já tivemos nessas reuniões técnicas o Presidente do IBGE discutindo as mudanças de metodologia do nosso Produto Interno Bruto. Tivemos o secretário Geral da Receita falando sobre a evolução da dívida pública, mudança de perfil e a melhora na qualidade do crédito do Estado brasileiro, eu diria com informações bastante importantes para as Finanças públicas do país. Tivemos o Presidente do BNDES, o então Presidente fez um grande trabalho a frente da instituição, Damian Fiocca. Tivemos na última sessão agência de risco, a Standard & Poor's que foi também uma audiência bastante rica, esclarecedora sobre os critérios de enquadramento dessas agências e as perspectivas da economia brasileira e hoje temos aqui o prazer de ter conosco um profissional de carreira com uma grande

vivência em políticas públicas. Eu tive uma experiência aí, prolongada nas negociações com a Receita Federal e sempre admirei a competência, a dedicação, a seriedade no ingrato trabalho que a Receita tem de buscar a arrecadação dos impostos como o próprio nome diz imposto, é imposto mesmo, não é uma tarefa fácil, mas ela é necessária em função das necessidades do Estado especialmente da crise financeira o setor público que nós atravessamos todos esses anos e o Jorge Rachid auditor da Receita sempre demonstrou grande competência, equilíbrio e firmeza à frente da instituição. E hoje é o Secretário da Receita do Brasil unificando todo o que era então a Receita Federal com a Receita do sistema previdenciário. E esse processo de unificação também é um imenso desafio e que já começa a apresentar resultados bastante promissores para a evolução da Receita Federal. Hoje nós vamos ter, então, uma análise da arrecadação das Receitas Federais pegando exatamente esse primeiro quadrimestre do ano. Eu acho que é uma excelente oportunidade para nós esclarecermos todos os temas relacionados à Receita e poderemos aprofundar o conhecimento e as informações em torno da evolução da Receita Federal. Quero, portanto, passar a palavra ao nosso secretário da Receita Federal Jorge Rachid, com a certeza de que será uma audiência bastante importante para nós termos a evolução dos tributos e também outros temas que os Senadores dessa Comissão tenham interesse em debater com a Receita. Com a palavra Jorge Rachid.

SR. JORGE RACHID: Bom-dia a todos, Sr. Presidente, Senador Aloizio Mercadante, uma honra, um prazer participar deste encontro, desta reunião aqui na CAE, na Comissão de Assuntos Econômicos, Srs. Senadores, prazer também e espero poder contribuir trazendo informações aos senhores. O Presidente da Comissão, Senador Mercadante, eu agradeço as palavras elogiosas aí em relação --

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mais que merecidas.

SR. JORGE RACHID: Não, não, muito obrigado, obrigado. Eu tenho que agradecer em nome de toda a Receita Federal, de todo o corpo técnico da Receita Federal. Bom, trago aqui, Presidente, informações a respeito da Receita Federal do Brasil especialmente deste primeiro quadrimestre, dos resultados desse primeiro quadrimestre, gostaria de iniciar se o senhor permite, Srs. Senadores fazendo uma pequena exposição das, do que nós, da evolução da Receita Federal nesse período. Agora a partir do dia 2 de maio, estamos com a Receita Federal do Brasil implantada. Vale uma pequena recordação, em 2005 iniciamos esse trabalho de integração com Receita Previdenciária, Receita Fe-

deral com Receita Previdenciária, onde nós passamos durante o ano de 2006 já buscando, mediante um ato do Poder Executivo e discussão aqui no Congresso a busca aqui de um tratamento integrado nessas duas instituições. Finalmente, 2 de maio, implementado e os objetivos da Receita Federal do Brasil eu destacaria a preocupação no que diz respeito ao financiamento do Estado e da previdência, maior integração com a sociedade e buscar sempre a modernização e excelência da administração tributária brasileira. A idéia e efetivamente nós queremos, aumentar a percepção de risco junto ao contribuinte, estimular o cumprimento espontâneo, ter uma representação única, o contribuinte ter um acesso único à sua administração tributária federal, conseqüentemente otimizar e racionalizar os custos desse cumprimento e a busca de maior eficiência, efetividade administrativa, integração de todos os processos. Então nós temos a racionalização e otimização dos recursos financeiros, a simplificação de processos de trabalho, isso nós vamos buscar não só internamente dentro da Administração Pública, mas junto ao contribuinte, racionalização do atendimento ao contribuinte, uma rede integrada, otimização do uso de cadastro único de crimes e efetiva redução de custos para o contribuinte. A missão nossa é prover recurso ao Estado, prestar serviço de excelência, segurança e facilitação no comércio exterior. A Aduana brasileira está dentro da administração tributária e os valores da nossa instituição respeito ao cidadão, integralidade, lealdade, legalidade e profissionalismo.

A Receita Federal do Brasil, hoje, conta com 32 mil servidores, são todos servidores da carreira auditoria, são todos servidores concursados. A Receita Federal do Brasil é responsável por em torno de 65% da arrecadação nacional e estando presente 580 unidades administrativas. Nesse período nós, nesse período do dia 2 de maio até agora, praticamente um mês, já foram implementadas diversas medidas. Destaco aqui, o portão, o portal único de eletrônico, é na nossa página o contribuinte acessa para obter informações sobre CND, legislação, cálculo, já temos 110 unidades integradas onde havia duas unidades da Receita e da previdência, hoje tem uma só, isso reduz custo. Agendamento do atendimento presidencial via internet, o contribuinte não precisa pegar fila, eventual fila, ele agenda o seu horário para atendimento na Receita Federal. Conseguimos ampliar o horário de atendimento em 51 cidades. As consultas no passado, Presidente, só à legislação dos tributos administrados pela Receita Federal, os contribuintes tinham acesso à consulta administrativa. Estendemos isso às receitas, à contribuição previdenciária. Contencioso administrativo, ele é, no caso da Receita Previdenciária, ele

era com auto de infração era julgado por uma única pessoa, hoje como é na Receita Federal, é julgado num colegiado, então melhora a qualidade do crédito tributário e ao mesmo tempo foi ampliado o prazo de defesa, era de 15 dias passamos para 30 dias. E a ordem também de procedimento fiscal, de fiscalização também foi alterada.

Trago aqui alguns projetos já em andamento que consideramos de grande relevância para a melhoria do ambiente de negócios do Brasil. Destaco aqui o cadastro sincronizado. Vale recordar que na emenda constitucional de 42, número 42 de 2003 discutida aqui nesta casa, essa emenda 42 de dezembro de 2003, num dispositivo prevê que as administrações tributárias da União, Estados, Distrito Federal e Municípios deverão atuar de forma integrada compartilhando informações de cadastro, informações fiscais de cadastro. No passado nós tentamos fazer esse trabalho junto ao ambiente do CONFAZ, mas era um ambiente contaminado pelas discussões de política do ICMS, então nós não tínhamos o devido apoio no sentido de avançar de medidas de administração tributária. Criamos em 2004 o Encontro Nacional de Administradores Tributários, formado pela Receita Federal e por secretários de fazenda de todos os Estados, inclusive de secretário de finanças, de municípios de capitais. Bom, então teve uma configuração um pouco maior, foi nesse ambiente que nós firmamos um protocolo e criamos o cadastro sincronizado, o que é que significa? O contribuinte acessa, ele para cumprir, para ele abrir uma empresa, para fechar, para alterar basta acessar uma única vez a administração tributária que todos os órgãos, União, Estados e municípios, ele estaria cumprindo a sua obrigação tributária, e este trabalho já está funcionando na Bahia e São Paulo, junto ao Estado desses dois Estados, temos a previsão de agora, no próximo mês mais 18 unidades entrarem, Estados e municípios, não é? Avançando nesse processo. Destaco que temos um piloto lá no Maranhão onde além de envolver as administrações tributárias envolve também a, os outros órgãos intervenientes no processo de abertura e fechamento de empresa, refiro corpo de bombeiro, vigilância sanitária, órgão de posturas municipais, enfim. Então isso vem facilitar a vida do contribuinte. Um outro projeto é o sistema público de escrituração digital, a idéia também dentro desse escopo que nós iniciamos esse trabalho em 2005, junto aos Estados também, é ter toda a escrituração contábil, fiscal e a nota fiscal eletrônica, tudo em e-mail digital. É imaginar que uma empresa que guarda documentos em depósitos, eu de digo depósito apropriado para a guarda de documentos, do tamanho, por exemplo, de prédios aqui da esplanada do nosso Ministério. Isso poder

ser abolido. E se a redução efetiva de custos para as empresas e ao mesmo tempo redução de custo para a administração tributária, pois todas essas informações estarão disponíveis para administração tributária em meio eletrônico. Para o lado do contribuinte também a idéia ao uniformizar essas informações, haverá efetiva redução de custo pelo fato que haverá também redução de obrigação acessória, é imaginar que ele não precisa apresentar mais declarações, a informações já estão disponíveis. Então, realmente, a escrituração contábil chama a atenção que isso não é não é, apesar de estar projetos em andamento, mas são projetos já em funcionamento. Escrituração contábil, nós temos uma instituição financeira já adotando no projeto piloto, e escrituração fiscal. Os contribuintes já estão se adaptando, nota fiscal eletrônica, já tem mais de 500 mil notas emitidas. E devo destacar que nesse projeto, além das administrações tributárias estão também Banco Central, SUSEP, CVM, empresas do Setor Privado que participam desse projeto.

O outro que encontra-se em, em andamento é a regulamentação do simples nacional aqui aprovado na, no final de dezembro de 2006, tivemos ontem, inclusive, uma reunião do Comitê Gestor do Simples Nacional nós estamos avançando para a sua implementação no dia primeiro de julho de 2007. Esse, destaque o simples nacional é um grande desafio, porque nós temos que normatizar e desenvolver sistemas e dar tempo ao contribuinte para que ele possa optar e aderir ao programa, evidentemente, aderir ao regime a partir do dia primeiro de julho. É um grande desafio considerando que nós estamos dentro da Administração Pública. Os tempos e os recursos são escassos, e envolve a participação de Estados e municípios, quer dizer, não é algo que depende só da Receita Federal, só da União, depende dessa harmonia dos Estados e municípios.

Um outro projeto em andamento é um projeto denominado Harpia, é uma integração e sistematização de análise de risco para a seleção fiscal aduaneira com base em técnicas em inteligência artificial. Senhores quando nós apresentamos esse projeto no exterior, as pessoas, quando eles entenderam a dimensão desse projeto, já recebemos visitas de várias administrações aduaneiras no sentido de conhecer esse projeto. É um projeto completo, se conclui no final do próximo ano, mas os seus resultados já começam a ser vistos em algumas etapas do comércio exterior. Temos que lembrar que a administração aduaneira, é preocupação da Receita prover segurança, agilidade e previsibilidade no comércio exterior. Felizmente foi possível durante todo esse período de 2002 a 2006, o comércio exterior cresceu consideravelmente nesse período. Aqui nós

podemos destacar a linha azul é a linha de importação, aqui é o aumento da quantidade de despachos nessa linha, aqui é a exportação, aumento nessa quantidade e os tempos de despacho considerando que a mão-de-obra, a força de trabalho da Receita Federal permaneceu estável durante esse período. E nós tivemos redução efetiva de tempos e despacho em algo em torno a 8 horas de despacho de importação no comércio exterior. Então redução efetiva nos tempos de despacho sem perder segurança, muito pelo contrário, com aumento do risco e com aumento dos resultados aí de apreensões ou mesmo indisponibilidade de empresas na atuação de comércio exterior.

Aqui é a página da Receita Federal, onde o contribuinte tem acesso a todas as informações, o e-CAC, o CNPJ, o cadastro sincronizado, o SPED, e logo no início do mês vai entrar o simples nacional que já vai entrar o simples nacional, Senador, imediatamente para o contribuinte poder apresentar suas informações. Bom, passo aqui Sr. Presidente, a análise da arrecadação do primeiro quadrimestre --

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Foi duro colocar o simples nacional nesse quadrinho, não foi nada fácil.

SR. JORGE RACHID: Mas vai entrar, está lá, está...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): 6 bilhões de renúncia fiscal.

SR. JORGE RACHID: Decisão tomada, temos que cumpri-la. Então vai entrar, a reunião foi muito dura, não são fáceis essas reuniões não, mas vai chegar lá. Da análise da arrecadação eu passo aqui, Presidente, por alguns pontos para nós iniciarmos os debates se assim o desejar.

O resultado da arrecadação, desse de janeiro a abril, aqui é um quadro em valores reais, em valores pelo IPCA, nós temos um crescimento da arrecadação real na ordem de 11%, 11,5%, na Receita Previdenciária na ordem de 11,6% e nas demais receitas, 11,48%. Então, considerando valores reais, temos que levar em conta o crescimento da economia que está visto aí, e efetivamente os melhores controles que foram construídos ao longo de todo esse tempo. É possível verificar aqui, aqui eu passo logo em seguida os principais fatores que levaram a este crescimento. Chamo a atenção em primeiro lugar o Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, tivemos, na apuração anual, na apuração do período de 2006 comparando 2005, na declaração de ajuste no balanço final, nós tivemos um crescimento na ordem de 41%, fruto da maior lucratividade das empresas nesse período. E o crescimento total dessas duas arrecadações na ordem de 19,5%.

Os principais setores, entidades financeiras 26%, fabricação de veículos automotores, um dos maiores crescimentos verificados aí em todo esse tempo e telecomunicações, isso para o Imposto de Renda pessoa jurídica. Para o Imposto de Renda pessoa física, destaco aqui ganho de capital na alienação de bens. Vale recordar que nós já tínhamos a declaração de operações imobiliárias e em 2003 foi introduzida a declaração de informações de atividades imobiliárias, de operações imobiliárias era aquela obtida junto aos registros de imóveis, a declaração de atividade imobiliária ela é mais ampla, é obtida junta as construtoras, junto as administradoras de imóveis. Foi curioso quando a declaração foi instituída houve um crescimento, só o fato de inserir essa arrecadação tivemos um, essa declaração, tivemos um crescimento da arrecadação, sem nada a fazer, intensificamos um trabalho e estamos verificando o crescimento na ordem de 31% geral, no ganho de capital de alienação de bens, em especial do ganho de capital de alienação de bens duráveis.

O depósito judicial teve um depósito adicional aqui, na verdade essas duas linhas podem estar agrupadas. Chamo atenção do imposto de importação IPI vinculado, a elevação de 24% do valor em dólar, massa salarial uma expansão de 8,3% em termos reais, onde nós tivemos Receita Previdenciária aumentando 11,6% em termos de IPCA onde eu destaco, houve uma expansão do crédito, no aumento das operações de crédito junto às pessoas físicas --

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Só voltando um pouquinho ali, a massa real cresceu 8,3%. As receitas previdenciárias 11,6%.

SR. JORGE RACHID: Valores reais.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E o impedimento do trabalho 14,2%, quer dizer, é um problema de aumento do emprego, formalização e melhora na eficácia de arrecadação.

SR. JORGE RACHID: Presidente, eu entendo que sim, eu entendo que a é conjugação dos três fatores, crescimento econômico --

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): O senhor acha a super Receita, essa vinculação das duas fiscalizações também ajudou ou ainda não teve início.

SR. JORGE RACHID: Não dá para dimensionar e imputar este efeito exclusivo, mas é possível verificar que hoje nós temos. Não, não. Perfeito. Hoje nós temos as equipes, no ano passado estavam mais próximas a partir de agora elas vão trabalhar efetivamente juntas, no passado estava mais próximo, integradas. Então, como o Senador aqui destacou, eu entendo que teve a busca dessas trocas de informações, um aumento da eficiência, tivemos crescimento da economia e maior,

e também maior formalização, não é? Então, aí essa conjugação. Essa não, essa não, não, não Senador, essa não entra não --

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É que o andar de baixo, como dizem alguns, continua crescendo no ritmo chinês, 8,3%, massa salarial.

SR. JORGE RACHID: Presidente, nessa tabela vale destacar que foram diversas medidas que foram adotadas encaminhadas pelo governo, discutidas aqui no Congresso, iniciativas aqui no Congresso Nacional também, mas eu acho que vale destacar que durante esse período de 2004, 2006 foram mais de 22 bilhões de reais em termos de desoneração tributária, aqui não estão todas, é só lembrar, por exemplo, a Constituição Civil, tivemos patrimônio de afetação, tivemos outras medidas de incentivo a construção civil, na própria, na questão da inovação tecnologia, enfim, teve uma série de outras medidas aqui eu só destaco foram mais de 30 medidas que foram instituídas. Então só para recordar.

E agora para este ano, estamos com o PAC onde destacamos a tabela do Imposto de Renda, o simples nacional, alíquota zero para PIS/COFINS em termos de edificação, perfil, o *reading*(F), quer dizer, são matérias que muitas delas já foram discutidas aqui, inclusive, no Senado Federal. Então, com esse reflexo aí revisto para esse ano. Então em função, Sr. Presidente, em função do meu tempo eu coloco à disposição para maiores informações, nós... trago aqui a análise da arrecadação de receitas que consta que foi distribuída a todos os Senadores. Eu destaco aqui na folha número 18. Perdoe-me, perdoe-me. Na folha número 15. Na folha número 15 é uma tabela onde nós temos tributo a tributo, tributo a tributo, toda a variação real da arrecadação dos tributos federais. Eu destaco aqui, por exemplo, o que eu mencionei do IPI, a questão do IPI outros, demonstram crescimento econômico também, quando se fala IPI outros é crescimento da economia, da atividade econômica em torno de 10%. Destaco aqui a CPMF, 11%, crescimento real de 11%, o Imposto de Renda já havia comentado.

Este material, vou pedir aos senhores, ao iniciar esse material nós temos na primeira, na página 2, só para, para os senhores familiarizarem com essa análise, na página 2 nós temos o quadro resumo do que eu apresentei aqui, o quadro de toda a arrecadação desse período de janeiro a abril. Inclusive a análise de abril contra março. Logo a seguir, nós apresentamos o desempenho da arrecadação de abril em relação a março e os principais fatores que ensejaram esse desempenho. Da mesma forma, na página seguinte, nós examinamos também o desempenho de abril de

2007 em relação a abril de 2006. É uma análise de mês contra mês. Na página seguinte, temos o desempenho da arrecadação acumulada do período contra período, é esse que eu busquei destacar aqui nessa, nessa apresentação.

Neste material também traz informações adicionais no que diz respeito aos débitos que encontra-se suspensos de exigibilidade suspensas os débitos que estão em parcelamento, os débitos que estão em cobrança administrativa, temos um tabela em relação a isso. Os valores já recolhidos em termos de REFIS, PAES e PAEX os valores recolhidos em termos de simples, destaco aqui que é durante o período, durante o ano passado, recolhemos em termos de simples algo próximo de 14 bilhões de reais, estamos na ordem de 4,8% este ano, e conforme mencionei na página 12, perdoe-me, na página 15, nós temos o quadro geral de todos os tributos, na página anterior temos a preços correntes, nessa tabela de preços correntes é bom nós verificarmos quais são os tributos que examinam o preço corrente, eu destacaria o IPI fumo por ser alíquota de *ad rem*, e o IPI bebidas também é sobre alíquota de *ad rem*, na página 14 da tabela 2. Crescimento na ordem de 1... a de *ad rem*, alíquota específica é sobre a quantidade de produto, de volume que passa na linha de produção.

A análise de outros tributos é interessante nós examinarmos na tabela 2 A. Onde destaca a preço, a preço de abril de IPCA, aí sim nós temos outros tributos examinados onde eu destaco mais uma vez o IPI que demonstra um crescimento real. Mais adiante, nós temos outras análises, que colocada à disposição dos senhores para uma melhor verificação. Sr. Presidente, me coloco à disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço a apresentação, bastante esclarecedora especialmente a primeira parte em termo dos projetos principais de integração modernização dos trabalhos da receita e também os dados de melhoria da arrecadação. Nós vamos abrir a lista de inscrição, eu deixarei para falar no final, o primeiro inscrito foi o Senador Suplicy, segundo o Senador Aldemir. Eu vou passar a lista e, por favor. Eduardo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Aloizio Mercadante, prezado secretário da Receita Federal, Sr. Jorge Rachid. Primeiro, os meus cumprimentos pela colaboração que V. S^a tem dado ao país, pela seriedade com que tem realizado o seu trabalho a frente da Receita Federal. Eu estou aqui ao lado de uma pessoa que um dia foi também secretária da Receita Federal, além de Ministro da Fazenda e então eu acho que o peso das perguntas dele será bem maior do o que meu. Mas eu vou co-

meçar com uma diferença que eu tenho aqui com ele até, porque será hoje um dia de decisão importante a respeito de um tributo que nós conversamos a respeito na semana passada.

Está para ser analisado aqui hoje, um Projeto de Lei que abre mão da tributação sobre a pinga, a cachaça. Eu tive a oportunidade no encontro com o Ministério da Saúde José Gomes Temporão de observar que a CAE está por decidir isso, e ele como era da minha expectativa estranhou e disse que do ponto de vista da saúde pública e levando em conta que... Uma tributação sobre a cachaça além de poder contribuir ainda que pouco, porque às vezes um aumento de preço de uma cachaça de baixo custo em função de uma maior tributação pode não alterar tanto o consumo, mas de qualquer maneira constitui um ponto importante de arrecadação de recursos sobre um bem que diferentemente, digamos, dos bens que constam da cesta básica, que constam do seu quadro, e na sua demonstração foi colocada que ao longo desse período recente um dos itens que teve diminuição de impostos foram justamente, digamos o arroz, o feijão, os componentes daquilo que é considerado muito essencial para a alimentação e a saúde dos seres, humanos, bem, justamente a cachaça seria um bem por não ser tão essencial levanto em conta o princípio constitucional poderia e pode ser tributado.

Então, muitos de nós Senadores aqui, como eu próprio diferente do meu colega pelo qual tenho o maior respeito e amizade, acho que não seria o caso, mas eu agradeceria se pudermos ter a sua avaliação já que vamos ter que decidir e coincide do senhor hoje estar aqui presente. Eu já sei que a opinião do Ministro da saúde é de recomendar contrariamente a isentarmos a cachaça, mas agradeceria se puder saber a sua opinião.

Observo aqui no seu quadro, sobretudo na página 15, é um quadro resumo que nos dá como é a importância relativa dos diversos tributos e posso observar aqui, por exemplo, que a CPMF tem uma importância hoje bastante significativa e, embora não tendo sido alterado a alíquota de 0,038% de 2006 para 2007 aumentou de 10.337 bilhões para 11.525 bilhões num período de 4 meses, é isso, não é? Janeiro a abril. Ou seja, tem uma arrecadação bastante significativa.

Como está se discutindo a questão da relevância da CPMF, agradeceria se puder nos dar a sua avaliação de, das diversas vantagens e eventuais desvantagens desse tributo desde a sua instituição. E em especial se puder nos explicar a respeito da destinação, por exemplo, 0,08% corresponde aquilo que vai para o fundo de combate à pobreza, muitas vezes se perguntam: Mas e do 0,30% que originalmente seriam para a saúde,

quanto que está indo para a saúde? Se puder nos dizer a respeito da destinação dos recursos e, porque que esse, a CPMF cobrada numa alíquota modesta tem uma função importante sobre diversos aspectos que eu agradeceria muito se o senhor puder nos transmitir a respeito. Eu talvez tivesse outras perguntas, mas vou me ater a essas duas, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu vou pedir bastante brevidade e objetividade que são muitos inscritos e nós temos a nossa pauta ordinária, porque na sessão anterior nós acabamos prolongando demais a audiência e prejudica a nossa sessão ordinária, então eu pediria bastante objetividade para todos poderem falar, o nosso secretário responder e nós iniciarmos a sessão, o próximo é o Senador Aldemir Santana.

SENADOR ALDEMI R SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente e quero louvar ação de sempre iniciar as nossas sessão com esses encontros expositivos e saudar o nosso companheiro secretário Jorge Rachid. Eu já até externei a minha preocupação no negócio no simples, porque ficou estabelecido, Sr. Presidente, que a lei entrará em vigor em primeiro de julho, nós já estamos praticamente em junho e essa coisa ainda nem aparece no site da Receita. Seria interessante que a gente primeiro, se efetivamente está tudo pronto para que isso entre em vigor primeiro de julho, efetivamente entre em vigor. Segundo é que ontem nós soubemos que ontem houve uma reunião do comitê gestor cuja presidência do nosso secretário Jorge Rachid, a minha pergunta é se saíram algumas resoluções novas se foram aprovadas algumas resoluções, quais as notícias dessa reunião de ontem.

Outra questão que eu gostaria de focar é que nós estamos fazendo uma caravana da Comissão Mista do Congresso, Senadores e Deputados, aos Estados a vários Estados brasileiros. E temos nos deputados com alguns regimes especiais de ICMS nos Estados que foi muito bem focado na obra da votação com relação Osmar Dias com relação ao Estado do Paraná. A minha pergunta, secretário é como será acolhido a questão dos regimes especiais para a verdadeira implantação geral dessa lei em todos os Estados brasileiros, e por último, uma questão mais técnica é que algumas atividades que tem hoje IPI acima de 20% estão impedidas de participar do simples nacional, esta situação poderá sofrer alguma alteração ou de redução de alíquota para que ele se enquadre ou efetivamente essas atividades que tem esse IPI acima de 20% estão determinadas a não serem incluídas no super simples. São essas as questões que eu gostaria

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço a objetividade Senador

Aldemir. O próximo Senador Romeu Tuma, não está, nós vamos encerrar as inscrições para permitir que a gente possa iniciar então a nossa sessão. Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, doutor Jorge Rachid, eu quero fazer apenas duas indagações até respeitando aqui o nosso Presidente que quer bastante objetividade, serei muito pragmático nas perguntas. Eu tive a preocupação elaborei até por escrito no meu gabinete e estou trazendo aqui nessa Comissão.

Primeira pergunta senhor Jorge Rachid ao levarmos em conta que a estrutura e controle de arrecadação criada pela lei nº. 11497 inaugura o novo conceito de inteligência tributária e que com a possibilidade do cruzamento de dados, já conseguimos em pouco mais de 3 meses de vigência da MP 258, um aumento de cerca de 10% na Receita Previdenciária, a expectativa de todos nós é que haja sensível decréscimo nos atuais níveis de evasão fiscal. E o que propiciará como resultado lógico um expressivo e crescente aumento da arrecadação sem a necessidade de alterações na base de cálculo. Diante disso faço a seguinte pergunta ao senhor: Em que proporções, em quanto tempo podemos esperar que este novo modelo de eficiência venha traduzir da efetiva redução da carga tributária? Essa é a primeira pergunta. Segunda: Não há dúvidas de que vivemos hoje no Brasil um evidente processo de mudança na cultura das relações entre o cidadão e o Estado. Não há dúvidas também que grande parte desse processo pressupõe o esforço dos atores governamentais e, sobretudo, da classe política. No que se refere à disponibilização para a sociedade de instrumentos e meio que inspire confiança, transparência e racionalidade entre o risco, o fisco e o contribuinte mediante, por exemplo, a redução de obrigações acessórias, desburocratização e a simplificação e a expectativa de redução paulatina até um patamar justo de cobrança de impostos.

Neste contexto, minha pergunta é a seguinte: Na opinião de V. Ex^a. como nós legisladores, podemos contribuir para o aperfeiçoamento destas relações? Principalmente no que diz respeito aos programas e ações de educação fiscal bem como a edição de dispositivos que confirmam maior visibilidade à função socioeconômica do tributo do ponto de vista da garantia da eficácia na prática da aplicação dos recursos arrecadados. Essas são as minhas duas perguntas doutor Jorge Rachid eu espero que V.Ex^a. me faça uma resposta convincente, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Senador Jayme Cam-

pos pela objetividade, o próximo Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, se há possibilidade eu gostaria de ficar mais para o final, não sei se vou ter essa chance.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Seguramente V.Ex^a. tem todas as prerrogativas nessa Comissão. Senador Francisco Dornelles com a palavra.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu queria inicialmente mais uma vez cumprimentar o nosso secretário Jorge Rachid, pelo trabalho que ele vem desenvolvendo na Receita, ele que montou na Receita Federal uma das equipes mais competentes que aquela casa tem conhecido e os resultados estão aí e desenvolvendo sempre a sua ação com muita imparcialidade, com muita seriedade, tem uma ou outra exceção American Virgínia, Daslu, Schincariol que excedeu um pouco, que não está um pouco compatível com a área da Receita, mas regra geral com muita imparcialidade, com muita seriedade e com muita honestidade que são características de V.Ex^a e da sua equipe na Receita. Eu queria lhe perguntar o seguinte, olhando os dados de V.Ex^a., eu tenho visto que em relação ao REFIS, foram recepcionados 129 mil termos de opção em que só se mantém 20 mil. Qual é a razão que levam essa desistência do programa?

Segundo lugar, eu queria olhando aqui do programa, eu volto ao assunto dos juros de capital próprio, eu vejo que no período de janeiro a abril a arrecadação com juros de capital próprio foi 1290,1.290 bilhão, considerando que isso representa 15%, eu acho que o montante de juros de capital próprio pago durante esse período, deve ser atingido uns 3 bilhões de reais, o que é juros de capital próprio, os 3 bilhões de reais não pagaram nem Imposto de Renda pessoa jurídica, nem contribuição social sobre o lucro, deixaram de pagar 34% para 15% eu calculo que isso implica numa perda de Receita no quadrimestre de 770 bilhões. Eu pergunto, qual é o montante de perda de Receita pelo sistema de juros de capital próprio já está atingindo a 3 bilhões por ano? A Receita tem essa avaliação quando ela perde pelo sistema de juros do capital próprio? E a última pergunta é o seguinte: Qual é a idéia da Receita Federal, ainda é se mantém aquela dedutibilidade ágil existe uma idéia de quanto é a perda de Receita existente em relação a essa prática que todas as pessoas que atuaram consideram totalmente distorcida e o último: Quando é que os conselhos de contribuintes vão ser instalados nos Estados em São Paulo no rio onde tem superintendência, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço o Senador Francisco Dornelles, Senador Jefferson Péres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Bom-dia doutor Rachid é um prazer recebê-lo aqui. Duas perguntas bem objetivas. Eu li há poucos dias reclamações de, do meu empresarial no sentido de que o super simples para algumas empresas prestadoras de serviço vai aumentar a carga tributária. Eu lhe pergunto se verdadeira qual é a extensão disto? É muito grande o número de empresas a serem prejudicadas ao invés, ao invés de serem beneficiadas pelo super simples, é a primeira pergunta. A segunda: Li outro dia um tributarista dizer que o avanço mais importante no campo fiscal do Brasil seria simplificação, mais até do que a desoneração da carga fiscal. Eu lhe pergunto sendo a CPMF o imposto que no momento não pode ser descartado, porque não se vai jogar fora 32 bilhões de reais e que muito contribuem para a arrecadação federal. Eu lhe pergunto: A CPMF tem vantagens e desvantagens, eu acredito que mais vantagens do que desvantagem. Mas a principal objeção que se fez à CPMF que se fazem, é o fato de ser um imposto a mais. Eu lhe pergunto: A manutenção e o aumento da alíquota da CPMF transformando em IPMF com a redução, a eliminação de 4 ou 5 impostos federais não seriam grande passo no sentido da simplificação?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Senador Jefferson Péres, Senador Valdir Raupp, depois Senador Garibaldi eu farei a minha intervenção e nós encerramos a...

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu? Bom, eu gostaria de me associar às palavras dos Senadores que me antecederam, parabenizar o doutor Rachid pelo excelente trabalho que vem fazendo frente à Receita Federal e a minha pergunta seria a seguinte: Porque contingenciar se vai ter excesso de arrecadação? Já foi aprovado que no primeiro trimestre já tem um excesso de 3 bilhões, aproximadamente 3 bilhões de reais e o contingenciamento foi da ordem de 16 bilhões. E a tendência é se realizar a Receita que o Congresso Nacional que a consultoria do orçamento nos apontou que teria, que poderia ter excesso de arrecadação e o Congresso fez e todos os anos o governo contingencia uma certa quantidade no final se verifica que a receita é realizada, aí que o Congresso defende o orçamento impositivo, porque se a receita for realizada por que não cumprir? Se a receita não for realizada tudo bem, não há, porque cumprir e tem que haver o contingenciamento então nós devemos trabalhar com o orçamento impositivo flexível, se a receita for realizada será impositiva se não for flexibilizada para contingenciar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Senador Valdir Raupp. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEUTUMA (DEM-SP): Presidente eu vou ser rápido, sei que ainda temos uma pauta a ser discutida. Mas eu queria principalmente cumprimentar o nosso secretário, não por ser Patrício, que isso é redundância, mas pela eficiência e a cortesia com que ele trata todas as pessoas, principalmente os parlamentares. Com credibilidade e com facilidade de explicação das medidas que são tomadas. Eu vi tudo isso aqui, vou levar comigo, eu passei pela sua cadeira e sei o sacrifício que aquilo representa. Ele falou do problema de cortar o IPI da cachaça eu me lembro de quando a Zélia era secretária, era ministra, ela chamou o fiscal, o diretor da parte de arrecadação, de arrecadação e ele voltou nervoso disse que não ia mais aumentar nada que o povo não agüentava mais. Estava mais ou menos uma situação como essa. Eu falei calma, dei um pouco de água, vamos juntos para discutir com ela, ela disse que o caixa estava ruim precisava aumentar de qualquer jeito, ficou uma discussão longa se fixou um aumento de alíquota na cachaça e no cigarro.

Então eu não sei aí a pergunta do Suplicy, infelizmente não ouvi a resposta vou pegar a nota taquigráfica para a gente se acautelar de alguns aspectos, o importante é que eles querem aumentar a exportação de cachaça e provavelmente estão buscando uma diminuição do IPI. Mas eu poderia, doutor Jorge, fazer uma pergunta fora da exposição de V.Ex^a? É que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a qual eu pertença, incumbiu-me de compor uma Comissão e ir a Foz do Iguaçu, principalmente sobre o aspecto do terrorismo e contrabando.

Eu vi que ontem os senhores fizeram uma grande operação com a Polícia Federal, várias prisões, inclusive, identificaram os locais de guarda do contrabando, a gente sempre fazia isso, isso praticamente é uma rotina. O que me trouxe um pouquinho, eu queria orientação do senhor se a gente for conversar lá com as pessoas responsáveis, qual é o projeto para legalizar o sacoleiro? Eu não vou falar contrabandista, porque já é um pouco chocante. Nós temos a diferença entre os contrabandistas propriamente ditos, os barraqueiros e os sacoleiros. O senhor sabe melhor que eu como é que funciona essa gama, quem é o capitalista e quem trabalha para ganhar uma pequena Comissão. Então eu vi uma tese que V.Ex^a está estudando uma forma de forma trazer para a legalidade os sacoleiros pagando uma taxa de importação menor do que a normal. E se isso é verdade e se realmente vai sair alguma coisa time mania, quer dizer aqui nós fiz em uma discussão

se V.Ex^a lembra, há mais de um ano foi discutido ficou tudo acertado depois ontem vieram me falar que ainda vai entrar mais não sei o quê, não sei o quê? Removeram e trouxeram de volta eu acho que toda a discussão. Só para conhecimento, porque muita gente me pergunta e eu fico agora meio vendido diante da nova situação que surgiu. Esse de Foz do Iguaçu seria uma coisa importante se o senhor conseguisse encontrar uma solução.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Senador Romeu Tuma, Senador Garibaldi. Curto e grosso espero que V.Ex^a não volte com o debate, porque esse debate da cachaça está virando um porre, nós vamos liquidar isso hoje o pessoal está com ressaca sobre esse tema.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Lembre-se que eu não sou autor, eu sou Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Ex^a é o com o autor do crime, é grave.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senhor secretário eu também quero cumprimentar V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não se intimide porque dependendo do resultado pode virar um elixir(F).

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos ver, não é? Eu quero dizer a V.Ex^a. que primeiro quero cumprimentá-lo pelo trabalho que vem sendo realizado, mas aqui as perguntas...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pode falar.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas aqui parece que as perguntas são todas no sentido de baixar Receita em vez de aumentar. A contribuição que V.Ex^a vai levar daqui não é das mais significativas no sentido do crescimento. Mas é no sentido também da justiça fiscal. Então, quando uma Prefeitura ou uma associação, com uma entidade comunitária constrói um conjunto habitacional para pessoas de baixa renda, até 3 salários mínimos no âmbito de programas do Governo Federal, do Governo Federal, chega a pagar algo em torno de 9% do custo da construção ao INSS. Isso ocorre por que ao invés de considerar área individual de cada imóvel se considera área construída do conjunto como um todo. Além disso, o INSS ignora o custo da obra previsto por, no projeto de engenharia aprovado pela Caixa Econômica Federal e estima um valor que chega a ser mais que o dobro do custo real. Em um conjunto de 100 casas, deixa-se de garantir a casa própria para 9 famílias de baixa renda em função dessa taxação. Eu pergunto o que é que

V.Ex^a acha disso ou poderia fazer para melhorar essa situação do ponto de vista do adquirente.

A outra pergunta, é o que IPI, sendo de competência do Governo Federal, na medida em que é atribuída uma desoneração fiscal, uma isenção do IPI os Estados perdem, ou não? É uma pergunta. Os Estados naturalmente perdem. Não poderia haver uma compensação do ponto de vista dos Estados? E depois, é a pergunta o que é que o senhor acha do IPI da cachaça.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador, eu queria, eu queria só muito brevemente também colocar sei que a pauta está muito grande, V.Ex^a também vai ter que ser objetivo, se precisar nós faremos outra sessão depois de aprofundar que esse tema é tema de grande interesse da Comissão. Eu estou entre os que consideram que o nosso sistema tributário está completamente esgotado. Cada remendo que a gente faz vai ficando mais deformado, não há mais saída para essa estrutura tributária brasileira. Ou nós realmente elegemos a reforma tributária como a reforma prioritária e relocalizamos esse tema na agenda nacional, ou eu acho que as distorções, as deformações que nós estamos gerando são de tal ordem que eu não vejo solução a curto prazo.

Mas queria mencionar alguns problemas que me preocupam muito o primeiro é o crédito prêmio do ICMS. Nós tivemos, nós tivemos aí um... Avanço nas exportações espetacular, existe um esqueleto tributário brutal nos Estados e com essa apreciação do câmbio as exportações tendem a cair e a pressão sobre o setor, sobre os Estados no sentido de honrar os compromissos tributários vai aumentar e nós precisamos discutir isso com profundidade no Congresso como é que nós vamos equacionar esse problema. Porque eu vejo isso com muita preocupação, acho que é o esqueleto tributário que mais me preocupa nesse momento no Estado brasileiro.

Segundo, eu queria mencionar duas distorções que são verdadeiras aberrações e que eu não vejo, porque é que a Receita não toma medidas e acho que esse Congresso tem a obrigação de fazê-lo caso não seja feito pela Receita. O primeiro é a questão da carne, da cadeia produtiva da carne. Não dá para continuar dando um crédito presumido para os exportadores que é hoje é 60% do PIS/COFINS, 60%, nós damos crédito presumido de 60% para os exportadores, eles despejam parte, são 5 grandes frigoríficos, eles despejam no mercado interno a carne exatamente utilizando esse benefício, arrebentando os pequenos e médios frigoríficos que não tem como suportar essa concorrência absolutamente desequilibrada e nós temos uma concentração e uma caracterização crescente nesse

setor. Então, nós precisamos o mínimo de equilíbrio tributário não é possível ter uma distorção dessa natureza, é verdade que o para exporta 4 bilhões de dólares, tem que ter algum tipo de crédito presumido, mas 60% numa ponta e você despejar o resto da carne no mercado interno, você está criando uma distorção, aí empurra os pequenos para a ilegalidade vai ficando um passivo tributário e nós vamos gerando uma deformação sem fim.

Então, isso o Congresso tem que assumir a Receita tem que ajudar a encontrar uma solução de equilíbrio. O segundo o Ministro Dornelles tocou de forma muito marginal, mas eu acho que na cadeia do fumo, eu estou entre aqueles que acham que bebida e fumo têm quer ser tributados mesmo. O sujeito que fuma vai ter câncer, enfisema, etc., vão gastar com saúde. É a mesma coisa da cachaça, vai ser cirrose e tantos outros problemas, nós precisamos de gastos elevados na saúde, nós temos que cobrar impostos elevados.

Agora, nós temos uma estrutura tributária no fumo que é completamente injusta, ela favorece Souza Cruz, Philip Morris contra as pequenas empresas. É visível que há uma distorção, eu sinto também na Receita uma resistência muito grande para fazer um ajuste em temas que eu acho que são temas de equilíbrio de isonomia tributária que não existe. É a forma como estão enquadrados os produtos, claramente favorecem as empresas e prejudica outras pequenas empresas, e o enquadramento que eu defendo não é para reduzir carga tributária, estranhamente talvez seja por isso fumo é um dos produtos que teve crescimento negativo. Sim, mas é absolutamente marginal perto do aumento total de 13% o fumo cresceu 1.7%. Eu acho que nós temos que olhar essa questão e fazer uma justiça tributária na cadeia. Eu quero que arrecade mais, porque claramente está favorecendo alguns produtos de algumas empresas.

Por último, a questão dos sacoleiros, o Presidente disse que vai regulamentar eu sou totalmente favorável a regulamentação, eu acho que nós temo que criar um modelo que permita que essa atividade seja formal, pague os devidos impostos e acabe com aquela coisa de ficar prendendo ônibus, corre atrás de sacoleiro, prende nós temos que disciplinar, regularizar e cobrar os impostos devidos, fazer uma coisa equilibrada para que resolva a situação, e por último, o último comentário é a CPMF, o país não tem como abrir mão da CPMF, evidente que não tem como abrir mão, nós estamos saindo de um quadro de crise fiscal financeira, estamos desonerando, se for para desonerar como fizemos a cesta básicas, os investimentos áreas que são estratégicas para a economia não imposto que é, que atinge toda a economia informal que ajuda ao

combate a sonegação elisão fiscal que é muito simples e eficiente para arrecadar e que eu não entendo o que é que incomoda tanto a CPMF, talvez, porque seja o único imposto que efetivamente toda economia informal paga, porque não tem como fugir. Eu não vejo como país possa abdicar desse imposto, vou na linha do Jefferson Peres vocês nós podemos discutir partilha com os Estados. Por último o Estados, o Estados de São Paulo teve aumento além da arrecadação prevista nesse quadrimestre de 12%, portanto tem muito Governador, são 3.750 bilhões de reais a mais do que estava previsto no primeiro quadrimestre de primeiro arrecadação de São Paulo, 3.750 bilhões de reais a mais, nós precisamos discutir a questão do equilíbrio tributário da federação com os dados na mão, eu pediria que a Receita nos encaminhasse a evolução da arrecadação quadrimestral todos os Estados da Federação, para que a gente possa fazer uma análise comparativa e verificar exatamente o que está acontecendo com os Estados, porque tem muito governador, em geral come Peru e arrotta mortadela, é exatamente o inverso. O pessoal está com excesso de arrecadação no caso de São Paulo 3.750 bilhões em 4 meses. Então, com a palavra... Senador Edison Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (DEM-MA): Eu vejo que V.Ex^a se insurge com toda a razão contra esse marasmo no exame da reforma tributária, mas eu quero lembrar que nós votamos aqui no Senado com a participação intensa de V.Ex^a, aliás sem a qual não teriam conseguido isso, votamos a reforma tributária no Senado Federal, já alguns anos enviamos para a Câmara, ela não anda é lastimável, mas o Senador cumpriu a sua parte, talvez até não tenhamos feito o melhor trabalho, mas fizemos o esporte que pode ser corrigido na Câmara.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Ex^a tem toda razão não só votamos, mas esse é um tema tão sensível nessa casa que criam uma Subcomissão presidida pelo Tasso Jereissati que vem fazendo Audiências Públicas, vem reunindo todos os setores para tentar retomar essa discussão e contribuir para que a gente possa, quem sabe, ajudar que essa votação que está paralisada na Câmara dê um salto de qualidade e a gente possa ter uma verdadeira reforma tributária no país, nós continuamos empenhado nessa bandeira e nessa agenda. Agradeço V.Ex^a pela menção.

SENADOR EDISON LOBÃO (DEM-MA): E no mais cumprimentar o secretário Jorge Rachid pelo excelente trabalho que vem desempenhando.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Ex^a há época era o Presidente da CCJ, sem a qual a reforma tributária não teria

avancado com a competência que sempre predominou na presidência de V.Ex^a, secretário da Receita Jorge Rachid.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Permite-me, pela ordem, senhor presidente, só uma informação adicional, porque nesse levantamento tão completo não houve a informação que a secretaria da Receita Federal tem dado relativamente a participação da arrecadação de impostos sobre o valor estimado do Produto Interno Bruto, se porventura também houver essa informação e comparando a evolução dos anos recentes eu agradeceria, por favor.

SR. JORGE RACHID: Sr. Presidente, vou procurar responder as questões apresentadas pelos Srs. Senadores, em primeiro lugar eu gostaria de agradecer as palavras. Gostaria de dizer que é obrigação minha como servidor público e o resultado da Receita é fruto do trabalho de equipe, fruto do trabalho do corpo funcional que eu diria é um corpo funcional de excelência, aqui chama a atenção a presença do secretariado junto Carlos Alberto Barreto Dr. Elói coordenador de previsão e análise, além da assessoria parlamentar Dr. José Carlos e doutor André.

Bom, vou procurar responder as perguntas em bloco se me permite, Sr. Presidente, começar pela cachaça que foi colocado [Risos]. Pelo Senador Suplicy e outros Senadores. Bom, primeiro lugar, eu acho que o que está sendo tratado, a matéria que está sendo tratada é em relação a um tributo cujo princípio constitucional é de seletividade, essencialidade do produto, produto mais essencial ele é menos taxado. O produto menos essencial, contrário senso, então temos aí o cigarro altamente taxado vis-à-vis, outros produtos que estão até fora do campo da incidência do tributo e fora isso temos alguns produtos, industriais, por exemplo, produtos alimentícios que é alíquota zero mesmo, uma série de... No que diz respeito à cachaça, bebidas, isso acontece aqui no Brasil como em boa de todo o mundo, bebidas é um tributo relativamente bem taxado junto com o cigarro. Bebida, a tributação específica que diz respeito a cachaça, a tributação alíquota é específica, a alíquota *ad rem*, uma alíquota própria que de quando em vez ela se faz necessário o seu reajuste, eu diria está na hora do seu reajuste. Se faz necessário atualizar eu diria está na hora dessa atualização.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Não é uma proporção. É fixa ou proporção?

SR. JORGE RACHID: É fixa de acordo com a embalagem e de acordo com o vasilhame. Fixa de acordo com embalagem, o vasilhame, embalagem, é uma alíquota específica. A exemplo de outras bebidas, bebidas frias nós conseguimos introduzir os sistema medidores de vazão nas bebidas frias, cervejas e re-

frigerante. Esse sistema permitiu identificar com precisão quanto que passa na linha de produção, e chama atenção agora depois de muita discussão, depois de muito tempo desse sistema sendo implementado desde 89, agora nós estamos com o sistema de medidores de vazão o tributo começa, a vamos chamar assim, causar distorção como nós já ouvimos, quer dizer, o tributo da forma que estava já era, já existia há algum tempo, agora com medidores de vazão começou a chamar atenção, quer dizer, nós conseguimos reduzir o espaço da evasão tributária, no caso da cachaça, mais uma vez é um tributo taxado aqui e um outra parte do mundo.

Então, existe um grau de taxação evidentemente, nós não podemos subir tanto, porque a arrecadação não corresponde com esse crescimento, mas ao mesmo tempo ele tem que ter em tratamento diferenciado dos demais tributos. Então, eu peço aos Srs. Senadores que examinem essa matéria com muito cuidado e muita cautela, não é? Porque na verdade, não cabe reduzir, cabe até aumentar, cabe até aumentar essa tributação. Bom, pela própria característica aqui do tributo mencionado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu só queria parabenizar V.Ex^a, porque os fotografos estão desde manhã tentando achar a foto adequada, quando V.Ex^a fez assim, já tem a foto amanhã sobrecarga tributária. Estão todos felizes agora que encontraram a fogo.

SR. JORGE RACHID: Bom, um outro ponto diz respeito à CPMF aqui que foi colocado, o ponto da CPMF. Bom, vários Senadores pronunciaram. Sem sombra de dúvida, senhores, já mencionado pelo Senador Jefferson Péres, Senador, o Presidente Mercadante. É um imposto, é uma contribuição de, a energia gasta para a sua arrecadação é bem menor, bem reduzida que outros tributos. Quando se fala que a CPMF causa distorção, eu diria a pior distorção ao meu ponto de vista do que eu vejo para a economia é a concorrência desleal, é a sonegação, essa realmente fecha o contribuinte que quer atuar em dia e cumprindo com as suas obrigações tributárias.

A CPMF é um instrumento de arrecadação, é um instrumento eficaz, trocar a CPMF, introduzir outros tributos, só imaginar se for tributo partilhado teria que dar o dobro, se for imposto não tem destinação específica como tem a CPMF para a Previdência Social e saúde, não é? Tem uma parte como senhor mencionou, uma parte vai para o fundo destinado, de combate à pobreza, cuja destinação é feita pelo tesouro nacional, mas a sua destinação o que diz respeito à CPMF, ela realmente, ela atinge a economia informal. É um instrumento eficaz para atingir a economia informal.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. JORGE RACHID: Exatamente, e eventual, eventual distorção que tenha suas vantagens como o Senador colocou, são muito maiores do que eventual desvantagem que tenha. Então, é uma decisão que são, são 30 e tantos bilhões de reais em termos de arrecadação. Pensar em reduzi-la, pensar em reduzi-la, temos que ver aonde vai ser reduzido em termos de encargos, reduzir para a Previdência Social é, reduzir para a saúde é isso que nós queremos, essa avaliação que nós precisamos ter.

Então, no que diz respeito à CPMF, especialmente nesse período, faço a defesa da sua manutenção podemos pensá-la lá na frente a longo prazo, Presidente, mas aí é num outro cenário lá na frente, a longo prazo outro cenário onde teremos que revisar os encargos da união dos Estados e municípios a respeito dessa matéria, foi comentado aqui no que diz respeito ao simples nacional. Senador, Aldemir Santana, apesar de não ter aquela caixa própria do simples nacional na página da Receita, mas que vai entrar logo nos primeiros dias do próximo mês gostaria de garantir que fosse amanhã, mas acredito que até sexta estará na nossa página, os atos já editados já estão disponíveis aos crimes na página da Receita Federal.

Destaco que na reunião de ontem, nós aprovamos uma resolução que trata do cálculo do tributo está se fechando uma resolução que trata da opção do tributo que espero que esteja no Diário Oficial do dia primeiro de junho, para os contribuintes poderem optar, nós estamos tratando da opção automática dos contribuintes que já estão no simples federal agora, então, eles vão migrar de forma automática desde que não tenha débito.

No que diz respeito aos regimes especiais, tem uma discussão jurídica a respeito disso que está se fechando numa posição junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, a respeito dessa matéria e outras atividades que hoje estão impedidas, mudança se faz na Lei Complementar é matéria de Lei Complementar, em especial que no diz respeito ao IPI a regra posta, IPI acima de 20%, o contribuinte está impedido de aderir ao simples, até, porque estando no simples, o IPI dele é 0,5%. Se permitir esse movimento teríamos aí efetiva distorção lá na frente. A concorrência estaria de forma desequilibrada entre crimes que pagam 0,5% de IPI contra o outro que paga mais de 20%, inclusive.

Um outro ponto que foi colocado aqui, no que diz respeito à, ao crescimento da arrecadação sem aumento de tributos, não é? Crescimentos de arrecadação sem aumento de tributos. É verdade, essa, esse é o nosso desafio, estamos trabalhando nessa linha, eu

poderia dizer, especialmente desde os últimos 4 anos, estamos trabalhando nessa linha de buscar maior eficiência, estimular o crescimento econômico, adotar medidas de facilitação, inclusive de comércio exterior sem perder segurança aduaneira. Quer dizer, nós estamos melhorando, é uma preocupação na melhoria do ambiente de negócios, aqui eu destaco o cadastro, o próprio SPED, nota fiscal eletrônica, o processo digital, quer dizer, são instrumentos que nós estamos oferecendo para melhorar a eficiência econômica e queremos esse aumento.

Agora, de fato, o governo vem adotando e os senhores com a participação do Congresso, evidentemente que tudo em matéria tributária passa aqui pelo Congresso submete a aprovação do Congresso. Estamos aí com o crescimento da arrecadação sem o aumento de tributo e com redução efetiva de tributos em várias, em vários tributos, não é? Somando ao denominado PAC são mais de 30 bilhões de reais. Então estes nós temos que continuar perseguindo esta meta. Ao mesmo tempo temos também que buscar a redução de fato das obrigações tributárias, simplificar o processo, um Senador colocou, salvo engano, o próprio Senador Jefferson Peres colocou a respeito da simplificação mais do que desoneração--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. JORGE RACHID: É eu chamo atenção que simplificação do sistema tributário se depender da Receita é isso que nós queremos. Nós queremos realmente a simplificação, fica mais fácil para o contribuinte cumprir a sua obrigação tributária, ao mesmo tempo fica mais fácil para a administração tributária administrar e cobrar, conseqüentemente teríamos menores desvios concorrenciais lá na frente, fruto da evasão tributária. No entanto, sabemos que essa equação não é tão simples, vale lembrar que o primeiro PIS, o PIS não cumulativo que foi aprovado e implementado durante o ano de 2003, o primeiro PIS era muito mais simples, eu diria que a legislação é uma página e meia do Diário Oficial resolveria. Quer dizer, o contribuinte vendeu, pagou, creditou no que foi adquirido. Hoje nós temos o PIS/COFINS altamente complexo, nós temos uma legislação para cada setor econômico. Muitas vezes nós temos uma legislação para um elo de uma cadeia econômica. Quer dizer, está bastante complexo, requer realmente --

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. JORGE RACHID: Não, não, requer Senador um cuidado muito grande do contribuinte no cumprimento, requer uma energia muito grande para a administração tributária para efetuar, de fato nós precisamos

dar uma repensada e melhorar este dois tributos, temos que investir nisso. E o propósito da discussão de que diz respeito à reforma tributária, esperamos fazer mudanças não diria imediatas, mas de médio e longo prazo, são mudanças seguras, previsibilidade para o contribuinte e ao mesmo tempo segurança, em termos de arrecadação na busca da simplificação tributária.

Então mais uma vez eu diria queremos simplificação tributária. Gostaria, inclusive se nós pudéssemos investir mais em educação fiscal, eu diria não só a educação tributária, educação fiscal, o contribuinte tem o direito de exigir documento fiscal aonde compra a mercadoria, porque quando compra o tributo está incluído e ao mesmo tempo ele também tem o direito de exigir a aplicação dos recursos desse, dessa arrecadação.

SR. JORGE RACHID: Bom, Senador Dornelles aborda sobre a questão do REFIS, realmente foram 129 mil contribuintes que aderiram ao programa e hoje restam pouco mais de 20 mil. Tem que levar em conta que desde a instituição do programa em 2001 nós já tivemos outros programas de refinanciamento. Destaco aqui, o PAES em 2003 que alguns contribuintes migraram para esse programa, tivemos ao longo desse caminho um programa específico para as empresa do simples, mais recentemente no ano passado tivemos outro programa de financiamento chamado PAEX, vários desses contribuintes migraram. E eu gostaria aqui, Sr. Presidente, chamar, destacar que há uma preocupação muito grande da administração tributária brasileira e essa preocupação ela também é a mesma preocupação de outros países, chamo atenção que aconteceu na Argentina há alguns anos foram em 8 anos foram 6 programas de refinanciamento, quer dizer, isso a cada programa a energia gasta para administração tributária manter ao nível de cumprimento é maior.

O contribuinte cumpre a obrigação tributária, paga o imposto em dia, ele tem um ônus para isso. Se amanhã a gente vem com outro programa desonerando esse contribuinte, quer dizer, desonerando o contribuinte que não cumpriu a obrigação tenho tributária ele vai pensar duas vezes em pagar o tributo. Puxa, eu gastei uma energia para pagar o tributo e agora eu vou ter que pagar, eu coloquei o meu produto no mercado com determinado ônus, o meu concorrente colocou sem nada, hoje ele está sendo beneficiado. A situação para o contribuinte que cumpre a obrigação tributária é uma situação perversa, é dura. E toda a vez a gente expõe que a cada programa desse ele tem que ser mais rigoroso que o anterior, ele não pode ser mais benéfico do que o anterior ele tem que ser mais rigoroso, para contribuinte ter a idéia eu tenho

que aderir esse programa, porque o pior vai ser pior do que esse.

O contribuinte que cumpriu a obrigação tributária disse valeu a pena cumprir a obrigação tributária. Então, esse é o ponto, Senador, que nós chamamos a atenção. Juros sob o capital próprio, a idéia é reconhecer para fins contábeis os encargos do capital próprio vis-à-vis em cargos de capital de terceiros, essa é a idéia. E deste modo, uma vez tributado no momento da sua distribuição ele tem este, eu chamaria este, esta linha de financiamento. A tributação se dá em 15% e a tributação, inclusive, é antecipada a título de antecipação em relação às empresas que adquirem e empresa de lucro real, as demais é exclusivo de fonte.

Eu não entendo, eu não consigo ver quanto, a pergunta que foi posta, se estamos perdendo com isso. Eu acredito que não, porque as empresas que tem capital de giro próprio, ele tem direito a deduzir esses valores. Eu acho que não vejo que no caso a administração tributária esteja perdendo com isso. Na sua eliminação é difícil a gente colocar outro elemento por trás, porque o que é que vai acontecer como acontecia no passado? Entre eu ter capital próprio não remunerado eu vou mandar recursos por outras vias, por hipótese para o exterior ou mesmo para outra empresa, mando esses recursos e envio juros para esse pagamento, esses juros serão dedutíveis, diferente do capital próprio ou não, mas os juros serão dedutíveis. Vou reduzir a base do Imposto de Renda, vou mandar recurso para o exterior, até então respaldado. Dessa forma não, nós estamos aí permitindo a capitalização das empresas. Eu sei que é uma discussão que nós temos [Risos], nós travamos em relação a esse ponto.

Conselho de contribuintes, Conselho de contribuintes nós estamos aguardando a regulamentação, doutor Barreto por parte do Ministro da fazenda é um ato que já está pronto, assim, vou passar, desculpa. A ponto dessa regulamentação do Conselho regulando, melhorando, os regimentos internos do Conselho. Vamos introduzir duas câmaras para, no segundo Conselho, para julgar os processos oriundos de contribuições previdenciárias, e a nossa expectativa desde a lei aprovada de 2005, o senhor participou intensamente nesse debate, a nossa expectativa é que possamos criar novas turmas, as turmas menores, não é? As novas turmas para julgar processos de baixa complexidade e a nossa idéia efetivamente é poder instalar algumas dessas turmas em algumas regiões fiscais para reduzir custo e tudo mais. Então está aí, isso está dentro deste projeto. Eu acho que a nossa prioridade é instalar imediatamente essas turmas e poder tendo condições utilizar, inclusive a nossa estrutura nas dele-

gacias da Receita Federal de julgamento em algumas unidades para abrigar.

Dedutibilidade do ágil é um tema que já foi tratado aqui algumas vezes, a dúvida posta se, se causa ou não dano, é isso? Se causa? Perda de Receita? Eu entendo que não, eu entendo que não, até pela estrutura contábil dos tributos que nós temos, eu não sei se o doutor Elói, o doutor Barreto pode... Senador --

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Volto, responderemos posteriormente eu só peço ao secretário a conclusão, eu sei que são muitas questões, mas é que realmente nós estamos no adiantado da hora e tem uma agenda para votar hoje importante.

SR. JORGE RACHID: Perfeito eu vou ser mais rápido, mais objetivo. Eu pediria a questão aqui postas do Senador Valdir Raupp sobre o contingenciamento e no que diz respeito ao excesso de arrecadação. Senador a nossa preocupação a parte contingenciamento não é cargo da Receita, mas ao mesmo tempo é lembrado que no ano passado saiu aqui do Congresso uma previsão muito elevada de termos de arrecadação foram 364 bi chegam a 359 bilhões de reais, então a preocupação no que diz respeito na liberação dos recursos é ter a segurança do cumprimento do que foi previsto no orçamento, por isso que o governo vem tratando com segurança. Havendo elevação de arrecadação e essa elevação é administrado na liberação de recurso ou mesmo na tomada de decisão de desoneração, por exemplo, o orçamento que saiu do Congresso no ano passado não previu os recursos do PAC, não é? Da liberação dos recursos do PAC. Então, primeiro a gente tem que, uma vez adotadas as medidas do PAC temos que reduzi-las, reduzir a previsão orçamentária e ajustar ao longo do ano.

Foi colocado aqui algumas questões no que diz respeito a desoneração do IPI se o Estado perde ou não. O IPI é um imposto compartilhado para Estados e municípios, não é? As decisões que são tomadas quando se diz respeito à redução do IPI, a expectativa é que nós estamos tendo, por exemplo, bens de capital a expectativa é que isso vem melhorar a economia, a expectativa ao melhorar economia é gerar renda e emprego, a expectativa ao melhorar economia gerando renda e emprego consequentemente gera arrecadação. Então boa parte dessas modificações estão ligadas a isso.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O senhor me permite, porque a desoneração é uma decisão unilateral.

SR. JORGE RACHID: Senador desculpa.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É uma decisão unilateral do Governo Federal, não é? Ou é examinada pelo CONFAZ, não, não é?

SR. JORGE RACHID: O IPI, a Constituição autorizou o Poder Executivo dentro dos limites fixados na lei a reduzir ou aumentar este tributo dentro dos limites fixados na lei, por exemplo, movimentos em relação a determinados tributos que a gente eleva Poder Executivo faz da mesma forma redução do IPI para bens de capital, é um exemplo, isso com essa autorização. Mas chamo atenção que o governo também se preocupou no que diz respeito à desoneração dos produtos compartilhados é lembrar que na época da depreciação acelerada que era para ser feito a desoneração em cima do Imposto de Renda pessoa jurídica, foi tomada uma decisão ao longo de 2005 de reduzir a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido e não o Imposto de Renda pessoa jurídica. Então essa preocupação, existe também.

Vou tentar ser breve aqui. Foi colocado aqui pelo Presidente preocupações no que diz respeito ao crédito de exportação de ICMS, de fato o modelo tributário do ICMS hoje, ele propicia este acúmulo de crédito, é todo esse desafio que nós temos para avançar na denominada reforma tributária, especialmente do maior imposto do país que é o ICMS, não é? O maior imposto arrecadado com 27 legislações temos que solucionar essa questão com esta mudança no sistema tributário. Chama a atenção quando nós falamos na nota fiscal eletrônica, a nota fiscal eletrônica servirá como base e a nossa expectativa de sua implementação nos próximos 2, 3 anos teremos uma base muito consistente, muito forte para tomar decisões no que diz respeito ao ICMS, os Estados terão segurança de qual efeito de uma eventual mudança tributária em relação ao ICMS, qual o efeito que dará no seu Estado? Por que, a nossa expectativa é ter nos próximos 2, 3 anos aproximadamente uma base de, trabalhamos em torno de 10 mil, 12 mil empresas que corresponde 80% da arrecadação nacional, federal, essa base dará um suporte importante para tomada de decisões dos governadores e aqui mesmo do Congresso.

Então, espero, Senador, que com a mudança do modelo minimize este, ou elimine este trabalho no que diz respeito a exportação. No que diz respeito ao setor ao crédito presumido de 60% especial no que diz respeito à carne, é verdadeiro, é alto é um crédito presumido bastante elevado, é um crédito presumido que nós já colocamos, vamos botar no papel qual o custo efetivo, com o encargo efetivo, qual o peso disso que não chega, poderia até arriscar dizer que não passa de 40%, para não falar que é menos disso, mas não

passa de 40% e temos que buscar sempre alternativas para melhorar o sistema tributário.

O senhor mencionou a questão do --

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu vou apresentar uma proposta espero poder negociar com a Receita, e o Senado tomar um iniciativa, porque isso já vem se arrastando há anos é visível a deformação que nós temos na cadeia produtiva é um brutal desequilíbrio entre os 5 grandes exportadores e os pequenos e médios frigoríficos que vendem no mercado interno. Eu acho que dá para a gente desonerar a cadeia produtiva, corrigir o crédito presumido, zerar essa questão. Eu quero dizer isso porque, quando o Senador Amir Lando eu quero mencionar a presença dele, faz tanta falta nessa casa, era Relator de uma matéria, ele apresentou uma proposta, ia ser votado no plenário eu era líder do governo me opus para ser aprovado, porque achava que tinha que ter uma negociação e uma calibragem na cadeia produtiva, nós iniciamos a negociação toda a vez que chega para apresentar a proposta a gente não consegue dar um passo. É um compromisso que eu assumi quando era líder do governo, quero concluir todos os meus compromissos apresentarei o projeto, espero contar com a contribuição da Receita para a gente encontrar a calibragem adequada a essa cadeia.

SR. JORGE RACHID: Por favor, Senador estamos à disposição.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, eu tive que sair por alguns minutos, será que aquela questão do INSS o senhor teve a oportunidade...

SR. JORGE RACHID: Do exemplo aqui colocado do custo da construção no que diz respeito ao INSS no exemplo que o senhor colocou 9%, Senador a gente vai ter que aprofundar, incide, no caso da Receita Federal do Brasil, ele acompanha e monitora as obras de construção civil, não é? Precisa de registro, para quê? A nossa preocupação diz respeito ao cumprimento da obrigação de contribuição previdenciária desse segmento. O custo 9%, teríamos que examinar a situação para verificar se efetivamente está ou não compatível, mas eu diria que cabe a cobrança da contribuição previdenciária e mais, é uma preocupação nossa nesse cumprimento, nesse monitoramento dessas obras, está certo? Então temos esta preocupação.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas secretário, há possibilidade de uma provocação desse assunto lá na Receita, na área previdenciária?

SR. JORGE RACHID: Sem dúvida.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Seria com uma área específica.

SR. JORGE RACHID: Sem dúvida estamos à disposição, pode me procurar vamos tratar vamos aprofundar a questão.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Tá, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Ex^a dá o parecer contrário a IPI da cachaça e seguramente esse problema será resolvido com muita agilidade.

SR. JORGE RACHID: Bom, Foz do Iguaçu, só para concluir, Presidente, foi colocado Foz do Iguaçu, vamos trazer aqui também a evolução da arrecadação dos Estados primeiro quadrimestre, vamos buscar as informações e auxiliar, trazer informações aqui para a CAE, Foz do Iguaçu, desde desse último período é um trabalho que já vem sendo intensificado nas áreas de fronteira, os senhores tem que observar que nós temos 14 mil quilômetros de fronteira seca, temos que trabalhar com inteligência, não resolve ter o exército de mãos dadas na fronteira, eu já falei que não é nesse sentido que coíbe a evasão tem que trabalhar com inteligência, e nesse trabalho nós estamos investindo muito no que diz respeito à Foz, melhoramos a aprimoramos, a estrutura da própria Receita Federal criando unidade específica de vigilância e repressão com profissionais capacitados, treinados, trabalhamos na logística desse comércio ilegal e agora nós estamos vendo que, com mudança inclusive da Ponte da Amizade que lá atrás nós não levávamos as nossas famílias lá, não era possível, o ambiente era muito ruim, era muito perigoso, era ruim, hoje nós estamos com o ambiente bastante aprimorado e melhorado lá, então, já estamos com melhor ambiente lá em Foz, e agora nós estamos percebendo que inclusive por determinação do Presidente que ele já levou essa preocupação e já, e já informou como o Presidente anunciou como o Presidente Mercadante aqui mencionou, a idéia realmente é criar um mecanismo de, uma alternativa, um regime tributário simplificado para importação de períodos adquiridos do outro lado da fronteira.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Quaisquer produtos?

SR. JORGE RACHID: Senador, nesse ambiente, nesse ambiente o contribuinte adquiria, vai adquirir a mercadoria do outro lado da fronteira, mediante fatura eletrônica. O fisco paraguaio toma conhecimento, cobre o imposto de exportação devido, a aduana brasileira toma conhecimento nesse momento da aquisição e aí temos três elementos que controlam este, este processo tributário. Primeiro: O contribuinte teria que abrir uma empresa, ser cadastrado, constituir uma empresa ter o CNPJ, segundo, essa empresa vai poder operar um determinado volume de compras, a idéia que nós

estamos falando é a primeira faixa do simples, por exemplo, nós estamos falando de 120 mil reais/ano. Esse é o primeiro ponto, o segundo ponto respondendo a pergunta, Senador, teríamos uma lista negativa e uma lista dispositiva produtos que poderiam ser adquirido, negativa, armas, munições, bebidas, cigarro, lista positiva poderia ter produto A, poderia tirar produto A, porque está causando distorção, botar produto B, enfim, ter essa mobilidade e a idéia é que essa mobilidade esteja a cargo do Poder Executivo também com limites e condições estabelecidos na lei.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Essa lista seria mutável, portanto?

SR. JORGE RACHID: Isso, isso, exatamente, especialmente a lista positiva. Causou um problema nesse produto, temos que retirá-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos colocar uma emenda com a que alteração tem que ser comunicada diretamente a CAE, vamos acompanhar de perto.

SR. JORGE RACHID: Uma alíquota que tenha uma alíquota que ela não pode ser tão elevada que o contribuinte não possa aderir e muito menos tão reduzida que o contribuinte formal abre mão, eu não vou ficar na formalidade vou adotar esse outro modelo. Esse é o nosso desafio, evidentemente isso tem que ser trazido para o Congresso, para a discussão no Congresso. Esse é o nosso desafio. Espero que tenha atendido todas as questões.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Eu só pediria a relação com o Produto Interno Bruto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A carga tributária.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ele vai responder a questão do Senador Suplicy.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Uma pergunta minha ficou sem resposta.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Pela ordem a minha pergunta não foi respondida até agora, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Suplicy primeiro, carga tributária, relação carga tributária PIB.

SR. JORGE RACHID: Senador nós estamos ultimando os preparativos para o anúncio que diz respeito a carga, não basta só a carga nacional nós temos que abrir a carga para os Estados para os municípios e fazer uma análise mais depurada, o trabalho em equipe já evoluiu bastante, já tenho as primeiras informações, mas eu queria ultimar e poder anunciar, apresentar de

modo seguro. Porque afinal de contas é um elemento de tomada de decisão, é um elemento que é muito útil para estudos tributários aqui no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu sugiro que V.Ex^a trabalhe com 36% do PIB. Senador Jefferson Péres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): o Senhor omitiu esqueceu a minha segunda pergunta. Se procedem as queixas de alguns prestadores de serviços de que o super simples em alguns casos ou em muitos casos vai aumentar em invés de diminuir a carga.

SR. JORGE RACHID: Me perdoe, Senador. O simples é inclusive a primeira pergunta, simples empresa prestadora de serviço vai aumentar a carga. O simples é um sistema optativo, o contribuinte tem que fazer conta, o simples ele vai até 2 milhões e 400, e repare, nós alteramos a curva para que o contribuinte possa crescer e continuar crescendo e não ter uma barreira para ele sair do modelo do simples, tá? Então, nesse momento ele cabe, a partir do momento que vai se aproximando distanciando da faixa inicial, ele vai ter que ir fazendo contas. Por quê? O contribuinte ele pode hoje, dependendo do setor econômico, por exemplo, construção civil ele está no simples, mas pagando a folha em separado, a folha de pagamento a contribuição previdenciária está de modo separado. Então, deste modo, ele vai ter que ir fazendo as contas, a partir do momento que a tributação que começa com 4,5% a coisa vai crescendo, vai crescendo ele chega um ponto, olha é mais vantajoso eu ficar no lucro presumido, então cabe ele tomar a decisão. Agora diria nas primeiras faixas não há possibilidade de ter alguém abrir mão de entrar, eu acho muito difícil salvo se o contribuinte tem prejuízo, ele está no lucro real, ele tem tendo prejuízo, tem que fazer as contas: não pago Imposto de Renda, não pago contribuição social vou pagar PIS/COFINS, mas ao mesmo tempo eu tenho insumos elevados. Isso aí realmente, lembrar que o simples é uma opção, OK?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Qual é a esperança que nós temos de quanto tempo vai levar para reduzir um pouquinho a carga tributária no nosso país, até, porque V.Ex^a disse aqui, doutor Jorge estava prestando atenção na sua fala de que daqui a pouco 80% da nossa arrecado a nível nacional fique concentrada alguns segmentos imagino que o senhor queira referir até, porque os Estados 75%, 80% da arrecadação está em cima de segmento por exemplo, petróleo, bebida, cigarro, é o caso especificamente do Mato Grosso, soja é 7, 8 segmentos... remédio com 80% dessa arrecadação a nível estadual. Eu imagino que acolhe todos os Estados, excluindo o Estado de

São Paulo que tem muito diversificado sua atividade econômica.

Entretanto, nível federal eu imagino vai chegar determinado momento, em que nós vamos ter a arrecadação concentrado em 20, 30 segmentos feito isso, qual é a esperança que nós podemos dar para o povo brasileiro, sobretudo para o setor produtivo quando haverá uma redução da carga tributária efetivamente. Sob pena de muitos empresários, muitas pessoas, ficar descrente na expectativa na esperança de que um dia nós iremos reduzir a carga tributária nesse país. Aqui um dado significativo que eu observei, doutor Jorge é de que de que nesse trimestre, apenas nesse trimestre aqui o CPMF cresceu algo parecido em torno de 1.300 bilhão. Saiu de 10.027 foi para 11.500 e tatareco. Ora, nesse quadrimestre, nesse próximo ano que serão 3 vezes, nós vamos crescer quase 6 bilhões, algo parecido 5.5 a 6 bilhões a CPMF. Todavia, e se foi criado quase praticamente um imposto permanente, na verdade todos nós gostaríamos que esse imposto, essa contribuição ela fosse reduzindo gradativamente e as perspectiva que eu tenho ouvido e visto aí não há nenhuma no sentido de nós reduzirmos --

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós estamos encerrando eu pediria que concluísse, só para esclarecer nós não estamos reabrindo o processo de arguição eu pediria que V.Ex^a concluísse .

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Concorde e só gostaria se há uma perspectiva em relação à carga tributária, muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. JORGE RACHID: Senador eu havia comentado que quero ame aumentar a arrecadação sem aumento de tributos. Destaquei, inclusive, ao longo desse período tivemos expressivas desonerações tributárias, tivemos aumentos de arrecadação sem aumento com expressivas desoneração. Redução da chamada carga tributária é uma equação nós temos que verificar para reduzir carga nós precisamos reduzir despesas, então não é possível nós mantivermos o patamar de gastos, e despesas e com, existe 3 formas de financiar o Estado uma delas é a arrecadação entendo que é a mais eficaz. Então é isso, é essa a equação. Eu acho que tanto o governo como aqui o Congresso tem se preocupado com isso, devido a aprovação dessas medidas aí de redução.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu só queria insistir, a CPMF foi objeto da intervenção do secretário da Receita.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): 3 minutos senhor presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nem 3, muito objetividade, nós

estamos muito adiantados, temos 18 itens na pauta para votar.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): 3 coisas rapidamente. Primeiro, o Brasil continua isentando produtos primários de exportação e não faz sentido nenhum, está destruindo as nossas estradas, sobrecarrega os portos com baixíssimo valor agregado. Porque V.Exª não usa o imposto da exportação, acaba com a lei Kandir, porque o imposto tem anualidade ICMS e volta a aplicar o imposto de exportação, à medida que o superávit comercial está imenso, o Brasil não ganha nada com isso. Quero lembrar V.Exª que Indonésia exportou petróleo a 3 dólares o barril hoje importa a 70 dólares. Segunda coisa, secretário, nós precisamos fazer por justiça uma tabela de Imposto de Renda progressiva, não é possível que um sujeito que trabalhe e 3 mil reais com a força do seu trabalho pague 27,5%, um grande investidor que ganha 2 bilhões em aplicações de título do governo pague 16 e o estrangeiro não pague nada, não dá! Isso não há santo que entenda!

A última coisa, secretário é o seguinte, queria que V.Exª dissesse sim ou não, se aprova o desaprova ou projeto que apresentei nessa casa. Acho uma injustiça tributária tremenda. A gente vai pagar Imposto de Renda, caso concreto: tem a pagar 201 mil reais, arrecadou retido na fonte 199 ou 200. Quanto falta para pagar? Mil reais. Só que ele não consegue apresentar a declaração na data correta, tem mil reais para pagar, apresenta no dia seguinte, sabe qual é a multa que ele paga? 1% sobre o valor de 200. Mas eles já pagou 199, a multa é maior que o imposto a recolher. Não está certo, senhor secretário. Muito obrigado.

SR. JORGE RACHID: Posso responder Presidente? Senador esses 3 pontos que o senhor colocou primeiro de imposto e exportação realmente é uma decisão da CAMEX. Não é uma decisão que depende, é de um colegiado da CAMEX.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senado, estamos abertos. Ou do Senado estamos abertos.

SR. JORGE RACHID: O outro ponto que no diz respeito à tabela progressiva do Imposto de Renda, a tabela é progressiva nós temos uma faixa de isenção quando o senhor colocou o contribuinte que está com 3 mil.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Progressiva para assalariado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos permitir concluir.

SR. JORGE RACHID: Quando o contribuinte recebe 3 mil reais apesar de estar na faixa do 27,5% eu diria ele que ele não estaria pagando mais que 5%

de imposto, talvez até menos, sim, nós inclusive, colocamos na nossa página da Receita Federal está lá um simulador, calcule o seu imposto devido. Quando se pega a alíquota efetiva onde esse contribuinte tem direito, inclusive a abatimentos contribuição oficial, se pegar a alíquota efetiva anual onde ele tem direito a despesas médicas eu arriscaria dizer que isso cai e cai muito, bastante.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Uma parcela do salário é isenta, até 1.800 reais, a partir daí a alíquota de 15 é cumulativo e progressivo, há uma exceção.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu acredito que o Senador está se referindo a renda do trabalho líquida

SR. JORGE RACHID: A renda líquida.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: 10 mil reais de trabalho contra 1 bilhão de juros.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Que paga 16,5% e o estrangeiro não paga nada.

SR. JORGE RACHID: Nós temos que verificar

--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Estamos abertos a tributação sobre juros. Já vi que a CAE hoje avaliou boas sugestões para melhorarmos a instruções estrutura tributária.

SR. JORGE RACHID: É bom lembrar que quando o investidor, quando o empresário, ele, o Imposto de Renda é fruto capital do trabalho, lembrar que o fruto do capital está sendo tributado a 34%, não é? É, o seu resultado está sendo tributado a 34% na empresa, porque a nossa tributação é uma tributação integrada. Queremos aumentar, podemos até aumentar um pouco mais, mas eu acho que --

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): 34 que o senhor fala é a carga de impostos em relação ao Produto Interno Bruto, 34% ?

SR. JORGE RACHID: Não, o resultado de uma empresa ele é tributado a 34%.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu falei investimento, investimento, puro investimento, capital.

SR. JORGE RACHID: OK, esse investimento foi fruto de uma lei aprovada aqui no Congresso onde eliminou é algo que também está, eu acho que em determinados momentos pode ser repensado, por exemplo, como esse aí que estamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu só queria solicitar o seguinte, o objetivo da reunião técnica é trazer, motivar, estimular, o que estamos fazendo, mas não vamos concluir nenhuma definição nessa reunião, vale mais como subsídio para os mandatos tomarem as iniciativas jul-

garem oportunas, eu pediria, sinceramente, que V.Ex^a concluísse, porque nós temos aqui a Ordem do Dia.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): É só a multa agora. É o último ponto, é a multa.

SR. JORGE RACHID: De fato a lei determina que a multa é sobre o Imposto de Renda devido, e nesse caso o contribuinte teve o Imposto de Renda devido na ordem de 200 unidades, 200 mil reais.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sim ou não?

SR. JORGE RACHID: Eu sou da opinião que devemos manter a sistemática atual. Até, porque se nós imaginarmos que eventualmente contribuinte que tenha uma restituição ele não teria multa seguindo esse raciocínio. E isso o contribuinte com restituição não teria multa com certeza, ele não teria obrigação ele não apresentaria obrigação acessória.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Queria convencê-lo do contrário.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Seguramente nós teremos oportunidade aqui no Senado. Eu queria agradecer ao secretário da Receita do Brasil Jorge Rachid, tratamos de matérias extremamente complexas com muita objetividade, isso serve de subsídio às nossas definições futuras. Interrompo por 1 minuto para nós nos despedirmos. Temos 18 itens na pauta para serem votados, está encerrada essa parte.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Havendo número regimental, declaro aberta a décima sétima reunião de assuntos econômicos extraordinária, antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Senhores Senadores que concordam queiram permaneçam como se encontram. A ata está aprovada e será publicada em ato do Senado Federal, item 1 da pauta: Projetos resolução do Senado não terminativo, autoria Comissão de Assuntos Econômicos, altera os artigos 16 e 21 da resolução do Senado Federal número 43 de 2001 para estabelecer que a partir de 31 de dezembro de 2007 as verificações de adimplência e certidões exigidas por aqueles dispositivo devem referir-se ao cadastro nacional de pessoas jurídicas CNPJ de todos os órgãos entidades de ente públicos do qual está vinculado o tomador da operação de crédito. Quero lembrar senhores presidentes, que esse item prorroga para 31 de dezembro de 2007 o prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os municípios se adaptem ao sistema de controle de controle de inadimplência pela secretaria do tesouro nacional, o cadastro único de convênio, esse cadastro contém todos os números do CNPJ o mesmo ente. Assim, ao solicitar uma operação de crédito,

o cumprimento dos limites de endividamento demais exigências legais, não ficará restrito ao CNPJ principal de um Estado ou de Município, será necessário que todo o CNPJ ligado àquela administração estejam livres de pendência. Espera-se dessa forma aprimorar o controle sobre o endividamento público. O prazo para a adaptação dos entes subnacionais ao sistema de controle de inadimplência, já foi prorrogado vários vezes da última vez pela resolução número 40 de 2006 que fixou 30 de abril de 2007, como data limite para o início da checagem mais detalhada a situações de inadimplência.

Quero dizer o seguinte, isso aqui é uma decisão do Senado prorrogar essa exigência de integração unificação do CNPJ. Eu fiz uma carta ao Ministério da Fazenda pedindo um parecer. O Ministério da Fazenda respondeu favorável a prorrogação desse critério, isso dá mais margem aos municípios e aos Estados para poderem se financiar e, portanto, ainda não seria implantado nesse momento, a unificação do CNPJ. Há demanda de vários municípios, de vários Estados nessa direção, essa é uma iniciativa da Comissão, eu estou propondo, portanto, fiz aqui um parecer que simplesmente prorroga até o final do ano esta exigência. Algum Senador gostaria de discutir a matéria? Não havendo quem queira discutir a matéria nós vamos colocar a votação a iniciativa da Comissão em assuntos econômicos o parecer já está pronto e prorroga, portanto, o prazo para a unificação do CNPJ dos entes federados, Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu quero cumprimentar V.Ex^a pela aprovação dessa resolução, o ideal é que ela fosse, prorrogasse por um prazo ainda um pouquinho maior. Mas eu acredito que se V.Ex^a achar que é impossível ampliar um pouco esse prazo, seria aprová-la como ela está. V.Ex^a vê a possibilidade de ampliar isso uns 6 meses de prazo?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): 6 meses ficaria até primeiro de dezembro de 2007, é 31 de dezembro de 2007.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): 31 de dezembro de 2007? Atualmente está em julho, não é isso? Ficaria 31 de dezembro de 2007?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mais um semestre.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): 31 de dezembro é o que já está.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Antigamente até abril, nós estamos prorrogando 31 de dezembro de 2007, hoje não está em vigência os entes federados não podem utilizar os CNPJs disponíveis para se financiarem.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

O que eu perguntei é o seguinte --

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): De abril até 31 de dezembro de 2007, se nós acharmos necessário prorrogar mais uma vez o faremos. Senadores que são favoráveis, portanto, ao projeto de resolução, por favor, permaneçam como se encontram. Aprovada a prorrogação até 30 de dezembro de 2007. Item 2 da pauta. Oi? Eu também encaminho o pedido de urgência dessa resolução, Senadores que são favoráveis a urgência permaneçam como se encontram, aprovada a urgência e vai a Plenário.

Projeto terminativo, Senador Lobão é o Relator. É, Projeto de Lei do Senado número 27 de 2005, terminativo, insere no inciso do artigo 12 da lei 9250 de 1995 para incluir a dedução de doações de livros de bibliotecas públicas de cálculo do Imposto de Renda devido por pessoas físicas. Senador Lobão com a palavra. Já foi aprovado o parecer na Comissão de educação, o parecer favorável 22 de Maio de 2007, após a leitura do relatório a presidência encerrou a discussão e adiou a votação da matéria e hoje colocaremos em votação. Senador Edison Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (DEM-MA): Sr. Presidente, a proposição é singela e contém dois artigos apenas. O Artigo 1º cerne do projeto altera o Inciso I do artigo 12 e acrescenta-lhe um Parágrafo 3º, a fim de permitir a dedução no valor do Imposto de Renda da pessoa física de doações de livros adquiridos pelo contribuinte, feitas a bibliotecas públicas até a data limite de entrega da declaração de ajuste. Eu acho que é uma proposição justa, estimula a cultura e as bibliotecas emitirão em certificado de recebimento do livro para que o doador possa descontar do seu Imposto de Renda. O meu parecer é favorável com as emendas que apresento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senadores que queiram discutir a matéria. Não havendo quem queira discutir o projeto é terminativo, a votação é nominal nós encaminharemos o processo de votação. Senadores que são favoráveis ao parecer dirão sim, Senadores contrários não, ao parecer Senador Edison Lobão. Senador Eduardo Suplicy como vota? Favorável ao parecer do Senador Edison Lobão ?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Francisco Dornelles .

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sim

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sim. Senadora Serys

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sim

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, sim, porque o artigo 12 apenas é ampliado os 6% de dedução do Imposto de Renda continua no mesmo limite, portanto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Valdir Raupp não está presente. Senador inicio de conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Garibaldi Alves

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sim

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Adelmir Santana. Senador Edison Lobão voto conhecido, Senador Eliseu Rezende. Senador Jayme Campos

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sim

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sim. Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos agora para os suplentes. Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, voto sim e agradeço ao Relator por ter acatado a minha emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Voto sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O João Claudino, não é? Senador João Claudino.

SENADOR JOÃO CLAUDINO (PTB-PI): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Onde está aqui? Cadê o João Claudino?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador, já chegaremos lá. Mais alguém do bloco presente? Não. Senadores titulares do PMDB já foram todos. Senadores suplentes Wellington Salgado, não está presente. Senador Mão Santa. Senadores PFL. Raimundo Colombo como vota? PSDB. Não tem ninguém presente.

Aprovado por unanimidade o parecer do Senador Edison Lobão, vamos ao segundo item da pauta. Não estando presente na próxima sessão nós colocaremos em votação.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Antônio Carlos Valadares com a palavra

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, o item 14, digo melhor o item 18 ele está pronto para ser votado e tem parecer favorável com a proposta do Senador Tião Viana, caso V.Exa. encontre relatores presentes eu deixarei para retificar, ratificar esse pedido posteriormente. Caso não existam relatores presentes para outras matérias gostaria que V.Exa. conferisse prioridade ao item 18. Agradeço a V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não, o próximo é o Senador, projeto do Senador Alvaro Dias, está ausente o Senador Jonas Pinheiro na próxima sessão irá à votação de qualquer forma. O item 5 da pauta, projeto de autoria da Senadora Serys, Senador Tasso Jereissati não está presente fica adiado. Item A, 8 Senador Paulo Paim autor, é Projeto de Lei número 177 de 2003 terminativo, acrescenta dispositivo a Lei 9250, 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do Imposto de Renda pessoa física e dá outras providências, autoria Senador Paulo Paim, Relator Senador Francisco Dornelles com a palavra.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, a minha posição é que está prejudicado, isso que a matéria já foi tratada pela lei 11.324.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Parecer contrário votação nominal. Nós temos de qualquer forma que votar. Senador Suplicy como vota?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): De acordo com o parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Dornelles voto conhecido. Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Com o parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador João Claudino. Senador Romero Jucá, Senador Neuto de Conto. Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o Relator, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Edson Lobão, Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Raimundo Colombo .

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Marcelo Crivella não está presente, está presente sim, sempre presente. Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador... bom. Acho que todos os presentes já votaram, Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Aprovado por unanimidade o parecer do Relator está prejudicado, portanto, o projeto. Item 9.

Não, nós temos um acordo de duas sessões seguidas ausência do Relator irá à votação, na próxima sessão irá à votação de qualquer forma esse projeto item 9.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, pela ordem, eu tenho a impressão queria que V.Exa. consultasse aqui a secretaria, me parece que é a terceira vez que ele entra em pauta. Terceira vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Peço que a secretaria verifique isso.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): O parecer favorável.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente ele não entrou em pauta ainda, inclusive eu tinha um pedido de vista para fazer se for colocado

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Então peça vista, mas vamos resolver isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos nomear o Senador Lobão,

V.Exa., por favor é autor do projeto, nós vamos indicar como Relator Senador Neuto de Conto.

Nós temos evitado dar relatoria *ad hoc*, porque prejudica o Relator. É um trabalho parlamentar, Senador Romeu Tuma estava aqui até agora há pouco, eu estou fazendo, porque se de fato não foi, eu peço que a secretaria verifique se por duas vezes não foi o Relator não esteve presente. O Senador Romeu Tuma está sempre presente nas reuniões é muito desagradável o Relator ter o trabalho e apresentar o parecer e nós passarmos por cima do trabalho da relatoria, esse é o cuidado da presidência, mas se de fato duas sessões que o Relator não esteve presente, é a regra da Comissão irá a voto hoje.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Na última sessão não tivemos nem pauta, porque houve uma--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Portanto não está, o Senador Romeu Tuma, o Senador Romero Jucá, na última sessão a audiência da Stander(F) se prolongou demais e nós não colocamos em votação os projetos, nós vamos aguardar a próxima sessão em deferência ao Relator Romeu Tuma. Ele não estando Presidente na próxima sessão irá à votação de qualquer forma. Pois não, Senador Marcelo Crivella

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, tem razão V.Exa. me lembrando que na semana passada tivemos uma Audiência Pública sobre risco Brasil. Mas eu queria fazer um apelo público aqui, é um projeto que já está tramitando há 2 anos nós precisamos relatar, pedir vistas, discutir, mas é um assunto relevante que precisa ser votado nessa Comissão. Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A regra é isonômica e nós não modificaremos, projetos que o autor, desculpe, o Relator não tiver presente por duas sessões, nós nomearemos um Relator *ad hoc*, sempre damos duas sessões para prestigiar as relatorias que é sempre um trabalho importante.

Item 13, Senador Garibaldi Alves com a relatoria, já foi lido o parecer, o projeto número 448 é terminativo, o parecer propunha a isenção de impostos para a produção de aguardente de cana-de-açúcar, que foi apresentado em voto em separado contrário ao parecer pela Senadora Serys Slhessarenko. Com agora nós ouviremos, portanto o voto em separado contrário ao parecer do Relator Senador Garibaldi Alves.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Perante a Comissão de assuntos econômicos sob o projeto de lei do Senado voto em separado número 448 de 2003

que dispõe IPI aguardente cana-de-açúcar e dá outras providências.

Relatório o Projeto de Lei do Senado número 448 de 2003 de autoria do Senador Efraim Moraes estabelece isenção no imposto sobre produtos industrializados, IPI, para produtores de aguardente de cana-de-açúcar com objetivo de criar condições para aprimoramento da qualidade do produto nacional e com isso ganhar mercados externos. A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e reforma agrária... A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e reforma agrária que se manifestou pela sua rejeição sobre os seguintes argumentos primeiro: A renúncia tributária proposta não traria o fortalecimento do setor produtivo na medida em que o ônus o tributo isentado o IPI recai sobre o consumidor e não sobre o produtor. Segundo, a medida não resultaria em estímulo às vendas externas da bebida, pois seu preço no mercado externo é mais sensível incentivos fiscais de exportações de que já goza, do que a isenção daquele tributo, mais importante que tudo, no entanto é o reconhecimento por aquela Comissão de que a isenção pretendida ao reduzir o preço final da cachaça estimularia o consumo interno resultando o impacto negativo para a saúde população. A análise: O parecer do Relator da matéria nessa Comissão, onde terá caráter terminativo é favorável com base exatamente no argumento de que a isenção do IPI trará crescimento das vendas em decorrência da redução dos custos de produção. Temos de discordar do nobre colega Senador Garibaldi Alves de que o aumento do consumo de cachaça em nosso país ou em qualquer outro parte do mundo seja desejável.

Temos de informar ao Relator que nessa matéria recomendação dos organismos internacionais de saúde, a organização mundial da saúde, a frente das nossas autoridades sanitárias e dos especialistas como, por exemplo, a Associação Brasileira de psiquiatria e a Associação Brasileira de estudos do álcool e outras drogas são exatamente no sentido contrário, a de que o país deveria aumentar a carga tributária das bebidas alcoólicas para reduzir o consumo e financiar os gastos públicos com saúde, segurança, previdência e assistência social. Aumentados em razão dos problemas médicos e sociais que decorrem do consumo de bebidas alcoólicas em nossa sociedade.

Não é possível que essa egrégia Comissão desconheça que o consumo de álcool está relacionado a mais Srs. Senadores, a mais de 70% dos acidentes de trânsito, para citar apenas um número mais gigante. E é um componente importante do quadro de violência que assola o país. Estatísticas nacionais e internacionais mostram que em um grande número de homicídios e agressões sérias o agressor, a vítima

ou ambos tinham ingerido bebidas alcoólicas e que o consumo de álcool está presente em 13 a 50% dos casos de estupro e atentados violentos ao pudor. As mulheres notadamente costumam ser as principais vítimas da violência associada ao consumo de álcool. Além disso, no Brasil dados do centro brasileiro de informações sobre drogas, psicotrópicas da Universidade Federal de São Paulo, apontam que mais da metade dos casos de violência doméstica estão relacionadas ao consumo de álcool.

Dessa forma somos contrários a que se conceda isenção tributária a qualquer tipo de bebida alcoólica. Uma vez que essa medida favorecerá a produção, aumentará o consumo em decorrência os gastos públicos e privados com atenção à saúde, com a segurança e a Previdência Social no nosso país.

Eu diria que nós poderíamos ficar aqui discutindo horas a esse respeito, esta mesma Comissão, aliás, principalmente a CCJ, que tanto vem discutindo a questão da segurança. É um contraditório muito grande da nossa parte aprovarmos este projeto. Por isso o meu parecer é contrário, o meu voto em visto do exposto somos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado número 448 de 2003. É este o nosso voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Exposto à votação. Para discutir a matéria Senador Romero Jucá, Francisco Dornelles e Eduardo Suplicy.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente rapidamente para fazer dois comentários, primeiro quando a questão tributária, nós estamos abrindo mão nesse projeto de um imposto que é repartido com Estados e municípios, portanto vai onerar ainda mais a diminuição das arrecadações principalmente dos municípios mais pobres desse país.

De outro lado é um projeto que vai na contramão do que se discute na atualidade. Nós estamos discutindo no Brasil hoje, primeiro: A restrição à propaganda de bebidas alcoólicas, inclusive com uma disputa sendo feita da presença de artistas, atletas e tudo mais. Segundo: Nós estamos discutindo a proibição de bebidas alcoólicas nas estradas, exatamente para diminuir o nível de desastres automobilísticos e tudo mais que acontece.

Então tirar o imposto, tirar o imposto de uma questão como essa, na verdade é dar uma sinalização de que toda essa discussão e todo esse pleito da sociedade inclusive na questão que diz respeito a segurança pública e tudo mais está indo erradamente, portanto, nós somos a favor do voto em separado do Senadora Serys, infelizmente contra o parecer do Garibaldi, porque entendemos que não cabe, não temos que tirar imposto de bebida alcoólica, de cigarro

de produtos que fazem mal e são nocivos à saúde, nós temos que tirar imposto do leite, de alimentos, de remédios, enfim de questões que venham a facilitar e melhorar a condição de vida da população.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Senador Romero Jucá, Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente eu já havia me pronunciado favoravelmente a aprovação do projeto. E não querendo dizer que eu concordo totalmente com a Senadora Serys que nós temos que fazer uma campanha muito grande contra o aumento do álcool, estou de pleno acordo.

Agora sobre esse assunto eu quero dizer o seguinte: Eu não acredito que essa redução do imposto em si vai implicar em aumento do consumo, eu acredito que vai fazer concorrência ao rum e a Tequila e algumas bebidas importadas, eu não vejo aumento de consumo, eu vejo disputa com outras bebidas alcoólicas que concorre com a cachaça.

É um produto nacional, fabricado de forma artesanal que ocupa pessoas de setores mais pobres e eu não vejo a redução ou o aumento de imposto de consumo sobre bebidas que tem uma certa elasticidade vai aumentar o consumo. Eu acho que ele vai competir com o Rum, com a Tequila com bebidas importadas, em outras palavras a arrecadação é mínima, de modo que eu não vejo perda fundamental de números. Aliás eu acho até que o IPI é um imposto seletivo, a seletividade não é pelo produto, é pelas pessoas que consomem, quem consome cachaça é gente pobre, é gente paupérrima, de modo que nós temos que cobrar imposto seletivo daqueles que tem recurso, que toma uísque, que toma vodka, que toma Rum, de modo que eu acho o seguinte, eu entendo que essa redução não aumenta o consumo, que vai apenas fazer uma translação, ou seja, as pessoas vão deixar de consumir importados Rum Tequila, Cinzano e vou consumir a cachaça.

Por isso o motivo o meu parecer eu acompanho o Senador Garibaldi Alves.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente. Desde a nossa última reunião eu procurei obter algumas informações, inclusive junto a Associação Brasileira de bebidas, a associação mineira dos produtores de cachaça de qualidade. Procurei saber até informações relativas à elasticidade de demanda, elasticidade de preços e demandas para termos informações mais objetivas, inclusive, pelo respeito que tenho pelo Senador Francisco Dornelles quando, que

é recíproco dizer quando na semana passada discutimos este assunto.

É importante até nós estarmos conscientes pelas informações que nos chegam da associação mineira dos produtores de cachaça de qualidade, bem como a associação brasileira, o Instituto Brasileiro de Cachaça IBRAC que de fato trata-se de um setor muito significativo no Brasil, são 40 mil produtores de cachaça, com 4 mil marcas comercializadas, 600 mil empregos diretos, 189 exportadores para mais de 50 países. Agora o setor é composto, nisso, Senador Dornelles salientou o importante é compor de micro e pequenos produtores que representam 98% do total de 40 mil.

A cachaça com as 4 mil marcas tem todos os tipos de preços e varia de 1 real o litro, até 300 reais o litro para cachaças mais envelhecidas, o grande consumo 95% está na faixa de preço de 1 real a 4 reais, o mercado onde atuam os micro produtores regionais e as grandes marcas. A implantação nos preços da cachaça sobre o consumo, a impactação nos preços da cachaça sobre o consumo diz aqui o senhor César Rosa, diretor do IBRAC, ele avalia ser pequena, mas sobre os custos micro e pequenos produtos é bastante representativo que muitas vezes os coloca na informalidade com a dificuldade de pagar impostos, segundo ele. Diz ele que o consumo de cachaça está distribuído com 60% na região sudeste, 30% na região norte e nordeste e 10% na Região Sul do Brasil. Sendo os maiores produtores a companhia Miller que faz a caninha 51 com 30% do mercado, a Pitú 13% do mercado, a Ipioca 7% do mercado, a Tatusinho 7% do mercado, e os micro pequenos produtores participam com 43% do total de mercado.

A informação precisa sobre a elasticidade não souberam me dar, mas eu avalio que os argumentos colocados no parecer da Senadora Serys e tendo em conta, inclusive a opinião que me foi transmitida pelo Ministro da Saúde José Gomes Temporão que ele avalia que é importante que seja mantido o imposto sobre a cachaça, mesmo que isto não vá significar grande alteração no consumo da mesma, mas até para que haja a arrecadação de recurso conforme V.Exa. salientou, Presidente, inclusive para contribuir para os aspectos de tratamento de saúde, tudo isso me faz levar a votar de acordo com o parecer da Senadora Serys com todo o respeito aos pareceres do Senadores Garibaldi e Francisco Dornelles e outros obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço a manifestação de V.Exa, o próximo Senador Neuto de Conto, depois o Osmar Dias.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senhor Senador Sr. Presidente, acho que é um tema--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Já está inscrito

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC):

--Muito interessante, porque eu vou fazer até uma comparação de um produto tão importante que nós temos, o produto mais importante para o ser humano que é a água. Água paga com o mineral, ela paga como comercialização de bebida, e paga como consumidor de alimentos. E paga quase 40% de tributo. Não tem nenhum produto mais importante para se discutir para se reduzir de imposto. Agora reduzir de bebida e de cachaça, eu acho que não dá para discutir. Eu sou contra a redução do imposto e quero discutir sim uma reforma tributária para os produtos necessários para o ciclo vital do ser humano. Principalmente no caso da água.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Proponho que V.Exa. apresente o parecer e tenho certeza que contará com grande simpatia dessa Comissão. Senador Osmar Dias com a palavra e depois Antônio Carlos Valadares.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, eu entendo o seguinte que quando alguém chega e pede uma cachaça, não vai perguntar se tem IPI ou não tem IPI. Vai pedir a cachaça e vai tomar com IPI ou sem IPI. Está certo, Presidente? Concorda?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É capaz de confundir IPI com Ipioca, não é?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Então este é um assunto que eu tenho por princípio votar a favor de tudo que é para reduzir imposto. Mas o Senador Romero Jucá me convenceu quando ele como líder do Governo falou: “Nós não podemos falar aqui em reduzir imposto de pinga, de cachaça, temos que reduzir imposto de alimentos”. Estão acreditando que o Governo vai entrar com um projeto de reforma tributária para reduzir os impostos sobre alimentos? Eu vou votar com a Senadora Serys, embora eu entenda, pessoalmente entenda que isso aqui não vai ter nada que ver com redução de consumo de bebida alcoólica, porque repito, quem vai pedir a pinga vai pedir com IPI e sem IPI e vai tomar com IPI e tudo, e digo demais, Sr. Presidente. Que agora está, nós estamos discutindo se vamos ou não proibir a propaganda. Temos que avançar sim, porque o consumo está demais. O consumo está demais principalmente numa classe que não deveria estar consumindo, uma idade que não deveria estar consumindo, nós temos que combater. Agora eu não acredito que com imposto a gente vai combater o consumo de bebida alcoólica, tem que ter outra forma, principalmente campanhas educativas, aí eu acredito. Agora vou confiar no Senador Romero Jucá e vou

aguardar o projeto de redução de impostos sobre alimentos e sobre a água do Senador de Conto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Exa. contribui bastante para o debate--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Apenas para dar o esclarecimento, nós aprovamos há 4 anos atrás o ICMS zero para toda a cesta básica, para o leite, para os ovos, enfim para uma série de produtos na reforma tributária que infelizmente não foi votado ainda na Câmara dos Deputados, aqui eu fui Relator e já aprovamos isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, em princípios eu acho que a cachaça brasileira a nível interno, ela não concorre com os produtos que vem de outros países. Por exemplo, a cachaça não pode de forma nenhuma concorrer com a champagne francesa, o seu preço é muito alto enquanto que a cachaça brasileira, a pinga, como a 51 que custa 3 reais e 99 centavos. Quanto custa uma champagne? Uma champagne...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Já vi que V.Exa. só faz campanha mesmo em bares populares, porque sabe o preço da cachaça popular não vou nem mencionar, mas bebida sofisticada V.Exa. nunca passa perto é por isso que tantas vezes foi reeleito Senador.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu tirei essa informação de um site denominado *imigrantesbebidas.com.br*.

Então, Presidente, do ponto de vista econômico não há nenhum prejuízo que a cachaça continue, do ponto de vista interno sendo taxada como vem acontecendo. E do ponto de vista da saúde pública, a Senadora Serys tem toda a razão, na medida em que nós façamos a redução de impostos em relação à cachaça direta ou indiretamente estamos incentivando o consumo da bebida, o quê acarreta sérios problemas à saúde se o consumo aumentar, como também prejuízo incomensurável a vida humana, os acidentes rodoviários são freqüentes e muitos deles são motivados pelo consumo alto da bebida.

De outro lado, eu acho que como a champagne ela é patenteada, não é? Champagne francesa tanto que quando se fabrica a champagne em outro país, tem que se dizer que é espumante, porque se for champagne vai levar uma indenização, haverá uma ação de indenização proposta pela França. E patenteou a sua principal bebida. Então seria o caso de os industriais, quem sabe tentarem patentear a cachaça e a nível, estou falando, assim do ponto de vista econômico e

visando obter lucratividade no exterior, que se faça uma divulgação dessa cachaça que é um produto essencialmente brasileiro. Nós sabemos que a cachaça brasileira não tem igual no mundo inteiro, assim como não tem a champagne igual no mundo inteiro igual a da França.

Por isso o que eu proponho, Sr. Presidente, é que deixemos como está, cobrando imposto sobre a cachaça e que os industriais interessados, principalmente aqueles que produzam a cachaça melhor para a exportação, que se preocupem com a sua divulgação externamente, com a melhoria da sua qualidade e também, preocuparem-se em patentear o produto. O meu parecer, a minha opinião é de que a cachaça deve continuar sendo tributada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Exa. reforça, portanto o parecer do Senador Neuto de Conto que exonerar água e não a água que passarinho não bebe. Senador Crivella agora com a palavra.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente apenas para dizer que levei um susto ontem consultando o site do Ministério da Saúde, que o Brasil o ano passado gastou com acidentes 22 bilhões de reais, mais do que aqueles superávit das contas do fundo de garantia por tempo de serviço. E Sr. Presidente, fiquei pensando, realmente nós estamos consumindo muito álcool, porque se vende, por exemplo, latinha de cerveja na praia e no Rio de Janeiro são 200 mil afogamentos a maioria deles por pessoas que bebem cerveja depois entram no mar, não há mortes, mas causam transtornos, nós vendemos bebidas nos estádios, vendemos bebidas nos engarrafamentos, as pessoas quando estão engarrafadas, tanto nas marginais como na avenida Brasil no Rio de Janeiro, tem sempre alguém com isopor vendendo latinha de cerveja e tenho aqui lembrado agora pela Senadora Serys um projeto que é uma via-crúcis, há 2 anos estão tentando aprovar, tentando retirar bebida alcoólica dos postos de gasolina.

De tal maneira que eu concordo com o Senador Dornelles, não acredito que o IPI com ou sem a gente diminuir o consumo, mas acho que a Senadora tem razão, porque estamos sinalizando num caminho de diminuir o consumo. Nos preocupa o consumo, sobretudo, com os jovens. E se nós desonerarmos a cachaça vamos na contramão daquilo que nós estamos tentando implementar é uma preocupação do Ministro da Saúde, portanto, Sr. Presidente, com todo respeito e admiração que tenho pelo Senador Garibaldi eu vou votar com a Senadora Serys.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos encaminhar então agora o

processo de votação e lembrando que eu quero, produto simular no caso do cigarro, quer dizer, a carga tributária elevada foi uma barreira econômica ao acesso. Junto com a proibição da propaganda e as campanhas educativas, houve uma queda substancial dos fumantes. E com benefício inquestionável à saúde e à sobre vida, eu acho que nós deveríamos tratar a bebida especialmente essa bebidas mais pesadas da mesma forma, quer dizer, onerando o preço final através da carga tributária, proibindo a propaganda e estimulando campanhas educativas daríamos uma grande contribuição à vida mais saudável do povo brasileiro.

De qualquer forma quem decide é o Plenário, vamos ao regime de votação é terminativo o parecer. Os Senadores que votarem sim votarão com o Senador Garibaldi, propondo a isenção dos tributos sobre a cachaça. Os Senadores que votarem não, votarão contrário ao parecer. E portanto em sintonia com o parecer da Senadora Serys, caso prevaleça o voto não, evidentemente será nomeada como relatora *ad hoc* para o projeto, para o parecer. Como Relatora do vencido. Vamos agora ao sistema de votação, Senador Eduardo Suplicy como vota. Não com a Senadora Serys.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não com a Senadora Serys.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu voto, Sr. Presidente, sim com o Senador Garibaldi Alves.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Voto sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Não

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador João Vicente Claudino.

SENADOR JOÃO CLAUDINO (PTB-PI): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Mão Santa. Senador Garibaldi Alves voto conhecido, sim. Senador Adelmir Santana, não, Senador Edison Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (DEM-MA): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Voto não depois dessa ameaça aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): 14 votos não, 4 votos sim. Está rejeitado o projeto. Inclusive a Senadora Serys Silhessarenko para oferecer o voto do vencido. Vencedor.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente há a possibilidade agora da leitura do parecer do item 18.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós iremos seguir a nossa ordem para a votação.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Apenas para registrar, Sr. Presidente que o Senador Renato Casagrande chegou ele é Relator do item 7 e é o item que não tem problema, portanto, gostaria que fosse reinserido na pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Exa. só quer votar itens que não tem problema?

Claro, mas nós estamos aqui para resolver problemas. Vamos continuar aqui com a nossa.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Isso aí é a ditadura da maioria, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não será acatado pela Mesa especialmente pela argumentação oferecida que é muito precária. V.Exa.--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente se puder voltar ao item 10.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Item 16, está solicitado pelo Relator retirar de pauta para a apreciação da matéria.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Voltar ao item 10.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Voltaremos depois. Item 17 está, o item 17 é um projeto de minha autoria que basicamente exigia que no talão de cheque colocasse a data original em que o correntista abriu conta, porque os bancos só colocavam a data que, daquele banco e com isso prejudicava o correntista de poder fazer a livre opção bancária.

E eu propus isso, e propus desonera os tributos para que o trabalhador faça a livre opção bancária, felizmente o Conselho Monetária Nacional se apropriou dos meus dois projetos, mas virou uma norma, portanto, apesar da autoria prejudicada que é própria do Governo que não reconhece o trabalho intelectual do legislativo Senador Romero Jucá, falo o agora como Senador e não como ex-líder do Governo, acho fundamental que o Governo prestigie a autoria intelectual e não se aproprie da idéia e da iniciativa dos Senadores dessa casa ou da Câmara dos Deputados e valorize as iniciativas que vem no aperfeiçoamento da vida legal.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Nessa nova gestão da liderança do Governo nós vamos tratar disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Espero seguramente, V.Exa. como vice líder nunca o fez. Mas quem sabe agora como líder o faça. E registrado o meu protesto, eu deixei na pauta só para fazer o protesto, que eu me senti com o direito intelectual da patente do projeto, tanto da livre opção bancária, como desse projeto prejudicado, portanto, eu retiro da pauta só fiz para poder fazer uma crítica ao Governo que eu defendo. E agora item 18 na pauta Senador Antônio Carlos Valadares, por favor a leitura do seu parecer.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, requeiro pela ordem aqui, eu quero em nome do Senador Flexa Ribeiro pedir vista em relação a esse projeto aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sem problema, mas de qualquer forma vamos fazer a leitura do parecer para que a gente possa na próxima sessão encaminhar o processo de votação.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Trata-se esse projeto, Sr. Presidente, da autoria do Senador Tião Viana de uma alteração da lei número 9.648 de 27 de maio de 1990, com a redação dada pela lei número 9.986, 17 de julho de 2000.

O Senador Tião Viana pretende beneficiar mediante compensação financeira os Estados e Municípios

que possuem nascentes de rios, cuja vazão é aproveitada para geração de energia elétrica. O objetivo do projeto é ampliar o número de Estados e municípios contemplados, com o pagamento da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.

O presente Projeto de Lei foi analisado pela Comissão de serviços de infra-estrutura. Foi aprovado o parecer do Relator *ad hoc*, o Senador Sérgio Zambiasi, que conclui pela rejeição do projeto. Em seguida a proposição foi encaminhada a essa Comissão para a apreciação em caráter terminativo. No tocante ao mérito e os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. A análise do presente Projeto de Lei requer a verificação de sua aderência aos aspectos de constitucionalidade juridicidade, regimentalidade, nesse aspecto, Sr. Presidente, não há vício de iniciativa, por quanto cabe aos parlamentares indiciar o projeto legislativo, conforme prevê o artigo 61 da Constituição Federal.

Quanto aos aspectos de juridicidade e regimentalidade a proposição está inteiramente na conformidade exigida pela legislação. Atualmente a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos é destinada unicamente aos Estados e Municípios que possam instalações destinadas a produção de energia elétrica ou que tenham áreas invadidas pelas águas de reservatórios.

O Senador Tião Viana considera injusta a atual distribuição da compensação. Que exclui desse pagamento os Estados e Municípios que possuem nascentes de rios, cujas águas são aproveitadas na geração de energia elétrica. Afinal, afirma ele, se esses mesmos Estados e municípios utilizassem as águas para outros fins, poderiam trazer benefícios para as suas populações. Merecem, portanto, receber uma remuneração pela não utilização desses recursos hídricos. Acrescenta que a compensação constitui um incentivo para que esses Estados e Municípios preservem as águas que serão utilizadas nas usinas hidrelétricas.

Não há dúvida de que o pagamento pela preservação das nascentes está em consonância com o espírito inaugurado pelo protocolo de Kyoto que defende a remuneração dos agentes que preservem de forma ativa o meio ambiente. O fato do Município dotado com nascentes não sofrer prejuízos diretos em função da existência de uma usina hidrelétrica, não significa que ele não incorra em custos dela resultante. A preservação das nascentes exigem ações de fiscalização que oneram os cofres dos Municípios, refreado determinados usos de água por parte das comunidades Ribeirinhas, também implica a redução na atividade econômica e conseqüente queda na arrecadação de impostos e no bem-estar dos habitantes naquele Município.

Não obstante o mérito do propósito de estimular a preservação das nascentes, o projeto de fato esbarra em algumas limitações. Em primeiro lugar: Conforme ressaltado no parecer aprovado na Comissão de serviços de infra-estrutura, seria extremamente difícil determinar todas as nascentes de todos os rios, cujas águas são usadas na geração hidráulica. A base oficial de hidrografia está atualmente em escala 1 por 1 milhão, proporção considerada insuficientemente precisa para determinação geográfica das nascentes dos rios, para viabilizar o levantamento de todas as nascentes, seria preciso conceder aos órgãos responsáveis um prazo maior para a conclusão desse trabalho.

Em segundo lugar, o uso da compensação financeira para estimular a preservação das nascentes estará necessariamente restrito àqueles Estados que detêm as bacias hidrográficas, mais importantes do ponto de vista hidroelétrico para saber, Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Goiás. A proposição em análise poderá até promover uma distribuição mais equânime dos benefícios entre os Municípios e dos Estados beneficiários, mas não aproveitará aqueles Estados cujas bacias hidrográficas embora importantes pouco contribuem para a geração de energia elétrica como é o caso do Amazonas.

Por fim se forem contempladas todas as nascentes cujas águas são utilizadas nas gerações hidrelétricas ter-se-á necessariamente de abranger toda a bacia hidrográfica, embora possa haver mais justiça na distribuição dentro das bacias, um dos resultados será a maior pulverização dos recursos oriundos da contribuição financeira, o que reduzirá o impacto efetivo desses recursos em cada localidade.

O ideal seria poder aumentar a alíquota da compensação para ter mais recursos para financiar a preservação do meio ambiente. No entanto, dadas as dificuldades associadas a uma elevação dos custos do setor elétrico, com aumento da carga tributária as mudanças introduzidas pelo projeto, representa pelo menos um primeiro passo na direção certa. Sinalizam a crescente valorização das nascentes, um dos valores de uma política eficaz de proteção do meio ambiente. Seria também aconselhável produzir mecanismos que assegurassem o repasse de recursos somente aos municípios, que efetivamente comprovassem a preservação das nascentes. Do contrário a contribuição passaria a ser apenas mais uma fonte de recursos para o Município e não constituirá necessariamente um estímulo a preservação.

Falta também no projeto princípios ou critérios que norteiam a compensação entre os Estados e Municípios, com nascentes e os demais Estados e Municípios que também fazem jus ao pagamento. Exceto que

a implementação efetiva das mudanças preconizadas pelo projeto, poderá levar algum tempo dada a necessidade de se concluir a contento o levantamento de todas as nascentes. Também é certo que os recursos usados para incentivar a preservação das nascentes será pouco significativo diante da magnitude da tarefa a cumprir. Ainda sim, a destinação de mais recursos para investimento na preservação dessas nascentes será iniciativa positiva, sobretudo se aliada a outras medidas que já vem sendo tomadas no país.

Por fim, cita-se como exemplo, o mecanismo criado pela lei número 9.146 de 9 de março de 1995. Sancionada pelo Estado de São Paulo que pagam a compensação financeira aos Municípios que sofrem restrição por força de instituição de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Estado. Dentre esses espaços protegidos estão as áreas de proteção aos mananciais, aqueles rios que dão suporte a sistemas de abastecimento d'água para o Estado de São Paulo. O próprio Estado paga os Municípios para que esses mantenham intactas as áreas das nascentes. O outro bom exemplo é do chamado ICMS ecológico, que permite aos Estados introduzir critérios sociais e ambientais na distribuição do ICMS e assim estimular iniciativas voltadas, para preservação dos recursos naturais, tais como a proteção legal de áreas naturais ou tratamento de lixo e esgoto sanitários, os resultados obtidos são encorajadores.

Portanto, não obstante suas limitações o projeto poderá contribuir para o fortalecimento da política do meio ambiente no Brasil. Por isso, Sr. Presidente, em decorrência do exposto, nós votamos pela aprovação do projeto número 56 de 2004, da autoria do eminente Senador Tião Viana, mas propondo duas emendas. E abrindo parêntese eu pediria, foi o Senador Neuto que pediu vista? Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Valadares, pedi vista também em nome do Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): V.Exa. está satisfeito com a emenda que eu apresentei? Porque ela procura corrigir uma falha do projeto inicial, original de vez que não, não estabelece, não fixa critérios para distribuição dos recursos decorrentes da contribuição financeira para os Municípios que têm nascentes e aqui nós atribuímos ao Poder Executivo fixar esses critérios de compensação aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que possuem nascentes.

Logicamente que o Poder Executivo poderá levar em conta, por exemplo aquilo que já acontece no Estado de São Paulo, em relação a preservação dos mananciais, o Executivo poderá atribuir aquele Muni-

cípio que se preocupa com o meio ambiente, que se preocupa em preservar os mananciais poderá atribuir uma compensação financeira para restituir ao Municípios recursos importantes, estimular para que continue o Município a fazer esse trabalho. E também dando um prazo, apresentei outra emenda, Senador Jayme Campos, dando um prazo de 180 dias, após a publicação para que as autoridades constituídas possam tomar as providências, inclusive, para descobrir as nascentes existentes em todo o Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador, eu agradeço a leitura do parecer, como foi pedido vista nós faremos a discussão na próxima sessão

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu estou perguntando ao Senador Jayme, se--

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): V.Exa, Senador--

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Poderia renunciar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ele pediu vista pelo Senador Flexa Ribeiro que não está presente.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu gostaria imensamente, se pudesse atender, todavia, eu estou atendendo um pleito do colega Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O Senador Flexa Ribeiro comunicou a Mesa que pediria vistas. Então, a vista está concedida, vista coletiva, se mais alguém quiser analisar a matéria, nós iremos agora, tem um projeto não terminativo e um terminativo, eu farei primeiro o terminativo, por causa de problema de quorum. E é o projeto do parecer, é parecer do Senador Eduardo Azeredo, o autor é o Senador Rodolpho Tourinho, depois o Senador Renato Casagrande.

Eu pediria bastante objetividade que fosse diretamente ao voto, porque é uma matéria pouco polêmica para que pudéssemos votar e assim concluiríamos a nossa pauta. É o item 10 da pauta.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O projeto ele foi apresentado com o intuito de proporcionar maior transparência com informações da loteria federal. Então o parecer é favorável no sentido de que haja uma maior divulgação de todos os, todos os sorteios que são feitos pela loteria federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço o parecer, basicamente propõe divulgar todos os dados da Caixa Econômica Federal, referente as loterias, na internet, portanto é

um baixíssimo custo da transparência e maior controle social.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Apenas, Sr. Presidente, dada a informação colocada pela Caixa Econômica Federal de que as informações já são regularmente divulgadas, eu pergunto ao Relator Senador Eduardo Azeredo se de fato já não está sendo contemplado o objetivo do presente projeto.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Suplicy mesmo que já esteja não substitui a força de uma lei. Uma lei obriga a publicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos colocar em votação, os que são favoráveis ao parecer oferecido pelo Relator de colocar os dados referentes a loterias, todas da Caixa Econômica Federal na rede da internet e posteriormente na Radiobrás votarão sim e os que são contrários não. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador, está incluído na votação as emendas, peço a autorização do Plenário. Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador João Vicente Claudino.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Neuto de conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Garibaldi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Adelmir Santana. Não está. Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Antônio Carlos Valadares, voto conhecido. Sim. Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Sim, lembrando que o projeto é de autoria do Senador Rodolpho Tourinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Rodolpho Tourinho é um grande parceiro do Senado, mais um contribuição importante que ele deu à vida do país. Faz muita falta a presença dele nessa casa. Foi aprovado por unanimidade o projeto, Senadora Serys Slhessarenko, me desculpe Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):

Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o Relator. Senador Adelmir Santana, também sim. Dessa forma foi aprovado por unanimidade o parecer.

Vamos agora ao item, último item da pauta, item 7 cujo Relator é o Senador Renato Casagrande, é o Projeto de Lei da Câmara número 67 não terminativo. Da nova redação aos incisos 1 e 3 do caput do artigo 5º do inciso 1 e 3 do caput do artigo 8º da lei 10.336 de 19 de dezembro de 2001.

Iguala a incidência da Cid sobre a gasolina e querosene utilizados na aviação, reduzindo alíquota aplicável à gasolina de aviação. Senador Renato Casagrande com a palavra, peço bastante objetividade no voto

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Muito obrigado, Sr. Presidente, projeto do Deputado Roberto Balestra e preliminarmente gostaria de dizer que eu a princípio sou contra toda desoneração de consumo de combustíveis fósseis. Mas no caso em espacial, nós já temos na querosene de aviação, que é o combustível usado nas grandes aeronaves, uma desoneração desse tributo da Cid e a gasolina de aviação que é a gasolina usada pelos aviões pequenos, especialmente na agricultura tenha essa contribuição da Cid. Então o projeto visa dar um tratamento igualitário, portanto, nessa visão do tratamento igualitário, daquilo

que é feito para querosene de aviação ter o mesmo benefício para a gasolina, a gasolina de aviação, eu me posiciono, Sr. Presidente, favoravelmente a essa matéria e é este o meu voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr.

Presidente, eu quero apenas registrar a importância desse projeto, principalmente para regiões norte e centro-oeste. Que são regiões que utilizam muitas aeronaves pequenas e que eram oneradas com uma cobrança de Cid diferente do querosene de aviação, para a gasolina de aviação. Inclusive em determinados casos, aeronaves parecidas com o combustível diferenciado, competindo na mesma área com um tipo de cobrança de impostos diferenciados.

Portanto esse projeto faz justiça a essa questão e o encaminhamento nosso é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não havendo mais quem queira discutir a matéria, vamos colocar em votação, Senadores que são favoráveis ao parecer do Senador Renato Casagrande, permaneçam como se encontram. Aprovado por unanimidade. Só queria pedir atenção 2 minutos, sobre requerimentos que estão na Mesa. Primeiro: Nós faremos não na próxima terça-feira, na outra a reunião técnica com novo Presidente do BNDES, professor Luciano Coutinho, sem ser a próxima terça-feira na outra terça-feira.

Os requerimentos de audiência 1 relacionada ao Ministro da Fazenda Guido Mantega para discutir política econômica e a conjuntura econômica nacional. Há um grande interesse, sobretudo, na questão da taxa de câmbio. Senadores que são favoráveis permaneçam como se encontram aprovado.

Há 2 requerimentos, Arthur Virgílio e Inácio Arruda, tratando do endividamento dos Estados. Nós convidaremos os dois para se colocarem em acordo convidando autoridades estaduais, Senadores que são favoráveis permaneçam como se encontram.

E o terceiro. Eu acho que a Mesa está grande demais, tem que enxugar e fazer uma coisa mais objetiva, sobre a indústria têxtil e confecções, são dois requerimentos distintos, Senador Edison Lobão e Senador Renato Casagrande, Senadores que são favoráveis permaneçam como se encontram. Nós vamos discutir com os autores o encaminhamento dessas Audiências Públicas, Senador Valter Pereira com a palavra.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O projeto de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está prejudicado pelo adiantado

da hora, não tem mais quorum. Fica para a próxima sessão. Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Queria sugerir a V.Exa. dentro do possível que fosse convidado também o Secretário de Comércio Exterior.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Excelente, iniciativa faremos logo a seguir a presença do Secretário do Comércio Exterior.

Há também um requerimento convidando o Presidente do Banco Central, eu já acordei com ele, faremos audiência em junho. Então faremos o Ministro da fazenda, o Presidente do Banco Central e a Reunião Técnica, faremos BNDES e o secretário de Comércio Exterior, peço que anote para nós encaminharmos posteriormente.

Agradeço a todos e a todas, está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 12h27.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2007, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia doze de junho do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Renato Casagrande, Serys Slhessarenko, Ideli Salvati, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, Romero Jucá, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Valter Pereira, Wellington Salgado, Edison Lobão, Eliseu Resende, Jayme Campos, Raimundo Colombo, Romeu Tuma, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Osmar Dias e Jefferson Péres. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio Amaral, Fernando Collor, Expedito Júnior, João Vicente Claudino, Pedro Simon, Mão Santa, tendo falta justificada em virtude de estar em missão política de interesse parlamentar, Gilvam Borges, Garibaldi Alves Filho, tendo falta justificada em razão de ter sido designado para representar o Senado Federal na Delegação Parlamentar Brasileira ao Reino Unido, Adelmir Santana, Kátia Abreu, Cícero Lucena e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião

anterior, que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente comunica o recebimento do seguinte documento, para conhecimento, Aviso nº 13/07 (nº 185/GMF, na origem), de 15 de maio de 2007, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, no mês de abril de 2007, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios. O expediente será posteriormente encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Em seguida, a Presidência passa à apreciação dos itens constantes da Pauta da Reunião, Item 01-Avisos nºs 01, 04 e 10 de 2007 (nºs 37, 82 e 166/07, na origem), não terminativos, que “autorizam a União a executar Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior e dá outras providências”, de autoria do Ministério da Fazenda, tendo como Relator o Senador Neuto de Conto, que oferece Parecer pelo arquivamento das Matérias. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Neuto de Conto, e não havendo quem queira discutir, a Comissão aprova o Parecer do Relator; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2005, Complementar, não terminativo, que “altera o art. 67 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, para determinar que o empenho de despesas com publicidade seja condicionado ao pagamento integral dos precatórios de natureza alimentícia”, de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Romeu Tuma, que oferece Parecer favorável ao Projeto. O Presidente da Comissão designa o Senador Arthur Virgílio Relator *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório, usam da palavra os Senadores Romero Jucá e Eduardo Suplicy. O Presidente concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2007, não terminativo, que “altera o art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para prorrogar os incentivos fiscais de redução e restabelecer os de isenção relativos ao imposto sobre a renda de pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado em setores econômicos considerados prioritários para o desenvolvimento regional, e dá outras providências”, de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item

04-Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2006, não terminativo, que “dispõe sobre o pagamento, pelas sociedades cooperativas, da contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP), e dá outras providências”, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, tendo como Relator o Senador Tasso Jereissati, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Tasso Jereissati, usa da palavra o Senador Romero Jucá, que solicita Vista da Matéria. O Presidente concede Vista ao Senador Romero Jucá nos termos regimentais; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2003, terminativo, que “dispõe sobre requisitos para a concessão, por instituições públicas, de financiamento, crédito e benefícios similares”, de autoria do Senador Gerson Camata, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. O Presidente da Comissão designa a Senadora Serys Slhessarenko Relatora *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório, e não havendo quem queira discutir, a Comissão aprova o Projeto com as Emendas nºs 01 e 02-CAE por treze votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2007, terminativo, que “altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir o nascituro no rol de dependentes que possibilitam dedução na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física”, de autoria do Senador Francisco Dornelles, tendo como Relatora a Senadora Kátia Abreu, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 07-Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 146, de 1996, não terminativas, que “dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências”, de autoria da Câmara dos Deputados, tendo como Relator o Senador Tasso Jereissati, que oferece Parecer pela aprovação das Emendas nºs 01, 02, 03, 04, 05, 07, 08, 09, 10 e 11, e, parcialmente, da Emenda nº 06, e, ainda, com correção da remissão feita no § 2º do art. 8º ao “§ 1º do art. 5º”, que deve ser entendida como feita ao “parágrafo único do art. 5º”. Em 15/05/2007, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. A apreciação da Matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2003, terminativo, que “dispõe sobre a dedução, para fins do imposto de renda das pessoas jurídicas, de despesas com salários e encargos sociais de empregados, em caso de contratação de pessoas

submetidas a transplantes renais e de pacientes portadores de insuficiência renal crônica”, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. O Presidente da Comissão designa o Senador Inácio Arruda Relator *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório e não havendo quem queira discutir, a Comissão rejeita o Projeto por treze votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 02, de 2003, terminativo, que “acrescenta alínea ao inciso II do artigo 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das pessoas físicas, de doações e programas oficiais de combate à fome”, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2004, terminativo, que “altera dispositivo da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000 (Beneficia pela compensação financeira os Estados e Municípios que possuem nascentes de rios, cuja vazão é aproveitada para a geração de energia em hidrelétrica)”, de autoria do Senador Tião Viana, tendo como relator o Senador Antonio Carlos Valadares, que oferece parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com Parecer pela rejeição do Projeto. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Antônio Carlos Valadares, o Presidente concede Vista Coletiva nos termos regimentais. Em 05/06/07 foi apresentado Voto em Separado de autoria do Senador Flexa Ribeiro, concluindo pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, terminativo, que “altera o § 6º do artigo 2º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003 (Isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas)”, de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Parecer pelo arquivamento da Matéria. Em 15/05/2007, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. A apreciação da Matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2003, terminativo, que “altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, para dispor sobre a incorporação do adicional de insalubridade ou periculosidade no salário do empregado”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Eliseu Resende, que oferece Pare-

cer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2007, não terminativo, que “acrescenta artigo à Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências”, autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 14-Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2003, terminativo, que “altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, para estabelecer que parte do produto da arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) seja destinada ao município de origem”, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Foi aprovado, ainda, o Requerimento nº 30/2007-CAE, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Temporária de Reforma Tributária, em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença do Secretário de Política Econômica, Dr. Bernardo Appy, sobre a proposta de reforma tributária com enfoque no desenvolvimento regional e a chamada guerra fiscal entre os estados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinqüenta e um minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Havendo número regimental declarado aberta a 18ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Ordinária.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para o seu conhecimento. Aviso nº 1307, nº 185 GMF na origem de 15 de maio de 2007 do Ministério da Fazenda, encaminhando em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado

Federal nº 43/2001, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda no mês de abril de 2007. Tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos Estados e Distrito Federal e a relação entre dívida consolidada líquida e receita corrente líquida dos municípios. Expediente será depois encaminhado aos respectivos Senadores.

Primeiro projeto na pauta são os avisos nº 1 e 10/2007 e nº 37, 82 e 167/2007 na origem, não terminativos. Autoriza a União a executar o Programa de Emissão de Títulos de Administração de Passivos de responsabilidade do Tesouro Nacional no exterior e dá outras providências. Autoria do Ministério da Fazenda, o Relator, nobre Senador Neuto de Conto. O Parecer é pelo arquivamento da matéria. Com a palavra o Relator, Senador Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC):

Sr. Senador Presidente, Senador Aloizio Mercadante, Sras. e Srs. Senadores. Da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o aviso nº 1 e 4 e 10/2007, números 37, do Ministério da Fazenda 82 e 166 do Ministério da Fazenda de 2007, na origem. Do Ministério da Fazenda referente ao Programa de Emissão de Título e de Administração de Passivos de responsabilidade do Tesouro Nacional.

Relatório: Em conformidade com o disposto no art. 3º e 4º da Resolução nº 20, de 16 de dezembro de 2004, do Senado Federal, o Ministro da Fazenda encaminha a esta Casa relatório sobre a emissão de títulos de responsabilidade da república no exterior realizadas pela União no período de 1º de outubro a 31 de dezembro de 2006 e de 1º de janeiro a 31 de março de 2007.

Mediante o aviso nº 1 e 10 de 2007, respectivamente, e sobre a execução do programa de recompra de títulos da dívida pública mobiliária federal externa brasileira no ano de 2006, mediante aviso nº 4/2007, tanto a emissão quanto as atividades executivas foram realizadas no âmbito do programa de emissão de títulos de administração de passivos de responsabilidade do Tesouro Nacional no exterior.

O relatório é bastante extenso, permito, Sr. Presidente, que eu relate, passe a analisá-lo.

Mediante a Resolução nº 20, de 16 de novembro de 2004, o Senado Federal autorizou a União a executar o programa de emissão de títulos e de administração de passivos de responsabilidade do Tesouro Nacional no exterior. Esse programa compreende operações de emissão de títulos com contrapartida em moeda corrente nacional ou estrangeira e a administração de passivos contemplando operações de compra, de permuta e outras modalidades de operações inclusive

com derivados financeiros. A autorização estabeleceu, conforme o art. 3º da aludida norma que a execução de cada operação de administração de passivos será comunicada ao Senado Federal no prazo de 30 dias após a sua realização.

O relatório encaminhado pelo aviso nº 4, em 12 de março de 2007, trata das operações de recompra realizada no prazo do ano de 2006 por meio do mencionado programa de recompra. Caracterizando assim justificado atraso na sua apresentação ao Senado Federal. Ocorrência de tais situações podem impedir a suspensão de autorização para a União realizar qualquer outra operação de recompra ou de reestruturação de títulos e dívida externa até que seja cumprida a obrigação acima mencionada. Parágrafo 2º, art. 3º da RSF nº 20/2004. O mesmo a imputação de crime de responsabilidade sem prejuízo das sanções cabíveis, art. 5º da mesma Resolução.

Por outro lado, o relatório acerca da emissão realizada no último trimestre de 2006 e no primeiro trimestre do corrente ano de que trata os avisos 1 e 10 de 2007 cumprem, no mesmo entendimento, parcialmente a exigência contida no art. 4º da referida Resolução, onde fica estipulado que o Ministério da Fazenda apresentará, em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal em até 30 dias corrido após o final de cada trimestre relatório de execução do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de responsabilidade do Tesouro Nacional no exterior com as informações que prescreve. Assim, procede o Ministério da Fazenda ao submeter tempestivamente com a informação pertinente à apreciação dessa Comissão os relatórios que trato aos avisos 1 e 10/2007.

Todavia, cumpre registrar que a Resolução nº 20/2004, conforme visto acima ou salvo melhor interpretação, refere-se a apresentação de relatório pelo Ministério da Fazenda em reunião desta Comissão.

A despeito dos aspectos formais relativos à prestação de contas das referidas operações de emissão e de recompra de títulos da dívida externa, entendemos que as informações exigidas, estipuladas no § 1º do art. 3º e no art. 4º da citada resolução, foram atendidos pelo relatório em exame, e evidenciando, tanto o atendimento no disposto do art. 2º que descreve as características das operações de emissão e de administração do passivo com os benefícios obtidos com as operações realizadas.

Assim, quanto ao mérito da matéria e cumpre-nos ressaltar que as operações realizadas dão continuidade ao processo de gestão integrada da dívida pública federal, considerando ativo e passivo tanto interno quanto externo no âmbito do Tesouro Nacional e que

tem proporcionado ganhos em vista as relações de custo e risco obtido nesse processo.

Por outro lado, cumpre ressaltar que apresenta relatórios sobre operações de emissões colocada e de compra de títulos do Tesouro Nacional no exterior continuam, constituem, nos termos dispostos na referida Resolução nº 20/2004, procedimento que visa formalmente levar ao conhecimento ao Senado Federal e as ações levadas a efeito com a execução do referido Programa de Gestão da Dívida Pública Externa. Nesse sentido, os membros desta Comissão cabem tão somente tomar conhecimento do seu teor.

Em síntese, consideramos que o presente parecer constitui procedimento regulamentar indispensável para que seja dado conhecimento aos membros desta Comissão do teor do relatório sobre a execução do Programa de Emissão de Títulos da Administração de Passivos de responsabilidade do Tesouro Nacional no exterior.

Voto. Diante o exposto e uma vez dada ciência aos membros desta Comissão, recomendo o arquivamento dos avisos 1, 4 e 10 de 2007 do Ministério da Fazenda. Era o relatório e o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Quero elogiar aí o Parecer do Senador Neuto de Conto, sobre esse projeto que autoriza a União a executar Programas de Emissão de Títulos e de Administração de Passivo de responsabilidade do Tesouro Nacional no exterior e dá outras providências. Como todos acompanharam, o Parecer do Relator é pelo arquivamento da matéria.

Para discutir a matéria. Não havendo quem queira discutir, nós vamos encaminhar então o processo de votação. O projeto é não terminativo, a votação pode ser simbólica. Senadores que são favoráveis ao Parecer do Senador Neuto de Conto pelo arquivamento do projeto de autoria do Ministério da Fazenda, conforme voto já exposto, por favor, permaneçam como se encontram. O Parecer está aprovado.

Item 2 da pauta. Eu só quero lembrar que nós tínhamos uma regra que quando o Relator não está presente em duas Sessões nós designaremos o Relator ad hoc. É o caso do Item 2.

Projeto nº 2, altera o art. 67 da Lei 4.320, de 17 de março de 64, para determinar que o empenho de despesas com publicidade seja condicionado ao pagamento integral dos precatórios de natureza alimentícia. O projeto é do Senador Marcelo Crivella. O Relator era o Senador Romeu Tuma. Eu vou, portanto, sugerir que o Senador Arthur Virgílio relate a matéria. O Parecer do Senador Romeu Tuma é favorável ao projeto que determina o empenho de despesas com publicidade seja condicionado ao pagamento integral dos precatórios

rios de natureza alimentícia. Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, este Parecer é da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 262/2003, Complementar, que altera o art. 67 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Ele visa determinar que o empenho de despesas com publicidade seja condicionado ao pagamento integral dos precatórios de natureza alimentícia. O Relator, Senador Romeu Tuma e eu lerei o relatório de S.Ex^a., como sempre se houve de modo muito competente e sucinto. Eu passo, portanto, a ler o relatório, Sr. Presidente.

É submetido à avaliação desta Comissão o Projeto de Lei do Senado, o PLS nº 262/2005, Complementar, de autoria do ilustre Senador Marcelo Crivella, que promove alterações na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, com o fim de impor limite ao empenho de despesas com publicidade vinculada ao pagamento dos precatórios de natureza alimentícia. A proposição tem a forma de Projeto de Lei Complementar em razão de um ordenamento constitucional vigente, à luz do art. 165, § 9º, inciso II, ter recepcionado como Lei Complementar a norma a que ele se propõe alterar. O projeto compõe-se de dois artigos, sendo que o primeiro determina o acréscimo de quatro parágrafos à Lei 4.320/64, e o segundo estabelece a vigência imediata da lei.

Não foram oferecidas, Sr. Presidente, Emendas ao projeto no prazo regimental.

Segundo item, Sr. Presidente, a análise. E nessa análise tem-se que o projeto em exame combina dois objetivos claramente meritórios. Por um lado, busca estimular a presteza no pagamento dos créditos de natureza alimentícia devidos pela Fazenda Pública. Por outro, tenciona restringir em todos os níveis de governo o dispêndio de recursos públicos com publicidades para coligar esses dois propósitos, o projeto acrescenta quatro parágrafos ao art. 67 da Lei nº 4.320/64, que determina ordem cronológica no pagamento dos precatórios judiciais.

Lembro a V.Ex^a. que, na regra, a idéia do pagamento por ordem cronológica corresponde à boa e à correta administração pública. E, portanto, eu vejo um mérito a ser ressaltado em cima do que já o fez o Senador Romeu Tuma. O primeiro parágrafo veda o empenho, a liquidação e o pagamento de despesas com publicidade em valor superior ao que for destinado para o pagamento dos débitos de natureza alimentícia constantes de precatórios que não tenham sido pagos até o encerramento do exercício seguinte ao de sua inclusão no orçamento. O segundo e terceiro parágrafos, respectivamente, definem os débitos de natureza

alimentícia e estendem a vedação do § 1º às entidades da administração indireta de todos os entes da federação. O quarto parágrafo acrescentado por essa proposição, excepciona a proibição firmada nos parágrafos anteriores em casos de grave e urgente necessidade pública. O objetivo visado por esse projeto é louvável, visto que resguarda, em sua essência, o interesse público, dando tratamento conjunto entre dois tipos de gastos do dinheiro público pela ordem de prioridade social. Ambos os gastos, o pagamento de precatórios de natureza alimentícia e despesas com publicidade, têm a mesma natureza econômica, porém divergem profundamente da questão social.

Como o orçamento público é o mais importante instrumento de gestão de política econômica e social do País, não há que se falar aqui em elementos de ordem técnica a contrapor a vinculação dessas duas hipóteses de gastos. Claro está que o interesse público, político se sobrepõe a questões de ordem meramente técnica, orçamentária, até porque esta não se constitui em óbices jurídicos ao acolhimento da matéria. Mais importante do que a arrecadação de tributos é a gestão dos gastos desses recursos, ou seja, a atuação do Estado na defesa dos interesses do contribuinte.

Portanto, nada mais justo e correto do que o Estado ter prioridade de gasto do dinheiro público dando preferência às despesas de manutenção e funcionamento da máquina administrativa pública dos programas e projetos vinculados à saúde, à educação, à segurança e ao atendimento de despesas voltadas para o interesse das classes menos favorecidas.

Essa é, portanto, a inovação que se propõe para o ordenamento jurídico trazendo disciplinamento de gastos do dinheiro público entre duas categorias de despesas que afetam uma positivamente e a outra negativamente, o interesse da coletividade. Não se está questionando, no projeto, a obrigatoriedade de os entes públicos incluírem dotação em seus orçamentos para cobrirem as despesas dos ditos precatórios. O que se está propondo é a fixação de prioridades de gasto entre duas formas de despesas dada a natureza autorizativa das leis orçamentárias. É de fato muito importante que seja criada essa vinculação preferindo o pagamento a uma dívida, de uma dívida social aos gastos com publicidade que por sinal atendem tão-somente ao interesse de governos e de administradores públicos. Na verdade, o projeto não visa a conter os gastos com publicidade, visa apenas estabelecer limitações na execução dessas despesas, criando uma ordem de preferência entre este e o pagamento dos precatórios que, por sua vez, são de natureza constitucional.

Esta é, portanto, uma resposta possível e necessária à questão dos precatórios de natureza alimen-

tícia, pelo menos até que se adote em nosso País, nos três níveis de governo, o orçamento de natureza impositiva. Afinal, a visão do Estado não é outra senão atender e servir ao interesse coletivo e social, ou seja, público, pois também este é implicitamente um princípio constitucional.

Eu acrescento, Sr. Presidente, e sobre isso tem opinião abalizada o Senador Jefferson Peres, do meu Estado, acrescento que o projeto é efetivamente meritório, porque inclusive visualiza o que é um hábito de governo no Brasil, o de nós termos sempre, muito menos do que a mídia de informação, a mídia que termina propagandeando feitos corretos ou não, feitos palpáveis ou não dos governos. E se isso se coloca na frente, prioritariamente, [inaudível], se coloca, portanto, na frente dos programas sociais e dos projetos, das dívidas de cunho social, se configuraria aí uma injustiça e, portanto, eu gostaria de aqui realçar a sensibilidade social sem perder o senso de realidade administrativa revelada pelo Senador Marcelo Crivella. Isso tudo exposto no excelentemente elaborado relatório do professor... Do Relator Senador Romeu Tuma. Eu passo, portanto, ao voto, Sr. Presidente.

Frente aos argumentos aduzidos, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 262/2005, Complementar. Sala das Comissões. E, portanto, tenho muita honra de ter sido nomeado por V.Ex^a. Relator ad hoc para poder opinar favoravelmente a matéria tão relevante.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Para discutir, Senador Romero.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a atenção dos senhores e senhoras Senadores, porque eu quero discordar do Relator, Senador Romeu Tuma quanto a questão do mérito do projeto por alguns posicionamentos. Primeiro, a questão dos precatórios, nós estamos discutindo e iremos aprovar, dentre mais alguns dias, uma Emenda Constitucional que vai regular o pagamento de precatórios, criando uma sistemática efetiva para que os precatórios possam ser pagos. Depois, a proposta de vinculação de pagamento de precatórios ou não vinculados a despesa de publicidade, em tese, não tem nenhuma relação uma despesa com a outra, são elementos de despesa diferentes, são funções diferentes. Nós estamos aqui querendo legislar sobre a obrigatoriedade ou não para que estados e Municípios façam pagamentos.

Portanto, completamente fora, no meu entender, do foco de que se possa efetivamente aprovar uma matéria como essa. Nós entendemos a importância

dos precatórios alimentares. Já existe uma legislação que obriga os pagamentos dos precatórios alimentares. Essa proposta será reforçada lá na Emenda Constitucional dos Precatórios. Agora, vincular ou não despesa de publicidade de Estados e Municípios ou do Governo Federal com o pagamento de precatórios alimentícios são uma relação que, no meu entender, não tem como prosperar. Portanto eu encaminho o voto contrário a essa proposta, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O Senador Romero Jucá encaminhou o voto contrário. O Parecer do Relator é favorável. Mais algum Senador gostaria de discutir a matéria? Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu vou pedir vistas para que possa melhor ser considerado alguns aspectos do projeto e, especialmente, porque me parece que há muitas, muitas ocasiões em que para um Poder Executivo se faz necessário estar realizando publicidade com respeito às necessidades públicas. Aqui há um § 4º dizendo que excetuam-se da vedação dos parágrafos primeiro e terceiro as despesas com publicidade veiculadas em razão de grave e urgente necessidade pública. Eu gostaria de estudar uma melhor redação neste aspecto aqui, por isso peço vistas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Foi pedido vistas do Item 2 pelo Senador Eduardo Suplicy, como tem um voto contrário do Senador Romero Jucá, eu vou então conceder vistas coletivas para que os Senadores possam analisar com mais profundidade.

Item 3 da pauta. É um projeto que altera o art. 1º da Medida Provisória nº 2.199/14, de 24 de agosto de 2001, para prorrogar os incentivos fiscais de redução e restabelecer os de isenção relativos aos impostos sobre renda das pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado nos setores econômicos considerados prioritários para o desenvolvimento regional e dá outras providências.

Eu queria só comunicar que o Relator, Senador João Claudino, solicitou à presidência o adiamento da votação da matéria. Como é a primeira Sessão, nós então concederemos o pedido de adiamento de vista... Adiamento da votação dessa matéria.

Item 3, desculpe, 4. Dispõe sobre o pagamento pelas sociedades cooperativas da contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público, PIS/PASEP e dá outras providências. A autoria, Senadora Serys Slhessarenko. Relator, Senador Tasso Jereissati. O Parecer é favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta. Quero lembrar aos Senadores que o pro-

jeto é não terminativo e irá ainda para a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania em decisão terminativa. Com a palavra o Relator do projeto, Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 154, visa estabelecer tratamento tributário mais adequado às cooperativas e solucionar distorções tributárias da atual legislação. No entanto, ao procurar solucionar as distorções tributárias, o PLS nº 154, ocasiona novas distorções e, em alguns casos, aumenta os encargos fiscais nas cooperativas que é, ao contrário do objetivo da ilustre Senadora Serys Slhessarenko, com este projeto de alto teor de mérito.

Entre os dispositivos do PLS nº 154, que ferem ao próprio objeto da iniciativa de beneficiar as cooperativas, destacam-se: A - o PLS estabelece alíquota de 1% a título de contribuições para o PIS/PASEP sobre as transações entre as cooperativas e seus associados. Mas essas operações não são tributadas na Lei nº 9.715, de 1998, que este artigo modifica. Assim, sugerimos a sua supressão, pois sua aprovação implicaria um aumento dos encargos incidentes nas transações entre as cooperativas e seus associados. Outra impropriedade relativa ao estabelecimento dessa alíquota que incide nas transações entre as cooperativas e seus associados é que ela retroage a 1999, art. 6º, o que criaria um passivo insuportável para as cooperativas. Assim, sugerimos também a supressão desse artigo. Altera a legislação tributária federal a propor a revogação do dispositivo legal que determina que as sociedades cooperativas de consumo sujeitam-se às mesmas normas de incidência dos impostos e contribuições federais a que estão sujeitas as demais pessoas jurídicas. Esta proposição deve ser rejeitada na medida em que a legislação vigente trata apenas de incidência de impostos sobre os atos não cooperados e isenta os atos cooperativos propriamente ditos. Art. 2º e 7º. O dispositivo que reduz as multas aplicáveis pela Secretaria da Receita Federal para as cooperativas de crédito decorrente de informações em atraso ou inexatas relativas à movimentação financeira de seus clientes não é necessário. Já existe lei que reduz essas multas de forma mais benigna do que aquela proposta pela nobre Senadora Serys Slhessarenko, no art. 5º do PLS nº 154.

O PLS nº 154 contém ainda diversas revogações como, por exemplo, o dispositivo legal que exclui da base de cálculo da COFINS e do PIS/PASEP, os valores repassados aos associados decorrente de comercialização de produtos por ele entregues à cooperativa. As receitas de venda de bens e mercadorias à associados, as receitas decorrentes das prestações aos associados

de serviços especializados aplicáveis na atividade rural, formação profissional e assemelhadas. São benefícios fiscais já concedidos às cooperativas que não justificam sua revogação, como propõe a Senadora.

Por fim, o PLS 154, no seu art. 7º, revoga o dispositivo da Medida Provisória 2.158/2001, que determinou com a isenção da contribuição do COFINS, que as sociedades cooperativas e entidades beneficentes de assistência sociais usufruíam. No entanto, a mera revogação desse dispositivo não estabelece a volta da isenção. Assim, propomos a sua supressão. Três, os demais dispositivos são procedentes e devem ser mantidos.

Portanto, o voto é pela aprovação do projeto da Senadora Serys, do PLS 154, na forma do substitutivo que se encontra nas bancadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Para discussão da matéria. Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu quero pedir vista da matéria, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Romero Jucá pede vistas. Concedida vistas ao Senador Romero Jucá.

Item 5. Expõe sobre requisitos para a concessão por instituição pública de financiamento crédito e benefícios similares. A autoria é o Senador Gerson Camata. A Relatoria é da Senadora Patrícia Saboya Gomes. Como o Relator, a Relatora, desculpe, já tivemos duas Sessões de adiamento dessa matéria, nós faremos então uma Relatoria ad hoc. E em homenagem aqui à representação feminina dessa Comissão, a Senadora Serys, que era autora de um projeto que foi pedido vistas é nomeada Relatora ad hoc do Item 5º. O Parecer é favorável ao projeto com as Emendas nº 1 e nº 2 que apresenta. Quero lembrar que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado. Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 99/2003, de autoria do Senador Gerson Camata, proíbe que instituições públicas de fomento econômico e de estímulo à produção agrícola ou industrial concedam financiamento, crédito, isenção, renegociação de dívida ou outro benefício financeiro a pessoa jurídica de direito privado que em desobediência ao inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal empregue menores de 18 em trabalho noturno perigoso ou insalubre ou menores de 16 em quaisquer circunstâncias, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos.

Apresentado em 2 de abril de 2003, o projeto foi encaminhado nessa mesma data para a Comissão de Assuntos Econômicos para decisão terminativa.

Em 20 de novembro de 2003, a Comissão designou a Senadora para relatar a matéria. Senadora Patrícia Gomes que é a Relatora. A proposição é composta por dois artigos, o primeiro contempla a proposição tratada acima, e o respectivo Parágrafo Único, por sua vez estipula que os eventuais requerentes dos benefícios estipulados no caput, deverão apresentar prova de situação regular expedida por órgão competente.

O art. 2º contém a cláusula de vigência estabelecendo que a lei resultante entrará em vigor na data de sua publicação. Não foram apresentadas Emendas. Aí vem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, toda a análise que eu acredito que não se faz necessário ser lida. Voto. Em face do exposto, bem como considerando a inexistência de óbices de natureza constitucional, legal, regimental, voto pela aprovação desta matéria pela Comissão de Assuntos Econômicos aperfeiçoada com as Emendas propostas a seguir: Emenda 1, da CAE - altere-se o caput do art. 1º do PLS nº 99/2003, substituindo-se qualquer instituição pública da União, Estados e Municípios por qualquer instituição pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. E a Emenda nº 2, também na CAE - Altere-se o art. 2º, PLS nº 99/2003, substituindo-se entra em “vigor na data de sua publicação”, por “entra em vigor 180 dias após a publicação”. Este é o Parecer e o voto é favorável, Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Lido o Parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Parecer favorável. Os Senadores que queiram discutir a matéria por favor se inscrevam.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não havendo quem queira se inscrever nós vamos à votação. A votação é nominal, vamos iniciar a votação. O Parecer é favorável nos termos... Favorável ao projeto com as Emendas nº 1 e nº 2. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Delcídio Amaral. Não está presente. Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o Relator e a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senadora Serys. Voto conhecido. Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Por favor, eu peço que digam “com a Relatora”, porque essa cultura machista sempre sobrepõe o masculino ao feminino. E agora sim, devidamente homenageada. Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com a querida Relatora Serys Slhessarenko.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Já exagerou, [risos] já aproveitou o artigo, já... Já entrou no dia dos namorados.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Homenagem do dia dos namorados à Senadora. Por sinal, quero recomendar que todos os Senadores encaminhem flores às suas respectivas hoje. Eu já o fiz pela manhã. Flor, as respectivas e respectivos. Eu já fiz hoje... É, e aqueles que têm namorada é... Por favor, também o façam com todo o entusiasmo. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Tasso não está. Senador Osmar Dias

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Arthur Virgílio... Treze, está faltando um. Ele saiu. É que o Senador Arthur saiu, o Senador Tasso, estamos solicitando a presença deles para a votação.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Gostaria de assinalar que a votação desse projeto é especialmente importante no dia de hoje que é dedicado a... Na medida em que hoje é o dia dedicado ao combate ao trabalho infantil e esse projeto se insere exatamente no cuidado para se evitar o trabalho infantil.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E nesse sentido de combate ao trabalho infantil, o Senador Arthur Virgílio, nós precisaríamos do seu voto também. Como vota? Com a Relatora? Com a Relatora. Senador Arthur Virgílio, voto sim. Eu voto... Foi aprovado por unanimidade o projeto que é mais um passo no combate ao trabalho infantil. Agradeço aí ao Senador Arthur Virgílio.

Item 6 da pauta.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sim.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Se o Item 6 da pauta for realmente discutido eu queria pedir vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então, nós vamos, não vamos--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Se não colocar em pauta porque a Relatora não está--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não está presente. Em relação ao Item 7 da pauta.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, o Item 7 da pauta diz respeito a questão da legislação sobre ZPEs. Essa é uma questão extremamente complexa. Para V.Ex.^a ter uma idéia o Presidente Lula é favorável ao mecanismo, a Receita Federal tem restrições ao modelo, o Ministério do Desenvolvimento tem uma proposta alternativa.

Então, eu fiz um apelo ao Senador Tasso Jereissati, para que nós pudéssemos ter uma semana de prazo. O Ministro Guido Mantega virá hoje à presidência do Senado exatamente discutir essa questão para nós discutirmos o modelo que possa ampliar o investimento em desenvolvimento regional. Melhorar o processo de exportação brasileiro, mas não comprometer as indústrias e a economia estabelecida no País.

Então, eu gostaria de solicitar a V.Ex.^a que adiasse por uma semana, já com a concordância do Senador Tasso Jereissati, espero que os outros líderes, para que nós possamos realmente chegar a um modelo que faça com que nós tenhamos a ampliação do processo de exportação, mas sem comprometimento da condição econômica instalada no Brasil.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Então, eu gostaria de pedir esse adiamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, este projeto está tramitando entre a Câmara e o Senado há onze anos. Onze anos aguardando a decisão do Congresso. O Senador Romero Jucá pede uma semana.

Então, eu só estou registrando, para que na semana que vem a gente vote efetivamente o projeto. Eu não vou discordar se o Relator concordou, em adiar por uma semana, mas seria, sem dúvida nenhuma, aí uma... Um artifício de protelação e não de adiamento se nós não votarmos na semana que vem. E eu espero que esse projeto esteja na pauta e que possamos votá-lo dentro daquilo que o Senador Romero Jucá diz que está buscando um acordo com a Receita, com o próprio Presidente da República, com o Relator para construir uma solução que leve ao consenso e à votação. Eu espero que isso aconteça, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Só para dar uma informação complementar. Apenas para registrar que a dificuldade de se construir uma proposta nova é exatamente que esse projeto já está retornando ao Senado e, portanto, nós não poderemos inserir nenhum texto novo. Como existem vícios na questão do mecanismo de isenção ou suspensão de impostos e isso repercute diretamente em vários setores, inclusive na Zona Franca de Manaus, nós estamos exatamente procurando conversar, construir um novo modelo e talvez a solução seja nem votar esse projeto, seja exatamente a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado apresentar um projeto novo dentro da nova sistemática que compatibilize todas essas questões.

Portanto, é um assunto complexo e é por isso que nós estamos pedindo mais uma semana de prazo.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Se a Comissão apresentar outro são mais onze anos de tramitação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem. Um minuto só, por favor, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não, Senador Jayme.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): São onze anos, fazer um novo projeto? Ora, nós na região da grande Cáceres, na região oeste do meu Estado de Mato Grosso, aquilo já foi cantado e cantado, está aqui a Senadora Serys Shessarenko, nós temos que colocar em prática aquilo que está aqui. Se nós formos fazer outro Projeto de Lei é mais onze anos, no mínimo. Por favor, em nome do povo de Mato Grosso, sobretudo, da região sofrida do oeste do meu Estado vamos colocar em prática, vamos votar semana que vem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Jayme, isso não é pela ordem, V.Ex^a. Se inscreva. Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Obrigado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Aloizio Mercadante, o projeto em pauta, como já foi dito aqui pelos nobres Senadores é um projeto que se arrasta no Congresso Nacional há onze anos. Eu tenho absoluta certeza que se esse projeto há onze anos atrás tivesse tido a prioridade no Congresso para ser aperfeiçoado e ser aprovado, esse País já estaria em condições melhores do que se encontra hoje. Todos os Estados ainda em desenvolvimento são favoráveis à instalação de uma zona de processamento de exportação. Precisamos saber em que termos essas áreas serão instaladas.

Então eu quero aqui saudar e agradecer ao nobre Relator Senador Tasso Jereissati que com a sua concordância permitiu que nós retirássemos dessa pauta esse projeto com a condição em que V.Ex^a. como Presidente, aquiesceu de pautá-lo na próxima Sessão da próxima terça-feira, dia 19. Eu tenho absoluta certeza que nós vamos todos nós, todos nós no mundo, ao longo dessa semana envidar todos os esforços tanto do Executivo quanto do Congresso no sentido de que se encontre uma solução para que se aproveite esse projeto e não se estabeleça um novo projeto sob pena desse novo projeto vir protelado por mais uma década o processo, a não ser que no acordo com o Senador Relator Tasso Jereissati, Senador Romero Jucá, se possa no consenso de todos no sentido de que se estabeleça um processo de um projeto com urgência tramitando em regime de urgência para que a gente

possa realmente não ter protelação na aprovação da zona de processamento de exportação.

O meu Estado, o Estado do Pará, que é um Estado exportador tem a sua base econômica na exportação, ele precisa de uma zona de processamento de exportação que dinamize a verticalização das nossas matérias primárias.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu gostaria de colocar com transparência a minha posição, porque tenho a responsabilidade de Presidente da Comissão, e eu tenho profundas divergências com esse projeto, mas apesar disso, o Senador Tasso Jereissati me solicitou à Relatoria e, pelo respeito que eu tenho a ele e pela capacidade de negociação que nós construímos ao longo dessa Legislatura em matéria extremamente complexa, sempre no mérito construindo acordos, eu evidentemente fiz questão que ele fosse o Relator. Quero agradecer publicamente a ele pela atitude, porque havia já um entendimento prévio que essa matéria viria à pauta de nós adiarmos para a semana que vem.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu acho o adiamento imprescindível e gostaria de colocar alguns argumentos aqui, especialmente ao Senador Osmar Dias e Jayme Campos, sei que outros também pensam da mesma forma. Porque também eu tenho um imenso respeito e consideração. Eu acho que a idéia de criar uma zona de processamento de exportação é uma idéia que já foi desenvolvida em outras economias do mundo e de forma exitosa.

Apesar do Brasil, nos últimos anos ter dado um salto de qualidade espetacular nas exportações, nós abrimos a economia profundamente e tanto as importações quanto as exportações tiveram um crescimento fantástico, nós poderíamos, e acho que devemos utilizar esse instrumento. Como instrumento de desenvolvimento regional e como instrumento de alavancagem das exportações. O projeto como ele está concebido, eu acho que longe de alcançar esse objetivo, e eu vou tentar colocar só o elemento central para mim, não vou entrar em detalhes da discussão, ele não vai assegurar essa visão que eu acho que é o que motiva os Senadores. Qual que é a questão fundamental? É que todo o modelo tributário que foi construído nesse projeto está baseado na idéia da isenção e não da suspensão tributária. Qual é a diferença? Na Zona Franca nós temos o modelo de suspensão.

Então, você suspende, por exemplo, dos insumos comprados ou importados o PIS/COFINS e o IPI e depois, quando ele é internacionalizado, você tem a

obrigação de pagar na economia nacional, você paga o imposto devido. A isenção, ela é extensiva nesse projeto aos produtos importados. Quando você dá isenção ao produto importado você dá um crédito tributário potencial à importação.

Então, vou dar um exemplo concreto. Uma indústria que produza 700 mil reais de insumos e bens de capital, 300 mil reais de mão-de-obra e matéria-prima e vai se instalar numa ZPE no Brasil quando ela importa os 700 mil reais ela tem crédito a receber do PIS/COFINS e do IPI. Ora, se ela tem crédito a receber sobre as importações, se ela vender esse produto por um milhão de reais, ter lucro zero, ela vai receber 14% de crédito do Tesouro Nacional subsidiando a produção. Não há nenhuma experiência e me demonstre internacional de subsídio à importação, primeiro, não há. É uma coisa completamente irracional economicamente. Segundo, se for feito subsídio, porque é um subsídio indireto às exportações nós vamos cair numa cláusula proibitiva da Organização Mundial do Comércio que proíbe qualquer tipo de subsídio dessa natureza.

Então, eu não vejo, e mais, algumas, algumas experiências nossas, por exemplo, a lei de informática, nós demos suspensão, e não isenção, mas a indústria é obrigada a investir 5% em pesquisa e desenvolvimento do seu faturamento. Na ZPE não tem nenhuma contrapartida, portanto na área de informática acabou a lei de informática, acabou todo o parque industrial. Nós vamos transferir para as ZPEs sem a contrapartida dos 5%. Eu dou outro exemplo da Zona Franca de Manaus. A Zona Franca tem uma PPB, tem uma política de substituição de importações, tem metas de nacionalização que a Zona Franca precisa cumprir, aqui não tem. A Zona Franca é suspensão aqui é isenção. E mais, portanto também do meu ponto de vista, isso aqui inviabiliza toda a trajetória histórica da Zona Franca, da forma como está o projeto. Quero colocar só mais uma preocupação. Que eu acho que é fundamental ao entendimento. Na ZPE, quando a qualquer indústria no País vender para a ZPE, com cobertura cambial, isso vai ser considerado uma exportação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então, o crédito fica para o exportador. Só um minutinho, Senador Flexa.

Então, o crédito fica para o exportador. Conclusão: Se o crédito fica para o exportador quem está na ZPE vai ser estimulado a importar. Eu estou, eu quero, evidentemente, na próxima Sessão, aprofundar essa discussão e ouvir argumentos contrários. Eu tinha até ponderado a necessidade de uma Audiência Pública. Acho que nós podemos fazer o debate diretamente aqui.

Eu... não é da minha natureza ficar obstruindo matéria ou criando subterfúgio, mas eu acho indispensável que a gente faça um debate franco, direto e aprofundado. A dificuldade é que o Senador Tasso, com a formação econômica, a competência dele, nós poderíamos criar um bom substitutivo, que viabilizasse essas ZPEs como instrumento de desenvolvimento regional. Nós poderíamos criar um substitutivo. Só que nós não temos essa, esse espaço, nós temos que aprovar o que está aí ou não. Porque a matéria já...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então, a margem é muito pequena nós vamos precisar de muito bom-senso, de entendimento, de disposição de ouvir os argumentos da complexidade que é o Brasil para a gente construir uma boa solução.

Então, eu quero dizer isso publicamente porque tenho o compromisso com o Senador Tasso. Agradeço publicamente ele a atitude que ele teve do adiamento por mais uma semana. Acho que vai permitir que a gente, ao longo dessa semana desenvolva uma negociação mais aprofundada. Eu recebi solicitações, desde pareceres da USP, pareceres de entidades, da Associação Brasileira de Exportadores etc, de grande preocupação, entidades empresariais regionais em relação a esse projeto. E acho que nós precisamos fazer um debate verdadeiramente profundo para criar alguma coisa que impulse as exportações e não canibalize o parque industrial existente. E não crie um desequilíbrio do ponto de vista daqueles que estão submetidos às regras básicas do momento econômico e aqueles que vão ter crédito inclusive fiscal para a importação.

Então, dito isso, eu queria passar, passarei já a palavra ao Senador Arthur Virgílio e depois ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Arthur Virgílio.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não, Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Senador Tasso retornou aqui, eu queria pedir a suspensão da discussão porque houve um acordo com o Senador Tasso de que não... O projeto seria retirado de pauta e colocado na pauta da semana que vem. E nós abrimos uma discussão desnecessária aqui do projeto, no meu entendimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vou passar a palavra--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Está completamente fora da sua função. V.Ex^a. pediu que fosse pedido a suspensão dessa discussão para a

próxima semana depois de várias e várias adiamentos feitos por V.Ex^a. aqui no sentido de estudar mais, de aprofundar mais, de ouvir mais o governo. Nós concordamos com isso até o limite de hoje. Hoje V.Ex^a. pede novamente dizendo que precisa de mais tempo para discutir junto com o governo. O Líder do Governo me procurou. Fez esse apelo. E eu concordo. Saio daqui e vejo V.Ex^a. Na condição de Presidente fazendo uma vasta defesa contra o projeto na condição de Presidente. Se V.Ex^a. quer discutir levante-se dessa cadeira, venha aqui e venha discutir como um Senador mortal. V.Ex^a. não tem o direito de fazer isso, além de estar descumprindo o acordo que foi feito aqui de deixar a discussão para a semana que vem.

Se nós vamos discutir nós vamos passar à discussão agora e pediria para rever e vou colocar em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Tasso, primeiro--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu gostaria de colocar em votação, vamos começar a discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Ex^a. falou agora, V.Ex^a., eu tenho a palavra e vou falar.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não tem essa história de “eu tenho a palavra e vou falar”, o senhor não é autoritário assim não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Ex^a. termina de falar que depois eu vou falar.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não repita esse “eu tenho a palavra e vou falar”.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu não interferi, como V.Ex^a. disse, em nenhum momento. Eu agora tenho a palavra e vou concluir o meu raciocínio. V.Ex^a. vai permitir que eu fale. Em primeiro lugar eu disse aqui, V.Ex^a. não estava aqui, sequer ouviu o que foi discutido.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu ouvi na televisão, surpreso. Surpreso e perplexo ouvi na televisão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Ex^a. não pode ter ouvido toda a fala, porque não dava tempo de V.Ex^a. ouvir e depois chegar aqui.

Então, V.Ex^a. por favor, ouça. Em primeiro lugar, eu disse, que quando V.Ex^a. pediu para mim a Relatoria dessa matéria, eu disse que apesar de ser contrário, eu confiava que seria possível discutir no mérito como sempre discutimos com profundidade e construímos bons acordos nessa Casa. V.Ex^a., essa é a minha disposição, sou favorável, acho fundamental

ao País esse projeto, mas estou disposto a construir o mérito. Disse que eu achava imprescindível fazer uma Audiência Pública. Ou seja, uma Audiência Pública é protelação, o meu espírito nessa matéria não é protelar, muito menos fugir do debate e vou sentar para debater a matéria, vou sentar. Fiz o esclarecimento em deferência a alguns Senadores que falaram: “Tramita há onze anos por que é que a gente não vota?” E fui explicar que existem problemas de fundo nesse projeto, no meu entendimento, não é apenas com o Senador Mercadante, o líder do governo manifestou isso, Senador Arthur Virgílio e outros Senadores pediram que não fosse votado. Eu, como eu tinha um compromisso com o Senador Tasso Jereissati e agradeço publicamente ele ter feito o gesto de transferir eu vou colocar quais são os problemas que nós temos para tratar ao longo dessa semana e por que é que está sendo adiado. Porque não é do meu feitio nem criar subterfúgio, nem fugir do debate, especialmente quando tenho absoluta convicção do que estou falando. Então nós fazemos o debate a semana que vem. Senador Tasso, nós faremos o debate com profundidade. Eu só quero--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não, não faremos semana que vem, não. Eu peço para ser recolocado para ser feito hoje, para que seja feito hoje. V.Ex^a. iniciou o debate aqui, sem necessidade, V.Ex^a. tinha feito o acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Podemos debater sem problema.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): E votar hoje. V.Ex^a. tinha feito o acordo de que não haveria discussão e fez aqui uma argumentação contra o projeto desprovida de cabimento, inclusive. Distorcendo... Aí é outra questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Só concluir. V.Ex^a. pode colocar os argumentos favoráveis ao projeto dizendo que não tem sustentação o que eu estou colocando, nós faremos o debate. Fiz em respeito aos Senadores que disseram que durante onze anos tramitou esse projeto e que nós deveríamos votá-lo hoje. Fiz em deferência aos Senadores que não estavam entendendo o que estava acontecendo, porque ninguém conversou com eles. Eu conversei com o Senador Arthur Virgílio que me pediu o adiamento, conversei com o Senador Romero que me pediu adiamento e outros Senadores que manifestaram a preocupação. Agora os outros Senadores não foram informados. E a cobrança sobre mim é por que eu estava adiando. Eu disse: “Estou adiando porque existem problemas complexos, estou tentando colocar qual é a natureza do problema e porque é necessário adiar durante uma semana”. E disse mais, V.Ex^a. talvez não tenha ouvido, todas as matérias complexas, nós

tivemos momentos muito difíceis de discussão, mas chegamos no mérito a bons acordos.

Então, eu peço que V.Ex^a. ouça os meus argumentos que nunca eu tive a oportunidade de expô-los, V.Ex^a. pode dizer: Bom, não teve oportunidade. Não tive. Não porque V.Ex^a. impediu, porque simplesmente não sentamos para fazê-lo.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Não, não. Porque V.Ex^a. vem repetidas vezes dizendo que não teve tempo de discuti-lo com profundidade e que precisa de mais tempo para discutir com profundidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Fiz, com profundidade, estou dizendo que eu estou pronto para discutir hoje ou à semana que vem. Acho procedente que seja a semana que vem, inclusive para que a gente possa fazer uma discussão madura e racional. Acho procedente.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Mercadante. A discordância está a seguinte, V.Ex^a. pediu para suspender a votação e a discussão em função de precisar algumas discussões. Nós concordamos com isso, muito a contragosto, porque não era a primeira protelação. No momento em que V.Ex^a. pegou o microfone e começou a defender na Mesa de Presidente, a defender não, a atacar o projeto, V.Ex^a. perdeu essa condição.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu não fiz--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Primeiro, de pedir o adiamento porque começou a usar dos seus argumentos e segundo, na Mesa de Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu fiz na Mesa de Presidente porque nós estamos tratando do encaminhamento.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não estamos--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não estamos em regime de votação, e primeiro não há nenhum impedimento que eu fale. Não há nenhum impedimento do regimento que eu fale sobre discussão da matéria. Não há impedimento.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu acho que todo o argumento do fim da discussão, de não discutir hoje para que houvesse o entendimento foi por água abaixo. Acho que nós devemos colocar em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Ex^a., qual é o regimento que me impede de discutir? Primeiro, não há. Mas eu posso fazer como deferência em outra situação, fiz basicamente procurando explicar o Senador Osmar Dias e

o Senador Jayme Campos que manifestaram que tinha que ter urgência de votação. Eu falei, então nós fizemos o entendimento semana que vem porque tem problemas de fundo essa matéria. E acho que fiz em homenagem a essa Comissão e aos Senadores que não participaram da discussão. Portanto, V.Ex^a. entrou de uma forma que se estivesse, talvez, pelo menos, pelo menos reconhecido--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu gostaria de responder aos seus argumentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não é argumento. Eu indiquei V.Ex^a. pela Relatoria pela confiança que tenho que nós seríamos capazes de discutir essa matéria com racionalidade.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): V.Ex^a. indicou como se fosse uma dádiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não é uma dádiva é uma homenagem a V.Ex^a.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Também não é uma homenagem, é um direito que eu tenho. Como Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Direito não, vários Senadores têm interesse nessa matéria.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Desde quando ser Relator é uma dádiva ou uma homenagem?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não é uma dádiva é uma homenagem a V.Ex^a. porque nós somos capazes de discutir--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu gostaria de responder seus argumentos aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu darei a palavra em seguida a V.Ex^a. depois Senador Renato Casagrande tem a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Gostaria de fazer uma sugestão de procedimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Renato Casagrande, depois Senador Eduardo Suply, depois Senador Tasso Jereissati e depois Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): De fato a matéria tramita há muito tempo, mas eu gostaria de pedir ao Relator da matéria, Senador Tasso, que nós pudéssemos ter mais alguns dias. Eu acho, Senador Arthur Virgílio, que mais uma semana de prazo para nós, Senador Tasso, estou pedindo a V.Ex^a. que para mim, pelo menos para o meu posicionamento, eu ter mais alguns dias de debate sobre essa matéria é importante para mim. Eu não tenho segurança de algu-

ma coisa que estão na matéria. E vamos ter algumas conversas com algumas pessoas do governo, vamos ter um debate aqui na Comissão.

Então, gostaria de pedir e apelar para que nós pudéssemos ter a concordância de encaminhar aqui o pleito que o Senador Romero Jucá fez de mais uma semana de prazo. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Suplicy com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu quero pedir a atenção do Senador Tasso Jereissati porque é... Eu queria fazer uma sugestão, Senador Tasso Jereissati e ao Presidente Aloizio Mercadante, tendo em vista, como o Senador Aloizio Mercadante expôs algumas das preocupações com respeito ao projeto, como ele é de fato muito complexo e todos nós temos... Eu, pessoalmente, tenho dúvidas. Eu gostaria de saber mais porque, por exemplo, esta questão de se permitir que 20% da produção possa ser para o mercado interno. A preocupação com respeito, por exemplo, ao crédito fiscal para aquilo que é importado. Ou será que isso é um subsídio além do normal e outros.

Então, é natural, como o Senador Casagrande há pouco falou, o Senador Arthur Virgílio tem dúvidas sobre as repercussões para Zona Franca. A FIESP, por exemplo, tem diversas dúvidas relacionadas a essa questão.

Então, eu acho que será bom para todos nós, se puder, Senador Aloizio Mercadante, o próprio Senador Tasso Jereissati, hoje fazer uma exposição adicional para que nós reflitamos a respeito e possamos ter o prazo até a próxima semana para que todos venhamos a estudar em maior profundidade. Tendo V.Ex^a. a oportunidade de também expor hoje, mas concordando que a votação se dê na próxima semana com a discussão complementar, porque ela vai se fazer necessária.

Então, acho que pode, como o Senador Aloizio fez alguns pontos, V.Ex^a. poderia responder, colocar algumas questões porque todos nós estamos ainda em dúvida. É a sugestão que eu formulo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Flexa Ribeiro, com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu quero inclusive pedir desculpas ao Senador Tasso Jereissati porque eu, particularmente, conversei com ele e solicitei ao Senador Tasso Jereissati que ele concordasse para que fosse retirado de pauta o projeto e pautado para a próxima Sessão. Comuniquei a V.Ex^a., como Presidente, de que o Senador Tasso Jereissati, a contragosto, mas da forma, pela forma democrática como age, ele concordou em é... Transferir para a pró-

xima Sessão a questão da discussão. E, em seguida do acordo feito, ele se retirou da Comissão.

Então, eu tentei, por várias vezes, pedindo pela ordem, que era exatamente para que se evitasse a discussão, o início da discussão do projeto, que não foi essa a intenção de V.Ex^a., tenho certeza, como também não foi do Senador, Líder do Governo, Romero Jucá, quando, ao justificar o pedido de transferência, ele disse que o governo, o Presidente Lula era favorável, que a Fazenda era contrária, colocou todos os argumentos. O que, o que a gente deveria ter feito era transferir o processo para a próxima semana e encerrar, nem abrir a questão da discussão.

Então, o Senador Tasso, ao escutar, no seu gabinete, estava sendo aberta a discussão, ele retorna à Comissão. Mas eu quero fazer um apelo ao Senador Tasso para que ele mantenha o acordo e que a gente possa, efetivamente, não mais continuar a discussão do projeto ainda hoje, nessa Sessão, mas que a gente possa, durante a semana, reunir, verificar quais são os pontos não convergentes do Parecer do nobre Relator e vamos votar o projeto na Sessão próxima, seja para ganhar ou para perder. Mas vamos votá-lo dentro daquelas alterações de consenso que possam ser construídas ao longo da Sessão. Se nós continuarmos a discutir esse projeto agora, que vai... Pode ocorrer é o que o Senador Tasso já está solicitando, que ele retorne à pauta e que a discussão seja hoje. Ou seja, todo o esforço feito ao longo da Sessão estará perdido e nós não vamos ter, isso é o que todos nós queremos, a oportunidade de discutir com o Senador Tasso, com os órgãos do governo que são contra, porque eu já dei o meu Parecer favorável à instalação da Zona de Processamento de Exportação. Mas, evidente, vamos discuti-lo para que seja o melhor possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Quero agradecer V.Ex^a. pelo esforço e entendimento que fez e pela intervenção. Senador Wellington Salgado com a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores... Quem conhece o Senador Mercadante sabe que o Senador Mercadante é um democrata, distribuiu esse projeto, talvez a palavra que V.Ex^a. tenha usado, que é aquela que vem do coração, mas distribuiu realmente porque acha que o Senador, tem certeza que o Senador Tasso Jereissati é competente, eu também tenho para poder montar um relatório para uma boa discussão nessa Comissão e assim foi feito. E quem acompanha V.Ex^a. na Mesa sabe que V.Ex^a. conduz muito bem essa Comissão. Nunca teve, nunca usou da posição. E talvez, no afã da discussão levantada numa posição do nosso Líder Romero Jucá, V.Ex^a. comentou um assunto, mas

não com intenção de discutir o assunto. Eu até estava meio empolgado também aqui, porque isso me, tem interesse também para a região do triângulo.

Então, eu pediria, se fosse possível, Senador Tasso Jereissati com a sua grande experiência, V.Ex^a. também como Presidente, se pudéssemos voltar ao acordo feito. Se o Senador Tasso Jereissati pudesse, com a sua grande experiência, e às vezes eu sigo o conselho de V.Ex^a. e queria aprender mais uma vez aqui hoje, depois dessa atitude de V.Ex^a., quero ver qual o aprendizado que eu vou ter, se V.Ex^a. vai realmente voltar, acalmar e voltar ao acordo inicial de botar na próxima Sessão. Acho que V.Ex^a. voltou corretamente, porque já tinha saído no momento que tinha o acordo feito para a próxima Sessão. Eu vi que V.Ex^a. saiu. E aí voltou também para defender. Se é para defender V.Ex^a. volta, porque eu conheço a história de V.Ex^a.,... não passa fácil assim, não. Mas agora que nós todos acalmamos, um debate bonito, uma discussão bonita que até dá prazer de estar aqui. Porque às vezes isso aqui também não tem emoção nenhuma.

Então, mostra a vontade que têm os Senadores. Tem pouca emoção aqui nessa Casa.

Então, eu queria ver se o Senador Tasso Jereissati agora, depois que acalmou um pouco, o Presidente também, a gente pudesse voltar ao acordo inicial e todos nós, V.Ex^a. já tomou um chazinho que eu já vi que chegou um chá também para a presidência, para nós chegou uma aguinha.

Então, eu queria ver se poderíamos acalmar e voltar ao acordo inicial. Só essa minha posição.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mais um pouco eu vou distribuir a tradicional sopa. Senador Tasso com a palavra.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu gostaria de colocar que eu já tinha feito esse acordo, já tinha concordado a contragosto, porque Senador Suplicy para mim fica realmente difícil dizer que ainda tem dúvidas que precisa mais esclarecimento. Porque como foi dito aqui, esse projeto corre há mais de onze anos no Congresso e só aqui nessa Comissão já está há mais de dois meses e é a terceira ou quarta vez que é anunciada a sua votação, Senador Suplicy. Ela foi anunciada terceira ou quarta vez que é anunciada, quando chega no momento da votação há um acordo para que seja protelada para a semana seguinte. Essa é, se não me engano, terceira ou quarta vez que acontece isso.

Portanto, já havia tempo suficiente para todos nós estarmos bastante bem informados sobre esse projeto. Mas, eu acredito firmemente na idéia da negociação feita com transparência, com abertura, com lealdade, essa é a minha convicção. E para mostrar mais uma

vez essa disposição eu concordo que seja protelado. O que eu não concordo é que no momento que seja feito o protelamento da discussão e da votação se comece uma argumentação contra o projeto instando, portanto, a não razões para o adiamento. É isso que eu não concordo. E voltei para defender, até porque, ao passar pela escada e pelo elevador, vi no telão, o ilustre Presidente argumentando de que não existe nenhum País do mundo que faça nenhum tipo de subsídio para importação. Essa zona é uma zona de exportação, ela não tem nenhuma característica de importação. É uma zona especificamente de exportação. Por isso que o nome dela é ZPE, Zona de Processamento para a Exportação. São dadas facilidades fiscais e logísticas para se alavancar a industrialização de determinadas regiões e, ao mesmo tempo, incentivar a exportação. Isso não é nenhuma novidade, isso foi feito na China com o maior sucesso. E, aliás, foi o grande motor do desenvolvimento na China, V.Ex^a. que é um homem que viaja e pesquisa, sabe que esse pontapé inicial de desenvolvimento da China aconteceu na Zona de Processamento de Exportação de Shenzhen na China. Foi dali que se copiou o modelo, que se começou a multiplicar de maneira que existem 400 zonas de exportações como essa na China. Foi de uma pequena zona como essa que se começou. Zona de exportação, não existe nesta zona, pelo contrário, nenhum incentivo, nenhum estímulo à importação.

Então, se se der ao cuidado de ler a legislação com cuidado vai se verificar que todo o projeto é para exportação. Portanto, a argumentação de que não existe no mundo da maneira e na linha que foi colocada nenhuma política de incentivo à importação é correta só que não vale para este projeto, não tem a menor validade para esse projeto. O que é que tem nesse projeto, Senador Suplicy? É que 20%, até 20% seja permitido a importação, a internação da produção desde que sujeito a todos os impostos das indústrias que estão instaladas aqui fora da zona de importação. Este, todos os impostos, todos os impostos. Evidente que aí pode haver algumas discussões. E aí podem haver algumas discussões de que como se vai calcular tal imposto, como não vai se calcular tal imposto. E mesmo a questão do crédito. Se, por acaso, um insueto importado haja o crédito e esse crédito seja dado nesses apenas 20%, se for o caso, não está claro, isto pode ser definido em regulamentação.

Portanto, isso também não procede essa argumentação. O que existe é um preconceito formado, sempre havendo uma confusão muito grande entre o que é zona de exportação e Zona Franca, são duas coisas completamente diferentes entre si. Ela é cercada, ela é totalmente murada, alfandegada e deve ficar

sempre próximo a locais ou de porto ou de ferrovias que se destine diretamente à exportação. E vai trazer e pretende trazer um processo de industrialização a zonas deterioradas.

A verdade é que existe um enorme preconceito toda vida que esse tipo de discussão vem e quando é concentrado nas zonas mais deterioradas economicamente, mais pobres do País. E este mecanismo, Senador Suplicy, utilizado na China, pasme V.Ex^{a.}, é utilizado na China e utilizado nos Estados Unidos também. Existem mais de 120 zonas de exportação nas áreas mais pobres dos Estados Unidos, no sentido de reverter essa posição e tentar minimamente equalizar o processo de desenvolvimento dentro dos Estados Unidos.

Portanto, eu queria aqui refutar, de uma maneira enfática e fática, fática, com toda a legislação que está aqui que no momento não está aqui porque eu tive que voltar, quando vi esta argumentação completamente impropriedade, que se dá subsídio à importação. Não é verdade, nem o crédito, isso está claro no projeto, nem o crédito para eventual, eventualidade da importação, o crédito da coisa, nem isto está claro no projeto.

Então, eu queria deixar isso bem claro porque eu não poderia deixar, de maneira alguma, que para a próxima discussão alguns Senadores menos informados, como V.Ex^{a.}, que não está, não estudou ainda o projeto a fundo, viesse com essa falsa impressão que nós estávamos criando uma zona de incentivo à importação, o que não é absolutamente verdade, é o oposto o que nós estamos fazendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, eu deixo então os meus argumentos de mérito para a próxima Sessão assegurando que eu estudei a matéria a fundo, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu também quero registrar que como nós temos um acordo de encaminhamento para a semana que vem, colocarei todas as minhas convicções e eu as sustento, todas que eu fiz hoje para a semana que vem e faremos um bom debate.

Próximo Item da pauta, Item 8.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Quem será o Presidente, hein, enquanto V.Ex^{a.} estiver aqui?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não haverá, não haverá qualquer dificuldade, nós temos o nosso vice aqui sempre disposto a assumir. E o faremos democraticamente. Apesar que não há nenhum impedimento no regimento para que

eu possa manifestar na fase de discussão da matéria na condição de Presidente.

Item 8, Projeto de Lei do Senado nº 406. Item 406.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente não pode ficar comentando, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Item na pauta, Item 8, Projeto de Lei nº 406.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Pela ordem, V.Ex^{a.} como Presidente não pode discutir matéria. Se V.Ex^{a.} quiser discutir matéria tem que vir para cá. Essa é a posição. Tem impedimento, sim. É praxe nessa, nessa Casa e nessa Comissão. Se é regimental e é praxe isso. V.Ex^{a.} tem que vir para discutir matéria aqui. Mas o Aloizio tem mania de dar a última palavra sempre.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Ex^{a.}, o art. 89, ao Presidente da Comissão compete ordenar e dirigir os trabalhos da Comissão. Como a matéria não estava em discussão, eu tenho todo amplo direito de me manifestar na condução dos trabalhos.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não tem, tem que ordenar...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Ex^{a.} está levantando uma questão de ordem, qual é o artigo que V.Ex^{a.} está amparado?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Ah, não venha com brincadeira! Você está com o livrinho na mão e o Assessor te passando o número--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O art. é 89. O regimento é a regra.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Deixa de bobagem, Aloizio. Deixa de bobagem, olha aqui, eu também agora ganhei um livrinho igual a V.Ex^{a.} E o Assessor... art. 50.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Ex^{a.} com o regimento V.Ex^{a.} Pode levantar a questão de ordem.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Tenha mais humildade e tira esse livrinho de lado e vamos discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Quem está faltando humildade é V.Ex^{a.}

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Esse rapazinho aí do lado para lhe dar cola.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ele é o Assessor da Comissão que Assessoria o Presidente.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Tá lhe dando cola.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Se chama Gonzaga, tem dez anos trabalhando nessa Comissão, e não é um rapazinho.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Agora ele está em defesa dos rapazinhos do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Os funcionários dessa Comissão têm que ser respeitados. É o papel deles.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu estou respeitando, não venha distorcer a discussão, Senador Aloísio. Eu respeito ele como a todos, não estou--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ele é o Assessor.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu tenho o maior respeito por ele não venha dizer que estou desrespeitando por ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas V.Ex^a. desrespeitou. É o papel dele como Assessor Presidente.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Isso é falta de respeito comigo, Senador Mercadante. V.Ex^a. É que tem a mania de desrespeitar todo mundo e atropelar todo mundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não adianta V.Ex^a falar alto.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): E nem adianta V.Ex^a. dizer que vai dar a última palavra aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É o papel dele Assessorar a presidência.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Ele faz muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Muito obrigado.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): V.Ex^a. não venha pedir. V.Ex^a. estava perdido se não fosse ele lhe dando cola, graças a Deus ele está aí. A competência e o talento dele porque se não fosse isso V.Ex^a. Estava completamente perdido--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Por isso que tem o art. 89 que eu amparei a minha intervenção.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Pois é. Então, V.Ex^a. não pode discutir matéria e tem mais, eu proíbo de discutir daqui por diante. Aí nessa cadeira. Tem que vir para cá discutir igual para nós. Ordenar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Ex^a. não vai dirigir os trabalhos dessa Comissão.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Vai discutir aqui agora. Essa queixa não é minha não, é geral aqui nessa Casa de V.Ex^a. estar deitando regra toda vida que está aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Esse ponto está retirado de pauta nós vamos agora entrar--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não está retirado de pauta, não. Não pode discutir nessa cadeira, no momento que quiser discutir vai ter que vir para cá.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Ex^a., no momento oportuno pode se manifestar. Vamos para o Item 8 da pauta agora, por favor.

O Relator, projeto do Senador Sérgio Zambiasi, Relatora Senadora Patrícia Saboya. O Parecer é pela rejeição. Na ausência da Senadora Patrícia Saboya, nomeio Senador Inácio Arruda para relatar a matéria.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Com a permissão do Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não há dúvida.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Tem mais algum projeto de caráter terminativo?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Esse é terminativo, peço a presença de V.Ex^a.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É o último?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É o último.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Muito obrigado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, na qualidade de Relator indicado por V.Ex^a. para substituir a Senadora Patrícia, quero dizer que o projeto pretende instituir incentivo tributário para que as empresas empreguem trabalhadores transplantados renais ou com insuficiência renal crônica. Pretende computar em dobro as despesas com taxas dos trabalhadores na base do cálculo do imposto de renda de pessoa jurídica, da contribuição social sobre o lucro líquido.

A Relatora entende que a providência é ineficaz em vista do enorme contingente disponível de desempregados. Ademais, poderia abrir a possibilidade que outros grupos portadores de certas características pudessem pleitear o mesmo. Ademais, a legislação já contém benefícios para os que sofrem com sérios problemas renais, a exemplo da aposentadoria integral e da isenção do Imposto de Renda de pessoa física sob aposentadoria e pensão.

Diante do exposto, opinamos contrariamente à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 406/2006. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Para discutir a matéria. Não havendo quem queira discuti-la, vamos colocar em votação. A votação é nominal. Senador Suplicy como vota?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): De acordo com o Parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Delcídio Amaral. Senador... Serys Shlessarenko.

SENADORA SERYS SHLESSARENKO (PT-MT): Com o Parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Com o Relator e a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Neuto de Conto. Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): De acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Tasso Jereissati. Senador Osmar Dias

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Inácio Arruda. Voto conhecido. Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Com a Relatora e com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Muito obrigado, V.Exª. está muito generoso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Aprovado por... Rejeitado, desculpe, o projeto, porque o Parecer era pela rejeição, foi votação unânime da Comissão. Nós estamos--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pediria a inversão de pauta para votarmos o Item nº 11.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós não vamos ter quórum porque alguns Senadores só tinham a disponibilidade para votar essa matéria. Fica para próxima Sessão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós então transferimos todo o resto da pauta para a próxima Sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu tenho só um Requerimento aqui que precisaria ser votado hoje, que é da autoria do Senador Tasso Jereissati.

Requeiro nos termos do art. 93, inciso II, a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Temporária de Reforma Tributária desta Comissão em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença do Secretário de Política Econômica, Sr. Bernard Appy, sobre a proposta de Reforma Tributária que enfoca o desenvolvimento regional e a chamada guerra fiscal entre os Estados. Algum Senador é contrário? Não. Sendo assim, aprovado.

Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 11h51.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA DÉCIMA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2007, ÀS 09:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e um minuto do dia dezoito de junho do ano de dois mil e sete, na sala número dezoito da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Delcídio Amaral, Renato Casagrande, Expedito Júnior, Serys Slhessarenko, João Vicente Claudino, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, João Ribeiro, Romero Jucá, Valdir Raupp, Mão Santa, Neuto de Conto, Garibaldi Alves Filho, Valter Pereira, Wellington Salgado, Adelmir Santana, Edison Lobão, Eliseu Resende, Jayme Campos, Kátia Abreu, Raimundo Colombo, Jonas Pinheiro, Rosalba Ciarlini, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, Marconi Perillo, Osmar Dias e Jefferson Péres. Presentes também o Senador e Ex-Presidente da República, José Sarney, os Senadores João Pedro e Magno Malta, o Deputado Ademir Camilo, o Deputado Fernando Gabeira e o Ex-Deputado e Vereador Agnaldo Timóteo. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Collor, Pedro Simon e Gilvam Borges. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente comunica o recebimento do seguinte documento, para conhecimento, Mensagem nº 90/07, nº 359 na origem, de 5 de junho de 2007, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real relativo ao mês de abril de 2007, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas. O expediente será posteriormente encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Em seguida, a Presidência passa à Primeira Parte da Reunião com a apreciação do Item 01-Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 146, de 1996, não terminativas, que “dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências”, de autoria da Câmara dos Deputados, tendo como Relator o Senador Tasso Jereissati, que oferece Parecer pela aprovação das Emen-

das nºs 01, 02, 03, 04, 05, 07, 08, 09, 10 e 11, e, parcialmente, da Emenda nº 06, e, ainda, com correção da remissão feita no § 2º do art. 8º ao “§ 1º do art. 5º”, que deve ser entendida como feita ao “parágrafo único do art. 5º”. Em 15/05/2007, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Após o uso da palavra pelo Relator, Senador Tasso Jereissati, usam da palavra, para discutirem a Matéria, os Senadores Arthur Virgílio, Serys Slhessarenko, Jefferson Péres, Valdir Raupp, Inácio Arruda, Flexa Ribeiro, João Ribeiro, Jayme Campos, Garibaldi Alves Filho, Renato Casagrande, Eduardo Azeredo, João Pedro, Romeu Tuma, Antônio Carlos Valadares, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Romero Jucá e o Senador José Sarney. Encerrada a discussão e colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria. A Presidência propõe e a Comissão aprova a criação de uma Comissão Interna com a finalidade de acompanhar a elaboração da Medida Provisória que tratará das Zonas de Processamento de Exportação, tendo como integrantes os Senadores Aloizio Mercadante, Arthur Virgílio, Osmar Dias, Jayme Campos, Renato Casagrande, Romero Jucá, Tasso Jereissati, Edison Lobão e o Senador José Sarney. Logo após, a Presidência passa à Segunda Parte da Reunião destinada a realização de Audiência Pública com a presença do Exmo. Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, para prestação de contas trimestral, prestar esclarecimentos sobre as medidas que estão sendo tomadas pelo Bacen para reduzir a concentração bancária, e para discorrer sobre os valores e números de tarifas bancárias criadas nos últimos anos no Brasil, em atendimento aos Requerimentos nºs 16 e 23/2007-CAE, de autoria dos Senadores Aloizio Mercadante e Renato Casagrande, respectivamente. O Presidente solicita a condução à Mesa a fim de dar início à Audiência Pública do Exmo. Senhor Henrique Meirelles e, ainda, dos Senhores Mário Magalhães Carvalho Mesquita, Diretor de Estudos Especiais, Dipec, e Alexandre Antonio Tombini, Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro, Dinor. Após a exposição do Exmo. Senhor Henrique Meirelles, usam da palavra para interpelar o convidado os Senadores Renato Casagrande, autor do Requerimento nº 23/2007-CAE, Flexa Ribeiro, Eduardo Suplicy, Kátia Abreu, Garibaldi Alves Filho, Arthur Virgílio, Adelmir Santana e o Senador Aloizio Mercadante, autor do Requerimento nº 16/2007-CAE. Tendo em vista a iminência do início da Sessão Plenária do Senado Federal, a Presidência adia para a próxima semana a apreciação das Matérias constantes da Terceira Parte da Reunião; Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2007, não terminativo, que

“altera o art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para prorrogar os incentivos fiscais de redução e restabelecer os de isenção relativos ao imposto sobre a renda de pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado em setores econômicos considerados prioritários para o desenvolvimento regional, e dá outras providências”, de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com decisão terminativa; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2007, terminativo, que “altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir o nascituro no rol de dependentes que possibilitam dedução na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física”, de autoria do Senador Francisco Dornelles, tendo como Relatora a Senadora Kátia Abreu, que oferece Parecer favorável ao Projeto; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 02, de 2003, terminativo, que “acrescenta alínea ao inciso II do artigo 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das pessoas físicas, de doações e programas oficiais de combate à fome”, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2004, terminativo, que “altera dispositivo da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000 (Benefícia pela compensação financeira os Estados e Municípios que possuem nascentes de rios, cuja vazão é aproveitada para a geração de energia em hidrelétrica)”, de autoria do Senador Tião Viana, tendo como relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com Parecer pela rejeição do Projeto. Em 29/05/07 foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Em 05/06/07 foi apresentado Voto em Separado de autoria do Senador Flexa Ribeiro, concluindo pela rejeição do Projeto; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, terminativo, que “altera o § 6º do artigo 2º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003 (Isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas)”, de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Parecer pelo arquivamento da Matéria. Em 15/05/07, foi concedida Vista Coletiva nos

termos regimentais; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2003, terminativo, que “altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para dispor sobre a incorporação do adicional de insalubridade ou periculosidade no salário do empregado”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Eliseu Resende, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2007, não terminativo, que “acrescenta artigo à Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências”, autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação com decisão terminativa; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2003, terminativo, que “altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, para estabelecer que parte do produto da arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) seja destinada ao município de origem”, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2005, Complementar, não terminativo, que “altera o § 2º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, determinando que os recursos destinados, no Orçamento da União, para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira”, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, tendo como Relator o Senador Flávio Arns, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. São aprovados, ainda, o Requerimento nº 31/2007-CAE, de autoria dos Senadores Aloizio Mercadante e Flexa Ribeiro, que requer, nos termos regimentais, sejam convidados para uma Audiência Pública a ser realizada nesta Comissão o Presidente da Federação Brasileira de Bancos, Febraban, Sr. Fábio Colletti Barbosa, e seus Diretores, a fim de discorrer sobre Tarifas Bancárias; e o Requerimento nº 32/2007-CAE, de autoria do Senador Jefferson Péres, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública a fim de discutir a questão dos limites legais para regulamentação da propaganda comercial, com a presença dos Srs. Dirceu Raposo de Mello, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa; Gilberto C. Leifert, Presidente do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publici-

tária – Conar; Dailton Pastore, Presidente Nacional da Associação Brasileira de Agências de Publicidade – Abap; Flávio Cavalcanti Filho, Representante da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão – Abert; Gustavo Moraes, Presidente da força-tarefa nacional sobre a Anvisa da Câmara Americana de Comércio – Amcham/São Paulo; e Rafael Sampaio, Vice-Presidente Executivo da Associação Brasileira de Anunciantes – ABA. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e treze minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informaticizada. – Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Bom dia a todos e a todas. Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Os Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para o seu conhecimento: Mensagem nº 90/2007, 359, na origem, de 5 de junho de 2007, encaminhando nos termos do inciso II do art. 7 da Lei 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real relativo ao mês de abril de 2007. As razões dela determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas. O expediente será posteriormente encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Nós fizemos um único item da pauta nessa fase, nesse primeiro momento da Comissão, porque em seguida nos teremos Audiência Pública com o Presidente do BANCO CENTRAL, Henrique Meirelles, naquele esforço de nós assegurarmos audiências trimestrais para avaliar a evolução da política monetária, cambial, desempenho da meta inflacionária. E nós mantivemos, num primeiro item, o projeto da ZPEs. Projeto que estava... De Lei nº 146/1996, não terminativo. Dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das zonas de processamento de exportação e dá outras providências. A origem desse substitutivo é da Câmara dos Deputados, Relatoria com o Senador Tasso Jereissati. Já foi oferecida a Relatoria e foi adiada a votação para o dia de hoje. Os Senadores que queiram discutir a matéria podem se inscrever. Está aberta para a fase de discussão da matéria. Prestigiando aqui a

Comissão. Eu pergunto ao Relator se gostaria de se pronunciar originalmente.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Presidente, eu gostaria primeiramente de dizer o respeito e a admiração que tenho pelo seu trabalho diante dessa Comissão, assim como o seu trabalho como Senador nessa Casa. Eu gostaria de deixar isso bem claro e dizer que eventuais discussões não fazem, não me impedem de ter esse respeito.

Eu acho que na última terça-feira nós chegamos a um acordo básico das questões principais e eu queria fazer uma homenagem aqui também à presença do Presidente Sarney, que foi quem começou e lançou o projeto de zonas de exportação, de processamento de exportação no País, que infelizmente naquela época não foram adotados, porque nós teríamos principalmente em algumas zonas menos desenvolvidas do nosso País com certeza um nível de industrialização, de empregos, de renda per capita bem maior. Sem prejudicar a nenhuma outra zona, agregando sem prejudicar. E sem... Mesmo a produção das áreas mais industrializadas, das áreas mais industrializadas do País e eu vou aproveitar, Presidente Aloizio, Presidente Sarney, para contar aqui uma pequena história que aconteceu comigo sobre zona de processamento de exportação quando eu era Governador do Estado do Ceará, Senador Jefferson Peres.

Quando eu era Governador, o Presidente lançou e eu me preparei para atrair incentivos e indústrias que viessem para as nossas ZPEs, que na época inclusive era privada, era um terreno privado, comprado pela iniciativa privada. E coincidiu--

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Era proibido até o Tesouro--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Era proibido o Tesouro financiar. E coincidiu com a famosa revolta da Praça da Paz Celestial em Pequim, ao mesmo tempo que se aproximava o fim da independência de Hong Kong.

Então, assim como estava acontecendo em outros Países como Canadá, México, nós juntamos uma comitiva e fomos a Hong Kong ter contato com os empresários de Hong Kong essencialmente exportadores para o mundo inteiro, a partir de Hong Kong exportavam para o mundo inteiro e também estavam se instalando na zona de Shenzhen. Que é perto, a primeira zona de plataforma de exportação da China e que fica muito perto de Hong Kong. E que diante da aparente retomada do endurecimento do regime na China estavam preocupados. Fiz um contato, Senador Mercadante, e conseguimos atrair para a nossa zona, não para investir, mas para fazer uma visita, uma comitiva de mais de cem empresários, todos de tecnologia de ponta aquela

época. E nós fizemos essa reunião, já não era mais o Presidente Sarney o Presidente da República, no desenrolar final quando tivemos a notícia, já no Governo Collor, que as zonas de processamento de exportação estavam definitivamente proibidas e não teria que ser implantado, no momento em que nós estávamos em reunião com cento e poucos empresários chineses de Hong Kong e Shenzhen. Foi uma oportunidade histórica que nós perdemos no nosso Estado, no Ceará, e talvez, por causa disso, Sr. Presidente, eu seja tão apaixonado. Porque vi, senti na própria pele a oportunidade que nós tivemos na mão. Você imagine num Estado como o Ceará, aquela época, a chegada de cem empresas industriais de tecnologia de ponta, o impacto que teria na nossa economia e na nossa região.

Então, estou confiante que isso poderá se fazer de uma maneira muito competente. Ela tem uma posição, a filosofia da zona é o oposto à Zona Franca de Manaus, porque ela é virada essencialmente para exportação e o residual que pode ser internado terá uma desvantagem competitiva do ponto de vista tributário e fiscal enorme em relação à Zona Franca de Manaus, por quê? Por exemplo, Zona Franca de Manaus. Por quê? Porque na Zona Franca de Manaus, além de ter a isenção de IPI vai ter o direito à isenção de IPI com direito a geração de crédito para o comprador. Então, é uma isenção que, cujo benefício é duplo. E no caso das zonas de exportação que fica limitado até 20% da produção da fábrica local, ela terá que pagar todos os impostos sem nenhum tipo de vantagem fiscal.

Então, do ponto de vista tributário e fiscal as vantagens competitivas da zona de exportação, se vier a ser feita outra, não sei se algum momento vai ser feita outra. Especificamente a Zona Franca de Manaus a vantagem competitiva do ponto de vista tributário é gigantesca a eventual internação do resíduo de 20% da produção.

Essa é a posição que eu queria colocar. Dizendo também que nós, principalmente nós do nordeste, vemos com muita alegria a Zona Franca de Manaus porque é um modelo de desenvolvimento regional que deu certo. E nós acreditamos que deva continuar, agora queremos ter também a oportunidade, não só no Nordeste, Manaus também pode ter uma ZPE, a sua própria, ou outra cidade do Amazonas, outra qualquer cidade de toda a região pode ter uma ZPE também. Fora a Zona Franca pode se habilitar para ser uma ZPE e sendo enquadrada naturalmente nas normas do Conselho.

Então, eu acho que o acordo foi feito e espero que agora nós possamos votar esse projeto tão sofrido iniciado ainda na presidência do Presidente Sarney a quem presto a minha homenagem.

SENADOR JOSÉ SARNEY (PMDB-AP): Obrigado.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Arthur Virgílio, depois Senadora Serys.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, antes de mais nada, é de nós resgatarmos os termos do acordo que foi celebrado no gabinete do Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros. Era aprovar-se tal como está o projeto, haveria certos vetos presidenciais já acertados e consensualizados entre todos os presentes à reunião. Haveria uma Medida Provisória, uma proposta, um anteprojeto de Medida Provisória a ser construído por nós aqui da CAE e que depois viraria documento assinado por quem pode assinar uma Medida Provisória que é o Presidente da República e nós teríamos a etapa da regulamentação, a terceira etapa da regulamentação e, com isso, sairia um projeto de ZPEs que fosse bom para o País sem nenhum prejuízo para o parque industrial já instalado no Brasil. Seja o da Zona Franca de Manaus, abrigado por incentivos fiscais, seja o da Lei de Informática, abrigado igualmente por incentivos fiscais.

As minhas preocupações, Sr. Presidente, já foram reveladas, e é bom que nós estejamos podendo trabalhar nesse clima de tranqüilidade. E eu vou repeti-las. Vou repeti-las de maneira muito objetiva. Me preocupava muito aquela questão dos 20% e isso o Ministro Guido Mantega já deixou claro que não devo ter essa preocupação. 20% de quê? Do que é produzido na ZPE? Quem sabe, é razoável. 20% da produção geral de uma grande multinacional pode ser muito mais do que o mercado brasileiro, nos seus 100%, possa açambarcar. Então, isso é uma preocupação já afastada pela palavra do Ministro da Fazenda.

Segunda preocupação que tenho é com a questão da questão da bi-incentivação, ou seja, eu pego de novo o pólo de Manaus, mas eu poderia pegar qualquer outro setor da indústria brasileira tradicional já instalada. Motocicletas, então, fabricar motocicletas eu não vejo sentido, nós fazemos motocicletas há anos. Na pior, na melhor das hipóteses para o pólo de Manaus, esse pólo ficaria detido na sua capacidade de continuar exportando e você estaria, nós estaríamos dando incentivos para o mesmo produto em duas situações diferentes. Nós temos dois pólos essenciais em Manaus, temos duas rodas e temos os eletroeletrônicos de entretenimento. Isso representa 70% do faturamento da Zona Franca de Manaus que hoje vai a 24 bilhões de dólares/ano. E isso significa cerca de 90% da capacidade econômica do Estado.

Então, Sr. Presidente, nós temos essa preocupação. Ou seja, gostaríamos de não ver beneficiados pelas ZPEs produtos que fazem parte já de programas que prevêem incentivos fiscais. E, por outro lado, atendido isso, eu deixo de me preocupar com o item seguinte. Qual é o item seguinte? Se pudessem concorrer conosco, coisa que não desejo, que farei o possível para evitar, teria que haver então, sem dúvida alguma, uma fiscalização muito dura em relação a processo produtivo básico. Porque mesmo pagando todos os impostos, já vimos como é difícil se calcular 20% do PIS/COFINS, por exemplo. Mesmo pagando todos os impostos haveria vantagem comparativa, sim, se porventura fosse uma empresa chinesa que chegasse a algum lugar com aquela mão-de-obra aviltada da China, só montasse as peças e sem observância de processo produtivo básico, e processo produtivo que se cobra às empresas da Zona Franca de Manaus e às empresas da Lei de Informática é um processo produtivo duríssimo, bastante duro.

Eu gostaria, Sr. Presidente, dizer que é quero participar da Comissão que certamente vai ser organizada para dar os passos seguintes. Hoje, é um crédito de confiança que damos ao acordo que haverá de ser cumprido. Seja por cada um de nós aqui, seja pelo Presidente da República, já comprometido com a idéia dos vetos, com a idéia, com a idéia da Medida Provisória e com uma regulamentação que agrade ao País.

Eu tenho algumas observações, Sr. Presidente. Eu vejo aqui que o Brasil, no seu estágio industrial diferentemente da China, na China nós tivemos a abertura econômica, algumas áreas de excelência capitalista em contraposição a um País feudal no seu restante. Essas áreas de excelência capitalista estão sustentando a China feudal. Não há choque. Não há nenhum choque. Aqui nós encontramos um parque industrial tradicional, sejam incentivados, seja não incentivado, mas um parque industrial que não poderia, de forma alguma, sofrer nenhum processo de canibalização. Nós temos que ficar todos atentos, todos nós de País a País, de Estado a Estado interessados nesse equilíbrio brasileiro. Eu vejo ainda, que nós temos que ter cuidado para, no processo que vai da regulamentação à elaboração da Medida Provisória, cuidado para que as ZPEs, depois de autorizadas e postas em funcionamento, elas terminem não beneficiando as regiões mais pobres. Eu temo que terminem beneficiando as regiões mais ricas. Vamos cuidar para que não seja assim.

Ainda, Sr. Presidente, que nós cuidemos de que elas não sejam um instrumento adicional à figura da guerra fiscal que já é tão deplorável no País. Mais ainda, que nós saibamos estudá-las à luz dos estatutos da OMC, da nossa relação com a OMC e do estatuto do

Mercosul que abre exceção para aquela Zona Franca de Terra do Fogo e a Zona Franca de Manaus.

E, portanto, eu estou aqui de coração muito aberto entendendo que devo cumprir à risca estritamente o meu dever de defender o meu Estado. Instaladas as ZPEs, a Senadora Serys quer uma no Município de Cáceres, no Mato Grosso. Eu apoio completamente uma no Município de Itaquiara, no Amazonas. Agora, essa de Itaquiara no Amazonas ela vai trabalhar silvinita. Hoje começa o processo licitatório na PETROBRAS para a exploração da silvinita. É algo que existe em Itaquiara, então, é algo que vai ajudar o País, que vai somar com o que o País está fazendo. Não vai produzir nada que esteja produzido em outro lugar. Vai trabalhar a silvinita, que é um bem, Senadora Serys, que é a natureza prodigalizou aquele Município. Eu gostaria muito de ver funcionando as ZPEs, espero vê-las, espero vê-las de maneira racional, de maneira racional. Eu não... Não vamos trabalhar aqui aquela história de solidariedade. Não vamos. Vamos ver o que é racional e cada um faça o que for melhor para o seu Estado de maneira fria. Se algum Senador amanhã me disser que tem alguma coisa contra o pólo de Manaus, não vai mudar em nada o meu conceito. Não vai mudar em nada o meu conceito. Só espero que os argumentos sejam racionais. Eu tenho companheiros que prezo e dos quais posso discordar. Eu tenho discordâncias terríveis em relação ao governo do Sr. Geraldo Alckmin, meu querido amigo, do Sr. Cláudio Lembo e do Governador José Serra. Simplesmente, São Paulo, a base de guerra fiscal, levou a indústria de celulares para lá. Nós tínhamos 70% do mercado ficamos com 30%.

Então, é uma discussão de cujo resultado positivo para o Amazonas eu não abro mão. O que é que eu desejo idealmente? É que o Governador Serra compreenda que tem que chegar a um acordo melhor conosco. Estamos avançando no acordo--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Ex^a. com essa intervenção vai me obrigar a fazer uma aliança.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Com Serra.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com Alckmin e com Lembo em defesa de São Paulo.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Imagino, agora representa tão pouco para São Paulo, representa tão pouco. Mas muito bem. Eu não estou aqui emocionalizando nada. Eu estou dizendo que nós temos uma outra questão que envolve monitores de vídeo. Uma determinada medida tomada no apagar

das luzes do Governo Lembo e que precisa ser agora revogada pelo Governo Serra, ele está disposto a fazer isso, é o que me diz, e eu quero acreditar nisso, ela ameaça retirar a indústria de monitores de vídeo do Amazonas.

Bom, mas levando em conta que nós produzimos televisores lá, eu não vejo racionalidade econômica nisso. Se formos ver essa gota d'água no oceano que é a economia do seu Estado, eu não sei se não precisaria de se dar um gesto de boa vontade nacional para lá. Mas, em outras palavras, eu não condeno, se o Governador José Serra quiser ser o grande e estritamente perfeito Governador do Estado, que não abre mão de um milímetro das prerrogativas do Estado, é uma opção que ele terá. Eu vejo nele uma vocação para a liderança nacional grande, mas se ele achar que não, é não. É problema dele não é meu. Eu estou aqui para defender o Estado do Amazonas. Estou aqui para me preocupar com o País. Faço o mandato nacional. Estou aqui para defender o Estado do Amazonas estritamente.

Então, é nesse sentido que quando tenho que me chocar com o Governador Serra, eu me choco. Quando tenho que me chocar com o Governador Lembo, eu me choco, como eu me chocaria com o Governador Aloizio Mercadante se tivesse sido outro o resultado da eleição. Porque seria talvez o seu dever de defender certos pontos de vista seus e é o meu dever de defender os meus pontos de vista que passam pela defesa estrita dos interesses do meu Estado. Eu não me elegi para outra coisa. Eu não me elegi para ficar meramente vendo quem foi o time que foi campeão mundial para pedir um voto de aplauso e eu faço isso. É defender o Estado do Amazonas.

Então, nesse sentido, eu volto a dizer o porquê de eu concordar com este acordo. Eu não concordo com o projeto tal qual ele está escrito. Tenho dúvidas sérias que vou expô-las ao longo do nosso processo de negociação. E o acordo passa por esses pilares.

Primeiro, aprovamos hoje esta matéria tal como ela está.

Segundo, o Presidente veta determinados artigos que se consensualizem que são ruins para o conjunto do País.

Terceiro, nós fazemos a Medida Provisória e o que eu entendi, Medida Provisória construída no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos e depois viraria essa Medida Provisória, anteprojeto nosso, viraria uma Medida Provisória assinada por quem pode assinalar que é o Presidente da República.

E quarto, teríamos a regulamentação. Aí, evidentemente que qualquer lado que se sinta prejudicado tem que dizer. Nós temos que compor com as concessões

necessárias, com as concessões possíveis aquilo que seja bom para o País. Eu gostaria muito de ver as ZPEs implantadas, espero vê-las, estou dando hoje o meu gesto de boa vontade no sentido de colaborar com a votação de uma matéria que, escrita como está, dela eu discordo. Mas confiando profundamente no acordo que fizemos na sala do Presidente do Senado semana passada, se não me engano. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Arthur Virgílio, Senadora Serys, a Mesa não vai, evidentemente, controlar o tempo, mas pede o máximo de objetividade porque nós teremos em seguida Audiência Pública com o Presidente do BANCO CENTRAL, Henrique Meirelles. Senadora Serys com a palavra.

SENADOR SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores. Senador Arthur Virgílio, eu também espero ver as ZPEs implantadas. Que, aliás, hoje é importante a presença do Presidente Senador Sarney aqui nesta Comissão por conta de que foi ele o autor da criação dessas ZPEs. Infelizmente, elas não estão instaladas, organizadas até hoje. A gente acredita que daqui para frente a coisa andar. Nós também defendemos, como o Senador Arthur Virgílio diz que defende sobremaneira o Amazonas, nós defendemos... Psiu!

[soa a campainha]

Nós defendemos, estamos aqui para defender Mato Grosso, com certeza o Brasil também, porque nós somos Senadores da República do Brasil, mas especialmente eu por Mato Grosso, Senador Jonas, Senador Jayme Campos. Senador Jayme Campos há poucos dias inclusive já fez a defesa da ZPE para Cáceres. E, com certeza, vai continuar fazendo. E eu também.

Cáceres, Sr. Presidente, é a única ZPE prevista, criada pelo Mato Grosso. O restante está dividido nas outras 5 regiões do nosso País. Mas, a ZPE para Mato Grosso, a única prevista, criada, é a de Cáceres. A ZPE de Cáceres é um incentivo fiscal para um programa de desenvolvimento regional, notadamente no campo industrial. Criado, como já disse aqui, pelo Governo Federal, no governo do Presidente Sarney, com a vantagem de isenção total nas exportações. Não restam dúvidas que a implantação da ZPE no Município de Cáceres representa um grande incremento para a economia do Pantanal. A excelente localização do Município, principalmente quanto ao posicionamento estratégico em termos de saída para os mercados europeu e asiático, aliado ao comprometimento do governo atual do Mato Grosso poderá fazer com que Cáceres seja convertida no principal centro de negócios do Mercosul e cidade e

entroncamento da América do Sul. A zona de processamento de Cáceres leva vantagens sobre as demais em função do aproveitamento da hidrovia, da ferrovia e das estradas ligando Cáceres à Bolívia e ao Pacífico.

Se estivesse em operação, Sr. Presidente, a zona de processamento de exportação de Cáceres, a 225 quilômetros a oeste de Cuiabá, poderia ser responsável atualmente por cerca de 50% das vendas externas mato-grossenses. E os exportadores que utilizassem esse distrito conseguiriam agregar valor de cerca de 30% sobre o produto comercializado. Mas, infelizmente, a espera já dura 19 anos. O Presidente da ABRAZPE conta que durante todos esses anos a associação, entre aspas, esteve mantendo vivo o princípio da ZPE, palavras do Presidente da ABRAZPE: “Chegamos a um ponto em que, em outras palavras, ou implantam-se as ZPEs, com a legislação aperfeiçoada e agora mais aperfeiçoada ainda o será, ou esses investimentos irão para a Índia, China, Rússia, outros Países mais atualizados em políticas de atração de investimentos”, adverte o Presidente da ABRAZPE.

O Prefeito de Cáceres considera que a ZPE é a moeda de barganha que o Município precisa para atrair novos investimentos. Para Henry, o Prefeito, a ativação da ZPE será um marco e trará um novo horizonte para Cáceres. Palavras dele, “fora este distrito industrial incentivado, oferecemos posição geográfica invejável como a saída para o Pacífico e o modal hídrico. Com todos esses atrativos vamos conseguir gerar renda e emprego”.

O Presidente da ASPEC, o engenheiro Adilson Reis explica que de julho de 88 quando foi aprovado até agora, a área de 247 hectares está demarcada com sobras de estrutura daquilo que seria o módulo de gerenciamento e que não é possível estimar perdas no período. Mato Grosso foi o pioneiro no modelo de ZPEs. Mesmo com estudos de viabilidade, impacto ambiental e obras básicas de infra-estrutura e com o desembolso de cerca de um milhão pela iniciativa privada, Reis frisa que faltou vontade política e que a classe será novamente agilizada após a sanção do Presidente Lula decisiva para a implantação das ZPEs. Nós sabemos que agora, Sr. Presidente, tem um outro acordo, e que nós vamos conseguir realmente a implantação da nossa ZPE de Cáceres.

Nossos estudos revelam que para cada emprego gerado dentro do distrito, outros três ou quatro surgem no entorno, por ser um espaço com isenções fiscais. A ZPE não gera incremento direto às receitas municipal ou estadual, mas gera desenvolvimento, trabalho e renda, argumenta o Presidente da ASPEC, Sr. Adilson Reis.

Sr. Presidente, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores é da maior relevância do nosso ponto de vista para o nosso Mato Grosso, para o desenvolvimento do nosso Mato Grosso a instalação da ZPE no nosso Município de Cáceres. Já argumentei aqui uma justificativa nesse sentido. Mas, precisamos que essa implantação se dê o mais rápido possível. E para isso é fundamental o que está acontecendo hoje aqui na nossa Comissão de Assuntos Econômicos. E aguardamos, com ansiedade, toda a participação que devemos ter. Nós Senadores, Senador Jayme Campos que está aqui ao meu lado nesse momento, Senador Jonas Pinheiro para que todo o esforço medido que se faça necessário para que a instalação da ZPE de Cáceres venha a acontecer Mato Grosso está disposto a fazer esse esforço, dar essa contribuição e realmente fazer acontecer essa instalação. Acreditamos que a presença do Presidente Senador que eu chamo assim--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Concluindo.

SENADOR SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): José Sarney, aqui nessa Comissão é da maior relevância para que isso realmente venha a se concretizar, uma vez que ele há 19, 18, 19 anos atrás já buscava isso e hoje todos nós estamos determinados, Senadores de outros Estados que estão sendo buscados nas ZPEs também, estão determinados--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Concluindo, Senadora.

SENADOR SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Vamos apoiar uns aos outros para que a gente possa conquistar realmente a instalação dessas ZPEs que é da maior importância, pelo menos para o meu Estado de Mato Grosso a instalação em Cáceres, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria pedir objetividade, nós temos 30 minutos para começar a Sessão com o Presidente do BANCO CENTRAL. E temos dez inscritos. Se cada um falar 3 minutos nós não teremos dificuldade, mas eu pediria que, se for possível, objetividade. O próximo inscrito, Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, serei sucinto, Sr. Presidente. Mas o meu pronunciamento é indispensável. Conquanto, este projeto seja aprovado hoje por consenso, consenso acordado diante do Ministro da Fazenda aqui no Senado eu não posso deixar de manifestar que vou trabalhar junto com a bancada do Amazonas para que a Medida Provisória a ser editada pelo Presidente da República contenha o que me parece uma indispensável salvaguarda às indústrias já estabelecidas no País, inclusive, mas não somente...

Inclusive, mas não somente, as do parque industrial de Manaus.

Sr. Presidente, eu ponderei há pouco ao ilustre Relator, Senador Tasso Jereissati, que eu proporia o seguinte artigo a ser incluído na Medida Provisória, se o governo Executivo aceitar e, de preferência, que seja aceito pelos demais Senadores. Mas se não for, já manifesto a minha disposição de lutar por isso.

Seria o seguinte artigo, V.Ex.^a., Senador Aloizio Mercadante, que faz também restrições à internação de produtos, seria o seguinte: “A internação de qualquer produto poderá ser suspensa por ato do poder aquisitivo se as vendas no mercado interno, poder executivo, se as vendas no mercado interno colocarem em risco a sobrevivência de um setor industrial já estabelecido no País”. O Senador Tasso Jereissati, já vou concluir, Sr. Presidente, me ponderou que isto seria a defesa talvez, em alguns casos, de um setor não competitivo. Estaríamos, portanto, premiando a ineficiência empresarial. Mas, Senador Tasso Jereissati, não é bem assim. Os produtos fabricados no pólo industrial de Manaus estão sujeitos, obrigatoriamente, a um processo produtivo básico que exige uma crescente nacionalização. Por que é que isso foi feito, com muita razão? Para evitar a maquiagem, que Manaus importasse todos os produtos do exterior, montasse, fingisse que fabricava e vendesse ao resto do Brasil. Isso, essa maquiagem pode acontecer numa ZPE e Manaus não pode, é obrigatório. A empresa que descumpra as etapas do processo produtivo básico, elas estão punidas. Podem ser até fechadas. Elas têm que nacionalizar uma parte de seus produtos. Agora, isso, Senador, Senador Tasso Jereissati pode deixar uma empresa de Manaus em desvantagem, porque a das ZPEs não estão dispostas a isso. Elas estão, os produtos baratos na China, na Coréia, montam aqui na ZPE, a indústria da Manaus é obrigada 60% sendo produtos brasileiros terão um custo maior ainda que ela seja extremamente competitiva. E não é justo que as indústrias fechem as portas por causa da concorrência das ZPEs. Vou defender esse dispositivo, portanto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Jefferson Peres. Próximo inscrito Senador Valdir Raupp, depois Flexa Ribeiro, depois Inácio Arruda, João Ribeiro, Senador Jayme Campos, Garibaldi, Casagrande e João Pedro.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Serei breve, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Parabenizar o Relator Tasso Jereissati pela garra, pela determinação que levou avante essa Relatoria e encerra brilhantemente o seu relatório com um acordo com o governo, com todos os partidos para aprovar e concertar possíveis falhas depois através de uma Medida Provisória. Da mesma forma parabenizar o Presidente Sarney que teve a visão há quase 20 anos atrás, de trabalhar esse projeto, esses Decretos criando as zonas de processamento de exportação. É uma pena que naquela época, eu não estava aqui, eu estava, eu era ainda Prefeito no interior do Estado, depois Governador, não consegui trabalhar para incluir o meu Estado. Mas não é impossível ainda colocar Porto Velho, a capital do meu Estado, Guajará-Mirim ou talvez outras cidades do interior do Estado.

Eu vejo com muito entusiasmo a criação das ZPEs. Sinceramente, é uma forma de desenvolver as regiões mais isoladas do nosso País, porque jamais a gente conseguiria levar uma grande empresa para o Norte do Brasil a não ser seguindo o exemplo do pólo industrial de Manaus. Por que é que Manaus tem mais de 400 indústrias? Porque tem os incentivos fiscais. E isso já não acontece em Porto Velho, em Rio Branco, em Boa Vista, em Macapá, em tantas outras capitais do Norte do País. Eu vejo isso como positivo também para preservação ambiental. Eu sempre tenho citado o exemplo que o pólo industrial de Manaus conseguiu preservar 98% das florestas do Estado do Amazonas. E hoje o Eduardo Braga já tomou o título de homem da floresta do Jorge Viana, do Acre. Está nas revistas como o homem da floresta, o Governador do Amazonas, porque estão conseguindo preservar, através dos empregos gerados no pólo industrial de Manaus, 98% das suas florestas. E eu vejo que também não prejudica o pólo industrial de Manaus a criação das ZPEs em outras cidades, em outros Estados. Inclusive, eu tenho ouvido que Itaquiara possa pleitear uma zona de processamento de exportação porque tem o porto, tem o porto de Porto Velho, porque faz o transbordo, liga a cidade de Itaquiara no Amazonas para a exportação dos produtos que passam por Porto Velho, que vem do pólo industrial de Manaus e chegam no porto de Itaquiara, principalmente grãos e outros produtos.

Então, parabéns ao Presidente Sarney, parabéns ao Tasso, a todos aqueles que tiveram o entendimento de todos os líderes de aprovar esse projeto tão importante para a nossa reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu vou fazer uma pequena alteração, o Senador Inácio Arruda tem que receber o Ministro que está chegando, pediu para passar à frente do Se-

nador Flexa Ribeiro, tenho certeza que ele concorda, Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, eu quero primeiro consignar o meu voto favorável da ZPE. Segundo, mostrar que criou-se no País uma certa resistência. Eu considero assim, é uma novidade, é uma inovação. Querendo ou não, é um instrumento de política econômica que pode estar disponível nas mãos particularmente do Governo Federal se ele entender como um instrumento dessa natureza. Para examinar não só regiões como a região Nordeste e o Ceará, que é o meu Estado. E friso isso porque ainda como Deputado tivemos que sair pedindo aos Srs. Deputados que retirassem a assinatura de um recurso que iria levar a matéria, passar talvez um ano, dois, três, ainda na Câmara dos Deputados. Claro que sempre é uma situação vexatória você pedir a um colega para retirar uma assinatura, mas fizemos isso no final do ano de 2006, e início do ano de 2007. Para garantir que ela voltasse imediatamente ao Senado. E aqui eu digo, não só o Ceará, não só o Maranhão, não só o Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul ou Rondônia, mas regiões de Estados já bastante desenvolvidos. Você imagina o Vale do Jequitinhonha, que sempre entra em debate e eu sempre fico ali discutindo com os mineiros porque na hora das dificuldades, Minas está exatamente no Nordeste, está dentro do FNE, está dentro do FNOR, dos instrumentos de política econômica que se estabeleceram para o Nordeste. Nas horas das facilidades os mineiros então passam a ser o Estado com a segunda maior economia do País, o Estado rico, poderoso. Mas está ali o Vale do Jequitinhonha que acho que pode ter um instrumento desse nas suas mãos. Mesmo o Estado de São Paulo, mesmo o Estado de São Paulo, por quê? Porque as ZPEs não foram sucesso na China nas zona degradadas não, não foram nas zonas pobres não. Shenzhen é uma cidade riquíssima, rica. Lá está a zona de processamento de exportação. E todo o leste chinês nós podemos dizer que é uma zona rica, se instalaram ali as zonas de processamento de exportação. Só agora que eles partiram para o oeste da China. E nas cidades indianas também o mesmo propósito. Começaram nas cidades ricas e entraram para as cidades e regiões mais pobres do interior da Índia. Agora, os irlandeses estabeleceram zonas de processamento de exportação, claro que não dá para comparar Irlanda e Brasil ou com essas outras nações que é um País pequenino, uma região pequena, mas que vinha com dificuldades econômicas e partiram para as zonas de processamento de exportação como instrumento de alavancar a sua economia. Foi um êxito. Foi um sucesso. Os americanos já usaram mais nas zonas

degradadas. Nós podemos examinar o nosso modelo. Acho que nós não temos que ter receio. Acho que dá para que a gente tenha uma zona de processamento de exportação, discutindo com o Governo Federal. O projeto em análise, eu considero que é restritivo, com todas as restrições que ainda está se fazendo aqui, quer dizer, nós ainda estamos fazendo, examinando novas restrições, mas esse projeto já é restritivo. Ele já dificulta imensamente a criação de zonas de exportação no Brasil. Eu acho que nós deveríamos aprovar. Há um acordo, o acordo é de natureza política, busca proteger outras regiões, umas mais desenvolvidas, parques como de Manaus. Eu não tenho esse receio que o Senador Jefferson Peres examinou. Acho que não vai causar nenhum prejuízo para Manaus a zona de processamento de exportação. Pelo contrário, vai ajudar o Brasil. Se ajudar o Brasil ajuda Manaus, sinceramente, não vejo onde é que cria dificuldades ajudando o Brasil dificultar a vida dos manauaras, acho que vai ser o contrário. Acho que vão ter mais sucesso ainda no seu projeto do que o que estão tendo agora se nós tivermos mais regiões se desenvolvendo. Acho que esse é que é o caminho que nós temos que estabelecer.

O Governo Federal, já discutido com o Ministro da Fazenda, bom, tem determinadas dificuldades. Vamos resolver. Agora, não ter receio do instrumento novo de política econômica. Eu, por exemplo, tenho preocupação é de ter uma zona de exportação com esse câmbio. Esse câmbio aí é antizona de processamento de exportação. Ele não é favorável a zona de processamento de exportação. É uma dificuldade que nós vamos ter que superar mais na frente. Talvez na visita do Meirelles daqui a pouco a gente já comece a tratar desse problema também. Discutir com ele esse problema. Mas zonas de processamento de exportação com esse câmbio, sinceramente, tem muita dificuldade. Mas, rezear o instrumento novo que é a zona de processamento de exportação para o Brasil, eu acho que a gente não deve ter receio, devemos ter esse instrumento nas nossas mãos e aplicá-lo corretamente em cada região e na hora necessária. Acho que a gente pode fazer isso com tranquilidade. Acho que não vai ter um prejuízo. Sinceramente, eu não vejo que Manaus vá perder nada. E São Paulo, que eu acho que é onde tem mais resistência porque está o maior parque industrial brasileiro, também.

Quer dizer, muitas indústrias paulistas serão bem-vindas na zona de processamento de exportação. E muitas indústrias que vêm de fora do Brasil, que eu acho que é o principal, que nós temos que buscar nesse momento.

Então por isso, Sr. Presidente, eu quero declarar o meu apoio, o meu voto, embora tenha que sair aqui porque fui o autor do Requerimento que convida o Ministro dos Esportes para a Comissão de Educação, mas eu vou fazer aquele exercício de correr para a Comissão de Educação e ficar de olho aqui na Comissão de Assuntos Econômicos para tratar dessa matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Ex^a. além de apoiar o Ministro dos Esportes conseguirá correr e voltar a tempo. Quem sabe inclusive com esse desempenho se inscreva para o PAN. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Se tiver oportunidade, não faltarei.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): É acostumado a pular cerca.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Essa é uma expressão que hoje em dia no Senado não deve ser mencionada. Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Aloizio Mercadante, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores, hoje eu diria, Presidente Mercadante, é um dia da maior importância para a Comissão de Assuntos Econômicos e para o Brasil. Há mais de 20 anos este País espera pela aprovação de um projeto que permita a instalação da zona, das zonas de processamento de exportação em todos os Estados brasileiros.

Eu quero aqui parabenizar o Presidente, Senador José Sarney, que para minha honra está aqui ao meu lado. Porque foi dele a idéia, quando Presidente da República, de trazer esse instrumento da maior importância para o desenvolvimento do Brasil, por inteiro, por inteiro. Dando oportunidade a que todos os Estados brasileiros pudessem ter a sua zona de processamento de exportação. E quero parabenizar também o Senador Tasso Jereissati, também para a minha honra aqui ao meu lado, como Relator do projeto. E a todos os líderes que participaram da reunião na presidência do Senado com o Presidente Renan Calheiros que permitiu esse acordo. Reunião que eu tive também a honra de participar.

Eu quero dizer, Senador Presidente Sarney, há mais de 20 anos, naquela altura, eu era Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará, vibrei, vibrei com a possibilidade da instalação da zona de processamento de exportação em Barcarena. E tenho certeza absoluta que não só o Pará, mas o Brasil de hoje, seria completamente diferente se nós tivéssemos instalado naquela altura as zonas de processamento de exportação. Evidente que o projeto vai ser melhorado. É evidente que o Relator, no acordo que foi fei-

to, aceitou ajustes que o próprio executivo pedia que fosse feito como a mudança da isenção para a suspensão dos tributos para evitar o crédito. Então, são ajustes necessários. Mas as zonas de processamento de exportação não virão para acabar com a Zona Franca de Manaus. Os 20% que possam ser internalizados, Senador Jefferson Peres, eles representam como uma importação normal que é feita pelo Brasil de outros Países. E pelo contrário, ele vai até diminuir a guerra fiscal, porque não vai permitir que incentivos sejam dados a essa importação com o pagamento de todos os tributos.

Então, para o meu Estado do Pará eu quero aqui dizer que é um dia especial. Nós vamos poder, Presidente Sarney, hoje, em função da zona de processamento de exportação, transformar em realidade algo que nós lutamos há décadas que é a agregação de valores aos nossos produtos primários verticalizar a nossa produção mineral, verticalizar a nossa indústria madeireira e outros segmentos que são exportados “in natura” pelo Estado de Pará vão poder ser industrializados, agregados valores, gerado emprego e renda para que possam, aí sim, ser exportado para o resto do mundo.

Eu quero aqui nesse instante histórico que nós vamos aprovar aqui com o consenso de todo esse projeto, pedir à governadora Ana Júlia Carepa, do meu Estado, que nós possamos agilizar o processo, que tão logo seja permitida, seja autorizada, seja aprovada o projeto, sancionado pelo Presidente e autorizada a instalação, que nós possamos, imediatamente fazer a instalação da zona de processamento de Barcarena e não só em Barcarena como também em Santarém e em Marabá.

Parabéns ao Presidente Sarney! Parabéns ao Senador Tasso Jereissati. E parabéns ao Senado e ao Congresso brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Próximo, Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, Mercadante, Sr^{as}. e Srs. Senadores. Eu acho que como disse o Senador Flexa Ribeiro, essa Comissão vive hoje um dos momentos mais importantes dessa atual Legislatura, que é a apreciação dessas alterações ou a regulamentação porque ela terá que ser feita através de Medida Provisória, da questão das zonas de processamento de exportação.

Sr. Presidente, eu acho que discutir os benefícios da zona de processamento de exportação seria chover no molhado. Eu quero... Quero dizer que cumprimento no início da minha fala que será rápida o Presidente Sarney, que para a minha região, para a região Norte do Brasil tomou duas decisões extremamente impor-

tantes no seu governo naquela época. Uma delas foi a implantação da Ferrovia Norte-Sul e ele foi muito criticado e atacado por isso e hoje o Brasil todo reconhece, inclusive o Presidente Lula, que o Presidente Sarney estava certo, que a Ferrovia Norte-Sul é uma ferrovia de integração nacional. A zona de processamento, as ZPEs também à época o Presidente Sarney foi criticado por muitos. Agora, Presidente, eu estive na China recentemente e pude presenciar o que ocorreu com a indústria da China para o mercado exterior. E vi até algumas colocações naquela reunião que tivemos na semana passada no Senado, na presidência do Senado, quando V.Ex^a. colocava que os Estados Unidos, que outros PAÍSES tiveram que aderir a questão das ZPEs. Se não ficariam para trás, seriam aliados do processo. Até o monstro econômico do mundo, os Estados Unidos, teve que aderir a questão das ZPEs. E, portanto, lá no Tocantins nós temos, eu tenho orgulho de dizer que Araguaína, a cidade onde eu fui Prefeito, tem a ZPE talvez mais adiantada do Brasil. Eu não vou dizer a mais adiantada porque pode ser que o Senador Tasso diga que a do Ceará está mais adiantada. Mas a nossa está praticamente pronta há muitos anos e aguardando o desenrolar desse processo.

Ora, se nós vamos produzir, em escala para a exportação, aproveitando a nossa matéria-prima, o Tocantins que é um dos principais produtores de carne bovina do Brasil com certeza terá muitas indústrias importantes na área do couro e da própria carne. Além disso, nós temos outros produtos importantes e a questão do capim dourado que existe num único lugar do mundo, no Jalapão, na região do Estado do Tocantins. Que é hoje o sonho de qualquer, o desejo de qualquer mulher no mundo inteiro ter uma bolsa de capim dourado.

Então, se a gente fosse aqui falar sobre aproveitamento da matéria-prima, só estou dando isso como exemplo, Presidente, eu já vou encerrar, que eu sei que tem muita gente para falar, para dizer que eu acho que a ZPE, ela é importante demais, sobretudo para o desenvolvimento regional, para a questão do aproveitamento da matéria-prima local. Além de você poder, dentro da ZPE, você poder importar os equipamentos para montar a indústria da maneira que você quiser sem os impostos que teria uma indústria normal.

Portanto, fica aqui, Presidente Sarney, os meus cumprimentos a V.Ex^a. Mais uma vez e minha admiração, meu respeito, não é? Que o grande Presidente que o Brasil teve. E essas duas questões, principalmente além das outras que V.Ex^a., que o Brasil inteiro conhece. Mas dizer que meu apoio favorável. O meu desejo de que vejamos as ZPEs gerando muito emprego e renda para o nosso povo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Poderia me inscrever, Presidente, duas linhas só, vou falar duas palavrinhas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Próximo, eu queria citar também a presença do Deputado Federal Ademir Camilo, de Minas Gerais, do Vereador Dr. Adail, do Vereador Dedu Baterias, por solicitação aí de Minas Gerais e do Vereador Agnaldo Timóteo que teve uma entrada retumbante, quase derrubou o vidro da sala e já marcou a sua presença como sempre. Próximo inscrito agora Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, serei breve na minha fala, Sr. Presidente. Mas eu não poderia, nesta oportunidade, deixar de prestar a minha homenagem aqui, não só em meu nome, mas, sobretudo, do povo mato-grossense, ao ilustre e querido Presidente e atual Senador José Sarney. Que num gesto e num ato de visão, num momento de visão pensando com certeza o desenvolvimento desse País, sobretudo no que diz respeito a desenvolvimento das nossas regiões mais pobres teve esse momento, como sempre teve, de lucidez, de buscar efetivamente a criação desta ZPE. Passaram quase 20 anos e, lamentavelmente, esse Decreto legislativo de S.Ex^a. não tinha sido concretizado de uma vez por todas. Entretanto, desta feita, nós estamos tendo a primazia na, medida que quando Governador de Mato Grosso, nós tivemos a oportunidade de adquirir uma área de 247 hectares para a implantação desta ZPE. E o tempo passou e hoje, como Senador da República, como membro desta Comissão, como membro do Senado Federal, participo de um ato, de um evento que eu reputo da maior importância para todos os Estados contemplados, mas, especialmente, para o meu Estado de Mato Grosso.

Presidente Sarney, aquela região oeste do meu Estado, habita mais de 300 mil brasileiros. É uma região que houve o empobrecimento nos últimos anos. Mas surge uma nova esperança, surge uma nova perspectiva na certeza de que renasce da Fênix uma oportunidade de mais emprego, de uma melhor distribuição de renda para aquela população.

De forma que eu quero nesta oportunidade regozijar esse momento e dizer que a mesma satisfação e a mesma emoção que V.Ex^a. sente como autor deste Decreto, com certeza, também é de toda a população mato-grossense. Saúdo e cumprimento também o ilustre Senador Tasso Jereissati, Relator desta matéria, que mostrou, na semana passada a sua determinação de ver que seu relatório pudesse chegar no dia hoje aprovado. E, certamente, V.Ex^a. senhor Governador, Senador Tasso Jereissati, um homem de uma visão

moderna, um homem conhecedor profundo dos assuntos regionais desse País, especialmente da sua região, nordeste, e conhecedor também da região sudeste, sul, centro-oeste, V.Ex^a. pode ter a certeza que a determinação que o senhor mostrou aqui na semana passada e, desta feita, está sendo concretizado, é aplaudido, é admirado por todos os seus colegas Senadores que compõem esta Comissão de Assuntos Econômicos.

De forma também, em nome do povo do Mato Grosso, eu rendo também as minhas homenagens a V.Ex^a. pela determinação, a coragem e a firmeza na defesa intransigente de projetos que, certamente, vai melhorar as condições de vida do povo brasileiro.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo para V.Ex^a. que pode ter a certeza que esta data vai ficar registrada indelevelmente na cabeça e no coração de todos os brasileiros que moram nesta região que foi contemplada, beneficiada com a aprovação desse projeto. Eu, particularmente, estou aqui em nome do meu povo, o povo de Mato Grosso, sobretudo da região oeste, da grande Cáceres que vai ser, certamente, um novo momento para aquela população. Um abraço, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Senador Jayme Campos. Próximo inscrito Senador Garibaldi.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Me inscreva, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não está presente.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu estou aqui, Presidente.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, eu estou presente aqui. Sr. Presidente, eu também, em rápidas palavras, gostaria de trazer o meu apoio a esse projeto que vai permitir, finalmente, que sejam criadas as zonas de processamento de exportação, que é um velho sonho da minha região e que o Presidente Sarney, que tem uma visão nacional, sabe que não é apenas o nordeste que vislumbra grandes perspectivas com a criação dessas zonas de processamento de exportação, mas que outras regiões, como a região norte também se desenvolverá bastante com a aprovação.

Não me surpreende, Sr. Presidente, e Srs. Senadores, o consenso que foi alcançado porque o exame, mesmo rápido, da matéria, principalmente esse retrospectivo das Emendas que foram apresentadas pela... Primeiro pela Câmara dos Deputados, em última análise, mas antes, o que continha o Decreto Lei nº 2.452 e o que continha o Projeto de Lei do Senado de nº 146/1996. Graças a um trabalho político desen-

volvido pelo Presidente José Sarney, pelo Senador Tasso Jereissati, estamos diante aqui de uma redação que não altera, em absoluto, os pilares sobre os quais serão assentados essa iniciativa. Sobretudo, a criação do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação composto por Ministro de Estado, um representante de Estados e Municípios detentores de ZPE e um representante das empresas administradoras de ZPE.

Então, Sr. Presidente, em meu nome e em nome da Senadora Rosalba Ciarlini, que teve que deixar esse Plenário para atender a um chamado da Comissão de Educação, eu quero dizer da satisfação da sociedade Norte-Riograndense pela aprovação desse projeto no dia de hoje. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria, encarecidamente, pedir aos inscritos muita objetividade. Nós temos mais sete inscritos. Já são 11 horas. Nós já deveríamos estar iniciando a Audiência Pública com o Presidente do BANCO CENTRAL. Próximo inscrito, Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadoras. Serei muito sucinto. Nós fizemos um acordo, Sr. Presidente, numa reunião de líderes com o Presidente Renan Calheiros e acertamos com o Relator da matéria, Senador Tasso Jereissati, acertamos com o autor da matéria, Senador José Sarney e vamos votar a matéria já combinados os itens que nós teremos, em termos de veto do governo e o governo complementar a decisão com uma nova Medida Provisória.

Então, nesse aspecto, onde haverá a troca da isenção por uma suspensão de tributos e na expectativa de que, de fato, essas ZPEs poderão ajudar efetivamente nas exportações brasileiras sem uma competição predatória com a indústria instalada aqui no nosso País é que nós vamos votar favoravelmente. Eu conversei aqui com o Relator Tasso Jereissati, eu tenho a mesma preocupação que tem o Senador Jefferson Peres. Mas ele aqui já me esclareceu com relação a alguns itens [soa a campainha] que eu tinha dúvida ainda dessa matéria, Sr. Presidente.

Então, nós temos hoje uma comparação que é feita entre Brasil e China, onde a China tem muito mais capacidade de competir com a indústria nacional. Agora nós temos uma China que não tem legislação trabalhista, que não tem legislação ambiental, que não tem as condições de proteção social que nós temos no nosso País. Nós não podemos transformar também as ZPEs num outro País, onde, você não tem condições de as empresas instaladas fora das ZPEs não

tenham condições de se competir com as empresas dentro das ZPEs.

Então, a internação, a internação que está assegurada, que ela vai recolher todos os tributos, que caso não houvesse as ZPEs.

Então, nessas condições, e acreditando que o Conselho que vai definir por essas ZPEs. Esse Conselho terá condições de fazer uma avaliação para que nós evitemos a competitividade predatória. O meu voto será favorável a essa matéria, Sr. Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Senador Casagrande. Próximo inscrito Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Eu quero manifestar também a minha posição favorável a esse projeto me baseando em dois pontos. Um, a necessidade gritante que nós temos de diminuir a desigualdade regional no País. É um País que tem a felicidade de ter uma língua só, um País enorme, mas com desigualdades regionais muito grandes. Manifestar a minha preocupação apenas com a questão da abrangência dessas ZPEs, que eu espero que sejam analisadas caso a caso. Porque, é importante que elas se destinem a setores mais específicos. Eu quero exemplificar com o caso de Minas Gerais. Em Minas Gerais a previsão é de uma ZPE para Teófilo Otoni na região do Mucuri, do alto do Jequitinhonha e é uma região rica na natureza, mas pobre na vida da população. A pedra preciosa hoje, ela é exportada bruta, não é lapidada, não tem nenhum valor agregado, não gera empregos como poderia gerar. Na medida em que nós tivermos a ZPE instalada em Teófilo Otoni, todo esse mercado de pedras preciosas poderá ser formalizado, agregar valor, deixando aqui os empregos. O fato de nós termos as pedras hoje sendo lapidadas no Japão, na Alemanha preocupa e mostra que o caminho correto é esse. A ZPE de Minas Gerais já está com as obras instaladas. É uma das quatro que já tem obras prontas. Eu quero então manifestar que mesmo Minas sendo um Estado industrializado, o segundo depois de São Paulo, nós entendemos que casos específicos devem ser aprovados. Registrar também a presença, como já foi mencionado aqui dos Vereadores de Teófilo Otoni e do Deputado Ademir Camilo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço o Senador Eduardo Azeredo. Senador João Pedro com a palavra.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, Srs. Senadores, sou do Estado do Amazonas, que tem esse projeto da Zona Franca de Manaus desde o final da década de 60, implantada pelo regime militar. E ao longo desses anos, ao longo desses anos

a Zona Franca vem gerando empregos, discussões, reflexões. Vem se adequando à economia nacional-- [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria pedir, sobretudo aos que não são Senadores, que ouçam a audiência e não prejudiquem o andamento dos trabalhos. Aos Senadores não preciso pedir porque eles sempre são muito zelosos pelo silêncio. Senador João Pedro com a palavra, por favor.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu, nesse início de uma fala breve, como Senador do Estado do Amazonas, quero relembrar a história rápida da Zona Franca de Manaus. Este projeto que foi implantado no final da década de 60, pelo regime militar. E que vem, ao longo desses anos se adequando ao debate, às discussões, às reflexões, à economia nacional, à economia internacional, a sua importância lá na região. Lá no final da década de 60 não tinha um debate tão acalorado acerca da questão ambiental. Hoje nós temos. Eu quero lembrar que deve ser orgulho não só dos amazonenses, mas de todo o Brasil. A importância do maior Estado da federação, que é o Amazonas do ponto de vista territorial ter uma floresta preservada, fazendo um contraponto a esse modelo que gera emprego. Emprego para os amazonenses, emprego para os maranhenses. Manaus tem uma parcela da população do Estado do Maranhão. Manaus tem uma parcela da população do Estado do Pará, de Santarém... Oriximiná, Alenquer, uma população expressiva que trabalha na Zona Franca, nas fábricas. A Zona Franca que tem hoje um salário médio de 750 reais. Eu quero marcar uma posição, primeiro saudando, para saudar o espírito republicano que montou este acordo que sai daqui da CAE. Eu quero dizer que o papel, o desempenho do Senador Arthur Virgílio Neto, do Senador Jefferson Peres, no sentido de zelar, de discutir, às vezes com veemência os interesses da Zona Franca é em função da história e do simbolismo que representa esse projeto para os brasileiros que vivem ali. São 114 mil empregos diretos, são 500 mil empregos na Zona Franca de Manaus.

Então, eu penso que a Medida Provisória que vai traduzir, que vai traduzir o atendimento, ou o pleito das ZPEs tem que ter um olhar carinhoso, com brasilidade para uma região que sempre foi esquecido na história da República, a Amazônia, o norte do Brasil, o norte pobre, o norte da periferia do Brasil, do sul e do sudeste. Nós precisamos olhar isso. E qualquer medida que venha ferir o patamar da Zona Franca de hoje é apunhalar o coração de brasileiros e trabalhadores que têm uma perspectiva e uma vida selada a esse projeto. Evidente que essa discussão, Presidente

Mercadante, faz nós pensarmos na economia brasileira. Nós precisamos, sim, compatibilizar os interesses regionais, nós precisamos ter um olhar estratégico para o Brasil. O discurso aqui não é fazer uma defesa piegas, menor da Zona Franca de Manaus, mas é compatibilizarmos com grandeza os interesses do Brasil e olhar a Zona Franca como Brasil e olhar cada emprego com brasilidade.

Então, eu espero que a ZPE venha compatibilizando esses interesses e respeitando a Zona Franca de Manaus. E respeitando os empregos de Manaus. E respeitando a contribuição que a Zona Franca de Manaus dá ao Brasil. Do ponto de vista do seu faturamento, um faturamento aí de 23 bilhões de dólares.

Então, eu venho aqui para saudar o acordo, não sou membro da Comissão, mas penso que é um avanço o acordo. Mas quero, como amazonense, como remanescente de povos tão importantes como o povo manaós, que ao longo dos séculos sucumbiu, sucumbiu, mas resistindo à imposição da política portuguesa na Amazônia sem respeitar a cultura dos povos indígenas, no colonialismo. Na nossa história lá no Estado do Amazonas tem na história o índio Ajuricaba que não aceitou a escravidão e amarrado se jogou nas águas profundas do Rio Negro protestando contra políticas que não compatibilizavam a vida, os interesses do povo da Amazônia, do Amazonas.

Então, eu penso que o acordo deve ser saudado, mas quero alertar aqui que a Medida Provisória tem que chegar respeitando a história e os empregos e a vida daqueles brasileiros que trabalham na Zona Franca de Manaus. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Próximo inscrito, Senador, agradeço o Senador João Pedro. Próximo inscrito Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sr. Presidente-- [interrupção do áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Romeu Tuma, por favor, inicie a sua intervenção.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o Presidente Sarney, preliminarmente, porque quando Presidente da República eu o acompanhei, Senador Pedro, quando da instalação, inclusive, da Zona Franca em Tabatinga. O senhor lembra, Presidente? Que nós tivemos em Tabatinga e foi uma festa para a população? Eu acompanhei, Senador Arthur Virgílio, desde o início até os dias de hoje todos os acontecimentos e os benefícios que a Zona Franca trouxe para Manaus e com repercussão em todo o território brasileiro. Sempre fui um defensor porque eu senti de perto o que se passou

para formar aquele núcleo e como se preparou tecnicamente a população para poder trabalhar dentro das indústrias de ponta que lá existem. Até aprender a comer, sentar na mesa, a dificuldade que as indústrias tinham para criar um ambiente que fosse favorável à adequação da mão-de-obra local para realmente ter hoje uma tecnologia que alcança praticamente todo o mundo desenvolvido. Acho que o Amazonas hoje com seu PIB crescendo ano a ano, dá uma demonstração clara de que a criação foi correta. ZPEs, eu ouço o Presidente Sarney falar desde criança, quando eu era criança, não é? Já falava em ZPEs, o Senador era um defensor árduo, assíduo, sempre lutando por isso.

Então, só cumprimentar o Senador Sarney e o Senador Tasso Jereissati. E V.Ex^a. também, que eu acho que hoje tomou Lexotan, deu para acalmar o ambiente aqui. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu sempre estive calmo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Todo o ambiente. Eu estou aqui feliz, está todo mundo sorrindo porque chegou-se a uma conclusão harmônica. Eu, como Deputado indicado para o Mercosul, vi que tem referência a produção que foi feita no acordo Mercosul, Presidente Sarney, que tem que ser respeitado. E vários outros pontos que foram brilhantemente elencados pelo Senador Tasso Jereissati.

Eu só queria dizer uma coisa, Senador Tasso Jereissati, eu estive nos Estados Unidos, fui no [inaudível], visitar o [inaudível] sobre o processo industrial, e eles me levaram, mostrar o que é as ZPEs nos Estados Unidos, isso há mais de 20 anos, Presidente. E elas próximas aos portos e aeroportos para facilitar o desenvolvimento da tecnologia de produtos que poderiam ser exportados e evitar qualquer tipo de fraude de contrabando.

Então, V.Ex^a. tomou esta cautela toda aqui. Eu não consegui ler por inteiro, vou levar comigo porque é uma aula que a gente está aprendendo sobre como se processar o desenvolvimento de um País. Eu vou perguntar, Senador Mercadante, para o Senador Tasso, porque eu vou fazer uma comparação sobre o PAC, se isto ajuda ou não ajuda o PAC no desenvolvimento que o governo deseja impor ao País? Eu tenho a impressão que sim. Tenho a impressão que sim. Mais do que o PAC e o PAC tem um alicerce enorme na instalação das zonas de processamento de exportação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu vou insistir mais uma vez aí na objetividade porque nós já estamos bem atrasados para a audiência com o Presidente do BANCO CENTRAL. Senador Antônio Carlos Valadares com a palavra.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): Sr. Presidente, nesta breve intervenção que ora faço para apoiar *in totum* a idéia do Presidente Sarney em favor das ZPEs em nosso País, eu gostaria de enfatizar de que o nosso nobre colega sempre voltou seu espírito nas horas decisivas, seja no Legislativo, seja no Executivo, para empreendimentos que pudessem reduzir as desigualdades regionais, promover o desenvolvimento das regiões mais pobres gerando emprego e renda e fazendo obras de infra-estrutura que repercutiram decisivamente no desenvolvimento de várias regiões. Eu posso, pessoalmente, constatar, demonstrar e provar, porque eu fui Governador de Sergipe e tenho em mente as obras de infra-estrutura que ali foram realizadas pelo Presidente Sarney com a participação do Governo do Estado. Inclusive nenhum conjunto habitacional, e veja que em Sergipe proporcionalmente foi o Estado que mais construiu habitações no Brasil. E nenhum conjunto habitacional financiado pela CAIXA ECONÔMICA, no Governo do Presidente Sarney, foi construído sem as obras de saneamento básico, de escolas, de postos de saúde. Obras completas que até hoje servem de moradia para milhares e milhares de sergipanos. E, além disso, a construção do porto de Sergipe, sem a participação do Presidente Sarney nós não teríamos um porto para exportar o nosso potássio, o nosso suco de laranja. Todos aqueles produtos que fazem a riqueza de Sergipe. E, além disso, é bom lembrar de que uma obra fundamental para o desenvolvimento do País foi iniciada e encetada no governo do Presidente Sarney. Quer dizer, numa prova mais do que evidente da sua preocupação com o desenvolvimento regional que foi a Ferrovia Norte-Sul. Mais de 800 quilômetros foram construídos de uma linha férrea que era um sonho, um desejo daqueles que vivem em Carajás, daqueles que vivem em Tocantins, daqueles que produzem no campo a soja e hoje nós temos um campo vasto na economia regional graças a essa intervenção do governo do Presidente Sarney.

Por isso, não é novidade nenhuma para nós, já que no espírito do Presidente Sarney está arraigado esse desejo de desenvolver o Brasil regionalmente falando. E acabar com as disparidades regionais. Por isso, a minha palavra nesse instante é de incentivo para que esse projeto seja aprovado definitivamente, que o Presidente Lula possa sancioná-lo brevemente e assim possamos ter unidades, possamos ter setores do nosso País que possam se beneficiar com as ZPEs, naturalmente com a participação do Conselho aqui que foi idealizado e também gostaria de registrar, finalmente, Sr. Presidente, a participação expressiva do Senador Tasso Jereissati nos entendimentos que terminaram,

que culminaram com a aprovação dessa matéria que também veio já da Câmara dos Deputados. Agradeço a V.Ex^a., Sr. Presidente. Voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Eduardo Suplicy com a palavra. Agradeço o Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Aloizio Mercadante. O Senador José Sarney tem nos dito que muito se inspirou naquilo que acontece na República Popular da China para propor as ZPEs. O Embaixador da China Chen Duqing, que esteve no Brasil na primeira vez em 1974, quando o Presidente Ernesto Geisel restabeleceu relações diplomáticas com o Brasil, e eu estive, eu conheci o Embaixador Chen Duqing em 1976, quando fui por 20 dias o guia da viagem que fiz ali, e foi ele, como Embaixador, que muito insistiu que eu voltasse à China agora em janeiro último onde passei, na primeira vez 20 dias e agora 10 dias. E sou testemunha, portanto, do extraordinário desenvolvimento que ocorreu naquele País e contou-me, o Embaixador Chen Duqing como é que diversas delegações de pessoas do governo chinês estiveram visitando a Zona Franca de Manaus no início dos anos 70 com base na qual se inspiraram para fazer as ZPEs que lá existem. Eu acho importante o entendimento que está se dando, inclusive, na reunião havida na semana passada entre os diversos pontos de vista do próprio Senador José Sarney, como do Senador Tasso Jereissati de um outro ponto de vista dentro do PSDB, o Senador Arthur Virgílio, com vistas importante para a Zona Franca de Manaus e levando em conta ainda aquilo que V.Ex^a., como Presidente, Senador por São Paulo, também tem procurado levar em conta inclusive aquilo que os empresários da FIESP e outros de São Paulo estão procurando ponderar.

Acredito que tenha se chegado a um entendimento de equilíbrio entre as partes. O próprio Governador José Serra, preferiu cautela porque percebeu que havia, no seio do PSDB, pontos de vista diversos tais como do Senador Tasso Jereissati, do Senador Arthur Virgílio, mas percebo que conseguiu se chegar a um entendimento e, por essa razão, avalio que o interesse maior se procurando preservar o desenvolvimento da indústria de São Paulo, mas proporcionando também que outras regiões do País possam estar se industrializando e se desenvolvendo. E, portanto, com o entendimento que o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, o Presidente Lula com medidas já anunciadas e comentadas, acredito, permitem que nós aqui aproveemos o acordo estabelecido. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Senador Suplicy. O próximo Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, serei breve, mas gostaria primeiro de registrar esse entendimento ocorrido aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. Parabenizar o Presidente Sarney, que sempre foi um ardoroso defensor das ZPEs e também o Relator Senador Tasso Jereissati. Esse tema é um tema muito importante para o País. Nós não estamos inventando a roda. É um modelo exitoso e já implementado em vários Países do mundo. E eu não poderia deixar também de registrar, primeiro louvar o entendimento e, acima de tudo, registrar que o Município de Mato Grosso do Sul, que seria contemplado com uma ZPE é o Município de Corumbá. O Município situado na região de fronteira com a Bolívia. Um Município que tem todos os modais de transporte ferroviário, hidroviário, rodovia e aeroporto. O Município que vai se contemplado com investimentos maciços nos próximos anos, agregando valor à nossa matéria-prima especialmente minério de ferro e manganês. E, conseqüentemente, com as facilidades de infra-estrutura e com a posição privilegiada que Corumbá ocupa, nós teremos um potencial exportador extraordinário em função da criação de uma ZPE naquela região de fronteira, sem falar também que outros investimentos serão feitos, principalmente utilizando as correntes mais nobres do gás natural vindo da Bolívia que, conseqüentemente, promoverão a atração de empresas de transformação naquela região também. E claro, empresas que estão tendo um cuidado especial na implantação e implementação desses projetos pelo que representa pela sua biodiversidade o Pantanal Sul Mato-grossense. Por isso, eu não poderia deixar, Sr. Presidente, de fazer esse registro da importância que isso representa para o meu Município de Corumbá, para o meu Estado do Mato Grosso do Sul e para o Brasil. E, parabenizar o Senado e parabenizar a V.Ex^a. pelo trabalho, pela coordenação dessas ações todas que vão nos levar à aprovação de um projeto tão importante para o País. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Se inscreveram mais dois Senadores. Nós estamos encerrando as inscrições porque nós temos... Eu faria um apelo, se após a audiência com o Senador Henrique Meirelles nós poderemos retomar intervenções sobre a matéria.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Vamos votar logo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Exatamente. A gente vota e depois ao final a gente abre espaço para comentários sobre

o projeto. Porque nós já estamos meia hora atrasados para a Audiência Pública.

Então, nós poderíamos encaminhar a votação e, em seguida, faríamos a intervenção dos que não estavam inscritos. Para que eles possam comentar e será devidamente registrado na Ata da reunião. Mas vamos então encerrar as inscrições.

SENADOR JOSÉ SARNEY (PMDB-AP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Evidente que V.Ex^a. aqui tem todos os direitos em qualquer momento dos trabalhos. Só pediria antes ao Senador Romero Jucá que era o último inscrito no prazo regulamentar em seguida V.Ex^a. fala, depois, Senador Valter Pereira, Marconi Perillo, Senador Cícero Lucena, o Senador Expedito Júnior. Vários outros Senadores querem falar. Senador Edison Lobão. Só que se nós mantivermos esse procedimento, nós vamos inviabilizar a Audiência Pública.

Então, nós vamos fazer a fala do Senador Romero Jucá, do Senador José Sarney e encaminharemos a votação e, depois, faremos a Audiência Pública com o Presidente do BANCO CENTRAL, o Presidente Henrique Meirelles. Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Senadores. Serei bastante rápido, eu quero fazer apenas duas observações. A primeira delas como Senador de Roraima. Dizer que defendo as ZPEs, acho que é um instrumento extremamente importante de desenvolvimento regional, de exportação, de geração de empregos e que no caso de Roraima ela é fundamental porque o Estado de Roraima está cercado por três zonas franca, a Zona Franca de Amazonas em Manaus, a Zona Franca de Lethem(F) na Guiana e a Zona Franca de Santa Helena na Venezuela. Então... Inclusive já conversei com o Presidente Lula exatamente na questão de uma ZPE em Roraima como instrumento fundamental até pela condição geográfica que nós temos de exportação de geração de empregos.

O segundo registro é registrar pela liderança do governo o entendimento do governo no acordo que foi feito com os líderes. Com o Senador Tasso Jereissati, Relator da matéria, com o Presidente José Sarney, com o Presidente da CAE, Senador Aloizio Mercadante, com todos os Senadores e líderes que estavam presentes na reunião. E que nós iremos aprovar essa matéria. O governo fará os vetos necessários à ajustar a questão tributária, a questão da linha de defesa da Zona Franca de Manaus, porque é uma questão importante a ser preservada dentro de um modelo que também não inviabilize as ZPEs. E, portanto, a idéia e a posição do governo é fazer os vetos necessários e

editar uma nova Medida Provisória que, efetivamente, corrija algumas questões que não puderam ser corrigidas pelo Relator, tendo em vista a tramitação da parte regimental aqui no Senado. Portanto, essa é a posição do governo. Nós vamos aprovar a matéria e vamos encaminhar favoravelmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador José Sarney.

SENADOR JOSÉ SARNEY (PMDB-AP): Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu devo dizer algumas palavras até mesmo para expressar o meu sentimento de gratidão a todos os eminentes colegas que tiveram a bondade de referir a minha iniciativa por força das circunstâncias de Presidente da República a respeito desse tema.

Eu quero também, referendar as palavras do Senador Tasso Jereissati a respeito de um testemunho sobre V.Exa porque, nesse caso, nós tivemos, em alguns momentos de tensão e este é o momento de realmente nós reafirmarmos o quanto V.Ex^a. tem contribuído ao trabalho do Senado pela sua inteligência, pela sua capacidade, o Senador que tem sido permanentemente atento aos problemas da Casa e, portanto, esse testemunho é o testemunho de todos nós. Eu quero referendar com o Senador Tasso Jereissati.

Também quero dizer que nós devemos a esse projeto, chegarmos a esse entendimento, ao Senador Tasso Jereissati. Foi ele, nós devemos reconhecer, se não tivéssemos a sua bravura, a sua coragem, a sua determinação, o seu espírito público e o seu conhecimento dessa matéria nós não teríamos realmente chegado a esse ponto em que nós chegamos. Foi bom que chegássemos. Porque, eu acredito que este momento é realmente um momento decisivo para o Brasil. E toda vez nós falamos isso quase como um lugar comum. Mas nesse caso, eu tenho essa convicção que nós vamos chegar com 20 anos de atraso, mas chegamos. Quando uma idéia tem força é uma idéia poderosa ela resiste ao tempo, algum dia ela vem. Então, é o caso das ZPEs. O que é que aconteceu em matéria de ZPE? O povo, naturalmente, está nos ouvindo, parece uma sigla, não, Zona de Processamento de Exportação, isso foi uma maneira pela qual os Países conseguiram expandir os seus mercados. Quer dizer, a partir de uma ZPE ela, o País pode concorrer com um mercado mundial.

Então, é uma maneira de expandir o mercado, em vez de se limitar ao seu próprio mercado. Daí porque eu não acho importante esse problema de 20%, de internalizar 10%. Porque esse não é o problema fundamental de ZPEs. Eu, para mim, isso até é uma coisa que secundária, porque importação, se não importar de ZPE vai importar de algum lugar quem desejar importar. Então

esse é um assunto que não tem. Mas esse é um projeto, Sr. Presidente, de desenvolvimento nacional, não é um projeto de desenvolvimento regional. Ele é um projeto de desenvolvimento nacional, mas é um projeto nacional. Por quê? O governo brasileiro está fazendo um esforço extraordinário e eu como Presidente também tive que fazer para elevar as exportações dando incentivos, fazendo tudo, chegarmos a 100 bilhões. Olhe, no tempo que eu era Presidente, a China tinha 17 ZPEs. O atual Embaixador me acompanhou como Secretário na visita que eu fiz as ZPEs naquele ano de 88. Pois bem, a partir dali, a China tinha 17, nós, quando eu olhei, vi que aquele modelo era realmente o modelo que atendia a nova circunstância da expansão da economia mundial, que foi o que foi a alavanca do desenvolvimento do mundo do comércio mundial, foi a economia internacional. Havia uma certa estagnação. Mas, a partir daí, do comércio internacional, com a redução de uma tarifa que se julgava irredutível, que era o transporte, através da tecnologia, o que é que aconteceu? Aconteceu que esses instrumentos passaram a ser importantes.

Hoje, as ZPEs da China, elas representam um trilhão e 700 bilhões de dólares, 70% da economia chinesa. Naquela época que eu lancei o projeto das ZPEs para que o Brasil pudesse fazer, nós tínhamos uma economia igual a economia chinesa. Éramos do mesmo patamar. Hoje, a China deu aquela disparada e nós ficamos na situação que nós ficamos. Se nós tivéssemos adotado o projeto das ZPEs, implantado no País, eu não tenho nenhuma dúvida que esse País hoje seria um competidor da China nesses anos que nós atravessamos. Criamos as primeiras cinco ZPEs e íamos começar a demarrar o programa. Infelizmente, Sr. Presidente, nós conhecemos o Brasil, os governos que se sucedem acham que sempre devem desfazer aquilo dos governos anteriores. E então, aconteceu isso conosco em relação a esse projeto das ZPEs.

Eu devo dizer que eu fiquei, até hoje, com algumas coisas que naquele tempo guardadas, mas não com ressentimento, mas achando que seria bom se o Brasil continuar. Por exemplo, quando eu vi a extinção do Programa do Leite. Nós distribuíamos oito milhões de litros de leite diários para a criança. Foi extinto logo que eu deixei o governo. Eu lancei o projeto de incentivos fiscais à cultura, que eles até tiveram o erro de chamar de “Lei Sarney”. Acho que por isso, então, foi acabado naquele tempo que foi, que nós fizemos. O projeto da Norte-Sul, também da mesma maneira.

Então, é esse que eu digo que as boas idéias, as idéias fortes, as que são corretas voltam todas. Depois voltou a lei de incentivos fiscais, que me interessa que fosse com o nome de Lei Rouanet. Não! Botem outro

nome, mas tenham os incentivos fiscais. Agora eu vejo voltar as ZPEs. Eu já vi voltar a Norte-Sul, já veio o programa de alimentação da Fome Zero, enfrentando o problema de alimentação.

Então, são coisas que a gente vê que apenas a falta de continuidade, de cultura política do nosso País, elas às vezes interrompem o interesse nacional. Mas hoje, nós realizamos aqui uma coisa extraordinária. Nós estamos vendo um consenso em torno dessas idéias. Por isso, eu não quero discutir que isso representa em relação a Zona Franca de Manaus, em relação a qualquer lugar. Não, porque eu não vejo importância nenhuma nos 20% de internação, isso para mim é desimportante em matéria de conceitos das ZPEs. Porque o que nós devemos é colocar esse instrumento a serviço do Brasil. Nos Estados Unidos tem 600, no mundo inteiro, na Ásia inteira e nós ficamos aqui discutindo se isso prejudica ou não prejudica isto ou aquilo.

Não, as ZPEs é um instrumento de desenvolvimento nacional. E é também um instrumento de desenvolvimento regional. Cada um de nós, eu aqui quero lembrar um político do império que certa vez foi contestado, Teixeira Júnior, “mas isso é uma causa nacional, o senhor está defendendo o seu Município”. Ele disse: “Minha Pátria começa no meu Município”. Todos nós sabemos disso. A nossa Pátria começa, cada um de nós nas nossas regiões, nós não vamos, por causa disso, abdicar. Mas há um conjunto que é o interesse nacional a que todos nós estamos aqui reunidos e que deve servir. O acordo foi feito para fazer a Medida Provisória. Evidentemente que para tratar de assuntos operacionais e não conceituais, porque a parte conceitual está sendo feita por todos nós aqui, já chegamos a esse acordo. E, portanto, o que eu tenho é que louvar e agradecer a generosidade dos nossos colegas a referir ao meu nome quando tentei fazer, implantar no Brasil as ZPEs.

Então, eu acho que quero me congratular com todos os colegas. Não tenho mais nada a acrescentar, o tempo de V.Ex^a. é premente. Não posso dizer como Padre Vieira aqui que eu não tenho tempo de ser tão breve. De maneira que por isso vou encerrar as minhas considerações. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador José Sarney que abrilhanta a nossa Comissão. Quero parabenizá-lo pela luta e por todo o esforço na condução dessa iniciativa. Quero dizer, nós tivemos diálogos duros, mas é da natureza da vida Parlamentar, especialmente a dificuldade que é tratar e negociar matérias dessa natureza que geram tantas paixões e absolutamente justificadas. Quero também elogiar o Relator, Tasso Jereissati, desde o início eu tenho absoluta convicção

que pela capacidade de análise, pela formação econômica, pelo equilíbrio, nós chegaríamos a um bom termo na votação dessa matéria. E, se nós não conseguimos fazer isso na Sessão seguinte, acho que foi positivo que a gente pudesse ter sentado para negociar. E, no mérito, chegamos a um acordo.

Eu só queria pontuar os pontos que me parecem, e quero aqui o acompanhamento do Relator, do Relator Tasso Jereissati e do líder do governo que deverão ir a vetos para ser constituída através de uma Medida Provisória uma solução adequada. Seria a questão do conceito de isenção para que não gere crédito aos produtos importados substituído pelo conceito de suspensão, como é feito em outras políticas de incentivos fiscais. O alfandegamento será vetado e substituído em outro procedimento. A questão dos 20% como está, a base de cálculo tem que ser redefinida ou retirado do projeto dos 20%. É uma questão em aberta a ser tratada. O Senador Sarney acha que pode ser retirada. Enfim, é uma questão em aberto, nós poderemos sentar e discutir... Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Poderia ser redigido.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É. A base de cálculo, a base de cálculo será, a base de cálculo para a internação dos produtos teria que ser rediscutida para assegurar a isonomia de tratamento tributário entre a produção nacional e os produtores da ZPE.

E a questão do Imposto de Renda ficaria basicamente norte e nordeste, dado que é um incentivo regional e se nós ampliamos esse incentivo vinculado à ZPE nós daríamos o direito de bi tributação, o direito dos Países de origem reivindicar a tributação na origem. E como incentivo ao desenvolvimento regional não traria essa incidência. E os cuidados referentes a leis já incentivadas como Lei de Informática, que tem P&D, 5% de faturamento de P&D ou PPB, a exemplo da Zona Franca. Mas, como é muito importante, é muito complexa essa matéria, o encaminhamento que eu faço é que a gente constitua uma Comissão pluripartidária de acompanhamento da construção dessa Medida Provisória e de todo o processo.

Eu sugeriria que fosse evidentemente o Relator da matéria, Senador Tasso Jereissati, eu pediria autorização da Comissão para indicar o Senador Sarney, mesmo não sendo da Comissão, pelo mérito que ele vem acompanhando essa matéria há tantos anos. Indicaria o Senador Osmar Dias, o Senador Jayme Campos, o Senador Renato Casagrande, o Senador Romero Jucá. E eu agradeço a indicação, estarei também na Comissão. Nós faríamos essa Comissão. Todos os demais Senadores serão informados de todos os passos nas

nossas audiências, e nós faremos, dessa forma, um grupo para que a gente possa acompanhar o processo de construção da Medida Provisória. Senador--

SENADOR JOSÉ SARNEY (PMDB-AP): Mas isso não interromperia a tramitação do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, não. O projeto vai ser votado agora e imediatamente encaminhado a Plenário, porque como havia o recurso de 1998, nós vamos votar o mais breve possível e encaminharíamos inclusive o pedido de urgência. Eu só queria propor também o Senador Arthur Virgílio pela questão da Zona Franca, que é um tema sensível e ele tem interesse específico e relevante nessa matéria.

Assim sendo, vamos colocar... A votação é simbólica. Os Senadores que são favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado por unanimidade.

[palmas]

Encaminhamos o pedido de urgência. Senadores são favoráveis à urgência, permaneçam como se encontram. Aprovada a urgência, o projeto vai a Plenário. Vamos iniciar imediatamente a Audiência Pública com o Presidente do BANCO CENTRAL, Presidente Henrique Meirelles, por favor.

Sessão suspensa às 11h40

Sessão reaberta às 11h43

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queria reiniciar os nossos trabalhos, solicitar que Senadores retomem os seus lugares. [soa a campanha] Eu queria solicitar os Senadores retomarem os seus assentos para reiniciarmos os trabalhos e antes do ingresso do Presidente do BANCO CENTRAL, Dr. Henrique Meirelles, eu quero registrar um requerimento encaminhado pelo Senador Jefferson Peres propondo uma audiência pública com o Presidente da ANVISA, do Conselho Nacional de Auto-Regulação Publicitária, da Associação Brasileira de Agência de Publicidade, da Associação Brasileira dos Emissores de Rádio e Televisão, da Câmara Americana de Comércio e da Associação Brasileira de Anunciantes. A proposta é para discutir a regulamentação da propaganda comercial. Os Senadores que são favoráveis permaneçam como se encontram. Está aprovado o Requerimento.

Nós vamos agora dar início a nossa Audiência Pública, eu queria solicitar ao Senador Romero Jucá, Tasso Jereissati e ao Senador Marconi Perillo que tragam o Presidente do BANCO CENTRAL ali que está chegando para iniciarmos a nossa audiência. Ele está chegando. Pediria que aguardassem e o trouxessem ao Plenário.

SENADOR EDSON LOBÃO (PFL-MA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Edson Lobão com a palavra.

SENADOR EDSON LOBÃO (PFL-MA): Já temos a presença do...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos retomar então a nossa reunião ordinária da Comissão, agora na forma de uma Audiência Pública, com o Presidente do BANCO CENTRAL, Dr. Henrique Meirelles. Queria agradecer também a presença do Maro Magalhães Carvalho Mesquita e do Alexandre Antônio Tombini, dois diretores também já aprovados e sabatinados por essa Comissão.

Nós temos a função constitucional de não apenas homologar a Diretoria do BANCO CENTRAL, mas como acompanhar e avaliar o desempenho dessa instituição e nós tínhamos um procedimento tradicional que eram os balanços da base monetária que é um instrumento insuficiente e nós precisamos avançar na medida em que o regime de metas é um regime que pressupõe a transparência, pressupõe, portanto, instrumentos muito mais adequados ao acompanhamento do desempenho da política monetária e cambial a Ata do BANCO CENTRAL talvez seja um elemento mais esclarecedor das decisões do Banco e a nossa expectativa é que tenhamos audiências trimestrais no âmbito dessa Comissão para discutirmos e avaliarmos o desempenho da política econômica, e em particular, da política monetária e cambial que são responsabilidades específicas do BANCO CENTRAL DO BRASIL.

Nós vamos dar início a nossa audiência. Estamos apenas aguardando aqui que o sistema de informática finalmente está resolvido o problema ali. Estamos aguardando aqui, agora já estamos devidamente informatizados. Tivemos um pequeno ataque especulativo aqui ao computador, mas o BANCO CENTRAL, com as reservas que possui, rapidamente o debelou. E nós daremos a iniciativa a audiência com a palavra ao Presidente do BANCO CENTRAL que vem fazendo um trabalho tão importante ao País e, tenho certeza, tem boas novidades a apresentar à nossa Comissão. Presidente Henrique Meirelles, com a palavra.

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Muito obrigado, Sr. Presidente, é sempre uma honra muito grande estar aqui no Senado Federal e principalmente quando estamos falando num momento bom da economia brasileira, onde o Brasil vai bem e, portanto, é um momento extremamente adequado para debatermos um pouco mais a política econômica brasileira.

Eu vou basicamente concentrar o meu tema hoje naquilo que eu chamo no dividendo da estabilidade,

isto é, os resultados que advém para o País de termos consolidando-se uma economia estabilizada.

Em primeiro lugar, vamos falar um pouquinho sobre a inflação, não é? A mensagem fundamental é que Países que crescem de forma sustentada são Países que têm inflação baixa e estável. E, segundo, que é importante notar que a inflação, quando sobe, ela penaliza principalmente os setores de menor poder aquisitivo na sociedade. Se nós olharmos aqui alguns Países nós vamos ver claramente, segundo vários exemplos, que os Países que têm tido taxas de crescimento mais elevadas nos últimos 16, 17 anos, são Países que têm tido inflações relativamente baixas. E mesmo Países que tiveram inflação em média mais alta, como é o caso do Chile, por exemplo, hoje a inflação no Chile é abaixo de 3%, é a meta também. O que significa, portanto, mesmo o México que tem inflação de 14, com o crescimento um pouco menor, ele também tem inflações mais baixas.

Se nós olharmos inflação, comparando inflações e períodos em três Países diferentes: Brasil, Estados Unidos e Reino Unido, a experiência brasileira mostra isso, mas se nós olharmos a experiência americana, por exemplo, também ela é muito significativa. De 80 a 82 com uma inflação de 10%, os Estados Unidos tiveram um crescimento médio de 0,1. Com uma inflação de 3,9, portanto, caiu de 10 para 3,9, no período seguinte, de 83 a 87, o crescimento aumentou para 3,5. A inflação subiu um pouco no período 88 a 91, o crescimento foi mais baixo, a inflação voltou a cair num patamar mais consistente com as atuais metas americanas e o crescimento voltou um patamar acima de 3%.

A experiência do Reino Unido também é similar. De 80 a 92 o Reino Unido tinha uma inflação próxima à média de 7% ao ano e uma variação do produto de 1,7, em média. De 93 a 2006, a Inglaterra passou a ter um programa de controle rigoroso de inflação no Reino Unido, portanto, uma inflação média no período de 1,8, o crescimento se aproximou de 3%, que é uma taxa elevada já para os Países industrializados. E a experiência brasileira também é na mesma linha. Períodos de inflação muito alta ou de correção de inflação alta de estabilização foram períodos que tiveram crescimentos baixos. E, no momento em que a economia estabiliza-se, numa faixa de variação de preços menor e estável a tendência do crescimento é aumentar. Isso é uma experiência internacional.

Apenas um dado sobre isso, isso é um dado que é verdade em diversos Países, que medem a variação da inflação, aqui nós não estamos medindo a inflação absoluta, mas a variação, a variância e do produto. Nós vamos ver que no momento em que a inflação cai e a avaliação de inflação diminui, diminui

também a variação do produto, a medida de variância do produto. Portanto, isso mostra que a inflação estável leva também a taxas de crescimento mais estável em todos os Países. Eu estou mostrando apenas um para ganharmos tempo, mas isso é uma experiência de muitos Países.

Em resumo, a inflação baixa alonga o horizonte de previsibilidade para os agentes econômicos, fazendo com que, portanto, reduz a incerteza e favorece o investimento, não é? A inflação baixa e controlada também preserva o poder de compra dos salários e melhora a distribuição de renda, isso sustenta a demanda e, portanto, é um componente importante de crescimentos maiores.

Apenas, temos aqui uma observação de que o sistema adotado pelo BANCO CENTRAL do Brasil de decisões por comitês é o sistema que hoje prevalece na maior parte dos Países do mundo na medida em que é o sistema que leva a menos erros do que decisões individuais. E isso, a tendência, portanto, foi estabelecida no Brasil também com a criação do COPOM em 96, formado pelo Presidente e diretores do BANCO CENTRAL.

Um dado importante é que nós tivemos, nos últimos anos ainda alguns repiques inflacionários, 99, 2002, 2003, numa escala menor de 2004, isso é resultado de mecanismos de indexação formal e informal e uma persistência da inflação que está diminuindo. Portanto o quadro de estabilidade de preços está sendo consolidado no Brasil.

Esse é o histórico da inflação no Brasil, num passado recente e vemos aí alguns picos de instabilidade, mas, de novo, a inflação começa a se estabilizar num dos patamares dentro da trajetória de metas. Apenas para observar que o que o BANCO CENTRAL faz é fixar a taxa de juros de curto prazo, de um dia, que é a Selic. Mas a transmissão da política monetária se dá pelas taxas de mercado que tem prazos diferentes e não são controlados pelo BANCO CENTRAL. Portanto, é muito importante que exista uma expectativa de todos os mercados de que a inflação vai estar na meta para que as taxas de mercado também estejam baixas.

Em momentos de incerteza, e nós vamos mostrar isso, pode ocorrer um descasamento. Por exemplo, quando existem eventos como aconteceu no começo de 2003, final de 2002, quando a inflação real em azul é muito maior do que a prevista em vermelho, nós temos claramente uma incerteza que faz com que as taxas de mercado sejam maiores do que a Taxa Selic. Nós vemos isso aqui, por exemplo, no lado esquerdo as taxas vermelha e azul, que são as taxas de mercado, subindo muito, penalizando a economia, mesmo quando a Selic não subiu. Ou subiu muito menos, que

é a taxa amarela. E nós vamos ver que com a estabilização da economia, no passado recente, nos últimos anos nós vamos ver então que as taxas de mercado começam a cair junto com a Taxa Selic e, muitas vezes, até antecipando que o mercado prevê como uma queda mais pronunciada ainda da Selic no futuro. Isso é o resultado da estabilização da economia brasileira quando nós estamos vendo, portanto, ali, as retas e taxas de mercado, as curvas de taxa de mercado e Taxa Selic estão caindo. O que significa aqui que o BANCO CENTRAL tem que se ater às realidades da economia. O BANCO CENTRAL não pode simplesmente fixar taxas voluntaristas porque isso não produz resultados na medida em que a taxa de mercado normalmente reage negativamente. O resultado disso é que a Taxa Selic está caindo e ficando também mais estável. Se nós olharmos no passado nós podemos verificar uma grande volatilidade da Taxa Selic e que no momento que consolida-se uma inflação mais estável e na meta nós vemos também a Selic com uma tendência, não só de estar mais baixa, a faixa vermelha, mas também estar mais estável. E a linha amarela é a Selic real e a Selic de hoje que sabemos é a mais baixa desde a instituição da taxa.

Aqui, olhamos o resultado de tudo isso, é o primeiro dividendo da estabilidade que eu gostaria de mencionar, exatamente a queda da taxa real de juros de mercado. Isso aí é a taxa de um ano. Negociada na BM&F, deflacionada pela inflação prevista por, para os próximos 12 meses. Vamos ver a trajetória cadente. E 7,1 a taxa de mercado descontada pela inflação prevista no dia 15 de junho, 7,1%, que é a mais baixa da série histórica registrada aqui. E, mais importante ainda, a taxa de longo prazo, da ponta longa, digamos, que é, por exemplo, a taxa dos títulos do Tesouro indexados ao IPCA, que paga uma taxa de juros real, essas taxas estão sendo comercializadas a menos do que 6% real. Isto é, os títulos do Tesouro de longo prazo já estão pagando 5,99; 5,98, o que significa que as taxas de juro estão refletindo a estabilização da economia. Vamos agora ver o efeito dessa estabilização na economia e na atividade econômica. Antes disso, devemos mencionar que esse controle da inflação é prioritário para a inclusão social, já que as fatias mais pobres da população sofrem relativamente mais os efeitos da inflação. Vamos ver, por exemplo, o repique inflacionário de 2002/2003, isso, na época, gerou uma forte erosão do salário real. Por quê? Porque a inflação sobe e o salário real cai. Salário real médio, por exemplo, se pegarmos de 2003 a 2007, então vamos ver que em 2003 caiu fortemente. A inflação subiu para 17, salário real médio caiu fortemente imediatamente. Por quê? Porque os salários não são corrigidos junto

com os preços, tem uma defasagem de um ano, ou até mais. Portanto, se a inflação sobe o salário cai penaliza toda a população. Vou estabilizando a inflação, nós tivemos, por exemplo, 2007 sobre 2006, já um ganho de 5% real, médio e inclusive um ganho que já é maior do que do ano anterior, portanto, já temos uma grande melhora nesse aspecto, produto, de novo, da inflação na meta.

Dados do PNAD do IBGE mostram esse fato e a melhora na distribuição de renda e mostra claramente que nos últimos anos têm havido a melhora constante na distribuição de renda e o único ano, desde 95, onde houve uma queda foi exatamente no ano de 2002 quando houve um aumento da inflação. Se nós olharmos agora, por exemplo, o salário real versus surpresa inflacionária. Nós vamos ver, claramente, que quando há uma surpresa inflacionária, em azul, do lado esquerdo, por exemplo, nós vamos ver, a surpresa inflacionária é grande. O que é que é uma surpresa inflacionária? Uma inflação muito maior do que o previsto. O salário real cai, como eu já mostrei. A surpresa inflacionária fica positiva ou neutra, como no lado direito nós vamos ver o salário real subindo. Isso é uma correlação que existe em qualquer país do mundo. Portanto, é fundamental a inflação na meta, principalmente para os assalariados. Em consequência, uma criação de emprego. Vemos aí a evolução da criação de emprego nos últimos anos, né? E a subida constante. Gostaria de mencionar que a criação de empregos, por exemplo, no mês de abril, foi a maior mensal da série. Portanto, na margem temos uma tendência. A expectativa é que a criação de emprego em 2007 pode inclusive superar o pico de período 2004, isto é, 2005. Quer dizer, nós podemos chegar até uma criação esse ano de acima de um milhão e meio de empregos formais no País. Em consequência, a taxa de desemprego, que tem um caráter sazonal, ela sobe, tende a subir no início do ano pela maior incorporação de pessoas procurando trabalho. E, portanto, aumenta o desemprego na medida em que o denominador desta equação aumenta, porque o desemprego calculado daqueles que estão desempregados versus o total das pessoas procurando emprego, mais aquelas empregadas, que é a população economicamente ativa. Portanto, aumenta aquele procurando emprego, o desemprego tende a aumentar nesse momento, porque inclusive aumenta também o conceito, os desempregados. Aumenta também o numerador, desculpe. Porque, na medida em que aumentam as pessoas procurando emprego você tem um aumento no numerador daqueles desempregados, procurando o emprego sem ter o emprego.

Portanto, isto aqui faz com que exista esse aumento. Mas depois ela cai durante o correr do ano

atingindo normalmente um número mais baixo em dezembro. E nós vamos ver que em 2007 está num nível inferior a todos os anos anteriores. Mostrando que o desemprego está diminuindo. Salário real e massa salarial, por exemplo, média móveis de 3 meses, salário real médio crescendo. E a massa salarial em azul, à direita, também crescendo de forma importante. Isto é, não só o emprego está crescendo, mas o salário médio, em consequência, a massa salarial tem um crescimento muito forte. Como resultado disso, nós temos uma grande correlação entre o crescimento da massa salarial e as vendas do varejo, não é? Então, isso é um dos canais importantes hoje de indução ao crescimento, de expansionista. Quer dizer, nós temos uma massa salarial crescendo e em consequência vendas no varejo e em consequência isso permite um aumento gradativo da produção. Então, nós vemos a venda no varejo em vermelho, crescendo, no eixo à esquerda e a massa salarial crescendo no eixo vertical, à direita, em azul. Portanto, temos as duas crescendo, massa salarial e vendas no varejo.

Uma outra correlação interessante é compararmos a evolução das vendas no varejo, em amarelo, não é, e taxa de juros real em vermelho. Com a taxa de juros real no mercado está evoluindo e como as vendas no varejo estão aumentando. Reagindo, portanto, não só à massa salarial e ao emprego, mas reagindo também ao impulso monetário, que é a queda da taxa de juros real.

Comportamento do crédito. Outro dado da maior importância. Se nós olhamos aqui no gráfico à esquerda, nós vamos ver que o total do crédito, em vermelho, com porcentagem do produto, está aumentando constantemente nos últimos anos. Depois de ter caído com porcentagem do PIB, hoje cresce de forma constante. E uma correlação interessante aqui com a expectativa da inflação 12 meses à frente. Nós vamos ver que a expectativa de inflação 12 meses à frente cai e, em consequência, cai o total do crédito. Desculpe, aumenta o total do crédito sobre o produto, não é? Resultado óbvio do fato de que na medida em que a expectativa de inflação é baixa, as pessoas tendem a tomar, ter mais confiança de tomar crédito e as instituições que emprestam tendem a ter mais confiança de conceder o crédito. Portanto, isso leva a um aumento do crédito. E se olharmos ali o gráfico à direita nós vamos ver que também o prazo médio cresce. Isto é, em vermelho o prazo médio do crédito cresce enquanto a expectativa de inflação cai. Resumo, inflação mais baixa aumenta o crédito, aumenta o prazo.

Confiança do consumidor em São Paulo, isso são apenas as condições atuais, não é? Como os consumidores hoje vêem as condições atuais da economia.

E nós vamos ver que em termos de condições atuais é um número mais alto desde primeiro TRIMESTRE de 2004, que foi um ano extremamente positivo, de alto crescimento no Brasil. Nós vamos ver hoje que em termos de condições atuais, no primeiro trimestre de 2007 os consumidores já reputam ser melhor do que, inclusive, o primeiro trimestre de 2004 que foi um ano claramente muito positivo para a economia brasileira. Em consequência, vendas no varejo, como mostramos, tende a ter um crescimento importante e cada vez mais estável. E se nós olharmos da ponta direita da curva, vamos ver que recentemente há inclusive uma aceleração desse crescimento de vendas no varejo. De novo, impulsionado por renda, emprego, portanto, massa salarial e crédito. O crédito aumentando, prazo aumentando, faz com que isso seja o ciclo virtuoso. Então, nós olhamos diversos setores, veículos e motocicletas. A queda 2001, 2 e 3 e a subida, depois disso, móveis e eletrônicos em verde, uma queda menos pronunciada, mas uma subida igualmente vigorosa. Supermercados, a mesma coisa, estava estável, em 2001, 2002, caiu em 2003, subiu. Tecido, roupas e sapatos aqui com uma certa volatilidade, mas também subindo de forma constante, se nós olharmos no agregado tecidos, roupas e sapatos no País. Se nós olharmos agora a correlação entre a produção industrial e a taxa de juros real nós vamos ver de novo a taxa de juros real com a tendência cadente e a produção industrial com tendência ascendente em amarelo. A produção industrial em vermelho a taxa de juros real.

Mapa da produção industrial, dado importante é que a volatilidade está diminuindo, a curva está um pouco mais estável na sua extremidade e começando já a se acelerar na margem o crescimento. O que mostra que a direção é positiva.

Produção e venda de veículos, como vemos. Produção em vermelho e vendas no mercado doméstico a expectativa que não só em vendas no mercado doméstico como em produção total este seja o melhor ano da história para o setor automobilístico no Brasil. Superando 97, que tinha sido recorde anterior. Então, esse ano deve se vender mais no mercado doméstico e na produção, certamente.

Investimento e Risco Brasil. Aqui uma outra correlação interessante. Em vermelho é o investimento. Em azul, o risco País. E nós vamos ver que quando sobe o risco em azul, tende a haver uma queda do investimento. E quando o risco cai de uma forma consistente o investimento total no País tende a aumentar. O que também é intuitivo. Isto é, na medida em que o futuro passa a ser mais previsível, as empresas e famílias tendem a investir mais e a apostar mais no futuro. Portanto, a previsibilidade é fundamental. Para isso, inflação na

meta é fundamental, equilíbrio fiscal é fundamental e etc. Em conseqüência, a outra forma de olharmos isto é a formação bruta de capital fixo e o que significa o investimento em capital fixo e nós vamos ver que, em vermelho, é a tendência. E nós vamos ver a inversão de fato da tendência, subiu, caiu. 2001, 2 e 3 e, agora, sobe de forma consistente e sólida.

Uma outra forma de medirmos investimentos é a absorção doméstica de bens e capital. Total da produção de bens e capital no País, menos o que é exportado, mais o que é importado. Vemos, de novo, uma tendência crescente e mais, a reta, não só, a curva, aliás, não só fica mais estável na ponta, mas ela tende a ter uma inclinação mais acentuada. Quer dizer, a formação de capital e agora a absorção doméstica de bens de capital está se acelerando na margem. Em resumo, isso nós vamos, portanto, isso é um sinal antecedente interessante da produção futura, porque isso mostra que quando esse investimento começar a maturar nós vamos ter um aumento na produção nacional, na produção doméstica que terá condições, portanto, de atender a uma parcela cada vez maior da demanda que já está muito vigorosa através do aumento das vendas. Por exemplo, os insumos da construção civil, mais um dado sobre este aumento. E, olhando agora o resultado de tudo isso através do aumento da produção total de bens e serviços no País, que é o PIB, vemos aí que o crescimento de 99 a 2003 foi de 1,9, foram aqueles períodos que tiveram aquelas crises. Se olharmos desde 1980, está um pouco acima de 2 e que isso tende a crescer uma média de 4,1, 2004, 5 e 6 e a previsão do FMI é 4,4% de crescimento para 2007. Alguns analistas estão revisando já para cima isso. Evidentemente que é um cenário internacional favorável, mas o importante é que o Brasil está construindo as bases de um crescimento sustentado para os próximos anos. Nós estamos partindo inclusive do cenário internacional favorável para melhorar as condições básicas de crescimento do Brasil e de melhora de fundamentos.

Basicamente é esse o fato, basicamente, há uma redução, portanto, da volatilidade de inflação. A taxa média de crescimento subiu e a taxa de juros caiu e continua caindo de forma expressiva.

Basicamente, é isto o que eu gostaria de colocar hoje aos senhores e às senhoras em termos da economia brasileira. Resumo: A economia brasileira hoje já está com a sua estabilidade muito mais consolidada, consolidando-se cada vez mais e, em conseqüência, diversos indicadores econômicos já começam a refletir, isso não só no aumento do salário, do consumo, do investimento e, em conseqüência, estamos vendo o aumento gradativo da produção. Presidente, não sei se

partimos já para as perguntas. Tenho também algumas respostas preparadas aqui, se for o caso para a questão de tarifas, porque eu entendo que também tem um Requerimento específico sobre questão de tarifas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu acho que poderia ser a partir da argüição do Senador Renato Casagrande que é o autor do Requerimento. Eu sou o primeiro inscrito, porque sou autor do Requerimento. Mas eu falarei ao final, e passo a palavra, inicialmente, ao Senador Renato Casagrande, que é autor do Requerimento. Eu vou pedir a todos os Senadores, mais uma vez, objetividade. Porque nós temos uma gama muito grande de--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presidente, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): --de inscritos já.

Pois não, Senador.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pela ordem, Sr. Presidente. O debate qualificado será intercalando os partidos?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sempre assim.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Ex^a. pode ter certeza que o pluralismo vai ser assegurado. Se bem que no mérito eu acho que essa intercalação não vai ser nem necessária. Mas de qualquer forma, Senador Renato Casagrande com a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-SE): Está uma calma tão grande aqui o Senador Arthur Virgílio já quer sair dessa calma.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Debate qualificado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-SE): Bem, Sr. Presidente, Sr. Ministro Presidente do BANCO CENTRAL, Srs. Diretores. Parabenizar o Ministro pela exposição. Uma exposição que demonstra o bom momento que a economia brasileira está vivendo. Acho que isso é importante que a gente possa reconhecer. Eu falei aqui no debate sobre o ZPEs antes, Sr. Ministro, de que o Brasil, ele é comparado muitas vezes à China, à Índia e alguns outros Países que crescem mais, um País em desenvolvimento. Mas, eu vejo que as condições no Brasil vão ficando cada vez mais evidentes, melhores condições. Porque aqui nós temos um sistema de proteção social e ambiental que esses Países não têm. Eu tenho certeza que daqui a pouquinho os investidores vão estar se decidindo por investir no Brasil por outras questões, como essa de uma legislação trabalhista, ambiental, previdenciária

que forme esse colchão de proteção social que é uma exigência dos consumidores hoje do mundo.

Nós fizemos um Requerimento à essa Comissão e foi aprovado para que nós pudéssemos debater um pouco a questão da concentração bancária e das tarifas, do *spread* bancário e das tarifas cobradas pelo Banco.

Então, se o senhor não se importar eu vou fazer alguns questionamentos com relação a esse tema, está certo? Apesar da exposição do senhor ter sido feita numa linha de apresentação de um diagnóstico da economia, eu vou me ater ao Requerimento que eu fiz para poder questionar algumas questões.

A primeira é que nós temos visto, nos últimos anos, no Brasil e no mundo, me parece no mundo, no Brasil com dados que nós temos da concentração bancária, no mundo me parece também, nessa linha, nessa direção da concentração bancária. A minha primeira pergunta é comparativa: Qual o grau de concentração bancária no Brasil, levando em consideração os demais Países? Nós temos uma tendência maior do que os demais Países, do que o padrão internacional? Ou nós estamos dentro do padrão? Considerando que nos últimos anos três Bancos, no Brasil, concentram 49% das operações bancárias. E nós tivemos, em 2000 nós tínhamos 63,7 milhões de contas correntes. Agora, nós temos 95,1 milhões de contas correntes.

Então, nós tivemos um aumento do serviço e do uso desse serviço pela população e tivemos uma concentração bancária. Então, dentro do padrão internacional como se posiciona o Brasil?

Qual a razão, dentro da formação do *spread* bancário, qual a razão da elevada participação do item inadimplência na composição do *spread* bancário? Considerando que ela não parece tão elevada para justificar o fato. Porque na formação do *spread* bancário o item inadimplência me parece que entra com 33,97% dessa composição. Por que as medidas tomadas para reduzir o *spread* bancário não parecem estar surtindo o efeito desejado? Nós votamos algumas medidas como Lei de Falências. Nós votamos outras medidas. O governo tomou algumas medidas, mas nós não temos uma redução que se percebe na mesma intensidade da redução da Taxa Selic. A Taxa Selic, ela tem um gráfico de declínio muito mais intenso do que a redução do *spread* bancário.

Quais medidas poderiam ainda ser implementadas para alterar esse quadro? Se não alterou, quais são as medidas? E qual a importância que órgãos de defesa do consumidor, o CADE e a Secretaria de Defesa do Ministério da Justiça têm para que a gente possa, de fato, forçar um pouco mais também através desses órgãos para que haja essa redução?

Então, Sr. Presidente, gostaria de deixar esses questionamentos ao Presidente Henrique Meirelles.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço a objetividade. E nós vamos fazer bloco de três para permitir que todos falem e não haja nenhum prejuízo na arguição. Próximo inscrito Senador Flexa Ribeiro.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Sr. Presidente, uma questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não, Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): [interrupção no áudio] ... o Senador Casagrande e também de V.Ex^a., aonde consta a prestação de contas trimestral que foi apresentada agora há pouco, mas também as medidas que estão sendo tomadas pelo BACEN para reduzir a concentração bancária e, pessoalmente, meu principal motivo da minha presença aqui, discorrer sobre os valores e números de tarifas bancárias criadas nos últimos anos no Brasil. Eu acho que seria interessante, ele próprio disse que trouxe, fazer uma apresentação sobre essas tarifas bancárias, mesmo porque, para facilitar até as perguntas e as dúvidas. Senão nós vamos confesso começar muito no escuro, apenas para uma manchete de jornal, onde fala que o crescimento médio foi de 15,94, apesar de uma inflação de três. Acho que seria importante se todos os Senadores concordassem que ele pudesse fazer inicialmente essa apresentação para elucidar e até diminuir as perguntas se for o caso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O problema é que como nós temos dois vetores na discussão, um é específico sobre a questão das tarifas bancárias, *spread* bancário, que foi a arguição do Senador Renato Casagrande e o Presidente, seguramente, responderá, talvez até usando os recursos áudio visuais. Mas, eu acho que como nós estamos muito adiantados na hora, vamos fazer bloco de três e ele já faz a resposta específica sobre essa matéria, mas também as outras questões para permitir que todos falem porque foi muito desagradável, na última Sessão, nós não termos permitido que todos os Senadores falassem. E haviam seis Senadores inscritos que não puderam falar.

Então, vamos fazer bloco de 3 e peço bastante objetividade nós poderemos ter uma boa audiência. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Aloizio Mercadante, Senador Eliseu Resende, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores. Presidente, Dr. Henrique Meirelles, Srs. Senadores, Alexandre Tombini e Mário Mesquita do BANCO CENTRAL. Eu acho muito importante, Presidente Mercadante, essa

audiência que V.Ex^a. tem trazido aqui à CAE para que a gente possa discutir a macroeconomia brasileira. Quero parabenizar o governo do Presidente Lula e o Presidente do BANCO CENTRAL pela posição, eu acho que o Brasil hoje tem, em relação a sua macroeconomia, é realmente reconhecida por todos, até por oposição. Só que nós temos que reconhecer que isso é um trabalho, é um resultado de algo que vem de há muito tempo. Não começou em 2003, ele veio desde o Plano Real, que produziu condições para que nós chegássemos na situação que estamos hoje da economia brasileira.

Ainda no programa de rádio hoje de manhã o Presidente Lula disse que o Brasil, a economia brasileira nunca esteve tão bem desde a Proclamação da República de 1889. Eu conversava com o Senador Tasso Jereissati e dizia que desde o descobrimento do Brasil. O Senador Tasso Jereissati me Emendava dizendo que desde que Adão e Eva chegou ao mundo.

Então, eu acho que é só uma questão de parâmetro, de comparação. Mas, realmente, nós temos que reconhecer a posição que se encontra a economia brasileira e aí vem os meus questionamentos, Presidente Henrique Meirelles, de que se não é este o momento exato de nós termos de tomar as posições necessárias para que o Brasil volte a ter em relação aos Países desenvolvidos as condições de competitividade, de crescimento, de ao passar a onda compradora do mundo que o Brasil continue aumentando as suas exportações. V.Ex^a. colocou aqui, com bastante propriedade, gráficos que são corretos. Eu apenas, depois pediria a V.Ex^a., explicasse aquele último do crescimento médio do PIB de 2004 a 2007, de 4.2. Eu não, não estou conseguindo chegar à média de 4.2 nesses anos que 2005 e 2006 o crescimento foi abaixo de 3%. Mas, nós estamos vivendo hoje um momento especial de taxa inflacionária baixa, dentro da média, juros reduzidos, a Selic é 12%.

Mas, na contrapartida, no consumidor brasileiro, no brasileiro mortal, a realidade é outra. Os juros cobrados pelos Bancos, em função do *spread*, ainda é muito elevado em relação a Taxa Selic. Ou seja, o efeito da redução da Taxa Selic não chega ao crédito, não chega à ponta. E aí eu perguntaria se medidas outras o BANCO CENTRAL não poderia tomar para que essa redução do *spread* pudesse ocorrer. Por exemplo, a redução do compulsório. Hoje o compulsório imposto é de 53% dos depósitos à vista. Sendo que desses 53%, apenas 8% recebem o rendimento da Selic. Se uma redução desse compulsório não poderia diminuir rapidamente os juros ao consumidor. V.Ex^a. fez aqui também uma demonstração da relação do crédito PIB, que o Brasil está a 31.3% dessa relação. Mas, Países outros, como

o caso da China, que é a relação de crédito PIB é de 140%, no Chile é 60%, nos Estados Unidos, 80, e no Japão 120, demonstra que a gente ainda tem muito a crescer nessa relação de crédito PIB.

E eu gostaria, ainda com relação ao que foi colocado pelo Senador Renato Casagrande e pela Senadora, com relação as tarifas bancárias. Aí eu acho que o BANCO CENTRAL precisa e deve tomar medidas enérgicas com relação a isso. Eu diria, e vou fazer, para poder ser mais conciso, Presidente, que a política de pacote de tarifas utilizadas pelos Bancos tem sido tolerada pelo BANCO CENTRAL. Apesar de... Tem sido tolerada, a política de tarifas utilizada pelos Bancos tem sido tolerada pelo BANCO CENTRAL, apesar de se constituir claramente em um expediente de venda casada. Ou seja, uma prática anti concorrencial que premia o cliente fiel e que, portanto, inibe a busca de melhores preços pelo cliente para operações isoladas. Por que essa atitude passiva do BANCO CENTRAL? Ela tem fundamento na teoria econômica?

Outro dado importante são as tarifas cobradas pelos cartões de crédito. Então, existe hoje tramitando no Senado um projeto do Senador Adelmir Santana, de lei, Projeto de Lei de nº 213, que define como não abusiva a cobrança de preços diferenciados para o pagamento à vista e o pagamento com cartão de crédito.

Então, economistas vêem esse tipo de medida como meio efetivo de produzir a capacidade de as bandeiras e as administradoras de cartão de crédito imponem taxas exorbitantes sobre lojistas que aceitam cartão de crédito. Qual a opinião de V.Ex^a. sobre o conteúdo dessa proposição? Você vai comprar numa loja, o brasileiro mortal, ele tem um preço à vista e pode parcelar no cartão de crédito em 12 vezes. Como é que pode? Se naquele preço é o mesmo preço? Se no preço do parcelamento do cartão de crédito estão incluídos juros e, evidente, a taxa de administração. Por que é que não pode ser um preço diferenciado para o pagamento à vista daquele mesmo bem?

O outro dado, o outro dado importante na questão das tarifas bancárias é que trago a V.Ex^a. um exemplo que me parece chocante. Quando se discutia a implementação da CPMF, muitos economistas ficaram alarmados com a possibilidade de as movimentações financeiras, em sendo taxadas, criarem uma espiral inflacionária que diminuísse a eficiência da economia. Falavam até que iam deixar de usar cheque em função da CPMF. Hoje a alíquota da CPMF é de 0,38%. Verifique, V.Ex^a., que o DOC, Documento de Ordem de Crédito é tarifado, em média, a 13 reais e 72 centavos, pelos Bancos. Nesse caso um cidadão que faça uma transferência de 100 reais. O cidadão brasileiro mortal vai transferir 100 reais para uma pessoa da sua família,

pagina de CPMF 0,38% e de tarifa bancária, 13,72%. Evidentemente, 13,72 por um DOC não corresponde ao custo da transferência. Qual a posição de V.Ex^a. quanto a este fato? Eu vou suspender, se houver possibilidade ao final eu teria mais dois questionamentos.

E o último, Presidente Meirelles, que todos nós queremos que, e esperamos que o Brasil continue crescendo, mas o que nós estamos preocupados, ainda hoje “O Globo”, parece que é “O Globo”. É “O Globo”, traz uma matéria em que há uma divergência entre o BANCO CENTRAL e o BNDES. O Presidente do... Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, critica o câmbio e V.Ex^a. defende a posição.

Então, gostaria de tirar dúvida com relação dessa dicotomia entre dois órgãos do governo da maior importância como são o BANCO CENTRAL e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Depois do elogio que ele fez à política macroeconômica tem direito a essa provocação, Senador. Próximo inscrito Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Aloizio Mercadante, Senador Eliseu Resende, Presidente Henrique Meirelles e Srs. Diretores do BANCO CENTRAL. Quero primeiro cumprimentar o Presidente Ministro Henrique Meirelles pelos dados tão positivos que apresenta e que decorrem de quatro anos e meio praticamente de seu trabalho em grande parte. Eu gostaria de, primeiro, uma pergunta objetiva de esclarecimento, quando o senhor apresenta os dados relativos à taxa de juros real, qual é exatamente aquela que está considerada para efeito do gráfico: Estabilidade, vendas no varejo e taxa de juros real? Está, V.Ex^a., se referindo a taxa de juros básica, Selic, ou taxa de juros média e qual é exatamente aquela que está sendo considerada para efeito desse gráfico? E se porventura teria, V.Ex^a. também, um gráfico de natureza semelhante aquela que fez para as vendas no varejo comparadas à taxa de juros e aquela... E também a taxa de juros real e produção industrial, mas também aquela referente ao investimento como formação bruta de capital. Sim, é relevante a comparação do volume de investimento com o Risco Brasil, mas acredito que também será relevante a comparação entre investimento e a taxa de juros real, uma vez que o que se pressupõe é que a diminuição na taxa de juros real pode estar estimulando o nível de investimento da economia e, conseqüentemente, o aumento da capacidade de oferta de bens e serviços que, em princípio, poderá ter um efeito com respeito ao objetivo principal que V.Ex^a. vem batalhando para que haja a estabilidade de preços na economia. Ou seja, se de um lado a taxa, às vezes se pensa em diminuir

a taxa de juros, ou, perdão, se às vezes se pensa em breçar a inflação não se diminuindo a taxa de juros, por outro lado, a diminuição da taxa de juros real tem um efeito conhecido sobre o estímulo aos investimentos e, portanto, no sentido de ajudar a meta de se conter a inflação, de se ter a estabilidade de preços.

Gostaria de perguntar a V.Ex^a. se tem, o BANCO CENTRAL, realizado um levantamento sobre o número de empresas que, de alguma forma, têm reduzido muito a sua atividade fechado como, por exemplo, em algumas áreas produtoras de calçados têm havido um número de empresas fechadas em função das dificuldades de concorrência internacional. Há poucos dias atrás, a PHILLIPS do Brasil, com empresas, dentre outros lugares, em São José dos Campos e outras quatro, cinco cidades brasileiras, comunicou aos seus trabalhadores que irá encerrar as suas atividades em agosto. Há uma grande mobilização de trabalhadores, por exemplo, lá em São José dos Campos e também em outras. Mas também a comunidade, não apenas o sindicato, o Prefeito, as autoridades municipais que em diálogo com as autoridades estaduais e federais estão procurando ver se há um tipo de solução. E esta solução envolve, inclusive, aspectos tais como a questão sobre a qual V.Ex^a. sempre tem procurado explicar, mas também constitui um fator e me refiro ao nível de taxa de câmbio que tem, por vez, dificultado a competitividade de empresas como essas.

No que diz respeito ao tema das tarifas bancárias, um dos efeitos da concentração bancária tem sido o alto valor de tarifas cobradas pelas instituições. Um estudo da consultoria Austin Rating publicado pelo “Valor Econômico”, em março último, afirma que a receita com tarifas cresceu quase 8 vezes desde o Plano Real e dobrou no Governo Lula atingindo 52,8 bilhões de reais em dezembro de 2006 e já estaria compensando a perda dos ganhos que os Bancos vinham tendo com a inflação dos depósitos não remunerados. O ganho com tarifas aumentou mais do que a receita total dos Bancos que triplicou desde o Plano Real e cresceu 21,2% desde o Governo Lula, para 298,9 bilhões de reais.

Assim, a contribuição das tarifas para as receitas totais, que eram de apenas 6,5%, em 2004, começaram essa década em patamar acima de 10% e atingiram 17,7% em 2006. Em uma mostra dos dez maiores Bancos, o percentual é ainda maior. As tarifas contribuem com quase 20% das receitas totais. Outra face desse processo é a forma pouco transparente como os Bancos têm elevado os custos dos serviços bancários, segundo o levantamento da Fundação Procon, de São Paulo, a cobrança indevida representou 44% das reclamações fundamentadas recebidas no ano passado.

Em seguida vem o desrespeito aos contratos, 14,3% e falha em transações eletrônicas, 6,4%. Com um total de 3.768 reclamações fundamentadas em 2006, o setor financeiro ficou em quarto lugar no ranking do Procon encabeçado apenas pelo setor de comunicações. Que medidas o BANCO CENTRAL implementou para regular e dirimir esse significativo incremento dos custos dos serviços bancários assim como para torná-lo mais transparente aos correntistas?

E no que diz respeito, finalmente, à concorrência. Duas grandes aquisições no setor bancário anunciados no ano passado, a compra do BANCO DE BOSTON pelo ITAÚ e do PACTUAL pelo UBS, levaram ao ressurgimento das discussões sobre a concentração no Brasil dos Bancos. O argumento mais utilizado é de que o número de instituições no País não pára de cair. Eram 246, em 1994, hoje, 160. Em 12 anos, portanto, uma redução de 1/3 no número de instituições. O debate público acerca da concorrência ganhou notoriedade. No entanto, foi ofuscado pela morosidade e contradições derivadas da atual configuração do sistema de defesa da concorrência brasileira composto pelo CADE e pela Secretaria de Direito Econômico vinculados ao Ministério da Justiça e à Secretaria de Acompanhamento Econômico ligado ao Ministério da Fazenda e a sua relação com o BANCO CENTRAL.

Considerando a experiência e o conhecimento de V.Ex^a., gostaria que pudesse nos fazer uma avaliação desse arranjo institucional. Que alterações V.Ex^a. considera necessárias no sistema de defesa da concorrência brasileira e na legislação em vigor para compatibilizar a defesa dos direitos dos correntistas com a promoção de eficiência econômica nos distintos mercados e setores, em especial, o financeiro, na economia brasileira. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vou passar a palavra agora ao Presidente Ministro Henrique Meirelles e depois seguiremos a lista de inscrição. Só queria dar uma informação relevante, que essa Comissão aprovou, por unanimidade, o poder ao CADE se pronunciar sobre concentração, sobre fusão e aquisição bancária. Porque estava fora do princípio da Lei da Concorrência. O projeto de Antônio Carlos Magalhães. Do Senador Antônio Carlos Magalhães foi aprovado por unanimidade nesta Comissão, quando não há risco sistêmico, quer dizer, havendo o risco sistêmico é competência específica do BANCO CENTRAL atuar nesses momentos pela velocidade que essas crises financeiras, já às tivemos no passado. Mas fora o risco sistêmico, o CADE pode e deve se pronunciar sobre compra de instituições financeiras como qualquer outro setor de atividade econômica.

E a segunda questão, a partir da intervenção do Senador Flexa Ribeiro, Renato Casagrande, Eduardo Suplicy e manifesta pela Senadora Kátia, eu estou também apresentando aqui um Requerimento convocando a Diretoria da FEBRABAN para vir prestar esclarecimentos sobre as tarifas bancárias, e mais, eu diria sobre o abuso das tarifas bancárias em relação aos consumidores desse serviço no País.

Com a palavra o nosso Ministro, agradeço o apoio. Já, já, apresentarei, ao final dessa audiência. Com a palavra o Presidente do BANCO CENTRAL, Henrique Meirelles.

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Obrigado, Presidente. Eu acho que a primeira coisa a ser colocada é que nós vivemos no Brasil um sistema jurídico e de regulação do sistema financeiro que não prevê tabelamento ou controle de preços por parte do BANCO CENTRAL ou de nenhum outro órgão público. Nós tivemos um sistema de livre mercado. Portanto o BANCO CENTRAL não tem função ou a tarefa de controlar preços, no sentido de que o BANCO CENTRAL não gostou de determinada tarifa praticada por um Banco, então, o BANCO CENTRAL, usando uma palavra aqui usada, não vai tolerar isso. Quer dizer, o BANCO CENTRAL não tem a função de tolerar ou não preços, da mesma maneira que outros Ministérios não têm a função de tolerar ou não preços de supermercado. Ou preços de automóvel, o que existe, evidentemente, são normas macroeconômicas que assegurem maior competição e maior transparência.

Vamos então, eu acredito até que essa menção feita pelo Presidente da Comissão em relação a questão da convocação dos agentes financeiros privados é uma atitude que procede no sentido que se há muitas dúvidas sobre as tarifas cobradas pelas instituições, acho que elas de fato devem ser questionadas diretamente. Mas vamos agora nos concentrar então nas questões do sistema, nas questões sistêmicas e na ação do BANCO CENTRAL.

Em primeiro lugar, a primeira pergunta do Senador Renato Casagrande, no que diz respeito ao grau de concentração bancária no Brasil. Na medida que o ativo, que os três maiores Bancos comerciais brasileiros como porcentagem do total de Bancos comerciais no País, segundo um relatório do FMI de 2005, situa em 45% do total. Eu, então, vou apenas ler para o Senador se ele pergunta, apropriadamente, se esse índice de concentração bancária é excessivo ou como é que ele se compara com outros Países, ou outras regiões. Eu vou citar, então, o mesmo índice para outros Países. Suécia, que é o País que tem a maior concentração, 95%. Os três maiores Bancos são 95%. Portugal, 90%. Suíça, 88%. África do Sul, 76%. Alemanha, 65%.

Espanha, 64%. México, 62%. França, 57%. Uruguai, 57%. Reino Unido, 49%. Aí temos Brasil com 45. Em seguida nós temos Venezuela, 44%; Paraguai, 44 e etc. Os Estados Unidos, aproximadamente, 30, que é um País que tem grande diversidade, diversificação bancária.

Então, apenas para dar uma visão para o Senador que mesmo Países que têm um nível de *spreads* praticados extremamente baixos, oferecem níveis de concentração bastante superiores ao Brasil.

A segunda coisa que eu mencionaria é que esse aspecto mencionado pelo Presidente Mercadante é relevante, isto é, existe esse Projeto de Lei já aprovado aqui na Comissão, pelo que eu entendo, que dá, dará então poderes ao CADE para examinar fusões e aquisições bancárias que possam ou não colocar em risco essa questão de competição. E se o CADE assim o entender depois da aprovação do projeto de que uma determinada fusão ou aquisição vai levar a um índice de concentração excessivo, claramente terá poderes para fazê-lo. Portanto, eu acho que é um projeto importante e é um projeto que deve seguir.

A pergunta seguinte é a questão da razão do índice de inadimplência ser tão elevado. Bem, este é um dado da--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-SE):

Na composição do *spread* bancário. Não é o índice de inadimplência ser elevado. É a inadimplência ter um percentual tão elevado na composição do *spread* bancário.

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Certo, correto. Estes dados, Senador, são dados de realidade. Quer dizer, nós temos que separar duas coisas. Primeiro, o que se poderia ter uma certa suspeita de que esses dados não fossem corretos, não fossem procedentes. Todas as indicações que temos, segundo auditorias feitas por instituições independentes no balanço dos Bancos e etc e também em relação as inspeções feitas pelo BANCO CENTRAL Do BRASIL indicam que esses são valores reais.

Então, a primeira coisa estabelecer o seguinte: O fato é que, de fato, no *spread* bancário, um índice importante do *spread* é, de fato, perda, através de atrasos e de um índice de recuperação relativamente baixo no Brasil. Isso é um dado de realidade. A segunda questão é saber: Ah, bom, mas o porquê disso? Por que é que é que existe um índice de inadimplência alto, efetivo, ele é real.

Bom, aí já é uma discussão analítica, não é? Não é uma discussão normativa, não é o que BANCO CENTRAL possa regular, é o cliente que não está pagando. Aí podem ser razões diversas, não é? Desde razões de dificuldade de cobrança, em função de de-

mora no Poder Judiciário etc. Então, muitas vezes o cliente acha que é mais produtivo, é mais economicamente eficiente para ele deixar de pagar, é a primeira coisa. A segunda coisa é talvez, aí sim, uma questão normativa, um pouco incentivo talvez ao bom cliente, na medida em que o bom cliente muitas vezes termina pagando pelo mau cliente na medida em que não há, no Brasil, o chamado cadastro positivo. Isto é na, medida que alguém pague todas as suas contas que esse cadastro, esse dado positivo possa ser analisado por todas as instituições que queiram competir por um bom cliente.

Então, existe um Projeto de Lei em andamento no Congresso instituindo, portanto, a figura do cadastro positivo no Brasil. Ele não existe hoje por lei, é proibido.

Então, existe um projeto no Congresso que vai instituir o cadastro positivo e que nós incentivamos, somos favoráveis à aprovação desse projeto porque isso vai permitir o aumento da competição e da transparência.

Existe um projeto paralelo a esse, menos eficiente, mas ainda importante, que é o projeto do BANCO CENTRAL que é o aumento da cobertura da central de risco do BANCO CENTRAL, que é um cadastro operado pelo próprio BANCO CENTRAL. Não é a solução ideal porque concentra muito no BANCO CENTRAL esta ação. E hoje essa central de risco cobre operações acima de cinco mil reais. Portanto, o limite é muito alto. Nós precisamos, agora, partir para a segunda etapa que são operações acima de três mil reais. Existe já uma, um recurso no orçamento que já foi recentemente liberado pelas autoridades competentes da área econômica e é um projeto em andamento onde o BANCO CENTRAL vai aumentar essa cobertura. Mas, resumo, o avanço maior vai se dar exatamente quando for e se for aprovado o cadastro positivo. Existem outras razões também que é o próprio crescimento do crédito no Brasil, acelerado o crescimento da economia acelerado que faz com que muitos clientes que não eram antes clientes da rede bancária, que passam a sê-lo e que, portanto, os Bancos, ainda, muitas vezes têm uma certa ineficiência para a cobrança do crédito. Existe também questões de prazo, de empréstimo que estão se estendendo e, portanto, os Bancos estão aprendendo, digamos, a fazer um melhor julgamento de crédito.

Existem alguns movimentos importantes que a estabilidade econômica está permitindo que vão também melhorar isso é a questão da existência de dados mais abrangentes e mais confiáveis e quanto mais cresce o sistema bancário na sua aplicação de crédito, quanto mais crescem os prazos, cresce o

número de clientes, mais dados existem para que os julgamentos sejam feitos corretamente. Em resumo, é um processo em andamento seja na área Legislativa, seja na área técnica, seja na área de tecnologia e *know-how* dos Bancos.

Em relação ao efeito das medidas de redução do *spread* bancário. Existem várias questões aqui interessantes, Senador. Primeiro que uma medida importante que é a questão da criação da conta salário para os empregados do setor privado e de uma conta corrente normal, mas obedecendo as mesmas limitações da conta salário para os empregados do setor público, tudo isso é um processo em andamento. Isto é, todos os novos contratos já estão sendo sujeitos a essa nova legislação. Portanto, novos convênios entre empresas e Bancos já estão sujeitas a isso. E até final de 2008, todos os contratos em andamento no setor público privado já estarão, todos os convênios no caso já estarão sujeitos a esse tipo de processo.

Então, isto é uma medida em andamento que vamos então chegar até o final do ano que vem com todos os empregados do setor público ou privado no Brasil tendo conta salário. E na conta salário não existe a cobrança para a transferência da conta salário para uma conta qualquer em qualquer instituição, não existe tarifa ou imposto. É proibida a cobrança de tarifa ou imposto para a transferência da conta salário para qualquer outra conta. Portanto, isso vai aumentar em muito a competição e, portanto, vai melhorar em muito esta questão.

Outro dado importante que precisa levar em conta, Senador, é o seguinte, V.Ex^a. considere a seguinte situação, no momento em que estão entrando clientes novos no sistema e principalmente clientes de renda mais baixa ou de valores menores, ou empresas menores, por exemplo, é normal que clientes novos no sistema tenham *spreads*, inclusive porque a inadimplência é muito maior em termos estatísticos, tenham *spreads* um pouco mais elevados.

Então, nós temos uma entrada de clientes de *spreads* mais elevados no sistema, impedindo que, na média, caia os *spread* da mesma maneira que estão caindo naquelas faixas. Mas, de qualquer maneira, é algo da maior importância e acreditamos que os *spreads* têm que começar a cair. Nós vamos... Eu vou fazer uma projeção rápida aqui sobre a questão do que está sendo feito, portanto, que é a sua próxima pergunta, em termos de melhorar a competição e aumentar a competição e, portanto, ter melhor regulação na questão dos efeitos da concentração ou da desconcentração na tarifa bancária e nos *spreads*.

Primeiro, nós estamos falando promover ações que reforcem condições de competitividade entre as

instituições financeiras, nº 1. Que é o que nós estamos falando até agora aqui, e criação de novas instituições e ampliação do campo operacional para as existentes. Se nós vamos agora falar de tarifa, e aqui vale também para *spread*, porque nós endereçamos tarifa porque era o objeto direto do Requerimento, mas também vale para *spread*. Promover a concorrência entre as instituições e incentivar a eficiência no processo da intermediação financeira. Aumentar a competitividade, através de grande escala e redução de custos, que era um dos problemas, até agora. Disponibilizar informações aos clientes bancários, que é o que nós estamos falando do cadastro positivo e da central de risco. E facilitar a mobilidade entre instituições. Nós estamos falando aqui exatamente da questão da conta salário de um lado e da questão também da portabilidade do crédito, que também é um projeto em andamento. Em relação a concentração, quais são as medidas normativas que estamos tomando? Primeiro, um fortalecimento das instituições de pequeno e médio porte. A abertura de capital como uma alternativa à fusão e aquisição. No passado, os BANCOS DO BRASIL que tinham dificuldades de competir com os grandes, eles só tinham uma alternativa que era vender ou se fundir. Hoje não, já existe um grande número de instituições que já estão abrindo capital, indo às Bolsas, captando recursos para se fortalecer. Então, nós teremos agora no Brasil um número razoável de Bancos médios que terão condições de capital para competir com os grandes, o que não acontecia até agora. De novo é aquilo que eu chamo dos dividendos da estabilidade. E uma maior flexibilização na definição do público alvo das cooperativas de crédito. Isso significa o seguinte, na prática, Senador, nós estamos já aprovando um número bastante importante, aprovamos toda a semana, cooperativas de crédito de livre admissão. O que permite que uma cooperativa, que antes era apenas para os cooperativados que podia conceder crédito, comecem a aceitar, numa cidade, numa região, num segmento profissional, a livre admissão de cooperativados de maneira que ela possa ceder crédito, e nós estamos vendo um grande entusiasmo sobre isso. Em algumas regiões do Brasil, mais do que em outras. Estive no Rio Grande do Sul, por exemplo, na semana passada, em Porto Alegre, existe uma grande esperança e entusiasmo com o crescimento das cooperativas de Minas Gerais e outros Estados também que está muito avançado isso. Paraná começando e em outros Estados também já tem em Goiás, já tem inclusive no Espírito Santo, já tem em diversos outros Estados, mas isso é algo que vai ter um efeito também muito importante.

Aqui eu mostrei índices de concentração bancária. Eu citei vários. Aqui nós temos uma visão mais gráfica

disso. Tem alguns Países inclusive aqui que eu não citei, como está ali Hong Kong, Egito, Indonésia, Filipinas, Irlanda, que têm um índice de concentração bancária inclusive maiores do que o Brasil, junto do Brasil, mas um pouco acima, Coréia do Sul, Tailândia, Rússia etc. Ou aqui de concentração ainda maior, Estônia, República Tcheca, Croácia etc. Eslováquia. Em resumo, existe aqui... Grécia, Cingapura. Em resumo, existe aqui um índice de concentração bancária, na maior parte dos Países do mundo, inclusive superior ao do Brasil medido naquele critério que conversamos.

Concentração bancária na América Latina e no Caribe. A mesma coisa. Trinidad e Tobago 100%, Jamaica, 100%. Isto é, todos os depósitos bancários são dos três maiores Bancos. Uruguai, Bermudas, Cuba, não é? Cuba temos aqui 98% na mão dos três maiores Bancos. México, Bahamas, Nicarágua etc, Peru, República Dominicana, El Salvador, Costa Rica, Panamá, Chile. Enfim, desde Países que têm sistema financeiro bastante avançado como o Chile até Países que ainda estão progredindo nessa área.

Nós olhamos agora o índice de concentração bancária no Brasil, Senador, de 92 até 2005. Houve uma queda substancial. Depois estabilizou-se aí ao redor de 96, baixou um pouco 2000, 2001, subiu um pouco, voltou a cair um pouco. Em resumo, estamos aí na média dos últimos dez anos. Não é que tem havido uma concentração recente. Não, na realidade, houve uma estabilização depois de uma queda de concentração importante. Se nós olharmos agora no índice de concentração em azul de depósitos, desculpe, de ativos, vermelho depósitos e marrom crédito livre. Nós vamos ver que varia um pouco, quer dizer, a concentração de crédito livre é menor do que de ativos que, por sua vez, é menor do que depósitos.

Em relação a medidas relativas a tarifas e também *spreads*, medidas tomadas de novo no ponto de vista normativo, disponibilização de tarifas praticadas no sítio do BC, transparência e clareza na contratação de operações. Portabilidade do cadastro, portabilidade do salário e portabilidade do crédito. As três medidas que eu já mencionei específicas que são da maior importância. Tarifas bancárias para a pessoa física dos dez maiores Bancos, evolução de 2000 a 2007. Nós temos aí alguns que cresceram, por exemplo, extrato em terminal eletrônico. Outras que estão estáveis, caindo um pouquinho. E outras que estão caindo. Quer dizer, o que é que, o que é que está caindo? O mínimo está caindo. A mediana está aumentando, desculpe, estabilizada. E o máximo aumentou um pouquinho no extrato. Na manutenção em conta ativa, subiu um pouquinho aí entre 2001 e 2002, depois mantemos uma relativa estabilidade.

Cartão magnético para débito, saque e consultas tem havido uma queda. No máximo, uma pequena queda na mediana e um pequeno incremento mais próximo à estabilidade no mínimo. Portanto, são dados disponíveis para o Senador.

Comparativo da Receita com tarifas deflacionadas pelo IPCA e o número de contas correntes movimentadas. Nós temos em azul o número de contas e temos em vermelha a receita com tarifas.

Então, nós vamos ver que elas obedecem a uma correlação bastante procedente. E, basicamente, estas são alguns dados importantes, o que é que é vedado nas tarifas hoje. Não vou entrar no detalhe para nós podermos discutir as demais questões. Autorização de cobrança pela prestação de qualquer outro serviço desde que haja uma obrigatoriedade da divulgação nas dependências da instituição, local visível ao público etc. E a cobrança de novas tarifas e o aumento do valor de novas tarifas já existentes devem ser informados ao público com no mínimo 30 dias de antecedência.

Em resumo, Senador, são essas medidas nesse sentido atendendo, portanto, às perguntas do Senador. Gostaríamos de avisar a V.Ex^a. que os dados estão todos disponíveis no BANCO CENTRAL e teremos a maior satisfação de lhe entregar. Ok.

Partindo agora para as questões do Senador Flexa Ribeiro. Em primeiro lugar, Senador, o senhor faz uma pergunta pontual, que o senhor gostaria de entender como se dá a questão desta média do produto de 4,1 até 2006 e 4,2, incluindo 2007, que é o que está no gráfico. 4,2 incluindo aí a projeção de 2007, não é isso? Então, é uma questão de uma média, Senador, aritmética, simples e direta, calculando, somando-se os PIBs dos três, dos quatro anos, dos três anos já ocorridos e da previsão do quarto ano. E, então, seria a somatória de 5,70, que foi o crescimento do PIB para 2004. Eu gostaria também de lembrar ao Senador que o IBGE, quando publicou a série nova do PIB, em março, ele revisou também os PIBs anteriores, portanto, para cima.

Então, o PIB 2004 hoje o número é 5,7, é isso que o Senador deve ter estranhado. O número de 2005 foi 2,94. E o número de 2006 foi 3,7. Se colocarmos aqui a previsão do FMI de 4,4, para 2007, 2006 foi 3,7, 4,4 para 2007 nós temos, na realidade, para ser muito preciso, Senador, não é 4,2 é 4,19, foi feito um arredondamento aqui na segunda Casa decimal.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, sem a alteração do cálculo do IBGE, como é que ficaria essa média?

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Ficaria inferior, evidentemente, porque os números do IBGE eram inferiores. Mas quando o IBGE--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, foi objeto de uma audiência nessa Comissão a fundamentação técnica da mudança da metodologia e tenho certeza que todos têm convicção que ela era indispensável.

SR. HENRIQUE MEIRELLES: É, seria menor, seria um pouco menos porque é 1% menor. Mas é importante mencionar, Senador, que exatamente a mudança foi porque concluiu o IBGE, depois de dez anos de trabalho nesta revisão, que a metodologia antiga não refletia a atual realidade da economia brasileira. Só para dar um exemplo para o Senador, não vou entrar aqui no mérito da discussão que já houve aqui na Comissão que, por exemplo, a medida antiga da expansão da telefonia, Senador, era apenas os telefones fixos, está certo? Enquanto que não levava em conta celular.

Então, evidentemente que a nova metodologia leva em conta celular. Portanto, esse é o dado. O número, na metodologia antiga seria 3,37. Apenas para a observação do Senador. Ok.

O Senador pergunta sobre medidas para a redução do *spread* compulsório. Já discutimos isso na pergunta anterior. Em relação a observação do Senador sobre a necessidade de crescermos o crédito, estamos totalmente de acordo, Senador. O crédito, o Brasil tem muito espaço para continuar crescendo o crédito. E a boa notícia é que está crescendo muito rápido. Está crescendo cerca de 20% ao ano. Ou mais. Eu apenas lembraria a pergunta anterior do Senador Renato Casagrande onde ele menciona a questão da inadimplência. E uma das causas da inadimplência alta que eu mencionei é que os Bancos estão crescendo, tanto a carteira de empréstimo, financeiras e lojas etc que têm às vezes dificuldade de análise. Portanto, como tudo na vida, Senador, existem as dores do crescimento, não é verdade? Então, existe todo um crescimento, tem limites, não se pode ter crescimentos explosivos que geram as crises. Levam as crises.

Então, o crescimento é rápido, essa é a boa notícia. E tem uma notícia que eu acho ainda melhor é que tem muito espaço para crescer, é a observação do Senador com a qual nós concordamos.

Em relação a medidas enérgicas sobre tarifas cobradas pelos Bancos, não é? A resposta a esta pergunta, Senador, é o seguinte: O BANCO CENTRAL não tem a função ou o poder normativo de tabelar tarifas, digamos, decidir: Essa tarifa do Banco aqui nós vamos aceitar, essa tarifa nós não vamos aceitar. Nós vivemos num sistema de livre mercado, de livre pactuação, da mesma maneira como os preços, em geral, na economia. Sejam os preços de sapato, de remédios, de vez em quando pode existir uma intervenção

pontual por razões específicas. Em alguns aspectos, automóveis etc.

Então, o que é que o BANCO CENTRAL faz? O BANCO CENTRAL tem que assegurar que todas essas medidas institucionais são tomadas visando aumentar a competição, a transparência e dar capacidade ao cliente de ele sim, não aceitar a tarefa de um Banco e procurar outro Banco. Para isso ele precisa ter a conta salário que lhe permita mudar de Banco, permite ter transparência e tudo isso que nós estamos falando de maneira a que ele possa escolher uma instituição que ofereça uma taxa menor. Em dito isso, existe sim casos previstos no Código de Defesa do Consumidor de abusividade da tarifa cobrada num determinado caso. Aí existe uma decisão recente do Supremo que dá ao Poder Judiciário condições e autoridade para decidir casos específicos de abuso dentro do Código de Defesa do Consumidor.

Então, isso é uma função específica tratada dentro da sistemática já definida pelo CDC que é o Código de Defesa do Consumidor. Além disso, evidentemente, existem todas as medidas de transparência permitindo que o cliente, e estamos avançando nessa linha, que o cliente, em tendo acesso à informação, e constatando que houve uma abusividade, ele opte ou por mudar de instituição ou, mudando ou não, pode entrar inclusive com uma ação judicial evidentemente para questionar no fórum adequado.

Além do mais, foi mencionado a questão de dar poderes ao CADE, esse Projeto de Lei em andamento no Congresso para analisar todos os atos de fusão e aquisição visando prevenir eventuais problemas na área de concentração bancária.

Em relação à última pergunta de V.Ex^a. referente ao fato de que pode haver o Presidente de uma grande instituição pública criticando o câmbio e o Presidente do BANCO CENTRAL defendendo o câmbio. A realidade não é exatamente esta, Senador. Em relação ao BANCO CENTRAL, o BANCO CENTRAL não opina sobre taxa de câmbio. O BANCO CENTRAL não defende ou ataca taxas de câmbio. BANCO CENTRAL nenhum do mundo opina sobre taxas de câmbio. O BANCO CENTRAL faz várias coisas. Primeiro, ele assegura que o mercado funcione da maneira mais flexível possível em qualquer lugar do mundo. Nós não temos, no Brasil, mas já tivemos no passado, não deu certo, como não deu certo em nenhum País, o regime de câmbio fixo. Nós temos o regime de câmbio flutuante, e o BANCO CENTRAL assegura cada vez mais, através de mudanças regulatórias e operacionais, que o sistema funcione da forma mais flexível possível. Se o BANCO CENTRAL detecta, em algum momento, distorções na formação de preços, aí sim, o BANCO

CENTRAL atua, não é? E o BANCO CENTRAL, ao mesmo tempo, o BANCO CENTRAL está construindo cada vez mais, fortalecendo a resistência da economia brasileira, potenciais crises através do sistema de fortalecimento das reservas internacionais. Isto sim o BANCO CENTRAL tem tido uma ação muito vigorosa, muito bem sucedida nesse aspecto.

O Presidente do BNDES, corretamente, tem uma preocupação com setores que estão tendo problemas de competitividade dentro da atual taxa de câmbio e dentro da atual competição internacional e dentro da atual globalização etc e é uma função legítima, correta do BNDES se preocupar com isso e procurar adotar medidas para que esses setores se adaptem, sejam mais competitivos etc e tenham condições de enfrentar melhor a competição do mercado global.

Em resumo, não há exatamente, não existe uma sintonia, são funções complementares e, de novo, o BANCO CENTRAL não tem, em nenhum País do mundo, posição sobre taxa de câmbio. Essa taxa é boa, aquela taxa é ruim. Qualquer que seja ela. Não compete ao BANCO CENTRAL fazer isso. O que, de novo, a não ser que mude o regime. E passássemos a ter um regime de câmbio fixo novamente no Brasil, o que não é o caso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu gostaria de ouvir V.Ex^a. a respeito da diminuição do compulsório e também da questão da diferença de preços entre compra à vista e compra parcelada com cartão de crédito que eu lhe fiz a consulta.

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Pois não. Em relação, de novo, à questão da compra à vista ou a prazo. De novo, Senador, nós vivemos num País de livre mercado. Então, o autor do projeto permitiu isso, mas evidentemente, que não compete ao BANCO CENTRAL interferir no comércio. O BANCO CENTRAL, o que o BANCO CENTRAL não pode fazer é o seguinte, dizer o seguinte, se existe uma compra a prazo, o que não pode é uma punição à compra a prazo. Mas se existe uma compra a prazo e o sujeito, vamos dar um exemplo, o cliente vai e verifica que a compra a prazo são dez prestações de dez reais, vamos supor, e a compra à vista é cem reais. Não compete ao BANCO CENTRAL que sequer tem poderes sobre uma instituição comercial intervir, vamos chegar lá, numa região qualquer do seu Estado, por exemplo, e dizer, o BANCO CENTRAL intervir numa determinada loja lá que está vendendo sapato e dizer o seguinte: Olha, o senhor não pode cobrar esse preço à vista. O senhor é obrigado a ter um preço à vista mais baixo. O BANCO CENTRAL não tem esse poder.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas, me parece que hoje é proibido você ter preço diferenciado para as duas condições.

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Pois é. Neste caso, Senador, mais uma vez isso é uma questão da loja.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Da loja?

SR. HENRIQUE MEIRELLES: A loja que oferece assim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O autor do projeto vai poder depois explicar melhor.

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Não, uma coisa é a lei, a lei tem que ser seguida. Agora, quem segue a lei no caso é o lojista. Ele é que oferece o produto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Se a lei não permite que ele tenha um preço diferenciado de à vista para parcelado em doze vezes, ele tem que ter o mesmo preço. A lei obriga que ele tenha essa condição.

SR. HENRIQUE MEIRELLES: É verdade, Senador.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Senador Flexa, gostaríamos que dessemos seqüência à resposta do Presidente do BANCO CENTRAL, os demais indagadores porque nós temos ainda muitos Senadores inscritos para--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Farei isso, meu Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Faz favor.

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Pois não, Senador, só para então sumarizar isso. Não vamos entrar na questão técnica da discussão jurídica que se seguirá a este questionamento, porque eu já posso até antever o que o lojista vai dizer: “Ah, não, eu não estou fazendo preço diferenciado, eu estou financiando a taxa de juros zero”. É uma discussão jurídica interessante essa. E... mas, eu acho o seguinte, se o cliente, ou se a associação de defesa do cliente, ou seja lá quem, o Ministério Público, quem for, julgar que um determinado lojista não está cumprindo a lei, tem que entrar com ação judicial normal. O que eu quero dizer é o seguinte, o BANCO CENTRAL não regula preço de loja. E se cada loja está seguindo a norma, nós não temos poderes para isso não é a função do BANCO CENTRAL nem no Brasil nem em País nenhum do mundo. Se a lei está, se alguém entende que o lojista não está seguindo a lei deve entrar com ação no fórum adequado, não é?

Em relação ao compulsório, apenas para terminar. O compulsório, sim, é um objeto de política monetária, Senador. Então, na medida em que se baixa o compuls-

sório é um impulso monetário que o BANCO CENTRAL dá à economia e o BANCO CENTRAL tem priorizado, no passado recente, baixar a taxa de juros. Se algum momento o BANCO CENTRAL julgar que seja mais eficiente baixar o compulsório, o BANCO CENTRAL assim o fará. Mas o BANCO CENTRAL tem julgado que está mais eficiente para a economia uma baixa da taxa de juros do que a baixa dos compulsórios. Uma coisa é concorrente com a outra.

Então, é um julgamento técnico do BANCO CENTRAL. Mas não há dúvida que o compulsório, no Brasil, é elevado e então todos temos uma expectativa de longo prazo no Brasil de que taxa de juros continue a cair e a longo prazos compulsórios também tendem a cair. Obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos, o próximo inscrito. Eu vou fazer todas as inscrições e, depois, o Presidente pode voltar algumas questões que não foram ainda devidamente respondidas para não prejudicar a argüição.

Então, nós vamos fazer, eu peço bastante objetividade para que todos possam falar, já são mais de 13h20. Agradeço Senador Marconi Perillo, mais uma vez, a gentileza da atitude aí, ajudando o andamento dos trabalhos. O próximo é o Senador Garibaldi, depois Senadora Kátia Abreu. Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Ele está no telefone? É, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer duas indagações a V.Ex^a. aqui eu tive acesso, através do site do BANCO CENTRAL de alguns números consolidados dos Bancos privados nacionais com relação às taxas bancárias, aonde o BANCO CENTRAL aponta o valor mínimo cobrado pelos Bancos e o valor máximo cobrado pelos Bancos. Eu tinha imaginado, em princípio, que seria colocado isso pelo BANCO CENTRAL, mas sei que não é. É apenas o BANCO CENTRAL conferindo as taxas cobradas pelos Bancos e colocada aqui no site à disposição de todos. O que eu quero lembrar é que são 160 instituições bancárias e, portanto, com certeza o BANCO CENTRAL deve estar pegando a taxa de cada uma delas correspondente a determinado serviço, o que cobra cada uma, o somatório delas e dividindo por 160, certo? Só que aqui não leva em consideração que apenas 10 Bancos é que têm a capilaridade e que existe, nesse mundo afora, no interior do Brasil, que pouca gente sabe que existe.

Então, eu estou aqui escandalizada com esses números, Sr. Presidente do BANCO CENTRAL, que no item, no item apenas comum para débito, saque e consultas, débito, saque, garantia de cheque, confecção de cartão, o valor máximo permitido é 36 reais, a média cobrada é 11. 78, mas não é a média de quem

está pagando e sim a média de quem está cobrando que são 160 Bancos. Tem taxas aqui que chegam a 200 reais, a 100 reais, 100 reais, 35 reais. São itens que é da população, da classe média, classe média baixa que praticamente todos têm hoje um talão de cheque. Aqui apenas em dois itens, o cidadão que ganha 500 reais por mês, se ele pegar um talão de 20 folhas, ele paga 20 reais a cada talão de 20 folhas. Se for devolvido um cheque dele ele poderá pagar 35 reais. Só aí são 50 reais, ele vai estar consumindo 10% do seu salário com taxas bancárias. E aqui o senhor vai me desculpar, Sr. Presidente, mas esse último item principalmente aqui, isso aqui é brincadeira, isso aqui é piada. A cobrança de nova tarifa e o aumento do valor da tarifa já existente devem ser informadas ao público com no mínimo 30 dias de antecedência. Eu só soube que as tarifas foram alteradas de um ano para o outro no jornal o Estado de São Paulo e na Folha de São Paulo que fizeram a matéria. Eu nunca recebi um comunicado do Banco que eu opero que é o BANCO DO BRASIL e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL me informando do acréscimo dessas taxas e aqui está à disposição dessa matéria feita pelo jornal o Estado de São Paulo, colocando inclusive alterações feitas pelo BANCO DO BRASIL e pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Eu compreendo que nós vivemos um livre mercado, mas gostaria apenas de deixar registrado para o senhor de que é muito difícil viver em um País aonde o livre mercado funciona e com muita razão, mas aonde a população tem que enfrentar os oligopólios e os cartéis de alguns segmentos sem a menor proteção do poder público.

Eu gostaria muito de saber como é que vai se defender um cidadão que mora lá no Achichá, em Tocantins, ou às margens do Rio Amazonas, no Amazonas, com relação às suas taxas bancárias. Porque o BANCO CENTRAL, claro, de acordo com o livre mercado, não pode fazer intromissão na cobrança dessas taxas.

Então, a população brasileira está totalmente desprotegida frente a esse cartel e esse oligopólio de dez Bancos que existem de verdade espalhados por todos os municípios do Brasil e nós ficamos a mercê deles todos. Eu gostaria, objetivamente, de fazer um pedido a V.Ex^a., que nesses valores consolidados pelo BANCO CENTRAL, no site do BANCO CENTRAL, que isso pudesse ser feito mensalmente e por instituição financeira. Nomes, CPF, BANCO DO BRASIL, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, BANCO REAL, BANCO SAFRA, que pudesse ser colocado à disposição pela internet por Banco e mensal o que é que cada uma delas está cobrando. Que nós, a população, não temos condições de fazer isso mês a mês, esse cheque nas instituições, mesmo porque nós teríamos dificuldade

de obter essas informações. Mas, não só esse cartel que nós enfrentamos, são tantos outros, desprotegidos que somos, principalmente o setor agropecuário que está aí enfrentando o aumento no cartel de quatro, um aumento de 40 a 100% no preço dos fertilizantes e o livre mercado está funcionando e não existe nada que regule ou que possa defender os produtores rurais que têm os índices que o senhor conhece muito mais do que eu, que o agronegócio representa 1/3 das exportações, 1/3 do PIB, 1/3 do emprego. Mas, enfim, nós temos que nos acomodar e enfrentar essas adversidades.

A minha segunda pergunta é o seguinte: O comércio exterior brasileiro está cada vez mais ancorado em produtos básicos enquanto os industrializados perdem espaço. Gostaria de uma resposta a respeito dessa tese. O tão comemorado comércio no volume das vendas ao exterior é explicado por um maior vigor no embargo dos produtos básicos como minério de ferro, petróleo e soja. Cujas demandas estão em alta porque o mundo está em crescimento. A venda de manufaturados que daria mais sustentação ao desempenho da balança comercial está em desaceleração. As exportações de manufaturados já chegaram a representar 60% das exportações do País, agora, essa taxa está em 53%. Foi uma queda de 7% nas exportações de manufaturados. Considerando o período de janeiro a maio de 2007. Gostaria que o senhor pudesse nos responder se nós estamos numa franca desaceleração de exportação dos manufaturados, que isso poderia implicar a redução também do emprego.

Então, são essas as considerações que eu gostaria de ouvir a sua resposta. Muito obrigada, por enquanto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senadora Kátia. O próximo inscrito Senador Arthur Virgílio, que está tendo o privilégio de conversar com a importante jornalista da “Folha de São Paulo”, grande colunista Mônica Bergamo.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, eu não seria o próximo?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Ex^a. era o próximo, V.Ex^a. passou a ordem, pensei que tivesse aberto mão.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, cedo a vez--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Ex^a. sempre aqui, inclusive, eu vou dar a oportunidade e o privilégio ao Senador Arthur de poder conversar com a jornalista Mônica Bergamo. Por favor, Senador Garibaldi com a palavra.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu cedo a vez ao Senador Garibaldi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu só tenho uma pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Ex^a. pode ter quantas perguntas quiser que será sempre contemplado nessa Comissão.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Fiz uma troca e ia sendo vitimado. É o seguinte, Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É a concentração bancária.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É o seguinte, meu caro Ministro Presidente do BANCO CENTRAL Dr. Henrique Meirelles, nós estamos sendo nos nossos Estados procurados por empresários, sejam da indústria, do comércio, da agricultura, que se mobilizam no sentido de fazer ver aos Parlamentares que o CPMF não deve ser prorrogado. Alegam eles que o CPMF criado em 1996, em 2003 veio a Reforma Tributária e prorrogou o CPMF até 31 de dezembro de 2007. E que até mesmo na aplicação dos recursos advindos do CPMF, essa aplicação não estaria atendendo aos requisitos para os quais ele foi criado. Eu sei que não cabe a V.Ex^a. aqui falar sobre a aplicação dos recursos do CPMF, mas eu gostaria de perguntar a V.Ex^a. se, no horizonte vislumbrado por V.Ex^a., com essa situação que o País está consolidando há possibilidade dessa prorrogação do CPMF acontecer e ele continuaria apenas sendo um imposto fiscalizatório, dada a possibilidade que ele tem de proceder a esse trabalho? É o que eu pergunto a V.S^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Garibaldi Alves, agora o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Muito bem, Sr. Presidente. Na verdade, eu estou considerando, Presidente Meirelles, muito feliz a idéia da Comissão de Assuntos Econômicos de, periodicamente, podermos manter esse contato com V.Ex^a. Eu que tenho um projeto que corre nesta Casa, que estabelece a autonomia do BANCO CENTRAL legalmente. Sou, inclusive, a favor, e eu trabalho essa idéia há anos com o Deputado José Bonifácio de Andrada, Parlamentarista como eu, da idéia de se estabelecer, o Presidente estabelece quem é o Ministro Coordenador dele, no caso hoje visivelmente seria o Ministro Mares Guia. E o Ministro Coordenador viria de 15 em 15 dias ao Congresso para, não mais do que 15 minutos de permanência, para responder, de maneira objetiva, a perguntas feitas de maneira objetiva sem retórica nenhuma de lado nenhum, como se faz no Parlamento inglês. O Ministro Blair freqüenta o parlamento e lá se expõe ao crivo do Congresso. Seria a figura do Ministro Coordenador. Eu sou a favor de qualquer medida que

antecipe o Parlamentarismo e, portanto, esse contato é proveitoso. V.Ex^a. conhece a minha posição a respeito da sua gestão. Eu vou, então, avançar em algumas questões que eu julgo de fundo.

Eu sou a favor, sim, da redução da meta de inflação, porque eu vejo que isso é compatível com a capacidade que o Brasil tem de crescer dentro do que se denomina o potencial de crescimento da economia, ou seja, o crescimento máximo sem acréscimos marginais de taxa de inflação. E levando em conta dados da realidade como a própria situação energética do País. Está mais ou menos nítido que o Brasil encontra uma limitação terrível para o seu crescimento, ainda que o crescimento potencial, se a gente o liga apenas à inflação, pudesse ser de 6% ao ano, e não é esse o número que vejo, o quadro energético barraria essa possibilidade, não haveria como crescer por alguns anos sem que esbarrássemos em alguma coisa parecida com o apagão. Estamos vendo sucessivos leilões que fracassam, enfim.

Eu gostaria, portanto, Sr. Presidente Meirelles, de dizer que vejo que a redução da meta aumentaria a credibilidade do Brasil que está boa no exterior, nos apressaria o grau de investimento e em nada colidiria com a possibilidade real de o Brasil crescer com a inflação baixa, em nada.

Tenho críticas à política econômica, por exemplo, em relação ao tal socorro aos setores que se dizem prejudicados com a taxa de câmbio. Eu não consigo ver nenhum processo, o Presidente Tancredo Neves dizia que não tem nenhum processo político em que não haja alguma vítima. E nós estamos aqui fazendo uma coisa meio inversa. Eu lia numa revista ontem algo que expressa, de maneira bem sintética, o que eu queria dizer e agora digo. O Brasil, por essa via, ele premia a repetência, ele premia o filho malcriado. Ou seja, o filho que não, que não fez o dever de casa. Estava falando ainda há pouco em cadastro positivo. Era muito bom que se criassem estímulos para aquelas empresas que estão de fato conseguindo sobreviver e crescer dentro do quadro cambial que está posto aí. O Brasil não tem só desvantagens, tem desvantagens para alguns, não tem só desvantagens. Tem vantagens imensas no câmbio como ele está. A começar por ele explicar nós podermos rebaixar de maneira mais ousada os juros a partir de agora. Aliás, eu vejo que, na medida em que o COPOM retoma a possibilidade de mais alguns rebaixamentos da Taxa Selic de meio por cento, eu sinto que os juros vão começar... Deixam de ser um fetiche e a cinta-liga vai virar agora o câmbio, entendeu? Sempre tem um fetiche, o novo fetiche vai ser, a cinta-liga vai ser o câmbio, enfim.

Portanto, Sr. Presidente Meirelles, eu gostaria de dizer que considero que o seu trabalho é um trabalho correto e que corresponde ao amadurecimento de um processo de estabilidade que começou com o Itamar Franco lá atrás, com a implantação do Plano Real. Que passou pelos oito anos do Presidente Fernando Henrique e que está agora culminando com esses quatro anos e meio de uma gestão econômica que eu julgo mais correta do que incorreta na sua média sob a batuta do Presidente Lula. Eu lamento o pouco apego a cortes de gastos públicos. E esse pouco apego se expressa, sobretudo, na pouca aptidão para promover reformas estruturais. Se tem alguma coisa que eu lamento nesse período é precisamente nós estarmos vivendo essa fase tão correta, tão magnânima, tão generosa da economia internacional, e algo que a gente sabe que não dura para a sempre. O Coronel Chávez já vai conhecer um pouco do outro lado da verdade em 2008. Em 2008 Coronel Chávez não vai conseguir fazer crescer 4% aquele País apadrinhado pelo petróleo. Ele consegue arruinar a PEDEVEZA, ele consegue fazer a PEDEVEZA perder receita, 26% de um ano para o outro em plena época de *boom* do petróleo. Ou seja, a verdade vai se estabelecer na Venezuela com muita dor para aquele povo infelizmente, mas vai se estabelecer e já a partir de 2008. Não tenho nenhuma ilusão. Em 2007 já não cresce o que cresceu no ano de 2006, em 2008 imagina-se que ele terá percalços muito grandes. Mas eu lamento que nós tendo um leque de reformas macro e microeconômicas para realizar que poderiam, aí sim, nos possibilitar o crescimento junto com o estabelecimento de um ambiente regulatório melhor, poderíamos, aí sim, aspirar a crescimento econômico sem inflação maior, crescimento econômico mais forte. E eu que imagino que o Brasil não tem mesmo a vocação de crescer o que a China cresce e nem precisaria crescer o que China cresce, a China tem que alimentar um bilhão e quatrocentos milhões de seres humanos, o Brasil não precisa de tudo isso. O Brasil precisa crescer é de maneira intermitente, precisa crescer sem parar, precisa crescer sempre, independentemente da conjuntura internacional. Ele precisa crescer acima da sua taxa demográfica, ele precisa crescer, crescer e crescer de fato acabar com o *stop and go*.

Portanto, eu tenho relação com V.Ex^a. muito poucas discordâncias, muito poucas mesmo. As críticas que fiz aqui à política econômica do governo não tem a ver com V.Ex^a., nem com a sua equipe, tem a ver com a pouca aptidão para fazer as reformas e tem a ver com alguma dubiedade que eu vejo em relação a essa questão da meta de inflação, uma certa falta de unidade na equipe econômica e, mas acho que o seu

trabalho está sendo correto. E, mais ainda, a postura elegante que V.Ex^a. e sua equipe adotam de não cair naquela armadilha do “nunca antes neste País”. “Nunca antes neste País”. Porque, pelo que eu saiba, a economia primária, que se praticava pré-cabralinamente era estável, não havia inflação naquela época. Tanto quanto eu saiba não havia inflação na época pré-cabralina, enfim.

Então, daria para o primeiro cacique é que foi dizimado pelo primeiro português dizer: “Nunca antes neste País”. Enfim. Eu gosto muito dessa idéia de nós trabalharmos esse País maduramente, trabalharmos maduramente. Eu me felicito como brasileiro, por nós termos um quadro de estabilidade que já perdura 13 anos. Vai para 14 anos. Eu me felicito como brasileiro por nós termos tido, nos últimos, nos últimos 12 anos e meio, nós tivemos um, dois, três Ministros da Fazenda, um deles abatido em pleno vôo, figura talentosa como o Ministro Palocci. Abatido em pleno vôo. Me infelicito por isso. Se nós pensarmos que quando se tinha a economia instável, antes de se intentar aquela coisa exitosa que foi e é o Plano Real, nós tivemos, talvez, meia dúzia, durante o curto período do Presidente Itamar Franco. Se juntarmos o período de Itamar Franco e Collor nós temos um período bastante agitado quando se fala na alternância de comando sobre o Ministério da Fazenda. São esses dados que vão compondo um quadro de consolidação civilizatória no País. Nós temos uma crise política, neste momento, aguda, que envolve o Presidente do Senado da República. Uma crise aguda. E eu fico muito consternado pelo ambiente que o Senado tem vivido, mas fico muito tranqüilo por ver o País maduro se revelando na separação entre economia e a política. Já dá para se ter crise política no País. Isso é um dado extremamente significativo. Já dá para se ter crise política no País sem que isso aí signifique retrocessos econômicos, vai-e-vem para cima e para baixo de Bolsa de Valores. O Brasil que não está completamente infenso aos efeitos de fora para dentro na economia de mercados globalizados, mas o Brasil que está, sem dúvida, ano após ano construindo uma carcaça mais forte para enfrentar esses momentos, e mais forte ainda seria se não estivesse desperdiçando o tempo que lhe tem dado a economia internacional mais benigna dos últimos 35 anos, se não tivesse desperdiçado isso fazendo, promovendo o leque de reformas macro e microeconômicas que poderiam nos dar a perspectiva, não só do crescimento futuro como do crescimento maior no presente. Apenas, nenhuma pergunta, apenas essas considerações a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Arthur Virgílio. Senador Adelmir Santana. Depois eu farei a minha

intervenção. Mas eu antes queria colocar em votação o Requerimento nos termos regimentais que deseje convidá-los, para uma Audiência Pública a ser realizada nessa Comissão, o Presidente da FEBRABAN, Federação Brasileira dos Bancos, o Sr. Fábio Colletti Barbosa e seus diretores a fim de discorrer sobre tarifas bancárias. Assina o Senador Mercadante e Flexa Ribeiro. Os Senadores que são favoráveis permaneçam como se encontram, aprovado.

E depois eu gostaria também que fosse informada à Comissão o procedimento na internet para ter acesso a todas as tarifas bancárias, porque é possível, para que a gente, nessa, nessa Audiência Pública com a FEBRABAN, que eu pretendo marcar o mais breve possível, a gente possa fazer uma discussão aprofundada sobre a questão das tarifas bancárias. O Senador Adelmir Santana com a palavra.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Sr. Presidente, Sr. Presidente do BANCO CENTRAL, Srs. Diretores, eu sei que a matéria que se tratou aqui foi concentração bancárias e questão de taxas. Mas eu queria, Sr. Presidente, até cheguei depois, não foi desde o início, colocar um assunto que me parece da maior importância também que envolve, poderá envolver o BANCO CENTRAL.

É sabido da existência inclusive de um convênio celebrado entre o BANCO CENTRAL e a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça para um estudo sobre a atuação das bandeiras de crédito, de cartões de crédito no País. E eu queria, Sr. Presidente Meirelles, dizer que nós somos autor realmente de um estudo e de um projeto que suscita a discussão dessa matéria aqui no Senado da República. E fizemos isso exatamente porque isso é um assunto que vem sendo discutido no Senado americano e até no Congresso europeu. Aonde as taxas chegam a ser extremamente inferiores as que são cobradas no Brasil. Taxas que chegam a ser 1/3 das cobradas hoje no Brasil pelas bandeiras de crédito. Esse estudo comparativo que fizemos inclui aí a questão da taxa, a questão do prazo, a questão dos aluguéis do maquinário para que se faça uso desse dinheiro plástico e o custo inclusive do telefone. Porque hoje a modalidade discada e a modalidade dedicada, que tem um custo também para as empresas. V.Ex^a. falou inclusive em ganhos de escala, que existe no sistema bancário. Esse ganho de escala não está ocorrendo com relação as bandeiras de crédito que ainda continuam cobrando taxas extremamente altas do empresariado brasileiro. E do consumidor. E há uma outra questão, foi colocado pelo meu colega Flexa Ribeiro, a questão das vendas com cartão de crédito e vendas à vista e vendas à prazo. As vendas com cartão de crédito hoje são consideradas vendas

à vista. Apesar do prazo ser de mais 30. O empresário vende no dia e só recebe 30 dias depois. Não há ganho de escala. Crescem os cartões de crédito, o volume de cartões de crédito e não diminuem as taxas cobradas do empresariado nacional. E o que é pior, quem subsidia essas taxas são exatamente os consumidores mais pobres. Uma vez que o empresário, ao fixar os seus preços, leva em conta o volume de vendas feitas com cartão de crédito, portanto, embutindo nessa margem o custo desse tipo de prática.

Então, a minha pergunta é como está o convênio e como estão os estudos entre o BANCO CENTRAL, a Secretaria de Direito Econômico, o que é que está sendo feito nessa matéria para avaliar essa discussão, a inexistência da possibilidade inclusive de opção por parte do consumidor, uma vez que o próprio estudo do BANCO CENTRAL de 2005, atesta que mais de 96% das vendas em cartões de crédito foram feitas por apenas duas bandeiras.

Então, a minha pergunta é se há, como isso se encontra, se há algum estudo, como se encontra o convênio BANCO CENTRAL, Secretaria de Direito Econômico, visando o comportamento e o estudo das bandeiras de cartão de crédito no País. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, peço ao Presidente Eliseu Resende que assuma a presidência para que eu possa fazer a minha arguição e solicito aos Senadores que faça daqui mesmo para agilizar os trabalhos se não houver nenhum inconveniente.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Com a palavra o Senador Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria, em primeiro lugar, Presidente Henrique Meirelles, saudar as últimas decisões do BANCO CENTRAL. Acho que a última reunião do COPOM de ter promovido uma redução de 0,5 veio ao encontro do que eu imaginava possível já desde a nossa última audiência. Quer dizer, nós estamos com uma inflação no limite inferior da banda há mais de ano. Não há nenhuma pressão inflacionária visível, e a arbitragem, dado que nós temos uma taxa de juros que vem caindo de forma muito consistente e muito promissora e apesar do consumo das famílias estar crescendo sustentadamente há 14 trimestres, que é uma coisa também muito rara na história econômica do Brasil, não falarei inédita para não aguçar polêmicas, mas muito rara. Essa queda continuada e sustentável e o aumento das vendas internas, quer dizer, o consumo das famílias crescendo a 6% poderia levar a uma mu-

dança de atitude. Mas não há nenhuma pressão inflacionária especialmente em função da apreciação do câmbio que é uma variável fundamental na formação de preços. Eu quero lembrar que a formação bruta de capital fixo está crescendo 7,2%, portanto, bem acima do crescimento do PIB em torno de 4,3. O que mostra que nós estamos formando capacidade produtiva que ajuda na oferta futura de bens e dá sustentabilidade a essa perspectiva de crescimento econômico, controle da inflação. Acho que tem também um significado muito especial esse crescimento da massa salarial e do salário real. Isso significa distribuição de renda, não é por outra razão que nós estamos com melhor distribuição de renda dos últimos 30 anos, conforme os índices de Coeficiente de Gini.

Quero dizer, portanto, que na última Audiência Pública eu não conseguia compreender a desaceleração da queda da taxa de juros de 0,5, para 0,25, que essa decisão foi muito oportuna. Acho que foi muito bem recebida pelo mercado. Os resultados são extremamente positivos. E nós estamos dando mais um passo aí para poder retomar um processo de crescimento econômico que é fundamental ao nosso País. Quero também dizer que acho que foi muito prudente a decisão do BANCO CENTRAL de reduzir a margem dos Bancos de operar no mercado futuro o câmbio. Quer dizer, a redução da capacidade de operação dos Bancos no mercado futuro, com moeda estrangeira, foi muito, veio na direção correta, não sei se será uma medida suficiente para reverter o quadro de apreciação do câmbio, porque a apreciação do câmbio, de um lado tem a desvalorização do dólar que está processando a nível internacional e é uma tendência que deve se aprofundar. De outro lado, o Brasil tem elementos estruturais que refletem na taxa de câmbio e nós temos uma taxa de câmbio livre. Reservas extremamente confortáveis e crescentes. Nós temos ainda um saldo comercial da ordem de 40 bilhões de dólares. O País teve uma melhora importante nas agências de *rating*, tem entrada de investimentos diretos, muito robusta, muito consistente. A capacidade de colocação de título no mercado primário vem atraindo cada vez mais investidores.

Então, essa apreciação tem um componente estrutural. Mas tem um componente especulativo. E é sobre esse componente especulativo que eu acho que nós podemos tomar medidas que reduzam. Por exemplo, a Colômbia tomou uma medida, fez um compulsório de 40% na entrada de capital estrangeiro na entrada. Sempre nós estamos discutindo na entrada porque mexer na saída significa quebrar contrato e o País não quer, de forma alguma, qualquer coisa dessa natureza. Estou dando o exemplo que vários Paí-

ses, recentemente, tomaram medidas para evitar uma apreciação mais aprofundada de suas respectivas moedas. Portanto, a decisão do BANCO CENTRAL é uma decisão de mercado e é uma decisão que vai na direção correta e nós temos que avaliar o impacto para não descartar novas medidas que venham a ser necessárias.

Por último, eu queria tratar de um tema da taxa, da meta de inflação. Na matéria do Estado de São Paulo, na seção de economia, no caderno B, página 5, o Ministro... Está aqui o Fábio e o Ribamar que estarão acompanhando atentamente a discussão, nunca faltam, o Ministro afirmou que em Países como Nova Zelândia, Reino Unido, Chile e Israel a inflação orbita em torno do centro da meta ficando, em diversos momentos, abaixo da meta. Mas, tanto a Nova Zelândia quanto o Chile, quanto Israel, trabalham com intervalos, e não com metas. E, portanto, no nosso caso, a inflação está abaixo da meta por um prazo superior a um ano, eu não conheço nenhuma outra experiência internacional. Pode ser que tenha, eu não conheço. Agora, o que é que me preocupa? Me preocupa nós projetarmos uma redução da meta no futuro nesse momento. É evidente que o cenário macroeconômico permite reduzir a meta. Evidente. A inflação tem estado bem abaixo da meta, mas ela está dentro do intervalo previsto. Quer dizer, está dentro do intervalo de acomodação do processo inflacionário. Eu não vejo necessidade, porque isso tem permitido, com bastante consistência, o mercado absorver que a inflação está abaixo da banda, está abaixo do limite inferior, está abaixo da meta da inflação, do centro da meta, próximo do limite inferior da banda e tem permitido o BANCO CENTRAL reduzir a taxa sucessivamente. Eu acho que nós deveríamos manter a meta da inflação. A meta de 4,5%, olhando para a história econômica do Brasil é uma meta bastante ambiciosa. Olhando para a história recente do Brasil, continua sendo uma meta bastante apropriada. E o fato de nós estarmos com uma inflação um tanto abaixo do centro da meta decorre, como eu estou mencionando, de uma apreciação muito forte da taxa de câmbio. E à medida que essa variável possa ser corrigida, ao longo do tempo, mantendo uma taxa de câmbio flutuante, mas estável e competitiva, nós poderemos, portanto, continuar trabalhando com esse centro da meta e com esse intervalo que está definido.

Por último, quero dizer, Presidente, que eu vejo o resultado da política macroeconômica bastante exitoso e os dados que são apresentados aí são inquestionáveis e são bastante otimistas em relação a perspectiva de um crescimento econômico com estabilidade. O que nós precisamos é ajustar os instrumentos e utilizar com bastante equilíbrio os instrumentos disponíveis no

BANCO CENTRAL para poder assegurar esse caminho exitoso que nós temos. E, por último, já apresentei, acho que a questão das tarifas bancárias é um tema absolutamente relevante a esta Comissão.

E termino dizendo que eu lutei anos aqui nessa Casa para aprovar a livre opção bancária, o direito do trabalhador escolher o seu Banco. E durante anos sofri resistências, inclusive por parte do BANCO CENTRAL. A decisão acabou vindo por decisão do Conselho Monetário Nacional. Tanto melhor, a autoria é o que menos importa ainda porque acho que o governo deveria ser mais atento à autoria intelectual das iniciativas legislativas. Mas a livre opção bancária é uma forma de estimular a concorrência e de reduzir tarifas. Quer dizer, a concorrência é o grande instrumento de regulação do mercado e nós precisamos aprofundar e acelerar a implantação desses instrumentos da conta salário porque o trabalhador não ser obrigado a receber o salário na empresa que ele trabalha como é no Brasil. Isso é uma reserva de mercado, uma reserva abusiva que acaba conduzindo à redução da competitividade, da eficiência e se expressa na tarifa.

Então, quanto mais concorrência no sistema, mais eficiência nós vamos ter, menores serão as tarifas bancárias. Mas nós poderemos debater isso também com a FEBRABAN e eu o farei de comum acordo com a Comissão, na data mais breve possível, porque eu não acho que seja matéria exclusiva de tratamento perante o BANCO CENTRAL. É o que nós tínhamos, já antecipo o agradecimento à presença, à audiência. E acho que esse instrumento que nós temos com uma certa periodicidade vão permitindo uma interação bastante grande entre o Senado Federal e o BANCO CENTRAL DO BRASIL. Muito obrigado, Presidente. V.Ex^a. tem a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Com a palavra o Presidente do BANCO CENTRAL para considerações a respeito da interpeção desse último bloco. Devolvo à presidência ao Senador Mercadante.

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Muito obrigado, Presidente. Eu vou, em primeiro lugar, responder às perguntas do Senador Eduardo Suplicy, a primeira, as duas primeiras perguntas dele são perguntas técnicas.

Em primeiro lugar, como é que é calculado o juro real que nós mostramos no gráfico. A idéia é o seguinte, o juro nominal que é tomado para o cálculo são os juros comercializados no mercado a termo de 360 dias na Bolsa Mercantil e de Futuros. E, isto é descontado pela inflação prevista por doze meses. Portanto, é essa a metodologia de cálculo de juro real na economia, que

é uma boa representação de uma taxa, do prazo de juros relevantes para a economia no Brasil hoje.

Em relação à questão da influência do juro real para o investimento, não há dúvida que diversos fatores muito importantes influenciam o investimento. Eu acho que um fator da maior seriedade e importância e relevância é a questão da previsibilidade. A economia mais previsível tende-se a aceitar taxas de retorno menores. Portanto, taxas de juros menores. Já para ser demandadas também, o que significa, em última análise, que pela mesma taxa de juros não teremos investimentos maiores. E pelas mesmas demais condições macroeconômicas.

Em relação à questão da taxa de juros, certamente, na medida em que os custos financeiros como um todo, caíam no Brasil como um processo resultante da estabilização, isso também favorece, não há dúvida, o investimento. Agora, certamente o salário real, certamente o poder de compra da população, a oferta de crédito, tudo isso são fatores importantes, além de fatores de ordem jurídica, de fatores de ordem de segurança de contratos, marco regulatórios, existe uma série de coisas que influenciam no investimento. Não vamos aqui listar mais, porque basicamente o fato concreto é que condições que propiciam o investimento são as mais diversas, mas eu apenas enfatizei a questão da estabilidade.

Em relação, ele menciona, registra o fato de que alguns setores têm menos competitividade na medida em que se aprecia o câmbio. Meramente uma observação do Senador. Que mudanças na legislação são ainda necessárias visando aumentar a competitividade bancária? Eu acredito que já mencionamos aqui, basicamente existe uma série de medidas aqui em trâmite no Congresso.

Em relação, agora, as perguntas da Senadora Kátia. Eu gostaria de dizer a V.Ex^a. algumas coisas importantes em relação a suas perguntas, Senadora.

Em primeiro lugar, somos abertos e S.Ex^a. é muito bem vinda no BANCO CENTRAL em quaisquer sugestões de melhora do processo de divulgação de informações do BANCO CENTRAL. Somos abertos a qualquer sugestão de melhores informações. Eu gostaria, no entanto, de mencionar que, em relação à divulgação por instituição financeira mensalmente dos dados referentes às tarifas bancárias, eu gostaria de dizer que isso já é disponível. É meramente uma questão de dar esta informação ao site do BANCO CENTRAL. É WWW.BCB.GOV.BR, que é o site do BANCO CENTRAL, imputar sistema financeiro nacional, informações sobre operações bancárias, 3. 4, tarifas bancárias, 5, instituição.

Então, o usuário pode optar em querer, por tarifa, o que é cobrado por cada instituição, a taxa média por cada instituição, ou por instituição, a taxa média. Em resumo, por tarifa, o que há, o que foi cobrado naquela tarifa pelo sistema ou por instituição, o que foi cobrado. E existe ainda uma classificação das instituições que cobram menores taxas das instituições que cobram maiores taxas.

Então, tudo isso está absolutamente disponível no site do BANCO CENTRAL, mas claramente somos absolutamente abertos à melhora. Vamos analisar com maior rigor ainda a disponibilidade de informações para que possamos aperfeiçoar, se for o caso. Em relação à questão, Senador, pois não...

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Desculpe, Presidente, mas essas informações são mensais?

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Mensalmente, sim. E há também uma informação de que há uma mudança quando é mudada a tabela. Muito bem.

Em relação a uma outra observação de S.Ex^a. no que diz respeito a que alguns Bancos não estão seguindo algumas das normas, então, claramente, Senadora, eu acho que aqui é uma questão de, em havendo alguma violação de norma por alguma instituição que seja notada por algum usuário, por favor, notificar imediatamente às autoridades competentes, no caso, não só o BANCO CENTRAL, mas também às autoridades Judiciárias de sistema de defesa do consumidor. Se existe algum Banco que não estão cumprindo a norma, certamente deverá ser acionado inclusive judicialmente.

Em relação a uma, digamos, uma acusação que S.Ex^a. faz a dois setores da economia, que há um oligopólio, um cartel dos fertilizantes e que há um cartel do sistema financeiro, eu acho que isso é uma suspeita séria e grave e isso é crime previsto em lei.

Portanto, se existe cartelização em qualquer desses setores eu sugiro que seja acionado o poder público, judiciário, o Ministério Público e o sistema judiciário para investigar, porque isto é algo da esfera civil e criminal. Não é algo meramente normativo.

Em relação à questão da exportação de manufaturados, eu diria o seguinte, Senadora, que a exportação de manufaturados continua a crescer, não há dúvida. Ela está crescendo inclusive em quantidades exportadas e está crescendo também em valor, manufaturados. Agora, o que está ocorrendo é que os produtos básicos, em função da expansão da fronteira agrícola brasileira, em função da operosidade da população que vive nas áreas agrícolas, em função dos ganhos de tecnologia que o Brasil tem tido, graças a um grande trabalho da EMBRAPA de muitos anos, a produção de produtos agrícolas principalmente no Brasil e mesmo

de minerais, através do esforço de companhias como a PETROBRAS e mesmo VALE DO RIO DOCE e outras companhias, o Brasil tem tomado vantagem, aproveitado a sua grande vantagem cooperativa de ter esse território magnífico, esse sol extraordinário e etc e o Brasil está aumentando a sua produção agrícola de forma impressionante. E, portanto, a produção agrícola está aumentando, a exportação, inclusive, numa escala superior à produção de manufaturados. Isso é resultado do sucesso da política agrícola do Brasil.

Agora, em termos de variação de quantidades, por exemplo, para dar um dado específico para a Senadora, no mês de abril de 2007, comparado com abril de 2006, a quantidade de manufaturados cresceu 10.2%. Não está diminuindo, Senadora, está aumentando. E o valor dos manufaturados cresceu 21.8%. Portanto, a exportação de manufaturados está crescendo.

Agora, a exportação de básico, a senhora tem toda a razão, está crescendo mais. Cresceu 32% no período, o que significa que isso é a razão do sucesso. Esperamos que o setor agrícola brasileiro continue a ter sucesso e continue a produzir cada vez mais e gerar mais receita para o País.

Muito bem, em relação agora, partindo a pergunta do Senador Garibaldi Alves. Senador, se eu entendi bem, o senhor me esclareça, por favor, se V.Ex^a. de fato, a sua pergunta se refere a uma possível fiscalização do BANCO CENTRAL em como o Governo Federal investe o CPMF ou gasta o CPMF, é isso ou não, por favor? Isso que eu gostaria de esclarecer.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Presidente, não é isso. É o seguinte, a prorrogação que vai se dar agora ou não, autorizada pelo Congresso Nacional...

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Sei.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): E o setor empresarial pressiona, pelo menos o do meu Estado, no sentido que não ocorra essa prorrogação.

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Hum-hum.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): E se alega, primeiro que era provisório, uma contribuição provisória, e ela, que não vinha para ficar, terminou ficando.

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Hum-hum.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Alegam eles, também, que a questão da aplicação que eu creio que não cabe a V.Ex^a. nenhuma providência, a V.S^a nenhuma providência nesse sentido. Enfim, eles acham que o governo deveria abrir mão da prorrogação, pelo menos dentro de um horizonte temporal e fazer com que a atividade comercial, industrial

e de agricultura, pelo menos, pudesse ser desonerada desse imposto.

Então, eu creio que... Eu estou fazendo essa pergunta inclusive porque, por coincidência, Sr. Presidente, só para, só para encerrar, só um minuto, eu sei que V.Ex^a. está atento aí e a fome está chegando.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Pois não.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Na verdade, eu quando estava aqui ouvindo a palavra do Ministro, Presidente do BANCO CENTRAL, eu recebi um telefonema do Presidente da Federação do Comércio que queria, a exemplo do nosso colega Adelmir, que é queria que eu fosse lá para explicar porque o CPMF vai ser prorrogado, se o governo está com essa situação econômica privilegiada, se o governo, segundo ele, porque ele não conseguiu me identificar isso, tem uma folga de 35 bilhões. Eu acho que essa folga que ele fala é uma folga orçamentária, porque o governo, no orçamento, tem 90% de aplicação impositiva do orçamento e tem 10% de folga. Mas, enfim, é sobre a prorrogação da CPMF, da contribuição.

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Senador, recebemos com muita atenção e respeito as suas ponderações. Agora, eu gostaria de avisar que, apenas comentar, a minha primeira reação a isso é o seguinte: eu acredito que nesta questão S.Ex^a., os demais Senadores têm mais talvez poder na decisão desse assunto do que nós no BANCO CENTRAL, na medida em que, evidentemente, será uma decisão do Congresso.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, eu não estou querendo transferir a decisão para V.S^a. O que eu estou querendo é saber a opinião de V.S^a, que eu sei que ela é uma opinião influente junto ao governo. O que é que V.Ex^a. diria sobre isso? Eu acho que qualquer cidadão, não precisa ser Deputado nem Senador, principalmente um Ministro Presidente do BANCO CENTRAL, deve ter uma opinião sobre isso.

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Entendi, Senador. Evidentemente que o CPMF, tal como muitos outros impostos tem suas desvantagens, tem os seus custos importantes, por outro lado são necessários para o equilíbrio dos gastos públicos e para, digamos, a boa consecução da programação fiscal do Brasil e principalmente da continuada queda da relação dívida sobre produto que é muito importante para a estabilização da economia brasileira, para a geração de maiores recursos disponíveis para o setor privado investir, crescer e gerar empregos. Portanto, é muito importante esta questão toda tributária.

Então, me parece que é sempre um desafio enorme a eliminação de um imposto importante porque

ele pressupõe a criação de um outro imposto substituto. Ou de uma desoneração muito importante, leva também à necessidade de aumentar imposto, ou de diminuir os custos.

Então, a diminuição de custos, boa parte delas, a grande maioria, também envolve decisões de ordem congressual. Portanto, digamos, de novo, é uma questão que não é exatamente a minha área, não é exatamente a minha especialidade. Agora, não há dúvida que qualquer redução de imposto tem que ter contrapartida ou pela substituição ou pela diminuição do gasto, e aí é uma discussão basicamente de ordem política institucional e congressual.

E em relação a questão da substituição por um imposto mais eficiente, eu acho que é uma discussão válida, Senador. Eu acho que não há dúvida que poder-se-ia, acho que a questão da Reforma Tributária no Brasil é um desafio importante é uma meta que todos devemos ter, mas de novo é algo de muita complexidade como os senhores sabem melhor do que eu. Na medida que envolve Estados, prefeituras, o Governo Federal e é uma questão também, de novo, de decisões políticas importantes. Agora, não há dúvida de que o Brasil hoje está num momento em que a estabilização da economia já propicia condições talvez de começarmos a discutir essa questão tributária de uma forma geral e uma maneira de aumentar a eficiência do sistema arrecadatório brasileiro. Eu acho que é uma conquista que nós podemos hoje ter é exatamente estar em discussões de discutir isso na medida em que a economia está mais estável. Mas, de novo, isso é uma discussão que envolve Estados, Municípios, Governo Federal etc e Congresso e, portanto, não é algo que possa ser decidido voluntaristicamente, evidente por uma outra pessoa.

Em relação ao Senador Arthur Virgílio, ele não fez uma pergunta, ele fez basicamente manifestou a sua concordância com grande parte das políticas desenvolvidas pelo BANCO CENTRAL, basicamente podemos apenas agradecer aos elogios do Senador Arthur Virgílio.

Em relação à pergunta do Senador Adelmir Santana em relação ao convênio do BANCO CENTRAL com a Secretaria de Direito Econômico, Senador, como bem conhecido S.Ex^a., o objetivo é verificar se existe falha de mercado e necessidade de atuação dos órgãos reguladores e dos órgãos de defesa da concorrência em relação a isso. Estado atual, o BANCO CENTRAL recebeu já dados estatísticos, numéricos, um número muito grande e importante de dados, porque isso tem que ser um trabalho estatístico, macroeconômico de definição para saber se há distorções na formação de preços.

Então, o BANCO CENTRAL requisitou, em convênio com a SDE esses dados todos, já recebeu, está trabalhando, fazendo um tratamento econométrico dos dados, para o envio dos dados à Secretaria de Direito Econômico e certamente vou lhe assegurar que o BANCO CENTRAL possa levar ao Senador informações suficientes para mantê-lo informado sobre o andamento do processo e obrigado pelo interesse em relação ao processo, ao Projeto de Lei, evidentemente, que é de sua autoria. E do seu interesse no assunto. E eu acho que isso de fato é um trabalho meritório e vamos estar lhe mantendo informado no que diz respeito ao trabalho do BANCO CENTRAL a respeito.

Finalizando, em relação às perguntas, ou melhor dizendo, às observações do Senador Mercadante, gostaríamos de enfatizar que ficamos extremamente honrados e gratificados de receber aqui um elogio público do Senador Mercadante que muito respeitamos e que, certamente, engrandece o debate público e macroeconômico do Brasil. E, portanto, em nome do BANCO CENTRAL e de todos os funcionários da instituição, agradecemos, de público, aos elogios feitos pelo Senador.

Em relação a questão, apenas uma observação final, o Senador menciona e faz uma pergunta sobre a existência de Países onde a inflação tenha estado abaixo do centro da meta, naqueles Países em que têm o centro da meta. Existem, sim, vários Países, apenas vamos enviar esses dados ao Senador. O Chile, por exemplo, abaixo do centro da meta, 49% do tempo, tem centro, tem intervalo... Tem centro abaixo do centro 49%, a Polônia 65% do tempo, Peru, 69%, Austrália, 49 e Canadá, 54, Senador, e Reino Unido 45% do tempo.

Estamos aqui dando alguns dados, atendendo ao seu pedido. Senador, vamos lhe enviar exatamente os dados a seu pedido sobre o comportamento de inflação em diversos Países. Mas, em dito isso, Senador, antes eu fiz questão de agradecer de público aqui, dizer que o BANCO CENTRAL, através dos seus funcionários, sua Diretoria, do seu Presidente, ficaram muito honrados com a sua manifestação em relação à política econômica e particularmente o papel do BANCO CENTRAL NO BRASIL.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria agradecer e pedir desculpas, mas nós temos tantas atividades nessa Casa que eu e o Líder Arthur Virgílio precisávamos encaminhar votações relevantes em projetos que tramitam e fizemos aí uma pequena descortesia. Mas, de qualquer forma agradeço a presença de V.Ex^a. acho que tivemos uma grande Audiência Pública, o que mostra que essa

rotina de audiências vai aprimorando, aperfeiçoando, aproximando as instituições. Nós cumprimos o nosso papel constitucional e podemos hoje, com muita tranquilidade, estar aqui para parabenizar o BANCO CENTRAL, a Diretoria e seus funcionários pelo excelente trabalho que prestam ao País. Muito obrigado, está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 14h13

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

ATA DA SEXTA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO, DE 2007, ÀS 17:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dezessete horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e oito de maio do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral, reúne-se a Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios com a presença dos Senadores Inácio Arruda, Francisco Dornelles, Garibaldi Alves Filho e Eliseu Resende. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp, Kátia Abreu e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública a fim de debater a questão dos “Marcos Regulatórios”, tendo como tema foco a Política Nacional para Prospecção de Petróleo e Gás Natural, em atendimento a deliberação da Subcomissão. Foram convidados o Sr. João José de Nora Souto, Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia, MME; o Sr. Guilherme de Oliveira Estrella, Diretor de Exploração e Produção da Petrobrás; Sr. Haroldo Borges Rodrigues Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, ANP; Sr. Adriano Pires, Diretor-Geral do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura, CBIE, tendo ausência justificada em razão de compromissos assumidos anteriormente para o mesmo dia e hora; Sr. Vasco Dias, Presidente da Shell do Brasil; e Sr. Heitor Manoel Pereira, Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás, AEPET. Audiência Pública realizada com a presença dos Srs.

João José de Nora Souto, Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia – MME; Guilherme de Oliveira Estrella, Diretor de Exploração e Produção da Petrobrás; Haroldo Borges Rodrigues Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP; John Haney, Vice-Presidente de Exploração e Produção da Shell do Brasil (representando o Sr. Vasco Dias, Presidente da Shell do Brasil); e Eng. Ricardo de Moura Albuquerque Maranhão, Ex-Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás – AEPET (representando o Sr. Heitor Manoel Pereira, Presidente da AEPET). Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Garibaldi Alves Filho, Eliseu Resende e Francisco Dornelles. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotípias Informatizadas. – Senador **Delcídio Amaral**, Presidente da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Havendo número regimental declaro aberta a 6ª Reunião da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, a realizar-se em 28 de maio de 2007, às 17h00, na Sala de Reuniões número 19, Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Eu gostaria de registrar antes de entrar na pauta do dia que a próxima agenda de Audiências Públicas, ela ocorrerá no dia 4 de junho, na próxima segunda-feira. É sobre recursos hídricos. Com a presença do Diretor de Regulação da Agência Nacional de Águas, ANA, o Dr. Oscar de Moraes Cordeiro Neto; o Presidente do Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, CEIVAP, Dr. Paulo Teodoro de Carvalho; o Consultor em Direito de Águas, Dr. Cid Tomanik Pompeu; e o Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Dr. João Paulo Ribeiro Capobianco. E eu gostaria que a Assessoria tomasse as providências devidas para confirmação dos convidados para a próxima reunião do dia 4 de junho, aqui também nessa sala, às 17h00.

A Audiência Pública que hora iniciamos, ela debaterá a questão dos marcos regulatórios, tendo como

tema foco a política nacional para prospecção de petróleo e gás natural em atendimento à deliberação da Subcomissão. Eu quero registrar que nós já fizemos uma primeira reunião sobre petróleo e gás, mas na verdade muito focada em biocombustíveis, em abastecimento, e nós estamos agora fazendo uma Audiência Pública especialmente voltada para a política nacional de prospecção de petróleo e gás natural. Eu queria convidar aqui para a Mesa Diretora dos trabalhos o Dr. João José de Nora Souto, Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis no Ministério de Minas e Energia, MME. Gostaria também de convidar o Dr. Guilherme de Oliveira Estrella, Diretor de Exploração e Produção da PETROBRAS; o Dr. Aroldo Borges Rodrigues Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Quero registrar que o Dr. Adriano Pires justificou a sua ausência em função de compromissos inadiáveis e que ele não pôde de nenhuma maneira mudar no dia de hoje. O Dr. John Haney, Vice-Presidente de Exploração e Produção da SHELL Brasil, e o Dr. Ricardo de Moura Albuquerque Maranhão, ex-Presidente da Associação dos Engenheiros da PETROBRAS, AEPET, e ex-Deputado Federal, representando o Dr. Heitor Manoel Pereira, Presidente da AEPET. Eu gostaria de registrar que cada expositor falará durante 20 minutos. Aqui é uma Subcomissão bem tranqüila, nós vamos debater sistemas com tempo suficiente, se precisar passar dos 20 minutos também não há dificuldade, e o objetivo efetivamente é colher os subsídios dos Senhores para que isso venha fazer parte de um Relatório parcial que depois vai se incorporar ao Relatório final, a ser aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. Cada orador terá, cada expositor terá um tempo de 20 minutos e eu quero passar a palavra para... Eu vou procurar se todos estiverem de acordo, vou chamar os expositores na seqüência que eu os convidei. Quero também registrar a presença do meu querido Relator, Senador Garibaldi Alves, já aqui presente, e passo a palavra ao Dr. João José de Nora Souto, Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia, MME.

SR. JOÃO JOSÉ DE NORA SOUTO: Muito obrigado Senador Delcídio Amaral, demais companheiros aqui da Mesa, Senadores presentes, demais autoridades. Gostaria de agradecer ao convite do Senador Delcídio Amaral para fazer uma exposição sobre a visão do Ministério de Minas e Energia em relação à política de exploração e produção de petróleo, gás natural no Brasil. Eu falarei sobre a Legislação, a principal Legislação que existe hoje em termos de petróleo e gás; como é feito o planejamento das rodadas de licitações; alguns números, dados importantes sobre o setor petróleo e

gás; e as nossas conclusões. Termo de Legislação, todos nós conhecemos a Emenda Constitucional nº. 09/95 que estabeleceu o fim do monopólio estatal da PETROBRAS. Na seqüência em 97 a Bacia de Campos, que definiu as diretrizes para o estabelecimento da política energética nacional; criou o Conselho Nacional de Política Energética; definiu que os depósitos de petróleo e gás natural são de propriedade da União; o regime de concessão é um regime de licitação; o óleo e o gás natural produzidos são de propriedade do concessionário, após o pagamento devido de todos os impostos e taxas. E, cabe ao Conselho Nacional de Política Energética o estabelecimento de diretrizes para importação e exportação de petróleo e gás natural, de modo a atender as necessidades do País.

Em termos de política, a Resolução do Conselho Nacional de Política Energética nº. 08, de 21 de julho de 2003, estabeleceu o planejamento governamental a partir então de 2003. Ou seja, estabeleceu as seguintes diretrizes: a redução da dependência energética nacional, que seria uma diretriz estratégica; ajustar sempre que possível a produção nacional às nossas necessidades, fazer com que a demanda seja plenamente atingida com a produção nacional; criar oportunidades para o País na exploração e produção de petróleo e gás natural; licitar áreas mantendo a atratividade das nossas bacias sedimentares; promover o conhecimento das bacias sedimentares; estimular a aquisição de bens e serviços no Brasil, através de uma política de aumento do conteúdo local, de bens e serviços; e, evidentemente, buscar aderência às normas internacionais em relação às questões do meio ambiente. Em relação ao planejamento das rodadas, quais seriam os objetivos presentes? Primeiramente seria a manutenção das reservas com o objetivo de garantir uma produção futura em conseqüência à nossa auto-suficiência; redução da dependência energética externa; promoção do conhecimento das nossas bacias sedimentares a partir então das concessões dos BID'S que são oferecidos anualmente; estimular a indústria nacional através da demanda de bens e serviços, com a exigência de conteúdo local cada vez maior. Em que consiste o planejamento? Nós observamos aqui um gráfico que mostra a produção versus o tempo. Essa curva aqui significa as reservas provadas. Nós observamos que essas reservas atingem um pico e evidentemente ela decai com a produção do petróleo. E na seqüência nós temos os campos em desenvolvimento, os campos em avaliação e as expectativas das rodadas. E, projetando um cenário de crescimento, nós observamos que existe sempre uma necessidade do País em incorporar novas reservas com o objetivo futuro de promover, então, a nossa auto-suficiência e a produção de petróleo. En-

tão, de que maneira fazemos isso? Nós fazemos isso através dos estudos. Aqui nós temos as áreas, todas as áreas divididas em blocos.

A ANP realiza os estudos a partir então da aprovação das áreas pelo Conselho Nacional de Política Energética e, paralelamente, existe toda uma articulação com os órgãos ambientais, no caso o IBAMA, e também os órgãos estaduais do meio ambiente, com vistas então à aprovação em relação a todas as exigências ambientais. Então, nós estabelecemos três tipos de modalidades para as rodadas de estação. A modalidade um, é a primeira modalidade, que significa: áreas de elevado potencial para descoberta de petróleo e gás natural. Essas áreas são áreas importantes, que vão provavelmente recompor as reservas nacionais e também vai atender futuramente a nossa demanda por petróleo. A segunda modalidade são áreas em bacias de novas fronteiras tecnológicas e do conhecimento. Essas áreas são áreas pouco conhecidas, tem o objetivo de atrair as empresas para investimentos em novas tecnologias, cada vez mais importantes para a descoberta de novas jazidas. E em relação à modalidade 3, são áreas em bacias maduras, que oferecem oportunidades a pequenas e médias empresas, com o objetivo de descobrir petróleo e gás natural em bacias já muito maduras. Em termos de critérios para julgamento das ofertas, nós estabelecemos no edital que o conteúdo local entra com peso de 20% nas propostas; o programa exploratório mínimo representa 40%; e o bônus de assinatura tem também 40%. O que daria o total de 100% aqui. Evidentemente o programa exploratório mínimo são investimentos importantes tanto na área de geologia como na área de levantamento geofísico, perfuração de poços, etc. E o bônus de assinatura é o ágio que é pago para a assinatura do Contrato de Concessão. Nós temos os resultados aqui alcançados nas sete rodadas realizadas. Tivemos 3,3 bilhões arrecadados em bônus de assinatura, foram aproximadamente 600 blocos concedidos, 20 campos marginais concedidos e hoje estão atuando 64 grupos internacionais, sendo 28 de origem nacional e 36 de origem estrangeira. Todas essas rodadas de estações realizadas representam hoje atualmente cerca de 4,5% do total da área concedida que é 300 mil quilômetros quadrados. E no segundo semestre estão previstos a realização da nona rodada de licitações, que eu mostrarei detalhes na seqüência. Em termos de áreas concedidas esse gráfico mostra claramente a necessidade de se ter cada vez mais as rodadas de licitações. Por quê? Aqui estão as áreas que foram ofertadas no BID 0, que provavelmente no ano de 2009 não terá mais áreas referentes ao BID 0. E na seqüência rodada 1, 2, 3, 4, 5, e rodada 7. Esse aumento foi em consequência

das áreas arrematadas nas bacias terrestres referente à bacia do São Francisco, em Minas Gerais, e a bacia do Solimões, no Amazonas.

Então atualmente nós temos em torno de 300 mil quilômetros quadrados apenas de áreas concedidas. Esse gráfico mostra também com muita clareza, esse aqui seria o consumo, as reservas provadas; aqui seria os planos de avaliação e desenvolvimento já descobertos; rodada de 1 a rodada 7 seria esses novos volumes aqui; e aqui seria o déficit a ser coberto pelas próximas rodadas. Portanto, se nós projetarmos essa curva aqui, nós veremos que a partir então do ano 2017 teríamos que incorporar novas reservas de petróleo com o objetivo de manter a nossa auto-suficiência em petróleo. Em que consiste o nosso planejamento? Nós estamos planejando a sétima rodada para acontecer provavelmente no mês de novembro. Nós temos que para petróleo nós temos um período de exploração de no mínimo seis anos, o período de avaliação de um ano e um período de desenvolvimento da produção de um ano. Ou seja, o primeiro óleo, se nós começarmos a rodada de licitação esse ano, o primeiro óleo que será incorporado provavelmente só em 2015. Portanto, exige que todo esse planejamento tenha uma certa antecedência e tenha realmente essa previsão de incorporação das novas reservas para mantermos então a nossa reserva de produção em níveis adequados. Em termos de gás natural, nós temos que o primeiro gás seria apenas, estaria disponível apenas no ano de 2017. Ou seja, a partir de dez anos a partir da decisão de fazer a rodada de licitação. Então esse gráfico mostra claramente a necessidade de planejarmos com muita antecedência todos esses investimentos aí nas rodadas de licitações. Em termos de preparativos para a nona rodada, nós realizamos já os estudos nas bacias sedimentares. A Resolução CNPE nº. 5 já aprovou as bacias que a ANP está efetuando os estudos. Já foram feitas todas as reuniões entre os órgãos ambientais, tanto o IBAMA como os órgãos ambientais estaduais, em relação a todos os setores que vão ser apresentados provavelmente na próxima reunião do Conselho Nacional de Política Energética, que provavelmente vai ser nesse mês de junho para a aprovação então dos setores que serão ofertados na rodada de licitação a ser realizada provavelmente em novembro deste ano. Em termos de bacias sedimentares que vão ser ofertadas, nós temos blocos na bacia do Espírito Santo, Campos e Santos com elevado potencial de petróleo e gás; nós temos também áreas de novas fronteiras, como a bacia de Pernambuco, Paraíba, Pará, Pará-Maranhão, Parnaíba e Rio do Peixe; e também bacias maduras, como a Bacia do Recôncavo e a Bacia Potiguar. No total serão

ofertados blocos em nove bacias sedimentares. Mostrei agora algumas estatísticas importantes em relação ao setor de petróleo e gás natural. Esse gráfico mostra uma evolução das nossas reservas totais em relação ao ano de 95, onde houve um crescimento de 91% em termo de reservas. Hoje nós estamos por volta de 14,2 bilhões de barris equivalentes de petróleo. Em termo de reservas de petróleo, nós temos 12,2, mas vai na produção de 1,8 para um consumo de 1,8. Uma relação reserva/produção de 18,4 anos para o gás natural, para uma reserva provada de aproximadamente 350 bilhões de metros cúbicos; uma produção de 48,5 milhões de metros cúbicos o que daria uma relação reserva/produção de aproximadamente 24 anos. Na seqüência, aqui estaria a distribuição das nossas reservas por bacias sedimentares. Temos um total no Brasil de reserva de petróleo, como eu havia falado anteriormente, de 12,2 e aqui as diversas bacias com a reserva e a sua produção atual. A produção atual é de um milhões e oitocentos para uma reserva de 12,8. Em termos de gás natural, o Brasil possui reserva de 350 bilhões de metros cúbicos e uma produção atual de 48,5, e também as principais bacias sedimentares com suas respectivas reservas e também suas respectivas produções de gás natural. Em termos de empresas que estão atuando hoje no Brasil, nós temos 64 empresas, sendo 28 de origem nacional e 36 de empresas estrangeiras. Em termos de incorporação de reservas, nós temos que em termos de... Esse gráfico mostra em cor azul, seria a produção anual e o amarelo o que foi incorporado ano a ano de reservas; o que daria uma média de aproximadamente um bilhão, um bilhão e cem barris por ano, de reservas que foram incorporadas a partir do ano de 2002. Em termos de produção, também temos um crescimento expressivo a partir de 97, saímos de um milhão de barris para 2,2 milhões de barris de óleo equivalente. Crescimento de 110% em termos de produção total, petróleo e gás. Aqui a evolução da importação e exportação. Nós tínhamos um déficit aqui de aproximadamente 500 mil barris por dia de petróleo no ano de 2000, enquanto nós estamos aqui com a nossa auto-suficiência já atingida em 2006, que deu um *superávit* de 66 mil barris por dia de petróleo. Em termos de investimentos na área de exploração e produção no período de 98 a 2006 foram investidos 63,5 bilhões, estão previstos investimentos expressivos no período dos próximos três anos de aproximadamente 90 bilhões para exploração e produção de petróleo e gás natural. Em termos de bônus de assinatura - que como já expliquei seria o ágio que as empresas pagam para a assinatura desses contratos que também faz parte do critério de avaliação com peso de 40% - nós temos arrecadado desde a primeira

rodada até a sétima rodada 3,3 bilhões de reais em bônus de assinatura.

Em termos de *royalties*, o *royalty* passou de 190 milhões em 97 para 7,7 bilhões de reais no ano passado. Um aumento bastante expressivo em termos de pagamento de *royalties* em petróleo e gás. Participação especial também houve um aumento expressivo de um bilhão em 2000 para 8,8 bilhões. Ou seja, somando participação especial e *royalties* dá aproximadamente 16,5 bilhões de reais que são arrecadados por ano somente a título de participação especial e a título de *royalties*. Em termos de retenção diária que seria pagamento pela ocupação dessas áreas, nós temos hoje em termos de 130 milhões de reais, pagamento por... É uma taxa anual que é paga para a ANP a título de ocupação dessas áreas. Para o proprietário de terra também tivemos um expressivo aumento, estamos pagando em torno de aproximadamente 96 milhões de reais para os proprietários de terra para a produção de petróleo e gás natural. Em termos de evolução, a política do conteúdo local, a partir da 5ª rodada, onde nós estabelecemos uma política de aumento do conteúdo local [soa a campanha]. Aqui em termos de exploração e produção, nós temos aproximadamente 80% na exploração e 85% na fase de desenvolvimento da produção. Em termos de conclusões... Então, evidentemente que todos esses crescimentos da indústria de petróleo no Brasil evidenciam o sucesso da política governamental para o setor. Em decorrência disso tivemos um aumento expressivo de uma empresa que operava basicamente a PETROBRAS antes do monopólio, para, como eu falei, 64 empresas. Houve também um crescimento fantástico da PETROBRAS em todo esse período. Um aumento expressivo das reservas provadas de quase 100%, um aumento também de produção de quase 100%, aumento de conteúdo local bastante expressivo, como mostrei anteriormente. E evidentemente que nós sinalizamos aqui que é importante ao País que continue resistindo a essa política de colocar as áreas em processo de licitação, com o objetivo então de permitir que o nosso País continue a manter a nossa auto-suficiência em petróleo e também a manter a relação reserva/produção com a posição confortável, como nós acabamos de ver na nossa apresentação. Muito obrigado pela atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Dr. João José de Nora Souto, Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia. E eu passo imediatamente a palavra ao Dr. Guilherme de Oliveira Estrella, Diretor de Exploração e Produção da PETROBRAS.

SR. GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA:

Boa tarde, Srs. Senadores. Agradeço a oportunidade de vir aqui para colocar a posição da companhia. E a minha apresentação basicamente vai ser iniciada com uma... Alguns slides que vão mostrar a posição da companhia em termos de exploração e produção no momento atual, e, posteriormente, então, nós vamos tecer algumas considerações no final, acerca de alguns pontos que nós achamos que podem ser objeto de melhoria no que diz respeito a marcos regulatórios, que estamos tratando com eles no nosso dia-a-dia. Para falar sobre os nossos investimentos nós estamos com a exploração e produção no Brasil com cerca de 46% do investimento da PETROBRAS, praticamente metade do investimento da companhia nesse quinquênio 2007/2011. Estamos com cerca de 40 bilhões de dólares para serem investidos entre 2007 e 2011. Isso em termos de reais, que nós já estamos na verdade trabalhando muito em reais, na base de 20 bilhões de reais por ano e esse é o nosso investimento. Internacionalmente, só para efeito de informação, nós estamos com nove bilhões de dólares, e tudo isso dá cerca de 50 bilhões de dólares investimento em AIP nos próximos 5 anos. É o principal. Aliás, esse é um quadro que todas as empresas petrolíferas estão apresentando, já que a área de exploração e produção com os preços elevados de petróleo, as grandes empresas inclusive a PETROBRAS estão avidamente à procura de novas reservas e aumento de produção. Os nossos principais campos de petróleo, a nossa principal região produtora é a região Sul-Sudeste, principalmente na região de Campos, na Bacia de Campos, onde no Estado do Rio e no Estado do Espírito Santo hoje atualmente temos cerca de 75 a 80% de nossa produção e das nossas reservas provadas, mas a partir de 2003 nós, a empresa tomou a decisão de desconcentrar as sondas e os nossos esforços exploratórios, colocando a Bacia do Espírito Santo ao norte da Bacia de Campos e a Bacia de Santos ao sul da Bacia de Campos, com objetivos exploratórios prioritários para a companhia. Desde aí, tivemos excelentes resultados exploratórios na Bacia do Espírito Santo, com o campo de golfinhos e outros campos, essa é a parte de golfinho principalmente. É um petróleo de certa forma diferente da Bacia de Campos, porque é um petróleo leve, de origem diferente da Bacia de Campos, de origem geológica diferente. E na Bacia de Santos logramos a descoberta do campo de mexilhão, é um campo grande de gás. Nós inicialmente tivemos uma estimativa extremamente, vamos dizer, otimista, desse campo. A partir de postos que perfuramos, a seguir essa estimativa decaiu. Mas esse é o processo normal mesmo da exploração e produção e agora retomamos com a perfuração de novos poços

no campo, praticamente retornamos as expectativas iniciais. É um grande campo e deverá ser colocado em produção em 2009. E também na Bacia de Campos, naturalmente é uma bacia extremamente prolífica, continuamos a investir em exploração e descobrimos lá também campos excelentes, principalmente na área... Já na jurisdição de Espírito Santo, nos campos de chamado Parque das Baleias e também ao sul da bacia no limite quase entre a Bacia de Campos e de Santos. Na parte sul da bacia tem uma série de campos pequenos e um grande campo descoberto, que é o Campo de Papa-Terra, que é o campo que vai ser objeto de nossos investimentos nos próximos anos. Na Bacia de Santos é de realçar, além do campo de mexilhão esses--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA:

--além do campo de mexilhão os campos do antigo BS-500 que tem em Uruguá, Tambaú e outros campos que nós estamos já nos preparando para colocar em produção nos próximos anos. O próximo slide. No nordeste brasileiro, além de continuarmos explorando em terra, também com resultados bastante expressivos, claro que os campos terrestres, as grandes acumulações terrestres já foram descobertas, as bacias são maduras, as super maduras, mas temos obtido também descobertas interessantes tanto no Recôncavo Baiano como em Sergipe, Alagoas, quanto na parte terrestre da Bacia Potiguar. Os dois grandes, vamos dizer, os mais importantes fatos no Nordeste Brasileiro, aqui no Nordeste Meridional, são a entrada em produção do Campo de Manati, no sul da Bahia que está aqui. É um campo que a produção tem se mostrado acima das nossas expectativas, é um campo que vai produzir quantidades expressivas de gás. E entra agora em meados do ano o Campo de Piranema, na Bacia de Sergipe, Alagoas, na Bacia de Sergipe propriamente dita, e que vai produzir cerca de 30 mil barris por dia e é a primeira produção em águas ultraprofundas da Bacia de Sergipe, Alagoas. Então isso vai ser um marco para nós, porque abre novas perspectivas exploratórias de modo que esses dois, tanto o Manati quanto o Piranema, são considerados para nós fatos importantes que vão ocorrer. Manati já ocorreu desde o princípio do ano e Piranema em meados desse ano. Importante citar que Piranema é uma via tecnológica diferente do que nós estamos acostumados a colocar em produção. A PETROBRAS tem um projeto de grandes dimensões e a plataforma de Piranema é um protótipo de pequenas dimensões para esse projeto grande da PETROBRAS.

Então, além desse aspecto puramente de produção, vai produzir informações tecnológicas grandemente importantes para o nosso projeto maior. Na Bacia do Potiguar nós também fizemos algumas descobertas, e em termos exploratórios nós temos blocos na parte ultraprofunda da bacia, também pegando o Ceará um pouco, que são extremamente prospectivos. O ataque a essas áreas exploratórias que nós temos tanto no Nordeste Meridional como no Nordeste Setentrional, está na grande dependência da disponibilidade de sondas, que hoje é um ativo crítico em todo o mundo em termos de exploração de petróleo. Na parte... Aqui estão os blocos, na Bacia Potiguar e na Bacia do Ceará. Temos blocos também nessa faixa que chamamos Faixa Equatorial, é uma faixa onde não existe produção estabelecida. Portanto é uma faixa de fronteira tanto do seu ponto de vista tecnológico quanto do ponto de vista de produção, ela mesma. Porque ainda que tenhamos obtido algumas produções pequenas na parte do Pará-Maranhão, mas em termos de produção estabelecida não temos ainda nessa Faixa Equatorial. É uma faixa extremamente complicada, ligada à separação dos continentes, essa coisa toda, mas são blocos que a PETROBRAS já adquiriu e temos vários prospectos que estamos na dependência de sondas, de disponibilidade de sonda, para transferir lá para cima, lá para o Norte. Parte terrestre, temos a parte na bacia chamado Bacia do Solimões, com Urucu, São Mateus e Juruá, na parte do alto Amazonas. E agora estamos a PETROBRAS aprovou a primeira... O primeiro Projeto de Produção de Gás de Hidrocarbonetos, por sinal, na Bacia do Amazonas. Aqui tem uma feição geológica que separa a Bacia do Solimões da Bacia da Amazônia e esses dois campos pequenos, Azulão e Japiim, vão produzir para uma termoelétrica de médio porte que será instalada aqui nessa região e a energia vai ser trazida para Manaus. Aqui estão os gasodutos que estão sendo construído de Coari a Manaus e aqui estamos duplicando a alimentação para Coari, através de Campos de Juruá e Urucu. Aqui nossos principais projetos de produção de óleo.

A empresa na verdade tem uma situação eu diria confortável, porque temos inúmeros projetos que estão já na carteira e já sendo construídos, quer dizer, essas projeções de produção de petróleo não são projeções baseadas em novas descobertas, são projetos que já estão em andamento. Então, nós podemos ver que o crescimento da curva é consistente até 2011, quando atingiremos a meta de 2 milhões e 400 mil barris por dia de petróleo. Então são todos esses projetos, já foram aprovados e estão em andamento na fase já de, alguns já de instalação, como o 2007, Piranema, Golfinho 2, Espadarte, que já entrou em produção, a

P-52 e a P-54 são as duas grandes plataformas que entrarão em produção esse ano. Vendo um pouco mais adiante, para 2015, nós estamos já prevendo uma produção de 3,5 milhões de barris de óleo equivalente, quer dizer, petróleo e gás, mas já para essa previsão de 2015. São campos... Porque a PETROBRAS tem uma situação hoje, Senadores, que das nossas reservas provadas, nós temos mais ou menos metade desenvolvida e metade a desenvolver, que dependem dos nossos investimentos nesse plano estratégico. Então, esse crescimento está baseado também nas reservas que não estão desenvolvidas. São novos projetos, hoje mesmo aprovamos os primeiros passos para dois grandes projetos ainda na Bacia de Campos, que já estão nas nossas reservas, mas não têm instalações de produção já em operação. De qualquer maneira a previsão de crescimento é substantiva e nós estamos nos preparando para atingir essa produção em 2015, cerca de 3,5 milhões de barris equivalentes, quer dizer, de óleo e gás. No Norte e Nordeste também é um fato que eu gostaria de chamar atenção. As bacias maduras... Nós enfrentamos uma tendência da queda de produção expressiva, porque são campos em adiantado grau de exportação, mas com aplicação a partir desse ano já de novas técnicas e novos procedimentos, nós vamos atingir recordes de produção terrestre de óleo e gás na área do Nordeste. Aqui também um projeto importante que é o Barano(F), no Rio Grande do Norte é mar, mas esse crescimento é principalmente a partir dos nossos campos terrestres que, como eu disse, aplicaremos novos procedimentos de produção. Só vou dar uma idéia do chamado Plano Gás, que é um plano de antecipação da oferta de gás ante a situação que ocorreu com a Bolívia a partir do início do ano passado, então a PETROBRAS imediatamente se mobilizou e apresentou ao Governo esse plano de antecipação das nossas reservas de gás, de produção das nossas reservas de gás no que diz respeito à oferta. Então, o plano gás, em termos de gás associado ou não associado, nós já estamos... Esse é um histórico até essa data. Nós viemos crescendo também substantivamente a nossa produção de gás. Essas são as curvas previstas para o plano gás. Nós estamos em 2007 já entrando... O vermelho são descobertas recentes e o marrom é o gás não associado, quer dizer, o gás que não está associado à acumulação de petróleo.

Temos vários projetos de modo que vamos atingir em 2010 cerca de 70 milhões de metros cúbicos por dia de oferta de gás. Porque uma coisa é produção de gás e outra coisa é oferta, que a gente faz ao mercado, que nós consumimos também, queimamos um pouco e consumimos internamente para a produção

de petróleo. E a tendência é a manutenção desses 70 milhões de metros cúbicos chegando a um pouco mais em 2015. O Plano Gás é basicamente composto na região Sul e Sudeste, tem pólos no Espírito Santo e na Bacia de Campos; na Bacia do Espírito Santo, na Bacia de Campos e na Bacia de Santos. A nossa meta é no final de 2010 estarmos entregando no Sudeste 55 milhões de metros cúbicos por dia. São inúmeros projetos que abrangem não só áreas de exploração e produção, mas a área de abastecimento com plantas e adaptações nas refinarias e também na área de gasodutos; de modo que é um plano extremamente ambicioso, conhecemos os desafios que temos pela frente, mas a empresa está hoje voltada, de certa forma, prioritariamente para atender essas metas. Temos a oferta de gás natural do Brasil, Norte-Nordeste e Sul-Sudeste. O grande incremento será no Sul-Sudeste, mas também nós pretendemos manter o total do Nordeste em torno de 13 a 14 milhões de metros cúbicos até 2010. Só para dar uma notícia sobre Manati, a produção de gás natural é três milhões de metros cúbicos, mas como eu disse o resultado dos primeiros postos já supera isso; nós estamos preparando para produzir mais em Manati. E agora com conteúdo nacional, que é uma coisa importante, que lição tomada em 2003, começamos a exigir que tudo que pudesse ser feito no Brasil, naturalmente dentro das condições de preço, prazo, qualidade e competitividade internacional, possa ser feito para a indústria nacional pelo empresário brasileiro.

Nós estamos aqui atingindo já em 2006 praticamente 66% de todos os sistemas de produção. De modo que são marcos efetivamente consistentes que nós temos atingido e isso reflete diretamente na retomada do crescimento e do desenvolvimento nacional. Bem, sobre o problema de marcos regulatórios, eu me permito aqui me reportar a uma cola que eu tenho aqui comigo. O conteúdo local. O conteúdo local, a ANP muito corretamente tem exigido, como o Secretário João Nora Souto mostrou, exigido dentro dos quesitos que entram no julgamento das propostas, nos BIDS das licitações, tem exigido conteúdo local. O que nós achamos é que a cartilha de conteúdo local está um pouco complicada demais para a gente entender. Ela é muito minuciosa. Talvez pudéssemos simplificar essa cartilha, não só no que diz respeito à apresentação do proponente, mas também por parte da ANP uma facilitação da averiguação efetiva desse conteúdo nacional. Extensão do prazo de concessão, isso é muito importante para nós, talvez uma das mais importantes observações que nós fazemos no marco regulatório, porque as reservas petrolíferas são aceitas internacionalmente em duas modalidades. Uma modalidade

da SPE, chamada SOCIETY OF PETROLEUM ENGINEER, que é considera o seguinte: nós descobrimos o campo e consideramos todo o óleo que é possível produzir nesse campo, independente do prazo, não há prazo. Quer dizer, independente do prazo de concessão. Então essas são as reservas chamadas SPE. De outra parte nós temos a reserva chamada SEC, da Bolsa de Valores Norte-Americana, SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION, que considera a reserva só até o final do prazo de concessão. Quer dizer, o operador tem aquele volume que é possível, de acordo com as melhores técnicas da indústria, produzir dentro daquele prazo.

E isso nós no Brasil, como a lei de abertura do monopólio é recente e a concessão é de 27 anos, nós não chegamos a esse ponto ainda. De modo que a PETROBRAS está sendo penalizada de certa forma com as reservas SEC, porque nós estamos considerando o que manda a SEC, considerando no final da concessão. Mas, internacionalmente é uma prática internacional que as agências reguladoras concedam ou sinalizem que se a operadora atender as melhores práticas da indústria, essa operadora tem a grande probabilidade que esse limite seja concedido com uma prorrogação da [soa a campanha] concessão. Então, é uma coisa que nós achamos que a ANP podia rapidamente esclarecer e, enfim, estabelecer esses condicionantes, para que nós possamos também de pronto solicitar à ANP esse documento. Que a SEC nos Estados Unidos, ela aceita esse documento desde que as agências reguladoras, enfim, o conceda. Então, essa é uma coisa importante que nós consideramos, porque repito, isso tem reflexo no mercado internacional, reflexo nas bolsas internacionais. A reserva SEC é sempre uma reserva também considerada na mesma importância quanto a reserva SPE, de modo que se nós conseguirmos que a ANP regularize essa situação seria para a PETROBRAS e outras operadoras. Quer dizer, estou falando em nome da PETROBRAS, mas certamente as outras operadoras enfrentam a mesma situação. Óleo ultra pesado.

O Brasil hoje nós calculamos que as nossas reservas, as reservas da PETROBRAS, são hoje totais, reservas provadas são reservas classificadas dentro de uma série de pré-requisitos por classificadores internacionais; reservas prováveis que são reservas que não atendem integralmente aquele conjunto de requisitos dos especificadores internacionais e reservas prováveis que atendem ainda um pouco menos. E o conjunto dessas reservas são reservas totais. A reservas totais da PETROBRAS estão em torno de 20 bilhões de barris. Muito bem. As reservas das empresas que aqui operam, as outras que não a PETRO-

BRAS, calcula-se em 10 bilhões de barris; as reservas totais também. E as reservas estimadas que nós na PETROBRAS, os Geólogos da PETROBRAS fazem para as bacias sedimentadas brasileiras está em torno de 50 e 70 bilhões de barris. Muito bem. Desse volume verdadeiramente gigantesco de petróleo, entre 60 e 70 bilhões de barris, nós podemos dizer que praticamente a metade é de óleo extra pesado; pesado a extra pesado. Então, vislumbrando, quer dizer, fazendo uma análise prospectiva, nós achamos que a Legislação Brasileira tem que de certa forma criar condições para que as empresas invistam em novas tecnologias e novos procedimentos operacionais, que permitam que essas reservas de óleo extra pesado venham a ser produzidas. Nós hoje temos, por exemplo, a PETROBRAS hoje tem um Projeto Siri para produzir óleos extra pesado e temos... A ANP aceita a questão do desenvolvimento tecnológico, mas a questão de prazo ainda não foi tocada. Quer dizer, nós achamos que na parte de exploração até a declaração de comercialidade para óleos extra pesados seria interessante que a ANP, que a nossa Legislação, tivesse uma visão específica para esse problema. Porque são tecnologias mais caras, são tecnologias que têm que ter também aplicadas em águas ultraprofundas, de modo que se tivéssemos na parte de prazo de exploração para óleo extra pesado seria interessante. Muito bem.

E a última coisa também muito importante para nós é a participação especial. Nós temos, pela Legislação atual, as participações governamentais se dividem em *royalties*, que são 10% sobre o faturamento bruto e participação especial, que são recursos devidos pela empresa e pela operadora em relação ao seu fluxo de caixa, vamos dizer assim. Então, o Legislador na nossa visão, quando fez, quando redigiu a Bacia de Campos considerou que se descobria um campo e se instalava um sistema de produção. Se esse sistema de produção com aquele investimento viesse a produzir mais ou muito mais, essa participação especial aumentaria. A partir de certos níveis de produção ela... é como o Imposto de Renda. Uma coisa progressiva. Só que tem que... A realidade tem mostrado, e é a realidade da indústria de produção de petróleo em todo mundo, que para o aumento de produção significativo é necessário a instalação de outros sistemas de produção. Então, se nós tivermos a participação especial como nos moldes que está hoje, esse outro sistema de produção vai ser muito penalizado pela participação especial que está em torno de 20 a 25% da carga de impostos. Eu quero, aliás, fazer um parêntese, porque eu pessoalmente, como cidadão brasileiro, considero que o petróleo é um bem natural estratégico das nações, e as empresas que o produzem têm que pagar

imposto. E têm que pagar imposto pesado. Essa é a opinião pessoal e como Diretor da companhia também. Agora, esse imposto não pode ser tão pesado a ponto de inviabilizar o investimento. Então nós já temos tido algum tipo de dificuldade, quando vamos instalar o segundo sistema que é tão caro ou mais caro que o primeiro - o sistema de produção hoje para produzir 150, 180 mil barris por dia não fica por menos de 2 bilhões, de 4 bilhões de reais. Quer dizer, quando a gente faz esse Projeto e incide sobre esse Projeto o crescimento da participação especial... Por exemplo, a partir de cerca de 178 mil barris por dia, a partir do quarto ano, essa participação sai de 10% para 40%. Sobre o fluxo de caixa calculado a preços internacionais de petróleo. Então, esse segundo sistema, o terceiro ainda mais, quer dizer, cada sistema desse hoje produz entre 150, 180 mil barris por dia. É justamente nessa faixa em que a participação especial dá um pulo. A instalação de novos sistemas, sistemas adicionais de produção, torna-se extremamente atingida e impactada pela participação especial. Repito, o petróleo tem que pagar imposto pesado, mas temos que, acho que, na nossa visão, encontrar um meio termo aqui... Encontre, quer dizer, que defina saídas, vamos dizer assim, legais, claro, para que os sistemas a partir do primeiro, os sistemas subseqüentes a serem instalados nos grandes campos de petróleo, Roncador, esses campos que nós estamos instalando 1,2,3, esses grandes sistemas, Marlin, Marlin-Sul, sejam factíveis. Não sejam grandemente impactados a ponto de eventualmente até inviabilizar a instalação desse sistema. Então era isso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Diretor Guilherme Estrela, Diretor de Exploração e Produção da PETROBRAS. Eu passo a palavra agora ao Dr. John Haney, Vice-Presidente de Exploração e Produção da SHELL Brasil, representando também aqui o Dr. Vasco Dias, Presidente da SHELL do Brasil.

SR. JOHN HANEY: Obrigado e boa tarde para todos os Senadores. Muito obrigado pelo convite. São assuntos aqui que eu sempre bato nos vários *workshops* que a gente tem na área do petróleo, mas é um grupo que pode realmente tomar ações com essas discussões. Obrigado pelo convite. Essa é uma oportunidade para discutir o que SHELL está fazendo no Brasil, nosso *portfólio* de exploração e produção é para compartilhar nossa idéia sobre marcos regulatórios no Brasil. Eu vou falar sobre esses assuntos como um Embaixador da SHELL no Brasil. Meu trabalho aqui no Brasil é para atrair investimentos da SHELL para o Brasil. Então estou tentando virar o Brasil mais competitivo do mundo para atrair mais investimentos ainda da SHELL em

outras firmas aqui. A SHELL no Brasil é uma companhia integrada de energia. Tem área de distribuição do *downstream*, tem 2700 postos, várias área de aviação, de químicas. É a segunda maior depois PETROBRAS na área de exploração e produção, com investimentos de 1.6 bilhões de dólares até hoje nesses últimos sete anos. Vou mostrar mais tarde o perfil da SHELL, mas tem mais ou menos 16 concessões, um com produção, dois em desenvolvimento e o resto em fase de exploração. E na área de gás a gente tem na distribuição gás em São Paulo e também na parte de transporte. Para dar uma idéia do tamanho da SHELL no Brasil, a gente está aqui desde 1903, 94 anos no Brasil, com mais de 1700 empregados hoje, dos quais 200 são da área de exploração e produção. Então nosso propósito para desregulamentação, isso significa regulamentar só as partes essenciais, assegurando a livre concorrência no Brasil e, como falei no início, para elevar o grau de concorrência na economia para permitir mais investimentos no final. Os princípios que a gente quer que sejam seguidos são regras de mercado: substituição de normas específicas por normas gerais de regulamentação na intenção apenas dos controles como competitividade e transparência; e fortalecimento do papel do fiscalizador do Estado no combate aos abusos econômicos, no que diz respeito ao consumidor. Na visão geral, isso significa uma coordenação do conjunto: Congresso, CNPE, Ministério de Minas e Energia, do Meio Ambiente, ONP, federais, estadual, municipal e os investidores, trabalhando todos juntos nessas áreas como tributação regulatória. Com essa rodada de licitações da exploração e produção, as estratégias na tributação de ICMS, etc, o sentimento ambiental e área de conservações nacionais. Importante é o fortalecimento de órgãos regulatórios com atenção especial para a promoção de Lei, 3337/2004, em discussão na Câmara dos Deputados, fortalecer os reguladores dessa área.

A gente está querendo em geral regras claras, concisas, que prossigam um ambiente de credibilidade favorável aos investimentos, desenvolvimento, incremento do nível de competição no setor de petróleo, gás natural, combustíveis e energia renovável. Voltando para a área de exploração e produção. Esse é o mapa aqui do volume e águas de profundo para ser explorada ainda. Então o Brasil compete muito bem nessa área com estimativa de mais de 14 bilhões de barris para achar. Essa é a estimativa do WOOD MACKENZIE que faz esse tipo de coisa, compete muito bem com área da África, Golfo do México como as maiores áreas hoje. Como já foi mostrado, crescimento das reservas aqui no Brasil é muito impressionante, do mundo inteiro, impressiona todo mundo. E também

nas receitas governamentais que já foi mostrada aqui. O perfil da SHELL é concentrado hoje na área de Sul-Sudeste, entre Bacia de Espírito Santo, Bacia de Campos e Santos. A gente tem hoje a produção de 35 mil barris por dia com o nosso parceiro PETROBRAS, na Bacia de Campos, com SHELL operando com 80% e PETROBRAS com 20%. A gente está hoje começando o desenvolvimento da BC 10, em cima na área de Estado de Espírito Santo. A área do BC 60 nossos parceiros de novo PETROBRAS com 35% indiano, onde [inaudível] com 15 e a SHELL com 50. E na área de Santos a gente está desenvolvendo na área chamado BS 4, a gente declaramos comercialidade em dezembro de 2006. Naquele bloco a SHELL tem 80, PETROBRAS... Desculpa, SHELL 40, PETROBRAS com 40 e CHEVRON-TEXACO com 20%. Então a gente tem restos de áreas que a gente tem blocos de exploração dos quais [inaudível] há modelos são operados pela SHELL. A SHELL tem operado na área de exploração [inaudível] há 30 anos aqui no Brasil, com a descoberta durante a fase de contrato de risco de Melusa(F), em desenvolvimento do Melusa(F). Então tem um *portfólio* pequeno ainda, mas crescendo. Então tem área de produção, de [inaudível], desenvolvimento e exploração. O próximo, por favor. Então, no Brasil a SHELL vê um País com boa opção para crescimento contínuo, tem um risco ainda alto geológico de cada poço, mas potencial muito grande como mostrei naquele gráfico. É um País onde a gente pode trabalhar conformado com nossos princípios empresariais, como área de ICMS, segurança e prática nos negócios. E está havendo um crescimento muito bom da capacidade dos fornecedores locais em linha com o nosso filosofia de desenvolvimento sustentável.

A atuação do Governo é fundamental nessa área de promoção de investimentos, continuando e melhorando a estabilidade macroeconômica. Agentes reguladores fortes e independentes, a manutenção das rodadas de licitações, ANP, que tem sendo feito muito bem, um exemplo para o mundo. Nos primeiros sete foi derrubada na oitava, e não estou muito otimista para o nono esse ano, mas espero que vai acontecer como foi falado aqui em novembro ainda, porque demora seis meses para preparar ela. Então espero que aconteça mesmo em 2007. Estabilidade das regras. Como esses investimentos são de longo prazo, como foi falado aqui, até mais de 27 anos, até 30, 35 anos de prazo, então as regras... Estabilidade é crítico. Os desafios associado com o marco regulatório da exploração e produção especificamente... Vou falar um pouco sobre cada um deles. Gargalos estruturais são a área de burocracia, carga tributária alta e muito complexa que é difícil explicar para os outros, mas a gente tenta.

Atração de investimentos pode ser utilizado como resolução de várias questões pendentes, principalmente no Supremo Tribunal como Lei Valentim, Lei Noel, sobre importações e no poço de produção a resolução da questão de áreas de conservação e pagamentos de... Para isso, para cada desenvolvimento sem limite hoje. Questão de propriedade de óleo que está sendo discutido também, que são todos pendentes ao julgamento das audiências.

Então isso cria incertezas, quando você está decidindo se vai andar com esses projetos em desenvolvimento ou não. Algum especificamente pra alguns Estados outros mais gerais. Licenciamento ambiental é uma das preocupações da indústria total e faz planejamento quase imprevisível das sondas. A SHELL já tem paradas sondas esperando licenciamento ambiental e os custos são bem alto, vou dizer 700, 800 mil dólares por dia. Então a gente tem já esperado muito tempo para algumas dessas licenças pode ser do processo, pode ser outras razões que demoram muito para sair. Mas é difícil planejar uma sonda de um ano, dois anos na frente, que precisa para sair uma licença. E é muito importante essa área de conteúdo local. A gente concorda 100% com essa área de crescimento, está crescendo bem, mas as regras são bem complicadas. O Dr. Estrela falou sobre a cartilha, as regras podem ser bem mais simplificadas, mas tem também o número de itens que estão sendo medido nessa última rodada, foi 64 itens que estão sendo medidos com conteúdo local, que vai criar muitos empregos para contadores, não procurando óleo. E ótima a realização da nona rodada em 2007 com precisa áreas atraentes ainda, para manter essa reputação que foi criada no Brasil pela ANP e para sustentar auto-suficiência ao longo prazo como foi mostrado aqui. Outros desafios que a gente está trabalhando é fronteiras tecnológicas, águas profundas, óleo pesado com ambientes desafiadores. Então é importante para até investimentos, tem incentivos para esse tipo de investimento aqui no Brasil, como tem em outros Países. E especialmente com o aumento de custos da indústria que tem crescido até duas ou três vezes, como era de cinco anos atrás, com essa atenção para o mercado e aumento de projetos. Vou aproveitar esse convite aqui para falar só um slide aqui sobre a distribuição que é importante para... Mesmo a área de exploração e produção é importante para nós para ter uma companhia de grande porte aqui no Brasil e parte disso é a área de distribuição para nós. Então nessa área de nova carga tributária é importante estimativa de álcool, com esse alto nível a gente está estimando que perde arrecadação por causa desse alto nível, estimado em um bilhão de reais por ano. Também tem o desafio de carga tributá-

ria diferente entre solventes e gasolina, dá incentivos para solventes que não deve existir. Em geral há cotas diferente de ICMS entre cada produtos, cada Estado que complica. Fortalecimento da Agência Nacional de Petróleo para assegurar poder de fiscalização nessa área de distribuição existe 56 liminares contestando as resoluções dela, recursos são contingenciados, preciso ser suficiente para desempenho da ANP, os estudos que têm que ser feitos também. E aperfeiçoamento da Lei de Penalidades 9847/99, garantindo maior rigor na aplicação de multas da ANP. Algumas idéias. Então essa foi uma oportunidade para falar sobre as nossas idéias, algumas idéias importantes para crescimento, que vendo a indústria de petróleo já está crescendo e pode ver mais competitivo ainda, no mundo que tem muita competição Países estão melhorando os processos de cada um para tentar atrair investimentos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Dr. John Haney, e eu passo a palavra agora para o Dr. Ricardo de Moura Albuquerque Maranhão, representando o Presidente da Associação dos Engenheiros da PETROBRAS. 20 minutos.

SR. RICARDO DE MOURA ALBUQUERQUE MARANHÃO: Srs. Senadores, eu devo iniciar agradecendo o convite formulado pelo Senador Delcídio Amaral, muito amável, muito honroso, para que a Associação dos Engenheiros da PETROBRAS viesse ao Senado Federal trazer suas contribuições com relação aos marcos regulatórios da indústria do petróleo. Devo trazer também um pedido de desculpas do nosso Presidente, o Engenheiro Heitor Pereira, que não pôde comparecer pessoalmente em razão de compromissos incontornáveis no Rio de Janeiro. A nossa entidade tem 50 anos de história na luta em defesa do monopólio estatal do petróleo, da PETROBRAS e da soberania brasileira; e reúne cerca de cinco mil profissionais de nível universitário do sistema PETROBRAS. Mantém este nome por uma questão de tradição. Nós temos entre os nossos associados Geólogos, Geofísicos, Economistas, Administradores, Advogados, Técnicos de Comunicação Social, enfim, repito, todos os profissionais de nível universitário no sistema PETROBRAS. Eu queria iniciar, Sr. Presidente, e Srs. Senadores, pedindo uma atenção especial de V.Ex^{as}. quando se trata de marcos regulatórios no sentido de chamar atenção do Senado Federal, pedir a atenção do Senado Federal, para a tramitação de um Projeto que daqui saiu que trata, que pretende se transformar na futura Lei do Gás. Um projeto de iniciativa do ex-Senador e ex-Ministro das Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, e foi aprovado pelo Senado Fede-

ral sem sequer ser debatido no Plenário e parece que tem um encaminhamento semelhante na Câmara. É um assunto de tamanha envergadura, de tamanha relevância, de tamanha importância.

O Relator Deputado João Maia, do Rio Grande do Norte, parece que vai juntar os três projetos, porque há também um projeto do ex-Deputado Luciano Zica e um projeto de iniciativa do Executivo, vai juntar os três e fazer um substitutivo que provavelmente terá que voltar ao Senado e eu peço atenção de V.Ex^{as}.. É um assunto de muita gravidade, muita relevância que não deve ter uma tramitação sumária como teve, sem passar pelo Plenário, me parece não passa pelo Plenário da Câmara. Estamos trabalhando para que um universo maior de Parlamentares, são 513, possa participar da elaboração dessa Lei do Gás. Eu queria reafirmar, Sr. Presidente, a posição histórica da nossa Associação, da nossa Entidade, contrária à abertura do setor petróleo no Brasil. Nós entendemos que a PETROBRAS deu ao longo dos seus 50 e poucos anos de existência uma demonstração definitiva da sua competência, da competência do homem brasileiro, partindo virtualmente do nada, levou o Brasil à auto-suficiência no petróleo. Ela tem recursos humanos, recursos materiais, recursos financeiros mais do que suficientes para conduzir a indústria do petróleo sem a necessidade de concessões que arranham a nossa soberania. A PETROBRAS investe nos próximos cinco anos de acordo com o seu plano de negócio qualquer coisa da ordem de 80 bilhões de dólares; são 160, 170 bilhões de reais. A PETROBRAS sozinha representa 40% do Plano de Aceleração do Crescimento do Governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva. Mas não vamos aqui, vamos tão-somente reafirmar esta posição, mas partir para dar algumas contribuições que possam aperfeiçoar a Legislação que disciplina a questão do petróleo e do gás natural que, diga-se de passagem, no nosso entendimento, do corpo técnico, petróleo e gás natural são a mesma coisa, são misturas de hidrocarbonetos. O óleo é o petróleo na fase líquida como a gasolina, como a querosene, como o óleo diesel; o gás é o petróleo na fase gasosa como asfalto é petróleo na fase sólida. Tanto é assim que a Lei 9.478/97 no seu texto faz mais de 50 referências ao gás natural. De forma que achamos, Sr. Presidente, que a futura Lei do Gás seria desnecessária uma vez que o assunto gás natural já é suficientemente tratado na Bacia de Campos.

Eu queria, com o devido respeito que devo pela posição que ocupo, mas, sobretudo, pelo grau de amizade que tenho pelo companheiro Aroldo Lima, hoje Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, fazer algumas observações sobre alguns fatos que no nosso

entendimento são fatos lamentáveis que ocorreram em algumas licitações promovidas pela Agência Nacional do Petróleo. Na 7^o rodada foram concedidas áreas que somadas correspondem a áreas superiores aos territórios isoladamente de Países como a Itália, como a França, como a Alemanha, como o Japão. Nós entendemos... Entendemos não, a Constituição Brasileira estabelece que a plataforma continental e o mar territorial integram os bens da União e hoje com uma resolução da ONU integram o território brasileiro. Achamos que uma autarquia por mais especial que seja, e a lei não define a especialidade desta autarquia, não deve ter poderes para alienar, para entregar em concessões que chegam a 30 anos parcelas tão expressivas do território brasileiro. E deveria haver um controle maior do Congresso Nacional, um controle maior dos órgãos aos quais compete manter a integridade do nosso território. Muito confuso, como já mencionou aqui o representante da SHELL e também o nosso Diretor Guilherme Estrela, o louvável critério estabelecido pela ANP de conteúdo nacional como parâmetro de julgamento das licitações. Mas ocorreu na sexta licitação uma circunstância em que uma empresa coreana arrematou um bloco com uma importância, com um bônus de assinatura muito menor do que o oferecido pela PETROBRAS, porque a sua proposta contemplava uma participação do conteúdo nacional da ordem de 80% que tinha um peso muito grande no processo licitatório. Só que este conteúdo nacional só pode ser aferido depois que as instalações estão montadas. Definitivamente construídos os dutos, as bombas, os compressores, enfim. Ela ganhou a licitação sem que se tenha uma prova definitiva de que se atingiu este conteúdo nacional; no caso não ser atingido o conteúdo contido na proposta da empresa que participa do leilão, ela simplesmente paga uma multa de 20% entre o que ela prometeu e que ela cumpriu.

Então imaginemos que prometeu 80% cumpriu 50%, a diferença são 30%, 20% de multa, ela paga 6% de multa e ganha a licitação derrotando a PETROBRAS, que talvez tenha sido mais conscienciosa e correta nas suas estimativas de conteúdo nacional. Eu peço desculpas, porque fui surpreendido com o convite do colega Heitor para que aqui viesse e não pude fazer uma apresentação da forma ordenada com que os antecessores fizeram. Na oitava licitação uma estranha e lamentável restrição à atuação da PETROBRAS na licitação. Quer dizer, a PETROBRAS entrava na licitação já sabendo que em determinadas bacias não podia oferecer propostas para mais de 8% dos blocos ofertados, quando a Constituição Brasileira diz que um dos princípios da ordem econômica é a livre concorrência; quando a Lei 8666 que rege as licitações

da administração pública proíbe restrições à competição e à concorrência; e quando há outras restrições graças à intervenção do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, onde sou Conselheiro, e de outras entidades da sociedade civil. Essa licitação por este vício insanável e intolerável de uma Agência Pública colocar restrições à atuação de uma empresa pública no processo de licitação, desrespeitando a Constituição e desrespeitando a Legislação. Felizmente esta licitação foi suspensa por determinação do Poder Judiciário. Eu gostaria de rapidamente comentar aqui, Sr. Presidente, Srs. Senadores, colegas de Mesa, alguns dispositivos da Lei 9478/97, a Bacia de Campos, iniciando pelo Art. 8º, que diz que a Agência Nacional do Petróleo tem poderes para disciplinar, para regular, para através de portarias, de atos normativos, alguns entendem que isto é um avanço sobre as atribuições, sobre os poderes do Poder Judiciário e isto é uma renúncia do Congresso Nacional ao seu poder de disciplinar através de Legislação assuntos do maior interesse e da maior relevância para o nosso País. Este Art. 8º suscita esta dúvida, mas há um outro artigo, o Art. 19, onde não há dúvida nenhuma quanto à renúncia ou as restrições ao poder de legislar do Congresso Nacional, a iniciativas das leis do Presidente da República, a iniciativa das leis do Srs. Senadores, Srs. Deputados, é o Art. 19. Está, Sr. Presidente Senador Delcídio Amaral, redigido da seguinte maneira: “As iniciativas de Projeto de Lei ou de alteração de Normas Administrativas que impliquem na afetação do direito de agentes econômicos ou de consumidores e usuários de bens e serviços da indústria do petróleo, serão precedidas de Audiências Públicas convocadas e dirigidas pela Agência Nacional do Petróleo”.

Senhor, prezado amigo, nobre Senador Francisco Dornelles, Senador Inácio Arruda, pretender estabelecer num Projeto de Lei, apresentar um Projeto de Lei que o entendimento de alguém afete os interesses de agentes econômicos ou os interesses dos consumidores, a Agência Nacional do Petróleo terá que convocar uma Audiência Pública e dirigir essa Audiência Pública para se discutir a iniciativa do Senador Inácio Arruda ou o Senador Francisco Dornelles. É o que diz claramente o Art. 19 da Lei 9478/97. Não só, eu repito, iniciativas de Deputados e de Senadores, como do próprio Presidente da República que tem a iniciativa dos Projetos de Lei. Todos ficariam... O Presidente da República teria que comparecer a uma Audiência Pública, como redigida a Legislação, convocada e dirigida para a ANP, para justificar a iniciativa daquele Projeto de Lei. O Art. 22 trata do acervo técnico constituído pela PETROBRAS, por dados e informações sobre as bacias sedimentares brasileiras, é também considerado parte integrante dos

recursos petrolíferos nacionais, cabendo à ANP a sua coleta, a manutenção e a administração. E o § 1º diz: “A PETROBRAS transferirá para a ANP as informações e dados de que dispuser, assim como sobre as atividades de pesquisa, exploração e produção de petróleo e gás natural, desenvolvidas em função da exclusividade do exercício do monopólio até a publicação desta lei”. Então, este dispositivo nos parece absolutamente inconstitucional. Quem tiver a curiosidade de ler os demonstrativos financeiros da PETROBRAS vai verificar, pelo menos como eu verifiquei, num demonstrativo de dois ou três anos atrás, ou mais recente, que até hoje a ANP não pagou esses dados e essas informações, digamos assim, expropriadas da PETROBRAS. Há juristas que entendem que a transferência desse acervo técnico da PETROBRAS teria que ser feita através de um mecanismo de desapropriação como reza a Constituição, interesse público, interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro. Pelo que sei a PETROBRAS já transferiu isso para a ANP e até hoje não recebeu a indenização e ficou para uma indenização posterior, o que constitui uma ilegalidade. E há juristas que entendem, ademais, que esses dados constituem parte do patrimônio alienável da PETROBRAS, e que ainda que indenizados não podem ser fornecidos para concorrentes da PETROBRAS, porque seria prejudicar centenas de milhares de acionistas da PETROBRAS nos termos do Art. 117 da Lei 6404 da Lei das Sociedades Anônimas, inclusive milhares de acionistas estrangeiros.

Nós não podemos esquecer que hoje a PETROBRAS tem milhões de ações negociadas na bolsa de Nova York e que tudo isso causa inquietação também aos acionistas estrangeiros. O Art. 27, Sr. Presidente, Srs. Senadores: “Quando se tratar de campos que se estendam por blocos vizinhos, onde atuem concessionários distintos, deverão eles celebrar acordo para individualização da produção”. E o § Único: “Não chegando as partes ao acordo, em prazo máximo fixado pela ANP, caberá a esta determinar com base em laudo arbitral, como serão equitativamente apropriados os direitos e obrigações dos blocos com base em parâmetros geralmente aceitos na indústria do petróleo”. O que se discute é o destino a ser dado às jazidas de petróleo que se encontram em blocos vizinhos com concessionários diferentes. Essas jazidas de petróleo ou o resultado da exploração dessas jazidas... Como foi dito, aqui os impostos, os *royalties*, as participações especiais, enfim, a participação do Poder Público trata-se de interesse público, e interesse público é definido constitucionalmente como indisponível, não se pode dispor do interesse público. E a Legislação permite que se recorra à arbitragem normalmente privada para decidir como

vão ser apropriados os resultados da exploração: ou seja, a arbitragem privada passa a reger aquilo que é indisponível por ser interesse público. Alguns vêem nisso também usurpação das atribuições do Poder Judiciário. O Art. 29, Sr. Presidente: “É permitida a transferência de contratos de concessão, preservando-se o seu objetivo e as condições contratuais e desde que o novo concessionário atenda aos requisitos técnicos, econômicos e jurídicos estabelecidos pela Agência Nacional do Petróleo, conforme previsto no Art. 25”. Este Art. 29 que permite a transferência de concessão desde que mantido o objetivo do contrato e desde que os concessionários atendam as condições estabelecidas pela ANP é flagrante e escandalosamente inconstitucional, porque colido contra um artigo da Constituição que diz o seguinte: “Incumbe ao Poder Público na forma da lei diretamente ou sob regime de concessão ou de permissão sempre através de licitação a prestação dos serviços públicos”. De forma que permitir que uma concessionária transfira o contrato de concessão sem que seja precedida essa transferência de uma licitação é absolutamente inconstitucional e permite que se arranhe de forma definitiva o interesse público. Porque uma concessionária pode numa indústria oligopolizada como é a indústria do petróleo, simular com outra uma situação em que abocanha um bloco licitado pela ANP e logo depois faz a transferência que teria sido previamente combinada.

O Art. 22, já me referi, com relação ao acervo técnico e eu diria que em linhas gerais, eu não quero me estender, mas pretendo mandar para V.Ex^a. uma análise detalhada da Lei 9478 no sentido de apontar todas essas inconstitucionalidades e essas não conformidades, para que o Congresso Nacional possa aperfeiçoar esta lei, já que não tem o poder de fechar novamente, como era o meu desejo. A indústria do petróleo restabelecendo o monopólio do petróleo, mas se nós resolvemos, pela vontade soberana do povo brasileiro representado por V.Ex^{as}., abrir... Que pelo menos se faça uma abertura preservando o interesse nacional, a soberania do País [soa a campainha] e o interesse público. Reafirmo a necessidade que o Senado Federal se debruce também sobre a Lei de Gás, sobre o risco de nós termos surpresas absolutamente desagradáveis, Sr. Presidente. Quero dizer que esta Casa onde tive a honra de participar dos trabalhos ainda que por um período fugaz, porque era Suplente representando o meu partido, mas onde o meu pai esteve por 17 anos nesta Casa, no Senado Federal e na Câmara, talvez seja o único constituinte vivo de 1946, esta Casa nunca faltou à PETROBRAS. A PETROBRAS nasceu aqui num debate de 22 meses que antecedeu a criação da Lei de 2004. E eu tenho

convicção de que esta Casa continuará defendendo a PETROBRAS como maior realização do povo brasileiro no campo econômico, no campo tecnológico, no campo social. Uma empresa que deve ser preservada. Eu peço especial atenção do meu companheiro, do meu amigo, prezado e querido amigo Aroldo Lima, no sentido de que essas palavras que aqui coloquei em relação à Agência Nacional do Petróleo, não é nada de pessoal contra a agência que eu quero fortalecida nas suas atribuições. A Agência Nacional do Petróleo tem um campo enorme, o Senador Dornelles sabe disso, porque é uma liderança também no setor da revenda de derivados de petróleo. A revenda de derivados de petróleo hoje apresenta problemas gravíssimos, como disse o Sr. John aqui: sonegação de mais de um bilhão de reais na venda de álcool, adulteração de produtos com a introdução de solvente na gasolina, misturas absolutamente, tecnologicamente, desaconselhável, excesso de adição de álcool. A Agência tem um campo de trabalho, é um País continental de 8 milhões e meio de quilômetros quadrados, milhares de pontos de abastecimento, mas de 30 mil postos de revenda. Eu quero a Agência fortalecida, que se procuro evitar, com o apoio dos Senadores, com o apoio dos Deputados, com o apoio do Congresso Nacional, os cortes nos recursos. Nós temos uma CIDE, que é uma contribuição de intervenção no domínio econômico, uma contribuição específica para o setor do petróleo, está sendo contingenciada para pagar juros, para atender a normalização a acordos no passado com o Fundo Monetário Internacional. Enfim, tudo isso deve ser pensado e estudado por V.Ex^{as}. para fortalecer a agência, mas queremos uma agência no seu papel, de uma autarquia, ainda que especial, e é preciso que haja definição, porque não encontrei em lei nenhuma... Porque especial quais são as características que tornam essa autarquia especial? A autarquia é uma pessoa jurídica de direito público, integrante da administração indireta. Ela não pode estar acima do Congresso Nacional, não pode estar acima do Presidente da República, não pode estar... Enfim, ela deve obedecer como todas as entidades da administração pública, direta ou indireta, aos princípios da legalidade que regem a administração pública no Brasil. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado ao Dr. Ricardo Maranhão, representando a Associação dos Engenheiros da PETROBRAS. Aguardo subsídios inclusive a serem encaminhados aqui à nossa Assessoria. Quero registrar que a nossa Assessoria vai contatar os expositores todos aqui presentes, até para que nós tenhamos condição de preparar os relatórios parciais e depois o Relatório que será aprovado com as sugestões, os

aperfeiçoamentos na Comissão de Assuntos Econômicos. E como último expositor, o nosso regulador, Dr. Aroldo Lima, da Agência Nacional do Petróleo e depois nós abríamos para as perguntas. Com a palavra, o Dr. Haroldo Lima.

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA:

Senador Delcídio Amaral, Senadores aqui presentes, Senador Garibaldi, Senador Eliseu Resende, Senador Francisco Dornelles, Senador Inácio Arruda, Senhores Debatedores que estão nessa Mesa, Diretor Estrela, Dr. João José de Nora Souto, do Ministério de Minas e Energia, Sr. John da SHELL, e meu querido amigo Ricardo Maranhão, com quem a gente tem muita unidade e algumas divergências. Eu infelizmente não preparei uma apresentação, Senador Delcídio, porque aí eu posso tecer alguns comentários sobre questões importantes que foram levantadas aqui pelos diversos debatedores. Anteriormente eu gostaria de fazer uma apresentação rápida de como anda o setor do petróleo no Brasil no seu aspecto mais geral, os diversos debatedores apresentaram aspectos parciais, que somados dão uma idéia de conjunto. Mas me parece que era bom num ambiente como esse ter em conta que o negócio do petróleo vai muito bem no Brasil. Esse negócio não surgiu agora, há pouco tempo atrás. Isso começa, para nosso orgulho, antes de começar a descoberta do Poço do Coronel Drake nos Estados Unidos, em 1859. Em 1859 o Coronel Drake nos Estados Unidos, em Pensilvânia, fura o seu poço de 21 metros de profundidade do qual jorra petróleo. A partir daí considera-se que começou a Era Moderna do petróleo no mundo. Um ano antes o Imperador Pedro II já havia dado no Brasil concessões para exploração de petróleo no território nacional. Por sinal, lá na região de Maraú e Acaraú, que hoje é considerada Bacia de Camamu, na Bahia.

Começa aí em 1858 o que nós poderíamos chamar a primeira fase de petróleo do Brasil, que vem de 1958 com a primeira concessão e vem até 1938, quando ocorre a fundação do CNP, o Conselho Nacional de Petróleo. De 1858 a 1938 são 80 anos em que nós aqui no Brasil, de uma forma ou de outra, com precariedades, mexíamos com petróleo. Em 1907, nesses 80 anos, há de se destacar uma coisa importante que vai acontecer, Senador Delcídio, na continuidade da nossa atividade brasileira de petróleo. Em 1907 funda-se o Serviço Geológico, Mineralógico Brasileiro, em 1933 o DNPM, Departamento Nacional de Produção Mineral, e daí por diante, nesse período de 80 anos, então, há 31 anos em que houve uma liberdade de se explorar petróleo no Brasil sob concessão, dos quais 80 anos, 31 foi com participação do Estado Brasileiro. Quer dizer, desde o Século 19 o Estado Brasileiro já participa

da exploração de petróleo no Brasil ao lado de outros agentes naquele período. Essa foi a primeira fase. A segunda fase começa em 1938, justamente a fase do Conselho Nacional de Petróleo e vem até 1953, são 14 anos. 53 é quando se funda a PETROBRAS. Então, esse período de 1938 a 53 são 14 anos que são chamados “A Fase do CNP”. Nessa fase se descobriu o primeiro poço de petróleo efetivo no Brasil que é o Poço de Lobato lá na Bahia, em 1939, anunciado pela primeira vez em território nacional por um Professor da Escola Politécnica da Bahia, que era o Sr. Professor Carneiro, que vem a ser o pai do ex-Senador Nelson Carneiro. Esse foi o primeiro homem que anunciou em jornal no Brasil que saiu de um poço cavado na Bahia um material que ele, como catedrático vitalício naquela época, chamava de petróleo. Nos 14 anos seguintes, o CNP funda... Aliás, perfura 52 poços, 32 na Bahia. Em 1941 descobre o primeiro campo verdadeiramente comercial do Brasil, Candeias, e um pouco mais na frente vai descobrir outros campos como Catu, etc. Termina em 1953 essa fase do CNP, com a reserva brasileira de 17 milhões de barris de óleo equivalente e petróleo. Começa no ano seguinte, em 1954, a fase da PETROBRAS. É a fase do monopólio exercido pela PETROBRAS, porque o monopólio era da União.

A novidade da Lei 2004 é que a lei dava à PETROBRAS o direito de exercer em nome na União aquelas atividades todas, exceto a de distribuição, que não era monopolizada. A PETROBRAS começa o seu trabalho, como disse muito bem aqui o Ricardo Maranhão, começa a partir do nada, a partir de pouca experiência. E vem se transformar nisso que é hoje, a 16ª empresa petrolífera do planeta. Em 1968 a PETROBRAS descobre pela primeira vez no mar um campo de petróleo, Guaricema, em Sergipe; em 74 ela vem descobrir aqui em Campos, Garopa; e 84 e 85 aí chega a Albacora e finalmente em 85 a Marlim, que é o maior campo atual ainda da PETROBRAS. Significa que ela... Em 1953 quando a PETROBRAS assume a sua atividade, ela encontrou 17 milhões de reservas de petróleo. E em 1997 quando acaba o monopólio estatal exercido pela PETROBRAS, ela deixou 7.1 bilhões de reservas de petróleo. Podia se dizer, eu acho, que foi um sucesso para o Brasil o período do monopólio estatal do petróleo. Não só sucesso material, sair de 17 milhões para 7.1 bilhões de reservas, produção, refino, dutos, etc, não só tudo isso, mas sobrou para o Brasil. E não sobrou, se não fosse o monopólio, uma empresa que é das maiores empresas do mundo, respeitada, que hoje atua em 21 Países do mundo e que está em certos setores, como é a exploração em águas profundas, no *top* de linha no cenário nacional. Essa empresa hoje é do povo brasileiro por conta desse período; não fosse

esse período, nós estaríamos aí como outros Países estão sem ter poder efetivo no cenário do petróleo. Tem poder efetivo no cenário do petróleo quem tem alguma coisa que pode ser chamado de mega. Porque o cenário do petróleo é um cenário que funciona como mega; é mega interesse, mega investimento, são mega produções e é mega empresa. Quem não tiver uma mega empresa está fora do centro das decisões. E nós hoje estamos dentro dos centros das decisões no terreno estratégico do petróleo porque fizemos isso, digamos... Esse período de 54 a 97, 43 anos de monopólio em que nós pagamos o preço para ter uma empresa como hoje temos.

A partir de 98 faz-se essa abertura tão crítica aqui pelo nosso colega Ricardo Maranhão. De 98 até hoje são nove anos. É um período extremamente curto para ser avaliado como eu estou rapidamente avaliando esses outros de 80 anos, de 14 anos, de 43 anos, agora são nove anos. Não sabemos direito ainda como é que essas coisas vão se dar, mas já temos algumas indicações. Por exemplo, nós estamos hoje num mercado aberto com uma estatal presente. Fato absolutamente insólito, inesperado, e que os meus caros amigos Ricardo Maranhão e outros não conseguem perceber que isso é uma coisa absolutamente extraordinária em termos de Brasil. Nunca foi feito isso no resto de algum lugar. Aqui no Brasil não se pretendia fazer isso não. A luta que se travou há algum tempo atrás aqui nessa Câmara é para privatizar a PETROBRAS; abrir o mercado e acabar com a PETROBRAS. Conseguiu-se aqui, e a luta final travou-se aqui no Senado, dentro do Senado, conseguiu-se uma coisa que não estava previsto. Abriu-se, mas manteve-se a PETROBRAS. Criou-se a primeira e única Agência Brasileira na época a regular um setor onde não houve privatização; isso nunca teve no Brasil. Essa novidade é que permitiu esse sucesso que hoje nós temos no setor do petróleo e na PETROBRAS. Não fosse esse setor novo, em que a PETROBRAS começou a ter um patamar novo de inserção, de se jogar em 21 Países do mundo, em ter prazos para poder explorar e produzir petróleo dentro do Brasil, não fosse isso, ela não teria esse sucesso que tem hoje não, meu colega Ricardo Maranhão. Além do mais, precisamos um pouco acompanhar as mudanças do tempo. Às vezes uma coisa absolutamente justa num determinado período, mudou a conjuntura, mudou o tempo, aquilo passa a ser uma coisa absolutamente anacrônica. Eu estou aqui ressaltando a importância enorme do período do monopólio estatal do petróleo.

Naquele período foi um sucesso para o Brasil. Hoje, isso seria uma coisa anacrônica. Se nós seguíssimos a recomendação dita aqui, com todo respeito

também pelo meu colega, amigo Ricardo Maranhão, nós estaríamos provavelmente sendo o terceiro País do mundo a ter monopólio estatal do petróleo, ao lado do Iran e Coréia do norte. Não tem mais outro, acabou essa história. E todo mundo que teve isso ou se saiu bem disso como o Brasil, ou não se saiu bem disso como a Argentina, que pegou acementos(F) dela, privatizou, se arrebentou toda e agora está criando a nova...ANFAV, ANFEA? ENAF. Então está criando agora, porque ela não se saiu bem. Nós nos saímos bem nesse terreno. E como nos saímos bem? Acho que é bom a gente ver, primeiro, a participação... Aliás, primeiro, a participação do setor de petróleo e gás no cenário brasileiro, na economia brasileira. Nós éramos, nós tínhamos aí pelos idos de 1997, quando houve a abertura do mercado, o setor do petróleo e gás correspondia a 2.76% da economia brasileira; hoje nós estamos no ano de 2006 fechando com 10.5%. Foi um crescimento espantoso. Alguém falou aqui que o crescimento da produção, as descobertas brasileiras de campos petrolíferos são as maiores do mundo. Enquanto no mundo a introdução de novas jazidas vai aí na ordem, em todos os Países, vai na ordem chegando perto de 1%, 1% de uma pra outra, no Brasil está chegando perto de 4% nos últimos anos. Foi um sucesso que se conseguiu. Então, o setor de petróleo e gás hoje é o setor absolutamente expressivo no Brasil. Não creio que nenhum setor brasileiro tenha hoje tanta... Cresceu tanto nesse curto espaço de tempo quanto o setor de petróleo. Se nós olharmos, qual é o núcleo mesmo desse modelo que está aí? Eu acho que o núcleo desse modelo que está aí é um mercado aberto com a presença de uma estatal forte.

É muito diferente que se fosse um mercado aberto sem estatal. Se fosse um mercado aberto sem estatal, nós não estaríamos aqui, ou não estaríamos com esse discurso. Porque não tem nenhuma grande empresa brasileira que consegue chegar perto da SHELL, da ESSO, das grandes do mundo. Só a PETROBRAS, no Brasil. Ela consegue fazer isso. Então é uma coisa que nós precisamos realçar, ressaltar e cultivar isso que está dando certo. Depois, nesse modelo, será que se nós não tivéssemos um modelo com a presença da estatal, nós poderíamos estar fomentando em outros setores, como na área, por exemplo, cultural, área de tecnologia. Poderíamos ter uma tecnologia tão avançada no Brasil no terreno do petróleo e gás, quanto hoje temos por conta de uma empresa estatal, como a PETROBRAS, estar investindo em tecnologia num nível sem precedentes do Brasil? Teríamos isso se não tivéssemos esse modelo? Não teríamos. Então eu acho que esse modelo deve ser ressaltado, um modelo que trouxe resultados. Hoje nós temos, não só esses resul-

tados aí que foram apresentados pelo Dr. João Souto e o Estrela, esses resultados de produção, de exploração, etc, mas é bom ver também isso. Nós temos hoje 64 empresas explorando petróleo no Brasil. Dessas, 28 são brasileiras, como disse o Dr. João Souto, e 36 estrangeiras. Que conclusões nós tiramos? Eu acho que nós temos pouco. Nós temos 28 brasileiras, para quem tinha só uma que era a estatal, é um salto; mas um salto ainda pequeno. O que nós precisaríamos examinar, na minha opinião, não é tentar botar a roda da história para trás, porque a roda da história não anda para trás. E quem está, por exemplo, o México, o PEMEX, que está aí numa situação ainda difícil, é outro desses Países que ainda tem monopólio estatal naquele estilo que tínhamos aqui no Brasil, chegou aqui a visitar a ANP, já veio duas vezes delegações grandes de Deputados e Senadores e técnicos do PEMEX dizer para nós: “Nós queremos saber como é que vocês têm funcionado, porque nós queremos sair daquele monopólio que já está antiquado.

Mas nós temos receio de dar os passos que vocês deram aqui no Brasil, porque aqui no Brasil nós não temos o vizinho que nós temos lá no México”. E eu disse para ele: “É bom você dizer com cuidado mesmo, porque o vizinho de vocês não gosta muito dessas mudanças muito bruscas”. Mas o que eu quero chamar atenção é que eles estão vindo aqui para poder discutir conosco as mudanças que querem dar no sentido da abertura do mercado. Eu gostaria de dizer... Acho que é preciso, com relação a esse modelo, nós continuarmos e fazermos algumas mudanças, algumas alterações, algumas melhorias. Primeiro, por que é que precisa continuar? Uma questão central do modelo é que está lá posto pela lei. A lei está lá: Só pode explorar petróleo no Brasil quem assinar um Contrato de Concessão com a ANP, um contrato esse precedido de licitação. Precisaria de uma licitação, ganhar o direito de explorar aquilo ali e assina um contrato com a ANP, aí explora o petróleo. Se não fizer isso, não pode explorar petróleo além das áreas onde já está explorando. O que significa que, quando o Guilherme Estrela disse ainda há pouco: “Estamos avidamente procurando campos de petróleo”, literal. Ele disse há poucos instantes, tomei nota na hora. Exatamente isso que deve ser feito pela PETROBRAS, estar avidamente procurando campos de petróleo, em particular no Brasil. E para ter campos de petróleo para explorar no Brasil não tem outro jeito legal a não ser fazer licitação. Quando então se levanta a idéia de suspender licitação é para arrebentar com a PETROBRAS, arrebentar com o Brasil. Quer dizer, licitação no Brasil, aqui foi dito ainda há pouco, nós temos 4% de áreas licitadas no Brasil; 7 a 8%, alguns diriam 9, de áreas conhecidas cientificamente. Nós

estamos muito atrasados nesse particular. Longe de termos que conter as licitações, nós temos que fazer mais de uma licitação por ano. Nós estamos muito atrasados, temos 3 a 4% de áreas licitadas, o quê é isso? Por quê? Porque nós fazemos licitação uma vez por ano, como disse o John ainda há pouco para mim. Eu acredito que esse ano vai ser feito, porque demora tanto para fazer a licitação. Mas é essa a experiência aí fora? Não. O pessoal faz duas, três, quatro licitações por ano. A gente aqui para fazer uma licitação é uma coisa demorada, prolongada, discutida e, sobretudo, até começar a fazer.

Agora, por exemplo, nós estamos, a ANP está com todos os seus estudos para fazer a nona rodada prontos desde o final do ano passado. Já apresentamos ao Conselho Nacional de Política Energética, que não consegue se reunir para dizer: “Podem realizar a licitação”. Porque pela lei [soa a campainha] nós fazemos os estudos e só podemos começar o processo de licitação autorizado pelo CNPE. Acho que nós temos que avançar nesse terreno. Sr. Presidente, eu pediria, vou deixar isso mais ou menos o rascunho aqui de lado, mas eu queria dizer umas três respostas tópicas ao meu amigo Ricardo Maranhão para não ficar pairando no ar algumas coisas que, às vezes, na minha opinião não são corretas. O Deputado Ricardo Maranhão disse ainda há pouco, primeiro: “Na sétima rodada áreas muito grandes maiores que alguns Países”. É verdade. Nós já corrigimos isso, na atual gestão da ANP nós não estamos fazendo essas áreas enormes, não. Isso era feito nas gestões anteriores da ANP. Mas de qualquer maneira é bom você não perder de vista que, por exemplo, na 6ª rodada nós apresentamos 913 blocos, alguns grandes. Desses, 759 não despertaram interesse de ninguém. Então não é assim que... Apresentou o bloco e já está entregando tudo; não é assim não. Apresenta o bloco para tentar despertar interesse, e no caso da 6ª rodada dos 913 blocos apresentados só 154 foram arrematados. Na sexta rodada, diz o Ricardo Maranhão, “Uma coreana arrematou...”, é o negócio do... Conteúdo local como a gente chama. O conteúdo local, “uma determinada forma de interpretar o conteúdo local”, diz ele, “levou a que uma coreana tivesse ganho um bloco de enorme importância disputando com outros inclusive com a PETROBRAS, porque apresentou um determinado conteúdo local mais avançado do que a PETROBRAS”. É verdade. O que nós tínhamos a dizer sobre isso?

Eu pessoalmente acho o seguinte, a PETROBRAS apresentou pouco conteúdo local nessa questão, perdeu para uma coreana que apresentou mais conteúdo local. Vem agora a crítica do Ricardo: “Mas vocês conferem isso?” Ela ganhou uma coisa que pode

não fazer. E diz: “Se não fizer pagam 20% e acabou”. Não é verdade. Ela não paga 20% e acabou, não. A regulação da ANP é também, como diz aqui, um pouco estilo do Imposto de Renda. Você tem que apresentar conteúdo local até certo momento, se não apresentar é 20%, se não apresentar uma quantidade maior é 30%, se não apresentar quantidade maior ainda, faltar mais coisa, aumenta a multa para 70%, e chega ao ponto que recolhe-se o bloco. Então é uma coisa gradativa. Avançamos. Finalmente, sobre essa questão do que chamou aqui “Artigo flagrante, escandalosamente inconstitucional da Bacia de Campos”. Nós temos que ter certos referenciais, o que é inconstitucional? É o que eu acho, ou que o Supremo Tribunal Federal acha? Em termos de Brasil, quem julga o que é constitucional ou inconstitucional é o Supremo Tribunal Federal. O Supremo Tribunal Federal passou em revista toda essa lei e considerou que a lei é constitucional. Então a gente repetir que ela é inconstitucional fica um pouco assim chovendo um pouco no molhado, ou então dando a impressão equivocada a quem não está vendo sobre as verdadeiras questões que estão em pauta. Entretanto, tem que ser levantado muito isso de que na 8ª rodada que foi suspensa por decisão judicial, nós apresentamos o que aqui foi dito “uma estranha e lamentável limitação”. Em outras palavras, nós introduzimos um critério novo que seria para prejudicar a PETROBRAS. Olha gente, essa história de... Bom, critério novo. Esse critério não é novo. Na quinta, sexta e sétima rodada o mesmo critério já existia. Era aplicado e nunca ninguém questionou esse critério. O que é o critério? O critério é o seguinte, o critério de limitação de ofertas vitoriosas. Você botava uma determinada área, ali naquela área tem, digamos assim, 30 blocos ou coisa que o valha, o limite ali, só pode ter vitoriosa ali, digamos, seis blocos. Uma empresa sozinha e naquela área específica só pode ganhar no máximo seis blocos.

Bom, isso já existia na quinta, sexta, sétima rodada para as áreas terrestres, e nunca ninguém protestou. E deu um resultado extraordinariamente positivo, fomentou a concorrência, entrou uma porção de gente que não estava dentro. Porque você não pode ganhar tudo, então você ganha um pedaço, o outro ganha um outro pedaço, o outro concorre, aumenta o valor dos blocos, etc, etc. Quando chegou na oitava rodada nós ouvimos “bom, o mesmo critério que está aí, que já foi aceito por todos, vamos estender agora para os blocos de alto potencial e de nova fronteira”. Aí diz algumas instituições: “introduziu-se o critério novo”. Por conseguinte não é verdade. Segundo, é contra a PETROBRAS. Contra a PETROBRAS? Gente, vou mostrar para vocês uma coisa aqui, esse mapa. Esse

mapa foi feito na ANP, a meu pedido, há muito tempo. Repare que tem uma... Aqui é o Brasil e aqui são as empresas que têm áreas de concessão. Essas pequeninhas aqui é tudo, essas empresas todas, que tem no Brasil, essas tantas, dessas pequeninhas. Essa faixa azul é a PETROBRAS. Como não existia na sétima rodada limitação para ofertas vitoriosas, uma empresa de resto estrangeira fez um, digamos assim, bancou um lance tão bom que terminou levando tudo isso. Então, esse vermelho que está aqui é a empresa estrangeira que só num lance quase que iguala à PETROBRAS no Brasil. Ou seja, ficou aberto para quem quisesse, estava aberto sem essa limitação, estava aberto para quem quisesse tomar de assalto o Brasil. Assalto é palavra talvez forçada. Ocupar um espaço que nos parecia que não era conveniente. Por que é que vai ser...? De repente... A maior parte, olha aqui, a maior parte seria de uma outra empresa. Por causa disso que aconteceu na sétima rodada e para proteger o interesse nacional, nós dissemos: “Bom, de agora por diante isso aqui não pode mais acontecer. Vamos fazer um limite nisso”. Então, em áreas de alto potencial e áreas de novas fronteiras também tem um limite. Pode, digamos, arrematar até seis, sete... Aí discute qual é o seu limite. E aí diz que era contra a PETROBRAS. Uma coisa que era a favor do interesse nacional não pode ser contra a PETROBRAS. Nós hoje estamos enfrentando problemas com relação à nona rodada. Os prazos estão se esgotando. Já fizemos diversas simulações de prazos. Se o CNPE nos autorizar a realizar a nona rodada amanhã, nós então teríamos tal calendário. Vem demorando muito. Eu acho que com grandes prejuízos para a nona rodada e estou convencido que ela vai ser feita.

A saída do Ministro Silas prejudicou mais um pouco. O Ministro Silas estava trabalhando com o objetivo de adiantar essa nona rodada, tomar medidas para ver se ela começava o mais rápido possível. Nós esperamos que o próximo Ministro que surja e que apareça indicado pelo Presidente Lula, também vá no mesmo caminho, porque é o caminho que vai facilitar, que vai favorecer. Primeiro, que essa ânsia, dita aqui, essa avidez dita aqui pelo Estrela em procurar novas áreas, que isso seja satisfeito. Que a PETROBRAS então possa participar dessas licitações novas, que o processo do Brasil relacionado com a garantia da auto-suficiência na produção de petróleo, que isso seja feito. Porque como mostrou aqui o João Souto, tem aquelas curvas. As curvas vão caindo. Nós estamos vivendo de curvas feitas do passado. É preciso descobrir coisas no futuro para não dar problema aos anos 2014, 2015, 2017 em diante. Como é que vai ser? Nós precisamos fazer coisas agora. O setor de petróleo é um setor que ama-

durece devagar. São seis, sete anos para começar a exploração, dois anos a primeira fase, mais uns quatro, cinco, seis a fase de explosão, até começar a produção dá uns seis, sete anos. E olhe lá se não dá mais. Se nós não começarmos a fazer novas licitações, nós vamos ter um *gap* mais à frente com relação à nossa produção e a nossa auto-suficiência. Eu lhe agradeço, Senador Delcídio, por ter me dado esse espaçozinho a mais e muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Dr. Aroldo Lima, pela exposição. Eu quero agora passar a palavra para o nosso querido Relator Senador Garibaldi Alves, e aí depois abrir as perguntas para os Senadores aqui presentes.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente Senador Delcídio Amaral, Senhoras e Senhores, Senadoras, Senadores, muito se falou aqui de petróleo, mas eu, para ser objetivo, até porque não sou um *expert* no assunto, eu não sei porque o Presidente me escolheu Relator dessa matéria, eu acho que ele deveria ter assumido as duas funções, de Presidente e Relator, porque ele tem um conhecimento aprofundado. Mas nós falamos muito de petróleo, aliás, os Senhores falaram muito sobre petróleo, com muita desenvoltura. Mas eu tenho uma dúvida: vai mesmo faltar petróleo nas próximas décadas? Ou a tecnologia e os altos preços viabilizarão novas reformas em fontes substitutas de petróleo? Nós já sabemos que já há um certo avanço no sentido de oferecer essas alternativas para aqueles que têm a previsão de que o petróleo realmente vai faltar. As reservas devem ser monetizadas em face dos altos preços do petróleo ou devem ser guardadas para o futuro? Essa pergunta, Sr. Presidente, eu faria um apelo a todos os expositores para que eles pudessem fazer um ligeiro comentário a respeito dela. A outra pergunta seria dirigida e a nossa Assessoria andou aqui me dando uma ajuda, seria dirigido mais àqueles que estão à frente dos órgãos de regulação governamentais.

É uma pergunta sintética, quais os limites impostos pelo Governo para a exportação de petróleo nacional? É uma pergunta dirigida ao Sr. João Souto e ao Sr. Aroldo Lima, o ex-Deputado Aroldo Lima. Dirigida ao Sr. Dr. Guilherme Estrela e ao Dr. John Hayne, a política de preço, de petróleo e de gás natural está correta? Qual a visão dos Senhores sobre... Aliás, isso foi criticado já pelo Dr. Ricardo Maranhão, sobre os projetos de lei que alteram o marco regulatório do gás natural estão sendo consolidados pelo Deputado João Maia, que é inclusive meu conterrâneo e Relator na Câmara. E como última pergunta, qual a visão dos Senhores a respeito do gasoduto Venezuela, Brasil e

Argentina? Há quem diga que pelo fato da Venezuela só ter gás natural associado, isso impede que se possa suprir a demanda projetada para esse mega gasoduto sem ultrapassar e muito a cota de exploração de petróleo que lhe é atribuída pela OPEP, o que não é politicamente viável. A Venezuela tem realmente gás natural para atender a demanda projetada? Acho que essa resposta poderia ficar a cargo de quem, Presidente? Essa aí?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu sugeriria que ficasse a cargo do Dr. Guilherme Estrela, Diretor de Exploração e Produção da PETROBRAS. Se V.Sas. concordarem, nós vamos... Os Senadores todos fazem as perguntas e aí cada um tem total liberdade para responder mesmo aquelas perguntas direcionadas, se alguém quiser fazer mais algum comentário e depois disso, nós fazemos um fechamento, se alguém quiser fazer também algumas considerações sobre o que cada expositor aqui colocou, para que depois a gente encerre a nossa Sessão. Eu vou passar... Todos de acordo em nós fecharmos as perguntas todas e depois cada um responde? Então com a palavra o Senador Eliseu Resende.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Antes do Ministro Eliseu falar, eu queria dizer, está aí um bom Relator aqui, está vendo que eu estou querendo fugir.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): O Aroldo Lima, principalmente, e o Maranhão também são testemunhas de quanto eu já sofri como Relator dessa matéria, quando a lei de flexibilização do monopólio do petróleo foi sancionada. Estou vendo aqui reproduzirem-se todas as questões e questionamentos que nós vivemos naquela época. Mas agora temos uma lei e temos uma Subcomissão no Senado presidida pelo Delcídio Amaral, que é um talento na área, que pretende tão somente aprimorar, aperfeiçoar através desse debate sobre os marcos regulatórios, a Legislação existente. Reciclando os nossos debates anteriores, Aroldo. Você quando Deputado Federal em Maranhão também, nós lutando, tentando produzir um equilíbrio entre as forças que eram antagônicas com relação aos pensamentos básicos da Legislação do petróleo. Acho que conseguimos uma Legislação equilibrada abrindo e flexibilizando o monopólio do petróleo. Estamos por isso mesmo discutindo aqui, porque se nós ainda tivéssemos a consecução do monopólio do petróleo nas mãos da PETROBRAS, nós não precisávamos estar discutindo marcos regulatórios. Nós estamos discutindo marcos regulatórios exatamente porque se instalou o sistema de mercado competitivo, como diz o Aroldo, em que a PETROBRAS é o principal ator na competição, para o quê? Para melhorar as condições de preço e

de qualidade do produto consumido pelos brasileiros. E abrir um espaço para a auto-suficiência nacional, a decantada auto-suficiência nacional do petróleo pelo Brasil, que eu acho inclusive que já alcançamos.

E a lei evidentemente ela tem defeitos, ela é criticada, mas sem dúvida nenhuma nós precisamos de entender, que eu acho que depois que essa Legislação entrou em vigor, houve um avanço mais acelerado ainda da produção da PETROBRAS, da produção nacional de petróleo, e com mais informações técnicas e tecnológicas sobre o volume das nossas reservas e qualidade dos nossos produtos. Essa que é a verdade. A discussão do marco regulatório, e aí quero ser breve porque o espaço de tempo já está avançado, nós tivemos muitas dificuldades em redigir determinados artigos, estabelecer determinados instrumentos. Porque nós não tínhamos esta vivência, o petróleo era nosso, significava uma lei de 1953, editada pelo Getúlio Vargas que criou a PETROBRAS. E que criou também o Conselho Nacional... Perdão, o Conselho Nacional de Petróleo que foi extinto e depois ficou a PETROBRAS com subcontratações para empresas nacionais e estrangeiras, para empresas privadas. O que nós tentamos fazer foi abrir a flexibilização, mas mantendo evidentemente, é um erro falar-se o contrário, mantendo evidentemente o petróleo como monopólio da União. O que se dá são contratos de terceirização com contratação, através de uma Emenda Constitucional. Foi autorizada a contratação pela União de outras empresas que não apenas a PETROBRAS para executar monopólio do petróleo. E o Aroldo se lembra, o grande gesto foi a definitiva definição brasileira expressa em lei que a PETROBRAS não seria privatizada. A PETROBRAS seria uma concessionária para, usando toda sua experiência, todas suas informações, e é importante a observação do Maranhão que algumas informações técnicas não foram pagas ainda pelo Tesouro.

Isso precisa ser visto, porque realmente a PETROBRAS levaria essas informações técnicas à Agência Nacional do Petróleo para que essa abrisse as licitações, fizesse os estudos técnicos e abrisse as licitações para numa competição entre PETROBRAS e Shell, por exemplo, e outras empresas nacionais e estrangeiras, nós tomássemos a melhor decisão com relação a adjudicação dessas outorgas. E essa melhor decisão seria administrada, sugerida ao Governo por uma agência que se criou, a chamada Agência Nacional do Petróleo, que como o Maranhão falou se estende nas suas prerrogativas também a indústria do gás natural. Foi criada a Agência e a PETROBRAS teve a sua estrutura também modificada, foi flexibilizada, a própria Lei 8666 foi adaptada ao processo de licitação do petróleo para favorecer e facilitar a atuação e as

decisões da PETROBRAS que passaria a competir com a Shell e com uma outra empresa nacional ou estrangeira. Mas perdura uma dúvida que nós temos aqui ao longo do tempo se geraram algumas dúvidas. Primeiro, recentemente o Governo encaminhou para o Congresso Nacional um Projeto de Lei alterando as estruturas das agências reguladoras. E nos preocupou um pouco e nós temos discutido isso, o Delcídio Amaral acompanha em todas as reuniões que temos a filosofia das outorgas. E essa pergunta que eu gostaria de fazer aqui, primeiro, quem prepara os editais de licitação, baseado em quais informações técnicas? Quem define quais são as bacias sedimentares que deverão ser licitadas? Em qual periodicidade? Porque a lei vigente, ela estabelece que o Conselho Nacional de Política de Petróleo, política energética, formula política. Inclusive essa pergunta que foi feita aqui sobre o volume de exportação pelo nosso Relator está ali, é uma prerrogativa, uma incumbência do Conselho Nacional de Política Energética. Ele, o Conselho Nacional de Política Energética, vai dizer o que vai ser exportado, o que não vai ser exportado, qual é o planejamento estratégico de preservação de estoques comparado com os fluxos de produção e a demanda correspondente.

Então primeiro, se realmente o Conselho Nacional de Política Energética tem trabalhado nessa direção e tem dado essas orientações à Agência Nacional de Petróleo e aos seus principais concessionários, particularmente a PETROBRAS. Segundo, de onde a agência, que pela lei vigente publica os editais e faz os leilões, recebe as informações técnicas sobre as bacias sedimentares mais promissoras para as próximas rodadas? Terceiro, e essa é a pergunta que nós fazemos em todas as reuniões que temos aqui sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral, quem faz as outorgas? Porque a Legislação que está sendo proposta ela é dúbia. Ela fala que o Ministério Setorial é que delega poderes à agência para a agência licitar. Houve uma primeira minuta desse Projeto de Lei que fala que o Ministro de Minas e Energia é quem licita e assina os contratos. E esse problema nós estamos vivendo com as outras agências reguladoras, agência de energia elétrica, agência das águas, agência de telefonia, agência de transporte, etc. Nós achamos que se isso ficar dúbio, nós vamos gerar uma insegurança enorme sobre os investidores. A própria PETROBRAS não vai saber a quem ela tem que apresentar sua proposta ou seus argumentos ou seus convencimentos, se à agência ou se ao Ministro. E como a PETROBRAS é uma estatal, nós achamos que se gera uma incongruência o Ministro ter o dever de ser independente, árbitro ou isento com relação a julgamento de

uma licitação, porque ele é o Ministro do setor, está presidindo as competições; ou se ele tem o dever de proteger a PETROBRAS, porque o Ministro pertence ao Conselho de Administração da PETROBRAS e pela Lei das Sociedades Anônimas é obrigado a defender os interesses da PETROBRAS.

Então eu gostaria de ouvir dos senhores o quê que realmente existe nessa área e qual é a prática que realmente hoje está sendo adotada pelo Ministério de Minas e Energia, particularmente pela ANP? Parece que as licitações continuam sendo feitas... Os leilões continuam sendo feitos pela ANP. Em uma decisão, parece que sábia, da Ministra Dilma Rousseff, com quem já conversei sobre esse assunto na oportunidade, ela, como a lei ainda não está definida, ela já delegou parece à Agência promover os processos licitatórios com a participação de todos os concessionários sejam públicos ou privados, estatais, nacionais ou estrangeiros. Gostaria de ter essa informação. Acho que esse é um ponto básico. Segundo, eu gostaria de fazer uma indagação ao Dr. Guilherme, parece que ele disse que há prazo de concessão e haveria um problema relacionado com renovação de prazo. Pelo que eu sei o prazo de concessão que existe é só para exploração. Se esse prazo é definido e se a concessão para produção se faz até exaustão da jazida. Bom, é uma pergunta, vamos esclarecer. A terceira pergunta, eu falo sobre a questão da participação especial que o Dr. Guilherme falou que estava acima de determinados limites razoáveis.

Eu quero lembrar que essa participação especial foi definida, colocada em lei para dizer que conforme for a produção em função dos seus volumes de produção em função da rentabilidade do concessionário, então pode-se estabelecer uma participação especial, mas que será regulada por Decreto do Presidente da República. Acho que a lei não foi modificada, se não foi modificada esse é um instrumento que a PETROBRAS e a Agência Nacional de Petróleo pode usar para modificar a participação especial se ela se considerar danosa para os resultados do concessionário. Eu tinha outras perguntas a fazer, Presidente, mas vou ficar situado nessas considerações apenas.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Eliseu Resende, que conhece todo esse debate profundamente e pelo trabalho competente que sempre realizou na Câmara dos Deputados e agora no Senado Federal e pelo País também como Ministro de Estado. Quero passar a palavra agora para o nosso querido Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu considero que a criação da PETRO-

BRAS dentro de um contexto de crescimento econômico e soberania nacional foi o fato mais importante do Século 20. A PETROBRAS inclusive está muito ligada à história do Brasil. O movimento de 54 e de 64 tinham como objetivo acabar com a PETROBRAS. Em 54 não acabou em decorrência de uma carta testamentária que denunciou ao País qual era o objetivo do movimento. Em 64 não acabou porque alguns militares mantiveram a PETROBRAS decepcionando aqueles que lideraram e financiaram o movimento. Eu fico pensando muitas vezes o que seria do Brasil sem a PETROBRAS. O que seria o País ter o peso de uma companhia do peso da PETROBRAS sem o controle estatal? Eu acho que tudo que deve ser feito pelo setor privado não deve ser feito pelo Estado, exceção o petróleo. Acho que na área do petróleo o Estado tem que ter uma empresa estatal, empresa forte, e como eu disse, muitas vezes eu penso o que seria do Brasil se não houvesse uma empresa estatal de petróleo que é a PETROBRAS. Agora, em 1997, foi quebrado... Foi mantido o monopólio da União e foi quebrado o monopólio da PETROBRAS. E eu vi algumas observações do meu querido amigo Maranhão, aqui colocados, eu gostaria de saber colocar como questão geral em que pontos a quebra do monopólio, ou seja, a participação de outras empresas no processo de autorização para exploração, prejudicar a PETROBRAS. Em que pontos a quebra do monopólio teria prejudicado a PETROBRAS? Que eu não consigo ver em que a PETROBRAS ficou prejudicada por essa quebra do monopólio, mas o ponto foi levantado aqui e eu gostaria de ter esses detalhes. E outro ponto que eu gostaria de falar, levantar aqui, o Ricardo Maranhão já levantou, o problema da distribuição de petróleo, principalmente na área de ponta, tem tido distorções muito grandes com falsificação, descaminho, contrabando, entrada de distribuidoras em áreas onde realmente apropriadas à pequena empresa. Eu pergunto a quem cabe? Onde é que está a competência? Qual é o órgão? Qual é a posição do Conselho Nacional de Petróleo para evitar essa adulteração, esse desorganização que está havendo nesse setor do mercado? São essas questões que eu tinha a colocar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Dornelles, eu gostaria só de aproveitando a participação do Senador Dornelles, alertar a Assessoria que na nossa agenda nós temos um dia específico para falar sobre ANVISA e é muito importante que nós... Eu tenho a impressão até que essa data já foi definida, e nós gostaríamos que depois isso fosse divulgado aos Senadores pela importância desse debate também e eu não poderia deixar de destacar, até porque minha Assessoria tam-

bém já trabalha no sentido de ajustar com a Assessoria do Senado a data dessa Audiência Pública.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Sr. Presidente, esse assunto eu solicitaria a V.Ex.^a examinar a possibilidade de que isso não fosse realizado nessa semana que existe o feriado no meio da semana.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Perfeito, perfeito Senador Dornelles, está registrado. Eu vou passar a palavra e dar cinco minutos para cada um, na seqüência em que cada um fez a sua exposição. Eu passo a palavra ao Dr. João José de Nora Souto. Só alertando que quando faltar um minuto toca uma sirene que já devem ter ouvido aí. Por favor.

SR. JOÃO JOSÉ DE NORA SOUTO: Muito obrigado, Senador Delcídio Amaral. Em relação ao questionamento que foi colocado aqui, quais seriam os limites impostos pelo Governo para exportação de petróleo e derivados. Existe um decreto que regulamenta as diretrizes para a exportação de derivados e petróleo também, ou seja, o que está definido nesse decreto é que a ANP só autorizará a exportação de petróleo caso esteja assegurado o abastecimento a nível nacional. Então, isso é uma questão fundamental que foi colocada como uma diretriz básica do decreto, ou seja, o excedente na realidade. Ou seja, a PETROBRAS tem um excedente de óleo pesado que não pode ser processado nas refinarias por conta do perfil dessas refinarias. O que ela vai fazer com esse óleo? Vai ter que exportar. Exporta o óleo pesado, importa o óleo leve, faz o *blend* e processa esse óleo leve junto com o óleo nacional de modo então a que consiga atender o máximo de demanda desses derivados para o consumidor brasileiro. Como eu falei também, existe um excedente de óleo combustível gerado também no processo de refino, também um excedente de gasolina. Então, esse excedente, ele é exportado a preço internacional como preço em *commodity*, cotado na bolsa de Nova York, enfim, nos mercados internacionais onde a PETROBRAS obtém o preço internacional. E a política de preços adotada aqui no Brasil é uma política que estabelece acompanhamento do mercado internacional de petróleo, ou seja, isso para incentivar que as empresas que atuam na área de exploração e produção possam fazer investimentos aqui no País e tentar recuperar esses investimentos, e também ter a possibilidade de vender ou no mercado interno ou tentar exportar esse petróleo do ponto de vista mais econômico possível.

Desde que, como eu falei, que esteja atendido plenamente o mercado de abastecimento aqui no Brasil. Em relação à visão do gasoduto Venezuela-Brasil, eu

gostaria de comentar que existe um grupo de trabalho constituído por técnicos tanto da PDVesa como da PETROBRAS, em torno de 70 técnicos, que têm feito várias reuniões tanto em Caracas como aqui no Brasil, desenvolvendo cenários, vários cenários de longo prazo, considerando a demanda térmica e a demanda não térmica, considerando térmicas estratégias para o planejamento de longo prazo do setor elétrico e também mercados industriais que seriam desenvolvidos também ao longo do traçado desse gasoduto. É um gasoduto que se estende por cerca de 4 mil quilômetros de extensão [soa a campainha]. Então a decisão desse empreendimento deverá se pautar eminentemente numa decisão de mercado e de uma avaliação técnica e econômica que está sendo feito pelos dois Países. Em relação às reservas da Venezuela, as reservas de gás na Venezuela situam-se na faixa de 150 TCF's, são reservas bastante expressivas; só que essas reservas, elas precisam de investimentos para ser desenvolvidas e aí a PETROBRAS também tem interesse em participar em projetos de parceria para desenvolvimento dessas reservas que fazem parte então do gás que viria para o Brasil. Em relação a quem prepara os editais, os editais são preparados em conjunto tanto as diretrizes dos editais como a questão do conteúdo local, como a questão relacionada a toda a política para atração dessas empresas são definidas pelo Ministério de Minas e Energia e a ANP; então pela lei é que faria os editais. Quem escolhe as bacias sedimentares, essa é uma decisão do Conselho Nacional de Política Energética que a partir então dos estudos que a ANP realiza, apresenta então ao Ministério de Minas e Energia, o Ministério de Minas e Energia então pega todas essas informações e leva ao conhecimento dos membros do Conselho Nacional de Política Energética para a decisão de qual o volume de petróleo que deverá fazer parte então dessa rodada de licitação. É um planejamento de longo prazo, evidentemente. A ANP define vários setores com vários potenciais, então através das nossas simulações pela curva de R sobre P, evidentemente calcula-se qual o volume necessário para atender a vários cenários de crescimento. E adota-se um cenário de crescimento 3,5, 4, 5%. Enfim, em um cenário de crescimento do PIB, que o consumo de derivado normalmente situa-se em torno de 75% do crescimento do PIB. Eu acho que em relação às perguntas, acho que eu concluí todas elas. Agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado ao Dr. João José de Nora Souto. E eu passo a palavra agora para o Diretor da PETROBRAS, Dr. Guilherme de Oliveira Estrella.

SR. GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA:

Obrigado, Senador. Tentando responder às perguntas do Senador Garibaldi Alves. Vai faltar petróleo? Em 1922 houve uma reunião em Houston das principais produtoras e empresas petrolíferas dos Estados Unidos e eles concluíram que o petróleo só daria para mais 20 anos. 19? Eles disseram 19? Ah, 19, pois é. Eu disse 20 para... Então essa pergunta é uma pergunta permanente para a humanidade toda. Mas o que se sabe, Senador, é o seguinte: as reservas atuais elas dão para... Mundiais, dão para 60, 70 anos. Quer dizer, consumindo-se o petróleo nos níveis atuais, nós teremos ainda 60, 70 anos de reservas provadas. Mas como eu disse, as reservas são classificadas em provadas, prováveis e possíveis. Quer dizer, na verdade, à medida que o tempo passa, à medida que novas tecnologias são desenvolvidas, à medida que novos procedimentos de produção... Também é importantíssimo, procedimentos operacionais aumentam a produção de petróleo, aumentam o chamado fator de recuperação. Então, a tendência é que o petróleo, essas reservas totais dêem para mais de cem anos. Com certeza. Muito bem. Até porque esse fator de recuperação nós só produzimos em média entre 30 e 35% de todo o volume de petróleo que está nas rochas reservatórias. Então tem um largo... Uma larga oportunidade para que com preços elevados, porque China e Índia estão jogando no mercado consumidor hoje cerca de 10, 20 a 30 milhões de novos consumidores por ano, a demanda por petróleo vai aumentar, está aumentando significativamente. Então acho que em termos de volumes de petróleo, de reservas mundiais o mundo está tranquilo. Até porque os motores estão sendo cada vez mais eficientes, fontes alternativas têm se... A partir dos preços elevados de petróleo tem se mostrado econômicas, então o petróleo ele vai conviver com essas fontes alternativas.

Talvez daqui uns 30, 40 anos nós teremos 20% do consumo mundial hoje já substituído por fontes alternativas de modo que não há problema de falta de petróleo. O petróleo como o Senhor sabe é um produto nobilíssimo da natureza, dos mais nobres que a natureza, que o planeta produziu. Então, nessa sala, por exemplo, é tudo de petróleo. Tem tudo... O petróleo substitui a madeira... Uma grande aplicação do petróleo nos plásticos de construção civil que se tornarão cada vez mais comuns, a madeira, os metais, serão todos substituídos por petróleo. Então, acho que essa preocupação nem o Senhor nem eu devemos ter no momento. Sobre o problema de reservas estratégicas. Grandes Países no mundo mantêm reservas estratégicas. Quer dizer, a partir do momento em que o desenvolvimento nacional se torne efetivo na vida das sociedades, a energia é um insumo indispensável para a sustenta-

ção a longo prazo de... Desse desenvolvimento. Então Países, eles olham as reservas estratégicas com uma decisão política estratégica de País [soa a campainha] que possa garantir em longo prazo o suprimento energético e no caso o suprimento de petróleo, foi a sua pergunta. Isso é um problema da sociedade brasileira e do Governo Brasileiro, certamente que tratando disso também. Como será feito não sei, isso aí é um problema para a própria sociedade discutir. A outra pergunta sua foi se a política de preço de petróleo e gás natural está correta. A PETROBRAS tem mantido uma política de preços que evita a transferência para o mercado brasileiro, para os preços brasileiros, as oscilações do mercado internacional. Quer dizer, hoje o petróleo está novamente a 70 dólares o barril, já esteve a 50, 48 na segunda metade do ano passado. Então, acho que essa política que a empresa opera e pratica, ela está absolutamente... A sua correção está absolutamente comprovada. Quer dizer, nós viemos mantendo um patamar de preços que protege a Companhia e a sociedade brasileira e o consumidor brasileiro das altas e baixas flutuações no mercado internacional, que como o Senhor sabe, é uma greve na Nigéria e o petróleo sobre 10 dólares o barril. Diminui um pouco as temperaturas lá no inverno europeu e no hemisfério norte, e o petróleo abaixa. Então a PETROBRAS eu acho que está mantendo... Essa é uma política correta que a PETROBRAS está mantendo. O gás natural, quer dizer, o Senhor também, eu ouvi uma pergunta a respeito da regulação do gás natural, a empresa está com um programa de investimento pesado em gás natural, não só exploração e produção, mas também de gasodutos. Então esses investimentos têm que ser... A sua rentabilidade, o seu retorno em termos de investimentos para o acionista da companhia dos quais o Governo é o principal, ele tem que ser assegurado para que não só a PETROBRAS como outros investidores sejam, tenham o retorno de seus investimentos garantidos pela nova Lei do Gás Natural. Preços são importantíssimos, porque gás natural ele... A exploração e produção têm que ser contemplada nos preços. O volume nos campos, ele é decisivo no estabelecimento dos preços. Campos com reservas muito grandes tem preços menores, claro.

Então isso é um ponto importante que nós discutimos sempre internamente, e que tem que garantir não só a exploração e produção, mas todo o restante dos investimentos para suprir o País dos volumes que o País está necessitando. O gasoduto do sul, como o João Nora Souto já explicou, quer dizer, nós temos um grupo de trabalho trabalhando a esse respeito. A integração energética continental é uma situação que o mundo caminha para ela. É claro que a independên-

cia energética e a autonomia energética dos grandes Países é uma coisa importantíssima. O Brasil, o Presidente Lula tem falado que tudo bem, as nossas relações são extremamente amistosas com os Países, mas nós temos que ser independentes sob o ponto de vista de petróleo e gás natural. E é isso que a ANP e a PETROBRAS e outras empresas caminham nessa direção. Agora, a integração energética é um ponto, a Europa recebe um bilhão de metros cúbicos por dia da Rússia. Então essas coisas não são... A Europa recebe um bilhão de metros cúbicos da Rússia por dia, 800 milhões, varia pra inverno e verão. Então a integração energética continental, dos continentes, é uma realidade mundial. Então é um modelo que conservados o atendimento aos interesses nacionais é um modelo que pode operar bastante bem. O Senador Eliseu Resende falou sobre a lei, que o Nora Souto já perguntou, já respondeu, o problema da renovação do prazo de concessão. A lei atual estabelece em 27 anos o prazo de concessão de produção. Então as reservas, Senador, elas são, elas têm duas categorias de aceitação internacional.

A primeira diz o seguinte: bom, nós temos as reservas... A empresa descobriu o campo, calculou suas reservas, então é como se nós tivéssemos até o final, até o esgotamento naquele campo, esgotamento econômico inclusive, daquele campo direito a essas reservas. Então chama-se, é da SOCIETY OF PETROLEUM ENGINEER, são as reservas SPE. Então a gente descobre e diz: “Bom, esse campo tem cem milhões de barris de reservas recuperável e não entra o tempo”. Agora, nas reservas de acordo com a SEC, que é a Comissão de Valores das Bolsas Americanas, quer dizer, essa reserva vai até a data de final... Ao final da concessão de produção. Então, o que fica para depois, para gente produzir depois... Isso nós temos campos hoje que produzem há 30 anos. Aliás, Candeias, citada aqui pelo meu amigo Aroldo Lima, Candeias, o ponto produtor--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mais de 50.

SR. GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA:

Mais de 50 anos. Então, como nós não passamos por essa experiência ainda porque a lei de abertura de mercado é recente e a concessão é de 27 anos, os operadores, não só a PETROBRAS, de acordo com a SEC, estão diminuindo as suas reservas. Porque o marco final lá da concessão de 27 anos está fixo. Então nós estamos como quem, cada vez temos menos reservas já que esse marco está fixo e é inamovível.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA:

Produção. É, desenvolvimento da produção. Muito

bem, o que se faz nos outros Países? Nos outros Países as agências reguladoras dizem o seguinte: “Não, a concessão vai até tal data, mas de acordo com melhores práticas da indústria petrolífera e tudo mais, o concessionário terá seguindo essas práticas, essas melhores práticas, assegurado a sua... A continuidade da sua produção”. Quer dizer, o contrato, a concessão é prorrogada. Então, esse que nós... A PETROBRAS... Nós estamos apelando para que haja um aditivo aos atuais contratos de concessão nesse sentido. Quer dizer, resguardadas a aplicação das melhores técnicas da indústria petrolífera, a empresa concessionária terá renovado o seu contrato de concessão. A SEC aceita esse dispositivo contratual e aí concede que as reservas das operadoras sejam levadas até a extinção do petróleo que existe no campo. Igualando-se praticamente ao primeiro modelo que é o da Sociedade de Engenheiros de Petróleo. Muito bem. O Senador Francisco Dornelles: em que ponto a quebra do monopólio prejudicou a PETROBRAS? Muitos bem, alguns anos atrás, ainda na época do monopólio estatal do petróleo da PETROBRAS recebemos, acho que o Presidente da CHEVRON ou da TEXACO, uma grande empresa americana. E ele dizia o seguinte, a empresa dele, essa grande empresa sonhava com monopólio, porque o monopólio era a melhor coisa que podia haver para uma companhia privada. Então, é uma coisa interessante. Agora, o monopólio, quer dizer, isso é um elemento de gestão dos Estados e que dependendo das condições até econômicas, sociais, tecnológicas dos Estados, pode ser adotado ou não. Isso é uma coisa que as próprias sociedades, elas através dos seus corpos legislativos têm que resolver. Quando eu também sempre defendi o monopólio estatal do petróleo no Brasil, e trabalhei da BRASPETRO no exterior e achavam que isso era uma contradição da minha parte. Como é que você defende o monopólio estatal e foi trabalhar no Iraque, onde a PETROBRAS está...

Eu passei três anos em Bagdá, trabalhei três anos em Bagdá, e eu dizia “Não, que isso é uma decisão do País e da sociedade soberana”. Cada País sabe o que é melhor ou pior; quer dizer, qual o caminho a ser adotado. Eu considero isso. Se a sociedade brasileira através dos representantes do Congresso Nacional resolveu que o monopólio estatal era uma coisa já superada e que devia ser extinto, assim resolveu. Agora, se prejudicou a PETROBRAS, eu não diria que tenha prejudicado a PETROBRAS, mas em termos de planejamento energético e de exploração e produção de petróleo, está necessitando do Governo um enorme esforço. Porque uma coisa é o Governo ter uma empresa que é monopolista e que pode gerenciá-la de maneira a atender as metas nacionais e outra coisa é

o Governo ter uma empresa como o Senhor mesmo falou que ele tem a condução dessa empresa, mas essa empresa atua no mercado aberto. Então, em relação à PETROBRAS, nós somos uma empresa de Governo hoje, não monopolista. Quer dizer, nós temos que refletir na nossa gestão a melhor maneira de atender as políticas que o Governo estabelece para a companhia. Então são situações diferentes. Eu não posso dizer eu estou sendo absolutamente franco se a perda do monopólio prejudicou ou beneficiou a PETROBRAS. Porque nós estamos realmente... Atuar no mercado aberto é completamente diferente do que atuar no mercado monopolista. Então a empresa não é a mesma PETROBRAS. Se nós tivéssemos mantido a mesma companhia hoje, eu podia até fazer uma comparação. Mas a empresa não é a mesma empresa, é uma empresa completamente diferente.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Mas só um minuto, não quero mais de meio minuto. O País ganhou ou perdeu com a quebra do monopólio? Na sua opinião.

SR. GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA:

O País perdeu.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Ok, meu caro Diretor de Exploração e Produção, Guilherme Estrela.

SR. GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA:

Desculpe, eu respondi como cidadão. Não como Diretor. Na minha opinião, o País perdeu.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o Dr. John Haney, da SHELL.

SR. JOHN HANEY: Acho que vale a pena explicar um pouco sobre a indústria de exploração e produção. Pra mim [inaudível] na parte do *downstream*, distribuição, que produziu latas de óleo e foram demais se quiser. E tem tudo a ver com natureza. Dr. Estrela falou. Recuperação de 35%, todos esses números são estimativos, não é tão matemático, tem tantos blocos, vai ter tantas descobertas, vai ter tanta produção naquele ano. É tudo estimativo. Pode ser ruim ou certo. Ninguém sabe. Então tipo de pergunta de natureza, ainda mais se você produz dela. A produção, a pressão cai e a produção cai. Então faz diferença enorme entre a parte da indústria de petróleo. Um parte muito importante é política de preços. Então está bem aberto para a indústria internacional, preços internacional, e para as firmas internacionais. Isso é crítico para nós ficar aqui. A gente está vindo sempre possibilidade de vender aqui no Brasil, mas tem poucas opções para vender. Então essa abertura que a gente tem hoje é crítico para nós aqui. Concordo com o Dr. Estrela com o crescimento enorme de energia de petróleo, tem

previsão de que vai dobrar entre 2050, e mesmo com investimentos muito enorme de fontes de energia renováveis da SHELL e outras firmas, ainda vai ser uma parte pequena pelo menos nos últimos 20 anos. Até 10% da energia total.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Desculpe. Quanto?

SR. JOHN HANEY: 2030. Vai ser 10% renovável.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Renovável vai ter uma participação de 10%.

SR. JOHN HANEY: Vai crescer até 10. Agora 2, vai para 10. Outra diferença é número de investimentos que a gente tem sobre falado aqui. Só a parte de exploração, os custos de exploração, os poços de 80, tem 100 milhões de dólares, para talvez achar nada. O risco da indústria que tem que ser bem entendido. E com certeza não vai ter produção desse poço de exploração. Então talvez pode ter descoberta, tem mais poços de avaliação, depois de 10 anos vai ter produção. Então tem que ter retorno grande para esse risco. Pagando claramente os impostos justos, a gente está querendo pagar realmente. Nossa parte da definição dos blocos, as companhias podem sugerir blocos só, mas a decisão da ANP que ela vai recomendar para a CNPE. Última, sobre como está crescendo a indústria e a guerra mundial é aqui no Brasil para recursos humanos, para Engenheiros, para Geólogos. É incrível a competição entre as firmas para esses recursos... Está criando empregos, criando crescimento de salários nessa área mundial, mas aqui no Brasil está acontecendo muito forte também. Então com o número de firmas que estão aqui isso vai continuar crescendo e vai criar oportunidades para os cidadãos brasileiros que entrem nessas áreas de engenharia e geologia. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Dr. John Haney, Vice-Presidente de exploração e produção da Shell Brasil. E eu passo a agora a palavra ao Dr. Ricardo Maranhão.

SR. RICARDO DE MOURA ALBUQUERQUE MARANHÃO: Eu queria, Sr. Presidente, o Governador Garibaldi Alves, na sua modéstia, disse que não deveria ser o Relator, eu discordo, porque ele tem um conhecimento grande da indústria do petróleo, uma vez que até bem pouco tempo o Estado dele era o segundo maior produtor de petróleo do Brasil. Mas ele fez uma colocação muito interessante que converge com a colocação do Ministro Eliseu Resende e do Ministro Francisco Dornelles. Os três... Ele manifestou a preocupação se o Conselho Nacional de Política Energética ou se o Ministério de Minas e Energia estabeleceu um limite para a exportação. O Senador Eliseu Resende,

o CNPq tem trabalhado na exportação e o Ministro Dornelles me pergunta em que a quebra do monopólio prejudicou a PETROBRAS. Eu vou responder depois especificamente essa colocação do Ministro Dornelles, do Senador Dornelles, mas em relação à exportação, nós hoje vivemos uma situação curiosa, a pressa da ANP de fazer cada vez mais licitações. Se as empresas que obtiverem as concessões nessas licitações, descobrirem petróleo no Brasil elas serão obrigadas a exportar esse petróleo, uma vez que nós somos auto-suficientes. O Brasil hoje exporta petróleo pesado, porque nossas refinarias foram concebidas para processar *abion(F) light*, WTI, petróleos leves. Enquanto nós não fizemos construção de unidade de conversão, nós temos que fazer *blending* para misturar leve com pesado para poder processar. Então hoje nós exportamos com grande prejuízo uma quantidade grande de petróleo pesado, que tem um deságio da ordem de 13, 14 dólares por barril. Tanto que se nós construirmos uma refinaria para processar petróleo pesado ela vai se pagar rapidamente só com esse ágio.

Mas o que eu quero dizer é que quem descobrir petróleo no Brasil por força da auto-suficiência vai exportar petróleo. E a colocação, que nós queremos colocar aqui... Nós queremos pedir a atenção de V.Ex^{as}. é se com a crise que se avizinha, o Estrela colocou muito bem, que temos para 60 anos, a tecnologia pode mudar isso. Mas é um recurso não renovável finito. O petróleo leva milhões e milhões de anos para se formar. Então a tendência é que nós vamos buscar petróleo em regiões cada vez mais difíceis. Então se é prudente seguir o caminho da Argentina que quebrou o monopólio, que privatizou a sua empresa estatal, que era a empresa estatal mais antiga do mundo, e há acimentos(F) petrolíferos(F) do FISCALE(F), chamou empresas estrangeiras que não investiram na prospecção e hoje vive uma crise energética terrível, porque exportou petróleo, exportou, exportou. Nós devemos seguir o caminho do México que tinha 60, 70 bilhões de barris de reservas e hoje tem pouco mais de 20, 25 bilhões de barris. Se é prudente um povo, uma Nação, uma sociedade exportar um recurso não renovável finito para daqui alguns anos comprar esse produto por um preço certamente mais elevado do que nós praticamos hoje. Se nós devemos permitir que a relação reserva/produção se deteriore hoje. Temos uma relação excepcionalmente boa acima da relação ideal nós temos 18 anos o petróleo e 22 anos no gás foi o que foi colocado aqui. Quando a média mundial a relação de 10 é perfeitamente aceitável.

O que eu quero dizer se nós devemos ter uma visão que têm os sauditas. O petróleo está para a Arábia Saudita como o ferro está para o Brasil. A companhia

Vale do Rio Doce pode exportar 100, 200, 300, 400 milhões de toneladas de minério de ferro que ainda assim nós temos ferro para 200 anos. A Arábia Saudita pode exportar 10, 12, 15, 18 milhões de barris de petróleo por dia que ainda assim tem petróleo para 170 anos. Nós não podemos, se nós imaginássemos a possibilidade, por exemplo, de exportar o nosso petróleo para atender a demanda dos Estados Unidos da América que hoje, importam 12 milhões de barris de petróleo por dia, nós não teríamos petróleo para dois anos. Porque eles têm um consumo 20 vezes maior que o nosso. Então nós temos hoje essa contradição que chegou com a quebra do monopólio... Nós tínhamos que fazer licitações, vamos dar concessões e quem produzir, quem descobrir petróleo no Brasil vai exportar esse petróleo. Eu acho que nós não devemos também nos iludir com essa auto-suficiência, esta auto-suficiência... Ela... Chegamos a ela com muito sacrifício e ela perdura, mas eu não sei que sacrifício teremos que fazer quando o País voltar a crescer a 6, 7, 8% ao ano o PIB, porque existe uma relação íntima entre o crescimento do PIB e consumo de petróleo. Nós podemos perder rapidamente [soa a campainha] esta auto-suficiência se o País voltar a crescer aceleradamente. Eu queria dizer, Senador Francisco Dornelles, que a quebra do monopólio, eu não queria imaginar a quebra do monopólio isoladamente na Lei 9478, eu queria ver a conjuntura que acompanhou a quebra do monopólio. Quer dizer, a PETROBRAS foi levada a uma situação de estrangulamento, passou 15 anos sem admitir empregados. A PETROBRAS... Quebrou-se o monopólio, no Governo Collor privatizou-se e extinguiram-se duas subsidiárias da PETROBRAS.

O Governo anterior vendeu e eu fiz um depoimento nesta Casa contra esta venda, 41% das ações da PETROBRAS foram vendidas no mercado internacional, reservou-se 3% para a compra de ações da PETROBRAS por trabalhadores através do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Mas eu sugiro a V.Ex^{as}. que apurem esta operação de venda dos 41% das ações da PETROBRAS, por quanto essas ações foram vendidas e quanto elas valem hoje. A PETROBRAS hoje desfruta de uma situação financeira excepcionalmente muito, muito, muito melhor do que antes no regime do monopólio, mas não era o monopólio que atrapalhava a PETROBRAS. O que atrapalhava a PETROBRAS era o estrangulamento deliberado para que ela não funcionasse para justificar a privatização, e tudo foi feito para preparar a empresa para a privatização e houve uma mudança de Governo e não se falou mais no assunto, diga-se de passagem. Porque havia um compromisso do Presidente Fernando Henrique Cardoso de não privatizar a PETROBRAS, tenho essa carta ao

Senador José Sarney, então Presidente do Congresso Nacional, pronunciamento do líder do Governo, mas no Governo subsequente acho que estava tudo preparado para privatizar a PETROBRAS. Aí ela toda já ajustada com o Governo tendo apenas 35% do seu capital, uma fábrica de dinheiro vendendo gasolina a 80 centavos que é o valor, 90 centavos, é o valor que sai um litro de gasolina, e o povo brasileiro não sabe disso, mas um litro de gasolina sai da refinaria da PETROBRAS a 80 centavos, vendendo gasolina a 80 centavos essa empresa faz um lucro de 13 bilhões de dólares por ano. É uma coisa realmente impressionante, é uma fábrica de dinheiro e desfruta efetivamente de uma situação muito melhor, mas não foi pela quebra do monopólio, foi pela preparação para uma privatização que não chegou a se concretizar, graças a Deus. Eu não posso conceber o Brasil como Nação soberana com a privatização da PETROBRAS.

O Presidente Kirchner hoje enfrenta dificuldades gravíssimas na Argentina porque abriu mão da sua companhia estatal do petróleo. A pergunta do Governador Garibaldi, a opinião sobre a Lei do Gás. A Lei do Gás é um resumo na minha opinião, além de uma série de outros inconvenientes, a PETROBRAS tem hoje 5300 quilômetros de gasodutos de transporte. Esses gasodutos foram construídos uma parte sob o regime da Lei 2004/53 e a outra parte sob o regime da Lei de 9478/97. São dois regimes diferentes. O Senador Tourinho, o ex-Senador, no seu Projeto de Lei pretende que esses gasodutos, 5300 quilômetros de gasoduto, alguns operando há mais de 40 anos, como o gasoduto Candeias-Aratu, transferir isso para uma sociedade de propósitos específicos e depois faz-se uma concessão com essa sociedade e reverte isso para ANP relincar. O Senador Tourinho pretende confiscar 5300 quilômetros de dutos da PETROBRAS que eu avalio entre 10 e 15 bilhões de dólares. E ele ao pretender confiscar, ele infringe... Esses gasodutos estão cobertos por uma autorização da ANP que não deu essa autorização gratuitamente, deu por determinação se não me engano do ART. 57 da Lei 97, da Bacia de Campos. A Bacia de Campos diz que em 180 dias após a sua promulgação, a ANP concederá autorizações cobrindo os dutos terminais e refinarias da PETROBRAS, assim foi feito assegurando a sua titularidade e os seus direitos. Então esses gasodutos hoje, a PETROBRAS tem autorização, constitui um ato jurídico perfeito, um direito adquirido, tem alguns gasodutos há mais de 40 anos eu repito, e esses dois dispositivos que são cláusulas pétreas da Constituição estão sendo desrespeitados pelo Projeto Tourinho e foi aprovado pelo Senado sem passar pelo Plenário. Mas ele vai além. Ele derruba o princípio da irretroatividade

das leis. Ele quer que a lei que vai ser feita, a Lei do Gás, retroaja gasodutos construídos em 1953, e ele quebra o princípio da segurança jurídica. E ele diz que o Projeto dele tem por objetivo regras claras para dar segurança aos investidores. Na realidade o que ele cria é uma tremenda insegurança para o maior investidor que é a PETROBRAS. Surrupindo, confiscando 5300 quilômetros de gasodutos. Ele diz que defende a concorrência, mas o Art. 11 do Projeto de Lei dele diz o seguinte: “que só podem participar das licitações para outorga por concessão para construção de dutos as empresas que se dediquem exclusivamente ao transporte de gás natural”.

Então ele sequer permite que a TRANSPETRO, que é a subsidiária da PETROBRAS criada por força do Art. 56 da Bacia de Campos, participe das licitações. Porque a TRANSPETRO não é transportadora exclusiva de gás natural, ela transporta petróleo, transporta álcool, gás natural, gasolina, diesel, e vai ficar impedida de participar das licitações, sequer participar das licitações, e a isso o ex-Senador Tourinho chama de estimular a concorrência. Enfim, eu acho que essa Lei do Gás é um absoluto desastre. Eu espero que o Deputado João Maia e que a Câmara dos Deputados faça uma revisão e que esse assunto volte ao Senado, aonde eu tenho certeza, V.Ex^{as}. irão se debruçar fazendo uma análise para que nós tenhamos uma lei que efetivamente contemple o interesse nacional e que defenda a nossa maior empresa. Em linhas gerais era essa a minha intervenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Dr. Ricardo Maranhão. E agora finalizando com a palavra o nosso querido Aroldo Lima, da Agência Nacional de Petróleo.

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: Senador Delcídio, Srs. Senadores, abordando algumas questões levantadas por V.Ex^{as}.. Senador Garibaldi pergunta essa questão da falta de petróleo. Acho que a observação feita pelo Estrela, pelo Diretor Estrela, foi bastante interessante e procedente; eu estou de acordo com ela. Eu não me fixaria muito nos prazos. Toda vez que esse pessoal vai citando prazo, a vida mostra que fizeram previsões equivocadas, os prazos não dão certo. A começar por isso que ele citou que em 1922 nos Estados Unidos, era o serviço geológico dos Estados Unidos que tomou a posição que naquela atual situação as reservas petrolíferas americanas davam para 19 anos. Foi um desastre. Isso é citado como um exemplo clássico de uma imprevisão, por conta dessa necessidade. É também muito comum essa história do pico da produção. Toda vez se estabelece o pico da produção, só que passam-se os anos e vem o outro pico da produção. Não tem essa

história de pico. O que a vida vai mostrando nos dias de hoje é que a tecnologia, o desenvolvimento das coisas é tão grande que surgem coisas absolutamente inesperadas. Por exemplo, hoje nós temos... Aqui no Brasil, a maior bacia petrolífera brasileira é a Bacia de Campos. É uma beleza, uma reserva enorme, gigante, etc e tal. Recentes descobertas da PETROBRAS em Santos e feitas também em Campos levantam a idéia de que quem sabe abaixo da Bacia de Campos existe uma camada de sal de cerca de dois quilômetros de espessura, abaixo da qual pode ser que exista uma outra Bacia de Campos, tão grande quanto a primeira; não se sabia. O que se observa é que desde a década de 40 até hoje, Senador Delcídio, nunca existiu um ano em que a produção de petróleo, a reserva de petróleo não tenha sido maior do que as reservas anteriores a despeito do enorme consumo de petróleo. Consome-se petróleo. Nos últimos 20, 30 anos o consumo é gigantesco e as reservas descobertas... A cada barril de petróleo consumido acrescenta-se nova um barril e meio de petróleo; nos últimos 20, 30 anos. Quer dizer, a tecnologia ela vai descobrindo coisas, por exemplo, o Diretor Estrela chamou atenção, os óleos extra pesados.

O Canadá estava na lista, no ranking dos maiores produtores do mundo aí na base do vigésimo e não sei quanto, trigésimo, é por aí afora. Era uma quantia pequena. Com o avanço recente, com o preço do petróleo muito grande e com o que está se chamando aí de *boom* do petróleo pesado, do óleo pesado, o verdadeiro *boom* do óleo pesado, o Canadá já está sendo citado como o terceiro na lista. O terceiro na reserva do mundo é do Canadá. Por quê? Porque tem uma quantidade de petróleo lá extra pesado que até então não era computado nas reservas mundiais. Achava aquilo desnecessário. Mas já que está se considerando hoje possível pela tecnologia e pelos preços, aquilo muda completamente o cenário. Na Foz do Orinoco existem reservas maiores do que do Canadá. Aqui no Brasil nós próprios não sabemos direito como é nossas reservas de óleo extra pesado. E, por conseguinte, tudo isso é um cenário em que é difícil você estar especulando sobre vai acabar, não vai acabar. Eu acho que a gente não deve perder de vista, é o que disse o Ministro-Chefe da Arábia Saudita quando perguntaram a ele o seguinte: “Com essas exportações extraordinárias que aqui na Arábia Saudita os Senhores estão fazendo, não corre o risco de dar um problema apesar de ter um manancial de petróleo enorme? [soa a campainha] Não corre o risco de perder?” Ele disse: “Meu filho, a idade da pedra acabou não foi por falta de pedra, foi porque mudou a tecnologia. Hoje a tecnologia está mudando tanto. As próprias fontes renováveis que estão

aparecendo aí, a cada fonte renovável que aparece aumenta a idade do petróleo. Porque ela vai substituir parcelas de petróleo”.

Então, quanto mais crescer as fontes renováveis mais se alarga a idade do petróleo. Acho que nós não devemos nos preocupar tanto com o fim da idade do petróleo. Rapidamente, limites da importação. O Dr. Souto já lembrou aqui que existem na lei limitações específicas sobre esse assunto e nos contratos que são assinados por todas as concessionárias com a ANP existe uma formulação clara que por acaso está escrito aqui, entre aspas: “Em caso de emergência nacional que possa colocar em risco o fornecimento de petróleo ou gás natural no território nacional, declarada Presidente da República ou pelo Congresso Nacional, a ANP poderá mediante notificação por escrito com antecedência de 30 dias apenas impedir que a exportação do petróleo”, ou diminuir ou impedir de acordo com a necessidade. Quer dizer, isso todos os concessionários assinam. Quer dizer, esse risco de que através da exportação vai dar um grave problema, é um risco para o qual politicamente, pelo menos, juridicamente nós estamos armados; seja pelo contrato que todos assinam, seja pela lei, que foi lembrada aqui pelo Souto. Quem define... Bom, vou passar para uma coisa que parece importante que o Senador Eliseu Resende levantou. Esse negócio da relação entre outorga, licitação e assinatura de contrato. Eu também sou da opinião que isso está meio confuso na lei que está em tramitação. E eu acho, e um pouco a opinião que nós temos lá na ANP, trocado idéias, a ANP não tem posição sobre esse assunto, ela não pode tomar posição sobre questões que são discutidas aqui no Congresso Nacional. Mas trocando idéias a gente verifica o seguinte, o direito de outorga é um direito que depende do poder de outorgar. Quem tem poder de outorgar é o povo ou quem recebe mandato dele para outorgar, que no fundo é o Governo. É a União. A União através do...

O seu Ministério é que delibera o seguinte: “Nós, mandatados pelo povo, vamos licitar aquela coisa ali”. Então, o direito de outorga, nós achamos que na lei que deveria ficar para o Ministério. Agora, a licitação e a assinatura do contrato não pode ficar com o Ministério. Pelo o que disse o Senador Eliseu e por outras razões. Primeiro por uma razão menor, mas quem tem hoje no Brasil, digamos assim o know-how, a experiência acumulada de realizar bem realizado, como disse o Dr. John aqui. Nós temos um... A ANP tem um conceito internacional de fazer licitações transparentes, sérias, bem feitas, como poucos lugares no mundo têm. Por que de repente achar que isso não tem mais importância e passar isso para um setor que não tem

nenhuma experiência nesse terreno, não acumulou experiência? Segunda questão: a licitação leva em conta de que a situação do País. Em um País em que a maior empresa concessionária é do Estado, se o Estado vai fazer a licitação, ele próprio lança sobre a licitação uma suspeita. Vai fazer a licitação o dono da empresa principal. As empresas que não são as principais podem não achar conveniente. O que é fundamental num processo de licitação é a transparência, a independência de quem faz a licitação. A licitação no caso... Se no Brasil não existisse uma empresa estatal como a PETROBRAS eu até achava que coloca-se aí 33 empresas privadas querendo fazer a licitação de um bloco e o Ministério faz a licitação e escolhe da maneira mais adequada. Mas uma das empresas é do Estado. O Ministério é intrinsecamente ligado àquela empresa. Ele não pode realizar licitação salvo a licitação ficar sob suspensão.

Então eu acho que a outorga, ou seja, a decisão de que vai se fazer a licitação e naqueles blocos, a partir do estudo feito pela ANP, deve ser do Ministério. No caso, o Ministério que preside o CNPE. O CNPE que decide “faz essa licitação” e é na metade desses blocos que a ANP propôs. Tudo bem, essa decisão quem tem o poder de fazer é quem tem mandato do povo para tal, que é o Ministério. Agora, vai fazer a licitação, a forma de fazer a licitação, o mecanismo, o edital, a realização prática e a assinatura do contrato, eu acho que não pode ser do órgão estatal, do órgão do Governo. Eu só queria lembrar uma coisinha útil, realmente, Senador Delcídio, que muito se falou dessa questão do modelo, foi bom, foi positivo. Eu acho que tem que se olhar muito o problema da história. Eu queria lembrar aos Srs. Senadores e aos que nos escutam e nos vêem que a experiência do mundo que deu certo em Países emergentes é essa experiência brasileira. Não tem País emergente que está dando certo no setor de petróleo que não tenha um mercado aberto e estatal. Pode ter mais de uma estatal, exemplo, a China. A China é mercado aberto com três poderosas estatais; a Índia, um mercado aberto com uma poderosa estatal; a Rússia com duas ou três estatais; o Brasil com uma estatal. Não tem nenhum grande País emergente que abriu mão desse modelo que está dando certo aqui. Nós começamos então a fazer críticas a esse modelo, achar que dando certo é o modelo anterior, o modelo anterior está acabando no mundo. Não podemos deixar de enfrentar as coisas como elas são. Qual é o lugar que está tendo esse modelo sendo implantado? Eu já disse aqui. O Irã, a Coréia do Norte e o México, que quer sair dele. Não tem mais, e tinha não sei quantos. Todo mundo tá saindo disso. E eu acho que no nosso caso, Senador, foi muito positivo quando isso aconteceu,

como eu falei aqui. Mas não é bom para nós estarmos agora a lamuriar esse passado, tentar revolver esse passado, porque nós deixamos de ver as coisas boas que estão acontecendo com o nosso País. O nosso País é um País em que tudo que acontece é ruim. Não. No nosso País nos fazemos coisas boas, positivas, está dando certo. Acho que a PETROBRAS tem tido uma sagacidade, uma habilidade enorme de se aproveitar desse modelo, um modelo imperante, um modelo que foi decidido pelo Congresso Nacional, se aproveitar e crescer dentro dele. Ela está crescendo hoje como nunca cresceu. Inclusive o crescimento internacional; está presente em 21 Países do mundo, se aqui não pudesse também os 21 Países vir para aqui, nós acharíamos isso. Todos os outros são bobos e nós somos os sabidos? Não existe isso, não. Nós vamos fazer a regra do jogo que é a regra geral. E vamos dentro dessa regra geral tirar proveito, que eu acho que nós estamos sabendo fazer. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu quero agradecer, Srs. Senadores se querem fazer mais alguma pergunta, alguma ponderação. Eu quero agradecer Estrela sua presença, Souto também, representando o Ministério de Minas e Energia como Secretário. Quero agradecer ao Aroldo Lima também pela veemência. Bom. Quero também agradecer ao nosso caro John, representando aqui a SHELL; o Ricardo Maranhão, prazer em vê-lo mais uma vez. E dizer que foi muito boa essa oportunidade que tivemos aqui de fazer esse debate. Um debate sincero, debate em algumas situações até polêmico, Maranhão é o rei da polêmica, é forte nos argumentos e sempre teve uma posição muito clara e muito coerente ao longo de todo o seu trabalho; não só como Parlamentar, mas também como petroleiro. Mas é importante. Esse debate foi muito importante. Ele fecha a questão de pelo menos inicialmente essa questão de petróleo, gás, biocombustíveis. Nós já tivemos uma outra Sessão anterior a essa, agora cuidamos mais do *upstream* que pautou praticamente esse debate aqui nessa Subcomissão. Uma Subcomissão que é pequenininha, mas é profunda no debate e, eu não tenho dúvida nenhuma, vai apresentar um trabalho exemplar no sentido de aperfeiçoar os marcos regulatórios e discutir com essa franqueza as questões que realmente afligem o País e principais segmentos de infra-estrutura no Brasil. Portanto, quero agradecer a presença de todos, agradecer a presença dos Senadores também. Desejar uma boa noite a todos vocês que também nos acompanharam até agora. E a Sessão está encerrada e gostaria de lembrar, na próxima semana, dia 4 de junho, uma Audiência Pública sobre recursos hídricos, um tema bastante discutido e rele-

vante ao longo das últimas semanas, dos últimos meses e dos últimos anos também. Um abraço a vocês e muito obrigado.

Sessão encerrada às 20h46.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE JUNHO, DE 2007, ÀS 17:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dezoito horas e vinte e sete minutos do dia quatro de junho do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral, reúne-se a Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios com a presença dos Senadores Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Sérgio Guerra. Deixam de comparecer os Senadores Inácio Arruda, Valdir Raupp, Kátia Abreu e Eliseu Resende. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública a fim de debater a questão dos “Marcos Regulatórios”, tendo como tema foco o Setor de Recursos Hídricos, em atendimento a deliberação da Subcomissão. Foram convidados o Sr. Oscar de Moraes Cordeiro Netto, Diretor de Regulação da Agência Nacional de Águas, ANA; o Sr. Paulo Teodoro de Carvalho, Presidente do Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, CEIVAP; o Sr. Cid Tomanik Pompeu, Consultor em Direito de Águas, tendo ausência justificada em razão de compromissos assumidos anteriormente para o mesmo dia e hora; e o Exmo. Sr. João Paulo Ribeiro Capobianco, Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente. Audiência Pública realizada com a presença do Sr. Oscar de Moraes Cordeiro Netto, Diretor de Regulação da Agência Nacional de Águas, ANA; da Sra. Maria Aparecida Vargas, Secretária-Executiva do Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, CEIVAP (representando o Sr. Paulo Teodoro de Carvalho, Presidente do CEIVAP); e do Sr. Marley Caetano Mendonça, Gerente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério

do Meio Ambiente (representando o Exmo. Sr. João Paulo Ribeiro Capobianco, Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente). Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Garibaldi Alves Filho e, ainda, o Presidente da Subcomissão, Senador Delcídio Amaral. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotíпия Informatizada. – Senador **Delcídio Amaral**, Presidente da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Havendo número regimental declaro aberta a 7ª Reunião da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, a realizar-se em 4 de junho de 2007 às 17h, na sala de reuniões nº. 19 Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

A Audiência Pública que ora realizamos debaterá a questão dos marcos regulatórios tendo como tema foco o setor de recursos hídricos em atendimento à deliberação da Subcomissão.

Foram convidados o Dr. Oscar de Moraes Cordeiro Netto, Diretor de Regulação da Agência Nacional de Águas, ANA, a Srª. Maria Aparecida Vargas, Secretária Executiva do Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, CEIVAP, e o Sr. Marley Caetano Mendonça, Gerente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente.

Eu gostaria de registrar que cada expositor terá 20 minutos, se for necessário um tempo adicional também não há problema. É uma Subcomissão pequena onde nós vamos debater tecnicamente as questões aqui levantadas.

E eu gostaria de passar a palavra na ordem aqui de apresentação, eu passaria a palavra ao Dr. Oscar de Moraes Cordeiro Netto, Diretor de Regulação da Agência Nacional de Águas, ANA, também querendo registrar da minha alegria, meu querido Vice-Presidente Senador Sérgio Guerra aqui presente e que nos honra com seu talento e com sua competência, e com a sua respeitabilidade e credibilidade, eu trabalhei com o Dr. Oscar em Tucuruí, na barragem de Tu-

curuí, ele cuidava das medidas mitigatórias, a jusante da barragem. E nós inovamos muito naquela ocasião ajustando até a operação da usina com as condições de jusante exatamente com o intuito de garantir a oxigenação necessária das águas do Rio Tocantins e ao mesmo tempo garantir a vida da fauna e a riqueza da flora que nós, graças a Deus, conseguimos não só ter muito sucesso nessa atuação compartilhada, e hoje a Usina de Tucuruí, apesar de ter sido um projeto pioneiro e como projeto pioneiro trouxe muitos problemas e muitas preocupações, nós avançamos muito sob o ponto de vista de conhecer barragens na Amazônia com aquilo tudo que foi estudado e implementado para a Usina Hidrelétrica do Tucuruí.

Então eu quero passar a palavra para o Dr. Oscar de Moraes Cordeiro Netto, que tem 20 minutos para a sua exposição.

SR. OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO:

Muito obrigado, Senador. Registro também a minha satisfação em revê-lo depois de alguns anos. Boa noite a todos, boa noite Senador Guerra, uma enorme satisfação que estamos aqui nessa Casa para apresentar um pouco da visão da Agência Nacional de Águas sobre os aspectos de regulação do setor de recursos hídricos.

Na verdade, é importante que se ressalte que o marco regulatório da questão da água foi definido pela própria Constituição, a Constituição de 88, que definiu as águas públicas de domínio da União e dos Estados, antigamente havia águas particulares e águas municipais, a Constituição de 88 definiu a dominialidade pública e dois níveis de domínio. Da União e dos Estados. E também a própria Constituição Federal definiu que caberia à União instituir um Sistema Nacional de Gerenciamento De Recursos Hídricos e definir critérios de outorga que venha ser o instrumento regulatório mais importante, mais tradicional. A outorga já existia antes da Constituição de 88, apenas teve o seu alcance ampliado pela Constituição.

E o outro aspecto importante também dispositivo constitucional cabe à União legislar sobre as águas. E no que se refere aos bens, eu pediria para... Foram definidos como bens da União as águas superficiais, os potenciais hidráulicos e as águas minerais. Mas águas superficiais, não quaisquer águas, mas sim aquelas coleções de água que servem de fronteira entre dois Estados da Federação, rios que atravessam dois Estados ou fronteira com os Países limítrofes. E os bens dos Estados, as águas superficiais que nascem e morrem dentro do território do próprio Estado e águas subterrâneas. O próprio legislador ao estabelecer essa dominialidade ele praticamente definiu a necessidade

da articulação importante para a gestão da água envolvendo o nível federal e o nível dos Estados.

Quando se fala em regulação da água, e o papel da Agência Nacional de Águas que foi criada no ano 2000 começou as atividades praticamente em 2001, a regulação tem um significado técnico e econômico, nós temos aí uma série hoje de instrumentos de comandos de conteúdo técnico, justamente a partir de uma regulamentação que veio na esteira da Constituição Federal primeiro com a Lei 9.433 que é uma lei que completou agora dez anos, a Lei das Águas em 1997, em que teve um papel importantíssimo aqui dessa Casa porque foi uma lei objeto de intenso debate Parlamentar e um número importante de audiências públicas e a partir dessa lei que definiu justamente o sistema de gerenciamento do Brasil, como previa a Constituição, começou-se a se organizar no País o sistema de gerenciamento de forma mais ampla e também os instrumentos de regulação. Cabe aqui uma certa distinção entre o papel regulatório que tem a Agência Nacional de Águas porque na verdade não regulamos serviços. Nós regulamos, na verdade, o uso de um bem público que é a água. E essa distinção é importante que se faça porque ela vai ter algumas conseqüências justamente nos instrumentos regulatórios que são utilizados pelo setor de recursos hídricos.

Então, o princípio da regulação é importante ele envolve essa noção de sistema, regulado, conjunto de relações entre prestadores, usuários, a sociedade, os consumidores, e o Estado em torno da exploração de um dado bem ou de atividade. E eu diria que a moderna regulação é o que discute hoje no País ela envolve duas funções. A primeira é manter o equilíbrio interno no sistema, arbitrando os interesses internos, nós temos aí interesses que muitas vezes que contrapõe Estados da Federação, setores usuários são conhecidos por todos aí os conflitos que envolvem, por exemplo, a navegação, a produção de energia, a irrigação como muitas vezes com a própria produção de energia e interesses diferentes dos Estados da Federação. A própria Constituição Federal estabeleceu a necessidade de ter um Sistema Nacional de Gerenciamento. E introduzir no sistema os interesses gerais consagrados em políticas públicas de modo a permitir que esses interesses sejam absorvidos e consagrados sem romper esse equilíbrio. E a lei que veio, justamente a Lei 9.433, dez anos completados, ela estabeleceu esta Política Nacional e o sistema.

Queria aqui fazer rapidamente uma discussão sobre o bem público água, porque ele é um bem complexo, eu diria, porque ao mesmo tempo ele é base, é essencial e insubstituível, a nossa vida depende da água, ele é base para a saúde e bem-estar do ser hu-

mano, é um recurso que outrora pensava-se infinito, mas finito, porque está sujeito ao processo de escassez, a um processo de poluição, tem funções ambientais importantíssimas, atende a diferentes funções dinâmico no tempo, quer dizer, e no espaço. Determina-se pelo ciclo hidrológico com as chuvas, então não se tem uma certeza da disponibilidade que se tem desse recurso e hoje em dia se fala muito da questão do contexto das mudanças climáticas, realmente em havendo mudanças certamente haverá impactos na distribuição de chuvas com conseqüentes impactos também na disponibilidade de água nas diferentes regiões do País.

E finalmente é importante que se diga há um uso econômico da água. A água é um insumo em vários processos produtivos, a água na irrigação, nossa matriz elétrica ela é uma matriz que tem componente majoritário hidrelétrico, é importante para a irrigação, e quando se fala hoje, por exemplo, no uso do biocombustível, e do etanol, vê-se que existe uma possibilidade muito grande do aproveitamento dos recursos na irrigação.

Esse bem público água ele é regulado, levando em consideração todas essas características que torna a tarefa complexa. E a política estabeleceu quais seriam os objetivos para o uso da água, o primeiro objetivo, assegurar a necessária disponibilidade em padrões adequados aos respectivos usos para gerações futuras, inclusive, e trabalhar sempre essa questão da utilização integrada e racional. Os fundamentos é um bem público, um recurso natural e limitado com valor econômico, há uma prioridade, e isso orienta na verdade o trabalho de regulação da Agência Nacional de Águas e dos Estados que o uso prioritário para consumo humano e para animais quando em situação de escassez, mas sempre se deve buscar o uso múltiplo das águas se considerar a bacia hidrográfica como essa unidade de planejamento e gestão, e a gestão deve ser isso é muito importante porque é uma lei que nova porque desde a sua concepção ela pressupõe essa participação do tripé Poder Público, sociedade civil e usuários.

Eu pediria... Esta transparência mostra aqui, bastante ilustrativa as 12 regiões hidrográficas do Brasil. Isso foi uma divisão estabelecida pelo nosso Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e essas esferas que aparecem aí são proporcionais à disponibilidade de água. Quer dizer, o Brasil é de fato o País mais rico em água doce do planeta, são gerados em nosso território 12% dos recursos de água doce do planeta. Se nós considerarmos que nós recebemos aí dos Países da bacia amazônica circulam em território nacional 18% dos recursos de água doce do planeta. Há um contencioso com o Canadá que se conta água das geleiras

que estão lá paradas, esse percentual se modifica, mas em águas que correm de fato o Brasil é o País mais rico em água doce isso é um patrimônio muito importante para todos nós brasileiros. Mas, há uma enorme discrepância, uma enorme diferença entre a disponibilidade de água. A gente vê a esfera amazônica praticamente com 50% de toda disponibilidade e com 4% da população e nós vemos lá aquela pequena esfera que está lá o nordeste oriental que tem a população de algumas dezenas de milhões de habitantes e pouquíssima água. Então a gestão das águas no País deve considerar essa enorme diversidade e situações que existe com relação à disponibilidade.

Um outro aspecto importante, eu passo rapidamente, esse é o mapa que mostra a dominialidade dos cursos d'água, a escala de um para um milhão, nós temos um número importante de rios federais, são aqueles rios que cruzam mais de um Estado da Federação, servem de fronteira, e temos em verde os rios estaduais. Essa é uma definição jurídica. Na verdade, a natureza ela desconhece essa distinção entre rio federal e rio estadual, os rios estaduais normalmente drenam para os rios federais e isso já impõe uma certa complexidade na gestão que é sempre buscar articular conciliar interesses diferentes dos Estados e da União.

Eu pediria outra. Há um outro aspecto importante quando se fala na regulação que é a questão dos recursos hídricos compartilhados. Nós no Brasil compartilhamos água com dez Países. Até com o Equador, País com o qual não temos fronteira política nós compartilhamos água. E é importante que nessa gestão desse recurso se trabalhe de forma articulada também com os Países com os quais se compartilha essa água. E o Brasil tem uma característica, nós, no caso da Bacia do Prata somos o País das cabeceiras, somos o País de montante, ou seja, muito do que podemos fazer aqui no País terá impacto nos nossos vizinhos, mas no que se refere à grande bacia amazônica nós somos o País das águas abaixo, País de jusante. Então, dependentes, portanto, de muito do que se possa ser feito em termos de atividade e aproveitamento da água nesses Países.

A lei previu justamente... Eu vou passar rapidamente nessa transparência, principalmente, o Dr. Marley poderá depois apresentar com mais detalhes. Mas ela previu uma gestão participativa considerando dois níveis em função da [inaudível], o nível nacional e o nível estadual, existem conselhos que são na verdade os formuladores das políticas de País no caso do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e de Estado, os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, nesses conselhos há uma participação importante da socie-

dade civil e também dos setores usuários, em nível de Governo a gestão da água hoje ela é coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente, isso é importante que ao longo tempo os diferentes Ministérios setoriais que coordenavam o processo de usar água no Brasil, num tempo do Ministério da Cultura, um certo tempo o Ministério de Minas e Energia, também compartilhando com o Ministério do Interior, hoje esse papel de coordenação no âmbito do Governo é exercido pelo Ministério do Meio Ambiente por meio de sua Secretaria de Recursos Hídricos e Ambientes Urbanos. E a nível da regulação e da gestão foi criada na esteira da reforma do Estado justamente a Agência Nacional de Águas. Esse sistema ele tem um correspondente nível de Estado que está implementado de forma bastante diferenciada. Respeitando aí a independência de cada Estado, mas em função muito da natureza dos problemas que se encontram em cada Estado. Quer dizer, o problema de água que tem o Estado do Ceará certamente é bastante diferente do problema de água que tem o Estado de Rondônia, Rio Grande do Sul... Então cada Estado em função de suas particularidades e tradições tem estruturado o seu sistema. No entanto, em todo o sistema há previsão desse novo nível de gestão que é o Comitê de Bacia que foi criado, proposto pela Lei 9.433 que é justamente, vamos dizer assim, o Parlamento das águas numa bacia hidrográfica.

Existem oito comitês agora criados em nível federal, que são esses rios de domínio da União, mas existem mais de uma centena. Estima-se que 140, 150 comitês nos Estados nos rios estaduais. Esse comitê justamente já pressupõe a participação do Poder Público, usuário, sociedade civil, e nesse comitê é que se discute quais são as ações mais importantes que devem ser implementadas. É o Fórum adequado para se tratar essa complexidade da gestão das águas. E o comitê é o órgão decisor, é órgão político da bacia. Evidente que ele não tem o caráter Executivo, haja vista até o seu próprio papel de colegiado. Esse caráter executivo na bacia hidrográfica é destinado a uma nova figura da administração, a chamada agência de bacia que justamente não decide, mas executa. Ela caberia no caso secretariar o comitê de bacia, propor os planos e as intervenções, e na verdade com o novo instrumento criado pela Lei 9.433 que a cobrança pelo uso da água é essa agência justamente prevista na legislação que teria o papel de arrecadar essa cobrança para o financiamento das intervenções.

Bom que falando um pouco mais da ANA, ela é uma agência reguladora, criada pela Lei 9.984/2000, quer dizer, praticamente iniciou suas atividades em 2001, e a ANA tem duas funções importantes. Quer dizer, uma é justamente de controlar o uso dos recursos

hídricos de domínio da União, então a regulação do uso da água, mas em função da enorme diversidade de situações que existem nos Estados da Federação no que se refere ao sistema de gerenciamento, a ANA foi dada também a missão de auxiliar a implementação da política e do sistema. É uma autarquia de regime especial com autonomia administrativa e financeira, a exemplo das outras agências reguladoras e é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. Na verdade nós temos como regulador fiscalizar, mediar e regular o uso das águas. Muitas vezes mediar conflitos entre interesses contrários, que pode haver entre setores usuários da água, entre Unidades da Federação que têm destinos imaginados diferentes para suas águas, e é o poder outorgante do bem público água nos rios de domínio da União.

Quais são os instrumentos de atuação da ANA no processo regulatório? Existem quatro instrumentos que são atualmente utilizados. A outorga, que é um instrumento tradicional da gestão das águas, o novo instrumento, a cobrança pelo uso de recursos hídricos que foi previsto na Lei 9.433/1997, um outro documento que é a declaração de reserva de disponibilidade hídrica que foi prevista pela Lei das ANÁS, é uma outorga preventiva que permite justamente que possam ser reservados recursos hídricos para usos produtivos, a reserva de disponibilidade é uma demanda, por exemplo, na formulação dos leilões de energia. É importante que se tenha essa reserva para o leilão. E temos um outro instrumento regulatório que é o Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica, o chamado CERTOH. Na verdade vou falar um pouco sobre esses instrumentos, e um pouco como eles têm sido utilizados no processo de regulação.

Outros instrumentos, o plano de recursos hídricos, o sistema de informações e o enquadramento dos corpos d'água. Além desses instrumentos regulatórios existem outros instrumentos, o próprio legislador previu que talvez o mais importante era o plano dos recursos hídricos que tem a escala de bacia hidrográfica ou do Estado até mesmo a escala nacional, ano passado tivemos o fim de 2005, na verdade a aprovação no Conselho Nacional de Recursos Hídricos o nosso Plano Nacional, eles são os instrumentos que tentam fazer justamente essa mediação, essa conservação dos diferentes interesses envolvidos com a água. Além disso, a ANA para a sua atuação ela conta com importante insumo da rede hidrometeorológica nacional, quer dizer é importante que nós saibamos o que é que nós temos de água a cada instante nos maiores... Nos mananciais mais importantes, então essa rede é muito importante como insumo até para tomada de decisão sobre quanta água se pode autorizar e em

que época se pode autorizar, e é uma rede que, faço um parêntese aqui, tem necessitado aí de um grande desenvolvimento tecnológico e uma atualização. Isso é um grande desafio que nós temos hoje. Um trabalho importante de apoio aos Estados, justamente na estruturação de seu sistema de gestão, o apoio a formação de comitês de bacia, creio que a Dr^a. Aparecida poderá falar um pouco sobre esse papel. E desenvolvimento de marcos regulatórios e bacias hidrográficas.

Falando rapidamente da outorga, a base legal de outorga além da própria Constituição que prevê, a própria Lei 9.433, a lei da ANA estabelece que a ANA é responsável pela outorga dos recursos hídricos nos rios de domínio da União. Há também Resolução do Conselho que estabelece critérios gerais de outorga e uma série de resoluções específicas da própria ANA que normatiza no âmbito interno da agência o ato de outorga. O objetivo dessa outorga é justamente assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água. Na verdade muitas vezes é uma garantia ao usuário que ele vai poder dispor dessa água. [soa a campainha]. E quais são os usos sujeitos à outorga? Isso previsto em lei, a derivação, a captação de parcela de água para abastecimento público ou insumo do processo produtivo, a extração de aquíferos subterrâneo, lançamento em corpos d'água de esgotos, os aproveitamentos de potenciais hidrelétricos e outros usos que de alguma maneira altere o regime, a qualidade e quantidade da água.

Gostaria de mostrar esse outro quadro que mostra em nível da União, não sei se está legível, mas desde a criação da ANA foram emitidas até 16 de abril deste ano 2.800 pedidos outorgas, foram 2.800 pedidos analisados, a maior parte deles ligados à irrigação, e muito da irrigação é ligado ao São Francisco, que é talvez um rio onde tem uma demanda muito importante por irrigação, e eu gostaria só de registrar que de 1971 a 2000, no total, em 30 anos foram praticamente 478 outorgas emitidas pela União e a ANA nesses seis anos ela já praticamente que mais conseguiu emitir seis vezes mais o que dá uma segurança jurídica para tomada de decisão e para investimentos no processo produtivo. Esse quadro gosta, isso é uma avaliação que fizemos no âmbito do programa chamado Proágua de preparação, inclusive um programa que está sendo analisado pelo Senado com vistas à sua aprovação porque faz parte de um acordo de empréstimo com o Banco Mundial, o estado em que estão os Estados organizados nos seus processos. Em azul nós temos os Estados que vêm outorgando de forma regular e que tenham seus sistemas mais ou menos estruturados. E nós temos no dégradé o verde com Estados mais

desenvolvidos até o vermelho que são Estados onde esse processo de outorga não está em implementação e são Estados que precisam estar capacitados e aí é um grande desafio do sistema, de forma geral e em particular da ANA em capacitar e estruturar esses Estados para missão de regulação.

Rapidamente o uso da cobrança, que é um outro instrumento regulatório previsto pela Lei 9.433, a cobrança na verdade ela atinge... É importante que não se compare essa cobrança com a cobrança pelo serviço, aquela que normalmente nós temos quando pagamos a nossa fatura para CAESB aqui no DF. Se paga pelo serviço de deixar a água disponibilizada em nossa casa em boa qualidade sobre pressão. Na verdade essa cobrança se assemelha a um preço público e é o uso de um bem público para um particular, um interesse particular. A base legal para isso é a Legislação, a 9.433 da própria Lei das Águas, a Legislação da ANA, e uma lei específica de 2004 que estabelece aí o que nós chamamos o papel das entidades delegatárias para gestão já que não foram criadas ainda agências de água como previsto pela Lei 9.433, existem instituições que podem ter a delegação para exercer o papel de agência. E é uma Resolução também do Conselho que estabelece diretrizes e parâmetros de cobrança. O objetivo disso, desse instrumento é reconhecer água como bem econômico, incentivar a racionalização do uso, obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções na própria bacia hidrográfica em que esses recursos são gerados. Estabelece, adota-se o princípio do poluidor pagador e o princípio do usuário pagador. Na verdade cobra-se hoje em algumas regiões do Brasil pela quantidade de água que se tira do meio ambiente, que se usa para determinado uso e pela poluição orgânica que se gera e se lança no meio ambiente. Isso é bastante indutor da mudança de comportamento na busca de um uso e aproveitamento mais eficiente. Quanto mais se usa mais se paga, o usuário tende então a usar de forma mais inteligente essa água. Quanto mais se polui mais se paga, o poluidor tende a diminuir a poluição. As experiências nós temos tido no Paraíba do Sul, no Piracicaba já implementadas, algumas já permitindo avaliação a posteriori importante e está em estudo agora a cobrança pelo uso no São Francisco. Além desses rios de domínio da União alguns Estados da Federação, como Rio de Janeiro e como São Paulo, como Ceará e como Minas Gerais, já estão em processo de implementação de cobrança nos seus rios de domínio estadual. A cobrança não atinge a todos. Ela vai... Ela é fruto de um pacto e uma discussão no Comitê de Bacia e existem evidentemente exceções às cobranças, os usos insignificantes, as derivações

insignificantes e os pequenos núcleos no meio rural. Repito, só existe a cobrança quando o comitê aprova. E o comitê é quem decide os valores. Então aqueles que pagam na verdade tem ocasião de discutir esses valores que são especificados. Cabe às agências de água propor esses valores para a aprovação do comitê. No caso de rios da União, a ANA tem o papel de arrecadar, distribuir e pode até aplicar as receitas, mas justamente com a nova lei, a ANA tem passado essa incumbência de aplicação das receitas para as chamadas entidades alegatárias. Nós temos dois exemplos aqui no Brasil hoje, uma entidade alegatória para a bacia do Paraíba do Sul e outra para a bacia do Piracicaba, a Dr^a. Aparecida ela é Presidente do Conselho de Administração de uma dessas instituições e poderá certamente falar com mais propriedade sobre isso. Só um exemplo, daqui da cobrança do Paraíba do Sul no período de 2003/2006, nós temos aqui que foram arrecadados dos diferentes setores produtivos, indústria, irrigação, mineração e do próprio setor de saneamento esse montante de recursos, eu queria só rapidamente apresentar esse recurso da ordem de 25 milhões nesse período foram aplicados basicamente na área de saneamento, quer dizer, o mais importante, então existe aí um entendimento nessa bacia que é o setor que mais demanda por investimento e o aspecto bastante importante que é a capacidade de alavancagem que esses recursos da cobrança exercem. Quer dizer, com os 19 milhões que foram investidos em saneamento pela cobrança na bacia do Paraíba do Sul conseguiu-se praticamente mais que o dobro a partir de contrapartidas. E são, na verdade, projetos que foram decididos e priorizados pelo comitê. Então é importante porque normalmente são projetos que tenha sustentabilidade política e social no âmbito daquela bacia hidrográfica. Evidente que esse recurso é mínimo em face do desafio que existe aí de recuperar a qualidade do Rio Paraíba do Sul. Mas é o primeiro passo dado num uso mais racional e investimentos mais eficientes nesse processo.

Eu termino em mais três minutinhos, Senador, eu gostaria só de apresentar, então. Eu falei em dois instrumentos, outorga e falei também na cobrança, um terceiro instrumento regulatório que a ANA tem a responsabilidade é o chamado declaração de reserva, disponibilidade hídrica que tem se mostrado aí como documento muito importante no processo de utilização de água. Ele foi definido pela lei de criação da ANA. Há uma Resolução do CNRH que estabelece diretriz para a implantação de barragens e rios da União, e há uma Resolução ANA que define justamente a emissão dessa outorga preventiva. Na verdade, quando a ANEEL avalia a energia firme dos seus projetos, dos seus

empreendimentos, é importante que haja aí uma certa reserva da água, quer dizer, da vazão que vai alimentar esse empreendimento, que aja uma previsão e é um papel importante da ANA, quais são os usos futuros previstos a montante daquele ponto, por exemplo, se eu tenho projeto de irrigação, se eu tenho usos de irrigação eu tenho que prever se esses usos vão estar considerados quando a hidrelétrica for construída e se existe restrições de caráter ambiental, por exemplo, justamente nas PCHs que fazem o curto circuito do rio. Essas considerações devem ser levadas.

Então, na verdade a ANA ela autoriza uma série de vazões para que o empreendedor possa ter a garantia que ele vai ter ao longo da vida útil do seu empreendimento aquela água disponível para o seu processo de produção de energia. E nessa avaliação se considera os usos integrados. É importante que essa avaliação fique, eu diria sob a égide de uma instituição independente, não setorial, porque evidente que há uma tendência, eu trabalhei, militei no setor elétrico, então falo com um certo conhecimento de causa que a tendência justamente seria maximizar a produção de energia, a visão de energia. E a visão às vezes um pouco setorial. No entanto, quando essa avaliação é feita por um setor que contempla os diferentes usos prevê-se, inclusive, para o futuro uma utilização mais equilibrada das águas. E esse tem sido instrumento de regulação importante, a ANA emitiu até agora 23 reservas de disponibilidade, são avaliações eu diria complexas, e em nenhum dos casos houve eu diria algum atraso de leilão do setor elétrico em função. Podemos cumprir dentro do tempo com certo esforço em termos de avaliação, mas a ANA não foi fator limitante nesse processo da emissão das reservas de disponibilidade.

O outro instrumento que nós temos, é o último, é o chamado Certificado de Avaliação de Sustentabilidade Obra Hidrelétrica. O CERTOH. Esse instrumento, eu diria que é quase uma salvaguarda para aplicação de recursos federais, porque se procura avaliar se aquela obra que vai ser objeto de financiamento da União se a obra custar mais de 10 milhões de reais, se aquela obra vai ter sustentabilidade de água, se vai ter água que vai encher aquela barragem, se vai ter água que vai alimentar aquele canal. Então essa avaliação sobre a capacidade hídrica da obra, se existe ela é feita pela ANA. E também a questão financeira da operação. Que nós convivemos no Brasil, isso há de se conhecer com situações que são construídas barragens e elas nunca são cheias porque não há vazão suficiente ou porque os usos são desviados. Muitas vezes são construídos canais que não são alimentados e justamente esse certificado permite com que isso possa ser conside-

rado. Quer dizer, o que dá uma garantia de bom gasto para o recurso da União. E isso é um certificado emitido pela Agência Nacional de Águas. Nós emitimos esse certificado, por exemplo, para o Projeto da Integração de Bacias Hidrográficas, a bacia do São Francisco. Assim como também a outorga.

Eu gostaria de terminar, e peço desculpas a todos por ter ultrapassado o tempo que me foi confiado, justamente colocando aqui os grandes desafios de regulação da água. Que particularmente desafios que têm não só a ANA, mas todo o sistema de gerenciamento.

Primeiro é muito importante que nós apoiemos a estruturação do sistema de gestão dos recursos hídricos nos Estados da Federação. Vimos que o quadro é bastante diferenciado e um grande investimento nessa estruturação.

Segundo, supervisionar usuários e operadores de obras hidrelétricas para evitar práticas perdulárias. Temos os nossos pedidos que são nos submetidos avaliar justamente a eficiência nesse aproveitamento de água. Organizar a entrada de novos usuários e promover o princípio da gestão por bacia. Aprimoramento dos mecanismos de controle no social do sistema nacional de gerenciamento. É importante que se diga que em termos de sistema é um sistema que já conta com um controle social importante com a participação da sociedade nos comitês de bacia, no Conselho Nacional, mas é importante que essa participação seja aprimorada.

No que se refere a cobrança, assegurar o nível de cobrança compatível com o nível de desenvolvimento as necessidades das bacias e as responsabilidades da gestão. Defender e interpretar as regras evitando os eventuais conflitos entre atores. Complementar o processo de regulamentação. Nós temos o desafio, eu diria, regulatório importante porque enquanto hoje temos já instrumentos para outorga para boa parte dos usos, mas ainda questões ligadas a usos como aquícultura, como navegação que estão exigindo certas reflexões, certos desenvolvimentos técnicos e metodológicos. Estimular a eficiência e inovação e a qualidade da gestão para uso sustentável dos recursos. Zelar pelas condições de operação coordenada e pela confiabilidade da obras hídricas.

Agradeço muito aqui e termino com a imagem do nosso Rio Solimões, um grande patrimônio nosso brasileiro de água doce, e exortando a todos que possam trabalhar nessa missão grande e coletiva que é a gestão das águas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Quero agradecer e mais do que nunca parabenizar a apresentação do Dr. Oscar de Moraes Cordeiro Netto, e quero passar também a palavra ago-

ra à Dr^a. Maria Aparecida Vargas, Secretária Executiva do Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, CEIVAP, e anunciar também aqui a presença do nosso querido Relator, Senador Garibaldi Alves que teve aí problemas de atrasos. Os atrasos que se tornaram agora permanentes, da nossa aviação comercial brasileira. Com a palavra a Dr^a. Maria Aparecida Vargas.

SRA. MARIA APARECIDA VARGAS: Boa noite. Eu gostaria de agradecer o convite também, conforme o Dr. Oscar já apresentou na fala dele a questão da composição dos comitês, eu sou Secretária Executiva do CEIVAP, exerci até duas semanas atrás a Presidência do Conselho de Administração dessa agência de bacia também que eram cargos que se casavam por regimento, e sou representante do setor produtivo, do setor de usuários, setor de hidroeletricidade. Represento esse setor da parte mineira da bacia do Grupo Cataguazes-Leopoldina. Essa bacia ela drena por três Estados. São Paulo, Rio e Minas. E a gente tem hoje dentro da bacia do Paraíba do Sul é onde está concentrado o maior PIB do País.

Eu estou colocando, primeiro, os principais desafios institucionais que nós temos no âmbito de um Comitê de Bacia, que o primeiro é a múltipla dominialidade, conforme o Dr. Oscar colocou nós temos rios de domínio da União, rios de domínios dos Estados, então nós sabemos um comitê de rios de domínio da União que é Comitê do Paraíba do Sul e temos dentro da bacia também Comitês de rios de domínio do Estado no âmbito desses três Estados com legislações diferenciadas cada um dentro do Estado e inclusive implementação com diferente ritmo de implemento na gestão dos Estados, níveis de capacitação dos órgãos gestores e diversidade de normas, procedimentos e critérios, e mais uma multiplicidade de organismos de bacia que estão em atuação hoje dentro da bacia do Paraíba do Sul.

Quando eu falo da multiplicidade de organismos de bacia esse quadro nos apresenta... Hoje nós temos 14 organismos de bacia inseridos no âmbito da bacia do Paraíba do Sul, de várias dominialidades, entre comitês já instituídos, comitês de rios e domínio dos Estados e consórcios intermunicipais. Na nova divisão que a gente tem apontado pelo plano de bacia do Paraíba do Sul, esses 14 se transformarão no reconhecimento de uma instituição legal enquanto Comitê de bacia nós teremos na parte paulista da bacia um comitê estadual que já existe e é anterior ao comitê do Paraíba do Sul, nós temos dois comitês instituídos no âmbito do Estado de Minas Gerais, temos um comitê instituído no âmbito do Estado do Rio faltando criar mais três comitês no Rio. Então seria sete comitês em sub

bacia com a diversidade de normas que eu coloquei para vocês que temos que enfrentar para fazer uma gestão integrada.

O CEIVAP foi criado em março de 96, por um Decreto Federal, e a composição inicial deles eram 39 membros distribuídos entre Poder Público, usuários e organizações civis, mas eles eram definidos no âmbito dos Estados por um Decreto dos Governadores. Nós não tínhamos eleição, saiu um Decreto do Governador indicando esses membros é o que a gente chamava de comitê chapa branca. E depois a composição atual hoje são 60 membros, onde nós temos 30% de representantes do Poder Público, 40% de usuários, e 25% de organizações civis respeitando uma Resolução, as cinco, do Conselho Nacional que define como é essa divisão entre esses poderes dentro de comitê de domínio da União. Que é diferente dos três Estados que fazem parte da bacia. Nos três Estados a divisão é tripartite e igualitário para Poder Público, sociedade civil e usuários, e rios de domínio da União nós temos 40% fechado obrigatório de representantes de usuário, no máximo 40% de representante do Poder Público, e no mínimo 20% de representante da sociedade civil organizada. Como vocês viram, a gente conseguiu contrabalançar um pouco a nossa divisão caindo para 35% a representatividade do Poder Público e 25% da sociedade civil. Hoje esses membros são eleitos, a não ser os membros da União e dos Estados que são indicados pelo Ministério do Meio Ambiente e pelas Secretarias de Meio Ambiente dos Estados. Os demais são por eleição dentro dos seus setores.

Em 20 de junho de 2002 a deliberação CEIVAP nº 12 aprova a criação da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul, que é AGEVAP e com tendo como principais atribuições o exercício das funções de agência e atuação como a Secretaria Executiva do comitê dando aporte ao Secretário-Executivo.

Em 2003 a ANA desenvolveu um sistema de gestão integrada para cadastro de usuário e em março de 2003, nós instituímos a cobrança. Então ela iniciou em março de 2003, já com o cadastro aprovado no âmbito da bacia e realizado pela Agência Nacional de Águas, ela foi pioneira no cenário nacional incidindo sobre águas de domínio da União, possibilitou início efetivo da gestão de uma bacia nacional, uma ação conjunta entre a ANA e o CEIVAP, é um caráter transitório que a gente não sabe até que ponto é transitório porque esse modelo de entidade delegatária tem dado certo, não sei até que ponto nós teremos uma legislação para regulamentar a questão das agências de bacia. A gente não vê um movimento muito grande hoje para estar re-

gulamentando esse artigo da 9.433, e uma metodologia que foi definido após dois anos de discussão.

Nesse cenário nacional como eu disse que a gente já iniciou em março de 2003, hoje nós já temos a cobrança aprovada no âmbito do Estado de Minas Gerais com previsão de início de cobrança para janeiro de 2008, para esses comitês sendo aprovado agora no meio do ano a cobrança nesses Estados, no Estado do Rio nós temos uma lei datada de 2003 que ela institui a cobrança com a mesma metodologia de cobrança do Paraíba do Sul, e São Paulo aprovou e iniciou a cobrança agora em julho também no âmbito da bacia do Paraíba do Sul. Nós temos a Legislação necessária e suficiente para implementar a cobrança nos três Estados, mas estando implementado ainda no âmbito do Estado de São Paulo e Rio de Janeiro. Em 26 de março de 2004 a AGEVAP que é uma associação civil sem fins lucrativos recebe atribuição de entidade delegatária das funções de Agência de Água pelo Conselho Nacional de Recursos hídricos. Até então a ANA arrecadava desde março de 2003 e aplicava esse recurso em função da hierarquização feita no âmbito do comitê por não termos ainda uma legislação que nos permitisse que esse recurso fosse repassado para essa entidade Associação Pró-Gestão que não estava qualificada nem como entidade delegatária nem como agência.

Em junho de 2004 essa Lei 10.881 criou as condições para assinatura do contrato de gestão entre ANA e CEIVAP e em setembro foi feito o primeiro repasse, em setembro de 2004 nós começamos a ter o primeiro repasse de recurso para a agência, e o que eu costumo dizer é quando o comitê começou a exercer a sua maioria. É quando passa a ter as responsabilidades na aplicação desses recursos que são arrecadados em função da hierarquização pelo comitê e da aplicação por essa entidade delegatária que é a AGEVAP.

Os pontos relevantes que a 10.881, evita o contingenciamento dos recursos pelo Governo Federal, viabiliza os repasses oriundos da cobrança pela AGEVAP, assegura a aplicação dos recursos na própria bacia e viabiliza a instalação e a estrutura técnica da agência. Uma parte que eu gostaria de fazer aqui é que a gente costuma chamar esse recurso de recurso condominial que é recorrência da cobrança. Aliado a esse recurso nós temos o 0,75% que é a complementação da compensação financeira pelo uso da água, recurso que é destinado para a manutenção do sistema de gestão de recursos hídricos e fica sob a responsabilidade da ANA a aplicação desses recursos. Só que desde a lei de criação da ANA em 2000 esse 0,75 ele já foi incorporado à compensação financeira, mas de 2000 para cá nós vimos nitidamente um contingenciamen-

to cada vez maior desses recursos da cobrança, nós temos inclusive moções que foram feitas no âmbito do comitê a nossa tentativa é fazer com que esse 0,75 possa ir para a mesma conta dos recursos condominiais que é uma conta não contingenciável para que a ANA possa de fato implementar as propostas e os programas que ela tem colocado. Isso deixa muito a desejar até para nós no âmbito da bacia porque nós apresentamos proposta de programa e cada vez que tem esse contingenciamento da ANA a ANA tem cada vez menor condição de estar dando esse reporte no repasse e aplicação desse recurso.

Então esse é um pedido que a gente vem fazendo e eu quero aproveitar a oportunidade aqui também para poder estar colocando a necessidade que nós temos de estar fazendo com que esse recurso por ser também ele está definido na lei que ele é pagamento pelo uso da água que ele tenha uma fonte não contingenciável como tem da cobrança condominial. Essa é uma grande expectativa dos comitês de bacia.

Então nós temos, nós aprovamos a cobrança em março de 2003, e em dezembro de 2006 nós temos a deliberação 65 e a 70 que altera os mecanismos e valores de cobrança na bacia do Paraíba do Sul. Essa foi um avanço que o Comitê do Piracicaba, Capivari e Jundiá já teve em relação a nossa primeira metodologia de cobrança, a cobrança que nós tínhamos continuamos três parcelas: água captada, consumo e lançamento. Só que o lançamento era feito sob a vazão necessária para a diluição do efluente e agora o lançamento é pelo volume da carga de DBO que você lança no rio. E a deliberação 70, que é o que eu acredito que é também mais um grande avanço que a gente teve, o Dr. Oscar mostrou a aplicação e a arrecadação do Paraíba do Sul, ele falou que nós temos em torno de 24 milhões de arrecadação ao longo desses três anos, desses 24 milhões nós temos mais de 100% de contrapartida de recursos de contrapartida dos municípios e também do PRODES que é o Programa de Despoluição da ANA. Nós temos investidos na bacia mais de 100% do que o recurso arrecadado. Mas isso não dá nem para começar o que a gente precisa. O plano de bacia aponta a necessidade de três bilhões num horizonte de 20 anos pra gente tratar e deixar em qualidade e quantidade de forma suficiente para a bacia. Arrecadamos 6,5 milhões ao ano fica uma coisa meio que... Estamos tentando definir o sexo dos anjos. Então o que a gente percebeu, é que nós temos que trabalhar esse recurso para que esses recursos sirvam para alavancar outros recursos e não para usar como aplicação de fato e imediata na bacia. Nós estamos agora em período de preparar o nosso manual de investimento para os recursos de 2070, e a gente tem

percebido que há uma vontade dos membros do comitê em estar deliberando de forma que a grande maioria da aplicação desses recursos dessa vez sejam para projetos de forma que a gente tenha, dê condições aos Municípios de estar pegando outros recursos do Ministério das Cidades, na FUNASA, de organizações internacionais. Então que a gente consiga municiar os Municípios que hoje nem condição de pagar para a elaboração de seus próprios projetos a gente tem. Então essa é uma nova tentativa.

A outra tentativa com essa DN70 é que esse mecanismo diferenciado de cobrança, por ser um recurso público nós só podemos aplicar a cobrança em municípios, estações, só o Poder Público que pode requerer esse recurso. Então o setor privado que é o hoje o maior... Um dos maiores, que desembolsa uma das maiores quantias não tem como ter acesso a esse recurso. Com esse mecanismo diferenciado você hierarquiza uma obra do setor privado no âmbito do Comitê e ele tem um abatimento no boleto que ele tem da ANA. A gente não publiciza esse recurso. É a forma que a gente tem de abater e de dar condições ao setor privado de também estar tendo acesso a esse recurso.

Então as fontes de recursos e a cobrança pelo uso da água, o PRODES que agora voltou com toda força e a gente está lá também novamente tentando recurso e continuamos com nossos cinco Municípios que ao longo de 180 Municípios que são a bacia do Paraíba do Sul até hoje todos os pedidos de verba dentro do PRODES na Agência Nacional de Águas são feitos por apenas cinco Municípios. Dois de São Paulo, dois de Minas e um do Rio de Janeiro. Os outros não têm condição nem de buscar esses recursos junto à Agência Nacional de água. E a contrapartida dos Municípios que nós temos hoje na cobrança condominial.

Em 2001 ela aprovou pioneiramente. Essa cobrança foi aprovada primeiro somente para o setor de saneamento e indústria, e ela iniciou em março de 2003 para esse setor e nós demos prazos para que ela fosse iniciada nos demais setores. Hoje nós já temos na agropecuária e na aquicultura que paga 40 vezes menos que o setor industrial e o setor de saneamento, na parte de mineração de areia pagando a mesma coisa que o setor indústria nacional, as pequenas centrais hidrelétricas que tem discussão no âmbito da Agência Nacional de Águas e da ANEEL junto com o Conselho Nacional hoje está na Advocacia Geral da União, sobre o questionamento da ANEEL se essa cobrança pode ser feita no âmbito do comitê uma vez que o CI75 é implementado por lei. Então a tentativa é que o 0,75 das PCHs seja definido também por lei até para não acontecer o que já aconteceu no Piracicaba, Capivari

e Jundiaí de você colocar definir um valor diferente de 0,75 para pequenas centrais que são inclusive isentas da compensação financeira. Fiz a minha propaganda do setor aqui, e as águas transpostas da bacia do Paraíba do Sul para a bacia do Guandu que abastece a região metropolitana do Rio de Janeiro.

Hoje nós temos no âmbito da bacia do Paraíba do Sul em torno de oito milhões de habitantes. E ela abastece na região metropolitana do Rio de Janeiro em torno de 9 milhões de habitantes. A gente costuma dizer que o Paraíba do Sul tem duas foz, uma é na transposição do Guandu e a outra é lá em Atafona em Campos. Essa transposição que ela tem para a bacia do Guandu a gente fica vendo essa discussão que nós temos da transposição do São Francisco numa briga por uma transposição de 25 metros cúbicos por segundo e da Paraíba do Sul é de 119 a 180 metros cúbicos por segundo. São 2/3 da vazão do rio nessa região e a gente sabe que hoje ela não seria aprovada e não seria implementada, mas também se não tivesse acontecido nós não teríamos a cidade do Rio de Janeiro e a região metropolitana do Rio de Janeiro com o desenvolvimento que tem porque certamente não teria água para aquela região se desenvolver do jeito que se desenvolveu.

Essa transposição foi definida em lei por uma legislação estadual do Rio de Janeiro que o comitê teve que acatar o que foi definido na lei porque o Estado não poderia repassar de forma alguma um valor diferente do que está definido na lei, isso hoje é uma discussão no âmbito do CEIVAP, da SERLA que é o órgão gestor do Estado do Rio e da Agência Nacional de Águas da forma que a gente vai está fazendo para repassar esse recurso, mas na semana passada eu gostaria até de... Essa notícia é fresca, eu não coloquei ainda para a Agência Nacional de Águas, nós aprovamos uma minuta de uma revisão dessa legislação 4.247 no Rio de Janeiro aonde a gente coloca uma vírgula nesse artigo, eu tentei fazer a retirada do artigo, mas eu fui o único voto dentro do Conselho Estadual representando o comitê. Mas nós conseguimos colocar uma vírgula após o final do artigo dizendo que este valor é até que acordados os novos valores no âmbito dos comitês estaduais e do CEIVAP. Já conseguimos dar um passinho a mais para trazer para o comitê a competência de definir valores porque os critérios já foram aprovados.

Então são passivos de cobranças os usuários que captam ou lançam influência em rígido domínio da União, ou seja, o Rio Paraíba do Sul e seus afluentes que banham mais de um Estado. A cobrança, é essa cobrança aplicada pela Agência Nacional de Águas. A base legal da cobrança eu já coloquei que é a lei

federal, as deliberações do comitê, as resoluções do Conselho Nacional que aprova essa deliberação.

Nós estamos em pleno processo de um planejamento estratégico no âmbito do Paraíba do Sul. A primeira inovação já resultado desse planejamento que ainda está em fase de confecção, foi nós separarmos, o Dr. Oscar tinha citado que eu fui Presidente do Conselho de Administração da agência, e por exercer esse cargo eu exercia a Secretaria Executiva do Comitê. Nós definimos o Regimento Interno do comitê a separação desses cargos, eu fui reeleita como Secretária Executiva do CEIVAP e elegemos um novo presidente do Conselho de Administração até porque com essa história de vários chapéus a gente não sabia que horas que Aparecida se apresentava era Secretária Executiva do Comitê, que horas ela era Presidente desse Conselho de Administração da agência. Então gerou uma confusão... Acabou gerando, o que a gente achou que ia diminuir problema, acabou gerando uma confusão muito grande de na própria bacia ou até em nível nacional no que a gente tava colocando fica parecendo que a agência está com poder maior que o próprio comitê. O caminho que a gente achou foi separar esses cargos e nós estamos agora definindo inclusive novas formulações, estamos propondo uma reestruturação da agência de bacia inclusive diminuindo o número de membros de Conselho da Administração que hoje são 19, vocês não tem noção da loucura que é uma reunião desse Conselho, com 19 membros representantes dos três segmentos e dos três Estados onde a gente tem que estar aprovando o orçamento dessa entidade delegatária e a nossa tentativa é de fazer com que ela caia para seis ou nove membros. Ela teve esse número excessivo de membros que quando a gente ainda não tinha a Lei 10.881 o que a gente tinha [soa a campanha] era a proposta da Agência Nacional de Águas que nós teríamos que ser qualificados como OS. E para ser qualificados como uma organização, como uma OS, nós teríamos que cumprir dentro desse Conselho de Administração várias composições que fez com que esse Conselho hoje tivesse 20 membros inicialmente a partir da cobrança a ANA se retirou cáimós para 19 membros.

Então é isso. Acho que eu falei da compensação financeira, falei da transposição, e acho que é o que estou colocando, estou à disposição para vocês para o que vocês precisarem para estar colocando no debate a questão, principalmente da cobrança na bacia e como a gente tem trabalhado isso lá. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado Dr^a. Maria Aparecida Vargas. E eu passo a palavra ao Dr. Marley Caetano Mendonça, Gerente do Conselho Nacional de Recur-

dos Hídricos em Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente.

Sr. MARLEY CAETANO MENDONÇA: Bom, cumprimento o Senador Delcídio Amaral, Senador Garibaldi Alves, Dr. Oscar, meu colega de Governo Federal, Dr^a. Maria Aparecida, Secretária Executiva do CEIVAP, é uma lutadora lá na bacia hidrográfica, e a todos vocês aqui presentes.

Bom, como eu sou o último a falar, eu estou naquela situação. [risos] Já foi dito quase tudo. Eu não sei se isso facilita ou dificulta minha fala. Mas eu tive oportunidade de conversar com o Dr. Oscar antes e assim preparar uma apresentação que tivesse um mínimo de sobreposição em relação à apresentação dele, eu sabia que a Dr^a. Maria Aparecida iria apresentar em termos mais locais, em termos local da bacia hidrográfica então a gente vai seguramente conseguir contribuir um pouco.

Bom, para iniciar a conversa, mesmo o Dr. Oscar já tendo feito uma menção a esse tema, é importante a gente resgatar todo o arcabouço legal que envolve a gestão de águas no País. A gente gostaria de citar novamente a Constituição Federal de 88 que definiu a competência à União para instituir o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e também estabelecer os critérios de outorga de direitos de uso dos recursos hídricos. Essa mesma Constituição estabeleceu a dominialidade de nossa água, na verdade a Constituição fala em propriedade, o artigo diz que são bens da União, são bens do Estado, então é mais que o domínio, essa propriedade foi dividida entre a União e os Estados, o Dr. Oscar já explicou detalhadamente como se dá essa divisão e reforço também o que ele afirmou no sentido de que não existe na constituição vigente a figura da dominialidade das águas pelos Municípios. E muito menos por particulares como aconteceu em constituições anteriores.

Bom, abaixo da Constituição Federal, a chamada Legislação Infra Constitucional, eu gostaria de citar como principais normas em primeiro lugar a conhecida Lei de Águas, a Lei 9.433 de 8 de janeiro de 97. Essa lei instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos atendendo aquele mandamento constitucional. Outras normas federais importantes que compõem esse arcabouço legal, primeiro, a Lei 9.984 de 17 de julho de 2000, é a lei que criou a Agência Nacional de Águas, a Lei 10.881 de 9 de junho de 2004, que como também já foi dito aqui exerceu um papel importante, porque a nossa lei de águas não regulamentou o papel, não regulamentou o elo de ligação entre o Poder Público, detentor da água, e a agência de água, ou seja, aquele primeiro modelo, aquela en-

tidade criada pelo Poder Público, e também a entidade delegatária que substitui a agência de água até que ela fosse criada.

Então, quando na discussão da implementação da delegação de competência para a AGEVAP, no âmbito da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, nós tínhamos essa lacuna, qual seria o instrumento legal a ser firmado entre a Agência Nacional de Águas e a AGEVAP enquanto entidade delegatária das funções de agência de água da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. Então foi uma discussão muito grande, que nós resolvemos essa situação com edição da Medida Provisória 165, que foi convertida na Lei 10.881 que por sua vez regulou, instituiu e regulamentou o contrato de gestão como instrumento legal a ser firmado entre a ANA e as entidades delegatárias das funções das agências de água em rios de domínio da União. Prevalece, todavia, até os dias de hoje uma lacuna em relação à agência de água. Essa lei foi específica para segunda hipótese, a de delegação de competência, mas nós temos que trabalhar para que haja o suprimento dessa lacuna no que se refere a agência de água. O Decreto 24.643 de 10 de julho de 34, o antigo código de águas que parte foi revogada pela Constituição Federal de 88, mas parte continua em vigor, é importante que a gente esteja sempre citando o chamado código de águas. O Decreto 4.613 de março de 2003 regula o Conselho Nacional de Recursos Hídricos que é o chamado órgão máximo do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos responsável pela formulação de políticas em nível nacional no que se refere a gestão de recursos hídricos. Temos também resoluções do Conselho Nacional de Recursos hídricos, o Conselho por atribuição legal conferida pela Lei 9.433 tem a competência de suplementar a legislação de recursos hídricos no que se refere a implementação de seus instrumentos, ou melhor dizendo, suplementar não seria a palavra adequada, estabelecer, ele tem a competência de estabelecer... Me fugiu a palavra. Estabelecer... Lembra como diz a lei, Oscar? Estabelecer... Seriam critérios. O Conselho ele vem fazendo o papel que caberia ao Poder Executivo. O Poder Executivo abriu mão de sua atribuição de regulamentar a lei através de um Decreto, e conforme prevê o art. 35 da Lei 9.433 o Conselho tem a competência de estar suplementando a legislação de recursos hídricos. Então através de resoluções, ele vem regulamentando os instrumentos da política, da lei de Política Nacional de recursos hídricos. A gente tem ainda as resoluções da Agência Nacional de Águas, e finalmente a legislação de recursos hídricos dos Estados e do Distrito Federal que tem a competência de legislar, obedecendo a lei estabelecida pela União, uma vez que a Constituição

Federal prevê que compete à União legislar privativamente sobre águas. Os Estados podem complementar a lei federal legislando sobre a administração dos recursos hídricos de seu domínio.

Bom, se a Lei 9.433 estabeleceu a Política Nacional de Recursos Hídricos, e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos ela também teria que fazer a previsão de quais são os instrumentos com os quais seria implementada essa Política Nacional de Recursos Hídricos. Então os instrumentos estão lá no art. 5º da lei, o primeiro deles plano de recursos hídricos, segundo a lei deve ser elaborado em três esferas, nós temos o plano para o País, que é o chamado Plano Nacional de Recursos Hídricos que foi elaborado, a sua elaboração terminou em dezembro de 2005 e foi aprovado pelo Congresso Nacional de Recursos Hídricos em janeiro de 2006, temos também no âmbito dos Estados a elaboração dos planos estaduais de recursos hídricos, esses dois planos são planos de diretrizes gerais que são obedecidas pelos chamados planos de bacia, que aí nós descemos ao nível local. Em cada bacia hidrográfica seja de rio de domínio da União ou de rio de domínio dos Estados há também a previsão de elaboração do plano de bacia que é um plano mais executivo, é um plano que prevê a implementação de ações efetivas para a recuperação e melhoria das águas daquela bacia. O enquadramento dos corpos de água em classe, segundo os usos preponderantes, ou segundo os instrumentos, de acordo com a legislação brasileira ao Conselho Nacional do Meio Ambiente, é responsável pelo estabelecimento das classes de uso, e cabe ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos em rios de domínio da União o enquadramento dos corpos de água nas classes estabelecidas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente. Esse papel para rios de domínio dos Estados é exercido pelo respectivo Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

O terceiro instrumento, o Dr. Oscar já se referiu também, outorga dos direitos de uso de recursos hídricos com os instrumentos que confere ao interessado, ou seja, público ou particular o direito de utilizar esse bem público que é a água por tempo determinado.

A cobrança, o Dr. Oscar também já falou o suficiente sobre ela, a compensação a Municípios que tenham restrição de uso de seu território em razão de empreendimentos voltados à exploração de recursos hídricos, é um instrumento que foi vetado em nossa lei, quer dizer, ele existe enquanto instrumento, mas a sua regulamentação foi vetada, portanto, não está em vigor e é um instrumento que para ser implementado carece de uma nova regulamentação.

E por último, o último dos instrumentos é o sistema de informações de recursos hídricos que é uma responsabilidade da Agência Nacional de Águas em nível nacional, esse instrumento de maneira resumida nós podemos dizer que esse sistema ele engloba todas as informações relativas a recursos hídricos de nosso País. Todas as outorgas emitidas, todos os usos potenciais, enfim, ele engloba para fins de proporcionar uma eficiente gestão dos recursos hídricos todas as informações relativas ao uso de nossas águas.

Bom, se a lei estabeleceu que esses instrumentos para implementação da Política Nacional de recursos hídricos, então também teríamos ter a previsão a quem compete fazer essa implementação. A lei também teria que nos dizer de quem seria a competência para a implementação da Política Nacional de recursos hídricos. E essa competência, na verdade ela é distribuída entre todos os órgãos e entidades que integram o chamado Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Bom, esses órgãos e entidades são Conselho Nacional de Recursos Hídricos que é o órgão maior formulador das políticas de recursos hídricos no País que é composto por representantes do Poder Público Federal, dos Estados, através dos conselhos estaduais de recursos hídricos, da sociedade civil organizada e dos setores, usuários de recursos hídricos. A Agência Nacional de Águas que é a responsável em nível federal pela gestão dos rios de domínio da União, os conselhos de recursos hídricos dos Estados e do Distrito Federal que também no âmbito regional são responsáveis pela formulação das políticas estaduais e distrital, os comitês de bacia hidrográfica tanto de rios de domínio da União quanto de rios de domínio dos Estados como o Dr. Oscar já disse nós temos oito criados em rios de domínio da União, seis em efetivo funcionamento, dois em processo de implantação e em nível estadual temos aí cerca de 130 a 140 comitês já criados.

Esses comitês exercem um papel importantíssimo porque a eles foi delegada a atribuição de discutir e decidir sobre as principais questões que envolvem a gestão de águas no âmbito local da bacia hidrográfica. Então a composição dele, a Drª. Maria Aparecida já nos falou, e por essa atribuição de discutir e decidir e não executar, já que a execução cabe às agências de água ou a suas entidades delegatárias, por isso mesmo os comitês são muitas vezes, são comumente chamados de Parlamento das águas. Então porque é o foro onde acontecem todas as discussões, as mais importantes discussões sobre o uso da água na bacia e conseqüentemente a decisão que é implementada pelas agências de água.

E também para fechar, já que adiantei falando sobre as agências de água, compõem esse sistema todos os órgãos dos poderes públicos federal, estaduais, do Distrito Federal e Municipais, cujas competências se relacionem com gestão de recursos hídricos. Aí entra o Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, em nível estadual secretarias de meio ambiente, ou de recursos hídricos, as concessionárias de água e esgoto também no nível municipal naqueles Municípios que não tenham feito delegação para o Estado, enfim, todos os órgãos e entidades que de alguma forma tenham atuação com o tema água também compõem esse Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. A distinção é que a lei já estabeleceu competência específica para cada um dos demais órgãos e entidades e esses outros eles têm uma participação mais direta no âmbito de conselhos tanto estadual quanto nacional de recursos hídricos e também dos comitês de bacia hidrográfica.

Eu achei importante destacar aqui também alguns avanços que nós temos experimentado nesses últimos anos na gestão de água no nosso País. Existem inúmeros avanços que eu poderia estar relacionando aqui. Mas vou destacar os mais importantes no meu entendimento. O primeiro que já foi dito aqui que é o estabelecimento dessa figura de entidade delegatária das funções de agência de água. E em consequência o início do processo de implantação da cobrança e dos demais instrumentos da Política Nacional de recursos hídricos, fato que já aconteceu nas bacias hidrográficas do Paraíba do Sul e também do rio Piracicaba, Capivari e Jundiá. Nesta última a partir do ano passado. No Paraíba do Sul, através da AGEVAP que recebeu a delegação de competência para atuar enquanto agência de água da bacia, e no Piracicaba, Capivari e Jundiá através do consórcio intermunicipal existente na bacia de mesmo nome. Então nessas duas bacias nós temos hoje, podemos afirmar que de fato os instrumentos da política inclusive a própria cobrança pelo uso da água estão implementados e nós estamos assistindo uma evolução muito grande, resultados muito positivos que podem ser replicados no restante do País. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos também passou por um processo de reformulação, nós ampliamos a participação dos segmentos usuários, sociedade civil e dos Estados. Em 2003 nós tínhamos uma participação bem mais pesada, bem mais forte do Poder Público Federal, da União, então houve uma redistribuição das vagas, por exemplo, os Estados tinham cinco cadeiras no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, com essa reformulação passaram a ter dez assentos. Então consequentemente o que aconteceu é um fortalecimento da participação social na medida em que nós abrimos

mais espaço para todos os setores que lidam com a gestão de água no País para que compartilhem das tomadas de decisão no âmbito daquele Conselho.

Já disse também da aprovação do Plano Nacional de Recursos hídricos, foi um marco muito forte, isto porque o Brasil foi o primeiro País no âmbito da América Latina e do Caribe a ter aprovado o seu plano de águas, a cumprir com uma das metas do milênio que previa a elaboração do seu plano de água até 2005, prevendo outros critérios que não fosse somente o aspecto hidrológico da água. Então nós somos o primeiro países a cumprir com uma das metas do milênio elaborando um plano que considere o aspecto hidrológico da água, mas que considere também outros aspectos importantes como o aspecto social, o aspecto ambiental, econômico, enfim, trabalhando o tema água em todos os aspectos possíveis.

O Plano Nacional de Recursos hídricos ele exerceu um papel importantíssimo. Porque ele não vem a ser somente um instrumento de planejamento do uso da água no País até o ano de 2020 que deve ser obedecido por todos os setores usuários. Ele exerceu um papel também de fomento desse planejamento no âmbito estadual. Hoje nós temos os três Estados do sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Tocantins em processo efetivo de elaboração do seu Plano Estadual de Recursos Hídricos. Nós temos outros Estados como o Estado do Amazonas, Estado do Espírito Santo, Estado do Piauí e mais uns dois Estados que eu não me lembro agora que estão se mobilizando, levantando as condições necessárias para a elaboração de seu plano estadual. E também no âmbito das bacias hidrográficas, o plano também foi um papel, exerceu um papel indutor muito forte. Nós já tivemos a aprovação do plano de bacia do Rio São Francisco, é um trabalho que foi coordenado pela Agência Nacional de Águas, foi anterior à aprovação do Plano Nacional de Recursos hídricos, mas neste momento a bacia hidrográfica do Rio Doce e a bacia hidrográfica do Rio Verde Grande que faz parte do Rio São Francisco estão trabalhando também na elaboração de seu plano de bacia em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Recursos Hídricos.

O plano também exerceu um papel fundamental na articulação entre a Política Nacional de Recursos Hídricos e as Políticas Setoriais. Porque antes do advento do plano, o que nós tínhamos, a situação que prevalecia no País é que cada setor usuário, cada segmento usuário da água fazia o seu planejamento setorial.

Então, o setor de energia elétrica fazia o seu, o setor de transporte o seu, de turismo o seu e assim

por diante. Mas sem obedecer umas diretrizes gerais estabelecidas por um plano macro que no caso aconteceu com o Plano Nacional de Recursos Hídricos. A partir do momento que o Plano Nacional de Recursos Hídricos foi construído e contando com a participação de representantes de todos os setores usuários, nós avançamos [soa a campainha] muito no papel de articulação entre a política de recursos hídricos e as políticas setoriais. Então é realmente algo que temos que destacar que é a chamada transversalidade que realmente a gente vem assistindo que vem acontecendo. E o Plano Nacional de Recursos hídricos também vem se desdobrando a partir desse processo que está se iniciando na elaboração do PPA de 2008 a 2011. então pela primeira vez o PPA vai considerar no seu recorte territorial aquelas bacia hidrográficas que o Dr. Oscar se referiu estabelecidas pelo Conselho Nacional de Recursos hídricos em 2003. Ou melhor, aquelas regiões hidrográficas. O Conselho dividiu o País em 12 regiões hidrográficas e a partir da elaboração desse PPA o Ministério do Planejamento inseriu na análise territorial a consideração dessas regiões hidrográficas.

Bom, e aqui eu já vou finalizando. Eu gostaria de trazer aqui para essa Casa algumas questões importantes que eu entendo que o Congresso Nacional pode estar contribuindo para a política de recursos hídricos. O primeiro delas é com relação à aplicação da política de recursos hídricos na região amazônica. Porque a lei de águas, a Lei 9.433 ela foi elaborada considerando uma situação de escassez, uma situação de conflito pelo uso da água. É uma situação que não acontece na região amazônica. A região amazônica ela tem uma grande abundância de água, tem problemas sérios de poluição como o restante do País, mas esses problemas são mais localizados. Mas nós não assistimos a uma situação de escassez, a não ser esporadicamente como naquela seca que aconteceu acerca de dois anos atrás. Então é necessário que haja uma adaptação de recursos hídricos para a região. Eu vou dar um exemplo concreto. Eu já estourei meu tempo, mas já estou terminando. Vou dar um exemplo concreto que é relação a comitês de bacia hidrográfica. Nós temos que pensar um modelo diferente. Porque se nós formos fazer um modelo de Comitê de Bacia Hidrográfica para a região amazônica, as pessoas vão ter que viajar três, quatro dias de barco para se reunirem para discutir um problema que é mais localizado. As vezes vai sair uma pessoa que está no meio da selva, um representante de um segmento que tem residência lá no meio da selva, vai viajar três, quatro dias de barco para discutir um problema localizado de poluição próximo a um grande centro urbano que na verdade não está atingindo. Então nós temos que pensar realmen-

te um novo modelo de gestão de recursos hídricos para a região amazônica e eu acho que o Congresso Nacional é peça fundamental nesse exercício e tem muito a contribuir.

Também nós temos que avançar na integração das políticas de recursos hídricos com a política ambiental, a Ministra Marina Silva acerca de um ano e meio ela criou um grupo de trabalho no âmbito do Ministério, esse grupo de trabalho já estabeleceu condições, por exemplo, para que as câmaras técnicas do Conselho Nacional de Meio Ambiente e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos façam reuniões conjuntas porque nós temos temas que tem uma forte interface nos dois conselhos. Exemplo disso é outorga que é uma competência da política de gestão de recursos hídricos. E licenciamento ambiental que é da política ambiental. Não dá para gente pensar em empreendimento no País sem associarmos esses dois instrumentos autorizativos. Então a integração dessas duas políticas passando também pelos dois colegiados máximo é de suma importância para a gente estar avançando na implementação dessas políticas. O tema agência de água também é importantíssimo, a Dr^a. Maria Aparecida acho que ela ressaltou muito bem que nós estamos vivendo dois modelos de grande sucesso. Mas nós temos que chamar atenção para a seguinte situação. A lei de águas estabelece que as agências de águas ou suas entidades delegatárias têm que ter seu funcionamento garantido por no máximo 7,5% do valor arrecadado com a cobrança pelo uso de recursos hídricos. Não pode-se gastar mais do que 7,5% dos recursos da cobrança. Essa entidade tem que ser sustentada por esse valor. Nós vamos ter situações no País onde não teremos garantida essa viabilidade. Se a gente pensar no nordeste brasileiro, tirando a região da bacia hidrográfica do Rio São Francisco, nós não teremos um potencial arrecadador que efetivamente garanta essa autonomia para que uma entidade delegatária realmente possa funcionar com eficiência. Então conseqüentemente nós vamos ter que investir nos dois modelos. Nós vamos ter que priorizar um dos modelos naquela região onde se faça necessária a sua priorização. Por exemplo, não vejo condições para uma delegação de competência na região nordeste efetivamente o Estado Brasileiro vai ter que estar presente garantindo o funcionamento dessa entidade. Nas demais regiões onde há condições, eu concordo com que a Dr^a. Maria Aparecida falou. A gente trabalha no que está dando certo. A partir do momento que não der certo a gente realmente repensa. Mas os resultados têm sido muito positivo.

E por último acho que uma outra contribuição importantíssima que esta Casa poderia dar para o

tema água nesse país é com relação às águas minerais. Um tema polêmico, um tema realmente que suscita muita discussão, mas que nós não podemos fugir a sua discussão. Não podemos fugir ao debate isso porque as águas minerais não estão na gestão de recursos hídricos, não estão submetidas à gestão de recursos hídricos, elas estão submetidas à gestão mineraria, através do código de mineração e o código de águas minerais, é evidente que existe uma justificativa para isso, mas também existe uma justificativa para enquadrá-la na gestão de recursos hídricos. Não se pode negar que a água mineral tem um valor importantíssimo enquanto bem mineral, existe uma série de conceitos atrás disso, inclusive representa um patrimônio em termos financeiros mesmo de geração de riqueza para o País, mas também ela, não podemos deixar de dizer que ela é água. Então nós temos que buscar uma solução que compatibilize a situação das águas minerais. Ela deve ser considerada como bem mineral, mas também deve ser considerado como água e eu acho que esse tema fatalmente tem sequer tratado nas instâncias certas uma delas é o Congresso Nacional. Bom, e é isso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Dr. Marley. Eu gostaria também de informar aos expositores que a nossa Assessoria vai fazer contatos com os expositores exatamente para considerar essas sugestões para aprimorar e disciplinar os marcos regulatórios, especialmente nessa questão das águas, todo mundo sabe que os grandes Países do mundo vão ser aqueles que vão dar um tratamento adequado para seus recursos hídricos. E nós não podemos ficar atrás disso, até em função de todas as informações que foram aqui prestadas, o potencial que o Brasil tem essa informação é importante, Oscar, porque ontem inclusive falaram do Canadá, mas o potencial de água doce do Canadá o que interfere nesse potencial são exatamente as geleiras. Acho que a Dr^a. Maria Aparecida também comentou isso. A forma pioneira como esses comitês já funcionam hoje com resultados, com cobrança, com gestão, com contrapartida dos Municípios, e isso definitivamente tem que ser incorporado a todas as bacias ou pelo menos as principais bacias hidrográficas brasileiras. Eu tive aqui conversando também e estava falando rapidamente com Oscar, perguntando para ele que o monitoramento que era feito pelo antigo DENAI, que era um monitoramento muito mais voltado para inventário do que qualquer outra atividade, ele agora vai exigir investimentos em tecnologia. Porque o monitoramento é muito mais complexo sob o ponto de vista ambiental, sob o ponto de vista das conseqüências dos cursos d'água no dia-dia dos respectivos Municípios, nas várias regiões,

quer dizer, fugindo um pouco só daquela prioridade voltada para a hidroeletricidade. E o que ficou claro o contingenciamento de recursos o que é grave e isso tem surgido no dia-a-dia de todas as agências reguladoras. É um problema sério que essa Subcomissão evidentemente vai acompanhar muito de perto e apresentar também sugestões a serem deliberadas pela Comissão de Assuntos Econômicos e pelo Senado Federal, e ao mesmo tempo também aquilo que já se avançou nós aprovamos recentemente o marco regulatório do saneamento que vai ter uma identificação, vai ter uma inter-relação muito forte com a gestão da água, com a gestão das bacias, e outros avanços que efetivamente foram conseguidos outros avanços que foram alcançados ao longo aí desses últimos anos e que portanto vão nos levar a uma tensão absolutamente especial com a gestão dos nossos recursos hídricos e o mais importante também, com uma necessidade muito além daquilo que se arrecada, cobrando dos industriais, dos produtores rurais, necessidades muito maiores do que efetivamente nós temos arrecadado, e que vão exigir um trabalho incessante de todos nós, principalmente na gestão dos recursos hídricos, que volto a dizer, acho que é o futuro do nosso País, é o futuro do mundo. Quem tiver água tem futuro. Quem não tiver água... Infelizmente vai ficar para trás no trem da história.

Eu vou passar a palavra para o nosso Relator, Senador Garibaldi Alves, e a idéia é fazer... Nós faremos perguntas, e nós vamos franquear cinco minutos para cada um dos expositores responderem aquelas perguntas que elas entenderem como convenientes ou agregadas as suas atividades. E depois nós encerraríamos essa Sessão, depois de ouvidas os questionamentos e comentários do Senador Garibaldi Alves e eu também gostaria de fazer algumas perguntas para que depois os expositores respondam. Com a palavra o Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral, senhores e senhora convidada, eu quero também cumprimentá-los, só não posso cumprimentar o Dr. Oscar porque já cheguei no ocaso(F) da sua exposição, mas acredito, pelo que eu já li aqui, que foi uma exposição de grande utilidade para os nossos trabalhos, uma exposição que mostrou realmente a dimensão do trabalho da ANA. Mas, antes de fazer as perguntas, Sr. Presidente, perguntas à Sr^a Maria aparecida, o Dr. Marley, eu queria aqui fazer um comercial do meu Estado, que eu pensei que o Dr. Marley ia fazer, fiquei preparado aqui para que ele fizesse, mas como ele não fez, nós temos que fazer, porque cabe a nós esse exercício, o exercício desse direito. E ele certamente não fez, eu

não estou cobrando nada. Ele não fez talvez até não conheça o que é que foi realizado no Rio Grande do Norte. E em termos de avanço institucional, e em termos de obras, é um Estado que tem todo um desenho real a apresentar. Toda uma contribuição. A começar pelo seguinte. Foi um Estado... Não foi pioneiro porque o Ceará foi pioneiro na elaboração da Lei das Águas, segundo eu tenho conhecimento. Elaborou um plano, como V.Ex^a salientou aí, mas um plano que não ficou só no papel, não. Plano que se constituiu num grande plano de obras. Haja vista que nós, Dr. Marley, nós do Rio Grande do Norte, e quando eu falo assim, é porque eu tenho uma certa representatividade não só por esse mandato que eu estou exercendo, mas pelo mandato de Governador, aliás por dois mandatos de Governador que eu exerci.

Então, lá nós fizemos um grande plano de obras desde a reservação nós chegamos a uma acumulação lá entre grandes e pequenas barragens, menores barragens, de mais de um bilhão de metros cúbicos, só as duas maiores barragens, a de Umari, que nós chamamos de Umari e a de Santa Cruz só elas duas se constituíram em 900 milhões de metros cúbicos. Depois, para distribuir a água, não apenas contidas nessas barragens que essas barragens realmente elas ainda não tiveram suas águas distribuídas. Nós fizemos um programa de adutoras de mais de mil quilômetros de canos, que chamamos de canos, mais de mil quilômetros de extensão.

Então, eu digo muito lá no Estado, Senador Delcídio, certamente com intenções que não são intenções indecorosas, são intenções positivas. Intenções de fixar uma obra de Governo. Eu digo que é como se saísse de Natal para Salvador só vendo aqueles canos, só realmente constando essa obra.

Então, eu me sinto na obrigação, Dr. Marley vai me desculpar, porque eu considero uma das maiores obras do meu Governo. E se eu não defendesse a maior obra do meu Governo, claro que eu estaria numa posição muito difícil, porque depois disso... Nós certamente não estamos sendo... Não estamos ao vivo... Estamos? Puxa! Estamos ao vivo. Como diz Mão Santa, estamos falando para os telespectadores do Brasil. Mão Santa é um Senador piauiense certamente muito conhecido porque ele ocupa a TV Senado com uma certa frequência. Para não dizer com uma frequência demasiada. [risos] Se ele souber disso vai me penalizar.

Mas na verdade eu acho que contribuí saber que um Estado da Federação andou tanto, avançou tanto. E o senhor me desculpe, parece até uma retificação, uma reparação, não tem nada disso. É uma reparação ao meu Estado, o Estado que precisa divulgar as boas obras que são realizadas. Afinal de contas já di-

zia São Paulo: Nós não podemos transmitir só palavra, nós temos que transmitir as boas obras. Isso é uma grande verdade.

Mas eu, para abreviar porque realmente eu tomei muito tempo com essa peroração sobre o Rio Grande do Norte, eu sei da importância da ANA como uma agência reguladora, até porque por esse convívio mesmo, com essa realidade com o problema da falta d'água. É porque eu não comecei a contar a história de antes. Eu só comecei a contar a história do depois. Antes era aquela penúria. Você... Aqui está um copo d'água. Eu acho que o telespectador não está vendo a água, está vendo só o copo. Mas aqui está um copo d'água. A água que era servida pelo efeito da evaporação, pela falta d'água mesmo, de qualidade, parecia mais um suco, Senador Delcídio, um suco de maracujá. A cor da água. E o nosso homem do interior, sobretudo, tomava essa água. Isso era uma fonte de doenças. Principalmente para as crianças.

Então, isso me gratifica muito. Eu realmente fico até um pouco assim emocionado quando eu falo disso porque a vida política tem tantos desafios, e é cercada de tantas... Assim, tantos dissabores que nós temos que nos valer dessas coisas para poder continuar esse trabalho e lutando aqui no Congresso Nacional para que nós tenhamos uma melhor regulação desses investimentos.

Se sabe que as agências reguladoras elas hoje têm um papel essencial na atração dos investimentos privados. Para a redução do chamado... Pelos técnicos, risco de captura do processo regulatório por grupos de interesse e por isso mesmo é indispensável o fortalecimento das agências. A partir dessas conclusões foi editada a Medida Provisória nº 155 de 2003, mas aí eu não queria entrar nessa seara porque os palestrantes, com todo brilhantismo já fizeram referência a isso. Eu vou logo direto à pergunta que pode ser, porque eu não tive tempo de conferir a exposição do Dr. Oscar, pode ser uma pergunta repetitiva. Quer dizer, uma pergunta que já tenha sido respondida até pelo senhor. Mas vale a intenção. Então a pergunta é a seguinte.

Como a Agência Nacional de Águas atua de maneira a garantir que haja regulação das águas sem que isso implique em dificuldades e impedimento para o desenvolvimento do País, bem como garantindo a sustentabilidade desse bem público que é de uso comum, ou seja, a água. Eu não sei se estou chovendo no molhado, mas o senhor vai...

A ANA tem oferecido segurança e confiabilidade para a efetivação de investimentos que não sejam predatórios em relação aos temas ambientais? O que diferencia a outorga da água expedida pela ANA comparativamente com o petróleo e outros bens minerais?

Aí uma diferença que eu queria que ficasse bem clara e que eu pediria ao senhor para fazer isso, ou então também não estou restringindo a pergunta ao Dr. Oscar, se o Dr. Marley, e a Dr^a. Maria Aparecida quiserem também participar eu agradeço. Se sentirem a necessidade de acrescentar alguma coisa.

Qual sistema de controle social existente e que está em vigor com relação à Agência Nacional de Águas? Ou seja, qual a garantia dada à sociedade sobre a transparência e a adequação do interesse nacional expresso nas ações da ANA? É verdade, isso aí diz mais respeito ao Dr. Marley, talvez seja a minha vingança que esteja presente agora. É verdade que até o presente momento o Ministério do Meio Ambiente ainda não definiu os limites financeiros que serão utilizados pela ANA durante o presente exercício? Sr. Presidente, mais só uma...

Bem, aqui nós temos uma pergunta que foi inclusive lembrada aqui pelo Dr. Carlos Henrique é que é o nosso Consultor Legislativo, ele deu uma contribuição aqui, ele está sempre contribuindo com as nossas Audiências Públicas. Ele acrescenta aqui um dado. Segundo dados do Relatório GEO Brasil, recursos hídricos elaborado segundo a metodologia global e cronometal otoluki(F) adotado pelo Programa das Nações Unidas para o meio ambiente, o PNUMA, segundo dados a irrigação corresponde a 46% do consumo da água, e 60% das outorgas já concedidas para a captação.

No entanto, a auditoria do Tribunal de Contas da União realizada em 2002 salientou profundas deficiências no programa público de implantação de perímetros irrigados. Tais deficiências relacionam não só o aspecto financeiro, mas também o aspecto ambiental pelo emprego de técnicas inapropriadas gerando desperdício de água, e salinização de solo. Como as entidades envolvidas com gerenciamento de recursos hídricos vêm tratando essa questão e como tem sido a articulação institucional entre as várias áreas do Governo afetas ao tema? Quanto à articulação nós já ouvimos bem. Seria só uma abordagem aqui mais objetiva sobre esse problema específico. Se poderia haver.

A outra pergunta é como as entidades envolvidas com gerenciamento de recursos hídricos vêm tratando a questão e como tem sido a articulação institucional? Eu realmente considero que essa pergunta tem muito a ver com que já foi colocado e pediria que os senhores e a senhora desconsiderasse essa pergunta.

Segundo estimativa do Relatório 15% dos Municípios brasileiros, o Relatório que eu acabei de fazer referência, são abastecidos exclusivamente por fontes subterrâneas de água. O Brasil partilha com Argentina Uruguai e Paraguai, o Aquífero Guarani... Pensei que era... A operação... A empresa. Parecido. Em que pese

a abundância de água no País sua distribuição é muito irregular. A maior disponibilidade encontra-se na Amazônia ao passo que o maior consumo ocorre no centro-sul. Como vêm se desenvolvendo as iniciativas de preservação desse manancial Aquífero Guarani? Como no que se refere a articulação institucional. Aí depois há um... Eu queria colocar aqui, mas o Presidente colocou melhor do que eu, como sempre, uma preocupação com relação a recursos alocados. Se eles têm sido suficiente para atender minimamente as necessidades do setor de recursos hídricos. Isso nós já vimos que o problema existe. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Sr. Relator, Senador Garibaldi Alves. Eu volto... Eu só gostaria antes de fazer as perguntas, registrar mais uma vez e pedir à Assessoria do Senado da mesma maneira como procedemos com os demais expositores, esse contato permanente com os expositores no sentido de preparar os relatórios parciais de cada Audiência Pública de tal maneira que tenhamos todas as propostas delineadas prontas para que no segundo semestre nós venhamos a aprová-las na Comissão de Assuntos Econômicos. Dos expositores surgiram várias sugestões com relação aos marcos regulatórios, em se tratando de recursos hídricos esse é de absoluta importância e fundamental para o nosso País. Eu quero registrar a pertinência dos questionamentos apresentados pelo Senador Relator, Garibaldi Alves, e gostaria de fazer dois questionamentos que certa maneira eles envolvem questões ambientais, eles envolvem temas de caráter ambiental e diretamente associados a recursos hídricos.

A primeira pergunta que eu gostaria de fazer, nós falamos aqui, o Relator Senador Garibaldi Alves falou muito bem sobre Aquífero Guarani. E foi exposto aqui mostrando a importância dessa relação com Países vizinhos. E o Aquífero Guarani ele tem uma abrangência considerável principalmente no tratamento do Aquífero relativamente aos Países vizinhos, aos Países que fazem fronteira com o Brasil. E eu gostaria de levantar uma questão específica que é a questão do Rio Taquari. Que é um rio que hoje representa, traz uma preocupação grande sobre o aspecto de atividade econômica e uma preocupação maior no aspecto ambiental. Quer dizer, qual é a leitura, o que os expositores entendem como fundamental para se recuperar, se resgatar a bacia do Taquari, com as conseqüências todas ambientais que o Rio Taquari vem sofrendo com aquele velho Programa do “plante que o João garante”, que levou ao assoreamento intensivo do Rio Taquari.

O segundo ponto que eu gostaria de também levantar são os licenciamentos ambientais, principalmente dos projetos de hidroeletricidade que fazem parte do

Programa de Aceleração do Crescimento, mais especificamente Belo Monte, no Rio Xingu, e Jirau e Santo Antônio no Rio Madeira. Porque pelo que se entende, esses são projetos estruturantes, fundamentais para o País, mas os recursos hídricos, até porque há uma relação inequívoca desses projetos, essencial desses projetos com os recursos hídricos provenientes dessas bacias, no Madeira e depois no Rio Xingu, quer dizer, como é que os expositores enxergam, ou qual a leitura que eles fazem do licenciamento ambiental desses projetos. E por último, mas também não menos importante, porque tramitam aqui no Senado projetos que dão tratamento específico para o problema de hidrovias, a minha pergunta é: Na gestão dessas bacias, como é que os expositores estão enxergando a questão das hidrovias, a questão da construção de eclusas que sem dúvida nenhuma, vão viabilizar um modal de transporte muito competitivo para o Brasil e que nós não podemos de nenhuma maneira desprezar. O meu Estado, por exemplo, é cortado pelo... Ele é limitado a leste a oeste pelo Rio Paraná e pelo Rio Paraguai especificamente. Isso é uma modagem de transporte fundamentais para o escoamento da nossa produção. E evidentemente existem outros projetos de hidrovias como a Hidrovia do Tocantins, como a Hidrovia do Araguaia, enfim, hidrovias vão ter... Da região sudeste, do Paranapanema, do Paraná. Então, eu gostaria também de ouvir um pouco a preocupação de V.Sas. com relação a essa questão também das hidrovias que tem tudo a ver com o trabalho que os comitês têm realizado, que a Agência Nacional de Águas tem realizado e o Conselho Nacional de Recursos Hídricos também.

Então é basicamente isso. Eu vou dar a palavra cinco minutos para cada um, na seqüência em que cada um fez a sua exposição, e depois nós faríamos as considerações finais.

Com a palavra o Dr. Oscar de Moraes Cordeiro Netto, Diretor de Regulação da Agência Nacional de Águas.

SR. OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO: Obrigado, Senador Delcídio. Cinco minutos para perguntas tão pertinentes e importantes vou tentar fazer o máximo. Eu queria já, aproveitando aqui, saudar o Senador Garibaldi e realmente resgatar o papel importante que teve o Estado do Rio Grande do Norte nessa evolução do sistema de gestão. Foi um Estado que efetivamente começou depois, mas que soube ao longo tempo se aperfeiçoar e investir e hoje é uma referência nacional na gestão das águas.

Respondendo ao Senador Garibaldi, a ANA tem atuado na verdade como regulação das águas de uma forma muito proativa. Em todas as nossas interfaces

com a regulação ligadas a licenciamento de obra, seja na outorga, seja na reserva de disponibilidade, nós temos dedicado aí na análise técnica, somos um pouco... A ANA é a guardiã dos usos múltiplos, e pelo que me consta em nenhum momento foi o gargalo ou foi, vamos dizer assim, fator limitante de uma decisão. E eu posso garantir que a ANA conta hoje com equipe de técnicos concursados, e capazes, e tem se dedicado muito a essa avaliação técnica. Temos o papel regulatório, mas em vários projetos que temos acompanhado não tem sido o gargalo nem o fator limitante. E temos atuado com a necessidade de forma proativa. Faço menção à questão da irrigação do São Francisco, por exemplo, de fato temos tido um relacionamento com o DNOCS, com a CODEVASF solicitando que a CODEVASF reavalie um de seus projetos. Recentemente trabalhamos muito nessa concessão, avaliação das PPPs voltados a aproveitamento perímetros da CODEVASF e temos feito recentemente um trabalho de reavaliação de todas essas outorgas e utilizações. O petróleo é um bem mineral de fato público, federal. O problema que o diferencia muito da água é a multifuncionalidade da água. Quer dizer, a água atende a vários objetivos, são vários interesses, não é só produção de energia, e temos aí uma diferença de arbitragem. Quer dizer, quem é que vai verificar os diferentes usos, os diferentes interesses associados à questão da água. O setor de recursos hídricos tem uma característica que já tem aí--

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O senhor permite uma intervenção bem rápida? Temos o famoso Tribunal das Águas na Espanha.

SR. OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO: É verdade.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Parece que em Valença.

SR. OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO: É verdade. Em vários Países realmente a questão, quer dizer, essa arbitragem, essa discussão como que vai se alocar no melhor interesse coletivo, no melhor interesse da sociedade. O setor de recursos hídricos é um setor que desde a sua concepção e da sua implementação tem submetido ao controle social, pela própria concepção. Quer dizer, com conselho nacional de recursos hídricos, os conselhos estaduais, os comitês de bacia. Então isso deve se aprimorar. Mas eu quero dizer que comparado com outros setores é um setor que já submete tradicionalmente a esse controle social.

De fato a ANA tem, a exemplo de outras agências aí, padecido um pouco dos contingenciamentos. No orçamento. Sejam eles até as reservas de contingência que nem nos permite orçar, seja na própria execução

orçamentária. E essa é uma questão que eu diria que certa maneira dificulta o nosso papel na organização, no planejamento. O GEO Brasil salientou justamente essa questão da irrigação e nós temos além dessa articulação com os grandes projetos públicos usuários, temos aí tido também um trabalho em qualquer outorga que é analisado por nós uma preocupação com a eficiência na utilização de água e muito freqüentemente temos retornado ao demandante solicitando que ele modifique o seu Projeto, que ele seja mais eficiente nessa alocação de água. Esse é um papel regulatório nosso.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): E alguns Estados já fazem outorga. Porque [soa a campanha] tiveram aquele arcabouço legal para fazê-lo. Não é isso?

SR. OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO: Exatamente. Alguns Estados já têm essa outorga e nós estamos trabalhando justamente numa articulação com os Estados no âmbito do Proágua que é a proposta do Proágua Nacional para capacitar mais os Estados para que eles possam fazer.

Eu não gostaria de ficar sem responder ao Senador Delcídio, então na verdade o Aquífero Guarani é um desafio, quer dizer nós estamos numa fase importante aí tem uma articulação do Ministério do Meio Ambiente com Agência Nacional de Águas com os três Países que dividem conosco o Aquífero Guarani, Uruguai, Argentina e Paraguai, nós estamos realmente na fase de conhecimento ainda do Aquífero, quer dizer o primeiro mapeamento sobre a real extensão está sendo implementado agora, e na articulação nossa também com a Secretaria de Recursos Hídricos, já até alocamos recursos do Fundo Setorial do MCT, Fundo Setorial de Recursos Hídricos para um maior conhecimento e para testes já, implementações de projetos piloto para ações sustentáveis locais para utilização da água do Aquífero. É um recurso importantíssimo, é água de excelente qualidade, temos o desafio importante que é preservar essa água para utilizações futuras justamente no Brasil. E estamos justamente numa fase, o Brasil é o maior usuário do Aquífero, também tem a maior área, e é um exercício importante com nossos vizinhos porque, por exemplo, o Uruguai embora tenha pouca área a maior parte do território uruguaio tem o Aquífero Guarani.

Com relação ao Rio Taquari, realmente eu compartilho com o senhor, é um grande problema ambiental, foi um impacto importante que houve na ocupação desordenada nas cabeceiras dessa bacia na parte do planalto. Eu acho que temos o papel importantíssimo, primeiro no sentido de conhecer melhor a natureza dos impactos, segundo, o sentido de trabalhar de forma com

os Estados, com o setor produtivo para que pelo menos práticas sustentáveis e penso aqui e volto o plantio direto, e volto outras práticas de conservação do solo possam estancar esse processo e revertê-lo. Mas há um trabalho importante de recomposição e restauração das condições ambientais do rio. Para isso existe uma proposta em desenvolvimento na ANA que certamente vai contar eu imagino com o apoio aqui dessa Casa que é um Projeto GEF Pantanal que vai justamente avaliar condições de recuperação do Pantanal de forma mais ampla e particular dessa bacia que talvez do Rio Taquari que tenha mais sofrido essas conseqüências. Com relação ao licenciamento ambiental, eu só queria registrar que a ANA ela participa de uma etapa do licenciamento, não ambiental, mas licenciamento da obra que são reservas de disponibilidade. E com relação a Jirau e Santo Antônio nós nos debruçamos sobre esses projetos no ano passado e no fim do ano passado as duas reservas foram emitidas pela ANA, inclusive com indicações até de mudanças de alguns itens do Projeto e de considerações aí de efeitos mitigatórios. Um aspecto que eu gostaria de salientar é que nessa consulta que foi feita pela ANA nós solicitamos que houvesse a garantia de preservação da navegabilidade do rio. Embora não haja uma previsão de eclusa no curto prazo ela é importante que na concepção do projeto é importante que na própria concepção do arranjo houvesse previsão de eclusas para os comboios típicos daquela região. Quer dizer, nós entendemos que a oportunidade de construir eclusa ou não é uma decisão de Governo. Isso pode estar ligado à questões orçamentárias, questões financeiras. Mas é importante aí o papel da ANA que o Projeto preservasse e salvaguardasse essa possibilidade a qualquer momento de se ter a navegação naquele rio.

Infelizmente não recebemos ainda da ANEEL a proposta de avaliação aí de Belo Monte, mas certamente iremos com o mesmo afinco trabalhar na avaliação desse projeto com essa perspectiva de verificar usos da água e de verificar essa articulação. Com relação finalmente à questão das hidrovias, eu considero bastante importante também a hidrovia, o nosso plano de viação das hidrovias é um plano muito antigo, data de 83, das vias navegáveis, ele merece ser reformulado, repensado e também tem o papel muito importante. Nós temos tido uma articulação com Ministério dos Transportes, ANTAC justamente para ver como é que esse uso importantíssimo dos nossos rios com a navegação, seja ela navegação natural sem intervenções como é na Amazônia, seja ela uma navegação em que há intervenções com eclusas, com canalizações que ela se processe de forma harmoniosa e dentro de uma perspectiva de benefício maior para a sociedade.

Não sei se respondi os Srs. Senadores fui premido pelo tempo, mas continuo à disposição para qualquer esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado Dr. Oscar. E eu passo a palavra... Estou só colocando os cinco minutos como uma referência. Se quiser falar mais não há problema nenhum. Com a palavra a Dr^a. Maria Aparecida Vargas.

SRA. MARIA APARECIDA VARGAS: Eu queria complementar um pouquinho essa questão da outorga expedida pela ANA, mas no caso específico para esses usos e como é que isso fica em relação à viabilização do uso, e vem de encontro também a questão das águas minerais que o Dr. Marley colocou. Acho que o setor elétrico já tem essa história bem definida e que a gente deveria, venho falando isso no âmbito do Conselho Nacional desde 2002. Enquanto nós não tínhamos recursos hídricos nós tínhamos uma outorga de concessão que era uma outorga válida tanto para concessão quanto pelo uso do bem. E no setor elétrico isso ficou separado. Acho que nas águas minerais nós podemos caminhar por esse mesmo sentido. Você tem quanto bem mineral uma outorga de concessão, enquanto bem natural uma outorga pelo uso de recursos hídricos. Acho que o setor elétrico já tem isso muito bem definido no seu sistema e acho que a gente pode estar partindo para esse mesmo tipo de ação na questão das águas minerais.

O senhor colocou o dado do GEO recursos hídricos aí sobre 46% da água do País ser destinado para irrigação. E vou colocar um dado para o senhor na Bacia do Paraíba do Sul que não é esse ainda. Na Paraíba do Sul 60% é para irrigação, 18% para saneamento, 15% para indústria e 7% para outros usos. Enquanto a gente tem na arrecadação 64% do setor de saneamento, 25% do setor de indústria e 0,30% é para os demais usos incluindo a agricultura. Na minha apresentação eu coloquei que na agricultura e aquicultura paga 40 vezes menos que o setor de saneamento e indústria, mas a gente sabe que o grande problema que a gente tem hoje e que a ANA tem tentado minimizar ao expedir as outorgas é o desperdício que a gente tem na bacia do Paraíba do Sul mais especificamente nos plantios de cana-de-açúcar, nos canhões de irrigação. Então a gente tem o mal uso do recurso e a gente sabe que nós vamos ter, só vamos conseguir melhorar isso a partir do momento que a gente for adequando essa questão dos usos nas outorgas expedidas.

Sobre o que o Senador Delcídio Amaral colocou, eu só queria fazer uma colocação em relação ao Aquífero Guarani. A gente sabe que ele ocupa subterraneamente vários Países, hoje nós temos o Município

de Ribeirão Preto com 100% do seu abastecimento de água retirada desse Aquífero Guarani, e eu acho que o grande nó que nós temos nessa questão de aquíferos é que a gente tem determinado pela nossa legislação que a água subterrânea é competência dos Estados. E a gente esquece que quando você tem um Aquífero que não respeita divisões físicas e geográficas definidas por uma delimitação estadual você às vezes retira num Estado e pode estar prejudicando um outro Estado ou um outro País. Então o Conselho Nacional vem se debruçando sobre esse assunto já um bom tempo. É claro que os Estados a cada vez que esse assunto chega os Estados chegam em peso defendendo a dominialidade por Estado, porque afinal de contas isso é arrecadação também para o Estado, e então a gente tem uma posição muito firme dos Estados para que não mude essa dominialidade, mas temos também que encarar essa questão de que a água ao se retirar num Estado você não está garantindo que não está saindo no lençol em outro Estado, em outro País.

Sobre licenciamento ambiental a questão da disponibilidade só queria complementar na questão do setor elétrico que tem uma Resolução da Agência Nacional de Águas datada de 2002 [soa a campanha] que todos os empreendimentos que tiveram a sua concessão emitida pela ANEEL até essa data eles estão devidamente outorgados. Então eu acredito inclusive que esse deve ser a questão de Belo Monte, Dr. Oscar. Eu não tenho certeza. Mas eu acho que a concessão é anterior a 2002. Não estou falando... Estou imaginando que possa ser, mas não tenho conhecimento para estar dando essa informação.

SR. OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO: Caso tenha havido alguma modificação do projeto original, então se houve ela não submete. Quer dizer, isso é verdade na medida que o Projeto foi outorgado nas modalidades que originalmente foi concebido.

SRA. MARIA APARECIDA VARGAS: E sobre a questão da hidrovias eu quero mais especificamente no Paraíba do Sul, o Paraíba do Sul apesar de ter como uso identificado de muito destaque na bacia a hidroeletricidade a gente tem várias usinas instaladas na bacia e por instalar. A gente sabe que além disso é uma bacia que não é navegável, ele é um rio muito caudaloso então não tem previsão de navegabilidade que vale a pena investimento desse porte.

Então é só isso, acho que ultrapassei um pouquinho os cinco minutos. Aliás, esse para quem me conhece tem sido um destaque porque a hora que eu começo a falar já fica lá vem ela. Minha fama de mulher e faladeira uma complementa a outra. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado Dr^a. Maria Aparecida. Com a palavra o Dr. Marley Caetano Mendonça.

SR. MARLEY CAETANO MENDONÇA: Bom, primeiro gostaria de me redimir um pouco com o Senador Garibaldi. Eu tenho essa obrigação. Na verdade justificar a ausência de citação de obras importantes realizadas no Rio Grande do Norte. O que acontece o seguinte, Senador, quando eu procurei passar um pouco dos avanços ocorridos nos últimos anos, primeiro eu me centrei na esfera federal. E também questões muito recentes, cerca de dois anos, no máximo três anos, e também me ative à questão da gestão de águas, não entrei na seara de obras que certamente eu teria obrigação de começar pelo Rio Grande do Norte. Mas aproveito para fazer uma outra retificação de que quando eu listei os Estados no processo de imobilização para a construção do seu plano estadual de recursos hídricos eu esqueci de citar o Rio Grande do Norte, nós estamos fechando um acordo de cooperação com o Estado, para apoiar o Estado hoje na elaboração do seu plano estadual de recursos hídricos e o Estado só tem condições de fazer isso hoje porque existiu todo o trabalho de preparo ao longo de vários anos. Então é importante fazer esse registro que o Estado está num patamar mais avançado porque começou antes e já fez um trabalho importantíssimo.

Bom, com relação à questão da definição dos limites financeiros para a Agência Nacional de Águas eu quero confessar que eu não tenho essa informação. Eu trabalhava até uma semana atrás na Diretoria de Planejamento e Estruturação da Secretaria de Recursos hídricos com o processo de reformulação da secretaria agora denominada Secretaria de Recursos Hídrico e Ambiente Urbano, eu estou centrado no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, eu não posso afirmar. Não sei se o Dr. Oscar tem essa informação. Se puder poderia por gentileza responder ao Senador.

Bom, outra questão que eu queria abordar também complementando as informações que o Dr. Oscar, Dr^a. Maria Aparecida já colocaram se referem ao Aquífero Guarani. No aspecto de gestão das águas do Aquífero Guarani e das relações internacionais do Brasil com os nossos vizinhos, com os quais nós compartilhamos a água do Aquífero, acerca de dois anos nós conseguimos implementar o Conselho Diretor do Aquífero Guarani que é formado pelo Brasil, pela Argentina, Uruguai e Paraguai. Então foi um avanço importantíssimo porque a partir de então de

uma maneira efetiva todas as questões relacionadas ao Aquífero são discutidas no âmbito desse Conselho Diretor e isso diminui significativamente todos os riscos inclusive de conflito no campo de utilização da água entre os Países que detêm as águas do Aquífero Guarani. Então acerca de dois anos esse Conselho Diretor vem funcionando de uma maneira muito efetiva e as questões relativas ao compartilhamento das águas do Aquífero são discutidas e definidas nesse Aquífero no caso do Brasil como a Dr^a. Maria Aparecida salientou, as águas subterrâneas são de domínio dos Estados, então nós trabalhamos, nós do Ministério do Meio Ambiente, juntamente com a Agência Nacional de Águas, trabalhamos na formulação de diretrizes, de... Nós fazemos negociações específicas com o Estado, levando esses encaminhamentos tomados pelo Conselho Diretor.

No aspecto prático, de preservação das águas desse Aquífero, eu queria agregar a informação prestada pelo Dr. Oscar que o Plano Nacional de Recursos Hídricos que eu me referi aprovado em janeiro de 2006, ele foi estruturado em 13 programas e 30 sub-programas. Ou seja, a implementação do plano vai se dar através desses programas e sub programas através da inserção desses instrumentos no PPA do Governo Federal, nos PPAs dos Governos Estaduais, na obtenção de recursos externo, de fontes de financiamento ou a fundo de investimentos, enfim, o Plano Nacional de Recursos Hídricos vai se materializar no que se refere à melhoria da disponibilidade hídrica e da melhoria da qualidade das águas no País que é a meta máxima do plano até 2020, [soa a campanha] através da implementação desses 13 programas e 30 sub programas. Um desses programas é voltado especificamente para as águas subterrâneas. E com enfoque muito forte para o Aquífero Guarani. É uma ação nova que vem se agregar naquelas já existentes na luta para preservação desse importantíssimo patrimônio que o nosso País possui.

As demais questões eu considero caso manifestação em contrária dos Srs. Senadores que o Dr. Oscar e a Dr^a. Maria Aparecida já devidamente abordaram. Só peço ao Dr. Oscar que responda a questão se ele tiver essa informação da liberação dos limites.

SR. OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO: Bom, de fato, Dr. Marley ainda não foram definidos os limites desse ano de 2007. Eu acredito que em parte, quer dizer, isso é uma decisão do Ministério do Meio Ambiente, mas em parte devido a essa fase de tran-

sição, essas mudanças que tem passado o Ministério. Mas de fato ainda em 2007 nós temos trabalhado um pouco na indefinição do nosso limite orçamentário liberado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Garibaldi Alves, mais alguma... Algum comentário?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, Sr. Presidente. Estou satisfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bom, eu quero agradecer muito ao nosso querido Oscar, quero agradecer também à Maria Aparecida, ao Marley também pelas exposições, pela presença, dizer que nós vamos precisar dos subsídios de vocês para completar esse trabalho, acho que as considerações, as observações foram muito importantes como um guia, uma referência para todos nós para que a gente trabalhe no Relatório dessa Subcomissão. Quero agradecer mais uma vez ao Relator, ao Senador Garibaldi Alves, agradecer a Assessoria, não só aqui da Subcomissão, mas também a Assessoria do Senado Federal, aos consultores do Senado Federal, e todas as pessoas que vieram nos prestigiar e vieram acompanhar essa Audiência Pública.

Eu quero também lembrar que no dia 11 de junho, na próxima segunda-feira, nós teremos aqui uma Audiência Pública sobre transportes rodoviários, com a presença do Dr. Mauro Barbosa da Silva, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-estrutura de transportes, DNIT, com a presença do Dr. Oboro Nofugi, Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres do Ministério dos Transportes, do Dr. Sérgio Augusto de Almeida Braga, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros, ABRAT, do Dr. Moacir Sevilha Duarte, Diretor Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias ABCR, e do Dr. Nilton Gibson, Presidente da Associação Brasileira dos Transportadores de Carga, ABTC. Nós faremos essa reunião, essa Audiência Pública às 17h, no dia 11 de junho de 2007.

É importante destacar e a nossa Assessoria da Subcomissão, toda a equipe do Gonzaga, nós estamos encaminhando aos expositores todos os resumos das Audiências Públicas realizadas, e evidentemente nós estamos disponibilizando a todos os Senadores e Senadoras dessa Subcomissão o material aqui apresentado.

Eu quero agradecer mais uma vez a oportunidade, agradecer pelos subsídios recebidos, desejar uma boa noite a todos e a Sessão está encerrada.

Sessão encerrada às 20h43.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

ATA DA OITAVA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE JUNHO, DE 2007, ÀS 17:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dezessete horas e quarenta e sete minutos do dia dezoito de junho do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral, reúne-se a Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios com a presença dos Senadores Garibaldi Alves Filho, Valter Pereira e Romeu Tuma. Deixam de comparecer os Senadores Inácio Arruda, Valdir Raupp, Kátia Abreu, Eliseu Resende e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública a fim de debater a questão dos “Marcos Regulatórios”, tendo como tema foco o Setor de Transportes Rodoviários, em atendimento a deliberação da Subcomissão. Foram convidados o Sr. Mauro Barbosa da Silva, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes – DNIT; o Sr. José Alexandre N. Resende, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT; o Sr. Sérgio Augusto de Almeida Braga, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros – ABRATI; o Sr. Moacyr Sevilha Duarte, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR; e o Sr. Newton Gibson, Presidente da Associação Brasileira dos Transportadores de Carga – ABTC. A Audiência Pública é realizada com a presença do Sr. José Alexandre N. Resende, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT; do Sr. José Luiz Santolin, Diretor-Superintendente da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros – ABRATI (representando o Sr. Sérgio Augusto de Almeida Braga, Presidente da ABRATI); do Sr. Moacyr Sevilha Duarte, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR; e do Sr. Newton Gibson, Presidente da Associação Brasileira dos Transportadores de Carga – ABTC. Após a exposição dos convidados, usam da

palavra os Senadores Garibaldi Alves Filho, Relator, e, ainda o Presidente da Subcomissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e dez minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Delcídio Amaral**, Presidente da Subcomissão Temporária da Regulação dos Marcos Regulatórios.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Havendo número regimental declaro aberta a 8ª Reunião da Subcomissão Temporária da Regulação dos Marcos Regulatórios, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, a realizar-se em 18 de junho de 2007 às 17h na sala de reuniões nº. 19, Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Pauta, Audiência Pública a fim de debater a questão dos marcos regulatórios tendo como tema foco o setor de transportes rodoviários, em atendimento à deliberação da Subcomissão.

Nós temos como convidados aqui o Dr. José Alexandre Resende, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, o Dr. José Luiz Santolin, representando a Associação Brasileira das Empresas de Transportes Terrestre de Passageiros. O Dr. Moacyr Servilha Duarte, Diretor Presidente da Associação Brasileira de Concessionária de Rodovias, e o Dr. Newton Gibson, Presidente da Associação Brasileira dos Transportadores de Carga.

Eu gostaria só de registrar que hoje nós temos uma concorrência difícil, a nossa Subcomissão é uma Subcomissão pequena, como todos vocês sabem, e nós temos hoje uma concorrência difícil em função do Conselho de Ética, a reunião do Conselho de Ética que se realiza agora. Uma das alternativas seria fazer o adiamento da reunião. Mas, como nós temos uma agenda muito apertada, e uma agenda a cumprir até o princípio de julho, até a primeira semana de julho, eu peço um pouquinho a paciência dos expositores... A paciência dos expositores, até porque nós estamos procurando trazer alguns Senadores aqui para essa audiência no sentido de criar as condições necessárias para ampliar o debate. Mas é difícil. Eu vou ter que atender esse telefone...

Peço desculpas aí aos senhores. [risos] Mas, nós vamos começar a exposição de cada um dos... Nós

estamos aqui com a consultoria do Senado, quer dizer, pessoas do setor também acompanhando, preparamos também as devidas perguntas, porque já sabíamos que poderíamos ter dificuldade para o debate, então nós temos já uma série de perguntas já aqui preparadas pela Assessoria do Senado. Então eu vou passar a palavra, pela ordem com que eu anunciei, para o Dr. José Alexandre Resende... Por último? Então... Os últimos sempre serão os primeiros. Eu vou passar a palavra ao Dr. José Luiz Santolin, Diretor Superintendente da ABRATI, Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros. V.Sª tem 20 minutos. Aqui é um debate técnico, tranquilo, se for necessário mais tempo nós daremos, e com a palavra o Dr. José Luiz Santolin.

SR. JOSÉ LUIZ SANTOLIN: Exmº. Senador Delcídio, demais integrantes da Mesa, senhoras e senhores. Inicialmente nós registramos nosso agradecimento em nome do setor de transporte terrestre de passageiros por rodovia, pela oportunidade de estarmos aqui, e dentro do tema proposto, marco regulatório, nós vamos fazer aqui algumas considerações que julgamos pertinentes e que refletem o cenário em que o setor está inserido e também as preocupações e os desafios. Para que tenhamos uma ordem de grandeza, o setor de transporte rodoviário de passageiros no Brasil, no segmento internacional, interestadual e intermunicipal é representado por cerca de duas mil empresas que operam cerca de 18.600 permissões com 70 mil veículos e com 350 mil empregos indiretos. Na cadeia cada ônibus representa 15 empregos desde a indústria automotiva, a indústria de insumos, e o setor de serviço correlatos.

O setor ele tem um marco regulatório extremamente pulverizado e desuniformizado a nível nacional. Nós vamos nos centrar um pouco no Federal porque o Federal normalmente ele tradicionalmente baliza muito daquilo que os Estados praticam. No setor estadual, nós temos todo o tipo de cenário, tanto em termos de segurança ou insegurança deste marco regulatório, há Estados que oferecem a segurança para investimentos privados, uma vez que esse setor é um serviço público, essencial, mas 100% prestado pela iniciativa privada ao longo de muitas décadas no nosso País.

Nós temos então essa indefinição de marco regulatório, nós temos regulamentações restritivas e muitas delas ausentes até, muitas inibidoras do investimento privado, e temos aí uma regulamentação que ela não é coadunante com o fundamento da delegação do serviço público no nosso País. Quando comparado com outros modais de serviço público que foram delegados. Nós temos em face disso desafios de todas as ordens, questionamentos pelo Ministério Público, pela

ausência desse marco regulatório e em certos casos até com razão de ser, porque se há uma omissão no marco regulatório o Ministério Público tem todo o direito de questionar essa fragilidade.

Do ponto de vista da infra-estrutura, já que nós estamos falando no cenário onde se fala de infra-estrutura, talvez seja repetitivo, mas falar que nós convivemos com uma fragilidade de infra-estrutura sem precedentes, malha rodoviária em grande parte da União altamente comprometida, seja ela Federal, seja ela Estadual, a infra-estrutura das prestações de serviços terminais rodoviários também em muitos casos de grande deficiência, grande carência, é um setor que embora destinado à camada mais carente da população, que é quem utiliza ônibus é porque não tem acesso ou para andar de automóvel ou para andar de avião e no entanto é um segmento que tem uma carga tributária que chega em alguns casos a mais de 40%. Nós temos ICMS incidindo sobre transporte variando de 2 a 25% no Brasil em face da autonomia dos Estados de tributar. Esse serviço que é um serviço, pela conotação social dele deveria receber até um tratamento talvez... Não de privilégio, mas de uma tributação um tanto quanto mais coadunante, mais em conformidade com o poder aquisitivo desse usuário.

Nós temos no meio também problemas de várias ordens dentro do marco regulatório em termos de ausência do Poder Público, e aí tanto nós podemos estar falando aqui no âmbito federal quanto no estadual, nós temos no Brasil hoje uma indústria da ilegalidade, ou da clandestinidade, como queiramos adjectivar, e o transporte não tem sido poupado disso. Temos também muitos casos de transporte clandestino e que afetam fortemente o equilíbrio das empresas permissionárias ou concessionárias desse serviço. Então isso no cenário geral esse é um quadro que na nossa avaliação ele é extremamente preocupante. No âmbito federal, que aqui estando presente as entidades de âmbito nacional, acho que comporta um pouco mais de abordagem, se nós olharmos todo o segmento de serviços públicos delegados à iniciativa privada no País, na última década principalmente, nós vamos verificar que a maioria desses serviços eram originariamente públicos e que tiveram, precedendo a sua outorga a iniciativa privada uma Legislação que veio disciplinar o modo, a forma e todas as condições, ou seja, foi estabelecido o marco regulatório. No caso específico do transporte rodoviário de passageiros, pelo fato de ele ser historicamente um serviço público, mas também historicamente operado e prestado pela iniciativa privada, esse marco regulatório tardou muito em chegar. Chegou com a criação da agência em 2001. E num momento em que essa agência chegou era o momento

de transição, de modelos de políticas de Governo, e a agência tardou muito para se estruturar. Ainda hoje ela carece de alguns pontos básicos para o exercício da sua atividade. Para se ter uma idéia, a agência não tem um quadro de fiscalização capaz de cobrir e de atender o território nacional e muito menos para reprimir o transporte ilegal, clandestino e que afeta fortemente o setor regulado. Historicamente esse serviço no âmbito federal ele sempre foi de alçada da União, no campo da gestão pelo Ministério dos Transportes, e especificamente desde os anos 40 pelo DNER. Foi um setor que sempre foi regulado por decretos autônomos do Executivo. Ele não possuía nenhuma exigência de sistema de outorga mediante licitação até a Constituição de 88, e nesse espaço de tempo ele foi construído sem nenhum tipo de subvenção, subsídio, ou qualquer outra contribuição exclusivamente pela via da tarifa, tecnicamente muito bem administrado, planejado e outorgado pelo DNER que tinha competência e uma estrutura muito apropriada para fazer esse tipo de gestão, até que em 89, com a transição da sede do DNER do Rio de Janeiro para Brasília, no início do Governo Collor, o DNER perdeu esse comando e a partir daí o setor passou por 15 anos de verdadeira acefalia em estabelecermos de gestão pelo setor público. Nesse espaço de tempo surgiram novas regulamentações, Decretos sucessivos, há uma seqüência de Decretos que foram editados para regulamentar e cada um retirando ou outorgando condições da prestação. Isso sempre veio trazendo para os investidores uma incerteza, uma insegurança jurídica muito grande, porque embora denominado como permissão, mas é permissão condicionada que impõe a obrigação de se implantar infra-estrutura que demanda grandes e continuados investimentos sem uma regra clara, sem um marco regulatório que mostre o começo, meio e fim, sempre o setor viveu num Estado de incerteza e de insegurança. Quando a Agência foi objeto de debate no Congresso, as duas Casas aqui aprovaram a instalação da Agência, todo o seu regramento e inclusive deram o tratamento nos mecanismos de transição para o serviço então existente e outorgados anteriormente pelo Poder Executivo. Só que por razão que nós até hoje não descobrimos, esse dispositivo foi aprovado nas duas Casas do Congresso e acabou sendo vetado pelo Poder executivo. E a lei da agência hoje se ela quiser fazer uma licitação de transporte público não há na lei um dispositivo de prazo que ela possa delegar por 10, por 15, por 30, por qualquer outro tempo que ela deseje fazer. Também saiu com fragilidade que a agência hoje ela tem uma ausência de poder de polícia. Ela enquanto ente regulador, ela tem restrições de aplicar punições a quem não cumpre a própria Le-

gilação ou a quem não autorizado ou não concedido ou não permitido no sistema pratica o serviço clandestino irregular.

Então, na verdade esse segmento que é de muita relevância para a população brasileira, que cerca de 80% de quem se movimenta no Brasil entre um Município e outro o faz pelo ônibus. Seja pelo segmento intermunicipal ou interestadual. Então se nós fôssemos usar uma palavra para dizer o cenário que o setor experimenta ainda é de incerteza, em função de que nós temos um regulamento que foi editado em 93, antes da Lei de Concessões, fixou prazo, condição de prorrogação e de lá pra cá por outros que se sucederam que nós temos uma média de uma edição de Decreto a cada cinco anos no setor, e para quem precisa fazer investimento de maturação de médio e longo prazo é impossível sobreviver com regras tão voláteis e tão frágeis como as que o setor tem experimentado. O setor tem passivos pesados, e tem que responder por eles, não só os passivos de ordem trabalhista, mas fiscais e outros mais, e há com isso uma incerteza, uma insegurança muito grande em termos da indefinição. Caminhos e tentativas de solução foram implementados. O Ministro dos Transportes em 2003 criou um Grupo de Trabalho, chamou o setor, chamou NPT, chamou os representantes dos usuários, o tema foi largamente debatido, consensou-se uma forma capaz de criar um mecanismo de transição para uma nova modalidade, de modo que os investimentos em curso fossem preservados e não gerasse o desestímulo a novos investimentos porque o setor de transporte sabidamente ele demanda contínuos investimentos especialmente em renovação de equipamento da prestação de serviço, pessoal que é um setor altamente demandante de mão-de-obra e esse caminho foi encontrado, o Ministério dos Transportes nos parece até hoje ainda não encontrou o caminho político para tornar aquela solução no consensada no âmbito dos entes envolvidos e uma medida que pudesse ser convertida em um instrumento de regulação capaz de oferecer a segurança que o investidor necessita que o usuário precisa ter para que não haja solução de continuidade na prestação de serviço, enfim, os caminhos existem, mas a vontade política para que eles venham ser implementados ainda não se fizeram presentes o suficiente. O setor passa por um momento que afeta hoje a cadeia como um todo, nós já tivemos épocas em que a indústria era fornecedora da ordem de cinco a oito mil unidades anuais de chassis para esse segmento, hoje esse número não ultrapassa 2.200, 2.500, por quê? A incerteza do marco regulatório, a falta de um horizonte seguro para que se possa formular investimento, contrair investimento de médio e longo prazo, põe o setor numa posição de

bastante desafio para que até mesmo a continuidade não venha sofrer danos maiores, tudo por ausência de um marco regulatório. O setor tem feito a interlocução em todos os níveis, a ANTT tem acompanhado isso *pari passu*, os usuários que também que têm sido cobradores disso aí, e nós não temos visto do ponto de vista político ainda um caminho, ou uma solução capaz de sinalizar um horizonte menos sombrio do que aquele que a gente tentou resumidamente retratar. Esse histórico ou esse cenário todo está num documento que a gente trouxe e vamos deixar aqui com a Mesa que pode eventualmente servir de contribuição e de registro aqui para as avaliações que certamente terão como desdobramento, e então nós temos feito uma reivindicação de isonomia com outros setores. Se nós olharmos hoje no próprio cenário da ANTT, o setor de rodovias tem uma regra bem melhor do que a nossa. Tem prazo de concessão para o investidor, tem condições de prorrogação, se conhece o horizonte onde se pode estar fazer investimento, contraindo compromissos de médio e longo prazo, no ferroviário também se nós falarmos de energia e telefonia então esses segmentos são muito mais bem disciplinados. O fato é que de todos os setores e dos estudos que nós temos desenvolvido revelam que há uma ausência, uma lacuna que hoje é motivo de muita preocupação para os empresários que operam no segmento e que isso também está produzindo por efeito cascata, porque há uma espécie de quase que tradição, muitos Estados seguem muito o marco regulatório federal nesse segmento de serviço, e muitos Estados estão em stand-by aguardando o que se resolve no Senado Federal para que também lá eles possam dar seqüência mais ou menos no mesmo patamar. Até porque grande parte das operadoras operam em mais de um segmento. Seja no Estado seja na União.

Então, o quadro posto é esse, é de preocupação, certamente que a ANTT também deverá fazer alguma referência a esse cenário, especificamente do transporte de passageiros, e o setor tem, diria, reconhecida competência histórica por prestar esse serviço, a maioria dos empresários são pioneiros que começaram... São jardineiros ainda e muitos estão à frente de seus negócios, mas estão diante de um cenário de um momento de bastante incerteza, de bastante insegurança em termos do que será isso amanhã. E é um amanhã incerto. Só que os investimentos está a todo instante sendo demandados e o risco de fazê-los presente não tem faltado do setor a busca de uma definição e a gente naturalmente tendo essa oportunidade aqui mais uma vez deixa registrado a preocupação e na expectativa de que naturalmente se algo puder ser feito nós não temos dúvida de que será em benefício

do usuário do transporte do País que na verdade é a grande maioria da população que se utiliza do ônibus. Por ora agradecemos e ficamos à disposição para qualquer esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado. E, portanto, eu peço à Assessoria que reproduza esse material que serviu de base para a exposição do Dr. José Luiz Santolin, e passo a palavra agora ao Dr. Moacyr Servilha Duarte, Diretor Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, ABCR. 20 minutos.

SR. MOACYR SERVILHA DUARTE: Boa noite a todos. Senador Delcídio Amaral, Presidente da Subcomissão, Senador Garibaldi Alves, Relator, companheiros da Mesa, todos os senhores. Eu trouxe uma exposição, rápido, eu quero ver se... Breve para poder realmente facilitar e dar a rapidez. Hoje nós somos... Hoje o setor de construção de rodovias são 37 concessionárias que estão distribuídas por esse Estado do Brasil. Nós temos na verdade uma concessão em Pernambuco que ainda nem está em operação que é a Ponte do Paiva, uma PPP, depois tem uma concessão na Bahia, uma no Espírito Santo, uma em Minas Gerais, que na verdade é uma parte de uma concessão federal, e o grosso das concessões estão no Estado do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

Então, são dez mil quilômetros de rodovias, quase dez mil quilômetros de rodovias que são operadas pelo setor privado. Isso na questão de regulação, nós temos então a ANTT que regula as concessões federais que estão praticamente Rio, Minas Gerais, São Paulo, que é a Dutra, e do Rio Grande do Sul. E você tem então as reguladoras estaduais, começar Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, e o Rio Grande do Sul. Tem dois Estados que têm concessões, mas que não tem agência reguladora. Que é o Espírito Santo e o Paraná. Então esse fato de você já não ter agência reguladora já é alguma vez motivo de preocupação. O Estado de Minas Gerais, por exemplo, acabou de assinar um contrato de PPP, a MG 050. Mas não tem agência reguladora, aparentemente não tem intenção de criar e já fala em mais 20 PPPs e concessão. Isso é um problema que no caso nós temos agência reguladoras no nosso setor em nível estadual e nível federal. Isso já é um problema a questão de autonomia, evidentemente que a ANTT tem mais autonomia, as estaduais têm menos por estar mais próximo até das autoridades estaduais, então já começa o problema que é a autoridade reguladora.

Então, do nosso ponto de vista, diferente um pouco do que colocou o pessoal do transporte de passageiro, os direitos e os deveres, tanto do poder concedente, das concessionárias, dos usuários estão bem

definidos na legislação e nos contratos de concessão. Os contratos são bastante detalhados, eles regulam bem, e então não há uma falta de marco regulatório. Ao contrário, ele está bem detalhado. E isso a que levou? Levou que as contestações feitas ao modelo, ele acabou sendo levado ao judiciário e nós tivemos então decisões em instâncias superiores que realmente confirmaram as exposições contratuais. Nós tivemos algumas discussões sobre, por exemplo, rota alternativa, se havia necessidade de ter rota alternativa ou não para cobrar pedágio e isso os tribunais superiores foram se manifestando e definiram que não, e também outros tipos de problema, como se só podia cobrar pedágio em rodovia de pista simples, e tudo foi sendo discutido na Justiça e hoje então nós podemos dizer que nós temos um marco regulatório bastante definido. Inclusive essas contestações e programas de concessões, inclusive foram objetos de Comissões Parlamentares de Inquérito nos Estados, em São Paulo, no Paraná, e agora também no Rio Grande do Sul, mesmo no caso federal, há dez anos atrás praticamente nós tivemos uma Subcomissão de Pedágio na Comissão de Aviação e Transportes, na Câmara dos Deputados, e que realmente examinaram detidamente. Então não há realmente hoje uma discussão grande sobre os marcos regulatórios. Eles estão bem definidos e você tem as ferramentas para a regulação dos contratos.

Um dos primeiros problemas que nós temos, e eu acho que isso vale para todo prestador de serviço público, é o que é o usuário de serviço público. Então se entende muito a similar, aplicar ao usuário de serviço público a lei do Código de Defesa do Consumidor, como se o usuário do serviço público fosse um consumidor. Existe um trabalho feito por um professor de São Paulo, Antônio Carlos Amaral, em que ele mostra que o usuário do serviço público tem uma relação diferenciada do consumidor. No caso do consumidor, você tem uma relação privada entre o fornecedor e o consumidor, que é arbitrada pelo Estado. No caso do serviço público, na realidade, o serviço é prestado pelo Poder Público, diretamente ou através de um concessionário. Mas é uma prestação diferente. E por força disso mesmo, na Emenda... A Emenda Constitucional 19 de 1998, foi colocado inclusive um dispositivo obrigando a que... Dando um prazo de 120 dias para que ele fizesse uma legislação para deferir o direito do usuário. Existem alguns projetos tramitando, tanto no Senado quanto na Câmara, mas isso não foi enfrentado. Então isso é um grande problema, você quer aplicar ao usuário de serviço público princípios que cobrem o consumidor. Isso é realmente alguma vez questão de problema, é uma problemática, apesar que não tem sido hoje ainda uma situação que nos dê preocupação.

Mas de qualquer maneira é um fato que é, tem uma pendência ainda a resolver que é essa distinção entre usuário de serviço público e consumidor.

No Brasil, um estudo recente do Banco Mundial, mostrou que 41% dos contratos de concessão são renegociados. De maneira geral. Contra uma média de 30% na América Latina. E nesses contratos de concessão, 75% dos fatores que causam esse desequilíbrio que obriga a negociação, eles são provocados pelo Poder Público. Contra 25 no resto dos Países da América Latina. No Brasil, no nosso caso, no caso de concessões de rodovias, os 32 casos de negociação que ocorreram foram todos por fatos provocados pelo poder concedente, pelo Poder Público. Então isso é uma causa de desequilíbrio que você tem que... Que exige a regulação. Que exige que o poder concedente exerça desde o marco regulatório as providências para corrigir esse desequilíbrio.

Então, existem dois fatos que realmente hoje são fatores de desequilíbrio. E que dentro do marco regulatório você teria possibilidade de resolver. A primeira é um problema que surge entre a estimativa de tráfego e a base de pagantes. Evidentemente que para a concessionária o que é importante para ela do ponto de vista de receita é a base de pagantes. Não adianta dizer que tem muito usuário se o usuário não paga. Então isso mostrou que é um dos maiores fatores de maior desequilíbrio, não desequilíbrio, mas que poderia ser objeto de correções dentro numa regulação para melhorar os contratos. E isso é típico, eu vou mostrar um pouco para frente, o caso da Dutra que é o exemplo básico. Apesar de que essa diferença entre usuários do sistema concedido e base de pagantes, tirando a ponte Rio Niterói, ela praticamente existe em todas as concessões. Porque como são rodovias fechadas, você tem realmente... E não é que o usuário esteja fugindo, não seria questão de fuga, na maioria das vezes é realmente porque pelo posicionamento das praças de pedágio isso viabiliza que o usuário use trechos longos sem pagar.

Outro fator também que provoca desequilíbrio, que merece correções ao longo do contrato é a questão do volume de investimento e o cronograma. Que quando você faz a projeção no contrato, quando você faz o estudo de viabilidade e o contrato, se faz uma projeção de tráfego. E você estabelece melhorias na rodovia, principalmente duplicações, em função do tráfego projetado. O que acontece? Esse tráfego na maioria das vezes não ocorre. E isso pode obrigar o concessionário a executar um investimento que ele não tem a contrapartida de receita que ele esperava. Porque se o volume de tráfego se antecipa, e o concessionário faz investimento, ele tem a contrapartida que é a

receita. O grande problema é quando ele é obrigado a fazer o investimento que não tem a contrapartida de receita. Então isso também são fatores que exige uma regulação. Para favorecer o usuário, nos dois casos, os usuários pagantes. Claro que no primeiro caso você implica que você tenha que cobrar de pessoas que usem a rodovia sem pagar beneficiando o usuário.

A última apresentação, esse é o desenho da Dutra. Esse quadro foi apresentado numa palestra feita pelo titular da TECTRAN, o Dr. Silvestre de Andrade Puty Filho, num seminário realizado no mês passado na Comissão de Transportes da Câmara dos Deputados. Esse evento foi organizado também pela NTC. Então isso mostra o quê? A faixa é o volume de tráfego na rodovia. Essa é a Dutra. Na Dutra, praticamente são realizados todo dia 900 mil viagens... [inaudível] dos quais 70 mil pagam pedágio. Ou seja, 10% das viagens realizadas na Dutra é que pagam. Isso leva o quê? Que esses 10% é que está pagando pela rodovia toda. E praticamente o grande peso sobre isso é sobre o transportador de carga, porque ele é que faz as viagens mais longas e ele que acaba pagando. Tanto que na Dutra praticamente 2/3 da receita dela vem do transportador. Então, que está subsidiando o usuário. Então aquele é o volume de tráfego. Então aqui nós temos São Paulo, aqui na parte de cima, você vê... Você vai ter uma praça de pedágio quando o volume cai violentamente. Então você espera o volume de tráfego diminuir para colocar uma praça de pedágio. Todo aquele pessoal aqui para trás não pagou pedágio. Depois você continua nesse mesmo nível de volume de tráfego, você tem outra praça. Aí aumenta um pouquinho e você tem uma praça. Essas praças ela já foram reformuladas, já foram colocadas para realmente dar um pouco de viabilidade. Depois você tem o trecho entre São José, Jacareí, São José e Taubaté que tem um grande volume de tráfego, aí você vai ter uma praça de pedágio depois disso. Aí você realmente tem um volume que cai, vem aqui, e vai ter outra vez antes de aumentar o tráfego você ter outra praça de pedágio. Aí o tráfego aumenta um pouco na região ali de Barra Mansa, Resende, você tem um nível de volume baixo aí você tem a praça de pedágio, exatamente essa. Quando se começou a estudar isso, se imaginava que essa má distribuição das praças de pedágio vinham de uma mudança na geografia econômica do Vale do Paraíba. Quer dizer, o Vale do Paraíba mudou desde... Porque essas praças foram definidas praticamente pelo DNER quando implantou o pedágio ainda na década de 70, começo da década de 70. E elas ficaram ultrapassadas. Depois analisando melhor, se viu que essas praças elas já foram colocadas lá atrás em locais em que você tinha menos tráfego. Por quê?

Porque a visão do DNER não era de uma rodovia auto-sustentável, de uma rodovia cuja operação, conservação, e ampliação, fosse paga pelos usuários. Na verdade o pedágio era uma receita suplementar para o DNER que usava recursos orçamentários. Então você não tinha essa preocupação. Então quando você fez a concessão, você acabou colocando as praças nos mesmos locais e levou a essa distorção muito grande. Evidentemente que isso não é questão de desequilíbrio, porque era assim. Mas isso traz um ônus para o usuário, principalmente para o transportador de carga que obriga você a tratar de corrigir essa distorção. E já praticamente quase dois anos, os transportadores de carga com as concessionárias num grupo chamado GPT que é grupo permanente de trabalho entre as concessionárias e os transportadores de carga com participação de técnicos da ANTT, se formulou uma proposta de reformular essas praças de pedágio em que você diminuiria a tarifa, e cobraria de mais gente. E isso evidentemente passou por discussões muito grandes, pelo TCU, o TCU se envolveu nessa discussão como se fosse uma agência reguladora, preenchendo o espaço que não é dele, e só recentemente é que essa situação foi resolvida pelo TCU que devolveu para ANTT a possibilidade dela estudar esse assunto e resolver.

Então, eu resumindo a posição das concessionárias de rodovias. Nós temos um marco regulatório bem definido nos contratos, na Legislação, o que nós não temos hoje é uma capacidade realmente de regulação clara e definida em nível federal e no nível de Estados. Quer dizer, você não está preparado para enfrentar esses problemas que são técnicos, mas que tem uma conotação evidente política porque ele afeta os usuários e hoje você não consegue resolver. E isso que eu estou colocando vale praticamente para todos as concessionárias. Mesmo no caso, por exemplo, São Paulo, da via Anchieta que é uma rodovia relativamente fechada, você tem no planalto 20% dos usuários que não pagam pedágio e que dificilmente você consegue cobrar. Esse foi um ponto que a gente bateu muito no novo programa, a ANTT incorporou, você tem hoje nas concessões novas um número muito maior de praças de pedágio, mas evidentemente isso só vai resolver a longo prazo praticamente com pedágio eletrônico e fechamento. Esse é o grande desafio regulatório, isso é o grande desafio regulatório que é você poder enfrentar esses desequilíbrios, essas distorções que existem no contrato que aparece no seu curso e que tem que ser resolvido por um órgão regulador, com autoridade, com independência e com capacidade técnica. É isso que eu queria colocar para vocês. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Dr. Moacyr Servilha Duarte. O que eu estou vendo aqui, José Alexandre, é o seguinte, é que tem um setor que não tem regulação nenhuma, e tem outro que o marco regulatório é bom na opinião da associação, mas que falta uma ação mais efetiva da Agência Nacional de Transportes Terrestres para cumprir o marco regulatório. Pelo menos é que o eu entendi... É bem definido.

Eu quero passar a palavra... Quero dizer também que está sendo... Esse material também fará parte do volume relativo a essa Audiência Pública, conforme praxe de todas as Audiências Públicas que nós temos feito nessa Subcomissão. Eu quero passar a palavra ao Dr. Newton Gibson, Presidente da Associação Brasileira de Transportadores de carga, ABTC, e nós teremos, Dr. Newton Gibson, 20 minutos também conforme as necessidades de V.S^a.

SR. NEWTON GIBSON: Exm^o. Sr. Senador Delcídio Amaral, Senador Garibaldi Alves, meus senhores e minhas senhoras, companheiros de Mesa, a essência desse documento se baliza em um quadro de pesquisa sobre políticas regulatórias derivadas de experiência internacional adequadas às necessidades do País. O trabalho aborda as principais características estratégias de reformas, estruturas institucionais no sentido de selecionar a melhor opção das novas agências reguladoras. A ANTT, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, e ANTAC, Agência Nacional de Transporte Aquaviário.

Nos Estados Unidos, as estruturas reguladoras estão presentes no processo desde o final do Século 19. No entanto, o País tem envolvido num amplo processo de reforma regulatórias que resultaram em importantes mecanismos institucionais e organizacionais. Na verdade, esta alternativa se constitui num resultante de esgotamento de um modelo do Estado como ente provedor. A realidade atual é bem diversa daquela que prevaleceu durante época no milagre brasileiro. E que o prospera hoje é um quadro marcado por carência de recursos para atender as necessidades fundamentais da infra-estrutura. Como consequência, se instalou no País o modelo que a negação da rica experiência e planejamento no Brasil, conforme--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Dr. Newton, só gostaria, me perdoe pela interrupção, que V.S^a falasse um pouco mais perto do microfone em função dessa audiência estar sendo gravada. Talvez se aproximasse mais.

SR. NEWTON GIBSON: Planejamento estratégico de reversão. Horizonte mal definidos, lacunas na elaboração e operação de planos de desenvolvimento, descontinuidade entre planos, escolha de planejamento

indutivos, em geral balizado no Estado, em detrimento do agente produto, o homem. Tudo isso resultou na formatação de gargalos que hoje interfere fortemente no processo de desenvolvimento do País. Todo este conjunto de fatores se manifesta nos gargalos hoje existentes, caracterizados pelos seus impactos como de difícil operação. Ditos gargalos, só serão superados através de ações consistentes, intertemporamente em três áreas. Planejamento estratégico de longo prazo, fortalecimento da regulação com preocupação de atender as áreas onde prosperam as desigualdades regionais e operacionalização das Parcerias Público Privada. A implementação das PPS devem ser estimuladas pelas seguintes razões... A lei em epígrafe devolve nobreza ao setor de transporte ao conceituá-lo enquanto atividade econômica de natureza comercial, dentro do processo de concorrência perfeita, mas sem provocar o arrepio dos fundamentos legais. Ao estabelecer o arcabouço regulatório, registra-se a necessidade da formatação de um ordenamento jurídico capaz de assegurar a concepção de um modelo tarifário justo, que possibilite promover o retorno do investimento. Tarefa a ser realizada pelo Governo. A inexistência de um arcabouço regulatório tem efeitos diferenciados sobre a dinâmica dos serviços públicos, impactante negativamente os investimentos, a qualidade dos serviços, as metas de universalização e os retornos esperados sobre os ativos. É dever do Estado caminhar aceleradamente nessa direção fixando com clareza mediana os limites de compromisso do Governo nos PPS. É forçoso que se estabeleça normas e procedimentos absolutamente transparentes onde fique salientada a responsabilidade das partes pelas ações e omissões que se pratique como se essas fossem próprias.

O resultado da extinção estatal, nós temos aqui um quadro. O estado geral péssimo das estradas, o pavimento ruim, a sinalização, regular. Pavimento em estado regular, ruim ou péssimo. Isso foi indicações da nossa pesquisa feita o ano passado. Apresentam problemas da sinalização. Isso é uma situação grave, porque a estrada sem sinalização ela concorre com o número de acidentes. Problemas sem acostamento. Sem acostamento é outro indutor de grandes acidentes. E acidentes com caminhão têm uma proporção muito mais acentuada de qualquer outro acidente. Problemas de placas encobertas por matos. Isso é outro problema seriíssimo. Porque com as placas completamente elas recobertas, o usuário da estrada ele fica sem ter condições de como atravessar ou saber qual é a posição que ele possa trafegar, e as multas são grandes em torno disso. Trechos com afundamento, ondulações ou buracos. Isto é outro problema seriíssimo, que nos traz grandes prejuízos, inclusive com o problema do consu-

mo do combustível e com o problema da manutenção do veículo. Porque a manutenção do veículo ele atinge a mais de 20% no seu... Na sua depreciação. Com relação a pneus, que é o desgaste muito grande com relação ao pneu numa estrada nesse estado.

Sobre a questão do PPS, nós sabemos que o PPS não é uma panacéia, mas atende ao que se propôs, capacidade para utilizar os recursos financeiros e as eficiências operacionais inerente ao setor privado, aceleração do fornecimento da infra-estrutura, menor nível de riscos, melhor qualidade dos serviços, geração de receita adicionais e otimizabilidade da gestão pública.

Como uma nota complementar, e trouxe para os senhores um documento que registra a necessidade de uma ação conjunta do Ministério Público, do Ministério da Justiça, do Ministério dos Transportes, e das entidades de segurança de modo geral, no sentido de coibir o uso abusivo dessas manobras relatadas no expediente. Na verdade, porque tem tido sérios problemas com a interdição de estradas. Há pouco tempo agora o Maranhão teve um problema seriíssimo. Os índios interditaram as estradas e essas estradas ficaram sem poder haver tráfego. E com isso houve saques, houve assaltos, e não se pôde tomar nenhuma providência da parte do Governo. Tomei providência no sentido de comunicar os Ministério da Justiça, dos Transportes, a Polícia Rodoviária Federal. No entanto a alegação é que diz que o índio não pode ser preso. O índio não pode ser punido. No entanto, essa situação ocasionada aos transportadores que é uma coisa muito comum agora interditar estrada, interditou estrada e tomou conta daquela situação. No entanto, os caminhoneiros, os empresários de transporte eles são prejudicados seriamente, porque têm uma situação difícilíssima com relação ao ressarcimento daquele roubo que foi efetuado. Porque as seguradoras elas não asseguram uma carga quando é assaltada, quando tem um saque, porque é um caso fortuito de força maior. E isso tem levado diversas empresas a situações falimentar. Por isso que eu quero fazer um apelo, inclusive aqui à Comissão, para ver como poderia os órgãos de segurança procurar dar uma segurança melhor ao setor de transporte de cargas no sentido de poder ir e vir. Trafegar sem ser molestado e não ser prejudicado com essa situação. Eram essas colocações que eu tinha a fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado ao Dr. Newton [pronunciamento fora do microfone]. E eu passo a palavra agora ao Dr. José Alexandre Resende, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

SR. JOSÉ ALEXANDRE RESENDE: Sr. Senador Delcídio, Sr. Senador Garibaldi Alves Filho, é interessante esse caso aqui e eu até pedi, Senador,

para que eu falasse por último porque nós temos três situações de origens completamente diferentes aqui e vem bem a calhar na questão da discussão do marco regulatório. Permissões, transporte rodoviário de carga e concessões de rodovias. Quando eu digo permissões são as linhas regulares interestaduais aqui. Transporte rodoviário de carga, até o final do ano passado desregulamentado. Completamente desregulamentado. Passou-se agora a Lei 11.442 que faz um... O setor chama de disciplinamento. Eu tive a oportunidade até falando com o Newton, disciplinamento é uma regulação disfarçada, uma regulação leve. Mas isso é agora, final do ano. Até lá a agência simplesmente na sua lei originária apenas acompanhava o mercado através de um cadastro de registro.

Concessões: Concessões regulamentado e instituído após a Lei 8.987 cujos contratos foram feitos já sobre base dessa lei, ou seja, com toda consistência, com a modelagem própria predefinida como determina a Constituição, Lei 8.987. Permissão. Uma colcha de retalho que vem desde a década de 40. Eu tenho cerca de duas mil linhas e 700 contratos assinados. Mil e trezentos contratos não estão assinados. Todos os setores de infra-estrutura quando foi feita a Lei 8.987, Senador, todos tiveram uma lei específica. O setor elétrico, 9.074. Código Aéreo Brasileiro, Lei Geral de Telecomunicação, transportes não. Havia um setor. O setor de passageiro que a sua origem desde a década de 40 era operado por terceiros mediante delegação não teve nenhum instrumento legal adaptando-o à Constituição de 88. Resultado: Em 93, antes da Lei 8.987, é feito um Decreto. Decreto 952. Decreto esse que já com problema de origem, um Decreto, Decreto esse que montou um certo arcabouço para o setor e onde foi dado algumas coisas mais modernas, mas ainda não havia a lei das concessões sido discutida no Congresso Nacional. Mas foi dado um arcabouço com alguns direitos e alguns deveres. Em 1998, já após a Lei das Concessões, é feito um outro Decreto, que inclusive tira obrigações e tira direitos oriundos do Decreto 952. Só para ter uma idéia, Senador, até esse Decreto, até a Constituição de 88, o setor operava mediante uma autorização do DNER pelo prazo indeterminado enquanto bem servir. A partir desse Decreto 2.521, você passa a ter um imbróglcio institucional. O setor hoje vive um imbróglcio institucional. Desde 2002 que encaminho ao Ministério dos Transportes correspondência solicitando uma legislação específica definindo a política setorial. E sem a definição de uma política clara setorial, qualquer regulação será falha. Mesmo assim, eu acho que a gente tem feito alguns progressos dentro desses limites. Diversas regulamentações têm surgido por parte da tarifa, algumas

que eu citaria a questão, e veja bem, teve que ser feito uma regulamentação da ANTT permitindo descontos e promoções. É tão arcaico a origem disso que nem desconto o permissionário podia fazer. A coisa de dois anos atrás mudar a forma de reajuste da tarifa. Porque a tarifa não era reajustada. Era atualizada uma planilha de custos. O senhor sabe bem disso, isso é o melhor meio pra você remunerar ineficiências. Fomos para uma Audiência Pública, fomos talvez até um pouquinho mais do que nós deveríamos como agência reguladora promover, mas foi uma questão tão positiva que alteramos e instituímos uma fórmula paramétrica para o setor. Pela primeira vez na história desse setor, eu tive a oportunidade de fazer uma brincadeira com o Presidente da associação. Eu virei assim para ele e disse, Dr. Sérgio, me diz uma coisa, qual vai ser o seu reajuste? Porque simplesmente, está aqui o Dr. Santolin para confirmar, esse reajuste era simplesmente informado às vezes 24 horas antes.

Quer dizer, é praticamente impossível, Senador, um agente Delegado da União, que exerce um serviço, não ter condição de ir numa instituição financeira, e colocar uma demonstração clara do que é o setor dele, qual é a base do setor dele. Até para que seja concedido o financiamento. Depois reclamam que a Idade Média dos veículos está alta. Veja bem, a primeira vez na história agora o setor consegue saber qual é o reajuste que ele vai ter e eu não sei.

Com relação a essa questão, ela é muito importante porque a própria figura desse Decreto ele amarra o setor. Você tendo a política estabelecida por lei, a regulação é muito ágil. E por isso é muito fácil e muito ágil, por exemplo, a questão de ferrovias, a questão de rodovias. Mas fica muito complicado nesse segmento em que a regulação tem que, vamos dizer, respeitar parte desse Decreto que fala, por exemplo, de bagagem. Há uma evolução dos veículos. Eu citei aqui apenas como exemplo. São vários detalhes operacionais que não podem ser definidos no instrumento que tem pouca agilidade de alteração. E esse é um dos maiores problemas que nós temos nesse setor. Além disso, eu tenho cerca de duas mil linhas como disse aqui, dois mil contratos sendo realizados por 250 empresas, e nós fizemos toda uma regulamentação que desenvolveu muito fretamento. Fretamento de ônibus. Seja o eventual, seja o contínuo, ou seja, o turístico. Temos hoje quatro mil empresas operando isso no Brasil inteiro. E crescendo assustadoramente a figura do fretamento. Sabe quantos fiscais eu tenho para poder atender em tese os 5.500 Municípios do Brasil? 127. Eu acho que começo a responder a sua pergunta. A lei me previa 1.760. A Lei 10.283 previa 1.760 funcionários da ANTT. Ao todo com a regulação eu tenho 700. Então eu tenho

infra-estrutura para fiscalizar ferrovia? Tenho. Porque a rede ferroviária tinha uma estrutura bem informatizada e eu consigo saber da Agência aonde está um determinado vagão agora de uma concessionária, com que produto, com que nota fiscal e com que valor. Na rodovia é fácil? É. Porque eu tenho na verdade seis rodovias e tenho pessoas lá--

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V.Exª me permite? No caso do transporte ferroviário diminuiu bastante também.

SR. JOSÉ ALEXANDRE RESENDE: Não. Nós estamos hoje produzindo o dobro do último ano da rede ferrovia.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): No transporte de cargas?

SR. JOSÉ ALEXANDRE RESENDE: Nós ultrapassamos os 220 bilhões de TKU pela primeira vez. A rede fazia 117 no último ano. Em dez anos dobrou o volume. Eu posso encaminhar para o senhor o levantamento do setor os investimentos que iam da faixa de 400, 600 milhões até 2002, quando começou a regulamentação da agência, começaram a subir para um bilhão e oitenta e dois, um bilhão e oitocentos e noventa, no ano retrasado foi três bilhões e trezentos e no ano passado dois bilhões e meio. Isso é investimento privado. Tudo fruto da regulamentação do setor.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ferroviário.

SR. JOSÉ ALEXANDRE RESENDE: Ferroviário. Eu posso encaminhar os números, aliás o setor ferroviário foi o segundo setor que mais cresceu no Brasil de 2002 para cá.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É, acho que eu estou com a visão regional.

SR. JOSÉ ALEXANDRE RESENDE: Sim.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É a visão do norte. Porque no norte transporte ferroviário--

SR. JOSÉ ALEXANDRE RESENDE: Nós temos um problema específico da CFN com certeza.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V.Sª sabe que o transporte ferroviário tem desaparecido.

SR. JOSÉ ALEXANDRE RESENDE: Com certeza. No nordeste sim. Posso até, se o senhor quiser, Senador, ter a oportunidade de conversar sobre isso. Podemos conversar sobre isso. Mas o fato, voltando aqui, é que nessa questão, Senador o que nós precisamos na questão de passageiros e eu tenho insistido nisso, nós precisamos substituir o instrumento do Decreto por instrumento legislativo em que fique claro e ele se restrinja a política setorial como é nos demais setores para permitir que sejam incorporados através

de resoluções e regulamentações da agência de forma ágil a dinâmica que este mercado tem. Segundo, precisamos também que se dê cumprimento à Lei 10.283 e dote a agência com condições de fiscalização. Porque isso retorna a nível das próprias penalidades, tive oportunidade de falar hoje na audiência com o Sr. Newton Gibson, a fiscalização para o setor rodoviário de passageiros é o mesmo que para o setor rodoviário de carga. São os mesmos pontos cruciais. E eu não preciso de tanta coisa não, Senador. Na verdade se eu tiver 28 postos de fiscalização em 28 pontos específicos eu simplesmente tenho controle sobre 70% do volume de cada transporte desse. Isso não é um custo grande. Para o senhor ter uma idéia, nós já fizemos as contas, custaria um milhão e duzentos mil reais por ano.

Bom, em relação ainda a esse setor, imagine o senhor, o transporte de avião, de passageiros, é isento de ICMS. Por quê? São pessoas que estão sendo transportadas. Já o transporte por ônibus, tem ICMS. Ou seja, uma camada da sociedade, a mais beneficiada, seu nível econômico melhor, está isenta de impostos. A nível econômico inferior tem que pagar impostos que chegam às vezes até a 20%. Aí nós temos uma outra questão também importante. A falta de uma lei específica eu não posso multar os permissionários, eu não posso prender o clandestino, eu não tenho o poder de polícia, porque isso não pode ser instituído por Decreto.

Então, a atuação da ANTT na fiscalização, e aí o senhor começa a entender um pouco os pontos que o Dr. Santolin colocou, ela é extremamente limitada. Eu aplico uma multa e ela é anulada no judiciário. Um dos grandes problemas que nós temos que Senador, é exatamente aí eu acho importante já que estamos aqui falando da questão dos marcos regulatórios, é o excesso de interferência e a não observância da lei. Nós temos interferências governamentais, interferências fortíssimas do judiciário, principalmente num setor quando você tem uma fragilidade institucional como esse. Aí estou falando especificamente de permissões. E o TCU. O Dr. Geraldo Moacyr Duarte citou aqui, esse caso é impressionante. Eu tenho 794 mil veículos passando na Dutra por dia. 73 mil pagam. 9% dos usuários da Dutra pagam pedágio.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Por favor, repita.

SR. JOSÉ ALEXANDRE RESENDE: Só para o senhor ter uma idéia, Senador, só 37 mil veículos saem do Rio em direção a São Paulo ou vice-versa por dia. A distância média percorrida na Dutra é 9,9 quilômetros. Aquela saída do quadro que foi mostrado aqui pelo Moacyr da Dutra, são 200 mil veículos por

dia que transitam na Dutra. A gente tem que manter, tem que conservar 200 mil e não pagam pedágio. No Rio são 110 mil. Isso todo dia. Pessoal não paga pedágio. E ainda reclama de ter que botar iluminação para acabar com os assaltos. Agora está com um problema. Botamos iluminação na CRT, acabou os assaltos da CRT. Aí vem a pressão para botar a iluminação na baixada Fluminense até a subida da Serra da Concerra(F), acabou. E agora estou com o Governador em cima de mim, justamente, não estou dizendo isso, pra botar até Nova Iguaçu porque os assaltos foram todos para Dutra. Ou seja, a concessionária tem que fazer alguma coisa que não é nem da obrigação dela. E quem paga? O usuário.

Então essa questão do pedágio, até eu concordo com o Moacyr, até por ser uma coisa mais moderna, bem estabelecida na lei, bem focada, temos as regulações da agência, é muito mais fácil você regulamentar uma coisa muito clara, você cumpre o verdadeiro papel que é a regulação intracontrato, e aí que vem a dificuldade, se eu não tenho sequer contratos, se não tenho políticas instituídas, como é que vou ter uma regulação? Na verdade é o que eu falei, estou indo além nesse setor. Então a questão de pedágio é importante verificar o seguinte, no Brasil, o pedágio está sendo instituído por falta de manutenção para complementar uma manutenção. Essa é a origem. Na Europa e nos Estados Unidos surgiu como alternativa ao congestionamento. Porque em momento algum as rodovias deixaram de ser bem mantidas. A origem é diferente. E essa origem ela leva um sacrifício da primeira geração de pedágio. Ou seja, a primeira geração de pedágio pega uma rodovia ruim, tem que em três anos deixar essa rodovia em excelente estado e se remunerar em 25 anos. Resultado: As tarifas são altas. Essa é a característica brasileira. Não tem escolhas. Mas em compensação, a partir da segunda geração dos contratos, as tarifas vão ser muito baixas. O senhor sabe bem, são fluxos de caixa. Quando você renovar essas concessões, elas estarão em excelentes estados e investimentos necessários para a nova fase vão poder estar mais bem distribuídos, não pesar tanto nos primeiros anos, e hoje eu estava até comentando numa reunião da agência, eu tenho quase certeza que uma renovação do contrato da Dutra, as tarifas vão ser abaixo de dois reais. Momento que você conceder uma rodovia que está em excelente estado, e no momento em que você conseguir hoje melhor dispor do tráfego pagante sobre a Dutra. Você terá uma tarifa de menos de dois reais com certeza. Então veja, esse é o caso típico do que eu chamaria de uma intervenção. Eu entrei... O DNER em 2001 resolveu um problema na chamada Praça de Parateí, Jacareí, Senador, ele fez um des-

dobramento de praça, quebrou a praça em duas, uma relativamente próxima da outra, e foi dado um desconto ao usuário em tese para cobertura do tráfego pagante adicional. O Tribunal só liberou esse assunto no final do ano passado. Há cinco anos e meio que inclusive eu tenho uma cautelar do Tribunal de Contas que não podia fazer nada. Esse assunto ficou parado. O Tribunal não sabia o que fazer. Eu acabei tendo que fazer uma proposta do que achávamos do que eu deveria fazer eu fui ao Tribunal, tive uma reunião e falei: “Gente, está aqui. Isso é o eu faria se eu pudesse”. Agora o Tribunal liberou dizendo o seguinte: Isso é um assunto da ANTT. Ela que adote a solução dela. Ou seja, cinco anos e meio. Só agora, depois de dez anos de concessão, que foi dito à agência o seguinte: Você pode corrigir essas distorções.

Uma coisa que é importante aqui também, é que essa é uma questão que nós vamos ter que conviver com ela. A tendência mundial hoje é o pedágio urbano. A Holanda já tem pedágio, estive semana passada na Argentina, se estuda um pedágio em Buenos Aires, e o pedágio urbano é a solução que vai ter para problema de congestionamento e para problema de poluição. Não existe outra hipótese. Essa questão de ir alargando as avenidas, alargando, alargando, só vai criar mais congestionamento. Eu esqueci o número de cabeça agora, mas é impressionante o número de veículos novos por dia na cidade de São Paulo. 500 mil por dia. Não, de ingresso. 500 por dia. É impressionante isso.

Foi dito aqui uma coisa que eu queria fazer uma correção, quer dizer, veja, tem uma questão muito importante nesse aspecto que é o seguinte. [soa a campainha] Permite só um... É importante verificar, há várias formas de se promover uma concessão que seja rodoviária, seja ferroviária, seja no caso até passageiros. É preciso debater bem e é por isso que eu insisto na questão da política, para que se tenha um modelo bem conceituado. Um dos problemas que nós estamos tendo é exatamente a não uniformidade desses modelos. Essa Casa até pensou um pouco nisso quando instituiu a Lei 10.233 e diz o seguinte. Nos planos e outorga da agência deverá verificar a uniformidade, por exemplo, das cobranças de pedágio. Claro que esse é um setor que não é só federal, é estadual, é municipal também. Mas existem modelos diferenciados entre o federal e os Estados. Tem modelos que se demonstram maior sucesso, como é o caso federal, como é o caso de São Paulo. Mas são modelos bem diferentes o de São Paulo e o federal. São Paulo é um modelo até por sua característica, tem altíssima qualidade, a tarifa bem mais alta. Nós fizemos um pouquinho de prejuízo na qualidade mantendo um bom nível, mas com uma tarifa melhor já pensando no

nível do Brasil. Tem outros modelos também que não se mostram muito de sucesso. É o caso do Rio Grande do Sul. Também nisso é importante ver a questão da gestão. Quando começou... Nós começamos 2002, as tarifas do Paraná, e olha que são rodovias simples, eram mais baixas que as nossas. Hoje são mais altas e continuam sem investimento. Ou seja, a forma com que você trata o contrato e se você começa a desrespeitar o contrato isso gera reequilíbrios futuros que vem a gerar essa distorção.

Então, uma coisa que eu acho que é importante colocar aqui, foi dito que foram feitas não sei quantas, 40% de revisões dos contratos no Brasil, mediante o Poder Público. Do ponto de vista de concessão rodoviária no âmbito da ANTT, nós fizemos uma diferenciação que eu acho importante pontuar aqui. Nós chamamos a revisão de dois nomes diferentes. A ordinária e a extraordinária. Porque aquela revisão ordinária que eu faço todo ano, que eu chamo o concessionário, mas que na verdade eu estou fazendo, aplicando, por exemplo, a favor da modicidade tarifária, a receita de publicidade, isso não pode ser tratado da forma como foi colocado aqui. Não é uma crítica, mas apenas estou tentando identificar bem isso. Quer dizer, os contratos de rodovia eles prevêem já isso. Todo ano eu tenho que verificar os efeitos do arredondamento da tarifa de pedágio, o efeito de uma eventual não execução de obra, às vezes não é nem por culpa dele, não tem uma licença do IBAMA, eu tenho que deslocar isso tempo senão eu vou estar na verdade aumentando a taxa interna de retorno dele. Isso vai sempre a favor de uma redução da tarifa. De 2002 para cá, se pegar todos os reajustes de revisões que a agência deu, todos os reajustes somados às revisões são menores do que os reajustes. E eu tive há pouco tempo eu tive nessa Casa aqui eu mostrei esse quadro aqui de todas as seis concessões. Eu tenho esse quadro antes da criação da agência. A somatória da revisão com reajuste é muito acima do reajuste. Isso é o efeito de uma regulação. Agora, tem pontos também que eu tenho que mexer. Por exemplo, nós temos uma questão que é peculiar de rodovia que é o ISSQN dos Municípios. Como eles têm o direito legal de fixar até 5%, eles mudam muito. E cada vez que um Município desse muda eu tenho que ir no contrato e fazer uma revisão. Eu diria que das concessões federais desde que surgiu em 96, 97, o que se chamaria de revisão extraordinária só aconteceu uma. Que é essa alteração de Parateí, Jacareí deslocamento de praça que eu citei aqui que ficou muito tempo preso no TCU. O resto todo são o que chamarei de revisões ordinárias. Queria diferenciar o que está colocado aí. Agora, eu queria até para resumir aqui, não ocupar muito os senhores nesse

aspecto, que acho que o ponto mais importante daqui é o seguinte. Na minha opinião, Senador. Você escolhe o modelo, você define um conceito e você tem que manter o contrato sobre esse conceito e esse modelo. É ruim? Não funciona? Ok. Vamos fazer dentro da lei. Concessionária, vem cá. Tenho necessidade de rescindir esse contrato, você recebendo todos os direitos e vou refazer o modelo. Isso não é quebra de contrato, isso é legal. Agora, quando você começa a misturar ou começa a não ver o conceito, isso vem muitas vezes em função de interferência de terceiros que não conhece exatamente o objeto, a razão de cada coisa, você começa a quebrar isso.

Senador, o senhor é exemplo... O senhor conhece o exemplo dessa brincadeira. Em 1999, o Governo podia ter dado uma solução adequada àquele problema que foi implantado nas três concessionárias, a solução foi... Não estou dizendo que não tenha sido legal ou não, ou seja, se insistiu na questão. Tivemos há pouco tempo atrás, o senhor acompanhou isso de perto, o senhor foi até um agente nessa questão, de fazer toda uma estruturação na Brasil Ferrovias para voltar a ele ao conceito inicial, ao modelo inicial que lhe foi implementado. Não era a toa que tinha lá uma restrição para os Fundos de Pensão participarem das concessões ferroviárias. Os fundos viraram acionistas majoritários. Aquilo não foi a toa. Então a preocupação que eu tenho é exatamente isso, quer dizer, o senhor usou uma vez uma expressão aqui, Senador, se permitir plagiá-lo, tem muito peladeiro nessa história. É um pouco isso. Eu acho o seguinte, os conceitos, a modelagem tem que estar bem definida e ela tem que ser respeitada. Há um problema na modelagem? Ok, vamos refazer isso como todos os Países do mundo fizeram. Às vezes até por renegociação de contrato. Mas a coisa tem que ser geral. Às vezes eu fico preocupado, eu vejo concessão rodoviária, e a gora é um exemplo do que vai acontecer, eu vou ter uma modelagem para uma rodovia e vou ter uma remodelagem para outro grupo de rodovias. E vou ter uma terceira modelagem para um outro grupo de rodovias por ser PPP. Não vejo sentido nisso. Então eu acho que se enriquece o que se pode ser melhorado tem que ser também adaptado das demais do que puder.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. JOSÉ ALEXANDRE RESENDE: Então eu acho que a principal coisa tá nisso. Você tem que ter uma certa estabilidade nos modelos. Eu acho que esse é o principal ponto que eu gostaria de dizer aqui a essa Comissão e acho também que esse setor rodoviário de carga vai começar a experimentar agora, nós vamos botar talvez até o final meados do próximo

mês a regulamentação da Lei 11.442 em Audiência Pública, Resolução da agência, vai começar a experimentar isso e nós poderemos com o tempo verificar até que ponto essa regulação vai ter que ser adaptada, melhorada e tal.

Mas com relação ao transporte rodoviário de passageiros, se não for produzido um documento que eu acho que deve ser uma medida legislativa, um Projeto de Lei em que se dê, defina a política do setor, nós vamos conviver com problema que nós temos hoje, está aqui o Santolin para desmentir se não for... Eu não conheço um grupo empresarial que não estando nesse setor tenha algum interesse de entrar nesse setor.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Qual setor?

SR. JOSÉ ALEXANDRE RESENDE: Rodoviário de passageiro.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Interestadual?

SR. JOSÉ ALEXANDRE RESENDE: Interestadual. A não ser empresas, agentes, empresários que já operam no setor, diferentemente de todos os outros setores, por exemplo, recentemente a GP aumentou a participação na ferrovia, na rodovia nós vimos agentes novos vindo, BR vias, estrangeiros, eu não vejo e nunca vi nenhum setor que seja fora do setor rodoviário hoje, seja estadual ou municipal, que tenha interesse em adquirir alguma empresa de ônibus. E todas as aquisições que acontecem nesse âmbito já autorizadas pela agência desde 2002 é sempre gente do setor, às vezes não é da área federal, só estadual, adquirindo essas empresas. Mas nunca gente de fora. Acho que o Santolin aqui pode falar qualquer coisa sobre isso.

Bom, vou ficar por aqui, queria basicamente falar esses dois pontos. Se essa Comissão está analisando essa parte do marco regulatório, eu acho que esse setor necessita de um, até para que a agência possa atuar, e eu acho que a questão principal é exatamente marcos regulatórios já instituídos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado ao Dr. Jose Alexandre pela exposição e eu quero passar a palavra para o Relator, Senador Garibaldi Alves, para as perguntas.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, ilustres convidados, Sr. José Alexandre, Diretor-Geral da Agência de Transportes, o Dr. José Luiz Santolin, do transporte de passageiros, o Dr. Moacyr Servilha Duarte, do setor de concessões e o Dr. Newton Gibson, que é do setor da Associação Brasileira de Transporte de Cargas. Sr. Presidente, em respeito ao esforço que os que estão presentes fizeram, eu gostaria de perguntar por que o DNIT está ausente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Eu gostaria também de justificar isso, Senador, foi uma falha minha, nós convidamos o Diretor-Geral do DNIT, Dr. Mauro Barbosa da Silva, e ele alegou que por um compromisso de... Que ele não havia programado, ele se ausentou e que indicaria um representante que não compareceu. E por causa disso nós vamos... Até porque eu vi aqui exposições muito claras mostrando o estado das nossas rodovias, o Dr. Newton mostrou aí, deu alguns exemplos de estado de sinalização, de pavimento, uma série de questões, portanto, nós vamos... é absolutamente fundamental que o DNIT venha.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ele está viajando?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Ele teve... Foi convocado inesperadamente fora da agenda para um compromisso e não pôde comparecer. E nós inclusive temos vários questionamentos preparados especialmente para o DNIT no que se refere não só às obras do CREMA, as concessões simples, as Parcerias Público-Privadas, as modalidades de contratação, os convênios e delegação que são fatores de extrema relevância nas atividades do dia-a-dia do DNIT, e a presença do DNIT seria muito importante porque aqui pelo que eu entendi das exposições o DNIT claramente tem um papel fundamental porque é em função do estado das nossas estradas é que infelizmente o transportador de passageiros, o transportador de cargas sofre, sofre com manutenção, sofre com custo maior de combustível, e, portanto, é lamentável que não tenha vindo um representante, mas ele será convidado novamente. Ou ele ou o futuro Diretor-Geral do DNIT que ainda será sabatinado muito possivelmente nas próximas semanas na Comissão de Infra-Estrutura, para que realmente nós tenhamos as condições necessárias para discutir as ações do Ministério dos Transportes, especialmente o DNIT. Porque muitas atividades elas estão sendo relegadas, elas não acontecem no tempo devido e hoje nós vimos aqui uma demonstração clara, nítida dos problemas dos usuários. Eu não estou tocando aqui na questão das concessionárias de rodovias que no meu ponto de vista é uma experiência exitosa com todas as dificuldades que ainda os concessionários enfrentam, mas é uma experiência de sucesso. E que o cabe nos cobrar é o seguinte, por que é que nós não adotamos a Lei de Concessões que está aí e que poderá já ter sido implementada em outras rodovias, e infelizmente esses leilões estão sendo jogados para frente e quem sofre é a população, é o transportador, são os empresários que perdem eficiência com isso. E nós queremos ter esse debate com o DNIT. Nós queremos conversar

sobre as Parcerias Público-Privadas que foram aqui faladas pelo Dr. Newton como um fator importante. É fundamental, Senador Garibaldi, Relator dessa Subcomissão, quanto tempo nós discutimos essas Parcerias Público-Privadas aqui no Senado Federal? Mais de seis meses. Quais as Parcerias Público-Privadas que foram implementadas até agora? Ao que me consta nenhuma. E é um instrumento fundamental associado à Lei de Concessões. E com isso nós estamos perdendo eficiência. Basta ver os números de transporte de carga comparado aos outros Países a nossa tendência é crescente. E os Países que competem conosco, principalmente no setor de *commodity*, a tendência de transporte é de redução. Então nós não podemos conviver mais com essa dicotomia uma vez que o transporte rodoviário tem um papel fundamental na nossa economia. Não vou falar aqui de ferrovia, que eu tenho a mesma leitura de V.Ex^a, e meu querido José Alexandre sabe disso, é porque tenho uma leitura de ferrovia regional ruim, que é o caso da nossa nova Oeste que hoje está na mão da AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA que eu espero que ela em função de um termo de ajuste de conduta e tudo aquilo que foi discutido com a ANTT, ela venha a cumprir aquilo que efetivamente a região centro-oeste espera de uma ferrovia tão importante como a Novo Oeste.

Então para resumir eu fiz essas porque não poderia perder essa oportunidade, mas nós convidaremos representantes do DNIT, senão os de agora, os que virão para que a gente faça esse debate que claramente afeta o dia-a-dia de todos nós aqui. Com a palavra o Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu estou vendo que V.Ex^a está muito entusiasmado, e V.Ex^a sabe que eu estou chegando de uma viagem, e eu não pude conversar com os consultores que estão nos auxiliando. E eu acho que eu vou inverter aqui, vou fazer um apelo a V.Ex^a, para que V.Ex^a continue com esse entusiasmo. A fazer algumas perguntas, e eu ficarei para depois. V.Ex^a concorda?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Eu já fiz as observações necessárias, meu caro Senador Garibaldi. A palavra é de V.Ex^a.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A não ser que V.Ex^a não tenha--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Eu quero registrar aqui que o Senador Garibaldi volta de uma viagem a Londres, e onde evidentemente ele tomou conhecimento de uma série de experiências e uma série de... E ele tem uma série de comentários a fazer nessa área de infra-estrutura, até em função da visita que fez. Portanto, Senador Garibaldi, nós é que temos que ouvi-lo, e não...

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, não vou comentar, não.

[risos]

Não vou comentar porque nós perderíamos, nós brasileiros, perderíamos com esses comentários. Porque é quem vai lá sabe. Evidentemente que as coisas vão muito melhores do que vão aqui. E nós temos também que ponderar que há uma diferença de anos e anos. Eu diria até de séculos entre o Reino Unido e o Brasil. Eu descobri lá, só vou fazer um comentário rápido. Que uma sala do Parlamento ela tem, essa sala, 400 anos mais do que o descobrimento do Brasil. Nós descobrimos, aliás. Porque não fui eu só que estive nesse Congresso Parlamentar, a convite do Parlamento britânico. Mas também os Senadores Heráclito Fortes e o Senador João Tenório.

Mas Sr. Presidente, já que V.Ex^a numa expressão popular não engoliu a minha corda, eu vou ter que fazer umas perguntas e eu quero cumprimentar os expositores pelas exposições que foram feitas, seguras, e muito consistentes. Eu perguntaria: O Contrato de Restauração e Manutenção de Rodovias que há pouco tempo o Presidente falou, o CREMA, também chamado de concessão administrativa, houve aqui apreciações isoladas. Eu queria uma avaliação que poderia ser rápida, mas que poderia nos esclarecer melhor. Esse contrato é eficiente? Ou não é eficiente? Ele atendeu as expectativas ou não atendeu as expectativas? Depois nós temos concessão simples. Depois nós temos a concessão patrocinada, que é a PPP. Que é a novidade no setor. Parceria Público-Privada. Cada uma, segundo aqui os nossos consultores que estudaram a matéria, cada uma apresenta características distintas entre si, especialmente quanto ao grau de participação do Governo.

Então, como tem sido conduzido o processo de escolha da modalidade de construção a ser adotado em cada caso? Será, Sr. Presidente, que eu vou prolongar muito aqui a Sessão? Porque eu reconheço que alguns dos senhores têm compromisso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Eu só queria só registrar, Senador Garibaldi, que essas questões eu acredito que o Dr. José Alexandre seria a pessoa mais adequada para responder. Agora evidente, nós não queremos de maneira nenhuma cercar as opiniões dos demais membros aqui da Mesa Diretora, até porque esse tema é um tema importante e acho que é um gargalo que nós estamos enfrentando que é o meu preâmbulo aqui antes de V.Ex^a começar a perguntar. Mas evidente, eu quero deixar as perguntas que estão sendo feitas eu quero deixar absolutamente... Quem quiser fazer algum tipo de comentário, por favor, nós estamos absolutamen-

te a disposição para, não só se inteirar das respostas como tomar as providências devidas.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Quem participa do processo? O Ministério dos Transportes, a ANTT, o DNIT? Que contratos são normalmente utilizados para a seleção da modalidade? Eu sei que já... Olha aí, o Sr. José Luis... Eu tinha razão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Dr. Moacyr precisa... Disse que não é o último trem, mas é o último avião. E se ele tiver sorte, o avião sai no horário.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então eu perguntaria isso. Tem várias perguntas aqui ao DNIT. Foi por isso que eu fiz aquele registro. E tem aqui uma auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União identificou no sistema de permissão para a exploração de linhas um vício histórico do capitalismo brasileiro. É que, segundo o Relatório do TCU, do Relatório do Tribunal, apenas quatro empresas detinham 34,5 do faturamento do setor. Estimado em dois bilhões e cem milhões por ano, segundo estimativa da Confederação Nacional dos Transportes. Ainda de acordo com essa auditoria, 683 ligações entre cidades grandes e médias, 26% do total era apenas explorado por quatro empresas. Que medidas a ANTT está adotando, qual a posição da ABRATI nesse sentido? No total das permissões atualmente em vigor, qual a participação de linhas compartilhadas e de linhas exclusivas? Eu vou resumir porque os nossos consultores, aliás, consultoras, eles fizeram um trabalho alentado. Nós íamos ficar aqui até meia-noite. Mas isso só merece elogios. Dr^a. Elizabeth, Vanderlei, Dr^a. Lilian Alcântara.

A ANTT, já que o DNIT não veio, sobrou para V.Ex^a. O Relatório do TCU mencionado no item anterior informa ainda que a ANTT não tem autonomia para combater... Eu acho que o senhor reconheceu isso claramente. A falta de competição, e a concentração de várias empresas na mão de poucos proprietários. Eu reconheço que não foi exatamente isso que o senhor abordou, não... Foi, exato. Da mesma forma afirma que desde 2000 não são realizadas licitações para a permissão de novas linhas. Ou a entrada de novas empresas no setor. Ressalvado o período que antecedeu a sua criação. Há informações de que a ANTT, embora tendo pronto um plano de outorgas de mais de 150 linhas, não consegue executá-lo porque depende de decisões do Ministério dos Transportes.

Eu pergunto: Que dificuldades enfrentadas pela ANTT podem ser efetivamente creditadas à falta de autonomia? Decisória, administrativa e financeira da agência. Qual a expectativa da ANTT em relação a possíveis mudanças nos princípios da atividade regulatória, objeto de proposta em discussão, como nós

estamos aqui no Congresso Nacional, e mais especificamente em relação à conquista de maior autonomia para as agências reguladoras. Olha, é tanta pergunta, Presidente, que... Eu acho que nós vamos ter a oportunidade talvez ainda de discutir isso aqui, e eu vou ficar por aqui mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Eu só queria passar a palavra para os três expositores, se evidente todos quiserem fazer algum comentário sobre as perguntas do Senador Garibaldi, e gostaria de fazer alguns registros que no meu ponto de vista são importantes.

Primeiro que a gente viu aqui da exposição é que o caso da ABRATI, da Associação Brasileira de Transporte Terrestre de Passageiros, nós vamos ter uma grande missão pela frente. Até ratificado aqui pelo Dr. José Alexandre, de apresentar um Projeto Legislativo em condições de definitivamente regulamentar o setor. Quer dizer, pela exposição do Dr. José Luiz Santolin, esse marco regulatório é absolutamente disperso, é absolutamente diferenciado, portanto, é uma colcha de retalhos onde nada se entende, pelo que eu apreendi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A legislação ela cabe ao Governo Federal, ao Governo dos Estados e ao Governo dos Municípios, dependendo aí de cada nível de transporte, de cada setor. E eu só interfeiri porque eu vi o Dr. José Luiz Santolin dizer que na verdade, se o Governo Federal não der o exemplo, os outros não vão sair na frente. E o setor vai ficar padecendo. Desculpe, Presidente, porque... Olha que eu dei a oportunidade de V.Ex^a de falar logo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): [risos] E eu queria até, Senador Garibaldi, fazer uma observação. Porque é exatamente por isso, aliás, quando a consultoria fez esse comentário de uma suposta concentração de podres na mão de algumas empresas, é exatamente, na minha leitura, é exatamente por causa disso. Marcos regulatórios que variam demais, portanto, trazem instabilidade, e o Dr. José Alexandre fez uma observação aqui importante, que é o único setor que ninguém quer entrar. Além dos que já hoje operam essas linhas, é o único setor que ninguém quer entrar. E é exatamente por causa dos problemas--

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): E quem está não quer sair.

SR. JOSÉ ALEXANDRE RESENDE: Tem saído.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Tem saído, tem?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Tem.

Então, esse vai ser um trabalho de fundamental importância a ser desenvolvido por essa Subcomissão, por isso Dr. José Luiz Santolin, nós vamos precisar, os consultores vão precisar interagir muito com V.S^a exatamente no intuito de apresentar um Projeto Legislativo. Nós estamos vendo ultimamente que há muitos contatos de associações com Ministérios, no sentido de regulamentar determinado serviço. Não estou dizendo que é só rodoviário, não, José Alexandre. Estou falando de telecomunicações, outros setores. Mas parece que a discussão caminha e não tem consequência. Ou seja, os projetos não se materializam apesar de todo o esforço feito pelos representantes de cada categoria dessa, de cada segmento econômico desse. Então eu acho que essa Subcomissão tem um papel fundamental no sentido de apresentar para Comissão de Assuntos Econômicos um projeto para que nós tenhamos condição de dar seqüência a essa legislação aqui no Senado Federal que junto com a Câmara dos Deputados que é a Casa que reúne as condições necessárias para trazer para o País essa legislação que vai incentivar um setor tão importante como o setor de passageiros e porque não dizer também o setor de cargas.

Eu gostaria também de registrar, também antes que os expositores falem, essa questão recorrente, José Alexandre, de agência. O problema de autonomia de agência. O problema de qualificação da mão-de-obra das agências, você citou aí, eu prestei atenção, 1.700 cargos você teria, você administra 700 com a regulação. E aqui a gente notou pelas exposições que há dificuldade inclusive Agência Nacional de Transportes Terrestres acompanhar o trabalho das empresas de transporte terrestres de passageiros, das concessionárias, das empresas de transporte de carga. Quer dizer, há efetivamente a necessidade de uma ação forte, aí eu falo sob o ponto de vista de todas as agências reguladoras, no sentido de fazer com que elas cumpram o seu papel. O que na verdade não está acontecendo a despeito da competência que as agências reguladoras detêm, e pelo pessoal qualificado que efetivamente ajudou a construir essas agências. Então isso é quase um assunto recorrente. A gente vê em todas as exposições, na área de energia elétrica, de petróleo e gás, de telecomunicações, de águas, recursos hídricos, nós vemos sistematicamente o mesmo problema.

Então, com base naquilo que o Senador Garibaldi como Relator já aqui expôs e eu também não poderia deixar de fazer esses comentários, e pedir o apoio dos senhores no sentido de nos subsidiar, porque nós vamos concentrar isso numa série de proje-

tos legislativos que vão ser aprovados na Comissão de Assuntos Econômicos e vão ser encaminhados depois para o Plenário.

Então, é muito importante o apoio dos senhores que trabalham, que fazem o dia-a-dia de setores que são fundamentais para o nosso País. Eu quero passar agora para responder as perguntas apresentadas pelo Senador Garibaldi Alves, eu vou entrar na seqüência começando pelo Dr. José Luiz Santolin, depois pelo o Dr. Newton Gibson e para fechar o Dr. José Alexandre.

SR. JOSÉ LUIZ SANTOLIN: Senador Garibaldi, seremos bastante breves. O setor de transporte por permissão ele não atua por iniciativa própria. Nem no Estado nem na União, há sempre que haver um ato administrativo regularmente praticado para alguém possa operar esse serviço. A regra do jogo que vigeu até 88 era uma regra balizado pelo Ministério dos Transportes e em Decretos autônomos da Presidência da República. Essa regra constituiu situações que induziram à formação de um segmento da economia, e essa formação ela se deu de acordo com essa regra do jogo. Até porque havia também limites que balizavam a possibilidade. Que possa haver participações em percentuais X ou Y no setor é possível que possa. Agora, elas foram constituídas em conformidade com a regra do jogo. Até porque o DNER em função da regulamentação então vigente ele tinha a incumbência de inibir domínios de mercado e coisas do gênero. E sendo um setor totalmente regulamentado, Poder Público que planeja, que outorga, estabelece tarifas, fiscaliza prestação. Sempre foi assim e continua sendo. O que se tem presente hoje e que um analista que não conheça talvez um pouco da história pregressa da atividade, são constatações que ante legislações mais recentes, parecem conflitar. Tudo isso por quê? Nós dissemos no início e depois o José Alexandre corroborou em vários aspectos, tudo isso existe, como não é o caso das concessões, por falta de uma regra de jogo. E o empresário investe e joga de acordo com a regra. Ele não pode fugir até isso porque o Poder Público baliza. Quando nós vemos o representante da concessão de rodovia dizer que a regra é boa, tá bem definida porque ela foi bem feita e funciona. Sem problema. Agora, o nosso setor, além de ter uma regra ruim, ele tem ausência de regra. A lei que criou a agência, por exemplo, criou o CONIT, Conselho Nacional de Integração de Política de Transportes. Ele sequer foi implementado até hoje no âmbito do Poder Público. Então se nós não temos o órgão que edita a regra embora esta Casa já o tenha definido em lei, fica difícil para quem é regulado, para quem tem que cumprir regras estabelecidas pelo poder regulador, fazer ou deixar de fazer alguma coisa que não seja em função da ordem de regula-

mentação. Eu não tenho dúvida que no momento que nós tivermos a regra que balize claramente o começo, meio e fim da forma de prestar o serviço em todos os seus parâmetros, não haverá dúvida de que isso será disciplinado. E os Estados eles andam meio que por efeito gravitacional seguindo muito o que acontece na União porque há toda uma similaridade na prestação desse serviço. Então há muitos Estados que têm regras próprias e outros que aguardam a definição federal para que cheguem lá. Então nós não temos dúvida de que o mal que afeta o setor hoje como um todo, seja ele institucional, seja ele de marco, enfim, de podas as naturezas, de participação de mercado A ou B, a ANTT já se debruçou isso também, ele tem uma origem comum. É a ausência de regra do jogo. O setor vai jogar de acordo com a regra. Nós vemos telefonia hoje funciona perfeitamente, a energia elétrica, enfim, todos os segmentos que são delegados. O nosso, lamentavelmente como nós dissemos no início, o Dr. José Alexandre já ratificou, ele tem uma falência que vem se arrastando há muito tempo e uma ausência de regras. Então nós não temos dúvida que no momento que com a iniciativa muito bem posta pelo Senador Delcídio, nós tivermos um marco que regule isso, o cenário se modifica completamente. Então a gente questionar hoje, amaldiçoar o cenário existente, a gente está eu diria talvez produzindo pouco em termos de mudança do cenário. Acho que nós temos que ver qual é a causa. A causa é a ausência de regra? Vamos instituir a regra. Instituída, a Agência vai segui-la e certamente o setor vai se adequar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado Dr. José Luiz Santolin. Com a palavra o Dr. Newton Gibson.

SR. NEWTON GIBSON: Senador Delcídio, Senador Garibaldi, lamentavelmente é muito desagradável, mas o quadro que eu trago para o setor de transporte de cargas. Lamentavelmente é o setor completamente desassistido. Apesar de ter depois de quinze anos ser aprovada a Lei 11.442 do disciplinamento, no entanto falta ser regulamentada. Sofremos conseqüências graves com falta de segurança nas estradas, com roubo de cargas, aprovamos um Projeto na Câmara que iria trazer uma grande segurança para o setor, era com confisco de quando fosse pego carga roubada em determinado depósito aquela carga fosse confiscada. Toda a carga que encontrasse naquele estabelecimento. Isso já existe na Argentina.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não sei se o senhor viu uma matéria na Rede Globo que mostra como alguns fraudadores, maus brasileiros, para evitar o cumprimento de determinadas normas, vamos falar das balanças aqui, então o que é

que eles fazem? Eles penetram por umas veredas, e lá na frente eles fazem o transbordo. Quer dizer, é preciso ter uma estrutura operacional capaz de fiscalizar isso tudo, senão... Essa malandragem vai continuar.

SR. NEWTON GIBSON: É verdade. E por isso que procuramos fazer uma parceria com a Polícia Federal no sentido de coibir, procurar diminuir esse mal tão grande que é quebrou inúmeras empresas por falta de condições de seguro. O problema com relação às estradas que são grave também, temos prejuízos causados violentamente, temos uma frota já bem envelhecida com mais de 20 anos, temos o problema de acidente pelo que saiu ultimamente que em 12 meses, de julho de 2004 a julho de 2005 foram envolvidos 110 mil e 86 acidentes com caminhões. E isso é grave.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Newton, me desculpe que eu estou com um comportamento irrefreável, o Presidente é que vai me desculpar. Porque eu disse que não ia fazer pergunta, estou fazendo interrompendo até a resposta de V.S^a. Qual é a modalidade na prática mesmo de transporte de cargas mais barato? Qual o transporte mais barato? É o ferroviário? O marítimo. É esse rodoviário que nós estamos vendo aí? O que é que seria melhor para o País se nós pudéssemos desenhar uma situação ideal?

SR. NEWTON GIBSON: Senador, eu quero dizer a V.Ex^a que eu sou defensor da intermodalidade. Porque o transporte da carga acima de 800 quilômetros já é precária. Até 800 quilômetros é rentável, mas acima de 800 quilômetros é prejudicial. No entanto, lamentavelmente o Governo, os governos, não é esse atual, os governos estimularam o meio de transporte rodoviário. E não se justifica se transportar uma carga do Rio Grande do Sul lá para o Rio Grande do Norte, lá para o nordeste correndo todo esse risco do problema de acidente, do problema do roubo, todas essas questões que trazem grandes prejuízos, e que quebrou inúmeras empresas. O companheiro Santolin falou em termos de empresas que não querem entrar no transporte de passageiros. Mas muito pior é no setor de transporte de cargas. Porque quem cresceu foi o autônomo. Para os senhores terem idéia, o transportador autônomo, o carreteiro ele hoje tem uma participação na movimentação de carga no País de mais de 60%. Mais de 60% estão sendo movimentados pelos carreteiros e a maior frota hoje está na mão dos carreteiros também. Quer dizer que o transporte rodoviário ele foi forçado a explorar o transporte. Porque lamentavelmente nós que somos lá no nordeste--

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O senhor é de onde?

SR. NEWTON GIBSON: Eu sou pernambucano. Nós temos aquele trecho de Alagoas a Pernambuco que há muitos anos que estão interrompidos a parte de ferrovia. Houve lua cheia, foi destruída a ponte, e a composição só chega a Maceió. Quer dizer, grandes massas não podem ser de maneira nenhuma transportada em caminhão, porque em primeiro lugar não tem condições de rentabilidade. Teria que ser usado o transporte ferroviário, o transporte marítimo. A intermodalidade. No entanto, lamentavelmente por falta de condições somos forçados a fazer essa operação. Agora, com estradas nas condições que foi apresentada, que a CNT levantou, o ano passado e todo ano fazemos essa pesquisa, já vamos com a 8ª pesquisa, aquela operação como o Senador Garibaldi falou, aquela operação “tapa buraco” lamentavelmente não tapou nada. Porque teria que ser feita uma recuperação. Não tapar buraco. E a expressão tapa buraco já é pejorativa. Porque só se tapa alguma coisa quando já não presta mais. E hoje nós estamos com problemas, por causa das chuvas que chegaram e estão as condições a TV Globo mostrando.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É preciso fazer outra tapa buraco?

SR. NEWTON GIBSON: Eu lamento. Acho que as estradas têm que ser feitas como está sendo feita do Rio Grande do Norte até Pernambuco, na BR 101, que aquelas estradas é que são importantíssimas porque está sendo feita com critério, com seriedade, com responsabilidade. Eram essas colocações, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado ao Dr. Newton Gibson, que também é importante registrar, Vice-Presidente da CNT na cessão de cargas.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Presidente, porque a Confederação Nacional de Transportes, ela não foi convidada, não?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Não, não foi convidada. Mas dentro daquela agenda num segundo momento ela também o será, inclusive para as ferrovias agora na próxima semana. Que é um assunto de interesse amplo, meu caro Senador Garibaldi Alves, além das rodovias, claro.

Com a palavra o meu querido José Alexandre Resende, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

SR. JOSÉ ALEXANDRE RESENDE: Bom Senador, em relação a alguns pontos que foram colocados aqui, eu diria o seguinte, voltando a um ponto que o Senador Delcídio mencionou. O grande problema da ANTT hoje é fiscalização. E nessa questão, Senador, tem que ver um pouquinho... De uma forma um pouquinho diferente a ANTT das demais agências. Inclusive,

aproveitando aqui, eu me coloco à disposição do senhor, qualquer coisa o senhor queira conversar mais, os meus técnicos da agência, claro, se o grupo que está ali é de consultores precisarem conversar--

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sobre esse assunto do nordeste eu até pediria a V.Exª a compreensão para que eu pudesse... Eu vou procurar alguns técnicos lá do nordeste que pudessem vir aqui para mostrar essa situação lá com relação às ferrovias. O abandono em que se encontra. Há quem diga até mesmo que não adianta fazer mais nada. Mas eu não posso admitir uma coisa dessa.

SR. JOSÉ ALEXANDRE RESENDE: Eu me coloco a disposição para qualquer coisa que o senhor queira. O grupo de consultores que lhe assessoram, se quiser conversar com o meu pessoal sobre como é que funciona cada um desses aspectos.

Agora, eu diria ao senhor o seguinte, se não for diferenciado em qualquer marco regulatório que vá estabelecer, se não for diferenciado a forma estrutural da ANTT das demais, nós teremos problemas. Porque todos os demais setores, aí eu falo telefonia, energia elétrica, petróleo, ferrovia, rodovia, todos os setores, a parte operacional ela está fixa. Ela está estabilizada em algum lugar. Então se eu pego uma ferrovia, só tem um CCO e toda a operação está centrada ali.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Me diga o que é CCO.

SR. JOSÉ ALEXANDRE RESENDE: Centro de Controle Operacional. Se o senhor pega uma usina hidrelétrica, está centrada ali. Uma distribuidora ela tem o seu centro e a energia simplesmente chega na sua casa. Mas o operador, esse centro operacional ele não está em movimento. No caso rodoviário, está. Esse que é o grande problema. A concessão de passageiros rodoviários de carga, rodoviário de passageiro, ele é móvel. O operador se move. Desculpa, é apenas uma colocação que é o seguinte, eu brinco o seguinte, a ANTT é a única agência de varejo. As outras são de atacado. Só para o senhor ter uma idéia, um dia tínhamos uma reunião no Ministério Público aqui, e foram todos diretores gerais de agência. Foi ainda no governo passado, início de 2003. Aí o Zé Mário comentou o número das concessionárias autorizadas da ANEEL, não me lembro agora, mas era um número limitado aí, deixa eu exagerar no máximo uns 500. Até muito menos do que isso. Aí um outro comentou uma coisa, outro comentou outra coisa. Isso é Sebastião do Rego Barros, veio e disse o seguinte, até fez uma exposição, “porque a ANP tem o maior número de agentes. Tem 32 mil agentes. Você imagina o trabalho da ANP com os postos de gasolina”. Aí eu fui falar: são 830 mil na ANP. Agentes. São 830 mil operadores. No caso da

ANP, a segunda são 32 mil. Volto a dizer e eu tenho 127 fiscais. Se isso não for olhado de forma diferenciada, a ANTT será um problema, sim. Porque a grande fragilidade dela é fiscalização. Segundo aspecto, temos um problema, sim, em relação à autonomia. Talvez de todas as agências, a ANTT e a ANTAC é que tem menor autonomia. Porque as demais agências, por exemplo, preparam um plano geral de outorgas e encaminha. Uma vez eu tive a oportunidade quando eu estava ainda na ELETROBRAS, Senador, e numa reunião do CND se discutia essa questão e ouvia o plano de outorga se não me engano da ANEEL. Plano geral da outorga. Simplesmente dizia usina tal, usina tal, usina tal e usina tal. Olha o tempo que eu estou discutindo essa segunda etapa. E eu faço uma observação, eu faço uma coisa a mais aí vem outra. Por quê? Porque eu tenho que fazer um plano específico com todos os aspectos operacionais, técnicos, econômicos e financeiros. Isso gera reuniões infundáveis. Eu não consigo andar. Já vai fazer mais de um ano que eu tive autorização do TCU para publicar. O TCU já verificou tudo, agora volta tudo de novo--

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O senhor confirma que está pronto esse plano de outorga de 150 linhas...

SR. JOSÉ ALEXANDRE RESENDE: 163 linhas, plano de outorga de ônibus já foram encaminhados ao Ministério. O que diz a lei é o seguinte, a ANTT deverá encaminhar os planos de outorgas com as viabilidades técnico operacional e econômico-financeira detalhado, e é isso que dá um trabalho danado, ao Ministério e cabe ao Ministro autorizar. Uma vez até estive conversando com o Ministro. Ministro, se há uma linha já existente para que é que eu precisaria ter uma decisão do Ministro? Porque cabe ao Ministro, sim, definir o que é objeto de outorga de concessão. O Ministro deve dizer que o deve ser explorado diretamente pela União, o que deve se Delegado aos Estados e o que deve ser objeto de concessão. Se já foi definido que o transporte de passageiros de uma determinada linha será feito por terceiros, mediante permissão, então por que é que eu tenho que cada uma ter que pedir. Agora, essa amarração só a ANTT e a ANTAC tem. As demais agências não têm. Então a grande questão é essa. Eu detecto um problema concorrencial, e essas 163 linhas, tirando linhas que estão sendo operadas judicialmente, é isso. Eu vejo a necessidade de botar mais uma linha lá, manda para o Ministério. E fico no aguardo. Eu não posso fazer nada. Eu tenho que esperar isso. Linha por linha. Agora, só tenho isso na minha lei.

Então, esse aspecto é verdade. Foram 163 planos de outorga encaminhados ao Ministério. E eu continuo produzindo mais. Agora mesmo vai ter uma leva maior,

se não me engano, não sei o número de linhas que eu estarei encaminhando.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas há interesse por essas linhas de entrar? Há investidores?

SR. JOSÉ ALEXANDRE RESENDE: Veja, nada impede... Uma coisa é questão de concentração, outra coisa é questão de competição. Por exemplo, num aspecto, o Dr. Santolin conhece essa história aqui. Ligação Rio de Janeiro-Brasília, eram operados por duas empresas do mesmo dono. Eu chamei o dono da empresa e conversei com ele. O que ele me pediu? 180 dias para poder vender essa linha. E ele vendeu a linha a um terceiro que também é do setor. Esse que é o ponto. É do setor. Mas não operava aquela linha. O aspecto concorrencial do setor de passageiros se dá por linha. Então o fato de eu ter um terceiro, um segundo empresário operando da mesma linha, eu tenho uma competição naquela linha. Outra coisa é concentração.

Então, que o nós estamos fazendo? Eu tento atuar na área da competição. Mas eu não estou conseguindo atuar na área da concentração. Pelo contrário, até o que foi colocado aqui, a medida que tem player saindo, a tendência de setor é se concentrar. Então o que eu preciso, estou falando em nome da agência, o que eu precisaria é o seguinte, eu precisaria de uma política setorial definida que dê segurança institucional para que venham players. Se nós não sabemos se outubro de 2008 todos os contratos serão rescindidos ou não.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Dr. José Alexandre, desculpe minha ignorância. O que é players?

SR. JOSÉ ALEXANDRE RESENDE: Desculpa, são participantes. Agentes, concorrentes.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Porque eu não tenho a cultura do Dr. Delcídio.

SR. JOSÉ ALEXANDRE RESENDE: A culpa é minha de não estar usando a linguagem nacional, que é minha obrigação. [risos]

Bom, pra tentar ser rápido aqui. CREMA e concessão administrativa são coisas diferentes. É importante esse aspecto até para que não haja confusão. Quando você fala em concessão, quando a gente fala em concessão, concessão pressupõe a transferência da responsabilidade de gestão. E o financiamento do que é necessário ser feito.

Então, tem que haver a responsabilidade da gestão se transfere e o concessionário se financia de alguma forma que ele está executando. Vai receber mediante uma contraprestação ou mediante um pagamento que é uma contraprestação 100% que é administrativo ou

do pedágio. O CREMA, na verdade, é meramente uma contratação de obra de manutenção por prazo mais longo sem transferência de responsabilidade. Ou seja, é essa listinha que você tem que fazer. Se isso aqui o fizer e não atendeu, o problema não é meu. O DNIT que venha e faça um aditivo para atender, se ele quiser que eu resolva, ou chame um outro para resolver. Eu cumpro aquela relação de contrato.

Então, na verdade quando se fala em concessão, seja administrativa, seja simples, seja patrocinada, pela legislação, isso é assunto da ANTT. Não do DNIT. Quando se fala em contratação direta, sem transferência, CREMA, isso é DNIT. Essa é a diferenciação.

Bom, com relação ainda ao que o senhor mencionou da questão do TCU, quatro empresas faturam dois bilhões, não é bem assim, não. Na verdade houve uma confusão no TCU nesse acórdão porque ele não levou em consideração outros aspectos que poderia com mais calma lhe explicar. Mas existe sim a concentração, não estou dizendo que não. É que 26%... Quatro empresas. Não é bem esse número também, mas como eu falei, não estava na expectativa desse tipo de colocação, mas existe sim uma concentração. Novas licitações eu já citei, com relação a 98, as linhas que foram licitadas antes da agência, todas foram linhas não existentes. Quer dizer, ligações que não existiam. Linhas novas. Não houve nenhuma licitação em 98 no sentido de aumentar o número de agentes operadores naquela linha. Eram cidades não atendidas, por exemplo, Brasília-Carajás, que não havia. Aumento concentração já falei...

Bom, com relação ao custo que o senhor mencionou, o transporte marítimo é um aparato, sem dúvida alguma, depois vem o ferroviário, o mais caro de todos é o rodoviário, isso de uma forma genérica. Porque dependendo da distância, o rodoviário é muito mais barato que o ferroviário. E muito mais barato que o marítimo. O que demarca o modal de transportes ou o que deve definir qual é o modal é a característica da carga e a distância. Hoje o frete ferroviário é algo entre 27 e 25% menor do que o rodoviário, na seguinte condição, com uma pernada, e eu explico, com uma pernada e dois tombos. Isso eu vou explicar o seguinte. Quando o senhor pega um caminhão, o que a gente chama de tombo? Tombo é quando você faz a transferência de carga. Joga a carga no chão. Então você pega a carga e tem que botar no caminhão. Tem que pegar gente pra fazer isso. O caminhão chega no destino, gente tem que pegar carga e botar no chão. Gente ou guindaste. Isso é o tombo. A gente chama de tombo. Toda vez que tomba aumenta o preço. Quando você faz um transporte ferroviário, você tem na verdade uma pernada rodoviária, você tem que pegar o produ-

to, botar na indústria, no caminhão, seja por guindaste ou mão-de-obra, ele vai para a estação do trem, tem um tombo a mais para passar para dentro do trem. Aí há o transporte ferroviário em si, a ferrovia chega, ele tem que ser tombada, e depois tem que ser tombada para poder ir pro navio. No armazém.

Então, quando você fala, isso é um aspecto importante, o transporte rodoviário, recentemente o Presidente da República me chamou: “Como é que pode um negócio desse e tal?” “Presidente, tem duas coisas diferentes”. “Como é que é só 25, 27%?” “Calma aí. Se você pegar só o trecho ferroviário, comparar com o rodoviário, a diferença é muito maior”. Não tenho esse número de cabeça aqui, até porque não é assim que se negocia o frete ferroviário. Você negocia ele com tudo. É eu pegar a tua indústria, puxar no caminhão, estou te cobrando no frete esse caminhão, estou fazendo um tombo a mais, estou fazendo a ferrovia, faço um tombo no armazém e faço um tombo pra te entregar esse caminhão. Então quando eu faço isso tudo, a diferença fica entre 27 e 25%.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A diferença em favor...?

SR. JOSÉ ALEXANDRE RESENDE: Da ferrovia. Desde que eu tenha pelo menos 400 quilômetros. Se eu tiver menos do que isso, mandar direto é mais barato de caminhão. Então eu digo ao senhor o seguinte, há muitos anos atrás eu mexi com plástico. Era muito mais barato pra mim mandar de caminhão pra São Paulo do que pensar em mandar de trem. E vai ser sempre.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): De onde para onde?

SR. JOSÉ ALEXANDRE RESENDE: Rio-São Paulo. E sempre o será.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Muito mais barato o rodoviário.

SR. JOSÉ ALEXANDRE RESENDE: Por dois aspectos. Por conta da pequena distância, e outro aspecto, o volume. O senhor não imagina a composição hoje, e esse é um problema que a malha nordeste tem, se o senhor permitir não vou entrar muito em ferrovia não e Nova Oeste tem, nós temos nove concessões ferroviárias, sete estão maravilhosamente bem, duas tem problemas, e hoje, não dá para falar com trem com menos de cem vagões. Cem vagões são seis mil toneladas. Uma composição. E ele não deve andar menos de 400 quilômetros. Qual é a carga na região, não falo a Novo Oeste. Novo Oeste tem. No nordeste que tem mais de 400 quilômetros de distancia, e me enche pelo menos umas duas composições por dia para poder ir e voltar. Para poder ir e voltar. Por dia. 365 dias no ano. Seis mil toneladas. Só para o senhor ter uma idéia, na

ferrovia do Carajás, uma composição está operando com 360 vagões. Multiplica por 60 toneladas de peso líquido por vagão. Não é por... Líquido. São quase 20 mil toneladas de minério de ferro numa composição. Sabe quantas sai por dia? Sete.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas a conclusão é que o transporte ferroviário é inviável do nordeste?

SR. JOSÉ ALEXANDRE RESENDE: Eu não diria inviável, mas a viabilidade dele hoje estaria associado a muito poucos fluxos. Quando essas ferrovias foram criadas, Senador, desculpa, eu não queria entrar nisso agora, elas foram criadas para atender um ciclo econômico onde não havia automóvel. Então o trem na verdade ia para região, para não falar do nordeste, ia para região do Vale do Paraíba, no sul de Minas, pra quê? Para pegar café, levar carga geral, levar gente, porque ou ia por ali ou por charrete. Então a tarifa para passageiro era gigantesca comparativamente ao que seria hoje. Então é o único meio que tinha de transporte. A medida que eu o carro foi chegando para esse tipo de transporte é muito mais barato. E no mundo inteiro os trens eles estão se... A tendência deles é atender granel. Grande volume de granel de grande distância. E a questão é o seguinte, o ideal para um trem. Eu falei 400, mas o ideal para o trem é mil quilômetros.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Para viabilizar...

SR. JOSÉ ALEXANDRE RESENDE: Pra você ter um transporte ferroviário viável, e você efetivamente auferir o benefício de ter o transporte ferroviário.

Então, o grande problema é volume. O que se espera na malha nordeste? Se espera na malha nordeste com projeto da malha nordestina é chegar a regiões que possam ter esta característica. Então se vislumbra hoje naquela região de balsas, na região de Elizeu Martins, uma tendência de você ter um pólo que venha a dar volume suficiente para isso. Então se eu verificar bem, as ferrovias que fazem um grande volume de minério de ferro têm viabilidade, as ferrovias que têm um atendimento a grãos agrícolas têm viabilidade. O problema da Nova Oeste é diferente. Ela tem viabilidade, ali foi um outro problema de gestão.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): E o transporte de passageiros...

SR. JOSÉ ALEXANDRE RESENDE: O mundo inteiro tem diminuído cada vez mais. E eu tenho comentado até com o setor rodoviário de passageiro, eu brinco usando uma expressão mais direta, você é condenado ao fim. As linhas de pequena distância vão continuar, mas o fato é o seguinte, as linhas de longa distância para passageiros vão ser cada vez menores. Eu tive a oportunidade de um dia conversar

até porque ele é permissionário de ônibus, com o Dr. Nenê(F) Constantino, e ele estava me contando que ele foi encomendar 120 aviões para GOL. Mas tem aviões que só vai receber em 2012. Mas é a nova geração de aviões. Então os Boeings 737 vão ser de fibra de carbono. E com novo tipo de propulsão que vai permitir uma redução do consumo de querosene de avião, cair para 25% do que é hoje. Os preços da passagem vão desse tamanho. Desculpa ter... ido para outro assunto. Perdão. Mas Senador, estou a disposição do senhor o meu pessoal...

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Eu só gostaria de esclarecer, José Alexandre, esse número de Carajás. 352 vagões. E quanto por vagão?

SR. JOSÉ ALEXANDRE RESENDE: Varia, tem até vagão de 80, Senador. É que eu não quis errar aqui, mas a maioria de vagões é 60.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): 60 toneladas.

SR. JOSÉ ALEXANDRE RESENDE: Posso passar isso para o senhor, se o senhor quiser.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): E esse número que você falou aí da... Você ter minimamente uma composição você teria que carregar seis mil toneladas. É isso?

SR. JOSÉ ALEXANDRE RESENDE: Pelo menos cem vagões. Tem composição de 80 vagões que daria 4.800. Mas o ideal, o ideal é que a medida que vai reduzindo do cem você vai perdendo muito valor de frete. Esse que é o problema. E é muito rapidamente, Senador. Lá no nordeste trem operando com quarenta vagões já é uma coisa fantástica.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O senhor me deixou desanimado, mas eu vou me animar.

SR. JOSÉ ALEXANDRE RESENDE: Se o senhor quiser eu te animo mais depois. [risos]

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu vou levar um pessoal lá para ver se melhora essa situação.

SR. JOSÉ ALEXANDRE RESENDE: Desculpa Senador, mas acho que o grande mérito da questão da Transnordestina, não falo nem dos outros eixos que ela está mexendo, mas é expandir o mercado da malha nordeste a um ponto que venha a captar a carga--

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Outra coisa que eu quero conversar com o senhor, evidentemente que a culpa não é sua, é que deixaram de lado alguns Estados do nordeste. E entre eles logo o meu aqui, o Rio Grande do Norte.

SR. JOSÉ ALEXANDRE RESENDE: Mas vão ter que ter o compromisso de acertar isso tudo agora.

É o mesmo caso da Novo Oeste. O que nós estamos permitindo, Senador, na verdade é escalonamento. Mas os termos de ajuste de condutas já foram todos assinados.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Bom, gostaria de agradecer ao Dr. Newton Gibson, Presidente da Associação Brasileira dos Transportadores de Carga, ABTC, ao Dr. José Luiz Santolin, Diretor Superintendente da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros, ABRATI, agradecer ao Dr. José Alexandre Resende, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, agradecer também ao nosso querido Relator, Senador Garibaldi, agradecer a Assessoria aqui, a todos vocês que nos acompanharam, dizer que na próxima segunda-feira voltando às condições normais de temperatura e pressão, eu espero, nós estamos... Nós temos uma Audiência Pública marcada para as 17h sobre transportes ferroviários. E nós estamos convidando o Presidente da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários, ANTF, Dr. Benoni Schmitz Filho, o Presidente da Confederação Nacional dos Transportes, CNT, Dr. Clésio Soares de Andrade, o Presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA, Antônio Ernesto de Salvo, e aí Dr. Alexandre, nós iríamos convidar V.S^a. Como V.S^a esteve aqui hoje, nós também não queremos ocupá-lo por duas segundas-feiras. Então nós confirmamos o Dr. José Alexandre... Não, é se o Dr. José Alexandre não pudesse. Como o Dr. Alexandre topa vir uma segunda vez aqui na próxima segunda-feira, nós convidaremos o Dr. José Alexandre para falar de um tema, e é importante registrar, Senador Garibaldi, o José Alexandre é uma pessoa que tem uma grande experiência de transporte. Não só dos modais todos, ele é um homem também que foi ligado à área de energia, então tem uma experiência grande nessa área, e também conhece ferrovia como poucos. Porque ele inclusive comandou a rede ferroviária antes da desestatização da rede ferroviária federal. Portanto é um dos “expert” nesse tema e se ele vai estar presente aqui ele só vai, sem demérito aos demais, ao Noboru e aos membros da equipe de diretores lá da Agência Nacional de Transportes Terrestres a presença do Dr. José Alexandre será fundamental pela vivência e experiência que tem.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): E ele tem uma vantagem, depois de ter comandado tudo isso, ainda é jovem.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): É jovem. Portanto na próxima segunda-feira, dia 25 de junho, às 17h, Audiência Pública

sobre transportes ferroviários. Muito obrigado e uma boa noite a todos.

Sessão encerrada às 20h10

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

ATA DA NONA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE JUNHO, DE 2007, ÀS 17:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dezessete horas e trinta e nove minutos do dia vinte e cinco de junho do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral, reúne-se a Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios com a presença dos Senadores Romero Jucá e Valter Pereira. Deixam de comparecer os Senadores Inácio Arruda, Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho, Kátia Abreu, Eliseu Resende e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública a fim de debater a questão dos “Marcos Regulatórios”, tendo como tema foco o Setor de Transportes Ferroviários, em atendimento a deliberação da Subcomissão. Foram convidados o Sr. José Alexandre N. Resende, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT; o Sr. Benony Shmitz Filho, Presidente da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários – ANTF; o Sr. Clésio Soares de Andrade, Presidente da Confederação Nacional do Transporte – CNT; e o Sr. Antônio Ernesto Werna de Salvo, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. A Audiência Pública é realizada com a presença do Sr. Noboru Ofugi, Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, representando o Sr. José Alexandre N. Resende; do Sr. Rodrigo Vilaça, Diretor-Executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários – ANTF, representando o Sr. Benony Shmitz Filho; do Sr. Bruno Batista, Diretor-Executivo da Confederação Nacional do Transporte – CNT, representando o Sr. Clésio Soares de Andrade; e do Sr. Renato Voltaire Barbosa Araújo, Consultor da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do

Brasil – CNA, representando o Sr. Antônio Ernesto Wer-na de Salvo. Após a exposição dos convidados, usa da palavra o Senador Valter Pereira e, ainda, o Presidente da Subcomissão, Senador Delcídio Amaral. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Delcídio Amaral**, Presidente da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Havendo número regimental declaro aberta a 9ª da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, a realizar-se em 25 de junho de 2007, às 17h00, na Sala de Reuniões nº. 19, Ala Alexandre Costa. Antes de iniciarmos nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Eu gostaria de registrar aqui que a Audiência Pública de hoje tem como foco o setor de transportes ferroviários. Temos aqui como convidados o Dr. Noboru Ofugi, Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres, velho companheiro, guerreiro da área de transportes; o Dr. Rodrigo Vilaça, Diretor Executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários; o Dr. Bruno Batista, Diretor Executivo da Confederação Nacional de Transporte; e o Dr. Renato Voltaire Barbosa Araújo, Consultor da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil. Eu gostaria de convidá-los aqui a compor a Mesa de trabalhos. Cadê o negócio do Walter? Vamos dar um espaço maior, não é? Ou o Walter se importa? Walter...

E eu gostaria de fazer um registro até da ausência do Relator, Senador Garibaldi Alves, que por razões pessoais absolutamente justificáveis não pôde estar aqui conosco, e o Senador Valter Pereira será o Relator, excepcionalmente será o Relator dessa Audiência Pública que nós estamos realizando. E eu quero agradecer, meu caro Senador Valter Pereira, pelo... Mais uma vez por ter colaborado conosco. V.Exª. que é um homem competente, é um homem de bem e que honra o nosso Estado, o Mato Grosso do Sul. Eu gostaria só de aqui anunciar que nós ouviremos inicialmente o Dr. Bruno Batista, depois o Dr. Renato Voltaire Barbosa Araújo, depois o Dr. Rodrigo Vilaça, e por último o Dr. Noboru Ofugi. Eu passo a palavra para o Dr. Bruno Batista, Diretor Executivo da Confederação Nacional

dos Transportes, e V.Sª. tem 20 minutos para sua exposição. Só lembrar, Dr. Bruno, que quando bater 19 minutos toca uma... Não se assuste, mas o senhor tem todo o tempo do mundo para fazer a exposição.

SR. BRUNO BATISTA: Bom, primeiro lugar boa tarde a todos, obrigado Senador Delcidio pelo convite. Eu estou aqui representando o Dr. Clésio, Presidente da Confederação Nacional do Transporte. É uma satisfação muito grande poder contribuir com os trabalhos da Comissão. Bom, a CNT foi convidada então para debater o assunto ferroviário e esse convite acabou vindo num momento bastante oportuno. A CNT no final de 2006 realizou um trabalho bastante grande em parceria com a própria ANTF, cujo Rodrigo é Diretor Executivo, então o nosso intuito foi atualizar os dados do setor ferroviário a partir de uma pesquisa que já havia sido realizada em 2002. Então, esse material está até disponível para os Srs. Senadores; hoje ele se constitui um dos materiais mais atualizados a respeito do setor ferroviário brasileiro. Então a respeito disso, sobre esses dados que eu passo então a apresentação dos principais resultados da pesquisa ferroviária CNT 2006.

A apresentação então vai estar dividida nesses cinco pontos: uma introdução; é um panorama geral do sistema ferroviário no Brasil; avaliação dos principais corredores ferroviários; avaliação do nível de serviço, já que os usuários também foram contemplados e as principais conclusões. Os objetivos da pesquisa foram quatro basicamente. O primeiro deles, identificar as alterações ocorridas no setor ferroviário nos últimos anos, face à concessão da atividade ferroviária para a iniciativa privada; a avaliação de desempenho das concessionárias nos principais corredores ferroviários do País; avaliação do nível de satisfação dos clientes e a identificação dos principais entraves, o que ainda prejudica quais são os problemas a serem superados no setor ferroviário hoje no País. Tem uma imagem que não está aparecendo... Você quer tentar pegar aqui do *pen drive*. Bom, de qualquer forma a gente segue. O sistema ferroviário brasileiro hoje está composto de 29.487 quilômetros. A movimentação ferroviária tem crescido ao longo dos últimos anos e em 2005, que são os dados mais recentes, totalizou 222 bilhões de TKU. O minério de ferro ainda constitui o principal produto transportado, com 67% de todo o volume. E o processo de desestatização das ferrovias, que é o que mostrava essa imagem que não está aparecendo aí abaixo, se constituiu num marco de ganho de desempenho da atividade ferroviária no Brasil. Então, o sistema ferroviário brasileiro hoje está constituído em 12 malhas, são 12 malhas concessionadas. São 11 concessionárias privadas e uma empresa pública que

é a VALEC que administra a ferrovia norte-sul. Existe, evidentemente, como pode ser visto aqui pelo próprio mapa uma concentração da malha ferroviária brasileira nas regiões Sudeste e Sul; a malha Nordeste não é tão densa quanto nessas regiões. Existe uma concentração bastante pequena aqui na região Norte dada a expansão em ritmo ainda baixo da ferrovia norte-sul. Os principais entraves identificados pela pesquisa. O primeiro deles, invasões de faixa de domínio, vocês vão poder ver nas fotos ao final da apresentação; as passagens de nível críticas, que são zonas de problema, de intervenções não muito bem resolvidas entre a ferrovia e as rodovias, com as próprias ruas nos grandes centros; existem ainda gargalos logísticos e operacionais relacionados ao número de terminais, sua quantidade de terminais e o tamanho deles próprios; existem gargalos operacionais em termo de compartilhamento de linha, por exemplo; e foi identificada, então, na pesquisa também, que existe uma grande necessidade de expansão e de integração da malha ferroviária.

A malha ferroviária brasileira face o tamanho do Brasil ainda é bastante pequena e existe a necessidade de integração da malha hoje existente. Existem problemas de regulamentação do setor e o material rodante e equipamento ainda é insuficiente em termos de produtividade na comparação do Brasil com os Países mais desenvolvidos. Em relação ao desempenho dos corredores ferroviários. A pesquisa avaliou então a operação dos 13 principais corredores que totalizam praticamente 19 mil quilômetros de ferrovia, 64,3% da malha ferroviária nacional. Avaliou também o nível de serviço aos clientes e a coleta de dados, como eu disse, foi feita no final do ano passado, foram entrevistados 211 clientes, um percentual de 76,2% da amostra. Na verdade, a preocupação maior foi identificar dentre a totalidade da malha ferroviária brasileira os trechos em que efetivamente se movimenta mais, onde é que estão os principais atores, os principais usuários, as principais concessionárias e qual nível de serviço que é oferecido. Aqui só para sintetizar os aspectos metodológicos da pesquisa, foi feito um questionário e definição de amostra... Incongruência com a definição dos próprios corredores, foi feita aplicação do questionário, coleta de informação junto às concessionárias, foi estruturado um banco de dados, a partir dele foi feita uma análise do serviço prestados, e análise do desempenho dos corredores, avaliação dos gargalos e a produção do relatório final, que se encontra com vocês. Especificamente em relação ao desempenho dos corredores, foi verificado que existe uma grande variabilidade nos tempos de viagem. Quando se analisa isoladamente esses corredores, isso vai ser mostrado numa tabela adiante, o que se verifica é que ainda há uma grande

variabilidade devido aos problemas operacionais que ainda não foram resolvidos, do tipo: traçados que não são retificados, traçados muito antigos, rampas bastante inclinadas, rampas construídas, projetos de ferrovias que foram concluídos no início do século passado que ainda mantém o mesmo traçado; então tudo isso provoca queda de produtividade que resulta nessa grande variabilidade nos tempos de viagem. As médias de velocidade operacionais dados esses problemas ainda são bastante baixas. Ainda existem problemas de acesso e também de tráfego compartilhado nos principais acessos portuários, vide por exemplo o Porto de Santos, o maior porto do País, as cargas para chegar em Santos têm que passar por São Paulo, que é uma linha compartilhada com a CPTM, então os trens não têm livre acesso e nem saída do porto de Santos; esse é um problema.

Os principais indicadores avaliados de produção TKU, tonelada quilômetro útil, foi avaliado o volume transportado, a extensão da malha, o número de terminais, a velocidade média comercial, o tempo médio de percursos e o peso médio por eixo. Aqui na identificação dos principais corredores avaliados. Corredor São Luis, aqui abrangendo Pará, Maranhão e a divisa com o Estado do Tocantins, as concessionárias são VALEC e AFC. O Corredor Intra-regional Nordeste, composto basicamente pela malha da Companhia Ferroviária do Nordeste. Corredor São Paulo-Nordeste que é operado pela FCA. O Corredor Vitória que é um trecho de Vitória a Minas e da FCA, que liga a região Centro-oeste, Brasília, Goiás, leste de Minas... Desculpe, oeste de Minas até o porto de Vitória. Corredor São Paulo-Centro-oeste que faz a ligação da parte central do Brasil com o Porto de Santos. Corredor São Paulo-Rio de Janeiro, operado pelo RMS e também por FERROBAN. Corredor Belo Horizonte-Rio de Janeiro, operado pela MRS. Os dois corredores: Santos, Bitola Estreita e Bitola Larga, operados por FERROBAN, NOVO OESTE, MRS e também FERRONORTE; aqui, sim, exige o escoamento de safra do Mato Grosso do Sul até o porto de Santos, e aqui também da região nordeste do Mato Grosso do Sul, região sudoeste de Goiás até porto de Santos, região grande produtora de grãos. Corredor Paranaguá, operado pela ALL e pela FERROPAR. Corredor São Francisco do Sul, operado pela ALL. Corredor Imbituba, operado pela FERROVIA TEREZA CRISTINA, e Corredor Rio Grande operado pela ALL. Na análise específica dos corredores, o desempenho desses corredores então, como havia dito, existe uma grande variabilidade nos tempos de viagem. As médias de velocidade operacionais ainda são baixas existe aquele problema mencionado do tráfego compartilhado e também questão de acesso portuário.

Isso pode ser verificado nessa tabela em que se tem a identificação dos corredores, a média de velocidade, a velocidade máxima atingida em cada um deles e a velocidade mínima.

Então só para efeito de comparação, a velocidade máxima aferida nos corredores ferroviários está aqui no corredor Vitória, de 60 quilômetros por hora, a velocidade mínima verificada Corredor São Paulo-Centro-oeste média de 7,6 quilômetros por hora, velocidade muito baixa. Fazendo uma análise um pouco menos pontual, o que se pode ver é que na velocidade média dos corredores existe também uma variação muito grande, de 29 a 10 passando a 31 ou a 28. Tudo isso gira em função dos traçados, mais ou menos atualizados pelas concessionárias; a questão de invasões de faixa de domínio; a questão de pontos críticos, porque o que se observa é quanto mais problemática, quanto maiores as intervenções na operação da ferrovia, maiores essas variações de tempo. E entendendo isso dentro de um processo logístico de distribuição de mercadorias, quanto maiores essas variações, mais cara fica a operação pelo transporte ferroviário, o ciclo de produção das concessionárias fica mais longo. Eu preciso colocar mais componentes, mais vagões, mais locomotivas para poder produzir um índice do que se teria com o sistema otimizado. Próximo. Existe então a necessidade de se solucionar restrições geométricas e passagens de nível. Foram identificadas 12.400 passagens de nível, que são os cruzamentos rodoferroviários, neles existem problemas de sinalização, de identificação de prioridades, e dessas 12.400 2.503 são críticas. Além disso, existem 434 invasões na faixa de domínio. Vocês vão poder ver nas fotos no final que as invasões na faixa de domínio chegam a criar situações absurdas de que a população vai construindo pela própria falta de planos diretores nas cidades, existe uma ocupação que chega às margens dos trilhos das ferrovias. Tudo isso faz com que ao atravessar essas áreas as composições tenham que baixar a velocidade operacional para não causar uma série de acidentes em cascata. Uma outra questão é que existe a necessidade de redução dos tempos de viagem que só vai ocorrer com a solução desses problemas. E existe, evidentemente, a necessidade de diretrizes mais claras do Governo em relação à composição modal do País, qual vai ser o papel das ferrovias, esse papel tem sido ampliado nos últimos 10 anos, via investimento do setor privado.

Agora, existe a necessidade do Governo fazer um planejamento de mais longo tempo no sentido de ampliação da malha e resolução desses problemas. Próximo, nível de serviços dos clientes. Essa parte da pesquisa então avaliou, com os usuários do transporte ferroviário brasileiro, quais são as suas caracte-

terísticas e qual o seu nível de satisfação. Então, dos clientes que utilizam o corredor, os principais produtos transportados são o minério e soja mais combustíveis. Principais formas de acondicionamento. Ainda existe a predominância do granel, até pela própria composição desses produtos, mas foi verificado também um crescimento agora em relação a contêineres e *pallets*. A interpretação que se dá para esse tipo de forma de acondicionamento é que lentamente a ferrovia começa a agregar novos usuários de produtos que não são granéis. Então, o setor industrial começa a enxergar na ferrovia uma possibilidade de transporte eficiente e competitiva; e, existe o aumento da utilização do sistema ferroviário nos últimos cinco anos como resultado disso. Então, o que se vê, por exemplo, nessa tabela em relação ao tempo de utilização do corredor. Vamos pegar, por exemplo, quem utiliza ferrovia de oito a dez anos, o que se observa é que existe lentamente uma concentração maior de usuários. Esses usuários de cinco a sete anos são aqueles que já pegaram o processo de concessão de ferrovias já instalado; então, existe uma concentração cada vez maior desses usuários. O que se observa é aquela empresa, aquela cooperativa, que inicia o seu transporte por ferrovia, ela dificilmente deixa de utilizar esse tipo de serviço, dadas as várias vantagens em termos de segurança no transporte, de capacidade de acondicionamento maior e, em alguns casos, de preço mais competitivo. Aqui foi avaliado então alguns entraves para a utilização em maior escala. Um principal item que pode ser destacado aqui em amarelo em todos os corredores está relacionado ao custo do frete. Só que aí vale a pena não analisar só esse dado sem fazer uma correlação do por que que isso ocorre. Ora, a modalidade ferroviária de transporte ela é competitiva em todos os lugares do mundo? Em longas extensões, transporte de massas, transporte de grandes quantidades. Por que é que no Brasil o custo do frete torna-se um empecilho grande para a maior utilização do setor ferroviário? Na verdade a explicação primordial para essa situação não se encontra no próprio setor ferroviário, mas no setor rodoviário. Por que o quê acontece? Dada a falta de regulamentação do transporte rodoviário de cargas, em várias situações, o transporte rodoviário opera com preços menores do que o preço do transporte ferroviário. Por que isso ocorre? Porque o acesso à entrada de novos Agentes no transporte rodoviário não encontra barreira nenhuma, então o custo, muitas vezes a pessoa pega um caminhão antigo que não faz manutenção, o operador não tem que fazer nenhum curso, não tem que lhe oferecer nenhum tipo de capacitação especial, então o preço que ele cobra do frete não remunera nem a manutenção do próprio veículo. Ele não consegue acumular

recurso para comprar um caminhão mais novo e ele entra num mercado bastante competitivo em que ele acaba canibalizando grande parte da mercadoria que, na verdade, poderia ser transportada de forma mais competitiva pelo transporte ferroviário. Então, esse custo do frete tem que ser entendido dentro desse cenário. Próximo. Relação nível de serviço oferecido aos clientes; relação infra-estrutura e a parte operacional. Existe a utilização crescente dos terminais próprios ou terceirizados, foi verificado, então, que já existe uma tendência dos principais operadores de construir terminais próprios e de fazerem contratos de 20, 25 anos com as ferrovias. Os níveis de satisfação foram verificados nos principais corredores como sendo maiores que 60%. A mão-de-obra ferroviária que foi um dos itens que mais cresceu no cenário pós-concessão, dada a maior eficiência dos funcionários que permaneceram em operação, resultou também num melhor nível de satisfação aos usuários. E existe também uma programação de viagens que atende às necessidades dos clientes. Evidentemente que com a solução dos problemas operacionais e os problemas de infra-estrutura de ferrovia, com a oferta de uma malha mais ampla, com a oferta de novos serviços, de veículos e de composições mais ágeis que não enfrentam aqueles gargalos que foram mencionados, existe a grande tendência de o transporte ferroviário abocanhar uma parcela ainda maior do transporte de cargas. O tempo médio de viagem. Então, como foi mencionado, ele atende, que são os percentuais em amarelo, atendem em grande parte as demandas dos usuários. Próximo. Existe uma boa aceitação dos serviços complementares de coleta e entrega das mercadorias, a tradução disso é a integração entre modalidades, algumas concessionárias já oferecem serviços extra, fora aqueles vinculados diretamente às ferrovias. Os prazos de entrega são cumpridos para 75% dos clientes, esse é um índice que ajuda a explicar o percentual de 60% de satisfação, e os investimentos dos clientes ainda são bastante restritos dada alguma insegurança que ainda existe em relação à expansão do setor ferroviário no País. A integridade das cargas, em amarelo, pela própria operação ela é boa na esmagadora maioria das avaliações. A competitividade do sistema. 18% dos clientes transportam de 61 a 80% da produção por ferrovia; esse é um índice que tende a crescer. A avaliação com a aferição feita em 2002 ele cresceu substancialmente, e a tendência é que quanto maior seja a confiabilidade dos operadores com o sistema, maior seja esse número. A questão das tarifas foi o que comentei, elas ainda são consideradas elevadas ou moderadas em relação aos demais modais, principalmente rodoviário, e existe ainda uma baixa utilização

de intermodalidade, que se traduz no problema crônico do País de oferecer terminais multimodais para que possam ser aproveitadas as melhores características de cada tipo de transporte. A imagem das concessionárias nos anos entre 2004 e 2006 melhorou, essa é uma resposta clara ao mercado pelo investimento que tem sido feito pelas concessionárias do setor. E passamos então para a parte final que são as conclusões. Os resultados das concessões ferroviárias foram positivos nos últimos 10 anos, e isso é uma avaliação muito boa, um sinal, um reflexo, bastante positivo da adoção de concessões de transporte no Brasil. O crescimento da atividade ferroviária no Brasil vai depender evidentemente de ajustes tributários, ajustes regulatórios, físicos e também operacionais. Existe a necessidade de construção de variantes, já que ainda alguns pontos bastante críticos de estrangulamento na nossa malha, e também a questão de investimentos para a ampliação da malha e construção de terminais intermodais. É uma questão prioritária que vai demandar bastante atenção do Governo se pretender que o transporte ferroviário cresça e possa contribuir de forma mais significativa para o País. Valores estimados para os projetos, para solução dos gargalos logísticos 4,2 bilhões, para a expansão de principais projetos mais 9,4 bilhões. É necessário que esse planejamento seja estruturado e que se faça a médio e longo prazo, já que a própria construção de ferrovias não se dá um ritmo tão grande no Brasil. Existe a necessidade de execução de convênios e programas visando solucionar os entraves; isso vai passar pela atuação da Agência, do Ministério e também dos operadores. E também existe a premente necessidade de aplicação de recursos públicos na expansão da infra-estrutura ferroviária, já que grande parte dos investimentos feitos nos últimos dez anos tem saído das próprias concessionárias. Bom, essa na verdade é a síntese dos dados da pesquisa que vocês têm em mãos, a pesquisa está disponível também no nosso *site*, a CNT fica à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas, e muito obrigado pela oportunidade. Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Dr. Bruno. Nós inclusive já tínhamos conhecimento desse trabalho desenvolvido, esse bom trabalho, mais esse bom trabalho desenvolvido pela CNT. Inclusive isso aqui foi motivo de um artigo extenso no próprio Jornal do Senado, que foi feita uma matéria extensa, analisando os dados dessa pesquisa. E, portanto, é um trabalho de extrema valia para todos nós. Eu gostaria de passar a palavra agora ao Dr. Renato Voltaire Barbosa Araújo, Presidente da Confederação Nacional... Aliás, Consultor da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil.

SR. RENATO VOLTAIRE BARBOSA ARAÚJO:

Senador, eu faria o pedido no seguinte, eu estou representando a CNA, e sou Diretor Técnico da Associação Nacional dos Usuários de Transporte de Carga, e fui Secretário-Executivo da Agência Reguladora do Rio de Janeiro. Eu acho que... Eu não trouxe para cá uma apresentação feita e estou... Gostaria que se o Rodrigo não se opusesse, até para ele fazer a apresentação dele primeiro, que ele tem uma apresentação formal, para que a gente possa melhor comentar esse processo que eles estão fazendo, como a gente acabou vendo da CNT. Será que o Rodrigo teria algum impedimento? Então, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Então, com a palavra o Dr. Rodrigo Vilaça, Diretor Executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários.

SR. RODRIGO VILAÇA: Senador Delcídio, Senadores aqui presentes, obrigado pela oportunidade. Estou representando o Presidente do Conselho da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários, Benony Schmitz, impossibilitado de comparecer na data de hoje a essa audiência, e vamos procurar de forma muito objetiva tratar o tema marco regulatório como nós concessionários enxergamos. A ANTF é uma associação que congrega as principais e todas as concessionárias privadas no setor ferroviário de carga no Brasil - privadas sobre a forma da concessão, não de privatização - e que são hoje responsáveis por esses 28 mil quilômetros na mão da iniciativa privada há uma década, no intuito de recuperar o sistema ferroviário brasileiro e dar um novo alento a essa alternativa de transporte para o sistema privado brasileiro, público brasileiro, no intuito de atendimento às necessidades dos nossos clientes. Vamos tratar do marco regulatório, o marco regulatório, por favor... A definição que nós entendemos é que estabelece critérios regulamentadores fundamentais da atividade, no caso a nossa atividade ferroviária, sobre a ótica do poder concedente de nós concessionários e dos nossos clientes, que são os principais usuários e formadores de opinião deste serviço que nós executamos. E como ponto motivador desse marco regulatório, a gente tem e procura e considera fundamental, atualmente, esse ambiente, em ter o ambiente propício à segurança jurídica na atividade própria que nós buscamos, e fomos ao Governo Federal no intuito de recuperar esse sistema ferroviário brasileiro. Eu diria que é fundamental, mas atualmente é o mais oneroso que nós temos. Os imbróglios jurídicos, a dificuldade que nós estamos tendo na gestão dessa recuperação, como eu falei, é muito grande. O embate jurídico em todos os campos tem sido uma pedra muito grande dentro do nosso sistema.

Viabilizar a atração de investimento no setor, além do que já vem sendo investido, vale a pena destacar um número recente.

Nós fizemos um levantamento que apenas nesse ano deveremos investir privado, 3 bilhões e meio de reais, no sistema ferroviário brasileiro. Quando remontamos a primeira década chegamos a 12 bilhões de reais e mais 6,2 bilhões em impostos que foram à União. Então num total, nós já temos só na primeira década cerca de 18 bilhões de capital privado que foi investido no sistema ferroviário brasileiro. Sistema que é público, que pertence à União, naturalmente pertence a todos nós brasileiros. O marco tem o objetivo de criar esse contexto favorável à integração, sem dúvida nenhuma, não só entre nós, ferrovias, mas entre os meios de transporte, entre os modos de transporte para que a gente consiga, através dessa interação, dessa integração e interação, atingir e obter melhores resultados econômicos propriamente dito, para que com isso a nossa matriz possa vir a ser alterada e conseqüentemente nós possamos fazer um serviço a mais do que propriamente somos e fazemos hoje, que é o de transporte ferroviário de carga. Hoje todas as ferrovias têm um papel e um cunho de operadores logísticos, indo adiante de sua fronteira na busca de oportunidades e de favorecer um ambiente cada vez mais competitivo e cada vez mais oportuno, principalmente para os usuários. Habilitar investidores a aplicar recursos no setor. Isso tanto... Nós temos trabalhado muito nesse item, tanto público/privado, já temos demonstrado isso. Público, nós temos questionado muito o Governo Federal para que atente com um programa de maior detalhamento para a recuperação das suas obrigações contratuais que fazem parte do objeto do contrato, que é a recuperação do sistema, principalmente nesses três problemas que foram elencados pela CNT, que são as invasões de faixa de domínio, as travessias e contornos urbanos, e principalmente na ampliação da malha que é responsabilidade da União e fazem parte do contrato original de recuperar, principalmente, onde a malha existe e onde a malha atua, para que a gente tenha esses gargalos eliminados. Vale lembrar que o setor, como eu já disse, gerou esses 18 bilhões de reais ao sistema, 6,2 bilhões apenas de impostos, e que o Governo não retornou absolutamente nada para o sistema ferroviário brasileiro. Em nenhuma situação em que provocasse o desenvolvimento dessa infra-estrutura dos recursos que nós, ora, já provemos o Governo nessa primeira década de serviço concedido à iniciativa privada. É uma preocupação que nós temos e é uma visão que o setor se debate nos seus principais argumentos, de que nós tínhamos que no mínimo retornar o investimento

daquilo que o próprio setor gera, como, por exemplo, o pagamento de 447 milhões de reais ao Governo Federal no ano passado a título de concessão e arrendamento da malha. Se nós tivéssemos esse volume de recursos, no mínimo, dentro da Diretoria do DNIT ferroviário para nós recuperarmos o sistema que é da União, que pertence à União, com certeza nós já teríamos um avanço significativo para desengargalar todo esse sistema ferroviário brasileiro. Situar o transporte ferroviário no cenário de estabilidade negocial. Sem dúvida nenhuma, é dentro desse universo que a gente procura dar essa estabilidade e ela, de novo, que é o nosso foco principal, é e tem um intuito maior junto aos nossos usuários. Porque nós dependemos deles para com essa garantia de que nós podemos fazer esse sistema funcionar, que nós recuperamos o sistema, que nós os fazemos ser alimentados por produtos que podem ser transportados pela rodovia, possa ter dentro dessa situação uma estabilidade que propicia essa forma negocial e comercial de maior longo prazo, para que nós possamos acelerar esses processos de melhorias dentro do sistema ferroviário brasileiro. E o marco regulatório, ele é baseado dentro de uma definição de instrumento legal que vai reger essa atividade. É claro para nós também que ele é inovador, mas tem que ser fundamentado, e aí o nosso ponto no que já existe, no que já existia, como regulamentação do sistema ferroviário brasileiro, mas não o impede de ser revolucionário, na medida em que ele traz a modernização, traz o valor presente, traz ao dia de hoje as novas realidades que nós possuímos e como essa movimentação ferroviária vem existindo, vem acontecendo. Esse marco também está ligado à sua extensão e ao seu alcance dessas práticas de regulação, que é algo que nós temos nos batido muito, até porque nós temos uma Agência reguladora, como nós vamos ver um pouco mais para frente, criada posteriormente ao processo final das concessões ferroviárias brasileiras com três anos e meio, quatro anos, após esse fim de processo. O que nós precisamos ajustar, esse tempo que ficou para trás, e estamos fazendo isso, e acelerar pra que a gente tenha a visão das próximas duas décadas mais clara ainda do que nós poderemos vir a fazer. Esse marco regulatório também é baseado no estabelecimento de diretrizes gerenciais, de macrodiretrizes para o setor, a fim de que possa servir de fundamento para o marco regulatório como um todo. E aí nós temos essa questão da história do regulamento dos transportes ferroviários, baseado nesse Decreto de 1996 que disciplina essa regulamentação básica. E o RTF, que é o Regulamento do Transporte Ferroviário, ele trouxe em 95, no ano de 95, esse conjunto de ações ou de determinações que formavam esse

contrato de concessão e traziam para ele esse aparelho regulatório. Foi aí que se começou a trabalhar essa questão da regulamentação do setor, dentro de 92 a 96, quando se iniciou, as ferrovias foram levadas para o plano nacional de desestatização; foi a base desse edital e licitação de contratos de concessão ferroviária. Em 2001, o aparelho regulatório do setor passou a ser complementado por normas que eram baixadas pelo Ministério dos Transportes, até então o gestor dessa situação.

E aí, como eu disse, a partir de 2002, a atribuição de regular passou... Do transporte público ferroviário de carga e terrestre, passou a ser dividida com a ANTT e passou a ser realizada pela ANTT. Vale lembrar que nós ainda temos mais 20 anos de concessão. Vale lembrar que é importante para que todo setor possa acelerar seus projetos de crescimento, para que a gente conclua num tempo mais curto possível essas normas, para que nós possamos ter os horizontes mais bem definidos de como será esse processo de entrega ou de possível e eventual postergação de novo prazo de contrato da concessão, daqui a 20 anos, que se inicia daqui a 20 anos, para que nós possamos ter esse planejamento que todos nós falamos do setor de logística e transporte, que nós sentimos falta hoje por parte do Estado, parte do Governo, da autoridade máxima, no sentido de visualizarmos aquilo que veremos no futuro, de que ações o Governo irá realizar, para que somadas as iniciativas privadas possam vir a trazer os resultados que nossos clientes desejam e que o sistema como um todo quer, deseja ver funcionando. Que possibilite a mudança da matriz de transporte e, com isso, consiga trazer resultados mais positivos para essa movimentação, não só ferroviária, mas logística do País. Ações complementares dentro do marco regulatório da ferrovia, das concessionárias, elas estabeleceram, conforme algumas peculiaridades operacionais e gerenciais, um regulamento de operações em cumprimento ao Art. 67 da RTF, que determina o estabelecimento de normas complementares. É nesse item que a gente trabalha para que possamos agir o mais rápido possível em conjunto com a nossa Agência e trazer isso de forma mais rápida e, conseqüentemente, de mais resultado para o próprio sistema ferroviário brasileiro, o próprio sistema de transporte. Vale destacar que o processo de desestatização viabilizou parcerias para desenvolver o setor, sem que o poder concedente renunciase ao domínio e titularidade do serviço. Vale destacar aqui novamente, e nós gostamos de endossar esse conceito, que nós estamos atuando num bem público, num bem da União. Todo e qualquer benefício que seja e toda e qualquer reivindicação que o setor provoca tem um único objetivo, não é apenas melhorar a ope-

ração propriamente dita das nossas concessionárias, das nossas ferrovias, é viabilizar o que o nosso cliente anseia, que o nosso cliente vem colocando a nosso desafio, nos provocando, para que a gente consiga fazer a utilização do sistema ferroviário, evoluir como evoluiu de 98, 97, 96, na primeira década, quando nós demos um salto de 18% para 25% da matriz de transporte brasileiro.

Tudo isso é fruto de um trabalho de recuperação de clientes, da revitalização dos mesmos para com a credibilidade que o sistema ferroviário vem fazendo, e principalmente na aquisição e na busca desses novos clientes usuários, tradicionais ou não, do sistema ferroviário, para que venham se utilizar de forma única ou integrada, como busca de oportunidade nas suas movimentações logísticas efetuadas no seu dia-a-dia, nas suas operações de médio e longo prazo. E é daí que a gente faz a colocação de procurar ter esse horizonte mais claro, mais bem definido, o quanto antes o mais rápido possível, para que a gente tenha essa segurança de aplicar, e junto até mesmo dos nossos clientes não levarmos tanto tempo na definição de um novo terminal, de um ramal ferroviário, na mudança de um aparelho de mudança de via ou mudança de trilhos, ou de qualquer outra situação que provoque atraso nesse projeto individual, vamos chamar assim, de um determinado cliente. Para que acelere, e assim a gente consiga dar e atingir cada vez mais as nossas metas e os nossos compromissos regulares com a Agência. E daí, de forma resumida, ressaltar que nós temos que ter, sim, um plano de logística no País, de médio, longo, longuíssimo prazo, aliado a esses marcos regulatórios muito bem definidos, muito bem elaborados, rapidamente elucidados, para que o sistema funcione de forma única, de forma contínua e sem nenhum desprendimento do que possa vir a ocorrer. E as considerações finais, dois *slides*, por favor. São que a atividade de transporte ferroviário é muito antiga no nosso País, mas a Legislação específica precisa acompanhar a sua evolução. É aquilo que eu falei, nem tudo está vindo na mesma rapidez que nós gostaríamos. E essas necessidades estão sendo postas, estão sendo lidadas à nossa Agência e aos órgãos envolvidos do setor, para que possa de maneira, de forma macro mesmo, seja visto, seja visualizado, não esquecendo que este patrimônio é da União. Que a União tem que ser a gestora do negócio ferroviário no Brasil, não os Estados e Municípios como tem ocorrido em algumas situações, que interfere diretamente no sistema ferroviário brasileiro. Há de se destacar e há de se endossar que é necessário, que esse é um dos pontos que a gente coloca ao senhor, Senador, de que a União é que seja a única responsável pelas

determinações, conseqüentemente com a ANTT, no que se refere ao sistema ferroviário brasileiro. Nós não podemos ficar nas interferências, e Municípios e Estados interferindo, no sistema ferroviário brasileiro, com determinações e normas e leis que afetam o sistema ferroviário como um todo. Isso dificulta muito as nossas operações, um exemplo disso é a buzina. A proibição do uso da buzina do trem ou da locomotiva em determinados horários e em determinadas cidades, o que tem feito... Nós temos dificuldades na iluminação jurídica desse problema, porque nós entendemos e somos sabedores de que essa responsabilidade é da União. E outros exemplos mais, poderia citá-los, desse problema. E existem pontos a serem aprimorados, como já foi citado pela própria pesquisa da CNT, como um direito de passagem, que vem sendo bem trabalhado; o tráfico mútuo; a ocupação dessas faixas de domínio na ferrovia, que é um problema seriíssimo, nós não temos poder de Polícia para tanto. Vale destacar que nós temos um trabalho e apoiado a iniciativa da Polícia Ferroviária Federal, que teve finalmente pelo Governo Federal uma situação de institucionalização pelo Ministério da Justiça. Uma batalha e um sucesso que nós atingimos nesse período, porque vai dar o poder de Polícia que nós precisamos para evitar esse tipo de ocupação ou acidentes ou uma série de outras situações. E nesse conjunto de todos a gente tem a necessidade dessa fixação de balizas gerais ou de pelo menos dos instrumentos básicos que nós temos, no escopo básico da nossa concessão, nós chamamos do esqueleto, por parte da Agência reguladora, e suas relações com outras entidades ou diretamente envolvidos com o sistema ferroviário brasileiro hoje, que são inúmeras; haja visto o problema da Rede Ferroviária Federal, que hoje nós temos seis interlocutores e não apenas mais a Rede Ferroviária Federal.

É um conjunto de entes, de entidades públicas, que gerem esse sistema, que fazem também da parte burocrática, travar o sistema operacional propriamente dito, que vai bem, muito bem dentro do que nós temos, dentro do que nós tínhamos e do que nós ainda temos proposto a fazer. Vale destacar que a gente tem que atuar mais fortemente nisso, no sentido de que essas bases principais sejam bem elaboradas, bem rapidamente atingidas pela ANTT, e assim a gente possa ter esse horizonte de 20 anos mais elaborados. Como item das PN's também, das passagens de nível, que a gente tem um pedido de aplicação do Governo de cumprir o Art. 212 do Código Brasileiro de Trânsito que trata das passagens em nível, que não é apenas rodoviário, mas passagem de pedestre também, para que a gente tenha a eliminação dessas PN's, que são um fator de limitação da velocidade dos trens e da própria

operação. Esta é uma obrigação até mesmo do Governo de viabilizar não só a operação nesses principais corredores, mas que também dê uma solução àqueles trechos que são inativos ou que são sem uma atividade comercial, ou seja, sem uma iniciativa própria de carga que não permite a sua utilização. E aí, esse é um dos problemas que a gente tem que fazia parte do programa de revitalização das ferrovias. De maneira geral, o marco regulatório para nós precisa considerar os limites da atuação, não só nossa, das concessionárias, mas da Agência reguladora. Nós entendemos que isso tem que ficar muito bem definido e ainda há algumas pendências com relação a isso. A regulamentação ela é responsável da atividade, atende ao interesse público, nós entendemos isso perfeitamente, e não inviabiliza projetos e empreendimentos correlatos ou anexos à ferrovia. É nesse sentido que nós entendemos de acelerar esse processo, porque nós temos muito, e só no ano passado foram 46 terminais intermodais inaugurados no País, no último... Perdão, no último ano e meio. Isso mostra o tanto que nós estamos procurando a intermodalidade, a prática entre os diversos modos de transporte, para que a gente possa dar uma [soa a campanha] expectativa, até uma superação maior dos nossos usuários, dentro da configuração que existe do sistema ferroviário brasileiro. Conferir segurança jurídica ao setor, esse é o ponto principal que a gente se debate, naturalmente por ser um marco regulatório, viabilizando esses investimentos e na ampliação dessa capacidade de oferta de transporte. Na medida em que nós temos isso muito bem esclarecido, os nossos entes, os nossos usuários, os nossos clientes, poderão vir com mais tranquilidade injetar capital junto com a ferrovia e, assim, criar novas situações dentro do sistema. E claro, as normas de contratos de concessão e de arrendamento. Ele tem que considerar como fator principal, e que tem 10 anos, mas que a gente sofre renovações de tempos e tempos, mas que ele é o contrato mãe, é o contrato base nosso e que não pode ser ferido na sua plenitude máxima. E por fim, a ANTF apóia a união dos esforços entre a iniciativa privada, naturalmente o Poder Público, para estabelecer o marco regulatório do setor de transporte ferroviário. Essa era na realidade a mensagem inicial e final que nós queríamos deixar ao Senhor e aos Srs. Senadores da Comissão, para que esse assunto e essa questão sejam o quanto antes resolvido. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Dr. Rodrigo Vilaça, pela exposição e pelo também cumprimento do tempo. E eu quero passar agora a palavra para o Dr. Renato Voltaire Barbosa Araújo, Consultor da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária no Brasil.

SR. RENATO VOLTAIRE BARBOSA ARAÚJO:

Bom, inicialmente agradecer ao Dr. Rodrigo e foi muito bom ver a apresentação dele, e a coisa está muito bem posta, muito bem posicionada e nós corroboramos com diversos desses itens. O primeiro deles é a própria questão do marco regulatório, Senador. Nós... Em cada concessão brasileira tem uma situação diferenciada na questão do seu marco regulatório. E, geralmente, cada marco desse é uma colcha de retalhos, como foi colocado aqui. É um RTF, mais um contrato de concessão, mais um outro instrumento, e não existe um marco regulatório por cada setor que reflita a uma política de Estado e que dê garantia regulatória de investimento de longo prazo naquele determinado segmento econômico. Então, eu acho que isso nós estamos de mãos dadas no sentido falando pelos usuários, de que nós precisamos mais do que os contratos de concessão, ter um marco regulatório que seja... Supra esses instrumentos todos. A segunda questão que também é de ordem geral, que eu acho que não é só a questão ferroviária, é a questão do instituto jurídico apropriado. Eu, como relatei aqui, fui executivo de uma Agência regulatória e do dia para noite eu fiquei sem nenhum funcionário dada a ingerência que o Poder Executivo tinha sobre a Agência. Hoje nós assistimos também várias situações anuais, aonde os orçamentos das Agências são mexidos pelos orçamentos da União, sem levar em consideração as suas reais necessidades, embora as arrecadações que são feitas das concessões, são elas ditadas por contratos. Então, não há, na realidade, uma independência financeira, porque há uma dependência do orçamento, e há uma ligação administrativa dado que as indicações são feitas pelo Poder Executivo.

Essa independência é fundamental para que no futuro a regulação seja uma liberdade verdadeira e que ela funcione. Para coibir abusos de um órgão tão poderoso e tão forte, nós temos que ter a sua subordinação na questão das contas ao Tribunal de Contas, e fica aqui uma sugestão que se crie algum tipo de mecanismo de controle externo, a exemplo do que existe hoje para o Poder Judiciário. Nós não temos esse mecanismo essa fórmula mágica, mas se nós queremos dar a essa Agência quase que um quarto poder, como existe em outros Países, alguma coisa nesse sentido terá que ser feita. E a outra questão chave, na questão das Agências regulatórias no nosso ponto de vista, é a delimitação da atuação, e o ponto nevrálgico é o poder concedente. Quem dá a concessão, e existem correntes que defendem que o poder concedente é do Governo Federal, é do Estado ou do Governo Estadual, e outros acham que isso deve ser transferido para a Agência reguladora. Hoje nós vivemos no País sistemas mistos, nós temos Agên-

cias reguladoras em Estados e a Federação praticando situações diferenciadas para cada tipo de concessão. Eu acho que isso numa visão maior como está sendo construído, Senador, essa coisa quase que deveria ser unificada. Para nós, pela nossa vivência, falando pelos usuários, o nosso princípio - e aí muito na questão ferroviária - nós somos defensores de quem outorga a concessão, quem dá a concessão, é o Poder Executivo; quem regula são as Agências reguladoras. Há um conflito entre quem vai dar o poder, quem vai dar a concessão, e ele mesmo regular. Porque se assim for, vai ficar no que era antes. O Ministério dava a concessão e ele exercia o poder de fiscalização. Então, a Agência vem para ser o elemento de harmonização entre o poder concedente, entre a concessionária, os concessionários, e usuários do sistema, que no fundo é o representante maior dos interesses da sociedade. Então, as concessões são políticas de Governo. Então, eu acho que a outorga de fazer de uma maneira ou de outra deve ser uma política de cada Governo, que eleito pelo povo, e determina-se se naquele momento se quer conceder mais ou se quer conceder menos. Essa concessão de dar o mais ou menos é do Governo eleito do momento; mas em que marco regulatório? “Ah, esse não, esse é perene. Esse fica estabelecido de uma situação superior, em que vão ser feitas concessões respeitando o marco regulatório, que é o mandatório para o processo como um todo”. A Agência reguladora dentro desse modelo, ela é na verdade a guardiã dos contratos, ela é a guardiã da regulação e interage e harmoniza, como nós falamos, poder concedente, concessionária e usuária. Ela é uma espécie de amortecedor nesse triângulo de inter-relações e interesses de serviços e de prestação de Agentes econômicos. Por desmandos do passado, muitos não gostam desse modelo. Acho que isso fica na mão do Ministério, fica sujeito a intempéries políticas, a problemas de dificuldades, e gostam ou querem que essa coisa continue na mão das Agências, porque estão funcionando bem. É o caso, por exemplo... Eu ouvi nas discussões acirradas aí na questão da Lei das Regulações as próprias companhias defendendo que essa coisa permaneça, no caso das telecomunicações, na mão da ANATEL, dada a boa operação, e a tecnicidade, e o profissionalismo, com que essa coisa vem sendo lá conduzida. Outros setores já reclamam e não querem. E no nosso caso nós achamos... Não que a gente tenha uma reclamação específica, vamos dizer, da ANTT, mas diria que teríamos da outra Agência, mas é uma questão de princípio.

Então, no nosso modelo, repetindo, um marco regulatório que é o marco de Estado, a delegação que é uma outorga de Governo e a Agência como guardiã

dos contratos e dos estudos legais que assim foram feitos. No caso do transporte rodoviário, quer dizer, nós queremos outorga do Ministério, eu acho que as Agências podem fazer o assessoramento técnico, porque as Agências de alguma maneira como estão mais bem aparelhadas hoje, com sangues novos, com cabeças mais arejadas, muitas vezes até pelo processo de contratações recentes e de modernização de tecnicidades, pode dar amplo apoio ao processo dos Ministérios e pode até fazer o processo licitatório; mas sob orientação e base de quem assina o contrato de outorga é a União, sempre em cima de um marco regulatório. Na questão da regulação vivida, e queremos, sim, ao mesmo tempo em que essa outorga é forte, queremos uma Agência forte, queremos uma ANTT forte, profissionalizada, que bem trabalhe, acho que assim vem sendo. Nós não temos nenhuma reclamação quanto à atuação da Agência, a não ser na questão da velocidade. Nós tivemos no caso do setor ferroviário uma safra de resoluções que foram bem estruturadas, foi um primeiro grande avanço de disciplina, do tráfego mútuo, de direito de passagem, na questão do usuário dependente, usuário com grau de dependência, que nós lutamos muito, a questão das metas... A Agência fez um trabalho notável. Só que nós, aí, começamos a demandar aprimoramentos desse processo e esse aprimoramento não veio. Eu acho que nós deveríamos estar caminhando a passos mais largos, até porque nós defendemos aí a questão de visão de funcionamento do sistema ferroviário. Nós temos aí dois grandes pontos de defesa, que é um direito de passagem universal. Nós queremos que qualquer trem passe pela malha de qualquer um, sem nenhum tipo de restrição, e isso não há problema operacional, é só acertar as questões do centro de controle, e com gente treinada, habilitada, dá para fazer isso com muita facilidade, e existe isso em outros lugares do mundo.

Imagine se o trem da Itália não puder entrar no trem da França, porque falam francês, ou no trem da Alemanha porque o centro de controle... Quer dizer, essas alegações não... Isso tecnicamente é possível. E a questão do... Precisamos mais ainda em ter um operador ferroviário independente. Os usuários ou qualquer empresário... Fazer trem deve ser o negócio. Como qualquer um outro, aonde eu colocaria nas linhas existentes, aumentaria a oferta de trens, aumentaria a qualidade do serviço, aumentaria essas coisas todas, todas essas vantagens dos serviços, mas nós sabemos que isso não é fácil. Por quê? Porque as outorgas que foram feitas nas concessões atuais em cima dos contratos vigentes, os concessionários acionistas pagaram por uma exclusividade. Aquelas redes foram caras. Os empresários que lá compraram aquelas re-

des pagaram pelo direito de uso exclusivo. Então não podem permitir, de uma hora para outra, que alguém venha e passe em cima dos seus trilhos, que venha um operador independente, que venha com a locomotiva e não use a minha locomotiva e com isso o serviço fica mais difícil. Mas a verdade é que pensando em longo prazo e se faltam 20 anos, nós vamos ter que pensar em flexibilizar isso com algum tipo de compensação ou algum tipo de solução. Porque nós não podemos ficar nessa situação, que a gente não sai hoje com trem de Porto Alegre e chegue em Salvador passando só por duas concessionárias hoje, de forma fácil, de forma, *in transit time*, em tempo de trânsito razoável e a preço competitivo. Nós entendemos que não há essa facilidade, até porque as questões de interconectividade das malhas esbarram, porque o sistema... Eu não posso pegar minha locomotiva e entrar no trilho do outro. E as bitolas são bitolas de um metro e daria para fazer. Haverá naturalmente uma série de argumentos contrários ou de respeito ao contrato de concessão, e eu quero dizer que nós somos aqui totalmente compreensíveis, que isso são verdades sim. Aquilo foi feito com exclusividade, até porque por modelagem errônea da época a privatização brasileira foi vista... E eu participei de um Governo que tinha talvez um pouco dessa cabeça, de fazer resultado financeiro com a venda, com a concessão. Houve, sim, um carreamento de recursos para o Estado, além do fato do Estado deixar de botar o dinheiro em coisas que davam prejuízo.

O caso da Rede Ferroviária Federal, o País passou a economizar um milhão de dólares por ano e passou a arrecadar recursos esses, que o Rodrigo muito bem colocou aqui, que não vão para o sistema, o sistema é carente de recursos da União. Tudo mais no sentido de que todos esses gargalos têm que ser feitos, nós concordamos e são questões que transcendem até a questão da regulação. Mas esse sonho que nós temos, esse posicionamento, se não pode ser feito imediatamente, se não é coisa para hoje, na questão das concessões que aí estão, até por respeito à questão contratual e eu acho que nós temos que ter uma visão de estabilidade e respeito de contrato no País, nas novas concessões que estão aí vindo, a exemplo da própria Norte-sul que vai até Palmas, nós podíamos ensaiar um modelo como esse. Nós podíamos ter trilhos sobre uma concessão e houvesse depois passagem livre de trens ou de operadoras que quisessem fazer mais de uma ou duas, e não ficasse novamente no modelo da exclusividade que trava a competição naquele corredor. Cada um daqueles corredores que foi muito bem dividido e elencado aqui tem um dono. E na verdade nós teríamos que ter uma coisa um pouco mais livre e mais fácil. Não é modelo fácil, isso até em

experiências internacionais, em alguns lugares isso deu certo e em outros entraram em processo de falência, mas eu acho que seria uma tentativa de a gente melhorar e incentivar o processo de competição.

Então, Senador, essas são as nossas considerações, são muito similares na questão da modelagem daquilo que o segmento precisa. E novamente encerrando, concluindo, nós precisamos de um marco regulatório; nós precisamos de uma Agência forte controlada pelos organismos clássicos do TCU e de alguma outra coisa a ser pensada, como um Agente externo; uma figura jurídica que eu não sei qual seria, até porque tenho o cacoete de ser Engenheiro, que desse a essa Agência real independência administrativa, quase que... O argentino chama isso de quarto poder e lá essa coisa é mais ou menos assim. Um marco regulatório que transcende governos, é um marco de Estado, e contratos, poderes de outorga que são programas de Governo, mais ou menos dependendo de visão que aquele Governo foi eleito para aquilo. E Agências fortes e usuários, que são aqueles que realmente pagam a conta desse processo todo, bem servidos e bem atendidos na questão dos serviços. Eu vi os resultados da pesquisa ferroviária, trabalho muito bem feito, muito bem colocado, a metodologia bem-posta. Agora, a verdade é que lá entre os meus grandes usuários eu enfrento ainda um rosário de reclamações que assim, tem fluxos, tem épocas, mas acho que isso é quase natural do processo. Porque num País que está crescendo comércio exterior 20% ao ano, o transporte tem uma elasticidade de duas, duas vezes e meia, se o País crescer 5%, dá 10% do crescimento de carga. E para ter uma idéia do que são esses 10%, são cento e - dados da própria CNT - são 170 milhões de toneladas de cargas a mais, num ano, nas estradas, nas ferrovias e nos portos. Uma loucura! Se esse País crescer do jeito que a gente quer, a gente vai ficar travado por essas questões logísticas. O Senhor até nos explicou que a motivação dessas audiências, o PAC não teria êxito se não fosse feita alguma coisa. Estudos recentes mostram, só para encerrar, que se o País não resolver os gargalos que foram apontados também pelo Rodrigo, esse e outros na área rodoviária e outros, nós vamos ter uma frenagem do crescimento de meio por cento. Então em vez do País crescer 4,5, podia crescer 5, vai crescer meio e essa frenagem ela é acelerativa, vortorialmente negativa. Então em resumo é o seguinte, meio por cento no crescimento do PIB dá, valores de hoje, 40 bilhões de reais que deixam de ser gerados na economia por conta de não ter o desgargalamento necessário no nosso setor viário. Então, são grandes... A preocupação é grande, e a futura melhoria da questão regulatória, o Senhor tem toda razão, é assunto da

maior delicadeza e nós estamos prontos para contribuir e ajudar a melhorar o processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Quero agradecer o Dr. Renato Voltaire Barbosa Araújo, Consultor da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil, pela exposição. E agora passar a palavra para o Dr. Noboru Ofugi, Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres, e aí nós abriríamos as perguntas para o Relator *ad hoc*, Senador Valter Pereira, e eu também gostaria de fazer algumas perguntas, aproveitando a oportunidade aqui desse debate. Com a palavra o Dr. Noboru Ofugi.

SR. NOBORU OFUGI: Boa noite a todos. Gostaria, Senador, inicialmente, em nome da Agência Nacional agradecer o convite para estar participando aqui desse debate, a exemplo do que nós já participamos do debate anterior sobre rodovias e transporte rodoviário. Eu peço desculpas em nome do Zé Alexandre que houve uma inversão, no anterior eu deveria estar presente e ele compareceu, neste deveria ser ele e eu estou aqui no lugar dele. Eu espero poder ter a mesma capacidade que ele teria de fazer as colocações aqui sobre a visão da Agência sobre o transporte ferroviário. Antes, porém, de falar sobre a questão do marco regulatório, eu gostaria de ressaltar alguns avanços significativos que o setor vem experimentando, principalmente nos últimos cinco anos. Eu tenho algumas informações aqui, e isso veio também de encontro ao que... A Agência, em 2005, fez uma grande pesquisa de opinião, perante os vários usuários de todos os modos de transporte. Especificamente no transporte ferroviário, nós tivemos entre as onze concessionárias duas notas abaixo de cinco e todas as demais acima de seis, variando até o máximo de oito. Então, na verdade, a opinião dos usuários entrevistados, o setor, eu diria que estava razoavelmente bem colocado diante da opinião dos usuários. E o setor vem realmente experimentando um crescimento significativo. Eu pegaria na questão de produção de transportes, como o Sr. Bruno projetou aí a produção verificada em 2005, mas eu tenho dados um pouquinho mais atualizados. Eu pegaria, por exemplo, o ano de 97 como referência. Em 97 foram transportados quase 140 bilhões de TKU, toneladas por quilômetros úteis. Em 2006 esse número saltou para alguma coisa em torno de 237 bilhões de TKU. Outro dado também que nos anima, e que mostra realmente uma preocupação dos concessionários em melhorar cada vez a operação, é quanto ao índice de acidentes. Ela passa de 75 acidentes por milhões de trem quilômetro, em 97, para 20,5 em 2006. Isso reflete de um lado essa produção só de investimentos na infra-estrutura e principalmente na aquisição de material rodante. Só como exemplo também,

a indústria ferroviária nacional, ela foi acionada pelos concessionários da seguinte forma: em 97 houve pedidos da ordem de 119 vagões, em 97; em 2005 que foi o pico da solicitação, esse número atingiu 7.500 unidades da indústria nacional. Então, isso mostra realmente o crescimento do setor, a despeito de quê? Ainda na matriz de transportes, você não vê, eu diria, um reflexo imediato, porque matriz de transporte é o reflexo de tudo que vem sendo feito.

Na minha opinião, matriz de transporte não é o número que se produz, é o número que se obtém como decorrência da produtividade de cada meio de transporte, ou da oferta de serviço por cada meio. Quer dizer, essa coisa de falar: “eu quero chegar a 30% da matriz de transporte por via ferroviária”, é muito bonito você falar isso. Mas você precisa de uma série de coisas para chegar a esse número. E quando a economia do País está crescendo, eu diria que manter estável na faixa dos 25% que o Rodrigo colocou, que hoje nós saímos do patamar histórico da ordem de 18% e chegamos a 25, eu diria que é algo significativo. E quando a economia cresce, eu diria que é mais ainda. Bom, e para ter esse número os concessionários investiram muito. Nós tivemos... Pegando também o ano de 97 como referência, foram investidos, em 97, 353 milhões de reais, em 97. Em 2006 esse número subiu para dois bilhões e 290 milhões de reais, tendo atingido um pico em 2005 de quase três bilhões e 200 milhões de reais. Então tudo isso, investimento, aquisição de vagões, isso faz com que a produção aumente e o número de acidentes por outro lado reduz. Bom, feito esses comentários, eu entraria um pouquinho, até, agora, não diria contestando, mas fazendo algumas colocações, no caso específico de transporte. Porque a nossa lei, a 10.233, de junho de 2001, ela foi uma lei um pouquinho diferente das demais Agências reguladoras. Por exemplo, a ANTT não tem autonomia para produzir e colocar em prática os planos de outorga. Necessariamente nós temos que submeter o plano de outorga ao Ministério. Não só o plano, como também minutas do edital, do contrato; quer dizer, na verdade a última palavra é do Ministério. Uma vez decidido pelo Governo, aí sim a ANTT coloca em curso toda a questão de licitação e tudo mais. Bom, no caso dos marcos regulatórios, nós temos como princípio básico, no caso ferroviário, é o Regulamento do Transporte Ferroviário, os contratos. Tudo está estabelecido nos contratos de concessão, e aí, como decorrência, nós temos a lei quando se criou a Lei 10.233 que estabelece uma série de competências para a Agência Nacional, e de acordo com essas competências a Agência estabelece ou produz suas resoluções. Que é a forma que nós, pelo menos a atual Diretoria da Agência, entende que é a melhor

forma. E você dando essa condição à Agência, ela tem realmente condições de acompanhar a dinâmica de mercado. Então nós temos aí dentre essas atribuições algumas resoluções que eu reputo bastante interessante e importante para o setor, algumas até citadas pelos companheiros que me antecederam. Por exemplo, a questão do usuário independente ou do usuário investidor. Nós temos uma resolução específica que dá, eu diria, que estabelece os direitos do cliente investidor ou daquele cliente altamente dependente da ferrovia. Nós temos a resolução que cuida, que cuidou, tratou do direito de passagem do tráfico mútuo. Temos algum problema? Temos. E quando há algum problema específico, a própria Agência, utilizando-se de uma resolução que criou o termo de ajuste de conduta, ela estabelece ou o termo de ajuste ou outra figura que nós chamamos de arbitragem.

Eu cito duas arbitragens que a Agência fez, diria até mais ou menos recente, que é a questão de um problema que existia na Baixada Santista e que a Agência arbitrou, e, em seguida, as concessionárias fizeram um contrato operacional específico, e é isso que a Agência deseja. Quer dizer, ela ser apenas o mediador e o indutor de entendimento entre as concessionárias. Uma outra arbitragem que eu cito é a questão lá do acesso ao Porto de Itaqui, no Maranhão. Nós temos representantes da Vale do Rio Doce, que foi um processo um pouco difícil na Agência. Ela arbitrou e, depois, as próprias concessionárias entraram no entendimento, e uma vez entrando no entendimento, elas submetem o contrato operacional à Agência, ela homologa e torna sem efeito aquela resolução que arbitrou, em determinadas condições, inclusive o valor de tarifa. Tem uma resolução que estabeleceu a questão do atingimento de metas, que inexistia anteriormente; punições ou penalidades pelo não atendimento, e isso tudo é feito usando o critério de Audiência Pública. Quer dizer, tudo, todas as resoluções da Agência, que de alguma forma ela interfere ou mexe com o direito de algum Agente, elas são submetidas à Audiência Pública. Daí nós entendemos que realmente os principais marcos regulatórios no setor ferroviário estão criados, estão aí. O que nós temos é realmente que passar por uma fase... Eu entendo a colocação do Dr. Renato, em que a Agência, ela num primeiro momento produziu uma série de resoluções que vieram a diminuir os óbices que existiam anteriormente. E diria que tudo isso não é programado, mas dentro de um processo até de aprendizado. A Agência foi instalada, efetivamente instalada em 2002, nós temos hoje cerca de cinco anos de existência da Agência. Então, nós tínhamos coisas prementes para resolver, para dar resposta, principalmente aos concessionários. Eu

acredito que no primeiro momento nós fizemos um esforço muito grande de baixar essas resoluções que de certa forma criavam dificuldades para os concessionários, e nós estamos caminhando hoje para a segunda etapa, que é o aprimoramento dessas resoluções e a criação de outras. Nós estamos com um sem número de resoluções que estão ou num processo de Audiência Pública, ou no processo de construção de uma minuta para ser submetida à Audiência Pública. Eu citaria duas que eu me lembro no momento aqui, que é a questão da monocondução ferroviária, a questão do transporte de produtos perigosos, a questão de receitas alternativas, a questão da utilização da faixa de domínio. Então, todos assuntos que de certa forma trazem uma preocupação para os operadores, e que nós estamos, diria, temos consciência de que isso realmente traz um problema, estamos trabalhando para resolvê-las, e tudo dentro desse processo realmente de Audiência Pública. Temos interlocução direta com os Agentes, quer seja através da ANPF ou diretamente com as concessionárias, e sempre buscando, eu diria, dar celeridade a essas questões que realmente afligem a essas concessionárias. Fizemos algumas resoluções que tiveram impacto muito grande, por exemplo, no que diz respeito aos trens turísticos e comemorativos. A Agência já autorizou até hoje mais de 25 trens desse tipo. Eu diria que nessa época do ano, principalmente no Nordeste brasileiro, nós devemos ter lá seguramente mais de seis ou oito trens denominado Trem de Forró, vinculados à festa junina no Nordeste. E temos outras que praticamente se constitui quase no transporte regular, mas são trens que ligam cidades históricas, tipo Mariana e Ouro Preto, São João Del Rei e Tiradentes, o Trem da Uva lá no Rio Grande do Sul, em São Paulo temos um sem número de trens desse tipo, ligando a região das águas minerais em São Paulo. Eu diria que mais de 25 autorizações já foram expedidas. Inclusive o Trem do Pantanal, lá da região do Senador Delcídio, que nós autorizamos a AGITRANS ser o operador. O que falta hoje? O que falta hoje é um contrato operacional específico entre a Agência lá do Mato Grosso e a NOVO OESTE, para colocar em prática esse trem, eu diria, a retomada desse trem no Pantanal, que é o anseio de parte da população do Mato Grosso do Sul com relação ao desenvolvimento do Pantanal. Nós tivemos resoluções que trataram de ajustes operacionais, com destaque à cisão, incorporação de trechos ferroviários, tudo isso numa tentativa de reconstituir os chamados corredores de transporte, utilizando a ferrovia como, eu diria, o tronco principal de um corredor. Isso, em 2003, assim praticamente quando o Governo Lula assumiu o primeiro Governo, nós submetemos ao Governo, foi aprovado o chamado Plano de Adequação

e Recuperação da Ferrovia, foi lançado, se não em falta a memória, em março de 2003, e a partir de então a Agência vem trabalhando induzindo as ferrovias, as concessionárias, a trabalhar em prol da integração e reconstituindo os chamados corredores. Tivemos também trabalhos... Tudo isso, eu diria, tentando acompanhar a dinâmica de mercado, vendo a questão que trazia maior benefício a concessionárias e resoluções, por exemplo, que tratavam de ajustes societários. Eu cito aqui a reestruturação societária da FCA e da CFN; o descruzamento societário da Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional; ingresso de novos acionistas na América Latina logística; e aí vai. Quer dizer, um sem número de resoluções tendo objetivo principal criar facilidades para a concessionária. Resoluções que trataram de ajustes econômicos financeiros, também, nós editamos algumas resoluções. Tudo isso tentando, como eu disse, facilitar ou diminuir os óbices que as ferrovias tinham para o desenvolvimento do seu negócio. Prova é que hoje praticamente todas as concessionárias apresentam patrimônio líquido positivo, que até eu diria três, quatro anos atrás poucas eram as que apresentavam um patrimônio líquido positivo. Bom, Senador, então voltando à questão do marco regulatório, na visão nossa eu diria que com pequenos ajustes do que existe hoje, na regulação do setor, e com a liberdade e a agilidade que a Agência pretende imprimir ou está imprimindo para a elaboração das resoluções que acompanha a dinâmica de mercado, e com esse processo de consultas públicas, de audiências públicas, onde todos tenham a oportunidade de se manifestar, nós acreditamos com isso a gente consegue acompanhar isso e que o setor, quem tem atribuição de regular não seja, eu diria, um fato que desestimule o investidor de cada vez mais investir nas ferrovias. E a gente tem observado realmente que está havendo um aporte muito grande de recurso visando a melhoria das operações na ferrovia. Bom, em linhas gerais, Senador, era isso e estamos aqui à disposição. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Dr. Noboru Ofugi, Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres. E eu vou me adiantar aqui para fazer... Para apresentar alguns questionamentos, enquanto o Senador Valter Pereira dá uma entrevista. Tem um celular tocando e é o dele. Mas, eu gostaria de fazer algumas perguntas, e perguntas essas absolutamente abertas e, quem entender como razoável, responder também; eu não vou fazer perguntas específicas a nenhum dos palestrantes. Mas, uma... Eu queria fazer algumas observações em função do que eu ouvi. E os números demonstram que efetivamente ocorreu um aumento do transporte

ferroviário, ou um aumento do transporte de cargas por modal ferroviário, pelo modal ferroviário, ao longo desses últimos dez anos, e esses números são inquestionáveis. Não só através dos vários corredores que foram aí apresentados, mas também com um reflexo importante, que é o incentivo à indústria de material ferroviário. Que é uma indústria, que de certa maneira, há muitos anos atrás patinou, o Brasil se preparou para isso, aquele milagre do crescimento ferroviário não aconteceu, muitos fabricantes se prepararam para isso e agora nós vemos que essa realidade mudou. Basta ver pelos números que foram aqui apresentados pelos vários palestrantes. Mas eu gostaria de fazer algumas considerações, e também não posso deixar de registrar as observações feitas no que se refere ao papel da Agência. É uma Agência jovem, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, tem cinco anos de idade, mas esse ponto que foi aqui colocado, e é um ponto recorrente em todas as Audiências Públicas que nós fazemos, é a questão da outorga. E aí o arcabouço regulatório que as Agências necessariamente precisam fazer cumprir, acompanhar, fiscalizar, e cobrar, acima de tudo, os resultados, as metas, como foi bem colocado aqui. E esse assunto é recorrente com relação a todas as agências, todos os setores que nós ouvimos aqui, nas Audiências Públicas que realizamos na Subcomissão dos Marcos Regulatórios.

Eu gostaria de fazer alguns questionamentos. Eu não sei se... Lá no meu Estado nós estamos muito traumatizados com a questão de ferrovias, mas eu gostaria de fazer alguns questionamentos. Primeiro, nós temos aqui... Os expositores têm uma grande representatividade, quer dizer, representam setores importantes; ou na prestação de serviços ou na utilização desses serviços. A primeira pergunta é o seguinte: esse crescimento verificado, como hegemonicamente o transporte de minério tem um papel preponderante - e aqui existem inclusive representantes da Vale do Rio Doce - esse crescimento não tá mais associado a essas *commodities* das grandes mineradoras? Ou realmente é uma diversificação de cargas transportadas em função dessa melhoria concreta do transporte ferroviário? Por que é que eu faço essa pergunta? Porque eu tenho ouvido, e no meu Estado mesmo, que tem existido sistematicamente, eu não digo pressões, mas algumas empresas ou alguns empresários têm um interesse grande em escoar sua produção utilizando esses corredores; mas as tarifas são absolutamente fora de qualquer contexto. E isso eu não vi, eu não tenho observado só num segmento específico, isso é... Há uma diversificação grande. E alguns, eu não sei até que ponto isso é realidade ou não, nós estamos aqui conversando com especialistas, mas a alegação é que

como já existem cargas, um transporte de cargas ca-tivo, portanto, que viabiliza vários desses corredores, o interesse em se transportar outras cargas diminui. Então, eu acho que isso até seria importante. Isso foi debatido aqui no Senado, alguns meses atrás, fruto até desse Relatório apresentado pela CNT, e acho que seria uma excelente oportunidade para, aproveitando os especialistas que estão aqui presentes, a gente ouvir uma exposição clara do que efetivamente está acontecendo. Se esse crescimento está muito mais associado ao crescimento das mineradoras ou asso-ciado a uma diversificação de cargas fruto dessa efi-ciência e dos investimentos realizados, principalmente no modal transporte ferroviário? O segundo ponto que eu gostaria de perguntar, e aí também pegando mais uma vez carona um pouco nessa pesquisa da CNT, e isso aqui foi apresentado agora, é essa integração entre os modais, que aparentemente a ferrovia pode perder, pelo menos é o que se discute e se fala, por-que não há uma... Ao longo das ferrovias, a despeito das dificuldades que foram aqui, faixa de domínio, in-vasão, e eu não vou me estender muito porque isso foi muito bem explicado.

Como, dentro desse quadro que se apresenta, que eventualmente não cria diversificação da ferrovia concatenada com hidrovía, concatenada com rodovia ou com outros modais de transportes, e isso de certa maneira... Eu pelo menos... Foi a percepção que eu tive em alguns tópicos que foram aqui apresentados, é que existe essa dificuldade. Gostaria de perguntar o seguinte: há efetivamente um planejamento integrado dos modais de transporte, especialmente das ferro-vias, para que realmente nós venhamos a otimizar o valor do frete no Brasil? Porque pelo menos ao que me parece, quer dizer, existem corredores voltados para determinados nichos de negócio, mas pelo menos nós não percebemos uma diversificação que venha aglu-tinar esses nichos todos. A despeito até da pauta de investimentos - que eu vi o Dr. Rodrigo Vilaça falar - a despeito até da falta de investimentos como contrapar-tida que a União eventualmente não assume. Mas há um planejamento integrado para que realmente nós tenhamos racionalidade no escoamento da nossa pro-dução? E não necessariamente corredores pontuais que levam, por exemplo, o minério de ferro de Minas Gerais para o Porto de Vitória, ou de Carajás para o Maranhão, lá para São Luís, pra Ponta da Madeira, ou realmente há uma avaliação mais ampla aproveitan-do até a competência que determinadas mineradoras têm, é inegável.

Eu tive a oportunidade de visitar as instalações da Vale. A Vale é uma grande operadora ferroviária ao lado de outras grandes operadoras ferroviárias

mundiais que também atuam aqui no Brasil. Quer di-zer, como é que está essa questão do planejamento? Porque aparentemente eu vejo coisas pontuais, mas eu não vejo uma interligação de malhas ou uma visão mais ecumênica, mais holística, do transporte ferrovi-ário associado aos demais modais. Eu outro dia fiquei surpreso, eu vi os números, que nós estamos com 29 mil quilômetros de ferrovia. Eu estive na Argentina, diz que a Argentina tem 40 mil. Não sei como é que a Argentina tem 40 mil em função da diversidade da nossa produção e em função do tamanho do nosso território. Quer dizer, deve ter alguma coisa específica lá da Argentina que venha justificar esses investimen-tos na malha ferroviária. E por último, mas não menos importante, eu quero, mais uma vez, destacar aqui a questão do direito de passagem e dessa verdadeira crise do escoamento da produção da região Centro-oeste, em função de São Paulo. Eu ouço sempre falar no anel ferroviário, que vem composição de... Depen-dendo do horário do dia a composição pára em São Paulo, aí espera a cidade dormir e aí de madrugada faz o escoamento da produção. Quanto é que custa uma composição dessa parada, esperando destravar a região de São Paulo pra chegar ao Porto de San-tos? Então, eu entendo que essa é uma questão im-portante, quer dizer, essa visão estratégica e esses verdadeiros funis que nós estamos encontrando no transporte ferroviário, sem falar no direito de passa-gem aqui, que é um gargalo grande, e aí eu vou entrar numa seara que é muito mais da região Centro-oeste, que é a questão da NOVO OESTE, da FERROBAN e da FERRONORTE. Foi feito... Antigamente era BRA-SIL FERROVIAS. Eu não sei se continua. Já mudou o nome, não é mais BRASIL FERROVIAS; ou é? Não sei. Eu sei que agora a AMÉRICA LATINA LOGÍSTI-CA assumiu a FERRONORTE, a NOVO OESTE e a FERROBAN. Percebo nitidamente que a despeito de um termo de ajuste de conduta, a NOVO OESTE está absolutamente esquecida. E a NOVO OESTE ela ín-tegra não só a região Centro-oeste, que foi falado aqui pelo Dr. Rodrigo. Lá a FERRO NORTE que é a menina dos olhos da AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA. Foi aqui colocado, inclusive, pelo Dr. Renato o escoamento lá de Mato Grosso, pela FERRONORTE e aquela... En-trando depois em São Paulo. Quando nós... Quando houve essa discussão, um dos problemas graves era o direito de passagem. Era uma coisa crítica, e pelo jeito ainda continua. E aí eu vejo nesse novo quadro a ALL, no que se refere à NOVO OESTE, paralisada. Eu sei que aqui estou falando com gente que é Espe-cialista, mas talvez alguns Jornalistas presentes ou mesmo os Consultores, a NOVO OESTE ela sai lá de Corumbá, ela está integrada com a... Ali é a ORIEN-

TAL, não é? Como é o nome? No lado boliviano. Lá de Uaiomi(F), a ferrovia. ORIENTAL FERROVIA, não é? Vai até Santa Cruz. Aí ela entra em Corumbá, vai até Três Lagoas e em Três Lagoas chega até Bauru. Criando inclusive a possibilidade de você fazer uma integração via hidrovía com aquelas hidrovias de São Paulo. Mas nós não vemos nenhum movimento. Aqui eu ouvi falar em punição, não tenho ouvido nenhuma punição. E os projetos que estão sendo viabilizados naquela região estão se tornando mais do que nunca... Eles não se viabilizam através do modal ferroviário, porque os preços são fora completamente de qualquer contexto, mesmo em se tratando de mercadoria com valor agregado. Quer dizer, que suporta mais desaforo em termos de frete, em termos de transporte. Então eu gostaria de saber quais são os planos para a região Centro-oeste em função da NOVO OESTE? Eu defendi, inclusive aqui na Tribuna do Senado, a entrada de um operador, é um outro erro, Dr. Noboru, que acho que houve na privatização. Nós precisamos ter ferrovias com operadores ferroviários e não fundos de pensão. Fundos de pensão podem até entrar, mas tem que ter operador ferroviário.

A questão da NOVO OESTE, ela está sucateada na região até Ponta Porã, de Corumbá até Campo Grande vai mal, e não adianta falar que estão fazendo alguma coisa, porque nós andamos lá semana a semana, e não acontece nada. Então, essa é uma outra questão, talvez até uma coisa muito mais ligada ao Governo, propriamente dita, de como é que, finalmente, a NOVO OESTE vai se integrar a essa malha ferroviária, que foi muito bem aí apresentada pelos Senhores? Então, essas eram as perguntas que eu gostaria de apresentar, e também passar a palavra para o Senador Valter Pereira, Relator *ad hoc*. Eu estou com um pouco de medo de falar em Relator *ad hoc* ultimamente, mas vou passar... Eu tomei a liberdade, Senador Valter Pereira, de fazer as minhas perguntas antes, porque eu sei que V.Ex^a. estava dando uma entrevista; então eu tomei a liberdade para avançar na... Para ganhar tempo. Fiz alguns questionamentos de caráter geral e um específico voltado lá à nossa região, o Centro-oeste, em função da NOVO OESTE. E eu passo agora a palavra a V.Ex^a.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, Srs. painelistas, eu gostaria de fazer uma pergunta que... E é endereçada, especialmente aqueles que representam as Agências que estão aqui, no caso, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, e que vem ancorado, inclusive, nessa ponderação feita pelo Senador Delcídio Amaral. Ele usou uma expressão que a NOVO OESTE está sendo sucateada. Ela está sendo sucateada e está sucateando; são duas coisas

distintas. Porque, no meu entendimento, quando se faz a privatização, a privatização se dá da concessão; a privatização é do serviço. E o que é que está acontecendo? Nós estamos vendo lá no Estado, o Senador Delcídio é testemunha ocular do que eu vou afirmar, é que a NOVO OESTE está alienando patrimônio, está vendendo patrimônio. Ora, se é uma concessão de um serviço e se essa concessão tem prazo de validade, no momento em que expirar essa concessão, este contrato precisa ser revisto. E, portanto, se por acaso não ocorrer a renovação da concessão, e esse patrimônio que está sendo alienado, que está sendo vendido? Ela vai repor, ela vai ressarcir? Ou a União vai ter que arcar com prejuízo ou enfrentar uma demanda? Está é uma das questões que eu tinha me preparado para perguntar, porque eu acho que está havendo um equívoco muito grande com relação a essa questão das privatizações. Eu acho que algumas empresas que estão assumindo as concessões estão se enveredando por um caminho aí que pode trazer grandes transtornos lá na frente. E isso não vale só, Senador Delcídio, para a NOVO OESTE, para o setor de transporte; vale também para a companhia de energia elétrica do Estado, que também está vendendo o patrimônio público, também está vendendo o patrimônio que pertence à concessão. Será que essas concessionárias estão devidamente autorizadas pelo poder concedente? Essa é a pergunta; mas eu gostaria de fazer uma outra pergunta. V.Ex^a. está conduzindo pingue-pongue ou...

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Valter, nós pegaremos todas as perguntas e na ordem que cada um fez a sua apresentação, cada um responderia, se julgarem conveniente, as perguntas não só apresentadas por V.Ex^a. como também por mim.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, uma coisa que me chamou atenção aqui, foi com relação à exposição sobre o que existe hoje de marcos regulatórios, e senti que grande parte dos marcos regulatórios que estão estabelecidos decorrem de resoluções, de atos administrativos. E parece-me que ao simplificar ou se restringir o marco regulatório a atos normativos do Poder Executivo, eu acredito que gera uma certa insegurança por parte da iniciativa privada, já que é na lei que estaria consolidado o direito e a verdadeira segurança jurídica, vez que na lei existe uma amplitude muito maior na discussão, nas decisões, nas concessões, nas revogações, etc. Então, a indagação que eu faço é exatamente nesse sentido, se o setor entende que é fundamental substituir essas normas regulamentares por normas legais, por normas jurídicas? Aliás, todas são normas legais, mas especialmente por leis que tenham aprovação do Congresso

Nacional. Essa é uma das indagações que eu faço, e eu vou fazer aqui de maneira genérica e cada um responde naquilo que achar que lhe compete. Outra coisa que eu gostaria de ponderar, é o seguinte, nós passamos recentemente... Passamos, não, estamos vivendo atualmente uma crise no setor aeroviário. Uma crise que mostra claramente que houve uma certa negligência por parte do setor público na questão da infra-estrutura, da logística de transporte. E o setor ferroviário, efetivamente, teve um avanço significativo no sentido de desregulamentação do setor, de abertura, etc., mas, a despeito dos números aqui favoráveis que são apresentados, alguns enclaves são perceptíveis e alguns avanços às vezes acabam até sendo anulados, não produzindo os devidos resultados.

Então, a indagação que eu faço é o seguinte, até onde que pode o setor ferroviário contribuir também com esse sistema intermodal de transportes, que é fundamental, para que no momento em que um setor entra em debacle, como aconteceu com o setor aeroviário, o outro entra para fazer a cobertura? Então, o que nós sentimos? Nós sentimos que houve um curto-circuito do setor aeroviário e não havia uma retaguarda de transporte para suprir essa crise que se prolonga, e parece que não tem fim. Quando se pensa que está no fundo do poço descobre-se que o fundo era falso e a crise estoura um pouquinho mais embaixo. Esta era uma outra indagação que eu gostaria de fazer. No mais, Sr. Presidente, eu acredito que as exposições foram muito boas, teve aqui uma intervenção, acho que foi do Dr. Voltaire, que fala sobre as intervenções que têm nos orçamentos das agências, que acaba de certa forma inibindo a atividade das agências e repercutindo também nos atrasos do andamento dessas privatizações e desse marco regulatório. Então, uma indagação que eu faço é o seguinte, como é que funcionaria esse controle externo? Como é que se daria esse mecanismo para se controlar? Seria uma maior independência das agências, seria uma garantia de cumprimento dos orçamentos? Como que poderia dar mais celeridade, ter mais garantia nisso daí? Outra coisa é o seguinte, até que ponto a falta de um marco regulatório mais amplo, mas escorrito, mais claro, está inibindo o avanço dessa expansão das ferrovias e da consolidação de sistemas intermodais de transporte? Eram essas as minhas intervenções, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Valter Pereira. E eu gostaria só de fazer mais duas perguntas. Uma é a opinião dos Senhores com relação ao que aconteceu com a FERRO OESTE; inclusive eu vi na mídia nacional uma matéria ampla sobre a FERRO OESTE, lá no Paraná. Então gostaria, quem pudesse responder,

qual o impacto disso nos negócios ferroviários? Qual é o impacto dessa decisão junto aos investidores nessa área de ferrovia? E pegando carona na pergunta do Senador Valter Pereira, nosso Relator *ad hoc*, quando ele fala da crise aérea e alternativas, eu gostaria de ouvir também um pouco sobre essa idéia desse trem ligando São Paulo ao Rio, o Trem Bala; e investimentos, pelo que eu tenho visto, de nove bilhões de dólares. Até parece que na sexta-feira haverá uma exposição, um evento no BNDES falando especificamente sobre essa questão. Acho que é importante, porque nós falamos muito em carga, mas também há esse outro segmento, de passageiros.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Isso mesmo. Então, nós não poderíamos deixar também de perder essa oportunidade de ouvi-los também sobre essas questões. Eu vou passar a palavra na ordem de apresentação. Então, passaria primeiro a palavra para o Dr. Bruno Batista, Diretor Executivo da Confederação Nacional dos Transportes, CNT, e depois eu passaria a palavra para os demais expositores. Dr. Bruno Batista.

SR. BRUNO BATISTA: Bom, os questionamentos foram bastante amplos, vou me ater a alguns tópicos que eu acho que a própria pesquisa pode embasar em números para tentar respondê-los. Primeira questão, em relação à questão do planejamento estruturado do setor de transportes no País. Especificamente em relação à questão de cargas, existe uma máxima logística que diz que a carga sempre escolhe o menor caminho econômico. Então, não importa se é ferrovia, se é hidrovía, se é rodovia; importa pro embarcador levar o seu produto da forma mais rápida, forma mais barata, até o seu destino final. A partir daí, não fica muito difícil entender porque é que a matriz brasileira ainda é predominantemente rodoviária. Primeiro porque, dada uma escolha política na década de 50, o Governo escolheu substituir a matriz de transportes de carga que era até então eminentemente ferroviária, de passageiros também, para passar por um crescimento rápido, mais acelerado, o Brasil precisava crescer e foi essa a escolha que o Governo fez. Mudar isso, hoje, de uma matriz rodoviária para uma matriz ferroviária vai demandar da mesma forma que aconteceu na década de 50, investimento. E esse investimento que vai ter que ser carregado para o setor, se se quiser um equilíbrio mais homogêneo e que resulte num custo mais barato de transporte no País, o Governo vai ter que investir e investir pesado. Por quê? Primeiro porque se isso não for feito, não se vai induzir de uma forma muito clara os setores da economia a utilizar uma outra matriz de

transporte ou uma outra modalidade de transporte alternativo. Em segundo lugar, porque é muito barato hoje, e essa é uma das explicações, Senador, em relação à sua preocupação do frete ferroviário ainda ser caro, porque o transporte rodoviário no Brasil hoje, ele é aviltantemente barato. Vamos pegar especificamente a questão dos autônomos. No Brasil, eles estão trabalhando, rodando com veículos com idade média de 17 anos. Então, o cara compra um caminhão barato, não tem que fazer prova, avaliação, nada para entrar nesse mercado. Ele entra no mercado e entra dentro de um ciclo que é difícil ser rompido. Porque ele não consegue cobrar muito alto, porque a oferta é muito grande. A oferta sendo muito grande, ele vai ter que cobrar um valor muito baixo. Então ele roda o tempo todo num caminhão velho, o frete que ele recebe não remunera às vezes a própria operação. E esse frete ele canibaliza mercadorias que tradicionalmente em outros países economicamente seria mais vantajoso serem transportados por modo ferroviário, ou hidroviário, que seja.

Então o transporte rodoviário, ele estando distorcido e sendo predominante, ele gera uma série de distorção nas outras modalidades. Então, para se reverter esse quadro vai existir a necessidade do Governo fazer um planejamento estruturado de transporte no longo prazo, “nós vamos investir na expansão da malha”. E como foi mostrado no mapa, inicialmente, existe uma concentração grande de malha na região Sul e Sudeste, mas o restante do País, a densidade da malha nas regiões Centro-oeste, Norte e Nordeste, é muito baixa. Então não havendo essa estruturação planejada de crescimento da malha, nesses locais vai haver, sim, uma concentração muito grande no transporte rodoviário. O transporte rodoviário sendo barato e com a oferta, com a densidade de malha, mais abundante, é difícil pensar que quem vai embarcar soja no interior do Centro-oeste, vai colocar num caminhão, que vai levar até Santos, vá parar no meio do caminho e fazer um transbordo para a ferrovia ou pra hidrovia. Então, essa necessidade de planejamento, sim, ela se faz muito necessária, senão a gente vai continuar tendo preço de transporte ferroviário mais caro e menos competitivo do que o rodoviário. E tem outro ponto que está até aqui no relatório, em relação à questão das tarifas. Vou até ler: “Vale destacar que de acordo com o Regulamento dos Transportes Ferroviários, que é um Decreto, 1.832/96, os valores tarifários cobrados pelas concessionárias devem ser inferiores aos limites máximos das tarifas de referência homologadas pelo poder concedente. Foi mantido o controle estatal, foi mantido sob controle estatal o poder de controlar o valor das tarifas de referência, que podem ser reajus-

tados para mais ou para menos, com a finalidade de restaurar o equilíbrio econômico-financeiro da prestação de serviço”. Ou seja, todo o reajustamento de tarifa, ele passa, sim, pela análise do próprio Governo. Então, não existe essa idéia de que a concessionária reajusta sob o bel-prazer, isso não é real. Um outro ponto que eu gostaria de comentar, em relação à oferta de transporte como alternativa, que é o que o Senador Valter Pereira estava questionando. Ela hoje existe em termos de transporte rodoviário, que é o que tem abastecido já historicamente todo o transporte de cargas no Brasil. Quando existe uma crise como a do setor aéreo, por exemplo, essa substituição, como nas demais modalidades de transporte, em primeiro lugar ela nunca é muito rápida, porque os operadores não trabalham com capacidade ociosa. A capacidade vai sendo atendida à medida que a demanda vai crescendo. Existe uma sensibilidade de perceber com que as demandas do setor vêm crescendo em determinado ritmo, o mercado passa, as operadoras, as concessionárias, as empresas de transporte, os autônomos, enfim, passam a atender essa demanda. O que não existe no Brasil é uma forma articulada de fazer com que essa demanda cresça de acordo com situações que podem ser induzidas pelo próprio Governo. Ora, se eu sei que é interessante para o País aumentar a participação do transporte rodoviário de cargas, nos próximos 20 anos, nos próximos 10 anos, eu preciso fazer investimentos também escalonados, de forma a permitir que no futuro exista uma força ociosa. E, para isso, deve haver uma priorização em alguns trechos, alguns ramais, alguns locais, para se fazer a expansão da malha. É impossível pensar que em dois anos eu vou conseguir duplicar a malha ferroviária para atender uma demanda, como o crescimento de uma fronteira agrícola de soja, por exemplo. Isso não acontece do dia para noite. O crescimento tem que ser induzido e ele tem que ser financiado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Ok, Dr. Bruno Batista. Eu gostaria só de fazer uma consideração com relação a essa afirmação das tarifas. O exemplo que eu dei, e esse eu tenho absoluta convicção, investimento que estão ocorrendo no nosso Estado, o Mato Grosso do Sul, e há uma discussão com a ALL e a ALL está colocando propostas absolutamente fora das condições de mercado. E aí, o investidor já está buscando outras alternativas, ele preferiria fazer por ferrovia, mas em função dos números e, na verdade, ele está querendo fazer uma espécie de pré-contrato de transporte, até para que esses recursos viabilizem a recuperação da malha ferroviária. E os números, fazendo o fluxo de caixa descontado, são inviáveis. Agora, como o transporta-

dor vai tratar disso junto a ANTT, isso eu não sei. Mas eu sei que a discussão efetivamente ocorrida é nesse sentido, e que por mais que ele agregue valor ao bem que ele está produzindo, portanto você pode suportar um frete maior, os números que estão sendo propostos são absolutamente fora de qualquer contexto. Até passando assim uma imagem que há pouco interesse em se fazer isso, até porque acho que o *quorum* do negócio da ALL não passa por ali, que é um pouco o reforço do que o Senador Valter Pereira colocou aqui, que a atração maior é a FERRO NORTE acoplada a FERROBAN; e o restante fica para algum dia. Então, eu entendo perfeitamente o comentário e o que a Legislação determina em termos de tarifa, mas eu estou dando um exemplo concreto de uma negociação de um transportador com um empresário. Que, diga-se de passagem o seguinte, que quer fazer um transporte de carga considerável, não é um pequeno... Não é uma escala menor, que aí sim você até poderia justificar. Então, eu só queria fazer esse registro, para deixar bem claro o porquê que eu fiz essa pergunta, porque estou acompanhando isso muito de perto e estou vendo que os problemas são tão grandes que o próprio Governador do Estado com os seus Secretários devem entrar no processo também para tentar, usando o contrato, usando o termo de ajusto de conduta, tudo aquilo que é legal e institucional, fazer com que esses instrumentos sirvam de motivo de persuasão, para fazer frente aos interesses de quem quer investir na região e quer investir no Estado. Por isso que eu fiz esse comentário. Mas eu também ouvi de outros, também, o mesmo comentário. E é bem possível, porque o produtor, ninguém... Por mais que a ANTT interfira, o produtor tem toda liberdade de, nos modais disponíveis, buscar algum tipo de acordo com o transportador; isso é uma coisa que pauta o dia-a-dia.

SR. BRUNO BATISTA: Eu não sei, Noboru, dentro dos contratos existe essa possibilidade? Eu não conheço. De um embarcador fechar um contrato por um período mais prolongado e reverter parte do investimento dele na melhoria na malha?

SR. NOBORU OFUGI: É possível, sim.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Meu caro Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de acrescentar, acho que vai ser para o Dr. Noboru, uma indagação. Eu acredito que seja ele, porque me parece que foi ele quem suscitou, que noticiou aqui, a questão lá do Trem do Pantanal. Esteve aqui na... Acho que na Comissão de Infra-estrutura, o então Ministro do Turismo, Mares Guia, poucos dias antes de

encerrar, de mudar de Ministério e ir para o Gabinete Civil. E naquela ocasião, V.Ex^a. deve se lembrar bem, ele já se reportava à eminente conclusão de todo o projeto de restauração do Trem do Pantanal. E hoje esse assunto veio à baila novamente, com a informação de que depende só de um convênio do Governo do Estado. Eu gostaria que o Senhor explicitasse melhor isso daí; se está havendo algum tipo de empecilho? Se é coisa recente a conclusão desse projeto? O que é que está faltando? Porque para nós aqui, não é Senador Delcídio, eu acho que é de grande importância a retomada desse Trem do Pantanal, dada a vocação turística de toda a região tão bem representada aqui pelo Senador Delcídio.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Obrigado, Senador Valter Pereira. Eu passo a palavra agora ao Dr. Rodrigo Vilaça, Diretor Executivo da Associação Nacional de Transportes Ferroviários.

SR. RODRIGO VILAÇA: Senador, eu queria fazer uma colocação inicial, com relação à pergunta do Senador Valter Pereira. Na realidade a ANTF entende, como colocou o Dr. Renato, que existe na verdade uma coletânea de Legislação aplicável às ferrovias; porém, o que precisamos é de um marco regulatório, efetivamente, mais amplo. Mas isso vem sendo elaborado, vem sendo trabalhado pela Agência reguladora, como o Dr. Noboru colocou, que nós temos aqui cerca de oito ou nove novas normas vindo a esse processo. Somos uma Agência nova. Na realidade a ANTT é uma Agência nova, e isso foi um grande problema para nós concessionárias que já tínhamos cinco anos, no mínimo, com esse processo em estágio adiantado de situação. Então, o marco que nós pretendemos, que o setor pretende, a exemplo do que existe na Lei Geral de Telecomunicações, o Senhor citou para nós anteriormente, que discipline claramente quais são os atos e deveres de cada concessionário, tendo como respeito básico o contrato. O contrato que é o documento mãe, é o documento essencial para todos nós. Com um limite também da própria Agência reguladora, estabelecido, bem claro, bem elucidado, do próprio poder concedente, e que estabeleça de forma geral quais são suas diretrizes. Que foram as que eu anunciei no *slide* nº. 07 da nossa apresentação, que vou permitir repeti-los, que é o marco regulatório baseado na definição do instrumento legal que regerá a atividade, no nosso caso o transporte ferroviário de carga, nós somos específicos de carga e não de transporte de passageiro; e extensão, mas esse marco regulatório com a extensão e alcance das práticas de regulação, e estabelecimento de diretrizes, macro diretrizes para esse setor. É dentro dessa linha que nós entendemos

que o marco regulatório deve vir, deve acontecer e deve estar totalmente formatado. É nesse sentido que a gente entende que atende melhor às propostas, à proposta nossa ao futuro, ao que nós temos de responsabilidade como empresários do setor, de responder e atingir as metas que a nossa Agência nos determina e, principalmente, sem nenhuma demagogia, superar as expectativas dos nossos usuários na sua movimentação. É nessa linha que nós atuamos claramente; é nesse sentido que ao longo desses anos nós estamos trabalhando. Alguns outros pequenos pontos de questionamentos que eu queria fazer de forma geral, é que... Senador, na realidade, a nossa carga básica é a chamada, *heavy haul*, carga pesada, é minério siderúrgico e carvão. Ainda bem que esses produtos e ainda bem que aquilo que os nossos estudos, que os nossos grupos de planejamento visualizaram em 2002 e 2003, de aumento dessa demanda, principalmente pela China, nós nos preparamos para isso. Nós nos precavemos de qualquer somatório a mais que viria nessa carga.

Então nós trouxemos a realidade de 2002 a 2007, e hoje nós transportamos esse volume de forma muito expressiva. Mas já não é mais a carga, *heavy haul*, a carga pesada que é o grande alavancador da ferrovia brasileira; já são as chamadas cargas gerais, as cargas containerizadas, ou as cargas não tradicionais e aquelas que deixaram de utilizar a ferrovia, que estão retornando ao sistema. Isso mostra através da coletânea, da pesquisa que foi feita pela CNT, onde 211 clientes foram consultados; quando, antigamente, se nós tínhamos na rede uma centena era muito. Atuando em prol do desenvolvimento e principalmente da balança comercial brasileira. Então, nós, as ferrovias se prepararam e se prepararam muito bem. Como o Senhor comentou, são ferrovias de primeiro mundo, são ferrovias que não devem nada a nenhuma ferrovia de patamar de carga mundial. Então, nós fizemos, sim, e estamos trabalhando muito nesses chamados clientes tradicionais e não tradicionais. Como, por exemplo, a carga frigorificada que hoje é desenvolvida por uma das nossas concessionárias, e as outras já vão na seqüência, para o transporte de frango, de frios, na região de Santa Catarina. A preparação que nós estamos fazendo para o açúcar, ou para o complexo açúcar e álcool, nesses próximos anos, que é o grande alimentador de cargas, principalmente no Estado, na região de São Paulo. A própria carga da soja, que em 2002, 2003, foi visualizado esse crescimento independente de uma quebra no Rio Grande do Sul que haveria um pico de crescimento. Então, nós nos preparamos para isso. E um dos itens, como o Senhor bem colocou, é que no sistema hoje existem cerca de 90 mil vagões

operando; é mais do que o dobro do que existia a 10 anos atrás. E vale destacar, Senador Valter Pereira, que nós recebemos os vagões, cerca de 43 mil e 500, com 42% deles totalmente sucateados. Nós já os recuperamos, boa parte deles. Ainda tem pouquíssima coisa a ser feita nessa última alteração societária que houve no caso da BRASIL FERROVIAS. Locomotivas eram 1.350, com menos de 2.000 HP's, a grande maioria nisso. Hoje já são no sistema mais de 1.300, novas locomotivas ou locomotivas adaptadas ao sistema brasileiro com mais de 3.000 HP's de capacidade de atração na mercadoria. Isso demonstra a pujança do setor e a recuperação da indústria nacional em atender a esse mercado, fruto desse planejamento que nós fizemos em 2002 e 2003, que é feito a cada cinco anos e que nós vamos renovar agora até 2012, 2013, num novo trabalho, pra fazer essa projeção, porque nós trabalhamos com um prazo mínimo. Ferrovia, cinco anos não é nada, não é tempo nenhum para esse tipo de atuação.

Queria apenas observar que pode ter certeza o senhor que não é a ferrovia que está vendendo vagão e locomotiva. Nós não podemos fazer isso, somos proibidos de fazer isso; e nem faríamos. Esse é um patrimônio da REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A. Esse patrimônio, com certeza, não é das concessionárias atuais que operam no sistema brasileiro. E nós entendemos, sim, que as questões regulamentares, respondi a sua pergunta, a primeira pergunta, nesse contexto, assim, nós também entendemos que o Congresso Nacional deva agir dentro de todo o sistema, de todos os negócios ou de tudo que interfere na vida do brasileiro, mas entendemos que a União deve prevalecer e deve ser a gestora da malha ferroviária brasileira; que hoje são cerca de 28.500, 29 mil quilômetros, mas já foi de 38 mil quilômetros, em 1958, 10 mil quilômetros se foram. Uma curiosidade, Senador, salvo engano meu, dos 40 mil quilômetros da Argentina, só operam 16 mil, só. Então eles não estão tão superiores a nós. O nosso sistema é amplamente maior e de maior movimentação. Infinita. Somos a 7ª ferrovia do mundo em produtividade, por incrível que pareça, nesses 29 mil quilômetros; por causa da carga pesada. E ainda bem que essa carga está na ferrovia, não está em caminhões nas estradas que nós possuímos, ainda bem. De uma maneira geral, é nesse sentido. Falta de planejamento. O Bruno bem colocou, o que nós sentimos, eu falei na minha apresentação, não há como você alterar uma matriz de transporte ou mesmo fazer movimentações se não há uma visão de planejamento de médio e longo prazo, de 15, 20 anos, 25 anos. É isso que falta ao setor, e ele hoje está totalmente descentralizado. Esse é um fator de

complicação. Mas, entre nós do setor ferroviário, nós, como eu citei, inauguramos 46 terminais intermodais, rodoferroviários, hidroferroviários, e quem sabe em breve até terão surpresa com um aeroferroviário na região de São Paulo. E nós estamos trabalhando muito fortemente nisso. E um dos pontos da nossa agenda estratégica é o ponto intermodalidade. E as ferrovias entendem que elas não podem apenas e tão somente fazer o transporte ferrovia, como eu disse. Nós temos que nos integrar na busca de novas alternativas e de soluções ao nosso cliente, que desemboque nessa operação intermodal, que tenha essa condição de oportunizar ao usuário a sua livre escolha de utilizar o sistema que melhor lhe aplica. Também, Dr. Renato, um breve comentário, que não há lógica em sairmos de um trem de Porto Alegre a Salvador, em um trem de Porto Alegre a Fortaleza. Nós temos que usar a nossa costa brasileira, não temos que usar a cabotagem brasileira. Então as ferrovias todas desembocam num porto, todas elas vão parar numa porteira de uma fazenda, sempre isso. Eu entendo a questão do tráfego mútuo, quando vem essa questão, de uma forma muito positiva. É sinal de que está acontecendo alguma coisa, porque no passado isso não existia.

Então, a modernidade, as novas concessionárias estão até aplicando, e está sendo tratado o assunto, como o Dr. Noboro colocou, de uma maneira muito profissional, de uma maneira muito técnica, de uma maneira muito tranqüila do ponto de vista de colocar as questões e partes e se arbitrar ou se determinar uma solução para os problemas. E eu tenho certeza que com essa nova situação da BRASIL FERROVIAS com a aquisição pela ALL, nós veremos, sim, resultados em médio prazo, dois, três anos, bastante significativos, como já observamos a solução que foi dada a Santos, entre a MRS e a ALL na eliminação do problema do Porto de Santos na movimentação ferroviária, com a construção do terceiro trilho e com a visão futura de uma esteira transportadora, de um ferro-anel no tramo norte, como o Senhor citou, e a construção de diversos terminais que movimentam diversos tipos de carga, não só soja, não só açúcar, não só minério, como também contêineres. A MRS hoje é a maior empresa de movimentação de contêineres no Brasil. Nós temos a COMPANHIA VALE DO RIO DOCE que é a segunda empresa de logística da América do Sul. Empresas voltadas, assim como a ALL, e aí eu queria deixar claro nesse sentido que nós estamos buscando as alternativas em tudo que é possível, em tudo que é viável, economicamente falando, e que atende a necessidade do cliente. A questão do frete, o Bruno fez a colocação de forma muito correta. É claro que o trato comercial, ele é diferenciado de cliente a cliente, ele

tem suas peculiaridades, tem sua particularidades, e que geram uma certa insatisfação de partes; é verdade. O preço é sempre uma questão muito delicada. Mas eles hoje são tratados comercialmente de forma muito aberta, de uma forma muito mais participativa do que era no passado. E nós somos regulados, nós temos uma tabela. Nós somos, aliás, o modo de transporte mais fiscalizado e mais regulado do setor, por incrível que pareça. Nós estamos até falando de marco regulatório, mas nós somos os mais auditados, os mais fiscalizados, o mais regulado de todos.

Então, de maneira geral, eram essas as colocações que eu queria fazer. Quanto ao Trem Bala, nós somos favoráveis, claro que sim; até por visualizarmos o nosso Brasil em 2015, que é quando esse projeto deve começar a operar, especificamente. E naturalmente em crises como essa que nós estamos vivendo, foi até fruto de um tema do Jornal Nacional, no sábado, quando citou os trens da FCA, de Mariana, Ouro Preto, trem de passageiros, ou como determinadas estações estão sendo utilizadas para ensino de terceira idade, creches, bibliotecas, e outras abandonadas; mas as abandonadas não são nossas, o Senhor pode ter certeza disso. Eu lhe garanto que não são nossas. Nós estamos procurando, e aí tem o papel na extinção da rede que também tem uma frente muito grande de trabalho nisso. Mas essa crise que hoje a gente vê acontecendo no setor aéreo - rodoviário não menos, com a quantidade de buracos - e portos com os sistemas funcionando, que mais uma vez fica claro que nós precisamos trabalhar de forma integrada, de um planejamento único. Porque de forma única, individualizada, a gente avança até uma segunda geração, até uma segunda etapa, mas a gente não vai conseguir essa integração com o todo que é o que a gente mais quer. O Dr. Renato representa inúmeros clientes que com certeza já queriam a figura do OTM, o Operador de Transporte Multimodal Aplicado. Nós temos cerca de 276 autorizados pela ANTT, mas, de fato, você não aplica esse transporte; porque evoluiu, mas não ainda o suficiente. Então, na realidade o que a gente tem hoje aqui são operações intermodais, entre dois ou mais modos de transporte, cada um com seu documento individual, para que não gere a questão tributária. Que é outro ponto que nós temos trabalhado muito, na questão e na busca da desoneração desses tributos da operação ferroviária, para que a gente possa, de novo, acelerar. E eu repito, o patrimônio é da União, pertence a todos nós. Todos os benefícios e tudo aquilo que nós fizemos hoje é com o intuito de recuperar um bem público, tratar bem do bem público e fazer o melhor uso possível dos recursos, para que

a gente tenha essa movimentação cada vez mais aumentada. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Dr. Rodrigo Vilaça, e eu passo a palavra agora ao Dr. Renato Voltaire Barbosa Araújo, Consultor da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária.

SR. RENATO VOLTAIRE BARBOSA ARAÚJO: Bom, eu não quero cansá-los, mas rapidamente só uma visão maior. Trem, com raríssimas exceções, quer dizer, o trem moderno hoje não é mais aquele trem de passageiro que vai pegando carga nas estações, não é nada disso. O trem é um tubo. Então você para parar o trem e fazer o intermodal, essa coisa tem que ser realmente... Temos um processo de planejamento, porque as rodovias são cada vez mais técnicas no mundo inteiro e dedicada a cargas de grande tamanho. E isso o trem sem Estado, de maneira geral no mundo, tem aquela coisa romântica, de trem na Europa, dá dinheiro, essa coisa toda, se o Estado não estivesse presente nada daquilo existiria. O caso da CVRD, eu já fiz... Estou de cabelo branco, já fiz muita coisa, fui da VALE DO RIO DOCE durante muitos anos, participei de muito do orçamento do projeto, eu fui Gerente do Projeto de minas de Carajás, e participei da feitura do projeto. Lá existe uma trilogia, Senador, que é a idéia do nosso brilhante [inaudível] que é a mina ferrovia e porto. Então, o negócio, minério de ferro, funciona quando o porto está caro, ou está bom, baixa no trem, quando não está baixa na mina. Então eles têm um fator de amortecimento e que isto funcione. E a VALE fará sim, dentro de uma visão talvez um pouco crítica, prioridade o seu *cor(F) business*, que é o minério de ferro. Então, ela como concessionária de serviço público, ela vai atender ao custo marginal daquilo que sobrar, mas a gente sempre ficará sujeito a isso. Aí ela estabelece metas, e a Agência trabalhou muito bem nessa questão de metas, porque não tinha meta nenhuma quando a Agência veio, as metas do contrato originário de concessão já tinham ido para o espaço, estabeleceu metas. Essas metas foram feitas de alguma maneira, eu diria assim, suaves. Elas precisavam, por isso que eu digo que precisavam de uma segunda rodada, apertar as metas pro pessoal, sabe, fazer muito mais. Estão demonstrando aí que fazem muito mais porque as metas estão lá. Mesma coisa nas tarifas. As tarifas foram estabelecidas para *skepes(F)* lá em cima, são irreais, todo mundo trabalha a 60, 70% daquilo, para a viabilidade econômica do processo de venda. Isso foi um defeito da época da privatização, mereceria o re-estudo tarifário para re-estabelecimento para *skepes(F)*. Nós estamos pedindo isso pra Agência há algum tempo, para botar preço real. Agora, vai competir

com o caminhão? No Brasil o caminhão é predatório. O transporte do caminhão no Brasil, o nosso caminhoneiro virou um mendigo, com caminhão velho.

Agora, o que acontece com isso? Se eu tenho um caminhão que anda três vezes mais do que tinha que andar, numa estrada esburacada, quebrando a estrada, o contrato três vezes mais [inaudível]. Frete a frete, se for comparar, não é o custo logístico. Então o Brasil tem uma situação inusitada, que o preço de A até B é mais barato do que em qualquer outro lugar, de B até C mais barato, de C até D, aí quando faz o custo logístico de tudo, é mais caro. É uma mágica que nós usufruímos aqui no nosso País de que quem recebe, recebe pouco, e quem paga, paga muito. Aliás, isso é muito comum na lógica brasileira em muitas atividades como essa daí. Quanto ao planejamento, Senadores, tem aí uma coisa maravilhosa, que está para sair, que é o Plano Nacional de Transporte e Logística, iniciativa do Ministério dos Transportes. Eu pediria que vocês fossem alavancas para arrancar isso de lá. Nós sabemos que isso está em fase final de elaboração. A matriz, a metodologia, é extremamente inovadora. Foi feito um trabalho que nós podemos testemunhar de metodologia muito acima daquilo que se praticou na área de planejamento de transportes até hoje, e que conjugado com o funcionamento real do CONIT, nós vamos botar recursos e dinheiro no setor. Porque, essas concessionárias, a verdade é que elas tomaram um calote do Governo. Como é que foi o calote? Eu assinei um contrato com o Governo - pegar o exemplo de NOVO OESTE e outras - e ficou acertado que quando estava quebrada a estrada, foi acertado um recebimento de composições e trilhos e via permanente de determinado Estado. O que não estava ficou para ser feito depois; e nunca foi feito. O Governo desde que foi privatizado botou algum centavo nisso? Não botou, botou migalhas nesse processo. Então, o que as ferrovias estão fazendo hoje para viabilizar isso? Elas têm que operar uma linha por força contratual, estão lá fazendo milagre com seus clientes, para tentar acertar um preço que recupere aquilo que deveria ter sido feito com o dinheiro público, mas não veio, para poder atender o seu cliente e não entrar num processo de inadimplência contratual. É uma ginástica; aonde a origem dessa ginástica é o descumprimento da cláusula básica daquilo que deveria ser feito pelo Governo e não foi.

Então eu acho que esse quadro é preocupante, e aí a gente vira parceiro das ferrovias, ao mesmo tempo em que a gente é antagonico na questão, quando diz, por exemplo, que o marco regulatório, o tráfego mútuo é o instituto adequado; não é. Eu acho que aquilo que vem é futuro. O marco... Que se respeite o que está aí, mas é futuro e direito de passagem. Eu tenho

que sair com um trem, se eu quiser ir de Porto Alegre a Salvador, eu vou sim, porque cabotagem no Brasil não existe, então eu tenho que ir de trem, enquanto eu não vou de caminhão. Então, nesse caso eu acho que o marco regulatório maior tem que prever outros estudos mais modernos, porque é dessa herança do RTF. Esse negócio de passagem veio por falta de dinheiro da rede ferroviária. Uma locomotiva vinha até aqui... “Tem dinheiro para ir em frente? Não, tem que atender o resto. Volta com esse trem para lá. Chama o outro.” Como não tinha pressa, isso virou uma moda que passou para dentro dos contratos. Mas isso é um absurdo que tem que ser mudado. Tem avanços dentro da resolução da ANTT que disciplinou, mas nós temos que avançar mais. Por quê? Porque se o Senhor está preocupado, Senador, quanto à questão de transporte agrícola, o Senhor tenha certeza, nós fizemos estudos lá na NUT(F) e até agora ninguém contestou, vai faltar mais trem. Hoje falta trem, produto agrícola tem que andar de trem, tem que ter silagem e trem para exportação; produto baixo de valor agregado. Hoje falta trem. A futuro, vai faltar mais trem. Então, o horizonte, embora todo o esforço feito pelo setor, todo o investimento, todo esse desdobramento, eles não vão conseguir atender, até porque tomaram calote. O calote tem que ser revertido. Então, eu já comentei a questão das tarifas e as metas que ficam um pouco num processo de... Irreal, na realidade. Respondendo ao Senador se os institutos, as determinações da ANTT devem virar lei? Na nossa posição, acho que o Congresso já está tão sobrecarregado, com tanta coisa importante, o que nós teríamos que fazer no Congresso é um marco regulatório forte e dar força a essa Agência, um instituto legal, que eu não sei como ele é. Eu só sei, Senador, que do jeito que está não está bom. As agências ficam meses e meses e meses sem Diretor, sem *quorum* para suas reuniões para poder assinar as suas resoluções, porque não são feitas indicações de A, B e C, porque não existe essa independência. Eu acho que isso nós teremos que nos debruçar, achar uma solução, dar força sim à Agência, e quando o nosso Noboru assinasse lá o instituto, que ele fosse até inquestionável na Justiça. Porque hoje as Resoluções da ANTT, quando não querem ser cumpridas, elas vão para Justiça.

A exemplo da famosa história do terceiro trilho que foi falado aqui, a 945, tem mais de dois anos e meio que a ANTT fez um trabalho de intervenção, entrou, decidiu, e o que se sentiu prejudicado foi para Justiça. Há dois anos e meio, Senador, para construir 10 quilômetros de trilho. E o que acontece lá... Não é dentro de São Paulo, não. É que tudo que é trem que chega na Baixada de Santos, tem lá um anel da MRS, que todo mundo tem que fazer a bênção e esperar a

locomotiva da MRS; isso continua até hoje. Então não há, até por questões da independência do instituto, a Agência tem limitação da competência. Trabalha bem? Trabalha. Faz tudo que pode? Faz. Mas precisa fazer mais. Deveria ter mais velocidade, porque a gente como usuário não pode ficar lá esperando porque houve um instituto. Então isso é um drama, isso tem que ser extirpado da cultura ferroviária brasileira, esse tráfego mútuo, isso é ponto de desgargalamento; e permitir livre trânsito de quem quisesse em cima dos trilhos, pagando. É lógico que se eu comprei um trilho, estou com uma concessão do trilho, tenho que receber adequadamente pelo funcionamento dos trens do CCO, mas não isso virar novamente uma coisa exclusivista, do jeito que funciona hoje. Quanto à questão do Trem Bala, eu acho que precisa de muita bala. Então, eu acho que isso tem muita bala para botar. O pessoal que está botando a bala diz que tem retorno. A gente sabe que isso não é brincadeira de gente pequena...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. RENATO VOLTAIRE BARBOSA ARAÚJO: É, briga de cachorro grande. Aquele trem, aquelas coisas lá na Europa, a última notícia que eu tenho daquele trecho subterrâneo é que botaram quatro bilhões e meio de euros na conta dos Estados, porque não vai. Essa coisa de trem, ferrovia, passageiro e estrutura, isso é Estado. Isso é para pegar os 40% dos impostos que a gente recolhe e botar em cima disso pra fazer a parte que lhe cabe. E os operadores vão ter resultado com a operação. Eu já falei demais, acho que estamos todos harmônicos aqui na Mesa, de alguma maneira. O Senhor vê que tudo converge para o mesmo ponto. E eu só pediria para encerrar com a ajuda de vocês pra gente ter esse PNLT e esse CONIT, que é o Conselho Nacional de Política de Infra-estrutura, que vai permitir com que o Ministério dos Transportes, o outro que dá o tem dinheiro, o outro que manda na República, etc, faça uma conjunção de esforços e defina qual é a direção e a velocidade de crescimento que o País precisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Dr. Renato Voltaire Barbosa Araújo. E agora, por último, como dizem os ingleses “Mas não menos importante”, o Dr. Noboru Ofugi, da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

SR. NOBORU OFUGI: Bom, Senador, eu vou procurar responder algumas das questões colocadas aqui. Talvez não na ordem que foi colocada, mas eu começaria pela preocupação do Senhor quanto à questão da multimodalidade ou intermodalidade. Eu entendo que você precisa de um tripé para essa coisa funcionar. Você tem uma boa infra-estrutura, quer seja ferrovia, rodovia e hidrovias; uma Legislação adequa-

da; e o operador eficiente. Por enquanto, veja bem, à Agência compete habilitar o chamado OTM, Operador de Transporte Multimodal. Nós temos habilitado um sem número de Operador de Transporte Multimodal; mas na prática você vê pouca coisa. Pouco operador praticando essa operação. Por quê? No começo havia um problema ainda que causava dificuldades, que era a obrigatoriedade de se ter um seguro prévio; nós conseguimos a duras penas retirar isso da Legislação. Hoje nós estamos trabalhando diretamente com muita, eu diria, determinação junto ao CONFAZ, que é a questão da incidência do ICMS. Hoje já se admite um conhecimento único de transportes, mas ainda perdura essa questão da cascata da cobrança em cada Estado diferenciado do ICMS. A gente espera que removido isso aí, aí o mercado realmente vai ditar se é melhor se ter uma operação multimodal ou unimodal, e aí por diante. E concordo com o Renato, essa questão do Plano Nacional de Logística em Transportes, que o Ministério desenvolveu em parceria com o Ministério da Defesa, lá com o Exército brasileiro, criando até o CENTRAN, Centro de Excelência em Transportes. Discordo com ele só quando ele diz que é a primeira vez que se faz um planejamento integrado. Ah, recente. Até porque você me provocou, porque eu fui do GEIPOT, uma empresa pequenininha que mexia com planejamento no passado e que naquela época a gente cansou de fazer planejamento integrado. E da mesma forma, aproveitando o gancho, quando eu era Diretor do GEIPOT, eu fui Coordenador de um dos estudos do trem rápido entre rio e São Paulo, que já aconteceram vários estudos. Começou com os japoneses lá atrás, depois teve os franceses com o TGV, os alemães e foi esse que eu fui Coordenador, que foi um financiamento do KfW, e fizemos um estudo que durou quase três anos. E naquela oportunidade ele não se mostrava atrativo puramente para a iniciativa privada. Então eu tenho dúvidas... Nós estamos analisando lá na Agência o trabalho último feito pelo ITAUPLAN, que é uma empresa italiana, analisando o trabalho feito e ver, porque vai caber à Agência preparar o plano de outorga. Agora, eu, particularmente, entendo que é interessante você ter um trem rápido entre os dois maiores centros do País, e depende de política do Governo. Por quê? Acho que em raríssimos segmentos no mundo um sistema ferroviário de transporte de passageiro se auto-sustenta. Então eu acredito que depende de uma política de Governo. Uma outra questão colocada aqui pelo Senador Valter Pereira, sobre a alienação patrimonial. Eu estranhei, desconheço essa prática por parte da NOVO OESTE, até porque é proibido. Nós impedimos até de ele oferecer aqueles bens lá como garantia de empréstimos; imagina, ele alienar os bens. Mas sem

dúvida, eu anotei aqui, e vou até pedir para o pessoal verificar se realmente está acontecendo isso ou não. Uma outra colocação do Senhor, sobre a questão de dificuldades que certos clientes estão tendo com a ALL, lá na NOVO OESTE. Eu até sugiro que quando... É uma das tarefas, uma das competências da Agência, dirimir conflitos; conflitos entre concessionárias ou entre concessionárias e usuários. Eu diria que hoje nós estamos, inclusive, mediando uma questão aí de dificuldade de transporte que o pessoal do SINDICOM, é o transporte de combustível, está tendo com uma concessionária. Levaram a reclamação e estamos promovendo encontro para dirimir essa questão. O Senhor, por gentileza, esse pessoal que se sente preterido ou prejudicado por uma ação da ALL, faça chegar a Agência e ela vai tentar mediar esse conflito. O Bruno, ele tocou num ponto sobre a questão da concorrência, eu diria um pouco desleal... Desleal, não; uma concorrência predatória com o setor rodoviário. Eu diria que isso tende a ser minimizado com a recente edição da Lei 11.442, que disciplina o transporte rodoviário de carga, e a Agência está hoje trabalhando na regulamentação desta Lei, e a gente espera muito em breve, eu acredito que não mais de 15 a um mês, colocar isso em Audiência Pública e, aí sim, um operador rodoviário vai ter que cumprir certos pré-requisitos e não qualquer um entrar no mercado. Agora, a gente entende também, isso é um posicionamento meu, que aliado a essa questão da regulamentação você precisa de outros instrumentos, do tipo, o Congresso aprovar logo a inspeção técnica veicular. Você tendo a inspeção técnica veicular de certa forma você vai tirar do mercado veículos com uma idade média alta, que nós temos da ordem de 17 anos, pro autônomo, das empresas é um pouco menor, é da ordem de nove, dez anos. Você vai tirar do mercado essa sucatas que estão--

SR. BRUNO BATISTA: Você me permite só uma parte, Noboru? Só o seguinte, complementarmente a isso, além da questão da inspeção técnica veicular, da ITV, também existe a necessidade do Governo fazer uma preparação para um novo sistema de financiamento de frotas, porque se a gente pega essa frota antiga e de um dia para outro, a partir da inspeção veicular, a gente retira, o País pára.

SR. NOBORU OFUGI: Certo. E talvez, é o que eu tenho ouvido do segmento, é que com a edição da Lei 11.442 eles acreditam que agora o transportador rodoviário de carga ele está sendo, eu diria, considerado dentro da estrutura vigente no País, que até ontem ninguém considerava um autônomo ou uma empresa, eu diria, com efeito, significativo na cadeia de produção aqui no Brasil. Para se ter uma idéia, hoje, o próprio Banco do Brasil ao financiar através do... Ou BNDES

através do Pró-caminhoneiro, ele exige que aquele autônomo ou a empresa, ela tenha o RNTRC, que é o Registro Nacional do Transportador Rodoviário de Carga, junto à Agência. Quer dizer, já é uma primeira demonstração que essa lei veio realmente para ficar. A questão da crise aérea, se os outros modais estão preparados, eu diria que numa comparação com ferrovias, são poucas as cargas que poderiam ser substituídas pela ferrovia, até pela natureza dessa carga. Eu pego o passageiro como exemplo. Nós tivemos uma demanda muito grande no transporte interestadual de passageiros, mas dentro de certos limites; quer dizer, o sujeito sempre compara o tempo que ele vai fazer determinada viagem... Rio-São Paulo hoje tivemos um aumento considerável no modal rodoviário. Por quê? Ele está passando de coisa de uma hora, uma hora e meia, que ele gasta entre Rio e São Paulo, para cinco horas, que é alguma coisa ainda razoável. Mas para distâncias superiores, eu diria, dando um chute aqui, mil quilômetros, já começa a ficar difícil, complicada essa migração. Bom, o Trem do Pantanal, como eu disse aqui, o que competia, pelo menos do que eu tenho conhecimento, à NOVO OESTE fazer, que era reformar aqueles vagões, aquele material rodante e melhorar a infra-estrutura no trecho Corumbá-Porto Esperança, foi feito. Então, está aguardando puramente, a informação recente que eu tenho, é o entendimento do Governo do Estado com a NOVO OESTE e assinando tal contrato operacional específico. Bom, Senador, eu acho que... Bom, por último essa questão da alienação, que o Senador se referiu, ela vai passar por um pente fino agora. Porque com a relativamente recente edição da Medida Provisória que extinguiu definitivamente a Rede Ferroviária Federal, várias atribuições foram passadas à Agência e ao DNIT. Então ao DNIT vai ser repassado todo o ativo operacional da Rede Ferroviária, e compete à Agência fazer a fiscalização. Então, nós estamos num entendimento a três, seria a inventariança da Rede, o DNIT e a Agência, até num processo contábil de verificação de todo esse ativo. Então vai ser uma excelente oportunidade para gente verificar realmente toda essa questão do patrimônio da Rede, que está sendo transferido ao DNIT, com fiscalização da ANTT.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Dr. Noboru. Eu só gostaria de fazer dois registros com relação às perguntas do Senador Valter Pereira. A primeira questão, a ALL, ela entrou recentemente, como todos sabem aqui. O problema já vem de longa data, de uma empresa chamada, de um grupo chamado NOEL GROUP, que participou do arrendamento, a primeira vez na NOVO OESTE, depois um grupo que quebrou. Isso aí foi muito

questionado, até o processo de escolha desse grupo, porque ele já estava com concordatário, enfim. Então, eu não afirmaria que seria alguma coisa associada a ALL. Agora, posso registrar que vários trechos estão absolutamente sucateados, nem trilho tem; principalmente aqueles ramais lá para Ponta Porã. Isso para nós foi muito ruim. Isso para o Estado... A FERROVIA NOVO OESTE, ela é uma ferrovia que está nos corações e mentes de todos os sul-mato-grossenses, porque ela se confunde com a história do Estado, e a história do Centro-oeste também. Então, eu posso dizer com absoluta convicção que foi o pior exemplo de privatização do Brasil, sem medo de errar. E, inclusive, considerando todos os outros setores, não é só no setor ferroviário, não. Foi um desastre para o Estado, um desastre. A começar pelo primeiro grupo lá, o tal do NOEL GROUP. Agora, reconheço os avanços todos que foram aqui muito bem caracterizados. Ninguém questiona a MRS, VALE do RIO DOCE, enfim, a CENTRO ATLÂNTICA, a ALL, mesmo na região Sul onde ela opera, inegavelmente. Então, eu queria fazer só esse registro para ser mais... Para ser correto com relação à realidade dos fatos. Uma outra questão--

SR. RODRIGO VILAÇA: Senador, me desculpe. Apenas um adicional à sua colocação agora, para efeito de registro também, que foi a desregulamentação do transporte de combustível. Que era essencial para essa ferrovia, no caso, em termos de movimentação de carga e que desestruturou a sua base--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): A justificativa sempre foi essa, mas aí nós vamos lá na ANTT, com o Dr. José Alexandre, e ele me prova o contrário. Sempre a justificativa foi o problema do combustível, mas aí nós vemos as curvas lá com o Dr. Zé Alexandre, que ensina as coisas pra gente, quando ele tem tempo, aí vê que a justificativa não é bem essa. Então, é complicado. Isso foi muitas vezes... O próprio Noboru participou de reuniões conosco lá, isso foi colocado. Era a justificativa principal, transporte de combustível. Mas aí a ANTT tinha umas outras curvas lá que diziam, justificando que não era bem isso, não. Talvez, acho que é o maior gargalo hoje ferroviário, o maior problema hoje do setor ferroviário no Brasil é essa solução da NOVO OESTE, na minha leitura. Talvez não, não sob o ponto de vista econômico do que ela pode representar, até porque tem corredores aí que inegavelmente, como o próprio Renato falou, por Carajás é um negócio... E é o *cor(F) business* da VALE DO RIO DOCE. É claro que a VALE DO RIO DOCE, ela vai... A prioridade é minério, o restante vem depois, se vier. Então, mas sob o ponto de vista de uma integração da NOVO OESTE. E uma outra questão que foi colocada aqui também

pelo Senador Valter, na verdade o trecho do Trem do Pantanal, ele está... O que se afirmou, Noboru, é correto. Esse de Corumbá a Porto Esperança, ele já está praticamente revitalizado e tem inclusive a Estação de Porto Esperança que eu mesmo liberei os recursos no Ministério do Turismo, para que se tenha nesse trecho, que é um trecho de 50 quilômetros, se tenha condição dos turistas andarem. Para quem não conhece, essa ferrovia anda no meio do pantanal. Então não só se vê a fauna extraordinária que o Pantanal tem, mas a flora; então, é um passeio interessante. Agora, fica muito claro aqui que é um passeio interessante, mas alguém tem que pagar a conta, porque é trem de passageiro, e como foi dito aqui, não é fácil em nenhum lugar do mundo. O Estado tem que marcar presença. Eu concordo com você, Noboru, as suas considerações sobre o Trem Bala. É um projeto lindo. Nove bilhões de dólares, e tal, o Estado vai ter que participar; mas nós temos uma série de prioridades aí na área de transportes. Será que agora o Trem Bala é que é o negócio? E nove bilhões de dólares? Não é uma coisa tão simples e você mesmo disse aqui que você fez a avaliação com o TGV francês, fez a avaliação com os alemães, fez avaliação com os japoneses, e até então os números não eram convidativos. Então, não é uma coisa simples, é um investimento de nove bilhões de dólares; é quase o que custou o Tucuruí, com todos os problemas que o Tucuruí teve. Então... Agora, acho que um ponto, para concluir, acho que um ponto fundamental é a questão do planejamento. A gente tem sentido nitidamente que parece que as coisas não... São tocadas isoladamente, mas nós queremos ver e vamos insistir, Dr. Renato, já que você falou desse plano, nós vamos correr atrás. Porque aqui a classe política desconhece esse plano.

SR. RENATO VOLTAIRE BARBOSA ARAÚJO:

O Senhor podia também insistir em instalar o CONIT, porque aí ele pega o plano e diz o que tem que fazer. Porque senão fica enrolando e não acontece nada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): E aí não passa de um conjunto de boas idéias sem nenhuma praticidade. Então, eu acho que foi muito importante essa... Foi um debate muito, muito bom. Eu sou um entusiasta de ferrovia. Acho que o Brasil precisa mais do que nunca trabalhar nesse sentido, e os números são muito bons, os números que foram aqui demonstrados. E ficou bom também porque esclareceu a questão do frete ferroviário, do frete rodoviário, as diferenças que existem. Acho que foi muito esclarecedor esse debate. Nós estamos com os Consultores do Senado, eles vão tomar a liberdade de entrar em contato com os senhores, até pra gente, fruto desse debate, esmiuçar melhor essas sugestões,

para que a gente apresente quando levar os resultados dessas Audiências Públicas para o Pleno da Comissão de Assuntos Econômicos. Quero agradecer aqui a presença de todos vocês, a paciência também que tiveram. Quero informar que nesse primeiro semestre, antes do recesso, nós devemos ter mais uma Audiência Pública tratando da questão dos portos; onde estarão presentes o Ministro Pedro Brito Nascimento; o Dr. José de Freitas Mascarenhas, Presidente do Conselho Temático de Infra-estrutura da CNI; Dr. Sérgio Henrique Cavalcante Salomão, Presidente Executivo da ABRATEC - contêineres foi outra novidade que eu ouvi aqui, não estava sabendo disso e acho que é muito bem-vinda essa novidade. Dr. Humberto Dal Pino, Presidente da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais, e o Dr. Fernando Antônio Brito Fialho, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, ANTAC. E essa Audiência Pública vai acontecer no dia 2 de julho, portanto, na próxima segunda-feira, às 17h00. Então eu quero agradecer a presença de todos vocês, a paciência de todos vocês.

Agradecer mais uma vez ao Renato, ao Bruno, ao Noboru, ao Rodrigo. E tenho certeza absoluta que o material e as informações vão ser de extrema relevância, e essa troca de experiências com a Assessoria dessa Subcomissão vão ser fundamentais para a gente apresentar as questões ferroviárias no Relatório final dessa Subcomissão. Quero agradecer a todos, desejar uma boa noite, e que Deus ilumine e abençoe as famílias brasileiras, sempre. Até logo e uma boa noite.

Sessão encerrada às 20h28.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA

ATA DA QUINTA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO, DE 2007, ÀS 19:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dezenove horas e vinte e três minutos do dia doze de junho do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Neuto de Conto, Vice-Presidente, reúne-se a Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Neuto de Conto e Renato Casagrande. Deixam de comparecer os Senadores Mão Santa, tendo falta justificada em virtude

de estar em missão política de interesse parlamentar, Raimundo Colombo, Jayme Campos e Tasso Jereissati. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Reunião de Trabalho com a presença dos Senhores Samuel de Abreu Pessoa, Consultor Legislativo do Senado Federal, e José Roberto Rodrigues Afonso, Economista do BNDES e da Unicamp. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles, Relator da Subcomissão, e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e uma horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Neuto de Couto**, Vice-Presidente da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE COUTO (PMDB-SC): Havendo número regimental declarado aberta a 5ª Reunião da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, a realizar-se nesta data, 12 de junho de 2007, às 19h, na sala das reuniões nº. 15, Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Ninguém quer se manifestar, declaramos aprovado.

Convidamos para fazer parte da Mesa o técnico Dr. José Roberto Rodrigues Afonso, Economista do BNDES da UNICAMP. Também Dr. Samuel de Abreu Pessoa, Consultor do Senado. A reunião de hoje é uma reunião de trabalho para fazermos uma revisão das reuniões realizadas até aqui e termos um diagnóstico para darmos continuidade nas próximas reuniões.

Nós concedemos de imediato, então, a palavra ao Dr. Roberto Rodrigues Afonso. Por acordo da Mesa, vamos ouvir primeiramente o Dr. Samuel de Abreu Pessoa.

SR. SAMUEL DE ABREU PESSOA: Obrigado, Senador Dornelles a oportunidade de estar aqui. Meu objetivo, a minha fala vai ser uma fala muito curta. Eu vou tentar avaliar, tentar apresentar para os senhores como que eu avalio as três apresentações que nós tivemos do ponto de vista macro e da viabilidade política da reforma.

Então eu organizei a minha apresentação em três falas, três partes. Avaliar primeiro, qualificar um pouco a importância da Reforma Tributária, fazer um

sumário do que foi discutido com os Estados e Municípios, e avaliar o espaço para avançar em direção à Reforma Tributária.

Do ponto de vista do cenário macroeconômico, nós estamos vivendo um momento muito... Um momento único na nossa história, um momento muito positivo, e eu acredito que esse momento tem três características. Tem três fatos novos que a gente tem que ter em mente quanto olha para o momento presente. O primeiro é o que chamo de efeito China. Quer dizer, o efeito China é um processo que está acontecendo já há uma década, uma década e meia, e acho que ele vai continuar por outro tanto. Uma década, uma década e meia, ninguém sabe quanto tempo vai perdurar. O que é o efeito China? É um processo de incorporação nos diversos mercados... Quais são esses diversos mercados? Mercado de trabalho, mercado de consumo, mercado de capitais, de um bilhão e meio de pessoas. Um bilhão e meio de pessoas dotado de capacidade produtiva, pessoas que têm uma escolaridade já relativamente alta e com capacidade de consumo e de poupança, e, portanto, capacidade de acumular capital. Esse fenômeno da incorporação desse um bilhão e meio de pessoas que habita uma região relativamente pobre em recursos naturais, ele tem uma implicação muito forte para as economias da América Latina em particular para a economia brasileira, que é uma economia que nesse aspecto é muito complementar, porque é uma economia rica de recursos naturais. E, portanto, esse período que a gente está vivendo ele é um período que se assemelha um pouco aos últimos 30, 40 anos do Século 19 até o período que vai com o início da Primeira Guerra Mundial que também foi um período que havia um centro do mundo formado naquela oportunidade pelos Países da Europa ocidental que crescia muito e que era relativamente pobre em recursos naturais. E nesse período a América Latina principalmente o Cone Sul, em particular o Brasil do sudeste, cresceu muito. Puxado esse crescimento por essa complementaridade natural com o centro. E eu acho que nós estamos vivendo um período que tem suas especificidades e suas diferenças, mas que tem essa complementaridade. Ou seja, o fenômeno da subida do preço das *commodities*, tanto as minerais quanto as agrícolas eu acho que é um fenômeno relativamente permanente. Porque ele está muito associado a essa demanda desse 1,5 bilhão de pessoas. E esse 1,5 bilhão de pessoas é 1,5 bilhão de pessoas que trabalham muito, estuda muito, poupa muito e investe muito. E esse fenômeno é endógeno. E vai continuar. Pode ter crises, tem dificuldades, há uma série de pontos de interrogação, de dúvidas pela frente, como vão continuar com o mecanismo criativo que eles têm de

incorporar os mercados, será que vão continuar sendo bem sucedidos nesse processo de construção institucional, uma série de perguntas não tão claras, mas me parece que a capacidade de crescimento daquela economia vai perdurar mesmo que a um ritmo menor. E, portanto, esse choque externo positivo de termos de troca que nós estamos sofrendo nos últimos anos eu acho que tem um caráter de permanência. Ele veio para ficar, portanto, câmbio a dois, na minha opinião também veio para ficar.

O segundo processo que eu estou chamando aqui de virada externa é um fenômeno fruto dessa boa condição internacional, mas também fruto de uma política fiscal que é perseguida desde o segundo mandato do Governo Fernando Henrique Cardoso e que foi mandato no primeiro mandato do atual Governo uma política fiscal sólida que fez com que o endividamento público reduzisse e em particular endividamento externo do setor público fosse eliminado. O setor público ele é credor em dólar, de sorte que a fragilidade externa que havia na economia brasileira, ou seja, qualquer choque externo que desvalorizava o dólar, desvalorizava a nossa moeda, gerava uma série de dinâmicas internas que aumentava a fragilidade das contas públicas, colocando inclusive em dúvida o pagamento futuro da dívida interna e gerando uma série de efeitos que desorganizavam e introduziam muito risco na nossa economia, esse fenômeno não existe mais. Então mesmo que haja choque externo, mesmo que o preço das *commodities* caia, que o choque de termos de troca positiva não seja tão forte nos próximos anos, mesmo que a situação externa de liquidez internacional mude um pouco, nós temos uma situação nova que é essa brutal, essa melhora muito marcante na situação externa. E o terceiro ponto é a revisão do PIB. Quer dizer, o que a gente aprendeu com a revisão do PIB? Nós aprendemos que em 2000 o PIB medido pela nova metodologia em 2000 ele foi 7% acima do que nós achávamos que era pela antiga metodologia.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem. Sr. Presidente, Senador Neuto de Conto, Sr. Samuel de Abreu Pessoa, o senhor me desculpe interromper, mas é por uma questão que acabaram de me informar. Eu estava vindo do meu gabinete aqui, e, por exemplo, no meu gabinete os meus Assessores estavam acompanhando a sua excelente exposição. E querem continuar a ouvir. E foi pedir para desligar, então por quê? Seria próprio que possam de várias pessoas que estão colaborando conosco terem acesso. Porque não há, Senador Neuto, eu queria dizer, que me parece que estamos tratando aqui de assuntos técnicos, de interesse público e tudo, mas não há ne-

cessidade, acredito, de que esta Sessão seja reservada necessariamente. Porque muitas pessoas querem acompanhar, querem...

Então, em benefício da sua exposição, Presidente me desculpe, eu só faço... É um apelo, uma questão de bom senso para que mais pessoas possam colaborar conosco. Imagino o meu gabinete, mas o de V.Ex^a, do Senador Dornelles e assim por diante. Então é a sugestão que eu formulo, que se possa novamente acender o transmissor da TV Senado para efeito daqueles que acessam no computador. Porque em Sessão simultânea nesse instante, a CPI que está sendo transmitida. Mas, quem acessa a sala da Comissão de Assuntos Econômicos estava acompanhando com atenção a sua exposição, Sr. Samuel. Perdão.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Suplicy, nosso Senador Presidente, Tasso Jereissati, na última Sessão quando foi marcada esta reunião estabeleceu que seria uma reunião fechada de trabalho. E nós chegamos aqui, a Assessoria colocou inclusive as câmeras aqui, e nós achamos que aquela determinação nós deveríamos mantê-la. Contudo, eu colocaria à apreciação dos Srs. Senadores, Senador Dornelles, se assim for à vontade, eu não vejo... Mas foi estabelecido naquele momento que seria uma reunião de trabalho fechado. Essa que nós estamos apenas cumprindo aquele estabelecimento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Acho que quem sabe possamos fazer consulta ao nosso Presidente Tasso Jereissati, porque também não é minha vontade de... Mas se estamos aqui e avaliamos que é de bom senso, se estivermos de consenso e de acordo, podemos até dizer... Mais pessoas vão se aproveitar e colaborar conosco se puder haver a transmissão. É este o sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu concordo, como, aliás, concordo sempre com as ponderações do Senador Suplicy. Se houver possibilidade, eu acho que seria extremamente positivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Faz favor, então, passamos a cooperar e... Era a nossa vontade inicial. Apenas tínhamos a concordância naquilo estabelecido.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Tá bom. Então continua a exposição com o nosso Dr. Samuel.

SR. SAMUEL DE ABREU PESSOA: Muito obrigado, Senador Suplicy. Então, eu acho que o terceiro

fato que a gente tem que chamar que marca o momento que a gente está vivendo hoje para pensar a conjuntura macroeconômica é a revisão do PIB. A revisão do PIB nos ensinou que em 2000 o PIB do País foi 7% acima do que nós acreditávamos. A minha interpretação, eu acho essa é a interpretação correta, é que o PIB de 1985, medido pela antiga metodologia, porque em 1985 só houve a medida na antiga metodologia, ele está correto. Ou seja, se o PIB de 85 fosse medido pela nova metodologia, obteríamos mais ou menos o mesmo valor. Por que é que eu acredito nisso? Porque em 85 houve o censo econômico. Censo setor serviço, agropecuária e indústria. Esse censo foi relativamente abrangente e bem feito. Então esse censo de 85 mediu o PIB do País como um todo com relativa acurácia. Se a minha análise estiver correta, isso significa que aqueles 7% a mais de PIB que a nova medida apresentou em 2000, representa um adicional de crescimento que houve entre 85 e 2000.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Só para anunciar que está liberada som e imagem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Parabéns. Pela qualidade do seu trabalho que a as pessoas queriam continuar ouvindo.

SR. SAMUEL DE ABREU PESSOA: O que aconteceu é que nós ficamos de 85 até 2000 sem termos um novo ano-base. Ou seja, sem termos um ano com uma pesquisa censitária para medir o PIB, entre 85 e 2000 nós ficamos a partir de pesquisas não muito abrangentes do IBGE, extrapolando aquela medida de 85. Ou seja, esses 7% a mais que apareceu em 2000, foi um excedente de crescimento que não foi mensurado que ocorreu entre 85 e 2000. A minha interpretação é que esse excedente de crescimento ele aconteceu a partir dos anos 90. Por quê? Porque foi a partir dos anos 90 que a economia brasileira passou por uma série de reformas estruturais. E essas reformas estruturais alteraram a estrutura da economia e, portanto, aquele PIB que havia sido medido em 85 com aquelas ponderações que vinha da pesquisa censitária de 85 perdeu um pouco o sentido. Ficou distante da realidade da economia brasileira após o processo de estabilização, privatização e abertura. Então a minha análise é que esse ganho de 7% de crescimento entre 2000 e 85 de fato ocorreu a partir do início dos anos 90. Ou seja, esses 7% significou aproximadamente 0.8% a mais a partir dos anos 90. E se nós pegarmos o PIB de 2006 na nova metodologia e compararmos com o PIB de 2006 na antiga metodologia, em vez de um salto de 7% vai aparecer 12%. Se nós pegarmos esses 12% e colocarmos, distribuímos entre 90, 91 e 2006, nós vamos obter mais ou menos os mesmos

0.7, 0.8% de crescimento além na nova metodologia do que se observava na antiga metodologia.

Tudo isso para dizer aos senhores que nós estamos crescendo a 0.7, 0.8%, além do que nós imaginávamos que estava desde 90, 91. Então se na antiga metodologia o PIB vinha rodando a 2.8, 2.7, na verdade medindo corretamente ele está rodando a 3,4 desde 92. Essa é a minha interpretação da revisão do PIB que o IBGE lançou.

Evidentemente nós de dois, três, quatro anos pra cá tivemos essas duas boas notícias e a minha avaliação é que essas duas boas notícias estão colocando uma... Estão adicionando nesses 3,4% de crescimento mais ou menos mais meio por cento. Então a economia brasileira deve estar crescendo a 4%. Essa é a minha interpretação e mais ou menos esse é o potencial de crescimento da economia hoje o que é uma excelente notícia, para quem até pouco tempo atrás acreditava que a economia estava crescendo a 2,8, 2,9, 2,7. Mas a gente continua com nível de investimento muito, muito baixo, e mesmo com o crescimento que está havendo do crescimento na margem não me parece que ele vai se recuperar, e, portanto, eu acredito que se nós quisermos pegar esse patamar de crescimento que está em torno de 4% ao ano, e colocar no nível significativamente mais alto, nós vamos ter que tocar nos temas das reformas microeconômicas para aumentar a eficiência da economia. Tem uma extensa lista de reformas, entre elas a tributária.

Bem, o que é Reforma Tributária como eu vejo hoje? Vamos pelo negativo, o que eu acho que ela não é? Eu acho que ela não é redução de carga tributária. Reforma Tributária não é reduzir arrecadação de impostos. Redução de carga tributária vai requerer outros tipos de reforma para que o gasto público se reduza e a partir da redução do gasto público nós consigamos reduzir a carga tributária. Mas hoje Reforma Tributária não é redução de carga. Também acredito não ser o momento oportuno para que nós mudemos o mix que existe na receita de impostos no Brasil entre impostos indiretos e impostos sobre a renda. Eu posso, eventualmente, se for interesse dos Senadores elaborar mais nesse tema, mas eu acredito que a estrutura tributária brasileira ela é muito confusa. Nesse aspecto temos muito que melhorar. Mas ela não me parece tão ruim por ter uma alta incidência de impostos indiretos porque impostos indiretos têm algumas vantagens. Em particular não desestimula o investimento. Se nós tivermos uma estrutura de impostos indiretos bem feitos. Acho que há uma tendência do resto do mundo de caminhar para uma estrutura mais carregada em impostos indiretos.

Portanto eu não acho oportuno que nesse momento nós utilizemos a Reforma Tributária para mudar a forma como nós distribuimos a nossa arrecadação entre impostos diretos e indiretos. Para que é que a gente precisa de Reforma Tributária se o grande motivo é a simplificação? A gente precisa tornar a vida das empresas mais simples, mais fácil, e a gente precisa simplificar. Acho que há algum espaço político para que nós façamos a Reforma Tributária. E acho que ações reuniões que nós tivemos com os representantes dos Estados e dos Municípios deixaram isso claro.

Quais foram às demandas que foram feitas para nós? Os Estados desejam compartilhar todos os impostos. Acho que a demanda clara é que as contribuições deixem de existir e que toda receita da União seja receita de impostos e compartilhada com outros entes da federação. Também os Municípios grandes têm uma série de preocupação, uma possível redução do ISS, da receita de ISS a gente na reforma tem que garantir, o *status quo* tem que a receita de ISS dos Municípios grandes não se reduz. Os Municípios pequenos, além de A e B, evidentemente os Municípios grandes também querem compartilhar toda a receita. Os Municípios pequenos, além de A e B gostariam, esse foi um pleito explicitamente feito aqui, gostariam que na hora de calcular a participação que os Municípios teriam no IVA, nós levássemos em condição, levássemos no cálculo a tendência que há na economia brasileira dos últimos anos e um certo aumento da participação do setor de serviço. E finalmente os Estados desejam algum tipo de instrumento para poderem fazer política de desenvolvimento econômico dado que com a reforma, o mecanismo chamado de guerra fiscal, que não necessariamente é um mecanismo muito ruim, mas esse mecanismo deixaria de existir.

Então eu acho que esses foram os quatro pleitos que eu ouvi com muita clareza dos representantes dos Estados e Municípios que aqui estiveram conversando conosco.

A reforma ela vai gerar perdedores e ganhadores. É difícil fazer uma reforma totalmente neutra. Acho que vai ter que haver algum tipo de compensação da União e acredito que há algum espaço para haver essa compensação.

Antes de expor aos senhores como que eu acho que... Como que nós deveríamos pensar o mecanismo de compensação, gostaria de fazer três observações que eu acho importante que nós façamos nesse ponto. Nesse assunto. Em primeiro que pese, e eu entendo perfeitamente o reclamo dos Estados e Municípios com crescimento de receita não compartilhada, em termos reais não houve redução de receita. O que aconteceu é que a carga tributária aumentou muito e

a receita dos entes da federação Estados e Municípios não aumentou na mesma velocidade. Mas não houve redução de receita. Esse é o primeiro ponto que a gente precisa lembrar.

Segunda observação que eu gostaria de fazer das três é que o houve foi uma perda relativa. Agora, essa perda relativa ela deve-se eu acho a dois motivos que a gente tem que lembrar. Primeiro a União fez uma renegociação da dívida e ela ficou pagando uma parte grande de juros da dívida pública. Durante muito tempo os juros reais no Brasil estavam muito altos, eles continuam altos, mas eles estão caindo, e, portanto, a contrapartida, uma parte da contrapartida desse aumento do peso da União na Receita foi para fazer frente aos encargos e juros da União. Mas o motivo mais importante, porque se nós pegarmos nas contas públicas a rubrica que mais cresceu não foi juros, essa inclusive é decrescente, é que a sociedade brasileira tomou uma decisão política nos últimos 12, 14 anos. Essa decisão política que a sociedade brasileira tomou e me parece que foi uma decisão com forte suporte das urnas, pelo menos até o momento, foi de aumentar significativamente o valor real do salário mínimo. Essa foi uma decisão social, que a sociedade tomou. Dado que o piso previdenciário é amarrado ao valor do mínimo, essa decisão da sociedade de aumentar significativamente o valor real do mínimo tem impacto direto nas contas da previdência que é administrada pelo Governo Federal. Portanto, esse aumento de receita da União não compartilhada foi em grande medida para fazer frente a esse aumento enorme nas obrigações previdenciárias da União. E eu acho, eu penso que a necessidade de recursos para pagar juros vai cair. Acho que é cadente. Por todos os motivos nós sabemos que os juros estão em queda, o cenário inflacionário é muito positivo e ele deve continuar. Parece perfeitamente razoável para daqui um ano o Governo estar financiando uma parte expressiva da sua dívida pública com juros reais de 6,5% ao ano. Que ainda são juros altos, mas dada a experiência recente da nossa economia são muito baixos. E se continuarmos mais alguns anos com primários da ordem de 3,5 nós vamos resolver de vez esse problema da dívida interna e do alto custo de rolagem da dívida interna. E principalmente apesar de eu entender que há uma preocupação, eu como Economista não fico muito preocupado, essa é a terceira observação que eu queria fazer, de não haver um limite de endividamento para a União. Diferentemente do que ocorre com os Estados e Municípios. Por que eu não me sinto tão preocupado com relação à União? Porque com relação à União não existe um problema que é comum em economia que nós economistas chamamos da tragédia dos comuns

que existe com relação aos Estados. O que os Estados gostariam de fazer? Os administradores, se possível os Governadores adorariam fazer? É endividar, fazer obras e jogar conta para a União. Que é uma caixa única. Portanto, tem com relação a endividamento dos Estados, um problema de incentivo muito claro. O administrador que fizer isso para o seu Estado ele tem um ganho muito grande. Porque ele não vai arcar com os ônus, porque ele passa a conta à frente para a União, e aí vai ter os bônus. Esse problema com a União não tem, porque a União é uma instituição, é uma unidade. O Executivo da União ele é responsabilizado pelo eleitor pela estabilidade macroeconômica. Portanto, se o executivo da União for irresponsável fiscalmente, essa irresponsabilidade fiscal gerar uma aceleração inflacionária ele vai ser penalizado politicamente. Esse mecanismo não existe nos outros entes da federação se tiver mecanismos dos outros administradores, tanto os Governadores quanto os Prefeitos e passar a dívida adiante. Então esse é o motivo de que é muito mais importante de que haja motivo de endividamento para Estados e Municípios e não para a União.

Então eram as três observações que eu acho que a gente tem que lembrar. Apesar da receita compartilhada não ter crescido como participação da receita total em termos reais ela não caiu. Essa elevação da receita não compartilhada deve-se principalmente aos gastos previdenciários, e nós temos o problema da tragédia comuns que não afeta os gastos com a União. Então não é um grande problema o fato de não haver um limite de endividamento para a União.

Bom, do que eu falei, segue como conseqüência que se nós vamos acabar com esse mecanismo de aumentar a receita do setor público e a receita da União não compartilhada, nós não vamos poder manter essa política de elevação do salário mínimo significativamente acima da inflação. Nos últimos 12 anos, 14 anos, o salário mínimo em termos reais praticamente dobrou. E a contrapartida disso foi o aumento da receita não compartilhada. Se nós quisermos fazer com que a receita cresça só compartilhada, se nós acabarmos com essa distinção, isso vai colocar em xeque políticas de aumento muito além da inflação do salário mínimo.

Bem, qual mecanismo de compensação que eu imagino que nós podemos perseguir? A manutenção do cenário macroeconômico bom, e eu acho que ele vai continuar e a manutenção de uma política fiscal responsável que tem sido perseguida pelo atual Governo bem como foi perseguida pelo Governo anterior, essa conjunção desses dois fatores faz com que o custo de rolagem da dívida interna vai cair muito. Já está caindo e nos próximos dois, três, quatro anos, quando o Tesouro for sucessivamente trocando os títulos

de vencimento um pouco mais longo por novos títulos e nesses novos títulos começar a incidir essa taxa de juros que já está mais baixa, quando o tempo passar o curso de rolagem da dívida pública vai cair muito, e vai aparecer um espaço fiscal. Esse espaço fiscal pode ser usado com mecanismo de compensação numa possível negociação da União, Estados e Municípios. E por outro lado tem um outro instrumento que pode ser usado com mecanismo de compensação que é a dívida pública. Quer dizer, os Estados têm uma dívida com a União. Se nós conseguirmos calcular com uma certa precisão as perdas dos entes federativos que perderam mais, se for possível fazer esse cálculo, a gente pode trazer a valor presente essa perda e compensar na dívida que esse ente federativo tem com a União. E essa compensação gerar um abatimento da renda que esse ente federativo transfere para a União a título de pagamento da dívida dele para a União, e me parece que esse seria um mecanismo eficiente de compensação. Evidentemente que para que esse mecanismo aconteça, é importante que nós consigamos calcular com relativa precisão as perdas e ganhos e para isso um mecanismo da nota fiscal eletrônica ele tem que funcionar com eficiência. Quando estive aqui o Secretário de Política Econômica fazendo a sua brilhante exposição das linhas gerais da Reforma Tributária, o Secretário enfatizou muito esse ponto, que o bom funcionamento desse instrumento, desse novo instrumento que é a nota fiscal eletrônica, seria quase que um pré-requisito para que a Reforma Tributária funcionasse. Porque ela vai envolver uma complexa entre os entes da federação e o cálculo das perdas e ganhos que eventualmente pode ser efetuado com essa nota fiscal eletrônica é um elemento importante nessa negociação. E acho que esse é um ponto que nós aqui da Subcomissão temos que verificar com cuidado que é se de fato a nota fiscal eletrônica vai ter esse papel e tem esse poder de nos auxiliar nesse mecanismo. Eu acho que tem um lado positivo nesse problema de economia política que a mudança do IVA, da produção para o destino ela vai fazer com que os perdedores sejam os Estados mais ricos, e os ganhadores sejam Estados mais pobres na média. E os Estados mais pobres são exatamente aqueles Estados que têm se utilizado nos últimos anos de mecanismos de política de incentivo tributário para financiar o seu desenvolvimento.

Ora, esses Estados vão ser ganhadores. Eles vão ter um aumento de receita. E é possível que uma parte desse aumento de receita seja negociado contra a perda desse instrumento de estímulo específico. Quer dizer, o Estado perde o instrumento de poder dar uma isenção, mas ele tem um ganho adicional de receita,

fruto da mudança do fato gerador do imposto sobre o valor adicionado e esse ganho de receita vai permitir que faça política de desenvolvimento regional até de forma mais eficiente com a própria receita. Era isso que eu tinha a expor para os senhores, muito obrigado pela atenção dos senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Dr. Samuel. Acho que nós vamos ouvir então o segundo depoimento, Dr. José Roberto Afonso, para depois passarmos para o debate.

SR. JOSÉ ROBERTO AFONSO: Boa noite. Agradeço o convite do Senador Conto, Senador Dornelles em particular, pelas orientações. Eu trouxe aqui uma apresentação dividida em duas partes, e com o objetivo de agregar subsídios técnicos a esse debate.

Como a apresentação vai ser distribuída, eu não vou repassar aqui todos os slides. Eu só queria fazer comentários bem rápidos sobre a primeira parte que eu estaria chamando de diagnóstico atualizado para depois comentar um pouquinho mais com calma as alternativas de reforma que eu vejo pela frente. A importância do diagnóstico, na minha opinião, só para confirmar todos aqui na Casa já sabem, mas é que o Senado desde a Emenda 42/2003 tem uma competência que é exclusiva do Senado para avaliar periodicamente a funcionalidade do sistema tributário nacional. Aliás, não é só da tributação federal, é de todo o País. A sua estrutura componentes e o desempenho das administrações tributárias, acho que isso é um raio de atuação muito importante porque aqui eu quero começar por onde eu vou acabar minha apresentação que acho que muito da dificuldade que vem sendo encontrado no Brasil para se realizar a Reforma Tributária é que por incrível que pareça nós ainda temos falhado no diagnóstico. A política e as práticas tributárias no Brasil mudam rapidamente, ao contrário de outros Países, e nós continuamos por vezes presos em diagnósticos de às vezes até duas décadas atrás. Posso exemplificar aqui rapidamente que a idéia de Município pequeno não cobre imposto e não cobre ISS. E os dados mostram que todos estão cobrando... Todos Municípios cobram impostos, ainda que sejam relativamente pouco no caso dos Municípios mais pobres.

Para fazer um gancho com a apresentação que o Samuel colocou aqui, eu pediria para passar para o slide 5. A questão macroeconômica. Eu sei que é número, um pouco vício nosso aqui de Economista, mas... O slide anterior. Rapidamente, por que é que eu quero citar aqui? Porque acho que isso está na minha opinião pessoal na origem das dificuldades do nosso sistema tributário e ao mesmo tempo está na raiz de porque não fazemos Reforma Tributária no Brasil. Por quê? Primeiro, nós estamos fazendo reajuste fiscal há

quase quinze anos, desde o Plano Real, como se você fosse consertar o cano de uma casa, mas nunca acaba o conserto. É um ajuste que nunca acaba. Por que nunca acaba? Porque é um ajuste, em minha opinião pessoal, que está baseado, sobretudo, em aumento de receita e não um rearranjo tanto das relações federativas quanto das relações fiscais. Eu acho que o debate da Reforma Tributária não escapa desse debate essencial.

Por que é que o nosso sistema tributário é perverso? Só queria citar dois números. Quer dizer, na primeira linha nós estamos vendo que de 95 a 2003, a receita dos governos brasileiros, União, Estados e Municípios, é dado de contas nacionais, aumentou em 8% do PIB. Isso aqui são os últimos dados do IBGE. O IBGE não fez o cálculo depois desse ano. Provavelmente nós podemos agregar pelo menos mais um ponto a dois pontos percentuais do PIB. Quando a receita do Governo aumenta em 8% do PIB, significa que a receita disponível do setor privado reduziu em 8% do PIB.

Então, isso tem que ter bem claro. Mais receita do Governo, menos receita do setor privado. Como o Samuel bem colocou aqui, é uma opção política que se fez. Ninguém está questionando opção política, mas que a gente coloca que do ponto de vista macroeconômico, fica difícil você crescer quando de um lado você aumenta a receita pública e reduz a privada, aliás, pessoalmente eu não conheço economia em períodos recentes que tenha feito um esforço fiscal de aumento de carga tributária desse tamanho. E o outro lado da história é na linha de baixo, a demanda do Governo, a despesa fiscal do Governo cresceu dois. E na verdade o mais importante que eu diria é aquela demanda por bens e serviços. Que é o consumo, quer dizer, o que o Governo gasta contratando funcionários, comprando papel, material de custeio ao que ele gasta com investimento. Obras, construção de escolas, de pontes, e assim por diante. Muitos teóricos ou algumas correntes de pensamento dizem, uma opção que você tem, sobretudo, quando você tem crise econômica você sair da crise é você aumentar o gasto governamental. Ou você poderia estar compensando o aumento da receita do Governo aumentando o gasto do Governo, ou seja, o dinheiro que volta para a economia, o que o Governo compra na economia. E nós no Brasil conseguimos fazer a façanha de também reduzir a demanda governamental. Essa demanda caiu 0.5. Em oito anos provavelmente se fizer o cálculo para os próximos anos vai cair mais um pouco. O que estamos falando aqui é que nós temos um sistema fiscal que está baseado num ajuste que tem por base um, aumentar a receita do Governo, e ao mesmo tempo diminuir as compras

que o Governo faz de bens e serviços. O que aumenta são os gastos com juros e os gastos com Previdência e assistência. Que na contabilidade nacional é chamado transferência. Quer dizer, isso coloca do ponto de vista macroeconômico, complementando o que o Samuel colocou, o Brasil fica numa encruzilhada porque você não tem nem pelo setor privado nem pelo setor público demanda. Perdão, ao que você aumenta de renda na economia você retira.

De 88, da última Reforma Tributária para cá, a carga tributária no Brasil subiu 0.8% do PIB por ano na média. Nenhuma economia no ocidente em tempo de paz, não estou falando de guerra, teve um aumento de carga tributária como nós tivemos.

Um comentário rápido que eu acho importante o slide seguinte, depois a gente pode pular para o oito, isso decorre da última Reforma Tributária. Em 88 na Assembléia Constituinte nós fizemos a Reforma Tributária que o foco principal foi a questão federativa. Embora do ponto de vista de competitividade, em termos de impostos, foi feito tudo direitinho. Você tinha alguns impostos cumulativos sobre combustíveis, energia elétrica, minerais, serviço de transporte e comunicação e se acabou e fundiu esses impostos no ICM que virou ICMS. Se reforçou as limitações ao poder de tributar, anterioridade, anualidade, legalidade, só que paralelo à reforma do sistema de impostos, ou fora do capítulo constitucional do sistema tributário foram criados ou foram previstas brechas para se criar uma série de tributos, seja contribuições sociais, seja contribuições também econômicas como taxas que também é algo que cresceu muito no Brasil ultimamente, e todos esses não impostos não estão sujeitos aos mesmos rigores dos impostos.

No slide 11, só para lembrar aqui rapidamente, quer dizer, as contribuições a direita, elas não estão sujeito ao princípio da anterioridade, você pode mexer e entra em vigor em 90 dias, não são compartilhadas com Estados e Municípios, já se falou aqui, são fáceis de se instituir e arrecadar e fiscalizar se cria até por Medida Provisória. Quando muito dos impostos você precisa criar por Lei Complementar. Quer dizer, o que eu quero dizer aqui é defender a idéia que nós temos um sistema dual, dois sistemas tributários. Um de impostos que atende tudo que a teoria e a experiência internacional recomenda e criamos um sistema paralelo de contribuições. E as contribuições e demais receitas, a arrecadação nacional hoje de contribuições é maior do que a arrecadação de impostos. Não estou falando nem do Governo Federal. A gente já sabe que o Governo Federal 2/3 é contribuição e 1/3 é impostos. Mas quando a Gente soma União, Estados e Municípios nós arrecadamos mais contribuição do que

impostos. Então nós temos um sistema todo disciplinado, inclusive legislação voltada para impostos e nós temos algo absolutamente em aberto, paralelo, que envolvem essa chuva de contribuições. De contribuições que eu quero aqui registrar nós vamos até *royalty* de petróleo e uma série de taxas que foram criadas nos últimos anos. Na verdade individualmente as taxas são pequenas, mas quando somadas geram valores expressivos. Só caminhar aqui para concluir a parte de diagnóstico, quer dizer, não custa lembrar no slide seguinte, no 13, o que é bom e ao mesmo tempo é temeridade, a arrecadação tributária no Brasil no ano passado está na casa de 800 bilhões de reais. Superou 800 bilhões de reais, 400 bilhões de dólares ao nosso câmbio. Cerca de 35% do PIB. Não fosse IBGE revisar o PIB, o único jeito que a carga tributária no Brasil cai é quando o IBGE sabe o valor do PIB. Mas mesmo 35% do PIB é uma carga tributária altíssima para padrões internacionais.

No slide 21, só para se ter uma idéia, rapidamente lá na direita, a média carga tributária global. Primeira barra são Países industrializados. Na média os Países industrializados têm uma carga tributária na casa de 38% do PIB. As economias emergentes têm uma carga na casa de 27% do PIB. E a brasileira está em 35% do PIB. Onde em que está essa diferença? E aqui eu acho que é muito importante para situar o debate. É na tributação da renda? Nós tributamos muito a renda? Não. Como vocês podem ver vindo para a esquerda a nossa tributação da renda está na casa de 7% a 8% do PIB, um pouquinho acima das economias emergentes, nada a mais, Imposto de Renda que nós cobramos aqui melhor do que outros Países, mas cobramos bem menos que os Países ricos. Os Países ricos têm um mix onde importa muito a tributação da renda e aqui já situando tributação da renda em País rico é basicamente Imposto de Renda de pessoa física. Não... E menos pessoa jurídica.

Pularia a segunda barra, tributação de salários, terceiro bloco contribuições sociais, e aqui é basicamente salários, de novo, nós estamos um pouquinho acima dos emergentes e abaixo dos países ricos. Diferença pequena, mas, sobretudo, os Países europeus e nórdicos tributam a folha tem uma arrecadação sobre salário muito acima da nossa. A tributação sobre propriedade, aqui é muito pequeno não faz diferença, e nós até ganhamos do País rico por causa de uma... Por um detalhe um pouco, digamos, metodológico. É que pela classificação adotada pelo FMI, a CPMF é considerado um imposto sobre transmissão de bens móveis, ou seja, tem um tratamento como se fosse um ITBI. O ITBI é transmissão de imóveis e CPMF é transmissão de valores é considerado um tributo sobre

propriedade. Só por causa disso a gente está acima. Mas o grande diferencial brasileiro é a tributação, voltando ao segundo bloco, de bens e serviços. Quer dizer, não há grandes diferenças entre Países ricos e emergentes. Todo mundo tributa entre 10 e 11% e o Brasil está na casa de 16%. Quer dizer, o que eu quero dizer com esse gráfico é o seguinte, o que nos diferencia é a tributação indireta de bens e serviços. Basicamente a soma de ICMS, COFINS, PIS, CIDE, IPI, o diferencial nosso, quer dizer, onde nós carregamos na mão mais do que nos outros Países é na tributação direta. E foi o que mais subiu nos últimos anos principalmente pelo lado das contribuições. Por isso que todo debate da Reforma Tributária está centrado nesse ponto.

Eu me permitiria só para encerrar essa parte de diagnóstico colocar aqui um dado que eu acho que a gente aqui já discutiu muito, os problemas federativos, um pouco dos problemas da competitividade na economia, mas um lado que o Senador Dornelles tenha puxado numa das primeiras Sessões, hoje tem sido pouco falado é o lado de como esse sistema tributário incide sobre as famílias. Slide 32. É um trabalho que eu acho que até poderia ser objeto de debate aqui com mais calma feito pela FIPE de São Paulo, que calcula... Como que os tributos se distribuem entre as famílias. Quer dizer, vamos pegar só a primeira e última linha. A primeira linha, olhando à esquerda, são as famílias que ganham até dois salários mínimos. A última linha, quem ganha mais de 30 salários mínimos. O primeiro bloco é tributos diretos. Imposto de Renda, IPTU, IPVA, e o sistema é progressivo. Se a gente olhar a segunda coluna de 2004 quem ganha até dois salários mínimos gasta 3% da sua renda para pagar esses impostos. Quem ganha mais de 30 salários mínimos gasta 10%. Agora, na tributação indireta isso se inverte drasticamente. Na primeira faixa dos mais pobres gasta 46% da renda familiar com impostos, indiretos, enquanto que os mais ricos gastam 16%. Quer dizer, o resultado disso na penúltima coluna, aqui a FIPE pode explicar com mais calma a metodologia, pessoalmente acho que eles trabalharam com alíquotas nominais a carga pode não ser tão alta, mas certamente a distribuição entre faixas familiares é essa. Outros trabalhos, inclusive, feito pela FGV, colegas do Samuel, também mostram os mesmos resultado. É um sistema extremamente regressivo. Os mais pobres estão pagando 49% da sua renda enquanto os mais ricos pagam 26%. Mesmo na tributação indireta você acaba atingindo os mais pobres quando você usa, por exemplo, tributar pesadamente bebida alcoólica que tem... Por ser um supérfluo, mas que tem um peso maior na estrutura de consumo e renda dos mais pobres do que dos mais ricos. Então nós temos por todas... Acho que esse lado aqui, acho

era um lado que a Comissão podia explorar depois... Pode explorar com mais calma, mas é como esse sistema é injusto, não só em termos de competitividade empresarial como também em termos de competitividade em termos da distribuição familiar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SR. JOSÉ ROBERTO AFONSO: Eu não acompanhei o debate. [risos] Bom, acho que o ponto principal que o senhor colocou é como mudar. Por que é que tantos projetos, no slide 5, por que é que tantos projetos... Não faltaram projetos de Reforma Tributária até aqui. Em três ou quatro anos passado reforma de 88 nós já estávamos discutindo, por exemplo, a criação do imposto único, que no Brasil nós tínhamos muitos impostos. Só que nós temos muitos impostos e a arrecadação é concentrada em pouquíssimos impostos. Não é o número de impostos o problema.

Bom, não faltaram propostas e na minha opinião pessoal eu acho que a gente fracassou em aprovar uma Reforma Tributária, seja Governo, seja Congresso, porque a gente teve sempre se optou por focalizar discussão da Reforma Tributária. Em particular a ênfase no ICMS. Eu acho que inclusive a proposta do Governo Federal de 2003 levou isso ao extremo. Quer dizer, 95% das mudanças que eram propostas eram para mudar o ICMS. Agora, o ICMS é 21, 22% da arrecadação tributária nacional. Quer dizer, tem problemas? Tem. Mas os problemas não estão só no ICMS. Quer dizer, a idéia de... Vou mudar o imposto, e vou mudar gradualmente, ao meu ver, e vamos evitar as discussões mais complicadas é o que levou ao fracasso da Reforma Tributária. Como fazer essa mudança? Acho que nós temos que ter uma nova abordagem e nesse ponto aqui eu queria manifestar minha opinião concordo com que foi expresso pelo Secretário Apy do Ministério da Fazenda, que significou a meu ver uma mudança radical em relação ao que essa Casa trouxe há quatro anos atrás que era: Não, vamos mudar o ICMS. Não, nós temos que discutir tudo. Eu iria além. A proposta na verdade que a Fazenda trouxe aqui há poucos meses a discussão da tributação indireta. Eu acho que a discussão da tributação indireta é essencial, mas não se resume a ela. Nós temos que discutir todo o sistema tributário e isso vai significar também discussões fiscais. O Senado, eu esqueci aqui de externar, naquela época já tinha aprovado na PEC do Senado uma sinalização para se ter uma proposta mais abrangente de Reforma Tributária. O parecer que saiu desta Casa, a PEC que saiu desta Casa previa que o Governo encaminhasse um Projeto que fizesse dois pontos. Fundisse os impostos indiretos e mesmo alguns diretos como Imposto de Renda e contribuição

sobre o lucro, e criasse um novo sistema de partilha. Isso infelizmente na Câmara dos Deputados foi deixado de lado e a Câmara voltou a discutir apenas as mudanças do ICMS. Acho que a proposta que a Fazenda traz agora de alargar esse debate, na minha opinião é positiva e isso significa no mínimo, ficamos focalizando não tivemos chance, quem sabe abrangendo.

No slide 12 eu coloco aqui, só vou colocar alguns pontos novos. Acho que nós temos... Quero fazer coro o que foi dito pelo Samuel e pelo Bernard, nós temos mais condições de fazer uma reforma abrangente hoje do que no passado. Primeiro acho que o debate nacional nunca se debateu tanto gasto, dívida pública. Quer dizer, 10 anos, 20 anos atrás só se discutia receita tributária. Em geral só se olhavam os impostos. Nós temos uma discussão hoje fiscal a meu ver mais rica, mais abrangente. Há uma demanda crescente da sociedade por mais transparência. Isso aqui coloca, inclusive, já quero adiantar um ponto essencial nessa discussão do IVA que a grande crítica dos administradores tributários a fazer uma reforma que fundisse os impostos é muito simples. Na hora que eu fundir tudo vou precisar ter uma alíquota enorme. Porque hoje nós temos vários impostos, um imposto incide sobre ele mesmo, caso particular do ICMS, e o ICMS incide sobre a COFINS que incide sobre o PIS, que incide sobre a COFINS que incide sobre o ICMS.

Então, na verdade nós temos um jogo... Com licença da expressão, de me engana que eu gosto. Quer dizer, as alíquotas efetivas são muito maiores. A alíquota efetivamente cobrada já é muito maior do que a alíquota que está nominal. Só que a população, os compradores não conhecem. A meu ver na hora que se explicita quanto que a alíquota se efetivamente se incide hoje se abriu caminho para fazer uma reforma abrangente que só vai dizer, olha, essa alíquota efetiva é soma de várias alíquotas vamos fazer uma coisa... Vamos simplificar isso.

O que foi colocado pelo Samuel já sobre a questão da nota fiscal eletrônica, pra mim eu acho que não é só nota fiscal eletrônica. Que nós temos do ponto de vista de administração tributária fizemos uma modernização fantástica. O Brasil hoje, arrecadação federal, administração federal, estadual e municipal e muitos Municípios das grandes cidades estão em estágios dos mais avançados no mundo para efeito de cobrança de impostos. O que nós avançamos na cobrança, nós pioramos na política, no desenho tributário. Agora, a minha questão é o seguinte, se eu tenho mais recursos humanos e materiais disponíveis, eu posso a meu ver ousar mais e ir mais fundo numa proposta de Reforma Tributária. Queria fazer... Cinco minutos, Senador? Encerrar, comentários sobre... Primeiro, tri-

butação indireta. Quais são as alternativas que se colocam na tributação indireta? Acho que a gente pode ir para o slide 15. A tributação indireta nós temos dois enfoques, a meu ver. Um enfoque minimalista, chamaria minimalista, que é: Deixa o sistema como está e vamos consertando aqui e acolá. Em particular, até hoje eu não tive tempo de ver, mas foram anunciadas novas medidas. Vamos tentar desonerar exportação e os investimentos fixos. Que por mais que a Constituição diga não se tributa exportação, quando eu não devolvo os impostos que foram cobrados ao longo da cadeia produtiva eu estou tributando indiretamente a exportação. Essa prática no Brasil hoje é generalizada, Governo Federal e Estados e Municípios e a meu ver pelo que eu ouvi comentário de exportador crescente. Um problema sério. E nós tentamos fazer como? Reduzindo, dando isenção ou tentando criar regimes especiais para tentar evitar a tributação ao longo da cadeia. A meu ver essas soluções são paliativas, não conseguem resolver o problema que exige ter um tratamento abrangente do lado de ICMS e COFINS que encare toda a cadeia produtiva. Só um exemplo aqui simples. Não adianta dar isenção do pão, por exemplo, francês, e aumentar a carga tributária sobre a importação do trigo. Aliás, no final muitos casos de isenção no final da cadeia podem até significar aumento de carga caso eu não devolva o imposto que foi cobrado no meio do processo de produção. E no Brasil a gente ainda tem o agravante de ter a tributação interestadual no caso de ICMS. Com tributação interestadual, eu diria é impossível fazer uma desoneração efetiva de exportações e investimentos. Eu acho que a gente precisa ter uma reforma radical, criar um IVA, um imposto sobre valor adicional, e aqui a experiência internacional e a teoria apontam no sentido contrário ao que nós temos aqui no Brasil. Por quê? Nós temos um arranjo peculiar, o Brasil é o único País do mundo onde tem o ICMS da qualidade de ICMS cobrado no âmbito estadual. É impossível seguir a meu ver os arranjos dos outros Países que significaria você transferir a competência dos Estados para a federal. Na verdade, o Governo Federal já tem competência via COFINS, PIS e todos outros. Só que ela hoje é dividida. Uma hipótese mais suave, aqui é o modelo alemão. No modelo alemão a legislação é federal, é toda federal, mas o Governo Federal não arrecada nada. A arrecadação é toda estadual. Feita pelos governos estaduais. E arrecadado pelo Estado e dividido depois entre União, Estados e Municípios. A proposta que o Ministério da Fazenda vem trazer é uma proposta que já estava no debate algum tempo, e como bem colocou Bernard Appy, há mais condições hoje de compartilhar essa cobrança entre o Governo Federal e Governos Estaduais. Há uma adesão cres-

cente de especialistas estrangeiros a essa proposta, a gente discutiu muito inclusive aqui no Brasil acerca de seis anos atrás, e experiências na prática no Canadá, um modelo um pouco mais confuso em Cabeck que já existe, agora a Índia está implantando nos últimos dois a três anos está fazendo uma Reforma Tributária que linha geral vai na linha do que a Fazenda está colocando aqui que é você compartilhar essa cobrança entre a União, os Estados e Municípios.

Os slides seguintes eu não vou repassar, a gente procura deixar para o debate atual depois, procura detalhar como é que pode ser feita essa cobrança compartilhada. Quer dizer, o importante é deixar claro que a idéia que se tenha uma legislação nacional e o Governo Federal e governos estaduais explorando essa base. O grande cerne de dúvidas, ou de complicações envolve, primeiro, no caso de Estados, a adoção do princípio de destino. Quer dizer, o princípio de destino é fique com cada Estado o imposto que incidiu sobre o que ele é consumido. Obviamente que não se pode fazer, adotar uma alíquota zero que significaria na venda como, por exemplo, o sistema europeu, a saída de um produto de um Estado para outro não seria tributado e isso poderia levar a uma grande sonegação. O sistema que aqui foi apresentado permite cobrar na origem e destinar a receita por Estado de destino. Essa hipótese é possível fazer isso na verdade por várias formas, uma forma era um jogo de alíquotas que era o que o Bernard colocou aqui que ficou conhecido como modelo barquinho, mas embora até tenha defendido, trabalhado forte nessa proposta eu diria que hoje, sobretudo, com a adoção da nota fiscal eletrônica, pode ser também você centralizar a arrecadação e ter via fundo redistribuir a receita, quer dizer, fazer uma câmara de compensação exatamente como funciona a câmara de compensação bancário. A crítica que existia a essa proposta há sete anos atrás, a crítica técnica que era uma proposta a ser defendida na chamada Emenda Mussa Demes, era que alguns contribuintes principalmente aqueles que compram dos outros Estados eles acumulariam muito crédito contra o Governo Federal. Quer dizer, comprar... A história é longa, mas na essência é assim, como a alíquota era pequenininha e a estadual é muito grande, o contribuinte ia ficar credor do outro Estado. Eu acho que esse problema foi reduzido drasticamente porque a União aumentou drasticamente a sua arrecadação de tributos. COFINS, PIS, e se for incluído nessa conta CPMF, na verdade até mostrar o slide 25, até colocar aqui rapidamente é que o que tem de tributo federal que pode estar sujeito ao IVA, hoje, a arrecadação já é maior do que a arrecadação de ICMS. Aqui está incluído e aqui não... Aqui está incluído a CPMF. Mesmo que se tire a CPMF, nós

estamos falando numa arrecadação federal maior que a estadual. Quer dizer, isso significaria que a possibilidade de acúmulo de crédito é reduzida sensivelmente à crítica sei que essa história meio longa, mas a crítica que existia lá atrás praticamente desaparece a meu ver com esse sistema. Fora que nós temos no Brasil, é muito difícil ter indústria vendendo para comércio varejista. Em geral você tem uma figura chamada comércio atacadista. E o comércio atacadista está em todos os Estados e ele perfeitamente pode fazer esse [inaudível]. O nosso problema é outro. O nosso problema está ali na parte baixa que juntar todos esses tributos indiretos num só nós estamos falando em fundir algo como 10 a 12 tributos e criar um tributo de 16% do PIB. É uma simplificação radical agora envolve uma necessidade de coragem dos legisladores e dos administradores de fazerem essa aposta e obviamente a preocupação de todo mundo é como faz essa mudança sem ter perda. Eu pessoalmente acho que existem caminhos, e ninguém vai fazer, não vai se dormir de um dia com doze tributos e acordar no dia seguinte com um só tributo, mas você pode fazer um processo gradual de fusão desses tributos e um laboratório. Você vai mudando e vai aprendendo. Mais do que isso, para um debate técnico sobre informações, o Samuel já colocou aqui, seja sob Estados, seja simulação sobre os efeitos desse novo tributo, há sete anos atrás, dez anos atrás, a gente trabalhava tudo com hipóteses acadêmicas e hoje temos concretas para essa mudança que é a base de cálculo do PIS/PASEP da COFINS e CPMF. As contribuições federais hoje são mais abrangentes do que era ICMS. Não faz sentido inclusive o debate a meu ver continuar centrado no ICMS porque eu tenho mais informações... Quer dizer, a CPMF e o PIS na verdade o PIS/PASEP é o tributo mais abrangente que existe na economia brasileira, porque ele atinge até igreja, condomínio, governos... É o único País que eu conheço que o Governo Federal cobra imposto de Estado e Município, que é o PASEP. Ou seja, basta a Receita Federal disponibilizar as informações setoriais que você tem um grau de detalhe de riqueza técnica enorme.

O debate em particular do ISS, quer dizer, eu não vejo dificuldade, são técnicas operacionais, é um trabalho grande pela frente para se fazer essa fusão. E pessoalmente eu acho que o próprio ISS pode entrar dentro desse sistema. Tem três linhas de alternativa para compensar o ISS, mais transferência que foi aqui sinalizada pela Fazenda, e eu não vejo muito... Há espaço para isso. É interessante lembrar que na constituinte já tinha-se aumentado o ICM a cota do ICM dos municípios de 20 para 25% porque a gente ia acabar o ISS. No meio da constituinte se man-

teve o ISS, mas a cota ficou em 25%. Foi criado um imposto sobre vendas a varejos e combustíveis, que foi extinto, eu achava muito rentável, principalmente para Município pequenininho, é fácil tributar gasolina. Mas foi extinto quando foi criado o CPMF e a CIDE. E uma hipótese razoável para o ISS que foi pensado na época da Emenda Mussa Demes é criar um imposto sobre vendas a varejo. Principalmente para Município de pequeno e médio porte esse imposto é mais rentável, mais interessante do que o ISS. É muito mais fácil você tributar, por exemplo, energia residencial, comunicações a um posto de gasolinas do que correr atrás de pequenos... Cabeleireiro, oficinas mecânicas, pequenos prestadores de serviço. Agora, o grande problema, sim, são nos grandes Municípios que aí é possível que esse IVV não seja suficiente para fazer a compensação. Aí alternativa outras duas alternativas é hipótese que até já foi levantada pelo Senador Dornelles no debate concentrar tributação indireta de microempresa nos pequenos Municípios, quer dizer, como se toda arrecadação do SIMPLES Brasil fosse destinado aos Municípios, eu pessoalmente acho isso mais do que compensa a perda do ISS. E não vejo isso grandes prejuízos, por exemplo, para a Receita Federal, o SIMPLES, hoje não dá 2% da arrecadação federal. Não é nenhuma grande perda.

Agora, outra hipótese a se examinar com mais calma é que na sequência quando nós estamos falando venda a varejo ou mesmo o SIMPLES é que o Município também poderia estar participando desse compartilhamento do IVA nacional. Sobre tudo, fazendo a cobrança na ponta final. O que a gente quer dizer é que o Governo Federal e os governos estaduais não têm nem condições de correr atrás de pequenos contribuintes de varejo e de serviço. E você poderia ter o Município até pelo código de postura tem mais possibilidades.

Tributação da renda e do patrimônio, bem rápido, na tributação da renda a reforma tem um foco menos constitucional. Mas a principal mudança esperada é fundir a contribuição sobre o lucro líquido e RPJ. Está claro hoje e tudo mundo sabe no Brasil, só tem essa contribuição se justifica por dois motivos. Um, financiar seguridade social que você pode financiar mesmo através de impostos, e o segundo não compartilhar com Estados e Municípios. Se amplia a base do [inaudível] pode se fundir a contribuição RPJ, criar um só tributo, uma só legislação, simplificava radicalmente a vida para os contribuintes.

Uma hipótese, que aí exigiria mudança constitucional, é alguns Estados, sobretudo, os mais ricos que podem perder com adoção de princípio e destino já levantaram a hipótese de você ter um adicional do

Imposto de Renda para cobrar só nesses Estados para fazer essa compensação. Nós já tivemos a experiência desse adicional RPJ que não foi boa, ele foi extinto, e pode-se até voltar, mas a outra hipótese é sobre pessoa física. Eu pessoalmente acho que não é... Países ricos exploram muito, compartilhar também Imposto de Renda. Agora com a facilidade de troca de domicílio que nós temos no Brasil não sei até onde esse adicional poderia ser rentável, por exemplo, se São Paulo criar e o Estado vizinho não criar, basta mudar o seu domicílio.

Aqui na tributação da renda, eu queria fazer um contraponto que o Samuel colocou até para gente ir para o debate, volta a lembrar, há um debate... Não é contraponto, só situar um pouco mais. A tributação da renda está voltando a ser valorizada nos debates internacionais. Quer dizer, os Países ricos fizeram um movimento de renda para consumo e contribuições, e agora estão voltando para a renda. Primeiro está cada vez mais claro que com a globalização fica cada vez mais difícil você ter Imposto de Renda sobre regimentos financeiros sobre empresas muito diferentes. Você precisa ter preço de transferência, esse é um amplo debate, quer dizer, tem gente inclusive propondo a criação de um Imposto de Renda mundial. Quer dizer, alíquotas mundiais, legislação mundial, Vitor Tanzi, na essência o que ele tem dito. Senão padronizar minimamente a tributação da renda você não vai conseguir tributar renda no Brasil se por um acaso o Uruguai não tributar renda das pessoas jurídicas porque você vai acabar realizando lá fora. O que há de mudanças mais radicais têm sido feito nos Países nórdicos e no leste europeu que envolve chamado *flat-tax*, adoção de uma alíquota única. Não tem isenção, todo mundo paga uma só alíquota. Precisamos nem dizer que é uma mudança radical. Agora, certamente é mais fácil se adotar, por exemplo, no leste europeu onde as desigualdades individuais e regionais não são tão fortes quanto nós temos no Brasil e na América Latina.

Bom, em suma, tributação da renda tem vários detalhes que eu acho que pode se discutir. Eu pessoalmente acho que tem espaço para se melhorar o Imposto de Renda no Brasil, aí sim fazendo um mix em troca de talvez diminuir a tributação indireta. Nós temos singularidades como cobrar Imposto de Renda sobre a distribuição do lucro dos contribuintes, o chamado imposto sobre lucro líquido, nenhum outro País do mundo tem. Tem muitas críticas como também tem muitas defesas. Um movimento singular. E para encerrar na questão da tributação do patrimônio que é o slide 34, embora ela seja pequena, não custa registrar o seguinte, há uma tendência internacional se valorizar a tributação do patrimônio porque esses são

tributos menos, vamos dizer, restritos, limitados pela globalização. Facilmente você consegue deslocar a renda de um País para outro, você não consegue sair com uma propriedade. O debate aqui é certamente inevitável o debate sobre o ITR, já foi dito aqui que mesmo por convênio nenhum Município hoje está cobrando ITR e acho que a tendência é fazer essa fusão, racionalizar e acho que explorar casos como, que acho que o que vale para o ITR e para o IPTU, que o valor venal eventualmente possa ser sujeito a declaração, auto-declaração do contribuinte, mas esse valor também está sujeito à desapropriação. Não sei se você declara um valor baixo da sua terra você poderia ter sua terra desapropriada por isso. Alguns países adotam soluções como essa e nós temos uma situação e arrecadam mais.

Só para situar rapidamente, a arrecadação de IPVA no Brasil é maior que a arrecadação de IPTU. Não vamos nem falar de arrecadação de ITR. Por mais carro que exista nesse Brasil com certeza a soma dos valores dos carros é maior. Nós ainda tributamos mal mesmo o patrimônio urbano. Aliás, IPTU no Brasil consegue perder até de Países da Argentina e de outros com todas as reclamações alguns outros países latinos cobram mais que o Brasil.

Um outro ponto aqui, só registrar, especialmente aqui na América Latina, tem muitos Países usando a tributação sobre ativos ou sobre o ativo da empresa, sobre o patrimônio líquido como se fosse o Imposto de Renda mínimo. Quer dizer, o que nós fazemos aqui um pouco pela linha do Imposto de Renda presumido, nos outros Países você faz pelo lado do ativo. Tem vantagens, desvantagens, mas é um potencial.

E por último, a tributação da movimentação financeira, eu acho que já foi dito aqui, quer dizer, imposto como CPMF só existe na América Latina e meia dúzia de Países. Nenhum País rico adota CPMF. E eu pessoalmente acho que já foi muito discutido que essa CPMF tinha que ser um imposto mínimo, fiscalizatório e eu agregaria complementando o que o Samuel tinha colocado, quer dizer, a redução da taxa de juros real no Brasil a meu ver vai levar as próprias autoridades federais a ter que repensar rapidamente a CPMF. Acho que a mesma idéia de prorroga a CPMF em separado deixa ela aí vamos fazer Reforma Tributária lá na frente, a meu ver só conseguimos arrecadar o que arrecadamos com CPMF porque somos campeões mundiais de juros. No dia que nós tivermos juros decentes, dificilmente a CPMF vai render o que arrecada porque a sua tendência é provocar um desintermediação uma financeira. E nós no Brasil temos a meu ver um sistema bancário muito sofisticado, muito elaborado e

que vai sofrer seriamente se você não conseguir rever essa tributação.

Bom, eu concluo aqui... A gente podia, foquei mais na Reforma Tributária, mas tem muita coisa que pode discutir inclusive envolvendo a repartição tributária, acho que foi colocado que está claro que no caso da repartição tributária a tendência é sair de impostos pontuais, alargar a base, reduzir percentual e no caso brasileiro nós temos uma facilidade, queria registrar, que a gente esquece. A própria DRU, quer dizer, o Governo Federal quando desvincula a receita da União, o que está fazendo? Está usando uma base abrangente. A DRU a meu ver é o caminho mais fácil para você fazer um cálculo simples de quanto seria a alíquota do FPF/PM(F) para gerar a mesma transferência que hoje é realizada FPF/PM(F) se tivesse como base a DRU que é uma base abrangente.

Eu acho que na Comissão num debate sobre Reforma Tributária nesse assunto aqui eu esqueci de registrar, que não foi falado, acho que a gente tem que trazer aos debates questão do FUNDEB e do SUS. Quer dizer, o FUNDEB já foi tratado um pouco aqui pelos Prefeitos, me preocupa, em particular, continuar a ser um sistema transitório, quer dizer, eu adoto medidas permanentes de descentralizar educação e faço um financiamento transitório. Acho que não faz muito sentido. Agora o caso do SUS é relevante porque para Municípios de médio e grande porte de capitais as transferências hoje do SUS são mais importantes do que todas as outras transferências federais juntos. O FPM, por exemplo, é irrisório, e muitos municípios têm a sua administração financeira hoje inclusive montada em cima do SUS. E isso não surge no debate tributário.

Eu falei mais do que devia, me empolguei aqui, peço mil desculpas, Senador, mas acho que assim coloquei, dei uma pincelada geral nos vários aspectos e acho que... Fico a disposição para o debate hoje e outros dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Dr. José Roberto Afonso. Acho que nós passamos para o debate com a palavra os Srs. Senadores. Senador Dornelles da palavra.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu queria cumprimentar o Consultor Samuel Pessoa, o José Roberto pela exposição que eles fizeram extremamente importante nesse momento que nós pensamos em discutir a Reforma Tributária. Em relação eu queria fazer uma pergunta ao Samuel, por que motivo você entende que numa Reforma Tributária não se deveria ter a preocupação de alterar o mix imposto direto e indireto. E por que motivo você acha que o imposto

direto afugenta o capital, o investimento, e isso não existe em relação ao imposto indireto.

Mas José Roberto, eu queria dizer o seguinte, a característica, o sistema tributário brasileiro tem duas deficiências que até hoje ninguém levanta nos seminários. O primeiro que José Roberto colocou é a regressividade e a falta de transparência. Aqui o quadro do José Roberto mostrou que uma pessoa que ganha até dois salários mínimos paga 48% de imposto. Carga tributária. Uma pessoa de mais de 30 salários 26. Talvez dificilmente se encontra uma regressividade tão grande no sistema tributário como você tem o sistema tributário no Brasil.

Agora, a falta de transparência, em decorrência da falta de transparência os pobres não sabem que pagam muito imposto. E como não sabem, não reclamam. E os ricos não dizem que pagam pouco. E nem querem pagar mais. Agora no momento que você fizer unificar os dois IVAS, como disse, todos esses penduricalhos escondidos que um vem em cima do outro, como você falou, o PIS em cima do ICM e o COFINS, você vai na realidade mostrar uma alíquota real. Qual vai ser a reação da sociedade quando você apresentar o somatório das duas alíquotas do IVA que a pessoa contar a reação do aspecto psicológico. Você vai tornar transparente uma carga que é escondida. E eu vejo esse problema dessa reação que pode ocorrer dessa verdade tributária.

E queria em relação a posição do José Roberto em que ele fala o problema de imposto de renda de pessoa física e pessoa jurídica, eu acho que esse é um critério que tem que ser examinado. O importante seria verificar o que é imposto do trabalho do capital. Que quando se fala que as pessoas físicas pagam mais imposto que a jurídica, muitas vezes grande parte do... Hoje quase todos os Países, eu não conheço nenhum, o lucro das pessoas jurídicas é atribuído imediatamente ao sócio e tributado como pessoa física, com exceção das sociedades anônimas. E mesmo nas sociedades anônimas você considera, por exemplo, na Inglaterra, não sei se é sistema da França, [inaudível] fiscal(F), o imposto da jurídica é quase uma fonte da física. É uma fonte do rendimento do capital. Então eu não sei se quando se fala pessoa física paga mais que a jurídica se o rendimento do trabalho é mais que do capital. Porque as pessoas físicas pagam uma grande quantidade do rendimento do capital que o Brasil hoje também é distorcido.

Mas essas são as ponderações que eu queria fazer, primeiro a posição sua em relação do direto para o indireto o ressarço do investimento, e o José Roberto qual vai ser a reação, a espera no momento que nós colocarmos na mesa, botarmos a transparência na

mesa. Ou seja, botar o quadro real que hoje é escondido através de numa série de penduricalhos.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Acho que era melhor nós ouvirmos, eu consulto, o Senador Eduardo Suplicy e depois passamos às respostas. Por favor, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Senador Neuto de Conto, Sr. Presidente da nossa Subcomissão, primeiro quero também cumprimentar ambos os conferencistas, Samuel de Abreu Pessoa e José Roberto Afonso pela contribuição tão significativa e mostraram ambos que têm estudado o sistema tributário e com uma formação de economistas e nesta área muito relevante para nós Senadores podermos nos debruçar sobre para onde vamos, como melhorar o Sistema Tributário Brasileiro.

Num dos pontos que até foi comentado pelo Senador Francisco Dornelles e que acredito estão... E que foi objeto de observação dos senhores, mas eu gostaria até de enfatizar que me parece tão importante que um sistema tributário será tão melhor aceito pela população na medida em que a população compreenda como são arrecadados os recursos e como eles são gastos. Se houver muita transparência na maneira como, digamos, numa comunidade uma pequena cidade, mas também num Estado e na União quanto mais o Governo Municipal e os seus Vereadores puderem explicar à população, olha, nós estamos solicitando a vocês cidadãos que colaborarem com tais tipos de impostos, mas nós iremos transformar estes impostos em benefícios, seja na área da educação, seja na área da saúde, seja na infra-estrutura, seja na forma de prover a todos que não têm o suficiente para que tenham o suficiente, vamos cumprir o objetivo de realização de justiça na nossa comunidade. Quanto mais as pessoas souberem bem o que se está arrecadando e o que está realizando, mais a população vai até contribuir de fato, acredito que o grau de sonegação será menor da medida em que a população perceba inclusive racionalidade na maneira como se escolheu tributar.

Eu agradecerá se puderem esclarecer bem, qual é a idéia que ambos têm no que diz respeito à perspectiva de se caminharmos na direção que se fala de um imposto de valor adicionado em que medida ele se diferenciaria hoje do ICMS e do ISS ou dos diversos impostos que existem. Quer dizer, a idéia de se caminhar na direção do imposto de valor adicionado, seria para substituir quais tipos de impostos hoje. Acho que é muito importante que nós deixemos claro isso do ponto de vista até de explicar à população. Olha, o imposto de valor adicionado, seja por aquilo que foi acumulado de conhecimento acadêmico pelos economistas, seja pela experiência de diversos Países que

caminharam nessa direção têm maior racionalidade. Porque se formos caminhar nessa direção cabe a nós Senadores inclusive estarmos explicando à população o porquê dessa racionalidade. Por que é que as pessoas vão poder ter maior garantia de que os recursos assim arrecadados serão, terão um caráter, digamos, de maior realização de equidade, de justiça, que também isso vai contribuir no sentido de haver menor evasão, e maior racionalidade do ponto de vista da eficiência do sistema econômico, da nossa competitividade seja ao nível doméstico entre as regiões, seja também internacionalmente.

Eu gostaria também de se ambos puderem nos dizer uma palavra, Senador Dornelles e Senador Neuto de Conto, eu às vezes fico impressionado com algo que acontece aqui e nós toda terça-feira aqui na CAE examinamos Projetos de Lei para isentar certos setores da economia, certos tipos de bens, ou certas regiões ou então sejam incentivos fiscais ou creditícios de alguma maneira são aqui objeto de inúmeras iniciativas. Isto é um processo que acontece. Por quê? Porque os mais diversos Senadores são instados pelos inúmeros setores econômicos a... Que tal criarmos isenção para isso? Que tal criar um subsídio creditício para aquilo ou para nossa região e assim por diante.

Então, eu até fico pensando, acho que um livro interessante, uma tese interessante, quem sabe se um dia eu tiver um tempo de escrever algo, eu fico pensando um tema interessante seria, por exemplo, desde que eu iniciei minha atividade aqui no Senado em 91, estou no terceiro mandato agora nesse ano, pegar a história dos projetos de isenção de incentivos fiscais e creditícios apresentados, os que tiveram de alguma maneira racionalidade, mas porque isso na hora de nós pensarmos numa reforma fiscal, nós temos que pensar também nisso. Porque aqui existe uma história acumulada de incentivos fiscais e creditícios que acabam tendo inclusive uma influência muito significativa sobre a distribuição da renda e da riqueza no País. E nós Senadores temos que estar conscientes disso. E de vez em quando aqui aprovamos projetos com o sentido efetivo de proporcionar não tanto isenção para quem já tem uma riqueza acumulada muito significativa, empresários dos mais diversos setores, ou a forma de muitas vezes se estimular o crescimento é isentando segmentos ou provendo incentivos creditícios e fiscais àqueles que já detêm patrimônio para acumular mais e mais eventualmente criando empregos e tal, mas nós temos que estar conscientes dos efeitos de tais procedimentos sobre a distribuição da renda, da riqueza, se tivermos, como normalmente se diz nos livros textos de economia, e assuntos tributários que um dos objetivos do sistema tributário é a busca da

equidade, a busca da construção de uma sociedade justa, não é isso?

Sr. José Roberto Afonso mencionou da relevância, da sua perspectiva de que provavelmente vai haver uma diminuição da CPMF. Que deveríamos caminhar nesta direção. Mas a CPMF tem um histórico. Lembramos-nos todos que o então Ministro da Saúde, Adib Jatene avaliou como sendo muito importante que houvesse os recursos necessários para a saúde porque não estava havendo os recursos necessários. E foi a grande motivação que levou à criação da CPMF. E acabou-se estabelecendo que a CPMF tem uma parte para a saúde, uma parte, acredito para a Previdência, e tem o 0,08 do 0,38 que hoje constitui o CPMF vai para o Bolsa Família.

Bem, se for para diminuir a CPMF, de maneira a apenas ficar a parte que o senhor considerou importante do ponto de vista de ajudar a fiscalização e se conhecer algumas coisas, mas então qual parte da sua opinião que deveria ficar? Por exemplo, o 0,08 que vai para o Bolsa Família? Mas então e o 0,30? Acho que pelo menos metade vai para a saúde e a outra metade vai para a Previdência. É isso mesmo? Até se souberem com precisão para onde está indo todo 0,38... Eu sei que o 0,08 vai para o Bolsa Família. Mas a precisão da divisão para a saúde e outra parte eu não sei. Mas se for para diminuir, como é que ficam os recursos necessários para a saúde e para a Previdência? Porque diminuir só porque alguns acham... E será que é tão... Que deveríamos mesmo diminuir? Será que o tamanho 0,38 é adequado? Eu me lembro que quando houve o debate da introdução da CPMF o Ministro e colega na Fundação Getúlio Vargas, o Prof^o Samuel também é da FGV de São Paulo ou do Rio? Perdão.

SR. SAMUEL DE ABREU PESSOA: Do Rio.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Do Rio, né? Então professor da FGV do Rio e Ministro Mário Henrique Simonsen ele chamou atenção para um aspecto muito relevante que a CPMF se tiver uma alíquota muito alta ela vai se tornar auto-destrutiva.

Então, quando se pensa em alguns momentos em substituir os mais diversos impostos pela CPMF, eu sempre me lembro deste alerta do Ministro Mário Henrique Simonsen, porque ele disse que chegou a mencionar se vai... Se aumentar demais a CPMF, então vai começar a valer a pena se transportar dinheiro em carros fortes para lá e para cá, para lá e para cá, vai ser um tal de transportar dinheiro em vez de cheque, e ele disse que, se não me engano naquela época estava havendo na Argentina uma grande movimentação por causa disso e ele até observou que poderia haver esse tipo de efeito. A CPMF brasileira nunca chegou a um valor. Acho que o 0,38 não chega a ter... Não é

uma alíquota tão alta para compensar, se movimentar dinheiro do que o próprio cheque.

Então, se puderem fazer uma avaliação sobre isto. Sr. José Roberto mencionou rapidamente a questão dos *royalties*. Eu agradeço se puder nos informar se tiverem o conhecimento exato hoje, como é que é a legislação sobre *royalties* no Brasil? Em termos em que medida são os Municípios, os Estados e a União de alguma forma beneficiados pelos *royalties* decorrentes da exploração de recursos naturais e eu menciono isso porque tenho um Projeto de Lei que tramita, já foi aprovado no Senado unanimemente, está na Câmara dos Deputados, e na fase conclusiva. Não sei se o Senador Francisco Dornelles tem conhecimento, mas se trata do Projeto de Lei que institui um Fundo Brasil de Cidadania, para se estar financiando quando estiver plenamente instituída a renda básica de cidadania. Em que consiste o Fundo Brasil de Cidadania? Ele teria como seus recursos, como capital inicial 10% das ações das empresas da União, teria 50% dos *royalties* decorrentes da exploração de recursos naturais, 50% das receitas de concessões de serviços públicos, 50% dos aluguéis de imóveis pertencentes à União, que naturalmente pertencem ao povo brasileiro, e alguns itens a mais da receita. Então este fundo seria acumulado e com o tempo proveria os recursos necessários para então caminharmos daquilo que hoje é o Bolsa Família que já atende 1/4 da população brasileira para o dia em que pagaremos ao Presidente Neuto de Conto, não sei se o senhor conhece bem o Projeto da Renda Básica de Cidadania, mas todos nós não importa a sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo socioeconômica passaremos a ser sócios da Nação Brasileira com uma renda igual para todos. O Senador Francelino Pereira quando examinou como Relator o Projeto da de Cidadania, que é outro, esse já é lei, disse a mim: Eduardo, é uma boa idéia. Estudei e tudo, mas você precisaria fazê-la com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Que tal você aceitar um parágrafo que diga: “A renda básica de cidadania será instituída por etapas a critério do Poder Executivo começando pelos mais necessitados”. Eu achei de bom senso, sábio, e levando em conta a experiência dele como... O Senador que estava no seu último ano. Aos 81 anos eu achei que foi bem ponderado e graças a esta observação dele, aceita por mim, foi aprovado por unanimidade no Senado e foi para Câmara, aprovada, e o Ministro Antônio Palocci, em 8 de janeiro, junto com o Presidente, o Presidente sancionou sobre a recomendação do Ministro Palocci como é para ser instituída gradualmente é factível, o Bolsa Família já é o começo, então pode sancionar e o Presidente Lula sancionou.

Eu queria lhes contar, na semana passada eu estive na Alemanha, em Berlim, em Kalsruhe onde há uma grande universidade de 16 mil estudantes, e nestes dois lugares o Prof^o. Götz Werner que acompanhou o presidente Horst Köhler na sua visita em abril aqui, em abril passado, quando o Presidente Köhler da Alemanha foi a mim apresentado pelo Presidente Renan Calheiros ele disse: Aqui está o Prof^o. Horst Köhler que escreveu um livro relacionado ao seu da renda básica de cidadania, denominado “Einkommen für alle”(F), “Uma renda para todos”. Pois bem, este professor convidou-me para estar lá num grande seminário para mais de mil pessoas em Berlim, mais de mil pessoas em Kalsruhe juntamente com Muhammad Yunus Prêmio Nobel da Paz para um debate sobre microcrédito, renda para todos, renda básica como direito a cidadania para todos, como meios de erradicar a pobreza e promover o empreendimento para o desenvolvimento. E este professor é também o maior proprietário de *drugstore* da rede de *drugstore* com mais de 900 lojas na Alemanha e em mais oito Países europeus. E que abraçou a idéia.

Para ter uma idéia, Senador Dornelles, o seu livro já vendeu em capa dura 26 mil exemplares e 50 mil em *paperback*, o outro mais sintético, de março para hoje. E falando em todos os meios de comunicação e neste debate foi uma coisa muito especial. E ele, por exemplo, está argumentando que se instituir um imposto de consumo na forma de um valor adicionado que se cobre, se a pessoa comprar para consumir paga o imposto IVA, se for para investimento, não paga. Mas com estes recursos arrecadados, facilmente se pagará para os 80 milhões de alemães uma renda básica, ele faz a demonstração completa e argumenta entusiasmaticamente a favor.

Bem, onde eu quero chegar? Se vamos... Eu gostaria que na nossa reflexão sobre a Reforma Tributária venhamos também a considerar a maneira de passarmos da transição do Bolsa Família para a renda básica como direito à cidadania para todos os brasileiros. E finalmente relacionado a isso, e eu vou concluir, acho que é importante que tenhamos a consideração dos efeitos dos programas de transferência de renda que existem no Brasil e que na hora da Reforma Tributária estejamos pensando, quer dizer, vocês colocaram aqui as contribuições e os impostos. Mas temos que pensar na Reforma Tributária, na Reforma da Previdência e na Reforma Trabalhista. E isto conjugadamente. E aí vamos ter que pensar nas diversas formas de transferência de renda e seus efeitos sobre a competitividade de nossa economia em relação a dos Países desenvolvidos e dos outros em desenvolvimento.

Então, só para dar um exemplo. Nos Estados Unidos e no Reino Unido há hoje um sistema de transferência de renda que se nós não nos dermos conta, estaremos deixando de perceber que as suas economias são mais competitivas senão fizermos o mesmo. Sabem que no ano passado o Brasil junto a OMC protestou dos Estados Unidos estarem subsidiando com três bilhões de dólares anualmente os produtores de algodão, também três bilhões de dólares anualmente os produtores de cana-de-açúcar. Deveríamos nós, ao tomar conhecimento que os trabalhadores norte-americanos no ano passado 21,5 milhões de famílias receberam mais de 40 bilhões de dólares na forma de crédito fiscal por remuneração recebida, dizer que na OMC que eles não deveriam estar fazendo isso, ou deveríamos nós criarmos um sistema mais adequado, mais justo e justamente o meu argumento é que melhor ainda que o *Earned Income Tax Credit* ou que o *Family Tax Credit* no Reino Unido, parecido lá nos dois é uma renda básica incondicional. Então são essas as minhas questões. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Vou ser também muito breve, praticamente fazer um pequeno registro, que a expectativa da sociedade brasileira ela se fundamenta em dois pontos. Redução de gastos governamentais e redução de impostos. Isso em todos os cantos do Brasil. E nós encontramos, e se encontra dados muito fortes para que isso aconteça, se nós pegarmos a nossa Constituição de 88, o País arrecadava 19% do PIB. Em 94, quando foi realizado o plano de estabilização da economia, o nosso real, do qual eu tive a honra e a responsabilidade de ser o seu Relator no Congresso Nacional, o PIB foi de 349 bilhões e a arrecadação passou para 28%. E segundo os números trazidos aqui, em 2006 o PIB passou para 2.3 trilhões. E a arrecadação foi entre 34 a 38%. Quer dizer, nós temos um crescimento de 565% nos últimos 12 anos da economia e um crescimento também da tributação. E por isso que o País tem uma das maiores cargas tributárias do mundo. E essa expectativa da sociedade ela é que se reduza essa pirâmide que aqui muito bem comentou o Dr. José Roberto, se alarga a base e se tribute o consumo e desonere a produção no princípio chega-se ao IVA.

E eu perguntaria numa pequena reflexão quando se lê as grandes revistas que se divulga pelo mundo, e principalmente a [inaudível], ela nos diz que nós estamos hoje com 40% de informalidade da economia. Não acredito que seja tanto. E se nós pudéssemos reduzir metade desta informalidade, nós poderíamos crescer numa velocidade da China em três anos. E a minha pergunta, qual é o caminho? Nós vimos que a

nota eletrônica é um dos caminhos... Qual é o caminho mais prático? Tributar mais alguns produtos e desonerar os outros para que esta informalidade ela passe a ser formal? Ou qual é a norma que nós podemos encontrar para isso?

Outro ponto que também me chama muito atenção é a morosidade do Poder Público. E entre eles, entra o Poder Judiciário, aonde fala-se de bilhões de recursos que estão parado, fora da circulação de riqueza, que poderiam estar na circulação e consequentemente gerando tributos, sem contar as ações de dezenas de anos que ficam rodando, praticamente famílias e muitas empresas parando de atuar em função dessa morosidade. Que não estou aqui nem criticando a justiça e nem as suas razões, mas sim são dados... Podia levantar uma série de outros dados para que nós pudéssemos reduzir essa pirâmide, alargar a base, reduzindo impostos sem reduzir a arrecadação. Isso é um ponto fundamental. Reduzir os impostos sem reduzir arrecadações para o Governo buscando através de caminhos eficientes a tributação da área que não paga. Eu deixaria nessas pequenas considerações a minha...

SR. SAMUEL DE ABREU PESSOA: Obrigado pelas questões, Srs. Senadores. A primeira questão do Senador Dornelles, como que eu vejo essa distribuição de impostos de carga tributária entre impostos diretos e indiretos.

Primeiro ponto, primeiro motivo é que eu acho que nessa Reforma Tributária, se ela vicejar desse jeito, dessa forma como o Secretário de Política Econômica nos mostrou que me parece estar na direção correta, nós já vamos fazer uma grande mudança. Então acho que poderíamos ser conservador em outras dimensões para minimizar riscos de perda de receita. Então tem primeiro uma postura conservadora minha numa dimensão dado que nós vamos mexer em muito outras coisas. Agora mesmo como Economista, eu não vejo com muito maus olhos o imposto indireto porque se nós fizermos o IVA bem feito, com isenção de investimento, um certo estímulo ao investimento, nós vamos ter um imposto sobre consumo. E imposto sobre consumo do ponto de vista de eficiência econômica é dos melhores impostos que há. Não tributa o investimento, a poupança, portanto, não tributa o crescimento econômico que é um problema grave da nossa economia, nós precisamos estimular o crescimento econômico e tributa o ato de consumo. E evidentemente tem um problema. E esse é um compromisso difícil em finanças públicas que em geral os impostos de maior eficiência econômica são os impostos do ponto de vista distributivo piores. Essa é uma verdade que quase sempre ocorre e aqui ela ocorre porque a propensão marginal

a poupar das pessoas mais ricas é maior do que das pessoas de menor renda.

Então, por outro lado, é difícil a gente equacionar muito. Por duas peculiaridades da economia brasileira. Nós somos uma economia com... Como o Afonso mostrou para nós que para o nosso nível de renda a gente tributa muito, então nós temos o nível de tributação excessiva. Quando uma economia que tributa muito começa a tributar de jeitos que não são os mais usuais em relação aos outros Países. Nós temos uma carga tributária fora do padrão a nossa tributação acaba sendo um pouco fora do padrão. Outro motivo é que nós somos uma economia muito desigual. Então é difícil consertar a distribuição de renda na tributação. Mas eu imagino que um IVA bem desenhado, com isenção sobre o investimento e que a partir de estudos cuidadosos e hoje é possível fazer isso de pesquisas de orçamento familiar, de sorte que a gente consiga entender bem o diferencial de padrão de consumo de tipos de bens que há entre as diversas classes de renda é possível imaginar uma estrutura de alíquota para o IVA que ele dê conta, que ele contemple mais o motivo redistributivo sem afetar o motivo da eficiência econômica que é tributar consumo e não tributar investimento.

E finalmente eu acredito que o espaço que nós devemos procurar para melhorar a redistribuição de renda, eu acho que há um espaço na tributação, mas eu acredito que o espaço prioritário para que nós melhoremos a distribuição de renda, que o Estado, que o setor público brasileiro melhore a distribuição de renda, eu acho que é mais o gasto público do que a tributação. Acho que a gente tem mais condição de consertar a distribuição de renda via gasto do que via tributação se bem que a distribuição de renda no Brasil é tão ruim que nós temos que usar todos os instrumentos possíveis, mas são esses os quatro motivos que fazem com que eu ache que o imposto indireto seja uma estrutura interessante para o Brasil hoje. De um certo viés conservador, imposto sobre consumo, possível maneira de consertar um problema distributivo com uma boa pesquisa de orçamento familiar e uma boa calibragem de alíquota e deixar o motivo distributivo mais para o gasto do que para a tributação.

Senador Suplicy, com relação à explicação de como funcionaria o IVA, vou deixar para o José Roberto que entende desse assunto muito melhor do que eu. O Senador enfatizou muito uma preocupação com uma certa complexidade da estrutura tributária brasileira, e com uma certa possível ineficiência, inconsistência do conjunto de isenções e incentivos fiscais que nós ao longo dos últimos 20 anos, últimos 10 anos, nos últimos tempos nós criamos. De fato eu imagino que deva ser, deva haver muita inconsistência, a economia

política diz que em geral, não sempre, mas muitas vezes essas isenções e esses incentivos fiscais eles são fruto de grupos de pressão que fazem suas pressões, os legisladores acabam sendo sensíveis, grupos muito vocais, e muitas vezes não sempre, mas muitas vezes grupos de pressão dado a forma de funcionamento do processo político acabam fazendo valer a sua... O seu desejo, o seu interesse. Isso acontece não no Brasil, mas de forma muito intensa nos Países do primeiro mundo com relação aos agricultores. Tem um fenômeno, é quase um enigma, por que é que as sociedades do primeiro mundo são tão sensíveis aos interesses dos agricultores. É uma parcela muito pequena da população que produz uma parte pequena do PIB, e a sociedade gasta recursos muito vultuosos para manter certos privilégios, alguns talvez com mais mérito, mas nós aqui que estamos do outro lado do espectro de renda das economias ou talvez no meio do espectro de renda produzindo muitos produtos agrícolas sofrendo problemas, e o grosso, a maior parte dos consumidores desses Países também pagando uma série de isenções e subsídios que uma classe relativamente pequena da população tem. Certamente não tem racionalidade econômica para esse tipo de subsídios os Países de primeiro mundo e um dos motivos que explica é a capacidade de organização, de motivação e algum sentimento que esse grupo exerce sobre o resto da sociedade por algum motivo.

Evidentemente, quando a estrutura tributária é muito complexa, e aí eu junto a pergunta do Senador Suplicy com a pergunta do Senador Conto, abre-se um espaço para que essas isenções e subsídios que não são justificados, eles aumentem, porque evidentemente um instrumento importante que os grupos de pressão se utilizam para fazer valer seus interesses é se esconder por trás da complexidade tributária. Fica mais difícil para o resto da população a minoria silenciosa exercer o seu poder de controle sobre eventuais isenções e incentivos fiscais que não tenham uma motivação, nem econômica nem social muito justa.

Portanto, essa Reforma Tributária se ela atender o motivo de simplificação ela vai dificultar que essas isenções e incentivos fiscais que não têm fundamento prosperem. E aí acho que esse é exatamente o problema também da informalidade. De fato esse número de 40% da informalidade nós vemos o tempo todo eu acho que é um pouco excessivo. E evidentemente depende muito também o que nós definimos por informalidade. Tem um contínuo de possibilidades entre uma economia como a VALE DO RIO DOCE, e uma VOLKSWAGEN toda formal e o camelô da esquina. Entre esses dois limites, preto e branco tem uma região cinza imensa e é muito difícil saber onde passa a dívida da formalidade

com a informalidade. A gente pode imaginar três tipos de informalidade. Uma é tributária que é a informalidade para não pagar impostos, outro é informalidade do PIB que é uma série de atividades econômicas que o IBGE não consegue medir direito, e uma terceira é uma informalidade motivada por motivo regulatório. Não é exatamente o imposto que motiva esse tipo de informalidade, mas é uma forte regulação complexa do Estado que introduz um custo tão grande que o produtor vai para a informalidade. Os estudos que eu conheço mostram que a pior, o fator mais determinante da informalidade é a regulação. Não são os impostos. Se a estrutura tributária, é que uma coisa vem junto. Quando tem muito imposto, a regulação começa a ficar muito complexa para as pessoas não sonegarem aquele bando de imposto e aí as pessoas vão para informalidade. Mas se nós tivermos uma estrutura tributária muito simples, o imposto incide e a pessoa repassa para o consumidor. E se a estrutura tributária foi muito simples o controle e a fiscalização é fácil, também é difícil a pessoa ir para a informalidade.

Então eu diria que a maior fonte da formalidade por um lado é a complexidade tributária e a complexidade regulatória. Eu acho que nós temos espaço para caminhar aí. Se bem que a tributária a receita de forma bastante criativa nos últimos anos vem criando uma série de instrumentos para trazer para receita setores que estavam na informalidade. Todos os SIMPLES, todos esses avanços que houve nesses últimos anos vão nessa direção.

Quer dizer, o Senador Suplicy levantou uma preocupação da Reforma Tributária também pensar quando nós pensarmos a Reforma Tributária, nós pensarmos nas fontes de financiamento da renda de cidadania. Me parece que a Reforma Tributária para aumentar a eficiência econômica e a minha avaliação, eu sou otimista, eu acho que nós deveríamos perseguir aqui nessa Casa nessa direção, tentar o entendimento entre os entes da federação porque eu vejo um espaço muito grande de aumento da eficiência econômica pela simplificação da estrutura de impostos indiretos que nós temos. E com isso gerar mais crescimento econômico.

Eu não vejo no bojo dessa nossa discussão que nós estamos fazendo agora que é como unificar os diversos impostos indiretos que existem. Tanto os que vão para a União, para Estados e Municípios, como ISS. Simplificar as regras de compartilhamento. Como nessa discussão garantir uma renda... Vincular uma parte dessa receita para um programa dessa natureza. Eu acho que no bojo da receita total dado que há uma decisão política de implementar essa renda, o Estado tem que achar os recursos para fazer e o Estado tem esses recursos para fazê-lo. Eu só acho que nós esta-

mos bastante bem nesse aspecto. Quer dizer, eu acho que no Brasil além do Bolsa Família que seria um começo, um embrião da renda de cidadania, nós temos também diversos outros programas, lembro aqui a lei orgânica da assistência social que também garante uma renda de cidadania. Nós temos mecanismos também com a terceira idade, com os aposentados que tem já a natureza, já tem o formato exatamente da idéia do senhor. Então eu acho que o Brasil para um País da renda per capita que nós temos nós devemos ser nesse aspecto talvez dos Países mais avançados do mundo. Quer dizer, tenho dificuldade de imaginar um País com nível de renda per capita igual o nosso ou menor que já tenha uma rede de bem-estar social tão difusa, tão densa e que penetre em todas as regiões e todos os extratos da sociedade. Eu acho que nas outras reformas que algumas injustiças distributivas na forma como o setor público outorga direitos para alguns grupos da sociedade, direito de aposentadoria, essa é uma discussão complexa que algum momento nós vamos voltar a discutir na reforma da Previdência. Certamente os critérios que nós temos para outorgar direitos de pensão é totalmente fora de padrão, é um absurdo, País como o Brasil gasta 3% do PIB com pensões, qualquer País razoável gasta 1% do PIB e acho que temos muito que avançar nessa área. Eram essas as minhas considerações. Obrigado.

SR. JOSÉ ROBERTO AFONSO: Rapidamente. Começaria destacando o que o Senador Suplicy muito bem colocou, a Reforma Tributária tem que ter uma visão abrangente. Não adianta a gente estar preso apenas ao sistema tributário. Isso significa pensar também seguridade social, o gasto público como um todo, a questão federativa e acho que o debate todo aqui deixou claro isso.

Em particular, puxando esse gancho, em particular na questão da CPMF eu acho que na pressa eu não fui claro. A minha preocupação, modéstia parte, é a mesma do Prof^o. Simonsen. Quer dizer, não é que estou defendendo acabar a CPMF. A minha preocupação é que com a queda dos juros a alíquota efetiva do CPMF vai subir e vai provocar desintermediação financeira. E pessoalmente eu acho que a gente devia estar discutindo desde já como substituir a CPMF por outras fontes. Eu acho que a CPMF, a receita que hoje se tira da CPMF pode ser extraída, deveria ser também arrecadada no âmbito desse novo imposto sobre valor adicionado na parcela federal.

Sobre as vinculações, eu acho que esse é um assunto relevante, porque não vamos... Dá uma noite inteira aqui para discutir, mas na prática, Senador, eu acho que o que aconteceu há e não há vinculação. Por exemplo, o Bolsa Família hoje ou a Previdência

Social, a decisão sobre aumentar o salário mínimo, a decisão sobre aumentar a abrangência do Bolsa Família independe da fonte de recurso. Se a CPMF deixar, por exemplo, cair a arrecadação ninguém vai cortar benefício previdenciário muito menos ninguém vai cortar ou o valor do Bolsa Família ou o número de famílias atendidas. Eu acho que o gasto está dado independente da fonte de financiamento. O que nos ajuda a trabalhar a Reforma Tributária. A meu ver, contribuição foi só o pretexto para se criar ou majorar tributos. A saúde é a mesma questão. A saúde inclusive está agora explícita institucionalmente. Porque a saúde ao contrário do que se fala é o único caso em que não é uma vinculação de receita, é uma vinculação de gasto. Está na Constituição e enquanto não vem a Lei Complementar, no caso do Governo Federal gasta-se o mesmo que gastou no passado corrigido pelo PIB. Então se tem fonte ou não de recursos, se a fonte subiu ou se a fonte caiu, está obrigado a fazer aquele gasto. Volto, a meu ver, isso tudo ajuda, acho que na prática ou de direito ou de fato nós temos espaço para fundir contribuições com impostos. E aí remete a questão principal levantada pelo Senador Dornelles o que é que vai acontecer quando se explicitar isso numa nota fiscal. Eu espero que aconteça a reforma. Acho que vai haver uma pressão, pra mim, minha opinião pessoal, o melhor atalho para uma Reforma Tributária é deixar claro para a população em geral o que hoje já acontece com luz e telefone. Quer dizer, quando qualquer um pega a sua conta de luz ou de telefone está lá escrito quanto é que tem de imposto. O relevante, inclusive, a meu ver não é alíquota. E nem um por um dos impostos. É saber, olha, minha conta de telefone foi cem e dos cem que eu estou pagando 40 são tributos. Tributo, contribuição, imposto, taxa, e assim por diante.

Essa questão na criação do IVA, como o Senador Suplicy também levantou, eu acho que é fundamental no caso brasileiro trabalharmos com alíquota diferenciadas. Acho isso mais relevante do que isenção. Muita isenção, como o Senador mesmo colocou que se perde um pouco o controle do objetivo. A teoria moderna, inclusive na linha do que o Samuel já comentou, é que melhor eu ter poucas isenções, ter alíquotas variadas, mas não cinco, sei lá, sete alíquotas, não 70 alíquotas e se possa trabalhar pelo lado do gasto público de uma forma melhor. Pelo lado das alíquotas, na prática, minha opinião pessoal hoje ICMS é um modelo de certa forma porque nos bens, ou no grosso da arrecadação de ICMS não há variação muito entre os Estados. Eles já seguem mais ou menos um padrão. Eu acho que ICMS é mais relevante, por exemplo, do que a COFINS. Por quê? Por exemplo, quando eu aumentei a

COFINS de 3 para 7% eu atingi todo mundo que paga luz, consome energia elétrica. Seja ele um favelado, seja ele a pessoa mais rica do Brasil. O ICMS hoje, acho que 27 Estados brasileiros o de baixo consumo de energia elétrica está isento de ICMS, e muitos Estados as alíquotas são variadas dependendo do consumo. Isso vale, por exemplo, para automóveis. Acho que não faz sentido talvez na Europa com o Imposto de Renda pesadíssimo e eficiente, você possa cobrar um IVA sobre um Mercedes-Benz uma alíquota igual ao que se cobra sobre um Fiat Uno. Acho que no Brasil, complementando o que o Samuel também já colocou aqui, esse novo IVA tem que reforçar a característica de progressividade da justiça social. E eu acho que todos os tributos COFINS, PIS, CIDE, e muito dessas taxas podem ser fundidas.

E por último a preocupação maior de todos, bem colocado pelo Senador Neuto a questão da informalidade, e aqui eu só agregaria que acho que é uma visão equivocada no debate, inclusive, técnico que associa muito a informalidade à ilegalidade ou a informalidade ao pobre ou vamos dizer assim, ao camelô da esquina. Acho que hoje o grande problema do nosso sistema tributário é que informal, os trabalhadores de mais alta renda do País do setor privado todos estão recebendo hoje como renda não assalariada. Quer dizer, se trabalha, mas não se recebe como salário. Ao não receber como salário, não só diminuir Imposto de Renda, mas quebra o princípio de solidariedade da nossa Previdência Social. Ao mesmo tempo, por outro lado, eu confesso que eu não tenho idéia de se bastaria reduzir alíquota das contribuições patronal se isso levaria a trazer de volta para o sistema do trabalho assalariado, todos jogadores de futebol, todos apresentadores de televisão, todos os grandes jornalistas desse País. Advogados... A Receita Federal, no passado, Senador Dornelles sabe muito bem, publicava em detalhes, o detalhamento da declaração de Imposto de Renda por segmentos profissionais. E que permitiu inclusive ver quem estava na alíquota. Hoje nós temos 99% das declarações feitas pela internet nós não sabemos dessa base de informação. Acho que é uma base de informação fundamental para essa Comissão trabalhar.

E eu concluiria aqui que como essa do Imposto de Renda, no IRPJ, o detalhamento da COFINS, o movimento de compra de entradas e saídas por setor, quer dizer, ninguém está aqui defendendo quebra de sigilo bancário. Ninguém... Não precisa se saber qual é a movimentação de uma empresa específica. Agora, ter a informação setorial do detalhamento do Imposto de Renda, da COFINS, como também do Imposto de Renda da pessoa física e atualizada, acho que isso ajudaria muito os trabalhos daqui para frente. Só re-

forçaria esse aspecto, pelo menos para nós técnicos acho que seria de grande valia se a gente pudesse através dos Senadores ter acesso a mais informações que hoje são disponíveis pelas autoridades federais, mas infelizmente nem sempre são publicadas ou divulgadas amplamente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Quero agradecer a presença dos nossos técnicos, Dr. José Roberto Afonso, Samuel de Abreu Pessoa pelo esclarecimento, pela oportunidade do debate, agradecer e cumprimentar os eminentes Senadores Francisco Dornelles e Eduardo Suplicy pela contribuição de estar aqui, assessorias e agradecer a todos. Vamos aproveitar o resto da noite que ainda resta um pouco de tempo para namorar que hoje é o grande dia dos namorados.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Exatamente. Eu estava preocupado aqui com os que ainda precisam namorar hoje à noite. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Peço desculpas de tê-los restringido tanto o dia dos namorados.

Sessão encerrada às 21h35.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA

ATA DA SEXTA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EM 14 DE JUNHO, DE 2007, ÀS 11:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às doze horas e dois minutos do dia quatorze de junho do ano de dois mil e sete, na sala número dezoove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, reúne-se a Subcomissão Temporária da Reforma Tributária em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Mão Santa, Jayme Campos, Tasso Jereissati e Flexa Ribeiro, e ainda, da Senadora Patrícia Saboya Gomes e dos Senadores Mozarildo Cavalcanti, Geraldo Mesquita Júnior, Marisa Serrano, Jefferson Péres, Antônio Carlos Valadares, José Agripino, Eduardo Azeredo e Marconi Perillo. Deixam de comparecer os

Senadores Francisco Dornelles, Neuto de Conto e Raimundo Colombo. Havendo número regimental, é declara aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública com a presença do Exmo. Sr. Bernard Appy, Secretário de Política Econômica. Após a exposição do convidado, usam da palavra os Senadores Tasso Jereissati, autor do Requerimento nº 30/2007-CAE, Marisa Serrano, Eduardo Suplicy e Marconi Perillo. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Bom dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Subcomissão Temporária de Reforma Tributária e a 13ª da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, a realizar-se em conjunto, no dia 14 de junho de 2007, às 12 horas, na sala de reuniões nº. 19, ala Alexandre Costa. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores das respectivas Comissões. Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam, permaneçam como se acham. Aprovada.

A audiência pública com a presença do Secretário de Política Econômica. Exmo. Sr. Bernardo Appy, a fim de discorrer sobre a proposta de Reforma Tributária, com enfoque no desenvolvimento regional e a chamada “Guerra Fiscal” entre os Estados, em atendimento aos requerimentos nº. 30/2007, CAE, e 10/2007, CDR, de autoria do Senador Tasso Jereissati. O convidado... E da CDR, o requerimento é de minha autoria. O convidado já se encontra aqui compondo a Mesa. De acordo com o art. 94, § 2º, a Presidência adotará as seguintes normas: O convidado fará sua exposição, em seguida, abriremos a fase de interpeção pelos Senadores e Senadoras inscritos. As palavras... A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado.

Passo a palavra ao Dr. Bernardo Appy, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Antes de passar essa palavra, Dr. Appy, eu quero agradecer aqui a representação dos Secretários de Estado, que

estão aqui presentes, são técnicos que vieram, naturalmente, subsidiar os Srs. Senadores, e que eu quero, nessa oportunidade, agradecer a presença de todos. Passo a palavra ao Dr. Appy.

DR. BERNARDO APPY: Obrigado, Senadora. Eu pedi um microfone. Eu prefiro falar sempre de pé, mas eu vou começar desde já. Bom, eu vou... Para evitar falar de um lugar e estar a apresentação do outro, eu sempre prefiro ficar ao lado da apresentação. Eu vou procurar ser rápido. O tema é bastante abrangente. Eu vou começar... A apresentação, basicamente, faz um primeiro... Um primeiro levantamento de qual a proposta de Reforma Tributária do Governo, eu vou fazer isso de forma muito rápida, muito mais rápido do que eu costumo fazer. E, segundo, coloca... A discussão da Reforma Tributária trouxe para discussão a questão de Política de Desenvolvimento Regional. Como a reforma tributária, um dos pressupostos dela, para ela ser bem-sucedida, é o fim da “Guerra Fiscal” entre os Estados, o Governo Federal entende que era necessário dar continuidade ao processo de aperfeiçoamento da Política de Desenvolvimento Regional, que já se iniciou com a colaboração do Congresso Nacional, mas que seria preciso avançar mais nessa proposta, exatamente para criar condições de que, ao renunciar a possibilidade de fazer “Guerra Fiscal”, os Estados tivessem instrumentos mais eficientes de desenvolvimento regional à sua disposição.

Eu gostaria de pedir um pouco de água, se fosse possível. Podemos passar, então. Bom, rapidamente, do que trata a Reforma Tributária? A Reforma Tributária que nós estamos apresentando é essencialmente voltada para a correção de distorções que prejudicam o crescimento da economia brasileira; distorções no sistema tributário que prejudicam os investimentos e distorções no sistema tributário que prejudicam o funcionamento eficiente da economia. Obviamente, a Reforma Tributária têm impactos federativos, nós sabemos disso, estamos tratando desses impactos no bojo na Reforma Tributária. Agora, o objetivo da reforma não é federativo; as questões federativas têm que ser abordadas. O objetivo da reforma, isso é essencial para a gente entender quando estamos fazendo a discussão, é criar discussões para a economia brasileira crescer mais rapidamente. Esse eu acho que é um ponto importante. E o grosso das distorções que nós temos no nosso sistema tributário; existem outras, está no bojo dos tributos indiretos Federais. Podemos passar.

Bom, quais são os problemas que nós temos hoje, no bojo dos nossos tributos indiretos? Primeiro, é uma grande complexidade. Nós temos, no Brasil, excluindo a CPMF, que é uma discussão que está sendo feita a parte, seis tributos indiretos: quatro Federais,

PIS e COFINS; um Estadual, ICMS; um Municipal, o ISS. Essa situação, com a multiplicidade de tributos, de formas de apuração, de regimes tributários, porque aqui dentro desses seis tributos, nós, na verdade, temos três regimes tributários diferentes, ela acaba tendo, levando a uma grande complexidade, a um grande custo de apuração dos tributos para o empresariado e esse é um dos problemas do nosso sistema tributário. Não é o problema mais importante. O problema mais importante do nosso sistema tributário, de tributos indiretos, é que ele é um sistema que não é neutro. O que é um sistema tributário neutro? É um sistema que não interfere na concorrência interna e externa e não interfere na alocação eficiente dos fatores de produção. Ele não é neutro por quê? Ele não é neutro porque ele ainda guarda incidências cumulativas. Então, apenas como um exemplo, a CIDE - combustível é um tributo cumulativo, o ISS é um tributo cumulativo e uma parte do PIS e COFINS, hoje, ainda, permanece como tributo cumulativo. Isso acarreta várias distorções de não ter tratamento não igualitário entre importações e produção nacional, acaba levando a uma alocação ineficiente de fatores de produção; a incidência cumulativa estimula uma verticalização artificial das empresas, prejudica a terceirização, e isso é um problema que nós temos dentro do nosso sistema tributário.

Segundo, nós temos defeitos na incidência sobre comércio exterior. Eu não vou ter tempo aqui, Senadora, de poder detalhar tudo isso porque não caberia no tempo da apresentação. O foco vai ser mais desenvolvimento regional. Então, peço desculpas de não poder aprofundar, mas são problemas sérios que nós temos hoje. Nosso sistema tributário claramente prejudica a concorrência, prejudica a produção nacional em favor da produção estrangeira, tanto nas exportações quanto nas importações.

E, finalmente, o ponto que é o mais importante, para nós, na discussão de hoje, é o da “Guerra Fiscal”. O nosso sistema tributário, principalmente no caso do ICMS; existe também “Guerra Fiscal” no ISS. Mas principalmente no caso do ICMS, ele é um sistema tributário em que, pelo fato de que uma parte da alíquota nas transações entre Estados, é cobrada no Estado de origem da mercadoria, leva a um incentivo para os Estados concederem benefícios fiscais, benefícios da “Guerra Fiscal”, que tem lógica, eu quero deixar isso bem claro, têm lógica, do ponto de vista do Estado que está concedendo aquele incentivo como instrumento de desenvolvimento local, tem essa lógica. Mas que, no agregado, é extremamente distorsivo. Por conta da “Guerra Fiscal”, os Estados deixam de arrecadar hoje 25 bilhões de reais por ano. E mais. A “Guerra Fiscal”, hoje, ela está gerando a “Contra-guerra Fiscal”. A

“Contra-guerra Fiscal” é a reação de alguns Estados contra benefícios que foram concedidos na “Guerra Fiscal”. E essa reação tem várias formas, são ações Jurídicas, é a não aceitação de créditos de ICMS de produtos que receberam benefícios de “Guerra Fiscal” em outros Estados, e é também o fato de que hoje os Estados desenvolvidos do país também estão começando a praticar “Guerra Fiscal”. Ou seja, aquilo que era uma característica dos Estados menos desenvolvidos e para eles se justificava como uma estratégia de desenvolvimento, hoje está sendo praticada também pelos Estados mais desenvolvidos como uma reação à “Guerra Fiscal” e, se todos os Estados praticam os mesmos incentivos, a consequência é simplesmente uma perda de arrecadação e nenhum efeito, do ponto de vista da alocação das empresas nas regiões menos desenvolvidas do país.

A “Guerra Fiscal”, ela tem uma consequência muito séria. Se me disserem hoje, de todos os problemas que nós temos na estrutura de tributos indiretos no país, e nós temos problemas nos tributos Federais, temos problemas nos tributos Municipais, mas os principais problemas, hoje, estão no bojo da “Guerra Fiscal” do ICMS. E o principal problema que nós temos hoje é que a “Guerra Fiscal” gera uma situação de grande insegurança jurídica para os investidores. Ela gerava já, antigamente, insegurança para o investidor que não recebia um benefício da “Guerra Fiscal” e que não sabia se o concorrente dele ia se instalar no Estado vizinho, recebendo o benefício e podendo entrar, então, numa situação de competição que inviabiliza a sua empresa, e hoje gera também insegurança para aquele empresário que recebe o benefício da “Guerra Fiscal”, porque ele não sabe se vai conseguir manter esse benefício por conta da “Contra-guerra Fiscal”.

Essa situação de insegurança jurídica, ela tem levado a uma perda de investimentos para o país e é relevante. A gente não sabe o valor total porque, obviamente isso é agregado em decisões individuais, mas eu, pessoalmente, conheço vários casos, vários casos de empresas que estão deixando de investir no Brasil por conta dessa insegurança jurídica e ela, naqueles que investem, como eles estão investindo numa situação de segurança, geralmente eles investem com a perspectiva de uma rentabilidade mais elevada do que eles investiriam se não tivesse essa insegurança jurídica.

O Brasil hoje está perdendo investimentos. Quero deixar isso bem claro, no agregado, o Brasil está perdendo investimentos em volume relevante por causa dessa situação que tem gerado a “Guerra Fiscal” e a “Contra-guerra Fiscal”, que é resultado, como eu disse, do fato de que, nas transações interestaduais,

uma parte do tributo é cobrada no Estado de origem da mercadoria. Podemos passar?

Bom, é basicamente o que eu já falei, quais são as consequências dessas distorções que nós temos hoje no sistema de tributos indiretos no Brasil? Insegurança jurídica desestimula os investimentos; uma alocação ineficiente de recursos, e isso vale tanto para tributos Federais, quanto Estaduais, quanto Municipais; a falta de neutralidade no comércio exterior, ou seja, um sistema neutro, ele desonera completamente as exportações e tributa as importações exatamente como a produção nacional; um alto custo de cumprimentos de obrigações tributárias e um alto nível de sonegação fiscal. Podemos passar?

Bom, qual é a proposta básica? O objetivo da proposta de Reforma Tributária que está sendo elaborada pelo Governo? É basicamente modificar radicalmente o sistema tributos indiretos, adotando um sistema que seja o mais simples possível e que seja, e que reduza, retire todos os problemas que nós temos hoje no sistema de tributos indiretos no Brasil; retire entraves dos nossos investimentos; elimine as distorções que existem no comércio exterior; acabe com a “Guerra Fiscal”; simplifique e desburocratize o sistema tributário e, como consequência, aumente a base de contribuintes. Podemos passar?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. BERNARD APPY: Não. Deixa-me colocar isso claramente aqui, desde já, a pergunta acho que é interessante. A proposta de Reforma Tributária, na forma como ela está sendo proposta, ela dá garantia absoluta de que não haverá aumento de carga para aquelas empresas que já contribuem hoje, que já estão formalizadas. Ela tem como um dos impactos uma redução forte da informalidade. Então, existe uma garantia absoluta que no âmbito tem aumentado a carga tributária, absoluta para quem já paga. E ela abre espaço, via redução da informalidade, ela abre espaço sim para você poder fazer desonerações tributárias.

A nossa proposta, do ponto de vista do Governo Federal, é assumir o compromisso de devolver uma boa parte, talvez, a totalidade dos ganhos que tiver com a redução da sonegação. Desculpe. Para reduzir, eliminar, devolver isso na forma de desoneração tributária. No caso de Estados e Municípios, nós em respeito à autonomia federativa, entendemos que eles devem ter e decidir, cada um deles, o que fazer com o aumento de arrecadação que resulta da redução da informalidade. Agora, no caso do... O que existe é o compromisso falar e isso pode ser, inclusive, institucionalizado no desenho da Reforma Tributária de que, para quem paga imposto, não vai haver aumento de

carga. Vai haver, sim, redistribuição setorial, é inevitável. Mas, para o conjunto do setor formal, não vai haver aumento de carga. Esse compromisso existe. O objetivo, como eu disse aqui, é retirar distorções que prejudicam o crescimento econômico. E essas distorções, a alta carga tributária é um problema? É um problema. Mas nós estamos falando aqui de distorções que vão além da alta carga tributária, que estão relacionadas ao desenho institucional que existe hoje.

Bom, o que o Governo Federal está propondo, então? Voltando a falar aqui, muito rápida a apresentação, a idéia do Governo Federal é transformar os quatro tributos Federais, PIS, COFINS, IPI e CIDE combustíveis, em um imposto sobre valor adicionado Federal e transformar o ICMS sobre imposto sobre valor adicionado Estadual. Os dois tributos, seriam dois tributos, mas com uma única Legislação. Na verdade, seriam dois tributos que teriam exatamente o mesmo desenho. Na prática do ponto de vista do empresário, é o único tributo com duas alíquotas. Mas, para respeitar a autonomia federativa, nós estamos os mantendo como dois tributos distintos; uma única Lei Complementar, uma regulamentação nacional, feita por um Comitê formado por representantes da União, dos Estados e, eventualmente, dos Municípios.

O IVA Estadual, ele observaria o princípio do destino, ou seja, ele seria apropriado no Estado de destinos das mercadorias. Isso é essencial no modelo porque é isso que permite acabar com a “Guerra Fiscal”. E é isso que permite eliminar as distorções que existem hoje na tributação do comércio exterior no Brasil, com uma transição. Eu vou falar depois. A transição é fundamental. As alíquotas. Tem uma discussão sobre se ele deve ser puro, ou seja, alíquota zero no Estado de origem ou uma alíquota marginal no Estado origem para estimular a fiscalização, essa é uma discussão que está sendo feita. Ontem mesmo, eu tive uma reunião com o conjunto de Secretários Estaduais de Fazenda, no CONFAZ, em que nós começamos a discutir tecnicamente uma série de questões que estão dentro do desenho da Reforma Tributária. Nós estamos construindo um conjunto, com os Estados, com os Municípios e ouvindo o empresariado também e, obviamente, conversando com o Congresso Nacional, o próprio Senado Federal, aqui, o Senador Tasso Jereissati montou essa Subcomissão da Reforma Tributária, que está acompanhando tecnicamente o trabalho que nós estamos fazendo.

As alíquotas do IVA Federal seriam definidas em Lei Federal, do IVA Estadual, em Lei Estadual, e os Estados teriam autonomia total ou parcial, é um ponto em discussão com os próprios Estados na fixação das alíquotas do IVA Estadual. É preciso ter uma preocupação de não transformar a “Guerra Fiscal”, não ter

“Guerra Fiscal” no consumo, porque é menos nociva a “Guerra Fiscal” na produção que aqui existe hoje, mas que é também um problema do ponto de vista dos Estados. Essa é uma preocupação que está sendo definida, mas eles teriam, em qualquer desenho, eles vão ter algum grau de autonomia na fixação das alíquotas do IVA Estadual. Podemos passar?

Bom, o sistema seria não cumulativo. Ele desoneraria completamente os bens de capital, após um período de transição. Ele pressupõe o fim da “Guerra Fiscal”, e aqui é o ponto que eu coloquei no início, nós entendemos que, embora a “Guerra Fiscal” hoje seja altamente disfuncional para o conjunto dos Estados, inclusive, os menos desenvolvidos, eles estão percebendo que eles estão perdendo a arrecadação e tendo pouco benefício, principalmente por conta da “Contra-guerra Fiscal”. O Governo, na verdade, entende também que, por conta do fim da “Guerra Fiscal”, tem que trazer alternativas para aperfeiçoamento da Política de Desenvolvimento Regional, que é o que eu vou apresentar a seguir.

E tem uma discussão sobre a integração do ISS à base do IVA Estadual. O ideal para que o modelo fique o melhor possível, do ponto de vista do desenho institucional, é que haja integração do ISS à base do IVA Estadual, porque isso acaba com os problemas do ISS, inclusive a “Guerra Fiscal” entre Municípios e porque isso permite que o IVA Estadual tenha exatamente a mesma abrangência do IVA Federal, pegando a totalidade dos bens e serviços. Nós estamos conversando com os Municípios, já começamos a discussão com eles, apresentamos uma primeira proposta, eles ficaram de apresentar algumas sugestões, semana que vem, eles já estão trazendo sugestões para o Governo Federal para poder fazer essa discussão. Inclusive, nós estamos chamando os Estados para participar da discussão com os Municípios também. Nós queremos fazer uma discussão... O ideal para nós é construir um projeto que seja de consenso. Esse é o ideal. Se não for possível, que, pelo menos, tenha o máximo de consenso possível. Podemos passar?

Bom, um ponto importante é que esse projeto da Reforma Tributária, ele, hoje, ele pode ser mais ousado do que foi aquele projeto de 2003, porque hoje nós temos um sistema novo, que está entrando em funcionamento, que é o sistema de nota fiscal eletrônica, esse sistema público de estruturação digital, que ajuda muito tecnicamente a implementar o sistema. Ele ajuda porque ele permite calcular com precisão ganhos e perdas entre Estados e Municípios na transição do modelo e, portanto, definir um sistema de compensações racional, e estamos discutindo já com os Estados e com os Municípios o sistema de compen-

sação, queria deixar isso claro. E ele ajuda também a criar um sistema que elimina o risco de acumulação de crédito das empresas. É tecnicamente complicado, eu não vou entrar aqui em detalhes, pelo tempo, mas nós estamos trabalhando nisso.

Segundo, como eu disse, nós estamos vivendo hoje um movimento de perseguição de esgotamento da “Guerra Fiscal”. “Guerra Fiscal” está se tornando disfuncional para o conjunto dos Estados, inclusive, os menos desenvolvidos. Isso nos ajuda a ter um ambiente mais favorável ao avanço da Reforma Tributária. E, finalmente, aquilo que eu falei, o fato de que vai reduzir brechas e sonegação, vai efetivamente. Tanto a nota fiscal eletrônica quanto a Reforma Tributária vão reduzir a sonegação, e isso cria espaço para que nós fechemos uma equação em que dê a garantia absoluta de que não haverá a perda de receita para Estados e Municípios e, ao mesmo tempo, haja possibilidade de avançar na desoneração das empresas, a equação fecha. Isso ajuda a gente a fechar a equação. Podemos passar?

Bom, a transição. A nossa proposta é o IVA Federal começar a vigorar em dois ou três anos. O ICMS seria mantido, na forma atual, apenas com o fim da “Guerra Fiscal”, durante cinco anos, sendo, no quinto ano, substituído pelo IVA Estadual; se o ISS entrar no modelo, ele também seria incorporado nesse quinto ano. A partir do sexto ano, começa a reduzir a alíquota cobrada na origem para fazer a migração para o destino do ICMS; a transição aqui, nós imaginamos, entre seis e 12 anos, além dos cinco. Então, a transição total é de 11 a 17 anos. É isso que nós estamos falando aqui. E o que nós estamos negociando agora com os Estados; nós não, eles estão negociando entre eles, na verdade, nós apenas trouxemos o assunto, a discussão, é sobre como operacionalizar o fim da “Guerra Fiscal”. O CONFAZ está discutindo hoje, agora, nessas próximas semanas, como fazer com relação, não só para acabar com a “Guerra Fiscal”, o que surpreendentemente é mais fácil, mas como fazer com relação aos benefícios que já foram concedidos no passado, como convalidá-los. Hoje, nossa expectativa é que eles possam chegar a um acordo. Esteve-se perto de um acordo desses, em 2005. Nós esperamos que eles possam chegar a um acordo, agora, na reunião entre eles. Se eles chegarem a um acordo, ótimo, isso é um convênio do CONFAZ. Não precisamos botar nem nada, inclusive, no desenho da Reforma Tributária. Basta ter um convênio do CONFAZ, um acordo de cavalheiros de que não haverá mais “Guerra Fiscal”. Há transição para o destino, acabou a “Guerra Fiscal” no país. Se eles não chegarem a um acordo, o Governo Federal e, obviamente, o Congresso Nacional terá

que arbitrar como é que vai ser feita a desmontagem dos benefícios que existem hoje na “Guerra Fiscal”. O ideal é que eles cheguem a um acordo. Obviamente, se eles não chegarem a um acordo, a arbitragem vai ter resistências, o que dificulta um pouco, mas, tendo em vista os grandes benefícios da proposta de Reforma Tributária, do meu ponto de vista, não inviabiliza, de forma nenhuma, o avanço da negociação. O ideal é que eles cheguem a esse acordo. Ontem mesmo tivemos, começou-se essa discussão entre os Estados, e a nossa expectativa é realista, nós não temos segurança de que isso vai acontecer, mas é que tenha alguma possibilidade que eles possam chegar a esse acordo. Podemos passar?

Bom, uma questão importante, do ponto de vista federativo, Senador, peço desculpas, eu vou passar um pouco do meu horário aqui, tá, do... É que é muito assunto. É que nós nem entramos na Política de Desenvolvimento Regional.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. BERNARD APPY: Não. O que acontece é o seguinte: Os incentivos do ICMS hoje são regimes especiais. O que acontece é o seguinte, o IVA ele não vai ter regimes especiais. Ele vai ter uma alíquota fixa. Então, o que você tem que fazer é pegar, tem que se quantificar os incentivos que já existem hoje, que aparecem na forma de regimes especiais do ICMS, de várias formas, existem vários modelos, inclusive. E, uma vez quantificados esses incentivos, tem que se definir como eles vão ser incorporados, dentro do IVA, que vai ser efetivamente na forma de uma redução de alíquota ou de um crédito do mesmo montante daquilo que já existe hoje. É uma questão técnica. Uma quantificado... Aí de novo existe mais de um formato na possibilidade de fazer isso dentro do IVA, mas não vai poder ser exatamente o mesmo formato que existe hoje. É preciso manter esses incentivos na dimensão que eles existem hoje, mas não é possível manter o formato que é dado para esses incentivos hoje. Essa é uma questão técnica. Mas, se tiver acordo, isso é fácil de resolver.

Bom, com relação... O que nós estamos colocando, um ponto importante é que, a partir do momento em que nós estamos propondo unificar PIS e COFINS, que são tributos não compartilhados, como IPI e CIDE combustíveis, que são tributos partilhados com Estados e Municípios, obviamente isso nos faz, nos leva a pensar um pouco a questão da partilha federativa, necessariamente, ela vai ter que ser tratada no bojo da Reforma Tributária. O que nós estamos propondo, trazendo para discussão é, já no primeiro ano após a aprovação da reforma, mudar a base de partilha, in-

corporando a totalidade dos tributos Federais, exceto a Contribuição Social sobre folha e, eventualmente, algum tributo que venha substituir uma parte da Contribuição Social sobre folha hoje, quero deixar isso claro, para não haver dúvidas depois. E tributos de natureza regulatória, como imposto de importação e IOF, que são tributos que não têm caráter arrecadatório e que o Governo Federal tem que ter autonomia na fixação de alíquotas, por motivos de política econômica, mas que são pouco relevantes na arrecadação.

Obviamente a nossa proposta não é aumentar o valor transferido para os Estados e municípios. É manter o valor transferido, mas incidindo sobre uma base mais ampla, uma percentagem menor sobre uma base mais ampla. Mas isso melhora a qualidade das relações federativas porque tira de discussão a discussão de que o Governo Federal só aumenta tributos não compartilhados e só desonera tributos partilhados. Se nós fizermos desoneração, ela vai pegar igual a parte Federal e a parte compartilhada, em qualquer tributo. Se nós aumentarmos os tributos, que eu acho pouco provável que aconteça, pelo menos nesse Governo, eu não vejo muita chance na situação atual, os Estados e Municípios vão receber uma parcela igual à do Governo Federal. Essa é nossa proposta, melhorar a qualidade das relações federativas, inclusive, racionalizar a própria gestão da política tributária. E, já que já está sendo feito isso, a nossa proposta é também unificar a Contribuição Social sobre o Lucro com Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. Obviamente, isso daqui leva a repensar também a questão da Seguridade Social, mas, aí, é possível também definir que a parcela que vai para a seguridade é uma percentagem disso ou repensar o modelo de seguridade como um todo, é algo que vai estar em aberto para a discussão nesse modelo. Mas dá para manter exatamente o modelo atual, apenas com uma percentagem diferente sobre outra base, sem nenhuma mudança em relação àquilo que existe hoje. Podemos passar.

Bom, basicamente a Reforma Tributária é um jogo de “ganha-ganha”, por conta, não só por conta da redução da sonegação, mas também por conta do aumento do potencial de crescimento da economia brasileira. E quero deixar isso bem claro aqui. Nós não temos como quantificar isso, mas é expressivo. O impacto da Reforma Tributária sobre o potencial de crescimento da economia brasileira é expressivo. Ele não é desprezível. É realmente algo que a gente vai poder medir sensivelmente em... Em termos de pontos percentuais do PIB. Isso aqui é o que eu já falei. E, por último, nós estamos trabalhando hoje em montar um sistema de compensações, em que nenhum Estado ou Município seja prejudicado. Está certo? Só

para colocar, algumas questões são relevantes, não necessariamente significa compensar totalmente qualquer perda de arrecadação. Só para dar um exemplo, alguns Estados desenvolvidos já colocaram na mesa que aceitam perder receitas com a migração da tributação da origem para o destino porque eles ganham com o fim da “Guerra Fiscal”. Obviamente, num caso desses, talvez, não faça sentido compensar o Estado com aumento de transferências da União. Agora, Estados, qualquer hipótese, são poucos, a grande maioria dos Estados menos desenvolvidos ganha com a migração da origem para o destino, e os poucos que podem perder, aí, existe um compromisso da União de fazer uma compensação, dentro de um modelo que está sendo discutido, nesse momento, com os Estados. Foi colocado para discussão, ontem, com os Estados. Eu não vou entrar em detalhes, exatamente porque agora nós queremos ouvir eles de retorno. Não adianta eu colocar algo na Mesa que ainda não foi... Que os interessados ainda não puderam se manifestar. Então, podemos passar.

Bom, dentro desse modelo, como eu falei, que é o foco da reunião de hoje, nós estamos propondo medidas para avançar no aperfeiçoamento da Política de Desenvolvimento Regional do país, colocando que o Governo Federal tem preocupação sim com o desenvolvimento regional, mas entende que a “Guerra Fiscal” não é o melhor instrumento para promovê-la. Essa é a nossa posição. Dentro dessa proposta, como vocês vão ver, existe, o Governo Federal está assumindo, tem um custo para o Governo Federal. A proposta, na forma como está apresentada, ela tem um custo fiscal que o Governo Federal está disposto a assumir, como parte do custo para poder viabilizar a Reforma Tributária, para poder melhorar o modelo sim, que é um objetivo, mas nós estamos vinculando essa discussão à proposta de Reforma Tributária.

Esse projeto que está sendo apresentado aqui foi construído em conjunto com o Ministério da Integração Nacional, queria deixar isso claro, isso aqui não é um protesto, é um Projeto do Ministério da Fazenda. Esse aqui foi construído em conjunto com o Ministério da Integração Nacional e nós estamos trazendo aqui para discussão, e eu entendo também que ele responde a uma preocupação do Senado Federal, que são os vetos aos projetos da SUDAM e da SUDENE. Eu vou procurar mostrar aqui que a proposta que está sendo feita, ela atende às preocupações com relação aos instrumentos da Política de Desenvolvimento Regional, que alguns deles foram objetos de veto, dentro do projeto da SUDAM e da SUDENE. Podemos passar.

Bom, pode passar esse daqui, André, que eu acho que não tem necessidade. Quais são as razões

das desigualdades regionais? Muito rapidamente, basicamente, elas se originam em algum momento histórico, começam a ter alguma diferença de renda entre as regiões, alguma diferença de grau de desenvolvimento, essas diferenças, muitas vezes, elas têm um efeito cumulativo que, na teoria econômica, se chamam de economia de aglomeração. Eu não vou entrar em detalhe aqui, porque senão ia ficar dando uma aula aqui de teoria de desenvolvimento regional, mas... Essas diferenças elas, muitas vezes, levam a um ciclo que realimenta a própria concentração regional da produção dentro de um país. E isso daqui decorre de fato de que, quando você começa a ter uma concentração, você tem ganhos de eficiência quando um setor está todo concentrado numa região, na hora em que esse setor se concentra, os produtores de insumos se localizam naquela região, se aqueles insumos servem para outro setor, isso traz mais empresas para se instalar naquela região; a proximidade de empresas, ela traz economias para as empresas, isso estimula, isso ocorre no mundo inteiro. No caso do Brasil, não. Estimula a concentração da produção e tem um efeito cumulativo que acaba, inclusive, via urbanização, na hora em que você começa a ter a concentração da produção, isso induz à urbanização; a urbanização traz melhores escolas, universidades, isso ajuda a você, naquele local, a reforçar ainda a mão-de-obra qualificada para outras atividades produtivas.

Então, existe aí um efeito cumulativo, que decorre dessas economias de aglomeração. Existe sim o fator contrarrestante. O fator contrarrestante é o aumento do salário nessas regiões, em relação às regiões menos desenvolvidas, e, portanto, é um problema para as empresas; as empresas olham para os salários e têm a possibilidade de trabalhar com os trabalhadores com salários menores, em regiões menos desenvolvidas. Existe um segundo fator, que eles chamam de problemas de congestionamento, às vezes, por exemplo, ou sei lá, uma área urbana começa a ficar muito grande, o custo da moradia naquela área começa a ficar muito grande, o custo de transporte começa a ficar disfuncional, é um fator contrarrestante. Mas, no geral, existe essa tendência à concentração. Podemos passar.

Bom, quais são os instrumentos mais usuais da Política de Desenvolvimento Regional? Primeiro, são os investimentos em infra-estrutura. Isso é importante. Investimentos em infra-estrutura são importantes para reduzir desigualdades regionais. Agora, tem um ponto que é interessante, que aparece em toda a análise teórica, que a gente as vezes não percebe. É que, muitas vezes, investimento de infra-estrutura entre regiões, inter-regional, ele acaba tendo um efeito concentrador da produção regional e não desconcentrador,

porque ele reduz o custo de transporte de mercadorias das regiões menos desenvolvidas para as mais desenvolvidas, mas também reduz o custo de transporte na direção inversa. E, muitas vezes, indústrias locais, em regiões menos desenvolvidas, elas acabam perdendo mercado para indústrias que produzem de forma mais eficiente, em regiões mais desenvolvidas, em decorrência da redução de custos de transportes. Isso é algo que se observa. Mas, no geral, toda a teoria indica que investimentos em infra-estrutura, para a produtividade geral do país, com certeza, é positivo sempre, e mesmo infra-estrutura local, com certeza, é ultra eficiente, muito importante para o desenvolvimento das regiões.

Segundo. É comum usar instrumentos de incentivos fiscais e subsídios a empresas. E, basicamente, é o que nós usamos como instrumentos de Política de Desenvolvimento Regional no Brasil, até hoje. E aí é um ponto interessante. O fato é que a experiência internacional, ela mostra que esse tipo de instrumento, obviamente dependendo da sua calibragem, ele, no geral, tem efeito limitado em induzir o deslocamento de firmas de grande porte, de regiões mais desenvolvidas para regiões menos desenvolvidas, que estão distantes.

Esse tipo de instrumento, ele é mais eficiente em induzir o deslocamento de empresas entre regiões com características semelhantes, ou seja, induzir o deslocamento de empresas de regiões metropolitanas para regiões próximas daquelas regiões metropolitanas ou Estados próximos àqueles onde está o desenvolvimento das regiões metropolitanas, mas não aqueles mais distantes. Ou, então, induzir ao deslocamento de empresas que se instalariam de qualquer forma, numa região menos desenvolvida de um Estado, para outro. E isso tem muito a ver, na verdade, com a “Guerra Fiscal”.

Então, efetivamente o que o se mostra, e é essa que existe, a análise... Toda a literatura internacional mostra que o uso de instrumentos de incentivo fiscal e mesmo de subsídios, ele tem efeito sim, obviamente, dependendo do grau que ele for calibrado, ele, certamente, induz a um deslocamento de empresas. Mas, no geral, ele tem mais efeito em induzir o deslocamento entre regiões próximas ou com características semelhantes de desenvolvimento do que entre regiões mais desenvolvidas e regiões menos desenvolvidas, que estão distantes daquelas regiões mais desenvolvidas. Esse é um ponto importante para a gente repensar um pouco todo o nosso instrumento que a gente tem. E, obviamente, depende da dimensão e do tipo de incentivo. Sempre tem um incentivo que, se eu dimensioná-lo em um montante muito alto, ele vai induzir sim

decisões de investimento. O grande problema é que, em boa parte dos casos, se eu tirar aquele incentivo, eu simplesmente não vou ter o efeito cumulativo positivo, simplesmente eu vou acabar com aquele... Vou ter uma industrialização temporária numa região e depois desmontar essa industrialização.

Então, a grande questão é como construir uma Política de Desenvolvimento Regional que não apenas sirva para atrair empresas, mas que sirva para aumentar a produtividade das regiões e fazer isso de forma sustentável, ao longo do tempo. Esse é o grande desafio da Política de Desenvolvimento Regional. E uma questão específica aqui, que eu vou retomar depois, é que dar um exemplo. Exemplo: Os incentivos tributários Federais hoje estão no âmbito do Imposto de Renda. Mas, incentivo do Imposto de Renda, ele só funciona para quem tem lucro e, às vezes, o problema das empresas é chegar ao ponto em que a margem de rentabilidade delas permita ter lucro e não desonerar o lucro. Então, desse ponto de vista, por exemplo, é verdade sim. Talvez, incentivos em tributos indiretos, talvez, sejam mais eficientes, mesmo quando com a mesma calibragem do que incentivos em tributos diretos.

E, obviamente, investimentos em educação, em programas de transferência de renda, em qualificação profissional, tudo isso tem efeito muito positivo sobre o desenvolvimento regional. E educação aqui em fundamental. Existem estudos que mostram que a educação, a diferença da educação responde por metade da diferença de renda entre a região Nordeste e a região Sudeste do Brasil--

[soa a campainha].

Bom, Senadora, eu vou ter que me aprofundar. Eu peço desculpas porque eu vou ter... Podemos passar, então. Bom, o que que... Para propor aperfeiçoamento da nossa Política de Desenvolvimento Regional, a gente olhou o que está sendo feito no mundo? O que está sendo feito no mundo, que são as tendências recentes da Política de Desenvolvimento Regional, nos países mais desenvolvidos, primeiro, eles estão deslocando um pouco o foco apenas de macroregiões para regiões menores. Porque, muitas vezes, você tem diferenças interregionais, não apenas entre regiões. Dentro da mesma região, intra-regionais, na verdade. Você tem diferenças importantes. Então, no caso do Brasil, por exemplo, mesmo dentro das regiões menos desenvolvidas, têm áreas mais e menos desenvolvidas. E, mesmo nas regiões mais desenvolvidas, você tem alguns casos de regiões menores, que têm problemas de desenvolvimento.

E aqui, olha-se não apenas, a tendência mundial tem sido olhar não apenas para o nível de renda, mas para a trajetória de renda. Às vezes, regiões que estão

dentro de áreas mais desenvolvidas, mas que estão numa trajetória declinante de renda, são foco de preocupação da Política de Desenvolvimento Regional no mundo inteiro. Segundo. O objetivo da Política de Desenvolvimento Regional nesses países tem tido como foco aumento da produtividade local. Ou seja, identificar vocações e vantagens comparativas que existem naquelas regiões, áreas nas quais as regiões já tenham potencial maior de desenvolvimento e procurar explorar essas... Identificar esses potenciais, e criar condições para que eles possam ser desenvolvidos através de infra-estrutura, através de ações de qualificação, através de ações de assistência técnica, através, inclusive, de educação. E, aí, vale-tudo. São potenciais turísticos, potenciais econômicos, proximidade da produção de alguma matéria-prima que pode ser aproveitada para a produção de um bem naquela região.

A grande tendência no... Na Política de Desenvolvimento Regional, nos países mais desenvolvidos, principalmente, tem sido focar nessa identificação de vocações e vantagens comparativas locais. E também explorar o que eles chamam de estratégias baseadas em conhecimento, procurando identificar localidades que têm potencialidades para desenvolvimento de *clusters* produtivos, que já existem algumas regiões do Brasil, mas existem muitos *clusters* potenciais que ainda não são explorados no Brasil, através da instalação de centros de pesquisas, universidades. E a política de educação do Governo já está indo nessa direção, construindo centros tecnológicos de ensino técnico e universitário em regiões menos desenvolvidas. E, obviamente, essa questão aqui tem muito a ver com foco. Não adianta tentar construir um grande centro técnico de ultra qualificação, enorme, em regiões muito pouco desenvolvidas, aonde não têm aglomerações urbanas, que isso geralmente não dá efeitos positivos de aglomeração. Mas, em regiões menos desenvolvidas, onde já têm algumas regiões urbanas um pouco mais desenvolvidas, isso costuma funcionar melhor. Podemos passar.

Uma outra... Outro ponto que aparece muito na literatura das tendências recentes da Política de Desenvolvimento Regional é a melhor necessidade de avançar na governança e na coordenação da Política de Desenvolvimento Regional e principalmente buscar a descentralização da execução da política. Isso é uma tendência geral nas experiências bem sucedidas de Política de Desenvolvimento Regional. E aqui, do ponto de vista de coordenação, nós estamos falando tanto de relações verticais, ou seja, entre o Governo Federal, Estaduais e Municipais, como também das relações entre horizontais, seja entre os vários setores do Governo Federal, os vários Ministérios, seja

entre localidades, por exemplo, procurando explorar a possibilidade de formação de consórcios Municipais em regiões em que os Municípios têm características semelhantes.

Também maior exploração entre o setor público e privado, usando, sempre que possível, envolvendo as empresas locais e o Governo Federal ajudando os Governos locais que têm menos capacidade técnica a poder utilizar instrumentos como PPPs na sua Política de Desenvolvimento Regional e, principalmente, a recomendação que aparece sempre na literatura é que, desde o início de um projeto voltado por desenvolvimento regional, colocar, definir quais são as metas a serem atingidas e qual vai ser o critério de monitoramento e não fazê-lo de forma não definir posteriormente. Podemos passar.

Bom, fiz aqui apenas um gráfico para mostrar... Eu não sei se precisa aqui, qual é a situação hoje. Isso aqui é um gráfico que vem com PIB *per capita*, de 1939 até 2004, e ele mostra nas várias regiões. E aqui 100 é a média do Brasil e aqui são, os Estados acima de 100, são as regiões que têm um PIB *per capita* superior à média nacional e abaixo de 100 aqueles que têm menos. Aqui, a gente vê o Sudeste, que tem alguma redução, alguma convergência; ele já teve um PIB *per capita* mais alto em relação à média nacional; o Sul que, principalmente ao longo da década de 70 e 80, aproximou bastante do Sudeste; o Centro-Oeste que, principalmente a partir dos anos 70, e aqui tem muito a ver com o desenvolvimento da agricultura no Centro-Oeste, também já vem se aproximando bastante do grau de desenvolvimento das regiões mais desenvolvidas do país, ainda está abaixo do Sul e do Sudeste, mas, hoje já está acima da média nacional; o Norte que tem um momento de aumento grande, de aproximação da média nacional e aqui provavelmente tem a ver com a instalação da Zona Franca de Manaus, mas, de lá para cá, está estável e o Nordeste que, efetivamente, se nós formos comparar hoje, está hoje numa situação muito próxima, em termos de renda *per capita* proporcional à renda do país em relação aquilo que estava há 60 anos atrás. E, portanto, aqui e esse é um ponto importante, esse gráfico nos leva a ter algum questionamento sobre a eficiência. Algum não. Isso é feito hoje. Então, a literatura coloca um pouco em dúvida a eficiência do desenho de políticas de desenvolvimento regional que nós tivemos no Brasil, ao longo dos últimos 40 anos, porque a Política de Desenvolvimento Regional, de fato, no Brasil começa com a criação da SUDAM e da SUDENE, mas, mesmo de lá para cá, os resultados foram bastante restritos e aqueles onde ele é mais forte, ele ocorreu, no caso do Centro-Oeste, muito por conta da agricultura; no

caso do Norte, muito por causa da Zona Franca de Manaus, mas, aí, de novo com um problema que eu acho importante a gente colocar, importantíssimo, é que o que se mostra no Brasil é que estratégia de Política de Desenvolvimento Regional voltadas para atração de grandes empresas, muitas vezes, ela tem um efeito de aumentar o PIB local, mas não tem o efeito igual no aumento da renda local, ou seja, aumenta a produção naquela localidade, mas não aumenta, na mesma proporção, a renda naquela localidade. E todas as estratégias que foram focadas apenas na atração de grandes empresas, elas têm essa característica. Você aumenta a produção, mas uma boa parte da renda gerada para essa produção é apropriada em outras regiões e não na região onde está sendo feita a produção. Isso aparece de forma muito clara, aliás, no caso da Zona Franca de Manaus. Podemos passar.

Aliás, eu vou deixar aqui, nós não estamos aqui discutindo Zona Franca de Manaus, tá. Zona Franca de Manaus é um assunto que não estamos tratando nesse momento. Ela já tem lá um prazo de vigência. Eu acho que tem que ser... Ela vai ser incorporada, dentro da proposta de Reforma Tributária, a Zona Franca de Manaus vai continuar tendo um tratamento diferenciado. Isso faz parte do modelo que está sendo construído. Essa é uma discussão que tem que ser feita com um horizonte mais longo e que terá que ser enfrentado. Bom, quais são os instrumentos que nós temos hoje na Política de Desenvolvimento Regional? Podemos passar.

Hoje, basicamente, nós temos basicamente dois tipos de instrumentos na Política de Desenvolvimento Regional. Quais são esses dois tipos de instrumentos? São mecanismos de financiamento, em condições mais favorecidas, para as empresas das regiões menos desenvolvidas. Basicamente, os fundos constitucionais do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste que, em 2006 receberam quatro bilhões e 600 milhões de reais de recursos do orçamento da União; os créditos deles foram mais altos, foram da ordem de sete bilhões e pouco de reais porque têm o retorno dos próprios financiamentos, mas receberam do orçamento quatro bilhões e 600 reais; temos fundos de desenvolvimento do Norte, do Nordeste e da Amazônia, que receberam, foi empenhado, em 2006, eles foram criados em 2001, não houve nenhuma utilização em 2005, a partir de 2006, começaram a ser utilizados, empenharam um bilhão e 700 milhões de reais e temos incentivos fiscais que hoje são chamados de gastos tributários, eu não sei por que essas coisas mudam. O nome certo, então, de incentivo fiscal hoje é gasto tributário. E temos incentivos fiscais, seja o FINOR e FINAN, que estão em extinção e outros incentivos tri-

butários, excluindo aqui Zona Franca de Manaus, quer dizer, apenas os de Imposto de Renda, aqui sim, os de Imposto de Renda, pegando a Zona Franca de Manaus, mas aqueles específicos de IPI.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. BERNARD APPY: Não. Eles... Eles são sim, quer dizer, a partir do momento em que você compra as debêntures da empresa, a compra de uma debênture é um financiamento. A compra de uma debênture é um financiamento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas isso foi utilizado ao longo desses cinco anos.

SR. BERNARD APPY: Não, não, não. Isso foi empenhado em 2006. A totalidade dos recursos orçamentários alocados para FDA e FDNE, em 2006, foram empenhados, eles não foram desembolsados, eles estão sendo desembolsados agora, porque não tem empenho e o desembolso, mas o desembolso está ocorrendo. Os projetos foram contratados. Os projetos foram contratados já, dentro do... As contratações foram feitas. O empenho foi feito. Esse recurso vai ser executado. A partir de 2006, o FDA e FDNE estão sendo executados integralmente dentro da previsão orçamentária. Esse é uma coisa que eu queria deixar claro. Mudou. Até 2005, realmente não foram, mas, a partir de 2006, eles estão sendo executados.

Bom, esses instrumentos, eles têm impactos fiscais diferenciados, impactos no resultado primário diferenciado. Os instrumentos de financiamento, eles têm um impacto parcial, que decorre da subvenção implícita nos juros mais baixos que são concedidos, decorre da taxa de administração, que é cobrada pelos bancos e decorre do nível de inadimplência, porque uma parte da inadimplência é absorvido pelos fundos constitucionais, nesses casos. Então, para dar um exemplo do FNE, dos Fundos Constitucionais, o FDA e FNDE não tiveram impacto fiscal no ano passado porque eles só foram empenhados e estão começando a ter impacto fiscal agora. Mas, nos fundos constitucionais, o impacto fiscal, no ano passado, foi de pouco mais de dois bilhões de reais, embora o aporte de recursos tenha sido de quatro bilhões e 600 milhões de reais. Os gastos tributários, eles são... O impacto fiscal é total e imediato. Eles afetam o resultado primário--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Gastos tributários é isenção--

SR. BERNARD APPY: É incentivo fiscal. É isenção de Imposto de Renda. É um nome moderno de incentivo fiscal. Eu também não sei por que mudam essas coisas, mas eles mudam. Então, as palavras vão mudando ao longo do tempo. A concepção é exata-

mente a mesma do incentivo fiscal que a gente falava antigamente.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): É importante sempre ressaltar se chama gastos tributários agora o conceito envolvendo todos os incentivos fiscais, o relativo ao Nordeste é o menor do Brasil. Os gastos tributários da região Sudeste, região Sul, região...

SR. BERNARD APPY: Ah, sim. Nós estamos colocando aqui apenas aqueles relacionados à Política de Desenvolvimento Regional. Não estamos colocando a totalidade dos gastos tributários.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Porque os gastos tributários, quando são do Nordeste são desenvolvimento regional, quando não são, é nacional. É esse o conceito Nordeste?

SR. BERNARD APPY: Eu não estou discutindo aqui o conjunto, eu não estou fazendo aqui uma avaliação. Não é esse o objetivo aqui.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu quero é entender.

DR. BERNARDO APPY: Eu estou procurando, Senador, dimensionar os instrumentos que nós temos hoje.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas não é correto essa, essa, essa, essa... Essa visão...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Terminologia.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Terminologia de chamar de gasto tributário regional, quando é no Nordeste e quando não é no Nordeste, nacional. Só isso que eu queria...

DR. BERNARDO APPY: Ah, não. Podemos olhar o conjunto dos gastos tributários regionalizados. Eu acho que isso é uma coisa válida e importante de ser feita, Senador. Eu não estou querendo questionar isso não. O que eu estou dizendo é que aquilo que formalmente aparece como... Que faz parte da política formal, da Política de Desenvolvimento Regional, são esses... São esses aqui da Zona Franca de Manaus, aqueles específicos à Zona Franca de Manaus, são aqueles que estão aqui colocados. Podemos passar.

Bom, aqui é uma rápida explicação. Não sei se precisamos entrar aqui no que são os fundos constitucionais, acho que precisamos detalhar aqui ou não, Senadora? Bom, rapidamente. Eles têm recursos de 3% do Imposto de Renda e IPI; destinação ao financiamento do setor produtivo; 60% para o Nordeste; 20% para o Norte; 20% Centro-Oeste; metade do Nordeste, para o semi-árido. As taxas de juros são diferenciadas em função do setor e porte do tomador de recursos; a maior parte dos recursos hoje está indo para agricultura, nos três fundos, nas três regiões, a maior parte

dos fundos Constitucionais hoje está indo para agricultura; eles prevêm tratamento diferenciado para os pequenos produtores e micro e pequenas empresas e os agentes operadores são o Banco do Nordeste do Brasil, no caso do Nordeste, o BASA no caso do Norte e o Banco do Brasil, no caso das operações do fundo constitucional do Centro-Oeste. Podemos passar.

No caso do FNDE e o FDA, eles são instrumentos basicamente de financiamento para grandes empresas. Eles foram criados, em 2001, como uma substituição à extinção do FINAN e da FINOR, trocando a fonte tributária pela fonte orçamentária. Eles foram, eram e são regidos ADENE e vão passar a ser geridos pela SUDENE e pela SUDAM, que foram recriadas. Os beneficiários do FNDE e FDA, eles emitem debêntures, que são corrigidos pela TJLP e durante a fase de investimentos, até 0,15% ao ano. Depois do início da operação, até 3% ao ano, e isso pode ser menor, essa taxa tem sido, aliás, na maior parte dos projetos. E, na verdade, depois da maturidade dos projetos, as agências e na [inaudível], a SUDENE e a SUDAM, podem converter até 15% das debêntures nos projetos em geral, em ações, e até 50% nos casos de projetos de infra-estrutura. Muito rapidamente, esse é... É um instrumento também de financiamento de empresas de maior porte, enquanto que os fundos constitucionais são empresas de menor porte. Podemos passar.

Bom, e com relação aos incentivos fiscais, o que nós temos hoje? Nós temos quatro categorias principais, tem algumas outras, mas as principais estão aqui, de incentivos fiscais: Uma delas são incentivos fiscais para ampliação e modernização e diversificação de empresas, que hoje, para novos projetos, corresponde à redução de 75% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica; esse incentivo vale até 2013, ou seja, concessão se aplica até 2013 e, a partir do momento da concessão, as empresas podem se beneficiar dessa redução por um prazo de 10 anos, para setores da economia prioritários para o desenvolvimento regional. Aqui exigem... Tem requerimentos de um aumento mínimo da capacidade produtiva da empresa que estão vinculado a esses investimentos. Existe um mecanismo que se chama depois para investimento em que, do imposto a pagar, a empresa pega 30% e faz um depósito no banco regional, aplica mais 50% desse valor de recursos próprios e pode ir sacando esses recursos para financiar os seus investimentos. Existe uma possibilidade de redução de 25%, até 2008, de 12,5% até 2013, do Imposto de Renda de empresas em funcionamento nas regiões da SUDAM e da SUDENE. Basicamente, é um instrumento que tem pouco menos exigências do que o primeiro para receber essa concessão desse benefício, a exigência é um pouco

menor do que da primeira. Eles são não cumulativos. Quem opta pelo primeiro incentivo não pode optar por esse daqui e, em qualquer um dos dois casos, quem opta por esses daqui, naquilo que sobra de imposto a pagar, pode utilizar esse depósito para investimento. Esse daqui é cumulativo com os outros dois, esses dois são não cumulativos.

E finalmente temos o FINAN e o FINOR que, na verdade, é basicamente a empresa pegar uma parte do Imposto de Renda que ela tem a pagar e aplicar em projetos de investimento nas regiões, que está em extinção e hoje está sendo apenas aplicado para projetos que foram apresentados pelas empresas até 2001. Ele não tem mais nova apresentação de projetos no FINOR e no FINAN. Podemos passar.

Bom, aqui com dados de 2005, que é o que nós temos aberto na primeira tabela, eu mostrei os dados de 2006, que são um pouco mais altos para o conjunto deles, mas, aberto, só tinha para 2005, nós vemos que o principal foco desses instrumentos é aquela redução, que hoje é de 75% do Imposto de Renda que, no passado, já foi de 100%, em alguns momentos, 50% também. Mas, que hoje é de 75% para instalação e ampliação de empresas no Nordeste. Esse daqui dá dois bilhões e 900 milhões de reais, de um total de três bilhões e 400. Os outros são menos relevantes, o FINAN e o FINOR são um pouco mais relevantes, chegando a 330 milhões de reais. Podemos passar?

Bom, isso daqui é a parte de diagnóstico. O que nós estamos propondo, então, trazendo para a discussão, como forma de aprimoramento da política de envolvimento regional que existe hoje no Brasil? Podemos passar? Primeiro, nós já estamos avançando, com apoio do Congresso, queria deixar claro, no aprimoramento da Política de Desenvolvimento Regional do Brasil. Como? Primeiro, a recriação da SUDAM e da SUDENE, ela tem como um dos objetivos suprir algumas falhas importantes no nosso modelo atual de Política de Desenvolvimento Regional. Quais falhas? A primeira, ela prevê, elas são órgãos que têm como um dos objetivos estimular a coordenação das ações Federais e das ações entre níveis de Governo, avançando naquela questão que eu falei, que é uma tendência mundial, de ter mais coordenação na ação da Política de Desenvolvimento Regional; está previsto dentro da lei da SUDAM e da SUDENE.

Segundo. Ela estabelece um conselho deliberativo que é composto por Ministros, Governadores, alguns representantes de Prefeituras, representantes da Sociedade Civil, além do Superintendente da Agência do Desenvolvimento e do Presidente do banco regional e esse conselho vai trazer, portanto, a visão das localidades, a visão das regiões para a formulação da

Política de Desenvolvimento Regional. E terceiro. Ela tem uma preocupação grande, projeto como estruturação de mecanismos adequados, seleção de projetos e monitoramento e avaliação desses projetos. Ainda de forma genérica, dentro das leis que foram aprovadas, mas isso daqui tem sido uma preocupação nossa dentro, eu vou procurar explicitar isso agora, dentro da proposta que está sendo proposta agora.

Segundo. No início desse ano, o Ministério da Integração regulamentou, fez uma... Publicou um Decreto, regulamentando a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, que também representa avanços. O primeiro é a ampliação do foco da Política de Desenvolvimento Regional, apenas de macroregiões, para considerar também mesoregiões; regiões menores, tanto dentro das regiões menos desenvolvidas como, inclusive, algumas dentro de áreas mais desenvolvidas, caminhando na tendência internacional que tem sido ter um foco em regiões menores. Isso não significa que toda a Política de Desenvolvimento Regional vai ser feita em mesoregiões prioritárias. Não é isso. Mas identifica que existe, além do conjunto das regiões e dos problemas macroregionais, existe alguma preocupação com questões intraregionais. E segundo, também, tem uma preocupação grande com a coordenação de políticas setoriais, através da Câmara de Política de Desenvolvimento Regional.

E, finalmente, introduzir isso agora, Senador e Senadora, a própria regulamentação da zona de processamento de importação, que está sendo finalizada agora, certamente vai ter um impacto positivo também para a Política de Desenvolvimento Regional. Podemos passar.

Bom, o que que nós estamos propondo, então? Eu acho que a recriação da SUDAM e da SUDENE, a regulamentação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional são importantes como instrumento de aperfeiçoamento na Política de Desenvolvimento Regional. Mas ainda faltam alguns pontos que precisam ser avançados. E é isso exatamente que nós estamos procurando construir agora. Que pontos? O primeiro, aperfeiçoar os instrumentos, os próprios instrumentos que são utilizados na Política de Desenvolvimento Regional. Um deles, que eu vou explicar a seguir, através da criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, deslocando o foco dos usos dos recursos Federais, orçamentários Federais, apenas de operações de financiamento para também operações de investimentos estruturantes, gastos públicos, despesas públicas em atividades estruturantes. E aqui não são apenas investimentos em infra-estrutura. São investimentos em infra-estrutura, são investimentos em qualificação de mão-de-obra, investimentos em... São... Tudo, por

exemplo, se for necessário, por exemplo, investimentos em saneamento numa área que tem grande potencial turístico, está implícito aqui dentro, dentro do uso desses recursos. São recursos para uso em projetos e programas de despesas públicas. E, obviamente, manter, sim, a dimensão de financiamento ao setor produtivo e repensar um pouco os instrumentos de incentivos fiscais que nós temos hoje, gastos tributários. E, a partir daquilo que já foi aberto pela recriação da SUDENE e da SUDAM e pela proposta de Política Nacional de Desenvolvimento Regional, repensar um pouco mais a forma de execução e os objetivos da Política de Desenvolvimento Regional. Isso que está sendo apresentado aqui é um projeto, é uma proposta que reflete um pouco a visão conjunta do Ministério da Integração e do Ministério da Fazenda. Podemos passar.

Bom, com relação a instrumento... Pode passar. O que o que nós entendemos? Tem... A figura ajuda a entender melhor. Mas o que que nós estamos pensando como a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional? A proposta do Fundo de Desenvolvimento Regional é criar um instrumento para aumentar a flexibilidade na utilização da Política de Desenvolvimento Regional. Aumentar a flexibilidade como? Permitindo aplicação de parte de recursos de investimentos estruturantes, despesas públicas; ampliar... A proposta pressupõe uma ampliação do montante recursos destinados hoje à Política de Desenvolvimento Regional e essa proposta, ela prevê uma flexibilidade da atuação desses instrumentos. Dentro dessa proposta, os órgãos regionais, SUDENE e SUDAM e a SUDECO, que provavelmente deverá ser recriada, definiriam a alocação dos recursos entre os vários instrumentos disponíveis para políticas do desenvolvimento regional, seja em investimentos estruturantes, seja em financiamento ao setor produtivo.

Segundo. A idéia é fazer isso de uma forma com uma transição ao longo do tempo, que não está definida ainda agora, mas em que a possibilidade de aplicar recursos em despesas públicas, investimentos estruturantes seria crescente ao longo do tempo, mantendo-se, ao final de todo o processo, um patamar mínimo, provavelmente de uns 40% do total de recursos, que seria mantido para aplicação em financiamentos, como é hoje. Uma coisa que é importante para discussão política, não tenho dúvida nenhuma, é de que há uma garantia dentro dessa proposta de que, no mínimo, cada uma das regiões vai continuar mantendo, tendo acesso ao montante de recursos que elas têm hoje. A proposta é ampliar o volume total de recursos e dar uma garantia de que cada uma das regiões vai, no mínimo, manter o montante de recursos que elas têm hoje, através dos fundos constitucionais

do FDA e do FNDE, para aplicação na Política de Desenvolvimento Regional. Esse é um ponto importante do ponto de vista político. É um ponto que o Ministério da Integração, inclusive, fez questão de colocar isso como ponto central.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

DR. BERNARDO APPY: Eu vou explicar aqui agora. Pode passar, por favor. A proposta é basicamente essa. É alocar recursos vinculados e aqui, com dor no coração, eu vou dizer que a proposta é ampliar o montante de recursos vinculados para Política de Desenvolvimento Regional, ou seja, é mais do que hoje é alocado através dos fundos constitucionais e do FDA e FNDE, na forma de recursos vinculados, e aqui, então, já responde uma das preocupações que tem dos vetos da SUDAM e da SUDENE, que é a preocupação em manter o FDA e FNDE por um prazo mais longo do que 2013. A idéia é incorporar isso dentro do conjunto de recursos voltado para Política de Desenvolvimento Regional por um horizonte mais largo e incorporando isso, na forma de vinculação de recursos. Está certo? Dói-me um pouco na... Sabe que o Ministério da Fazenda não gosta muito de vinculação de recursos. Vocês sabem disso. Eu prefiro, acho que bons projetos geram boas despesas e não-vinculação. Mas sabemos que politicamente isso é necessário, então, estamos trazendo aqui dentro da discussão, um aumento no montante de recursos vinculados, o montante não está definido. O montante será definido pelas esferas políticas competentes, não é a minha função aqui trazer hoje, é trazer o desenho geral do que está sendo proposto. Esses recursos vinculados e também recursos não-vinculados seriam transferidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, que alocaria esses recursos entre as várias regiões, garantindo-se que pelo menos aquilo que já é alocado hoje, através dos fundos constitucionais do FNDE e do FDA, seria mantido para cada uma das regiões.

Então, o Nordeste receberia uma parte dos recursos e a SUDENE, o Conselho deliberativo da SUDENE, definiria quanto desses recursos seria alocado para financiamento do setor produtivo, quanto no formato dos fundos constitucionais, quanto no formato do FNDE. E definiria quanto seria alocado para utilização ao fundo perdido, como investimentos estruturantes.

Então, a mesma coisa se aplica à SUDAM, à SUDECO, onde não existe um instrumento semelhante aos Fundos de Desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia, e, para as demais regiões, como hoje eu falei, e também existem algumas regiões menos desenvolvidas, o Ministério da Integração poderia definir como seria feita a aplicação de recursos em investimentos

estruturantes. Isso aqui é grosso modo. O que tem de vantagem em relação ao modelo atual?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

DR. BERNARDO APPY: Mesoregiões. Localizá-los. Certamente regiões mais desenvolvidas estão fora...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

DR. BERNARDO APPY: Fundo perdido. Investimento estruturante é fundo perdido.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

DR. BERNARDO APPY: Todo. Todo fundo perdido. Essa é... Quais são as grandes mudanças? A grande mudança é ampliação do volume total de recursos e montante a ser definido pelas esferas competentes, e a possibilidade, o aumento da flexibilidade na alocação dos recursos e, principalmente, a possibilidade de utilização de uma parte desses recursos a fundo perdido. O Ministro Geddel não gosta muito que a gente fale em fundo perdido, então, nós estamos falando de investimentos estruturantes. Mas é efetivamente isso. São gastos, gastos públicos em atividades que são estruturantes para as regiões. Podemos passar.

Bom, quais são as vantagens... Aí não, volta por favor. Quais são as vantagens nessa proposta? O primeiro é maior flexibilidade. Você identifica, nas regiões, se elas estão precisando mais de financiamento ou mais de despesas a fundo perdido, investimentos estruturantes e aloca naquilo que é necessário, mantendo o mínimo em financiamento, para não desmontar completamente o modelo que nós temos hoje porque ele já está funcionando. Segundo. A vantagem do acesso dos recursos para investimentos estruturantes é a possibilidade de realização de projetos que hoje não são possíveis com modelo que nós temos basicamente focado em financiamentos. Investimentos em infra-estrutura, e aqui eu quero dizer que infra-estrutura local, a grande infra-estrutura nacional, eu acho que essa é objeto de outras atividades, mas, muitas vezes, têm grandes projetos importantes em infra-estrutura local que não são feitos por falta de recursos. Infra-estrutura local, qualificação de mão-de-obra, assistência técnica, apoio gerencial, desenvolvimento de instrumentos de pesquisa e outros que sejam considerados relevantes, ou seja, de fato, a possibilidade de utilizar esses recursos para aquilo que não é possível fazer hoje com o que existe.

Segundo. É essa a utilização, a possibilidade de ter recursos para utilizar em investimentos estruturantes ajudam a mobilizar mais recursos. Dinheiro atrai dinheiro. Essa é que é a realidade. Ele ajuda a mobi-

lizar recursos de outros Ministérios, então, por exemplo, eu quero operar em qualificação de mão-de-obra numa determinada região que tem um potencial grande de crescimento de explorar vocações locais. Eu boto recursos da União e posso pegar recursos de outros Ministérios e falar: “Você complementa aquilo que eu estou colocando”. Isso atrai recursos de outros Ministérios. Segundo: Atrai recursos Estaduais e Municipais também para esses projetos. E terceiro: Esse é um ponto importante, Senador, na verdade, nós estamos abrindo a possibilidade de utilizar recursos a fundo perdido e, inclusive, para equalização de taxa de juros, cujo efeito é potencializar a capacidade de financiamento em condições favorecidas, que já existem hoje, na política atual.

Senador, uma das possibilidades é utilizar uma parte dos recursos a fundo perdido para equalização de taxas de juros, inclusive. Isso, inclusive, aumenta a potencialidade daquilo que existe hoje. Principalmente com a redução de taxas de juros de mercado e as taxas de juros, que se operam, mais favorecidas, que é uma consequência da estabilização macroeconômica, esses instrumentos que nós temos hoje, inclusive, vão perder eficiência, na verdade. Mas eles podem ser usados inclusive para isso. Podemos passar.

Bom, nós queremos também, e aqui eu quero dizer, o Ministro Mantega pediu para trazer essa posição. Ele ia apresentar na última reunião com o Presidente Renan, não foi... O tema não entrou em discussão. Existe um compromisso do Governo Federal de manter, inclusive, após 2013, os... Pelo menos, pelo menos não, os atuais patamares de incentivos fiscais, de gastos tributários Federais. O que nós estamos querendo trazer para a discussão, já botei isso ontem na discussão com os Estados, estou trazendo para discussão com o Congresso, é eventualmente rever a forma como são utilizados esses incentivos, esses gastos tributários, esses incentivos fiscais. Esse é um ponto importante. Eu acho que nós, o nosso modelo atual de incentivos fiscais, ele não é o mais adequado para o desenvolvimento regional. Quero deixar isso bem claro. Nós fizemos um *brainstorm* grande no Ministério da Fazenda, não chegamos a nenhuma conclusão, temos várias alternativas de estudos, não chegamos a nenhuma delas, que nós achamos que é a melhor, por isso não trouxemos o desenho pronto aqui. Mas nós entendemos que é possível melhorar e melhorar bastante o uso do instrumento de incentivos fiscais, mantendo o nível que é utilizado hoje. Você sabe que nós não gostamos muito de gastar dinheiro no Ministério da Fazenda, mantendo o nível atual, após 2013, inclusive, isso responde também a uma preocupação que ocorre dentro do bojo da discussão dos vetos da SUDAM e da

SUDENE. O Ministro Mantega pediu para trazer aqui essa posição dele. Ele aceita discutir a manutenção dos incentivos após 2013, mas nós queremos discutir que incentivos. É isso que nós estamos trazendo para a discussão. Botamos essa discussão, inclusive, com os Estados. Eu acho que temos que ouvir todos aqui para encontrar o melhor desenho possível.

Portanto, esse modelo que nós estamos propondo, tanto do ponto de vista dos incentivos fiscais quanto do ponto de vista dos... Da preocupação com a FDA, FNDE, ele atende às preocupações com os vetos do projeto da SUDAM e da SUDENE, porque ele incorpora, inclusive, com vinculação de Receita, a manutenção dos recursos que são aportados hoje, no mínimo, a manutenção dos recursos que são aportados hoje para FDA e FNDE e, portanto, responde à preocupação com aquele veto que garantia o aporte de recurso, ele passa a ser incorporado como aporte de receita. Não há contingenciamento nesse modelo, quero deixar bem claro, dentro daquele modelo do Fundo Nacional do Desenvolvimento Regional. Eles entram como uma fonte de recursos, mas com uma garantia, via vinculação de receita, de que eles serão aplicados e não serão contingenciados.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

DR. BERNARDO APPY: O que nós estamos propondo--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

DR. BERNARDO APPY: O que nós estamos falando é ampliar o montante de recursos vinculados. Nós estamos falando o seguinte: 3% do IRPI incorpora como uma percentagem do IRPI. Num primeiro momento, como eu falei na proposta de Reforma Tributária, vai ser tudo sob uma base mais ampla, mas nesse montante, a partir, inclusive aquilo que é aportado por FDA, FNDE hoje, e mais um pouquinho que vai ser definido politicamente. Está certo? E obviamente o Ministério da Fazenda fala mais um pouquinho, o Ministério da Integração fala mais um montão, mas isso faz parte da discussão política que nós estamos fazendo nesse momento. O desenho geral do sistema tem uma concordância de todos os... Os Ministérios.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senhor Secretário, eu tenho uma informação, lá no Nordeste, das dificuldades para liberação de recursos de financiamento, através das agências financeiras, como Banco do Nordeste, Banco do Brasil. E imagine a dificuldade que nós vamos ter para liberar recursos a fundo perdido.

DR. BERNARDO APPY: Deixa-me colocar. É ao contrário. Ao contrário do que ocorre, a liberação de re-

cursos a fundo perdido, principalmente como eles são não contingenciáveis, a nossa proposta, ela passa a ser mais simples, muito mais simples, que ela não tem, ela não tem, ela não tem as exigências para Estados e Municípios. Isso que eu vou explicar em seguida. Os Estados e os Municípios têm um papel fundamental aqui. Ao contrário, nós queremos, com recurso a fundo perdido, não existem mais esses problemas que existem hoje de dificuldades de Estados e os Municípios terem acesso a recursos de financiamento, que existem mesmo, que têm a ver com o endividamento dos Estados e Municípios. Na hora em que nós os colocamos, a fundo perdido--

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Estou falando com relação às empresas, ao setor privado, à liberação de recursos é... É uma verdadeira *via crucis*.

DR. BERNARDO APPY: Esse é um ponto que pode ser aperfeiçoado--

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): E o empresário tem que atravessar.

DR. BERNARDO APPY: Está certo. Acho que o modelo pressupõe melhorar, inclusive, a qualidade do funcionamento dos fundos constitucionais, este é um ponto que está dentro. Não é o que eu aprofundei aqui, mas a idéia é aperfeiçoar tudo. Mas, para os Estados e Municípios, com certeza, algum modelo facilita muito o acesso a recurso. Podemos passar. Bom, pode passar.

Então, a partir da recriação da SUDENE e da SUDAM e da definição da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, o que nós estamos pensando, em termos de aprimoramento dos objetivos da Política de Desenvolvimento Regional? Primeiro, focar a política muito mais no aumento da produtividade, da competitividade local, explorando, indo na tendência nacional, explorando as vocações locais e os potenciais competitivos locais. Esse tipo de política é muito melhor do que a política de industrialização a qualquer custo. Identifica aonde aquela região é melhor, e aí a industrialização é fundamental, porque quem está lá perto consegue saber disso e procura explorar e utiliza recursos, faz recursos, faz investimentos a fundo perdido para poder viabilizar isso.

Segundo. Focar não apenas na redução das desigualdades inter-regiões, mas também intra-regiões, tanto regiões menos como mais desenvolvidas. Quatro. Utilizar recursos para infra-estrutura, desenvolvimento de infra-estrutura local, aumentar a eficiência das políticas públicas, educação, qualificação de mão-de-obra, inclusive, aportando mais recursos, quando for necessário. Estimular a inovação e a difusão do conhecimento, isso é uma coisa que aparece generalizadamente nas

propostas para o Desenvolvimento Regional. Conhecimento é essencial para desenvolvimento. E fazer uma industrialização seletiva com base nessas diretrizes gerais. Podemos passar?

Bom, uma coisa fundamental é que nós estamos propondo na execução da política do desenvolvimento regional, principalmente nos investimentos estruturantes, uma descentralização na utilização dos recursos. Descentralização até uma maior participação dos Estados e Municípios, tanto na identificação de oportunidades, Estados, Municípios, consórcios Municipais, tanto na identificação de oportunidades, quanto na execução dos projetos, nós queremos descentralizar a política. Queremos descentralizar tanto a identificação das oportunidades quanto à execução dos projetos; uma maior coordenação das ações Federais e aqui a possibilidade de ter recurso a fundo perdido ajuda muito; a integração com a política industrial. Já existe um trabalho feito pelo IPEA, que já identificou potenciais exportadores nessas regiões menos desenvolvidas e esses têm que ser explorados. Eles já identificaram possíveis *clusters* que podem ser desenvolvidos nessas regiões. É uma coisa que é muito importante, nós queremos que nessa política haja uma competição entre projetos, tanto públicos quanto privados. Estimular... Haveria uma definição política de diretrizes da Política do Desenvolvimento Regional, diretrizes políticas de alocação globais de recursos, mas, dentro dessas diretrizes, nós queremos fazer um modelo que estimule a competição entre projetos. Eu vou explicar isso a seguir. Isso é muito importante para a gente. Porque isso aumenta muito a eficiência da própria política. Quando você cria o instrumento que está à disposição e você abre para ter competição entre projetos e cria um mecanismo de seleção de projetos que considere o retorno econômico e social desses projetos, isso avança muito, isso permite muito avançar em termos da qualidade da política. E uma participação muito maior do que existe hoje de Estados e Municípios, tanto através da participação nos conselhos deliberativos da SUDENE e da SUDAM, e da SUDECO, quando for recriada, quanto na proposição e execução dos projetos. Podemos passar.

Bom, grosso modo, isso aqui é muito simplificado. A proposta é bem mais complexa que isso, mas eu não vou entrar em detalhes agora. A proposta é a SUDAM e a SUDENE definirem diretrizes gerais para Política de Desenvolvimento Regional, ou seja, dentro daquele montante de recursos que elas têm disponíveis, elas definem áreas prioritárias, tipos de projetos prioritários, podem definir volumes mínimos a serem aplicados por Estados ou regiões, tudo isso está dentro; decisões políticas nas diretrizes gerais da aplicação. A

partir daí, os Estados e Municípios e outros proponentes, ONGs ou até mesmo associações empresariais, elas podem parecer propostas que sejam compatíveis com essas diretrizes. Essas propostas seriam selecionadas, analisadas e selecionadas, com base em análises de retorno econômico e social, quero deixar isso bem claro. E vamos estabelecer critérios para a classificação das propostas, com base nessa análise, que é o elemento competitivo. O ideal para nós, quero deixar isso bem claro, e a partir daí passaria a ter decisão e execução que seria feita também de forma descentralizada desses projetos. A partir daí, haveria um mecanismo de monitoramento e avaliação que realimentaria o próprio processo decisório da SUDENE e da SUDAM. A oportunidade criada agora, pela recriação da SUDENE e da SUDAM, para mudar a forma de avaliação de projetos, seleção e definir critérios objetivos para seleção desses projetos, o IPEA já está participando disso, o Ministério do Planejamento deve participar também, o Ministério da Fazenda está aqui meio de gaiato nessa discussão, mas isso daqui tem uma preocupação muito grande nesse projeto.

Como eu falei, eu não gosto muito de vinculação de recursos. Mas, se a gente tiver vinculação de recursos e competição de projetos dentro de diretrizes gerais, aí tudo bem ter a vinculação, desde que o montante de projetos seja maior apresentado, seja maior do que o montante de recursos vinculados. Recurso vinculado, com pouco projeto, é o pior desenho que nós podemos ter. Quero deixar aqui minha opinião bem clara. Eu sei que politicamente o recurso vinculado vai ser necessário, se tiver recurso vinculado e tiver mais projeto do que recurso, eu acho que nós vamos ter um desenho que vai ser positivo para o desenvolvimento regional. Podemos passar.

Estamos terminando. Só colocar, na verdade, a Política de Desenvolvimento Regional e a Reforma Tributária são uma parte da discussão da questão federativa do país. Nós queremos, após a Reforma Tributária... Ah, só colocar. A Política de Desenvolvimento Regional, da forma que está proposta, ela pressupõe emendas Constitucionais. E a nossa idéia é que essa emenda venha junto com a Reforma Tributária para o Congresso. Está certo? Nós colocamos que ela é parte integrante. Essa proposta de Política de Desenvolvimento Regional, do nosso ponto de vista, é parte integrante da proposta de Reforma Tributária que está sendo apresentada. Nós queremos rever o conjunto dos critérios de partilha. Nós temos problemas hoje, na Política do Desenvolvimento Regional, acho que ela pode ser aperfeiçoada, nós temos problemas hoje também, no sistema de partilha de recursos, nas relações federativas. Os próprios Estados, eles têm

um fórum fiscal que eles mesmos identificaram esses problemas. Não estou trazendo problema aqui da ótica do Governo Federal e nós queremos abrir essa discussão, posteriormente à discussão da Reforma Tributária. Não queremos fazê-lo agora porque essa é uma questão muito complexa. Se a gente abrir essa discussão agora, a Reforma Tributária não avança. Mas nós temos a disposição total de abrir essa discussão, uma parte dela, talvez, tenha que ser enfrentada na Reforma Tributária, principalmente com relação às questões Municipais, que os Municípios estão trazendo para discussão, que é uma parte mais simples, mas o desenho geral, a nossa proposta é, logo em seguida, obviamente, com ajuda do Congresso, começar a fazer essa discussão. Acho que é isso basicamente. Estou à disposição, Senadora... Peço desculpas pelo horário. Mas acho que é importante apresentar em detalhes o que nós temos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Agradecemos ao Secretário de Política Econômica, Dr. Bernardo Appy. E quero dizer aos Srs. Senadores que nós flexibilizamos aqui a questão regimental em função da importância do tema e para que os senhores Parlamentares não perdessem o eixo durante discussão. Mas quero agradecer ao Dr. Bernardo Appy, dizer da nossa satisfação em recebê-lo aqui, e comunicar aos senhores Parlamentares que essa discussão SUDAM/SUDENE, foi feita durante a Presidência do Senador Tasso Jereissati, que é o autor desse requerimento, portanto, eu passaria a palavra para ele para que ele comande a discussão a respeito da SUDAM e da SUDENE, uma vez que ele foi o Presidente e o Relator desta... Desse Projeto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela reflexão ontem havida, pelo jeito ele vai não ocupar a Presidência.

[risos].

Vai argüir...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não me goze não, senão eu mando você “relaxar e gozar”...

[risos].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas a Ministra já pediu desculpas, já...

[risos].

Vai superar isso e eu espero que ambos os Senadores, Aloizio Mercadante e Tasso Jereissati, continuem numa boa porque sempre... Eu sou testemunha de que sempre aqui tiveram uma relação muito construtiva.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu gostaria de dizer aos Srs. Senadores que nós não vamos ser rígidos com o Regimento não.

Agora, pediria a colaboração de cada um, porque nós estamos aqui, um grupo pequeno, eu acho que se a gente for mais flexível com o Regimento, nós podemos ter um aproveitamento melhor.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pois não, Senadora...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eu gostaria de saber como é que nós vamos nos ater. Eu gostaria de fazer também uma pergunta, duas perguntas, ao Dr. Bernardo Appy.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Após a fala do autor do requerimento, a gente passa a palavra para cada um.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senadora Presidente Lúcia Vânia, Excelentíssimo Sr. Bernardo Appy, eu vou ser muito breve, até porque acho que essa discussão é uma discussão que vai merecer uma maior reflexão nossa, sobre o documento apresentado pelo Dr. Bernardo Appy e que, portanto, não teríamos espaço agora, já até em função do adiantado da hora, e eu acho que também é um documento que acabou de chegar e nós precisamos ter uma maior reflexão. Eu só gostaria de deixar registrado também para a reflexão do Dr. Bernardo Appy, que a proposta, dentro, o conceito de modernizar as políticas de Reforma de Desenvolvimento Regional, de trazer novos conceitos, de reavaliar as Políticas Tradicionais de Desenvolvimento Regional, no sentido de trazer para o dia de hoje e também levando em consideração tudo aquilo que já foi feito, durante esses anos, de acertos, de erros, foram contempladas dentro daquele Projeto que nós discutimos aqui, durante praticamente um ano, dentro desta Comissão, e ouvindo todos os especialistas.

Então, o conceito da necessidade de avaliação, por exemplo, é perfeito. O conceito de necessidade de acompanhamento e avaliação, isso está contido inteiramente nesse projeto. O que eu queria colocar é que algumas situações nos parecem, a princípio, e eu coloco a princípio porque merece de nós uma maior reflexão, dentro da maneira como foi colocada no Projeto da SUDENE, feito aqui nessa Comissão, muito mais eficientes e muito mais moderna até do que algumas que estão sendo colocadas aqui. A SUDENE, como foi concebida, eu vou tentar porque tem Senadores, que seria... A SUDAM foi feita na mesma concepção, variando, evidentemente, de acordo com as características regionais, e, dentro dessa mesma linha, seria a desenvolvida este ano; a SUDECO, ela teria um papel diferente do que teve no passado. E vou repetir. Sempre quando eu falo SUDENE, falo a Superintendência

de Desenvolvimento Regional de qualquer região. Ela não seria um órgão executor, dentro dessa visão que nós colocamos. Ela seria justamente um órgão de fixação de metas, acompanhamento dos objetivos, da fixação dessas metas, e avaliação dos programas e dos recursos a ela destinados.

Então, basicamente a SUDENE seria uma Superintendência que teria essa visão que V. Sa. colocou no início, a sua visão. Um órgão especificamente de avaliação de metas, estabelecimento de metas, evidentemente, em nível do Governo Federal, acompanhamento da implantação dessas metas e a avaliação final do cumprimento dessas metas. Muito bem. Esse, para mim, é o primeiro conceito que difere muito do que está colocado ali e transfere, de maneira, a meu ver, equivocada, essa função da SUDENE. Para que isso aconteça, algumas coisas nós colocamos como objetivos, por exemplo, que não houvesse essa... Eu também não gosto da noção de contingenciamento, de contingenciamento não, de vinculação. Também não gosto da noção de vinculação. Mas, nós colocamos uma coisa mais importante e menos rígida, mas, mais clara e transparente que é a da... Do orçamento regionalizado. De maneira que aquelas metas que fossem colocadas para determinada região, dentro de uma visão geral de objetivos a alcançar, fosse garantido, dentro do orçamento, que seria uma política nacional. Porque... E impositivo. E porque há sempre uma diferença, Senador Marconi, entre política nacional e política regional.

Então, você faz a Ponte Rio-Niterói, por exemplo, foi uma grande obra de infra-estrutura nacional. Já, se faz uma ponte entre Goiânia e no Rio que passa até Goiás Velho, é uma obra regional. O que eu quero dizer é o seguinte, nós teríamos uma forma clara e transparente, quanto é... E analisado, do ponto de vista técnico e político também, anualmente, na confecção do orçamento e, posteriormente, na implantação do orçamento, aquilo que foi investido região a região, que pode até se explicar uma grande distorção num determinado ano, mas não se pode explicar uma grande distorção *per capita* ao longo de muitos anos. Isto foi vetado pela Presidência da República e isso eu acho que é *sine qua non* para a visão que nós temos de desenvolvimento regional.

Essa visão também, Dr. Bernard Appy, ela é, ela compreende toda essa visão da SUDENE, por isso entra no orçamento e não na vinculação, uma visão de desenvolvimento integrado. Ela concorda plenamente com o diagnóstico. Não se faz desenvolvimento apenas dando desenvolvimento... Dando incentivos fiscais para as empresas. Tem que ser acompanhado de educação fundamental, treinamento fundamental,

treinamento profissional, educação profissional, infra-estrutura. Ora, então, a visão do orçamento regionalizado abrange todas essas ações interministeriais, e a SUDENE seria justamente o órgão que avaliaria se, em todos os setores, essa política está sendo implantada. Porque, por exemplo, se especificamente se faz um grande movimento de incentivo fiscal para uma região e não é acompanhada de uma grande política de investimento na educação, ou pesquisa tecnológica, ou infra-estrutura, qualificação de mão-de-obra, essa... Nós sabemos que esse trabalho isolado de incentivo não terá frutos.

Então, a SUDENE como órgão vinculado diretamente à Presidência da República ou à SUDAM ou à SUDECO, ela teria a função de coordenar, em todos os Ministérios, se essa Política de Desenvolvimento Integrada estaria acontecendo na mesma proporção. Da maneira que está aqui, com o veto, a proibição, e o veto à regionalização, isso também não é contemplado. E aqui não existe, no que foi colocado, e aí evidentemente que o fundo tem que ser mais bem visto, nenhuma ação específica que garanta, por exemplo, se o Estado de Alagoas tem um número de analfabetos, o grau de alfabetização, se o número de anos na escola freqüentada pelas crianças é 10% do que a média nacional, não garante que o Estado de Alagoas, ou mesmo a região de Alagoas, vai ter um investimento proporcional à sua necessidade para que ele chegue aos níveis colocados pelo Projeto inicial, que nós imaginamos, que é de chegar à média nacional, que haja um mínimo de homogeneidade no país como um todo.

Desta maneira, eu preferia, Ministro Bernardo, Secretário Bernardo, que V. Sa., com o conhecimento que tem, com o conceito que tem, que me parece correto, fizesse uma visão contrária, olhasse esse nosso projeto da SUDENE, entendesse essa filosofia, que está melhor do que, em minha opinião, modesta opinião, mas digo que é a opinião dessa Comissão durante um ano de trabalho, do que essa concepção que está colocada aí, e os eventuais erros ou, por exemplo, a concentração, a idéia da concentração dos fundos, em vez de serem vários fundos, ser um fundo só, isso me parece uma idéia interessante. Mas, só isso não quer dizer nada, absolutamente nada. Essa discussão de *clusters*, essa discussão de se estimula vocação de cada região, não se estimula vocação de cada região sem uma política mais aberta, deixa a própria iniciativa privada, é uma discussão que nós temos desde o primeiro grupo de trabalho, GTDN, do Celso Furtado, que existe dentro do Nordeste. Não é novidade para nós. Isso é uma questão que é recorrente nas nossas discussões de política regional.

Então, eu preferiria que houvesse a boa vontade de V. Sa. de analisar, discutir conosco esse nosso projeto e algumas idéias colocadas aqui, a meu ver, à primeira vista, bastante interessantes, poderiam ser acopladas a esse projeto, de modo a não mudar, se é isso que está aí, a Política de Desenvolvimento Regional, eu vejo apenas a criação do fundo, não vi Política de Desenvolvimento Regional. Acoplado a essa idéia, aí nós teríamos um campo para discutir. Porque, essencialmente, o que nós pretendemos com a nova SUDENE, ao termos aqui um ano de discussão, não é alcançada nessa visão. É isso que eu queria colocar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com a palavra, o Dr. Appy.

DR. BERNARDO APPY: Senador Tasso, eu, efetivamente, acho que tem muito menos divergência do que o senhor está sinalizando. Eu entendo, quer dizer, do jogo político, faz parte, o senhor é da oposição, tem que apontar as divergências. Mas acho que aqui o que nós estamos fazendo, e aqui a minha preocupação é muito essa, procurar um desenho que seja melhor...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Só me permita. Não jogue por esse lado.

DR. BERNARDO APPY: Está bom, Senador. Eu não vou jogar para esse lado.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não pegue a doença de alguns Senadores que têm aqui.

DR. BERNARDO APPY: Eu comecei a dizer.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu estou tentando uma reunião, uma coisa absolutamente técnica de uma visão que não foi... Absolutamente isenta, não tem nenhum, só tem um propósito aqui, creia na minha sinceridade, apesar de ser de oposição, parece que não acredita na oposição, na sinceridade da oposição, é construir alguma coisa boa e nova para o Nordeste.

DR. BERNARDO APPY: Está bom, Senador. Por isso que eu comecei dizendo que há muito mais convergência do o que o senhor deu a entender na sua fala. É exatamente por isso. Efetivamente, quero deixar bem claro aqui, eu falei isso outro dia na reunião com o Senador Renan. Nós, agora, eu pessoalmente, o Ministério da Fazenda entrou mais nesse assunto agora por causa da Reforma Tributária, talvez, devêssemos ter entrado mais na época da discussão do projeto da SUDAM e da SUDENE aqui. Mas acho que nós avançamos e convergimos para a mesma direção. Esse é que é o ponto. Acho que o projeto da SUDAM e da SUDENE é um avanço importantíssimo, desde que bem implementado. Acho que essa é a questão fundamental. A sua proposta, que não seria um órgão executor a SUDAM e SUDENE, é exatamente a mesma que está contemplada no nosso projeto. É um órgão

que define diretrizes e metas, que define, acompanha isso, acompanha esses objetivos e avalia o resultado que está sendo feito. É exatamente isso que está sendo proposto. E mais, nós estamos propondo que ele faça isso com descentralização das ações. Por quê? Porque nós achamos que a identificação de oportunidades e a execução é melhor feita quando for feita de forma descentralizada, desde que tenha um acompanhamento. Então, vai totalmente à direção do que o senhor está colocando. Não tem diferenças. O projeto é exatamente esse. Nós estamos nos inspirando, as propostas que apresentamos já são inspiradas dentro do modelo da SUDAM e da SUDENE. O que... O que avança na proposta que nós apresentamos? Avança na colocação de um instrumento adicional que não existia antes, que a possibilidade de fazer investimentos estruturantes é fundo perdido. Isso eu acho que é importante. Eu gostaria de ouvir a sua opinião, mas eu acho que é... Eu acho que é importante para que o modelo fique mais consistente. E, no resto, é exatamente o mesmo modelo.

Com relação à questão do orçamento regionalizado, que o senhor colocou, a questão da vinculação, Senador, trazendo aqui, é uma questão que eu acho que politicamente vai ser necessária para fechar a equação. Então, vamos colocá-lo. Desde que tenha disputa entre projetos, bons projetos, eu acho que isso não é um problema mais sério. Com relação à questão do orçamento regionalizado, eu queria colocar que ele só foi vetado por razões técnicas. Aquele dispositivo não foi vetado, nem, em forma nenhuma, por razões, por razões de discordância quanto ao seu mérito. A própria razão de veto diz que isso é um objeto para ser colocado na LDO. O Congresso está para votar agora a LDO para 2008. Portanto, eu acho que o Congresso, isso não é o Ministério da Fazenda que acompanha a LDO, é o Ministério do Planejamento, mas eu acho que o momento de colocar essa diretriz é agora, na elaboração da LDO para 2008 e acho que deve ser feito, exatamente na forma como foi colocado na proposta, na proposta, mais detalhado, até, do que da forma como foi colocada dentro do projeto da SUDAM e da SUDENE.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Dr. Appy.

DR. BERNARDO APPY: Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu poderia só fazer uma intervenção aí, em relação à regionalização do orçamento? Eu já, há três anos seguidos, eu apresento a LDO e, posteriormente, o orçamento à emenda, solicitando a regionalização dos orçamentos, no entanto, sempre o Governo

não aceita. Foram todas, todos os três anos que eu fiz a emenda, foram rejeitadas.

DR. BERNARDO APPY: Bom, aqui eu posso falar. Não é um assunto do Ministério da Fazenda, mas, se tiver interesse, poderíamos fazer, eventualmente, um dia juntar, sentar junto com o Ministério do Planejamento e discutir, porque eu acho que é importante sim, é importante ter uma noção de como a política está sendo aplicada.

E, em relação à questão que o senhor colocou em terceiro lugar, Senador, com relação à falta de ação específica para casos com maior grau de analfabetismo na região, ao contrário, o projeto contempla exatamente isso. Ao definir diretrizes, a SUDENE e a SUDAM vão poder considerar, entre essas diretrizes, essas especificidades, inclusive, não apenas, e aqui eu quero deixar, uma função delas é procurar coordenar ações Federais. Obviamente, há uma limitação institucional do que elas podem fazer, do ponto de vista da definição de como vai ser alocado o orçamento do Ministério da Educação, podem fazer sugestões. E eu acho que isso é importante. Mas, a partir do momento em que nós estamos colocando a possibilidade de ter recursos para investimento, elas podem, elas podem, inclusive, definir que uma parte daqueles recursos a fundo perdido que tem, podem ser para, junto com a mobilização de recursos do Ministério da Educação, atender essas prioridades. Eu acho que vai exatamente na direção que o senhor está propondo. Era isso que eu queria dizer. O projeto não é um projeto que procura aqui divergir da proposta que foi construída dentro do modelo da SUDAM e da SUDENE. Ele procura construir a partir daquela proposta. Eu acho que isso que eu queria deixar bem claro. Eu acho que isso é um ponto que, aliás, cuja recriação foi proposta pelo Presidente Lula, e há um ponto bastante, eu acho que ele já tinha essa preocupação. Eu estou entrando nessa discussão, eu entrei na discussão anteriormente muito com a visão fiscalista, quero ser bem honesto aqui, eu participei um pouco na discussão do Senado, da discussão da SUDENE e vim sim com uma posição de Ministério da Fazenda fiscalista. Agora, eu voltei a tratar do assunto com uma visão mais do Desenvolvimento Regional, talvez, um pouco tarde, mas voltei agora, e vai muito na direção do que está sendo proposto.

O que nós estamos propondo aqui é melhorar os instrumentos, dar mais flexibilidade, permitir aplicação na parte de recurso perdido e avançar um pouco mais na forma de execução, detalhar um pouco mais aquilo que já está em linhas gerais dentro do projeto. Eu acho que é isso que nós estamos propondo nesse momento. O Ministério da Integração, quero dizer, que também concorda completamente com essa diretriz.

Então, eu acho que existe, Senador, uma enorme convergência de fato entre aquilo que está sendo proposto, talvez, eu não tenha falado adequadamente na minha apresentação. Mas existe uma enorme convergência entre aquilo que está sendo proposto e as diretrizes que estão dentro do projeto da SUDENE e da SUDAM. A grande diferença, além do detalhamento de instrumentos, da forma de execução, é a possibilidade de utilização de recursos a fundo perdido. Acho que essa é a grande diferença. O contingenciamento, o próprio projeto, na verdade, ele previa o não contingenciamento dos recursos do FNDE e FDA. Na prática, isso já está contemplado na nossa proposta, na medida em que nós estamos dizendo que vão ter recursos não contingenciáveis que incorporam um montante de recursos correspondentes ao FNDE e FDA, dentro da destinação de recursos para políticas de desenvolvimento regional, mantendo, no mínimo, a apropriação regional que existe hoje, ou seja, no mínimo, vai se garantir para o Nordeste, com maior flexibilidade e com impacto fiscal, quero deixar isso bem claro, é raro o Ministério da Fazenda apoiar um projeto que tenha impacto fiscal, mas, esse caso, estamos apoiando. Tem impacto fiscal pelo volume de recursos adicionais aportados e tem impacto fiscal porque nós estamos permitindo que recursos hoje para financiamento que têm um impacto primário limitado sejam aplicados a fundo perdido com impacto primário total.

Então, nós estamos sim, e estamos aceitando a vinculação que atende à preocupação com o veto da FDA e FNDE. O Ministro Mantega, inclusive, disse que se vocês acharem muito importante, enquanto não aprova isso daqui, derrubar os vetos do FDA e FNDE, exceto aquele que diz, principalmente do FDNE, no FDA, tem um problema de redação ali que uma parte dificulta de garantir a alocação dos recursos naqueles montantes, que já está sendo feito, quero ser bem claro, para FDA e FNDE, e isso pode ser feito, se isso for importante na negociação política, isso pode ser feito. Agora, o projeto contempla isso com mais flexibilidade. É apenas isso. Tem muita convergência, Senador. Está ok?

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Passaria a palavra. Eu gostaria de consultar os Srs. Senadores se nós poderíamos ouvir todos e, depois, o Dr. Appy responderia. Aqueles que concordam, permaneçam como se acham. Aprovado. Com a palavra, a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Presidente. Dr. Appy, eu queria fazer algumas colocações. É claro que todos nós aqui, eu sou de Mato Grosso do Sul, e é claro que todos nós aqui estamos, como todos os brasileiros, querendo e traba-

lhando para diminuir as desigualdades regionais. Isso é ponto pacífico, portanto, o nosso interesse em discutir esse assunto com o senhor, e quero lhe parabenizar pela brilhante exposição. Eu vou ouvir novamente o CD, como disseram o Senador Tasso e a Senadora Lúcia Vânia, é a hora de debruçar sobre as questões para a gente entender melhor.

Além disso, há uma preocupação também, a gente que acompanhou toda a evolução e principalmente da SUDECO, é essa descontinuidade histórica das ações dos nossos fundos regionais. Isso é algo que nos preocupa, com qualquer mudança de rumo, o que pode vir depois, quer dizer, algo mais efetivo, que nos dê tranqüilidade. Porque também pensar em SUDECO, e aqui eu quero falar na SUDECO, dizer que mesmo que o senhor tenha apresentado o aporte aí, e que a evolução do PIB, na região Centro-Oeste, foi efetiva e sugestiva, dentro das nossas regiões brasileiras, dizer que, mesmo dentro da região Centro-Oeste, nós temos, por exemplo, uma larga faixa de região de fronteira, extremamente preocupante e com grandes problemas, não só regionais, mas nacionais, e que é a região nossa da fronteira com o Paraguai e com a Bolívia, e aí pega Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Portanto, eu quero dizer ao senhor que me preocupa um pouquinho, quero falar de duas coisas: Uma sobre o Pacto Federativo, que a gente tem trabalhado tanto e falado tanto aqui nesse Congresso. É claro que eu acho que vai, tudo aquilo que o senhor disse, vai em direção a um equilíbrio entre as nossas regiões, entre os nossos Estados e, principalmente, nas regiões metropolitanas, nas nossas grandes metrópoles, um equilíbrio da forma como que se distribuem os nossos recursos, em termos dos, principalmente, dos impostos arrecadados. Eu acho que essa é uma grande preocupação dos governantes de todo o país. A gente conversa com os Prefeitos, reclamam; conversa com os Governadores, reclamam. Então, é uma necessidade de nós termos um maior equilíbrio para que os Prefeitos não tenham que ficar sempre aqui com o pires na mão, pedindo a nós um pouquinho de emenda para poder resolver questões locais. Hoje, um Prefeito me disse: “Marisa, não tenho condições nenhuma de trabalhar. Se eu não tiver emendas, eu não faço nada no meu Município”. Não podemos chegar a esse ponto num país que a gente quer desenvolvido.

Portanto, eu quero aqui dizer que hoje, quando o senhor fala na proposta de uma... De uma nova forma, de um Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, saiu hoje uma entrevista falando, no Estado de São Paulo, falando sobre a atuação do CONFAZ e da sua reunião ontem com os Secretários. E diz que a indicação da equipe econômica é de um complemento e

que esse complemento não passe de 1,6 bilhões. Outro jornal diz que é 1,5 bilhão, e que o fundo seria de 850 milhões. Se, por acaso, for nessa linha que os jornais hoje estão colocando, eu peguei aqui uma relação do que foi contratado pelo FN..., pelo Fundo do Nordeste, pelo Fundo do Norte e pelo FCO, quer dizer, só isso, em 2006 foram sete bilhões, quer dizer, se forem 800 milhões, é muito pouco para um fundo perdido, para discutir um fundo... Não tem problema nenhum. Um fundo de recursos, um fundo perdido para discutir, inclusive, propostas estruturantes de infra-estrutura, com 800 milhões, se é isso que os jornais hoje estão colocando. Eu gostaria de ouvir o senhor sobre essa questão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Minha líder estava me chamando... Senadora Ideli Salvatti. Eu quero, senhora Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Senador Tasso Jereissati, co-Presidente desta Reunião. E quero cumprimentar também o economista Bernardo Apy, que há tantos anos tenho acompanhado, e que tem, como Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, hoje como Secretário da Política Econômica do Ministério da Fazenda, dado uma contribuição muito importante ao Ministro da Fazenda, desde o tempo do Ministro Antônio Palocci, e agora também com o Ministro Guido Mantega, muitas vezes, assumiu o Ministério da Fazenda, em ausências do Ministro, e hoje aqui ele nos dá uma contribuição muito importante.

Infelizmente, quando houve a sua primeira exposição sobre a Reforma Tributária, eu não pude assistir, mas hoje, como o senhor reforçou aquilo que havia exposto, vai permitir que eu possa aqui fazer algumas indagações sobre... Para compreender melhor essa perspectiva de transição porque, com respeito, em especial, a como é que será feita a transição, em princípio, do ICMS e outros impostos para o IVA, inclusive, o ISS Municipal, primeiro, eu quero dizer que considero importante a maior racionalidade que se deseja alcançar, sobretudo, no que diz respeito aos aspectos de o sistema tributário ficar claramente baseado no princípio do valor adicionado, para não haver cumulatividade, e para que os impostos, em si, sejam todos desta natureza e, então, eu acho que, quando o Governo está propondo que os diversos tipos de impostos, inclusive, outros além do ICMS, do IPI e contribuições possam tomar a forma do IVA, me parece importante.

Mas eu agradeceria, se puder esclarecer melhor, como é que será este... Esta transição. É possível que tenha já V.Sa. Explicado, mas eu agradeceria muito se puder brevemente expor. Com respeito a um imposto,

na sua exposição aqui e na anterior eu não vi referência, agradeço se puder esclarecer se, na reforma do sistema tributário que o Governo está preparando, o que pensa em fazer com respeito à CPMF? Porque a CPMF, hoje, tem, quer dizer, tem uma alíquota de 0,038; ela surgiu muito do esforço do Ministro Adib Jatene, quanto propôs que ela fosse inteiramente destinados os recursos para a Saúde; parte dela hoje é destinada para os recursos para a Saúde. Agradeço se puder nos informar exatamente qual a parte que vai para a Saúde, qual a parte que vai para a Previdência ou, eventualmente, outra... Eu conheço bem que 0,08% vão para o Fundo de Combate à Pobreza, que constitui a principal fonte de recursos para o Bolsa Família. Eu pergunto se... Eu pergunto se a fonte do Bolsa Família, que hoje está, que tem um orçamento da ordem de nove a 10 bilhões de reais para 2007, se está exclusivamente nesse 0,08 ou se há outras fontes de recursos complementando o programa Bolsa Família? Como o Ministro do desenvolvimento social está anunciando que deverá haver um ajuste no valor do Bolsa Família equivalente à inflação ocorrida de outubro de 2003, quando foi explicitado, definido, e o momento presente e como também vai haver um ajuste no sentido de se prover o recurso, conforme recomendação do Ministro da Educação e do próprio Ministro do Desenvolvimento Social, para que as famílias com crianças até 18 anos, e não apenas até 16, possam ser contempladas, se isto vai demandar alguma outra fonte de recursos ou se a parte que vai, que é arrecadada pela 0,08 da CPMF, será suficiente para atender estes aumentos.

Gostaria também de lhe dizer, caro Secretário Bernardo Apy que, como V. Sa. acompanhou de perto os diálogos que mantive com o Ministro Antônio Palocci e, mesmo há muitos anos, sobre o desenvolvimento da proposição da Renda Básica de Cidadania, como o Ministro Antônio Palocci, por ocasião da aprovação desta lei, transmitiu ao Presidente Lula, conforme me relatou pessoalmente, que, como se tratava de uma lei que dizia: “Será instituída por etapas, a critério do Poder Executivo, priorizando-se os mais necessitados, sendo o Bolsa Família o passo nesta direção”, que, então, a lei era factível e poderia o Presidente sancioná-la. E assim ele o fez, em 08 de janeiro de 2004.

Eu estive, na semana passada, na Alemanha, a convite do Professor Götz Werner, Professor da Universidade de Kalsruhe e--

[soa a campainha].

Ao mesmo tempo, um grande empresário, o maior no ramo de *Drugstores* da Alemanha, e que se entusiasmou pela proposta de uma renda para todos, tanto é que publicou um livro que hoje é o best-seller naquele

país, é o segundo mais vendido, já vendeu 26 mil de capa dura, e 50 mil do outro e tem... E ele justamente coloca, na sua análise, como será compatível, para pagar aos 80 milhões de alemães, uma renda para todos utilizando-se exatamente o imposto de valor adicionado, um IVA, e um imposto sobre consumo, na forma do IVA. E eu... Como não há menção sobre este assunto, mas como avalio que, na hora de se cogitar da Reforma Fiscal, da Reforma Trabalhista e da Reforma Penitenciária, há que se pensar no horizonte onde um dia vai haver a transição do Bolsa Família para a Renda Básica de Cidadania, eu pergunto se os membros do Governo como V. Sa. tem considerado esta transição para o futuro? Quando eu transmiti ao Presidente Lula, quando dei a ele o livro--

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Última frase, quando dei a ele o livro do Professor Götz Werner, na quarta-feira última, em Berlim, dizendo que o Professor Götz Werner gostaria de convidá-lo para vir ao Brasil, logo que instituída a Renda Básica de Cidadania, o Presidente Lula me disse... Quando... Ele falou: “Eduardo, quando nós tivermos três anos de progresso acentuado, nós vamos poder instituí-la”. Então, isso foi a resposta do Presidente. Mas, eu gostaria muito de saber as considerações do Secretário Executivo Bernardo Apy. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com a palavra, o Senador Marconi Perillo, último orador inscrito, e, posteriormente, eu passo a palavra para o Senador Tasso Jereissati, para que ele faça a proposta ao Dr. Bernardo Apy.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Presidente Lúcia Vânia, Senador Tasso Jereissati, Dr. Bernardo Apy, eu desejo, inicialmente, manifestar a minha satisfação em participar desse debate e também desejo cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Tasso Jereissati e as Comissões de Desenvolvimento Regional e Assuntos Econômicos, pela iniciativa de trazer aqui o Dr. Bernardo Apy, não apenas como Secretário de Política econômica do Ministério da Fazenda, mas como um economista respeitado por todos nós, um técnico de alto gabarito, de alta qualidade, de alta qualificação.

Ao longo dos últimos 10 anos, Secretário, nós temos debatido insistentemente, eu o fiz durante quase oito anos, como Governador do Estado de Goiás, sobre a necessidade da instituição, da criação de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Lá, há essa lacuna, há muitos anos. E, exatamente em função dessa lacuna, nós acabamos obrigados a entrar numa “Guerra Fiscal”, muitas vezes, até fratricida, porque

apenas esse instrumento nos restou, no sentido da promoção do desenvolvimento, da industrialização, da agregação de valor às nossas matérias-primas.

Nós temos inúmeras discrepâncias regionais no país, temos regiões que precisam ainda de instrumentos e de políticas que efetivamente possam colaborar com o crescimento, com o desenvolvimento regional. Gostei da apresentação de V. Sa., acho que finalmente nós estamos chegando a um caminho que nos possibilite efetivamente um instrumento que possa combater a chamada “Guerra Fiscal”, os chamados incentivos fiscais, eficientemente. Agora, me preocupa um pouco a questão da composição desse Fundo, os valores. Porque, para substituir simplesmente os incentivos fiscais, que são muitos, nós não poderíamos ter poucos recursos. Acho que a idéia de se ter recursos para investimentos e financiamentos, investimentos estruturantes e financiamento, é uma idéia que contempla os Governadores que, ao longo do tempo, defenderam a criação desse Fundo.

Agora, as renúncias que existem hoje no Brasil, não são apenas aquelas praticadas através da renúncia do ICMS. Existem outras renúncias que são feitas até forçosamente. Uma das maiores renúncias hoje, em relação aos Estados, é exatamente a que estimula as exportações, é a renúncia fruto da Lei Kandir. Os Estados, hoje, perdem aproximadamente 18 bilhões de reais apenas colaborando com as exportações brasileiras, através do chamado... Da chamada Lei Kandir. Essa é apenas uma das renúncias. Mas quase todos os Estados hoje praticam outras renúncias, fundamentalmente, em função do ICMS. Se nós efetivamente queremos fazer uma Reforma Tributária que ponha fim à “Guerra Fiscal” e que efetivamente modernize, eu diria, modernize, dê um choque no Pacto Federativo, nós vamos precisar de um fundo eficiente, de um fundo que efetivamente funcione e que tenha dinheiro para que a gente possa combater as discrepâncias regionais.

Eu gosto muito do projeto que foi trabalhado, ao longo de muito tempo, pelo Senador Tasso Jereissati porque ele traz uma visão moderna, uma visão responsável quanto às chamadas, as chamadas Superintendências Regionais ou chamadas Agências, porque essas Agências, ao longo do tempo, conviveram com muitos vícios, com muitos desvios. E, à medida que o Senador Tasso Jereissati apresenta esse projeto, que é aprovado pelo Senado, propondo que os recursos sejam viabilizados, através de orçamentos regionais, ele está efetivamente tirando qualquer possibilidade de desvios em relação à condução dessas políticas regionais no futuro.

Assim, a SUDECO, a SUDAM, a SUDAM, a SU-DENE e a SUDECO, que nós esperamos ver criada, efetivamente, passariam apenas a ser, a trabalhar enquanto agências ou órgãos formuladores, de órgãos fiscalizadores e, sobretudo, cobradores de resultados em relação a essas políticas. Nesse sentido, eu queria estar aqui apoiando o Senador Tasso Jereissati, a sua preocupação. Acho que o Governo Federal pode muito bem acolher essa sugestão do orçamento regionalizado, que também é compartilhada pela Presidente Lúcia Vânia e, com isso, a gente ter um instrumento moderno, eficiente, eficaz de Política de Desenvolvimento Regional. Eu acho que a idéia do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional é alvissareira, ela nos contempla, mas vamos precisar apenas de saber como é que vai ser composto esse fundo e o que nós vamos ter à disposição para, efetivamente, financiarmos o crescimento, através das empresas privadas e também os investimentos que vão ser feitos em projetos macro-estruturantes.

Por fim, eu gostaria de pedir a V.Sa., que tem muita influência no Governo Federal, apoio, junto ao Ministro, junto ao Governo Federal, no sentido de que efetivamente o esforço da Senadora Lúcia Vânia, o esforço de todos nós da região Centro-Oeste, possa ser efetivado com a criação da SUDECO, uma Agência que tenha o caráter da SUDECO, da SUDAM e da SUDENE, mas que saia do papel e efetivamente possa ser um instrumento de contribuição para a política de crescimento da região Centro-Oeste. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu passaria a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Deixe-o responder primeiro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Só para ele colocar aqui umas perguntas que são da consultoria, aqui, que nós temos aqui vários consultores, vários técnicos dos Ministérios da Fazenda, como eles não podem usar a palavra, eles fizeram aqui uma pergunta à consultoria do Senado e solicitaram ao Senador Tasso Jereissati que fizesse essa pergunta.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Há uma questão levantada, sobre a questão dos Fundos. Já foi editado um Decreto de regulamentação da BNDR, publicada em fevereiro deste ano. E os instrumentos financeiros do BNDR são o Fundo do Centro-Oeste, o Fundo do Nordeste, Fundo do Norte e o Fundo Nacional do Nordeste e o Fundo Nacional da Amazônia. Como na discussão aqui, foi colocada a função, a idéia, o conceito das mesoregiões, os Fundos são todos macrorregionais. De onde virão os recursos para o fi-

nanciamento das mesoregiões localizadas fora dessas macrorregiões aonde esses Fundos têm atuação? Isso é a colocação aqui feita, com a dúvida. Apesar, eu vou fazer essa pergunta e, depois, se for o caso...

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com a palavra, o Diretor de Políticas Econômicas, Dr. Bernardo Appy.

DR. BERNARDO APPY: Bom, eu gostaria, assim, com relação às questões da Senadora Marisa Serrano, com relação à questão da preocupação com a descontinuidade histórica na condução da Política de Desenvolvimento Regional, o que nós estamos propondo aqui é dar flexibilidade para os instrumentos. Dentro desse desenho de flexibilidade, está contemplada a manutenção de instrumentos que já existem hoje. Ou seja, está prevista a possibilidade de continuidade dos financiamentos, na forma dos fundos constitucionais, como já existem hoje. Então, eu acho que contempla... O que nós procuramos só com a flexibilidade é procurar identificar quais são os instrumentos que melhor atendem efetivamente às necessidades das regiões menos desenvolvidas.

Agora, se a conclusão for que o melhor é continuar fazendo tudo como está sendo feito hoje, o modelo contempla. Eu acho que seria ideal mudar um pouco, usar mais recursos e investimentos estruturantes, eu acho que faria sentido usar mais esse instrumento. Mas o modelo contempla, inclusive, a manutenção, exatamente na forma como está hoje. Com relação à sua questão, com relação à faixa de fronteira no Centro-Oeste, de novo, o modelo contempla. O modelo contempla principalmente, eu quero deixar aqui, para o Senador Marconi Perillo, quer dizer, nós estamos trabalhando sim com a hipótese de aprovação da recriação da SUDECO. O modelo contempla, sim, dentro da definição de prioridades da região, que caberia à SUDECO se, de fato, as áreas de fronteira são as mais importantes, então, elas deveriam ter um tratamento diferenciado dentro do conjunto da política local. É isso que eu estou colocando, quer dizer, contempla também. Obviamente a definição aí tem que ser feita no fórum político adequado, que é do Conselho Deliberativo da SUDECO.

Com relação à questão que eu acho que... Bom, a questão da partilha federativa de receitas, a senhora tem toda a razão. Nós queremos colocar essa discussão. Só não queremos colocá-la agora. Foi a última coisa que eu apresentei na apresentação, que eu fiz na apresentação. Existe uma preocupação sim em melhorar a qualidade da partilha federativa de receitas da União, aproximando-a das efetivamente das necessidades regionais, aproximando-a das obrigações dos poderes públicos de cada região e, se possível,

alocando, transformando as próprias sistemas de partilhas como um incentivo para melhoria na qualidade das ações públicas, por exemplo, pegar uma parte pequena dos recursos que são partilhados e transformá-lo num bônus para Estados e Municípios que tenham melhorias e desempenho na área da educação e saúde, mais relevantes, é algo que nós estamos colocando em discussão.

Agora, nós entendemos que colocar isso agora com a Reforma Tributária, vai ser muito assunto para discutir num momo momento. Então, queremos fazer, logo em seguida, após fechado o projeto da Reforma Tributária, nós falamos com os Estados, falamos com os Municípios, nós vamos abrir a discussão sobre esse... A questão das partilhas federativas. Isso já está colocado na Mesa como prioridade do Governo, apenas num segundo momento.

E, finalmente, a questão que é a mais importante. O que está no jornal não tem nenhuma razão de ser. Não tem número definido. É isso que eu queria deixar aqui. O Governo Federal não definiu qual o montante que vai aportar para a Política de Desenvolvimento Regional, agora, tem um mínimo, o mínimo é mais do que isso, queria dizer, o mínimo é o que existe hoje, a preços do ano passado, é o que foi alocado para os fundos Constitucionais, 4,6 bilhões, mais o que foi alocado pelo FDA, FNDE, 1,7 bilhões. Seja a preços do ano passado, no mínimo 6,3 bilhões de reais. É mais do que isso. O quanto mais, essa é uma decisão que ainda será feita nos foros competentes. Se a senhora perguntar, existe obviamente o Ministério da Integração quer mais e o Ministério da Fazenda quer menos, sim, é verdade, faz parte do desenho.

Queria dizer que mesmo que não houvesse nenhuma criação de recursos, que ocorrerá, mesmo que não houvesse, já haveria um esforço fiscal porque nós estamos pegando recursos que são aplicados para financiamento com baixo impacto fiscal e permitindo sua utilização em despesas, em investimentos que tenham um impacto fiscal completo. Então, já viria essa percepção. Agora, a definição de quanto a mais, isso é uma definição política que será feita posteriormente. Agora, o que está no jornal não é correto, está certo? Nós não apresentamos nenhum valor ontem para os Secretários e aquilo que foi colocado no jornal não está correto. Então, não são 850 milhões, mais que 6,3 bilhões. Quanto a mais é o que será definido. É um montante bastante expressivo de recursos. Queria deixar isso claro.

Com relação às questões do Senador Suplicy, bom, com relação à transição no modelo, Senador, são duas questões. Como eu falei, a idéia é fazer um IVA Federal e um IVA Estadual. O IVA Federal, ser criado

em dois, três anos. Ele é basicamente um imposto, o modelo, o imposto de referência, nós estamos usando no modelo é o ICMS, ou seja, na verdade, o IVA Federal é um grande ICMS Federal e o IVA Estadual é o modelo, é o modelo do ICMS, é um imposto de débito e crédito, um sistema de débito e crédito, com alíquotas diferenciadas por produtos. A nossa idéia é ter um número limitado de alíquotas, tanto no IVA Estadual quanto no IVA Federal, para evitar o varejão de alocação de produtos por alíquota que existe hoje, como por exemplo, no caso do IPI, que é uma coisa muito... Eu não acho que é positivo. Os impostos aqui são definidos, aqui os produtos são prioritários, cesta Básica, ou desonera completamente, a menor alíquota possível, bens menos essenciais, alíquotas mais altas. Esse é um pouco o desenho, mas com o número limitado de alíquotas.

No caso do ICMS, a nossa proposta é ter um período de cinco anos, no qual esse ICMS seria mantido e, a partir do 6º ano, ele seria convertido no IVA Estadual no 5º ano. Se for, se a decisão for pela incorporação do ISS no IVA Estadual, a alíquota, a incorporação seria no quinto ano. A partir do sexto ano começa-se a reduzir a alíquota cobrada no Estado de origem, no IVA Estadual. No primeiro ano, são as mesmas alíquotas que existem hoje, 12 e sete nas vendas dos Estados Sul e Sudeste, menos Espírito Santo, para os demais. E, a partir daí, seria reduzida progressivamente, num prazo que nós entendemos que vai ser entre seis e 12 anos. Por que é importante esse período de transição longo? O período de transição longo é importante por duas razões: Uma delas é para poder permitir a digestão dos benefícios que já foram concedidos no bojo da “Guerra Fiscal”. Nós sabemos que politicamente é inviável você chegar e falar: “Amanhã a alíquota, a tributação no destino, que significa que acabou o espaço que os Estados têm para conceder os benefícios da “Guerra Fiscal”. Nós sabemos que isso é politicamente inviável e obviamente romperia toda uma expectativa das receitas de terem, das empresas de terem acesso aos benefícios.

Então, um dos motivos para esse prazo de transição longo é exatamente permitir criar condições para digestão dos benefícios que já foram concedidos na “Guerra Fiscal”. O outro é técnico. O outro é técnico e para o modelo funcionar bem, ele pressupõe o funcionamento a pleno vapor do sistema de nota fiscal eletrônica, que está sendo implantado e deve estar começando a funcionar a pleno vapor. Já está. Já está funcionando na forma piloto e deve estar começando a funcionar a pleno vapor em dois ou três anos. Aí, nós precisamos de mais dois anos para construir uma base de dados que é importante para a calibragem de alíquotas e a

calibragem das compensações na transição da origem para o destino com os Estados.

Então, basicamente, modelo de transição é esse. O resultado final é, na verdade, o que a gente chama do IVA Dual. Um IVA Dual, quer dizer, um único tributo com duas alíquotas, Federal, Estadual; formalmente são dois tributos diferentes para respeitar a autonomia federativa. Mas, do ponto de vista do empresário, é um único tributo com duas alíquotas diferenciadas. Poderia até eventualmente pensar em datas. Isso não temos, ainda não chegamos nesse ponto, mas podemos pensar em datas de recolhimento de tributos diferenciados, um pouco mais cedo para os Estados, um pouco mais tarde para a União, isso não é nenhum grande problema. Mas é basicamente o cálculo do imposto é o mesmo nos dois casos. O que ajuda muito é a fiscalização, inclusive, porque aí a máquina de fiscalização dos Estados e da União vai fiscalizar o mesmo tributo. Então, eles podem fazer convênios e repartir atribuições, isso melhora muito a eficiência da fiscalização.

Com relação à questão da CPMF, bom, a proposta do Governo Federal foi fazer a discussão da CPMF em separado da discussão da Reforma Tributária, por dois motivos. Um deles é para não contaminar a Reforma Tributária para... Muitas pessoas diziam: “O Governo só apresenta a Reforma Tributária para poder aprovar a CPMF”. Não é verdade. Nós queremos aprovar a CPMF, é importante sim a prorrogação da CPMF, e estamos dispostos a discutir o que será feito com a CPMF, daqui para frente. Mas, aí, o que nós queremos é apenas ter uma visão abrangente, quer dizer, existem demandas de redução progressiva da CPMF, nós estamos trazendo para discussão; é mais importante desonerar a CPMF ou mais importante usar o espaço fiscal que você teria para desoneração da CPMF para fazer desoneração de outros tributos? Acho que é uma questão pertinente porque se a decisão for à CPMF, obviamente está reduzindo espaço do que pode ser feito em outros tributos. E mesmo dentro da CPMF existem incidência mais extorsivas que outras, por exemplo, a incidência sobre o crédito é mais extorsiva sobre incidência sobre operações comerciais. A incidência nas operações comerciais da CPMF ela é basicamente um imposto cumulativo de alíquota 0,38. Se o PIS e COFINS foram bem calibrados, o imposto cumulativo de 3,65 foi transformado num não cumulativo de 9,25. Então, um 0,38 daria basicamente um não cumulativo de um ponto percentual. É disso que nós estamos falando nas operações comerciais. Agora, ela alcança, tem um alcance muito maior do que tem, em termos de pegar o setor informal e operações que normalmente não são tributadas, do que outros tributos.

Então, queremos discutir também, dentro da CPMF, o que é mais extorsivo e o que não é. Mas queremos fazer essa discussão separada da Reforma Tributária. Existem muitas propostas que circulam por aí, além da proposta de redução progressiva da CPMF, tem propostas de compensar a CPMF com outros tributos que são devidos, que acabaria mantendo a tributação do setor informal, tem propostas de acabar com a CPMF, incorporá-la dentro do imposto sobre valor agregado. Eu já vi várias propostas por aí. Nós estamos abertos para discussão, não temos uma posição definida, mas queremos fazer a discussão de forma racional.

Com relação à destinação atual, Senador, se eu não me engano, posso estar equivocado, mas se eu não me engano, das alíquotas de 0,38, 0,20 vai para saúde, 0,10 para a previdência e 0,08 para o fundo de combate à pobreza. Hoje, as despesas do Bolsa Família são maiores do que o montante total do fundo de combate à pobreza. Então, o Bolsa Família hoje já é maior do que o fundo de combate à pobreza, e aí eu volto um pouco numa questão que eu coloquei na minha apresentação, que é a minha preocupação com vinculação. Nós temos a vinculação ao fundo de combate à pobreza, desde que ele foi criado, não lembro mais agora, mas, desde que quando ele foi. Foi naquele momento que a alíquota da CPMF passou para 0,38, se não me engano, não sei. Mas foi, desde o momento em que ele foi criado. Mas, efetivamente, o que vem sendo feito, até recentemente, é o Governo tentando encontrar um monte de coisas para dizer que cabia dentro do conceito de fundo de combate à pobreza e desalocando os recursos para financiamento dessas ações.

Hoje, nós temos um programa que claramente é compatível com o espírito que se pretendia para o fundo de combate à pobreza. que é a Bolsa Família e que é maior do que o Fundo de Combate à Pobreza e aí é o que eu chego. A vinculação, para mim, não é a forma adequada de fazer política pública porque havia vinculação de Fundo de Combate à Pobreza e ele não levava ações que correspondiam, em montante integral, ações que correspondiam àquela finalidade. Agora, vem um bom projeto, projeto do Bolsa Família, e ele é maior do que a vinculação.

Portanto, o que deve definir o gasto são os bons projetos e não as vinculações. Esse é um ponto que eu defendo sempre. O essencial não é a vinculação, são os bons projetos. Os bons projetos atraem os recursos. É esse o ponto que eu acho que é importante da gente ter e não é necessário ter recursos vinculados para financiar um bom projeto. Se o projeto for bom, ele vai ser financiado de qualquer forma. E a decisão

do Presidente Lula foi claramente de que o Bolsa Família era um bom projeto, e é mesmo, e dá prioridade no seu financiamento.

Com relação à questão da Renda Básica de Cidadania, eu não me sinto, eu não tenho condição de discutir aqui, porque esse é um assunto que envolve outras áreas de Governo, eu estaria extrapolando um pouco a minha competência dentro do Governo para trazer para discussão. E, certamente, desse ponto de vista, eu não tenho também como discutir como é que seria feito o financiamento de uma eventual migração para Renda Básica de Cidadania. Mas, volto a falar, são os projetos que geram os recursos e não a vinculação que gera os recursos. Esse é um ponto que eu queria, eu sei, eu defendo sempre. Eu acho que vinculação não seria a forma adequada de financiar um projeto desses. Se o projeto é bom, então, ele vai se... Ele se financia.

Com relação às questões que o Senador Marconi Perillo colocou. Primeiro a preocupação com a composição do fundo de valores. Eu falei. Eu apresento aqui o mínimo e a composição, no mínimo, garante para cada região, esses valores. E aqui eu já queria responder à questão que o Senador Tasso Jereissati trouxe aqui da... Da assessoria, que é... Como é que vai ser feito o financiamento das áreas que estão fora dessas áreas prioritárias. Como eu falei, a nossa proposta é garantir, no mínimo, a alocação dos recursos que já existem hoje para cada uma das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste. Certamente vai ser mais porque elas são prioritárias.

Agora, o financiamento das demais regiões virá do adicional que vai ser transferido ao fundo. Como eu falei, vai ter um adicional além daquilo que já é aportado hoje. E, eventualmente, até de dotações orçamentárias adicionais livres, que sejam aportadas para o fundo. Então, ela não vai competir com aquilo que já existe. O que nós estamos falando é o seguinte: O montante total que foi... Será alocado por esse fundo nacional vai ser maior do que existe hoje para as três regiões e garante-se que vai ser para cada uma das três regiões vai ser aportado o que já é aportado hoje, o que significa que as regiões que estão fora vão ser dentro do adicional que vai ser aportado para esse Fundo Nacional do Desenvolvimento Regional. Quem define essa alocação, a rigor, a princípio, é o Ministério da Integração; quem define como é que vão ser as prioridades regionais é o Ministério da Integração. Eu não tenho dúvida de que vão ter mais recursos para a região Nordeste, até porque o Ministro da Integração é do Nordeste, pelo menos, os dois que teve esse Governo foram da região Nordeste, aí, eu não tenho muita dúvida que a região Nordeste terá mais recursos do que

tem hoje, dentro do modelo que está sendo proposto. Agora, sem vinculação, e, de fato, é a região que mais precisa. Quero deixar bem claro aqui. Se a gente for olhar a qualidade, em termos de intensidade, densidade populacional e grau de desenvolvimento, a região do Nordeste é claramente aquela que mais precisa de incentivos para desenvolvimento regional.

Com relação à questão da renúncia nas exportações, Senador, aqui tem uma questão que eu acho que é... Eu acho que nós temos, uma das questões que nós estamos discutindo em paralelo com a Reforma Tributária, é tentar equacionar a questão do... Da questão da Lei Kandir, de uma forma racional. Essa é uma proposta que nós apresentamos. Hoje eu não teria muito como detalhar aqui. Agora, tem uma questão que conceitualmente eu gostaria de trazer. Do nosso ponto de vista, a tributação das exportações, ela não pode ser feita com objetivos de arrecadação. É por isso que, no nosso modelo de sistema tributário, do IVA Estadual, IVA Federal, as tributações, as exportações são completamente desoneradas, porque esse é o modelo adequado do ponto de vista que tem um sistema neutro não extorsivo. Em alguns casos, que se julgar necessário tributar exportações, o instrumento adequado para fazê-lo é o imposto de exportação. Não é um imposto de caráter arrecadatório e que não tenha uma visão nacional, como é o caso do ICMS. Existe uma preocupação nossa em... Só queria deixar claro que o problema de desoneração das exportações, na verdade, ele deixa de existir quando se tramita para a tributação no destino, porque não vai haver nenhum imposto arrecadado num Estado A, que vai ter que ser ressarcido pelo Estado B. Portanto, não haverá nenhuma perda efetiva de Receita no Estado B, em função de ter empresas exportadoras. O nosso atual, o nosso sistema hoje, em que os Estados não gostam de exportadores, e essa é a verdade, eles não gostam porque eles acumulam créditos que o Estado tem que ressarcir, muitas vezes, de ICMS que foi pago em outro Estado, é um sistema que desestimula, faz com que os Estados não tenham interesse em atrair empresas exportadoras; a “Guerra Fiscal”, no país, é toda feita para atrair empresas que vendem para o mercado doméstico e não empresas exportadoras. Os Estados querem ver pelas costas as empresas exportadoras hoje por causa das deficiências do nosso modelo. Isso é muito ruim do ponto de vista do desenho institucional do país.

Então, nós temos, sim, um interesse de resolver de forma racional, se o senhor quiser, eu tenho... É muito técnico para poder explicar aqui num prazo muito curto. Se o senhor tiver interesse, eu posso vir lhe apresentar o modelo, em detalhe, do que nós pen-

samos que pode ser feito. Nós estamos discutindo isso em paralelo com a Reforma Tributária.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Secretário. Só interromper--

DR. BERNARDO APPY: Sim.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Bem pontual aí. Quer dizer, então a gente não teria aí um argumento a mais a favor das EPEs, quer dizer, o Estado tem realmente, não se beneficiam com a exportação, com as empresas exportadoras não seria um motivo a mais para termo EPE?

DR. BERNARDO APPY: A questão das EPE do ponto em vista do ICMS é complicado, hein? Quando tiver no destino, não tem mais esse problema. Mas, do ponto de vista de ICMS, é complicado. Só para dar um exemplo. Eu não sei muito bem como é que está. Acho que, no projeto da EPE, eu não sei muito bem como é que está tratada essa questão do ICMS, mas é um pouco complicado, porque se você disser o seguinte: “Olha, para as EPEs as vendas domésticas seriam desoneradas de ICMS”. Só para dar um exemplo--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está se pensando em 20% só permitido para a venda doméstica e aí com todos os impostos.

DR. BERNARDO APPY: Não, não, estou falando. As vendas, as saídas, as entradas, os produtos vendidos para as EPEs; se for adotar o mesmo modelo que nós estamos propondo... Para os tributos Federais, nós estamos propondo suspensão, ou seja, o tributo, o produto entra sem cobrança no Tributo Federal; aqueles 20% que saem, que podem ser vendidos no mercado doméstico, você cobra os tributos Federais que não foram cobrados na entrada e ponto. Isso resolve. Para o ICMS, é um pouco mais complicado porque, se você compra com suspensão de ICMS, por exemplo, um produto que vem de outro Estado, as EPEs estão no Estado B, você compra um insumo que vem de Estado A, está certo? Quem deixa de recolher o tributo é o FISCO do Estado A, na suspensão. Aí, depois, na hora que sair aquele produto, por exemplo, para o mercado, se for exportado, não tem problema nenhum, está dentro do espírito de estimular as exportações. Mas, se saírem os 20% que saíram para o mercado doméstico, como é que você vai fazer? Você vai ressarcir uma parte do ICMS desse tributo que você paga para o Estado A? É algo que é um pouco complicado, do ponto de vista do desenho. Eu só queria dizer, a questão do ICMS não é assim, os tributos Federais, as EPEs, eu acho que está bem equacionado o modelo que a gente discutiu lá, recentemente, no gabinete do Senador Renan. Para o ICMS, não é tão simples assim. Eventualmente tem uma solução. Só estou querendo dizer e eu acho que não pode ser também uma Lei Federal que determine

isso. Isso tem que ser uma coisa um pouco mais complexa do que isso. Só estou dizendo que não é de todo simples. Quando tiver tributação no destino, que é a nossa proposta na Reforma Tributária está resolvido. Aí não tem problema nenhum. Aí a tributação do ICMS é completamente compatível com os EPEs. É por isso que eu estou falando, o problema hoje é a tributação na origem. Ela gera muitas distorções, gera incentivo à “Guerra Fiscal”, gera distorções importantes na tributação do comércio exterior--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

[risos].

DR. BERNARDO APPY: Não. Mas nós estamos construindo aqui um modelo que vai ter o acordo de todos. Eu também sou paulista. Queria dizer, assim, muito preocupado com o desenvolvimento regional, mas eu também sou paulista. Para colocar.

Bom, e finalmente, o apoio à SUDECO, Senador, teríamos, já existe hoje uma coisa próxima, o CONDEL, lá do FCO, já é um Conselho que se aproxima mais ou menos do que... De todos os Estados, é o que tem mais próximo do Conselho Deliberativo da SUDENE e da SUDAM, na forma como é proposta.

Então, na verdade, a idéia é sim avançar no projeto da SUDECO, nos mesmos moldes que foi feito para a SUDENE. O projeto tem um modelo. Então, agora, eu acho que é relativamente fácil de fazer, a partir do modelo que já existe, e, com relação a isso, se for possível ajudá-lo, não sei se é necessário, se for possível, estou à disposição para ajudá-lo. Eu não sou tão... Não sou tão poderoso assim, como o senhor falou não. Eu sou só um técnico que tenta ajudar a construir um bom desenho.

Acho que é isso que me foi colocado. Eu queria dizer que estou à disposição do Senado e dos Senadores para aprofundar a discussão, se for possível. Volto a dizer que o que está sendo apresentado pelo Governo Federal vai muito na direção do que já vinha sendo proposto no modelo da SUDENE e da SUDAM, que foi aqui aprovado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Agradeço ao Dr. Bernardo Appy. E gostaria, Dr. Bernardo, em nome do Senador Tasso Jereissati, que não está aqui presente, não pôde esperar o final da reunião, por ter uma audiência no Ministério da Pesca, ele solicitou-me que dissesse ao senhor que gostaria de ter uma nova reunião, após o conhecimento e o aprofundamento do projeto, para que a gente possa realmente formar uma opinião a respeito do assunto. Portanto, eu agradeço a presença de V.Sa., quero dizer aos senhores Parlamentares que esse material que está sendo distribuído é uma série histórica dos

Fundos e também o IDH de todos os cinco mil e tantos Municípios e quero, na oportunidade, agradecer a todos os representantes, Secretários de Fazenda que estão aqui presentes, técnicos que vieram, sem dúvida nenhuma, ajudar e abrilhantar esta audiência pública. Portanto, os consultores do Senado que também se fazem presentes, o nosso agradecimentos, agradecimento a assessores de Parlamentares, que não puderam estar presentes, mas que encaminharam os seus assessores para que eles ficassem informados a respeito do fundo. Quero, mais uma vez, Dr. Appy, agradecer a V. Sa., a boa vontade, a tranqüilidade com que veio expor e a disponibilidade que V. Sa. tem mostrado em relação a essas questões que afligem a maioria dos Senadores aqui, do Senado... A maioria dos Senadores, bem como a nossa inquietação em relação ao projeto SUDAM e SUDENE, eu gostaria que V. Sa. soubesse que a Comissão de Desenvolvimento Regional é uma Comissão nova, mas que se debruçou, por dois anos, nesse projeto e, obviamente, ela gostaria de intensificar esse debate e ver a sua proposta também discutida. Portanto, agradeço a V. Sa. e me coloco aqui à disposição, à Comissão de Desenvolvimento Regional, para que o senhor, oportunamente, marque uma nova data aqui. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 14h22.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE JUNHO, DE 2007, ÀS 19:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dezenove horas e trinta minutos do dia vinte de junho do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Subcomissão Temporária da Reforma Tributária com a presença dos Senadores Francisco Dornelles, Neuto de Conto, Jayme Campos e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Mão Santa e Raimundo Colombo. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública com a presença da Sra. Maria Helena Zockum, Coordenadora de Pesqui-

sa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Fipe, e do Sr. Fernando Antonio Rezende Silva, Professor da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Após as exposições dos convidados, usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles, Flexa Ribeiro e Neuto de Conto e, ainda, os Senhores Samuel de Abreu Pessôa, Assessor Técnico do Senador Tasso Jereissati, José Patrocínio da Silveira e Alberto Zouvi, Consultores Legislativos do Senado Federal, e José Roberto Afonso, Economista do BNDES e da Unicamp. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e duas horas e dois minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Tasso Jereissati**, Presidente da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Havendo número regimental declaro aberta a 7ª Reunião da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizando-se em 20 de junho de 2007, às 19h, na sala de reuniões nº. 19, Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Senadores que concordam queiram permanecer como estão. A Ata está aprovada.

A Audiência Pública, continuação das Audiências Públicas a fim de discorrer sobre a Reforma Tributária. Agradecemos e convidamos para sentar-se à Mesa os nossos convidados de hoje, o Prof. Fernando Resende Silva, professor da Fundação Getúlio Vargas, e a Drª. Maria Helena Zockum, Coordenadora de pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, FIPE, a quem agradecemos a presença e o atendimento ao nosso convite. Com certeza são dois professores do mais alto nível e conhecedores profundos das matérias que essa Subcomissão discute durante o decorrer desse ano e vão enriquecer de maneira importante os conhecimentos e as conclusões dessa Subcomissão.

Começando pedindo desculpas, hoje o IBOPE é pequeno porque a competição é grande aqui com a sala ao lado. Mas o coração dessa Subcomissão está aqui presente, vai ser transmitida pela televisão também, e vai ser parte importante das conclusões e das discussões que nós vamos levar adiante com o Governo na Reforma Tributária.

Passo a palavra a Srª. Maria Helena Zockum, coordenadora de pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. O Prof. Dornelles tem problema de... Meia hora cada tá bom? Tá dentro do seu tempo?

Eu gostaria de manter o possível, mas nós estamos começando tarde.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem. Como esse é o nosso último compromisso, eu acho que nós podíamos estender as palestras.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): A preocupação só que é importante, o Dornelles pediu, queria muito ouvi-los, mas ele está de avião marcado.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, nada impede que ela fosse... Fizesse uma apresentação mais extensa porque depois ainda que eu não estivesse presente até o final do Fernando, eu depois encontro pessoalmente com ele e ele me dá aula aí da...

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Por favor.

SRA. MARIA HELENA ZOCKUM: Bom, em primeiro lugar eu gostaria muito de agradecer esse convite, e eu estou aqui em nome de um grupo muito maior de pessoas que estudam a questão tributária brasileira muitos anos, há pelo menos uns 30 anos, mas que tem trazido contribuições, e propostas de Reforma Tributária pelo menos depois que o Brasil começou a abertura econômica que a questão da competitividade começou a ficar mais importante, então nós estamos trabalhando nisso há muito tempo. E como as coisas não acontecem, e como o País vai mudando, os problemas vão se agravando, essas propostas vão sendo modificadas. Então essa que eu vou trazer é a nossa última contribuição, é a mais recente. Então é aquele grupo de pessoas que participou desse Projeto sob a minha coordenação.

Bom, eu não vou... Claro que falar sobre para que é necessário uma Reforma Tributária, dizer por que é necessário. Acho que não é aqui que a gente... Não precisa convencer ninguém de que ela é necessária. Mas eu queria enfatizar alguns pontos. O problema da competitividade comprometida da economia brasileira por conta do sistema tributário é uma série de questões que vocês já conhecem muito bem. Eu queria, mas pelo menos enfatizar aquela última linha, que é um dado novo. Nós sabemos muito que o custo é muito elevado, mas a gente não tinha informação concreta, numérica de quão elevado é esse custo. E o Banco Mundial, ele faz uma coisa terrível para nós. Ele fica nos comparando, ele compara os Países em termos de vários variáveis. Nesse caso ele comparou quanto tempo uma empresa média gasta para pagar os tributos durante um ano e o custo administrativo para cumprir as obrigações fiscais. Então esse quadro aqui na primeira coluna vocês têm a variável que ele está

medindo, na segunda o valor dessa variável no Brasil, e bent-mark que são vários Países diferentes e lá no último é a posição brasileira entre 175 Países. Quanto maior a posição é pior a situação. Eu vou chamar só atenção para a segunda linha ali. O número de horas por ano para cumprir as obrigações fiscais, o Brasil está em último lugar. É o País que uma empresa média mais gasta tempo para cumprir as obrigações fiscais é o Brasil. 2.600 horas por ano. Abrindo isso, onde é que ele gasta esse tempo? Eu peguei diretamente a tabela que o BANCO MUNDIAL publica, vocês vejam lá na última coluna que daquelas 2.600 horas que ele gasta para cumprir as obrigações fiscais num ano o principal responsável é o ICMS que é o mais complicado, é uma legislação extremamente complexa, cheia de exceções, todo o nosso sistema tributário dá margens para interpretação e por isso dá... Enfim, as empresas ficam à mercê de atitudes enfim, pouco recomendáveis num País civilizado. Ali está um grande problema. Ali tem o Imposto de Renda pessoa jurídica também, as contribuições sociais, o resto eles nem coletaram informação. O que seria, portanto um número de horas muito maior.

Então, o primeiro ponto era esse. Quer dizer, nós precisamos simplificar esse sistema. O segundo ponto que eu queria chamar atenção, eu acho que vocês já conhecem esse gráfico, é a extrema regressividade do sistema tributário brasileiro. Uma família que vá comprar tudo no mercado formal, faz essa família levar para o fisco, se ela ganha até dois salários mínimos 49% da sua renda para o fisco. Enquanto as famílias com mais de 30 salários mínimos de rendimento está aí com uma carga tributária de 26%. Então é um sistema tributário muito regressivo, e tem sido intensificado. Aí tem números mesmo. Na segunda coluna nós temos a carga tributária total em termos de impostos diretos e indiretos, isso foi calculado pelo IPEA em dois mil e pouco, mas com dados de 1996. Então vocês observam como aumentou a regressividade. A última coluna mostra qual foi o acréscimo em pontos de porcentagem da carga tributária por nível de rendimento das famílias. Está aí embaixo. Tem o IPI, o ICMS, o PIS, COFINS, o ISS, o Imposto de Renda, as contribuições trabalhistas, o IPVA e o IPTU está tudo incluído porque a fonte de informações é a posse. A pesquisa de orçamentos familiares. Então o que está acontecendo? Entre 1996 e 2004 as famílias mais pobres tiveram um aumento na sua carga tributária de 20,6% enquanto as mais ricas de 8,4%. Quer dizer, nós temos... Cada vez que a gente mexe no sistema a gente piora o problema do ponto de vista distributivo. O que é dramático no País com uma distribuição de renda tão ruim.

Então essa regressividade tão intensa ela ocorre por causa da imensa cunha tributária que existe nos bens e serviços em geral. Em média, os produtos de consumo têm seus preços majorados em 70% por causa dos tributos que é um montante sem paralelo no mundo. E eu vou passar rapidamente aqui. Isso é conta que os contabilistas fazem medindo qual é a diferença entre o preço de um produto sem imposto e com a totalidade dos impostos. É aquele instituto de planejamento tributário que faz essas contas. São 48 produtos. Então vocês vejam que, por exemplo, vejamos lá, macarrão. Macarrão, se o custo dele é de um real para fabricar, quer dizer, o custo dos fatores dele, ele vai sair por um real e cinqüenta e pouco, cinqüenta e dois, ali, por exemplo, porque esses cinqüenta e dois centavos é a cunha tributária. Então é um conjunto de impostos que onera muito a cesta de consumo das famílias. Aqui só tem bens de consumo. Aqui eu tive que mudar de gráfico porque a mediana já subiu para 70%. Vejam ali a energia elétrica. É coisa de oitenta e tantos por cento. É majoração de preço de um quilowatt/hora por conta da tributação que você sabe que extremamente entre cada um, o imposto sobre o outro. É difícilimo de calcular porque por dentro... Enfim, é complicadíssimo.

E aqui na última tabela eu tive até que mudar o eixo, porque aí estão aqueles produtos que são os mais onerados, chegando lá na aguardente quintuplica o preço do bem. Então é um sistema tributário que realmente onera a cesta de consumo no montante muito expressivo. O que é que a gente pode concluir só como a guisa de diagnóstico? O Sistema Tributário Brasileiro que há 40 anos sofreu uma reforma que o colocou no estado das artes na época, ele é como um tecido que envelheceu sem cuidado. Não cabe mais remendo nele. Não tem mais conserto. Na nossa visão ele não tem mais conserto. Fazer reforma num sistema tão ruim eu acho que é a gente gastar energia numa coisa que não vale a pena. O que nós achamos é que o Brasil não precisa... Não é de uma Reforma Tributária, mas de uma mudança no sistema tributário. É uma coisa muito mais profunda que devolva a ele aquilo que a teoria econômica recomenda para o sistema racional. Ele tem que ter os atributos clássicos do sistema tributário. Não vou dizer que algum País tenha isso porque esse é o sistema ideal, mas ele tem que ter uma eficácia, quer dizer que ele cobre do consumidor aquilo que ele pode pagar, que ele seja neutro, que ele seja eficiente, que ele não distorça os preços relativos. Um sistema deve ter... Teoricamente o sistema tributário não deve alterar os preços relativos, estou falando como Economista, os preços relativos que teria sem os impostos.

Então, e não é nada disso, como vocês viram. Cada um tem uma coisa. No passado remoto se achava que a essencialidade do bem deveria definir a alíquota. Mas isso é uma interferência na escolha do consumidor, na escolha do investidor, isso o Estado não deve fazer. O princípio da neutralidade exige isso, porque é o princípio da eficiência para que o mercado aloque melhor seus recursos, o consumidor faça suas escolhas sem essa interferência, e isso gera uma eficiência maior na economia e, portanto, um crescimento econômico maior. Ele tem que ser equânime, o princípio de equidade. As pessoas devem pagar de acordo com a sua capacidade, com a sua renda. E não de uma maneira arbitrária como é feita hoje. Ele tem que ser competitivo. Um sistema tem que permitir que as empresas possam ter o menor custo possível para cumprir suas obrigações fiscais para serem competitivas. As empresas estão aí tendo que lutar para vencer a concorrência no mundo e tem o peso imenso de ser aquele órgão que coleta imposto do consumidor para pagar para o fisco, e o consumidor nem sempre aceita pagar, o consumidor não sabe qual é a carga tributária que ele está pagando, mas ele vê no preço isso. Então ele se nega a pagar e tá aí toda a economia informal dentro desse sistema é inevitável que ela seja e muito elevada. E, portanto, além de tudo ele tem que ser um sistema simples, com regras claras, transparentes, sem exceções. Porque é nas exceções, é na opacidade das regras que a corrupção acontece. Eu não quero usar palavras pesadas, mas é que a corrupção acontece.

Então você tem de um lado o consumidor que não tem renda para pagar um preço com a totalidade dos impostos que o Governo, que a lei exige, e do outro lado uma empresa que tem que repassar para o fisco um imposto que nem sempre ela consegue recolher do consumidor. Então está aí um espaço, um ambiente para todo tipo de comportamentos menos éticos.

Bom, o que é que nós... Então, qual é a nossa proposta? A proposta de mudança no sistema tributário é uma que procura recuperar aqueles princípios. Esses cinco princípios que eu falei. Voltar atrás, e fazer isso. O que nós fazemos? Nós fundimos em dois tributos os nove tributos que hoje respondem por 77% da arrecadação total do País. Então são dois tributos. O primeiro tributo o que é? Ele substitui o ICMS, o IPI, o ISS, o PIS/PASEP, o COFINS e o SIMPLES, que é tão festejado num sistema tão ruim como o nosso, mas no sistema racional ele também não tem espaço por imposto de consumo, de bens e serviços nacionais e importados incidentes sobre o valor adicionado de todos os setores sem exceção. Aí é tudo. No máximo a gente pode ter lá nos serviços cujo valor adicionado é muito parecido com o faturamento ter um valor adicio-

nado presumido para simplificar a vida dos pequenos serviços. Mas é um valor adicionado sobre todos os... Toda a cadeia produtiva, e aí que está a questão de competência da federação. Não é nem federal, nem municipal nem estadual. É da federação. Com a receita compartilhada pela União, pelos Estados, Distrito Federal, pelos Municípios. Numa distribuição que seja automática. A nossa idéia o que é? Que se estabeleça com a participação de cada Estado, de cada Município e cada vez que o contribuinte for no caixa de um Banco pagar o seu tributo, automaticamente essa transferência é feita. Para evitar que seja concentrado receita, por exemplo, na mão da União e aí ela fica toda desconfiança que existe entre Estados e entre União seria algo insuperável. Então a distribuição teria que ser automática dessa maneira dado que antes se definiu com precisão qual é a participação de cada Estado, de cada Município na arrecadação desses impostos. Seria um imposto com alíquota, como eu disse, o sistema tem que ser neutro. Então seria uma alíquota única de 12%, e uniforme todas as operações internas. Nada de ter imposto diferente, alíquota de 25% não sei aonde, de 490... Não. Uma alíquota única de 12%. O objetivo é simplificar e restabelecer a neutralidade. Ela não incidiria investimento em exportação por definição porque é imposto de consumo, isso significa que haveria um aproveitamento imediato dos créditos a vista não ficasse a história dos Estados ficarem discutindo a Lei Kandir, quer dizer, não há solidariedade nenhuma entre os Estados e a União em algo que é do maior interesse da Nação. Essa discussão é absurda. Que você não pode tributar investimentos exportação. Então o fato de ser um imposto da federação liquidaria com essa questão. E aí também não se aplica a questão de conceito de comércio interestadual porque o imposto é da federação, não é origem e destino. É todo mundo está na mesma base do mesmo sistema. Por que é que 12% foi alíquota que nós escolhemos? Porque ela equivale à menor alíquota do SIMPLES. Alíquota de 4,5 sobre o faturamento do SIMPLES que é a menor ela gera a mesma arrecadação em média do que a alíquota de 12% no valor adicionado. Esse foi o primeiro critério de escolha. O segundo critério foi olhar os outros Países. Entre os 33 Países que adota a IVA, o Impostos sobre Valor Adicionado, alíquota média é de 11%. E uma alíquota de 12% ela reduz muito aquela cunha fiscal que eu mostrei que é em média de 70% hoje e desestimula a informalidade. Aí, sim, eu acho que a fiscalização teria que ser violenta, até para mudar atitudes e hábitos que foram instaurados, estão arraigados na cultura nacional por conta de um sistema tributário tão complicado com uma cunha tributária tão elevada.

A segunda parte, o segundo imposto que a gente está trazendo é substituir Imposto de Renda de pessoa física, pessoa jurídica, as contribuições sociais sobre lucro líquido, as contribuições a Previdência dos empregados e empregadores que é o imposto sobre o trabalho, por um Imposto de Renda abrangente sobre todos os rendimentos sem exceção sem abatimento, sem dedução, sem redução, sem isenção, sem exceções. Com uma alíquota uniforme de 17%. Por que isso? Vamos ver se tem mais alguma coisa adiante.

Bom, primeiro por que alíquota de 17%? Os Países que adotam o sistema proporcional *flat tax* são os do leste europeu. E lá as alíquotas variam de 12 a 33%. Então está aí dentro desse intervalo. E 17% é uma alíquota que reduz moderadamente a carga tributária total. E isso viabiliza essas mudanças tributárias em prazo razoável. Depois da discussão talvez eu possa entrar em outros detalhes. Que resultados que a gente espera desse sistema? Primeiro que é que a receita compartilhada entre as três esferas de Governo passa dos 41% atuais para 73% da arrecadação total. E há uma desconcentração substantiva na renda das famílias, na renda disponível líquida das famílias. Esse ponto eu quero enfatizar. Aqui está invertida a cor. Então vocês vejam, na primeira parte do gráfico vocês têm a coluna azul, são os impostos indiretos como porcentagem da renda das famílias e lá aquela pontinha vermelha são os impostos diretos. Então vocês observam que há uma certa progressividade no Imposto de Renda, nos impostos diretos, que é mais do que compensada pela regressividade dos impostos indiretos. O resultado dessa proposta é o lado de lá. Então, a carga tributária para todo mundo cai. Mas caem mais para as famílias com menor nível de rendimento. E também quero que vocês observem que a proporção entre os impostos indiretos que são necessariamente regressivos e os diretos, ele muda. Fica muito mais, os impostos indiretos começam a participar mais na arrecadação total. O que é que acontece? Essa mudança implica no aumento de 33% para 16% de todas as famílias que são aquelas que ganham até dois salários mínimos, esse ganho vai diminuindo chega lá em 5% de ganho, de aumento de renda nas famílias com mais de 30 salários mínimos que representa 5%, enfim, cinquenta e tantos por cento das famílias teriam um ganho líquido de mais de 10%. Esse é o resultado que um sistema como esse teria. O que mais a gente pode pensar? Bom, aqui é simplesmente o impacto de primeira ordem. Claro que uma mudança de preço relativo como essa mudança de sistema implica, vai desencadear todo o movimento na economia, o resultado final eu não sei porque depende da elasticidade de oferta e demanda de cada mercado. Mas o primeiro

impacto é uma redução média de 19% nos preços. Isso na hipótese de que toda redução dos impostos indiretos fossem transferida para preço. Aumenta brutalmente a transparência de todo o sistema, uma alíquota única, sobretudo inibindo fraudes e corrupção, desestimula fortemente a informalidade porque essa cunha tributária diminui e estimula o consumo porque você aumenta mais a renda das famílias mais pobres, reduz o custo dos investimentos privados e públicos porque você... O crédito do IVA seria imediatamente reconhecido, desonera as importações pelo mesmo motivo.

Agora, tem um problema. É que essa... Na nossa visão, essa simplificação do sistema tributário que envolve a redução do número de tributos nos parece incapaz de gerar a mesma arrecadação de hoje. Por quê? Porque as alíquotas requeridas seriam muito elevadas e incobráveis. Se nós tivéssemos a mesma base atual e fundindo os mesmos impostos nós teríamos uma alíquota de 70% que é a alíquota de hoje. É cobrável isso?! Quer dizer, nós só conseguimos, na nossa visão, nós só conseguimos arrecadar o que nós arrecadamos porque o sistema é extremamente opaco. Ele não tem transparência nenhuma. Ninguém sabe quanto paga de imposto. É por isso que nós conseguimos arrecadar. Com todos os malefícios que isso gera no crescimento econômico, nas situações econômicas, na eficiência econômica. Mas é só por isso que a gente consegue arrecadar. Agora, na mesma base simplificar, fundir para cobrar 70% de alíquota eu acho que não dá. Acho que teria que ter... Bom, enfim. Então não é possível.

Então, por isso que nós continuamos com a proposta dizendo o seguinte, que há uma pré-condição para um sistema simplificado dessa ordem. Esse sistema ele consegue arrecadar 28% do PIB. É isso que um sistema racional como esse consegue arrecadar de recurso. Quando a carga tributária hoje já alcançou 34%. Por isso é que mudanças na forma de tributar elas devem ser precedidas na nossa visão de mudança no gasto público para reduzir o crescimento e não a despesa de custeio, que isso é impossível, mas reduzir o crescimento das despesas de custeio e reduzir os gastos da Previdência. Acho que sem fazer isso, olha, nós estamos discutindo Reforma Tributária nos tempos modernos depois de abertura 20 anos. A gente só tem piorado as coisas. Quer dizer, tentar fazer mais um remendo acho que vai piorar ainda mais, aquela regressividade acho que vai piorar ainda mais. Acho que não é esse o caminho. Eu vou passar muito rapidamente.

Então, o que acontece? Na nossa visão não dá para fazer uma mudança no sistema tributário sem mexer na despesa. Eu acho que isso é... A primeira...

Deixa eu só fazer um registro histórico. A primeira vez que nós propusemos uma Reforma Tributária, foi em 1989, 90, era muito fácil. Porque naquela ocasião a carga tributária de 23% e o sistema racional conseguia arrecadar 23%. Conseguia. Hoje em dia não dá mais. A gente já está fazendo um esforço para arrecadar 28, mas não dá para arrecadar 34.

Então, o que nós propomos para reduzir o ritmo de crescimento do gasto do consumo do Governo? Entre 95 e 2004, o consumo do governo aumentou em termos reais 5,6% ao ano. Isso enquanto o PIB cresceu 2,5% ao ano. O consumo per capita do Governo, quer dizer, enfim, a relação do consumo por habitante, cresceu a 4% ao ano. A nossa proposta é muito simples. Quer dizer, simples em termos de objetivo. É levar o gasto de consumo do Governo a crescer no mesmo ritmo de crescimento da população, 1,4, 1,5% ao ano pelo menos pelos próximos cinco anos. Racionalizando a despesa, tendo ganhos de produtividade. Eu não acho que seja uma grande reforma administrativa, não. Lá o IPEA tem propostas muito interessantes... Vou dizer o que é. Então fazendo o quê? Nós precisamos fazer essa lei da Lei de Responsabilidade Fiscal funcionar melhor, limitando, por exemplo, o endividamento do Governo Federal, criar um Conselho de Gestão Fiscal para que os parâmetros de cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal não sejam burlados, enfim, pelos entes da federação. Fazer cortes graduais nos gastos públicos e melhorar a gestão do recurso disponível. Têm vários estudos que têm mostrado, por exemplo, que o gasto por educação por aluno não tem a mesma contrapartida de desempenho do aluno. Tem alguma coisa errada. Pode melhorar isso. Tem formas de melhorar a gestão. Não precisa fazer grandes reformas nisso. Tem que flexibilizar talvez os limites mínimos de gasto com educação e saúde, reduzir as vinculações de receita, reduzir o número de Ministérios, a gente só faz aumentar a máquina administrativa, fazer cortes, isso até a legislação permite. Corte de pessoal por insuficiência de desempenho, excesso de contingência, só que ninguém... Não é utilizado. A questão da cota mínima no fundo de participação de Municípios que fez essa proliferação enorme de municípios com máquinas administrativas custosas, a gente teria que resolver. Adequar a folha de pagamento do funcionalismo público aos padrões de mercado. Esse absentismo é incrível, é um absentismo que não faz sentido no serviço público. Aumentar a cobertura das compras de Governo através dos leilões eletrônicos. Enfim, aumentar a eficiência e eficácia dos programas sociais também, o IPEA tem propostas muito interessantes do Ricardo Paes de Barros. E na Previdência Social que talvez seja a questão mais complicada. Primeiro,

há uma constatação óbvia, claro que os senhores já conhecem isso há muito tempo. Nós estamos completamente fora do mundo na questão da Previdência Social. Nós gastamos na seguridade social como se nós... Nós temos 5% da população com mais de 65 anos. E nós gastamos na Previdência Social como se nós tivéssemos 15% da população envelhecida. E não é verdade. Então aquele gráfico ali mostra o gasto com seguridade social, basicamente são os benefícios da Previdência, contra a proporção das pessoas com 65 anos ou mais a população total. E aquela linha ali é uma média internacional. Vocês observem que o Brasil está gastando quase 12% do PIB para benefícios sociais, tanto do regime geral quanto do funcionalismo público, está completamente fora de lugar. Então é um gasto excessivo para economia brasileira. E mais, qual é a nossa proposta? Primeira constatação de que 40% da despesa com benefício é financiado, já é financiado com recursos tributários gerais que não tem vínculo nenhum com folha de pagamento. Financiado por gente que às vezes nem vai ter nunca benefício da Previdência. Porque esse, o recurso, está sendo financiado com todos os impostos. Não só por causa do déficit, quanto pelas contribuições, COFINS, CPMF, que é para isso consumo, também recai sobre tudo. Sobre comércio internacional, sobre poupança, sobre consumo, sobre tudo. Então a proposta é: Primeiro, eliminar as contribuições sobre folha de pagamento sobre salários como parte das reformas das mudanças do sistema tributário e o financiamento da previdência ele é totalmente feito com recursos gerais do Tesouro Federal. Transparente. Claro. Já é feito quase que totalmente. Então faz tudo. Agora, e nos benefícios o que a gente está propondo? Criar para os novos entrantes no mercado uma renda básica para o idoso e para todo cidadão com mais de 65 anos. Todo cidadão, independente do seu nível de renda, independente de qualquer coisa, tem 65 anos, vai ter uma renda no valor de 1/3 da renda per capita do País. Essa questão de não vincular salário mínimo, mas vincular a renda per capita, o que o País pode pagar. Acho que é uma questão que precisaria ser considerado. Quer dizer, mudar um pouco esses parâmetros de benefício. Os atuais aposentados e pensionistas, claro não muda nada, continuam recebendo como no sistema atual. Continua recebendo do mesmo jeito. E haveria... O problema é uma regra de transição para quem já está no mercado de trabalho, já é, já está em atividade, que está contribuindo, e que vai se aposentar só com 65 anos. Para ele se essa contribuição a partir da mudança no sistema tributário, a aposentadoria seria apenas aos 65 anos então essa aposentadoria seria para todo mundo com o crescimento da expectativa de vida não faz sentido a gente

ter uma população que está se aposentando com cinquenta e poucos anos, vai todo mundo se aposentar com 65 anos, no valor de benefício de transição que é no máximo uma renda per capita por ano. Um teto de um terço de três salários mínimos em termos de hoje. E o Fundo de Garantia seria estendido também aos funcionários públicos e se transformaria num fundo de aposentadoria capitalizado em contas individuais. Qual o resultado disso? Primeiro que ele iguala todos os brasileiros na assistência do Estado ao idoso. Há uma concentração, quer dizer, o Estado intensifica a concentração de renda na tributação e intensifica a concentração de renda quando ele paga os benefícios da previdência. Segundo, é um financiamento simples, transparente com recursos gerais da União, do Tesouro, apenas... Esse é um ponto interessante, apenas 10% dos atuais ativos mais ricos, aí entre aspas, que ganham mais de três salários mínimos é que receberiam menos do que no sistema atual. Mas em compensação eles deixariam de contribuir, de recolher contribuição sobre o seu salário. Para 90% dos atuais ativos, as mudanças são neutras ou favoráveis. Tudo isso ta calculado, simulado, estimado, o trabalho que vocês já... Que nós já enviamos já dá conta disso. Ele melhora substancialmente a distribuição de renda entre os idosos. Veja, esse quadrinho aqui mostra a distribuição dos benefícios da aposentadoria e aqui está não só da Previdência geral, mas também do funcionalismo público, com porcentagem dos benefícios totais. Os 10%, vamos dizer, dos beneficiários que mais recebem benefício da Previdência, qualquer uma das duas, levam 34% dos benefícios totais. Que a mesma porcentagem que leva os 60% mais pobres. Se nada fizer, vai continuar do mesmo jeito. Com essa reforma, depois de dez anos, com essa mudança que a gente está propondo, os 10% mais ricos estariam com 15% do total dos benefícios. E os 60% mais pobres com 46% dos benefícios. Quer dizer, uma redistribuição muito mais justa. Agora, mesmo uma proposta tão ousada como essa tem efeitos muito lentos. Depois de 10 anos dessa mudança a despesa com a Previdência ainda vai estar, que hoje está em 11,7% do PIB, vai estar em 9% do PIB. Depois de 15 anos ela vai estar em 8% do PIB. Mesmo uma coisa tão ousada, tão forte, ainda assim tem efeitos muito lentos.

Bom, depois... Então, nós temos um parâmetro. Quer dizer, qual é o momento de fazer Reforma Tributária? O momento na nossa visão é aquela, e isso também deriva das simulações que nós fizemos, é que quando a dívida pública estiver em torno de 30% do PIB, que isso é permitido por essa modificação dos gastos, aí sim você pode fazer uma mudança na tributação que leve a uma redução na arrecadação. E

aí isso vai demorar uns cinco anos na nossa previsão, a gente pode até rever isso porque mudou os valores das contas internacionais talvez a gente faça isso até mais rapidamente. Mas nós achamos que em cinco anos seria possível realizar as mudanças no sistema tributário com redução de arrecadação porque isso ela faz mesmo sem que a dívida pública volte a superar os 35% do PIB. A gente não quer que a dívida pública desapareça. Se ela ficar em 35% do PIB que é aquilo que as pessoas têm confiança de que o Governo vai ter capacidade de pagar e mantendo isso, o excedente de recursos podem ser direcionados para investimentos públicos adicionais. Então a gente mantém isso e isso é possível. Ela libera recurso para investimento público, porque nesse horizonte a gente calcula que até 5% do PIB seriam liberados para investimento adicional, amplia-se às oportunidades de investimento no País, com as oportunidades novas que esse investimento público vai gerar, aumenta a produtividade média da economia na medida que você tira de um setor menos produtivo que é o público e leva para o setor privado que é mais produtivo, você aumenta a produtividade média, facilita a operação da atividade econômica e tudo isso estimulando o crescimento econômico.

Eu só queria dizer o seguinte, há muita, há certas... Tem muita gente impaciente... Não, a gente não pode esperar a Reforma da Previdência para fazer a Reforma Tributária. Não, a Reforma Tributária tem que ser já.

Há 20 anos que estamos discutindo isso e a gente não faz nada. Quer dizer, o longo prazo começa todo dia. Então a gente tem que começar alguma coisa, mas bem arrumada, bem sensata, bem pensada hoje, ao invés de fazer novos remendos e, enfim, e não sair dessa situação que a gente está vivendo hoje. Esse é o desafio da nossa geração. Obrigada, era isso. Espero não ter passado muito o tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Muito obrigado. Bastante instigante e interessante à apresentação da professora. A sugestão seria discutirmos ou passarmos a palavra para o professor e em seguida abriríamos a discussão. Prof. Fernando Resende.

SR. FERNANDO ANTONIO REZENDE SILVA: Trouxe aí esse recurso da tecnologia, vou exhibir talvez uns três ou quatro desses slides, para ver se a gente concentra um pouco... [pronunciamento fora do microfone]... Desculpe, eu não liguei o som. Pronto, ligou. Eu estava dizendo que vou me concentrar um pouco em alguns pontos, correr rapidamente em cima desse slide para limitar um tempo dessa exposição e dar mais tempo pra gente poder discutir com os Senadores e demais presentes a essa Sessão.

Eu concordo com a Maria Helena num ponto. Não dá para remendar. Tem que reformar. E tem que fazer uma reforma abrangente. Agora, acho que não dá para esperar. Reforma Tributária pra mim é a reforma que o País precisa para destravar o crescimento. Estamos assistindo aí enormes, já perdas de investimentos, inclusive internacionais, por conta da nossa dificuldade em fazer essa reforma caminhar. Estamos aí enormes desafios dessa reforma, não vou me estender sobre eles porque são mais ou menos evidentes e temos encontrado severas dificuldades para avançar. Fizemos várias tentativas recentes e com sucessivos fracassos, e a principal restrição que nós encontramos ultimamente é avançar com essa reforma, tem a ver com as restrições que vem da macroeconomia, com a necessidade de sustentar o ajuste fiscal e com o acirramento dos conflitos federativos que decorrem da dificuldade que tivemos de fazer uma reforma que atendesse também o equilíbrio da federação. Na verdade, a reforma de 88 não lidou com problema federativo e de lá pra cá essa questão ficou ausente em todas as discussões de Reforma Tributária que tivemos pela frente. Vamos ter que avançar nessa questão.

Pra mim temos um problema central. Temos que eliminar um nó fiscal que foi atado na constituinte de 88. Que está na raiz de toda essa múltipla interdependência dos problemas fiscais que se criaram nos últimos anos. Esse nó, como muitos aqui presentes sabem, deveu-se a condições muito particulares em que a Constituição de 88 foi editada com dois capítulos transitando de forma independente na ordem tributária e orçamentária e na ordem social que gerou uma dualidade de regimes fiscais com todas as conseqüências que isso trouxe para a deterioração da qualidade dos impostos, para o agravamento do desequilíbrio na federação e para o próprio crescimento dos gastos. Por que o que é que correu com essa situação? Na medida em que o Governo foi forçado a fazer o ajuste fiscal por via das contribuições sociais, porque se fosse pelos impostos teria que repartir mais da metade com Estados e Municípios, isso gerou o que estou chamando de um efeito cremalheira do ponto de vista do gasto público. Porque ao fazer um aumento das contribuições você teve que vincular 20% via DR1 e para desvincular 20% via DR1 sobra 80% que tem que ser necessariamente gasto em programas associados à seguridade social. E isso facilitou a ampliação de todos os programas assistenciais, com bolsas e ampliação do gasto previdenciário também, o que permitiu que o gasto público subisse e a carga tributária subisse acima do gasto.

Então pra mim se nós não desatarmos o nó fiscal nós vamos continuar com dificuldades. Isso significa que um fundamental elemento dessa Reforma Tribu-

tária talvez se ela fizesse um artigo só já seria bom. Está as contribuições que hoje em dia estão constitucionalmente vinculadas a... Desculpe, a seguridade social, deveriam ser transpostas ao capítulo tributário da Constituição submetida aos mesmos princípios legais que regem os tributos propositalmente dito. Isso não significa nada mais do que reconhecer na prática já existe. Porque na prática o conceito de seguridade social morreu. Morreu porque... Já a idéia do orçamento da seguridade social nunca foi implementado, porque a Constituição previa que fosse um orçamento da seguridade social com recursos do Governo Federal, dos Estados e Municípios, é bom que se diga isso porque muita gente já esqueceu, esse orçamento por força da inviabilidade nunca existiu, o Governo Federal absorveu inteiramente os direitos criados pela Constituição com o crescimento das contribuições e a idéia da solidariedade Previdência, saúde e assistência foi rompida já em 93, quando a Previdência por uma lei específica retomou a exclusividade das contribuições sobre os salários e a saúde foi correr atrás de outras garantias porque a garantia constitucional da seguridade social já não valia. Foi correr atrás do IMPF, depois da CPMF e depois da Emenda Constitucional 2000. O que significa que hoje o financiamento da saúde não tem nada a ver com as contribuições para a seguridade. Tem a ver com a regra da Emenda 2000 que diz que o Governo Federal tem que gastar correspondentemente ao crescimento do PIB e que os Estados têm que gastar um certo percentual e os Municípios também. Então na verdade nós estamos vivendo as distorções provocada pela dificuldade de reconhecer o que na prática já se pratica há muitos anos. Daí eu vejo que a nova proposta tornada pública pelo Governo Federal pela primeira vez abre uma discussão que estava interdita até bem recentemente. Que estava interdita a discussão de como vamos fundir os impostos e as contribuições num novo regime tributário mais condizente com os desafios da economia. O que isso significa? A proposta vinda agora a público da idéia de fundir as contribuições sobre o faturamento, a COFINS, PIS e os impostos, e o IPI num novo imposto IVA federal sobre o voar agregado de acordo como manda o figurino teórico desse tributo E implementar em paralelo a idéia do IVA estadual corrigindo as distorções do ICMS na mesma proporção e caminhando na linha do que se discute hoje intensamente em outros Países, não só em federações, é bom que se diga, porque muita gente diz: Não, a idéia do IVA dual só existe no Canadá. E se só existe no Canadá deve ser alguma coisa muito bom para o Brasil. Mas não é bem verdade. Está sendo discutido e implementada na Índia, está sendo discutida no México, está sendo

discutida em Países que não são federações, como a Itália, mas que estão avançando substancialmente na descentralização e precisam gerar recursos no plano subnacional condizente com as suas necessidades.

Então, o Brasil, afinal de contas tem enorme experiência com o IVA subnacional. Na época todo mundo achava que era mais uma coisa estranha, que só acontecia nos trópicos. Mas não é mais assim. O Brasil na verdade já teve em 65 e 67 quase que um IVA dual que tinha o ICM nos Estados e o IPI no Governo Federal. Ambos regulados como impostos sobre o valor agregado. Nós vamos recuperar o nosso passado, e não jogar fora toda a nossa experiência como se ela não valesse de nada. Agora, a proposta do IVA dual é factível? Eu acho que não. Acho que nós precisamos fazer uma reforma ousada e abrangente, mas se ela significa que nós temos que rever todo o desenho do arranjo do federalismo fiscal brasileiro. Nós temos que discutir em paralelo com a mudança no IVA para o consumo o sistema de transferências e de partilha de receitas na federação. Porque uma coisa desequilibra a outra. Se a gente faz o ICMS e IVA destino nos Estados, muda à distribuição da arrecadação entre os Estados. Para reequilibrar o jogo você tem que mexer nos fundos de participação e nos critérios de rateio. O que eu vejo de positivo na proposta do Ministério da Fazenda é que ela abre esse debate. Porque quando você propõe fundir o IVA Federal, você necessariamente está dizendo que a base do fundo de participação vai ter que ser rediscutida. Porque o fundo de participação é baseado no IPI e no Imposto de Renda. Como o IPI sai da cena e entra o IVA, você tem que rediscutir o percentual. Entendo que rediscutir o percentual vai ter que discutir o critério de rateio. Porque o critério de rateio foi congelado em 1989 por uma negociação entre os Estados e obviamente a dinâmica de 89 para cá socioeconômica mudou substancialmente. Então temos que rediscutir o critério para reequilibrar o jogo federativo. Mas não é só isso. Nós temos que discutir em paralelo como é que nós vamos recompor os mecanismos de cooperação na federação para financiar as políticas nacionais de saúde e de educação e de infra-estrutura urbana, que eu acrescentaria nesse particular. Temos aí os exemplos da FUNDEF, do FUNDEB, do SUS, que são arranjos interessantes, mas que em parte também tem problemas. E tem problemas porque nós insistimos numa coisa que é impossível no Brasil de adotar regras simétricas para lidar com situações assimétricas. Essa é outra questão que talvez temos que trazer ao debate da reforma. Vamos para o IVA estadual? Vamos. Mas é possível a gente imaginar que poderia ser diferente a adoção do IVA estadual em alguns Estados? Exemplo do que se

faz, por exemplo, no Canadá? Onde alguns Estados com algumas províncias mais pobres ou menos habilitadas administrativamente concedem ao Governo Federal a responsabilidade por administrar o seu IVA estadual? E aí é por opção, não é por obrigação. Nada impediria que a gente discutisse essa questão também aqui no Brasil. Agora, a reforma abrangente pode viabilizar também uma outra questão que é fundamental para aprovação e negociação política da reforma que é a questão da política regional. Eu acho que esse é outro elemento importante que veio junto na proposta de reforma do Ministério da Fazenda que até então também não fazia parte do debate sobre a Reforma Tributária, que é trazer o debate da política regional junto com o debate da Reforma Tributária. O que é que é a nova proposta de política regional? Ainda não está detalhada. Mas acho que na medida em que fizermos essa reforma do IVA federal e também fundir a contribuição social sobre o lucro com o Imposto de Renda nós ganhamos um novo espaço para recuperar ações federais de promoção do desenvolvimento regional que são fundamentais para destravar a negociação política da reforma que tem sido travada pelo conflito em torno de como vamos negociar o passivo da guerra fiscal. E como vamos não só negociar o passivo, substituir políticas de competição com ICMS por uma política de atração de investimentos, por exemplo, via Imposto de Renda que agora se torna mais viável com a recriação da SUDENE e da SUDAM. Talvez não fosse a melhor coisa a fazer, mas foi feito. Está aí. Agora é preciso dotar as novas superintendências de instrumentos para levar adiante as políticas de desenvolvimento regional que o País precisa. E seria muito mais eficiente e eficaz promover investimentos em regiões menos desenvolvidas, via redução do Imposto de Renda, do que via incentivos baseados em impostos da produção. Isso pode ser viável se nós dissermos o seguinte: bom, agora na recomposição dos fundos de participação, que acho que deveria ganhar a roupagem de um fundo de equalização fiscal como existe em federações mais bem estruturadas, o fundo de equalização fiscal deveria se apoiar no novo IVA federal e deixar o Imposto de Renda como um instrumento de política regional. Podemos dar mais um passo, quiçá, na busca do equilíbrio e do acordo federativo se nós dissermos o seguinte: olha, talvez seria possível que a gente tentasse equilibrar melhor os interesses dos Estados mais ricos e dos Estados menos ricos abrindo algum espaço para que os Estados mais ricos pudessem se apropriar de uma parcela do Imposto de Renda sobre pessoa física. Foi discutido também na constituinte, foi até criado lá atrás depois foi revogado numa das medidas pós-constituinte da reforma constitucional de

93, mas é algo que pode ser feito e é praticado em outros Países que com a mesma base e com a mesma Legislação o Governo Federal cobra uma alíquota e abre espaço para o Governo Estadual cobrar uma alíquota sobre o Imposto de Renda pessoa física sobre a mesma base. Não Imposto de Renda pessoa jurídica porque isso criaria problemas de outra natureza.

Essa discussão em torno de uma reforma abrangente eu acho que ela só avança se nós formos capazes de desenhar um modelo de transição. Eu acho que não há hipóteses, não há clima, a não ser em situações de rupturas institucionais fortes para você fazer uma reforma que mude tudo da noite para o dia. É preciso desenhar o processo de transição. Felizmente o que nós encontramos hoje no Brasil quando nós olhamos esses regimes tributários? Na verdade não existe um PIS e uma COFINS nem um ICMS. Dentro desses sistemas, desses impostos existem vários regimes de cobrança de imposto. O ICMS tem quatro ou cinco. O regime do SIMPLES, o regime da substituição tributária, o regime dos monofásicos, o regime normal de ICMS, pelo menos. E o PIS/COFINS a mesma coisa. E agora temos um dado novo que eu acredito que nós não vamos poder jogar fora na discussão da Reforma Tributária. Porque acabou de ser aprovado pelo Congresso. A nova Lei Geral das micro e pequenas empresas que criam o chamado SUPER SIMPLES. Ora, o SUPER SIMPLES o que faz? Ampliou de tal modo o limite de enquadramento das micro e pequena empresas no SUPER SIMPLES que um grande número de Estados menores e na maioria dos Municípios se só tiver os contribuintes... Se todos optarem pelo SUPER SIMPLES sobra pouca coisa para cobrar o ISS e para cobrar o ICMS fora do ICMS que já está concentrado em meia dúzia de coisas. Então nós temos hoje um regime para pequenos, um regime para grandes e alguma coisa no meio. De repente um caminho da transição poderia ser, vamos harmonizar legislações estaduais e federais e convergir para um IVA harmonizado ali adiante. Porque o SUPER SIMPLES já está harmonizado. Talvez não do gosto de muita gente, do meu não, mas já está em tese harmonizado. A cobrança e fiscalização, simplificação foi uma pressão grande das pequenas e micro empresas. Do outro lado, dos grandes contribuintes, dos combustíveis, eletrônicos, elétrica, das telecomunicações, não seria muito difícil você harmonizar a base de cálculo do PIS/COFINS com a do CPMF e simplificar barbaridade a coisa dos grandes contribuintes. Por isso a questão do tamanho da alíquota não me assusta. E ela não me assusta porque a rigor ela hoje em dia com essa realidade que nós implementamos ela só vai ser evidentemente talvez uma questão a ser objeto de preocupação de um

universo muito pequeno dos contribuintes hoje. Pelas razões que eu acabei de mencionar. Grande de um lado, pequeno de outro, o que sobrou no meio é muito pouco coisa. Então pra mim, temos que avançar nessa discussão concordando com a tese de que...

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Não é de praxe não, mas fiquei curioso. Por que não gosta do SUPER SIMPLES?

SR. FERNANDO ANTONIO REZENDE SILVA: Ele atende a uma demanda da sociedade que decorre da complexidade, da multiplicidade e da sobreposição de jurisdições legislando sobre impostos comuns. Então na medida em que a situação é assim, o SUPER SIMPLES foi uma solução de defesa dos interesses dos pequenos contribuintes. Mas ele cria problema do ponto de vista da eficiência do sistema tributário. E da eficiência da economia. Porque tudo aquilo que empresas negociam do SUPER SIMPLES com quem não está no SUPER SIMPLES significa que não gera crédito para um, não gera débito para o outro, e conseqüentemente cria distorções do ponto de vista consolidação de cadeias produtivas entre grandes negócios e pequenos negócios. É uma solução emergencial. Eu acho que vamos ter que conviver com ela durante um certo tempo. Eu não vejo como essa reforma vai poder superar esse problema de imediato. Mas na medida que avance a idéia de um IVA harmonizado, na medida em que avance a idéia de que uma legislação nacional vai viabilizar a tão desejada integração dos fiscos que as administrações tributárias vão conversar, que a fiscalização vai ser mais eficiente conseqüentemente que a base de tributação vai se ampliar e que a simplificação resolve o problema que teria levado à criação da... Todos os Países do mundo que adotam um IVA têm regimes para micro e pequena empresa. O que se tornou diferencial no Brasil foi um limite de enquadramento que cresceu bastante com essa nova proposta. Mas isso não é um problema que inviabiliza a mudança. Ele simplesmente vai exigir que na transição a gente avance gradualmente reduzir o limite de enquadramento no futuro.

Grande problema que surge na discussão da reforma, já ouvi vários eventos onde a principal contestação que vem do lado dos Estados e Municípios a idéia que foi apresentada agora pelo Ministério da Fazenda é a autonomia. Mas para alguns isso fere a autonomia federativa conseqüentemente fere o princípio constitucional, etc, etc. A rigor, primeiro se a gente olhar hoje com carinho com uma lupa e procurar qual é a autonomia que de fato os Estados hoje tem na federação em matéria tributária eu não encontro nada. A não ser conceder incentivos ao arripio da legislação. Porque no fundo o que se trata é isso. E agora mais

ainda. Quer dizer, você ter uma lei que enquadra as pequenas, uma lei que enquadra as grandes e ninguém imagina que vai ser preciso aumentar mais a alíquota sobre combustíveis, petróleo, energia, bebidas e fundo. Então a autonomia hoje já é bastante limitada. Segundo, se nós estamos falando em compartilhar as bases numa legislação nacional, a rigor nós estamos falando o seguinte, todos abrem mão da autonomia. Porque tanto o Governo Federal quanto os governos estaduais quanto os Municípios perdem autonomia para legislar sobre impostos que incidem parcialmente sobre uma base comum. Porque se a Legislação for um só e a Legislação é feita aqui nestas duas Casas do Congresso, ela terá que ser negociada com os representantes do Governo Federal, dos Estados e dos Municípios. O que tem uma vantagem fundamental para os contribuintes naqueles meus princípios anteriores que ele torna o sistema mais estável. As mudanças na legislação que se faz no Brasil com uma intensidade muito grande é que torna o sistema complexo. Não é o número de impostos. Embora ele contribua. Mas não é essencialmente só o número de impostos. Qualquer um que tenha compulsado... Regulamento do Imposto de Renda norte-americano, porque ali é substancialmente grosso. Mas ninguém diz que ele é complicado. Porque ele não muda. É estável. Então o problema da estabilidade normativa talvez é mais importante nesse particular até do ponto de vista das necessidades dos investidores de terem horizonte de tempo razoavelmente largo para poderem tomar suas decisões de investimentos sabendo que o problema não muda, tal incerteza jurídica que está de certa maneira comprometendo as perspectivas de investimento e aumentando o chamado Risco Brasil.

Então para concluir, Senador, eu queria dizer o seguinte, eu acho que nós estamos numa oportunidade nos últimos 20 anos que eu e a Maria Helena temos acompanhado esses debates, nós estamos numa oportunidade muito particular de que agora essa reforma possa caminhar. Primeiro porque há um sentimento generalizado de insatisfação, eu tenho conversado muito com os Estados, com representantes dos empresários, com Municípios, com Governo Federal, a respeito do que está aí. Segundo porque a economia está acelerando agora no segundo semestre com perspectiva de manter uma taxa de crescimento mais favorável no ano que vem o que conseqüentemente cria um ambiente mais favorável a mudanças que não existia até num passado recente. E terceiro, porque em função de todas as pressões que se originam dessa abertura, da internacionalização dos negócios, etc, há um sentimento muito claro de todos que se o Brasil não se unir para fazer essa reforma, eu acho que nós

estamos correndo um risco de jogar fora um ganho importante que nós tivemos nos três décadas em que o Brasil se integrou economicamente. De 1950 a 1980, o Brasil integrou economicamente o seu território. Agora tem uma série de forças centrífuga que se originam por aí que fazem com que a geográfica econômica puxa muitas regiões mais para fora do Brasil do que para dentro do Brasil. O que economia da Amazônia possa ter a ver com o resto do Brasil a não ser a Zona Franca de Manaus? Mas é muito mais voltada para fora do que para dentro. Então essa perspectiva cria, eu diria, ameaças sérias à preservação da coesão federativa, o que é algo que a meu juízo fundamental para defender os interesses nacionais e pode fazer com que a gente se integre internacionalmente e se desintegre internamente, retrocedendo um pouco na história da industrialização brasileira. Acho que frente a esse contexto, frente à possibilidade que me parece única de agora a gente conseguir avançar, e pelo menos eu vejo essa reforma se completar ainda durante a minha passagem por aqui.

Acho que o trabalho dessa Comissão vai ter um peso fundamental em mobilizar os interesses nacionais em torno de uma reforma que tem condições, eu acho que de superar os desafios que o Brasil hoje enfrenta e no que me puder, no que eu puder ajudar eu fico aqui à inteira disposição dessa Casa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Muito obrigado, Prof. Fernando Resende. Eu gostaria inclusive de antes de abrir o debate, dizer que essa Subcomissão tem exatamente essa finalidade. Ela é pequena, são poucos Senadores, se não me engano são sete ou nove Senadores apenas, e o objetivo e a razão dela ser tão pequena é no sentido que ela seja operacional o suficiente, objetiva, e possa assumir a resposta ao compromisso nosso da Comissão de Assuntos Econômicos que tem o Senador Mercadante como Presidente de até o final desse ano ter construído, preferencialmente junto com o Governo, preferencialmente, a um desenho final de Reforma Tributária amplo e completa para este País de uma maneira suprapartidária dentro dessa Casa. Aberto a discussão. Quem deseja... Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Presidente Tasso Jereissati, eu quero cumprimentar a Maria Helena e o Fernando Resende pelo alto nível dessa exposição. Pra mim não é surpresa nenhuma. Já os conheço há muito tempo, e cada vez estão eles mais objetivos e tocando de forma mais profunda os problemas.

Maria Helena, você tocou num ponto muito importante que é a problema da falta de transparência e da regressividade. Eu acho mesmo que a falta de

transparência é pai e mãe da regressividade. Porque a falta de transparência que permite se criar um sistema que os pobres pagam muito imposto e não sabem o que pagam. E no momento que houvesse essa transparência a reação seria muito grande. Aqui quando você analisa o problema da transparência e da regressividade você fala de uma *flat tax* de 17% em fala também de um IVA de 12. Não é isso? Pergunto: A Previdência estaria incluída nisso?

SRA. MARIA HELENA ZOCKUM: A Previdência ela... A contribuição à Previdência Social ela foi fundida com o Imposto de Renda.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Quer dizer, o *flat* pega a Previdência? E você já praticamente calculou se é realmente--

SRA. MARIA HELENA ZOCKUM: É suficiente? É. Está tudo calculado. O trabalho é um trabalho cheio de simulações, as contas estão feitas, os economistas têm... Isso está público, eu mandei para Comissão esse trabalho, mas está tudo calculado. É isso mesmo. Dá.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): E eu pergunto o seguinte, dentro desse quadro dos 17 mais 12, em geral, você tem dados precisos dessa reversão razoável do processo da regressividade?

SRA. MARIA HELENA ZOCKUM: Ah, sim. Baseado na pesquisa de orçamentos familiares a gente pode fazer isso com facilidade. A gente conhece qual estrutura de consumo das famílias, sabe qual a estrutura de impostos que está aplicado ali, substitui aquela estrutura pela que está propondo e observa o que acontece com o gasto dela. Isso é fácil de fazer. Está feito.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): E a última só, inclusive porque estou com horário, quando você fala que esse sistema do 17 mais 12 daria uma arrecadação de 28% do PIB. E que era necessário do outro lado cortar, fazer corte nos gastos do setor público. Vocês identificam os gastos que podem ser cortados?

SRA. MARIA HELENA ZOCKUM: Então, identificamos sim. A Previdência é o principal. Na proposta que nós fizemos. Quer dizer, a gente faz toda aquela proposta de mudança.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Mas dentro do corte da Previdência, pelo que você falou, você manteria a situação atual a modificação dos cortes somente para aqueles que entrassem agora?

SRA. MARIA HELENA ZOCKUM: Para aqueles que entrassem agora, mas para os atuais ativos a gente estende a idade de aposentadoria para 65 anos, quer dizer, já é... Esse gasto diminui, mas também a gente põe tetos menores.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Quer dizer, haveria o teto. Mesmo aqueles que já estão...?

SRA. MARIA HELENA ZOCKUM: Exato. O teto seria de uma renda per capita por ano que dá mais ou menos três salários mínimos.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): E dentro desses corte de 28% estariam outros programas sociais do Governo?

SRA. MARIA HELENA ZOCKUM: Entraria tudo. Quer dizer, nos gastos de custeio estão todos os programas sociais. Mas não é questão de corte, não. Ali não há corte de gasto. Por isso que a gente precisa de um certo tempo. Há redução no ritmo de crescimento. É diferente. Redução no ritmo de crescimento. Não há corte, não. No gasto de custeio não há corte. Na Previdência, sim.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado. Eu queria esses dados. Eu estava em dúvida. Quer dizer que uma pessoa de um salário mínimo, ou dois salários mínimos, com *flat* de 17, um IVA de 12...

SRA. MARIA HELENA ZOCKUM: Ele tem um ganho de renda líquida de 33%.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Está medido?

SRA. MARIA HELENA ZOCKUM: Está medido. Comprovado.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu queria perguntar ao Fernando, quando você fala... Você defende a posição dos dois IVAs? A sua posição é dentro do quadro? O federal e o estadual. E como seria a repartição do IVA federal em relação aos Estados? Seria algum mecanismo, o mesmo critério hoje o inverso da renda per capita, teria algum critério específico dessa distribuição?

SR. FERNANDO ANTONIO REZENDE SILVA: Estamos falando de uma parcela do IVA federal compor o fundo de participação. Dos Estados e o fundo de participação dos Municípios.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Exatamente.

SR. FERNANDO ANTONIO REZENDE SILVA: Não. Eu estou sugerindo que a gente avance na direção de um mecanismo de equalização fiscal. Porque o grande problema que existe no Brasil hoje são as enormes disparidade horizontais que decorrem exatamente do congelamento dos percentuais e da sobreposição de outras transferências. O fundo de equalização como ele é praticado em grande parte das federações, ele faz a correção das diferenças de potencial de arrecadação do IVA estadual. O IVA estadual vai concentrar onde tem renda e onde tem consumo, e onde não tem

renda não tem consumo à arrecadação própria não será suficiente para atender a um padrão mínimo de responsabilidade dos Estados.

Então, o que o regime de equalização faz é elevar a receita própria até um patamar que é politicamente negociado, na maior parte dos casos é uma média dos Estados mais importantes.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Mas eu pergunto ao senhor o seguinte, o IVA federal substituir PIS, COFINS, seria aquele hoje que substituiria ser uma receita compartilhada. Nós teríamos que rediscutir os critérios de redistribuição ao Estado? Ou podíamos manter os atuais?

SR. FERNANDO ANTONIO REZENDE SILVA: Eu acho que tem que rediscutir.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Tem que rediscutir. Presidente, eu pediria licença, eu gostaria de ficar aqui até o fim, mas eu estou hoje escravo do aeroporto. Eu estou na... De modo que eu tenho que correr para ver se ainda consigo ainda embarcar para o Rio.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): V.Ex^a está muito otimista achando que vai chegar e o horário vai estar sendo seguido. Parabéns pelo otimismo e obrigado mais uma vez...

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Parabéns. Sr. Presidente, eu queria apenas antes de sair sugerir no momento oportuno V.Ex^a pudesse imaginar quando as exposições de técnicos que nós já fizemos aqui, fazer um encontro com a participação de todos eles, fazer até um pouco de Advogado do diabo entre eles, uns contra os outros para ver se nós chegaríamos aí numa proposta conjunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): V.Ex^a técnicos inclusive essa com os nossos Assessores que estão fazendo a avaliação. Eu diante da exposição da Prof^a Maria Helena eu vi alguns olhos arregalados aqui, de qualquer maneira eu vou... Eu vou...

[risos]

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): No momento oportuno.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Claro. Eu acho bastante interessante.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Muito obrigado, Senador Dornelles. Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Tasso, Senadores, nossos palestrantes, Dr^a. Maria Helena, Dr. Fernando. Primeiro eu quero dese-

jar vida longa ao Dr. Fernando. Porque ele disse que gostaria que ainda na passagem por aqui ele concluísse a reforma. Então tenho certeza absoluta que V.Exª terá vida longa para poder assistir esse imbróglio todo. Eu não sou Economista. Tenho uma... Não tenho essa deformação acadêmica, [risos], mas como todo brasileiro sou contribuinte. Então acho que a Reforma Tributária ela já fala sobre ela há décadas. E toda às vezes que se tenta fazer, se faz um remendo, como foi muito bem dito aqui, e um remendo para piorar, para aumentar a carga tributária. Ou seja, não há interesse do Governo no sentido de fazer uma reforma para valer. Porque isso vai mexer no *status quo* das arrecadações e que isso leva evidentemente a uma situação de intranqüilidade.

Mas eu perguntaria à Drª. Maria e ao Dr. Fernando a Reforma Tributária não teria que ser precedida de uma revisão do pacto federativo para definição das funções e das obrigações de cada ente federado, e de uma reforma do Estado Brasileiro, uma reforma administrativa para que a gente possa dimensionar o tamanho do Estado que nós precisamos custear. Para definir em função disso a necessidade de caixa para bancar a necessidade de atendimento da sociedade brasileira me parece que esse levantamento inicial ele teria que preceder a questão da reforma sob pena de nós estarmos sempre receosos de fazer a reforma que não sabemos como é que nós fazer essa transição. Eu, como disse, não sendo Economista, eu acredito que o sucesso do Plano Real, ele se deveu mais a essa... Que o Dr. Fernando colocou, uma regra de transição. Foi criado uma regra de transição que permitiu se passar de um processo inflacionário para um processo de estabilidade com perdas, evidentemente, porque aquela URV de então ela corrigia de um lado e o não corrigia do outro. Quer dizer, uma parte da sociedade foi penalizada por isso, mas cada parte pagou um preço para nós hoje estarmos nessa situação que o Brasil se encontra que realmente é uma situação que deve ser reconhecida por todos. Quer dizer, uma... A macroeconomia brasileira ela vai no caminho certo. Ainda aqui ontem nós tivemos a presença do Presidente do BANCO CENTRAL, em que ele trouxe que os números do trimestre que são todos auspiciosos. E eu disse a ele que ele tinha que reconhecer que naquele dia o Presidente tinha feito um comentário no seu programa de rádio dizendo que o Brasil desde a Proclamação da República em 1889 não passava por uma fase tão auspiciosa como agora. E eu dizia ao Presidente do BANCO CENTRAL que ele foi modesto. Porque desde o descobrimento do Brasil com Pedro Álvares Cabral não passava por essa fase. E o meu Presidente Tasso Jereissati me corrigiu dizendo que desde que Adão e

Eva chegou aqui ao mundo também não tinha essa fase tão auspiciosa. Mas evidente que isso teve um começo. A Drª. Maria Helena disse que o longo prazo começa hoje. A questão da estabilidade começou há 14 anos, 15 anos atrás. E graças a Deus nós encontramos o caminho que nos propicia ter essa solução.

O problema do... O Dr. Fernando disse com propriedade algo que é preocupante. Se nós não fizermos com cuidado essa reforma, nós vamos ter uma integração externa e uma desintegração interna, no sentido da articulação entre os Estados. O Brasil hoje é um País que tem várias regiões diferenciadas. E essas regiões elas precisam ter tratamentos também diferenciados para que elas possam ajudar no crescimento do País como um todo. O senhor citou a questão da Amazônia, como a Zona Franca, como sendo voltada mais para fora do que para dentro. Mas na própria Amazônia você tem várias Amazônias dentro da Amazônia. O meu Estado, o Estado do Pará, é um Estado que contribui muito para a balança, o equilíbrio e a sustentação da economia brasileira como sendo um Estado exportador por vocação, lamentavelmente de *commodity*, de matéria de produtos primários. Inclusive lagosta com sotaque paraense exportada pelos cearenses, como diz o Senador Jereissati. E isso é um debate que nos leva à reflexão diária, permanente.

Eu perguntaria... Então a primeira pergunta se não seria necessário fazer primeiro a questão da revisão do pacto e a questão da Reforma Administrativa para se chegar ao tamanho da necessidade de caixa. Eu fiquei bastante impressionado com a exposição, tanto do Fernando como da Maria Helena. Drª. Maria Helena trouxe uma proposta aqui começo, meio e fim. Eu diria que... Mas ela chega a uma conclusão na própria proposta dela que a arrecadação é insuficiente. É insuficiente para manter o gasto atual. Então essa transição, se já se propõe uma reforma que se chega a um número através dos ensaios feitos que é insuficiente para pagar o custo de hoje, como é que nós vamos fazer essa transição sem quebrar benefícios já adquiridos? Sem tirar algo de... Diminuído o gasto da União, não só na questão da gestão na qualidade deles, tudo bem, mas vai precisar cortar na carne, mesmo. Eu não entendo como a gente vai poder limitar o crescimento do gasto ao... Me parece que era o crescimento demográfico em torno de 1,5% ao ano durante os próximos cinco anos, e quando ele cresce hoje lamentavelmente bem acima do PIB e continua crescendo. E como é que o Governo vai querer fazer uma reforma se a cada mês ele alardeia um recorde de arrecadação? Ou seja, se está arrecadando, eu não vou mexer. Porque a cada mês eu estou aumentando... E a cada ano, quando vem o orçamento a ser discutido aqui no Congresso,

ele vem com um número fixado pelo Governo, ele aqui é reavaliado para mais, sempre, e o resultado final é maior do que a reavaliação que aqui foi feita. Ou seja, sempre há um excesso de arrecadação.

Eu tenho algumas dificuldades com relação à questão. A única certeza que não só eu, mas acho que todos os brasileiros têm, é que o que foi dito aqui não adianta remendar, tem que reformar e tem que ser já. Eu espero que a gente possa contribuir para isso. O nosso Presidente, Senador Tasso, nesta Subcomissão nós temos uma tarefa hercúlea no sentido de que a gente possa, senão em consenso com o Governo, mas pelo menos dizer o que é que o Parlamento brasileiro, no caso aqui o Senado, vai propor como reforma. Porque é muito fácil você dizer que quer reformar, mas você tem que fazer o diagnóstico e dar também o remédio, a receita para poder fazer essa reforma.

Eu quero parabenizar a Dr^a. Maria Helena e o Dr. Fernando pelas suas palestras que nos enriqueceram muito e nos ajudem. Nos ajudem no sentido de que a gente possa realmente... Eu já fiquei muito satisfeito da redução do número da carga tributária... Da carga tributária que não é 34. A senhora está com o número aí de 2005. O último número que nós temos é 38 e alguma coisa. Então agora de 2006. Em torno de 38. Me parece que é... Essa questão do PIB é interessante. Essa questão do PIB é interessante. Ele reduz a carga tributária, e aumenta o crescimento do PIB. O cálculo do IBGE, aquela pergunta Senador Tasso, feita para o Presidente Meirelles ele explicou a média na cabeça, aquela média de 4,2 de crescimento ao longo de 2004, 2007 porque 2004, segundo o novo cálculo do PIB teve um crescimento de 5.7%. Aí desequilibrou todo o resto do que eu imaginava. Porque não entrava... Ele explicou aqui que no cálculo anterior, no cálculo do PIB não entravam telefonia móvel, que hoje tem uma importância bem maior do que a fixa. E agora passou a entrar. São argumentos. Mas eu não quero... Só quero ouvir da senhora e do senhor se a gente pode fazer a reforma sem fazer a duas primeiras.

SRA. MARIA HELENA ZOCKUM: Obrigado, Senador. Faltou um pedaço na parte impressa de uma coisa que eu não apresentei porque deixei mesmo para discussão, que é o seguinte.

Bom, primeiro, quer dizer, eu acho que nós já fizemos escolhas. O Brasil já fez escolhas. Ele já... Quer dizer, não é que nós vamos ter que mudar o Estado. A escolha está aí. A gente vai fazendo essas escolhas todos os dias. Agora, a gente observa que a nossa carga tributária ela... Olha aquele gráfico ali. Aquele gráfico mostra a carga tributária do País, de cada País, ali estão os Países mostrados, e embaixo a renda per capita. Você olha onde está o Brasil. O Brasil tem uma

carga tributária de... Está fora da curva. Ele está lá pertinho de Países socialistas, quer dizer, nossa escolha não é essa, nunca foi essa.

Então, para País de uma economia de mercado, ele está com uma carga tributária absurdamente elevada para o nosso nível de renda.

Então, a gente vai continuar aceitando isso? Não é cortar. Então, deixa eu retomar um pouco a nossa proposta. Nós precisamos de um certo tempo para preparar as condições para as mudanças tributárias. Não gosto de reforma, porque reforma parece remendo. Então mudança tributária. Precisamos de um certo tempo. E preparar esse terreno como a gente faz em qualquer coisa, melhorando a gestão do recurso público. Então não é cortar. Nós já estamos no nível de gasto per capita bem elevado. Então é manter esse gasto público por habitante inalterado em cinco anos. Não é cortar nada. É continuar--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone]

SRA. MARIA HELENA ZOCKUM: Não, não. Mas então, precisa de cinco anos para que a economia crie esse espaço para que o gasto público com o crescimento do produto sem fazer a reforma... Mas ele tendo feito mudanças nos gastos, em cinco anos ele chega ao nível de gasto público de 28% do PIB. Aí você pode fazer a reforma. Aí faz a reforma.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Uma transição e depois a reforma.

SRA. MARIA HELENA ZOCKUM: É. Por isso que demora cinco anos para fazer. Então tem uma transição sim. Mas não é ter que fazer novas escolhas. Tem que melhorar um pouco a nossa eficiência. Não é possível que um País de mercado tenha uma arrecadação como País socialista sem os serviços de Países assim... Dá uma espiadinha quem são os Países do nosso nível de renda. Olha o México onde está. Olha a Venezuela, Argentina, Coréia do Sul, qual é a arrecadação da Coréia do Sul em relação ao PIB dela. Portugal, Espanha... Nós estamos completamente fora da curva de novo. Nós não somos tão incompetentes assim, eu acho que é questão de tomar decisões. Então o que a gente precisa fazer é gerir melhor o recurso público. Não é fazer novas escolhas. É gerir o recurso público e ser um bom Gerente. Então como eu estava dizendo, o gasto, por exemplo, o gasto por aluno--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. MARIA HELENA ZOCKUM: Porque é problema?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. MARIA HELENA ZOCKUM: Bom, então a gente precisa realmente... [risos]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A senhora--

SRA. MARIA HELENA ZOCKUM: Será que somos incompetentes geneticamente? Não é possível.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A senhora propôs ali a redução dos Ministérios. E ontem nós tivemos acho que o 37º. A SEALOPRA, a Secretaria de Assuntos de Longos Prazos. [risos] SEALOPRA, parece que é o nome da nova secretaria. [risos] Foi instalada ontem, deram posse ao novo Ministro. Mais gastos.

SRA. MARIA HELENA ZOCKUM: Pois é, eu acho que a sociedade... Se a sociedade reagir não é possível que o Executivo também não tome alguma posição. Acho que cabe à sociedade fazer pressões. E nós estamos fazendo isso. Fazer pressão para que as coisas melhorem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Hoje mesmo nós deixamos de votar uma Medida Provisória que criava mais 680 cargos comissionados no Governo. Deixamos de votar no Plenário hoje. Ia ser votada. Mas já está valendo porque Medida Provisória ela é editada e passa a valer na mesma hora. Ou seja, esses 680 comissionados já devem estar trabalhando nos seus cargos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Vai acrescentar mais um ano aos seus cinco anos.

[risos]

SRA. MARIA HELENA ZOCKUM: [risos] Desse jeito...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nesse ritmo.

SR. FERNANDO ANTONIO REZENDE SILVA: Eu diria o seguinte, eu acho que todos queremos o mesmo resultado, embora talvez os caminhos sejam diferentes. Eu vejo grande dificuldade em a gente achar espaço para dizer que vamos ter primeiro que cortar os gastos para depois fazer a reforma. Por uma série de razões que acho que são sobejamente conhecidas de todos que vivenciam o Programa Nacional nos últimos anos. E também acho que se nós formos começar a discussão tentando rever como as responsabilidades são repartidas na federação e quais devem ser as responsabilidades que o Estado deve assumir e quais são as responsabilidades que o setor privado deve assumir nós vamos perder alguns bons anos para conseguir chegar a um entendimento sobre isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Mas ele está falando entre os entes da federação.

SR. FERNANDO ANTONIO REZENDE SILVA:

Exatamente. Vamos rediscutir as responsabilidades e como é que vamos redistribuir poderes para tributar e responsabilidades para gastar. Acho que esse é um debate importante que temos que fazer no Brasil. Mas eu suspeito que se o caminho começar por aí, nós vamos ter dificuldade em prosseguir. Então eu gostaria de inverter o caminho para obter o mesmo resultado. O tamanho da carga tributária é ruim? É. Temos que reduzi-la. Mas pior do que o tamanho hoje é a qualidade. A qualidade, a tributação das exportações, dos investimentos, a incidência nos mais pobres, a distribuição equivocada entre membros da federação. Então se nós começarmos o caminho da reforma resolvendo a qualidade da carga tributária, fazendo a harmonização dos tributos, unificando a legislação, compartilhando as bases, ampliando o universo de contribuintes, nós vamos encontrar espaços para reduzir a carga tributária. E isso gera, se o processo for bem conduzido e iniciado, um círculo virtuoso de transformações na medida em que a redução da carga tributária propiciada pela ampliação da base permite reduzir as alíquotas e conseqüentemente permite acomodar melhor as transformações. Ao mesmo passo, se você redistribui melhor a arrecadação e elimina as disparidades que existem de recursos entre Estados e Municípios, Estados de uma mesma região, Senador. O último dado que eu vi, o orçamento per capita do Estado do Maranhão era metade do orçamento per capita do Estado de Sergipe. Não tem nenhuma lógica. Mas é assim por conta de ausência de um critério que oriente as transferências. Então essas disparidades geram desperdícios, geram problemas de um lado. Se nós avançarmos na correção desses problemas nós criamos uma nova situação onde pela via da redistribuição dos recursos e pela via da ampliação da base tributária nós conseguimos avançar, quiçá, a meu juízo, mais rapidamente para reduzir a carga e conseqüentemente chegarmos ao mesmo resultado. Acho que aqui o nosso... Não é bem um dilema, mas a nossa escolha é assim por onde a gente começa. Começando tentando cortar os gastos para depois reduzir a carga ou começamos tentando melhorar a qualidade da tributação para reduzir a carga tributária e conseqüentemente poder cortar os gastos. Essa é pra mim a escolha que vamos ter que fazer nesse debate que temos pela frente.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Deixa o Senador Neuto, senão o Senador Neuto está quietinho aí... Você com sua... Sua já conhecida inteligência e capacidade de instigar vai longe aqui. Só o Senador e depois a gente volta.

Deixa eu só fazer um esclarecimento sobre a pergunta. Na reunião que nós fizemos aqui com se-

cretários da Fazenda e secretários Municipais, e Governadores representantes de Governadores e Prefeitos, eles colocaram como quase uma condição *sine qua non* premissa para iniciar a reforma, a redefinição dos encargos dos Estados e Municípios em relação à União. Educação, ensino primário, ensino secundário, saúde, etc, etc, etc. Porque eles acham que não aceitam qualquer reforma no escuro. No momento que eles não sabem o que vai ficar realmente que tem uma série de coisas indefinidas. Uma área cinzenta. Senador, desculpe.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC):

Senador Presidente, Tasso Jereissati, Senador Flexa Ribeiro, com muita alegria eu cumprimento a Dr^a. Maria Helena, Dr. Fernando Resende, e eu estou imensamente gratificado, Presidente. Porque de todas as palestras que aqui tivemos, embora muito importantes e esclarecedoras, essa de hoje vem muito ao encontro do que eu penso, e por isso que pra mim fica mais gratificante e muito próxima daquilo que eu penso.

Eu tenho falado aqui mais, e às vezes eu falo e digo que representando a sociedade. Todos representam a sociedade. Mas eu tenho ouvido, assistido e participado encontros nas bases das federações, associações, de todos os segmentos da sociedade, e é um anseio muito forte. Porque os números nos levam as distorções muito grandes. Se nós olharmos só o crescimento da nossa economia desde a Constituição de 88, quando se cobrava 19% do PIB, no evento do plano de estabilização da economia, em 94, ele passou para 28. E ali nasceu um PIB de 349, 350 bilhões de reais. Em 2006 nós chegamos a 2.3 trilhões de reais. Tivemos um crescimento nesses 12 anos de 565% e que tivemos um crescimento na taxa de 19 para 28 e agora para 38. E lá no Município não tem esse reflexo. Lá onde está o homem, está a família, a saúde, a educação, o transporte, a agricultura, todas as ações. Então o Município é um aliado muito forte para essas mudanças. O Estado também não fica fora disso, não. Porque a centralização das rendas, elas vieram para União. E eu vejo e tenho até a convicção, embora uma sinalização de reforma pelo Governo, que é uma sinalização mais de... Para acomodar os ânimos no Congresso e não para a realidade. Porque ela cresce, como falou o Senador Flexa, ela está tão satisfatória que todo mês ela tem um crescimento fantástico e por que todos lutam por interesses para as suas administrações e consequentemente ele tem a sua administração valorizada e bem aquinhoadas. Então eu entendo que a reforma ela teria que ser feita e como o nosso Presidente fala, ter um esboço para este ano. E certamente para o futuro Presidente iniciar com uma nova administração, uma nova visão de administração, com novos quadros

e Ministérios, porque nós não vamos mudar durante o Governo. Eu tenho essa convicção. E se nós tivermos a capacidade da mobilização social e principalmente das classes dominantes, e o Congresso certamente nós teremos avanços consideráveis.

E o que me impressiona muito, é que com todo esse volume de arrecadação é um desperdício. E cada vez eles crescem mais. E passamos desde a informalidade, fala-se até em 40%. Fala-se da morosidade da justiça, do Governo, quantos bilhões estão paralisados e quantas décadas que podia estar na circulação de riquezas gerando impostos e empregos. Nós temos o processo da clandestinidade. Contrabando. As falsificações. E principalmente, e aí não é questão de Reforma Tributária, mas que faz parte, as ações de Governo em que vou citar um exemplo, as epidemias que impedem nosso desenvolvimento em volume muito grande. Eu tenho um exemplo em Santa Catarina, Estado em que fui Secretário da Agricultura, da Fazenda, e que nós há 20 anos atrás vacinados no nosso rebanho com a polícia. E que agora este mês que passou recebeu uma certificação internacional no Estado isento de febre aftosa e abrindo o mercado de nossos produtos, frango, carne suína e boi para o mundo. Certificou o primeiro do País e o segundo na América que só o Chile tinha. Nós deixamos de exportar só o ano passado por falta disso 750 bilhões. Milhões de dólares.

Então tem uma série de coisas que temos que debater que são mais na área administrativa, que todas elas fazem parte desse quadro. Agora o que me impressiona e eu acho que... Nós temos que manter a arrecadação reduzindo a carga tributária. É isso que eu ouvi com muita satisfação. Que vamos manter a arrecadação e vamos reduzir a carga tributária que vai de encontro. E podemos ampliá-la, daí sim, através de ações de Governo nessas deficiências muito fortes que estão aí.

E o que me chama atenção e faria a primeira pergunta. Nós temos diferenças de taxa sobre produtos. Cesta-básica, não vamos falar na bebida, no cigarro, no fumo, pelo que eu entendi aqui fica tudo no mesmo patamar. Não teremos benefício nem para o feijão e arroz, nem para quem fuma e para quem bebe. Seria uma taxa única. Uma coisa que me deixa assim por causa do hábito ou dos processos que estão aí. E uma segunda, se é possível colocar em prática no meio de um Governo o início como nós colocamos, porque eu vejo que é... Eu vejo com muita dificuldade. E também sobre os 12% para o Estado. Seria praticamente a substituição do ICM e outras taxas aonde o Município participaria certamente e nos 17% também haveria uma divisão e aí sim nós teríamos que tratar do pacto federativo.

Eu não tenho muita coisa mais para acrescentar Prof. Dornelles já, o Senador Dornelles já praticamente perguntou, o Senador Flexa Ribeiro já tinha dado... Já tinha nos dado algumas perguntas que nós falamos. É isso que gostaria de ter esclarecido, e mais uma vez cumprimentá-los, aplaudi-los por essa brilhante noite que temos aqui mais esclarecedora e juntos podemos buscar soluções. Muito obrigado.

SRA. MARIA HELENA ZOCKUM: Primeiro deixa eu dizer uma coisa. Os nossos fiscos eles têm uma competência extraordinária que as outras áreas do Governo tivessem a mesma competência dos fiscos de todas as esferas de Governo. Veja uma coisa, o senhor citou um número que é verdadeiro porque nós já fizemos estudos na FIPE e que confirmam esse número que o BANCO MUNDIAL calculou. O BANCO MUNDIAL calcula que 40% da base tributável no Brasil não é tributada, não é oferecido ao fisco. É sonegação. Meia nota, um quarto de nota, essas coisas. Então faça o seguinte cálculo. Se nós estamos arrecadando 34% do PIB de impostos, mas que incidem em apenas 60% da base tributável, isso significa que as alíquotas estão estabelecidas para arrecadar 57% do PIB em tributos. Isto é, se nós conseguíssemos alcançar a totalidade da base tributável com as alíquotas vigentes, nós alcançaríamos 57% do PIB de arrecadação. Então esse é o limite que o fisco vai chegar. Por que é que a gente se admira que todo dia ele está conseguindo? Porque ele é ótimo em reduzir a sonegação. Por que é que inventou o SUPER SIMPLES, o Simples, por que é que inventou todos esses regimes do lucro presumido? Para que é que é? Para trazer mais gente do mercado informal para dentro. E ele está conseguindo isso perfeitamente, gerando enormes distorções na economia brasileira. Uma empresa do SUPER SIMPLES nunca mais vai querer crescer, é um imposto em cascata. Os investimentos dela são tributados. Enfim, não vou entrar nas mazelas que esse tipo de tributo causa na eficiência da economia. Mas eu quero dizer o seguinte, se nós continuarmos com a eficiência da máquina arrecadadora como ela é, e ela é super eficiente mesmo cada vez mais, a informática está ajudando muito nisso, nós vamos chegar a quase 60% do PIB de arrecadação. Olha aquele gráfico e vê onde... Isso aí a gente vai ficar na estratosfera. Esse é o primeiro ponto. O segundo ponto que eu queria mencionar é o seguinte, o senhor tem toda razão com essa questão da tradição. Não é porque é tradicional que está certo. Quando o cigarro foi tributado com essas alíquotas enormes, quanto a bebida, enfim, as coisas não essenciais foram tributadas nessa ordem de grandeza, mas vamos pegar o caso de bebida e cigarro. Foi feito com o objetivo moral de reduzir o consumo. Agora, qualquer pessoa que é

viciada sabe que ele vai pagar o preço que for. Ele vai tirar o leite da criança da família, vai tirar do orçamento da família e vai continuar gastando do mesmo jeito. Então é cínica essa posição. É muito cínica. O Governo se aproveita disso porque exatamente em termos de Economista é uma demanda muito inelástica. Quer dizer, ele não vai deixar de se consumir porque se colocou o preço do cigarro na estratosfera ou da bebida. Ele vai continuar consumindo gerando imposto para o Governo e vai piorar a situação da família dele. E quanto mais pobre pior.

Então, é hipócrita esse tipo de política. E ela é tradicional. E o mundo inteiro faz isso. Agora, não é porque é tradicional, não porque todo mundo faz que está certo. A gente tem que repensar as coisas.

Uma outra coisa que o senhor colocou que é importante lembrar, o que é que o Governo faz? Porque a carga tributária dessa ordem de grandeza, ele dá para, enfim, o pobre tem que comer, pelo menos, e ele dá redução de impostos, principalmente ICMS na cesta-básica. Agora, quanto mais pobre é o Estado, portanto menor a atividade econômica dele, menor a base tributável dele porque ele tem menos atividade econômica, menos ele pode abrir mão desse imposto. O Estado rico como São Paulo pode colocar a cesta-básica num imposto bem baixo, o ICMS põe lá embaixo. O Estado como o Pará, por exemplo, não pode. Então o que acontece? Isso é o estudo IPEA do Salvador Viana que está citado no trabalho que vocês têm, é muito interessante, a gente passa batido, mas é importantíssimo. O que ele mostra? Que a carga tributária da família mais pobre até dois salários mínimos é maior no Pará, por exemplo, em Belém, do que em São Paulo.

Então, o pobre do Estado mais pobre tem uma carga tributária mais alta do que o pobre do Estado mais rico. O senhor entendeu? Porque o Estado não pode abrir mão dos impostos. Então ele tem o imposto mais elevado na cesta-básica do Estado pobre do que no Estado rico. Então é muito perverso isso. Por isso que nós defendemos sim uma alíquota única de 12%. E dá, compensa as famílias mais pobres sim programas sociais, sim, dar a renda direta para eles. Agora com esse... NIS, Número de Identificação Social, se sabe onde está o pobre. Se reconhece. O Bolsa Família teve esse grande benefício de identificar quem é o pobre. Porque antes ele só recebia através dos mecanismos formais. Se ele tivesse no mercado formal de trabalho tudo bem, recebia aposentadoria, recebia todas as benesses do Governo. Mas se ele não tivesse não era alcançado. Agora ele é. Então nós temos que tributar tudo igualmente e devolver para o mais pobre bem focalizado através dos programas sociais

e transferência direta de renda sim. É assim que nós vemos a solução disso. E não distorcendo preços relativos e fazendo...

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): E exportação? Os Estados exportadores?

SRA. MARIA HELENA ZOCKUM: Então. Isso é resolvido com o imposto da federação. O imposto é da federação. E a participação nessa receita total de cada um é definida politicamente qual é, qual vai ser a parcela de cada um. Essa é uma grande discussão. Mas definido esse parâmetro, automaticamente ele vai receber aquela parcela da arrecadação total para ele.

SR. FERNANDO ANTONIO REZENDE SILVA: Eu queria voltar aqui um pouco a respeito dos comentários do Senador Neuto de Conto, à questão da transição. Porque acho que na história do Brasil nós só fizemos de fato três grandes reformas com profundidade. Em 89 com a proclamação da República, em 46 com a redemocratização, e em 65, 67 com o Governo militar. Reformas assim profundidade estruturais e em 88 não fizemos. Devíamos ter feito e não fizemos. Fizemos a coisa errada. Não vou nem entrar aqui, todos participaram disso e tal. Cada um poder ter suas explicações para isso. Não faremos e na história mundial isso também é muito claro, Reforma Tributária é um processo. Temos que iniciar um processo com uma transição muito bem desenhada. Uma transição que vai ter que lidar um pouco com essas questões. Quer dizer, há preocupações legítimas de lidar com o problema da autonomia dos Estados para adotar algumas políticas tributárias que tem a ver com suas necessidades específicas. E nesse caso, uma harmonização permite autonomia para fixação de alíquotas. Não é incompatível.

Questão da exportação que é uma preocupação generalizada, eu acho que é simples. Se a regra de ouro hoje no mundo é que exportação não pode ser tributada, então exportação não faz parte da base tributável. Um novo IVA que seja sobre o consumo não incide sobre essa base. Agora, se essa base não é tributável, o Estado cuja base econômica tem um forte peso da exportação não poder ser penalizado por isso. Agora, nós não podemos continuar convivendo com a idéia de que isso tem que funcionar como uma compensação. Não é uma compensação, é um direito. É um direito que só pode ser atendido se nós adicionarmos a redivisão das competências tributárias naquilo que eu mencionei muito rapidamente que é um mecanismo de equalização fiscal que diz o seguinte: Nenhum Estado da federação deveria ter um orçamento por habitante inferior a um determinado patamar. Um patamar que é negociado politicamente em todo mundo. Não é uma média do que acontece nos principais

Estados ou é outro fator e que... Se a base do Estado é exportadora e ele arrecada só 30% desse montante, ele tem que receber 70% automaticamente do fundo de equalização. E isso é automático. Isso ajusta inclusive uma questão que as compensações e as negociações periódicas não ajustam porque os ciclos econômicos têm impactos diferenciados nos Estados. Fato de que numa economia brasileira num determinado momento tem uma queda na atividade econômica, isso--

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Isso já não existia no FPE?

SR. FERNANDO ANTONIO REZENDE SILVA: Não Senador, porque no FPE o critério anterior era distributivo. Ele embutia uma fórmula que era inversa à renda per capita e piorou depois que congelou o rateio, porque agora não tem mais fórmula nenhuma. Tem um percentual negociado desde 89. A equalização ela ajusta automaticamente. A fórmula do FPE dividia inversamente a renda e diretamente a população com uma certa trava populacional. O que significa o seguinte, ela tinha um critério engessado. E o critério engessado ele não se ajusta à dinâmica dos fatos. E a dinâmica econômica hoje é muito rápida. Então num determinado momento as coisas oscilam muito frequentemente. Essa oscilação o Fundo de Equalização Fiscal ajusta automaticamente. Ele diz o seguinte: Não há uma fórmula de rateio. Há uma regra que diz o seguinte, nenhum Estado ou nenhum Município pode ter um orçamento inferior a um determinado patamar per capita. Arrecadou, a arrecadação própria não atinge esse patamar o Fundo de Equalização compensa esse montante automaticamente. Então isso é a regra que se pratica na Austrália, no Canadá, na Alemanha, como o mecanismo que garante um certo equilíbrio federativo e diminui as tensões na federação que se manifestam com muita clareza no caso brasileiro. Aí o modelo tem que ter essas complementações. Discutir só a reforma do imposto, discutir só a reforma do IVA, eu acho que vai bater na dificuldade de que é óbvia. Qualquer desenho que a gente fizer para o IVA a distribuição entre Estados muda. E a distribuição entre Estados muda necessariamente vamos ter que rediscutir como é que reequilibramos do outro lado. O IVA consumo certamente o Estado do Pará vai ter uma base tributária muito pequena em relação às suas necessidades. Pode até ser que seja maior do que é hoje, mas não é suficiente as necessidades de um Estado com base exportadora tal como o Estado do Pará. E nem como o Estado do Espírito Santo que também tem... Essas situações é que vão ter que ser rediscutidas.

Por isso que eu queria só para concluir, Senador, a questão da transição e a discussão que precisaria ser travada, o senhor mencionou, por exemplo, o Plano

Real. Eu na verdade não trabalho, estou terminando escrever agora, estou citando exatamente isso. Quer dizer, eu acho que nós não precisamos só de uma Reforma Tributária, nós precisamos de um novo plano fiscal. Na verdade, quando o Plano Real foi concebido lá atrás, quem pensou no assunto sabia que nós precisávamos fazer uma reforma fiscal estrutural. Só que não fizemos por uma série de contingências. E fomos fazendo ajustes provisórios em cima de provisórios, a cada provisórios, como bem disse a Maria Helena as distorções iam se acumulando. Vão se acumulando, e nós agora não podemos mais continuar nesse provisório. Precisamos fazer um plano fiscal dez anos que começa com medidas voltadas para melhorar a qualidade da tributação, para desengessar o orçamento, para reequilibrar a federação e para com tudo isso viabilizar a melhoria na gestão pública. Para mim essas são quatro faces de um mesmo problema. Nós não podemos lidar com esses problemas separadamente, embora algumas pessoas estejam pensando assim. O engessamento do orçamento, a qualidade da gestão, equilíbrio da federação e a qualidade da tributação são quatro faces de um mesmo problema que nós precisamos tratá-lo conjuntamente. Que eu tenho algumas sugestões específicas para isso, achei que esse não era o momento de entrar em detalhes aqui, a gente pode eventualmente numa rodada técnica que está aqui já programada, por sugestão do Senador Dornelles, de repente a gente pode avançar um pouco mais nessa discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, não vai fazer seus questionamentos?

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Não, pode fazer.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço o privilégio. O Dr. Fernando aí ele colocou agora... Levantou algo que eu acho que merece uma reflexão profunda, essa distribuição mínima pelos Estados e Municípios per capita. Se o Senador Suplicy estivesse aqui, [risos] ele com certeza absoluta iria fazer um longo discurso da renda mínima básica de cidadania. Que mais ou menos a Dr^a. Maria Helena já... Ele estaria exultante aqui, porque a sua proposta ali já--

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É. A senhora prevê a partir dos 65 anos. Eu acho que ele quer é logo. A diferença só é que ele quer desde o nascimento. Mas a tese é a mesma.

Mas eu acho que o caminho, Senador Tasso, pra gente poder... Porque ninguém quer fazer a reforma porque... A União... Não quero, eu não vou perder, os Estados também não querem, o Município não quer, a União hoje concentra 60%, na sua proposta ela vai distribuir 70. Quer dizer, ela... Há uma inversão total, que é isso que a questão do pacto federativo quer discutir. O Dr. Fernando comentou aí a renda per capita do Maranhão em relação a Sergipe.

SR. FERNANDO ANTONIO REZENDE SILVA: Renda não, receita. Orçamento por habitante.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Receita. Orçamento por habitante. Isso é uma distorção. Eu outro dia... Estou mandando fazer, pedi o apoio da consultoria do Senado, eu vi no jornal uma distribuição gasto per capita do SUS por Estado. Fiquei impressionado, Presidente Tasso. No Pará, era nove reais e não sei o que. E tinha Estado que gastava cinquenta, trinta, quarenta. Vou primeiro saber como é que é feita essa distribuição. Quero saber como é que... Se o doente do Pará é menos doente do que o doente do outro Estado lá que nem lembro qual é que tem lá 50 reais por paciente.

Então, eu estou mandando aprofundar o estudo e quero saber como é que é feita essa distribuição. Nós lá no Pará somos penalizados porque somos exportadores de *commodity*.

Então, eu comungo também que imposto não se exporta. Não se exporta porque perde competitividade. Mas no caso da *commodity*, no caso da *commodity*, tem que haver algo que diferencie isso. Talvez esse reequilíbrio que na realidade é uma compensação, mas já definida, já regulamentada porque não precisa todos os anos estar se pedindo de pires na mão que se faça. Porque nós exportamos, o Estado fica... As empresas exportadoras se creditam do ICMS nos insumos para exportação, o Estado tem que devolver e não recebe. É um negócio fantástico. E aí quando vai na *commodity*, você vê o seguinte, você tira da sociedade o recurso porque você pelo efeito da imigração, você tem demanda de saúde, de educação, de segurança, e outras tantas que os projetos lá implantados basicamente na área de mineração eles demandam desses serviços. E na realidade, quando o preço da *commodity* está super valorizado, como acontece agora, quer dizer, você transfere aqueles recursos da sociedade para o lucro da empresa. Você tira da sociedade que já é pobre, que requer da necessidade e transfere o excesso de ganho em função da elevação da *commodity* para o lucro da empresa. Então as empresas têm lucros fantásticos em função hoje da economia mundial. Já foi o contrário. Houve no passado a necessidade sim de incentivar para que ela possa ter a competitividade. Eu pelo me-

nos defendo que nesse caso dos produtos primários você tenha uma taxaço flexível. Ou seja, quando há necessidade de você atender a competitividade da empresa, o Estado vai e dá o incentivo. Mas quando ela tem a folga necessária, que ela também contribua por esse excesso e não transforme só no resultado. Mas eu acho que o... Essa sua idéia acho que eu vou começar a pensar, ver como é que a gente vai ajudar o Pará mais do que ele está sendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Senador Flexa, espero que Deus não lhe castigue por estar reclamando de tanta riqueza mineral. Se o Ceará tivesse metade disso eu não sei quem segurava a gente, não. Já pensou o Ceará com Carajás ali do lado da Praia do Futuro? A China não agüentava com a gente. Não reclama. Eu gostaria...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, V.Exª vai fazer uma siderúrgica com minério no Pará, com gás do Rio Grande do Norte. V.Exª tem uma competência que nenhum de nós chega perto.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): E com o talento do cearense. Eu não queria abusar dos nossos convidados, já são nove e meia da noite, eu gostaria... Mas está tão interessante que eu gostaria aqui primeiro abrir uma rodada para os técnicos que queiram fazer alguma pergunta, que também não é praxe, mas acho que estou enriquecendo a discussão com isso, e antes de abrir a primeira... A minha pergunta seria: O que é que o Prof. Resende acha da proposta da Profª. Maria?

[risos]

SR. FERNANDO ANTONIO REZENDE SILVA: Simples. Eu já discuti inclusive essa proposta da Maria Helena com ela em outros eventos. Eu acho que nós comungamos o mesmo objetivo, mas convergimos fundamentalmente no caminho de atingi-lo. Por duas talvez motivações principais. Primeiro eu acho que adiar a Reforma Tributária até que a gente consiga reduzir o gasto público de tal modo a abrir espaço para o gasto público caber na camisa dos 28% do PIB, é um forte risco. Porque embora haja simulações sérias e importantes que foram feitas de que isso é possível fazer com medidas de melhoria gerencial, com reformas da previdência, etc, etc, nós sabemos que essas reformas, particularmente a da previdência é altamente polêmica, e certamente há toda uma incerteza aí pela frente com relação a que medida o adiamento da reforma poderá criar novos problemas, os gastos continuarem crescendo e os prazos previstos para implementar a reforma continuarem se esticando.

Segundo, eu partilho da... Caminho alternativo. Eu acho que o caminho para reduzir a carga é ampliar

o universo de contribuinte, uniformizar a legislação, integrar as fiscalizações, fechar os buracos negros da evasão e da sonegação fiscal. Com isso nós poderemos fazer a unificação e a fusão dos impostos sem que a carga tributária chegue a 60, 70%, 40% como dizem alguns que tem feito estimativas a respeito.

Então a divergência principal é de como chegar lá. Acho que tem um terceiro problema que nós não discutimos que é a questão federativa que é o ponto também sensível nesse debate. Eu acho que a questão federativa não se resolve estritamente dando uma distribuição automática da receita de um IVA comum aos Estados e Municípios. Há necessidade de algum tipo de flexibilidade para ajustes de orçamentos estaduais e municipais as suas necessidades. E isso significa que, embora o objetivo final seja o mesmo, queremos ter uma harmonização tributária e uma Legislação nacional, a proposta do IVA dual permite que isso seja alcançado de modo que se preserva a autonomia dos Estados para fixar as suas alíquotas, se a alíquota é no consumo, isso não causa maiores distorções à produção. Então temos algumas divergências com relação aos caminhos.

Mas eu acho que esse tipo de debate como sempre travamos é um debate sério, o trabalho que fizeram na FIPE é um trabalho extremamente baseado em sólidos fundamentos. Acho o importante é a gente continuar nessa discussão para ver como é que a gente constrói esse entendimento em torno do melhor caminho a seguir. Eu tenho a minha convicção.

Para concluir, que só conseguiremos fazer essa reforma se nós desenharmos com bastante engenho e arte o processo de transição. Porque eu de fato não acredito numa ruptura enorme, num processo institucional normal. Rupturas ocorrem em momentos de crise institucional e de fortes turbulências que nós não queremos eventualmente que aconteça nesse País.

SRA. MARIA HELENA ZOCKUM: Os argumentos do Fernando Resende, eu não me sensibilizo. Desculpe, Fernando. A questão é a seguinte, quer dizer, a nossa história nos mostra que fazer as coisas sem fazer mudanças profundas elas não acontecem. É a nossa história. 20 anos de discussão só pioraram as coisas. E não foi por falta de esforço, não. O Governo até tentou. Todo mundo pedia que o PIS/COFINS não fosse cumulativo, ta bom. Então ele foi lá, decidiu fez o não cumulativo. Botou alíquota lá no espaço. Então por isso que eu não acredito em mudanças na margem. Essas transições muito... Bem sensatas, não levam a lugar nenhum. É a nossa história. Eu não acredito em coisas que não sejam mais profundas. Mesmo em épocas... Eu vou talvez usar um exemplo fora um pouco do nosso tema, mas mesmo em épocas de

normalidade democrática, nós fizemos uma abertura econômica de uma pessoa que era de uma ousadia incrível, e fizemos. E fizemos. Aconteceram já coisas nesse País dentro da norma democrática que foram rupturas fortíssimas. Não deram certo porque o resto da receita não ficou pronto. Não adotamos. Mas nós fizemos coisas muito importantes de rupturas mesmo dentro da normalidade dramática. Eu acredito sim em coisas fortes se os argumentos forem levados à população, se a população entendeu o que acontecer, enfim, se a sociedade decidir o que ela quer. Se ela for empurrando, quer dizer, cada um vai vivendo sua vida sem se incomodar muito com os processos que está vivendo, a gente vai continuar nesse ritmo. Não vai acontecer nada. Quer dizer, se a gente não fizer reforma nenhuma e continuar tudo como está, tudo bem. A gente continua crescendo 2% ao ano. Paciência. Até está melhor do que o crescimento da população diminuir, então tem um ganho per capita.

Eu não acredito, Resende. Eu realmente não acredito. Se a gente não fizer uma coisa profunda não vai sair do lugar. Vai ficar igualzinho como está, e nós vamos continuar aí, aumentando a carga tributária, o País crescendo pouquinho, piorando a distribuição de renda... Sei lá onde a gente vai chegar. Não sei.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Alguém gostaria de fazer alguma... Colocar alguma questão aí? Professor Samuel primeiro ali. Em seguida...

SR. SAMUEL PESSOA: Obrigado, Presidente. Quería fazer uma pergunta à Prof^a. Maria Helena. Se eu entendi a proposta, era o Fundo de Garantia ia virar um início de um plano de Previdência fundado. Aí a minha pergunta com relação a essa proposta da FIPE, como ficaria o financiamento do BNDES? A gente sabe que uma parte hoje nos recursos do BNDES vem do FAT que está associado ao Fundo de Garantia também. Como vocês pensaram na proposta de transformar o Fundo de Garantia no sistema previdenciário fundado e se esse for o caso imaginaria que a taxa de retorno do Fundo de Garantia não poderia ser o confisco que hoje a gente dá no trabalhador todo ano. Imaginaria que o sistema previdenciário fundado ele tem que ter uma taxa de retorno de 5% real ao ano, 4% real ao ano, 6% real ao ano. Alguma coisa nessa ordem. E se nós garantirmos para o fundo de garantia seis reais ao ano, eu acho que o BNDES não vai ter recurso para investir dada as taxas de retorno dos investimentos da carteira do BNDES, imagino.

Então como é que ficaria na proposta de vocês o BNDES? Eu fiquei com uma dúvida, de fato eu não estudei... Não estudei com cuidado o trabalho da FIPE, mas na sua apresentação a alíquota de Imposto de

Renda vai ser uma alíquota flat de 17%. E um IVA de 12%. E com isso seria possível arrecadar 28% do PIB. Então evidentemente, não estou aqui defendendo elevação do gasto público, mas a impressão que dá, com 17 de Imposto de Renda e 12 de IVA a gente consegue 28%, teria uma alíquota um pouco mais alta nos mesmos termos da reforma que a FIPE propõe que pudesse gerar os 34, 35 que a gente pode. Porque essas duas alíquotas parecem bem baixas. Me parece que seria possível dentro dos parâmetros que foram adotados no estudo de vocês gerarem alguma majoração de alíquota em vez de 17, 20 e alguma coisa, em vez de 12 do IVA alguma mais coisa mais próxima de 20 e gerar os 34.

Com o Prof. Resende, a dúvida que eu queria tirar com ele, pelo que eu entendi, na sua proposta, nas suas sugestões, nós teríamos esse fundo de compensação, quer dizer, o IVA, uma parte do problema federativo nós resolveríamos com o Fundo de Compensação, política de desenvolvimento regional a gente faria com o Imposto de Renda. E também haveria a possibilidade da criação de um Imposto de Renda estadual, por exemplo, em que os Estados eventualmente pudessem fazer algum tipo de política se quisessem no Imposto de Renda.

A minha dúvida, com relação ao Fundo de Compensação, para equalização que me parece uma idéia que faz todo sentido, mas eu vejo numa federação tão desigual como a nossa, não conheço muito experiência internacional e a minha pergunta também é um pouco como que a experiência internacional nesse aspecto. Mas um problema que nós teríamos é que Estados que são muito pobres e que, portanto uma parte significativa da receita deles viria do Fundo de Compensação, talvez perdessem muito incentivo a tributar no próprio território nacional. Pudessem aparecer um problema do tipo tragédia de comuns. Quer dizer, como o senhor avalia nessa proposta de fundo porque me parece que os exemplos que o senhor deu desse fundo são federações mais equalizadas do ponto de vista da renda per capita e, portanto, capacidade tributária que não difere muito. Essa era a minha dúvida. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Acho que só se apresentando aí cada um até... Já conhece, mas...

SR. SAMUEL PESSOA: Samuel Pessoa, Assessor técnico do Senador Tasso Jereissati.

SRA. MARIA HELENA ZOCKUM: Bom, Samuel eu acho que a questão do BNDES, eu acho que... Porque o Fundo de Garantia ele é um fundo capitalizado, mas não acredito que não vai depender só disso a aposentadoria de qualquer pessoa. Primeiro que tem a renda básica, e depois ela tem a poupança pesso-

al. Hoje o sistema de Previdência não gera poupança nenhuma porque é um sistema de repartição. Agora, o estímulo à poupança, por isso que no meu quadro tinha lá entre chaves que isso estimularia a poupança, é porque mudaria completamente a atitude das pessoas. Elas teriam que ser responsáveis elas mesmas pela sua aposentadoria se elas quisessem mais do que isso. Mais do que a renda básica. Hoje por exemplo um funcionário público que tem uma garantia de renda igual ao último salário pro resto da vida, ele não faz poupança nenhuma. Se faz é porque ele quer ter mais do que isso. Mas ele não precisa fazer. Então esse é um grande estímulo para que as pessoas...

Veja, a questão da Previdência, a gente precisa pensar um pouco melhor. Quando ela foi criada, as pessoas não tinham como se precaver para o seu período de não trabalho. Quando ela perdesse a capacidade laborativa. Ela não tinha como se defender. Mercado financeiro não tinha nada, não existia. Então ou ela tinha... Ou tinha o Estado, financiava e fazia isso e gerava essa poupança ou essa forma de financiar para que a pessoa na velhice não ficasse só dependendo da família, como fazem o mundo oriental, mas que efetivamente não tinha onde aplicar dinheiro. Ou comprar uma casinha para ter o aluguel, não tinha o que fazer. Com o desenvolvimento do mercado financeiro, ela pode sim, ela tem um retorno para sua poupança de “n” formas que dispensa o Estado de fazer esse papel de financiar a aposentadoria dela. Dispensa. Ele não precisa arrecadar recursos para fazer isso porque ela mesma pode fazer. A gente fica invejando a taxa de investimento dos Países asiáticos porque eles não têm sistema de Previdência, ora. Se não poupar não vai ter. Vai ter que morrer a míngua. Então como é que faz? Poupa. A gente fica achando que o ser humano ele reage a estímulos, e a gente dá um estímulo todo enviesado, tá tudo errado esse estímulo que a gente tem. A gente quer a poupança, mas não dá o estímulo certo. Então eu não estou preocupada com o Fundo de Garantia. Tudo bem, ele vai lá financiar, mas a aposentadoria das pessoas não vai depender disso. Ele tem a renda básica, tem essa parcela dos funcionários públicos que não têm ainda, mas o grosso mesmo vai vir da poupança dele. A outra questão que você coloca... Tudo bem, a gente pode até fazer, eu nem gostaria, mas a gente pode até fazer a simulação de que aumentando um pouquinho a alíquota do IVA mais um pouquinho o Imposto de Renda chega lá nos 34. Não é para chegar nos 34, ora. É muito alta. Uma população com esse nível de renda é muito alto. É muito algo. Mesmo que você alcançasse a base total de arrecadação. Poupança zero. 34% da renda de uma população brasileira onde 75% da população recebe

menos de 500 reais por mês é muita coisa. Um terço da renda dela é muita coisa. Então não é para ficar nos 34, não. É para baixar sim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite um aparte?

SRA. MARIA HELENA ZOCKUM: Desculpe, Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Essa proposta do Prof. Samuel de aumentar a alíquota para chegar aos 34 não inverteria o raciocínio de que teria que primeiro fazer a transição para chegar lá. E faria o contrário, começava com 34 para chegar nos 28.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

[risos]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Estamos raciocinando aqui se não inverteria. Aí o Prof. Fernando aí disse que não concordo que primeiro tenha que cortar o gasto para depois fazer a redução. Então aí se aumentar a alíquota, faz imediata aplicação e vem reduzindo. À medida que for diminuindo o gasto.

SRA. MARIA HELENA ZOCKUM: Eu vou fazer o cálculo para saber que alíquota é essa. Vou fazer o cálculo.

SR. FERNANDO ANTONIO REZENDE SILVA: Muito rapidamente, Samuel. Não. Os regimes de equalização funciona com base na arrecadação potencial. Não com base na arrecadação efetiva. Para exatamente eliminar a hipótese desincentivo à cobrança do imposto estadual. No caso do IVA estadual sobre o consumo é relativamente simples, porque o consumo é uma relação direta com a renda do Estado. Então é fácil você estimar qual seria a arrecadação potencial se o Estado cobrasse inteiramente o seu imposto. E em cima disso você aplica a equalização fiscal. Não quero falar em compensação. Acho que nós devíamos riscar do dicionário tributário brasileiro a palavra compensação. Porque nós estamos falando onde não tem base tributária ou porque exporta ou por outro fator, porque não tem renda, não tem consumo. O Estado não pode ser penalizado por isso porque exportação é uma política nacional, não é uma política específica de um determinado Estado.

A questão do IR, não, eu não estou propondo um IR estadual de novo. Eu estou propondo dizendo o seguinte, na busca dessa negociação de distintos interesses, quando nós falamos no IVA destino, ele provoca uma razoável mudança na distribuição da receita entre os Estados. E alguns Estados têm perdas expressivas. Principalmente Estados que têm uma base produtiva maior por conta da mudança. Esses Estados, eles podem compensar boa parte dessas suas perdas com a mudança do sistema se eles puderem captar uma

parte pequena da arrecadação do Imposto de Renda pessoa física. Isso funciona mais ou menos assim: A legislação é nacional, é federal, os Estados não legislam sobre esta base, só Imposto de Renda pessoa física porque a empresa dá problema. Supõe hoje assim: hoje o Imposto de Renda a alíquota é 15,25 e tem um adicional de 27,5. Suponha que lá na frente o Federal é 15,25, e os 2,5 é uma alíquota que o Governo Federal deixa de cobrar e deixando de cobrar dá espaço para o Governo Estadual cobrar. Claro, isso tudo é parte de um quebra-cabeça onde você está dizendo o seguinte, esse tipo de medida se adotado ele também viabiliza a negociação política em torno do princípio do destino junto com a equalização fiscal e junto com a harmonização tributária. É tudo parte de um elemento... Como peça de um dominó. Você tem que encaixar as peças para ver como é que você reequilibra essa discussão dos interesses. Essa é a idéia.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Pois não. O senhor queria... Para facilitar para todos, a identificação sempre.

SR. JOSÉ PATROCÍNIO: José Patrocínio, Consultor Legislativo em Direito Tributário do Senado. Gostaria de perguntar à Dr^a. Maria Helena, diante do modelo extremamente simplificador e sedutor que ela apresenta, e radical, se a proposta do Marco Cintra que é igualmente sedutora e radical, é totalmente descartada na sua visão acadêmica ou se ela poderia também ser um sucedâneo à sua proposta. Ele já desistiu da idéia do imposto movimentação financeira, substituir todos os tributos. Ele não substitui todos os tributos, mas seria o carro chefe de um novo sistema tributário altamente simplificador. E ele demonstra nos estudos econômicos dele que não haveria desintermediação financeira, que não haveria aumento de concentração de renda, ao contrário a proposta dele trabalharia no sentido contrário. Parece ser um homem muito inteligente. Então eu pergunto qual é a sua visão da proposta dele. E me parece que tem elementos tão sedutores e simplificadores quanto o que a senhora apresentou.

E gostaria de fazer também uma pergunta ao Prof. Fernando Resende que é sobre a chamada guerra fiscal, na proposta que o senhor está apresentando aí, ela não coincide com aquela que foi apresentada pelo Bernard Appy aqui no Senado, no sentido de transição que eu quero dizer. A proposta dele é mais pé no chão, porque homem de Governo tem que ser bem mais realista, mas ele prevê de cinco anos para começar o IVA, digamos, o IVA estadual, no caso, e depois de cinco anos mais no mínimo 6, no máximo 12 para que houvesse uma redução gradativa da alíquota interestadual e entrássemos no regime do destino pleno. E haveria tempo então para os Estados que hoje promovem a

guerra fiscal se acomodarem. Então na sua proposta haveria esse fundo de equalização fiscal que parece muito sedutor também, mais do que o Fundo Nacional de Desenvolvimento que ele falou aqui na semana passada, o mesmo Dr. Bernard Appy, que parece ser um fundo com poucos recursos. O seu fundo parece bem mais substancial. Mas o que pensa o senhor dessa proposta dele que no meu juízo seria mais realista para o quadro político brasileiro atual.

SRA. MARIA HELENA ZOCKUM: Um sistema tributário ele tem no mínimo cinco atributos. Simplicidade é um deles. O imposto único é sedutor apenas por essa característica. Mas ele é péssimo em todas as outras características que um sistema deve ter. Ele é um imposto em cascata, ele não respeita a capacidade contributiva das pessoas, independentemente da renda ele é um imposto que você nem sabe quanto tem em cada produto.

Então, equidade é absolutamente não respeitada por esse imposto. É um imposto que recai inteiro e não tem como tirar da exportação do investimento, de tudo. É um péssimo imposto. Eu gosto muito do Prof. Marcos Cintra, tenho maior respeito por ele, mas essa idéia é uma péssima idéia.

SR. FERNANDO ANTONIO REZENDE SILVA: Concordo. Tenho que concordar com você em alguma coisa hoje. São duas coisas diferentes. Desculpe, eu não guardei seu nome.

SR. JOSÉ PATROCÍNIO: Patrocínio.

SR. FERNANDO ANTONIO REZENDE SILVA: Patrocínio. O Fundo de Equalização ele não tem a função do Fundo de Desenvolvimento Regional que é mencionado. O Fundo de Equalização apenas tem a seguinte função, ele corrige disparidades que se devem a disparidades de base econômica cuja função é assegurar que a federação tenha um equilíbrio na distribuição dos recursos fiscais. O Fundo de Desenvolvimento Regional que eu acho que é uma idéia que nós temos que discutir também é parte de um terceiro componente da reforma que é a política de desenvolvimento regional. Eu acho que por enquanto a proposta que eu vi preliminarmente apresentada pelo Secretário Bernard Appy, eu não vi os detalhes, eu vi que ele falou na imprensa no fundo, mas não vi os detalhes ainda a respeito disso. O que se trata aí é de discutir isso, quer dizer, como é que seria o fundo regional e como é que seria os instrumentos dessa nova política regional. Que pode ser, na minha perspectiva pode ser duas coisas. Pode ser um fundo para financiar investimentos pesados na infra-estrutura, naquilo que remove as disparidades de situação de oportunidades de desenvolvimento que tem a ver basicamente com infra-estrutura, educação, ciência e tecnologia, e coi-

sas dessa natureza, que remove as causas estruturais do subdesenvolvimento e em paralelo algum incentivo via Imposto de Renda federal para atrair investimento para as regiões mais pobres. Na minha perspectiva a política regional deveria ter essas duas dimensões. Então essa é a... Não há um conflito necessariamente com essa perspectiva. O Fundo de Equalização ele substituiria os atuais fundos de participação. Essa é a essência da minha sugestão.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Me parece que entre as duas propostas, uma coisa que não foi levantada, mas há uma diferença que não foi discutida aqui, mas me parece enorme, gigantesca em termos de, tanto de conceito quando de volume de arrecadação que é a CPMF. Me parece que a proposta da professora elimina a CPMF. Não? E a do Governo pressupõe ainda a existência da CPMF por longo... Até definitivo. Deixar a CPMF como definitivo.

SRA. MARIA HELENA ZOCKUM: Na nossa proposta a gente reconhece que a CPMF ela é uma ferramenta de fiscalização importante. Agora, por causa disso a gente mantém, mas com uma alíquota de 0,01%. Não 0,38%. Quer dizer, aí causa um malefício menor na economia porque ela vai causar de qualquer jeito, mas com uma alíquota pequenininha o malefício é muito menor. E cumpre a função de instrumento de fiscalização fiscal.

SR. FERNANDO ANTONIO REZENDE SILVA: Eu definitivamente não gosto da CPMF. Acho que tudo que é pequeno tende a crescer pela lei da física. Então nada garante que uma alíquota de 0,01 ou qualquer outra vírgula além disso, não seja posteriormente elevada.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Mas dentro dessa proposta agora, o senhor proporia acabar imediatamente... Qual a sua sugestão?

SR. FERNANDO ANTONIO REZENDE SILVA: Eu na verdade não vi os detalhes qual é a proposta da Fazenda com a CPMF. Eu acho que a CPMF no período de transição ainda nos próximos anos em função das necessidades do ajuste fiscal, não vamos conseguir removê-la enquanto não conseguirmos implementar a reforma. Agora, não vejo a CPMF como um imposto permanente no Sistema Tributário Brasileiro. Como diz os mineiros, o que só tem no Brasil não é jabuticaba, não é algo que deva ser visto com bons olhos. Quando essa discussão surgiu, eu briguei muito com o Marcos Cintra em vários textos e em vários eventos sobre isso, porque é a pior solução. Tributar o dinheiro é a forma mais opaca de tributar a sociedade como todos nós sabemos quanto mais opaco o imposto menor a pos-

ibilidade da sociedade controlar o Estado. O único imposto que nós no Brasil reagimos é o IPTU. Aquela coisa da propriedade. E nós precisamos introduzir no Brasil algo que é muito caro na Inglaterra, por exemplo, o conceito da cidadania tributária. A idéia do imposto sobre movimentação financeira é a antítese da idéia da cidadania tributária. Quanto mais visível o imposto, melhor a capacidade do cidadão reagir a arbítrio do Estado. Aí se é para ter um imposto ruim para o benefício da fiscalização acho que esse não é o caminho. O benefício da fiscalização é reaparelhar as administrações tributárias porque no Brasil nós passamos a conviver com o princípio tributário que não está nos livros textos, não está nas práticas internacionais que é o princípio da comodidade. Arrecada onde é mais fácil. No presumido, na fonte, na CPMF, no cheque, na substituição tributária. Então a gente distorce toda a lógica e o que nós podemos? Nós não podemos falar em sistema tributário no Brasil porque não temos sistemas nenhum. Temos um amontoado de regras e leis que enfim, ao cabo é isso que se trata na nossa conversa aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Tem mais uma pergunta do...

SR. ALBERTO: Eu sou Alberto, também colega... É brevíssima a pergunta. Os dois tributos propostos pela Dr^a. Maria Helena, o segundo, a *flat tax* 17%, ele é composto de tributos hoje todos pertencentes à União. RPF, RPG, contribuição social e contribuição previdenciária. Então presumo que nesse segundo *flat tax*, alíquota de 17% o sujeito ativo seria a União. Presumo. E no primeiro caso que a senhora fala na competência da federação, a federação não é sujeito ativo de tributo. Seria o quê? Também a União novamente?

SRA. MARIA HELENA ZOCKUM: Não, não. Eu acho que esse conceito eu acho que ele não existe. Não existe competência da federação. A gente está inventando uma coisa nova. É competência de todo mundo para que todas as máquinas arrecadoras compartilhem as responsabilidades. Mas não é... É no sentido de que não é a União que arrecada e depois distribui. Não. É uma arrecadação do País e ele se redistribui pelo critério que o País decidiu. Não existe essa figura. A gente fala que é competência do Estado, competência da União, não existe essa figura. A gente vai estar que estar inventando.

SR. ALBERTO: Certo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Mais alguma pergunta?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só confirmar rapidinho, complementando a pergunta do colega com Maria Helena, a proposta do *flat tax* é eliminar o Im-

posto de Renda da pessoa jurídica. Só teria essa pessoa física?

SRA. MARIA HELENA ZOCKUM: Não, é fazer a fusão. É fusão. Quer dizer, quem paga o imposto de pessoa jurídica? São pessoas. É o acionista no final das contas. Então é uma antecipação do imposto que a pessoa física ia pagar. Como é a mesma alíquota não tem problema, quer dizer, você está cobrando imposto na empresa ao invés de na pessoa física. Mas o contribuinte é o mesmo. Então não. Não desaparece. A empresa vai ter que fazer o balanço, ver qual é o lucro, na hora de distribuir o lucro recolhe ou então quem recebe o lucro vai recolher. A simplificação é que é uma alíquota só.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Não é sobre o lucro apurado é sobre o lucro distribuído.

SRA. MARIA HELENA ZOCKUM: Distribuído.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): [pronunciamento fora do microfone]

SRA. MARIA HELENA ZOCKUM: Não, tem sim. Tem. Você faz o balanço e tem o lucro você recolhe. O que você vai fazer com o lucro é uma outra decisão. Se você vai reinvestir, se você vai distribuir é uma outra decisão. Mas o lucro é renda. Quando você distribui o lucro ou reinveste, é a renda da pessoa que é detentora do capital que está sendo reinvestido. Tem que pagar sim. É renda dela.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Paga duas vezes, então.

SRA. MARIA HELENA ZOCKUM: Não. Duas vezes, por quê?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Paga na empresa e paga na distribuição.

SRA. MARIA HELENA ZOCKUM: Não, não. Não paga na distribuição. Um dividendo que pessoa física receba, ela pode ser tributada ou na pessoa jurídica, e aí a pessoa física não paga, já foi, ou não é tributado na empresa e é tributado na pessoa física. Tanto faz. Hoje como é que é? Hoje o dividendo é cobrado, o Imposto de Renda é pago na pessoa da empresa, e não é pago na pessoa física. Claro. Porque já foi pago lá. Ao contrário, o juros do capital próprio não é pago pela empresa, mas é tributado na pessoa física. Certo também. Aliás, essa fusão do Imposto de Renda e pessoa física ou jurídica já está acontecendo. Igualando as alíquotas, aí fica perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Ok. Zé Roberto parece que tinha algum lucro a distribuir que ficou triste.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Bom, eu queria mais uma vez então agradecer, pedir desculpas inclusive pelo dia tumultuado, e pelo horário também que ficou, se estendeu até mais tarde, e pedir permissão para abusar dos professores novamente quando nós com certeza já num estágio mais avançado das nossas discussões com a proposta do Governo Federal, gostaríamos muito de poder contar com a contribuição dos senhores para essas próximas discussões. E muito obrigado mais uma vez foi muito importante essa reunião.

Sessão encerrada.

Sessão encerrada às 22h02.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO DE 2007, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e quatro de maio de dois mil e sete, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora **PATRÍCIA SABOYA** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senhores (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, JOÃO DURVAL, HERÁCLITO FORTES, ADELMIR SANTANA, ROMEU TUMA, SERYS SLHESARENKO E EDUARDO AZEREDO**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senadora Patrícia Saboya Gomes declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidente informa que a presente reunião, destina-se a apreciação do Requerimento nº 30, de 2007 - CAS, “Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão, com a finalidade de debater a atual situação do Instituto do Coração – INCOR – DF”, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, convidando o Senhor Ministro da Saúde, Sr. José Gomes Temporão; o Senhor Ministro da Defesa, Sr. Francisco Waldir Pires de Souza; o Reitor da Universidade Católica de Brasília/DF, Padre José Romualdo Degasperi; O Promotor de Justiça do Distrito Federal, Dr. Diaulas Costa Ribeiro; Representante do INCOR-DF, Dr. Adriano Caixeta e o Secretário de Saúde do Distrito Federal, Dr. José Geraldo Maciel. O Senador Heráclito Fortes solicita que conste em Ata elogio feito pelo Senador Augusto Botelho, em nome da Amazônia, ao Ministro Waldir Pires. Fizeram uso da Palavra os Senhores Se-

nadores Heráclito Fortes, Adelmir Santana, Eduardo Azeredo, Augusto Botelho, Flávio Arns e Paulo Paim, enaltecendo a iniciativa e ratificando a necessidade de se verificar as condições, buscando solução apropriada para a atual situação daquela instituição. A Presidente submete a votação o requerimento, que é aprovado por unanimidade. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Patrícia Saboya, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **Patrícia Saboya**, Presidente.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO DE 2007, ÀS 10 HORAS E 24 MINUTOS.

SRª. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Bom dia, a todos e a todas. Nós estamos abrindo, hoje, essa Reunião para tratar da votação de um Requerimento, até, de minha Autoria, mas, também, a pedido do Senador Tasso Jereissati, a pedido do Senador Antônio Carlos Magalhães e de outros Senadores, evidentemente, Senador Heráclito, também, a respeito da situação que se encontra o INCOR. E eu, antes de iniciar essa votação, eu iria só, se me permitem, até para dar conhecimento à Comissão, dessa situação, uma nota pequena, que vi, hoje, do Correio, que trata dessa questão da situação e da urgência de nós votarmos este Requerimento.

“O Instituto do Coração do Distrito Federal, não receberá mais pacientes a partir do dia 21 de junho. A data é o prazo estipulado, pela Fundação Zerbini, mantenedora da Instituição, para desocupar as instalações do Hospital das Forças Armadas, onde funciona o INCOR do Distrito Federal. A partir de então, a unidade será fechada, a não ser que haja um acordo para que um outro órgão, como o Ministério da Defesa, ou da Saúde, assumam o hospital. De uma forma ou de outra a crise terá, finalmente, um desfecho.”

Então, tendo em vista essa situação, ontem nós recebemos, aqui, alguns Médicos do INCOR, que nos pediram para que, através da Comissão de Assuntos Sociais, nós pudéssemos fazer uma Audiência Pública. E, votando este Requerimento, nós gostaríamos de fazer essa Audiência Pública o mais rápido possível, o mais urgente possível, porque a situação exige urgência.

Nós nem costumamos fazer isso na Comissão de Assuntos Sociais. Sempre votamos Requerimentos no dia mesmo da reunião da Comissão, que é quarta-feira, mas, por se tratar de um assunto urgente, urgentíssimo, portanto, nós estamos convocando essa Reunião na Comissão de Assuntos Sociais apenas para votar esse Item Único, que é esse Requerimento.

Então, eu passo, agora, a palavra ao Senador Heráclito Fortes, para que possa, também, fazer o seu comentário.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em primeiro lugar, Senadora Patrícia, eu quero louvá-la por essa atitude, desta convocação. A situação do INCOR de Brasília inspira cuidados. Está na UTI, é verdade. E nós precisamos tirá-lo.

A concepção deste acordo feito, envolvendo o Congresso, Forças Armadas e INCOR, foi, exatamente, para suprir uma histórica lacuna que Brasília tem, com relação a atendimento médico, principalmente nessa questão envolvendo riscos cardíacos.

Ao longo do tempo, divergências internas e outras questões, como não liberação de pagamento, impossibilitou a eficácia desse convênio. Acho, por bem e louvo essa intenção da Audiência Pública e acharia que... A sugestão seria a presença do Ministro, um representante das Forças Armadas, do Hospital das Forças Armadas, o Presidente da Fundação, o Secretário de Saúde do Distrito Federal, a princípio, podendo convocar-se mais alguma Autoridade conveniente.

A verdade... Pois não, Senadora Patrícia.

SRª. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Senador Heráclito, só para ele dar uma informação. Quando nós fizemos, ontem...

Desculpa, o Senador Tião Viana também é um dos Autores desse Requerimento.

A sugestão do próprio INCOR, seria, na verdade, convocar, convidar, o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, o Ministro da Defesa, Waldir Pires, o Reitor da Universidade Católica de Brasília, Pe. José Romualdo e o Promotor de Justiça do Distrito Federal, Dr. Diaulas Costa Ribeiro e o representante do INCOR. Mas se V. Exª.--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com todo o respeito ao Ministro da Defesa, não trará nenhum, nenhum fato positivo. Ele não sabe do que acontece na crise aérea que atinge a todos os brasileiros e que vem, vai saber o que acontece no INCOR, Senadora Patrícia? Eu acho que é uma perda de tempo e nós temos que ser ágeis e rápidos nessa questão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador, nesse ponto, nós--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nós temos que tratar desse assunto com objetividade, chamar logo o responsável pelo convênio aqui, porque o Ministro Waldir vai dizer que não sabia, que tudo está bem, que esse universo... Nós sabemos, já, qual é o quê que o Ministro...

Então, eu queria, objetivando, sugerir que sejam convocadas pessoas que tem colaboração urgente, a dar, para solução desta crise, Senadora Patrícia. Nós estamos... Porque nós estamos com um prazo determinado. O Ministro pode, até, ser convidado, depois, para tirar foto, ou do sucesso ou do fracasso, mas da discussão, jamais.

O Ministro Temporão, não. Porque esse entendimento do problema, é da área e sabe a gravidade que é o fechamento de um hospital dessa natureza. Eu estou vendo, aqui, em uma notícia de um jornal, as Forças Armadas querendo reassumir. Ora, o Congresso tem investimentos altíssimos, a Fundação Zerbini tem investimentos. O que ocorre é que, de repente, a Fundação do Distrito Federal, começou a usar, por ser um serviço de excelência, o serviço do INCOR-Brasília, mas, no entanto, os repasses do atendimento não estavam sendo feitos.

Esse é, apenas, um dos problemas e umas das vertentes, daí porque, Senadora Patrícia, eu acho que o importante é a presença do Secretário de Saúde do Distrito Federal, que participa do convênio, certo, o--

SRª. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Nós acrescentaremos, Senador Heráclito, também, o convite ao Secretário de Saúde.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E acho, também, que o representante do Congresso, desse convênio. Nós temos um--

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Um aparte.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Quando essa crise se iniciou, inclusive houve uma reunião lá no INCOR, aonde se fez presente o Presidente do Senado, o Presidente da Câmara, o Governador do Distrito Federal, o Secretário de Saúde e o Grupo do INCOR e, também, inclusive, o Promotor de Justiça Diaulas Costa. Naquela oportunidade... E o Ministro Temporão.

E, naquela oportunidade, parece que a solução tinha sido encontrada. A solução... o Ministro apresen-

tou uma tese de se criar um formato aonde o Senado entraria com a complementação desse custo--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Aliás, isso parece estar muito na moda ultimamente.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF):: É verdade.

[risos].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Parece que o apagão está resolvido, parece que tudo está resolvido.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Esse foi o teor da reunião naquela oportunidade. Nunca mais se ventilou esse assunto e eu volto a repetir, parecia solucionado; agora, a crise irrompe com demissões e essa coisa toda e até com o retorno, daquele ambiente, às Forças Armadas, o que é uma catástrofe, não é verdade?

SRª. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Claro. Não, Senador Heráclito, nós iremos atender e acrescentar, nesse Requerimento, a sugestão de V. Exª.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agora, pondere a minha sugestão, poupe o Ministro Waldir Pires desse sacrifício.

SRª. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): É porque o problema é que as Forças Armadas estão relacionadas--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senadora. Senadora. Senadora.

SRª. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Eu vou passar; só, antes a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, Senador Botelho, por que logo no início--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria apenas, eu queria, apenas, concluir--

SRª. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Pois não, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): -- Senadora Patrícia, dizer que, de qualquer maneira, é urgente, é importante que se trate desse assunto. E acho que o INCOR pode, inclusive, funcionar com ou sem convênio, com a participação do Congresso. Nós não podemos é permitir que essa Instituição saia de Brasília. O Governo tem que assumir, de uma maneira ou de outra, esse problema.

O investimento aqui feito e os resultados que começam a ser mostrados pela sua implantação, mostram que é um desrespeito à sociedade, que é um desrespeito à Brasília, a desativação de um serviço de excelência, que é, o INCOR-DF.

SRª. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, Senador Heráclito. Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Sra. Presidente, Senadora Patrícia Saboya. Na verdade... e Srs. Senadores. O que nós temos que enfatizar, muito, é o que foi colocado pelo Senador Heráclito. É um desperdício enorme de recursos públicos, se nós não tivermos a manutenção desse hospital, do INCOR, funcionando para a população.

São mais de 150 milhões de reais investidos, na aquisição de equipamentos, toda uma equipe de Técnicos, de Médicos, de Paramédicos, que já trabalham; atendimento, grande, à população de Brasília e da região do entorno de Brasília, inclusive parte do meu Estado de Minas Gerais, acaba sendo tratado aqui.

Nós precisamos descentralizar, cada vez mais, a Medicina, não é possível que a concentração permaneça, sempre, em São Paulo, vai concentrando, concentrando, cada vez mais, de maneira que, termos o funcionamento do INCOR-Brasília, é uma questão de interesse público da maior relevância. Há que se, realmente, buscar alternativas junto com o Governo Federal, com o Governo de Brasília, com a iniciativa privada; vejo, nas informações, que a própria PUC se dispõe, também, até manifestou algum interesse.

De maneira que há que se buscar um caminho e o papel nosso, evidentemente, é esse, é de também buscar, dentro do diálogo, as soluções, como já fizemos em tantos outros casos. Nesse, especificamente, caso de saúde, nós temos que estar presentes e, a convocação da Audiência, é urgente.

SRª. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada Senador, também, Eduardo Azeredo. Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): É, eu gostaria, também, de frisar que o INCOR não atende só o pessoal aqui de Brasília e da periferia, não. Nós temos a Amazônia toda, temos o Centro Oeste e parte do Nordeste, que é mais próxima daqui, também. Então, um hospital de utilidade pública, para o Brasil.

Outra coisa, também, que é um costume aqui, a gente não mexe em time que está ganhando, em time que... o técnico do time que está ganhando não é trocado. Eu acho que tem que haver uma... nós temos que sentar na mesa, todos, inclusive o Ministro da Defesa, que é uma das partes. O Senador Heráclito me ensinou que, aqui, a gente resolve tudo conversando, eu estou estranhando ele não querendo conversar agora.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ah, mas que eu quero conversar objetivamente, o que eu não quero é jogar conversa fora.

[risos].

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): O hospital é considerado na área do Ministério da Defesa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero dizer, Senadora Patrícia Saboya, que nós entregamos a condução dessa Comissão, eu, pessoalmente, a V. Exª., V. Exª. que é Patrícia Gomes, mas tem sido um pilar da defesa das causas sociais.

[risos].

Muito obrigado.

SRª. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, Senador Heráclito. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Está bom, Senadora, então, eu acho que é assim, nós temos que fazer o possível para isso não acontecer. O hospital tem que continuar sendo gerido pela Fundação Zerbini, que é a que tem melhor *know how* em gestão e em atuação, na área de cirurgias cardíacas, nós não podemos perder isso, vai ser uma perda para todos nós, do Norte, do Centro Oeste e do Nordeste .

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sra. Presidente.

SRª. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Pois não, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, eu quero só concordar, que eu diria que o Ministro da Defesa, não o Ministro, para não personalizarmos, mas o Ministério da Defesa não tem nada a ver com a área de saúde, não é verdade? Ministério da Defesa, é Ministério da Defesa, não é? E tem que cuidar, assim, dos problemas que são, como já foi dito antes, enormes nesta área. E todos nós queremos contribuir para que os problemas afetos ao Ministério da Defesa tenham encaminhamento. Então, eu diria que eu seria contrário, mesmo, porque é uma questão de saúde.

Agora, eu, realmente, estou surpreso, vamos dizer, com esses problemas, porque nós tivemos a informação, inclusive, na Audiência Pública, aqui, com o Ministro Temporão e, também, em outras reuniões, de que o problema estava solucionado, solucionado.

Então, eu acho uma pena que isso aconteça no Brasil. Eu acho que temos que ter o começo, meio e fim no encaminhamento dessas questões. Eu sou, totalmente, favorável a que se ache a solução, tranquila, transparente, participada, mas é fundamental que esta Comissão agilize esse processo. Eu quero parabenizar a V. Exª.

SRª. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Muito obrigada, Senador Flávio Arns. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, eu também quero cumprimentar a iniciativa de V. Ex^a., Senadora Patrícia, por essa Audiência Pública. E dizer que o Ministério da Defesa vai ter que estar aqui, sim e vou explicar por quê. É por que, inclusive, o prédio, as instalações, estão na área. Eu e o Senador Flávio Arns, estávamos em uma reunião da bancada e foi nos informado, inclusive, nessa reunião, que a União ia assumir o INCOR. Só não assumiu porque existe um contrato que envolve o Senado, Câmara e Ministério da Defesa.

Então, nós precisamos esclarecer que contrato, inclusive, é esse, que envolve...

[tumulto]

Sim, mas como tem esse envolvimento--

SR^a. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Senador Paulo Paim, só para justificar, só para explicar, para ajudar, é porque o hospital funciona no prédio das Forças Armadas e isso tem sido um entrave.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tem sido um entrave.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): E por isso a importância nesse--

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Para ajudar, Senadora, tem, inclusive, alguns equipamentos, tipo lavanderia, que é comum, a ambas as unidades, tanto HFA, como ao INCOR. E esse convênio, envolve além do Senado, a Câmara, o Governo do Distrito Federal.

Então, eu acho importante que essas pessoas que estão aqui, enumeradas e com a inclusão da Secretaria de Saúde do GDF, atende, perfeitamente, para se dirimir essas dúvidas e essas...

SR^a. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Pois não, Senador.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em resumo, eu quero, só fechar, já, dizer que eu sou, totalmente, favorável. Eu mesmo tive um tratamento no INCOR-São Paulo e lá me disseram: “Paim, não precisa você voltar para cá, vá aqui em Brasília.” O Dr. Andrei(F), especialista em coração, foi que me deu todo o atendimento e estou aqui quase inteiro.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Perfeito. Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O medo do Senador Paim, que as pessoas ainda tem, exatamente com essa participação do Exército, é que, em determinado momento, no rodízio, em vez de ser um cardiologista, seja um tenente, para olhar seu coração.

Então, existe essa dificuldade. Tirando essa brincadeira, eu não tenho nada contra a vinda do Ministro Waldir Pires, apenas acho improdutiva. O Ministro tem sido improdutivo na questão da aviação, na qual ele, pelo menos, já convive há quase um ano. Não é essa questão do INCOR que vai... ele vai trazer solução. Existe uma pessoa, designada pelo Ministério de Defesa, para tratar desse assunto. Conhece o convênio, entendeu, conhece o convênio.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Despersonalizar a pergunta.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então, era mais prático que se trouxesse para cá o encarregado do convênio, porque o Ministro, na pior das hipóteses, vai ter que perguntar. E isso vai fazer com que se perca tempo, prazo, para um caso que é da maior urgência.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Despersonalizar; colocar Ministério da Defesa.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Certo. Ministério da Defesa, porque aí poderemos ter o representante, a pessoa que está acompanhando o caso. Com certeza; a sugestão está acatada.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Essa impressão que o Senador Heráclito tem em relação aos aeroportos, em relação à Amazônia, o Ministério da Defesa está funcionando às mil maravilhas, tem aumentado o efetivo na Amazônia. Agora a FAB está cobrindo de vôos, pelo CAN, as comunidades indígenas isoladas de Ingaricós(F), outras, mais à frente, da linha da fronteira. Então, eu, com razão, digo, que o Ministro, para nós, está ótimo, viu?

SR^a. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Ok. Bom então--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero que fique registrado, nos anais dessa Casa, esse elogio, em nome da Amazônia, que o Senador Botelho faz ao Ministro Waldir Pires.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Estará registrado, Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E que aquele acidente ocorrido em território amazônico, por negligência e por falha do sistema aeronáutico, não tem nada a ver, aquilo não existiu, aquilo é apenas obra de ficção e o Ministério está prestando um grande serviço, fazendo o CAN funcionar, aliás, o Acre também espera pelo funcionamento do CAN, cuja a inauguração--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Já está.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Já voltou a funcionar--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Está funcionando no Acre já, estamos--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então, eu quero parabenizar, mas isso é insuficiente, é insuficiente para estas loas que a Amazonas faz ao Ministro Waldir Pires.

Em todo caso, eu faço questão, pelo apreço que lhe tenho, de fazer esse registro e pedir que conste em Ata e me remeta a cópia, porque eu quero remeter, num futuro bem próximo, a esta extraordinária figura, que é o Senador...

SRª. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada Senador Heráclito.

Bom, antes de iniciarmos a votação, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram.

Aprovada.

Bom, então, como a Reunião de hoje destina-se, exclusivamente, à votação deste Requerimento, sobre a situação do INCOR, coloco em votação o Requerimento.

Requerimento nº 30, de 2007, da CAS.

Requeiro, nos termos do Art. 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão, com a finalidade de debater a atual situação do Instituto do Coração, INCOR, Distrito Federal, com os seguintes convidados: Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, representante do Ministério da Defesa, Reitor da Universidade Católica de Brasília, Promotor de Justiça do Distrito Federal, um representante, responsável, do INCOR, o Secretário de Saúde do Distrito Federal, não é isso? E mais algumas sugestão, Srs. Senadores?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [inaudível]

SRª. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Está. Então, em votação. Todos os Senhores Senadores que aprovam permanecem como se encontram. Aprovada.

Muito obrigada a todos e eu gostaria, só, de alertar que essa Audiência Pública será feita na quarta-feira da semana que vem, o horário da nossa Comissão será 11:00h, mas ao meio-dia nós iniciaremos a Audiência Pública, que é o horário em que o Presidente Antonio Carlos termina a Comissão de Constituição e Justiça e virá, também, para cá para acompanhar essa nossa Audiência Pública.

Muito obrigada aos Senhores. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 10h43.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO (extraordinária) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 30 DE MAIO DE 2007, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e dezoito minutos do dia trinta de maio de dois mil e sete, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador **AUGUSTO BOTELHO** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, PAULO PAIM, INÁCIO ARRUDA, VALDIR RAUPP, JAYME CAMPOS, EDUARDO AZEREDO, LÚCIA VÂNIA, JOÃO DURVAL, JOSÉ NERY, FÁTIMA CLEIDE, FERNANDO COLLOR, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, IDELI SALVATTI, MAGNO MALTA, PEDRO SIMON, ADELMIR SANTANA, HERÁCLITO FORTES, ROMEU TUMA, CÍCERO LUCENA, SÉRGIO GUERRA E MARISSA SERRANO**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Justificam a ausência os Senhores Geraldo Mesquita Júnior e Senadora Rosalba Ciarlini. O Senador Augusto Botelho declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se, em primeira parte, à deliberação de matérias. Passa-se a apreciação das matérias: **ITEM 02 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, DE 2003** “Acrescenta parágrafo ao artigo 625-E da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT”. **Autor:** Senador Paulo Paim. **Relator:** Senador Romeu. **Parecer:** Favorável ao Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado: Retirado de pauta e enviado ao Senador Romeu Tuma, relator da matéria, para análise da emenda apresentada.** **ITEM 11 – REQUERIMENTO Nº 34, DE 2007** “Requeiro nos termos do regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais, conjuntamente com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, realizem Audiências Públicas para abordar projetos em tramitação no Senado que tratem de Políticas Públicas de atenção à saúde, como o PLS 219 de 2007, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a oferta de procedimentos terapêuticos e a dispensação de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de autoria do Senador Tião Viana e que está sendo relatado nesta Comissão pelo Senador Paulo Paim”. **Autoria:** Senador Flávio Arns. **Resultado: Aprovado.** **ITEM 01 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, DE 2006** “Acrescenta dispositivos aos arts 5º e

20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre a divulgação da existência de contas inativas do FGTS e dos pressupostos para sua liberação”. **Autor:** Senador Paulo Paim. **Relator:** Senador Eduardo Azevedo. **Resultado:** Não tendo sido oferecidas emendas em turno Suplementar, a Emenda nº01 – CAS (Substitutivo), foi definitivamente adotada, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 03 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, DE 2006** “Altera a redação do art. 17 da Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, que dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho a cargo do Instituto Nacional de Seguro Social”. **Autor:** Senador Marcelo Crivella. **Relator:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Não tendo sido oferecidas emendas em turno Suplementar, a Emenda nº01 – CAS (Substitutivo), foi definitivamente adotada, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 8 – REQUERIMENTO Nº 31, DE 2007** “Requeiro, a criação de Grupo de Trabalho da Comissão de Assuntos Sociais, composto por cinco senadores, destinado a estudar a situação do Sistema de Recuperação de Dependentes químicos existente no País, através de realização de audiências públicas, seminários e da análise sistemática da legislação existente e das proposições em tramitação no âmbito do Congresso Nacional, no período de 90 dias”. **Autor:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 09 – REQUERIMENTO Nº 32, DE 2007** “Em aditamento ao requerimento nº 25, de 2007 – CAS, que pediu a realização de audiência pública pela Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de promover um debate sobre as causas e conseqüências do avanço da obesidade no Brasil, em especial entre o público infantil, requeiro que sejam acrescentados, como convidados: o Dr. Alfredo Halpern, Endocrinologista, Professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo(USP), Ex- Vice-Presidente da IASO (INTERNACIONAL ASSOCIATION FOR THE STUDY OF OBESITY) para a América Latina, Representante Sulamericano da Força Tarefa para Combate à Obesidade da Organização Mundial da Saúde (OMS) e Fundador e Ex-Presidente da ABESO; Professor Doutor Mauro Fisberg, Chefe do Centro de Apoio e Atendimento ao Adolescente da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e a Professora Doutora Olga Maria Silvério Amâncio, Professora Adjunta da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)”. **Autores:** Senador Papaléo Paes e Senador Augusto Botelho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 – REQUERIMENTO Nº 33, DE 2007** “Requeiro, nos termos regimentais, que esta Comissão de Assuntos Sociais se manifeste junto ao

Tribunal Regional do Trabalho no Estado do Pará para que o mesmo antecipe o Julgamento do Dissídio solicitado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários de Ananindeua e Marituba”. **Autor:** Senador José Nery. **Resultado:** Por despacho da Presidência, a matéria vai ao exame da Comissão de Constituição e Justiça. **ITEM 12 – REQUERIMENTO Nº 35, DE 2007** “Requeiro que – em aditamento ao Requerimento nº 21, de 2007 – CAS – seja incluído o nome da Sra. Lucilene Binsfeld, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços, à lista de autoridades convidadas a comparecer a Audiência Pública aprovada no dia 25/04/2007, nesta Comissão de Assuntos Sociais, destinada a debater o PLS 152/2007, de autoria do Senador Pedro Simon, e o PLS 115/2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que regulamentam a profissão de comerciário”. **Autores:** Senadora Ideli Salvatti, Senador Paulo Paim e Senador Augusto Botelho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 05 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28, DE 2007** “Altera a redação do § 1º do art. 19-I da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, incluído pela Lei nº 10.424, de 2002, e dá outras providências. (Acrescenta ao Sistema Único de Saúde - SUS o fornecimento de medicamento de uso continuado não sujeitos a controle especial, entre outros necessários ao cuidado integral dos pacientes em seu domicílio) “. **Autor:** Senador Cícero Lucena. **Relator:** Senador José Nery. **Parecer:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório a votação foi adiada. Fizeram uso da Palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Flávio Arns, Magno Malta, José Nery, Cícero Lucena e Jayme Campos. Às doze horas e doze minutos o Presidente em exercício, Senador Augusto Botelho, suspende a reunião. A segunda parte da reunião, reiniciada às doze horas e dezessete minutos, destina-se à realização de Audiência Pública sobre a atual situação do INCOR-DF, conforme o Requerimento nº 30, de 2007, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes. O Senador Augusto Botelho convida para compor a Mesa os Senhores: **Dr. Adriano Caixeta** – Diretor Médico do INCOR - DF; **Dr. Ruy Caldas** – Diretor do Hospital da Universidade Católica de Brasília; **Dr. José Geraldo Maciel** – Secretário de Saúde do Distrito Federal; **Dr. Diaulas Costa Ribeiro** - Promotor de Justiça do Distrito Federal; **General Synésio Scofano Fernandes** – Diretor do Departamento de Organização e Legislação do Ministério da Defesa e **Sra. Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli** – Secretária Executiva do Ministério da Saúde. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Fizeram uso da palavra os Senadores: Antônio Carlos Magalhães, Wellington Salgado de Oliveira, Adelmir Santana

e Fernando Collor. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Augusto Botelho, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senador **Augusto Botelho**, Presidente em Exercício.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 30 DE MAIO DE 2007, ÀS 11 HORAS E 18 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura da Ata... Da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

A Reunião de hoje será realizada em duas partes: a primeira parte será destinada à deliberação dos Projetos constantes da nossa Pauta e, logo após, realizaremos a Audiência Pública de discussão sobre a situação do INCOR do Distrito Federal, atendendo ao Requerimento nº. 30/2007 da CAS, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, Presidente desta Comissão. Aliás, gostaria de comunicar a todos que a Presidente teve que retornar ontem à noite, às pressas, para o Ceará, por motivo de falecimento de parente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Pois não, Sr. Presidente—

[risos].

Pois não, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu, em função da... Ainda, de Relatores que devem estar chegando à Comissão, eu perguntaria à V.Exa. se pode haver uma inversão de Pauta em relação ao item 11, que é um Requerimento de minha autoria, e que é uma decisão não terminativa e que poderia ser apreciado, caso houvesse concordância dos colegas.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Nós temos dois Relatores aqui presentes: o Senador Paim e o Senador--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Mas, o Paim é Relator? Eu acho que é--

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): --João Durval.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Ah, é Relator? Desculpe, me desculpe.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): V. Exa... Hein?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se V.Exa. concordar e o Plenário concordar, é só um Requerimento. Se der para colocar em votação, de minha parte não há problema. E daí, vamos para a Pauta, seguir a Pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Não, por mim, tudo bem. Vamos votá-lo. Requerimento nº. 34/2007. “Requeiro nos termos do regimento Interno do Senado Federal que a Comissão de Assuntos Sociais conjuntamente com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, realizem Audiências Públicas para abordar Projetos em tramitação no Senado que tratem de Políticas Públicas de atenção à saúde, como o PLS 219 de 2007, que altera a Lei nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a oferta de procedimentos terapêuticos e a dispensação de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de autoria do Senador Tião Viana e que está sendo relatado nesta Comissão pelo Senador Paulo Paim”. Flávio Arns assina.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É, Sr. Presidente, esse Requerimento já foi aprovado lá na Comissão presidida pelo Senador Paulo Paim. Ele é o Relator do Projeto de Lei que trata da questão da dispensação de medicamentos, particularmente os excepcionais, para doenças crônicas e é um assunto que a gente precisa debater bem com os doentes, que o principal objetivo é atender às pessoas que apresentam as doenças, também com o Ministério Público, o Judiciário, o Ministério da Saúde, os gestores estaduais para chegarmos a boas conclusões a respeito de uma estruturação mais adequada nesta área em nosso país. Então, é o Requerimento, Sr. Presidente, de audiências públicas conjuntas, e não é para demorar isto também, porque, da minha parte, eu já quero falar inclusive com a Secretaria desta Comissão e a Secretaria de Direitos Humanos para agilizarmos esse processo porque é um assunto urgente, necessário e que demanda uma boa discussão em nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o Requerimento nº. 34. Passo a palavra agora para o Senador João Durval, para relatar. O Projeto... Já... O senhor já leu esse Projeto na última Reunião, não é? Então, nós temos que aguardar ter *quorum* para votar,

Senador, o seu Projeto, ta? Passo para o item... Nós temos que aguardar *quorum* presente para votar, tem que ser votação nominal. Então, vamos aguardar e vamos passar ao item 01 para o Senador Paulo Paim. Matéria em turno suplementar, Projeto de Lei nº. 126/2006, acrescenta dispositivos aos arts. 5º e 20 da Lei 8036, de 11 de maio de 90, para dispor sobre a divulgação da existência de contas inativas do FGTS e dos presupostos para a sua liberação. Com a palavra--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pode ser eu mesmo, pelo seguinte--

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Já está em segundo turno. Não há a necessidade de Relator. A Presidência esclarece que, na última Reunião de 23/05, foi aprovada a Emendas nº. 1 da CAS substitutiva e não foram apresentadas Emendas no turno suplementar. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. E não sendo oferecidas Emendas na discussão suplementar a Emenda nº. 01 da CAS Substitutiva oferecida ao PLS 126/2006 é definitivamente adotada, nos termos do art. 284 do Regimento Interno.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isto.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tudo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): O item 03. Vamos seguir. O item 03. Item 03. Projeto de Lei, item 03, matéria em turno suplementar. Projeto de Lei do Senado nº. 74. Relator, Senador Paulo Paim. Altera a redação do art. 17 da Lei 6.367, de 19 de outubro de 76, que dispõe sobre o Seguro de Acidentes do Trabalho, a cargo do Instituto Nacional de Seguro Social. A Presidência esclarece que, na última Reunião de 23/05, foi aprovada a Emendas 01 da CAS substitutivo. Não foram apresentadas Emendas no turno suplementar. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e, não sendo oferecidas Emendas na discussão suplementar, a Emendas nº. 01 da CAS substitutiva, oferecida ao PLS 74/2004 é definitivamente adotada, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Vamos passar para os Requerimentos.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pode, pode, porque não tem *quorum*.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Paulo Paim. O seu item é terminativo também, Paulo Paim. Eu lhe chamei, achando que era não terminativo.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como?

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): O seu item--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, eu acho que é o item 02, mas é terminativo também?

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): É terminativo também.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O item 02 é terminativo sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Não vai dar o *quorum*. Então, vamos votar os Requerimentos para poder... Não é? Requerimento nº. 31. Requeiro... Requerimento nº. 31 da CAS, de 2007. “Requeiro a criação de grupo de trabalho na Comissão de Assuntos Sociais, composto por cinco Senadores, destinado a estudar a situação do Sistema de Recuperação de Dependentes Químicos existente no país através de realização de audiências públicas, seminários e da análise sistemática da legislação existente e das proposições em tramitação no âmbito do Congresso Nacional no período de 90 dias.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Em discussão o Requerimento.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sr. Presidente, a razão pela qual eu fiz esse Requerimento e discuti com a Presidente, Senador Flávio Arns, é a necessidade que temos de dar um pouco mais de proteção a quem está na ponta, fazendo um trabalho que o poder público não faz e V.Exa. conhece muito bem. No primeiro mandato, no final do primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando o Senador... O ex-Ministro José Serra era o Ministro, a ANVISA fez uma Resolução não draconiana, mas, tipo imoral, de gente que não tem o mínimo conhecimento, não tem vivência com a miséria, com a luta, a dor humana dos dependentes químicos, das suas famílias, do sofrimento imposto quando o poder público não pode e não tem condição nem de estender a mão. Se aquilo estivesse em vigor, e aquilo foi uma luta muito grande junto ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, essa Fazenda da Esperança que o Papa visitou, estaria fechada, como as outras instituições todas. E, no final, essa Resolução diz o seguinte, que quem tem que cuidar disso é o SUS. É até uma brincadeira. É até uma brincadeira. A SENAD, Secretaria Nacional Antidrogas, que foi criada para gerir políticas públicas, no sentido de produzir prevenção para o país inteiro, o que ela gastou até hoje, e eu quero trazer esses números aqui. Quando o Presidente Fernando Henrique saiu deixou um orçamento de sessenta e oito reais. Mas o que foi gasto de coisas apreendidas,

de que a justiça disponibilizou e que não há disponibilização direta para quem está na ponta, fazendo o trabalho... Isso foi gasto e eu perguntei ao Presidente Lula, no Encontro Nacional Antidrogas, que a SENAD promoveu aqui, por que é que naquela noite ele não se pronunciou... Eu perguntei a ele... Já que ele se pronuncia em tudo que é evento que ele está, ele fala, ele é o Presidente. E, naquele, ele não falou. 99,9% do Plenário, Presidente, era de pessoas vindas do Brasil inteiro, na sua grande maioria, pessoas ligadas a instituições religiosas, que tiram drogados da rua há 30 anos. Aquela irmã de caridade sacrificou a casinha dela, a geladeira dela, botou quatro beliches sa sala, tirando meninas prostituídas e drogadas da rua, que a ANVISA disse que não pode. Aquele que vendeu tudo o que tinha, comprou um “terrenozinho”, construiu um galpão e está lá com 15 marginais de rua, assaltantes, drogados, produzindo a vida, investindo a vida e devolvendo dignamente à sociedade. Eles estavam lá para ouvir. E o Presidente Lula não se pronunciou. E eu perguntei a ele, no final: “Presidente, por que o senhor não se pronunciou?”. Um dia sozinho com ele. Ele falou assim: “É porque eu sei onde eu devo falar”. Eu falei: “Mas, o senhor fala em todos os locais”. Ele falou assim: “Depois que eu ouvi a introdução daquilo lá, eu pedi para não falar”. Essas pessoas vieram do Brasil inteiro e daqui, e Brasília é pioneira também nisso, viu, Senador Paim? Ela tinha uma casa chamada Desafio Jovem, de recuperação de drogados, como o Desafio Jovem de Fortaleza, que foi um dos primeiros no Brasil, também há mais de quase 40 anos atrás, o Silas Munguba. Como a Fazenda da Esperança, lá em São Paulo. Como o Projeto Vem Viver, que tem vinte e seis anos, que a minha esposa vem fazendo esse trabalho, e são mais de três mil no Brasil. Então, o que é que aconteceu?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para dizer que eu quero ter a alegria de poder visitar o seu Projeto, agora no mês de junho, conforme já combinado. Vou lá no Espírito Santo visitar.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Você vai visitar mais de uma vez porque eu vou ficar pai do seu filho uns 20 dias.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para deixar claro a todos que meu filho vai fazer uma operação de estômago por um médico indicado por V.Exa., naquele Estado, que é o Doutor...

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Dr. Rogério Glória, lá em Cachoeiro de Itapemirim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Dr. Rogério. Ele vai fazer uma operação de estômago.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Grande especialista e que não deixa o interior dele por nada,

mesmo sendo um grande especialista. Então, Senador Flávio Arns, Senador Paim, Senador Collor, que acabou de chegar, e meu querido João Durval, o que nós ouvimos, no início, foram relatórios assim: “Universidade tal, pesquisadores tais vão dar o relatório”. E aí você olhava lá: Três milhões gastos. Aí diz, aí distribuiu a pesquisa que foi feita. “No estado tal, usa mais, no estado tal usa menos. Estão cheirando mais cola aqui, estão cheirando ali. Os meninos matam mais aqui, os menores matam mais aqui, tem mais crack ali, tem mais crack ali”. Aqui no Brasil, precisa fazer esse tipo de coisa? Guardando-se as devidas proporções, o Rio é igual a Presidente Kennedy, um município pequenininho no meu estado. Guardando-se as devidas proporções, São Paulo é igual à Itapetinga. Itapetinga é igual à Brasília e assim sucessivamente, na questão das drogas. Três milhões... com tanta gente precisando sair da rua. Mais um milhão e meio gasto não sei aonde. Oitocentos mil com a ONG tal que pesquisou não sei o quê. Só os intelectuais falaram. Depois, saiu dali todo mundo para fumar e para ir para um restaurante beber. Autoridade para falar de droga? Cigarro mata 10 pessoas por hora nesse país.

Agora, nós estamos nessa luta das bebidas alcoólicas porque banalizou tudo. Quer dizer, agora, é a luta... Precisamos banir da televisão, dos meios de comunicação, publicidade dessa desgraça que é a bebida alcoólica. Olha, de cada 10, de cada 50 viciados em cocaína, Senador Collor, que nós recuperamos na nossa instituição, só recuperamos um bêbado. O que o álcool faz no sistema nervoso central do indivíduo é incalculável. É incalculável. “Ah, mas é inveterado”. Mas todo inveterado começou com um copo, com um gole, começou com meio copo, começou bebendo. Eu tenho lá “n” universitários abandonando curso de medicina, curso de Direito, bebendo no barzinho da frente da faculdade; é a primeira lata, é a segunda lata, porque três latinhas correspondem ao teor alcoólico de meio copo de cachaça e assim, sucessivamente. E aí, a gente ainda vê o dinheiro, que já não existe para fazer... Infelizmente, o Presidente Fernando Henrique Cardoso deu uma declaração, na ONU, quando ele criou a SENAD, com muita boa intenção para gerir políticas públicas, mas disse que, em 10 anos, ele erradicaria as drogas no Brasil. Isso nem existe. Como você vai erradicar? Não vai erradicar nunca. Se, pelo menos, a SENAD, nesses oito anos, estivesse realmente fazendo políticas públicas e esse dinheiro, por exemplo, tivesse sido investido em cartilha, em publicidade, em preparação de professores. Porque a lei 6368, que foi banida, ela mandava inserir estudos sobre droga nas escolas do país. Isso é do Executivo, ou seja, a sua historicidade, malefícios morais, físicos, psicológicos, sociológicos,

familiares... Imaginem se há 30 anos atrás quando a lei já era lei, a lei 6368 já estivesse em vigor... Imaginem quanta gente nós teríamos livrado da morte, das cadeias, da criminalidade, com informação, porque informação forma o indivíduo. A falta de informação produz a deformidade. E a deformidade dessa violência do uso e abuso, do vício da sociedade.

Tem que falar das drogas porque as pessoas só imaginam as que estão na ilegalidade, ou seja, a maconha, a cocaína, o crack. Nós temos que falar do vício em si. Porque a grande desgraça desse país é essa hipocrisia por conta do álcool e do fumo; um país que se alcooliza, um país de fumantes e que quer debitar na conta dos políticos e da Polícia o problema da violência. Primeiro, Polícia não foi constituída para criar filho de ninguém. Nós precisamos refletir que tipo de filho, que tipo de homem, que tipo de cidadão nós estamos criando em casa para oferecer para a sociedade. A classe política desde que nasceu, não nasceu para criar filho de ninguém. Filho é um privilégio de pai e mãe... Ser criado e o caráter é formado dentro de casa.

Então, veja, uma sociedade que se alcooliza, que festa de nascimento de criança tem álcool, festa de 15 anos tem álcool, festa religiosa tem álcool. Um país de fumaça, de fumaceiro, de nicotina, de alcatrão... Não pode! Não pode! Não pode, na verdade, querer usurpar o direito das pessoas que precisam, que já chegaram ao fundo do poço. Aliás, o usuário e o dependente são pessoas diferentes, em termos, porque o dependente, esse já cheirou tudo, já bebeu tudo, bebeu a família, cheirou a família, cheirou os recursos, cheirou a dignidade, acabou com tudo. Esse precisa ser acudido, acudido. Mas o usuário, o usuário é um cínico. O usuário é um cínico. O ônibus que é incendiado com aquele litro de álcool; o litro de álcool é comprado com o dinheiro do usuário. Essa bala perdida é dinheiro de usuário. Essa bala que pôs a menina paraplégica é dinheiro do usuário. A droga usada, que arrastou o João Hélio na rua, é dinheiro de usuário. 38, que se faz assalto nos calçadões do Rio de Janeiro, na minha cidade, na cidade do interior, onde você vive, é dinheiro de usuário. E usuário não é coitado.

Então, veja, eu acho que essa Comissão, a minha proposta é que ela discuta tudo isso e, acima de tudo, Senador Flávio Arns, uma proteção. Proteção... Nós precisamos banir e eu pedi ao Presidente Lula, pedi ao Presidente Lula para que essa resolução da ANVISA, para que ele falasse com o Temporão, essa resolução da ANVISA tem que ir para o lixo. Já encerro. Tem que ir para o lixo. Porque nós precisamos é—

[interrupção no áudio].

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): --Força. Esses carros, aviões roubados que... De traficantes,

que apodrecem nos pátios da Polícia Federal, nos hangares por aí. Aviões de pequeno porte para tráfico de drogas, que apodrecem e não são entregues a quem está na ponta, recuperando e tirando gente da rua. Para que nós façamos uma discussão ampla no sentido de incentivarmos aqueles que prestam o mais digno dos serviços, que o poder público não pode prestar. Foi com essa visão que eu pedi a instalação dessa Comissão, que pode ser renovada por 60 dias, para estudarmos tudo isso. E, dentro da visão que o Senador Pedro Simon colocou aqui, para que tenhamos uma audiência pública, ele indicou o nome do pessoal da Fazenda da Esperança, em São Paulo, eu indiquei nome de outras pessoas para que nós possamos ouvi-los. Eu quero trazer, naquele dia aqui, 120 pessoas, de ex-drogados, de recuperandos e quero trazer uns 30 de 13 anos, de 12 anos, de 14 anos, que planejam, que são líderes, que são mandatários de quadrilha, que o Juiz entregou a mim, e para mostrar aqui também que, no mundo do crime, não se trata com faixa etária. No mundo do crime manda quem tem a capacidade de cometer o crime com maior grau de atrocidade. Para mostrar que aqui, do lado de cá, nós não precisamos estar tratando com essa viagem poética de que precisamos tratar com faixa etária. Nós temos é que fazer uma lei dizendo que todo cidadão brasileiro que cometer crime com natureza hedionda, que perca a sua menoridade e seja colocado na maioria para pagar as penas da lei. Foi com essa visão, Sr. Presidente, que eu fiz o Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTE-LHO (PT-RR): Muito obrigado, Senador. Requerimento em discussão. Não havendo quem queira discutir... Senadores que concordam com o Requerimento, permaneçam como se encontram. Aprovado o Requerimento. Temos três Requerimentos para aprovar e depois o Senador José Nery vai relatar o item 05, que é de autoria do Senador Cícero Lucena. Estão o autor e o Relator aqui presentes e vamos relatar. Se chegarem mais dois Senadores, a gente o vota imediatamente. Bom, item 09. Requerimento nº. 32/2007 - CAS. Em aditamento ao Requerimento nº. 25/2007 - CAS, que pediu realização de audiência pública da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, no âmbito dessa Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de promover um debate sobre as causas e conseqüências do avanço da obesidade no Brasil, em especial, entre o público infantil. Requeiro que sejam acrescentados, como convidados, Dr. Alfredo Halpern, endocrinologista, professor da Faculdade de Medicina da USP e ex-Vice-Presidente da International Association for the Study of Obesity para a América Latina. Representante sul-americano

da Força-Tarefa de Combate à Obesidade da Organização Mundial de Saúde e fundador e ex-presidente da ABESO, uma ONG que trata sobre obesidade. E Professor e da... Fisberg, Chefe do Centro de Apoio e Atendimento de Adolescentes da Universidade de São Paulo... E professor Dr. Mauro Fisberg que é Chefe de Apoio e Atendimento de adolescentes da Universidade de São Paulo, Unifesp. E a professora Dra. Olga Maria Silvério Amâncio, professora adjunta da Universidade Federal de São Paulo. O autor principal é o Senador Papaléo Paes, mas eu subscrevi. Em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado. Passamos agora para item 10. O item 10 é um Requerimento feito pelo Senador José Nery, que, nos termos... E comunico que o referido Requerimento fica retirado de Pauta e será enviado para exame na Comissão de Constituição e Justiça. Ok? Item 12, da Senadora Ideli Salvatti, subscrito pelo Senador Paulo Paim e por mim. Requerimento nº. 35/2007, da CAS: “Requeiro que, em aditamento ao Requerimento nº. 21/2007 da CAS, seja incluído no nome da Sra. Lucilene Binsfeld, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços, a lista de autoridades convidadas a comparecer à audiência pública, aprovada em 25/04/2007, nesta Comissão de Assuntos Sociais, destinada a debater o PLS 152/2007, de autoria do Senador Pedro Simon. E o PLS 115/2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que regulamenta a profissão de comerciante. O Requerimento está em discussão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, só para fortalecer a iniciativa também da Senadora Ideli, de fato, é um tema considerado polêmico. O Projeto 115/2007 é de minha autoria. E, se não me engano, o Projeto nº. 152, não é? É do Senador Simon.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): 115.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): 115, de minha autoria, e do Senador Simon também é--

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): 152.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): 152. E todos os setores querem falar sobre o tema, e eu acho que é mais do que justo, tanto empregado como empregadores. Por isso que eu... Com certeza, concordo com mais uma indicação por parte da Senadora Ideli, para que a gente possa chegar a um entendimento para regulamentar a profissão do trabalho comerciante.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Os Senadores que concordam com o Requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado o Reque-

ramento. Passamos agora ao item 05, um Projeto terminativo, Projeto de Lei do Senado nº. 28/2007. “Altera a redação do § 1º, do art. 19-I, da lei 8080, de 19 de setembro de 1990, incluído pela Lei 10.424/2002, e dá outras providências.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, se é terminativo, por que não o item 02, é a pergunta que eu faço?

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Dois já foi lido.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, um terminativo de minha autoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Era segundo turno. Era segundo turno. Não, não, já foi lido.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ah, é o item 03.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Definitivamente adotado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Foi adotado também?

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Foi.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, está certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): O item 02, Senador Paim, vai ser votado assim que houver *quorum*, como também esse item 05 agora. Está ok? Vai só ler para aguardar.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Essa foi a pergunta... Eu achei que ia voltar para a Pauta, o item 02 é terminativo; o cinco também é terminativo. Como o item 02 já foi lido, nós vamos ler o item 05. V. Exa. está coberto de razão e eu retiro toda a minha obstrução indevida aqui, contra mim mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Está certo. Com a palavra, o Senador José Nery, para relatar.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, senhores Senadores—

[interrupção do áudio].

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Quero passar à leitura do Projeto de Lei do Senado nº. 28/2007, que altera a redação do § 1º do art. 19-I, da Lei 8080, de 19 de setembro de 1990, incluído pela Lei nº. 10.424/2002, e dá outras providências. Primeiro, destacar que é uma honra relatar Projeto de autoria do Senador Cícero Lucena, no âmbito dessa Comissão de Assuntos Sociais do Senado, que aqui o discutimos em decisão de caráter terminativo. Senador Cícero Lucena, que foi Prefeito de João Pessoa, e, no exercício da sua função, não é? Sugere, após a sua experiência

naquela... Naquele trabalho, naquela cidade, propõe, a partir da sua própria experiência no trabalho na área de Saúde, o Projeto que ora passamos a analisar. O nosso relatório, Sr. Presidente, está consubstanciado nos seguintes termos: O art. 1º do Projeto propõe alterar o § 1º do art. 19-I, da lei 8080, de 19 de setembro de 1990, conhecida como Lei Orgânica da Saúde, para incluir o fornecimento dos medicamentos de uso continuado, desde que não sujeito a controle especial, entre os procedimentos que deverão ser oferecidos pelo Sistema Único de Saúde, na modalidade de assistência, de atendimento e internações domiciliares.

O art. 2º é a cláusula de vigência da lei, prevista para a data da sua publicação. Não foram apresentadas Emendas à proposição. Da análise. A lei nº. 10.424, de 15 de abril de 2002, acrescentou o art. 19-I à Lei Orgânica da Saúde e, dessa maneira, criou o subsistema de atendimento e internação domiciliar no âmbito do SUS. O § 1º desse artigo relaciona os procedimentos que deverão ser oferecidos nessa modalidade de assistência. Todavia, a dispensação de medicamentos não foi explicitamente incluída entre esses procedimentos, o que poderia suscitar dúvidas quanto à obrigação de um gestor do SUS fornecer aqueles medicamentos que são necessários a uma completa assistência domiciliar.

O Projeto não encontra óbices quanto à sua constitucionalidade. À União compete legislar concorrentemente sobre proteção e defesa da Saúde, conforme determina o inciso XII do art. 24 da Constituição Federal. Da mesma forma, não há vício de juridicidade na proposição, pois ela se destina apenas a alterar a lei vigente, sem violação... Sem violação de acréscimo quanto ao assunto ou estranho à matéria tratada na Lei 8080, de 1990. O Projeto de lei nº. 28/2007, obedece também aos preceitos da Lei Complementar nº. 95, de 26 de fevereiro de 1988, quanto à técnica Legislativa.

O mérito do Projeto em apreciação é inquestionável, senhoras e senhores Senadores. Todavia, há que se considerar que a alteração proposta restringe dispensação ou o fornecimento de medicamentos, ao especificar apenas os de uso continuado, não sujeitos a controle especial. Essa restrição exclui os medicamentos indicados para tratamento de curta duração, tal como os antibióticos, analgésicos e os antiinflamatórios, utilizados durante poucos dias.

Mais ainda, exclui os medicamentos sujeitos a controle especial, tal como os anticonvulsantes, bem como o sedativo e os entorpecentes. O câncer ou neoplasia maligna faz parte das doenças que podem ser tratadas em regime domiciliar. O tratamento da fase terminal do câncer pode requerer administração de

analgésicos para os quais se exige receita submetida a controle especial. Em alguns casos, pode ser necessário o uso de derivados da morfina, potente analgésico que alivia as intensas dores sofridas por doentes vítimas por metástase e por invasão de tecido e órgãos localizados junto ao tumor primário. As crises convulsivas da epilepsia e os transtornos mentais agudos ou crônicos, em período de agudização, constituem outros exemplos de situações que podem ser tratadas em regime domiciliar e que exigem a administração de medicamentos sujeitos a controle especial. A fim de eliminar a restrição apontada, é conveniente alterar a redação proposta, tornando obrigatório o fornecimento de todo o tipo de medicamento necessário à completa assistência domiciliar prestada pelo SUS, exceto aqueles de uso restrito em ambiente hospitalar.

Especificamente em relação aos medicamentos sujeitos a controle especial, não vislumbramos dificuldade em se efetuar esse controle, uma vez que a prescrição está a cargo do profissional, médico ou odontólogo, responsável pela assistência. A dispensação só será efetivada mediante a observância das normas vigentes, entre elas, a obrigatoriedade de emissão de receita especial e a identificação do profissional prescritor e do paciente. A ampliação do alcance da medida proposta pode ser obtida mediante a Emenda que apresentamos. Do voto. Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 28/2007, com a seguinte Emenda... Emenda, nos seguintes termos: “Dê-se ao § 1º do art. 19, inciso I da Lei 8080, de 19 de setembro de 1990, nos termos do art. 1º da Lei do Senado nº. 28/2007, a seguinte redação - Art. 1º - § 1º : “Na modalidade de assistência, atendimento e internação domiciliares, estão incluídos procedimentos médicos de enfermagem, fisioterapêuticos, psicológicos, de assistência social e o fornecimento de todos os medicamentos necessários à assistência, inclusive, os que estão sujeitos a controle especial e exclusivos de uso restrito em ambiente hospitalar, entre outros procedimentos necessários ao cuidado integral dos pacientes em seu domicílio. Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senador Cícero Lucena, autor do Projeto, na Emenda, eu mudei a palavra “dispensação” por uma palavra que torna mais claro o objetivo ao qual o Projeto se destina, substituindo, aqui no texto original, a palavra “dispensação” pela palavra “fornecimento” porque entendo que torna mais claro o texto, não deixando nenhuma dúvida quanto ao objetivo a que ele se propõe. Nesse sentido, a nossa manifestação é pela aprovação do Projeto, por ser um Projeto meritório e que, com certeza, contribuirá, e muito, ao acompanhamento, às condições de saúde daqueles que tiverem que fazer isso no ambiente domiciliar. Então, sou pela

aprovação. E espero o apoio(F) conjunto de todos os membros desta Comissão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Para discutir, com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senhor Presidente, senhor Relator, demais Senadores e Senadoras, eu gostaria de fazer um registro e relatar o porquê de eu ter apresentado esse Projeto. E fico feliz de ser o Senador Augusto Botelho, como médico, que tem o conhecimento da importância desse Projeto, e não poderia iniciar minhas palavras senão a agradecer ao Senador José Nery pela sua sensibilidade e o seu compromisso de homem público e a sua visão também, que aprimorou o nosso Projeto inicial, quando ele, com o seu relatório e as suas propostas, ampliou aquilo que eu desejava oferecer à população brasileira. Então, eu quero iniciar agradecendo, vamos dizer assim, o mérito do Relator, no sentido de ter me ajudado a aprimorar esse Projeto. Mas, senhor Presidente, senhores e senhoras Senadoras, eu gostaria de dizer o seguinte, como Prefeito da cidade de João Pessoa, nós tínhamos uma Unidade de Saúde que atendia aos diabéticos e/ou hipertensos. E um dos itens, Presidente, que eu mais recebia reclamação era a falta dos medicamentos para quem é diabético ou hipertenso. Não havia planejamento. Era colocado nos vários postos de saúde do município de João Pessoa. E, muitas vezes, como é da nossa cultura, todos nós temos uma pequena farmácia em casa. E esse estoque de medicamento em casa, para quem pode comprar; para quem não pode, tenta buscar nos postos de saúde públicos. E isso permite uma total descontrol no planejamento do volume a ser adquirido pelo administrador, bem como a falta nos postos de saúde, que eu convivi com isso. Às vezes por desvios, às vezes por, exatamente, aquela pessoa mais simples, mais humilde ir a um Posto de Saúde de um bairro, ia ao Posto de Saúde de outro bairro e pegava aquele medicamento que ele precisava tomar. Com o processo do programa Saúde da Família, que, quando eu assumi, não tinha nenhuma equipe de Saúde da Família, e Deus me permitiu deixar com 180 equipes de Saúde da Família, sendo a primeira capital do Brasil a ter 100% de cobertura para o público alvo de equipes de Saúde da Família. Eu passei, então, a ter um melhor gerenciamento nessa área de Saúde. E aí, eu adotei uma campanha, que foi chamada “HIPERDIA”, onde nós fomos fazer a verificação da pressão e o teste de diabetes em toda a população na cidade. Pelas equipes de saúde da família, mas, achando pouco, a gente fazia em ponto de ônibus, em feiras livres, em super-

mercados, em locais em que passava o maior número possível da população. E, antes, eu tinha um cadastro na Prefeitura, que pessoas que precisavam ter acesso a esses medicamentos, Senador Flávio Arns, eram em torno de seis a sete mil pessoas, na cidade de João Pessoa. E, com a campanha que nós fizemos, com o esclarecimento que nós fizemos à população, nós elevamos esse número e identificamos, com os testes que fizemos, para cerca de 24 mil, 820 pessoas, que eram hipertensos ou diabéticos. O Senado tem vários Senadores que são médicos, mas nós sabemos, de uma forma muito clara, a hipertensão e a diabetes, muitas vezes, a pessoa só vai identificar quando ela já se encontra num estado bastante avançado. É diferente, eu costumo dizer, de uma dor de barriga, é diferente de uma dor de cabeça, que você sabe logo que está com ela e que procura tratar. E aí, nós adotamos o procedimento de todas essas pessoas cadastradas, ao irem ao médico da equipe de Saúde da Família, o médico prescrevia o medicamento necessário para essas pessoas tomarem, em duas vias. Uma, ele entregava ao paciente, com a recomendação da dosagem diária que aquela pessoa precisava tomar. Tem pessoas que, portadoras das duas doenças, no caso, que chegam a tomar cinco, seis comprimidos por dia. Cinco, seis. E quando se é pobre, não adianta farmácia popular, não tem dinheiro nem para comprar em farmácia popular. Então, nós adotamos que o médico prescrevia a receita em duas vias, deixava uma com o paciente e a outra mandava para a Secretaria de Saúde e, na Secretaria de Saúde do Município, era separada a dosagem correspondente àquela pessoa, por 30 dias, que era o prazo, inclusive, de ela retornar à equipe de Saúde da Família, e nós mandávamos pelo Correio esse medicamento. Nós entregávamos na casa das pessoas. Muitas delas, idosas, aposentadas, algumas já com pernas amputadas, com algumas outras deficiências que não tinham nem a possibilidade de ir a um posto de saúde buscar o medicamento, ou se ia uma vez, não tinha, não voltava mais. E aí, nós passamos a atender a 24, 820 pessoas que recebiam o seu medicamento em casa. Eu posso dar o testemunho disso, da gratidão dessas pessoas. Elas se sentiam não só tratadas, como respeitadas e valorizadas. Era o Estado fazendo o seu verdadeiro papel de cuidar daqueles que precisam. E foi esse o motivo que me motivou a apresentar esse Projeto aqui. Não há acréscimo de despesa, até porque eu gastei praticamente o mesmo valor que eu gastava é... E faltavam os medicamentos, e eu passei a atender quatro vezes o número de pessoas e atender respeitando, cuidando, que é o nosso papel. Então, foi esse o motivo, Presidente, que eu peço aos demais Senadores para que, dando esse meu testemunho,

como eu poderia trazer milhares de pessoas para dizer da importância e porque o Prefeito atual não deu continuidade, eu quero, então, que isso extrapole os limites de um mandato. Eu sugiro que isso passe a ser adotado no Brasil, como um todo, para a gente cuidar de quem precisa. Muito obrigado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senhor Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com a palavra, o Senador Paulo Paim, para discutir.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Até porque não temos o *quorum* ainda para votar e o Projeto é terminativo, eu faço questão de elogiar aqui a ambos, tanto o autor como o Relator, o Senador Cícero Lucena e o Relator, Senador José Nery. Esse Projeto... E eu falava aqui com o Senador Flávio Arns, ele vem ao encontro a um debate que está dado na Casa e na sociedade, que é o uso de remédio chamado de uso contínuo, por tempo integral, enfim, o remédio que é imprescindível à vida do nosso povo, da nossa gente. E o Senador Cícero Lucena, numa experiência que já nos contou quando aqui chegou, na primeira semana que aqui estava, e nós falávamos do desespero das pessoas que precisam desse remédio e que, muitas vezes, inclusive, eles são negados. Ele me dizia que, lá na Prefeitura, além de manter, o programa que ele tinha mandava entregar em casa. Numa prova que, de fato, era uma situação de emergência e por isso o atendimento era dado com o remédio chegando na respectiva casa. Eu quero cumprimentar a iniciativa do Senador Cícero Lucena, do Relator José Nery, que deu o parecer, de pronto, pela aprovação do Projeto, com uma pequena alteração na mudança feita que, conforme diz o próprio Senador Cícero Lucena, melhora, ainda, a redação. E dizer que o Senador Flávio Arns entrou com um pedido de uma audiência pública. Eu falava agora mesmo aqui com o Secretário da Saúde do Rio Grande do Sul, o Deputado Federal Osmar Terra, e ele me dizia que há toda uma preocupação na regulamentação dessa situação do chamado remédio de uso contínuo, que V.Exa., que é médico conhece muito bem da necessidade. O Senador Tião Viana apresentou o Projeto, eu sou o Relator e o Senador Flávio Arns entrou com um pedido de uma audiência pública, que eu acho mais do que justo que a gente ouça a todos antes da votação. Não é o caso do Projeto do Senador Cícero Lucena, que garante o remédio entregue na casa do paciente, enfim, daquele que precisa do remédio. Então, eu cumprimento o Senador pela iniciativa, mas quero também, na mesma linha, falando em remédio, cumprimentar o Senador Flávio Arns, que conversou conosco, e pediu essa audiência

pública para debatermos o outro Projeto, que não trata da mesma questão, mas é, digamos, ele acaba interagindo porque trata de remédio também de uso contínuo, do Senador Tião Viana. Era isso, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Com a palavra, o Senador Flávio Arns para discutir e, a seguir, Senador Jayme Campos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Enquanto também o *quorum* ainda não existe, para a votação de um processo que é terminativo, mas eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar o Senador Cícero Lucena. Ele já havia relatado para a gente também, no Plenário e em conversas, todo o trabalho que foi desenvolvido no estado, na Paraíba, mas, particularmente, em João Pessoa, no município de João Pessoa, onde ele foi Prefeito. E assim, com uma preocupação extremamente pertinente, quer dizer, dar qualidade de vida, facilitar a vida das pessoas, tornar a saúde próxima da população e com a experiência executiva dele, dizendo: “Olhe, isso não é para gastar dinheiro”. Até, eu sempre digo: “Isso é para economizar dinheiro, na seqüência”. Porque se você trata cedo, atende cedo, previne problemas, aumentou o número de pessoas identificadas, mas são pessoas que vão precisar de menos recursos, na seqüência, para a área da Saúde.

Então, é importante, assim, a gente ter o aspecto de colocar, na lei, alguma coisa que já se viu que funciona na prática e que é necessária, principalmente pensando no bem-estar da população. Então, isto é muito importante, eu diria... E importante o relatório do Senador José Nery, porque o Senador José Nery acrescentou, além dos remédios de uso contínuo, aqueles, quer dizer, já estavam, quer dizer, no Projeto original, não sujeitos a controle especial, e o Senador José Nery, o Senador José Nery disse: “Inclusive os medicamentos sujeitos a controle especial”, nada mais justo do que isto. Se for um remédio controlado e o médico está acompanhando, também pode fornecer esse medicamento na própria casa, tirando aqueles remédios que tenham que ser aplicados em ambiente hospitalar, porque alguns podem dar reações e tal e é um problema. E, mudando a palavra “dispensação” para “fornecimento”, para ficar, porque a palavra “dispensação” é bastante utilizada em todos os documentos da saúde, mas “fornecimento” fica claro para todo mundo, não é, essa que foi a sugestão.

Então, eu concordo. Em relação à observação do Senador Paulo Paim, eu quero dizer que estão em tramitação Projetos para doenças crônicas e medicamentos excepcionais, que têm que fazer parte de protocolos e decisões porque são medicamentos caros. A gente coloca aí, então, medicamentos para transplantados,

medicamentos para doença de Parkinson, hepatite. E a gente sabe, o Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Saúde, que é o Deputado do Rio Grande do Sul, não gosta da minha expressão, mas eu tenho usado: “Olhe, isto...” Eu sempre uso a palavra “caos”, “está um caos no Brasil”. Então, eu diria, está preocupante no Brasil, extremamente preocupante, porque as pessoas não vêm tendo acesso a esse medicamento. Já faz quatro anos, quatro anos, que a Portaria do Ministério não é mudada, para acrescentar doenças. Tem gente que tem doença, que está morrendo e não muda a Portaria do Ministério da Saúde. Então, tem que mudar a Portaria. Tem medicamentos novos, em quatro anos, não se muda a questão de medicamentos. Existe toda a parte econômica, de pressão das empresas também, não é? Dizendo assim: “Não, vamos fazer tratamentos e tal e vamos tentar incluir depois para arrecadarmos mais no Brasil”.

Então, a gente tem que chegar no ponto de equilíbrio. Qual é que é o ponto de equilíbrio, na minha ótica? Que o doente brasileiro, cidadão brasileiro seja bem atendido, não é? Quer dizer, esse é o nosso objetivo. E o Senador Paulo Paim é muito democrático nesse sentido, eu disse para ele: “Eu não quero atrasar nem dificultar, mas eu quero que os atores envolvidos nesse debate sejam ouvidos”. Com o que ele concordou. Então, vamos fazer rapidamente isto também, não é para procrastinar, é para a sociedade dizer: “Está bom”. “Não está”. “Precisa mudar”. “Aqui está certo”. “Lá não está”. E assim, o relatório do Senador Paulo Paim, como ele habitualmente faz, vai dizer: “Não, está embasado num pensamento democrático de participação social”. Aí, acho que todos nós ficamos tranquilos também porque eventuais erros serão compartilhados, eventuais vitórias serão compartilhadas também. Quero parabenizar o Senador Cícero Lucena, o José Nery, dizer que estou 100% de acordo com o Projeto e com as modificações apresentadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Agora, para encerrar a discussão, a palavra com o Senador Jayme Campos. Após isso, faremos um intervalo de dois minutos para os convidados se colocarem na Mesa para começar a audiência sobre o INCOR. Senador Jayme Campos com a palavra.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho. Eu serei muito breve na minha fala. Mas eu quero aqui cumprimentar o autor do Projeto, Senador Cícero Lucena, e o Relator, Senador José Nery, na medida em que aqui, com certeza, nós estamos dando um grande avanço no sentido de melhorar o atendimento às pessoas mais humildes desse país, com este Projeto. Pela experiência do Senador Cícero Lucena como

Prefeito da sua cidade, João Pessoa, como também ex-Governador daquele Estado, certamente ele ganhou um conhecimento que o permite vir hoje realmente apresentar um Projeto que vai minimizar e melhorar, com certeza, o atendimento em relação a esse remédio de uso contínuo, que faz muita falta às pessoas mais carentes desse país. Eu também tive a primazia, Senador Lucena, de ser Prefeito de Várzea Grande, a minha cidade, por três mandatos. E, na verdade, muitos remédios que faltam, sobretudo aos hipertensos, eu vi ali a dificuldade dos velhinhos nas Unidades de Saúde ali, às vezes, na madrugada, nas madrugadas ali aguardando a abertura das portas daquelas Unidades de Saúde, à procura de um pequeno... Uma caixa de remédio para fazer o seu tratamento, que ele já era... Sofria de hipertensão.

E quero crer que o nosso país tem tudo para melhorar, sobretudo a questão de atendimento que ontem, quando eu participava, Senador Cícero Lucena, Senador José Nery, de uma Reunião da CAE, e ali participava o Secretário da Receita Federal, Dr. Jorge Rachid, mostrando o crescimento da receita fantástica de nosso país. Exemplificando, só na arrecadação do CPMF, que é uma arrecadação que grande parte dela destinada ao atendimento médico, sobretudo o repasse para o SUS, nós tivemos um incremento, nesse trimestre, de um bilhão e quinhentos milhões, ou seja, um bilhão e quinhentos milhões de reais em apenas um trimestre. O senhor imagina no final do ano, os 12 meses, então, vão acrescentar algo parecido em torno de quase seis bilhões ou 5.8 bilhões. Então, eu imagino, como cidadão que convivo com o povo humilde da minha terra Natal, do meu Estado, de que dinheiro não falta, o que falta é, talvez, é mais profissionalismo, mas, acima de tudo, é que também as pessoas que trabalham nas Unidades de Saúde tenham mais um espírito cristão, ser mais solidário. Porque eu vejo, às vezes eu fico indignado, quando entro em algumas Unidades de Saúde, não é no meu Estado só, mas nesse imenso país, e vejo a falta de humanidade que existe, às vezes, do profissional que não tem o compromisso cívico, que eu posso falar dessa forma, em relação a um atendimento médico de boa qualidade, sobretudo, àqueles humildes, aos trabalhadores que necessitam de um serviço público também, que seja de boa qualidade. De forma que eu quero cumprimentar V.Exas., tanto o Autor como o Relator. Realmente, aqui hoje eu fico ainda acreditando que este país vai melhorar. Mas ainda tem um fundo, ou seja, uma esperança, no fundo do túnel, que nós poderemos dar qualidade de vida, esperança, sobretudo cidadania àqueles que dependem do poder público instituído nesse país. Porque os abastados, Senador Flávio, com certeza, eles

pagam os planos médicos lá, privados, vão nas grandes redes de saúde pública desse país aqui e pagam lá e, com certeza, têm um bom atendimento. Agora, nós temos que preocupar, Senador Augusto Botelho, é com o cidadão carente. Aquele cidadão que ganha 380 reais, ou seja, o salário-mínimo desse país que, lamentavelmente, ainda é muito pouco, àquele que levanta duas, três horas da manhã e vai às Unidades de Saúde e ficam ali, às vezes, tomando chuva, às vezes, merecendo as intempéries do sol, às vezes, a falta do profissional que não tem compromisso, que não vai para lhe atender, conforme o horário estipulado ali naquela Unidade De Saúde. Enfim, quero cumprimentar V.Exa. e na certeza absoluta de que nós teremos um país melhor, com certeza, ainda nesse século. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Senador Jayme Campos. Aproveito para parabenizar também o Senador José Nery e o Senador Cícero Lucena porque esse Projeto, realmente, ele corrige até uma ilegalidade que os médicos faziam, os doentes graves, terminais que ficam em casa, aqueles medicamentos de uso restrito hospitalar, a gente fornece para os pacientes. Mas agora pode, a lei ampara que você forneça isso. Isso é um grande passo. Peço licença aos Senadores para suspender a Reunião por dois minutos para nós acomodarmos os convidados aqui, e peço ao Senador Jayme Campos que os conduza até aqui, ali da Sala da Secretaria, para começar a audiência sobre o INCOR. Senador Flávio e Senador Jayme Campos, para conduzir os convidados até aqui.

[Sessão suspensa às 12h12].

[Sessão reaberta às 12h17].

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Declaro reaberta a 23ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, destinada à discussão da situação do INCOR do Distrito Federal. Foram convidadas as seguintes autoridades: Exmo. Sr. Ministro da Saúde, Dr. José Temporão, aqui representado pela Sra. Maria—

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLLI: Márcia.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzolli, Secretária Executiva do Ministério da Saúde; Exmo. Sr. Ministro da Defesa, Waldir Pires, aqui representado pelo General Synésio Fernandes, Diretor do Departamento de Organização e Legislação do Ministério da Defesa; Dr. Diaulas Costa Ribeiro, Promotor de Justiça do Distrito Federal; Dr. Geraldo Maciel, Secretário de Saúde do Distrito Federal; Dr. Adriano Costa Caixeta, Diretor Médico do INCOR, e o Padre José Romualdo

Degasperi, aqui representado pelo Dr. Ruy Caldas, Diretor do Hospital da Universidade Católica de Brasília. Com a palavra... Passo a palavra, por 10 minutos, para o Dr. Adriano Caixeta. Cada expositor terá 10 minutos e a campainha toca automaticamente, quando completam os 10 minutos, e teremos um minuto de tolerância também. Após a exposição dos senhores, os senhores Senadores farão os questionamentos que acharem necessários. Com a palavra o Dr. Adriano Caixeta, Diretor Médico do INCOR. Precisamos de microfone móvel para ele.

DR. ADRIANO CAIXETA: Boa tarde a todos. Eu queria primeiramente agradecer ao convite do Senado para que nós pudéssemos expor a questão do Instituto do Coração do Distrito Federal. Muito obrigado, senhores Senadores, senhores Deputados, senhoras e senhores. Meu nome é Adriano Caixeta, eu sou Diretor-médico do INCOR e minha exposição, nesses próximos 10 minutos, é uma exposição basicamente relacionada à parte assistencial. Próximo. Por que criar, por que é que se fala tanto na criação de institutos de especialidades, aqui especificamente um instituto para tratamento de doenças cardiovasculares? Para que os senhores tenham uma idéia da importância, do ponto de vista epidemiológico, esses são dados americanos, existem aproximadamente 79 milhões de pessoas, ou pacientes portadores de doença cardiovasculares nos Estados Unidos. Dos quais, 15 milhões apresentam quadro de angina ou infarto. E, aproximadamente, seis milhões de pacientes, nos Estados Unidos, apresentam acidente vascular cerebral, o tão conhecido como derrame cerebral. E a doença cardiovascular, ela está no *ranking* número um, nos Estados Unidos, como a principal causa de morte naquela população. Mais de 800 mil pessoas morrem, por ano, nos Estados Unidos, secundário à doença cardiovascular. E o câncer é... Fica ranqueado como o número dois para causas de óbito nos Estados Unidos. Próximo.

No Brasil não é muito diferente. No Brasil, essa é uma estimativa do DATASUS, existem mais de um milhão de internações, por ano, causadas por portadores de doença cardiovascular. E a causa, a doença cardiovascular é a principal causa, também no Brasil, de óbitos, aproximadamente, mais de 50 mil pessoas morrem, no Brasil, secundário à doença cardiovascular. E a estimativa de gasto é de mais de 470 milhões de reais por ano, secundário a esse tipo de patologia. Próximo! Essa é uma casuística que tem a influência, no Centro-Oeste, especificamente, depois eu mostro a influência no Distrito Federal, dos nascidos vivos, no Brasil, aqui especificamente a importância da cirurgia de crianças, de cirurgia da cardiologia pediátrica... Dos nascidos vivos, no Brasil, a necessidade de

cirurgia seriam 23 mil cirurgias no Brasil. E, no Brasil, são realizadas apenas oito mil cirurgias em crianças com cardiopatias congênitas. No Centro-Oeste, nos Estados do Centro-Oeste, incluindo o Distrito Federal, de todos os nascidos vivos, mais de 23 mil, a necessidade seria mais de 1.600 cirurgias cardíacas nessas crianças portadoras de cardiopatias congênitas. E a realidade é que, no Centro-Oeste, são realizadas apenas 714 cirurgias—

[interrupção no áudio].

714 cirurgias, causando um déficit, uma necessidade de mais de 900 cirurgias cardíacas no Centro-Oeste. Próximo. O cenário, especificamente no Distrito Federal, antes da vinda do Instituto do Coração, em 2002, foram realizadas cirurgias cardiovasculares, 282 cirurgias cardiovasculares, pelos hospitais, esses são dados, evidentemente de pacientes do SUS, e com implante de 430 marcapassos. Então, a estimativa, naquela ocasião, é que apenas 18% da necessidade do Distrito Federal era encampada pelas cirurgias cardiovasculares, no ano de 2002. Esse *slide* praticamente reproduz os dados anteriores e mostra que o número de cirurgias cardíacas, por 100 mil habitantes, no Distrito Federal, ele fica praticamente quase que junto com os últimos lugares da... Do número de cirurgias cardíacas, por 100 mil habitantes, da realidade brasileira. O que mais se aproxima de números de cirurgias cardíacas ideais, digamos assim, são os Estados especificamente do Paraná e Estados do sudeste. Então, o Distrito Federal tem uma carência muito grande de necessidade de cirurgias cardiovasculares, assim como os estados da Bahia, Amazonas etc. Próximo. Então, por que a necessidade de trazer um hospital especializado no tratamento de alta complexidade de doenças cardiovasculares? Existem alguns institutos no Brasil e o instituto que foi convidado por essa Casa, pelo Congresso, pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, para que viesse encampar esse Projeto, foi o Instituto do Coração, em São Paulo. Aquilo que os senhores vêem, o complexo, o HC da Universidade de São Paulo e aqui os dois blocos do INCOR, com mais de 500 leitos. Então, em 2000, próximo! Foi pensado em trazer o INCOR para Brasília, que os senhores vêem uma visão panorâmica de Brasília, e foi feito um acordo com a construção de um hospital de 100 leitos, nas dependências do Hospital das Forças Armadas. Então, o INCOR, em Brasília, é o primeiro hospital filantrópico do DF, atendimento de SUS, à família dos militares e militares, pacientes de convênios, operadoras de saúde e também pacientes particulares. Próximo.

Então, em 2002 foi feito, assinado um protocolo entre o Ministério da Defesa, Senado Federal, Câmara

dos Deputados e a Fundação Zerbini, que é a fundação que administra o Instituto do Coração, em São Paulo, e também o INCOR aqui em Brasília. Próximo! Então, aqui, a cores aqui, os senhores vêem a lâmina do HFA, foi feito um investimento com reformas e construção, de 15 mil metros quadrados, com investimento da verba do Senado e da Câmara dos Deputados e do Senado. Próximo! Foram feitas obras de infra-estrutura, como rede de água, esgoto, rede elétrica... Ar-condicionado, cabos ópticos e Ethernet, sistema de proteção de incêndio. Próximo!

A capacidade instalada hoje do INCOR, com 100 leitos, seria um atendimento de 95 mil consultas anuais, 8500 cateterismos, 1200 cirurgias, 300 cirurgias pediátricas e implante de 700 marcapassos, próximo! O INCOR também, assim, como nos moldes do INCOR em São Paulo, ele prima ou primária pelo ensino, a pesquisa e a assistência também no Distrito Federal. O corpo clínico, na ocasião, era composto de 400 colaboradores, dos quais, 60 médicos, 20 com doutorados e oito com pós-doutorados no exterior. Uma relação ótima de 1,2 enfermeiros por leito. Próximo! Essa é uma linha do histórico relacionado a atividades assistenciais do INCOR. Então, o INCOR foi inaugurado em novembro de 2004. Nós tivemos uma dificuldade muito grande de credenciamento do SUS e só conseguimos o credenciamento do SUS em agosto de 2005, com um teto apenas de 204 mil reais. Um ano depois, é que nós conseguimos o teto de 800 mil reais do credenciamento do SUS. Então, esse é um histórico muito interessante das dificuldades que nós tivemos iniciais, até atingirmos nos dias atuais, um teto de SUS de 800 mil reais. Próximo!

Eu trouxe aqui alguns exemplos do atendimento INCOR, nesses últimos quase dois anos e meio, aqui são procedimentos de alta complexidade, aqui os senhores vêem o número de cateterismo cardíaco e angioplastia; são procedimentos de desobstrução da artéria coronária. É um tipo de revascularização do miocárdio. Em 2005, no primeiro ano, 380; 2006, mais de mil procedimentos. E, nesses primeiros meses de 2007, 515, totalizando mais de dois mil procedimentos de cateterismo cardíaco e angioplastia. Próximo!

A cirurgia cardíaca adulta e pediátrica, foram totalizados 854 procedimentos, em 2006 foi o nosso maior pico. Nesse ano, realizamos 143. Próximo! E muito importante—

[soa a campainha].

--É o tratamento de cardiopatias congênitas. Mais um minuto e termino. Com 236 procedimentos de cardiopediatria no INCOR do DF, nesses últimos dois anos. Atendimentos, mais de 50 mil atendimentos. Próximo. Aqui o impacto, se os senhores me permitem, do aten-

dimento do SUS, do INCOR; o Hospital de Base realiza 32 cirurgias urgentes, o INCOR-DF 120—

[interrupção no áudio].

O incremento—

[interrupção no áudio].

--Das cirurgias pediátricas e adquiridas em adultos o incremento graças ao auxílio—

[interrupção no áudio].

--De 60% das cirurgia de adultos. Próximo! Próximo, Kalil. E alguns procedimentos como cirurgia, a realização de uma cirurgia com o coração e pulmão artificiais numa criança. Um ano depois, uma criança com cardiopatia congênita, tratada. Próximo! Procedimentos de células-tronco, aqui no Distrito Federal. Uma captação de órgãos. Nós somos um hospital credenciado para transplante cardíaco. Ainda não fizemos. Mas nós temos captado órgãos, com retirada de coração e aqui nós enviamos esse coração para um transplante de coração do INCOR em São Paulo. Próximo!—

Cirurgia de neonato! Próximo, Kalil! UTI pediátrica! Próximo! Próximo! Ensino. Um acordo com a Universidade de Brasília, Universidade Católica. A humanização do hospital com brinquedoteca. Próximo! Para finalizar, mais importante do que, evidentemente é muito importante a aparelhagem técnica, Mesa de cirurgia, são os nossos profissionais, anestesistas, cirurgiões, intervencionistas, hemodinamicistas etc. E, para finalizar, que a instituição é um estado de espírito e depende das pessoas que fazem parte dela. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado. Quando a campanha toca, falta um minuto ainda para encerrar, entendeu? Deu, não é? Com a palavra, o Dr. Ruy Caldas, Diretor do Hospital da Universidade Católica de Brasília. V.Exa. tem 10 minutos.

DR. RUY CALDAS: Alô! Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer, em nome do nosso Reitor, o Padre Romualdo Degasperi, o convite feito aqui pela Comissão do Senado, para participar desse debate. É... Fundamentalmente, a Universidade Católica de Brasília, ela tem um Projeto de parceria com a Secretaria de Saúde do Distrito Federal, em vários campos, mas, sobretudo, a parceria com a sociedade de Brasília. Nós, na realidade, somos parceiros nessa sociedade, principalmente na formação de recursos humanos e no atendimento às necessidades da Saúde e, no caso específico aqui, em função dos vários planos de que nós temos é... Com a nossa sociedade, principalmente a sociedade localizada nas cidades satélites, onde existe uma carência muito grande de atendimento à Saúde. E nós temos também desenvolvido muito tra-

balho na área de ensino, pesquisa e de, também de assistência social. Para ter uma idéia, nós temos inúmeros Projetos de extensão, em torno de dez Projetos de extensão na área de saúde. Temos um hospital-dia, no qual nós atendemos atualmente 2.600 pacientes por mês.

Bom, basicamente nós fomos convidados para participar desse debate em função de que a Universidade e a Fundação, a FUNIVERSA, a Fundação da Universidade de Brasília, ela expressou ao Ministério Público do Distrito Federal o seu intuito de participar desse debate, considerando a alta relevância que tem o INCOR-DF para a nossa sociedade. Face a crise que estamos vivenciando atualmente, nós achamos que podemos contribuir e estamos, então, abertos para dar a melhor contribuição possível. O formato da contribuição depende, obviamente, das discussões técnicas e jurídicas que forem estabelecidas. Então, fundamentalmente é essa a colocação que gostaria de fazer.

Nós enviamos ao Promotor de Justiça, o Dr. Diaulas Costa Ribeiro, em abril deste ano, uma carta expressando exatamente essa condição, ou seja, nós estamos dispostos, temos uma fundação que pode contribuir, inclusive, no processo de gestão caso as condições estabelecidas nesse documento forem, forem atendidas. Mas, de qualquer forma, nós, inclusive, já temos uma parceria também com o INCOR. Vários de nossos alunos de medicina, principalmente do internato, estão fazendo parte do internato no INCOR, algumas das disciplinas nossas também são atendidas lá no INCOR. E essa parceria tem sido muito produtiva para ambas as partes, de tal forma que, com isso, nós estamos abertos a estabelecimento de qualquer parceria que for da melhor conveniência para a sociedade brasileira. Aqui, nossa entidade é uma instituição filantrópica, não tem nenhum fim lucrativo. O único desejo e vontade nossa é contribuir para o melhor desempenho da saúde no Distrito Federal. Inclusive, o nosso Secretário de Saúde, Dr. Maciel, é um parceiro nosso de longa data, temos vários trabalhos já feitos em conjunto com a Secretaria e nós, então, gostaríamos de estreitar as relações de parceria com todas as unidades que estão trabalhando em prol da saúde do Distrito Federal. Obrigado. E eu economizo alguns minutos para os seguintes. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado Dr. Ruy Caldas, Diretor da Universidade Católica de Brasília. Agora, com a palavra, o próximo orador, é o Dr. Geraldo Maciel, Secretário de Saúde do Distrito Federal. O senhor tem 10 minutos.

SR. JOSÉ GERALDO MACIEL: Sr. Presidente, senhores membros da Mesa, senhoras e senhores

Senadores, minhas senhoras e meus senhores. Em abril de 2005, ao assumir a Secretaria de Saúde do Distrito Federal, verifiquei que tramitava pela Secretaria, já há algum tempo, um processo de credencialização do INCOR para funcionar no Distrito Federal. De imediato, convocamos o Conselho de Saúde e pusmos em marcha o processo que, em seguida, após a aprovação do Conselho, subiu para o Ministério da Saúde que, *incontinenti*, o fez tramitar e já, em agosto de 2005, o INCOR estava com as autorizações legais para funcionar. A partir daí, assinamos com o INCOR um convênio com recursos, naquele momento, ainda limitados, em função das questões de ordem orçamentária, já que nos aproximávamos do final do exercício fiscal de 2005.

Em 2006, reforçamos as dotações orçamentárias para que o INCOR pudesse melhor funcionar. Por questões que não vêm aqui ao caso, neste momento, discutir, houve instantes em que as dificuldades de referenciamento de pacientes se tornaram graves e, a partir de um certo momento, o INCOR-DF passou a viver momentos de UTI. E isso coincidiu, inclusive, com a ruptura de um contrato que havia entre o governo do Distrito Federal e a Fundação Zerbini, que executava para o governo o programa Família Saudável, o programa Saúde da Família. Essas coisas todas coincidindo, levaram a Fundação Zerbini a um momento de dificuldades financeiras para a gestão do INCOR-DF. Passaram-se esses primeiros momentos, a Fundação Zerbini comunicou ao Ministério da Defesa que estaria, no correr do próximo mês de junho, fechando as portas do INCOR-DF. Neste momento, o governo do Distrito Federal, o Governador José Roberto Arruda, se posicionou e levou a público a seguinte declaração: “Se não houver por parte da área federal, quer seja o Ministério da Defesa, quer seja o Ministério da Saúde, interesse na manutenção do INCOR-DF, o governo do Distrito Federal assume todas as responsabilidades e aceita receber o INCOR-DF para gestão do governo do Distrito Federal”. Simultaneamente a isto, o Ministério Público do Distrito Federal iniciou uma série de tratativas com vistas a encontrar-se uma solução para essa questão.

E, na manhã de ontem, reuniram-se, na residência do Presidente da Câmara, o Ministro da Defesa, o Ministro da Saúde, a sua Secretária Executiva, representantes do INCOR, representantes da Fundação Zerbini, Ministério Público, e discutimos o texto de um TAC, de um Termo de Ajuste de Conduta, por seis meses. Nesse período, o INCOR continua funcionando ainda vinculado à Fundação Zerbini. Nestes seis meses, se vai procurar uma equação de futuro para se identificar se a Fundação Zerbini continua ou não fazendo a

gestão do INCOR ou se uma outra Fundação deverá assumir essa gestão. Esse TAC será assinado na próxima semana. Isso equivale a dizer que o INCOR-DF continuará funcionando. E mais, para que o INCOR-DF reabra suas portas, na sua plenitude, na próxima semana, há a necessidade de recursos da ordem de quatro milhões e meio, cinco milhões de reais. O governo do Distrito Federal, o Governador José Roberto Arruda, na manhã de ontem, na casa do Presidente da Câmara e na presença de todas as instituições aqui citadas, assumiu o compromisso de antecipar, por serviços futuros que serão prestados, assumiu o compromisso de liberar, já na próxima semana, os recursos que são necessários para que o INCOR zere as suas contas, gere um caixa que lhe permita a aquisição de materiais, de insumos médico hospitalares e passe, portanto, a operar na sua plenitude.

Como Gestor Público de Saúde do Distrito Federal, e em nome do governo do Distrito Federal, devo enfatizar que a presença do INCOR é fundamental para o Sistema Único de Saúde na Capital Federal. Tenho para a mim que uma parceria saudável poderá ser estreitada entre o nosso hospital terciário, que é o Hospital de Base do Distrito Federal, entre o nosso Hospital Regional da Asa Norte e o nosso Hospital Regional de Taguatinga. Essas três instituições da rede pública de saúde do Distrito Federal, não tenho dúvida, poderão fazer uma ótima parceria com o INCOR-DF. Hoje, temos uma carência muito grande, em função da demanda que existe. Estamos atendendo tão-somente a 18, 20% das nossas necessidades. Com o INCOR funcionando na sua plenitude, inclusive, abrindo os seus 20 leitos de UTI, que até hoje se encontram fechados, não tenho dúvida de que ganhará o paciente, ganhará o cidadão, a cidadã do Distrito Federal, principalmente aquele que se vale do Sistema Único de Saúde. Devo, ao encerrar, senhor Presidente, dizer que o governo do Distrito Federal tem contado com o apoio incontestado, em todas as suas ações, do Ministério da Saúde, inclusive no que concerne à equação que se encontrou, junto com o Ministério Público, para que o INCOR-DF, não feche suas portas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Dr. José Geraldo Maciel. Com a palavra, o Dr. Diaulas Costa Ribeiro do Distrito Federal. V.Sa. tem a palavra por 10 minutos.

DR. DIAULAS COSTA RIBEIRO: Senhor Presidente, senhores Senadores, senhoras Senadoras, minhas colegas de Mesa, eu peço licença para dizer que o INCOR-DF é um sonho do Senador Antônio Carlos Magalhães. Portanto, é muito simbólico que essa Sessão se dê no Senado Federal e que esteja cá presente o Senador Antônio Carlos Magalhães, que

foi o grande idealizador desse Projeto e, portanto, nós temos todos, e o Ministério Público tem o compromisso de lutar pelo INCOR, porque é uma instituição que veio para salvar vidas e, enquanto houver uma vida para ser salva, vai ter um Promotor de Justiça à frente. E o Senador Adelmir Santana, que é de Brasília, sabe que, desde a primeira hora do INCOR, eu estou à luta para preservar o INCOR, para manter o INCOR. Tenho divergências empresariais com a Fundação Zerbini, mas, em nenhum momento, as divergências empresariais foram colocadas em primeiro plano. Em primeiro plano é o paciente. Inclusive, eu sou paciente do INCOR. No segundo plano, os outros problemas.

Passo a um breve relato do que tem acontecido. O INCOR-DF veio para Brasília e efetivamente começou a funcionar há pouco mais de dois anos. e começou a funcionar quando o Secretário José Geraldo Maciel toma posse e nós vamos visitá-lo, quando eu disse a ele: “O Ministério Público quer que o INCOR passe a prestar serviços à rede pública local”. É inaceitável que um cidadão de Brasília morra por uma cirurgia cardíaca, quando tem um hospital com esta qualidade, que é um dos melhores hospitais da América do Sul, é preciso dizer isso para quem não o conhece. O INCOR é um dos melhores hospitais da América do Sul e foi construído com recursos desta Casa e da Câmara dos Deputados, montando 150 milhões de reais. O Senado comprou os equipamentos e a Câmara construiu as obras físicas, em terreno, naturalmente, do Ministério da Defesa. Mas isso não tira o caráter público dessa instituição, que deve servir aos senhores Senadores e às senhoras Senadoras. O Projeto inicial não foi para atender só os políticos, mas também os políticos. E sempre atendeu muito bem e deve atendê-los. E deve atender também a nós todos, funcionários públicos e àqueles que são os que têm direito ao serviço público único de saúde do SUS. Portanto, o INCOR não pode discriminar, não pode ter qualquer referência, e o INCOR é, provavelmente, um dos poucos hospitais do mundo onde o rico e o pobre são atendidos com a mesma eficiência, com a mesma qualidade. Onde quem paga e quem não paga é tratado da mesma maneira.

Como pode o Ministério Público do Distrito Federal deixar que uma instituição dessas pereça porque questões menores? Então, foi aí que nós instauramos o inquérito civil público para não deixar o INCOR Brasília fechar as portas. E nós fizemos todas as intervenções possíveis. Eu assumi, perante o Diretor-geral, Agaciel Maia, o compromisso de um empréstimo que nos foi feito, de dois milhões, duzentos e sessenta e oito mil reais, para que o INCOR não fechasse no mês de março. E o Diretor-Geral, muito correto, muito atento aos nossos pleitos, disse assim: “Dr. Diaulas, eu não

posso emprestar dois milhões, duzentos e sessenta e oito mil a uma instituição que vai fechar as portas. Porque eu não tenho como explicar aos Senadores, amanhã, como é que eu pus dinheiro numa casa que está pegando fogo”. Disse... Numa linguagem mais informal, dissemos assim. Eu disse: “Eu assino um compromisso, pelo Ministério Público de que não vai fechar!” E ele disse: “Se o senhor assinar, eu empresto”. E emprestou, dois milhões, duzentos e sessenta e oito mil para a compra de insumos, que é o que tem mantido o INCOR aberto até os últimos dias.

A Fundação Zerbini mudou a sua orientação e foi dirigir plano, Programa Saúde da Família e fez muito mal. E teve dificuldades financeiras e está endividada por esse programa mal produzido por ela. E esta questão acabou atingindo o INCOR-DF e o INCOR-DF perdeu credibilidade, se envolveu em dívidas, não consegue pagar o que deve e, de lá para cá, só dificuldade. E nós entramos para salvar o INCOR-DF; Fundação Zerbini é secundária; o INCOR é que é importante. Diante disso, contatei todas as autoridades possíveis, Secretário de Saúde, Governador, Senadores, Deputados, Ministério da Defesa, Ministério da Saúde, fizemos uma verdadeira *via crucis* para não deixar o INCOR fechar. Até que, há poucos dias atrás, aí é preciso também dar uma informação. O INCOR é deficitário há muitos meses. E como é que ninguém nunca disse isso antes? Porque o Governador José Serra estava repassando, sem eu saber, dinheiro do Estado de São Paulo para cobrir a conta do INCOR-DF. Até que, em 28 de fevereiro passado, numa Reunião do Governador, quando ele indicou a nova Direção da Fundação Zerbini, que foi o professor David Uip, ele proibiu o repasse de recurso de São Paulo para Brasília, no que está corretíssimo. São Paulo não tem que pagar dívida do DF. E, a partir deste momento, é que se inviabilizam. Mas as contas se inviabilizam com o déficit de 56 milhões de reais. Parte dele operacional, parte dele ainda da construção. Começamos as negociações, sabendo que as dívidas do INCOR, da Fundação Zerbini são impagáveis, mas nada disso justifica fechar. Começamos, então, a trabalhar. Várias reuniões com a Dra. Márcia Bassit, Secretária Executiva do Ministério da Saúde, com o General Synésio, Secretário-Geral da Defesa. E aqui há uma dificuldade que não é segredo para ninguém. O hospital INCOR está dentro de uma instituição militar e, de vez em quando, há algumas divergências porque nós temos que respeitar que aquele hospital não é um hospital geral aberto ao público; é um hospital que tem uma finalidade estratégica e que apesar de nós não termos guerras etc, ele tem que manter a sua finalidade. Portanto, o INCOR não pode ser um hospital aberto

ao público; ele é aberto por referenciamento de outros hospitais que mandam pacientes para lá. Mas o hospital não tem demanda espontânea.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (DEM-BA): Mas aí isso não pode prejudicar que a saúde interfira decisivamente no problema do hospital. [pronunciamento fora do microfone].

DR. DIAULAS COSTA RIBEIRO: Exatamente. Então, nós estamos cuidando desses aspectos todos. E ontem, depois de 10 ou tantas reuniões, chegamos a um consenso: O INCOR precisa de liquidez para pagar a folha de pagamento. A folha de pagamento está atrasada. Os médicos estão sem receber há dois meses. Agora, essa semana, pagou um mês, estão integralmente com um mês e a semana que vem já vence o segundo. Então, os médicos do INCOR e quem ganha acima de 600 reais estão sempre com dois meses de dívidas para receber. Ou seja, nós temos funcionários no INCOR que ganham 380 reais, o pessoal mais modesto etc, essa gente precisa comer, precisa pagar as suas contas e como é que vai fazer? Então, o Ministério Público não deu sossego à Fundação Zerbini, não deu sossego a ninguém. E, ontem, nós fizemos, mas faltavam cinco milhões. No dia 04 de abril, Senador Antônio Carlos, eu estive com o Governador Arruda e apresentei a ele a conta: “Governador, a única autoridade que tem dinheiro em caixa é o Distrito Federal. Porque o Senado precisa de Emendas, a Câmara não está disposta mais a contribuir com o INCOR, não tem Emendas para este ano. O Senado tem, mas glosou; eram oito milhões, e só emprestou dois milhões.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (DEM-BA): Dois, duzentos e sessenta e oito.

DR. DIAULAS COSTA RIBEIRO: Dois, duzentos e sessenta e oito, exatamente. Nessa discussão, eu pedi um dinheiro emprestado ao Governador Arruda; quatro milhões e 500 para pagar a folha de pagamento e pôr o hospital para funcionar a pleno. O Governador, naquele momento, disponibilizou o dinheiro; marcamos uma Reunião para 04 de abril, nesta Reunião, o Ministro da Defesa, perdão, o Ministro da Saúde, leva à nossa Reunião uma proposta do Presidente da República para federalizar o INCOR. Esta decisão do Presidente da República merece todo o meu respeito, mas ela é de execução muito difícil. Existem muitas forças envolvidas no INCOR que não aceitariam facilmente essa decisão. Primeiro, o INCOR não pertence ao Poder Executivo. O patrimônio pertence à Câmara e ao Senado. Segundo, o prédio pertence, o local, o lote pertence ao Ministério da Defesa. E o Presidente da República, por mais força que tenha, teria muitas dificuldades. E tanto digo teria, que não deu conta de

resolver, não porque ele não quisesse, porque os imbróglis jurídicos são imensos.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (DEM-BA): [Pronunciamento fora do microfone].

DR. DIAULAS COSTA RIBEIRO: Sim, mas aí as coisas se acalmaram. As coisas se acalmaram e ontem nós fizemos um acordo. E eu passo aqui, rapidamente, a contar como é que é o acordo. Nós tentamos, Senador Antônio Carlos, nesse período, tirar a Fundação Zerbini de lá porque ela abandonou o hospital, formalmente abandonou o hospital. Mas nós chegamos à conclusão de que não é possível continuar esse trabalho com a corda no pescoço, com paciente na fila para ser atendido. Então, nós resolvemos, o Ministério Público aceitou dar uma moratória de seis meses à Fundação Zerbini, e os parceiros, Defesa, Saúde e Secretaria de Saúde, também concordaram. Então, a Fundação Zerbini tem seis meses à frente do INCOR e vai ter um comitê de acompanhamento da gestão da Fundação Zerbini, nesses seis meses, dirigido por mim e integrado pela Defesa, pela Saúde, Secretaria de Saúde, Senado e Câmara. Nesses seis meses, ao final de quatro meses, o Ministério Público vai apresentar, ao comitê, as instituições, no Distrito Federal, que têm capacidade técnica—

[Soa a campanha].

DR. DIAULAS COSTA RIBEIRO: --Para dirigir o INCOR-DF. Assumir, sem substituição, porque a dívida é insubstituível, ninguém assume INCOR com a dívida que tem. Então, dentro desse período, o comitê vai aprovar uma instituição em condições de assumir a gestão do INCOR. Esta... Este nome vai ser apresentado ao Ministério da Defesa, ao Senado e à Câmara e, se for aprovado, a Fundação Zerbini se afasta daqui a seis meses. Havendo a possibilidade de, se tudo correr bem, nem a Fundação Zerbini se afastar; ela se mantém à frente. Nós não temos oposição a quem vai dirigir. O nosso interesse é o paciente. Quem vai dirigir o INCOR para o Ministério Público pouco interessa, desde que seja uma instituição legítima, correta e que mantenha a qualidade do serviço e aqui tem o grande segredo: INCOR-DF não é um prédio. INCOR-DF não é uma tomografia. INCOR-DF são recursos humanos, são profissionais que demoraram 20, 30 anos para serem treinados e que nós não vamos encontrar na esquina para contratar amanhã. O INCOR-DF não pode ser tratado como um prédio; é um conjunto humanista de pessoas e é isso que faz a diferença. Então, ontem, na Reunião de ontem, o Governador José Roberto Arruda retoma a minha proposta de 60 dias atrás e nos empresta o dinheiro. Cinco milhões de reais, que vão ser usados para pagar a folha de pagamento e débitos trabalhistas. Se nós fizermos isso, nós vamos,

o INCOR tem fonte de renda, ele é um hospital com muitas possibilidades de sobreviver. Mas, com a dívida desse tamanho, está parado porque não tem dinheiro, não funciona, não funciona as dívidas continuam, não tem como funcionar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Qual é o custo mensal?

DR. DIAULAS COSTA RIBEIRO: Custo mensal de folha de pagamento um milhão e meio—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

DR. DIAULAS COSTA RIBEIRO: Cerca de três milhões.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

DR. DIAULAS COSTA RIBEIRO: Pois é. Não, a média de custo do hospital, Dr. Paulo Montenegro? Três milhões? Por volta de quatro milhões? A folha de pagamento dele... Ele tinha... Ele era um hospital inflado, tinha muitos funcionários. Na nossa intervenção, nós exigimos a redução do quadro em 20%. Então, já foi, já foram adequados. Havia profissionais do INCOR com três secretárias—

[Soa a campanha].

DR. DIAULAS COSTA RIBEIRO: Não é possível um hospital ter excitante de gente. Então, nós exigimos uma redução do quadro de funcionários, isso foi feito em parte, já foram cortados excessos. Mas ele é um hospital que se mantém. Porque só de planos de saúde, porque o INCOR atende é... Em números, 10% de planos de saúde. Esses planos de saúde entram recursos muito, muito importantes para a manutenção do hospital.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Buraco mensal?

DR. DIAULAS COSTA RIBEIRO: O buraco mensal do hospital hoje? Era o que a Fundação Zerbini vinha cobrindo. Ele fatura um milhão e pouco do privado, mais oitocentos mil da Secretaria de Saúde e ficava devendo um milhão, um milhão e meio todos os meses. Então, agora, com esse pagamento, espera-se... E com o reajuste, porque isso não é só emprestar dinheiro ao INCOR. O INCOR vai passar por uma reestruturação do sistema de contratualização, que a Dra. Márcia vai falar sobre isso. O INCOR hoje recebe 1/3 do custo real das cirurgias que ele faz. Pelo sistema atual ele faz uma cirurgia, uma de—

[soa a campanha].

--Cardiopatia congênita.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Mais um minuto para encerrar.

DR. DIAULAS COSTA RIBEIRO: Um minuto, não é? Está bem. Ele recebe 1/3, uma cirurgia de 45 mil ele

recebe 15 mil, por isso o buraco. Agora, o Ministério da Saúde vai fazer um sistema de contratação para pagar o custo real e aí, nós temos condições. Então, eu quero terminar dizendo, do nosso acordo de ontem, em que a Defesa, a Saúde, a Secretaria de Saúde, governo local e Ministério Público, chegamos ao seguinte acordo: Mais seis meses. Por enquanto só muda a forma de acompanhamento da gestão. A Fundação Zerbini vai tentar, nesse período, sanear as dívidas dela, pagar o que ela deve, arrumar a casa, porque a casa está bastante desorganizada. E nesse meio termo, as instituições locais que têm interesse em dirigir o INCOR vão se habilitar, perante este comitê de gestão para pegar as informações e acompanhar, para ver se dá conta e não dá conta. E a única instituição que, por enquanto, se apresentou, em razão de ter sido convidada pelo Senado Federal, foi a Universidade Católica, que disse que tem interesse, não em dirigir, mas em acompanhar e, se for positivo, assumir a gestão do INCOR. É só. Muito obrigado aos senhores e às senhoras.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado Dr. Diaulas Ribeiro, Promotor de Justiça do Distrito Federal.

[palmas].

Com a palavra, o General Synésio Scofano Fernandes, Diretor do Departamento de Organização e Legislação do Ministério da Defesa, representando o Sr. Ministro da Defesa, Waldir Pires.

SR. SYNÉSIO SCOFANO FERNANDES: Sr. Presidente, senhores Senadores, eu... O Sr. Ministro incumbiu-me aqui de fazer um relato sobre o posicionamento do Ministério da Defesa em relação à questão do INCOR. E... Preliminarmente, eu queria fazer um retrospecto histórico da posição do Ministério da Defesa em relação à chegada do INCOR, Fundação Zerbini, em Brasília.

As tratativas começaram no final de 1998, 99. E delas participaram muitos dos senhores aqui, que eu vejo é... Nessa... Nessa sala. E que tiveram uma, um papel importantíssimo para que ocorresse a vinda da Fundação Zerbini para Brasília. O Senado e a Câmara juntaram-se ao interesse da Fundação Zerbini de se instalar aqui em Brasília e, em determinada ocasião, estavam à procura de uma área para a instalação. E aí, começou o entendimento da Fundação Zerbini com o Ministério da Defesa. E a área escolhida foi aquele terreno, aquela área do HFA.

Em decorrência desses entendimentos, foi assinado um termo de cessão de uso e outras avenças, em 2000, pelo qual... Esse termo... A União Federal, particularmente o HFA, cedia áreas da sua jurisdição à Fundação Zerbini. Não só áreas, não só terrenos, mas também dependências para que se fosse insta-

lado o INCOR aqui em Brasília. Como contrapartida desse contrato, esse contrato foi assinado por 30 anos, há uma série de obrigações do Ministério da Defesa e da Fundação Zerbini, uma das quais é a prestação de atendimento cardiológico de alta complexidade aos integrantes do Ministério da Defesa, mediante a remuneração que foi estabelecida em documentos posteriores.

Posteriormente, em 2002, foi feito... Assinado um termo aditivo e, em 2002, ainda no final de 2002, um acordo operacional, pelo qual se estabelecia as condições de relacionamento do HFA com o INCOR. E, em 2005, um termo de credenciamento. Bom, quais são as características desses documentos todos? Eles versam sobre o quê? Versam sobre a cessão de áreas de jurisdição militar federal a uma entidade privada, mediante determinadas condições. Então, aquela área é uma área que tem características próprias de segurança, de normas de segurança etc. É... O acordo operacional também estabeleceu uma relação de... Uma inter-relação entre o HFA e o INCOR. Essa inter-relação, ela se evidencia por uma série de insumos que o HFA cede ao INCOR. Por exemplo, o HFA sede ao INCOR a energia elétrica, os gases medicinais, a água gelada, insumos sem os quais o INCOR não funciona.

Uma segunda questão é que o INCOR também, o HFA, ele poderá atender os pacientes que chegam ao INCOR e que tenham uma complicação que não seja especificamente da área cardiológica, ele poderá atender esse paciente. Quer dizer, se o paciente é internado com problema cardíaco e há uma intercorrência renal e tudo, ele vai... É atendido pelo HFA. Então, pensar essa atividade de trabalho do INCOR é pensar também esse inter-relacionamento. Agora, o que é que motivou o Ministério da Defesa é... De abrigar, de favorecer a vinda do INCOR para Brasília? A motivação foi que a Fundação Zerbini e o INCOR, eram entidades de um alto grau de excelência, e o Ministério da Defesa queria trazer para Brasília e para ficar junto ao Hospital das Forças Armadas uma instituição com renome da Fundação Zerbini. Porque estava trazendo não só para a proximidade de um hospital militar, essa instituição, mas também que ela iria trazer essa instituição, um *upgrade* para o próprio hospital. E também trazer para Brasília um centro de excelência, um centro de excelência.

Então, o posicionamento do Ministério da Defesa, não só nas origens da vinda da Fundação Zerbini, INCOR-DF para o Brasil, para Brasília, foi sempre uma atitude proativa, de interesse que essa instituição viesse para cá, de ajuda aos Senadores que iniciaram esse trabalho aqui. Nunca o Ministério da Defesa se interpôs como obstáculo à vinda do INCOR; ao contrário,

favoreceu e tem favorecido cotidianamente esse relacionamento. Além das áreas cedidas que permitiram a construção é... De um prédio, também foram cedidos dois andares dentro da lâmina do HFA; dois andares, pelos quais... Nos quais foram instalados centros de cirurgia de alta qualidade, instalações de altíssima qualidade. Dentro do Hospital das Forças Armadas.

Os recentes acontecimentos. Nós apreciamos, com uma certa apreensão, as questões que tínhamos notícias por jornais e por contatos pessoais com o pessoal da Fundação Zerbini. Porque... Essa apreensão, primeiro é que colocava é... Em perigo esse interesse que o HFA tinha e o Ministério de Defesa tinham de manter ali a Fundação Zerbini. E, segundo, que há um problema contratual aí, não é? Rompido esse contrato, como nós vamos proceder? Porque, saindo a Fundação Zerbini, como é que vai ficar a execução do contrato de cessão de uso, que diz que se a Fundação Zerbini romper o contrato, os prédios passarão para o HFA, os equipamentos não removíveis passarão para o HFA, e os equipamentos que não pudessem ser removidos voltariam para a Câmara. Ora, isso estaria desfazendo toda essa estrutura e todo o sonho que nos trouxe até aqui. Então, nós, com muita apreensão, acompanhamos essa questão. Apreensão também porque tínhamos uma, uma... Um outro problema, que é subjacente é que aquilo é uma área militar. Então, o desdobramento disso tinha que ser um desdobramento que atendes-se não só o aspecto jurídico das questões contratuais firmadas, mas a especificidade daquela área que era área militar.

A posição do HFA e do MD, durante todo esse problema ultimamente, tem sido de apoio à Fundação Zerbini. O HFA tem dado insumos para o funcionamento, ultimamente, do... Do INCOR. Insumos materiais para que o INCOR continue funcionando. Arcando com todas essas responsabilidades—

[soa a campainha].

Além do mais, além do mais, algumas obras que, por contrato, não foram concluídas, que eram encargos do INCOR, nós temos tido uma atitude de compreensão porque, para nós, o mais importante é a permanência da Fundação Zerbini aqui em Brasília. E, na Reunião de ontem, após uma série de tratativas, e inúmeras outras reuniões preliminares que ocorreram no Ministério da Saúde, em dependências do Ministério de Defesa, todo mundo à procura de uma solução que é complexa, que era complexa, eu creio que chegamos a um ponto é... Que vai permitir, seguramente, a permanência da Fundação Zerbini—

[soa a campainha].

Aqui em Brasília. Foi... As partes, todo mundo se entendeu em torno de determinados pontos essenciais,

e agora estamos na ultimização desses documentos; cada ator que os senhores estão vendo aqui teve um papel prevalente, importante, no encontro dessa solução. O nosso desejo é a permanência da Fundação Zerbini em Brasília e o Ministério de Defesa fará tudo para que isso ocorra. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTTELHO (PT-RR): Muito obrigado, General Synésio Scofano, Diretor do Departamento de Organização e Legislação do Ministério da defesa. Com a palavra, agora, o último expositor, Sra. Márcia Bassit, Secretária Executiva do Ministério da Saúde, representando o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão.

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLLI: Senhores aqui presentes, é com muita honra, que eu represento aqui o nosso Ministro José Gomes Temporão nessa Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Ainda que eu corra o risco de me tornar repetitiva em relação ao que já foi colocado pelos demais companheiros de Mesa, eu me sinto na obrigação de trazer algumas informações de cunho não só político, mas de cunho técnico também, em relação ao assunto.

Primeiro, é importante que todos nós tenhamos a compreensão exata da origem da chamada crise do INCOR-DF. A origem da crise do INCOR-DF, na verdade, é uma... Reporta-se a uma crise da própria Fundação Zerbini em São Paulo que enfrentou, nos últimos anos, e vem enfrentando ainda, uma situação de desequilíbrio econômico-financeiro grave. E é importante que se entenda que, quando a gente fala em INCOR-DF, o INCOR-DF não tem personalidade jurídica própria. Quando se fala em INCOR-DF, nós estamos falando exatamente na Fundação Zerbini. Então, com esse, com essa... Esse esclarecimento, eu quero me reportar à chamada crise, em que a Fundação Zerbini, diante de todos esses problemas enfrentados na área econômico-financeira, comunicou ao Ministério da Defesa que iria paralisar as internações eletivas e, com isso, gerou toda a crise que veio à imprensa e também a intervenção do nosso Promotor aqui presente, o Dr. Diaulas.

O Presidente da República, preocupado evidentemente a situação, determinou, num despacho com o nosso Ministro da Saúde, que ele assumisse a coordenação do assunto e que não admitisse, em hipótese alguma, a paralisação do atendimento à população de Brasília. E foi nesse sentido que o Ministério da Saúde interveio, coordenando e articulando, em conjunto com os presentes aqui, uma solução sempre com o foco na não-paralisação do atendimento com duas diretrizes básicas. Primeiro, que além... Vou colocar duas, na verdade, uma fundamental para todos nós do Minis-

tério da Saúde, para a população em geral, para essa Casa, que é além de não interromper o atendimento, fazer com que não se paralisasse o atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde.

Fizemos uma série de reuniões coordenadas e articuladas entre Ministério da Saúde, Ministério da defesa, Casa Civil, a nossa... O Ministério Público e... Tentando construir alguns cenários alternativos para a crise que havia sido instalada. E chegamos à conclusão, depois, evidentemente de reuniões bastante difíceis, porque, para se chegar a um consenso, nem sempre é possível, na medida em que existiam outros fatos como, por exemplo, a cessão das áreas físicas ao... Do HFA para o nosso INCOR, com contratos que regiam essa relação jurídica, outros contratos, conforme o nosso General acabou de expor, operacionais, com a Fundação Zerbini, que precisavam ter uma atenção maior por parte do grupo. Em função disso, o entendimento do Ministério da Saúde sempre foi o de que não haveria como não interromper o atendimento, sem contarmos com o apoio da Fundação Zerbini, num período que nós consideramos que é um período de transição entre a situação que se apresentou e uma situação futura, desejada por todos.

Fizemos várias tratativas e cabia a mim, pessoalmente, eu não sou médica, eu sou economista, tentar uma solução que viabilizasse, inclusive, do ponto de vista financeiro, a situação de crise porque passava o INCOR-DF, leia-se, Fundação Zerbini, aí com o foco específico no Distrito Federal. E, nessas tratativas e nessa engenharia que foi montada, primeiro acordou-se que a Fundação Zerbini poderia permanecer por um período de até seis meses, podendo ser estendido esse prazo, para que nós pudéssemos, em conjunto, dar prosseguimento a um plano, que já havia sido desenhado pela Fundação Zerbini, de reestruturação das finanças da instituição--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Permita só um pequeno aparte, Sr. Presidente, rapidamente. Pelo que eu estou entendendo, se a Fundação Zerbini for embora, leva todo o material, é isso, leva todo o equipamento, ou não?

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLLI: Não.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Porque eu veria uma grande preocupação, o equipamento fica segundo o contrato, de repente ela quer levar o material, ou não?

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA MAZZOLLI: Não, não. A Fundação Zerbini--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A Fundação... Fica que ela tem lá?

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA

MAZZOLLI: Claro, claro.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só isso.

SRA. MÁRCIA BASSIT LAMEIRO DA COSTA

MAZZOLLI: Então, assim, para não me alongar muito e poder dar oportunidade a todos para se manifestarem, o encaminhamento que foi dado foi esse de permanência da Fundação Zerbini por um período de seis meses, podendo ser prorrogado por mais seis. Até porque, já existe uma orientação, é bom que todos saibam também, de que a Fundação Zerbini se... Que saia do Distrito Federal como uma das determinações de reequilíbrio econômico-financeiro dela, a partir dos estudos que vêm sendo feitos em São Paulo. É... Para que fizéssemos um acordo em que todos saem ganhando, inclusive a própria população usuária do INCOR, acordamos então, além da permanência da Fundação Zerbini, no âmbito do Ministério da Saúde, que, no caso, tem a responsabilidade de implementar uma solução, sempre preservando a política do SUS, o Ministro da Saúde autorizou-me a... A negociar, no âmbito dessas discussões, o que nós chamamos de um contrato diferenciado para a relação que existe hoje entre a Secretaria de Saúde do Distrito Federal e a Fundação Zerbini. O que é que é isso exatamente, que eu estou falando? A Fundação Zerbini é uma entidade filantrópica. Nós temos uma política de contratualização de entidades filantrópicas que foge do padrão normal de atendimento ou pagamento por produção de serviços, internações etc.

Então, no contexto de contratualização, seria possível, em se tratando do... O INCOR de uma... Uma unidade com procedimentos de média e alta complexidade, na área de cardiologia, seria possível, além da contratualização por metas, resultados, que passam por questões quantitativas e qualitativas, também um incentivo adicional para essa contratualização, por se tratar de média complexidade, e aí, no caso, a excepcionalidade seria para alta complexidade, com base no termo de ajuste de conduta que o Ministério Público está conduzindo.

Então, nesse caso, dentro de uma, assim, falando mais em termos de números, nós teríamos condições, com o... A contratualização que já existia na Secretaria de Saúde, que é de um contrato de nove milhões e 600 mil, a termos um aporte de 800 mil/mês, que com o incentivo dado pela contratualização da Fundação Zerbini, poderia chegar a um milhão e trezentos, um milhão e quatrocentos, nós estamos afinando esses números. O que significa que, para uma folha de pagamento em torno de um milhão e duzentos mil, nós teríamos como, pelo menos, garantir mensalmente o

pagamento dessa folha, evidentemente, sem perdermos o foco de que algumas racionalizações terão que ser feitas no decorrer desse período.

Restaria, então, um aporte para a questão da manutenção como um todo de aquisição de medicamentos—

[soa a campainha].

E outros que o Governador Arruda, então, se propôs, na Reunião de ontem, a fazer esse aporte, através de um adiantamento que, depois, seria evidentemente descontado nas parcelas posteriores. Então, a permanência da Fundação Zerbini, como um ponto, até que se ache uma solução futura, que pode até vir a ser a Fundação Estatal, que é o modelo de gestão que o nosso Ministro está defendendo. A contratualização da Fundação Zerbini, Secretaria de Saúde, com a Fundação Zerbini, e essa Comissão que faria o acompanhamento da contratualização até que tenhamos condições de analisar todas as questões contratuais, jurídicas etc., e monitorar todo o saneamento financeiro que vai ser feito para a Fundação Zerbini poder permanecer nesse período e para que a próxima instituição, se for o caso, assumo a INCOR, já com todos os problemas mais estruturais resolvidos.

[soa a campainha].

Obrigada.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BORTOLHO (PT-RR): Muito obrigado. Muito obrigado, Dra. Márcia. Com a palavra, o Senador ACM, que é o pai do INCOR, segundo o nosso Promotor.

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (DEM-BA): Eu conheço o INCOR pessoalmente porque, se estou aqui, devo ao INCOR. O INCOR, em São Paulo, é realmente uma entidade de pesquisas de alta competência e que todos respeitam. Entretanto, o INCOR viveu, e está vivendo, uma fase difícil também em São Paulo. Isso vem dos recursos não pagos pelo Governo paulista e que foi deteriorando, foi deteriorando e, ao mesmo tempo, a nossa vontade de fazer o INCOR aqui. A Câmara e o Senado foram partes básicas para isso e nós conseguimos realizar o INCOR.

Sempre, perdoe o General, não tome como nenhuma crítica, por favor, não havia sempre uma boa... Um bom entendimento entre a Direção do INCOR e, propriamente, os comandantes militares do HFA, do Hospital das Forças Armadas. Isso dificultou bastante a vida do INCOR. Eu acompanhei, de perto, porque procurava sanar, de uma forma ou de outra, e encontrar soluções que fossem paliativas, porque não resolvia o problema em si, desde quando o INCOR não teve o prédio próprio, fora daquela unidade das Forças Armadas, que teria sido a coisa certa e não teriam tido

os erros que foram cometidos, posteriormente, de parte a parte. V.Exas. não têm culpa nenhuma e faço questão de dizer isso, inclusive, em relação ao próprio Ministro Waldir Pires.

Então, não houve nenhuma novidade no que se chegou aí. A verdade é a seguinte, vamos botar as coisas como elas são. Eu sou amigo do Governador Serra, mas o Governador Serra sempre foi contra o INCOR de Brasília.

[palmas].

Foi difícil trazê-lo, e o fizemos através do Presidente Fernando Henrique e do Governador Mário Covas, para esse assunto. Numa das inaugurações do INCOR de São Paulo, eu falei, outros falaram e... Eu aí disse: “Ministro Serra, o senhor tem que dar uma palavra agora sobre o INCOR de Brasília”. Ele aí tomou um compromisso com o INCOR de Brasília, mas nunca foi do coração. Entende... Isso aí deu problemas, quando veio ao governo, é natural também que ele não queira sustentar o INCOR de Brasília, ele que está com o problema do INCOR de São Paulo. Tem que se compreender a sua posição. Agora, deixar se perder essa massa, que o Ilustre Procurador disse, o Geraldo também, eu acho, o problema do INCOR não é o prédio, não é a máquina, não é nada, é o pessoal do INCOR.

[palmas].

O INCOR é equipe de excelência, no Brasil e na América Latina. Claro que ali tem tanta política quanto aqui na Assembléia Legislativa ou no Congresso Nacional. Digladiam-se Hospital de Clínicas com a Direção do INCOR, houve o “problema Ramires” e esse “problema Ramires” foi maior do que deveria ter sido porque, quando se faz uma coisa desse tipo, a instituição perde também. Deve-se fazer no limite. E se chegou a essa situação de gravidade de que o INCOR, há quinze dias, como V.Exa. disse, estava fechado. Não foram os senhores, não fossem os senhores, e aí eu peço licença para dizer, o Ministro temporão, quem eu não conheço, só falei por telefone duas vezes para solicitar isso, e o Presidente da República, que eu falei pessoalmente. Não fora isso, nós estaríamos inteiramente perdidos.

Agora, se nós pudermos juntar forças, se nós pudermos nos aliar, como os senhores estão aliados, para fazer o INCOR funcionar, isso é que é o importante. Não é importante dizer que existe o INCOR de Brasília; é que também, na capital da República, onde estão todas as autoridades, onde está uma grande massa de gente do SUS, não ter o INCOR é um verdadeiro crime contra o país. Portanto, o que eu gostaria nesse instante, estou vendo aqui, estou muito feliz com todas

as falas, porque todos estão no mesmo sentido. Agora, não desprezem, por favor, a parte médica, a parte—

[palmas].

A parte de enfermagem—

[palmas].

Não vamos deixar que São Paulo nos obrigue a diminuir o hospital, a fazer apenas uma Casa de Saúde. Não, o INCOR—

[palmas].

Tem que ser o verdadeiro INCOR, do contrário não adianta. Quero louvar o Governador Arruda pela colaboração rápida que deu, como deu o Senado também, na hora, rápida. E vem de longe que, quando a Câmara dos Deputados não quis pagar, eu fui lá exigir que a Câmara pagasse o que devia, para podermos ter ainda o INCOR vivendo o que vive. Agora, então, eu estou feliz. Eu estou feliz porque eu sou um sobrevivente do INCOR.

[risos].

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BORTOLHO (PT-RR): Muito obrigado, Senador Antônio Carlos Magalhães. O senhor fez uma defesa mesmo de pai para filho do INCOR.

[risos].

Com a palavra, o Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Bom, depois do pai ter falado sobre a cria, fica até difícil. Mas, na verdade, eu queria me reportar, Promotor Diaulas, aquele encontro que tivemos no INCOR. Lá se faziam presentes o Presidente do Senado, o Presidente da Câmara, os dirigentes do INCOR o Governador do Distrito Federal, o Secretário de Saúde, o Ministro Temporão. Quando da convocação desta audiência pública, eu até me surpreendi, e fui um dos que falei que pensei que, naquele dia, com as afirmações do Ministro Temporão de que tinha, estava ali em nome do Presidente da República, com um contrato, esse contrato diferenciado, que faz referência a Secretária Márcia, já foi ventilado naquela oportunidade. E, naquela mesma oportunidade, o Senado já autorizava, o Senador Presidente Renan já falava da liberação de parte dos recursos, bem como o Governador. Então, eu até estranhei quando foi feita essa convocação e coloquei essa questão: “Mas isso já não é assunto solucionado?” E vejo que não era. Porque houve essa Reunião ontem, e eu queria aqui louvar a ação do Governador do Distrito Federal, que caminha na direção da incorporação. O que vejo, como bem colocou o Procurador Diaulas, é que há questões de ordem jurídica, muitos contratos, muitas partes envolvidas, mas é importante que a gente preserve o INCOR. É importante para a nossa cidade, é importante para o Distrito Federal, é

importante para a população que usa o SUS, não apenas do Distrito Federal, mas de toda essa região que faz uso dos nossos equipamentos locais. Do mesmo modo, que nós não podemos, colaborando com o que disse aqui o nosso “pai da criança”, o Senador Antonio Carlos, dispensar esses recursos, os recursos humanos disponíveis, que são de excelência e que Brasília merece tê-los--

DR. JOSÉ GERALDO MACIEL: V.Exa. me permite um aparte, Senador? Recolho essa oportunidade que o senhor me dá, de fazer essa intervenção para, inclusive, dizer ao Senador Antônio Carlos Magalhães, que muito se tem falado sobre o INCOR - São Paulo, que ele mantém a excelência dos seus recursos humanos porque o governo do Estado de São Paulo dá todo o suporte necessário. Na Reunião de ontem, o Governador Arruda deixou bem patente o seguinte: “Tudo aquilo que o governo de São Paulo faz pelo INCOR de São Paulo, o governo do Distrito Federal fará pelo INCOR-DF, para manter a excelência dos seus profissionais”.

[palmas].

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Então vai exatamente ao encontro do que eu havia dito. Quero louvar a atitude do governo local porque preserva todas essas colocações que foram feitas aqui pelo Senador Antônio Carlos e pelo menos demais expositores. Parabenizo a todos pela solução encontrada. Eu espero que, efetivamente, a gente encontre também, no que diz respeito aos contratos, uma forma de achar esse contrato diferenciado para a solução do INCOR definitivamente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTE-LHO (PT-RR): Muito obrigado, Senador Adelmir.
[palmas].

Com a palavra, o Senador Collor de Mello.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Presidente, senhores Senadores, autoridades convidadas para esta nossa Reunião de hoje, essa audiência pública, eu gostaria de trazer o meu testemunho sobre a excelência do trabalho que o INCOR-Brasília vem realizando o longo desses anos. Como bem disseram os Senadores que me antecederam, são serviços absolutamente indispensáveis ao atendimento da população, não somente da região Centro-Oeste, mas também das regiões Norte e Nordeste do país. Ainda nesta semana, fazendo uma visita ao General Sávio, meu assessor, que lá foi atendido com presteza, com eficiência e posso dizer aos presentes que teve a sua vida salva graças à excepcional capacidade de todos aqueles que fazem do INCOR o que hoje ele é, e aí incluo o material humano, o ser humano que lá trabalha, tive oportunidade de conversar com algumas das

pessoas, com parentes de pessoas ali internadas. E me comoveu, particularmente, o depoimento de uma senhora vinda da Bahia, e que lá está, desde novembro do ano passado, com um filhinho que recém completou um ano de idade e que já foi... Já foi submetido a três intervenções cirúrgicas, quatro—

[risos].

Quatro intervenções cirúrgicas cardíacas de altíssima complexidade. E ela, com o seu filho no colo, me pedia que ajudasse para que o INCOR não fechasse as suas portas e que não se perdesse o enorme investimento que ali foi feito, não somente nessa questão de equipamentos, sem dúvida, muito importantes, os equipamentos são muito bons, mas, sobretudo no seu corpo de pessoal, na sua alma, que são aqueles que lá trabalham, que são aqueles que fazem do INCOR o que hoje ele é.

O Senador Antônio Carlos Magalhães disse que ele é o resultado do INCOR, ele é um sobrevivente. Todos nós sabemos que Brasília, sendo capital da República, não pode mais ficar submetida àquela chacota de que “o melhor hospital que existe em Brasília é o avião da ponte-aérea”. Eu, como brasileiro adotado e que tenho por essa cidade muito, muito carinho, muito amor, sobretudo muita esperança, fico feliz de ter ouvido o que hoje todos nós aqui escutamos, pela voz do representante do Governador Arruda, a palavra peremptória, de que tudo o que o Governador Serra estivesse fazendo para o INCOR-São Paulo, ele, Governador Arruda, estará fazendo pelo INCOR-Brasília, o que significa a salvação do INCOR. Por isso, aqui o meu testemunho e, em especial, uma solicitação, aqui, ao Dr. Diaulas, por quem eu tenho uma grande admiração e sei da sua capacidade de lutar pelos ideais que ele abriga e pelas lutas que ele enfrenta: Dr. Diaulas, não deixe a peteca cair. Faça com que isso aconteça! Parabéns a todos os senhores!

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTE-LHO (PT-RR): Muito obrigado, Senador Collor. Agora, nós vamos franquear a palavra aos membros da Mesa para alguém que queira fazer o uso dela e, após isso, encerrar a Reunião. Dr. Diaulas, com a palavra.

DR. DIAULAS COSTA RIBEIRO: Sr. Presidente, eu quero dizer ao Presidente Fernando Collor que tem dia que eu quase tenho vontade de deixar a peteca caindo, quase. Mas, quando eu olho para as pacientes que o senhor olhou e quando eu olho para esse corpo clínico do INCOR, que às vezes olha para mim e diz assim: “O senhor é a nossa última esperança”. Eu digo: “Não é possível eu poder parar”. Eu quero dizer que o senhor joga peteca muito bem, portanto, ajude a gente a jogar.

[palmas].

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):

Muito obrigado. Pode contar com isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado. Mais alguém quer fazer uso da palavra? Então, não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, dizendo que agora a gente acha que o INCOR vai respirar, o hospital vai continuar funcionando. E dizer que nós temos que trabalhar porque o INCOR realmente não é do Distrito Federal, ele é do Norte, até do Nordeste, os Estados mais próximos, o pessoal vem aqui. Lá do meu Estado, já foram várias pessoas operadas no hospital do INCOR, lá de Roraima, que é o mais longínquo aqui de Brasília. Muito obrigado a todos os senhores que aqui compareceram e declaro encerrada a Reunião.

[palmas].

Sessão encerrada às 13h36.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO (extraordinária) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2007, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e vinte e nove minutos do dia seis de junho de dois mil e sete, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora **PATRÍCIA SABOYA** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senhores (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, INÁCIO ARRUDA, JOÃO PEDRO, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, VALDIR RAUPP, PAPALÉO PAES, FÁTIMA CLEIDE, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, IDELI SALVATTI, LEOMAR QUINTANILHA, VALTER PEREIRA, PEDRO SIMON, ADELMIR SANTANA E HERÁCLITO FORTES.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão, justificando ausência os Senadores Garibaldi Alves Filho e Jayme Campos. Comparecem também as Deputadas Cida Diogo e Solange Almeida. A Senadora Patrícia Saboya declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atende ao Requerimento nº 23, de 2007 - CAS, de autoria da Senadora Ideli Salvatti e do Senador Paulo Paim, com vistas a “debater o Projeto de Lei do Senado nº. 51 de 2007, que garante o oferecimento de vacinação anti-papilomavírus humano (HPV) à população”. A Presidente informa que os convidados farão suas exposições, dispondo, cada um, de 10 minutos. Fizeram uso da palavra os seguintes participan-

tes. **Dra. Bernadete Nonenmacher** – Representando a Dra. Luiza Lina Villa, do Hospital Alemão Oswaldo Cruz; **Dr. Newton Sérgio de Carvalho** - Presidente da Comissão Nacional do Trato Genital – FEBRASGO; **Dra. Gulnar Azevedo e Silva Mendonça** – Coordenadora de Prevenção e Vigilância – Instituto Nacional do Câncer – INCA; **Dr. Adson Roberto França dos Santos** – Coordenador do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal – Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas da Secretaria de Atenção à Saúde – Ministério da Saúde e **Ministra Nilcéia Freire** – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM. Findas as exposições, a Senadora Patrícia Saboya franqueia a palavra aos parlamentares. Fizeram uso da Palavra os Senhores Senadores Papaléo Paes, Ideli Salvatti, Augusto Botelho e a Deputada Cida Diogo. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Patrícia Saboya, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **Patrícia Saboya Gomes**, Presidente.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2007, ÀS 11 HORAS E 29 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Havendo número regimental declaro aberta a 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. e Sr^{as}. Senadoras que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

Esta reunião destina-se à Audiência Pública atendendo ao Requerimento nº. 23/2007 da Comissão de Assuntos Sociais com a finalidade de debater o Projeto de Lei nº. 51/2007 de autoria da Senadora Ideli Salvatti que garante o oferecimento de vacinação anti-papilomavírus humano, HPV à população. Eu solicito, portanto, à Senadora Ideli Salvatti, autora do PLS nº. 51/2007 e do referido Requerimento que acompanhe os nossos ilustres convidados à Mesa, a começar pela Sr^a. Ministra Nilcéia Freire, da Secretaria Especial de Política para as Mulheres que nos honra hoje com a sua presença. Gostaria de ao mesmo tempo convidar

a Dr^a. Gulnar Azevedo e Silva Mendonça, Coordenadora de Prevenção e Vigilância do Instituto do Câncer. O Dr. Adson Roberto França dos Santos, Coordenador do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal Ministério da Saúde. Convidar a Dr^a. Bernadete, aqui representando a Dr^a. Luiza Lina Villa do hospital alemão Oswaldo Cruz. Dr^a. Bernadete, me perdoe, o sobrenome... Nonenmacher... alemão, certo. Dr. Newton Sérgio de Carvalho, Presidente da Comissão Nacional do Trato Genital.

Portanto sejam todos muito bem-vindos à nossa Comissão, eu gostaria de registrar também a presença da Deputada Cida Diogo, e Deputada Solange Almeida, na nossa Comissão. Gostaria, portanto de iniciar a nossa Audiência Pública, agradecendo a presença de todos, que receberam o nosso convite para discutir esse Projeto de Lei que tramita no Senado, na Comissão de Assuntos Sociais, de autoria da Senadora Ideli Salvatti. Hoje nós temos um dia um pouco corrido, a Senadora Ideli que é a nossa Líder aqui do bloco do Governo está tendo que se virar em várias para poder atender a outras audiências públicas também, a outras Comissões que ela pertence.

Portanto, eu proponho que nós possamos começar essa audiência ouvindo cada um por 10 minutos. E, em seguida, nós abríamos o debate para que qualquer um dos senhores e senhoras Senadoras, Deputados aqui presentes possam se manifestar e tirar quaisquer tipo de dúvida. O que eu queria ressaltar e com muita honra, sou Relatora desse Projeto da Senadora Ideli, que é uma honra muito grande para mim, até porque nós temos aqui uma história de luta e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, e nós sabemos da importância desta vacina principalmente para as meninas, e para as adolescentes.

Então, é um assunto de suma importância, sabendo dos altos índices, das taxas que hoje contaminam meninas com um tipo de vírus que acaba sendo precursor do câncer de útero. E as estatísticas que eu tenho procurado ler e ouvir são estatísticas muito elevadas. Aqui no Brasil, se não me engano, e isso nós iremos presenciar a partir dessa discussão, se não me engano parece que uma em cada mulher brasileira... A cada... Deixa ver aqui os dados. São registrados cerca de 20 mil casos de câncer de colo uterino por ano no Brasil resultando em cinco mil mortes. E a cada duas horas morre uma mulher brasileira devido ao câncer cervical.

Portanto, eu acho que é de fundamental importância discutir o HPV, que também acomete os homens causando diversas lesões genitais com frequência bem inferior do que nas mulheres. Mas, portanto, uma

discussão que cabe ressaltar, importantíssima, para a Comissão de Assuntos Sociais.

Portanto, nós passaremos em primeiro lugar a palavra à Dr^a. Bernadete para que possa se pronunciar durante 10 minutos, em seguida o Dr. Newton Sérgio, depois a Dr^a. Gulnar, depois o Dr. Adson e em seguida a Ministra Nilcéia Freire.

SRA. BERNADETE NONENMACHER: Bom dia a todos. Eu gostaria em primeiro lugar de agradecer a essa Comissão do Senado e a Senadora Ideli de estar aqui fazendo parte desse momento que eu considero muito importante para a mulher brasileira.

O câncer do colo do útero é um problema que assola o mundo inteiro, e não só o nosso País. Infelizmente 80% dos casos de câncer de colo do útero no mundo ocorrem em Países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Em muitos outros Países da América Latina, da Ásia, da África. Por que isso? Porque nós sabemos que existem programas de rastreamento, ou seja, programas onde os casos de câncer de colo de útero ou os casos de doenças pré-maligna se desenvolvem esses programas nos Países do mundo inteiro e nos Países desenvolvidos os programas acontecem de uma forma muito mais eficaz. Os Países em desenvolvimento, esses programas acabam não acontecendo de uma forma ideal. E a grande e maior parte das mulheres que têm a infecção pelo HPV, que desenvolvem lesões pré-câncer, estas mulheres têm mais chance de vir a ter um câncer do que num País desenvolvido. Então este problema ele é sim um problema nosso. Nós temos que ajudar as nossas mulheres a solucionar esse tipo de problema. Para nós termos uma idéia, no mundo nós temos em torno de 500 mil casos novos de câncer de colo de útero por ano no mundo inteiro. São 270 mil mulheres que morrem desse câncer por ano. No Brasil, como a Senadora Patrícia já colocou, nós temos em torno de 20 mil casos novos de câncer de colo de útero, em torno de quatro a cinco mil mulheres que morrem por ano deste problema. A infecção pelo HPV no Brasil ela acomete em torno de 20% das mulheres sexualmente ativas. São estatísticas brasileiras e mundiais. Então nós temos em torno de 12 milhões de mulheres que estão contaminadas pelo HPV. 10 milhões, 12 milhões de mulheres nesse momento no Brasil. E essa infecção por HPV ela não causa câncer. O câncer é sua etapa final. Então nós temos doenças consideradas benignas e doenças pré-malignas que têm um custo para o nosso País. Então as doenças benignas, desde um exame Papanicolau alterado as consultas que tudo isso gera para o Sistema Único de Saúde, para as nossas pacientes, o número de casos de mulheres doentes que são vistas, verrugas genitais. O HPV ele causa verruga genital e o que chamamos

de lesões planas que são lesões que só o médico vai ver através de um exame chamado colposcopia.

Então isso gera para o Sistema Único de Saúde consultas, exames, biópsias, retornos que as pacientes devem voltar para serem reavaliadas, se a paciente é diagnosticada com um problema com a doença tanto benigna ou pré-maligna ou até maligna, isso vai causar, gerar um tratamento que pode ser desde uma cauterização, uma conização, que é uma cirurgia onde o colo do útero é retirado cirurgicamente, uma cirurgia invasiva, que é uma histerectomia ou uma cirurgia ampla com retirada útero, ovários, paramétrios, onde todo o sistema genital interno da mulher é retirado para curar o câncer. Essa mulher ainda pode ter que vir e voltar e fazer quimioterapia, radioterapia. Então nós não podemos nos deter simplesmente em números, porque nós não temos aqui no Brasil, infelizmente, as estatísticas desde que o HPV é diagnosticado, e até a última consulta quando esta mulher é curada ou com quando ela morre. São muitas e muitas vezes que as mulheres vão e voltam, vão e voltam, e isso tem um custo. Então o mundo descobriu através de pesquisas de mais de dez anos já essa vacina contra o HPV que é a doença sexualmente transmissível mais comum no mundo inteiro. Nós temos no mundo inteiro, isso é um dado da Organização Mundial de Saúde 300 milhões de mulheres que estão infectadas pelo HPV. No Brasil seria em torno de 12 milhões de mulheres infectadas. E este vírus nós temos agora uma vacina, e a vacina que já está aprovada pela ANVISA é a vacina que tem quatro tipos de HPV, dois desses tipos de HPV que são seis e onze são causadores de 90% das verrugas genitais, os outros dois tipos de HPV contidos na vacina que é o 16 e 18 são causadores de 70% dos casos de câncer de colo do útero. Então essa vacina ela vai diminuir, reduzir estatisticamente as verrugas genitais em 90% e o câncer do colo do útero em 70%, se as mulheres forem corretamente vacinadas. E o que significa isso? As mulheres devem ser vacinadas antes de iniciar a vida sexual. Nove, dez, doze anos, que é a idade que os Países já começaram a vacinar mulheres para que a vacina possa mostrar esse tipo de resultado futuramente.

Então, essa vacina ela foi desenvolvida, nós já temos cinco anos de acompanhamento, eu faço parte, eu sou uma das pesquisadoras que vêm acompanhando mulheres e homens vacinados no Brasil, e por isso que eu estou aqui representando a Dr^a. Luiza Villa, que a Dr^a. Luiza Villa Trabalha em conjunto conosco nesses estudos da vacina contra o HPV, e estou à disposição de vocês para tirar qualquer dúvidas com relação ao que possa existir com relação a essa vacina.

O que se sabe é que a vacina, a eficácia dela, ou seja, a capacidade que ela tem de prevenir doença que o HPV causa já dura cinco anos. Essa vacina ela, semelhante à vacina de hepatite B é dada em três doses, ela deve ser dada precocemente porque vai prevenir câncer de colo de útero, é intramuscular e já dura cinco anos a eficácia dela. Pode ser que vá durar dez anos ou para o resto da vida. Como é o exemplo da vacina de hepatite B. Quando se começou a vacinar pessoas contra a hepatite B no mundo, há mais de 20 anos atrás, não se sabia quanto tempo a Hepatite B iria durar. Se imaginava que a cada cinco anos deveria ser feito um reforço para a vacina da hepatite B. Mas em função da hepatite B ser uma doença séria e precisar de prevenção, se começou vacinar pessoas mesmo antes de saber quanto tempo a vacina iria durar e depois os governos iriam decidir de acordo com a eficácia de dar o reforço para as pessoas ou não. Que é o caso que está acontecendo com a vacina de hepatite B. São inúmeros os 69 Países, são 69 Países no mundo que já aprovaram a vacina nos seus órgãos regulatórios e muitos Países que já estão oferecendo a vacina gratuitamente no seu sistema de saúde público, principalmente os países desenvolvidos que a gente sabe que tem mais recursos para isso.

Então, tem algumas questões que eu acho que é interessante que a gente discuta, eu vou levantá-las, e estou aqui à disposição para a gente continuar essa discussão e eu quero que a senhora me avise quando passar meus dez minutos para que eu pare, por favor. Que são questões relativas ao tempo de duração dessa vacina que já falei que são cinco anos. Então, apesar de dizer que é uma vacina nova, existe segurança no uso dela porque existem mais do que trinta mulheres que foram acompanhadas já por cinco anos usando essa vacina. Em praticamente 30 Países diferentes.

Outra questão que eu acho que vale a pena a gente discutir que o mundo está discutindo, é uma questão que o HPV é uma DST e poderia quando se vacinar crianças muito jovens estimular precocemente a sexualidade. Isso é uma questão que eu faço questão de nós continuarmos discutindo porque o meu ponto de vista é o inverso. Esta é uma vacina contra câncer, e se a gente aproveitar o momento de vacinar uma menina jovem de nove ou dez, onze ou doze como outros Países estão vacinando, nós podemos aproveitar o momento e educar essas jovens. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, Dr^a. Bernadete. Agora ouviremos o Dr. Newton Sérgio de Carvalho, que é Presidente da Comissão Nacional do Trato Genital. Dez minutos. Eu queria dizer à Mesa também se precisarem mais tempo fiquem inteiramente a vontade.

SR. NEWTON SÉRGIO DE CARVALHO: Obrigado. Bem, bom dia a todos. É uma honra para nós estarmos aqui em nome da Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, representados num tema tão importante como esse, agradeço à Ministra Patrícia, e ao Ministro Temporão que também entrevistou no sentido de fazer com que a FEBRASGO tivesse aqui representada. Nós também, como a Dr^a. Bernadete, tivemos a oportunidade desde o ano de 1999 estarmos trabalhando num Projeto de uma vacina contra o câncer do colo do útero, e também como trabalhamos com a infecção pelo papilomavírus acerca de 25 anos praticamente e até por isso que nós fomos inseridos neste contexto, e estamos agora representando a Comissão Nacional de Doenças do Trato Genital Inferior que é uma Comissão na FEBRASGO dada a importância dessas doenças, haja visto o câncer do colo do útero aqui já mencionado.

Como eu na realidade eu não sabia exatamente como é que funcionava a Comissão aqui, não sabia se teria uma apresentação, eu acabei trazendo alguns pontos na forma de slide que eu vou tomar liberdade de demonstrá-los. Ali está a nossa Universidade Federal do Paraná, onde nossas somos professores de ginecologia obstetrícia, e nós trouxemos, pinçamos alguns pontos que nós vemos como sendo de interesse para se discutir este tema.

Então esses sete pontos, até um número cabalístico, sete pontos dizem respeito inicialmente à relação do papilomavírus com o câncer genital, epidemiologia desse mesmo câncer, a prevenção, as qualidades que devem ser ressaltadas no que diz respeito à vacina, um plano de vacinação e, sobretudo, um plano de eliminação do câncer do colo do útero. Nós estamos na fase de planos de redução, planos de eliminação, e eu acho que esse é uma situação de fundamental importância, ou seja, na realidade a vacina não deve ser discutida como um foco isolado. E essa é a visão da FEBRASGO. Ela deve ser inserida dentro de um plano onde ela é um dos elementos importantes associadamente a outros elementos e obviamente como qualquer tipo de plano ele deve ser avaliado e controlado.

Então, no que diz respeito à relação do papilomavírus com o câncer, esses dois slides são fundamentais. No slide da esquerda, nós observamos em vermelho, primeiro está o câncer do colo do útero. Ou seja, o HPV ele tem uma participação de praticamente 100% das pacientes que têm câncer do colo do útero. E isso deve ficar bem claro. Não significa que é quem tem HPV vai ter câncer do colo do útero. Mas quem tem câncer do colo do útero muito provavelmente ou tem ou teve o HPV. Dá para se dizer que praticamente não existe câncer do colo do útero na ausência do

HPV, salvo raras exceções. E nós vemos também outros cânceres ali da faringe, do ânus, do pênis, da vulva, onde a participação do HPV existe, mas ela é muito mais discreta, ou seja, a vacina seguramente não vai prevenir a maioria dos cânceres desses outros locais porque também não é o foco da vacina. O foco da vacina é câncer do colo do útero.

No segundo dia positivo à direita, ele é um diapositivo muito positivo no meio médico e ele mostra que na realidade o HPV existe vários tipos de HPV. Foram se descobrindo vários vírus. A medida que se descobria se colocava um número nesses vírus. HPV nº. 1, HPV nº. 2, HPV nº. 3, etc. E dois em especial que são o 16 e o número 18 são aqueles que tem um grande envolvimento no câncer genital, sobretudo no câncer do colo do útero.

Então, dá para dizer que uma vacina que elimine o 16 e o 18, conseguiria eliminar 70% dos cânceres do colo do útero, haja visto que 70% estão associados aos 16 e 18. Muito importante ser definido que esses HPVs não bastam ser 16 e 18 para gerar esse tipo de problema. Tem que ser vírus que a gente chama de persistentes. Ou seja, a maioria das pessoas que têm o HPV o tem na forma transitória. Como uma gripe. Ele entra, depois de um determinado tempo ele vai embora. Mesmo que seja 16 e 18. Entretanto, existe felizmente um pequeno número de 16 e 18 que se mantém no organismo. E esta é a situação importante. A vacina deve prevenir 16 e 18 e deve prevenir 16 e 18 que se mantém, não aquele que vai embora. Porque não interessa.

Esses dois diapositivos mostram que como o HPV o da esquerda acima, como o HPV é uma doença de transmissão sexual, ele tem o seu pico por volta dos 20 anos, onde a mulher mais tem atividade sexual, eventual variações de parceiros, etc, etc. Mas na realidade ele se mantém, claro que ele tem uma queda, mas ele se mantém praticamente até onde está mostrando o gráfico por volta dos 55. A tabela à direita embaixo é uma tabela bastante conhecida do nosso Instituto Nacional do Câncer que mostra que no ano de 2006 aproximadamente 20 mil casos de câncer do colo de útero ocorreram no nosso País. E o nosso Estado, no Paraná, que é um Estado como todos sabem que está na região sul e tem um nível razoável de desenvolvimento, é um Estado que participou desses 20 mil casos cerca de 1.500 casos. Foi um dos Estados que mais teve coeficiente de câncer de colo do útero. O Estado do Paraná, no sul do País. E vejam, embora nós tenhamos programas consistentes, todos devem ter observado no ano de 2002 um programa onde a paciente aparecia na mídia quando ela realizava o seu preventivo ela ganhava uma fitinha do Senhor do Bon-

fim, da Bahia, demonstrando que ela havia feito o seu preventivo. Essa foi uma campanha muito grande onde se conseguiu coletar muitos preventivos. Embora essa campanha nós observamos que o Estado do Paraná e o restante dos demais não fazem exceção, os índices de casos de câncer de colo do útero, e, sobretudo, os índices de mortalidade do câncer eles vêm se mantendo. Ou seja, infelizmente com a boa execução das nossas campanhas com empenho de nossos governos em relação a esse problema haja vista esse fórum nós ainda mantemos os níveis de casos e os níveis de óbito infelizmente por esses casos e nós temos cerca de 20 mulheres por cada cem mil habitantes vão ter câncer do colo do útero das quais cerca de 1/4 delas vai falecer dessa doença.

Este mostra as várias regionais do Estado demonstrando que determinadas regionais onde as doenças sexualmente transmissíveis têm seu maior impacto como na tríplice fronteira na cidade de Foz do Iguaçu, tem um dos maiores índices. Ou seja, em alguma época atrás nós íamos aos congressos e falava se o câncer do colo do útero era uma doença de transmissão sexual e se interrogava essa matéria. E hoje em dia isso está claramente definido. Ela é uma doença de transmissão sexual. O que nós temos feito nessas campanhas é que coletar os exames preventivos. Acima está mostrando uma espátula que raspa o colo do útero e coleta as células e uma escovinha que coleta as células do canal, e essas células vão ser examinadas no sentido de saber da sua normalidade. O gráfico abaixo mostra dois Países completamente diferentes. O Reino Unido, e o Brasil. Quantas vezes o reunido deve caber aqui do nosso País continental? Infelizmente em verde mostra que os programas de controle de rastreamento no Reino Unido surtiram efeito, e em vermelho, infelizmente no nosso País nós ainda, por mais que tentemos não conseguimos esse controle.

No que diz respeito a uma vacina contra o câncer, é fundamental que alguns pontos tenham que ser analisados. A vacina deverá ser eficaz, deverá ser, sobretudo, segura, e deverá aumentar o nível de anticorpos que são substâncias que são formadas quando a pessoa recebe a vacina. Ela obrigatoriamente como o foco é o câncer e o 16 e 18 estão envolvidos, devem estar contra o 16 e o 18. E seria muito importante que essa vacina dispensasse o reforço. Imaginem os senhores a dificuldade de ter que convocar um número grande da população que foi vacinada para fazer um reforço depois de cinco ou dez anos, mormente as dificuldades sabidas do nosso País continental.

Então, além dos 16 e 18, se a vacina pudesse ser efetiva contra outros números que também têm esse envolvimento isso seria muito interessante como, por

exemplo, o número 45 e 31. E obviamente que ela pudesse durar o resto da vida. Claro que logisticamente tem que ser factível de ser armazenada, prática de ser aplicada e tenha que ter a aceitabilidade por parte dos governantes, da população, dos genitores já que nós estamos falando de adolescentes.

Então, obviamente o custo é um fator fundamental. E quem deve receber a vacina e obviamente temos que ter um plano de controle pós-vacinação. Decidir implantar a vacina é uma situação. Só que isso é fundamental que tenha que ser feito um plano para se saber dos resultados e da continuação ou não dessa situação.

Então, dentro do plano obviamente temos que avaliar em qual idade, em qual região, as regiões têm diferenças de peculiaridade, se vai estar a cargo do Município, do Estado, do Governo Federal, e como nós comentamos nós da FEBRASGO estamos alinhados no sentido de que a vacina deve se inserir dentro de um plano maior de controle do câncer do colo do útero. Então como nós já falamos a aceitação da vacina depende dos gestores de saúde, depende do próprio indivíduo, depende dos seus pais, no caso adolescentes, e fundamentalmente normativas das Comissões Técnicas do Governo e das sociedades civis organizadas obviamente têm que ser criadas. Então esse plano deveria passar por um programa e que tem passado de rastreamento e tratamento das lesões precursoras, um programa onde as doenças sexualmente transmissíveis e os seus vários gestores no sentido de controle devem estar envolvidos, um plano de vacinação e obviamente controle de resultados. E é claro que como qualquer tipo de programa tem que ser avaliado como controle do número de exames, um controle de qualidade desses exames, avaliações periódicas do número de casos, número de mortalidade, e isso na esfera federal, estadual e municipal e obviamente temos que ter e estamos tendo um treinamento considerável nesse sentido. Muito obrigado pela atenção e estamos à disposição para conversar.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Muito obrigada ao Dr. Newton Sérgio de Carvalho. Gostaria agora de anunciar a Dr^a. Gulnar Azevedo e Silva Mendonça, Coordenadora de Prevenção e Vigilância do Instituto do Câncer. Com a palavra V.S^a.

SRA. GULNAR AZEVEDO E SILVA MENDONÇA: Bom, eu queria cumprimentar a Mesa, a Senadora Patrícia Gomes, a Ministra Nilcéia e aos outros membros, colegas que estamos tendo essa oportunidade. Agradecer muito a Senadora Ideli pelo convite para que a gente possa debater o tema e o meu foco vai

ser no problema, o problema que é o câncer do colo de útero no Brasil.

Eu selecionei e vou tentar pular porque que tem dados que talvez sejam excessivos aqui, selecionei três tópicos que eu acho importante a gente falar. A magnitude, o rastreamento e a questão da vacina. O processo conduzido no Ministério da Saúde para discutir a vacina.

Então, em relação à magnitude do câncer do colo de útero no Brasil, nós temos estatísticas, esses dados já foram apresentados pelo Dr. Edson que são estimativas que mostra que o câncer do colo do útero aparece em segundo lugar como o câncer mais freqüente em mulheres, atingindo quase 20 mil casos, são os casos estimados para o Brasil, ali a distribuição da incidência estimada para o Brasil, a gente pode perceber que é segundo lugar enquanto incidência no Brasil, mas na região norte chega a ser o primeiro, fica na frente do câncer de mama, e nas outras regiões também é um câncer muito freqüente. E aqui a comparação dos nossos dados com os dados do mundo. Aí estão os registros de câncer do Brasil que são registros que a gente pode ter acesso a dados de incidência, a gente pode ver Goiânia até Natal, em cima eu coloquei as três regiões do mundo onde a incidência do câncer do colo do útero é mais alta e embaixo as regiões do mundo com mais baixa incidência. Ali as três embaixo com mais baixa incidência. A gente vê que o Brasil tem um padrão comparado mundialmente o padrão de incidência alto para intermediário em algumas capitais. O que nos mostra a distribuição no País uma grande concentração na região norte, mas também preocupante a concentração no sul. E no Rio de Janeiro também.

Agora, importante mostrar que nós temos estatísticas sim e nossos dados são dados que cada vez mais vem sendo aprimorados, mas a qualidade de dados no Brasil em relação ao sistema de mortalidade em relação a câncer nos locais onde é possível se medir a incidência, a gente tem equiparações e podemos comparar com os outros Países. Eu estou falando em termos de qualidade de dados.

Então, é importante mostrar isso. Em Salvador, no período de 98 a 2002 onde se de fato trabalhou numa ação preventiva do câncer do colo do útero efetiva, é possível ver que em preto a gente vê o carcinoma invasivo. Ele vem crescendo. Mas ele começa a cair naquelas faixas etárias ali e se for ver no período, ali por faixa etária, idade da mulher, na medida que a mulher envelhecia. Se nós formos verificar no período, a partir de 99 em Salvador já se começa a verificar uma queda. Isso é efeito, sim, do rastreamento. O rastreamento populacional com base no preventivo. Podemos ver em

Porto Alegre a mesma situação por idade, a mesma situação, carcinoma invasivo, que é em vermelho, ele vem mais ou menos estável e é muito bom a gente perceber que o carcinoma in situ que é a lesão ainda inicial, esta sim é evitável e passível de cura, ela vem crescendo no rastreamento. Ou seja, estamos conseguindo em algumas capitais do Brasil, em algumas cidades identificar mais precocemente. Efeito também do rastreamento com base no Papanicolau.

Ali em relação à mortalidade. Como isso leva à mortalidade. Aí eu coloquei todos os tipos de câncer, vocês podem ver que a mama é o câncer que mais leva a óbito das mulheres brasileiras, e o câncer de colo do útero estaria em terceiro lugar chegando em 2002 como mortalidade em quarto lugar. Porque infelizmente o câncer de pulmão passou o câncer de colo do útero, a segunda causa de óbito em mulheres no Brasil já é câncer de pulmão e aparece ali o câncer de colo em reto em terceiro lugar. O câncer de colo do útero estaria com uma mortalidade estável.

É importante chamar atenção para o seguinte, a nossa mortalidade não está em queda no Brasil como um todo. Como eu falei em algumas regiões vou mostrar dados mais específicos, mostra que algumas regiões a gente verifica inclusive em Estados a queda da mortalidade. Mas, no entanto, essa mortalidade não subiu. O que poderia acontecer se não tivesse nenhuma ação e com a iniciação da atividade sexual mais precoce. Essa mortalidade não subiu. Esse dado é importante. Ela não caiu, mas também não subiu. E aí verificando a mortalidade em relação a todas as causas, aí já não é só câncer. Colocando as causas específicas que levam a óbito homens e mulheres no Brasil. Para todas as idades a gente pode ver que a primeira causa de mortes para mulheres ainda é o acidente vascular cerebral, depois o infarto, depois a diabetes, chamo atenção à diabetes, a importância dela, e aparece o câncer de mama em sétimo lugar. E aí o câncer de colo do útero aparece em 14º lugar. No entanto, por se tratar o câncer do colo do útero uma doença prevenível que acomete mulheres ainda antes dos 50 anos, quando se corta a mortalidade por causa específica, entre 20 e 49 anos, infelizmente ele sobe e vira a sétima causa específica de morte comparadas... Eu não estou colocando o grupo de causas como um todo, mas eu estou comparando causas específicas. Então a primeira causa é doença cérebro vascular, o AVC, aí aparece a AIDS, porque é uma faixa etária de adultos, a AIDS em segundo lugar, a doença isquêmica do coração, acidentes de transportes como quarta causa, homicídio entre mulheres como quinta causa, justíssima, toda intervenção que se faz em relação a violência, e aí aparece o câncer de mama como sexta e o colo de

útero como sétima causa. O que não seria para gente esperar porque o câncer do colo do útero, como muito bem colocado pelo Dr. Newton é uma doença evitável. É uma doença evitável porque é uma doença que tem como causa necessária uma infecção que hoje a evidência científica não tem dúvida pelo HPV.

Então, continuando aqui só para mostrar, em relação ao rastreamento do câncer do colo do útero, o Brasil desde 84, ainda no Programa de Assistência Integral à Mulher começou com ações isoladas. Em 87 esse programa do INCA começou também a trabalhar de forma isolada com perspectivas em alguns lugares fazer rastreamento. E aí o que já foi citado aqui. Em 98 foi a primeira Campanha do Viva Mulher, que interviu de forma mais efetiva em relação a campanhas, foi a primeira campanha, e em 2002 a segunda campanha. Foi a fase de intensificação. Aí a partir de 2005 e 2006, em 2005 foram lançadas as diretrizes estratégicas para o controle e em 2006 o pacto pela vida do Ministério da Saúde coloca entre as seis prioridades o controle do câncer de mama e do colo do útero, o que tem que ser uma prioridade e todos recursos têm que ser garantidos para que essa prioridade seja de fato efetiva no Ministério.

Então olhando ali a gente pode ver o seguinte. Ali é o número de exames citopatológicos realizados no Brasil, através do teste Papanicolau é o nosso rastreamento, pode-se ver que nos anos de 98 e 2002 por efeito da campanha houve de fato o incremento do exame, o que depois fase pós-campanha não chegou ao que era antes. As campanhas tiveram efeito importante no sentido de aumentar acesso. E aí as conquistas desse programa foi o quê? Padronização de conduta com aumento grande de acesso, expansão de todas as ações para as unidades federativas do Brasil. Houve duplicação do exame, construção do sistema de informação que é importantíssimo para acompanhamento, como foi colocado pela Dr^a. Bernadete, nós temos que não só rastrear, mas saber o que acontece com todas as mulheres que em tendo exame positivo tem que ser seguidas. E tratadas adequadamente. A introdução da cirurgia de alta frequência no ambulatório, o que facilita muito essa adequação de tratamento, e a introdução de segmento. Infelizmente isso é só para mostrar um dado para mostrar que o inquérito nas capitais brasileiras mostra um aumento de acesso em alguns lugares mais de 80% das mulheres informam no Brasil, nessas capitais terem feito preventivo nos últimos três anos. [soa a campainha] Quais foram os principais problemas? Depois vou falar rapidamente só da vacina. O custo das campanhas é elevado para o SUS, o segmento ainda ficou precário, e diferenças muito regionais em relação à qualidade

do material coletado e do exame. E a estabilidade da mortalidade como eu já falei. Aí mostrando o seguinte, a avaliação normativa do Programa Saúde da Família em 2001/2002 se a gente for acessar qual é a oferta que temos para isso de especulos ginecológicos? 78% do programas que cobre hoje 50%, não é isso?... 47% da população brasileira é assistida pelo PSF, estaria coberta pelo PSF, nós temos em relação à oferta, especulos 78%, o atendimento 52% de médicos, de enfermeiro 46, a oferta de métodos de planejamento familiar 67% para essa população coberta pelo PSF. A citopatologia e disponibilidade quase 80%, o problema é aí, o estrangulamento é ali. São os profissionais. Médicos qualificados para a saúde da mulher só 27%, enfermeiro 39%. E aí o agente saúde também 40%. E em relação à capacidade instalada em 2007, essa avaliação é bem recente, foi passada pelos colegas do departamento de atenção básica do Ministério da Saúde em avaliação muito recente. Equipamento de ginecologia e obstetrícia 62% das equipes já oferecem em 2007 e o consultório com equipamentos básicos para o atendimento geral 58%. Ou seja, temos muito que melhorar.

Os gastos no Brasil com o exame citopatológicos vêm crescendo. De 95 a 2006 o SUS continua pagando mais. Isso quer dizer que o SUS paga, não necessariamente as mulheres que estão fora do acesso a esse exame. Muito provavelmente se paga exame repetidos, às vezes até desnecessários. Que o nós temos é que trabalhar é no sentido de captar mulheres que estão fora deste acesso. E aí a gente pode ver o gasto em todas as regiões vem aumentando no Brasil, o exame citopatológico aumentando, a mortalidade como eu mostrei estável, porém a gente percebe a diferença. Todas as regiões, em algumas regiões começam a ver a queda, está complicado porque os gráficos oscilam, mas separando algumas situações, a gente pode ver por unidade da federação. São Paulo em azul a tendência já começa a cair. Isso é São Paulo, Estado como um todo. A tendência começa a cair a partir de 2001. É uma queda ainda pequena, mas é uma consistente quando a gente olhar a capital a queda é forte e ali a gente vê Rio Grande do Sul com uma situação estável, mas com variações. Infelizmente o Amazonas se se colocar uma reta ali ainda é ascendente a mortalidade. E aí separando por algumas capitais, é possível ver ali Goiânia em vermelho. A queda, em Goiânia, a queda da mortalidade por câncer de colo de útero já bastante estudada é muito efetiva. Isso é de fato resultado do preventivo ginecológico organizado com acesso a grande parte das mulheres. Em São Paulo... São Paulo linha azul. Fortaleza também tem. São Paulo em azul começa a cair como eu falei em 2001, em Fortaleza

também numa situação de começar a cair a partir de 2001. Ou seja, a nossa organização já começa a surtir efeito e a gente espera que a implementação disso vá surtir mais efeito ainda. E aí dado do nordeste. Mostrando na região nordeste como é diferente. As mulheres nas capitais apresentam uma queda, lá em cima em azul, uma queda bastante evidente em relação à mortalidade. As capitais do nordeste já mostram a queda. Enquanto se a gente for comparar como um todo a estabilidade. Toda a relação ainda estável. Isso não acontece, infelizmente... Quer dizer, deveria acontecer para a capital, e para quem não é capital, mas não acontece na região sudeste. Capital e a região como um todo está quase igual. Aí, em função disso da necessidade de implementação dessas estratégias, foi elaborado o plano nacional para o controle, além das campanhas a gente acha importante fortalecer as ações de rotina, manter o preventivo com acesso com qualidade para todas as regiões e a todas as unidades básicas, foi feito esse Grupo de Trabalho com parceria de vários setores do Ministério e também universidade, se elaborou o plano que foi lançado no INCA, Nilcéia lançou o plano junto com a gente e as diretrizes foram: Aumento da cobertura da população alvo, garantia de qualidade, fundamental para que essa ação seja efetiva, desenvolvimento de recursos humanos com educação continuada, fortalecimento de sistema de informação, desenvolvimento de pesquisas e essencial a imobilização social para isso.

Então aí as estratégias de classificação, as que a gente pode passar rápido, e em relação à vacina do HPV. O que o Ministério da Saúde vem fazendo e qual é a nossa organização para poder discutir a questão? A vacina foi em agosto de 2006 licenciada pela ANVISA, para mulheres de 9 a 26 anos, para prevenção de lesões cervicais e lesões anus-genitais relacionadas a HPV. Em dezembro de 2006 o Ministério criou um Grupo de Trabalho assessor para decidir sobre a incorporação, e esse grupo em abril de 2007 fez recomendações para o Ministério, que já foram avaliadas pelo Ministro. Nesse grupo os setores diretamente envolvidos no Ministério e a participação da universidade, porque é fundamental especialistas nossos, pesquisadores de universidade que trabalham não só com o tema como também com a avaliação de incorporação de tecnologia em saúde. E aí as principais considerações do grupo. A vacina representa de fato uma estratégia importante no controle do câncer do colo do útero e deve ser considerada no contexto de todas as outras ações que estão em organização. É mais uma estratégia. Existem ainda importantes lacunas no conhecimento em relação à vacina, por exemplo, duração da imunidade, como foi falado. Se conhece até cinco anos, mas a duração da

imunidade é importante conhecer, se há necessidade de doses de reforço e se é possível utilizar em imunodeprimidos de gestante. Ainda não foi estudado, não existe evidência científica que nos dê segurança para trabalhar nessa perspectiva.

A implantação requer estrutura operacional e logística que hoje o Programa Nacional de Imunização Brasileiro ainda não tem. E é importante dizer que o Programa Nacional de Imunização do Brasil é um dos melhor do mundo porque ele garante 11 vacinas universais para toda a população nas faixas etárias recomendadas e tem uma cobertura de quase 100% a população a cada momento. E a última incorporação que é o rotavírus para os recém-nascidos é importantíssimo, vamos ver em curto prazo o efeito disso, mas já estamos vendo o efeito da vacina de influenza para idosos. A mortalidade por doença respiratória em idoso já vem caindo por efeito do nosso Programa Nacional de Imunização. Como foi colocado o custo, tinha que ser avaliado pelo grupo, e aí só para mostrar se forem vacinadas as meninas de 10 a 11 anos com as três doses preconizadas ao custo que foi comercializado no Brasil, esse cálculo foi com custo comercializado no Brasil, a gente teria um gasto de 1,8 bi de reais. O que seria muito mais do que o PNI hoje gasta com 44 insumos, vacinas e insumos. Imunobiológico e soro. O gasto hoje do PNI para 2006 é 750 milhões. É claro que isso não deve ser o nosso ponto para discussão, mas o custo deve ser avaliado. E também como consideração fundamental, que tem interesse de produção nacional da vacina em nossos laboratórios públicos. Então nossas sugestões. Implementar as ações estratégicas do plano de controle do câncer do colo do útero, estabelecidas pelo Ministério da Saúde, coordenadas pelo INCA, visando a integração de todas as ações com vistas à questão da saúde da mulher, a saúde integral da mulher. Organizar os laboratórios do SUS para identificação e monitoramento da infecção. Realização de estudos de prevalência para que a gente conheça em áreas que não são conhecidas aonde o que é a prevalência dos tipos de HPV na população do Brasil com base em comunidades mesmo. Estabelecer condições para iniciar a produção nacional da vacina, incluindo alternativas de desenvolvimento transferência de tecnologia tal como ocorreu com outras vacinas do nosso calendário oficial. 80% das vacinas brasileiras são produzidas no nosso parque nacional. E existe processo de transferência de tecnologia e que a FIOCRUZ e o Instituto Butantan vêm realizando com grande êxito e com grande sucesso. Então são essas as nossas propostas e a gente está disponível para outras informações e o Ministério já assumiu totalmente as sugestões do grupo assessor.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Muito obrigada, Dr^a. Gulnar pelas explicações. Então eu passo agora a palavra ao Dr. Adson Roberto França, coordenador do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal do Ministério da Saúde, representando aqui o Ministro da Saúde. Com a palavra V.S^a.

SR. ADSON ROBERTO FRANÇA: Bom dia a todas e a todos. Uma saudação especial à Senadora Patrícia Saboya, Presidente dessa Comissão, e que tivemos também a oportunidade na época que o Secretário de Atenção à Saúde, José Gomes Temporão, ocupava a função na Secretaria de Participar do lançamento da campanha em defesa dos seis meses da ampliação da gestação na licença para gestantes, o que consideramos um avanço, e naquele momento se discutia no Ministério e se discutia no Governo de que era preciso ter um pouco de cautela com a atitude do Ministério e apoiar. E o Secretário de Atenção à Saúde José Gomes temporão nos convocou e disse: “Vá e apóie porque o Ministério da Saúde apóia esse avanço. Depois nós discutimos com o resto do Governo”. E isso mostra um pouco essa coerência do compromisso do Ministro Temporão e que muito me honra estar aqui nessa Casa, estar no Senado da República representando o Ministro nesse momento. A Ministra Nilcéia que temos um profundo respeito e temos chamado ao longo dos anos de Ministra das mulheres, Ministra da Secretaria Especial, e que até então os nossos superiores ainda não nos criticaram e vamos continuar chamando pela importância que tem esse Ministério para a sociedade brasileira, para as mulheres brasileiras.

Cumprimentar Gulnar do INCRA, pela importante contribuição que o Instituto Nacional está dando a esse País, é uma das referências a nível mundial, acredito que as senhoras e senhores sabem, mas nunca é demais lembrar. O instituto nacional, hoje, se constitui uma das referências em pesquisa e atenção a nível mundial na questão oncológica, cumprimentar a Dr^a. Bernadete pela sua história, cumprimentar colega Newton Carvalho da FEBRASGO, eu também tive oportunidade como ginecologista e obstetra participar da FEBRASGO, cumprimentar os Senadores João Pedro, Papaléo Paes, Augusto Botelho, Adelmir Santana, as Deputadas Cida Diogo e Solange Almeida, de forma muito especial a Senadora Ideli Salvatti, também por uma outra referência das mais importantes. A Senadora Ideli Salvatti que tem essa atitude extremamente corajosa e avançada de propor esse debate e ter como Relatora a Senadora Patrícia Saboya, a Senadora Ideli Salvatti é autora do Projeto de Lei que incorpora a presença

do acompanhante no pré-parto e no parto e no pós-parto em nosso País. Sem sombra de dúvidas acredito que nos próximos dez anos essa lei, ao ser transformada na prática se constituirá no principal avanço na humanização ao parto em nosso País. Então é uma Casa com esse grau de referência das Senadoras e dos Senadores. E esse debate é extremamente rico e o Ministro Temporão fez questão de que a gente ressaltasse de que se inicia nessa Casa um debate dos mais importantes para o enfrentamento do câncer de colo de útero que de fato é um problema de saúde pública, de fato é uma das mazelas, das dificuldades que nós temos que enfrentar na saúde pública brasileira, e que tem além do que já foi exposto aqui muito bem por todas as pessoas que nos antecederam, tem um aspecto que reflete também as desigualdades regionais em nosso País, que reflete as dificuldades do acesso em nosso País ao Sistema Único de Saúde, acesso aos serviços de atenção à saúde, e que reflete também o grau de escolaridade da mulher brasileira. Discutimos no dia 28, dia que o Presidente da República lançou juntamente com a Ministra Nilcéia Freire, o Ministro José Gomes Temporão, a Política Nacional de Planejamento Familiar, que no caso da mortalidade materna 62% das mulheres que morreram de morte materna em 2005 no Brasil elas não tinham concluído, Senadora Patrícia Saboya, o ensino fundamental. E no caso do nordeste, 23% das mulheres que morreram em 2005 elas sequer tinham concluído um ano de escolaridade. Então não dá para pensar mais em saúde se não pensarmos de forma integral, articulada, transversal trazendo elemento de educação. Tenho certeza que não só no Ministério da Saúde porque é orientação do nosso Ministro, mas aqui também nessa Casa, não podemos pensar em projetos, e eu sei que essa é uma prática da área da saúde que não tenha toda uma interlocução com o Ministério da Educação, com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial na medida que o recorte étnico racial também aparece nessas questões, aparece nos óbitos de mulheres no Brasil.

As ponderações nossas são ponderações além de valorizar, é reafirmar o que foi bastante detalhado pela Dr^a. Gulnar, em relação à primeira iniciativa do avanço do debate nesse Grupo de Trabalho. E ressaltar alguns outros aspectos. Ressaltar o primeiro aspecto de que esse processo iniciando com essa riqueza nessa Casa ele vai estar nos remetendo a nível do Ministério da Saúde de aprofundar também o debate com os outros parceiros do SUS. O Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde e o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde. O CONASS e o

CONASEMS. Esse País, o Sistema Único de Saúde, que nós consideramos a busca de transformação numa política de Estado, uma política de maior inclusão, já registrado na história da República, precisa e define as coisas no dia-a-dia com esses três entes, a União, os Estados e os Municípios. Então esse debate também já está sendo instalado e nós já vamos a partir desse Grupo de Trabalho também abrir toda uma discussão com o CONASS e o CONASEMS. Na seqüência desses esforços também é importante ressaltar que a Política Nacional de Imunização em nosso País é uma política também bastante premiada, valorizada a nível internacional e nós hoje cobrimos idosos, crianças e adolescentes, e no caso dos idosos para pegar a última informação, nós cobrimos em termos de vacinação 85% dos idosos brasileiros. A Organização Mundial de Saúde exige 60%. O Brasil passou em 25% a meta proposta pela Organização Mundial de Saúde.

No caso das crianças, nós já recebemos mais de uma dezena de prêmios da Organização Mundial de Saúde, e já está claro para nós na redução da mortalidade infantil em nosso País, em pesquisas realizadas pela academia brasileira destacadamente USP, UNICAMP e a UNIFESP, com o apoio do Ministério da Saúde está destacado que a redução da mortalidade infantil tem muito e em primeiro lugar a ver com o Programa Nacional de imunização. E em segundo lugar tem a ver com os esforços desenvolvidos a nível nacional pelos entes da federação relacionado ao saneamento. E em terceiro lugar a escolaridade. E que o chama atenção também é que ao juntar esses três elementos numa reflexão feita pela academia com o apoio do Ministério da Saúde chega-se à conclusão que nos Municípios onde têm Programa de Saúde da Família qualificado esses dados são mais valorosos ainda. E isso já com registro em pesquisas e com registro na literatura internacional. Ou seja, os três primeiros elementos, aliado ao Programa de Saúde da Família qualificado, vão dando esse salto de qualidade. Isso é para fazer o link da importância que nesse momento essa política de prevenção do câncer de colo uterino, a Política Nacional de Atenção Oncológica ela é fundamental e passa por essa visão de gestão. Ela é imprescindível. E tanto é que um pacto pela vida, o pacto em defesa é do SUS, e o pacto de gestão aprovado em fevereiro de 2006, na tripartite no Rio de Janeiro considerou que das seis prioridades uma delas é a prevenção do câncer de colo e de mama. Então nesse sentido concordamos com as pessoas que refletiram antes de que todo esse processo de discussão da vacina deve ser contextualizado dentro de uma política nacional que já vem sendo implementada, mas que tem muito por ser feito.

E concluindo, Senadora, referências importantes que o Ministro nos solicitou que fizesse, nós temos hoje 45 imunobiológicos no Programa Nacional, sendo 11 vacinas que constam do calendário nacional. Temos ainda 18 imunobiológicos para situações epidemiológicas especiais, e tivemos já num processo de debate e estão em curso algumas vacinas que estão sendo analisadas em outras áreas que não só a área de acolhimento à mulher e também não só a mulher na medida que o HPV também acomete o homem e traz também em menor proporção a neoplasia maligna. E dentro dessa linha, o Ministro ouvindo esse Grupo de Trabalho, orientou a realização de inquéritos de prevalência cabendo ao Grupo de Trabalho encaminhar uma proposta de Projeto para a realização dos mesmos pelo Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Vigilância em saúde, SVS, do Instituto Nacional do Câncer, INCA, e Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Dois, os laboratórios estaduais de saúde pública lacentes(F) vinculados tecnicamente ao Departamento de Vigilância em Saúde da Secretaria de Vigilância em Saúde serão fortalecidos em suas estruturas para identificação dos tipos de HPV. Três. A Fundação Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, conduzirá o processo para avaliar a viabilidade da produção nacional de vacina. Quatro. O GT deverá elaborar nota técnica informativa sobre a vacina contra HPV a ser distribuída, discutida por meio do Conselho Federal de Medicina para todos ginecologistas, pediatras, e urologistas brasileiros. Quatro, o Ministério da Saúde e o Ministro acata a conclusão do Grupo de Trabalho de no momento, no momento, ele pediu que eu frisasse, o Ministério considera que no momento não há ainda uma conveniência de incorporação da vacina contra HPV como Política Nacional de Saúde Pública. E ele pede, que ele faz questão que frise que “no momento”.

Parabenizar a todos e a todas, parabenizar esse seletor Plenário, os técnicos do Ministério da Saúde, e a Senadora que tem uma garra que nós já conhecemos, nós sabemos que esse processo vai ser bem debatido e formulação é apenas de que no momento não se incluiria no calendário nacional de vacinação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, Dr. Adson. Passo, portanto, imediatamente a palavra à Ministra Nilcéia Freire, Secretaria Especial de Política para as Mulheres.

SRA. MINISTRA NILCÉIA FREIRE: Obrigada. Muito boa tarde já. Senhores e senhoras aqui presentes, Senadora Patrícia Saboya, é uma honra estar aqui hoje nessa Comissão presidida por V.Ex^a, colega da FEBRASGO, Dr. Newton Sérgio, Gulnar, minha contemporânea mais nova evidentemente de faculdade, cole-

ga de faculdade de medicina, Dr^a. Bernadete, Adson, representando aqui o Ministro Temporão, Senadores, Senadoras aqui presentes, Deputadas, Deputados.

Eu vou obviamente me abster de fazer uma fala técnica à medida que a Dr^a. Gulnar, o Dr. Newton e a Dr^a. Bernadete já o fizeram e eu entendo que, sobretudo, as falas do Dr. Newton e da Dr^a. Gulnar posicionaram bem qual é a situação da incorporação ou da possibilidade de incorporação da vacina contra o HPV no Brasil do ponto de vista do Sistema Único de Saúde, da conveniência de ser incluída como parte do calendário vacinal obrigatório no Brasil. Portanto não vou fazer uma explanação técnica. Eu queria muito mais situar essa questão da vacinação para o HPV como mais um instrumento que nós temos para o enfrentamento do câncer de colo uterino e de que maneira a Secretaria de Políticas para as Mulheres, através do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres vê o enfrentamento do câncer colo uterino, da mortalidade pelo câncer do colo de útero, e outros agravos à saúde das mulheres no contexto do Sistema Único de Saúde.

Queremos aqui deixar absolutamente claro o nosso aplauso à iniciativa da Senadora Ideli Salvatti, todo o nosso apreço às iniciativas da Senadora que têm buscado contribuir através da sua atividade nessa Casa com a melhoria da qualidade de vida das mulheres brasileiras. É, portanto, melhorar a qualidade de vida das mulheres brasileiras significa melhorar a qualidade de vida da sociedade brasileira, um dos seus projetos votado nessa Casa que foi obrigatoriedade da incorporação do acompanhamento no pré-parto, no parto e no pós-parto de um acompanhante escolhido pela parturiente, comprovadamente irá contribuir, já tem contribuído para a melhoria das taxas de morte materna no nosso País. Então queríamos deixar registrado o nosso apreço pela iniciativa da Senadora Ideli que nos propicia discutir a questão da prevalência, da incidência do câncer de colo uterino no nosso País. É inadmissível, frente as estatísticas mostradas pela Dr^a. Gulnar que no Brasil nós ainda estejamos perdendo mulheres jovens, mulheres em idade reprodutiva e produtiva por câncer de colo uterino, morte absolutamente evitável. Portanto com um instrumental que temos e mais um instrumental que recebemos através da vacina nós temos todas as condições de reduzir e muito a morte de mulheres por essa causa. Não é admissível que em Estados do norte do País tantas mulheres ainda morram por câncer de colo.

Então, é nesse contexto que no Plano Nacional de Políticas para as mulheres que nós vamos avaliar a sua implementação na nossa conferência de 17 a 20 de agosto aqui em Brasília, na Conferência Nacional, nós vamos olhar a atenção integral a saúde da mulher.

Não basta que nós tenhamos campanhas episódicas ou incorporemos indiscriminadamente essa ou aquela tecnologia. Trata-se de trabalhar de maneira persistente num olhar sobre a saúde da mulher e a saúde da mulher inclui as questões desde a atenção do ponto de vista da educação das mulheres até a utilização das mais modernas tecnologias. Defendemos todo o arsenal disponível para ser empregado no sentido de melhorar a qualidade de vida da saúde das mulheres brasileiras. No tocante à questão do HPV é importante que nós tenhamos clareza que a prevenção ao HPV que é uma doença sexualmente transmissível tem que estar vinculado a outras iniciativas já existentes no âmbito do Brasil como, por exemplo, o Plano Nacional para deter a feminização da Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis, a própria Política de Planejamento Familiar que foi lançada recentemente. Portanto, todas essas políticas que estão no marco da saúde integral à mulher e a garantia de seus direitos sexuais e reprodutivos se interligam. Falar do uso de preventivo, da camisinha por meninos e meninas, por jovens que estão começando a sua vida sexual ativa significa também prevenir infecção pelo HPV. Então devemos, sim, pensar na possibilidade futura da incorporação da vacina contra o HPV no conjunto no calendário vacinal brasileiro, mas hoje dispomos de métodos preventivos que são absolutamente eficazes. Temos que fazer a campanha de uso de camisinha nas relações sexuais para que as jovens não se exponham ao contato com o HPV, que façam o sexo seguro.

Portanto todas essas políticas estão interligadas e nós devemos trabalhar nesse sentido. Eu evidentemente não posso ter outra opinião a não ser a mesma que o Ministério da Saúde no sentido de acatar as recomendações do GT que trabalhou com a questão da incorporação da vacina contra o HPV no Sistema Único de Saúde.

Eu queria apenas agregar uma recomendação no sentido de ampliar as possibilidades de estarmos analisando essa incorporação, fazendo com que, colocando aqui uma questão que eu acho que deve ser permanente também para o Sistema Único de Saúde, que as universidades, e os hospitais universitários eles sejam efetivamente instrumentos para fazer a triagem e a avaliação da incorporação de novas tecnologias e, portanto, que mais estudos sejam financiados pelo departamento, pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde para hospitais universitários, para as universidades brasileiras, no sentido de quando tomarmos uma decisão de incorporação de novas tecnologias, sejam elas tecnologia do ponto de vista de medicamento, ou do ponto de vista da incorporação de novos instrumentais para exame, para detecção do

ponto de vista de diagnóstico, tenhamos clareza das vantagens [soa a campanha] para brasileiros e brasileiras da incorporação dessas tecnologias.

O Brasil já sofreu demais, e o mundo já sofreu demais com a incorporação indiscriminada de novas tecnologias que muitas vezes são como a única solução para um problema quando outras soluções já vêm sendo preconizadas há mais tempo e não totalmente utilizadas, não totalmente exploradas para combater ou para enfrentar determinadas doenças.

Eu queria só terminar minha fala com um dado, porque... E me permito fazer isso pela minha... Enfim, minha inserção profissional. Mais de 60, chegando às vezes a 75% de todos os exames laboratoriais que são praticados aqui e no mundo não acrescentam nada em relação ao diagnóstico de um paciente, de uma paciente. Maior percentual ainda se tem com relação a drogas utilizadas indiscriminadamente para o tratamento de muitas infecções. Portanto, é preciso que nós tenhamos cautela. Ninguém aqui está a negar, e longe de nós negarmos o avanço da Ciência e Tecnologia. Ao contrário. Queremos que nosso País invista cada vez mais em desenvolvimento científico e tecnológico. Portanto, é importantíssimo que a FIOCRUZ ela possa trabalhar no sentido da transferência de tecnologia para a produção nacional de uma vacina, como temos a maior parte das vacinas produzidas nacionalmente e o investimento em Ciência e Tecnologia no sentido de equiparmos as nossas universidades e nossos hospitais para fazerem a triagem e a avaliação da incorporação de novas tecnologias, sejam elas do ponto de vista medicamentoso seja do ponto de vista diagnóstico. Era o que tínhamos a falar, agradecendo o convite para estar aqui hoje e o empenho dessa Casa da melhoria da qualidade de vida das mulheres brasileiras.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Muito obrigada, Ministra Nilcéia Freire pelo seu depoimento, pela sua palavra. E já em seguida eu gostaria de passar a palavra aos Srs. e Sr^{as}. Senadoras, e as Sr^{as}. Deputadas, iniciando a palavra a Senadora Ideli que já estava inscrita, como autora, do Requerimento... Cavalheiramente cedeu a palavra então ao Senador Papaléo Paes, que com muito orgulho também preside a Subcomissão de Saúde dessa Comissão, e dessa Casa. Com a palavra V.Ex^a, Senador.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr^a. Presidente, eu quero agradecer a cortesia que a Senadora Ideli me proporcionou em ser o primeiro a falar.

Eu parabeno esta Comissão em nome da nossa Presidente, Senadora Patrícia Saboya, e quero dizer que hoje nós tivemos um verdadeiro espetáculo de es-

clarecimento aqui sobre a doença. Doença importante na área da saúde pública e que realmente é a grande preocupação de todos os senhores e senhoras profissionais aqui. Eu realmente digo que esta Audiência Pública aqui poderia até servir de matéria para que a TV Senado viesse a repetir essas matérias, inclusive antecipando através de uma propaganda o horário que essa matéria pudesse ser exibida. Porque é muito importante para todo o Brasil.

Parabenizar os representantes do Governo que fazem parte dessa árdua missão que é lidar com saúde pública pela forma clara e honesta com que se posicionaram a respeito do caso, e os técnicos que falaram especificamente sobre a vacina e sobre os casos de câncer, principalmente no caso de colo do útero. Vocês foram espetaculares, mesmo. Muito técnicos e deu para todos, acredito aqui, compreenderem a gravidade da doença, a necessidade da intervenção do Governo do Executivo em cima da questão preventiva da doença, e fundamentalmente aqui dizer que a Senadora Ideli foi muito feliz com seu Projeto. Seu Projeto é um Projeto necessário para que a saúde pública nacional venha a enriquecer ainda mais seus métodos preventivos. Sabemos da necessidade financeira, mas acredito que nós possamos vencer com sacrifício que sempre o País tem feito para alcançar essas finalidades, principalmente na área da saúde, e tenho certeza absoluta, Senadora, que além de aprovado esse Projeto que deverá ser aprovado aqui no Senado e na Câmara, isso aí vai marcar mais um Projeto que marca a sua passagem aqui pelo Senado, a importância da sua passagem aqui no Senado Federal principalmente se falando na área da saúde.

Parabéns a V.Ex^a, e parabéns à Comissão de Assuntos Sociais, Senadora Patrícia, e agradeço a todos os participantes aqui, os palestrantes que realmente vieram ensinar a todos nós e nos esclarecer principalmente. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Muito obrigada, Senador Papaléo Paes pela sua palavra. Eu passo então a palavra à autora do Requerimento e autora do Projeto, Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Em primeiro lugar queria agradecer a gentileza do Senador Papaléo, que é da área, é médico, não sei se é da...

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Cardiologista.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Cardiologista. Então nos ajuda muito a gente não ficar com o coração tão apreensivo [risos] com tanta dificuldade para vencer. Queria agradecer a presença de todos os nossos convidados, a Ministra Nilcéia, Dr^a. Gulnar que

já tinha tido oportunidade, e o Adson, inclusive com a gentileza de fazer o registro da aprovação da nossa lei do acompanhante, o Dr. Newton, que eu acho que não tinha tido ainda a oportunidade e a Dr^a. Bernadete que vem substituir a Dr^a. Luiza. E dizer, assim, eu não tenho nenhuma intenção, não é uma obsessão transformar isto em lei. Eu tenho inclusive o entendimento de que para ter uma... A inclusão no Programa Nacional de Imunização da População nós precisamos ter lei para tornar obrigatório. Mas foi o jeito que a gente encontrou apresentar o Projeto para trazer o assunto, para trazer o debate. Para poder ter, a gente ter uma Audiência Pública com tantos esclarecimentos, tantas informações importantes para gente poder ir instrumentalizando todos os agentes, todas as pessoas, todo o movimento que a sociedade desenvolve no sentido de aperfeiçoar as nossas condições de imunização e combate às doenças que como do caso do câncer do colo do útero, ela é tão grave e atinge de forma tão expressiva um número grande de mulheres.

Eu quero dizer assim, às vezes a gente faz, toma algumas iniciativas de forma singela, e é o óbvio e o singelo que acaba frutificando. Aquele do acompanhante do parto foi exatamente isso. Muita gente me perguntava: “Mas por que é que precisa ter uma lei para tornar obrigatório um direito das mulheres terem um acompanhante? Isso não é óbvio?” Não, não é óbvio. Tanto que nós estamos tendo resistência em muitas unidades, maternidades, a algo que já está mais do que comprovado cientificamente que beneficia tanto, melhora tanto as condições e reduz. Então às vezes o óbvio apesar de ser ululante ele é difícil de ser praticado. E eu quero dizer que a receptividade do Projeto tem me feito assim que aqui é o nosso cotidiano aqui é muito difícil. A Senadora Patrícia fez o registro que a gente tem que se virar em 20, tem que administrar... Eu já estou, já brinquei que não é mais a cada dia a sua agonia, já é a cada minuto o seu tumulto. E eu já estou quase entrando em cada segundo o seu fim de mundo. [risos] Porque é tanta coisa que acontece ao mesmo tempo que a gente tem que se virar. Mas é muito gratificante, eu queria depois passar às mãos da Senadora Patrícia. Isto aqui é o resultado de uma preliminar do abaixo assinado lá do meu Estado, a mulherada, o movimento das mulheres agricultoras, diversos movimentos ligados às mulheres eles estão fazendo a coleta e o importante, eles fazem a coleta e fazem o debate. Fazem a discussão. Alertam as mulheres. Sabe que acontece é por causa do vírus. Então se a gente tiver a vacina... Então propicia o Centro Feminista de Estudos e Assessoria, o CFEMEA colocou na página então também veio aqui, estou encaminhando. Olha que coisa mais bonitinha, isso veio lá do Pará,

um abaixo assinado que eles coletaram lá de apoio. Então a gente está recebendo o apoio do Brasil todo. E o mais importante, é que as pessoas estão instrumentalizando o Projeto para fazer o debate, para fazer a discussão. E acho que a proposta do Senador Papaléo é muito importante. Acho que a gente deveria levar mesmo, Senadora Patrícia, como um pedido de que a TV Senado cumprisse também esse papel de poder divulgar e fomentar e tal.

Bom, se precisar aprovar, eu acho que nós vamos dar encaminhamento aqui para aprovar. Agora, eu tenho a clareza de que aquilo que foi falado neste momento e o Adson foi muito gentil, como sempre, é neste momento, não tem uma posição contrária. É neste momento. Então vamos apressar o momento. Porque eu percebi que tem algumas alternativas inclusive de produção pela própria... Pelo próprio sistema público, talvez fosse o caso de a gente poder no segundo semestre nós vamos discutir Emendas das Comissões, de repente poderíamos ter como uma tarefa aportar alguma Emenda da Comissão de Assuntos Sociais para contribuir para acelerar os procedimentos aí de produção. Acho que há possibilidade de ter negociação com o laboratório. Já tivemos. Agora, eu tenho uma informação de que parece que vai ter um outro laboratório que vai também colocar no mercado. Então a própria competição de preço poderá reduzir e tem uma coisa que eu tenho dito sempre, em todas as entrevistas eu tenho dito isso. Nós precisamos... Toda vez que aparece um número como aquele, 1,8 bi, é isso? E vai custar o preço atual, porque a vacininha é cara para danar. Um faixa só de dez a doze anos. Porque o preço é... Se eu tiver enganada, mas está na faixa de mil e quinhentos a mil e oitocentos reais as três doses. Então é ardido. O preço é ardido mesmo. Mas, assim, se a gente não fizesse o levantamento, porque a vacina é para quatro tipos de HPV. Dois, que tenha forte incidência do câncer do colo do útero e dois que tem incidência nas outras doenças. E as outras doença elas têm um custo grande. E eu diria, é claro que o câncer é o tipo da doença que a gente tem que ter todo o empenho para evitar, fazer a eliminação, o risco e tal. Mas a gente sabe que as demais doenças que o HPV provoca, inclusive por serem doenças que causam grande desconforto, mexem na auto-estima das mulheres, acho que as pessoas podem imaginar o que significa você ter a genitália, o aparelho genital todo coberto por verrugas que incomodam, que doem, que causam problemas até na própria relação de afetividade do casal. E todo custo que o combate deste tipo de outras doenças que o HPV provoca, se a gente contabilizar, se a gente conseguir aumentar a competitividade, se a gente conseguir fazer uma boa negociação,

se a gente conseguir ter uma produção nacional, eu tenho certeza que aquele número não vai assustar. Ele vai estar adequado a uma necessidade. E quero dizer assim, eu sei também que a contaminação do HPV, e eu gostaria Ministra Nilcéia, que a utilização da camisinha fosse suficiente. Mas a gente sabe que não é. A contaminação pelo HPV é um pouco mais complexa do que meramente a utilização da camisinha. Então acho que ajuda, contribuiria muito, mas a gente efetivamente precisaria ter uma aceleração. Todas essas medidas, e eu quero aqui fazer o elogio das medidas adotadas no sentido de acelerar, de termos um acompanhamento do Papanicolau, do rastreamento. Acho que isso tudo é importante. Mas, eu quero que a gente possa também neste caso ser referência. Ontem acho que foi motivo de muito orgulho. Nós recebemos aqui uma comitiva de Parlamentares de vários Países da África que estão fazendo uma coleta mundial de processos e de políticas adotadas para a questão da Aids. E o primeiro País a ser visitado foi o Brasil exatamente porque nós somos referência internacional no combate à Aids. E eu acho que as mulheres brasileiras mereceriam talvez também ser referência no combate às inúmeras doenças que nos afetam e que no caso do câncer do colo do útero é uma das doenças e a infecção pelo HPV que nos trazem tanta preocupação e tanta dor.

Então eu só poderia aqui agradecer e deixar a minhas considerações a respeito da importância e do encaminhamento que nós vamos dar e deixar aqui registrado como eu disse ao Ministro Temporão. Não é uma questão de... Ninguém aqui está fazendo uma questão de cabo de guerra, de quem é que tem razão, quem não tem, se precisa ter lei ou não precisa ter lei. Nós queremos aproveitar a tramitação para fazer o máximo possível de debate, de divulgação, e o que nós pudermos com a tramitação do projeto contribuir para que a política já adotada pelo Ministério da Saúde, pela Secretaria de Políticas das Mulheres capitaneada pela nossa querida Ministra Nilcéia, o que a gente puder contribuir com o trabalho também que o Instituto Nacional do Câncer vem desenvolvendo, as universidades, os pesquisadores, o que a gente puder catalisar... O Projeto tem esse objetivo: É catalisar esforços para a gente poder atender de forma mais adequada esta contaminação que é grave, que não só provoca câncer de colo de útero, mas provoca inúmeras outras doenças que nós teríamos o compromisso de redução de incidência e de sofrimento. É só o meu profundo agradecimento e eu tenho certeza nós temos acompanhado o esforço da Senadora Patrícia, acho que ela preside a Comissão num bom momento, nós estamos com muita animação da licença, eu outro dia fui me referir à licença dos seis meses já transformei

em seis anos, já teve um monte de gente querendo ter filho para ampliar bastante. Mas acho que é bem bom a gente poder estar vivendo, mesmo com as controvérsias todas colocadas aqui no Senado, são sempre estes momentos que fazem com que a gente fique feliz de estar aqui, de poder contribuir. Não é só o nosso tumulto de cada minuto, mas acho que tem momentos bons também para gente poder contribuir com a melhoria das condições de vida das pessoas, principalmente de forma muito especial com as nossas queridas mulheres.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Parabéns, e obrigada mais uma vez à Senadora Ideli pela defesa que faz desse tema, por esse assunto, como já foi registrado não é a primeira vez, já fez um Projeto que eu tive o privilégio também de ser a Relatora que é a exatamente a busca e a tentativa de humanizar mais o parto. E tive muito o privilégio de poder ser a Relatora e como tenho agora de poder ser Relatora desse Projeto de tanta importância da Senadora Ideli Salvatti.

Eu passo a palavra em seguida ao Senador Augusto Botelho, em seguida a Deputada Cida para que a gente possa então encerrar a nossa audiência.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Bom, Sr^a. Presidente, inicialmente gostaria de desculpar por não ter acompanhado toda a audiência porque estava participando da reunião da Comissão de Ética. Eu sou médico também, sou lá de Roraima, interior, e faço parte da Sociedade Roraimense de Ginecologia e Obstetrícia, nosso Presidente da sociedade é o Dr. Newton, e também parabenizar a Senadora Ideli por ter trazido esse assunto aqui. É uma decisão que o Ministério da Saúde tem que tomar e a gente sabe que agora no momento não é possível aplicar. Mas agora no momento a gente pode tentar fazer uma coisa, é aumentar a verba do Ministério da Saúde para serviço de prevenção de câncer de colo de útero e ginecológico. Se a gente aumentar 200 milhões não vai ter isso. Mas 200 milhões por ano, em dez anos nós iríamos gastar o que se gastaria em um ano atingindo a vargem de Minas de 10 e 11 anos com a vacina do HPV. E só durante um ano. E nesses dez anos nós podemos fazer diagnóstico precoce de muitos cânceres que já estão andando aqui e que não estão sendo atendidos. Então realmente eu gostaria de convocar as Sr^{as}. Senadoras para a gente lutar para aumentar nesse sentido da prevenção. Tanto do câncer de mama, nós temos pouco acesso à mamografia no Brasil ainda, os pobres têm um acesso muito restrito à mamografia, lá em Roraima temos dois mamógrafos e o pessoal viaja de Manaus para fazer mamografia em Boa Vista, porque é

mais fácil e mais rápido marcar lá do que marcar em Manaus. Estou dando o exemplo da minha região que eu conheço bem.

Então são coisas que a gente poderia fazer... Tem a Senadora Kátia Abreu que briga pelos mamógrafos aqui e tudo, e assim vai. Também a Ministra Nilcéia essa incorporação de tecnologia realmente a propaganda é muito prejudicial. Fazem uma propaganda violenta, nós que estamos na ponta, os médicos, sofremos a pressão direta. Os que estão gerindo também outra pressão para adquirir novas tecnologias. Muitas de efeito ainda não comprovadas, como é o caso das medicações especiais que têm prendido vários secretários de saúde. São medicamentos que estão em fase de experiência e que a justiça determina que nós compreemos o medicamento. Eu acho que eu vou rever todas as falas dos senhores e das senhoras, já pedi até que me encaminhasse porque sei que é assim que a gente faz. O câncer, eu me formei em 72, quando eu me formei o câncer de colo de útero ainda era uma morte violenta. Causa violenta de morte. Eu freqüentei muito o Hospital do Câncer porque eu morava perto do hospital e toda coisa que tinha eu ia lá, sempre, lá no Rio quando eu estudava. E lá no meu Estado realmente nós tivemos uma cobertura boa, mas tem caído a cobertura de prevenção de câncer. Também sou membro do Comitê de Mortalidade Materna de Roraima desde a sua formação. Ainda participo de algumas reuniões. E realmente o comitê é não um comitê punitivo, é um comitê que visa esclarecer a causa das mortes para evitar que elas aconteçam. Infelizmente todo caso que eu acompanhei lá realmente o pré-natal da paciente que foi vítima chegou a morrer por causa de uma consequência da gravidez, elas não tinham ou tinha ido uma vez no pré-natal e a maioria não tinha nem aquela ficha de pré-natal que nós temos.

Então eu fico feliz com os senhores e as senhoras. A minha pergunta que eu queria fazer era em relação a ela que eu acho que aqui representa, que entende mais da vacina, do HPV, aqueles quatro tipos de vírus, nós temos outros tipos de vírus que são causadores de câncer também ligados ao câncer. Quer dizer, a gente ia gastar um dinheiro grande e não ia fazer a prevenção do câncer. Inclusive eu acho que o mais virulento não está ali, né? O que está mais ligado ao câncer do colo do útero, não sei qual é o subgrupo. O 16 e 18. Estão ali. Pois não.

SRA. BERNADETE NONENMACHER: Está. Pois é, eu acho que é muito importante a sua pergunta, eu até agradeço a oportunidade, que justamente o importante que o Brasil entenda e o mundo deve entender que a vacina e o rastreamento do câncer não são a mesma coisa. São coisas diferentes. Porque a vacina

ela justamente ela tem esses dois tipos do HPV que causam câncer, o 16 e o 18, que causam 70% dos casos de câncer do colo do útero. E outros tipos também causam câncer de colo do útero e vão continuar acontecendo e vão continuar causando câncer de colo de útero. Então o estado de saúde de uma mulher não vir a ter câncer de colo de útero, digamos assim, a pessoa deveria entrar num carro e chegar lá adiante no seu objetivo. Entrar no carro que é uma coisa que já está acontecendo, é o rastreamento. E esse carro pode melhorar cada vez mais no nosso País. Isso é muito importante. Nós temos que continuar encontrando os casos. A vacina vai ser um cinto de segurança. A gente coloca um bom cinto de segurança, se a gente se acidentar a gente vai estar mais protegido além de estar num bom carro, já um carro que possa também evitar um acidente. Então as duas coisas vão se somar. Possivelmente vacinar meninas jovens que ainda não tem vida social e o rastreamento contra os casos de câncer vão continuar acontecendo em mulheres de 25, 30, 35 anos que é quando os casos de doença acometem essas mulheres. Enquanto a vacina não existir cobrindo todos os casos de HPV que causam o câncer o rastreamento nunca poderá ser abandonado. Pelo contrário, epidemiologistas famosos no mundo até dizem que se baixar um pouco a mortalidade de câncer, os governos vão ter que ficar mais atentos para encontrar os casos de câncer de colo de útero. Porque como a Ministra Nilcéia falou, os exames 60% deles não mostram resultado. Os exames Papanicolaou infelizmente os dados que nós temos de estudos feitos no mundo inteiro, 50% do exame Papanicolaou chega a ter resultado falso e negativo. Ele é um exame como qualquer outro que tem resultado falso e negativo. Ele é muito bom quando ele é repetitivo, como o Brasil faz acaba-se encontrando... Agora, nem sempre a mulher que tem que repetir vem. Aí começa a haver o problema da falha do rastreamento. Então ter um bom carro para evitar a doença é bom, que é o nosso rastreamento deve ser melhorado. Mas a vacina é um cinto de segurança, é uma prevenção primária. É a gente não fumar para não ter câncer de pulmão, é a gente quem sabe evitar se contaminar pelo HPV para não vir a ter casos de câncer de colo de útero que é que os HPVs da vacina podem causar. E as coisas vão ter que andar casadas. E eu concordo com a Ministra, se o Brasil puder produzir a vacina, melhor para o Brasil. Mas quem sabe até lá até, até que se consiga produzir, se a gente puder negociar preço e baixar e o Brasil exigir e o Brasil ia até ser um exemplo para o mundo de conseguir preços melhores eu acho que as mulheres vão se beneficiar. Muito obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Só organizar aqui o debate. Depois que o Senador terminar sua fala, passo à Deputada Cida e em seguida uma última rodada para que os senhores palestrantes possam se pronunciar. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Volto a falar que a Ministra falou. A simples camisinha é um elemento que nós temos disponível que devemos usar mais. O Ministério vai disponibilizar mais. Para evitar. Tanto o HPV quanto o HIV. A Aids e o câncer de colo de útero. E a prevenção, o rastreamento que a Dr^a. Bernadete está falando é a prevenção do câncer. As pessoas que ouvem a gente tem que botar bem claro. A prevenção de câncer tem que ser feita. Todo mundo tem que fazer prevenção. Outra coisa que o Ministério da Saúde está fazendo é treinando os agentes de saúde, a Dr^a. Gulnar mostrou que só 42% são treinados para ginecologia e obstetrícia. Nós temos que trabalhar para aumentar esse treinamento. Lá em Roraima a gente conseguiu ter maior cobertura quando os atendentes de enfermagem, os auxiliares de enfermagem dos postos do interior aprenderam a colher. Mas agora está havendo uma... Quando veio a saúde da família, os postos foram desativados e reduziram a colheita e nós estamos tendo uma cobertura menor no meu Estado, que nós temos lutado para aumentar.

Mas eu gostaria de dizer que fico muito feliz de ouvir os senhores aqui, tenho certeza que todos aproveitarão, e Senadora vou dar só uma notícia para a senhora ficar alegre. Quando me formei em 72 uma dose de vacina para Hepatite B devia custar uns 200 ou 300 dólares naquele tempo. Hoje a hepatite B lá na nossa maternidade toda criança que nasce toma e o Brasil está incluído no PNI. Vacina de Hepatite B. São 33 anos, mas nós estamos fazendo isso já uns cinco ou seis anos a hepatite B. Mas eu acho que a colo do útero, porque a engenharia genética evoluiu mais... É a engenharia genética que produziu essa vacina, nós vamos ter essa vacina com preços acessível para os problemas de saúde nós próximos oito ou dez anos. Tenha certeza disso. E vamos trabalhar para encurtar e vamos trabalhar para aumentar as verbas para a prevenção do câncer do colo do útero e da mama que ainda mata muita gente aqui no nosso Brasil. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada também, Senador Augusto Botelho, a palavra então à Deputada Cida Diogo.

DEPUTADA CIDA DIOGO (PT-RJ): Boa tarde a toda a Mesa. Boa tarde aos Senadores e Senadoras presentes, e a toda a equipe que está aqui que eu sei

que tem representantes de algumas Organizações Não Governamentais, representantes de setores técnicos acompanhando um debate tão importante como esse.

Acho que como a própria Senadora Ideli colocou, acho que a maior importância da apresentação desse Projeto é está provocando esse debate no Senado, e a gente fica muito feliz porque na Comissão de Seguridade Social da Câmara Federal eu consegui aprovar a constituição de uma Subcomissão Especial de Saúde da Mulher. E essa Subcomissão já definiu todo um cronograma de debate sobre questões temáticas ligadas à saúde da mulher, e a primeira Audiência Pública que essa Subcomissão vai promover é exatamente sobre o câncer de mama e de colo de útero. E Gulnar, você já está convocada para essa Audiência Pública, representando o INCA. [risos]

Eu acho que é um tema que para gente que acompanha na área de saúde há muitos anos os dados de mortalidade por câncer de mama e câncer de colo de útero de mulheres que poderiam ter suas vidas salvas, se tivesse havido uma maior prevenção, e aí eu acho que a prevenção na lógica de proposta do grupo de trabalho que é de fato de garantir um maior rastreamento, que é da gente treinar melhor os profissionais lá na ponta, e eu sei que aqui também tem o representante do Ministério da Saúde que trabalha com atenção básica, infelizmente os nossos prisionais que estão na ponta ele mesmo os nossos médicos do Saúde da Família, os nossos ginecologistas que deveriam até ter um pouco mais de comprometimento, vamos dizer assim, com a prevenção, eles acabam não incorporando isso na sua vida, no seu trabalho cotidiano. E isso é uma discussão muito séria que a gente tem que desenvolver junto aos profissionais de saúde que é um maior treinamento desses profissionais, mas principalmente o maior comprometimento, ganhá-los para uma proposta de, de fato se engajarem num projeto que seja de saúde pública de prevenção.

Eu fiquei muito feliz porque quando Gulnar passa o conjunto de propostas que foram apresentadas pelo GT e essa semana quanto na divulgação do trabalho de Subcomissão de Saúde da Mulher da Comissão de seguridade, eu recebi de uma Secretária de Saúde um trabalho que está sendo desenvolvido pela Secretária Municipal de Saúde quando ela detectou exatamente essa dificuldade dos profissionais da ponta se engajarem no Projeto. A secretária começou a desenvolver a ida do laboratório, vamos dizer, do ambulatório na comunidade. Buscar fazer com que a secretária chegue na comunidade, faça um trabalho de educação, de informação das mulheres para as próprias mulheres começarem a cobrar do setor público, e levar aqueles

profissionais para aquelas mulheres entenderem que elas têm que começar a fazer o Papanicolau, a cobrar que aquilo tem que ser periódico não pode ser uma vez na vida e outra na sua morte, vamos dizer assim.

Então eu acho que a gente precisa avançar muito em políticas mais consistentes e de continuidade na questão da prevenção. Acho que a vacina ela hoje se a gente avaliar em relação à como o sistema ainda funciona, precário, na ponta, por mais dados que a gente veja ali que são dados importantes de avanço da gente ter hoje uma cobertura da Saúde da Família maior, mas mesmo essa cobertura nós sabemos que ela ainda é precária. Nós podemos ter até no quantitativo a gente tem aumentado o número de equipes de saúde da família na ponta, mas a qualidade muitas vezes não corresponde a esse quantitativo. Então a gente precisa avançar muito ainda na garantia da atenção básica, do acesso das nossas mulheres à informação para elas próprias começarem a cobrar a partir da informação elas ficam mais atentas e com isso cobram mais do próprio setor público. Então existe aí ainda a necessidade de maior engajamento do próprio setor público na conscientização das nossas mulheres na busca ativa dessas mulheres que estão lá hoje soltas sem nenhum grau de informação. A vacina é importante, agora, eu acho que precisamos dar os passos certos nos momentos certos e nesse momento eu acho que investir mais na qualificação dos nossos profissionais da ponta, investir mais na oferta desses serviços para nossas mulheres, para mim é o que o Ministério tem que avançar, é que a nossa área de saúde pública tem que avançar. A vacina eu acho que a gente tem que continuar tencionando na perspectiva de reduzir custo, tencionando na perspectiva de fazer com que nossos órgãos públicos tipo FIOCRUZ de fato se debruce sobre isso e queira avançar na perspectiva de se tornar autônoma e produzir esse tipo de vacina. Agora, acho que essa discussão ela tem muito a ver com a qualidade da assistência na ponta, com a qualificação dessa assistência porque as nossas mulheres elas precisam estar sendo sensibilizadas, inclusive, para exigir que esse serviço seja ofertado a elas.

Então, eu fiz questão de vir acompanhar porque eu sei, é um tema que eu tenho uma atenção muito especial, e aproveitar e convidar, no caso da Gulnar convocá-la para essa Audiência Pública que nós vamos realizar, a primeira Audiência Pública da nossa Subcomissão de Saúde da Mulher da Câmara Federal.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Muito obrigada à Deputada Cida Diogo também pela sua palavra, e me fizeram uma pergunta se nós abriríamos o debate para outros participantes. Infelizmente hoje não, porque pelo adian-

tado da hora, já são uma e quinze, agora nós teremos outras Audiências Públicas ainda, não é isso Senadora Ideli, para discutir esse assunto...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Aliás, Senadora Patrícia, pelos dados que foram trazidos importantíssimos inclusive da diferença regional da incidência, talvez nós pudéssemos pensar num calendário para o segundo semestre de articulação entre a Comissão de Assuntos Sociais do Senado e as Comissões de Saúde das Assembléias Legislativas de repente para a gente promover atividades como estas nos Estados.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Com certeza.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Essa idéia que você está colocando das Assembléias Legislativas, nós na instalação, no ato de instalação da Subcomissão de Saúde da Mulher nós tivemos duas Assembléias Legislativas representadas do Mato Grosso do Sul e do Amazonas, e a idéia que a gente está trabalhando é de articulação com as comissões de saúde das assembléias porque eu acho que é por aí que a gente vai começar a espalhar essa discussão, a meio que disseminar essa discussão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Com a palavra para a sua despedida a Ministra Nilcéia Freire, ela assim que terminar a sua palavra ela vai ter que se deslocar para outro compromisso, e eu já quero agradecer a sua presença. A Ministra Nilcéia toda vida que ela é convidada por essas Comissões ela está sempre presente, apoiando essa luta das mulheres, aqui no Senado principalmente, com a sua palavra e a sua firmeza de ações. Portanto eu agradeço em nome dessa Comissão a V.Sª por mais uma vez ter atendido ao nosso convite com tanta delicadeza e ter vindo até aqui.

SRA. MINISTRA NILCÉIA FREIRE: Obrigada, Senadora Patrícia. Nós temos, aliás, por generosidade sempre colaboração dessa Casa uma videoconferência na Interlegis daqui a pouco e essa videoconferência é para discutirmos com as companheiras e mulheres de todos os Estados a preparação da nossa segunda Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

Eu só queria falar uma coisa que acho que precisa deixar claro aqui. Quer dizer, a questão do custo. Quando a gente fala de custo/benefício a gente não está falando de custo financeiro. Quer dizer, quando a gente fala que é preciso avaliar melhor o custo/benefício da incorporação de uma dada tecnologia, de uma dada vacina, significa avaliar efetivamente que benefício vai ser produzido, que impacto vai ter... Se fosse a questão do custo financeiro, que fosse o empecilho, eu evidentemente levaria em consideração, mas eu ia

brigar para que a gente pudesse eliminar esse obstáculo. A minha questão quando eu falo da cautela na incorporação, não se prende ao custo financeiro. Eu tenho uma questão que é básica, e que é importante deixar claro aqui. Quando nós falamos de medidas amplas, que precisam ser tomadas para evitar que mulheres morram de câncer de colo de útero, essas medidas atingem também outras doenças. Portanto, o benefício de se investir, por exemplo, num amplo programa de prevenção e aumentar o acesso, porque se nós observarmos a alta prevalência e incidência de mortes por câncer de colo uterino nos Estados da região norte, nós vamos verificar se fizemos uma colagem da oferta de serviço nós vamos verificar que é também onde tem menor oferta de serviço. Portanto, investimento na atenção básica, na qualificação dos profissionais, equipes de saúde da família, na fixação dos profissionais nos Estados do norte, o Senador está aqui a gente tem uma realidade absolutamente perversa e dramática, vou falar de uma realidade que eu conheço um pouco melhor.

O Estado do Acre fazia, por exemplo, uma oferta de remuneração para fixar médicos nos Programas de Saúde da Família e não conseguia ter médicos em quantidade suficiente mesmo com o salário que no Rio de Janeiro nós não temos os nossos meninos recém-formados, tem que dar dez plantões por semana para conseguir aquele salário. Mas não ficam as pessoas. Não se fixam. No Acre, em Rondônia, em Roraima. Por isso descentralizar a formação é importante. Não adianta mandar um menino para se formar no Rio de Janeiro, e a menina, porque depois ele não volta. O curso de medicina é longo, acontece muitas coisas durante esses seis anos, as pessoas se casam, se enamoram, se apaixonam. Enfim, vão ficando por São Paulo, pelo Rio, não é só porque não querem voltar para sua terra, não. É porque a vida é muito dinâmica.

Então, quando a gente fala do custo/benefício é para avaliar, quer dizer, determinadas medidas elas atingem determinadas doenças ou agravos à saúde e atingem outras também. Quando o Ministério da Saúde coloca não incorporar no momento, não é porque o Ministério da Saúde não tem dinheiro para incorporar no momento. É porque é preciso avaliar melhor a incorporação. E, portanto, os recursos, sempre que for possível aumentar os recursos para a saúde, a população brasileira agradece porque eu sempre digo que saúde quanto mais, mais. Cada unidade nova de saúde que a gente abre quando a gente acha que vai desafogar o sistema, em pouquíssimo tempo aquela unidade está saturada porque a demanda por saúde e o passivo acumulado de falta de acesso à saúde nesse País é enorme. O Sistema Único de Saúde é a política mais

revolucionária que nós já tivemos nesse País do ponto de vista de universalização e equidade de acesso a um bem que é para ser público de todos e de todas que é a saúde. Mas temos muita coisa ainda para vencer e no tocante ao câncer e aos cânceres que afetam as mulheres hoje temos que trabalhar muitíssimo.

Eu só queria dar um depoimento aqui, convoquem sempre a Dr^a. Gulnar porque além de muito didática ela é absolutamente convincente. Eu debito a minha vitória contra o cigarro, estou a um ano e meio sem fumar a algumas atividades em conjunto com a Gulnar quando a Secretaria se envolveu em todo o processo de imobilização social para ajudar na campanha contra o câncer de colo uterino e câncer de mama, cada vez que eu apresentava as estatísticas crescentes, Patrícia, de câncer de pulmão, de morte por câncer pulmonar em mulheres e apresentava o perfil das mulheres que morrem de câncer de pulmão, eu falava, “sou eu”. Aquela ali sou eu exatamente. Mesma faixa etária, estressada... Aí eu parei de fumar. Um ano e meio. Não doeu. Quer dizer, doeu um pouquinho. [risos] [palmas] Vou me despedir, obrigada e dizer que essa Casa e a Câmara Federal contém sempre, não só com a nossa colaboração, mas também com a nossa demanda por apoio e que sempre temos podido contar. Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Agradeço mais uma vez a participação da Ministra Nilcéia Freire, e antes de concluirmos, terminarmos a nossa Audiência Pública, eu passaria a palavra rapidamente aos nossos convidados para que pudessem dar as respostas e trazer mais algumas informações.

Passo, então, imediatamente já a palavra ao Dr. Newton e em seguida a Dr^a. Gulnar, que eu vou ter que me sentar do lado dela para ela conversar comigo também sobre o cigarro.

SR. NEWTON SÉRGIO DE CARVALHO: Em relação ao que o Senador Augusto havia questionado, na realidade a vacina é uma realidade inegável. E os trabalhos mostram isso. Na realidade não é a vacina, são as vacinas. Porque existem mais do que uma vacina. E essas vacinas elas apresentam características diferentes, maneiras de elaboração diferentes, perfis de atuação diferentes, então na realidade, sem sombra de dúvidas, que a Senadora Ideli está de parabéns porque ela levantou o assunto e agora o assunto vai ser incorporado e vai se encorpar cada vez mais. Agora, nós tivemos a oportunidade de estar lendo o Projeto e a gente vê que o Projeto ele está focado numa determinada vacina. E eu acho que a gente teria que ter até o Grupo de Trabalho, uma Câmara Técnica que

realmente mostrasse e até a própria Senadora comentou que com a saída de uma segunda, de uma terceira, de uma quarta sem dúvida a gente tem que ver as qualidades e o custo. E com isso há uma tendência de diminuir o custo. Na minha ótica o Projeto tinha que talvez sofrer algumas alterações, alguns detalhes para que eles focassem na vacina de forma genérica e obviamente escolher e definir qual é que vai ser a melhor vacina, obviamente vai ser uma área técnica que vai fazer esse tipo de estudo.

Finalizando, eu queria dar o meu depoimento que foi a primeira vez que eu tive a oportunidade de participar de um fórum como esse, e confesso que eu estava um pouco nervoso uma vez que eu estou expondo as pessoas de tão gabarito dentro do meu País, e que na realidade eu acabei ficando bastante tranqüilo e fiquei bastante tranqüilo e muito satisfeito como as questões foram encaminhadas e realmente o Senado e essa Casa está de parabéns. É isso aí. Obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, Dr. Newton. Com a palavra a Dr^a. Gulnar.

SRA. GULNAR AZEVEDO E SILVA MENDONÇA: Eu queria dizer à Senadora Patrícia que a gente no INCA está inaugurando toda uma estratégia de mídia para mostrar o prazer de parar de fumar. E para as mulheres isso assim é essencial e fundamental. Porque aí se descobre muita coisa. Não pelo lado negativo, mas pelo lado positivo. Não o que está se perdendo, mas o que está ganhando. Porque a gente ganha com isso.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Os beijos ficam melhores, Patrícia.

[risos]

SRA. GULNAR AZEVEDO E SILVA MENDONÇA: É. Então é fundamental vocês nos ajudarem nisso e acho que as mulheres têm que conhecer isso melhor. Mas o que eu queria dizer que para mim também a oportunidade foi excelente. Na realidade se colocou para discussão um assunto que é meio relegado a segundo plano em termos de saúde pública e mesmo em termos de ginecologia. Os congressos dão muita ênfase ao câncer de mama, os médicos falam... Claro que é um problema importantíssimo. Vocês viram, a primeira causa de morte, de incidência, tudo. Câncer de mama realmente é muito grave. Mas a situação do câncer de colo de útero talvez seja uma das situações de maior injustiça para as mulheres brasileiras. Porque é evitável. Não se pode conceber morrer de câncer de colo de útero no século 21. E aí o que eu diria é o seguinte. Um dos argumentos que se tem e aí comparações com outros Países é que em Países

em desenvolvimento, Países pobres, não deu muito certo a estratégia do preventivo. Só que a gente não pode se considerar como nesse patamar. Nós temos o SUS, como a Ministra Nilcéia falou, nós temos o SUS. Nenhum País pobre da América Latina ou equiparado a nós aqui no Brasil tem essa situação de poder organizar, estruturar com as três esferas federal, estadual e municipal e vocês viram que já tem efeito. Tem cidade do Brasil, no interior de São Paulo, por exemplo, que há três anos ninguém mais morre de câncer de colo do útero. Três anos, eu acho. Isso é um ganho. Isso é sucesso, uma vitória. E foi o quê? Foi o serviço público. Foram as unidades básicas estruturadas com melhor qualidade. Então nós não esgotamos essas possibilidades que nós temos. Nós temos o SUS, nós temos uma rede, nós temos uma atenção básica que é com ela que nós vamos ter a entrada das mulheres. É fundamental esse movimento, por exemplo, às trabalhadoras rurais pedirem a vacina, a gente tem que acrescentar. Então façam o preventivo. Primeira coisa. Façam o preventivo ginecológico. Essas é que estão fora. São as trabalhadoras rurais, são as mulheres do Amazonas, das áreas de difícil acesso que estão fora e algumas por facilidade de acesso estão repetindo o preventivo desnecessariamente. E o SUS está pagando. O que nós queremos é organizar isso. Organizar para que todo mundo tenha acesso. E não sei se alguém já viu, alguns dos colegas aqui já viram, a morte por câncer de colo do útero talvez seja a das piores para as mulheres em relação ao câncer. Porque... Em pouco tempo é uma evolução horrível e são mulheres abaixo de 50 anos que estão morrendo. Então acho que todo esforço tem que ser nesse sentido. Temos instrumento, temos ferramenta, temos remédio para isso. E o nosso remédio é de prevenção ainda. O câncer de mama não é de prevenção. O esforço todo que a gente vem trabalhando, colocar como prioridade é detecção precoce para evitar a morte. A gente entende que se todo o esforço se a gente conseguir de fato fazer o rastreamento, como está sendo preconizado dentro das diretrizes, a gente vai evitar 30% da mortalidade em cinco anos. Na questão do colo do útero, o efeito é muito mais rápido. Se começarmos a estruturar o preventivo todas as mulheres, essas 30%, são mais ou menos 30% do Brasil que estão fora, e são essas que estão morrendo por isso que eu falei é de grande injustiça. Morre de câncer de colo de útero aquela que de fato é muito, muito marginal. Excluída, totalmente excluída.

Então o que eu digo é o seguinte, para isso nós temos instrumento inclusive de prevenção. Não só a vacina. A vacina é para prevenção também. Mas o Papanicolau ele rastreia lesões precursoras. E elas tra-

tadas não vão evoluir. Então o que eu diria que esse momento é um momento muito importante para que a gente dê visibilidade a isso. O Ministério já se comprometeu com aquelas medidas lá que a gente está estruturando, mas se comprometeu também informar os médico. É fundamental. Não adianta fazer a vacina para meninas com 25, 19, 20 anos. Não adianta. A vacina só tem efeito para antes da iniciação sexual. Então o estudo recente do *New* [inaudível] mostrou que a efetividade, a grande eficácia da vacina quando se trabalha só com mulheres não infectadas que é quase 97%, é uma vacina bastante eficaz, cai para 17% quando se coloca nos grupos de comparação mulheres infectadas. O que vai acontecer na nossa população. A gente vai vacinar e vai ter o retorno pequeno porque grande parte de meninas até com faixas etárias que a gente pensaria que não, já estão iniciadas sexualmente. Podem já estar infectadas. Não vai ter retorno. O custo tem que considerar também isso. Não só o preço, mas o retorno disso se a gente pensar que não vai dar para fazer a detecção do vírus antes da vacina, aí nem se faz em outros Países. Então o eu queria dizer o seguinte, os Países conseguiram êxito e grande queda da mortalidade conseguiram com preventivo Papanicolau. Nesta forma. E tiveram reduções até de 80% em cinco anos do carcinoma invasivo e da mortalidade. Eu acho que nós podemos ter isso como meta. Nós podemos caminhar nesse sentido. Precisa de grande mobilização, precisa de muita informação e, sobretudo, de uma estruturação do nosso Sistema Único de Saúde que nós estamos tentando levar a cabo com grande esforço e integração de todas as áreas. Então é isso. Obrigada.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Muito obrigada, Dr^a. Gulnar. Dr^a. Bernadete.

SRA. BERNADETE NONENMACHER: Eu acho que eu só gostaria de dizer novamente que a vacina ela deve ser vista, se comparar com câncer de pulmão eu acho que nenhum de nós aqui presente gostaríamos de ser detectados com um nódulo no pulmão e a gente fazer uma cirurgia e retirar esse nódulo mesmo que a gente viesse a ser curado. Eu acredito que a mulher brasileira se ela puder no futuro não vir a ser detectada com uma lesão e ter que tirar seu útero fora vai ser muito melhor para ela receber a vacina e não vir a ter o câncer de colo de útero. Acho que são níveis diferentes de a gente oferecer qualidade de saúde para as mulheres. A prevenção ela é importante. O rastreamento é muito importante. Mas a vacinação em qualquer caso de qualquer doença é a prevenção ideal. É o que a gente gostaria de oferecer para todo

mundo que os programas de vacinação realmente são efetivos e eficazes no mundo inteiro. Eu acho que isso é um sonho que nós temos que começar a sonhar juntos. Nós temos que ter coragem de sonhar que as mulheres do Brasil possam receber a vacina contra câncer de colo de útero.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Dr. Adson.

SR. ADSON ROBERTO FRANÇA: Reafirmar o agradecimento em nome do Ministro, dizer da satisfação do debate, reafirmar que a provocação da Senadora Ideli e como Relatora a Senadora Patrícia Saboya fez com que o gestor da saúde pública brasileira, os gestores fossem ao aprofundamento dessa temática, então isso é extremamente salutar, é assim que se constrói a saúde pública, é assim se constrói e reafirma a democracia. Essa dobradinha já deu certo num Projeto, [risos]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Vai dar nesse também.

SR. ADSON ROBERTO FRANÇA: Então, vocês estão tentando. E acho que é um bom caminho em termos do debate e dizer que a colocado da Ministra Nilcéia foi extremamente oportuna, esse aspecto que nós não tínhamos ressaltado de que a questão do custo/benefício ela é muito mais ampla a visão. Não se trata aí. Eu precisava reafirmar aqui como representação do Ministério da Saúde e do Ministro que não se trata apenas da questão financeira. Para que não gere nenhum mal-entendido ou uma visão pequena da discussão mais ampla. Até porque o Ministério da Saúde está na seguinte lógica na gestão do Ministro Temporão, não que as outras não fossem, mas ele está reafirmando. Nós precisamos aprofundar todas as questões buscando a melhor evidência científica. Protocolos clínicos, normas técnicas, manuais do Ministério da Saúde têm que ser colocado à disposição dos profissionais, da sociedade brasileira com a melhor evidência científica. Discutimos recentemente a redução de mortalidade materna por hipertensão arterial, enquanto continuarmos usando alfametildopa em de eclampsia, nós não vamos salvar as mulheres e nós temos evidências científicas que o sulfato de magnésio é a droga de escolha para a pré-eclampsia e a eclampsia e nós ainda não temos o sulfato de magnésio sendo usado rotineiramente em todo País. Então a melhor evidência científica sempre vai ser o nosso norte acompanhado das outras reflexões da economia da saúde.

Cumprimentar a Deputada Cida Diogo por essa reflexão da estratégia de envolver o profissional. Se o profissional não tiver conquistado para esse processo a

gente não dá o salto de qualidade. E esse é o desafio. Como também fazer referência à Senadora Patrícia e a Ministra Nilcéia quando falam da questão que nós temos da necessidade de estratégias de fixação do profissional no interior. Esse é um grande desafio para as entidades médicas, para o Congresso Nacional para o Ministério da Saúde. Não é simples. Isso já tem muito tempo a necessidade de estratégias. E cumprimentar as ONGs, todo mundo presente, as representações da sociedade civil e os colegas do Ministério da Saúde que poderiam estar aqui nesse lugar aonde eu estou, mas sintam-se representados porque fazemos parte de uma equipe e a linha é transformar esse Ministério num Ministério único da saúde e também na relação com os outros ministérios do Brasil para avançar esse Sistema Único. Obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Bem, obrigada a todos. Eu quero encerrar essa audiência agradecendo a participação de todos os convidados, de todos aqueles técnicos dos Ministérios que vieram até aqui participar dessa audiência, quero concluir as minhas palavras dizendo que acho que o Projeto da Senadora Ideli, mesmo com tudo que nós podemos ouvir e aprender aqui, ele com certeza é um Projeto que levanta um debate, traz para agenda do País esse debate. Eu me lembro Senadora Ideli, quando nós iniciamos o trabalho com a CPMI da Exploração Sexual, que eu dizia sobre, eu não tenho de forma alguma a ingenuidade de imaginar que uma CPMI por si só irá resolver ou acabar com o problema da exploração sexual de crianças e adolescentes no nosso País. Mas considero que o maior êxito ou mérito da CPMI tenha sido justamente trazer para a agenda do nosso País esse tema.

Portanto, a Senadora Ideli com essa iniciativa, ela traz para o tema esse problema que é um problema da sociedade brasileira que devemos enfrentar. É evidente que existem várias formas de se enfrentar esse problema e a vacina é mais uma contribuição nessa direção, mas temos que, antes de qualquer coisa, acho que estimular esse debate para que outras ações que podem ser feitas ao mesmo tempo, ou antes, de que possamos aprovar Projeto como a vacina, eles possam realmente acontecer. Fazer com que os métodos de prevenção, por exemplo, de métodos contraceptivos, por exemplo, como a camisinha, e eu tenho tratado muito dessa questão porque é uma área em que eu atuo, na área da criança e do adolescente, de que nosso País precisa ver o ato da camisinha, de usar a camisinha como talvez uma campanha que vire uma moda no Brasil e incutir isso na cabeça dos nossos jovens, das nossas jovens a importância de que a camisinha real-

mente possa ser utilizada e que as pessoas possam ter esse tipo de informação. Então campanhas são muito importantes nesse sentido.

Então agradeço a participação de todos os senhores, de todas as senhoras. Como Relatora do Projeto já trago aqui comigo muitos subsídios e nós vamos fazer outras audiências onde outros poderão também ter a oportunidade de participar.

Muito obrigada a todos e está encerrada a presente Sessão.

[palmas]

Sessão encerrada às 13h38.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO (extraordinária) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 13 DE JUNHO DE 2007, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia treze de junho de dois mil e sete, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora **PATRÍCIA SABOYA** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senhores (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, INÁCIO ARRUDA, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, VALDIR RAUPP, JAYME CAMPOS, KÁTIA ABREU, EDUARDO AZEREDO, LÚCIA VÂNIA, PAPALÉO PAES, JOÃO DURVAL, JOSÉ NERY, EXPEDITO JÚNIOR, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, ROMEU TUMA E CRISTOVAM BUARQUE**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão, justificando ausência o Senador Garibaldi Alves Filho. Comparece também o Deputado Paulo Henrique Lustosa. A Senadora Patrícia Saboya declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atende ao Requerimento nº 28, de 2007 - CAS, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, com vistas a “avaliar o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente. A Presidente informa que os convidados farão suas exposições, dispondo, cada um, de 8 minutos. Fizeram uso da palavra os seguintes participantes. **Dr. Clóvis Veloso** - Técnico da Comissão Nacional de Relações do Trabalho e Previdência Social, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; **Dr. Leonardo Soares de Oliveira** - Diretor do Departamento de Fiscalização do Trabalho - Ministério do Trabalho e Emprego; **Dra. Isa Maria de Oliveira** - Secretária Executiva do Fórum Nacional de Preven-

ção e Erradicação do Trabalho Infantil; **Dra. Márcia Helena C. Lopes** - Secretária Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; **Dra. Alessandra da Costa Lunas** – Secretária de Políticas Sociais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; **Professora Léa Viveiros de Castro** - Diretora de Educação Profissional do Departamento Nacional do SENAC, Confederação Nacional do Comércio – CNC; **Juiz Cláudio Montesso** - Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA e **Dra. Eliane Araque dos Santos** - Procuradora Regional do Trabalho. Findas as exposições, a Senadora Patrícia Saboya franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Fizeram uso da Palavra os Senhores Senadores Lúcia Vânia, Cristovam Buarque e o Deputado Paulo Henrique Lustosa. A menor Rayane Karolina de Sousa Menezes entrega uma carta e o documento “TRABALHAR É COISA PARA ADULTO, CRIANÇA QUER SER CRIANÇA!” à Presidente. A Presidência registra presença dos Senhores (as): Elizabeth Maroja – Delegada Regional do Trabalho no Distrito Federal; Marcelo Pereira da Silva – Presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho – DF; Antônio Caixeta – Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Nilza Maria – Diretora do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho; Rosilea Roldi Wille – Coordenadora de Educação em Direitos Humanos - SECAD/MEC; Leandro Fialho – Coordenador de Ações Educacionais Complementares – SECAD/MEC; Ana Lúgia Gomes – Secretária Nacional de Assistência Social – MDS; Neide Castanha – Secretária Geral do CECRIA; Vicente Falqueto – Diretor do Marista; João Barbosa de Arruda – 1º Secretário do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil; Lílian Moreira – Assessora Técnica – MDS; Laís Wendel Abramo – Diretora do Escritório da OIT no Brasil; Sabrina Silva Nascimento – Assessora Parlamentar da Procuradoria Feral do Trabalho; Roseli de Jesus – Assessora Parlamentar do Ministério Público do Trabalho; Verônica Lopes – Secretária de Saúde do Distrito Federal e Dione Monteiro - Secretária de Saúde do Distrito Federal. Estiveram presentes também os menores: Alessandra da Silva Santos, Aline F. Tavares, Bárbara dos Santos Souza, Beatriz Lima Fernandes, Cinthya Maria Rodrigues da Silva, Eduardo Fernandes Lima, Géssica Marques Saraiva, Hélida Rocha, Ingrid Lorrane de Jesus Silva, Jair Alves Ribeiro, Jenifer dos S. Nascimento, José Antônio Barboza, Josemar Justino Junior, Juliane S. Pimentel, Kaio Renan Dias dos Santos, Leonice do Nascimento Brito, Lucas Farias Pacheco, Michele Farias Pacheco, Mônica Alves de Moura, Rafael Bessa Lobato da Silva, Rafael Reick Costa Fontes, Rayane Karolina de Sousa

Menezes, Rayanne Xavier de Araújo, Sávio Gabriel Pereira Barros, Tacianny Xavier de Araújo e Wanderson S. dos Santos, representando o Distrito Federal e os 26 estados da Federação. Às doze horas e trinta e oito minutos o Senador Cícero Lucena assume a Presidência. Às doze horas e cinquenta e um minutos a Senadora Patrícia Saboya reassume a Presidência. Às treze horas e vinte minutos a Senadora Lúcia Vânia assume a Presidência e às treze horas e vinte e oito minutos passa ao Senador Cristovam Buarque. Às treze horas e quarenta e um minutos a Senadora Patrícia Saboya reassume os trabalhos. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às quatorze horas e treze minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Patrícia Saboya, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **Patrícia Saboya**, Presidente.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 13 DE JUNHO DE 2007, ÀS 11 HORAS E 17 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Bom dia, bom dia a todos e a todas. Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião Extraordinária de Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. Os Srs. e Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Essa reunião destina-se a audiência pública atendendo ao requerimento nº 28/2007, da CAS, com a finalidade de avaliar o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente. Devemos fazer duas mesas para as exposições dos convidados, e cada convidado terá em torno de sete ou oito minutos para fazer a sua exposição porque nós temos muitos convidados e eu quero pedir mais uma vez desculpa, Senador Cristovam Buarque, Senador Jaime, porque pedi aos nossos convidados que cedessem o lugar para as crianças porque hoje é um assunto que nós vamos tratar e estão todos muito mal acomodados ali, mas eu peço perdão, porque a nossa sala é pequena, mas vamos iniciar os trabalhos e a Secretaria já está providenciando algumas cadeiras nas laterais para que todos possam se acomodar.

Portanto, eu vou convidar para compor a primeira mesa o Dr. Clóvis Veloso, que é técnico da Comissão Nacional de Relações do Trabalho e Previdência Social da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; a Dra. Isa Maria de Oliveira, secretária executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, nossa companheira de tantas lutas; o Dr. Leonardo Soares de Oliveira, diretor do Departamento de Fiscalização do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego; a Dra. Márcia Lopes, secretária executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Eu vou só citar os nomes dos próximos convidados, da segunda mesa, que é a Dra. Alessandra da Costa Lunas, Secretária de Políticas Sociais da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura - CONTAG; a professora Léa Viveiros de Castro, diretora de Educação Profissional do Departamento Nacional do SENAC – CNC; o juiz Cláudio Montesso, da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA; e a Dra. Eliane Araque dos Santos, Procuradora Regional do Trabalho. Esses irão compor a nossa segunda mesa.

Antes de iniciar os nossos trabalhos e passar a palavra eu gostaria de agradecer a presença da Alessandra, da Aline, da Bárbara, da Beatriz, da Cíntia, do Eduardo, da Jéssica, da Élide, da Ingrid, do Jair, da Jaqueline, da Jennifer, José Antônio Barbosa, Josemar, Juliane, Caio, Leonice, Lucas, Michele, Mônica, Rafael Béssa, Rafael, Rayane Carolina, Rayane Xavier, do Sávio Gabriel, da Ticiane e do Anderson, que são as crianças que estão aqui fazendo parte dessa nossa audiência. Enquanto nós aguardamos a presença da Dra. Márcia, eu gostaria de passar então logo a palavra, para depois a gente iniciar o debate, ao Dr. Clóvis Veloso. Mas, Dr. Clóvis, antes mesmo de passar a palavra, mais uma vez, eu queria ler alguns dados recentes que tratam, e eu queria também anunciar a presença do Deputado Paulo Henrique Lustosa, que deu uma saidinha, mas já está voltando para participar da nossa audiência, que tem sido uma pessoa que tem nos ajudado muito na frente parlamentar no enfrentamento de todo tipo de violência contra as nossas crianças, mais especificamente também a questão do trabalho infantil, inclusive o seu relatório. Segundo o IBGE existem quase três milhões de crianças e adolescentes de cinco a quinze anos trabalhando no Brasil. A inclusão da zona rural da região Norte nos levantamentos da IBGE alterou as cifras relativas ao trabalho infantil no Brasil: quatrocentas e onze mil setecentas e vinte e duas crianças trabalhadoras. Com essa inclusão o panorama do trabalho infantil no País para 2005, data da última pesquisa sobre o problema, passa de dois milhões e meio para dois milhões e no-

vecentas crianças e adolescentes entre cinco e quinze anos que trabalham.

O motivo dessa audiência é buscar encontrar saídas e soluções para um problema que é muito grave e que ainda atinge milhões de crianças brasileiras. Então a frente parlamentar, a Comissão de Assuntos Sociais, que eu tenho o privilégio de presidir, tem buscado debater temas dessa natureza, temas que preocupam a sociedade e que, na verdade, precisam ser discutidos de forma muito cuidadosa, minuciosa, para que a gente consiga mais aliados e mais adeptos nesse enfrentamento, que é a questão da violência contra as nossas crianças e os nossos adolescentes. E o trabalho infantil, talvez, seja uma das formas mais perversas da falta de respeito contra os direitos das nossas crianças e adolescentes. Eu tenho dito, a Dra. Isa sabe disso porque tem acompanhado o nosso trabalho, que nós precisamos ousar mais no que diz respeito às políticas sociais. É preciso que o Brasil, o nosso País, que é um País tão grande, com tantas diferenças, possa, na verdade, entender a prioridade absoluta que deve ser dada à criança e ao adolescente e buscar políticas que sejam mais ousadas, políticas que sejam mais criativas, políticas que venham ao encontro à necessidade, à ansiedade, à energia, à adrenalina que existe em cada um dos nossos jovens e das nossas crianças, entender quais são os seus sonhos, quais são as suas fantasias e, assim, encontrar os meios e as estratégias necessárias para a gente enfrentar esse problema que ainda é tão grave. Anuncio, agora, a presença da Dra. Márcia Lopes, secretária executiva do Ministério do Desenvolvimento Social, que também tem sido uma grande aliada e parceira nesse enfrentamento. E vimos, nos últimos dados, que tivemos uma elevação, portanto, desse índice, principalmente na zona rural. O que fazer para enfrentar esse problema? É isso que nós vamos fazer aqui hoje, abrir esse debate com a participação dos Senadores. Está aqui para a nossa honra, o nosso privilégio, o Senador Cristovam Buarque, que é um grande defensor da educação no nosso País. Ele faz disso uma oração permanente na sua vida, todos os dias falando sobre esse tema, mostrando que a saída para o nosso País está na educação e que às vezes a gente fica procurando descobrir novamente a roda enquanto isso está pronto e está posto. O Senador Cristovam Buarque é presidente da Comissão de Educação e hoje está aqui conosco para também fazer parte e discutir sobre esse tema que ele tem também se debruçado. Ao mesmo tempo, eu já falava, o Deputado Paulo Henrique, que acaba de voltar, sentar aqui, que tem sido esse grande aliado na luta e nesse enfrentamento com um relatório tão preciso das ações

que nós precisamos aqui, de mãos dadas, enfrentar. Passo então a palavra ao Dr. Clóvis Veloso.

SR. CLÓVIS VELOSO: Bom dia Senadora Patrícia Saboya, bom dia meus colegas de mesa, bom dia senhores, senhoras, crianças. A nossa fala, ela vai, até por causa do tempo, nós vamos nos reservar muito mais enfocar o trabalho infantil no setor rural como. Como tudo no que se refere à agricultura, os nossos números realmente são números grandes, são números preocupantes, mas nós precisamos olhar isso também com o histórico da redução do trabalho infantil. Se nós pegarmos, por exemplo, o nosso dado de 1092, nós tínhamos em 1992, segundo a APNAD, três milhões, cento e dois mil e vinte e duas crianças trabalhando no setor rural. A redução que se deu para 2001 foi, em números absolutos, de 46,30% desse trabalho infantil, caindo para um milhão, seiscentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e dezoito. E se nós pegarmos, mesmo com esse aumento que houve de 2004 para 2005, que a OIT coloca de um milhão e duzentos mil crianças, de 2001 para esse dado de 2005 houve ainda uma redução de 28% do trabalho infantil no setor rural. Se pegar, então, todo o dado histórico de 1992 para 2005, há uma redução de 61,31% no trabalho infantil no setor rural. Esse percentual é um percentual importante, o que demonstra que o setor rural está preocupado em extinguir ou pelo menos acabar ou diminuir - e há uma queda crescente na redução do trabalho infantil no setor agrícola. Há uma preocupação por parte daquilo que nós chamamos da agricultura comercial em, nessa diminuição, em acabar com o trabalho infantil no setor rural, em procurar um trabalho decente, em atender a Portaria 20 do Ministério do Trabalho e Emprego, que são as piores formas de trabalho infantil, aonde a CNA também se fez presente e nós avançamos na Portaria nº 20, agregando mais culturas, mais atividades no setor rural, no sentido de dar um apoio de mostrar uma boa vontade, de que o setor não tem interesse em utilizar esse tipo de mão-de-obra. Claro que até nós mesmo da CNA enfrentamos dificuldades para com os nossos representados pela questão cultural do trabalho infantil, pela questão de você ainda enfrentar, principalmente no interior do País, aquele sentimento de que o trabalho, desde cedo, dignifica a pessoa. E isso, no setor rural, é muito intrínseco no sentimento do pai de família no setor rural, de que ele começou cedo com o pai dele e que ele deve passar esse aprendizado desde cedo para o seu filho para dar continuidade à sua atividade. Então nós enfrentamos, há um enfrentamento, a CNA tem também essa dificuldade para com os seus representados, mas uma das coisas que é preciso ser colocado, quando a gente fala desse um milhão e duzentos mil crianças no setor ru-

ral, que já em 2001, era um dado que está inclusive no trabalho da própria OIT, aonde demonstra que a grande massa desse menor trabalhando no setor rural está na agricultura familiar e não na agricultura comercial, porque quando é imputado esse um milhão e duzentos mil crianças trabalhando no setor rural, parece que isso é fruto do uso do trabalho da agricultura comercial. Se pegarmos as estatísticas, vamos verificar que apenas 10% desse total está na agricultura comercial e os outros 90% está na agricultura familiar. Uma das preocupações da CNA - e até esse é o nosso recado - é que achamos importante o trabalho que está sendo feito tanto pelo Fórum, que está sendo feito pelo Ministério do Trabalho e Emprego, através da CONAET, mas acreditamos que precisamos olhar não só para o acessório como para o principal, e o principal é nós conseguirmos políticas públicas, políticas sociais para atingirmos essa agricultura familiar. Porque, senão, vamos ficar concentrados nos 10%, que é importante a sua eliminação, mas não vamos resolver o problema do uso do trabalho infantil no setor agrícola que está concentrado na agricultura familiar.

Têm outros dados, que eu gostaria também de colocar, que o problema do trabalho infantil é, ao meu ver, intimamente ligado ao problema da educação, não só da conscientização desses pais, de que é importante colocar os filhos na escola, como o acesso também à escola. No caso do setor agrícola, a maior proporção de crianças não frequentando escolas, segundo a APNAD de 2001, ocorre na construção civil, com 26,03%, vindo na seqüência serviços, com 12,7%, indústria, com 12,5%, agrícola, com 11,2%, comércio, com 8,4%, e social, com 4,7%. O problema também da escola em si na zona rural, nós até temos um contingente de escolas importantes. Em 2002, com cento e um mil, trezentos e trinta e seis escolas, mas o problema [soa a campanha] dessas escolas no setor rural, precisamos melhorar a qualidade dessas escolas, precisamos melhorar o acesso a essas escolas e, principalmente, precisamos dar acesso digital às escolas rurais que não têm esse acesso. Segundo dados também da APNAD de 2002, apenas 4,2 % das escolas rurais têm acesso à Internet, contra 65,99 % das escolas do setor urbano. Para concluir, a CNA se preocupa com o tema, é um tema tratado dentro da nossa Comissão Nacional de Relações de Trabalho e Previdência Social, é um tema que é tratado principalmente também aonde há um maior enfoque do trabalho infantil no setor comercial, que geralmente fica nas regiões Norte e Nordeste do País, e estamos à disposição, como fazemos parte da CONAET, fazemos parte do Fórum, e queremos erradicar, há um compromisso de erradicar o trabalho infantil e é importante colocar que

o trabalho infantil é até aquela pessoa até dezessete anos, quando falamos de trabalho infantil estamos falando do jovem até dezessete anos, no caso dependo dezesseis a dezessete procurarmos atividades dentro do setor rural que não enfrente as piores, ou melhor, que não contradiga as piores formas de trabalho infantil elencados na Portaria nº 20 do Ministério do Trabalho, para que possamos dar oportunidade também para o jovem na agricultura, não só erradicar esse trabalho, mas procurar serviços que possam ser desenvolvidos na atividade rural, e acabar de vez com o trabalho infantil no trabalho. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Agradeço ao Dr. Clóvis Veloso, peço que ele permaneça na mesa até que os outros possam concluir também. Eu passo a palavra ao Dr. Leonardo Soares de Oliveira, que é diretor do Departamento de Fiscalização do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego. Obrigada.

SR. LEONARDO SOARES DE OLIVEIRA: Obrigado Senadora Patrícia Saboya, cumprimento também os companheiros de mesa, Clóvis, da CNA, Dra. Márcia, do Ministério do Desenvolvimento Social, Isa, do Fórum Nacional, bom dia aos Senadores e Deputados aqui presentes e também a todas e todos que estão aqui nesta audiência pública. Bom, o tema da audiência pública é uma avaliação do Plano Nacional, mas tenho sete minutos, vou tentar fazer uma pequena avaliação e também alguns complementos à fala da Senadora quando ela fez a introdução. Esse Plano Nacional, ele foi construído pela Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Infantil, que é a CONAET, coordenada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, essa Comissão foi instalada em dezembro de 2002, mas efetivamente começou seus trabalhos em maio de 2003, justamente quando começou a elaboração deste plano, de uma proposta de um plano, que nós conseguimos concluir, a CONAET tem trinta e três entidades nela presentes, entre Governo, sociedade civil, trabalhadores, empregadores e organismos internacionais. Nós conseguimos concluir esse plano ao final de setembro de 2003, em seguida o plano foi apreciado pelo plenário da CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, aprovado e também apreciado pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, também aprovado. Foi ao Ministério do Planejamento para adequação ao PPA 2004/2007, PPA esse que estamos finalizando neste ano, e entrou em vigor em janeiro de 2004.

Nós estamos numa fase hoje na CONAET de uma avaliação deste plano e vamos propor, provavelmente, alterações no plano, tendo em vista que algumas ações tiveram alguns entraves durante esses quatro

anos. Como o plano é adequado ao PPA, e nós estamos numa época de construção de um novo PPA, então é a época propícia para avaliação desse plano, fato que está ocorrendo na Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, a CONAET. Na próxima reunião, em julho, já teremos um esboço da avaliação que cada órgão, que cada integrante dessa Comissão está fazendo das ações que lhe eram responsáveis, que como qualquer plano ele é um conjunto de ações, são cerca de duzentas ações, cada ação tem um ou mais responsáveis, geralmente a maior parte da responsabilidade cabe aos entes governamentais, então cada ministério, cada órgão, está fazendo essa avaliação para apresentação na próxima reunião. Mas preocupados com essa questão do aumento desse número no trabalho infantil, a Senadora fez essa avaliação no início que teve a questão da inclusão da zona rural da região Norte e isso então deu um acréscimo, mas também a gente observou pequenos aumentos em centros urbanos que já eram contados antes. E isso nos preocupou e procuramos descer um pouco mais os números para verificar onde estava ocorrendo. Geralmente aonde ocorre essa concentração, esse aumento, é em regime de economia familiar. Seja o que o Clóvis já falou, seja na economia familiar em si, mas nos grandes centros também há trabalhos dentro do próprio domicílio, trabalhos esses que os pais ou responsáveis fazem com que toda a sua família produza alguma coisa para aumento da sua renda. Geralmente isso está ligado ou para artesanato, pequeno artesanato, para vender numa feirinha, para vender numa cidade turística, ou até mesmo pequenos alimentos, aqueles amendoim que a gente vê no canudo, aqueles queijos caolho que vão esquentar ali numa fogueirinha ou mesmo docinhos, salgadinhos, que depois essas crianças vão acabar saindo para vender. E em algumas dessas crianças a gente detecta, nos grandes centros, que elas estão na escola, estão no programa de transferência de renda, mas à noite elas estão vendendo alguma coisa, principalmente em bares.

Então essa é uma dificuldade: como entrar na família, como entrar na casa? Fiscalização do trabalho, que a gente pode pensar, e eu sou o diretor do Departamento de Fiscalização do Trabalho, não tem competência legal para entrar na casa de nenhuma pessoa, mesmo porque a Constituição brasileira veda, diz que o domicílio é inviolável - têm as suas exceções, mas nenhuma entra nessa questão. Nós então precisamos cada vez mais de uma articulação integrada com Governo, sociedade civil, mas Governo aí, quando fala Governo, não é só o Governo Federal, é Governo Estadual, é Governo Municipal, é a sociedade civil se integrando, é o que a gente chama de rede de prote-

ção à criança e ao adolescente, que o Brasil tem uma rede tão poderosa nesse sentido, que ele é citado internacionalmente pela Organização Internacional do Trabalho, por outros organismos internacionais, como um exemplo a ser seguido de boa prática, embora os nossos números ainda estão em torno de 2,9 milhões de crianças trabalhando. Ontem, que foi o dia mundial contra o trabalho infantil, nós, no Ministério do Trabalho, tivemos a oportunidade de estar num evento no Maranhão, Estado que detém um dos maiores números absolutos de crianças trabalhando, segundo os dados da APNAD, e lá foi um exemplo interessante que houve a integração total, Governo Federal, Governo Estadual e Governo Municipal, com a presença do Governador do Estado, com a presença do Prefeito Municipal de São Luiz e outros prefeitos que estavam na platéia, onde que todos assinaram um termo de compromisso. No caso do Ministério do Trabalho e Emprego, como o nosso Ministro, Carlos Lupi, está em viagem oficial em Genebra, na Conferência Internacional do Trabalho, também participando ontem de um evento mundial com relação ao dia mundial contra o trabalho infantil, o nosso Ministro interino, que é o Dr. Ronaldo Lessa, esteve presente, e todos essas três esferas da federação assinaram um termo de compromisso, juntou ainda com o Ministério Público do Trabalho local, no sentido de envidar todos os esforços para erradicar todo o trabalho infantil naquele Estado num período de curto tempo.

Como diz a Senadora, nós precisamos realmente de criatividade, porque naquela questão do setor formal da economia, tranqüilo, nós temos o aparelho da fiscalização do trabalho, temos como prioridade absoluta ... a Constituição já garante a prioridade absoluta à criança e ao adolescente. Então na fiscalização do trabalho, na diretriz da fiscalização do trabalho, está a obrigatoriedade de toda e qualquer ação fiscal ter a verificação da existência do trabalho infantil. Mas no setor formal, nós podemos afirmar sem medo de errar, que é residual a presença do trabalho infantil. Ainda você encontra, o próprio Clóvis aí falou, 10% ali no setor comercial da agricultura, entoa você ainda encontra, mas não é um número elevado. Então nós precisamos de algum tipo de política articulada para que consigamos chegar realmente nessas famílias que estão utilizando a mão-de-obra infanto-juvenil, na faixa etária até quinze anos, para que cada vez mais essas famílias se sintam conscientizadas e sensibilizadas. Essa sensibilização vai desde a questão de mostrar os prejuízos do trabalho precoce, quais são os males que este trabalho acrescenta na própria criança, seja algum tipo de mal da atualidade, algum tipo de lesão que lhe ocorra agora, mas também lesões futuras, que com a continuidade

do trabalho ele só vai conseguir detectar uma doença quinze, dezesseis, vinte anos depois. Então nós procuramos levar esse conhecimento às famílias, levamos também a necessidade dessas crianças e adolescentes terem a infância e a adolescência realmente vividas, e essa infância e adolescência vividas de que forma? Na educação, dentro da escola [*soa a campainha*], mas também com relação a atividades culturais, atividades esportivas, atividades de lazer. Então é super importante a questão dessas crianças serem mantidas em algum tipo de atividade o dia inteiro e, com isso, elas estão estudando, elas estão se divertindo, elas estão vivendo realmente a infância e a adolescência. A nossa preocupação maior hoje é como chegar nas famílias. Geralmente são famílias de um poder aquisitivo menor, mas como chegar nessas famílias no sentido de que vamos convencê-los de que o mal é grande com essa criança, que o futuro tanto da criança como da própria família é muito melhor com ela estudando. Eu não vou aqui adentrar na questão do PETI, porque a Márcia Lopes está aqui, ela vai falar. Então eu me coloco à disposição, o tempo é curto, esse tema é bem palpitante, é bem interessante, e nós estamos aqui totalmente engajados nisso, o Ministério do Trabalho coordena essa Comissão Nacional e aqui eu estou vendo vários parceiros que integram a Comissão Nacional, então a gente está nessa luta aí há algum tempo já, e enquanto tiver uma criança trabalhando, é dever de todos nós, como disse a Senadora aqui, ela falou: “nós vamos dar as mãos”, vamos dar as mãos para todo mundo mesmo, é dever de todos nós que estejamos sempre atentos para que há de vez a erradicação do trabalho infantil no Brasil. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Obrigada, Dr. Leonardo. Eu queria registrar a presença do Juiz Firmino Alves de Lima, diretor da ANAMATRA, que está aqui conosco; da Dra. Laís Abramo, diretora da OIT; quero agradecer também a presença da Sabrina Silva, assessora a parlamentar da Procuradoria Geral do Trabalho; a Roseli, do Ministério Público, assessora parlamentar do Ministério Público do Trabalho; Sra. Verônica Lopes, Assistente Social do Programa de Combate ao Trabalho Infantil - Secretaria de Saúde do Distrito Federal; Dione Monteiro, da coordenação do combate ao trabalho infantil da Secretaria de Saúde do Distrito Federal. E, agora, passa a palavra à Dra. Isa Maria de Oliveira, que é secretária executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho infantil.

SRA. ISA OLIVEIRA: Bom dia Senadora Patrícia, a quem eu quero cumprimentar de modo especial por ser uma parlamentar que abraçou a causa da proteção à criança e ao adolescente com muita garra e isso

tem trazido muitos resultados. Quero cumprimentar a todos na mesa, Clóvis da CNA, Márcia Lopes do MDS, Leonardo do Ministério do Trabalho, todos parceiros integrantes do Fórum Nacional. Quero cumprimentar aos senhores Senadores e parlamentares e também, com um carinho muito especial, as crianças e os adolescentes que realmente aqui marcam presença para lembrar a todos que estão nesta audiência que são prioridade absoluta não só na nossa Constituição, mas devem ser também na coordenação e na implementação das ações do Plano Nacional. Eu tinha preparado uma fala um pouquinho maior. Então eu vou fazer um corte aqui, mas acho que, para se debater o Plano Nacional, o ponto de partida é considerar que ter um Plano Nacional é importante, é um aspecto positivo, sobretudo porque este plano, no Brasil, ele resultou de uma elaboração coletiva no âmbito da CONAET, que é a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. Portanto, ele tem um caráter especial. O segundo ponto seria apontar que na própria elaboração do plano algumas decisões comprometeram a própria implementação desse plano, mas nada que uma gestão e um monitoramento efetivo pudesse corrigir. Contudo, essa gestão e esse monitoramento não foi claramente estabelecido, essa competência não foi exercitada só para pautar em si o plano. Agora o segundo ponto que eu gostaria de abordar é que o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador, ele começou a ser implementado em 2004. Qual é o cenário que nós tínhamos em 2004 em relação ao trabalho infantil no Brasil? O cenário era um cenário de uma queda que vinha sendo mantida ao longo de dez anos de redução do trabalho infantil. Portanto, era um cenário positivo. Embora essa redução fosse pequena, mas ela era constante. Este é o ponto, e o que se tinha como expectativa? Se nós temos esse cenário de redução do trabalho infantil e temos agora uma outra ferramenta, que é o Plano Nacional, a sua implementação deveria impactar positivamente os indicadores de redução do trabalho infantil e fortalecer as medidas de proteção ao trabalhador adolescente. Inaceitavelmente essa expectativa não se confirmou e apenas 1/3 das ações propostas e planejadas no plano foram efetivamente executadas como planejado. E o mais importante ainda: quando o plano começa a ser implementado e executado, o cenário sócio-econômico brasileiro também se manifesta favoravelmente. Quais são as características deste cenário sócio-econômico? Um cenário marcado pela redução do nível de pobreza, um cenário em que houve aumento do emprego - dois milhões e meio de novos trabalhadores trabalhando, aumento da renda mensal - e esse aumento, particularmente, para o se-

guimento de trabalhadores de baixa renda - e uma ampliação do programa de transferência de renda, especialmente o programa bolsa-família. Nós sempre entendemos que melhorar a renda das famílias, reduzir os índices de pobreza, são condições favoráveis ao combate ao trabalho infantil. Por que o trabalho infantil cresceu no Brasil de 2004 para 2005? O crescimento apontado pela APNAD de 2005 é a mesma fonte que informa este cenário positivo sócio-econômico. Então por que aumentou e cresceu particularmente na atividade informal, na agricultura? Por tudo isso que nós apontamos, o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil tem fortes motivos e razões para fazer um questionamento público: nós não mais acreditamos que o trabalho infantil é uma prioridade do Governo Federal.

Primeiro: o Plano Nacional não foi anunciado pelo Governo brasileiro à sociedade e nós entendemos que, ao propor um plano e uma ação, ela tem que ser anunciada para que ela seja então fortalecida politicamente. O plano é desconhecido e isso resultou em que algumas instâncias do Governo Federal efetivamente não priorizaram a implementação das ações planejadas e programadas no plano. A isso se soma o seguinte: a universalização do atendimento a todas as crianças que estão no trabalho infantil, dois milhões e novecentas mil crianças, na faixa de cinco a quinze anos, não aconteceu. Estava programada, foi anunciada inúmeras vezes, não aconteceu. A universalização do atendimento. E aí os dados são do MDS: em 2002 o programa de erradicação do trabalho infantil atendia oitocentas e dez mil crianças. Em 2007 menos de novecentas mil crianças estão atendidas pelo programa. Então este é um dado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Atendida em que termos?

SRA. ISA OLIVEIRA: Atendida no seguinte: na transferência de renda à família, na garantia de escola para essas crianças e a inserção em atividades no contra-turno, atividades culturais, a chamada jornada ampliada ou atividades sócio-educativa. Então esse é o primeiro ponto. É evidente que essa avaliação que nós estamos fazendo, ela fica mais contundente quando você tem um número absoluto de crianças que estão no trabalho infantil. É inaceitável que no século XXI crianças tenham que sair para a rua, para outras atividades, para buscar o seu próprio sustento. É inaceitável que crianças estejam fora da escola, é inaceitável que a criança seja o ente da família que sustenta [soa a *campainha*] esta família. O atendimento no contra-turno, que é fundamental no combate ao trabalho infantil, também não foi universalizado e não houve melhoria na qualidade dessas atividades. Os parâmetros pe-

dagógicos que deveriam ter sido definidos, não foram ainda anunciados e nem foram implementados, evidentemente. A fiscalização do trabalho infantil é uma fiscalização especial, ela requer a articulação de uma rede para o atendimento da criança, sobretudo quando o trabalho acontece no seio da própria família. Essa fiscalização do trabalho infantil na informalidade não está sendo realizada para atender a gravidade do problema. Campanhas. O Clóvis levantou e é uma questão muito importante. Nós temos que realizar campanhas permanentes para sensibilizar a sociedade, para conscientizar as famílias.

Então campanhas nacionais e campanhas para públicos específicos, para a comunidade escolar, para as famílias, para as crianças. Essas campanhas também não foram realizadas. Então nós temos algumas recomendações: a revisão do Plano Nacional - o próprio Dr. Leonardo já anunciou, é importantíssimo que seja feita. Agora essa revisão, ela tem que ter uma prioridade e essa prioridade é a seguinte: definir metas, prazos, responsáveis e orçamento para a retirada de todas as crianças do trabalho infantil. Para que essa prioridade seja de fato implementada e esse objetivo seja alcançado nós precisamos articular ações. Estas ações, elas se dão na área da educação. É preciso que as crianças retiradas do trabalho infantil e as que ainda não chegaram no trabalho infantil tenham acesso à escola, permaneçam na escola e aprendam, que tenha sucesso escolar. Para o combate ao trabalho infantil seria de fundamental importância que fossem implantados pilotos de escola, não só integral, escola em tempo integral. Se não for possível escola em tempo integral em todas as regiões, que estas atividades do contra-turno sejam garantidas e com qualidade. E que as crianças sejam atendidas pelo Sistema Único de Saúde, seja prioridade nesse atendimento, porque nós sabemos que o trabalho infantil compromete a saúde das crianças. Então é preciso que essas crianças sejam atendidas no sentido inclusive da reabilitação da saúde dessas crianças. E aí tem um ponto que é o ponto chave: não se consegue hoje no Brasil identificar e retirar as crianças do trabalho infantil. Então nós temos que discutir e ter uma instância para fazer a fiscalização do trabalho infantil na informalidade, aquela fiscalização especial à qual eu já me referi, que articule a rede, mas é preciso que uma instância, no âmbito do Governo, seja definida. Proponho também a realização das campanhas e, principalmente, o seguinte: que também se fortaleça uma coordenação das ações voltadas, destinadas ao adolescente trabalhador. Existe uma pulverização de programas, o programa Primeiro Emprego não atendeu a expectativa, é preciso ampliar o acesso, a oportunidade na aprendizagem e

a inserção, quando a idade permitir, for legal, no mercado de trabalho, ainda em condições protegidas. E, para finalizar, eu gostaria de fazer uma conclamação aos senhores parlamentares: para que de fato neste parlamento, nas duas Casas, no Senado e na Câmara, sejam priorizados os projetos de lei destinados à proteção integral da criança e do adolescente, e que no PPA sejam assegurados todos os recursos necessários à erradicação do trabalho infantil e à proteção do adolescente trabalhador. Obrigada [aplausos].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Quero registrar a presença de Ana Lígia Gomes, Secretária Nacional de Assistência Social - MDS, a minha querida minha amiga Neide Castanha, Secretária Geral do CECRIA e executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, o meu amigo Vicente Falqueto, diretor da Instituição Marista, que também está aqui conosco, o João Barbosa, do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e Lílian Moreira, assessora técnica também do MDS. Bom, eu passo, portanto, a palavra, registrando a presença dos Senadores Geraldo Mesquita, Cristovam Buarque, Papaléo Paes e do nosso Deputado Federal Paulo Henrique Lustoza. Com a palavra a Dra. Márcia Lopes, Secretária Executiva do Ministério de Desenvolvimento Social.

SRA. MÁRCIA HELENA C. LOPES: Obrigada Senadora, desde já parabenizando o seu trabalho, o seu compromisso, a sua luta por essa causa em nome do Ministro Patrus Ananias, que aqui não pode comparecer, mas fez questão que uma grande equipe de assistência social e combate à fome estivesse aqui. Cumprimento a Isa, do Fórum Nacional, Leonardo do Ministério do trabalho, Clóvis, da Comissão Nacional de Relações de Trabalho e Previdência Social, todos os Senadores aqui presentes, as demais autoridades já nominadas, Laís, Eliane, estou vendo aqui a Neide, irmão Vicente, enfim, os vários membros ou da CO-NAET ou que integram o Fórum Nacional. A nossa Secretária Nacional de Assistente Social, Ana Lígia, Rainob(F), o nosso assessor parlamentar, toda a nossa equipe que está aqui. Eu quero dizer que ouvindo atentando as falas aqui anteriores, eu gostaria de inicialmente receitar o compromisso deste Governo, do Presidente Lula, de todos os Ministérios, nesta grande luta de combate ao trabalho infantil e mais uma vez reiterando o nosso compromisso firme de erradicar o trabalho infantil no Brasil. É claro que uma formulação de intenção é muito pouco para uma realidade, para uma história de tanta exclusão, de tanto sofrimento, de tanto abandono e de uma omissão histórica do Estado brasileiro em relação ao cumprimento das suas funções, da sua responsabilidade de provisão dos direitos que

é inerente a todas as pessoas e, particularmente, às crianças e adolescentes. Penso que a minha fala vai ser muito nessa direção porque as pessoas que aqui falaram já trabalharam muito com os dados da realidade, já trabalharam mostrando inclusive o último resultado da APNAD, que mostra um ligeiro crescimento das crianças. E aí uma análise, a primeira coisa que nós fizemos com a publicação dessa pesquisa, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome criou uma secretaria de avaliação e gestão da informação, uma secretaria que já produziu mais de setenta estudos, porque cada programa do nosso Ministério, mais de vinte e três, eles são monitorados no sentido de podermos, de fato, avaliar com indicadores de monitoramento a efetividade, os resultados concretos de cada programa, de cada ação do Ministério, inclusive em relação ao PETI, porque logo que eu assumi, eu fui em 2004 Secretária Nacional de Assistência Social, e a primeira coisa que eu solicitei foi o quadro de distribuição de população ocupada no País por crianças, em trabalho infantil, qual era a distribuição do PETI, do Programa Nacional de Erradicação de Trabalho Infantil, um programa absolutamente referendado, hesitoso nos seus resultados, obviamente carecendo de aprimorando e aperfeiçoamentos permanentes, até porque o fenômeno do trabalho, ele não é em si mesmo o maior risco, mas é tudo que está ao redor deste grande fenômeno, particularmente a família, as instituições que acolhem essas crianças, seja a escola, seja as unidades básicas de saúde, sejam os abrigos, sejam todos os espaços culturais, enfim, aquilo que é o mundo da criança, que é o mundo da infância que se relaciona e que constrói ou não, mais ou menos, a possibilidade de que essa criança tenha a sua proteção integral e a garantia de todos os seus direitos.

Então nesse sentido, desde o início, quando eu olhei esse quadro, comecei a discutir com a equipe que era fundamental que nós revíssemos o que é que estava acontecendo, porque onde mostrava uma incidência maior de trabalho infantil, o número de crianças atendidas pelo PETI era menor. Onde tinha menor incidência de trabalho infantil, o número de recursos e de transferência de recursos para esses Municípios eram maiores. E quando eu ia para os Estados e Municípios, eu fui para vinte e três Estados em seis meses, naquele ano, para conhecer de perto qual era a realidade, era isso que os profissionais, que os secretários municipais e que os governos estaduais nos falavam. Era preciso fazer uma leitura e uma revisão dos critérios de partilha, do funcionamento, da dinâmica do programa. E uma outra, enfim, uma outra conclusão muito inicial do nosso Ministério, das nossas equipes, era que se o Governo brasileiro estava assumindo e

se o Presidente Lula colocava como meta presidencial a erradicação do trabalho infantil, obviamente não é um programa federal que vai dar conta de enfrentar um fenômeno tão complexo como é esse do trabalho infantil, que as pessoas já falaram aqui e eu vou tentar usar o tempo até para pensar com vocês em que medidas nós temos que avançar, que tipo de alternativas, estratégias, e eu acho que o papel de uma audiência pública como essa é exatamente integrar esse grande esforço nacional no sentido de que nós de fato possamos erradicar o trabalho infantil no Brasil. Então com esse entendimento, a criação da Câmara de Política Sociais ligada à presidência da República, discutindo isso, a elaboração, a participação do Governo seja no CONAET ou nos mais diversos espaços, debatendo, discutindo e analisando o que é que acontece no Brasil do ponto de vista cultural, do ponto de vista das atitudes, da postura, dos empresários ou dos empregadores e das famílias, como é que nós vamos de fato criar uma pedagogia, como é que nós vamos criar estratégias e metodologias apropriadas para não só mudar a mentalidade, assumir uma atitude ética em relação à proteção às crianças e criar programas e ações efetivas que motivem, que mantenham, que chamem a atenção das crianças e adolescentes, porque eles só querem estar - e eu estou vendo aqui as crianças, não deve ser muito fácil para eles, obviamente, ficar tanto tempo às vezes sentado e prestando atenção, mas estão de parabéns porque estão aqui atentos [*soa a campanha*] e nós sabemos que as crianças e adolescentes aproveitam mais aquilo que lhes é oportunizado quando isso tem a ver com a sua condição, com o seu tempo de infância, com as suas motivações e com aquilo que são as suas necessidades para que cresçam, para que tenham motivação e se preparem de fato para as responsabilidades da vida adulta.

E, portanto, imediatamente nós encomendamos um estudo de caracterização - eu pedi para trazer, eu não sei se está aqui - lançado, feito pela nossa secretaria de avaliação de gestão da informação, que caracterizava o trabalho infantil no Brasil e, particularmente, a ação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o conhecido PETI. Isso foram sendo medidas permanentes e contínuas não só em relação ao PETI, mas em relação, por exemplo, a inúmeras pesquisas das famílias que estão no cadastro único, hoje são dezesseis milhões de famílias que estão no cadastro único e onze milhões e cem mil famílias atendidas pelo programa bolsa-família, que ao transferir renda exige, como condicionalidade, a presença e a permanência da criança na escola, o acompanhamento dessa criança e o atendimento na saúde. Posteriormente, logo em 2005, nós já colocamos como condicionalidade a não

existência de criança no trabalho infantil. E todas essas pesquisas têm evidenciado determinados indicadores que estão servindo para nós para a tomada de decisões dos nossos programas e projetos. Logo que saiu essa pesquisa da APNAD, imediatamente nós chamamos a OIT, chamamos um grupo de Ministérios para debatermos isso e começamos a discutir e a analisar os microdados da pesquisa exatamente para a gente compreender o que é que estava faltando, o que está faltando para a gente alcançar e de fato universalizar, como a Isa disse - e ela tem razão, eu fui várias vezes no CONAET e eu disse isso, nós vamos universalizar o atendimento das crianças que estão no trabalho infantil e, mais do que isso, nós vamos criar condições de prevenção ao trabalho infantil. E aí a medida que nós tomamos, também, imediatamente, foi encomendar para o IBGE, responsável pela APNAD, um suplemento específico sobre trabalho infantil. Então nós estamos ... essa coleta já foi feita no ano passado e nós teremos, no segundo semestre, os resultados deste suplemento específico da APNAD só sobre trabalho infantil e nós estamos apostando que esses indicadores vão nos auxiliar mais ainda na compreensão desse fenômeno, na sua distribuição em termos das regiões dos Estados brasileiros.

Nós temos aqui um ranking de Estados de taxa de ocupação e de cobertura do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o nosso Ministério, praticamente todas as suas áreas estão voltadas para essa questão, porque nós temos a Secretaria de Renda e Cidadania que coordena o bolsa-família, nós temos uma Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e que tem a responsabilidade de implementar e de implantar, está executando programas de inclusão dos agricultores familiares das mais variadas formas de acesso ao alimento como condição inclusive de proteção às crianças das suas condições nutricionais. Essa mesma Secretaria de Avaliação tem realizado as chamadas nutricionais, para a gente avaliar em que medida as crianças e as famílias que tenham acesso a esses programas, como é que isso impacta na condição nutricional das crianças. Quando a família tem acesso a cisternas, quando a família tem acesso ao bolsa-família, quando a criança está no PETI, quando chegam para todos lá. para a família. Então essas chamadas nutricionais, nós criamos uma base de informação, porque isso é novidade, e nós estamos agora acompanhando esse processo, porque nós sabemos que as políticas sociais no Brasil só ganharão universalidade, consolidação, à medida em que os indicadores de avaliação, de monitoramento, estiverem devidamente instalados, isso num nível federal, estadual e municipal. E, por isso, que através da Secretaria Nacional

de Assistência Social, que tem a responsabilidade de coordenar essa política, que está estabelecida lá na LOAS de 1993, assistência social integrando o tripé da seguridade junto com a saúde e a previdência social, assume esse compromisso de reescrever uma política nacional, que provavelmente nós trouxemos aqui, mas os senhores já conhecessem, e assumir a responsabilidade de implantar um sistema único de assistência social no Brasil. Nós sabemos que essa atividade é muito antiga, realizada muito pela sociedade civil, historicamente até pela ausência do Estado, e que a partir da Constituição de 1988 nós começamos a fazer um grande movimento nacional no sentido de que o Governo, o Estado brasileiro, assumisse a responsabilidade de fazer com que a proteção social, todos os níveis de cuidado, de acolhimento, de informação, de investimento nas pessoas e particularmente da criança e do adolescente, como coloca a prioridade no Estatuto da Criança, tivesse de fato uma condição de estrutura institucional para que essa grande rede de serviços, de assistência social, seja governamental ou não governamental, se estruturasse no Brasil com padrão, com indicadores muito claros, porque em todos os Municípios, nos cinco mil quinhentos e sessenta e quatro Municípios que nós conhecemos, lá têm atividades da educação, da saúde, da assistência social, da cultura e muitas vezes essa rede não se conversa. E os fenômenos, seja do trabalho infantil, seja do abuso e exploração sexual, seja do abandono aos idosos ou às pessoas com deficiência ou às famílias indígenas quilombolas ou comunidades ribeirinhas, elas persistem porque não há, de fato, uma política, um plano, um planejamento e uma consistência na orientação e na implementação de ações efetivas que respondam as necessidades dessas comunidades.

Então o SUAS, para nós, é o grande vetor e agora também na segurança alimentar, no sistema nacional de segurança alimentar, os sistemas públicos são os grandes vetores para que a gente, de uma vez por todas, faça esse diálogo com a sociedade civil, com os governos, com as esferas de governos e construa, de fato, a co-responsabilidade no financiamento, na gestão e no acompanhamento, na supervisão e na capacitação permanente de todos esses agentes, de todos esses atores. Eu não vou ter tempo aqui de falar dos resultados. Primeiro que em relação ao Plano Nacional há um levantamento que está aqui na minha papelada, que depois no debate eu posso apresentar, que indica que nós já cumprimos 57% das ações relacionadas no Plano Nacional. Provavelmente o indicador da Isa diz respeito ao conjunto do plano no governo, e esse é um tema mesmo que temos que debater. Eu entendo que só através da execução de um Plano Nacional, mas

que não é e que não pode estar só no nível federal, isso tem que estar nos Estados, isso tem que estar nos Municípios. Por isso, Senadora, eu acho de fundamental importância a publicização desse debate para que a gente envolva Governadores, Prefeitos, Deputados Estaduais, Vereadores, porque o desafio é muito grande e nós sabemos que o fenômeno do trabalho infantil não está só naquele momento, tirar a criança, garantir a frequência dela na escola, mas que isso tem a ver com o modo de organização da vida, da estruturação da vida das famílias, do bairro e da região. Eu fui Secretária Municipal de um Município lá no Paraná e quando nós tínhamos crianças e famílias, incluímos as crianças em vários programas e assim mesmo as suas famílias persistiam em estar com elas nas ruas. Nós fizemos uma articulação com o Conselho Tutelar, com o Ministério Público, a Promotora chamou naquele momento as trinta famílias, nós fizemos um pacto e começamos um processo pedagógico muito direcionado à realidade daquele bairro. Então o que eu quero dizer com isso é que também nós temos que superar a idéia de que é o Governo Federal que vai dar as receitas para tudo. E o que o plano faz é descentralizar as responsabilidades, nós estamos descentralizando os recursos, nós estamos integrando o PETI ao cadastro único do bolsa-família, ao bolsa-família, então isso também tem sido uma grande dificuldade.

No ano passado, por isso nós dizíamos: nós vamos universalizar o atendimento porque nós tínhamos recurso para isso, nós temos recurso para isso. O orçamento do Ministério nunca foi contingenciado com relação ao atendimento das crianças que estão no trabalho infantil. Apenas que nós começamos e tomamos essa decisão, nós vamos ... nós não tínhamos a base de dados dessas crianças, destas mais de um milhão de crianças e que a Isa mencionou. Então o que nós decidimos? Vamos solicitar que as Secretarias Municipais inserem, criamos um campo, 270, no cadastro único, para que todas as crianças que estavam no trabalho infantil ou que saíram do trabalho infantil, enfim, estivessem ali. Até o momento, e nós temos esse dado aqui, nós temos oitocentas e setenta e uma mil, setecentas e cinquenta e três crianças já na base do cadastro único. E o cadastro, claro, como instrumento de gestão de políticas públicas, ele tem acesso aos Municípios, ele é acessível aos Municípios, aos Estados, à União e a todas as pessoas, não é? Qual tem sido o nosso grande esforço? Primeiro: a transferência da bolsa do recurso para as famílias acompanhar o programa bolsa-família. As ações sócio-educativas ou a jornada ampliada não só para as crianças que estavam no trabalho infantil, mas para todas ações crianças que

estavam no trabalho infantil, que ainda não estavam no PETI, cuja família está no bolsa-família.

Então nós estamos ... e mais do que isso: nós assinamos agora, junto com o Ministério da Educação, no Mais educação, uma portaria no sentido de que cruzando esses dados, de onde as crianças do PETI estão, nas escolas que elas estão, ali nós já implantaremos a ação sócio-educativa para todas as crianças daqueles escolas, ou seja, nós temos que apostar, e esse projeto pedagógico, os parâmetros, estão sendo construídos com as equipes municipais, com os Estados brasileiros, nós temos realizado uma série de capacitações com os coordenadores estaduais, com as comissões municipais, nós temos os conselhos acionais, as comissões de gestões que estão debatendo essa questão, entendendo que não basta o Governo Federal ou o nosso orçamento indicar recurso, não basta nós pensarmos num desenho de proposta de trabalho se não tiver, de fato, o compromisso dos Governadores, dos Estados e dos Municípios brasileiros. Por isso estamos também preparando um pacto de gestão que todos os Governadores assinarão assumindo essa disposição de fazer, de definir as estratégias necessárias naquele Estado. E nós temos aqui a relação por Estado de quantas crianças, de onde elas estão, e fazendo quase que uma conclamação: nós queremos e precisamos saber onde estão estas crianças. Se são um milhão e duzentas crianças no campo, nós temos que encontrá-las, identificá-las, cadastrá-las, porque imediatamente, ao que isso acontece, elas são inseridas [*soa a campanha*] no programa, não só no bolsa-família, mas no PETI, para que ela possa então, assim, estar se integrando às ações sócio-educativas e esse processo aí de inclusão nas mais diferentes políticas. Nós temos aqui um cenário de qual eram as questões do PETI antes e depois da integração, mas eu falo isso depois no debate, se for o caso. Lembrando que no final do ano nós realizamos também um seminário com a CONTAG para que a gente tivesse maior entendimento de qual é essa realidade das crianças na agricultura, nós estamos concluindo esse relatório, e todas as ações apontadas nesse seminário estão sendo, algumas delas já muitos discutidas, e implementadas para que a gente supere esse grande desafio, não é, que é inclusive de ter discernimento da relação, da cultura, da concepção das famílias que estão no campo em relação às suas crianças. E também ao trabalho doméstico, que é uma grande ... um grande desafio.

Por isso eu tenho dito que erradicar o trabalho infantil no Brasil depende sim do permanente compromisso de recursos de capacidade e gestão, de planejamento, de indicadores, de monitoramento do Governo Federal, dos Governos Estaduais e Municipais

pais, mas muito da sociedade, dos empresários, dos empregadores, das entidades, desses Fóruns que são permanentes interlocutores, que estão denunciando, que fazem a crítica, e isso, para nós, como Governo, é fundamental. Por isso, parabéns Senadora, e nós estamos a disposição aqui para continuar essa conversa, entendendo que um programa, dentro de um sistema, o sistema único de assistência social, no caso nosso, o sistema nacional de segurança alimentar, que articula a rede de serviços, que organiza, que define padrão, que calcula os pisos, que transfere recursos para os Municípios, é isso que vai dar solidez e segurança para as prefeituras, para as entidades poderem continuar esse trabalho que de fato é um grande desafio, mas é possível, eu tenho certeza disso, por isso estamos aqui debatendo. Muito obrigada [aplausos].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Obrigada Dra. Márcia Lopes. Eu agora vou, Senador Cristovam, já têm alguns Senadores inscritos, eu queria também gostaria de registrar a presença do Senador Inácio Arruda, a Senadora Lúcia Vânia, o Senador José Nery, mais uma vez Senador Papaléo, Senador Cristovam e o Deputado Paulo Henrique Lustoza. Nós agora vamos trocar a mesa, Senador Cristovam, em função de que nós ainda temos... na verdade essa audiência era para ser menor, mas após a aprovação do requerimento algumas entidades desejaram estar presentes também, presentes neste debate, então por isso que está sendo uma audiência maior e que nós vamos ter que ter duas mesas. Como nós vamos trocar agora a mesa, eu pediria, nesse intervalo, que as crianças que querem apresentar um documento, a entrega de um documento e dar uma palavrinha, que elas pudessem então fazer nesse momento.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu sugiro, Senadora Patrícia, --

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Senador Inácio.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): -- que a gente agregue já para uma próxima mesa, em continuidade a essa audiência pública, a presença da CONTAG e também do MST.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Agora na próxima mesa nós temos --

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): --A CONTAG, mas eu acho que seria importante o MST também estar presente, porque eles têm um trabalho nessa área, desenvolvem junto com órgãos do Governo Federal e várias outras instituições, na área da juventude, tanto da adolescência, como na área infantil. Eu acho que seria muito interessante a ação dessas

duas organizações que são organizações ligadas ao movimento dos trabalhadores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Com certeza, Senador. Eu agradeço também a contribuição do Senador Inácio Arruda. Bom, vamos desfazer então nesse momento, eu agradeço a todos da primeira mesa e ... agora vamos escutar um pouquinho a Rayane. Vem para cá, senta aqui um pouquinho. Eu vou passar a palavra à Rayane agora, que faz parte também da nossa mesa.

SRA. RAYANE: Boa tarde.

PLATÉIA: Boa tarde.

SRA. RAYANE: O meu nome é Rayane Carolina, eu sou do Circuito Jovem, já trabalhei na rua com a minha mãe e vim representar todas as crianças que já trabalharam e o Cata-Vento. Eu vou ler a minha cartinha: “Eu, Rayane Carolina, acho o trabalho infantil muito errado, porque atrapalha o estudo e a educação da criança. Eu gostaria que os senhores Deputados e Senadores tirassem essas crianças dessa vida porque elas têm direito de estudar, brincar e se divertir na hora certa. Eu já trabalhei com a minha mãe entregando panfletos na rua e não gostava porque eu ficava às vezes com fome e sede e não conseguia ir para a escola porque eu chegava cansada. Eu dou parabéns para todos os funcionários do Projeto Cata-Vento, que é maravilhoso para nós crianças. É muito triste ver as crianças na rodoviária pedindo moeda e comida e, por isso, é que as crianças estão se prostituindo, porque elas não têm dinheiro e vão vender os seus corpos para conseguir sobreviver. Nós, do Cata-Vento, falamos para todas as crianças que trabalham: ‘parem de trabalhar’” [aplausos]. Eu passo, agora, o relatório para você [aplausos].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Agradeço as palavras tão lindas da Rayane. Eu acho que melhor do que qualquer debate é poder ouvir uma criança dando o seu próprio depoimento daquilo que viveu e como conseguiu sair dessa situação. Eu acho que esse é o melhor exemplo e às vezes a gente fica aqui procurando mágica ou soluções tão difíceis enquanto basta às vezes uma pergunta a uma criança e ela nos dá a resposta certa, objetiva e direta para que nós possamos atuar. As crianças já estão cansadas, eu sei, eu quero inclusive deixar a vontade, já que entregaram o documento, porque como nós vamos continuar no debate, que as crianças que desejarem já, em função da hora do almoço, que desejarem então sair, que podem ser conduzidas e eu agradeço muito a presença de todos vocês aqui hoje, que abrilhantaram a nossa audiência pública. Sem vocês isso não seria possível. MUITÍSSIMO obrigada [aplausos]. Convidar para a mesa a Dra. Alessandra da Costa Lu-

nas, Secretária de Políticas Sociais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; convidar a professora Léa Viveiros de Castro, diretora de educação profissional do Departamento Nacional do SENAC – CNC; o Sr. Juiz Cláudio Montesso, da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; e a Dra. Eliane Araque, que está aqui conosco, Procuradora Regional do Trabalho, nossa aliada de sempre aqui na batalha e na luta pela defesa das nossas crianças. Eu vou sugerir, eu sei que talvez não seja justo, porque a primeira mesa teve um pouco mais de tempo, mas que na segunda mesa, se nós pudéssemos talvez reduzir a palavra para abrimos o debate; já estão todos os Senadores praticamente inscritos e desejam debater, então eu pediria, se fosse possível, que a gente conseguisse resumir a nossa palavra e, logo em seguida, abrimos o debate para que todos possam participar. Eu ouço, em primeiro lugar, a Dra. Alessandra da Costa Lunas, Secretária de Políticas Sociais da Confederação Nacional dos Trabalhadores - CONTAG. Pois não, Dra. Alessandra.

SRA. ALESSANDRA DA COSTA LUNAS: Obrigada, Senadora. Para nós é motivo de muita satisfação podermos estar aqui nesse momento, debatendo um tema de suma importância, tão quanto outros que a gente tem aí necessidade de estar sendo discutido no meio rural, e a discussão das nossas crianças é um tema também que a gente tem aí tomado como uma das principais bandeiras de lutas da nossa entidade. Eu queria cumprimentar aqui também os demais parlamentares presentes, companheiros e companheiras de outras entidades que já têm sido parceiras conosco nesse debate e, além, também, de outros presentes aqui no plenário. De antemão eu queria já pedir licença por alguma tosse que vai sair no meio porque estou me adaptando ao clima de Brasília ainda, mudei para cá recentemente, e quanto a essa mudança, ainda está um pouco complicado. Mas de início eu gostaria inclusive de dizer que a luta da CONTAG nesse debate da questão do trabalho infantil não é recente, eu acho que vários pessoas ... eu estou na Confederação como diretora há dois anos, mas é uma luta que outros que me antecederam já vêm fazendo esse trabalho, historicamente da CONTAG, tanto é que o símbolo do trabalho infantil, que é o cata-vento, que hoje nós todos aqui reconhecemos como um símbolo na luta pela erradicação do trabalho infantil, nasceu de um evento na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura com as crianças, e isso já há alguns anos atrás. Então eu queria, inclusive dado ao tempo que nós temos aqui nesse debate, dizer do compromisso da CONTAG com esse debate, inclusive já exposto no próprio Plano Nacional, que estamos aí hoje também

debatendo a sua necessidade inclusive de reformulação, nós também partilhamos dessa preocupação tendo em vista que a gente colocou inclusive no plano algumas ações como, por exemplo, o diagnóstico dessa situação no meio rural, inclusive uma das ações da qual a CONTAG também se sente responsabilizada por essa discussão. E temos feito da nossa parte um esforço imenso para que nós possamos estar identificando e discutindo de fato essa situação, que como o companheiro da CNA colocou inclusive aqui na primeira fala, de que é um tema extremamente difícil de ser abordado com as famílias, até porque nós estamos tratando de um tema que historicamente temos aí resquícios muito forte cultural e de várias outras situações que permeiam esse tema. E dizer que da nossa parte esse debate tem que sido feito principalmente envolvendo ... como é que nós vamos envolver essas famílias com essa discussão e aí, nesse envolvimento, precisamos também estar trazendo: como é que nós estamos vendo esse processo? Quais são os parâmetros hoje que estão sendo utilizadas para discutir, por exemplo, o aumento?

Eu acho que a Isa traz aqui, os mesmos parâmetros que a gente discutia antes, que discutiu, discutimos que aumentou, e da nossa parte, inclusive, o que estamos discutindo nesse momento. Como é que nós vamos entender qual é a forma de contribuição que tem acontecido no meio rural, como é que é esse envolvimento, até aonde que ele é prejudicial, a partir de onde, como é que está acontecendo isso de fato? Porque nós temos essa preocupação exatamente que os parâmetros que estão sendo levantados hoje, por exemplo: se é uma hora de trabalho que houve, já é identificado como trabalho infantil. Nós vamos dar o mesmo tratamento para as crianças no meio rural, nesse processo de aprendizagem, que é a sobrevivência da agricultura familiar, a continuidade desse processo inclusive. Como é que vai ser tratado isso? É o mesmo tratamento daquele que recebe um salário, um trabalho infantil assalariado no campo, não é, para um outro, um patrão, enfim, um trabalho infantil assalariado no meio rural? Porque na pesquisa inclusive a gente está trazendo recortes com a mesma dimensão e esse é um dos grandes problemas. Eu acho que vários que estão aqui, várias pessoas puderam participar conosco do primeiro seminário nacional que discutiu políticas públicas de proteção infanto-juvenil na área rural em dezembro, na CONTAG, quando desenvolvemos isso em parceria como o Ministério do Desenvolvimento Social, com a OIT, com Fóruns e vários parceiros, e nesse primeiro seminário nacional, várias pessoas que participaram do debate, ao longo dos três dias, no final disseram para a gente: “eu hoje refiz muitos conceitos

que eu tinha sobre trabalho infantil na área rural”. Então eu acho que assim a publicação desse seminário, está saindo agora em parceria com a OIT, inclusive a gente conclama outros que depois queiram ajudar a gente a reaplicar isso, para disseminar o debate que houve ali, quais foram as contribuições trazidas pelos trabalhadores rurais dessa discussão, e principalmente colocando à disposição para enfrentar esse debate, mas principalmente fazendo recorte de qual é o enfrentamento que a gente vai ter que fazer, quais são as fases, qual é o tipo de envolvimento que em cada fase está acontecendo e, acima disso, entendendo como é que esse processo dá no meio rural e, principalmente, na agricultura familiar. Nós discordamos desse processo de fazer apenas um recorte para o meio rural, porque ele tem dois recortes: um é quando ele tem esse envolvimento com a sua família e o outro é quando ele é assalariado para um outro processo, e aí nós, na CONTAG, esse debate tem sido travado e não temos dúvida de que, quando ele é assalariado, nós não temos dúvida da abordagem que precisa ser feito com relação a isso e somos extremamente contra.

Agora quando envolve esse trabalho com a sua família, ainda é um campo extremamente delicado e que não é só a gente aqui dizer: “qual o compromisso da CONTAG ou de todos nós que estamos aqui presentes? Nós vamos erradicar esse trabalho? Mas como?” E até por isso, qual é a abordagem, como é que eu vou chegar? É um tema extremamente delicado. Nós estamos discutindo principalmente como é que nós vamos levar esse debate, nesse projeto de parceria com a OIT, com eventos regionais, com eventos estaduais, com várias oficinas envolvendo as famílias, principalmente discutindo quais as ações que nós vamos trabalhar para isso e, acima de tudo, a gente tem tentado mudar esse conceito na CONTAG, a gente já não diz hoje “ações de erradicação do trabalho infantil”, a gente está chamando de “ações de proteção infanto-juvenil”, até porque nós entendemos ... nós talvez tivemos até agora fazendo uma abordagem de erradicação do trabalho infantil, enquanto que a tipo da questão da educação das nossas crianças, por exemplo, a gente não conseguiu ainda dar o tratamento necessário que precisa ser dado para a educação no meio rural. Nós estamos aí, as entidades, gritando e discutimos isso agora, a negociação do grito da terra com o Ministro Haddad, qual a prioridade que vai ser dada para a educação no campo no segundo mandato? Que no primeiro ainda ficou muito a desejar. Nós estamos vendo as nossas crianças, na área rural, infelizmente envolvidas em acidentes, em um monte de coisa com o transporte escolar, um monte de situações, e que isso tudo, a forma que está sendo disposto, inclusive

de atendimento a essa educação no meio rural, tem contribuído para o aumento dessa contribuição no trabalho. Porque se eu levo a educação para uma comunidade, para um jovem, para um adolescente com um atendimento, por exemplo, de uma vez por semana, e chamo isso de educação de qualidade, o que é que ele vai fazer os outros dias? Eu acho que assim, são debates fundamentais que nós precisamos aprofundar de como, quais as ações, porque discutir a escola do campo nesse momento é uma das principais prioridades para discutir a proteção dessa criança, porque se eu não consigo oferecer nem o acesso para ela à escola e principalmente na sua própria comunidade, nós estamos sofrendo aí nesses últimos quatro anos, sofremos a extinção de vinte mil escolas na área rural. As crianças estão sendo transportadas para a área urbana, e aí, além de toda a discussão pedagógica que a gente quer discutir desse processo, eu não estou permitindo, inclusive nesse processo, se nós estamos discutindo aí a possibilidade de uma escola integral, da forma que ela tem sido feita, por exemplo, de nucleação, não é escola integral, eu simplesmente levo para lá e na maioria dos casos a nucleação fazendo três vezes por semana, porque não tem condições de carregar a semana toda. Então eu acho assim, que nós temos aí, nesse debate, que é extremamente complexo, e principalmente da parte da CONTAG o que nós temos trazido é fazer esse debate conjuntamente. Nós queremos estabelecer quais são os parâmetros que a gente vai discutir, inclusive na APNAD agora, como é que nós vamos ver esse recorte? Nós precisamos entender, primeiramente, como é que se dá esse envolvimento no meio rural para que a gente possa realmente traçar planos de ação, que políticas públicas a gente pode fazer para chegar nessas crianças no meio rural, porque se não, como a Márcia disse, simplesmente dizer aonde é que estão esse um milhão e duzentas mil crianças, eu vou colocar todo mundo no PETI. Mas como é que eu vou atender isso? Porque na área rural é outra conversa esse atendimento. Então assim, políticas públicas que realmente atendam, que projetam as crianças que estão no meio rural, nós temos um desafio muito grande ainda para construir. Obrigada [aplausos].

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Antes de passar a palavra à próxima convidada, eu gostaria de agregar a questão do trabalho infantil nas grandes preferências urbanas do País. Você veja o problema dos catadores do Brasil, é um trabalho desenvolvido quase que familiar, quer dizer, ele sai ali com a sua família, na madrugada, às vezes começam meia-noite e vão até quatro, cinco

horas da manhã fazendo o trabalho de catar lixo nas grandes preferirias urbanas, a família inteira, às vezes três, quatro criancinhas pequenininhas. Então durante o dia essas crianças estão extremamente debilitadas para voltar à escola, com muita dificuldade, então precisamos encontrar mecanismos mais ágeis e estatais, que evidentemente os senhores no debate vão dirimir essas nossas dúvidas permanentes com relação a como combater o trabalho infantil no nosso País e erradicá-lo. Com a palavra a professora Léa Viveiros de Castro, por igual tempo de oito minutos. O tempo vai avançando, vai chegando próximo da Ordem do Dia, de começamos a sessão no plenário, e o tempo vai diminuindo aqui na nossa sessão.

SRA. LÉA VIVEIROS DE CASTRO: Bom, então deixa eu andar depressa, eu queria dar boa tarde já a todos, aos meus colegas de mesa, senhores Senadores e Deputados e demais autoridades aqui presentes. Agradecer o convite para participar dessa importante audiência pública e dizer que efetivamente eu só posso abordar esse assunto a partir da minha própria experiência como educadora, e, como educadora, voltada há mais de vinte anos para a educação profissional. Considero a educação profissional um fato de inclusão social, inegavelmente, mas que não é suficiente para tratar dos graves gravíssimos problemas educacionais desse País. O senhor agregou as crianças das periferias e eu não posso deixar de agregar, nessa discussão, os aviões do tráfico nas favelas brasileiras, principalmente nas favelas do meu Estado, onde o índice de mortalidade dos jovens, principalmente dos jovens, os meninos, os rapazes, é assustador. Então eu acho que não podemos deixar de lado também a questão tão grave das favelas e do tráfico para esse debate.

A Constituição brasileira garante a todos os brasileiros o direito à educação e à formação profissional. Eu acho que estamos longe de ter a universalização desse direito efetivamente garantido. Os dados do senso de 2000 apontam mais de dez milhões de jovens brasileiros, entre dez e dezenove anos, com menos de quatro anos de escolaridade. E nós sabemos que para o trabalho decente, o mínimo de onze anos de escolaridade, senão o trabalho do jovem não poderá ser considerado pelos padrões internacionais, o que nós chamamos de trabalho decente, porque ele tem que ter um mínimo de alfabetização digital, conhecimento de língua estrangeira e estruturas mentais que lhe permitam aprender continuar aprendendo. Então eu acho que esse também é um aspecto importantíssimo, que é a questão da elevação de escolaridade. Não adianta os programas de curto prazo, para apagar incêndio, porque isso também às vezes cria expectativas no jovem, expectativas que não são cor-

respondidas e ele não consegue nunca ultrapassar um determinado patamar porque ele não tem nível de escolarização condizente com as exigências do mercado de trabalho da sociedade contemporânea. Além disso, nós temos ainda sete milhões de jovens entre quinze a dezenove anos fora da escola, pelo mesmo senso de 2000, quer dizer, como vamos incorporar esses jovens que estão fora da escola, que não tem nem educação formal, nem educação profissional, ao mercado de trabalho ultracompetitivo e de tecnologia cada vez mais avançada? Eu acho que esse é um outro aspecto que não pode ser ignorado. Além disso, a taxa de desemprego juvenil é o dobro da taxa de desemprego adulto no Brasil.

Então esse é um fator também importantíssimo: como vamos incorporar, não é, esses jovens que têm uma preparação precária, em nível de escolaridade, poucos têm acesso a uma educação profissional de qualidade e não encontram emprego no País? Então eu acho que é um quadro bastante grave, que tem por base uma educação que não está correspondendo às necessidades atuais, uma formação profissional que nós temos de qualidade em alguns setores, mas que não atende a maioria da população brasileira. Então eu vou fazer aqui, apenas para não ultrapassar o meu tempo, eu vou mencionar aqui três programas. Eu acho que talvez esses três programas possam ser um ponto de partida até para uma discussão mais adiante. No Brasil hoje só pode trabalhar abaixo de dezesseis anos o jovem em situação de aprendizagem, a partir dos catorze anos, dos catorze aos vinte e quatro anos. Então o programa de aprendizagem é um programa que começou na década de 40, não é, dos aprendizes, e que é um programa que pode e que se mostra importante na incorporação do jovem e na formação profissional desse jovem e na sua experiência de um primeiro emprego com todos os direitos garantidos por lei: a carteira assinada, a necessidade de frequentar a escola até terminar o ensino fundamental e uma experiência profissional que ele vai garantir junto com a sua qualificação profissional. Então é um programa que tem condições de dar algumas respostas, como tem dado ao longo desses anos, que tem sido melhorado a partir da nova legislação que foi promulgada em 2000. Esse tempo de duração da aprendizagem passou de catorze a dezoito para catorze a vinte e quatro anos de idade porque o desemprego juvenil é muito forte entre dezesseis e vinte e quatro anos de idade.

Entretanto, acredito que essa legislação ainda precise ser aperfeiçoada, uma vez que se ela exige que o jovem termine pelo menos o ensino fundamental para estar num programa de aprendizagem, não estendeu isso para o ensino médio, e acho que en-

quanto não tivermos a universalização do ensino médio no Brasil, não podemos falar em emprego decente para a juventude brasileira, de modo que se a lei da aprendizagem pudesse rever os seus critérios de permanência no programa, elevando a escolaridade desse jovem para o ensino médio, acredito que pudesse ser um programa... que é um programa que pode trazer respostas importantes na questão do emprego decente do jovem brasileiro. Quero citar, rapidamente, dois programas mais. Um programa chamado “Soldado Cidadão”, que é um programa que é uma parceria entre o Ministério da Defesa e o Sistema S, em que o recruta, o soldado que está servindo ao Exército, ele sai com uma ocupação. Pelo menos naquele último período que ele passa no serviço militar obrigatório, ele tem uma capacitação para uma ocupação de nível inicial mais *[soa a campanha]*... que pode dar a ele uma primeira possibilidade de escolha de emprego. E o terceiro é o programa novo, uma parceria com o Ministério da Justiça, com a DEPEN(F), diretoria que cuida dos presos, penitenciária, que é um programa voltado para a elevação de escolaridade e formação profissional das apenadas, das jovens mulheres presas no Brasil. Por que elas em primeiro lugar? Porque elas são vítimas de discriminação por serem mulheres, são de baixa renda, são dominadas por pais e muitas vezes maridos e namorados, são usadas como tráfico, como aviões do tráfico e por isso estão presas. E se você trabalha essas mulheres na penitenciária, dando a elas condições de elevação de escolaridade e de uma qualificação profissional, elas sempre são arrimo de família, elas podem levar, quer dizer, a condição não é só delas que melhora, mas é delas e da sua família. Então esses três programas que são programas que nós participamos, o SENAC faz parte dessas políticas públicas, eu queria deixar aqui como uma contribuição para o debate. Muito obrigada *[aplausos]*.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA

SABOYA (PSB-CE): Eu agradeço a professora Léa e agora nós ouviremos o juiz Cláudio Montesso, da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho. Com a palavra V. Exa.

SR. CLÁUDIO MONTESSO: Boa tarde Senadora, senhores Senadores, companheiros da mesa. Primeiramente eu queria agradecer a oportunidade da ANAMATRA manifestar-se nessa audiência pública de um tema tão relevante para a sociedade brasileira e para o mundo do trabalho de modo geral. Todas as vezes que nós nos reunimos para fazer algum debate sobre os problemas canônicos da sociedade brasileira ou do mundo do trabalho no Brasil, nós nos defrontamos com uma constatação que pode parecer óbvia a todos os

que estão envolvidos no assunto, mas que certamente às vezes passa despercebido. A questão do trabalho infantil no Brasil tem uma raiz que todos nós sabemos qual é, que todos nós conhecemos perfeitamente, mas que fazemos de conta de que não tem nada a ver com essa questão, que é a questão da má distribuição de renda no País, da desigualdade que esse País tem e da falta de uma educação de base fundamental e de qualidade que possa levar as crianças ao aprendizado. E isso é fundamental, todas as vezes que nós encaramos esse problema, temos que ter em conta que esses é nó evidentemente dessa questão. Nós sabemos que nós precisamos resolver esse problema para podermos resolver a questão do trabalho escravo. Como nós há quinhentos anos tentamos resolver esse problema e ainda não resolvemos, então o que podemos fazer para solucionar isso? O nosso País de baixareis produz aquelas legislações mais avançadas que se tem notícia a respeito desse assunto, mas a partir do momento que a legislação é implementada, é colocada no papel, é como se todo o problema tivesse sido solucionado, e a gente sabe perfeitamente que a legislação, por si só, não faz absolutamente nada para o País melhorar. Recentemente nós tivemos um debate em que se dizia que o problema da segurança pública no Brasil ia ser resolvido com a implementação de penas mais violentas contra os bandidos e traficantes, com o endurecimento das políticas penais, quando a gente sabe que nada disso resolve o problema.

Na verdade o problema está muito além, muito mais complexo do que pura e simplesmente solucionar através de uma implantação de uma legislação. Nós temos, por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que está aí já há alguns anos, mas que até hoje não propiciou meios eficazes para a erradicação do trabalho infantil, por exemplo, e para a proteção da criança e do adolescente. Por que é que isso não acontece? Porque não há, evidentemente, uma firme atuação institucional na tentativa de erradicar esses problemas. Falta, inclusive, recursos financeiros e recursos humanos para atuar nessa área. Por mais que a sociedade civil se mobilize, por mais que os Estados se mobilizem, por mais que os governos se mobilizem, sempre há alguma falta ou ausência de coordenação nessas políticas que possam efetivamente causar ou levar a resultados práticos. Eu acho que o exemplo clássico de que o plano, afinal de contas, não atingiu o objetivo que se esperava, é o fato de não ter havido redução no número de crianças trabalhadoras e sim um aumento no número de crianças trabalhadoras. Certamente a existência pura e simples do plano não foi suficiente para que isso pudesse ser revertido, para que esse quadro pudesse ser modificado. E no Bra-

sil a gente tem sempre uma coisa muito interessante: toda vez que uma legislação é aprovada, ela sofre os aplausos de todo o mundo. Aí ela não é implementada, não protege absolutamente ninguém, ela começa a sofrer críticas, afinal de contas ela é protetiva demais, ela não leva o adolescente ao mercado de trabalho. Eu ontem, assistindo à noite um noticiário de uma das importantes redes de televisão, fiquei absolutamente surpreso com a fala final de um dos apresentadores dizendo o seguinte: “essa questão do trabalho infantil realmente é muito importante, no entanto... - quando começa a falar no entanto, já não vai vir boa coisa - no entanto nós devemos dar oportunidade para que essas crianças e adolescentes entrem no mercado de trabalho”. Mas ninguém está dizendo nada diferente disso afinal de contas. O “no entanto” aí carrega todo um arcabouço cultural, uma dificuldade cultural, como foi muito bem colocada aqui por sinal pelo representante da CNA e pela colega da CONTAG, que diz respeito àquela velha história: afinal de contas se eu comecei a trabalhar jovem, adolescente, e eu afinal comecei lá atrás e consegui construir a minha família e estou lá vivendo, por que é que afinal de contas o meu filho não pode, por que os adolescentes não podem, por que as crianças não podem? Não podem. Temos que saber claro isso, não pode, não pode porque isso não é bom para o País, não é bom para o futuro da Nação, não é bom para o futuro da Nação nós termos criança envolvidas no mercado de trabalho desde cedo sem que tenham um aprendizado correto, sem que sejam educadas.

A professora Léa coloca aqui uma coisa absolutamente fundamental, a questão da universalização do ensino médio. Nós, que lidamos com o mercado de trabalho todos os dias, no Juízo do Trabalho todos os dias, sabemos perfeitamente hoje que o ensino médio já não é garantia de bom emprego para mais ninguém. Absolutamente ninguém. Para que os senhores tenham uma idéia, se exige ensino médio para ser operador de telemarketing, uma das funções mais mal pagas no País. Então, olha, nós estamos falando, portanto, de que a universalização desse tipo de ensino, do ensino médio, também não será garantia efetiva de inclusão social ou de melhoria da condição desse menor, desse trabalhador. Logo o aprendizado, o programa de aprendizagem, me parece que tem um papel fundamental e importante nesse aspecto. Mas o que nos chama mais a atenção nesse debate, sr a senhora Senadora me permita fazer essa reflexão, é a questão das atividades que estão muito fora de total cobertura da legislação e da proteção dos meios estatais de proteção, que é a questão que envolve o trabalho do menor nas atividades ilícitas. Esses, não adianta dizer que menor

não pode trabalhar, porque nós estamos falando aí de ilicitude muito maior do que isso pura e simplesmente, que é a questão da exploração da prostituição infantil, a questão dos menores utilizados como aviões do tráfico de drogas, a questão do trabalho escravo que muitas vezes envolve uma família inteira, a questão do trabalho escravo, os conflitos armados nos grandes centros urbanos, das periferias como colocou aqui o Senador Inácio Arruda, também lembrando bem essa chaga que nós temos no País. Portanto, a questão do trabalho da criança está muito além da criação da simples proteção do trabalho rural. Está envolvida também com a própria atividade ilícita, da completa e total ilicitude. O que nós podemos fazer com relação a isso, nós Juízes e mais especificamente Juízes do Trabalho? Eu vou dizer para os senhores que do ponto de vista institucional, infelizmente, não podemos fazer nada. O Juiz do Trabalho, por exemplo, não tem competência sobre a questão envolvendo autorização para o trabalho do menor, o que, ao meu juízo, é razoavelmente uma excrescência, afinal, se nós lidamos com o mundo do trabalho no dia-a-dia e conhecemos as realidades, não seria razoável que a autorização para eventual trabalho de menor seria importante estar na competência da Justiça do Trabalho?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Eu só não entendi. Como é que é?

SR. CLÁUDIO MONTESSO: A autorização para o trabalho do menor hoje não é da competência da Justiça do Trabalho, isso é uma competência do Juízo da Vara da Infância, e às vezes o que acontece? O Juízo da Vara da Infância tem uma visão que, a meu juízo não é equivocada, mas é uma visão particular e pessoal, que é aquela visão do Juiz que está pensando em colocar o menor fora da área de risco em que ele vive. Então, por exemplo, nós enfrentamos às vezes nos processos trabalhistas algumas situações muito peculiares de instituições que estabelecem formas de empregar a criança, vamos dizer assim, ou de atuação do menor, em convênios ou de iniciativa de convênios para atender determinadas instituições, quer dizer, eu não vou me lembrar especificamente do nome de algum, mas às vezes acontece isso. Acontece que do ponto de vista da legislação trabalhista essa criança continua desprotegida, não há proteção, não há direito a 13º, a férias, a fundo de garantia, não há nada, porque a legislação proíbe o trabalho de menor de dezesseis anos, salvo no caso de aprendizado, do aprendiz. Então tudo isso faz com que o mundo do trabalho, na Justiça do Trabalho, tenha uma participação pequena nessa atuação, mas nós, Juízes, como cidadãos e como membros da sociedade civil, como sabemos que isso acontece, lidamos com isso todo dia, nos organizamos

na questão, no âmbito da Associação, e tentamos enfrentar esse problema.

A ANAMATRA tem uma Comissão de Direitos Humanos, o Dr. Firmino Alves que está aqui me acompanhando é da Comissão de Direitos Humanos, e ele é que acompanha esse trabalho todo junto, com o Ministério Público do Trabalho em algumas situações, participamos do Fórum Nacional e queremos sempre contribuir nessa área, mas é importante chamar a atenção de que a atuação institucional da competência da Justiça do Trabalho às vezes nos leva a uma situação de risco tal que se o menor é levado à Justiça do Trabalho e ele não tem mais de dezesseis anos ou não está numa situação de aprendizado, a Justiça do Trabalho não pode acolher as pretensões relativas ao contrato de trabalho dessa criança, desse adolescente, porque não há proteção legal. Não é possível a Justiça do Trabalho fazer essa proteção, essa proteção vai ficar limitada a outros aspectos que não são esses. Então nós estamos tentando exercer um papel de discutir com a sociedade, mas também de fazer denúncias. A ANAMATRA, normalmente, através do canal de sua Comissão de Direitos Humanos, denuncia as atuações em que se apresenta a questão do trabalho infantil, leva até ao conhecimento da sociedade, em parceria com o Fórum Nacional, tem essa preocupação, nós temos uma parceria com a Fundação Abrinq também com relação a várias iniciativas, temos um programa voltado a despertar a conscientização das crianças e dos adolescentes, especialmente agora dos adolescentes, que é o Programa Trabalho, Justiça e Cidadania, que levamos às escolas para ensinar, tentar ensinar, não vamos ensinar nunca nada, nós vamos aprender lá, para demonstrar quais são os direitos básicos, quais são as nossas principais preocupações com relação ao mundo do trabalho. E nós tentamos fazer esse papel.

Eu só queria chamar a atenção para um outro dado que talvez os Senadores não saibam, que para todos nós é importante chamar a atenção e talvez aqui fazer uma referência ao que a pessoa da CONTAG colocou, a Alessandra Lunas colocou, da CONTAG. Às vezes pode parecer que o trabalho infantil, num ambiente meramente familiar, ele tem talvez um aspecto menos nocivo, se é que se pode dizer assim, do que o trabalho contratado. Mas hoje no Brasil, graças a uma praga chamada terceirização, a terceirização faz com que as pessoas contratem serviços de outros e, portanto, não assumam na cadeia produtiva nenhuma responsabilidade com esse tipo de contratação, e essa contratação, por via indireta, abastece o sistema produtivo de um modo geral. Então pode ser que essa agricultura familiar, na verdade onde a mão-de-obra infantil está sendo utilizada, na verdade esteja dentro todo de

uma cadeia de produção que possa levar até ao setor produtivo efetivo e que é formal nesse aspecto. Então eu acho que nós temos que ter muita atenção nesse aspecto porque, na questão do trabalho escravo, por exemplo, o que nós temos observado que acontece é isso. Quando a fiscalização chega lá ou quando alguém chega lá, diz assim: “não é meu empregado não, ele é empregado daquele lá, daquele outro que está lá do outro lado, é terceirizado”, e isso foge completamente da responsabilidade ou tenta fugir da responsabilidade. Então eu acho que é importante a gente observar isso para saber se de repente essa agricultura familiar não está sendo [*soa a campainha*]terceirizada na atividade produtiva. Na verdade, Senadora, me desculpe, mas a gente prepara às vezes as coisas para falar, mas se empolga com um tema tão interessante, tão importante, que acaba ultrapassando aquilo que o papel está escrito aqui e acabei ultrapassando o tempo também, mas de qualquer maneira colocar à disposição a Associação Nacional da Magistratura para o trabalho que tem sido feito no Congresso Nacional e com as outras entidades, que são nossas parceiras [*aplausos*].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Muito obrigada. Eu queria agradecer ao Juiz Cláudio Montesso, pedir também desculpas, porque nós desejávamos que pudéssemos cada um fazer aqui um debate, ter uma palavra maior a respeito disso, porque —

SR. CLÁUDIO MONTESSO: Passei do tempo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Mas não tem problema, de forma alguma. Então eu vou passar a nossa última convidada, que é a Dra. Eliane Araque.

SRA. ELIANE ARAQUE DOS SANTOS: Bom dia a todos. Eu gostaria de cumprimentar em primeiro lugar principalmente a Senadora Patrícia Saboya, lutadora incansável em busca de garantir a proteção da criança e do adolescente, de combater o trabalho infantil, as formas ilícitas de trabalho, e garantir toda a implementação do sistema de garantia de direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Sem dúvida é uma parceira incansável, uma aliada aqui no Congresso Nacional. Bom, eu gostaria de cumprimentar também os meus companheiros de mesa, que já colocaram aqui no debate várias questões importantes, cumprimentar a Dra. Márcia Lopes, os demais Senadores, parlamentares, Deputados que estão aqui. É um prazer. Avaliar o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho do Adolescente não é uma tarefa fácil, não é? É um plano que tem cento e trinta três atividades, ele foi discutido e aprovado por uma Comissão, que já foi colocada aqui representativa, porque na CONAET

temos representantes de cada um dos segmentos da sociedade que está envolvido com essa problemática de combate ao trabalho infantil e da proteção do adolescente, e aí uma questão fica pendente: se é um plano elaborado pelas entidades que atuam na área, se é um plano elaborado que tem uma participação significativa de todos aqueles que estão efetivamente nesse combate, por que é que ele não foi devidamente implementado? Como a Isa colocou, há uma análise parcial, uma análise desse programa, desse plano, feita pelo Fórum que vai ser divulgada: dessas cento e trinta três atividades, apenas 1/3 foi efetivamente realizado em quatro anos. Nós temos outras tantas, menos um pouco de 1/3, que ainda estão em fase de realização e praticamente 46%, 47% que não foram realizadas e não se têm nenhum dado de o porquê de não terem sido realizadas. E é um plano significativo porque foi elaborado por aqueles que conhecem a problemática, mas é um plano que não foi executado.

E isso a gente está avaliando no momento em que, infelizmente, nós temos um aumento do trabalho infantil, e um aumento do trabalho infantil em áreas nevrálgicas, em áreas importantes e especiais: na área da agricultura, da economia familiar, e na informalidade. E nós não estamos falando do trabalho oculto, porque nós não temos dados realmente precisos, não é, para avaliar quantas crianças e adolescentes estão efetivamente nas atividades ilícitas no trabalho oculto. Então nós estamos na primeira década do século XXI, eu não diria que nós teríamos regredido naquilo tudo, em todo aquele caminho que nós percorreremos, criamos, que foram criados para a erradicação do trabalho infantil e que resultaram, como já foi dito, essas ações, em uma significativa diminuição do número de crianças e adolescentes envolvidos no trabalho precoce. Porque de nove milhões, nós estamos hoje em cerca eu diria de três milhões mais ou menos, talvez quatro se tivéssemos dados mais precisos, o que continua sendo um escândalo, porque falar em milhões de crianças e adolescentes desprotegidos é efetivamente um escândalo. E embora os números que apontam esse aumento do trabalho infantil, face a essa realidade de milhões seja pequeno, ele é significativo. Primeiro porque nós pensávamos que em 2007 nós já teríamos erradicado o trabalho infantil, então nós não estaríamos falando em aumento do trabalho infantil. Segundo que ainda não tivéssemos erradicado o trabalho infantil, nós estaríamos em franca expansão das atividades de combate e em elevação crescente do número de crianças e adolescentes retirados do trabalho precoce. No entanto, estamos diante de uma realidade de um número significativo, pequeno, mas significativo de criança e de

adolescentes que retornaram ou se envolveram com o trabalho precoce.

Quando a gente fala em proteção de criança e do adolescente, e aí ainda bem que as crianças não estão aqui, porque elas foram bravas, agüentaram ficar aqui várias falas, não é, mas eu gostaria de parabenizá-las, pois quando a gente fala em proteção de criança e de adolescente, nós não podemos pensar que uma se quer fique fora dessa proteção. Então quando a gente fala em cem mil, cinqüenta, continua sendo uma situação a nos chamar a atenção, por isso a importância que nesse momento a gente esteja aqui numa data em que é uma data de mobilização. Não é uma data de comemoração, mas de mobilização. Então que nos mobilizemos, não é? Mas voltando ao plano, como o Leonardo falou, ele está sendo revisado, e é muito importante que essa revisão e essa avaliação se faça nesse momento em que esse aumento se deu para que a gente realmente reveja que ações não foram executadas ou por que delas não terem sido executadas e que engano nós cometemos ao planejá-las, o que houve, vamos dizer, elas efetivamente não deveriam estar no plano, elas deveriam, mas deveriam estar previstas dentro de um contexto de atividades que não estão ali previstos? O que ocorreu? E aí, numa breve avaliação, e me baseando inclusive nessa avaliação do Fórum, eu diria: os problemas que nós tínhamos antes, quando elaboramos esse plano e quando prevíamos essas atividades, eles continuam. Porque as atividades não realizadas são aquelas que envolvem o apoio à família, [Soa a *campainha*] a geração de emprego e renda dessas famílias, recursos que não estão previstos e canalizados efetivamente para a erradicação do trabalho infantil e a questão da educação. As atividades da educação não foram totalmente implementadas, o que é um escândalo, porque todos aqui repetiram que a educação e a formação profissional é essencial nesse contexto. Todos aqui, a Alessandra mais uma vez traz a questão da família, não é? O apoio à família é crucial também nesse contexto, e as situações específicas de trabalho infantil também não foram devidamente implementadas. É um trabalho infantil doméstico, é o envolvimento de crianças e adolescentes no tráfico, são as crianças e adolescentes envolvidas na exploração comercial e são aquelas crianças e adolescentes envolvidas no trabalho informal. E aí, só para não me alongar, mas eu gostaria de falar mais duas coisas importantes, enfatizando essa questão dos recursos, porque nesse momento nós vamos, os parlamentares, o Congresso, o Governo estará discutindo o novo orçamento para os próximos quatro anos, então é importante a presença, a atuação dos senhores é muito importante, mas a questão da fiscalização. Já foi colocado aqui a

questão da super-receita, eu não sei aqui, eu estava num evento ontem, isso foi colocado, talvez eu esteja até confundindo, mas é preciso que se valorize a fiscalização do trabalho porque ela é um suporte, é ela que nos dá o apoio para as atividades.

É importante, a Isa colocou aqui, é importante que não só a valorizemos, porque ela está num momento de reestruturação, ela está num momento de reorganização, é preciso chamar a atenção para isso, não é, e é importante também que essa fiscalização se veja num contexto maior para que se faça também em rede. Uma outra questão é a questão do aspecto cultural e aí, Senadora, eu pediria só mais dois minutinhos para falar, que embora a gente saiba que a questão econômica, sem dúvida, é a grande questão, não é, quando a gente fala de apoio à família, não é só saúde, educação, de programa de geração de emprego e renda, mas também todo um suporte de saúde, todo um suporte de políticas públicas. Então a gente vê o contexto econômico, mas a gente sabe que na hora, isso a gente vê na prática, na hora que as questões, os problemas são colocados em face da gente para resolver, a questão cultural emerge e aí a gente vê que, embora nós que estamos envolvidos no combate ao trabalho infantil tudo é muito claro, ainda não é claro para a sociedade e não é claro para aqueles que também integram o sistema de garantias e direitos que está no ECA, e aí é só para fazer uma referência breve ao que o Cláudio trouxe no sentido das autorizações judiciais. Cláudio, embora a CLT ainda esteja lá falando em Juízes da Infância e da Juventude, a gente defende que a competência é da Justiça do Trabalho, e não se pode fazer diferentemente. Não é nem por causa da Emenda 45, é desde a nossa Constituição de 1988 e desde a Instituição do ECA. E mais: não tem que haver autorização para o trabalho, não existe, porque a Constituição, ela é clara. No entanto nós vemos que tem aumentado o número de autorizações para o trabalho sim, e aí, quando a gente lê toda uma fundamentação, ela se baseia em todos aqueles mitos que nós estamos cansados de falar aqui, são mitos porque o trabalho não forma, porque dizer que o trabalho da criança é necessário para a sobrevivência já não é um argumento dentro do contexto da proteção integral. Todos esses são argumentos que fundamentam as sentenças, Cláudio. Então ainda permaneçam o nosso imaginário, nosso, eu digo, operadores de direito, a questão antiga do paradigma anterior da situação irregular, não é, do Código de Menores, de que o trabalho é uma solução. Por quê? Porque a gente não consegue. Alguém falou em criativo, foi a Senadora. Temos que ser criativos, os instrumentos estão aí. Então vamos pensar para frente. Por que olhar para

trás? Porque isso nos dá segurança, porque é algo pretensamente conhecido, já vinha sendo feito, então me apoio no que estava atrás ao invés de olhar para a frente? Porque nós temos uma legislação assentada que nos permite fazer efetivo sim toda a proteção que ali está delineada.

Então esse é um momento especial de reflexão e de busca de revisão de um plano para que ele preveja efetivamente as ações que vão nos afastar dessa realidade de aumento do trabalho infantil. Sem dúvida, eu queria só ressaltar aqui as atividades, toda a ação do MDS, que está num esforço incrível na implementação do sistema único de assistência social, no programa de integração do bolsa-família e PETI, é um trabalho que nós precisamos cumprimentar todos aqueles que estão envolvidos em nome da Dra. Márcia Lopes, mas nós ainda estamos, Dra. Márcia, para ver os resultados dessa integração bolsa-família e PETI, e para que efetivamente o trabalho infantil seja tratado especificamente, só que não é só o MDS que vai dar cabo dessa situação, é toda uma ação articulada num âmbito governamental e da sociedade civil. Obrigada e desculpa pelo tempo *[aplausos]*.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Eu só queria registrar a presença da Dra. Elizabete Maroja, Delegada Regional do Trabalho do Distrito Federal; o Sr. Marcelo Pereira da Silva, Presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais do Distrito Federal; Antônio Cacheta, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Nilza Maria, diretora do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho; Rosiléia, Coordenadora Geral de Educação em Direitos Humanos – CECAD/MEC; Sr. Leandro Fialho, coordenador geral das Ações Educacionais Complementares - MEC/CECAD. Bom, eu agora, agradecendo então a palavra de cada um, vou passar, finalmente, ao Senador Cristovam Buarque a palavra, em primeiro lugar, depois a Senadora Lúcia Vânia, em seguida o Deputado Paulo Henrique para que também possam se manifestar com relação ao tema discutido aqui.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, Senadora Saboya, eu gostaria de discutir o que cada um falou, já anotei bastante, mas com a hora eu creio que não vale a pena. Eu queria retomar o que a dona Eliane falou sobre ações, o que fazer. Eu vou dizer o que é que eu acho que deveria fazer. Eu vou dar sugestões para o Governo e sugestões para nós do Congresso. A primeira coisa é nos horrorizarmos com o problema. Nós não estamos ainda horrorizados. Com todo respeito, nossa conversa aqui teve muito de burocrática, de medidas, de avaliações, mas eu não vi nenhum choro lá atrás e nem vi nenhuma lágrima

por causa do trabalho infantil. Hoje a gente tem mais crianças trabalhando do que tínhamos escravos em 1.888, quase duas vezes mais. Nós não estamos horrorizados. Ontem fizeram o Presidente da República ir para a televisão falar do irmão dele. O Presidente não tem culpa do irmão. Eu não vi ninguém pedir que o Presidente vá para a televisão pedir desculpas para o Brasil que depois de quatro anos e meio de Governo ainda tem criança trabalhando. Eu não posso culpá-lo dos atos do irmão dele, agora sim posso culpá-lo de que a gente ainda tem criança trabalhando, e pior, aumentou. E sabia-se que ia aumentar, ele foi avisado disso, e vou dizer por quê. Quando ele transformou a bolsa-escola em bolsa-família, foi avisado a ele que uma das conseqüências era as famílias perderem, ao nível da consciência delas, o sentimento de educação dos filhos. Foi um efeito devastador, na opinião das famílias pobres, tirar a palavra “escola” e botar “família”. Antes a família dizia: “eu recebo esse dinheiro porque o meu filho vai à escola”. Agora dizem: “eu recebo esse dinheiro porque eu sou pobre”. Antes ela dizia: “pela escola eu vou sair da pobreza”. Agora ela diz: “se eu sair da pobreza, eu perco a bolsa”. Foi um efeito devastador. Pior ainda: tirar do MEC e colocar no Ministério do Desenvolvimento Social, cujo propósito é outro. E ainda mais: misturar um programa educacional, que era o bolsa-escola, com programas assistenciais, fundamentalmente necessários, mas de diferente repercussão e diferente conceito.

Tem que voltar a ter o conceito educacional no programa de transferência de renda para famílias com crianças na escola e manter todos os programas assistenciais paralelos que são necessários e que havia no governo anterior. A terceira coisa é entendermos com clareza que não se trata de eliminar o trabalho infantil, mas sim de universalizar a educação de qualidade. A gente não quer apenas tirar meninos do trabalho, queremos colocá-los na escola, mas escolas de qualidade. Por isso que tem que ser no MEC o combate ao trabalho infantil. Não pode ser na assistência social. Tem que ser no Ministério da Educação, é lá que a gente põe menino na escola. Só que no Brasil o Ministério da Educação não tem nada a ver com o trabalho infantil: é justiça, é trabalho, é MDS, mas não é educação, porque educação só cuida dos que estão na escola. E sabe por quê? Porque na verdade não tem Ministério da Educação, tem Ministério do Ensino Superior. A educação de base é coisa de Município no Brasil. Então não precisa o Ministro se preocupar com isso. Universitário faz greve. Você já viu menino que trabalha fazer greve para que tenha escola, para que aumente o salário do professor? Então a gente tem que ter clareza de que o objetivo é colocar as crianças na escola.

E a escola tem que ser de qualidade, menino não fica em escola ruim. Tem que entender isso. Menino só fica em escola que for boa. E aí a quarta coisa é a gente um dia acreditar nesse País que é possível ter escola boa para todo mundo, que eu acho que a gente não tem essa percepção, nunca teve. Eu não vou dizer que perdeu não. Nós nos acostumamos que escola é boa para filho de ruim e escola é ruim para filho de pobre como se fosse uma coisa absolutamente obrigatória e no mundo inteiro, quando não é. Tem que partir, portanto, de acreditar que esse País pode ter escola em horário integral, com professores muito bem remunerados, desde que bem dedicados, bem preparados, em escolas bonitas e bem equipadas, e isso como parte da luta pela abolição do trabalho infantil em colocar a criança na escola. A outra é voltar ao PETI, e mais ambicioso ainda, e aqui eu falo diante de quem dirigiu e coordenou o PETI: que a bolsa-escola é diretamente vinculada ao trabalho infantil.

A bolsa-escola é para todos. Para o trabalho infantil eu estou de acordo que tem que ter alguma coisa especial, mas com mais ênfase ainda. As melhores escolas desse País, públicas, deviam ser para os meninos que hoje trabalham, senão eles não vão ficar na escola. As meninas que estão na prostituição infantil não vão ficar nas escolas ruins. É ali que tem que ter as melhores escolas. Acreditar que isso é possível é fundamental. A outra coisa é definir metas com clareza para isso. A gente tem que marcar a meta. Até na época da escravidão, os que eram contra a abolição aceitavam definir que daqui há dez anos fica abolida a escravidão. Os mais reacionários, os donos de escravos diziam: “eu aceito, desde que seja daqui há vinte anos”. Outros dez. Outros, como Joaquim Nabuco, imediatamente. Vamos marcar uma data para abolir essa forma de escravidão.

E aí, Presidente, Senadora Lúcia Vânia, eu queria propor três coisas para nós, Senadores: a primeira é nós aprovarmos um requerimento, que eu não posso apresentar hoje porque essa não é uma reunião formal, a convocação dos Ministros para virem aqui, porque eu acho que foi correto virem aqui os que não são Ministros para falar de uma avaliação, mas essa sessão foi convocada antes. Com os dados de ontem tem que chamar aqui os Ministros da Justiça, da Educação, do Trabalho e do Desenvolvimento Social. Que eles venham aqui suplico explicar porque aumentou. Onde é que o Senado errou, se foi culpa nossa. O que é que eles precisam de nós. Segundo coisa, Senadora, eu queria propor que a gente fizesse uma carta ao Presidente da República, assinada pelo maior número possível de Senadores, dizendo da indignação, do horror, da tristeza que a gente sente diante dessa re-

alidade, e que nós nos colocamos à disposição dele para ele dizer o que ele precisa da gente, se é uma coisa que precisa do legislativo, agora que a gente não vai deixá-lo em paz enquanto ele não, de fato, tomar medidas. Já tem PAC para quase tudo. Eu nunca vi falar em PAC no trabalho infantil. Cada dia eu vejo um PAC novo. Cadê o do trabalho infantil? A gente não vê. Cadê um verdadeiro PAC para revolucionar a educação e não apenas dar um pequeno salto? Por que quinhentos bilhões para o PAC da economia e dois para o da educação? E finalmente, terceira coisa, é criarmos, nem sei se é regulamentar isso, criarmos uma comissão permanente, composta de Senadores dos Direitos Humanos, da Educação e de Assuntos Sociais para acompanharmos esse assunto dia-a-dia. Se possível a gente não deixar passar uma semana sem que um de nós, dessa Comissão, fale nesse Senado que existe trabalho infantil no Brasil. Lembre ao Brasil que tem, até alguém chore, até que alguém se horrorize e alguém comece a exigir que o Governo do Brasil diga quando é, qual é o prazo. Se não conseguir, que ele peça desculpas porque não conseguiu, mas não por uma meta pequena para poder comemorar que fez pouco. É melhor pedir desculpas de não ter feito tudo do que comemorar ter feito pouco, como a gente está comemorando. Então essas são as minhas palavras. Eu peço desculpa por... eu estou horrorizado e pela minha indignação, e creio que a gente não pode ficar quieto. Então estão aí as minhas três propostas como Senador e aí as minhas sugestões para que os representantes do Governo levem essas sugestões ao Presidente da República.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA

(PSDB-GO): Agradecemos ao Senador Cristovam. Quero dizer, Senador, que as propostas foram aqui anotadas e vamos passar à Secretaria da Mesa para que as providências sejam tomadas. Eu solicitaria a V. Exa. que assumisse a presidência para que eu pudesse fazer uso da palavra.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Passo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Bom dia a todos e a todas aqui presentes. Eu quero cumprimentar ao Presidente, o Senador Cristovam Buarque, que é um grande parceiro aqui das causas sociais, cumprimentar os expositores e ficou muito claro, pelo menos para mim, que cada um que está aí na frente, trabalhando, tem o melhor dos propósitos, fazer com que realmente a gente encontre um caminho para erradicar o trabalho infantil. Eu quero cumprimentar a

Márcia, que é uma pessoa que eu conheço pela sua dedicação, pelo seu esforço, por tudo que ela tem feito para segurar o programa no Ministério de Desenvolvimento Social. Cumprimentar os técnicos da secretaria de Desenvolvimento Social, enfim, todos os presentes. Eu gostaria de colocar aqui, para mim fica sempre muito difícil fazer qualquer crítica ao trabalho, ao plano de governo atual, uma vez que sou uma parlamentar de oposição. No ano passado, quando eu enfrentei um debate muito forte no sentido de que eu entendia que o programa de erradicação do trabalho infantil não poderia estar vinculado ao programa bolsa-família. Isso por quê? Os objetivos, se a gente pegar a lei que criou o bolsa-família e ver os objetivos do programa e pegar o decreto que criou o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, a gente vai perceber que os objetivos são inteiramente diferentes. Então você não pode juntar, numa mesma panela, coisa que são diferentes, no caso de uma proposta ou de uma coisa que tenha conceito diferenciado.

Então eu, naquela ocasião, eu dizia e quero me recorrer aqui à Alessandra, que eu acho que fez um depoimento muito interessante. Quando da implantação do programa, nós o fizemos primeiro na zona rural, porque entendíamos que ali é que estava o foco. Mas eu gostaria, antes de chegar lá, dizer como estava estruturado o programa, como é que foi feita a mobilização, como é a complexidade do programa. Quando aqui foi colocado o problema da erradicação do trabalho infantil, ele não está preso apenas naqueles focos de pobreza, mas ele tem um envolvimento cultural muito forte que faz com que o programa seja muito específico e que leve em conta pesadamente o aspecto cultural. Com isso, eu acho que a Alessandra mais do que eu possa dizer aqui, ela relata isso. Muitas vezes quando nós iniciamos a implantação, os pais diziam: “Mas vocês vão tirar os meus filhos do trabalho para dançar ou para fazer um trabalho qualquer ou para brincar na escola?” Então há um conceito muito forte. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a gente vê que é uma tradição, é uma herança até mesmo do alemão, italiano, em trazer a criança para trabalhar na família é uma coisa absolutamente normal. Então a conceituação do trabalho infantil, ela é complexa, já foi colocado aqui. A questão que envolve a problemática do trabalho infantil é extremamente complexa porque ela envolve não o aspecto da pobreza, exclusivamente, mas também o aspecto cultural. Em função disso, ao planejar esse Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, nós fizemos, em primeiro lugar, um Fórum, que era constituído pela OIT, que hoje existe, o prolongamento da OIT, a UNICEF, os Ministérios envolvidos: do Trabalho, Desenvolvimento Social, Educação e Saúde.

Esse Fórum estabeleceu, em primeiro lugar para a ação, os focos onde estavam o trabalho infantil, porque a gente sabia que os Municípios não iam detectar onde é que estava esse trabalho, mesmo porque o conceito que eles têm de trabalho infantil ainda era muito obscuro. Então esse Fórum foi responsável por fazer a pesquisa e mapear onde é que estavam os mais graves problemas do trabalho infantil. E detectamos: em Pernambuco, cem mil crianças trabalhando nos canaviais; no sisal, outro tanto de crianças trabalhando. No sisal, essas crianças, muitas vezes, perdiam as mãozinhas e os dedos na máquina de desfiar o sisal; nos garimpos; nas salinas no Rio de Janeiro; nas pedreiras. Enfim, a gente via que o mais grave problema estava na zona rural e sabíamos que ali é que era o nosso início do trabalho. Mas sabíamos também que uma ação centralizada jamais chegaria lá. Se não houvesse a motivação local para que as pessoas pudessem se apropriar do projeto, nós não teríamos sucesso. Daí porque a bolsa PETI não era uma bolsa centralizada. Nós entendíamos que como a centralidade do programa não está na assistência social, a centralidade dele é a educação, nós entendíamos que era fundamental que o prefeito se apropriasse, porque o prefeito tem o seu posto de saúde, tem as suas escolas, enfim, tem todo um instrumental que lhe permite colocar essa criança na escola de forma efetiva.

Fizemos um Fórum, convidamos os empresários - principalmente no setor canavieiro, que eu acho que é muito importante e nós estamos voltando a viver a questão dos canaviais, que eu acho que é o grande risco que nós temos -, e colocamos os empresários e trabalhadores discutindo esta situação. E entendíamos que se não houvesse um pacto local, independente do Governo, não haveria diminuição desse trabalho. Então a primeira coisa que se fazia era mobilizar, mobilizar, mobilizar, mobilizar e formar o pacto entre toda a sociedade envolvida. Ao lado disso, tem outra coisa que foi colocada aqui, que eu entendo que é fundamental, que é a questão da fiscalização. Nós tínhamos o problema da fiscalização e chegamos à especificidade de criar uma Comissão especial para a erradicação do trabalho infantil. Eram pessoas que eram preparadas para ter abordagem, uma abordagem especial aos pais, aos empresários. Essa Comissão me parece que foi desativada, não é? Pelo menos é a informação que eu tenho. Outro aspecto que eu considero importante é que os Estados teriam que apontar - e eu tenho aqui, aqueles estudiosos que quiserem, eu tenho aqui a implantação em Pernambuco -, teriam que apontar as deficiências do Município. Então se eram apontados na zona canavieira, que não tinha espaço para jornada ampliada, que não tinha espaço, as escolas eram de

péssima qualidade, nós teríamos que tomar ação na área de educação, fazer com que a escola funcionasse lá, fazer com que os monitores fossem treinados, e a UNICEF é que fazia esse treinamento com os professores. Então envolvemos de forma assim muito intensa o Município neste trabalho. Eu posso inclusive convidar aqueles que quiserem aqui, em Formosa, pertinho, em Goiás, tem o melhor exemplo da implantação do trabalho que continua perfeito e você não encontra uma criança na rua, uma criança fora da sala de aula. Então esse trabalho - eu estou me estendendo para dizer a complexidade dele - é um trabalho que não pode estar junto com outros trabalhos, que já são muito fortes. Ele precisa ter uma coordenação específica e precisa que o Presidente da República esteja engajado nele, porque a coordenação dos diversos Ministérios é fundamental que se faça. E depois o compromisso, que nós acabamos de aprovar aqui, empresas que contratam trabalho infantil não podem ter convênios com o Governo. São coisas assim que a gente tem que penalizar mesmo, de um lado penalizar e de outro lado buscar a forma de se fazer esse trabalho. Então eu acredito que não é uma coisa fácil, não é fácil a gente vir aqui cobrar nada de ninguém. É muito difícil. Mas para que isso possa ter um resultado, e eu falo isso e felizmente eu posso apresentar esse resultado, não pela eficiência nossa, mas talvez pela nossa busca de encontrar uma solução numa coisa que era sem solução.

Todos os dias a BBC de Londres enfocava as carvoarias do Mato Grosso do Sul mostrando as crianças trabalhando a quarenta graus, à temperatura de quarenta graus. Essas crianças, os desenhos eram todos cinza, nunca tinham visto um céu azul; era tudo nuvem, tudo fumaça. Então você trabalhar essa criança, ela precisa ... não é uma criança que vai para a escola só com a bolsa. Nós começamos com a bolsa. Quando a fiscalização chegava lá, as crianças voltavam para o trabalho. Então nós entendíamos que precisava da jornada ampliada para que a criança encontrasse motivação. E o primeiro problema que encontramos: a escola não era atrativa. A criança preferia ficar ao lado da mãe, na carvoaria, do que ir para a escola. Então foi aí que nós acionamos a educação, acionamos a UNICEF, que fez a capacitação desses professores e procuramos ... porque o que eu acho que nós podemos fazer, que trabalhamos com trabalho infantil, é provocar, explicitar a gravidade da educação nesse País. E aqui nesse trabalho, eu tenho isso aqui em dados para mostrar para os senhores que não adianta fazer um belíssimo Plano de Erradicação do Trabalho Infantil se nós não tivermos uma evolução estupenda na educação. E se o trabalho, quem coordena, não tiver o apoio da educação para fazer com que essas coisas sejam feitas,

não há como. Em Pernambuco nós encontramos escola que não tinha banheiro, encontramos escola que não tem luz elétrica, então tudo isso tem que ser resolvido, não é uma coisa que resolve só ali no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Então ele precisa de um envolvimento do Governo e exige, principalmente, um compromisso político da presidência da República. Se isso não existir é muito difícil que a gente tenha um resultado expressivo. Mas, de qualquer forma, eu quero parabenizar a todos aqueles que continuam acreditando nesse trabalho, a todos aqueles que acham que é possível resolver, embora a complexidade dele seja enorme. A gente não consegue fazer tudo de uma vez, tem que ser uma coisa que tenha um cronograma, uma meta para ser atendida, como colocou aqui o professor Cristovam, mas é importante que a gente redirecione os rumos e entenda que ele não possa estar atrelado ao bolsa-família, porque a complexidade dele é muito maior do que um simples combate à pobreza. Muito obrigada, senhor Presidente *[aplausos]*.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero chamar a presidenta Patrícia, para assumir.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Obrigada, Senador Cristovam Buarque. Eu estava ali com as crianças, que elas me chamaram de novo ali, então eu fui até lá, me perdoem. Eu passo a palavra, agora, ao Paulo Henrique Lustoza, Deputado Federal pelo meu Estado, o Ceará.

SRA. ALESSANDRA DA COSTA LUNAS: Senadora, é a Alessandra, só um instantinho. Eu gostaria de pedir a compreensão dos companheiros que estão continuando o debate, que a assessora da CONTAG, da área de políticas de proteção infanto-juvenil, pudesse assumir o meu lugar, que nós temos agora, às catorze horas, uma audiência pública, também na Câmara, sobre previdência rural, que é a área que eu coordeno também na CONTAG e eu estou lá também, vou ter que contribuir lá um pouco. Então eu só pediria a compreensão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Muito obrigada, Dra. Alessandra, muito obrigada por sua vinda aqui. Deputado Paulo Henrique.

DEPUTADO PAULO HENRIQUE LUSTOSA (PMDB-CE): Em primeiro lugar eu queria cumprimentar o Senado, na pessoa da Senadora, e a Frente Parlamentar que a Senadora é coordenadora, por essa iniciativa de grande importância, e já endossando desde sempre as palavras do Senador Cristovam Buarque. Eu vou pular, se o senhor me permitir Senador, a parte de me horrorizar, eu já me horrorizei junto com o senhor, e

vou concentrar mais na questão do relatório do plano, propriamente dito, que foi um dos últimos trabalhos que eu fiz, ainda como constou antes de ser parlamentar, numa parceria com o Fórum Nacional, uma parceria de muito tempo, a Eliane, o pessoal, a OIT, a Fundação Abrinq, vários parceiros nessa causa do trabalho infantil. E eu queria, com relação especificamente ao plano, eu gostaria de primeiro destacar aqui que é uma vitória. Por mais que o plano precise ser aperfeiçoado, nós temos que ter metas, temos que ter prazos, valores, mas já é uma vitória a gente estar aqui e dizendo o que aconteceu, o que não aconteceu. Ele merece aprimoramentos. Uma das coisas que a gente discute é até a viabilidade de ser um plano do trabalho infantil e da proteção do trabalhador adolescente, e eu falo isso porque, eu não sei se vocês prestaram atenção, mas o tema nessa rodada da proteção ao trabalhador adolescente sumiu na discussão. Apenas a professora Léa trouxe contribuições sobre essa discussão da lei do aprendizado, programa profissional do primeiro emprego e outras questões relacionadas à inclusão dos jovens e das jovens no mundo do trabalho, do trabalho decente, porque o trabalho infantil... até porque ontem foi o dia de combate ao trabalho infantil, então eu acho que isso é uma das questões.

A outra questão é que a gente tem que... fica evidente que nós temos que aprimorar os nossos mecanismos de monitoramento, o trabalho que o MDS vem fazendo, que a SAJ(F) vem fazendo no Ministério é um trabalho importante, mas ainda falta, eu acho, maior transparência para a sociedade, a gente ter mais diálogo em termos dos resultados do que vem sendo feito, e a gente precisa aprimorar muito a nossa questão da gestão dessas políticas públicas, gestão do plano, e aí é menos uma sugestão e mais um alerta agora que entra nesse novo processo de planejamento. Primeiro: eu pego até uma carona na fala do Cláudio, que ele disse: “não, nós temos aqui uma certeza, porque a questão da renda, da má distribuição da renda está na base do problema do trabalho infantil”. Eu juro que eu era sócio dessa sua concepção, mas aí, a APNAD me desmentiu, aonde de 1992 a 2004 nós vínhamos assistindo sucessivas quedas, tanto absoluta como relativa do trabalho infantil no País, e isso, o Senador que é professor de economia sabe melhor do que eu, nesse período vivemos momentos de concentração de renda nesse País que há muito a gente não acessava, entre 1992 e 2004. E quando a APNAD, em 2005, mostra talvez um dos melhores desempenhos no País em termos de aumento da renda média do trabalhador, principalmente do trabalhador que ganha pouco e redução do Índice de Gini, o trabalho infantil subiu.

A gente tinha uma outra crença que era: se a criança está na escola, a criança não trabalha.

É claro, Senador, que se ela estiver na escola de qualidade, eu concordo com o senhor, mas, de qualquer maneira, nós colocamos as crianças na escola e a pesquisa mostra que elas continuam trabalhando e até trabalhando mais estando na escola. A gente investe, aposta na centralidade da família, o governo faz um programa do alcance de um programa bolsa-família e aumenta o número de crianças trabalhando, embora a renda média das famílias que estavam abaixo da linha de pobreza, tenha aumentado. Então não só é um desafio gerencial na elaboração do plano, mas a gente vive um momento de poucas certezas com relação das melhores políticas. Expulsamos ou quase expulsamos na totalidade dos setores organizados da economia o trabalho infantil, apesar da terceirização e da quarteirização aqui e ali ainda esconder esse problema, mas agora o nosso desafio é: como é que a gente chega no ilícito, no ilegal, no doméstico, no oculto? Então o próximo passo de planejamento, que é esse novo plano que o Congresso, eu acho, Senador, precisa trazer para discussão do plano plurianual. Em minha resposta ao seu questionamento do PAC, houve-se aí a questão de que está sendo discutido a agenda social que seria o equivalente de um PAC do Governo para essa questão social. Então o Congresso também tem que trazer essa discussão para a gente brigar no PPA por metas, por orçamentos claros, eu acho que também é nossa responsabilidade, e eu termino com mais um questionamento que é o seguinte: todos aqui disseram sobre a importância de ações integradas, da articulação.

A Senadora foi brilhante na exposição dela, na importância da participação do Município, da jornada ampliada e tudo mais, agora o que o plano mostra é o seguinte: se das ações que estavam previstas apenas 1/3 foi considerada com estágio de execução conforme, e aí, Márcia, você tem razão: não são só as MDS, é um conjunto de todas as ações que têm esses 33%, quando a gente toma as ações que exigem um maior grau de articulação entre os entes públicos e entre os entes públicos e a sociedade, no caso nós elencamos aquelas ações que o plano estabelecia em contar com a participação de quatro ou mais instituições. São vinte e sete no plano. Das vinte e sete, apenas três foram consideradas com um grau de conformidade em termos de sua execução, ou seja, então nós temos 33% no geral e apenas 11% naquelas ações em que o plano deliberadamente mostrava que tinha que haver uma maior convergência e articulação das ações. Então se a gente acredita que o problema do trabalho infantil, o problema de garantir proteção à criança, em todos

os seus sentidos, exige uma ação articulada, o nosso planejamento, a nossa gestão, precisa levar em conta a nossa pouca capacidade hoje de gerenciar ações mais complexas, ações que envolvam vários autores. Era isso e muito obrigado [*aplausos*].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Muito obrigada, Deputado Paulo Henrique. Bom, agora nós passaremos, então, eu tive que me ausentar, eu não sei se tem alguma pergunta direta. Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sra. Presidente, existe aí uma solicitação do Senador Cristovam em que ele solicita seja convocado os Ministros de Trabalho, Desenvolvimento Social e Educação. O segundo item da proposta dele é que seja feita uma carta ao Presidente da República perguntando a razão do aumento do trabalho infantil. E o terceiro item... me socorre, professor, que eu não me lembro, está aí atrás, tem um papel aí atrás.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A senhora já falou. Primeiro que a convocação dos Ministros seria pelas três comissões: Direitos Humanos, Assuntos Sociais e Educação. Depois a gente cria uma Comissão de Senadores dessas três comissões, *ad-hoc*, para acompanhar o assunto do trabalho infantil pelo menos ao longo dos próximos meses --

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): -- Perfeito.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): -- Denunciando todos os dias, elogiando o que acontecer e cobrando.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): -- Perfeito.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): -- Então são três propostas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): De acordo, Senador Cristovam. Bom, eu vou passar então a palavra à Dra. Márcia Lopes.

SR. CLÁUDIO MONTESSO: Só um minuto, Senadora, eu gostaria de pedir desculpas para a senhora também porque eu vou precisar me ausentar. Nós estamos tendo uma reunião do conselho de representantes dos Juizes do Trabalho do Brasil todo, eu interrompi lá a reunião, certamente a essa altura do campeonato já botaram outro Presidente no meu lugar. Então eu preciso sair.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Muito obrigada, Dr. Cláudio, eu agradeço muito, muito obrigada pela sua presença.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero também pedir desculpas ...

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): -- Pelo adiantado da hora está realmente --

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): -- Eu já extrapolei todo o prazo que eu tinha de horário.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Imagina, Senador Cristovam. Eu vou passar então a palavra à Dra. Márcia Lopes, e em seguida, se ninguém quiser mais se manifestar, nós aguardaremos para essa segunda audiência pública conjunta, onde nós teremos a oportunidade de dar continuidade a essa discussão. Dra. Márcia Lopes.

SRA. MÁRCIA HELENA C. LOPES: Obrigada, Senadora. Acho que as contribuições são muito importantes e o nosso dever é de fato permanentemente refletirmos e aprimorarmos todas as nossas decisões e encaminhamentos. Eu apenas não tive tempo de falar tudo, mas eu queria fazer aqui algumas considerações. Primeiro lembrar, que eu não mencionei, que nós fizemos um convênio com o Ministério Público do Trabalho para que eles também se envolvam na fiscalização e na identificação das crianças que estão em situação de trabalho e possam assim comunicar a quem de direito para que elas sejam inseridas nos programas. Depois dizer que nós estamos lançando uma campanha nacional, que vocês estarão aí recebendo o material, cartazes, folders, todo um plano de mídia para o Brasil inteiro, no sentido de um novo passo aí de mobilização importante, lembrando que nós temos equipes no Ministério que rodam esse Brasil permanentemente em atividades de capacitação, de discussão, de conhecimento das várias realidades. Também considerando o que foi dito aqui com relação à importância do atendimento às famílias das crianças, do PETI, mas não só isso, lembrar que ... eu acho que é essa um pouco a mudança que tem havido.

Quando a gente pensa em sistema, nós pensamos num conjunto de ações que dêem conta de enfrentar a complexidade que os fenômenos têm. A vida inteira quem estava lá na ponta, e eu era uma deles, e muitos aqui, nós reclamávamos que o Governo Federal tinha programas muito fragmentados, de cima para baixo, não considerando inclusive a realidade do Brasil, que é absolutamente diversa, quer dizer, como fazer chegar as políticas públicas às comunidades ribeirinhas, como fazer chegar às comunidades indígenas, quilombolas, os Municípios de fronteira, como tratar as regiões metropolitanas? Então quando hoje a gente pensa e organiza um sistema, estabelece os indicadores, os padrões, a transferência de fundo a fundo para os Municípios, quando nós estabelecemos todo o sistema de informação - e aqui eu quero lembrar que nós estamos implantando o SISPET, que é o

sistema de controle de condicionalidades do programa de erradicação do trabalho infantil, no sentido de que a gente tenha o acompanhamento da frequência dessas crianças, as ações sócio-educativas e que faça esse acompanhamento *on-line*, quer dizer, de uma maneira muito rápida, estamos inclusive adaptando aquela realidade que sequer às vezes tem a possibilidade de ter um sistema de informação. Então isso para nós --

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): -- Márcia, eu gostaria de pedir um aparte aí.

SRA. MÁRCIA HELENA C. LOPES: Pois não.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Porque quando eu coloquei a questão da descentralização, a descentralização não apenas do repasse de recurso, mas principalmente do controle do projeto. É muito difícil vocês terem o controle da frequência da criança aqui em cima se o prefeito não se interessar em fazer, a Secretaria de Educação local. Se isso não existir, não há como fazer. Então eu, a minha sugestão, é que o Município se aproprie do programa. Esse programa, ele não pode ter marca de Governo. Esse programa tem que ser do Município, do Estado, enfim, é a única forma para a gente poder chegar a obter algum resultado.

SRA. MÁRCIA HELENA C. LOPES: Está correta, Senadora, e é isso mesmo, essa é a nossa linha, essa foi a nossa preocupação, porque não era só nós que não tínhamos a relação das crianças. Os Estados não tinham e os Municípios, na grande maioria, não tinham. Então nós ficamos um ano prorrogando as portarias para não causar nenhum prejuízo e não deixar de passar o recurso para os Municípios. Até por um questionamento nós sofremos auditorias do Tribunal de Contas permanentemente, os senhores sabem disso, e o que mais nós desejamos, fazendo essa descentralização dos sistemas de informação, mas criando obrigatoriamente sistemas de acompanhamento e monitoramento, é isso mesmo, quer dizer, nós tínhamos ... o conteúdo das ações educativas, provavelmente, nós tínhamos em todos os Municípios ações e programas completamente diferenciados, porque nós não tínhamos uma proposta pedagógica de trabalho junto à jornada ampliada, que é o que nós temos de fato e --

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): -- Eu quero um aparte aqui outra vez.

SRA. MÁRCIA HELENA C. LOPES: -- temos de fato construído. Só vou concluir, depois eu sugiro que a senhora conclua.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Só para entrar nessa questão da proposta pedagógica. Ela tem que ser da Secretaria Municipal.

SRA. MÁRCIA HELENA C. LOPES: Mas nós temos que conhecer, nós temos que acompanhar.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): É claro, agora você fazer uma proposta pedagógica aqui para ser aplicada lá numa escola rural do Nordeste, é complicado.

SRA. MÁRCIA HELENA C. LOPES: Não, não, nós temos as Comissões Municipais do PETI, a coordenação estadual, nós temos um colegiado nacional de gestores municipais, que a senhora conhece, o Presidente é o Marcelo Garcia, Secretário do Rio de Janeiro, nós temos um Fórum Nacional de Secretários de Estado, e nenhuma decisão, nenhuma decisão é tomada no Ministério, no Governo Federal, sim que passe por todas as instâncias. Nós temos o CONAET, o Fórum Nacional, nós estamos fazendo esse exercício permanente de descentralização. Agora o grande dilema: muito dinheiro já se pôs nas políticas sociais, inclusive para erradicar o trabalho infantil. A aí nós estamos, ainda, falando dos milhões que estão no trabalho infantil. Então a nossa responsabilidade é exatamente de criar, isso em todo mundo é assim, sistemas de acompanhamento, monitoramento, indicadores de efetividade, porque aquilo que não está dando certo tem que mudar. E, por isso, nós temos absoluta tranqüilidade em dizer que esse é um caminho fundamental.

Uma outra coisa muito importante é que o programa Mais Educação, e vocês podem acessar inclusive no site, conhecer o programa Mais Educação, que nós estamos junto com o MEC nesse processo, ele já foi instituído e ele exatamente vai ser realizado a partir desse entrosamento das crianças que hoje estão no PETI, nas suas escolas, com atividades de turno integral, uma vez que ela vai para a escola e permanece na escola em atividades sócio-educativas. Eu quero concluir dizendo aquilo que o Deputado aqui já mencionou, que nós estamos absolutamente atentos aos dados da APNAD, lembrando que a coleta de dados dessa APNAD foi feita de 2004 a 2005 e que nós achamos e temos certeza que a APNAD deste ano - e por isso nós encomendamos um suplemento específico para o trabalho infantil, porque há inúmeras nuances aí, inclusive na forma, na metodologia, na capitação, no aprimoramento que a própria APNAD faz, ampliando, estendendo, não é, a coleta.

Quero lembrar, que como já foi dito, em várias faixas etárias nós tivemos a diminuição e tivemos o aumento na faixa de 10.5 para 10.84 de dez a catorze anos, no montante de cento e cinquenta e uma mil crianças, o que sem dúvida a Eliane tem razão, que se isso é pouco em relação ao montante de crianças atendidas e há outros vários fenômenos que nós temos, ele é significativo, e cada criança a mais deve nos preocupar. E lembrar que nós, de fato, há um dado signifi-

cativo que é: o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sai de um orçamento de menos de sete bilhões em 2002, para vinte e quatro bilhões, que está sendo executado esse ano, em ações que envolvem e a nossa visão é cada vez mais essa: se a gente não integrar as políticas, se nós não tivermos uma visão de intersectorialidade, lá na ponta, lá nos Municípios, as ações também continuarão fragmentadas, e aí a criança, a família, sem dúvida, vai sofrer todos os prejuízos dessa fragmentação, dessa desarticulação. Quero insistir que nós não estamos de modo nenhum tirando o PETI da centralidade. O PETI é um programa específico, particular, meta presidencial, e o bolsa-família é um outro programa de transferência de renda. O que nós estamos fazendo, também nessa perspectiva, e os Municípios reclamavam e reclamam ainda muito disso: é cadastro para isso, é cadastro para aquilo, é preencher ficha para cada programa que tem. Isso não é só para a área da criança, isso é para a juventude, isso é para a área de trabalho e renda.

Se a gente pegar os Ministérios, tem dez, vinte, trinta programas às vezes para a mesma área e quem de fato sofre com isso na gestão é o Município, que tem que administrar e prestar os serviços à população. Então quando a gente integra o PETI com o bolsa-família, nós estamos integrando a base de dados porque praticamente a maioria das crianças do trabalho infantil são filhos de famílias que hoje estão no bolsa-família. Então quando a gente faz esse cruzamento, a gente cria uma base única de dados, identificam quem são as crianças e apenas, do ponto de vista gerencial, nós transferimos a renda, o bolsa, via cadastro único. Mas as ações sócio-educativas, toda a comissão, o planejamento, é absolutamente integral na perspectiva [*soa a campanha*] do programa de erradicação do trabalho infantil. E nós estamos sempre à disposição, Senadora, para todas as informações que forem necessárias. Nós vamos deixar os materiais aqui, todas as notas técnicas. A gente sabe que o caminho, há muito que se fazer, não é, mas, sem dúvida, quanto mais integração, e eu gostaria muito que os Senadores e Deputados fizessem sempre referência às responsabilidades dos governos e dos Municípios, porque não somos nós, do Governo Federal só e a própria Câmara que vai dar conta de responder aos desafios imensos que nós temos. É quem está lá na gestão fazendo o trabalho que deve ser envolvido, sem dúvida, com maior compromisso para que os resultados sejam aqueles que todos nós esperamos. Eu agradeço, peço desculpas aí pelo tempo utilizado, mas eu acho que essa é uma oportunidade fundamental. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Muito obrigada, Dra. Márcia Lopes,

nós é que agradecemos a sua participação e o tempo que disponibilizou para essa Comissão. Passo a palavra, então, à Senadora Lúcia Vânia e em seguida à Dra. Eliane para que a gente possa encerrar.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu só gostaria de dizer o seguinte: quando eu falo que o programa não pode estar acoplado à bolsa-família, não é que eu não aceite o cadastro único. Eu acho que ele é perfeito, não tem problema. O que a gente precisa entender, e quando eu falo o Município se apropriar, na medida em que você tira a bolsa PETI da Prefeitura e passa para o conjunto ou da Prefeitura ou do banco local, que o prefeito faz o convênio com o banco local, porque a forma dele controlar a frequência é ele tirar a bolsa na hora; se a criança não foi, aquilo é descontado na hora. Agora se fica aqui, até que o Ministério receba o comunicado que a criança não foi na escola, já se passou o tempo e ninguém controla. Eu sei disso porque eu milito na ponta e sei que não controla. Se o prefeito não tiver, se não se apropriar do projeto como se fosse ele o responsável total sob a coordenação do Estado e do Governo Federal, o projeto não pode andar, porque não há como nós, aqui em Brasília, conferir frequência de uma criança na zona rural de Pernambuco. É esse o problema quando eu falo na municipalização e na descentralização, é que eu acho que não pode. E um outro agravante: a bolsa-família não tem jornada ampliada. A coisa mais importante do PETI é a jornada ampliada, porque você tira a criança da rua. Então ela não tem. Se uma família tem cinco membros na idade escolar, cinco filhos, dois estão no PETI, eles são obrigados a ir na jornada ampliada.

SRA. MÁRCIA HELENA C. LOPES: -- Agora todos os outros também ... [inaudível]--

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): -- ... três. Não, não vão, você sabe que não vão. Os onze milhões vão?

SRA. MÁRCIA HELENA C. LOPES: Não, mas não são onze milhões de crianças, Senadora. Todas as crianças que estão no bolsa-família vão ter ações sócio-educativas e --

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): -- Quando a gente fala em ação sócio-educativa, ela precisa, para você propor duas mil crianças para ação sócio-educativa, você precisa de espaço físico, e isso aí já entra no convênio com o prefeito: ele só recebe o aumento de metas se ele oferecer o espaço físico. Então se isso não se der, não acontece isso no bolsa-família.

SRA. MÁRCIA HELENA C. LOPES: Mas vamos fazer.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Ah bom, vai fazer, eu acho que é uma boa fazer, tudo bem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Com a palavra a Dra. Eliane Araque, Procuradora Geral do Trabalho, que vai encerrar a nossa audiência pública.

SRA. ELIANE ARAQUE DOS SANTOS: Eu tenho que agradecer à Senadora por ter me dado mais essa oportunidade de fala, em primeiro lugar só para dizer que efetivamente nós temos uma atuação articulada com o MDS graças ao empenho aí, não só nosso, mas principalmente da Dra. Márcia, porque em qualquer situação que a nossa investigação detecta criança envolvida no trabalho, não podemos encaminhar essa demanda diretamente ao MDS, o que facilita enormemente o trabalho [*soa a campanha*], então nós não passamos por nenhum trâmite burocrático. Isso é de parabenizar e elogiar. Agora com relação aos dados da APNAD, que mostram um aumento significativo ou um aumento que seja no nível de vida, será que eu posso dizer nível de vida ou de renda? Porque não é a mesma coisa, não é? Porque isso é muito importante, mas a gente não pode ter uma visão distanciada, porque na hora que a gente chega na ponta, isso não significou nada, porque o estado de necessidade dessas famílias é total. Então é de se elogiar e realmente de reconhecer e de buscar que isso se amplie e é, porque é o nível de renda que se obteve, mas o nível de vida é outra coisa que só com a continuidade nesse aumento, só com as ações em políticas públicas é que vai se obter.

E só para encerrar, eu vou trazer aqui o depoimento de uma colega minha, eu estive ontem em Curitiba, a minha colega Margareth, que lida com as crianças, famílias nos lixões e que faz um trabalho lá todo coordenado com várias entidades nessa área, me colocando assim de todo um trabalho de procura de geração de renda para essas famílias, de retirada das crianças, de colocar na escola e etc, e que na hora que você vai trabalhar a família para que elas efetivamente possam crescer e usufruir daquele novo patamar que lhe é oferecido, daquelas novas oportunidades, a gente tem que trabalhar com o apoio psicológico a essa família, porque com o trabalho de voluntários na área da psicologia, o que se detectou foi de uma idade emocional infantil dessas pessoas. Então é só para o que a gente refleta o que a carência e a total necessidade reflete, como é preciso fazer todo um trabalho conjunto e articulado para a melhoria do nível de vida e para a efetiva emancipação dessas famílias. É só um alerta, porque a gente precisa ter essa visão de conjunto, mas precisa olhar o que esses dados que a gente tem genérico, o que eles significam na prática para que a gente possa trabalhar. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PSB-CE): Obrigada à Dra. Eliane. Eu, para encerrar a sessão, quero agradecer a presença de todos, dizer que a participação de tantos representantes, especialistas nessa área, ela só melhora, dá condição de que a gente tenha mais subsídios para discutir um problema que é de todos nós. Acho importante que o Governo possa estar presente para mostrar e fazer uma avaliação e até uma autocrítica daquilo que anda bem e daquilo que não anda bem. Acho importante que nós, parlamentares, possamos ter uma atitude e um comportamento de parabenizar aquilo que for bom, e é claro que o cadastro único é uma conquista, eu acho que sim, eu acho que é uma conquista, mas não podemos deixar de discutir a retirada, no caso, do PETI, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e a inclusão dele dentro do bolsa-família.

Eu acho que nós temos algumas falhas que precisam ser recuperadas, eu acho importante isso, e quero ... sei que a Dra. Márcia Lopes é uma pessoa que tem sido uma grande aliada nessa luta, para dizer também, Dra. Márcia, que todos os anos, nós que militamos, por exemplo, na questão das políticas sociais, da infância, da juventude, a questão dos idosos, nós todos os anos saímos correndo de Comissão em Comissão na busca de tentar recompor o orçamento da União que gradativamente vem diminuindo em relação, por exemplo, a programas ligados à questão da criança e do adolescente. Eu digo isso porque eu sempre sou uma das parlamentares que nessa Comissão faz emendas nesse sentido. Então eu acho que é importante a apropriação dos programas, quer dizer, o fortalecimento dos Municípios, como disse a Senadora Lúcia Vânia, eu acho que é muito importante que o Município tenha o controle disso, até porque é quem vai estar atuando realmente na ponta, mas não podemos deixar de ver que, infelizmente, mesmo com todo o esforço e mesmo com todos os dados que vimos aqui de melhoria, o aumento da renda do trabalhador brasileiro, que o trabalho infantil tenha aumentado no nosso País. Acho importante que a gente possa reavaliar esse plano nesse momento e talvez encontrar outras saídas ou outras soluções, mas uma das coisas que a gente já pode, através do relatório, através de todos os dados que a gente tem, que a gente já pode realmente considerar, é de que há algum tipo de problema para erradicar o trabalho infantil. Nós ainda não conseguimos detectar de que forma que podemos melhorar. Eu insisto numa questão que tem feito, que eu tenho buscado discutir em todos os lugares, que eu acho que o Brasil precisa realmente ousar nesse sentido, das políticas sociais, porque cada vez mais nós vamos criando, no nosso País, duas classes, duas categorias de crianças, de

adolescentes e de jovens. Aqueles que freqüentam a escola pública, que infelizmente é de péssima qualidade, infelizmente, nós não podemos esconder aqui a poeira debaixo do tapete, infelizmente é essa a situação, e buscar, claro que com o apoio de todos, o empenho de todos, a determinação e a paixão que aquilo que nos move por essa área e pela defesa dos direitos da criança e do adolescente, encontrar esses caminhos. Esse é um primeiro debate. Eu acho formidável a idéia do Senador Cristovam Buarque, que a gente possa juntar três Comissões e dar continuidade a esse debate que é de fundamental importância para que a gente possa viver num País com mais justiça social, onde os nossos filhos, onde as nossas filhas tenham o direito de ser criança, ser feliz, brincar e estudar. É isso que nós queremos. Obrigado a todos pela presença, está encerrada a sessão [aplausos].

Sessão encerrada às 14h12.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

ATA DA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE JUNHO DE 2007, QUARTA-FEIRA, ÀS 9:30 HORAS.

Às nove horas e cinqüenta e quatro minutos, do dia doze de junho de dois mil e sete, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador **PAPALÉO PAES**, reúne-se a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde para a realização de Audiência Pública conforme Requerimento nº 25 de 2007 – CAS de autoria das Senadoras Kátia Abreu e Rosalba Ciarlini, com vistas a debater “sobre as causas e conseqüências do avanço da obesidade no Brasil, em especial entre o público infantil”. Com a presença dos Senhores (as) Senadores (as) **AUGUSTO BOTELHO, FLÁVIO ARNS, JOÃO DURVAL, KÁTIA ABREU, ROSALBA CIARLINI**, além da presença da Senhora Deputada **NILMAR RUIZ (PFL/TO)**, dos (as) Senhores (as) Senadores (as) **JAYME CAMPOS, LEOMAR QUINTANILHA, GERALDO MESQUITA JUNIOR, EDSON LOBÃO e LÚCIA VÂNIA**. Justifica a ausência o Senhor Senador **ADELMIR SANTANA**. O Senador Papaléo Paes dá início à reunião informando que cada convidado terá 15 minutos para a sua exposição com tolerância máxima de 5 minutos e convida os palestrantes para comporem a mesa. O Presidente concede a palavra a Senadora Kátia Abreu, autora

do Requerimento. Logo após é dada a palavra aos expositores: **Professor Dr. CARLOS A. MONTEIRO** (Faculdade de Saúde Pública – Universidade de São Paulo), **Dra. VALÉRIA GUIMARÃES** (Coordenadora do Departamento de Doença Metabólica com Impacto Global da Sociedade Internacional de Endocrinologia), **Dr. CARLOS ROBERTO FACCINA** (Vice-Presidente da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação), **Dr. IVÔNIO BARROS NUNES** (Coordenador Político de Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos – ABRANDH) e **Dra. ANA BEATRIZ VASCONCELOS** (Coordenadora da Política de Alimentação e Nutrição - CGPAN/DAB/SAS – Ministério da Saúde). O Senhor Presidente concede ainda a palavra, a pedido da Senadora Kátia Abreu, ao **Jornalista JORGE BASTOS MORENO**. Fizeram também uso da palavra os(as) Senhores(as) Senadores(as) Jayme Campos, Kátia Abreu, Rosalba Ciarlini, Augusto Botelho, Deputada Nilmar Ruiz e o Jornalista Jorge Bastos Moreno. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e um minuto, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Carmargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Papaléo Paes, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senador **Papaléo Paes**, Presidente.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE - CASSAUDE

4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2007, ÀS 09 HORAS e 54 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Sessão, ou melhor, a 4ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado. Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler. Requerimento nº. 1/2007, Comissão de Saúde. Nos termos regimentais requero que seja convidada a Dra. Nelcy Ferreira da

Silva, Presidente do Conselho Federal de Nutricionistas, na próxima audiência pública de discussão sobre as causas e conseqüências do avanço da obesidade no Brasil, em especial, entre o público infantil. Eu assino este Requerimento. Os Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Está aprovado.

O requerimento nº. 2/2007, nos termos do inciso II, do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização de audiência pública no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde da Comissão de Assuntos Sociais para, com a participação dos convidados relacionados abaixo, debater a situação atual da dengue no Brasil. Eu assino este requerimento e os convidados são os seguintes: Osmar Terra, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde; Helvécio Miranda Magalhães Júnior, Presidente do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde; Gerson Oliveira Pena, Titular da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde; Mauro Blanco, Coordenador de Controle de Vetores da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro. Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovado.

A presente reunião tem como objetivo o debate sobre as causas e conseqüências do avanço da obesidade no Brasil, em especial, entre o público infantil, atendendo ao Requerimento nº. 25/2007 da Comissão de Assuntos Sociais, de autoria da Senadora Kátia Abreu. Gostaria de chamar à Mesa os nossos ilustres convidados: Dr. Edgar Rebouças, Pesquisador da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - INTERCOM; Dra. Valéria Guimarães, Coordenadora do Departamento de Doenças Metabólicas com Impacto Global de Sociedade Internacional de Endocrinologia; Dr. Carlos Roberto Faccina, Vice-Presidente da Associação das Indústrias da Alimentação; Professor Carlos Monteiro; Dr. Ivônio Barros Nunes; Dra. Ana Beatriz Vasconcelos, Coordenadora da Política de Alimentos e Nutrição do Ministério da Saúde.

Informo a todos que cada convidado disporá de 15 minutos para suas exposições, claro que daremos a tolerância necessária para que possam fazer as exposições, para atender às nossas necessidades. E, após as exposições, será dada a palavra às senhoras e senhores Senadores para as interpelações. Antes de nós começarmos o nosso... O nosso... Nossa audiência pública, no sentido da apresentação dos expositores, eu passo a palavra... Concedo a palavra à nobre Senadora Kátia Abreu, como autora do Requerimento.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Obrigada, Presidente. Eu gostaria, em primeiro lugar, de agrade-

cer e cumprimentar os nossos convidados. Agradecer a gentileza, os que vieram também de longe, de São Paulo, de Pernambuco. Agradecer a Dra. Valéria, que ajudou muito na organização dessa audiência pública, com seu... Além de uma excelente e extraordinária médica, também uma brasileira de espírito público invejável. Muito obrigada, Dra. Valéria. O professor Carlos Monteiro, Professor Edgar Rebouças, a Ana Beatriz Vasconcelos, o representante da ABIA, Sr. Carlos Alberto Faccina, a Elizabetta Recine Representante também da ABRANDH, a Associação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos, e agradecer, ele ainda não está presente--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Permita-me, Senadora.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Dr. Carlos Monteiro já tinha--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Oficializar a presença do Dr. Carlos Monteiro, da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Quero também agradecer a toda a imprensa, os participantes que estão aqui representando os veículos de comunicação do nosso país, em especial, o jornalista Jorge Moreno, do jornal “o Globo”, que foi uma das pessoas que também participaram da organização dessa audiência pública. Foi um dos inspiradores dessa audiência pública, porque ele vive também o problema da obesidade e, assim que ele chegasse, se aqui pudesse estar, ele está confirmado, que ele pudesse também participar e dar uma palavrinha, o testemunho dele a respeito da sua experiência, da sua vivência no dia-a-dia. E o Presidente Papaléo, que também, em adesão a essa audiência pública, nós já aprovamos hoje o seu Requerimento para uma próxima, para dar continuidade a esse debate com relação a obesidade no país, eu quero agradecer o seu apoio total e absoluto.

Mas, senhores visitantes, colaboradores, eu me impressionei muito com as estatísticas com relação à obesidade. Eu me lembro que, quando me elegi Presidente, na época ainda PFL, hoje Democrata Mulher Nacional, eu busquei alguma bandeira que pudesse, que o partido pudesse trabalhar com utilidade, que pudesse ser útil para o país na questão prática. E, mais uma vez, a estatística me impressionou muito e foi através das estatísticas que eu escolhi a bandeira dos Democratas, nacional, não foi obesidade, mas o câncer de mama, que também foram números que impressionam a qualquer pessoa, em qualquer país. E, com relação a esse número da obesidade, também não é diferente. As estatísticas nacionais são impressionantes e eu tenho certeza que, com muito pouco,

com o espírito público de todos vocês que estão aqui hoje, com o desejo de cada um e com o Congresso Nacional, o apoio do Congresso Nacional, nós possamos fazer uma legislação que venha a minimizar e até a cercar o aumento dessa estatística que nos assusta tanto. Isso soa um pouco de responsabilidade a todos nós brasileiros, não é? De braços cruzados vendo as nossas crianças principalmente irem por um caminho da obesidade, não só da obesidade, mas da diabetes e outras conseqüências gravíssimas.

Então, nós temos que cuidar não só dos nossos adultos mas, principalmente das nossas crianças... Que é um número que me impressionou também bastante. O Brasil, o sexto lugar no *ranking* nos países com o maior número de obesos, 70 milhões de pessoas, entre obesos, obesidade mórbida e acima do peso. Quase que metade da população brasileira, nós somos 180 milhões de brasileiros, é um número estarrecedor. E de obesos, propriamente ditos, 18 milhões de obesos no Brasil, que se você for tirar um percentual dos 300 milhões de obesos do mundo, dá quase 6% do número mundial... O Brasil representa nessa estatística.

Nos últimos 30 anos, o índice de sobrepeso e obesidade entre crianças e adolescentes passou de quatro para 14%, pesquisa do próprio Professor Carlos Monteiro, de quatro para 14%, nos últimos 30 anos. E essa questão da gordura *trans*, que é um dos produtos que mais têm alertado a área da Medicina e que têm causado polêmica não só no Brasil e no mundo inteiro. Então, eu gostaria muito de ver, com relação a essas estatísticas, se elas se confirmam, o que é que cada um tem a dizer a respeito dessas estatísticas. Sobre essa gordura *trans*, que nós a comemos há tantos anos e anos e anos, e agora que vem colocar o perigo e o que ela representa para a saúde humana. E vi que estudos da Escola de Saúde Pública de Harvard apontam que uma redução apenas de 4,5 gramas diários dessa gordura na dieta evitaria mais de 10 mil mortes por ano. Gostaria que a gente pudesse falar sobre essa gordura *trans*, que hoje é o grande indutor da obesidade e das questões da saúde como um todo.

Outra questão que também nos traz indignação são os gastos financeiros do Brasil, do Tesouro, do orçamento da União, com relação à obesidade; um bilhão e 100 milhões de reais são gastos anualmente com internações hospitalares, consultas médicas e remédios para o tratamento de peso e das doenças ligadas, que seriam diabetes, hipertensão, doenças cardiovasculares e a própria depressão. 12% do gasto do Governo Federal com Saúde são destinados a internações relativas à obesidade, um valor de 600 milhões de reais. Então, eu acho que nós temos aqui duas coisas profundas a serem avaliadas; a mais im-

portante, que é o sofrimento do ser humano, da família, da própria pessoa que é atingida com este mal e também a questão do Tesouro, os gastos excessivos que poderiam, com a prevenção, com uma legislação de rotulagem e de mídia, poderiam ser economizados e estar sendo aplicados em outras áreas, já que o nosso dinheiro é tão curto e falta dinheiro para tudo, poderia estar sendo aplicado em outras áreas também de prevenção, de saúde.

E nós estamos acompanhando, por isso quisemos trazer esse debate aqui para o Senado mais uma vez, outras já foram feitas, a legislação que está caminhando muito rápido pelo mundo afora. E me chamou a atenção a legislação da Inglaterra, que foi aprovada recentemente, e que é muito rigorosa com relação à questão da mídia, do tempo, da apresentação e uso de atores e atrizes, a relação de alimentos vendidos com brinquedos, tudo isso fortemente regulamentado e proibido pela legislação inglesa, mas outros países também, como o Canadá, que foi o primeiro país a obrigar a rotulagem de gordura *trans* em 2005, o percentual. Então, eu acho que o caminho além da questão de reeducação alimentar, que os senhores médicos, professores têm feito por esse Brasil afora, nas próprias escolas estaduais e municipais, os professores têm trabalhado essa questão. A própria família tem tido uma consciência a respeito disso, mas eu vejo o principal problema, a questão da mídia. A mídia que é tão útil ao país na transmissão de notícias e sobrevive da propaganda, eu tenho certeza que está fazendo, às vezes, até sem sentir, por falta de regulamentação, por falta de uma legislação, muito mais culpados somos nós, Congresso Nacional, que nunca tivemos a iniciativa de regulamentar tudo isso. E eu já conversei com várias pessoas da mídia, da imprensa e todos têm a mesma preocupação, os que eu conversei, essas pessoas que eu tive contato, têm a preocupação de colaborar e de fazer uma regulamentação justa. A ANVISA tentou fazer alguma coisa e hoje aqui nós vamos ouvir a respeito dessa normatização, mas houve toda uma reação nacional, e eu não quero aqui tirar a razão da imprensa, porque aqui é o lugar de legislar. O Congresso Nacional tem que fazer essa legislação. Mas, eu acho que a ANVISA foi de um papel importante em colocar, nós costumamos dizer aqui no Congresso, “o bode na sala”, colocar o problema em pauta para que pudesse achar a solução correta.

Então, eu acredito muito que, além do que a sociedade tem feito espontaneamente, eu acredito firmemente que uma regulamentação com relação à apresentação na mídia e de todas as outras formas de apresentação de produtos e rotulagem, eu tenho certeza que nós vamos conseguir melhorar essa con-

dição e tentar sanar e retroagir nessa estatística que, na realidade, nos envergonha; é como se nós também fôssemos todos responsáveis por essa situação. Então, eu gostaria de agradecer mais uma vez. E, posteriormente à palavra de cada um, nós abriremos, então, e voltaremos a fazer algumas perguntas e tirar algumas dúvidas. Mas, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Vamos dar início à palavra dos nossos palestrantes, iniciando com o Dr. Edgar Rebouças, pesquisador da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares. Professor Carlos Monteiro... Ah, então fica... Pela ordem, nós vamos iniciar com o Professor Carlos Monteiro, da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

SR. CARLOS A. MONTEIRO: Bom dia a todos. Queria agradecer o convite para estar presente aqui nessa reunião, acho que tão importante, talvez até histórica. Porque eu acho que a problema é suficientemente importante para justificar essa atenção e, ao mesmo tempo, o Brasil tem sido pioneiro em uma série de iniciativas na área da saúde pública, e acredito que essa possa ser mais uma... O Brasil possa ter mais um papel de destaque aqui. Eu tenho um desafio muito grande que é falar, em 10 minutos para vocês esse tema, obesidade no Brasil e no mundo com foco especial na criança e no adolescente. Então, eu vou tentar, assim, falar algumas coisas que eu acredito que sejam importantes. E depois, ao longo da discussão, nós poderemos, outra vez, voltar a falar.

A questão das gorduras *trans*, que a Senadora colocou, é extremamente importante. Nós acabamos, eu acabei de voltar com Ana Beatriz de uma reunião de Washington, isso foi discutido, mas eu não vou encaixar na minha apresentação, mas podemos, certamente, discutir essa questão na seqüência. Por favor, o próximo! Basicamente, vou resumir para vocês, alguns aspectos da epidemia da obesidade no Brasil, como é que os determinantes imediatos da obesidade, ou seja, o consumo excessivo de calorias e o sedentarismo têm evoluído no país. Quais seriam os pontos de entrada para a gente poder prevenir essa... Ou controlar essa epidemia de obesidade e alguns exemplos de intervenções para prevenir a obesidade, especificamente em crianças e adolescentes. A seguinte!

Várias dessas informações estão nessa publicação do IBGE. Então, eu vou só extrair algumas coisas dela que são... O Brasil é um dos países que tem melhores informações sobre o estado nutricional da sua população e sobre o consumo alimentar. Eu vou tentar resumir esses dados. A seguinte!

A Senadora já tinha mencionado, aí nós vemos a evolução da prevalência de crianças com excesso

de peso no Brasil, desde os anos 70 até data bastante recente. Então, a gente vê que realmente se trata de uma epidemia, ou seja, de um aumento muito intenso desse problema, tanto em meninos quanto meninas. Não é um problema só da classe alta, como às vezes se pode pensar. Seguinte! Aqui nós temos os dados, por exemplo, para meninos, para os 20% mais pobres, das famílias mais pobres no país, os clientes dos programas de transferência de renda estão todos aqui e os 25% mais ricos, seria a elite econômica do país. A gente verifica que, nos dois extratos da população, em todos os extratos, de fato, há um aumento da obesidade e esse aumento, claro, sai de patamares menores na população mais pobre, mas cresce muito rapidamente e, na população mais rica, já chega a 25%. Significa que, a quatro meninos das nossas famílias aqui, certamente um deles terá excesso de peso. E a tendência é crescente. A seguinte! Os mesmos dados para meninas. A seguinte, por favor! Pode passar a outra! A seguinte!

Vamos falar agora, rapidamente, da evolução dos determinantes da obesidade. De um lado, o consumo alimentar; do outro lado a atividade física, não é? A seguinte. Do ponto de vista, para você ter uma população obesa, você precisa ter consumo de calorias, você precisa ter produção e disponibilidade suficiente de calorias. O Brasil talvez não tivesse, em 1960; nós tínhamos 2200 quilocalorias por pessoa por dia, o que é muito pouco, está muito próximo das necessidades. Em 2000, nós já temos três mil quilocalorias. Essa, é a situação atual; nós temos calorias mais do que suficientes para evitar a deficiência energética mas, infelizmente também, mais do que suficientes para se ter obesidade. Seguinte! Aqui, nós temos necessidades *versus* Requerimentos. E a gente vê que nós temos, em 97, por exemplo, 600 quilocalorias sobrando. Claro que essas... Elas não estão bem distribuídas na população, mas há uma folga suficiente para a gente poder assegurar a virtual eliminação da deficiência crônica de energia, mas, por outro lado, como eu disse, possibilitar a obesidade. A seguinte!

Aqui eu tenho, para 2003, o padrão da alimentação brasileira. Não vou ter tempo de entrar em detalhes aqui, mas a alimentação no país não é tão ruim, a qualidade da alimentação, já que nós falamos que a quantidade é suficiente, a qualidade, ela é melhor do que a maior parte das populações dos países desenvolvidos, do ponto de vista, pelo menos, da obesidade das doenças crônicas. Mas nós já temos aí alguns perigos. Aí eu vou passar para vocês só as mudanças, o que tem acontecido nos últimos 30 anos. A seguinte! A outra! Mais uma, por favor! Mais uma! A próxima! Nós vamos só destacar aqui os alimentos que tiveram uma

variação de pelo menos 1%, para mais ou para menos, na cesta-básica de alimentos do brasileiro. Chamar a atenção só para as mudanças... Seguinte! Nesses 30 anos. Em vermelho, eu tenho os alimentos que estão perdendo prestígio, perdendo o consumo; em azul, eu tenho os alimentos que estão ganhando prestígio, estão substituindo os anteriores. A gente verifica que o que está acontecendo no Brasil, o que acontece, basicamente nos países em desenvolvimento, é a diminuição no consumo dos alimentos tradicionais, no caso nosso, arroz, feijão, batata, farinha, mandioca, alguns... Açúcar de mesa, que é usado em casa, e eles estão sendo substituídos por que tipo de alimentos? De um lado, carne e leite, o que é muito bom do ponto de vista de crianças pequenas. Nós temos alimentos de alto valor biológico, alto valor nutricional, mas carregam consigo também gorduras, que para... Do ponto de vista da obesidade, não é favorável. Mas, pior do que isso, é que os outros alimentos, fora a carne e leites, que substituem esses alimentos básicos, são alimentos de alta densidade energética, óleo, por exemplo, óleo de soja, biscoitos e embutidos, refrigerantes, alimentação pronta, são alimentos que são, do ponto de vista nutricional, muito deficientes, têm excesso de gordura, sal e açúcar, sobretudo, e tem um potencial muito grande de se associar à obesidade. Então, essa substituição que nós estamos fazendo está nos levando para uma alimentação mais obesogênica e esse certamente é um dos fatores que explicam a questão da obesidade. A seguinte! Pode passar a outra!

Sobre a atividade física, nós não temos informações tão boas. Eu trouxe esses dados, que são inéditos que são dados de um sistema municipal de monitoramento de fatores de risco em adolescentes, que existe no Rio de Janeiro, na cidade do Rio de Janeiro. Pediria um pouquinho mais de água, se alguém puder me... Ruim da garganta Eu selecionei duas informações sobre a atividade física desse sistema. Primeiro, nós temos, para o ano de 2003, a proporção de meninos e meninas da oitava série da rede básica de ensino do Município do Rio de Janeiro, que praticam pelo menos 30 minutos de exercício físico, em pelo menos três dias por semana. Isso é muito pouco, mas já é o mínimo. Não são 100%, como nós gostaríamos, são só 59 meninos, menos ainda em meninas, 21%. Do outro lado, nós temos quantos meninos, qual a proporção de meninos e meninas e vêem seis horas ou mais de televisão, ou utilizam vídeo, ou utilizam computador por dia. Dá a idéia do padrão que a gente não quer de atividade física. A seguinte! Os mesmos dados para essa cidade do Rio de Janeiro, para esse sistema, a proporção daqueles meninos que consomem, praticamente todo dia, leite. 100% não, 58, 52%. Por outro

lado, nós já temos 37% que consomem diariamente, praticamente diariamente, refrigerantes. A seguinte! A mesma coisa frutas e guloseimas, a situação semelhante. A seguinte!

Bom, o que é que nós podemos fazer para controlar a obesidade? Precisamos entender qual a natureza do problema. O que causa a obesidade? Então, o modelo seguinte, por favor. Ele é bastante complexo, eu vou tentar resumir. É o modelo da causalidade da obesidade. Por que é que uma pessoa se torna obesa. Por que a sociedade passa a apresentar uma proporção grande de pessoas obesas. A obesidade, basicamente, é o excesso de tecido adiposo no organismo, no corpo humano. Quando ele passa de um certo... Nós precisamos ter gordura, ela tem várias funções importantes, mas quando ela passa uma certa proporção, nós temos a obesidade por quê? Porque nós temos agravos à saúde. Nós temos, certamente a Dra. Valéria vai falar para nós aqui, diabetes, doenças do coração, até alguns tipos de câncer, vários problemas associados à obesidade. Bom, o que é que é basicamente a obesidade? Ela é uma desregulação do mecanismo de auto-regulação, que nós todos temos, no nosso balanço energético. Ou seja, o nosso organismo, ele sabe quanto a gente precisa de calorias e ele controla a ingestão, não é? Então, o que é que é a obesidade? É quando esse sistema deixa de funcionar. Onde há um controle menos que perfeito. Esse controle foi muito eficaz, esse sistema automático de controle da ingestão e do gasto de energia, ele funcionou durante milhões de anos muito bem. Tanto que a obesidade é uma doença recente, da modernidade. Por que é que ele deixou de funcionar? Basicamente porque esse ambiente, o ambiente que nós vivemos, ele é um ambiente que favorece, estimula as pessoas a consumirem mais calorias e inibe o gasto de calorias. Nessa circunstância, nesse ambiente, a auto-regulação involuntária que todos nós temos não é suficiente. E a maioria de nós, se não prestar atenção no que está consumindo, e se não buscar enfrentar a inibição que o ambiente faz em relação à atividade física, o estímulo que existe ao sedentarismo, a não fazer a atividade física, a pessoa vai se tornar obesa.

Então, para isso ela precisa lançar mão de um segundo sistema que nós estamos chamando aqui auto-regulação consciente do balanço energético. É a pessoa que vai restringir, vai fazer restrições no seu consumo alimentar e vai se esforçar para gastar um mínimo de calorias todo dia. Essa auto-regulação consciente, ela vai funcionar para parte de nós, mas não para todos, não é? E daí, justamente daí, a epidemia da obesidade. São aquelas pessoas que provavelmente nasceram com recursos genéticos, biológicos

menos eficazes para fazer esse balanço de calorias e que são vítimas, portanto, deste ambiente. Então, na realidade, com isso, eu posso admitir três pontos de entrada: Eu posso tentar melhorar o nosso, a nossa capacidade individual biológica de regular o balanço energético; eu posso tentar ajudar as pessoas a melhorarem a capacidade consciente que elas têm de regulação desse balanço, ou eu posso intervir no ambiente. A seguinte!

Aí nós temos esses três pontos: Duas ações do indivíduo e uma no ambiente. Quais são as vantagens e desvantagens, e estou chegando já ao final, do que a gente, de atuar nesses três níveis? A seguinte! Bom, primeiro nível, eu posso melhorar a capacidade de cada um de regular o balanço energético? Posso. Basicamente eu posso. Com medicamentos, de uma maneira já bastante agressiva, ou ainda mais agressiva, com cirurgia. Eu estava lendo, ainda ontem, relato, por exemplo, da sociedade internacional de pediatria, dizendo em que condições as crianças estão... Seriam elegíveis para fazer cirurgias bariátricas, cirurgias de redução de estômago. Vocês imaginam a gravidade da situação. Você vê crianças indo para a fila da cirurgia e não conseguindo porque há um movimento muito grande.

Bom, quais são os problemas dessa ênfase? Baixa eficácia. Medicamentos a gente sabe que funcionam inicialmente, depois de algumas semanas, a pessoa facilmente recupera aquele peso e até passa do peso que ela tinha anteriormente. Esses medicamentos têm muitos efeitos colaterais, devem ser usados só em último caso. E as cirurgias, a gente nem precisa dizer, a agressividade que é essa alternativa. No entanto, se a gente colocasse hoje aqui, na ponta do lápis, o que se gasta para controlar a obesidade no país, nós veríamos que é aqui que a gente está gastando mais dinheiro, certamente, certamente. Em qualquer país é assim. Embora esse seja o ponto menos fraco aí da cadeia, o menos adequado para a gente intervir. O seguinte!

O segundo ponto seria tentar melhorar a nossa capacidade consciente de regular o balanço energético. As modalidades aí são ações de motivação, informação, campanhas, educação, são muito importantes. Qual é o problema delas? Se o ambiente for extremamente obesogênico, é gastar dinheiro à toa, por quê? Porque o ambiente empurrando tanto a pessoa, na realidade, para o consumo excessivo de calorias e inibindo a atividade física, ele vai ser... ele não vai propiciar efetividade a essa, a essa ação. No entanto, essa ação é fundamental. Ela tem que existir, mas tem que existir combinada com o terceiro ponto de entrada. A seguinte! São ações sobre o ambiente, que é onde nós estamos

chegando aqui na nossa reunião. Certamente é o motivo da nossa reunião. É fácil agir sobre o ambiente? Não, é difícil é muito difícil, mas é a única maneira. Países como, por exemplo, os Estados Unidos que insistiram, por décadas, em concentrar todo o controle, o ataque à obesidade em medidas apenas educativas de persuasão, de informação das pessoas, hoje tem 30% de indivíduos obesos e mais de 2/3 da população com excesso de peso. E quatro ou 5% de obesidade mórbida, que requer a tal cirurgia bariátrica.

Então, na realidade, não é por aí. A gente tem que pensar em atuar no ambiente, embora seja difícil. Como é que a gente atua no ambiente? Basicamente, a gente deve tornar as escolhas alimentares mais saudáveis mais fáceis e nós devemos, não só alimentares, mas também em relação à atividade física. Como é que, que modalidades nós temos? Nós temos leis, regulamentações, planejamento das cidades, planejamento urbano. Eu recentemente li, por exemplo, um artigo nos Estados Unidos, em que os planejadores urbanos estão pensando em usar, a lei do zoneamento, que já está sendo usada para a questão de criação de parques--

[soa a campanha].

SR. CARLOS A. MONTEIRO: Normatização de lugares para atividade física, também para a questão de venda de alimentos, evitando, por exemplo, uma concentração de alimentos que vendem *fast-food* numa determinada área. As limitações são--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Mais cinco minutos.

SR. CARLOS A. MONTEIRO: Eu consigo antes disso, obrigado. As limitações. Nós temos limitações, claro, alguns, alguns aspectos do ambiente obesogênico não são modificáveis. Nós não podemos voltar à situação anterior em que a gente se deslocava a pé ou que todas as pessoas estavam na agricultura, colhendo os alimentos que iam consumir. Não é essa a questão. Às vezes, aquelas pessoas que se opõem a essas mudanças no ambiente procuram exagerar a situação e dizer que as pessoas que defendem isso estão querendo voltar atrás, que a gente volte ao século passado. Não é nada disso. Na realidade, há vários aspectos do ambiente que não são modificáveis. Alguns que podem ser só atenuados. Nós não podemos evitar, por exemplo, que se produzam alimentos, que se comercializem alimentos que engordam. Não vamos poder proibir. Mas nós podemos atenuar isso, por exemplo, evitando que eles sejam propagandeados intensamente, sobretudo para crianças e adolescentes.

Então, a maior parte são atenuações. Em alguns casos, nós podemos eliminar, aí está o caso da gordura *trans*. A gordura *trans*, ela não é natural, ela é produzi-

da pela indústria de alimentos, é gordura Diretor Geral nada basicamente, que é utilizada em biscoitos, enfim, em sorvetes, em vários alimentos, muito de *fast-food*. E é alguma coisa que pode ser, e alguns países, a Dinamarca já fez isso, pode ser banida, ela pode ser simplesmente substituída por outros tipos de gorduras. Mas aí são poucas as situações que nós conseguimos fazer isso. No mais das vezes, nós vamos atenuar esses elementos do ambiente. A seguinte!

Bom, intervenções para prevenir a obesidade, sobretudo em relação ao ambiente. Então, eu selecionei algumas só para deixar aqui para a gente poder discutir posteriormente. A seguinte! Basicamente, eu fiz um resumo de três artigos recentes que fizeram revisões de intervenções que aparentemente funcionam. Resumindo essas três publicações eu diria o seguinte: Intervenções restritas à educação de indivíduos e comunidades sobre mudança comportamental têm sucesso limitado ou nulo. Isso ocorre porque o ambientes em muitas comunidades dificulta escolhas alimentares saudáveis e o estilo de vida fisicamente ativo. Então, só com a educação, só com a informação está provado que não funciona. Seguinte!

Como é que a gente pode modificar o ambiente? Eu selecionei três intervenções relacionadas ao consumo alimentar e três relacionadas à atividade física. Em relação à alimentação, nós podemos, e alguns países, vários países já fizeram e se encaminham para fazer, o Brasil não pode perder essa corrida, vão regular natureza e a quantidade de marcas e de alimentos dirigidos às crianças. Na verdade, nós vamos ouvir aqui, certamente, de colegas que têm mais conhecimento no assunto, que o grosso da publicidade dirigida à criança é de alimentos não saudáveis. Nós podemos regular os tipos de alimentos e bebidas comercializadas em cantinas escolares. A cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, o Prefeito César Maia assinou um Decreto, recentemente, já há dois, três anos, disciplinando o que pode ser vendido nas cantinas escolares. Então, é algo que pode ser, é factível. E, finalmente, nós podemos pensar na provisão de incentivos econômicos para a produção e comercialização de alimentos mais saudáveis. Frutas e hortaliças custam muito caro; não só custam caro, mas o acesso é dificultado. Então, há políticas públicas nessa área de subsídios etc. que podem ser pensadas. A seguinte! Na área de atividade física, o planejamento urbano que promova, por exemplo, o transporte ativo para as escolas, provisão de ciclovias, iluminação de ruas, praças e bairros, provisão de áreas de recreação de qualidade. Então, são todas ações que podem ser feitas a partir de regulamentações, de leis, de propostas, e teria muito prazer

em discutir com mais detalhes essas alternativas ao longo do debate. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES

(PSDB-AP): Obrigado, Professor Carlos Monteiro. Antes de dar continuidade à palavra dos palestrantes, quero fazer o registro importante aqui na nossa reunião. Da Dra. Nelcy Ferreira da Silva, Presidente do Conselho Federal de Nutricionistas; Dra. Cláudia Wagner, Advogada da Associação Brasileira dos Anunciantes; Sra. Maria Luiza, Nutricionista Consultoria em Nutrição; Mariana Côrtes, Coordenadora Técnica de Educação Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social; Ivana... Professora Ivana Vasconcelos, da Universidade de Brasília; Dra. Marisa Garaventa, Presidente do Comitê Jurídico; Fernanda Arbex, das Relações Governamentais; Patrícia Gentil, Consultora Técnica do Ministério da Saúde; Mariana Pinheiro, Assessora Técnica do Ministério da Saúde; Taís Porto de Oliveira, Consultora Técnica do Ministério da Saúde; Renata de Araújo Ferreira, Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ANVISA; Dr. Newman Debs, Vice-Presidente do Comitê Jurídico da Associação Brasileira de Anunciantes; Kelly Dias Botelho, Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária, Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Sra. Maria Olímpia Gardino, Conselho Federal de Nutricionistas, Conselheira Federal, e Dunalvo Alves Rabelo Júnior, Especialista em regulação da ANVISA. Essas autoridades que estão aqui presentes vêm realmente caracterizar a importância da nossa reunião no dia de hoje. Eu agradeço a presença de todos os senhores, as senhoras e os senhores. Dando continuidade--

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES

(PSDB-AP): Pela ordem, Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Eu queria ver se é possível, óbvio, com o devido respeito pelas autoridades que compõem a Mesa, sobretudo nossos colegas Senadores, se era possível fazer uma pergunta, até porque eu sou membro titular da Comissão de Assuntos Econômicos e sou autor também de um Projeto que tem interesse sobremaneira nesse assunto e, até porque, eu faria essas perguntas, me deslocaria até a outra Comissão. É óbvio, se possível, voltaria aqui para ainda ouvir certamente a pergunta que eu gostaria de dirigir aos convidados aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES

(PSDB-AP): Nós não--

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Se é possível?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES

(PSDB-AP): Nós faremos da seguinte maneira: Todos farão suas exposições e, posteriormente, as perguntas. Mas, se V.Exa. tem essa necessidade, nós poderíamos abrir mão das nossas regras, está certo? V.Exa. poderá deixar a pergunta e, no final, será respondida.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Pode ser?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES

(PSDB-AP): Pode.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Sr. Presidente, Senador Papaléo, senhores e senhoras Senadoras. Saúdo especialmente a Senadora Kátia Abreu pela louvável iniciativa de ser autora desse Requerimento e convidando aqui essas autoridades do setor de Saúde do nosso país. Sr. Presidente, nós somos autores de um Projeto de Lei que busca, efetivamente, que todas as bebidas, ou seja, refrigerantes, tanto líquido como sólido, as indústrias obrigatoriamente terão que, por seu rótulo, mostrar o número de calorias que esta bebida, esse refrigerante oferece e, acima de tudo, dos males que pode causar. Na medida em que os números aqui são números alarmantes. O meu Projeto de Lei, eu imagino que os números dados, que nós temos, que nós colocamos, são números que todos nós temos que preocupar, na medida em que, nessas últimas duas décadas, me parece que quadruplicaram os números de obesos no Brasil. E há muitas pessoas talvez que não tenham a informação precisa dos males que causa, naturalmente, a obesidade; pessoas que talvez, por falta de formação, até de esclarecimento em relação a esse assunto. Todavia, a minha pergunta efetivamente, eu quero dizer que diversos têm sido os projetos ultimamente apresentados aqui no Congresso Nacional, buscando regular cada vez mais a propaganda comercial, na mídia e na rotulagem dos alimentos. Com vistas a evidenciar a advertência e a propiciar uma melhor educação alimentar, sobretudo para as nossas crianças e jovens, eu mesmo apresentei, como disse, há cerca de dois meses, uma proposição nesse sentido que é o PLS nº. 196/2007, determinando que os rótulos de refrigerantes e congêneres especifiquem seu teor calórico e chamem a atenção para os riscos de sua ingestão. Projetos como o do Senador Paulo Paim, com o foco nos alimentos servidos nas escolas e nas tantas outras iniciativas de muitos colegas, nesta e em outras Comissões, vem exemplificando o crescente esforço legislativo em torno desta matéria. Diante desta preocupação evidentemente de todos nós, gostaria de perguntar, inicialmente, à Dra. Ana Beatriz, se existe, no âmbito do Ministério da Saúde, algum grupo de trabalho destinado a compilar a legislação em vigor e propor o seu aperfeiçoamento. Pergunto ainda: Não

seria interessante a criação de uma espécie de força-tarefa com a participação das entidades civis e acadêmicas ligadas ao tema da alimentação e nutrição para sistematizarmos um elenco de propostas para serem encampados por esta Comissão.

Para concluir, Sr. Presidente, mais uma pergunta. A segunda pergunta é dirigida especificamente ao Dr. Carlos Roberto e ao Professor Edgar, porém, apreciaria conhecer também a opinião dos demais convidados, uma vez que o tema é polêmico e comporta múltiplas abordagens. Refiro-me à experiência que vem sendo vivida pela França, preocupados com os índices de obesidade que atingem 12,5% da população naquele país, os franceses aprovaram, em 2004, para entrar em vigor neste ano de 2007, a legislação que regula as relações entre publicidade e saúde pública. Ela prevê maciça inserção de mensagens educativas nos meios de comunicações, essencialmente no que se concerne nos riscos da ingestão de alimentos ricos em açúcar, sal ou gordura. Sem entrar no mérito, na qualidade ou eficácia das mensagens veiculadas por lá, o ponto que eu quero levantar aqui é o da possível parceria com a indústria alimentícia, mediante negociações de eventuais reduções tributárias. No caso francês, a Associação Nacional das Alimentares destinou uma contribuição financeira dos anunciantes para ações de prevenções. Em compensação, o Senado reduziu o imposto sobre as campanhas publicitárias das indústrias em algo que varia entre cinco a 1,5, tudo vinculado à difusão das mensagens preventivas. Seria possível, no Brasil, concentrarmos as indústrias alimentícias a engajar num programa de harmonização de interesses para que se propicie uma grande campanha de educação do consumo alimentar de nosso povo, principalmente na televisão e nas escolas? Essas perguntas, essas indagações que eu gostaria de falar para as autoridades que aqui comparecem nessa audiência pública convocada em boa hora, requerida em boa hora, pela ilustre Senadora Kátia Abreu, lá do querido estado do Tocantins. De forma, Sr. Presidente, essas são as minhas perguntas e agradeço a sua bondade, a sua generosidade de nos ceder esses poucos minutos para fazermos a nossa... Nossas indagações. Muito obrigado, Senador Papaléo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Ficam registradas suas perguntas e, após a exposição dos nossos palestrantes, elas serão respondidas e, logicamente, nós vamos elucidar muitas questões que precisam ser normatizadas aqui no nosso país. Muito obrigado.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Aguardamos o seu retorno. Concedo a palavra à senhora Dra. Valéria Guimarães, Coordenadora do Departamento de Doenças Metabólicas com Impacto Global, da Sociedade Internacional de endocrinologia.

SRA. VALÉRIA GUIMARÃES: Bom dia a todos, ilustre Senadora Kátia Abreu, ilustre Senador Papaléo, em nome do qual cumprimento os demais Senadores e Senadoras, pela importante iniciativa de trazer esse tema, confirmando que realmente é uma coisa inédita trazer a discussão de uma forma tão ampla, tão democrática para essa Casa. A sociedade científica hoje deve estar aplaudindo essa iniciativa tão sensível, por ser mulher talvez, da Senadora. Bom, coube a mim falar sobre o impacto da obesidade na nossa sociedade. Próxima! Bom, no fundo, no fundo o mundo todo está ganhando peso e existem alguns fatores que podem ser responsabilizados por isso, e isso tem causado o impacto em todos os serviços públicos de saúde de todos os países. Existe uma transição demográfica que tem sido observada, nós estamos envelhecendo e nos urbanizando. Existe uma transição epidemiológica; nós hoje não morremos mais de doenças transmissíveis; hoje nós morremos de doenças crônico-degenerativas como câncer, doenças cardiovasculares, diabetes etc. Nós estamos vivendo num mundo globalizado, onde os padrões alimentares são difundidos rapidamente. E nós estamos vivendo a transição nutricional nos países em desenvolvimento; nós estamos saindo da desnutrição e ganhando uma outra forma de desnutrição, que é o obeso desnutrido. Próximo!

O excesso de peso no mundo afeta mais de um bilhão de adultos e 20 milhões de crianças. Estima-se que 177 milhões de indivíduos são hoje já diabéticos; a maioria com diabetes tipo 2, e 2/3 desses diabetes tipo 2 já vivem em países em desenvolvimento. Para 2030, nós teremos 366 milhões de diabéticos no mundo, com complicações, infartos e derrames, matando anualmente 12 milhões de pessoas. Próximo! No Brasil, nós já temos 43% dos brasileiros acima de peso. Nós somos, hoje, já 70 milhões de brasileiros; quando eu vejo esse número, eu me lembro que, na Copa de 70, a gente cantava “90 milhões em ação, pra frente Brasil!” Nós temos quase um Brasil da década de 70 aqui já com excesso de peso; 11% com obesidade importante. O excesso de peso já atinge 47% dos homens, 39% das mulheres. É mais freqüente entre os mais velhos e maior com a baixa escolaridade. Próximo! E o Monteiro já mostrou esses dados, mas, se nós formos olhar detalhadamente tem duas populações que nos preocupam muito, enquanto classe médica, que são a população dos pobres e a população das crian-

ças, que é exatamente a população onde a informação não consegue chegar muito bem, ou quando chega, chega de forma deturpada. No Brasil, o aumento é significativo. Na década de 70, nós tínhamos 1.8 de prevalência; hoje já nós temos, no ano 2000, quase 10% das nossas crianças. O crescimento, comparado com os Estados Unidos, foi muito maior. E nós nos assustamos com os Estados Unidos quando nós vemos aquelas crianças e, no entanto, a obesidade infantil cresceu numa velocidade muito maior do que a velocidade americana. Muito parecida com o crescimento da velocidade em países desenvolvidos, o que justifica a globalização e o acesso a essas informações, como elas têm chegado à criança. Próximo! Isso tem preocupado sobremaneira a classe médica, que não pára de publicar os seus achados nas nossas revistas de maior impacto. Próximo! Mas um estudo chamou-nos muito a atenção, que foi um estudo americano que foi feito com crianças que morreram de morte acidental, onde se procurou fazer a autópsia na coronária dessas crianças obesas. Nessas coronárias, foram encontradas uma grande prevalência de doenças, de placas já obstrutivas, o que não é diferente aqui no Brasil. Talvez a gente não tenha esse estudo ainda, mas um estudo recente da USP de São Paulo mostrou que as crianças obesas hoje, nossas crianças obesas, já 40% delas têm aumento de colesterol; 30% delas têm diminuição do colesterol bom. Dr. Luiz Cláudio Castro, professor da UNB, acaba de me dar um dado de que crianças que acabam de ser desmamadas, pouco meses agora, após o desmame, não estão nem caminhando, já estão com o aumento de colesterol. Crianças saindo do desmame. Então, isso é para pautar os senhores da gravidade do problema. Próximo!

Uma outra complicação é a prevalência de diabetes nessa população. Se nós tivermos crianças obesas, uma porcentagem delas se tornará diabética tipo 2, coisa que nós não víamos antes; as crianças tinham diabetes insulino-dependente, que é um outro tipo de fisiopatologia da doença. Mas, a criança com diabetes tipo 2, 15 anos depois, ela não tratada, não cuidada, ela terá complicações, o que significa que, antes dos 40 anos, nós teremos adultos enfartados, cegos amputados, fazendo diálise, com problemas renais crônicos. Ou seja, nós teremos um problema muito sério nessa população. Ou, então, a morte precoce. Nós, quando a gente fala em desnutrição e quando a gente vê as reportagens de desnutrição, aquilo nos toca o coração, mas, eu gostaria de provocar a platéia porque a desnutrição é um problema sério, a gente realmente tem que prestar atenção nela, mas a desnutrição, em termos de sobrecarga ao sistema de saúde público, é muito pequeno. A desnutrição mata; a obesidade, ela

não mata, ela aleija, ela tira o indivíduo do setor produtivo, ela sobrecarrega, em custos para o seu próprio bolso, para o de sua família e para o país, e vai matando devagarzinho, enfartando, dando derrame, dando problema renal. Então, é um problema, é um custo que nós carregamos a longo prazo. Próximo!

Então, a pergunta que a classe médica hoje mundialmente tem feito é: Quem é que vai pagar por isso? E esses, hoje, são os nossos editoriais. Nós já estamos saindo da linha de mostrar o que é que está acontecendo, nós já cansamos de mostrar. Nós, agora, queremos que os nossos países nos respondam como é que nós vamos resolver este problema. Próximo! Quanto custa a obesidade para o Brasil? Próximo! Hoje, ela custa 1.1 bilhão por ano, em internações hospitalares, consultas e remédios para tratamento do excesso de peso e das doenças a ele associadas. 600 milhões são gastos apenas pelo SUS. Se nós levarmos em consideração os gastos indiretos, que são faltas ao trabalho, licenças médicas, morte precoce, a conta chega a 1.5 bi de reais. Sendo que o diabetes é a principal causa de internação entre os obesos e daí doenças, infartos, derrames etc. Próximo! Esse valor equivale a 12% do que o governo brasileiro despende anualmente com todas as outras doenças. O Brasil já ocupa o sexto lugar, como a Senadora Kátia Abreu falou, no *ranking* dos países com maior número de obesos, atrás dos Estados Unidos, da Alemanha, da Inglaterra, da Itália e da França. E nós somos o primeiro país em desenvolvimento no *ranking* de obesos. O custo de paciente por ano até é baixo, porque a gente trata mal os nossos obesos, nossos diabéticos, nós não temos muitos remédios para serem distribuídos. Por isso que é tão baixinho, 100 reais, mas é alto para o país. Próximo! Mas nós sabemos, o que nos dói é que 75% das comorbidades relacionadas à obesidade podem ser prevenidas, representando uma melhoria significativa na saúde da população de, no mínimo, de 30% e, nos gastos públicos, nos países que já não têm dinheiro para executar todas as suas políticas públicas. Próximo! E nos temos a evidência científica, sugerindo que os seguintes comportamentos trazem grandes benefícios à saúde: Se a gente reduzir alimentos gordurosos, muito salgados, se a gente fizer exercício físico, se a gente reduzir o consumo de açúcar, se nós consumirmos mais frutas e verduras, se nós mantivermos um peso saudável, se nós não fumarmos. Próximo!

Isso foi o que a Organização Mundial de Saúde propôs a seus países-membros e que o Brasil assinou, que procurassem medidas para se prevenir a obesidade no país e evitar um caos com essas doenças crônico-degenerativas. E esse documento é um documento emblemático e que o nosso Ministério da

Saúde tem seguido com, com muito louvor. Próximo! A partir daí, e com a preocupação, além da prevenção de obesidade, com aquela preocupação inicial, que eu já lhes falei que é uma preocupação de todos os governos, porque a obesidade infantil não só cresce no nosso país, como em todos, a criança entrou em foco. E aí uma série de outros documentos tentaram entender por que é que a criança estava engordando. E, obviamente, a gente chega na questão delicada que é o marketing, a publicidade infantil de alimentos obeso-gênicos. Próximo! Logo que esses documentos, saíram houve uma repercussão imediata no mundo financeiro. Dois documentos emblemáticos foram produzidos por dois dos maiores bancos de investimento do mundo, JP Morgan e UBS. Eles deram orientações claras a seus clientes sobre que empresas têm perspectiva de perda de valor de suas ações e recomendando a seus investidores a introdução de linhas de produtos saudáveis. Próximo! Esses são os documentos. Próximo! Ele mostra, na argumentação, que a indústria alimentar vai ter que rever as suas práticas de marketing. E que ali existe uma oportunidade para introduzir alimentos mais saudáveis. Próximo! Mas que aqueles investidores que estiverem investindo naqueles... Nessa primeira coluna aí, de companhias que têm um portfólio de alimentos pouco saudáveis, a longo prazo, vão perder dinheiro. Próximo!

Então, o mundo financeiro imaginou que isso é uma luta que não adianta travar muito, porque é meio irreversível. Está todo mundo preocupado e nós temos realmente que tomar posição. E a classe médica, de novo, tem solicitado então, com seus editoriais, que se obtenham políticas públicas para conter isso. Próximo! E a Europa tem sido, tem encabeçado ações muito interessantes, tem sido exemplo. No dia 30 de maio, a Comissão Européia fez uma severa advertência aos fabricantes de comidas e bebidas do Continente, preocupada com o grande número de europeus obesos, ela afirmou que as indústrias do setor devem vender produtos mais saudáveis, caso contrário, as autoridades aprovarão leis mais rigorosas para regulamentar a questão. Próximo! Nossos amigos portugueses, nossos irmãos, lançaram a plataforma contra a obesidade, mobilizando energias, recursos e meios para intervir de forma mais eficaz contra a epidemia, controlando o perfil de alimentos produzidos pela indústria e os dados de rotulagem. Próximo! Agora, a França também citada pelo Senador Jayme Campos, ela aprovou uma regulamentação que obriga toda a publicidade promoção de certos alimentos incluírem mensagens contra os maus hábitos alimentares e obesidade. As bebidas com açúcar e sal são alguns dos produtos incluídos na lista e a regulamentação tem por objetivo chamar a atenção

da população para os riscos e a consequência da má nutrição. As empresas que não cumprirem essa norma pagarão uma taxa de um meio por cento do montante do investimento publicitário. Próximo!

No Brasil, Dra. Ana Beatriz irá falar sobre isso, nós temos uma série de movimentos muito importantes nesse sentido. Próximo! E nós aqui queremos dizer que a classe médica, eu tenho certeza que a classe científica como um todo, apóia a Resolução da ANVISA, que pretende regulamentar a publicidade de alimentos potencialmente prejudiciais à saúde, quando consumidos excessivamente. Próximo! Isso porque o público infantil é vulnerável, não vou me estender aqui, porque será a fala do professor Edgar. Próximo! O escopo da regulamentação é exatamente respaldar o que o Brasil assinou na estratégia global. Próximo! Mas sempre quando nós começamos a falar sobre este assunto, aqui no Brasil, começa a seguinte discussão, em termos de regulamentação de publicidade, querendo colocar na mesma cesta Hugo Chávez etc. e tal. E a liberdade de expressão? E o direito à livre escolha? Próximo! Eu acho que principalmente essa Casa é o exemplo de que todo mundo é a favor da liberdade de expressão e da livre escolha. Mas, não dá para querer argumentar, em defesa da liberdade de expressão e da livre escolha, o que, na realidade, são conveniências mercantis. Não dá para erguer a bandeira da liberdade de expressão, quando apenas se quer obter um salvo-conduto para seguir ignorando os danos e as consequências da má publicidade de alimentos sobre a criança e o adolescente no nosso país. Próximo! A publicidade tem um investimento, se formos contar bebidas e alimentos, segundo o censo do ano passado de primeiro, primeiro semestre de 2006, que equivale ao que nós pagamos pelo custo da obesidade no ano. Só que ali existe investimento; se existe investimento existe lucro. Quem está gastando o que a gente gasta por ano para cuidar dos obesos e lucrando não pode querer que o país não tome atitude quando nos custa, e custa, por um período prolongado, aos nossos bolsos. Quem vai pagar a conta? São eles ou somos todos nós? Próximo!

A Constituição Brasileira não serve aos interesses de poucos, mas equilibra o direito de muitos. Por essa razão, ela prevê tanto o direito de liberdade de expressão quanto o direito das crianças e adolescentes crescerem e serem educadas em ambientes propícios ao seu desenvolvimento saudável. Próximo! O Brasil é um país respeitado na Organização Mundial de Saúde, tenho certeza disso senhores; quando o Brasil fala, outros escutam. O Brasil é exemplo em aleitamento materno, em vacinações, em combate ao tabagismo, programas de Aids, vários prêmios. O Brasil participou,

foi protagonista na construção do plano da estratégia global. Próximo! Os aspectos econômicos não podem prevalecer sobre a saúde da população brasileira porque elas nos custam caro. A comunidade científica está pronta para o debate e tem as evidências necessárias, inclusive, com dados nacionais, para justificar a adoção de medidas que regulamentem a propaganda de alimentos para o público infantil. Próximo! Na vida acadêmica, busca-se a verdade absoluta. É o que nós, cientistas, tentamos fazer. Na política, busca-se acomodar essas verdades aos fatos que a cercam. É isso que a Academia hoje espera dos Srs. Senadores, que ajustem as evidências ao nosso país. Próximo! Essa minha fala é assinada pela Sociedade Internacional de Endocrinologia, Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, Associação Brasileira para Estudo da Obesidade e pela Sociedade Brasileira de Diabetes, que hoje representam a terceira comunidade científica no assunto no mundo, após a americana e a japonesa. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado--
[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Dra. Valéria. Muito obrigado Dra. Valéria Guimarães. E passo a palavra agora ao Dr. Carlos Roberto Faccina, Vice-Presidente da Associação das Indústrias de Alimentação.

SR. CARLOS ROBERTO FACCINA: Bom dia a todos, Senadora Kátia, Senador Papaléo, senhores membros da Mesa. Eu creio que a palavra me foi passada na hora propícia, vistas as apresentações do Professor Monteiro e da Valéria, Professora Valéria. Em primeiro lugar, eu falo em nome da indústria de alimentos do Brasil; eu não falo em nome de uma indústria A, B, ou C. Estamos falando aqui em nome de 30 mil, 32 mil produtores de alimentos no Brasil, desde os maiores até os menores. Até empresas de pequeno porte. E que são responsáveis por aproximadamente dois milhões e meio de empregos e que são responsáveis pela transformação e o acesso de produtos à sociedade. Estava desligado? Ah, então, eu vou repetir outra vez.

[risos].

Esses dois minutos não valeram para nada. Eu falo em nome, então, da ABIA, com 32 mil fabricantes de alimentos no Brasil, aproximadamente dois milhões de empregos e que somos responsáveis pela transformação dos alimentos que vão à mesa do brasileiro. A ABIA considera a obesidade um problema sério, assim como todos os senhores que estão presentes aqui, assim como os professores, assim como os Senadores, como a sociedade civil brasileira presente. Tanto

assim que ela é séria, dentro da nossa perspectiva, que os professores demonstraram que não é um problema da indústria isoladamente. O próprio texto da Organização Mundial da Saúde fala em dieta, educação física e alimentação, ou hábitos alimentares ou estilo de vida e alimentação. Portanto, é uma questão tripartite, no mínimo; é uma questão multidisciplinar, no mínimo. Eu não acredito que a questão da obesidade seja de responsabilidade única. Há uma tendência, e eu percebo essa tendência, de colocar a indústria como a responsável pela obesidade. Eu acho que, se nós caminhamos nessa direção, nós estaremos caminhando na direção errada e eu vou dizer porque. Em primeiro lugar, a obesidade não atinge somente as pessoas que consomem produtos industrializados; atinge pessoas que consomem também produtos tradicionais ou naturais ou não industrializados. Portanto, é um privilégio de todos. E, fundamentalmente, está na quantidade, e muito menos na qualidade. Comparativamente, a qualidade dos produtos industrializados com muitos produtos ditos naturais, pelo menos dentro do aspecto da qualidade, em 95% dos casos, os produtos manufaturados, os produtos industrializados detêm uma qualidade bacteriológica e microbiológica superior. Portanto, a questão do alimento industrializado e do alimento como um todo deveria ser colocada como um elemento a ser analisado na sua... Nos seus aspectos mais globais.

A demonstração da mudança de... Mudança de alimentação para a população, a gente observa que aqueles três ou quatro grupos, Professor Monteiro, são produtos ainda utilizados muito na zona rural e muito pouco usados nas zonas urbanas, exatamente pelo processo de urbanização, que hoje nós temos uma concentração de quase 85% da população nos grandes centros urbanos. Mas aqueles produtos que são consumidos *in natura* também nos grandes centros urbanos, principalmente nas periferias das grandes cidades, eu vou citar São Paulo. Se eu somar Capão Redondo, se eu somar Cidade Tiradentes, somar Diadema e somar São Miguel Paulista ou periferia, eu estou falando de quatro milhões e meio de habitantes que consomem produtos *in natura*, na sua maioria, porque são populações de classe D e E, com grande índice de obesidade e consomem produtos industrializados também.

Então, nós precisamos observar isso com muito cuidado. Esses dados não sou eu que digo; isso é um convênio feito pelas empresas de São Paulo com a Escola Paulista de Medicina, há mais de 20 anos, onde os dados de obesidade da periferia de São Paulo são surpreendentes, quando comparados com os dados da obesidade das chamadas populações de maior

poder aquisitivo. Então, eu acho que é uma questão séria. A indústria não está alheia a isso. É uma questão pertinente e é uma questão de responsabilidade de todos. Eu vou dar dois exemplos práticos. Eu sou professor universitário também. Estou na empresa há muitos anos, eu tenho os dois lados da moeda. A minha pergunta é: Além das pesquisas, além das atividades, o que é que a Universidade brasileira tem feito no sentido de acabar com o analfabetismo nutricional nas escolas brasileiras? Na minha opinião, me desculpem os professores aqui presentes, muito pouco. Por quê? Porque a ABIA está desenvolvendo agora, junto com a Fiesp, na rede escolar do SESI, para 180 mil crianças, incluindo no currículo escolar da disciplina Ciências, nós não precisamos criar uma nova disciplina de nutrição, nós sabemos que o Brasil é analfabeto, por aspectos institucionais sob o analfabetismo formal, mas o Brasil é muito mais analfabeto sob o ponto de vista nutricional, isso atingindo todas as classes sociais, inclusive as chamadas classes mais cultas ou aquelas que tiveram inclusive acesso à nutrição.

O próprio currículo de medicina, o próprio currículo das Faculdades de Medicina não coloca nutrição como uma das suas disciplinas fundamentais, obrigatórias e ela se torna optativa, salvo melhor juízo. Então, eu acho que a Universidade brasileira, além dos estudos, além dos seminários, além de uma série de coisas, poderia colaborar com a indústria no sentido de incluirmos, de imediato, no currículo das escolas públicas e das escolas particulares, privadas, a disciplina Nutrição. Não precisa ser uma disciplina especial, mas ela pode integrar a carreira de Ciências, estar dentro da disciplina Ciências e no ensino médio ou em física, ou em biologia ou em qualquer outra como um conteúdo programático específico.

A segunda coisa que aconteceu, fundamentalmente nas grandes zonas urbanas, é que todos os senhores aqui, na faixa de 40 anos ou 50 anos para frente, os senhores tinham educação física como disciplina obrigatória, no antigo ginásio. Vamos conversar aqui agora numa linguagem que muitos vão me entender, que hoje é o ensino fundamental. E tínhamos educação física no ensino colegial ou científico, ou clássico, ou normal e hoje o chamado de ensino médio. Essa disciplina simplesmente foi tornada optativa e, de optativa, ela acabou desaparecendo dos currículos escolares, não só da escola privada como também da escola pública. Esse é um aspecto fundamental também que gera e que, obviamente, em função de dietas não equilibradas, levam a aspectos bastante problemáticos contra a questão da nutrição.

Eu acho ainda que a regulamentação da publicidade é algo fundamental, foi tocado pela Professora

Valéria, mais especificamente e, quando da regulamentação da ANVISA, nós tivemos um debate direto com a ANVISA, em vários momentos, sobre a resolução e o CONAR apresentou uma auto-regulamentação que é muito mais rigorosa do que a própria regulamentação da ANVISA. Essa auto-regulamentação sequer foi levada em consideração. Os senhores poderiam dizer: “Ah, mas a auto-regulamentação, ela poderá funcionar?”. A não ser que os senhores duvidem de um organismo, que é o CONAR que é um organismo respeitado e tem como obrigatoriedade a regulamentação da publicidade entre as empresas. E que tem como um de seus grandes objetivos punir as empresas que saíam das suas determinações. Os senhores podem pegar todos os *deadlines* das principais empresas hoje no Brasil, todos, sem exceção, eu posso enviar aos senhores, e lá consta que a publicidade para criança não pode transgredir determinados objetivos. Ora, uma regulamentação como da ANVISA, ela é boa? Sim. Ela seria muito boa se ela fosse uma regulamentação dirigida à dieta e não a produtos. Na nossa opinião, na opinião da ABIA, existe uma distorção dentro dessa, dessa regulamentação, ou dessa norma, ou dessa nova proposta que está se fazendo e que nós consideramos correta. A indústria acha que tem que fazer e depois eu vou dizer as iniciativas que a indústria tem tomado contra a obesidade, por nossa própria conta. Ou seja, dentro da ideia de que a auto-regulamentação e a autovigilância também são fundamentais. Não só pela bolsa de valores, mas porque, para a indústria existir é fundamental que existam alimentos saudáveis; nenhuma indústria está aqui para colocar alimentos não saudáveis para não ter cliente, para não ter consumidor no futuro. Quem é o nosso consumidor no futuro? É a criança de hoje. Então, a indústria que tiver um pouquinho de visão de alguns anos para frente, vê a criança e vê o adolescente como seu futuro consumidor e um consumidor de produtos saudáveis. Foi até apresentada uma lista de empresas que têm maior risco de produtos, ali na frente. Essas empresas, de modo geral, que eu conheça, todas têm iniciativa em termos de redução de açúcar, da redução absoluta. Eu daria um exemplo específico, sorvetes das grandes empresas brasileiras hoje estão isentos de gordura *trans*. Foram eliminados pelas empresas antes da regulamentação porque simplesmente a nenhuma empresa interessa haver um produto que venha denegrir a sua imagem ou venha prejudicar o seu consumo futuro, ou venha não colaborar com o desenvolvimento. Isto quanto a publicidade.

Agora, o que é que nós temos hoje em termos de realidade, nas grandes cidades, nos centros urbanos brasileiros? Lá foram colocados os tempos de

televisão. Eu acrescentaria os tempos de computador e de *videogame*. Hoje talvez isso ocupe 60 a 70% da atividade de uma criança pós-período escolar que, em São Paulo, é praticamente o período da manhã; começa às 07h30, a partir do meio-dia. Do meio-dia às oito horas da tarde, normalmente as crianças, primeiro, em São Paulo não se sai mais de casa, tem problemas de segurança urbana, tem problemas de segurança, de trânsito etc. O que é que essa criança faz? Ela faz uma lição muito rápida e, depois, ela se dedica todo o tempo a jogos eletrônicos ou o computador e à própria televisão. O hábito da atividade física entre as crianças decresceu, não só pela redução da carga horária e pela eliminação da disciplina, que chegou a ser de três aulas, três aulas semanais, na minha época e na época de muitos dos senhores aqui, nós tínhamos três aulas de educação física obrigatórias, por semana, para zero. Juntados com hábitos de vida absolutamente inexistentes, nós temos o quê? Uma conjugação de excesso de proteína e de alimentos de outro, de calorias de um lado e, obviamente, um dispendio absolutamente não... Não compatível.

Finalmente, eu queria colocar o papel da indústria. O que é que nós temos feito especificamente? Todas as indústrias estão preocupadas com a questão da obesidade, por uma razão fundamental, por uma razão de que as indústrias de alimentos existem na medida em que os consumidores se mantenham fiéis a seus produtos e, se não se mantiverem fiéis a seus produtos, elas morrem, elas desaparecem. Portanto, é uma obrigação moral, é uma obrigação ética e é uma obrigação de sobrevivência. Aquele índice da Bolsa de Nova Iorque já tem influência sobre as ações das empresas que não têm tomado as medidas. Assim como aqui em São Paulo, no índice Bovespa, nós já temos também um índice de responsabilidade social que pesa sobre as ações das empresas, está sendo incluído agora o índice social de saúde, que é o próximo índice ou KPI, como se chama em inglês, fica um pouco mais bonito e um pouco mais arredondado, dá uma importância maior, mas vai ser incluído esse tipo de coisa. Ora, as empresas que têm o mínimo de responsabilidade social, o mínimo de visão, estão trabalhando firme para a redução do açúcar, para a redução do sal, para a redução da gordura *trans* e da gordura saturada dentro dos seus produtos, porque isso não é uma obrigação, é isso um dever, isso é uma ética e já consta de todos os programas, pelo menos das grandes empresas, daquelas que têm mais visibilidade. As pequenas empresas terão muito mais dificuldade por uma questão não talvez de ética--

[soa a campanha].

Ou de responsabilidade, mas por uma questão de capacidade de análise de laboratórios, e aí eu acho que a Universidade e a empresa privada, com maior potencial, a ABIA e o governo podem fazer parcerias como nós fizemos, há 20 anos atrás, com a Escola Paulista de Medicina para estudar a questão da obesidade dentro do Brasil e o processo de qualidade de alimentos instaurando, dentro da Escola Paulista de Medicina, um laboratório de microbiologia, de bromatologia, para análise de alimentos que eram consumidos na periferia de São Paulo, professores, e que eram responsáveis por 60% das internações no Hospital São Paulo. Então, esse é um, esse é um dado que nós podemos trabalhar em conjunto. E eu vejo a solução dessa questão, não com a indicação de um responsável, com as responsabilidades absolutamente distribuídas; a responsabilidade da indústria existe, ela tem que assumir essa responsabilidade, a responsabilidade da academia, a responsabilidade do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde, integrando a merenda escolar, que é hoje um programa extraordinário, dentro do aspecto social e que também pode ser um veículo muito importante para a educação nutricional, porque nós não temos educação nutricional. Nós temos alguma informação nutricional, como o Professor Carlos Monteiro disse, que chega distorcida. E é uma coisa que temos que fazer de uma forma objetiva, simples e clara, mas temos que fazer de imediato. Essa era a primeira colocação que eu queria apresentar aos senhores para, depois, estar aqui à disposição para outras questões que sejam pertinentes. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Dr. Carlos Roberto. Passo a palavra ao Dr. Edgar Rebouças, pesquisador da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares.

SR. EDGAR REBOUÇAS: Não sei se esse microfone capta, estão conseguindo ouvir ou não? Olá! Agora, sim. Então, eu sou Professor da Universidade Federal de Pernambuco e, como coloquei aqui na apresentação, professor de legislação e ética na publicidade, no rádio e na televisão. Infelizmente, eu dou pouquíssimas aulas de legislação, já que temos muito pouca legislação no Brasil sobre publicidade, rádio e televisão. E dou boa parte do meu conteúdo de ética, já que temos falta de ética constantemente na publicidade, no rádio e na televisão do Brasil. Então, queria só colocar de que ponto que eu falo da minha experiência em sala de aula e das minhas pesquisas que eu venho realizando já de... Nos últimos 15, 20 anos, sobre participação da sociedade na regulamentação da televisão, que foi objeto da minha pesquisa de mestrado, onde eu fiz um comparativo do que seria o conselho de comunicação social, que estava em vias de ser instalado

aqui no Senado, em comparação com o que acontece nos Estados Unidos e na França. E minha pesquisa de Doutorado, que eu fui ver sobre o *lobby* nas políticas de comunicação, fazendo um estudo comparativo da participação da sociedade, dos empresários, da sociedade civil e da Academia, no Brasil e no Canadá. E eu participo, atualmente, da campanha “Quem financia a baixaria é contra a cidadania”.

Então, eu agradeço a Senadora Kátia, ao Senador Papaléo de poder estar aqui, e aos colegas da área de saúde, também da área da indústria de alimentos, porque eu acho que esse é um tema raramente debatido. Comunicação é raramente debatida nessa Casa. Deveríamos utilizar muito mais, não só o Senado, como a Câmara, para debates do setor de comunicação, mas, esse tema sempre sofre uma série de ataques quando vem ser debatido nessas Casas, tendo em vista... Se a gente pegar a legislação em vigor para a área de radiodifusão, é uma legislação de 1962. Desde então, não se mudou quase nada em relação à radiodifusão no Brasil. Então, minha apresentação é sobre, mais especificamente, a questão das políticas públicas voltadas para a regulamentação da publicidade direcionada a crianças e adolescentes, já que eu não sou um especialista específico dos efeitos da publicidade nas crianças. Tem outros pesquisadores na sociedade brasileira de pesquisas em comunicação, que são muito mais especializados que eu, de quem eu bebi da fonte para preparar um pouco dessa apresentação. Mas minha área específica é sobre políticas públicas. Então, eu vou apresentar para vocês um pouco das inquietações que me motivaram a essa pesquisa, que eu venho desenvolvendo há quatro anos, sobre a necessidade de criação de políticas públicas claras e voltadas para o interesse público. A necessidade de fundamentação e contextualização para que equívocos futuros sejam evitados, já que, recentemente, tivemos várias tentativas de debate e regulamentação de setores ligados à comunicação e muitos desses debates foram infrutíferos, quando chega no momento realmente de se concretizar em forma de regulamentação. A motivação para essa pesquisa é essa falta de regulamentação específica para o setor, diante das estratégias cada vez mais agressivas e desleais da indústria e da... Do mercado publicitário e das empresas de comunicação, que são... As estratégias voltadas especificamente para o público infantil são o seguinte: O mercado publicitário pensa a criança da seguinte forma: Primeiro, um mercado primário, que a criança se abastece de sua mesada para comprar, exatamente nessa ordem, doces, lanches, refrigerantes, brinquedos e presentes para familiares. Daí, dentro dessa perspectiva, por exemplo, nos Estados Unidos,

tem um clássico dos brinquedos, de uma boneca que é a boneca mais famosa do mundo, que custa cinco dólares. O fato de ela custar cinco dólares não está ligado aos custos de produção; está ligado a média que a criança tem de mesada para que, quando ela chegue numa loja, ela possa, com o próprio dinheiro, comprar aquela boneca, já descontando o que ela vai gastar com doces e lanches e refrigerantes. Outras estratégias como as máquinas de pegar refrigerante, pegar chocolate. Por que é que nós adultos temos que nos abaixar para pegar o refrigerante ou o chocolate? Porque ela é feita ergonomicamente pensada para que uma criança coloque o dinheiro, coloque a moedinha e pegue na altura dos olhos. Então, pensa-se nesse público primário.

O segundo mercado é o de influência, que pode ser direta ou indireta, para a compra de comidas, bebidas, diversão e automóveis, exatamente nessa ordem, dentro dos estudos da publicidade. Essa influência direta é quando a criança fala para o pai ou para a mãe: “Eu quero isso porque eu gosto disso”. Ou então, indireta, quando fala assim: “Mas, se você comprasse isso, a gente ia ter... Ser mais feliz”. “Se você abrisse a conta naquele Banco que tem os bonequinhos, ia ser mais legal”. “Se você comprasse o carro que tem os bichinhos, os bichinhos de pelúcia, ia ser melhor”. Ou, então, “aquele carro que passa desenho animado dentro, enquanto a gente está viajando, por que é que não compra?” Então, essa é uma influência muito grande. E também para o mercado futuro, já que essas crianças vão se tornar consumidores, mais efetivamente, para a fidelidade da marca. Então, essas publicidades de banco, de automóveis, de vários tipos de produtos que tratam do universo lúdico e da criança, são voltadas pensando para esse consumidor do futuro.

Mais uma motivação, aí eu fui pegar emprestado aqui um conceito de um pesquisador americano, James McNeal, que ele é psicólogo e é marqueteiro. Ele é o principal guru da indústria de publicidade, para a questão de crianças e adolescentes, porque ele diz o seguinte: “Existem três tipos de estratégias no mercado de publicidade: Uma daquelas empresas que tem entre seus profissionais, aqueles que entendem muito de criança porque têm três pestinhas em casa, então, “eu sei tudo sobre criança, eu vou fazer a publicidade voltada para elas”. Um outro tipo é aquele que fala o seguinte: “Não, quando eu era criança, eu fazia isso”. Então, ele vai fazer a publicidade pensando nele, quando era criança, ou lembrando do que ele era criança. E o terceiro tipo do publicitário é aquele que segue a Bíblia desse pesquisador James McNeal. E eu selecionei duas rápidas passagens de um livro, que é um livro bem grosso, que é o manual, o *handbook* sobre

publicidades para crianças que é o seguinte. “Não sei bem o que se passa entre as idades de dois meses e dois anos, mas é nesse lapso de tempo que uma criança se torna um consumidor no sentido mais claro do termo”. Então, é exatamente nesse momento que os publicitários direcionam suas campanhas. E outra: “Crianças são os mais genuínos consumidores, elas têm o mínimo, por isso querem o máximo. Dessa forma, estão na exata posição de serem fisgadas”. Então, são dois dos princípios entre as 350 páginas do manual, tem infinitas outras, mas eu resolvi trazer só essas duas para ilustrar um pouco essa estratégia que as agências de publicidade usam.

E de que, nesse debate todo que nós temos sobre sociedade da informação, não nos direcionaram para uma sociedade de conhecimento, tampouco para uma sociedade do saber, mas sim, somente para uma sociedade do consumo. E que as crianças de 20 anos atrás, que direcionavam os seus sonhos para serem... Para o que queriam ser, queriam ser bombeiro, queria ser professor. Elas passam a direcionar os sonhos para o que querem ter. Elas falam em ser uma pessoa: “Quero ser a Britney Spears para poder ter um monte de marido”. “Eu quero ser uma apresentadora de televisão para poder ter uma ilha, para poder namorar com o piloto de Fórmula-1”. Então, essas questões do ser e ter, que os psicólogos entendem muito melhor do que nós da comunicação, são outras motivações.

E uma outra é uma decisão recente, quando o CONAR colocou, nas suas novas normas para a publicidade para criança e adolescente, que é o art. 37 do Código, que ele fala que é para formar consumidores conscientes. E aí eu me questioneei: “Será a que gente tem que formar consumidores conscientes ou cidadãos conscientes?” Não tem nada a ver uma coisa com a outra e acho que estamos aqui numa Casa de Leis e que me muito me honra estar aqui na presença de importantes Senadores, para que nós tenhamos que formar cidadãos, não consumidores. E, para isso eu fui fazer um levantamento do que ocorre em outros países, já que temos a possibilidade, com esse debate, de criar regulamentação específica aqui no Brasil sobre isso. Então, a Comunidade Européia, como um todo, tem uma diretiva que, em sua televisão sem fronteira, que é uma norma que regula toda a comunidade que é a seguinte: “A publicidade de televisão não deve causar prejuízo moral ou físico aos menores e deve, dessa forma, respeitar os seguintes critérios para a sua proteção”. São vários critérios, mas eu listei apenas dois: “Não devem incitar os menores à compra de um produto ou serviço, explorando sua nesse imprensa e credulidade”. É exatamente o contrário do que o manual do James McNeal fala: “Vamos aproveitar essa ingenui-

dade”. “Não devem incitar os menores em insistir com os pais para que comprem um produto ou serviço”. “Não se esqueça da minha bicicleta”. “Compre aquilo porque eu vou ficar mais forte”, “porque eu vou subir pelas paredes”, essas coisas que as crianças fazem e que os pais, devido a não presença mais tão constante em casa, acabam atendendo esses pedidos das crianças. E aí eu listei alguns países, tem regulamentações bem, bem rigorosas, mas peguei só alguns pontos. Na Bélgica, por exemplo, é proibida qualquer publicidade para crianças nas regiões flamengas. Na Dinamarca, proibida a publicidade durante programas infantis, antes e após, logo após, antes e após. Na França, proibida a publicidade de bebidas alcoólicas com mais de 1,2 graus Gay-Lussac; no Brasil, são 13 graus pela regulamentação. Então, por isso que envolve cerveja, que tem quatro, entre quatro e cinco graus. Então, nesse caso, 1,2 graus só pode ter publicidade de energéticos que tenham uma dose muito baixa de álcool; média de seis minutos de publicidade por hora de programa; no Brasil, nós temos uma média de quinze minutos de publicidade por hora de programa. Vinhetas de quatro segundos dizendo: “Publicité”, entre programas e intervalo, para que exatamente distingam o que é programa e o que é intervalo, já que está comprovado que crianças, em média, até nove anos de idade, essa idade varia, várias pesquisas de 7 a 9 anos, que elas não conseguem distinguir em que momento que acaba o programa e que começa o comercial, principalmente quando a própria apresentadora do programa está fazendo o comercial ou então quando o próprio comercial é feito dentro do programa. Então, está legitimado porque é a apresentadora que está ali.

Na Irlanda, é proibida qualquer publicidade durante programas infantis. Olhem que são países de tradição liberal muito mais antiga que o Brasil. Itália, proibida a publicidade durante desenhos animados. Na Noruega, proibida qualquer publicidade de produtos e serviços direcionados à criança com menos de 12 anos. Proibida a publicidade durante a propaganda em programas infantis. Na Suécia, é a mesma coisa da Noruega, com regulamentação bem antiga, desde 1991 já. Na Inglaterra, proibido o uso de mascotes em publicidade de alimento, o que ocorre muito na nossa publicidade. Comercial com desenho animado que mostra *junk food*, comida com baixo valor nutritivo, que só pode ser exibido após as 20 horas. Proibido insinuar que as crianças são inferiores a outra se usa tal produto, então, se você comer tal achocolatado você vai ficar mais forte. Proibido encorajar a valentia. Proibida a publicidade para crianças que ofereçam produtos e serviços por telefone. E quando o produto custar mais do que 25 libras, mais ou menos 100 reais, o preço

deve ser exposto na publicidade. Na Austrália, nenhuma publicidade pode levar uma criança a acreditar que venha ser algo superior à outra, muito parecido com o da Inglaterra. Que uma pessoa compra um produto ou serviço vai ser mais generosa que a outra, então, o vizinho ou então, a apresentadora de televisão que fala para usar aquela sandalhinha e a mãe não teve dinheiro para comprar, então, a mãe é malvada e a apresentadora é a boazinha. O tamanho do produto tem que estar claro. Então, a criança tem que ter uma referência. Prêmios e brindes devem dar ênfase o que é que é brinde, o que é que é o sanduíche, o que é que é o presente que vem no sanduíche e não fazer com que as crianças comprem o sanduíche por causa do brinde. E bebidas alcoólicas só podem passar a partir das 20h30 e sequer patrocinar eventos ao longo do dia. Como, por exemplo, associar um certo ser celeste ao mascote do Pan-Americano, que é o Cauã, que quer dizer Sol, e nós temos patrocínio de uma fabricante de cerveja a jogos olímpicos, jogos pan-americanos. Canadá: não pode agir no inconsciente da criança. Não pode haver publicidade de produtos não destinados a crianças em programa infantil. Não pode sugerir a compra à criança nem levá-la a pedir aos pais que comprem. Não pode levar a exagero do tamanho. Proibida a sugestão de compra por telefone. Proibida a publicidade de medicamentos, a não ser pasta de dentes com flúor ainda. Alimentos: deve ser mostrado o real valor nutritivo na publicidade. Não pode haver publicidade com bonecos, pessoas ou personagens conhecidos. Proibida a exibição de um mesmo produto em menos de meia hora para que a criança não se condicione a ficar vendo a cena. Não pode usar também aquelas expressões, “somente”, “é o produto mais barato”. Ainda no Canadá, a televisão pública não passa nenhum tipo de publicidade nos programas infantis. E, na província do Quebec, que é o Canadá francês, regulamenta em 13 anos a proibição para qualquer tipo de publicidade. E, nos Estados Unidos, há um limite de 10 minutos e 30 segundos, menos até do que no Brasil, sendo que, nos dias de semana, 12 minutos. Proibida a exibição de programas comerciais como, por exemplo, essa boneca muito famosa, aqui no Brasil passa em Sessão da Tarde, com filme de duas horas da boneca famosa. Nos Estados Unidos, aquele filme é proibido, já que é um filme comercial. Não é um filme para contar a história da Cinderela, é um filme para vender uma boneca. Proibido *merchandising* testemunhal. Ainda nos Estados Unidos, está em tramitação no Senado e na Câmara um Projeto do Senador Ted Kennedy, que é fazer um amplo estudo sobre a publicidade e atividades físicas, proibir a publicidade de alimentos de baixo valor nutritivo e a criação

de mecanismos para incentivar os jovens a reduzir o tempo diante da televisão.

Todos essas regulamentações seguem um princípio que é muito claro, que o Brasil é signatário, que é o seguinte, está na declaração dos direitos da criança: “A criança gozará de proteção especial e ser-lhe-ão proporcionadas oportunidades e facilidades por leis e por outros meios, a fim de facultar desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social de forma sadia e, na instituição de leis, então, no caso, nobres Senadores e Deputados, visando esse objetivo, levar-se-ão em conta sobretudo os melhores interesses da criança e não os interesses comerciais. O que há em jogo aqui? É uma retórica do discurso escudo para se opor interesse privado e interesse público, que é aquela constante defesa da liberdade de expressão e democracia contra a censura, que é um discurso sempre feito pelos empresários, principalmente pelos publicitários e empresários da comunicação. A criação de um neologismo muito recente também do CONAR, que é a liberdade de expressão comercial. Não existe isso em nenhum, nenhum instrumento jurídico no Brasil sobre liberdade de expressão comercial, pelo contrário, está na Constituição dizendo que a propaganda comercial é regulamentada pela União. Há as promessas constantes de auto-regulação e há sempre a alegação dos prejuízos para o mercado. Somente para esse último ponto aí, já que a gente não vai ter muito tempo, eu vou mostrar um pouco dessas fragilidades do discurso, pegando dados do Ibope sobre investimento de 2006.

Então, Dra. Valéria eu atualizei aqueles dados ali a que senhora tinha. Então, o investimento publicitário, no ano passado, foi de 39 bilhões, 821 milhões, 558 mil reais. Isso daí, tudo junto, é mais do que o PIB do Uruguai, Paraguai e Bolívia juntos, e representa 3,7% do PIB brasileiro. Alimentos. Todos alimentos juntos, não distinguindo para crianças, representa 2,9% desse bolo publicitário. Refrigerantes, 1,1% desse bolo publicitário. Então, o peso específico para o mercado é muito pequeno. Um outro ponto que está em debate sobre bebidas alcoólicas, 2,7% do mercado publicitário é pago por bebidas alcoólicas: cervejas e uísques, e cachaaças e tal. Brinquedos e acessórios: 0,5% do bolo publicitário. Esse, o bolo publicitário, ele é mantido basicamente por varejo, principalmente Casas Bahia, que investe mais de dois bilhões de reais por ano em publicidade, e o Governo Federal, que é o segundo anunciante. O terceiro anunciante é a Unilever, que tem várias, vários produtos alimentícios entre sua carteira de produtos. E o quarto é a AmBev, que patrocina vários eventos e faz publicidade de cerveja também, mas de refrigerante. Essas fontes são do Ibope. Esse bolo publicitário é dividido da seguinte forma. Perdão.

Da seguinte forma: 49% de todo esse investimento vai para a televisão. Daí, a gente vê como as emissoras de televisão fazem esse jogo de querer desacreditar as instituições, dizendo que elas sabem qual é o negócio delas. Só que elas se esquecem que são concessões públicas e, como concessões públicas, têm que atender ao interesse público, ou, esquecem não, elas sabem muito bem, mas fazem questão de fazer a sociedade esquecer disso. 31% vão para os jornais, 9% para revistas, oito para TV por assinatura, somente 3% para rádio e menos de 1% para *outdoor*. Essas informações nos dão bem clara essa percepção de porque é que os jornais e a TV são sempre aqueles que estão primeiramente reclamando quando se propõe qualquer regulamentação da área de publicidade.

E as conclusões preliminares que eu trago aqui para o debate são essa preocupação com o interesse público, voltado principalmente para o consumerismo; problemas de saúde física e mental; proposta para uma regulamentação participativa e isso não quer dizer uma auto-regulamentação, mas sim uma participação da sociedade civil nos conselhos; conselhos criados por lei federal, não um conselho criado por um grupo de amigos que se reúne na mesa de um bar e fala assim: “Vamos, a partir de agora, regulamentar o nosso setor”. Não, conselhos com regulamentação específica. Não precisamos de um Estado menor, mas de um Estado melhor. E o modelo de sociedade que queremos. Se é uma democracia, se é um corporocracia, regida pelos empresários, ou se é uma total anomia, sem nenhum tipo de regulamentação, que parece que é o que defendem alguns empresários do setor de comunicação, de que é a lei do vale tudo. Então, “não se metam conosco!”

Já adiantando um pouco a resposta para o Senador, o ano passado foi feita uma compilação dessa legislação pelo CONAR; nos 25 anos do CONAR, fizeram uma compilação de toda a legislação em tramitação no Senado e na Câmara e o cabeçalho dessa compilação falava o seguinte: “Será que os senhores Senadores e Deputados não têm mais coisa para fazer?”. E ridicularizava todos os projetos de lei apresentados e dizendo que o Senado e a Câmara tinham que se preocupar mais com a ética de seus próprios membros do que com a ética de um setor que estava, que funcionava tão bem e regulamentado pelos próprios empresários. Então, era isso que eu queria apresentar para vocês. Obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado ao Dr. Edgar Rebouças. Passo a palavra ao Dr. Ivônio Barros Nunes, Coorde-

nador Político da Associação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos.

SR. IVÔNIO BARROS NUNES: Bom dia a todas e a todos. Agradeço à Senadora Kátia Abreu pela... Pelo convite, cumprimento o Senador Papaléo e os companheiros da Mesa, as companheiras. Fui chamado a falar um pouco da perspectiva dos direitos humanos, especialmente do direito humano à alimentação adequada, que são construções da humanidade que tiveram, no séc. XX, um momento muito especial de formulação, talvez por ter sido o séc. XX o século que mais agrediu os direitos humanos, de maneira geral, como também específico a cada comunidade. Nós tivemos guerras atrozes, foi um momento em que nós tivemos maior capacidade de intervir sobre a natureza e produzimos uma série de situações em que os países, reunidos na organização das Nações Unidas e em Fóruns internacionais, a sociedade civil, nas várias nações, começaram a discutir com outras... Com entidades internacionais, nós começamos a pensar e repensar o que é que nós estávamos fazendo sobre nós mesmos, sobre a natureza, contra nós mesmos, contra a natureza e, assim por diante. E foi nesse momento em que nós começamos a pensar, de maneira muito mais efetiva, o que é que significam os direitos; direito à liberdade; o que é que a liberdade provoca; o direito à vida; o que as ações dos homens e das mulheres, mas, principalmente dos homens, provocam contra a vida. Eu falo principalmente dos homens porque eles são mais presentes nas ações bélicas.

E, nesse processo, nós começamos a perceber uma série de questões que nos levavam a consolidar, ao final, principalmente nas últimas décadas do séc. XX, um conjunto de tratados, acordos, protocolos, declarações internacionais que estão conformando, nesse início do séc. XXI, as nossas idéias sobre os direitos das pessoas, dos povos, das comunidades. E, entre os direitos humanos fundamentais, a humanidade, por meio de suas representações internacionais, os países, por meio da ação e dos movimentos da sociedade civil, tem dado importância, tem trazido ao cenário dos direitos humanos o direito humano à alimentação adequada, consolidando isto como um direito fundamental da pessoa.

Mas, a visão que a humanidade tem tido sobre o que é que são os direitos, ela vem muito em função da sua experiência recente e daquilo que ela vai consolidando como conceitos ao longo da sua história. E nós vimos na consolidação do conceito de direito humano à alimentação adequada, que ele combina uma série de outros direitos e combina conceitos. O direito humano à alimentação adequada combina, por exemplo, dois conceitos que foram tratados aqui de outras formas:

Quantidade e qualidade. A quantidade é um conceito importante para se definir o direito humano à alimentação porque a falta é uma característica importante na definição da fome. Mas a qualidade também é um conceito fundamental para se definir o direito humano à alimentação porque a qualidade inadequada ou a falta de qualidade também caracterizam a fome. A fome que pode ser, às vezes, vista de uma forma dramática, reconhecida como tal, da criança esquelética, ou a fome também que, às vezes, é vista de forma mascarada, num indígena obeso, que é uma situação... Porque se a gente coloca, por exemplo, um ocidental branco obeso, ali a gente observa uma série de determinantes culturais, o exercício físico, este ou aquele... Aquela característica e a gente fica confuso ao ver o que é que determinou aquilo. Mas um indígena, no Xingu, obeso, o que é que nos remete imediatamente, no caso do direito humano à alimentação adequada? É que o ato de se alimentar é um ato também cultural. E, ao se destruir a cultura de uma determinada comunidade, introduzindo alimentos alheios à sua cultura, à sua compreensão, ao seu trato de comunidade, nós podemos estar destruindo não só o coletivo, mas também os indivíduos que participam daquele... Daquela coletividade. Então, o indígena obeso é um exemplo de fome também, em uma comunidade indígena; uma fome que pode se traduzir, como o Dr. Carlos Faccina colocou, num analfabetismo nutricional, mas uma fome que também pode estar representando, é consequência de uma destruição cultural, que a interferência de outra comunidade sobre aquela fez, ao facilitar o acesso a determinados alimentos ou ao condicionar a sua produção, para a sua reprodução, à produção de determinados alimentos.

Então, a alimentação, ela não é só um processo nutricional para a reprodução e para a produção da sociedade, mas é, além disso, ou também, além da produção da cultura nutricional, uma cultura de convivência entre as pessoas. Essa cultura, esse processo de fortalecimento, de reprodução, de desenho da sociedade relaciona-se imediatamente com outros conceitos nessa própria sociedade e que estão sendo debatidos e foram debatidos ao longo do último século, nos foros internacionais, dizem respeito imediatamente às estruturas de poder. Como se dá o acesso a fontes ou aos meios de produção dos alimentos nas comunidades? O cerceamento do acesso, do direito ao acesso à terra significa uma violação fundamental do direito humano à alimentação adequada, na medida em que o poder naquela sociedade começa a ser alterado ou estruturado para que determinadas pessoas não tenham acesso à produção da sua própria alimentação ou à produção da alimentação para parte da sociedade.

Então, os conceitos de liberdade de acesso à terra, aos meios de produção, ao poder nessa própria sociedade estão presentes nas declarações, nos tratados, nos acordos. Essa é uma leitura que a gente pode ter, inclusive, das declarações e dos tratados em relação aos direitos da criança e dos adolescentes. Então, direito humano à alimentação adequada significa ter acesso à qualidade, ter acesso à quantidade, mas ter acesso à qualidade e à quantidade de alimentos numa relação de poder que estabeleça ou possibilite a reprodução da cultura das comunidades, que possa fazer com que aquelas comunidades se desenvolvam, tenham mais acesso ao conhecimento, aos saberes tenham mais condições de tratar as informações que a sociedade está produzindo. Então, quando nós reproduzimos uma sociedade que não sabe tratar as informações de maneira adequada, nós estamos dando condições ou facilitando a ação daqueles que, por interesse próprio ou na defesa de interesses escusos, se aproveitam da incapacidade da sociedade em lidar com a informação e transformam o interesse privado numa informação ou num valor público.

Então, por exemplo, quando nós estamos discutindo a publicidade em relação à criança, a publicidade em relação a uma comunidade indígena, a publicidade em relação a uma comunidade quilombola e tal, nós estamos tratando também de qual foi a capacidade que foi dada ou construída junto com aquela comunidade, para que ela possa interpretar ou analisar as informações que estão sendo levadas a ela. Então, direito humano à alimentação adequada se relaciona com o direito humano à educação, se relaciona com o direito humano à saúde, se relaciona com o direito humano à comunicação e vai se relacionando com os outros direitos humanos. Por isso é que, nas Nações Unidas, e o Brasil teve um papel fundamental na construção do conceito ou dos conceitos de direitos humanos que hoje prevalecem no mundo e que foram elaborados a partir dos Fóruns internacionais conduzidos pelas Nações Unidas, nesses Fóruns, o que se construiu foi que os direitos humanos, o que se acabou consolidando, é que os direitos humanos são indivisíveis. Eu não posso dividir o direito humano à educação do direito humano à alimentação; eles estão imbricados, eles se inter-relacionam. A educação se relaciona e inter-relaciona com a alimentação, a comunicação, o acesso à terra e, assim por diante. E eles não podem ser tratados como... Um direito vale mais do que o outro. Esses são direitos que estão no mesmo conjunto, no mesmo universo de direitos.

E a prática, quando a gente trata sobre direitos humanos, a prática mostra muito bem isso: A partir... Quer a partir da análise dos dados científicos, quer a

partir da ação das próprias políticas públicas, quando elas são eficazes. A gente vê que uma ação na educação repercute na área de saúde e vice-versa. Ou uma ação mal feita na área de saúde ou mal feita na área de educação repercute nas demais. Então, é difícil a gente tratar, às vezes, isso a gente pode fazer a partir de metodologias científicas, para um determinado objetivo, mas é difícil a gente tratar e, em alguns casos é impossível a gente tratar, na realidade, na sociedade segmentos desses direitos. E tratar, às vezes, a nossa forma de análise como a única predominante.

Então, por exemplo, a preocupação que eu trago não é para modificar a forma de análise, porque nós estamos tratando aqui de projetos de lei, que estão sendo examinados pelo Senado Federal, no que diz respeito à publicidade, no que diz respeito à informação e no que diz respeito à regulação, com o objetivo de reduzir ou eliminar fatores que estão provocando malefícios à saúde dos seres humanos, aí no caso a alimentação e as bebidas alcoólicas envolvidas, mas, nós não podemos esquecer que nós estamos também numa sociedade altamente desigual, onde a fome, por carência, ela também existe. Então, nós temos situações graves de fome por carência ou falta de acesso a alimentos. Então, nós temos isso em algumas comunidades quilombolas, nós temos em periferias de cidades, nós temos em comunidades indígenas. Nessas mesmas comunidades, nós temos os dois elementos aparecendo: O acesso dificultado, então, são comunidades que não têm acesso a alimentos ou esse acesso foi orientado a alimentos inadequados àquela comunidade, ou alimentos inadequados àquela comunidade e que provocam obesidade, ou acesso a determinados produtos que provocam uma desagregação mais rápida daquela comunidade, no caso dos produtos como bebidas alcoólicas, por exemplo, que sempre foram oferecidas às comunidades indígenas e aos negros escravos, como uma forma de aumentar a produtividade do trabalho e reduzir os laços de comunidade entre eles. Essas são práticas que a economia brasileira utilizou durante séculos, continua utilizando ainda hoje, mas, em algumas comunidades o que nós temos é uma desagregação, a substituição, às vezes, de alimentos por bebidas alcoólicas, em alguns casos, por outros produtos, ou a ingestão de alimentos altamente inadequados para aquelas comunidades.

Então, a fome por deficiência, por falta, por carência de alimentos em várias comunidades. Nós não somos uma sociedade só caminhando para a obesidade; a obesidade é um problema de saúde pública forte, é um problema que se remete à forma em que nós tratamos os direitos humanos no Brasil e, especialmente, do direito humano à alimentação, mas nós

vivemos num país onde os outros lados também existem. No que diz respeito às discussões internacionais relacionadas à liberdade, especialmente à liberdade de expressão, o que nós temos tanto nos acordos internacionais quanto nas discussões internacionais, é que o conceito de liberdade de expressão caminha junto com o conceito de liberdade--

[Soa a campanha].

De modo geral. O direito humano à liberdade não significa, em primeiro lugar, um direito absoluto de um contra o outro; significa um direito construído na comunidade. Então, nós percebemos isso em algumas situações extremas. Por exemplo, a Constituição Brasileira é considerada, por nós todos, como uma Constituição que respeita o direito à liberdade de expressão. Porém, ela diz que estão proibidos, e nós não consideramos isso um ato de censura, são proibidas as--

[soa a campanha].

A veiculação de informações ou proselitismo nazifacista, racista, xenófobo. A nossa Constituição proíbe uma determinada ideologia. Uma ideologia está proibida na nossa Constituição, que é o nazismo. Nós não consideramos... A nossa sociedade não considera isso uma ação ilegítima, ao contrário, nós consideramos que é uma ação legítima por uma cultura histórica, por uma experiência histórica recente que nós tivemos. Houve um certo acordo da sociedade nesse sentido. Pode ser um erro isso? Pode. Pode ser que daqui a dois séculos a gente considere que não há necessidade de se colocar isso numa Constituição federal porque não há nenhum tipo de possibilidade da humanidade regredir a uma situação nazifacista tal qual observamos durante a Segunda Guerra mundial. Agora, neste momento, a sociedade sugere para si própria que estabeleça um determinado limite.

Então, a forma de condução, de estabelecimentos dos limites é que é discutida, nos Fóruns internacionais, como a condição para se observar, para se remeter ao conceito de liberdade de expressão como direito humano. Então, como nós estabelecemos os nossos limites, que é o campo de ação do Professor Edgar, quer dizer, a ética é o elemento fundamental para a gente construir a idéia de liberdade e--

[soa a campanha].

Os instrumentos relacionados a ela. Desculpe o excesso de tempo. Mas, era só incluir esse tema a mais.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Sr. Presidente, pela ordem, por favor.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Gostaria, antes da Sra. Ana Beatriz usar da palavra, eu gostaria de convidar o jornalista Jorge Moreno, que está presente no auditório. E estou fazendo uma menção especial a ele porque ele foi um dos inspiradores dessa audiência pública e nos ajudou conversando por várias vezes e através também do seu jornal. Gostaria de convidá-lo para vir sentar aqui à frente. Por favor, jornalista Jorge Moreno, do jornal “o Globo”, que, posteriormente, vai fazer uso da palavra. Agradecer a sua presença e a sua participação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Agradeço a presença do já muito bem referenciado pela Senadora Kátia Abreu e nós agradecemos a sua participação na elaboração de todo esse processo que culminou com essa belíssima audiência pública. E quero registrar também aqui a presença da Deputada Nilmar Ruiz, que com muita honra, aqui está presente neste evento importante. Ela que sempre está aqui, nas discussões que temos na área da saúde. Muito obrigado. Concedo a palavra à Dra. Ana Beatriz Vasconcelos, Coordenadora da Política de Alimentos e Nutrição do Ministério da Saúde.

SRA. ANA BEATRIZ VASCONCELOS: Bom dia a todos os presentes. Eu agradeço o convite ao Senador Papaléo e a iniciativa da Senadora Kátia para a gente fazer essa discussão de um tema tão caro para a área da saúde pública e que remete, principalmente para os interessados na área de alimentação e nutrição e que trabalham com esse tema da saúde pública, dá um pouco a dimensão do que esse tema tomou na sociedade brasileira, nesses últimos... Nesses últimos anos. O Ministério da Saúde tem a sua política nacional de alimentação e nutrição publicada há oito anos. O enfrentamento das questões da fome e da obesidade faz parte dessa política, ela foi incluída nas diretrizes da política do Ministério da Saúde e hoje a gente vê que esse tema ganha, na sociedade, uma dimensão que a gente, lá atrás, esperava que realmente ganhasse e que essa audiência pública vem realmente culminar com essa discussão ampliada. Eu vou trazer algumas informações que alguns dos palestrantes que me antecederam já colocaram, mas um pouco para que vocês possam perceber como o Ministério vem lidando ou vem operando com essas estatísticas, com esses dados, com esse avanço do conhecimento, tanto científico mundial, do ponto de vista da influência da alimentação nas doenças, como nos nossos próprios marcos epidemiológicos, da situação que temos hoje no país, para que a gente possa prosperar no debate após o encerramento aí das falas. Então, o próximo, por favor.

Queria só lembrar que esse alerta com relação aos fatores de risco das doenças foram colocadas pela Organização Mundial da Saúde, em 2002, esse alerta foi mundial, foi um primeiro relatório publicado por um grupo de especialistas. O que depois veio se tornar uma resolução da Assembléia Mundial de Saúde, ou seja, uma resolução aprovada por todos os ministros de saúde dos países do mundo. E esse alerta traduzia, esta questão que, entre os principais fatores de risco responsáveis pelo maior número de mortes e doenças no mundo, quatro estão relacionadas à alimentação inadequada. Então, aí estão os fatores de risco, seis fatores de risco: Hipertensão, sobrepeso e obesidade, hipercolesterolemia, consumo de tabaco, baixo consumo de frutas e hortaliças e inatividade física. Então, este foi o alerta mundial feito e que já era o avanço científico de muitos anos e que foi incorporado isso a nível mundial. Próximo, por favor!

Mais recentemente, o Comitê Permanente de Nutrição das Nações Unidas fez a seguinte declaração durante a sua 33ª Reunião, que aconteceu em Genebra: Primeiro, foi um manifesto a favor do que o mundo passa hoje. E que foi um pouco a fala do que o Professor Ivônio, que me antecedeu, colocou. Quer dizer, temos problemas de nutrição de ordens diferentes, ou seja, temos a subnutrição e a obesidade infantil. Quer dizer, apesar de a gente tratar, teoricamente, esses temas como questões diferentes, eles fazem parte de um mesmo processo de desenvolvimento, de um mesmo processo de modelo de consumo e modelo de desenvolvimento mundial. Então, esse Comitê tratou para... Chamou a atenção para que o mundo vive hoje na dupla carga da má nutrição. Os países têm este, vamos dizer assim, esse perfil, que tem causas comuns, que é uma inadequada nutrição fetal, neonatal e infantil, seguida pela exposição, incluindo práticas comerciais aos alimentos não saudáveis, ou seja, com alta densidade energética e pobres em outros nutrientes e a falta de atividade física; a má nutrição, em todas as suas formas, quer dizer, seja a desnutrição ou seja a obesidade infantil como a gente vive, ela sobrecarrega não apenas o sistema de saúde das nações, mas o tecido cultural, social e econômico das nações. Então, esse é um reconhecimento mundial desse panorama que temos hoje vivenciado nos países. O próximo!

O Brasil não vou passar, mas a gente vive esse mesmo, o que na saúde pública a gente chama de a Era das Transições, são transições que estamos vivendo; a epidemiológica, a nutricional e a demográfica e com o processo... Toda essa transição sendo carregada por um processo contínuo de difusão rápida de hábitos e comportamentos. Então, isso vai modificando e aproximando também o perfil de saúde das nações. Modifica

e aproxima. Temos os mesmos problemas comuns hoje. Próximo! E um pouco do nosso perfil de mortalidade no Brasil. Temos aí as doenças do aparelho circulatório lideram as causas de morte do país. Então, de cada 10 mortes ocorridas em 2004, três foram por doenças do aparelho circulatório, esse mais ou menos o perfil que seguimos hoje. O câncer, neoplasia, 13.7; causas externas, como violência, 12.4; doenças do aparelho respiratório, 10; endócrina e as outras causas todas somadas, inclusive as causas infecciosas, as doenças infecciosas e várias outras doenças, representando 30.8% desse perfil de mortes. Próximo!

O excesso de peso hoje, os dados também já foram mostrados e significa que quatro em cada 10 tem excesso de peso, quatro entre 10 pessoas têm. Então, certamente uma pessoa na família vai ter. Vai ter um excesso de peso, a gente já lidera com isso, e a obesidade 01 entre dez pessoas brasileiras. Próximo! Aqui, o estado nutricional dos adolescentes. Eu só quero fazer essa avaliação porque também esse dado já foi mostrado, mas aqui é que mostra o seguinte: Se a velocidade de crescimento de sobrepeso for mantida, a gente vai ter mais de 30% dos adolescentes com sobrepeso em 2020. Então, ou seja, se não fizermos nada, a curva continuará crescendo e será ascendente e vamos chegar a esse dado alarmante entre os adolescentes. Ou seja, estamos falando aqui de uma população de 10 a 24 anos. Então, isso é uma situação bastante grave, se a gente considera políticas públicas e ações legislativas possíveis de serem tomadas, diante dos dados ou das informações que a gente tem disponíveis. Próximo.

Aqui também mostrando um pouco da prevalência de excesso de peso em crianças menores de cinco anos. Então, em 2005, tanto o Ministério de Desenvolvimento Social e o Ministério da Saúde fizeram uma chamada nutricional em crianças menores de cinco anos, no semi-árido brasileiro. Então, vamos supor que seja uma região já menos desenvolvida do país ou com menos acesso a informações e a renda. E as prevalências de excesso de peso para a altura variaram entre 3.5, na Bahia, e 9.6, no Rio Grande do Norte, para crianças menores de cinco anos. Então, a gente vai mostrando um pouco dessa realidade brasileira. Aqui também o perfil para as doenças causadas, a diabetes principalmente. Para cada 100 brasileiros, quase oito teriam diabetes. Então, isso também são dados assim que o nosso... Vai impactando os serviços de saúde, vai trazendo cargas, que são os tratamentos, os medicamentos, enfim, toda a seqüela social que fica para pacientes hoje que têm, que são portadores de doenças crônico-não-transmissíveis. Próximo!

A hipertensão arterial. Aqui, um dado importante: O último levantamento que o Ministério fez, em 2002, mostra 36% da população acima de 40 anos de idade. Então, se a gente tem esse dado, seria para cada três pessoas com mais de 40 anos, uma hipertensa. Então, são dados, assim, que, quando a gente soma o Brasil, mostram realmente uma realidade que fica difícil não ter uma ação efetiva e uma ação combativa forte para reversão do quadro. Próximo! Aqui, só um dado para a gente ter idéia, isso aqui já é um registro interno do Ministério. São pacientes que recebem hipertensivos. Então, é um sistema que registra aqueles pacientes que já são hipertensos e que fazem uso de medicamentos, pois, nós temos adolescentes nesses... Nesse sistema e esses adolescentes são obesos. Então, nós temos aqui, por idade, os dados de obesidade desses adolescentes que estão hoje já registrados no sistema de... E de acompanhamento de medicamentos de hipertensão e diabetes do Ministério da Saúde, já com esses... Com essa, com essa informação, vamos dizer, com essa carga ainda mais prejudicando o seu... O seu perfil futuro de saúde. Próximo!

Aqui, alguns dados... Eu não vou me ater a isso, mas são óbitos que... Estatísticas e dados e metodologias que são usadas no nível da saúde pública e pela própria Organização Mundial da Saúde, que mostram o quanto você pode reverter de doenças tendo uma alimentação saudável ou tendo uma dieta balanceada e um alto consumo de frutas e hortaliças. Então, você tem aí 90% dos casos de obesidade, 90% dos casos de diabetes. E isso vai sendo decrescente por conta de cada causa de óbitos. Então, quer dizer, mostrando justamente essa relação, que é a alimentação e o impacto nesse perfil de doença. Próximo! Aqui alguns fatores de risco para a obesidade, só para a gente trabalhar, que o alerta que foi feito pela Organização Mundial da Saúde, ele foi tão impactante porque justamente conseguiu colocar o que a ciência tinha de melhor, no seu trabalho, no seu levantamento epidemiológico, a favor de mudanças políticas, de mudanças nas ações públicas, nas ações das políticas públicas dos países. Então, trabalhou e relacionou dados de evidências epidemiológicas, que a ciência opera, evidências convincentes, evidências prováveis e trouxe isso para cada ponto de fator de risco para a obesidade. Então, esse registro vai ficar aqui, eu não vou ler, obviamente, todos, mas, eu acho que é importante ficar registrado aqui também e para uso posterior dos senhores Senadores, de cada fator de risco que impacta e que tem evidências suficientemente substanciadas na literatura a esse respeito. Próximo!

Algumas ações prioritárias, que eu vou focar a parte da promoção da alimentação saudável. Eu acho

que todos aqui foram unânimes em avaliar a necessidade de ações no âmbito da mudança do ambiente na, mudança da educação nutricional e alimentar, na mudança também nas questões de atendimento nas unidades básicas de saúde. Então, essas são algumas ações que o Ministério vem empreendendo. Próximo! Primeiro, recentemente foi publicado esse pacto pela vida em defesa do SUS e de gestão, com duas ações que são bastante importantes para qualquer ação de promoção da alimentação saudável. O primeiro é a política de da saúde, que tem como um dos seus indicadores principais a realização de medidas concretas para a promoção da alimentação saudável e o segundo marcador é o fortalecimento da tensão básica, ou seja, a porta de entrada do Sistema Único de Saúde que tem que, vamos dizer assim, captar precocemente o risco das pessoas, evitando que as pessoas cheguem a níveis secundários e terciários de atenção.

Então, esses dois aspectos e a política de alimentação e nutrição, dentro desse contexto do fortalecimento da tensão básica, como um item importante na condução dessas ações de melhoria da qualidade de vida e de saúde da nossa população. Próximo! Bom, o publicou essas diretrizes alimentares; essas diretrizes alimentares nacionais são um pouco do que representa, em nível nacional, as recomendações mundiais. A gente faz uma leitura nacional, uma leitura brasileira, uma leitura da nossa cultura alimentar e do nosso perfil epidemiológico, traduzida nessas diretrizes alimentares, e que tem ensejado, então, várias ações para a promoção da alimentação saudável. Esse guia, ele foi feito, essas diretrizes, elas têm uma abordagem integrada, ou seja, a dupla carga de doenças. Temos problemas de desnutrição e obesidade, então, ele aborda esses dois temas. E ele tem uma linguagem voltada para vários públicos diferentes. Então, uma linguagem para profissionais de saúde, para toda a população, para as famílias, para os governos e setor produtivo. Próximo!

As recomendações para a população são essas, não é? Alcançar um equilíbrio energético peso saudável, limitar a ingestão energética procedente de gorduras, aumentar o consumo de frutas, hortaliças, legumes, cereais integrais e grãos. Limitar a ingestão de açúcar, limitar a ingestão de sal de toda a procedência, mantendo obviamente o sal iodado, que é uma questão também da saúde pública. Próximo! A responsabilidade do governo seria elaborar as estratégias para a alimentação saudável e atividade física, que é um ponto importante, construída sobre estruturas e políticas já existentes. Quer dizer, sobre as políticas de saúde, sobre as políticas dos programas institucionais, enfim, você criar mecanismos que esses, que esses outros programas

que existem em outras esferas que não da Saúde possam se apropriar dessa recomendação para melhorar a qualidade de vida de todos. Reforçar as atividades de comunicação social e promover informações para capacitar o consumidor e a população para que realize escolhas saudáveis. Esse é um ponto importante. Quer dizer, informar corretamente sobre a questão da alimentação e nutrição, que essa audiência pública um pouco traduz isso. Quer dizer, a gente elevou o nível de informação das pessoas sobre o problema da nutrição, sobre o problema da alimentação, e isso enseja, então, novas ações. Isso vai ensejando novas ações. Garantir que a propaganda de alimentos e bebidas não explore a inexperiência e credulidade do público infantil e a rotulagem de alimentos também quanto ao seu conteúdo nutricional.

Isso tudo está, de alguma forma, prescrito nesse, nesse guia alimentar, que é um pouco a tradução das recomendações alimentares para toda a população brasileira. Próximo! Bom, aí a responsabilidade do governo. O governo tem essa responsabilidade de fazer medidas que possam diminuir o consumo dos alimentos de elevada densidade energética, incentivar o consumo de frutas, dar atenção à qualidade dos alimentos distribuídos, principalmente nos programas de alimentação institucional. Adotar políticas que dêem suporte à alimentação saudável no ambiente escolar e limitem a disponibilidade de produtos ricos em sal, açúcar e gorduras e capacitar os profissionais de saúde, especialmente da atenção básica, para a promoção de práticas alimentares saudáveis. Próximo!

Esse guia traz algumas recomendações e também informações para o setor produtivo que basicamente se resumem nessa, nessas responsabilidades: Investir em tecnologia que atenda aos princípios da promoção da alimentação saudável, ou seja, mudanças nas práticas da industrialização de alimentos, algumas que já observadas; promoção e o aperfeiçoamento da informação nutricional adequada dos alimentos. Quer dizer, propiciar essa informação cada vez melhor e mais clara e mais fácil para que todas as pessoas possam saber exatamente o que é que o alimento traz em seu conteúdo nutricional; adequar o perfil nutricional dos alimentos industrializados com a redução dos teores de açúcar, sal e gorduras, desses que a gente tem falado. E elaborar estratégias éticas de *marketing* de alimentos, principalmente dos alimentos densamente energéticos. Próximo!

Essas intervenções, basicamente, elas são intervenções que são articuladas no nível das políticas públicas, a gente deve articular medidas que são de incentivo, de apoio e de proteção, e a parte da regulamentação obviamente elas fazem, elas estão no

escopo das medidas de proteção. Você tem medidas de incentivo que são aquelas que difundem informação, promovem práticas educativas, enfim, você tem esse escopo de medidas de ação da saúde pública. Outras de apoio: é você fazer os programas, por exemplo, institucionais terem maior oferta de determinado alimento, a restrição da oferta de outros. Então, você vai tornando esse ambiente melhor. E as medidas de proteção são aquelas realmente que regulamentam. São aquelas que fazem, impedem que, objetivamente impedem, que as coletividades e os indivíduos fiquem expostos a fatores e a situações que estimulem práticas não saudáveis. Então, é nessa articulação de medidas, que as ações das políticas públicas são pensadas e são empreendidas. Próximo!

Bom, na atenção básica de saúde, a gente tem um rol de medidas, que é disponibilizar realmente as informações e os materiais técnicos para toda a rede de saúde do SUS. O SUS hoje cobre 75% da população brasileira. São 27 mil equipes de saúde da família. São 220 mil agentes comunitários de saúde. Então, você mobilizar informações de alimentação e nutrição nessa rede de saúde, vamos dizer assim, exige um esforço, exige um investimento grande, por parte do governo, para que a população possa ter acesso e orientação alimentar adequados. Então, essa capacitação dos profissionais e agentes comunitários é bastante importante para implementar essas diretrizes alimentares nacionais. A organização da atenção básica também. E o reforço às ações de educação alimentar e nutricional, na rede básica de saúde, considerando todas as fases do ciclo da vida. O próximo! Aqui--

[soa a campanha].

Uma das ações do Ministério, que é a organização da atenção básica ao portador de obesidade, não de obesidade mórbida, ainda é o portador de obesidade reversível, de grau de sobrepeso e obesidade, atendido na rede de saúde, que é, então, a ampliação desse atendimento desse paciente que ainda não está totalmente acolhido pelas unidades básicas de saúde. Esse desenho ainda precisa ser expandido, do ponto de vista da rede básica pública nacional. Próximo! No ambiente escolar, acho que é extremamente importante a ação vinculada do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde, com relação a você trabalhar eixos prioritários de alimentação saudável e os conteúdos de nutrição, a inserção curricular do tema da alimentação saudável, a implantação de boas práticas de manipulação de alimentos nas cantinas escolares, o aumento da oferta de frutas, legumes e verduras, a restrição da oferta de alimentos não saudáveis nesses ambientes, e a vigilância alimentar e nutricional das escolas, ou seja, o acompanhamento do peso, enfim,

da altura, pressão arterial, que hoje é uma demanda grande também da Sociedade Brasileira de Hipertensão, que a pressão arterial dos escolares também seja uma medida de acompanhamento sistemático da rede única, do Sistema Único de Saúde. Enfim, são esses eixos que vêm sendo trabalhados e implementados. Próximo!

As ações regulatórias, e aí esse marco, esse conjunto de ações regulatórias que envolve justamente a rotulagem nutricional e alegações de saúde, a publicidade de alimentos e a composição nutricional dos alimentos processados, que é um marco em elaboração ainda. Próximo! A rotulagem, eu acho que o Brasil é um pioneiro na informação nutricional obrigatória; a iniciativa do Ministério da Saúde, em 1999, de publicar um regulamento--

[soa a campanha].

Interno nacional, obrigando a rotulagem nutricional. Isso foi aprovado no Mercosul, em 2003, e já houve a inclusão da gordura *trans*, coisa que muitos países ainda não faziam, o Brasil fez de forma pioneira. E vem sendo discutido, no preenchimento dessa lacuna da informação nutricional obrigatória, uma legislação para os *fast foods* e para as cadeias grandes de restaurantes que obriguem também uma informação nutricional, mais simplificada talvez, do que essa que esteja em alimentos, mas que faça também *jus* a uma população hoje, que a população brasileira já gasta mais de 30% de sua renda com a alimentação fora de casa. Então, se ela gasta 30% de sua renda com a alimentação fora de casa e isso é variável, por várias, em função das classes de renda, quer dizer, as informações também, nessas redes, deve ser objeto de regulamentação, de normatização, enfim, de padronização, que a gente possa ter isso para a sociedade. Próximo!

O controle da publicidade, que foi um texto que foi submetido a consulta pública em 2007; foi criado um grupo de trabalho em 2005. Esse grupo de trabalho, por dois anos, se reuniu com divergências, com consensos, enfim, com possibilidades de ganhos e perdas. Tendo trabalhado um texto único que é hoje esse texto que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária dispôs e que ficou em consulta pública até abril de 2007, que estão sendo agora avaliadas as suas sugestões. E que tem motivado realmente essa polêmica e esse embate com relação à legalidade, a se regulamentar ou não, enfim, a esses temas que hoje são um dos alvos de discussão aqui dessa consulta pública, haja vista que o marco epidemiológico, que o marco da saúde pública já mostra a necessidade de uma atuação nessa, nesse campo e nessa esfera--

[soa a campanha].

Então, esse é um ponto importante. Não vou entrar nos eixos. O próximo, por favor! Bom, a composição nutricional dos alimentos processados, a fase inicial já foi dada, acho que muitas mudanças já foram feitas por parte da indústria de alimentos. Mas existe um programa de monitoramento desses teores desses nutrientes já em curso, já sendo elaborado. E metas já de tentativa de redução de sódio, açúcar e gordura saturada nos alimentos e propostas já de outra natureza, inclusive com projetos de lei dessa Casa, de eliminação de gordura *trans* nos alimentos. Então, assim, isso já vem mostrando também essa dimensão que vem se tomando. A educação alimentar. Por favor, só você volta aqui! A educação alimentar para a diminuição do consumo doméstico de sal, açúcar e gordura, que é um outro componente, quer dizer, você trabalha a questão dos produtos processados, mas você também tem que trabalhar a questão da educação e da informação voltada para esse consumo--

[soa a campanha].

Excessivo, muitas vezes, desses nutrientes. E alguns projetos legislativos, como eu já falei. Próximo! Bom, alguns desafios. Eu acho que os desafios são realmente no campo da saúde pública é... Ele representa e muito a implementação de medidas regulatórias. Quer dizer, com grande responsabilidade do Legislativo e do Judiciário no acompanhamento dessas medidas; a manutenção de uma informação contínua e sistemática sobre comportamentos e hábitos alimentares saudáveis, acho que essa é uma tarefa pública da maior importância; o avanço nos processos de interação entre saúde e educação, muito foi falado aqui, para a promoção da saúde alimentação saudável e atividade física. Então, são dos setores que já vêm se reunindo, existe um grupo de trabalho criado no sentido de discutir os grandes temas da saúde e que impactam também a questão da educação brasileira. Então, é um marco importante para essa, para essa discussão. E a organização dos serviços para atenção--

[soa a campanha].

Nutricional nas unidades de saúde, que é a incorporação de alguns temas, como eu já falei, a vigilância nutricional nas diferentes fases ou cursos da vida, e as linhas de cuidados com pacientes com doenças crônico-não-transmissíveis, referência e contrarreferência, em todos os níveis de atenção do sistema único. Então, essas são algumas ações que o Ministério da Saúde vem incentivando, vem apoiando e implementando, quando a responsabilidade é única e exclusiva do setor saúde. Obrigada. Desculpa se eu passei um pouquinho do tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado--

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Dra. Ana Beatriz. Foram os expositores convidados e, a pedido da Senadora Kátia Abreu, eu concedo a palavra ao jornalista Jorge Bastos Moreno, cuja referência já... Cujas referências já foram feitas pela Senadora.

SR. JORGE BASTOS MORENO: De forma exagerada. Eu não queria falar porque eu tenho medo, pânico em falar em público, mas entre falar aqui numa Comissão e numa CPI, eu preferi chegar, melhor jornalista hoje em dia ser convocado para esse tipo de Comissão do que para a CPI. Mas, eu, como repórter, eu juntei a função social do jornalismo com o *lobby* em causa própria e comecei a tratar da obesidade como uma questão muito relevante, embora, justiça se faça, que a mídia quase não trata desse assunto, como deveria ser tratado pela gravidade do tema. Nós temos aqui, não posso nem citar o nome do jornal que trata disso, senão vou ser demitido pelo meu, mas tem pouco interesse na divulgação desse assunto que, como eu disse, é da maior gravidade. E eu, mesmo sendo obeso, com muitos anos, é que eu fui descobrir que, a partir de decisão da Organização Mundial de Saúde, que obesidade é uma doença e pronto. Então, você tem que tratar como uma doença. E a doença, ela não pode ser discriminada. E, quando eu fui conversar sobre esse assunto, descobri várias coisas que, no início, pensei até que havia um exagero. Por exemplo, que o problema da obesidade no Brasil é maior que a fome. E, depois, eu tive a comprovação do próprio Ministério do Fome Zero, criado pelo governo atual. E que a discriminação contra o obeso, ela é muito maior do que a discriminação racial, por quê? Porque a obesidade sempre foi encarada como um desleixo. Ninguém tinha essa noção de que ela é uma doença realmente. Então, obeso não era levado muito em consideração.

Outro fator que me chamou muito atenção foram pesquisas mundiais feitas a respeito de violência em escola, que tem até o nome em inglês que eu não... Aqui me falha a memória--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: *Bullying*.

SR. JORGE BASTOS MORENO: É, dessa discriminação, que a maioria dos incidentes e acidentes ocorridos na escola por uma questão de discriminação tinha relação direta com a obesidade. Isso, um fator que chama a atenção. E o que eu gostaria de dar um depoimento rápido aqui é sobre a minha experiência pessoal como obeso. Eu, na condição de jornalista, sou uma pessoa socialmente inserida, mas, quando as pessoas não sabem que eu sou jornalista e estou em determinados ambientes, eu percebo uma discriminação muito violenta, uma coisa muito agressiva. No

início, eu achava que era em função da questão racial, porque eu tenho essas duas questões, que são muito levadas em consideração. E, depois, eu fui verificar que, realmente, a discriminação contra o obeso chega, às vezes, até às raias da desumanidade.

Eu fui fazer uma matéria no Rio de Janeiro sobre uma clínica de obesidade, quando começou essa questão de cirurgia do estômago, e os depoimentos que eu ouvi ali me emocionaram tanto que, quando da confecção da matéria, eu estava totalmente envolvido com o tema que, numa coisa até rara no jornalismo, a editora, geralmente sai o nome do repórter em cima e pronto. Ela botou um asterisco e embaixo botou assim: “O jornalista Jorge Bastos Moreno é obeso”. Tamanho foi o meu engajamento naquela, naquela matéria pelos depoimentos que eu vi, eu fui conviver com uma comunidade de jovens entre 14 e 25 anos, mulheres que estavam preparando para essa cirurgia e os depoimentos dessas pessoas em relação a carência afetiva, ao tratamento de familiares, tratamento na escola, foram realmente depoimentos que me tocaram muito.

Então, eu acho o seguinte, como nós temos essa questão obesidade é uma doença, e eu acho que aqui os senhores trataram desse tema nas suas variadas formas e cada um com a sua especialidade, eu acho que nós não podemos fugir à realidade do seguinte: Tudo bem, a campanha preventiva, vamos fazer de tudo. Agora, como tratar o obeso? A discriminação ao obeso? Essa é uma questão social que eu considero muito relevante. Só para dar um exemplo, ontem, num vôo da TAM, que eu vim para cá para poder assistir ao seminário, eu pedi um extensor, porque também nem todos os aviões da TAM, eles têm esse cinto apertado. Eu pedi um extensor, a dificuldade para conseguir o extensor foi tamanha e me colocaram numa poltrona perto da saída de emergência, que eu fiquei feliz que nenhuma criança na Disneylândia porque eu falei: “Bom, pela primeira vez vou poder abrir o meu laptop e sentar aqui tranquilamente porque a barriga vai permitir”, coisa que até hoje eu não consigo isso. Aí, quando eu já estava me preparando para pegar o laptop, aí vem a comissária e diz assim: “Sinto muito, mas o senhor tem que sair daqui”. E o obeso, ele para viajar tem que pegar a fileira de corredor, não tem outra coisa para ele a não ser isso. E a única fileira de corredor que tinha era nessa poltrona na saída de emergência. E eu quis saber por que é que eu tinha que sair dali Ela falou: “Porque aqui não é permitido sentar passageiro com extensor”. Aí qual foi a solução minha? Eu tive que ir apertado no outro lugar por conta disso. Isso é apenas um depoimento das dificuldades enfrentadas pelo obeso.

Eu poderia falar de muitas outras, mas eu acho que os senhores aqui são cientes do que acontece. Mas eu acho que essa questão de transporte para o obeso é... Um tratamento respeitoso, porque é politicamente incorreto, graças a Deus, que qualquer outro tipo de doença seja tratada de forma discriminatória, e a obesidade, as pessoas tratam porque é uma coisa que já está na cultura nossa, tal, do deboche, o gordinho é aquilo. Quer dizer, as pessoas não são esclarecidas suficientemente para... Pelos pais, responsáveis, por quem quer que seja, que a obesidade é uma doença. Então, eu acho que essa é uma questão principal, que deve ser colocada em todos os debates. E que é uma doença que dela decorrem outras, cujo prejuízo financeiro para o doente é muito grande porque, quais são as doenças decorrentes da obesidade? Não vou citar aqui que os senhores sabem todas, mas eu sou portador de pelo menos cinco outras doenças decorrentes da obesidade. Quer dizer, o meu gasto com medicamento é muito grande.

Eu trabalho para uma empresa privada que, graças a Deus, ela tem esse tipo de assistência aos funcionários, independentemente de salário, de... Os medicamentos de uso contínuo são fornecidos por ela. E outras empresas que não têm isso? E se você, aí vem aquela dúvida, se a legislação for mais exigente com as empresas privadas, em relação ao obeso, vai aumentar a discriminação porque ninguém vai querer contratar um obeso. Eu sei de muitos casos de pessoas que não são contratadas porque são obesas. Porque o obeso realmente, a produção dele é muito limitada, não vamos citar aqui para os senhores o que acontece, mas eu acho que nós não podemos fugir da realidade. A realidade é essa: o número de obesos no país é muito grande. Tudo bem que se façam campanhas que vamos combater a obesidade, esclarecimento, políticas nas escolas tal, mas o que fazer com o obeso existente? Como dar um tratamento digno, correto a ele, sem discriminação? Essa é a questão. Porque, até então, no meu modo de entender, você tratar, não da obesidade, das tratar do obeso, de garantir a ele direitos de cidadania não dava lbope--

[soa a campanha].

Para as pessoas, quer dizer, vou tratar do obeso, aquele desleixado, fazer coisas. Então, eu acho que isso é uma questão que deve preocupar os senhores porque é uma questão social e que tem influência muito grande na consequente saúde. Porque dificilmente um obeso deixa de ter uma doença, que é a depressão. E a discriminação aumenta ainda mais, vão derivando outras questões todas. E para encerrar, uma observação de repórter, eu discordo dos argumentos aqui apresentados de que a indústria, quer dizer, os

empresários da indústria de alimentos, os empresários de comunicação, por uma questão de defender seus lucros na publicidade dos produtos, eles resolveram apelar para o argumento da liberdade de expressão. Eu acho, como repórter e como uma pessoa que preza muito a democracia, se todo mundo apelasse pela liberdade de expressão, o mundo seria feliz e, neste momento que atravessamos aqui, na América do Sul, você, tendo pessoas que, por razões até empresariais, se comprometam com a liberdade de expressão, essas pessoas devem ser aplaudidas e não criticadas. Era isso que eu queria falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Agradeço a sua participação--
[palmas].

Que veio realmente ser muito importante pelo seu depoimento pessoal, diante de tantas, tantos esclarecimentos científicos aqui. Então, nós vamos passar para as perguntas. Como o Senador Jayme Campos já deixou sua pergunta para ser respondida agora no final.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Sr. Presidente, pela ordem, se me permite, eu queria apenas saudar aqui, cumprimentar a presença--

Do meu conterrâneo, lá do Mato Grosso, grande jornalista do “o Globo”, Jorge Moreno, da minha cidade, da minha terra, nós temos o privilégio aqui de ouvir o seu testemunho. E, com certeza, Jorge Moreno, o senhor aqui, acho que enriqueceu até mesmo aqui essa audiência pública com esses fatos que não só o senhor teve oportunidade como jornalista de ouvir lá no Rio, mas, sobretudo, o senhor pessoalmente. De forma que é um prazer rever velho e grande cuiabano, mato-grossense, grande jornalista Jorge Moreno.

SR. JORGE BASTOS MORENO: Muito obrigado.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Senador Papaléo, meu Presidente, também em relação a essa questão que o Jorge aqui colocou, é só um detalhe, nós falamos aqui nas doenças que são consequência da obesidade: Cardiovasculares, diabetes, enfim, uma série de doenças, inclusive até câncer. Mas, veja o seguinte, ninguém falou nas doenças psicossociais, psicológicas, psicossomáticas, porque essas estão, com certeza, num índice altíssimo e que contribuem também para a obesidade. E que trazem também mais consequências na questão cardiovascular. Então, essa é uma questão que o Jorge aqui colocando, com muita coragem, com muita propriedade, quero parabenizá-lo porque está vindo aqui trazer uma grande contribuição a essa reunião, que todos os senhores, com muita inteligência, conhecimento, estão nos trazendo para que a gente possa fazer o melhor. Mas, se, desde o início, esquecemos desse ponto. Quanto... Dra. Ana Beatriz,

a senhora que é coordenadora do Ministério da Saúde, quanto podemos dimensionar de problemas psíquicos que têm origem na discriminação, que têm origem na, na gozação que se faz com o gordo e que isso leva desde a infância. Porque começa na infância.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senadora. Permita-me--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Esse aspecto é um aspecto muito mais sério.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Tenho certeza de que o Senador Jayme Campos abriria mão para a senhora já aproveitar e fazer as suas perguntas porque a senhora tocou em um assunto extremamente importante. Fique à vontade.

[risos].

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Obrigada, Senador do Mato Grosso, que eu tive a oportunidade de estar recentemente, lá no Pantanal, um estado maravilhoso. Um povo muito acolhedor.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Obrigado.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Mas, eu queria colocar aqui que eu sou médica pediatra e há 30 anos formada. Então, quando recém formada, a nossa grande... Nosso grande desafio era com a mortalidade infantil pela desnutrição. E, além do mais, nordestina. E trabalhei durante todos esses anos no interior. Na segunda cidade do Rio Grande do Norte, Mossoró, atendendo, inclusive, em zona rural. Então, o quadro da desnutrição, naquela época, era um quadro gritante. E agora nós estamos vendo um outro lado. Tanto que, naquela época, até na nossa preparação e na nossa vivência, a preocupação com a obesidade infantil era algo, de certa forma, relegado a um segundo plano, a um terceiro ou quarto. Porque, no imaginário do povo, o que era que passava? Nas avós e nas mães? Aí, era o grande problema dos pediatras, ainda é, que a cultura que temos é que o bebezinho gordo, o lactente gordo, esse é que é o sadio. Quando você olha para um que está com o biotipo ideal, você vê assim e disse: “Não, esse é tão magrinho, parece que está doente”. Esse é o imaginário da comunidade, de maneira geral. Nós temos hoje um problema muito sério. O obeso, porque pode comer e o obeso porque come mal. Essa que é a verdade. Então, esse problema está muito grave.

E o que eu deixo aqui a pergunta, a interrogação é exatamente, até, não sei se pergunta ou... É com relação, porque eu acho que essa questão da obesidade infantil, se nós não atacarmos em dois pontos: A educação, se é pela mídia, pelas ações do programa saúde da família, seja de onde for, tem que chegar é aos pais e aos avós, ao responsável por aquela crian-

ça. A escola é um outro ponto fundamental. Ou nós voltamos a ter o que já tivemos no passado, há muito tempo, e acabou que infelizmente determinadas coisas boas no país se acabam, que era quando tínhamos a educação infantil, e aí eu concordo com o senhor, Sr. Carlos, a educação, a obrigação para os exercícios físicos, às cinco horas da manhã--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Nós tínhamos um acompanhamento, uma ficha, pelo menos, com essas questões. Por que não fazer do programa escolar, que hoje cuida de questões audiovisuais, oftalmológicas, inserir um agente escolar que cuide da nutrição. Porque as nutricionistas, nós sabemos que já estão atuando em muitas cidades, que deveria ser obrigatório para que cada cidade, o programa de merenda escolar fosse acompanhado por uma nutricionista. Eu fui prefeita três vezes e isso nós fizemos, da creche até à oitava série do ensino fundamental. Então, acho que são essas questões. E com relação à mídia. Não, olha, a mídia é tão forte, porque se nós acompanharmos esses 30 anos que eu tive de experiência como pediatra, eu vi claramente chegar a televisão, principalmente a mídia televisiva, chegar ao interior, chegar a parábola, que fica dentro da casa. Os pais saem e a criança, a partir de bebezinho, ele está vendo aquelas imagens. De bebezinho e a qualquer hora. Então, isso é muito forte. A imagem de televisão que leva mais, é o que deixa na criança aquele sentimento realmente, aquela vontade crescente, aquela coisa de que nos seus sonhos, nas suas fantasias, porque está vendo ali. De ser aquele herói, de ser aquela menina bonita, aquele herói realmente, em função de estar tomando o melhor refrigerante, o melhor sanduíche, essas coisas que... Imagina o pobre, que não tem acesso, aí é que isso é forte.

Então, são coisas muito fortes, então nós temos que fazer, o que é que estamos fazendo e precisamos fazer de inserir no programa de saúde da família, eu digo saúde da família hoje porque está difundido já edifica é em todo crescente, graças a Deus, chegando a uma parcela muito alta da população ações educativas e a escola. Ter esse marco na escola. E quero deixar aqui, dizer que a mídia, mais uma vez, tem que ser mais educacional e menos mídia que influencia de forma pesada realmente na criança.

Outra coisa, só para concluir, parabenizar a minha colega, nossa amiga Democrata Kátia Abreu, que nos trouxe essa questão tão importante para as nossas crianças. O nosso Presidente que conduz tão bem, Papaléo, e a todos vocês que vieram nos dar tão grande contribuição. E dizer a vocês, pode ficar certo,

jornalista, eu me sinto aqui com a responsabilidade redobrada, porque eu estou tendo a responsabilidade de, pela generosidade do povo do Rio Grande do Norte, hoje, como sua primeira Senadora, de contribuir para que tenhamos um Brasil melhor. Mas eu tenho a responsabilidade do juramento da médica, que também é pediatra. Era isso que eu queria colocar e aqui estamos para somar e vamos fazer o possível. Vamos tentar melhorar, educar melhor e ver que a má propaganda não pode, de forma nenhuma, nortear os lucros, nem as questões que nós sabemos que são de um interesse maior, infelizmente, quando o dinheiro fica acima de qualquer questão. Isso nós não queremos, o Brasil tem que ser diferente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): A senhora faz a pergunta para a Dra. Ana?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): A pergunta é exatamente voltada a que ações, de forma, dentro da... Direcionadas à escola, o próprio Ministério está levando para que nós... E se existe já alguma, ao nível da mídia, se já, quais são as medidas que já estão sendo feitas e a fiscalização se realmente acontece.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Então, a Dra. Ana vai responder a V.Exa. para nós conseguirmos fluir com essa nova fase da audiência pública. Em seguida à resposta que a Dra. Ana dará e também a Dra. Valéria quer fazer um pequeno comentário, nós vamos ouvir a resposta também a pergunta já feita pelo Senador Jayme Campos. Em seguida, Senadora Kátia Abreu e--

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): É porque senão nós podemos nos perder.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Eu gostaria de sugerir, como é hábito nas nossas comissões, nas audiências públicas, como nós já estamos em número menor, que já fizesse todas as perguntas e quem, às vezes, uma pergunta específica para determinado palestrante, mas, às vezes, dois, três, querem comentar a resposta. Porque todas nós, falta a Deputada Nilmar também, que gostaria de fazer um comentário, e aí ouviria a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Prefiro, então, que cada um faça. Nós acumularemos as perguntas já que direcionem ao palestrante, por favor, porque facilita muito. Então, em seguida, a senhora aguarda a sua resposta, Senadora?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Aguardo, aguardo sim, com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Deputada.

DEPUTADA NILMAR RUIZ (PFL-TO): Obrigada, eu queria primeiro parabenizar, queria cumprimentar, na pessoa do nosso Presidente, a todos que aqui estão, parabenizar a nossa Senadora Kátia Abreu, companheira de partido e de estado também, autora desse Requerimento de um assunto tão importante para todos nós. Eu quero falar aqui também como ex-obesa e ex-mãe de obesa. Então, eu tenho uma experiência em casa, e eu acho que isso é fruto de uma cultura que nós temos no nosso país. É uma dicotomia que há na nossa sociedade, que, ao mesmo tempo em que estimula a ingestão de alimentos calóricos e utiliza como prêmio, também cobra. Nós temos esse hábito dentro da nossa casa porque, desde que o bebezinho nasce, a gente premia com comida. A gente fala: “Se você ficar quietinho, eu vou levar você para tomar sorvete”.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Exatamente.

DEPUTADA NILMAR RUIZ (PFL-TO): “Se você comer o seu prato todo de comida, você vai ganhar o doce depois”. À medida que vai crescendo, continua da mesma forma. E até os relacionamentos, os nossos relacionamentos sociais também são acompanhados de comida, porque quando a gente encontra com amigo, a gente normalmente fala: “Vamos jantar? Vamos almoçar? Vamos tomar um chopinho? Vamos tomar um vinho?”. Então, é uma cultura que nós temos em nosso país, que faz com que as pessoas, cada dia mais, se tornem obesas. Agora, ao mesmo tempo em que se estimula, desde a nossa casa, essa questão do consumo de alimentos calóricos, a sociedade cobra muito no que se refere à discriminação. Eu queria aqui, eu tinha escrito bem grande “discriminação social”, porque só quem já foi obeso ou só quem é obeso sabe o que é a discriminação social. A gente fala muito da questão da discriminação de deficiente físico, do negro, do índio, mas ninguém trata da discriminação à obesidade. Na juventude, eu falei que tive uma filha obesa, ex-obesa, na juventude, é muito complicado, mas muito complicado. Porque não consegue se relacionar, se torna amarga, fica de mal com ela e com o mundo inteiro, com os pais. Então, essa questão que a nossa Senadora colocou e que não foi tratada, que é a questão psicológica, porque se fala muito das questões de doenças que são causadas pela obesidade, mas eu acredito, sinceramente, que muito mais importante do que as doenças físicas, são mais importantes as doenças psicológicas. Porque o obeso vive muito mal, não há qualidade de vida para obeso. A verdade é essa. E é em todos os lugares e em todas as partes, em todas as situações. Se vai se pleitear um empre-

go, um cargo público, se tiver uma entrevista, se tiver um obeso e um bonitinho magrinho, com certeza o bonitinho magrinho vai ficar com o emprego porque o obeso não vai ficar.

Então, eu acho que é importante que a gente tivesse essa consciência, que é cultural. E quando o nosso companheiro, Dr. Edgar, colocou que 3,7 do PIB é gasto em investimento publicitário eu, na mesma hora, eu pensei que 4,2% do PIB é gasto em educação, e uma educação que tem que cuidar do desenvolvimento do homem como um todo. Então, se nós não tivermos um trabalho integrado de todas as áreas, no sentido de entender que a obesidade interfere diretamente na qualidade de vida, e se a gente não tornar, no nosso país, a questão da obesidade como um fator que deve ser trabalhado, pensado por todos os segmentos, nós não vamos, nós vamos discutir, discutir, discutir, mas nós não vamos fazer nada que, efetivamente mude uma cultura que já está consolidada desde o berço, a hora que a gente nasce. Então, eu acho que é importante que a gente possa, primeiro, aqui, como legisladores, nessa Casa de Leis, que a gente possa pensar, Senadora, de que forma nós podemos atuar, lá na Câmara, aqui no Senado, para que nós possamos propor mudanças nas leis, que modifiquem o comportamento, seja ele através da propaganda, seja nos rótulos dos alimentos, seja na questão da escola, do que vai ser oferecido na escola. Porque o menino, eu estou falando isso pelo meu neto, o meu neto, a mãe dele... De quatro anos de idade, ela compra o lanche e dá a ficha para ele, ele vai na cantina e já negocia e já muda. Isso ela me falou, ela falou: “Mamãe, eu comprei uma maçã”, porque ela passou pelo problema, foi obesa muito tempo, ela falou assim: “Mamãe, eu comprei uma maçã e um suco para ele, a Diretora me ligou pediu para eu ir lá, que ele tinha negociado pelo todinho e pelo saquinho de salgadinho”. Com quatro anos, ele já negocia já troca o lanche.

Então, a gente precisa ter medidas que, não só no que se refere a alimentos, mas que mude os hábitos na escola, que mude os hábitos também nas residências. Isso eu digo como Parlamentar. Mas, eu vejo que se nós não tivermos na propaganda, nos meios de comunicação um grande aliado, nós também não vamos conseguir só através das leis, não só através das mudanças de hábito nas escolas. Eu acho que é fundamental, como eu falei, eu me assustei quando colocou 3,7% do PIB em publicidade, quando no Brasil a gente investe 4,2% na educação. Então, se não houver um investimento maciço na publicidade, no que se refere, não só aos riscos à saúde, mas, principalmente, aos impeditivos que a pessoa tem em ser feliz quando é obeso. Porque o nosso jornalista, o nosso Jorge

Moreno sabe bem o que é isso, como eu sei também. E eu vivi os dois lados, eu vivi o lado de obesa e vivo hoje o lado de magra e sei a diferença real do que são as duas coisas e da discriminação que a gente sofre. Então, eu queria deixar aqui a minha contribuição e a minha pergunta é: De que forma nós, cada um no seu ramo, seja na medicina, seja na publicidade, seja na propaganda, seja como Parlamentar, como educadora que sou, de que forma a gente pode contribuir para mudar essa cultura existente no mundo ocidental, em especial, no nosso Brasil? Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Obrigado, senhor Presidente. Eu gostaria também de agradecer a participação do jornalista Moreno porque nós estamos, na realidade, tratando dessa questão de como evitar a obesidade. De nós combatermos essa estatística tão ruim para o país. E ele vem trazendo esse outro questionamento, que é muito importante, muito interessante para que a gente observe, numa ação do Congresso Nacional, que são os direitos do obeso com relação ao preconceito, ao seu transporte, ao tratamento digno, à barreira do emprego. Nós temos como tentar minimizar essa situação. Então, eu acho que esse outro lado é muito importante, tratar, evitar sim, mas fazer o que com os obesos de hoje?

E, em segundo lugar, Presidente, eu gostaria de acrescentar, no seu Requerimento, de tão importante esse assunto, nós dividirmos essa audiência pública em duas partes. E hoje, no início, já aprovamos a próxima audiência pública. E, se o senhor permitir, para a sua consideração, eu acho que nós poderíamos incluir o pessoal da comunicação. Eu acho que nós temos que ouvi-los também, como a ABERT, que é a Associação Brasileira de Rádio e Televisão e também a ANJ, que é a Associação Nacional de Jornalismo. Eu acho que, nessa luta, não há perdedores e ganhadores--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Uma retificação: Não é Associação Nacional de Jornalismo, é Associação Nacional de Jornais.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Desculpa, é Associação Nacional de Jornais. Associação Nacional de Jornais. E o CONAR, que pudesse aqui participar, e a ANVISA, que já preparou também uma regulamentação, que está em debate, está em discussão, já houve audiências públicas, e sugerida pela Senadora Rosalba, a questão da consideração psicológica da obesidade. Eu acho que é um mal, concordo com ela, psicóloga que sou, da profundidade desse tema. Então, que a gente pudesse, até o final aqui sugerir o nome de alguém nessa área, se aqui já puder, aprovamos talvez a participação de alguém que possa falar

com relação a área emocional, psicológica e, posteriormente, a gente pensaria nessa, nesse personagem que pudesse vir aqui.

Então, eu acho que complementar o debate é muito importante. Agora, Presidente. Ah, gostaria de pedir o CD de todos os palestrantes para que a gente pudesse juntar toda essa informação valiosa, que todos trouxeram aqui, é muito importante para nós Senadores. Agradecer a presença da Nilmar, eu fiz um convite pessoal à senhora porque eu acho que a Câmara deverá entrar nesse processo, acho que é muito importante. Agora, eu, do que eu ouvi aqui hoje, o que eu tenho lido, material fornecido pela Dra. Valéria, que também é médica do meu filho, que é obeso, eu acho que alguns pontos-chave, nós deveremos considerar. E eu gostaria de sugerir ao Presidente, Senador Papaléo, que na próxima audiência pública, nós já fizessemos audiência pública conjunta com a Comissão de Saúde da Câmara. Infelizmente, eu não tive essa iniciativa, mas, se for possível, eu não sei se é possível--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Regimentalmente não.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Regimentalmente não, porque é subcomissão, não é?

Porque na Comissão de Agricultura nós fazemos. Ah, ok. Está ok. Para que a gente pudesse, Sr. Presidente, considerar alguns pontos e que a gente fizesse um grupo de trabalho com a Câmara e o Senado, um grupo supra-partidário aonde pudessem participar Deputados e Senadores da base governista e também da oposição, para não ter o dono do projeto ou a dona do projeto ou da relatoria, mas que fosse uma coisa de interesse público. Então, que a gente pudesse formar um pequeno grupo para iniciar os trabalhos. Aonde nós poderíamos, através da Subcomissão, levantar todos os projetos em tramitação na Casa tanto na Câmara quanto no Senado, que eu tenho certeza que tem muitos projetos valiosos que poderiam ser aproveitados. A falta de complementação, nós poderíamos nos basear na regulamentação da ANVISA, fazer uma análise dos projetos existentes dessa regulamentação proposta pela ANVISA, que já houve as audiências públicas, que a gente pudesse condensar todo esse, esses projetos e essas intenções de projetos, para que a gente pudesse entrar em acordo, Câmara e Senado, com os dois Presidentes da Mesa, das Mesas, para que a gente pudesse votar, com uma certa rapidez e facilidade essa questão.

O que eu vi de mais grave e talvez possa funcionar mais na questão de evitar a obesidade é a questão da rotulagem que o Brasil já está bastante avançado. É a extinção da gordura *trans*, é a questão da mídia, da comunicação, o quanto isso está afetando. Haja vista a

legislação pelo mundo afora que já está acontecendo, não é que a gente queira copiar o que está no mundo afora. Eu não tenho vergonha nem medo de copiar o que está dando certo. Pesquisas mais avançadas que nós já estamos. Então eu acho que isso deve ser aproveitado e deve ser considerado, essa questão. As medidas educativas e com relação a exercícios físicos eu, salvo engano, a professora Nilmar, além de Deputada Federal, foi Secretária de Educação do Tocantins, do estado do Tocantins, foi Prefeita de Palmas, e não há mais a extinção de educação física nas escolas não. Continua, continua essa exigência sim. Eu estava em dúvida, mas como ela é especialista na área, eu perguntei a ela. Pois, senão nós iríamos, poderíamos, em Projeto de Lei, obrigar o retorno na inclusão, na grade curricular, de exercícios físicos. Acho a idéia interessantíssima da ABIA de incluir nessas matérias de ciências a questão da nutrição.

Enfim, eu acho que todas essas idéias foram muito válidas e a indústria não tem que se colocar como algoz de tudo isso e nem a mídia. Eu acho que chegou o momento, nós amadurecemos para que isso aconteça. A restrição com relação à fabricação de alimentos e não adianta nós fugirmos dessa realidade, Dr. Carlos, não quero, acabei de dizer não quero fazer da ABIA e da indústria brasileira, que nós prezamos muito porque gera emprego, o algoz da obesidade nacional, mas uma parcela forte de responsabilidade. Mas, por muito mais ausência do Congresso, que poderia já ter feito leis que limitasse e regulamentasse tudo isso. Então, no afã da produção, da exigência do mercado do consumidor, a indústria vai produzindo. Então, eu acho que nós temos que limitar. Eu acho que um país que foge da orientação da ciência é um país que não tem um bom destino. Eu até prefiro corrigir uma lei, mesmo a ciência, lá na frente, tendo uma outra idéia a respeito do mesmo tema a contrariar o que a ciência está orientando. Então, eu não costumo discutir o que a ciência orienta em nenhuma área. Seja de transgênico, na área da agricultura, seja célula-tronco, seja com relação ao câncer de mama, seja a obesidade. Eu gosto muito de obedecer literalmente a classe científica, a academia do meu país.

Então, diante dos dados que a classe científica traz para nós, especialmente no dia de hoje... Ontem, inclusive, foi editorial também na Folha de São Paulo a gordura *trans*, um editorial muito interessante, eu acho que chegou o momento que nós não podemos fugir dessa responsabilidade. A relação dos gastos públicos, a questão emocional, a doença física e emocional dos brasileiros que estão passando por essa questão da obesidade. Então, chegou a hora de enfrentar. Chegou a hora de enfrentar e não passar um risco no meio.

Uma turma que vai ficar de cá e uma turma que vai ficar contra. Vamos tentar fazer um grupo acima de qualquer interesse pessoal e que a gente possa chegar com uma data, Sr. Presidente, se o senhor me permite o atrevimento, mas que até agosto, nós pudéssemos mostrar para a sociedade um trabalho já para ser avaliado nas Comissões e pelo Congresso Nacional, com a participação da indústria de alimentos, com a participação da mídia. Claro que no fundo, por menor que seja o prejuízo, terá, mas eu acho que vai ter também um grande ganho na colaboração social do país, da saúde e outros mercados virão por trás disso tudo. Às vezes fecha-se uma porta ou uma pequena janela e abre-se uma grande porta, tanto para a indústria como para a mídia, que nós respeitamos muito a questão da liberdade de imprensa, que disse o Moreno, sou absolutamente a favor do que ele disse. Só acho que a mídia, com relação à saúde tem que haver a regulamentação, não é a restrição, é a regulamentação que vai indicar o que é certo e o que é errado para a mídia poder agir corretamente.

Então, não existe exatamente uma pergunta, mas são essas as considerações para que a gente possa acrescentar, na audiência pública próxima, essa questão, esses outros, esses outros palestrantes, para que a gente possa mudar, montar esse grupo de trabalho para dar objetividade a essa audiência pública, legislação, regulamentação, a rotulagem, as medidas educativas, fazer uma avaliação com relação ao que está acontecendo nas escolas e também por parte do Ministério da Saúde, via Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde. A questão do planejamento urbano, que eu acho fantástico. O Canadá proibiu acho que, se não me engano, a 500 metros das escolas qualquer tipo de bar que possa vender, qualquer estabelecimento que possa vender bebida alcoólica. Proibiu também o Canadá venda de bebida alcoólica em todas as rodovias estaduais, municipais e federais. E houve um resultado extraordinário. Então, eu acho que essa questão do planejamento urbano, que disse aqui o Dr. Carlos Monteiro, eu achei extraordinário, achei muito interessante, acho que deve ser incluída no nosso trabalho e, nesse grupo de trabalho, claro, incluir a classe científica. Eu acho que eles têm a contribuição maior a nos dar para até orientar essa regulação aqui pelo Congresso.

Então, mais uma vez, eu quero agradecer a participação de todos, foi muito valiosa, de toda a classe científica e também acadêmica, da ABIA, do nosso jornalista Moreno, os nossos Senadores, a nossa Deputada Nilmar. E nós vamos, então, continuar nessa luta e mostrar ao Brasil que nós somos capazes de

cuidar da saúde de nós, brasileiros. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Sra. Senadora. Eu vou esclarecer que... Esclareço agora que, na semana que vem, nós estaremos realizando uma outra audiência, dando seqüência a esta aqui, sobre o mesmo tema, com os seguintes convidados: Alfredo Halpern, tem o “I” aqui; professor Mauro Fisberg; professora Dra. Olga Maria Amâncio; Dra. Nelcy Ferreira da Silva. A proposta de V.Exa. deverá chegar à Mesa, através de um Requerimento, nós deveremos aprovar este Requerimento e nós faremos uma outra audiência, que seria a terceira audiência, para dar seqüência a este tema extremamente importante para termos o documento final, que será um documento para nós nortearmos as Casas Legislativas principalmente, visto que temos diversos projetos de lei correndo na Casa, que faltam realmente ser chamadas à responsabilidade pela importância que eles detêm.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Sr. Presidente, só pela ordem, nós já temos, para a segunda, três palestrantes?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Quatro.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Quatro palestrantes? Se nós pudéssemos, se o senhor permitir, pelo menos a ABERT, que é a Associação Brasileira de Rádio e Televisão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): V.Exa. propõe, então, no seu Requerimento, que a ABERT já venha na próxima terça-feira e os demais em uma próxima audiência.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Está ok, Presidente, obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Seria importante que nós fizéssemos agora. Já fica uma proposta de V.Exa. para a ABERT. Então, os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Então, logicamente, na próxima audiência, já estaremos formalizando tudo. Vamos seguir a seqüência, cada um dos palestrantes responderá o que achar necessário, da sua área, aos interpeladores e fará a sua consideração final. Então, vamos começar com o Professor Carlos Monteiro.

SR. CARLOS A. MONTEIRO: Bem brevemente, quer dizer, eu acho que a primeira questão importante, eu acredito é assim, nós estamos tratando com um problema extremamente complexo, extremamente complexo. Agora, essa complexidade não deve levar à perplexidade e ao imobilismo. Sempre que a gente tem um problema muito complexo, com muitos lados, há sempre o risco de a gente ficar com tantas coisas

a fazer, que a gente acaba... Então, nós temos que objetivar e verificar o seguinte: que aspectos são contornáveis, são passíveis de políticas públicas? E trabalhar cada uma das questões. Então, a questão, por exemplo, da natureza do problema da obesidade, para entender a natureza, a questão da discriminação, por exemplo, ela surge erradamente porque se associa a obesidade a desleixo. Porque não se leva em conta que existe uma distribuição genética da nossa capacidade de regular o nosso balanço energético, que é diferente. Isso que explica a diferença, o diferente risco que diferentes pessoas têm, não por sua vontade, a questão da obesidade. Mas, do ponto de vista populacional nós não tivemos nenhuma mudança genética nos últimos; as mudanças genéticas levam milhões de anos. Então, a nossa população é a mesma. A mesma coisa a questão da cultura. A valorização do bebê rechonchudo, ela ocorre há muito tempo. Na realidade, por que é que agora nós temos a obesidade em criança? Porque o ambiente modificou. Então, acho que é essa a questão. Se a gente não entender que são as mudanças no ambiente que desencadearam a epidemia de obesidade, a gente não sai do lugar. Bom, que aspectos desse do ambiente? Vários aspectos, toda a questão da atividade física e do sedentarismo nós não tivemos chance de discutir. Agora, freqüentemente, a indústria de alimentos, que eu já vou chegar nesse aspecto, ela levanta essa questão, não são só os alimentos processados, veja também a questão do tempo de televisão, computador etc. Ótimo, vamos ver as duas questões. Mas, assim, uma não deve justificar que a gente não examine a outra.

Como nós discutimos aqui a questão dos alimentos processados com maior detalhe, porque eles seriam passíveis da regulamentação de publicidade, eu gostaria de esclarecer uma questão. Quando nosso colega da ABIA disse que é um problema de quantidade e não de qualidade, isso assim, bastante eufemismo, eu diria que é uma meia verdade, claro que é quantidade, se você não tiver quantidade você não leva à obesidade, agora, a qualidade dos alimentos interfere muito na sua capacidade de saciedade. Quer dizer, cada alimento é uma capacidade diferente de saciedade e na sua capacidade do seu balanço energético. Então, uma determinada pessoa pode ter um controle do balanço energético menos que perfeito, mas que é adequado, se a alimentação dela for baseada em alimentos naturais, arroz, feijão, carne enfim. Se você tiver uma alimentação com uma alta densidade energética, e os alimentos processados têm essa característica, então, num volume muito pequeno você tem uma densidade de muita energia, por quê? Porque eles utilizam basicamente açúcar e óleo vegetal na sua composição,

uma boa parte, claro, você tem vários alimentos, mas grosseiramente é isso, você tem uma composição de gordura e açúcar muito grande, isso torna eles uma densidade energética muito elevada. E o organismo não é capaz de saber que, naquela quantidade, a quantidade de energia que tem, naquele volume. As calorias líquidas, por exemplo, que se caracterizam os refrigerantes, elas são pouco detectáveis pelo organismo. Elas passam despercebidas, ou seja, você não tem condição de identificar que você ingeriu aquelas calorias. Portanto, a saciedade é menor. Por outro lado, os alimentos processados têm quantidade de açúcar e sal muito grande, muito maior do que os outros alimentos normais. E isso a gente sabe que estimula o paladar, outra vez, dificulta a saciedade.

Finalmente, ainda, o fato de você ter, veja, os alimentos *in natura*, frutas, hortaliças, arroz, feijão, você não tem grandes produtores, são vários pequenos produtores que produzem esses alimentos *in natura* e minimamente processados. Os alimentos processados, produzidos pela indústria, elas são produzidos com grandes conglomerados, nós vemos a Unilever, a Kraft, a Nestlé, são grandes empresas, empresas mundiais. Essas empresas têm capacidade, têm bala na agulha, elas têm uma capacidade de investir em *marketing* que nenhum outro setor tem. E nós sabemos perfeitamente bem a genialidade do pessoal de *marketing* brasileiro, é muito competente. Então, na realidade, você tem aí a capacidade de não só produzir um alimento que é um alimento que induz à obesidade, mas ele é talvez até mais importante, ele é propagandeado de uma maneira como não são os outros alimentos. Então, há sim alimentos melhores e piores para a saúde. Essa idéia de você dizer que não há alimentos que não sejam saudáveis, que é uma questão de combinar é uma retórica, porque, na realidade, você tem sim alimentos que são mais favoráveis, no caso, por exemplo, alimentos processados, à obesidade e alimentos básicos, tipo arroz, feijão, frutas, hortaliças que são menos, induzem menos à obesidade. Então, assim, há alimentos realmente que são diferentes.

E o que a gente tem no Brasil, especificamente, quando eu mostrei aqueles dados, mostrando três, quatro vezes de aumentos no consumo de alimentos processados, especificamente biscoitos, refrigerantes e embutidos, que eu tinha ali, aquilo se refere especificamente a áreas metropolitanas, eu não tive tempo de explicar isso. Então, toda a questão da mudança rural urbana não está colocada ali, são as áreas metropolitanas brasileiras, onde o consumo, por exemplo, de biscoitos aumentou 400% nesses 30 anos. Então, assim, esse é o grupo de alimentos que aumenta e no mesmo período... Mas são alimentos mais caros,

por isso que estão aumentando. Frutas e hortaliças, que são alimentos relativamente caros também, não tiveram aumento nenhum. Estão estabilizados. Nem a carne que é um alimento, em geral, que tem grande *status* teve o mesmo aumento que tiveram os alimentos processados.

Então, essa, esse é um canal de ação, esse é um ponto de ação. Regular a publicidade, a propaganda, a oferta de alimentos processados e industrializados. Vários países estão fazendo isso; não é, na realidade, o Brasil que está pensando em fazer isso. Estão, todos os países do mundo que têm uma preocupação com a saúde pública estão debruçados sobre essa questão. Muitos já fizeram e espero que o Brasil realmente, com a ajuda do Senado e de leis, realmente possa avançar nisso e regular esse tipo de publicidade, que não é só o alimento, o tipo de alimento, é a publicidade para consumir em excesso. Basta ver as mensagens, tipo de biscoitos que você tem, “coma sem parar”. E alimentos até saudáveis, “devore-os”, enfim, toda a forma que existe que os publicitários sabe. A mesma coisa da cerveja, não é? Na realidade, alguém acredita que os publicitários promovem o consumo moderado de álcool? Alguém promove, como é que você promove consumo moderado de uma bebida? Basta ver o tipo de propaganda.

Então, na realidade assim, há um espaço para atuar. Há milhões de outras coisas para serem feitas. Mas essa, definitivamente, é uma possibilidade de avanço para o controle da epidemia de obesidade no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com a palavra, a Dra. Valéria Guimarães.

SRA. VALÉRIA GUIMARÃES: Bom, eu gostaria de cumprimentar o jornalista Moreno pelo comentário que ele fez, em relação ao foco do tratamento da obesidade. Na verdade, o raciocínio que a gente faz é que tem uma artéria sangrando e que o sangramento é tão intenso que a Academia, na verdade, num primeiro momento, ela tenta estancar aquele sangramento. O que você coloca é: “Espera aí, eu já estou com anemia”, já sangrou demais, tem que corrigir a anemia também. Eu acho que a sua fala foi muito importante porque talvez todas as sociedades científicas e a Academia tenha que se preocupar também aí, não só no enfoque físico como psicoemocional. Nós sabemos que uma das seqüelas mais importantes na criança e no adolescente não é o transtorno no físico dele, mas a seqüela emocional que ela carrega para o resto da vida, como sendo sempre um exclusivo.

Então, eu acho que é o momento, inclusive a semana passada, durante a participação numa telecon-

ferência, eu ouvi isso de uma importante pesquisadora inglesa, um desabafo de que talvez o foco agora seja de tentar políticas públicas para aumentar a quantidade de centros de tratamento para a obesidade. Porque realmente nós temos tentado estancar a ferida, está difícil estancar a ferida, não está fácil mas temos que olhar a anemia também porque já está avançada. Mas, quando nós falamos de liberdade de expressão a gente só não quer que se misturem as coisas. A gente não quer que a hora que o Chávez fecha uma emissora de TV, venha-se com o argumento de que aqui a ANVISA também não quer deixar ninguém mais vai fazer as coisas e impor com uma regulamentação. É só não misturar. Na casa da gente, a gente também legisla e regulamenta porque tudo começa com a educação. Nós assim fazemos na nossa casa e assim fazemos em todos os níveis, inclusive no científico, nós educamos. Mas todos nós já percebemos que a educação vai até um momento; depois, é necessário regulamentação.

A França é um país democrático, nós imitamos a França, invejamos a França e uma das regulamentações mais duras e com punição saiu agora. Então, quer dizer, nesta área, é preciso observar. É claro, Senadora Rosalba, gostei demais das suas colocações, eu acho que é isso mesmo, a senhora conseguiu traçar a história da nossa cultura em relação à obesidade. Eu ouvi do Ministro da Saúde, foi a primeira vez que eu ouvi de um Ministro da Saúde, uma intenção forte de trabalhar a saúde com a educação. Porque eu acho que é por aí que a gente consegue também promover mudanças culturais. É óbvio que seria tolo justificar e achar um vilão apenas, nós não temos um vilão apenas, a obesidade, ela tem uma causa multifatorial, mas a gente precisa ter foco nas nossas ações. O foco, agora, está nas ações que o governo brasileiro está tentando implementar para cumprir e ser, de novo, um país de referência junto à Organização Mundial de Saúde nessa área. O que está agora em debate é a regulamentação da publicidade infantil. Nós temos que prestar atenção e não perder o foco, embora essa Casa tenha muitos Senadores, muitos Deputados que podem fazer inúmeros projetos de lei nessa área que tem vários enfoques.

Por fim, Senadora Kátia Abreu, eu gostaria de assinar seus comentários embaixo. Nós aqui não estamos procurando nenhum algoz, nós estamos procurando soluções para o problema. Nós não estamos querendo construir nenhum muro, mas sim construir pontes para a solução dessas coisas. E, eventualmente, podemos convidar um arquiteto também para estudar a história das cidades, mas que seja um arquiteto que consiga entender a anti-Brasília. Porque Brasília foi planejada

para ser uma cidade onde todos encaminhassem, uma cidade saudável e essa cidade hoje não deu certo, todos andamos de carro e de outros meios de transporte. Então, Brasília é um exemplo de como não fazer.

Por fim, assim, cumprimentar a todos, mas na mesa seguinte, é preciso que sempre, num debate tenha o contraditório. Eu sinto que a mesa que está sendo formada para a próxima reunião tem pouco contraditório. Então, eu pensaria em colocar algumas questões aqui fortes. E, mais uma última observação, nós aplaudimos a auto-regulamentação que o CONAR fez, afinal, foi uma iniciativa quando não havia nenhuma. Entretanto, não se pode esquecer que o CONAR é um clube, num bom sentido, feito de sócios. Ele não legisla. O máximo que pode acontecer, quando um sócio faz alguma coisa errada, é ele ser expulso. Nós estamos além disso. Nós precisamos de regulamentação com poder de lei. Então, é muito importante ouvir o CONAR, mas nós precisamos ouvir os legisladores e os regulamentadores também. Por fim, muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Dra. Com a palavra, o Dr. Carlos Roberto Faccina.

SR. CARLOS ROBERTO FACCINA: Bom, em primeiro lugar, quanto à disciplina educação física, ela deixou de ser uma disciplina no sentido da exigência, sob o ponto de vista de avaliação, de constar do currículo como matéria que reprova por presença, ou seja, uma avaliação mínima. Quando uma disciplina é colocada dessa forma, não existe mais. Mesmo as disciplinas, que eu fui professor desde o ginásio e continuo como professor universitário até hoje, mesmo as disciplinas que se exige com notas etc. têm uma certa dificuldade, imagine aquelas que a gente não tem nenhum tipo de avaliação. Então, nesse sentido que eu digo que tem que retornar com a disciplina obrigatória, com a avaliação antropométrica que era feita, e é um elemento fundamental.

A segunda coisa que eu queria colocar é o seguinte, que quando eu disse que era uma situação complexa, os próprios cientistas, os próprios doutores aqui presentes, e eu me coloco na condição de doutor também, porque eu sou na Universidade, não na área deles, mas em outra área, colocam que é complexo, mas a gente percebe que, na complexidade, há um viés e o viés é que o debate vai, ele vai etc. e acabamos, como acabou agora o professor Carlos, na sua explicação, quase que 99% falando de produtos industrializados como aqueles que seriam o centro da questão. Nós continuamos discordando disso porque se o professor pegar os alimentos industrializados, de 10 anos para cá, sob o ponto de vista energético, sob o ponto

de vista de *trans*, de gordura saturada, de açúcar e de sal, o senhor vai ver a redução e os investimentos tecnológicos que foram feitos nesses produtos, antes que houvesse o debate. Começou em 2002, e nós, muito antes de 2002, já estávamos nesse processo, por uma razão, a indústria de alimentos vive de pessoas saudas e não de pessoas doentes, embora a obesidade possa ser uma doença como você mesmo colocou.

A segunda colocação é que as quantidades energéticas e as quantidades regulamentadas, até o momento, não foram feitas sob o ponto de vista de dieta. Quando eu pego as porcentagens da norma como ela está colocada, na sua versão original, é como se eu comesse, desculpe, um quilo de lingüiça por dia, ou se eu ingerisse 400 ou um quilo de chocolate por dia ou um quilo de qualquer substância por dia. Aquela norma foi feita segmentada por produto e nós temos que ver dieta. Uma pessoa precisa de gordura todo dia, precisa de açúcar todo dia, de sal todo dia, óbvio que em doses saudas, e não aquilo que o professor Carlos disse, além da sua absorção orgânica e do seu metabolismo. Então, ele logicamente teria que tomar esse cuidado.

Em terceiro lugar, eu queria dizer o seguinte, enquanto eu tenho duas colocações feitas, uma pela Senadora Kátia Abreu e outra pela Ana Beatriz, que me dão base para falar o que eu vou propor agora, enquanto nós estivermos com um pano de fundo, onde, de uma forma clara ou menos clara, existe o cenário da procura de um culpado, nós não vamos chegar a nada. Enquanto nós não tivermos aqui a respeitabilidade e a credibilidade e a institucionalização das pessoas que estão aqui, e a ABIA é uma instituição que representa 38 mil empresas, independentemente do seu valor econômico ou não, dos empregos que gera, porque isso é uma obrigação pagar imposto e gerar obrigação, isso é obrigação, nós teríamos que ter um debate dentro da linha que a senhora colocou e que a Ana colocou. Precisariamos dar um suporte aos Senadores e aos senhores Deputados no sentido de termos foco, mas um foco correto, um foco onde as instituições, dentro das suas responsabilidades, seriam responsabilizadas pela sua ação e aí a indústria tem a sua responsabilidade, tem o seu papel, tem que fazer o seu papel de redução de nutrientes não adequados, tem que adequar os produtos, tem que melhorar a qualidade de quantidades e não incentivar publicidade enganosa. E aí eu chego à colocação, dizendo que eu discordo veementemente da Dra. Valéria, dizendo que o CONAR é um clube. O CONAR não é um clube. O CONAR pune, de uma forma pior ainda do que os senhores podem imaginar, aquele membro do clube, como a senhora se referiu, quando ele sai fora

da linha. Sabe o que o CONAR faz? Ele publica nos jornais de principal circulação do Brasil a falha daquela empresa. Vocês querem punibilidade maior para uma empresa do que ter o seu nome vinculado a todos os veículos principais porque os jornalistas cobram o CONAR todos os dias para saber quais são as empresas que estão desobedecendo a auto-regulamentação do CONAR. E aquela empresa que, naquele prazo, não correspondeu à sua definição de um Tribunal, que não deixa de ser um Tribunal, os jornalistas simplesmente publicam aquilo em todos os veículos. Eu acho que maior punição para uma empresa impossível.

Finalmente, eu diria que a Ana dizia de que é um processo que deveria ter de multidisciplinar, multidisciplinaridade, nós teríamos que ter todas as instituições, dentro da sua responsabilidade, vendo o que está fazendo de correto e vendo aquilo que está fazendo de errado e imediatamente iniciar esse processo--

[soa a campainha].

Finalmente, eu diria o seguinte, todos os países apontados aqui como os mais rigorosos, em termos de legislação, e é por isso que eu digo que uma legislação só não vai bastar, vamos ter que entrar na área da educação, na área de orientação, porque fazer uma lei ou duas, ou três, talvez não resolva. Esses países que têm legislações mais duras continuam com os maiores índices de obesidade ostentados, depois de quase 10 anos de desenvolvimento dessa mesma legislação. O que é que será que está acontecendo lá? A legislação não está funcionando? A legislação não resolveu? Então, eu acredito que a legislação é boa, mas ela não é suficiente. Nós precisaríamos ter também uma atividade integrada entre ABIA, Senado, Academia, cientistas.

E, finalmente, as normas até hoje publicadas em consulta pública não correspondem àquilo que a OMS estabelece; há uma disparidade entre o texto da OMS e aquilo que se coloca nas normas, em termos de rigorosidade--

[soa a campainha].

Ou nós acompanhamos o mundo ou somos melhores que o mundo. Acho que a disponibilidade de documento básico para a nossa ação, Senadora, é o documento de OMS porque ele é o básico para a gente poder trabalhar em cima dele. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Eu gostaria, só um minutinho, Presidente. É um detalhe aqui para a nossa Senadora, eu acho que nós precisamos também ter um órgão participando das discussões, que trate da autorização e da fiscalização. Porque nós sabemos que qualquer alimento, para ser produzido

nesse país, ele tem normas a serem seguidas. Você não coloca uma empresa de alimentos se não tiver o seu produto aprovado para ser... E tenha que ter, existir a fiscalização. Então, é bom também que a gente veja isso, esse lado da fiscalização e do controle.

SR. CARLOS ROBERTO FACCINA: A senhora me permite? A senhora sabe quanto tempo leva hoje para registrar um produto alimentício ou alimentar para entrar no mercado médio? Os senhores sabem, nessa platéia, nessa Mesa? Quanto tempo leva?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Uns seis anos.

SR. CARLOS ROBERTO FACCINA: Desde quando apresenta o produto aos órgãos federais etc., o tempo total?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Seis anos.

SR. CARLOS ROBERTO FACCINA: Um ano a um ano e dois meses. Hoje é o tempo que se leva para a aprovação de um produto. E se for um alimento funcional, muito mais ainda. Então, essa questão da regulamentação precisa ser olhada com muito carinho.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): O que eu acho é que há uma demora para aprovar, a demora é muito grande, isso eu conheço de outras empresas que até têm prejuízo, pequenas empresas que querem fazer crescer e não conseguem, em função dessa demora, dessa burocracia, infelizmente, em nosso país. Agora, o que nos preocupa realmente, nessa questão da obesidade, foi a autorizado direitinho, agora, precisa ser fiscalizado para ver se realmente estão fazendo correto.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Se me permite, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senadora.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Se me permite, eu só gostaria de fazer uma consideração ao Dr. Carlos, da ABIA, que a coisa não é tão simplista assim também como o senhor está colocando, certo? Se não existissem alimentos produzidos não nutritivos, nós não teríamos a mídia em cima deles, não teríamos o consumo e não teríamos a obesidade. Então, não é tão simplista de que tem que ter educação física na escola, de que tem que ter a matéria de nutrição na biologia e na ciência, isso é simplificar demais também. Nós não queremos, como eu disse agora há pouco, um confronto com a indústria, porque isso não interessa a nós e nem a ninguém. Mas, também se redimir e jogar toda a culpabilidade em hábitos de vida, hábitos de vida que são criados por vocês indústria; vocês criam o hábito de vida--

SR. CARLOS ROBERTO FACCINA: Eu discordo respeitosamente da senhora.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Se o senhor esperar, eu terminar de falar, o senhor teve a sua oportunidade--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Dr. Carlos.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Depois o senhor fala, não há como interromper a palavra--

SR. CARLOS ROBERTO FACCINA: Sr. Presidente, eu peço um aparte.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Dr. Carlos, vamos continuar a exposição dos membros da Mesa, não vamos permitir discussão. Acho que cada um tem direito a dar a sua opinião. E, logicamente, cada um tem suas razões--

SR. CARLOS ROBERTO FACCINA: Respeitosamente, eu peço um aparte ao senhor.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Quem dá o aparte sou eu. Eu gostaria de terminar o meu raciocínio, Sr. Presidente. E, depois, o senhor dá a palavra a ele--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Não, eu quero, porque estamos com o horário bastante adiantado, vamos começar o Plenário e não vai ser possível fazermos uma discussão aqui.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Certo, eu só gostaria de encerrar, então, Sr. Presidente, querendo que nós precisamos ter racionalidade nessa hora. Não há como produzir uma coca-cola que não seja *diet*, que não engorde, não há como melhorar esse produto. Eu posso colocar na rotulagem o que aquela criança que vai tomar aquela coca-cola pode virar, assim como o cigarro faz. O cigarro não coloca atrás o que é que vai fazer com a pessoa quando fuma? Fuma quem quer. Então, tem alimentos, o senhor há de considerar comigo, que tem alimentos que são impossíveis de serem melhorados com rotulagem, com legislação ou com mídia, não há hipótese. São os refrigerantes, são os chips da vida, são todos os alimentos que têm gordura *trans*, que estão transformando a questão cultural da alimentação, como disse o doutor... O Sr. Ivônio.

Então, tem coisas que nós não vamos avançar se a gente for para esse confronto, assim, pessoal e que não interessa a nós e nem a ninguém. Eu acho que a determinação e a regulamentação preparadas pela ANVISA, ela também não caiu do céu. Ela veio sendo observada com legislações que estão sendo feitas no mundo inteiro. E dizer que a legislação que está sendo aplicada no mundo inteiro não está tendo efeito também não é verdade, que eu estou acompanhando, e está havendo resultado. Mesmo considerando que são legislações que são novas. Se você for

considerar Canadá para cá, é de 2005 para cá. Você não acaba obeso em dois, três anos não. É uma cultura que você vai levar, são décadas para consertar o erro cometido por todos nós, como disse anteriormente. Pela indústria, por fazer, pelo Congresso, por não ter regulamentado--

[soa a campanha].

Nem a fabricação e nem a questão da mídia. Então, isso não procede. Eu não concordo também. Eu acho que a legislação tem que ser dura sim. Eu acho que não tem nada a ver com liberdade de expressão. A saúde pública não tem liberdade de expressão, não tem mercado, não tem indústria, não tem emprego não tem nada. Saúde pública é saúde pública; tem que ser cuidada, tem que ser tratada com rigor. Eu penso dessa forma.

Então, eu quero, mais uma vez, agradecer e concordo, Senador Papaléo, Presidente, com a sua sensibilidade, com o seu bom-senso, que o senhor sempre tem mostrado nessa Casa que a observação da Dra. Valéria procede. Hoje nós conseguimos fazer aqui uma Mesa aqui, com debate, com contraditório, um lado e outro. Acho que isso é muito importante para nós. Então, avaliar essa próxima audiência pública para a gente sempre, em todas, ter o contraditório. Nem que a gente possa repetir a Mesa, algum membro da Mesa, acho que não faz mal a ninguém, outros Senadores virão, outras pessoas participarão, outras pessoas na TV Senado. Então, mesmo que a gente repita talvez um dos palestrantes aqui presentes, mas que a gente pudesse observar isso, essa questão do contraditório para a próxima audiência pública. Muito obrigada pela paciência.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado. Concedo a palavra ao Dr. Edgar Rebouças.

SR. EDGAR REBOUÇAS: Eu sempre sou da política e política é arte de construir pontes e não de construir muros ou destruir pontes. E, nesse momento aqui, eu acho que não há nenhum, nenhuma intenção de se buscar o contraditório, porque estamos falando de saúde pública e de interesse público. Então, é impossível que haja contraditório numa questão como essa. E também buscar culpados, nesse caso, como nós estamos nessa Casa aqui, nessa situação, os culpados são os senhores Senadores e Deputados que, ao longo de anos e anos, não fizeram a regulamentação adequada para essa situação. Então, se estivéssemos num Congresso de indústria de alimentos, os culpados seriam eles, falaríamos exatamente isso, dentro do interesse público. Num congresso de publicitários a mesma coisa, num congresso de pesquisadores e de médicos a mesma coisa.

Então, as minhas considerações sobre as perguntas e a minha consideração final é, respondendo mais uma vez e complementando o que o Senador Jayme Campos perguntou e também complementando com a Senadora Kátia, essa possibilidade de se fazer uma força-tarefa para juntar essa regulamentação toda que existe, em parceria com a sociedade civil, em parceria com a Academia, num primeiro ponto: A Academia, eu aqui eu acredito que eu posso falar em nome, por representar a Sociedade Brasileira de Pesquisa e Comunicação, que reúne pesquisadores das mais de 700 faculdades de comunicação do país e 27 programas de mestrado e doutorado do país, posso colocar a INTERCOM à disposição do Senado e da Câmara para qualquer necessidade sobre efeito, sobre regulamentação, políticas públicas, que nós trabalhamos com muita pesquisa sobre isso.

Sobre a parte da força-tarefa, como resgatei aqui, pode-se pegar um documento que foi produzido pelo CONAR, publicado pela Escola Superior de Propaganda e *Marketing*, quando dos 25 anos do CONAR, que foi em 2005, que eles fizeram um levantamento de toda a regulamentação em tramitação, semelhante, como esse trabalho feito pelas assessorias, com comentários e, se não me engano, eram 127 projetos em tramitação nas duas Casas. Só que, como eu lembrei, eles fazem isso ridicularizando o Senado, desacreditando o Senado e a Câmara, dizendo que têm outras coisas para fazer do que, cito o que um dos publicitários, que é de maior renome do país, Roberto Dualibi, fala nessa revista: “Não se metam no nosso negócio”. Se não me engano, “não queiram acabar com a nossa festa”. Ele fala exatamente isso--

[soa a campanha].

Senão é... Está na revista de 2005, da Escola Superior de Propaganda e *Marketing*, com toda essa lista. Sobre... Como a pergunta da Senadora Rosalba sobre como que a mídia pode influenciar nisso, já que as questões de saúde foram faladas, existe também um código de ética da radiodifusão, aprovado pela ABERT, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, que existe desde 93, e eu vou ler um trechinho aqui que vai responder a segunda pergunta do Senador Jayme Campos, quando ele falou da França, de incentivar campanhas educativas por parte dos anunciantes e reduzir impostos. Eu sou totalmente contra redução de impostos para fazer aquilo que, na Constituição, já diz, que é dever das concessionárias fazer educação, informação e cultura. Então, reduzir impostos para fazer aquilo que já está obrigado pela Constituição não tem nenhum sentido.

Mas, eu vou listar aqui o que fala do seguinte, no art. 27 do código da ABERT diz: “Julgadas culpadas as

emissoras que transgredirem o código, além das penas mencionadas no *caput* desse artigo”, as penas são advertência sigilosa e expulsão dos quadros. Daí aquela semelhança de ser um clube, e é um clube. Então, se por exemplo uma pessoa, no caso do CONAR, se uma empresa quiser veicular um produto numa emissora e o CONAR proibir, essa empresa pode entrar no Ministério Público, alegando inconstitucionalidade porque, numa concessão pública, você não pode ser impedido de emitir qualquer opinião. Então, o CONAR vai sofrer um processo por parte da Justiça porque está impedindo a liberdade de expressão de uma empresa; se ela não estiver transgredindo nenhuma lei, simplesmente aquele código feito pelos empresários de mídia, empresários de publicidade e anunciantes, não tem sociedade civil organizada, movimentos sociais nenhum nisso, então, é um clube e esse clube pode expulsar quem bem entende. Só que vai sofrer sanções legais por causa disso. Então, a penalidade máxima é a seguinte: “Divulgar, no mínimo seis e no máximo 30 mensagens, durante uma semana, de campanhas educativas”. A penalidade máxima que a ABERT dá para seus associados é divulgar campanha educativa na televisão. Isso é brincadeira, não é? É chamar, assim, o uso do bem público, que são as concessões de rádio e televisão, para proveito muito próprio.

E, para finalizar, lembrar que são... Daquela questão dos custos, representa muito pouco o peso do investimento publicitário para crianças e adolescentes, para as emissoras e para os anunciantes, e seria até uma economia para, para os anunciantes, para os fabricantes, porque não vai mudar em nada o consumo, muito pelo contrário, a gente viu isso na questão do cigarro, com a proibição do cigarro, não causou desemprego nenhum. E temos a questão do seguinte, para finalizar, Senador: Lembrando que as emissoras também gastam pouquíssimo em seus programas, então, não faria nenhuma falta. E quando eu disse da questão do estado de anomia que nós vivemos em relação à regulamentação para comunicação, eu lembro que o seguinte, eu votei, eu sou do Espírito Santo, eu votei, eu tenho três Senadores que me representam e 10 Deputados federais. Apesar de eu me orgulhar muito da Chocolates Garoto ser do meu estado, eu não quero que Chocolates Garoto represente os meus interesses para o que eu deve ou não comer ou a minha filha, eu quero que os meus Deputados, meus Senadores me representem.

Então, eu quero que essa Casa se comprometa, já que estamos aqui, a participar de uma discussão ampla, que está sendo retomada, que é a elaboração de uma lei geral de comunicação onde, aí sim, estarão inseridas todas essas questões de publicidade

para obesidade, de brinquedo, de concessões, renovações de concessões, álcool, tudo o que se referir à comunicação precisa de um marco regulatório muito mais amplo e não essa quantidade de Portarias, Decretos feitos por Ministérios para suprir a apatia do Senado e da Câmara, que não regulam sobre esse setor. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Dr. Edgar. E, quando eu estou presidindo, eu evito ao máximo de dar opinião, mas eu quero concordar plenamente com o senhor, quando diz que a apatia na legislação é nossa, e é nossa mesmo, é do Congresso. Por isso a indústria, nós não podemos crucificar a indústria, dizendo... Ela está seguindo o que a lei manda. Quem é aquele que o investidor que vai, que quer obter lucros, que vai se preocupar espontaneamente se aquilo está ou não prejudicando a saúde de A, B, C ou D. Não, ele quer vender, está cumprindo a função dele, ele é comerciante e não está nem aí para a área--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Tem que fiscalizar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Para qualquer questão que possa causar, ou para a saúde ou para o meio ambiente, ele quer vender. Então, a obrigação é nossa. E os órgãos que... E aqueles que estão infringindo alguma lei, que sejam combatidos pelos órgãos de fiscalização do governo. Então, a apatia é nossa mesmo. Dr. Ivônio.

SR. IVÔNIO BARROS NUNES: Senadora Kátia, eu não vou deixar o CD, mas ali, naquele pacote azul, tem pastas com todos os documentos que falam, tratam dos assuntos que eu abordei. Então, eu pedi para a secretaria da Mesa, da Comissão, depois, distribuir para as Senadoras e os Senadores. Só dois pontos: Até o início do séc. XX, achava-se, havia uma certa compreensão internacional de que os direitos civis e políticos, os direitos fundamentais, civis e políticos, eles eram considerados como de ação negativa do Estado. Quer dizer, o Estado, não fazendo nada, garantiria os direitos civis e políticos porque a sociedade, então, ocuparia os espaços. Os direitos econômicos, sociais e culturais exigiriam políticas públicas para que eles fossem garantidos. Então, para que a liberdade das pessoas pudesse ser preservada, não precisava uma ação do Estado prendendo aquela pessoa, era só o estado não fazer nada. Para garantir a liberdade de expressão, o Estado não poderia limitar ou regulamentar a ação dos meios de comunicação, essa seria a forma de garantir as liberdades.

Com o passar do tempo, no próprio séc. XX, percebeu-se que essa compreensão, ela estava inadequada, ela estava errada. Para se garantir a liberdade

de expressão, o Estado precisaria agir. Porque se o mercado ou a sociedade fossem deixados totalmente livres, alguns teriam acesso aos meios de comunicação e outros não teriam. Então--

[soa a campanha].

O Estado precisa agir, essa é uma compreensão no mundo inteiro. O Estado precisa agir para que a liberdade de expressão, seja garantida.

A segunda questão que é a seguinte, sempre quando se coloca alguma limitação e, especialmente à indústria ou aos setores econômicos, a primeira argumentação é de que aquela limitação vai gerar um desastre; um desastre econômico, vai desempregar. Os dois milhões e 500 mil empregos vão acabar, as 32 mil empresas vão falir e, assim por diante. A experiência que nós temos, nas últimas... Nos últimos séculos, mostra que não é bem assim. O que nós temos visto é que a indústria, com as regulamentações, ela se adapta e melhora. Por exemplo, eu vivi, para usar um exemplo também de São Paulo, em algumas décadas atrás, eu vivi o problema de Cubatão. Quando os ambientalistas falavam que o Estado tinha que intervir em Cubatão para acabar com a poluição, era a cidade mais poluída do mundo, que produzia crianças anencéfalas, que estava produzindo câncer e, assim por diante, a indústria, inclusive a indústria estatal, dizia: “É impossível mexer em Cubatão porque vai gerar desemprego, vai aumentar os custos, vai prejudicar a competitividade do Brasil”, e assim por diante.

[soa a campanha].

Hoje, Cubatão é uma cidade saudável porque houve uma intervenção, limitando a ação da indústria na poluição, e assim por diante. Então, se gente não tivesse uma ação, por exemplo, no caso do meio ambiente, um caso mais recente nosso, se nós tivéssemos uma ação regulamentando, exigindo que a indústria tome determinadas precauções, não existiriam rios no Brasil, a indústria jogaria todos os dejetos no rio e a auto-regulamentação dela não seria suficiente para impedir os desastres que nós vimos no Brasil e continuamos vendo, apesar da regulamentação.

Então, a intervenção na legislação, como diz o Senador Papaléo, é um ponto importante, um ponto de responsabilidade política do Senado e da Câmara dos Deputados, não vai resolver todos os problemas, mas, se não houver a intervenção regulamentadora do Senado e da Câmara dos Deputados, nós teremos um ponto a menos sendo resolvido. Então, é só nesse... Nesses dois aspectos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Dra. Ana Beatriz.

SRA. ANA BEATRIZ VASCONCELOS: Bom, eu só queria colocar que eu acho que--

[soa a campanha].

Diante de toda essa discussão, que essa Casa produziu, ou que esse país produziu uma Constituição que o direito à saúde está lá garantido, ela é uma Constituição que tem isso como um fundamento. E isso é bastante importante para quem atua no setor saúde. Isso propiciou que o governo brasileiro tivesse um sistema único de saúde e que desse atribuições a esse sistema único de saúde. É um sistema tripartite, um sistema composto da rede federal, estadual e municipal. E com atribuições específicas. E, entre essas atribuições, da formulação de políticas, elaboração de políticas para a saúde pública, para a alimentação e nutrição, uma delas diz justamente respeito à questão da regulamentação dos fatores de risco que colocam... Que colocam a saúde em risco.

Acontece que, com o avanço que temos, hoje temos novos fatores de riscos que estão se incorporando aí e produzindo doença à sociedade. E, nesse escopo, os alimentos que tinham uma, vamos dizer, uma configuração de um fator de risco muito voltado ao seu risco biológico, ao seu risco químico, enfim, a uma questão do alimento seguro propriamente dito, ele vem apresentando outros riscos. A complexidade vai se mostrando de outras formas. Então, este alimento—

[soa a campanha].

Ele tem uma outra dimensão hoje, sendo avaliada pelo âmbito da saúde. E toda a informação e toda a comunicação gerada a partir deste alimento que hoje vem se constituindo ou vem sendo demonstrado como risco. Então, quer dizer, nesse escopo que essa audiência pública se coloca, a gente tratando o marco da obesidade, tratando o marco que o risco que a alimentação hoje se coloca para a obesidade e a comunicação sobre essa alimentação se coloca, é que essa função é uma função realmente de ter níveis de regulamentação, níveis de legislação importantes. Então, essa capacidade que tem hoje o sistema único de também produzir limites e restrições e regulamentações sobre aquilo que coloca em risco a saúde é, vamos dizer assim, uma conquista desse sistema legislativo brasileiro, enfim, composto--

[soa a campanha].

Aqui. Então, acho que é assim, as questões que eu vejo importantes para o Ministério, basicamente, respondendo algumas delas aqui que foram colocadas, a questão do grupo de trabalho. Eu acho que a questão do grupo de trabalho, no âmbito do Senado, é importante, isso não invalida os grupos de trabalho que já houve e que ainda continuam existindo na discussão de todo, todas as legislações que têm sido produzidas nos últimos quatro anos, praticamente, essa Casa, tem produzido muitos projetos de lei envolvendo essa ques-

tão da alimentação, o marco dessa discussão, dessa discussão que vem sendo tomada na sociedade.

Então, isso que foi apresentado aqui hoje, que a gente vai levar para o Ministério, que vai ser avaliado pela assessoria parlamentar nossa, enfim, e com as áreas técnicas, quer dizer, esse marco de todas as legislações que já existem. Nós conhecemos muitas delas, obviamente damos parecer e avaliamos muitas das legislações, mas esse conjunto que possa formar, vamos dizer assim, um documento único dessa legislação voltada para a alimentação saudável, voltada para essa redução do risco que hoje o processo de se alimentar e o processo de comunicação vêm trazendo para a sociedade. Então, acho que essa é uma questão aqui que a gente gostaria de deixar. E, sem entrar no mérito da... Vamos dizer, da formulação específica do texto que foi colocado e que foi submetido pela consulta pública, mas só lembrando que recomendações são feitas sobre dieta, mas regulamentação sobre dieta é uma questão que não tem operação e que não tem exemplos no mundo. Nós não podemos regulamentar dietas. Nós podemos regulamentar produtos. Então, nós podemos recomendar que a dieta seja saudável, que a dieta tenha um escopo de distribuição calórica, energética, protéica, gorduras, enfim, tudo isso são recomendações dos guias alimentares, as diretrizes, e por isso é tão importante essa ação dos organismos de saúde, mas, especificamente a regulamentação, ela tem um escopo, ela tem um escopo dos produtos. Então, ela tem que lidar com este, vamos dizer assim, com esse elemento, que é o objeto da sua ação.

Então, acho que a gente ainda vai ter a oportunidade, como outras audiências públicas acontecerão, então, esse assunto poderá ser de alguma forma mais debatido do que hoje a gente tem aqui, e como já está muito tarde, a gente não vai entrar realmente nesse mérito específico da legislação. E queria agradecer mais uma vez à Kátia e a todos e ao Senador Papaléo por essa audiência, que eu acho que resulta de um brilhantismo importante para a saúde pública para a democracia brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado. Eu quero agradecer à Senadora Kátia Abreu, à Deputada Nilmar Ruiz, aos Senadores que estiveram presentes aqui. Ao Professor Carlos Monteiro, Dr. Edgar Rebouças, ao Dr. Ivônio Nunes, à Dra. Valéria Guimarães, ao Dr. Carlos Alberto Faccina, Dra. Ana Beatriz Vasconcelos, pela participação brilhante aqui na nossa audiência pública, muito interessante e importante para a saúde pública brasileira, e comunicar também às Senhoras e aos senhores que nós teremos ainda mais duas audiências públicas sobre o tema, dada a importância do tema.

E, se os senhores e as Senhoras desejarem contribuir conosco, nas próximas audiências, nós agradeceremos muito. Agradecer aos consultores do Senado, à Secretaria da Comissão de Assuntos Sociais, na pessoa da Sra. Gisele Camargo, a todos os presentes aqui, que vieram da área da saúde principalmente, que vieram aqui brilhar e participar desta importante reunião e à imprensa em geral aqui presente, enfim, a todos, pelo brilhantismo desta manhã, entrando pela tarde, que o Senado Federal marca, na sua história, acredito que o início de um processo na área da saúde, que vai ajudar bastante para que nossos governantes, os executores das ações públicas, possam se orientar com mais lucidez. Muito obrigado.

[palmas].

Sessão encerrada às 13h53.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA CONJUNTA COM A DÉCIMA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 3 DE MAIO DE 2007, QUINTA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS.

Às nove horas do dia três de maio de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador **PAULO PAIM**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Subcomissão de Trabalho e Previdência da Comissão de Assuntos Sociais para a realização de Audiência Pública conforme Requerimento nº 06 de 2007 – CAS e Requerimento nº 16, de 2007- CDH, ambos de autoria do Senador Paulo Paim, com vistas a tratar de assuntos pertinentes às “demissões arbitrárias ocorridas contra dirigentes sindicais e membros da CIPA”. Com a presença dos Senhores (as) Senadores (as), **GERALDO MESQUITA JUNIOR, JOSÉ NERY, JAYME CAMPOS, LÚCIA VÂNIA, FLÁVIO ARNS E CÍCERO LUCENA**. Compareceram também os Senhores Senadores Serys Slhessarenko, Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, Sérgio Zambiasi, Inácio Arruda, Romeu Tuma, Cristovam Buarque e o Senhor Deputado Tarcísio João Zimmermann (PT/RS). O Senador Paulo Paim dá início à reunião convidando os palestrantes a comporem a mesa e informa que cada convidado terá 15 minutos para a sua exposição com tolerância máxima de 2 minutos. Usaram da palavra os seguintes convidados: **Dr. LUÍZ ANTÔNIO DE MEDEIROS NETO** – Secretário de Relações do Trabalho – Ministério do Trabalho e Emprego, **Dr. RICARDO**

JOSÉ MACEDO DE BRITO PEREIRA – Procurador Regional Trabalho, **Sr. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD** – (Secretário-Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores das Comunidades Brasileiras no exterior), **Sr. CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA** – Diretor Executivo da Central Única dos Trabalhadores – CUT, **Sr. ANTÔNIO FERNANDES DOS SANTOS NETO** – Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), **Prof. PAULO ALBUQUERQUE** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o **Sr. DARCI PIRES ROCHA** – Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação – RS. Fizeram também uso da palavra os Senhores Senadores Jayme Campos, Romeu Tuma, José Nery, Eduardo Suppity, Serys Shessarenko, Lúcia Vânia e o Deputado Tarcísio João Zimmermann. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, Gisele Ribeiro de Toledo Camargo, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senador **Paulo Paim**, Presidente.

3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA, CONJUNTA COM A 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 03 DE MAIO DE 2007, ÀS 09 HORAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Havendo número regimental declaro aberta a 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Essa reunião é conjunta com a 3ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Os Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

A presente reunião tem como finalidade atender os requerimentos nº 06/2007 da CAS, e nº 16/2007 da CDH, com o objetivo de discutir a situação dos dirigentes sindicais, com o viés, com a ótica nas demissões arbitrárias conforme nosso entendimento, ocorrida contra os dirigentes sindicais. O debate vai ser principalmente contra os dirigentes sindicais, principalmente os suplentes da diretoria dos sindicais. O Adão Medeiros, enfim, muitos sindicalistas que sabem, eu fui sindicalista durante um bom período, quase uma

década. E no meu tempo não havia essa história de demitir membros do Conselho Fiscal. Não me lembro um que foi demitido na minha época, e me surpreendeu a partir de alguns anos quando eu começo a receber aqui no Senado denúncias, para não dizer diariamente, semanalmente de dirigentes do Conselho Fiscal, das entidades que passaram a ser demitidos e com isso alegando que eles não tinham a estabilidade no emprego, que no meu entendimento ela é garantida pela Legislação e se criou aí um problema gravíssimo junto à chamada liberdade à autonomia sindical e para que os dirigentes possam então exercer as suas funções livremente em defesa e na organização dos trabalhadores. Com esse objetivo é que nós estamos realizando esta reunião.

Para esta reunião nós convidamos o representante da Confederação Geral dos Trabalhadores, CGT, da Central Geral dos Trabalhadores, CGTB, da Nova Central, da Central Autônoma dos Trabalhadores, da Força Sindical, Central Única dos Trabalhadores, Social Democracia, Fórum Sindical dos Trabalhadores, Ministério Público do Trabalho e Ministério do Trabalho e do Emprego. O Ministério Público do Trabalho, na figura do Dr. Ricardo Lacedo de Britto Pereira, o qual eu convido já para a Mesa para ser um dos expositores. E também representando o Ministério do Trabalho e Emprego o Secretário de Relações de Trabalho, Luiz Antônio Neto que foi líder sindical um longo período, estivemos juntos em inúmeras e inúmeras caminhadas, depois estivemos juntos como Deputado Federal, e hoje ele está aqui na figura do Secretário das Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho. É uma alegria enorme receber a ambos. Farão uma primeira exposição. Os sindicalistas que estão aqui, eu peço que possam sentar aqui na primeira fileira, inclusive, os amigos sentaram lá atrás, até porque nós vamos trocando simplesmente. Na segunda ou na primeira fileira. Pode sentar na primeira fileira. Nós vamos fazer a troca na medida em que cada um vá fazendo a sua exposição.

Então, repetindo, essa audiência é específica quanto à demissão dos dirigentes sindicais, repito, na minha ótica, claro, não dá para dizer que não tenho posição, na minha ótica totalmente arbitrária. E aqueles que também nos procuraram hoje, eu queria lembrar que o debate da Emenda 03 é à tarde. À tarde teremos o debate da Emenda 03. Já temos aqui os outros Senadores que estão chegando, Senador Lucena, que é Vice-Presidente dessa Comissão, Senador Lucena, faço questão que se sente aqui na Mesa conosco, e o Senador Romeu Tuma que vai acompanhar esse debate, Senador Tuma que tem sempre prestigiado essa Comissão. E com alegria, de imediato, já com a

presença aqui dos Senadores, eu gostaria de... Senador Lucena é Vice-Presidente e vai sentar aqui na Mesa conosco, e os Senadores que estão chegando eu pediria que ocupassem então a primeira fileira para que eu possa logo após a exposição, passar a palavra para os Senadores.

Quero só mais uma vez enfatizar que o debate da Emenda 03 será hoje à tarde a partir das 14h. Hoje de manhã nós teremos aqui o debate sobre a demissão arbitrária dos dirigentes sindicais.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): O senhor foi pontual demais.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não. 9h em ponto nós estamos abrindo os trabalhos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Estou há dez anos nessa Casa e errei o corredor. Acredita? [risos] É o dia inteiro... Presidente, o senhor daria licença?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu estava ontem até dando uma entrevista para a nova TV, e fiz um apelo à sociedade. Se a gente quiser ir para o PT precisa deixar a barba? [risos] Mas eu queria dizer ao senhor, e faço um apelo à televisão ligada, a V.Ex^a que tem se dedicado tanto às Comissões, que a população não fique vinculada só ao Plenário. Porque os grandes debates, hoje, estão sendo realizados dentro das Comissões. As contrariedades, as oposições, as Emendas, as discussões dos projetos... Ele vai para o Plenário mais ou menos já praticamente elaborado. Há grandes pronunciamentos, há interesse no Plenário, mas eu chamaria os brasileiros para que prestassem atenção às Comissões, que são os grandes temas de interesse da sociedade. Veja este aqui, discutir as demissões injustificadas de leis sindicais, principalmente da CIPA. E acho que é tão importante, claro, a grande massa de trabalhadores brasileiros que tem no CIPA uma grande representação para a sua segurança, que é um tema importantíssimo para ser acompanhado de perto. Eu só peço desculpas ao senhor porque eu fiquei ruminando esses dias, Senador, por que é que todo mundo comenta com a gente o que se passa no Plenário. E dificilmente alguém comenta o que se passa numa Comissão. E ontem nós tivemos grandes debates na Comissão de Infra-estrutura, tivemos na CCJ a semana passada, tem com V.Ex^a na Direitos Humanos... Então é uma coisa... O senhor foi Deputado também, sabe o que se passa aqui dentro. Desculpa, Presidente, só um apelo que vou fazer permanentemente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem lembrado. E eu gostaria dizer que estamos ao vivo nesse momento, para todo o Brasil

nesse horário. E esse tema da demissão de dirigentes sindicais, principalmente, e por extensão também da CIPA, nos preocupa muito, porque tira a liberdade de organização, de atuação, e da própria defesa dos trabalhadores no seu local de trabalho principalmente. Por isso que atendendo ao apelo do movimento sindical, mas de pronto eu gostaria de registrar que já estão conosco e já assinaram o livro, estiveram aqui e vão continuar conosco o Senador Romeu Tuma, o Senador Jayme Campos, o Senador Cícero Lucena, o Senador Inácio Arruda, o Senador Flávio Arns e Geraldo Mesquita Júnior que nesse momento já está aqui conosco, todos sempre muito pontuais. Esse eu quero dizer que assinaram o livro entre 9h05 minutos. Dentro da tolerância. Claro que é uma descontração.

Agora, vamos de imediato passar a palavra ao Dr. Ricardo José de Britto Pereira, Procurador-Geral do Trabalho para que se posicione sobre a demissão de dirigentes sindicais e alguns casos também da CIPA.

SR. RICARDO JOSÉ LACEDO DE BRITTO PE-REIRA: Bom dia. Gostaria de cumprimentar o Presidente da Mesa, Senador Paulo Paim, o Secretário de Relações de Trabalho, Luiz Antônio Medeiros Neto, Srs. Parlamentares presentes, e senhores dirigentes sindicais, senhoras e senhores. Inicialmente gostaria de parabenizar a iniciativa de convocar uma audiência para tratar de um tema tão relevante para toda a sociedade, que é a questão da proteção ao representante dos trabalhadores, tanto no movimento sindical quanto na CIPAs. E essa proteção que existe no ordenamento jurídico ela é parte de um todo. Ou seja, não é possível examinar, analisar a proteção do dirigente sindical, a proteção do integrante da CIPA sem levar em conta que essa proteção é instrumento, é elemento essencial para o exercício de direitos fundamentais.

Então, nós temos o direito fundamental de liberdade sindical, e temos o direito fundamental à redução dos riscos inerentes, o exercício da atividade profissional, por meio de normas, de segurança, higiene e medicina do trabalho. Então a Constituição ela traz um bloco garantindo a liberdade sindical e nesse bloco destaca uma proteção específica para o dirigente sindical. Uma proteção muito importante, desde o registro da candidatura até um ano após o término do mandato. E a Constituição, ao dispensar essa proteção...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SR. RICARDO JOSÉ LACEDO DE BRITTO PE-REIRA: Garantia do emprego. A Constituição, ao proteger o direito sindical utiliza um termo muito importante que foi mencionado na legislação trabalhista, trabalhado na doutrina que é o conceito de falta grave. Que é mais importante do que a justa causa. Na medida que

a falta grave depende de Inquérito Policial trabalhista para a Resolução do contrato de trabalho. Então nós temos essa proteção genérica, ampla na Constituição, e aí vem à discussão: O que é que na Legislação é compatível? O que na Legislação foi recepcionado pela Constituição? Nós sabemos que a Constituição de 88 ela impõe uma ruptura com boa parte da Legislação anterior, por incompatibilidade. A Constituição quis romper no geral com o regime anterior. Mas como a Constituição trouxe em seu texto alguns elementos existentes no regime anterior, como, por exemplo, a unicidade sindical, como, por exemplo, a previsão de uma contribuição sindical prevista em lei, isso deu margem a quê? A uma dificuldade na hora de depurar o que da Legislação passada pode ser aproveitada no nosso momento atual. O que é compatível com a Constituição de 88. Esse me parece o ponto mais importante. Porque nós temos no nosso ordenamento jurídico uma proteção efetiva em relação tanto ao dirigente sindical quanto ao integrante da CIPA. Com relação a isso não há qualquer dúvida. O problema é que a legislação anterior ela estabelecia o modelo de organização sindical em que havia uma interferência do Estado muito grande para controlar os sindicatos. Inclusive uma interferência para disciplinar à vida dos sindicatos. E a partir do momento que se implanta o modelo de organização sindical baseada na liberdade, nós temos que afastar essa intervenção do sindicato. Essa discussão ocorreu, por exemplo, com relação ao número de dirigentes sindicais beneficiados com a proteção da garantia de emprego. A CLT no art. 522 ela prevê o número de sete dirigentes. Ou seja, uma intervenção do legislador na vida dos sindicatos. De qualquer sindicato. Não importa o número de pessoas que estão sendo beneficiadas com a atuação do sindicato. Sindicato pequeno, sindicatos grandes, de acordo com a CLT têm direito a sete representantes com garantia de emprego. Essa questão foi discutida no TST, foi discutida no Supremo, e tanto o Supremo quanto o TST entenderam pela recepção do art. 522 pela Constituição de 88. E isso, no meu ponto de vista, é lamentável. Por quê? Porque é uma interferência do Estado. Sindicatos maiores precisam de um número de dirigentes maior. E precisa de uma proteção mais ampla. Agora, qual o motivo da jurisprudência entender que houve a recepção do art. 522? Segundo os magistrados, os integrantes do TST, do Supremo Tribunal Federal, alguns sindicatos estavam cometendo um abuso de colocar na direção praticamente toda a categoria. Isso inviabilizaria o direito potestativo do empregador. Então a jurisprudência, na verdade, ela tomou uma atitude de reação contra uma alegação de abuso por parte dos dirigentes sindicais. Essa reação,

a meu ver, ela não foi apropriada. Se o sindicato coloca ali um número excessivo de pessoas na direção para que essas pessoas sejam beneficiadas com a garantia de emprego, isso é um motivo importantíssimo na minha opinião para forçar o empregador a negociar a redução desse número. Então é um instrumento importante, uma arma na mão do sindicato, e o empregador estará ali forçado a sentar e negociar todas as condições de trabalho para obter a redução do número de dirigentes que vão ser beneficiados com a proteção e conseqüentemente estarão ali numa posição de não impedir o que a doutrina costuma chamar de direito potestativo do empregador, de dispensar seus empregados quando entenda conveniente.

Então essa foi uma interferência indevida, a meu ver, da jurisprudência na vida dos sindicatos. Se abusos são cometidos, então esses abusos devem ser eliminados pelos próprios interessados. Agora, é claro, na minha opinião, o legislador pode até estabelecer um número mínimo, um número máximo para que não haja esse abuso ou então preocupado em atender toda essa problemática colocada pela jurisprudência. Só que no meu ponto de vista, qualquer Legislação que trate da questão do dirigente sindical, deve ser examinada em bloco. Ou seja, tratando da organização sindical. Tratando do direito de liberdade sindical. Não é possível tratar da questão do dirigente sindical de maneira isolada. E há muita discussão com relação ao modelo mais conveniente ao nosso País. Sempre houve muita discussão. Vários doutrinadores eram favoráveis à unicidade sindical. O próprio Arnaldo Sussekind, ele reviu o seu posicionamento não tem muito tempo. Ele defendia a unicidade sindical. E apesar de toda a controvérsia, apesar de respeitar todos os pontos de vista em sentido contrário, na minha opinião não se sustenta mais o modelo de organização sindical baseada na unicidade. Por quê? Porque a Constituição estabeleceu princípios democráticos. A Constituição ela busca a realização do Estado democrático de direito. E se nós temos um segmento amplo da sociedade, como é o seguimento envolvido com as relações de trabalho, disciplinada por elementos não democráticos ou não inteiramente democráticos, isso vai comprometer a realização do Estado democrático de direito como um todo.

Então, eu vejo a unicidade sindical hoje em dia, apesar de toda a controversa existente, como uma contradição na própria Constituição. Na minha opinião, o constituinte quis estabelecer um modelo de transição para alcançar o modelo de organização sindical baseado na liberdade plena. Jamais o modelo prevendo restrição podia figurar texto definitivo da constituição. Poderia ser ali deixado para as disposições transitórias, poderia ser encomendado ao legislador, mas

não podemos estabelecer como definitivo, como ideal, compatível com o Estado democrático de direito o modelo de organização sindical baseado na unicidade. Seria o mesmo que garantir um direito fundamental da liberdade de expressão, da liberdade de culto, mas numa determinada base territorial só é possível a existência de uma única religião. Imagina um absurdo, o paradoxo disso.

Então, como nós estamos falando de direito fundamental e possível restringir direito fundamental, simplesmente para compatibilizar o seu exercício com outros direitos fundamentais. Mas jamais para restringir o direito intrinsecamente.

Então, na minha opinião é importante discutir isso, apesar que é uma tema muito polêmico e as pessoas muitas vezes têm receio de que a adoção da liberdade plena vá enfraquecer o movimento sindical. Mas tudo isso que acontece, no meu ponto de vista, ele resulta de um problema de representatividade dos sindicatos que acaba se agravando com o tempo. Se o sindicato atuasse num contexto em que só obtivesse ganho para os trabalhadores, evidentemente não haveria muito questionamento com relação à legitimação, ao modelo de organização sindical existente. Mas a partir do momento que o sindicato e nós lá no Ministério Público atuamos muito nesse sentido, o sindicato começa a abrir mão de vantagens dos trabalhadores. Nós vivemos num contexto de escassez. Então a redução das vantagens dos trabalhadores acaba sendo uma consequência muito freqüente nos dias de hoje. E aí a questão da legitimidade da representatividade assume um aspecto fundamental em toda essa discussão do modelo mais adequado de organização sindical para o País, que deve ser eleito como modelo prevaLENTE no ordenamento jurídico brasileiro. Daí na minha opinião pessoal é importante retomar as discussões da Reforma Sindical, e colocar para os interessados, para os atores sociais, ainda que haja um limite mínimo e máximo, a discussão com relação ao número mais adequado de dirigentes beneficiados com a estabilidade, retirando da jurisprudência esse papel de interferir na vida do sindicato, que é também o receio dos tribunais de que a questão seja decidida de acordo com a conveniência em cada caso concreto pelo Juiz na base do subjetivismo. Sem um parâmetro razoável. Então a jurisprudência acaba até por uma questão de defesa aceitando aquilo que estava na legislação anterior. Mas é importante mudar, romper de vez com essa legislação passada e estabelecer uma legislação adequada ao movimento sindical, adequada à proteção da saúde do trabalhador e conseqüentemente que dê garantias efetivas aos integrantes da CIPA. Seriam essas então as preocupações que eu coloco aqui ini-

cialmente, agradecendo desde logo a possibilidade de participar deste evento.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço ao Ricardo, Procurador regional do trabalho pela sua exposição, levantando o primeiro debate. Me preocupa muito que começa o judiciário a legislar em nosso nome. Não só nessa área, mas em tantas outras. Nós vamos passar agora a palavra para o nosso amigo, Dr. Luiz Antônio Medeiros de Neto, que repito, foi Deputado Federal, sindicalista e hoje é responsável por essa pasta na área do trabalho. Secretário de Relações do Trabalho, mas rapidamente voltará a falar como Deputado ou Senador até. Mas vamos dar para você 15 minutos, como para todos os convidados.

SR. LUIZ ANTÔNIO DE MEDEIROS NETO: Tá bom. É o suficiente. Obrigado pelo convite, e eu quero saudar o Senador Paulo Paim, este grande legislador, este grande dirigente sindical, essa referência nacional para os trabalhadores a oportunidade desse debate. Quero saudar ao Procurador Dr. Ricardo, achei muito pertinente as colocações dele, ao Senador Lucena, enfim, a todos que estão aqui, os dirigentes sindicais que estão aqui presentes, quero saudá-los e dizer que esse debate é muito oportuno que esteja se dando aqui no Senado. O sindicalismo brasileiro ele é muito refratário à mudança. Por incrível que pareça, o sindicalismo brasileiro... As mudanças acontecem e depois ele sai correndo atrás do prejuízo. Nós vivemos em um País que é um dos poucos Países que as centrais sindicais não são legalizadas. Uma central sindical não pode entrar no Supremo Tribunal Federal em nome dos trabalhadores. Ela não pode fazer uma ADIN no Supremo para defender esse ou aquele direito dos trabalhadores. Eu conheço poucas democracias que não têm central sindical legalizada. Toda democracia tem partidos fortes e têm sindicatos fortes, livres e organizados. E acho que se as centrais não estão organizadas, acho que isso se deve também a nós dirigentes sindicais. Há uma incompreensão no papel do acho que há uma certa... Determinada tendência no movimento sindical, tem uma certa má vontade de legalizar as centrais, colocá-las como entidades legais. Esse é um tema que tem que ser debatido na Reforma Sindical. O Brasil precisa de uma Reforma Sindical não só para introduzir as centrais na estrutura sindical, mas, por exemplo, para debater as finanças sindicais. Essa questão tem que ser discutida. Não é possível ficar como está. Os sindicatos têm como fonte de financiamento o imposto sindical. Tem como fonte de financiamento a contribuição confederativa. Tem a contribuição assistencial. Vamos repetir, imposto sindical, confederativa, assistencial, e...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone]

SR. LUIZ ANTÔNIO DE MEDEIROS NETO: Isso não pode ficar do jeito que está. Eu acho que tem dois Países, tinha dois Países que tinha imposto sindical. Um era o Iraque e o outro era o Brasil. O Iraque acabaram com o País, com o imposto sindical e tudo. O outro que continua é o nosso País. Nós precisamos discutir isso. Eu estou tendo, Paim, uma experiência muito rica. Eu estou tendo uma experiência muito boa que eu fui dirigente sindical junto com você, fui legislador e agora estou no Executivo. E eu estou no Executivo, naquele lugar, naquela secretaria que dá os códigos sindicais. Porque a legislação atual ela é contraditória. A Constituição diz que nós temos liberdade e autonomia sindical plena. Até certo ponto porque existe um negócio chamado à unicidade sindical. E segundo o Tribunal Federal, num julgamento de uma liminar, o Ministério do Trabalho é guardião da unicidade sindical.

Então, a minha... A nossa Secretaria lá ela registra os novos sindicatos. E diz qual é a categoria dele. E diz se não há sobreposição de categoria, se está observando a unicidade sindical. 90% dos sindicatos que vão lá se registrar, vão atrás do imposto sindical. Há uma voracidade pelo imposto sindical. Há uma voracidade. Eu estou dizendo isso, eu estou há dois meses nessa secretaria, eu quero dizer o seguinte, há uma voracidade. Todo mundo quer o imposto. É um tal de fundar sindicato para lá e para cá, que muitas vezes a categoria não sabe que é com assembléias de parentes e aderentes e amigos, as pessoas não sabem. Eu tenho que cumprir a lei. Eu digo: Olha, mas isso aqui é parente, é amigo. Não, mas a lei mandou. A lei estabeleceu, fez a Assembléia, o Ministério do Trabalho não pode ir lá fiscalizar. Porque existe autonomia sindical. Então eu tenho que mandar para o Ministério Público. Joga isso para o Ministério Público, isso aqui é questão de polícia. Não há legitimidade. Eu quero saudar o Paim porque você está discutindo isso. Você tem um projeto para discutir isso, e eu digo aos sindicatos: Mudem. Vamos mudar. Ou a gente muda ou a sociedade vai mudar de um jeito ou de outro essa questão, Procurador.

Então, eu quero saudar o Paim por essa iniciativa porque está fazendo uma proposta sobre contribuição assistencial, não é isso Paim? Com Assembléia participando, com os trabalhadores sabendo quanto que realmente vão recolher.

No negócio da estabilidade do dirigente sindical. Na minha época, época do Paim, os 24 diretores do sindicato tinham estabilidade. Ninguém ousava mandar um dirigente sindical embora. Fosse ele suplente ou não, era uma sagrada. Eram 24. Mas a legislação

ficou omissa. Eu acho que a legislação não pode ficar omissa em relação a isso. A legislação tem que dizer alguma coisa. Tem gente que pega... Põe 80 dirigentes sindicais numa categoria pequena. Também tem isso do nosso lado. Tem gente que pega uma fábrica e põe 16 pessoas, 20 pessoas numa fábrica tudo como dirigente sindical.

Então, há uma omissão em relação a isso. Essa coisa tem que ser discutida. Como é que é? Claro que o dirigente sindical tem que ter estabilidade. Isso no mundo todo tem instabilidade. Agora como é que são as regras do jogo? Quantos que são? Como é eleito? Essa coisa tem que ter uma legislação para isso. Nós mandamos o Ministério do Trabalho na época do Ministro... Do Ministro Marinho, mandou um Projeto de Reforma Sindical, e infelizmente está parada na Câmara dos Deputados, que ela trata de uma série dessas questões trata abertamente para discussão e trata também da prática anti-sindical. Nós temos uma prática anti-sindical, o Brasil é um País autoritário, não permite organização dentro de fábrica e nós temos uma prática anti-sindical muito grande. Então nós estamos, aqui estamos com o Ministério do Trabalho tem uma proposta, é discutida no Fórum, discutida com empresários, onde a gente pune a atividade anti-sindical, e diz qual é a justiça legítima, qual é a justiça que tem que dirimir as dúvidas que é a Justiça do Trabalho. Porque a Justiça do Trabalho está mais próxima, a Justiça do Trabalho conhece melhor. A Justiça do Trabalho agora está dirimindo as disputas inter categorias sobre base. Então essas coisas estão indo melhor porque é a Justiça do Trabalho. Então nós fizemos um trabalho grande aqui que vou deixar aqui com o Paim, onde se pune a questão da atividade anti-sindical, empresarial, mas também anti-sindical feita também por sindicatos. Porque tem sindicalista que manda gente da oposição embora. Isso é uma prática que existia bastante por aí. Se formava uma chapa de oposição, a própria Diretoria do sindicato mandava as pessoas embora.

Então, ela também, esse tipo de atividade também é punido. Eu vou deixar aqui com o Paim, e quero mais uma vez dizer da oportunidade desse debate, é preciso mudar, é preciso mudar a estrutura sindical, a estrutura sindical tanto dos trabalhadores quanto dos empresários ela é antiga, ela é arcaica, ela é superada, e muitas vezes ela sobrevive porque é tudo na base da compulsoriedade, sem participação de bases. Se a gente não atentar para isso, da necessidade da mudança, quem vai sair perdendo com isso são os trabalhadores porque acabam ficando sem representação. E sem representação trabalhista autêntica nós não temos democracia. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Eu queria nesse momento passar a palavra de imediato para depois abrir para os Senadores para o representante da Central Única dos Trabalhadores, o Sr. Carlos Henrique de Oliveira, e o representante da Nova Central, o sobrenome que a pronuncia... Eu sempre chamo só de Moacyr. Companheiro de longa jornada. Mas pode dizer. Moacyr...?

SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD:

Moacyr Roberto Auersvald.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):

É esse sobrenome final aí. Estou convidando ambos para a Mesa. Para que façam a sua exposição...

[risos]

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Sr. Presidente, queria pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Pois não.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Um minuto se possível. Primeiro cumprimentar V.Ex^a pelo maravilhoso e extraordinário trabalho que vem fazendo à frente dessa Subcomissão e de outras Comissões que V.Ex^a é membro permanente. E saudar os demais componentes da Mesa, na figura desse valoroso e grande homem público, sindicalista [inaudível], o Luiz Antônio Medeiros que já conhecemos há muitos anos, até porque acompanhava sempre seu trabalho operoso e competente frente ao sindicalismo brasileiro, e a seu Procurador e o Senador Cícero Lucena. Queria fazer apenas uma pergunta, até para daqui a pouco o assunto que o senhor falou e o próprio Luiz Medeiros comentou, às vezes perde de vista. Eu quero fazer uma pergunta para V.Ex^a. bem objetiva e pragmática. Existe o número, eu imagino, para o sindicato estipulado, seja qual for o sindicato, ele naturalmente ele é variável. Um tem 25 membros, outro 30 membros, outros 18 membros, etc, etc. Eu pergunto a V.Ex^a, acho que é a pessoa mais indicada, ou o Luiz Antônio nosso querido Deputado, qual o critério que existe para o número de pessoas que vai fazer parte desse sindicato? É pelo número de sindicalizados ou qual outro critério que é adotado. É uma pergunta que faço ao senhor. Segundo, ao Luiz Antônio mais direta na Secretaria. Qual o critério, como o senhor disse aqui que é uma verdadeira avalanche, um festival de pessoas, o senhor disse que é uma verdadeira avalanche de pessoas, às vezes cria familiarmente o sindicato e vai lá pedir oficialização até para ter participação no bolo da arrecadação. Não tem um critério para isso? É óbvio que tem. Eu imagino que a própria Secretaria tenha alguma regulamentação que vai saber qual a maneira, qual a forma para que essas pessoas que de forma desonesta, eu imagino, cria-se com compadres,

comadres, filho, sobrinho e assim por diante, querem criar sindicato para ter uma participação no bolso que arrecada lá. Existe o critério definitivamente, regulamentarmente ou não existe? A própria Secretaria não tem autoridade para já indeferir o pleito? Obrigatoriamente tem que ser encaminhado para a Procuradoria para dar esse parecer? Essa é a pergunta que faço ao senhor da mesma forma que fiz para o nosso Procurador aí na medida em que o senhor disse, se não me falha a memória, que são sete pessoas que participa às vezes da CIPA. É isso? Agora, tem um número. É óbvio. É por número de sindicalizados? Não. Qual o critério que é adotado? É que não existe na verdade. Eu particularmente defenderia, caso aqui até quando o Senador Paim está discutindo esse assunto eu acho muito interessante, eu acho que é fundamental nesse exato momento até para nós permanecer no Estado Democrático de Direito, sobretudo dar as garantias àquelas pessoas que são aqui, o senhor foi generoso até para os suplentes apenas um ano me parece. Um ano após o seu mandato.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Isso aí na verdade a legislação que tem para todo dirigente.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Eu defendendo dois anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):

É, mas a lei hoje é dois anos.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT):

Agora, outra coisa que eu defendo, Senador Paulo Paim, que é um “expert” no assunto, é de que duas chapas disputavam, ou três chapas disputavam, quando o Medeiros disse aqui que às vezes há perseguição, há perseguição. Nós conhecemos. Por que não democratizar de tal forma, quem ganhou leva 60% da chapa, quem perdeu leva 40%, dependendo do número de votos. Aí democratizaria de tal forma que ninguém seria penalizado, ou seja, ninguém seria perseguido que é o termo mais correto. Acho que seria saudável. É democratizar o movimento do sindicato. Acho seria saudável. Todos nós aplaudiríamos, acho que imagino um Projeto de Lei que nós acabaríamos de uma vez por todas aquela velha prática. Quem ganhou quer levar, puxar a banca, e quem perdeu vai ficar na [inaudível]. Ou seja, acho que nós temos que fazer aqui com que as coisas acompanhem a modernização, sobretudo vivemos num Estado em que todo mundo possa participar e, sobretudo, exercer o seu direito de expressão, o direito de liberdade e, sobretudo, o seu movimento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Nós vamos passar a palavra agora para os outros dois, em seguida daí eles responderão as duas

perguntas, os Senadores poderão fazer outras perguntas e nós passaremos para outro bloco de sindicalistas sempre mantendo essa provocação propositiva que os Senadores deverão fazer, é esse o papel mesmo da Audiência Pública, por isso mesmo cumprimento ao Senador Jayme Campos.

Mas queria ainda registrar que já estão conosco, além do Senador Romeu Tuma, Jayme Campos, Cícero Lucena, Inácio Arruda, Flávio Arns, Geraldo Mesquita Júnior, Marisa Serrano, Senador José Nery que está aqui conosco, e o Senador Cristovam, que vão participar desse debate.

De imediato, eu passo a palavra ao meu companheiro também de longa jornada que é o companheiro Moacyr para que ele faça a sua exposição representando a Nova Central.

SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD:

Primeiramente eu gostaria de cumprimentar V.Ex^a, Senador Paim, na sua pessoa os demais Senador aqui presentes. Ao Procurador, ao Secretário de Relações de Trabalho, aos dirigentes sindicais, os senhores e senhoras.

Gostaria de começar o nosso pronunciamento dizendo que o Senador Paim tem sido um baluarte no nosso Brasil. Tenho falado em todas as oportunidades, e não me canso de falar, que a figura do Senador Paim tem resgatado a nível de Brasil discussões muitas vezes passadas despercebidas, ou outras muitas vezes esquecidas pelo tempo, ou outras que muitas vezes a gente está vendo e não está enxergando. A questão do idoso, a questão da cidadania, a questão do negro... E no movimento sindical, isso tem sido uma presente em todos os momentos. Tenho tentado através do seu mandato tanto aqui como na Câmara, fazer jus à representação que V.Ex^a tem, e tenho um orgulho de V.Ex^a, faz parte do seu pronunciamento que nunca esqueceu sua origem e tem demonstrado todo dia.

Algumas questões polêmicas que nem a questão da taxa assistencial que nós estamos vivendo no dia-a-dia nosso, em que realmente foi colocado aqui o movimento sindical tem a contribuição sindicato, tem a assistencial, tem a confederativa, e de vez em quando e de vez em quando a gente ainda inventa outra contribuição para tentar fazer a sustentação do movimento sindical. Mas se perguntar qual delas realmente que as entidades tem feito recolhimento efetivamente, eu posso dizer que a única efetivamente é a contribuição sindical. É estipulado por lei, tem prazo, tem dia e coisa e tal. As demais, o Ministério Público e o Procurador aqui está presente, sabe como é que é a caça às bruxas, e como é que é feito a partir do momento que fecha uma convenção, você registra uma delegacia e de imediato já é passado ao Ministério Público para

entrar com uma ação. E muitas vezes sem na verdade conhecer os problemas internos dos sindicatos, o compromisso social que o sindicato tem, o médico, dentista, Advogado, uma estrutura à sociedade, muitas vezes até avançando no que o Governo devia fornecer de assistencialismo e o sindicato às vezes torna-se obrigado a assumir esse posicionamento. E muitas vezes essas ações através do Ministério Público é apontado com, vamos dizer assim, sem verificar realmente o que está sendo feito com aquelas verbas. Então o Senador Paim tem trabalhado e muito nisso e eu peço apoio dos Srs. Senadores aqui para que nos ajude a resolver esse problema. Não pense que para nós é confortável uma situação dessa saber, vamos supor, que se fecha uma convenção, você não sabe na verdade se você vai ter essa receita, não vai, você tem uma estrutura com cem, duzentos, trezentos, quinhentos funcionários, médico, 20 ou 30 médicos, às vezes até muito maior, conforme a situação e não sabe se você vai ter condição de dar continuidade desse trabalho. Mas essa questão, a questão da unicidade sindical, que nem foi discutido aqui, a questão das centrais sindicais, eu até acredito, Secretário Medeiros, que acho que agora nós estamos no fio da navalha para fechar o reconhecimento das centrais. Acho que as divergências, as questões maiores, eu acho que está no fio de navalha. Finalzinho de linha é questão de redação para que estejamos essa realidade sonhada não só por V.Ex^a, mas todo o povo brasileiro. Mas eu acho que essa discussão acho que merece, Senador, até faço a sugestão, de V.Ex^a fazer uma outra Audiência Pública. Porque caso contrário nós vamos ficar discutindo unicidade sindical, taxa assistencial e coisa e tal e o fundo da questão que é a questão da estabilidade, do direito do trabalho do dirigente sindical, nós acabamos deixando de lado. E partindo desse princípio, eu passo a falar da nossa preocupação questão da estabilidade do dirigente sindical.

Senador, Senadores aqui presentes, é muito incomodo para quem hoje trabalha e tem uma direção dentro do sindicato e principalmente na oportunidade em que nós compomos uma chapa que a partir do momento que você faz o registro de uma chapa ou então até com uma certa antecedência em que você começa a trabalhar para fazer a composição de uma chapa para dirigir a entidade sindical, aí começa a perseguição. Começa a caça às bruxas. O empresário, por sua vez, na eminência de ter um dirigente sindical com estabilidade, se ele puder ceifar o direito deles até antes do processo, eleitoral ele faz. Ele faz de medo de ter aquela estabilidade, ter aquela garantia de emprego e ele não poder dispensar o seu funcionário. Também existe, não vamos fechar as vias, também existem as

questões que foram levantadas aqui da própria situação muitas vezes entregar o companheiro que está em eminência, vamos supor, concorrer com ele, e vamos supor, puxar o tapete. Mas a questão na política atual, em qualquer situação, existe também essas questões que eu acho que não é muito agradável. Mas é terrível, Senador, você se expor ao mundo do trabalho, se expor a defender uma categoria, e não ter o mínimo da garantia que você tenha aquele direito e poderá trabalhar nesse sentido. E hoje na CLT, art. 522 realmente ele traz que sete dirigentes, mais três conselhos fiscal, e nós entendemos ainda que tem mais dois do conselho dos representantes, e com igual número de suplente. Mas hoje já, inclusive, julgados que o Conselho Fiscal há entendimento que não tem mais essa garantia de emprego, não tem mais essa estabilidade. Coisa que é eu acho um absurdo. Porque se você faz parte daquela composição daquela diretoria, daquela chapa, a partir do momento que você faz parte daquela chapa, você tem que ter o Conselho Fiscal. É o Conselho Fiscal que faz a auditoria nas suas contas.

Agora, na CLT ela limita realmente, vamos supor, aquele número de trabalhadores. Mas nós não podemos pensar, vamos supor, num sindicato pequeno, não podemos pensar numa entidade sindical com uma base territorial relativamente pequena, representativa pequena, como possivelmente o companheiro, vamos supor, dos metalúrgicos aonde o companheiro Medeiros é oriundo. Como é que com sete dirigentes sindicais ele vai fazer a base territorial de toda a sua base, vamos supor, da sua representatividade? Como é que nós vamos trabalhar, sabendo que tem “n” número de empresa, cada empresa com uma quantidade enorme de trabalhadores, como é que com sete pessoas você vai fazer? Não. Esse pessoal aí contrata funcionário. É diferente. É diferente você contratar um funcionário para fazer o trabalho de base do que você ter o dirigente sindical qual que está sendo a representatividade. Senador Paim, nós devemos ter essa preocupação. Não é somente com a questão da estabilidade, garantia de emprego por ter a garantia de emprego. Porque o dirigente sindical que se esconde atrás da carteirinha do sindicato, se esconde atrás daquela estabilidade de emprego para fazer as mazelas, fazer muitas vezes coisas que as condutas não muito recomendáveis, nós não podemos nem considerar essa como dirigente sindical até porque a própria lei reflete que poderá ser demitido por justa causa. Mas nós temos que dar estabilidade, dar condição de garantia ao trabalhador que está disposto a defender o trabalhador na sua base, na sua categoria, e com avidez nessa situação.

Nós entendemos a sua preocupação, e gostaríamos talvez até de se ampliar, vamos supor, essa sua

proposta de estabelecer talvez seria uma discussão entre os demais dirigentes sindicais e o próprio Senado, de estabelecer talvez cada número de associados ter mais um dirigente sindical, vamos supor, licenciado. Ou então conforme o tamanho da base ter um número X de trabalhadores para fazer parte dessa composição dessa chapa. Alguma coisa que dê essa garantia ao trabalhador. Não podemos confundir a liberdade sindical, como disse assim, está livre, então agora vocês estão livres, mas livre de tudo. Quer dizer, livre das obrigações e livre da proteção. Essa liberdade é muito relativa. Vamos supor, o cidadão tem a liberdade de ir e vir. Mas desde que ele não avance o sinal do outro companheiro. Vamos supor, o espaço da outra pessoa. E acho que o movimento sindical também. Nós temos a liberdade sindical, mas essa liberdade sindical também tem os seus parâmetros, e esses parâmetros nós temos que ter também a proteção da lei. E o dirigente sindical a partir do momento que da forma que está, o próprio TST, o próprio Supremo, tem uma visão que deixa muito a desejar. Nós dirigentes sindicais até posso dar a mão à palmatória, logo que saiu a Constituição nós pegamos aí algumas entidades sindicais que tinha cem, cento e pouco dirigentes sindicais fazendo parte de uma composição de chapa. E muitas vezes ainda essa composição pegando uma quantidade enorme dentro de uma própria... Numa determinada empresa. E que muitas vezes poderiam, os empresários achavam que estava engessando a administração e a parte burocrática e a parte de encaminhamento dentro da empresa. Mas acho que nós não podemos pegar casos isolados, casos que vamos supor não reflete a realidade de todo o movimento sindical para ceifar o direito e o trabalho do movimento sindical brasileiro. A princípio seria essa nossa posição.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente, eu queria pedir desculpa a V.Ex^a se me desse um minutinho. Eu estou sendo chamado para outra Comissão e eu não faço parte dessa. Eu vou a todas que V.Ex^a preside.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se V.Ex^a pudesse... Eu gostaria muito que V.Ex^a ficasse, até porque V.Ex^a tem sido um Senador que tem demonstrado todo seu compromisso com essa causa que são as questões sociais. Se V.Ex^a pudesse, falaria agora o representante da CUT por 15 minutos e V.Ex^a seria o primeiro Senador a fazer uso da palavra. Eu faço questão que V.Ex^a fique conosco mais um pouco.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Se eu rejeitar esse convite eu estou rejeitado na próxima eleição.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): V.Ex^a será eleito com certeza pela sua história e pelo seu trabalho. Eu passo a palavra ao representante da CUT, Sr. Carlos Henrique de Oliveira.

SR. CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA: Muito bom dia a todos. De plano a Central Única dos Trabalhadores gostaria de saudar essa iniciativa. Eu quero também saudar os companheiros aqui de Mesa, o Moacyr representando a Nova Central Sindical, uma central co-irmã. Saudar também o Dr. Ricardo Pereira, Procurador-Geral do Trabalho, e também o nosso companheiro, podemos dizer assim, não é mesmo Medeiros, estar saudando aqui o Medeiros, um representante do Ministério do Trabalho. E saudar também, fazendo coro a todos os elogios já proferidos aqui pelos meus companheiros ao Senador Paulo Paim, Presidente dessa Comissão que sem dúvida nenhuma um Parlamentar atento aos problemas que envolvem as questões dos trabalhadores.

Esse tema, conteúdo dessa audiência, sem dúvida nenhuma ele nos permite, e todos os oradores acabaram fazendo uma apreciação bastante elástica, bastante ampla a partir daquilo que está sendo sugerido, e é um tema evidentemente que nos faz refletir uma série de fatores. Isso significa que nós estamos aqui debatendo não única e exclusivamente um direito considerado por alguns um direito mesquinho, menor, mas nós estamos na verdade debatendo a consolidação da democracia. Porque na visão de nossa central sindical, não existe democracia se você não tiver a sociedade civil organizada. Se você não tiver centrais sindicais, confederações, federações e sindicatos fortes e atuantes. Então a base da democracia, além do direito de voto, além da representação Parlamentar, é também todas as forças vivas interagindo dentro da sociedade e produzindo aquilo que essa Casa de certa forma se dedica produzindo leis para que nós tenhamos uma sociedade cada vez mais igualitária. Portanto, fazer esse debate é fazer principalmente o debate da democracia entendendo que a representação sindical ela tem uma importância dentro da democracia na medida em que defende em determinados momentos e em outros estimula o avanço em leis que acabam trazendo para nossa sociedade uma visão mais democrática.

Feito esse preâmbulo, essa saudação, nós gostaríamos de aproveitar esse momento para tentar de alguma forma dar um quadro do que acontece no nosso País em termos de representação sindical, ou pelo menos de uma tentativa de se fazer uma representação sindical dos trabalhadores.

Nós temos no nosso País um arcabouço legal que de um lado não permite que os dirigentes sindi-

cais tenham a sua facilidade no sentido de exercer a representação, e de outro lado uma rígida impunidade para os patrões que extrapolam os limites e agem de forma a coibir o exercício da atividade sindical. Além disso, e acredito que não é de ignorância de todos os que participam desse debate, nós temos assassinatos que, só para lembrar um deles, que acho que é o mais representativo de todos, nós tivemos não recentemente, mas ainda está na nossa memória, o assassinato de fiscais do trabalho na região de Unai, em Minas Gerais. E essa ação violenta ela teve um significado que nós todos não podemos perder de vista e muito menos não fazer qualquer referência numa manifestação como essa que é uma manifestação em defesa da democracia. Também é importante nós lembrarmos que além dessas situações nós temos uma situação bastante particular, e aí possivelmente não será através de leis que nós vamos modificar possivelmente através da cultura, mas o dirigente sindical ele sofre assédio moral, ele sofre discriminação no mercado de trabalho, e ele sofre inclusive no seu dia-a-dia com a família, porque a família acaba sendo prejudicada muitas vezes deixada um pouco de lado por conta da dedicação quase exclusiva desses dirigentes sindicais. Esse quadro evidentemente que ele tem componentes que são de ordem legal e que essa Casa pode tomar iniciativas, outros componentes são de ordem cultural, e nesse sentido somente com o avanço da democracia é que de fato nós teremos uma situação talvez mais instável.

Por fim, a Central Única dos Trabalhadores gostaria de trazer algumas reflexões propositivas de momento. Gostaríamos de acatar todas as reflexões feitas aqui inicialmente pelo Dr. Ricardo Pereira, pelo nosso companheiro Luiz Antônio Medeiros, a respeito da necessidade de nós rediscutirmos a estrutura sindical, essa configuração de representação sindical ela é, sem dúvida nenhuma, uma das raízes dos graves problemas e distorções que nós temos no nosso País. É através dessa estrutura que já está superada, só falta nós termos essa referência no marco legal, mas enquanto isso não acontece, é necessário que a todo momento, a toda oportunidade nós possamos refletir a necessidade de avançarmos, superarmos a unicidade sindical, e dessa forma nós sem dúvida nenhuma estaremos de um lado privilegiando a democracia, e de outro construindo, consolidando o Estado Democrático de Direito. Outra reflexão propositiva que nós gostaríamos de trazer é a necessidade de se estabelecer à organização do local de trabalho como uma forma evidentemente de nós termos mais espaço de representação e entendendo esse espaço de representação como uma melhor afinidade entre o trabalhador, a

sua representação sindical e porque não nas relações de emprego e de trabalho que esse trabalhador, esse sindicato mantém com o seu patrão.

Outra reflexão, e essa, eu diria, a mais imperiosa, diz respeito à necessidade de nós, em conjunto, darmos mais atenção para a necessidade de se aprovar a convenção 151 da OIT, que estabelece dentre outras coisas, além da proteção à ação anti-sindical, mas também a negociação coletiva no serviço público. Na América do Sul, exceto no Brasil, acredito que só o Paraguai não tomou ainda essa iniciativa. E ela é emblemática, ela traz um simbolismo que nós todos temos que nos apropriar, porque se o próprio Governo, se a instituição que representa a República, que representa o desejo de democracia de milhões e milhões de brasileiros, se o Governo, se nega a negociar com seus empregados, por que é que o empregador da iniciativa privada vai fazer coisa diferente? Então, é uma necessidade urgente, e nós temos encontrado obstáculos não só no Legislativo, mas também no próprio Executivo do próprio Governo Lula.

E por fim, essas reflexões que a gente traz são amplas, mas também não desconhece a iniciativa que está sendo tomada, em particular pelo Senador Paulo Paim, a sua proposta de alteração do § 3º do art. 543 da CLT, e nós gostaríamos de encerrar dizendo que somos favoráveis à iniciativa do Senador, gostaríamos de ver essa iniciativa tendo sucesso dentro dessa Casa, e assim o fazendo, nós temos certeza de que é um passo, um passo importante para que nós tenhamos cada vez mais representações autênticas. Claro que não é o único passo, mas é um passo importante nessa direção, na direção da representação plena da democracia e do Estado Democrático de Direito.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Sr. Carlos Henrique de Oliveira, representando a CUT. Eu gostaria de lembrar que é o Senador José Nery que está aqui é o Relator desse meu Projeto e percebo aqui na Mesa pelo menos que o Projeto está sendo avaliado, percebo, e vou passar a palavra ao Plenário, talvez de uma Emenda que V.Exª consolida a proporcionalidade que evitará os abusos, e claro, discutindo com o movimento sindical qual seria essa proposta de proporcionalidade. Eu apenas tomei a liberdade e talvez V.Exª tenha essa dura, mas boa tarefa de discutir uma emenda que não permita os abusos, mas que seja razoável para que os dirigentes sindicais possam efetivamente cumprir sua função. Senador Romeu Tuma, conforme... Como havia comprometimento, Senador Romeu Tuma, e depois os dois que estão aqui na Mesa a minha direita e a minha esquerda, o Dr. Ricardo e o Medeiros queriam dar uma resposta...

Vamos passar para uma outra Mesa e o Senador entraria novamente. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu peço desculpas, Senador Paim, mas a gente verifica que V.Exª convida para um debate e já toma a iniciativa de apresentar um Projeto para encaminhar uma solução. E dá em mãos de quem também tem discutido o problema sindical. E ainda esta semana falamos, ele estava na Tribuna, a qualificação correta do que é trabalho escravo. Porque há uma confusão muito grande e que tem trazido uma série de contratemplos, de ações policiais, e há referência à morte aos fiscais de trabalho decorrente de uma ação para coibir o trabalho escravo. Então, acho que a gente tem que definir claramente o trabalho escravo e principalmente no campo quais são as exigências que os patrões têm que respeitar para oferecer aos trabalhadores que às vezes são sazonais, normalmente sazonais.

Mas Presidente Paim, Luiz Medeiros também é um amigo que eu fiz na área sindical, eu vi aqui uma tranquilidade invejável, o equilíbrio nas exposições. Nenhum radicalismo. Nenhuma postura de ferro e fogo. Todos fizeram uma exposição clara de objetivos e consertar alguma coisa que não está correndo bem. Eu conheço um pouco a evolução sindical do Brasil. Até por momentos conturbados da história brasileira. Ainda a semana retrasada fui com muito prazer convidado tomar um café com o Presidente Lula e fizemos referências em alguns fatos, principalmente na região de Xapuri, o caso do Chico Mendes, e outros que ocorreram das grandes greves e tudo e todo esse fato que foi evoluindo ao longo tempo, e que hoje já dentro de uma democracia praticamente estável, tem que ser modificada alguma coisa. Tem que se buscar o equilíbrio. Quando se entra na Faculdade de Direito, Paim, uma das primeiras coisas que a gente vai aprender é a relação capital e trabalho. Não é doutor? O senhor que é Advogado sabe. Começa a discussão de se aprender a cadeira do direito de trabalho sobre a relação entre o capital e o trabalho. E esta é uma mística que vem rolando há muito tempo. A representação dentro da indústria, muitas vezes pode favorecer a estrutura dirigente da empresa com alguém que é o porta-voz do sindicato. E uma relação permanente. De criar uma confiança mútua. Então essas outras coisas que às vezes o Medeiros foi testemunha, de brigas internas em sindicatos até com mortes. A história é longa, triste, cheia de amargura e que vai se assentando num terreno muito mais seguro que agora é hora. E acho que esse fórum é bom. O nosso representante da CUT disse que encontra dificuldade no Parlamento também. Eu concordo com ele. Nós temos que discutir. Tem uma Emenda num Projeto de reforma que já me

ligaram do SENAC que vão tirar uma parcela para as centrais sindicais dos serviços de atendimento à sociedade, que é o SESC, SENAC, SESI. Eu não sei se tem fundamento ou não. Diz que está numa Emenda num Projeto que está na Câmara. Eu falei que ia ver. Mas como o Presidente Lula, pelo menos eu li pela imprensa, ele quer baixar uma Medida Provisória e dar uma parcela do que é parte do Governo dividir de 20% ficar com 10 e 10 passar para centrais sindicais, não sei se eu estou certo, os senhores é que poderão avaliar isto, mas a central sindical, Presidente Paim, doutor, elas são legais. Ela tem vida própria. Ela não tem participação em sistema sindical brasileiro. Então vamos legalizar? Não vai legalizar. Porque senão não podia funcionar. Se fosse legal você presidiu a força sindical por quantos anos? Mais de dez?

SR. LUIZ ANTONIO DE MEDEIROS NETO: [pronunciamento fora do microfone]

[risos]

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Então. Ela tem... A CUT, a Central Nova, a outra do Pata(F) que vai criar agora, juntando três. Então vai ter uma gama de centrais. Claro que tem que ter cautela e fazer uma regra de proporcionalidade, que você não pode pegar uma empresa com 100 e botar 20, 30 para dirigir. Porque você enfraquece a produtividade. Eu me lembro na época que eu lidava muito com a área sindical, o representante sindical era afastado da produtividade. Era a expressão que se usava. Não sei se é ainda isso hoje. Era afastado da produtividade. Sem prejuízo do tempo de serviço e outras coisas. Então acho que chegou a hora mesmo, eu vou ver esse art. 522 que houve a referência do nosso representante da CUT, e acho que vem em boa hora essa discussão, Paim. Acho que nós temos que intensificar as discussões, juntar todos os projetos, todos mesmo que estejam na Câmara, trazer para cá, e cada especialista vir definir. A Procuradoria do Ministério do Trabalho fez uma apresentação muito clara sobre a posição daquilo que é mais importante que é a vigilância do Ministério Público dentro da área sindical. Dentro do Ministério do Trabalho. Então, eu não sei, e se V.Ex^a disse que a justiça tem que julgar.

Então, a Emenda 03, ela vale? Não vale? Ela é realmente prejudicial ao trabalhador? Porque dizem que vai substituir a carteira de trabalho pelo contrato individual. Então tem Emenda 03, a unicidade sindical e outras coisas que foram se referindo. E o direito de greve. Eu estive no Supremo, Paim, por causa dessa greve da Polícia Federal, para ver se... Porque é um setor importante que não pode ter greve lá. Tem que ter uma regra que possa facilitar a negociação direta, mas também proteger a população. Transporte, tudo isso.

Então, o Supremo deu o quê? Não tendo o Congresso a capacidade de regulamentar o direito de greve do trabalhador público, funcionário público, que se adequar às regras para o trabalhador--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Romeu Tuma, só para ajudar, o Projeto nº. 01, após a constituinte, e eu fui constituinte, nós apresentamos para regulamentar o direito de greve. Foi apresentado em 89, 90.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): E quantos anos estão aí? E a cada dia vai aumentar esse problema de greve. Por quê? Porque a dificuldade... Porque estão relacionando o salário no processo da economia. Não tem separação. Quer dizer, quando vai dar um aumento, disse assim, quanto vai refletir na economia? Aumenta a inflação, não aumenta a inflação? São discussões conjunturais hoje. Ela não foge a uma regra individualista de um tema. Me desculpa, Paim, é só para te dar a honra de estar aqui contigo, e a gente poder, mesmo não sendo da Comissão, gostaria de trocar idéia. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): V.Ex^a é titular. Eu queria dizer que a nossa Audiência Pública já contou com a presença, Senador Romeu Tuma, Jayme Campos, Cícero Lucena, Senador Inácio Arruda, Senador Flávio Arns, Senador Geraldo Mesquita Júnior, Marisa Serrano, José Nery, Senador Cristovam, Senador Zambiasi, Senador Eduardo Suplicy e Senadora Fátima Cleide aqui conosco também. Nesse momento eu vou permitir a fala, que eles terão que sair, mas a audiência continua com outra Mesa, com o mesmo tema. Ao Luiz Antônio Medeiros que é o Secretário de Relações de Trabalho, e ao Dr. Ricardo, que representa aqui como Procurador-Geral do Trabalho.

SR. LUIZ ANTÔNIO DE MEDEIROS NETO: Senador Paulo Paim, eu quero dizer que nós apoiamos o Ministério do Trabalho apóia o seu Projeto, seria muito importante que... Poderia sugerir o Relator de que realmente fosse definido as regras do jogo sob o número de dirigentes sindicais. Não pode ser sete. Mas também não pode ser 50, 60, 70. Uma categoria de 2.000 pessoas terem um sindicato com 70 pessoas às vezes da mesma fabrica. Não pode. E eu quero dizer que o seu Projeto faz parte do esforço de mudança da estrutura sindical. A estrutura sindical em alguma coisa ela vai ter que... Ela precisa mudar, como disse ali o companheiro Moacyr, ali estou vendo o Neto, o Presidente da CGE também, da legalização das centrais, da definição das contribuições. Que tipo de contribuição vai ficar? Não é possível ficar do jeito que está. Ficando do jeito que está há um desgaste muito grande e quem sai perdendo é os sindicatos. Da discussão da represen-

tação do sindicato dentro da fábrica. Qual o problema ter uma representação sindical dentro de empresas grandes? Qual o problema ter representação sindical nos canais de São Paulo? Olha, eu falo canais de São Paulo, porque os canais de São Paulo estamos crescendo, tem etanol, tem exportação, mas ao mesmo tempo a gente se depara com a realidade de que o trabalhador do canal tem uma vida útil menor do que o escravo. Isso é vergonha para todos nós, para tudo quanto é Parlamento, para Ministérios, para sindicalismo, para todos no Estado mais desenvolvido de repente nós termos um crescimento da economia, do etanol, em cima de um trabalho que nos vergonha. Claro que se tivesse representação sindical lá, a situação poderia ser diferente.

Então eu quero mais uma vez te cumprimentar e cumprimentar por esse teu trabalho pioneiro. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passo a palavra... Para que ele faça as considerações finais. Em seguida vou convidar para Mesa o representante da CGT, na figura do Presidente, o Sr. Antônio Carlos Reis, que não chegou ainda. Só chegou o Neto então. O Neto chegou da CGTB que é o Presidente dessa central, companheiro de longa jornada ainda. O Salim me disseram que está vindo para cá, mas não chegou. Eu ia chamar os dois. Então eu vou chamar o Neto e vou chamar também o Prof. Paulo Albuquerque que é professor e sociólogo das questões do trabalho da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dr. Ricardo com a palavra.

SR. RICARDO JOSÉ LACEDO DE BRITO PE-REIRA: A pergunta do Senador com relação ao critério mais razoável para determinar o número de dirigentes sindicais beneficiados com a garantia de emprego. Eu costume adotar como parâmetro as decisões da OIT. A OIT tem convenções fundamentais, a Convenção 87 lamentavelmente não ratificada pelo Brasil, a convenção 98 já ratificada há muito tempo. Mas essas duas convenções elas integram a declaração de direitos e princípios fundamentais no trabalho. Hoje em dia a OIT impõe o cumprimento dessas convenções independentemente de ratificação. E o problema da não ratificação da Convenção 87, na minha opinião, vai trazer um prejuízo grande ao nosso País no plano internacional, inclusive uma posição de desvantagem, porque compõe todo aquele conjunto de direitos fundamentais. Liberdade sindical, negociação coletiva, abolição do trabalho infantil, do trabalho forçado e qualquer tipo de discriminação. Então é um bloco e que não depende mais de ratificação, mas seria bom para a imagem do País providenciar a ratificação da

Convenção 87. E de acordo com a OIT, é necessário que haja pouca interferência do Estado nas questões sindicais. O legislador, a atuação do legislador deve existir para coibir os abusos.

Então, eu sou inicialmente em princípio contra o estabelecimento de um número fixo de trabalhadores beneficiados pela garantia de emprego. Mais interessante na minha opinião era deixar uma margem de negociação para estabelecer de acordo com o número de representados, com o número de sindicalizados, ou em razão da natureza da atividade porque isso aí pode ter uma variação. Agora, estabelecendo limite para cobrir os abusos. Até porque as transformações no mundo do trabalho hoje em dia ocorrem com uma frequência muito grande. E se nós estabelecermos números fixos isso pode estar defasado logo em seguida. Sou favorável também à ratificação da Convenção 151, agora eu insisto, tudo isso tem que ser analisado em bloco. Não adianta pegar por partes. A negociação coletiva do servidor público tem que ser disciplinada junto com a greve do servidor público. Não adianta disciplinar a greve agora, casuisticamente, porque está acontecendo isso ou aquilo. Com relação à greve, tem também que abranger a negociação das condições de trabalho. E tudo isso dentro de um ponto maior, que é o modelo de organização sindical como um todo como reflexo do direito fundamental de liberdade sindical. Então me parece que esse é o ponto de partida.

Eu queria fazer apenas uma observação com relação à contribuição prevista e negociação coletiva, que é uma atuação eu reconheço bastante antipática em relação ao Ministério Público do Trabalho. Mas a jurisprudência entendeu que era inconstitucional. Viola a liberdade sindical, e o Ministério Público então teve que promover essas ações. Agora, a questão está um pouco diferenciada porque o Supremo disse é inconstitucional com relação a não associado a contribuição confederativa, mas a contribuição associativa não tem previsão constitucional. Então, conseqüentemente não é inconstitucional. Então acredito que vá haver um debate maior no Ministério Público do Trabalho com relação ao que se refere a contribuição assistencial. Com relação a contribuição confederativa não dá para escapar dessa atribuição porque o próprio Supremo já se manifestou e ela provavelmente não vai ser alterada. Mas tudo isso eu repito e insisto, é tudo provisório porque é necessário reformular como foi dito aqui, não há sentido em que haja quatro contribuições para o sindicato. É importante estabelecer uma contribuição negociada e com relação a isso acho que seria importante eliminar todas as dúvidas existentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Os dois primeiros expositores, segui-

dos de presidentes sindicais. Ele vai ter que se retirar, mas o representante da CUT e da Nova Central ficam, e convido nesse momento o Presidente Antônio Fernandes dos Santos Neto, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores CGTB para que faça a sua exposição. Mas com certeza o debate vai continuar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Neto, você terá o direito de 15 minutos. O Tarcísio Zimmermann, o Deputado Federal do Rio Grande do Sul, foi secretário do trabalho no Governo de Olívio Dutra, é também um conhecedor profundo dessa causa. Eu faço questão que ele possa fazer uso da palavra.

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Eu queria... Eu vim aqui para cumprimentar V.Ex^a, cumprimentar aqui as direções sindicais que participam demais esta iniciativa de V.Ex^a, desta Casa, dizer que de fato os temas propostos, seja o tema da garantia do emprego aos dirigentes sindicais e nós de fato temos que encontrar uma normativa que seja aceitável do ponto de vista do conjunto da sociedade, quanto também ao tema aqui rapidamente referido pelo Antônio Fernandes dos Santos Neto... Desculpa, o Procurador que referia há pouco, o tema da sustentação financeira dos sindicatos e das centrais sindicais, enfim da estrutura sindical é um tema de gravíssimas proporções hoje no País. Parece que a redemocratização, ao invés de ter trazido uma situação de segurança institucional e jurídica para as organizações sindicais, vem trazendo um atropelo cada vez maior inclusive sobre as garantias que se pensava existirem para a organização sindical que é sem dúvida alguma um dos suportes de um País democrático, de uma sociedade que se representa e se respeita. E infelizmente parece que é isso. A redemocratização não tem trazido para este campo um conjunto de inseguranças que nós julgávamos que estivessem totalmente superadas.

Então, acho que o esforço Legislativo, eu tenho reivindicado, Senador, e acho que é uma boa Casa para se falar disso, o Governo Federal quer obviamente hoje um Governo dirigido por representações de trabalhadores, poderia editar uma Medida Provisória para que nós tivéssemos alguns desses aspectos que são graves do ponto de vista do direito social à organização no local de trabalho, a organização sindical dos trabalhadores, a permanência das organizações sindicais dos trabalhadores, poderia editar uma Medida Provisória sobre esse tema e até, Neto, eu queria sugerir que as centrais no debate que estão fazendo junto ao Governo para a legalização das centrais e que vai vir certamente através de uma Medida Provisória, incluam esses temas. Porque não é possível que es-

ses temas não se resolvam na sociedade brasileira, temas que são emergenciais. Outra coisa é discutir uma Reforma Sindical ou eventualmente uma reforma trabalhista. Mas alguns temas são emergenciais. Não se pode deixar um sindicato ou a organização sindical nesse grau de insegurança jurídica onde ela de um lado está pressionada porque não há reconhecimento da estabilidade dos dirigentes, e do outro lado está pressionada porque não tem mecanismos de sustentação financeira.

Bom, isso é o início do fim. Ou para muitos já é o fim do fim. Porque muitas organizações já estão rigidamente inviabilizadas por conta da situação. Então parabéns V.Ex^a e acho que é um bom momento aqui desta Casa, inclusive, se solidarizar com o movimento sindical e na Câmara da mesma forma, e esse pedido para que o Executivo tenha essa sensibilidade e resolva esses temas de modo emergencial. Nós temos Medida Provisória para tanta coisa. Por que não para um tema que é tão relevante para a democracia?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Deputado Tarcísio Zimmermann. Eu vou passar a palavra nesse momento para o Neto, que em seguida, o Relator do Projeto vai fazer as suas considerações e também o Senador Eduardo Suplicy.

SR. ANTÔNIO FERNANDES DOS SANTOS NETO: Obrigado, Senador Paim. Quero saudar a todos os Senadores presentes aqui ou que passaram por aqui, e em especial ao companheiro Senador Paulo Paim, mais uma vez cumprindo com sua brilhante trajetória sempre ao lado da classe operária, do movimento dos trabalhadores. Saudar os companheiros presentes aqui, o Moacyr, o Carlos Henrique, o Moacyr lá da Nova Central, nosso parceiro, nosso amigo, nosso co-irmão, o Carlos Henrique da CUT também, uma central co-irmão, uma central também e das demais centrais que, porventura, possam por aqui estar. É uma pena que tanto o Dr. Medeiros e o Dr. Ricardo tiveram que sair, porque sempre acrescenta algumas coisas. E esse assunto... Porque aqui a gente está abordando vários assuntos. Pegamos aqui essa questão da estabilidade do dirigente sindical, que eu entendi pela Constituição que de acordo com 88 que o Estado não tem como intervir, você veja como o discurso é uma coisa e a prática é outra. O Dr. Ricardo esteve aqui e propôs a tal da Convenção 87. Assim como a CUT também propôs. Liberdade e autonomia sindical. Só que o Supremo disse que só pode ter sete dirigentes sindicais. Não tem estabilidade. Ou seja, você pode ter liberdade, faz quanto quiser, mas ao mesmo tempo o seguinte, vamos ter que dizer a vocês por lei ou pelo Supremo que não pode ter dirigente sindical mais do que isso. Senão é uma incongruência. Ou seja, eles querem o

melhor dos mundos. Eles só querem aquilo que interessa ao capital internacional e à elite dominante, ou seja, que nós não tenhamos representação. Sabe qual é a ameaça que nós estamos dando? Relator, é bom o senhor saber isso. Se realmente for ficar em sete, meu sindicato, por exemplo, tem 54 dirigentes, que é uma base estadual de 70 mil trabalhadores no Estado de São Paulo. Nós vamos fundar um sindicato por Município. Em vez de ter 54, nós vamos ter sete vezes seiscentos. Perfeito? Quatro mil e duzentos dirigentes com estabilidade. Mas aí a gente faz uma federação estadual e continua a negociação pela federação e garante a estabilidade para todo mundo. Que é o que está acontecendo com os professores de Minas Gerais. Um Estado com mais de 800 municípios como é que pode ter um sindicato de sete dirigentes? É um absurdo isso. Quer dizer, pegam-se por picuinhas, em algum canto aí, e acham que isso é igual para todo lado. Quando foi definido sete dirigentes lá, aparentemente sete, porque já o estatuto, o famoso estatuto padrão dava 23, 24. Não dava sete não. 24 dirigentes. Então, interpretaram para baixo. E esse sete é lá de 43, quando foi lançada a CLT. Vejam a diferença. 43 para 2007. Era do século passado lá. Eu sou defensor da CLT ímpar. Acho que não tem legislação melhor no mundo. E posso falar isso com autoridade de quem já viajou vários Países do mundo e presidi uma central internacional que é a Federação Sindical Mundial da qual tive a honra de presidir durante quatro anos. Essas questões, então, vem de maneira esquisita. Para nós acho que é importante. Nós temos que começar a clarear, porque o Tribunal está interpretando. Eu pego o art. 8º e não consigo ver que é para associado, e não sei como é que a contribuição confederativa, o Supremo consegue ver aqui que tem ser para associado. Aqui não fala em nenhum momento em associado. Fala em categoria.

Quer dizer, é uma interpretação dúbia para nos prejudicar. Porque a sustentação financeira é o principal pilar da organização dos trabalhadores. Nós tínhamos que ter muito dinheiro para competir com a burguesia num canal de televisão, num canal de rádio, nos jornais, revistas. Não temos. Nós também já discutimos isso entre as centrais, houve uma proposta que andou e não avançou, vamos ter o fundo sindical. Ou seja, vão pegar dinheiro também do famoso orçamento da União, como pega os partidos políticos e nem por isso nenhum partido político está ligado ao Governo. Vem dinheiro do orçamento para o partido político. Aí não. Nós não, pelo contrário. Nós temos dinheiro do bolso do trabalhador. Seja ele da contribuição sindical, seja ele da contribuição assistencial. Ou seja o nome que queiram dar, confederativa... Não importa. Sai do bolso

do trabalhador. Aí em nome da “proteção ao trabalhador”, entre aspas, diz: Olha, ele tem direito à oposição. Não pode pagar para o sindicato. Ao mesmo tempo dá todos os direitos na convenção coletiva para eles. Eu dou aumento de salário, o sócio recebe aumento. O que contribui e que não contribui. Quando o Senador Paulo Paim fez um Projeto aqui regulamentando a contribuição assistente social, eu publiquei no meu blog assim: Começou a temporada de caça ao Chupim que é aquele passarinho que utiliza o ninho do tico-tico para que ele não só choque seu ovo como alimento o seu recém-nascido. E no ponto sindical é a mesma coisa. O cara quer ser, ele quer ter aumento de salário, quer ter todas as garantias colocadas ali na convenção coletiva, não quer contribuir um tostão para o sindicato. Um tostão. Chega até às raias de na contribuição sindical e pagar lá para um outro Conselho, e dá cinco reais para não pagar um dia de trabalho. Isso é um Chupim. Isso não contribui em nada. E isso parece que os tribunais não observam. Parece que o Ministério Público não observa. Parece que... Então precisamos ter em lei. Já dizia o iluminista francês Lacordaire, entre o fraco e o forte, entre o rico e o pobre, é a lei que liberta, é a liberdade que escraviza. Esse papo de liberdade, eu não acredito. Num País estão desiguais. Liberdade para quê? Para os fortes? Para os ricos? Vamos botar em lei. E aí começo olhar. Como é que eu resolvi na minha categoria? Eu pus na convenção coletiva, Senador. Eu pus lá que o patronato reconhece a chapa completa. Titulares, suplentes de todos os conselhos que nós tenhamos lá dentro. Está na minha convenção coletiva. Mas nem todo mundo consegue. Até porque a Emenda 45 que a gente tem que mudar também, se o patronato não quiser negociar, eu nem dissídio coletivo eu consigo suscitar. Veja você Paim, eu fico na situação. Eu quero negociar ele não quer negociar. Eu não posso citar dissídio. Porque se não tiver o acordo dele, isso que eu digo, infelizmente esta Casa com grande contribuição que tem dado, com essa Constituição maravilhosa que aprovou em 88, mas a maioria dos nossos direitos está escrito assim: Pa-ra-ra-ra-rá, conforme regulamentação em lei. Eu pego o Projeto está aqui também, PLR, participação no lucro, essas coisas, desde de 46 está na Constituição. Foi regulamentada. Quanto tempo ficou em Medida Provisória e depois saiu regulamentada? E porque o Itamar teve coragem de soltar uma Medida Provisória, senão não regulamentava.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E ainda não é obrigatória.

SR. ANTÔNIO FERNANDES DOS SANTOS NETO: E não é obrigatória. E já teve durante a negociação da Medida Provisória, a participação ou não do

sindicato. Quer dizer, embora a Constituição obrigue todas as coisas.

Então, nós temos que dar uma olhada em todas essas coisas. A questão do Delegado Sindical. Não existe. Pega aqui. Art. 11. Está dizendo. A cada 200, um representante do trabalhador. Nós discutimos com o patronal. Patronal não quer isso aí. [risos] Não quer a organização sindical [inaudível] trabalho. Porque nós sabemos como é que são as mazelas. Aí eu quero entrar na outra discussão.

Então eu acho que é importante, Senador, a gente regulamentar, fazer, por exemplo, a cada, sei lá, a cada mil, um dirigente sindical. Não importa. Mas você dar uma condição. Um mínimo de tanto, no mínimo de 24, pelo menos o que tinha o estatuto padrão da ditadura. No mínimo o padrão estatuto da ditadura. Esse é o mínimo. Daqui para cima crescente tantos mais quanto a base sindical. Perfeito. Vamos regulamentar para não deixar a gente estar sendo comido como estamos aí no Supremo ou no próprio TST.

Agora, eu discordo frontalmente da Convenção 87, discordo frontalmente do pluralismo sindical e nós temos colocado isso. Sabe que para nós, Senadores, por favor, sindicato é a célula mater do movimento operário. Tudo mais é derivado.

Então, se tem federação, é porque existe sindicato. Se não houvesse sindicato, não tem confederação, não tem confederação e não tem central.

Então, não dá para você fazer do sindicato ele pulverizado. Em 93, o Jobim, de triste memória para nós, nos dois casos, no caso da constituição, e nesse caso. Ele disse aqui no Congresso Nacional, na reforma da Constituição que o Brasil alcançou o pluralismo partidário e tinha chegado o momento de alcançar também o pluralismo sindical. Isso é uma falsa verdade. Porque veja, Senador, quando tem uma eleição, os partidos se coligam. Ou não. Quem perde a eleição espera quatro anos até a próxima eleição, Senador. Não funda outra cidade, não funda outro Estado nem outro País. Agora, no movimento sindical sim. Eu perco a eleição, o meu grupo sai e monta um novo sindicato. Isso é pluralismo, isso é pulverização. O pluralismo tem que estar dentro da entidade. As diversas correntes têm que conviver dentro da cidade ou se coligar em chapas e depois que eleger, vai engolir quatro anos, sim, vai ficar quatro anos esperando a próxima eleição. Não vai sair montando sindicato.

Então, isso é conversa mole. E nego fica com essa história da modernidade, a modernidade a gente sabe, já tem viés esquisitos.

Então essa história da Convenção 87 tem um trabalho preparado pelo ex-Ministro e ex-Deputado Valter Barelli, que entregou na OIT, que nós já cumprimos

a Convenção de 87. Os Estados Unidos não aceita quase nenhuma das convenções porque ele diz: Aqui o Estado, cada Estado é independente eu não posso assinar um negócio obrigando todo mundo. No Brasil a gente assina 87, desde que as regras da Constituição. Ou seja, com [inaudível] sindical, porque hoje a gente já não tem, já se livrou do jugo do Estado na questão efetiva da estrutura sindical, da organização sindical. E a gente tem que ter claro qual é o papel de central. Quando tiver claro isso, acho que aí acabam essas dicotomias que a gente tem sobre pluralismo e unicidade. Qual é o papel da central? Central não é sindicato. Central tem um papel horizontal na estrutura sindical. Vertical é confederação, federação e sindicato. Eu não posso ver confederação, Paim, discutindo saúde pública. Ela pode discutir saúde, segurança e medicina do trabalho da sua categoria. Mas saúde pública, educação pública, habitação, orçamento público, salário mínimo, isso é uma coisa que perpassa por todas as categorias. Esse é o papel de central. Não é para vir e substituir o sindicato em negociação coletiva. Ou como dizia os companheiros da CUT, perdão até usar como exemplo, o sindicato orgânico, o departamento da central. É inverter o processo. Nós temos que ter claro, volto a dizer, importante é sindicato. Ele que tem que ser fortalecido. Todo demais é derivação de sindicato.

Então, nós não podemos nos prestar a isso. Acho que fico feliz de ouvir que você tem uma Emenda, um Projeto de Emenda à PEC 45, ela está aprovada e tem que pelo menos acabar com isso. E nessa regulamentação, nós temos que fazer três coisas principais, o mínimo tem que ser... Vou repetir aqui isso que está sendo guardado para os anais do Senado. No mínimo, comece com que a ditadura nos dava que eram 24 dirigentes sindicais. No mínimo. Então começa com 24. Daqui para cima, os demais sindicais, concordo, sindicato de mil, dois mil trabalhadores não precisa ter. Agora, como é que o sindicato dos professores do Estado de Minas Gerais pode ter sete dirigentes sindicais? Como é que pode? E também com absurdo que o Tribunal está considerando que o Conselho Fiscal não faz parte, ele inclusive não tem que ter estabilidade, não tem que ter nada. Ele é fora. E de preferência seja eleito fora da chapa.

Bom, estão querendo inverter a raiz da árvore. Não é para fora, ela tem que ficar para dentro da terra. No mínimo isso. E segundo, crescer a cada tantos mil a mais por base, como a gente faz. Eu para liberar dirigente sindical com remuneração nas empresas, até empresa com até tanto libera um, empresa com mais tanto libera dois. Quer dizer, no máximo quatro. Você tem toda essa coisa. Não tem problema nenhum.

Agora, o que não pode é ficar nesse estreito do sete. Aí é absurdo.

Então, Paim, eu quero primeiro parabenizar você, segundo, dar essas contribuições e terceiro dizer que precisamos regulamentar também a questão do assistencial. É o 248. Esses vocês têm discutido aqui, tinha sido aprovado e efetivamente já foi aprovado. Parece que está com duas Emendas que a gente pode fazer uma discussão. Mas que a gente tenha esse tipo de regulamentação porque o que está acontecendo é um extrapolamento por parte do Ministério Público também no combate.

Então, tem Procurador que entra lá no site do sindicato procurando para poder fazer a tal da ação penal contra o sindicato. Eu gostaria de encerrar aqui.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permite uma pergunta.

SR. ANTÔNIO FERNANDES DOS SANTOS NETO: Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Só uma observação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ele vai concluir agora. Eu passo de imediato a V.Ex^ª.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu estava conversando com o Nery, porque vamos supor que haja uma situação em que a empresa não tenha sequer 24 membros. Então, com respeito à sua observação.

SR. ANTÔNIO FERNANDES DOS SANTOS NETO: Não é sindicato por empresa, Senador. Nosso sindicato é por categoria. Ele pode ter um--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Vamos supor que haja um setor novo, empresarial, em que as empresas sejam relativamente pequenas. E que... E ali se estabeleça uma organização sindical. Só para pensar alto. Mas tudo bem. Por isso que eu fiz a breve observação aqui.

SR. ANTÔNIO FERNANDES DOS SANTOS NETO: Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos encaminhar da seguinte forma agora. Todos já fizeram a exposição, nós vamos passar a palavra ao Relator e depois a Mesa poderá já responder a pergunta do Senador Suplicy que após o Relator também fará mais algumas considerações tenho certeza que é um tema que o Senador Suplicy também olha com muito carinho.

Senador José Nery, como Relator do PL que trata de garantir. Claro, no PL que eu apresentei eu simplesmente consagro aquilo que é um direito. Dirigente sindical, suplente ou de Conselho fiscal têm garantia no emprego. Como tinha totalmente no meu

tempo, e nada mudou. Não teve legislação nenhuma que mudou do tempo que eu era sindicalista. E nós falávamos antes aqui faz algum tempo que estou no Parlamento, mas nunca na época que fui sindicalista, eu vi um dirigente sindical ser demitido. Se fosse demitido, ganhava na justiça. E era incorporado novamente. Agora de um momento para outro resolveram que não é mais 24, como o Neto falou muito bem, o instrumento da ditadura ainda. A ditadura garantia 24. Em plena democracia o Supremo Tribunal Federal resolveu que não. Que não é mais 24, é sete. Mas quem vai falar é o Senador José Nery. Depois no final ainda faço algumas considerações. Queria só registrar, se me permitir ainda, a Senadora Serys Slhessarenko conosco aqui como sempre uma lutadora dessa causa.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente Paulo Paim, Srs. Senadores, Sr^ª. Senadora, quero cumprimentar especialmente a representação das centrais sindicais aqui presentes, e das diversas organizações sindicais que prestigiam essa reunião conjunta da Comissão de Direitos Humanos e da Subcomissão de Trabalho e Previdência no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais. Reunião esta realizada para instruir o Projeto de Lei do Senado de autoria do Senador Paulo Paim e que nos oportuniza tratar de questões cada vez mais atuais, porque dizem respeito a questões fundamentais das relações de trabalho, especial da garantia da representação sindical dos trabalhadores das diversas categorias em nosso País, e que vez por outra são vítimas do ataque a direitos consagrados, seja na Constituição, na CLT, nas convenções coletivas de trabalho, que representam o acúmulo da luta, as conquistas que são garantidas em acordos coletivos, e que vez por outra somos informados e tomamos conhecimento de graves ataques a esses direitos, direitos de organização, o direito de representação, e fica maculado na medida em que garantias constitucionais são simplesmente desprezadas, desconhecidas, atropeladas por quem? Pelo capital, pelas grandes empresas, pelos empreendimentos. E nesse sentido essa proposta do Projeto de Lei que nos dá oportunidade inclusive de debater e incluir várias questões para reafirmar direitos, ampliar a democracia no âmbito do movimento sindical, da representação sindical, como eu considero a questão da composição das direções, que elas devem respeitar determinados critérios, eu acho que esse debate aqui nos ajuda a formulá-los melhor, mas tem um aspecto no âmbito da composição das direções que acho que merece toda a atenção e todo o nosso empenho no sentido de garantir no processo das eleições para as direções sindicais a proporcionalidade direta entre as chapas, de modo que a direção sindical possa refletir o conjunto das

forças políticas presentes naquela categoria e naquele movimento, porque acho que isso democratiza as relações no âmbito do sindicato, porque isso também desestimula essa idéia de que tenhamos um número tão pequeno de... Na composição das diretorias e que tenhamos cada vez mais sindicatos municipais. Quando eu acho que devemos trabalhar justamente com a lógica, que na medida do possível romper com essa visão do sindicato apenas municipal. Eu entendo que depender do nível de organização, de consciência de classe e de luta que uma categoria realiza no âmbito mais abrangente, inclusive do ponto de vista territorial, o sindicato intermunicipal, o sindicato estadual, com bases municipais no conjunto das empresas ou órgão se for no setor público, nos órgãos públicos, eu creio que dá um dinamismo e uma força orgânica muito mais fundamental para os enfrentamentos e as conquistas.

Portanto, considero fundamental que nós posamos disciplinar essa questão da proporcionalidade direta entre as chapas que participam dos processos eleitorais na composição das diretorias dos sindicatos. Também a garantia inclusive do ponto de vista está previsto na Constituição, mas não respeitado efetivamente a garantia da representação por local de trabalho. Nunca foi tão importante porque apesar dos donos do capital alardearem todo dia a modernização, o investimento em novas tecnologias, a substituição do trabalho humano pelas máquinas, apesar de todo um canto a modernidade, a dita modernidade, mas muitos desses... Muitas dessas empresas tratam seus trabalhadores nas relações de trabalho são absolutamente incompatíveis com o grau de modernidade que eles dizem defender. Está aí muito claro para nós a situação, por exemplo, dos trabalhadores do campo, do setor sucroalcooleiro onde denúncias recentes demonstram que as condições de trabalho são impostas a esses trabalhadores, inclusive com um tempo útil de trabalho, igual ou menor do que 12 anos, pior do que na escravidão como foi há pouco referido pelo senhor representante do Ministério... O Medeiros. Onde temos absoluta concordância com a necessidade da garantia dessas representações por local de trabalho como forma de acompanhar, coibir, fiscalizar, inclusive os acordos coletivos que são desrespeitados constantemente porque um grande... As campanhas salariais que resultam nos acordos de convenções coletivas são um momento da luta e da conquista dos trabalhadores. Mas essa conquista de fato se consolida é no cumprimento das convenções e dos acordos coletivos devidamente fiscalizados no interior das empresas, seja na cidade, seja no campo.

Portanto, disciplinar essas questões e aqui o fato de ter a honra de relatar esse Projeto, poder ter a oportunidade de estar discutindo com as representações do movimento sindical, de ter a indicação no âmbito da Comissão de Direitos Humanos para relatar o Projeto do Senador Paulo Paim, ao mesmo tempo que constitui uma honra, uma satisfação, é uma tarefa fundamental no sentido de propiciar além de um grande debate, um conjunto de proposições que venham se tornar normas legais, venham se tornar leis, que ajudem a disciplinar, organizar e sobretudo consolidar processos de organização sindical que garanta o respeito aos dirigentes, a sua autonomia, a sua... Como se diz, a sua representação, e principalmente a sua estabilidade.

Portanto, esse debate e a contribuição que ele oferece, a formulação do nosso parecer é fundamental e creio que esta reunião cumpre este objetivo ao ouvi-los, ao escutá-los, de incorporar nesse debate o conjunto das contribuições aqui manifestadas. Mas Sr. Presidente, eu queria pedir sua autorização para rapidamente comentar um outro tema que não se relaciona diretamente ao que estamos tratando aqui na Subcomissão, mas pela gravidade que ele encerra, creio que é importante o conhecimento desta Comissão, dos dirigentes sindicais, porque trata-se de uma luta dos trabalhadores brasileiros por algo que é também fundamental na consolidação de um processo democrático que é a luta pela terra, e falar aqui e registrar tristemente o fato ocorrido ontem no Estado do Pará, quando um grupo de pistoleiros a mando de fazendeiros no Município de Irituia agiu violentamente contra um grupo de trabalhadores sem terra acampados próximos à Fazenda São Felipe na BR-010, a Belém-Brasília, e desse confronto morreu, foi praticamente fuzilado o trabalhador Antônio Santos do Carmo, com 60 anos de idade, sete trabalhadores feridos, e boa parte tiveram que se embrenhar na mata para fugir do ataque violento dos pistoleiros a mando de fazendeiros da região que ocupam terras públicas, inclusive estão sendo vistoriadas pelo INCRA, estão no processo provavelmente de desapropriação, para garantir terras aos trabalhadores.

Sr. Presidente da Comissão, Senador Paulo Paim, trato desse tema também aqui porque estamos tratando de assunto relativo à vida dos trabalhadores brasileiros, do povo brasileiro, no sentido de que a nossa Comissão de Direitos Humanos possa se dirigir ao Governo do Estado do Pará, dirigido hoje pela ex-Senadora nossa companheira Ana Júlia Carepa junto ao INCRA no sentido de envidar todos os esforços. Primeiro na pressa, na apreciação das vitórias, segundo na punição exemplar em todos aqueles envolvidos para a

apuração, a prisão dos pistoleiros e mandantes como forma exemplar de que fatos como este não continuem a se repetir, seja no Estado do Pará, seja em qualquer lugar do nosso País. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Essa Presidência acata o seu encaminhamento e faremos contato ainda no dia de hoje com a Governadora do Estado do Pará que é do nosso partido na linha da colocação feita por V.Ex^a. Nesse momento eu passo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy que tem prestigiado sempre os debates tanto na Comissão de Direitos Humanos como também na Comissão de Assuntos Sociais. Em seguida a nossa querida Senadora Serys Slhessarenko, que é outra lutadora nessa causa. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente Paulo Paim, prezados presidentes das centrais sindicais aqui representados, eu quero manifestar o meu apoio o que foi expresso pelo Relator, Senador José Nery ao Projeto de iniciativa do Senador Paulo Paim, avalio como relevante esta proposição que ele mencionou de no sentido de estimular as organizações sindicais a terem a representação proporcional dos diversos segmentos porque significaria uma forma de assegurar democraticamente o direito para todos os segmentos, e Sr. Presidente nós temos uma missão agora juntamente com o Senador José Nery, o Presidente Arlindo Chinaglia para justamente estarmos solicitando que a Câmara dos Deputados possa logo estar apreciando a proposta de iniciativa da nossa colega no Senado e hoje Governadora, Ana Júlia Carepa, no sentido de que sejam... Seja coibido o financiamento de recursos públicos de instituições oficiais para aquelas... Para as organizações agrícolas que, porventura, mantenham trabalho escravo nas suas propriedades.

Então também uma missão aqui que esta Comissão vem colocando. Então vamos ter que sair daqui um minuto para essa missão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passo a palavra--

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Com Relator V.Ex^a. sempre tem direito a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como Relator V.Ex^a sempre tem direito à palavra.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Quando ouvi as referências de várias situações em que a contribuição confederativa tem sido cobrada, e não me referi a esse tema quando me pronunciei antes, nós temos situações, por exemplo, no Estado do Pará tem pelo menos um exemplo, além de tantos outros, mas um exemplo que demonstra o quanto há às vezes in-

sensibilidade do nossos... Do judiciário, às vezes do próprio Ministério Público, instituição que nós temos maior zelo pelo trabalho que realiza, mas temos um sindicato intermunicipal em Barcarena e Abaetetuba no âmbito de um grande complexo industrial do alumínio, da Vale do Rio Doce, com a base hoje de quase oito mil trabalhadores e apesar da contribuição assistencial estar prevista a convenção coletiva e autorizada diretamente pelos trabalhadores, sofreram uma ação onde estão, além de proibidos de continuar recebendo a contribuição assistencial, estão na eminência de pagar uma enorme multa, com a devolução de tudo que foi arrecadado, inclusive para isso tendo que se dispensar o patrimônio que o sindicato tem, o seu prédio, o seu carro, o seu equipamento de som para repor tudo aquilo que foi... Quer dizer, que os trabalhadores repassaram ao sindicato, um sindicato que é referência na luta dos trabalhadores naquela região, inclusive por ter proporcionalmente o maior salário da categoria no País fruto de luta que vem desde a década de 80, e agora se vê ameaçado de ter o seu patrimônio praticamente confiscado, inclusive um sindicato que tem dirigido importantes greves, que tem organização local de trabalho, que tem presença no movimento, então isso só demonstra a necessidade de essa questão ser assegurada, regulamenta, o senhor também é co-autor, Senador Paulo Paim, de um Projeto dessa natureza, precisamos ter pressa nessa questão porque senão muitas organizações sindicais pelo País afora terão as suas portas fechadas e os trabalhadores perderão essa representação que vai garantir realmente o direito dos trabalhadores.

E por último, pedir licença para me retirar porque juntamente com o Senador Eduardo Suplicy, Senador Inácio Arruda, e demais Senadores que compõem a Subcomissão de Combate ao trabalho escravo da Comissão de Direitos Humanos proposta de V.Ex^a, Senador Paim, que tão brilhantemente vem dirigindo a Comissão de Direitos Humanos, vamos agora ao Presidente da Câmara, Deputado Arlindo Chinaglia, para solicitar todo o seu esforço e seu empenho no sentido da aprovação da PEC 438 que expropria qualquer gleba, qualquer propriedade onde seja constado o trabalho escravo. Creio que essa é uma medida importantíssima que o Congresso Nacional pode oferecer ao povo brasileiro e a todos que lutam contra o trabalho escravo como uma medida exemplar. Além da votação posterior aqui mesmo no Senado do Projeto de Lei da ex-Senadora Ana Júlia Carepa referida agora pelo Senador Suplicy que trata da proibição, de concessão de crédito a qualquer empresa que promova trabalho escravo. Então por essa razão, e essa Comissão profundamente comprometida com essa questão vamos

agora nos dirigir a Câmara dos Deputados para tratar desse importante tema.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Senador José Nery, só rapidamente, para responder V.Ex^a, que lamentavelmente o Projeto de Lei do Senado 248 de 2006, que regulamenta a contribuição assistencial, que terminaria com esse conflito, que seria até 1% decidido em Assembléia com o apoio de todas as confederações e todas as centrais, depois de aprovado em todas as Comissões, houve um recurso no Plenário e ele voltou com uma Emenda para o debate da Comissão. Mas é preciso que se dê urgência. V.Ex^a tem razão. Agora com a chegada da Senadora Lúcia Vânia, as mulheres tomam conta do Plenário que vai ficar a senhora e a Senadora Serys que já está com a palavra. E sei que os senhores terão que ir ao Presidente da Câmara. Senadora Serys, por favor.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):

Sr. Presidente, Srs. Presidentes das Centrais, Srs. Senadores, Senadora Lúcia Vânia, essa história que ficam as mulheres tomando conta é muito relativo. Nós somos só 10%. Um dia vamos nós vamos chegar a 50%, né Senadora? Que, aliás, somos 52% da sociedade, queremos só 50%. Mas por enquanto nós somos 10%. Mas não queremos inverter. Nós não queremos que os homens sejam minorias, queremos apenas a igualdade. Eu gostaria de começar aí registrando aí também a nossa solidariedade e o nosso repúdio, solidariedade aos trabalhadores sem terra que estão, a Fazenda São Felipe no Pará, solidariedade à nossa Governadora Ana Júlia, que sabemos de toda a sua luta, toda a sua batalha, toda a sua convicção, na busca da terra para aqueles que não têm a terra para dela produzir e tirar o sustento para si e para seus familiares, e sabemos também da covardia, da vileza daqueles que, aliás, isso deveria ser considerado crime organizado também. Fazendeiro que junta com jagunços e outros mais formam aí crime organizado também. E o crime organizado agora está tipificado, inclusive, por projeto de nossa autoria, está tipificado e ele traz penas muito mais fortes e contundentes. A gente tem que acabar realmente com esse tipo de coisa no Brasil. Infelizmente está difícil, não é uma tarefa fácil. Uma outra questão também antes de entrar no assunto propriamente dito é a questão do trabalho escravo. Eu vejo por aí, é expropriação, mesmo. A turma só sente no bolso. Só sente no bolso. Porque prisão eles vão um tempo para lá, ficam com os bens mais ou menos de forma a não poder trabalhar com eles por um determinado tempo. Mas é expropriação para fins de Reforma Agrária. Detectou trabalho escravo, confirmou, expropria e faz essa terra, transforma essa terra em terra para a Reforma Agrária. É essa a nossa posição, é isso que

nós defendemos e nós sabemos também das dificuldades quanto ao poder do capital do latifúndio que infelizmente tem muitos que não praticam, que trabalham a coisa dentro do legal. Mas ainda tem aqueles que de forma vil, covarde, fazem a prática do trabalho escravo. E nós temos uma cautela muito grande aí, eu acredito muito na questão do combustível alternativo, do etanol, do álcool, do biocombustível. Mas a gente tem que ter uma preocupação grande para que isso também não venha proliferar o trabalho escravo em nosso País especialmente nos canaviais. Sabemos que hoje parece que isso já está extremamente minimizado, pelo menos no meu Estado não existe mais praticamente não existe ou se existe é muito pouco, e a gente espera que seja extirpado, exterminado esse cancro do trabalho escravo.

Mas voltando aqui, quero saudar aí as centrais que estão hoje aqui nessa discussão que é importante saudar o meu querido companheiro Paulo Paim com o seu Projeto, o Senador Paulo Paim, o Senador Nery, que foi o Relator. É importante, sim. Sei que é importante. Nós temos que realmente continuar fazendo todos os esforços para que as organizações sindicais, para que as organizações da sociedade de um modo geral, mas especialmente as sindicais continuem fortes, mobilizadas, e o fortalecimento dela significa sim proposituras do tipo dessa aqui também. Porque, ah, mas agora nós temos um Governo. Temos um Governo nosso. Eu digo nosso porque eu sou do Partido dos Trabalhadores. É um Governo nosso, é um Governo que está tendo dificuldade, está em várias áreas, sim. Mas que está avançando em outras, está, sim, com certeza. Mas nós não temos que trabalhar por questões pontuais em determinados momentos. Nós temos que trabalhar para que os trabalhadores se tornem cada vez mais organizados, mais mobilizados e mais fortes, porque os trabalhadores não passam. Os governantes passam, nós passamos por aqui durante determinado tempo. Mas a classe trabalhadora deste País tem que continuar mobilizada e fortalecida sempre. É a democracia que exige isso. É a democracia que exige. Por quê? Democracia não é uma construção que se faz e acabou. Está pronta e acabada. Não. Ela tem que ser uma construção permanente. E a construção permanente precisa que os trabalhadores estejam permanentemente com seus direitos assegurados, fortalecidos e mobilizados. E isso que se faz necessário. E esse aqui é um Projeto extremamente importante.

Então, parabéns ao nosso Senador muito querido, ele sabe, e parabéns às centrais que aqui estão, e dizer a elas que claro que a gente está junto em mais essa propositura, e que ela é importante e é importante a presença dos senhores aqui, que a Audiência

Pública é um instrumento extremamente importante que a gente usa seguidamente, tem gente até dizendo que a gente está usando demais, não é Senador, mas eu continuo dizendo que a Audiência Pública em todos os setores, em todas as áreas que há polêmica, que há dúvida, chame-se as partes interessadas, se discuta, se aperfeiçoe, ou se busque realmente os argumentos para se aprovar aquelas proposições que por aqui passam. Portanto minha saudação a todos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Serys, só para complementar V.Ex^a, queria dizer que a Audiência Pública eles acham demais quando é o debate da questão humana e social. Mas quando é para discutir o interesse do grande capital, nunca é demais. Chegam a fazer duas Audiências Públicas no mesmo dia nas mais variadas áreas. Mas quando se fala de trazer os trabalhadores, os movimentos sociais, os setores discriminados... Já começa... V.Ex^a tem razão, V.Ex^a falou bem. Já começa uma lorotinha aqui, uma tocadinha aqui. Vamos defender sim porque essa Casa é para isso. Aqui dentro do Senado vamos discutir quantas Audiências Públicas forem necessária por isso V.Ex^a tem razão para discutir o interesse dos trabalhadores. Eu passo com alegria a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

Senadora Lúcia Vânia também tem demonstrado toda a sua sensibilidade para esse tema. E dizer, Senadora Lúcia Vânia, que hoje de manhã eu recebi no meu gabinete líderes que trabalharam com a senhora quando no Governo na implantação da Política Nacional do idoso. E deram a V.Ex^a, quero dizer de público, os melhores elogios pelo trabalho que a senhora fez naquela pasta, naquele período. Então com alegria a palavra a V.Ex^a.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Obrigada, Sr. Presidente, eu cumprimento os representantes das centrais sindicais aqui presentes, cumprimento a Senadora Serys, quero registrar aqui a presença de um goiano, Nelson Aurélio Martins, Presidente da Federação dos Empregados de Turismo e Hospitalidade nos Estados de Goiás e Tocantins. Cumprimento a todos os outros Presidentes de federações, de sindicatos aqui presentes.

Sr. Presidente, embora tenha chegado atrasada, eu pude analisar o Projeto de autoria de V.Ex^a, e vejo a sua preocupação em garantir a estabilidade ao empregado sindicalista que assume a direção do sindicato. Acredito que essa proteção é indispensável, uma vez que para que ele exerça sua função com independência é necessário ter a sua garantia de emprego assegurado. Portanto, conte com a minha aprovação para o Projeto, e quero cumprimentar o Relator,

o Senador Nery, pela importância que ele deu a esse tema, e acredito que um tema como esse engrandece a Comissão de Assuntos Sociais, principalmente num período em que nós estamos ainda comemorando a semana do trabalhador.

Portanto, eu quero cumprimentá-lo e ao mesmo tempo chamar a atenção de V.Ex^a para um problema que eu vejo com uma certa preocupação no meu Estado, o Estado de Goiás. Nós talvez sejamos o Estado em que compete aí com Minas e São Paulo na produção do etanol, temos instalação de diversas usinas no Estado, e é preciso que haja por parte dessa Comissão um acompanhamento da implantação dessas usinas, uma vez que eu tenho acompanhado as inaugurações e vejo uma preocupação muito grande de alguns empresários com a questão trabalhista, oferecendo programas de capacitação, oferecendo apoio à comunidade na área de educação, de Assistência Social. Enquanto outros continuam ainda sem muita sensibilidade por essa área.

Eu tenho muito receio, V.Ex^a sabe que nós trabalhamos muito com a questão da criança e adolescente, e o trabalho precarizado ele afeta profundamente a família como um todo. Então eu gostaria que a Comissão pudesse acompanhar de perto as instalações dessas usinas e numa oportunidade convidar alguns membros para estar lá junto aos empresários, aos trabalhadores, para a gente evitar que venha acontecer, o que tem acontecido às vezes no nordeste onde eu pude como Secretária Nacional de Assistência Social retirar dos canaviais cerca de cem mil crianças.

Portanto, eu deixo aqui essa minha preocupação, e aproveito a oportunidade para cumprimentar a todos que aqui estão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Lúcia Vânia, nós teremos, e eu conversava um pouco com V.Ex^a, V.Ex^a alertava outro dia, por isso que V.Ex^a faz parte tanto da Comissão do Idoso quanto da Comissão de Criança e Adolescente, e a sua preocupação com o trabalho irregular, com as péssimas condições de trabalho. E nesse aspecto, e casualmente eu vou passar a palavra agora, nós teremos dia 30 uma Audiência Pública e V.Ex^a pode indicar nomes para debater a saúde do trabalhador e os acidentes no trabalho. Tem tudo a ver com a questão dos canaviais, ou seja, daqueles que cortam a cana. Os dados são assustadores. E por isso marcamos audiência ainda no mês de maio, por ser a data simbólica do trabalhador para o dia 30. Estamos preparando essa grande Audiência Pública. E primeiro cumprimentar V.Ex^a por todo o seu trabalho e mais um alerta que faz nesse momento, e eu aproveito, antes das considerações finais da Mesa para passar a pa-

lavra ao Prof. Paulo Albuquerque, professor sociólogo das questões do trabalho, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que é autor inclusive de um livro, “Doenças do trabalhador...” vou ler aqui o título do seu livro, “Doenças do trabalhador, a irresponsabilidade social do capital”. Esse livro eu tive a alegria de fazer a apresentação e V.Ex^a está convidado para fazer a palestra no dia 30 também. V.Ex^a sabe, mas eu gostaria que V.Ex^a pudesse por cinco, dez minutos usar a palavra nesse momento.

SR. PAULO ALBUQUERQUE: Antes de mais nada eu queria cumprimentar a Mesa e aos presentes dizendo três palavras. Da oportunidade da pertinência e relevância da Audiência Pública, e mais, eu chamo atenção para o nome dessa Audiência Pública, “Demissões arbitrárias ocorridas contra dirigentes sindicais e membros de CIPA”. Título e qualquer título ele não é inocente, né, ele traz uma intencionalidade. E me parece que essa intencionalidade começou a se desenhar aqui. Foram visões diferenciadas onde o debate não chegou a acontecer. Ficou um jogo quase que de espelho. Mas me parece importante que as demissões elas de uma certa maneira mostram a faceta de uma sociedade que é autoritária e de uma legislação que é omissa, que joga para baixo do tapete determinadas incompletudes, determinadas omissões. E me parece que o importante da Audiência Pública é que ela aponta para uma determinada realidade, mas o mais importante é que a gente não fique preocupado e olhando o dedo. Porque no fundo a Audiência Pública e esse tipo de audiência relacionado com a questão dos Direitos Humanos, com a questão social, está apontando para a fragilidade do mundo do trabalho. E quando aqui nesse mesmo momento que está se discutindo as demissões de dirigentes sindicais e aparece trabalho escravo, aparecem questões de saúde, é exatamente isso que o livro que fez um diagnóstico dos abatedouros e aves no setor do Rio Grande do Sul busca apontar. Que a questão da saúde do trabalhador é elemento fundante da dignidade do trabalhador, da valorização do trabalhador. Quando a gente está discutindo saúde, a gente está discutindo a questão da vida. Porque é através do trabalho que se constrói a questão da sociedade. E essa foi a preocupação do livro. E mais ainda, de novo, a audiência e o tema dela estão apontando para determinadas irresponsabilidades sociais. Eu chamo atenção de irresponsabilidades sociais seja por parte do legislador que foi míope, e não viu, não conseguiu desenhar um cenário mais amplo, por parte da universidade que também tem a sua contribuição porque fica de costas para vida e por parte das ações sindicais que também pensam uma outra forma de se fazer política. Me parece que a Audiência Pública tem

esse caráter que é diferenciado, tornar público, fazer com que a política se exerça nos espaços públicos e não seja só em função de determinados partidos. Eu agradeço a brecha que foi dado, mas considero que discutir a questão do mundo do trabalho passa necessariamente por discutir a forma como está organizar o trabalho, a forma como está sendo feita a representação, mas fundamentalmente como é que se organiza esse trabalho e de que maneira o trabalhador está sendo prejudicado na sua saúde. Que é o seu único, ainda, é o seu único bem. É a única maneira que ele ainda tem ainda de se construir a vida. Então a pertinência, insisto, a oportunidade e a pertinência e a relevância da Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu agradeço ao professor. Quero informar a essa Comissão que a Senadora Patrícia Saboya, que deveria inclusive estar presidindo, só não está porque está doente e pediu que eu presidisse em nome da Comissão de Assuntos Sociais e Direitos Humanos. E também hoje à tarde vamos ter o debate da Emenda 03, que todo mundo sabe da minha avaliação, a irresponsabilidade de nós não debatermos o tema. Aí seria uma irresponsabilidade. E nós estamos debatendo. Tenho certeza acharmos uma solução. Mas a Senadora Patrícia está ouvindo ao vivo essa nossa Audiência Pública e me lembra que a saúde do trabalhador é no dia 31 de maio. Ela ligou aqui, não dia 30, mas 31 de maio, e quero também fazer uma homenagem pequena aqui, mas importante à Senadora Patrícia, que ela fez questão e essa é a orientação que ela deu a nós membros da Comissão de Assuntos Sociais, que dedicássemos o mês de maio para debater e votar de preferência questões voltadas ao mundo do trabalhador, ao mundo do trabalho. Então eu quero dizer que ela não está aqui porque está doente, mas que está acompanhando, já que estamos ao vivo. E nesse momento, como último a fazer uso da palavra antes da Mesa, eu passo a palavra ao Presidente da Federação dos Trabalhadores da Indústria da Alimentação do Rio Grande do Sul, Sr. Darci Pires Rocha.

SR. DARCY PIRES ROCHA: Bom dia. Primeiramente cumprimentar os que estão presentes a Mesa, o Senador Paulo Paim por essa iniciativa, por esse trabalho da Comissão, e dizer aqui que este livro coordenado aqui pelo Prof. Paulo, ele tem origem numa pesquisa realizada no Estado do Rio Grande do Sul pela Federação dos Trabalhadores da Alimentação, em conjunto com 12 sindicatos filiados e que tem frango na base, e mais a universidade na pessoa do Dr. Paulo, e o Instituto Itapuí, aonde tem um diagnóstico do setor do ramo da alimentação que é extremamente preocupante. Aonde aponta que 20% da categoria

dos trabalhadores da alimentação do Estado do Rio Grande do Sul ligado a esse setor hoje estão com a sua saúde comprometida, haja vista o ritmo elevado de produção, as más condições de trabalho, e as extensas jornadas de trabalho.

Então, esse livro tem origem nessa pesquisa. O assunto que está sendo colocado hoje aqui, que as demissões dos dirigentes sindicais, o ramo da alimentação também enfrenta diversas demissões. E o que é que nós pensamos? O que nós pensamos é o seguinte: Que basta regulamentar o art. 8º da Constituição de 88. E que isso não é feito não sei o porquê. Nós entendemos enquanto federação da alimentação que existe uma certa omissão por parte de todos, principalmente pela Câmara dos Deputados que deveriam regulamentar o art. 8º ao invés de fazer outras discussões que não tem muito sentido. Porque lá no art. 8º, inclusive fala da questão da representação dos trabalhadores, aonde que diz que a partir de 88 era pelo princípio da razoabilidade. Aí vem o Poder Judiciário e traz de volta o art. 522 da CLT e passa a valer inclusive sobre a Constituição. A questão das contribuições sindicais também está regulamentada no art. 8º da Constituição aonde diz que a Assembléia dos Trabalhadores é soberana para dizer com quantos trabalhadores vão contribuir, quando. E isso também não é obedecido. Lá entre o Poder Judiciário mais uma vez dizendo que é para sócio. E aí alguém falou aí na Mesa e eu concordo que lá não está escrito em lugar nenhum, que é para sócio ou para não sócio. Os sindicatos representam, as federações, representam a categoria como um todo. E isso não é respeito. Por isso a gente quer deixar nossa posição muito clara aqui nesse sentido, basta regulamentar o art. 8º da Constituição. E ao invés de trazer e sancionar aqui a Convenção 87, por que então, e aí está o representante da nossa central sindical, a nossa federação é filiada à CUT, por que então a gente não pede para que seja colocado aqui no Brasil a Convenção 158 que acho que resolve todos os demais problemas. Então é essa a nossa colocação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Então nós vamos passar às considerações finais da Mesa. Vamos iniciar da minha esquerda para a direita. A CUT ficou na direita. Concorda?

SR. CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA: Depende do referencial.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-

RS): Ah, tá. Isso é só para descontrair. Não, aqui acho que todos têm uma posição equilibrada, centrada e do melhor para o País. Foi só uma brincadeira. Começo aqui com o Moacyr então, Secretário-Geral da Nova Central. Considerações finais.

SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD:

Gostaria de cumprimentar a Senadora Patrícia e desejar recuperação plena, o mais rápido possível para retornar a essa Casa. E nessa linha, Senador, eu gostaria também de desejar plena recuperação também de saúde a um guerreiro que estaria aqui com certeza que é o companheiro Shulte e que tenho absoluta certeza que ele também está assistindo ao vivo, embora--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Se me permitir, eu estive lá visitando ele. No dia primeiro de maio fiz questão de ligar para ele e ele está se recuperando bem graças a Deus.

SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD:

Grças a Deus. E com certeza também está assistindo. Abaixo diz assim: calma, calma, calma. Um grande abraço ao nosso companheiro, Shulte. Gostaria também de registrar aqui também mais um conterrâneo da Senadora, Roosevelt que representa a Federação do Turismo e Hospitalidade, além do Nelson e o companheiro Calazans, Diretor do Sindicato dos Hoteleiros de São Paulo. E nesse gancho eu peço que cada um imagine que o maior sindicato dos empregados do comércio hoteleiro da América Latina, como é que vai fazer para administrar e fazer sua base no teu trabalho do dia-a-dia com sete dirigentes sindicais. Como é que um sindicato desse tamanho, além... Estão brigando, vamos supor, que tem os sete, mais os sete suplentes, mas os três do Conselho Fiscal, mais suplente que chega, mais dois representantes, como é que vai fazer para dar assistência, e a altura do trabalhador que ele necessita e que ele merece. Igual ao companheiro Calazan está cheio. E o que o Neto colocou aqui foi uma realidade. Nós seguramos o empresário, tenta segurar de tal forma e acaba saindo pelos vãos dos dedos. Ele tenta segurar o limite de dirigentes sindicais para uma determinada... Para um determinado sindicato, e acaba forçando para trabalhador poder ser assistido no todo o Estado dentre toda a categoria, ser duplicado isso e fazer com que o sindicato seja duplicado com a mesma direção, os mesmos princípios onde seria muito mais econômico, seria muito mais viável, muito mais racional para o trabalhador.

Senador Paim, eu gostaria, finalizando, acho que o que foi falado aqui, já foi contemplado, parabenizar V.Exª pelo seu trabalho e dizer que nós continuamos na luta. Pode nos chamar que nós estamos juntos, e hoje à tarde continuaremos dando ênfase a esse trabalho. E peço aos Senadores que, por favor, pelo amor de Deus, nos ajude a ajudar o trabalhador. Que da forma que está sendo feito, da forma que está sendo conduzido o processo, o trabalhador... Nós estamos nos finais dos tempos praticamente. Acaba com o dirigente sindical, acabam com a arrecadação do dirigente sin-

dical, empurra a Emenda 03 para acabar com a representação para o registro em carteira. Com isso acaba a Previdência Social, acaba o Fundo de Garantia que isso é uma escala. Será que nós estamos fazendo o processo inverso? Em vez de melhorar a qualidade do trabalhador, melhorar a situação do povo brasileiro, nós estamos fazendo o caminho inverso para voltar à escravidão? Acho que não é isso que merecemos, eu acho que não é isso que o povo brasileiro quer. Meus parabéns, Senador Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra ao Presidente da CGTB, Sr. Antônio Neto.

SR. ANTÔNIO FERNANDES DOS SANTOS NETO: Obrigado, Senador. Primeiro, agradecer profundamente a oportunidade, são três, primeiro pela oportunidade. Saudar os companheiros todos aqui presentes, mandar um abraço ao Shulte que está nos assistindo, saudar especialmente também aqui o Dutra da CNTC e da USC(F) que estava até aqui até agora, que deve estar aqui no corredor, nosso amigo Calazan e demais companheiros que estão por aqui. Parabenizar o trabalho aí do sindicato da Federação da Indústria da Alimentação, eu acho que nós temos um papel muito importante que quem conhece a categoria somos nós e devemos fazer esse tipo de contribuição. Nosso sindicato em São Paulo, do trabalhador de ITI, eu sou o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Informática do Estado de São Paulo, fizemos um estudo, ajudamos a Dr^a. Lis lá da Delegacia Regional do Trabalho, Médica do Trabalho, a uma tese de doutorado sobre o impacto da informática nos trabalhadores de informática. E depois que ela fez a tese, eu brinco muito que são raras as teses de doutorado que a gente consegue pragmatizar. A maioria são aquelas histórias, o impacto das fezes da borboleta na manutenção dos tratores do campo. É uma excelente tese. Só que você não pragmatiza essa tese. Ultimamente são duas teses que a gente conseguiu pragmatizar. A primeira foi da Dr^a. Lis lá da DRT São Paulo, que virou uma convenção coletiva tripartite, o SINDPD, o SEPROS e o Sindicato Patronal, o Sindicato dos Trabalhadores com a interveniência do Ministério do Trabalho na questão da saúde do trabalhador de informática. Vocês sabem, informática é uma coisa nova. Tudo que é “ite” que vocês ouvirem falar, bursite, tendinite... Pega com a gente. E não aprende. Nós estamos aqui... Ah, eu lembro meu tempo de programador trabalhando numa empresa, os caras falavam. Ah, vocês ficam tudo lá no ar-condicionado e a gente aqui se ferrando. É, só que o ar-condicionado não é para nós, é para o computador. Nenhuma empresa põe ar-condicionado na área de informática para os trabalhadores. Por conforto tér-

mico dos trabalhadores. Era por causa da máquina. A máquina tem que ficar entre 18 e 20 graus. [risos] E a gente fazia o quê? Entra e sai da sala do computador, dava o quê? Dava paralisia facial, dava rinite alérgica que eu tenho até hoje, e uma série de outras. Então nós fizemos estudos sobre essas doenças e todos os impactos. E não só isso, questão metal também. Da saúde do trabalhador. E quero ter o prazer no dia 31 também participar dessa Audiência Pública e trazer a nossa contribuição dos trabalhadores de informática do Estado de São Paulo uma bela de uma tese.

A outra tese vale a pena, é da Dr^a. Denise Gentil da Universidade Federal do Rio de Janeiro sobre “A falácia do déficit da Previdência”. Vale a pena vocês conhecerem. É uma das poucas teses, volto a dizer, que você pragmatiza. Ou seja, faz uma análise de toda a história e vê que na verdade estão nos mentindo. Começa com DRU, e depois sem contar com todos os desvios e todas as Emendas que foram feitas para prejudicar a Previdência, precarizá-la, transformá-la mínima, num piso de dois ou três salários mínimos para que depois o grande capital venha com a tal da Previdência Complementar. E aí Banco, mais uma vez, se beneficiarão largamente. Então vale a pena conhecer essa tese.

E eu queria me colocar, Paim, a sua disposição. Você sabe que eu sou um soldado seu. Você convocou, a CGTB está aqui. Aonde você convocar nós estaremos para dar a nossa contribuição. Você tem sido nosso aliado, nosso parceiro, e nosso dirigente aqui dentro. Eu espero que este Senado, que tem nos dado grandes alegrias possa reverter alguns erros históricos. A Emenda 03 é um erro histórico. Ela passou de tal maneira tão lisa que não se aperceberam do impacto que ela podia dar. Sob a ótica, e nós vamos debater hoje à tarde sobre isso. Sob a ótica está ali o companheiro Dutra, sob a ótica de que temos que legalizar até a OAB em São Paulo está equivocada. Soltou uma nota ontem absurda que nós vamos dar um escândalo neles hoje para dizer o seguinte: Não é dizer que o fiscal pode fazer o que é quer. Nunca pode. O fiscal sempre trabalhou direito. As exceções, nego quer transformar regra em exceção. Mas na verdade está transformando a relação capital trabalho de uma maneira perversa. Eu posso falar isso de cátedra. O meu setor é um dos setores onde mais houve a piorização. Então hoje à tarde nós vamos ter um bom debate sobre isso. Quero me reservar para guardar. E me colocar a disposição, parabenizar esta Comissão, parabenizar você Paim mais uma vez por esse Projeto, e tenho certeza que seus pares aqui que são Senadores de grande compromisso com a história do Brasil, a história da classe operária, das crianças, dos idosos,

vão poder produzir uma contribuição bastante grande e deixar aqui um abraço forte a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado. E passamos a palavra nesse momento ao representante da Central Única dos Trabalhadores, Sr. Carlos de Oliveira.

SR. CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA: Bom, esse tema, ele na verdade ocupou um espaço importante nesse debate, mas também é preciso registrar que o debate foi bastante amplo. Em absolutamente todas as falas de todos aqueles que contribuíram nesse debate nós ampliamos, nós tivemos a oportunidade de ampliar além daquilo que seria o objeto único de debate. Isso não aconteceu à toa. Isso aconteceu e vai acontecer a todo momento que se paute um determinado assunto específico que traga a memória de absolutamente todos as questões relativas a relação entre representação sindical e ação patronal, e nesse particular nós ainda gostaríamos, a Central Única dos Trabalhadores, ainda gostaria de fazer umas últimas reflexões. Ainda bem que o Relator retornou. Eu ficaria um tanto quanto desajeitado aqui fazendo algumas referências à vossa fala sem a sua presença. Mas em particular, é uma idéia que V.Ex^a colocou aqui que eu gostaria de refletir em público, que seria a questão da proporcionalidade de representação das chapas que concorrem a uma determinada eleição. Seria importante o Senador saber que embora do ponto de vista teórico isso talvez até represente um avanço para a democracia, mas seria importante o Senador saber que, por exemplo, nós temos eleições onde sequer a chapa de oposição consegue se registrar. Nós temos eleições que mesmo registrando você não tem direito a mesário. E registrando e tendo direito a mesário você não entra na sala que está tendo a apuração. Portanto, e essa é uma das deformações que existe no atual sistema. Teve companheiro meu aqui que defendeu talvez de forma apaixonada a unicidade, mas é importante lembrar esse dito popular. Teoria na prática é outra. A unicidade na teoria é fantástica. Que trabalhador não quer a unicidade? Praticamente todos. Quando vamos para prática a história não é bem assim. É um grupo de trabalhadores mais espertos que se apodera do sindicato, cria no seu estatuto, eu já vi estatuto de sindicato que dizia o seguinte, que para você poder se candidatar, você deveria ter feito parte de uma Diretoria anterior. Esse era um dos critérios. Um critério absolutamente absurdo e excludente. Quer dizer, só pode ser Diretor, se candidatar àquele sindicato quem já o foi no passado.

Então, nós temos... Isso sem contar... Eu relatei talvez aquilo que é mais ameno, porque nós temos eleições sindicais que sai morte. Tem carro queima-

do. Você passa pelo local da eleição você imagina que houve um atentado terrorista ou coisa parecida.

Então, esse é o problema. Esse é o problema. Como é que nós vamos resolver isso? Fórum Nacional do Trabalho, em que pese as críticas, foi um fórum onde teve a participação das representações sindical, patronais, os governos, e lá foi possível pensar uma alternativa.

Bom, se não é... Se é possível ter um sindicato só, quem vai decidir isso é a categoria, é através de Assembléia. A categoria vai dizer: Eu quero um único sindicato. Ponto. Paciência. Agora, se a categoria não quer, ela quer mais de um, também nós vamos ter essa oportunidade. Pelo menos no Fórum Nacional do trabalho nós teríamos essa oportunidade. E é qualquer um que monta o sindicato? Qualquer um que monta. Agora, só teria a prerrogativa da negociação, a prerrogativa de exercitar a representação sindical quem tivesse um número mínimo de filiados. Aí vem aqueles que falam assim: Ah, mas aí o patrão vai nadar de braçada, ele vai montar um sindicato.

Bom, se um patrão monta um sindicato e os trabalhadores se filiam a esse sindicato, então ele não quer o sindicato. Isso é democracia.

Então, eu sei que não tem nada a ver com o tema específico, mas eu gostaria de fazer essas reflexões porque senão a gente acaba privilegiando a teoria, e não dando atenção àquilo que é a prática, aquilo que existe de fato hoje no movimento sindical.

Acredito que essa iniciativa, e eu já manifestei isso na minha fala inicial, essa iniciativa do Senador Paulo Paim é muito importante. O fato dessa Casa dar luz a esse debate é também bastante importante, porque isso ajuda a mudar de alguma forma, ou pelo menos nós estamos acumulando no sentido de mudar a cultura desse País. Que é uma cultura onde já foi dito aqui pelo Prof. Paulo, uma cultura autoritária, e isso se reflete na lei, nós temos uma tradição jurídica extremamente autoritária, e na medida que nós temos esse contexto fica muito difícil para você ter uma atuação mais decisiva em representação aos trabalhadores. De qualquer forma, as centrais sindicais cumprem um papel bastante importante, apesar das limitações, apesar da discriminação, apesar de todos os obstáculos colocados tem sido um esforço bastante grande. E essa iniciativa, para encerrar, tem o apoio da Central Única dos Trabalhadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço ao Carlos de Oliveira, e antes de passar ao Relator quero fazer mais uma consideração que percebi, eu queria não perder essa oportunidade, até como eu falei ontem na Tribuna, eu quero repetir aqui, eu digo aqui no meu pronunciamento que gos-

taria humildemente, humildemente de dar também uma contribuição ao debate do movimento sindical, e fazer aqui cinco pedidos. Eu sei que vocês dirão provavelmente dirão, mas eu faço questão de enfatizar aqui porque essa eu sinto que é a vontade também de inúmeros Senadores e Deputados que esses temas sejam debatidos. Que os representantes dos trabalhadores, no fórum da Previdência pautem o fator previdenciário. Toda a Casa sabe que eu tenho batido nesse tema 24 horas por dia. Eu acho sinceramente o fator previdenciário o maior crime cometido contra os trabalhadores. Só pega os pequenos. Só pega aqueles que ganham de um a no máximo, vamos dizer hoje, seis a sete salários mínimos. Eu dizia ontem, os altos salários nenhum pega. Se não pega os altos salários, se é tão bom e não pega os altos salários, vamos dar essa bondade também para os que ganham pouco, e vamos tirar também dos que ganham pouco. Porque só pega. Não pega ninguém do Legislativo, Executivo e nem do judiciário. E nem a minha aposentadoria. Eu sempre dou o meu exemplo. Eu quando me aposentar vou me aposentar por tempo de contribuição. E por que é que não aplicam para mim também o fator previdenciário? No mínimo faça uma Emenda nesse sentido. Vai se aplicar todo mundo. Como eu acho ele perverso, eu não quero que aplique a ninguém. Os servidores públicos com razão vão chiar. Pô, Paim, agora querem que aplique em nós esse banditismo. Não. Eu estou dando um exemplo só. Não tem que aplicar em ninguém. Já que está o fórum reunido, vamos discutir outra forma de cálculo, mas não o fator previdenciário que acho que é gravíssimo.

Segundo pedido, temos que enfrentar o debate da redução dos encargos sobre a folha de pagamento. Toda vez que levantamos isso, tem alguém: Mas como é que é, retirar direito? Não. Nós vamos retirar um direito. Mas vamos discutir. Aquele encargo que der para sair sobre a folha e ir para o faturamento, vamos jogar para o faturamento. Exemplo, a Previdência, a parte do empregador, está comprovado que se for faturamento é bom para todo mundo, inclusive para o empregador e aumenta a caixa da Previdência. Ontem o Senador Wilson que é um especialista na área da educação, inclusive são donos de universidade, como tem outros que são, ele disse o seguinte, se passar para o faturamento, é melhor inclusive para nós da educação. Vamos pagar melhor os professores, mas vamos pagar sobre o que a universidade faturar. E acabou, disse ele. Porque é muito mais pesado para quem gera emprego, se a parte da previdência for jogar sobre a folha, do que sobre o faturamento. E rapidamente, eu tenho uma preocupação enorme que eu quero aproveitar nesse momento para dizer para

todos vocês. Nós temos que achar uma saída sobre a situação dos aposentados e pensionistas que ganham mais que um salário mínimo. Não dá para eles não continuarem ganhando nem próximo àquilo que se dá ao salário mínimo. A situação deles é desesperadora. Temos que pautar e construir uma política de reposição dos benefícios dos aposentados e pensionistas, estou me referindo àqueles de novo que ganham de um a sete salários mínimos. Eles também, além disso não ganham o mesmo percentual. Como é que a gente poderia aprofundar esse debate.

E o quarto, não é porque o Chávez agora resolveu aplicar lá. Não tem nada a ver. Todo mundo sabe a minha posição. Eu sou Lula e não sou Chávez. Quero deixar bem claro isso. Mas não é porque o Chávez resolveu que é 36 horas já a partir de 2010 que eu vou dizer isso aqui. Não é. É porque essa proposta nós viemos debatendo ela no conjunto do movimento sindical desde que eu era sindicalista, e aqui no Congresso também. Nós temos que discutir a redução de jornada sem redução de salário de uma forma muito bem abalizada. Reunindo empresários, trabalhadores, e com certeza vamos gerar mais emprego. Eu sei que é pauta do movimento sindical. Eu quero dizer que é vontade também do Congresso debater esse tema. E por último é a participação dos trabalhadores no lucro das empresas. Eu acho que esse tema une inclusive empresário e trabalhador. Quando empresário e trabalhador entenderem que quanto mais lucrarem mais ambos vão ganhar, é diferente. Eu me lembro que uma vez nós tínhamos aversão ao lucro, né? Eu acho que hoje a gente já superou esse debate. O lucro é bom porque gera emprego, investimento, e conseqüentemente vão pensar na distribuição desse lucro. Porque o que existe hoje é uma falácia. Com todo respeito. O que existe de participação nos lucros é uma falácia. O que existe é o seguinte, desde que as partes negociem e acertem, e nós sabemos que 90% dos trabalhadores não têm participação nos lucros das empresas. Nós teríamos que ter uma lei que dissesse um percentual mínimo do lucro será distribuído entre os trabalhadores. Quando eu falo isso, pode ver que não é um discurso socialista nem revolucionário. Pelo contrário, é um discurso bem capitalista. Quem está me ouvindo... “Pô, o Paim...” Eu falei um pouco a direita, agora estou puxando para cá. É bem centrado, é do capitalismo. A participação do trabalhador no lucro. Como é bom o trabalhador entender que quanto mais aumentar a produtividade, a qualidade, e se ele melhorar as condições de trabalho, claro que ele vai produzir muito mais, mas no final do mês ou do ano ele vai ter um percentual a mais do que aquilo que ele ganha normalmente.

Então, acho que o debate de uma lei séria, e construída em acordo entre empresários e trabalhadores, que eu acho que é possível, eu acho que é possível, da participação dos trabalhadores nos lucros das empresas seria muito bom que tivesse também na pauta. Como eu falei por último e vocês tomaram só nota, vocês vão ter oportunidade a tarde, se quiserem falar sobre isso. [risos] Então vou passar para o Relator. Eu sei que essas propostas a maioria quer fazer justiça, está na pauta de vocês. Mas eu queria reforçar uma pauta que eu sei que o movimento sindical tanto as confederações como as centrais já têm ela como um dos propósitos.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Presidente Paulo Paim, senhores representantes das centrais sindicais. Queria comentar as observações feitas pelo Sr. Carlos Henrique, representando aqui a Central Única dos Trabalhadores, a respeito da falta de democracia ou do atropelo às normas democráticas que devem presidir uma entidade sindical.

Então, o exemplo que o senhor nos oferece e que nós conhecemos infelizmente ocorre em várias entidades sindicais do nosso País, diversos ramos de atividade, muitas vezes quem está no comando, na direção do sindicato cria um conjunto de dificuldades para que haja uma maior participação de setores da categoria na gestão da sua entidade. A dificuldade para compor, aceitar o registro de chapas de oposição da falta de fiscalização ou proibição dificultar o processo de fiscalização dos processos eleitorais. Isso, infelizmente, é uma realidade que nós encontramos em muitos lugares, embora não seja uma regra. São exceções. Mas são exceções que de certa forma preocupam. E essa proposta da proporcionalidade na composição das eleições sindicais, me parece até referido aqui na fala do Senador Jayme Campos, creio que é uma questão importante para aprofundar a democracia, porque inclusive uma participação dos diversos setores que compõem a entidade sindical, ou as entidades sindicais, contribuirão para que o processo de participação seja mais democratizado, e eu queria citar, inclusive, um exemplo que Estado do Pará, Estado que represento aqui nessa Casa, o Sindicato dos Trabalhadores em educação no Estado do Pará, o SINTEP que está presente nos 143 Municípios do Estado do Pará. É o único sindicato, o nosso Estado, ao que eu conheço, ao que eu sei, que adota o princípio da proporcionalidade. Desde que a chapa para compor a direção deve ter pelo menos 10%, o mínimo de 10% dos votos da categoria na eleição para poder se fazer representar. E hoje, por exemplo, o SINTEP que é presente num Estado tão grandioso, de grande extensão territorial como o Pará, com 143 Municípios, uma diversidade

social e cultural tão grande, mas nessa questão da representação sindical dos trabalhadores em educação, nós temos um exemplo de como funciona bem essa repartição das responsabilidades na gestão sindical na medida em que há diversas forças política que estão organizadas no âmbito do sindicato tem a participação na gestão. Creio que o exemplo para com certeza existem outros exemplos em outras categorias, em outros segmentos de trabalhador pelo País afora, nos ajudem a fornecer a convicção de que talvez seja esse um caminho que nós precisamos adotar. Mas se isso é fruto de um debate que precisamos aprofundar, bem como as outras questões aqui apresentadas--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Estou dizendo aqui a Mesa, para ajudar, que aqui os painelistas falam sempre que quiserem como os Senadores.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Com certeza. Essa disposição democrática do nosso Presidente que permite que todas as nossas Sessões sejam coroadas de êxito, as pessoas que vêm aqui se sentem absolutamente à vontade para participar, oferecer suas sugestões, para criticar, para formular posicionamento diferente daqueles que estamos expressando aqui. E eu creio, Presidente Paim, o seu exemplo aqui dito, não só pelos seus colegas Senadores, mas pelos representantes do movimento sindical, é a mais clara demonstração de como a democracia tem que ser praticada. Então esse diálogo aqui aberto, direto, transparente contribui muito. E essa nossa Sessão de hoje, essa audiência de hoje, conjunta das duas Comissões, Direitos Humanos e assuntos sociais, eu creio que é um exemplo desse debate democrático para aperfeiçoar, instruir um Projeto de Lei que tem muita importância para a organização, o respeito e aos direitos do trabalhador, a sua representação, a sua autonomia, a sua estabilidade como questões fundamentais para garantir uma representação que efetivamente esteja à altura dos interesses dos trabalhadores brasileiros. Mas eu queria saber qual a questão que mobiliza o nosso Antônio Neto.

SR. ANTÔNIO FERNANDES DOS SANTOS NETO: Só para contribuir, que eu fiquei um pouco incomodado com algumas colocações porque parece até que é quem defende unicidade tem pacto com o diabo. Quando é o inverso. Eu queria dizer, Senador, a CGTB tem uma tese sobre a questão eleitoral sindical. A tese é muito clara. Tem que haver uma Lei Eleitoral Sindical. Para nós da CGTB quem tem carteira assinada tem direito a voto. A categoria toda, como um todo. Para ser candidato... É o princípio partidário. Todo cidadão tem direito a voto. Ele paga imposto. Agora, para ele ser candidato ele tem que estar inscrito num partido.

Então, tem que estar inscrito no sindicato um tempo antes. Um ano, dois anos antes para partido político é um ano no mínimo. Segundo, aprendi isso na Venezuela, não sou Chavista, sou Lulista... [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permite, porque agora eu recebi um telefonema aqui para me explicar se eu tenho alguma coisa contra o Hugo Chávez. Não tenho nada. Apenas dizer que o Presidente do Brasil é Luís Inácio Lula da Silva, e é com ele que eu vou negociar, nós vamos negociar. Não tem nada a ver com o Hugo ter adotado turno de seis horas e estabilidade no emprego e um salário mínimo para as donas de casa.

SR. ANTÔNIO FERNANDES DOS SANTOS NETO: Senador, e lá os tribunais eleitorais, o sindicato quando foi feito um plebiscito e mudou a Lei Eleitoral lá, Sindical, o sindicato quando definiu a regra do jogo, ele vai e entrega a lista de eleitores para o Tribunal. O Tribunal publica a lista de eleitores. E ainda abre prazo para quem quiser da categoria ir lá impugnar. E aí você tem o processo. A hora que ela aprova o Tribunal Regional lá aprova a lista, aquela é a lista de eleitores. E depois de feita a eleição, você vai registrar as atas de apuração do Tribunal. Ele não tem intervenção nenhuma. Ele faz só um processo burocrático legal para dar uma transparência cada vez maior.

Então veja, categoria inteira votando, tem carteira assinada, trabalha na categoria, tem direito a voto. Para ser candidato tem que estar filiado ao sindicato. Assim como eu acho que a mesma coisa é a OIT. Na questão do trabalho não é qualquer um que é candidato. Quem é candidato tem que ser filiado ao sindicato. E quem comanda aquela eleição é o sindicato. Porque senão o patrão vai comandar o jogo de ponta a ponta. Então o TRE publica a lista e reconhece as atas e aí dá posse. Acabou.

Então, uma lei eleitoral. Quando eu debati isso, e aí que eu quero dizer aqui a CUT, o Fórum Nacional está vencido e foi derrotado nesse Congresso Nacional aqui, derrotado pelo Fórum Sindical dos Trabalhadores. Porque havia uma exclusão lá dentro e havia além de tudo uma visão perversa de dizer o seguinte: Não há consenso, vale a posição do Coordenador Nacional do fórum. Que tinha suas convicções pluralistas, etc. Quer dizer, não há consenso, ele dita o que é quer. Isso não é democracia.

Segundo, fizemos um debate grande aqui, o Tarcsio Zimmermann tinha um projeto, e depois o Marcelo [inaudível] tinha outro e a gente acordou, matava os dois projetos e gerava um Comissão Mista para os dois gerarem um novo Projeto. Há um grande avanço nisso.

Aí o Bargas, que era o coordenador nacional do fórum: Ele falou, “Você acha que precisa ter lei eleitoral para comandar sindicato?”, Eu falei: “Acho sim. Para Lula ser Presidente da República, tem Lei Eleitoral. Para o trabalhador ser. Qual o problema do sindicato ter Lei Eleitoral também?” E aí poderia regular essas mazelas. Porque companheiros que me pese aqui, conflitos de morte, parece terrorismo... Agora, eu vi brigas entre eles mesmos. Entre as próprias centrais, grupos divididos entre eles mesmos. Quer dizer, as exceções, nós não vamos trabalhar por exceção nunca. Vamos trabalhar pela regra. E a regra, imensa maioria do movimento sindical são ordeiros, pacíficos, e dignos representantes da classe operária.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Só para concluir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como eu disse, o Senador aqui não pede, usa a palavra. [risos]

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, queria também manifestar o meu entendimento que nós somos defensores da liberdade e autonomia sindical. Nesse sentido, e contrário, portanto, a interferência do Estado no funcionamento do sindicato, na sua fundação, no seu processo interno de funcionamento. Eu creio que essas regras... É fundamental que os trabalhadores consigam construir organização e consciência o suficiente para fazer a gestão da melhor forma possível das suas organizações. E quando eu me referi a pouco sobre conflitos no interior dos sindicatos para dirimir ou tratar as questões eleitorais, etc e tal, fiz questão de dizer que felizmente são exceções. A grande maioria dos nossos associados ao movimento sindical brasileiro e suas direções têm conseguido conduzir esse processo com muita autonomia e com democracia, salvo raras exceções. Então eu queria manifestar a minha opinião ainda sobre essa questão da liberdade autonomia sindical onde eu creio que o próprio movimento tem que definir as regras, a forma... Mas estou aberto, sem dúvida, a ouvir melhor, uma explicação quem sabe me convencer se isso é questão para ser pautada e tratada, encaminhada aqui sob a forma de uma Legislação específica. Mas isso é matéria para o debate.

Quanto a referência feita pelo nosso Presidente Paim sobre conquistas e... Que se realizam hoje na Venezuela, bem como em outros Países da América Latina que começam a encarar e definir questões fundamentais relativo a sua... A alguns Países, como a

Venezuela, a Bolívia, e começam cada vez mais a manifestar e a criar condições para garantir as condições mínimas de sobrevivência, de liberdade e organização aos seus povos, cada um com sua autonomia, com a sua independência enquanto País, mas dizer que vejo com bastante simpatia os movimentos que têm sido realizado e as reformas políticas, econômicas, sociais, trabalhistas que vêm ocorrendo em alguns desses Países da América Latina como algo que deve nos servir como exemplo, como avanços democráticos embora nós tenhamos nós aqui de fazer a nossa parte para consolidar essas conquistas, esses avanços em nosso País. Portanto, servem como referência, servem como estímulo. Estímulo esse e propostas essas que têm efetivamente a minha simpatia, o meu endosso, porque acho que nós somos América Latina, somos... Temos que nos considerar como um povo, a grande Nação Latino-Americana tem que avançar sob o ponto de vista da luta e conquista dos trabalhadores cada vez que qualquer um dos nossos País- membro, qualquer País do continente que adota uma medida, medidas que avançam no sentido das conquistas sociais dos trabalhadores têm que ser registrada, tem que ser aplaudida e tem que servir como estímulo para que façamos nós a nossa parte em nosso País. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery, tanto é verdadeiro e V.Ex^a foi muito feliz que usou a palavra simpatia, que se pegarmos projetos que nós aqui apresentamos aqui no Senado, eu diria que Hugo Chávez copiou os nossos aqui. [risos] Tanto que é uma simpatia, né. Porque nós que digo é o movimento sindical. Nós temos redução de jornada, nós temos a questão da proteção do emprego, nós temos a regulamentação para que a dona de casa possa receber efetivamente a aposentadoria de no mínimo um salário mínimo. Enfim, não há uma daquelas propostas lá aprovadas que não esteja em debate também aqui no Brasil. E V.Ex^a foi muito feliz com a palavra simpatia. Eu gostei desse termo.

Então, para não criar nenhuma onda contra, vou ficar com o seu termo. Nós todos sermos simpáticos, mas discutir dentro da nossa realidade.

Com esta fala eu encerro a presente reunião e não esquecendo a todos que nós hoje às 14h, na sala 02, na Comissão de Direitos Humanos, nós vamos debater a Emenda 03. Estão convidados sindicalistas, Ministério do Trabalho, Ministério Público e os Senadores que prestigiaram esta Sessão. Estiveram aqui conosco em torno de 22 Senadores. Participaram do debate e encerramos. Senador José Nery, e... E o Senador Jayme Campos. Eu tinha um amigo meu que era Jaime e ele trabalhou no SENAI muitos e muitos

anos comigo. Então o seu nome eu não devia esquecer nunca. Nunca. E ele me ajudava muito nas provas. Vou contar baixinho isso. [risos] Porque eu presidia o grêmio e chegava na prova e o Jaime me dava uma mão. Mas isso eu não faço nunca mais. Só fiz uma vez. Senão vou ser xingado amanhã. Está encerrada a presente reunião. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 11h59.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA CONJUNTA COM A VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 31 DE MAIO DE 2007, QUINTA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS.

Às nove horas e quatro minutos do dia trinta e um de maio de dois mil e sete, na sala de reuniões nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência do Senhor Senador **PAULO PAIM**, reúne-se a Subcomissão de Trabalho e Previdência e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para a realização de Audiência Pública conforme Requerimento nº 14, de 2007 – CAS e Requerimento nº 14, de 2007- CDH, ambos de autoria do Senador Paulo Paim, com vistas a tratar das “melhorias nas condições de vida, trabalho, salário, segurança e saúde dos Trabalhadores das Indústrias Produtivas de Alcool, enfocando a questão do acidente de trabalho”, com a presença dos Senhores (as) Senadores (as), **GERALDO MESQUITA JUNIOR, JOSÉ NERY, JAYME CAMPOS, FLÁVIO ARNS E CÍCERO LUCENA**. Compareceram também os Senhores Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko Fátima Cleide, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, Valter Pereira, Heráclito Fortes, César Borges, Augusto Botelho, Sérgio Zambiasi e o Deputado Philemon Rodrigues. O Senador Paulo Paim dá início à reunião convidando os palestrantes a comporem a mesa e informa que cada convidado terá 10 minutos para a sua exposição com tolerância de 5 minutos. Usaram da palavra os seguintes convidados: **Paulo Peixoto Albuquerque** – Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) e Coordenador da Pesquisa Sobre Doenças do Trabalhador; **Dario Theobaldo Werlang** – Técnico de Segurança do Trabalho no Paraná; **Darci Pires da Rocha** - Presidente da Federação dos Trabalhadores das Indústrias da Alimentação do Rio Grande do Sul (FTIARS); **Remígio Todeschini** – Presidente da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho

(FUNDACENTRO); **Alessandro Santos de Miranda** – Procurador do Trabalho e Coordenador Nacional de Defesa do Meio Ambiente; **Alexandre Betinardi Strapasson** – Coordenador-Geral de cana-de-açúcar e do Alcool da Secretaria de Produção e Agroenergia; **Manoel José dos Santos** – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); **Artur Bueno de Camargo** – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Alimentação (CNTA); **Clóvis Veloso de Queiroz** – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; **Valdiney Antônio Arruda** - Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho; **José Silvestre Prado de Oliveira** - Supervisor do Escritório Regional de São Paulo do DIEESE e **Siderlei Silva de Oliveira** – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Alimentação Cutista (CONTAC). Findas as exposições, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Fizeram uso da palavra os Senadores José Nery, Eduardo Suplicy e Valter Pereira. Ao final das explanações, é apresentado um filme institucional da Fundacentro sobre os trabalhadores rurais de canavieiros. Às doze horas e vinte e seis minutos o Senador Valter Pereira assume a Presidência. Às treze horas e vinte e um minutos o Senador José Nery assume a Presidência. Às treze horas e quarenta minutos o Senador Paulo Paim retoma os trabalhos. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às quatorze horas e seis minutos, lavrando eu, Gisele Ribeiro de Toledo Camargo, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senador **Paulo Paim**, Presidente.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA - CAS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA -- CDH

4ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA, CONJUNTA COM 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 31 DE MAIO DE 2007, ÀS 09 HORAS e 02 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Conjunta e a 4ª Reunião da Subcomissão Per-

manente do Trabalho e Previdência, a CAS, e da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da Ata das reuniões anteriores e a coloco em votação. Aqueles que aprovam permanecem como se encontram. Ata aprovada, entramos no item único. Audiência Pública.

Nos termos do Requerimento da CDH nº. 14/2007, com vistas a tratar das melhorias das condições de trabalho, vida, segurança e saúde dos trabalhadores na área da produção, tendo como foco as condições de trabalho e também a saúde do trabalhador. É claro que hoje há um debate centrado na questão da produção de álcool. Não é o objetivo somente dessa reunião. Quero dizer a todos painelistas que nós vamos aqui debater as condições de trabalho, enfim, saúde e acidente de trabalho. A questão provocada da Audiência Pública iniciou com a questão aí dos trabalhadores do álcool.

Eu queria ainda dizer que foram convidados o Sr. Paulo Peixoto Albuquerque, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e coordenador de pesquisa sobre doença do trabalhador. Sr. Ricardo Burg Ceccim professor Doutor na área de educação em saúde da Universidade Federal, pesquisador do CNPq, Alfredo Gonçalves Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores, depois foi o Dario pela CONTAG, Artur Bueno, é o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Alimentação, foi também convidado o Siderlei também Presidente da Confederação Nacional da CONTAC, Antônio Ernesto, Presidente a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária, Sandra Simon, Procuradora-Geral do Trabalho Ministério Público, foi convidado também o Ministério da Agricultura, o Ministro e seu representante, foi convidada também Rosa Maria Campos Jorge, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais, José Silvestre Prado de Oliveira, DIEESE, e o Sr. Remígio Todeschini, Presidente da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho, FUNDACENTRO.

Queria antes de iniciar a reunião também já registrar a presença conosco do Sr. Artur Bueno de Camargo, Presidente da Confederação Nacional que é painalista, Sr. Wilson Gimenez Gregório que é Presidente da Federação dos Trabalhadores do Estado do Mato Grosso também da mesma área da alimentação, também o Presidente da mesma área da alimentação o Sr. Sérgio Irineu Bolzan, de Sidrolândia, Mato Grosso do Sul, o Sr. Raimundo Nonato do Nascimento também Presidente do sindicato da mesma área de Bataguçu, Minas Gerais, Josias José da Silva Melo também Diretor da mesma área de Dourados, José Nivaldo Lima, Diretor também de Dourados da mesma área de alimentação do seu respectivo sindicato, Lucicleide

Souza Rezende, Presidente do sindicato da mesma área de alimentação Mato Grosso do Sul, Renato de Oliveira, Presidente também do Sindicato de Alimentação de Porto Alegre, Fânio Luiz Gomes também do Sindicato dos Trabalhadores de Alimentação de Piracicaba São Paulo, Antônio Gonçalves Filho, Sindicato dos Trabalhadores de Araraquara, São Paulo, Diretor da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação de São Paulo e José Silvestre, supervisor do escritório regional do DIEESE São Paulo.

Enquanto os convidados estão chegando e Srs. Senadores e Senadoras, eu queria também aproveitando esse momento dizer que eu estou travando já há duas semanas um debate aqui no Plenário do Senado para que se altere o prazo no sentido de que não prescreva o direito do povo brasileiro entrar com ação para recuperar o Plano Bresser que vence hoje. Os famosos 20 anos do plano Bresser que é uma correção de quem tinha poupança a partir de 1987. Nós tínhamos em junho de 1987, o Plano Bresser, depois tivemos o Plano Verão até 1989, o Plano Collor 1990 e ainda o segundo Plano Collor 1991. O que estou falando aqui? Que infelizmente como prescreve em 20 anos nós temos aí cerca de 80 milhões de contas na poupança que segundo alguns especialistas pode chegar a um trilhão de reais que vai ficar na mão dos banqueiros se não for prorrogado esse prazo. No pronunciamento que fiz e recebi milhares de e-mails de todo o País apoiando para que o prazo fosse ampliado, eu demonstrava ali que infelizmente dos 80 milhões de contas, somente 1/3 efetivamente entraram com ação. E que nós teríamos 2/3 da população que ainda não entraram com processo para ter direito a receber essa verba não paga corretamente devido ao plano Bresser. Eu quero dizer que fiz um apelo inclusive ao Governo que editasse uma Medida Provisória. O Governo está estudando se é possível ou não editar uma Medida Provisória até o dia de hoje. Mas mesmo que a Medida Provisória por uma questão jurídica não possa ser feita ainda no dia de hoje, há dois movimentos que eu estou apoiando de ações junto à justiça para prorrogar esse prazo. E assim mesmo eu estou, embora eu sei que há controvérsia quanto a isso, eu entrei com Projeto de Lei ampliando o prazo. O que eu digo no Projeto? Altero o Código Civil para fixar em 30 anos o prazo prescricional para o exercício da pretensão de correntista de obter da instituição do sistema financeiro nacional a correção de valores de depósitos de qualquer natureza. O Congresso Nacional decreta: Art. 1º, o art. 206 da lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 Código Civil passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º, art. 206. Em 30 anos a pretensão dos correntistas contra as instituições do Sistema Financeiro Nacional

para obter a correção dos valores de depósito de qualquer natureza. Eu tenho toda uma justificativa aqui feita não só pelos dados que eu tinha, mas também pelos consultores aqui do Senado que demonstra que será uma grande injustiça, não é justo, não é correto que banqueiros fiquem com cerca de um trilhão de reais que é do povo brasileiro. Até porque eles têm criado uma série de empecilhos. Quando o cidadão vai lá para pedir o seu extrato, a sua conta, enfim, todos os documentos para entrar com ação os Bancos têm dificultado isso, principalmente agora nessa reta final. Porque se dificultares, as pessoas sem os dados. Se a pessoa, por exemplo, chega no Banco e diz, ó, eu não tenho o número da conta. Mas se tem o RG e tem o CPF, aí dá para tranquilamente achar se tem ou não tem conta. Os Bancos criam enormes dificuldades. Por isso que eu faço aqui um apelo. Se essa ação efetivamente for julgada no Judiciário que haja esse entendimento. É uma questão de direito. É só prorrogar o prazo. Quem tem direito vai receber. Quem não tem não vai receber. Tem gente que já fez acordo. Bom, quem fez acordo não vai receber. A vida é assim. Mas tem 80 milhões de contas. É inadmissível. Eu estou falando aqui e sei que falo para todo Brasil que essa Sessão é ao vivo e assumo toda a responsabilidade da denúncia. É uma apropriação indébita das contas, principalmente nesse caso do plano Bresser. E por isso fiz esse apelo ao Governo para estudar uma medida provisória, eu sei que estão estudando ainda quem sabe hoje se não for possível vai ter que ser na justiça. E se não der na justiça eu vou insistir com o meu Projeto pedindo o que nós chamamos aqui de urgência urgentíssima. Vou pegar a assinatura de todos os líderes. Porque acho que ninguém pode ficar contra a população e a favor de banqueiro. Até porque queira Deus, não é Senador Lucena, que a gente aprove o financiamento público de campanha para ninguém mais depender nem de empreiteira, nem de banqueiro para suas campanhas. Isso não quer dizer que é quem tenha... Quero fazer esse destaque, Senador Lucena, que quem tenha recebido alguma ajuda para campanha tenha ficado atrelado ao banqueiro ou a uma ou outra empreiteira. Não tem nada a ver em tese. Mas para que não levanten dúvidas a melhor coisa é essa. Acaba com essa história e eu tenho certeza que todos aqueles que não tem compromisso nenhum e estar favorecendo nem a Pedro e nem a Paulo, nem a banqueiro nem a poupador. E só assim a quem de direito ser assegurado àquilo que deveria receber vão assinar a urgência urgentíssima desse Projeto. Com essa explicação que eu tinha que fazer para alertar, inclusive, a grande parte do povo brasileiro, quem puder que entre ainda hoje. Há uma série de entidades que estão... Procure

o seu sindicato, associação, [inaudível], as entidades de defesa do consumidor, você vai ver que você tem direito. Olha bem o que estou dizendo. São cerca de 80 milhões de contas. Eu fui ver que eu tinha direito e não sabia. Falava ontem como Advogado aqui do Senado vou até dizer ao Advogado, o Dr. José Pinto, ele também recentemente foi ver que ele também tinha. Então eu apenas alerta, grande parte da população tem direito a receber. E quando eu Senador fui ver agora e alguns amigos meus aqui da Casa estão vendo que vão entrar com ação hoje, inclusive, a minha vou entrar hoje. Se eu conseguir em tempo, senão vou esperar o meu Projeto.

Mas vamos à nossa Audiência Pública. Eu gostaria de convidar para fazer parte da Mesa, primeiro o meu Vice-Presidente, Senador Lucena para que ele fique aqui conosco na Mesa. Ele inúmeras vezes fica no Plenário porque o número de convidados, e ele na sua humildade, eu sempre digo que a humildade é um gesto nobre. Humildade não significa estar recuando de alguma posição. Humildade é nobreza. Que ele fique aqui do meu lado o Senador Lucena e começar a chamar os nossos primeiros convidados. Faremos tantas mesas quantas for necessário. Essa audiência nesse momento ela está ao vivo para todo o Brasil, e vamos tentar concluí-la no máximo meio-dia uma hora. Mas se for necessário, mesmo, depois desse prazo nós continuarmos, todos aqueles que foram convidados para fazer uso da palavra terão o direito aqui de fazer a sua exposição na Mesa. Então nesse momento eu chamo o Sr. Paulo Peixoto Albuquerque, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e coordenador da pesquisa sobre doença do trabalhador. Em seguida o Sr. Dario Theobaldo, técnico de segurança do trabalho do Paraná. E agora o também técnico e especialista na área, meus tempos ainda que éramos dirigentes da Central Única, da CUT em 83, executiva, o Sr. Remígio Todeschini que é Presidente da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho, FUNDACENTRO. E depois dessa primeira Mesa, eu chamo ainda o Darci. Não, o Darci entra na segunda Mesa. O Darci está aí? Pode entrar na segunda Mesa ou prefere nessa? Então eu peço que coloquem mais uma cadeira e chamar aqui o Darci da Rocha, Presidente da Federação dos trabalhadores das Indústrias da Alimentação do Rio Grande do Sul faça parte desse painel. Nós vamos estender esta Audiência Pública, repito, pelo tempo que for necessário para que todos possam colocar aqui seu ponto de vista. Vamos desenvolver os trabalhos da seguinte forma: Cada painelistas terá o tempo de 10 minutos. Se necessário darei mais cinco. E digo também que a Presidência será tolerante para que todos possam

completar efetivamente a sua exposição e que fique bem claro o seu ponto de vista.

Eu quero também repetir o que eu disse aqui agora para a TV Senado, porque essa Audiência Pública vem num momento para mim importantíssimo. Não só pela questão do debate da questão do álcool no País, mas os dados que nos chegam mostram que efetivamente se pegarmos um passado mais recente, no mundo mais morreram trabalhadores em doenças e acidente no trabalho do que nos conflitos de guerra. E o Brasil infelizmente ainda é destaque nessa área de doenças e acidentes no trabalho. É a nossa intenção que o material dessa Audiência Pública seja usado junto à própria consultoria aqui do Senado para que a gente construa instrumentos, projetos que efetivamente garantam a defesa do trabalhador brasileiro. Eu sempre digo que com acidente e doença do trabalho, até porque fui técnico também de segurança do trabalho conheço um pouco a área, comecei vida política participando da CIPA, até tem um debate aqui na Comissão onde eu quero que a CIPA seja eleita toda ela do Presidente ao suplente. Todos pelo voto direto e todos com a mesma estabilidade. Está uma pequena polêmica com setores do empresariado, mas estou insistindo que o Projeto, já aprovei, ele foi para o Plenário e voltou porque houve uma Emenda. Mas achamos que é dos caminhos. Ninguém me diga que a CIPA funciona direitinho porque não é verdade. Eu espero ouvir de ninguém isso aqui. Eu conheço muito bem como é que funciona a CIPA no Brasil. Todas elas. Todas. Participei de inúmeros eventos. Ninguém me diga que as CIPAs funcionam como deveriam funcionar que eu diria para vocês sem medo de errar que 80% não funciona. E assumo também a responsabilidade desse dado. Inúmeros empresários fazem que a CIPA seja um instrumento no papel. Isso tem que ser dito não para desvalorizar a CIPA, mas para fortalecer a CIPA e os empresários fique sabendo aqueles que tem CIPA no papel que nós estamos de olho. A CIPA é um instrumento importantíssimo. Comissão interna de prevenção de acidente tem que funcionar. E de forma respeitosa. Por isso que acho que não tem que ter uma ala que defende empregado e outra que defende empregador. A Comissão interna de prevenção de acidente ela está lá para isso. É Comissão Interna de Prevenção de Acidente, e não para defender esse ou aquele setor. Por isso que eu acho que tem que mudar toda a lógica e fortalecer sim as CIPAs e para que funcionem na linha da prevenção. Não só do ato inseguro, mas também principalmente das condições inseguras no trabalho.

Então passamos agora no período que eu havia combinado para o Sr. Paulo Peixoto Albuquerque, pro-

fessor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e coordenador da pesquisa sobre doenças do trabalhador. Terá 10 minutos com mais cinco se necessário.

SR. PAULO PEIXOTO ALBUQUERQUE: Antes de mais nada eu gostaria de cumprimentar os telespectadores porque me parece que a razão de ser de uma Audiência Pública é tornar público e dar visibilidade a determinadas demandas, cumprimentar o Plenário porque eles também um ator importante, e arranco a minha intervenção com três palavras e uma afirmação. A primeira que essa Audiência Pública que fala sobre as questões das doenças do trabalhador eu não estou relacionando com o trabalho, as doenças do trabalhador é oportuno porque dá visibilidade e dá voz a quem normalmente não tem. A segunda palavra que é ela pertinente. É pertinente na medida que ela explicita e ela mostra uma determinada realidade do mundo do trabalho que na maior parte das vezes fica escondida num discurso que se esconde através de duas palavras que é a questão da excelência e da forma como está organizado o trabalho. E a terceira que ela é relevante porque ela traz a partir de uma coisa que se chama doença do trabalhador ela re-significa o trabalho como um elemento fundante da vida. E mais ainda, que através do trabalho que se produz a riqueza. E eu digo produz a riqueza porque a pesquisa que nós fizemos que se chama pista, que é uma pesquisa integrada de saúde do trabalhador avícola, tem sentido porque nesse setor no Rio Grande do Sul é um diagnóstico do Rio Grande do Sul, ele envolve aproximadamente 40 mil pessoas e tem um impacto em termos econômicos de 4,5% do PIB gaúcho. Então me parece que essas três palavras buscam sintetizar esses elementos. E mais, eu faço uma afirmação que foi resultado dessa pesquisa que nós fizemos no Rio Grande do Sul onde se identificou que as doenças do trabalhador elas são resultado da irresponsabilidade social do capital. E eu digo isso porque a forma como está organizado o trabalho não é natural. A maneira como os técnicos estão pensando a organização do trabalho na fábrica faz com que determinadas condições de trabalho e a maneira como no cotidiano o trabalhador executa sua tarefa faz que ele tenha um comprometimento cada vez maior da saúde. E os elementos que nós identificamos e encontramos foram os seguintes.

Primeiro, condições de trabalho e condições de trabalho eu estou falando sobre a questão do ambiente. É um ambiente úmido, é um ambiente barulhento, é um ambiente frio, e mais ainda, além das condições de trabalho, tem uma situação que é a maneira como está organizado o processo de trabalho e a maneira como está organizado o processo de trabalho nos abatedouros de aves significa alguma coisa como

a cada minuto, a cada um minuto passam de sete a oito frangos onde o movimento tem que ser feito em termos de cortes. Ou seja, as pessoas estão indo ao supermercado para encontrar um frango descascado, mas junto com essa facilidade, junto com esse conforto, está vindo também o comprometimento e a precarização da saúde de um determinado trabalhador. E diante dessa situação a estratégia do trabalhador é negar sua dor. Nós fizemos uma pesquisa envolvendo 1.200 trabalhadores em 10 regiões do Rio Grande do Sul, com 12 empresas, e se pode constatar o seguinte. A hipótese do trabalho, é que LER e DORT. LER, as Lesões por Esforço Repetitivo e as Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho não é uma doença cuja responsabilidade é do trabalhador. Não é verdade. Essa doença é uma doença social e mais, da maneira como ela se caracteriza já pode ser pensado em termos de uma epidemia. Porque ela se espalha de empresa para empresa, de região para região. E nesse sentido a estratégia do trabalhador é: Primeiro, negar a sua dor se auto medicando. Então ele auto medica na medida que tenta cumprir com as exigências do trabalho. Por quê? Porque na maior parte das vezes a maneira que está organizado o trabalho feito pelos engenheiros e seguranças ou pelos técnicos responsáveis por pensar a questão da qualidade e do mundo do trabalho é feito por um trabalhador abstrato, por um trabalhador médio, desconsiderando que os biótipos são diferentes, desconsiderando a questão que a maneira como cada um reage e trabalha também é diferente. E mais ainda, a maneira como as pessoas estão trabalhando faz com que essa situação seja cada vez mais em termos de comprometimento da saúde. Um outro elemento que me parece importante é que por mais que se modernize os espaços produtivos continua sendo... O corpo do trabalhador é que paga. Ele precisa atuar de maneira mais intensa, ele tem que ter uma atenção mais acurada, por quê? Porque uma das coisas que está sendo buscado é a questão da excelência. Mas que excelência é essa que compromete a saúde de 20% dos trabalhadores? De cada 10 trabalhadores no setor avícola e mais ainda agora também nos abatedouros de carne há o comprometimento em termos de saúde.

E mais, no levantamento que fizemos as pessoas trabalham 8h45 minutos que é o período regulamentar e fazem em média três a quatro horas-extras. Isso significa 12 horas de trabalho executando o mesmo tipo de tarefa. Não só executando o mesmo tipo de tarefa, e quando a gente pergunta o que é que tu faz fora do expediente, no teu horário livre. As pessoas dizem: Eu durmo. Eu mais, quando a gente vai perguntar para as áreas médicas e aí me parece que os médicos e en-

genheiros de segurança têm que se manifestar também quando se pergunta porque tanto essa situação tão precária e de vulnerabilidade do trabalhador? Ele disse, não, é que na verdade essas pessoas já vêm para trabalhar, doentes. Então como é que uma pessoa que vive para trabalhar e não trabalha para viver e que utiliza seu espaço livre para dormir consegue adoecer dormindo? É uma das questões que começou a nos inquietar. E é impressionante porque depoimentos, pessoas que depois de quatro, cinco anos trabalhando vem nos dizer: Os dados, a estatística esconde muita coisa. Mas o depoimento das pessoas é o seguinte, tem uma senhora de Monte Negro que trabalha dez anos num abatedouro de aves, ela vem e nos disse: Antes eu vinha aqui, eu queria trabalhar porque com o trabalho eu ia conseguir casa, eu ia conseguir educação para os meus filhos e agora se você pergunta o que eu quero? Eu só quero a minha saúde de volta porque o tempo todo eu sinto dores. E a dor pode parecer, a dor quando se manifesta é subjetiva. É a dor do outro. Ninguém sente a dor do outro. E mais, daí a dificuldade de fazer a relação nexos causal que tanto complica para se explicar essa situação de vulnerabilidade que passa o trabalhador. Me parece que LER e DORT indica no corpo das pessoas um conjunto de fatores existentes no trabalho que se combina de modo a deteriorar a saúde do trabalhador. Não é um fator só, ele é um conjunto de fatores. Por isso que a gente chama a síndrome, o conjunto sinistro, condições de trabalho, a maneira como está organizado o trabalho, assédio moral, ou seja, tem que dar produtividade, tem que trabalhar de forma rápida e a maneira também como cada trabalhador assume essa tarefa. E auto-medicação passa a ser um elemento importante porque a doença tem por equivalente a inutilidade. E aí na inutilidade o sujeito perde a sua identidade, a sua razão de ser na medida em que é alijado, é separado do trabalho e mais, ele tem um primeiro momento de distanciamento, ele vai para casa e em casa ele diz que sente dor e as pessoas começam a olhar de forma estranha porque no momento em que ele deixa de executar determinadas tarefas aquele condicionantes do comprometimento desaparece. Mas ele ao voltar toda a situação recomeça de novo. E aí me parece que a saída diante dessa situação que é de epidemia e é uma doença social não é individual. Não é só do sindicato, não é só do capital, não é só do legislador. É preciso que se comece a pensar de que maneira se pode avançar e sair dessa situação. Por quê? A forma como está organizada o trabalho nos abatedouros ela é antinatural, ela é desumana. E mais ainda, só na medida em que a gente começar a assumir isso como denúncia, como uma situação que não é natural, é que

se pode pensar alguma coisa. Porque caso contrário a gente vai estar sendo conivente com uma dada situação que é de precarização e de aniquilamento mesmo da saúde das pessoas. E isso tem implicações que toca a todos nós como cidadãos. Porque um trabalhador que depois de dois, três anos que entra ação, que está pensando em sua plena capacidade produtiva depois de dois três anos é encostado ou tem que ser apresentado por invalidez a responsabilidade passa a ser coletiva passa a ser nossa. E isso tem implicações seja na receita em termos de Previdência Social, tem a ver com a questão da maneira como ele vai se integrar na sociedade, tem a ver também com a questão do ambiente de trabalho, onde nas empresas que estão trabalhando de abatedouros tanto de aves como de carnes já há a necessidade de buscar trabalhadores no raio de cem a duzentos quilômetros. Me parece que aqui estão presente pessoas que pensam que discutir que discutir as questões do trabalho, que discutir as condições do trabalho não é fundamental. Como é extremamente necessária e é uma questão de cidadania. Eu fico por aqui porque parece que com os outros apresentadores a temática tende a voltar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Você teria ainda, professor, cinco minutos.

SR. PAULO PEIXOTO ALBUQUERQUE: Tá bom, então deixa eu aproveitar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Porque depois vou dar o mesmo tempo para os outros. Quando toca a campainha, tem mais cinco.

SR. PAULO PEIXOTO ALBUQUERQUE: Me parece que pensar a questão da maneira como está organizado o trabalho nos abatedouros tem a ver também com a lógica do mercado. A maneira como está organizado o trabalho nos abatedouros de aves, nos abatedouros de carne, faz determinadas situações que nós encontramos um rapaz de 20 anos ele começa a trabalhar seis horas da manhã, às seis horas da manhã antes de começar o trabalho ele passa na enfermaria e pede três comprimidos diclofenaco para aliviar as dores musculares. No primeiro intervalo ele volta de novo na enfermaria e toma mais dois. Ou seja, ele passa e ele é considerado um bom trabalhador. Essa é a estratégia dele para dar conta de uma produção que é para exportação. Ou seja, é uma lógica de mercado, é uma lógica de excelência, mas que excelência é essa que compromete a saúde do trabalhador e que detona com a sua qualidade de vida? Então o discurso da excelência, o discurso da qualidade de vida é interessante. Mas a maneira como ele está organizado faz com que apenas uma voz seja ouvida. Por isso que parece interessante e oportuno a audiência na medida em que ela permite a gente explicitar determinadas si-

tuações. Que essa maneira de organizar o trabalho ela não é gratuita. Nenhum título, assim como o título da nossa pesquisa é pista, mas da pista nós fomos para identificar irresponsabilidade social do capital. Porque nenhum título é ingênuo e nenhum título é gratuito. E a gente encontrou essa realidade na medida em que os diferentes depoimentos foram se acumulando e chega a um ponto em que não era mais possível se calar. Porque na lógica das explicações, o que há é o monopólio da fala e do discurso patronal.

Agora sim para terminar tem um poeta gaúcho, Mário Quintana que diz o seguinte, que para bom entendedor, um olhar basta e uma longa explicação não adianta mais. Me parece que no espaço da audiência a possibilidade da gente dar voz a quem normalmente a única possibilidade que tem é de dizer sim, é começar a fazer alguma coisa. E me parece que um legislador que tenha por propósito a questão da cidadania não pode ser conivente com esse tipo de situação. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos de imediato a palavra ao professor Dario Theobaldo Werlang, na verdade ele é técnico de segurança do trabalho no Paraná. O senhor também possui o tempo de 10 minutos com mais cinco se necessário. Alertamos que quando toca a campainha o senhor tem mais cinco ainda.

SR. DARIO THEOBALDO WERLANG: Bom, eu agradeço o convite por estar aqui e quero trazer a realidade que nós vivemos no Estado do Paraná. Concorde bastante com o professor Paulo, só que alerta que é um pouquinho mais grave. Se o trabalhador reclamar a dor ele é demitido. É um pouco mais grave. Para a empresa não ter que abrir a comunicação de acidente, demite o funcionário e deixa que ele vá na Justiça e se resolva lá um processo que faz de acordo por valores irrisórios de 300 reais, 350 reais. Essa que é a realidade mais cruel ainda. Mas eu falo o seguinte, que falta na verdade é um poder mais rígido no momento uma fiscalização. Trabalhei já em empresas nacionais, inclusive frigoríficos de aves e suínos também como multinacionais, montadoras de automóveis. Nunca, quando sofria uma fiscalização do Ministério do Trabalho fui questionado sobre CIPA, por exemplo. Nunca. Todos os fiscais que vieram, auditores, ficavam somente nos documentos. Nunca um auditor entrou no chão da fábrica para ver a realidade da fábrica. Da indústria. Jamais. Então documento papel aceita tudo. É muito fácil de fazer. Documento aí qualquer empresa que me dá eu faço tudo para ela. Mas a realidade é um pouco diferente. O dia-a-dia é um pouco diferente. Ou bem diferente. Temos, por exemplo, muitos problemas com o SUS no momento do atendimento de um aci-

dentado. Tem empresas que pagam até mesmo planos de saúde para o funcionário ter um bom atendimento. Tem outras empresas que encaminham pelo SUS que é o normal que a Legislação fala isso. Depois que o trabalhador sai do atendimento inicial do hospital, aí entra a questão da medicação do tratamento. Quem paga essa medicação? Legalmente seria o SUS. Mas o SUS não tem essa medicação. As empresas se negam a pagar. Quem acaba pagando é o próprio trabalhador. Infelizmente é essa a realidade. Ele saiu de casa para trabalhar e acaba voltando para casa com prejuízo, uma nota de farmácia para ele arcar. Essa é a realidade que a gente vê hoje.

Eu também queria falar sobre algumas normas regulamentadoras do trabalho. Por exemplo, a nossa norma NR4 que estipula um quadro onde a empresa tem que ter um número de profissionais ou engenheiro ou médico do trabalho, ou técnico em segurança no trabalho, ou enfermeira do trabalho em cima do número de funcionários e de um grau de risco. Esse quadro hoje ele tem que ser melhor estudado. Já está defasado. Porque frigoríficos, por exemplo, tem que ter um fisioterapeuta hoje, ou um professor de educação física que faz o trabalho em cima das LER/DORT, e esse profissional não consta no quadro. Também consta um grande número de técnicos. Mas não significa que esse grande número de técnicos se transforme em eficiência. Nós temos que trabalhar em cima de números de acidentes. E não em números de funcionários. Tem empresas que têm uma tecnologia muito mais avançada. As tabelas são, se eu não estou enganado é de 1978. Quer dizer, de lá para cá as máquinas se modernizaram muito. As proteções são muito maiores. E a preocupação hoje em algumas indústrias não é mais tanto o acidente de trabalho e sim a doença do trabalho. A doença é lenta. E quando ela vem ela realmente afeta diretamente o trabalhador. Concorde com o professor Paulo que os trabalhadores normalmente se auto medicam e quando reclamam a dor que a LER/DORT tem três estágios. Quando está no primeiro estágio ele já pode ser demitido que ainda está num estágio que deverá ter cura. Então é melhor para a empresa demitir o funcionário do que segurar ele ali. Então o funcionário esconde essa dor com o risco da demissão.

Também gostaria de falar sobre a CIPA. CIPA é aquilo que o nosso Presidente aqui falou. As empresas têm a CIPA no papel. Porque a CIPA dá uma estabilidade ao trabalhador votado de 24 meses. E não se quer dar essa estabilidade. O empresário tem muito medo que aquele trabalhador de que forma ele vai reagir durante a estabilidade. Só que isso é um medo absurdo. Porque existem formas legais que se o trabalhador não

cumprir direito suas normas ele pode ser demitido por justa causa. Não tem porque ter esse medo. Tempo não há uma fiscalização em cima da CIPA. Quer dizer, o Ministério do Trabalho é omissos hoje. Posso dizer omissos porque o que a CIPA põe numa Ata, se foi cumprido, foi, se não foi quem fiscaliza? Quem vai exigir que seja cumprido? Ninguém. Não está chegando... Não tem a quem reclamar hoje. Somente através de denúncias. Eu acho que deveria ter um maior acompanhamento e não esperar denúncias. Outra questão é os equipamentos de proteção individual. A maior parte dos nossos equipamentos de proteção individual estão vindo da Ásia. Malásia, Taiwan, China...

Então, esses equipamentos eu não sei se alguém do Ministério do Trabalho chegou a ir lá nessas fábricas para ver as condições que estão sendo fabricados. Chegam aqui no Brasil tem que ter o CA que é o certificado de aprovação do Ministério do Trabalho. Até aí tudo bem. O Ministério do Trabalho credenciou alguns laboratórios fazem o teste, e aprova esse equipamento. O problema é o seguinte, você aprovou o equipamento, tem o número do CA, quem fiscaliza depois se a qualidade do equipamento é mantida? Ninguém esta fiscalizando também isso. Se mandar um equipamento conforme para requisitar o CA e depois mandar o equipamento numa qualidade mais baixa aos trabalhadores ninguém está fiscalizando. E isso pode acontecer. Outra questão que se vende equipamentos de proteção individual em lojas aí de camelôs, lojas de 1,99, popularmente conhecido na minha região, você encontra equipamentos de proteção individual. Um equipamento de proteção individual sem CA, por exemplo, um equipamento para mal uso ele é tão grave quanto um medicamento falsificado. Imagina o agricultor passando agrotóxicos em sua lavoura ou algum elemento químico e utilizando uma máscara que não está protegendo a sua saúde. O dano é a mesma coisa que medicamento falsificado. Então isso não existe fiscalização nenhuma e é vendido livremente no mercado equipamentos sem CA. Inclusive o equipamento de proteção individual ele retira a insalubridade. O que a Legislação diz hoje? Se você proteger o trabalhador, vamos citar um exemplo, o ruído, você protegeu, colocou o ruído num nível aceitável, não precisa pagar insalubridade. Eu, particularmente sou contra a insalubridade. O que tem que fazer é proteger o trabalhador. Mas até que ponto nós temos certeza que esse protetor auricular está realmente protegendo o trabalhador? Na tabela, no CA está. Mas e os testes depois, quem fiscalizando? O Ministério do Trabalho poderia pegar aleatoriamente EPIs no mercado e fazer testes. Como a gente vê o Inmetro fazendo de vez em quando algumas pesquisas.

O que é muito importante que a questão CA acredito que tem que ser dada uma atenção mais especial por parte do Ministério do Trabalho. Eu vejo equipamentos e principalmente a questão da insalubridade sendo retirado com equipamentos sem CA. Algumas empresas não pagam insalubridade, mas também utiliza equipamentos de proteção dos mais baratos que encontram. Então a gente tem uma segurança duvidosa e uma proteção duvidosa do trabalhador nessa questão da insalubridade. Outra questão são os laudos técnicos feitos pelas empresas nessa questão de insalubridade. Eles contratam empresas terceirizadas que vem lá e faz um laudo alegando que tem os EPIs e não precisa se pagar essa questão da insalubridade. Esse laudo técnico na verdade se nós olharmos as ações trabalhistas quando o trabalhador sai de uma empresa e vai para a Justiça do Trabalho e pede, solicita uma perícia técnica, normalmente eles estão ganhando quando vai um perito, eles ganham a causa na justiça. Então significa o quê? Que o ambiente é insalubre. Por isso que o perito deu insalubridade. Só que vale a pena para a empresa correr o risco. Porque se ela tem dois mil funcionários, então de 10 a 15% entram na justiça. O restante não entra.

Então, vale a pena para correr o risco para as empresas. O que nós sugerimos? O que nós podemos sugerir. [soa a campainha] Que quando for um perito no local e fazer uma perícia e constatar que é insalubre, não se paga somente para o trabalhador que entrou na justiça, se estenda para todos os trabalhadores que tenha a mesma função. Aí o risco que vale a pena correr hoje ficará meio limitado. Se estenda para todos. Se considerou colocar o insalubre, o perito foi lá através da Justiça do Trabalho então se estenda para todos os trabalhadores daquele local. Aí o risco vai ser mais calculado. Aqui hoje vale a pena realmente para as empresas correr o risco.

Outra questão, a área de segurança no trabalho [inaudível] que são profissionais que envolvem trabalhos com a saúde. Eu quando me formei fiz dois anos, mais um ano de estágio, tive que fazer cursos de aprimoramento profissional, inclusive em peças anatômicas humanas, popularmente conhecidas como cadáveres para entender mais essa área. E nós estamos vemos hoje no mercado cursos a distancia para profissionais na área de saúde. Eu acho que é um avanço o curso à distância, mas tem que se ter um critério no que é que é esse curso e o que está sendo desenvolvido através desse curso. Estamos vendo muito curso à distância para técnico em segurança. Eu digo sinceramente que tenho minhas dúvidas. Tenho minhas dúvidas sobre a eficiência desses cursos.

Também ontem eu assisti uma Audiência Pública sobre acidentes de trânsito. Acidentes de trânsito, muitos acidentes de trabalho que são acidentes de trânsito. Então eu gostaria de falar o seguinte, até uma sugestão que quando se pega, por exemplo, um caminhoneiro alcoolizado para haver uma repressão maior da pessoa que põe a carga naquele caminhão, que o dono da carga também seja multado. Não só o motorista. Daí quem carrega o caminhão vai ter os olhos para que motorista esse que ele está carregando. Se o cidadão possui algum vício ou não. Você simplesmente tirar as bebidas do lado das rodovias não vejo uma solução para isso. Não vejo que dessa forma vá resolver.

Entrando um pouquinho na questão canavieira, nós temos que vir direto à questão. O que o pessoal está acontecendo? Com certeza estão com uma LER/DORT no braço, que não está sendo notificado, eles devem estar com problemas nas costas, com dores musculares muito fortes até chegar a exaustão que é a morte, o falecimento. Eu assisti em alguns canais de televisão, um canal rural, parece que esse dado, teria que confirmar, muda diariamente que... O etanol está saindo em torno de 76 centavos a usina. 76 a 80 centavos. Está chegando na minha região a torno de 1,40. Quer dizer, o grande custo do etanol não está no cortador de cana. Então a gente pode trabalhar bem melhor aquela área. Sabemos que com o avanço tecnológico, com certeza nós teremos aí, as máquinas deverão tomar conta disso. Com o passar do tempo. Mas isso deve demorar um certo tempo.

Então, por que não fazemos mais um escalonamento em cima do cortador de cana? Porque se o problema é a exaustão, nós vemos em jogador de futebol preparados que 45 minutos no segundo tempo sente câimbras. Imagina as pessoas não preparadas como é que se sentem? Por que não se estudar a questão custo mais a fundo e também de repente reduzir a jornada de trabalho para seis horas diárias. Se o problema é exaltação, reduz-se a jornada de trabalho. Mas claro, tem que estudar quanto isso implicaria no custo do etanol. Mas eu acredito que não é o grande vilão ou a questão do custo.

Outra questão importante hoje a área de segurança nós temos uma área muito grande de descobertas. Sabemos com maior número de empregos se dá as pequenas empresas. Hoje o exercício público, por exemplo, escolas, eu conheço merendeiras na escola que cortam carne o dia todo e não tem nenhum EPI. Comércio, agricultura, são todas áreas descobertas na área de segurança no trabalho. O Governo então teria que criar uma sugestão como existe no mapa Ministério da Agricultura, os fiscais inclusive vigilância sanitária, municipais, porque não criar um [inaudível] municipal

também para atender essas pequenas empresas e agricultura que hoje estão totalmente descobertos. Nós temos que preencher esse vazio que é um grande número de acidentes. Hoje quem tem maior cobertura em questão de acidentes são as grandes indústrias. O restante estão bem descobertos. Também sugerimos aos canais de televisão e agora TV pública, TV Senado, TV Câmara, até inclusive em canais comerciais, por que não criar programas técnicos, programas técnicos que realmente tragam ao trabalhador eficiência [soa a campanha] explicando para ele como ele deve se comportar no dia-a-dia e seus direitos e deveres.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só informo ao Plenário que ele já usou 15, mas vou dar mais cinco para poder concluir o seu pronunciamento.

SR. DARIO THEOBALDO WERLANG: Só queria concluir então que nós temos que ir direto ao ponto. Não adianta a gente ficar rodeando quando a gente sabe que tem os acidentes. Quais são os pontos principais. Esses são os pontos que nós temos que analisar no dia-a-dia e buscá-los. Por isso que eu citei a questão dos canavieiros. Se o problema é exaltação, então nós temos que diminuir a carga horária. Também gostaria de mencionar como é que está sendo o PCMSO, o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional desses Canavieiros. E também gostaria de colocar aqui a questão de fiscalização novamente do Ministério do Trabalho. O Ministério do Trabalho, omisso talvez seja uma palavra forte que não sei a realidade dele. Integralmente se tem ou não tem profissionais suficientes também. Mas uma maneira se tiver profissionais suficientes é dar uma co-responsabilidade de área de abrangência. Se tem um Delegado no Ministério do Trabalho que compreenda uma região, quando há uma morte ele responde solidariamente àquela empresa. Como ele vai se defender nesse caso? Provando que ele fiscalizou e a empresa estava dentro da lei. Mas a fiscalização hoje que nós estamos vendo, se fiscalizou tudo bem, se não fiscalizou também tudo bem. E não é assim. Tem que fiscalizar. Tem que atuar. Tem que buscar a atuação para eliminar os acidentes de trabalho e para ver quem são os bons e os maus empresários que causam essas doenças do trabalho e simplesmente largam o trabalhador a míngua. Essa é a palavra. Porque isso tudo que o professor Paulo colocou aqui é a mais pura realidade que eu também vivi na minha região. O trabalhador reclamou de dor ele é demitido. E vai para a Justiça do Trabalho e as indenizações são irrisórias. Eu fui preposto trabalhista também de um frigorífico. Sei dizer para vocês que as indenizações são irrisórias. Tanto que o trabalhador não sabe quais são os seus direitos normalmente. As empresas em sua

área jurídica eles têm profissionais muito bem qualificados para defendê-los. Enquanto o trabalhador procura um Advogado mais barato ou um Advogado faz tudo. Vamos colocar assim. Ele entende de tudo um pouco, mas ele não tem a capacidade técnica que tem aquele Advogado de defesa. Por isso que eles não conseguem trazer um bom resultado final ao trabalhador. Isso que eu queria colocar. Qualquer dúvida estamos abertos aí para maiores esclarecimentos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência quer solicitar tanto ao professor Paulo como o Sr. Dario que eles entreguem de preferência, se puderem, a sua palestra por escrito porque eu acho que essa Audiência Pública para mim é das mais importantes que nós realizamos aqui. Pela abrangência e pelas sugestões que já surgiram aqui de forma concreta para enfrentarmos essa questão da doença e do acidente do trabalho. Que nós vamos transformar... Como realizamos muitas audiências, somente algumas que vou poder transformar... Chamam aqui separata, mas é um pequeno livro. Essa eu vou transformar num livro para que seja uma contribuição a toda a sociedade brasileira, vou remeter às entidades depois cópia. Então eu peço que todos deixem de preferência por escrito a contribuição dessa Audiência Pública.

Eu passo a palavra nesse momento para ter em sintonia com a exposição do professor Paulo, para o Darci, e daí o Remígio encerra essa Mesa. Eu passo a palavra por 10 minutos mais cinco, se necessário a Mesa será tolerante até com mais cinco, ao Presidente da Federação dos Trabalhadores das Indústrias da Alimentação do Rio Grande do Sul, o Sr. Darci Pires da Rocha.

SR. DARCI PIRES DA ROCHA: Bom dia a todos e a todas. Primeiro momento agradecer aqui o Senador Paulo Paim por essa excelente contribuição que está dando hoje para os trabalhadores de todo o Brasil, como diz o Paulo Albuquerque, o nosso coordenador da pesquisa lá no Estado do Rio Grande do Sul, dando voz a quem muito poucas vezes tem voz. O nosso reconhecimento, Senador. Agradecer os Sindicatos da Alimentação no Estado do Rio Grande do Sul, que acompanham também a federação nessa Audiência Pública aqui em Brasília onde é nos dado esse espaço para que a gente possa colocar um pouco das nossas angústias vividas lá no Estado do Rio Grande do Sul, e temos certeza absoluta que não é só no Estado do Rio Grande do Sul, infelizmente. Em outros Estados da federação acontece com tantas outras categorias também assim como acontece com os trabalhadores da alimentação. Eu gostaria de avisar aqui que a pesquisa realizada no Estado do Rio Grande do Sul já

gerou um livro. Então, ela já está num livro que já está sendo distribuído, inclusive que a gente já entregou cópia ao Senador Paulo Paim e outras autoridades, inclusive lá em nível de Estado que têm compromisso também com os trabalhadores do ramo da alimentação do nosso Estado.

Essa pesquisa que nós realizamos lá ela nasceu da necessidade de se ter algo de concreto, ou seja, se constituir ferramentas que evidencie e que de alguma forma prove o que estamos dizendo. Nas mesas de negociação, lá no Estado, a gente tem tentado levar para discussão com a patronal durante todos os anos essa problemática dos trabalhadores. Mas a patronal sempre nos diz o seguinte: Não é verdade. Não é bem assim. Nós estamos com programa dentro da empresa e que dão conta dessa situação. Daí nasceu a necessidade do Projeto pista que hoje já tem um outro Projeto o Estado do Rio Grande do Sul agora se estende para o setor de carne bovina também que é o Projeto alerta, no sentido de ter credibilidade, de buscar uma universidade, de buscar o Instituto Itapuí, de buscar auxílio da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul que nos auxiliou muitos Deputados entenderam a nossa situação, de buscar amparo no Ministério do Trabalho, no Ministério Público, no sentido de constituir um diagnóstico amplo do setor e que possa ser demonstrado para a sociedade os problemas que a gente enfrenta lá no Estado do Rio Grande do Sul.

Os trabalhadores do setor avícola no Estado do Rio Grande do Sul compõem mais de 1/3 da nossa categoria. A nossa federação tem 105 mil trabalhadores na base e a cadeia produtiva do setor avícola lá tem 40 mil trabalhadores em toda a sua cadeia. E dentro da indústria é preciso que se diga aqui e que a pesquisa já aponta e demonstra, com dados abundantes, que de 15 a 20% dos trabalhadores lá no Estado do Rio Grande do Sul estão afastados do local de trabalho por acidente de trabalho e por doenças ocupacionais. Então isso não é os sindicatos que estão dizendo mais, não é simplesmente a voz do Diretor da Federação da Alimentação, mas sim hoje é a voz de uma universidade conceituada no nosso Estado e que fez a pesquisa de campo, que foi na casa dos trabalhadores e ouviu os trabalhadores, que cruzou dados com o INSS, que cruzou dados com o próprio departamento pessoal das empresa e inclusive que pesquisamos as próprias farmácias de cada Município para saber quais os medicamentos que os trabalhadores do ramo da alimentação vinha consumindo. E aí é alarmante porque grande parte dos trabalhadores consomem anti-inflamatório, remédio para dor, como já disse o nosso doutor aqui, professor da universidade, e 20% desses trabalhadores pesquisados consomem tarja preta. Ou

seja, remédio para depressão. E por que a depressão é tão forte no nosso setor? Porque a doença ocupacional é uma doença que tu não pode ver sem aparelhos sofisticados e até difícil de diagnosticar. Então acontece que o trabalhador afastado de seu local de trabalho, e muitos deles porque não agüentam o ritmo de produção, pedem as contas e vão para casa, passa a haver desconfiança da própria família com esses trabalhadores, porque é uma coisa que não dá para enxergar, daqui a pouco diz assim, o sujeito está se fazendo, o sujeito não quer trabalhar e uma série de outras questões. E esse trabalhador por não conseguir muitas vezes trazer o alimento para suas família dentro de casa por não conseguir mais trabalhar, entram na questão da depressão, da tarja preta e a deterioração do ser humano como um todo.

Então, isso é o que a gente está observando lá no Estado do Rio Grande do Sul, infelizmente para a nossa tristeza porque o trabalho deveria ser para dignificar a pessoa humana, para que a pessoa possa trazer o recurso para sustentar os seus filhos e a sua família, e muitos deles têm encontrado no trabalho o fim da linha. Ou seja, tem trabalho para um ano, dois anos, mas quando sai daquela empresa sai mutilados e não tem condição mais de trabalhar em nenhum outro local.

Então é um compromisso da federação, é um compromisso do ramo da alimentação, compromisso da própria Central Única que tem nos apoiado lá no Estado entre outras entidades de trabalhar essa questão. E nós enquanto ramo da alimentação, vamos fazendo a denúncia. A denúncia para as autoridades, a denúncia para o Ministério Público, para o Ministério do Trabalho. Infelizmente lá tem grupos muito poderosos que pessoas que se dispuseram do Ministério Público encapar algumas lutas nossas já foram transferidos do local onde está. Então isso também tem que aproveitar uma Audiência Pública que está sendo transmitida para todo o Brasil para ser colocado isso aqui. Isso não pode deixar de se colocar. E quais são os principais problemas que nós enfrentamos? E aí já a nossa reivindicação dentro da nossa colocação. E nós já conversamos com o Senador Paulo Paim, inclusive que já se comprometeu numa audiência lá no Estado do Rio Grande do Sul com nós de apresentar um Projeto no Senado no sentido de buscar mecanismo de proteção aos trabalhadores. O que é que faz com que os nossos trabalhadores do setor avícola cheguem a essa condição? O ritmo elevado de produção. A velocidade das máquinas. Quem assistiu Charles Chaplin, tempos modernos, sabe do que estou falando. Isso está muito presente dentro do setor avícola do Estado do Rio Grande do Sul. Não quero dizer aqui que não tem ou-

tros setores do ramo da alimentação que tem também esse problema. Tanto é que nós estamos ampliando esse Projeto agora--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Que essa questão é só no Rio Grande do Sul. Está citando pela pesquisa. Mas tenho certeza que é uma realidade nacional.

SR. DARCI PIRES DA ROCHA: É. As fábricas, questões similares nacional, nós temos certeza absoluta. É importante colocar, Senador, que até pouco tempo atrás falávamos de doenças ocupacionais principalmente a LER no setor bancário. Os digitadores. Hoje não é mais isso infelizmente. Então esse é um dos principais problemas é a questão do ritmo elevado de produção. De quem controla as máquinas é o chefe. E o chefe conforme a sua demanda acelera a máquina e faz andar mais rápido ou menos. Nós chegamos à triste conclusão ou a reclamação de alguns trabalhadores que chegaram a dizer para nós: Não adianta denunciar no Ministério do Trabalho. Porque quando o Ministério do Trabalho chega aqui na fábrica as máquinas andam no ritmo suportável, tranqüilo que a gente pode executar nossas tarefas sem maior comprometimento. Mas quando o Ministério do Trabalho vai embora aí o chefe vem e aumenta a máquina e aí é difícil de agüentar a velocidade da máquina.

O segundo problema que leva os trabalhadores isso, é as extensas jornadas de trabalho deste setor. As extensas jornadas. E o pior do que isso, a ausência de pausas. Nós temos grandes grupos no Estado do Rio Grande do Sul, e um eu vou citar aqui porque nós estamos com uma audiência no... Audiência não, com um processo no Ministério Público andando que sequer concede uma hora para os trabalhadores fazer a refeição que é o Grupo Perdigão. E na pesquisa onde tiveram professores da universidade, tiveram os médicos conceituados, tiveram técnicos do trabalho, apontaram que uma das soluções para controlar essa epidemia de doenças ocupacionais é a questão das pausas. Ora, se a questão das pausas é importante para isso, não atender nem sequer a Legislação que diz que o trabalhador tem que ter no mínimo uma hora para o seu descanso. As outras pausas de intervalo, de turno de seis horas, e não é só esse grupo, tem outros grupos, estou citando esse porque tem um processo e já está confirmada a denúncia que a gente está mandando. Tem outros grupos, não é só esse grupo que se tem.

Então, não conceder pausas. Os 15 minutos que os trabalhadores tem direito na intra-jornada é utilizado para ginástica laboral e para ir no banheiro e a gente também sabe que a ginástica laboral tem que ser bem executada. Tem os técnicos aqui do trabalho

que depois [soa a campanha] podem falar isso. Então são essas questões.

Terceiro elemento. O terceiro elemento ambiente ruim, umidade, pressão da chefia, assédio moral, assédio sexual, todos esses tipos de coisas passam os trabalhadores do nosso ramo dentro desses locais de trabalho. É importante dizer que desses 20% dos trabalhadores que estão afastados, muitos companheiros e companheiras já estão em aposentadoria precoce. Ou seja, estes não voltam mais ao local de trabalho. Muitos trabalhadores que foram demitidos, a empresa já conhece a situação deles, sabe do comprometimento deles de saúde e esses não são mais contratados. Tanto é que esses grandes grupos já não têm trabalhadores nos arredores da sua fábrica para trabalhar e vão buscar a 200, 300 quilômetros como falou aqui o Dr. Paulo.

Então, para que fique claro essa questão, e para que o ouvinte, para quem está nos assistindo saiba, quem é que paga isso? Quem é que paga o afastado? Que essas empresas colocam todos os dias por conta da Previdência? É a sociedade. É nós que pagamos isso. É toda a sociedade que paga essas questões aí. É natural que cada Governo que passa e aí independente de qual partido, chame para fazer a reforma. Reforma da Previdência. Porque a Previdência tem rombo, porque tem isso, porque tem aquilo.

Bom, se nós continuarmos fabricando pessoas e colocando doenças ocupacionais e acidente de trabalho e colocando por conta da Previdência é natural que não vai ter Previdência que ature. Um dado importante ainda para colocar numa cidade que foi pesquisada onde também está instalado um grande grupo, o coordenador do INSS da região declarou, está lá gravado, dizendo o seguinte, aqui nessa região 75% dos benefícios concedidos não é por idade e nem por tempo de serviço. É por doenças ocupacionais, acidentes de trabalho, doenças relacionadas ao trabalho.

Então, é isso que a gente queria colocar, Senador Paulo Paim, e por último dizer que o que nós buscamos aqui, o que nós buscamos nessa audiência que tem diversos outros trabalhadores, com problemas tão graves quanto os nossos ou até mais graves que os nossos que a gente também sabe da questão dos trabalhadores canavieiros. Primeiro é chamar atenção da sociedade para esse quadro de extrema gravidade porque passa os trabalhadores do setor avícola do Estado do Rio Grande do Sul, aonde que os trabalhadores para buscar a sobrevivência coloca sua integridade física em perigo. Ou seja, coloca o seu maior patrimônio em perigo. Aquilo que já foi colocado aqui anteriormente. Queremos dizer também que não somos contra o trabalho nem o emprego. De forma alguma. Nós somos

trabalhadores precisamos trabalhar. Nós queremos que seja regulamentado e que seja revisado a forma que está organizado o trabalho. Isso que a gente quer colocar. Por último, agradecer esse espaço aqui e dizer que a gente se coloca à disposição durante essa Audiência Pública para estar colocando outros dados e esclarecendo se, porventura, for perguntado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria registrar a presença conosco aqui da nossa querida Senadora Fátima Cleide, uma lutadora. Senadora Fátima Cleide. [palmas] E dizer também que tiveram conosco e voltarão aqui porque têm diversas atividades na casa o Senador Romeu Tuma, o Senador José Nery chega nesse momento... É um lutador também das nossas causas. [palmas] Romeu Tuma, Senador Suplicy e nesse momento estão conosco a Senadora Fátima Cleide e Senador José Nery e o Senador Cícero Lucena é nosso Vice-Presidente. Esse aqui também todos conosco aqui presentes.

Eu quero dizer que todos os convidados estão presentes. O único que não pode vir e justificou pelo menos até o momento é o professor e pesquisador do CNPq e da Universidade do Rio Grande do Sul que é o Dr. Ricardo. E o Ministro Stephanes também justificou naturalmente sua presença. Eu quero dizer que teremos três Mesas. Vamos agora para o último painelistas dessa Mesa, que é o Sr. Remígio Todeschini, que é Presidente da FUNDACENTRO. FUNDACENTRO que para mim existe há muito tempo. Ela cumpre um papel fundamental e quero dizer que tomei Remígio a liberdade de fazer um discurso em Plenário dizendo que eu entendo que nós temos que investir mais no FUNDACENTRO até pelo potencial que você e sua equipe tem e precisa de mais apoio para que ela possa ampliar a sua área de atuação. O Remígio o mesmo tempo que tiveram os outros oradores.

SR. REMÍGIO TODESCHINI: Bom dia aqui a todos os presentes. Também quero saudar aqui em nome do Ministro do Trabalho e Emprego Carlos Lupi, ao Presidente da Comissão Senador Paulo Paim, que é um incansável defensor do direito dos trabalhadores já a longas datas, algumas décadas, também quero saudar o Vice-Presidente da Comissão, o Senador Cícero Lucena, a Senadora Fátima Cleide, demais Senadores aqui presentes, representantes sindicais técnicos. É importante aqui no final dessa primeira Mesa praticamente confirmar as exposições aqui feitas, passando, como o Senador Paim muito bem colocou, é importante para que nós avancemos no trabalho decente, no trabalho de qualidade, reforçar os órgãos técnicos governamentais como a própria FUNDACENTRO que tem por missão a produção e difusão de conhecimen-

tos para promover a saúde segurança no trabalho e sem dúvida garantir o desenvolvimento sustentável. A FUNDACENTRO ela já tem 40 anos. É mais nova do que nós um pouco, que alguns são cinqüentões.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu protesto que mais nova do que eu, não.
[risos]

Por que é que todo mundo riu aí? Já vi que você tem razão. Estou errado. É mais do que cinqüenta.

SR. REMÍGIO TODESCHINI: E ela tem um trabalho importante desenvolvido em várias produções, vários estudos, várias pesquisas, tem uma revista também de saúde ocupacional onde foram publicados mais de mil artigos e contribuindo para o aperfeiçoamento da saúde segurança no trabalho no Brasil. Vendo o setor sucroalcooleiro é importante saber que nós temos hoje cerca de um milhão de trabalhadores nesse setor, a situação é extremamente penosa quando 80% da cana já está relatado nessa Mesa é colhido à mão e a mecanização ela acontece principalmente em São Paulo com 25% da cana em São Paulo colhido por máquinas. Da produção de cana nós temos 55% ela se destina a álcool, 45% a açúcar e hoje nós temos uma produtividade de que cada tonelada de cana são extraídos cerca de 70 litros de álcool.

Problemas para o meio ambiente da produção de cana. A monocultura tem o desgaste próprio da terra. Há uma redução significativa de outros plantios. Há uma eliminação da fauna complementar. Problemas já aqui ditos pelos vários representantes aqui, tanto da universidade como dos trabalhadores. Há uma substituição bastante acentuada na medida em que há a mecanização da mão-de-obra, então há um aumento do desemprego no campo, há uma relação precária de trabalho, e a produção em grandes áreas tem como consequência uma redução da agricultura familiar. Importante aqui ver um quadro estatístico de 2002 a 2005 sobre a taxa de incidências de acidentes do trabalho. Enquanto no Brasil a nossa taxa, a média é 19.51, no setor sucroalcooleiro que vai da moagem até o cultivo nós temos uma incidência de 2,5 a 4 vezes mais de acidentes comparados com os demais setores. Então, inclusive sendo crescente. Principalmente vendo o gráfico, a linha verde que é de moagem de açúcar, onde nós temos cerca de quatro vezes mais a incidência de acidentes de trabalho total.

Comparativamente com o número de acidentes totais, por exemplo, no último ano, 2005 que são as estatísticas da Previdência, tivemos 491 mil acidentes, 23 mil, 787 foram do setor sucroalcooleiro. Recordando aqui, Senador Paulo Paim, esses são os dados relativos que quem tem proteção seguro acidente de trabalho. São 30 milhões trabalhadores seletistas, sa-

bem que os demais não estão abrangidos inclusive por essa estatística. E a gente vê que 2002 quando tínhamos 4.29% das estatísticas do setor sucroalcooleiro com intensificação da produção, este número ele está crescendo chegando a quase no ano 2005 a 5%. Um outro dado importante aqui no comparativo dos acidentes de trabalho Brasil e regiões. Quanto que em 2005 nós tivemos como número total cerca de 24 mil acidentes no setor, o setor sudeste, a região sudeste é a campeã com cerca de 13 mil acidentes, seguida do nordeste com 7.197, o sul 1.881, região centro-oeste 2.340 e norte 102 acidentes.

Fatores organizacionais até fruto de algumas pesquisas da própria FUNDACENTRO que provocam o esgotamento. É a definição de metas individuais e coletivas vinculadas à forma de pagamento. Nos anos 60 havia um corte em que cada trabalhador ele cortava seis toneladas. O ano passado isso dobrou. São 12 toneladas/dia por trabalhador. Essa métrica é estabelecida no Estado de São Paulo. Então fatores organizacionais como prêmio ou multa ou suspensões intensificam o trabalho. Além de em algumas usinas se estabelecerem rotinas operacionais rígidas que atrapalham a própria execução do trabalho quando na aplicação da ISO 9002. Continuando nessa pesquisa sobre causas de acidentes e mortes, há uma ausência constante de proteção coletiva. Se constata no Brasil todo parte de desnutrição, desidratação, estresse por calor. É bom ressaltar que sempre a colheita se dá nos períodos de verão. Tanto no caso da região sudeste como região nordeste. Alojamentos inadequados, EPIs inadequados, tamanho único, luvas não aderentes, desconfortáveis e sem troca periódica. Trabalho junto a grandes máquinas em movimento, propiciando também acidentes fatais, jornadas extensas, ausência de descanso, trabalho sob sol, chuva, fuligem, sacarose, uso de agrotóxicos, maturadores e queimadas e condições muitas vezes inadequadas de transporte.

Enfim, sintetizando os riscos a que os trabalhadores do setor sucroalcooleiros estão expostos. Químicos, agrotóxicos, herbicidas, maturadores. Físicos, calor, frio, úmido, radiação solar. Mecânicos, atrito, pressão, vibração, fricção, o EPI inadequado que em muitos casos aqui o próprio Darci da alimentação falou, há um aumento constante da questão de LER e DORT. Quer dizer, problemas osteomusculares. Biológico, bactérias, fungos, vírus, animais peçonhentos. Organizacional, forma de pagamento, turno, jornada, pausas, normas de produção, e operacionais, postura, força onde também tem uma métrica até um golpe de facão por segundo nesse corte de cana. Na seqüência apresentamos as taxas de mortalidade do setor. As taxas oficiais, os acidentes registrados dos trabalha-

dores que têm carteira profissional. Vemos que houve um aumento significativo de mortes no setor de refino e moagem de açúcar, que é 16.25 vezes maior do que a métrica do Brasil que está diminuindo. É bom saber que nós estamos num dissenso na taxa de mortalidade no Brasil. Mas conseqüentemente nesse setor e subsetor há um aumento. No setor de álcool, 2.09. No setor, vezes mais do que a média, no setor de usina de açúcar 1.53 e no cultivo 1.5. Evidente que no cultivo como tem uma taxa muito pequena também isso decorre de parte dos trabalhadores não estarem registrados. Aí tem também a questão da subnotificação. No comparativo passando do setor do total de mortes, no ano de 2005 nós tivemos 2.708 mortes no Brasil em acidentes do trabalho. Das quais 84 mortes são as registradas, ou seja, há também aqui pelas estatísticas oficiais um crescente número de mortes nessa participação relativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só uma dúvida. Por ano quantas mortes?

SR. REMÍGIO TODESCHINI: No Brasil 2.708. No setor sucroalcooleiro 84.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só fiz essa pergunta pq teve um debate aqui e eu dei esse dado e um Senador não acreditou que 3.000 pessoas tenham morrido por ano no Brasil por acidentes. Ele não acreditou. É quase inaceitável.

SR. REMÍGIO TODESCHINI: É. O importante é que se compararmos os dados de acidentes com outro registro administrativo que é o DATASUS, nós temos, por exemplo, causas externas o dobro de mortes. Agora, nós precisamos até uma das necessidades é fazer com que todos os dados, registros e a questão da PNAD e também tenham as informações sobre saúde segurança do trabalho. Que nós não temos. Nós precisamos inclusive sistematizar.

Continuando por morte no setor sucroalcooleiro por regiões. Temos no Brasil 84 mortes sendo que metade dessas mortes ocorrem no nordeste vinculadas principalmente a usinas e cultivo. Em segundo lugar, 28 mortes no setor sudeste isso no ano 2005, em terceiro lugar na região centro-oeste com nove mortes, no sul com cinco e no norte duas mortes. Como houve um pedido inclusive da Presidência da Mesa dessa Comissão, que ações necessárias para que nós tenhamos melhorias nesse setor? Fiscalização sobre a terceirização informalidade da mão-de-obra. É bom ressaltar que o Ministério do Trabalho tem uma ação exclusiva dirigida para a área rural, temos no Brasil hoje cerca de 3.800 fiscais, mas há uma necessidade maior de fiscais principalmente para atingir o campo devido a grande extensão continental do Brasil. Fiscalização de usinas, fornecedores de cana, condomínios, consórcios

de mão-de-obra. Verificar inclusive nos trabalhadores formais como se dá de fato o programa de controle médico de saúde ocupacional. Que muitas vezes pode ser simplesmente um atestado sem atestado a situação de saúde do trabalhador. Como tem um grande problema da desidratação, é preciso ter uma análise de água, soro fisiológico a disposição nos leitos onde há o corte de cana. Importante que haja o cumprimento das pausas conforme NR 31. Duas pausas remuneradas de 20 minutos após duas horas de trabalho devido esse intenso e degradante trabalho. Descanso semanal legal, turno cinco por um. Pq o que acontece na prática é que durante o período de colheita o trabalho fica 15, 20, 30 dias sem nenhuma folga. Preenchimento das comunicações de acidente de trabalho. Conforto dos EPI. Não é qualquer EPI até porque a FUNDACENTRO tem como uma das suas atribuições dar conformidade dos EPIs para ver se eles são adequados ou não. Aí se compra um EPI sem qualquer segurança como o Dario aqui colocou.

Transporte seguro aos trabalhadores com a certidão liberatória que é justamente a certidão onde trabalhadores q só saem dos seus Estados e dos seus Municípios mediante o atesto de que esse trabalho está registrado. Isso é feito pelas DRTs. Alojamentos limpos, alimentação equilibrada e [inaudível] nos leitos de cana. Importante que nesse trabalho, Senador, e sei que durante o período da Constituição em 88 alguns setores ganharam aqui, principalmente o pessoal de turno jornada de seis horas é necessário discutirmos seriamente a redução da jornada para os trabalhadores, os canavieiros. Pesquisas que são necessárias isso também venho aqui em nome da FUNDACENTRO e Ministério do Trabalho para ampliarmos também a questão do nosso orçamento para ampliarmos as pesquisas. Pesquisar o efeito dos maturadores utilizados na cana associados a adubos após a queima porque há uma constatação verificada na Nicarágua que houve 1.383 mortos que trabalhavam no setor de cana por insuficiência renal crônica pelo uso de maturadores. Então essa é uma questão que nós precisamos iniciar pesquisas urgentes no País. Os efeitos dos agrotóxicos e queimadas. A carga laboral, metas de produção, a intensificação do trabalho. O trabalho diferenciado dos diversos tipos de cana. Pq no País tem cana crua, caída, rolada, curva de nível, beira de canal, que são condições totalmente diferentes para se estabelecer inclusive qualquer meta de produção. E evidente também o trabalho já que é cultivo e corte, das diferentes estações do ano.

Finalizando importante que nós tenhamos também um banco de dados integrado, até porque a questão de saúde de segurança no trabalho no Brasil ela

é tratada por três Ministérios. Ministério do Trabalho, FUNDACENTRO e a fiscalização, saúde com atenção à saúde que dá assistência ao trabalhador acidentado, e a Previdência que paga o benefício para que essas informações sejam integradas e que nós tenhamos também incluída, aqui tem o Senador também Suplicy, um dos grandes especialistas em economia, porque nós temos no setor informal constatados os problemas de saúde e segurança no trabalho. Por exemplo, na PNAD, incluir um campo próprio para a questão de saúde de segurança no trabalho. Como também cruzar todos os registros administrativos quer seja do trabalho, saúde e Previdência. E importante também que é um fator de esgotamento crucial que está levando inclusive trabalhadores canavieiros à morte, são as formas de controle da produção de canaveiro. [soa a campanha]

Por fim, Senador Paim, seria importante, e aí é uma oportunidade na TV Senado, a FUNDACENTRO ela sintetizou a sua produção em vídeo em 12 minutos colocando as condições de trabalho e quais são as propostas de melhoria para esse setor que está colocado nesse vídeo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Encaminhamento respondendo já. Nós vamos fazer as três Mesas, e termina a terceira Mesa passa. Porque é filmezinho pequeno. 12 minutos. Depois abre o minuto. São 12 minutos, né?

SR. REMÍGIO TODESCHINI: 11 minutos. Se quiser passar...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós vamos passar no encerramento da Mesa. Então nesse momento a gente desfaz essa Mesa, convidamos aos painelistas que retornem ao Plenário e... Nesse momento, não. A conclusão vai ser no encerramento. Serão três Mesas seguidas, depois teremos espaço para a conclusão e para o debate e a palavra dos Srs. Senadores. Então nesse momento eu convido o Dr. Alessandro Santos de Miranda, Procurador do Trabalho e coordenador da Coordenadoria Nacional da Defesa do Meio Ambiente e do Trabalho. Convidamos também o Sr. Alexandre Betinardi Strapasson Coordenador-Geral de cana-de-açúcar e do álcool da Secretaria de Produção de Agroenergia do Ministério da Agricultura, e também o Sr. Manoel dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, CONTAG. E ainda nessa Mesa o Sr. Artur Bueno de Camargo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Alimentação CNTA.

A terceira Mesa, vou anunciar a terceira Mesa. Será o Sr. Siderlei Silva de Oliveira, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Alimentação,

e o Sr. Clovis Veloso Queiroz Neto, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, e ainda Valdinei Antonio Arruda, Vice-Presidente do Sindicato Nacional de Auditores Fiscais do Trabalho. E José Silvestre Prado de Oliveira representando o DIEESE. Teremos mais uma Mesa nesse momento. Eu vou de imediato iniciar os trabalhos, terminado a terceira Mesa nós podemos ver o filme por 11 minutos e aí vamos ao debate entre todos aqueles que fizeram uso da palavra.

Começamos pelo Dr. Alessandro. O Dr. Alessandro V.Ex^a tem 10 minutos com mais cinco e se for necessário a Mesa será tolerante.

SR. ALESSANDRO SANTOS DE MIRANDA: Muito obrigado. Bom dia a todos. Meu nome é Alessandro Miranda eu sou Procurador do Trabalho aqui em Brasília, sou Coordenador Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho e estou aqui representando, Senador, a Dr^a. Sandra Lia Simon, Procuradora-Geral do Trabalho que ficou bastante honrada com o convite, mas infelizmente já possuía outros compromissos e mandou agradecimentos pessoais.

O Ministério Público do Trabalho, nós investigamos todas as questões relativas as questões trabalhistas e nós possuímos metas institucionais para priorizar nossa atividade e entre essas metas está o combate ao trabalho escravo, a erradicação do trabalho infantil, a melhoria das condições de trabalho do meio ambiente de trabalho, o trabalho portuário, enfim administração pública e contratações, várias facetas. Nós possuímos investigação especificamente com relação ao setor sucroalcooleiro no Brasil inteiro. Especialmente nos Estados do nordeste, centro-oeste, sudeste e temos uma atuação bastante intensa em Goiás, posso citar alguns Estados, São Paulo na região de Campinas, nordeste, Alagoas, Recife, enfim, várias atuações. Na verdade, o Dr. Remígio ele fez um Raio-X brilhante da atuação do que ocorre nesse setor alcooleiro. E o que eu posso passar aqui alguma experiência prática de investigações que nós produzimos. O que nós exigimos quando chegamos numa fazenda de cana-de-açúcar ou qualquer outra e no setor, enfim, nas usinas que transformam esse produto em álcool, é simplesmente o cumprimento da norma regulamentadora 31 do Ministério do Trabalho e Emprego que trata da questão do trabalho da agricultura etc. Quando chegamos nessas fazendas o que nós encontramos em várias fazendas existe efetivamente trabalho escravo ou trabalhos em formas degradantes. E isso é uma meta muito forte do Ministério Público do Trabalho como também Ministério do Trabalho e Emprego combater esse trabalho, tanto é que existe um grupo móvel que percorre o Brasil,

já fiz parte desse grupo móvel e percorremos essas fazendas do interior do País. Quando nos deparamos com esses trabalhadores observamos que o trabalho deles é feito com intenso esforço físico, em atividades repetitivas, com posturas inadequadas e forçadas. Isso já gera uma série de acidentes e doenças ocupacionais. Quando eu falo de atividades repetitivas eu estou falando de trabalhadores que cortam por dia 30 toneladas de cana-de-açúcar, o que é difícil de imaginar o que seja isso. E que pode levar inclusive à morte por fadiga como já aconteceu em vários casos. Nós observamos que as ferramentas utilizadas para o corte, a colheita, enfim, a execução do trabalho são inadequadas tanto ergonômicamente, como em termos de efetividade. Não adianta dar uma foice com um cabo curto que o trabalhador vai ter que trabalhar na posição envergada e vai causar problemas na sua coluna, enfim sua musculatura. Também a exposição intensa a fuligem, ao calor, a temperatura, radiações solares, outras intempéries esses trabalhadores via de regra trabalham no campo sem nenhuma proteção. As jornadas são extensas, geralmente sem a concessão das pausas, como o Dr. Todeschini da FUNDACENTRO citou, e essas pausas são muito importantes para qualquer atividade para reposição orgânica, enfim para a manutenção da saúde desses trabalhadores. Saúde mental e física. Não há reposição de águas, não há abrigos, a NR 31 ela diz que nesses locais de trabalho devem haver abrigos contra intempéries, de vem haver abrigos sanitários limpos, com tampos de lixo. O que a NR 31 fez foi trazer um pouco de dignidade a esses trabalhadores. Infelizmente a NR 31 não é cumprida integralmente e essa é a função da fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério Público do Trabalho como a função de todos aqui e toda a sociedade. Fazer com que sejam cumpridas essas normas mínimas para garantir um pouco de qualidade de trabalho para esses trabalhadores. Outro fator que foi identificado, muitos desses trabalhadores são migrantes de outros Estados. Eles podem ser portadores de doenças endêmicas e estão transmitindo essas doenças de seus Estados de origem para Estados onde estão prestando os serviços e posso citar chagas, esquistossomose, febre amarela, Malásia, entre outras. Então eles trazem as doenças de seus Estados e transmitem para os trabalhadores daquela frente de trabalho.

A atuação do Ministério Público do Trabalho ela tem uma tríplice vertente. Ela é preventiva, pedagógica, punitiva. Nós atendemos que melhorando a qualidade de vida dos trabalhadores todos ganham. Os trabalhadores em qualidade de vida, os empregadores em produtividade, e o Governo que não vai ter que arcar com benefícios sociais, enfim, todos saem ganhando

nessa relação. Medidas que nós tomamos Ministério Público do Trabalho para tentar adequar entre outras já citadas pelo Dr. Remígio Todeschini da FUNDACENTRO. A exigência de que sejam realizados os exames médicos adimensionais periódicos complementares, dimensionais entre outros. A exigência que haja registro detalhado da saúde ocupacional dos trabalhadores seja por atestados médicos, se houver comunicação de acidente de trabalho que tudo isso conste de um dossiê do trabalhador para que possa ser acompanhada a questão da saúde dos mesmos. Nós exigimos as vacinações relativas a doenças, e também a disponibilidade nos estabelecimentos de trabalho de vacinas contra animais peçonhentos que esses ambientes de cana-de-açúcar são bastante propícios, o acesso fácil e urgente, rápido e de qualidade aos hospitais caso haja necessidade de prestar alguma assistência médica, temos vários relatos de trabalhadores que morreram por fadiga, morreram no ônibus da fazenda até o hospital porque não tiveram tempo de chegar aos hospitais e tomar o soro fisiológico, ter o descanso, simplesmente porque demorou o atendimento.

A notificação obrigatória das doenças e dos acidentes de trabalho, uma questão que nós priorizamos bastante a questão da alimentação quando ela for fornecida que seja condigna a repor aqueles nutrientes que os trabalhadores perderam e que possam repor a capacidade física para que possam continuar trabalhando não só no próximo turno, mas também nos próximos dias, a questão dos equipamentos de proteção individual, eles devem ser ergonômicamente corretos, os instrumentos perfurocortantes devem ser protegidos, os equipamentos quando não estiverem em boas condições devem ser substituídos pelos empregadores, que devem inclusive ensinar como deve ser manuseados esses equipamentos de proteção individual e os equipamentos de trabalho. É uma obrigação do empregador.

A questão dos agrotóxicos nos preocupa bastante, não é muito aplicado na cultura de cana-de-açúcar, mas também em outras culturas agrícolas, e não há uma orientação do trabalhador e por mero desconhecimento eles podem acabar se contaminando, contraindo doenças graves ou até chegando à morte. E a questão de abrigos quando o trabalho é realizado em frentes de trabalho para que eles possam ter um ambiente coberto para o descanso, para a pausa, para a recomposição física e mental, a questão de sanitários dignos e condizentes à dignidade do trabalhador separados por sexo, os refeitórios que sejam limpos e com assentos suficientes para todos os trabalhadores, a questão dos dormitórios também quando os trabalhadores eles habitam naquela região, geralmente ocorrem

na safra, os trabalhadores vêm de outros Estados e passam meses naquela fazenda, então nós exigimos também a questão dos dormitórios.

Eu gostaria de destacar que o Ministério Público do Trabalho, o Ministério do Trabalho e Emprego tem uma atuação bastante intensa nessa atividade como em outras, e chamar atenção parabenizar pela realização dessa Audiência Pública que nós temos que chamar atenção para toda a sociedade. Todos têm alguma obrigação, os empregadores, os órgãos de fiscalização, os trabalhadores, aqueles que consomem esses produtos [soa a campainha] derivados dos produtos sucroalcooleiros, então é muito importante ressaltar a responsabilidade de todos. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Importante registrar que nessa Audiência Pública estão participando conosco, entre ficando e tendo que sair devido a outras Comissões, o Senador Suplicy, Senadora Fátima Cleide, Senador Cícero Lucena, Senador José Nery que está aqui conosco, Senador Suplicy também, Senador César Borges, Senador Romeu Tuma, Senador Cristovam Buarque e a Senadora Serys Slhessarenko que também está aqui conosco.

Passo a palavra nesse momento ao Sr. Alexandre Betinardi Strapasson, Coordenador-Geral de cana-de-açúcar e do álcool da Secretaria de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura. 10 minutos com mais cinco com a tolerância devida, se necessário.

SR. ALEXANDRE BETINARDI STRAPASSON: Um bom dia. Quero cumprimentar o Senador Paulo Paim, cumprimentar todas as autoridades aqui presentes, dizer que é uma satisfação estar aqui para discutir temas importantes como esse e parabenizar a Comissão por puxar para essa Casa esse tipo de discussão que é fundamental. Eu acho que é importante a gente qualificar algumas informações a fim de evitar extremismos tanto dos que dizem que não tem problema nenhum quanto os que só apontam problemas. Acho que é importante a gente conseguir ter uma discussão de alto nível sobre esses assuntos em prol de uma agenda positiva. Em prol da melhoria das condições de trabalho no setor canavieiro.

Bom, inicialmente eu quero colocar aqui algumas questões com relação ao etanol como um todo. Eu acho que o Brasil hoje se depara com novo período de glória da cana-de-açúcar, período do Proálcool que nós tivemos o fim do Proálcool em termos formais, legais, passamos a década de 90 por um período difícil e agora estamos retomando um período extremamente importante para o desenvolvimento nacional com uma oportunidade do Brasil se tornar um líder internacional

na área de energias renováveis e exportador não só de energia limpa, mas também de tecnologias limpas. Então eu quero dizer com isso é que nós não podemos culpar a cana-de-açúcar, mas sim o processo como está sendo conduzido. Quer dizer, precisamos trabalhar o processo, e não a cana em si. Quer dizer, e não o etanol em si. Porque esses produtos são fundamentais. O etanol gerador de emprego, gerador de renda, é renovável, reduz o impacto das mudanças climáticas. Quer dizer a gente está no caminho certo. A questão é lapidar as dificuldades, enfrentar os problemas e seguir adiante.

Com relação às atividades do Ministério da Agricultura no qual eu represento e inclusive quero registrar que o Ministro Reinold Stephanes não pôde estar presente, mas que muito recentemente esteve presente aqui nessa Casa discutindo outros assuntos da agroindústria canavieira.

Bom, no Ministério da Agricultura nós em linhas bastantes gerais nós tratamos principalmente da agenda internacional, da agroenergia como um todo, sobretudo o etanol, biodiesel e etanol, temos um diálogo permanente com o setor privado e com a sociedade, com os representantes da sociedade civil organizada, e tratamos, sobretudo, da gestão da produção canavieira nas fases agrícola e na fase industrial nacional. O álcool quando ele é vendido como combustível a responsabilidade da Agência Nacional de Petróleo através do Ministério de Minas e Energia, no entanto obviamente as questões trabalhistas são atinentes ao Ministério do Trabalho, ao Ministério da Saúde e ao Ministério da Previdência, sobretudo o Ministério do Trabalho. Obviamente nós trabalhamos de uma forma articulada e procuramos sempre dar o apoio e o suporte a esses ministérios em assuntos que o Ministério da Agricultura possa contribuir a essa discussão.

Bom, com relação especificamente à questão trabalhista do setor canavieiro, independente da questão do trabalho, ou da dificuldade do cortador, etc, o que nós estamos observando é que há uma tendência de mecanização do processo de colheita. As unidades novas, as unidades industriais novas nós temos aproximadamente 77 unidades industriais, usinas previstas até 2010 sendo que hoje nós temos 350, essas unidades novas todas já são previstas para entrar com colheita mecânica. E muitas usinas estão passando para a colheita mecânica principalmente no Estado de São Paulo que é uma lei que proíbe gradualmente a pré queima da cana para proceder a colheita manual. Isso tem dois aspectos. O positivo e o negativo. O positivo é pelo lado ambiental. Realmente a colheita mecânica você evita a queima e você pode manter a palha no solo, você reduz a aplicação herbicida, você

tem uma série de vantagens em redução de impactos de poluentes atmosféricos etc. No entanto, uma colhedora de cana junto com caminhões acoplados e carretas acopladas que você tem que fazer é um processo onde vai uma colhedora junto com o caminhão ao lado para transporte isso custa em torno de 800 mil reais. Uma colhedora com caminhão, etc. Então isso só uma. Estou falando de uma colhedora com caminhão acoplado. Então não são todos os produtores que tem capital inicial suficiente para entrar com colheita mecânica. Além disso a colheita mecânica não pode entrar em áreas com declividade acima de 12% e quando nós olhamos principalmente a região nordeste o plantio de cana é feito em declividades muito altas. E por outro lado, ao estimular a colheita mecânica que na verdade é um cenário já tendencial, não é nem porque o Governo quer é porque o próprio setor privado está caminhando para isso onde há uma liberdade muito grande de mercado hoje em dia. Não há mais intervenção como existia no tempo do açúcar e álcool que foi extinto em 1990, a grande dificuldade é que ao inserir uma colhedora de cana, nós estamos tirando 30 cortadores de cana. 30 cortadores de cana que vão para qual atividade? Esse é o grande desafio. O que não pode acontecer é o estímulo inconseqüente, digamos assim, de uma colheita mecânica por si só sem uma preocupação de inclusão, de inserção desses trabalhadores. Isso que é um assunto extremamente importante para que nós não tenhamos uma pessoa que estava envolvida na atividade agrícola indo para os centros urbanos e nós já sabemos as gravidades que nós temos hoje de pessoas refugiadas pelo êxodo rural que não encontram oportunidades no meio urbano e ficam totalmente desamparados. Então é fundamental ter a inclusão desses trabalhadores e a inserção em outras atividades da agricultura canavieira. O que nós estamos presenciando é um aumento muito grande do setor, e mesmo com o avanço da mecanização estamos presenciando um aumento do número de empregos.

Então, há oportunidades de reinserir essas pessoas que estão envolvidas no corte da cana nas operações da própria indústria. Pelo lado do Ministério da Agricultura, nós também observamos que realmente há uma demanda muito forte em se intensificar processos de fiscalização, que responsabilidade do Ministério do Trabalho, mas nós entendemos as dificuldades dos nossos colegas no Ministério do Trabalho em conseguir atender a todas essas demandas trabalhistas. Mas é fundamental a gente ter uma fiscalização maior, mais apurada. O cumprimento da NR 31 que é uma norma que estabelece todas as condições, qual a distância que tem que ter um sanitário, como é que tem que ser

o piso, o transporte dos trabalhadores tem que ser coberto, não pode ser caminhão aberto. Quer dizer, todas essas regulamentações já estão bem definidas. Questão implementar isso de fato. A questão das certificações também. Cada vez mais nós vemos usinas e grupos tentando e algumas já com ISO 14 mil, ISO 9000, etc, então isso é um processo de amadurecimento empresarial que nós estamos presenciando, mas que realmente há muito que se construir.

Bom, é fundamental também fazer uma análise comparativa. Porque às vezes as pessoas olham só quando vão discutir agricultura canavieira, olham só para a questão do etanol e da cana. Como se isso não acontecesse em outros setores como construção civil, por exemplo, onde o número de mortes é muito maior e outros setores. Obviamente que nós não queremos aqui nos fazer o nivelamento por baixo. Mas acho que é importante qualificar a discussão que o trabalho da agricultura e da construção civil têm uma outra lógica que o trabalho de serviços, por exemplo, no ambiente urbano. Entender que essa lógica é diferente. O salário, a remuneração salarial do cortador de cana é claro que nós gostaríamos que fosse melhor, mas é importante reconhecer que ela é superior a outras atividades do meio rural. Em geral. Em média. Estou falando aqui em números médios.

Então, [soa a campainha] essa análise comparativa ela é importante justamente para a gente ter clareza desses números, e não penalizar um setor que tem uma contribuição muito grande, e numa forma um olhar específico extremamente concentrado. Por exemplo, quando nós olhamos o número de trabalho envolvido para você produzir em barril equivalente de petróleo para a gasolina e para o álcool. O álcool gera uma quantidade superior a cem vezes mais trabalhadores em unidade de energia equivalente a gasolina. Então nós falamos, nós somos contra o álcool porque ele usa mão-de-obra muito degradante e somos contra o álcool. Olha, isso é uma insanidade, porque então vamos optar pela gasolina. Então vamos trabalhar dentro do álcool para ter um trabalho mais digno e condições mais saudáveis de trabalho.

Bom, eu sei que meu tempo está esgotando, queria só deixar aqui mais dois conceitos finais, que se a gente está discutindo uma agenda positiva para etanol e isso é uma estratégia nacional, a gente vê um apoio tanto do Congresso para a agroenergia, é um esforço muito grande do Poder Executivo, é o que o próprio Presidente Lula tem levado nas discussões internacionais, o etanol está na bandeira de quase todas as pautas com outros Países, e nós não podemos perder essa oportunidade por questões que nós temos que resolver domesticamente. As questões ambien-

tais, as questões trabalhistas, são desafios internos para o Brasil que o Brasil tem que saber gerenciar isso para não perder justamente essa oportunidade. Nós vemos na agroenergia, uma grande chance do Brasil realmente ter um crescimento sustentável de base que quando nós olhamos outros tipos de indústria, fazendo uma rápida análise histórica no processo de industrialização europeu, toda essa massa que estava no meio rural, populacional que estavam no meio rural, eles migraram um pouco para o ambiente urbano, mas uma grande parcela foram imigrantes que o Brasil, etc, e outros Países, quer dizer, houve número muito grande de pessoas que saíram desses Países. Ora, o Brasil passou por um processo de industrialização e ainda está nesse processo só que nós não temos esse modelo europeu. Essas pessoas estão migrando para onde? Para os centros urbanos e não para outros Países. Claro que nós temos pessoas morando aqui de outros países, mas muito diferente do fenômeno europeu. E ao observar no agronegócio, na agroindústria uma oportunidade de gerar emprego no meio rural, isso torna-se extremamente estratégico. Sem falar que outros tipos de indústria, por exemplo, indústrias automobilísticas e outras, elas podem facilmente migrar para outros Países. A agroindústria canavieira, não. Como é que você vai migrar uma usina para outro País? Você não consegue exportar cana. Você tem que ter a indústria aqui mesmo. Então o etanol e a agroindústria canavieira são fundamentais para o desenvolvimento sustentável nacional. Então quero deixar o Ministério da Agricultura aqui a total disposição dos senhores, aos colegas envolvidos com o assunto, para a gente estar sempre discutindo essas questões sem querer fugir das discussões por mais difíceis que elas sejam, das dificuldades que nós temos, nós reconhecemos que realmente há muitos problemas com as questões trabalhistas na agricultura canavieira, mas cremos que é possível a gente superar isso, avançarmos nas discussões, avançarmos as questões de fiscalização, etc, junto com o Ministério do Trabalho para que nós tenhamos um setor com crescimento realmente sustentável. Tanto no aspecto econômico quanto no aspecto ambiental, quanto no aspecto social. De minha parte é isso. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu registro também a presença já conosco da Senadora Lúcia Vânia, que é também uma estudiosa desse tema e uma lutadora pela causa. Seja bem-vinda Senadora Lúcia Vânia.

Passo a palavra nesse momento ao Sr. Manoel dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos

Trabalhadores na Agricultura, CONTAG. Dez minutos com mais cinco e a tolerância necessária.

SR. MANOEL JOSÉ DOS SANTOS: Eu quero inicialmente agradecer o convite, saudar ao Senador Paim por essa iniciativa, e também saudar os meus componentes de Mesa e a todos os presentes.

As posições aqui feitas já pelos fiscais de trabalho, pelos técnicos em segurança do trabalho e pelo Remígio, até dispensaria se fazer comentários a respeito das condições de trabalho no setor sucroalcooleiro. Mas quero focar uma outra realidade que é um certo processo histórico. Concordo plenamente com o representante do Ministério da Agricultura que nós não podemos ser preconceituosos com a cana. Achar que a cana não é um produto importante. A cana é um produto importante, economicamente para o País o que nós precisamos aprofundar é como ela tem sido plantada, explorada e para quem fica o resultado da produção econômica da cana-de-açúcar.

Nós tivemos desde o processo da colonização a cana é presente, tem estado presente como um dos produtos agrícolas mais importantes desse País. E tivemos nos anos 70 a grande arrancada do Proálcool, sobretudo, com foco prioritário no nordeste, aonde nós tivemos aí um grande problema. Primeiro, essa produção nobre e importante começa primeiro afastando o que era de arrendatários pequenos proprietários e transformando toda a região litorânea do nordeste em um grande... Uma grande área verde onde só tinha cana. Então não é possível se plantar agricultura familiar junto de um canavial porque os herbicidas que são usados não ficam só no local da aplicação, ele prejudica as pequenas propriedades numa grande área, além disso os que eram pequenos proprietários e que eram arrendatários forçado pelo crescimento na época do Proálcool eles se transformaram de trabalhadores autônomos que trabalhava por conta deles, se transformaram primeiro em assalariados. Tiraram toda e qualquer capacidade deles continuarem pensando a capacidade de gerenciar seus negócios, de ser homens e mulheres que pudessem de fato pensar como desenvolvesse no meio rural.

Nós vivemos a quinta geração de assalariados no nordeste, eu sou de Pernambuco, e para mim era uma grande tristeza quando reunido nas assembleias com os trabalhadores assalariados da cana falávamos com eles da importância de eles poderem pensar em ter um pedaço de terra e esse sentimento de ser senhor do seu negócio já não existia mais esse sentimento. E os trabalhadores diziam: Eu não quero saber de terra. Eu não sou minhoca para querer terra. Eu quero dinheiro, eu quero salário.

O que nós tivemos? A grande proposta de exploração naquele sistema era que os trabalhadores assalariados receberiam seus salários e a exploração da cana traria essa distribuição de renda para os assalariados. Nós chegamos no Estado de Pernambuco a ter 45 unidades industriais entre usinas e destilarias. Isso montado a custo de altos subsídios públicos. No momento em que o Estado começa a se retirar, no final dos anos 80 e anos 90, vem a crise e dessas 45 unidades industriais apenas 16 resistem. As demais entram em falência, os usineiros faliram. Esse é o grande problema. Os usineiros começaram a transferir seu capital para outras regiões mais favoráveis e vieram fazer exploração aonde? No Sudeste, em Minas Gerais, em São Paulo, no Centro-Oeste, em Goiás, no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul. Mas ficaram com as terras para apresentar como setor quebrado e que precisariam de apoio público novamente para reconstituir o setor de produção de cana. Nós... Esses trabalhadores que tinham sido transformado de agricultores familiares, chamados na época de pequenos produtores ou com terra própria ou arrendatários, eles se transformaram primeiro em assalariados e depois em favelados. Não tendo mais emprego nós tivemos uma diminuição no nordeste de cerca de 300 mil empregos/ano, e esses trabalhadores foram para favela. Estão lá sem perspectiva de vida. Isso levou aos sindicatos que antes trabalhava a busca da relação de trabalho, melhorar as condições de trabalho, melhorar os salários, ter que entrar numa outra luta, lutar para desapropriar as terras improdutivas para tentar transformar esses trabalhadores em agricultores familiares. Mas, Srs. Senadores e convidados, o que nos assusta é que alguns grupos que quebraram uma usina no nordeste abriram duas no Sudeste. Então você não conhece usineiro pobre. Você tem trabalhador miserável muitas vezes porque as relações de trabalho não trazem de fato essa possibilidade de uma remuneração significativa, um tratamento digno. Quando nós chegamos a ter usinas e fornecedores de cana que não fornece água potável para seus trabalhadores imagine do que é que nós estamos falando. O companheiro Remígio aqui falou da crescente tarefa de trabalho a ser desenvolvida por um cortador de cana que nos anos 60 eram 6 toneladas e agora é 12, é mais grave ainda, companheiro Remígio. Seis toneladas, na verdade, era nos anos 60 e na região do Nordeste. Hoje, 12 toneladas no Sudeste, é a média que as usinas cobram para contratar o trabalhador. Se não cortar de 12 acima ele não será contratado. Então o trabalho incentivado numa direção de que quanto mais você cortar mais você ganha leva o trabalhador a se envolver num processo de atividade

que leva ao extremo da exaustão e à morte. Esse é o grande problema.

Um outro mais sério problema, os usineiros passaram a não mais trabalhar, por exemplo, no Nordeste com os trabalhadores locais, porque esses trabalhadores foram acompanhados por sindicatos, orientados seus direitos, começaram a fazer o processo da importação de trabalhadores de outros Estados. É um outro grande problema. É a migração, por exemplo, o Estado do Maranhão, o Estado do Piauí, são recordes de importação de mão-de-obra para o Sudeste, para Minas Gerais, São Paulo, aonde o trabalhador não tem raiz, ele não conhece ninguém, ele não conhece o sindicato. O sindicato muitas vezes não pode entrar no local de trabalho e esses homens são tratados como animais. É claro que o trabalhador sem alternativa ele procura, ele vem do Maranhão, ele vem do Piauí, ele vem de outros Estados para cortar cana porque não tem alternativa. E nós temos aí um outro elemento central. Nós estamos vivendo agora outra onda grande, a grande onda do etanol, da energia limpa que todos nós precisamos nos preocupar com a questão da preservação ambiental. Agora, é preciso saber, o álcool, etanol produzido à base de relação de trabalho injusta, com profunda exploração será uma energia limpa? [soa a campainha] Nós precisamos levar em consideração que essa Casa é muito importante estar sendo feito esse debate até porque nós tivemos ultimamente um grande desserviço prestado aos trabalhadores desse País pelo Congresso que aprovou a Emenda 03 que tira claramente a responsabilidade e o poder do fiscal do trabalho de definir se aquele trabalho é um trabalho humano, se é um trabalho justo, ou se é um trabalho degradante. Nós temos outra questão fundamental que precisamos levar em consideração que o Legislativo precisa resolver. É o tamanho das propriedades. Nós não podemos continuar com esse processo da expansão agora do etanol, do biodiesel, grandes extensões de terra vão novamente ser concentrada mais do que já temos no Brasil. Nós não temos uma Legislação que regule o tamanho da propriedade. Então enquanto você puder comprar ou tomar, porque terras são compradas, terras são tomadas, terras são griladas, e nós estamos tendo que parar para pensar sobre isso. Porque em nome do crescimento sustentável do ponto de vista econômico, nós precisamos analisar que sustentabilidade terá do ponto de vista social esse crescimento. Eu ouço o nosso Presidente Lula com a ênfase e o desejo que ele tem de fazer esse País crescer, fazer algumas declarações que os usineiros são heróis. Eu não quero dizer que não tem usineiro que se preocupa mais com a relação de trabalho do que outros. Tem os empregadores que são mais civi-

lizados, mais humanos, eu diria, mas em regra geral a grande maioria trata essa relação de trabalho numa relação inteiramente à distância. Haja vista que são tratados por feitores, administradores, pessoas que ganham porque quanto mais explorem os trabalhadores e tiver produtividade mais eles serão promovidos. Então nessa relação é uma relação que não terá sem dúvida limpeza do ponto de vista dessa energia que nós vamos produzir.

Se não temos limitação da propriedade nós estamos agora correndo risco que mesmo os assentados da Reforma Agrária ou os pequenos produtores onde se localiza uma usina vão ter que sair. Vão ter que sair, ou porque vão ser tentados a vender suas terras ou vão ser espremidos pelos canaviais e não é possível se ter uma pequena propriedade para plantação ou criação de animais no meio do canavial. Então esse é o depoimento que nós aqui trazemos, e queremos solicitar dos Senadores o empenho no sentido de procurar aprovar esse Decreto-Lei 2.351/2006 e a Convenção 184 e também a recomendação 192 da Organização Internacional do Trabalho que são projetos que estão tramitando no Congresso e que precisam ser aprovado para que possa haver a regulamentação nessa relação de trabalho, sobretudo no que diz respeito aos trabalhadores do campo e os cortadores de cana. Nós não somos contrários o trabalho por produção. O que ocorre é que é preciso estabelecer teto. Quanto é que um trabalhador de fato é capaz de cortar de cana no dia? Porque o próprio representante aqui do Ministério do Trabalho, o outro companheiro do Ministério Público, dá conta de trabalhadores cortando até 30 toneladas de cana. Imagine qual é a diferença do trabalhador que cortava seis toneladas no nordeste e aquele que veio a cortar 30 toneladas aqui. Não tem jeito para não morrer. Então nós estamos falando de coisa muito séria e que o Legislativo desse País tem uma responsabilidade muito grande. Por isso a grande mobilização dos trabalhadores pela manutenção do veto presidencial à Emenda 03. Por isso a necessidade que nós temos de enfrentar a discussão das relações de trabalho com justiça social. Não queremos [soa a campainha] o combustível limpo simplesmente para os carburadores. Mas limpo para a vida das pessoas. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra nesse momento ao Sr. Artur Bueno de Camargo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Alimentação.

SR. MANOEL JOSÉ DOS SANTOS: Eu quero entregar ao Presidente a nossa contribuição...

SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO: Sr. Presidente, Senador Paulo Paim...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só um pouquinho Artur... Ele está me entregando o documento e eu recebo como uma contribuição que vai ser incorporada à separata e naquilo que for possível tanto transformar em Projeto todas as contribuições, como o Decreto que você pediu que a gente trabalhe para aprovar. Pois não, Artur.

SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO: Obrigado, Senador. Sr. Senador Paulo Paim, Presidente dessa audiência, os demais Senadores, demais convidados, companheiros, companheiras, representantes sindicais, companheiro Moacir representando o nosso Fórum Sindical do Trabalhador, e também a Nova Central Sindical. Primeiramente eu gostaria de parabenizar ao Senador Paulo Paim por ter realmente proporcionado essa oportunidade para podermos estar discutindo um assunto tão pertinente como a questão do setor sucroalcooleiro. E também, Senador, quero parabenizá-lo por essa iniciativa com relação à questão da tentativa de recuperar aí parte daquele Plano Bresser de 1987 que ainda possa dar essa oportunidade para aqueles poupadores da época. Parabéns.

Eu gostaria iniciar minhas palavras dizendo de que primeiro deixar muito claro de que eu sou favorável ao desenvolvimento, ao crescimento do País, e também o desenvolvimento do setor sucroalcooleiro. Mas é preciso que haja realmente uma regulamentação para esse setor. Que nunca teve. O setor do álcool chegou quase ir à falência por falta realmente de uma regulamentação para o setor. Conseguiu-se levantar e hoje realmente é a bola da vez.

Eu queria falar um pouco sobre a cadeia produtiva de uma forma geral. Se nós analisarmos o que está acontecendo hoje, aonde o setor canavieiro está ocupando o território brasileiro de uma forma assustadora. Alguns Municípios têm tentado se proteger de alguma forma. Nós podemos citar como exemplo o Município aqui de Rio Verde no Estado de Goiás. Que limitou, inclusive, o território do Município para ocupação do setor canavieiro. Só que o Município acaba realmente não tendo este poder para poder limitar e ninguém acaba respeitando. Esta deve ser uma preocupação de toda a sociedade. Porque com a ocupação do setor canavieiro acaba com certeza nós vamos chegar a um determinado momento de territórios que hoje são ocupados por plantio de alimentos serão ocupados por canaviais e de repente vamos ter que importar alimentos para poder abastecer nosso mercado interno. Essa deve ser uma preocupação.

Segundo lugar, a questão realmente do cortador de cana, hoje está havendo aí por parte dos governos

uma ação muito consistente, o próprio Ministério Público também tem tido essa ação, para tentar eliminar a questão das queimadas. Mas o que me impressiona é de que tanto os usineiros quanto os governos só vêm uma alternativa para substituir a questão da queimada que é a mecanização. Nós não podemos enxergar de que existem todos esses problemas que foram colocados por aqueles que me antecederam aqui, os problemas que existem realmente, o massacre que existe em cima dos cortadores de cana, mas o caminho é eliminar eles? Creio que não. São mais de um milhão de trabalhadores no setor no nosso País. E é uma mão-de-obra importante em manter essa mão-de-obra. A manutenção dessa mão-de-obra é essencial. E aí eu entendo, Senador, a necessidade de ter uma lei realmente nacional que pudesse estar regulamentando a questão da ocupação do solo e regulamentando também essa questão da quantidade de canaviais que possa ser mecanizado para nós possamos manter essa mão-de-obra que é muito importante no nosso mercado, e essa questão de que usineiros também dão aí desculpa de que é impossível os cortadores de cana cortar a cana crua, isso é uma desculpa realmente para poder queimar a cana e lucrar mais ainda em cima da questão do custo. É perfeitamente possível você ter os trabalhadores para cortar a cana crua. Evidentemente e os usineiros sabe disso que teria um custo maior. Porque um cortador de cana que corta uma determinada quantidade de cana por dia na cana queimada você precisa de três para cortar a mesma quantidade. E é evidente que isso estaria realmente aumentando o custo. Mas creio que esse seria talvez um caminho para que usineiros dessem a sua parcela de responsabilidade social. Será que o setor não tem nenhuma responsabilidade social para poder estar mantendo esta mão-de-obra em condições dignas de trabalho? E aí eu entro um pouco na questão da tarefa. É impossível você colocar essas metas que é como a história da cenoura e o coelho. Você coloca a cenoura na frente e o coelho corre, corre e nunca alcança. É esse sistema que é utilizado e com isso os trabalhadores acabam realmente chegando à exaltação e até causando mortes. E é importante dizer que dentro daquilo que nós defendemos no setor sucroalcooleiro, é possível fazermos uma luta conjunta independentemente aqui está o companheiro Manoel, Presidente da CONTAG, outros representantes, precisamos ter uma ação conjunta junto com os representantes aqui do Senado Federal para podermos estar buscando alternativas para o setor, para que ele cresça, sim, mas cresça realmente dando condições dignas a esses trabalhadores do setor. Todos nós sabemos de que os antigos engenhos eram realmente

ocupados o setor canavieiro pelos escravos. E esses foram substituídos pelos chamados hoje setor trabalhador do setor canavieiro mais conhecido como bóia fria. É preciso entendermos de que este setor como um todo ele tem uma importância significativa para o desenvolvimento do nosso País. E mais importante, está entrando aqui no setor canavieiro os estrangeiros. Nós estamos vendo aí os Estados Unidos, a Espanha, estão entrando no setor sucroalcooleiro aqui no Brasil. E eles chegam aqui e deparam com essas condições. E é evidente que eles vão dar continuidade a essas condições. Aí a importância e o momento oportuno, Senador, para que nós possamos realmente neste momento buscarmos alternativas para colocarmos em prática condições dignas de trabalho a todos esses trabalhadores do setor canavieiro. E eu quero aqui deixar como proposta para que possa ser debatido, analisado, para que nós colocamos de que haja, sim, a eliminação da queimada porque eu entendo que é inadmissível em pleno século 21 ainda estamos queimando a palha da cana, estamos queimando os animais, estamos agredindo a natureza, prejudicando a saúde da população porque já está comprovado de que essa fuligem da queimada da palha da cana acaba trazendo problemas de saúde principalmente problemas respiratórios principalmente para as crianças e para os idosos. Isso comprovadamente é prejudicial. Então é necessário realmente eliminar a queimada, mas isso não pode estar acompanhado da eliminação desta mão-de-obra, desses trabalhadores do setor do corte de cana. E por outro lado, de que haja realmente uma lei para que possamos fazer com que haja a eliminação da queimada e que isso não seja fatiado pelos Municípios, porque Senador Paulo Paim, em Limeira, Município de Limeira no Estado de São Paulo, Decretou uma lei [soa a campainha] da proibição da queimada. Proibindo a queimada no Município de Limeira. O que é que vai estar acontecendo? Evidentemente que a usina vai estar migrando para outros Municípios que possa queimar a palha da cana e com isso acaba prejudicando aquele Município no seu desenvolvimento, um Município que está tentando realmente preservar a natureza.

Então desta forma eu quero agradecer por esta oportunidade e me colocar à disposição para se necessário responder a perguntas que alguém queira fazer. E passo às mãos aqui do Senador uma modesta proposta. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mais uma vez eu reafirmo que todas as propostas serão inseridas na separata ou livro que a Comissão de Direitos Humanos e também a Subcomissão de

Trabalho e Previdência estão já reunindo para discutir mais profundidade em outros momentos ainda a questão das doenças e o acidente do trabalho. Eu queria só dizer para todos que o Senador José Nery que está conosco ele preside a Subcomissão do Trabalho Escravo, e eu sei já que ele está preparando também Audiências Públicas e vai ter lá a nossa parceria, mas ele que preside essa Comissão especificamente para discutir o trabalho escravo. A audiência de hoje é para discutir as doenças e acidentes no trabalho. É no campo das relações trabalhistas.

Então, eu desfaço essa Mesa, agradeço a todos aqui, e de imediato convidamos então a próxima Mesa. A próxima Mesa começo com Siderlei. Siderlei Silva de Oliveira que é Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Alimentação e Presidente do Instituto Nacional da Saúde do Trabalhador. Siderlei velho militante lá do Rio Grande do Sul. Eu podia dizer, Siderlei sem medo de errar que nós começamos juntos. Claro que você com uma idade mais avançada, eu ainda jovem. Toda vez que eu digo isso ele ri e todo mundo ri junto. Começamos juntos no movimento sindical, ele na época presidia o sindicato da alimentação de Porto Alegre e eu presidia o Sindicato da Alimentação de Canoas. Convido também o Sr. Clovis Veloso de Queiroz Neto aqui representando a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA, e também o Sr. Valdinei Antônio Arruda, Vice-Presidente do Sindicato Nacional Auditores Fiscais do Trabalho e também o Sr. José Silvestre Prado de Oliveira representando o DIEESE. Então de imediato pela ordem de chamada eu passo a palavra ao Sr. Siderlei. Você dispõe de 10 minutos com mais cinco e mais cinco se for necessário.

SR. SIDERLEI SILVA DE OLIVEIRA: Bom dia, Senador Paim. Senador que está fiel sempre à causa dos trabalhadores, e eu me recordo quando trabalhamos para eleger o Paim Deputado Federal. E me lembro do que dizia na sua campanha que os trabalhadores teriam na Câmara Federal um representante e hoje posso dizer que continuamos tendo um representante fiel como os demais Senadores, mas esse muito mais identificado por ter sido um sindicalista continua o Senador Paim hoje como Senador fiel também àquilo que falou ainda quando era um candidato a Deputado Federal. Aos Senadores presentes, aos sindicalistas, as confederações aqui presentes, aí mostra a importância que tem este tema. Aqui nós temos as duas centrais ou três centrais, não sei, presentes aqui dentro do Plenário, Senadores interessados de vários partidos, isso demonstra o problema, a gravidade que tem a questão saúde do trabalhador. Eu estou aqui também na qualidade de Presidente do INST, Instituto Nacional de Saúde do

Trabalho. Então estou muito envolvido na questão da saúde dos trabalhadores também por ser Presidente de uma Confederação Nacional de Trabalhadores ligada à Central Única dos Trabalhadores. E venho me debatendo, o companheiro... O Senador Paim também sabe, conhece o trabalho que se vem tendo junto com as entidades filiadas a nós, Federação da Alimentação do Rio Grande do Sul que sou Presidente participou de uma Mesa, da questão saúde dos trabalhadores. Do que estão adoecendo e morrendo os trabalhadores do Brasil? Eu não vou entrar na questão da cana que já foi falado os motivos. Mas tem uma questão que é crucial que eu sempre digo que a doença dos trabalhadores 2% é técnica e 98 político. Nós tínhamos a indústria de frango, nas indústrias frigoríficas doenças que eram pulmonares, devido ao frio, alguns organismos menos resistentes adoeciam, reumatismos. Mas eram doenças que apareciam com 12, 13 anos de trabalho. E hoje depois do advento do crescimento e do câmbio que houve da indústria bovina para a indústria avícola especialmente na região sul do Brasil, Paraná e Santa Catarina e Rio Grande do Sul, as pessoas estão adoecendo com seis meses de trabalho. E jovens. Nós temos casos concretos de pessoas com 23 anos de idade já aposentada por invalidez. Então quando se fala em Previdência que tem que reduzir, que tem que fazer o gasto das empresas com a Previdência quando tem que fazer uma Reforma Previdenciária nunca se fala... Se fala muito na arrecadação, mas não se fala também de como reduzir essas fábricas de doente que jogam para dentro da Previdência. Indústria de frango, indústria metalúrgica e tudo.

Estamos passando nesse momento no Brasil pela epidemia da competitividade. O cara que falar que tem problema e o que ele está colocando pode causar um problema de redução de produtividade, esse cara é visto como um dinossauro. Contra o progresso. Isso eu ouvi de empresários quando falei na questão do frango que tem que ter uma solução. E o problema mais grave, a coisa está estourando na Europa. Tem publicações em inglês e em francês, em alemão sobre as doenças do trabalho no Brasil. É lógico que por trás disso tem uma intenção de retalhamento. Sim, tem. Por isso que fazem. Porque o produto brasileiro chega num preço tão barato que eles estão querendo saber como é que se produz. E chegam aqui a primeira coisa querem saber é como é que está as condições de trabalho dos brasileiros. E hoje para se vender um produto lá eles querem saber como é que é produzido. Muito em cima da questão do retalhamento. Eu estive num Congresso Mundial da Alimentação agora em Genebra e lá me apareceu três publicações em Países diferentes sobre a saúde dos trabalhadores no setor canavieiro e setor avícola

brasileiro. Eu tenho certeza que quando o Presidente Lula chegar à Europa ele vai receber essas perguntas como é que está os trabalhadores no Brasil? E eles vão estar com esse material na mão.

Então, gente, a coisa é grave e está estourando lá fora. 25% dos trabalhadores da indústria avícola brasileira estão doentes. Depois do advento da nova lei do nexa epidemiológico já tem um dado. As doenças profissionais aumentaram em 150%. Se transferiram de doenças normais e já foram detectadas como doenças profissionais. Então isso mostra a gravidade que tem o maquiamento da doença no Brasil. Da doença do trabalho. Porque as doenças não são consideradas doenças do trabalho. Temos também a questão do trabalhador como caso dos canavieiros que em cinco anos morreu 400 por fadiga. Em cinco anos em São Paulo. 400 que caíram junto com seu machete, com seu facão no pé de cana. Mas aqueles que morreram em casa sem carteira assinada, podiam ter morrido numa parada cardíaca, de insuficiência pulmonar, mas nada ligada com o trabalho. Porque nós temos pouca pesquisa e pouco controle nesse País. Então quando chega o número de 400 em cinco anos, por quanto podemos multiplicar esse número? E vocês sabem do que estou falando. Controle, pesquisa e fiscalização. E por aí passa a questão da Emenda 03. Já pensou? Sem fiscalização do Ministério do Trabalho nesses setores as terceirizadas que trabalham nesses setores como é que vai ficar os trabalhadores? Não é a questão tributária, não. Por trás tem uma questão de saúde dos trabalhadores. Por trás tem uma questão de salário dos trabalhadores. E quando falam quem tem voz para falar sobre Emenda 03 não é os trabalhadores. E por aí passa a saúde deles também. A questão temos que tratar de questões para resolver os problemas. Senador Paim, o senhor que sempre foi um abnegado e sempre estava com um Projeto de Lei sobre a questão de saúde, questão dos trabalhadores. Primeira coisa que tem que se fazer é limitar a jornada de trabalho para essas empresas que causam esse tipo de doença por ritmo. Por excesso. Essas empresas têm que ter uma redução de jornada para retirar o trabalhador, para deixar o trabalhador menos exposto a agente insalubre ou penoso. Não se pode ter jornada. E aí um crime, me preocupa quando está passando pela Câmara Federal um Projeto para liberar os bancos de hora. E o trabalhador adocece é no dia que faz excesso de hora, não é o dia que está compensando as horas. Então é um crime permitir banco de hora, indústria desse tipo. Acho que é um crime permitir banco de hora em qualquer indústria. Trabalhador trabalhou hora extra tem que receber. E aí a fiscalização tem que ser mais ativa do Ministério do Trabalho. Quem tem prestado

um grande serviço é o Ministério Público. Tem atuado essas empresas e tem ido para cima. Oxalá, que isso não venha amanhã ou depois sofrer pressão para que parem de fazer o trabalho.

A outra questão também são as novas tecnologias. Quando se instala uma nova tecnologia no setor, a impressão que passa é que vai melhorar para os trabalhadores. Exemplo, a indústria automobilística de 2000 fabricava [soa a campainha] seis automóveis por homem. E hoje fabrica 32 automóveis por homem. Não é que aumentou tanto a produção de automóvel no Brasil. Não, reduziu o número dos trabalhadores. As máquinas modernas que entraram na indústria automobilística substituíram postos de trabalho. Mas os que ficaram, ficam com excesso de trabalho. Os Bancos foi a mesma coisa. De 800 mil trabalhadores nos Bancos passaram para 400. Quando vou operar um caixa eletrônico de um Banco representa que eu estou ocupando a vaga de um bancário. Não. Está no Banco lá de braço cruzado. Não. Estou ocupando a vaga de um bancário demitido. Lá eu estou digitando por ele. Só que no Banco ficou o número reduzido e as doenças aumentaram nos Bancos. Os 400 mil que são suficiente para fazer o trabalho que sobrou. E aí passa para a indústria avícola. Eu no dia de ontem estava sentado com uma grande empresa do setor, e por meio-dia de uma negociação que tinha que durar duas horas ou três por meio dia não se falou em salário, se falou nas condições de trabalho dessa empresa. E as denúncias eram assim: Tu já corta seis cortes no frango, tu vai passar a cortar oito. E bota um relógio para ver se ele consegue fazer. O esforço repetitivo com ritmo de trabalho e frio dentro do frigorífico está insuportável e as doenças aumentando. No último dia frio que tiveram os ambulatórios dessas empresas estavam superlotado de doentes e pelo rádio, pelo serviço de auto-falante da empresa diziam não mande mais ninguém para o laboratório porque não tem mais lugar. Quer dizer que aqueles que não conseguiram chegar no ambulatório iam permanecer com problema, com doença, com problema da fábrica. Isso mostra o caos que está essa indústria. Tem que olhar, é uma indústria importante para a economia brasileira, são indústrias que estão produzindo, mas temos que ter um certo limite na questão de saúde dos trabalhadores. A que preço estamos produzindo. Isso que temos que nos preocupar. Aí vem a importância desse trabalho aqui. Agora temos que ir para o concreto, Senador Paim. É legislar. Limitar carga horária para as empresas que tem trabalho penoso e insalubre. Quando ela resolver o problema, aí força. A hora que mexer no bolso aí a coisa começa a ir para o eixo. Enquanto isso não acontecer, o problema continua. A outra questão também é

os sindicatos fiscalizar instalações de novas tecnologias. Se máquinas que estão adequadas porque máquina que funciona na Alemanha não vem para o Brasil. As que funcionam aqui no Brasil não podem ir para Alemanha. Porque lá não passa no crivo dos sindicatos ou no crivo dos órgãos do Governo que são preocupados com a questão dos trabalhadores. Nós temos que começar a fiscalizar. Se aquela nova tecnologia que vai ser implantada não vai estourar, não vai criar um gargalo lá na ponta onde vai terminar prejudicando os trabalhadores que ficaram trabalhando. Porque botar uma máquina que ande demais aqui nessa ponta, lá na ponta vai ter um serviço que vai ser feito ainda manual. E lá estoura. Isso temos que fiscalizar. Não há essa preocupação e os sindicatos têm que começar a atuar também cuidando inclusive dessa parte das instalações de novas máquinas e novas tecnologias. Isso tem que ser através da Legislação. Porque é muito difícil empresários permitir que a gente entre lá para ver o que eles vão fazer. Temos que cumprir como sindicalistas. A questão da cana, tem que haver uma solução. Limitar corte com preço garantido. Porque o problema é que pagam pouco e por isso que tem que cortar muito. Tem que limitar. Botar área para cortar menor, mas garantir um preço que aquela área menor seja suficiente para ele sustentar sua família e trabalhar dignamente. Tem que fazer alguma coisa. E com o advento do Proálcool, do agrocombustível, essa coisa vai piorar mais. Esse País está virando um pé de cana, e um pé de mamona, um pé de palma, azeitona, que é o caso do dendê, e isso tudo vai ter que ser colhido. Imagine o que vai acontecer. Está previsto uma migração não mais de um Estado para outro, nós estamos prevendo uma migração de países vizinhos. Bolívia, Peru, Países vizinhos que tem mão-de-obra abundante. E vão ser buscado para vir trabalhar, para poder dar conta dessa grande produção que vamos ter. Isso aí nós temos já que estar se antenando. Mas não temos resolvido o problema dos trabalhadores que estão aqui hoje e são brasileiros. Logo, logo vamos ter problema também da migração estrangeira porque tem que produzir e tem que colher e tem que ter gente para fazer isso. E quem já trabalhou na cidade passou para dentro de uma fábrica na cidade dificilmente voltará para o campo. [soa a campainha] É preocupante, só para encerrar, eu fazendo uma palestra para uma empresa para o pessoal de saúde dessa empresa ela mostrando que tinha 300 médicos, enfermeiro, grande serviço. Eu só disse o seguinte. Aqui tem duas coisas, vocês se preocupam com a doença porque tem muita doença. Senão não teria esse corpo de saúde. Só que vocês tratam a ponta, tratam já o problema, não fazem nada para evitar o problema. Aí um levantou, “mas e a

as outras empresas? A nossa empresa não é melhor?” Eu digo, olha... Aí contei a história do bandido. O bom bandido e o mal bandido. Se encontraram num bar. “Tu é bem ruim. Dá tiro de chumbo na testa dos caras”. Aí o outro: “Mas tu também é bandido”. “Mas a minha bala é de ouro”. Vocês têm todo esse corpo médico e estão atirando com bala de ouro. Mas estão matando também. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Passamos de imediato ao Sr. Clovis Veloso de Queiroz Neto, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA.

SR. CLOVIS VELOSO DE QUEIROZ NETO: Obrigado, Senador. É uma honra para a CNA estar aqui. Cumprimento o senhor, Presidente dessa Comissão, aos dignos Senadores e Senadoras, autoridades, eu penso que para tratar o assunto acidente do trabalho nós obrigatoriamente temos que passar para o quarto pilares que seriam a formalidade, no caso o respeito dos direitos dos trabalhadores, os direitos trabalhistas e previdenciários, a educação, segundo pilar, a educação, capacitação desses trabalhadores, o meio ambiente do trabalho que essas trabalhadores se encontram e as normatizações que buscam a diminuição desses acidentes do trabalho. Em relação à formalidade, eu acho que muito importante colocar que de 2003 a 2005 o setor canavieiro e aqui eu me coloco... Vou falar único e exclusivamente da parte rural do setor canavieiro, cresceu 15,6%. Nós saímos de um patamar de 448 mil, 883 postos de trabalho para 519 mil e 197 postos de trabalho. O que representou um total de 70 mil, 314 novos postos de trabalho. E isso quis dizer que também cresceu, houve um crescimento na formalidade dos postos de trabalho. Nesse período houve um crescimento de 22,5%, ou seja, na formalidade, ou seja, na carteira assinada desse posto de trabalho. O setor canavieiro dentre os setores... O setor canavieiro rural dentro dos segmentos que estão... Fazem parte da agricultura, poderia ser colocado como o mais organizado e o de maior índice de formalidade. A média da formalidade nesse setor na parte rural é de 72,9%. Só para os senhores terem uma base, uma média, o índice de formalidade no setor rural como um todo não passa de 32%. Então na parte agrícola das usinas é mais do que o dobro de formalidade que o setor rural tem. Pinçando São Paulo que é o Estado que detêm a maior produção, a formalidade no Estado de São Paulo está na casa de 94% dos postos de trabalho são formais. Têm carteira assinada e no caso estendem os direitos trabalhistas e previdenciários aqueles trabalhadores. Um outro dado importante que pouca gente coloca também é o fato

dessa migração. Alguns colegas, alguns expositores abordaram esse tema, mas eu gostaria de abordar um outro aspecto que é do migrante principalmente nordestino que vem para São Paulo. Esses postos de trabalho que são oferecidos e o setor sucroalcooleiro é setor que tem uma das maiores capacidades de absorver esse trabalhador pouco qualificado, responde ou ele dá condições para que pelo menos 80 mil famílias nordestinas tenham condições de sustento durante o ano de safra. Que é o contingente migratório não só para São Paulo, mas para região centro-sul. Uma outra preocupação que sempre se coloca quando nós estamos discutindo o setor sucroalcooleiro, é a expansão do setor. Apenas para ilustrar, nós temos hoje 358 unidades agroindustriais e com uma previsão de expansão para mais 90 unidades nos próximos 10 anos. Em 2007 entra em funcionamento 17 novas usinas e para 2008 estão previstas outras 30. E um tema que sempre é chamado atenção quando se fala em expansão seria o problema da colocação no lugar de culturas tradicionais, arroz, feijão, ser trocadas pela cultura da cana.

Nós temos hoje no Brasil 220 milhões de hectares de pasto. Se desse contingente fosse destinado apenas 4% dessa área sem sequer desmatar, abrir novas áreas de cultura, sem retirar uma árvore sequer, nós estaríamos expandindo em três vezes a nossa área plantada que hoje nossa área plantada de cana é em torno de seis milhões de hectares, e esses seis milhões, três é para açúcar e três para álcool. Ou seja, nós estaríamos agregando nove milhões de hectares sem trocar nenhuma cultura. Sem diminuir nenhuma área destinada a arroz, feijão, e outras culturas importantes do nosso setor. Sem falar então nessa lógica estaríamos triplicando a nossa capacidade de produção sem entrar inclusive em novas tecnologias que poderiam aumentar a quantidade litro por hectare. Então o mínimo nessa matemática seria a expansão de três vezes a nossa capacidade hoje de álcool destinando apenas 4% da nossa área de pastagem ao setor canavieiro. E também tive o cuidado de conversar com o nosso setor que cuida dessa parte de pecuária, o impacto no setor pecuário também seria mínimo. Então nós não vivemos essa dramaticidade de troca de área para plantação de cana-de-açúcar. Pelo contrário, até tem um dado do próprio Ministério da Agricultura que houve até uma expansão da cultura do milho em mais de 20% para as próximas safras. Então nós estamos aumentando as culturas e não diminuindo e trocando para a cana-de-açúcar. No caso da remuneração do trabalhador, um dado que eu trago também, aí esse dado é específico de São Paulo, em média os trabalhadores têm recebido entre remuneração e benefícios,

3,5 salários mínimos na lavoura e 5,3 salários mínimos no caso na indústria, da parte da indústria do açúcar e do álcool. Um outro dado que preocupa bastante quando se está discutindo esse assunto é a questão que se tem se falado muito eu tenho lido muito sobre o assunto sobre a quantidade de golpes que esse trabalhador tem deferido na sua prática. Se fala bastante, tem um índice mitológico que seria histórico, seriam as 10 toneladas, apenas para ilustrar eu também fiz o... Tive o cuidado de verificar junto às usinas qual é a média, a última média que se teve do corte manual de cana. E a média foi nove toneladas/dia. Não 10 ou 12 ou outra quantidade apresentada. Em relação aos golpes, mas vamos trabalhar na média de 10 toneladas/dia. As pessoas... Algumas pessoas têm colocado que para fazer essa média de 10 toneladas/dia o trabalhador teria que desferir 73.260 golpes repetitivos. Mas se nós fizemos um cálculo simples, matemático, e transformarmos as horas de trabalho, oito horas de trabalho em segundos, nós chegaríamos a um dado de 28 mil e 800 segundos. Se nós dividirmos os segundos pela quantidade de golpes, os 73 mil, nós chegaríamos a um dado de dois golpes, 2,54 golpes por segundo ininterruptos em toda a jornada. Ou seja, impossível um trabalhador desferir 2,5 golpes por segundo ininterruptos durante toda a jornada das oito horas. Mesmo se dividíssemos esse dado pela metade, 36 mil golpes [soa a campainha] para alcançar as mesmas 10 toneladas, o trabalhador teria que desferir 1,25 golpes por segundo ininterruptamente durante toda a jornada. Ou seja, esses dados não têm sustentabilidade para esse tipo de afirmação. Em relação à Previdência, também se tem falado que o trabalhador canavieiro ele não estaria apto a exercer qualquer outro tipo de atividade após 12 anos de serviço. Eu trago um dado aqui da Previdência que qualquer pessoa aqui também pode extrair do site da Previdência que é o dado do boletim estatístico da Previdência Social que é um pouco diferente a que o Dr. Todeschini nos apresentou. Nós temos hoje em benefícios previdenciários, entre urbanos e rurais, primeiro um dado geral. Benefícios previdenciários urbanos seriam 13 milhões, 594 mil, 612 benefícios. Rurais, 7 milhões, 286 mil, 807 benefícios previdenciários. Isso aqui estou dando o dado acumulado da Previdência até fevereiro de 2007. Não é apenas do ano passado ou deste ano. É o dado acumulado. Todos os benefícios da Previdência. Destes todos benefícios da Previdência, até hoje, de todos os anos, a Previdência está pagando para o setor rural em benefícios acidentários, 22 mil, 024 benefícios previdenciários. Todos os benefícios previdenciários acidentários da Previdência, o acumulado até fevereiro de 2007 é 22 mil 024. No setor urbano, 705 mil,

796 benefício previdenciários. Se quiserem ainda um dado de aposentadoria por invalidez o acumulado no setor rural até fevereiro de 2007 é 9.658 benefício previdenciários e no setor urbano 137 mil, 558 benefícios por aposentadoria por invalidez.

Um outro ponto que nós temos que abordar é no caso do meio ambiente do trabalho e aí eu coloco que a NR 31, que é a nossa norma de regulamentação rural, é a norma, só para os senhores terem uma idéia é a norma mais exigente do mundo em relação ao tema. Não existe nenhuma norma em outro País que trate do tema rural que abranja todos os aspectos que a NR 31 abrange. A única norma compatível com a NR 31 é a convenção 184 da OIT que está aqui nessa Casa para ser ratificada que dos 178 Países membros apenas 7 Países ratificaram essa convenção. E se os senhores forem analisar, nenhum País com expressão agrícola. E ainda nesse aspecto da NR 31, Senador, eu queria destacar como o senhor mesmo colocou que era... Já foi um participante da CIPA, a nossa CIPA rural é a CIPA mais avançada que tem de todos os segmentos. Por que é que ela é mais avançada? Porque na nossa CIPA ela já prevê que um ano a Previdência seja do empregador e no outro ano a Previdência seja do trabalhador. O que não acontece na CIPA urbana. Quando nós negociamos a NR 31, nós já tivemos esse avanço que hoje está inclusive em tramitação na Casa matérias nesse sentido. E no caso da fiscalização do Ministério do Trabalho, pelo contrário que algumas pessoas também colocaram, eu aqui parto em defesa dos colegas do Ministério do Trabalho porque são vários colegas em várias Comissões que participamos representando a CNA, a fiscalização do Ministério do Trabalho no setor rural é uma fiscalização séria. É uma fiscalização dura, é uma fiscalização rigorosa, e nós temos até buscado junto a Dr^a. Ruth Vilela, Secretária de Fiscalização do Ministério, que ela seja mais [soa a campainha] amena. Que ela seja dada a possibilidade da dupla visita, claro que nós na parte de onde é encontrado a falta da carteira assinada há um impedimento legal, mas nos outros casos que seja concedido a dupla visita. Senador, eu sei que meu tempo já esgotou, mas eu gostaria de abordar mais três aspectos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A mesma tolerância que tive com os outros vou dar mais cinco minutos.

SR. CLOVIS VELOSO DE QUEIROZ NETO: Ok. Obrigado. No aspecto social foi colocado o que é que o setor, e aí eu me auxilio de uma revista do próprio setor da usina, aí não é dos produtores, que eu achei interessante esse dado e é pouco divulgado, o setor canavieiro, as usinas, mantém diretamente mais de 600 escolas e mais de 200 creches e mais de 300 ambu-

latórios médicos em todo o Brasil. Muito se fala qual é o papel social que as usinas têm feito, e tem muita coisa, só que eu acho que o problema das usinas tem sido inclusive um pouco de comunicação em divulgar o que tem sido feito nesse aspecto social. A Confederação a qual eu pertença o sistema com as nossas federações também não se furta desse papel social. E diretamente com os trabalhadores. Eu trago um dado que no Estado de São Paulo nós temos um programa chamado Cana Limpa. Esse Cana Limpa é um programa ofertado pela nossa Federação da Agricultura do Estado de São Paulo e pelo SENAR do Estado de São Paulo, que ele busca capacitar esse trabalhador. Não só capacitar o trabalhador para o aspecto laboral, como também para o aspecto de cidadania, um aspecto que passa pelo lado até mesmo da higiene pessoal. O uso correto de EPIs e outras situações. Em 2005 nós tivemos 800 turmas no Estado de São Paulo capacitando 38 mil, 166 trabalhadores. Em 2006 762 turmas capacitando 32 mil, 836 trabalhadores. Já em 2007, nós tivemos já 393 turmas capacitando 17 mil 858 trabalhadores com a perspectiva de alcançar 35 mil trabalhadores.

Então no total até hoje da existência desse programa foram realizadas 1.997 turmas capacitando 88 mil e 860 trabalhadores. E o último aspecto, o último tema que eu gostaria de abordar é a parte de Legislação em vigor. Já deu uma pincelada do que se fala na NR 31. Hoje o setor ele está em todos os seus aspectos já regulamentado no que pode se tratar no caso, volto, ao trabalhador rural. No caso de EPI para o setor canavieiro é obrigado de forma gratuita o fornecimento de calçado de segurança, peneira, luvas, óculos, bonés ou chapéus. No setor também a NR 31 cuida dessa parte de ergonomia. E fala que em atividades como o sucroalcooleiro há necessidade de realização de duas pausas no decorrer do exercício laboral. Também estamos obrigados ao fornecimento nas frentes de trabalho dos banheiros químicos ou das fossas de disponibilizar a disponibilização dessa água potável, a disponibilização de local adequado para as refeições de trabalhadores, disponibilização de lugares adequados para o descanso dos trabalhadores, o transporte correto desses trabalhadores, tudo isso já está regulamentado na NR 31. Se esses trabalhadores forem transportados em veículos adaptados, essas adaptações têm que seguir rigorosamente o que está descrito na NR 31. Então não há falta de regulamentação no setor. [soa a campainha] Pode haver, sim, é uma falta de cumprimento da legislação vigente. Mas a legislação existe.

Senador, mais uma vez eu gostaria de agradecer a oportunidade, a CNA se coloca à disposição sem-

pre, do senhor e dessa Comissão, dessa Casa, para discutir temas dessa relevância. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Passamos a palavra ao Sr. Valdinei Antônio Arruda, Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, SINAIT. Antes também registrando a presença conosco aqui do Deputado Federal Philemon Rodrigues, PTB. Eu tive a satisfação de ser Deputado junto com ele lá atrás, já que estou mais de duas décadas aqui no Congresso. Está com a palavra.

SR. VALDINEI ANTÔNIO ARRUDA: Bom dia a todos, agradecer a Mesa na pessoa do Senador Paim, que é um grande defensor das causas do povo brasileiro e dos direitos do trabalhador. Cumprimentar também a todos os Senadores que estão presentes na pessoa do José Nery do Pará, e da minha Senadora Serys que esteve aqui rapidinho e que vai voltar, dizer, aproveitar o ensejo para dizer que é uma pessoa que tem muita admiração e muito amor pela causa e pelo o que representa para nós povo brasileiro, para nossa categoria e também para o meu Estado do Mato Grosso.

O crescimento de um País só se faz com ambiente de trabalho seguro e saudável. A fase dá título da campanha do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho que busca sensibilizar a sociedade para os efeitos dos acidentes e doenças oriundas no trabalho no Brasil. Estima-se que nos Países da América do Sul como o nosso os prejuízos desses efeitos nocivos chega a custar 10% do PIB, do Produto Interno Bruto. Os exemplos mais recentes dessa tragédia são os cortadores de cana-de-açúcar mortos por exaustão. Os casos registrados pela fiscalização do trabalho apontam quase sempre para o mesmo enredo. A grande maioria dos trabalhadores são nordestinos, migrantes que partem de sua localidade na busca de qualquer rendimento mínimo que seja. Parte na verdade em busca de sobrevivência e custeiam sozinhos as viagens que chegam a durar 64 horas até o destino. Alguns não se efetivam como empregado por excesso de contingente e passam a perambular já sem qualquer recurso financeiro na busca de outro trabalho encarando qualquer promessa, inclusive de intermediários conhecidos como gatos que os levam para o trabalho escravo. Só em Mato Grosso nós tivemos mais de 1.400 trabalhadores resgatados dentro das usinas. Esses trabalhadores que passam a laborar nos canaviais enfrentam outra dura realidade. A primeira delas diz respeito diretamente à sua capacidade de produção. Uma vez que recebem por tonelada plantada ou metro cortado, ou seja, a exigência do trabalho é

digna de um fôlego de atleta. A jornada de trabalho é pesada e desgastante.

Nos anos 80 a quantidade de cana cortada pelos trabalhadores era de cinco a seis toneladas/dia. Essa média subiu para nove e dez nos anos 90 e atualmente temos em Mato Grosso até 24 toneladas cortadas por trabalhador já registradas. A cada dez toneladas a estimativa é de dez mil cortes de facão. 10 mil cortes. Cortes sempre rente ao pé da cana devido a necessidade aproveitar o máximo a sacarose. São golpes precisos que exige muita curvatura do corpo do cortador. Antes de morrer, esses trabalhadores apresentam câimbras, dores de cabeça, tonturas e suor. Assim morreu Antônio da Silva dentro da Fazenda Curral no final de um dia exaustivo de trabalho no Município de Denise, em Mato Grosso. O atestado de óbito registrou apenas uma parada cardíaca. As doenças decorrente desse trabalho são graves. O canavial recebe herbicidas e pesticidas e os casos de envenenamento agudo decorrentes desse contato são comprovados e surgem aos poucos ao longo da vida laboral desses profissionais. A jornada de trabalho é condicionada pela preocupação na produção. E isso favorece a competição entre os cortadores. O motivador para atropelar o horário de alimentação dentre as jornadas, esticar as horas e ainda trabalhar sem o descanso semanal remunerado. Tudo tem o devido consentimento do empregador, pois deixam a decisão do trabalhador que se vê naquele trabalho temporário o único recurso para aumentar seu parco rendimento.

A sobrecarga de trabalho favorece ainda mais o aparecimento das doenças relacionadas aos movimentos repetitivos. Executados em uma rotina extenuante sempre respirando os resíduos das fuligens deixados pelas queimadas. O reflexo são problemas de coluna, tendinites, câimbras que associado à desnutrição e desidratação, exposição ao calor e ao estresse constante diminui a vida laboral desses profissionais.

A falta de programas de controle médico e saúde ocupacional e de programas de controle de redução de acidentes de trabalho adequados ao risco inerentes a essa atividade, aliado a discutido das empresas com alojamento e qualidade de alimentação dos cortadores de cana são fatores essenciais ao surgimento de doenças profissionais. Atuação dos auditores fiscais do trabalho comprova avaliação médica é precária para os cortadores assalariados. E inexistente para os trabalhadores informais. Sendo utilizada em muitos casos, no entanto, para selecionar os trabalhadores mais aptos, invertendo assim a função precípua dessa avaliação dos exames adimensionais, periódicos e exames dimensionais, carterizando como instrumentos de discriminação. A OIT, a Organização Internacional

do Trabalho estima que o Brasil necessitaria de mínimo sete mil auditores fiscais do trabalho para dar conta da demanda no País. Hoje nós temos pouco mais de três mil e cem auditores no Brasil e oitocentos especialistas na segurança em saúde. A demanda é grande, mas temos procurado avançar. E citamos apenas alguns exemplos disso. Em Mato Grosso nós estamos trabalhando e faço parte dessa equipe da identificação e coleta de informações relacionadas especificamente às usinas. Eu tenho aqui três grandes usinas de Mato Grosso e com todos afastamentos que estamos levantando, junto com a Marli que é auditora fiscal de segurança de saúde, porque o procedimento é de identificar e acompanhar os números de afastamento nesses casos. Não só afastamento que são comunicados como CAT. Qualquer afastamento. Porque existem muitos afastamentos que não são identificados como acidentes laborais, como acidentes do trabalho. E nós identificamos como problema decorrente do trabalho. A análise é para chegar numa conclusão de dois procedimentos. A primeira de tentar adequar os mecanismos de proteção que já existe que se relaciona problema de controle médico ocupacional e PPRA. Inerentes a essa realidade. Mas a comprovação nossa a princípio, estamos terminando esse trabalho, é de que a média seja de 20% dos trabalhadores são afastados em média 20% do contingente contratado são afastados por algum motivo. Ou acidente do trabalho ou doença do trabalho ou outros tipos de afastamento.

Na Paraíba os auditores conseguiram implementar na construção civil que todo projeto elétrico antes de ser executado, antes de iniciar a obra tenha vários requisitos de proteção. E a energia elétrica tem esse compromisso, a companhia de energia elétrica só libera o ponto se esse projeto elétrico tiver todos esses requisitos previstos nesse plano. O que tem diminuído lá esse acidente de risco em mais de 100%. Em quase 100% o risco de acidente tem atingido. Em 2005 foi 100% de redução de risco de acidente de acidentes elétricos.

Na Bahia, o auditor médico coordenado por Carlos Dias que aqui está presente, conseguiram identificar em cem empresas todos os PCMSO e todos os PPRA de lá. Identificando que todos dos PCMSO, os atestados médicos não tinha identificação de risco não tinha realização de exames complementares, não tinha realização de Relatório anual, não tinha documentos padrão relacionados e mais ainda, todos os PCMSO eram padronizados dessas empresas. Nos PPRA os documentos também a mesma realidade. São padrões. Eram documentos que servia para uma empresa e estendiam para todas. O objetivo disso. Se fez autuações devidas e muito mais que isso, buscou-se corrigir todas

as irregularidades. Então essas cem empresas tiveram que adequar a sua realidade os programas de controle e os PPRA que tem que ser diferenciado por empresa. Cada empresa tem uma necessidade diferenciada.

No que diz respeito às NRs, é preciso frisar que todas as NRs hoje elas tanto para o processo de criação como alteração ou revisão, elas ocorrem de forma tripartite no Ministério do Trabalho.

Então, ou seja, todas NR nascem consensual. Assim nasceram as últimas NR como a 31 e a última agora sobre confinamento, espaço confinado que é NR 33. E a NR 34 está, como já foi mostrado aqui pela FUNDACENTRO, está em processo de avaliação de alteração com esse mesmo princípio, o princípio do consenso tripartite.

Nós entendemos que o desenvolvimento sustentável só atingirá seu objetivo se vier associado nas suas metas a geração de emprego com respeito aos direitos trabalhistas e aos princípios fundamentais dos Direitos Humanos. Nós temos a certeza que é viável o alcance desses objetivos desde que se mantenha como eixo principal [soa a campainha] a criação e a manutenção de empregos com qualidade garantindo acima de tudo o direito a saúde, e a vida e respeito a dignidade humana. É imperioso pautar com a mesma desenvoltura o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social. As medidas que visam a preservação da vida como cláusula pétrea sobre pena de nos reduzirmos voluntariamente à condição subumana quebrando assim o princípio basilar do contrato social. Que se traduz a necessidade de garantir o bem comum razão da existência do Estado.

E eu encerro, Senador, afirmando que é preciso incluir cláusulas sociais dentro dos investimentos públicos que estão sendo previstos para o desenvolvimento da cana. Cláusulas sociais que podem permitir uma maior penalização daquelas indústrias que não seguem e não se pretende seguir essa premissa da qualidade de vida. Eu quero deixar também outro exemplo claro para todos nós que estamos aqui estamos acompanhando as intérpretes que estão do nosso lado com os movimentos repetitivos, mas que o que nós entendemos é que esse princípio seja dado aos trabalhadores da cana. Que como atletas que são, eles têm que ter o mesmo cuidado de um atleta como qualquer atleta de ponta que necessita de ser preservado. É preciso ser preparado, dar-se os descansos devidos para que possam se recuperar, e as alternâncias devidas para que possam ter a qualidade de vida prolongada pelo resto de suas vidas. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos agora ao Sr. José Silvestre Prado de Oliveira, representando o DIEESE.

SR. JOSÉ SILVESTRE PRADO DE OLIVEIRA: Cumprimentar o Senador Paulo Paim, agradecer pelo convite, e também pela iniciativa, queria cumprimentar os demais integrantes da Mesa, cumprimentar Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras e todo o Plenário.

Todas as falas, todos os diagnósticos feitos até o momento me parece que na sua grande maioria são diagnósticos convergentes. Então eu vou procurar aqui me ater numa fala focando mais a questão das condições de trabalho e olhando um pouco mais a remuneração, ou seja, como é que se dá a remuneração no setor sucroalcooleiro e em particular na parte agrícola. Pediria para começar a passar... Isso aqui é um pouco das... Rapidamente das mudanças de caráter institucional e organizacionais que têm ocorrido no setor, todos nós sabemos que esse é um setor que teve uma forte intervenção estatal principalmente a partir de meados dos anos 70 com a criação do Proálcool isso vigorou basicamente até meados dos anos 90 e de forma mais intensa a saída do Estado do ponto de vista da regulação desse setor no final dos anos 90. Uma questão que foi muito abordada aqui a questão da Legislação proibição da queima da cana no processo de colheita, aqui especificamente estou me referindo ao Estado de São Paulo que tem uma lei que tem como limite 2021 para acabar com a colheita da cana queimada, um pouco aqui, quer dizer, o que seria... O que isso traria em termos do fim desse processo de queimada, que não vou entrar nos detalhes porque todos já falaram os impactos que isso causa tanto do ponto de vista do trabalhador quanto do ponto de vista das comunidades que vivem no entorno das áreas que produzem cana e assim por diante. Mas um pouco o que isso tem... Isso representa em termos de mudança. Você tem aí uma redução da mão-de-obra, criação de novas que na verdade não são bem novas ocupações, acho que tem um dado aqui que é... Pouco se falou, queria falar muito rapidamente disso também que todos nós sabemos que o Brasil é o principal maior produtor de cana-de-açúcar, álcool etc, mas também o fato de ser o maior produtor decorre também de quê? É o País que tem mais baixo custo de produção. Para vocês terem uma idéia, produzir um litro de álcool custa em média 22 centavos de dólar. Se nós pegarmos Países concorrentes ou produtores como Índia, Tailândia e outros, esse custo, estou falando da matéria-prima cana em torno de 45, 46 dólares. Então o Brasil é um País competitivo porque tem um baixo custo de produção. Esse baixo custo de produção está associado também com o custo do trabalho. Quer dizer, obviamente

que o Brasil é detentor da tecnologia de ponta nessa área, mas também em relação à questão do custo do trabalho, do salário de uma forma geral. Então novas formas de organização e administração da produção. Isso é um outro dado. Inegavelmente o setor vem se profissionalizando nos últimos anos. E aí eu estou me referindo mais em termos de Brasil, mas focado mais no Estado de São Paulo.

Pouco da questão do emprego, quer dizer, em que pese eventuais divergências em relação a números, porque aí depende também da fonte utilizada, mas acho que no Brasil, há cerca, segundo a pesquisa nacional de amostra por domicílio do IBGE, a PNAD, nós tínhamos no Brasil cerca de 4 milhões e 900 mil trabalhadores sendo que desse, cerca de um milhão, 573 tinham carteira assinada. Isso é dado de 2005.

Bom, as condições de trabalho dos cortadores de cana em relação a outras categorias, nós podemos dizer que elas são mais precárias. Tem havido também aí não é nenhuma novidade, quer dizer, a mídia tem divulgado nos últimos meses denúncias com condições insalubres de trabalho, de alojamento, assim por diante. Quer dizer, não é nenhuma novidade nesse campo. Aqui a estimativa de emprego formais na agroindústria, dado também da própria PNAD, considerando aqui os três, digamos assim, os três segmentos. O que seria o setor agrícola, que seria responsável por aproximadamente 48% do emprego, estou falando empregos formais, em torno de 39,5% estaria na produção específica do açúcar e 12,5% na produção do álcool. Aqui é um dado da evolução da formalização do emprego na cultura da cana. Também é um outro dado que já foi falado aqui, mas vamos esquecer o ano de 81 como se trata de PNAD e a PNAD do IBGE e a PNAD teve uma mudança metodológica a partir de 92, então vamos pegar apenas esse período 92 e 2004. E de fato há um crescimento da formalização do emprego. Ou seja, do registro em carteira. E aqui nós temos o dado... Brasil, os Estados da região norte e nordeste, região centro-sul e São Paulo. Você tem, por exemplo, São Paulo o dado da PNAD, a estimativa da PNAD para 2004 é que nós tínhamos cerca de 87% dos trabalhadores na cultura da cana, no corte da cana, seriam formalizados. Então há de fato uma evolução nesses termos de registro em carteira, em todas as regiões. Muito embora São Paulo seja aqui a região que tem o maior índice de formalização. Isso aqui também é importante porque na verdade São Paulo representa a região centro-sul e dentro dela São Paulo é responsável por aproximadamente 60% da produção. Algo nesses termos.

Então, é um dado importante, quer dizer, o crescimento da formalização, mas isso não significa ne-

cessariamente que nas demais variáveis que fazem, que compõem a relação de trabalho que isso tenha melhorado efetivamente. A formalização é um dado a ser considerado.

Bom, a questão da produção, quer dizer, aí todos nós sabemos que a remuneração dos trabalhadores especificamente da cultura da cana ela se dá através de um piso salarial que às vezes são negociados entre as entidades de trabalhadores e as entidades patronais, e o que se chama salário por produção ou salário por tarefa que aí tem diferenças de região para região, de Estado para Estado. De qualquer forma, isso aqui são valores de pisos salariais para os principais Estados produtores de cana. Então esse dado aqui é de 2006, pode ser que alguma... Por exemplo, São Paulo que eu sei que eu acompanho a negociação está em negociação, portanto ainda é esse valor, Goiás também tem a data base agora em maio, está em negociação, e o nordeste é mais... A data base é mês de outubro. E aqui apenas em caráter ilustrativo o que é que significa esse piso salarial tendo como referência o salário mínimo. O salário mínimo de cada período, portanto, não o salário mínimo vigente, mas o salário mínimo vigente na época da data base.

Então o que significa dizer o seguinte, o piso para o canavieiro ele gira em torno de 1,1 salário mínimo. E se nós pegarmos as convenções de trabalho pelo Brasil a fora nós vamos verificar que pode mudar um pouquinho de uma região para outra, mas ele vai variar no máximo até 1,2 salários mínimos é o piso pago para os trabalhadores. Sabemos, e já foi também amplamente comentado aqui, que boa parte dos trabalhadores ganha por produção, e não o piso. O piso é apenas uma referência. [soa a campainha]

Isso aqui é um exemplo de São Paulo, o que é que... Isso aqui é o valor da tonelada da cana cortada paga ao cortador de cana, e aqui nós construímos uma série a partir de 95, quanto se pagava para o trabalhador cortar uma tonelada de cana.

Então, por exemplo, em 95 era 1,18 centavos de reais. Hoje abril de 2,57 centavos de reais. Aqui também estabelece em caráter ilustrativo uma relação com o salário mínimo de cada período. E aqui embaixo uma observação mostrando o seguinte, se fôssemos manter a melhor ou a maior relação nesse período, quer dizer, esse valor que seria de 2,56 centavos de reais, hoje estaria em torno de 4,48 centavos de reais. Ou seja, se tivesse de alguma forma acompanhado a evolução do salário mínimo nesse período esse trabalhador estaria ganhando o equivalente a 4,5 reais por tonelada cortada. Ali foi cana 18 vezes, aqui outros cortes, o valor é pouco mais baixo, mas em termos da relação não muda muito. Então isso aqui é como eu falei é válido

para o Estado de São Paulo. E aqui um rápido parêntese. Quer dizer, na verdade isso aqui não representa o Estado de São Paulo como um todo, isso aqui é uma parte do Estado. Ou seja, são naqueles Municípios, naquelas regiões chamadas inorganizadas onde os sindicatos negociam--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): José, se permitir uma rápida... Um rápido aparte na tua fala pelo seguinte. Eu vou ter que nesse momento dar uma fugida rápida ali no Ministério do Meio Ambiente e Ministério das Cidades, uma reunião com os dois Ministérios, e o Senador Valter Pereira vai assumir aqui a Presidência pela importância da reunião. Eu quero rapidamente ir ali e voltar aqui. Aí, Senador, nós vamos desdobrar, ele é o último orador da Mesa, daí vamos abrir o debate entre o Plenário e todos os painelistas. Todos poderão participar do debate e fazer ainda as suas considerações e eu me comprometo a voltar aqui. Mas só permitam ainda, meu Senador, que eu diga que eu vou ter que sair, porque vejam e eu sei que o Senador concorda a esculhambação que é o tal de orçamento da União.

Eu aprovei, eu não entro naquela sala do orçamento porque tem muita gente boa, mas tem muita gente lá em volta que é malandro. Mas eu consegui aprovar uma Emenda de 30 milhões para investir na recuperação do Vale dos Sinos. O Vale dos Sinos, todo mundo sabe sobre o desastre ecológico milhões de peixes morreram. E não é que os 30 milhões sumiram? Simplesmente sumiram. Vejam a esculhambação! Sumiram os 30 milhões, Emenda aprovada! Não é mil reais, trinta mil, cinqüenta. É 30 milhões! Então agora eu estou indo lá para ver se conseguimos achar quem é que pegou os 30 milhões. Parece até piada. Mas veja a que ponto nós chegamos. Por isso que eu sei que o Senador Valter ele tem posição crítica, a forma que é discutida o orçamento, sai CPI, vem CPI e o orçamento continua sendo discutido da mesma forma. E aí os bilhões e bilhões e bilhões acabam saindo pelo ralo e os escândalos de corrupção expondo inclusive a Casa. É chegada a hora de nós mudarmos radicalmente a forma de discutir o orçamento. Eu vou ali para ver se resolvo essa questão. Tomara que na volta eu chegue aqui e diga para vocês: Resolvi, achamos os 30 milhões. Então uma salva de palmas para o atual Presidente aqui.

[palmas]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Reiniciado os trabalhos. Pode prosseguir com sua exposição.

SR. JOSÉ SILVESTRE PRADO DE OLIVEIRA: Obrigado. Eu dizia que esse salário está restrito a al-

gumas regiões do Estado. Quer dizer, não representa o conjunto do Estado de São Paulo. Em várias regiões os pisos e os valores pagos a título de toneladas de cana cortada são negociados diretamente com os sindicatos daquelas regiões cujos valores são maiores. Aqui é apenas para um conjunto de aproximadamente 15 sindicatos que negociam em algumas regiões do Estado.

Bom, rapidamente dos principais impactos decorrentes do processo de mecanização. Então você tem redução das tarefas realizadas, redução de demanda por mão-de-obra, enfim. Um dado importante aqui. Mudança qualitativa na demanda por trabalhadores que é o que a gente está chamando, entre aspas, de novas ocupações. Então você tem tratorista, motorista, operador de máquina etc. São ocupações que requerem maior grau de especialização dos trabalhadores. E isso implica necessariamente um razoável aumento da produtividade. Então o que é que acontece especificamente no Estado de São Paulo? Os cortadores de cana do Estado de São Paulo já foi falado aqui, a esmagadora maioria deles vem de onde? Dos Estados do nordeste, do norte de Minas Gerais, e agora mais recentemente de dois Estados, tem vindo um contingente razoável de trabalhadores. Maranhão e Piauí. Então quem ocupa essas funções, essas tarefas no Estado de São Paulo de tratorista, operador de máquina, etc, não são os imigrantes, é o pessoal do próprio Estado de São Paulo. [soa a campainha] Eles não cortam cana, eles ocupam mais essas ocupações.

Bom, aqui em que pese também diferenças e controversas em relação aos dados, a década de 80 o trabalhador cortava em média seis toneladas de cana por dia. Hoje corta em torno de dez. O que é a produtividade no nordeste? Considerada irregular a boa? Corta entre 4,3 a 7,4 toneladas. Claro que aqui tem que considerar a questão da tecnologia, o declive, enfim, tem outras variáveis que interferem. Mas de qualquer forma estamos raciocinando em termos médios.

Então nessa região aqui por exemplo você tem cerca de 40% dos cortadores que não tem direitos trabalhistas e recebe salários que equivaleria acerca de 32% do que recebem os empregados nessas mesmas usinas de forma registrada, formalizada e assim por diante.

Vamos olhar aqui rapidamente São Paulo. São Paulo você tem uma faixa de produtividade considerada irregular a boa que varia de 7,4 toneladas a 10,7 tonelada de cana/dia. A faixa considerada ótima em São Paulo vai de 10,7 a 13,4 toneladas homem/dia. Ou seja, isso representa 32% a mais do que em média corta o cortador de cana do nordeste na mesma faixa ganhando, contudo algo como 15% apenas a mais

desse trabalhador no Estado de São Paulo. Quer dizer, de qualquer forma é um ganho de produtividade. A produtividade mais do que dobrou se nós pegarmos nos últimos 15, 20 anos.

Bom, aqui o que o colega aqui da CNA estava comentando agora pouco que seria impossível, quer dizer, queria comentar apenas o seguinte, o que pese que não seja 72 mil, 360 golpes, que seja 50 mil. É uma coisa absurda. Esses movimentos repetitivos. E aí eu acho que isso é uma discussão em torno do ganho, quer dizer, a produtividade versus o que o trabalhador ganha, aqui é para ganhar em torno de 24, 25 reais/dia cortando em torno de dez toneladas. Quer dizer, então é de fato... São muitos movimentos que o trabalhador tem que fazer. Então o que chama atenção aqui é em que pese haver é o seguinte, as mortes por exausta que tem acontecido em São Paulo e outros Estados elas certamente não se dão por contentamento. Os trabalhadores não morrem porque estão felizes. Eles morrem... Tem o nexa causal em relação a isso. Morre por esforço, morre por exaustão.

Então, é uma realidade que os estudos, os dados têm apontado nesse segmento.

Bom, a questão da saúde e segurança, muito rapidamente acho que o Remígio aqui da FUNDACENTRO já apresentou um conjunto de dados, apenas nós pegamos os dados aqui para 99, ver como é que isso evoluiu e o que isso representa em... Aqui nós estamos abrindo o Brasil, norte-nordeste, centro-sul e São Paulo, aqui dentro centro-sul São Paulo está aqui dentro, quer dizer, você tem aqui que praticamente 96% dos acidentes estão na região centro-sul que produz aí 80% a mais da cana. São Paulo isoladamente tem aqui 79,5% dos acidentes. E aqui são os acidentes segundo os segmentos, ou seja, segundo a classificação nacional de atividade econômica. O que seria no cultivo propositalmente, na lavoura e aqui o que seria nas usinas e aqui o que seria na parte industrial como um todo. Então aqui 2005, quer dizer, há uma mudança na proporção, ou no peso de São Paulo no conjunto desses acidentes, o que era cerca de 80% aqui caiu um pouco para 59%, quer dizer, obviamente cai também a região centro-sul e tem uma participação maior aqui do nordeste que era de 4,5 agora está em torno de 17%.

Aqui rapidamente o que seria... Quais os motivos dos acidentes segundo o próprio... A própria DATAPREV, o próprio Ministério, os órgãos que fazem essa apuração. Então você tem acidentes típicos da atividade, acidentes de trajetos e aqueles que são considerados doença do trabalho. Obviamente que a gente sabe que no Brasil há uma razoável subestimação dos registros da contabilização dos acidentes de trabalho. Então

isso aqui são obviamente aqueles acidentes que foram efetivamente contabilizados e registrados. O que se avalia é que há efetivamente um número maior do que aqueles que é registrado pelos órgãos responsáveis pelo processo de fiscalização e assim por diante. Nós mostramos 99 e aqui é 2005.

Então, há uma queda considerável do ponto de vista das razões ou dos motivos para os acidentes, e aí há uma concentração grande aqui no que é considerado acidente típico comum à atividade, ou seja, inerente à própria atividade. Muito rapidamente a gente falou aqui, foi falado muito da questão da segurança, da saúde, e aqui eu trouxe alguns exemplos de cláusulas que são negociadas nas convenções coletivas de trabalho pelas entidades de trabalhadores, com as entidades patronais, nos diversos... Principais Estados produtores. Então na verdade são cláusulas relativa ao tema de fornecimento de equipamentos o que constam nessas cláusulas. Nós sabemos que há um razoável conjunto de leis, de normas e Portarias que regulam as condições de trabalho nas suas várias dimensões como já foi falado aqui, mas isso é um dado, é um fato. Outro fato é o seguinte, que o fato de ter a Legislação, de ter a Portaria, não significa necessariamente que aquilo esteja sendo efetivamente aplicado e cumprido. Pelas razões que muitos que me antecederam aqui já abordaram. Então não vamos... Então temas... Utilização de defensivos agrícolas. São temas negociados do ponto de vista das relações de trabalho no campo da saúde e da segurança. Então aqui são exemplos de 89, 95 e 2005. Cláusulas referentes a questão da segurança no transporte. Também temos aqui várias... [soa a campainha] Quer dizer, alguns Estados no caso de São Paulo tem e outros também, mas particular São Paulo tem uma legislação que é dos anos 80 sobre a questão do transporte, aqui são cláusulas, temas referentes a doenças e acidentes, relativos a adicional de salubridade e assim por diante. Aqui são temas referentes a garantias ao trabalhador afastado por doença, aqui em relação à garantia ao trabalhador acidentado, isso aqui está presente nas convenções de vários Estados. Aqui em relação a prevenções de acidentes. [soa a campainha] uma cláusula específica do Estado de Pernambuco.

Para encerrar um pouco sobre a questão da saúde da mulher. São cláusulas também negociadas pelas entidades de um lado e de outro nesses Estados e dizer também uma coisa interessante em relação à questão da mulher. E aí eu vou tratar Estado de São Paulo. Esse setor contratava muita melhor. Não é a toa que o crescimento da produtividade ele está associado obviamente ao processo de absorção tecnológica no setor, mas está associado também a outros fatores. Por

exemplo, hoje no Estado de São Paulo a presença da mulher no canavial e no corte de cana é muito pequena. Primeiro dado. Segundo dado, se nós pegarmos do ponto de vista da faixa etária, as usinas em São Paulo hoje se o trabalhador tiver acima de uma determinada idade, por exemplo, 35 anos de idade, esse trabalhador já tem dificuldade de se inserir ou de ser contratado para cortar cana. Então você tem até porque fazer aquela quantidade de movimentos é uma pessoa com mais de 40, 45 anos já fica muito mais limitado com muito mais dificuldade do que a pessoa que tem uma idade na faixa 25, 30 anos ou coisa parecida. Então as razões da elevação da produtividade no setor e a questão especificamente aqui das cláusulas relativas à saúde da mulher.

Queria agradecer e também me colocar à disposição e o próprio Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, o DIEESE ao qual eu estou representando aqui colocando aqui nos colocar à disposição. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A Mesa agradece a exposição do Dr. José Silvestre, representando o DIEESE e de todos os expositores que o antecederam, e neste momento nós vamos anunciar aqui a exibição de um vídeo que foi prometido aqui pelo... Se não me engano pelo Dr. Remígio Todeschini. Da FUNDACENTRO.

[apresentação em vídeo]

No final da década de 90 a produção de cana no País foi de cerca de 301 bilhões de quilos. 328 usinas de açúcar e álcool geraram mais de 600 mil empregos diretos. Cerca de 20% do total de cana foram cortadas mecanicamente. Todo o resto, ou seja, cerca de 240 bilhões de quilos foram cortados pela mão do homem. Surge então na lavoura canavieira uma nova categoria de trabalhador. Aquele que apenas corta cana. Na Região do Recôncavo esse trabalhador é recrutado normalmente no próprio Estado da Bahia e nos Estados de Pernambuco e Alagoas. Para o corte de cana as usinas têm contratado dois perfis de trabalhador. O primeiro composto pelo pequeno produtor que por enfrentar dificuldades na condução da sua própria lavoura vê no trabalho temporário do corte da cana uma forma de apoio a sua sobrevivência, sendo o outro constituído pelo trabalhador assalariado que tem o corte da cana como atividade ou profissão. A colheita da cana pode ser feita a cana crua ou queimada através de processo mecânico ou manual. No recôncavo baiano a colheita da cana é feita manualmente com a cana queimada. Número de trabalhadores a serem contratados é definido em função da quantidade de tableiros em que foi dividido o canavial. Turmas formadas com cerca de

30 a 50 trabalhadores tem como responsabilidade a colheita do seu respectivo tabuleiro. No tabuleiro cabe a cada trabalhador individualmente o corte referente a sete ruas ou fileiras de cana, sendo a sua jornada de trabalho correspondente a seis ou sete horas diárias. Para conseguir um salário mínimo mensal ele deverá cortar 3,5 a 4 toneladas de cana por dia. Aparentemente simples a ferramenta usada pelos cortadores é o facão com o qual se corta o pé de cana bem rente ao solo e da sua ponta superior é retirado o olho. Ao final dessa operação a cana é jogada ao chão formando leiras ou montes já preparados para o transporte. As usinas estabelecem uma clara hierarquia estando o cortador de cana subordinado a diversos níveis, mas é o tomador de contas, ou o feitor quem exerce forte controle e vigilância sobre o seu trabalho determinando o ritmo de execução.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Se ele pesasse a cana na balancinha para nós era mais confiável para gente porque a gente estava vendo. Mas eles levam o caminhão na usina, pesam lá, então sem a presença da gente de trabalhador nenhum eles lá fazem o que quer com a pesada e traz para gente. Então a gente tem um prejuízo sobre isso aí porque a gente que corta a cana que é valor de cinco braças, ele bota para dez, quinze braças, até vinte braças que nem já botou cana de 24 braça para a gente cortar. E quando a gente não faz o trabalho que deve ser feito que não temos condição de fazer também às vezes está dentro do mato a cana eles cortam o trabalho da gente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sou alagoano, tenho 23 anos, vim aqui pra esta usina trabalhar junto com meu amigo alagoano também mas chegamos, prometeram também que o alojamento era tudo bom e é tudo errado. Nosso pagamento também que eu fui receber semana passada me deram 27 reais só de pagamento. Eu devo cinquenta e poucos reais na venda. Não tenho condições de eu pagar. Eu peço a eles que reconheça e faça por nós o que nós faz por eles. Eles querem que nós corte a cana dele, pois ele ajude nós também.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: O pagamento do trabalhador deve estar desvinculado da produção. Ou seja, da quantidade produzida por cada indivíduo. Porque dessa forma ele se permite a parar para respirar, para almoçar, pra tomar água.

No corte manual da cana a queimada é feita com o propósito de facilitar as operações de corte e transporte. Para fazer a queima, é necessário antes do preparo do aceiro, isto é, a área que será queimada derrubando-se duas ou mais fileiras de cana ao redor do tabuleiro a fim de evitar a propagação do fogo para a área vizinha. A queima gera como produto de combus-

tão, gases, vapores e fuligens que contém entre outras substâncias os hidrocarbonetos policíclicos aromáticos compostos mutagênicos expondo os trabalhadores a uma mistura complexa de substância químicas que podem causar danos a saúde inclusive câncer. A força de trabalho do cultivo da cana por ocasião da colheita é formada basicamente por trabalhadores temporários. Para arregimentá-los as usinas contratam um outro trabalho comumente chamado de “gato” que tem por atribuição a contratação de cortadores de cana e que exercerá mais tarde a função de tomador de conta ou feitor dos trabalhadores selecionados. E de posse de informações sobre a capacidade de produção desses cortadores de cana, tenta localizá-los ou nas cidades vizinhas ou outros Estados.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Esse pessoal são meu. Eu trago ele e aí eu faço contrato com esses homem de seis a novo mês. E aí ele fica por minha responsabilidade. Aí é uma pessoa que eu força um povo a trabalhar, fico mais curioso, dou mais assistência. Porque quanto mais trabalha melhor pra mim. E aí não deixo perder tempo.

Os trabalhadores temporários vindo de outros Estados ficam em alojamentos próximos ao canavial. E em muitos casos as condições físicas desses alojamentos são as mais precárias possíveis, muitas vezes próximas a esgotos. Alguns trabalhadores preparam a alimentação no próprio quarto de dormir em péssimas condições de higiene e limpeza. Por ser uma atividade de que se ganha por produção, os acidentes ocorrem mais devido ao ritmo intenso de trabalho conjugado com jornadas prolongadas e o controle intenso do feitor sobre o trabalhador. Os acidentes mais comuns são os cortes nos pés, pernas e mãos produzidos pelo próprio instrumento de trabalho que deve estar sempre bem afiado. A maioria dos cortadores de cana não recebe o equipamento de proteção contra acidentes para a execução do seu trabalho. É importante lembrar que a maioria dos equipamentos são adaptados e não específicos para a atividade. O esforço físico, a postura exigida para cortar várias toneladas de cana por dia, com diferentes graus de dificuldades comprometem bastante a saúde do trabalhador.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Você sente dor depois da jornada de trabalho?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sinto. Principalmente na hora que toma banho, relaxa, o sangue esfria, deita dá câimbra, dá dor nas costas, dor de cabeça, sempre tem que estar tomando vitamina, gestão, esse tipo de coisa. Mas sempre sente, sim. Todo dia.

Exposto demasiadamente ao calor e em meio à fuligem que o deixa completamente coberto de pó o trabalhador procura se proteger vestindo camisa e

calça, cobre-se com avental e pano sobre a cabeça preso ao chapéu. É grande o risco de desidratação. Por isso a câimbra é uma queixa muito constante entre os trabalhadores. A grande maioria dos cortadores de cana sente-se comprometida com a produção e não gosta de interromper o trabalho. Por isso não mantém horário regular para as refeições que são feitas no próprio local de trabalho, a céu aberto. Uma grande produtividade agora garante teoricamente o emprego no próximo ano.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Nas áreas amorradas esse esforço é bem maior, e conseqüentemente aumentam os riscos de acidentes e prejuízos à saúde do trabalhador. A FUNDACENTRO realizou um levantamento sobre as condições e ambiente de trabalho na produção de cana-de-açúcar em uma usina Estado de Alagoas. De acordo com uma pesquisa da FUNDACENTRO, realizada na safra de 97 e 98 nessa usina, 60% da área de plantio é amorrada e quase 100% do corte é de cana queimada. A amostra concluiu que 65% dos acidentes ocorrem nas atividades diretamente relacionadas à cultura. E 17% encarreadores e caminhos. O corte da cana-de-açúcar responde por 49% dos acidentes. Os deslocamentos dos trabalhadores pelas áreas de trabalho e transporte da produção por 27% das ocorrências. A ferramenta de corte, o facão, é responsável por 41% dos acidentes. Seguidos pelos acidentes com veículos, implementos, e outras ferramentas agrícolas. Com 25% dos casos registrados e quedas do mesmo nível com 9% dos acidentes. 48% dos acidentes atingiram as mãos e braços. E 34% as pernas é pés sendo extremamente significativo o índice de 7% de lesões oculares. A usinas é responsável por fornecer e instruir os trabalhadores quando ao uso correto de óculos dos EPIs, com óculos de segurança, luvas, caneleiras e botinas com biqueira de aço. Máscaras e roupas apropriadas a diferentes atividades, sendo importante lembrar que a vida média de uma luva é de 15 dias e de uma botina é de 30 dias. Mas além dos EPIs, outras medidas importantes que garantam a qualidade de vida do trabalhador devem e podem ser adotadas como as pausas para descanso e o fornecimento de água potável e de complementos hidratantes em recipientes apropriados e em local protegido do sol, vento e chuva. Principalmente em se tratando de áreas amorradas, onde o desgaste físico dos trabalhadores é ainda maior. Outra atividade comum nas plantações de cana-de-açúcar é a aplicação de venenos e agrotóxicos em geral herbicidas para o controle de ervas não desejadas. Essa atividade expõe os trabalhadores a graves riscos de acidentes.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Um dos principais riscos envolvidos na aplicação de veneno está no

abastecimento dos equipamentos de aplicação que são equipamentos, são pulverizadores pesando em torno de 25 quilos em que o trabalhador após o abastecimento vai fazer a aplicação dessas áreas amorradas. Aliado ao peso e própria topografia com desgaste muito grande do trabalhador durante essa aplicação.

As longas jornadas de trabalho se iniciam ao raiar do dia e se desenvolvem em condições de temperatura extremamente alta. Ações preventivistas como as adotadas a partir do acordo entre trabalhadores, empregadores e Governo no Estado de Alagoas, podem minimizar bastante os riscos de acidentes na produção de cana-de-açúcar e viabilizar a atividade econômica sem prejuízo à segurança e saúde dos trabalhadores.

[final da apresentação em vídeo]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Encerrada a exibição desse vídeo, nós vamos retomar os trabalhos anunciando agora o início dos debates. E quem quiser fazer sua intervenção nessa fase de debate, quiser fazer suas perguntas, por favor, só se identifique para que seja constado da Ata dos trabalhos.

Nós queremos antes de liberar a palavra no geral, indagar ao Senador Eduardo Suplicy que acaba de chegar a este recinto se deseja fazer alguma intervenção nessa primeira fase.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, queria primeiro justificar, porque infelizmente aqui nós temos que ser dois, três, quatro cinco ao mesmo tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Se for só cinco está sendo econômico. [risos]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu estava aqui na Comissão, mas fui chamado para uma votação importante na Comissão de Relações Exteriores e precisei permanecer ali até agora porque houve um debate importante sobre os temas ali tratados. Então não pude acompanhar inteiramente, não estou em condições de fazer as indagações sobre tudo que foi aqui apresentado. Percebi que se tratou de uma reunião de grande relevância para que possamos estar atentos às questões dos riscos, para os trabalhadores no Brasil no que diz respeito ao seu trabalho, sobretudo na área rural, na agricultura. Mas em todas as áreas.

Eu gostaria de formular uma indagação, sobretudo por causa... É capaz do Senador José Nery já ter feito isso, e se ele o fez, então fica prejudicada. Mas eu havia dialogado com ele, que justamente nesta reunião poderíamos obter a sugestão de aonde é que a Subcomissão que está examinando a erradicação do trabalho escravo, que é parte da Comissão de Direitos

Humanos, que lugares, segundo os que aqui nos apresentar, seria melhor para fazermos uma visita no local, para observar. O Senador Nery disse que gostaria de organizar uma viagem desta Comissão, por exemplo, aos Estados do Maranhão e Pará, salvo engano. Então que lugares destes Estados haveria sugestão de onde é que deveríamos nós, já que não temos tanto tempo, e que locais efetivamente seriam importante os Senadores conhecerem de perto. Outra visita estaria por ser efetivada na região dos canaviais, sobretudo para examinar a condição de trabalhadores cortadores de cana. Havia sugerido em princípio no Estado de São Paulo uma visita, quem sabe nos outros Estados. Mas ali no Estado de São Paulo onde tem havido casos recentes, inclusive noticiado pela imprensa se há aqui alguma sugestão específica de qual o melhor momento porque se for para examinar a época do trabalho de colheita, então qual seria o melhor momento e a melhor região para visitar.

Acho que é quem sabe possamos ouvir aqui sugestões nessa direção. E se os nossos Relatores avaliarem que há algum outro local do Brasil que será importante que nós Senadores venhamos a nos deslocar para conhecer no local, então para que encaminhe essas sugestões se possível agora, Sr. Presidente Senador Valter Pereira.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu consulto o Siderlei, Presidente da CONTAC para ver se tem uma sugestão para dar nessa direção.

SR. SIDERLEI SILVA DE OLIVEIRA: Acho que o Manoel dissera, tem que ser ouvido... O Presidente da CONTAG. Eu podia dizer o seguinte ao Senador Suplicy. Ele tem que ampliar essa proposta. Não pode ficar só na cana-de-açúcar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É que como nós temos o trabalho aqui intensíssimo, e não somos muito e o Brasil é tão grande, então temos que ir por etapas. Mas queremos ouvir as suas sugestões.

SR. SIDERLEI SILVA DE OLIVEIRA: Eu acho que se puder dividir essa Comissão ir para cana e outro para o setor avícola.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Também avícola.

SR. SIDERLEI SILVA DE OLIVEIRA: É um setor que está com problema seriíssimo de doenças profissionais devido ao ritmo e um setor que tem que deve ser visitado para que algumas medidas se tomem aí. Ele está muito focado na cana. É um problema sério o problema da cana, mas são dois setores que está em pleno desenvolvimento no País. O avícola, com grandes problemas de doença e a cana.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O senhor poderia formular sugestão do local?

SR. SIDERLEI SILVA DE OLIVEIRA: Eu sugeriria que visitasse os Estados do sul como o Rio Grande do Sul, Santa Catarina que lá está o forte dessas indústrias e o Manoel é o melhor indicado para dizer qual é os outros Estados para a questão da cana, companheiro Artur poderia também. Mas eu acho que a questão avícola é importantíssimo que o Senado vá dar uma olha e ver o que está se passando com os trabalhadores desse setor. E o Manoel talvez que é o Presidente da CONTAG.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de fazer uma intervenção antes de passar a palavra para o Manoel. O Senador Suplicy obviamente quando sugeriu enxugar a área de vistoria, leva em conta a escassez de tempo, a racionalidade dos trabalhos, e, sobretudo, a questão da prioridade. Que tem que se trabalhar indiscutivelmente com prioridade. Não adianta imaginar uma visita muito abrangente se efetivamente o congressista não terá condição de fazer.

SR. SIDERLEI SILVA DE OLIVEIRA: Os dois setores prioritários. Com certeza. Pode consultar o Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Vamos procurar ater também, eu não estava aqui no momento que foi colocada a proposta, a iniciativa do Senador José Nery, já que ele especificou pontualmente qual a área que ele queria atuar, e então eu passo a palavra para o Sr. Manoel e depois nós vamos observar o que foi proposto pelo Nery.

SR. MANOEL JOSÉ DOS SANTOS: Eu, em primeiro lugar acho que é importante a sugestão do Senador Suplicy, porém com alguns cuidados que precisam se ter. Primeiro acho que a proposta do Siderlei é importante não sentido não de fazer uma vasta investigação em diversos setores, mas pelos menos pegar alguns que são focos prioritários das relações mais precárias. E pegando essa questão da cana-de-açúcar, pegando a questão do setor avícola acho que teria dois aspectos, tanto essa questão da relação entre os próprios trabalhadores internos das transformadoras como também conhecer um pouco a relação dos integrados. Que você tem muitos trabalhadores que são verdadeiros empregados da indústria sem ter carteira assinada. Porque ele trabalha recebendo parte de frango, suínos, etc, e ele acaba sendo empregado sem ter esse vínculo garantido.

Essa é uma questão que eu acho que é importante ampliar não só para o setor sucroalcooleiro. Qual é o cuidado que na verdade para essa visita surtir o

efeito real precisa se ter? Nos Estados do nordeste, por exemplo, que são exportadores de mão-de-obra, eu acho que pode ser visitado a qualquer momento, sem problema nenhum. Na área das usinas, essa visita terá que ser feita sem comunicar. Se for uma visita antecipada ou comunicada não vai encontrar nenhuma coisa errada. Porque quando o Papa vem no Brasil ele sempre encontra tudo bonito. E também quando o Senador sai daqui para visitar uma usina de cana é claro que eles não vão deixar o Senador encontrar uma situação que foi apresentada aqui no vídeo sem contestação. Então esse é o caso.

Então eu acho que se os Senadores puderem combinar com os fiscais do trabalho que fazem as operações de fiscalização e não avisar, os senhores irão de fato encontrar os fatos aqui relatados.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, o senhor não apontou nenhuma sugestão concreta. De local.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): É de surpresa. Pelo que entendi a visita tem que ser de surpresa.

SR. MANOEL JOSÉ DOS SANTOS: Mas vou sugerir.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Ele tem que sugerir, mas a visita tem que ser de surpresa.

SR. MANOEL JOSÉ DOS SANTOS: Mas vou sugerir.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Pedi sugestões de onde deveremos visitar. Manoel está sugerindo a surpresa. Então... Mas surpresa, por exemplo, seja no setor avícola seja no setor de trabalhadores de cana-de-açúcar.

SR. MANOEL JOSÉ DOS SANTOS: Em termos de sugestão do Presidente de que locais, sem dúvida eu acho que essas relações, essas visitas deveria ser feitas em Estados do nordeste como Alagoas, por exemplo pegando no sudeste São Paulo, pegando no centro-oeste Goiás. Acho que seria do ponto de vista das usinas esses três Estados que eu sugeriria e os Estados importadores, exportadores de mão-de-obra sem dúvida os principais deveriam ser Maranhão e Piauí.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): ótimo. Bom, quem tinha pedido primeiro? Como é que é o seu nome?

SR. DARCI PIRES DA ROCHA: Darci Rocha.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Darci. Antes de passar para o Darci eu vou passar para o Senador José Nery que está

aqui presente e ele vai orientar porque ele é autor da matéria e depois eu passo para o amigo.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Valter Pereira, Srs. Senadores, Senador Suplicy, ilustres convidados para esse importante debate da manhã de hoje, o aspecto referente ao acompanhamento e a fiscalização por parte da Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo que é parte integrante da Comissão de Direitos Humanos. Instalamos a Comissão em 22 de março último, e estabelecemos posteriormente um cronograma mínimo de trabalho e é bom que se diga é um cronograma de trabalho inicial tendo em vista a gravidade do problema em todo o País, seja pela incidência do trabalho escravo em algumas regiões especialmente na Amazônia, no Pará, no Maranhão, Tocantins, mas também existindo em larga escala o trabalho degradante em outras regiões do País e notadamente no setor canavieiro, nós decidimos na Subcomissão com a participação do Senador Suplicy, do Senador Inácio Arruda, dos membros da Subcomissão um cronograma inicial. Não significa que ele ficará restrito a nossa... As nossas primeiras tarefas concretas no sentido do acompanhamento mais de perto dessa questão e definirmos visitar inicialmente quatro Estados. Mas é bom que se diga. É a primeira etapa do trabalho. Vamos ao Pará, ao Estado do Maranhão, ao Tocantins, nesses três primeiros Estados com foco bem mais voltado a fiscalização acompanhamento, monitoramento do plano de erradicação do trabalho escravo, e a visita ao Estado de São Paulo também já definido se estava mais ligado a essa questão da verificação das condições de trabalho no setor sucroalcooleiro, tendo em vista as graves denúncias, os estudos apresentados, as fiscalizações realizadas que efetivamente constatarem a gravidade do problema sucroalcooleiro num patamar muito amplo com volume grande de trabalhadores e que, portanto, o trabalho da Subcomissão não ficará restrito a esses Estados nem a esses setores econômicos. Vamos também estar atentos a outras atividades produtivas no campo que também exijam o acompanhamento da Comissão.

Então, queremos discutir com os representantes dos trabalhadores e também queremos discutir com os representantes do setor empresarial as medidas, as ações, mas principalmente nós queremos uma ação mais efetiva do Estado Brasileiro, dos organismos de Estado para fiscalizar e fazer com que as condições essenciais de dignidade do trabalho sejam preservadas, sejam garantidas, e que faremos, aceitamos evidentemente aqui as sugestões para visita, o Senador Suplicy conversava no início dessa reunião, dessa Audiência Pública sobre que sugestões, que Municí-

pio, que região dos Estados visitar. É claro estamos abertos a sugestões que venham das... Indicações das representações sindicais do Movimento Sindical dos Trabalhadores, mas evidentemente vamos ouvi-los e definir então o cronograma Senador Valter Pereira dessas atividades que se iniciam por esses quatro Estados. Mas não estão restritos a eles. E como bem disse o Senador Suplicy, o Senador Valter Pereira referendou, a questão toda é a gravidade, a amplitude do problema, a Subcomissão integrada por cinco membros, e estamos aí a disposição para realizar um trabalho que envolva, que seja que a Comissão tenha uma presença em âmbito nacional e não apenas nos quatro Estados que inicialmente iremos visitar.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então eu acho que a sugestão mais apropriada é transferir o encargo de agendamento dos locais de visita para a Subcomissão presidida por V.Ex^a. V.Ex^a assumiria esse encargo de tratar com os movimentos.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Exatamente. Então, Senador Valter Pereira, exatamente esse encaminhamento. Nós queríamos dizer que as representações, as organizações para entrar em contato com a nossa Subcomissão que repito é uma Subcomissão pertencente--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O Senador Suplicy faz parte da sua...?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Suplicy honrosamente é membro da Comissão, Senador Inácio Arruda, Senadora Lúcia Vânia e Senadora Maria do Carmo. São cinco titulares.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Permita uma sugestão à luz que o Presidente da CONTAG nos falou que possam então com respeito ao aspecto da visita surpresa, mas possam as diversas entidades encaminhar ao Senador José Nery as sugestões, inclusive de locais específicos dos Municípios para que então este caráter possa ser atendido. É a sugestão que todos possam encaminhar ao Senador José Nery as sugestões.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, o primeiro inscrito é o Sr. Darci Pires da Rocha. Com a palavra.

SR. DARCI PIRES DA ROCHA: Eu queria fazer uma colocação que nessa Audiência Pública aqui ficaram evidenciado e mostrado aqui vários diagnósticos, tanto do setor avícola do Estado do Rio Grande do Sul, que está aí o Siderlei que é o nosso Presidente da CONTAC em nível de Brasil e que conhece o resto do País sabe que as condições são iguais ao do Rio Grande do Sul e também do setor canavieiro. Foi colocado aqui dados importantes pela FUNDACENTRO,

pelo Ministério Público, e o diagnóstico nosso, lá da nossa federação em conjunto com a universidade e com o instituto que tem credibilidade para isso. E eu quero dizer aqui que é muito importante, sim, e não vamos dizer que não que os Senadores vá no Estado. Mas mais importante do que os Senadores se deslocarem de Brasília, e ir nos Estados fazer a visita é aprovarem aqui nessa Casa projetos que coíbam tais práticas.

Já tem aqui nessa Casa um Projeto do Senador Paulo Paim tramitando na questão dos canavieiros, e também tem já o comprometimento do Senador com o Estado do Rio Grande do Sul de apresentar um Projeto no setor avícola para a redução da velocidade das máquinas, as chamadas nórias. Então é de suma importância que os Senadores aqui no Senado façam esse papel. Porque isso que a gente veio buscar aqui nessa Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Rápido no gatilho, e deu a sugestão muito objetiva. O próximo... Eu vou passar para a Presidência da Comissão a sugestão que o senhor apontou. O Senador deseja... Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, senhores convidados, a respeito das tarefas específicas que estão no âmbito Legislativo só para informar que a preocupação do companheiro agora apresentada está no âmbito do trabalho da Subcomissão, da Comissão de Direitos Humanos o empenho para que várias medidas legislativas sejam aprovadas tanto no Senado quanto na Câmara na tentativa de coibir, erradicar o trabalho escravo, o trabalho degradante. Eu queria chamar atenção e pedir aqui o apoio das organizações dos movimentos do setor empresarial, de todos aqueles que têm compromisso efetivo com a mudança desses padrões que tem sido... Padrões de indignância, de condições degradantes de trabalho que tem incomodado a todos nós e é uma vergonha para o País conviver com o trabalho escravo em pleno Século 21 é preciso avançar nas medidas concretas. E do ponto de vista Legislativo esse Senado já aprovou aqui, por exemplo, a PEC 438 que expropriava, propõe a expropriação de toda e qualquer área onde seja constatado trabalho escravo colocando a serviço da Reforma Agrária. Então essa PEC, Projeto de Emenda Constitucional foi votado em dois turnos no Senado, aprovado, está na Câmara dos Deputados que foi votado em primeiro turno, falta a votação em segundo turno.

Queria conclamar o apoio de todos para trabalharmos junto à Câmara dos Deputados e nesse sentido realizamos uma audiência da Subcomissão de Combate ao trabalho escravo com o Presidente Arlindo Chinaglia, sugerindo uma atuação e um trabalho

junto às lideranças partidárias nos diversos partidos representados na Câmara dos Deputados, no sentido de apressar a discussão e a votação e a aprovação dessa PEC que considero entre todas as iniciativas aquela que tem o sentido mais direto de combater o trabalho escravo. Além das outras medidas, tem medidas punitivas, sobre práticas degradantes de trabalho. Tem um Projeto já aprovado também na Comissão de Direitos Humanos que precisa ir a Plenário que é o Projeto que trata da... Projeto da ex-Senadora Ana Júlia Carepa, hoje Governadora do Pará, que proíba a concessão de crédito a toda e qualquer pessoa física ou jurídica para a concessão de empréstimos nos bancos oficiais. Então são medidas, são ações, mas efetivamente nós queremos combinar a ação da nossa Comissão, da Comissão de Direitos Humanos, em dois sentidos. Atuando na implementação de medidas concretas do ponto de vista legislativo acompanhando o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, monitorando as ações de fiscalização, mas também estabelecendo um diálogo direto com os trabalhadores principalmente nas diversas regiões do País com as autoridades dos Estados e os órgãos de fiscalização, o Ministério Público, as delegacias regionais do trabalho como parte de uma ação integrada que ao mesmo tempo que vamos adotar medidas do ponto de vista legal, normativas, nós possamos também conseguir um apoio mais amplo da sociedade especialmente do segmento dos trabalhadores para combater o trabalho degradante e o trabalho escravo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Eu convidaria o Senador José Nery para assumir a Presidência dos trabalhos já que estou sendo cobrado de um compromisso aqui para o qual estou bem atrasado. Antes, porém, de deixar esse recinto gostaria de dizer da oportunidade desta reunião, desta Audiência Pública. Nós estamos atravessando um momento de grande mudança. O agronegócio está se impondo como um dos principais motores da economia do País. E no instante em que isso ocorre, obviamente há necessidade de uma adaptação maior das relações de trabalho para esse novo momento que nós estamos vivendo. De sorte que esse evento ocorre neste momento de grande mudança e, portanto, ele tem uma oportunidade extraordinária. Se o Brasil quiser aproveitar este momento favorável da economia e favorável para o setor, é preciso que a Legislação acompanhe essa evolução, e que os cuidados com a segurança do trabalho, com as condições de trabalho sejam devidamente preservadas nessa nova ordem que estamos inaugurando. E aqui no Senado, como bem acentuou o Senador José Nery o dever de casa está sendo feito. Essa Comissão aqui, por exemplo,

hoje ela dá amostras de que está cumprindo o dever de casa. E a voz dessa Comissão e da Subcomissão que ele preside está sendo ouvida também pelo Plenário. É preciso que também o outro segmento do Poder Legislativo, a Câmara faça seu dever de casa e que o Executivo dê segmento àquilo que está sendo aprovado pelo Legislativo Brasileiro neste momento de tão grande importância.

Eu antes de sair eu gostaria só de fazer uma indagação ao Dr. José Silvestre que abordou a questão da mão-de-obra da cana-de-açúcar no momento em que estive presidindo aqui. Gostaria só que me informasse se tem esse dado, se foi reproduzido isso antes da minha chegada. Qual é hoje a expectativa de vida do trabalhador da cana-de-açúcar? Do canavial. Quem está ali operando. Se tem esse dado.

SR. JOSÉ SILVESTRE PRADO DE OLIVEIRA: Olha, Senador, existe um dado, um estudo feito por uma estudiosa da ESALQ da USP lá do Estado de São Paulo que mostra o seguinte, esse foi um dado que foi divulgado recentemente na mídia brasileira, na imprensa mostrando o seguinte. Ela fez um estudo que mostra que entre os anos 80 e os anos 2000, a vida útil média do cortador de cana ela se reduziu em torno de 15 anos para algo em torno de 12 anos. Que segundo ela seria uma condição análoga ao escravo. Ou seja, o escravo teria mais vida útil do ponto de vista do trabalho, da sua fase produtiva propriamente do que teria o canavieiro hoje. Ou seja, você reduz a vida útil que era, por exemplo, 15 anos, seria o período que ele teria um período de produtividade. E que esse período hoje estaria sendo reduzido para 12 em função de muitas dessas questões que aqui foram tratadas, que foram abordadas. Quando você sai de cortar, em termos médios, de seis toneladas de cana para cortar 10 e 11, isso tem uma série de implicações, implicações estas que estão rebatendo diretamente nas condições e na própria vida útil em termos produtivos daquele trabalhador. É o que mostra o estudo dessa professora lá da ESALQ da USP.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Se o senhor tiver depois cópia desse estudo podendo mandar para essa Comissão seria uma contribuição boa para a avaliação dos componentes dessa Comissão.

SR. JOSÉ SILVESTRE PRADO DE OLIVEIRA: Posso encaminhar o estudo, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador José Nery. Então eu agradeço a atenção dos senhores e passo nesse instante a Presidência para o Senador José Nery, um dos mais diligentes Parlamentares nos cuidados que têm sido

tomados com o trabalhador, especialmente o trabalhador do campo. Muito obrigado.

[palmas]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY

(PSOL-PA): Dando continuidade aos trabalhos, concedo a palavra ao Sr. Davi Pires da Rocha... Não, ao Sr. Paulo Albuquerque da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SR. PAULO PEIXOTO DE ALBUQUERQUE:

Eu acho que é importante, principalmente pelo adiantado da hora, mostrar para quem está nos assistindo os dois movimentos de uma Audiência Pública. No primeiro momento ela aparece, ela dá viabilidade a uma questão de crise. Mas a crise na própria palavra já aponta os elementos também de oportunidade. E uma das coisas que ficou evidenciado aqui em todas as falas que doenças do trabalhador muito mais do que doenças relacionadas ao trabalho é uma doença social e é epidemia. E mais ainda, se a gente entra no avesso de todas as falas aqui aponta para uma questão conceitual que é: Que desenvolvimento é esse que a gente quer, que crescimento é esse que a gente quer. Porque o crescimento e o desenvolvimento que está sendo apontado leva o desmanche do mundo do trabalho, basta ver a Emenda 03, essas coisas todas, basta ver também as situações de precarização do trabalhador, onde determinadas situações só têm a se repetir em termos históricos. Mas parece que o segundo movimento de uma audiência é importante porque não adianta só a gente apontar, existe uma questão onde a gente precisa ser minimamente pragmático. E aqui já apareceram algumas situações. Uma delas é que existem demandas, por exemplo, no setor avícola e mesmo açucareiro que tem uma semelhança muito grande. Quando José me disse e apontou os dados dizendo que um trabalhador do setor de cana-de-açúcar ganha 24 reais por dia, eu olhei meus dados e um trabalhador do setor avícola ganha 16 reais. Condição de trabalho qualidade de vida que está sendo discutida me parece que leva necessariamente a gente pensar a saúde do trabalhador como fator de dignidade e fator de dignidade é questão de direitos e direitos humanos. A gente só vai falar em direito e igualdade quando existe uma situação de injustiça e desigualdade. O segundo elemento é que tanto o Manoel quanto o Darci foram cuidadosos e generosos com a proposta do Senador Suplicy de fazer visita, e mais ainda, disseram: Não, talvez a idéia seja fazer uma visita surpresa. Mas Senador nenhum faz visita surpresa. Primeiro que sai no jornal do Senado, que está acontecendo essa audiência. Vai sair em tudo quanto é lugar. Me parece que precisa ir isso sim é formar um grupo de trabalho por-

que o Valdinei aqui trouxe um Relatório, o José trouxe um outro Relatório, nós com a pesquisa que a nossa pesquisa não é neutra, a nossa pesquisa tem um intencionalidade de denúncia e de evidenciar essa situação. Ela não é neutra, mas ela é rigorosa em termos metodológicos. Me parece que a idéia de formar um Grupo de Trabalho, pegar esses dados, refletir esses dados e mais ainda, dar continuidade e ver de que forma essas informações podem ser acrescentadas num Projeto de Lei que penso controle, velocidade e condições de trabalho me parece que há uma solução de continuidade. E mais ainda, se a gente for pensar que não se pode ficar só na falácia da norma, o companheiro, o Clovis Veloso ele disse: A NR 17 é a mais completa. Mas o que acontece? Nesse País a norma fica sendo o limite proposto de uma ação que é política. As opções da maneira com se organiza o trabalho não são técnicas elas são políticas. Quer dizer, a maneira como está se cortando a carne, a maneira como está se cortando e se executando as tarefas nos abatedouros de aves e carne ela é muito mais do que técnica, ela é política. Porque ela organiza o tempo e modelo de organização. Parece que aí sim a gente tem que pensar avançar muito mais do que a norma e pensar em políticas públicas e políticas sociais. E aí sim mais um elemento a ser considerado que a gente pode começar a pensar numa agência reguladora disso onde se possa pensar em termos tripartites de realmente fazer uma intervenção. Porque os auditores fiscais estão desenvolvendo o trabalho, a universidade está desenvolvendo um trabalho, os sindicatos e as confederações estão desenvolvendo trabalho. Parece que esses elementos já são suficientes para que comece a pensar de maneira mais eficaz. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY

(PSOL-PA): Muito obrigado, Prof. Paulo Albuquerque. Suas observações como bem de todos participantes desta Audiência Pública serão consideradas no âmbito do nosso trabalho das medidas que temos que tomar a partir desse debate. Concedo a palavra a Dr^a. Rosa Maria Jorge do Sindicato Nacional dos Auditores do Trabalho.

SRA. ROSA MARIA JORGE: Eu quero cumprimentar o Senador José Nery e através da sua brilhante participação já no início dessa Subcomissão cumprimentar essa Casa pela iniciativa brilhante nesse debate aqui em nome da pessoa do Valdinei que é Vice-Presidente do sindicato eu quero cumprimentar a todos os palestrantes e todos aqui prestaram uma contribuição importantíssima para esse debate.

O Sindicato Nacional tem uma preocupação muito grande representando os seus colegas, os auditores fiscais do trabalho, porque nós temos feito denúncias

já de longa data da quantidade mínima de auditores de que dispõe o País para fiscalizar todas as normas relativas à proteção do trabalhador, e houve um verdadeiro desmonte da administração pública e notadamente no Ministério do Trabalho, nós somos muito poucos auditores para dar conta dessa tarefa hercúlea que é garantir que o direito do trabalho seja cumprido no Brasil, mas nós temos feito tudo que está ao nosso alcance, temos atingido realmente dados, números que são significativos e que mostram que a disposição dessa categoria apesar de todas as dificuldades do reduzido número e da pouca estrutura para dar conta dessa tarefa da qual nós nos orgulhamos.

Muitos dados que foram colocados aqui são incompletos. Na verdade nós precisaríamos juntar tudo para chegar a números mais conclusivos. Essa questão da estatística dos números no Brasil se constitui no verdadeiro desafio, principalmente se nós considerarmos o número e é grande o número de trabalhadores que estão na informalidade, o número de trabalhadores que estão realmente em trabalho escravo e em trabalho degradante, muito se discute em torno de número. Quantos trabalhadores estão na informalidade, quantos estão no trabalho escravo, quantos estão no trabalho degradante? Não há número. O que se sabe é pelo que tem se levantado, pelo que a fiscalização tem encontrado efetivamente é que esse número não é pequeno. É um número muito grande.

A fiscalização do trabalho tem se esforçado, mas ela precisa, Senador, do apoio de todos os segmentos da sociedade e dessa Casa para que diversos projetos realmente não logrem êxito aqui e nós passamos um apuro muito grande. Nós todos auditores e trabalhadores em geral quando a Emenda nº. 03 foi aprovada, e foi preciso um trabalho muito grande da sociedade para que ela fosse vetada. E nós queremos que ela permaneça vetada pelo significado dela, pelo risco que ela traz de retrocesso social no País. E nós queremos colocar à disposição dessa Comissão, da Subcomissão todos os senhores aqui o nosso trabalho, tudo aquilo que a gente puder fazer e contribuir para que essa verdadeira chaga social que é a indignidade porque passa o trabalhador brasileiro possa ser extirpada de vez. Essa preocupação nós vamos discutir amplamente no nosso Encontro Nacional dos Auditores em setembro em Minas Gerais que é o grande desafio garantir desenvolvimento econômico, mas garantir no mesmo patamar trabalho digno. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Muito obrigado Dr^a. Rosa, Presidente do SINAIT, com a chegada do nosso Presidente Senador Paulo Paim eu queria convidá-lo para continuar a presi-

dir os trabalhos que é o autor dessa Audiência Pública na data de hoje. Senador Paulo Paim.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Havia me comprometido eu voltei. Volto para participar da reunião. Achamos. Vou informar logo. Os 30 milhões na verdade... Exatamente. Acabam indo para um outro programa, já foi feita a tal de... Como é que chama? Quando você abre espaço para que todos possam se apresentar. Licitação. Já foi para outro programa. Agora acertamos com o Ministro da Cidade ele então vai destinar mais 30 milhões para o Rio Sinos. Em resumo dá para anunciar já que estamos ao vivo para o Brasil todo que o Rio dos Sinos vai receber os 30 milhões da Emenda do Senador Paim mediante o encaminhamento feito pelo Ministro da Cidade em entendimento com o Ministério do Meio Ambiente. Em resumo apareceu os trinta milhões, para onde tinha ido. E dizer para vocês que fiz questão de voltar aqui para encerrar, claro, vou permitir que aqueles que estão inscritos possam falar pela importância dessa Audiência Pública que foi transmitida ao vivo durante todo o período. Eu estava lá no Ministério e assisti lá, acompanhei pela Rádio Senado também ao vivo para todo o País. E dizer que o Senador José Nery é também o Relator, Senador, do nosso Projeto que regulamenta a situação dos trabalhadores na cana. Eu apresentei um Projeto que exatamente vai para o turno de seis horas, e o Relator é o nosso Senador José Nery que sei que faria um brilhante Relatório ouvindo a todos os setores, até porque ele preside aqui essa Subcomissão importantíssima de combate ao trabalho escravo.

Então a partir dessa rápida informação que apareceram os 30 milhões e o Rio dos Sinos vai ganhar no mínimo 30 milhões e com outro investimento, porque a bacia, na verdade, precisaria em torno de algo de 200 milhões para recuperar a bacia de imediato. Então está assegurado.

Então passo a palavra de imediato ao Sr. Dario, que está inscrito. Sr. Dario, por favor.

SR. DARIO THEOBALDO WERLANG: Gostaria de comentar a questão dos auditores fiscais. Não é um questionamento, mas uma sugestão se já imaginaram de alterar a metodologia de trabalho deles. Ou seja, pelo que eu notei aqui que o Sr. Valdinei falou, são três mil e alguma coisa fiscais auditores necessitariam de oito mil. Nós temos no Brasil em torno de cinco mil e alguma coisa, não tenho o número exato de Municípios. Por que não dividirmos mais a localização desses auditores? Eu já sofri auditorias nas empresas que eu trabalhei e sempre vinham de quatro a cinco auditores por vez. Auditoria tem que ser uma coisa praticamente diária, assim como o Ministério da Agricultura faz na

questão avícola, na questão de carnes. Vem a auditoria muito pouco, o acompanhamento é pequeno. Eu não sei a realidade de vocês exatamente, mas por que não dividir pequenos Municípios onde o auditor fica com cinco, seis Municípios e as grandes capitais que tem muito mais empresas, mais auditores circulando nessas capitais? Para estar mais presente. Que não adianta a gente ficar imaginando aqui que vai aumentar de três mil para oito mil que não vai acontecer. Pelo menos em curto prazo isso não acontece.

Então de repente mudar essa metodologia. Como divisão para o auditor estar mais presente nas empresas. Aí não vários auditores ao mesmo tempo numa única empresa. Porque o auditor ele tem que ter conhecimento geral do que ele vai auditar. Não podemos dizer: Ah, precisa de um para ver essa parte, técnica, outro para ver a outra parte técnica e assim por diante. Ele vai ter que ter o... Vai ser preparado para isso para ter um conhecimento geral. Isso é uma sugestão, já não é um questionamento, mas uma sugestão que se reanalise a metodologia de trabalho de vocês.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado ao Sr. Dario e passamos a palavra agora ao Sr. Deusélio Ramos de Oliveira, que é da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Alimentação. E depois o Sr. Valdinei Antônio e o Sr. Alexandre e daí nós vamos encerrar porque estamos na hora de iniciar o nosso trabalho lá na Plenário que inicia logo após o encerramento dessa Sessão.

SR. DEUSÉLIO RAMOS DE OLIVEIRA: A todos um bom dia, já é boa tarde. Eu quero agradecer a oportunidade ao Senador Paulo Paim, dessa audiência para que nós possamos expor a situação de Estado por Estado. Eu sou do Estado do Rio de Janeiro e o Estado do Rio de Janeiro na sua produção de açúcar e álcool não é diferente dos outros Estados. Então eu faço parte de uma Comissão lá no Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro como Presidente de uma Federação de Alimentação porque o Ministério do Trabalho determinou que os 24 tribunais regionais intensificassem as fiscalizações em todas as empresas, não só de alimentação como rodoviário, estaleiro... Porque pelo número baixo do recolhimento do FGTS. Pelo número baixo do recolhimento do INSS. Só assim para aumentar pediram que nós Presidentes de federações comparecesse às reuniões com os fiscais. Só que no Rio de Janeiro no ano passado foram presos 56 fiscais de trabalho porque eles iam no interior e não dava conta do recado. Pegava sua propina e não resolvia o problema. Então realmente conforme o representante do Ministério do Trabalho falou que há um déficit de fiscais, e há mesmo. Nós não precisamos de oito mil, não. Precisamos de dez. Que é para

atender a demanda geral necessária. Porque quando se faz contratação de INSS, de Ministério Público, o salário tão alto, poderia fazer mais contratação de fiscais do trabalho. E acham uma dificuldade ao entrar nas empresas que tem que mover uma ação pública, eu tenho ação pública do Ministério Público do Trabalho do Rio de Janeiro contra os usineiros do Estado do Rio de Janeiro. O Artur depois vai passar para vocês, Paulo Paim, a relação que eu tenho lá de ações de Ministério Público e contra as usinas de açúcar do Estado do Rio de Janeiro. Porque lá a usina funciona e mete o terceirizado por dentro da usina. Aquele terceirizado é o trabalhador escravo. Ele não tem direito a nada, alguns companheiros já citaram aqui. Então eu quero aproveitar a oportunidade para me expressar o esforço que estamos fazendo no Rio de Janeiro e não há fiscal para acompanhar a gente. E olha que lá da capital do Rio de Janeiro ao interior no norte do Estado onde está implantado todas as usinas de açúcar e álcool, é longe. Que é a região do norte que liga lá para o lado do Espírito Santo. E ontem também eu recebi uma visita antes de vir aqui para Brasília do Presidente da Federação da Alimentação lá do Espírito Santo reclamando sobre o mesmo problema do pessoal de álcool. Foi me procurar no Rio para falar isso. Eu to indo lá para Comissão e vou expor a situação. Agora, foi proveitoso todas as três Mesas montadas que o senhor montou todos os expositores foram felizes. Agora, resta concluir e como vamos montar um trabalho sério. O programa do Governo é criar emprego? É criar emprego. Então vamos acabar com a terceirização. Existem certos serviços e empresas que não há como acabar terceirização. Mas as empresas estão abusando e a terceirização até no produto principal. [soa a campainha] Eu denunciei a empresa que eu trabalho lá no Rio que ela é no mundo inteiro famosa e ela foi autuada agora em janeiro por usar terceirizado direto da produção e chama esse boom de alimento. Só isso que eu queria agradecer a vocês.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência agradece a precisão de V.Ex^a. Eu vou fazer um apelo aos outros dois, o Valdinei Antônio e o Alexandre Betinardi que eles ficassem no máximo em dois minutos para que eu possa ainda permitir que os companheiros que estão aqui na Mesa possam também ter um minuto para cada um para fazer suas considerações e nós encerraremos. Sr. Valdinei. Dois minutos.

SR. VALDINEI ANTÔNIO ARRUDA: É rapidinho, quero dizer ao colega que expressou com relação ao Ministério não tenho aqui nenhuma pretensão de defender ou representar o Ministério do Trabalho. Mas só te digo que abro mão com toda certeza, que se tivesse

uma proposta pode nos apresentar no sindicato que vamos estudar junto e no que depender do empenho do sindicato podemos tentar aprimorar o que você chama de aprimoramento e de redimensionamento. Mas digo para ti que o número de auditores fiscais do trabalho é um complicador tremendo nesse processo todo. Mas estamos abertos.

Com relação à generalização, realmente nós somos generalistas no que diz respeito ao nosso trabalho, eu Auditor Fiscal do Trabalho de Legislação estou me empenhado no trabalho de segurança e saúde junto com os auditores fiscais do trabalho que são específicos. É necessário ampliar a especificidade. Precisamos mais de médico, precisamos de mais engenheiros. É verdade. Mas fazemos de tudo sim e isso [soa a campainha] a gente tenta aprimorar. Com relação à proposta específica aqui para o nosso debate, Senador, entendemos que poderíamos aprimorar no que OIT tenta imprimir isso nas reuniões da organização da OMC que é a busca o que eles chamam que pode ser representado de selo. O selo social. Talvez esse nosso embate também se passe por uma cláusula social nesses projetos que estão nascendo, nesses investimentos para que diretamente no que diz respeito às usinas possam incluir como objetivo entre as suas metas de produção a meta do selo social, ou seja, a meta de se atingir a qualidade de vida, melhoria como condição não só de obter os recursos, mas também de poder até vir a ser cancelado caso não se respeite esses acordos junto com os acordos econômicos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra ao Sr. Alexandre.

SR. ALEXANDRE BETINARDI STRAPASSON: Obrigado. Serei bastante breve. Eu gostaria somente de registrar que eu deixei com o Senador Paulo Paim um documento chamado “Balanço nacional da cana-de-açúcar e agroenergia”, que foi levantado aqui inclusive da dificuldade de números, informações de produção etc e dentro das competências do Ministério da Agricultura nós fizemos todo um resgate de dados de produção de cana-de-açúcar, açúcar, álcool, quanto vem de fornecedor de cana, quanto vem das próprias unidades industriais, etc, inclusive dados do tempo do IAA, buscas no arquivo nacional, etc, e também dados recentes, bem como informações sobre agroenergia em geral também biodiesel, mamona, palma, etc. Então acho que é um material que está à disposição. Quem necessitar nós temos mais no Ministério à disposição materiais, tanto impresso quanto em formato eletrônico.

E também corrigir só uma pequena informação que eu disse que uma colhedeira substitui 30 trabalha-

dores e na verdade é 80. Foi um equívoco eu mencionar isso. Só registrar porque às vezes essa informação acaba sendo reproduzida posteriormente.

E reforçar aqui que nós estamos à disposição lá no Ministério para colaborar no que for possível sempre, totalmente abertos ao diálogo aí independente da posição. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou permitir aqui à Mesa um minuto para cada um para suas considerações finais. Na verdade é uma saudação não é mais debate, e daí nós encerramos. Eu vou, na verdade, permitir um minuto para cada um dos convidados a fazer o painel. Começamos por aqui. De lá para cá. Começamos pelo DIEESE? Um minuto.

SR. JOSÉ SILVESTRE PRADO DE OLIVEIRA: Obrigado, Senador. Rapidamente mais uma vez agradecer a oportunidade de participar dessa Audiência Pública, e acho que foi um debate muito interessante, trouxe uma série de informações e queria também já pedir para o colega do Ministério, quer dizer, se puder disponibilizar esse material para nós seria interessante, e me permitir, Senador, um pequeno anúncio dizendo o seguinte: Eu acho que esse momento aqui está sendo muito rico do ponto de vista da discussão dos rumos que vão tomar esse setor, e nós enquanto Assessoria Sindical, atuamos do lado do trabalho queremos anunciar para vocês e já estender o convite a todos que o DIEESE juntamente com entidades sindicais que reúnem e que representam os trabalhadores no elo dessa cadeia produtiva estarão realizando entre 8, 9 e 10 de agosto em São Paulo um grande seminário nacional reunindo trabalhadores, dirigentes sindicais dessa cadeia produtiva, vamos convidar setores empresariais representantes dos setores empresariais, pessoal da academia, os institutos de pesquisa para fazer um debate, fazer uma discussão Ministério, enfim, os órgãos públicos que estão afeto a esse setor para fazer um debate sobre os rumos, enfim, quais as alternativas do ponto de vista do setor sucroalcooleiro. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): De imediato vou passar para o Sr. Valdinei Antônio Arruda. Que vou seguir a seqüência aqui de... Valdinei está aqui ainda? Vamos lá um minuto. Alguns eu sei que tiveram que sair.

SR. VALDINEI ANTÔNIO ARRUDA: O Sindicato Nacional agradece e parabeniza o evento. Acho que é de extrema importância e é o início de uma longa jornada que teremos pela frente, uma responsabilidade muito grande que passamos a assumir agora. Agradecer ao Senador pelo convite, pelo empenho

aos colegas que estão presentes, aos Senadores que estiveram aqui e encerrar só conclamar os auditores fiscais e chamar para reflexão novamente que os auditores fiscais do Brasil estão juntos com todas as entidades que lutam pela manutenção do veto à Emenda 03. Malfadada Emenda 03 e esperamos que ela não se prospere e não se propague e que não tenha sucesso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Passamos de imediato ao Sr. Clovis Veloso Queiroz Neto.

SR. CLOVIS VELOSO DE QUEIROZ NETO: Agradecer, Senador, mais uma vez a oportunidade da CNA de poder transmitir o seu posicionamento para essa questão tão importante, colocamos a CNA novamente à disposição, não só da Comissão que o senhor preside, V.Ex^a preside, como também a Subcomissão de Erradicação do Trabalho Escravo uma vez que também fizemos parte do CONATRA(F) e a CNA não defende escravagista e não defende qualquer tipo de exploração da pessoa humana. Obrigado, Senador.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu que agradeço. Passamos a palavra agora ao Sr. Siderlei Silva de Oliveira.

SR. SIDERLEI SILVA DE OLIVEIRA: Eu quero agradecer a oportunidade que tivemos aqui, e dizer que o Brasil caminha a passos largos para ser os principais Países na economia mundial. Com certeza fazer parte do ranking dos principais. Mas também queremos ser também que os trabalhadores brasileiros também tenham as condições de vida que aqueles Países que hoje estão na frente têm. Esse é o trabalho que estamos fazendo aqui. No mesmo momento que o Senado, que a Câmara discute os projetos de desenvolvimento para o País, é obrigação inclusive dessa Casa e do Senado também discutir a questão dos trabalhadores que tem que fazer parte desse Projeto de desenvolvimento. E quero dizer que como o setor avícola não tem visibilidade que tem o setor sucroalcooleiro é um setor que está desenvolvendo e vai envolver muito mais e tem um problema tanto ou mais grave que tem o pessoal sucroalcooleiro porque estão fechados dentro das fábricas. Não aparecem ao público. E a visita que o Senador propôs eu acho que é importante, tem que dar visibilidade, uma visita de Senadores a um Estado com certeza vai dar imprensa, todo mundo vai se preocupar e muito mais essas empresas que estão causando esse problema. Agradeço a oportunidade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Artur Bueno.

SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO: Eu quero agradecer por essa oportunidade que nós tivemos aqui nesse debate de hoje e também gostaria de reforçar aqui a importância dessa Comissão que vai estar fazendo visita nas bases para poder realmente presenciar a situação dos trabalhadores, e se não for possível nesse primeiro momento, mas que no segundo momento pudesse realmente também fazer visitas ao setor avícolas que a situação é gravíssima. E só queria lembrar aqui, Senador, a questão que foi tirado alguns Estados no norte e nordeste. Visita. Me parece que lá a safra ainda não se iniciou. Então esse cuidado para ir lá no período de safra.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se não me engano Manoel já se retirou, passamos de imediato ao Alexandre Betinardi Strapasson.

SR. ALEXANDRE BETINARDI STRAPASSON: Bom, já falei há pouco, então só finalizar agradecer pelo convite, e espero que os encaminhamentos da Comissão prosperem acho que tem muito trabalho pela frente e acho fundamental nós estarmos unidos todos nós representantes desses assuntos afins, a agricultura canavieira e agricultura em geral porque é na divergência que a gente constrói realmente algo positivo e a gente se afastar do diálogo não leva a nada. Então é importante dialogarmos sempre e termos encaminhamentos que realmente venhamos a prosperar. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Dr. Alessandro Santos de Miranda. Sr. Darcy Pires da Rocha. Federação da Alimentação do Rio Grande do Sul.

SR. DARCI PIRES DA ROCHA: Aproveitar essa oportunidade, Senador, para agradecer mais uma vez a possibilidade de estarmos aqui, de colocar essa problemática aí do nosso ramo e acompanhar também os problemas de outros setores importantes no Brasil no ponto de vista dos trabalhadores. E também aproveitar a oportunidade para lhe fazer um convite para no dia 15 de junho estar conosco em Porto Alegre aonde vai ser o lançamento do livro sobre as doenças ocupacionais, livro esse inclusive que o senhor nos deu a honra de abrir esse livro e que tem o título de “Doença do trabalhador em responsabilidade social do capital”.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado. Sr. Dario Theobaldo.

SR. DARIO THEOBALDO WERLAND: [pronunciamento fora do microfone]... Agradecer a presença, o convite por estar aqui e colocar que tudo isso que foi debatido aqui é assunto muito interessante, impor-

tante, uma [inaudível] que envolve um grande número de trabalhadores é que isso realmente aconteça, não ficamos falando aqui em vão e daqui a cinco anos a gente olhe para trás e vê que não aconteceu. A gente espera que saia daqui e realmente tenha um resultado positivo lá no chão de fábrica mesmo.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Sr. Ricardo Ceccim e Sr. Paulo Peixoto Albuquerque, professor da universidade.

SR. RICARDO BURG CECCIM: Bom, no final me parece que essa manhã a gente cumpriu o que deve ser uma Audiência Pública mesmo, ser um espaço aberto, ser um espaço plural, e uma das coisas que a gente pode tirar daqui é que da diversidade existe uma certa unidade e eu termino com um ditado popular que me parece que encerra alguma sabedoria que é o que se propõe uma Audiência Pública: Para bom entendedor um pingo basta. Para mau entendedor e quem não que ver uma biblioteca inteira não adianta.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery para suas considerações finais.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Quero cumprimentar a todos os participantes dessa Audiência Pública, especial o autor dessa proposição que é o Senador Paulo Paim, que inegavelmente orgulha o Senado Federal, orgulha o povo brasileiro e o povo do Rio Grande do Sul pelo enorme compromisso manifestado a cada debate, a cada espaço de construção de alternativas de melhoria das condições de vida do trabalhador brasileiro. Então manifestar a minha satisfação pela participação de todos aqui que sem dúvida indica o sucesso desse trabalho, procurando ouvir a todos os segmentos num tema de relevante importância para o respeito, a dignidade dos trabalhadores do setor sucroalcooleiro, e que, portanto, esse debate, essa Audiência Pública trouxe importantes contribuições para a atuação do Senado Federal, dos órgãos de Governo, dos órgãos de fiscalização, e um apoio a todos aqueles que se dedicam à defesa e causa dos trabalhadores desse País.

Queria dizer que é importantíssimo manter a luta para garantir o veto à Emenda 03, reforçar as ações de combate ao trabalho escravo e nesse aspecto quero também dizer a todos que o Senador Paulo Paim foi autor, foi idealizador da criação da Comissão de Combate ao Trabalho Escravo e que, portanto--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A mais brilhante das idéias que eu tive e aí é de

minha autoria, foi indicar ele Presidente. Porque daí de fato funcionou. Porque criar Comissão é fácil.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Isso aí é mais uma deferência e essa gentileza que o Senador Paulo Paim manifesta a todo momento. Mas dizer, Senador Paulo Paim, e a todos aqui os convidados, o nosso agradecimento pela importância desse debate na formulação de alternativas, de avanços, para efetivamente garantir dignidade aos trabalhadores especialmente os trabalhadores do campo que é uma missão, é uma tarefa de todos nós aqui no Senado Federal. Um grande abraço a todos, e tenho certeza que as contribuições aqui oferecidas serão levadas em conta na formulações de projetos, de recomendações, de fiscalização e de ações que ajude a manter a nossa luta em defesa e desenvolvimento do Brasil, mas principalmente respeitando os direitos dos trabalhadores.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus amigos eu quero ao encerrar essa Audiência Pública, eu entendo que ela cumpriu o seu objetivo, digo para vocês que eu tenho uma agenda muito pesada e por isso tenho dito ao meu Presidente José Nery da Subcomissão do Trabalho Escravo que talvez não possa acompanhar a todas as audiências nos Estados, mas dentro do possível eu acompanharia porque só para vocês terem uma idéia, essa audiência foi transmitida para todo Brasil. A minha agenda no fim de semana, Siderlei conhece bem, vai ser Camaquã, Passo Fundo, Não Me toque, Erechim, São Leopoldo, Porto Alegre, e o Congresso Estadual dos Metalúrgicos do Rio Grande do Sul. E ligaram para o nosso gabinete para que eu leve esse tema. Que eu fale dessa audiência nesses encontros que eu terei nesse fim de semana, sobre doença do trabalhador e acidente no trabalho. Só isso demonstra o sucesso dessa Audiência Pública.

Queria também cumprimentar a todos, porque todos convidados estiveram aqui ou mandaram representante. Mostra também a preocupação e a importância. Queria concluir dizendo que quando a gente faz uma Audiência Pública, eu acho que o Prof. Paulo foi muito feliz. O objetivo é levar o tema para a sociedade. Isso nós fizemos. Nós ficamos ao vivo aqui das nove da manhã até as duas da tarde. A sociedade acompanhou, ouviram as denúncias que vocês colocaram muito bem, e as propostas também. Agora, como disse muito bem o Senador José Nery, essas propostas para serem transformadas em lei, é preciso que a pressão

continue. Apresentar o Projeto nós apresentaremos. Não há dúvida nenhuma. Podemos dividir eu e ele e outros Senadores que aqui estiveram e apresentar o projeto. Mas entre a gente apresentar o projeto e transformar em lei há uma diferença. Por isso que eu quero sempre dizer a vocês continuem, mobilizados acompanhando, se manifestando, veja o exemplo da Emenda 03. A Emenda 03 só não foi derrubada o veto até o momento porque a sociedade se mobilizou. Não é Nery? E nós aqui fizemos em parceria realizamos já três, quatro Audiências Públicas e vamos realizar mais se for necessário. Nós só queremos que o veto seja apreciado no dia que o acordo seja feito. E qual será o acordo? Mantém o veto. Mantém o veto. A outra questão vamos discutir. Esse é o acordo é manter o veto. Para mim é muito importante dizer isso. Senão a gente fica de forma isolada aqui dentro. Isolado eu digo, alguns Deputados e alguns Senadores. Não é só nós dois. Alguns Deputados e alguns Senadores. E alguns, sei lá, meia dúzia aqui e uma dúzia lá não vai resolver, se efetivamente vocês não derem o apoio que deram nessa audiência, por exemplo. Pediram a audiência e vieram aqui em massa fazendo com que ela efetivamente acontecesse. E para que algumas demandas dessa audiência, nós vamos transformar numa separata todas as palestras, mas aqui vieram dezenas de propostas para que elas avancem e se transformem em lei, é importante que vocês continuem apoiando e que a gente possa também junto ao Governo nas instâncias competente a essa área a gente poder fazer a pressão adequada. Claro que vai ser o momento de muito debate a nível nacional. Não só na questão do álcool e da cana. Mas também da realidade das fábricas da área da produção. Não somente também da área de alimentação. De outras áreas também. Por exemplo, eu até pedi aqui dados e informações antes porque querem que em Passo Fundo eu fale sobre a LER. Eu pedi para o professor, vou me socorrer no seu livro. Porque a LER está pegando a todos independentemente da área de atuação.

Então eu encerro a presente Audiência Pública, acho que foi muito, muito importante, todos vocês estão de parabéns, acho que uma audiência como essa quem ganha é o povo brasileiro. Com certeza quem ganha é o povo brasileiro. E tomara que outras da qualidade dessa aqui, a gente possa fazer aqui no Senado da República. E vocês sabem, como dizia o meu amigo Gilmar alguém de São Paulo aqui? O Gilmar quando eu estava ainda no movimento sindical ele disse uma frase que eu jamais esqueci. “Orai e vigiai”. Vocês já ouviram essa frase, né? Olha aí, viu? Olha e vigiai. A Emenda 03 passou aqui na surdina. Vocês podiam dizer: “O Paim não estava lá dentro, cicrano não esta-

va?” Sim, Deputados e Senadores. Passou na surdina. Aquele outro “artiguinho” que diz que o sindicato não pode nem mais entrar na justiça se o patrão não concordar. A questão do acordo coletivo. É um absurdo. Tem que pedir para ele para poder entrar. Eu entrei aqui para tentar resolver um Projeto de Lei daquele que diz que o movimento no momento daquela ação de conciliação dentro da empresa o trabalhador se ele ali assinar ele não precisa estar acompanhado de fiscal, nem de Advogado, nem de sindicato nem nada. E aqui foi dito por todos e percebi aqui que nessa ação de conciliação sem acompanhamento do sindicato ou do Advogado da parte mais fraca que é o trabalhador, às vezes assina qualquer coisa. E eu fiz uma mudança aqui e houve debate na Comissão de Assuntos Sociais pedindo somente que o Advogado acompanhe então. Não aceitaram. Daí eu pedi então que pelo menos seja homologado no sindicato para ter validade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É isso que eu falei. Por isso que eu falei que o senhor tem toda razão também de dizer. Olha bem, para gente conseguir fazer que na tal de reunião de conciliação que já é lei, ela só pode ter validade pelo menos se o sindicato homologar. Me parece que vou conseguir avançar, mas tá uma guerra também para conseguir fazer. O José Nery está acompanhando esse debate. Mas eu quero dizer tudo isso para vocês como é importante a presença de vocês. Como vocês são importantes. É importante também que os trabalhadores às vezes não entendem quando eu digo aqui que tem que regulamentar e apresentei Projeto de Lei a contribuição assistencial porque os sindicatos têm que ter estrutura para acompanhar as demandas lá fora e aqui dentro de interesse dos trabalhadores. É muito mais importante você manter o sindicato com uma contribuição assistencial, por exemplo, que no meu tempo de sindicalista não tinha problema nenhum nós aprovávamos na assembléia e era descontado e ia para sindicato ou para a federação e confederação e que agora inventaram que não vale mais, passam lá uma lista dentro das fábricas proibindo o trabalhador de poder atuar junto a sua entidade.

Bom, nós estamos tentando também resolver isso aqui via um Projeto de Lei. Estão demitindo sindicalista do Conselho Fiscal e suplentes. E até companheiros de CIPA. Estamos tentando também resolver essa questão aqui dentro. Mas só vamos resolver aqui no Congresso se efetivamente a pressão popular for cada vez maior,

como às vezes eu falo a batida do tambor tem que ser ouvida aqui dentro do Congresso. E alguém já me disse e o Olodum que me convida para estar na Bahia no dia 6 farei uma palestra da Previdência e faço uma sobre o combate à discriminação, e eles me falaram, quem sabe a batida do tambor, a gente traz aqui uns cem tambores para dentro do Congresso e bate bem forte aqui dentro para que percebam que essa batida do tambor é a batida do povo na rua. Encerro aqui a presente audiência. Parabéns a todos vocês.

[palmas]

Sessão encerrada às 14h07.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e nove de maio de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Renato Casagrande, João Ribeiro, Wellington Salgado, Mão Santa, Valdir Raupp, Geraldo Mesquita Júnior, Edison Lobão, Heráclito Fortes, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Marcelo Crivella, Magno Malta, Romero Jucá, Neuto De Conto, Adelmir Santana, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Eduardo Azeredo e Wilson Matos reúnem-se a Comissão de Educação e a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Sérgio Zambiasi, Gilvam Borges, Paulo Duque e Maria do Carmo Alves. O Senhor Presidente Senador Cristovam Buarque, registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública, das Senhoras Tizuka Yamasaki, cineasta e Liane Müllemberg, produtora de cinema. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo,

inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 018-CE de 2007 e Requerimento nº 001-SCTMC de 2007, de autoria da Senadora Marisa Serrano e do Senador Flávio Arns, que tem como objetivo debater a “Pirataria na indústria audiovisual, especificamente nas áreas de cinema, vídeo e música”. Comparecem à Audiência Pública, o Senhor Paulo Rosa Júnior, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Discos - ABPD; Doutora Lilian Moreira Pinho, Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Senhor Márcio Gonçalves, Diretor Regional Antipirataria da Motion Pictures Association - MPA; Senhor André Barcellos, Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual do Ministério da Justiça e Senhora Tânia Lima, Diretora Executiva da União Brasileira de Vídeo - UBV. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra a Senhora Senadora Marisa Serrano e o Senhor Senador Flávio Arns, autores do requerimento e os Senhores Senadores Geraldo Mesquita Júnior, Rosalba Ciarlini, Marco Maciel, Mão Santa e Magno Malta, que propõe criar um grupo de trabalho para sistematizar as propostas e apresentá-las no âmbito da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social e posteriormente à Comissão de Educação, o que é acatado pela presidência. O Senhor Presidente Senador Cristovam Buarque, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e dezesseis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL - CECTMS

NOTA TAQUIGRÁFICA

20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINE-

MA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 29 DE MAIO DE 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia a cada uma e a cada um. Havendo número regimental declaro aberta a 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e 4ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está Aprovado.

Como sabem os senhores e senhoras, a presente reunião atende a requerimento aprovado, de autoria da Senadora Marisa Serrano e do Senador Flávio Arns para a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater a pirataria na indústria, nas áreas de cinema, vídeo e música.

Dando início à Audiência Pública, solicito que o Secretário Julio acompanhe para tomar assento na Mesa os palestrantes. Estamos aguardando duas das convidadas que ainda não estão disponíveis. Acaba de chegar uma. Eu passo a palavra ao Paulo Rosa Júnior, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Discos. Depois será a vez da Dra. Lilian Moreira Pinho. Sr. Paulo tem a palavra. Gostaria de restringir a um 15 minutos para que a audiência não se prolongue pela tarde.

SR. PAULO ROSA JÚNIOR: Serei breve, Senador. Primeiro... Desejar bom dia a todos, agradecer o convite dessa Comissão, eu represento a Associação Brasileira dos Produtores de Discos, uma entidade que existe há mais de 40 anos representando o setor aqui no Brasil.

O que eu posso falar hoje sobre o mercado de música, dando um diagnóstico mais próximo possível da realidade, eu diria que o mercado de música no Brasil é 75% música brasileira, o perfil das vendas, 25% música internacional, talvez seja um dos países com a maior taxa de participação de música própria, música nacional no seu mix de vendas.

A música brasileira, eu acho que vai muito bem, os artistas aparecem, se desenvolvem, novos artistas existem. A indústria musical brasileira anda muito mal. Nós, nos últimos seis ou sete anos só tivemos resultados negativos comparados aos anos anteriores., tivemos um apogeu nos anos... No final da década de 90

até 98, 99, onde chegamos a ocupar o sexto lugar no mundo no ranking dos maiores mercados de música do mundo, com faturamento da ordem de um bilhão e duzentos milhões de reais à época. Esse faturamento hoje não passa de 450 milhões de reais sem descontar a inflação que houve no período, etc, quer dizer, estou comparando o real de hoje ao real histórico da época e a diferença é essa. Se eu acrescentar algum índice de inflação ou deflação, nós vamos ver que essa queda é bem maior. Vários fenômenos explicam essa queda. Num primeiro momento a indústria foi atacada pela pirataria física, e continua sendo atacada pela pirataria física de CDs. Num primeiro momento esses produtos vinham já feitos, produzidos e gravados de Taiwan, da China, de vários países asiáticos, e eventualmente algum País do nosso continente, mas a maior parte da China.

Hoje, desde o início da década de 2000, 2001, o perfil dessa pirataria mudou completamente. Mídia virgem que entra no país mormente contrabandeada via Paraguai, o Paraguai para vocês terem uma idéia importa por ano quase 400 milhões de CDs e DVDs virgens quando não tem consumo próprio talvez nem para um milhão, talvez... Quer dizer, esse excedente todo de produção que o Paraguai importa acaba passando para os países vizinhos, e o maior mercado a que estes produtos se destinam é o Brasil.

Além da pirataria física, que a tecnologia facilitou bastante a sua prática, quer dizer, hoje é muito fácil um cidadão montar dentro da sua casa, dentro de um quarto de 12 metros quadrados uma pequena fábrica de CDs piratas, a tecnologia facilitou isso, nós também temos hoje a indústria formal é afetada pelo fenômeno do compartilhamento de arquivos através dos sites *peer-to-peer* na internet, das redes *peer-to-peer* na internet.

É um problema complexo que nós estamos... Nós vamos começar a atacar esse ano, mas é um problema bastante complexo onde um determinado usuário abaixa um determinado software, que está disponível de forma gratuita na internet e instala esse *software* no seu computador. Esse *software* conecta esse usuário a uma rede de milhões e milhões de pessoas, muitas delas estão aqui no Brasil, outras estão, a maior parte está fora do Brasil, e esse usuário acaba tendo acesso a uma biblioteca musical, tanto de música quando de filmes, quanto de softwares mesmo, quanto de livros, onde pode fazer o *download* dessas obras sem pagar por elas, sem remunerar os criadores.

Quer dizer, isso é um problema novo, que tem algo em torno de cinco, seis anos de idade, mas que nos últimos anos aqui no Brasil, cresceu de tal forma a ponto de eu dizer que hoje, tanto o que nós consi-

deramos pirataria física, que é aquela que nós vemos na rua, representada pelos CDs e DVDs musicais, no meu caso, tem os DVDs de filmes também que são pirateados da mesma forma. Esse tipo de pirataria nos afeta tanto quanto esse novo tipo de pirataria, que é essa oferta gratuita, ilegal de produto através dessas redes de compartilhamento de arquivos. Isso equivale, o compartilhamento de arquivo, equivale ao direito de pôr à disposição uma obra fonográfica que é o direito exclusivo do produtor, daí a ilegalidade.

Eu diria que a indústria enfrenta também um paradigma muito forte, que é o tamanho da carga tributária que o produto musical tem. Eu sei que os... A Associação Brasileira da Música Independente esteve aqui o ano passado, colocou esse problema para essa Comissão, acho que muito bem colocado, a mídia normalmente atribui às gravadoras o fato do produto musical chegar ao consumidor a preços às vezes inacessíveis a seu bolso, mas existe uma razão para isso.

O CD musical, o DVD musical, ele não é apenas aquela bolachinha de policarbonato dentro daquela caixinha com aquele encarte de papelão, esse não é o custo do produto. Em cada CD musical vendido, tem um percentual que vai para o compositor, para o autor da música, tem um percentual que vai para o intérprete da música, um percentual que vai para amortizar os custos de gravação daquele produto, de publicidade, de divulgação e obviamente, existe em cada produto vendido, uma carga tributária que, no caso do produto musical, chega a algo próximo a 40% do que o consumidor final está pagando.

Obviamente existe uma cadeia produtiva, existe o fabricante que fabrica sobre licença, existe o produtor que é quem promove a gravação, esse produtor vende ao comércio varejista e em todas essas operações incide carga tributária, seja ICMS, PIS e COFINS, o IPI já não incide mais porque as fábricas estão localizadas na Zona Franca de Manaus, e os produtos fabricados na Zona Franca têm o benefício não pagar IPI. Mesmo sem o IPI, a carga no produto musical se situa entre os 35%, 40% do preço que o consumidor final paga. Mesmo assim, a indústria tem se esforçado nos últimos anos para reduzir suas margens, talvez o preço do produto aqui no Brasil, talvez não, talvez foi uma expressão equivocada, com certeza o preço do produto aqui no Brasil tem sido reduzido na ponta, no varejo.

Hoje se encontra uma diversidade de ofertas muito grande e preços também muito diferentes, e no novo mercado digital que se inicia, que hoje representa apenas 2% do faturamento dessa indústria, mas que muitos apontam como futuro da indústria da música, a comercialização via internet, via telefonia celular,

no novo mercado digital a tributação é ainda maior porque no caso da telefonia, por exemplo, entra como serviço de telefonia, aí tem uma tributação de 30% mais o PIS e COFINS, quer dizer, a carga tributária é bastante pesada.

Então hoje quando os senhores vêem uma música anunciada num serviço de telefonia, podem estranhar o preço daquela música vendida ali individualmente. Como é que pode uma música estar ser vendida por três reais e cinquenta centavos ou quatro reais, quando um CD na loja está custando trinta. Esse mesmo álbum na loja de internet custa 25 reais. Por que essa diferença? Porque em cada plataforma dessas, varejo tradicional, telefonia móvel e internet existe um efeito de carga tributária diferente, todos eles bastante exagerados.

O mercado especialmente em 2006, experimentou uma queda muito brusca de 25% em relação a 2005, as companhias de uma forma geral estão retraídas no que diz respeito aos seus investimentos em novas gravações, quem estava prevendo gravar esse ano 10, 15 discos, está revisando seus planos e está prevenindo gravar metade disso. Os primeiros meses de 2007 não apontam para nenhuma solução, e eu não podia deixar de falar antes de terminar aqui, que no que diz respeito ao problema da pirataria física, houve nesse país a partir do final de 2004 principalmente, o início de uma cultura anti-pirataria, de uma cultura de combate à pirataria com a criação do Conselho Nacional de Combate à Pirataria, do qual eu tenho a honra de ser membro e de ter participado da sua criação, participado das suas atividades nesses dois anos. Acho que foi um grande passo que o Governo Federal deu no sentido de combater o problema, a gente já percebe uma capilaridade, órgãos semelhantes sendo criados em outros Estados, o que é bastante positivo, mas a dimensão do problema aqui no Brasil ainda é muito grande face aos esforços que estão sendo despendidos.

Quer dizer, essa combinação hoje entre pirataria física, que é a pirataria de rua e a oferta gratuita, ilegal de música na internet, realmente está dificultando bastante a retomada do crescimento da indústria musical brasileira. Isso tanto para as grandes companhias, quanto eu imagino também para as companhias de médio e pequeno porte, que tem a mesma dificuldade que nós temos porque trabalhamos no mesmo mercado. Acho que era isso que cabia a mim, Senador, dizer hoje. Agradeço muito o convite e o apoio desta Comissão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero dizer que somos nós, o Senado que agradecemos a sua disponibilidade de

vir até aqui, e obviamente, todas as explicações que nos deu.

Eu passo agora a palavra por ter invertido a ordem, no primeiro momento, para a Dra. Lilian Moreira Pinho.

SRA. LILIAN MOREIRA PINHO: Bom dia Sras. Senadoras, senhores Senadores. Em primeiro lugar, eu gostaria muito de agradecer a oportunidade do Ministério Público poder estar aqui compartilhando com os senhores a experiência ao longo de 10 anos numa Promotoria especializada no combate à pirataria.

Nesses 10 anos eu tive sempre uma grande preocupação, que foi de fazer uma análise, até mesmo psicológica, do perfil do consumidor e do criminoso também. Porque somente compreendendo esses mecanismos, nós podemos entender quais seriam as possíveis soluções.

Como disse o Sr. Paulo Rosa com muita propriedade, o brasileiro ama a sua cultura. Realmente, de todas as peças que nós apreendemos, podemos dizer com absoluta certeza, não só no Estado do Rio de Janeiro como no Brasil inteiro 90% dos filmes, 90% das obras musicais de todos os estilos são de autores e intérpretes brasileiros. Daí nós já podemos traduzir que a pirataria traz em si um grande prejuízo para a nossa cultura, porque impede que o mercado formal que vai manter os empregos que é tão rico no combate à criminalidade e também na difusão e na alimentação da nossa cultura, sofre um grande cerceamento.

Quanto ao perfil da criminalidade, nós podemos criar três vertentes separadamente. A primeira é da grande vítima da pirataria que é o camelô, o vendedor ambulante, porque na verdade não é o vendedor ambulante que cria a pirataria. Em função do grande volume de produtos piratas comercializados no Brasil, nós tivemos uma forte diminuição dos postos formais de trabalho que jamais vão ser recuperados na medida em que o desenvolvimento e a globalização cria para as dificuldades sócio-econômicas do nosso país.

A segunda vertente é o produtor em pequena escala. Dependendo da região do país, nós temos também a nossa grande influência geográfica desse país imenso que é o Brasil, nós temos aquele pequeno fabricante. Porque a tecnologia hoje em dia está tão barata e tão facilitada, que com um computador praticamente doméstico, com três, quatro, cinco torres, é possível se produzir até 500 CDs/mês dentro de uma casa.

Mas nós temos também o criminoso institucionalizado, que é aquele que importa máquinas de países que não têm a preocupação com as normas da ABNT, que não tem preocupação com a segurança do trabalhador, por um preço muito inferior àquele que a indústria formal, que paga a nossa grande carga tributária,

a carga tributária brasileira também contribui muito para a exacerbação desse problema da pirataria. E ele consegue produzir um produto de relativa qualidade e muito, infinitamente mais barato. Só que ele emprega uma mão-de-obra de menores de idade.

No nordeste é muito comum nós vemos pelas praias e centros turísticos, os meninos com as mochilas comercializando CDs nas mesas do bar, na praia e em pontos que vão encontrar pessoas interessantes para essa compra. E ele também não tem, não garante os direitos trabalhistas para aqueles que trabalham dentro da própria empresa e nem mesmo na rede de distribuição. E esse criminoso é um criminoso mais audacioso, porque na verdade ele acaba produzindo uma gama de dinheiro tão grande não seu negócio, que ele precisa revestir aquilo de um caráter de legalidade. Através disso, existem as redes de lavagem de dinheiro, que nós não podemos nos esquecer que pirataria também é crime organizado. E o criminoso especializado em lavar dinheiro, ele lava dinheiro para o pirata, para o traficante e para o contrabandista de armas porque é uma criminalidade muito específica, muito especializada e que vai necessitar também de apoio internacional.

O apoio internacional é uma questão extremamente importante que nós temos que ter em todas as esferas. No meu modesto ponto de vista, eu acho que o Brasil precisa se desapegar um pouquinho do nosso federalismo. Hoje em dia, a Interpol, o FBI mantém laboratórios, tanto nos Estados Unidos como no Europa e outras localidades do mundo, que eles conseguem seguir esse crime transnacional e chegam até o Brasil. Eles conseguem identificar aqui no Brasil, quem são os criminosos, como é o *modus operandis*, e como seria a forma de isso ser dissolvido. Um exemplo muito clássico e recente foi a Operação Bucaneiro. Eu tive a oportunidade de estar na Virgínia, dentro de um pólo desses do FBI com o Homeland Security, e a resposta que eu tive é que toda aquela informação que desaguava no sudeste brasileiro, no sul brasileiro, eles não souberam quem seria a autoridade capaz de repassar para haver a criminal em território nacional.

Nós temos que nos ater que, pela globalização e também por essa questão, afeta... A tecnologia muito rápida e muito desenvolvida, esses criminosos não se conhecem. O ápice da pirâmide não vai conhecer a base, e a única forma de a gente poder realmente perseguir isso e evitar que as nossas divisas estejam sendo levadas para fora do Brasil é juntando essas informações, quebrando os elos, aquela estratificação do que é federal, do que é estadual, de passar às vezes a informação um ano, dois anos em sede dos órgãos repressivos, ditos isso como polícia e Ministério

Público Federal, para depois chegar no estadual, que quando chega no estadual nós às vezes alcançamos a prescrição e nada pode ser feito.

A aceitação da mercadoria pirateada é um grande problema no Brasil. Hoje em dia o público entende que se nós temos tráfico, se temos homicídio, se nós temos latrocínio, se nós temos uma violência tão gritante, que mal tem ir na feira dos importados e comprar uma bolsa de uma grife francesa, ou comprar uma obra escrita, ou mesmo uma música... Não tem mal nenhum, que mal isso pode fazer? Então, a necessidade de educar o nosso povo esclarecendo o que ele está perdendo em saneamento básico, em saúde, em educação e merenda escolar, porque o produto pirata não recolhe tributo é imprescindível.

Um outro fator que eu vislumbro também como muito preocupante, é a questão da falta de envolvimento dos governos municipais e estaduais. Muitas lojas que hoje vendem produtos piratas, elas têm alvará para funcionar, elas têm inscrição estadual para recolhimento do ICMS e recolhem o que querem. É necessário uma integração maior entre as receitas federais, estaduais, os órgãos fiscalizadores, municipais para que possamos ter na verdade, uma verdadeira escala de quem são aqueles que estão comercializando mercadoria verdadeira e mercadoria falsificada e penalizá-los com a cassação inscrição municipal, com a cassação da inscrição estadual de ICMS e do alvará de funcionamento, porque só assim nós vamos permitir que os comerciantes honestos continuem a desempenhar suas funções.

Um outro fator que nós do Ministério Público nos ressentimos é com relação à Legislação. Infelizmente a legislação brasileira, ela não contempla o avanço tecnológico em matéria criminal, ao passo que a lei de direito autoral, em matéria cível, no seu Art. 7º, tem um inciso precioso falando que não importa qual seja o suporte tecnológico que traga a mercadoria falsificada, em matéria criminal, nós não temos o respaldo. Hoje em dia não existe nenhuma lei, nenhum dispositivo legal que nós possamos lançar mão quando nos deparamos com o crime pela internet. Um crime transnacional que é o que ocorre muito pela internet. Existe um sem número de sites abrigados nos Estados Unidos e na Europa que vendem produtos contrafeitos aqui no Brasil, e nós temos que nos valer de acordos de cavalheiros com ministérios públicos da comunidade européia e dos Estados Unidos para podermos ter alguma ação contra esses criminosos. Urge que o Direito Brasileiro Criminal venha atender. Eu não estou pedindo pena mais alta não, porque na verdade, as penas como estão hoje nos nossos códigos, nas nossas leis extraordinárias são suficientes para atender.

Nós temos também que vislumbrar o problema do nosso sistema penitenciário. Não adianta querer colocar indiscriminadamente, criminosos na cadeia se nós não temos hoje estrutura para arcar com isso. Hoje em dia, o que nós trabalhamos para tentar penalizar esses criminosos é usando a teoria dos crimes conexos. Qual seja? Vemos todas as condutas que são praticadas juntamente com a pirataria, ou seja, lavagem de dinheiro, a receptação, o estelionato, todas as outras fraudes, falsificação de documentos, crimes contra a ordem tributária, para poder de uma forma mais eficaz, penalizar esse criminoso.

Outra coisa que no Brasil nós precisamos quebrar os elos é com o costume de guardar informação. Informação bem guardada ela é boa até o momento de ser utilizada. Nós temos que compartilhar informações. O Ministério Público brasileiro criou o GNCOG que é o Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas, e através desse grupo nós compartilhamos as informações. Então, nós temos hoje operações que são deflagradas no Mato Grosso do Sul, em Rondônia, no nordeste de uma forma geral, aliada com o Rio de Janeiro, Manaus, porque hoje os criminosos estão sofrendo um êxodo para a área rural onde eles podem ter com maior tranquilidade resguardado os seus laboratórios, as suas centrais de distribuição. Então nós precisamos cuidar disso.

Esse foi o panorama de toda a problemática que eu vejo e eu tento ver propostas de soluções. A primeira seria banco de dados com caráter subjetivo e objetivo da criminalidade, abrigado talvez no CENASP, que é um órgão federal, e que possa ter como temos hoje o INFOSEG distribuindo essas informações através de pessoas cadastradas e responsáveis pelo uso dessa informação.

A criação de segmentos especializados. A grande verdade que a Receita Federal tem o DIREP, que é um órgão para repressão da pirataria, o Ministério Público do Rio de Janeiro tem Promotoria especializada, o Rio de Janeiro tem uma delegacia e Pernambuco e Bahia estão criando agora delegacias especializadas. Nós precisamos ter agentes públicos especializados nas polícias, na receita, no Ministério Público e principalmente no judiciário, porque não adianta nada nós termos uma boa construção investigativa, uma deflagração de ação penal se o judiciário não conhece a causa e trata o problema como um problema menor.

O custo do treinamento dessas pessoas é muito caro. Nós fizemos no Rio de Janeiro dois grandes treinamentos para agentes públicos e saiu realmente muito caro. Nós precisamos usar a tecnologia para treinar esses agentes públicos. Treinamento a distância é o que há de mais moderno. Um órgão federal no

Ministério da Justiça, um outro Ministério que o Poder Executivo assim designar, pode criar com a colaboração de todos, eu me proponho a colaborar com a parte jurídica, tenho certeza que as associações também colaborarão para que se possa levar do Oiapoque ao Chuí, o melhor treinamento aos policiais, aos promotores, aos juizes, especializando-os, comovendo as associações de procuradores gerais, de delegados de polícia, de secretários de segurança para a criação dos órgãos especializados.

Com relação à lei eu já falei, e também o cancelamento, é muito importante, eu conheço muito bem a ligação que os parlamentares têm nas suas bases para sensibilizar os Governadores, sensibilizar os Prefeitos e os parlamentos estaduais e municipais para criarem mecanismos de combate à pirataria, porque em linhas gerais isso só reflete a favor da população brasileira. [Soa a campanha] Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu que agradeço a Procuradora. Devo dizer que fiquei impressionado com as duas falas, pela firmeza como defendem a legalidade, defendem, portanto, os interesses nacionais e ao mesmo tempo entendem do processo que hoje ameaça o funcionamento das nossas instituições nessas áreas. Passo a palavra ao Dr. Márcio Gonçalves, Diretor da Regional Antipirataria da Motion Pictures Association.

SR. MÁRCIO GONÇALVES: Obrigado. Vou usar o *power point*, mas primeiramente queria agradecer a Comissão pela oportunidade de estar aqui hoje, a presença dos Senadores também, para a gente é uma satisfação e é um prazer muito grande estar aqui para falar desse problema que realmente é o maior problema que as nossas indústrias hoje estão enfrentando. Como o Paulo Rosa já mencionou, a gente nos últimos anos, tem tido a esperança com o trabalho de Conselho Nacional de Combate à Pirataria, com o trabalho que a Dr. Lilian vem fazendo e diversas outras autoridades, porque realmente essa esperança que a gente precisa para seguir adiante... Porque realmente o problema é muito sério, e só queria ilustrar alguns dados. Eu só queria ilustrar alguns dados, vou passar um pouco rápido os slides, mas só para ilustrar o problema eu trouxe alguns dados.

Então, a MPA é uma associação que representa os estúdios de cinema aqui no Brasil. O nosso escritório representa é... Para a América Latina... Está sediado em São Paulo, estamos no Brasil desde 1958 e representa os principais estúdios.

Um detalhe que eu acho que é importante e o Paulo mencionou também em relação ao preço, a gente sempre gosta de mencionar o custo da produção de filme e pegamos alguns dados mundiais. A média para

produzir um filme é mais de 100 milhões de dólares. Apenas um em cada dez recupera o investimento com a exibição em salas de cinema e quatro em dez filmes nunca recuperam em nenhum momento da distribuição no mundo inteiro.

O modelo tradicional de distribuição também não é nenhuma novidade, mas é só para ilustrar. Normalmente o filme quando é lançado ele é explorado nas salas de cinema, posteriormente através da venda de DVDs e VHS, que hoje em dia praticamente é apenas DVD, televisão por assinatura, televisão aberta e a internet que é um veículo novo, uma forma de distribuição nova também futuramente já vai estar disponível. E o que está acontecendo também em relação à pirataria é que em razão da própria pirataria, essas janelas de distribuição estão diminuindo e a tendência mundial e também aqui no Brasil é que o lançamento seja cada vez mais próximo em cada etapa dessa distribuição. Então, Cinema e DVD provavelmente, em um futuro bem próximo, vamos estar vendo lançamento, cada vez mais em datas próximas.

O Brasil é o maior mercado da América Latina, é o 9º maior mercado do mundo. São mais de duas mil salas de cinema, oito mil locadoras, milhares de lojas de varejo que representam milhares de empregos diretos e indiretos para o nosso País. No Brasil também a produção de filmes, apenas os nossos associados têm aumentado nos últimos anos a co-produção de filmes nacionais, posso citar vários exemplos de filmes que nos últimos anos tem sido sucesso de bilheteria, O Ano em que Meus Pais Saíram de Férias, Dois Filhos de Francisco, que foi o maior filme de bilheteria em 2005 e também na venda de DVDs, e por aí vai.

A MPA fez uma pesquisa mundialmente em 2005, estamos refazendo essa pesquisa, no segundo semestre a gente deve ter dados atuais, mas a perda que estimamos em 2005 era de seis bilhões de dólares em todo mundo. A América Latina representa um bilhão desse total e o Brasil um pouco mais de 100 milhões. Desses 100 milhões de dólares que a gente perdeu para a nossa indústria em 2005, 31 milhões através da venda, *download*, venda de DVDs piratas, através da internet ou através da venda de DVD físico nas ruas.

Um ponto bastante interessante também dessa pesquisa é que realmente o público jovem é o maior consumidor de produto pirata, 41% dessas perdas vêm desse público de 16 a 24 anos. Isso mostra também e confirma o que a Dra. Lilian estava falando da questão de educação, que é importantíssima para reverter essa tendência.

Em termos percentuais, o Brasil não é dos maiores mercados piratas do mundo, tem outros países inclusive na região.. México 89% de pirataria, mas em

termos de perdas absolutas, o Brasil realmente é um dos dez maiores mercados, até pela importância do mercado no Brasil também.

Dentro dessa pesquisa também apenas para ilustrar, alguns dados, como eu falei anteriormente o público jovem é o maior consumidor de pirata, quando a gente sobe um pouquinho a faixa etária o consumo de pirataria vai diminuindo.

Aqui eu só queria alertar um último dado no quadro de baixo que é em relação ao percentual em termos de unidade. No Brasil, estamos estimando hoje, em termos de unidade, 59% de pirataria para o mercado de DVDs, que é mais ou menos um número estimado com base nos 33 milhões, que foi estimado de venda de produto pirata contra 23 milhões de unidades legais em 2005. Vou mostrar mais para frente alguns dados sobre a importação de mídia virgem que mostra que de repente, esse número está até um pouco subestimado.

Para entrar realmente no nosso problema, o grande... O nosso problema começa com que a gente chama de *cam-cording*, eu peço desculpas porque não tem um termo em português ainda para essa palavra, porque é um problema que ainda não começou no Brasil que é a gravação dos filmes em salas de cinema. A partir dessa gravação, que ocorre principalmente nos Estados Unidos e Canadá, o pirata consegue disponibilizar esse filme na internet em 48 horas a gente encontra esses filmes com dublagem e legendagem em vários idiomas para se colocar em qualquer mercado de rua em todas as cidades do país. E aí que começa. Com os lançamentos cada vez mais simultâneos também mundialmente, nós temos o caso Homem Aranha, Piratas do Caribe, vários outros filmes de estréia, que tem datas de estréia mundiais, a gente tem uma preocupação que esse problema também venha para o Brasil, porque o pirata quer agilidade e precisa do produto rápido. Então, é uma das sugestões que eu vou encaminhar posteriormente, para tentar criar uma Legislação que enderece essa questão da gravação nas salas de cinema, que repito, ainda não é um problema que a gente encontrou, mas que estamos querendo antecipar.

A internet é um problema crescente, o Paulo falou no segmento de música, no nosso segmento o pirata ainda tem alguma dificuldade, porque para baixar um filme ainda leva algum tempo, não tem a facilidade que eles têm para baixar música, mas sem dúvida, é um problema que a gente vai enfrentar rapidamente, o crescimento de banda larga e a penetração de computadores com certeza, vai dar esse problema para a gente no futuro.

O problema premente que nós temos, imediato é a venda nos comércios ambulantes em todas as cidades do país. Como eu falei, o *cam-cording*, essa gravação nas salas de cinema, 80% dessas gravações a gente consegue identificar através de magras d'água que tem nos filmes, conseguimos identificar de que sala aquele filme foi copiado, e 80% desses filmes está realmente vindo dos Estados Unidos e Canadá. Com esses lançamentos mundiais, como eu falei, a gente está antecipando, e também isso acontece muito com os filmes nacionais. Como não tem estréia muitas vezes em outros países, o pirata utiliza o lançamento aqui no Brasil para fazer essa primeira cópia e disponibilizar na internet para os grupos organizados que distribuem a pirataria.

Aqui o Homem Aranha, só um exemplo, dia 4 de maio foi lançamento mundial, dia 4 de maio mesmo a gente identificou a primeira cópia desse filme. Em que pese todos os mecanismos de tentar evitar essa gravação, a MPA nos Estados Unidos está fazendo parceria com exibidores e doando óculos de visão noturna, utilizado na guerra do Iraque para os lanterninhas nas sala de cinema identificarem esses grupos, mas ainda assim o pirata conseguiu cópia disso aí e em três dias a gente tinha encontrado esse produto aqui no Brasil e também na China.

Aqui só um exemplo de como esses piratas são especializados. Aqui é um site de lançamento do filme. E aí tem *sites* que são especializados também em legendagem, em dublagem e em capinhas desses filmes. Quer dizer, são grupos específicos, eles têm objetivos específicos, e em alguns desses *sites*, a gente consegue pesquisar com algumas ferramentas... Tem *sites* que tem o *ranking* de mil, mil e quinhentos nos *sites* mais vistos do país, quer dizer, são *sites* que tem um acesso bastante grande.

Algumas ferramentas também, aqui eu troxe alguns filmes que a gente encontrou nessas ferramentas de Bitronic e CyberLock(F), desculpa as expressões são em inglês... Filmes como Lisbela e o Prisioneiro que também foi bastante pirateado, a Dona da História. Qualquer filme que a gente sabe que no Brasil é muito difícil para produzir e comercializar, tem certo êxito, o pirata vai atrás e consegue disponibilizar isso rápido, causando vários prejuízos para nós.

Tinha alguns dados também que a gente teve que separar, que eu queria mostrar rapidamente, antes que acabe meu tempo, que é justamente sobre o problema imediato que temos que é comercialização dos DVDs nas ruas. Nós fizemos um levantamento com base no *site* do Ministério da Indústria e Comércio do Alice Web é... Aqui a gente pode passar... Aqui são outros exemplos também de *sites peer-to-peer* que também estão

disponibilizando esses filmes. E só como falei, em 36 países, sete idiomas e 15 legendas, em 48 horas a gente encontrou o filme do Homem Aranha.

Um dado que também acho que é importante ressaltar, Dra. Lilian mencionou muito bem a ligação da pirataria com o crime organizado. Isso aqui é uma foto de apreensão em um laboratório na fronteira com o Paraguai, e aqui é o que eu realmente gostaria de destacar para realmente chamar atenção dos senhores. A gente fez um levantamento, com base no *site* do AliceWeb do Ministério da Indústria e Comércio, de importação de mídia virgem no país nos últimos anos. Em 2006, entraram no Brasil legalmente 546 milhões de unidades de CDs virgens. Obviamente, nem todos esses CDs são utilizados para pirataria, muitos desses CDs a gente utiliza para fazer *backup* de documentos, fotos, etc. Mas grande parte desse produto, sem dúvida, são utilizados para pirataria. Especialmente esses produtos que vêm de Taiwan e Hong-Kong, que são produtos que já vêm com preços menores, e a gente também identificou que grande parte desses produtos estão entrando por Vitória e pelo Porto de Santos. É uma forma de a gente tentar, com o apoio das autoridades locais, focar os esforços nesses pontos de entrada.

Em Vitória, o crescimento de 2004 a 2006 foi mais de 2800% o crescimento de importação dessas mídias, o que também não quer dizer que a gente não está analisando aqui o que vem de contrabando. A gente não sabe número contrabando. De repente Vitória está entrando tudo legalmente e está entrando tudo por algum outro porto que a gente não identifica, de contrabando uma quantidade ainda maior. Mas os números são realmente grandes se a gente analisar que a indústria de música vendeu 50 milhões de unidades em 2006 e a nossa indústria 25, 26 milhões de unidades em 2006. Então, é um número bastante grande e também a gente tem esses dados para DVDR, podemos passar? Que também as quantidades são bastante grandes, 131 milhões. Então estamos falando em só quase 800 milhões de unidades. E o detalhe é que também para CDR e DVDR 70% está vindo de Hong-Kong e Taiwan e 70% está entrando por Santos e vitória. Mais ou menos o mesmo padrão de crescimento.

Um problema que também já foi mencionado aqui hoje que é a questão do Paraguai e aqui também a gente tem que louvar os esforços da Receita Federal na fronteira, realmente as apreensões tem crescido vertiginosamente e os piratas estão sendo cada vez mais criativos. Um detalhe que é importante mencionar antes de falar da criatividade dos piratas, é que o Paraguai importou outros 350 milhões de unidades legalmente, a gente não tem estimativa do que veio de contrabando, mas na fronteira com o Paraguai a

máfia chinesa controla a importação e a máfia árabe controla a distribuição dos produtos piratas.

Aqui só para mostrar o crescimento de mais de 100% nas apreensões da Receita Federal na fronteira, que a gente tem que louvar, podemos passar? E aí também que eu falei que realmente os piratas são criativos com a fiscalização intensificada na fronteira com o Paraguai, os piratas estão unidade as rotas, estão trazendo produtos do sudeste asiático pelo porto Quiqui, que entra muitas vezes pela Bolívia em fronteira seca, fica mais difícil a fiscalização, também por alguns rios na fronteira com o Uruguai, e outras áreas até na própria fronteira com o Paraguai.

Aqui no Brasil só para finalizar, realmente a MPA e a ABPD se juntaram, num esforço de trabalhar em conjunto, as indústrias de música e filme no combate à pirataria. A gente criou uma associação para a gente trabalhar em conjunto, pediu o apoio das autoridades também facilitar o trabalho dos autoridades, o nosso objetivo é apoiar, é levar informação, inteligência, treinamento e fazer campanhas educativas para tentar minimizar os prejuízos dessas indústrias.

Uma das campanhas que a gente está fazendo com vídeo locadoras, por exemplo, é justamente para tentar mostrar a ligação da pirataria com o crime organizado, a gente fez pesquisas [soa a campainha] Que mostram que as pessoas, realmente... É uma mensagem que as pessoas estão preocupadas e estão querendo, podem mudar o comportamento. Então, a gente está até um pouco... De gosto até duvidoso, eu diria, porque é realmente forte a campanha, mas é para tentar mudar o comportamento das pessoas, para eles entenderem que a compra do produto não é um crime sem vítima, e que também está afetando eles no final.

As dificuldades também não são novidade. A gente tem... A Dra. Lilian mencionou algumas, a gente tem muitas dificuldades, mas eu acho que só o fato de estar aqui no Senado hoje falando para os senhores já é realmente demonstração de que a gente, nos últimos dez anos avançou muito. E como falei, estratégias de curto prazo, estamos apoiando a repressão, apoiar o trabalho do Conselho Nacional de Combate à Pirataria no médio prazo, e as campanhas educativas no longo prazo. Com isso eu finalizo e fiquei dentro dos seis segundos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço a apresentação do Sr. Márcio Gonçalves que dá impressão que o mundo está ficando pirata e saindo do controle da possibilidade de a gente manter o mundo legalizado. E ao mesmo tempo, quero cumprimentar a presença aqui do Sr. Paolo Piacesi e do Alexandre Costa, que são Presidente e

Vice-Presidente do Sindicato das Empresas Vídeolocatoras do DF. Agradeço a presença, e passo a palavra ao Sr. André Barcellos, Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a propriedade intelectual do Ministério da Justiça.

SR. ANDRÉ BARCELLOS: Bom, muito bom dia a todos. Muito obrigado pelo convite. Nós sentimos honrados de participar dessa Audiência Pública, sobretudo por se tratar de mais uma oportunidade de relatar um pouco da imobilização que vem ocorrendo no Brasil para o combate à pirataria, sobretudo nos últimos dois anos.

O Conselho Nacional de Combate à pirataria foi criado em outubro de 2004, a partir de uma recomendação do Relatório final da CPI da Pirataria, o Relatório da Pirataria de junho de 2004, e quatro meses depois o Governo Federal encampando essa recomendação, criou o Conselho abrigando em sua estrutura, representantes tanto do setor privado, quanto do Poder Público. Isso é uma iniciativa pioneira no mundo, não há outra experiência que abrigue, numa estrutura pública, representantes do poder público e do setor privado para o combate à pirataria.

A composição do Conselho então, por parte do setor público, o Decreto de criação relaciona o conjunto de órgãos públicos que compõem o Conselho, e por parte do setor privado há uma previsão de sete representantes da sociedade civil organizada. E no primeiro mandato que expirou no final de 2006, a composição abarcava a representação no setor de *software*, no setor fonográfico, literário, no audiovisual, um instituto ético que representava os setores de fumo, bebida e combustível, a Associação Brasileira de Propriedade Intelectual e a Confederação Nacional das indústrias.

Me reporto aqui a três principais blocos de razões para o combate à pirataria. O primeiro deles já foi citado aqui, que se relaciona a vinculação da pirataria com o crime organizado. Não raras apreensões feitas pela Receita Federal, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, revelam que juntamente com produtos piratas são encontradas armas, drogas e munições. A pirataria financia crimes de maior potencial ofensivo como lavagem de dinheiro, narcotráfico e tráfico de armas e dados da Interpol nos informam que a pirataria hoje movimenta mais recurso que o próprio narcotráfico, são 522 bilhões de dólares ao ano contra 360 bilhões de dólares do narcotráfico, e por isso, segundo a Interpol, a pirataria consideradas o crime do século.

O segundo bloco de razões para o combate à pirataria são os riscos à economia, o afastamento de investimentos externos, afeta o mercado de trabalho. Há pesquisas que apontam que dois milhões de em-

pregos deixam de ser gerados em função da pirataria, os prejuízos à indústria nacional, em função da concorrência desleal e o comprometimento da arrecadação tributária. Dados do UNAFISCO nos informam que 30 bilhões de reais deixam de ser arrecadados ao ano, em função da evasão fiscal relacionada ao crime da pirataria...30 bilhões de reais ao ano no Brasil.

O terceiro bloco de razões para o combate à pirataria são riscos à saúde e segurança do consumidor. A cada dia nós somos surpreendidos com informações sobre novos produtos pirateados, praticamente tudo o que tem valor econômico hoje é objeto de pirataria, e o que nos preocupa é que isso tem se enveredado para a pirataria de preservativos, materiais cirúrgicos, como bisturis, cateteres e luvas cirúrgicas, peças automotivas, produtos de limpeza e higiene, cosméticos também, tênis, óculos, brinquedos e assim por diante. Para ilustrar um pouquinho desses riscos, temos duas fotos. Aí uma lâmina de barbear, a primeira delas, à esquerda é uma original e as duas últimas as falsificadas, isso com um aumento de mil vezes. Podemos observar as irregularidades na lâmina, e aqueles pontos brancos são focos de fungos e bactérias que podem ocasionar irritações, infecções em quem está usando esse produto. Próxima, por favor... Um isqueiro pirata, que pode ocasionar queimaduras sérias, um produto que não passa pelo crivo dos órgãos de certificação de qualidade e mais preocupante ainda, pelo fato de quem compra um medicamento desconhecer que é um produto falsificado... É como se compra um CD, um DVD, as pessoas têm consciência que estão comprando um produto pirata, com o remédio não acontece e os riscos a essa compra são bastante graves.

Para fazer face a todo esse problema, o Conselho Nacional de Combate à Pirataria elaborou numa oficina de planejamento em fevereiro de 2005, um plano nacional de combate à pirataria. Houve um compartilhamento de visões sobre o problema por parte dos representantes do setor público e dos representantes do setor privado. E a conclusão que se chegou é que em função da complexidade do problema, não haveria uma única medida, que tomada de uma única vez solucionasse o problema. E chegou-se então a um conjunto de 99 ações, divididas quanto à sua natureza, em três vertentes básicas, que eu passo a me reportar à próxima lâmina(F).

A primeira delas são... A primeira vertente é a vertente repressiva, que tem como foco principal a contenção da oferta de produtos piratas. O Brasil não se notabiliza por ser um país produtor de pirataria, mas um país consumidor de pirataria. Estimativas da Receita Federal é que 75% do que circula no Brasil de pirataria é proveniente do sudeste asiático. Por isso a

ênfase da repressão nas chamadas zonas primárias, que são portos, aeroportos e fronteiras alfandegárias, por meio de uma atuação conjugada e integrada da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Receita Federal.

Segundo bloco de medidas, seriam as regulativas(F) é... Juntamente com a medidas econômicas, elas visam a contenção da demanda por produtos piratas, enquanto houver oferta necessariamente, haverá demanda. E as medidas educativas, elas tem a sua importância na medida em que protagonizam o cidadão nessa luta contra a pirataria por meio do esclarecimento sobre os riscos que estão associados a essa atividade. Temos a convicção que o cidadão de posse de informações sobre os riscos associados à pirataria, riscos esses ligados à segurança pública, à saúde e segurança do consumidor e os riscos à economia do país, ele venha a ser tornar também um protagonista nessa luta.

E um terceiro e último bloco, as medidas econômicas que representam maiores um dos maiores estímulos, tendo em vista que uns dos maiores estímulos ao consumo de produtos piratas é a diferença de preços entre o original e o falsificado. Não temos aqui a pretensão de propor medidas que igualem os preços de um e de outro produto, dado que as estruturas de custos são totalmente diversas, mas estimulamos a busca em conjunto com o setor privado, de alternativas criativas que desestimulem o consumo do produto pirata, em favor do produto original.

Os principais avanços observados nesses dois anos desde a criação do Conselho elas se... Eles estão refletidos na vertente repressiva. Por gentileza. Isso fica bastante claro por meio desse quadro da Evolução de Apreensões da Secretaria da Receita Federal. O Conselho foi criado no final de 2004, em do 2005 houve uma comemoração muito grande em função do recorde de apreensões em estradas e 2006, esse número subiu quase 50%. Em Foz do Iguaçu que é o principal ponto de entrada de produtos falsificados no Brasil, houve o registro de apreensões de 57 milhões de dólares em 2006, considerados dados de janeiro a setembro, enquanto em todo o ano de 2005, 43 milhões de dólares. Como disse no início da apresentação, não raro são apreendidos juntamente a essas mercadorias drogas, armas e munições, além da apreensão de veículos utilizados no transporte dessas mercadorias.

Foi criado no segundo semestre do ano... Foi inaugurado no segundo semestre de 2006, a nova aduana localizada ao lado da Ponte de Amizade, que permite um trabalho cada vez mais integrado entre a Polícia Rodoviária Federal e a Receita Federal. Hoje 100% do trânsito de pessoas e produtos naquela... Na ponte de

Amizade é fiscalizado, quando antes da inauguração dessa nova aduana, somente 5% era fiscalizado por meio de amostragem. Dados da Polícia Federal são bastante eloquentes quanto a incorporação da rotina do combate à pirataria nas atividades dessa instituição. Com relação a CDs e DVDs em 2004, a apreensão de 450 mil mídias, evoluindo para 2005, 2 milhões de mídias e 2006 7,5 milhões e meio de mídias. Próximo, por gentileza.

Dados da Polícia Federal, em 2005 prisão de 1200 pessoas, prisões em flagrante por violação ao direito de propriedade intelectual ou contrabando ou descaminho(F), número esse 30 vezes maior do que o verificado em 2004, quando foram realizadas 39 prisões. Há que se destacar aqui também, a Operação *E-Commerce*, que visou combater a pirataria na internet, *sites* que vendiam produtos piratas na internet, e essa operação foi fruto de uma parceria entre o setor público e o setor privado que forneceu informações coletadas por meio de seus setores de inteligência e quatro meses... E após quatro meses de investigações pela Polícia Federal, foi deflagrada essa operação no segundo semestre de 2006, culminando em 20 prisões mobilizando, 350 agentes públicos do outro país e abrangendo 14 unidades federadas. O número de inquéritos da Polícia Federal por violações propriedade intelectual contrabando e descaminho(F) também tem aumentado, como fica claro nesse quadro. Por gentileza, o próximo.

Há que se destacar também as operações conjuntas é... Por melhor que uma situação seja, ela pode potencializar os seus resultados mediante a ações integradas, com outros órgãos. Sabemos que no setor público, muitas vezes desejos excedem disponibilidade. Para compensar essa falta de recursos, há uma necessidade de uma integração cada vez maior entre os órgãos na realização dessas operações, e ficam as estradas é... Algumas operações conjuntas entre Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Receita Federal e a última delas, relacionada ali operação sagitário, teve um foco, um centro de comercialização em São Paulo, envolveu autoridades estaduais e municipais.

Para ilustrar um pouco a operação Comboio Nacional, ela visou desmantelar exatamente o que a gente está vendo na foto é... Se perfilavam cerca de 300 ônibus, que afrontavam as autoridades constituídas e inviabilizando qualquer trabalho de fiscalização na região de Foz do Iguaçu é... Por meio de um trabalho de inteligência, essa sistemática já foi desestruturada.

Essa é uma foto de um desses ônibus que tem na sua parte, na frente quatro a seis cadeiras e dali para trás do assoalho até o teto abarrotados de produtos pirata. Esse é o pátio da Receita Federal em Foz do

Iguaçu, com a apreensão de veículos utilizados para transporte de mercadorias piratas.

Gostaria de fazer um relato aqui, na nossa página na internet há uma ferramenta que é o clique denúncia, no campo superior direito da página inicial, que é uma ferramenta de comunicação com o cidadão para o encaminhamento de denúncias sobre pirataria. O Conselho recebe essas informações, faz uma triagem e encaminha aos órgãos competentes para apuração, quando estaduais, às delegacias estaduais da Polícia Civil e quando é... Competente à Polícia Federal o encaminhamento é feito também.

Bom, na vertente educativa e vertente econômica, essas duas vertentes que visam a contenção da demanda por produtos piratas, são nossos maiores desafios e o Conselho tem apoiado a Campanha Pirata, tô fora: só uso original!, que é idealizada pelo sindicato dos técnicos da Receita Federal, conta também com o apoio da Confederação Nacional das indústrias. Foi lançado o ano passado. O próximo, por gentileza. No carnaval de Salvador, houve um lançamento também aqui em Brasília e a sua implementação, a sua inserção se dará em estabelecimentos de ensino superior em todo o país, com foco prioritário é... A população de 16 a 24 anos, que já foi identificado como o público que mais consome produto pirata.

Na vertente econômica, destacamos aqui a sua exemplificação(F), o Governo Federal editou a MP do Bem no final de 2005, que teve uma repercussão imediata na queda do mercado cinza, no setor de informática. Me refiro aqui a *hardware*. Os valores à época para a compra de um computador de marca, praticamente se igualava ao valor do computador montado, que seria com peças as originárias de... Da ilegalidade. Um outro exemplo, uma campanha do Atlético Mineiro no combate à pirataria, que propiciou aos seus torcedores a compra de uma camisa ao custo de 60, 70 reais quando ela na verdade custa 150 reais, mas o torcedor que levasse ao clube uma camisa pirateada e pagasse 60 reais poderia levar a camisa original, essa é uma das alternativas criativas que nós [soa a campainha] Que nós costumamos propor. E no âmbito internacional, gostaríamos de registrar o arquivamento da investigação realizada no Sistema Geral de Preferências, que culminaria com a exclusão do Brasil nesse sistema, incorrendo em prejuízos de cerca três bilhões de dólares ao ano nas exportações brasileiras. A premiação, próxima, por gentileza é... conferido pelo Motion Pictures Association of America ao Dr. Luiz Paulo Barreto, Presidente do Conselho, Secretário-Executivo do Ministério da Justiça, por ter se destacado da América Latina como autoridade que mais contribuiu ao combate à pirataria. Por gentileza.

As principais metas para o biênio 2007/2008. Continuidade das ações repressivas, cursos de capacitação para agentes públicos, campanha educativa, linhas de produtos a preços populares e ampla articulação de forças envolvendo esferas municipal, estadual e federal. Me coloco à disposição dos senhores para eventuais esclarecimentos. Muito obrigado pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado ao Dr. André Barcellos e passo a palavra à Sra. Tânia Lima, Diretora Executiva da União Brasileira de Vídeo.

SRA. TÂNIA LIMA: Bom, em primeiro lugar eu quero agradecer ao convite, uma oportunidade única, ímpar para o mercado de vídeo que está tendo a oportunidade de mostrar, vou tentar mostrar um pouquinho das dificuldades que estamos passando. Bom, UBV é uma associação, ela tem treze distribuidoras, três laboratórios e a editora, e também faz parte com a MPA, o nosso associado. Vou falar rápido um pouco rápido agora no começo. Pode passar, por favor.

Esses são os nossos associados, são empresas totalmente nacionais, e depois nós temos também as multinacionais, são todos nossos associados e também os demais que são os laboratórios, editoras e a MPA. Um pouquinho do mercado... O mercado, ele nasceu em 1983, 1984, e nós tínhamos só o VHS e as empresas nacionais. Em 85 começamos a receber as multinacionais. Até 1998 a gente tinha praticamente só o VHS, o DVD entrou depois. Enquanto o VHS era até um pouco mais difícil a pirataria, porque o VHS ele precisava praticamente de duas horas para ser copiado. Por favor. A partir de... Até 2001, a pirataria ... Existia a pirataria no mercado, mas ela era um pouco mais fácil de ser controlada porque ela estava dentro da locadora. Era a locadora que agia de forma pirata, a gente não tinha a pirataria do camelô, a pirataria na rua do consumidor.

Com a evolução do DVD, a tecnologia, ela permitiu que a pirataria também evoluísse e bastante. A superioridade do DVD conquistou de vez os consumidores e em 2005 então, já fabricantes deixaram de lançar o VHS, trabalhando só com o DVD. O DVD tornou popular, no caso, a pirataria. O que aconteceu? O ambulante que vendia, trabalhava só com o CDs, trabalhava com a música, ele ampliou os seus negócios e trabalha com o CD, com a música e o DVD. Aí você... Nós encontramos um dado que eu acho que é muito importante. O mercado, o fabricante ele continua produzindo, ele teve um crescimento, não sei se consigo mostrar aqui é... De 38%, enquanto que as mídias lançadas legalmente, os filmes, programas, caiu 2%. Então, a gente tem um vácuo, se existe uma procura

pelo aparelho, o *software* devia acompanhar mesma forma. Ele acompanha, só que ele está sendo... Essa diferença pela pirataria. O Número de aparelhos 38% contra 2% queda de produtos legais.

O setor de vídeo isso, é muito importante destacar, ele tem uma... Hoje a gente tem uma média de 25 empregos diretos e indiretos, e isso é... Todos os recursos, tudo que é recolhido, ele tem uma parte revertida no próprio investimento dentro do país e dentro da cultura que é o cinema, nós revertemos isso. Hoje, vocês... Para terem uma idéia é... Aqui vai estar o movimento só dos últimos 60 dias, só 4600 locadoras compraram legalmente. Vou estar falando um pouco mais do mercado de locadoras, porque poderia estar falando de dois mercados, o de varejo normal que é da loja de departamento e da locadora. Aqui a gente consegue mensurar melhor o nosso problema. 4605 locadoras compraram nos últimos 60 dias, só que é um mercado que tem oito mil locadoras. Só 50% estão adquirindo produtos. Então nós temos duas opções: ou ele já não está agüentando mais comprar, está vivendo do catálogo, não está mais colocando lançamento, está com a vida útil já contada ou ele está se abastecendo de produto pirata.

Aqui uma... Se agente for também uma média dos quatro primeiros meses do ano de 2006 e 2007 focando especificamente a locadora, nós já tivemos uma queda de vendas na indústria de 21%. Só que isso na ponta, isso para a locadora, quer dizer que é uma queda de pelo menos 40%. A cada mídia que deixa de vender no mercado, a locadora ela tem uma média, ela precisa de uma média de 20 locações para pagar o investimento. Quer dizer, se a gente já tem 21% a menos, 500 mil mídias a menos, multiplica-se isso por vinte para ter uma idéia do faturamento que a locadora deixou de ter nesse período.

Aqui nós temos os filmes nacionais. Nós lançamos um número muito grande de número nacionais, e o número de filmes nacionais ele está diretamente ligado aos investimentos e ao retorno do mercado de vídeo. O que nós temos? Nós chegamos a lançar já 62 filmes num só ano. Em 2006/2007, já nos últimos anos, a gente está trabalhando com quase que a metade. Não está se investindo. A gente precisa fazer esse retorno para o cinema nacional.

O número de locadoras que operam com produtos legais está reduzindo, da mesma forma as locadoras piratas e os ambulantes, porque o ambulante, ele também tem uma forma agora, ele monta a sua barraca na porta da locadora, ele não fica numa esquina ou na outra, é um movimento... Quem gosta de filme vai na locadora, então vou montar minha barraca na porta da locadora, chega a ser um afronta.

Nós fizemos no final do ano passado, uma pesquisa com a Datafolha para a gente entender um pouquinho porque que as pessoas consomem produto pirata, principalmente na área de entretenimento, cinema, música. Nós encontramos alguns resultados interessantes. Pode passar esse aqui também. Foi um método qualitativo, nós fizemos uma discussão em grupo homens e mulheres de 16 a 32 anos, classes A, B e C e consumidores de DVD original e pirata. Então, aí a gente fala das atividades de entretenimento, o maior destaque é para a música, principalmente entre os mais jovens e o filme é a totalidade da nossa amostra. Aqui também... Pode passar esse... Aqui a gente começa a ver que a locação de filmes está com o público mais jovem da classe C e na verdade eles também tem aquela... O jovem diz que procura mais a locação de filme quando ele não tem nada a fazer. A classe A e B já aluga com uma certa regularidade. O preço, é claro que um dos fatores é o preço, eles reclamam que o DVD pirata é muito mais acessível e, mas na verdade a razão que eles colocam... Quando comparado, a gente vai ver que não é simplesmente o preço.

O grande problema, hoje uma locadora precisaria no mínimo, no mínimo, um preço médio de 5 reais uma locação, o DVD, o... O camelô está na porta da locadora vendendo três por dez. Homem Aranha, Piratas do Caribe, e assim por diante, 300 e aí vai. Então, quer dizer, é uma briga absurda, não chega a ser injusta. O que eles colocam? Que a tecnologia está tão boa, que o DVD pirata está tão bom, que ele... É mínimo, mas na hora do lançamento ele percebe. O restante dá para assistir normalmente. O que é problema? A questão está assimilada à ilegalidade e à contravenção, eles acham que se isso é delito, é muito leve, não estão fazendo nada de errado, e esse é o principal ponto que eu queria colocar. Pode passar.

Olha, na opinião da maioria, quem vende está sustentando família, está trabalhando e não roubando. Não é verdade, quem está vendendo produto pirata está tirando emprego sim, está acabando com o negócio de quem trabalhou muitos anos. Então, essa percepção é errada de que não, tudo bem, o camelô está lá mas ele está trabalhando. Isso está errado.

O desemprego de forma geral... Eles tem uma leve noção que prejudicam os artistas e que não tem o recolhimento de impostos, mas que não é roubo. Eles não percebem, ninguém percebe, a pirataria como um crime. A... Eu acho que o mais importante aqui é as questões já foram aqui bastante discutidas, tudo que é necessário para fazer uma repressão da pirataria, mas o que eu acho que é mais importante é... Precisa haver um programa de conscientização.

Enquanto as pessoas não se aperceberem ou tiverem o mínimo de consciência de que elas estão cometendo um crime, eu acho que é muito difícil. Porque elas consomem banalidade. Pirataria principalmente de música, é comum eu vou lá baixo na internet, eu compro o meu CD ou meu DVD pirata e isso é normal. Acho que o grande problema está aqui também, a gente teria que trabalhar mais a longo prazo com campanhas educativas que mostrem o quanto o próprio jovem está tirando o seu emprego do futuro. Ele está acabando com a indústria. Aí também é um pouco da cultura, são valores transmitidos que a gente precisa passar e o final, o que eu peço é que é com a união de esforços e mercado, associações, entidades, polícia, Governo, teria que reprimir a gente tem que tentar, lógico, é um trabalho de repressão, mas é um trabalho de reeducação. A ética de estar se cometendo um crime utilizando coisas que não se tem direito. Em resumo, muito obrigada. Esse é o retrato da pirataria e o que está acabando com o nosso mercado de locadoras nesse país.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço a Dra. Tânia e peço ao secretário que traga a lista dos inscritos. Nós temos até aqui três Senadores inscritos e dois que são os que deram origem à audiência, que é a Senadora Marisa Serrano e o Senador Flávio Arns. Então eu passo a palavra inicialmente à Senadora e depois ao Senador Flávio Arns, e depois inscritos o Senador Magno Malta, Senador Geraldo Mesquita e Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Eu quero também cumprimentá-lo, cumprimentar a nossa Secretaria pelo apoio, e cumprimentar todos que vieram aqui a nosso convite, o convite da Comissão de Educação e a nossa Subcomissão de Cultura. Para nós é muito importante. E pra mim especificamente, porque eu nasci na fronteira com o Paraguai em Bela Vista, em Mato Grosso do Sul e meu Estado faz fronteira não só Paraguai mas Bolívia também. Então, é um Estado que vê todos os dias, todos os dias pela imprensa a apreensão de carretas de problema de contrabando de toda ordem. Então eu ouvi atentamente toda a explanação, do Dr. Paulo, da Dra. Lilian, do Márcio, do André e da Tânia. E queria... Não quero fazer considerações a respeito daquilo que foi colocado aqui, porque temos os textos e temos a palavra, mas gostaria de focalizar em duas coisas que nós poderíamos fazer.

O me que ficou de tudo, foi que a Comissão de Educação pode ajudar e muito na hora que nós poderemos, Presidente, trabalhar não só em campanhas educativas, mas discutir aqui uma proposta de

legislação, atualização da legislação, por tudo que eu vi, os nossos problemas derivam principalmente dos últimos 15 anos, que equivale... Que é muito pouco tempo que estamos vivenciando algo que nós não vivíamos antes. Portanto, nós temos que ajudar não só o Governo Federal, mas os governos estaduais e os governos municipais a tomar consciência de que há uma nova forma de crime organizado, uma nova forma de contrabando é ... De problemas que talvez, a gente possa ajudar.

O que me impactou mais é o público jovem, é o público que a Comissão de Educação tem trabalhado muito é... E um nicho que está aumentando muito. E principalmente a frouxidão moral que nós estamos passando ou que a população está sentindo. Nós temos discutido muito aqui no Congresso que a população às vezes não percebe a gravidade dos problemas, porque para ela isso não chega a ser um crime, não chega a ser um ilícito. E isso vem dos mais novos, porque os mais velhos ainda têm aquela cultura e a educação daquilo que era o bom, o bem e o mal, mas talvez nós estamos deixando que a nossa juventude não perceba bem o limite, e esses limites é que talvez a Comissão de Educação possa ajudar. Então, aquilo que ele percebe que não é crime, que não é ilícito, que não é roubo, eu acredito que a ética, a moral, os bons costumes, é...Tudo aquilo que transcende um pouco essa Casa, mas que faz parte da formação do povo brasileiro. Então, formação do cidadão, eu acho que a formação é a educação do povo que nós não estamos chegando no ápice que nós gostaríamos.

Queria além de dizer que nós vamos trabalhar, pretendo depois discutir com o Senador Flávio Arns e com os outros Senadores dessa Subcomissão e da Comissão de Educação, para ver de que forma nós podemos ajudar aqui a população brasileira, não digo nem só ajudar os organismos que estão aqui, mas ajudar a população brasileira a perceber que é necessário sim ter uma consciência mais séria, mais crítica, do que se passa nesse país em todos os setores, não é só no setor dos senhores.

E um segundo item, que nós constituímos o Parlamento do Mercosul. O Senador Cristovam faz parte, eu faço parte, [soa a campainha] o Senador Flávio Arns faz parte, o Senador Inácio Arruda que estava aqui e o Senador Geraldo faz parte, então [inaudível] mas [risos] [tumulto]...Magno, esta aí, vamos dar um jeito nisso... Mas vários dos Senadores dessa Comissão fazem parte do Parlamento do Mercosul que foi constituído menos de um mês. Quer dizer, é uma coisa nova para nós, mas é um Parlamento que vai nascer com força. Não é Comissão, é Parlamento igual a esse. Portanto, eu acredito que esse Parlamento do Mercosul pode

ajudar muito já que nós fazemos parte e estamos lá junto com Senadores, que agora lá todos nós somos Deputados, mas Deputados aí do Paraguai, da Bolívia, do Chile que são associados, mas da Venezuela e do Uruguai da Argentina e Paraguai. Portanto, eu acredito que essa é uma outra força.

Discutir é... Senador Cristovam, lá na Comissão de Educação que vai ser estabelecida no dia 25. Eu faço parte do grupo que está fazendo o regimento, então dia 25 nós vamos votar o novo regimento e no novo regimento nós temos a Comissão de Educação, Cultura que está junto. Talvez aí, uma das coisas que nós podemos já discutir nessa Comissão com outros Países da América do Sul, inclusive o Paraguai é a questão da pirataria.

Bom, deixo aqui essas considerações, dizendo que nós vamos levar muito a sério tudo aquilo que os senhores e as senhoras colocaram aqui para nós e pra mim foi uma surpresa desagradável, mas muito importante a gente conhecer um pouco mais da questão da pirataria no país. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Quero também cumprimentar aos expositores, expositoras, pela qualidade da informação, pelo conhecimento, pela profundidade, e dizer que esta reunião está sendo de fato feita pela Comissão de Educação, e em conjunto com a Subcomissão Permanente que existe nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte que é a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Então, uma Subcomissão que vem se debruçando sobre esse tema. E outros temas fundamentais nesta área.

A preocupação sempre nossa é dar assim uma... Um desdobramento prático também para essas Audiências Públicas, para que a partir de uma Audiência Pública com tanta riqueza e tanto conhecimento, a realidade possa melhorar para melhor. E eu sugiro inclusive, à Presidência e à secretaria dessa Comissão, que tenhamos, além das apresentações e do material escrito, que a gente realmente possa estabelecer um canal com as autoridades aqui presentes para concretamente vermos o que o... Inclusive quando a Dra. Lillian coloca que temos que ter um banco de dados para vermos esta especialização nacional a respeito desse assunto, esta Comissão, por exemplo, pode officiar para o Ministério da Justiça para esta decisão seja tomada. E vermos inclusive, se isto eventualmente, eu acho que não, mas se isso depende de um Projeto de Lei ou não alguma coisa, para que cada sugestão dessas possa ter na seqüência uma vertente concreta. Colocar em

prática aquilo que foi debatido. E nada melhor do que todos os expositores que estão aqui para nos dizer, como foi dito, o que deve ser feito.

Agora, eu gostaria só de fazer algumas perguntas. Porque eu também penso a exemplo do que foi dito na área dos computadores, que vamos dizer, praticamente desapareceu o problema porque alguém não vai comprar um computador montado se tem um computador novo, de marca, vamos dizer assim, com preço bastante semelhante. Agora, a diferença é... Isso não justifica o ilícito, claro que não, mas a diferença é muito grande. Na música, por exemplo, você compra um CD por 30 reais, 40 reais, é muito caro. Quer dizer, porque que é... Isso na verdade, estimula a aquisição daquele produto pirateado.

Então, eu gostaria assim, de dizer a quanto se poderia chegar, vamos dizer, isso depende da gente aqui para dizermos para o Poder Público: Olha, é melhor baixar o tributo e o preço e tornar o preço mais acessível do que incentivarmos o crime organizado. Quer dizer, o problema maior é como foi ressaltado, o crime organizado que está atrás dessas iniciativas todas. Então, mesmo em relação a filmes, vídeos, músicas, qual seria o preço possível que vocês... Que os expositores visualizam, quanto é de imposto essas coisas todas que se chegou a uma conclusão boa eu acho nos computadores... Eu acho que é uma coisa bem razoável.

Eu quero... Segundo aspecto, [soa a campainha] é... Inclusive foi enaltecido pelos expositores a questão do bom trabalho que os órgãos públicos vêm fazendo na repressão como, por exemplo, em Foz do Iguaçu, e realmente... Eu sou do Paraná, e nós observamos isso lá... A Polícia Federal, a Receita Federal, os órgãos todos trabalhando, não só em relação à pirataria, mas em relação a armamentos, drogas, todos os aspectos lá na fronteira.

Agora, o crime se deslocou uns cem quilômetros e foi para Guaíra, e em Guaíra eu já recebi também denúncias lá de Guaíra, quer dizer, toda sorte de tráfico lá está acontecendo: pirataria, são armamentos, é... O crime, o comércio se expandiu ao extremo no outro lado do rio, no Paraguai. Porque infelizmente o que acontece é que o efetivo da Polícia Federal, da Receita Federal é muito pequeno lá. Inclusive a fronteira, não é fronteira seca, que foi apontado que a fronteira seca é um problema naturalmente, mas lá não é fronteira seca, mas ao mesmo tempo existem períodos do dia em que não existe fiscalização alguma. Quer dizer, não existe o agente público. E quando falaram nos 30 bilhões de reais que são sonogados, a gente fica pensando... Olha, porque não investir alguns bilhões aí, termos esta força para recuperarmos esse

dinheiro inclusive pela não sonegação e apontar isto para... Então eu fico pensando como é que o Conselho Nacional de Combate à Pirataria, e nós teríamos que chegar a conclusões, senhor Presidente, para fazer esses encaminhamentos, apontar estes locais que foram inclusive Guaíra, parece que apareceu aqui também, não é? Apareceu aqui também porque deslocou-se. Quer dizer, o que nós podemos fazer?

O terceiro e último aspecto é... Também como a Senadora Marisa colocou como Comissão de Educação e já que o público que está em função disso, da aquisição da pirataria, um público jovem, de 16 a 24 anos, como é que nós podemos debater na Comissão de Educação, iniciativas de campanhas que, às vezes, eu vejo até campanhas desta área na televisão, mas eu particularmente ainda acho muito tímida, sabe? Eu acho que teríamos que ter alguma coisa muito mais vigorosa, mais intensa, apelativa, até como foi dito em função dos cartazes.

Acho que... Quer dizer, imagine só a tranqüilidade desse pessoal do crime organizado dizendo: Não, a pirataria já rende muito mais que a droga e não tem aquela condenação social que a droga tem. Então... O pessoal diz às vezes : Não, vamos para a pirataria porque é considerado um delito não pelas autoridades, mas pela sociedade de maneira geral, é um delito leve. O que vocês sugere em termos de campanhas? Eu penso assim, o que a Comissão de Educação realmente pode fazer nessa direção?

Apreciei muito a exposição de todos, e espero que a gente possa... Eu acho que é o sentimento, como é que a gente pode estabelecer um canal permanente para que o Senado, junto com o Executivo, junto com o Conselho Nacional, junto com Ministério Público, seja federal, estadual, e junto com as entidades que representam esta área, que a gente possa trabalhar para abriremos assim, perspectivas mais adequadas de combate e com todos os efeitos. Porque o que me preocupa muito é que é crime organizado, e crime organizado foi bem ressaltado, pirataria, mas junto com pirataria são outras coisas que vem junto, certamente armamento, certamente é droga, certamente é roubo, certamente é assassinato, certamente é corrupção no meio judiciário, é corrupção no meio político, no meio social... Quer dizer, é crime organizado. Crime organizado tem os tentáculos para todos os lados e a gente tem que investir para diminuir. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Senador Flávio Arns. Eu passo a palavra ao Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras vestidas de

vermelho. Ambas de vermelho hoje. Uma cor que já pertenceu do PT... Uma do PT, outra do PSDB.. Estão todas... Mas é uma rosa vermelha. Ela disse pra mim, a Senadora Rosalba.

Sr. Presidente, é muito importante essa reunião hoje, esse debate, mas há uma...Um trequinho da fala do Senador Flávio Arns que é preciso ser olhado com muita atenção. Precisamos de medidas práticas. Nesse tema eu estou cheio de reunião. Sou da Comissão de Educação, sou proponente junto com o Senador Flávio e a Senadora Marisa desse Requerimento, o tema me interessa, porque sou músico, sou piratado, infelizmente no meu meio, e fora do meio porque quem pirata vende para o pessoal do meio, porque faz em grande escala, mas penso que tem conversa demais e ação de menos.

A exemplo do tráfico de drogas, que só vai ter, só será arrefecido ou terá de fato o seu final quando moeda corrente, papel parar de circular, e chegarmos numa era de cartão ou mais avançado do que cartão, porque o tráfego mexe com dinheiro, não mexe com nota fiscal, não mexe com cheque, não mexe com nada, é papel mesmo. Então, se você tirar o papel de circulação esse troço vai cair, vai cair, é atacar no dinheiro, atacar na finança. Eu acho um CD muito caro. Até porque as gravadoras deixaram de investir na publicidade, na divulgação do artista. Ele sabe que hoje poucas são as gravadoras que gravam o artista e investe. Porque o seguinte, o dinheiro do investimento na divulgação do produto é maior do que se gasta com o próprio produto em si. Alguém que quer estourar um artista... Ele não basta ter dinheiro, ter cem mil reais para ter feito um belo CD. Se ele não tiver pelo menos quatro vezes mais do que aquilo para injetar, é lindo bem tocado, todo mundo do meio, tocou bem, bonito, repertório maravilhoso. Não sai do lugar.

A bíblia diz que a fé vem pelo ouvir, e com a música não é diferente. Se não tocar, não vai para lugar nenhum. Então, o que acontece? Acontece que nessa discussão muita gente tem que entrar. Nós temos que botar nessa discussão, por exemplo, os donos de rádio. De quem é a concessão de rádio? Porque é o seguinte, se não tiver como tocar e o artista hoje ele fica mais ou menos ao Deus dará. Porque existe uma elite hoje em todos os segmentos e eu e falo a partir do meu, mas quando eu falar a partir do meu todo mundo entende. Por exemplo, hoje qual é a prática das gravadoras do Brasil? Grava e entrega para seu Martins da universal distribuir. E o artista que quiser se vire para divulgar. Que fique correndo aqui e ali para encontrar uma rádio, não sei o que...Então você... Você tem que ter um contratinho de dez, vinte conto para você tocar 30 dias numa rádio, 15 conto. Quando a rádio é de

ponta mesmo a briga é maior, porque você tem que fazer uma promoção e promoção envolve um monte de coisa, entendeu? E todo mundo quer primeiro lugar, todo mundo disputa do segmento, a rádio do segmento do sertanejo, do samba, todo mundo quer tocar ali, mas não é fácil tocar ali. E como as gravadoras não investem mais, exatamente por conta da pirataria, e aí que eu digo, se não investe mais, já não justifica o preço do CD tamanho que está.

Aqui no meu segmento que é o *Gospel*, é caro também. O CD [soa a campainha] é caro. Então, o que estou propondo? Quando ele falou que fez uma medida, por exemplo, mostrou a camisa do Atlético Mineiro, eu até quis fazer um apartezinho, mas deixei para falar agora... Quando você incentiva o cara a trocar uma camisa pirata por uma original, o pirata é inteligente demais. Ele vai produzir mais, que é para o cara comprar mais, para ele trocar por uma original ou até dar de graça, para eles mesmo, para o povo deles ir lá trocar por uma original e ele vende a original mais barata e um pouco mais caro do que o produto dele que é pirata. Tem medida que incentiva os caras. Os caras não tem limite. Daqui a pouco vão começar a vender pela internet um *making off* da gravação de uma cena do filme no dia que foi feito. Eles vão estar lá na gravação. Vai ser coisa de maluco. Eu me lembro que... Quando a gente fala: O CD vai sair daqui a dois dias, já tinha na rua. Isso tem a ver com estúdio. Isso tem a ver com quem mixa, isso tem a ver com quem grava, isso tem a ver com quem guardou a produção, saiu da mão de alguém. Essas coisas não... O caro entra no cinema e... O Popó me deu um filme para ver, eu fui ver o filme, comecei a rir quando o filme vai começando o cara começa a falar assim: Levanta uma pessoa com um saco de pipoca e ele grita: senta aí, senta aí! Para o cara sentar, ele estava filmando lá atrás, filmando o filme, entendeu? Para depois fazer o DVD pirata, com o saco de pipoca na mão, o cara levantou na frente da câmera do cara. O cara com a camerazinha. Falava senta aí não, porque tava falando em chinês mas era um senta aí, sai da frente, senta aí, sai da frente, entendeu?. E o cara abaixou assim e estava copiando.

Então veja, como é que nós vamos fechar tanto buraco, tanto ralo, fronteira seca, aeroporto, porto, a malha que nós temos no Brasil e a Senadora Marisa falava aqui ela... Agora nós temos o Parlamento do Mercosul, que tem os irmãos daqui, dali... Os irmãos paraguaios, os irmãos paraguaios precisam ceder ao apelo. Principalmente eles, principalmente eles, e nós estamos falando dessa mídia que entra, mas e a mídia injetada? O que é feito no Paraguai vem para cá, desculpa, vou ter que falar nome, mas esse dinheiro

volta para o terror. O que é injetado no Paraguai é do Hezbollah e da Jihad islâmica. Esse CD que vem pro Brasil é da islâmica e do Hezbollah. Esse dinheiro volta para o terror, então nós precisamos ter coragem de falar isso. Esse dinheiro é do terror, financia terrorismo, financia terrorismo.

Agora, como é que nós aqui podemos colaborar com as pessoas como nós.... Damos essas imagens e essas falas para ela... É baixar o preço do CD também, não vai quebrar gravadora, não vai empobrecer ninguém. Primeiro, gravadora não está investindo em publicidade de ninguém e o preço continua o mesmo. A Sony investe na publicidade de Zezé di Camargo e Luciano, é claro, é o produto mais importante que a gravadora tem. Não nos outros, não nos outros, as outras gravadoras nacionais não investem em ninguém. Quer dizer, eu conheço “n” divulgadores, sou amigo do [inaudível] que é um grande divulgador, eles têm que contratar cara que tem muita conversa de boa lábia para viajando no interior de São Paulo, no interior do Brasil, onde tem rádio tentando tocar o artista na conversa. Mas o CD continua no mesmo preço, o CD continua no mesmo preço.

Então veja, o que eu estou propondo aqui? Eu tenho um Projeto de Lei que tem o Senador Paim como Relator, e você Paulo já me viu falar desse Projeto, no dia da inauguração do complexo do seu Martins da universal eu falei sobre isso. Eu não gostaria de ver artista mobilizado para derramar um caminhão de CD e passar uma patroa por cima, isso é palhaçada, isso não resolve nada, isso não leva ninguém a lugar nenhum. Aqueles cinco caminhões que foram quebrados CDs aqui, que passou o rodo em cima, que veio Rick e Renner, Sandra de Sá e tal... Eu cheguei perto e falei assim... Depois fiquei sabendo que aqueles cinco caminhões que foram apreendidos foi o boi de piranha que eles deram porque era véspera de natal, você se lembra, era final de novembro, chegando dezembro, para passar 200 caminhões para despejar em São Paulo. Eles vasam informações de que vai entrar cinco caminhões piratas, o boi de piranha, eles foram lá, pegaram, achando que fizeram uma grande apreensão e eles passaram com 200 e foram embora para São Paulo. E aí nós quebramos o boi de piranha aqui, passamos a máquina encima e tal, mostrou na televisão, não resolve nada, eles ficam morrendo de rir.

Então o que acontece, eu estou fazendo uma proposta ao Governo Brasileiro. Por quê? O Presidente Lula, o Senador Aloizio Mercadante, o pessoal do Partido dos Trabalhadores, o Ministro da Cultura Gilberto Gil é músico, e eles não vão ter como ficar contra isso, se ficar, aí eu só vou esperar ver a última coisa da minha vida que é chover para cima, porque o

resto tudo eu já vi. Estou propondo que o CD e o DVD do artista brasileiro seja considerado produto cultural, a exemplo de livro e jornal. Tira-se todos os impostos do artista brasileiro, aí você compete com o pirata. Você vai oferecer um CD de um artista brasileiro para as gravadoras ganharem dinheiro. Entre oito e dez reais, vamos falar dez reais, dez reais. E aí o cidadão não vai deixar de comprar pirata também não, mas vai cair, mas vai cair.

O enfrentamento tem que ser aqui. Qualquer medida de polícia nessa rota de fronteira seca eles vem para os igarapés. Você fecha os igarapés da fronteira seca eles descobrem um jeito de ir lá pelo rio Amazonas, se fecha o Amazonas eles vão pelos outros portos, porque o crime é o crime, e nós não podemos trabalhar com a ilusão de que nós vamos produzir instrumentos de lei, botar mais polícia na rua, só para tratar com essa questão de pirataria e de... E nós não vamos resolver, mas nós precisamos minimizar essa situação. Como é que minimiza isso? O produto do artista brasileiro será considerado produto cultural, a exemplo do que se dá para grandes empresas que grandes jornais que não pagam imposto, livro não paga imposto também, e o artista estrangeiro? Terá o mesmo tratamento no território nacional? Se o artista brasileiro tiver o mesmo tratamento no território do outro lado lá. Fora isso não terá.

Essa é a minha proposta, esse é o Projeto de Lei que está com o Senador Paim e eu espero que essa Casa vote. E eu espero que tenha a vênua do Executivo, do Ministro da Fazenda, do Ministro da Fazenda... Aí fala... Mas vamos abrir mão de receita... Mas o que e se gasta tentando parar e que se vai gastar no efetivo tentando parar é absolutamente maior do que abrir mão dessa receita para o produto do artista brasileiro.

Então, como o Governo foi gente que sempre teve na educação, na cultura sua militância, está aqui o Senador Cristovam, tem que entender que sendo atacado no bolso, nós vamos fazer mais reuniões como essa. E essa vai ser a minha última, eu não participo mais. Se não tiver nada efetivo, nós estamos discutindo daqui para frente o sexo dos anjos. Se não tem nada efetivo, nada nós vamos chegar. É preciso votar esse Projeto de Lei e dar um passo definitivo. Eu, peço, Sr. Presidente, à Senadora Marisa, ao Flávio Arns, esta Comissão de Educação, que chame para si essa responsabilidade... Se formos fazer um movimento trazendo os artistas aqui, a ABPD, todo mundo que está compondo essa Mesa, que tragamos aqui um grupo de pessoas do meio para fazermos uma marcha até o Ministério da Fazenda para entregar o Projeto, a proposta, ao Ministro da Fazenda. Que marquemos uma audiência com o Presidente Lula e não vai ser difícil

com tanto artistas junto. Não precisa marcar agenda. Chegou, entra. Nós iremos lá levar e eu tenho certeza, com os números que são postos e aí eu gostaria que vocês corresse para trabalhar esses números, hoje ele tem números mais precisos do que tem-se gasto hoje no investimento para o combate na Secretaria de Justiça, junto com o pessoal da Receita Federal. O que se tem gasto hoje, que será absolutamente menor do imposto que vai abrir mão para considerar o produto do artista brasileiro como produto cultural.

Essa é a minha proposta. Eu sou contratado de uma gravadora, Senador, que é a maior gravadora *gospel* da América Latina, chama-se MK... Dez dias o CD saiu... 8 dias, o CD *Tempero do Mundo e Amigos...* Tem a participação de Aline Barros, que... Ganhamos três vezes de melhor CD latino e tal, de... Fernanda Brum... Os grandes nomes da música cantando comigo nesse CD. Eu fui a uma cidade que não quero dar nome e aí, também, falei que não ia falar isso, mas vou falar... Um pastor de terno, bonitinho com a bíblia debaixo do braço, chegou perto de mim e falou assim: O CD do irmão é uma bênção. Falei: Opa, Que bacana. Vende muito. Só tinha oito dias que tinha saído. “O senhor é distribuidor?” “Não, eu faço lá em casa no computador com meus filhos, mas vendeu muito”... Mas eu acho o seguinte, quando você faz um o CD no computador e dá para um amigo porque você gostou da música, você até ajuda o artista, porque do jeito está, o artista não vive de CD mais não, o artista vive é da agenda dele. Se ele não tiver agenda está morto. Porque o CD não vende mais nada, por causa dessas questões todas.

Quer dizer, mas o cara que faz em larga escala, quer dizer... Está cometendo em larga escala um crime tão grande quanto infelizmente... O Hezbollah, a Jihad e a mídia deles lá é injetada, viu?... É fábrica mesmo, é injetada: Manda para cá, pegam criminosos brasileiros que levam para lá o que está fazendo sucesso no Brasil, leva as músicas de sucesso, e vai para lá... Vem pronto os sucessos da Bahia, os grandes sucessos de São Paulo, os grandes sucessos nacionais, Zezé di Camargo e Luciano, pirata tudo e vem às grandes cidades... Leva, derrama aqui dentro e não tem quem agüenta. Você perde o emprego, manda gente embora, muitas gravadoras multinacionais que foram embora. Aqui nós temos gente, aqui no Brasil, diretores de multinacional, eles perderam o emprego. Mandou gente embora, porque não precisa mais de divulgador, gravadora não precisa mais... Porque não tem como competir.

Agora fica o alerta, Paulo, as gravadoras precisam reduzir esse preço para cooperar. A cooperação é de todo mundo. O pessoal de rádio precisa ter juízo também porque não dá. Daqui a pouco o artista não

vai tocar mais. Porque quem não pode apago não toca. Então realmente é uma coisa a se fazer a quatro mãos. E do Parlamento, eu só posso fazer o que estou fazendo e lá fora... Aqui estou no Parlamento, e lá fora eu lamento quando vejo meu CD também pirateado e, infelizmente, não posso fazer muita coisa. Essa é a minha proposta, Presidente, gostaria que a Comissão abraçasse como proposta desta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não tenha dúvida que vamos abraçar e traremos isso para o Plenário da Comissão, e a sua idéia de levarmos uma proposta concreta ao Governo pode contar com a Presidência. Eu pensava passar a palavra aos que estão na Mesa, mas com o adiantado da hora prefiro concluir os Senadores, os senhores anotam, as senhoras anotam, depois a gente faz o debate final. Comentário rápido. Vamos lá.

SR. PAULO ROSA JÚNIOR: Queria agradecer as palavras do Senador Magno Malta. Ele milita nessa área desde que eu o conheço em 2003, nós fizemos aquela destruição em frente ao Congresso, o senhor teve lá, anunciou inclusive a entrada com uma proposta Emenda à Constituição, equiparando produto musical ao livro. Existe outra iniciativa de sua autoria tramitando nesta casa, uma iniciativa importante. Acho que a idéia de se equiparar o produto musical ao livro é justa, acho que o preço dos CDs e dos DVDs musicais, ele... Apesar de ter caído ainda é alto, mas a gente não pode se esquecer que o preço na ponta é muito mais ditado pelos comerciantes varejistas do que pelas próprias gravadoras, e também não pode se esquecer que pela elevada carga tributária que o produto tem, tanto na gravadora quanto no varejo, quanto na fabricação, ele acaba carregando essa carga até o seu momento final. Então, a sua idéia tem o nosso apoio--

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Mas recebe O CD, Paulo, por 9 reais, do comerciante, ele não pode colocar 32 reais nunca, porque ele não é doido, ninguém vai comprar da mão dele--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, somando as duas falas aqui já vai 20 minutos. Eu passo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito obrigado, Presidente. Vou ser brevíssimo. Eu queria... Muita coisa foi dito aqui, muita coisa terá que ser dita sobre esse assunto. Ele não e se encerra nessa audiência, mas infelizmente o tempo é curtíssimo e eu queria me ater a três questões fundamentais, na minha ótica no meu ponto de vista.

A primeira é quase uma unanimidade. O preço do produto. De alguma forma, seja por que mecanismo for, temos que trabalhar a redução do preço. Cai

preço de tudo. Cai preço de computador, celular, geladeira, aparelho de DVD... A gente comprava por 600 e hoje está comprando por 140. E não cai preço de DVD, de... Ou de fita de filme. É algo que, a se pensar e cogitar de um mecanismo que permita a redução desse preço.

Segundo ponto, comunicação. Comunicação. Aqui foi dito, desculpem, não me recordo por quem, muitas exposições, que o nível da pirataria não sai dos 50% e poucos. Então a comunicação está falhando, a comunicação está falhando. Primeiro por uma razão muito simples. A indústria do cinema, da música, etc., a meu ver, de forma lamentável cunhou uma expressão que não corresponde à realidade no imaginário popular. Pirataria, no imaginário popular, secularmente, é uma coisa romântica, uma coisa que está... Que se resolve na contramão da pirata que vocês atribuem a venda de produto falsificado. Pirataria historicamente, é aquele que tunga o império. É uma coisa romântica, no imaginário popular.

Então eu acho que lastimavelmente, se escolheu uma expressão errada, equivocada, e se não se fizer uma revisão disso, eu não sei se a comunicação terá sucesso algum dia. Eu, se eu... Atribuisse culpa ao público alvo, do insucesso da comunicação... É uma idéia equivocada que nós temos. Eu vou citar um único exemplo... Aproveitar a presença do Senador Cristovam aqui. Um exemplo de comunicação bem feita e eficiente, a anos e anos se lutou em Brasília, contra uma coisa horrorosa que comovia a todos nessa cidade que era atropelamento de gente, acidentes de carro. De repente Brasília começou a discutir a possibilidade de se instituir as faixas de pedestres. Foi no Governo dele inclusive. Deu seqüência ou começou. Não sei. O que importante é que a comunicação foi tão eficiente que toda a sociedade compreendeu que aquilo era uma realidade e uma necessidade. Sucesso de comunicação. Eu sinceramente, olha... Eu vejo televisão, ouço rádio, não vejo esse negócio de dizer: Olha, Pirataria eu tô Fora!...tenha a paciência...Muito fraquinha mesmo, isso aí é caldo de galinha, fraquinha, fraquinha, fraquinha. Há que ser algo consistente, algo robusto, não é? E fora desse negócio de pirataria. Gente, vocês estão comprando um produto falsificado. O que representa isso? Qual é a conseqüência disso? O que acontece lá na ponta? Esse negócio de reduzir emprego, tem que explicar como é que reduz o emprego.

E outra coisa, o terceiro ponto, inovação tecnológica, inovação tecnológica. [Soa a campainha] Eu não sei, eu não sou engenheiro eletrônico, mas na minha cabeça passa a simples idéia de que a indústria deveria produzir equipamentos que só pudessem ler um produto com a marca, uma marca ali criada, entende?

Fora isso não leria. O DVD, o aparelho de DVD, o aparelho de som, só poderia ler um produto que tivesse é... Como tem a célula de ler.. A marca d'água. Uma marca qualquer, um selo qualquer que impediria a leitura de produto falsificado. Não sei se tecnologicamente isso é possível, mas era uma idéia a se pensar. Porque isso truncaria sim no nascedouro o problema, não é? Truncaria no nascedouro. Porque polícia não resolve, polícia não resolve, polícia não resolve outras coisas, vai resolver falsificação de produto? Não resolve comércio de tóxico, não resolve nada. Então, ninguém pode estar colocando o aparelho estatal para socorrer a indústria fonográfica, de cinema, ou seja lá do que for. Eu acho que não é por aí não. Eu acho que a comunicação tem que ser aprimorada. Às vezes fico até com a impressão, desculpem a franqueza e a sinceridade, mas às vezes eu fico com a impressão... É tão fraquinha a comunicação da indústria fonográfica, da indústria de cinema, que às vezes fico com a impressão que é só um faz de conta, que estão reclamando ali só por um faz de conta, para [soa campanha] não dizer que não estão reclamando e tal, entende? Porque é muito fraquinha mesmo.

Então são esses três pontos, Senador Buarque, o preço que a gente tem que não é possível que isso aconteça. Eu já não sou mais um dos compradores como eu comprava antigamente. Eu já passo ano sem comprar um CD, mas eu chego lá e é o mesmo preço de 20 anos atrás. Não é possível um negócio desse, não é? Há 20 anos atrás agente comprava a um preço que corresponde hoje a 20, 30, 40 reais. Hoje é a mesma coisa. Alguma coisa está errada nisso, alguma coisa está errada nisso. O DVD, o aparelho, [soa a campanha] a gente comprava por 600 reais. Quatro anos atrás. Hoje custa 140 reais. Então comunicação, preço e inovação tecnológica. A indústria tem que se equipar, se preparar para produzir um equipamento que só possa ler um produto original. Acho que esse é um caminho. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado ao Senador Geraldo Mesquita. Passo a palavra à Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Presidente. Eu gostaria inicialmente, de colocar sei quem fica já para o final, muito já foi colocado aqui que eu concordo plenamente com muito do que falou o Senador, mas queria dizer ao Senador Magno Malta que essa luta que o senhor já encampou, que é a nossa Comissão, eu acho que ela é... Realmente é uma luta que nós devemos colocar nela toda a nossa disposição de irmos realmente, ao Ministério da Fazenda. Porque o que eu estou vendo é o seguinte: Todos que aqui falaram, Senadores colocaram que o ponto

que ninguém pode discutir... Por que é que a pirataria é atrativa? É preço. É o que é CD é barato. Na hora que você chega no supermercado, no dia em que tem uma promoção do CD a nove reais e noventa centavos, e coloco naquelas cestas grandes, pode olhar como vende, não é assim? Se o governo... Olhe quanto nós já perdemos de impostos com a indústria, se tínhamos pelo que aqui foi colocado, pelos senhores, era em torno de um bilhão, agora são 400 milhões, uma queda de 60%, se reduz essa carga alta tributária para que se possa produzir mais e mais barato, e a partir daí, da hora que você produz mais é mais barato, outros impostos terão também os acréscimos, quer dizer, serão mais arrecadados como ICMS e ISS. Eu acho que compensa. É acabar com aquela história que o Governo sempre diz, que vai perder. Não, eu acho que não vai se perder. Se você diminuir a carga tributária para que as produtoras possam produzir com custo mais barato, além de outras questões que também precisam ser analisadas de baixar o custo, nós vamos ter mais emprego, na ponta, em função das vendas mais outros impostos que vão ajudar Estados e Municípios, e então quem ganha é a nação. Vai se Ganhar até mais. Vai reduzir para ganhar mais. Pode ficar certo disso.

Realmente a pirataria está difundida em todos os recantos. Eu sou nordestina Dr. Lilian, mas eu quero dizer que não é só no nordeste que está se vendendo não, é no Brasil como um todo. E aqui em Brasília eu surpreendi com a forma sofisticada. Existe agora aqueles que vão de casa e casa com catálogos. A estilo de revendedores da Avon. Chegam lá, muitas vezes vendendo até outros produtos e levam o catálogo. Você escolhe. E recebe em casa. Olha como está cômodo. Então a sofisticação está grande, é difícil coibir. Só existe uma forma de coibir, é ter condição de competitividade pelo preço. E sei que para isso é necessário que haja uma redução, um incentivo, um estímulo porque é uma atividade que nós não podemos deixar morrer. Gera emprego, gera renda, divulga, agora, na questão educativa também quero discordar um pouco.

Não sei se eu não entendi bem, quando aqui foi mostrada a pesquisa, de que a questão educativa seria mais a nível dos meios de estudantes universitários. Aí discordo totalmente. Acho que aí é que está o grande problema do Brasil quando a gente quer educar. Se não começar quando o cidadão aprende, a criancinha aprende a dizer a primeira sílaba, isso não vai fazer com que haja aquela formação para que lá no futuro, ele não tenha a tentação de fazer algo que seja contravenção, porque ele [soa a campanha] veio com uma base estruturada desde a sua infância. Então acho que aí é que está. Temos que educar nossas crianças a valorizar o produto que não é pirataria, porque a criança

está comprando minha gente. Está comprando. Não é só o adulto, o jovem não, a criança compra. Compra como quem compra confeito, está barato. Tem aquele filminho que ela gosta. Eu vi agora, tive a experiência, porque o Homem Aranha 3, eu tenho um filho jovem, nós estávamos em São Paulo, fomos assistir. Quando nós chegamos na nossa cidade, ele foi para os colegas dizer e já estavam assistindo no DVD. Não era mais novidade. Então veja que a coisa está difícil de controlar... Eu só vejo esse caminho. Custos mais baratos, valorização do nosso produto, e educação a partir da criança. A partir dos pequenininhos, de forma agressiva, mostrando que se não for, se nós não tomarmos essas medidas realmente, a coisa vai ser crescente, e infelizmente, a pirataria que também concordo com o Senador...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não... Geraldo Mesquita, de que esse nome pirataria, realmente foi uma coisa que não marca muito como algo errado, crime... Até porque... Até um filme que vai sair, não sei se já começou, não é? Fala também dessa pirataria. Então é coisa que tem o nome... Acho que é o... Piratas do Caribe, não é? Piratas do Caribe 3. Faz um sucesso grande. Então é essa velha história que a gente realmente tem isso... Mas acho que com a educação... Eu não sou daquelas que desiste na primeira pedra do caminho. Eu acho que aí não tem só uma não, tem muitas, mas se nos unirmos, entendermos que cada um fazendo a sua parte, contribuindo, podemos fazer com que as coisas mudem. Eu acho que, Senador Magno Malta, que depois de tanto falar, só falta agir. Vamos encaminhar, vamos fazer uma marcha, convocar os artistas, convocar todos que estão envolvidos com a indústria de CD, de DVD, de fitas, enfim, de tudo, vídeo, DVD também, mas o DVD... Não o aparelho, a fita de DVD, vamos todos e pedir ao Governo. Faça isso. Se estamos perdendo tantos impostos, reduz um pouco aqui para que a gente possa ganhar mais. E ganhar mais inclusive na questão educacional. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigada, Senadora, eu passo a palavra ao último inscrito, Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, senhores integrantes desta Audiência Pública, eu gostaria de mencionar apenas um fato que eu acho que nós poderíamos, se bens sucedidos, avançar no tratamento da questão.

Nós vivemos num Estado federal, num país de enorme dimensões, uma grande expressão demográfica também, e acho que no campo da repressão não há

outro caminho a não ser aumentar a integração entre os entes federativos: União, Estados e Municípios. Aliás, a Dr. Lilian falou nessa questão e... Naturalmente quando eu falo na parte de repressão, porque uma ação articulada entre diferentes polícias, civil, militar, etc., etc., poderia avançar muito. Mas eu diria também, antes da repressão, em ações coordenadas. Sempre se diz assim, que insuficiente efetivo ou número de pessoas que podem trabalhar nesta área, mas na medida em que houver essa integração, acho que haverá avanço muito grande e evita também a chamada supra posição, que é também um... Quase um desperdício de recursos e meios. Creio que isso não será difícil fazer, porque já há uma consciência muito grande entre os entes federativos de que isso tem que ser enfrentado. E quando eu falo ente federativo eu também... Entes federativos, eu quero mencionar que a Constituição de 88 inovou ao admitir também os Municípios como entes federativos. Porque desde a Constituição... A primeira Constituição republicana, quando criou-se a República e a federação, sempre se entendeu que os entes federativos eram apenas a União, Distrito Federal, os Estados, e na época os territórios. Mas... Na... 88 se admitiu que os municípios seriam também entes federativos. Lógico que alguém poderá dizer: Bom, mas os Municípios não dispõem de certas atribuições que os Estados possuem. Mas alguma coisa pode ser feita em articulação também no campo municipal, no campo da conscientização, no campo da ação coordenada e no campo da repressão.

E no mais, cumprimentar a Comissão de Educação, nobre Senador Cristovam Buarque, pelo trabalho que vem realizando e esperar também, que nós passemos como aqui foi dito, do pensamento à ação. Os romanos diziam [inaudível]. Então está na hora de nós começarmos a agir em articulação naturalmente, com o Poder Executivo e porque não dizer também com o Poder Judiciário, que é uma variável que não pode deixar de ser ignorada e os seus novos atores, que surgiram também com a Constituição de 88 tipo Ministério Público, por exemplo. Que não deixa de ser um novo ator nesse processo de governabilidade do país. Sempre se diz que o regime é da fórmula de Montesquieu de tripartição de poderes, quer dizer, Executivo Legislativo, legislativo e judiciário, mas hoje nós podemos dizer que é uma certa... Para usar a expressão de [inaudível], que é uma certa poliarquia. Hoje nós não estamos apenas circunscritos aos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, mas surgiram novos atores, eu faço questão de frisar, entre eles, o chamado Ministério Público ou os ministérios públicos, federal e estaduais. Era o que tinha a dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço ao Senador vou passar a palavra a cada um para fazer os comentários... Mas eu queria algo que o Senador Magno Malta falou que impressionou muito. É que aquele pastorzinho que o senhor falou, ele faz aquilo com toda inocência. Para ele aquilo [soa a campanha] não é de fato um ato pecaminoso, nem criminoso. Não é. Isso é questão de cultura. Como hoje em dia, caneta Bic virou algo que é propriedade de todos. Então, nós estamos num momento em que tem que levar em conta esse problema cultural. Da sensação de que aquele produto é de todos. O produto que não é material. Que está por trás. E o material, que é o CD, custa muito pouco. E em pesar disso, há países que não tem tanta pirataria. Então eu quero fazer só uma pergunta, além de todas que houve aqui.

Na opinião dos senhores e senhoras o que faz com que um país seja consumidor de produtos piratas e outros não são? O que é que faz essa diferença? Até porque não é só o preço. O preço de um disco lá fora também não tem caído. Não vejo o preço de um CD no Brasil muito mais caro de que em qualquer país europeu ou americano. Então o que é que faz com que um país seja consumidor de pirataria e outro não seja? Ao mesmo tempo lembro o que cada um dos Senadores falou. Vou passar a palavra nessa ordem.

SRA. LILIAN MOREIRA PINHO: Primeiro lugar muito obrigado pelas considerações que os senhores e Sras. Senadoras fizeram, foram muito enriquecedoras. E eu pincei algumas observações e gostaria de responder. Começando pelo senhor, com relação a porque.

Acho que o primeiro fator do Brasil ser o país consumidor de pirataria, é que nós ligamos a televisão para ver um filme, uma novela, e ninguém faz novela contando a realidade que tem na favela, a realidade que tem da classe realmente trabalhadora. A empregada doméstica é a criatura que entra com o cafezinho, diz que alguém chegou e sai correndo. Então, não é retratado o universo dela. Só que ela ganha um salário mínimo e o nosso salário mínimo é muito modesto. O salário mínimo europeu é muito maior. A capacidade de compra de um assalariado mínimo na Alemanha é infinitamente superior ao assalariado mínimo brasileiro. Na realidade carioca que eu conheço bem, que mora em uma favela, que antes de ele sair para trabalhar às quatro horas da manhã, ele precisa saber se vai ter uma incursão ou de uma quadrilha rival ou da polícia para reprimir e ele pode morrer, o filho dele pode morrer quando vai para escola, ele paga na favela um aluguel de 250 reais, ele acaba pirateando a luz, na favela se vive com o gato de luz elétrica e ele

paga o mesmo preço de alimentação que eu pago, que o senhor paga, que o professor, o empresário. Então, esse é um fator grave.

Eu e fiz questão na minha carreira trabalhar na baixada Fluminense com comunidades carentes, para aprender a ser gente. Porque eu só posso criar dentro da minha carreira, na medida que eu conheço a realidade de todos aqueles que vão estar de alguma forma na ponta da minha caneta. Então, essa é uma realidade muito interessante e que eu tenho certeza que todos os parlamentares dominam, porque é a base política de cada um. --

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Dra... Como é um debate, eu acho importante o que a senhora acabou de falar. E essa questão do poder aquisitivo, responde ao Senador Cristovam, porque a realidade aquisitiva deles lá é outra, daquele povo, não é a nossa. E o povo que realmente que consome CD, é o povo simples que gosta do artista, que ama o artista, mas ele não tem como baixar. Não tem nem *iPod* ainda. Quer dizer, é classe média alta que já pode fazer esse tipo de coisa, eles vão ter que comprar mesmo. Só que não lhes dão oportunidade, porque para quem ganha um salário mínimo, como ela está dizendo aí, dispor de 27 reais ou 32, que dá para passar a semana, é muito duro.

SRA. LILIAN MOREIRA PINHO: É um supermercado... Bom, com relação à alíquota que o Senador Flávio Arns e a Senadora Rosalba levantaram, é uma questão muito interessante e eu vou responder exemplificando. O Estado de São Paulo baixou a alíquota dos combustíveis. Na medida que ele fez isso, conseguiu vender muito mais combustível e tirar a maioria dos vôos que nós tínhamos no Aeroporto Internacional, e foi redirecionado para Congonhas e Guarulhos. E passou a arrecadar muito mais com combustível. Então, às vezes quando a gente diminui a alíquota, pode legalizar muito mais a venda. Essa é uma questão interessante.

Outra questão interessante que o senhor falou sobre campanha educativa, e acredito também que o Senador Geraldo Mesquita mencionou. Eu tenho por hábito fazer palestras para várias faixas etárias não só para agentes públicos, em vários Estados do Brasil. E no Amazonas nós tivemos uma atividade muito interessante com crianças e adolescentes é... Primário, curso primário e o início do segundo grau. E é muito importante, mais importante do que passar na televisão e ver o *outdoor*, é responder as perguntas dele. O jovem aprende muito mais quando é saciada a curiosidade dele.

Uma outra iniciativa que me parece muito importante, que o Conselho Nacional tem também adotado

é a disposição, mostrar ao adolescente a diferença do produto original para o produto falsificado e o malefício. Extremamente importante.

O Senador Magno Malta falou dos caminhões. Não vou falar dos 200 que passaram, [soa a campainha] vou falar daqueles dois... Eu posso... Daqueles cinco, é... No Rio de Janeiro é uma iniciativa que a APEDIF teve que muito modestamente, não permitiu que fosse divulgado. No Rio de Janeiro nós temos a política de destruir toda a mercadoria pirata inútil. Ou seja, CD, DVD, games, VHS, que o for. Só que esse material que é destruído, ele é reaproveitado pela indústria. Então a APEDIF patrocinou essa destruição, vendeu esse material e me perguntou: Para quem nós vamos ceder essa contribuição? E eu sugeri o Pró Criança Cardíaca, que é uma entidade no Rio de Janeiro, que cuida de crianças carentes com problemas cardíacos. Ou seja, é a pirataria revertendo, é o que reverte no mercado legal do vídeo para a produção do cinema nacional e é... Os bonés, as roupas, etc., que nós caracterizamos as marcas e encaminhamos para entidades de caridade, entidades de apoio à população carente. Ou seja, é muito importante essa destruição.

É...foram.. Acho que foi a Senadora é...Serrano, Marisa Serrano que mencionou com relação às estatísticas. No Brasil, com exceção dos dados mencionados pelo Conselho Nacional, nós não temos uma estatística oficial com uma metodologia descritiva. Quando é que nós sabemos quanto foi sonegado de imposto? Uma metodologia que eu utilizei para sensibilizar o Governo Estadual à criação da delegacia foi o seguinte: Peguei dez meses de apreensão na Delegacia de Defraudações que à época fazia repressão. Peguei todo aquele material, óculos, CDs, isqueiros, o que fosse. Fiz pelo preço médio. Não fiz pelo mais alto, nem mais baixo de mercado. Ali apliquei a alíquota, com a alíquota diferenciada de cada ICMS. Eu somei aquele valor todo e multipliquei pelo número de produtos piratas. Em dez meses, a cidade, não é a o Estado do Rio de Janeiro, teria perdido em tese 200 mil reais com sonegação de ICMS, se aquelas mercadorias apreendidas fossem verdadeiras. Então precisamos criar essa metodologia para ter números reais e não ficarmos reféns de organismos internacionais que dizem quanto nós estamos perdendo. Nós sabemos quanto nós estamos perdendo [soa a campainha].

Concordo também... Desculpe, eu juro que é a última vez... Quando diz que a polícia não vai resolver o problema. Efetivamente a polícia não vai resolver. Porque a polícia, o Ministério Público Judiciário está na ponta. Está cabendo a nós limpar o problema e colocar os caquinhos embaixo do tapete. Então desde o nascedouro tem que haver uma solução. Educação,

cadeia de produção, fiscalização, legalização do comércio para nós diminuirmos a questão da pirataria. Muito obrigada mais uma vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Dr. André Barcellos.

SR. ANDRÉ BARCELLOS: Obrigado Senador. Gostaria de agradecer as considerações feitas por todos os Senadores, e pegar a fala do Senador Flávio Arns como fio condutor para as minhas respostas, que acho que vou poder abordar todas as considerações que foram feitas aqui.

Primeiro agradecer, senador, pela disposição dessa Comissão em traçar um trabalho estreito com o Conselho Nacional de Combate à pirataria e Secretaria Executiva, e tenho certeza posso falar em nome da Presidência do Conselho, Dr. Luiz Paulo, é... Estamos abertos a um trabalho estreito com a Comissão, não obstante já haja a participação do Senado Federal numa cadeira como conselheiros no Conselho Nacional de Combate à pirataria.

Todas essas questões que foram aqui debatidas, elas demonstram a complexidade do problema. Uma política pública voltada ao enfrentamento desse problema foi gestada há... Somente há dois anos e os avanços conquistados são reconhecidos inclusive, pelas indústrias afetadas pela pirataria e há o reconhecimento internacional em função dos esforços brasileiros.

Estamos nesse momento, em fase de renovação dos mandatos dos conselheiros, para o próximo biênio, aguardando inclusive, a indicação dos representantes do Senado Federal, e realizaremos uma oficina de planejamento nos moldes da que foi realizada em 2005, para propiciar o debate amplo sobre as causas do problema. Há um dinamismo com relação ao problema, o que antes foi definido como prioritário, hoje pode deixar de ter sido. A exemplo do que cita a indústria fonográfica, a pirataria física a dois anos era a maior preocupação. Hoje houve uma mudança no perfil e a maior preocupação hoje reside sobre os crimes cibernéticos. Então, nessa oficina de planejamento será oportunizada todo o debate sobre essas causas inclusive a questão de carga tributária, o Conselho Nacional de Combate à pirataria nunca se furtou a discutir a questão de carga tributária, o Estado tem suas necessidades de financiamento, e é uma discussão que deve ser feita de forma muito responsável, e tenho certeza que com a participação do setor privado e do Poder Público, inclusive o Ministério da Fazenda também está representado no Conselho, poderemos chegar a um ponto comum no que diz respeito a essa questão. E lembrando que o setor editorial, senador Magno Malta, tem...É tem assento no Conselho é... E

é um setor que goza de isenção tributária sobre o seu principal insumo, que é o papel e nem por isso deixa de ser objeto da pirataria.

A solução do problema da pirataria passa pela questão da carga tributária como evidenciou o setor de *hardware* e informática, mas não necessariamente toda a solução do problema está vinculada à questão dos tributos é --

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu acredito que não é toda a solução do problema e eu todo tempo falei que é um conjunto de medidas a serem tomadas. E o instrumento que o Legislativo pode oferecer é o instrumento de lei. Só esse. Não pode oferecer outro. O Executivo tem que oferecer o seu, porque é o dono do cofre, é quem tem a chave do cofre, é quem arrecada. Cada qual oferecendo o seu instrumento, a somatória de instrumentos chegaremos um a denominador. O instrumento que temos que oferecer é esse. É claro que não será a solução. E com todos os instrumentos ainda não estará sendo solucionado.

SR. ANDRÉ BARCELLOS: Concordo plenamente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É... Dr. André... Só me permite, senhor Presidente, só uma observação. É que de fato, nós já tínhamos até feito uma Audiência Pública nesta Comissão de Educação, na época na Subcomissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática, e até eu acho que o senhor até esteve presente, não sei, foi então algum outro representante, e nós tínhamos a informação de que o Conselho Nacional de Combate à Pirataria estaria trabalhando num Anteprojeto de Lei, para assim reunir as informações todas, as discussões, o conhecimento e enviariam para a gente. Até nós enviamos um ofício pela Comissão de Educação, há cerca de um ano, para este Conselho Nacional, e eu gostaria caso o senhor... Só não tenho informação, se pudesse até resgatar essa questão, porque acho que o momento é apropriado seja agora e a gente possa dar continuidade ao debate acontecido naquela ocasião. [Soa a campainha].

SR. ANDRÉ BARCELLOS: Senador Flávio Arns, essa... O Conselho ele trabalhou somente numa proposição de Anteprojeto de Lei que diz respeito ao tratamento conferido à apreensão de mercadorias, que tem se revelado um problema que, às vezes, estimula até a ação repressiva do Estado, porque a lei é... O Código de Processo Penal hoje, ele prevê que cada mercadoria apreendida deve ser descrita individualmente e a perícia recaia também individualmente, sobre cada mercadoria apreendida. A proposta do Anteprojeto de Lei é que tanto a descrição quanto a perícia, seja feita por amostragem, e também a destinação dessas mer-

cadorias apreendidas possa dar antes do trânsito em julgado da ação. Que hoje essas mercadorias apreendidas abarrotam os depósitos públicos e também oneram o setor privado que arcam com custo de manutenção desses depósitos, na qualidade de fiéis depositários. Vou resgatar junto ao Conselho a proposta conforme a vossa sugestão e --

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sr. Presidente, me permita, Dr. André. Essa proposta que o senhor está colocando, ela está nessa Comissão, já veio? É uma proposta do Conselho?

SR. ANDRÉ BARCELLOS: Não, não... Foi aprovado no segundo semestre do ano passado pelo Conselho com a participação inclusive da Dra. Lillian Pinho, está tramitando na Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, que é o caminho... O trâmite normal para análise de constitucionalidade e posterior envio ao Congresso Nacional. Ainda não chegou a essa casa.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Agora... Para dar celeridade, Dr. André, eu faço uma proposta. Por que é que... Enquanto proposta, mesmo sem estar na forma Legislativa, não vem para cá porque aqui já teria até sido votada. A celeridade disso é... As nossas comissões aqui, nós temos... Que são muito rápidas na elaboração de estudo de constitucionalidade, o conteúdo em si, a gente já teria votado isso com mais celeridade. Então eu proponho, que se o Conselho, se a secretaria quiser mandar para cá aos cuidados dessa Comissão, do nosso Presidente Cristovam Buarque, para que ele dê celeridade a esse processo, nós já votaremos aqui e vai para a CCJ e vamos embora. Porque o senhor falou que foi discutido quando? No Conselho?

SR. ANDRÉ BARCELLOS: Segundo semestre 2006.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Pois é. Ainda tá lá na Secretaria. Nós já vamos entrar no segundo semestre de 2007. E aí, Deus nos acuda. Com tanta Medida Provisória que chega e ninguém vota nada, ainda vamos ficar para 2008. E haja pirata. Acho que se puder dar esse encaminhamento, acho que o nosso Presidente está à disposição para poder colocar essa coisa para andar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Se ele não aceitar a gente pirateia o Projeto dele aqui.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Não, mas é verdade, dá para fazer.

SR. ANDRÉ BARCELLOS: De imediato levarei ao conhecimento da presidência do Conselho e de imediato providenciaremos o encaminhamento ao Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Dr. André... Passo a palavra ao Dr. Paulo Rosa Júnior.

SR. PAULO ROSA JÚNIOR: Só agradecer é... Acho que de prático aqui a gente pode avançar nessa área do Projeto de Lei. Acho que vai ser muito importante, é um Projeto que simplifica toda o processo de apreensão, destruição de mercadoria pirata, como o André disse os depósitos ficam abarrotados aí, isso é um gargalo, isso tem que ser resolvido e existe um texto já consensado e aprovado dentro do Plenário do Conselho, está para ser enviado para cá, nós torcemos para que ele seja enviado rapidamente.

Com relação ao que foi colocado aqui com respeito a preço, a carga tributária, pode ter certeza de uma coisa, na medida em que a carga tributária do produto musical for reduzida, e não só no CD, no DVD, na venda pela internet, na venda pela telefonia móvel também, que o futuro aponta que vão ser canais importantes de distribuição de música aqui no Brasil e no mundo, eu acho que, na medida em que houver essa redução, podem esperar da indústria uma redução equivalente no seu preço para o comércio, e podem esperar do comércio, e vamos cobrar do comércio também que o preço seja reduzido na ponta do varejo, porque hoje tem muito mais capacidade de ditar preço do que a indústria.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Paulo, eu vou propor uma Emenda na lei que rege as concessões de rádio e televisão, isso me veio aqui à cabeça agora. Sr. Presidente, propor que pelo menos 20% de uma programação seja destinada ao artista brasileiro sem que tenha custo. Porque veja, a arte é uma coisa... O sujeito ganha uma concessão pública, e toda vez que eu falo nesse negócio eu não quero falar o nome do que meio que é jabá, não é Paulo? E Paulo sabe. Seguinte, lá em São Paulo é o seguinte, principalmente São Paulo, tem rádio que se não for 40 conto por mês você não toca três vezes por dia. E aí qual é o futuro desses caras? O futuro da música no Brasil? Eu vou propor essa Emenda e estudar com os técnicos como é que seria distribuído. Porque não seria nem por qualidade, mas... A posição que o artista ocupa no coração do povo[soa a campanha]. Que o povo anseia por isso, o povo quer. E a concessão é desse povo que quer. Porque no máximo, o dono da rádio tem o equipamento. A concessão não é dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou pedir que os Senadores que tenham qualquer opinião nesse momento, esperem a réplica por causa da hora. Apesar de que parabenizo pela proposta da Emenda. Eu passo a palavra à Dra. Tânia Lima.

SRA. TÂNIA LIMA: Bom, de todas as considerações eu acho que tem três situações que são muito importantes. Quando nós falamos de preço, realmente ele é quase um fator decisivo que leva à pirataria. Mas existe um outro aspecto, o preço por mais que seja reduzido, estamos falando só do consumidor na ponta do varejo. Estamos passando por cima de serviços, no caso do vídeo, por mais que se reduza um preço uma suposição que você coloque a 15 reais um DVD, o pirata vai estar na porta da locadora oferecendo a dois, três. Então, existem problemas que precisam ser analisados em várias escalas. Quando a gente fala do varejo, do consumidor final que vai na loja de departamento, que vai na internet, que vai em vários pontos e consegue adquirir o seu produto para guardar em casa e tem a parte de serviço que é a locadora. Então temos no caso do vídeo especificamente.

Quando falamos de campanha e eu citei 16 anos, 16 anos foi o grupo *target* que nós trabalhamos, mas quando a gente diz em campanha educativa, ela tem que vir do prézinho, sabe? Da criança, ela entrou em qualquer tipo de escola, ela ser... Ter alguma noção de certo e errado. Porque falsificação, na verdade, nós estamos falando de ética, nós estamos falando de moral, de tirar de alguém a possibilidade do artista de estar ganhando. Ele fez aquilo legalmente. É o trabalho dele, ele tem que ser reconhecido disso. Tem a parte dos impostos que o Governo tem que reconhecer e tem a parte da indústria que vive disso.

Então essa noção, e isso eu continuo insistindo, por mais que se faça e se não houver uma repressão na rua, a gente atende a dificuldade econômica, mas continuar achando que o camelô está trabalhando, nós vamos continuar tendo esse tipo de problema. Então sim, nós temos que revisar as alíquotas de impostos, é muito importante para todo mundo, para a indústria, o comércio de forma geral. Quando fala de preço também, na pesquisa que nós fizemos na Datafolha, classe A consome muito produto pirata. Não estamos falando só daquele que está consumindo um produto pirata, porque ele é de uma condição... Uma de uma classe social baixa. Tem muita gente, e eu posso disponibilizar aos senhores, para quem quiser, essa pesquisa da Datafolha aonde classe A consome pirataria e acha que não está fazendo nada de errado. Então nós temos que trabalhar isso. Serviço, cultura, temos que ter repressão sim, não é justo o camelô estar na porta da loja de disco, na porta da locadora tirando o trabalho não só do artista, mas do comércio como uma forma geral. E a campanha tem que ser educativa. Eu continuo insistindo de que haja uma conscientização, o povo tem que ter uma noção melhor de ética que é

errado, que ele está sim roubando. É uma forma de roubo a pirataria. Era isso. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a palavra o Dr. Márcio.

SR. MÁRCIO GONÇALVES: Bom, mais uma vez queria agradecer a oportunidade de estar aqui hoje. Só para finalizar mesmo, eu acho que a Tânia tocou em alguns pontos que importantes. Quando a gente fala de preços, esquecemos de analisar que o consumidor hoje do produto pirata, na sua maioria, é classe A e B, o consumidor de baixa renda muitas vezes não compra porque tem medo de danificar o aparelho dele que ele comprou em várias prestações é... Eu acho que é importante também, o Senador Geraldo Mesquita tocou num ponto realmente... A comunicação é um trabalho, uma peça fundamental pra gente reverter esse situação é... O que ele mencionou em relação à palavra pirataria é comprovado, nas nossas pesquisas, a gente tem tentado usar mais a palavra falsificação para realmente mostrar a gravidade do problema, que não é simplesmente alguém que está fazendo pirataria e tentar antecipar problemas futuros que a gente sabe que vai encontrar.

No nosso caso específico da indústria de filme a questão do *camcording*, que é a gravação em cinemas é... Nós passamos uma proposta para o Júlio Linhares, para depois ser encaminhada. E também a internet, que é sem dúvida, o veículo que é hoje a maior ameaça para a indústria de música, sem dúvida num futuro muito próximo, cada vez mais rápido para a indústria de cinema, mas hoje também pra gente é uma ameaça e um canal de distribuição dos primeiros lançamentos, dos *sites* de legenda, das *capinhas* e das *dublagem*. Então é um momento que temos de frear esse problema antes que se lastre do jeito que hoje estamos encontrando nas ruas os DVDs e os CDs piratas. É uma oportunidade única e aqui na Comissão de Educação do Senado eu acho que a gente também tem que aproveitar para educar próxima geração. Eu que trabalho no combate à pirataria 13 anos, toda vez que vou em alguma festa de amigos eu encontro algum CD pirata, algum DVD pirata, algum *software* pirata, que foram setores por onde eu passei, onde eu trabalhei, e na verdade, a gente vê que realmente falta consciência e não é só para as pessoas que não têm condição de adquirir, mas também para as pessoas que estão comprando ali na Av. Paulista, na Faria Lima, em São Paulo, e sabem que estão fazendo alguma coisa errada e compram pela disponibilidade, pela facilidade e porque a gente não consegue infelizmente, tirar toda a oferta que cresce a cada dia. Mas mais uma vez muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, alguma réplica dos Senadores essa hora do almoço? Senador.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu quero.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu só peço que seja rápido.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Mas não tem condições de ser rápido. Sabe por quê, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então ficaremos aqui o tempo que for preciso. Não se preocupe.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Não, não, sabe por quê? Esse assunto é tão... Você consegue reunir essas pessoas todas aqui, numa Comissão dessa, e a gente fala meia palavra porque o tempo não deixou, é chover no molhado, vão embora e não vai acontecer nada. A gente vai ter que marcar outra... E para ficar repetindo reunião, repetindo reunião, como eu falei no começo. Desculpa, não estou sendo insistente, querendo estar falando, falando, falando. É porque... Quem sabe eu não seja conhecido dos outros, mas o Paulo me conhece, estou nessa batalha com eles já faz tempo, e acho que infelizmente nós não podemos oferecer muito mais que o instrumento de lei que é o nosso papel aqui, é o que nos é dado, produzir a lei, o instrumento da lei, e trago essa proposta que é concreta que eu coloquei que é esse Projeto de Lei. Eu também não sou contra a repressão e não sou daqueles que acha que o camelô está trabalhando. Eu digo que o cara que pega, ouve o seu CD e copia um no computador dele e dá para o amigo dele dizendo que gostou da música do artista, ele até faz um bem para o artista. Agora, quando o cara vai para lá... Esse que eu falei do paletozinho é muito inocente, mas a banquinha dele lá no evento tinha dois mil CDs. Trabalhou noite e dia. Queimando no computador. Com a família toda trabalhando, entendeu? Ali eu já não fico bem nas fotos, mas do jeito que estava lá na capa, eles me mataram pior ainda, entendeu? Minhas filhas que trabalham comigo, minha filha me mandou uma página... Caramba, olha o que esse cara fez com a minha cara. Vou fazer o quê? Vou criar um escândalo aqui agora?

Então veja, eu acho o seguinte, Sr. Presidente, eu queria propor, se cabe uma proposta e se houver uma concordância, porque nós não criamos uma Comissão juntos, com gente da ABPD, com a nossa... O pessoal do Conselho, tal, nós aqui. Porque coisa dura é o legislador que faz lei com toda a boa vontade, mas ele nem conhece o setor. A gente vê coisa que é discutida aqui que a gente sabe que o cara está cheio de boa vontade, entendeu? Alguém deu uma sugestão para

ele dentro do avião, falou com ele no aeroporto, mas ele não conhece. Se criar uma Comissão para estudar tudo que se pode fazer desde a repressão até a derrubada de impostos e tal [soa a campainha], coisa concreta com tempo determinado, 60 dias com o Dr. André indicando, a Dra. Lilian participando, ABPD, todo mundo junto, uma Comissão para se reunir, sistematicamente, trabalho duro não é conversinha de vir aqui, reunir, foi embora não deu em nada, não vai dar em nada. E no final de 60 dias, Sr. Presidente, ter propostas significativas a serem votadas na mesma velocidade que nós votamos o pacote de segurança. Combinado com o Presidente da CCJ, Senador Antônio Carlos Magalhães, votarmos rapidamente e levamos para o Plenário rapidamente, aquilo que essa Casa pode fazer, que é produzir o instrumento de lei, mais do que isso nós não podemos fazer. Não sei se cabe essa minha proposta e se há algum interesse nela.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A proposta está aceita do ponto de vista da Mesa e nós vamos trabalhar junto com o senhor para ver como viabilizar isso. Bem, eu agradeço--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, me permita só uma palavra, eu sou normalmente rápido. Não, só... Eu realmente não pude participar o tempo todo, mas eu queria só colocar que nós temos que principalmente aumentar as campanhas. As campanhas a partir da própria escola. Nós estamos na Comissão de Educação, porque o que acontece hoje no Brasil é que todo mundo adora criticar o outro, mas comete um determinado crime, por pequeno que seja, nessa questão, por exemplo, da compra de falsificados. Então, o processo de informação eu ainda acredito que seja o melhor. É evidente que a diminuição de tributos pode ajudar em determinados casos, mas em determinados casos só, não é sempre que vai ajudar. Hoje nos jornais tem dados, aí vou pegar um pouquinho o negócio da internet, tem dados no jornal hoje mostrando que o número de ligações telefônicas internacionais no Brasil caiu mais de 20% por causa da internet. O pessoal está descobrindo que pode fazer ligação internacional e ligação interurbana, usando a internet sem pagar nada. Quer dizer, tem que investir com o sistema de câmera e de microfone, mas isso também melhorou de qualidade tecnológica, melhorou de preço, então aqui nós tivemos a semana passada, aqui no Senado o Presidente da telefônica e quando eu coloquei para ele essa questão ele falou: Olha, não estamos preparados para enfrentar isto ainda não, mas sabemos que é um problema que vem pela frente. Um problema que vai diminuir a receita por causa da concorrência do computador. Nós já estamos com esse *iPod* pequenininho aí, cada um com 8 giga, não sei

mais quanto giga, cabe mil músicas, duzentas músicas... Duas mil músicas e tudo é sem o direito autoral. A questão é desafio muito grande. Diria só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero encerrar lembrando que a sua última expressão, Senador Eduardo Azeredo, traz uma parte do problema pra cá. Que é difícil a gente enfrentar o problema. Eu vejo depois desse debate três problemas, Senador Magno. Um a gente não sabe como enfrentar, é o problema do avanço tecnológico na direção que publicisa certos bens que são privados até aqui. Vai fazer com que não seja mais privado certos produtos intelectuais. Eu não canto, mas escrevo livros. Como é que vou proibir que se faça xerox? Como é que vou conseguir proibir que através da internet se tome isso? Então esse é o problema tecnológico.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tem muitas maneiras hoje de reproduzir o conhecimento que faz com que ele vire público e não mais privado. Esse a gente não sabe como resolver ainda, pelo menos. E como remunerar o produtor intelectual, senão não vai ter mais música, não vai ter mais livro. Os outros dois sim, deve trabalhar é a pobreza como falou a Dra. Lilian, e a educação como falaram todos. E por trás da pobreza está a educação também. Então no fundo, no fundo, tirando o lado do avanço tecnológico e o publicismo do bem privado, o resto está na educação. Só que eu acho que não basta, Dra. Tânia, campanha educacional. Precisa de uma revolução na educação. Até porque a campanha... Como fazer campanha educacional se as crianças saem da escola em média em quatro anos de estudo apenas? Vai educar só as pequeninhas? Só um terço termina o ensino médio. É aí que devia estar também. Então é uma revolução do ponto de vista de manter na escola e a revolução de educação cívica. Nós somos um país em tolerância com a contravenção, não só do ponto de vista de CDs, de exemplo negativos que todos nós estamos dando a cada dia por conta das notícias de corrupção. Como é que a gente convence alguém de que *download* é roubo? De que gravar é roubo. Num mundo em que a gente tem tido tão elevado grau de promiscuidade e de corrupção de diversas formas inclusive na sonegação dos impostos. Então tudo isso... Ao longo do tempo. A curto prazo... Eu ia falar... a curto prazo --

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): ...Educação a partir da infância como V.Ex^a está colocando e a Dra. Tânia colocou também, essa educação ali, a partir

da infância que é a longo prazo, porque a curto prazo está todo mundo fumando e morrendo com a carteira vendo um cara canceroso que não fala mais, com a foto dele aqui e não diz nada para o cara.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, a longo prazo é essa a solução, enfrentar o quadro de pobreza que as pessoas possam comprar e as pessoas serem educadas inclusive do ponto de vista cívico, de saber que *download* é a apropriação indébita do trabalho de outro. E a pobreza eu quero lembrar que é dos dois lados, é do lado do consumidor que não tem dinheiro, mas também do lado daquele que é obrigado a virar camelô. Vendendo coisas ilegais, mas é a pobreza que leva. Então, no fundo, no fundo, a solução virá no longo prazo, mas o longo prazo começa hoje ou o longo prazo vai ser adiado por mais algum tempo. Então no fundo, fica a necessidade de uma revolução na educação brasileira para todos. Senador Mão Santa, eu tinha encerrado a Sessão, mas para o senhor não posso negar nada.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu queria dizer o seguinte. Temos que meditar isso aí. José Ortega y Garcez, ele disse: O homem é o homem e suas circunstâncias. Vou dar um exemplo muito prático, por que é que nós estamos aqui? Professor, um livro de medicina era caríssimo, eu me lembro um que eu residente no Rio de Janeiro eu era médico residente, eu passei o ano pagando Madden. Era caro, era um... Eu paguei um... A prestação. Então nós todos éramos piratas. Todos nós porque não tinha dinheiro. Então você tem que meditar e o próximo aqui, o homem do direito que é o Marco Maciel, tem duas coisas: a legítima defesa e Estado de necessidade. Então nós estudantes brasileiros, vocês podem chamar isso de roubar não, é estado de necessidade. O livro era proibido... Eu passei um ano, 1967 pagando a prestação do Madden, de um livro de cirurgia. Era caríssimo, era exorbitante. Um ano a prestação. Deixei de ir muito em inferninho no Rio de Janeiro para pagar a prestação do livro. Então o que é que se fazia a maioria? A maioria mimeografava, é roubo isso? E está esse estado de necessidade. Está proibitivo para as famílias, os pais chegam, o menino quer o DVD, quer o filme, e o outro está muito mais barato. Se não baixar o imposto, o homem é o homem, e as circunstâncias. O fato é que estamos aí, e é muito difícil você condenar quem está buscando numa sociedade dessa corrupta que está aqui, não está ali não, está é aqui a corrupção. Você pegar e você está com a sua mulher porque não freqüenta... Mas nós somos políticos, mas lógico que freqüenta. Aqueles barzinhos, aqueles restaurantes periféricos... Eu freqüento com minha esposa e freqüento com todas as religiões. Mas aí chega um homem trabalhando e ele bota... Me ajude

aqui, compre isso aqui. O homem é o homem [soa a campainha] e sua circunstância. Eu vou condenar ele que está lutando, está de madrugada, está trabalhando, está sendo duro, está obedecendo a lei de Deus, está trabalhando. Só tem um caminho, o trabalho. E aí? Tem que baixar o custo desse negócio. Então é um convite à... Sobre existência. Então o homem é o homem e a circunstância. Esses que estão aí, eles estão na circunstâncias dele. Como eu, eu não sei V.Ex^a, mas o Marco Maciel que é puro, ele disse que tinha um livro em direito caro também, que a turma mimeografava e ele está aqui, é o símbolo da pureza.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem eu, com as palavras [Risos] Eu quero... Para concluir, saudando aqui a presença da Tizuka Yamazaki, que nos honra muito e da Liana(F), que sempre está com ela quando ela vem à Brasília... E dizer que a Tizuka é uma das vítimas de tudo isso, porque é uma produtora, ela é uma artista, uma diretora, e sem a remuneração dela vai parar. E talvez daí venha a solução. O problema vai ser menos de criminalizar no futuro, e não agora do que de mostrar que é ineficiente piratear, porque vai destruir a própria arte que a gente quer consumir, ao acabar com a remuneração dos produtores de arte. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 13h15.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2007.

CICLO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia cinco de junho de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Sérgio Zambiasi, João Ribeiro, Wellington Salgado, Gilvam Borges, Mão Santa, Valdir Raupp, Geraldo Mesquita Júnior, Edison Lobão, Heráclito Fortes, Maria do Carmo Alves, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Antônio Carlos Valadares, Adelmir Santana, Eduardo Azeredo e Wilson Matos reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Renato Casagrande, Paulo Duque, Raimundo Colombo, Marconi Perillo e Marisa Serrano. O Senhor Presidente

Senador Cristovam Buarque, registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Manoel Cruz, Diretor Regional da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior do Rio Grande do Sul - ANDES; Senhora Simone Perecmanis, 2ª Vice-Presidente da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília - UnB; Senhor Heitor Gurgulino de Souza, Secretário Geral da Associação Internacional de Presidentes de Universidades - IAUP e Ex Vice-Reitor da Universidade do Legislativo Brasileiro - UNILEGIS; Professor Éfrem de Aguiar Maranhão, Membro Titular da Academia Brasileira de Educação - ABE; Senhora Fátima Cunha Ferreira Pinho, Superintendente de Pesquisa e Projetos Especiais da Fundação Cesgranrio; Senhora Terezinha Sariava, Coordenadora da Área de Programas Sociais da Fundação Cesgranrio; Senhor Mauro Castro, Professor do Curso de Comunicação do Centro Universitário de Brasília - UNICEUB. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 013-CE de 2007, de autoria da Comissão de Educação, que visa realizar um Ciclo de Audiências Públicas, com o objetivo de debater as “**Idéias e Propostas para a Educação Brasileira**” e o **Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE**, de autoria do Governo Federal. Comparecem à Audiência Pública, o Senhor Carlos Alberto Serpa de Oliveira, Presidente da Academia Brasileira de Educação - ABE; Senhor Célio Cunha, Professor e Especialista em Educação; Senhor Mozart Neves Ramos, Diretor Executivo do Projeto “Compromisso todos pela Educação” e Membro do Conselho do Instituto Faça Parte e Senhor Paulo Rizzo, Presidente do Sindicato Nacional dos Docente das Instituições de Ensino Superior – ANDES. A Senhora Maria Auxiliadora Seabra Rezende, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED, convidada para a audiência, justifica a ausência por motivo de saúde. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Flávio Arns, Marco Maciel, Wilson Matos, Rosalba Ciarlini, Wellington Salgado e Augusto Botelho. O Senhor Presidente Senador Cristovam Buarque, faz o comunicado que se segue: **Comunicado:** “Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de dois convites do Exmo. Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad, sendo o primeiro para a solenidade de posse do Professor Ícaro de Sousa Moreira, no cargo de Reitor da Universidade Federal do Ceará - UFC, a realizar-se no dia de hoje,

às 10 horas, na Sala de Atos, 9º andar, Edifício-sede do Ministério da Educação, e o segundo para a solenidade de posse da Professora Maria do Pilar Almeida e Silva, no cargo de Secretária de Educação Básica e do Professor Francisco das Chagas Fernandes, no cargo de Secretário-Executivo Adjunto que ocorrerá às 15 horas, também do dia de hoje, no Auditório, térreo do Edifício-sede do Ministério”. O Senhor Presidente Senador Cristovam Buarque, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e cinquenta minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

NOTA TAQUIGRÁFICA

21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 05 DE JUNHO DE 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia a cada uma e a cada um. Havendo número regimental, eu declaro aberta a 21ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação de mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovada.

A presente reunião atende a um Requerimento aprovado de autoria da Comissão de Educação, a Comissão inteira elaborou esse Requerimento, para a realização de um ciclo de Audiências Públicas com o objetivo de debater idéias e propostas para a Educação Brasileira e o Plano de Desenvolvimento da Educação. Esse ciclo de debates demonstra que atrai os Senadores, porque hoje, numa semana de feriado bem no meio, as outras Comissões estão impedidas de funcionar por falta de quórum. A CAE acaba de cancelar a sua reunião por falta de Senadores presentes e nós temos aqui quatro, no momento em que, cinco comigo, dois que estão vindo, o que para nós é um grande fei-

to. E para dar início à 3ª. Audiência deste ciclo solicito que o Secretário Júlio Linhares traga, acompanhe até aqui os convidados.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Comunico aos Senadores o recebimento de dois convites do Exmo. Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad. O primeiro para a solenidade de posse do Prof. Ícaro de Souza Moreira no cargo de Reitor da Universidade Federal do Ceará que vai realizar-se no dia de hoje, às 10 horas na sala de Atos, nono andar, edifício-sede do Ministério da Educação. E o segundo para a solenidade de posse da Profa. Maria do Pilar Almeida e Silva, no cargo de Secretária de educação básica e do Prof. Francisco das Chagas Fernandes no cargo de Secretário Executivo Adjunto. Estes fatos ocorrerão às 15 horas de hoje, no auditório térreo do edifício-sede.

Quero comunicar que a Profa. Maria Auxiliadora Seabra Rezende, que é Presidente do CONSED, cargo que o Mozart já ocupou brilhantemente, não pôde estar presente. Nos fez uma carta dizendo que por motivo de saúde está impossibilitada de participar do debate e se colocando à disposição para marcarmos uma nova data, o que faremos, porque é fundamental que o CONSED esteja presente.

Eu registro a presença do Sr. Manoel Cruz, Diretor Regional do Rio Grande do Sul da ANDES, da Sra. Simone Arakimanes(F), Vice-Presidente da Associação dos Docentes da UNB; do Sr. Heitor Gorgulha de Souza, Secretário-Geral da Associação Internacional de Presidentes de universidades; ex-Vice-Reitor da universidade Legislativa Brasileira e como todos sabem, por isso não está escrito aqui, ex-Reitor da universidade das Nações Unidas, cargo que ocupou orgulhando o Brasil inteiro. O Professor Éfrem de Aguiar Maranhão, membro titular da Academia Brasileira de Educação, a Sra. Fátima Cunha Ferreira Pinho, Superintendente de Pesquisa e Projetos Especiais da Fundação CESGRANRIO, a Sra. Therezinha Saraiva, coordenadora da Área de Programas Sociais da Fundação CESGRANRIO e o Sr. Mauro Castro, Prof. do Curso de Comunicação da UNICEUB. Se houver outros que queiram, que nós confirmemos e citemos aqui, eu terei o maior prazer em ver o nome e fazer referência.

Eu quero dizer aos senhores convidados, em primeiro lugar, que há pouco falava, considerem prova do prestígio a presença desses Senadores. Hoje está quase impossível de ter Senadores. Temos ele e mais dois chegando. Algumas sessões foram suspensas por falta de quórum na Casa. Nós temos um feriado no meio e uma quantidade enorme de trabalho.

Segundo, que essas Audiências têm, sim, a necessidade de contar com Senadores que façam per-

guntas, mas o nosso objetivo é além dos Senadores presentes. Isso é transmitido pela televisão, às vezes ao vivo, às vezes em outro horário. E daqui nós vamos ter um Relatório em que vamos colocar as sugestões que vocês estão dando para a gente fazer aquilo que eu chamo de “revolução na Educação Brasileira”. Nós temos Senadores que vão ser Relatores por setores, por setor. Cada Senador vai agarrar um setor e vai fazer o seu Relatório. E a idéia é levar isso ao Presidente Renan e ao próprio Presidente da República, como a nossa contribuição.

Eu evito cortar a palavra no tempo aqui, porque eu gosto que haja, não tenha esse constrangimento. Entretanto, como nós não podemos passar de uma e meia, duas horas, porque fica difícil, eu gostaria que cada um procurasse restringir ao tempo que for necessário e que seja suficiente também para que a gente possa dar continuidade à fala dos outros.

Eu passo a palavra, em primeiro lugar, ao Carlos Alberto Serpa de Oliveira, com quem eu tenho velho conhecimento e por quem eu tenho grande respeito. Eu sugiro quinze minutos, mas fique à vontade, levando em conta que tem mais três outros Senadores para perguntar e muitas outras atividades. Passo a palavra, portanto, ao Professor Serpa, como é conhecido.

SR. CARLOS ALBERTO SERPA DE OLIVEIRA: Sr. Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal, Senador Cristovam Buarque, meus colegas de Mesa, Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores. A Academia Brasileira de Educação se sente extremamente honrada de chamada a participar desse importante debate sobre a Educação nacional, poder comparecer após reunir-se com seus membros para o que é que seja relatado, não seja fruto apenas do que pensa o seu Presidente, mas o consenso dos quarenta membros que compõem a Academia Brasileira de Educação.

Gostaria também, em primeiro lugar, de, ao mesmo tempo em que louvo essa iniciativa, parabenizar ao Presidente dessa Comissão, nobre Senador Cristovam Buarque, pela cruzada cívica que vem fazendo pelo Brasil em prol da educação. Eu acho que, realmente, é preciso que nos motivemos, nós, os 188 milhões de brasileiros, a acreditar que sem a educação não daremos nenhum passo significativo para o futuro desse país.

Gostaria, também, de apenas em segundos dizer o que é a Academia Brasileira de Educação. Somos educadores de várias e diversas formações, que viemos dos vários rincões do país, nos unindo, no entanto, a alguma coisa muito séria, muito concreta, que é essa verdadeira obsessão que temos pela causa da educação. A academia tem mais de 30 anos de ativi-

dades e baseia os seus projetos nas pesquisas que realiza, irmanadas com outros órgãos de pesquisa da Educação Brasileira.

Eu procurei alinhar alguns dados para que, embora todos certamente pertencentes a essa Comissão já conheçam, apenas para rememorar o Estado da arte da educação. E, apesar de ser oriundo da universidade, tendo sido reitor por duas vezes e ter feito a minha carreira educacional na universidade, eu tenho que reconhecer que a prioridade das prioridades, nesse país, há de ser a educação básica. Assim que vou aproveitar os catorze minutos que me restam para procurar, de certa forma, mostrar o que pensa a academia sobre essa importante prioridade e dar algumas sugestões que creiamos possam contribuir para não só, de certa forma, afiançar esse compromisso com a educação, mas fazê-la de qualidade. Fazê-la de maneira a que todos os seus alunos aprendam, que todos os seus alunos sejam capazes de se transformarem em verdadeiros cidadãos.

E eu fiz aqui algumas transparências, de modo que a gente chamou, como todo mundo já costumeiramente o faz, a escola que faz a diferença, como a escola que desejamos para as nossas crianças e adolescentes. E, portanto, essa ênfase em políticas escolares, que sejam viáveis para romper com o que nós chamamos o determinismo social. Eu acho que a escola que faz diferença é uma escola capaz de romper com a origem da classe social dessas crianças. E, sabemos todos nós, que a escola não pode fazer isso sozinha. Eu acho que alguns programas e alguns deles até têm sido feitos pelo Governo Federal, precisam ser realizados ao lado dessa instituição que, certamente, é a mola mestra da mudança que desejamos. Como os programas de transferência de renda, como as políticas de geração de renda e emprego, que estão intrínsecas no PAC. Os programas de saúde da família e da criança, o livro, o livro didático, o transporte e a merenda escolar, que são projetos que vão, de certa forma, alinhados em prol da escola, aproveitar aquilo que se faz dentro daquele importante organismo para provocar essa revolução social a que se referia o nosso Presidente há poucos instantes.

A escola, portanto, é uma escola que nós queremos que não fique imobilizada. O seu papel é fazer com que todos os alunos aprendam, tenham uma aprendizagem boa, adequada e que, por isso mesmo, superem as suas condições sociais.

Nós temos nos vangloriado aí, e até com certa razão, de termos, na educação fundamental, vencido a batalha dos números. A batalha quantitativa. Isso é verdade, mas nós não podemos achar que isso foi uma vitória terminal, muito ao contrário, nós não temos, como

sabemos, qualidade na nossa escola. Temos problemas graves. O primeiro deles é que não nos acostumamos muito a fazer uma relação entre o acesso à escola, que é isso que nós alcançamos, com aquilo que nós podemos chamar o fluxo escolar. Como é que é isto acontece? (Por favor) Como é que está a universalização desse acesso e a conclusão da Educação Brasileira? A meta é fazer com que todos os alunos que entram na escola nela permaneçam, é uma coisa importante citar isso, nela permaneçam. Temos perdido, vamos ver adiante esta batalha. E concluo com sucesso a sua escolaridade sem repetência. Uma educação de qualidade é aquela que apresenta uma relação adequada entre o acesso e a sua conclusão.

Nesse slide que estamos vendo aí, nós temos, na idade, no corte de quatro anos, como é que está sendo o atendimento por idade? Aos quatro anos estamos atendendo 57%; aos 5 anos, 76. Aqui um reparo, esses dados são do PNAD/2005, naquela época não estávamos ainda com o ensino fundamental chegando aos seis anos. Então, ali já não é pré-escola, aos seis anos já estamos no ensino fundamental. E temos ali, então, percentuais que vão aumentando, não é? E nós vamos vendo, (pode passar), que na educação básica, que vai abrangendo inclusive o que chamávamos de ensino médio, nós vamos tendo cada vez mais a queda daqueles que, na idade correta, vão conseguindo se formar.

E chegamos, (por favor), ao absurdo de naqueles que estão na faixa de 27 anos, de 20 anos, estão concluindo o ensino médio cerca de 70% de corte (F). Quer dizer, isso é um absurdo que mostra que o fluxo está emperrado, que a reprovação é um cancro da Educação Brasileira. A repetência sem cuidados, sem nenhuma estimulação pedagógica está ocasionando esse tipo de situação. E, como consequência, nós vamos ter esse quadro, que é terrível, e que nos assusta a todos. Criarmos um projeto importante, um projeto determinante, que é o projeto da educação de jovens e adultos, o EJA, não é? Mas, nós temos aí quatro milhões, oitocentos e cinqüenta mil alunos que foram ejetados para poder fazer a sua educação no EJA e não na idade correta, na série correta, no fluxo correto. Estamos com quatro milhões, oitocentos e cinqüenta mil alunos. Essa educação, EJA, tornou-se essencial por causa disso, para que eles retornem à escola, porém, no futuro se espera que ela seja dada para profissionalização, para aqueles que vão precisar de uma educação permanente, como todos nós precisamos, não é?

(Podemos passar) Então, todos os alunos têm que ter um bom acesso, têm que concluir sem repetência e têm que também que aprender. Falava o nosso Pre-

sidente que temos que fazer um pacto educacional. E nesse pacto, essa repetência tem que ser banida do cenário educacional brasileiro. E a saída, a conclusão tem que ter bons níveis de desempenho.

O Brasil tem um sistema de avaliação da educação básica neste país, que é o SAEB, e que já tem, é feito desde 95. E que nos mostra claramente, por primeira vez, aquilo que os países desenvolvidos já se tem, como é que está progredindo a Educação Brasileira e, especialmente, a educação básica. E o que nós queremos? Não apenas que eles aprendam o conteúdo, mas que eles aprendam, ou eles adquiram competências e habilidades compatíveis aos alunos das nações mais desenvolvidas. Todos conhecem que nós criamos, nesse sistema, uma escala de proficiência, que nada mais é do que uma mostra, como se fosse um termômetro que vamos dos graus menores aos graus da febre, uma escala que é uma escala empírica, que é feita certamente pela experiência. E essa experiência vai medindo aqui e ali como é que os alunos vão conhecendo e adquirindo as habilidades e conhecimentos.

Agora, o quadro, meu Presidente, é terrível. Quando eu chamo ali de básico quer dizer mínimo, quer dizer, nós temos menos de... temos 52% que sabem menos do que o mínimo na quarta série do ensino fundamental. E o satisfatório, quer dizer, é o mínimo do bom, entende? Aquele mínimo é 6% nessa quarta série. Se vamos para a oitava série, o que sabem abaixo do mínimo são 74%, no fim do ensino fundamental. E o satisfatório vai para 3%. Isso só falamos em Matemática. Na terceira série, concluindo o ensino médio, apenas 1% é satisfatório. São esses que pretendem ingressar na universidade, ou vão para o mercado de trabalho numa forma técnica de profissionalização. Na língua portuguesa... Pois não.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): [pronunciamento fora do microfone] ...2% mais 6 e os outros 42--

SR. CARLOS ALBERTO SERPA DE OLIVEIRA: Não entendi, desculpe.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só para entender, 52 mais 6, 58...

SR. CARLOS ALBERTO SERPA DE OLIVEIRA: Ah, estão na média. Eu peguei os picos, o pior e o melhor.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Esse aí é o pico real. Quer dizer, é o máximo, na quarta série, 52% sabe o básico.

SR. CARLOS ALBERTO SERPA DE OLIVEIRA: Sabe abaixo do básico.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Ah, menor do que o básico. Nossa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A palavra básico não é boa.

SR. CARLOS ALBERTO SERPA DE OLIVEIRA: Por isso eu estou corrigindo para mínimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Na verdade devia se dizer quase nada.

[risos]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Menos que o básico, mais do que satisfatório.

SR. CARLOS ALBERTO SERPA DE OLIVEIRA: O sinal “maior que”, de satisfatório, e o sinal “menor que”, de básico. Como está na coluna da Matemática...

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Prof. Carlos, no caso da língua portuguesa, nós podíamos considerar abaixo do básico o não alfabetizado?

SR. CARLOS ALBERTO SERPA DE OLIVEIRA: Não. O alfabetizado aqui não está porque estamos falando até a quarta série do ensino fundamental. Não estou falando na pré-escola. Estou falando em todo o ensino fundamental.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sim, mas é que tem muitos alunos no ensino fundamental que são analfabetos, semi-analfabetos.

SR. CARLOS ALBERTO SERPA DE OLIVEIRA: Estamos falando deles também.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Infelizmente.

SR. CARLOS ALBERTO SERPA DE OLIVEIRA: Não são todos analfabetos porque estamos examinando o fluxo escolar das crianças ao longo da idade do fluxo escolar. Quer dizer, mas é um quadro drástico.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Drástico.

SR. CARLOS ALBERTO SERPA DE OLIVEIRA: Um quadro apavorante, diria eu mesmo. Eu gostaria agora, quer dizer, temos muito que melhorar essa aprendizagem, né? E essa escola que faz diferença, eu tenho a impressão que o ponto central de tudo isso são os professores. Eu acho que os professores têm que ser competentes, não dá mais para tergiversar, os professores têm que ser competentes. É difícil formar professores competentes? Difícilimo. Em 1971, quando iniciamos as atividades da Fundação CESGRANRIO, fizemos um levantamento para ver de onde provinham as pessoas que não iam para o Magistério. E numa escala, do mais procurado da carreira a menos procurada, em prestígio, estava em cima Medicina e na última as Licenciaturas e a Pedagogia. Esse quadro não mudou, só se agravou. Em trinta e poucos anos, nós temos muito pouca gente procurando o Magistério. E

se formam para as licenciaturas de Matemática, Física etc, aí a catástrofe é absoluta. Porque há, em Física, por exemplo, inexistência de candidaturas. E como é que esse quadro pode acontecer? Como é que nós podemos acreditar que, com esse professorado nós vamos mudar a face da educação? Não vamos mudar. [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, continue, é automático.

SR. CARLOS ALBERTO SERPA DE OLIVEIRA: E além de ser competente esses professores têm que ser motivados. Que é outra coisa que, infelizmente, tirando as exceções que todos conhecemos aqui e ali, os professores brasileiros não estão com motivação muito forte. Os bons professores têm que ser recrutados, tem que ser por concurso, não tem outro jeito. Tem que ser por concurso. Tem que ter um plano de carreira e esse plano de carreira tem que trazer incentivos, não apenas incentivos financeiros, salário, mas tem que também ter incentivos sérios para melhorar a auto-estima do Professor, para motivá-lo. Para isso precisamos uma boa formação profissional inicial. A formação do Professor é ruim no Brasil. Quando estive no Conselho Nacional da Educação, por seis anos, votamos lá as diretrizes curriculares dos cursos de Pedagogia, Licenciaturas etc, e eu confesso aos senhores que saí de lá entendendo menos do que entrei, e eu era um Conselheiro Nacional de Educação trabalhando sobre o assunto. Imagina as Faculdades que tinham que modificar seus currículos para atender às novas legislações. Até hoje não temos um bom plano de educação de formação inicial. E temos que fazer a capacitação, que é algo que estamos fazendo bem. Ah, recolhi aqui recortes de jornal dos últimos quinze dias mostrando, depois foram divulgados alguns resultados de avaliação, como em algumas cidades pobres, por alguns projetos inteligentes de adequação, de dar as mãos a entidades naquela região, foi possível recapacitar professores. E o desempenho nesse último, nessa última avaliação divulgada, deu pulos, deu pulos significativos. A capacitação é hoje uma ferramenta que a gente tem, porque não podemos desprezar os professores que estão na rede. Esses precisam ser capacitados, não é?

E, por isso mesmo, eu sou favorável à academia, sou favorável a um projeto de certificação. Saber se eu posso ensinar, não é apenas se eu me formei, é saber se eu posso ensinar. E se eu posso ensinar, eu preciso, de tempos em tempos ser responsabilizado. O que é que quer dizer isso? Eu preciso ser avaliado, não diretamente, os professores não gostam muito de ser avaliados pessoalmente, ou diretamente, mas através do desempenho dos seus alunos. Que essa

é a grande missão que lhe cabe, é fazer os alunos aprenderem, não é?

E, (eu queria que passasse), a escola também tem que ter, agora mesmo discutimos aqui com o Mozart, ali enquanto esperávamos, a questão da gestão da Educação Brasileira. Nós não temos uma formação do Professor, do diretor de escola que não pode mais continuar sendo nomeado politicamente, ele tem que ser escolhido de uma maneira em que ele tenha que ter capacidade. Ele pode ser até eleito, mas ele tem que ter capacidade, cursos de formação para gestão, está certo? Tem que ser concursado. Quer dizer, e aí sim se pode eleger democraticamente um diretor, desde que ele tenha as condições *sine qua non* para poder exercer a função que lhe cabe como gestor. Ele tem que ser capacitado, concursado e eleito democraticamente. As últimas pesquisas das avaliações mostram que as escolas em que isso ocorre, os desempenhos são altos.

A outra coisa é que ele tem que ser líder, ele tem que envolver a comunidade não só escolar, alunos e professores, mas também os pais e também a comunidade onde essa escola está colocada. E eu acho que aí sim, se isso acontece, temos que advogar pela autonomia da escola. Outra vez, autonomia com responsabilização. Não é possível que as Secretarias de Educação sejam responsáveis por tudo de gestão que acontece no ensino fundamental e médio na educação básica. A escola tem que ter, os pais participando. Os pais, a escola tem que ser educadora, não é só bonito o pai ver que o filho está fazendo algo que ele não pôde fazer, mas ele tem que entender o que está acontecendo na escola com o filho dele. A avaliação tem, portanto, essa avaliação que nós todos passamos a respeitar e a citar, tem que ser informada de maneira inteligente, fácil para que os pais lutem pela qualidade de ensino dos filhos na escola. E para que essa gente, esses pais também se sintam entusiasmado para procurar eles também, uma forma de se capacitar melhor e ajudar a escola a realizar seu papel é a escola, portanto, aberta à comunidade. Os alunos, os alunos têm que ser envolvidos nesse processo de aprendizagem. Temos que ter uma metodologia participativa em “n” exemplos citados nas revistas e nos jornais, com sucesso, de metodologias inteligentes, participativas, mesmo com esses professores tão desmotivados como parece. Temos que ter cobrança dos alunos. Os alunos estão no *laissez-faire*, quer dizer, tanto faz como não fez, aprendeu, aprendeu, se não aprendeu não tem importância. E tem que ter estímulo sim, tem que ter elogio. E sabe qual é o elogio que tem dado certo das escolas pobres? Quando um aluno faz um trabalho bem feito, quando ele se desempenha bem, ele ganha

um livro de presente. O próprio Professor, quando não tem dinheiro na escola dá o livro dele para o aluno. E o aluno passa a entender que o livro é um prêmio, é uma conquista da sua cidadania, quer dizer, e isso faz com que ele se estimule e ele se incentive para o estudo. E, finalmente, é claro, não podíamos deixar de falar dos recursos financeiros, quer dizer, os recursos financeiros têm que ser suficientes. Nenhuma novidade, mas tem que ser suficientes para também dar um bom ambiente na escola, não considero essencial, mas considero indispensável, a diferença é sutil. E o conforto tem que existir, um conforto ambiental. A escola sem banheiro, a escolas sem nenhum conforto mínimo de cidadania. E a avaliação tem que ser sistemática. A avaliação, pelo poder público, a avaliação pela comunidade escolar e a avaliação pela própria sociedade. E dar acesso transparente ao resultado dessas avaliações.

Eu acho que essa é a escola que fará a diferença. Eu acho que nós estamos no caminho, ou pelo menos no início do caminho certo. Eu sou daqueles representando a opinião da academia, que julga que o plano de desenvolvimento de educação em fase de implantação responde aos anseios da Educação Brasileira, principalmente pela criação desse índice de desenvolvimento da educação, IDEB, que se baseia em coisas concretas, pé no chão. Não é “achismo”, não é projeção, é alguma coisa concreta, para partir para algumas coisas ou umas metas viáveis. E vincula recursos a desempenho, que é a grande novidade. E faz com que as escolas que menos tenham desempenho precisem de, tenham garantida a assistência técnica, o piso salarial, embora baixo, é o início, no nosso Nordeste, falo nosso, porque a minha família é do Ceará também, nós temos os 40% dos professores que estão abaixo do piso de 850 reais, que vai ser o piso de 2008 e é um piso ainda pequeno e temos que batalhar para que esse piso suba. Apenas para dar um exemplo estapafúrdio, na Suíça, o exemplo é ruim, mas para mostrar o país tipo Suíça, pequenininho, centro do capitalismo, quatro mil dólares é o salário inicial de um Professor que--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): No DF já é 3508.

SR. CARLOS ALBERTO SERPA DE OLIVEIRA: Pois é, temos algumas ilhas de tranquilidade, estou falando nas ilhas de absurdos.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Professor Carlos Alberto, com licença, só um detalhe para entender melhor. O senhor falou no piso salarial da Suíça, o que eu acho que é muito justo, o Professor merece isso e até mais. Mas lá eu acredito que eles têm dedicação exclusiva à escola.

SR. CARLOS ALBERTO SERPA DE OLIVEIRA: Sim.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A nossa realidade nós precisamos também analisar isso, o Professor, ele tem vários, vários, Professor do Município é do Estado e muitas vezes de outras escolas. Isso tem que ser uma coisa que tem que ser revista.

SR. CARLOS ALBERTO SERPA DE OLIVEIRA: Nós estamos falando no piso salarial, estamos falando de 40 horas por semana, que é quase integral, o absurdo é grande.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): 40 horas pelo Município, pelo Estado, federal, como fosse, mas um piso justo que desse realmente condições de viver bem numa só escola para ele poder ser um bom Professor.

SR. CARLOS ALBERTO SERPA DE OLIVEIRA: Porque veja aqui, eu acho que essa Comissão pode liderar esse processo, é uma gradação de aumentos salariais, que exijam reforço financeiros suficiente para atender a isso. Como diz aqui o Distrito Federal já tem um piso salarial decente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A média é 3.508.

SR. CARLOS ALBERTO SERPA DE OLIVEIRA: A média é 3500 reais, mas o país não tem essa realidade. Então, nós temos que lutar para isso.

Eu também queria dizer que essa provinha Brasil, que vai ser implementada a partir do ano que vem, ela vai, finalmente, verificar essa questão do analfabetismo das crianças. Porque, crianças que chegam na quarta série, naquele índice, que não sabem, só sabem somar, dividir e multiplicar. Dividir não sabem, não operam frações, são incapazes de encontrar o sujeito de um texto, lêem mas não entendem aquilo que acabaram de ler. Esse quadro só pode gerar uma sucessão de fluxo errado da Educação Brasileira. Eu não sei se já passei demais o meu tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Passou, mas conclua.

SR. CARLOS ALBERTO SERPA DE OLIVEIRA: Eu tinha outras coisas para dizer, sobre o PDE, mas o principal acho que já está aqui, mas o que eu queria dizer é o seguinte: Sobre a educação superior, o PDE contempla a educação superior. A educação superior está com uma evasão altíssima, cerca de 13%, evasão. Oferecemos, esse ano, dois milhões e quatrocentas mil vagas no ensino superior, das quais um milhão sobraram, um milhão de vagas no ensino superior. É claro, vão dizer na iniciativa privada? É, mas nós estamos com 80% da matrícula do ensino superior na privada.

Então, eu acho que a educação superior tem que aumentar, tem que, certamente, aumentar a sua participação no acesso dos alunos à escola pública. Mas, certamente, é uma prioridade que o plano contempla. Eu acho que o plano contempla a educação profissionalizante, eu acho que o plano responde alguns gritos emergenciais da sociedade. E não poderia deixar de ser assim. Mas a prioridade é a educação básica. Se nós pudéssemos ter projetado todos os fluxos que aqui tínhamos, iríamos mostrar, mas vou deixar aqui esse trabalho, para que depois possam consultar, podemos verificar que a cada ano do fluxo escolar, nós vamos chegando a uma realidade tão distante do que desejamos, a ponto de que aqueles que vão para a universidade, por exemplo, é só fazer a equação, para dar aulas de física, Química e Matemática precisa fazer licenciatura de física, Química e Matemática, o que é que acontece? Os alunos que [soa a campainha] Vão para lá não sabem nada, não sabem, eles passam no vestibular, mas não sabem nada. Eu acho que a educação superior merece também, principalmente na formação das licenciaturas da faculdade de Educação, uma atenção especial para que isso possa resolver de uma maneira produtiva. Muito obrigado, Senador. Eu deixarei, aqui, certamente o resto do trabalho que não pude ler e estou à disposição das perguntas dos Srs. Senadores na ocasião que se fizer necessário.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Professor Serpa. Eu gostaria de ter a cópia dessas transparências.

SR. CARLOS ALBERTO SERPA DE OLIVEIRA: Já estão aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Até para divulgarmos depois e colocarmos nesse nosso boletim, que a gente entrega a cada semana aqui. Eu passo a palavra ao Professor Célio Cunha, diante da ausência da professora Maria Auxiliadora. Lembrando que estamos transmitindo ao vivo o debate. Por isso, se forem mais concisos, melhor, porque todos poderão levar a sua mensagem ao Brasil inteiro.

SR. CÉLIO CUNHA: Bom, eu quero inicialmente agradecer o convite do Presidente dessa Comissão, Senador Cristovam, acho que foi um convite honroso. Meus colegas de Mesa, os Senadores, ilustres Senadores aqui presentes, alguns dos lutadores históricos da Educação Brasileira aqui também presente, o público. E eu organizei essa apresentação aqui, Senador, com base assim em algumas, eu diria assim, provocações feitas até no ofício de convite. Acho que valeria à pena, nessa oportunidade, acho que até repetir. O Senador Cristovam, Presidente da Comissão, ele faz a primeira pergunta, que é uma síntese das demais: “O que deve

fazer um Ministério da Educação para que a qualidade e a igualdade na educação de base brasileira dessem saltos definitivos?” Essa acho que foi a pergunta chave. Propõe outras questões também em relação a escola de tempo integral, em relação ao pacto, em relação também à própria existência de um Ministério da Educação básica, mas eu acho que essa primeira questão que... Proposto pela Comissão de Educação do Senado, que eu acho que é a questão chave. Então, eu vou me ater muito a essa questão.

Eu começaria dizendo o seguinte, a primeira providência no caso de um Ministério da Educação, isso que eu vou falar pode ser uma questão já bastante repetida, mas não é. Por isso que eu vou insistir nela. É ter um bom diagnóstico, o que é que significa isso? Que, historicamente, nós estamos cansados de diagnósticos imprecisos na Educação Brasileira. E sem um diagnóstico preciso, fica difícil estabelecer um programa, fica difícil estabelecer uma meta. Esses diagnósticos, eles terão que ocorrer tanto na questão da gestão do financiamento, quanto nas questões de ordem mais pedagógica, ou seja, dos sistemas de ensino das escolas brasileiras. Eu acho que a primeira providência é ter um diagnóstico preciso. E nem sempre se tem esse diagnóstico preciso, até porque, também, nem sempre também é fácil conseguir esse diagnóstico. E até algumas questões elementares, ou seja, por que é que as crianças não estão aprendendo? Ou até outras questões do seguinte tipo: Por que também que em determinados municípios que têm capacidade de investir em Educação, não estão investindo? Enfim, nós precisamos de um quadro mais rigoroso de diagnóstico da Educação Brasileira.

A segunda providência pode parecer assim um tanto, um tanto até arrogante, mas não é, eu vou tentar explicar. A segunda providência, numa política de educação, é convocar as boas competências que o país tem. As boas competências nos municípios, nos Estados, no país. Sem essas competências nós não temos condições de enfrentar a magnitude do desafio que o Serpa acabou de expor. Isso aconteceu na economia. A economia brasileira hoje tem tido algum sucesso. Observem que a economia brasileira, ela vem há muitos anos colocando assim em pontos-chaves algumas das melhores cabeças, da escola econômica, da economia do país. Isso é muito importante. Alguns dos desafios que nós temos na Educação Brasileira, eles precisam ser profissionalizados. Então, se nós não convocarmos as melhores competências, de fato vai ficar difícil.

Em torno dessa, dessa que já é também uma proposta e significa profissionalizar a gestão da Educação Brasileira. A gestão do Ministério da Educação,

da Secretaria estaduais e municipais de educação. Até mesmo pensando no caso do Ministério da Educação, quem sabe até mesmo uma carreira de Estado, como existe em outros setores considerados prioritários para o país. Mas essa profissionalização da gestão e a convocação dos melhores talentos das nossas melhores competências, essa é uma questão fundamental para enfrentar esse desafio. Bom, com base nesses diagnósticos e realmente convocando essas pessoas que podem dar uma contribuição, realmente decisiva na Educação Brasileira, acho que o passo seguinte é estabelecer metas, não só estabelecer metas e nem qualquer meta, estabelecer metas e qualificar essas metas. O que é que é uma meta qualificada? A mesma forma que eu vou, se o Governo decide construir uma hidrelétrica, ele não pode colocar material de segunda categoria, na educação também. Talvez mais na educação ainda. Então, nós temos que estabelecer meta e criar as condições para que essas metas sejam cumpridas. Senão, não adianta eu estabelecer uma meta se eu não tiver essas condições mínimas. Então, eu tenho que estar de posse dessas condições mínimas. Isso é extremamente importante. Metas globais para o país e metas procurando inclusive responder aquela questão: Quais são os padrões que precisa a Educação Brasileira hoje, para de fato a educação desempenhar aquele seu grande papel no desenvolvimento do país, no desenvolvimento social, econômico, no desenvolvimento da democracia, no desenvolvimento da cidadania do país? Então, acho que essa, responder essa questão e responder e estabelecer metas tentando se simultaneamente responder essas questões. Metas, metas globais, meta nos Estados, meta nos municípios, meta nas escolas. Alguns países como a Finlândia chegaram até a estabelecer metas nas disciplinas. Claro que isso aí ocorre, realmente, a cargo de cada escola. Bom, delimitada essas metas, aquelas metas que são necessárias ao país, o passo seguinte, e o Serpa fez referência a isso aqui, uma das questões mais importantes na Educação Brasileira hoje e que historicamente ela vem se arrastando é a questão docente. A questão do Professor brasileiro está longe de ser equacionada. Por que eu estou enfatizando isso?

Um relatório recente dos países da OCDE coloca no Professor a grande força de uma educação de qualidade, uma educação de qualidade para enfrentar também todo esse desafio da competitividade que todos os países hoje estão enfrentando. E os países da OCDE, os países da Comunidade Européia estão apostando e apostando forte no Professor. Então, essa é uma questão realmente vital. Mas não basta apenas realmente apostar no Professor, há necessário, e eu acredito, e aí eu, me permita fazer uma rápida menção,

na época do Senador Cristovam, o Senador Cristovam pensou num plano, num plano docente que começou a ser elaborado. Mas, um plano docente que possa, que possa levar em conta algumas questões fundamentais, ou seja: Como tornar a carreira do magistério mais atrativa? Como avaliar e valorizar o mérito? Como redefinir essa formação inicial e a formação permanente? Como adotar critérios mais rigorosos de seleção? Como instalar, por exemplo, ou até adotar alguma coisa parecida, e isso é muito importante, alguma coisa parecida com residência pedagógica? Por exemplo, nos países mais avançados não admite um Professor recém-formado entrar direto em sala de aula, é preciso, realmente, ele entrar em sala de aula com alguma instrumentação. A Medicina resolve muito bem isso aí com a residência médica. Mas, então, esse é um erro pedagógico muito grande, um aluno recém-formado, quer dizer, enfrentar uma sala de quarenta alunos. Então, nós estamos chamando isso provisoriamente aqui de residência pedagógica. E fundamental: Por que não começar a credenciar programas de formação de professores? Porque, se nós não fecharmos também a torneira da formação, não adianta, porque nós vamos continuar a produzir professores de segunda categoria para o país. Isso vem acontecendo há muitos anos e se constitui hoje num enorme problema. Ou seja, são mais de dois milhões de professores, uma boa parte desse enorme contingente, uma boa parte malformada. Então, nós precisamos realmente ter um plano docente dentro de um plano global de educação, uma política forte para recuperar, recuperar alguns princípios básicos de formação e de entrada do Professor em sala de aula. Isso, isso é fundamental. Há alguns países, por exemplo, que chegam a gastar cinco, seis anos para preparar um Professor. E o que aconteceu no Brasil foi que uma desprofissionalização técnica dos professores conduziu também a um certo desarmamento intelectual. E a qualidade depende dessa condição técnica e recuperar o respeito da sociedade onde aquele que educa o país, ou seja, que é o Professor.

Um terceiro ponto, eu gostaria de chamar a atenção, que é o regime de cooperação entre a união, os Estados e os municípios. O art. 23 da Constituição Federal, ele permanece ainda esperando um projeto de regulamentação. Se nós não regulamentarmos esse art. 23 ou alguma coisa que substitua essa regulamentação, onde se estabelecem as responsabilidades do Estado, da união, dos municípios, de fato, acontece mais ou menos isso que ainda aconteceu recentemente, na discussão do FUNDEB todos nós assistimos aqui, vinha um grupo de Governadores fazia algumas reivindicações, vinha um grupo de Prefeito, outras reivindicações. E essas reivindicações conflitantes. Sur-

giu até uma disputa entre o ensino fundamental e o ensino médio. Acho que a regulamentação desse art. 23 estabelecendo, com clareza, as responsabilidades de cada instância, eu acho que pode dar uma grande contribuição à Educação Brasileira.

Um quarto ponto que vem sendo deixado de lado, mas esse ponto abarca todo o país, é um ponto não discutido, não discutido no Brasil, nós poderemos chamar de mecanismo de governabilidade. Os mecanismos da governabilidade do país estão obsoletos. Vamos dar um exemplo para ficar mais claro isso. Muitas vezes o repasse de uma verba do FNDE chega com muito atraso. Estou dando um exemplo da educação, existe em todas as áreas, ou seja, há uma burocracia emperrando a gestão que nós precisávamos pensar um pouco mais, como tornar esses mecanismos de governabilidade mais ágeis. Muitas vezes, nós colocamos num posto, numa Secretaria de Educação, ou mesmo no Ministério da Educação pessoas, pessoas brilhantes e os mecanismos não permitem uma ação, uma ação dinâmica.

Então, esses mecanismos de governabilidade, uma discussão que foi instaurada aqui no âmbito da América Latina pela OEA há alguns anos, eu acho que é alguma coisa, pelo menos a médio e longo prazo, deveria ser discutido aqui na Educação Brasileira. Porque, eles estão emperrando que uma gestão, aquilo que o Senador Cristovam propôs, esse salto, esse salto exige pressa, exige agilidade. E esses mecanismos são incompatíveis com a agilidade que nós precisamos hoje. Um quinto ponto, que já foi tocado rapidamente, redefinir o papel da escola. A escola hoje ela tem que, se nós pudéssemos fazer uma comparação com o hospital, da mesma forma que a tarefa de um hospital é recuperar a saúde do paciente, tarefa de uma escola é fazer com que o aluno aprenda. E se ele não aprende, verificar porque é que não aprende e não reprovar, em outras palavras, substituir a ótica administrativa por uma ótica pedagógica. Isso é fundamental. Ou seja, não é possível realmente uma criança, como ainda constatou o próprio Ministério da Educação, uma pesquisa de dois anos atrás, quase quatro milhões de crianças aí chegando à quarta série, ou seja, sem o domínio daqueles códigos elementares de leitura, de escrita, de cálculo. Então, a tarefa da escola de fato é fazer com que o aluno aprenda. É claro que para chegar-- [soa a campainha] A esse objetivo e cumprir esse objetivo ela precisa ter as condições.

Aí a gente volta à questão do Professor. O Professor, então, ele precisa estar na centralidade de uma política de educação. Um outro ponto, que eu gostaria de chamar a atenção, como várias pesquisas levam em conta hoje a questão da família e hoje o programa, o

Brasil tem um grande programa de Bolsa-família. Então, esse diálogo entre a política de educação e a política de desenvolvimento social é um diálogo cada vez mais necessário. Aquilo que existia na Bolsa-escola, eu acho que isso aí precisa ser, precisa ser rediscutido. Ou seja, o eixo da educação depende, ou seja, de uma, de uma política que possa simultaneamente atuar em algumas variáveis. Muitas vezes atuar na variável família e também na variável escola. Então, a integração de uma política de desenvolvimento de assistência social com a política de educação, ela se torna necessária hoje e, como já existe essa política então, criar esses mecanismos de integração.

Um outro ponto que eu gostaria de chamar a atenção, nada progride sem monitoramento, sem avaliação. E ainda um dia desses, eu dizia também para o Senador Cristovam, a inspeção escolar. Nós estamos organizando um seminário na UNESCO para o final de junho, estamos convidando um especialista da Irlanda. E esse especialista é o inspetor de educação da Irlanda. Então, por que outros países têm a inspeção e nós não temos? Isso é fundamental. Por que é que isso é fundamental a inspeção? Porque não adianta nada estabelecer metas, depois daqui a dois, três anos ver se essas metas foram ou não cumpridas. Nós temos que verificar se o processo está correto. Nós temos que ter evidências de processo. E se o processo estiver errado para dar tempo que ele possa ser mudado. Então, daí é fundamental nós termos subsídios e termos indícios se as coisas estão ou não andando bem lá na ponta, lá na sala de aula. Então, é fundamental retornar à Educação Brasileira, ou redefinir a questão no monitoramento da avaliação da inspeção. Nada progride se, de fato, não houver esse acompanhamento, não um acompanhamento de dois ou de dois anos, um acompanhamento, deve ser um acompanhamento do cotidiano, um acompanhamento diário. Daí a importância de uma política integrada entre a união, Estados e municípios.

Uma última, ou penúltima questão, do financiamento FUNDEB, que esta Casa aprovou, aloca mais alguns recursos para a educação, mas eu sempre lembro o seguinte, é importante lembrar isso, por que não rediscutir os vetos feitos ao Plano Nacional de Educação, quando esta mesma Casa elevou os investimentos para 7% do PIB? Que, certamente, isso aí teria dado à Educação Brasileira, acho que um novo horizonte. E veja que na época que esta Casa aprovou 7% de investimentos do PIB em educação, o plano nacional, apresentado pela comunidade, exigia e reivindicava 10%. O que eu diria a esse respeito é importante, o FUNDEB foi um avanço como o PDE representa um outro avanço, mas uma educação de qualidade e esse

salto reivindicado aqui pela Comissão de Educação, ele precisa de mais recursos. Recursos, talvez, que possam ser alocados num plano de longo prazo. Um plano que se converta numa política de Estado, um PDE que se converta cada vez mais numa política de Estado com investimentos, com investimentos sucessivos como fizeram outros países como a Irlanda.

Para se ter uma idéia disso que eu estou dizendo, veja bem o seguinte, só para finalizar, a média de investimento hoje dos países da OCDE é de 5,5%. As informações que eu tenho, que também está aqui presente o João Monlevad que é especialista em financiamento, ele pode dizer alguma coisa depois, a informação que eu tenho é que o FUNDEB pode acrescentar mais alguns pontos, chegando próximo de 4,8 ou 5% do PIB. Eu não tenho a resposta definitiva ainda. Só que já é um investimento, não é um investimento ruim, é preciso ser dito isso. Só que o Brasil tem um enorme déficit, uma omissão do passado. O Brasil acordou, está acordando para a urgência da educação primária fundamental, mais de 100 anos depois de outros países. Para não falar de países da Europa, países aqui da América do Sul como Argentina, Uruguai, Chile, Costa Rica, começaram a estruturar sistemas de educação básica em meados do século XIX. Várias reformas foram feitas. A lei da reforma educacional do Uruguai é de 1877 [soa a campanha]. A Argentina fez uma reforma em 1878. Então, a questão do investimento em educação é fundamental. E essa é outra área, Senador, que nós precisamos, aqui também, quando eu falei de diagnóstico, nós não temos um diagnóstico sobre o financiamento da Educação Brasileira.

Só para ter idéia, e agora eu finalizo, há três anos, na UNESCO, nós procuramos o Deputado Delfim Netto e fizemos uma proposta a ele, se ele concordaria em concordar, em coordenar uma equipe para fazer um amplo levantamento da situação do financiamento da Educação Brasileira. E ele fez um projeto, e nós temos esse projeto até hoje, só que na época nós não tínhamos condições financeiras na UNESCO, para levar avante esse projeto. Mas é um projeto que pegava, pegava assim um rigoroso levantamento do financiamento da Educação Brasileira, desde o Município até a União. Realmente, são dados necessários para nós redefinirmos uma política de financiamento. Eram essas as contribuições que eu gostaria de dar, Senador. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço, Professor Célio, que aqui representa, não oficialmente, a UNESCO, mas como o seu antigo participante e passo a palavra ao Mozart Neves Ramos, que é Diretor Executivo do projeto

Compromisso de Todos pela Educação e membro do conselho do “instituto faça parte”.

SR. MOZART NEVES RAMOS: Senador Cristovam Buarque, queria agradecer o convite em nome da Millôr Vilella, Presidente da “faça parte”. Dizer na nossa enorme satisfação, queria cumprimentar também os colegas de Mesa, Sra. Senadoras, Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores.

Os que me antecederam colocaram talvez o que poderia ser o ideário para a escola ideal com ênfase, sobretudo na educação básica. O que mostra, na verdade, a prioridade que o país tem e deve dar principalmente no que toca à sua educação básica. Eu vou tentar, Senador Cristovam fazer na verdade um balanço. Até como ex-reitor não gostaria de deixar aqui o Paulo, nosso Presidente da Andes, sem também um pouco de percepção da minha parte do que eu acho em relação às universidades públicas, em particular. Mas, vamos ver a fotografia desse ideário como o Brasil está hoje em relação ao ideário que foi aqui colocado. Bom, em primeiro lugar, no que se refere ao financiamento, já corrigindo com os dados do IBGE, no que se refere à educação básica, o Brasil hoje está investindo cerca de 3.2 a 3.3 percentual do seu PIB e não, como nós imaginávamos, na educação básica, 3.8. O que nós, segundo os cálculos que nós fizemos, precisaríamos pelo menos chegar a 5%, pelo menos. Mesmo o FUNDEB, é importante que se diga aqui nessa Casa, e eu acho que não tenho nada com relação às creches, quando Presidente do CONSED nós entendíamos que era importante a questão do jovem, da universalização do ensino médio, a pré-escola, mas com os recursos que estão aí no FUNDEB, essa questão do financiamento, que está aí posta, o cobertor é extremamente curto, não vamos nos enganar. Simplesmente vamos passar de 3.3 para 3.6 a 7% do PIB. Quando chegar no ápice do FUNDEB. Então, o FUNDEB não vai resolver o problema do financiamento da educação básica.

Segundo, o plano de desenvolvimento da educação tem paradigmas importantes que foram quebrados em relação a nossa educação básica. Do ponto de vista do financiamento, se de fato forem colocados cinco bilhões novos, a mais, isso significará, mais ou menos, chegar a 4% do PIB, 3.9% do PIB. Isso também, no ápice do PDE. Então, no ápice do PDE do FUNDEB a gente chega próximo a 4%.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Se for executado.

SR. MOZART NEVES RAMOS: Se for executado e se a Fazenda liberar os recursos no tempo correto. Porque o grande problema, e eu vivi isso como Secretário de Educação, é que os recursos são liberados no final do ano e não regularmente ao longo do ano.

Esse é o grande problema para fechar os 25% da conta referente à educação. Então, isso atrapalha o quê? O planejamento educacional de um Estado e de um Município. É só perguntar aos Secretários Estadual e Secretários Municipais essa grande dificuldade de planejar, gerenciar e executar regularmente com a liberação de recursos. É a quebra de braço entre a educação e a Fazenda. Sempre, né, em todas as esferas.

Então, quando a gente analisa quanto o Brasil gasta na sua educação básica, quando nós vamos contratar o arquiteto para fazer uma casa, ele pergunta: Qual é o tamanho da casa que você quer e quanto você dispõe de seu orçamento? Ele faz a casa de acordo com o que você dispõe. Na educação é diferente, nós fazemos a escola sem saber se aquela é a escola adequada de fato para receber os alunos e a qualidade desejada. E aí nós vamos olhar, por exemplo, quanto o Brasil hoje investe na educação básica ano/aluno, 944 dólares. O Chile, Argentina e México, a média é em torno de dois mil dólares. Os países da OCDE, que o Célio se referiu, sete mil dólares/ano. Mas, um detalhe, a Irlanda que foi aqui também comentada pelo Serpa, a Espanha, o Chile, o Chile não tanto ainda, mas a Coreia, quando eles fizeram a mudança para a qualidade eles não investiram 4,3% do PIB, eles elevaram para poder fazer a conta chegar ao que deveria ser do ponto de vista da qualidade, a 7 a 8%. Nós queremos investir 4.4 com um débito enorme, uma dívida enorme histórica na educação.

Então, mesmo o PDE, mesmo o FUNDEB, não vamos nos enganar, que mesmo no ápice não vai resolver o problema do financiamento. Mas também, mesmo que fosse resolver o problema do financiamento, se nós não resolvermos um outro problema muito sério, que eu acho tão ou tão importante como o financiamento, a qualidade da gestão. E aí eu citaria, no PDE, um avanço importante, atrela financiamento a metas, pela primeira vez, pelo menos que eu tenho conhecimento, salvo melhor juízo, na nossa educação pública. Isso é importante. Porque aponta também, dentro do próprio ideário do PDE, a profissionalização da gestão. Se nós não trabalharmos com metas, com a profissionalização da gestão, é um absurdo que na época de hoje diretor de escola, gerente de escolas sejam ainda nomeados por partidos, independente da representatividade que os partidos possam ter. Eu acho que o mais importante, como foi dito aqui por Serpa, é a qualidade do gestor. A eleição, por si só também não resolve. Em Pernambuco a gente fez um contrato de gestão, foi muito mais além, exatamente para que a gente possa monitorar a qualidade dos resultados. E um compromisso entre o gestor e também a Secretaria, para que repasse os recursos no tempo certo.

Então, sem a gestão profissionalizada é difícil também, aí vai ser muito dinheiro pelo ralo. Então, a gente tem que trabalhar o financiamento atrelado à qualidade da gestão. Mas esse binômio também não funcionará se nós não tivermos um plano de médio e longo prazo. O Brasil é campeão do ponto de vista de descontinuidade na área da educação. Às vezes, dentro de um mesmo Governo a gente observa isso. E quando há descontinuidades é muito difícil, mesmo com o financiamento e com a boa gestão, conseguir o resultado e a educação é um processo de médio e longo prazo. Esses países, eu particularmente na Espanha por três vezes fui convidado a acompanhar exatamente todo o desenvolvimento do planejamento executado pela educação de médio e longo prazo. Ou seja, se nós não tivermos um projeto de nação, e aí é onde entra o trabalho que eu estou dirigindo: “Todos pela educação”. Que prevê como meta e alcance resultados com base em cinco metas até 2022. Então, é preciso, para resolver o problema da educação básica, financiamento adequado, mas bem gerido. E um projeto de nação. E essa Casa, na minha opinião, tem um papel importante de guardião, guardiã exatamente desse projeto de nação. É fundamental que a gente possa mobilizar a sociedade para que não haja descontinuidades nas políticas públicas bem sucedidas. E o PDE, na minha opinião, eu vejo com bastante otimismo, se os recursos forem liberados e a gestão for profissionalizada. Entretanto, a gente tem um ponto, Senador Cristovam, eu ia trazer para apresentar, mas eu acho tão sério, a gente fala do apagão da energia. O Presidente Lula diz que até 2011 estamos garantidos. Apagão de energia é prioridade nesse país. A gente vai ter apagão de gente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos mostrar isso.

SR. MOZART NEVES RAMOS: Não, Cristovam, eu acho que é importante, eu vou oferecer, a amiga Deputada Marisa Serrano está na área do ensino médio, o FUNDEB não foi nem implementado na prática, nós temos hoje um déficit de 250 mil professores de ensino médio. Imagine quando aumentar a demanda, somente 41% de jovens entre 15 e 17 anos estão de fato matriculados no ensino médio. Quando esses jovens chegarem na faixa etária correta no ensino médio, sem distorção idade/série, que é o que nós lutamos, para que o dinheiro seja bem aplicado e a gente não gaste dinheiro com, por ser exatamente, por ter a distorção, particularmente a gente tem 50% do orçamento do MEC para programas de correção na educação básica, alfabetizar o jovem que não foi alfabetizado no tempo certo, quando criança, fazer a correção de distorção idade/série no ensino fundamental e no ensino médio.

Quando você vai ver é 50% dos 11 bilhões, que é muito pouco. Faz parte dos tais 944 dólares/ano, que o Brasil gasta tão pouco quando os países vizinhos gastam o dobro do Brasil. E os países da OCDE, hoje, depois de conseguirem a qualidade, gastam exatamente o que nós gastamos. Então, se nós não fizermos essa, esse trabalho na base do processo, será muito difícil. Agora, para fazer qualquer coisa tem que ter gente. Gente é quase tudo. E gente qualificada. E o Brasil precisa de gente, de Professor. Nós temos um déficit de 250 mil professores no ensino médio, agora! Isso é muito sério. Eu estou como Relator no conselho nacional da educação, foi uma proposta minha, que eu levei. Nós formamos, na verdade, em toda a década de 90, 410 mil professores. E a demanda hoje, no ensino fundamental 2, de quinta à oitava, e no ensino médio é exatamente de 750 mil professores. Que leva exatamente a esses 250 mil que eu me referi.

Então, Senador, eu colocaria e acho que merece, do mesmo jeito que o apagão da energia possa merecer uma atenção especial, apagão de gente é muito grave também, porque serão jovens que não serão atendidos adequadamente, que não terão o direito a, de fato, a alcançar a sua ascensão social a partir da formação continuada nas universidades, porque eles não estão, muitos deles, não conseguem nem sequer ter aula de Química, física e Matemática no ensino médio. E eu sou Professor de Química, continuo, Paulo, ensinado na universidade, nunca deixei, na federal de Pernambuco. Ontem dei aula o dia inteiro. E vejo exatamente esse grande problema. E aí entra o papel das universidades públicas. E digo que fui ex-reitor, Presidente da ANDIFES, as universidades públicas não colocaram como prioridade nas suas agendas a formação inicial. E se não colocar isso como prioridade, nós não vamos resolver o problema da universalização na educação básica e nem o problema que aflige hoje o ensino superior público, qual é? A universalização, atendemos 10% somente de 18 a 24 anos, quando os países vizinhos chegam na verdade a 30, 40%. Como não vamos universalizar, se nem sequer conseguimos universalizar lá na base, lá no ensino médio? Então, o ensino superior público ficará também comprometido nesse sentido.

E para enfrentar essa situação, tem que ter de fato uma agenda na universidade pública, é lamentável, e é importante dizer aqui nessa Casa, eu dou aula na primeira série do, quando os alunos entram na universidade. Sou pesquisador nível 1 de CNPQ, mas a maioria dos meus colegas só querem dar aula o doutorado e mestrado. Quem está ensinado nas primeiras séries são os alunos que estão entrando no mestrado ainda, são os professores substitutos,

muitos nem sequer pegaram num giz ou numa caneta que escreve na lousa e eu fico vendo aquela situação. Os jovens que chegam da educação básica, do ensino médio. Na nossa época os melhores professores deveriam estar nas primeiras séries. Agora, a política é difícil, porque tudo é voltado para a pós-graduação. Eu tenho Bolsa de pesquisador do CNPQ, existe Bolsa para quem está trabalhando com educação básica nas universidades? Não. Existe Bolsa de iniciação à docência para aluno das licenciaturas? Não. Agora, para o aluno do bacharelado que vai fazer mestrado e doutorado tem a Bolsa de iniciação científica. Por que é que não tem para a iniciação à docência? Ou a educação básica não é prioridade? E são perguntas chaves. Senão você não vai estimular.

E o salário também é importante. Alguns dizem: “Ah, salário e desempenho não tem uma vinculação”. Não tem mesmo não. Mas sem um salário inicial adequado, os jovens talentosos não vão seguir a carreira do magistério. Agora, para resolver o problema do salário também tem que cobrar, eu sou Professor, e eu concordo também tanto com o Serpa como com o Célio, a gente tem que ser avaliado. E quem tem que estar nas universidades, nas escolas ensinando, são os verdadeiros e bons professores. Se a gente não tiver, como a gente quer ter um bom médico e um bom advogado, não dá para ser mais ou menos não. Tem que ser bom mesmo. E para isso tem que ter avaliação e tem que ter um salário acoplado a avaliação de desempenho. O piso é luta sindical justa, no país democrático. Agora, o teto é fruto do desempenho. Eu sempre defendi inclusive na minha candidatura duas vezes reitor da federal, quando me perguntava sobre isonomia.

Eu não concordo com isonomia, o piso eu acho que é importante, mas o teto é fruto da capacidade, é fruto do desempenho, é fruto da motivação e, principalmente, do resultado do Professor em sala de aula. Se a gente não quebrar isso, a gente não vai resolver o problema da educação. Eu sou Professor, não sou de carreira técnico que não... não, sou Professor. Nunca deixei de ensinar, Cristovam, exatamente-- [soa a campainha] Para ter o direito de dizer o que eu estou dizendo aqui hoje. Apesar de ter passado por todos os cargos que para mim foram muito importantes ao longo da minha vida, duas vezes reitor, Presidente de ANDIFES, pró-reitor, Secretário, mas o mais importante é ser Professor. Como você disse no nosso encontro da ABERT recentemente, eu sou Senador, mas gosto de ser chamado como Professor. Então, isso é fundamental. E as universidades federais, Paulo, só vai resolver o seu problema, e digo porque conheço, aqui tem outro reitor, Professor Éfrem Maranhão, se

tiver orçamento global. Se não tiver orçamento global, reitor ficar simplesmente administrando o custeio de 7,8%, onde ele gasta 92%, em média, com pessoal da ativa e aposentados. E a gente sabe que a gordura, é só pegar, a gordura está no orçamento de pessoal. Se você tiver capacidade de fazer o orçamento global, você administra muito melhor a universidade pública federal. E isso é fundamental. Eu digo porque sei, fiz esse estudo e a gente sabe.

Agora, nem o Governo deseja a autonomia e nem sequer nós, ANDIFES, ANDES, FASUBRA, tivemos a capacidade de construir um projeto de autonomia global de orçamento global para as universidades. Uma autonomia plena. Eu me sinto tanto como qualquer outro cidadão, mas como ocupei a presidência da ANDIFES, eu gostaria de ter construído essa autonomia plena para as universidades. Cobrar resultados, cobrar resultados sim dos reitores, dos seus, dos seus, dos seus planos de trabalho. Eu acho que isso o país precisa. Dinheiro, sim, gestão qualificada, projeto de nação, de médio e longo prazo, mas principalmente de atitude política, pensando não no presente, que o presente é o passado e o futuro, mas pensando no futuro que a gente já deveríamos ter alcançado hoje. E que pagamos com sentimento crescente em todos nós chamado aquela perda do processo civilizatório, que é o que nós sentimos hoje. E eu não quero deixar, Senador Cristovam, para os meus filhos, para os meus netos, esse mesmo sentimento que eu tenho hoje, dessa perda do processo civilizatório. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Só, eu não tenho a me manifestar, mas só uma coisa, quando o Professor Mozart disse que só dinheiro não basta. É como oxigênio, sem oxigênio não tem atleta, Senador Augusto. Mas você pode encher de oxigênio e ninguém vira atleta se não se dedicar e não tiver talento. Isso vale perfeitamente para o Professor. Professor Paulo.

SR. PAULO RIZZO: Professor Cristovam, os demais professores, Srs. Senadores. Queria, em primeiro lugar, parabenizar essa iniciativa de fazer esse ciclo de audiências públicas e porque é fundamental a reflexão sobre a situação da educação nesse momento e os elementos que já foram colocados aqui mostram, enfim, a situação crítica que está a educação no Brasil e a necessidade de medidas urgentes a serem tomadas. Eu vou iniciar com dois exemplos e duas experiências que eu, pessoais, mas que para mim são significativas. A primeira, quando meu filho estava na primeira série da educação básica, numa escola pública, na cidade de Florianópolis, onde eu vivo, fui chamado para a reunião com a professora e a professora mostrou os cadernos, mostrou os exercícios, as provas e falou as-

sim: “É, mas ele não presta muita atenção. Olha aqui, na Matemática como ele vai não sei o que e tal”. E falou de vários problemas que ele tinha. Bom, em seguida eu fui para a Inglaterra, estudar na Inglaterra e meus filhos foram também para a escola pública lá. E lá tive que ir à reunião com o Professor. E cheguei lá, acostumado com o que tinha ouvido no Brasil. O Professor falou assim para mim: “Ele está feliz”. Eu falei: “E o que mais?” “Não, só isso”. E acabou a reunião. E eu aprendi com aquilo. Quer dizer, efetivamente, o importante é que a criança esteja feliz. Não vai aprender se não estiver, se não estiver feliz. Essa é a motivação, o desejo de ir para a escola, estar num ambiente em que ele, a criança se sinta bem é o fundamental para ter o desenvolvimento.

Vou dar um outro exemplo de ontem. Lá em Florianópolis também, no bairro que eu moro, a praia de ingleses, a senhora do caixa da padaria relatou o seguinte acontecimento: Um garoto, um adolescente vendendo drogas, em frente à padaria e ela pergunta a ele: “Mas por que é que você está vendendo drogas?” “Porque eu preciso de dinheiro”. “E você quer dinheiro para quê?” “Ah, porque eu quero comprar uma arma”. “Sim, você quer uma arma para quê?” “Para ser valorizado”. Desculpe. “Para ser respeitado”. Então, nós chegamos a uma situação no nosso país de... em que os valores passam por mudanças, devido as condições de desigualdade que se tem no nosso país, onde um jovem, para ser respeitado, se propõe comprar uma arma.

Nós, no nosso ideal, nós queremos um país onde um jovem, para ser respeitado, ele seja educado, ele tenha uma educação de qualidade, ele tenha, enfim, os seus direitos atendidos. E como é que uma criança, no nosso país, pode, efetivamente, estar feliz na escola? Pode estar motivada? Se sequer o Professor está feliz. E os pais das crianças também não estão. Porque vivemos num mundo de necessidades gritantes, a própria escola no abandono. As escolas em péssimas condições, falta tudo hoje na escola e a motivação, portanto, é algo extremamente difícil.

Bom, para dar continuidade ao nosso tema aqui, ao nosso debate, eu de vez em quando uso o exemplo do exame da Ordem dos Advogados do Brasil, em São Paulo, do ano retrasado, em que menos de 10% dos candidatos foram aprovados. E a primeira constatação que as pessoas fazem, primeiro, que as pessoas imaginam é que aqueles que foram reprovados é que fizeram as piores Faculdades. É parte da verdade, mas o exame da Ordem constatou o seguinte, constatou que a principal deficiência daqueles que foram examinados é de formação básica. Então, aqueles que fizeram as piores Faculdades certamente foram aqueles

que vieram, tiveram a pior formação básica. Então, e é interessante, porque o que vai acontecendo no Brasil? Os advogados decidem, na sua organização, que vão fazer um exame e só pode receber a carteira da Ordem aquele que passar no exame. Aí já existe o cursinho preparatório para o exame da Ordem dos Advogados. À semelhança do que ocorreu com o vestibular, em que somente a formação na escola não adiantava, então começaram os cursinhos. E daqui a pouco nós vamos ter, não sei quantos cursinhos espalhados--

SR. MOZART NEVES RAMOS: Já tem.

SR. PAULO RIZZO: Preparatórios para tudo. Na Ordem já tem, e podemos começar a ter para outros exames também. Então, existe, não apenas, é grave em termos de recursos, aquilo que já foi apontado, o Professor Mozart já apontou, o que se gasta de recursos para superar, para se tentar resolver problemas que não foram resolvidos na educação, na educação básica. Na educação superior, nós temos hoje uma situação, que os números são o seguinte: Nós temos 10% dos jovens de 18 a 24 anos matriculados na educação superior. Só que a oferta é maior, a oferta é bem maior do que isso. E hoje a oferta na educação superior, nós temos em termos de oferta perto de 80% de instituições de natureza privada e perto e um pouco mais de 20 nas públicas. Nas matrículas a proporção é um pouquinho diferente. Mas se nós pegarmos a faixa etária de 18 anos, a população do Brasil de 18 anos, a oferta para ingresso em ensino superior no Brasil, já é de 65%. Cidades como Brasília, o Estado de São Paulo e talvez o Rio de Janeiro já têm oferta de vagas para ingresso maior do que o número de pessoas que se formam no ensino médio. O que nos levou a uma reflexão de que talvez o principal problema que nós tenhamos no ensino superior não seja a falta de vagas, mas seja, sobretudo, falta de vagas com qualidade. E a outra questão é que para ampliar o ingresso na educação superior e para ter a educação superior com qualidade não dá para focar somente na educação superior. É primeiro, em primeiro lugar é preciso pensar que política nós queremos. E pensar se o Brasil tem uma política educacional ou se ele tem uma política de certificação. Que eu chamo de política de certificação? A política que vai atrás dos números da certificação, de dar certificados sem garantir a qualidade. Por que, qual é o grande desafio de qualquer país expandir a educação, em todos os níveis garantindo a qualidade. Porque não basta, e o exame da Ordem mostra isso, não basta simplesmente ampliarmos a quantidade de pessoas com um certificado.

Então, a política educacional, ela tem que estar realmente voltada, na sua preocupação, com a qualidade. Aquilo que o Senador apresenta, Senador

Professor apresenta como ele chama de um padrão de qualidade equivalente para a educação básica. O nosso sindicato sempre trabalhou, desde os anos 80, para fazer as suas propostas para a educação superior, com a idéia do que chamava de um padrão unitário de qualidade, ou seja, que em todo o território nacional, na instituição pública ou na instituição privada e em todos os níveis, os brasileiros têm direito a uma educação de qualidade. Ou seja, a educação não pode estar simplesmente ao sabor, ou das regras do mercado, que a regra do mercado é aquela que os mais competitivos, a competição leva a ter o resultado melhor, na educação não leva. E acho que em outras coisas também não, mas o padrão de qualidade, um padrão nacional de qualidade exige uma política, que eu diria, uma política única, uma política que esse eu acho que talvez seja o maior problema no nosso país, de todas as lutas que travamos nos últimos anos, que nós não conseguimos ter um sistema nacional de educação. Nós temos é a fragmentação da educação. Fragmentação entre o público e o privado, fragmentação entre a união, Estado e o Município. No próprio, na própria União nós temos sistemas distintos e cada vez mais estão sendo distintos. O Ministério da Educação, não é que ele não possa ter Secretarias específicas, mas as políticas passam a ser desenvolvidas de forma específicas para a educação superior, para a educação técnica e profissional, para a educação básica.

Então, nós podemos ter ações para cada, para cada nível, mas é necessário ter uma política nacional de educação, um sistema nacional de educação como lutamos no fórum nacional em defesa da escola pública, na luta pela LDB e para o Plano Nacional de Educação. E o Plano Nacional de Educação é o que talvez, contraditoriamente esteja permitindo uma política de certificações. Porque foi vetado, como foi colocado aqui, foi vetado as metas de recursos, mas não foram vetadas as metas de certificações e de matrículas e certificações. Então, é interessante, porque nós temos que cumprir, estamos no esforço de cumprir a meta de 30% de jovens de 18 a 24 anos matriculados na educação superior, mas não... que está no PNE, mas os recursos que era a meta do 7,5%, sofreu o veto e esse veto até agora não houve qualquer reversão.

Nós estamos distribuindo um caderno aí de propostas, que é um conjunto de medidas legais que, eu não vou poder falar sobre todas elas, específicas sobre a Educação superior, mas o primeiro é da educação geral. Para o debate entre os Parlamentares de algumas coisas curiosas e importantes para o financiamento da educação. Primeiro, que nós temos a vinculação orçamentária dos 18% da receita líquida de impostos da União e 20% dos Estados e municípios. E o que nós

podemos constatar e vamos relatar aí, para fazer algumas propostas, é que os 18% de hoje não são mais os 18% de 1988. Os 18% de hoje representa menos recursos. Por quê? Porque primeira razão é a DRU, que pode, que não existia, depois que ela passou a existir pode retirar 20%, pode, a DRU pode retirar até 20%, ela sempre retira 20. E a outra é a criação das contribuições.

Uma das formas que a política econômica [sua campanha] conseguiu para burlar a Constituição foi criar as vinculações constitucionais, foi criar as contribuições. A receita de impostos da União, em 1988, era perto de 50% de toda a sua arrecadação, 48, 49%. Depois vinha receita previdenciária e outras. Hoje, a receita de impostos deve estar em torno de 32, 33% do total da receita da União. Isso significa o seguinte, a receita foi ampliando, mas, proporcionalmente, o que é dedicado à educação que são os 18%, foi regredindo. E aí nós fazemos uma proposta de emenda à Constituição, fazemos propostas, diversas propostas aí no marco regulatório da educação para debater como nós vamos ter os meios de que haja garantias de financiamento. Porque o que nós imaginamos que nós devemos ter no arcabouço legal é garantias. Porque, o financiamento hoje está cada vez mais dependente da Lei Orçamentária anual.

E a Lei Orçamentária anual, como é uma Lei Ordinária ela pode até mudar outras. Por exemplo, há um Projeto de Lei tramitando que é o projeto da reforma universitária, o 7200, que estabelece que as universidades federais terão 75% das receitas no Ministério da Educação. Bom, como ela é uma Lei Ordinária, a Lei Orçamentária do ano seguinte, caso ela seja aprovada, a Lei Orçamentária do ano seguinte pode até alterar.

Nós precisamos, assim como o constituinte, em 88, buscou ter uma garantia na Constituição, e depois ela começou a sofrer essas formas de poder burlar, eu acho que nós estamos num momento desse debate do PDE de buscar ter formas de institucionalizar garantias para o financiamento, que não fique ao sabor apenas de projetos, apenas de, apenas de... possivelmente da Lei Orçamentária anual.

Para concluir e, eu quero ainda registrar que nós somos favoráveis à avaliação. A avaliação é importante. Mas, a avaliação do docente, a avaliação do indivíduo tem que ser uma avaliação institucional também, não se pode ter a avaliação do indivíduo sem ter a avaliação da instituição. O indivíduo trabalha numa instituição, o educador está dentro da escola. Então, a sua avaliação não pode ser algo punitivo, ela tem que ser algo que tenha, punitivo que eu digo, que lhe retire direitos, deve ser algo que encontre as soluções para resolver os problemas institucionais. E com relação a metas,

eu vou depois distribuir aqui também, nós estaremos na UNB fazendo um seminário nos dias, junto com a associação dos docentes da UNB, nos dias 14 e 15, sobre os Decretos agora de, do mês de abril, específicos da educação superior. O Governo baixou um projeto, um Decreto que instituiu o REUNI que é o programa reestruturação e expansão das universidades federais; um que cria os institutos federais de educação tecnológica, outros que já estão em andamento como educação à distância e nós estaremos, depois eu vou distribuir e convidando a todos que quiserem participar desse seminário.

Mas, para concluir mesmo, pegando um desses Decretos, que é o programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais, REUNI, no seu art. 1º, vamos dizer assim, no esforço de querer que não haja evasão, reduzir a evasão, se propõe que nós, as universidades Federais terão que fazer, para aderir a esse programa, um plano que tem elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90%. E nós estamos preocupados com isso. Porque depois há recursos? Há. Mas os recursos depois dizem o seguinte: As despesas decorrentes desse Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação e será, serão distribuídas vinculando os repasses ao cumprimento das etapas. Ou seja, nós temos que primeiro, pelo que está aqui, nós temos que cumprir a etapa para ter direito aos recursos. E uma meta de 90% de aproveitamento, do ingresso à conclusão, é algo que pode significar quase que a aprovação automática. E, ao mesmo tempo, nós teremos que dobrar, em cinco anos, a relação de número de alunos por Professor. Que hoje nas Federais está em torno de nove e alguma coisa, passar para dezoito e nós temos que fazer isso para obter, de 10 a 20% a mais de recursos sem ter, mas não tem dinheiro novo que são os recursos que estão consignados no Ministério da Educação.

Quando debatemos com o Ministro, há mais de um ano, e ele veio com essa idéia de que precisa aumentar o número de alunos nas universidades Federais, nós achamos que tem que aumentar o número dos alunos nas universidades Federais, tem que ter expansão da universidade pública, mas precisamos ter uma expansão que seja sustentável, que tenha garantias. Mas, até mesmo para uma meta de aumentar a relação do número de alunos por Professor, também é necessário investir na educação básica. Porque, o que dissermos ao Ministro: Para nós trabalharmos com, vamos dizer assim, com proporções maiores de alunos, estamos realmente preocupados hoje que a grande expansão da educação à distância, para poder

trabalhar com um número maior de alunos nós temos também que investir na educação básica. Ou seja, para concluir, tudo o que se possa pensar para a educação superior, não pode ser desvinculado do investimento na educação básica. Não há futuro para a educação superior sem uma política clara de desenvolvimento da educação básica. E o nosso país está ostentando realmente uma grave situação da educação básica, baixos níveis de financiamento. Estamos entre os países que menos investe proporcionalmente ao seu PIB. E agora, com a modificação do cálculo do PIB, é acertado modificar o cálculo do PIB que algumas coisas não estavam contando, nós caímos para 3.6, alguma coisa assim, do nosso PIB em educação. Bom. Muito obrigado. Estamos aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu tenho um grupo de seis Senadores inscritos. E vou passar a palavra por blocos de três. Está bem assim? Como fizemos da outra vez. Primeiro bloco e eu vou ler todos. É o Senador Flávio Arns, Senadora Rosalba Ciarlini e Senador Wilson Martins. Depois, Senador Wellington Salgado, Senador Marco Maciel, Senador Augusto Botelho. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Quero saudar a todos os expositores, dizer que apreciei demais as exposições de todos e, sem dúvida, elas nos remetem a mais discussão, mais aprofundamento. Eu só faria assim algumas observações para, mais a gente pensar um pouco mais sobre esses assuntos.

Primeiro deles em relação à valorização do Professor. Todos foram unânimes, e nós somos unânimes em dizer que isto é essencial. Eu sou Professor. Para não haver dúvida alguma nesse sentido, já fui Professor do ensino fundamental, do ensino médio, do ensino superior. Gostei muito sempre de trabalhar nesta área, mas eu não escolheria mais ser Professor hoje em dia. Por que não? Porque não poderia ter uma vida boa, digna, minimamente digna sendo Professor. Então, a pergunta é no sentido, os senhores, se fossem pessoas de dezenove, vinte anos, hoje em dia, escolheriam ser professores, optariam pela profissão de Professor para o ensino fundamental, para o ensino médio. E o que é que sugerem, além de tudo, a gente sabe que muita coisa já foi dita em termos de valorização dessa carreira de Professor.

O segundo aspecto é a avaliação. Todos concordamos que a avaliação é fundamental. Por que é que nós não colocamos sempre, pelo menos nas nossas apresentações, a palavra comparação também. Temos que ser avaliados e comparados. Somos bons ou não em relação a quê? Então, a escola vai bem, vai bem em relação, como é que eu me situo dentro do Município,

do Estado e comparado com outros países. O Brasil vai aplicar quatro bilhões, cinco bilhões no FUNDEB, isso é bom ou não comparado a quê? Quer dizer, talvez insistir, eu não sei, eu gostaria de ter uma opinião, eu sempre penso assim que comparado a que para ver, para observarmos se somos bons ou não.

A mesma coisa no ensino superior. Eu sou Professor do ensino superior lá da federal do Paraná, também a instituição desempenha, faz um bom trabalho comparado a quê? Eu concordo com todos os pontos levantados. Um outro aspecto, nós temos gargalos importantes, por exemplo, gastamos, gestão do dinheiro, gestão do recurso público é algo importante. Gastamos muito em termos de correção de fluxo. Mas se nós olharmos na primeira série do ensino fundamental, nós deveríamos ter três milhões e quinhentos mil alunos, mais ou menos, porque a taxa de nascimento no Brasil. Três milhões, 1.8, três milhões e quinhentos mil. Tirando-se os alunos das escolas particulares, teríamos três milhões de alunos e temos quase o dobro na primeira série. Então, isso significa problemas na primeira série. Estão repetindo, estão tendo problemas de alfabetização. E claro que se tiverem problema na primeira série provavelmente terão problemas na terceira, na quarta, na quinta, a gente não vai solucionar esse problema de uma hora para a outra. Como resolver esse gargalo da primeira série? [soa a campainha]

A mesma coisa no ensino médio, que já foi levantado. Como fazer com que a nossa população conclua o ensino médio? Além de valorizar o Professor, isso é unânime também. E no ensino superior foi dito que há vagas nas instituições de ensino superior particulares. Existem, de fato. Mas me preocupa muito mais as vagas nas instituições de ensino superior públicas, porque os alunos trancam matrícula, os alunos não sei o quê, e as turmas estão se formando com, em vez de quarenta, trinta, quarenta, com dez, com quinze alunos.

Lá na Universidade Federal do Paraná, a universidade instituiu que se denominou de PROVAR. Então, não existe vaga ociosa. Alunos de outras instituições vão para a instituição de ensino superior pública federal. O quarto aspecto, que eu gostaria de levantar, é em relação ao papel da escola, a interação com a família, como foi destacado por várias falas. Eu penso assim que isso poderia se aprofundar, a escola se preocupar, não a escola propriamente, mas haver na escola uma estrutura de apoio para que a família tenha uma vida digna. A família do aluno da escola. Então, ter a orientação na escola: A minha casa não é boa. Como é que eu posso ter acesso a recursos para melhorar a casa? Se a casa melhorar, o aluno vai melhorar também. Microcrédito, como é que a escola pode orientar a família a que o microcrédito seja concedido? O aluno

da escola tem um irmão que está desempregado, como é que a escola pode orientar, ter as informações para que aquele irmão do aluno tenha acesso ao primeiro emprego. Quer dizer, essa interação precisa ser aprimorada. E criar-se a cultura, eu penso numa comunidade de dizer: Olhe, a escola tem a informação. Onde que eu vou conseguir essa informação? Não, vá lá na escola, lá na escola tem uma pessoa lá do Município, do Estado que pode lhe orientar. Então, as pessoas comecem a valorizar mais a escola.

E a gente sabe que o tempo é curto, mas só um último aspecto que eu gostaria assim de algum comentário, o que é que significa realmente, como foi falado, uma boa escola, que seja de qualidade. Porque, o que a gente observa, infelizmente, eu diria, até gostaria de perguntar se isso não atrapalha a conquista de uma escola de qualidade, é a satisfação do ego do gestor estadual. Em que sentido? A gente observa muito nos Estados, não tanto nos municípios, mas mais nos Estados, o gestor estadual dizer: Não, agora aqui no nosso Estado nós estamos usando Piaget. Então, é tudo de acordo com Piaget. Não, no nosso Estado é socio-interacionismo, tudo Vygotsky, não sei o quê. Não, agora é tudo Paulo Freire. Então, muda-se por completo e existe a adoção de uma espécie de uma “pedagogia oficial” que deixa de levar em conta os contextos, a realidade, a circunstância, a capacidade que um Professor, quer dizer, os senhores todos insistiram muito nisso, Professor competente, o Professor competente tem que dar conta disso. Não é agora não, obrigatoriamente tudo Vygotsky. Eu tenho tanto receio porque eu também fiz o meu doutorado em Vygotsky, por exemplo, tive como orientador o James World (?) que seria, eu diria a pessoa que mais entende de Vygotsky no mundo. E às vezes eu fico lendo os textos e digo: De onde é que o pessoal tirou essas idéias? Como é que pode chegar a essa conclusão fácil de utilizar uma determinada linha como oficial na educação? Como é que os senhores vêem isto? Mas quero enfatizar assim a qualidade, a satisfação e a alegria de tê-los participando desse debate. E sei perfeitamente que a gente tem que ter assim tempo, pensar, refletir e achar os caminhos.

Eu só queria destacar, só mais um último aspecto, me desculpa, a questão do financiamento, eu quero concordar inteiramente que para tudo isso é necessário recurso. É prioridade a educação? Vamos olhar no orçamento. E a grande distorção no Brasil, sem dúvida, aquela apontada pelo Presidente da Andes, no sentido de impostos e contribuições, eu inclusive estou apresentando uma Emenda à Constituição em que eu digo assim: Vamos terminar com a palavra contribuição. Porque toda palavra contribuição, leia-se, imposto. Porque

a CPMF é imposto, é considerado contribuição, se isto for considerado, nós teremos 18% do orçamento, quer dizer, que seriam impostos mais contribuições para a educação. E os Prefeitos que já estão fazendo, não é, todo o esforço possível a favor da educação, se eles tiverem participação nas contribuições, que as contribuições ficam 100% para o Governo Federal, a gente poderia, é uma distorção tributária que aconteceu, sem dúvida, a partir da Constituição de 88. Me desculpe por ter me alongado mas quero parabenizá-los também dizer da alegria de tê-los nesta Comissão. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes de passar a palavra para o Senador Marco Maciel, por cortesia da Senadora Rosalba, eu queria trazer e dizer, e manifestar aqui uma tristeza um dia desses sobre isso, Senador Flávio, de que a gente devia usar a escola para outras coisas, que, aliás, é a grande bandeira da UNESCO. Um desses dias conversando com uma criança que reclamava da escola, eu perguntei por que o pai dele não ia reclamar. Disse o que pai dele não gostava da escola. Eu perguntei por quê? Vocês vão... pasmem com a resposta: Ele não gosta da escola, porque é lá que a gente vota para escolher esses políticos que estão aí. E disse mais uma porção de coisas, que eu não vou dizer aqui. Ou seja, duas coisas trágicas, vincula a escola ao fato de votar lá, e não gosta por causa disso, obviamente ele não queria ir à escola, mas não deixa de ser uma desculpa entristecedora. Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Bom, antes de mais nada, Presidente Cristovam Buarque, eu gostaria de agradecer a gentileza da Senadora Rosalba Ciarlini em ceder, em permutar comigo seu lugar na inscrição entre os oradores dos interpelantes, em virtude de compromisso que tenho agora à tarde no Estado de São Paulo. Na Faculdade de Direito da USP. Mas, vou ser muito breve. Sempre, coisas óbvias, eu sempre digo que não há um bom escritor, se não há um bom leitor. A mesma coisa, não há um bom aluno, se não há um bom Professor. Isso é uma coisa altamente óbvia. E aqui foi dito, com muita propriedade, de que é necessário inclusive o Presidente da Andes mencionou esse fato de forma muito explícita, nessa área, até para quem pensa em ensino superior pensar em ensino básico. Aliás, quando se fala em ensino básico a idéia de pensar que não se pode ter um bom edifício se o alicerce não é bom. Não há a possibilidade.

Então, eu fiz essa breve digressão para bater num ponto de um projeto que apresentei aqui à Casa, que o Senador Cristovam já o conhece, outros membros da Comissão, que é no sentido de estabelecer

a residência educacional, que o Professor Célio Silva chamou assim de residência pedagógica.

Eu acho que residência médica, a minha experiência como Ministro da Educação, mostrou que a residência médica produziu, na Medicina brasileira um grande salto, ainda que talvez não muito reconhecido. Primeiro, foi o salto de melhorar a prática da Medicina, posto que o aluno, ao sair da escola, ele muitas vezes está sem condições de fazer uma operação, ou executar um procedimento mais complexo. Em segundo lugar, porque tornou possível exercitar a especialização, que cada vez, no ramo da Medicina, assim como o direito e outras profissões liberais, a especialização é cada vez maior. E, em terceiro lugar, pela convivência. Porque, na hora que o recém-formado convive com os grandes mestres, que geralmente são os professores das escolas públicas, catedráticos, catedráticos etc, ele tem ali um aprendizado informal que vale por mil testemunhos. Então, a idéia nossa era justamente criar essa residência educacional. Eu gostaria, voltando ao médico, à residência médica, dizer quando fui Ministro da Educação encontrei uma greve de, quando tomei posse, uma greve de residentes. E eles me procuraram. Na ocasião eles vieram com uma proposta, e eu disse: “Olha, eu vou estudar o assunto e aguardem”. E, ao final, apresentei uma proposta que, recentemente, há um mês atrás um desses ex-alunos de residência médica me disse: “Olha, foi a proposta melhor do que nós estávamos querendo”. Mas por quê? Nós conseguimos, de alguma forma, à ocasião, prestigiar a residência médica.

Então, o que eu quero insistir é o seguinte, é que nós precisamos, eu ouvi todas as exposições que foram feitas, pelo reitor Mozart que é meu conterrâneo, pelo Presidente da Andes, já citei, mas também pelo Professor Carlos Alberto Serpa e do Professor Célio Silva, em todos eles eu vi uma preocupação muito grande com a questão da formação do Professor. E investir o mais possível na formação do Professor. E, inclusive, na profissão do Professor do ensino básico. Porque este sempre foi visto assim: Não, não, como é o ensino básico não existe muitos estudos aprofundados então, pode ser alguém que não tenha uma grande formação, uma boa formação quando, a meu ver, é um grande equívoco. E eu, continuo achando que isso é essencial.

E, por fim, mas é um, também uma coisa muito óbvia, eu sempre gosto de citar uma frase de Norberto Bobio, ele, no seu livro... sobre a velhice que no Brasil foi traduzido por, se não me engano, “memórias de nosso tempo” tem até um *best seller* de apresentação do Celso Lafer, ele disse, aliás, não está no livro, está no discurso que ele proferiu por ocasião do lançamento

do livro, que ele disse que o mundo já se dividiu [soa a campanha] entre nações ricas e pobres, fortes e fracas e agora vai se dividir entre as que sabem e as que não sabem. Com isso o que eu quero dizer é o seguinte: Nós precisamos ter consciência que a educação é a questão central, o desafio central do país. Ou nós resolvemos essa questão ou nos vamos, não vamos ter, como podemos e devemos ter uma presença maior nesse séc. XXI, que, a meu ver, tudo indica pode assegurar ao Brasil uma grande, não digo protagonismo, mas um espaço maior na comunidade internacional. Era basicamente isso e muito obrigado e perdoe, mais uma vez pelo atropelo de agenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Passo a palavra agora ao Senador Wilson Matos.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Quero cumprimentar Senador Cristovam e os debatedores desse importante momento da Educação Brasileira, me permitam citar um dado, acho que muitos viram ontem na Rede Globo às 20 horas, 20:15 no Jornal Nacional a primeira informação: Escola Municipal Castro Alves fica no Distrito de Água Boa, Município de Riachão das Neves, oeste da Bahia onde o sol determina como os dez alunos de primeira à terceira série são, se arrumam às carteiras. O sonho da professora, na entrevista, ela disse que o sonho era que a escola fosse pelo menos em uma casinha, com portas, telha, pelo menos isto para dar aula melhor. Essa escola funciona debaixo de uma árvore, duas escolas mostradas ontem nesse Município, uma é uma cobertura de lona e a outra exatamente debaixo de uma árvore. E o pior ainda, diz a reportagem, no mesmo Município, 40 quilômetros depois uma caminhoneta leva adolescentes soltos na carroceria aberta. E o pior, quem dirige, levando estudantes para a escola e quem dirigia a caminhoneta era um menor de idade sem carteira. Uma dessas escolas foi criada em 1996, funciona debaixo da árvore.

Não vou ler toda a reportagem, só finalizando esse caso, esses espaços debaixo de lonas estão incluídos no programa dinheiro direto na escola, o PDDE. Essa escola recebe dinheiro do Governo Federal. E o Secretário foi entrevistado sobre o dinheiro, ele disse que tem comprado, comprou geladeira, fogão etc., para que o dia que ele construir a escola ele possa lá colocar os fogões e as geladeiras.

Muito bem. Se essa notícia, eu não tivesse visto pela televisão e também não constasse aqui uma caminhoneta, eu poderia imaginar que isso fosse nos primeiros dez anos da descoberta do Brasil, numa época primitiva, da idade, eu diria até exagerando um pouco da idade da pedra, assim ainda é feito parte da educação neste país. E isso é extremamente lamentável.

vel. E aí eu fico com a proposta do Senador Cristovam Buarque, sobre a lei da responsabilidade educacional, como nós temos a lei da responsabilidade fiscal, que torna-se inelegível aquele que não cumpre com as metas mínimas, assim, Senador Cristovam, nós devemos aprovar nesta Casa muito rápido uma lei também que garanta a inexistência para quem não cumprir condições mínimas para a Educação Brasileira, através depois de uma definição da legislação mínima.

Nós temos o ENAD, exame do desempenho do aluno do ensino superior e o SAEB, que avalia a quarta e oitava série. Em ambos os exames, a média nacional não atingiu a 5. Se a nota de aprovação nas escolas é de 5 a 7, ele tem que atingir essa nota para passar de ano, então, o Brasil mais uma vez esse ano foi reprovado nacionalmente na sua qualidade de educação que já é sabido, mas agora nós temos os dados numéricos onde a escola usa para aprovar ou reprovar o aluno. Mas, globalmente, nós não atingimos a nota mínima, no entanto, estamos aprovando aluno. Mas o problema não é reprovar aluno. Escola boa não é a escola que reprova aluno, escola boa é a escola que ensina o aluno, que aprova o aluno através da aquisição de habilidades e competências.

Eu acredito que o esforço brasileiro tem que ser muito maior do que o que está ocorrendo aí, a nós temos algumas ações positivas, FUNDEB, PROUNI, FIES, PDE etc. Mas, quando se fala em um bilhão a mais na escola básica brasileira, significa 5 mil e 700 reais por ano para cada escola. Nós temos 173 mil escolas de ensino fundamental e médio. Então, a conversa de um bilhão é ninharia, é muito, muito pouco quando se fala em um bilhão. Nós precisamos de um esforço de bilhões e bilhões e não é só dinheiro que vai resolver a situação, é levar à sociedade, principalmente professores, aqueles que têm um compromisso mais direto com a educação, a ter comprometimento com a educação. Esses são alguns desafios que nós temos.

A escola brasileira é extremamente permissiva. Hoje o aluno fica na escola pouco menos de três horas. No ensino posterior, a maior parte, 80% dos cursos superiores o aluno fica três horas e vinte. Porque o único lugar do mundo que uma hora não vale sessenta minutos é na Escola Superior brasileira. No ensino superior, o Professor Paulo disse que está sobrando, já sobra vaga, o que falta é vaga de qualidade. Todas as vagas oferecidas hoje no ensino brasileiro em todos os níveis precisa mais qualidade, sem dúvida nenhuma.

Então, concordo com você nesse aspecto. Mas, o que precisa mesmo, no ensino superior é um grande financiamento para colocarmos os milhões de alunos que todos os anos têm ficado sem acesso à escola. Sobram vagas e sobram alunos. Basta ver o ENEM do

último ano, três milhões, setecentos e cinquenta mil jovens fizeram o ENEM em setembro do ano passado, apenas um milhão e quatrocentos mil alunos entraram, em torno de quatrocentos mil alunos nas escolas federais e nas estaduais etc, gratuitas e um milhão na escola privada. Então, ficaram fora, só no ano passado, dois milhões, trezentos e cinquenta mil alunos, porque quem faz o ENEM está levantando a bandeirinha e olhando para nós aqui que participamos de Congresso Nacional, lideranças educacionais: “Oh, estou pronto, terminei o ensino médio não é?” Para chegarmos às metas mínimas de 30%, que é o mínimo para um país começar a dar certo. Nós temos que colocar outros quatro milhões e meio a cinco milhões de jovens no ensino superior. Nós temos 11, 12%, de 18 a 24 anos, mas se estendermos todos no ensino superior hoje nós temos aí na ordem de 14% de pessoas, de jovens no ensino superior e para colocarmos outro tanto desse nós precisamos, a média de, na escola privada com o financiamento, a média de seis mil reais por ano, nós precisamos de 27 bilhões por ano de financiamento nos primeiros cinco anos, depois esses alunos vão, depois de formados vão pagar as suas mensalidades e outros vão estudar com esse dinheiro, são quase 30 bilhões só para resolver, resolvermos esse déficit na educação superior.

Mas nós temos algumas ações que eu acho que nós podemos pensar rapidamente. Como disse, que nós temos uma das escolas mais permissivas do mundo. O aluno na escola brasileira pode faltar 25% das aulas. Exigir do mínimo de 75% de frequência somente. Isso não existe mais no mundo. No mundo que deu certo o aluno não pode mais faltar à escola. Quando eu digo que a escola brasileira, ela é permissiva, entra por essas questões aí. Então, nós precisamos reduzir o índice de permissão de faltas. Nós precisamos aumentar os dias letivos, Professor Paulo. Eu levantei a matriz curricular de todas as universidades brasileiras públicas e privadas. A LDB manda dar 200 dias de atividades escolares, percebi que 70% das universidades brasileiras estão dando 150 dias de aula. Ou seja, 15 mais 15 semanas são 30 semanas vezes 5 dias são 150 dias. Ah, mas tem aula ao sábado. Aula ao sábado, desculpa, não funciona. Vai menos da metade dos alunos e não vai, e professores quase igual. Tem que ser de segunda a sexta, 200 dias, 40 semanas e as disciplinas têm que ser múltiplo de 40. Uma disciplina que tem duas horas por semana tem que ter 80 horas/aula e não 60 horas/aula que é múltiplo de 30. E essas são questões que nós resolvemos sem custo para a educação. Porque a educação recebe, todos comprometidos com a educação que têm salário, recebem 13, 13, 3 meses. E por que trabalha 150 dias no ano

de 365 dias? Tudo bem, que trabalha-se mais, mas nas atividades correlatas. Mas a essência é manter o aluno mais tempo nas escolas. Os países que deram certo, só deram certo porque fizeram escolas de tempo integral e nós jogamos uma parte do tempo parcial fora. Jogamos uma parte do tempo parcial fora. Inclusive no ensino fundamental. A maior parte dos alunos não chega quatro horas de permanência na escola. Já que temos dinheiro novo aí de FUNDEB etc., é hora de passarmos a cinco horas, Senador Cristovam, do aluno permanecer pelo menos cinco horas na escola. Países vizinhos aí como Colômbia, Chile etc., já estão com seis horas na escola. E nós temos que avançar um pouquinho com pequenos ajustes que têm ocorrido, atualmente, nós podemos avançar. Também, Professor Paulo, você disse que hoje tem, para cada nove alunos tem um Professor no ensino superior. Eu fiquei um pouco assustado com essa média, tendo em vista que aqui nós temos--

SR. PAULO RIZZO: Nas Federais.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Nas Federais, exatamente, aqui nós estamos num grande esforço para tentar reduzir um pouco de alunos na primeira e segunda série, estou com um projeto do Senador, estou lá para relatar e o esforço é para colocar dois professores na sala de alfabetização com 20, 30 alunos. Porque hoje os professores de alfabetização estão trabalhando com 20, 30, 40 alunos até. E é uma criança que ainda praticamente tem que pegar na mão, atender individualmente. Agora no ensino superior o Professor tem autonomia, o aluno já tem autonomia de aprendizagem, já tem uma noção de futuro, da importância do conhecimento.

Eu acho que nós temos que fazer algumas revisões nessas questões de quantidade de aluno por Professor. Quer dizer, parece que há uma inversão no básico que tinha que ter mais professores, proporção de professores, aluno por Professor tinha que era bem menor, bem, um número bem menor de alunos não acontece e, no ensino superior, parece-me que essa média nós precisamos repensar nisso urgentemente. Também a LDB manda dar o mínimo oito horas de aula para o Professor do ensino superior é outra questão que nós temos que rever também. Oito horas para um Professor ter quarenta ou um tude(F) parece-me que isso ajuda a elevar muito o custo do ensino superior, principalmente do público, porque a escola privada não tem condições de manter um Professor ter 40, com 8 horas somente. Então, nós temos algumas questões que temos que desengessar.

Encerrando, o Professor Mozart falou da descontinuidade de ações e programas da educação. Você tem toda a razão, Professor. De 1980 a 1994, no pe-

ríodo de 14 anos nós tivemos 11 Ministros da Educação. Quer dizer, há continuidade? Há a possibilidade de continuidade de programas? Não há. Porque cada um chega com seus princípios, com as suas idéias, com as suas vontades e a sua formação e a sua visão. Mas não há continuidade. De 2003 a 2007 nós tivemos três ministros da educação. Acho que é hora da gente ter um pacto nacional. Hoje nós temos um técnico lá que seja um técnico, mas que esse cargo seja, que se mude, quando houver extrema necessidade para que possa haver continuidade das políticas traçadas pelo próprio Ministério e por essa Casa. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, eu não posso deixar de manifestar a minha satisfação de ver como o senhor traz aqui detalhes importantes que, muitas vezes, passam despercebidos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, posso--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Posso sugerir?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só que os outros três Senadores--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Falem, né?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Falem também.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu creio que pode ser mais rápido, já são 12:30.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Estou de acordo. Então, eu passo a palavra agora ao Senador Wellington Salgado. Não, Senadora Rosalba, desculpe. Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Wellington está nos fazendo essa cortesia.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Com o maior prazer, Senadora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Porque a Senadora cedeu ao Senador Marco, e ele cedeu à senhora. Depois será o Senador Wellington, depois o Senador Augusto Botelho e encerramos.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente Cristovam, senhores professores, desde já estamos muito gratos pela, pelo que puderam nos proporcionar. Eu gostaria aqui de colocar, em primeiro lugar, que por não ter uma formação de Professor, de

professora, meu colega está dizendo, uma educadora, claro, toda mãe é uma educadora, quando estudante de Medicina eu tive a oportunidade de dar aula a alunos que estavam se preparando para o vestibular. Aulas particulares. Mas, sem nenhuma formação para exercer, de forma nenhuma, o magistério. Mas eu tive uma experiência que foi muito válida, e essa experiência talvez eu digo que foi uma das mais importantes da minha vida, que foi administrar um Município por três vezes. E consegui dar um salto na educação.

Então, quando o Professor Serpa aqui colocava pontos que ele considera prioritários, importantes para que nós possamos reverter essa situação tão danosa, tão triste para o nosso país na questão da educação, porque Professor Mozart, o senhor tem toda a razão. Não teremos nunca um bom ensino superior se nós não tivermos uma educação básica de qualidade.

E quando o Senador Flávio Arns aqui colocava o porquê desse congestionamento na primeira série, eu sou defensora da pré-escola, pela experiência que vivi de creche e pré-escola, foi uma coisa que eu implantei na cidade como administradora, talvez pela característica de ser médica pediatra, mas não implantei creche para ser depósito de criança e apenas colocando lá para a criança ter o apoio nutricional e de saúde não. Nós fizemos uma programação pedagógica. Nós tínhamos a cartilhazinha feita pelos próprios pedagogos da administração, que chegava para a criança e ela, ao terminar a creche e a pré-escola, estava praticamente já lendo, contando e isso dava uma alegria especial. E o que nos deixa, essa experiência foi válida, Professor, porque, na realidade, nós acompanhamos durante todo o período com avaliações semestrais em parceria com o Instituto Ayrton Senna exatamente para corrigir o fluxo, para fazer o Professor alfabetizador, para trazer condições de melhorar na qualidade. Então, nós tivemos essa preocupação de acompanhar e podemos comprovar que a criança que vinha da pré-escola, ela tinha, inegavelmente, um rendimento bem melhor escolar na primeira série, no ensino fundamental.

Então, isso é algo muito positivo, daí porque eu acho que os recursos para a pré-escola, conseguimos crescer um pouco, mas foi muito pouco. A pré-escola tem que ser tratada com recursos como se fosse o nível superior, porque é a base, é o início, é o primeiro passo. Vou continuar lutando por mais recursos para creche e pré-escola. E acho que todos que estamos aqui na Comissão entendemos isso, dessa importância. Depois, temos algo que eu acho que realmente é muito importante, o Senador Flávio também aqui já colocou, como o Senador do Paraná, que na pré-escola, aos pequenininhos nós não podemos deixar salas superlotadas com apenas um Professor. E já existem

normas para isso, mas não são cumpridas. Porque falta fiscalização. Entra aí a figura talvez do inspetor escolar-- [soa a campainha]

Porque, existe o supervisor de escola, existe a própria gestão, seja municipal ou estadual, que vai, que tem a obrigação de supervisionar, mas é necessário ter aquela figura que traga, vamos dizer assim, mais respeito, mais cobrança, sem ser punitiva, mas no sentido de melhorar cada vez mais a escola. Outra questão que eu colocaria aqui que é de primordial importância, é a autonomia escolar. Tem que ter autonomia financeira e pedagógica. Claro, você não pode ser totalmente desvinculado do plano nacional, mas ela tem que ter. E a seleção de diretores, isso eu fiz.

E queria aqui aproveitar e dizer a todos os gestores municipais, estaduais, não temam selecionar diretores, eu fiz isso. E acharam até que politicamente eu podia estar errada, não, eu estava certa. Tão certa que vi o resultado na escola, passamos a ter mais respeito dos educadores e o resultado eleitoral talvez de 84% na minha cidade de votos tenha sido também fruto dessa gestão mais democrática.

Então, eu acho que isso é algo primordial, a seleção. Eu sou a favor de que tem que ter critérios para a seleção. E que possa até ser associado a uma eleição, mas antes, em primeiro lugar, aquele que vai competir vai ter que ter os critérios que têm que têm que estar para poder ter aquele espaço, aquele lugar que é tão importante na escola. Então, eu estava aqui colocando, porque enquanto a gente está comparando com o Chile, com a Argentina, eu tive uma experiência, fiquei muito triste, Prefeita, fui ao encontro de mercocidades e fomos fazer um debate sobre a Educação. Enquanto nós estávamos discutindo aqui do Brasil, com exceção de algumas cidades do sul, mas discutindo ainda em alfabetizar, eles já estavam discutindo os resultados da segunda língua na escola. Então, veja, por aí a gente já vê qual é a diferença. Então, parâmetros para termos um comparativo são muitos. Então, precisamos apenas, realmente investir, ter essa prioridade.

Outra questão que nos chama bem, muita atenção é exatamente nós temos que ter um plano, não apenas colocaram aí muito bem não apenas o salário base. Claro, tem que ter um salário base, digno, que possa honrar o Professor, honrar seus compromissos. Mas existe essa confusão que eu vivi. O Professor, muitas vezes, ele não pode ficar muito tempo na escola que ele pula para outro, outro compromisso que ele tem. Até em poder público dois, três. Isso precisa ser ordenado. Se ele estiver na escola, e ele gostaria de fazer isso, ter um salário digno que compensasse todos aqueles bicos que ele precisa fazer, dois, três empregos que tem que assumir numa só escola. Aí ele teria

mais condições de ser um Professor melhor, de mais qualidade, mais motivado para o aluno. A capacitação é primordial como também a avaliação. Não podemos deixar isso desde o Professor de creche. Ele tem que estar na creche com o nível superior, capacitado para aquela função que ele vai, que ele vai exercer.

E, realmente, a questão é investimento, é financiamento, é priorizar. Não existe como chegarmos a melhorar se não tiver, mais uma vez, que entender que não é gasto em educação é investimento de futuro nesse Brasil. Não, é inadmissível o que está acontecendo em alguns Estados, em algumas cidades, isso lá no meu Estado eu vi, me relataram, eu fiquei escandalizada. Há uma disputa entre o aluno do ensino fundamental do Estado e do Município. Quem disputa são as escolas, oferecem inclusive prêmio, sorteios. O pai que vai colocar a criança naquela escola se for do Estado, porque o aluno, ele vale para o cálculo do FUNDEB. Então, fica essa disputa. E o que nós sentimos é que o ensino fundamental realmente tem que ser do Município. Tem que acabar com essa, com essa questão que muitas escolas são do Estado no ensino fundamental, escolas do Município. Então, elas caminham, não existe uma integração na metodologia, não existe integração de programas, de ações, então isso traz um prejuízo muito grande, Senador. Eu vivi isso. E na minha cidade, sem ter que oferecer prêmios, graças a Deus, a escola municipal era aquela que o pai preferia em primeiro lugar. Porque estava tendo atenção especial e as soluções acontecem mais rápido. Você não precisa esperar que venha da capital um processo burocrático, muitas vezes questões que são tão simples e que impedem a vida da escola.

Então, essa era uma questão muito importante. E outra também que acho que tem que se ter uma atenção especial, não sei de que forma vamos colocar é na questão dos assentamentos rurais. Porque o assentamento rural, ele é feito, se distribui a terra, se dá os recursos para a associação fazer as casas, para ter o crédito rural, mas se esquece da coisa mais importante, que antes da casa era para o Governo Federal repassar ao Município, à associação, o recurso da escola. Muitos assentamentos rurais estão aí sem ter a escola. Eu construí vários com recursos próprios do Município, porque ali se forma, são famílias que vão para uma área rural distante, com estradas péssimas, porque também na reforma agrária o recurso para as estradas não chegam. Até para transportá-los é difícil pela escassez no interior dos tipos de transporte. Então, tudo isso são questões que nós não podemos abandonar. Porque essas crianças têm o mesmo direito daqueles que estão na zona urbana, têm o mesmo direito dos que estão nas grandes cidades.

Então, são esses detalhes que eu gostaria de aqui colocar, lembrar e dizer que foi muito proveitosa essa audiência até pela forma real, a forma objetiva, a contribuição que todos os senhores aqui nos colocaram. Desde o Dr. Mozart, Dr. Paulo Rizzo, Dr. Serpa e o Dr. Célio. Obrigada a todos. Eu espero que possamos, juntos, fazer essa revolução social, essa revolução, Senador Cristovam, que o senhor tem dito tanto e que eu estou convencida, não existe outro caminho, o Brasil só será socialmente justo pelos caminhos da educação que realmente promove transformações sociais.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Fico contente, nós dois somos guerrilheiros. Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Tem muito guerrilheiro por aí, Presidente. [Risos]

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Bom, primeiramente eu queria pedir desculpa ao Sr. Mozart e também ao senhor Professor Célio Cunha, porque eu tive que sair para relatar dois projetos, mas, com certeza, a Secretaria me passará o disquete para que eu possa fazer a minha lição, fazer o meu estudo. Queria dizer ao Presidente que eu sou o Relator da Lei de Responsabilidade Educacional, que V.Exa. criou e vou dar um parecer favorável. Vou acompanhar V.Exa., acho que vai ser um grande momento, uma grande discussão, onde V.Exa., mais uma vez vai revolucionar essa casa para um debate primoroso, com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sem querer tomar o tempo, o senhor poderia levantar aqui a ressalva o que senhor tem em relação a um dos pontos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Qual ressalva, são tantos pontos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas tem um fundamental, Senador Wilson, é que eu ponho a responsabilidade não só do Governo mas do pai também, da mãe. Dos pais.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): É isso mesmo, é verdade. E que nas minhas pesquisas o Chile já utiliza, né? V.Exa. viaja bastante, o Chile já utiliza.

Bom, eu fico assim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu queria não entender nada de Educação, a verdade é essa. Eu não queria ter nascido com uma mãe que criou um jardim de infância, fez a primeira série, a segunda série, um primeiro grau, o segundo grau, a faculdade, aí conheceu o Professor Serpa. Lá montamos cursinhos. Aí o Prof. Serpa criou o CESGRANRIO, que foi o grande vestibular unificado da época, uma grande idéia e aí, depois, todo mundo começou a criar os seus

vestibulares, onde todo mundo paga uma taxinha, sai caro para o aluno, separou. Aí o Professor Serpa vem, cria a Academia Brasileira de Educação, lutando para criar. Depois aparecem grandes Conselheiros como o Prof. Éfrem, que está aqui presente. Então, eu queria, na verdade, não entender muito do assunto, porque eu só fico triste, eu só fico triste. Eu fico triste porque, primeiro, Presidente Lula já fez um trabalho onde quebrou aí uma série de paradigmas, digamos assim, ao colocar comida na barriga das pessoas que queriam comida, precisavam de comida, não é que queriam, precisavam de comida. E cada vez mais eu acho que nós temos que ter o Ministério da Educação Básica e o Ministério da Educação Superior. Sabe por quê, Presidente Cristovam? Porque todo o Ministro que chega no Ministério da Educação, ele acha que só tem que pensar na educação superior, porque ali estão os cérebros que melhor pensam, que discutem. Ele só pensa nisso. Aí começa a criar avaliação para tudo. E o que eu aprendi, ao longo da minha vida, é que Professor bom se faz, se tem escola boa, se tem com Professor bom, sendo bem remunerado e atualizado. Eu fico realmente, às vezes, achando que eu sou alguém perdido nesse sistema inteiro. Brigo contra o MEC. Chego a um acordo com o MEC. O MEC me autoriza algumas coisas quando eu era Presidente da mantenedora, nega outras. Não acredita numa universidade nacional, quando vem o capital estrangeiro começa a comprar uma série de faculdades pequenas. Quer dizer, vai ter uma faculdade internacional mandando no sistema nacional, não sei o que é que eles vão ensinar depois. Fico feliz, sou doutorando em ensino à distância pela UNES (F), não defendi a tese, por isso que eu não tenho o doutorado, porque eu me dediquei para outros caminhos. Fico feliz quando o Ministério cria o ensino à distância, porque todos na Europa me diziam que o Brasil é um país preparado para a *ensinância à distância*, falavam isso na Espanha. Então o Ministro Fernando Haddad cria o ensino à distância. Aí ele cria o ensino à distância e depois diz que você vai pedir autorização para onde você vai fazer ensino à distância. Então não é mais ensino à distância. [soa a campainha]. Não é mais ensino à distância.

Quer dizer, a todo o momento que se cria, que parece que nós vamos para frente, progredir, abrir a maneira de pensar, aí alguém lá resolve pensar e faz uma Portaria limitando a criatividade e limitando a expansão. Eu vejo a questão de sobra de vagas, como hoje dizem, sobra de vagas, eu não vejo isso como um problema não, eu vejo isso como nós chegamos a um grande momento. Antigamente o vestibular existia porque se tinha menos vagas e muito mais candidatos. No momento que o Governo desenvolveu de alguma

maneira e parece que tem mais vagas, isso não é um problema, são vagas chamadas vagas virtuais. Se elas forem atendidas, ótimo, se não forem atendidas, não existe. A verdade é essa. E isso assim que tem que ser. Se tem demanda, tem que ter vaga. Se não tem demanda, não tem nem porquê. Aí o que acontece com os cursos de, na área de Pedagogia, Matemática? Não tem demanda porque remunera mal os professores, os professores são muito mal remunerados, a verdade é essa. Se eles ganhassem bem, os professores se dedicariam às carreiras. Nós sabemos disso, o Prof. Serpa acompanhou o longo, a demanda por cada curso no vestibular, tem um histórico que talvez ninguém tenha. V.Exa. prestou concurso por todo o país, uma série de concursos, o primeiro a criar o CESGRANRIO, concursos, grupo especializados. Quer dizer, eu não vou ficar também elogiando muito V.Exa. porque eu sou suspeito. Mas talvez muitos não conheçam também a história de V.S^a aqui.

Então, eu sinto realmente que o que está faltando é audácia. E o Presidente dessa Comissão talvez tenha até pago um preço alto pela sua audácia. Fala o que quer, fala o que pensa. Talvez tenha falado demais para quem manda muito. E aí V.Exa. veio para a Comissão de Educação, onde aqui, V.Exa. fala e ninguém tira V.Exa. Aqui V.Exa. vai falar o que quer, vai discutir com os nossos Senadores no alto nível. Fico muito preocupado também quando se... Eu fui, eu tive, às vezes, você para abrir uma universidade privada, você tem que cumprir uma série de exigências e vai a fiscalização. De repente, se cria um campus de uma pública e não tem nada. Eu não sou contra criar pública não. Eu defendo qualquer uma, qualquer voto aqui nessa Comissão e no plenário para criar... eu já disse que sou favorável, já disse, seja ela pública, privada o que for sou sempre favorável. Agora, vamos criar um critério. Temos que ter critério, não pode chegar lá de repente você chega lá criou uma pública. Outro dia eu fui em uma lá em Minas Gerais e não tinha nada. Eu votei a favor para a criação.

Questão da prova da OAB, Professor Paulo Rizzo. Professor, o mestre faz a prova para aprovar quanto ele quiser, V.S^a sabe disso. O Professor, quando quer reprovar 90%, ele faz uma prova para reprovar 90%. Se a OAB quiser que tenha somente 50 novos Advogados no mercado de trabalho, ela vai fazer uma prova para reprovar todo mundo e aprovar 50. E qualquer outra entidade de classe, não é só a OAB não, estou falando a OAB porque é o que está sempre em discussão.

Então, esse debate, Sr. Presidente, é um debate maravilhoso, num momento oportuno. Agora, eu queria entender menos de educação. Já vi vários Ministros passarem, já sofri em Gabinete de Ministro,

já carreguei malinha com a minha mãe caminhando para poder tirar, aprovar um projetinho que era assim: 100 vagas de um curso de Pedagogia. Isso não pode existir mais. Nós temos que ir para frente, nós temos que ter uma universidade nacional livre. Autonomia universitária, transformaram, não, não é autonomia, a autonomia não é, qual é a palavra que usam? Autonomia não é... É soberania. Autonomia foi dada para que nenhum Governo pudesse dizer o que vai ser ensinado lá dentro, como vai ser ensinado para quem vai ser ensinado, isso é uma autonomia universitária. Lá dentro é como aqui no Senado, isso é autonomia. Quando o Senador sobe na tribuna, fala o que quer e não vai ser processado. E nós já vimos até coisas que foram ditas que não poderiam nem ter, nem poderiam ser ditas, mas ninguém processa. Isso é uma autonomia. É liberdade plena de poder ensinar, de aprender do jeito que quiser, que raça, do jeito que for, isso é liberdade bonita.

No entanto, a todo o momento alguém acha que acordou de manhã, bateu uma luz maravilhosa na cabeça e faz uma Portaria. Estou muito feliz de estar presente, ouvir os senhores. Esse ciclo criado pelo Presidente, com certeza vai ter um material que será encaminhado ao MEC, com certeza. E espero que, realmente eu apostava, apostado ainda muito no Ministro Fernando Haddad, pela juventude dele, pelo apoio do Presidente a ele, pessoal, eu já vi. Agora, nós temos que ser mais audaciosos. Nós temos que criar o Ministério da Educação Básica e o Ministério da Educação Superior. É como V.Exa. sempre diz, por que é que uma cidade, desculpe, se eu estou me estendendo, Sr. Presidente, mas por que é que uma cidade que tem *royalty* de alguma coisa tem dinheiro, tanto dinheiro, que ele aplica o dinheiro na manutenção de um local de feira de agropecuária e bota uma escola lá dentro! Ele tem tanto dinheiro que precisa gastar em educação que ele cria uma feira de agropecuária para botar a escolinha lá dentro, para manter uma feira agropecuária, onde vai ter exposição de cavalo, de tudo. Por que é que esse dinheiro não vai para um caixa único, para ser aplicado na educação básica? Por que é que o dinheiro, onde tem muito, tira-se dali e vai se aplicar onde tem menos? Agora, precisa ter coragem. Precisa ter peito. O Presidente Lula tem. O Ministro Fernando Haddad tem que ter também. V.Exa. teve. V.Exa. tinha planos na cabeça e continua com os planos aqui, lutando. Chamam de guerrilheiro, eu não sei o que é que é. Mas V.Exa. não mudou o seu pensamento, isso que é bonito. Tem feito caminhadas. Lutou por campanha a Presidente, pela educação o tempo inteiro. Isso dá prazer. Dá prazer de participar no Senado com V.Exa. e com os demais membros aqui.

Então, eu queria parabenizá-lo mais uma vez, dizer que meu voto vai ser favorável ao projeto de V.Exa. e vamos ver o que vai acontecer no debate, porque aí é que eu quero ver, aí é que é bonito. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes de passar ao Senador Augusto, eu quero dizer que amanhã teremos caminhada em Criciúma e, certamente, abaixo de 5 graus, talvez, mas vamos caminhar lá pela Educação. Mas o Senador Wellington trouxe uma coisa interessante, que é a idéia de sobrar vagas. Nós somos tão deformados pensando no andar de cima, como diz, como dizem alguns Jornalistas, especialmente Hélio Gaspari, que a gente fala que sobra vaga na universidade sem perceber que na verdade não sobram vagas na universidade, faltam alunos concluindo o ensino médio.

Aí, claro que falta. Porque a gente trabalha para nós, chama-se PROUNI, é universidade para todos. Todos, quem, gente? Todos, o grupinho que terminou o ensino médio. Então, na verdade faltam vagas, desde que todos terminassem o ensino médio.

Passo a palavra ao Senador Augusto Carvalho, desculpe, Augusto Botelho. Você vê o provincianismo como domina a cabeça da gente. Augusto Carvalho é um grande Deputado Federal por Brasília.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Obrigado, Sr. Presidente. Inicialmente, eu gostaria de elogiar pelas conferências e fazer uma complementação ao que o Wellington falou, que o senhor tem coragem de falar o que pensa e o senhor também sabe o que o senhor pensa sobre a Educação quando fala. E isso é a coisa mais importante que eu vejo nas suas posições.

Bom, Prof. Serpa falou sobre a qualidade da educação principalmente é importante. E, realmente, lá em Roraima nós temos 15 anos que somos estados e desde 44 somos um território. Os nossos diretores de escola nunca tiveram um curso para ensinar a gerir uma escola. Os que são, que sabem alguma coisa, fizeram com recursos próprios, por correspondência ou viajaram para fazer. Esse ano é a primeira vez que está saindo um curso assim, porque os professores me solicitaram apoio, e eu consegui, coloquei uma Emenda e o Ministro da Educação liberou, esse ano haverá um curso de gestão, primeiro curso de gestão escolar, que eu espero que continue, porque nós temos muitas escolas, só 150 professores com curso, não vão ocupar todas as nossas escolas.

Segunda pergunta foi uma coisa que me preocupou muito, foi a respeito do tal do apagão da educação, de gente, que o Professor Mozart falou. Esses 250 mil professores que faltam, no ensino básico--

SR. MOZART NEVES RAMOS: Ensino médio.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Ensino médio, são professores com formação superior, o senhor está falando, né?

SR. MOZART NEVES RAMOS: Inicial.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Inicial, básica.

SR. MOZART NEVES RAMOS: Deveria ter formado, nós deveríamos ter formado cerca de 55 mil professores de Química na década de 90, formamos somente 7200. Na área de Física, igual número deveríamos ter formado. E só formamos 10 mil professores. Então...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Realmente no meu Estado, a deficiência de Professor de Física, Química e Matemática é muito grande. Nós, inclusive, numa Universidade Federal conseguimos recursos, já está no primeiro, no segundo ano o mestrado de Química e Matemática, lá também, por causa dessa deficiência. Com Emenda nossa também, uma reivindicação da universidade, não fui eu que pensei, a universidade veio e nós ajudamos a elaborar.

Mas esse déficit de 250 mil, ele está em curva ascendente ou descendente, ou está estabilizado?

SR. MOZART NEVES RAMOS: Ascendente, porque quando o FUNDEB, o ensino médio, o aluno do ensino médio vai dar o estouro da boiada como houve no FUNDEF. É bem verdade que agora a gente tem o EJA também de ensino médio, que está havendo uma certa migração para o EJA, que foi citado aqui pelo Serpa. Mas, com certeza, vai ampliar as matrículas no ensino médio.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Certo, certo. Então...

SR. MOZART NEVES RAMOS: A gente só tem 41% de 15 a 17 anos, de fato, no ensino médio. Uma parte desses, de 15 a 17, ou estão fora da escola ou estão no ensino fundamental 2.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): É... a minha dúvida era essa. Gostaria de fazer outra história do Senador Cristovam. Quando eu cheguei aqui nessa Casa, eu sou médico, fui eleito Senador a primeira vez agora, logo que eu cheguei, ele ia sair para ser Ministro da Educação, eu fui conversar com ele... Eu o conhecia já da história. Ele me chamou atenção para isso, que no Brasil nós aplicamos 2/3 do orçamento no ensino superior e 1/3 no ensino básico fundamental. Então desde essa época eu tenho me dedicado a acompanhar, estudar isso. E vejo realmente que talvez na Educação nós devamos fazer um trabalho como nós fizemos na Saúde. Eu sou médico e tenho trabalhado na elaboração e na implantação do Sistema Único de Saúde, que esse sistema obrigue que os Ministros de Saúde troquem, mas que eles sigam aquele plano que

está elaborado. Talvez na Educação esteja faltando alguma coisa assim. Como o Senador falou aqui, que foram 11 Ministros em menos de 9 anos. Então, não tem jeito. A Educação realmente tem que ficar como a gente está aí, nesse caos. Nós temos que talvez fazer, dentro dessa discussão que estamos fazendo, partir para uma coisa mais concreta, de uma política de educação estabelecida pela lei para que todo mundo que entrar, saiba seguir. [soa a campainha], tenha que cumprir. Muito obrigado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Presidente, só um aparte. Nós estamos fazendo casa, de cima para baixo, primeiro a laje depois a fundação. É o que nós estamos fazendo, quando estamos gastando 2/3 no ensino superior. Primeiro se faz a cobertura depois vai se fazer a fundação, dá tudo errado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E o pior é que aí a cobertura não sustenta, fica frágil, como disse o Prof. Paulo. Agora, eu tenho a impressão que o problema talvez não seja reduzir do ensino superior e, sim, aumentar do ensino básico. E aí a idéia de ter dois Ministérios ajudaria. Porque, eu sei que o Andes(F) é contra, os professores universitários, mas na hora em que forem dois Ministérios ninguém vai levantar esse problema. Ninguém diz, por exemplo, que se gasta muito com Ciência e Tecnologia porque é outro Ministério. Na hora que a gente tiver nitidez, vai ficar muito melhor. Além disso, enquanto Ministro da Educação tiver que atender o Professor universitário e o Professor primário, ele vai atender o Professor universitário, é amigo dele, foi colega dele, se formou com o irmão dele, usa gravata, calça sapato. Ele não deve.

E, segundo, ele pode se realizar dizendo que fez o PROUNI, não precisa mais cuidar de outra coisa. Se ele for só da educação de base o PROUNI não ajudaria, ele teria que resolver é como ter mais menino terminando o ensino médio. Hoje, se um Ministro consegue colocar mais gente na universidade, ele fica prestigiado, ele é um Ministro que fez muito.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Mas, Senador Cristovam, também não vamos tirar esse PROUNI do Ministro, que realmente foi uma sacada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Claro que não.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Eu digo para ele, às vezes, que foi um omelete sem ovo. Mas que é uma grande sacada. Porque realmente as universidades não conseguiam pagar o imposto e ele fala: “Então, já que não pagam, não

vamos dar as vagas”. Vai ser bom para todo mundo. Nesse ponto daí--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Claro que eu não tiro.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Eu sou fã de V.Exa., mas nesse ponto o Haddad--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Foi bom o senhor trazer, porque eu lhe explico. O que eu acho é o seguinte, só isso não vai mudar a educação no Brasil.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Claro que não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas muda a história do Ministro. Eu quero que o Ministro faça o PROUNI e ponha a criança no ensino básico. Tem que separar. E eu não posso ficar contra porque o PROUNI nasceu no ano em que eu fui Ministro.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Não seja tão ciumento, deixa uma pontinha para ele também. V.Exa. é muito ciumento.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Desculpe, o senhor está sendo injusto.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Deixa uma pontinha do PROUNI.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, o senhor está sendo injusto. Eu acabo de dizer que ele fez uma coisa tão grande que não precisa fazer mais nada.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Está certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Isso, mas aí os menininhos vão ficar sem escola. Então, é preciso dividir para que ele ficasse lá em cima e outro fizesse o PROUNI da educação de base.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Esse outro é V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, não, porque é um Ministério só. Tem que dividir como o senhor prometeu, como o senhor falou. Agora, eu não posso, ao contrário, votei a favor, fiz discurso. Até porque começou em 2003, chamava-se diferente, era Programa de Apoio ao Estudante, e tinha uma diferença: o estudante que recebesse a Bolsa teria que ser alfabetizador de adultos por um semestre. Isso foi tirado, porque é óbvio que não dá voto, porque quando você é obrigado a alfabetizar, você não recebeu nada.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Aonde foi que esse projeto começou?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está lá, eu fiz esse projeto e foi entrado na Casa Civil do Ministro José Dirceu, com o nome de PAE, Programa de Apoio ao Estudante, vou lhe dar esse projeto, prontinho.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): É ciúme, não tem jeito é ciúme, é ciúme. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ministro, foi entregue em abril de 2003. Não foi ciúme, porque é diferente. O meu era um projeto que visava alfabetizar e, ao mesmo tempo, dar uma Bolsa. Esse visa apenas dar a Bolsa. Agora, vamos falar com franqueza. Quando o senhor obriga o jovem a ser alfabetizador, ele não lhe deve nada. Agora, quando você dá a Bolsa sem pedir nada, ele lhe deve tudo. Eleitoralmente, o PROUNI é muito mais eficiente do que o PAE, como ficou engavetado, muito mais, muito mais. E não precisava nem nadinha pagar em dinheiro, com o dinheiro que se gastaria com a alfabetização. É outra concepção.

Agora, eu não tenho dúvida, o PROUNI é das grandes coisas que o Presidente Lula e o Ministro Fernando Haddad fizeram. Pena que sendo junto o Ministério, como o senhor disse, basta isso, para botar o Ministro na história, basta isso. É bom demais. Por isso a gente tem que separar. Estou de acordo. Mas é uma velha luta que, a primeira reação foi dos professores das universidades, achando que iam perder com isso. Eles iam ganhar porque iam ter um Ministro só para eles. E ali na reunião do Ministério, ia ter dois Ministros da Educação, como tem seis da Economia. Por que tem seis para a Economia e para a Educação só um, gente? E tem gente contra isso. Isso vale na hora das discussões.

Bem, eu falei mais do que devia como Presidente da Mesa

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, eu só queria ainda fazer umas observações nesse sentido, que a gente também não pode esquecer que, sem dúvida, o parâmetro básico é recursos insuficientes, né? Isso aí foi abordado também, mas eu acho que um dos avanços importantes que houve nos últimos anos no Brasil, foi a repartição de responsabilidades. Quer dizer, o município tem que aplicar, no mínimo, 25 na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental. O Estado tem que aplicar, no mínimo, 25% nas séries do ensino fundamental subseqüentes e no ensino médio. E o Governo Federal tem que aplicar no mínimo 18% no ensino superior, quer dizer, na

Educação, no ensino superior e uma função supletiva também na educação básica. Então, eu diria que isto foi um avanço extraordinário, no mínimo, 25.

Existe muitos Prefeitos que chegam com muita alegria e satisfação e dizem: “Olha, no final desta gestão, no ano que vem, nós vamos ter período integral para todos os alunos do município”. Imaginem se este Prefeito estivesse recebendo recursos, que foi dito antes, das contribuições, não só dos impostos.

Agora, o que dá uma tristeza para mim é perceber que o município esteja sendo mantenedor de uma instituição de ensino superior. Aí eu acho que é uma distorção da realidade. Ou pela ausência do poder público, que é o que acontece no nosso Estado, em que a instituição de ensino superior é estadual, em que o Governo tem que gastar com as instituições de ensino superior estaduais. Por quê? Pela ausência do Poder Público Federal na organização, na expansão do ensino superior, que é excelente. A gente tem que pensar...

Agora, existem, eu devo confessar a V.Exa., que esse debate sobre a divisão de educação básica e ensino superior é um debate assim, em que eu, propriamente, também não estou convencido de que deva ser nessa direção, porque eu penso assim que nós temos que ter um sistema de educação que permita a integração de tudo. Do ensino superior, do ensino, da pesquisa, da formação, da vinculação da instituição de ensino superior com a comunidade. Eu acho que é um debate que a sociedade, na verdade, tem que fazer.

Quando eu falei, inclusive antes que eu também sou Professor e a gente vê a mudança que houve nos últimos anos da época em que a gente optou em fazer uma licenciatura e hoje essa questão de sobrevivência, porque eu digo assim, essencialmente também, o Professor tem que ser bem pago, que nem o Senador Wellington colocou. Quer dizer, bem pago. Quer dizer, o que é que é valorizar o Professor? Plano de carreira, salário, tal, para que a pessoa diga: “Não, eu posso começar aqui e chegar lá e ter uma vida boa e digna”.

Mas, só para dizer assim que esta repartição de responsabilidades, sem dúvida foi um grande avanço no Brasil. E me admiro que a Senadora Rosalba esteja colocando esta disputa por alunos, que acontece ainda em muitos municípios, quando isso não deveria estar acontecendo, né? Me parece, salvo melhor juízo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu peço desculpas, mas não fujo ao debate dos dois Ministérios. O sistema continuaria. Se fosse assim, Ciência e Tecnologia teriam que estar no MEC. Cultura também. Esporte também. Eles são separados, mas são coordenados. Além disso, como é que se faz com Ministério da Fazenda, Indústria e

Comércio, Turismo, Agricultura, Reforma Agrária, Transporte e Pesca? Para não falar no Banco Central, que no Brasil, diferente do resto do mundo, é Ministério também. É o único país. Então, aqui são 9.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O sistema se cria através de instituições que cria o sistema, não é através da gerência. Então, além disso, os países que, isso não é uma novidade, os países que deram certo, quase todos são assim. E não só os países, os estados. Eu não sei no Paraná, mas São Paulo, o ensino superior está com Ciência e Tecnologia.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Paraná.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Paraná também. Então, isso é possível, mas eu acho que devia ter era mais um mesmo só para o ensino superior. Só que aí precisa fechar uns cinco, porque já tem Ministério demais. Senador Wellington, eu não quero estragar o almoço, mas vou passar para o senhor, sim.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Não, eu queria saber, se V.Exa., se por acaso acontecesse essa divisão e se V.Exa. fosse convidado pelo Presidente Lula, qual seria a posição de V.Exa.?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu diria a ele que agora eu quero nomear o Ministro.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu sei que é muito pretensão para quem só teve 2,5% dos votos, mas não custa nada--

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Mas ele começou assim. O Lula começou assim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas não custa nada ter a intenção...

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Professor Célio.

SR. CÉLIO CUNHA: Eu anotei aqui algumas poucas observações, começando com as observações do Senador Flávio Arns. Ele, primeiro ele fez, ressaltou a necessidade de alguma avaliação, até fazendo algumas comparações internacionais. Em termos até de investimentos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Locais.

SR. CÉLIO CUNHA: Pois é. Eu, por acaso, eu estou aqui com... acho que dois indicadores, né? Em

termos de gasto do PIB, pegando questão do PIB, o percentual do PIB e a aplicação em Educação. Então, nós temos, por exemplo, um país, Hungria investindo 5,3; Malásia, 8,5; Nova Zelândia 6,9; Argentina, atualmente, 6; Brasil, no todo, 4,2 e com esse novo cálculo acho que pode baixar um pouco; México 5,3; Estados Unidos, 5,6; Dinamarca, 8,5; Finlândia, 6,4; Israel, 7,6; Noruega, 7,2; Portugal aumentou muito, 6,1; Suécia, 7,8; África do Sul, 5,8.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O senhor tem o Paraguai?

SR. CÉLIO CUNHA: O Paraguai, o Paraguai eu não tenho aqui o investimento do Paraguai, eu tenho uma outra tabela aqui, Senador, que é o investimento por aluno.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Paraguai, eles estão dizendo 4.3. Mais que o Brasil.

SR. CÉLIO CUNHA: Pois é, então, por isso que a gente destacou a questão do financiamento, que é uma questão que precisa ser equacionada. Quando a gente--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só quero dizer, sem demérito para o Paraguai, pergunto para o Paraguai, só para ver os nossos vizinhos.

SR. CÉLIO CUNHA: Sem dúvida, sem dúvida. E se a gente pegar uma outra tabela, o gasto por aluno, eu tenho aqui, o resultado é o mesmo. Olha, o Brasil está aqui. Suécia e Estados Unidos estão aqui, mais de oito mil dólares por aluno/ano.

Então, aquela, aquela colocação. Então, de fato se a Finlândia tem a melhor educação do mundo, conversávamos agora no intervalo aí com o Heitor Gurgulino (F), é o país também que mais investe. Então, de fato, por isso que eu ressaltai a necessidade de um plano de longo prazo, um verdadeiro pacto suprapartidário pela Educação.

Mas V.Exa. tocou num outro ponto também, quando eu falei da necessidade de diagnósticos, eu falei em diagnóstico tanto na gestão, no financiamento, quanto também na sala de aula. E quando falou em... socio-interacionismo, Piaget etc, nós temos um problema aí nas séries iniciais. Um problema ainda que precisa ser melhor esclarecido. Quando eu falei que os nossos diagnósticos não são precisos, é porque devido a diagnósticos malfeitos isso conduz também a investimentos malfeitos. Então, nós teremos que uma nova política tem que ter muito cuidado nessa questão do diagnóstico. E aí, nas séries iniciais há um problema realmente de uma explicação mais sólida, por que é que essas crianças não estão de fato aprendendo.

Bom, uma outra questão que foi levantada, acho que o Senador Marco Maciel colocou muito bem a questão da residência pedagógica. O problema do in-

vestimento, acho que veio à tona, a lei de responsabilidade educacional, foi muito bem, acho que... tocada aqui. Mas eu gostaria ainda, talvez de insistir, acho que numa questão que realmente, que eu considero assim uma questão de grande importância no Brasil, voltando à questão que eu falei, que a comunidade europeia colocou. O Professor como o ponto mais importante da política de melhoria de qualidade [soa a campanha] do ensino. Só para concluir.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): À vontade.

SR. CÉLIO CUNHA: Essa questão do Professor, ela precisa ser tratada, mas pegando toda a cadeia. Pegando não só a formação inicial. Não só a formação continuada, mas pegando também, e isso é uma tendência hoje na Europa, é uma tendência nos países da OCDE, para ver se as pessoas se candidatam a ser Professor, se realmente têm vocação. Ou seja, se realmente reúnem algumas condições mínimas também para ocupar uma vaga na universidade. E, depois disso, quando ocupa é uma formação cada vez mais esmerada. Até o ponto de países assim como a Itália ter formação de Professor de ensino médio que demora seis, sete anos. Veja o cuidado com que eles estão tratando.

Então, essa questão do Professor, eu mencionei, na época ainda do Senador Cristovam no MEC, que chegou a ser feito um plano docente. Mas um plano docente pegando toda essa cadeia, desde a formação inicial chegando até a essa residência pedagógica, chegando até ao ponto de tornar essas carreiras docentes mais atrativas. Por que é que eu insisto nisso? Porque nós temos uma tradição no Brasil de aligeirmos as coisas na Área da Educação. Não adianta formar, nós estamos cheios de pesquisas, que mesmo as escolas com professores formados não tenham ocorrido melhoria de qualidade. Isso é o que eu quero chamar a atenção aqui. Isso é grave. O FNDE tem pago, nesses últimos 30, 40, desde a sua existência, gasto um dinheiro enorme com a qualificação e com o treinamento de professores e a repetência no Brasil continua.

Então, veja bem o seguinte, nós temos que responder uma questão: Por que é que o fato que treinar professores não repercute, ou não está repercutindo favoravelmente na sala de aula, ou não está contribuindo para melhorar a qualidade? Quais são os nós que nós precisamos desatar, ou seja, numa nova política de educação?

Então, essa questão do Professor, só para encerrar, é uma questão da mais alta gravidade, nós precisamos realmente restabelecemos a auto-estima e valorizar o Professor. E uma das melhores maneiras de valorizar o Professor é realmente criarmos todas

as condições para que ele tenha uma competência, para que todo o Professor, no Brasil, chegue no primeiro dia de sala de aula sabendo o que fazer, com material pedagógico disponível. Esse não é um plano de um ano. Isso aí também nós não vamos resolver isso da noite para o dia. É um plano de longo prazo. Nós temos mais de dois milhões de professores neste país. Dois milhões de professores que precisam, que precisam entrar nessa sociedade do conhecimento, nesse contínuo, num processo de educação permanente. É fundamental, a formação inicial é apenas uma etapa para o processo permanente de formação. E só assim nós podemos garantir, a médio e longo prazo, realmente aquilo que está na pergunta do Senador Cristovam, ou seja, esse salto de qualidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Passo a palavra ao Professor Serpa.

SR. CARLOS ALBERTO SERPA DE OLIVEIRA: Obrigado, Presidente. Pegando já carona da repetência, que eu citei um câncer do sistema educacional, faz diferença, sim, a capacitação do docente. É pena que a Secretária de Educação de Tocantins não esteja aqui, pois se estivesse poderia explicar como ela fez e saiu na revista esta semana, este fim-de-semana, Tocantins deu um pulo enorme entre uma avaliação e outra exatamente porque capacitou os seus docentes. Porque capacitou os seus gestores. Fez diferença e muita. Está na frente de todos os estados do Norte e Nordeste. Deu um pulo de qualidade incrível, em pouco tempo. Eu quero dizer isso, em pouco tempo, entendeu?

Agora, como é que melhora o aluno. Nós temos 170 mil professores que vão ser, pelo Plano de Desenvolvimento da Educação, a eles vai ser dado capacitação para que tenham formação adequada para o nível de ensino onde estão. Mas ainda ficam faltando quase 700 mil. Você veja que é um longo prazo para que a gente consiga colocar em sala de aula, não é o Professor preparado para dar aula, minimamente qualificado com o nível de educação que ele tem que ter para ser Professor. Agora, eu acho que as soluções, nesse caso, é a única dúvida que eu tenho, meu caro Senador, sobre essa questão dos dois Ministérios, é exatamente porque a administração municipal tem dado tão certo em tantos lugares, porque o gestor está muito perto das necessidades que são variadas e diversas nesse país continental, que eu acho que a função de suplência do Ministério da Educação, ou o nome que quisermos dar, é que tem de grande valia como, por exemplo, nesse PDE, se pretende dar aos 800 piores municípios que não, sequer foram avaliados dessa vez. Agora, o gestor municipal, a professora, a

comunidade, o padre, o pastor, a pessoa que está ali na comunidade se dando as mãos, eu estou cheio de recortes de jornal, depois que foram publicados os índices de desenvolvimento da Educação mostrando como em cidades, que ninguém pensaria que estavam em grandes índices de desenvolvimento educacional, têm esses índices por causa de soluções desse tipo.

E é aí que eu fico na dúvida, se o Governo Federal, que tem uma máquina monstruosa para fazer passar recursos para cinco mil e que municípios no Brasil, teria essa agilidade, que eu acho que é necessária nesse momento, para poder formar não só as soluções para cada município, ou para cada escola. Hoje nós temos condição de examinar a situação, a cada dois anos, de cada escola brasileira. Isso é uma inovação e o Senador perguntava há pouco, comparativamente, dá para comparar. Até hoje as avaliações brasileiras não eram comparáveis, porque a escala não era a mesma. Os estados e municípios faziam as avaliações que não eram comparáveis com o SAEB, hoje não. A Prova Brasil, que foi uma das grandes contribuições que o Presidente Lula deu à área de avaliação, ela hoje é capaz de comparar todas as escolas do Brasil. E isso é que vai mostrar que os pulos de qualidade podem ser dados e vamos encontrar condições que não serão as mesmas nunca. Eu defendo que a solução dada para o Tocantins talvez não funcione no Rio de Janeiro. O que não pode é o Rio de Janeiro não reprovar e dar certificado de conclusão com nota, sem Professor em Matemática, Química e física, isso não dá. O sujeito tem um diploma falso. Porque não ensinou aquela disciplina, o colégio não-- [soa a campainha] ensinou a disciplina e nem o aluno aprendeu. Isso é que não pode acontecer.

Agora, eu também acho que quando nós comparamos os investimentos internacionais, eu acho que o Brasil está investindo baixo em educação, eu acho que deveria caminhar lá para o sete, como diz o Mozart, estou por aí. E por isso que não é um programa de Governo é um programa de estado. Vai levar uma geração, não tenho dúvida nenhuma, mas nós vamos conseguir.

Agora, quando você compara, e nós somos muito useiros e vezeiros de dizer que o Brasil é o último país, só está abaixo do Taiti nas comparações internacionais. Nós dizemos muito isso, não dizemos? Não são comparáveis os resultados, porque as avaliações internacionais do Pisa, por exemplo, desconhece a distorção idade/série. E, portanto, o estudante brasileiro não pode ser comparado com o estudante que não tem essa distorção idade/série nas escolas dos outros países desenvolvidos. Então, é preciso a gente aprender a olhar a avaliação do jeito que ela merece ser olhada, a

isto é, dar a informação que a gente precisa tirar dela. E não aquilo que à primeira vista parece.

Acho que o Brasil deu um grande passo nessa avaliação, meu caro Presidente. Eu acho que o Brasil tem esse elemento como uma ferramenta fantástica para o planejamento educacional. Num país em que 10% apenas dos municípios brasileiros, dos cinco mil e que... têm um plano de educação. Os outros municípios não planejam a educação que dão às suas crianças. Não têm. Vão ser obrigados a ter agora. Porque as metas estão sendo fixadas, os recursos estão vinculados, os dispêndios estão vinculados às metas alcançadas e pode ser que assim a gente acorde a nação brasileira.

O Ministro Haddad costuma dizer o seguinte: No dia em que o Prefeito não for eleito porque não conseguiu bons resultados na Educação, aí nós estaremos talvez conseguindo reformar a Educação Brasileira. Mas eu acho que isso só vai acontecer quando a mídia estiver do nosso lado. Quando a Educação Para Todos que o Mozart dirige hoje, que começa a mostrar a face do empresariado brasileiro, mais do que preocupada com a nossa situação, irmanada conosco, com os Srs. Senadores da República, com os Deputados, com as autoridades desse país, com os Governadores. é um mutirão. É por isso que eu admiro o nosso Presidente que vai, seja onde for, debaixo de frio ou de chuva. Ele vai lá para mandar essa mensagem que tem que tocar fundo no coração das pessoas. Porque está mexendo com as crianças desse país que é o futuro.

A minha colega de academia, professora acadêmica Therezinha Saraiva ela diz assim: “O futuro é hoje. O futuro não tem outra data não, é hoje”. É por isso que eu estou animado. Eu não sou um otimista inveterado não. Já que o Senador Wellington me conhece, eu sou testemunha, a nossa amizade é de ver a senhora mãe dele lutando para transformar uma escola, poucas pessoas fizeram isso no país, uma escola pequena, de meia dúzia de alunos, numa universidade. Poucas pessoas conseguem fazer isso no Brasil. Mas essa... sabem que eu sou um otimista, sou sim, porque senão não dá para ser educador. Sem sonhar não dá para ser educador, pessimismo na educação não pode existir. Realismo, sim. Mas pessimismo, não. Agora, otimismo na Educação no sentido que demos passos sólidos, o terreno não é mais movediço. A gente pode planejar, Senador, agora. Agora, se o mecanismo operacional, não entendo, o pouco que eu entendo da administração pública, vejo que a máquina é pesada, a máquina é muito pesada e isso é que eu temo que talvez a centralização em Brasília da educação fundamental e média no Brasil possa ser um encargo pesado demais para ser levado. Talvez só mesmo com um Ministro da

qualidade do nosso Senador pudesse acontecer. Mas, eu não... como diz o Senador Arns, também não estou muito convencido disso, mas temo por essa não municipalização dos nossos problemas educacionais. Era mais ou menos isso que eu queria falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Aqui, peço desculpas, tem um artigo que quando falam na gente a gente pode pedir para--

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): 14.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou falar com base no 14. Primeiro, eu quero dizer que eu sou favorável à radical descentralização. Tanto que eu defendo que uma escola de propriedade privada possa ser considerada pública e do interesse comum da nação. Eu sou favorável à administração local pelo Prefeito e às vezes até por uma escola dos professores. Agora, as regras têm que ser nacionais. Você próprio citou aí as metas definidas nacionalmente.

SR. CARLOS ALBERTO SERPA DE OLIVEIRA: Isso sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A meta que obriga a ter plano que não tinha antes. Porque são poucos os Ministérios proporcionalmente aos nossos 5561 que tem bons exemplos. E a gente não dispõe de um instrumento para pegar a experiência desses e levar para os outros, não temos hoje. Depende da vontade do Prefeito.

Além disso, essas boas experiências, Serpa, daqui a dois anos podem estar mortas se o próximo Prefeito não quiser. E a tendência, no Brasil, é que se pare tudo o que o anterior começou. Essa é a tendência. Só com regras nacionais é que isso vai ser possível. Imagine se a lei de responsabilidade fiscal fosse a critério do município? Não, foi imposta, federalmente. Então, a gente tem que definir metas. Tem que definir, dar os meios e tem que criar responsabilidade fiscal. Agora, a gerência, eu estou de acordo que pode ser local. Mas, por exemplo, Professor pode ser até selecionado localmente, mas só entre aqueles que tiverem uma certificação federal, está entendendo? Então, a pessoa pode inaugurar a escola. O Prefeito que faz a escola, mas só inaugura se tiver um *habite-se* federal para evitar o que o Senador Wilson contou aqui há pouco. Prefeito só pode inaugurar uma escola se tiver contando com o *habite-se* federal. Como, aliás, uma enorme quantidade de coisas hoje exige *habite-se* federal, mas escola não.

Então, é descentralizar, liberdade pedagógica, inclusive, para evitar aquilo que o Senador Augusto Botelho falou, não, foi o Senador Arns, de que Piaget

uma vez, não sei o que outra, tem que dar liberdade pedagógica. Agora, as metas e a igualdade das escolas têm que ser em plano federal. Professor Paulo.

SR. PAULO RIZZO: Bom, certamente não foi poder responder a todas as questões, mas começando exatamente por aí onde o Senador terminou, a um padrão de qualidade não implica em uniformidade, em ser tudo igual. Não implica em não ter autonomia para desenvolver experiências e metodologias, metodologias diferentes inclusive.

Eu queria fazer um primeiro, primeiro um comentário com relação ao que o Senador Wilson Matos colocou, quando falou do número, nove alunos por Professor na universidade. Veja bem, nós não trabalhamos na sala de aula com nove alunos, nós trabalhamos com 20, 40, 100... Isso é pegar, dividir o total de alunos matriculados pelo número de professores. Eu trabalho num departamento que tem 46, ou 47 professores e temos quase 500 alunos. E isso dá uma média de nove alguma coisa, que dão aula, a gente dá aula da primeira, do primeiro ao décimo período, na pós-graduação também. Então, existem situações que o menor que se chega, por exemplo, uma cadeira de dentista, uma aula numa cadeira de dentista dá esse número, dá oito alunos. Até oito alunos numa cadeira de dentista já é muito. Então, tem situações diferenciadas, certo? Mas na média é isso. E nós insistimos na necessidade da expansão da universidade pública e na necessidade de ser uma expansão com qualidade. O que o Senador Wellington colocou é verdade. Uma vez, um colega no meu departamento foi participar do credenciamento, foi lá participar do credenciamento numa faculdade e, aí ele foi ver a exigência que tinha de títulos da biblioteca, a da federal não tinha. Quer dizer, ele falou assim: Como é que o MEC impõe uma certa exigência e não dá as condições para a própria--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ele próprio não fazer.

SR. PAULO RIZZO: E ele próprio não faz o dever de casa. E nós estamos hoje no processo da expansão encontrando problemas sérios. Em Minas Gerais, o caso ali em Diamantina, que nem água potável tinha no campus. Então, nós temos, quer dizer, queremos uma expansão, mas queremos uma expansão de qualidade.

Agora, eu penso que a Educação, eu sempre faço uma comparação, acho que devia ser alguma coisa semelhante ao que ocorre com o Transporte. Embora, eu já trabalhei com Transporte, eu sou Arquiteto, o meu primeiro emprego depois de formado foi na Secretaria de Transportes em São Paulo e trabalhava com transporte coletivo. Embora não resolva muito, porque nós sabemos quais são as condições do transporte públi-

co, mas o transporte público, por ser uma concessão do estado, ele tem que seguir uma série de exigências, ou seja, no transporte público eu tenho que ter a garantia de ser transportado com segurança e com certo conforto de um lugar ao outro. É óbvio que não está tendo segurança e não está tendo conforto na realidade que nós conhecemos nas nossas cidades. Mas, teoricamente, é essa... Seja o passageiro num transporte do Estado ou no transporte, que seja de uma empresa privada, ele tem que ter essa garantia. Na Educação eu penso que é a mesma coisa. O que está posto na Educação é que educando tem que ser levado de um ponto ao outro com a mesma qualidade e não importa qual a natureza jurídica da instituição, se ela é pública ou se ela é privada.

E aí, porque a questão da autonomia... [soa a campanha] Nós defendemos a autonomia. Mas seja instituição pública, ou seja, a instituição privada, ela tem que ser socialmente controlada, tem que ter um controle do que ela, do que ela desenvolve. Tem o tal do seu *habite-se*. A autonomia na Federal chega a tal ponto, essa autonomia, que nem o Corpo de Bombeiros entra lá dentro assim para dar, o prédio é construído sem a autorização do...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É verdade isso?

SR. PAULO RIZZO: É, é. Acontece isso, no campus da minha universidade acontece--

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Vou comunicar o Presidente--
[risos]

SR. PAULO RIZZO: Acontecer coisas desse tipo no município... Aprova, por quê? Porque ela tem uma Prefeitura própria. Então, a Prefeitura do campus que aprova os edifícios. Mas um edifício de uma cidade tem que passar pelas normas do Corpo de Bombeiros e assim por diante. E é gozado porque isso foi denunciado por um Professor que é Bombeiro. [risos] Que é do meu departamento dá aulas para formação para os bombeiros.

Bom...

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Não vou esquecer nunca mais dessa.

SR. PAULO RIZZO: Não, você não vai esquecer não. E por último, por último, sobre os recursos. Existem... Não, vou falar duas coisas. Sobre os recursos, o problema é que tem dos recursos dos fundos, tipo antes FUNDEF, agora FUNDEB, e são importantes ter esses recursos é que ainda continua o desafio de termos recursos que não estejam concentrados, não sejam somente de fundos, é a garantia. Nós precisamos ter garantia de financiamento ordinário da Educação que não esteja só dependente dos fundos. Porque o

que acontece é exatamente, esse exemplo da escola lá sem prédio, que o Prefeito já tinha comprado o fogão etc, é como você casa o problema, os recursos de um fundo federal com o investimento que o município tem que fazer, que às vezes não têm essa complementariedade. Ou ainda que a matriz defina que é menor o fundo para o município de menor renda, nós precisamos ter a garantia do recurso público ordinário.

E por último mesmo, eu vou fazer um comentário sobre a outra ponta, porque falamos muito aqui sobre a Educação básica, da outra ponta, que nós temos uma situação hoje no Brasil, que nós estamos aumentando o número de pós-graduação, graduações e formação de mestres e doutores. E nós estamos, inclusive na educação, encontrando, tendo um desemprego de doutores. Isso, enquanto dirigente do sindicato, eu faço questão de mostrar isso. Pessoas que estão escondendo o seu diploma, o seu título de doutor para conseguir emprego. E essa é uma tendência que tem ocorrido, não é só no Brasil, no mundo inteiro, que o profissional altamente qualificado tem sido considerado pelas empresas como caro e as empresas estão buscando aqueles de menor qualificação. E onde os doutores continuam tendo, aqueles que têm tido possibilidade de trabalhar, ainda são nas instituições públicas. Mas, efetivamente, a Educação tem que continuar formando mais doutores, mais mestres, mais graduandos e temos que ter, efetivamente, muito mais gente chegando ao acesso, a concluir o ensino médio e poder pleitear uma vaga na educação superior.

Bom, e eu faço votos que as próximas audiências sejam também positivas. Se pudermos acompanhar vamos acompanhar as demais audiências e sucesso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Em relação a mestres e doutores, eu só quero destacar que na semana passada o Senado aprovou um projeto muito importante de autoria do Poder Executivo, eu compararia isto com a Lei de Incentivo à Cultura, a Lei de Incentivo ao Esporte que agora é a Lei do Incentivo à Ciência, à Tecnologia, à Pesquisa, e faltavam realmente, e ainda faltam instrumentos nessa área para que a pesquisa possa ser feita e os mestres e doutores também participarem desse processo. Mas eu só queria fazer, repetir uma pergunta, Prof. Paulo, que sempre me preocupou muito e eu sei que preocupa muitas pessoas na sociedade. Quantos alunos, quantas são as vagas que as instituições de ensino superior federais, federais, oferecem para a sociedade? Número de vagas ofertadas. Nos cursos de graduação. E quantas vagas são ofertadas para a sociedade no vestibular? E quantas pessoas se formam, depois de três, quatro

anos? Porque, o que acontece, que eu disse antes, que eu não me preocupava com número de vagas ociosas na iniciativa privada, porque eu acho que é importante, foi um avanço que o Brasil teve e tudo, mas no ensino público eu parto do princípio de que nós não podemos ter vagas ociosas. E lá no Estado do Paraná foram centenas de vagas preenchidas através de um processo chamado PROVAR, de transferência dos alunos de uma instituição de ensino privada para instituição de ensino pública. E ao que me conste, isto não está acontecendo, o senhor pode me esclarecer, não está acontecendo em vários outros Estados ou em todos os outros Estados. Então, isto eu diria que é um desperdício do recurso público, porque a estrutura está montada para o atendimento de um determinado número de alunos, se esse determinado número de alunos, com toda a necessidade que a sociedade tem de vagas públicas, então só se o senhor pudesse me esclarecer, porque talvez eu esteja equivocado.

SR. PAULO RIZZO: Precitaria verificar direito os dados que o INEP tem, mas é basicamente o seguinte, em torno de 550 mil vagas nas universidades federais, nas instituições federais de ensino superior, mas nós estamos num processo que estão tendo novos *campi*, novas universidades, isso aí está crescendo. Mas a evasão, a taxa de não conclusão, está em torno de cinquenta e poucos mil, ou seja, na média geral é em torno de dez mil, 10%.

Agora, o que é que acontece? Ela é diferenciada dentro da universidade. Ela continua sendo diferenciada de curso para curso. Há cursos que a taxa é muito, muito baixa. E volta aquela discussão das Ciências, da Matemática, da Licenciatura nesses... quando se forma, na minha universidade forma dois, três licenciados em Matemática. Então, sobra vaga? Sobra. Nas licenciaturas sobra. Se for na Medicina, em outros não sobra e as pessoas concluem o curso. Taxas acima de 90%.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): E a pergunta que eu faço é: por que é que a instituição de ensino superior não abre a possibilidade, no segundo ano, terceiro ano, quarto ano, de pessoas que não conseguem pagar inclusive a instituição privada que possam entrar, através de algum sistema, claro, de seleção e tudo, dentro da instituição pública? Por que é que a instituição pública permanece com isso até o final?

SR. PAULO RIZZO: Bom, eu vou passar para o Mozart, eu vou passar para o Mozart.. Olha, veja bem, esses expedientes existem nas universidades públicas e elas têm autonomia para fazer isso, fazer as transferências.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A UNB faz há muitos anos.

SR. PAULO RIZZO: Faz, faz.

SR. MOZART NEVES RAMOS: Senador, existe um processo, existem dois processos de ingresso na universidade: o vestibular que é o mais tradicional, e o do ingresso extra-vestibular. Na verdade, o ingresso extra-vestibular, ele na verdade, as vagas não são ociosas do vestibular, mas aquelas que decorreram da evasão de alunos. Alunos que deixaram o curso. Todas as federais, eu me lembro quando era Presidente da ANDIFES faziam isso. Algumas semestralmente, outras anualmente. Acontece que na área de Medicina, Direto, nesses cursos nós não temos áreas oferecidas, de maior valorização no mercado. E aí é o ponto-chave exatamente que a gente não consegue absorver na magnitude da demanda que realmente existe lá no mercado. Eu gostaria inclusive de aproveitar essa observação, de dizer que na verdade está faltando vagas, sim, nas universidades públicas, nos cursos de maior valorização. São cerca de dois milhões de jovens que deixam de entrar nas universidades públicas, está sobrando vagas nas particulares porque eles não têm como pagar. A classe média foi de certa forma empobrecida ao longo dos anos. O PROUNI, que é uma boa iniciativa, o Senador Wellington Salgado colocou muito bem, mas atende a 250 mil alunos. 250 mil alunos, só Pernambuco forma 100 mil alunos por ano, egressos do ensino público da educação básica. Então, na verdade há a necessidade, sim, de vagas nos cursos de maior valorização. Há de se otimizar mais essas vagas que são oferecidas. Como eu disse, eu dou aula, na minha turma poderiam ter pelo menos o triplo de alunos que hoje eu estou dando aula. Eu acho que nós precisamos fazer um esforço nesse ponto aí. É importante a gente reconhecer as nossas limitações, não é? Mas nesse ponto está precisando de vagas, sim. Os jovens da escola pública podem ter problemas, como o Paulo levantou, de qualidade, que aí realmente não conseguem nem sequer passar no peneirão da primeira fase, esse é um outro aspecto que precisa ser considerado, mas que está precisando de vaga, sim, nas públicas. Nas privadas está havendo ociosidade, não é nem evasão, viu Serpa? Não é evasão, é ociosidade, você oferece a vaga e não tem aluno, porque não tem como pagar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Prof. Mozart, o senhor já está com a palavra para fazer as suas considerações finais.

SR. MOZART NEVES RAMOS: Então eu vou fazer 5 observações, começando pelo Senador Flávio Arns, que ele colocou, fez uma pergunta absolutamente importante, tem a ver com a meta dois do Todos Pela Educação. Como é que a gente fecha a torneira do analfabetismo? Senão o sonho de Cristovam nunca vai

se tornar realidade. Vai ter sempre EJA, Educação, Alfabetização de Jovens e Adultos. Garantindo que toda a criança, pelo menos até os oito anos, esteja lendo e escrevendo. Sabe quem está fazendo um belo trabalho disso aí e uma pessoa de altíssima competência? É a Vanessa, a nossa ex-Reitora e Secretária de Minas Gerais. O trabalho que ela está fazendo nas primeiras séries do ensino fundamental, como ela diz, brincando, mas é verdade, ela colocou um chip em cada aluno, sabe a situação de cada aluno do Estado de Minas Gerais, não só da rede estadual, da rede municipal também. Tragam, ouçam a experiência de Minas. Eu acho que é um belo exemplo e como isso pode ser estendido para o restante do país. Não precisa inventar a roda. Minas já construiu a roda nesse ponto aí.

Segundo aspecto, eu gostaria, algo que não foi tocado aqui, uma observação, Serpa. Tocantins, você falou da capacitação. Mas eu citaria dois outros aspectos: o salário de Tocantins do Professor é muito bom, relativamente ao restante do país. E o terceiro ponto, a gestão continuada. A Dorinha está há seis anos lá, esperamos que ela continue aí por mais tempo. E isso é importante. Aquilo que nós falamos--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Na gestão.

SR. MOZART NEVES RAMOS: Na gestão. E ela agora está implementando, pena que ela não esteja aqui, por problemas de saúde, uma gripe forte que ela pegou. Mas é interessante esse lado que agora ela quer fazer a profissionalização da gestão dos gestores. Então, esse aspecto é importante ser ressaltado.

Terceiro aspecto, eu gostaria do FUNDEB. Veja, nós aprovamos os recursos para os municípios, para os Prefeitos, com base nos alunos matriculados no censo anterior. Mas vamos fazer aqui uma comparação rápida que a gente talvez dê para corrigir isso aí ainda. A gente falou o tempo todo aqui em qualidade e compromisso do gestor. Vamos admitir que Paulo e eu sejamos Prefeitos de dois municípios. Paulo tem cem mil alunos, eu tenho cem mil. Nós recebemos de acordo com o número de alunos no censo. Mas Paulo é uma pessoa aplicada, que faz com que a Secretária dele evite que haja perda de alunos, abandono escolar e eu pouco me interessa se está acontecendo abandono escolar ou não. Para mim, a minha ineficiência me dá mais dinheiro do FUNDEB ao longo do ano. Porque eu vou ter que gastar menos, eu gasto menos com transporte, gasto menos com merenda. Então, valoriza a ineficiência. Então, o FUNDEB poderia ter uma inovação interessante que essa Casa poderia trazer, e é uma posição do Todos Pela Educação que a gente tirou na nossa primeira reunião do Conselho Executivo. Ou seja, no próximo ano o Prefeito que perdeu 50% dos alunos, ele tem uma correção para menos daquele

Prefeito, por exemplo, que manteve os seus 100% dos alunos. E para manter esses 100%, ele gastou mais, ele investiu mais em transporte, que foi tocado aqui pelo Senador Wilson. Então, esse ponto eu acho que precisa ser recuperado no FUNDEB. Não somente número de alunos matriculados no ano anterior.

O quarto aspecto, pediria, Senador Cristovam, uma sessão específica dessa questão do apagão do ensino médio. Isso é muito sério. Muito sério. Os números são terríveis. Eu estou muito preocupado, eu não poderia deixar de estar aqui nesse momento e não registrar. Eu estou como Relator do Conselho, o Ibanez, nosso amigo foi o Presidente da Comissão no Conselho Nacional de Educação e eu acho que mereceria uma atenção.

E a última questão, o Senador Flávio colocou aqui, perguntou a todo mundo se fôssemos iniciar a nossa vida de novo se seríamos professores. Ninguém respondeu. [risos] Será que a ausência responde a pergunta? Eu diria, Senador, que eu faria tudo de novo. Eu acho que ser Professor foi a melhor dádiva que Deus me deu. Formar pessoas, ter a oportunidade de colocar para as pessoas, para os alunos a perspectiva de um futuro melhor, sem sombra [soa a campainha] de dúvidas é a maior riqueza que uma pessoa pode, talvez, ter, se ele for Professor. O salário é uma luta permanente e tem que ser, como a gente falou aqui, de mérito, desempenho, de envolvimento pessoal, de coração, ter brilho nos olhos, vestir a camisa e suar a camisa. Hoje em dia não dá mais para imaginar um Professor que somente quer o salário, mas que não se compromete com a escola, com a universidade. É fundamental ser Professor mas, principalmente, ter coração, brilho nos olhos, para que a gente possa mudar esse país. Então, não queria deixar de responder a sua pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não há dúvidas que o fecho do Professor Mozart era o melhor para encerrar aqui. Mas eu quero colocar aí uma dificuldadezinha. Ele falou como Professor universitário de uma Federal, eu também não mudaria de profissão. Agora, quando eu olho os professores do ensino médio, fundamental--

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): De uma particular também, Presidente, o Professor de particular também ganha bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tem razão, Professor universitário, não é nem pelo salário só, porque eu não falo nem pelo salário só, hoje o que mais atrapalha o Professor não é o salário mesmo baixo é a situação da sala de aula. Em alguns casos, as particulares hoje oferecem

muito mais gratificações, independente do salário, de que as estatais.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O senhor só me permite um aparte bem rapidinho para V.Exa. Porque, de fato, quando eu fiz a pergunta, eu fiz a pergunta, assim, querendo ser mais provocativo mesmo, para enfatizar a necessidade do Professor ser valorizado. Quer dizer, eu acho assim, que só tem uma solução na Educação: Valorizar o Professor também pelo salário. Quer dizer, principalmente pelo salário, plano de carreira, qualificação, valorização, para que o Professor possa dar aula e dizer: “olha, não preciso me preocupar durante a aula porque não paguei a luz, não paguei a água, não tem comida lá em casa”. Como tem que ser com as profissões de uma maneira geral, quer dizer, hoje nós estamos discutindo... Tanto que eu fui Professor do ensino fundamental, médio, sempre gostei muito de atuar na sala de aula. Mas a pergunta realmente foi no sentido que o Professor, o Professor Cristovam Buarque está colocando agora, quer dizer, se você fosse uma pessoa de vinte anos e fosse optar por ser um Professor do ensino fundamental, do ensino fundamental. Não do ensino superior.

SR. MOZART NEVES RAMOS: Senador, me permite?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então, nesse sentido. Agora, sabendo que, assim, realmente é um desafio extraordinário e com a preocupação, se três se formam, como foi dito, é porque a pessoa diz: “Poxa, eu preciso viver, eu preciso ser valorizado”. Então, sabemos que esta é a solução. Só que enquanto não surge a solução, as pessoas vão se afastando da área também. Essa é a preocupação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agora, não é só por uma questão de salário, e nem só por causa da escola. A concorrência com a mídia, que é uma coisa terrível hoje, a violência que tomou conta, a degradação do espaço, mau comportamento, isso é importante a gente lembrar. Houve uma devassidão no processo da organização da sala de aula, isso ficou difícil.

Mas eu quero concluir dizendo essa Audiência tem sido muito gratificante, mas a de hoje especialmente. Quero deixar claro aqui e agradeço muito a vocês que a gente esteja nesse processo. Eu creio que daqui vão sair boas idéias, boas propostas, sobretudo consciência de que é importante a Educação. Até um ponto, Senador Flávio Arns, que é o que eu acho, quando é o que Brasil vai ser bom. É quando, ao nascer uma criança, o pai o ponha no colo, ou a mãe, e diga: “Esse aqui, quando crescer, eu quero que seja Professor do ensino médio”.

Está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 13h50.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e quarenta e seis minutos do dia seis de junho de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência Eventual do Senador Marcelo Crivella e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Inácio Arruda, Wellington Salgado, Geraldo Mesquita Júnior, Edison Lobão, Heráclito Fortes, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Flexa Ribeiro, Antônio Carlos Valadares, Leomar Quintanilha, Pedro Simon, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Wilson Matos e Jefferson Péres reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, João Ribeiro, Wellington Salgado, Gilvam Borges, Valdir Raupp, Paulo Duque, Maria do Carmo Alves, Raimundo Colombo, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Papaléo Paes, Cristovam Buarque e Mão Santa, que justifica a ausência. O Senhor Presidente Eventual, Senador Marcelo Crivella, registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Ministro do Itamaraty Milton Torres, atualmente servindo na cidade de Houston, nos Estados Unidos da América. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual, Senador Marcelo Crivella, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 016-CE de 2007, de autoria do Senhor Senador Pedro Simon que tem como objetivo discutir a “participação e a influência da Televisão na formação e a estruturação dos valores éticos, morais e de cidadania em nossa sociedade”. Comparecem à Audiência Pública, o Senhor Sílvio de Abreu, autor de telenovelas; Professor Roberto Romano, professor titular do Departamento de Filosofia - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e o Senhor Gabriel Priolli, Presidente da Televisão América Latina - TAL e Presidente da Associação Brasileira de Televisão Universitária - ABTU. Ao fim da fala dos expositores, o Senhor Presidente Eventual, Senador Marcelo Crivella, comunica que em virtude de compromissos assumidos em outra Comissão necessita ausentar-se momenta-

neamente da sessão, passando a presidência ao Senhor Senador Marco Maciel. Dando prosseguimento, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Rosalba Ciarlini, Pedro Simon, autor do requerimento, Flexa Ribeiro, Geraldo Mesquita Júnior, Wellington Salgado e Eduardo Azeredo. O Senhor Presidente Eventual, Senador Marco Maciel, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e trinta e quatro minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Marco Maciel**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

NOTA TAQUIGRÁFICA

22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião atende a requerimento aprovado, de autoria do Senador Pedro Simon, para realização desta audiência pública, com o objetivo de debater a influência da televisão na formação e na estruturação dos valores éticos, morais e de cidadania em nossa sociedade.

Antes de dar início eu apenas gostaria de fazer aqui uma menção. É que se encontra conosco aqui na Comissão, o Embaixador Milton Torres, que é uma das pessoas mais ilustres do Itamarati e profundo conhecedor do Brasil colonial. E ele me trouxe um livro chamado “Maranhão e o Piauí no Espaço Colonial”. Certamente será uma grande leitura. Quero agradecer ao senhor por estar aqui conosco e agradecer tam-

bém o presente. Seja bem-vindo aqui. Muito obrigado, Embaixador, muito obrigado. O Embaixador serve nos Estados Unidos, em Houston, com relevantíssimos serviços prestados, inclusive aos brasileiros que foram presos durante aquela leva. O senhor pode ser Ministro de Segunda Classe na burocracia do Itamarati, mas no coração do povo brasileiro, especialmente na desse Senador, o senhor é Embaixador, sempre será Embaixador. Mas então, dando prosseguimento aqui à nossa Comissão, eu pediria ao Senador Pedro Simon que acompanhasse os convidados para tomar assento à mesa. O senhor Gabriel Priolli, Presidente da Televisão América Latina, Presidente da Associação Brasileira de Televisão Universitária – ABTU, o escritor Sílvio de Abreu e Roberto Romano, que é professor titular do Departamento de Filosofia da Universidade Estadual de Campinas, da Unicamp.

Dando início à nossa audiência pública para instruir o projeto do nobre Senador Pedro Simon, nós vamos dar a palavra ao convidado Sílvio de Abreu. Escritor Sílvio de Abreu, o senhor tem vinte minutos, vamos estabelecer a princípio, se precisar de mais vamos dar, mas vinte minutos para expor as suas idéias e muito obrigado aos senhores convidados por terem aceito o convite dessa Comissão.

SR. SÍLVIO DE ABREU: Bom dia a todos. Eu quero primeiramente agradecer aos Srs. Senadores e principalmente ao digníssimo Senador Pedro Simon, a honra de ter sido convidado para participar dessa audiência pública. A minha expectativa, no que a gente possa conversar aqui, é muito grande, porque eu acho que é muito raro um autor de novelas ser convidado para vir a uma Casa como essa debater idéias. Então é muito importante que daqui saia alguma coisa que seja bom para o nosso povo, não só como entretenimento e diversão, como fazemos na televisão, mas que faça com que possamos ter idéias que possam melhorar o nosso País. Eu gostaria que essa prática fosse mais freqüente, porque lá na Rede Globo, onde eu trabalho, muitos outros autores terão também muitas idéias para transmitir, para conversar e para a gente poder... discutir entre os senhores, que foram eleitos pelo povo, e nós que lidamos com uma audiência enorme nas telenovelas que escrevemos lá.

Bom, como todos sabem a razão de eu estar aqui é por causa de uma entrevista que eu fiz, que eu concedi à Revista Veja no ano passado, aonde eu dizia que a moral no País está torta. Eu quero deixar claro que essa conclusão que eu tirei, ela é minha, particular. Não é uma conclusão da Rede Globo de Televisão, que foi quem promoveu essa pesquisa, como promove todas as outras pesquisas que fazem parte da programação da emissora. Então qualquer programa que é

lançada, são feitas pesquisas para saber, para que o público avalie se gosta, se não gosta, se é um tipo de programa que ele quer assistir ou não, enfim, se estão gostando da história ou não estão gostando da história, se estão gostando dos personagens ou não, e eu tenho acompanhado as pesquisas das novelas que escrevo e tenho uma prática já de trinta anos nesse ofício de escrever novelas. Então o que me surpreendeu muito nesta última pesquisa da novela *Belíssima*, foi que os conceitos de ética e de moral que a gente espera que o público tenha com relação aos personagens que inventamos, estavam subvertidos. Isso aconteceu, especificamente, no ano passado, nessa pesquisa da novela *Belíssima*, coisa que nunca tinha acontecido nas outras novelas que eu tinha escrito. A última pesquisa que eu participei, antes dessa, foi uma em 2001, aonde o conceito de galã ou a mocinha de bons princípios, o bom, os princípios de moral, os princípios de ética mais para o lado do bem, esses eram muito admirados pelo público. E nessa última pesquisa apareceu uma coisa que me surpreendeu muito: o público admirava muito os personagens que fizessem qualquer tipo de atitude, boa ou não, para conseguir aquilo que queriam, como que se os fins justificassem qualquer meio que se quer atingir. E admiração pelas pessoas que usavam qualquer meio para conseguir aquilo que queriam, especificamente nessa novela usavam meios ilícitos, era muito admirada. E aconteceu uma coisa interessante nessa pesquisa, que era uma hora que estava se conversando sobre uma determinada situação da novela aonde uma empresária, representada pela Glória Pires, ela tinha que ter um comando maior dentro da empresa, e uma das donas de casa disse assim: “bom, eu, para mim, era fácil, eu dava um ‘mensalão’ para cada um lá dentro e todo mundo me respeitava”. Então ficou claro para mim que essa mudança raciocínio, não só por causa dessa senhora que falou, mas por causa de outras, eu só citei essas, mas outras também falaram a mesma coisa, tinha muito a ver com os exemplos que a sociedade estava dando para essas pessoas, que estava fazendo com que elas raciocinassem de uma maneira diferente, porque a novela é assistida por um número imenso de pessoas, mas ela não tem o poder de mudar intelectualmente as pessoas. Ela tem sim o poder de vender coisas, ela tem o poder de criar moda, ela tem o poder de fazer com que as pessoas emitam o cabelo, emitem a roupa, emitem os modos, falem as gírias, mas isso tudo acaba quando começa uma outra novela. O que prova para mim, muito, que isso não fica arraigado nas pessoas, isso é um modismo que acaba, que dura o período de nove, dez meses da novela do ar. É muito influente, superficialmente, mas termina. A novela é assistida dentro de casa enquanto

se janta, se cozinha, se conversa, se observa de que jeito a atriz está vestida, de que jeito que o ator está vestido, se a pessoa está bonita ou está feia, muito mais do que sobre aquilo que os autores falam ou sobre as idéias que a novela encerra. Tanto é que em novela a gente tem uma técnica de repetir muitas e muitas vezes até informações básicas para que o público possa acompanhar a história, informações sobre como é que fulano mora perto da casa de cicrano, que beltrano é amigo de fulano ou que fulano chama João e que cicrano chama José, porque o público demora muito para captar isso.

Então no decorrer da novela, quando a gente faz todos os dias essa citação, o público acaba ficando muito familiarizado com aqueles endereços, com aqueles nomes, com aquelas situações, com aquelas pessoas. Mas isso, como eu já disse antes, acabou a novela muda para um outro grupo de pessoas, para um outro da próxima novela que estreou, e nem mesmo os autores que fizeram tanto sucesso na novela passada, conseguem uma nota no jornal porque não interessa mais. Porém, essa superficialidade, quer dizer, apesar desta superficialidade eu acho que a novela tem um grande valor com relação a passar, eu não digo idéias, mas assuntos para serem discutidos dentro da família. Então se eu abordo um assunto, por exemplo, como homossexualismo, e esse assunto não foi discutido dentro de uma família porque não interessava, porque não faz parte do cotidiano deles, enfim, porque nunca se falou daquilo ou porque achavam que era um assunto desagradável para falar, esse assunto passa a ser discutido dentro da família e, em cima dessa discussão, pode haver uma mudança na maneira de raciocinar sobre aquilo que está sendo falado. Mas é uma mudança que demora um certo tempo, porque depende deste tempo de discussão, deste tempo de raciocínio que a novela provoca, mas ela não força, quer dizer, eu digo ela não penetra no raciocínio do público como penetra um filme, uma peça de teatro ou um livro. Porque quando você está no cinema, você tem uma tela imensa na sua frente e você vai ficar duas horas olhando aquilo, você é obrigado a prestar atenção naquilo, não acontece isso na novela; no teatro, além do que, você tem a pessoa ao vivo na sua frente, numa comunhão de que todo mundo que foi ali está com o mesmo objetivo de assistir aquilo, então aquilo vem mais para o seu intelecto do que a novela. Eu acho que a novela, ela se comunica através da emoção e não através da razão. Por isso é que faz com que o público assista todo dia, na mesma hora, aquela mesma história, porque emocionalmente ele é levado a isso, muito mais do que racionalmente. Tanto é que quando eu faço uma novela, por exemplo, com uma trama policial, que é

uma trama que necessariamente precisa ser seguida intelectualmente, porque se não você não entende, esta trama eu tenho que fazer com duas leituras: uma leitura policial e uma leitura melodramática para não perder uma parte do público. Bom, isso tudo a gente vai poder falar depois, nas perguntas que aparecerem. Mas eu só queria completar dizendo que o que me pareceu nessa pesquisa, que ficou mais relevante, é que os exemplos que mudam, e talvez eu acho que o professor Roberto vai poder falar disso melhor do que eu, o que muda a cabeça do público, o que muda, o que influencia a moral e a ética do povo, eu acho que é o próprio País, é o exemplo que o País dá a ele, é a sociedade que ele vive e é nesta sociedade que ele vai buscar o ponto de equilíbrio para a sua vida, para a sua personalidade e para a formação da sua cidadania. Então quando diariamente o público está sabendo dos escândalos que acontecem - políticos, financeiros, da roubalheira, da impunidade -, tudo isso vai criando no público uma viagem torta sobre o que é moral, o que é ética, e isso faz com que, quando vai se fazer uma pesquisa como essa que fizemos sobre a novela, a gente perceba que o raciocínio do público com relação a esses valores hoje em dia no Brasil, está muito, muito mudado do que era há uns, digamos, oito ou dez anos atrás. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): De uma economicidade ... essa novela foi curta. Então eu passo a palavra, imediatamente, ao Dr. Roberto Romano que é professor da Unicamp. O senhor teria aí vinte minutos, mais dez, na economia que o seu companheiro deu. O senhor tem trinta minutos, pode dispor de trinta minutos.

SR. ROBERTO ROMANO: Em primeiro lugar eu agradeço a honra do convite formulado a partir do Senador Simon e dos membros dessa Comissão. Também para mim é um imenso prazer estar com colegas que trabalham com o problema da ética e da educação, sobretudo Sílvio de Abreu, que é uma figura nacional, que para nós é uma espécie de referência do ponto de vista da sensibilidade pública e da visão que nós temos do próprio Brasil. Eu, quando convidado, eu pensei justamente que o Sílvio apresentaria esse lado digamos mais importante da nossa atualidade e pensei justamente em colocar alguns pontos que são suscitados pela leitura da belíssima entrevista do Sílvio à Revista Veja e depois ao debate que foi seguido. Quando o Sílvio diz que há uma espécie de inversão de valores, como se os valores fossem postos de cabeça para baixo, em São Paulo nós falamos de ponta cabeça, ele retoma aí uma tradição de pensamento ético e ao mesmo tempo de análise artística de aproximadamente dois mil e quinhentos anos. Eu gostava

ria, antes de entrar nessa questão, de tecer algumas considerações sobre o problema da produção dos valores e das técnicas éticas e depois passar para o pensamento de Platão, que me parece que é o grande mestre nesse ponto todo. Um etnólogo importante do Século XX, André Leroi-Gourhan, ele trata da produção da tecnologia e da técnica com dois elementos, dois modelos, que diz ele, no cotidiano, na vida normal, são tomados como separados ou conflitantes. Diz ele que não existe nenhuma produção técnica - e quando ele diz produção técnica não se diz produção de instrumentos. A primeira produção técnica é a produção do corpo, do homem, da fala, etc. A primeira produção técnica, diz ele, é impossível - ele desceu centenas e milhares de anos -, é impossível se encontrar qualquer invenção técnica que não tenha, em si, ao mesmo tempo, o elemento da invenção e o elemento do empréstimo. Não é possível separar uma coisa da outra. Não existe apenas empréstimo, não existe apenas invenção. Só pode inventar quem é capaz de emprestar e vice-versa. Então esse é um ponto fundamental. E nisso, então, ele introduz, dentro do conceito de *“mimesis”* ou de imitação, que veio da Grécia, que nos auxilia muito a pensar as questões éticas e as questões técnicas, ele introduz um elemento novo, porque na Grécia você tinha o artesão original, não é, o grande artesão, e nesse caso o grande, na perspectiva de Platão, por exemplo, o grande artesão, o grande técnico, *“technitis”*(F) é o termo utilizado por Platão, é o *“Demiurgo”*(F), é o que nós traduzimos muito frouxamente por Deus, o Deus que produziu o universo, produziu tecnologicamente, e essa produção perfeita tem que juntar elementos contraditórios do cosmos. A natureza é um conjunto de forças antagonicas que se enfrentam permanentemente. Então é necessário, é um trabalho de força, *“bia”*(F) é o nome em grego, de força e de inteligência para juntar essas forças que tendem a se separar.

Assim que se fez o mundo e assim é que se faz a política e a cidade. Você precisa ter um conhecimento das *“dinamias”*, das [inaudível] que se diz, que se enfrentam em que lutam entre si. Para isso você usa também instrumentos técnicos, por exemplo, a harmonia. A harmonia não é apenas um elemento musical. Inicialmente é um gonzo que tende a prender madeiras de um barco. Mas o problema dessa idéia de *“mimesis”* é que sempre ela é um empréstimo inferior. O sujeito que copia a obra de um outro, ele está simplesmente emprestando, mas ele não está inventando, ele não tem essa capacidade de invenção. E quando nós utilizamos o tema, esse paradigma do empréstimo da *“mimesis”* para pensar questões éticas como as levantadas pelo Sílvio na sua entrevista, nós não

entendemos um aspecto importante: que no momento em que a população ou que uma população empresta um costume, empresta uma roupa, empresta um tênis nike, empresta e etc., ele está inventando ou simplesmente ele está desaparecendo. Quer dizer, uma cultura que vive apenas de empréstimo é uma cultura fadada a desaparecer. Então para que haja uma condição de reprodução saudável da sociedade e dos indivíduos é necessário que haja instrução técnica daqueles que recebem um aparato, uma atitude, uma idéia, etc. Voltando então ao Leroi-Gourhan, ele supre esse aspecto, ele mostra que é preciso então os dois lados, que a tarefa de imitar costumes, de imitar técnicas em atitudes corporais, exige a invenção ou simplesmente nós não temos uma sociedade viável. No final de sua vida ele estava preocupadíssimo com o fato da invenção estar limitada cada vez mais aos elementos tecnológicos da comunicação de massa, a aperfeiçoamento dos instrumentos técnicos e ela estar cada vez mais restrita a alguns paradigmas - e é bom lembrar que paradigma é uma palavra que contém dentro de si o termo grego lei, quer dizer, quando ele diz que ele se preocupava muito, isso nos anos 80, do Século XX, com a extensão do paradigma de Hollywood para todos os costumes e para todo o planeta, o que quer dizer que se você tem um paradigma que encolhe, do ponto de vista ideal, e você tem uma multiplicação de meios para explicar ou para modificar esse paradigma, aquela cultura que recebe, diminuí a sua capacidade de invenção. Ela simplesmente se torna uma espécie de consumidora e não entra no processo de invenção das novas atitudes mentais, das novas atitudes técnicas do corpo, inclusive dos instrumentos. Ora, essa perda então da diversidade cultural é um elemento, diz ele, que pode atrasar inclusive o progresso. Se você tem apenas a difusão de novos instrumentos, de softwares, etc., etc. e etc., mas você não tem, por parte de todas as culturas, um desenvolvimento inventivo, no final a matriz mais importante também se empobrece. Notem que isso tem um lado importante no ... [inaudível], você tem cada vez mais, não é, as matrizes das grandes culturas usando mão-de-obra intelectual que vem da África, que vem da América do Sul, etc. e etc., da Índia, para repensar esse padrão que se torna cada vez mais único.

Do ponto de vista ético, então, isso é um problema grave porque a diversidade dos valores, a diversidade das culturas, define a alma de cada população. Então essa população pode, pouco a pouco, nesse processo, estar perdendo a alma. Isso pode ser uma formulação aparentemente romântica, ela é muito triste, mas é assim. Você tem então essa perda da inventividade e essa passagem então para um paradigma cada vez

mais único. Agora eu deixo ao Leroi-Gourhan e volto a Platão e à questão técnica. Platão é, de fato, ele é muito mal falado na cultura ocidental, como sonhador, qualquer coisa parecida. Isso é a visão mais triste e mais pobre de Platão. Ele é o pensador da técnica. Ele é aquele que pensa sempre a questão política, a questão ética, a questão guerreira através dos mecanismos e das formas tecnológicas. Nas leis ele afirma, peremptoriamente, que o Estado, que a máquina do Estado só pode ser forte se cada membro da máquina sentir-se solidário e mover-se no movimento da máquina. Diz ele, de uma forma um pouco mais poética, só é forte o Estado em que as dores e as alegrias dos indivíduos forem as dores e a alegria do coletivo e vice-versa, porque se o indivíduo está rindo e o todo está chorando, evidentemente não há um funcionamento perfeito. E como é possível fazer com que haja esse trabalho, essa simpatia, essa paixão ao mesmo tempo? Ele usa sempre a metáfora tecnológica. E a grande metáfora tecnológica, nesse momento, é a da lavanderia, é da tecelagem e da colocação de cores nos tecidos. A alma da criança, sobretudo, é uma alma branca, é um pano branco. Esse pano pode ser sujo, pode ser efetivamente sujo com cores tristes, ordinárias, ou ela pode ser bem impressa com cores fortes. A lei, diz ele, é a tinta. A lei é a tinta. Então como é que você tem que fazer para que efetivamente o cidadão obedeça à lei, não apenas por coerção externa, mas que ele sintam-se compelido a obedecer à lei de dentro? É porque ele tem a lei impressa na sua alma. É o trabalho da educação fazer essa impressão. Mas veja bem: a lei pode ser ruim, pode ser uma tinta ordinária, ruim, a alma também pode ser ruim, o tecido pode ser ruim, e o tecelão, aquele que imprime a cor, também pode ser um péssimo técnico. Então ele coloca a tinta mal e a tinta sai rápido, até ele usa a imagem da praia, o sujeito vai à praia - o paulista, sobretudo -, fica bronzeado, volta para São Paulo e em quinze dias acabou o bronzeado. Então é preciso tomar cuidado com todos esses aspectos da educação para a lei. A lei tem que ser boa, a alma tem que ser bem preparada, o tecido, e o processo de impressão, que é a educação, tem que ser o mais exímio possível, o mais artístico possível. Ora, nessa medida, é esse momento que assusta, porque normalmente também Platão é chamado como o inimigo da poesia, o inimigo do teatro, o pessoal diz: “se Platão visse as novelas do Sílvio de Abreu, ele ficaria horrorizado”. Não, não é assim. Nas mesmas leis nós temos uma proposta de educação das massas que faz pensar e faz temer muito. Ele diz como é que nós vamos fazer então com que os pais respeitem os filhos, por exemplo, na questão da pederastia. Como é que nós vamos fazer isso? Não basta

dizer que você precisa respeitar a sua filha ou o seu filho de fora; é preciso que esteja impresso lá dentro. E é nesse momento que ele chama o teatro. O teatro é essa grande lavanderia de almas que imprime, através do medo - “*fobus*”, no espectador, o medo do destino e da desgraça. A melhor receita, diz ele, para evitar a pederastia, por exemplo, é passar de uma maneira exímia a tragédia dos átedras(F), começar com Édipo. Se o pai é homossexual e se o filho chega ...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Acaba arrancando os olhos.

SR. ROBERTO ROMANO: Exatamente, acaba arrancando os olhos. Então isso dá um medo e forma a opinião pública, que é uma força, é uma força física, e essa opinião pública, então, impele os indivíduos de dentro e de fora para obedecer a lei e não transgredir eticamente. Agora essa receita é uma receita danada. Não por acaso, Platão, no Século XX, foi juntado com produções nazistas e tudo mais, quer dizer, com esse modo autoritário de mudar o comportamento, porque é um problema dos mais graves de qualquer teoria política: como é que nós vamos mudar o comportamento de um povo? A ética é justamente isso, você tem o que é ética no sentido mais lato da palavra, é aquele conjunto de valores, de atitudes corporais, inclusive - há uma derivação de ética como “*requisis*”(F), que é a postura. Num povo guerreiro, como o povo grego, era preciso aprender bem direitinho a postura de correr, de se postar, etc., se não a guerra está perdida. Assim como você tem a boa postura corporal, você tem que ter a boa postura mental. Então se você aprendeu bem ou você desaprendeu bem uma postura, você repete automaticamente sem pensar. Ela se torna quase que uma natureza sua: você senta errado, você anda errado, etc. Então esse automatismo da ética é que dá mais preocupação. Muitas vezes a pessoa, em termos individuais, pensa de um modo e, eticamente, age de outro, contrário ao que ele gostaria de fazer. Então nesse ponto, “Pontenho”(F), por exemplo, diz que o costume é mais ou menos como aquela camponesa que, quando era menininha, ganhou um bezerro, e ela gostava de colocar o bezerro no colo. Só que o bezerro vira boi e se transforma num peso tremendo, não é, dado a esse apego ao bezerro. Então é um dos pontos mais difíceis, não é fácil, por isso que pessoas como o Sílvio, que apalpam a alma da cultura brasileira são vitais para a reflexão ética, porque ele atrás para aqueles que fazem pesquisa, justamente elementos que são costumeiros, que são habituais, que são automáticos. Bom, e o último ponto, aí chegando à frase do Sílvio, desse costume de ponta cabeça, um dos defeitos mais graves da democracia, diz Platão, é que justamente os valores ficam de ponta cabeça, são invertidos. Na

democracia, como o princípio da liberdade é absoluto, não há mais aquela solidariedade com o grupo. Então o que acontece? Você anda pelas ruas com o seu cavalo, diz ele, e é o cavalo que tem a liberdade, não é o transeunte; toda vez que eu vejo essa passagem da República, eu me lembro do trânsito do Brasil. Como o valor importante é a fama, é o prestígio, o professor tem medo do jovem, do aluno, e diz que aprende com o aluno e não ensina [*soa a campanha*], ele deixa de ensinar. Então nessa medida o jovem que vê a mãe criticar o pai porque o pai se recusa a entrar na corrida da honra, do ganho fácil e etc, esse é aquele que está preparando o Estado oligárquico, aquele que confia no dinheiro, e está preparando também a tirania que vem como reação a essa liberdade absoluta da democracia. Então essa inversão de valores, que vem justamente em cima de uma prática que se torna habitual e automática, é um dos pontos essenciais de qualquer Estado que se preze. Então eu diria que a contribuição do Sílvio, nesse ponto, é vital. Não adianta falarmos sempre que é preciso um bom modelo ético. É preciso ver como que é o povo brasileiro está emprestando e se ele está inventando, se há uma reprodução simplesmente de contravalores ou piorando inclusive esses contravalores. É isso que eu tinha a dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, professor Roberto Romano. Passo imediatamente a palavra ao Sr. Gabriel Priolli que é Presidente da Associação Brasileira de Televisão Universitária.

SR. GABRIEL PRIOLLI: Bom dia a todos. Eu queria começar agradecendo o Senador Pedro Simon pela gentileza do convite, a oportunidade de estar aqui nesta Casa abordando um tema bastante importante que é a influência da televisão na formação e na estruturação dos valores éticos, morais e de cidadania da nossa sociedade, tema que é suscitado por essa entrevista ou por esses comentários que o Sílvio de Abreu fez a respeito do comportamento do público diante, digamos, de personagens de ética duvidosa, de moral duvidosa, nas telenovelas. Então eu queria sublinhar, para apreciar esse tema, primeiro dizendo que eu estou comentando esse tema na perspectiva de quem vem atuando mais diretamente na área de televisão pública e de televisão especificamente universitária, onde nós buscamos não apenas a produção da televisão, mas a reflexão da televisão sobre a televisão. E eu diria que a influência da televisão sobre a sociedade, eu acho que não é necessário se estender muito sobre isso, basta dizer o alcance que esse veículo tem de atingir quase cerca de 99% dos lares brasileiros, penetração que nenhum outro meio de informação no País tem, uma capacidade de afetar

o comportamento cotidiano e os valores das pessoas, superior hoje em dia, ao que consegue a própria escola e em certas circunstâncias mesmo a família, dado até à própria condição social que faz com que crianças fiquem expostas à televisão durante longos períodos do dia, longe do convívio familiar, porque os pais estão trabalhando, estão distantes da criança. Então a influência da televisão na nossa sociedade é central. A televisão, eu diria, é a principal ferramenta de informação, de difusão e de debate de valores nas sociedades contemporâneas, particularmente na sociedade brasileira, que é um das sociedades mais televisivas do mundo, onde se assiste mais televisão. Os índices de audiência de televisão no Brasil são os maiores do planeta.

Muito bem, se a moral está torta como o Sílvio coloca, esse processo não é um processo isolado, não é um problema apenas da sociedade. A televisão tem responsabilidade nisso e não é pequena. Eu sublinharia, no caso específico, se existe, digamos, um comportamento ambíguo do público, de admitir certa ambigüidade moral, se está flexível para os temas da moral, se isso não tem co-relação também com uma eventual glamourização de personagens antiéticos na teledramaturgia, e também, talvez, na própria exacerbação, também eventual, da cobertura jornalística dos fatos políticos e sociais que rotineiramente criam um clima no País de completa dissolução de valores, de que o País está perdido, de que a corrupção está graçando(F) em todos os níveis, especialmente na política e no mundo financeiro, o que não é necessariamente verdade ou pelo menos não pode ser completamente demonstrado. Quer dizer, que nós temos problemas de corrupção, que nós temos sérios problemas nesse campo, não há a menor dúvida. Esses problemas no Brasil têm quinhentos anos de idade e ainda assim não é possível dizer que eles atinjam o conjunto da sociedade. Para sustentar isso necessitaria demonstração dessa tese e isso, eu creio, até pelo próprio tamanho da empreitada, eu acho impossível demonstrar. Então se não é possível demonstrar que toda a sociedade brasileira é corrupta, está corrompida, então me parece exagerado que a mídia, a televisão em particular, e quando eu falar televisão entendam a mídia, porque toda a mídia participa desse processo, talvez haja um descompasso entre a realidade dos valores éticos e morais da nossa sociedade e aquela representação que a mídia faz deles, talvez esteja havendo uma certa desacerbação(F).

Um telejornal hoje em dia passa a idéia de que o País realmente vai acabar na semana seguinte, tal o grau de alarmismo, tal o grau, digamos, de escândalo que se coloca, e eventualmente isso pode ser apenas

uma opção editorial, um tratamento editorial para ao se escolher determinado conjunto de assuntos ou de aspectos desses assuntos para se tratar no tempo estrito de um telejornal, como diversos outros aspectos, temas da sociedade, estão acontecendo, onde diversos valores positivos estão sendo produzidos e não merecem cobertura com a mesma intensidade que os temas negativos têm, quer dizer, já é um problema, a questão do negativismo na mídia, do catastrofismo na mídia, é um tema antigo e que precisa ser melhor enfrentado. Então eu acho que a gente tem que considerar a possibilidade, pelo menos, de que esses elementos de uma glamourização que eu citei dos personagens negativos na teledramaturgia e, por outro lado, esta exacerbação, até mesmo certa espetacularização na cobertura jornalística de fatos políticos e sociais, tenha efeito nessa percepção que o público tenha a respeito da ética, da moral e dessa ambigüidade, tenha efeito nessa suposta ambigüidade moral que vem demonstrando. Eu queria sublinhar que público e televisão, sobretudo no modelo ... nós temos uma televisão que é fundamentalmente uma televisão lastreada no modelo comercial, privado, comercial - e é o setor mais forte da nossa televisão, em qualquer circunstância a televisão e público interagem permanentemente, são duas faces da mesma moeda, não existem separadamente, de modo que se retroalimentam. Da mesma forma como o público é influenciado pela televisão, a opinião do público influencia os comportamentos e as decisões estratégicas da televisão. Então se determinado gosto do público, determinada tendência do público é anotada pela televisão, a televisão vai explorar aquele filão até que essa tendência a esse gosto, esta posição do público, mude, seja afetada por algum outro aspecto e revele algum outro interesse. Então há uma realimentação permanente. A televisão feita sobre critério de concorrência comercial, perfeitamente legítima, não há nenhum problema de legitimidade em relação a se produzir televisão neste formato, ele, a meu ver, necessariamente condiciona e limita a oferta de conteúdos, quer dizer, a televisão, ela não oferece ao público a diversidade temática de conteúdos, de valores, que seria desejável para a nossa sociedade. Ela é restritiva. A televisão veicula aquilo que funciona basicamente, aquilo que sensibiliza e que produz resultados mais diretamente e mais rapidamente.

Então há toda uma ordem de valores, de aspectos que não são tratados pela televisão. Eu queria observar também, estamos numa Casa de Leis, que a televisão comercial brasileira não observa alguns aspectos que estão dispostos no artigo 221 da Constituição. Aliás, não observa a maior parte deles. Por exemplo, a preferência a finalidades educativas. Certamente não é isso

que vemos na televisão comercial brasileira. Estimam a produção independente, a regionalização de produção e o respeito à pessoa e à família. Acho que, sem dúvida, há uma preocupação em respeitar a pessoa e a família, mas, evidentemente, há muitos setores da nossa sociedade que sentem que a televisão avança ou a televisão transgride valores e não pratica integralmente esse respeito à pessoa e à família. Então essa questão, essa situação, ela implica, ao meu ver, claramente na necessidade de se estabelecer controle social sobre a comunicação. Controle social, muito bem entendido, vamos deixar bem claro, controle social sob regime democrático, em regime democrático, portanto, sob o império da lei. Nós estamos falando de censura, que é controle sob regime ditatorial. Nós estamos falando em controle democrático. A sociedade tem o direito e outorga ao Estado o dever de regulamentar os conteúdos. E o que faz a televisão diante dessa circunstância? Reage, reage, reage e não gosta da idéia, por exemplo: neste exato momento, além de contestar permanentemente a regulamentação do artigo 221 da Constituição, que desde 1988 não foi regulamentado e segue sendo desregulamentado por obstrução dos interesses ligados à televisão comercial brasileira, ela, neste exato momento, contesta dois outros artigos do Capítulo da Comunicação Social: o artigo 220 e o artigo 221. O artigo 221 diz que compete a Lei Federal estabelecer os meios legais para garantir à pessoa e à família se defenderem de programas ou programações de rádio e TV que contrariem o dispositivo no artigo 221. Muito bem. Então a lei deve estabelecer os meios legais para garantir que a pessoa e a família se defendam da televisão - é esse o termo que está na Constituição.

Muito bem. Nesse momento se debate um mecanismo de classificação indicativa da televisão, que é exatamente a tentativa de se fazer isso, sob meios democráticos, resultado de três anos de debate, e o que faz a televisão comercial? Combate, diz que este processo é censura, é tentativa de cassar a liberdade de expressão. Do mesmo modo, neste momento, a televisão comercial contesta o artigo 220 da Constituição, que claramente diz que a propaganda comercial de bebidas alcoólicas estará sujeitas às restrições legais. Ora, está se tentando disciplinar a publicidade de bebidas alcoólicas na televisão e o que diz a televisão? Que está sendo censurada, que está sendo tolhida em sua liberdade de expressão comercial. Muito bem. Isso, ao meu ver, ressaltada a importância da gente atentar para o quarto dos apenas cinco artigos do Capítulo da Comunicação Social na nossa Constituição. O que é o artigo 223? O artigo 223 prevê a complementaridade dos sistemas estatal, público e privado de televisão. É

muito sábio esse artigo, que ainda não foi regulamentado, porque essa idéia de complementaridade prevê a idéia de que o sistema televisivo deve ser mais equilibrado entre os interesses privados e os interesses públicos, e o interesse público mais presente numa televisão não voltada à finalidade comercial, não voltada ao lucro. Essa televisão pública, ao meu ver, ela tem um papel importante de equilíbrio no sistema televisivo. Ela oferece uma maior diversidade de conteúdos e formatos, ela se abre à produção independente, ela regionaliza a produção, ela tem finalidade educativa e cultural e é formadora de cidadania na sua essência. Então eu ressaltaria que é importante - e estou falando para Senadores - que esse artigo 223 fosse regulamentado, observado esse aspecto de complementaridade que ele prevê. É necessário tipificar, especificar quais são, o que é exatamente, porque a Constituição fala em televisão pública, estatal e privada, mas a legislação ordinária não tipifica, não esclarece as diferenças entre elas, sobretudo a distinção entre televisão pública e televisão estatal. Portanto, regulamentar o artigo 223, assim como o artigo 221, sobretudo o artigo 221, é uma necessidade. Eu só observaria que neste momento que estamos vivendo, todos estão testemunhando dois grandes movimentos no âmbito da televisão: um é a implantação do sistema digital, na televisão aberta, e o outro é a implantação da TV Pública Federal. São dois processos, a meu ver, não apenas paralelos, mas convergentes. Eles dão a oportunidade de uma ampla reforma no campo público da televisão. Por quê? Nós sabemos que a televisão digital vai trazer novas funcionalidades, ela vai ampliar, por exemplo, o número de canais disponíveis, favorecendo maior diversidade na televisão. Ela vai trazer o mecanismo da interatividade, favorecendo uma interlocução melhor das emissoras com o público e vice-versa, uma participação maior do público, digamos, na escolha dos conteúdos, enfim, na emissão dos conteúdos. Exatamente nesse sentido é que debatemos há poucos dias, aqui em Brasília, no Fórum Nacional de TV Pública, a idéia mais ampla do que a simples introdução de uma nova TV Pública Federal, uma reforma no campo público da televisão, que está seguramente muito... tem um papel importante a cumprir, vem cumprindo no melhor das suas possibilidades, mas essas possibilidades são muitas limitadas no aspecto regulatório, por questões financeiras, enfim, a televisão pública tem um grande potencial de crescimento, mas está extremamente limitada e precisa de uma reforma para que possa cumprir melhor o seu papel. É isso que consta da Carta de Brasília, que é o documento final resultante do Fórum Nacional de Televisão Pública, que pretende, na verdade, sugere uma série de elementos para instruir políticas públicas

de revisão e coordenação de iniciativas regulatórias tanto do Executivo quanto do Legislativo.

No nosso entendimento, se tivermos uma televisão pública estatal forte, de qualidade, voltada ao interesse público, a servir ao País e não a servir a interesses transitórios de governos ou de governantes, essa televisão pública poderá estabelecer um diálogo saudável com a televisão comercial, diálogo que vai se travar não apenas em termos de conteúdo de programação, em termos de valores éticos, de posturas, de propostas e certamente para a fertilização do sistema de televisão como um todo. E eu finalizaria lembrando que se é importante haver uma reforma, um debate a respeito das responsabilidades da televisão pública, é necessário também haver esse mesmo debate em relação às responsabilidades da televisão comercial. Espero que essa possibilidade aconteça no bojo deste processo de discussão da Lei Geral de Comunicação Social Eletrônica, em parte, que já está de certa forma começando, com o anúncio feito pelo Ministro das Comunicações de uma conferência nacional de comunicações, a partir do mês de agosto, para colocar todas as questões que afetam o campo da comunicação social eletrônica e o seu reordenamento. Eu espero muito que este processo seja o mais amplo e massivo possível, que permita que haja uma grande participação da sociedade e que se estabeleçam, ali, digamos, os melhores parâmetros possíveis para ordenar com liberdade, com plena liberdade de expressão, assegurando completamente a capacidade criativa, o potencial criativo dos nossos artistas e jornalistas, que a televisão preste melhor ou mais profundamente ou mais completamente serviços ao País e que contribua para que a moral, aparentemente torta, tenha, digamos, uma outra configuração, e que a gente possa fazer fluir também os valores positivos e a moral correta, a moral reta, que certamente também está presente na sociedade brasileira. É isso, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, professor Gabriel Priolli. Essa Comissão hoje se sente muito honrada de receber os senhores aqui com um debate de tão alto nível. O Secretário, jovem e brilhante Secretário dessa Comissão, o Júlio, faz lembrar apenas que nós já vamos debater aqui, já há requerimento para tratar de conteúdo, regulamentação desses artigos da Constituição, dessa Comissão e da Comissão também de Ciência e Tecnologia aqui no Senado Federal. Eu preciso sair. Eu não queria sair antes, mas eu tenho uma audiência já marcada há muito tempo e eu gostaria de pedir ao Senador Marco Maciel para dirigir a nossa sessão. Eu gostaria só de deixar uma contribuição. Eu vi na África há muito tempo, professor Romano, enquanto o

senhor falava de Platão, enquanto o senhor falava de emprestar, de técnica, de criar, a África, ela vem de um período de colonização do início do século passado, uma de descolonização da metade do século passado, e os líderes africanos trazem da Europa, que todos estudaram na Europa, talvez a pior doutrina política já criada pelo homem, que é a teoria das nacionalidades. Volta Camoso Banda, volta Roberto Mugabe, volta José Eduardo, volta Savibe(F), todos eles querendo que cada Nação tivesse um Estado. Mas a África dessa época é uma África agropecuária, a riqueza estava toda no campo, e há uma grande transferência cambial - o Brasil já viu isso também na época do café - para se criar o Estado: ministérios, instituições, governos, etc. e tal. O primeiro grande conflito na África é do criador de riqueza contra o criador de poder, é o homem do campo contra o homem da cidade. Quando esses líderes revolucionários criam os Estados, ali há várias nações, o desenho tinha sido feito pelos europeus, e eu vivi nessa época na África do Sul quando o presidente Mandela sai da prisão. Muito bem. Nós éramos lá em quinze ou dezesseis nações, [inaudível] e um monte de outros. A televisão, então, passa a fazer propaganda maciça de “one nation”, “one nation”, “one nation”, “one nation” - Uma Nação, Uma Nação, Uma Nação. Para as crianças de manhã e à tarde são três canais públicos e os três batiam “Uma Nação”, “Uma Nação”, “Uma Nação”. Mas homem africano sempre foi um homem da sua família, da sua tribo, do seu clã, que prestava lealdade primordialmente ao seu [inaudível] ele não aceita isso. A cultura africana, o berço, não é, vamos dizer assim da civilização, não adere a essa propaganda maciça da televisão. Então passa-se para a novela. Passa-se para as novelas. As novelas também não cumprem o objetivo. Finalmente a África entra no esporte. E há um esforço tremendo para sediar a Copa do Mundo como um avanço de se construir ou se dar destino a essa teoria da nacionalidade, que até hoje ninguém sabe muito bem o que é uma Nação, mas esse é o esforço que se faz e a televisão apoiando isso tudo. Eu gostaria de passar aqui a presidência ao Senador Marco Maciel, agradecendo mais uma vez ao discurso extraordinário dos nossos debatedores e o sucesso todo. Agora os senhores vão ficar com uma presidência muito mais competente porque teremos um Senador da academia, um acadêmico, dirigindo esses trabalhos.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE): Antes de dar seqüência aos nossos trabalhos eu gostaria de fazer duas observações. A primeira é que o Senador Crivella, por compromisso fora da Casa, teve que se ausentar e pediu que eu desse seqüência

às atividades da Comissão. Em segundo lugar, explicar também a razão da ausência do Senador Cristóvão Buarque, que é o Presidente desta Comissão. Ele se encontra numa atividade externa, discutindo questões ligadas à educação em evento que está sendo realizado fora do Senado Federal, daí porque ele não se encontra hoje, como gostaria, presidindo a referida sessão. Ouvidas as exposições e pelos depoimentos que eu vi foram exposições muito boas, eu gostaria de dar início aos debates, concedendo a palavra, em primeiro lugar, por cessão do Senador Pedro Simon, à Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Presidente Marco Maciel, eu quero agradecer de uma maneira muito especial ao nosso Senador, grande Senador Pedro Simon, que nos concede essa permissão de anteceder a sua palavra, ele como foi o solicitante dessa audiência, que eu considero da mais alta importância. Estamos aqui com pessoas do porte de Sílvio Abreu, escritor, novelista, de quem eu lembro bem a peça que assisti em São Paulo, exatamente Capital Estrangeiro, meus parabéns, deixou realmente marcas, a peça teatral deixa marcas mais profundas, e aqui ao lado também do Dr. Roberto Romano e do Dr. Gabriel Priolli, todos trazendo a sua contribuição à Comissão de Educação, no momento em que estamos discutindo o Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação, e que queremos levar a essa Comissão, a nossa contribuição ao Ministro de ações, de idéias, sugestões que possam engrandecer esse plano que é importantíssimo para o desenvolvimento do nosso País. E falando em desenvolvimento, eu acho que a televisão, a novela, ela faz parte desse processo, do processo que realmente no dia-a-dia está participando da formação da nossa sociedade. E o senhor, Dr. Sílvio, eu quero, já pedindo desculpas, porque logo depois vou ter que me ausentar, porque tenho assim vários compromissos, várias Comissões no mesmo horário, mas eu não poderia sair sem deixar aqui essa observação, de mãe, e mãe educadora, dona de Casa. Eu acho que com permissão dos homens, dos pais, a mãe houve muito mais os filhos e tem uma outra característica, eu sou Pediatra, então eu ouvi muito das crianças. Quando o senhor colocava que a que a novela deixa um modismo, é verdade, a cada novela vem um modismo, mas a influência existe no imaginário da criança principalmente, no subconsciente ela vai ficando, porque o ato da criança aprender a escrever é repetitivo, o ato dela aprender a falar é repetitivo. Então aquilo que ela vai vendo no dia-a-dia das novelas de certa forma se repete e pode estar formando algo que seja para o bem ou de certa forma para o mal. Parabéns às idéias maravilhosas que vocês têm tido de mostrar questões

que realmente são de difícil debate, como a questão de drogas, do alcoolismo, a questão da corrupção. Mas a responsabilidade nossa e dos senhores também é muito grande no que se refere ao que vamos ter lá na frente. Não é somente o modismo de agora. Eu deixo essa observação. A televisão muito aberta, o horário das oito horas, é para todos, eu tenho um neto de três anos que às oito horas já está vendo televisão. Então como é que vai? Eu sei que é difícil se fazer novela num Brasil de tantas diferenças e também chegando a um público tão diferente, tanto em nível social, como educacional e de idade. Então eu quero aqui parabenizá-lo por conseguir fazer da mágica, mas na realidade fica a nossa preocupação, em sugerir que cada vez mais a televisão chegue para contribuir no processo educacional de formação moral e ética dos nossos futuros cidadãos.

SR. SÍLVIO DE ABREU: Eu quero dizer que a gente tem feito, [inaudível] [pronunciamento fora do microfone] [soa a campanha] [risos], pode continuar--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não só pode, mas como deve.

SR. SÍLVIO DE ABREU: Agora existe, em todos nós, eu estou falando da Rede Globo de televisão, que é onde eu trabalho, eu já trabalho há quase trinta anos, e sempre existiu essa preocupação com educação, com passar bons exemplos. Agora para você passar os bons exemplos, você tem que mostrar os maus exemplos. Eu me lembro de duas novelas, nós já estamos fazendo cinquenta anos de produção de novelas, duas novelas aonde o mal venceu; todas as outras inúmeras, que foram mais de sei lá quantas, não é, são nove por ano e nesses cinquenta anos foram um mundo de novelas, em todas as outras o bem sempre venceu o mal, e nessas duas que eu citei, a Vale-tudo, uma novela do Gilberto Braga, e a Belíssima, uma novela minha, que terminou com a Fernando Montenegro, que era a grande vilã da história, tendo um final feliz. Porém o público não se lembra que todos os outros personagens da novela de moral caráter foram castigados. Também não se lembra que todos os personagens de bom caráter foram recompensados. Isso nunca é citado. A única coisa que se diz é: “ah, mas a Fernanda Montenegro casou com um menino e foi para Paris”. Todos os outros bons exemplos que apareceram, ninguém fala deles. Então, quer dizer, eu não sou nenhum sociólogo, eu não sei analisar isso. Eu sei que quando eu fiz a novela, eu sei lá, dos quinze finais de personagens, um era negativo e catorze eram positivos, e foi o que ficou. Então a gente joga e às vezes acontece, às vezes não, mas eu quero que a senhora entenda que a boa intenção existe. Eu sei que de boa intenção o inferno está cheio, mas existe.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Não, eu fico grata até, feliz em saber que existe essa preocupação, essa boa intenção, e que torço de que isso seja realmente a preocupação, primeiro, de que os bons exemplos, conseguimos repeti-los de forma a fazer a formação dos nossos jovens, principalmente porque hoje o mundo está como está, essa violência, a desestruturação da família nós sabemos que é um ponto assim básico e todas essas questões podem ser levantadas e debatidas, levando pelo debates daquela forma que a novela faz, que empolga, que faz com que toda a família debata, com que os amigos na escola, eu acho que--

SR. SÍLVIO DE ABREU: --Isso que eu acho que é o grande serviço que a novela traz. Eu acho que ela não vai mudar a cabeça do público, mas ela vai levar esse público a refletir sobre aquilo que está sendo dito. Isso sim, isso eu concordo, eu acho que é a grande força que a novela tem.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada.

SR. SÍLVIO DE ABREU: Obrigado à senhora.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concedo, pela ordem, agora a palavra ao Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Senhor Presidente, em primeiro lugar eu quero agradecer a gentileza do Dr. Sílvio de Abreu, Roberto Romano e Gabriel Priolli. Lamentavelmente nós prevíamos hoje um grande debate e eram inúmeros os Parlamentares que estavam dispostos a comparecer nessa reunião, inclusive eu queria com o Secretário da Comissão, em contato com V. Ex^a., principalmente, marcar uma data que facilitasse isso. Infelizmente, primeiro, quarta-feira é véspera de feriado, e quando o feriado é na quinta-feira, não é na quinta-feira, é quinta, sexta, sábado e domingo, e muitas vezes começa na quarta, quer dizer, então hoje já tem gente que está indo embora por conta do feriado. Mas isso não é nada. O mais grave é que marcaram essa reunião, está marcada eu não sei há quanto tempo, e marcaram o Conselho de Ética para decidir se o senhor Presidente do Senado vai ser ou não vai ser julgado. Nesse momento estão lá. O senhor vê que não tem uma câmera de televisão, não tem um jornalista, não tem ninguém aqui. Está tudo lá, porque lá é momento decisivo, quer dizer, ou arquivam ou vai ter o processo. Se fosse um outro dia qualquer, tudo bem, mas agora lá vão votar hoje se arquivam. Então a reunião se resumiu a nós que estamos aqui, até eu agradeço, temos um número considerável de Senadores, mas não corresponde àquilo que nós achávamos importante nessa reunião. Claro que essa questão de novela é um debate que vem de

muito tempo, é uma interrogação que vem de longa data. Mas as páginas amarelas, com a inteligência do Sr. Sílvio Abreu, ela deu um contorno novo, ela trouxe para o debate público questões que até então podia até se imaginar, mas não se sabia. Eu acho que as questões básicas, foi uma pena porque o Dr. Roberto e o Dr. Gabriel abordaram pontos da maior importância, mas eu quero voltar para o início da questão, que é o AB(F) da questão que nós achamos nesse momento. Quando o Sr. Sílvio de Abreu diz na sua entrevista à Revista Veja, de que ele notou uma profunda modificação em cinco anos, do prazo da sua última novela para essa novela, e que até cinco anos atrás a tradição da novela brasileira era o mocinho ficar com a mocinha e o ladrão ir para a cadeia. O enredo era esse, era aquele, mas isso era o normal, e que de repente V. Ex^a. levou um susto quando a Globo, que tem um sistema tradicional de fazer pesquisas profundas capítulo a capítulo de uma novela, ter um corte vertical da sociedade para ver o que a sociedade está pensando da novela, e isso a gente já sabia, de certa forma, e a novela varia, a gente sabe que tem novela em que o artista ou a artista iniciam na perspectiva e quando se faz a narrativa de como que vai ser a novela e se conta a história como personagem principal, daqui a pouco ele desaparece lá porque não agradou, o público não gostou, e várias vezes acontece o inverso, alguém que foi feito para morrer no vigésimo capítulo vai até o fim da novela.

Mas o que chamou a atenção de V. Ex^a. e o que chamou a atenção da gente, nessa novela, é exatamente esse aspecto da diferença que está ocorrendo. Era rotina o mocinho ficar com a mocinha e o ladrão ir para a cadeia. De repente V. Ex^a. chama a atenção e diz aqui na revista que o povão mudou. Entre a belíssima, que é uma mulher que tinha o seu marido, viviam bem e etc. e tal, seja lá o que for, o marido era um cara normal, certinho e tal, e que um malandro estava dando em cima dela. O normal era o marido ir se firmando e manter a mulher dele. Mas aí sai a pesquisa. O que vocês estão achando? Com quem que a personagem vai ficar? Com o amante. Mas como, e o marido? O marido é um chato, não dá para agüentar, ela tinha que ficar com fulano de tal. É uma coisa que ... Mulheres, homens, com a maior tranquilidade, tem que ficar com fulano de tal, com o namorado, com o amante, sei lá o que. E a outra fulana, que pegou dinheiro, que ganhou não sei o que e tal, mas era uma figura simpática e tal, e essa fulana que roubou, o que tem que fazer? Tem que ficar. Mas ela roubou! Mas todo mundo rouba nesse País, por que ela... todo mundo rouba e não acontece nada, por que agora ela vai para a cadeia? Ela está bem, deixa ela ir adiante, vai

roubando, vai levando adiante. Isso chamou a atenção de V. Ex^a. e a entrevista de V. Ex^a. na Veja chamou a minha atenção.

SR. SÍLVIO DE ABREU: Se todo mundo rouba, por que é que eu não vou roubar?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): E aí vem a interpretação do Sr. Sílvio de Abreu, que ele sente na pesquisa que o que influencia isto é o povo ver o geral da propaganda, na imprensa, rouba aqui, rouba lá, rouba lá, então ele está na jogada. Se é isso que ele está vendo, é isso que ele está sentindo, é isso que ele está acompanhando na história da sociedade brasileira, ele está entrando na jogada, ele se identificou. Eu vou ficar com... porque a mulher vai ficar com o marido, alinhado, bacana, decente, trabalhador, porque além de decente, trabalhador, é um chato mesmo, mas bacana é o amante que passeia, diverte, compra um wiskezinho, não sei o que, então fica com o bacana. O cara roubava, mas ... até não fazia mal a ninguém, só roubava aqui, roubava ali e tal, deixa roubar. Quer dizer, isso levado pelo sentimento que nós estamos vivendo. Num País aonde só ladrão de galinha vai para a cadeia --

SR. SÍLVIO DE ABREU: Isso mesmo.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): -- Num País aonde não vai para a cadeia ninguém --

SR. SÍLVIO DE ABREU: A não ser ladrão de galinha.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): A não ser ladrão de galinha. O Maluf está há vinte anos discutindo com o Supremo e nunca pegaram ele. De repente ele andou exportando aí negócio de pinto, não sei o que, eu disse: “Maluf, é bobagem, você se meteu com galinha, vai ser preso”, e foi preso. Se meteu com galinha e foi parar na cadeia. Então dentro desse contexto é que eu acho que a seriedade está e que vale a pena fazer análise, porque a novela, podemos analisar sobre vários ângulos, mas este ângulo, aí é que eu quero salientar o motivo principal de eu ter pedido essa reunião, esse ângulo a novela está mostrando, que a corrupção está influenciando a sociedade brasileira e está mudando os hábitos da sociedade brasileira. Quando diz V. Ex^a. que a novela atingiu cinquenta e nove pontos, é a unanimidade, cinquenta e nove pontos.

SR. SÍLVIO DE ABREU: 85% dos aparelhos ligados.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): 85% dos aparelhos ligados estavam ligados nessa novela. Então eu acho que esse é um elemento, Senador Marco Maciel, para nós analisarmos, como a impunidade atinge todos os setores, se vivencia em todos os setores, porque essa é uma consequência. Eu volto a dizer: cinco anos. Cinco anos é um tempo limitadíssimo,

três novelas ou quatro novelas, mudar completamente o estilo, quer dizer, o mocinho fica com o mocinha, o ladrão vai para a cadeia, agora larga o marido que é um bobalhão, fica com o amante, e deixa o cara solto porque todo mundo está solto, todo mundo é ladrão, por que ele vai preso? Esse é o reflexo, eu repito, da sociedade que nós estamos vivendo. Agora eu vejo na televisão, num País como o Brasil, do tamanho do Brasil, eu, por exemplo, não vejo, como que nós vamos instruir, educar, politizar, conscientizar o brasileiro que mora lá no Amazonas, que para sair do seu lugar, onde ele mora, para uma cidadezinha mais perto, ele leva um dia de barco? A não ser pela televisão, como é que vai ser feito? Como é que vai fazer? Vai botar escolinha para educar? Mas dá para fazer isso? Dá para ter pessoas conscientizadas, preparadas, não apenas para ensinar o ABC, estudar e tal, mas para a ética, moral, civicamente, preparar o cidadão, pode ser feito isso? Eu acho que no Brasil a televisão é mais importante quase que a universidade, se pudesse ser bem usada. Eu vejo agora, o Governo vai criar empresa pública. Eu ainda não entendi. Empresa pública para mim faz o papel. A TVE de São Paulo, a TV Cultura, é uma empresa. Modéstia à parte a TV Senado e a TV Câmara, preenche um espaço como esse. Agora a TV pública vai ser coordenada como, dirigida como? O que eu sempre achei é que nós tínhamos que ter um diálogo com a televisão, não, pelo amor de Deus, nunca me passou pela cabeça o Governo ter controle da televisão, seria uma desgraça, mas a sociedade ter um controle na sua certeza, eu acho que seria importante.

SR. SÍLVIO DE ABREU: Também acho.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu acho que seria importante. Eu tenho até um Projeto de Lei que está tramando aí dizendo o seguinte: uma hora do horário nobre a televisão tem que dedicar, tem que ter um programa voltado para a ética e para a moral da sociedade brasileira. Não em rede, não, cada um faz o que quer, como quer. Um faz um programa de debate, o outro apresenta pontos positivos da sociedade brasileira, mas programas que sejam instrutivos. Quando o Papa esteve aqui, na minha opinião o programa que teve mais repercussão espetacular foi quando ele foi na Fazenda da Esperança, e que botou aquela agonizada, drogada, que estava liquidada, que não existia, aparecia ali, a falar, a discutir, a analisar. Quando mostrou que do nada, que nos hospitais, um psiquiatra, não consegue resultado nenhum contra a droga na mocidade, e ali 80% [inaudível]. É impressionante. Mas o que mais me chamou a atenção nas cartas que eu recebi é que a maioria não sabia que existia isso. Mas como que não sabia? Como que não

sabia que existiam cinqüenta escolas de cura de doentes, de drogados ou alcoólatras? --

SR. SÍLVIO DE ABREU: -- Senador, a novela, por exemplo, O Clone, abordou isso, mostrou isso.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não, não, não, eu estou falando --

SR. SÍLVIO DE ABREU: -- Eu estou dizendo que --

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Pelo amor de Deus, eu estou falando ... eu não estou dizendo que vai ser uma novela que vai abordar uma questão dessas, mas o Jornal Nacional podia.

SR. SÍLVIO DE ABREU: Podia.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O Jornal Nacional, que às vezes a gente ... olha, têm vezes ... uma vez, faz muito tempo, o Dr. Ulisses Guimarães, Presidente, e eu Primeiro Vice-Presidente do MDB, almoçamos com o Dr. Roberto Marinho e aí eu tive coragem de dizer para ele: “o senhor me desculpe, Dr. Roberto, mas eu vou dizer uma coisa muito sincera: eu não ouço o final do Jornal da Globo da noite”. E ele ficou assim: “mas por que você não ouve?” “Porque eu quero dormir tranqüilo. Eu vou dormir sabendo que mataram um guri, enforcaram não sei o que? Isso me faz mal, então eu não ouço. O senhor faz o jornal que o senhor quiser, mas bota um final leve, bota uma poesia, bota uma passagem bonita, bota alguma coisa que o cara, pelo menos quando apaga, fica com essa última imagem”. A última imagem é a que marca e isso é que caracteriza. Olha, eu estou falando do Jornal Nacional porque é um grande jornal, vale para as outras. Dá para contar. Outro dia, geralmente eu faço isso, quando vem, eu marco, eu pego um papel e marco. É corrupção, violência, assassinato, não sei o que. Não têm duas notícias positivas, não têm duas notícias positivas. E isso, várias vezes eu tenho discutido isso, até uma vez falando com um jornalista [inaudível], que era diretor do Zero Hora de Porto Alegre, eu me queixei com ele isso. O jornal, coitado de um..., aquela época das cassações, o Deputado foi cassado e assumiu um jovem do interior que nunca tinha sido nada. Então ele assumiu, ficou ali, era uma bela pessoa, uma bela pessoa, um belo caráter, mas foi ali e de tarde, na Assembléia, terminou mais cedo, os caras falaram: “vamos tomar um chopinho ali na casa”, “vamos”. O cara era do interior, de uma cidadezinha, “vamos”. Chegando ali, ele estava tomando um chopinho, e era um lugar que eram mulheres de programa que estavam ali e etc. e tal. Deu uma confusão, saiu um tiro e o coitado, na reunião de estréia dele, liquidou a vida dele na cidade dele. A capa inteira. E ali, se tinha alguma coisa para ver, mas não tinha, e levou. Aí eu fui falar com o cara. E discussão vai, discussão vem,

ele disse: “tem que ver o seguinte: o jornal e a televisão, para [inaudível], tem que ser coisas concretas. Eu disse a ele: “mas o Jornal da Assembléia tem tanta coisa fantástica que sai de bom e vocês não publicam; sai uma graça e vocês publicam”. Se quer ter notícia no jornal, faça uma coisa fora do normal, excepcional. Fazer um Projeto de Lei, fazer um discurso, isso é obrigação, é pago para isso, pô, você está trabalhando, não tem nem porque publicar. Agora se o senhor apresentar um projeto fantástico, espetacular, que é uma coisa realmente inédita, tudo bem. Agora o resto é coisa ruim. E digo para ti, veio aqui falar comigo. Tu vai embora, atravessa a rua, um cachorro te morde, não sai nem em lugar nenhum. Tu quer ser capa da Zero Hora? Morde o cachorro e avisa para nós que você vai morrer o cachorro. É dessa fotografia que sai na capa do jornal. Então isso infelizmente é o que acontece. Por exemplo esse caso dos drogados, essa escola, os jornais deviam fazer quantas vezes, devia ser um incentivo porque estimula. O que eu recebi de pedidos, no nosso gabinete, para orientar, para mandar quem é, com quem, é uma coisa impressionante. Só eu, e os meus colegas devem ter recebido a mesma coisa, mas dezenas de pessoas que nunca tinham ouvido falar e queriam saber nesse sentido. Então a mim, me parece, primeiro lugar: aí é a pergunta que se faz. A novela segue a opinião do povo ou a novela pode tentar forçar no outro sentido?”

SR. SÍLVIO DE ABREU: Olha, Senador, eu acho que a novela reflete –

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): -- Se termina a novela com o marido ficando com a mulher e a outra mulher indo para a cadeia, o senhor acha que perdia o [inaudível].

SR. SÍLVIO DE ABREU: Não, não, eu terminei a novela com o marido ficando com a mulher, nesse caso. Eu terminei a novela com o marido ficando com a mulher, quer dizer, indo contra a pesquisa. Eu conservei o personagem da Fernanda Montenegro porque o que eu queria era chamar a atenção justamente para o discurso que eu estava fazendo, quer dizer, de que o País está aceitando esse tipo de atitude. Eu não acho, como eu já disse antes, que a novela tenha a capacidade de mudar a cabeça das pessoas, mas eu acho que tem a capacidade sim de colocar os assuntos em discussão, como também já disse. Agora eu acho que o exemplo que a sociedade dá é mais forte do que o exemplo da ficção, e eu acho que hoje em dia o público sabe muito bem separar o que é ficção do que é realidade, porque sempre quando se faz as pesquisas, mesmo quando as pessoas falam com a gente, “ah, isso não porque isso é novela; ah, isso eu gosto porque parece a vida é real”. Então ela tem um parâ-

metro para medir se ela pode respeitar ou não aquela história, se aquela história é verdade ou não.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): E quando a pesquisa, consultado o Congresso Nacional o que o povo acha, ele diz que 98,9% do Congresso não vale nada. Sobra 1,1 % que confia no Congresso, é mais ou menos disse que o senhor está dizendo.

SR. SÍLVIO DE ABREU: É. Agora como mudar isso, Senador, que é muito mais importante do que mudar uma novela.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então eu passo a palavra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Espera só um pouquinho. Mas eu acho apenas o seguinte: eu acho que a novela e a televisão e a classe política e a sociedade, nós temos que sentar na mesa.

SR. SÍLVIO DE ABREU: Juntos, por isso que eu acho que esse debate é mais do que necessário.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu concordo, em primeiro lugar, não há dúvida nenhuma, quer dizer, se o Brasil continuar só indo para a cadeia ladrão de galinha, isso está aumentando, isso está indo cada vez em lugares mais, e aí eu acho importante a sua pesquisa, quer dizer, o pessoal lá da classe C já pensa isso, está grave isso. Isso a gente recebe todo dia também nas cartas que a gente recebe, dizendo desfavor, não sei o que, isso é uma realidade. Agora a mudança deve ser feita dentro desse contexto. O Congresso está pensando em ser mais duro nas penas. Muitas vezes a gente vai pelo emocional. Aconteceu o negócio do guri lá no Rio de Janeiro, aqui está todo mundo querendo, se depender de nós, vamos botar todo mundo na cadeia. Agora passou o emocional, fica tudo igual. Agora se nós pudéssemos, meu amigo Marco Maciel, fruto desse início de conversa, estabelecermos quase que eu diria algumas reuniões para numa conversa de conjunto tirar algumas diretrizes, eu acho que seria importante.

SR. SÍLVIO DE ABREU: Eu também acho.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu acho que seria importante, para não ficar apenas em mais uma reunião, que termina, foi muito boa. Assim como nós convidamos para vir aqui os frades da Igreja, para vir aqui mostrar o exemplo deles, para nós estimularmos a repetição do que fizeram lá para o Brasil a fora, que lá na Fazenda Esperança, é um jovem que tinha um amigo drogado, resolveu ajudar esse amigo, aí veio o segundo, daqui a pouco veio o terceiro, daqui a pouco veio o quarto e daqui a pouco tem uma instituição que hoje ... e se pergunta para ele: “como é que se forma?” Quer fazer, manda alguém, um drogado e uma pessoa boa de uma cidade, se vier falar conosco, que está dado o passo de saída. Assim como eu acho que lá nós te-

mos que orientar nesse sentido, nós temos uma força para que essa coisa vá adiante, aqui eu acho que é a mesma coisa. Eu acho que esse diálogo, não adianta apenas a gente dizer ... eu tenho repetido várias vezes, e apenas se me permite, eu vou mostrar para o senhor o que é a força da televisão. No distrito de Caxias do Sul, minha terra, não tinha televisão. Na cidade tinha, lá não tinha. Era um distrito que a vida inteira ... era zona de canalização italiana, as coloninhas se vestiam como cem anos atrás as suas mães se vestiam, com vestido até o chão, dançavam aquelas danças de colonização italiana ou gauchês, no domingo a gente ia lá (*soa a campainha*), tinha o churrasco, tinha a festa, os caras dançavam ali na frente de todo mundo. De repente chegou a televisão lá. Eu tinha ficado três anos sem ir lá. Eu fui lá. Com dois anos de televisão as mulherzinhas estavam iguais a do Leblon, de mini-saia, a música não era mais a cantoria italiana, era a música moderna e luz negra, quer dizer, lá num canto, fechado ali, luz negra, mas mudou completamente o que cem anos ... que se dizia que a gente via nos jornais de moda, revistas de moda, “Paris diminuiu a saia dois centímetros”, aí demorou não sei quanto tempo para chegar aqui. A televisão [inaudível], a televisão [inaudível]. Então ela tem esse aspecto no ato, na vida, na maneira de ser, por isso que eu acho que eu fico um pouco assim, com todo respeito, quando eu vejo que a televisão está aí numa preocupação justa, mas só no dinheiro, só em manter a televisão, em fazer essas coisas. Por exemplo, essa discussão que ganharam até no Tribunal, mas eu achei muito estranho não permitir que tenha um horário determinado para criança ver a novela, quer dizer, eu acho que tinha que ter.

SR. SÍLVIO DE ABREU: Mas nós não somos contra isso, nós não somos contra a classificação.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas entraram na justiça e ganharam.

SR. SÍLVIO DE ABREU: Sim, mas não é contra a classificação, é contra proibir o programa de ser exibido, que isso é outra discussão. É contra a proibição do programa, não contra a classificação do programa.

SR. GABRIEL PRIOLLI: Isso não existe no processo, não há proibição de exibição do programa.

SR. SÍLVIO DE ABREU: Existe, se você está fazendo --

SR. GABRIEL PRIOLLI: Não existe não, ele é reclassificado para outro horário. Acima de onze da noite qualquer conteúdo pode ser exibido, qualquer um, desde que respeite a Constituição, evidentemente.

SR. SÍLVIO DE ABREU: Se você está fazendo no caso fr uma novela, uma novela que tem que passar às sete horas, e acham ... que tudo depende de como a coisa que vai ser analisada, porque de repente uma

Comissão que vai achar que é assim, vai funcionar exatamente como funcionava durante a censura.

SR. GABRIEL PRIOLLI: A classificação é voluntária.

SR. SÍLVIO DE ABREU: Mas os critérios, os critérios, Gabriel, eles são ... os critérios são da cabeça de pessoas.

SR. GABRIEL PRIOLLI: Não, mas a portaria permite ... permite não, estimula que a própria emissora faça a avaliação, a classificação do horário. Só é alterada a classificação em caso dessa classificação ser inapropriada manifestamente, absolutamente inapropriada. Aí sim o Poder Público tem o dever constitucional, constitucional, de fazer a reclassificação.

SR. SÍLVIO DE ABREU: Mas quem vai dizer se é adequado ou não? É uma comissão.

SR. GABRIEL PRIOLLI: Quem vai dizer se está correta a classificação ou não é uma comissão, evidentemente.

SR. SÍLVIO DE ABREU: Então, o problema está aí.

SR. GABRIEL PRIOLLI: Mas enquanto --

SR. SÍLVIO DE ABREU: -- É igual, exatamente como era a censura, é uma comissão que vai dizer o que pode e o que não pode, é a mesma coisa. Quem tem que falar se quer ou não quer assistir é a sociedade. Então é assim: se eu coloco --

SR. GABRIEL PRIOLLI: -- Eu discordo.

SR. SÍLVIO DE ABREU: Se eu coloco um programa às sete horas da noite que incomoda a família, essa família incomodada, ou sei lá, o próprio Governo, pode processar essa televisão com sanções ou com o que for que tiver que fazer em termos de lei, mas não proibir, porque a pessoa que está ... a televisão tem que ter responsabilidade também sobre aquilo que ela apresenta. Ela também tem que saber o que ela deve apresentar às sete, às oito ou às dez horas da noite. Para isso tem um manual que você tem que seguir, mas não este manual que foi feito onde determina quanto tempo vai ter que ter beijo, quanto tempo vai ter que ter isso. Isso é ridículo.

SR. GABRIEL PRIOLLI: Não, não tem isso, desculpa, não existe isso.

SR. SÍLVIO DE ABREU: Tem, tem, eu li o manual todo, tem, tem.

SR. GABRIEL PRIOLLI: Quanto tempo tem que ter beijo?

SR. SÍLVIO DE ABREU: Não, isso foi ... isso foi ... eu peguei lá do Código Reis.

SR. GABRIEL PRIOLLI: Está liberado --

SR. SÍLVIO DE ABREU: -- Não, mas tem, se o senhor ler tudo aquilo ali, o que está se querendo fazer ... é ... não se pode tocar - eu não sei décor porque é

enorme, mas na maioria dos programas que se toca na televisão hoje em dia não se pode falar porque tudo é passível de censura, tudo. “Isto eu não quero que seja falado às sete horas”, enfim, isso é outra discussão, vamos fazer outra Comissão para discutir isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não. Eu vou conceder agora a palavra a outro Senador inscrito, o Senador Flexa Ribeiro, e posteriormente ouviremos o Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Marco Maciel, senhores convidados, Sílvio de Abreu, Gabriel Priolli, Dr. Roberto Romano. Essa discussão, como bem disse aí o Dr. Sílvio de Abreu, ela é bastante importante e tem que se ser aprofundada. Não será apenas numa audiência pública - e Eu quero aqui parabenizar o Senador Pedro Simon por ter sido o autor do requerimento - que nós vamos poder resolver todas as dúvidas que pairam no Senado e na sociedade brasileira. Eu diria que em anos recentes a comunicação social tornou-se a grande mediadora das relações do mundo contemporâneo, criando novas regras de convívio, operando transformações sem precedentes no homem e em sua realidade. A forte presença dos meios de comunicação eletrônicos em nosso cotidiano reduziu as dimensões do mundo, derrubou fronteiras e insemidou novas idéias, novos padrões e novos conceitos. Além disso os meios eletrônicos parecem ter se transformado de meros veículos de entretenimento em opções únicas de informação e mesmo de formação para significativas parcelas da população brasileira, substituindo, em muitos casos, as instâncias tradicionais como a família, a escola e eu diria até a própria Igreja, a religião. De outra parte, estudos recentes revelam que as crianças do mundo inteiro passam em média três horas diárias em frente à tela da televisão. Gastam mais em frente da televisão do que nas suas atividades não escolares. Em que pese controvérsias, haver controvérsias acadêmicas acerca do impacto direto do conteúdo veiculado pela televisão sobre os valores da audiência, sobre os aumentos dos índices de violência ou até mesmo sobre hábitos alimentares de crianças e adolescentes, há uma tendência em se reconhecer a centralidade dos meios eletrônicos em nossa sociedade. Por outro lado, o que está acontecendo numa velocidade cada vez maior, é que as rápidas conquistas na área tecnológica prenunciam a ampliação da abrangência e da presença dos meios de comunicação eletrônicos em nossa sociedade. Desenvolvimentos tecnológicos recentes fizeram convergir mídias clássicas de informação e entretenimento como o rádio, televisão e jornal, com as telecomunicações e a informática, com suporte já há um cem número de novas aplicações. Especialmente

a internet vem modificando drasticamente a maneira como nos comunicamos. O Senador Pedro Simon fez uma referência aqui que eu diria até importante de se usá-la nesse instante. Para a imprensa, para a mídia, é mais importante noticiar não o homem mordido pelo cachorro, mas o cachorro mordido pelo homem, porque essa teria audiência e seria motivo de interesse da sociedade. Ora, só que assim como acontece a nível da sociedade, o homem morder o cachorro é a minoria absoluta, é a minoria absoluta. Então eu acho que os desvios de conduta que são mostrados de forma bastante ampla pela imprensa, também, sem sombra de dúvidas, eles são (*soa a campanha*) minoria, os desvios são minoria na --

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não sei.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): -- Não, em relação à sociedade brasileira com certeza absoluta. A maioria da sociedade brasileira ainda tem um padrão de moral e de ética que se contrapõe àquilo que é mostrado e que, lamentavelmente, é mostrado de forma exacerbada. É a realidade? É. Agora não é só a realidade. O grande escritor Sílvio de Abreu, na sua exposição, colocou com relação que ele apenas coloca no conteúdo das suas novelas aquilo que representa o cotidiano da sociedade brasileira. O que nós temos visto ao longo do tempo é que está havendo uma inversão cada vez maior daquilo que era mostrado anteriormente como que os valores morais se contrapunham, venciam sempre aqueles, os mal feitos praticados, ele está sendo invertido, talvez por essa massificação que está havendo a nível de informação da sociedade. O Dr. Roberto Romano, ele usou uma frase, ele disse que a cultura que vive de empréstimos está fadada a desaparecer. Então o que nós estamos vendo - e eu fui autor de um requerimento na Comissão de Ciência e Tecnologia para discutir de forma ampla. Eu fiz a convocação de catorze instituições para que nós pudéssemos ouvir todos os segmentos da sociedade para que discutamos o que vai acontecer inexoravelmente com esse avanço tecnológico. É que nós vamos ter televisão transmitida não mais apenas pelas concessões outorgadas pelo Governo, mas através de satélite, através de telefonia celular móvel, ou seja, vai haver uma convergência nos meios de difusão que vai ser impossível você, a qualquer momento, haver esse controle do conteúdo, e nós temos que discutir qual o conteúdo que a Nação brasileira quer que seja colocado, eu não diria nem posto, mas eu diria colocado à disposição da sociedade. Isso é uma forma de fazer, uma restrição à liberdade? Eu não creio que seja, eu não creio que seja. Eu acho que nós temos que aprofundar a discussão, isso sim. Nós temos que verificar, ver o conteúdo. A questão da cultura é importante, nós

não temos que ter modismos e impor esses modismos à sociedade brasileira. Nós temos que defender as nossas raízes, nós temos que defender o conteúdo brasileiro, produzido por brasileiros e veiculados para brasileiros, porque se não nós corremos o risco de termos as programações geradas no exterior e impostas aqui à sociedade brasileira em função da mídia, em função da audiência, em função do interesse comercial, e aí tem que haver, evidentemente, parâmetros, e têm que haver critérios para que isso não seja colocado de forma prioritária.

O Dr. Priolli colocou aqui, citou alguns artigos da Constituição, são corretos. A Constituição prevê a liberdade de imprensa, eu sou a favor da liberdade, eu acho que a imprensa tem que ser livre para que ela se posicione de forma aberta e que dê a condição de julgar para a sociedade. Ela informa todos os caminhos ou as notícias, dá a notícia. Quem vai julgar aquela notícia, se está correta ou não está correta, é a própria sociedade. Lamentavelmente nós estamos vendo, estamos assistindo aí que a tentativa de controlar a imprensa acaba acontecendo o que estamos vendo na Venezuela, onde um canal de televisão, que apenas se coloca como de oposição a um Governo, ele tem a sua concessão retomada, não renovada, porque o Presidente achou por bem de que aquilo não era bom para ele, não era bom para a sociedade. Ele não se preocupou com a sociedade venezuelana, ele se preocupou com o interesse político dele, o projeto político pessoal e aí não renovou a concessão. Isso é lamentável, é lamentável, e isso deve ser, de forma mundialmente, atacada pela sociedade para que isso não sirva de exemplo e se repita, porque pior do que ele ter o fechado o canal, é ele ameaçar fechar o segundo ou reduzir a limites que, segundo ele, fez que ficasse desse tamanho. Isso não pode ocorrer numa Nação democrática. Então existem os artigos 220, 221, que define a liberdade, mas define que o Estado tem que ter um controle sobre o que é o “coiso”, mas aquilo que o Dr. Sílvio falou, que é importante, de que a própria lei, o próprio Código Penal, ele já define a responsabilidade da empresa, ele já diz aqui que a legislação ordinária brasileira, através do Código Penal, já oferece instrumentos de defesa contra abusos cometidos contra a moral e os costumes vigentes. Estabelece em seu Capítulo VI, artigos 233 e 234, penas de multa ou detenção para os que distribuam, exibam publicamente ou vendam revistas, estampas ou objetos de caráter obsceno, façam ou promovam representação de caráter obsceno em teatro, cinema, televisão ou os que realize, pelo rádio ou ao vivo, audição ou citação(F) de igual caráter, ou seja, o Código Penal já é claro, quer dizer, se alguém se achar atingido na sua

moral, no sentido de um programa que foi veiculado, ele pode entrar na justiça e ir contra o programador ou o exibidor que colocou aquele programa que foi, evidentemente, colocado.

Acho difícil, eu acho que isso é uma discussão, e nós vamos fazer, Presidente Marco Maciel, Senador Pedro Simon, e a sua presença, ela é de fundamental importância nessas audiências. Serão cinco, se não me engano, quatro ou cinco audiências públicas. Vamos chamar aqui as emissoras de televisão, as companhias de telefonia móvel, os provedores de Internet, vamos chamar a área cultural, a área artística para que ela também possa se posicionar de tal forma que a gente discuta amplamente o que fazer com o avanço da tecnologia na difusão, na questão das telecomunicações brasileiras, e eu diria, até, em termos mundial. Então esta audiência aqui que trata da questão de educação com relação à ação da televisão, dos programas sobre a infância e a juventude brasileira, é importante, eu não tenho dúvida, e vai propiciar, mas essa audiência, hoje, é o passo inicial de uma grande caminhada que nós temos que chegar para que possamos entender qual o melhor processo que nós vamos ter para defender, evidentemente, essas questões de moral e de ética da sociedade brasileira, o que queremos para as gerações futuras, qual é o exemplo que nós queremos deixar para as gerações futuras, porque nós todos sabemos que os discursos convencem, mas os exemplos é que arrastam, quer dizer, são os exemplos que ... Então na televisão existem, Senador Simon, existem cachorros sendo mordidos por homens a cada dia, no bom sentido, de ações que poderiam e deveriam ser explicitadas pela mídia. Exemplos que acontecem no dia-a-dia de demonstração de caráter, de moral, e que não são colocados, até como contraponto. Você tem aqui o mal feito, mas você tem aqui também o exemplo de um cidadão brasileiro que é honesto, que pratica uma ação correta, apesar das dificuldades, e muitas vezes ou todas as vezes ...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Me permite, Senador?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não, é uma honra, é uma honra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V. Ex^ª. está abordando um ponto que eu considero da maior importância e eu acho que eu não cheguei a falar e ninguém falou. O noticiário transmite, mas eu duvido que cada dia não tenha trinta grandes notícias importantes, justas, de coisas das mais belas que estão acontecendo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso, é isso.

SR. GABRIEL PRIOLLI: Por que não publicar três violentas e duas das boas?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu já diria uma da boa, pelo menos.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Acontece coisas que a gente está vendo, que são espetaculares, que são ... eu tenho exemplo muito sem graça, mas é um exemplo. No carnaval se fez aqui em Brasília o tal de “Rebanhão”, mas durante quatro dias, que é carnaval, que é só carnaval, as igrejas, as várias igrejas, promoveram, ficaram quatro dias organizadas rezando, foi um negócio fora do normal. É uma notícia. Claro que em 99% tem que ser carnaval, mas tinha que ter uma notícia que aconteceu uma coisa diferente, inédita, os caras estão fazendo isso. Mas cada dia tem uma notícia nesse sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): O senhor conclua, por favor, porque temos mais dois oradores inscritos ainda e --

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Concluindo, eu apenas fiz os comentários porque essa audiência, com a presença dos nossos nobres convidados, ela, ao meu entendimento, é muito importante e nós não podemos perder essa oportunidade. Mas eu gostaria de fazer uns questionamentos. Eu faria aos três convidados, porque são visões diferentes e eu gostaria de ter a posição, a visão de cada um dos senhores. Qual a avaliação dos senhores a respeito da Portaria 264, a famosa portaria de 09 de fevereiro de 2007, de classificação indicativa da programação editada recentemente pelo Ministério da Justiça e que tem por objetivo regulamentar o estatuto da criança e do adolescente no que se refere à classificação indicativa de obras audiovisuais destinadas à TV? Uma segunda pergunta: aceita a tese de que algum limite na liberdade de informação é necessária, de que a liberdade de informação não é um direito absoluto, compreendendo o universo integrado também pelo direito dos telespectadores de receberem uma informação correta e de qualidade, como estabelecer parâmetros para se delinear os limites aceitáveis e a que instância reguladora confiar tal missão? Exatamente essa é uma questão que eu gostaria de ter dos senhores a visão de cada um, porque tenho absoluta certeza que serão visões díspares com relação a cada um. E, por último, qual o estado da arte das pesquisas de comunicação, no que se refere à influência dos meios eletrônicos sobre a audiência? A audiência, a comunicação, o conteúdo, ele é influenciado, ou melhor, influenciado sim, mas ele é determinado pela audiência ou não? Somente pela audiência? Ou seja, a audiência, ela define o conteúdo do programa ou não, o conteúdo é mais importante do que a própria audiência? A audiência pode ser

sacrificada em função do conteúdo que se quer levar à sociedade? Afinal, a televisão exerce ou não influência sobre os valores morais e éticos da sociedade? Ela é apenas um modismo ou ela forma o caráter da sociedade brasileira? Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concedo agora a palavra ao nobre Senador Geraldo Mesquita e, a seguir, ao Senador Wellington de Oliveira. Com a palavra o nobre Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA (PMDB-AC): Muito obrigado Senador Marco Maciel. Eu quero cumprimentar nossos convidados, o Dr. Roberto, Sílvio de Abreu, Gabriel Priolli. Aqui a vantagem de quem fala primeiro é essa, fala muito, e os que vão ficando por último ficam naquela situação de constrangimento, tem que falar muito pouco. Então eu vou tentar aqui sintetizar o que eu estava imaginando em poder falar e modestamente tentar contribuir para o debate. Primeiro eu chamo a atenção da preocupação do Senador Simon de que, via de regra nessa Casa, eu acho que até é via de regra mesmo, assuntos dessa natureza, de uma complexidade enorme, de uma importância fundamental, eles às vezes se perdem. Ocorre uma reunião como essa, um debate e tal, e daqui a pouco ele não retorna à Casa. Então eu queria pedir que o Senador Simon, que é um vigilante, um Senador vigilante aqui no Senado, que cobrasse dessa Casa e aqui tem a minha solidariedade, a minha preocupação a par disso, para que um assunto como esse não se esvaia aí pelos corredores do Senado e acaba sumindo do mapa. É um assunto de fundamental importância. E em segundo eu queria lembrar a todos nós e aos nossos visitantes, que nós estamos até fisicamente num lugar, Comissão de Educação do Senado Federal, que aprecia pedidos de concessão de rádio e televisão nesse País e concede ou não. Não me lembro de nenhuma negativa, até hoje, e eu participo dessa Comissão faz tempo, nenhuma negativa. Que concede, podemos dizer assim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Geraldo Mesquita, apenas um esclarecimento: concedia. Com a criação da Comissão de Ciência e Tecnologia passou a matéria e a atribuição passou para a Comissão de Ciência e Tecnologia.

SENADOR GERALDO MESQUITA (PMDB-AC): É verdade, é verdade, mas não prejudica porque até a pouco tempo era isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): É verdade.

SENADOR GERALDO MESQUITA (PMDB-AC): Era isso e agora está sob a presidência do Senador Wellington, lá na outra Comissão. Mas eu digo isso para

trazer à luz uma tese que eu bato, bato, bato. É o caráter público da televisão brasileira, do rádio brasileiro. Por que é que eu trago essa questão à baila? Porque eu acho que é fundamental que a gente compreenda a questão por esse prisma, porque a gente pode espancar muito da discussão travada em torno da televisão pública, se é pública ou se não é pública. Ora, se é o Senado Federal que concede, ela só pode ser pública, não pode ter outro caráter. Ela é pública, concedida à iniciativa privada, a título de concessão, não é, e aí a coisa evolui, acontece. Mas ela tem eminentemente um caráter público. Eu digo isso pelo seguinte: porque aqui se aprecia tão somente, tão somente - e lá na Comissão presidida pelo Senador Wellington continuará sendo assim, porque essa é a praxe, se aprecia tão somente se o cidadão pagou o imposto, se está com a sua certidão de tributos em dia, se o contrato social está nos moldes em que determina a lei, etc. Não há a menor preocupação, e aí eu trago a sua fala à baila, não há a menor preocupação em se colocar, em se introduzir, começar a se introduzir os princípios que estão contidos, em dispositivos constitucionais inclusive, de que a televisão tem que priorizar, por exemplo, a questão educacional, a produção regional, a difusão cultural, ou seja, todos aqueles (*soa a campanha*) ... aqueles títulos e princípios contidos naqueles dispositivos constitucionais, ninguém se preocupa com isso. Porque se nós estivéssemos preocupados com isso essa discussão era em grande parte expurgada, porque não teria sentido, bastava que aqui no Senado nós nos preocupássemos com isso. O pedido de concessão de uma TV ou de uma rádio teria que ser examinado à luz da sua formalidade, mas também à luz do cumprimento daquelas questões contidas na Constituição do País. E não são, não são. Eu digo isso, prezado Sílvio, e aqui eu faço uma apartezinha para me referir a coisa de muito tempo atrás, logo que surgiram as primeiras novelas no País. Nessa época eu, como muitos aqui, eu militava, por exemplo, no movimento estudantil, e logo a seguir, recrutado por aquelas organizações políticas e tal de esquerda, aquela coisa toda, no auge da ditadura e etc, e eu me lembro que eu apanhava na discussão, porque a gente tinha muita discussão, a gente discutia sobre todas as questões do mundo porque nós tínhamos a última palavra.

Então a discussão, quando a novela começou a tomar vulto no País, a aparecer as primeiras novelas, aquela coisa toda, eu sei que eu apanhava muito porque a tendência no grupo, majoritário, era de satanizar mesmo a novela. A novela era um instrumento ... a Rede Globo, na época, que eu lembro que ... eu lembro da trilogia do mal, que era as forças armadas, Rede Globo e ... era o que? Sei lá, nem lembro mais

o que era. E como a Rede Globo, que foi pioneira na produção de novela e etc, então as novelas em satanizadas, pelo menos nas discussões que eu participava, e eu lembro que eu apanhava muito porque eu defendia, eu falava: eu acho que nós estamos equivocados, porque a produção de novela no nosso País ela traz aspectos muitos interessantes, por exemplo: ela gera muito emprego, gera muito emprego, num País que precisa gerar muito emprego, ela dá emprego a quem nunca teve oportunidade nesse País, talvez, de se colocar numa produção cultural. E a discussão ia por aí, Sílvio. Eu sei que eu apanhava muito porque eu defendia a produção de novelas, a introdução, em contraposição até aos pastelões que vinham de fora, essa coisa toda. Mas eu achei fantástico o Gabriel lembrar que, por exemplo, se viesse um alienígena aqui no Brasil e ligasse a televisão, ele ia, certamente assim em questão de uma hora, assistindo televisão no Brasil, ele ia sair daqui, principalmente as noticiossas, ele ia sair daqui certo de que nós estávamos aqui à beira de uma coisa dramática e finalística, não é? Mas olhe, eu vou concluir: eu trago à luz de novo a questão da natureza pública do instrumento televisão e rádio, para me bater por uma coisa que eu também advogo nessa Casa. Eu acho que o Sílvio tem uma certa razão quando ele diz que a sociedade, se está incomoda, vá ao judiciário, recorra contra aquilo que não está satisfeita. Eu não tenho registro, Gabriel, eu não tenho registro da movimentação da sociedade ou de segmentos da sociedade nesse sentido. Eu não tenho registro. Pode ser até que isso esteja acontecendo, mas eu não tenho registro disso, de que parte de um seguimento importante, significativo da sociedade, tem ido ao judiciário contestar aquilo que a televisão brasileira está fazendo, não é, ou reclamar do que a televisão brasileira está fazendo, seja nesse horário, seja naquele outro.

SR. SÍLVIO DE ABREU: Mas porque não tem a prática de fazer [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR GERALDO MESQUITA (PMDB-AC): Mas Sílvio, eu--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): --Para que possamos concluir, eu gostaria então que V. Ex^a. concluísse para depois nós então ouvirmos o Senador Wellington Oliveira e logo após nós ouviríamos os três expositores.

SENADOR GERALDO MESQUITA (PMDB-AC): Com certeza. Eu estou apenas promovendo o assunto, Senador Marco Maciel, porque eu não tenho esse registro e eu fico num drama, eu fico num drama. Eu sei que muita coisa, essa questão, por exemplo, o Senador Simon perguntou se a televisão influencia ou se ela reproduz o imaginário popular? Eu acho que aconte-

cem as coisas duas. Ela reproduz o imaginário popular, mas ela influencia também. O Senador Simon trouxe à baila, trouxe a lembrança aqui, num local, lá da terra dele, que houve uma inversão total de costumes e tal. Na minha terra, no Acre, por exemplo, que é um lugar onde a temperatura média é de trinta e cinco graus. De repente uma novela, seja lá de que forma essa imagem passou na televisão, na época era moda, por exemplo, no Sul, muito frio, as meninas andarem de bota e de repente lá as meninas começaram a andar de bota, bota cano longo, era um negócio absurdo, mas é por isso que eu digo: a televisão, ela reproduz o imaginário popular, mas ela também influencia.

SR. SÍLVIO DE ABREU: Superficialmente sim.

SENADOR GERALDO MESQUITA (PMDB-AC):

Também influencia. Portanto eu queria, concluindo, Senador Marco Maciel, eu queria deixar como considerações: essa questão da censura, essa questão do controle, me preocupa muito isso, me preocupa muito. Eu volto sempre à natureza pública da televisão e do rádio brasileiro quando eu me bato, por exemplo, por uma questão muito particular, por exemplo: a veiculação de comerciais e propagandas de bebida alcoólica na televisão. Porque eu acho que aí a gente tem que invocar mesmo a natureza pública da televisão e do rádio porque aí se trata de uma questão de saúde pública, se trata de uma questão de saúde pública. Eu acho que o Estado brasileiro é omissivo, absolutamente omissivo nessa questão, porque o Estado dá com uma mão e tira com a outra, o Estado fecha os olhos para o ingresso de tributos, mas ao mesmo tempo ... ao mesmo tempo escancara uma situação terrível nesse País que é o fato de o Estado ter que custear, através do SUDS, através de seus mecanismos, hospitalar, de saúde, seja o que for, as seqüelas sofridas pela população em razão da ingestão de bebida alcoólica. Assim como a sociedade compreendeu que era chegada a hora, por exemplo, de tirarmos a propaganda do cigarro da televisão, e chegou essa hora e tiramos. Eu acho que a sociedade tem que compreender, a sociedade tem que participar disso e nós não teremos que ter muita... muita... muito prurido de discutir um assunto como esse porque é um assunto de extrema relevância para o País, é um assunto de saúde pública nesse País. A questão moral, a questão ética, eu acho que cabe à sociedade recorrer, por exemplo, às instâncias próprias, ao próprio judiciário, contestar aquilo que ela não está gostando. Nesse ponto eu concordo com o Sílvio, eu concordo. Agora em questões como essa nós temos que invocar a natureza pública do instrumento, que é a entrega à iniciativa privada a título de concessão, mas que não perde a natureza de pública. Então como pública, o Estado tem que adotar medidas

concretas, trazer à discussão, chamar as emissoras, chamar os veículos, e estabelecer essa discussão e estabelecer limites (*soa a campanha*). Limites já não é mais o caso, limites já não é mais o caso. Eu creio que o ideal é adotarmos a solução que adotamos em relação ao cigarro. Aí é um precedente que não se pode atribuir a ele qualquer controle, censura, controle, seja lá o que for, porque foi um fato aceito pela sociedade, aceito e cumprido pelas emissoras e que não trouxe grandes traumas, pelo contrário, eu acho que trouxe foi muito benefício para o País. Assim dizendo, muito mais coisas aqui eu teria que dizer. A gente está falando de televisão, mas poderíamos estar falando também de Internet.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não. Eu só gostaria de indagar se S. Ex^a. já terminou a intervenção.

SENADOR GERALDO MESQUITA (PMDB-AC): Com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Porque temos que ouvir os três expositores.

SENADOR GERALDO MESQUITA (PMDB-AC): Depois no debate a gente pode ... eu peço desculpas pelo alongado, mas é uma questão tão séria que a gente fica ... fica difícil a gente limitar muito a discussão. Mas por favor, Senador Wellington.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Muito bem. Concedo então a palavra ao último orador inscrito, o Senador Wellington de Oliveira, antes fazendo uma observação: quando eu falei que cabe agora à Comissão de Ciência e Tecnologia a análise dos processos de concessão de rádio e televisão, me referi à parte formal e legal. Os conteúdos continuam nesta Comissão, na Comissão de Educação, que tem inclusive uma Subcomissão que estuda a questão de comunicação, inclusive abrangendo também teatro, cinema e etc. Concedo a palavra, portanto, ao nobre Senador Wellington de Oliveira, que, por sinal, preside a Comissão de Ciência e Tecnologia.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Marcos Maciel, convidados. Eu estou vendo aqui “presidente eventual”, quer dizer, esse título... V. Ex^a. que já teve todos nesse País, agora novo título para V. Ex^a. que já foi Presidente, tudo nessa Casa. O Senador Geraldo Mesquita falou que o último a falar fala menos, mas também ele acabou com o meu tempo todo. Mas como eu gosto muito do Senador Geraldo Mesquita, está ótimo. Eu só queria colocar, e desculpe ter chegado atrasado, senhor Presidente, mas é que eu estava no Conselho de Ética e V. Ex^a. sabe como é a Casa, como funciona, mas cheguei no meu gabinete, já vim correndo para cá,

e depois, mais uma vez, a Comissão vai me mandar aquele CDzinho com tudo, que é a tecnologia, graças a Deus, que a Casa tem. Na Comissão, sem ser essa, na Comissão de Comunicação, Ciência, Tecnologia e Informática, que eu pelo menos tenho procurado, junto com os Senadores, o Senador Flexa Ribeiro está aqui, o Senador Flexa, é a proteção da produção e programação do conteúdo. Eu acho que isso é algo nacional, e não só a produção, a programação também, porque de repente que horas vão colocar uma novela que V. S^a. vai escrever, coloca num horário que ninguém vê. Então a programação é muito importante. O Sr. Sílvio de Abreu falou que a novela influencia muito superficialmente a sociedade.

SR. SÍLVIO DE ABREU: Muda a influência de acordo com a mudança de novela. Ela influencia durante um período, durante os nove meses que está no ar elas vão usar bota como o senhor diz. Na outra novela elas vão usar sandália, vão usar sandália na outra novela, mas isso não vai mudar a cabeça delas, é só a maneira de se apresentar, por isso que eu acho que é superficial que ela muda e não no raciocínio.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu perdi a explanação de V. Ex^a., mas eu tenho certeza que o Senador Pedro Simon já deve ter batido bastante esse assunto. Eu, por exemplo, lembro claramente, eu vi no curriculum de V. S^a. que também foi diretor na época antiga, de filmes, eu não sei. Eu lembro que a Vera Fischer tinha uma imagem na sociedade depois que ela fez aquela novela Brilhante, que ficou com uma imagem tão linda que era a imagem contrária que tinha.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu gostaria de fazer o seguinte: se o Sr. Sílvio de Abreu me permite, e para a fideuz dos nossos trabalhos, talvez quando o Senador Wellington de Oliveira concluir sua explanação, nós possamos abrir então --

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Isso.

SR. SÍLVIO DE ABREU: Eu não posso falar enquanto você fala, eu não estou acostumado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Isso daria maior fideuz aos nossos trabalhos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu não vou prolongar muito, mas eu queria dizer só o seguinte: que muitas vezes eu acho que influencia tremendamente, porque você vê o Tony Ramos agora no papel de bandido, quer dizer, é uma coisa que ninguém imagina, até mesmo pela própria posição social do Tony Ramos, que ele socialmente é um marido perfeito, um companheiro perfeito, um ho-

mem perfeito, sempre fazendo aquele papel perfeito, e agora ele está fazendo um papel de bandido, quer dizer, eu acho que isso socialmente influencia bastante. Agora o ponto principal que eu queria colocar, senhor Presidente: eu sinto que a sociedade, por insegurança, ela vem cada vez mais evitando o convívio ou cada vez mais se fechando dentro do seu apartamento, com a sua televisão, Internet, triploplay(F) que chamam agora e tudo, o que acontece? Ela não está tendo muita oportunidade de debater. Então aí a televisão influencia assustadoramente. Ela começa a dizer o que hoje é padrão de sociedade. Por isso que essa discussão, já que V. S^a. não pode falar, então eu vou instigar bastante. Então eu acho que influencia tremendamente sim na mudança de valores, e o que é pior, vai numa espiral para baixo, cada vez mais os valores estão indo para baixo, na medida em que se você faz uma pesquisa sobre o que a sociedade está esperando e você faz o seu personagem de acordo com a pesquisa do que a sociedade está esperando daquele personagem, vai indo para baixo, porque infelizmente, não é culpa do autor, nada disso, a sociedade vem perdendo muito os seus valores. Perdendo socialmente, você vê que hoje o ídolo na favela é o bandido, isso acontece, não é, o ídolo na sociedade, mas eu quero dizer isso, que vai, outra vez, ao reproduzir aquilo, ele vai ver e achar que o ídolo tem que ser o bandido e sempre vai ... (soa a campainha) ... O Sílvio de Abreu não pode falar, Presidente. Então, quer dizer, eu vou deixá-los, mas o que eu me preocupa é justamente isso, Senador Marco Maciel, e eu tenho certeza que V. Ex^a. também ... eu falei mais do que o Geraldo ou não?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Não.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Nem a metade?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Não.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não. Então eu indagaria se o Senador Eduardo Azeredo gostaria de fazer alguma intervenção e nesse caso eu gostaria que fosse breve porque ainda vamos ouvir a manifestação dos três expositores.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Já acabou o meu tempo?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Se V. Ex^a. já tiver concluído.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Acabou o meu tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Se não concluiu --

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): -- Não, no debate eu cheguei atrasado, quem chega atrasado tem que ficar realmente... fica com o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É bom participar das exposições, mas eu não teria nenhuma indagação a fazer não, apenas me manifestar que realmente a influencia das novelas é realmente muito grande, não é, e o pouco que me preocupa é a cultura regional, porque nós temos uma realidade muito diferente no Brasil, apenas de ser um País unido, felizmente, mas por hora, por momentos às vezes, essa cultura como se diz do Leblon, levada à cidade mais pequena, mais pobrezinha do interior, ela às vezes choca um pouco, porque são realidades que não são realidades do Brasil todo e acabam influenciando sim. Você tem uma cidade pequena, com tipo, com alguma cultura, com alguma realidade de vida, e de repente a realidade do Leblon se coloca como se fosse a realidade do Brasil todo. Essa influência existente, agora por outro lado eu quero sempre lembrar que tem sido sempre muito positiva as novelas com as questões ligadas, por exemplo, com as pessoas com deficiência, foi muito importante para alertar para esse ângulo, a questão ligada também ao problema do alcoolismo, que eu acho que são algumas questões que têm vindo e com muita felicidade, que tem prestado um papel relevante quando abordam algum desses temas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu agradeço ao Senador Eduardo Azeredo pela sua breve manifestação e gostaria agora de passar para ouvirmos os expositores. Antes eu gostaria de comunicar que a proposta do Senador Pedro Simon de constituirmos depois uma Comissão para que esse debate não fique no mero debate, e vou levar esse assunto à consideração do Presidente de Comissão, o Senador Cristóvão Buarque, e posteriormente informarei a V. Ex^ª. das medidas adotadas, e acho, de fato, que é fundamental que a Casa não fique apenas no debate, que seja capaz de tirar propostas que venham a constituir um bom subsídio à solução dos problemas aqui apontados. Concedo, então, agora, a palavra, pela ordem de exposição, ao Dr. Sílvio de Abreu para fazer as suas considerações finais.

SR. SÍLVIO DE ABREU: Eu primeiro queria dizer ao senhor que a cultura do Leblon, como o senhor colocou, é desta novela que está no ar e também da novela das oito, mas a gente costuma fazer de São Paulo, faz também do Nordeste, faz também do interior paulista, faz também do Rio Grande do Sul, sempre tem ... faz de Minas, como tem na novela da seis, então a gente procura colocar em vários horários, vários diferentes, mesmo porque para o público não se cansar, tanto é

que uma novela que terminou, que era do Leblon, estreou uma que era de Copacabana, o público já não se interessou tanto quanto se interessava pela do Leblon, que se tivesse entrado uma passagem no interior do São Paulo o resultado teria sido melhor. Então existe essa preocupação, não é? Depois o Senador Wellington falou sobre ... não é que eu não ache que a televisão não influencia, eu acho que a televisão sim, a novela eu estou dizendo, a televisão é uma coisa, a novela é outra coisa, eu estou falando de novela aqui, a televisão, claro, você vê o telejornal, tudo aquilo que acontece te influencia, é lógico, é o seu País, é onde você está vivendo. A telenovela, eu acho que ela não tem a capacidade de mudar o pensamento das pessoas. Ela tem a capacidade de fazer as pessoas imitarem os personagens, os trejeitos, a roupa, o corte de cabelo, tudo que é aparente, mas o que se fala de profundo na novela eles não prestam atenção. Tanto não prestam que eu, como autor, já escrevi inúmeras cenas que me dão um trabalho enorme, com idéias e discursos de personagens falando sobre ética, sobre seja lá o que for, e na hora que está passando esta cena, na minha casa ou em outros lugares, na minha casa acontece, na minha casa eles deveriam ter respeito por aquilo que é daquilo que eles comem, então eu tenho mãe, tem empregada, pai, essas coisas, e na hora que começa aquela cena que para mim é capital para passar uma idéia, o comentário é esse: “olha o cabelo da Regina Duarte como está esquisito. Você viu a franjinha dela? Onde será que ela comprou aquela roupa?”. Ninguém presta atenção no que está sendo falado porque a imagem é mais forte que a palavra. Diferente do cinema, da televisão e da literatura, onde a palavra é muito mais forte para quem está assistindo, porque quem vai ao teatro, quem vai ao cinema ou quem lê, está muito mais aberto para um relacionamento intelectual com aquele produto, e quem assiste televisão fica no superficial. Muitas vezes eles assistem enquanto comem. Muitas vezes não, o tempo todo, quando come, lava a roupa, conversa, cuida do cachorro, toca telefone, e não pode se esquecer que a cada quinze minutos vai parar aquela história para vender sabonete, massa de tomate, macarrão, e a cada quinze minutos começa de novo.

Então como que você vai fixar um raciocínio profundo dentro daquilo? Não é possível. Agora falando com o senhor sobre a preocupação da televisão com a educação e com a sociedade em si, que o senhor disse que a televisão não tem essa preocupação, quer dizer, eu trabalho na Rede Globo de televisão e é da Rede Globo que eu vou ter que falar, que eu trabalho lá já há vinte e nove anos, eu acho que a TV Globo tem cima uma preocupação grande com relação a

isso. Eu trouxe até um DVD com todas as ações que se faz dentro das programações da Rede Globo e que eu gostaria de mostrar para que os senhores vissem que realmente não procede isso.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Dr. Sílvio, me permita. Eu falei que aqui nessa Casa nós não temos a preocupação de fazer cumprir o que determina a Constituição. Está lá em princípio ainda, porque não foi regulamentado, mas está lá. Foi nesse sentido que eu falei. Eu não disse que a televisão não produz. Eu disse que nós aqui não temos a preocupação quando examinamos os pedidos de concessão de fazer com que as emissoras que ganham as suas concessões se comprometam com aquelas questões, entende? Foi nesse sentido.

SR. SÍLVIO DE ABREU: Mas eu quero dizer que existe sim esse compromisso e esse compromisso é respeitado. Eu posso passar esse DVD ou não? Está aí? Seis minutos leva isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Talvez pudéssemos deixar então para o final porque --

SR. SÍLVIO DE ABREU: Ao final, Ok, tudo bem. Eu só queria porque eu também não quero dizer que eu estou aqui ... Pois não, é só isso, de resto eu queria responder só as quatro indagações, mas eu nem lembro quais eram.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Vamos fazer o seguinte, então vamos fazer o seguinte: eu gostaria que me trouxessem, eu vou pedir a um Secretário da Comissão para trazer as indagações para que ele possa inclusive comentá-las. Talvez fique mais simples assim porque nós daríamos já a palavra ao professor Roberto Romano enquanto ele lê as perguntas e com isso ganharíamos tempo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É importante que se tenha a visão de cada um dos senhores com relação a essas questões.

SR. SÍLVIO DE ABREU: Eu lembro mais ou menos, eu não sei profundamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então concedo a palavra ao professor Roberto Romano.

SR. ROBERTO ROMANO: Bom, rapidamente, as questões do Senador Flexa, com relação ao 264 e também a segunda pergunta, aceita a tese de algum limite, eu gostaria de responder junto. Eu não aceito limites, salvo aqueles limites que foram definidos desde a ética grega, não é, que é justamente o limite do belo e do ruim. Há um medidor desse limite que é justamente um elemento muito cultuado na Grécia inteira e depois herdado por nós, que é a vergonha - “*Aidós*”(F). Aquela ação feia, porque em grego “*Calós*” e “*Cacós*”(F) é a

mesma ... dizem exatamente o bem e o mal e etc, então quando você tem a vergonha do ato, quando o ato te causa vergonha, não é, isso quer dizer o decoro, nós herdamos isso na forma de decoro, aí o limite tem que aparecer. Então me parece que a priori você colocar o limite, me parece que é justamente isso, haver uma substituição em relação ao espectador. É preciso que ele traga e ele coloque o limite, e aí o Estado, que deve ser o guardião dos seus direitos, encaminhar o limite. Mas eu acho que, a priori, é muito complicado. Uma política saída de cérebros brilhantes e de legisladores ou de técnicos ou de universitários, me parece que é uma forma de manter tutela ao povo. Agora quanto à segunda questão, aceita os parâmetros e quem deve definir esses parâmetros e também a quem, nessa questão dos meios eletrônicos, não é, e da audiência. Em primeiro lugar eu gostaria de dizer que não é, no caso da televisão e de outras mídias, não é apenas a novela que é problemática. Nós temos a propaganda que é problemática, não é, dentro das novelas o merchandising, etc. A Dra. Albas Abuar(F), que é uma antropóloga das mais respeitadas do País, que estuda a violência do narcotráfico e como o narcotráfico estraga milhares e milhares de vidas, de jovens brasileiros, ela mostra a importância do tênis nike, da roupa de grife, do carrão, etc., na produção desses seres que são destruídos em três anos. A média é três anos. Eles são negros, homens, justamente definindo esse padrão mimético ao que eu me referia no começo.

Então é preciso ter uma visão bem mais complexa de um relacionamento da mídia com o público consumidor e das conseqüências tremendas disso. Agora no caso da influência ou não, eu acho que também nós temos uma cultura de dois mil anos sobre a transmissão do bem e do mal. É impossível que efetivamente de fora, de maneira exterior, você mude absolutamente o comportamento de uma população ou de indivíduos. Aí nós temos, no meu entender, há uma espécie de beatice da moral, uma visão cândida da moral que não percebe que existem percepções, existem ações, existem paixões dos indivíduos e das coletividades que levam ao mal, a uma deleitação com o mal, a um gosto do mal que não é inventado pela mídia, nem pela arte e nem nada. Eu só me lembro muito de um texto de Prutaco(F), que é um dos grandes esteios da ética do ocidente, a um texto chamado “The Curiositate”(F), e o que diz o “The Curiositate”?(F). Ele sai de uma análise do Platão, não é, do olho. O sujeito está subindo o pireu(F) e foi enforcado um fulano ali do lado. E ele começa a conversar com o olho: “você não vai olhar, você não vai olhar” e ele não consegue, o olho vê, porque o olho se deleita com aquele espetáculo tremendo. E o Prutaco(F) continua isso, ele

diz: se você tem o curioso, que adoce, aquele que adoce de curiosidade, justamente é aquele que gosta de fazer o ruim, “*caco orguia*”(F), ele usa esse termo. Então se você está num casamento, diz ele, se você vai contar o casamento, enquanto você está falando que tinha noiva, que tinha o noivo, o pai da noiva e etc., ele boceja, ele acha uma chatura aquilo tudo. Se você diz que tinha o noivo ele enviou a faca no sogro, aí a orelha, não é, toda a atenção dele se volta para isso. Então essa questão tem sido bem analisada pelos maiores pensadores do ocidente, esse deleite no mal, e é uma coisa que não se transforma com meia dúzia de decretos, com o Estado e etc. A Igreja vive há dois mil anos, ela tem uma tradição cultural de dez mil anos e ela luta cotidianamente com essa questão. Que se chame pecado ou qualquer outra coisa, mas existe isso. E o problema está justamente nisso, quer dizer, quando a mídia se junta a esse gosto pelo mal, aí é danado. Mas o mal também tem outra fase. Eu termino com um elemento também ligado à sua questão dos meios eletrônicos e etc. Não é apenas a mídia, não é apenas a imprensa que deve nos preocupar, e, sobretudo, aos senhores que são os pais do País, não é, das instituições políticas do Estado. Eu estou terminando de ler um livro do Jonathan Moreno, que é filho daquele Moreno importante, se chama “*Mind Wars*”, e é absolutamente arrepiante que pesquisas que despendem bilhões e bilhões de dólares para justamente introduzir, de forma eletrônica, controle de soldados, inclusive de populações civis.

Existem experiências em neurociência, continuando com eletrônica e etc., que são de fazer as pessoas ficarem muito preocupadas. Então por isso que eu tentei introduzir a minha questão com a problemática tecnológica, porque na verdade quando o Sílvio de Abreu faz novela, ele está operando tecnologicamente, ele está modificando um campo. Agora dizer que as novelas ou que a imprensa e etc. causam esse problema e que são o maior desafio da humanidade hoje, me desculpe, não é. E, sobretudo, diante de situações como essa, quer dizer, eu tenho me dedicado nos últimos vinte anos à questão da razão do Estado e fui levado pelas questões de razão do Estado a situações como essa, quer dizer, quando eu advertia da possibilidade de uma sociedade não ter condições de inventar e ser apenas consumidora, eu não estava dizendo apenas que ela vai deixar de consumir, eu estou dizendo que ela vai ser controlada sim por uma tecnologia absolutamente fantástica. Quando nós éramos crianças, nós víamos “*Flesh Gordon*”, ficção científica, e depois fomos ler, na juventude, fomos ler “*Henslei*”(F) e outros, não é? É fichinha perto do que ... os dados, só os dados de inversão do Governo Americano e dos Governos Eu-

ropeus nesse tipo de pesquisa é uma coisa tremenda. Veja: só uma pesquisa que está sendo desenvolvida, e aí eu termino, o macaco, eles prendem o braço do macaco, colocam chips na cabeça do macaco e colocam uma laranja na frente do macaco. O macaco consegue puxar com o braço eletrônico (*soa a campanha*) a laranja. E isso tem sido feito com soldados, em capacetes dos soldados e etc., quer dizer, a coisa é um mar de horrores. Então me parece, quando o senhor faz essa pergunta sobre essa... essa difusão dos meios eletrônicos, eu diria outros e outros meios, não é, que merecem a nossa atenção em termos éticos e com muita urgência.

SR. SÍLVIO DE ABREU: Eu só quero falar uma coisa: aquilo que o professor Roberto Romano falou, eu concordo plenamente, não tenho mais nada a dizer, eu achei brilhante a explanação dele. Muito obrigado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senhor Presidente, só uma colocação. Realmente essa questão do olho é terrível, que às vezes a gente não pode olhar mas o olho vai, a cabeça diz não olha e o olho olha.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concedo agora a palavra ao expositor, Dr. Gabriel Priolli, que será o último a falar entre os expositores, para depois vermos o vídeo.

SR. GABRIEL PRIOLLI: Eu começo rapidamente as conclusões, eu começo exatamente por esse tema que o Roberto Romano levanta que é a questão do deleite do mal. Eu acho que é muito bem colocado, uma belíssima formulação, a idéia do deleite do mal. Além do deleite do mal as pessoas também tem o apreço do bem ou o deleite do bem, e os meios de comunicação, a televisão talvez à frente deles, oferece alternadamente as duas coisas em momentos diferentes, não é? E é exatamente porque também a transmissão, a difusão do deleite do mal, através dos meios de comunicação, que talvez seja importante discutirmos a sua regulação em ambiente democrático e sobre normatização legal. O Sílvio coloca que a televisão é o espelho da sociedade. Este é um argumento clássico, um argumento recorrente da televisão. Eu acho que sim, de fato, a televisão é o espelho da sociedade, mas eu gostaria de colocar dois aspectos com relação a esse espelho. Primeiro, ele é um espelho de dupla reflexão. Ao mesmo tempo que ele reflete o telespectador, esse telespectador reflete a televisão e se revelam a si mesmo, e, por outro lado, ambos os espelhos são distorcidos, são como os espelhos de parques de diversões que engordam e emagrecem as pessoas e não são absolutamente fiéis à realidade nem de um e nem de outro. O Senador Simon levanta que 98,9% das pessoas acham que o Congresso é corrupto. En-

tão eu perguntaria se essa percepção corresponde à realidade, efetivamente, e se essa percepção não corresponde à realidade, ele não seria estimulada pela forma como a mídia representa o Congresso, produz a imagem do Congresso, da política, assim como do mundo financeiro também representado desta forma e outros setores da sociedade, ou seja, a representação que a mídia tem oferecido a respeito da realidade social e política do País é fidedigna, e, se não é, o que devemos fazer com relação a isso de forma, insisto, democrática e sob o ordenamento legal.

O Senador Flexa Ribeiro coloca três perguntas: com relação à Portaria 264 – Classificação Indicativa, sou plenamente favorável, sou subscritor de uma moção de apoio à portaria, acho que ela é resultado de um processo aí sim com certeza bastante democrático, que envolveu três anos de debates, com diversos segmentos da sociedade, foi desses raros instrumentos legais no Brasil normativo sobre a mídia que não foram discutidos apenas pela mídia e os seus interesses representados no parlamento. Foi um debatido que efetivamente envolveu a sociedade e produziu este mecanismo que é, ao mesmo tempo, um mecanismo avançado e existente em diversos Países do mundo e até mais tímido do que aquele existente em democracias mais avançadas e consolidadas do que a nossa, como, por exemplo, os Estados Unidos. Se aceite a tese da restrição ao direito de informação? Sem dúvida alguma, eu acho que o direito de informação não é dado no espaço, não é uma coisa... não é um ente abstrato. Ele é dado a partir de relações sociais. Agora esse direito não pode ser, evidentemente, não pode resultar em tutela do Estado, não é? Quem deve controlar, o controle social sobre os meios de comunicação deve ser feito pela sociedade. E como fazer isso, na verdade, se a sociedade não debate comunicação porque os meios de comunicação não põem a comunicação em debate? Quer dizer, como as pessoas podem efetivamente se informar sobre essa temática e debater essa temática se ela não é estimulada, se essa temática é obstruída objetivamente para a sociedade brasileira? Então há que se criar conselho, grupos de pressão, conselhos de representantes, enfim, as formas mais amplas possíveis de fazer com que as pessoas participem desse debate democraticamente. Agora é preciso que as pessoas tenham acesso às informações e possam debater. Nós todos sabemos que de todos os assuntos que a imprensa, que a mídia de um modo geral trata, o que ela menos trata é a própria mídia. E como a mídia tem uma centralidade absoluta nas democracias modernas, nas sociedades modernas, não necessariamente nas democracias, eu acho que ela está omitindo da população brasileira um elemento

fundamental para a compreensão da realidade e para o avanço da própria democracia no País. Sem dúvida alguma que a televisão exerce influência, eu acho que a idéia do espelho que explicita bastante isso.

Eu estou totalmente de acordo com o Senador Geraldo Mesquita com relação à ênfase no caráter público da televisão, eu acho que este é que deveria ser o centro da preocupação de todos que fazem televisão, seja no campo comercial, privado, seja no campo público, não é, e dizer também que estamos ... a sociedade está cada vez mais recorrendo sim à justiça na defesa dos seus interesses. Aumentam cada vez mais ações, representações ao Ministério Público, ações do Ministério Público no sentido de garantia de defesa de direitos eventualmente transgredidos por programações ou por conteúdo da mídia. Eu só queria encerrar com um aspecto importante. Eu queria congratular ... sim, sim, eu acabei de falar delas. Eu só queria concluir congratulando a Comissão de Educação do Senado por travar esse debate, que é um debate, ao meu ver, extremamente importante. Nós estamos aqui discutindo uma coisa muito complexa que é conteúdo da comunicação. Eu acho que é muito importante e delicado, é complexo fazer isso, porque nós temos que enfrentar esse debate no País com liberdade. O problema é que enfrentar esse debate no País hoje é impossível com liberdade, porque existe na verdade um regime de coação sobre as pessoas que se posicionam de forma distinta da que a mídia tem a respeito desse tema, não é, porque todo aquele que levanta qualquer idéia de controle social e democrático sobre a comunicação é taxado imediatamente de censor. Qualquer argumento de modificação na mídia hoje é classificado de iniciativa de censura. Classificação indicativa é censura. A tentativa de restrição à publicidade de bebidas na televisão é censura. Tudo é censura hoje, tudo é pretexto para dizer que é censura. Ora, se tudo é censura não é possível debater com liberdade. Todos aqueles que defendem uma posição distinta da televisão estão com uma espada sobre a cabeça podendo ser facilmente taxados de censores, independente de uma vida que eventualmente tenha tido de lutas em favor da democracia, da liberdade e do desenvolvimento do País. É isso que eu queria sublinhar, e estimular fortemente a Comissão de Educação e o Senado para que prosigam nesse debate e façam o debate da regulação dos aspectos do Capítulo V da Constituição, que ainda estão pendentes, porque dele depende, a meu ver, o avanço e o aprofundamento da democracia no nosso País. Muito obrigado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Face às respostas que ouvi das questões formuladas, eu acredito, como disse o Senador Pedro Simon, que nós vamos ter que aprofundar essa questão, e muito. Nós, como eu disse, eu tenho requerimento na Comissão de Ciência e Tecnologia que vai tratar em profundidade e vou aumentar, fazer novos convites, às pessoas que possam vir aqui também nos enriquecer com as suas opiniões. Mas o que poderíamos fazer, Senador Wellington, poderíamos fazer inclusive as audiências em conjunto com a Comissão de Educação porque aí faríamos uma abrangência maior dos Senadores. Eu até colocaria a apreciação de V. Ex^a., como Presidente da Comissão, e depois já ao Senador Cristóvão, para que nós pudéssemos fazer então essas audiências conjuntas entre a Comissão de Ciência e Tecnologia e a Comissão de educação.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Por minha parte está aprovado, Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O que me preocupa é que eu não sinto com a resposta, e concluindo, é que não está havendo sintonia com relação a isso, entre o Governo, a sociedade e a academia. Nós precisamos aprofundar e verificar qual o rumo que a Nação brasileira tem que tomar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Isso vai ser justamente o objetivo dessa Comissão que vai ser constituída para que nós possamos, então, oferecer conclusões ao trabalho. Agora eu gostaria, antes de ...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Antes de terminar, senhor Presidente --.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): -- Antes vamos ver o vídeo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu só queria colocar --

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Tem V. Ex^a. a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Hoje realmente, entre cumprir o meu trabalho, que era estar presente na Comissão de Ética e não ter participado desse momento maravilhoso com três mentes brilhantes, sem contar de V. Ex^a., Pedro Simon e demais Senadores, é claro, mas que realmente hoje eu me sinto empobrecido em ter de ter ido cumprir o meu trabalho, a minha função, e não estar aqui. Mas o vídeo, com certeza, vai me oportunizar a receber o conteúdo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não, eu concedo mais uma vez a palavra ao ...

SR. GABRIEL PRIOLLI: Um pequeníssima retificação. Seria muito honroso, mas eu não represento o Governo no debate. Embora eu faça televisão pública, não represento o Governo no debate. Eu gostaria de deixar isso claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu gostaria, agora, de fazer só duas rápidas observações antes de vermos o vídeo. A primeira é a seguinte: o Senador Pedro Simon colocou uma questão aqui, óbvia, que é a questão da impunidade no Brasil. Eu sempre fico pensando o seguinte: no Brasil, sempre que acontece um fato, temos leis, e há em relação a essas leis uma anomia hoje, anomia e hiperanomia se assim posso dizer, porque na realidade elas não são aplicadas. Eu até vou me valer de uma expressão de Eduardo Prado quando ele disse certa feita que lei no Brasil é ilusão gráfica. Mas é um pouco verdadeiro e às vezes eu fico me preocupando muito sobre esse aspecto porque diz respeito à função do Congresso. Muitas vezes nós produzimos leis, boas leis, mas às vezes muitas leis terminam provocando essa anomia, esse desconhecimento da lei, que ninguém está desobrigado de cumprir a lei alegando que não a conhece, como está na Lei de Introdução do Código Civil de 1916 e vem sendo repetido isso com uma [inaudível] jurídica, aceito inclusive em outros ordenamentos jurídico do mundo. Então eu diria que nós devemos tentar desenvolver uma cultura que elimine ou que reduza a impunidade. Agora com relação ao ver esse vídeo, de termos o vídeo, é o seguinte: o Sílvio de Abreu disse aqui da força da imagem. Aí eu me lembrei de uma frase de Degônio(F). Degônio(F) uma vez disse assim: “uma imagem vale por mil palavras”. Isso é a sensação que eu tenho nesse mundo da imagem que nós vivemos hoje e, portanto, eu acho que, como a imagem vale por mil palavras, que certamente esse vídeo vai ser muito importante para um maior esclarecimento da questão. Podemos ver então o vídeo, por favor.

O Brasil é conhecido por sua riqueza cultural, pela diversidade e exuberância das suas paisagens e pela alegria do seu povo que se expressa na forma hospitaleira de ser, como no amor pelas manifestações culturais e pelos esportes. Mas também somos um grande País onde as diferenças não se resumem à natureza. O Brasil é uma Nação enorme de desigualdade. Nesse ponto, o território continental ... [interrupção de áudio] – [2:45:10]

SENADOR WELLINGTON DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A Globo vai te matar.

SR. SÍLVIO DE ABREU: [pronunciamento fora do microfone] Depois eu mando um vídeo, um DVD para cada um assistir em casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): O Secretário da Comissão disse que o DVD realmente está sem condições de ser exibido.

SR. SÍLVIO DE ABREU: Me desculpem, acredito, a gente faz sem --

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, é que a tecnologia nunca falha, nunca falha, nunca falha.

SR. SÍLVIO DE ABREU: Desculpem a vergonha.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então eu gostaria, antes de encerrar a sessão, agradecer a presença do Dr. Gabriel Priolli, do Dr. Sílvio Abreu, do professor Roberto Romano, também as intervenções do Senador Flexa Ribeiro, do Geraldo Mesquita, do Wellington Oliveira, do Eduardo Azeredo - eu estava falando Renato, lembrando do seu pai, do Senador Pedro Simon, que foi o autor da proposição, e de outros que participaram dos debates. E ao declarar encerrada a sessão, eu gostaria mais uma vez de dizer que levarei a proposta do Senador Pedro Simon ao conhecimento do Presidente da Comissão, o Senador Cristóvão Buarque, para que nós possamos oferecer subsídios dos debates que aqui foram travados. Muito obrigado e até a próxima terça-feira.

Sessão encerrada às 13h34.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2007.

Às onze horas e vinte e três minutos do dia doze de junho de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Wellington Salgado, Geraldo Mesquita Júnior, Edison Lobão, Maria do Carmo Alves, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Flexa Ribeiro, Antônio Carlos Valadares, Francisco Dornelles, Marcelo Crivella, Leomar Quintanilha, Neuto De Conto, Romeu Tuma, Wilson Matos e Lúcia Vânia reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Ribeiro, Fátima Cleide, Gilvam Borges, Valdir Raupp, Paulo Duque, Heráclito Fortes, Papaléo Paes e Mão Santa,

que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta, pelo item não terminativo, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi que, “Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para determinar que a utilização de obras teatrais, composições musicais ou lítero-musicais e fonogramas em representações e execuções públicas que não visem a lucro prescindem de autorização de seu autor ou titular”. O relator designado é o Senador Raimundo Colombo e o parecer é favorável. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de cinco (05) dias. **Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 300, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko que, “Acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (Dispõe sobre a pena pela não aceitação de matrícula de aluno portador de necessidades especiais)”. O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o projeto é rejeitado por vinte (20) votos. **Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 143, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Autoriza a criação do programa Biblioteca do Professor”. O relator designado é o Senador Geraldo Mesquita Júnior e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01 – CE, de autoria do Senador Flávio Arns, aprovada por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Lei do Senado nº 027, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que “Denomina Euclides da Cunha o trecho acreano da Rodovia BR-364”. O relator designado é o Senador Neuto de Conto e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, na forma do substitutivo oferecido. A matéria será submetida a turno suplementar segundo o que preceitua o artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Hélio Costa que, “Altera o art. 6º da Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, para dispor sobre as reuniões dos órgãos cole-

giados da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)”. O relator designado é o Senador Augusto Botelho e a declaração de prejudicialidade (nos termos do art. 334 do RISF) é aprovada por 15 (quinze) votos favoráveis.

Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Senador Francisco Pereira, que “Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para incluir o acesso de portadores de deficiência visual à Bíblia em braile”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Wilson Matos e o parecer é favorável. O Senador Geraldo Mesquita Júnior apresenta duas (02) emendas ao projeto. A matéria é retirada de pauta, atendendo a solicitação do relator, ad hoc, para exame da matéria. **Item 12: Comunicados da Presidência: Comunicado 01:** “Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de convite do Exmo. Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad, para a solenidade de posse do Professor André Luiz de Figueiredo Lázaro, no cargo de Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, a realizar-se no dia de hoje, às 16 horas, no auditório, térreo do Edifício-sede do Ministério da Educação”.

Comunicado 02: “Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de correspondência do Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, convidando para o lançamento do livro ‘Desafio Inacabado: a Política Externa de Jânio Quadros’, de autoria de Carlos Alberto Leite Barbosa, que irá realizar-se no dia 13 de junho do corrente ano, às 19 horas, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, no anexo II do Senado Federal”.

Comunicado 03: “Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de correspondência do Exmo. Sr. Deputado Gastão Vieira, Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, informando que o prazo para a indicação dos concorrentes ao Prêmio Darcy Ribeiro de Educação foi prorrogado até o dia 30 de junho”. Neste momento, os Senhores Senadores Flávio Arns e Wellington Salgado requerem, oralmente, pela ordem, a inclusão extra-pauta de Requerimento e Requerimento de Informação, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item**

01: Requerimento nº 025, de 2007-CE, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Flávio Arns e Marisa Serrano que, “Nos termos do disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, incisos II e V e 93, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiências Públicas, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em conjunto com a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, com o propósito de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 280, de

2007, que ‘Dispõe sobre a produção, programação e provimento de conteúdo brasileiro para distribuição por meio eletrônico e dá outras providências’, convidando todos os seguimentos envolvidos, abaixo relacionados:

1ª Audiência Pública: 1) Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - ABERT; 2) Presidente da Associação Brasileira de Concessionária de Serviço Telefônico Fixo Comutado - ABRAFIX; 3) Presidente da Agência Nacional do Cinema – AN-CINE; 4) Presidente da Rede Global Info; 5) Presidente da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura - ABTA; 6) Presidente da Associação Brasileira de Imprensa - ABI.

2ª Audiência Pública: 1) Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores - ABRA; 2) Presidente da Associação Nacional das Operadoras Celulares - ACEL; 3) Cacá Diegues - Cineasta; 4) Presidente da Associação Brasileira dos Provedores de Acesso de Serviços e Informações da Rede de Internet - ABRANET; 5) Presidente da Fundação Padre Anchieta – Centro Paulista de Rádio e Tv Educativas; 6) Presidente do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação - FNDC.

3ª Audiência Pública: 1) Presidente da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura - ABPTA; 2) Representante do Ministério das Comunicações; 3) Gustavo Dahl – Especialista em Política Cultural e Audiovisual; 4) Presidente da Associação Brasileira de Televisão Universitária - ABTU; 5) Presidente da Motion Picture Association – MPA; 6) Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ”. O requerimento é aprovado.

Extra-Pauta, Item 02: Requerimento de Informação nº 026, de 2007-CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Wellington Salgado que, “Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, o Senhor Fernando Haddad, informações sobre o processo de instalação do Campus da Universidade Federal de Minas Gerais na Região do Vale do Rio Doce, em Governador Valadares. O requerimento, ora manifestado, se justifica, em primeiro lugar, pela necessidade de maior publicidade e transparência na gestão de órgão sujeito à fiscalização deste Senado Federal. E, em segundo lugar, tendo em vista ser a instalação de um *Campus* avançado de uma das maiores universidades deste país, esta que é uma iniciativa de grande alcance para o desenvolvimento científico e social daquela região mineira, faz-se mister dar dinamicidade ao cumprimento de tal decisão política, razão pela qual é preciso, o quanto antes, identificar as causas e as consequências de injustificada demora. É inquestionável que o funcionamento de um *Campus* Universitário do por-

te da renomada instituição de Ensino Superior de Minas Gerais, na região de Governador Valadares, canalizará os esforços e os recursos humanos fomentadores do progresso científico, proporcionando, ao mesmo tempo, a redução das demandas por emigração de jovens e educadores. Assim, convicto de ser causa meritória, é que rogo aos nobres pares a aprovação do presente Requerimento de Informações. O requerimento é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias: **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 081, de 2005, Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2006, Item 09: Projeto de Lei do Senado nº 007, de 2006 e Item 11: Projeto de Lei da Câmara nº 075, de 2006.** O Senhor Presidente Senador Cristovam Buarque, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e quarenta e quatro minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

NOTA TAQUIGRÁFICA

23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE JUNHO DE 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia a cada uma e a cada um. Havendo número regimental declaro aberta a 23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto a apreciação do Plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Nós temos o primeiro item da pauta é terminativo. Por falta do quorum regulamentar para a votação de assunto terminativo, eu passo para o item 02, cujo relator é o Senador Raimundo Colombo.

Trata-se do projeto que: “Altera A Lei nº 9.610, de 19 de Fevereiro de 1998, para determinar que a utilização de obras teatrais, composições musicais ou lítero-musicais e fonogramas em representações e execuções públicas, que não visem a lucro prescindem - eu creio que é prescindam - de autorização de seu autor

ou titular”. A relatoria é do Prof. Raimundo Colombo e o autor é o Senador Sérgio Zambiasi. Senador.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (PFL-SC):

Pois não. Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, esse projeto de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, ele modifica o caput do artigo 68, da Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 98. O relatório, a análise, ela considera meritória a iniciativa do projeto analisado.

Não há sentido em exigir-se autorização prévia ou pagamento de direitos autorais quando o evento em que for representada ou executada a obra, não tiver nem sequer indiretamente a finalidade lucrativa. Tem razão o autor do projeto quando afirma que tal situação prejudica a difusão da cultura no Brasil.

Ressalte-se que não há conflito entre a modificação legislativa proposta e o inciso XXIII, do art. 5º da Constituição, que a assegura proteção ao direito autoral, pois aplicam-se ao caso dois outros dispositivos constitucionais, o art. 215, segundo o qual o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

E também o art. 23, no seu parágrafo 5º que dá competência a União, aos Estados e aos Municípios para proporcionar os meios de acesso à Cultura, a Educação e a Ciência. E se, incidindo dois princípios constitucionais, um que protege o direito autoral e o outro que protege o acesso à cultura, há que se aplicar o princípio da proporcionalidade para atingir o desejado equilíbrio entre eles sem suprimir qualquer deles.

Assim é completamente razoável que se dê prevalência à proteção ao direito autoral, nos casos em que há interesse econômico envolvido. Ao contrário, se a utilização do bem cultural não tiver objetivo lucrativo direto ou indiretamente deve prevalecer a defesa da cultura. A redação do inciso XXVIII-B, do art. 5º da Constituição reforça a tese ao dar aos titulares de direitos autorais, direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem.

Por fim, é preciso ressaltar que há no Brasil diversas comunidades formadas em localidades muito afastadas dos grandes centros, onde se torna especialmente difícil e onerosa a obtenção de autorização prévia dos autores para a execução de suas obras em eventos gratuitos.

Como exigir de uma pequena igreja ou de uma escola primária no coração da Amazônia, que obtenha autorização prévia para a realização da qualquer evento ou celebração que promova, ainda que não seja cobrado ingresso nem se vise a qualquer tipo de vantagem econômica. Tal situação atenta para a razoabilidade e o acesso comum da Justiça, excluindo

essas comunidades vida cultural do País ou relegando às ilegalidades.

Além disso, Sr. Presidente, eu quero trazer aqui uma experiência pessoal vivida por mim quando Prefeito da minha cidade, Lajes. Eu fui Prefeito três vezes. Nós temos lá a cultura gaúcha com muita honra e a gente convivia com ela. A primeira vez que eu fui Prefeito eu percebi o enfraquecimento da cultura, a falta de oportunidade dos artistas, das pessoas que mantinham ela viva. E aí nós resolvemos criar a Festa Nacional do Pinhão que, aliás, encerrou nesse domingo a sua 19ª Edição, um evento que reúne cerca de 300 mil pessoas e que é promovida pelo Município e pela Prefeitura, nunca teve lucro.

Teve um grande lucro indireto, recuperou a convivência com a cultura, fortaleceu, trouxe ela para os dias, desenvolveu o turismo rural que nasceu em Lajes. Agora, uma coisa quando a gente faz a Festa do Pinhão nos entristece muito é a atuação do maldito ECAD, naquele momento ali, eu falo maldito naquela situação. Para o senhor ter uma idéia, eles entram na Justiça todo evento.

No ano passado, o dinheiro que eles pediram para uma festa que não dá lucro e é promovida pelo Poder Público, a Prefeitura, o pedido que eles pediam foi de 252 mil reais. No ano de 2000, foi 155 mil reais, isso tudo está na Justiça, tentam trancar o dinheiro da bilheteria na Justiça.

Agora eles adotam uma outra estratégia. As empresas que são co-patrocinadoras de um evento público que não visam lucro, mas que promove a cultura acabam sendo acionadas na Justiça, para que o dinheiro que eles ajudam a incentivar a festa seja proibido pela Justiça para apoiar um evento cultural.

A gente tem conhecimento do papel da ECAD, que tem coisas boas como instituições no Brasil, mas se for olhar a CPI que foi feita aqui e os relatos que eles trazem. Eu por uma questão de educação não quero ler aqui, mas que são profundamente questionadores da aplicação dos recursos do ECAD e da finalidade que esses recursos chegam.

Então, eu não estou aqui discutindo no mérito - e o projeto não visa isso - a questão do direito autoral, da valorização do músico, do direito que ele tem sobre a letra, da correspondência financeira. E, nem quero entrar no mérito se o ECAD repassa direito e o valor adequado, porque a própria CPI levantou as questões.

O que o projeto do Senador Sérgio Zambiasi mostra é que aquilo que não visa lucro - e eu caracterizei um evento que eu conheço, mas que eu participei e liderei por dez anos, mas tem milhares desses outros - isso vira um transtorno para quem promove. Além de

todos os incômodos de fazer uma festa como essa, ainda tem que conviver com o ECAD em cima entrando na Justiça, agora, entrando contra as empresas que patrocinam, contra o Governo do Estado, contra os patrocinadores públicos inclusive.

Então com a maior convicção do mundo de estar fazendo o bem para o meu País, eu dou o parecer favorável ao projeto do Senador Sérgio Zambiasi. E defendo com a maior convicção por ter vivido na pele esta realidade e, por ter enfrentado as enormes dificuldades que o ECAD cria em evento como esse. De parabéns o Senador Sérgio Zambiasi. É uma iniciativa que merece o maior reconhecimento dessa Casa.

Eu peço a todos os meus pares o voto favorável, porque nós estamos permitindo a facilidade daqueles que com espírito comunitário querem fazer cultura, fortalecer a música, até porque os artistas que se apresentam lá são pagos, a sua música tem repercussão, as emissoras de televisão dão cobertura. Isso é a realidade invariavelmente em todos os eventos como esse no Brasil, por isso é uma iniciativa da melhor qualidade que tem o meu apoio, da maior força.

Eu peço o apoio de todos os companheiros, porque é um projeto que vai trazer grandes benefícios a cultura, a música e elimina alguns vícios e alguns cartórios que se formam no serviço público brasileiro e aí está caracterizadamente um deles. É esse o meu parecer e o meu voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço o parecer firme, enfático do Senador Colombo e passo a palavra aos Senadores e Senadoras inscritos.

Eu só queria dizer Senador, que comigo muitas vezes me chamam de Cristóvão Colombo, eu não sei se alguma vez, lhe chamam de Cristóvão Colombo, também. [risos]

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (PFL-SC): Muitas vezes e eu sempre me senti bastante honrado, pode ter certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (PFL-SC): Duplamente, desculpe, pelo descobridor e pelo senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado. Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Eu queria cumprimentar o autor e o relator do projeto, porque eu estive analisando e discutindo com algumas pessoas e é muito interessante a preocupação de todos. E a gente sente isso, principalmente quem trata da educação, quem trata

com entidades filantrópicas, quem trabalha numa área mais assistencial, sabe o quanto é difícil trabalhar com ECAD nas suas festinhas, nas suas reuniões em que de qualquer forma precisa ter esse relacionamento.

Não que a gente vá aqui, apoiar e abrir prejudicando os músicos, prejudicando os autores das peças teatrais, nada disso. Eu acho que em nenhum momento a gente vai prejudicar autor, autor de livros de peça, em projeto nenhum, mas a gente tem que saber naqueles que são importantes para a sociedade.

E para a sociedade, para a difusão principalmente nesse caso aqui, que são das composições musicais, fonogramas. É importante que a gente possa liberar para que as entidades possam utilizar dos seus repertórios musicais com maior facilidade; fazendo assim com que as instituições filantrópicas tenham também essa liberdade que nós já lhe damos por lei, já que elas são isentas de determinados impostos porque são filantrópicas, que a gente possa também apoiá-las na difusão musical.

Eu quero deixar aqui o meu apoio ao projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, a despeito da grande admiração que eu tenho pelo Senador Sérgio Zambiasi, o projeto precisa ser mais discutido.

Eu queria propor ao autor que: ou a gente eu peça vistas e a gente discute, ou então, a gente acrescenta uma frase ao projeto que seria a liberação de direitos autorais em um evento que não tenha fins lucrativos e a frase: “seja autorizado pelo autor da obra”. Porque o autor da obra tem o direito constitucional de receber pela sua obra. É um patrimônio intelectual.

Eu não posso fazer bonito com chapéu dos outros. Eu não posso pegar um livro do Senador Cristovam Buarque e doar. Não é meu. Eu não posso, por melhor que seja minha intenção, pegar uma obra do falecido Ari Barroso e doar, porque ele tem herdeiros. Mas eu tenho certeza que, se ao invés de usar a letra fria da lei - e a lei e a autoridade o senhor sabe é arrogante, o poder é arrogante - para impor a doação. Consultá-lo e dizer: “Olha, trata-se de uma festa sem fins lucrativos, de uma quermesse de igreja; de uma obra para os pobres”.

Portanto, o ECAD para execução de uma obra dessas são alguns reais. Cada vez que o autor tem uma obra executada numa rádio recebe cinco reais, numa televisão 20 reais, num supermercado talvez um, dois

reais, numa loja de CDs um, dois reais, numa quermesse dessas não será muito. Vamos incentivar que eles doem, mas não vamos colocar a mão no bolso e tirar sem perguntar.

Eu acho que se nós acrescentássemos uma linha ao projeto, uma linha. Nós poderemos chegar aqui a um acordo, porque do jeito que está nós não temos o direito de doar aquilo que não é nosso. Poderíamos doar o que é nosso, mas o que não é...

Então é essa consulta que eu faço ao meu companheiro, a quem eu tenho a maior admiração e respeito Senador Zambiasi, se poderíamos fazer essa pequena emenda, ou se o Senador prefere que eu peça vistas para nós estudarmos melhor, chamarmos aqui o pessoal do ECAD, os autores, representantes e encontrarmos uma solução de consenso.

Essa é a consulta que faço, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Senador Zambiasi, autor do projeto.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente, Senador Cristovam Buarque, eu acompanhei o Relator, Senador Colombo e respeito a argumentação do Senador Crivella. Não é esse o objetivo, não é doar o que não é nosso.

Na realidade até Senador Crivella é oferecer a oportunidade ao próprio autor da obra, de expor ao público sem que ele tenha que pagar. Porque como está, se ele pretende mostrar publicamente uma obra ali na rua, provavelmente ele possa ser multado pelo ECAD porque ele não pediu licença, então é um aspecto que tem que ser levado em conta.

Mas eu acho que como não há consenso o ideal realmente é que a gente possa discutir mais, não há problema nenhum, isso é democrático. É comum aqui, que os projetos possam ser reexaminados, possam ser aperfeiçoados, enfim, que possam ser melhor discutidos e, eu tenho profundo respeito pelo autor e pela classe artística. E até em respeito ao autor e a classe artística é que nós estamos propondo essa discussão.

Eu volto a dizer que nós já vivenciamos muitos casos em que o autor da obra foi convidado a fazer determinada apresentação e, para isso, só pagando o direito autoral ao ECAD e nem sempre esse valor corresponde à expectativa do próprio autor. Então concordo plenamente com a possibilidade de um pedido de vistas. Acho que é absolutamente democrático e normal aqui nessa Casa e, bom, positivo, que a gente aperfeiçoe propostas.

E, podemos até num futuro concluir que a proposta não é boa ela pode ser totalmente modificada, isso também é do processo democrático.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Senador Zambiasi, o senhor permite um aparte? É só para esclarecer uma coisa Senador, querido. É que às vezes o que ocorre é o seguinte: o compositor ele vende a sua obra para uma editora e recebe direitos adiantados. Isso é muito comum. Ele perde a titularidade da sua obra.

Senador Zambiasi, eu sou compositor a mais de 20 anos. Muitas músicas gravadas. Nunca fiz isso. Mas vários companheiros até parceiros meus, venderam a parte dele. Eu tenho casos assim. Eu sou parceiro de um sujeito, de um outro músico que vendeu a parte dele para uma editora. Quando eu vou cantar aquela música, o ECAD diz assim: “você libera seus direitos autorais?” - “Libero”. - “mas o seu parceiro não libera”. E ele vendeu. E ele recebeu os seus direitos anteriormente. A obra não é dele mais durante um certo período, porque ele vendeu a editora. Isso é muito comum.

Os artistas vendem o acervo. Vendem sua obra. Recebem um adiantamento e aí, a editora fica dona da obra. Só nesse caso é que ele perde o direito da titularidade, porque assinou o contrato. Ele e seus descendentes se morrer.

Em outro caso eu cansei de assinar, são músicas Gospel para igrejas, autores, querem gravar, querem usar em música. Eu assino a autorização e o ECAD nada pode fazer, porque a obra me pertence. Quando eu não posso assinar é porque vendi anteriormente a alguma editora, só nesse caso, que a Constituição prevê que é direito individual a obra intelectual do autor.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr., Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu até queria perguntar ao Senador Marcelo Crivella pediu vistas ao projeto para discutir? Não porque eu também... Eu gostaria de ressaltar Sr. Presidente, que a iniciativa do Senador Sérgio Zambiasi é uma iniciativa importante, que procura dar assim uma solução para problemas que de fato acontecem na nossa realidade.

Esta exigência, aliás, existem todo tipo de denúncias contra instâncias do ECAD também. Eu acho que é sobre isso que a gente precisaria se debruçar aqui na Subcomissão - que a Senadora Marisa Serrano, vice-preside, aqui na Comissão de Educação, junto com o Senador Demostenes Torres - para ver como é que esta rotatividade no ECAD, a atenção, o debate, a discussão, como é que isto vem acontecendo. Porque de fato eu acho que nós precisamos nos aprofundar nessa questão.

Mas de qualquer forma eu penso, também, que uma das coisas que foram trazidas pela representação

da área numa reunião havida nesta Subcomissão, vice-presidida pela Senadora Marisa, foi no sentido inclusive das casas de espetáculos estarem sendo cobradas pelo ECAD, em função do direito autoral da música que estiver sendo tocada num determinado filme.

Quer dizer, independente do contrato que existe entre o produtor do filme e a músico propriamente dito, onde haveria o contrato para utilização daquela determinada música no filme. E, através deste contrato a pessoa estar recebendo também um recurso pactuado, vamos dizer assim, para utilização daquela música. Porém, as casas de espetáculos no Brasil, vêm sendo assim, acionadas pelo ECAD, dizendo que além daquilo tem que pagar também, porque é uma finalidade lucrativa, pagar pela utilização da música na apresentação do determinado filme no cinema.

Então há esse debate, quer dizer, não é um problema da casa de espetáculo, com aquela pessoa que compôs a música, mas sim, o contrato de quem fez o filme com a pessoa que criou a música.

Então esse debate, assim, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos, eu sei que a gente poderia aproveitar as conclusões daquela reunião da Subcomissão, e ver se aquilo está assim... As apreensões das pessoas, dos profissionais que estiveram aqui, muitos deles do Rio Grande do Sul inclusive, não é Senador Paulo Paim? Para ver se está de acordo com o projeto de lei apresentado.

Mas eu quero ressaltar a necessidade de que isto venha a ser discutido que achemos caminhos, porque isto vai sem dúvida alguma, aprimorar, dar mais segurança, mais tranquilidade e nós nos debruçarmos também sobre o tipo de fiscalização que acontece nesta área em nosso País.

Então, se o Senador Marcelo Crivella não pediu vistas, com esta justificativa Senador Zambiasi, eu quero só também pedir vistas desse projeto, para que nós possamos ver as adequações necessárias.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, a vista está concedida a pedido de dois Senadores.

Eu passo aproveitando o quorum, para irmos rápidos, a pauta... O Item 01, terminativo. Autoria Senador Francisco Pereira, não está. A Relatora Senadora, Lúcia Vânia, não está. Então, vamos para o Item 03.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Após o Item 03, eu não sei aqui, se vai já vai ser o Item 07?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Mas senão for o Item 07, depois da votação do projeto de V.Ex^a., eu gostaria de pedir que fosse o Item 07, porque eu sou Vice-Presidente da CPI do Apagão Aéreo e preciso me deslocar, mas gostaria de relatar o projeto antes de me ausentar da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu aceito fazer uma inversão diferente. Trocar esse que eu sou o autor, se o relator estiver de acordo, Geraldo Mesquita, com o seu, para não prejudicar o Item 05. Está bem assim? Para o senhor pode ser até melhor. O Senador Geraldo, aceita?

Então eu passo ao Item... Pulo o Item não terminativo, porque a gente pode deixar para quando... Se não tiver quorum depois e vou para o Item 05, que é do Senador Paulo Paim, com a relatoria do Senador Sérgio Zambiasi.

Pedindo ao Senador Renato Casagrande, que faça um esforço para ficar aqui, depois, enquanto não estiver na hora de começar a outra Comissão. Então, desculpe, é o Item 07, para atender ao pedido do Senador Renato Casagrande, que é o Projeto do Senado nº 300 de 2006: “Acrescenta Parágrafo Único, de 20 de dezembro de 1996”. Senadora Serys Slhessarenko. Relatoria do Senador Renato Casagrande, a quem passo a palavra.

Eu quero voltar a dizer, depois vamos para o Item 05. Deixamos o 03, que é de minha autoria, para quando fosse a vez do Item 07, assim o Item 05, não sai prejudicado. Senador Renato.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras. Esse Projeto de Lei nº 300, de 2006, Acrescenta Parágrafo Único ao Art. 3º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, dispõe sobre a não aceitação de matrículas de aluno portador de necessidades especiais. A proposição estabelece que a lei a ser criada, vigore a partir de 1º de janeiro do ano, posterior a sua publicação. Da justificativa da autora, o argumento que algumas escolas não recebem portadores de necessidades especiais, por não considerarem aptas a atendê-los adequadamente de modo a eximir-se da obrigação normativa. A penalidade sugerida para essa escola no PLS em consideração é a suspensão do seu credenciamento, na forma do regulamento do referido sistema de análise.

Sr. Presidente, na nossa análise conforme determina o art. 208, III, da Constituição Federal, o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência deve ser dar preferencialmente na rede regular de ensino. Sendo assim, todas as escolas de

educação básica devem estar preparadas para receber as pessoas que estiverem nessa condição e demandarem o atendimento.

Na LDB, o art. 58 a 60, a questão da educação especial é tratada de modo mais específico, vê-se nessa norma legal a expressão “portadores de necessidades especiais”. Termo que se refere ao amplo conjunto de alunos, inclusive, aqueles que apresentam alguma dificuldade educativa de base orgânica que implique dificuldade de acesso à escola e suas benesses.

O dever constitucional do Estado para com a oferta de educação especial em todas as etapas da educação básica é reafirmado no art. 58, Parágrafo 3º da LDB, que também enfatiza que essa modalidade educativa será oferecida aos portadores de necessidades especiais preferencialmente na regular de ensino.

O Conselho Nacional de Educação, por meio da Câmara de Educação Básica, editou em 2001 a Resolução nº 02, que estabelece as diretrizes para o atendimento aos portadores de necessidades especiais. Observa-se, pois, que a recepção dos alunos com necessidades especiais nas escolas é garantida por lei. Não obstante, a verdade é que nem todas as escolas estão efetivamente capacitadas a recebê-los e incluí-los em suas classes de ensino regular. Como se não bastassem os marcos legais acima, há que se mencionar a Convenção Interamericana para eliminação de todas as formas de discriminação para pessoas com deficiências.

Sr. Presidente, considerando o disposto na Emenda Constitucional nº 45 de 2004, que inclui o art. 5º da Carta Magna, Parágrafo 3º, relativo ao equivalente dos tratados de convenções internacionais sobre direitos humanos. As emendas constitucionais, reconhece a condição da Emenda Constitucional que tal convenção possui, destacando-se ainda que as normas definidoras dos direitos e garantias e fundamentais têm aplicação imediata.

Diversas determinações estabelecem sobre a obrigatoriedade da aceitação da matrícula de pessoas com necessidades especiais. Mas a proposta feita pela Senadora Serys, ela na nossa avaliação ela é muito... Ela já está prevista em lei na obrigação das escolas aceitarem. E a determinação de se cassar, de se fechar a escola, acabará prejudicando outras crianças que estão matriculadas nessa escola.

Portanto, apesar do mérito, de compreender o mérito da matéria, apesar de nós compreendermos que a Senadora Serys trabalhou com objetivo muito objetivo. E, considerando que já existem diversas normas legais que obrigam às escolas a aceitarem a matrícula dessas crianças que precisam de um atendimento especial, mas considerando que uma decisão

da escola não pode prejudicar o restante dos alunos já matriculados e o projeto estabelece que haveria a suspensão do seu credenciamento, da escola, nós optamos Sr. Presidente, pela rejeição do PLS nº 300. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, eu creio que deveria ter esperado, eu como Presidente, para debater esse assunto, com a presença da Senadora Serys, para que ela pudesse fazer defesa do seu projeto. Mas ela não está.

Eu pergunto se algum Senador quer fazer uso da palavra? Ou se algum quer pedir vista em função da ausência da Senadora? Algum quer? Não. Então, eu vou pôr em votação o parecer do Senador Renato Casagrande pela rejeição. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Augusto Botelho. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Inácio Arruda. Renato Casagrande, claro Com o relator. Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Geraldo Mesquita. Senadora Maria do Carmo.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (PFL-SE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (PFL-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Com o relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Wilson Matos.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o relator. Senador Flexa Ribeiro, vota Com o relator. Então, todos foram chamados. O projeto está rejeitado.

Eu passo agora ao Item 05, porque eu cedi o meu 03, para o 07. Item 05: “Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul”. Autoria Senador Paulo Paim e o Senador Sérgio Zambiasi, a quem eu passo a palavra.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente Cristovam.

A proposta do Senador Paim que eu tenho o privilégio e a honra de relatar, ela prevê a instalação em Porto Alegre de uma escola de ensino profissionalizante de nível médio, Escola Técnica Federal de Porto Alegre, destinada a formação de técnicos de modo a atender as necessidades [soa a campainha], sócio-econômicas do setor industrial de serviços e agropecuário da Região Metropolitana de Porto Alegre. A lei em que se transformar o projeto deverá entrar em vigor da data da sua publicação.

Bom, a capital gaúcha, Senador Cristovam, ela tem hoje a população estima em pouco mais de um milhão e 400 mil habitantes, sendo cerca de 250 mil jovens entre 15 e 24 anos. Segundo dados do DIEESE nessa faixa etária a taxa de desemprego está próxima aos 30% na Região Metropolitana de Porto Alegre, o que representa mais de 70 mil jovens desempregado, a grande maioria por falta de qualificação.

Entre outras coisas a proposição em tela visa corrigir esta falha, aumentando a oferta de vagas no ensino profissionalizante com a implantação de mais uma escola técnica federal, que estará sob a gestão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, instituição de ensino superior das mais renomadas e qualificadas no País.

Diante do exposto, somos favoráveis a aprovação do Projeto de Lei do Senado de 143 de 2007, de

autoria do nosso companheiro gaúcho, Senador Paulo Paim .

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ponho em discussão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para sintetizar. Essa escola técnica já está no PAC, já tem toda uma discussão vai ficar na Restinga. É um dos bairros mais pobres da Grande Porto Alegre, mas de uma gente muito guerreira.

Eu queria apenas só cumprimentar também o Senador Sérgio Zambiasi, que é parceiro e conhece muito bem a importância dessa escola técnica, que já está tudo encaminhado, aprovado. Como eu tinha já encaminhado esse projeto há muito tempo, eu me sinto feliz que ele está contemplado no PAC e um projeto autorizativo.

Meus cumprimentos ao relatório do meu amigo, Senador Sérgio Zambiasi.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Alguma algum outro pronunciamento? Antes de pôr em votação Senador Sérgio Zambiasi e Senador Paulo Paim, essa escola poderia se chamar Paulo Zambiasi ou Sérgio Paim. [risos]

Aqueles que estão de acordo... É terminativo eu vou pôr em votação. Senador Renato Casagrande, ainda dá tempo de votar nessa, se quiser eu lhe ponho em primeiro lugar. Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o relator. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com o Paulo Zambiasi [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paulo Paim, obviamente a favor. Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Com o relator. Senador Sérgio Zambiasi, obviamente a favor. Wellington Salgado, que dá a honra de estar aqui presente na mesa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, antes do voto eu queria dizer que eu estou presente aqui, porque não tem cadeira de tão grande a audiência da Comissão de V.Ex.^{a.}, talvez seja para aprovar esse projeto, eu acho que também é pela Presidência de V.Ex.^{a.} Eu voto Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu lhe faço o convite, como Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, sempre sente aqui conosco.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É um prazer muito grande.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Wellington Salgado já votou. Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Maria do Carmo. Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (PFL-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Rosalba.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marisa Serrano. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marcelo Crivella. Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Wilson Matos.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Faltou algum? Não. Então, está aprovado. Passamos agora ao Item 03 que: “Autoriza a Criação do Programa Biblioteca do Professor”. É o autor é o Presidente dessa Comissão, eu próprio e, a relatoria é do Senador Geraldo Mesquita, a quem eu passo a palavra.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nada mais me dá prazer do que relatar um projeto dessa envergadura e dessa natureza.

O Senador Cristovam Buarque, traz à Casa um projeto de lei autorizativo, para criação no âmbito do Poder Público Federal do Programa Biblioteca do Professor, cujo intuito é propiciar reforço aos programas de formação e aperfeiçoamento dos professores da Rede Pública Brasileira de Ensino Pré-Escolar, Fundamental e Médio.

A proposição estabelece a constituição da Biblioteca do Professor, dispendo sobre a escolha dos títulos a ser realizada pelos professores, bem como sobre a propriedade a guarda e a renovação do acervo. O projeto estipula ainda que a escolha dos volumes seja feita, conforme os princípios do Programa Nacional do Livro Didático mediante consulta aos professores da rede pública pelos órgãos competentes do Poder Público federal.

E por fim, o projeto dispõe que os recursos destinados à constituição da Biblioteca do Professor, corram à conta do Programa Nacional do Livro Didático.

Em boa hora o projeto de lei em comenda, reconduz a Política Educacional do País, o Programa de Reforço Habilitação Profissional do Professor da Rede Pública, por intermédio da constituição e da manutenção [soa a campanha], da biblioteca do professor. Esse bem-sucedido Programa instituído em 2003, pelo Ministério da Educação, demonstrou sua eficácia entre 2003 e 2004, período em que esteve em execução.

À época o intuito precípuo era facultar aos educadores brasileiros a formação de uma biblioteca que suprisse o imperativo de complementação e atualização da formação profissional dos professores graças ao acesso a obras técnicas e científicas. A proposição em análise reproduz a meritória intenção.

Sras. e Srs. Senadores, a análise discorre aqui acerca do mérito da matéria, mas em se tratando de uma proposição dessa natureza cuja autoria é do Senador Cristovam Buarque, nós teríamos razões e o que falar aqui Senador Buarque, durante muito tempo nessa Comissão da importância do projeto, da importância da formulação. Da importância e da preocupação fundamental em suprir e dotar os professores desse País, de um mecanismo através do qual eles possam contar com acervo bibliográfico em seus locais de trabalho, que possibilitem o seu crescimento profissional, o seu desenvolvimento com resultados absolutamente satisfatórios para o ensino público nesse País.

Eu disse no início que para mim era de uma satisfação enorme relatar um projeto desses, porque eu ando na esteira das suas proposições Senador Buarque. A ponto de ter instalado no escritório que nós mantemos na capital do nosso Estado, Rio Branco, uma pequena biblioteca Senador Buarque, que a idéia inicial era colocar à disposição dos colegas que lá estão nos

acompanhando e servindo, mas que pela dimensão que alcançou tivemos que abrir ao público em geral. Uma biblioteca que conta com cerca de seis mil volumes de livros visitada diariamente por estudantes, professores e a população em geral, dentro de um projeto também complementar que institui a biblioteca popular. Aquela a respeito da qual, já lhe formulei inclusive um convite que nós estaremos lançando no final do mês na capital do nosso Estado, que tem por objetivo entregar a população, a estudantada, aos professores, a população em geral, obras que já se encontram sob domínio público, obras clássicas da literatura brasileira, mesclando com obras de autores regionais.

Para que a gente espante de uma vez por todas, Senador Buarque do nosso País, aquele mito que ainda tem uma tabulezinha que diz que as pessoas não gostam de ler. Mentira. Balela. Pura balela, isso. As pessoas adoram ler, não tem é condição de ter acesso a livro nesse País em grande maioria.

Então eu tenho apenas que aplaudir, assim, entusiasticamente o projeto de V.Ex^{a.}, porque ele vai nesse caminho Senador Buarque. Vai no caminho de popularizar a literatura. Vai no caminho de disponibilizar para quem... Uma das figuras mais importantes desse País, que é o professor, que é a professora, muitas das vezes que luta e vive com extrema dificuldade. Que ele tenha acesso a uma biografia básica, a uma biblioteca básica para seus estudos, para o aprofundamento da sua capacitação.

Portanto é de forma entusiasmada que eu dou um parecer favorável ao seu projeto e peço a atenção das Senadoras e dos Senadores dessa Casa, para envergadura e para a importância desse projeto e, peço incontinentemente a sua aprovação, se possível unanimemente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Senador.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E agradeço, tanto como Presidente da Mesa, como autor também. Muito obrigado. Passo à discussão. Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Buarque, Presidente desse trabalho e autor deste projeto, nós temos a compreensão de que o professor é um permanente estudante.

O professor que se preza, que quer ter o conhecimento necessário e adequado para formar as novas gerações, para trabalhar as novas inteligências, ele tem que estar permanentemente estudando e aprendendo.

Portanto, eu entendo que esse projeto de autoria de V.Ex^a. e relatado com muito brilhantismo pelo Senador Geraldo Mesquita, tem que ser aprovado com louvor. A criação desse Programa de Biblioteca do Professor vem ao encontro das necessidades daqueles que querem exercer com eficácia, essa missão nobre de educar, de ensinar, de formar as novas inteligências e as novas gerações.

Eu voto favorável aplaudindo, louvando, a iniciativa oportuna e inteligente de V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado Senador Quintanilha. Senador Wilson Matos.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Eu quero parabenizar a iniciativa do Senador Cristovam Buarque e, também, pelo relator ter apoiado plenamente essa sua iniciativa. Realmente nós vivemos a sociedade do conhecimento. E o Brasil vive uma grande crise nesta área. Nós somos um povo que lemos muito pouco e a educação por isso não se desenvolve.

Nos Estados Unidos, se consome 11 livros por ano. No Brasil não chega a dois livros por ano, o consumo anual per capita. No Japão, para cada 1000 pessoas se edita 633 jornais diariamente. No Brasil, para cada 1000 pessoas se edita 45 jornais.

Então nós vivemos uma grande crise cultural, a crise do conhecimento exatamente por falta de oportunidades e de despertar a nossa sociedade. E esse é um grande passo para que possa facilitar ao professor, para que tenha acesso a livros gratuitamente periodicamente. O nosso voto é favorável a esse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Senador Wilson. Eu só quero lembrar que nós estamos no limite do quorum. Então, quanto mais rápido pudermos votar melhor. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu concordo também com o projeto de lei, quero enaltecer a iniciativa a relatório.

Eu só pergunto para o Senador Geraldo Mesquita e a V.Ex^a., também, se invés das expressões da “Rede Pública de Ensino Pré-Escolar, Fundamental e Médio”, se nós poderíamos trocar essas três expressões por: “Da Rede Pública Brasileira de Educação Básica”. Por que isto?

Porque nós temos já muitas escolas de zero a três anos, temos uma ênfase para educação de jovens e adultos. Temos a ênfase para inclusão educacional da pessoa com deficiência, que pode ser educação especial. Então, ficaria... Quer dizer eu quero ressaltar a importância o mérito e tudo. Mas dizer assim “educação básica”, ninguém faria qualquer objeção numa comunidade indígena, pode ser livros para aquela

comunidade indígena, então, educação básica, não sei o que V.Ex^a...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Consulto o relator.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Rapidamente uma troca de olhares aqui, entre o autor e o relator, a concordância e o acolhimento da emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E os agradecimentos. Uma boa contribuição, Senador Flávio Arns.

Bem, não havendo mais inscritos eu passo à votação. Senador Flávio Arns é favorável. Senador Augusto Botelho. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o relator e com a emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Ideli Salvatti. Senador Sérgio Zambiasi, como vota? Com o relator. Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Geraldo Mesquita, é o relator a favor. Senadora Maria do Carmo Alves.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (PFL-SE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (PFL-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Rosalba Ciarlini, teve que sair. Senadora Marisa Serrano. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Senador. Senador Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marcelo Crivella. Senador Leomar, teve que sair. Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Romeu Tuma, como vota?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Wilson Matos. Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos ver outro terminativo, que é o item 10, item 08. O item 08, que: “Denomina Euclides da Cunha o Trecho Acreano da Rodovia Br-364”. Autoria, Senador Geraldo Mesquita Júnior, Relatoria: Senador Neuto De Conto.

Eu passo a palavra ao Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Presidente, Cristovam Buarque, Srs. e Sras. Senadores, da Comissão de Educação, em decisão terminativa sobre o Projeto de Lei do Senador Nº 27 de 2007, que denomina Euclides da Cunha o Trecho Acreano da Rodovia. BR 364.

O relatório: de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, o Projeto de Lei do Senado, PLS nº 27 de 2007, destina-se a denominar Euclides da Cunha o Trecho Acreano da Rodovia, BR 364. Ao lembrar a imensa e notória contribuição de Euclides da Cunha a literatura nacional, com destaque para o épico “Os Sertões”, obra clássica ambientada no Nordeste, o autor do projeto traz também à tona sua não menos conhecida, mas não menos relevante participação no desbravamento da Amazônia Ocidental e na constituição do atual Estado do Acre.

Informo ao autor que a atuação de Euclides da Cunha em 1904, como Chefe da Comissão Mista Brasil-Peru, para o reconhecimento do Curso do Alto Peru, por ocasião das negociações que levaram a assinatura do tratado de limites entre as duas nações, foi o início da sua profícua contribuição, no processo que ensejou a consolidação das terras acreanas como parcela da Amazônia Brasileira.

Há mais de um século Euclides na Cunha imaginou uma ferrovia que propôs denominar “Transacreana”, ao longo da fronteira entre o Acre e o Amazonas, numa antevisão do viria a ser o importante trecho da ainda hoje inacabada BR 364. Nas palavras do autor do projeto, a impressão que lhe causou impacto telúrico do Brasil indevassado que ele denominava ligado definitivamente o seu destino ao futuro território e depois Estado de Acre.

Apresentado no dia 03 de fevereiro último, o PLS Nº 27 de 2007, veio a esta Comissão para colher decisão terminativa, nas formas apresentada a emenda.

Análise. Plenamente justificada a homenagem que se pretende prestar, trata-se de merecido tributo à memória de Euclides da Cunha, em reconheci-

to ao seu destacado papel histórico no processo de integração do Acre e do território nacional.

No tocante a constitucionalidade, o PL Nº 27 de 2007, encontra abrigo no art. 21, da Lei Maior que estabelece a competência da União, para fixar princípios e diretrizes para o Sistema Nacional de Viação. São igualmente atendidos os ditames da Constituição no tocante a iniciativa das leis fixando-os no art. 61, não estando a matéria inscrita na reserva estabelecida em favor da Presidência da República, é lícita a iniciativa Parlamentar.

Quanto a jurisdição, a proposição guarda consonância com as exigências da Lei 6.682 de 27 de agosto de 1979, para denominação de Via de Plano Nacional de Viação PNV.

A mencionada norma admite expressamente a possibilidade de que ao lado da nomenclatura oficial de “PNV Trecho Via”, possa ter a denominação supletiva de nome de pessoa falecida que haja prestado relevantes serviços à nação. Impõe-se, contudo, modificar o projeto para harmonizá-lo com a disposição da Lei 8.733 de 25 de novembro de 1993, que dá a denominação de Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, a Rodovia BR 364, promove-se alteração necessária para o meio de ter substitutivo, formando no sentido de limitar a atuação denominação legal até a fronteira entre os Estados de Rondônia e do Acre, de modo que em seu trecho acreano a rodovia incorpore a denominação proposta.

O substitutivo adiante formulado presta-se igualmente a remover o art. 3º do projeto que ao expressar cláusula indiscriminadamente revogatória, incide em procedimento normativo vedado por Lei Complementar Nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a redação das leis.

Voto. Voto assim, pela aprovação do Projeto de Lei, do Senado nº 27 de 2007, na forma do seguinte Projeto de Lei do Senado, Substitutivo Nº 27 de 2007; dá denominação de Euclides na Cunha o Trecho Acreano da Rodovia BR 364, e altera a Lei 8.733 de 25 de novembro de 1993, que dá denominação de Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira a Rodovia BR 364.

O Congresso Nacional decreta: “É denominado Euclides da Cunha, o Trecho da Rodovia 364, que perpassa o Estado do Acre. Art. 2º, o art. 1º, da Lei nº 8.733, de 25 de novembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação: ‘Art. 1º. É denominada Presidente Juscelino Kubitschek, a Rodovia BR 364 desde a sua origem até a fronteira entre os Estados de Rondônia e do Acre’. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação”.

Era o relatório e o voto, Sr. Presidente.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em discussão. Algum Senador? Senador Valadares. Desculpe.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Rapidamente. Eu sei da premência aqui do tempo em relação a projetos terminativos como esse inclusive. Mas era só para registrar aqui os meus agradecimentos especiais ao Senador Neuto De Conto, que com a sua enorme sensibilidade acolheu ponderações as quais eu também quero agradecer do Senador Marco Maciel e Senador Paulo Paim, a discussão travada em torno desse projeto em outras oportunidades. E, aquiesceu no sentido de alterar o seu próprio parecer, sendo favorável à denominação de Euclides da Cunha, para o Trecho Acreano, da BR 364.

Eu queria só lembrar Senador para encerrar, que todos aqui sabem da envergadura, da importância de Euclides da Cunha nacional. Agora, é necessário a gente frisar a importância de Euclides Cunha acreano, ele que foi responsável dentre outras coisas pela fixação dos limites que nós temos, por exemplo, com o País Peru. Ele foi o grande responsável e talvez aqui, alguns não conheçam esse fato relevante para o País.

Portanto eu queria agradecer o relatório do Senador Neuto e contar com a aprovação do mesmo pelos meus pares.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Alguém mais?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu tive a oportunidade na ocasião que o autor do projeto nem estava na sessão, de defender também junto com o Senador Marco Maciel, porque li a obra do Senador Geraldo Mesquita.

Eu conheci o Euclides da Cunha, do meu Estado do Rio de Janeiro, uma vida trágica. Morreu depois de um drama familiar, os filhos também morreram, eram Delegados e foram assassinados.

É uma obra fantástica, mas a vida dele no Acre, a sensibilidade da sua alma pela dor dos nordestinos, que foram em busca da borracha da riqueza realmente eu não conhecia. E, a obra do Senador Geraldo Mesquita que não é extensa, nos dá com vastos documentos a grandeza desse conterrâneo, desse homem da minha terra que me é um orgulho muito grande saber que agora fará parte do Acre com o nome de Rodovia.

Então, eu gostaria de parabenizar ao Senador Geraldo Mesquita e acho que se estão nos assistindo

no Rio de Janeiro, Câmara de Vereadores, Assembléia Legislativa, deveriam propor um Título de Cidadão do Estado ou da própria cidade do Rio de Janeiro, porque ele é dali, ao nosso Senador, por ter se lembrado dessa proposição tão importante.

Senador Geraldo Mesquita, em nome do Rio de Janeiro como Senador do meu Estado, agradeço a V.Ex^a., por esse projeto.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu queria rapidamente, apenas me penitenciar por não ter mencionado dentre aqueles a quem eu agradei aqui, foram muitos, eu citei apenas o Senador Marco Maciel, o Senador Paim, o Senador Crivella, que inclusive leu a pequena brochura que nós produzimos em torno da passagem de Euclides da Cunha pelo Acre. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em votação. Senador Flávio Arns. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paulo Paim .

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o autor e com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sérgio Zambiasi. Wellington Salgado. Autor, Geraldo Mesquita .

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Embora, com a observação do Senador, eu voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Maria do Carmo Alves.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (PFL-SE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marco Maciel. Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (PFL-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marcelo Crivella, que já se pronunciou.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com louvor, Sr. Presidente, com louvor.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Wilson Matos.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Creio que chamei todos. Eu quero lembrar que tendo sido aprovada, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião para apreciação em turno suplementar, nos termos disposto no art. 282, combinado com o Art. 92, do Regimento Interno do Senado.

Aproveito para consultar, se todos estão de acordo com a emenda que foi feita pelo Senador Flávio Arns, para o projeto anterior. Não precisa ser terminativo, basta saber. Os que estiverem de acordo permanecem como estão.

Eu vou aproveitar o quorum e passar para o Item , mesmo que o Senador Hélio Costa, no momento não está aqui, e o Senador... Mas o Senador Augusto Botelho é o relator está, tem um outro que não estão aqui que eu vou passar. Eu passo ao Item 10, aproveitando o quorum que temos: “Altera o Art. 6º da Lei Nº 8.405, de 09 de Janeiro de 1992, para dispor sobre as reuniões dos Órgãos Colegiados da Fundação CAPES”. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, o nosso parecer é o seguinte. A matéria consta no projeto Nº 10 de 2007, aprovada em Plenário após tramitar na Comissão de Educação, na Comissão de Ciência e Tecnologia e na Comissão de Constituição e Justiça, onde recebeu os três pareceres favoráveis.

O PLC Nº 10 de 2007, tratou da reestruturação da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior da CAPES e do texto aprovado constou a regulamentação da matéria encaminhada pelo presente projeto. Diante desse fato, opinamos pela prejudicialidade do projeto em pauta.

Então o voto é de o projeto está prejudicado, Sr. Presidente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Para discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O parecer é de o que projeto está... Então eu ponho em discussão. Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria realmente concordar com o relator, que foi um projeto apresentado pelo Senador e atual Ministro Hélio Costa, onde as reuniões eram fechadas, isso é absurdo no Estado Democrático de Direito. Um órgão tão importante quanto a CAPES ter reuniões sigilosas quando hoje nós não temos mais nenhum tipo de reunião dessa maneira, nem no Conselho Nacional de Educação, nem nas Câmaras em local nenhum.

Então como já entrou como artigo de lei, eu concordo plenamente com o relator. O meu voto será favorável ao arquivamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, algum outro quer se pronunciar? Não havendo, acabou a discussão.

Então, eu vou pedir à votação nominal obviamente, lembrando que o relator sugere a prejudicialidade do projeto. Então, coloco em votação a declaração da prejudicialidade do projeto: Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o relator. Senador Augusto Botelho, obviamente. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Sérgio Zambiasi. Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Maria do Carmo Alves.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (PFL-SE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (PFL-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marisa Serrano, que não está. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marcelo Crivella. Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Wilson Matos. Eu quero aproveitar o quorum se essa Comissão estiver de acordo, para o último item terminativo. E claro, ficou prejudicado de acordo com o relator. O único item terminativo que ainda resta. É da Senadora Serys que não está presente, desculpe. O Senador Francisco Pereira não está presente, Senadora Lúcia Vânia.

Eu consulto a Comissão, se não valia a pena ter um relator ad hoc? Eu quero consultar por que muitos têm outras atividades. É uma maneira da gente apressar e limpar a pauta da Comissão. Eu indicaria um relator ad hoc. O projeto de valor: “Inclui o acesso de portadores de deficiência visual à Bíblia em Braille”. E uma emenda, mas se tem emenda, então eu... Senador Wilson Matos, gostaria de ler o relatório? É o Item Nº 01.

É o primeiro item, que: “Altera a Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para incluir o acesso de portadores de deficiência visual à Bíblia em Braille”. O parecer da Senadora Lúcia Vânia é favorável. A matéria já constou na pauta de duas reuniões e, portanto, a Comissão pode apressar votando uma matéria tão importante, mesmo sem a presença do autor eu da Relatora. Senador Wilson.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 131 de 2005, que “Altera a Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para incluir acesso de portadores de deficiência visual à Bíblia em Braille”. Relatora Senadora Lúcia Vânia.

É o relatório. Por intermédio do Projeto de Lei do Senado nº 131 de 2005, o Senador Francisco Pereira, propõe que as bibliotecas, públicas passem a dispor de versão completa da Bíblia Sagrada em braile. Tal medida dar-se-ia pelo acréscimo de um artigo o 19-A, à Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que trata

da promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

A Lei nº 10098 de 2000, segundo o autor determina que o Poder Público promoverá a eliminação de barreiras da comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas, que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso a informação, a comunicação, ao trabalho, a educação, Braille para que os portadores de deficiência visual e, entre as versões de livros nesta linguagem recriada a Bíblia representaria o mais abrangente e rico texto da civilização ocidental cristã. Em exame na Comissão de Educação para decisão terminativa o Projeto de Lei não recebeu emendas.

Análise. É inegável que o Poder Público tudo deve fazer para a inclusão de portadores de necessidades especiais, como está previsto na Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000, a qual cria uma série de determinações e providências para que pessoas com dificuldades de locomoção e deficientes auditivos e visuais tenham acesso a comunicação. Igualmente, de grande valor é a necessidade de se fazer chegar aos portadores de deficiência visual os livros fundamentais da cultura acidental, como é o caso da Bíblia Sagrada versão em braile.

O voto do relator. Voto. Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 131 de 2005.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero dizer que nós temos duas emendas sobre a mesa de autoria do Senador Geraldo Mesquita, a quem eu passo a palavra para explicar e defender suas emendas e vamos discutir juntamente as emendas e o projeto.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Em homenagem inclusive a preocupação que tenho certeza que o Senador Marcelo Crivella iria colocar aqui ao Plenário, eu acolhi uma provocação de uma excelente Assessora Parlamentar que nós temos na Casa, que é a Zuleide, que observando a relevância do projeto, colocou preocupações que creio que vão Senador Crivella, ao encontro de suas preocupações, dos comentários que V.Exª., certamente fará.

Nós apresentamos por isso Senador Cristovam, duas emendas a esse projeto. O projeto de inquestionável relevância, mas pode suscitar interpretação de favorecimento indevido dando margem a argüição de inconstitucionalidade, uma vez que sob a ótica das minorias afiliadas a outras religiões a proposição incorreria em discriminação religiosa o que é vedado

pela Carta Magna. Assim, observada a pluralidade de religiões praticadas em nosso País, apresentamos uma emenda que tem o fim específico de estender a previsão de que os acervos das bibliotecas públicas contemplem também, sempre que possível, os textos sagrados utilizados por outras religiões professadas no País; estejam eles na escrita em Braile ou disponíveis em mídias acessíveis às pessoas com deficiência, de modo que possa servir inclusive aos não iniciados no Sistema Braile.

A prescrição de audiências das comunidades interessadas previamente à aquisição dos acervos mencionados, também é de suma importância para pautar a atuação dos dirigentes das bibliotecas e mitigar a eventual argüição de falta de interesse público da medida. Desse modo entendendo que a sugestão só reforça o mérito do projeto, esperamos a acolhida das seguintes emendas o Art. 19-A, Senador Crivella passaria a ser da seguinte redação: “As entidades responsáveis pela manutenção de bibliotecas públicas, ouvidas as comunidades a que estas servem - acho que é um procedimento democrático - destinarão recursos para aquisição de textos sagrados em Braile e em mídias acessíveis às pessoas com deficiência visual”.

A outra emenda, apenas altera o caput da proposição ao dizer que: “Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso a textos sagrados”. São essas duas emendas que eu apresento e peço que sejam consideradas para efeitos de aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu consulto o relator ad hoc, se ele se sente confortável para aceitar ou recusar as emendas, ou se prefere um tempo inclusive para conversar com a Senadora Lúcia Vânia.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Eu queria propor o adiamento da discussão da matéria, para que a gente possa fazer uma análise mais aprofundada das duas emendas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Perfeito, tentamos aprovar hoje, mas fica. Nós temos não terminativo.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Só para discutir essa matéria, Sr. Presidente, há espaço?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Ou já...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Há espaço sim, claro.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sr. Presidente, eu também gostaria duas palavrinhas, se fosse possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Será possível, sim. Por favor.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu queria lembrar, nós estamos ao vivo, lembrar que aqui na biblioteca do Senado, nós temos uma Bíblia completa 66 livros, Novo Testamento e Velho Testamento em Braile, volume grande. Mas quem nos assiste agora pela televisão e quiser fazer pesquisas ou quiser [soa a campanha] mesmo ler--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um minuto, Senador.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Desculpa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu gostaria de pedir mais atenção, não é só por causa dos Senadores é porque fica difícil traduzir em libras, ao mesmo tempo a fala e o ruído.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Esse é o ambiente efervescente de uma Casa democrática. O senhor sabe Presidente, no projeto anterior, estava me lembrando. O Judiciário a gente só conhece uma sentença depois que ela é prolatada e ela é impressa, ela é publicada. No Executivo, tudo se resolve a quatro paredes. Aqui não. Aqui tudo é aberto. Aqui tudo é discutido. Nós somos a Casa do Povo. As pessoas vêm aqui, o cidadão comum, as associações, os religiosos, vêm aqui os sindicatos. Por isso, sem sombra de dúvida, a nação nasce no Parlamento.

Nós já discutíamos Judiciário, sem que houvesse uma Corte nesse País. Discutíamos direitos civis em 1824, sem que houvesse o povo brasileiro. As fronteiras, sem que houvesse o Estado. Aqui nasce o Brasil. Mas, Sr. Presidente, e é uma honra para nós servirmos o nosso País nesta Casa.

Mas acho que o Senador Geraldo Mesquita com muita razão, promove a liberdade de culto. Acho que esse projeto para ser amplo e ser público e, ser uma lei bem votada, ele precisa ter amplitude de alcançar a todos os brasileiros sem qualquer discriminação. Como religioso me sinto muito discriminado.

Agora, por exemplo, o Prefeito de São Paulo, Ideli, gastou 400 milhões de reais para a marcha gay. Uma semana antes tem a marcha para Jesus, não tem um centavo. Não tem um centavo. Há aqueles banheirinhos químicos um palanque, mas... Flávio Arns...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Cada um faz o que gosta, Senador.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pois é, mas com dinheiro público, acho que devia fazer igualmente para todos. E esse é isso que o Sena-

dor Geraldo Mesquita busca nesse aperfeiçoamento, que a lei seja para todos. Que haja em nós o espírito de nacionalidade, porque há aqueles que professam uma religião e outros que professam outras.

Eu quero parabenizar o Senador Geraldo Mesquita e, tenho certeza que a Senadora Lúcia Vânia, haverá de acolher uma emenda com esse alcance.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEUTUMA (PFL-SP): Presidente, eu não vou entrar muito no mérito, do caso da Bíblia, eu acho que é uma coisa importante, mas eu entro no mérito das edições em Braille.

Quando o Primeiro Secretário desta Casa... Senador Geraldo, eu queria que V.Ex^{a.}, Senador, quando o Primeiro Secretário desta Casa, o Doutor Júlio Pedrosa, o diretor da gráfica, nós sentávamos... Por que quando há essas exposições de livros não se faz alguns em Braille, para serem distribuídos às bibliotecas que possam realmente ter conhecimento da Legislação Brasileira? E todas as feiras nós fizemos a Constituição, os direitos, tudo aquilo que diga respeito a qualquer parte do interesse do deficiente físico.

E uma das reclamações Presidente, e aqui eu faço, bato palmas paro o Geraldo, Senador Geraldo, desculpe chamar de Geraldo, mas me considero seu amigo, mas é o seguinte a grande reclamação que se faz, é o que Governo não edita e não distribui para os alunos de qualquer grau um livro em Braille.

As entidades privadas que lutam desesperadamente para conseguir uma verba é que o fazem. Por que numa parcela dos livros que são gratuitamente distribuídos aos estudantes, não se faz em Braille percentualmente às pessoas que têm deficiência física nas escolas? Eu acho que o senhor tem razão, acrescentar a essa emenda mais a obrigação do Governo de dar atendimento. Isso aqui eu tenho falado muito, porque eu sinto a dificuldade dessas entidades que vão receber o pacote que o Senado, faz que é dureza, viu? Fizemos aqui Senador que foi brilhante, um dicionário de dez mil verbetes para cegos feito por um Assessor da Casa que trabalhava no Aurélio, ajudou a fazer o Dicionário Aurélio e fez um em Braille. Quer dizer, é um negócio enorme, mas foi uma coisa que deu lágrimas em todo mundo, por saber cada palavra pela melhor visão que se tem que são os dedos.

Eu acho que a gente tem que trabalhar nesse sentido, há um projeto, eu não sei se está ainda em andamento, de compras de máquinas novas para atualizar e dar mais velocidade em se cumprir algumas obrigações nesse sentido. A Senadora Heloísa Helena dava toda a cota de papel dela para editar livros em braille.

Então eu acho que é uma necessidade hoje, Senador, é que o Governo pense que tem gente que precisa acompanhar a evolução educacional, através daquilo é importante, o livro em Braille. Eu agradeço a V.Ex^{a.}, pela oportunidade.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Senador Flávio.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, eu só queria colocar assim, que dois aspectos na minha opinião. Em termos assim de tornar acessível, para pessoa com deficiência visual a leitura de qualquer obra, tornar acessível para essa pessoa, não é necessariamente o caso que a gente tenha que ter o material em Braille, como a emenda do Senador Geraldo Mesquita propõe, porque às vezes é em Braille, mas nós já temos recursos técnicos tecnológicos, de informática.

Quer dizer, na emenda, exatamente V.Ex^{a.}, propõe--

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Há outros recursos também.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Há outros recursos. Então porque--

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Inclusive em mídias acessíveis.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Em mídias acessíveis, exatamente, ou em mídias acessíveis. Então, nesse sentido a emenda é adequada. Porque não precisa ser em braille, pode ser em mídias acessíveis à pessoa com deficiência visual.

Há outro aspecto que eu quero mencionar é que a gente tem que fugir do aspecto, disto ser uma discussão religiosa na minha opinião.

Quer dizer, os livros naquela comunidade que são aceitos têm que fazer parte de uma obrigação, daquela biblioteca de atender os anseios, as aspirações, as necessidades daquela comunidade. Como pode ser, por exemplo, numa comunidade indígena, vamos supor, possa ter todo o ritual vamos dizer, em termos da religião professada por aquela comunidade indígena no caso.

Então isso aí, eu diria assim, ao invés de ser em debate assim, religioso, porque eu acho que não levaria a nada isso, porque a pessoa tem a possibilidade de professar qualquer religião, como pode não professar alguma religião também ou qualquer religião. Mas que realmente, a gente possa ver nesse projeto a possibilidade daquela biblioteca pública, escutada a comunidade, como o Senador Geraldo Mesquita ressaltou que possa de acordo com o interesse da comunidade, ter livros à disposição.

Nós podemos ter uma comunidade eventualmente mulçumana e, o Alcorão ser o livro religioso daquela comunidade o que estaria ótimo. Então, mas isso eu diria é uma obrigação de uma biblioteca pública naturalmente fazer isso, me parece. Quer dizer, a biblioteca tem que atender aos anseios, as aspirações, as expectativas da comunidade na qual ela se insere.

Então, eu vejo assim com bastante tranqüilidade, também, no aspecto do deficiente visual e a gente não debater isso em termos de religião, mas assim, do que uma biblioteca deve oferecer para aquela comunidade na qual está inserida.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não havendo mais nenhuma discussão sobre o assunto, que eu acho que merece realmente no futuro, eu ponho em discussão o requerimento do Senador Flávio Arns, a quem eu passo a palavra antes de encerrar a sessão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): “Nos termos do disposto no art. 58, parágrafo 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, incisos II e V, e 93 incisos I e II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiências Públicas, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em conjunto com o Sub-Comissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, com o propósito de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 280 de 2007, que dispõe sobre a Produção Programação e Provimento de Conteúdo Brasileiro para Distribuição por Meio Eletrônico e dá outras providências”, convidando vários segmentos já relacionados para a 1ª, para 2ª e para 3ª Audiências Públicas. E tenho o prazer de assinar esse requerimento com a Vice-Presidente desta Subcomissão, a Senadora Marisa Serrano.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão. Aprovado. Eu passo então a discussão o requerimento do Senador Wellington Salgado, a quem eu passo a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, só um minuto, porque o original eu deixei na mesa. Me parece que está sendo providenciada uma cópia para que eu possa ler o meu requerimento.

E eu queria agradecer inclusive à mesa pela eficiência da velocidade com que saiu a cópia aqui. Nos termos do parágrafo 2º, do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas pelo Excelentíssimo Sr. Ministro da Educação, senhor Fernando Haddad, informações sobre o processo de instalação do Campus da Universidade

federal de Minas Gerais, na Região Vale do Rio Doce em Governador Valadares.

O requerimento ora manifestado se justifica, em primeiro lugar pela necessidade de maior publicidade e transparência na gestão do órgão sujeito a fiscalização desse Senado Federal. E em segundo lugar, tendo em vista ser a instalação de um campus avançado de uma das maiores universidades deste País, essa que é uma iniciativa de grande alcance para o desenvolvimento científico e social daquela região mineira. Faz-se mister dar dinamicidade ao cumprimento de tal decisão política, razão pela qual é preciso o quanto antes, identificar as causas e as conseqüências da injustificada demora.

É inquestionável que o funcionamento de um campus universitário do porte da renomada Instituição de Ensino Superior de Minas Gerais na região de Governador Valadares, canalizará os esforços e recursos humanos fomentados do progresso científico, proporcionando ao mesmo tempo a redução das demandas por emigração de jovens e educadores.

Assim, convicto de ser causa meritória é que rogo aos nobres pares, a aprovação do presente requerimento de informações. Sala da Comissão, Senador Wellington Salgado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está em discussão. Os que tiveram de acordo permaneçam como estão. Está aprovado. A sessão está encerrada. Têm alguns comunicados que eu farei rapidamente, enquanto [inaudível].

Comunico aos Srs. Senadores, o recebimento de correspondência do Excelentíssimo senhor Deputado Gastão Vieira, informando que o prazo para indicação dos concorrentes ao Prêmio da Darcy Ribeiro de Educação, foi prorrogado até 30 de junho.

Comunico aos senhores, recebimento de correspondência do Presidente Renan Calheiros, convidando para o lançamento do livro “Desafio Inacabado da Política Externa de Jânio Quadros”, no dia 13 de junho do corrente ano, às 19h00, na Biblioteca Acadêmica Luiz Viana Filho.

Comunico aos Srs. Senadores, o recebimento do convite do Excelentíssimo Ministro da Educação, Fernando Haddad para a Solenidade de Posse, do Professor André Luiz de Figueiredo Lázaro, no cargo de Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, realizada no dia de hoje, às 16 horas, no Auditório Térreo, do Edifício Sede do MEC. Está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 12h44.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e cinquenta e nove minutos do dia dezenove de junho de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, João Ribeiro, Wellington Salgado, Gilvam Borges, Mão Santa, Valdir Raupp, Geraldo Mesquita Júnior, Maria do Carmo Alves, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Antônio Carlos Valadares, Francisco Dornelles, João Vicente Claudino, Neuto De Conto, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Eduardo Azeredo, Wilson Matos e Lúcia Vânia reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Paulo Duque, Edson Lobão e Heráclito Fortes. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 15-CE, de 2007, de autoria dos Senadores Inácio Arruda e Wellington Salgado, que tem como finalidade discutir as Políticas de Esporte em Curso no Atual governo e a Organização para a realização dos Jogos Pan-Americanos Rio 2007. Comparece à Audiência Pública o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Esporte, Orlando Silva. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Inácio Arruda e Wellington Salgado, autores do Requerimento, Rosalba Ciarlini, Marisa Serrano, Ideli Salvatti e Wilson Mattos. O Senhor Presidente Senador Cristovam Buarque, faz o comunicado que se segue: **Comunicado:** “Por iniciativa desta Comissão e da Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, em parceria com a Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal, convido aos Senhores Senadores para o lançamento do Filme ‘Encontro com Milton Santos ou o Mundo Global Visto do Lado de Cá’ a ser exibido no Senado Federal, Auditório Petrônio Portela, hoje, dia 19 de junho, às 19h30”. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, agradece a todos pela presença e declara

encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

NOTA TAQUIGRÁFICA

24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE JUNHO DE 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

A presente Reunião atende a Requerimento aprovado, de autoria dos Senadores Inácio Arruda e Wellington Salgado, para a realização dessa Audiência Pública, com objetivo de debater as políticas do esporte em curso do atual Governo e a organização para a realização dos Jogos Pan-americanos Rio 2007. Eu quero felicitar aos dois Senadores que tomaram a iniciativa, porque nós podemos ter aqui uma conversa muito boa com o nosso Ministro. E dando início à audiência solicito que o próprio Senador Inácio Arruda acompanham o Exmº. Sr. Ministro para tomar assento à Mesa. Bem, eu tenho grande prazer de passar a palavra ao Ministro, que apesar de que ele é em pouco a prova de que eu estou ficando velho, eu o conheci quando ele era da UNI e eu já era Reitor; então, prova de que o tempo passa. E temos aqui não um aluno direto, mas não deixa de ter sido um jovem estudante no tempo que eu já tinha uma posição de velho na época, e que aqui está... Nem tanto, agradeço. Eu agradeço a presença dele, com grande esforço que ele está fazendo para vir aqui, que ele próprio talvez queira explicar, mas o assunto é tão importante, Ministro, que nós estamos ansiosos para ouvir a sua opinião. Por isso regularmente o Senhor teria 30 minutos para fa-

zer, mas se quiser falar menos, muito bem para esse debate, mas se quiser se estender não sou eu que vou cortar sua palavra.

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA: Alô. Bom-dia Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Educação, Srs. e Sr^{as}. Senadores e Senadoras. Primeiro justifico o atraso, falava para o nosso Senador Cristovam que até por recomendação do Presidente Lula nós temos feito um esforço concentrado de acompanhar a preparação final dos Jogos Pan-americanos e o deslocamento do Rio de Janeiro para Brasília; os Senhores sabem que por vezes nós somos constrangidos a aguardar por um tempo maior do que seria desejado ou desejável. Mas de todo modo eu agradeço o convite feito pela Presidência da Comissão, a iniciativa do Senador Inácio Arruda. Pelo tempo que eu disponho e pela pauta que me foi proposta eu queria ser muito objetivo. A minha perspectiva aqui é fazer uma abordagem panorâmica, mesmo, e esquemática sobre a Política Nacional do Esporte que era um dos temas propostos pelo convite e falar um pouco mais sobre a preparação dos Jogos Pan-americanos, que seria o segundo tema proposto pelo convite. Então, eventualmente num segundo momento da nossa Reunião, quando dos questionamentos propostos, os Srs. Senadores poderiam apontar algum item que mereceria um melhor juízo, uma abordagem um pouco mais detalhada, de modo que nós pudéssemos esclarecer as questões que os Senhores e as Senhoras tenham interesse de aprofundar. Pode ser desse modo, Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Lógico.

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA: Eu vou usar um recurso visual para tentar facilitar um pouco a assimilação, o registro por parte dos Senhores. Primeiro sobre a Política Nacional, eu parto da premissa do que fundamenta a política, o primeiro fundamento nosso é do conceito do esporte como direito. Esse conceito é um conceito que internacionalmente apresentou ao mundo em 1978, através de um documento da UNESCO, a Carta Internacional da Educação Física do esporte, que pela primeira vez apresentava para o mundo a necessidade de ter o esporte tratado como o direito social. E esse conceito foi recebido pela nossa Constituição de 1988 no seu Art. 217, quando nós afirmamos na Constituição que é o esporte, o dever do Estado, é dever do Estado fomentar práticas esportivas e é direito de cada um, de cada cidadão. Então, essa noção do esporte como direito é o primeiro fundamento que orienta a Política Nacional do Esporte. A partir de 2003 nós iniciamos um processo de construção de uma política nacional, com a forte marca de participação. Foram realizadas duas conferências nacionais, a

primeira reuniu perto de 60 mil pessoas em etapas municipais, estaduais e nacional; a segunda perto de 80 mil pessoas. E nas duas se debateu desde o esporte de rendimento ao esporte recreativo, o esporte educacional, a produção econômica vinculada ao esporte, as iniciativas dos circuitos esportivos internacionais, ou seja, uma gama variada de temáticas; a discussão sobre Políticas de Recursos Humanos, investimento em infra-estrutura. E é importante que nós envolvemos muitos atores, dos movimentos sociais organizados às entidades nacionais de administração do esporte, como o comitê olímpico, confederações. Uma participação importante de ícone do esporte, de Fittipaldi, a Bernardinho, a atletas de base que participam de programas de formação de atletas.

Então, nós valorizamos um debate mais amplo, porque até então, você tinha apenas as entidades tradicionais opinando sobre as temáticas relativas as políticas públicas, agora procuramos ampliar o leque daqueles que debateram as políticas nacionais. Esse debate todo se transformou numa Resolução do Conselho Nacional do Esporte, que foi aprovado em 14 de junho de 2005, que aprovou a política nacional e aprovou políticas setoriais para esporte de rendimento, para esporte educacional e para o esporte de participação, mais conhecido como o lazer. Essa política fixou, diria eu, três objetivos centrais que eu cito aqui para os Senhores: o primeiro objetivo que tem a ver com a noção do esporte como o direito, que é objetivo de democratizar o acesso ao esporte. Aqui entendido o esporte nas suas três dimensões, o esporte educacional, o esporte competitivo e o esporte de lazer. Um segundo objetivo importante diz respeito a inserir o País no circuito esportivo internacional; o que tem uma série de repercussões à medida que essa inserção exige investimentos, infra-estrutura. Isso qualifica o ambiente da prática esportiva no âmbito competitivo, na medida em que o País sedia grandes competições isso motiva a prática esportiva para o conjunto da população brasileira e tenciona os nossos esforços para o terceiro objetivo que é elevação do nível técnico do nosso esporte. Nós, na última edição de Jogos Olímpicos alcançamos uma posição de 16^a colocação, o que revela um determinado patamar no esporte de alta performance. Nós esperamos com mais gente praticando esporte, com maior presença do setor esportivo, impactar na elevação do nível técnico do esporte brasileiro. Queria chamar atenção de 4 diretrizes que orientam a atividade do Ministério do Esporte, com vistas a alcançar aqueles objetivos. A primeira diretriz diz respeito à ampliação da infra-estrutura esportiva no País.

Os Senhores sabem muito bem, aqui, sobretudo, que é uma Comissão que trata entre outros temas da

área da educação, que, por exemplo, no caso da educação há um *déficit* enorme de instalações esportivas ainda hoje no Brasil. A quantidade de escolas que não possui piscinas, ginásio, quadra poliesportiva, pistas, é uma quantidade enorme, e esse desafio da infra-estrutura esportiva pode ser medido pelo *déficit* que existe no caso das escolas. E poderia falar um pouco mais. Você tem poucas instalações como ginásios com capacidade de atender a todas as modalidades esportivas disputadas em quadras; você tem poucas cidades, como a Cidade do nosso Senador Arruda, que tem lá na UNIFOR um equipamento privado, Universidade de Fortaleza, você tem uma pista de atletismo num padrão internacional. Então, Senador Cristovam, registraria que uma diretriz importante para nós diz respeito ao trabalho para a ampliação da infra-estrutura esportiva nacional, para todas as práticas, do rendimento à recreação. Uma mera pista de *cooper*, uma mera pista de caminhada, por vezes faz muita falta a uma cidade para orientar a atividade física dos cidadãos. O segundo diretriz importante diz respeito à qualificação dos recursos humanos. O Brasil muito recentemente reconheceu a condição de Profissional de Educação Física, a criação do Conselho Federal de Educação Física, a partir daí, conselhos regionais. Tem sido um marco importante na regulação de uma gama de atividades vinculadas a atividades esportivas, o sistema CONFEF/CREF, não é? As universidades tem tido uma expansão importante na área de Educação Física, mas ainda há Estados no Brasil que sequer possui um curso superior na área de Educação Física, o que é um motivo de preocupação por parte dos segmentos esportivos, uma vez que atividades esportivas em que pese não ser a única atividade profissional vinculada a orientação da atividade física, porque os quadros, os recursos humanos são multifuncionais, multidisciplinares. Você ter vinculado à atividade física, atividade médica, fisioterápica, psicológica, não é só para falar de algumas atividades, são vinculados, de recursos humanos vinculados à atividade física, mas o desafio importante, uma diretriz importante é trabalhar para a qualificação dos recursos humanos. Uma terceira diretriz que nós perseguimos é aprimorar a gestão do esporte. Aqui vale a gestão pública nos três níveis de governo e a gestão privada, porque os Senhores sabem que no esporte pela Legislação Brasileira, a Lei 9.615, a administração do esporte competitivo tem caráter privado. Os Clubes, as Ligas, as Federações, as Confederações o Comitê Olímpico e Paraolímpico são entidades de direito privado, apesar de tratarem de um tema, na minha opinião, de interesse público, não é? Mas, nós acreditamos que medidas para a aprimoração dessa gestão, sobretudo acentuando profis-

sionalismo e transparência, são medidas importantes para a qualificação da atividade esportiva no Brasil. O mesmo poderemos falar no campo da gestão pública. É o esporte um tema na política pública recente, e órgãos singulares para tratar do esporte é algo mais recente ainda.

O próprio Ministério do Esporte, específico, exclusivo, é de 2003, poderíamos falar a mesma coisa nas secretarias estaduais e municipais. Por isso que a valorização da gestão, pública e privada, é um tema relevante do nosso ponto de vista. E uma quarta diretriz diz respeito ao que chamamos de cadeia produtiva do esporte, isso é uma dimensão nova. Fala-se muito no esporte na dimensão social ou na competição, pouco se percebe que existe um conjunto de atividades econômicas em torno do fazer esportivo que merece atenção, interesse, apoio e estímulo. Aqui eu falo da promoção de eventos, a mídia especializada, a indústria de máquinas e equipamentos. Há um conjunto, portanto, de setores da atividade econômica que precisam ser estruturados e apoiados, porque isso aqui impacta nos outros objetivos. Porque com um setor economicamente mais forte, nós teremos facilitado os investimentos que permitirão a democratização do acesso ao esporte e ao lazer no Brasil. Rapidamente vou falar de ações que julgo importante para que os Senhores tenham também uma visão panorâmica de iniciativas que são feitas para facilitar, para buscar a democratização do acesso ao esporte. Primeiro, ações que eu caracterizaria como esporte social. O Senador Cristovam Buarque foi um interlocutor importante quando ainda em 2003, ele na condição de Ministro de Estado, nos chamava atenção da importância de vincular o esporte na escola, para tratar, fazer com que a escola fosse mais atrativa para as crianças, mais sedutora para as crianças. E foi essa perspectiva que orientou a formação e desenvolvimento de um programa que chamamos Segundo Tempo. Segundo Tempo, porque o primeiro tempo para crianças e jovens é o tempo da escola, o segundo tempo seria o tempo da atividade esportiva. Seria uma forma de ocupação do tempo dessas crianças de modo criativo, de modo livre, estimulando a ludicidade na atividade esportiva, estimulando a afirmação de valores que a vivência esportiva permite e o ambiente da escola é, sobretudo, um ambiente muito propício para que esses valores, como da solidariedade, do trabalho em grupo, o companheirismo, que são valores intrínsecos, que o fazer esportivo permite conhecer, para que esses valores sejam um fundamento da atividade esportiva qualificando a atividade educativa. É um programa que cresceu, atingiu... Já participaram do programa mais de 2 milhões de crianças no Brasil inteiro. É um motivo de muita satisfação para nós percebermos que

inclusive o orçamento público tem tido um crescimento sistemático.

Do orçamento do primeiro ano para o ano de 2007, de 2003 para 2007, houve uma evolução de 100 milhões de reais, ainda muito aquém das necessidades que nós temos, mas é revelador da compreensão que tem o Congresso Nacional, da necessidade de uma ação desse tipo. Chamamos no Ministério do Esporte, Pintando a Liberdade, um programa que estimula a produção de material esportivo nos presídios, e esse material esportivo é utilizado em projetos sociais e doado para escolas. Os presos se beneficiam com a comutação de um dia de pena para cada 3 trabalhos e eles conseguem um recurso, remuneração, que é disponibilizada para suas famílias. Avaliamos que é importante esse projeto, mas também era importante criar um ambiente para os egressos do sistema penitenciário, daí chamamos Pintando a Cidadania, projeto estruturado fora dos presídios, que incorporam egressos do sistema prisional, incorporam também populações que tem dificuldades de se reinserir no mercado de trabalho. Eu falo de trabalhadores com mais de 40 anos, mulheres, sobretudo, que tem dificuldade de se inserir no mercado de trabalho e que através de cooperativa produzem, sobretudo, uniformes para manutenção dos programas sociais do Governo Federal. Aqui tendo uma renda, uma ocupação e colaborando com o baixo custo dos programas sociais. E uma terceira iniciativa, ou quarta, na verdade, diz respeito ao que chamamos de Esporte e Lazer da Cidade, que é um programa social esportivo intergeracional, que tem uma ênfase em duas, ou que tenha abordagem em dois temas para nós muito importantes, que é a melhor idade; então tem uma face do Esporte e Lazer chamado Vida Saudável e uma outra face que valoriza o atendimento a populações com deficiência, que são dois temas que chamam atenção nesse programa que também se desenvolve em vários Estados da Federação.

Chamaria atenção, ainda na política de esporte, no que diz respeito a uma ação vinculada a produção científica e tecnológica. Existem 3 redes articuladas pelo Ministério do Esporte, a rede C-10, a rede CENESP e a rede CEDIME. A rede C-10 é uma rede que agrupa universidades que tem trabalhos na área de políticas sociais, de gestão de políticas sociais de esporte e lazer; a rede CENESP aglutina uma rede de universidades que tem, sobretudo, iniciativas vinculadas ao esporte de rendimento, à identificação de talento esportivo e a acompanhamento de programa de treinamento e de preparação para a alta performance de atleta; e a rede CEDIME que é uma rede vinculada à informação e documentação esportiva. Um tema, sobretudo, importante para o desenvolvimento de políti-

cas públicas no Brasil. Eu poderia dar o exemplo que nós fizemos um levantamento, um senso esportivo, com o apoio do IBGE em 2003, após 31 anos sem ter havido qualquer tipo de levantamento de informações, que disponibilizadas são importantes, inclusive para o próprio parlamento brasileiro identificar pontos críticos do desenvolvimento das políticas públicas.

Então a rede CEDIME é um tema novo que nós temos desenvolvido, mas para nós é de muita relevância. Na área do esporte de rendimento eu queria, assim, assinalar algumas ações que estão em curso que eu considero ações importantes. Uma primeira iniciativa diz respeito à descoberta de talentos esportivos. Nós nos apropriamos de um trabalho feito por Pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, liderados pelo Professor Adroaldo Gaia, que desenvolveu uma série de baterias para avaliação de habilidades e capacidade de crianças e jovens. E essas habilidades e capacidades ganharam o nome do programa chamado Descoberta do Talento Esportivo. Nós fizemos já com o apoio de Estados e Municípios uma série de testes, esses testes se transformam em banco de dados, informações, que são disponibilizadas para clubes sociais, que tem trabalho de treinamento, aqui é identificar talento, capacidade, com o foco o desenvolvimento de atletas. E esses talentos identificados, muitos deles foram dirigidos para o que chamamos de núcleo de treinamento de base. Aqui mesmo em Brasília tem um núcleo muito próximo do Congresso Nacional, numa associação de servidores, o BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA, o BRB, que tem um núcleo, por exemplo, de esgrima. Nós temos estimulado inclusive núcleos de modalidades menos tradicionais no Brasil, mas nós temos convicção que nós temos no País igual capacidade, desde que identifiquemos o talento e permitamos o desenvolvimento em instalações adequadas. E aqui em Brasília, esse núcleo de esgrima, por exemplo, já tem dado bons resultados esportivos. Temos desenvolvido iniciativas de formação de centros por modalidade esportiva, na verdade centros nacionais - está errado aquela informação - centros nacionais por modalidade esportivas. Há poucas semanas, inclusive com a participação da nossa Senadora Ideli Salvatti, nós inauguramos em Santa Catarina, na Cidade de Blumenau, um centro nacional de *handball*.

É um local em que nós temos instalações físicas adequadas, equipamentos adequados, podemos concentrar profissionais capacitados com experiências nacionais e internacionais e atrairmos para aquele centro nacional aqueles atletas que já tem um nível mais evoluído, para que possam fazer clínicas e aperfeiçoar a sua atividade. Esse é um modelo que segue

um pouco a referência de Saquarema, que é o centro do voleibol. Parte da explicação da excelência que o voleibol brasileiro tem diz respeito a essa estratégia, de ter um centro qualificado, que, inclusive, gerações diferentes de atletas convivem, interagem em instalações adequadas e com orientação adequada. Então esse esforço do *handball* é um exemplo que nós poderíamos demonstrar e nós acreditamos que é preciso em todas as modalidades olímpicas, e quem sabe em breve não olímpicas, termos um centro nacional. O exemplo da ginástica também é muito elucidativo. O desenvolvimento que houve na ginástica brasileira tem a ver com aquele centro situado na Cidade de Curitiba. A partir daí, nós acreditamos que era importante também estruturar centros de excelência esportiva de várias modalidades. Como é mais completo se estruturar por iniciativa do Governo Federal em todos os 27 Estados, a idéia é pelo menos ter um em cada unidade da Federação. Hoje funciona plenamente em Manaus, na região Norte; está numa fase avançada de implantação no Paraná, o da região Sul, na Cidade de Maringá; iniciamos as obras no ano passado de Curitiba... De Campinas, me perdoe, que vai ser da região Sudeste, e Pernambuco... Em Goiás existe já uma obra no Estado, já avançado em Goiânia. Em Pernambuco é que está numa fase um pouco mais atrasada. Nós estamos definindo que no Centro Santos Dumont, que é um centro que já existe no Estado, mas que carece de muita qualificação, nós devemos sediar o centro de excelência esportiva da região Nordeste. Com isso, montamos uma rede com um centro de excelência em cada uma das regiões do Brasil. Maringá, Paraná, Sul; Goiânia, Goiás, Centro-oeste; Manaus, Amazonas, Norte; Recife, Pernambuco, Nordeste e Campinas, São Paulo, Sudeste.

Temos um programa que foi iniciado a partir de um Projeto de Lei aprovado pelo Congresso Nacional, iniciativa do meu companheiro, ex-Ministro, Agnelo Queiroz, que instituiu o chamado Bolsa Atleta, que é um programa que permite apoiar o atleta de rendimento que não tem patrocínio e que tem bons resultados. Atende estudantes, atletas estudantes, atletas nacionais e internacionais, olímpicos e paraolímpicos. Temos atendido aproximadamente mil atletas por ano que é aproximadamente a metade dos atletas que se habilitam para conquistar essas bolsas. Temos debatido com o Congresso a ampliação do orçamento para que possamos alcançar 100% dos atletas que se credenciam, isso é feito através de uma seleção pública. E consideraria Jogos Escolares e Universitários no formato novo, chamados Olimpíadas Universitárias e Olimpíadas Escolares, como tem o objetivo de performance de rendimento, como também uma medida

importante na área do esporte de rendimento. Sobre o futebol, como o futebol tem um peso importante na vida esportiva brasileira, eu julguei ser adequado, Senador, dá um destaque para... Que os Senhores sejam informados de medidas que estão sendo adotadas nessa área. Primeiro eu queria comentar duas iniciativas que foram objeto de tratamento pelo Congresso Nacional. Medidas que foram aprovadas em 2003, mas medidas que estão em implantação, a Lei de Moralização e o Estatuto do Torcedor são duas leis aprovadas em 2003 e que nós temos crescentemente consolidado vários dispositivos dessas leis. Eu vou dar um exemplo na Lei de Moralização, que é uma lei que buscou estimular a profissionalização e a transparência, mas um item importante da Lei de Moralização diz respeito aos balancetes que os clubes devem anualmente apresentar à sociedade até o final do mês de abril. E esse ano, por isso que eu coloquei ainda aqui, foi o ano que nós consolidamos uma padronização, inclusive, aplicando uma norma do Conselho Federal de Contabilidade para todos os balanços. Por isso que eu coloco ainda hoje com uma fase de implantação; 2007 foi um ano pleno de consolidação da Lei de Moralização. O Estatuto do Torcedor tem crescido nos Estados, nos Municípios, a consciência da importância de cumprir literalmente todas as normas do Estatuto do Torcedor. Eu poderia dar um exemplo de uma norma que impacta positivamente, impactou no futebol brasileiro do Estatuto é que entre 1971 até 2003, passem os Senhores, mas nunca um Campeonato Brasileiro teve a mesma regra por 2 anos seguidos, de 71 a 2003. Só a partir do Estatuto do Torcedor que estabelecia essa obrigatoriedade é que essa regra passou a vigir, se percebeu o quanto é importante vigir a mesma regra por muito tempo, porque estabiliza, fixa claramente quais são os critérios, permite tornar mais rentável os campeonatos, porque você não negocia no exterior um campeonato brasileiro, se você não sabe quantos clubes são, quando começa, quando acaba, qual é a regra. Então tem sido uma medida importante o Estatuto do Torcedor, e mesmo o respeito com a publicação de informações importantes, borderô de partidas, constituição de planos de jogo, as informações antecipadas para os torcedores de modo a que o torcedor mais respeitado possa voltar a freqüentar os estádios do Brasil.

A Time Mania, o Congresso também participou ativamente, é uma iniciativa que permite o realinhamento fiscal da dívida dos Clubes. Quando da regulamentação a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL... A Previdência e a Receita identificou alguns itens que mereceriam um ajuste, e esses itens foram objeto de uma outra iniciativa legislativa, que hoje se encontra no Senado, o Senador Sérgio Zambiasi é o Relator dessa matéria.

A informação que eu tenho que é o segundo ponto da pauta do Plenário do Senado, e nós apostamos que após passar por esta Casa poderemos implantar a Time Mania que vai ser o marco zero e uma possibilidade de refinanciamento para os Clubes de Futebol do Brasil. Além desses 4 itens tem um item novo, um quinto item, digamos assim, que foi objeto inclusive de abordagem pelo Presidente da República na última atividade que ele fez na sexta-feira, envolvendo a Copa de 2014. O Presidente Lula chamou atenção contra a importância da valorização do Clube Formador. Clube Formador é aquele clube que forma os nossos craques, desde 12, 13, 14 anos, que treina, dá as noções de técnica, de tática, de preparação física, e esses Clubes têm ficado muito expostos. A partir da Lei 9.615 houve um passo importante que foi o fim do passe, modernizando a legislação brasileira, adequando as normas internacionais. Mas os Clubes ficaram com uma exposição muito grande e, sobretudo, os Clubes do exterior acabam levando muito cedo jovens atletas, jovens promessas e a remuneração que os Clubes recebem pelo trabalho feito fica muito aquém daquilo que seria merecedor pelo trabalho que esses Clubes fazem na formação de atletas. Há um projeto de lei que primeiro tipifica o que é formar um atleta, valorizando não apenas aspectos esportivos, mas aspectos educacionais; por exemplo, exige que o atleta na sua formação permaneça, Senador Cristovam, mantendo atividade escolar regular. Porque muitos atletas se qualificam para o futebol, sobretudo, mas não se preparam para a vida, e a carreira é muito curta e o destino que eles têm após a carreira os Senhores conhecem, muitas vezes não muito feliz.

Então tipifica, estabelece quais são as condições que deve ter uma criança, um jovem, um jovem sobretudo, jovem adolescente, quando desenvolve atividade vinculada ao futebol. E a partir daí criam uma série de salvaguardas, de possibilidades para que os Clubes sejam remunerados a partir do investimento que eles fazem. Esse mesmo projeto ajusta a relação entre Clube e Atleta de modo a ter uma relação mais equilibrada entre esses, nessa relação entre Clube e Atleta. Por fim, no futebol, a questão da Copa de 2014, está na pauta, os Senhores sabem, 20 cidades se habilitaram para disputar, serem sedes, 32 cidades receberão seleções. A Copa do Mundo é uma oportunidade de investimento não apenas em arenas, mas no sistema de transporte, de telecomunicações, de segurança, de infra-estrutura de várias cidades. E a aposta que nós fazemos é que a Copa pode permitir, estimular, o investimento, sobretudo, em infra-estrutura. Alguns se perguntam com relação aos investimentos nas arenas, nos estádios, a minha expectativa é que o setor privado,

e muitos investidores já se manifestaram interessados, podem bancar os investimentos em estádios, em arenas, nos lugares que serão sede de jogos. Entretanto, é importante que os Senhores tenham consciência que na Alemanha para cada dólar investido em arena, 4 dólares foram investidos em infra-estrutura. Na África do Sul que é um modelo distinto da Alemanha, para cada dólar investido em uma arena esportiva, 3 dólares foram investidos em infra-estrutura, em serviços urbanos. É só para termos uma referência de que a Copa do Mundo pode ser oportunidade para investimento em infra-estrutura, em serviço para qualificar as nossas cidades; esse é o desafio que pode permitir ao Brasil uma Copa do Mundo. Então, acredito que com relação ao futebol, muito rapidamente, era a última questão que eu queria falar. Sobre... O Brasil é candidato único, os senhores sabem, a Colômbia não manteve a candidatura.

O Presidente Lula ofereceu as garantias governamentais na última sexta-feira e até a primeira quinzena de novembro, deve ser definido, espero eu, o Brasil como sede da Copa do Mundo. A última tela que eu queria comentar diz respeito a desafios que nós consideramos no Ministério do Esporte 5 desafios, 6, breves; brevemente eu vou falar sobre eles. Primeiro, acreditamos que é necessário modernizar a Legislação Esportiva Brasileira. O Edson Arantes do Nascimento, conhecido como Pelé, nos procurou, fizemos uma Reunião e ele relatou a experiência que ele viveu na elaboração da atual lei, a Lei 9.615, e mesmo ele fez críticas com relação aquele processo que ele liderou e salientou uma série de itens que mereciam ser corrigidos na Lei Pelé. A questão do Clube Formador, na prática, é ajuste a Lei Pelé, e uma série de outros itens que eu não vou me demorar aqui, porque o tempo não permite, significariam ajustes e modernização da Legislação Esportiva Brasileira. Segundo, acreditamos que é importante estruturar um sistema nacional de esporte e lazer no Brasil. Hoje o sistema que a lei prevê é o sistema apenas vinculado ao esporte de rendimento. Prevê papel de Clube, Liga, Federação, Confederação, Ministério do Esporte, mas não prevê papel de gestores estaduais, municipais, no Sistema S que tem uma rede de atendimento fantástica no Brasil, não prevê o papel das universidades, de organizações não-governamentais, de conselhos profissionais, como o CONFEF da área de Educação Física. Eles são ignorados no sistema estabelecido pela lei brasileira de hoje. Então, estruturar esse sistema e definir mecanismos de operação, sobretudo estabelecendo o que faz o setor público, o que faz o setor privado, é importante para ter uma sinergia maior na ação das políticas da área de esporte e lazer. Uma terceira

questão que eu já comentei anteriormente, expandir e qualificar a infra-estrutura esportiva no Brasil. Eu acho que por si só esse item é auto-explicativo, os Senhores que convivem e sabem a realidade dos Municípios do Brasil, sabem das carências que nós temos na área de infra-estrutura.

Já falei um pouco também sobre a questão da qualificação dos recursos humanos, isso vale até para a Educação Física. No Brasil não são poucas as escolas que a Educação Física que tem o esporte como um dos seus conteúdos curriculares, a Educação Física é regular, não são poucas as escolas que os Professores são leigos, sequer são licenciados em Educação Física, que é para revelar a dramaticidade que tem esse tema e a importância que exige o aprimoramento e a qualificação de recursos humanos. Uma quinta observação diz respeito ao financiamento, ampliação e diversificação do financiamento. O Congresso Nacional já deu a sua contribuição quando aprovou a Lei de Incentivo ao Esporte, que é uma possibilidade de atrair investimento privado para o esporte brasileiro. Mas ainda assim acreditamos que é possível o Estado, a União, Estados e Municípios, ampliarem a dotação para investimento na área do esporte. Sobretudo no conceito que esporte é investimento; o que se investe no esporte se economiza em saúde, se potencializa em educação, se evita em segurança pública, muitas vezes. Então, para nós, a noção de esporte como investimento é uma noção muito importante, e essa Comissão já deu, inclusive, colaborações para ampliar o investimento no esporte brasileiro. E por fim, um desafio que tem tudo a ver com essa Comissão, diz respeito aos vínculos entre esporte e educação. Eu estou convencido que não há alternativa para nós consolidarmos o esporte como um direito se não viabilizarmos um vínculo mais estreito entre esporte e educação. Isso vale tanto para a dimensão competitiva quanto para a dimensão recreativa. Vale para nós construirmos na sociedade brasileira hábitos saudáveis, que conquistados desde cedo permitirão ao longo da vida a atividade física como parte do cotidiano das pessoas. Isso é importante para a qualidade de vida das pessoas, para promoção da saúde da sociedade brasileira, para integração social, porque o jogo, a brincadeira, permite um intercâmbio de experiências que cria laços de sociabilidade e desenvolve a integração social. E vale também, essa vinculação entre esporte e educação, para a identificação de talentos, a iniciação esportiva. Se o ambiente escolar é qualificado o jovem pode iniciar-se na modalidade esportiva dentro da escola. E a escola é o bem, é o espaço público mais acessível ao conjunto da sociedade brasileira, pelas taxas de matrí-

cula que nós alcançamos na educação em nosso País. Então nós apostamos que o esporte vale...

A vinculação do esporte com a educação é a chave para nós criarmos outro hábito e outra qualidade de vida no Brasil e ao mesmo tempo criarmos uma nova matriz para o desenvolvimento do esporte brasileiro, que até então se fundou nos clubes sociais e uma participação relevante das Forças Armadas. Só que quem chega até o Clube é uma parcela mais restrita, ou é um talento fabuloso ou é aquele moço, aquele jovem identificado por um apaixonado, um abnegado, que procura estimular e desenvolver, ou é aquele que tem acesso ao clube social, que já é uma parte restrita da população brasileira. Então, para nós é vincular a escola. Avaliamos que os países que se transformaram em potências esportivas e o esporte tem relevância na sua vida, são países que encontraram a solução por esse caminho. Eu concluo dando exemplo de Cuba e dos Estados Unidos, que são países diametralmente opostos no que você quiser analisar, na dimensão territorial, populacional, no nível de desenvolvimento científico e tecnológico, na complexidade da economia, na ideologia dos seus governantes, nos sistemas políticos e econômicos, mas, são duas potências esportivas; e a explicação está na relação com a escola e com a universidade. Por isso que eu acredito que esse desafio é um desafio estratégico para que nós possamos enfrentar. Vou passar agora a falar rapidamente dos Jogos Pan-americanos. Posso seguir, Senador? Eu estou fazendo esforço grande, Srs. Senadores, para ser o mais conciso e objetivo, e atender ao mesmo tempo a demanda dos Senhores. Pan-americano.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [sussurro].

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA: Pode ser, pode ser. Uma informação também panorâmica dos jogos em si, por favor. Os Senhores sabem o Pan... Está chegando uma cópia para os Senhores já dessas informações. Nós teremos aqui 41 países, além do Brasil, portanto, 100%, todos os países das Américas participarão do Pan. Teremos 5.648 atletas participando. Vale dizer que o credenciamento de todos os atletas já foi feito. Credenciamos todos que foram habilitados e aqueles que ainda estão pré-selecionados, de modo a ganhar tempo na operação dos jogos. Teremos 2 mil oficiais técnicos; mais de 1.300 árbitros. Teremos 34 modalidades, sendo que 28 são modalidades olímpicas, todas do programa, dos jogos olímpicos de verão, de Pequim em 2008, e 6 modalidades não olímpicas. 44 modalidades, 332 provas ou competições, durante os 16 dias, de 13 a 29 de julho. Os que trabalharão no Pan, nós temos 1.200 colaboradores no período dos jogos, são profissionais que atuam e esse número tem crescido desde a definição da candidatura brasi-

leira. 15 mil voluntários selecionados entre 60 mil que se habilitaram para ser voluntários. 30 mil trabalharão de modo terceirizado durante a realização dos jogos, totalizando perto de 50 mil pessoas que vão trabalhar diretamente na organização dos Jogos Pan-americanos. Teremos perto de 1.500 jornalistas credenciados da imprensa em todo... Da imprensa escrita; teremos cerca de 1.500 credenciados para rádio e TV.

O Centro de Imprensa do Rio Centro vai ser um centro de imprensa imenso, assim como a emissora anfitriã, chamada IBC, que é o Centro Internacional de Radiodifusão, que será feito pela ISB, que é uma empresa que foi feito um contrato pelo Comitê Organizador dos jogos, que a empresa realiza a transmissão dos jogos olímpicos. Foi feito assim, porque várias modalidades que estarão nos jogos tem pouca tradição e pouca preparação de equipes brasileiras, porque são modalidades com pouca vivência em nosso País. Segue, por favor. Os Jogos Parapan-americanos é importante falar um pouco sobre eles, porque pela primeira vez nós teremos Jogos Pan-americanos e Parapan-americanos, que são jogos para pessoas com deficiência, que acontece nas mesmas instalações, quer dizer, na verdade com instalações, parte delas já adaptadas, e com as mesmas condições. Isso é uma novidade do Rio de Janeiro, espero que siga na história dos Jogos Pan-americanos. Então o Parapan terá perto de 1.300 atletas, 700 oficiais, 700 oficiais técnicos, 10 modalidades e acontecerá em 6 instalações esportivas no mês de agosto. Por favor. Eu trouxe aqui, não sei se a luz vai ajudar, mas eu procurei trazer aqui, eu vou falar sobre as instalações esportivas registrando as principais modalidades que acontecerão nelas e vou comentar qual que é o estágio de preparação de cada uma delas. Essa informação tem uma defasagem de... A informação fotográfica tem uma defasagem de uma semana. E essa semana, inclusive, eu estive ontem no Rio de Janeiro, as notícias são melhores, inclusive, com relação à parte daquelas que nessa altura ainda não tinham a sua exclusão total. Primeiro aqui o complexo esportivo de Deodoro. Deodoro sediará... Deodoro é onde fica a Vila Militar, a Vila Militar do Exército, sediará 5 modalidades, todas as 5 modalidades são seletivas olímpicas, porque no Pan nós teremos Seleção Olímpica para 10 modalidades, aí em Deodoro nós teremos as modalidades de hipismo, de *hockey* sobre grama, de pentatlo moderno, de tiro com arco e de tiro esportivo. Essa aqui é uma visão da área do hipismo, essa primeira parte no quadro acima para ficar mais simples, que está circundado por arquibancadas em azul, ali é o centro principal de hipismo, onde acontecerão as principais provas. Aqui mais abaixo é a área de aquecimento. Fora do campo dos Senhores, existe

estábulo, enfim, toda uma série de outros equipamentos, mas essa área de hipismo, ela está 100% pronta; informação de hoje. Há 10 dias atrás aconteceu aí a última seletiva que foi um Campeonato Brasileiro de Hipismo que selecionou os últimos Atletas que participarão da equipe brasileira. Segue, por favor.

Aqui nós temos uma visão primeiro da piscina onde nós teremos parte das provas de pentatlo, e atrás, a luz não ajuda muito, mas os Senhores podem ver uma quadra que tem uma faixa verde que era o início da implantação de grama, hoje está totalmente gramado, que é onde acontecerá as competições de *hockey*. Senadores, a luz não está ajudando muito, mas aqui nós estamos na fase de instalações provisórias. O que falta nesse equipamento é implantar as instalações provisórias que são arquibancadas que vão ser implantadas e retiradas depois, porque são modalidades que não justificaria exceder uma construção permanente de arquibancadas porque seria um gasto desnecessário. Por favor, o seguinte. Essa é uma foto de uma instalação permanente aqui é ao lado de um campo de tiros [inaudível], que é um campo de tiro importante, tradicional, o primeiro campo de tiro do Brasil. Essa parte mais clara, assim, um formato de L, digamos assim, aqui no meu campo de visão, ela, ou V, dependendo do campo de visão, é a instalação de tiro esportivo. Aqui nós temos o principal centro de tiro esportivo da América Latina. Não há em nenhum país da América Latina um equipamento de tiro esportivo como esse, apenas os Estados Unidos possuem equipamento de um padrão semelhante, mas aqui é uma área, digamos assim, de grande excelência e que vai ficar como um legado esportivo para posteridade dos Jogos Pan-americanos. Então, essa aqui é uma área que esse equipamento também... Nesse caso está faltando a parte de urbanização, detalhes na área de urbanização, sobretudo, o processo. Siga, por favor. Essa parte aqui é uma parte de uma competição que acontece ao ar livre, chamado tiro com arco. Já foi feito o evento teste nessa área, foi um trabalho simples, na verdade essa parte coberta é a parte onde vão ser instalados os equipamentos de tecnológica, mas é uma área que já está a algum tempo completamente pronta. Nessa área aqui nós encerramos o tiro com arco, são equipamentos de Deodoro e todos os equipamentos foram testados. Nós tivemos aqui um Campeonato de Hipismo, tivemos um Pan-americano de tiro com arco, tivemos o Mundial Militar de Pentatlo Moderno, o que permitiu testar todos os equipamentos, aprendermos com erros na operação e podemos garantir que Deodoro está pronto para receber os Jogos Pan-americanos.

Por favor, siga. Aqui é uma instalação importante, porque é a Vila Pan-americana. Essa é uma foto an-

tiga, antiga que eu falo de 15 dias, digamos assim. A Vila Pan-americana, ela é composta por 1.480 apartamentos, apartamentos que variam de 1, 2, 3 e 4 quartos. Eu, por exemplo, estive na Vila Pan-americana de Atenas, a Vila Olímpica de Atenas, e posso dizer que a Vila Pan-americana do Brasil não deve nada a uma Vila Olímpica. Aqui é importante dizer que a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL fez um financiamento de 189 milhões, mas esses recursos vão voltar para os cofres públicos, uma vez que 100% dos imóveis foram vendidos, foram vendidos num prazo recorde, inclusive; então é algo importante. Abaixo aqui da Vila Pan-americana, debaixo desse toldo grande, é o toldo onde será implantado o restaurante, o restaurante que tem uma capacidade, enfim, enorme de atender. Restaurante que funcionará 24 horas por dia, será franqueado, aberto todo o tempo para os atletas, o tempo que queiram, porque aqui se conciliar com os horários de treinamento e de competição dos atletas. São instalações também com um bom padrão, com uma qualidade importante. Na Vila Pan-americana o que merece registro, essa é uma obra que nós fazemos junto com a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, o que merece registro e que foi objeto de preocupação nossa e de discussão com o Prefeito César Maia, merecia a preocupação essa via que os Senhores estão vendo aqui, que margeia, aonde dá para identificar um certo estaqueamento, estaqueamento que está na fase final. Aqui nós tínhamos 60%, hoje devemos ter perto de 80% e tem um trabalho acelerado de estaqueamento, o restante é pré-moldado, vai ser asfaltado. E essa é a parte que houve algum atraso, porque foi a parte que teve um acidente algum tempo atrás, responsabilidade da empresa executora. Mas o que eu posso dizer para os Senhores, eu estive na Vila Pan-americana na sexta-feira passada, é que a Vila vive já hoje a fase de urbanização interna e de conclusão desse sistema aviário. E o Prefeito César Maia que é um homem muito atencioso às nossas preocupações pediu que transmitisse aos Senhores absoluta tranquilidade de que a Vila ficará pronta para o dia 28 receber os oficiais que começam a chegar e no dia 3 de junho será inaugurada a Vila Pan-americana. Por favor, pode seguir. Aí é uma visão apenas interna de alguns daqueles equipamentos que eu mostrei para os Senhores de instalações provisórias, alguns dos quais funcionarão debaixo daqueles toldos brancos, outros nas garagens - siga, por favor, mais rápido.

Aqui é uma visão de dentro das instalações que serão disponibilizadas para os atletas - siga, por favor. Aqui eu optei deixar registrado essa imagem, que é uma imagem de um tema que a imprensa brasileira talvez explore, porque é um tema que foi objeto de

polêmica na preparação do entorno da Vila Pan-americana. Aqui tem uma comunidade que ocupa irregularmente a margem desse córrego e havia um projeto de reassentamento dessa comunidade, mas a conclusão que nós chegamos... Houve um debate com essa comunidade, tinha um plano de atender um número determinado de famílias. Só que o modelo apresentado pela Prefeitura Municipal era um modelo de indenização das famílias, e nós fizemos um debate com a Prefeitura e chegamos a conclusão que seria o método inadequado, a indenização mera e simples das famílias, porque resolveria o problema do Pan-americano. Talvez essa foto saísse da margem desse córrego, mas nós tínhamos que essa comunidade não tivesse uma ocupação adequada. Então hoje, o que está sendo tratado com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL é reassentar essas famílias, não a mera indenização, mas o reassentamento em casas prontas, um programa habitacional que a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL vai desenvolver. Nós achamos que isso é uma atitude mais responsável do que o mero deslocamento para atender ao interesse de ter uma foto mais bonita para o Pan-americano. Como eu sei que isso vai ser objeto de polêmica e de debate pela imprensa, foi uma decisão política, de política social, que achamos que do ponto de vista habitacional era mais adequado não indenizar, mas, sim, reassentar essas comunidades. Aqui uma visão que os Senhores tem da Praia de Copacabana, da instalação provisória - Como vai Senador? - da instalação provisória onde será disputado vôlei de praia, *triathlon*, que será as margens da orla de Copacabana, aterro do Flamengo, e aqui abaixo, próximo ao Forte de Copacabana, onde acontecerá a primeira prova do Pan, que são maratonas aquáticas. A arena provisória está sendo instalada, mas o Brasil tem larga experiência, sempre fazemos arenas desse tipo não há qualquer novidade. Aqui os Senhores tem uma visão de 3 equipamentos novos, grande legado dos Jogos Pan-americanos, legado esportivo para o Rio. São equipamentos que ficam situados dentro da área do autódromo de Jacarepaguá. O primeiro equipamento à direita, digamos assim, aquele que tem uma parte descoberta, ali funcionará o Parque Aquático Maria Lenk, homenagem a nossa grande nadadora que perdemos esse ano. É um parque aquático em que nós teremos provas de nado sincronizado, saltos ornamentais de natação. É um parque aquático belíssimo, eu estive lá na sexta-feira também, está pronto, faltava apertar o parafuso dos refletores daquele parque aquático. À esquerda do parque aquático, no alto do vídeo dos Senhores, nós temos uma visão da arena, da arena olímpica, onde disputaremos as provas de basquete e de ginástica artística. Também é uma are-

na impressionante, uma arena que tem a capacidade para 15 mil pessoas, tem uma parte das arquibancadas que é retrátil, porque é uma modalidade que demanda espaço maior. Também é uma arena impressionante, no dia em que eu estive lá, na sexta-feira de manhã, estava uma representação da Federação Internacional de Judô, já que o Brasil sediará o mundial de judô. E os delegados daquela Federação Internacional diziam que é uma arena no mesmo nível das arenas internacionais onde acontecem os principais eventos em quadra, os eventos *indoor*. É uma arena, diria no padrão de NBA, a NBA que é uma das principais ligas esportivas do mundo, é o padrão da nossa arena olímpica. Também estava completamente pronta no dia que eu estive lá, era o dia que a Prefeitura iniciava a avaliação para assinar a entrega da obra; então é uma obra entregue, praticamente. Abaixo, o velódromo. É o único velódromo que o Brasil terá com o padrão oficial, único. Um velódromo... Também fizemos uma opção de construir, porque é inadmissível o país não ter um velódromo que siga as exigências internacionais. Uma pista, inclusive, que é uma pista que tem detalhes, é produzido com pino siberiano, a pista é produzida na Holanda, que é a pista - Ah, muito obrigado - que é a pista que é habilitada pela Federação Internacional de Ciclismo. Então, esses três equipamentos aqui compõem dos principais legados esportivos dos Jogos Pan-americanos. Por favor. Aqui são imagens internas da arena olímpica. Aqui que eu falava, essa aqui é a parte da arena retrátil, aqui onde vai funcionar um auditório que vai ser a sala de imprensa, aqui a área de aquecimento, enfim. Pode seguir. Aqui é a visão do centro aquático também indispensável, aqui é a visão do velódromo, aqui nós temos a pista que estava em implantação e na sexta-feira já estava toda ela implantada. Aqui é uma visão de um equipamento que os Senhores conhecem muito bem, aqui o Maracanã que foi totalmente reformulado, o Maracanã teve o rebaixamento do piso. Os Senhores sabem que aqui nessa parte onde tem as cadeiras azuis hoje era uma área chamada geral, porque as pessoas assistiam os jogos de pé.

Hoje o Maracanã, só os Senhores estando lá para ver a beleza, a funcionalidade. Houve um trabalho aqui próximo às rampas, inclusive de implantar a estrutura de acessibilidade, de elevadores, escadas rolantes, para pessoas com deficiência terem uma melhor condição para chegar. Área de vestiários também teve um suporte importante. O Maracanã está pronto. Aqui, essa piscina, é onde acontecerá o Parque Júlio Delamare onde acontecerão as provas de pólo aquático. O Maracanã, nós teremos a cerimônia de abertura e de encerramento de futebol. E aqui o Maracanãzinho,

que na última quarta-feira eu estive com o Governador Sérgio Cabral lá, o Maracanãzinho era uma obra que nos preocupava muito no começo do ano, mas o Governador se empenhou muito, o Governo Federal investiu nesse complexo, somando todos investimentos, perto de 130 milhões de reais, e o Maracanãzinho é outro. Porque o Maracanãzinho começou a reforma quando começou a mexer no item [inaudível] civil que tinha praticamente todo o ginásio comprometido. Então o Maracanãzinho hoje está pronto também, o que faltava era a finalização de alguns itens. Aí eu diria que esse também, o complexo do Maracanã é um legado importante dos Jogos Pan-americanos para a Cidade do Rio de Janeiro e para o Brasil. Por favor. Uma imagem do alto do complexo do Rio Centro. Rio Centro que terá várias provas, não é? Eu já comentei que aqui nós teremos a emissora anfiteatro, a centro de mídia e teremos provas de lutas, judô, taikendô, luta olímpica, teremos *badminton*, tênis de mesa, ginástica rítmica, trampolim acrobático, *handball*... *Handball* que, inclusive, fez o evento teste no último fim de semana, o boxe já fez evento teste, a ginástica já fez, enfim... Tênis de mesa. Aqui é um equipamento que a Prefeitura tem responsabilidade e, sobretudo, são instalações provisórias que vão estruturar o Rio Centro, que é um equipamento utilizado em vários eventos pelo Rio de Janeiro. Por favor, pode seguir. Aqui é um centro, aqui tem um ginásio e essa área aqui nós utilizaremos para a patinação artística, caratê, *squash*. É um centro esportivo chamado Miéssimo da Silva. Aqui instalações provisórias estão sendo feitas. Por favor. O Estádio João Avelange é também um legado esportivo importante. Por favor, volta no Estado João Avelange. Aqui fora os Senhores podem perceber que é uma pista de aquecimento, uma pista externa de aquecimento, há em vários andares subterrâneos aqui uma área de estacionamento, e esse Estádio João Avelange, o Estádio Olímpico João Avelange, é um estádio também de primeiro padrão. Quem conhece o Estádio Saint-Denis na França, que é o estádio onde acontece o mundial de atletismo, a principal prova internacional de atletismo e quem conhecer o Estádio João Avelange vai perceber que nós temos um padrão equivalente em conforto, funcionalidade e instalações adequadas. Eu até assisti um Comentarista dizendo que quem tem o Maracanã talvez não precisasse do Estádio João Avelange. Eu achei curioso, porque o Comentarista não sabe que o Estádio do Maracanã não possui uma pista de atletismo sequer; eu achei curioso, mas, enfim. Aqui nós teremos todas as provas de atletismo que é uma das modalidades de grande tradição do esporte no Brasil. Isso aqui é uma experiência importante no João Avelange, que alguns criticam pela localização,

mas há um debate feito pelo Prefeito da Cidade que busca qualificar aquela área da Cidade; então o investimento foi feito também levando em conta esse objetivo. Essa aqui é uma obra que aqui houve uma polêmica jurídica, embargo de obra, do Estádio da Lagoa. Mas é uma obra de execução simples, porque são poucas obras civis; praticamente o que falta é parte da arquibancada; todo o trabalho mais complexo que envolvia a dragagem da lagoa foi feito, foi cumprido; as raízes que vão ser utilizadas também já foram testadas. Então aqui, nós temos na Lagoa nenhuma preocupação com a conclusão desse equipamento. Por favor. Aqui é um clube particular que vai ser utilizado para o esqui aquático, também é só instalação provisória. Por favor. Marina da Glória, os Senhores devem ter acompanhado uma polêmica importante que houve em torno da Marina da Glória. Aqui não dá para ver muito claramente, mas nessa região aqui estava projetada a implantação de algumas garagens de barco, e seria erguida próxima a essa região uma área de eventos. A Prefeitura Municipal cedeu para uma empresa que iria explorar por um determinado período de anos, e em troca do direito de exploração dessa área a empresa faria um investimento. Aqui teríamos um centro de eventos, instalações para vela. O IFAN entendeu que essa instalação iria quebrar parte do paisagismo dessa região. Essa é uma região que tem a paisagem tombada por uma iniciativa do Rodrigo Melo Franco, que, aliás, foi o primeiro Presidente do IFAN.

A Prefeitura travou um debate jurídico, houve uma série de liminares para um lado e para o outro. Ao final, a luta judicial continua, mas nós optamos e a Prefeitura concordou, enquanto não se definir esse tema, garantir que nessa parte aqui, nas costas aqui do caracol, nós construíssemos instalações provisórias para garantir o Pan e o debate jurídico segue, se há ou se não há o impacto medido por alguns especialistas. Porque há uma controvérsia, uma série de outros arquitetos contestam a visão apresentada pelo nosso patrimônio histórico, mas o debate deve seguir, porque o debate não começou hoje nem começou com o Pan. Aqui também foi uma área que aconteceu aquela competição de vela oceânica, então é uma área já testada. Por favor. Um comentário breve sobre instalações não esportivas, são, sobretudo, instalações provisórias. Aqui é a entrega de uniformes, credenciamento, aqui vai ser inaugurado na quinta-feira próxima. Aqui é um prédio de um *shopping center* do Rio de Janeiro onde funciona o centro de tecnologia, por favor, pode seguir. Aqui é uma visão de dentro do centro. Isso aqui é o cérebro dos jogos. Aqui é a central onde nós incorporamos todos os resultados. Cronometragem. Para vocês terem

uma idéia, os recordes mundiais serão reconhecidos pela excelência dessas instalações.

Os senhores devem ter percebido, devem se recordar, que alguns meses atrás um atleta tinha alcançado a marca do recorde do 100 metros, mas como a cronometragem tinha 2 dígitos apenas registrou uma aproximação, que se houvesse 3 dígitos não seria identificada. É um detalhe, mas essa questão de cronometragem, de resultados, anunciados em tempo real, é transparência, credibilidade, segurança e informação. Isso aqui é um investimento importante, porque isso aqui está ligado a todos os locais de competição e todos os locais de operação dos jogos. Alimentação, segurança, credenciamento. Podemos seguir. Um comentário breve sobre o que nós chamamos de legado social dos Jogos Pan-americanos. Porque nós definimos a partir de uma análise feita pelo observatório de favelas, que é uma entidade não-governamental que trabalha com comunidades de risco no Rio de Janeiro, áreas sociais de vulnerabilidade que ficam próximo ao chamado entorno dos Jogos Pan-americanos. E chamamos isso de roteiro do Pan, e nesse roteiro do Pan várias políticas sociais do Governo Federal estão sendo implantadas, impactando perto de 500 mil pessoas, em várias políticas de vários setores, como o Programa Segundo Tempo, o Saúde da Família, enfim. Vários projetos sociais que a partir da provocação do Pan nós alcançamos. Segundo, isso permitiu ampliação e implantação de vários projetos sociais do Governo. Terceiro, há uma mobilização importante de comunidades populares na produção das cerimônias; por exemplo, existe uma associação de costureiras que trabalham no carnaval e que todas as alegorias, as roupas que serão utilizadas nas cerimônias do Pan serão produzidas por essas comunidades. São cooperativas de mulheres, mulheres simples, do povo, que têm a oportunidade de geração de emprego e renda a partir da preparação do Pan. Formação de 10.500 jovens como guias cívicos. É uma experiência importante, estamos falando de jovens de comunidades carentes, comunidades vulneráveis socialmente.

Eu ainda hoje vindo para cá conheci alguns jovens que estavam indo para o Pará, participar do revezamento da tocha. O impacto que tem na cabeça dessas crianças, desses jovens, o estímulo que tem, a convivência que eles tem tido em eventos, com ídolos, com grandes atletas, é um impacto muito positivo. Eles têm tido noções de cidadania, iniciação em algumas atividades profissionais, noções de inglês, noções de espanhol, como forma de estimular e qualificar e projetar um futuro diferente para esses jovens. E por fim, uma observação, um trabalho de capacitação de líderes

comunitários para a mediação de conflitos, porque há um trabalho de aproximação de diálogo social de várias estruturas do Governo com organizações comunitárias. Por favor. Eu só vou na segurança, não vou entrar em detalhes. Só vou registrar o que foi conquistado pelo Rio de Janeiro para segurança pública a partir dos Jogos Pan-americanos. Na última quinta-feira o Presidente Lula, inclusive, participou da entrega de uma série de equipamentos que vai totalizar 1.500 veículos, entre motos, viaturas, carros de bombeiros, viaturas adaptadas. Isso aqui, a maior parte vai ficar no Rio de Janeiro, outra parte será disponibilizada para outros Estados da Federação; mas a maior parte vai reforçar a segurança do Rio. 24 novas aeronaves, uma parte ficará no Rio, a maioria não ficará no Rio, mas haverá cláusula de mobilização, porque há necessidade de aeronaves nas Forças de Segurança do País inteiro, então vários Estados receberão essas aeronaves. 18 mil rádios digitais. Isso aqui eu faria um comentário, Senador Cristovam, hoje, se nós pararmos um carro da Polícia Civil ao lado de um carro da Polícia Militar, essas duas viaturas não se comunicam e há riscos, vulnerabilidade de, digamos assim, organizações delinquentes, por algum meio técnico penetrar na frequência dessas viaturas.

A partir desse mecanismo, desses rádios comunicadores digitais, teremos unificado todas as viaturas policiais do Rio de Janeiro e teremos um sistema inviolável de qualquer tipo de manobra, enfim, do crime organizado, enfim. Há um trabalho de 18 mil agentes de segurança mobilizado em torno do Pan; um sistema de monitoramento que fica na Cidade do Rio com 600 câmeras, que vai ajudar no trabalho de segurança; uma rede segura de inteligência articulada, articulando todos os níveis de governo, todas as Forças de Segurança; um sistema eficiente de controle de acesso; um comando único, uma central que vai comandar toda a operação de segurança; os centros regionais de comando e controle; armamentos letais e não letais e equipamentos antibomba. Tudo isso está sendo coordenado pela SENASP, pela Secretária Nacional de Segurança Pública vinculada ao Ministério da Justiça e com grande apoio do Governo do Estado do Rio de Janeiro, e com grande apoio da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Aqui nós temos articulação com as Forças Armadas, Polícia Federal, eu diria, todas as Forças de Segurança estão unidas em torno desse tema, que eu tenho consciência que é um tema muito sensível, muito sensível, mas eu também tenho confiança de que será o marco na história da segurança pública no Rio de Janeiro. Por favor. Aqui, na verdade esse quadro é o quadro relevante, é uma informação sobre o que chamamos de matriz de responsabili-

des, que é um documento que estabelece quem faz o quê, quem paga o quê. Governo Federal, Governo Estadual, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e Comitê Organizador Rio 2007. Nós chegamos num orçamento aproximado de 3 bilhões e 600 milhões, totalizando todos os investimentos, a participação do Governo Federal é de aproximadamente 50% desse investimento. A Prefeitura do Rio tem um grande investimento, algo acima de 33% desse investimento, e nós temos uma participação pouco menor do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Aqui nós totalizamos todos os investimentos que foram feitos. No caso da segurança pública, por exemplo, os investimentos são de mais de 500 milhões de reais, mais de 500 milhões de reais, investimentos feitos pelo Governo Federal para a segurança pública. Aqui nós somamos, inclusive, a participação das empresas estatais, a PETROBRÁS e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, são patrocinadores oficiais dos jogos. Aqui nós somamos no caso federal o financiamento por parte da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL da Vila Pan-americana, um investimento que vai ter um retorno. Então, eu acredito que essa informação é importante, se for preciso, Srs. Senadores, eu posso detalhar mais esses números, mas aqui o que fica registrado é que na minha avaliação que será precisada ao final dos Jogos Pan-americanos, o planejamento inicial foi pouco consistente. Por exemplo, se previa na área de segurança pública, na área de segurança dos jogos, 12 milhões de reais para a segurança patrimonial.

Imagine os Senhores realizar uma competição dessa magnitude, com 10 mil visitantes durante o Pan só, participando das competições, perto de 700 mil turistas é a estimativa da RIO TUR, apenas com vigilância patrimonial nos locais de competição. É impensável isso! Por isso a opção do Governo, a decisão, de investir muitas instalações provisórias que gerariam um retrabalho, um reinvestimento, para a hipótese dos jogos olímpicos. A decisão nossa foi qualificar para disputar jogos olímpicos já que o Rio é candidato, de modo que nós possamos fazer o investimento de uma vez, e não fazer o investimento provisório agora, mais provisório depois. Então, aposta no esporte como instrumento de desenvolvimento humano, desenvolvimento social, desenvolvimento econômico, e no esporte como construção de valores e referências positivas para o nosso País. Eu quero pedir desculpas ao Senador Cristovam Buarque, aos Srs. Senadores, por ter falado adiante do tempo que me foi permitido, mas tenho consciência, Senadores, que eu procurei ser o mais objetivo, o mais panorâmico, o mais sucinto que eu pude, para dar uma notícia para os Senhores no que diz respeito tanto à política que nós executamos hoje, quanto aos Jogos

Pan-americanos. E desde já queria agradecer a ajuda que o Congresso Nacional tem dado ao Ministério do Esporte tanto no Pan quanto nas políticas nacionais de esporte, porque tudo isso exige apoio do Congresso Nacional, e em cada momento que nós pedimos ajuda, tivemos no Senado e nesta Comissão um espaço qualificado de colaboração para o desenvolvimento dessas iniciativas do Governo Federal. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ministro, eu quero dizer que sua fala foi longa, mais de uma hora, mas isso é prova de que o Senhor passou aqui duas coisas que raramente eu vejo, juntas, competência e entusiasmo. Ninguém nem percebeu a duração da sua fala, sinceramente. E longe de mim ter cortado essa fala. Eu parabeno pela forma competente como traz todas as informações, da política e do Pan, e também o entusiasmo que o Senhor passou, porque a gente precisa disso nas nossas atividades. Eu vou passar a palavra aos dois Senadores, um de cada vez, obviamente, que fizeram o requerimento. É o Senador Inácio Arruda e depois o Senador Wellington Salgado, e depois estão inscritos e inscritas: Senadora Rosalba, Senadora Marisa, Senadora Ideli e Senador Wilson.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sr. Ministro Orlando Silva, Sr^{as.} e Srs. Senadores, o Ministro demonstrou uma preparação integral para o Pan, está com um fôlego bom. Apesar de ter superado os 20 minutos, chegado aos 40 minutos, eu acho que foi uma demonstração de uma boa preparação para enfrentar, esse que é, talvez o marco do esporte durante esse período de Governo de Lula e do nascente Ministério, quer dizer, um Ministério novo que é o Ministério do Esporte. Eu gostaria... Primeiro, acho que nós fomos bem atendidos por V.Ex^{a.}. Fez uma panorâmica, mas que é muito elucidativa do esforço que se desenvolve no Brasil em relação ao esporte. Eu acho que uma questão que talvez precisasse nós discutirmos bem, e o Ministério pode fazer isso, é no programa do Governo para o esporte e um dos programas centrais que eu considero, que é o que massifica e pode massificar um conjunto de modalidades esportivas no Brasil, associado, e V.Ex^{a.} caracterizou isso. Quer dizer, o êxito das duas principais potências esportivas da América, Cuba e Estados Unidos, está ligado à educação. Quer dizer, esporte associado com educação. E o programa que tem se desenvolvido, me parece, assim, com mais proximidade disso, de massificação, é o Segundo Tempo na Escola. Então, a minha pergunta seria nesse sentido. Qual é a expectativa deste programa? Eu vi na planilha o atendimento a 300 mil crianças, me parece que nós já superamos

pectativa? Porque o contingente de crianças e jovens na escola entre o ensino fundamental e médio, hoje é muito largo. Nós alcançamos o êxito, digamos assim, para essas crianças chegarem na escola. Agora, esse programa, ele precisaria de uma, na minha opinião, assim, uma atenção muito especial do Governo, do Ministério, e do Governo como um todo. É uma associação Ministério do Esporte juntamente com educação e outros ministérios que reforçam esse programa. Eu considero ele, assim, básico, porque ele massifica e daí que você vai extrair a qualidade para os centros de excelência, para os outros mecanismos que o Ministério dispõe de reforçar a presença do Brasil no esporte mundial. Eu acho que esse aí é uma questão, assim, muito significativa. Na questão do Pan, sempre ficou aquela indagação e nós estávamos fazendo um investimento. Depois, estipulou-se primeiro um custo do Pan, esse custo viu que era absolutamente subestimado, quer dizer, estava longe de responder às necessidades dos Jogos Pan-americanos, isso foi demonstrado, basta ver o orçamento agora que nós estamos com ele na mão, do que nós tínhamos no início dos Jogos Pan-americanos. Digamos que nós preparamos equipamentos de grande qualidade e isso tem um questionamento, sempre se pergunta “Puxa vida, mas nós fizemos esse investimento de 3 bilhões e meio para o Pan-americano, alguns com retorno, porque vai vender apartamentos, etc, então você tem esse retorno”. Talvez, a gente precisasse, examinar melhor. Acho que o Ministério tem condições de fazer isso, o retorno é apenas na venda de equipamentos como a Vila Olímpica? O que é o retorno desse Pan-americano? Além das medalhas, além da confraternização, que impacto ele tem não só na Cidade do Rio de Janeiro, mas também numa série de outros empreendimentos esportivos? Isso precisaria ser, digamos assim, balizado para que nós pudéssemos compreender o impacto de um Pan-americano no Brasil ou mesmo de uma Copa do Mundo, e quem sabe dos Jogos Olímpicos futuramente no Brasil. O que é que ele deixa? V.Ex^{a.} levantou aí o aspecto dos investimentos em infra-estrutura. Eu acho que nós temos que examinar bem, cidades brasileiras que recebem uma atividade esportiva como o Pan-americano, ela não vai ter apenas um equipamento esportivo, ela não vai ter apenas os jogos, mas ela tem um retorno em infra-estrutura, principalmente em infra-estrutura urbana. Temos ali, V.Ex^{a.} mostrou ali uma favela, que é um ponto apenas da discussão que vai ser, digamos assim, vão ser reassentados em condições bem melhores do que aquela situação degradada, mas também tem a recuperação de várias outras degradadas mesmo que não sejam habitadas, que não eram habitadas, mas que são recuperadas.

Talvez, fosse interessante para o Ministério e para o próprio Governo brasileiro examinar o conjunto do impacto dos Jogos Pan-americanos. Porque ele não impacta apenas na infra-estrutura, na construção dos equipamentos, mas o impacto disso na indústria de produção de equipamentos para o esporte, eu acho que tem um impulso muito grande com a presença dos Jogos Pan-americanos no Brasil. Então eu gostaria de indagar essas duas questões, primeiro, as perspectivas, o futuro do Programa Segundo Tempo da Escola que eu considero o programa massificador de várias modalidades esportivas. E o ponto seguinte seria o impacto, uma espécie de um efeito dominó, se isso está sendo examinado pelo Ministério, para também não ficarmos apenas na prestação de contas seguintes numéricas? “Gastamos tanto, a receita foi isso, conseguimos vender, gastamos isso”. Não, que impacto tem para o futuro da indústria de equipamentos esportivos e no esporte do nosso País?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou passar ao Senador Wellington para que a gente possa adiantar pelo menos duas perguntas, mas eu queria lembrar que diante da bela apresentação do Ministro, que exigiu um certo tempo, se nós demoramos muito, cada Senador, não haverá tempo de todos fazerem pergunta, porque já são 12 e 13. Então, eu gostaria de saber se a gente consegue se concentrar nos 3 minutos, talvez com 1 mais de prorrogação. Senador Wellington com a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu fiquei um pouco constrangido, Presidente, já me retraí um pouco diante da observação. Mas como o Ministro realmente, vou falar que é o meu amigo particular, mas é alguém que eu já acompanho há muito tempo e vejo o entusiasmo dele. Não é um entusiasmo somente agora com a apresentação do Pan. Ele sempre tem entusiasmo em tudo que faz, na questão dos projetos do próprio Ministério que ele compõe, que já tinham sido criados e que ele reativou, deu mais força ainda, que é o Projeto Segundo Tempo, que atende a várias pessoas. Eu não vou ficar aqui elogiando o Ministro. Mas eu quero dizer o seguinte: na época da campanha do Presidente Lula, nós tivemos a oportunidade de estar em Uberlândia, e o Presidente Lula botava cada Ministro para falar, e ao final o Presidente dava a nota para o Ministro. Calma, Senador Cristovam, calma. E o Ministro Orlando que estava, tinha pouco tempo no cargo, não era, Ministro? Estava acompanhando sempre o Presidente, e falou tudo que o Ministério fez e o Presidente deu para ele nota 7, se não me engano, porque esqueceu algumas coisas. Eu diria que o Presidente hoje daria nota 10 com louvor. Porque realmente V.Ex^a. tem trabalhado.

Eu tenho... Eu nasci em Niterói, tenho 3 filhos em Niterói, dois no Triângulo Mineiro, 5 filhos, e eu vou, fim de semana sim, fim de semana não, eu vou estar com meus filhos em Niterói e passo por aquela obra que ele mostrou que é o campo de futebol que está sendo feito. A magnitude artística da obra no meio de alguma coisa onde passou uma via, no meio da favela e de repente você tem uma obra daquela magnitude, do detalhe artístico, um projeto tão bonito. E o pior, o pior não, o melhor é que é no meio do nada. Ou seja, de qualquer maneira, Presidente Cristovam, vai dar àquela região também um, digamos assim, um *upgrade* na valorização da região. As pessoas que moram ali que são pessoas sacrificadas, com certeza vão se sentir mais orgulhosas de morar ali depois dessa obra. E aí você continua, chegando na Barra, a mesma coisa. Onde foram construídos os apartamentos onde vão ficar os atletas, que foram todos vendidos imediatamente também. Quer dizer, essa obra é uma obra que foi feita para o Pan em regiões onde não teriam obras se não fosse o Pan.

A verdade é essa, Presidente. Se não fosse o Pan, não teria ali obras dessa magnitude. Então eu só queria parabenizar ao Governo Lula, ao Ministro e também ao Prefeito do Rio de Janeiro, da Cidade do Rio de Janeiro, que realmente participou desse projeto. E vai dar uma grandeza tremenda para o Brasil, não é só para o Rio, não. Para o Brasil inteiro, porque vão vir, com isso vão voltar, vão falar bem do Rio e vão vir turista. Eu acho que esse é o objetivo do Pan, é mostrar a cara do Brasil, do novo Brasil, de um Brasil que tem tecnologia, tem projetos bonitos, faz obra rápida. Agora obra também é dinheiro, não é, Ministro? Se botar o dinheiro a obra vai rápido. A hora que o Presidente Lula resolveu jogar o jogo, botou lá, liberou o dinheiro, tudo caminhou rapidamente que eu levava um susto de 15 em 15 dias. Então, eu queria parabenizar mais uma vez o Senador Cristovam Buarque, Presidente dessa Comissão, porque realmente tem trazido para esta Casa através, inclusive, dos seus requerimentos de ilustre Senador, que eu apenas acompanhei, a verdade é essa. O Senador foi quem realmente fez o Requerimento, mas que torna esta Comissão, de um debate e de um momento maravilhoso. V.Ex^a. está de parabéns, o Ministro também, o Requerimento também de V.Ex^a.. Só isso que eu tinha a declarar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu creio que um foi um cumprimento e muito válido, correto, Ministro. Teve uma pequena pergunta do Senador Inácio. Então acho que a gente pode continuar com outros Senadores, passo para a Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN):

Presidente Buarque, eu gostaria de dizer que esse assunto é tão empolgante, esporte, Ministro, que eu não sei se eu terei tempo, como diria Padre Vieira, de ser breve; mas vou tentar. Na realidade, eu quero inicialmente parabenizar ao Ministro pela sua explanação, pelo entusiasmo que sentimos, e também dizer que eu acho que o tempo que o Senhor gastou para tanto que eu sei que está realizando foi pouco. Você teve uma capacidade de síntese muito grande, Ministro, V.Ex^a. Então, eu gostaria de parabenizar e dizer que o Pan é benéfico não somente para o Rio de Janeiro, é benéfico para a nossa juventude, para elevar a auto-estima dos nossos jovens. De uma forma geral o Brasil se envolve. Nós estamos envolvidos, eu só lá do Nordeste, do Rio Grande do Norte e vejo como a juventude, como as pessoas de uma maneira geral já estão se ligando no Pan como algo que realmente vai trazer benefício. O maior benefício é estimular a prática de esporte. Que venha o Pan, que venham os Jogos Olímpicos e que é necessário entender que o custo, o investimento no esporte, não é de forma nenhuma um custo, não é gasto, é investimento na educação. Porque a educação brasileira que passa por uma crise de qualidade sem precedentes, se nós associarmos cada vez mais atividades como o esporte num atrativo de deixar as nossas crianças na escola, de fazer com que o Segundo Tempo não seja privilégio de apenas algumas cidades, Ministro. Eu sei que a sua vontade é essa, mas que possa chegar em todas as cidades brasileiras, que todas as nossas escolas possam ter um equipamento esportivo. E eu lhe digo isso, porque eu acho que o Senhor deve sentir uma emoção quando passa, que viu um equipamento tão bonito sendo construído e saber que ali está uma parte, você foi participante desse empreendimento. Porque eu já passei por momentos assim. Entendendo quanto o esporte promove a cidadania e ajuda no processo educativo, foi que tive oportunidade, com recursos próprios, de fazer na minha Cidade um programa que foi revolucionário. 29 áreas de esporte e lazer, cada bairro tinha sua área de lazer. E a minha alegria maior é passar a qualquer hora do dia e ali ver crianças, jovens e o trabalhador, à noite, porque era iluminado para condições, praticando esporte. Isso incentiva fazer o melhor ginásio de esporte poliesportivo do Rio Grande do Norte, com o apoio do Ministério dos Esportes, fazer mais tantos outros ginásios; então, é importante. E o que eu sinto aqui falando no processo educacional, que tem que começar desde os pequenininhos, isso é inegável, exatamente para descobrir nos estaleiros, para que esses estaleiros da escola pública tenham as bolsas. Eu acho que aí nós temos que trabalhar mais

recursos, porque a bolsa do atleta não está chegando para os atletas determinados, persistentes do interior. Nós encontramos quantos, pedindo, mendigando patrocínios para poder ir a uma competição. Então essa... Nós vivenciamos na base essas dificuldades, Ministro. Então é necessário aumentar ainda mais a bolsa do atleta para chegar a todos os meninos, os jovens, os nossos atletas que precisam. E também, uma coisa que eu quero ver como criarmos. Inclusive estou estudando e deverei apresentar um projeto, dar entrada nesse projeto, de que os recursos para o esporte na escola, independam de precisar Prefeito A, Prefeito B, ir atrás de convênio, de um programa novo, seja algo definido já como é dinheiro na escola para merenda, como é o dinheiro direto na escola, porque isso falta e quem está na base, quem foi Prefeita como eu, sente essa dificuldade. Até, porque o FUNDEF, agora FUNDEB, não deve... A interpretação de muitos é que não pode ser utilizado... Dos tribunais não pode ser utilizados para o esporte. Então, como eu disse que iria tentar ser breve, embora esse assunto seja um assunto que me entusiasma muito--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Presidente Cristovam.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): -

-Eu gostaria de agradecer ao Ministro, dizer o quanto foi importante, parabenizá-lo e colocar à disposição para que a gente possa somar com as idéias e o Brasil possa crescer com esporte, porque cresce a cidadania dos nossos jovens.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora, um minuto. Só um minuto

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Para facilitar e pela ordem de o trabalho de V.Ex^a., eu quero dizer ao Ministro que aqui falou a maior experiência do Brasil. O Presidente Lula, com todo o respeito, e V.Ex^a. foi líder estudantil, essa mulher foi três vezes Prefeita. Não foi Prefeita qualquer, extraordinária Prefeita. Então, eu queria apenas fazer as palavras dela as minhas palavras, e que V.Ex^a. medite. Não adianta ninguém vai falar com tanta autoridade como a Senadora Ciarlini, do Nordeste.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora, eu só queria pedir desculpa, porque eu fiquei fazendo assim, não era para o seu tempo. Eu estava cumprimentando o Senador Mão Santa lá atrás e até porque eu não tinha visto inscrição dele. Aí eu fiquei falando assim, ela pensou que eu estava cortando ela. Me desculpe, eu fiz um apelo para que as pessoas falem menos, mas não vou cortar o tempo.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN):

Eu queria só, Senador...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Me desculpe.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN):

Agradecer a generosidade do colega Mão Santa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito justa.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN):

Que também conhece de perto essa realidade do nosso Nordeste.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ministro, eu quero saber se o Senhor aceitaria que eu--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): 30 segundos só. Eu cometi... Eu não falei no ilustre Governador Sérgio Cabral. Já recebi a ligação falando que eu não falei, esse é o problema aqui da nossa televisão. Elogiei o César Maia, o Ministro, o Lula e não falei no ilustre Governador do Rio de Janeiro, do PMDB, Sérgio Cabral. Me desculpe, Governador. Estou corrigindo aqui, V.Ex^a. também participou bastante, não é isso, Ministro?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu aproveito, Senador Wellington, para dizer que o Governador confirmou, o Governador Aécio Neves confirmou e o Governador Serra confirmou a presença dos três aqui, no dia 21 de agosto, no Ciclo de Debates e de Audiências sobre o Futuro da Educação. Eu acho que vamos ter os três Governadores dos Estados mais importantes do Brasil. E agradeço--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V.Ex^a. está em campanha para ser Ministro da Educação outra vez, hein?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E um dos três, não é? Ou quem sabe... Senador Wellington, eu já... Eu já falei aqui que eu prefiro ser candidato a nomear um Ministro, Ministro eu já fui. Aproveito para dizer que na quinta-feira vamos ter outra audiência, viu, Senador Wellington, Senador Mão Santa. Outra das nossas audiências, que eu acho que vai ser muito interessante, a 4^a Audiência. Vai estar aqui o Gustavo Petta, que é o Presidente da União Nacional dos Estudantes, no final do seu mandato já; o José Bezerra Diniz, que é Presidente da Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades Isoladas e Integradas; o Professor Carlos Roberto Rocha Cavalcante, Superintendente do Instituto Euvaldo Lodi; o Professor Marcos Formiga, da Universidade de Brasília e Leila de Souza Oliveira, Presidente da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras. Eu quero perguntar ao Ministro se ele aceitaria que eu continue passando a palavra para os Senadores,

porque a gente pode... Eu quero dizer, Senador, que rara Comissão consegue o *quorum* que nós estamos aqui, para audiência, sobretudo. Se chegar... Eu estava ficando preocupado se chegasse mais 3 Senadores, 2, a gente teria que trazê-los para aqui. Se chegassem mais 5, eles iriam ficar em pé. Isso é graças ao interesse que sua fala despertou. Senadora Marisa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Obrigado, Sr. Presidente, é um prazer enorme. Quero cumprimentar o nosso Ministro, agradecer a presença nesta Casa, que será sempre muito bem-vindo. E fazer algumas reflexões que eu acho que são importantes. Nos dois aspectos que o Senhor colocou hoje aqui, um deles da inclusão dos jovens e da ligação da educação com o esporte. Isso é fundamental, Ministro, e eu acredito muito que há que se apresentar à Nação uma proposta de integração maior entre as duas pastas. Boa vontade da turma da educação, sendo Ministério, sendo Governo dos Estados, Secretarias Estaduais, Secretarias Municipais, eu acredito que exista. Agora é necessário que haja uma política de integração maior, aí eu incluiria a cultura também, Presidente, para que o povo brasileiro pudesse, realmente, no tripé de áreas que são fundamentais para formação do cidadão. Nisso eu acho que valeria a pena a gente trabalhar um pouco mais nisso. Preocupada, é claro, que nós temos às vezes o esporte um pouquinho colocado em segundo nível, em segundo plano, nas questões que a gente discute tanto. E aí, eu quero fazer um pedido ao Presidente da nossa Comissão. Nós temos aqui duas Comissões, Subcomissões permanentes, uma delas já está há mais de 11 anos, que é a Subcomissão de Cinema, Teatro, Música E Comunicação Social; e a outra, Sr. Ministro, era de Ciência e Tecnologia. Como a Ciência e Tecnologia saiu para constituir uma nova Comissão, eu ia solicitar ao Presidente que reativas-se, que indicasse os membros da Subcomissão de Esportes, que nós não temos, Ministro. Para que a gente pudesse apoiar mais, apoiar muito mais, não só o Ministério do Esporte, mas apoiar o esporte nacional. Que a gente, aqueles que se dedicam, o Senador Wellington diz que então ele é um esportista de primeira, acabou de me dizer aqui. Então eu tenho certeza que ele vai gostar de uma Subcomissão de Esporte para mostrar toda a garra e a técnica dele. Mas, para nós é importante.

Eu acho que é importante que esse Congresso e principalmente esse Senado dê a visibilidade que o esporte precisa. E a Subcomissão do Esporte pode dar essa visibilidade. Eu acho que a sua vinda aqui pode suscitar que isso aconteça. E em segundo, falar um pouquinho do Pan. Ministro, eu vi uma coisa interessante, as nossas cidades que estão fazendo

aniversário, que estão fazendo aqueles desfiles cívicos, eu tenho participado de vários no meu Estado, e o Senhor conhece bem porque esteve lá há pouco tempo. E nos desfiles cívicos as crianças apresentam o Pan, apresentam os Jogos Olímpicos. A criançadinha com... Cada um numa modalidade e o desfile se torna uma grande, uma divulgação do Pan. Então isso é importante, porque em qualquer lugar do País está se falando nisso. Mas é importante também, e aqui eu quero só confirmar o que a Senadora Rosalba colocou, da importância, Ministro, que os recursos do esporte sejam colocados em qualquer local deste País, nos menorzinhos, nos mais distantes, naqueles que não tem às vezes as facilidades de ter um complexo esportivo. Mas o mínimo é indispensável, eu acho que tinha que ser obrigação de oferecer às nossas crianças. Até a zona rural, o Senador Geraldo Mesquita está me colocando aqui. Ministro, as nossas praças, praças que as prefeituras fazem, eu acho que talvez o Ministério do Esporte poderia colocar para os Prefeitos que não é só fazer uma pracinha bonitinha como todos eles estão fazendo, mas colocar pelo menos no entorno das praças um local de caminhada, um local de atletismo; que as praças não sejam apenas local de contemplação, mas que sejam de valorização do esporte e principalmente da valorização da cultura física. Eu acho que valeria um projeto nessa direção. Fazer com que os prefeitos aplicassem, mudassem um pouquinho o conceito, que uma pracinha linda e maravilhosa que a população não pode nem usar e que nem utiliza, fazer com que elas sejam utilizadas com complexos esportivos, os mais simples possível, mas que isso seja feito. Bom, eu queria apenas fazer essas colocações e dizer que V.Ex^a., que nós temos que apoiar mais o esporte. E Oxalá, venha o Pan, depois a Copa de 2014, venham aí as Olimpíadas e que o Brasil possa a partir do esporte fazer com que a população brasileira continue sendo o País do esporte, o País do carnaval, mas principalmente o País de homens e mulheres saudáveis. Eu acho que isso é importante. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Passo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, quero cumprimentar com muito carinho o nosso Ministro Orlando Silva e dizer o seguinte: acho que a Audiência Pública que nós estamos realizando hoje que tem o assunto, é o assunto da nossa Audiência Pública são “As Políticas de Esporte em curso no atual Governo e a organização para a realização dos Jogos Pan-americanos”. Então, a primeira questão que eu queria levantar aqui é que normalmente quando nós

temos um evento da magnitude como são aos Jogos Pan-americanos, haveria de se imaginar que todo o esforço, toda a mobilização, toda a energia, ficasse voltada quase que exclusivamente para a organização de um evento desta magnitude. E eu quero dizer que nós temos acompanhado e temos trabalhado, o próprio Ministro relatou o quê foi para Santa Catarina o SESI de Blumenau estar reconhecido como centro de referência nacional de *handbol*, solenidade que tivemos há poucas semanas atrás na assinatura dos convênios, do segundo tempo em Santa Catarina. O que a gente percebe é que o Ministério deu conta de realizar, dar todas as condições para que o Pan se realizasse, sem diminuir a intensidade das políticas adotadas pelo Ministério dos Esportes, que não se concentram com exclusividade em competições tipo Pan-americano. Mas, sim, uma política bastante diversificada que tem no esporte educacional, no esporte de alto rendimento, do esporte de inclusão social, inúmeros programas que vêm sendo desencadeados, desenvolvidos.

E eu quero deixar aqui o testemunho do quanto que isso tem sido importante para os nossos Estados, os nossos Governos estaduais, prefeituras e às atividades esportivas de maneira geral. Queria também dizer que o Ministério acumula neste período, desde a época do Ministro Agnelo, e depois na continuidade do Ministro Orlando Silva, um acervo legislativo extremamente importante, Ministro Orlando e Senador Cristovam também, ex-Ministro da Educação. Eu teria até dúvida de dizer se não é um dos setores que mais produziu legislação importante neste período. Nós tivemos aí a Lei do Incentivo ao Esporte, toda a questão do Bolsa Atleta, o Time Mania, que nós esperamos terminar de resolver. Importante é um conjunto de iniciativas legislativas que foi importante e ainda o panorama, como o próprio Ministro colocou, necessidade de nós ainda aprofundarmos mais a própria questão do sistema nacional de esporte, de incluir outros atores relevantes e importantes e tal. Então, eu queria fazer este registro, porque eu acho que o Ministério teve condição, empenho, energia, e como bem disse o Senador Cristovam, entusiasmo, não é? É um Ministério que entusiasmo e passa esse entusiasmo nas ações e tal. Agora, eu queria fazer uma única pergunta aí com interesse muito, mas assim, eu quero dizer, estou advogando em causa própria com interesse muito, muito especial. Na definição, como o próprio Ministro colocou, de que o Brasil venha a ser, efetivamente, a sede da Copa 2014, de que a escolha das cidades que vão sediar jogos, a escolha das cidades que vão acolher equipes, acolher países para a concentração, treinos e tal. É de fundamental importância para definir aonde serão feitos estes significativos e, inclusive, eu

queria até que o Ministro confirmasse, diferentemente do Pan, os investimentos da Copa não são investimentos públicos, são investimentos da Fifa, não é? Então eu queria até confirmar, porque aí seria algo ainda mais substancial para a escolha. Como vão ser os critérios? Como vai ser o processo de definição destas cidades que vão sediar? Porque Florianópolis está... Entende? Exigindo, pedindo ansiosamente, até porque todos nós sabemos que além do investimento tem uma grande divulgação do potencial turístico, obviamente, das cidades que sediarão os jogos da Copa 2014. E por último, além dessa pergunta sobre a Copa 2014, eu não posso deixar aqui de registrar que os gastos do Pan são muito altos, são efetivamente muito altos. E eu queria até ter a clareza se um planejamento inicial, efetivamente não adequado, acabou contribuindo com a elevação dos custos? Porque se isso aconteceu, efetivamente eu acho que nós deveríamos fazer uma análise mais detalhada. Porque eu não tenho dúvida dos investimentos importantes, do que vai ficar para o Rio de Janeiro, em termos de segurança, de investimento inclusive social, nesse trabalho maravilhoso que está sendo feito com os jovens, que estão tendo a oportunidade. Mas se a gente pudesse ter tudo isso com um planejamento inicial mais adequado, de repente não gastando tanto. E 1 bi e 800 do Governo Federal a gente sabe o quanto que isto significa, não é tão pouco dinheiro e no montante de 3 bi e meio para todos os que participaram dos gastos. Então seria isto, Ministro e Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Wilson.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Ministro Orlando Silva, é um prazer ouvi-lo e conhecê-lo pessoalmente, mas eu sou da Cidade de Maringá, represento o Paraná aqui nesta Casa por um tempo, onde o Senhor citou a construção de um centro de excelência esportiva. Realmente com os investimentos do Governo Federal somado a contrapartida da Prefeitura, 5 milhões do Governo Federal, 1 milhão da Prefeitura, nós vamos concluir o centro esportivo. Hoje, já temos lá um ginásio de futebol, um estádio de futebol para 25 mil pessoas, nós temos duas canchas poliesportivas para 10 mil pessoas cada uma, e com esses investimentos nós consolidaremos com alojamentos, duas piscinas, etc, que isso deixa a nossa população muito satisfeita. Entretanto, eu gostaria de fazer algumas colocações exatamente sobre a questão do Pan. O Senhor falou também dos investimentos na área escolar, que eu julgo de maior importância. Um programa que possa disseminar quadras poliesportivas pode ser simples, principalmente a maior parte das escolas brasileiras ainda não as possuem, as escolas públicas. Porque

a educação, o esporte, a saúde, a integração, para o adolescente, a criança, o jovem... Nos países desenvolvidos as escolas são o centro da sociedade nos feriados, finais de semana. Porque ela possui os teatros, possui as canchas cobertas e todos os meios de prática desportiva. Durante a semana usada intensamente para os alunos, para fazer parte da formação, porque é fundamental e o Brasil não tem valorizado tanto isso, até mesmo por falta de capacidade de investimento do Governo que nós entendemos. Porque, concluindo a importância do esporte na escola que é a melhoria da saúde, inclusive da auto-estima, e sobretudo, é o lugar onde a criança aprende a disciplina, os limites e a regra. Fazer uma sala de aula ficar em silêncio numa aula normal não é tão simples, numa cancha, numa quadra, uma pitada de um Juiz pára tudo, quer dizer, é lei. Bem, então os 3 bi e meio... Ontem eu ainda via na televisão, um canal fazendo uma enquete com a população e a pergunta era: “Você acha que é justo um País como o nosso investir 3 bi e meio para um evento esportivo?” E todos que participaram não concordaram com um investimento tão alto para um único evento. É verdade que essa infra-estrutura está lá, mas ficou concentrada em um único Município. Eu fiz uma conta grosseira aqui, 3 bi e meio dá para construir 50 mil quadras poliesportiva simples, sem cobertura, com tabelas, etc, com alambrado, 50 mil quadras. Certamente nós completariamos uma quadra em cada escola pública por esse Brasil afora. Entretanto, eu tenho que entender que o esporte é um dos principais pilares da auto-estima do povo brasileiro. Então, certamente esse Pan será mais um fator de auto-estima, mas nós não podemos deixar de questionar os altos investimentos ali efetuados. O senhor disse que houve inconsistência orçamentária. Eu já tive uma construtora, quando há uma diferença de 5, 10%, eu chamaria de inconsistência orçamentária, falhas técnicas, mas quando há diferenças de 30, 50% no custo da obra, a gente precisa repensar e avaliar, mesmo depois de tudo isso ocorrido. Porque essa Casa acabou aprovando recentemente mais uma verba, uma Medida Provisória editada em janeiro, de 475 milhões a mais, quase meio bilhão de reais. Enquanto, você tem um grande programa para ensino básico brasileiro que é o FUNDEB, aprovado também por esta Casa, ele também no seu primeiro ano 1 bi a mais do Governo Federal adicionalmente. E nós investimos num único evento esportivo 3 bilhões e meio. Então eu gostaria ouvir o senhor sobre a questão da inconsistência orçamentária. Aonde ocorreram as principais falhas dentro dessa peça de todas essas construções? Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Ministro Orlando.

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA: Queria agradecer, Senador Cristovam, as palavras--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu queria chamá-lo de Senador e aí...

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA: --As palavras que me foram dirigidas pelos Srs. Parlamentares, pelos Srs. Senadores. Eu vou tentar também ser objetivo nas respostas para ganharmos tempo aqui. A pergunta feita pelo Senador Inácio Arruda com relação a expectativa do Segundo Tempo, o que fazer é... Nós temos que perseguir, qualificar o programa, sobretudo, melhorando o atendimento, aperfeiçoando a capacitação dos orientadores, que para nós a educação dos educadores é algo muito importante, para que o programa possa alcançar efetivamente o seu objetivo, e a terceira questão é trabalhar para a expansão do orçamento. Porque esse ano, a expectativa nossa é alcançar esse ano 650 mil crianças em atividade permanente no Programa Segundo Tempo. Nós temos nesse momento 572 que atuam em 2.629 núcleos. A contenção se dá essencialmente em função do orçamento, mas a expectativa nossa, Senador Inácio, é nós expandirmos o orçamento e ao mesmo tempo qualificarmos o atendimento e a gestão do programa, porque não seria adequado apenas ampliar o orçamento se nós não temos uma gestão, uma eficácia maior. Nós convidamos o Instituto Airton Senna, inclusive para se associar ao Programa Segundo Tempo, tanto no trabalho de qualificação dos educadores, quanto no monitoramento para medir os resultados. Porque é fundamental para nós a avaliação da eficácia, da eficiência, da efetividade, que nós tenhamos alcançado com a implantação desse programa. O Senador Inácio Arruda comentou com relação aos Jogos Pan-americanos e muitos outros Parlamentares comentaram sobre essa matéria. A pergunta principal que aparece é do Senador Inácio Arruda, é sobre o retorno, qual o retorno dos Jogos Pan-americanos para o País? Eu diria primeiro que o retorno ele se dá em vários aspectos. O primeiro aspecto o aspecto esportivo, ter no Brasil instalações adequadas para sediar competição é algo muito importante.

Os Senhores devem se recordar que alguns meses atrás, eu estive no auditório, inclusive, eu estive no ginásio numa Cidade, na maior Cidade do Brasil, na Cidade de São Paulo, no Mundial de basquetebol e chovia dentro do ginásio, chovia dentro do ginásio. Eu assisti nesse mesmo ginásio um Mundial de ginástica olímpica e chovia dentro do ginásio. Isso expunha fisicamente os nossos atletas e isso desmoralizava o

nosso País, um País que se projeta como uma Nação importante no mundo. Então não é um detalhe você ter instalações esportivas adequadas para a realização de competições de alto nível, de alto padrão, de alto rendimento. Eu insisto, o Brasil pela primeira vez vai ter um velódromo com qualificação para receber uma competição no padrão internacional, nós não temos, não tínhamos, agora teremos. Então, eu poderia falar várias instalações esportivas é o primeiro ganho, porque fica, é no Rio, mas fica para o Brasil. Segundo, a possibilidade de ter essas instalações permite que tecnicamente o esporte brasileiro evolua. Quando fazemos mundiais de várias modalidades aqui os nossos atletas competem com os melhores do mundo, o Brasil por ser sede do Pan disputará todas as modalidades. Aquelas que não alcançaremos uma final, não alcançaremos uma medalha, seguramente a participação será a semente do desenvolvimento desta modalidade. Então, a presença de instalações adequadas, a sede de eventos esportivos internacionais, vai repercutir no tencionamento do País para elevar o seu padrão técnico em várias modalidades. Terceiro, instalações adequadas vão permitir inserir o Brasil no circuito esportivo internacional. Por exemplo, o fato do Pan realizar-se no Brasil, com instalações necessárias para que o Pan acontecesse, nos permitiu sediar esse ano, daqui a diante, o Mundial de judô. No ano que vem teremos o Mundial de futsal. Ganhamos numa disputa realizada a pouco para sediar os Jogos Mundiais Militares, que reúne 5 mil atletas militares do mundo inteiro, e tudo já em instalações existentes. O Brasil vai passar a ser parte do circuito esportivo internacional. Ganhamos o quê com isso também, além da motivação esportiva? Ganhamos a promoção do País no mundo. Que imagem tinha a Alemanha antes da Copa do Mundo e que imagem tem a Alemanha depois da Copa do Mundo? Então nós apostamos que o Brasil pode ter no esporte um fator de promoção internacional, e promoção internacional positiva, com valores positivos, com atividades de celebração, de amizade, de cultura, de paz. Então, achamos que esse é um ganho. A RIO TUR que é a empresa municipal de turismo do Rio de Janeiro--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Ministro, Barcelona, eu conheci antes e depois, mudou tudo.

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA: Tudo. A RIO TUR, Senador Mão Santa, que avalia, estrutura o turismo no Rio de Janeiro, especula que o Rio receberá durante o Pan, a RIO TUR especula 700 mil visitantes. Isso tem impacto; impacto de ingresso, de divisa do País, de arrecadação de imposto. Nós estruturamos com a Fundação Getúlio Vargas um estudo e eu espero voltar aqui Senador Cristovam Buarque, daqui a alguns meses para anunciar para os Srs. Senadores

qual foi o resultado econômico para o País da realização dos Jogos Pan-americanos, inclusive, na geração de emprego. A construção civil do Rio de Janeiro há mais de um ano vive pleno emprego. Muitos operários que estão hoje nas obras vieram de outros Estados, porque não havia mais trabalhadores na construção civil. Então, tudo isso tem impacto na economia do Estado, o turismo vai repercutir na economia do Estado, é um legado que vai se projetar para adiante. Há um, portanto, digamos assim, aspecto, Sr. Senador Inácio Arruda, como esse, geração de emprego e renda, promoção do País no exterior, incremento da economia local, elevação do nível técnico no esporte do Brasil, recepção de eventos internacionais, inclusão do Brasil em circuito esportivo internacional, tudo isso é repercussão que vai ficar para além dos Jogos Pan-americanos. Para não falar do legado que já me referi, na segurança pública, o legado social e, sobretudo, a motivação para o Brasil. Infelizmente, eu acredito que a imprensa brasileira não tem tido a felicidade de captar o que tem sido a passagem da Tocha Pan-americana pelos Estados. Não sei se algum Senador aqui presente já assistiu alguns desses eventos, é--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):

Acompanhei em Fortaleza uma festa popular imensa.

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA: --É uma festa popular que comove. A mobilização popular em torno da circulação da Tocha Pan-americana é algo que é comovente. Eu acredito que ter o esporte na pauta das políticas públicas com mais visibilidade é um outro ganho que têm os Jogos Pan-americanos. Agradeço às palavras do Senador Wellington Salgado e concordo que o “Engenhão”, o Estádio Olímpico João Avelange, é uma oportunidade de requalificação de uma área importante no Rio de Janeiro. Isso que o Senhor fala do impacto na auto-estima das pessoas é mensurável numa visita que se faça ali. A felicidade, o orgulho que a as pessoas tem. E é mensurável também nos empreendimentos imobiliários que estão sendo lançados naquela região, com a valorização muito maior comparativamente ao que se fazia antes. A nossa Senadora Rosalba Ciarlini não está mais, agradeço as palavras que ela fez, concordo com as reflexões que ela fez. Espero poder em algum momento aprofundar o diálogo com a Senadora e desse modo repercutir de alguma maneira as preocupações que ela tem. Chamo atenção particularmente com a preocupação dela com relação ao Programa Segundo Tempo. Evidentemente que um programa em 700 cidades num País que tem 5.562, ou 64, cidades, é uma participação ainda tímida, tem que crescer e, sobretudo, o orçamento é uma matéria sensível. Até aproveito a oportunidade para fazer um

apelo aos Srs. Senadores da Comissão de Educação, que é a Comissão que trata da nossa matéria do esporte, que nós poderíamos fazer, Senador Cristovam, a partir da iniciativa dessa Comissão, o reforço para um programa de investimento em infra-estrutura esportiva nas escolas. Poderia ser uma Emenda Parlamentar desta Comissão, uma Emenda que faz dialogar esporte e educação. Porque essa é um *déficit* talvez dos mais duros que nós temos no âmbito do esporte brasileiro, que é estrutura na escola, que é oportunidade inicial. Aliás, é o espaço para a aula da Educação Física, porque uma quadra num colégio é a sala de aula da Educação Física, e a maioria das nossas escolas não possui este equipamento. Então, eu queria, concordando com as reflexões da nossa Senadora Rosalba, já fazer esse apelo, aos Srs. Senadores. reflitam sobre essa hipótese e no tempo adequado nós voltaremos a conversar sobre essa matéria. E um detalhe, esses equipamentos Srs. Senadores, quase sempre são mais que um equipamento esportivo. Quem já visitou um mini ginásio numa Cidade de interior, sabe que ali é o lugar da atividade esportiva, da festa de debutante, da assembléia da comunidade, da cerimônia religiosa, são verdadeiros equipamentos multiuso. E é importante que seja assim, porque se a comunidade abraça a escola, ela cuida melhor da escola. Esse é um desafio estratégico que o Brasil tem para enfrentar.

A Senadora observa com razão que o Bolsa Atleta é um programa insuficiente para atender todas as demandas dos atletas do Brasil. Nós nos preocupamos, inclusive, com os atletas que tenham algum índice, resultado nacional ou internacional. E a nossa aposta é que o Município tem que ajudar, ajudar o Estado. Porque era impensável nós ajudarmos todos os atletas brasileiros do Município ao plano internacional. A União tem a competência nacional e internacional, mas a preocupação dela é justa, porque nós precisamos dobrar o orçamento do Bolsa Atleta para garantir o atendimento de todos aqueles que se qualificam. E por fim, falou sobre essa matéria, além da Senadora Rosalba também a Senadora Marisa Serrano, que envolvia a educação, e eu concordo que tem que ter essa articulação, além do que eu falei aqui, as observações delas. Por isso que quando o nosso Presidente Lula lançou há poucas semanas atrás o Programa de Desenvolvimento da Educação, nós assinamos com o Ministério da Educação parceria do esporte com a educação em duas áreas: nessa área de infra-estrutura esportiva que aliás é um bom fundamento para o apoio dessa Comissão a esse programa de infra-estrutura esportiva nas escolas; e um programa, uma parceria para o alongamento da jornada escolar. Que é aquilo que o nosso Senador Cristovam Buarque defende, nós

ampliarmos a permanência da criança nas escolas. Que é um dos conteúdos fundamentais do Mais Educação, que é parte do Programa de Desenvolvimento da Educação, ora em implantação em nosso País coordenado pelo meu colega Ministro Fernando Haddad. Eu queria reforçar o que falou a Senadora Marisa Serrano e a Senadora Rosalba, concordando com elas que essa aproximação desses temas é uma aproximação muito importante. A Senadora Ideli Salvatti comenta com relação aos gastos dos Jogos Pan-americanos e a Copa de 2014. Senadora, é uma oportunidade inclusive que a Senhora me dá para comentar um pouco sobre a natureza dos gastos que teremos na Copa do Mundo. A Copa do Mundo, ela não acontece apenas num estádio de futebol. A arena, o estádio, é o lugar do jogo. A Copa do Mundo diferentemente do Pan-americano, o Governo vai não ter que pagar alimentação dos atletas, alojamento dos atletas. Cada Confederação Nacional, cada País banca a sua seleção, digamos assim, não é? Diferentemente do Pan, a Copa tem uma instalação esportiva fundamental, não são múltiplas para 34 modalidades. Eu aposto que na Copa do Mundo o investimento privado é garantido ou é provável na construção e reforma de arena. Para isso nós teremos que mudar o conceito das nossas arenas. Além do lugar do jogo terá que haver um projeto imobiliário em que nós tenhamos outras utilizações, digamos assim, é o chamado espaço multiuso, *shoppings*, escritórios e outros equipamentos que possam ser acessíveis para o consumo de pessoas, que permita o financiamento ou retorno do financiamento desse investimento.

Nós do Ministério do Esporte temos sido procurados sistematicamente por fundos de investimento, por empresas do setor financeiro interessados em financiar esse tipo de construção ou reforma. Então, eu tenho convicção de que na área das arenas será mais tranquilo. Agora, existe uma outra dimensão de investimento que dialoga com que eu falei, não é só no estádio. Nós temos que modernizar portos, aeroportos, estradas, telecomunicações, segurança pública, muitas vezes obras na área de saneamento. E essas obras podem ter uma participação privada na medida em que se inviabilize o modelo de parceria público/privada, ou na medida em que alguns desses equipamentos ou serviços sejam cedidos na forma de concessão para que o setor privado possa explorar. Mas nós não podemos afastar do horizonte a perspectiva que tenha que haver algum tipo de investimento privado naquilo que é infra-estrutura e serviços urbanos que tenham caráter público. E aqui o que vai acontecer seguramente é talvez uma antecipação de investimentos que mais cedo ou mais tarde deveriam ser feitos. A experiência do Pan para mim revela o seguinte, o investimento pe-

sado em segurança, que é o maior feito num só Estado na história do Brasil, é um investimento que está aproveitando a oportunidade do Pan; mas, mais cedo ou mais tarde o Brasil teria que enfrentar esse tema segurança pública na Cidade do Rio de Janeiro, que é o portal do País para o mundo. Então, Senadora, a Fifa disponibiliza um recurso que é utilizado na preparação da Copa do Mundo, investimentos da Copa do Mundo, mas seguramente, alguns itens da agenda de preparação para a Copa do Mundo... É bom que isso fique claro para não haver ilusão, talvez algum dia se especulou que havia uma participação privada no Pan que não houve, se frustra. O planejamento na minha opinião tem que levar em conta isso, para ser um projeto sustentado. Tem que saber o que de fato atrai o setor privado, o que de fato o marco legal nítido permite a participação privada e o que compete ao Estado. Até para o que País possa medir, para que o Congresso quando adotar medidas que vai ter que adotar de ajustes na legislação, por exemplo, possa levar em conta se está ou não adequado. Com relação aos critérios para a seleção de sedes, as sedes serão selecionadas pela Fifa. Nós temos 20 cidades habilitadas, inicialmente, que apresentaram projeto, e esses projetos estão na fase de análise por parte da CBF. De memória eu teria dificuldade de falar para Senhora, mas Florianópolis está entre as cidades, até porque Florianópolis é uma candidata fortíssima, porque além de ser uma Cidade belíssima--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Tem a líder do PT... [risos].

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA: Governada por um Prefeito do PSDB, não é isso? Junta todo mundo, não é?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Todos por Florianópolis.

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA: E o Governador do PMDB.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Quero anunciar que temos candidatos àquela Prefeitura e com certeza vamos alterar essa...

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA: E o PCdoB tem um candidato lá, então veja é que é uma Cidade aberta para todo mundo. Mas o fato é que Florianópolis--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): E o Figueirense perdeu do Atlético de 4 a 1 outro dia.

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA: Olha a provocação aqui. É uma Cidade que tem um potencial turístico, tem infra-estrutura turística, é muito próximo ao... A parte mais forte do futebol Sul-americano que é Brasil, Uruguai, Paraguai, Chile e Argentina. Seguramente desses 5 países, esses estão disputando vaga

na Copa do Brasil 2014, caso nós conquistemos a Copa de 2014. Então, Florianópolis é uma cidade--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Por proximidade com a Europa e restante do mundo, Fortaleza.

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA: Claro, mas o que é principal, o que é principal, Senador Inácio, que tem sido levado em conta é que a Copa do Brasil, a Copa no Brasil tem que ter um traço brasileiro. Então tem que ter cidades do Sul, cidades do Norte, do Centro-oeste, do Nordeste, do Sudeste, tem que ter do Brasil inteiro, não é? E tem que ser uma oportunidade para estimular investimento e promover o Brasil na Europa. O Ceará tem uma vantagem enorme que é a aproximação da Europa, que você tem um mercado importante.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ministro, me permita que a mais próximo da Europa é João Pessoa, que é o ponto mais oriental das Américas.

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA: É verdade, é verdade. O fato é que essas--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É Recife. Eduardo Campos ligou e pediu para falar que é Recife.

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA: Esses critérios são levados em conta, mas vão ser critérios de capacidade instalada de vários itens, rede turística, enfim, uma série de questões. Mas haverá transparência, fique tranqüila, Senadora, e a Fifa fará a escolha das cidades mais adequadas para a Copa do Mundo. Por fim, eu queria concluir a minha participação nessa Reunião fazendo um comentário sobre a segunda parte da análise da Senadora Ideli Salvatti, ligando com o que falou o nosso Senador Wilson Matos. Eu sou muito contido na, digamos assim, análise crítica da preparação dos Jogos Pan-americanos, porque eu tenho uma opinião que essa fase agora, pré Pan, poderia suscitar ou sugerir que a análise crítica tivesse como objetivo fazer qualquer tipo de debate político, político partidário, qualquer tipo de acerto de contas com Governos anteriores, alguma crítica a qualquer tipo de gestor, e eu acredito que isso não ajuda a preparação dos Jogos Pan-americanos. O que eu tenho insistido é que nós talvez devêssemos ser muito rigorosos na avaliação dos Jogos Pan-americanos, na preparação e na realização dos Jogos Pan-americanos. Eu tenho convicção absoluta que o Pan será um sucesso fantástico, mas a nossa responsabilidade exige que nós não nos embriaguemos com o sucesso do Pan, vamos fazer um Pan com grande sucesso e vamos manter a sobriedade no pós Pan, no pós Parapan, para fazer uma análise rigorosa de todo o processo, que vem do ano de 2002, que é quando foi estruturada a can-

didatura brasileira, e vamos até a realização, até a cerimônia de encerramento do Parapan. Eu acredito que é correto fazer uma avaliação detalhada, porque que em 2002 nós fizemos uma proposta de candidatura brasileira que estabelecia aquelas tarefas para a União, aquelas tarefas para o Estado, aquelas tarefas para o Município e com aqueles orçamentos? E porquê que... Se nós atualizássemos os números, Senadora, os números de 2002 atualizados para hoje, nós chegaremos ao orçamento próximo de 1 bilhão de reais, 1 bilhão. É, agora se nós fôssemos entrar nos números, eu vou dar um exemplo para a Senhora vou retomar um número que eu falei, a previsão de segurança era 12 milhões, é um exemplo, só aqui é meio bi. Só para dar um exemplo. É um tema muito sensível, não se brinca com essa matéria, nós não temos alternativa. A Eco Rio 92, a alternativa utilizada foi, digamos assim, um esforço concentrado, os Senhores se lembram que tinha hotéis na Zona Sul e tinha ali no Museu de Arte Moderna, no Aterro do Flamengo, todas as reuniões de Chefe de Estado. Ali era simples de operar, você fazia um corredor que deveria ter uma extensão de 5 quilômetros, talvez, fácil de você isolar e fazer um ambiente isolado. Nós estamos falando da família Pan-americana com 10 mil participantes, que estarão na Cidade não por 3 dias, mas por 15 dias. É impossível você restringir áreas de circulação de tantas pessoas, muitos jovens. Muitos dos quais pela primeira vez num País da potencialidade, da riqueza do Brasil.

Então eu imagino, enfim, eu proponho fazer uma avaliação, até o Senado... Eu me disporia a vir aqui debater com os Senhores, apresentar uma avaliação detalhada, mas eu prefiro não fazer agora para evitar dizer que é luta política, é partidarização, é ataque ao Governo X, Y ou Z. Porque os Senhores imaginam, evidente que existe um valor maior quando se faz uma obra com prazo menor, mas se nós observássemos o que era o Maracanãzinho em janeiro de 2007, a obra estava parada há meses, mas eu não quero... Eu sei, Senador, mas... Me perdoe, Senador, mas só que se tinha a responsabilidade de algum nível de governo, ele tinha que honrar a responsabilidade, se não houve a responsabilidade, o Governo Federal acabou entrando para socorrer os Jogos Pan-americanos, o que é a sua obrigação. O Governo Federal fez a sua obrigação, nada além da sua obrigação, porque é o nome do País que está em jogo. Mas, Senador, eu preferia, se o Senhor me permitisse, fazer uma avaliação depois, porque acho que desse modo nós podemos extrair lições. Não dá para sustentar candidatura olímpica no Brasil com força, se nós não extrairmos as lições necessárias da experiência dos Jogos Pan-americanos; e, sobretudo, se nós não demonstrarmos para a sociedade brasileira

os ganhos. Porque também eu não tenho a menor dúvida, que depois do Pan vai ficar cristalino para todo o Brasil o quanto que o Rio ganhou, o quanto o que Brasil ganhou com os investimentos feitos para o Jogos Pan-americanos. Queria concluir reforçando o convite que já foi feito oficialmente pelo Comitê Organizador dos Jogos, para que os Srs. Senadores possam ao menos participar da cerimônia de abertura dos Jogos Pan-americanos, já que a agenda de V.Ex^{as}. não permite, imagino eu, acompanhar todos os jogos. Mas seria um privilégio para nós contar com a participação de todos os Senhores e de todas as Senhoras durante os Jogos Pan-americanos e agradecer a Comissão, ao Presidente, ao Senador Cristovam Buarque, aos proponentes, Senador Inácio Arruda, Senador Wellington Salgado de Oliveira, e a paciência dos Senhores à demora das minhas intervenções. Muito obrigado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ministro, só uma reclamação antes de acabar. Só uma reclamação, Sr. Presidente, se me der a palavra. Desculpe falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Já está com a palavra, com muito prazer da Mesa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O Comitê nós manda um convite com direito a acompanhante. Eu tenho 2 filhos que não vão poder ir porque são pequenos, um tem 2 anos, outro tem... Mas eu tenho 3 filhos e que estariam interessados em ir. Então, eu, a esposa e mais 3 filhos, aí não dá. Então eu pedi mais 3 convites. Porque tem que... A gente vai privilegiar, não é isso, Ministro?

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA: Ser transparente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O que eu posso fazer se eu tenho muito filho. Todos direitinho. [risos]. Todos certinhos, sem problema algum. [risos]. Mas, Sr. Presidente, eu queria falar só uma situação, rapidamente se V.Ex^a. permitir, que é o seguinte, é o investimento no esporte. É o melhor investimento que existe em termos de retorno. Aqui quando eu era da Universidade e estava à frente nós criamos um time de basquete que virou uma referência em Brasília, bateu recorde de público, 24 mil pessoas, o Diretor Jorge Bastos que cuida está aqui presente. E também parabenizar e a participação da Senadora Ideli Salvatti naquele grande acordo do qual V.Ex^a. participou, da cultura com o esporte para poder dar uma solução que acabou com a Senadora Ideli Salvatti conduzindo com os dois Ministros e o Presidente conseguir uma saída, que foi o novo 1% de outra fonte de renda, de outra fonte de recurso, digamos assim. Então, quer dizer, a participação da Senadora

foi fenomenal e daí é que vai vir mais recursos para nós investirmos em esporte. Quem não investe em esporte, não bota o seu nome, não é a toa que aquele jogo de futebol americano, Sr. Presidente, são os 30 segundos mais caros do mundo, a decisão do futebol americano. Porque o esporte é onde... É sadio e dá um retorno de publicidade, sua marca. Agora tem que montar time bom, montar time ruim, ninguém torce para o time ruim. Só isso que eu queria colocar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Senador Wellington. Quero dizer aqui de minha satisfação ter tido o Ministro Orlando Silva na bela apresentação que fez, com um *quorum* alto e saímos daqui todos entusiasmados com a política do esporte, com o Pan e com o Senhor, especialmente, como Ministro. Eu agradeço a cada um dos Senadores e Senadoras. Está encerrada a Sessão, lembrando que por provocação desta Comissão, hoje vamos ter um filme, “Nilton Santos”. Foi a Comissão que decidiu e esse filme será passado aqui no Senado no auditório Petrônio Portela às 19:30. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 13h08.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2007.

CICLO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e um de junho de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Renato Casagrande, João Ribeiro, Wellington Salgado, Gilvam Borges, Mão Santa, Paulo Duque, Geraldo Mesquita Júnior, Maria do Carmo Alves, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Antônio Carlos Valadares, Marcelo Crivella, Cícero Lucena, Eduardo Azeredo e Wilson Matos reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Sérgio Zambiasi, Valdir Raupp, Edison Lobão, Heráclito Fortes e Papaléo Paes. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da

Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 013-CE de 2007, de autoria da Comissão de Educação, que visa realizar um Ciclo de Audiências Públicas, com o objetivo de debater as “**Idéias e Propostas para a Educação Brasileira**” e o **Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE**, de autoria do Governo Federal. Comparecem à Audiência Pública, o Senhor Décio Correia Lima, Diretor da Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades Isoladas e Integradas - ABRAFI; Senhor Carlos Roberto Rocha Cavalcante, Superintendente do Instituto Euvaldo Lodi - IEL - Confederação Nacional da Indústria - CNI; Senhor Marcos Formiga, Professor da Universidade de Brasília - UnB e Senhora Leia de Souza Oliveira, Presidente da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras - FASUBRA. O Senhor Gustavo Lemos Petta, Presidente da União Nacional dos Estudantes - UNE, convidado para a Audiência, justifica a ausência em virtude do atraso no seu embarque na cidade de São Paulo com destino a Brasília. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usa da palavra o Senhor Senador Wilson Matos. O Senhor Presidente Senador Cristovam Buarque, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e doze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

NOTA TAQUIGRÁFICA

25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 21 DE JUNHO DE 2007.

CICLO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom-dia a cada uma e a cada um dos presentes. Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do Plenário a dis-

pensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadoras e Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovado.

A presente reunião atende a requerimento aprovado, de autoria de todos os membros da Comissão de Educação, para a realização de um ciclo de Audiências Públicas, com objetivo de debater idéias e propostas para a educação brasileira e o plano de desenvolvimento da educação. O que nós queremos é encontrar quais as medidas necessárias para fazer a revolução que o Brasil precisa na educação. Por isso, convidamos uma grande quantidade de especialistas, em um processo que vai durar até agosto. E hoje vamos ter a presença de quatro... Cinco palestrantes, aos quais eu peço que sejam trazidos aqui, pelo secretário Júlio. É Gustavo Lemos Petta, Presidente da União Nacional dos Estudantes; Décio Corrêa Lima, Diretor da Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades Isoladas Integradas; Carlos Roberto Rocha Cavalcante, Superintendente do Instituto Euvaldo Lodi. Professor Marcos Formiga, da Universidade de Brasília e Léia de Souza de Oliveira, Presidente da Federação de Sindicatos dos trabalhadores das Universidades Brasileiras, a FASUBRA.

O Presidente da UNE, o Gustavo Petta, nos avisou que está no aeroporto, coisa que hoje está virando rotina nos processos de transporte entre as nossas cidades. Antes mesmo de passar a palavra aos palestrantes, eu quero dizer que hoje nós lembramos três anos da morte de Leonel Brizola. Eu creio que nada melhor do que iniciarmos prestando uma homenagem a esse político que, mais do que qualquer um outro dos grandes políticos do Brasil, colocou a educação como sua bandeira. Há uma Sessão em homenagem, hoje, a essa hora no Senado, eu deveria estar lá, no Senado não, desculpe, na Câmara... Deveria estar lá, mas eu acho que ficando aqui eu estou prestando uma homenagem tão grande a ele, como se estivesse lá assistindo à Sessão da Câmara.

Eu vou passar, na ordem que eu fui chamado, não estando o Gustavo, eu passo a palavra ao Professor Décio Corrêa Lima, pedindo que, na medida possível, haja uma concisão para que possa haver debate, mas, dizendo que eu vou evitar qualquer gesto meu de controle de tempo. Vai tocar uma campainha, mas é automática.

SR. DÉCIO CORRÊA LIMA: Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em 20 minutos. De qualquer maneira, eu espero ter um debate. Eu quero dizer aos que aqui estão, que a presença de cinco Senadores hoje é um recorde das comissões que estão ocorren-

do nesse momento, talvez salvo uma onde eu estava, a Senadora Fátima estava, o Senador Crivella estava, que discute a maioria penal; eles vieram de lá para cá, daqui a pouco aí alguns vão daqui para lá, mas o que a gente quer mesmo é levar, pela televisão, esse debate para o Brasil inteiro e também, nós, Senadores, podemos fazer as perguntas e nos ilustrarmos. E, além disso, a transcrição das falas e dos debates será depois produzida em forma de livro. Então, independente do número aqui, não tenho dúvida de que o debate vai chegar ao Brasil inteiro pela televisão, pela rádio e, depois, pelos documentos que vamos divulgar. Professor, Décio.

SR. DÉCIO CORRÊA LIMA: Perfeito. Cumprimos ao Senador Cristovam, Presidente dessa Comissão, os demais Senadores aqui presente, todos os demais presentes. É um prazer muito grande poder falar a essa Comissão e participar desse momento histórico, como havíamos colocado na sala anterior, um momento de Estado. Nós estamos aqui falando a respeito de políticas de Estado, não estamos tratando de política de governo e sim de política de Estado. Então, é importante participarmos desse debate.

Em primeiro lugar, acho que é importante nos posicionarmos sobre quem somos. Nós somos a Associação Brasileira das Faculdades Isoladas, mantenedora das Faculdades Isoladas Integradas, particularmente também sou um dos mantenedores no Estado de Goiás e é um prazer poder falar a essa Comissão. A nossa... Nossa instituição, nós representamos hoje, nós temos hoje, no Brasil, e eu já, inclusive, disponibilizei para os demais Senadores presentes, todos presentes, alguns dados da educação superior no Brasil, que eu acho que são importantes nós colocarmos, apesar de quê o debate e a propositura colocados pelo Senador Cristovam foram na linha da educação básica, mas, nós entendemos que, por estarmos aqui representando a educação superior, em especial as faculdades e, por extensão, também os centros universitários e as universidades, porque também fazemos parte da Vicepresidência da ABMS, da Associação Brasileira das Mantenedoras, nós queremos estender esse debate, além do ensino fundamental, além do ensino básico; estender esse debate ao ensino superior, fazer esse debate chegar até o ensino superior. Esse é o nosso objetivo aqui, suscitar esse debate. Não queremos ser os donos da verdade, nem os únicos representantes com relação a esse tema, porque sabemos que todos nós aqui, de uma maneira ou de outra, estamos ligados a alguma universidade ou a alguma faculdade.

É importante destacar que hoje nós temos aí... Nós temos um total de 2.442 instituições superiores no Brasil, sendo que das 2400, 1900 são instituições,

são faculdades isoladas, integradas dentro do Brasil. Então, isso é um dado muito importante. É um dado muito importante destacar que a grande maioria, nós somos a maioria das instituições. Precisamos destacar esse ponto, destacar esse aspecto, que eu acho que é muito importante. Nós trabalhamos nesse aspecto, trabalhamos nessa seara e queremos destacar esse ponto aqui hoje.

Com relação às perguntas que foram colocadas, Senador Cristovam, demais membros, pelo... Para que sejam discutidas aqui na Mesa, nós colocamos que achamos importante... Cumprimento o Senador Wilson. Achamos importante a discussão em três linhas, três linhas de raciocínio, para que nós possamos iniciar essa discussão. Em primeiro lugar, nós precisamos trabalhar a educação básica com relação a um trabalho regional. Nós precisamos dividir a educação básica e regionalizar a educação básica. Não podemos trabalhar a educação básica, a educação fundamental, num ciclo geral; nós precisamos trabalhar a educação básica em encontros regionais. Então, nós defendemos que nós precisamos descer... Descer a um ponto onde nós possamos regionalizar a educação, trabalhar a educação... Um ponto regional.

Um outro ponto, nós precisamos trabalhar a questão das experiências, nós precisamos trabalhar a questão das experiências bem-sucedidas; nós temos exemplos no Brasil todo, em todos os Estados da federação, nós temos exemplos de escolas bem-sucedidas, e escolas públicas, escolas públicas e bem-sucedidas, que estão em grandes centros, estão localizadas em pontos da periferia ou em pontos, em cidades pequenas, nós temos exemplos que estão dando certo em várias escolas públicas.

Um terceiro ponto que consideramos importante e relevante para nós discutirmos, é a questão dos exemplos também em outros países. Nós não podemos comparar nações, que entendo ser uma comparação equivocada, mas nós podemos comparar exemplos; nós temos exemplos em países como o Japão, exemplos em países como a Coreia, de experiências que estão dando certo. Então, nós podemos adquirir, trazer esse *know how* para dentro do nosso país, com relação à educação fundamental e à educação básica. Partindo desse diagnóstico, nós temos um diagnóstico em cima dos três pontos: a questão da realização do diagnóstico regional; a questão das experiências que nós temos no Estado, nos diversos Estados, e a questões da experiência externa. Então nós temos, partindo desse diagnóstico desses três pontos, nós podemos partir para um projeto, em termos de ações concretas, como o Senador bem... Cristovam pediu para nós posicionarmos.

Então, nós trouxemos aqui ações concretas com relação ao governo, ações concretas com relação à família e ações concretas com relação à sociedade civil organizada. Com relação à questão do governo, nós queremos aqui participar da opinião do Senador Cristovam com relação à criação do Ministério da Educação básica, eu acho que é uma idéia louvável deve ser discutida, deve ser aprimorada, mas é uma idéia favorável, que nós comungamos com ela, com relação à discussão e ao aprimoramento dessa discussão. Com relação ao que... Um outro ponto importante, com relação à ação concreta, nós precisamos trabalhar a educação no sentido da formação com relação às famílias. Nós não podemos entender que uma família brasileira hoje gaste com educação, tenha uma despesa com a educação e que essa despesa não possa nem ser nem abatida no Imposto de Renda. Nós precisamos trabalhar o aspecto prático, um aspecto que é pequeno, mas que funciona com relação às nossas famílias, com relação à nossa sociedade.

Um outro aspecto importante, Senador, é a questão do horário, entendemos que a questão do horário das atividades educacionais precisam ser estendidos, está aqui o Senador Wilson, que é um defensor incansável dessa tese, nós precisamos estender os horários acadêmicos, nós precisamos estender o horário acadêmico além da sala de aula, nós precisamos cumprir os 200 de eletivos, efetivamente. Nós precisamos trabalhar essa questão do aumento da carga horária com relação às atividades educacionais efetivas. Nós não podemos partir do ideal, com relação a... Respondendo à questão da escola integral, em tempo integral, todos nós sabemos que, no mundo, a escola de tempo integral, ela tem uma funcionabilidade melhor. Se nós não podemos partir do ideal, que façamos o bom, que, muitas vezes, ele não é inimigo do ótimo. Então, nós passemos a fazer o bom, o que é que seria? Um acréscimo na carga horária com relação à questão das atividades acadêmicas; nós precisamos trabalhar as atividades acadêmicas além das quatro horas que, na realidade, não viram quatro horas dentro da sala de aula, nos nossos cursos, tanto em nível básico, médio ou superior.

Um outro ponto que nós encontramos, de proposta absoluta e de... Concreta e de ação de governo, é a questão da segurança. Nós precisamos dar segurança efetiva com relação às nossas escolas, em todos os níveis. Em todos os níveis, nós precisamos ter segurança. O professor, o técnico acadêmico, todos os nossos técnicos administrativos, os nossos servidores, as nossas famílias, os nossos pais, todos nós precisamos de segurança nas escolas. Então, nós precisamos criar uma política voltada para a seguran-

ça na escola, obviamente que aqui eu estou lançando a idéia, nós estamos trabalhando a idéia, que precisa ser discutida e aprimorada com relação à questão da segurança, o como fazer.

Outro ponto importante, que nós entendemos, com relação à ação de governo, é a questão da campanha de valorização do professor. Nós precisamos trabalhar a valorização do professor em todos os níveis. Nós, como instituições, representando as instituições particulares, somos defensores incansáveis dessa tese, dessa luta com relação à defesa dos docentes das nossas instituições. Nós precisamos valorizar o docente. O segredo de uma escola boa, seja ela pública ou seja ela privada, independentemente da sua categoria, é a relação professor/aluno. É a condição básica para que uma instituição tenha uma boa, um bom desenvolvimento, é a relação professor/aluno. Então, nós precisamos valorizar esses professores.

Um outro ponto importante, Senador Cristovam que nós trouxemos aqui é com relação às famílias. Nós precisamos criar mecanismos, com relação à conscientização da participação das nossas famílias na educação fundamental, na educação básica. Nós precisamos participar... A relação dos pais, com relação à escola, é fundamental no desenvolvimento e no aprimoramento da educação.

Um outro ponto importante que nós trouxemos aqui e queremos levantar o debate, partindo para o lado educação superior, é a discussão com relação à questão do público, do privado e do público gratuito. Nós queremos discutir isso com a sociedade, nós queremos que a sociedade debata a questão do público e a questão do gratuito. Nós precisamos entender, e eu lanço aqui uma pergunta a todos, posso colocar aqui todos aqui presentes, sem exceção, podem pensar nessa pergunta, sem precisar de resposta. Por um acaso, algum... Alguns dos nossos presentes aqui, quantos têm filhos ou netos em escolas particulares no ensino fundamental e no ensino médio? Podemos pensar se alguém tem ou se alguém não tem. Filhos e netos na educação fundamental e na educação... No ensino fundamental e no ensino médio. Quem tem ou quem não tenha, só basta pensar com relação a isso. Em média, hoje, nós entramos na escola, os nossos filhos, os nossos netos estão entrando na escola com três anos, em média, na escola particular, três a quatro anos e nós estamos pagando essa escola, nós, eu estou colocando como também participe desse mesmo ato, nós estamos pagando essa escola, a partir dessa idade até os 18 anos de idade, ou seja, nós estamos pagando essa escola durante no mínimo 14 a 15 anos, em média, nós estamos pagando essa escola. Quando chega aos 18 anos, quando esse aluno quer

ingressar no ensino superior, nós temos, a sociedade nossa criou essa cultura que ele, nossos filhos, eles são... Uma meritocracia para ele é passar na escola pública gratuita. Ora, nós temos condições de pagar essa escola particular superior também. Não estou aqui querendo condenar nenhuma instituição de ensino superior público, muito pelo contrário, quero aqui defender as instituições de ensino superior público. Mas, precisamos, Senador Cristovam criar mecanismos para financiar essa escola. Essa escola pública precisa de financiamento, ela precisa de estrutura.

Então, eu lanço aqui um debate com relação a essa questão. Nós precisamos criar mecanismos para quê? Aqueles alunos que estão hoje no ensino superior ou ingressantes no ensino superior que tenham condições de pagar esse curso superior, porque é que ele não pode pagar? Sendo que a sua família tem renda o suficiente para isso. Eu trago aqui um exemplo, nós temos um curso de medicina em Goiânia, na Universidade Federal de Goiás, um brilhante curso, 100 vagas. Nenhum aluno, no último processo seletivo, foi oriundo de escola pública, nenhum. Todos os 100 alunos são oriundos de escola particular. Um cursinho médio, em Goiânia, bom, custa em média 600 a 800 reais. Se o pai tem condições de pagar esse ensino médio a 600 e 800, será que ele não teria condição de pagar o mesmo valor que seja para contribuir com o Estado? Essa é uma pergunta que eu deixo para vocês, para que possamos discutir, para que possamos debater e pergunte também mais: Será que se nós, pais, hoje... Coloco-me também como partícipe desse mesmo fato; tenho uma filha de 18 anos, que está prestando vestibular agora, será que eu não tenho interesse que a minha filha estude numa boa escola, mesmo que a escola seja pública ou particular, isso não interessa, o que interessa é a condição. Agora, temos que ter vagas, nas públicas, para quem não tem condição de pagar. O que é que nós temos que fazer? A reserva de vagas nas públicas para aqueles alunos efetivamente carentes e aqueles alunos que não conseguem ingressar na pública, que ele tenha uma garantia na particular, através de programas sociais, como nós já temos hoje um exemplo, a questão do PROUNI. Então, nós precisamos criar mecanismos, nós temos vários exemplos criados em outros países como, por exemplo, o exemplo criado em Portugal, que é a questão dos *vouchers*; um exemplo criado no Chile foi a questão dos *vouchers* também, ou seja, um bônus que o Estado dá para aquele aluno efetivamente carente.

Para concluir, Senador, eu só gostaria de colocar esse aspecto que a Escola Superior particular, ela quer contribuir com o Estado, ela está à disposição do Estado para contribuir com o Estado. E precisamos participar

desse debate com relação a dois aspectos. Primeiro: As vagas, a ociosidade e a ocupação e a questão do financiamento público com relação ao ensino superior. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Professor Daniel.

SR. DÉCIO CORRÊA LIMA: Décio.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Décio.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senhor Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim, o professor Décio... Antes de passar a palavra ao próximo, que é o professor Carlos Roberto Rocha, eu passo a palavra para o professor... Senador Crivella. Fiz uma promoção a ele, de Senador para professor--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): É verdade, é promoção mesmo. Dei muitas aulas de matéria de Constituição--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pelo regimento, qualquer um tem direito a pedir pela ordem.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senhor Presidente, eu quero aqui saudar os nossos ilustres convidados. Inclusive, o Dr. Marcos Formiga, que conheci quando era Superintendente da SUDENE, lá em Recife, me recebeu tão bem, com tanto carinho, que, na época, eu trabalhava lá no projeto da Fazenda Canaã. Mas dizer a eles e a todos que nos assistem que nós vivemos dias de exceção no Senado. Agora, as bancadas estão reunidas, nós estamos vendo como é que serão feitos os procedimentos da Comissão de Ética e que têm monopolizado as nossas atenções, de tal maneira, não tivemos *quorum* para fazer uma Comissão. E hoje estamos pulando de um lado para outro; não é desinteresse, Senhor Presidente. Seria um crime, um Senador deixar de assistir uma audiência pública tão relevante, com um tema tão importante, por qualquer outro motivo. Então, eu gostaria de me penitenciar, mas deixar aqui os meus votos e agradecimentos pela presença de todos. Vou me debruçar sobre esses dados e quero também que esse debate ocorra num alto nível. Senhor Presidente, assim, me escuso, pedindo a licença de V.Exa. para me retirar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu entendo perfeitamente e, faz pouco tempo, eu falei a mesma coisa na Comissão de Direitos Humanos, da qual eu sou membro, pedindo licença para vir aqui sem assistir a fala dos outros três que ainda faltam falar. A Senadora Fátima deve ter feito o mesmo. É perfeitamente compreensível. Eu quero dizer aqui que cheguei a receber sugestões de can-

celar essa audiência por conta do clima que vivemos, mas achei que a gente não pode fazer isso, a gente tem que levar adiante e não é só para os Senadores que a gente está falando. Além disso, não é só para os Senadores que estão aqui. Então, vamos continuar. Eu passo a palavra ao Professor Carlos Roberto Rocha Cavalcante.

SR. CARLOS ROBERTO ROCHA CAVALCAN-

TE: Muito bem. Eu cumprimento o nosso Senador Cristovam Buarque e demais Senadores aqui presentes e, em primeiro lugar, Senador, eu coloco aqui, até enfatizando essa questão levantada pelo Senador Crivella, a importância dessa Comissão, da forma como ela é colocada e, independente de qualquer outra coisa que esteja acontecendo, essas turbulências que sempre envolvem o país e nos pegam sempre em processos tumultuados, o país continua e as coisas precisam andar de forma permanente. Nós temos que ter força para continuar com todo esse trabalho. Eu acho que a melhor forma de se fazer isso é ter uma agenda efetiva para construção de um projeto de desenvolvimento desse país. Eu coloco isso, destacando que nós estamos vivendo um momento de busca de crescimento econômico; o país está totalmente mobilizado. Eu acho que toda a sociedade brasileira está mobilizada para a questão do desenvolvimento do país, para o aumento dessas taxas de desenvolvimento. Isso para promover a geração de riquezas e propiciar melhores condições de vida para o povo brasileiro.

E, na nossa forma de entender, a educação ela se apresenta como um fator essencial de sustentabilidade do nosso desenvolvimento. Eu estou aqui apresentando um posicionamento da Confederação Nacional da Indústria e das suas entidades associadas, CNI, SESI, SENAI e o Instituto Euvaldo Lodi. E, portanto, toda essa abordagem, ela tem uma abordagem do ponto de vista empresarial, do ponto de vista de representação da indústria. Essa nossa agenda, a agenda da indústria para o crescimento do país, ela tem duas dimensões muito bem destacadas. Uma é a agenda de superação de obstáculos e a outra uma agenda de desenvolvimento de competências. A questão dessa agência de obstáculos é um compromisso de ruptura com o passado. E ela está nos nossos debates permanentemente e reclama não apenas a busca de condições iguais para a competição das nossas empresas comparadas às condições das empresas fora do país, mas também para a formação de uma sociedade mais justa. E, dessa forma, se refere à educação básica, à tributação, à qualidade dos gastos públicos, à infra-estrutura, à correção de desníveis regionais extremamente acentuados que nós temos no país; às questões ligadas às relações do trabalho,

ao financiamento; à desburocratização, vários outros itens também poderiam ser mencionados.

Por outro lado, a agenda de competências é a ponte que vai nos conduzir para o futuro e fixará as bases da nossa política industrial e o desenvolvimento de vantagens competitivas dinâmicas e permanentes. E esse foco está, então, ligado à questão da produtividade e da inovação. A capacidade do Brasil se desenvolver, desenvolver essas suas duas agendas paralelamente tem obstáculos muito consideráveis, que nós temos que levar em conta. Nós temos um baixo investimento decorrente do elevado custo do país; o custo país é muito elevado e da insegurança dos próprios marcos regulatórios. Muita coisa se tem feito nos últimos anos, em termos de aperfeiçoamento dos marcos regulatórios do país, em várias áreas, mas isso tem muito... Nós temos um desafio muito grande pela frente.

O crescente aumento de gasto público aumenta gradativamente a carga tributária. O alto custo de encargos sociais, concentrado sobre a folha de pagamentos, também pesa muito. A má qualidade dos tributos agrava a situação da produção e o investimento também fica comprometido, em função das condições de consumo. Então, tudo isso é um panorama que agrava o cenário do desenvolvimento do país. E, para complementar isso, a gente chega à conclusão, avalia claramente que nenhuma nação se desenvolve e consegue distribuir adequadamente suas riquezas sem ter um programa-base de educação fortalecido. A educação, ela passa, ela é pilar de sustentação de qualquer processo, de qualquer projeto de desenvolvimento de um país. E isso tem sido um diferencial negativo para o Brasil, em termos de vantagens competitivas. Quando comparamos o Brasil com outros países que estão em processo de desenvolvimento mais avançado, a nossa situação, infelizmente, é muito frágil na questão da educação e da formação das pessoas. E isso, então, afeta a performance das empresas, a performance das pessoas e, conseqüentemente, a competitividade do próprio país.

Dessa forma, então, a questão do debate da educação, ela se torna uma coisa prioritária do ponto de vista mesmo do setor empresarial. Em alguns momentos, há uns dois, três anos atrás, quando o Ministro Tarso Genro lançou o debate sobre a questão da reforma da educação superior, e nós fizemos um trabalho em todo o país de mobilização empresarial para debater esse tema, em alguns momentos, as pessoas ainda não estavam acostumadas, e se sentiam até, de certa forma, estranhando a situação de ver o setor empresarial debatendo profundamente a questão da educação. Isso não é tema de um setor, não é tema de... Ele é um tema da sociedade como um todo. E a

questão da educação, hoje, ela é entendida como uma base fundamental para a questão do desenvolvimento das empresas e de uma forma geral.

Hoje, aqui, eu vou entregar ao Senador Cristovam um documento, que é a síntese desse posicionamento da Confederação Nacional da Indústria, com relação, principalmente, ao Plano de Desenvolvimento da Educação. Fizemos uma análise do conjunto todo das ações, de forma a avaliar o que é que, na nossa forma de entender, é positivo ou não e o que precisa ser complementado, em termos desse plano. Essa análise, eu comento logo a seguir, eu só queria antes fazer uma rápida explicação sobre o nosso próprio sistema, até para que os senhores Senadores, senhores e senhoras Senadoras, aqui presentes, possam ter uma compreensão.

Nosso sistema é composto pela Confederação Nacional da Indústria, que é um órgão de representação empresarial, formal, da indústria. O SESI é uma entidade com mais de 60 anos de idade, trabalhando na questão do... Nos programas de educação básica, em programas de alfabetização, educação de jovens e adultos, além de várias outras áreas. Eu destaquei só as coisas ligadas à educação. O SENAI, todos conhecem também, trabalha a formação dos trabalhadores para a indústria. E concursos que vão, desde a aprendizagem dos jovens, na faixa aí dos 16, 18 anos, indo até a formação de tecnólogos, já na graduação. E o Instituto Euvaldo Lodi, entidade que eu dirijo, tem como base a interação da indústria com centros de conhecimento, mais estendida... Antigamente, a gente falava interação indústria/universidade. Hoje, a gente abre mais o leque porque isso tudo é fundamental para o processo de desenvolvimento mesmo da inovação.

Uma análise de cenário. O Brasil investe para a educação um percentual do PIB muito próximo ao de outros países como Argentina, o Chile, Coréia do Sul etc. O percentual não é tão distante daqueles praticados. No caso do nosso país aqui, nós temos informações na faixa de 4% do PIB. Algo próximo aí até mesmo da Alemanha. No entanto, o gasto, ele pode não estar sendo aplicado, a realização dos gastos, ela pode não estar acontecendo da melhor forma. No caso do Brasil, por exemplo, gastamos 1.008 dólares por aluno/ano, no ensino médio. E é muito menos do que a Argentina gasta, que está na faixa de 2.800 dólares; o Chile, 2300; a Coréia do Sul, 6700 dólares; a Alemanha, mais de nove mil dólares por aluno/ano.

Deve-se reconhecer que situação da educação, no Brasil, apresentou melhoria significativa, nos últimos anos, principalmente no final do século XX. Houve uma queda substancial da taxa de analfabetismo e, ao mesmo tempo, um aumento regular da escolaridade

média da frequência escolar. A taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais caiu de 20,1% para 13,6. E essa queda, percebe-se que continua acontecendo, mas, apenas dessa redução, nós ainda temos cerca de 14 milhões de brasileiros analfabetos. Isso é um caso... É um dado agravante, realmente. Todavia, o quadro da educação, mesmo com essa evolução, não é satisfatório de forma alguma. Nós temos... Embora tenhamos 96, quase 97% de crianças até 14 anos de idade, matriculadas na escola, temos estudos do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Câmara dos Deputados, que indicam que o Brasil ainda possui 85 milhões de analfabetos funcionais. Ou seja, mais de 68% dos que estudam ou estudaram até a quarta série atingem, no máximo, o nível rudimentar de conhecimento, ou seja, são capazes de entender a informações contidas em textos simples, como cartas ou anúncios curtos, mas não conseguem entender textos mais complexos.

Quase quatro milhões de brasileiros, na faixa de escolaridade de primeira a quarta séries, são analfabetos, em termos de leitura e escrita. Não conseguem decodificar palavras ou frases ou, ainda, texto simples. E mais de um milhão de brasileiros não são capazes de realizar tarefas semelhantes como números, como ler preço de um produto ou simplesmente ou anotar um número de telefone. Então, esse tipo de cenário, ele naturalmente afeta a questão do desempenho do país, das empresas, a competitividade das empresas. Imaginar, mesmo o trabalho que o SENAI faz de capacitação de técnicos para as indústrias, de uma forma geral, se a gente imaginar que as pessoas estão entrando nas escolas sem esse preparo, é um gasto adicional muito grande que se tem que fazer para elevar minimamente o desempenho dessas pessoas, para que elas tenham condições de ter uma boa performance. Isso é dar condições de trabalho, é dar condições de evolução das próprias pessoas no ambiente de trabalho. Obviamente, isso significa mais dificuldade. Para os trabalhadores, resulta em dificuldade em obter emprego, além de desempenho insuficiente em atividades de maior complexidade técnica e, para as empresas, representa menor competitividade.

No campo da qualidade do ensino, nós temos também alguns fatores que precisam ser avaliados com mais profundidade. O país vem experimentando vários modelos e estratégias educacionais, várias tentativas têm sido feitas no sentido de resolver os problemas diversos que nós estamos apontando de qualidade de distribuição da educação de universalização do ensino por todo o país. Mas, no entanto, no que concerne aos baixos padrões de qualidade, ele é resultante, em boa parte, e aqui não é culpa dos pro-

fessores, mas boa parte do processo está diretamente ligado à questão dos professores. Seja por questão de despreparo, de desestímulo, de baixa remuneração, defasagem tecnológica, questões das metodologias inadequadas utilizadas no ensino, e baixa qualidade dos livros didáticos e deficiência de material de uma forma geral. Isso é um ponto que precisa ser um ponto de grande atenção, dentro de qualquer plano para a educação brasileira.

Dentro, ainda, da questão da melhor qualificação do mercado de trabalho, comparou-se com um problema que não basta expandir a oferta de vagas e elevar os níveis de formação dos cursos de formação profissional em geral, pois a baixa escolaridade da população resulta em obstáculos em aprendizagens das técnicas profissionais. A má qualidade do ensino básico e médio acaba por se refletir também na educação superior, comprometida pela baixa qualidade da formação dos egressos do ensino médio. E isso acaba sendo muito visível quando a gente percebe, por exemplo, o exame da OAB, com um índice de aprovação muito baixo, em função da baixa qualidade mesmo da formação, na educação superior; basta conversar com qualquer Reitor, seja de escola pública ou privada, que qualquer um vai relatar a dificuldade e boa parte dos alunos que entram nas universidades, eles entram num nível de despreparo. É quase que necessário, em alguns momentos, fazer um trabalho de nivelamento para dar um mínimo de preparo aos jovens, para que eles possam seguir na universidade.

É consenso que a qualidade do ensino depende majoritariamente desse esforço coletivo que precisa ser feito para melhorar a qualidade, para melhorar a universalização, melhorar as condições dos professores e, aí, é que entra um ponto que a gente gostaria de chamar atenção, para o próprio plano. Antes de tudo, destacando que, no caso da CNI, nós temos um mapa estratégico que já tinha definido, há uns dois anos atrás, algumas prioridades: a necessidade de aumentar os investimentos em educação, universalizar a educação básica com qualidade, eliminar o analfabetismo funcional, definir políticas e instrumentos para melhorar a qualidade da educação, criar uma política educacional de Estado, comprometida com metas de longo prazo, e criar um ambiente que estimule a busca de educação... Da educação continuada, ao longo da vida das pessoas, porque isso não... A educação, hoje, ela não se interrompe numa fase; as pessoas têm que continuar permanentemente se aperfeiçoando.

Com relação ao plano apresentado pelo Governo Federal, nós temos algumas considerações, que começam pela própria formatação do plano. Nós fizemos

uma análise, tentando organizar as ações apresentadas. Elas são apresentadas de uma forma-- [soa a campanha].

--Dispersa, então, nós temos quatro grandes campos: o campo da gestão, da forma como nós entendemos; o campo da infra-estrutura; da avaliação e dos professores. Dentro desses campos, nós fizemos, então, uma análise que está plenamente contemplada no documento que eu entrego aqui; não haveria tanta necessidade de eu entrar no nível de detalhes de todos eles, mas, de uma forma geral, uma coisa que nos chama atenção, é da forma como a gente elabora qualquer projeto, seja nas empresas, isso vale para governo, vale para qualquer lugar. Um plano, na nossa forma de entender, pressupõe uma análise de fundo, um estudo de cenário, uma percepção das prioridades, uma definição de prioridades, identificação de gargalos, identificação das maiores lacunas que existem no processo. A partir disso se constrói uma espinha dorsal daquilo que deve ser um plano; ele tem que ter consistência tem que ter uma lógica de produção que, aparentemente, nós não encontramos nesse conjunto do PDE, do Plano de Desenvolvimento da Educação. Ele tem um conjunto de esforços, a maioria deles, extremamente importantes e relevantes que são, de fato, contribuem para o aperfeiçoamento da questão da educação no Brasil, mas, na nossa forma de entender, falta, de fato, algo que amarre todo esse conjunto de esforços para que, de fato, eles estejam alinhados com o objetivo maior e estejam alinhados, inclusive, com o processo de desenvolvimento do país, de uma maneira bastante consistente.

Dentro do campo da gestão, só rapidamente chamando atenção, o que nos chama a atenção é a necessidade aqui de um rápido choque de gestão e de responsabilidade educacional, principalmente, na questão das escolas públicas. Aquilo que a gente cobra de eficiência do setor empresarial, acho que, hoje em dia, temos que cobrar, da mesma forma, das estruturas públicas. É uma mudança de forma de pensar; o recurso é público, ele tem que ser o máximo aproveitado em termos da sua aplicação. E isso precisa ser, então, em termos, do que é que tem que ser feito é um aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão, tem que ser fazer investimento nisso e de forma a maximizar a aplicação dos recursos nessa área de educação.

Destacamos, dentro das ações que nós classificamos na área da gestão, o FUNDEB, que é extremamente importante e entendemos que é um avanço, e o Programa Mais Educação, que se trata de uma importante inovação, mas que só vai ser esclarecida se houver de fato alguma forma de garantir sua viabilidade financeira. Os recursos têm que ser garantidos

e tem que estar esclarecido de onde vêm as fontes para fazer com que ele aconteça. Chamamos a atenção nesse item também, que classificamos como gestão, a questão do estágio, que tem um Projeto de Lei andando, tramitando aqui no Congresso, e que tem alguns reparos que precisam ser feitos com relação a esse, esse plano do estágio. Principalmente porque ele impõe um limite de número de estagiários por estabelecimento empresarial e isso vai afetar principalmente as pequenas e microempresas. O percentual proposto, de 10%, proposto, colocado, inviabiliza a prática do estágio em micro e pequenas empresas. Isso, certamente, acabaria prejudicando os próprios estudantes que precisam ter sua primeira experiência profissional e têm uma dificuldade muito grande de achar sua oportunidade; há que se separar o papel, o problema do estágio, ligado à mão-de-obra de baixa remuneração, com a relação da importância do estágio do ponto de vista da educação.

Sobre a questão da avaliação, que é um outro grupo que criamos, a avaliação é extremamente importante, até para que a gente tenha mecanismos de ver se a educação, de fato, está evoluindo, se tem bom nível de qualidade ou não. E o IDEB, o Instituto do Desenvolvimento da Educação Básica, é um ponto que também achamos que é extremamente relevante; ele vai servir, vai nos ajudar muito para aperfeiçoar futuros planos ligados à questão da educação no país. “Provinha Brasil” também, porque ele se aplica à avaliação da aprendizagem das crianças de seis a oito anos, e isso também é considerado um avanço. Então, há que se dar valor a esse tipo de iniciativa.

No campo da infra-estrutura, a infra-estrutura das redes, sobretudo de educação básica, demanda pesados e contínuos investimentos para a ampliação e modernização. A racionalidade na aplicação dos recursos públicos nessa área, até agora, não tem sido tônica de sucessivos governos; não é prioridade. E o que nós entendemos aqui que os repetidos projetos de expansão da rede federal das escolas técnicas não tiveram avaliação crítica com relação aos resultados obtidos até então. Eu acho que vale... É importante se fazer uma reflexão sobre o que houve já de investimento no passado e, em cima dos erros e dos acertos do passado, avaliarmos o que é que vale a pena continuar investindo, e aqui a gente está com o Pró-Infância, dentro desse campo da infra-estrutura, que entendemos ser uma medida necessária, oportuna, até para fortalecer essa questão da educação, mais ligada à educação infantil.

No campo dos professores, na área dos professores, aqui entendemos que tem uma relevância extremamente grande: A valorização do Magistério

prevista no FUNDEF e reafirmada no FUNDEB, constitui requisito essencial para a mudança profunda e duradoura no cenário da educação. E, a par de outras medidas relativas à formação, aperfeiçoamento, condição de trabalho, carreira e avaliação de desempenho, consideramos que são ações extremamente relevantes, principalmente ligada à questão do piso salarial, o piso do Magistério, que está estipulado, no plano do governo, a faixa de 850 reais, com jornada de 40 horas e a integralização desse valor será feita progressivamente até 2010.

Bom, por um lado, é um avanço termos um estabelecimento de um piso. Por outro lado, temos que reconhecer que, ainda sim, é um nível salarial totalmente insatisfatório e inadequado para os professores. Países, vamos citar o caso da Coreia, a gente vive citando a questão da Coreia como exemplo, é uma pena, gostaria de estar citando o Brasil como exemplo nessa área da educação. Mas, na Coreia, se optou pela educação como prioridade e o professor como principal profissional do processo de desenvolvimento do país; o melhor remunerado. Parece um absurdo dizer isso no Brasil, mas, é tão distante da realidade brasileira, mas, se a gente, de fato, quer apostar na melhoria da educação brasileira, tem que se fortalecer a questão do Magistério de uma forma geral. A profissão tem que ser valorizada, a remuneração tem que ser compatível com a realidade, com a necessidade dos professores. Com esse nível de salário, o que acontece? Os melhores professores, principalmente lá na educação básica, têm dificuldade de continuar nessa área, têm dificuldade de se aperfeiçoar, acabam tendo que ter dois, três empregos, para conseguir ter um mínimo de renda para sustentar a família. São pessoas com um nível de obrigação muito grande. Então, esse item... Se isso não for resolvido e atacado de uma forma muito séria, muito do que se fala sobre a Educação no Brasil, ela não é viável. De fato, a transformação não pode acontecer, porque a transformação depende das pessoas.

Por outro lado, feita essa rápida abordagem da questão do plano, destaco aqui, especialmente alguns pontos contemplados na proposta do Senador Cristovam Buarque, com relação a alguns pontos que, de forma alguma, são abordados no plano do governo, mas que consideramos que precisam ser discutidos, são oportunos, que é a questão de instituição de uma Lei de Responsabilidade Educacional, a criação de ministérios específicos para áreas de educação. Isso é uma questão que, de fato, temos que avaliar, a complexidade do tema é muito grande, e estamos, às vezes, tratando diversos assuntos juntos, num único lugar, e acaba que certas áreas deixam de ser prioridades. Na

verdade, todas deveriam ser, e o modelo que nós temos hoje ainda não favorece a um nível de tratamento igualitário para todos os níveis da educação.

A questão de transferência também para o Governo Federal, da Coordenação Nacional da Educação Básica, um ponto também que deveríamos refletir sobre isso. A questão de estabelecimento de metas alinhadas a planos de longo prazo, criar objetivos, traçar alguns rumos para o país, baseados... Alguns compromissos no país e a questão do ensino médio como obrigatório, isso, de fato, deve ser minimamente garantido para a população brasileira porque é o mínimo que as pessoas deveriam ter para ter condições de exercer plenamente a sua cidadania. Então, a questão da educação, ela precisa ter, de certa forma, uma abordagem mais ampla do que aquela que já está contemplada no plano do governo hoje.

Então, fechando, só estourei já o tempo estabelecido, mas fechando a nossa avaliação, entendemos que o Plano de Desenvolvimento da Educação pode ser considerado válido; válido, assim, porque qualquer esforço a favor da educação no Brasil tem que ser apoiado por todos nós, e será fortemente apoiado pela Confederação Nacional da Indústria, pelo setor empresarial, podem ter certeza, sobretudo, nas ações ligadas à educação básica, que estão acontecendo, que são base da base da educação. Não contempla totalmente, claramente, todas as ações ainda, porque precisa aperfeiçoar. Por outro lado, não se trata, como seriam as palavras já manifestadas pelo próprio Senador Cristovam Buarque, uma revolução; não se trata de uma revolução que nós estamos presenciando uma revolução na educação, precisa se tornar, de fato, esse tema uma prioridade, uma opção estratégica nacional, verdadeiramente garantidora do desenvolvimento contínuo e sustentável. E aqui, encerrando, e gostaria de manifestar, em nome da CNI, a compreensão de que somente mediante uma expressiva transformação das estruturas educacionais e dos métodos de ensino, com políticas valorizadoras do setor, será possível consolidar um sistema educacional capaz de sustentar o processo de crescimento econômico e melhorar os índices de desenvolvimento do país. Eu acho que isso é a síntese das nossas considerações.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN):

Presidente, questão de ordem. Eu gostaria de agradecer a inestimável contribuição que os senhores nos trazem. Dizer que ao ver o Dr. Décio, sobre essa realidade brasileira do ensino privado, a realidade é algo que nos deixa a pensar. E dizer também ao Dr. Carlos Rocha que os seus dados aqui são realmente estarrecedores, do quanto nós temos que avançar e melhorar, em termos de educação. Do quanto precisamos,

realmente, estruturar melhor a nossa educação e valorizar os profissionais. Quando a Coréia investiu para realmente dar um salto naquele país, em educação, estava no caminho certo, e é isso que nós estamos aqui, com a colaboração dos senhores, tentando, com a Presidência do Senador Cristovam, tentando mostrar que é necessária essa revolução pela educação; não existe outro caminho.

Mas algo também que eu gostaria de deixar bem marcado, com relação ao que nós temos de analfabetos funcionais e da realidade do ensino fundamental de primeira a quarta série, que, realmente, muitos não conseguem... São alfabetizados, sabem escrever o nome, mas, muitas vezes, não sabem interpretar os textos, não sabem codificar melhor. Então, eu gostaria de colocar aqui da importância, já que estou nessa Comissão como responsável pela relatoria da... Do ensino, na área da pré-escola, na área da creche, então, eu gostaria de dizer aqui do quanto é importante, para que nós tenhamos um bom aproveitamento em todos os níveis educacionais, que a criança tenha a oportunidade de fazer uma pré-escola, se preparando para entrar no ensino fundamental e, assim, ter um melhor aproveitamento.

E gostaria de dizer à Dra. Léia e ao Dr. Marcos Formiga, que eu acho que o senhor não lembra mais de mim, porque, naquelas reuniões com os Prefeitos, na SUDENE, eram tantos, que era difícil, em momentos também de tanta... De dificuldade, naquela época das secas, que nós nos reuníamos, o senhor talvez não lembre mais, assim, não esteja lembrado eu fui, estive com o senhor, várias vezes, como Prefeita na cidade de Mossoró no Rio Grande do Norte. E tivemos vários programas que desenvolvemos em conjunto. Mas, gostaria também de dizer à Dra. Léia e ao senhor, que me perdoem, que eu não vou poder assistir à grande explanação, que eu tenho certeza que os senhores trarão para nós, porque eu tenho um outro compromisso, em um outro Estado, e já me avisaram do aeroporto, que, apesar do atraso, o avião vai sair. Muito obrigada.

Presidente, agora, para finalizar, só mais um detalhe, nós, que falávamos, antes de começar a reunião, sobre Brizola, a homenagem que hoje está sendo prestada na Câmara. Eu tive a oportunidade de conhecê-lo de perto. O meu primeiro partido foi o PDT por uma convicção de que criança tem que estar em primeiro lugar. E esse sempre foi ser o meu norte. A escola de tempo integral, que ele implantou, se tivéssemos tido essa continuidade, a valorização que ele também dava ao apoio aos pequenininhos na creche, talvez a situação fosse outra neste país. Infelizmente, nós não podemos é ficar mudando de planos, nós temos que

ter um plano educacional definitivo e permanente, seja quem seja governo. É isso que nós temos que fazer. Esse plano tem que estar acima de quaisquer outras questões, porque realmente é a revolução que o Brasil precisa para dar um salto no desenvolvimento. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Senadora. Eu quero dizer que a senhora pensa que mudou de partido, mas mudou de sigla; o seu partido continua sendo o mesmo, que é da educação. Toda a vez que eu vejo o seu discurso, eu digo: “Olha, é para o PDT”.

[risos].

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Eu acho que, na realidade, são as questões locais, peculiares, mas eu sou Democrata e os democratas são da área de educação. O pensamento, com certeza, converge com o pensamento do PDT. Educação realmente é o caminho de libertação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E, no Brasil, as siglas já não correspondem a quase nada, essa é a verdade. Então, existe o partido da educação, que atravessa as diversas siglas, como havia um partido da abolição, que atravessava as siglas, na época.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): E como eu sou da terra onde a abolição da escravidão aconteceu cinco anos antes da Lei Áurea, eu acho que “Educação é um caminho de libertação” é mais um grito de liberdade que a gente precisa dar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E se o avião atrasar muito, dá tempo de a senhora voltar aqui ainda. Senão, boa viagem.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Obrigada.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes de passar a palavra ao Marcos Formiga, eu quero dizer que cada um dos que vêm aqui falar não ganham nada; ao contrário, dedicam o seu tempo. Eu digo isso para dizer que não tem nenhum nepotismo no convite ao Formiga, porque ele é, além de um dos mais antigos amigos que eu tenho, e amigos mais próximos, é primo do Senador Marco Maciel, mas ele não vem por nepotismo, ele vem aqui pela competência, como vocês vão ver.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Esse fato já está no meu *currículo*.

SR. MARCOS FORMIGA: Senhor Presidente Cristovam Buarque, eu me associo à homenagem aos três anos de falecimento do ex-Governador Brizola e, como Presidente da Comissão, eu diria que... Quando teremos um Presidente da República que eleja edu-

cação como prioridade? Tivemos dois, bem votados, mas não o suficiente para vencer a eleição. Queria saudar os Senadores presentes, a Senadora Marisa, o Senador Wilson Matos, o Senador Marco Maciel, aos companheiros de Mesa e a nossa platéia, que prestigia a causa da educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marisa, que faz aniversário hoje, se não me engano.

SR. MARCOS FORMIGA: Parabéns, Senadora.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada.

SR. MARCOS FORMIGA: Eu preparei uma exposição que exigiria um pouco mais de tempo, mas estou entregando ao Senador uma síntese do pronunciamento e vou tentar, no tempo regulamentar, fazer uma exposição, utilizando uma ilustração de *PowerPoint*. Vamos tratar, basicamente, dos dois assuntos, mas, preferiria ficar com o primeiro. Primeiro, dizendo que endosso, no atacado e não no varejo, as idéias do Senador Cristovam Buarque, que ele traz aqui, sob forma de Carta ao povo brasileiro. É um documento de mobilização, acompanhei a sua elaboração e acredito que todas as idéias aqui são muito atuais, necessárias para que a educação seja, de fato, eleita a prioridade das prioridades. E isso resultou no livro do próprio Senador, eu acho que é expressão mais correta, estamos devendo à sociedade brasileira a revolução da educação. Sem ela, não iremos muito adiante. Próximo, por favor.

Aqui, de maneira muito sintética, estão os problemas críticos e crônicos que o Senador também aborda, na carta ao povo brasileiro: o problema de financiamento, eu queria dizer que, embora 4% do PIB seja muito pouco, é absolutamente insuficiente. Os países que resolveram o problema de educação chegaram a investir até 8% do seu PIB. O Brasil, para resolver os problemas críticos e crônicos da educação nacional, terá de, no mínimo, duplicar o percentual do PIB que hoje ele investe. A descontinuidade das políticas públicas de que educação é processo, é política de longo prazo, não pode se resumir a um mandato governamental, a um determinismo de um quadriênio ou a um modismo de políticas que mudam, de um ano para outro. O problema dos professores já foi bem abordado aqui pelos dois colegas que nos antecederam e a seleção é feita às avessas. Estamos selecionando o que há de pior para transmitir conhecimento às nossas crianças. Com esta geração de professores com esse tipo de formação também não conseguiríamos fazer a revolução esperada da educação.

O analfabetismo continua. O Dr. Carlos Cavalcante falou dos percentuais aqui, são verdadeiros,

mas o número é bem maior, Carlos; é hoje da ordem de mais de 20 milhões de analfabetos. A universalização incompleta, em todos os níveis, até da escola fundamental, 97% ainda não são suficientes. Significa que tem mais de três milhões de crianças fora da escola. Hoje, no linear do século XXI, a qualidade é, no meu entender, o problema mais grave da educação nacional. Excetuando a pós-graduação, o problema da qualidade começa na educação infantil e vai até o terceiro grau, até a universidade. Pouca participação dos pais e da comunidade, pouquíssima. Os pais, por questões até de baixa escolaridade, não conseguem exigir uma escola de qualidade para os seus filhos. E os professores e diretores de escolas se incomodam com a presença da comunidade, dos pais na gestão da escola. Eles preferem que eles estejam afastados porque eles temem a avaliação externa e a cobrança por parte da comunidade. Precárias instalações escolares: O Senador disse, com muita propriedade, eu gostaria que as escolas do Brasil seguissem o padrão dos Correios e Telégrafos e do Banco do Brasil. Ele nunca chegou... Nós nunca chegamos, por mais remota que seja a cidade do Brasil, onde o Correio e o Banco do Brasil estejam mal instalados. Já essa regra não funciona para as escolas. Conteúdos ultrapassados. Bato na mesma tecla do Roberto, do Carlos Cavalcante. Estamos transmitindo às nossas crianças os conceitos, os métodos e as formas ainda vigentes, do Século XIX. O atraso nessa área é patente. Estamos vivendo em plena época dos novos paradigmas da educação, na sociedade da informação e do conhecimento e estas revoluções não chegaram, não adentraram a escola brasileira. E sem falar do problema da legislação inflacionária ineficaz; nós temos a educação mais legislada do mundo e parece um paradoxo, na Casa que faz leis nacionais, estar-se falando nesse aspecto. E fica aqui o primeiro apelo: Fazer leis na educação brasileira parece ter um efeito exatamente o contrário: quanto mais se legisla, piora a qualidade da educação. Esse apelo aqui fica exatamente aos Senadores, aos Deputados, aos três Poderes e à Secretaria de Educação, aos Conselhos Estaduais, Federal e Municipais, que todos têm essa tendência de tentar melhorar a educação pela legislação, pelo marco legal e esse é um grande equívoco. A boa educação não se faz por legislação. Próximo, por favor.

Por que a nossa escola, quando avaliada pelos pais, é tão deficiente? Porque eles não tiveram a escolaridade, então, eles, com relação à qualidade, essa é uma pesquisa do INEP. Os pais acham que a escola dos seus filhos, estou me referindo à escola pública, é de boa qualidade. Vejamos o próximo, onde esse percentual, essas notas aparecem. Quase 60% dos pais

das crianças da escola pública não têm o primeiro, o primeiro grau completo, o ensino fundamental. Veja o que é que eles acham: que a qualidade, que o conteúdo das nossas escolas é muito boa; notas superiores a oito; que as instalações também são boas, notas superiores a sete; que as bibliotecas, quadra de esporte, bebedouros, restaurantes para fazer a merenda, notas seis. Apenas na parte que diz respeito à informática e acesso a computadores que, certamente, eles conhecem menos ainda sobre o assunto, atribuem uma nota baixa. As instalações das escolas são precaríssimas e veja o contraste entre a pública e a privada. Bibliotecas... Não se admite uma escola sem biblioteca. No Brasil, apenas 1/4 das escolas públicas dispõem de uma biblioteca, enquanto nas privadas esse número chega a 70%. Acesso à Internet. Hoje, a Internet é a nova Alexandria, é a grande biblioteca internacional. Nós temos, na escola pública, apenas 10% de acesso; 50% nas privadas. Televisão e vídeo... Que é o eletrodoméstico mais popular no Brasil, só perde para o fogão, nós temos apenas 14%. Nem a geração visual da valorização da televisão conseguiu ser universalizada na escola pública, escola pública brasileira. Próximo, por favor.

O Censo escolar recentíssimo mostra que houve melhora no que diz respeito à inclusão digital. 50% dos alunos têm acesso a pelo menos um computador nas públicas. Esse índice chega a mais de 90% nas privadas. A média de computador por escola, que não adianta ter um computador, são oito computadores nas públicas, contra 10, quer que a situação não é muito diferente. A média por alunos, aí a diferença é gritante, enquanto, na escola pública, 150 alunos têm acesso a um computador, na escola privada são menos de 25 alunos.

A observação: Das 270 mil escolas, 207 mil escolas cadastradas do MEC, apenas 51 mil, 25% estão conectadas à Internet. Não basta também ter o computador, tem que ter a conexão à Internet. Os grandes indicadores, conhecidos de todos nós, mas nunca é demais lembrá-los: universalização incompleta, analfabetismo ainda muito alto, que dá mais de 20 milhões de brasileiros analfabetos. Esse mais grave ainda, analfabetismo funcional, 25%... 23% conseguiram ir à escola receber os códigos mínimos de letramento, de cálculos, mas não conseguem dominá-los. A evasão... As mais altas do continente americano. 30% de evasão, 20% de repetência, no ensino fundamental. E distorção seriedade, que também mostra um problema do fluxo escolar, há um certo engarrafamento da escola, que é da ordem de 30%. Próximo.

O problema da exclusão digital, ela acontece por uma série de fatores, que não há tempo de detalhá-los,

mas chamaria atenção que exclusão digital está diretamente relacionada à exclusão social. Se a pessoa tem um mínimo de recursos para fazer parte da sociedade de consumo, ou seja, tem um trabalho, tem um pequeno salário, por mais modesto que seja, ele, pouco a pouco, se aproxima da inclusão digital. Na medida em que as rendas são baixas e essas pessoas não têm o mínimo para sobrevivência garantida, leva à condição de excluído social e digitalmente, simultaneamente. Próximo, por favor.

O problema aqui da matriz de aprendizagem. É nesse ponto que temos de bater com muita força. Os paradigmas educacionais estão ultrapassados. Essa aqui... Esse quadro vermelho é o paradigma do Século XIX, é a cultura da pedagogia, onde a educação ou a aprendizagem é dirigida pelo professor e centrada no professor. Ainda um pouco melhor, mas ainda bastante conservadora, é a pedagogia dirigida ao aprendiz e centrada no professor. Essas duas formas de aprendizagem, elas são válidas até os 16 anos. Quando crianças e jovens, ainda estão na idade que é delimitada como a idade infantil. Na medida em que ele se torna um jovem adolescente ou um adulto, não é impossível continuar infantilizando sua aprendizagem, como faz a escola brasileira. Ao cúmulo de se chegar a exigir da universidade um projeto pedagógico. Veja como está embutido o parâmetro ultrapassado do Século XIX, nas cabeças dos nossos legisladores, dos nossos, dos Ministérios e das nossas Secretarias e, consequentemente, dos professores.

A tendência é essa, o paradigma da andragogia, porque, a partir dos 16 anos, nós seremos aprendizes para o resto da vida. Então, é dirigido pelo professor e centrado no aprendiz. E hoje, já no século XXI, há uma nova tendência internacional de valorizar a gestão da aprendizagem pelo próprio aprendiz. A chamada *eatologia*, que vem do grego, que significa descobrir. Então, temos que mudar a cultura e a cabeça dos nossos professores para fazer essa revolução educacional. Próximo, por favor.

Nas salas de aulas, há de um pacifismo incrível: as crianças entram, ouvem o professor e fazem aquilo que nosso grande educador pernambucano brasileiro, Paulo Freire, chama, com muita propriedade, educação bancária, qual seja, como se fosse possível transmitir conhecimento do professor para o aluno. Isso é um grande equívoco, não existe essa possibilidade. Como disse Paulo Freire, “ninguém ensina a ninguém”. As pessoas aprendem com alguém. Então, essa aprendizagem, esse novo parâmetro da qualidade da educação, faz com que se desvalorizem as antigas formas de ensino, onde o professor era o detentor e o único responsável pelo conteúdo. Hoje,

professor e aluno têm a aprender entre si; não há mais esse distanciamento. Ser professor é não cair na tentação de usar a sua autoridade porque o professor se apóia nessa autoridade—

[soa a campainha].

E despreza a participação dos alunos. Modelos de aprendizagem mais modernos. Vamos adiante. Já nas conclusões, bem mais adiante. Anterior, por favor. Retornem, por favor. Para vocês verem o problema de conteúdos. Na Internet, que eu chamo a “nova Alexandria”, a grande biblioteca internacional, há um predomínio do inglês. 84% dos conteúdos que giram na rede internacional são escritos em inglês. Claro, isso é consequência da globalização econômica, onde o inglês é o idioma internacional, e o dólar é a moeda internacional, mas, na cultura, na educação, continuamos ainda dependentes da globalização, do conhecimento da língua inglesa. Vai continuar sim, mas, a tendência é diminuir esse predomínio. Mas eu chamo atenção aqui, não da tabela como um todo, mas mostrar que o idioma sueco participa com 1.1% dos conteúdos na Internet, enquanto o português, nosso idioma, e aí a responsabilidade é maior do Brasil, temos 180 milhões de habitantes, num total de 250 milhões de habitantes da comunidade lusofônica. O português, modestissimamente participa com menos de 1% dos conteúdos que rodam na Internet. Olha isso é um sinal vermelho, que o Brasil precisa despertar, de utilizar o seu idioma, Houaiss dizia, com muita razão, “idioma, língua é poder”, e utilizar conteúdos para divulgar a cultura brasileira. Que eu saiba, a Suécia tem 11 milhões de habitantes, é o único país do mundo que fala sueco. Mas a responsabilidade do sueco com o conhecimento é tão grande, e ele é um dos países com melhor inclusão digital do mundo, que faz com que o sueco falado por 11 milhões tenha uma participação muito maior do que o quinto idioma mais falado no mundo, que é o nosso português, e que o Brasil é majoritariamente o país que tem essa responsabilidade de mudar esse cenário. Próximo, por favor.

Isso aqui são revoluções que estão acontecendo no mundo; estão chegando aqui muito, ou tardiamente ou muito timidamente. Fala-se em sociedade de aprendizagem desde o final dos anos 60; se fala de sociedade do conhecimento desde final de 60 também. A sociedade de informação do conhecimento foi mais ou menos acoplada e se fala a partir dos anos 70. E, nos anos 90, tem o célebre documento da UNESCO, chamado relatório “*the Law*”, esse primeiro Ministro da França, que coordenou o documento, onde uma palavra resume qual é esse novo paradigma da aprendizagem: “é aprender a aprender”, não é ensinar a ensinar; é “aprender a aprender”, por quê? Porque aprender,

aprendizagem significa via dupla do professor para o aluno, do aluno para o professor. Ensinar, é aquilo que o Paulo Freire já condenou, é educação de via única, apenas do professor para o aluno. Estamos em plena meta do milênio. 2005, com resultados muito tímidos. Próximo, por favor.

Os pontos fracos, aí já na linha da universidade; universidade tardia, tal qual o capitalismo brasileiro, tal qual a industrialização brasileira são tardias. A primeira universidade dos anos 30, quando o Peru, nosso vizinho, tinha a universidade desde o século XVI. Expansão desordenada e ausência de planejamento. Realmente é aqui uma falta completa para mostrar que legislação não resolve, está aí a confusa e caótica universidade, educação superior brasileira, foi muito mais do que as universidades; universidades é inserção, são 8%, em 2200 instituições, concentração injustificável da área de ciências humanas, já faladas pelo nosso colega, Carlos Cavalcante. O país não precisa, gente, fazer cursos na área de educação, de ciências humanas e sociais, com 68% das oportunidades, são criados os empregados, é desqualificar a educação superior. Não estou tirando a importância das ciências humanas e sociais, até por ser advindo delas, mas, na forma, na matriz de formação brasileira, há um grande equívoco de se penalizar as áreas tecnológicas, principalmente a engenharia, a favor das ciências humanas e sociais, que pouco contribuem para o desenvolvimento do país.

Baixo índice de cobertura. O Brasil... É tão dramática a situação, que têm menos universidades, proporcionalmente ao nosso vizinho, a Bolívia. O plano nacional de educação estabelece que até 2010 chegaríamos a 30%; impossível. Não há como chegar a esse... Esse patamar nesses três últimos anos que faltam. Sistema perverso de seleção. Vestibular é algo que já deveria ter sido extinto há muito tempo. Embora, a LDB flexibilize, mas o sistema é muito conservador, ainda vive, sobrevive desse malfadado vestibular.

Ausência de autonomia universitária. Até as universidades paulistas, que estavam gozando de uma experiência inicial, nesse início do ano, está passando por momentos muito difíceis. Não existe autonomia do sistema das universidades públicas federais. Existe na Constituição, mas, jamais foi repassado esse direito, esse poder, para as instituições superiores. Próximo. Os pontos fortes, tudo não é um desastre, não é? Não quero aqui contrariar o que o Wells fala, é um anti-utopista que dizia: “Entre a educação e a catástrofe, dificilmente a primeira vencerá”. Mas, no final do século XX, com a sociedade de informação, do conhecimento, da Internet, o Wells, com certeza, estava equivocadíssimo. Mas, no Brasil, a gente ainda está muito mais para a segunda do para que a primeira. Conseguimos, olha aqui a ca-

pacidade brasileira, a sistema de pós-graduação do Brasil é de excelente qualidade... Padrão internacional. Portanto, somos capazes de fazer pós-graduação da melhor qualidade, comparado aos países mais desenvolvidos nesta área e não somos capazes, até agora, de colocar todas as crianças na escola nem dar uma escola de qualidade para as nossas crianças. Então, não é problema de recursos financeiros, não é problema de recursos técnicos, não é problema de recursos humanos. A pós-graduação contraria e prova que tudo isso é possível. Aí, um potencial imenso de tíquetes e educação à distância pouquíssimo utilizado. O MEC está tendo a ousadia de legislar educação à distância; o único país do mundo que vai conseguir legislar a educação à distância.

Criação recente da Universidade Aberta, uma grande esperança do trabalho feito com muita competência pelo professor Ronaldo Motta, que realmente expandiu a ação e está nos apontando aqui como uma saída promissora, promissora, até agora. Temos, ainda, de... A esperança de retornar, repensar o Brasil, pensando em longo prazo, o país não faz planejamento há 25 anos; desde os anos 80, esqueceu o que é planejar. O Ministério é Ministério do Orçamento e da Gestão. O Planejamento ficou ao léu. E agora, com essa criação recente, de uma secretaria voltada para o pensamento estratégico de longo prazo, pensar o novo futuro do Brasil, nos deixa com novas esperanças.

Condições técnicas internas e financeiras para transformar a educação na prioridade das prioridades, cuja bandeira do Senador, e que todos nós concordamos, é a revolução pela educação. Concluindo. Próximo. Aí estão as propostas. Estou trazendo, tal qual o nosso colega da CNI, um documento. O meu é bem mais sintético, mais modesto, para entregar ao Senador, onde nós abordamos todas essas questões. Mas eu chamo atenção aqui, PDE, boas esperanças, mas não é a saída, não é a revolução. Estão... Só para vocês terem idéia, depois de LDB, que é muito pouco aproveitada, fruto do denodado trabalho do Darci Ribeiro, nós entramos na década da educação, termina esse ano. O PNE foi aprovado em 2001, tem 294 prioridades, ou seja, não tem nenhuma. Não se chega a fazer efetivamente nem 10% daquilo que ele... Que consta no plano. Estamos vivendo a meta dos milênios, alfabetização, saúde, água etc. Resultados em crescimento, mas não ainda suficientes. E nos acenaram com a reforma da educação superior, 2005, e o projeto era tão limitado, que hoje dorme no Congresso Nacional. E é melhor que continue assim.

E, por último, vem aí o PDE com coisas interessantes; o FUNDEB, ontem, finalmente, foi sancionado pelo Presidente, estivemos lá, o índice de desenvolvi-

mento, IDEB, tem coisas muito interessantes. A promessa de crescimento para oito bilhões, não deixa de ser um esforço, mas ainda ineficiente. E como disse bem o representante da CNI, falta uma espinha dorsal do plano. Eu tentei e veja bem, eu tenho um bom trânsito no MEC, trabalhei muitos anos lá, não consegui até hoje o documento do PDE; o PDE é um conjunto de idéias, mas essas idéias estão soltas ou não disponíveis; no *site* não existe, as pessoas não conseguiram nenhum documento. Nós continuamos a fazer legislação, definir um plano em função das leis.

Na apresentação muito brilhante do Ministro Fernando Haddad, que está se esforçando para fazer um bom trabalho, todas as metas, todas as ações do PDE não têm um plano, não têm um documento, mas têm a Medida Provisória, têm a portaria, têm o decreto-lei. A conceituação da reforma está na legislação. Novamente, grande equívoco. Próxima.

Algumas considerações para o debate, eu espero que isso hoje seja possível, a história do Brasil é: políticas públicas educacionais, até hoje, não conseguiram nem equidade nem coerção social. Precisamos fazer na educação o que Brasil faz no futebol, o que carioca faz na escola de samba, aquilo sim é coesão social, é espírito de mobilização nacional em torno de idéias. O carnaval e o futebol poderiam nos inspirar para fazer essa revolução. Aumentos de vagas, sim, estão acontecendo, mas não são capazes de diminuir a exclusão social. E a introdução dos tíquetes ainda está por chegar à sala de aula.

Prontidão para o futuro. Esse é um indicador que todos os países estão alertas para saber sua posição relativa. E aqui estão os países que estão com o melhor índice de prontidão para o futuro. O que é que mede isso? É o índice que mostra o acesso da população por faixa etária, desde as crianças até a terceira idade, aptas a utilizar telecomunicações, tecnologias e Internet. Esse nível vai até 100, de 0 a 100, a Suécia, mais uma vez aqui, a Suécia é o líder mundial, com cerca de 97% de índice de prontidão. Significa que todos, quase todo o cidadão sueco é capaz, da criança ao senhor de idade ou à senhora de idade, capaz de usar esses mecanismos de busca de conhecimentos. Obviamente, nem Estados Unidos, está aqui, nem Japão, está aqui. Têm boa educação? Têm, não há dúvida. Mas os países menores, mais centrados em educação, com mais tradição em educação, estão mostrando que esse é o caminho. E isso, a Irlanda fez, a Espanha fez e a Coreia fez. Todos eles tinham uma situação educacional semelhante à do Brasil nos anos 60. É o padrão mais ou menos parecido, se você analisar qualquer nível de educação naquela década, que se aproxima da situação brasileira de então. Eles

deram um salto qualitativo imenso e nós continuamos com progressos muito, muitíssimo modestos. Muito obrigado pela atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Professor Marcos Formiga e passo a palavra à Léia de Souza Oliveira.

SRA. LEIA DE SOUZA OLIVEIRA: Eu gostaria, inicialmente, de cumprimentar a todos os Senadores e Senadoras aqui presentes, na pessoa do Senador Cristovam, gostaria de cumprimentar os meus companheiros da base da FASUBRA, que estão aqui nesse momento, nesse Plenário, e gostaria ainda de cumprimentar o representante da CNI e da ABRAF, o Professor Marcos Formiga que, com certeza, a partir das suas explicações, contribuíram muito com esse debate do qual temos grande concordância, na maioria das intervenções aqui colocadas.

Inicialmente, eu queria aqui registrar o reconhecimento da FASUBRA ao papel do professor Cristovam Buarque, na luta pela transformação do nosso país, a partir da educação. Nós achamos que essa obstinação e persistência devem ser um exemplo para todos os políticos dessa Casa e também para toda a cidadania. A FASUBRA sindical é uma entidade nacional que representa os trabalhadores técnicos e administrativos das universidades brasileiras. Nós temos uma representação nacional, em toda a federação, de mais de 150 mil trabalhadores, técnicos administrativos. A nossa categoria é muito heterogênea, Senador. Nós possuímos trabalhadores que têm apenas alfabetização, alguns até incompleta, e temos trabalhadores que têm titulação em nível de pós-doutorado. É uma categoria muito heterogênea, mas que tem a consciência do seu papel social na construção de uma universidade de qualidade, voltada aos interesses da maioria da população, ainda excluída, dos mínimos direitos da cidadania.

Com esse viés, com esse corte, eu gostaria aqui de delimitar a minha intervenção. Primeiro, eu gostaria aqui de apresentar o projeto que nós fizemos, técnicos administrativos ousaram, pensaram um modelo para a universidade pública; o nosso projeto intitulado Universidade Cidadã para os Trabalhadores, que eu passo às mãos do Senador Cristovam. Esse projeto pensa o modelo diferenciado para a universidade brasileira, questionando o modelo atual e colocando estas instituições, enquanto instituições, que sirvam, de fato, de um instrumento para emancipação e transformação social. Nós achamos que a universidade pública, em primeiro lugar, em nosso país, é um instrumento que deve estar voltado aos compromissos com o desenvolvimento regional e nacional do nosso país e, conseqüentemente, com a soberania. Essa luta dos trabalhadores técni-

cos administrativos é uma luta antiga; fizemos várias greves na defesa da universidade. Na época, tivemos uma greve vitoriosa, durante o Governo Collor, contra o PEC 56-B, que visava criar um modelo diferenciado de universidade. Na época, com o governo, com o Ministro Paulo Renato, através da PEC 370, que também tinha a intenção de criar um outro modelo de universidade, e hoje, infelizmente, esse modelo novamente ressurgiu, através da proposta de fundação estatal. O Ministério do Planejamento propõe o novo ente de gestão no serviço público, um ente que será estendido a vários setores do Estado, não apenas para setores da cultura, do meio ambiente, mas também para setores da educação. Aí, nesse, caso em particular, pegando os hospitais universitários.

Diante dessa ameaça e diante da necessidade de continuarmos na luta pela valorização dos trabalhadores, a FASUBRA sindical decretou greve, a partir do dia 28, e hoje nós estamos em greve há mais de 22 dias, com 44 universidades paralisadas em todo o país. Portanto, esse momento do debate é um momento oportuno porque, além do fato, dos trabalhadores estarem em mobilização, dos movimentos sociais estarem em mobilização, dos movimentos dos trabalhadores sem-terra levantar a bandeira da construção de um outro projeto, de um outro modelo de educação para o país. Hoje, o Movimento Sem-Terra avança suas bandeiras históricas de luta para além da luta pela terra, também lutar pela transformação do país, que passa, primordialmente pela educação.

E se todos nós nessa Mesa aqui, que é uma Mesa muito interessante do ponto de vista da sua formatação; nós temos aqui representante do setor privado, das instituições as quais nós respeitamos, concordamos com parte da fala colocada pelo professor Décio; já tivemos oportunidades de participar de outros debates de forma conjunta. O representante da CNI, da indústria, que coloca também uma preocupação da indústria na construção de um projeto de desenvolvimento da educação, num projeto de desenvolvimento nacional, dando uma amplitude maior, e temos aqui uma representação dos movimentos sociais, através da federação que representa os sindicatos dos trabalhadores e universidades.

O Senador Cristovam, ele nos instigou e nos desafiou, e a FASUBRA não corre de desafio. Ele colocou duas perguntas para nós: “Que soluções os trabalhadores apresentam para a construção de um projeto nacional de educação que, de fato, possa contribuir com a transformação e a emancipação de nosso país?” “O que vocês fariam se o Presidente Lula convidasse vocês para ser o Ministro para a educação?” Bem, nós ousamos parar e pensar. É uma utopia? É,

mas se, de repente, o Presidente Lula chegasse para a FASUBRA e falasse: “Olha, eu gostaria que vocês indicassem alguém do meio sindical para ser o Ministro da Educação”. “O que vocês fariam imediatamente?” Nós temos duas respostas, senhor Senador. Se me permite, eu gostaria de compartilhar aqui com essa Casa. A primeira: A instalação imediata da Conferência Nacional da Educação. A última Conferência Nacional da Educação que houve em nosso país, foi na época do Ministro Murilo Ringel, que fez uma conferência chamando todos os setores organizados da sociedade: empresários, indústria, movimentos sociais, especialistas na educação, trabalhadores e, todos juntos, a partir de um olhar da realidade, a partir do diagnóstico da realidade, apresentada aqui pelos professores que me antecederam, ousaram pensar um projeto para a educação, a longo prazo; um projeto que, de fato, se transformasse numa política de Estado, uma política perene, não apenas uma política pontual, fragmentada de governos. Eu acho que o desafio que está colocado nesse momento, que coloca como elemento principal, como tarefa principal para essa Casa... Porque o Senado, o Congresso Nacional, ele tem uma tarefa muito maior do que a tarefa que está colocada para os movimentos sociais. Essa Casa deve emanar, deve sugerir, deve induzir um debate qualificado para a maioria da população acerca do que fazer. E, a partir dessa indução, buscar elementos que subsidiem, que enriqueçam o debate, a partir das formulações já acumuladas no meio das sociedades, dos movimentos sociais, dos movimentos populares.

A primeira coisa que nós faríamos é a realização dessa conferência, e a primeira ação que nós faríamos com a caneta do Poder Executivo e com o apoio do legislativo, primeiro era investir na questão fundamental, que é a base de qualquer programa de revolução da educação, que o professor Cristovam tanto fala. Primeira base de tudo, senhores Senadores, na nossa opinião, é o financiamento. Nós temos que mudar essa política econômica do país. Se a educação, de fato, é prioridade é inconcebível, com os valores que hoje são destinados para o financiamento da educação, você fazer uma revolução. A própria previsão que está contida no PNE, de investimento de 7% do PIB, que foi vetada pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, o Presidente Lula até hoje não revogou o veto; os valores, muito bem colocados aqui pelo professor Marco, o valor que hoje é destinado do PIB para o financiamento da educação é uma vergonha; é uma vergonha nacional, é uma vergonha internacional, se nós formos comparar com os índices dos países da América Latina, Europa, como foi muito bem colocado pelo professor Carlos também.

Então, hoje, a primeira ação que o Ministro da Educação deveria fazer, cobrando do Executivo no seu todo, do Presidente da República, e com apoio dessa Casa, seria de revogar o veto do Fernando Henrique Cardoso aos 7% do PIB destinado a financiamento da educação, que é muito pouco. O movimento social, na época da construção do PNE da sociedade, nós apontávamos que deveria ser, no mínimo, 10% do PIB. O saudoso Relator, que já se foi, não é? Do PNE, de Santa Maria, o Deputado Markezan, ele a rebaixou para 7%, e nem os 7% foram cumpridos.

Um outro elemento que nós colocam também nessa base, que é a questão do financiamento, precisa acabar com a DRU. Esse corte aí de... Com relação aos recursos destinados ao financiamento da Educação, de 20%, é um absurdo. O recurso é muito pouco. Ainda tem a DRU aí, que reduz ainda mais esse limite. E uma outra proposta que nós gostaríamos de trazer, concordamos plenamente com a campanha nacional levantada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, a CNTE, que nós deveríamos pegar o exemplo da Argentina e transformar a parcela dos recursos hoje destinados ao pagamento da dívida, em recursos para a Educação; a conversão de parte da dívida em recursos para o financiamento da educação.

Nós achamos que o financiamento é base de tudo, e achamos mais: as bases hoje que vão orientar a construção de um projeto de um Plano Nacional de Educação, devem estar centradas em quatro elementos: O primeiro é a busca da qualidade, muito aqui falado e repetido pelos vários professores que aqui colocaram. Nós devemos ter um padrão único de qualidade nacional, respeitando a autonomia, obviamente, e as diferenças regionais, as vocações de cada instituição, mas nós temos que perseguir um padrão único de qualidade. E esse padrão único de qualidade, para ser conseguido, tem que ter um compromisso muito grande com a valorização, capacitação, numa perspectiva de educação continuada dos profissionais da educação, aí incluindo professores e trabalhadores técnicos administrativos, e também a valorização salarial. É uma vergonha o piso nacional dos trabalhadores, dos servidores dos profissionais de educação, no caso, os docentes no ensino fundamental e também dos trabalhadores da universidade. Um professor universitário tem um piso inferior a mil reais, que nós temos que falar o vencimento básico real, porque eles não incorporaram ainda a GAE. Nós incorporamos. O piso dos trabalhadores técnicos administrativos das universidades, em alguns casos, é superior ao dos docentes porque nós conseguimos, a partir de uma luta histórica, uma greve histórica, em 2001, incorporar a GAE de 160%. Mas continuamos,

ainda, tendo o menor piso dentro do setor público; o piso, hoje, dos trabalhadores das universidades federais é de 700 reais. Um piso de uma categoria de nível intermediário, na federação, é de mil e o maior piso, dentro de todo o nosso corpo administrativo é de 1400. Dos professores é inferior a mil reais.

Então, como você pode construir um padrão de qualidade, dentro de uma universidade ou dentro de uma escola da rede básica, com salários tão aviltantes, sem uma política efetiva de capacitação, sem um programa de valorização que dê qualidade, que dê condições de o professor estar se qualificando de forma permanente e continuada. Então, esse elemento, do ponto de vista da qualidade, para nós, é um elemento principal, que deve fazer parte da construção de um plano nacional de educação. O outro elemento que nós destacamos, é a construção de um programa nacional de democracia, e a democracia, ela tem dois pressupostos. É a democracia da gestão, em todos os níveis, nas escolas privadas, onde os dirigentes não são eleitos de forma democrática pela comunidade universitária, nas instituições federais de ensino superior, onde a maioria é eleita de forma democrática, e também a democracia do acesso, através da universalização do acesso à educação, em todos os níveis. A FASUBRA sindical, ao longo dos anos vem, acumulando esse debate acerca da democracia do acesso e, no nosso projeto, nós defendemos a reserva de vagas com o corte racial—

[soa a campanha].

E de classe. Não apenas só de classe social, mas também racial; nós defendemos que deva existir a cota para os afro-descendentes, uma população que vive à margem da sociedade, e com a qual nós temos uma dívida histórica. Portanto, a cota que a FASUBRA defende tem uma avaliação muito ligada, uma reparação de uma dívida histórica e social que nós temos com a população afro-descendente.

Um outro elo em que nós trazemos aqui para contribuição dessa construção desse Projeto Nacional de Desenvolvimento da Educação é a necessidade de estabelecermos programas firmes de controle social. Os professores que me antecederam aqui colocaram a resistência que existe, em alguns casos, de garantir a participação dos usuários da educação, aí, no caso, os pais, os alunos, representação da sociedade civil organizada para dentro da escola nós achamos que o controle social é importante por dois elementos: Primeiro, a sociedade civil organizada, os usuários da educação devem participar não só da avaliação do resultado da educação, mas, principalmente, do momento de planejamento. Por exemplo, aqui nessa Mesa aqui, não nessa, essa quarta audiência, nós devemos garantir,

em algum momento, a representação dos usuários. Como identificar quem são esses usuários? Não são apenas os estudantes. Até, porque a educação, ela não tem o papel apenas da formação; a educação, ela tem um papel muito maior, não é? De libertação, é de emancipação, ela tem uma perspectiva da construção de projetos sociais, através da extensão, que transforme a realidade onde a universidade está inserida. Portanto, essa representação dos usuários deve vir para dentro da universidade para estar contribuindo com o pensar e o avaliar da universidade. E, por último, a questão do financiamento, que eu já disse aqui qual que é a nossa visão, inclusive, com proposta.

Para finalizar a intervenção, até porque o meu tempo já acabou, a campanha já soou, eu queria só colocar rapidamente uma opinião nossa acerca do PDE, que foi também solicitado aqui pelo Senador que a gente colocasse algumas impressões. Primeiro, nós temos uma crítica construtiva a fazer, principalmente acerca do método. Nós achamos que o PDE não deveria ser construído da forma que foi; deveria estar articulado a um projeto nacional, e, do jeito que o PDE foi feito, inclusive com a falta de acesso à linha dorsal, falar igual à minha professora de história, Lúcia Gaeta, a linha dorsal do projeto, a gente não teve ainda conhecimento. Nós tivemos conjunto de programas do REUNI, conjuntos de programas para a educação básica, mas, o fundamento principal do projeto, nós não tivemos acesso ainda.

Então, nós achamos que esse programa de desenvolvimento da educação, em que pese ter alguns elementos extremamente importantes, como a perspectiva da expansão do sistema de educação federal, através de... Da criação de mais de 100 escolas técnicas, de instituições de ensino superior, no caso de universidades, a expansão também do número de vaga para concurso e de técnicos administrativos e docentes, são elementos importantes, mas contradiz a um elemento que nos preocupa muito, nesta conjuntura, neste contexto, e do qual nós esperamos que os senhores Senadores e Senadoras se comprometam nessa luta, que é o conteúdo, senhor Senador Cristovam, do PLP 01, que é um projeto que propõe uma limitação de despesas no serviço público federal que, na nossa opinião, ele está na contramão do papel e fortalecimento do Estado enquanto indutor do desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que você aponta uma expansão do sistema, não é? Que vai... Quando você expande o sistema, precisa do quê? Precisa de logística, precisa de infra-estrutura, precisa de pessoal, tudo isso aumenta o gasto do Estado com o setor público. E você propõe um projeto que prevê, ao longo de 10 anos, reduzir, então, fica uma contradição muito grande.

Como expandir, como fazer com que o Estado tenha um papel forte, enquanto indutor do desenvolvimento e do crescimento do país se, ao mesmo tempo, ele apresenta um projeto que inibe esse desenvolvimento? Então, nós achamos que embora o PDE tenha políticas importantes, ela... Uma política maior como o PLP 01 contradiz a essa iniciativa de governo. E gostaríamos de ter o apoio dos Senadores aqui nessa luta.

Para finalizar a minha intervenção, eu queria dizer que a FASUBRA sindical está comprometida com essa luta da construção de um Plano de Desenvolvimento para a Educação, e esperamos que os Senadores dessa Casa entrem nessa fileira da constituição, da organização, em caráter de urgência, da Conferência Nacional de Educação e, a partir dessa Conferência Nacional de Educação, nós teremos todas as condições necessárias para estar avaliando os dados da realidade, o diagnóstico da educação, muito bem colocado anteriormente, e, a partir dessa análise do diagnóstico, apresentarmos propostas que, de fato, possibilite a construção de uma política de Estado, onde nós possamos vislumbrar, a médio e longo prazo, uma revolução verdadeira da educação em nosso país.

Então, eu gostaria, mais uma vez, de agradecer o convite e dizer que nós estamos aqui sempre comprometidos com essa tarefa, que não é uma tarefa que deve ser apenas assumida por uma pessoa, mas por toda a sociedade brasileira. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu que agradeço, não só a fala, mas a referência, e dizer que as duas perguntas, eu passaria, porque eu convoquei, quando Ministro, a Conferência Nacional de Educação, e estava na fase de preparação para 2004, não entendo, porque foi suspensa. Acho positiva a conferência. Também lutei muito para derrubar o veto do Fernando Henrique Cardoso, que levaria a 10%. Mas eu acho que essas duas seriam boas, mas elas não dariam a mudanças necessária, mas, de qualquer maneira, estou de acordo que são boas.

Eu quero projetar aqui, a gente fala muito em educação de base superior, e eu quero insistir que a minha ênfase na educação de base é olhando a educação do ensino superior. Eu quero projetar, eu não sei se trouxeram aí, porque eu não estava preparado, os que falam são vocês, não sou eu. Mas, um quadro que mostra qual era a realidade, em 2005, e que não mudou quase nada em 2006, e que, se não mudarmos rapidamente, a universidade não ficará boa, por mais que a gente jogue dinheiro nela, por mais que a gente faça o que ela, em si, quer. Olha, isso aqui é o número não dá para ler direito, mas é o número de crianças na primeira série em 2005. Esse aqui é o

número de crianças que concluíram o ensino médio... Não, que concluíram, não dá para ler, que concluíram o ensino fundamental em 2005. Aumenta o número porque vêm mais velhos, crianças já ou adolescentes ou até o adulto, que se matriculam. Esse é o número dos que terminam o ensino médio, olha aqui olha. Aqui é o número dos concluídos, aqui é os que estavam na terceira série, mas nem todos que estavam na terceira série concluem. Aqui é o número dos concluintes, aqui é o número da matrícula do ensino superior. No Brasil, hoje, praticamente todos que terminam o ensino médio entram na universidade. Agora qual é o problema? É que a gente jogou fora todos esses daí e todos esses daqui. A gente jogou fora isso; a gente jogou fora... Apenas 34 entram, mas a gente jogou fora aqui, apenas 38 terminam. Então, a gente jogou fora 62% e, desses 38, a gente praticamente jogou fora a metade porque eles entram aqui na universidade, mas não têm condições de acompanhar os cursos.

O professor Carlos Roberto falou uma coisa muito importante, hoje, não se consegue também colocar numa escola técnica aqui de qualidade porque não se terminou o ensino médio. Foi-se o tempo em que um jovem com quatro, cinco, seis anos de escolaridade, entrava no SENAI e fazia um bom curso. Não consegue mais porque o ensino superior de antes era para formar operários; agora, a gente precisa formar operadores, acabou o também de operário; agora é o tempo de operadores; o operário trabalha com as mãos; os operadores com os dedos e o escravo com os braços; o escravo não precisava de formação nenhuma; o operário, de uma pouquinho no SENAI. Agora, precisa de muita formação.

E a gente não vai ter se todo mundo terminar o ensino médio. Eu volto a insistir que não são esses que vão chegar aqui não, não é? Esses que estão aqui já tinham 15 anos a mais do que esses; esse é o retrato em 2005. Eu não tenho ainda o retrato de como isso evoluiu, mas vou ter. Mas, melhorar a educação de base é a primeira condição para melhorar a universidade, porque aí a gente vai poder ter gente melhor entrando, e a gente vai poder, com isso, ter uma universidade melhor. É baixíssimo o nível dos alunos que entram na nossa universidade hoje, na maior parte deles. Por que é que o ensino, a pós-graduação é boa? Porque, dentro da universidade, há um processo de seleção e a gente pega os melhores, que são pouquinhos, pouquíssimos--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: 100 mil alunos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): 100 mil. Então, gente, mas alunos. Desses, os bons mesmo não são tantos assim, en-

tão, vamos falar com franqueza. Melhorar a educação de base é melhorar a universidade. É uma condição absolutamente necessária. Eu temo que um governo decida jogar muito dinheiro na universidade, vai ser jogar dinheiro fora. O Formiga disse: “A gente precisa chegar a 30%, mas hoje, mas não tem como chegar, porque não tem os que terminam o ensino médio com o mínimo de qualidade”.

Agora, eu vou mostrar outro quadro, o seguinte, para vocês verem uma coisa interessante. Aí, eu separei aqui... Aqui é a educação privada, aqui é a educação pública, aqui é pior assim, olha, os que terminam o ensino médio; a evasão é muito maior; aqui a evasão é pequena. Agora, quando entra aqui, é mais ou menos o mesmo número. Agora, o que é que acontece? Esses que estavam aqui eles vem para aqui; esses que estão aqui, eles vão para aqui. Um ou outro, um ou outro sai daqui da escola pública e entra na universidade pública. Um ou outro daqui não entra na escola pública e vem para aqui, como aliás, minhas duas filhas, nenhuma das duas entrou aqui. Eu tive de gastar um dinheirão para que elas fizessem o curso superior. Mas é quase que direto, aqui é o lado da injustiça; lá, é o lado da ineficiência. Lá, a gente precisa aumentar o número dos que terminam o ensino médio para que todos terminem o ensino médio. Agora, aqui a gente precisava aumentar o lado da eficiência porque aqui não tem gente suficiente para isso aqui e, ao mesmo tempo, da justiça, fazendo com que esses também terminem. Há uma disputa grande para entrar mais alunos da escola pública na universidade. Não vai ter, porque eles não terminam o ensino médio. Esses aqui estão fora, de qualquer jeito, da universidade, porque não terminaram o ensino médio. E, desses aqui, pelo menos a metade está fora de qualquer disputa para entrar em qualquer universidade pela qualidade. Só um pouquinho aqui é que consegue entrar aqui na universidade pública, sair daqui para aqui. Por causa da qualidade. Então é aí que está a possibilidade de a gente mudar esse país. Aqui, fazendo com que esse pessoal aqui seja, no mínimo, igual a esse. Essa é a justiça. Agora, a gente vai continuar atrasado em relação ao mundo? Porque, mesmo essas aqui, salvo exceções, não são de qualidade suficiente para fazer do Brasil uma Suécia, uma Coreia. É preciso que todos terminem com qualidade e que essa qualidade se aproxime àquela dos países que já fizeram o dever de casa. Por isso que a minha ênfase é na educação de base, pensando na universidade e pensando na justiça. Pensando no atraso dos brasileiros pela falta de qualidade na universidade e pensando da injustiça, que esse pessoal que cai na escola pública não consegue chegar aqui.

Eu queria mostrar isso só para chamar atenção e dizer que acho que, com isso, complementa a fala dos outros. Não há nenhuma discordância, apenas eu dramatizei a realidade. Eu quero, então, passar a palavra aos Senadores. Nós temos apenas o Senador Wilson Matos inscrito. Eu passo a palavra e depois passo para que os que falaram, os palestrantes, possam fazer suas últimas considerações e responder ao Senador.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Quero cumprimentar--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Peço só desculpa à Léia porque eu saí um minuto para votar na escolha de dois embaixadores, que estamos escolhendo, lá na ponta desse corredor. E lá, também, um sofrimento para conseguir o *quorum*.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Quero cumprimentar o Cristovam Buarque, Senador Cristovam Buarque, pelo seu esforço pela melhoria da educação nesse país, inclusive, fazendo caminho atas e passeatas pelas principais cidades do país, e esteve lá no meu Estado recentemente, no Estado do Paraná, na cidade de Londrina, durante dois dias, caminhando pelas ruas e fazendo palestras e tal. É um incansável batalhador pela educação brasileira. E se nós tivéssemos alguns milhões de Cristovam Buarque pelo Brasil, certamente, a educação já teria mudado muito em nosso país.

Cumprimentar o professor Décio, nosso colega e companheiro aí de longas jornadas na área da educação, da expansão, do ensino superior, do ensino superior privado, trazendo dados importantes, mostrando a participação do ensino privado, dentro do contexto da educação, principalmente, superior, no Brasil, que é uma área que o ensino privado entrou, recentemente, para valer na... No ensino básico, a educação privada já está estabelecida há muito tempo, mostrando aí que nós temos hoje, dos quatro milhões e meio de jovens, três milhões, 260 mil estão no ensino privado. Dos que concluíram o ensino superior, no final do ano passado, 195 mil foram... Concluíram o ensino superior nas escolas públicas e 522 mil jovens concluíram o ensino na escola privada.

Também mostrando que a escola privada está espalhada por todos os rincões desse país, é uma capilaridade enorme, enquanto as escolas superiores públicas estão mais centralizadas nos grandes centros e tal, mostrando aí o esforço, também da iniciativa privada, para contribuir com o desenvolvimento do nosso país. O professor não é professor, Carlos, que é representante da CNI, Carlos Roberto Rocha Cavalcante, que veio trazer as questões da necessidade da educação para o desenvolvimento do nosso país. Também

acredito que, sem educação de alto nível e sem qualificação educacional, profissional muito melhor do que temos, nós não teremos crescimento. O principal pilar para sustentar o crescimento econômico de um país, sem dúvida nenhuma, é a educação de qualidade. O que nós fazemos hoje, no Brasil, não será possível o real desenvolvimento do nosso país.

O professor Marcos Formiga, que falou aí da catástrofe, usando a sua palavra, que é uma verdade das calamidades do ensino brasileiro, mostrando aí todas as dificuldades e aonde precisamos trabalhar e atuar. Finalmente, a Léia, com essa sua empolgação, esse seu entusiasmo também, nesse momento até de luta salarial, trazendo a sua contribuição. Essa é mais uma audiência, eu acho muito importante, que contribui bastante para a formação de opinião dos Senadores para a condução do processo legislativo, do qual nós temos parte das responsabilidades.

Eu tenho dito sempre que nós temos dois problemas educacionais, dois problemas só para resolver: estrutural e cultural. Só isso. Já que são dois problemas, não é difícil resolver. E que nosso país também nunca levou educação a sério, é a pura verdade. Só em dezembro de 96 é que nós tivemos uma legislação, a 9.394, chamada LDB da educação, que permitiu uma certa expansão do ensino brasileiro, uma maior liberdade de atuação das instituições. Até essa data, tiraram... O curso superior privado no Brasil era quase proibitivo. Era uma árdua luta para conseguir oferecer um curso para a sociedade. Enquanto construiu qualquer outro tipo de negócio, uma casa de bingo, um motel, alguma outra coisa, um jovem, ele sempre encontrou um lugar para comprar droga tal. E, até 96, não encontrava um lugar para estudar, mesmo tendo dinheiro no bolso para pagar o custo do produto, ele não encontrava. Tudo mais ele encontra, tendo os recursos, menos possibilidade até mesmo de entrar numa Escola Superior.

Felizmente, com o advento dessa lei, houve a abertura e milhares, hoje está aí... Os números mostram a importância dessa abertura; em 10 anos, o ensino privado cresceu muito. Claro, melhor seria que o ensino público gratuito estivesse atendendo toda a sociedade, mas sabemos que isso também é uma utopia; praticamente em cinco países do mundo a sociedade tem ensino público e gratuito no nível superior. E, aqui no Brasil, era praticamente proibida a expansão. Ouvimos aqui falar da descontinuidade dos projetos educacionais; é uma grande verdade. De 1980 a 1994, nós tivemos 11 Ministros da Educação; cada Ministro tem os seus projetos. Ele quer deixar a sua marca, quase sempre logo tentando interromper os projetos dos interiores, sendo bons ou não.

Depois nós tivemos, felizmente, um longo período, com um único Ministro, onde foi possível, inclusive, aprovar a LDB. A prova de que não haveria interesse... Nunca houve interesse muito forte de nossas lideranças numa educação de qualidade, é primeiro essa descontinuidade. Segundo a própria LDB, que era uma lei que vinha reformar uma de 1961, no tempo ainda da televisão branco e preto, do telefone ainda embrionário e tal, essa lei ficou nove anos no Congresso... De Casa... Indo de uma Casa para outra: Da Câmara para o Senado, do Senado para a Câmara. E, num dado momento, no início dos anos 90, teve um partido, PRN, colocou 1.150 Emendas nesse projeto de educação, que foi aprovado com 91 artigos, já é muito. E eu fico aqui indagando: Será que queriam mesmo melhorar esse projeto ou queriam melar esse projeto por mais “n” anos à frente, para que a educação brasileira não avançasse? Essas são questões que a gente fica muito preocupado, com a visão de educação, da história brasileira, não havendo muito... Não tem incomodado os líderes do nosso país. Recentemente essa discussão está muito forte porque nós estamos ficando aí cada dia mais distante dos países que realmente têm levado à educação a sério.

Falando um pouco sobre dois problemas, estrutural e cultural. No estrutural, nós temos uma série de problemas para resolver. É claro, a própria infra-estrutura das escolas, um dos piores espaços da sociedade tem sido a escola brasileira. Pior do que a casa de todos aqueles que estudam, com raras exceções, menos equipada, banheiros desorganizados, falta de condições reais de higiene pessoal em banheiros, papel higiênico, em escola brasileira, é raro encontrar; nas residências, temos; portas em banheiros, patentes quebradas, falta de tampas, é o pior espaço da sociedade. Enquanto isso acontecer, nós não estamos ter o resgate da auto-estima da nossa sociedade. Segundo Rui Barbosa, investimento em educação significa resgate de auto-estima. É claro, temos outros problemas e estruturais e infra-estrutura adequada de áudios visuais, meios para o professor trabalhar, temos problemas, ainda, de poucos dias letivos; nós temos só 200 dias letivos nos ensinos fundamental e médio; as universidades brasileiras, professor Marcos, a maior parte delas trabalha somente com 150 dias ativos: 30 semanas no primeiro semestre, 30 no segundo semestre e 15 no segundo semestre. O ano tem 365 dias. Nós temos muitos feriados, nós temos muito recessos, feriado na terça, segunda não tem aula. E segunda-feira tudo funciona normalmente. Em uma sociedade que não tem compromisso com a educação, tudo é motivo para não ter aula. Um dia de aula no Brasil custa mais de 300 milhões de reais. E um dia útil sem aula

são 300 milhões de reais jogados na lata do lixo e pouco se dão conta disso. E nós, professores, eu me incluo, até torcemos para que tenha um dia a mais de recesso. Quando eu falo do problema cultural, eu fico pensando: “E a minha parte, e a parte de cada um dos educadores estão nesse país hoje?”

Nós temos o problema de aprovação automática ainda. Nós temos um modelo educacional que não leva à sociedade a um comprometimento. O modelo educacional... O aluno fica quatro horas na escola, no máximo, e não leva quase atividades para casa.

Então, nós temos que mudar a nossa postura, a nossa forma de ver a educação. Entrando num aspecto cultural, nós somos a sociedade anti-conhecimento, sem dúvida nenhuma. E, nós líderes dessa sociedade, todos que estão aqui nessa platéia, você que está me ouvindo aí pela TV Senado, cada um de nós brasileiros somos responsáveis por isso. Nós somos um dos povos que menos consomem livros e jornais; nós somos a sociedade dos desinformados. No Japão, para cada mil pessoas adultas, se consomem 633 jornais diariamente; no Brasil, 45 jornais para cada mil pessoas adultas. São dados estarrecedores. No Estados Unidos, se consomem 11 livros por ano; França, nove; o Brasil não chega a dois livros por ano. Nem mesmo jovens universitários constroem suas bibliotecas enquanto são estudantes. Compram no xerox pequenos amontoados de folhas apostiladas que os professores fazem.

Eu tenho feito muitas palestras sobre educação por esse Brasil afora; hoje se gasta mais com uma festa de formatura, que são lindas, gigantes... Gasta-se mais com a formatura, individualmente, do que em acervo bibliográfico para construir o seu pacote de livros, em que ele tem que estudar, pesquisar, enquanto universitário. Isso são grandes inversão de valores que nós tenhamos que combater em nosso país. Eu tenho dito para aqueles... Para os jovens com os quais eu conversei e digo: “Não faça nenhuma festa de formatura, invista em livros; 10 anos depois, você vai reunir aqueles que tiveram sucesso e fazer uma grande festa. E, lamentavelmente, nós vamos ver que, nesses 10 anos após, menos da metade da sala estará presente. Muito menos da metade da sala”.

Há um problema também, quando eu falo da cultura, que até mesmo na escola privada, nós temos esse senso, não é, professor Décio? Que o aluno paga por um produto e uma boa parte dos jovens pagam e não querem levar o produto para casa. Ele gazeia aula desnecessariamente, ele cola em prova, ele paga para outro fazer trabalho, ele copia da Internet... Isso é fruto de uma cultura, é a cultura anti-conhecimento. E nós vivemos a cultura da nota e do diploma, nota e diploma não valem mais nada. O que vale é conhecimento

e conhecimento em alto nível. Se não for assim, nós não vamos colocar esse país num patamar diferente desse que se encontra, de um país que não é emergente, é submergente. Um país que cresce abaixo da média mundo, ele está ficando cada dia mais distante desse patamar sonhado e desejado da sociedade brasileira, de ser emergente ou um dia ser um país desenvolvido. Rosset, um pensador, um economista, diz que somos um país submergente, exatamente pelo nosso comportamento na área educacional, e isso é lamentável. Nós temos um sistema educacional, ainda que permite que o aluno falte 25% das aulas graciosamente. Então, essa é a escola do descompromisso. Inclusive, estou deixando um Projeto de Lei reduzindo essa ausência de 25 para 10%. No Japão é 0 o índice de falta do aluno; o aluno só pode faltar se for para o hospital, essa é a única alternativa porque no hospital eles têm professores e eu fui lá conhecer o modelo educacional e fui conhecer os professores dando aulas nos hospitais para as crianças, os adolescentes e jovens que tiveram que ser internados. E, porque eles fazem isso? Se o aluno faltar Auro 10 dias da escola, ele não acompanha mais o processo, ele será um problema dentro da sala de aula e para a escola. Aqui, se o aluno faltar 10, 15, 20 dias, um mês, um mês e meio, dois, isso fará muito pouca falta; se ele retornar, rapidamente ele tira o xerox de um caderno do colega, de pequenos resumos, e está novamente preparado ou pronto para dar continuidade aos seus estudos.

Então, nós temos seríssimos problemas para resolver; nós temos seríssimos problemas na área de investimentos. Quando falamos de 7% do PIB, hoje não chega a quatro. Nós temos bons programas. O governo do Fernando Henrique foi um grande avanço, com a aprovação da 9.394. O Governo Lula também tem se esforçado; temos a mudança do FUNDEF para o FUNDEB, do qual estive ontem no Palácio do Planalto— [soa a campanha].

Acompanhando a assinatura ali, temos os FIES, temos as avaliações em todos nos níveis, o SAEB, o ENEM, o ENAD, isso é muito importante, que, por sinal, Senador Cristovam, eu fiz um pronunciamento na tribuna, há 10 dias atrás, mostrando que a escola brasileira foi reprovada, no ano passado, em todos os níveis, e todas, públicas e privadas. Porque, na média, nossos alunos, na Prova Brasil, não acertaram, em média, 50% das questões. No ENEM, não acertaram, na média, 50% das questões. No ENAD, do ensino superior; ENEM, ensino médio; ENAD, é ensino superior; também o índice de acertos não foi... Não foi superior a 50% das questões.

Então, é um sistema educacional que ainda continua sendo reprovado. Temos aí grandes esforços...

Esse momento... O Ministro da Educação que, felizmente, permaneceu no cargo, não é? Senador Cristovam, porque senão teria, mais uma vez, uma descontinuidade; nos últimos quatro anos e meio, três Ministros da Educação. Fiquei muito feliz da permanência do Ministro para que haja continuidade dos projetos e dos processos educacionais. Mas, nós tivemos aí alguns programas, PNDE, PDE, Plano de Desenvolvimento da Educação, o próprio FUNDEB traz aí, praticamente, dois bilhões a mais, do Governo Federal, esse ano, para a Educação. O ano que vem três bilhões e meio. No ano... Em 2009, quatro bilhões e meio. Mas, quando nós falamos em um, dois, três, alguns poucos bilhões para a educação brasileira, não significa praticamente nada. Um bilhão... A cada bilhão de reais, significam 5700 reais por ano, que chegam a cada escola. Nós temos 170 mil escolas públicas. A cada bilhão para a educação, significam 20 reais a mais de investimento/ano, por aluno, porque nós temos aproximadamente 50 milhões de alunos nesse Brasil. Isso não tem quase nenhum significado quando falamos em um bilhão, dois bilhões, três bilhões.

Os senhores, vejam esse dado: Nós temos, dentro do nosso planejamento, para chegarmos até 2010 com 30% de jovens do ensino superior. É sabido que nós não vamos, de forma nenhuma, conseguir essa meta, porque hoje nós temos somente 13, 14 %. Um jovem, na escola privada, ele custa seis mil por ano, em média. Para colocarmos mais cinco milhões de jovens, temos quatro milhões e meio hoje, para atingirmos a meta dos 30, temos que colocar mais cinco milhões de jovens... Só estou falando do ensino superior... Tecnologia incomoda de vez em quando... Ao custo de seis mil por ano, cada aluno, nós precisaríamos estar colocando 30 bilhões a mais por ano só para sairmos dos 14% hoje para chegarmos aos 30% sonhados e planejados no sistema educacional brasileiro. Porque cinco bilhões a mais de jovens no ensino brasileiro, ao custo médio de seis mil reais cada um, são 30 bilhões/ano. Mesmo que esse dinheiro fosse colocado à disposição da sociedade como financiamento, durante cinco anos, nós precisaríamos 150 bilhões de reais, e depois, é claro, o aluno vai restituir e outros vão continuar estudando.

Então os nossos desafios são de bilhões e muito mais bilhões do que se discute aí. Entretanto, nós tivemos agora, estamos tendo um evento do PAN. O PAN recebeu do Poder Público federal, municipal, estadual, três bilhões e meio. Eu fiquei muito preocupado, participei desse debate essa semana, Senador Cristovam, três bilhões e meio concentrados em infra-estrutura de esporte em uma única cidade--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): 500 milhões para a segurança.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Para a segurança. Esses três bilhões e meio dariam para construir 50 mil quadras poliesportivas simples, com concreto, tabelas, alambrados, sem coberturas, pelo Brasil afora todo. Mas como o esporte é um dos principais pilares da auto-estima brasileira, se investe tanto focado num único lugar. Mas, quem sabe um dia, e é a minha esperança estar vivo e ver também a educação como um fator de auto-estima, um pilar forte como o fator de auto-estima da sociedade brasileira e, quem sabe, governos ainda não de fazer investimentos tão significativos assim, como se faz para um momento esportivo.

Finalizando, Senador Cristovam, eu tenho assumido pessoalmente a responsabilidade da educação, no espaço no qual eu estou. Eu sou reitor de uma instituição de ensino com 12 mil alunos e eu sou Diretor, quem dirige é o responsável. Eu sou o gerente. Quem gere, é o responsável pelo meio onde está. Eu quero trazer a responsabilidade para cada Diretor de escola nesse país também, porque fácil falarmos do global, da cultura, do clima... Não existe país... Tem outra questão séria, não existe país desenvolvido nos trópicos, com exceção da Austrália, nós somos pegos pelo clima, quente o ano inteiro, futebol, cerveja, praia etc. e nos esquecemos de dedicar à escola, que a escola é a hora/nádega/ cadeira; a aprendizagem é proporcional à hora/nádega/cadeira e não tem outro meio. E esse clima, às vezes, nos envolve, nos ilude e deixamos de crescer e de desenvolver economicamente e socialmente. Porque, quando eu responsabilizo, Cristovam, Senador Cristovam, o Diretor, porque quem... Quem é o maestro de uma escola é o Diretor. Se ele está tocando samba, os que estão ali não vão dançar outra música, podem até dançar samba errado, mas vão tentar dançar samba. Eu tenho que trazer também a responsabilidade para cada professor das milhões de salas de aula por esse Brasil afora. Ele também é um dos principais agentes responsáveis por isso.

Eu fui a uma cidade que tirou nono lugar... A nona maior nota na prova da Prova Brasil, é uma cidade no Paraná, próxima da minha, e cheguei lá e fui ver qual o segredo daquela escola, por ser a nona melhor escola do Brasil. Não vi milhões de reais sendo gastos lá. Eu vi tudo funcionando adequadamente. Nenhum segredo, nada... Adequadamente. Uma escola bem equipada, alguns competidores, uma pequena biblioteca, espaços para arte, mas, sobretudo, eu vi comprometimento. Comprometimento de quem estava lá educando. E levou essa escola municipal de Ivatuba à categoria de terceira... De nona melhor escola do país.

Comprometimento de quem dirigia, comprometimento dos professores, comprometimento do pai, um envolvimento daquela sociedade para fazer uma escola de qualidade e, sobretudo, o educando, o aluno é o agente desse processo e tem que se dispor e tem que querer. E, aí, sim vem a família, o Estado, a sociedade como um todo, como responsável por esse Projeto.

Enfim, encerrando, eu digo sempre que nós temos que converter a nossa sociedade ao conhecimento. Precisamos mais recursos, mais infra-estrutura, mas temos que romper esse marasmo da cultura brasileira, que é a cultura anti-conhecimento. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Wilson, eu acho que o melhor elogio que eu posso fazer à sua fala é de que o senhor deveria estar aqui desse lado, junto desses quatro... Não, não, fez uma boa palestra. Não foi palestra de Senador, não. Foi de quem conhece, de fato, o assunto, de educador, quem conhece o assunto. Parabênzo.

Eu vou passar a palavra aos convidados e depois eu encerrarei com um pouco, a fala muito curta, para agradecê-los, de tal maneira que, de repente, a gente possa terminar até antes de uma hora. Então, eu passo a palavra, na mesma ordem, ao Dr. Carlos Roberto.

SR. CARLOS ROBERTO ROCHA CAVALCANTE: Senador Cristovam e Senador Matos também, e os demais colegas aqui dessa Mesa e toda a audiência, eu acho que nós estamos aqui debatendo é extremamente importante para esse momento que o país passa e vive. Eu acho que se a gente fizer uma reflexão sobre a questão dos últimos anos brasileiros, os últimos 30, 40 anos, o país esteve, ou talvez até mais, isso é o tempo que eu, pelo menos, que eu acompanho mais de perto as questões todas, mais atentamente. Mas, o país sempre envolvido em grandes desafios, em grandes conflitos, em grandes tumultos. A questão econômica brasileira passou por uma fase muito complexa de hiperinflação, de crise brasileira aguda, e isso tudo embaçou muito, por muito tempo, até a condição de se estabelecer algumas prioridades para o país, que fossem além da discussão daqueles grandes e urgentes problemas que afetavam a sociedade como um todo.

E nós fomos vencer mesmo a questão dessa grave crise econômica... Isso tem muito pouco tempo. Nós começamos a ter uma condição mais tranqüila de planejamento, de olhar para frente. Isso é uma realidade de muito poucos anos para cá. Eu, durante a minha fase toda de jovem, de estudante, essa coisa toda, eu não sabia o que era viver num país sem inflação, sem... Eu não conhecia o que era democracia, essas coisas todas, que foram vitórias que a sociedade conquistou

ao longo do tempo. Nos últimos anos, a gente tem tido chance, então, de mudar isso, de pensar para frente, de pensar o futuro. E a questão é que são tantas as prioridades e tantas as urgências que tem hora que a sociedade brasileira mesmo se perde, sem saber o quê, por onde começar. Alguns aspectos estão avançando mais rapidamente que outros, são várias frentes de trabalho, em várias situações diferentes, que precisam ser desenvolvidas, mas, a questão da educação, ela precisa se tornar um consenso da própria sociedade. Não adianta só um grupo de pessoas ter isso como um fato, uma percepção da importância desse tema como um eixo central do desenvolvimento do próprio país. E esse consenso precisa ser formado para que, de fato, a educação se torne a política central do próprio governo.

Nós entendemos, até porque, buscando experiências bem sucedidas de outras nações que estavam em patamar semelhante ao nosso e conseguiram avançar muito mais rapidamente do que o Brasil, é que apostam na educação como o eixo central do processo de desenvolvimento sustentável de qualquer país. E esse mutirão, esse movimento, ele tem que permear desde a base da sociedade, até o Governo Federal. Tem que, de fato, se transformar a prioridade não no discurso, mas na prática. E, para isso, se precisa fazer todo um trabalho de mobilização, de entendimento e vamos apoiar sempre aqui, colocando em nome da Confederação Nacional da Indústria, todos os esforços a favor da educação, mas, principalmente na hora em que nós conseguirmos trabalhar um projeto consistente, com toda uma sinergia com o processo de desenvolvimento do país.

Eu aqui agradeço, em nome da CNI, o convite feito pelo Senador, acho que estaremos sempre disponíveis para esse tipo de debate, pode nos chamar que estaremos sempre cumprindo com nosso dever cívico nesse processo. E parabeno essa Comissão e aos Senadores aqui presentes por sustentarem essa bandeira de uma maneira muito persistente e acreditamos que essa causa é a causa que pode, de fato, fazer a revolução que o país precisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Passo a palavra ao professor Marcos Formiga.

SR. MARCOS FORMIGA: Ao finalizar nossa participação, queríamos dizer também do prazer de estar aqui com vocês e ouvir o Senador Matos fazendo uma análise estrutural, conjuntural e cultural da educação brasileira que, de certa maneira, enriqueceu muitos os cenários aqui traçados ao longo dessa manhã.

Chamaria atenção apenas a um ponto nesse... Nessa última intervenção. As primeira e segunda re-

voluções industriais, acontecidas a partir do Século XIX, a educação obrigatória, essa que a gente chama de educação básica, elas foram suficientes. No Século XXI, estamos vivendo uma outra revolução, agora revolução não mais industrial, mas a revolução do conhecimento... Essa escola tradicional não é suficiente para a formação do cidadão nesse mundo moderno, ou seja, afora a educação tradicional, alfabetização, numeração, letramento etc., surgiu um outro tipo de aprendizagem, que vem comandado aí pelas tecnologias da informação. Então, você tem de acoplar duas formações, a tradicional, que vai continuar e é necessária, mas tem de acrescentar uma outra que é muito mais difícil de universalizar e de dar qualidade, por quê? Porque ela é mais elitista do ponto de vista de acesso. Vocês vejam que o fosso que está se criando entre os países desenvolvidos, emergentes ou submergentes, como foi aqui definido pelo Senador Matos. E se não fomos capazes, em cinco séculos de civilização, em 118 anos de República, de fazer o dever de casa mínimo e necessário, que é colocar todas as crianças na escola e não apenas colocá-las fisicamente, mas fazer com que elas permaneçam e, principalmente, aprendam... Elas estão ali para se tornar cidadãos, para se formar e se informar sobre a vida. E é por isso que hoje não vale a pena ser Ministério da Educação; Ministério da Educação pode muito pouco. Por quê? Porque ele trabalha apenas com uma modalidade de educação, que é a chamada educação escolar formal.

O Ministério da Educação do Brasil nunca teve a percepção de que a educação e a aprendizagem vão muito além das fronteiras de uma escola tradicional. E esse “muito além” envolve hoje a sociedade da informação do conhecimento, onde aprender não é mais monopólio de escola, não é mais monopólio de instalação física de uma universidade. Você pode aprender no trabalho, na igreja, no sindicato, na vida cotidiana. E é por isso que os países desenvolvidos hoje falam em aprendizagem ao longo da vida e não apenas a educação na idade escolar. É por isso que a pedagogia hoje já não é mais importante; ela é muito passageira; ela é a fase mais curta da aprendizagem, enquanto que a andragogia vai permanecer até o final da vida. E os ministérios que estão resolvendo e os países que levam a sério a educação, eles trabalham a educação na perspectiva de aprendizagem com habilidades e habilidades.

O Ministério... Felizmente, a Inglaterra e os Estados Unidos são muito bem gerenciados, não têm Ministério de Educação; têm Secretarias para fazer coordenação. A autonomia dos Estados da região é perfeita e, num país grande como os Estados Unidos, foi o caminho mais correto. A Inglaterra chama o que seria o Ministé-

rio da Educação de Secretaria da Aprendizagem e das Habilidades, *Learning and Skills*, inglês. Então, vejam bem, eles estão em outro patamar, por quê? Porque o patamar do Século XXI requer esse casamento da educação formal, tradicional, que deu o recado para as duas evoluções industriais, mas que terá de conjugar, de se somar à revolução digital, à revolução da informática, nessa sociedade do conhecimento, que está nos levando para uma terceira possível sociedade, a sociedade da inovação. Fizemos as aprendizagens, a vivemos no mundo inteiro, da informação de conhecimento e, se preparem, estamos—

[soa a campanha].

Todos no limiar da chamada sociedade da inovação. A educação brasileira precisa responder: É possível? É. A pós-graduação mostrou. Temos recursos? Sim. Portanto, a revolução é possível, estamos aqui, Senador, para, junto com o senhor e outras lideranças políticas, empresariais e da comunidade, para fazer a famosa e esperada revolução da educação brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, eu passo a palavra à Léia. Leia ou Léia.

SRA. LEIA DE SOUZA OLIVEIRA: Léia.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É que Leia ficaria mais apropriado para nós.

[risos].

SRA. LEIA DE SOUZA OLIVEIRA: Eu queria, mais uma vez, em nome da FASUBRA, agradecer o convite. Registrar que nós entendemos que temos muitos desafios, mas que nós temos uma tarefa, e eu aqui vou colocar a visão dos trabalhadores da universidade acerca do papel desta Casa, do Legislativo. Nós já achamos que o poder legislativo, como espaço que representa a sociedade, no qual a sociedade colocou toda a sua confiança, através dos Parlamentares que aqui foram eleitos, tem um papel muito grande e não deve esperar apenas do Executivo políticas e programas que possibilitem algumas transformações estruturais, a exemplo do que nós colocamos aqui. Nós achamos que, às vezes, numa primeira visão que, salvo melhor juízo, é o Legislativo que fomenta o debate e o debate fica no campo das idéias, e o resultado desse debate não se transforma em programas, em projetos concretos, que possam possibilitar uma mobilização popular rumo ao acúmulo construído aqui, através do esforço coletivo.

Então, a nossa expectativa com essa iniciativa do Senado Federal, aqui, a partir da pessoa do Senador Cristovam, é o que resultado desse debate não fique apenas, Senador Cristovam, numa reflexão, ou apenas num livro que vai ser publicado; nós espera-

mos que o conjunto das idéias aqui registradas, que se transforme num grande esforço nacional, aí, com todas as forças organizadas e vivas desse país, nas suas mais diferentes organizações... Aqui nós temos empresários, nós temos o setor que representa as escolas privadas, nós temos o setor que representa as universidades públicas, que posso falar pelo perfil do Professor Formiga. Nós temos aqui a minha pessoa, representando os trabalhadores. Nós achamos que temos algumas diferenças, mas nós temos muitos pontos em comum, e a gente deve avançar no que nos unifica nesse momento.

O diagnóstico, nós temos consenso, no diagnóstico que foi apresentado aqui; achamos que a educação está evoluindo, também eu não quero fazer uma... Uma avaliação aqui negativa. Eu acho que a revolução da educação, ela vai acontecer de forma processual. Nós não vamos fazer uma revolução da educação da noite para o dia, que você não transforma educação através de decreto, através de vontade do Poder Executivo ou pela vontade de um setor da sociedade. E com essa clareza, na nossa opinião, de que os indicadores que nós temos hoje, de criança na escola, de número de escola, do número, ainda, embora instigante, de analfabetos, mas isso também está sendo superado, eu acho que aqui nós temos que fazer uma avaliação realista, mas otimista, porque a sociedade hoje, aqui tentando enfrentar um desafio que foi colocado pelo Senador, que acabou fazendo uma palestra aqui, enfrentando esse desafio da questão cultural, que está para além do papel de governos, que é uma questão individual de cada um, e a revolução... Por isso que acho que a revolução que eu acredito é a revolução silenciosa, que sai de dentro para fora, não é só através de programas governamentais, eu acho que, se nós todos nos imbuirmos e nos conscientizarmos do nosso papel na construção desse processo revolucionário que está em fase de andamento, de atingir o seu objetivo, eu acho que nós podemos vislumbrar para futuras gerações, não para a minha geração, mas, para as futuras gerações, a construção de um outro modelo educacional para o nosso país, e aí, com certeza, a construção de um outro país.

Então, eu quero aqui registrar o meu otimismo, a minha crença, a minha fé na capacidade da luta, na capacidade da transformação, através da mobilização popular, e eu espero que essa Casa, no cumprimento do seu papel, assuma essa tarefa, induza e motive a sociedade civil organizada a enfrentar, de forma conjunta, essa luta que é de todos nós. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado. E eu passo a palavra ao professor Décio.

SR. DÉCIO CORRÊA LIMA: Eu também gostaria de, nesse momento, agradecer o convite. As instituições de ensino superior querem participar, as instituições de ensino superior particular, elas querem participar... Nós já, através das nossas reuniões na ABMS, tanto na ABMS quanto na ABRAF, nós temos trabalhado e nos posicionado, nessa última diretoria que foi eleita, com relação à participação. O Senador Wilson Matos é testemunha desse processo que nós estamos vivendo, porque nós não podemos ficar alheios ao processo. Nós temos que participar, já decidimos participar e, principalmente, no processo legislativo, queremos atuar no processo legislativo e... Porque entendemos que, através do processo legislativo, do amplo debate do processo legislativo, poderemos construir e queremos participar desse debate porque podemos construir, nesse debate, algo melhor para o país. Não podemos ser pessimistas demais, eu acho que concordo com a Leia, em certos pontos, nós não podemos ser pessimistas demais, mas também não podemos deixar de enxergar o futuro, como bem colocado pelo Senador Matos e pelo colega Formiga.

Agora, um ponto nós precisamos trabalhar, Senador, que eu acho que é a questão da mobilização, não só deste Congresso, na mobilização como um todo. Eu acho que nós precisamos trabalhar, e quero aqui já lançar um desafio, que as instituições de ensino superior particular querem participar deste movimento, é no sentido de divulgar esse trabalho. Nós precisamos divulgar esse trabalho que está sendo feito pela Comissão de Educação do Senado, através das instituições, através das mobilizações populares, nos diversos órgãos colocados, muito bem colocados da sociedade, colocados pelos palestrantes, mas nós precisamos ir além disso. Eu acho que nós precisamos ir para a mídia, nós precisamos ir para a mídia de massa, para divulgarmos que precisamos reverter esse quadro, esse quadro, esse funil, muito bem colocado pelo Senador Cristovam, que são dados, são números e estão à disposição de todos, esse funil perverso, e eu lancei o desafio na primeira fala, diz que os primeiros serão os últimos literalmente, não é? Aqui eu estou fechando e quero lançar novamente esse desafio, nós precisamos analisar claramente por que é que 300 mil estudantes nossos do ensino médio, no setor particular, estão ingressando nas nossas escolas públicas e por que é que um bilhão e 500 mil estão indo estudar, as pessoas que nem têm condições de pagar, estão estudando na educação superior... Particular.

Então, esse é um desafio que nós precisamos pensar; colocar esse debate aberto, público, sem nenhuma... Sem nenhum problema com relação a essa questão de quem é melhor ou quem é pior. Se o que

é que deixou de ser... Nós precisamos quebrar esse paradigma de que a escola pública, ela é o... É a inimiga da privada e vice-versa, isso não existe. Nós precisamos mudar esse paradigma, nós precisamos quebrar definitivamente esse paradigma. Nós estudamos, precisamos colocar os quatro milhões e 800 mil pessoas para estudar. E a Escola Superior particular, Senador Cristovam, ela quer participar juntamente com o senhor, quer que o senhor... Apoiar o senhor com relação a essa busca de levar esse desafio para dentro das nossas escolas.

Quero aqui colocar uma idéia, que já foi discutida pela nossa associação, é com relação à contrapartida; nós não podemos simplesmente dar o peixe para os nossos alunos. O nosso programa do PROUNI, ele é um excelente programa, nós trabalhamos o PROUNI por muitos anos, para apoiar o PROUNI. Apoiamos o Ministro... O Ministro, quando ele era ainda Secretário Executivo do Ministério, com relação à criação do PROUNI. Mas precisamos ir além do PROUNI, nós precisamos ensinar o aluno a pescar. Nós temos um aluno em potencial. O aluno do PROUNI, ele pode ser um tutor, ele pode prestar um serviço para a comunidade; ele deve prestar um serviço para a comunidade. O aluno da escola pública, ele pode prestar um serviço como tutor na escola pública. Nós precisamos trabalhar esses aspectos e a Escola Superior particular, se coloca em... À disposição dessa Comissão, à disposição dos senhores Senadores, à disposição dessa Presidência para estar à frente trabalhando e colocando as suas unidades educacionais, em todo país, à disposição desse debate para que nós possamos levar esse debate até a nossa comunidade. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço. Eu quero começar essa parte final, agradecendo os Senadores que aqui estiveram. Muito especialmente ao Senador Augusto Botelho, que vive momentos muito conturbados, como membro do Conselho de Ética dessa Casa, mas encontrou tempo de vir aqui, e dizer a cada um que, Senador Eduardo também está presente, agradecer a todos que vieram e dizer que essas falas serão divulgadas; farão parte de um conjunto de idéias e... Léia, eu quero dizer que nós vamos trabalhar ou vamos levar o Ministro ou o Presidente da República... Quando eu digo “nós”, é o Senado. Até porque a última Sessão, no dia 27 de agosto será com três governadores, que já confirmaram: O Governador Serra, o Governador Cabral e o Governador Aécio. E já vai ser uma Sessão no Plenário. A idéia nossa é que se transforme num movimento, professor Décio, porque eu estou de acordo, precisa mobilizar. Isso aqui já é uma forma de mobilizar, essa mobilização está acontecendo até naturalmente. A in-

formação que eu tenho da consultoria é que hoje tem 30% a mais de projetos de Senadores relacionados com Educação do que há alguns anos atrás.

Além disso, eu estou caminhando por aí, como disse o Senador Wilson Matos, em nome de um programa chamado Educação Já. Gostaria de ir à Cuiabá fazer uma coisa dessas com a presença e com o comparecimento da FASUBRA e dos professores, tentando criar um movimento como foi o DIRETAS JÁ. Sem isso, a gente não vai conseguir dar o salto. Estou de acordo com a Leia, que não está piorando a educação, mas estamos ficando mais para trás, porque os outros estão melhorando mais depressa. E estamos ficando mais desiguais, que está melhorando mais para os outros, como mostrou o Marcos Formiga, quando comparou a infra-estrutura das particulares e das públicas na educação de base.

Quero dizer também que estou de acordo que a revolução não virá em um dia, mas a gente pode, em pouquíssimos anos, dois, fazer a revolução em uma ou duas cidades. Em algumas cidades. A proposta que eu defendi, como Ministro, era de fazer mil cidades com escola ideal. Cidades pequenas; nas grandes, a gente não tem fôlego. Mas, você pode chegar numa cidade e, em dois anos, contratar novos professores, pagando muito bem salário ali, com o dinheiro federal, construindo novos prédios, derrubando as escolas que estão lá e fazendo outras, colocar todas em horário integral. E ficou dinheiro, em 2004, para 155 novas cidades fazerem essa revolução. Em 15 anos, a gente chega no Brasil inteiro. A minha idéia é que a gente não vai fazer a revolução no Brasil inteiro devagarzinho. Vai fazer depressa em algumas cidades e as outras virão atrás.

Concordo com a idéia de o PROUNI ser um instrumento não só de dar o peixe, mas aí, além da formação da universidade ser voltada para certas áreas, eu gostaria de ver o PROUNI como foi pensado inicialmente, em 2003, e que se chamava Programa de Apoio ao Estudante. E que era dar a bolsa, mas exigir que o aluno que recebesse a bolsa na universidade fosse alfabetizador de adultos. Antes de ontem, eu vi o Brasil comemorando na televisão, que nós já temos 64 cidades com analfabetismo de 4% para baixo. Gente, no Século XXI, já no fim da primeira década, comemorar 1,3% das cidades terem abolido analfabetismo, é de dar vontade de chorar. A gente deveria pedir desculpas porque temos cinco mil 510 ou sete, fez as contas, melhor, cinco mil, 507 com analfabetismo de adultos acima da taxa que a gente pode chamar de erradicação. A gente comemora as coisinhas pequenas, por isso a insistência na idéia de uma revolução.

Essa idéia também da bolsa para que sejam alfabetizadores de adultos casa com uma preocupação que o Marcos fez aqui, muito importante. Hoje, há um perfil de alunos sem sintonia com que o Brasil precisa. Nós formamos muita gente em áreas que o Brasil não precisa e não formamos na área que precisa. Por exemplo, licenciatura. Não há licenciados preparados para serem professores; daí o déficit. Fala-se em 400 mil professores. Eu calculo que a gente precise de mais de um milhão para substituir aqueles que não vão, claro, respeitando aqueles que permaneçam no cargo, mas, aos poucos, substituindo por mais qualificados. Por que não orientar, por exemplo, o aluno que quiser ser professor... Senador Wellington, obrigado por estar aqui também nesse momento de tantas perturbações. E o senhor é uns dos que está no meio do furacão. Agradeço muito que tenha encontrado tempo para vir aqui.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente, eu queria pedir desculpa, estávamos votando, eu e o Senador Azeredo, a tentativa de incluir Minas num fundo do Centro-oeste. Fomos derrotados na outra Comissão, mas corri imediatamente, porque estar presente na Comissão de V.Exa., V.Exa. sabe que--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Nunca falta.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Procuo nunca faltar porque eu sempre, aqui, adquiero muito conhecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sempre chega no começo sempre, é verdade. Pois bem, mas o Formiga levantou isso, porque a gente não faz, professor Décio? O aluno, nesse país, o jovem que quiser ser professor não paga para estudar. Seja universidade de propriedade estatal, seja universidade de propriedade particular, porque as estatais não vão conseguir formar 400 mil ou um milhão em poucos anos. A gente poderia orientar nesse sentido.

Finalmente, sobre duas coisas, a produtividade, que eu fiquei muito contente de vir aqui levantar o problema de que o PAC não vai em frente, não desempacará se a gente não tiver formação. Hoje, o que atrapalha, o grande recurso para fabricar isso nem é matéria-prima, nem mão-de-obra, é a qualificação de alguém para manejar algum robô que fabrica isso. E antes do robô, quem é capaz de desenhar e projetar isso. Quando a gente compra um negócio desses, a maior parte do dinheiro vai para quem projetou. Vai para quem desenhou, vai para a parte, por trás do produto, e não por aquilo da mão-de-obra, nem mesmo da máquina.

Então, eu gostei de ver e, finalmente, um único ponto que se daria um bom debate entre mim e o Marcos Formiga é sobre Ministério ou não. Eu creio que, em países com equidade regional, está certo, mas, um país com a desigualdade do Brasil é o governo central que vai poder dar um salto na educação. Eu não vejo outro jeito. Por isso a minha defesa de um Ministério da Educação de base. Para que ele se preocupe com a educação de base no Brasil inteiro. Mas isso é outra discussão. E como fazer isso sem centralizar e sem burocratizar, que é importante.

Bem, eu quero dizer que nós vamos continuar com as nossas audiências, na próxima semana, dia cinco, aliás, com o ex-Ministro Paulo Renato; o Luiz Antônio Arantes, Presidente da Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais; Paulo Scaff, Presidente da Federação de Indústrias; Frederick Michael Litto, Presidente da Associação Brasileira de Ensino à Distância e Jussara Maria Dutra Vieira, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação. Depois, vamos ver outras reuniões, até que, no dia... Em agosto, vamos fechar com... Em setembro, já vamos fechar com os governadores. E, depois, vamos convidar outros governadores para debaterem aquilo que foi elaborado nesse processo.

Eu lembro que, terça-feira, vamos ter uma Sessão, não das audiências, que a Comissão tem que fazer também o seu dever de casa, enquanto faz essas audiências. Nossas reuniões, inclusive, regulares, são às terças-feiras. Nós estamos hoje aqui num trabalho extra. Na próxima terça, para os membros da Comissão, vamos ter uma audiência de outro tipo, para instruir um Projeto de Lei que dispõe sobre a produção, programação e provento, provimento do conteúdo brasileiro para a distribuição por meio eletrônico e dá outras providências. Tema altamente polêmico e de grande voltagem e que nós chamamos o Daniel Pimentel Slaviero, o Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, ABERT; Manoel Rangel, Presidente da Agência Nacional de Cinema, ANCINE; José Fernandes Pauletti, Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado, ABRAFIX; Alexandre Annenberg, Diretor Executivo de Associação Brasileira de Televisão por Assinatura; Jorge de La Rocque, Presidente da Associação dos Integrantes do PROJETO GLOBAL INFO, REDE GLOBAL INFO; Oscar Maurício de Lima Azedo, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, ABI. Vai ser um evento de muito debate certamente e de muita participação.

Só para dizer que, nessas andanças por aí, nos dias 06 e 07 de julho, eu vou estar em Salto, Indaiatuba

e Itu, caminhando na rua com uma bandeira, onde, em vez de “ordem e progresso”, está escrito “educação é progresso”. Eu já preparo aqueles que vierem dizer que eu estou maculando a bandeira saibam que, nesse país, 15 milhões de brasileiros adultos não vêem diferença entre a bandeira “ordem e progresso”, “educação é progresso” ou misturando as letras, porque não sabem ler. A maior vergonha brasileira é que, depois de quase 120 de República, a bandeira republicana não é reconhecida por todos. Ou a gente muda a bandeira ou ensina todo mundo a ler. Eu prefiro ensinar todo mundo a ler, mas vou caminhar para isso, mudando a bandeira como provocação para a discussão. Muito obrigado a todos e um grande abraço para cada uma e cada um.

[palmas].

Sessão encerrada às 13h12.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2007.

Às quinze horas e vinte e oito minutos do dia treze de junho de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência da Senadora Marisa Serrano, Vice-Presidente no exercício da presidência, com a presença dos Senhores Senadores Marconi Perillo, Rosalba Ciarlini, Geraldo Mesquita, Flávio Arns, Sérgio Zambiasi e Cristovam Buarque, reúne-se a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Romeu Tuma, Rosalba Ciarlini, Valter Pereira, Paulo Duque e Paulo Paim. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. A Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, submete à Subcomissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência submete a deliberação do plenário os seguintes itens: **Item 01: Requerimento nº 007, 2007-SCTMC**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns e da Senadora Marisa Serrano, que “Nos termos do disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, incisos II e V e 93, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiências Públicas, no âmbito desta Co-

missão de Educação, Cultura e Esporte, em conjunto com a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, com o propósito de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2007, que ‘dispõe sobre a produção, programação e provimento de conteúdo brasileiro para distribuição por meio eletrônico e dá outras providências’, convidando todos os seguimentos envolvidos, abaixo relacionados: **1ª**

Audiência Pública: 1) Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - ABERT; 2) Presidente da Associação Brasileira de Concessionária de Serviço Telefônico Fixo Comutado - ABRAFIX; 3) Presidente da Agência Nacional do Cinema – ANCLINE; 4) Presidente da Rede Global Info; 5) Presidente da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura - ABTA; 6) Presidente da Associação Brasileira de Imprensa - ABI. **2ª Audiência Pública:** 1) Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores - ABRA;

2) Presidente da Associação Nacional das Operadoras Celulares - ACEL; 3) Cacá Diegues - cineasta; 4) Presidente da Associação Brasileira dos Provedores de Acesso de Serviços e Informações da Rede de Internet - ABRANET; 5) Presidente da Fundação Padre Anchieta – Centro Paulista de Rádio e Tv Educativas; 6) Presidente do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação - FNDC. **3ª Audiência Pública:**

1) Presidente da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura - ABPTA; 2) Representante do Ministério das Comunicações; 3) Gustavo Dahl – Especialista em Política Cultural e Audiovisual; 4) Presidente da Associação Brasileira de Televisão Universitária - ABTU; 5) Presidente da Motion Picture Association – MPA; 6) Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ”. O requerimento, aprovado pela Comissão de Educação, na reunião no dia doze de junho de dois mil e sete, é aprovado. **Item 02: Requerimento nº 008, 2007-SCTMC**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Demóstenes Torres, Eduardo Azeredo e Flávio Arns, que “Nos termos do disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, e o art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o propósito de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2007, que ‘dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada, para estudantes e idosos, em espetáculos artístico-culturais e esportivos’, de autoria dos Senadores Flávio Arns e Eduardo Azeredo”. O requerimento é aprovado. **Item**

03: Comunicados da Presidência: Comunicado 01:

“Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de correspondência da ilustre. Sra. Luiza Lins, Diretora da Mostra de Cinema Infantil e Presidente da Cinemateca Catarinense e ABC/SC, convidando os membros dessa Subcomissão para a “6ª Mostra de Cinema Infantil de Florianópolis”, a ser realizada no período de 29 de junho a 15 de julho de 2007, no Centro Integrado de Cultura, em Florianópolis - SC”. **Comunicado 02:** “Comunico aos Senhores Senadores as datas e temas das próximas Audiências Públicas da Subcomissão: **dia 26 de junho**, terça-feira, às 10h00, neste Plenário, em conjunto com a Comissão de Educação, com o propósito de instruir o PLS 280/2007 que “dispõe sobre a produção, programação e provimento de conteúdo brasileiro para distribuição por meio eletrônico e dá outras providências”; **dia 28 de junho**, quinta-feira, às 10h00, neste Plenário, em conjunto com a Comissão de Educação, para discutir a elaboração de uma Lei específica (geral) para o Setor Teatral; **dia 03 de julho**, terça-feira, às 10h00, neste Plenário, em conjunto com a Comissão de Educação, para debater a Lei Geral de Comunicação Social Eletrônica”. A Senhora Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senadora Marisa Serrano, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às quinze horas e trinta e cinco minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senadora **Marisa Serrano**, Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE
CINEMA, TEATRO, MÚSICA E
COMUNICAÇÃO SOCIAL – CECTMCS**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

NOTA TAQUIGRÁFICA

**5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO
PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E
COMUNICAÇÃO SOCIAL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA
NO DIA 13 DE JUNHO DE 2007.**

SRA. PRESIDENTE MARISA SERRANO (PSDB-MS): Havendo número regimental declaro aberta a 5ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente

Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 1ª Sessão Legislativa ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto a apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Obrigado.

Item da pauta, Requerimento não terminativo, vou pedir ao Senador Flávio Arns que é um dos autores junto comigo desse Requerimento, que faça a sua apreciação.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço a Sra. Presidente. Este Requerimento como já foi mencionado é de autoria conjunta de V.Exª e minha, já foi aprovado na Comissão de Educação, na data de 12 de junho, portanto, no dia de ontem, e o Requerimento tem os seguintes termos: Nos termos no disposto do art. 58, § 2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinar com os artigos 90, incisos II e V e 93, inciso I e III do Regimento Interno do Senado Federal.

Requeiro a realização de Audiências Públicas no âmbito dessa Comissão de Educação Cultura e Esporte, em conjunto com a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, com o propósito de instruir o Projeto de Lei do Senado nº. 280/2007, que dispõe sobre a produção, programação e provimento de conteúdo brasileiro para distribuição por meio eletrônico e da outras providências. Convidando todos os segmentos envolvidos abaixo relacionados.

Eu acho que é interessante até ler. Na primeira Audiência Pública Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádios e Televisão Aberta, Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado – ABRAFIX; Presidente da Agência Nacional do Cinema – ANCLINE; Presidente da Rede Global – INFO; Presidente da Associação Brasileira de Televisão Por Assinatura – ABTA; Presidente da Associação Brasileira de Imprensa - ABI. Na 2ª Audiência Pública, Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusões – ABRA; Presidente da Associação Nacional das Operadoras Celulares – ACEL; o cineasta Caca Diegues, o Presidente da Associação Brasileira dos Provedores de Acesso de Serviços e Informações a Rede de Internet - ABRANET; Presidente da Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista Rádio e TV Educativas; Presidente do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação FNDC. Na 3ª Audiência Pública, o Presidente da Associação Brasileira de Programadores de Televisão Por Assinatura ABPTA, um representante do

Ministério das Comunicações, o Sr. Gustavo Dahl, que é especialista em política cultural e audiovisual; o Presidente da Associação Brasileira de Televisão Universitária - ABTU; o Presidente da Motion Picture Association - MPA e o Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ. Este é o Requerimento Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Senador, agradecendo a sua leitura, coloco em votação o presente Requerimento. Aprovado.

Item 2 da pauta. Requerimento não terminativo. O Flávio, o Senador Flávio Arns também é autor, co-autor do Requerimento a quem eu passo a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É um Requerimento assim para um debate muito importante de interesse de um conjunto enorme de pessoas dentro do Brasil, que é justamente a questão do benefício da meia entrada para estudantes e idosos, em espetáculos artísticos, culturais e esportivos. Então, nos termos do disposto art. 58, § 2º, incisos II e V da Constituição Federal combinado com o art. 90, incisos II e V, e o art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito desta Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música, né, todas as aéreas relacionadas, e Comunicação Social, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o propósito de instruir o Projeto de Lei do Senado nº. 188/2007, que dispõe sobre o benefício do pagamento de meia entrada para estudantes e idosos, em espetáculos artísticos, culturais e esportivos. E este projeto é de autoria do Senadores Flávio Arns, de minha autoria, portanto, e Senador Eduardo Azeredo. O Requerimento é sobrescrito pelos os Senadores Demostenes Torres, Senador Eduardo Azeredo e por mim próprio.

SRA. PRESIDENTE MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado Sr. Senador Flávio Arns. Coloco em votação o presente Requerimento. Todos que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Dois comunicados se encontram na Mesa. Primeiro: Comunico aos Srs. Senadores o recebimento de correspondência da ilustre Sra. Luiza Lins, Diretora da Amostra de Cinema Infantil e Presidente da Cinemateca Catarinense, ABC de Santa Catarina. Convidando os membros dessa Subcomissão para a 6ª Amostra de Cinema Infantil de Florianópolis, a ser realizado no período de 29 de junho e 15 de julho de

2007 no Centro Intregado de Cultura em Florianópolis, Santa Catarina.

E o outro comunicado é das próximas Audiências Públicas da Subcomissão. A primeira do dia 26 de junho, dispondo sobre a produção, programação e provimento de conteúdo brasileiro para distribuição por meio eletrônico e dá outras providências. A segunda no dia 28 de junho, quinta-feira, às dez horas para discutir a elaboração de uma lei específica geral para o setor teatral e a terceira em 3 de julho em conjunto com a Comissão de Educação para debater a lei geral de Comunicação Social Eletrônica.

Não havendo mais nada a tratar na presente reunião. Declaro encerrada essa Sessão. Muito obrigada a todos.

Sessão encerrada às 15h35.

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

ATA DA 16ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMIS- SÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMI- DOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, DO DIA 29 DE MAIO DE 2007 ÀS 11:30 HORAS.

Às onze horas e quarenta e nove minutos do dia vinte e nove de maio de dois mil e sete, na Sala nº. 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador LEOMAR QUINTANILHA, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores RENATO CASAGRANDE, SIBÁ MACHADO, FÁTIMA CLEIDE, JOÃO RIBEIRO, HERÁCLITO FORTES, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO, MARCONI PERILLO, FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, SERYS SLHESARENKO, INÁCIO ARRUDA, EXPEDITO JÚNIOR, GARIBALDI ALVES, GERALDO MESQUITA, CÉSAR BORGES e FLEXA RIBEIRO. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente informa que a reunião tem a seguinte pauta: Item 01) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2007 (PL 4.679, de 2001, na Origem) - NÃO TERMINATIVO, que “dispõe sobre a adição de farinha de mandioca refinada, de farinha de raspa de mandioca ou de fécula de mandioca à fa-

rinha de trigo e seus derivados, adquiridos pelo poder público, estabelece regime tributário especial para a farinha de trigo misturada, e dá outras providências”. Autoria: Deputado ALDO REBELO. Relator: Senador MARCONI PERILLO. Parecer: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado. Item 02) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, DE 1993 - NÃO TERMINATIVO, que “altera a Lei nº 6.435, de 1977, que dispõe sobre entidades fechadas de previdência privada, e dá outras providências”. Autoria: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias e irregularidades cometidas em fundos de pensão de empresas estatais e na Petrobrás. Relator: Senador FLÁVIO ARNS. Parecer: Pelo arquivamento da matéria. Resultado: Aprovado o parecer pelo arquivamento. Item 03) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 143, DE 2006 - TERMINATIVO, que “acrescenta parágrafo ao art. 3º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para excluir a aplicação desse Código quanto ao custo das operações ativas e à remuneração das operações passivas de instituições financeiras na intermediação de dinheiro”. Autoria: Senador VALDIR RAUPP. Relator: Senador EXPEDITO JÚNIOR. Parecer: Pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado. Obs.: Matéria vai a turno suplementar. Item 04) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 78, DE 2007 - TERMINATIVO, que “altera a redação do inciso II do § 3º do art. 6º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para considerar como descontinuidade do serviço a interrupção do fornecimento de água, energia elétrica e telefonia”. Autoria: Senador ÁLVARO DIAS. Relatora: Senadora MARISA SERRANO. Parecer: Pela prejudicialidade do projeto. Resultado: Aprovado o parecer pela prejudicialidade. Item 05) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 395, DE 2005 - TERMINATIVO, que “altera os arts. 2º e 16 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), com as modificações posteriores, para dispor sobre áreas de preservação permanente e de reserva legal”. Autoria: Senador ÁLVARO DIAS. Relator: Senador RENATO CASAGRANDE. Parecer: Pela rejeição do projeto. Resultado: Aprovado o parecer pela rejeição. Item 06) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 191, DE 2005 - TERMINATIVO, que “altera as Leis nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, para, entre outras providências, considerar como prática abusiva a oferta à venda ou a venda de produtos ou serviços mediante a sistemática de pagamento a prazo pelo preço à vista.”. Autoria: Senador ANTONIO CARLOS VALADARES. Relator Senador LEOMAR QUINTANILHA. Parecer: Pela aprovação do projeto na forma da Emenda nº 2 que apresenta. Resultado: Adiado. Obs.: Este projeto foi relatado pelo

Senador NEZINHO ALENCAR, sendo aprovado com a Emenda nº 1-CMA que suprime os artigos 2º, 3º e 4º citados na ementa. Assim, há necessidade de alterar a ementa para adequar o projeto. Item 07) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 151, DE 2006, - TERMINATIVO, que “altera o caput do art. 36 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor que a mensagem publicitária conterà a expressão “informe publicitário”. Autoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO. Relator: Senador GARIBALDI ALVES. Parecer: Pela aprovação do projeto com a Emenda nº 2-CMA que oferece e rejeição da Emenda nº 1-CMA, apresentada pelo Senador ARTHUR VIRGÍLIO. Resultado: Aprovado. Obs.: Foi apresentada, pelo Senador ARTHUR VIRGÍLIO, dentro do prazo regimental, a Emenda nº 1-CMA. EXTRA-PAUTA, é deliberado o REQUERIMENTO Nº 23, DE 2007-CMA, que “requer, nos termos do art. 90, II e V, do Regimento Interno, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, destinada a discutir os termos do acordo entre o Banco do Brasil S/A e a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), celebrado em 24 de dezembro de 1997, como forma de instruir Parecer à Proposta de Fiscalização e Controle nº 01, de 2005, com os seguintes convidados: SÉRGIO ROSA, Presidente da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil; LUCAS FURTADO, Procurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União; RUI BRITO, economista, especialista em previdência social e Presidente do Conselho Deliberativo da União Nacional dos Acionistas Minoritários do Banco do Brasil; JOSÉ DE OLIVEIRA DANTAS, auditor aposentado do Banco do Brasil e HENRIQUE PIZZOLATO, ex-membro do Conselho de Administração do Banco do Brasil, ex-diretor da mesma instituição e ex-integrante do Conselho Deliberativo da Previ”. Autor: Senador HERÁCLITO FORTES. Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senhores Senadores HERÁCLITO FORTES, FLÁVIO ARNS, CÍCERO LUCENA, EXPEDITO JUNIOR, SIBÁ MACHADO, CÉSAR BORGES, FÁTIMA CLEIDE, FLEXA RIBEIRO. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO EM 29-5-2007

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião Ordinária da Comissão

de Meio Ambiente Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da sessão anterior, permaneçam como se encontram. Aprovada

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Eu gostaria só de fazer duas informações ao Plenário. Hoje às 18h00, na biblioteca do Senado, nós teremos a abertura da 2ª Exposição do Meio Ambiente promovido por esta Casa. E amanhã, às 10h, também no Plenário do Senado, haverá uma sessão solene comemorativa do Dia Mundial do Meio Ambiente. Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu pediria permissão a V.Exª., para apresentar um texto. Gostaria de pedir permissão a V.Exª., para colocar em votação um requerimento extrapauta, solicitando uma audiência pública a fim de instruir um parecer que preciso dar nessa Comissão, lerei para V.Exª....

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): V.Exª., já encaminhou à mesa ou vai lê-lo agora?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vou lê-lo agora extrapauta. “Requeiro nos termos do art. 90, § 2º e 5º do Regimento Interno, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, destinada a discutir termo do acordo entre o Banco do Brasil e a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, celebrado em 24 de dezembro de 97, na forma de instruir parecer a Proposta de Fiscalização e Controle nº 01 de 2005, da qual eu sou Relator. Os convidados serão senhor Sérgio Rosa, Presidente da PREVI; Lucas Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público; Rui Brito, Economista e Especialista em Previdência Social; senhor José de Oliveira, Auditor aposentado do Banco do Brasil e Henrique Pizzolato, ex-membro do Conselho de Administração da PREVI”.

É importantíssimo Sr. Presidente, tendo em vista a complexidade da matéria que façamos a oitiva dos nomes acima citados. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Submetemos à consideração do Plenário o acolhimento do requerimento extrapauta.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Agora, a aprovação do requerimento. Está em discussão. Não havendo em queira discutir em votação. Os Srs. Senadores que aprovam

permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

O Item 01, por solicitação do Relator Senador Marconi Perillo, nós também retiramos de pauta. Passamos ao item 02. Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1993, que “Altera a Lei nº 6.435, de 1977, que dispõe sobre entidades fechadas de previdência privada e dá outras providências”. É de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar denúncias e irregularidades cometidas em fundos de pensão de empresas estatais e na Petrobrás.

Designo Relator ad hoc, a eminente Senadora Marisa...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): O Senador Flávio Arns se encontra presente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): E é o Relator. Concedo a V.Ex^a., a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É o item 02. Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras, de fato este projeto de lei havia sido enviado para o arquivo. E, por uma iniciativa do Senador Papaléo Paes, por um requerimento de nº 60 e de outros Senadores - naturalmente de acordo com o regimento - a matéria foi desarquivada para ser apreciada novamente por esta Comissão.

Eu discuti o assunto com o Senador Papaléo Paes, porque o nosso parecer é pelo arquivamento novamente da matéria, para indagar de sua V.Ex^a., se ele concordaria, se haveria algum fato que não estivéssemos percebendo no projeto de lei e ele concordou, inclusive, como autor que isto acontecesse.

Então, havia inclusive na conclusão do nosso relatório, que do ponto de vista regimental este PLS nº 45, de 93 dois problemas: A) A proposição encontra-se em tramitação há mais de duas legislaturas e, mesmo depois desarquivada não teve a tramitação concluída o que implicaria seu arquivamento em definitivo, nos termos do art. 332, parágrafos 1º e 2º do Regimento Interno do Senado Federal. Mas tem o item b também. B) A matéria perdeu a oportunidade, tendo em vista que o diploma legal que desejava alterar a Lei 6345 de 77, foi revogada pela Lei Complementar 109 de 2001, enquadrando-se, portanto, no que dispõe o art. 334, inciso I.

Por todo o exposto, o voto é pelo arquivamento do PLS nº 45 de 2003, ressaltando que estava arquivado houve o requerimento para o desarquivamento, houve o contato com o autor da matéria que concordou com esse voto. Isto não quer dizer, Sr. Presidente, que o

assunto objeto desta lei que dispõe sobre entidade de previdência privada, não deva ser mais debatido, mais discutido com a legislação aprimorada, porém pelas razões que colocamos na análise neste caso específico o voto é pelo arquivamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o relatório expandido pelo eminente Senador Flávio Arns.

Não havendo quem queira discutir em votação. Os Srs. Senadores que aprovam --

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Antes da votação eu pediria apenas ao Senador Arns, que nos explicasse o que é a alteração da lei só para... Se for possível, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Flávio Arns.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O que a lei altera? A proposta de alteração o que é?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só um minutinho.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu acho Senador Arns, eu até para colaborar com V.Ex^a., eu pediria vista só dar uma olhada melhor.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está bem.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A não ser que V.Ex^a...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A Assessoria Técnica teria uma... Porque a minha dúvida é só o porquê da...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Flávio Arns, não tem objeção ao pedido de vista?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, não tenho.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, eu quero liberar inclusive esse pedido de vista, se tiver o esclarecimento eu já resolvo essa questão agora eu não vou... Só um pouquinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): A mesa aguarda.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O que nós procuramos colocar na análise do processo, eu inclusive não fiz a leitura total do projeto em função da questão do arquivamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Flávio Arns, se V.Ex^a. --

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria fazer outra proposta inverte--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Se V.Ex^a., concordar, nós faremos uma inversão de pauta.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Inverte e ficaria em seguida--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR):

Não, mas se for da minha parte como Relator, eu acho que não há problema em que a indagação do senhor Senador Heráclito Fortes, seja mais aprofundada também. E, que a gente possa ter esta questão, ultrapassada e sanada na próxima reunião. Da minha parte não há qualquer óbice, qualquer dificuldade em relação ao pedido de vista, naturalmente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Senador Flávio Arns, se puder fazer a inversão de pauta e a Assessoria Técnica nós nos reunirmos aqui, a Assessoria Técnica prestar os esclarecimentos para mim está...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR):

Está perfeito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Está perfeito, está bom?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR):

Isto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO):

Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB):

Pre-sidente. Senador Flávio Arns, pelo que eu entendi no parecer de V.Ex.^a, é no sentido de que a necessidade e a defesa pelo arquivamento é em função de que estaria alterando algo que já foi revogado, então, perderia todo e qualquer sentido o projeto.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR):

É. Esse foi o ponto que eu inclusive li, não é?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB):

Exatamente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR):

Mas o Senador Heráclito Fortes - eu também entendo o ponto de vista do Senador - ele quer mais detalhes dos aspectos todos que já tenham sido contemplados na legislação e que os objetivos já foram atendidos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Está ok, concordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO):

Não havendo mais quem queira discutir encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos ao Item 02, ao Item 03. Projeto de lei do Senado nº 143, de 2006. Tem caráter terminativo. Acrescenta parágrafo ao art. 3º, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que é o Código de Defesa do Consumidor, para excluir a aplicação desse Código quanto ao custo das operações ativas e à remuneração das operações passivas de instituições financeiras na intermediação de dinheiro. O projeto é de autoria do

Senador Valdir Raupp e tem como Relator o Senador Expedito Júnior, a quem concedemos a palavra.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO):

Sr. Presidente, nós já encaminhamos o nosso relatório, já encaminhamos o nosso parecer favorável à maioria dos Senadores desta Comissão. Na reunião da semana passada nós íamos fazer a leitura do nosso relatório, mas tendo em vista o Senador Raupp perdeu o vôo em Porto Velho e, nós esperávamos e aguardávamos a presença do Senador autor do projeto, mas naquela semana eu já conversei com alguns Senadores e adiantei sobre essa questão do nosso relatório e eu vi que não era consenso essa questão do nosso voto.

Eu me aprofundi um pouco mais Sr. Presidente e, como o relatório já está com a maioria dos Srs. Senadores, eu gostaria só de destacar alguns pontos aqui. A meu ver é importante compreender que o projeto não retira os bancos das Subcomissões do Código, o que se está retirando é o custo decorrente de operações ativas e passivas praticada por instituições financeiras.

O Supremo Tribunal Federal já decidiu essa questão e preservou os direitos do consumidor, assegurando a aplicação do código nas relações entre ele e as instituições financeiras e explicou que não há confusão entre esses direitos e formulação da política monetária financeira e cambial, atividade que não se reveste da natureza consumeirista.

Assim Sr. Presidente, o projeto deixará claro que o código não pode oferecer proteção em relação às taxas de juros cobradas sobre o custo do dinheiro, ele protege os demais serviços oferecidos pelos bancos. Em relação ao custo do dinheiro as taxas de juros trata-se de matéria do Sistema Financeira Nacional, que é um campo que é reservado a Lei Complementar. Ademais, existem já resoluções do Conselho Monetário Nacional que cuidam da defesa dos usuários de serviços prestados por instituições financeiras.

Deste modo Sr. Presidente, nós encaminhamos o nosso voto pelas razões apresentadas, manifestamos-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado de nº 143 de 2006, na forma do substitutivo que apresento Sr. Presidente: “O Congresso Nacional decreta art. 3º, da Lei 8078, de 08 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, passa a vigorar com a seguinte redação. Art. 3º, §. 2º, serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária financeira de crédito e securitária. O dispositivo no parágrafo 2º, não se aplica às atividades decorrentes das relações de caráter trabalhista e ao custo das operações ativas e a remuneração das operações passivas praticadas por instituições financeiras, no desempenho de intermedia-

ção de dinheiro que obedecerá a legislação específica. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação”.

Parecer, então, Sr. Presidente é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o projeto. Não havendo quem queira discutir, vamos encerrar a discussão.

Em votação. O processo ocorre por votação nominal. Senador Sibá Machado, como vota?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com o Relator, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Augusto Botelho. Senador Expedito Júnior, voto conhecido. Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): Voto com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Com o outro Relator. Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARIA SERRANO (PSDB-MS): Contra, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Nós estamos por enquanto com oito votos. Empatado quatro a quatro. Senador Augusto Botelho, como vota?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Augusto Botelho, vota com o Relator. O projeto foi aprovado, com cinco sim e quatro votos contrários.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Poupando V.Ex^{a.}, de uma manifestação, não é Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): O voto vai a turno suplementar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Poupando V.Ex^{a.}, de manifestação.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Poupou a Mesa de ter que se manifestar. Passamos o Item 04. Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2007, também de caráter terminativo. Altera a redação do inciso II, do § 3º, do art. 6º, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para considerar como descontinuidade do serviço a interrupção do fornecimento de água, energia elétrica e telefonia. O projeto é de autoria do Senador Alvaro Dias e tem como Relator a Senadora Marisa Serrano, a quem concedemos à palavra.

SENADORA MARIA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Eu quero passar a análise do parecer.

Não há dúvida que essas situações lamentáveis - porque ninguém em sã consciência, deixa de pagar por serviços absolutamente essenciais a continuidade da vida. Por tudo isso, a iniciativa do eminente Senador Alvaro Dias só merece elogios dessa Relatora que como S. Ex^{a.}, também se preocupa com a situação dos menos favorecidos especialmente em um País como o nosso em que as taxas de desemprego são tão elevadas.

A Constituição Federal estabelece em seu art. 175, que ao Poder Público incumbe na forma da lei, a prestação de serviços públicos seja diretamente, seja sobre o regime de concessão ou permissão. A lei a que se refere o texto fundamental veio a ser a de nº 8.987 de 95, que dispõe sobre normas gerais das concessões e permissões de serviços públicos.

Tal ato normativo estabelece o seguinte: Art. 6º, toda concessão ou permissão pressupõe a prestação do serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nessa lei nas normas pertinentes e no respectivo contrato. Parágrafo 1º, serviço adequado é o que satisfaz às condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas. Parágrafo 3º, - é aí que se encaixa a mudança - não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso quando: 1º. Motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações e 2º. Por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.

O projeto pretende que o inciso II, supra mencionado tenha a seguinte redação. “II. Por inadimplemento do usuário, exceto em casos de fornecimento de água, energia elétrica e telefonia, considerado o interesse pú-

blico”. Essa proposta como lhe é curial, visa a impedir a descontinuidade da prestação ou do fornecimento de tais serviços justamente por serem atividades qualificadas pela nota da essencialidade, como, aliás, já se enfatizou ao longo desse parecer.

Ocorre, porém, que já houve pré-julgamento da matéria por parte desta Casa, ao aprovar o Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2003, na forma do parecer nº 1020, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, com a adoção do voto em separado, ofertado pelo então Senador, Fernando Bezerra. Assim sendo e considerando o disposto no inciso II, do art. 334 do Regimento Interno, o nosso voto é pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2007.

Isso, Sr. Presidente e Srs. Senadores e Sr^{as}. Senadoras, é por que nesse Projeto de Lei do Senado nº 62, já abriram prazos para que o consumidor se preparasse para resolver problema - ou pagar ou esperar o corte. Mas já foi feita a análise desta questão, portanto, eu optei pela prejudicialidade. Era esse o meu parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir em votação. A votação é nominal. Como vota o Senador Sibá Machado?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Vota sim, com a Relatora. Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Vota sim, com a relatora. Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Vota sim, com a Relatora. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim, com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Vota sim, com a Relatora. Senadora Marisa Serrano, voto conhecido. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Voto sim, com a Relatora. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com a Relatora, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Vota sim, com a Relatora. Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Voto favorável, com a relatora, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Vota sim, com a Relatora. Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Vota sim, com a Relatora. O projeto foi aprovado, aliás, o projeto foi rejeitado. O relatório foi aprovado e o projeto rejeitado.

Passamos o Item 05. Projeto de Lei do Senado nº 395, de 2005. Altera os arts. 2º e 16, da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que é o Código Florestal, com as modificações posteriores, para dispor sobre áreas de preservação permanente e de reserva legal. De autoria do Senador Alvaro Dias. Tem como Relator o Senador Renato Casagrande, a quem concedemos a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, senhor Presidente. O projeto do Senador Alvaro Dias, que altera o art. 2º e 16, da Lei 4.771 que é o Código Florestal.

Sr. Presidente, esse projeto nós temos primeiramente a seguinte análise sobre ele: O autor do PLS 395 de 2005, a iniciativa visa compatibilizar o desenvolvimento econômico com a proteção da natureza, observa que historicamente o caminho escolhido pelo legislador nacional, para intensificar cobertura de florestal não só na Região Norte mas em todo o País, consistiu em aumentar o tamanho da área de preservação permanente da reserva legal, reduzindo em consequência a parcela economicamente aproveitável da propriedade rural, segundo o autor do projeto.

Segundo o autor, ainda Sr. Presidente, o resultado de tais medidas foi o oposto com o aumento dos índices de desmatamento decorrente do desrespeito a legislação ambiental. Portanto, é proposta a redução do tamanho das áreas de proteção permanente e da reserva legal, com o objetivo de incentivar a atividade econômica a legal, viabilizar o aproveitamento produtivo dessas pequenas propriedades e fomentar o cumprimento das leis ambientais.

Na esfera da constitucionalidade especialmente no tocante a iniciativa, não cabem restrições à proposição uma vez que envolve matéria que pode ser disciplinada por meio de projeto de lei, passível de apresentação por qualquer membro de Senado ou da Câmara dos Deputados. Mas Sr. Presidente, embora o autor enfatize da justificação que de acordo com o art. 170 da Constituição Federal, a ordem econômica

está subordinada aos princípios da propriedade privada, da função social da propriedade e da defesa do meio ambiente e conforme o art. 225 da Lei Maior, todos têm o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, existem razões que demonstram que a proposta sobre exame não se adequou aos referidos preceitos constitucionais.

Cabe observar que houve redução das taxas de desmatamento da Floresta Amazônica nos últimos três anos, o que demonstra que as ações governamentais de fiscalização e de incentivo ao uso sustentável da floresta podem reduzir os índices de desmatamento. Portanto, não é necessária a redução das APPs e da reserva legal, para que ocorra a diminuição das taxas de desflorestamento.

Além disso, o projeto de lei não atenta ao fato de que é possível preservar a floresta e ao mesmo tempo utilizá-la economicamente, mas de forma racional, sem necessitar desmatar as áreas de proteção permanente e a reserva legal. O uso racional de floresta é uma forma de viabilizar o desenvolvimento sustentável e, portanto, de assegurar as gerações futuras um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Deve também ser observado, que muitos biomas fora da Região Amazônica já estão bastante degradados e uma redução das APPs e da reserva legal nesses biomas, contribuiria para o seu desaparecimento os resquícios da Mata Atlântica em especial possuem áreas muito fragmentadas, de maneira que a existência de espécies raras ou próximas da extinção neste bioma seria comprometida, caso essas áreas sofressem novos desmatamentos. Ademais, a redução das APPs ao longo do curso d'água pode afetar a conservação dos recursos hídricos - porque o projeto propõe isso, uma redução das áreas de preservação ao longo dos cursos d'água e a redução da área de reserva legal.

A preservação das florestas e demais formas de vegetação natural nessas áreas é uma forma de evitar assoreamento e assegurar a qualidade da água nas bacias hidrográficas; deve também ser levado em conta que as APPs atuam na preservação da biodiversidade e funcionam como corredores ecológicos entre outras áreas protegidas.

Finalmente devemos notar que devido ao desmatamento na Região Amazônica, o Brasil é o quarto maior emissor de gás do efeito estufa no mundo. A Floresta Amazônica é um imenso reservatório de carbono. Segundo cientista do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, se toda a biomassa armazenada na matéria orgânica do solo e na vegetação - cerca de 100 a 200 milhões de toneladas de carbono - fosse para atmosfera, haveria um aumento da ordem de 15 a 17% da concentração global dos gases de efeito estufa.

O aquecimento global resultante dessa emissão de gases tem o potencial de alterar o clima do o todo planeta causando graves conseqüências sociais, econômicas e a saúde pública. Conforme o aquecimento global passa a ser considerado pela opinião pública internacional a maior ameaça ecológica neste século, podemos esperar maior pressão sobre o Brasil com relação ao desmatamento na Amazônia, inclusive no sentido de internacionalizar a região.

Portanto, assegurar a redução das emissões de gases do efeito estufa pelo País, devemos tomar medidas mais restritas para frear o avanço do desmatamento sobre a Amazônia e sobre os demais biomas. Medidas menos restritivas certamente acarretarão um aumento no tom das críticas da comunidade internacional no Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, com base nesta exposição minha e com base na necessidade que nós temos de controlar o desmatamento ilegal, de frear, de zerar o desmatamento ilegal no nosso País e, pela necessidade que nós temos de compatibilizar a preservação das nossas florestas com o desenvolvimento e, pela necessidade que nós até de compensar quem protege acho que nós temos o que Brasil tem que passar a compensar quem protege - acho que nós temos, o Brasil tem que passar a compensar quem protege as suas áreas florestais. Nós não podemos caminhar no sentido contrário do desmatamento, da redução do percentual da reserva legal e nem das áreas de preservação permanente.

Portanto, Sr. Presidente com base nisso e pela importância dessa questão para o mundo e para o Brasil é que eu manifesto a minha posição, pela rejeição ao projeto.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Presidente para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão. Tem V.Ex.^{a.}, Senador Sibá Machado, a palavra para discutir.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Muito obrigado, Presidente. Senador Renato Casagrande, eu fui designado Relator dessa matéria antes de V.Ex.^{a.}, e tentei ao máximo estudar a possibilidade de ver a preocupação do Senador Alvaro Dias e, por mais que analisamos em tentar encontrar um meio termo não conseguimos. Achei mais interessante devolver a matéria sem a apresentar relatório, para que outro relator fosse designado dado também os diálogos que eu tive com o Senador Alvaro Dias. E as razões que me levam neste momento a concordar com V.Ex.^{a.}, já são estipuladas eu queria acrescentar mais o seguinte.

Nós tivemos no Brasil, os dados de 2005 que cerca de 200 milhões de toneladas de CO2 emitidos

pelo Brasil, 50% foi das indústrias e 50% de queima de florestas nativas. Nós com muita luta, votamos aqui um projeto que é o da Mata Atlântica, o nosso brilhante relator César Borges fez malabarismo, para que a gente pudesse chegar ao ponto que nós chegamos de votar aquela matéria que já só tem 7% desse bioma.

Então, Sr. Presidente, acho que diante de todos esses fatos o que me levou mais, ainda, a compreender as razões apresentadas aqui pelo Senador Renato Casagrande, foram os números a partir da discussão que nós fizemos sobre cana de açúcar. Então, os números que vem para nós do Senado Federal, que são cerca de 20 milhões de hectares de terra destinados a pastagem e, destes 20 milhões cerca de 90 em estado de degradação. Se nós temos terras no Brasil ociosas, sobrando que pode ser utilizado para diversos tipos de investimentos, nós não podemos premiar que mais florestas nativas no Brasil sejam desmatadas, para avançar sobre outras atividades da economia.

Então, somado aqui pelo que ele já apresenta no seu relatório, eu tenho essas preocupações de propor a V.Ex^{a.}, que eu acho que realmente seria a aprovação do projeto, um sinal não muito positivo no esforço brasileiro no sentido de se contribuir para a redução da emissão de CO₂, na atmosfera do planeta - já vou concluir. Então, portanto eu vou concordar com os argumentos do Senador Renato Casagrande, e solicitar de nossa Bancada aqui a acompanhar o relator na decisão da rejeição dessa matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Continua a discussão.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador César Borges, tem V.Ex^{a.}, a palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): Sr. Presidente, eu tenho o maior apreço pelo Senador Alvaro Dias, sei da sua competência e da sua dedicação, inclusive da defesa que ele sempre faz do desenvolvimento econômico e de forma específica, da área considerada terciária da nossa economia que é a parte, ou melhor dizendo, a área primária da nossa economia que é o desenvolvimento agropecuário que já contribuiu tanto com o País e pode contribuir muito mais ainda.

Entretanto, esse projeto Sr. Presidente procura reformar uma legislação que já foi discutida, e já foi aprovada pelo Congresso Nacional e já está consolidada a sua aplicação. E também, nós temos aqui no relatório do Senador Renato Casagrande, questões substantivas que são colocadas para o seu relato ser pela rejeição do projeto, pelo fato de que há uma mudança hoje no desenvolvimento econômico dos países

onde se procura muito mais um aumento da produtividade, mais eficiência nas atividades produtivas do que na verdade você avançar a atividade econômica em detrimento de florestas existente, talvez, no passado isso tenha sido um estágio de desenvolvimento, mas não é mais agora.

No momento que hoje o mundo se direciona é de preservar para as futuras gerações o patrimônio natural que ainda, persiste, nos diversos biomas existentes em todo o mundo em particular no Brasil, com bioma caatinga, com o bioma Mata Atlântica e a própria Floresta Amazônica.

Então, diante desses fatos e do relato que está aqui colocado Sr. Presidente, eu acho que está muito bem posicionado o Senador Renato Casagrande com o seu relato, nós seremos inteiramente favorável. A minha preocupação advém de que não basta a legislação, senhor Presidente, a questão é que essa legislação seja implementada para valer. É porque nós não vimos o Executivo procurar dotar os órgãos que fazem a fiscalização e o acompanhamento da aplicação da legislação, dos instrumentos necessários sejam financeiros, sejam recursos também humanos.

Então, é o caso da Ibama - nós queríamos ouvir aqui uma discussão entre a Ministra Marina Silva do Meio Ambiente e também o Presidente do IBAMA, porque ontem eu ouvi na televisão de que o Governo Federal deu um prazo - deu um prazo - a Ministra Marina Silva, para fazer a aprovação da licença ambiental das usinas hidroelétricas localizadas na Amazônia, em particular do Rio Madeira, e que esse prazo estava vencido e que a licença não saiu.

Então, vejo qual que é a questão? Nós precisamos de energia? Precisamos. Precisamos também preservar o meio ambiente? Precisamos. Temos que resolver isso. O órgão competente é o IBAMA, mas por falta de competência, por falta de recursos, então, o IBAMA vem e não se pronuncia sobre o assunto, nem a favor e nem contrariamente.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Ou falta de boa vontade.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): Ou falta de boa vontade, diz aqui o Senador Expedito Júnior, e fica o assunto paralisado.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Não é isso.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): O que nós temos é que agilizar, fortalecer esse órgão para que ele possa responder as demandas da sociedade, do crescimento da infra-estrutura de relação de energia, por exemplo, porque caso não seja aprovado nós vamos ter um drama ambiental maior ainda, porque vamos voltar a ter operacionadas no Brasil as termoe-

létricas utilizando óleo diesel, o que vai contribuir para o lançamento de CO₂.

Então, você pode ter uma energia limpa, pode ter um projeto que destrua muito pouco a Floresta Amazônica compatível com a necessidade de preservação e que precisa de uma solução. Só não há uma solução. Não pode também o Governo por sua vez, impor um prazo se ele não der às condições necessárias ao órgão ambiental.

Então, a lei é boa, o Código Florestal é importante ele deve permanecer como está, agora, se não houver fiscalização e se o Governo Federal não tomar como prioritário, fortalecer esses órgãos ambientais lamentavelmente ficaremos apenas com a legislação no papel e a prática será diferente e o IBAMA vai praticar uma série eu diria de omissões, como está fazendo hoje porque simples não decide ele fica sentado nos processos e não tem o resultado senhor Sr. Presidente.

Por isso, que nós fizemos um requerimento solicitando uma audiência com a Ministra Marina Silva, com o Presidente do IBAMA, para discutir esse conflito existente hoje entre os interesses do próprio Governo, porque ele tem obrigações com a nação de gerar energia elétrica e não está fazendo, por falta das licenças ambientais. E como se resolve? Obrigando a se dar uma licença, sem a necessária apuração de todas as intervenções e todos os prejuízos, eventualmente, que podem ser causados e condicionantes que deve existir num parecer desse? Então, lamentavelmente, Sr. Presidente o País vive hoje esse grande dele dilema e, eu não eu vejo o Governo se mobilizar para solução dele.

Por isso eu fiz esse requerimento, que eu espero que V.Ex^a., possa em breve solicitar a presença da Ministra e do Presidente do IBAMA e aqui nesse caso específico, nós vamos acompanhar o voto do relator, Senador Renato Casagrande.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): A presença da Ministra já foi solicitada, Senador. Nós estamos aguardando a sua disponibilidade de agenda para poder comparecer a audiência pública. Senadora Fátima Cleide para discutir.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Não Sr. Presidente, apenas para... Eu também estou interessada em votar a favoravelmente o projeto, mas como disse o Senador César Borges, [falha no áudio], porque hoje tudo se fala... Tudo que a gente vai falar coloca hidroelétrica do Madeira no meio. E eu queria só... Acho que no final da fala dele, ele fez uma consideração interessante.

Eu acho que não dá para passar por cima da legislação, os estudos têm que ser feitos e os analistas

ambientais têm que respeitar a lei, que inclusive foi criada pela nossa sociedade e fortalecida pela democracia, então, acredito que esta audiência pública ela é urgente, até para gente desmistificar muita inverdade que tem sido dita a respeito do meio ambiente e dessa história de dificuldade de licenciamento o que não é verdade. Nunca se licenciou tanto neste País, como no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, acredito o que Governo não está de olhos fechados ou omisso nessa situação das hidroelétricas do Madeira, não. Acredito que tudo tem seu tempo e quero como morador do Porto Velho, filha e neta desta cidade, que esse empreendimento saia, mas quero que ele saia com segurança e com a garantia de que não vai causar prejuízos --

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): A senhora me permite um breve aparte?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Nem para a população e nem para o Brasil.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): Eu vi na televisão e também li na imprensa, de que foi o Governo que deu um prazo tem que dar a licença ambiental até o prazo que está vencido, quer dizer, no fim é o próprio Governo--

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Eu acredito Senador César Borges, como tem muita coisa que tem sido dito na imprensa que não é verdade, acredito que isso é mais uma questão de fomentar intriga dentro do Governo que não existem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, vamos submeter o processo à votação. É uma votação nominal, esclarecendo que vota com o relator, vota pela rejeição do projeto. Como vota, o Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Voto conhecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): É o relator, voto conhecido. Como vota o Senador Sibá Machado?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Com o Relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim, Sr. Presidente, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com o Relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARIA SERRANO (PSDB-MS):

Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senadora Serys Slhessarenko.

SENADOR SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com o relator, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Garibaldi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): O projeto foi rejeitado.

O Item 06 é de nossa relatoria, nós estamos retirando de pauta, quem sabe para discutir na próxima reunião.

Passamos ao Item 07.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, pela ordem?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V.Ex^a. a palavra, pela ordem.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, só para verificar aqui, eu até ia fazer uma intervenção no relatório aqui do Senador Renato Casagrande, mas só para verificar: O senhor confirmou aqui sobre a presença da Ministra, e nós também estamos solicitando uma audiência pública com a presença do Presidente Nacional do IBAMA.

Eu queria só saber como é que está, em que pé que está, se ele já confirmou essa audiência dele ou não, a vinda dele aqui no Senado?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): O convite foi feito, foi formulado, nós estamos esperando exatamente a confirmação da vinda a esta Comissão. Certamente, são sete convidados, nós estamos procurando ajustar as agendas dos convidados para que possam comparecer.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Mas parece que o problema maior é só com o Presidente Nacional do IBAMA com os demais convidados, porque os demais foram... É convite nosso do Estado de

Rondônia e os demais, três, do Senador Sibá Machado. Então, parece que o problema maior é com o Presidente Nacional do IBAMA.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): O Presidente do IBAMA, ainda, não confirmou.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, eu gostaria de pedir aí eu sei que V.Ex^a., está nos ajudando bastante e está cobrando do IBAMA, para que possa marcar essa vinda dele aqui, mas é que é muito importante porque senão daqui a pouco, nós vamos perder o foco dessa discussão. E nós precisamos discutir e resolver o problema do Complexo do Madeira.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Nós vamos insistir reiterando o convite ao Presidente do IBAMA, para que contribua com os trabalhos desta Comissão e a ela compareça, para que possamos realizar esta Audiência Pública.

Passamos ao Item 07. Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2006, que: Altera o caput do art. 36, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor que a mensagem publicitária conterà a expressão “informe publicitário”. É um projeto de autoria da Senadora Serys Slhessarenko e tem como relator o eminente Senador Garibaldi Alves, a quem concedemos a palavra.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, só na votação anterior, o senhor chamou meu nome para votar Sr. Presidente? Porque eu assinei e estou.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Nós não chamamos por que sua Bancada já estava completa. Senador Garibaldi Alves Filho.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha, Sr^{as}. E Srs. Senadores tramita nessa Comissão para decisão terminativa o Projeto de Lei do Senado nº 151 de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko.

A proposição visa alterar o art. 36 da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, a fim de determinar a menção da expressão “informe publicitário”, no caso de não ser evidente o caráter publicitário da mensagem. Por concordamos, com o relatório apresentado já a essa Comissão, pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, vamos repetir aqui, enfatizar o seu teor.

O art. 36 preceitua que a publicidade deve ser veiculada de tal forma que o consumidor faça-o imediatamente e a identifique como tal. O projeto da Senadora preserva a redação original e acrescenta ao final do dispositivo a expressão: “Com a exceção na

mensagem de expressão, informe publicitário, no caso de não ser evidente o seu caráter publicitário”.

Há toda uma análise aqui, feita Sr. Presidente. Quanto ao mérito a norma traz um comando bastante objetivo sobre a exigência de transparência nas mensagens publicitárias, a eventual existência de normatização interna do mercado publicitário não exclui a disciplina legal da matéria. O tratamento em lei confere maior estabilidade jurídica a norma, além de facilitar a defesa dos direitos do consumidor em juízo.

Sendo assim, senhor Presidente, nós passamos ao exame da emenda, assinalando que ela deve ser rejeitada - emenda apresentada pelo Senador Arthur Virgílio, que limita o alcance das propostas mensagens publicitárias impressas. Não há razão, alegamos, para essa limitação, uma vez que a inserção da expressão também é perfeitamente compatível, com mensagens publicitárias e radiofônicas e televisivas, como, aliás, já vemos ocorrer nas transmissões atuais. A busca da transparência na publicidade objetivo maior do projeto, não se limita aos veículos escritos, mas deve abranger todo o meio de comunicação que possa atingir o consumidor.

Portanto, o voto é pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2006 de autoria, da nobre Senadora Serys Slhessarenko. E no mérito, pela rejeição da Emenda nº 1 e, pela aprovação do projeto com a seguinte emenda: “Emenda ao parágrafo 5º, do art. 37, da Lei 8.078, de 11 de setembro de 90, que passa a vigorar com a seguinte redação: ‘É considerada enganosa a publicidade que não contenha a expressão “informe publicitário”, inserida na mensagem, exceto se for evidente seu caráter publicitário”’.

É o nosso parecer e o nosso voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir em votação. Srs. Senadores procederemos a votação nominativa.

Como vota o Senador Sibá Machado?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senadora Fátima Cleide, sim. Senador Sibá Machado, sim. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim, com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sim, com o Relator, Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sim, com o Relator. Senadora Serys Slhessarenko.

SENADOR SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): A favor do relator, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sim. Senador Garibaldi Alves Filho, voto conhecido. Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): Sr. Presidente, não apenas com o voto do relator, mas também parabenizando a autora do projeto, a Senadora Serys Slhessarenko.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Aprovado o projeto. A emenda. Os Senadores que repetem a votação aprovam a emenda. Permaneçam como estão. Aprovada.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu voto com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO):

Senador Renato Casagrande, amplia a já considerável votação que o projeto obteve.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Amplia a unanimidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): É amplia a unanimidade. Com a presença do Senador Marconi Perillo, nós vamos apreciar o Item 01, da pauta, que é: “Projeto de Lei da Câmara nº 22 de 2007, e dispõe sobre a adição de farinha de mandioca refinada, de farinha de raspa de mandioca ou de fécula de mandioca à farinha de trigo e seus derivados, adquiridos pelo poder público, estabelece regime tributário especial para a farinha de trigo misturada, e dá outras providências”. É projeto de autoria do eminente Deputado Aldo Rebelo. Sena-

dor Marconi Perillo é o relator, a quem concedemos a palavra.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras, eu vou passar já a análise do relatório. Em sua justificativa o autor da proposição considera, que o projeto beneficiará os produtores de mandioca e permitirá ao País reduzir os gastos com importação de trigo. Historicamente a proposta de misturas de farinha de mandioca e de milho ocorreram num contexto de preços altos e desvalorização cambial, sem perspectivas de aumentos imediatos.

De acordo com dados divulgados pela Companhia Nacional de Abastecimento, a CONAB, a situação atual da produção tríticola nacional confirma a tendência histórica de estabilidade, com a produção de estimada até o final do ano em torno de 03 milhões e 100 mil toneladas, o que representa uma queda de 35% em comparação aos anos de 2005 e 2006.

No que diz respeito a rentabilidade das culturas, o trigo tem apresentado um resultado desfavorável para o produtor, especialmente nas últimas três safras. A mesma fonte estima que às margens negativas de rentabilidade no Paraná chegam a 15%, ao passo no Rio Grande do Sul a situação é mais crítica, com margens negativas de até 43%. Também no mercado internacional, as estimativas indicam uma redução da produção dos grandes exportadores como Estados Unidos e Argentina, causada por problemas climáticas que devem contribuir para o aumento das cotações internacionais do produto. Repete-se assim, a situação muitas vezes observada no passado, quando o abastecimento brasileiro ficou dependente do mercado externo do cereal com cotações e tendência de alta.

Sobre a produção de mandioca ao contrário do trigo, vale dizer, que é uma planta nativa de cultivo tradicional todo o território nacional e de consumo habitual por grande parte de nossa população. Estimativas apresentadas pelo IBGE para 2007, indicam que a produção brasileira de mandioca deve aumentar, assim o estímulo a produção e ao consumo da farinha de mandioca, além de garantir estabilidade e menor custo ao abastecimento de pães e massas, deve assegurar aos pequenos e médios produtores, tradicionalmente voltados ao cultivo do produto melhores preços e relativa estabilidade econômica.

O voto, Sr. Presidente. Diante do exposto o voto é pela aprovação do PLC nº 22, de 2007 sem emendas. É esse o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão, o relatório apresentado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para ir discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Para discutir, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu quero dizer, primeiro, da minha satisfação de voltar a integrar como suplente a Comissão de Meio Ambiente. Reputo esta Comissão como uma das mais importantes do Senado Federal e, sobre a vossa Presidência, ela tem esse papel aumentado, porque a competência de V.Ex^a., na condução dos trabalhos faz com que este assunto, que hoje é preocupação mundial, ele possa ser discutido com profundidade aqui na Comissão.

Com relação ao projeto tão bem relatado pelo Senador Marconi Perillo, que é do Deputado Aldo Rebelo, o Estado do Pará é o maior produtor de mandioca a nível do Brasil. A minha intenção quando li a pauta hoje pela manhã, era inclusive de pedir vista para fazer uma análise mais detalhada, mas como não é terminativo não vou fazer uso do pedido de vista para aprová-lo, mas vou aprofundar o estudo principalmente com relação aqui, a questão que nos preocupa que é o encarecimento Senador Perillo, da farinha de mandioca que é um item básico da alimentação, eu diria até de grande parte do Norte quase todo, do Nordeste e me parece, também, do Centro-Oeste.

Então, o projeto ele tem a sua importância com agregação da farinha ou fécula de mandioca na farinha de trigo, haver uma redução da custo do pão e o próprio parecer diz que haverá uma maior procura em função disso de mercado, poderá haver um aumento do custo desse insumo básico da população mais carente do meu Estado. Eu vou aprovar nesta Comissão, para que possa fazer esses estudos e fazer uma análise mais detalhada na Comissão seguinte.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Exatamente, esse projeto será discutido em seguida, na Comissão de Assuntos Econômicos, mas esta Comissão se engalana com a presença de V.Ex^a., na convicção de que V.Ex^a. se revelou um dos membros extremamente participativos, criativo, dando uma dinâmica especial ao funcionamento da Comissão e particularmente agradecendo às palavras elogiosas de V.Ex^a., que eu atribuo isso a um relacionamento de amizade.

Meus cumprimentos novamente ao retorno de V.Ex^a., a esta Comissão. Senador Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, esta matéria me chamou muito a atenção, tanto que eu tive que me ausentar de outras obrigações, dado o fato de que o relator compareceu e fomos tratar

do assunto neste momento. Como eu tenho poucas oportunidades de acompanhar a Comissão de Assuntos Econômicos que é lá que vai ter o caráter final desta matéria, não é isso? Eu queria expor um pouco às minhas observações aqui mesmo.

Eu sei que nós estamos aqui avaliando um cenário que vai colocar em mais uma das cadeias produtivas do nosso País de consumo nacional em todos os pontos, em qualquer classe econômica e social e acadêmica o consumo do pão. E eu digo para V.Ex^{a.}, que o autor da matéria o Deputado Aldo Rebelo, cumpre aqui uma tremenda do Congresso Nacional de apresentar alternativas para àqueles que até então tem ficado ao largo do grande investimento, do desenvolvimento nacional.

Então o País é um importador de farinha de trigo, como já se viu aqui na matéria e um grande produtor deste outro item chamado mandioca. E muitas são as expectativas da que a mandioca entre em grande cenário do desenvolvimento nacional, além de abastecer a mesa dos mais pobres. Eu sei que ao colocar até 10% de mistura de fécula de mandioca no pão, nós estamos aqui colocando um valor mais agregado porque inevitavelmente, nós vamos colocar uma espécie de uma indústria pouco mais aprimorada do que o tradicionalmente que nós temos, que é fundo de quintal.

Produzir farinha de mandioca na Região Norte e Nordeste é fundo de quintal. O Sul que já tem indústrias mais com caráter diferenciado e que também por conta disso não tem a qualidade da nossa, que é uma farinha artesanal. Então, eu digo para V.Ex^{a.}, que o preço da farinha no Brasil, não tem como é impossível a gente pensar de que um produtor de farinha em estágio familiar possa ter um rendimento que lhe prometa uma qualidade da vida melhor no futuro.

Digo isso, porque boa parte do Estado do Acre, também, vive quase que exclusivamente deste item chamado farinha de mandioca. E eu tive uma experiência como Secretário de Agricultura e Extensão Rural do Estado e em 1999, o preço da farinha estava oito reais saca. E nós conseguimos um verdadeiro malabarismo com a CONAB, para conseguir um mecanismo de vender esse estágio diferenciado, empacotando, colocando marca, qualificação, certificação e tudo mais e, conseguimos elevar o preço para 25 reais.

mas tem um preço máximo para farinha, ela não pode passar daquilo, porque a sua agregação de valor não leva a mais do que isso, enquanto que num trabalho via a produção, a extração da fécula para um empreendimento dessa natureza, inevitavelmente nós estamos dando um segundo suporte de industrialização para esta matéria prima.

Portanto, eu quero aqui parabenizar o relator, que pegou esta matéria e tratou ela com muito carinho. E acredito que nós estamos dando, para uma região como a nossa que só trabalha com um dos itens que é a farinha artesanal, poder, agora, também partir para um tipo de industrialização até então impensável. Eu já pensei uma duas fecularias no meu Estado, mas devido à falta do mercado Senador Flexa, a impossibilidade de um mercado mais garantido, fui desaconselhado, então parei.

Com este projeto eu vou retomar e vou convidar V.Ex^{a.}, e Senador Perillo, até para a gente ir ao nosso Estado experimentar, a melhor farinha da mandioca do mundo, que é a farinha de mandioca de Cruzeiro do Sul, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, é a do Rio Grande do Norte, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Eu estou seguro, que se outras pessoas que integram essa Comissão pudessem estar participando dessa discussão avocaria para si essa qualificação de melhor farinha. Na verdade, realmente a farinha de mandioca é um produto básico, quem não se lembra de como é que era a vida do vaqueiro no Nordeste ou no Norte, ou do viajante, ele levava basicamente o seu sustento a carne seca e a farinha de mandioca.

Essa discussão da industrialização é muito interessante. Em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, vamos encerrar a discussão. Passamos à votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença dos Srs. Senadores. Declaro encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 13h05.

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

ATA DA 17ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, DO DIA 12 DE JUNHO DE 2007 ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas e onze minutos do dia doze de junho de dois mil e sete, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **RENATO CASAGRANDE, SIBÁ MACHADO, FERNANDO COLLOR, ELISEU RESENDE, MARISA SERRANO, JEFFERSON PÉRES, INÁCIO ARRUDA, ROMERO JUCÁ, CÉSAR BORGES e FLEXA RIBEIRO**. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente informa que a reunião tem a seguinte pauta: **Item 01) REQUERIMENTO Nº 24, DE 2007-CMA - NÃO TERMINATIVO**, que “requer, nos termos do art. 70 e do art. 71, IV, da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, seja solicitada ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria no Ministério do Meio Ambiente – MMA e no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA, no escopo de fiscalizar os procedimentos e as ações daqueles órgãos na criação e ampliação de Reservas Extrativistas na Bahia, nos últimos quatro anos, em especial a criação da Reserva Extrativista de Cassurubá, em Caravelas”. **Autoria:** Senador **CÉSAR BORGES**. **Resultado: Aprovado.** **Item 02) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 191, DE 2005 - TERMINATIVO**, que “altera as Leis nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, para, entre outras providências, considerar como prática abusiva a oferta à venda ou a venda de produtos ou serviços mediante a sistemática de pagamento a prazo pelo preço à vista”. **Autoria:** Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**. **Relator:** Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto na forma da Emenda nº 2 que apresenta. **Resultado: Adiado.** **Item 03) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 154, DE 2007 - TERMINATIVO**, que “altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para impor ao fornecedor a disponibilização, nos contratos formalizados por meio eletrônico, de opção para cancelamento de contratos de fornecimento de produtos e de serviços”. **Autoria:** Senadora **LÚCIA VÂNIA**. **Relator:** Senador **SIBÁ MACHADO**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado: Matéria retirada de pauta em virtude de requerimento, apresentado em plenário, de audiência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT. EXTRA-PAUTA**, são deliberados: **Item 1) REQUERIMENTO Nº 25, DE 2007-CMA**, que requer “a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e

Fiscalização e Controle (CMA), para ouvir a Sr^a. Rosália Arteaga, Secretária Geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA (integrado pelo Brasil, Colômbia, Suriname, Venezuela, Bolívia, Peru e Equador)”. **Autoria:** Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. **Resultado: Aprovado.** **Item 2) REQUERIMENTO Nº 26, DE 2007-CMA** que requer, “nos termos regimentais, diligência da CMA até Porto Velho, Estado de Rondônia, para verificar ‘in loco’ dos procedimentos para a construção das hidrelétricas de São Antônio e Jirau”. **Autoria:** Senador **SIBÁ MACHADO**. **Resultado: Aprovado.** **Item 3) REQUERIMENTO Nº 27, DE 2007-CMA**, que requer, “nos termos regimentais, diligência da CMA na cidade de Caravelas para verificar ‘in loco’ a implantação da reserva extrativista de Casurubá, no Estado da Bahia”. **Autoria:** Senador **SIBÁ MACHADO**. **Resultado: Aprovado.** Usam da palavra os Senhores Senadores **CÉSAR BORGES, SIBÁ MACHADO e MARISA SERRANO**. A Presidência dá conhecimento aos membros da Comissão que recebeu, do Tribunal de Contas da União, os seguintes avisos de números 304, 595, 672, 749 e 879. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e três minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO EM 12-6-2007

17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 12 DE JUNHO DE 2007, ÀS 12 HORAS E 11 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Havendo número regimental declaro aberta a 17ª Reunião Ordinária da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Passamos ao item 1 da pauta.

Requerimento. De autoria do Senador César Borges. Requer nos termos do art. 70 e do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal. Bem como nos termos regimentais, seja solicitado ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria no Ministério do Meio

Ambiente, (MMA), e no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente, IBAMA no escopo de fiscalizar os procedimentos e as ações daqueles órgãos na criação e ampliação de Reserva Extrativista na Bahia nos últimos 4 anos, em especial a criação da Reserva Extrativista de Cassurubá em Caravelas. Senador César Borges quer dar sustentação verbal ao Requerimento, tem V.Exª a palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Pois não Sr. Presidente. Sr. Presidente, eu faço esse requerimento solicitando ao Tribunal de Contas, que possa acompanhar esses processos que estão se transformando em processos quase que sumários na criação de reservas extrativistas. Eu em momento nenhum nego que é fundamental a preservação do Meio Ambiente, é uma questão fundamental do bem estar da nossa população, o desenvolvimento também econômico é necessário, é um desejo urgente de todos compatibilizar o desenvolvimento econômico também com a preservação ambiental. Entretanto, eu tenho verificado, principalmente no meu Estado, mas eu acho que acontece em vários estados brasileiros, que as ações do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA, vem dificultando o desenvolvimento econômico e não ajudando verdadeiramente essas comunidades sobre um manto de que ali há cidades de reservas extrativistas, quer dizer, passa a ser um instrumento utilizado assim com uma frequência, uma asuidade(F) que chega nos espantar. Porque para se criar uma Reseques(F) há necessidade de se cumprir uma série de parâmetros legais, que existe e que disciplina essa matéria. Entretanto, isso não está acontecendo pelo nosso entendimento e pelo levantamento que eu fiz. Eu aqui, inclusive, listo em processo administrativo do caso específico que eu só estou solicitando que é a criação da Reserva Extrativista de Cassurubá, em Carevelas, dez pontos que suscitam dúvida de que não estariam sendo cumprida a legislação e regulamentação pertinente a essa criação.

Portanto, Sr. Presidente, procurando aprimorar, inclusive, para que quando sejam criadas as reservas extrativista, ela seja da forma mais corretas e dentro de todos os parâmetros e satisfeitos todos os pré-requisitos legais, e que eu solicito que essa Comissão possa encaminhar ao Tribunal de Contas solicitando. E é uma obrigação do Tribunal de Contas, ele tem entre suas disposições legais e constitucionais a possibilidade de acompanhar a formação dessas Reseques(F). Portanto é procurando preservar, a de um lado o Meio Ambiente, não desmerecendo a ação nem do IBAMA e nem do Meio Ambiente, mas que sejam atendidas todos os requisitos legais exigidos para essa criação, Sr. Presidente. A sustentação é essa que eu faço es-

perando que possa ter a compreensão e a aprovação dos Srs. Senadores.

SR. PERSIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão, não havendo quem queira discutir em votação, Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Senador Sibá quer discutir? Encerrada a discussão, os Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

O item 3, o item 1 é terminativo, o item 2 é terminativo. O item 3 foi apresentado um Requerimento para que fosse ouvido preliminarmente a Comissão de Ciência e Tecnologia. Nós gostaríamos de apresentar também um Requerimento extrapauta de nossa autoria para convidarmos a Sra. Rosalia Arteaga, que é Secretária geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, OTICA(F). Que é integrado pelo Brasil, Colômbia, Suriname, Venezuela, Bolívia, Peru e Equador. Essa senhora poderia nos trazer informações importantes a respeito das questões ambientais, sobretudo, relacionadas com a região amazônica, não só a região amazônica brasileira, mas dos países que a compõem.

Esse Requerimento é de nossa autoria, é um Requerimento extrapauta, submeto a consideração da Comissão, a aprovação da sua inclusão na pauta de hoje, e a aprovação do mérito Requerimento. Em discussão, não havendo quem queira discutir em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

A presidência passa a dar conhecimento aos membros desta Comissão sobre os seguintes avisos oriundos do Tribunal de Contas da União. Aviso nº 304 referente a embargos de declaração contra Acórdão 601/2007. Aviso 595 sobre o levantamento de auditoria relativa a ações governamentais de combate à dengue nas três esferas de Governo. Aviso 672, referente a relatório de auditoria realizada para avaliar o contrato de gestão firmado entre o Ministério do Meio Ambiente e a Associação Brasileira para uso sustentável da biodiversidade da Amazônia. Aviso 749, referente a pedido de reexame encaminhado pelo Banco Central do Brasil contra o Acórdão 99/2003. E Aviso 879 referente a relatório das atividades no 4º trimestre do Tribunal de Contas da União. Tais avisos encontram-se na Secretaria da Comissão a disposição dos ilustres Srs. Senadores.

Na próxima reunião nós teremos uma Audiência Pública, já previamente aprovada nesta Comissão, onde solicito seja convidado o senhor Tasso Resende de Azevedo, Diretor-Geral do serviço Florestal Brasileiro, órgão da estrutura do Ministério do Meio Ambiente a comparecer a esta Comissão. E ele terá como escopo principal a sua visita o comentário a respeito do

relatório anual de gestão de florestas públicas. Nada mais havendo a tratar.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem a palavra a V.Exª Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Presidente, eu vou falar aqui ainda sem a apresentar por escrito, mas mais a título de indagar se esta Comissão interessa o que eu vou sugerir.

Tem duas coisas que me chamaram a atenção uma delas o Requerimento do Senador César Borges, que levanta a necessidade do TCU nos apresentar algumas informações mais esclarecedoras a respeito da Reserva Extrativista de Cassurubá, não é isso? Cassurubá, município de Caravelas no Estado da Bahia. E sugerir talvez que a gente pudesse formar uma diligência de alguns Senadores que se interessem, também é para a gente conhecer de perto o tema também, que eu confesso que fiquei curioso até para ter uma idéia mais pessoal também, além de uma avaliação feita pelo TCU. Esta é uma sugestão. E a outra diz respeito ao Rio Madeira, porque ao fazermos qualquer Audiência Pública, nós observamos aqui os dados que não são trazidos pelas pessoas que estudam o assunto. Não quero colocar em dúvida absolutamente nada, mas eu acho que é muito bom às vezes uma visita in loco para que a gente também tire algumas observações que eu acho que bateu o olhar e tal, visitar alguns pontos do rio, aonde pode ser, como pode ser, e solicitar que as partes possam nos guiar numa missão como essa. Por exemplo, a empresa que se solicita a construção da hidroelétrica poder ela nos levar nos lugares, poder dizer assim: “olha o rio pode subir até aqui e não vai passar para acolá”, e assim por diante. E quem também quem faz o contraditório do [inaudível], também podemos dizer o que e acha que vai acontecer. Mas nada melhor do que uma visita em bloco. Já que são assuntos que, não digo o caso da reserva extrativista, mas pelo menos essa do Rio Madeira, acredito para a gente evitar um pouco do debate mais apaixonando do ser a favor ou contra por uma opinião ainda que não digamos assim, de maior conhecimento. Se o Presidente acha isso importante, Senador César Borges, eu gostaria até de apresentar isso por escrito, uma Comissão que V.Exª pudesse encaminhar e sugerir uma data, um prazo para que faça essas visitas e trazer as impressões formais de uma... Acho que uma observação como essa ajudaria muito a interpretação dessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Há uma máxima que diz que

imagem vale mais do que mil palavras, e eu estou seguro de que a visita in loco seguramente revigoraria o sentimento de observação que cada um membro dessa Comissão tem sobre qualquer assunto que nós vamos tratar. Agora eu gostaria de lembrar a V.Exª, que já no dia 26 próximo, já está marcado a Audiência Pública no âmbito dessa Comissão, para tratar sobre as hidroelétricas do Rio Madeira. Isso não excluiu essa sugestão essa proposta que V.Exª está apresentando, quem sabe até a Audiência Pública trará ou aguçará a curiosidade sobre determinados pontos que possam ser interessantes, sejam visitados. Eu sugeriria apenas a V.Exª que formulasse um Requerimento para que a Comissão aprovasse e nós constituíssemos uma Comissão para visitar in loco esse rio já que tomou aí, tomou conta das manchetes, das discussões no momento no país que pretende continuar no seu custo de geração de energia elétrica.

E com relação à visita também a Cassurubá, eu também entendendo que seja significativa, seja importante e acho que V.Exª deve formular o pedido e nós constituímos uma Comissão entregue naturalmente por um dos membros do estado, quem sabe o próprio Senador César Borges, que levanta a preocupação e mais alguns outro membro dessa Comissão.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Tem uma terceira observação que aí eu queria, talvez V.Exª pudesse até, não sei se os demais gostariam de fazê-lo, mas eu pessoalmente gostaria de fazê-lo, não em caráter assim de iniciativa do mandato, mas eu que pudesse estar até acobertado com autoria da própria Comissão que é a caso daquela, futuro Parque Nacional da Serra Vermelha, se não me falha a memória, no Estado do Piauí, que foi motivo inclusive de uma reportagem muito importante, parece que da rede Globo, que mostra que parte está sendo feita transformada em carvão vegetal por causa de uma siderúrgica, e há um clamor àquela comunidade, encontrei há alguns dias trás pessoas de lá e que acha que essa Comissão deveria também se interessar para que aquilo fosse imediatamente transformada num Parque.

Então, comeu disse a V.Exª, alguns problemas que vão sugerindo na demanda dessa Comissão que às vezes a gente pudesse também ter um olhar de poder até acelerar quem sabe, um procedimento de formalização no ambiente do Senado Federal. Então, aí é uma terceira possibilidade que pelo menos, eu gostaria de pessoalmente poder fazê-lo, e se poderia contar que V.Exª pudesse me designar para também fazer uma visita lá na Serra Vermelha.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Com muito prazer, a Mesa

aguarda então, a apresentação dos Requerimentos propostos por V.Ex^a.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sr. Presidente.

SR. PERSIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sr. Presidente, eu queria me manifestar e inteiramente favorável a proposta feita pelo Senador Sibá Machado, inclusive, quero parabenizá-lo e dizer do meu reconhecimento pela sua maneira correta de se posicionar diante dessas questões, nós procuramos se aprofundar e conhecer melhor para tomar uma posição. Também este é o nosso desejo, essa reserva extrativista, ou estas, porque são na verdade não é a perda(F) de Cassurubá que está, são 12 reservas extrativistas que estão se implantando no Estado da Bahia. Eu acho que todas merecem estar dentro de um processo de análise que se faça correto dentro dos preceitos legais. A Cassurubá talvez seja aquela mais exemplar que nós poderíamos nos debruçar sobre esse assunto. Porque há equívocos do próprio IBAMA nessas avaliações da reservas extrativistas, elas estão funcionando como um instrumento para poder o IBAMA até impedir que projetos outros de desenvolvimento, de aproveitamento agropecuário, que o aproveitamento turístico, como por exemplo, hotéis, se implante em determinadas regiões. Quer dizer, é uma preservação que se dá extremamente prejudicial ao próprio desenvolvimento entregado que vai de encontro ao desejo da população, que não é devidamente ouvida. São criadas até associações, muitas vezes simplesmente formais, ou artificiais, para fazer a solicitação da reserva, e em seguida como um processo sumário é implantada a reserva extrativista.

Então, é muito bom que nós possamos, no caso aqui específico, essa Comissão está presente lá na cidade, no município de Caravelas, porque Cassurubá está vizinho a Caravelas, é muito fácil à visita a região, a Caravelas, tem aeroporto inclusive, um aeroporto muito bom. Nós poderemos ir a Caravelas e fazer uma Audiência Pública e visitar essa região e discutir com a população. Com a presença de técnicos no Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA, da sociedade local, do Prefeito Municipal, e toda a sociedade organizada para ouvirmos e termos uma compreensão melhor desse problema.

O que eu estou apresentando aqui, é que as formalidades não estão sendo seguidas, formalidades necessárias para a implantação da reserva. Ela é feita de forma açodada para impedir que outros projetos possam ser aprovados. Quer dizer, é criado uma demanda artificial da reserva para impedir uma

decisão sobre outros projetos por parte do IBAMA. E mais, quanto mais for transparente essa questão, e se esclarecer melhor. Parabéns Senador Sibá Machado, eu estou a disposição da Comissão, estou de pleno acordo com a proposta de V.Ex^a, e vamos marcar um dia e lá nós estaremos discutindo essa questão, e ali, inclusive, abertas a reformular a posição, ter uma posição totalmente aberta a discussão, queremos aprofundar o problema, colocar os pontos de vistas que nos chegam, que são trazidos pela população e pelas representações locais, e lá discutirmos e procurarmos o melhor caminho para a preservação do Meio Ambiente o para o desenvolvimento também econômico e social da região.

SR. PERSIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sobre a Mesa o Requerimento apresentado pelo emitente Senador Sibá Machado a respeito da construção das hidroelétricas de Santo Antônio e Girau(F), em Porto Velho no Estado de Rondônia. Os Srs. Senadores que aprovam, em discussão, não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão, os senhores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Ficamos aguardando então, Senador Sibá o outro Requerimento proposto por V.Ex^a com relação a essa criação da reserva de Cassurubá em Caravelas, e eu entendo que a sugestão do enriquecimento dessa visita em transformando numa Audiência Pública, efetivamente teriam o resultado melhor, não sei se V.Ex^a concorda com a proposta que foi apresentada pelo Senador César Borges.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Vai ter a visita...

SR. PERSIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Não, ter a visita e fazer a Audiência Pública lá, é. Então, acho que seria importante incluir no Requerimento de V.Ex^a esse possibilidade de fazer --

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): A gente só tem uma agenda da seguinte maneira, Presidente. Primeiro lugar agendar uma visita (F) da Comissão que vai seguida da Audiência, né, que é importante que talvez você tenha um olhar sobre o fato e vai para Audiência com maior, digamos assim, com maiores entendimentos sobre o assunto que vai ser tratado. Mas eu acho que plenamente possível. Tranquilo.

SR. PERSIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Perfeitamente. A Mesa continua aguardando o Requerimento da V.Ex^a.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente eu queria.

SR. PERSIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V.Ex^a a palavra.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Palavra de ordem. Eu queria fazer aqui um registro. Ontem no Rio de Janeiro meu partido do PSDB, fez um seminário que é preparatório para o 3º Congresso Nacional do Partido, sobre Desenvolvimento Sustentável e Política Ambiental.

E quero deixar também aqui um registro de que o PV lançou um informativo agora e um programa, que é Brasil no clima, e foi distribuído também lá, porque o PV estava junto com a PSDB nessa questão. O informativo do PV escrito pelo Fábio Feldmann, Alfredo Firsequiz(F) e o Deputado Fernando Gabeira. Portanto, eu faço aqui esse registro, porque foi muito importante com a presença do Ex-Presidente Fernando Henrique, com a presença de 18 Deputados Federais, de Senadores, para que o PSDB pudesse dar aos seus militantes, uma linha de condução a respeito do desenvolvimento sustentável e política ambiental. E fico muito contente quando o PSDB sai de uma reunião como essa, com algumas palavras de ordem, mas principalmente algumas determinações, como a Queimada Zero no país. Quer dizer, umas das propostas do PSDB, assim como, um desmatamento também nessa linha. Lutando mais para que nós tenhamos aí uma fiscalização maior no nosso país em termos de queimada em termos de desmatamento e principalmente dando as linhas condutoras do partido a esse respeito. Quero fazer esse registro, porque foi um seminário de altíssimo nível, não só para o PSDB, porque tinha pessoas cientistas sem partido, de outros partidos, a WWF estava lá, outras entidades ambientalistas, todos estavam juntos discutindo a mesma questão.

Portanto, é fica o meu registro do interessante que a sociedade brasileira tem visto e despertado para a questão do clima e para a questão do desenvolvimento sustentável no país. Era isso minhas palavras, Sr. Presidente.

SR. PERSIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): A Mesa agradece informações importantes que V.Exª traz a Comissão. Sobre a Mesa o Requerimento do Senador Sibá Machado a respeito a diligência na cidade em Caravelas na Bahia, para verificar in loc a implantação da Reserva Extrativista de Cassurubá com a realização de Audiência Pública.

Em discussão Sr. Senadores que, encerrada a discussão. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Não havendo mais nada a tratar e agradecendo a presença do Srs. Senadores, declaro encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 12h33.

ATA DA 11ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLA-**ÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA 29 DE MARÇO DE 2007, QUINTA-FEIRA, ÀS 9:00 HORAS.**

Às nove horas e um minuto do dia vinte e nove de março de dois mil e sete, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença das Senhoras Senadoras Patrícia Sabóya Gomes, Serys Silhessarenko, Maria do Carmo Alves e Lúcia Vânia e dos Senhores Senadores, Flávio Arns, Paulo Paim, Inácio Arruda, Leomar Quintanilha, Wellington Salgado, Gilvam Borges, César Borges, Cícero Lucena, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Romero Jucá, Heráclito Fortes e Paulo Duque e não membro Senador Aloísio Mercadante. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Por requerimento do Presidente ocorre a inversão de pauta, na ordem apresentada a seguir. **PAUTA: ITEM Nº. 04:** Projeto de Lei do Senado nº. 156, de 2006 – terminativo. Ementa: altera a Lei nº. 7.070, de 20 de dezembro de 1982, para conceder indenização por dano moral aos portadores de deficiência física conhecida “Síndrome de Talidomida”. Autor: Senador Tião Viana. Relatora: Senadora Fátima Cleide, COM RELATOR “AD DOC” DO SENADOR CÍCERO LUCENA. Parecer: pela aprovação da matéria na forma da Emenda nº. 01 – CCJ (Substitutivo) ao projeto. **RESULTADO:** APROVADO O SUBSTITUTIVO. **ITEM Nº. 05:** Projeto de Lei do Senado nº. 196, de 2006 – terminativo. Ementa: “acrescenta dispositivo à Lei nº. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para obrigar a emissão em braile de faturas dos serviços públicos”. Autor: Senador Valdir Raupp. Relator: Senador Paulo Paim. Parecer: pela aprovação do projeto. **RESULTADO:** APROVADO O PROJETO. **ITEM nº. 06:** Projeto de Lei do Senado nº. 34, de 2005 – terminativo. Ementa: “altera a Lei nº 10.289, de 20 de setembro de 2001, que “instituiu o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata” e a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que “regulamenta o § 7º, do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências”, a fim de garantir efetividade no combate ao câncer de próstata, incluindo-o no rol das atividades básicas do programa de Atenção Integral à Saúde”. Autor: Senador Antônio Carlos Valadares. Relator: Senador Papaléo Paes, COM RELATORIA “AD DOC” PELO SENADOR CESAR BORGES, Parecer: pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 01- CAS e a Emenda nº 02 – CDH, que apresenta. **RESULTADO:** APROVADO O PROJETO COM EMENDAS. **ITEM Nº. 02:** Projeto de Lei do Senado nº. 178, de 2003 – terminativo. Ementa: “modifica dispositivo da

Lei nº. 8069, de 13 de julho de 1990, que “dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”. Autor: Senador Paulo Paim. Relatora: Senadora Lúcia Vânia, COM RELATORIA “AD DOC” DA SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES. Parecer: pela aprovação da Emenda nº. 01 – CDH (substitutivo) ao projeto. **RESULTADO:** APROVADO O SUBSTITUTIVO. **ITEM Nº. 01:** Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº. 90, de 2003, - terminativo. Ementa: “dispõe sobre a confecção das cédulas de papel-moeda em dimensões diferenciadas, para permitir sua identificação por pessoas portadoras de deficiência visual”. Autor: Senador Paulo Octávio. Relatora: Senadora Fátima Cleide. Parecer: pela aprovação da Emenda nº. 01 – CDH (substitutivo) ao projeto. **RESULTADO:** ADIADO. **ITEM Nº. 03:** Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2003 – terminativo. Ementa: “dispõe sobre o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais e os critérios de sua admissão, nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal”. Autor: Senador Rodolpho Tourinho. Relator: Senador Flávio Arns. Parecer: Pela aprovação da Emenda nº. 01 – CDH (Substitutivo) ao projeto. **RESULTADO:** RETIRADO DE PAUTA PARA REEXAME PELO RELATOR. **EXTRAPAUTA. ITEM nº. 01:** Projeto de Lei do Senado nº. 118, de 2003 - terminativo – ementa: “altera a Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”. autor: Senador Aloísio Mercadante. relator: Senadora Lúcia Vânia, COM RELATORIA AD DOC PELO SENADOR CÉSAR BORGES. Parecer: pela aprovação do projeto, com as Emendas que apresenta. **RESULTADO:** APROVADO. **ITEM nº. 02:** Requerimento nº 14, de 2007 – CDH, que “requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa conjunta com a Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, com vistas a tratar das melhorias nas condições de vida, trabalho, salário, segurança e saúde dos Trabalhadores das Indústrias Produtivas de Álcool, enfocando a questão do acidente de trabalho”, Autor: Senador Paulo Paim, **RESULTADO:** APROVADO. No correr dos trabalhos fazem uso da palavra a Senhoras Senadoras Patrícia Saboya Gomes, Serys Silhessarenko e Lúcia Vânia e os Senhores Senadores Paulo Paim, Cícero Lucena, Geraldo Mesquita Júnior, Aloísio Mercadante, Flávio Arns, César Borges, Wellington Salgado e Leomar Quintanilha. O Senador Flávio Arns faz uma denúncia de direitos humanos, denominada “Denúncia de Extermínio - Homicídio Coletivo Autorizado”, encaminhado por entidades representantes de pessoas portadoras de doenças crônicas, que rece-

bem medicamentos de caráter continuado permanente e encaminha documento à Secretária da Comissão, assinado por Fernando Antônio P. Gomide, em nome de Sérgio Henrique Sampaio da ABRAM, fica decidido que serão tomadas as providências cabíveis, com a convocação de autoridades envolvidas, para, na terça-feira, dia três de abril de 2007, às quatorze horas, seja realizada, inicialmente, uma reunião administrativa para o esclarecimento acerca do problema e que o convite às autoridades do Ministério da Saúde ficará a cargo da Secretária da Comissão e que o Senador Flávio Arns convidará os representantes dos doentes. O Senador César Borges denunciou fatos referentes ao racismo e fica decidido que serão tomadas as providências cabíveis, com a convocação de autoridades envolvidas para na terça-feira, dia três de abril de 2007, às dezessete horas, seja realizada, inicialmente, uma reunião administrativa interna para o esclarecimento acerca do problema. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às onze horas e um minuto, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa ordinária, da 53ª Legislatura. Solicito a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a coloco em votação. Senadores que concordam permaneçam como se encontram, pelo que percebo todos concordam e sinalizam aqui, o Senador Flávio Arns e o Senador Mesquita Júnior que concordam com a Ata e que seja votada nos moldes que eu estou propondo. Em votação. Aprovada.

Vamos iniciar a nossa Pauta. Eu queria, em primeiro lugar, dar um informe a todos os Senadores e Senadoras, que, na última reunião com o Presidente Renan Calheiros, foi-se constituído, porque nós tínhamos um grande entendimento, de forma tal que o entendimento vá de encontro àquilo que está no próprio Regimento Interno do Senado e nas Comissões, no que tange ao trabalho das Comissões e das Subcomissões. A recomendação que saiu daquele fórum, onde estavam os Presidentes de todas as Comissões, foram, para mim, três pontos básicos fundamentais: Primeiro, que as audiências públicas, de preferência, sejam no dia da Comissão.

Então, como nós nos reunimos na quinta-feira, eu já dizia lá que nós temos, como de praxe aqui, uma reunião de deliberação e outra audiência pública. Tanto

que essa semana, então, hoje é uma Sessão deliberativa, na quinta que vem é feriado, eu estou fazendo um acordo com a Senadora Patrícia e com a Senadora... E com o Senador Aloízio Mercadante, da Comissão de Economia, para que tenhamos uma audiência pública no dia 04, pela manhã, porque quinta é ponto facultativo e sexta o feriado, onde discutiríamos a questão da compra do Grupo Ipiranga pela Ultra, Braskem e Petrobrás. Estamos caminhando aí para ver se é possível, naquela quarta, pela manhã, fazermos esse debate numa ação conjunta, a Comissão de Direitos Humanos, Assuntos Sociais e também Economia e, provavelmente, também a possibilidade da Comissão de Infra-Estrutura. Está já em debate. Senador Flávio Arns, com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Até, se V. Exa. me permite um aparte, eu acho a realização dessa audiência pública de fundamental importância. V. Exa., pelo que eu tenho lido nos meios de comunicação, vem colocando esse debate, particularmente no sentido de preservação dos empregos, do trabalho, do emprego, que é uma... Tem que ser uma das preocupações principais no Brasil hoje. Porém, nós tivemos nessa semana ainda, a reunião da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, e eu tive a comunidade de apresentar um requerimento à Comissão, que foi aprovado, está sendo enviado para o CADE, que acompanha a atividade econômica para... A preocupação nossa, nesse episódio, é também com formação de cartel; porque este novo negócio passaria, assim, a monopolizar praticamente, em certas áreas, 75% da atividade. Além disso, eu já tenho feito denúncias insistentes em relação ao cartel que existe com as distribuidoras de combustíveis, entre as quais Ipiranga e a BR, que nós só temos cinco distribuidoras de combustíveis, no Brasil, maiores: Shell, Texaco, Esso, Ipiranga, agora, comprada pela BR, pela Petrobrás, que é a BR, cinco distribuidoras, fora aquilo que eles consideram distribuidoras independentes, mas de menor expressão, eu acho, também não entendo tanto, no mercado. Porque, o que acontece hoje em dia? Antes, o carnaval, por exemplo, lá em Curitiba, a gente ia ao posto de gasolina, enchia o tanque com gasolina, a dois reais e sete centavos o litro. Às duas da tarde, três da tarde, a gente podia passar em qualquer posto de gasolina e a gente só conseguia encher o tanque, em todos eles, por 2,57.

Então, de 2,07, passou para 2,57; não aconteceu nenhuma guerra, não explodiu nenhuma bomba, não houve atentado no meio tempo, explosão de petróleo mundial. O que significa isso? Cartel. Crime contra ordem econômica, lesão do consumidor, e não necessariamente pelo posto de gasolina, porque o que a

gente observa é que, uma semana antes, o preço tinha subido em Brasília. Lá no Paraná, diminui o preço em Curitiba e aumenta o preço em Maringá, por exemplo, para haver uma compensação; ou, no Norte do Brasil, abaixa o preço, aumenta no Sul, depois aumenta no Nordeste, quer dizer, eles manipulam o preço, de acordo com o Ministério Público, todos os indícios levam para as distribuidoras, não para o posto. O posto, coitado, se não entra no esquema da distribuidora, vai para falência, não tenha dúvida.

Agora, tem cinco distribuidoras, se a gente puder chamar as cinco irmãs e das cinco, agora nós temos quatro. E não adianta dizer que é da Petrobrás a BR; a Petrobrás é o interesse particular... O Presidente vem dizendo isso: “Olha, a Petrobrás aí são os sócios particulares, as bolsas, não adianta a gente ficar dizendo que a Petrobrás é pública, estatal, brasileira, não sei o que mais e tal”. Quer dizer, isso, quer dizer o próprio Presidente, em todas as entrevistas, vem dizendo exatamente o contrário, que tem que manter o preço alto porque têm os sócios, tem os acionistas, tem isso, tem aquilo. Então, das cinco distribuidoras nós temos quatro, Sr. Presidente.

Então, o que a gente pode imaginar? Vai piorar a situação, sob essa ótica, a ótica do emprego e a ótica do consumidor. Então, esse debate, eu já oficieei a Comissão de Defesa do Consumidor, atendendo requerimento de nossa autoria, já oficieei para a Polícia Federal. É crime. Eu digo: Isso é crime organizado. E o crime organizado tem as raízes no Judiciário, tem as raízes na Polícia, tem as raízes no Legislativo, no Executivo. Pode ter certeza. Como tem o crime organizado do entorpecente, da droga, o crime organizado da pirataria, tem o crime organizado, no Brasil, nos combustíveis. E o consumidor, nós estamos pagando o pato em cima disso. E nenhuma atitude se toma. Tem CADE, tem Agência Nacional de Petróleo, tem um conjunto de entidades aí que estão simplesmente observando, admirando o que está acontecendo. E agora, com este negócio que está sendo feito, o consumidor brasileiro tem que ficar de olho, tem que discutir, tem que avisar para a Polícia, para o CADE, para a Agência Nacional do Petróleo, para o Ministério porque não podemos ficar aí reféns de um crime organizado. O pessoal fica falando: “Matou a criança lá no Rio de Janeiro, que é um crime bárbaro”. Agora, nós temos o pior crime que existe no Brasil, é o crime organizado; igual isto àqueles que estão matando as crianças, os jovens e os adultos no Rio de Janeiro e em outros do Estado do Brasil, como São Paulo, Paraná e assim por diante.

Então, este tipo de “banditagem” tem que ser combatido por todos os órgãos públicos e nós deve-

mos, Sr. Presidente, colocar até essa questão aí, além da questão do emprego, da formação do Cartel porque formando Cartel, pode ter certeza, o emprego não é importante na formação. No Cartel, o importante é o lucro. O emprego que se dane. Por que emprego? Eu quero ter lucro. Quero lesar o consumidor. Isso é Cartel: aumentar o preço, todo mundo junto, na mesma hora, sem motivo e o consumidor que pague.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com alegria aqui o nosso novo integrante da Comissão, Senador César Borges, que pleiteou para vir para essa Comissão, que nos prestigia, e o Senador Demóstenes Torres então cedeu a vaga para o Senador César Borges. Esse é um tema que, com certeza, ele gostará também de debater.

Senador Flávio Arns, para ajudar no encaminhamento, eu acho que, quem sabe, nessa audiência do dia 04, eu acompanhei seu trabalho e seu requerimento, que achei excelente. Quem sabe a gente possa até contribuir para que o CADE venha aqui no dia 04 e dê a resposta ao seu requerimento, oficialmente à Comissão correspondente e quem sabe possa aqui, já naquele dia, ser interpelado como está esse encaminhamento, que é a preocupação de V. Exa., mais do que justa.

Ontem, só com uma informação, a Comissão de Infra da Câmara, no trabalho e serviço público, Comissão de Economia e a bancada gaúcha fizeram a primeira audiência pública com os quatro setores envolvidos: Ipiranga, Ultra, Petrobrás e Braskem. De lá da reunião, com a presença também do Presidente do pólo do Rio Grande do Sul, lá da Ipiranga, vieram para meu gabinete, lá eles firmaram um tipo de compromisso, um pacto, entendimento, em três questões para mim importantes, só dando-lhes a informação, não fere em nada sua proposta, Senador Flávio Arns. Primeiro. Que não haverá, em hipótese alguma, nenhuma demissão. Segundo. Que vai haver mais investimento com a compra desse consórcio, eu diria, da refinaria Ipiranga que vai continuar atuando como está hoje no Rio Grande do Sul. Terceiro. Que o Sindicato dos Petroleiros de Rio Grande como também o Sind-polo, vai participar dos debates, das discussões, dos investimentos e novas fontes geradoras de energia, lá no Rio Grande, e conseqüentemente até na discussão de números de empregados que eles dizem que há possibilidade de aumentar.

Mas tudo isso foi dito; posterior a isso, uma reunião no gabinete do Senador Simon. Eu, Simon e o Senador Zambiasi, eles reafirmaram essa possibilidade, que o quadro é um quadro otimista, na visão dos mesmos. Agora, eu mantive a decisão da audiência pública, pelo interesse que essa Casa tem, pelo interesse do seu

requerimento para que fique muito claro, aqui numa audiência pública, que efetivamente é a preocupação demonstrada pelo Senador Flávio Arns, que não haja prejuízo para o consumidor, que não haja demissão, inclusive, investimentos continuem acontecendo para o interesse de todo o povo brasileiro. Senador Mesquita Júnior, César Borges, estamos falando dessa compra do grupo Ipiranga. Senador Mesquita Júnior, em seguida, César Borges.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu fiquei impressionado aqui com a observação feita pelo Senador Arns, porque, Senador Paim, o Senador Arns tem razão. No momento em que esse povo se movimenta para formação de um Cartel pesado mesmo, a questão no emprego, por mais zelo que V. Exa. tenha e mais fiscalização que o seu mandato exerça, corre sério risco, porque, é como o Senador Flávio Arns disse, passa a valer o interesse exclusivo do mercado acerca do lucro exorbitante, absurdo. Essa majoração de preço de questão de horas, em determinadas épocas, em determinados dias, sem que haja, como ele disse, não houve uma guerra, não houve absolutamente nenhum fato que sequer, de longe, pudesse motivar uma majoração dessa, de 2,07 para 2,57, como mencionou aqui o Senador Flávio Arns, isso é caso de Polícia.

Eu creio que, além do assunto que será tratado nessa audiência que V. Exa. trabalha para que seja realizada, dia 04, eu acho que, pelo menos o encaminhamento dessa discussão acerca da preocupação do Senador Flávio Arns deve estar presente, deve estar presente porque, olhe, isso é um fato recorrente no nosso país. E a gente fica, olha, a indignação do Senador Flávio Arns, eu acho que ela não pode ficar solta no espaço. Ela tem que ter uma conseqüência. A conseqüência, eu creio que deva ser a preocupação do Senado Federal em instituir, ou pelo menos discutir, a possibilidade de se instituir um mecanismo mais eficaz de controle dessa prática, porque é uma prática abusiva. O Senador Flávio Arns, disse olha: “Lá no Norte diminui”. Lá no Norte, nunca diminui, Senador Flávio Arns. Nunca. Apenas aumenta. Há regiões lá em que essa questão do preço é praticada de forma absolutamente desrespeitosa com a população, não é só um combustível, é o gás de cozinha... Lá no Município de Cruzeiro do Sul, por exemplo, Senador, eles estabelecem o preço que querem. Não têm respeito com o consumidor, com absolutamente ninguém, quer dizer, é uma prática desrespeitosa, é uma prática que não condiz com a preocupação da sociedade brasileira.

E, portanto, acho que a gente precisa, de fato, botar o pé nessa estrada, começar a discutir um mecanismo mais eficaz, mais eficiente de controle, de

pressão para que isso não possa acontecer no nosso país. Porque é, como diz o Senador Flávio Arns, é através de um mecanismo desse que o emprego vai para o espaço, porque o emprego é um componente disso, por mais que esse povo pactue com os Senadores do Rio Grande do Sul, com essa Casa, de que não haverá motivo para preocupação nesse sentido, haverá sim. Enquanto não se coibir, de maneira eficaz, essa prática da formação do cartel, do preço abusivo, que eles praticam a hora que querem, o emprego está sempre correndo risco, o emprego está sempre correndo risco. Os assuntos têm haver sim, uma coisa está intimamente relacionada com a outra.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Satisfação, Senador César Borges, com a palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, senhores Senadores, senhor Vice-Presidente, Senador Cícero Lucena, eu quero, inicialmente, Sr. Presidente, agradecer, as palavras carinhosas que V. Exa. me recebe aqui nesse dia, dizer que eu estou aqui nessa Comissão com muita satisfação, até porque, como membro da Mesa, o nosso Regimento Interno prevê, de forma... Eu achava equivocada, uma proibição de que membro da Mesa não participasse das Comissões Permanentes dessa Casa, apenas de CPs. E, conversando com lideranças partidárias, e com os demais membros da Mesa, achamos que isso era quase como um exílio; você discriminava o membro da Mesa que não tem necessidade de ocupar todo o seu tempo com as tarefas que não são grandes com relação a determinadas posições da Mesa: Presidente, Primeira Secretária, eu acho que são mais carregadas em nível de atividades, entretanto, Primeira Vice-Presidência, Segunda Vice-Presidência, Segunda, Terceira e Quarta Secretarias, têm tempo disponível. Como nós crescemos o número de Comissões aqui na Casa e temos dificuldade, muitas vezes, de *quorum* para colocar em funcionamento as Comissões, então, não tem porque você ter esse tipo de proibição. E nós queremos trabalhar. Eu, como Senador, gosto de participar das Comissões. Acho que as Comissões são importantíssimas, não apenas o trabalho de Plenário e o trabalho da própria Mesa Diretora são suficientes para preencher nossa vontade de participação.

Então, eu estou aqui exatamente, após um Projeto de resolução de minha autoria, votado na Mesa e votado no Plenário, permitindo que os membros da Mesa, com exceção do Presidente, pudessem participar das Comissões, desde que indicados pelas suas lideranças. E aqui, a liderança do meu partido me indicou, dos Democratas, ex-Partido da Frente Liberal,

e o Senador Demóstenes Torres, que já estava com a atribuição de sete Comissões; três permanentes, como titular, e quatro permanentes, como suplente, então, ele cedeu uma participação para mim, nessa Comissão, que eu venho com muita alegria, porque eu sei da importância dessa Comissão de Direitos Humanos e de Legislação Participativa, Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): O senhor me permite um aparte? Primeiro para saudá-lo e dizer de todo o nosso prazer aqui com a sua presença nessa Comissão tão importante da Casa. E revelar também a minha satisfação em saber que foi de sua autoria a iniciativa de permitir que os membros da Mesa pudessem fazer parte das coisas... Eu também nunca vi, nunca percebi nenhuma incompatibilidade entre o exercício de funções na Mesa com a rotina do funcionamento das Comissões. Eu nunca havia entendido o porquê disso. E, graças a Deus, V. Exa. tomou iniciativa de fazer com que isso pudesse se tornar uma realidade.

Agora, recentemente, apresentei também um Projeto de resolução à Casa, estimulado por outros colegas. O Senador Garibaldi disse: “Não, apresenta que a gente discute sobre a tua proposição na redução do número de membros nas Comissões”. Porque eu acho que é também uma maneira de agente... Nós temos 81 Senadores, 11 Comissões permanentes, mais de 20 Subcomissões, e isso precisaria de um total de 300 e tantos Parlamentares para você ter uma dinâmica razoável. Não temos.

Então, eu creio que a diminuição do número de membros das Comissões; há Comissões com quase 30 integrantes, 25, 27 integrantes. Eu creio que, reduzindo para um número mais razoável, você diminuiria o número de parlamentares entre as Comissões, permitindo que elas funcionassem com mais fluidez, com uma dinâmica maior, que é aquilo que a gente pretende aqui.

Portanto, eu queria, apenas, parabenizá-lo pela iniciativa de fazer com que os membros da Mesa, pudessem participar das Comissões. É mais um reforço aí no funcionamento das Comissões.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Eu lhe agradeço, Senador Geraldo Mesquita, e que fique bastante claro, porque hoje há sempre o enfoque que poderia algum Senador, algum político desejar alguma vantagem. Eu quero que fique bem claro, não há nenhuma vantagem, em nível de... É só mais trabalho. É um desejo de trabalhar. Agora, você não pode ser cerceado nesse seu desejo de participação, de estar presente, e aqueles que são assíduos e que gostam de estar presentes na Comissão e relatar Projetos e debater os Projetos, que é o nosso papel, eu diria,

fundamental aqui dentro do Congresso e em particular do Senado, tem agora, na Mesa, a possibilidade de mais seis membros, porque são sete membros, com exceção do Presidente, como foi votado o Projeto de resolução, são mais seis Senadores que poderão participar dessas Comissões Permanentes.

Dito isso, Sr. Presidente, dizer que a Comissão de Direitos Humanos tem um fundamental, a nosso ver, o próprio Partido da Frente Liberal, que se transformou em democratas, colocou como fundamental, agora nessa nova etapa da vida política dos Democratas, o enfoque para os Direitos Humanos e o Meio Ambiente, que são duas áreas fundamentais hoje na vida moderna e que exigem de todos nós uma compreensão muito grande para acelerarmos toda a Legislação que possa proteger esses dois setores: os Direitos Humanos e o Meio Ambiente.

Então, eu acho que estou aqui com muita satisfação. E, entrando um pouco nesse assunto que estava em debate, realmente eu vejo com muita preocupação, Sr. Presidente, o que está existindo hoje no país é uma concentração muito grande econômica, em particular nesse setor da energia, no setor do combustível, porque nós temos uma coisa híbrida que é bastante estranha. Você tem uma empresa como a Petrobrás, é uma gigante já, é uma *dealer* mundial, que ela, por um lado, diz que por estar na Bolsa de Valores, tem acionistas e que tem que prestar contas aos acionistas e não pode participar de ações que seriam ações voltadas a dar ao consumidor, ao brasileiro, ao cidadão brasileiro um apoio melhor na sua economia, ou seja, o combustível mais barato, em suma, que seria necessário para a população ter um alívio nos seus gastos. Pois bem, porque têm acionistas, então, tem que procurar o lucro.

Mas, por outro lado, ela usa todo o aparato do Estado para facilitar suas ações. E o que é que tem começado a existir, assim, como uma forma criativa no Brasil? Os empresários, os grandes setores adoram ter a Petrobrás como sócia. Todos querem a Petrobrás como sócia. Aí, então, vamos ter o guarda-chuva do Estado nos protegendo, a Petrobrás tem o guarda-chuva do Estado, que é uma empresa de economia mista, está na Bolsa de Valores, o sócio majoritário e dominante é o Estado, com todos seus interesses, nada melhor do que ter um sócio desse porte e vamos procurar maximizar os lucros. É isso que nós temos assistido. E o que acontece? A Petrobrás apresenta um lucro de 26 bilhões. É eficiência da empresa ou é monopólio? Quem paga esse lucro? Vem de onde? Está extraindo de onde esse lucro? Está extraindo do bolso do consumidor brasileiro, pagando, às vezes, mais caro pelos produtos distribuídos pela Petrobrás.

Então, ou é o monopólio ou a cartelização, que termina com seus efeitos maléficos da mesma forma. E o país está pagando e o Governo lucra com isso.

Em contrapartida, quando a Petrobrás deseja fazer aplicações de recursos em atividades que não são diretamente ligadas à sua especificidade, como, por exemplo, patrocinar festas no interior, direcionar politicamente recursos para beneficiar associações ou ações que tenham interesse partidário, aí, já não conta o mercado, aí já conta o interesse político-partidário do próprio Governo, do partido que está dominando o Governo. Eu não quero nem falar Partido dos Trabalhadores, pode ser qualquer um que esteja no Governo. Aí a Petrobrás já faz uma avaliação política. Como disse o Senador Tasso, o Presidente fica ao seu talante, à escolha de quem ele quer dar, ou a quem ele não quer dar, no bom sentido, uma ajuda pela Petrobrás.

Então, fica essa Petrobrás agigantada dessa forma, e ela dominando e as ações da Petrobrás é que ditam para onde nós iremos conduzir os setores estratégicos do país, tipo de distribuição de gás, distribuição de combustível, agregação de novas empresas... Imagine que à Petrobrás agora começa a querer também implantar a produção de álcool; álcool que a inicia privada está fazendo, de certa forma, desenvolveu. Mas, eu li, outro dia, que já se prevê a criação da Canabrás, para poder a Petrobrás dominar também o setor desse novo combustível, do etanol e, sem sombra de dúvida, tem um largo caminho ainda a percorrer e vai avançar na necessidade de ter um combustível que ambientalmente seja um combustível melhor do que o combustível fóssil, que tem uma vida útil já limitada.

Então, Sr. Presidente, essa é uma questão que preocupa muito, porque nós queremos saber para onde nós iremos com economia brasileira, se é para uma economia mais fechada, mais cartelizada, seja ela estatal ou privada, ou para uma economia mais aberta, onde haja mais concorrência e mais benefício para o consumidor.

Portanto, eu vejo com preocupação essa questão, agora, com relação... Que afeta o Estado de V. Exa. lá, que é da Ipiranga, que é uma questão antiga que se debatia e que, mais uma vez, a Petrobrás se juntou com dois outros grupos nacionais, que foi o grupo Ultra e a Braskem, para poder fazer a compra da Ipiranga e tantas outras atuações da Petrobrás sempre nesse sentido de estar em todo o setor da economia, como a gigante estatal que ela é.

Portanto, Sr. Presidente, eu espero, da forma mais humilde possível, mas com entusiasmo de poder participar dessa Comissão e contribuir com o meu modesto conhecimento e ação para que os trabalhos aqui possam ser bem conduzidos, que eu não tenho

dúvida que o são por V. Exa., que é um Senador que tem grandes méritos e merece sempre o nosso elogio e aplauso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu passo a palavra ao Senador Cícero Lucena, sobre o mesmo tema, audiência do dia 04, sobre a compra do Grupo Ipiranga por esse consórcio.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PDSB-PB): Sem antes dizer, Sr. Presidente, dizer que a presença do Senador César Borges aqui conosco não só nos alimenta com a sua experiência, com a sua sabedoria, mas, sem dúvida nenhuma, com respeito também ao Senador Demóstenes que, em função das outras atribuições cedeu esse lugar para o Senador César Borges, mas, com certeza, essa Comissão irá poder continuar no seu trabalho com a experiência de quem já foi Governador, que conhece o dia-a-dia do cidadão e que tem uma visão de um Brasil mais justo, mais humano e solidário.

Quanto ao tema da audiência pública eu acho muito oportuno, porque, com certeza, algumas dúvidas que eu tenho, são dúvidas também decorrentes a muitos brasileiros. Porque se, por um lado, havia o risco, que aí eu considero um risco da possibilidade de ser adquirido por uma empresa que tem um domínio público, estatal, vamos dizer assim, movido às emoções do seu dirigente maior, como é o caso da PDVA, sem dúvida nenhuma, nós preferimos, e muito, que a venda da Ipiranga seja para grupos nacionais. Não com a visão nacionalista, não com a visão de querer bloquear o investimento externo. Pelo contrário. Eu acho que é bem-vindo, será bem-vindo, desde que sob o controle do povo brasileiro, sob o acompanhamento do povo brasileiro, com regras claras, estabelecidas, tanto para o Brasil como para o investidor, e, nesse aspecto, eu acho que nós podemos ter essa visão que, entre ser comprado por uma empresa administrada emocionalmente pela vontade do seu dirigente e ser uma empresa nacional, eu acho que nós tivemos um avanço nesse aspecto.

Agora, me preocupa a questão do monopólio. O Senador César Borges colocou isso com muita propriedade, até porque você... E já me chegou a preocupação, por exemplo, de alguns representantes do setor dos postos, que há uma concorrência salutar na redistribuição de petróleo. Muitas vezes, um posto tem uma bandeira, e chega em determinado período de vencer aquele período de contrato, as distribuidoras, vamos dizer assim, tentam, ao expandir suas redes, fazer uma negociação para melhor reforma do posto, para um financiamento mais barato, para um fornecimento de combustível mais barato aos postos que, de repente, esse monopólio pode ser prejudicial ao funcio-

namento dessa rede de postos de gasolina espalhada pelo Brasil, em particular na região Nordeste, que é o lado onde a Petrobrás assumiu essa distribuição, que não ficou muito claro o porquê a distribuição do Nordeste ficou com a Petrobrás e a outra parte ficou com a Ultra.

Da mesma forma a preocupação, que eu acho que é o cerne maior dessa discussão, é a necessidade da transparência da operação, já que existe um órgão público, se fosse só entre empresa privada, é do interesse do Congresso, é interesse da nação, porque não é uma operação tão pequena e também estratégica. Então, é fundamental que haja esse debate, até porque nós temos que fazer a verificação, como vai funcionar o planejamento de crescimento dessas empresas, se elas vão aproveitar a maximização das suas capacidades para estabelecer um novo crescimento ou apenas um lucro maior. E ter cuidado para que esse lucro maior não seja no bolso do consumidor ou na perda do salário do trabalhador. Então, eu acho que essa Comissão, como sempre, estará atenta aos problemas da nossa nação e, sem dúvida nenhuma, irá proporcionar maior esclarecimento a todos nós Senadores, bem como ao Brasil como um todo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pelo que percebo, é consenso e nós manteremos a audiência do dia 04, pela manhã, já que dia 05 é uma quinta, é feriado, e vamos, Senador Flávio Arns, se V. Exa. permitir, fazer que esse assunto levantado por V. Exa. seja palco também da audiência, que o seu requerimento nós façamos a provocação positiva da sua preocupação junto ao CADE, de forma tal que nós poderíamos convidar alguém, independente do encaminhamento feito pela Comissão de Economia. Não sei se é isso que eu poderia encaminhar, inclusive, um convite.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Presidente, eu penso assim, que nós já aprovamos, estava comentando com o Senador César Borges, a Comissão de Defesa do Consumidor, aprovamos um requerimento para o CADE, mas não só para o CADE, para a Polícia Federal, porque o crime está sendo cometido. Crime organizado é competência da Polícia Federal... Para a Agência Nacional de Petróleo, para dar explicações para o Ministério Público Federal, que está investigando. Eu sei que lá no meu Estado, no Paraná, o Ministério Estadual vem, com um trabalho muito competente, se dedicando a isto também, que é essa questão: Eu fico, às vezes, imaginando como a gente chega num ponto onde não existe o controle sobre cinco. Se a gente quer dar conta das drogas, vamos supor, onde são centenas, você nem sabe quem está atuando nessa área, você tem que descobrir, tem que ver as ramificações

e tudo. Mas aqui no Brasil você tem cinco e como é que não chega? Cinco conhecidas, tal, tal, tal, fulano, cicrano e beltrano. Têm indícios todos veementes, fortes, de cartelização.

E aí, nessa preocupação, o Senador César Borges foi muito preciso nas observações que ele fez, eu fico imaginando como é que a Petrobrás fica sócia de algumas empresas, não fica de outras? Quer dizer, por que privilegiar um, não privilegiar o outro? Ser sócio da Petrobrás deve ser uma coisa bem batuta porque um capital tão grande, isso aí tem que ser bem discutido. Agora, como não é específico, a questão do cartel é defesa do consumidor, então, falaria com o Senador Leomar Quintanilha para que aquele requerimento... Eu faria o requerimento hoje para que o requerimento apresentado à Comissão de Defesa do Consumidor pudesse vir para cá, para ser objeto também desta audiência pública. Mas isso relacionado até ao emprego, dentro da ótica que o Senador Geraldo Mesquita abordou, que quando a gente tem cartel, quer dizer, é impossível que um cartel pense... Um cartel nunca pensa em emprego, trabalho, questões, desafio da sociedade, futuro do Brasil; cartel não tem pátria, não tem interesses sociais, humanos, nada, precisa ser combatido. Por isso que a gente precisa ter instituições fortes, o nosso CADE... O que o CADE vai falar dessas coisas todas? Não falou nada até agora e por isso nós estamos acionando, porque passa um mês, passam dois, não tem... Quer dizer, as instituições no Brasil esperam as coisas se acomodarem por decurso de prazo. Aí o pessoal tem uma nova realidade, vai esquecer... É o fim da picada, como eu disse no Plenário, para não usar outra expressão aí, porque a gente precisa ter mais competência e mais participação dessas instituições em nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu estava, quando abri a Sessão, explicando o que foi o resultado da reunião do Presidente Renan com os Presidentes das Comissões Permanentes da Casa. Ele dizia que algumas das recomendações, que todos estão procurando adequar. Primeiro: audiência pública, só no dia da respectiva reunião da Comissão. Nós temos adotado aqui um critério, hoje deliberativa; na próxima, no caso, vamos transferir para quinta, em sintonia com Assuntos Sociais, Infra-Estrutura e Economia, faria uma audiência pública no dia 04, pela manhã, porque quinta é feriado. Na Sessão subsequente, seria, então, votação de Projetos.

A outra recomendação foi também que diminuíssemos o número de Subcomissões, de preferência que ficasse entre duas, no máximo, três. E, com o tempo, passássemos para duas, que entende o Sr. Presidente, a maioria dos Presidentes das Comissões,

que potencializa mais os trabalhos das Comissões Permanentes, sem prejuízo de trabalharmos o mérito daquelas Subcomissões. Como aqui nós tínhamos quatro Comissões, eu quero aqui cumprimentar o Senador Geraldo Mesquita Júnior, mais uma vez, que ele seria o Presidente da Comissão de Igualdade Racial e Inclusão, mas diz ele que se sentiria contemplado, participando da Comissão do trabalho escravo e potencializando essa caminhada daqueles homens e mulheres que dedicam a sua história ao combate ao racismo e a todo o tipo de preconceito, se a Comissão principal também tratar do tema.

Então, eu queria agradecer essa grandeza, mais uma vez, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, e nós ficaríamos, então, aqui na Comissão, com três Subcomissões. Até porque uma é temporária e ela no fim do ano, para a gente ver como é que trabalha. Ficamos com a Comissão do Trabalho Escravo, Comissão do Idoso e a Comissão da Criança, Adolescente e Juventude. Essas Comissões ficam atuando normalmente.

A outra recomendação do colégio de líderes, junto com os Presidentes de Comissões, é que nós evitássemos convocar Ministros para o mesmo dia. Disseram eles e procede, entre terça e quarta, principalmente, há dias que nós temos dois, três Ministros, em Comissões diferentes, na Casa, e no mesmo dia e no mesmo horário, que não dá para fazer um debate qualificado e com o tempo necessário para aprofundar cada um dos temas. Então, nós vamos ter também essa preocupação, tendo aqui no Senado, a Diretora das Comissões colaborando, então, para controlar o convite dos Ministros, não para proibir e inibir, mas para adequar, para agendar com as respectivas Comissões. A única coisa que eu não concordei, é que todas as audiências públicas seriam nessa Comissão. Aí eu disse: “Aí não dá”.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADO PAULO PAIM (PT-RS): Então, ficou, quanto às Audiências Públicas, cada qual fará na sua Comissão correspondente. Aí, avançamos bem. Eu queria dizer que, no dia de hoje, nós temos alguns Projetos importantíssimos, aquele Projeto do Senador Aloizio Mercadante, que penaliza o adulto que interagir com um menor para que a responsabilidade fique com o menor e não com ele, teve, por obra do Senador Demóstenes Torres, uma alteração de redação, lá na CCJ. Nós, por exemplo... Eu remeti o Projeto à Senadora Lúcia Vânia, Relatora dessa Comissão no Projeto. Ela está vindo para cá, mas diz que manterá, na íntegra, a adequação feita na CCJ, pelo Senador Demóstenes Torres, que deixa clara a intenção do Projeto. Eu só estou esperando a

Senadora Lúcia Vânia chegar para que ela possa fazer a exposição do seu relatório.

Há um outro Projeto, que também não é polêmico, tranquilo, que é um Projeto do Senador Tião Viana, que a Senadora Fátima Cleide é Relatora, a Senadora Fátima Cleide também está vindo para a Comissão, que garante indenização às pessoas com a Síndrome da Talidomida. O Senador Flávio Arns, sei que participou desse debate também e, Senador César Borges, acho que seria muito bom nós votarmos um outro Projeto do Senador Rodolpho Tourinho, eu sei que é parceiro do seu partido, seu Estado, Senador Flávio Arns é o Relator, e que dispõe sobre o percentual de cargos e empregos para as pessoas portadoras de necessidades especiais e os critérios da sua admissão, nos termos do inciso VIII, do artigo 37 da Comissão.

Senador Inácio Arruda chegou, sei que vai ajudar muito aqui, porque, Senador Inácio Arruda, V. Exa., que é um parceiro de todas as horas, que aqui os Projetos são terminativos, e nós já estamos conseguindo chegar aqui nos 10 Senadores em Plenário. Senador Flávio Arns, com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, só em relação ao item 03 que V. Exa. mencionou, que é um Projeto de autoria do Senador Rodolpho Tourinho que, aliás, foi um extraordinário Senador e que faz muita falta também aqui no Senado Federal, e ele fez um Projeto de muita importância, voltado para a pessoa com deficiência e critérios para a sua admissão no trabalho. Em função de uma pequena discussão que houve com assessoria parlamentar também, aí do Executivo, nós estamos só estudando ainda um artigo, e eu pediria a V. Exa. que fosse retirado da Pauta de hoje, para retornar dentro... Na próxima reunião, dentro de duas semanas, porque aí, realmente com a aplicação aí dessa discussão, a tramitação, na seqüência, será bem mais célere.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, o item 03, a pedido do Relator pela importância, relevância do Projeto, que vai sofrer o aperfeiçoamento necessário, volta na próxima reunião. Eu queria lembrar a todos que o item 01 é um Projeto do Senador Paulo Octávio, também muito importante, que trata sobre alterações, “dispõe sobre a confecção de cédulas do papel moeda em dimensões diferenciadas para permitir a sua identificação por pessoas portadoras de deficiência visual”. O Senador Flávio Arns também conhece bem esse tema. Pois bem, esse tema houve um problema de adequação, e a matéria encontra-se, nesse momento, na Presidência do Senado, para que ele seja transformado de Projeto de Lei Complementar em Projeto de Lei Ordinária, para uma questão de técnica Legislativa. Mas não há nenhum óbice em relação

ao Projeto, que não permitisse a sua votação. por isso nós não poderemos voltar o item 01.

Então, o item 01 e o item 03 nós os estaríamos retirando de Pauta. O item 02, a Senadora Lúcia Vânia está se deslocando para cá e poderemos votar. O item 03, acrescenta—

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Senador Zambiasi, como sempre, está aqui colaborando com esta Comissão, Senador Romero Jucá... Vamos quase votar aqui aqueles Projetos de consenso. Então, eu só pediria se vocês pudessem ficar os dois aqui, nós só votaríamos aqueles Projetos que foram acordados, que é um do Aloizio Mercadante, um do Tião Vianna e um no qual a Senadora Lúcia Vânia que é Relatora. Está bem, o Senador Romero Jucá diz que não tem nenhum obstáculo a fazer aqueles de entendimento e quer deixar, inclusive, o voto dele consignado aos três Projetos, favoráveis. Aí eu vou ver como é que eu me entendo com a minha Secretaria, que é dura nesse aspecto, mas, já deixou aqui a presença registrada.

O Projeto nº. 04 é de autoria do Senador Valdir Raupp, e eu fui Relator, inclusive, o cinco, o cinco, isso, foi a ordem, o quatro é Tião Viana e o cinco é de Valdir Raupp, eu sou Relator, “acrescenta dispositivo à lei 8987, de 03 de Fevereiro de 2005, para obrigar a emissão, em braile, de fatura de serviço público. Temos ainda o item 06. O item 06, também terminativo, é do Senador Carlos Valadares, Relator, Senador Papaléo Paes. O item 06 altera a lei 10289, de 20 de setembro de 2001, que institui o Programa Nacional do Controle do Câncer de Próstata, e a lei 9263, de 02 de janeiro de 96, que regulamenta o § 7º do artigo 226, da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências, a fim de garantir a efetividade no combate ao câncer de próstata, incluindo no *hall* das atividades básicas do Programa de Atenção Integral à Saúde; autor, Antônio Carlos Valadares; Relator, Papaléo Paes, pela aprovação do Projeto com emendas. O Relator não se encontra aqui ainda, o Senador Valadares. Só vamos esperar aqui a Senadora Lúcia Vânia chegar, mas, eu poderia, nesse momento... Qual é o Projeto? O terceiro saiu de Pauta. Senadora Patrícia, muito bem, Senadora Patrícia. Nada disso, V. Exa., pronto, Senador Wellington Salgado, como sempre, veio prestigiar a nossa Comissão, está assegurado o *quorum*, vamos fazer votações, tenho certeza, rápidas. Se me permitir, vamos então, de imediato, para o item 02, que eu sou o Relator. Passo a Presidência dos trabalhos.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PDSB-PB): Presidente, gostaria de registrar também com satisfação também nessa Comissão a presença do Presidente da Assembléia Legislativa da Paraíba, o Deputado Arthur Cunha Lima, que nos honra aqui com a sua companhia. Vamos votar, Paim, imediatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu passo a Presidência dos trabalhos ao Senador Lucena, e eu passo a ler o Projeto do qual eu sou o Relator. É o nº. 05. Isto.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PDSB-PB): Projeto lei do Senado 156 de 2006, terminativo, altera lei nº. 7.070, de 20 de dezembro de 1982, para conceder indenização por dano moral aos portadores de deficiência física conhecida como Síndrome da Talidomida. É o 05.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Esse é o 4º, que nós poderíamos, se me permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PDSB-PB): Mas esse é o de autoria de Fátima Cleide, Sr. Presidente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, esse Projeto—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, esse Projeto é tranqüilo e V. Exa. poderia, como Relator *ad hoc*, V. Exa. preside e ele lê exatamente esse, que é um Projeto que todos concordam. Esse que você leu mesmo, ele substituiria a Fátima Cleide.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O senhor já ficou *ad hoc* por determinação do Presidente.

[risos].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu que fico como Relator *ad hoc*?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ficou.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ok. Então, como Relator *ad hoc* do Projeto de...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tião Viana.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tião Viana...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Depois, V. Exa. devolve a palavra para o item 05, para o Relator Paulo Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PDSB-PB): Então, o relatório da Senadora Fátima Cleide, vou direto à análise. O ilustre parlamentar proponente, em sua justificção, discorre sobre a gravidade da Síndrome da Talidomida e todas as limitações e dificuldades que impõe aos portadores e aos seus familiares. Afirma ademais que, ao conceder indenização por danos morais por parte da União, cuja responsabilidade já foi determinada pelos Tribunais, de

forma inequívoca, para aproximadamente 280 pessoas, a proposição em tela, visa corrigir situação de flagrante injustiça. O Projeto em questão tem por finalidade estabelecer metodologia de cálculos para pagamentos das indenizações. Para tanto, utiliza como parâmetro a esperança de vida ao nascer do brasileiro, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, e os procedimentos contidos no artigo 11 da lei 9140, de 04 de dezembro de 1995, que trata das indenizações devidas às famílias das pessoas desaparecidas, em razão da participação em atividade política durante o Regime Militar.

A proposta sob exame não padece de vício de iniciativa, pois, de acordo com o artigo 24, § 14 da Constituição Federal, compete à União legislar sobre a proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência. Ademais, não fere competência privativa ou reservada de outros poderes ou entes. No que concerne ao mérito, é certo que a proposição sob exame configura importante avanço na luta pela justa indenização das pessoas com deficiência física decorrente do uso da talidomida. Mais do que a devida reparação pecuniária, é preciso destacar no caso em tela a responsabilização da União como um importante passo no processo de inclusão social e de exercício pleno da cidadania dessas pessoas.

É, portanto, indiscutível o perito da iniciativa. Consideramos, entretanto, procedentes as conclusões da Comissão que nos antecedeu na análise da proposição, no que se refere à necessidade de inclusão de dispositivos que garantam a correção monetária do montante a ser pago aos beneficiados, com a medida e isenção do Imposto de Renda sobre o valor recebido. Dessa forma, acompanhamos também a conclusão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao considerar adequado implementar tais modificações da forma do substitutivo, não obstante o Projeto não apresente o vício de técnica Legislativa. O voto. Tendo em vista o exposto, votamos pela aprovação do Projeto da lei do Senado nº. 156, na forma do substitutivo aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania. É o voto, Presidente.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Este Projeto é um Projeto do Senador Tião Viana?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isso.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Médico e, ao mesmo tempo, como V. Exa. e demais componentes dessa Comissão, muito preocupa-

do com as pessoas e todos que sofreram ou sofrem com alguma, algum descuido da sociedade, digamos assim. Eu acho muito justo esse Projeto, é muito bem pensado. E eu votarei favorável, acompanhando aí o voto do Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Alguém mais para discutir? Senão, vamos a voto. A voto. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR):

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Fátima Cleide, com a Relatora. Senador Paulo Paim, sim. Senadora Patrícia.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Leomar Quintanilha, Senador Geraldo Mesquita Júnior, Senador Paulo Duque, Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Declarei meu voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Gilvam Borges, Senador Romero Jucá, que passou aqui agora para fortalecer e deixou o voto aqui agora. Senador Joaquim Roriz, Senador Valter Pereira, Senador Jarbas Vasconcelos, Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Com o Relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Eliseu Rezende, Senador Romeu Tuma, Senador Jonas Pinheiro, Senador Arthur Virgílio, Senador Cícero Lucena. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PDSB-PB): Sim, como o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Papaléo Paes, Senador Edison Lobão, Senador Heráclito Fortes, Senador Jayme Campos, Senadora Maria do Carmo, Senador Mário Couto, Senadora Lúcia Vânia, Senador Cristovam Buarque, Senador José Nery. O Projeto foi aprovado com dez votos a favor. Vamos ao segundo Projeto, agora, eu passo a Presidência, e passo a relatar. Fazendo uma síntese também do meu relatório. Com a presidência do Senador Lucena.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PDSB-PB): Projeto de Lei do Senado 196/2006, terminativo. A Emenda acrescenta dispositivo à lei 8987, de 13 de fevereiro de 1995, para obrigar a emissão, em braile, da fatura dos serviços públicos. Autor do Projeto, Valdir Raupp. Relator, Senador Paulo Paim, com a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Senador Valdir Raupp apresenta um Projeto, que eu tive alegria de relatar, e eu vou passar direto à análise, já foi lida aqui a ementa do Projeto. O ilustre parlamentar proponente justifica a iniciativa demonstrando a necessidade de facilitar a integração social do grande contingente de pessoas portadoras de deficiência visual. O Projeto em questão tem por finalidade dar às pessoas melhores condições para o exercício da cidadania plena, por meio de um mecanismo prático para dar-lhes mais autonomia na sua vida cotidiana, qual seja a emissão de fatura no sistema braile de escrita. A proposta não padece de vício de iniciativa, que tem amparo no artigo 24... 14 da nossa Constituição e não fere a competência privativa ou reservada de outros poderes ou entes. Também não há o que opor, do ponto de vista da legalidade e juridicidade, pois a alteração proposta insere-se adequadamente no texto normativo, no capítulo que trata dos direitos e obrigações dos usuários de serviços públicos e mantém consonância com o Ordenamento Jurídico pertinente. Vamos ao voto. Em vista do exposto, vota-se, pela importância do Projeto, pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PDSB-PB): Em discussão.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PDSB-PB): Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): É um Projeto do meu líder do PMDB, Senador Valdir Raupp, é um Projeto que tende a facilitar a todos que têm deficiência visual. Eu estou, agora eu acho o quanto isso é importante, meu pai teve um infartozinho na vista, está tendo mais dificuldades, acho isso importante. Agora, também teria que ser cheque a receber também, porque só fatura, só contas a pagar, para ter acessibilidade... Poderia ser também um cheque a receber, alguma coisa para ter acessibilidade, só estou dando acessibilidade a contas a pagar, tem que dar a acessibilidade a contas a receber, mas eu voto é favorável a esse grande Projeto dessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PDSB-PB): Com a palavra, o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu concordo também com todos os argumentos do Senador Welling-

ton, que só pagar também é complicado, tem que ter em braile também alguma coisa a receber. O objetivo do Projeto de Lei é que as concessionárias de serviços públicos oferecerão, a pedido do usuário, a fatura de débitos em braile. Então, se a gente tem 24 milhões de brasileiros, de acordo com o IBGE, que tem algum tipo de deficiência, as pessoas que tem cegueira total e que exigiriam braile, muitos tem resíduos visuais, que eventualmente precisem do braile também, mas são cerca de 240 mil pessoas. Isso não é uma coisa difícil de ser feita, é uma coisa fácil e que vai beneficiar a inclusão dessas pessoas, em vários aspectos aí também da vida comunitária. Sou favorável ao Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PDSB-PB): Em discussão. Em discussão. Como não há... Senadora Patrícia.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Eu só quero, Presidente, parabenizar também o Senador Valdir Raupp e relatório do Senador Paulo Paim, acho de fundamental importância que a gente possa conquistar esses direitos, que são os direitos das pessoas que têm uma deficiência visual e quero aqui lembrar, Senador Paulo Paim, a luta que sempre teve a Senadora Heloísa Helena por essa causa. Sempre foi uma pessoa que lutou muito por isso aqui no Senado, até para que o material à disposição dos Senadores pudesse estar em braile. Então quero apenas parabenizar o Senador Valdir Raupp por essa lembrança, por esse Projeto que, com certeza, vai na direção daquilo que nós estamos lutando por um país melhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PDSB-PB): Continua em discussão. Não tendo quem queira mais discutir, vamos à votação. Senador Flávio Arns. Senadora Fátima Cleide. Paulo Paim, como Relator, Patrícia Saboya.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PDSB-PB): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PDSB-PB): Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PDSB-PB): Geraldo Mesquita, Paulo Duque, Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PDSB-PB): Gilvam Borges, César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sim, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PDSB-PB): Eliseu Rezende, Romeu Tuma, Jonas Pinheiro, Arthur Virgílio, estou na Presidência, Papaléo Paes, Serys, Eduardo Suplicy e Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PDSB-PB): Sibá Machado, Augusto Botelho, Marcelo Crivella, Mão Santa, Romero Jucá, Joaquim Roriz, Valter Pereira, Jarbas Vasconcelos, Edison Lobão, Heráclito Fortes, Jayme Campos, Maria do Carmo, Mário Couto, Lúcia Vânia. Senador Jucá deixou voto consignado, sim. Como resultado, nós temos nove votos sim... 10 votos sim. Projeto aprovado, Presidente. Passo a palavra.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agora nós vamos para o item 06 da Pauta, eu queria indicar, como Senador *ad hoc*, porque, em seguida, há um pedido do Senador Aloizio Mercadante, para uma extrapauta, e a Senadora Lúcia Vânia está vindo para cá já com um parecer, acompanhando o parecer do Senador Demóstenes Torres. Ela pediu para que esse item, Senador Mercadante, essa Pauta, ela está vindo para cá e já vem para dar o parecer favorável, acompanhando. Eu não sei se V. Exa. tem alguma objeção nesse sentido--

SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Presidente, à Comissão pela atenção e por permitir colocar o Projeto, que eu acho que é de grande interesse da segurança pública, da sociedade, como extrapauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria que o Senador César Borges, que é o nosso estreado hoje da Comissão, fosse o Relator *ad hoc* do item 06, se pudesse ler o relatório do nobre Senador Papaléo Paes.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Com muito prazer, Sr. Presidente, tratando-se a substituir--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tenho certeza de que já vai chegar aprovando o Projeto.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Senador Papaléo Paes, que é um excelente Senador e um querido colega. Senhor Senador, a ementa é: Projeto de Lei do Senado nº. 34 de 2005, que Altera a Lei nº 10.289, de 20 de setembro de 2001, que “institui o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata” e a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que “regula o § 7º, do art. 226 da Constituição Federal, que trata

do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências”, a fim de garantir efetividade no combate ao câncer de próstata, incluindo-o no rol das atividades básicas do programa de atenção integral à saúde”. Vou para análise, Sr. Presidente. De acordo com artigo 102-E do Regimento Interno do Senado Federal cabe a esta Comissão opinar sobre matérias concernentes à proteção à família. No caso do Projeto de Lei em tela, que versa essencialmente sobre o controle do câncer de próstata, verifica-se, é verdade, sua pouca afinidade com as atribuições regimentais da CDH restrita, apenas alterações propostas em relação lei 9263, de 1996, que trata do planejamento familiar.

Assim sendo, é pertinente aceitar as ponderações do Relator designado pela CAE, Senador Augusto Botelho, exaradas em parecer aprovado dia 06 de setembro de 2006, que suprimiu do Projeto de Lei o artigo 2º, ou seja, o dispositivo que vincula o controle e prevenção do câncer de próstata ao programa de atenção integral à saúde, desenvolvido no contexto das ações de planejamento familiar. A supressão desse artigo justifica-se por serem muito tênues as relações existentes entre prevenção e controle do câncer de próstata e as ações de planejamento familiar.

Ademais, a incidência de câncer de próstata, na grande maioria dos casos, se dá em faixas etárias mais avançadas, fora do período reprodutivo masculino. Cabe lembrar ainda que as principais neoplasias que afetam os homens em idade reprodutiva, e tem relação com infertilidade, câncer de testículo, a Doença de Hodgkin e as leucemias. O câncer de próstata pode causar impotência, muitas vezes, com o efeito indesejado da prostactomia e até infertilidade. No entanto, a sua relevância como fator causal dessas doenças é pequena. Ao concordar com esta argumentação, referendamos o parecer aprovado na CAE. Ademais, aproveitamos a oportunidade para adequar a ementa do PLS à supressão do seu artigo 2º, com ajuste de redação.

No mais, não existem óbices para aprovação do PLS nº 34 de 2005, ressaltando-se o mérito do Projeto em introduzir alterações à lei 10.289, de 2001, para contemplar critérios técnicos, atualizados, levando-se em conta as melhores evidências científicas. Tratam-se de recomendações expressas no documento intitulado: “Câncer da próstata. Consenso”, do Ministério da Saúde e do Instituto Nacional de Câncer, publicado em 2002, que apresenta concordância, entre os maiores especialistas das diversas áreas relacionadas ao câncer da próstata. Verificamos com satisfação que as sugestões foram incorporadas ao texto do PLS nº. 34m de 2005.

O voto, Sr. Presidente. O voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 34, de 2005, com a

emenda nº 1 da CAE e com a seguinte Emenda de Relator, que se segue ao voto. A emenda: Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado a seguinte redação: “Altera a Lei nº. 10.289, de 20 de setembro de 2001, que institui o programa nacional de controle do câncer de próstata, a fim de garantir maior efetividade no combate da doença”. É este o parecer e o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Sr. Presidente, o senhor sabe que a questão do câncer de próstata é muito importante. Agora, essa questão da falta de fertilidade, é que eu acho que o Triângulo Mineiro vai muito bem, porque ontem eu tive uma visita de um grande líder que, aos 75 anos, está com um filhinho de quatro. Então, esse problema, a água do Triângulo Mineiro é bem provida... É a água, acho que é a água. E protege bastante, esse problema nós não temos com intensidade, mas é um Projeto muito importante também do nosso Senador Papaléo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Alguém mais queira discutir, senão vamos a votos? Vamos a voto, fortalecidos agora pela Senadora Maria do Carmo, que atendeu o apelo, e ela me dizia que ela é suplente... Aqui ela é sempre titular. E o Senador Quintanilha também aqui. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação. Votação Nominal. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Fátima Cleide, Senador Paulo Paim, Senadora Patrícia Saboya Gomes.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Geraldo Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Romero Jucá, Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Eliseu Resende, Senador José Agripino, Senador Jonas Pinheiro, Senador Arthur Virgílio, Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PDSB-PB): Sim, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Papaléo Paes, Senador Edison Lobão, Senadora Maria do Carmo Alves.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (PFL-SE): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Lúcia Vânia, Senador Cristovam Buarque, Senador José Nery, acho que chamei todos, não é? O Projeto foi aprovado. Vamos, então, agora... Eu quero apenas saber se todos repetem o voto na votação em bloco das emendas nº. 01 e nº. 02; a nº 01 da CAS e a nº. 02 da CDH. Todos repetem o voto?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Aprovadas as respectivas emendas. Passo a Presidência para o Senador Lucena.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PDSB-PB): Vamos tratar do item 02. Um minutinho.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O item dois, eu pediria, se posso fazer o apelo à Senadora Patrícia. Como a Senadora Lúcia Vânia, eu só vou explicar porque o Senador Lucena está presidindo. Ela está concluindo e quer concluir o relatório do Senador Mercadante, então, ela pediu que V. Exa. podia apresentar o relatório para ela—

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PDSB-PB): *Ad hoc.*

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): *Ad hoc*, e, com isso, eu entendo que está contemplado o item 02.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, com muito prazer, Senador Paulo Paim. O relatório da Senadora Lúcia Vânia foi encaminhado a essa comissão, o Projeto de Lei, no Senado, nº. 178 de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que modifica o artigo 143 do Estatuto da Criança e Adolescente, para vedar a divulgação de atos judiciais, poli-

ciais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes, seja na qualidade de acusados ou de vítimas. Conforme o texto em vigor, somente seriam alcançados por essa vedação atos que digam respeito a menores acusados da prática de infrações.

A análise. Sr. Presidente, eu tenho uma dúvida, porque ela fez, a Senadora Lúcia Vânia parece que fez um substitutivo. Eu leio então...

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PDSB-PB): Também.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Já o substitutivo, não é isso? Fica o artigo 1º, o artigo 143 da lei 8.069 de 13 de Julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, passa a vigor com a seguinte redação: “É vedada a divulgação de nomes de crianças e adolescentes, constantes de atos judiciais, policiais e administrativos, relacionados a crimes, contravenções ou atos infracionais. A intenção, pelo que percebo, do Senador Paulo Paim, foi também proteger aquelas crianças que não são acusadas ou que não cometeram atos infracionais, mas sim aquelas que, muitas vezes, são vítimas, e para que a Lei possa proteger essas crianças. A Senadora Lúcia Vânia acabou apresentando um substitutivo, em função de que, às vezes, por exemplo, um adolescente que passa num vestibular, e quer se divulgar o seu nome, e aí a lei vedaria isso. Então, ela fez o substitutivo para corrigir isso. “Essa lei, artigo 2º, essa lei entra em vigor na data da sua publicação”. Esse é o parecer para aprovação do Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PDSB-PB): Em discussão. Não tendo nenhum Senador que queira discutir a matéria, em votação. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PDSB-PB): Fátima Cleide, Paulo Paim, que é p autor--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PDSB-PB): Patrícia Saboya, como Relatora *ad hoc*.
SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PDSB-PB): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PDSB-PB): Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PDSB-PB): Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PDSB-PB): Paulo Duque, Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Com a Relatora *ad hoc*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PDSB-PB): César Borges, Eliseu Rezende, Romeu Tuma, Jonas Pinheiro, Arthur Virgílio, Cícero Lucena como Sr. Presidente, Papaléo, Serys—

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PDSB-PB): Eduardo Suplicy, Sérgio Zambiasi, Serys sim, Sérgio Zambiasi sim, Sibá Machado, Augusto Botelho, deixou o voto como sim. Marcelo Crivella, Mão Santa, Romero Jucá, Joaquim Roriz, Valter Pereira, Jarbas Vasconcelos, Edison Lobão, Heráclito Fortes, Maria do Carmo, Mário Couto e a Relatora Lúcia Vânia, que está chegando. O Projeto foi aprovado. O substitutivo foi aprovado, a matéria irá a 2º Turno suplementar, aonde poderá receber Emendas até o término da discussão. Aprovado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu passo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu pediria, Sr. Presidente, se nós poderíamos encaminhar a votação do Projeto, que V. Exa. pudesse nomear um Relator *ad hoc*, porque eu estou vendo que há Senadores que têm outros compromissos e esse Projeto são mais de quatro anos que eu luto pela sua aprovação no Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está chegando o relatório?

SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): O projeto--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não chegou, Senador, o relatório, nesse momento aqui, da Senadora Lúcia Vânia... Eu vou pedir que a Senadora Patrícia ou Senador César Borges, pudessem ler o relatório da Senadora Lúcia Vânia que, na verdade, é um Projeto que já foi votado nessa Comissão, houve uma discussão sobre uma alteração, foi para a CCJ, foi feito lá a votação, não é, Senador Mercadante, por unanimidade. Então, volta para cá para aprovação. Eu pediria--

SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, só para explicar—

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu acho que seria importante, Senador Mercadante.

SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): O primeiro Relator dessa matéria foi o próprio Senador César Borges.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, eu passaria para ele mesmo.

SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): O relatório que... O Projeto que ele prevê é que, quando houver o envolvimento de menores de idade na prática do crime, os adultos terão o agravo pena de quatro a 15 anos. Se houver a lesão—

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para explicar que a Relatoria ficará com o Senador César Borges—

SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Se houver lesão, 1/3 de agravo da pena. E se houver a morte de um menor, em qualquer ação criminosa, dobra a pena dos adultos independente da pena que vai ser aplicada pelo crime que foi praticado. Então, é uma forma de impedir que as quadrilhas aliciem menores de idade para a prática do crime. Esse Projeto foi aprovado já por unanimidade nessa Comissão e na CCJ, mas havia necessidade de se fazer uma alteração em relação à remissão da Legislação, porque houve uma mudança na Legislação desde que o Projeto tramita e precisaria fazer essa adequação. E ele seria terminativo a partir da votação de hoje. Agradeço a atenção da Comissão para poder colocar como extrapauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu pediria, Senador César Borges, que já conhece o tema, se pudesse, chegou aqui para mim o relatório da Senadora Lúcia Vânia, que eu pedi que a assessoria entregasse à senhora, eu estou à procura de um assessor. Eu quero só informar que eu vou ler o relatório da Senadora Lúcia Vânia. Eu peço que, Senador César Borges, por gentileza.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Com muito prazer, Sr. Presidente. Então, é o parecer, com relação ao Projeto de Lei do Senado nº. 118, de 2003, que altera a lei 8069, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. A proposição acrescenta artigo, definindo como crime utilizar, induzir, instigar ou auxiliar criança ou adolescente a praticar ou participar de crime de homicídio, lesão corporal de natureza grave ou seguida de morte, furto, roubo, extorsão, extorsão mediante seqüestro, estupro, atentado violento ao pudor ou dos crimes previstos nos artigo 12 e 13 da lei 6368 de 1976, que é a lei de entorpecentes. Projeto, como já foi dito, já havia recebido da Comissão de Constituição e Justiça, parecer favorável, em caráter terminativo, do dia 30 de março do corrente ano. Entretanto, devido ao despacho da Mesa do Senado efetivado em nove de março, bem como em virtude da resolução nº. 01

de 2005, foi necessária sua redistribuição para esta Comissão. Após deliberação dessa Comissão, constatou-se a existência de erro material na proposição aprovada, além de injuridicidade, por tratar de matéria Legislativa revogada. Sendo a Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa a prolatora da decisão terminativa de mérito, a ela retorna matéria para ponderações sobre as proscritas incorreções.

A proposição atende aos requisitos de constitucionalidade e regimentalidade. Em relação ao mérito, o projeto é não somente elogiável, como, outrossim, atende à necessidade premente de uma Legislação mais severa, dirigida aos que induzem menores a prática de crimes. Trata-se, portanto, de conduta condenável em si. Ademais, conforme já mencionado em parecer precedente, tem como agravante consubstanciar-se em nascedouros de novéis criminosos, ao atingir mentes ainda imaturas com os supostos benefícios do crime.

Contudo, conforme sugestão da CCJ, há alguns reparos a serem efetuados quanto à técnica Legislativa da proposição e à juridicidade. A lei de 6368/76 fora revogada pela lei 11343, de 2006. Além disso, foi constatado pequeno erro material na indicação do novo artigo que se pretende criar, sanável para todos os efeitos. O correto seria artigo 244-B e não 224-B como, aliás, está consignado na proposição original. Reafirmamos que a exceção dos referidos delitos previstos na lei 6368, os demais crimes mencionados têm *nomen criminis* e é reconhecidamente mais simples uma referência, por exemplo, a furto do que ao crime previsto no artigo 155 do Decreto Lei nº 2848. Em prol da clareza da lei, portanto, é preferível usar discriminadamente os nomes dos crimes definidos pelo código penal.

Por derradeiro, ratificamos a necessidade de algumas alterações de menor monta na ementa, tornando-a mais informativa, bem como na organização do texto. O voto. Pelo exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 118 de 2003, com as emendas a seguir propostas, que são as emendas que já acabei de me referir na análise feita nesse relatório, Sr. Presidente. Então, esse é o relato, esse é o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria informar a todos que esse é o último item da pauta. Nós vencemos toda a nossa pauta, só falta esta votação. Em discussão a matéria.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Sr. Presidente, eu quero pedir a V. Exa. para votar de imediato, porque tenho que correr à Comissão de Infra-Estrutura, onde uma discussão que está sendo feita com dois Ministros de Estado, que eu pedi para comparecer à Comissão de Infra-Estrutura. Então, eu

não posso cometer essa indelicadeza com os dois convidados que eu pedi para comparecerem à Comissão de Infra-Estrutura, que estão discutindo a questão de trens Metropolitanos. Mas eu quero votar no Projeto do Senador Mercadante, quatro anos sendo discutido no Congresso Nacional, pela justeza do Projeto que atende muito melhor ao debate que nós estamos travando na sociedade brasileira que, numa febre de discussão, colocou aqui na pauta do Senado Federal a questão da redução da maioria penal.

Acho que esse Projeto, Senador Mercadante, ele corrige de forma mais adequada, quer dizer, penalizar os adultos, penalizar as quadrilhas, penalizar o crime organizado, que não é, e repito aqui uma vez mais, não é coisa de periferia não, não é coisa de favela não. Crime organizado, essa gente sabida, esperta, que age hoje no nosso país, é qualificada; é gente muito bem preparada e que tem movimentado bilhões no Brasil. Então, não é no morro não. Ali é onde se recruta gente pobre, que são eliminadas em seguida. Então, eu acho que o Projeto do Senador Mercadante corrige essa febre, às vezes instantânea, de querer correr para pegar um menor. Eu acho que nós temos que agir com mais cautela e o rigor do Senador é para buscar atingir àqueles que realmente têm que responder pela criminalidade no Brasil.

Por isso eu quero deixar de imediato registrado aqui o meu voto, com o Projeto em debate, em discussão, que nós vamos concluir eliminando essa trajetória de quatro anos corridos já aqui no Senado da República. Sr. Presidente.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, como esse Projeto já foi amplamente debatido aqui na nossa Comissão e apenas aprimorado na Comissão de Constituição e Justiça, eu, na verdade, faço um apelo aos demais Senadores para que, em função das nossas atribuições e outras, se não tiver mais nada a acrescentar, que a gente possa colocar em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Sr. Presidente, vou ser bem rápido, mas não poderia aqui deixar de registrar aqui a perseverança do nosso amigo Senador Aloízio Mercadante--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agora com o prestígio da Senadora Lúcia Vânia, que foi a Relatora.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Claro, também, claro. Esse Projeto é um Projeto de 2003, o Senador Mercadante acompanhou esse Projeto em todas as Comissões, com as diferentes relatorias, alguns tentaram até copiar esse Projeto do

Senador Aloizio Mercadante, mudando a paternidade do Projeto, digamos assim, mas quem acompanha sabe que é um Projeto do Senador, mais atual do que nunca. E eu só lamento, Sr. Presidente, nós temos que andar rapidamente, que eu teria muito mais elogios para fazer ao Senador Aloízio Mercadante porque, aqui no Senado, você acompanhar um Projeto, três anos, quatro anos e conseguir aprová-lo é realmente muita determinação. E que é um Projeto super atual nos dias de hoje. E, pelo olhar de V. Exa., eu já vi que estou falando demais. Mas é só uma homenagem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A mim não, fique tranqüilo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Então, só queria declarar meu voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Patrícia, em seguida a Relatora. A Relatora oficial, *ad hoc* foi o nobre César Borges.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Presidente, eu quero só também rapidamente parabenizar a iniciativa do Senador Aloízio Mercadante, até porque, como disse o Senador Inácio Arruda, nós estamos agora num momento em que a sociedade brasileira acredita, e acredito que até de boa-fé, quer encontrar uma solução para a questão da violência. E, muitas vezes, essa discussão acaba sendo muito reduzida, imaginando-se que os jovens acabam sendo muito mais algozes do que vítimas. E todas as estatísticas e a realidade mostram que é justamente o contrário. Os jovens brasileiros acabam sendo muito mais vítimas do que algozes; todas as pesquisas, inclusive em São Paulo, mostram que 0,9% dos crimes cometidos são cometidos por jovens.

Então, eu quero parabenizar porque eu acho que a gente avança nesse sentido, em vez de reduzir a idade penal, que não é a solução para o problema, porque, se reduzirmos para 16, os jovens de 15, de 14, cometerão novos delitos, graves ou mais leves, desde que seja necessária uma política ousada e criativa que facilite, dê oportunidade aos jovens. Então, eu acho que a punição para os adultos é um caminho, um caminho acertado, um caminho sensato, um caminho equilibrado, para que a gente possa preservar aquilo que diz o Estatuto da Criança e Adolescente, que aqueles que cometerem os crimes terão direito a serem ressocializados. Então, eu que o Projeto vem nessa direção, e eu quero parabenizar o Senador Mercadante e também a Senadora Lúcia Vânia pelo relatório brilhante que fez.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Lúcia Vânia, como Relatora, já a homenageando pelos dois projetos, inclusive meu,

que V. Exa. relatou; ela leu, mas V. Exa. é a Relatora, e está com a palavra.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, senhoras e senhores Senadores, primeiro lugar, gostaria de agradecer à Senadora Patrícia, por ter relatado o Projeto de autoria do Senador Paulo Paim e agradecer ao Senador César Borges por ter relatado o Projeto de autoria do Senador Mercadante. O que eu gostaria de falar, Sr. Presidente, é que o Senador Mercadante conseguiu realmente ter uma sensibilidade muito grande com esse tema, ao apontar este caminho. Eu acredito que, de todos os Projetos que têm percorrido por essas Comissões, esse é um dos Projetos mais importantes que nós votamos porque, ao mesmo tempo em que ele pune aquele que utiliza o menor em qualquer delito, ele também resguarda o papel da criança. Portanto, eu quero parabenizar o Senador Mercadante por ter tido a sensibilidade de buscar um caminho tão importante para nossas crianças brasileiras. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado Senadora Lúcia Vânia, meus cumprimentos pelo brilhantismo nos dois relatórios. Exatamente. Em discussão a matéria ainda. Alguém mais para discutir? Em votação. É a última matéria que teremos votos nominais e é terminativa. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Fátima Cleide, Senador Paulo Paim, sim; Senadora Patrícia Saboya Gomes.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Geraldo Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Romero Jucá, Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Eliseu Rezende, Senador José Agripino, Senador José Pinheiro, Senador Arthur Virgílio, Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Papaléo Paes, Senador Edison Lobão, Senador Heráclito Fortes, Senadora Maria do Carmo Alves.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (PFL-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Projeto foi aprovado por unanimidade.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Pela ordem, Sr. Presidente.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Sr. Presidente, eu gostaria—

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pode ser a Senadora? Acho que é só para comunicar--

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eu gostaria apenas de comunicar aos senhores parlamentares, senhores Senadores, que nós vamos ter agora, às 11h30, na Comissão de Desenvolvimento Regional a discussão dos vetos SUDAM e SUDENE.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E como informação também, antes de passar a palavra ao Senador Quintanilha, a Senadora Fátima Cleide avisa que o grupo de trabalho que está debatendo o PL 122 sobre Cidadania GLBT, que ela é Relatora, se reúne nessa tarde sala de reunião dos Senadores, às 15h00, biblioteca, quando serão ouvidos cinco convidados. Senador Quintanilha, por favor.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente Paulo Paim, inicialmente, eu gostaria de cumprimentar a V. Exa. pela dinâmica que tem dado

aos trabalhos dessa Comissão; tem dado a todos nós que dela temos oportunidade de participar, não só... Não só o cumprimento do nosso dever de estar aqui trabalhando pelos nossos Estados e pelo país, mas ela nos dá uma satisfação pessoal em estar trabalhando nesta Comissão, tão... Dirigida com raro brilho por V. Exa. e dando uma dinâmica especial e faz com que as Sessões e os temas aqui discutidos sejam realmente palpitantes, despertem o interesse de tantos quantos dela fazem parte e discutem matérias que efetivamente dizem respeito ao interesse nacional.

Então, eu registro aí os meus cumprimentos pelo belo trabalho que V. Exa. vem fazendo à frente dessa Comissão e que nos dá prazer dela integrar. Mas, gostaria, Sr. Presidente, de retomar uma questão de fundamental importância, que esta Comissão sempre tratou como prioridade, como tema de primeira ordem, que é a questão dos idosos. Os idosos integram uma faixa crescente; crescente em progressão geométrica, da nossa sociedade que, felizmente, graças aos recursos tecnológicos, científicos, aos investimentos estruturais neste país, nos combates às endemias, e no avanço da medicina, em benefício da saúde, a expectativa de vida do brasileiro tem se ampliado bastante e surgido, em decorrência, disso uma questão de vulto, que é a questão do idoso. Não só aquele que precisa de uma instituição para sobreviver, mas, sobretudo, o que reflete a grande maioria dos idosos é exatamente a sua reinserção ao convívio social, a sua reinserção no mercado de trabalho, o melhor aproveitamento desse potencial enorme, adquirido ao longo de tantos anos de vida, que é a experiência o que o idoso tem e que sociedade alguma que se preze deixa de aproveitar esse potencial, e aqui nessa Comissão nós temos a Subcomissão Permanente do Idoso, que eu gostaria de propor a V. Exa. a sua reinstalação o mais rapidamente possível. Nós mantivemos contato com alguns senhores Senadores, que revelaram desejo dela participar, então, nós gostaríamos de definir uma data para que nós promovêssemos já a reinstalação da Subcomissão Permanente do Idoso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência acata a proposta de V. Exa., já pedi à assessoria que marque o dia, já sabemos que estamos com todos os Senadores e Senadoras que querem fazer parte da Comissão, eu, inclusive, me inscrevi para ser seu discípulo nessa importante caminhada da Comissão do idoso. Então, a assessoria vai marcar para que, no máximo a semana que vem, a gente possa instalar a Comissão que V. Exa. vai presidir.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Nós teremos semana que vem... A semana que vem é a Semana Santa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Teremos também uma audiência pública. Acho que vai ter que ser na outra.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Creio que seria mais produtivo se fosse para a outra semana.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, fica já combinado que na próxima quinta, já que nessa quinta é feriado, que vamos ter trabalho em votação nominal, ou seja, de mérito dos Projetos, na abertura, a gente instala a Comissão.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ok, meu comandante aqui. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, eu recebi um documento que eu considero, assim, de fundamental importância, porque trata da saúde do povo brasileiro, do Movimento Pela Vida “Brasil mostra sua cara”. E, nesse documento, o título é denúncia de extermínio, homicídio coletivo autorizado. Então, é um documento de muita gravidade, em que eles abordam a situação de pessoas que tenham problemas crônicos de saúde, como, por exemplo, e vem assinado o documento, entre outros, pela Associação Brasileira de Mucoviscidose, que é a fibrose cística, que precisa dos medicamentos para ter uma vida tão normal quanto possível, as pessoas com hipertensão arterial pulmonar, doença pulmonar obstrutiva, transplantados renais, artrite, doenças reumáticas, esquizofrenia, na área da doença mental, do distúrbio mental, portadores de Parkinson e, assim por diante. Uma preocupação generalizada desses grupos específicos de saúde em relação à decisão do Supremo Tribunal Federal, de dizer que os medicamentos que são acessíveis a essas pessoas são somente aqueles que constam das listas e dos protocolos do Ministério da Saúde.

Não, de acordo com a decisão preliminar, inclusive, nós temos que falar com o Supremo Tribunal para discutir melhor essa situação também, mas dizendo que eles não terão direito a outros medicamentos, que essas listas nunca são completas, essas listas, pela burocracia mesmo, são difíceis, assim, de serem inseridos novos medicamentos; o Ministério da Saúde estabeleceu dosagens para os problemas que eu apresentei, acabei de ler e para outros, quando a dosagem para as pessoas varia muito de pessoa para pessoa.

Então, e mesmo com a afirmação do Ministro anterior, não o atual da Saúde, que diz que a decisão nos ajuda a administrar o orçamento. Estou muito esperançoso com a decisão final. Então, a gente tem que pensar sempre e se colocar na pele dessas pessoas,

“se eu tivesse, se meu filho tivesse, se minha filha tivesse, se minha esposa tivesse”; nós queremos ter o acesso a medicamento porque o direito a Saúde é um direito previsto na Constituição. E já existe uma portaria do Ministério da Saúde, já de 98, onde eles dizem, de uma maneira muito clara, que os medicamentos são de responsabilidade descentralizadas, uma co-participação do Governo Federal, do Estadual, está na letra B da Portaria 3916, já de 98, de atender as doenças consideradas de caráter individual que, a despeito de atingir número reduzido de pessoas, requerem tratamento longo ou até permanente, com uso de medicamentos e custos elevados. Quer dizer, já em 98, se decidiu isso, estava sendo feito.

Então, é uma preocupação, assim, isso causou, assim, uma preocupação generalizada. É claro que, por outro lado, tem que se evitar abusos no sentido de dizer: “Não, tem um tratamento experimental, não sei de que medicamento”. E isso realmente causa dificuldades. Mas, em termos, assim, de medicamentos consagrados, necessários, quer dizer, um transplantado, a gente imaginar uma situação em que alguém estabeleça que o transplantado pode tomar 20 comprimidos ou 30 comprimidos e precisa de 50 comprimidos; ou que a pessoa com fibrose cística, que é uma coisa que pode ser tratada, inclusive o assessor do Senador César Borges é uma das lideranças nessa área do Brasil também, o Fernando. A pessoa precisa ter um medicamento à disposição. Então, essa discussão e a gente receber um documento que diz: “Olha, denúncia de extermínio, homicídio coletivo autorizado”. Quer dizer, isso é de uma gravidade sem par, não é?

Então, eu estava pensando, não sei o que o Senador César Borges acha, mas nós, eu acho que não é uma questão de audiência pública, claro que é audiência pública também, mas ter assim uma coisa mais imediata. Eu solicitaria, em princípio, já para terça-feira da semana que vem, no período da tarde, que a assessoria da Comissão convide, para não dizer convocar de imediato o Ministério da Saúde para vir aqui, junto com... Quer dizer, o subscritor desse documento, para nós esclarecermos, de imediato, o que está acontecendo aqui no meio porque nós, como Comissão de Direitos Humanos, jamais podemos permitir que grupos que tenham necessidades específicas de saúde como, por exemplo, transplantados renais, diabetes e tal, de repente, fiquem à mercê de um sistema econômico que diga: “Agora eu vou administrar orçamento, não vou mais dar o remédio, assim eu administro o orçamento”. Não tem o mínimo cabimento.

Então, é uma questão de Direitos Humanos, e o direito à Saúde é um direito fundamental e, na Constituição, está escrito também que a recuperação da

Saúde, não é só promoção, é recuperação da Saúde, está escrito. Então, eu até gostaria de entender mais para ver onde é que está esse problema todo, que não pode haver esta indefinição, esta preocupação por parte da sociedade brasileira. Então, a minha sugestão, Sr. Presidente, na terça-feira de tarde, já nos sentarmos aqui na Comissão, não ser uma iniciativa individual minha ou de algum Senador, mas a gente já... Eu viria, outros Senadores são convidados a virem, para que as duas partes já se sentem e esclareçam e, em função do que se for dito nessa reunião, que a gente tome às providências cabíveis, na seqüência, para que esta denúncia, que é extremamente séria, seja esclarecida, as providências tomadas, sejam administrativas ou judiciais, ou o que quer que seja, mas que a gente possa tomar uma decisão respaldada em informações mais precisas sobre esse assunto.

Então, eu pediria que a assessoria entrasse em contato com o Ministério da Saúde e com, vamos dizer, os movimentos que organizaram esse documento, para que já na terça-feira, à tarde, a gente possa uma hora, duas horas, discutirmos esse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sr. Presidente, eu quero reforçar integralmente as colocações do Senador Flávio Arns, dizer que realmente este é um problema de grande gravidade, e que urge uma providência dessa Comissão. E dizer que esse não é um problema que está localizado aqui nesse movimento, ele está existindo no restante do país; Estados, Municípios, que têm responsabilidade de gestão plena de saúde e do fornecimento de medicamentos de uso contínuo para doenças graves, que muitas vezes não estão cumprindo suas obrigações levando, na verdade, a um homicídio autorizado, no momento em que você nega o medicamento a alguém que tem a necessidade para a preservação de sua vida.

Portanto, eu parabeno o Senador Flávio Arns e reforço, e estarei com ele junto, em qualquer providência, e tenho certeza que V. Exa. tomará também as providências com relação a este assunto. Mas eu queria também aproveitar esse momento e trazer aqui, no âmbito dessa Comissão, Sr. Presidente, porque nós não poderíamos deixar passar, até sob pena de ficar intempestivo o assunto, é um acontecimento dessa semana, da terça-feira, quando a Ministra Matilde Ribeiro, ela, dando uma entrevista na BBC Brasil e respondendo a pergunta: “E, no Brasil, tem racismo também de negro contra branco, como nos Estados Unidos?” Ela deu a seguinte resposta: “Eu acho natural que tenha. Mas não é na mesma dimensão que nos Estados Unidos. Não é racismo quando um negro se insurge contra um

branco. Racismo é quando uma maioria econômica, política ou numérica coíbe ou veta direitos de outros. A reação de um negro de não querer conviver com um branco ou não gostar de um branco, eu acho uma reação natural, embora eu não esteja incitando isso. Não acho que seja uma coisa boa, mas é natural que aconteça porque quem foi açoitado a vida inteira não tem a obrigação de gostar de quem o açoitou”.

Eu fiz questão de ler por inteiro, para não dizer que tiramos um trecho que estaria fora de contextualização, como foi a nota oficial da Ministra. E, hoje, a OAB pede uma retratação pública, porque não me parece que essa declaração seja mais correta de alguém que esteja numa Secretaria Especial de Política da Promoção da Igualdade, da Igualdade, Sr. Presidente. Então, a OAB hoje diz que não bastaram as explicações; dá uma nota oficial. Diz que a Secretária Especial de Política e Promoção da Igualdade Racial, considerando natural o fato de um negro não gostar de um branco, um dia após a polêmica, ela, inclusive, contou com apoio do Movimento Negro, do Vice-Presidente José Alencar, mas voltou a receber cobranças da OAB, que está exigindo uma retratação pública. A OAB cogita fazer um pedido formal de explicações ao Presidente Lula, caso a Ministra não se manifeste. Para especialistas no assunto, a única boa lição desta polêmica foi reacender, no país, o debate sobre o racismo.

Então, eu queria trazer para conhecimento dessa Comissão, para que se torne público e até eventual manifestação da Comissão, porque acredito que a Ministra incorreu num grave erro, e o que nós queremos é a igualdade e não criar situações onde possa uma raça ou outra desejar ou não desejar a convivência pacífica e natural, como deve ser o que todos nós desejamos e não olhar para trás ou para sentimentos que devem ser superados. Esse é um assunto.

O segundo assunto, mas no mesmo tema, é que houve um fato também grave da Universidade de Brasília. Houve um fato grave que foi um certo assédio ou a violência praticada contra estudantes africanos, no âmbito da Universidade de Brasília, que está sendo averiguado pela Reitoria, pela direção administrativa da Universidade e que eu acho que também devemos acompanhar, que faz parte dos Direitos Humanos, que nós não permitamos que fatos como esses dois fatos que eu acabo de relatar, possam estar perturbando o nosso desejo de criar uma sociedade mais justa e mais igualitária para todas as raças e para todos os cidadãos brasileiros. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador César Borges me permita e Senador Flávio Arns. Eu quero primeiro dizer que V. Exa. tem toda a autoridade, e eu quero cumprimentá-lo pelo equilíbrio

aqui da forma colocada. Ao mesmo tempo em que V. Exa. levanta o debate da declaração da Ministra V. Exa., na mesma linha, faz aqui a defesa do povo negro que foi agredido na UNB. Então, meus cumprimentos. Isso mostra porque V. Exa., inclusive, foi um dos Relatores do Estatuto da Igualdade Racial, que eu chamo a “Carta de Alforria do Povo Negro”, que infelizmente está guardado nos escaninhos da Câmara dos Deputados. Então, V. Exa. tem autoridade porque V. Exa. chegou e disse: “Não, temos que ter uma lei mesmo que garanta igualdade para negros e brancos”. E com isso V. Exa. resolveu a questão do Fundo, que é um ponto mais polêmico. Foi V. Exa., com a sua equipe, que disse: “Olha, se fizermos por aqui...” Depois, caminhamos com a Emenda Constitucional e resolvemos.

Eu, se V. Exa. me permitir, eu liguei para a Ministra hoje pela manhã. Falei com a Ministra, ela me explicou que foi um contexto de uma entrevista longa e que saiu essa redação. Ela tem explicado publicamente que, em nenhum momento foi essa a intenção, mas V. Exa., claro, quer que fique bem claro que foi a intenção de dizer... Porque, eu mesmo, quando apresentei o Estatuto da Igualdade Racial, eu dizia com todas as letras, publicamente, tenho que repetir de novo: Se alguém chegar a dizer “esse branco vagabundo ou esse negro vagabundo”, os dois atos são crime. Sempre disse isso e continuo dizendo. Ou muitos dizem: “Esse negro sujo, esse branco sujo”, os dois cometeram um crime, não tem nenhuma dúvida quanto à minha posição quanto a isso. E falei isso para a Ministra e a Ministra disse: “Paim, estou à disposição para dialogarmos, não foi essa a intenção”. Eu quero apenas dizer que ela me confessou, digamos, que está disposta a dialogar conosco. Mediante a sua proposta e a proposta do Senador Flávio Arns, eu pensava, e consulto a ambos, de nós encaminharmos uma conversa na Comissão de Direitos Humanos, da Ministra e também da UNB; em dois momentos, para conversarmos sobre o que aconteceu, e lá na UNB também, porque nós como V. Exa. falou muito bem, não podemos permitir que estudantes negros, oriundos da África, e que estão estudando num convênio internacional, e que pela segunda vez foram agredidos dentro da UNB, ou seja, o prédio onde eles moram, foi riscado, feitas cruces, dizendo: “Fora os estrangeiros”, enfim, aquilo nós sabemos que infelizmente ainda acontece.

Eu vou dar um outro depoimento agora, e não vou dizer nem o hotel, nem o Embaixador, porque ele não me autorizou. O Embaixador de um país da África estava num hotel aqui em Brasília, convidou para um jantar outro dois Embaixadores de outros países da África e, depois da janta, ele ia saindo e pediram para eles que saíssem pela porta dos fundos, num grande

hotel aqui de Brasília, para ver a gravidade desse fato. Ele, naturalmente não só não aceitou sair, como, de imediato, ele estava inclusive, hospedado no hotel, saiu do hotel, saiu do hotel e foi para sua Embaixada e, numa janta que eu tive com ele, me relatou esse fato. Mas, por uma questão diplomática, pediu que eu... Eu sei o nome do Embaixador, sei qual o hotel, e aí, claro, é uma responsabilidade minha, mas com o compromisso que eu assumi com o Embaixador.

Mas vejam a gravidade dos fatos! Pediram simplesmente para eles saírem pela porta dos fundos com seus convidados. Ele, naturalmente, não saiu, criou ali um pequeno conflito, administrado quando veio então, o gerente do hotel. Mas fatos como esse ainda acontecem aqui em Brasília e essa questão da UNB e esse fato acontecido, eu me proporia a nós termos uma reunião interna para dialogarmos, sei da intenção de V. Exa., e o Senador Flávio Arns, na mesma linha, Senador Flávio Arns, a Presidência da Comissão, com autorização de V. Exa., Senador César Borges, faria o convite com a sua presença, para os órgãos competentes, para analisarmos esse fato. E por que uma reunião, às vezes menor, como V. Exas. falaram, ajuda o encaminhamento? Eu, ontem, na questão da Braskem, da Petrobrás, do Grupo Ultra e do Grupo Ipiranga, aquela transação que houve, depois da audiência da Câmara, eu estive no meu gabinete com todos os envolvidos, representando tanto os empregadores, como os trabalhadores, como a Petrobrás. E, pelo menos ali, ficou o acordo de procedimento, que na audiência não poderíamos fazer, sem prejuízo nenhum da nossa audiência que daríamos no dia 04, para debater o tema com a profundidade, que aqui colocou V. Exa., Senador Flávio Arns. Mas, pelo menos os trabalhadores ficaram tranquilos, mediante aquele acordo de procedimento, que não haverá, nesse momento, nenhum tipo de demissão e nem os investimentos previstos para o Pólo Petroquímico em Triunfo, Rio Grande do Sul, como a refinaria lá em Rio Grande. Eu achei boa a reunião que não inviabiliza o debate que faremos aqui na audiência pública, com a complexidade levantada mediante o requerimento do Senador Flávio Arns.

Então, eu proporia que, na semana que vem, fizéssemos as duas reuniões internas, para darmos uma limpada na área e avançarmos os dois temas, até com horário definido. Eu proponho que a primeira seja às duas, se V. Exa. concordar, ou às duas e meia, duas, duas e trinta, a primeira, e eu faria a outra às cinco da tarde, aqui mesmo na reunião da terça. Ok? Então, está encerrada a reunião. Muito obrigado a to-

dos os Senadores e Senadoras. Eu queria, antes, me permitam um pequeno requerimento, que é, na verdade, de minha autoria com outros Senadores, que diz o seguinte. “Sr. Presidente da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, com fundamento...” Eu pediria que alguém lesse o requerimento em nome da Presidência, já que ele é de minha autoria, se me permitir, aí V. Exa. mesmo poderia colocar em votação...

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Requerimento nº. 14 de 2007 da Comissão de Direitos Humanos. Sr. Presidente da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, c/c art. 90, II do Regimento Interno da Casa, requeiro a realização de Audiência Pública Conjunta entre a Comissão de Direitos Humanos e Legislativa Participativa e a Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência da Comissão de Assuntos Sociais, com vistas a tratar das melhorias nas condições de vida, trabalho, salário, segurança e saúde dos trabalhadores das indústrias produtivas de álcool, enfocando a questão do acidente de trabalho. Para tanto, gostaríamos que fossem convidadas as pessoas constantes na relação anexa. Sala das Comissões, Senador Paulo Paim”. Não está aqui a relação das pessoas anexas.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para esclarecimento, como autor do requerimento, nós estamos convidando a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, a Confederação Nacional dos empresários também da Agricultura, o Ministério da Agricultura, o Ministério do Trabalho, para que a gente faça um debate sobre as preocupações que todos nós estamos tendo, numa prevenção ao grande investimento, que é positivo, que nós teremos na plantação de cana, visando principalmente à produção de álcool. Esse é o objetivo. O senhor teria que colocar em votação.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Requerimento em votação. Se os senhores estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu, assumindo novamente a Presidência, agradecendo ao Senador César Borges, que presidiu o encaminhamento deste requerimento, eu retorno a palavra ao Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, só para lembrar que, na questão do debate, sobre a questão dos medicamentos, alguém indicar, só duas pessoas e demais Senadores para, num primeiro momento,

tentar esclarecer e alguém indicado pelo gabinete do Ministro, que venha com a autoridade para... E, da minha parte, Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone] Uma reunião informal, eu já peço à assessoria que já anote as considerações do Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Alguém indicado pelo gabinete do Ministro, que venha com autoridade de dizer o que é e o que não é também. E, da minha parte, eu, se V. Exa. permite, eu falaria com as lideranças que assinaram o documento, para que elas indiquem uma ou duas pessoas também para estarem presentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está acordado, V. Exa. coordenará essa reunião, que eu estarei junto com V. Exa.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está bem. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Assim, está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 10h56.

ATA DA 12ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 03 DE ABRIL DE 2007, TERÇA-FEIRA, ÀS 14:00 HORAS.

Às quatorze horas e dezenove minutos do dia três de abril de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sob a presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos (as) Senhores (as) Senadores (as) Fátima Cleide, Inácio Arruda, Geraldo Mesquita, César Borges, Cícero Lucena e Serys Slhessanrenko. Deixam de comparecer os demais membros. Justifica ausência o Senador Romeu Tuma. A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atende ao Requerimento nº. 12-CDH de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 08/03/2007, que trata da “Superação do Racismo, da Violência e do Preconceito. Com foco no atentado aos estudantes africanos da Universidade de Brasília”, com os seguintes convidados: Embaixador e Diretor do Departamento Cultural do Itamaraty, Paulo César Meira de Vasconcellos e a Ministra e Diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores Ana Lucy Gentil Cabral que representam o Celso Luiz Nunes Amorim - Ministro de Estado de Relações Exteriores; Alexandre Prestes Silveira, representando

Fernando Haddad - Ministro de Estado da Educação; Antônio da Silva Pinto, representando Matilde Ribeiro - Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Ivair Augusto Alves dos Santos representando Paulo de Tarso Vannuchi - Secretário Especial da Secretaria Especial de Direitos Humanos; Bairon Prestes Costa representando Tarso Genro - Ministro de Estado da Justiça; Timothy Martin Mulholland - Reitor da Universidade de Brasília; Zulú Araújo - Presidente da Fundação Cultural Palmares; Valquíria Souza Teixeira de Andrade - Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal no Distrito Federal e o Estudantes africanos da Universidade de Brasília: Nivaldo Domingos Gomes (Guiné-Bissau), Lenine da Silva (Guiné-Bissau), Helmer Dinis Sequeira (Guiné-Bissau); Mbalia Mafory Queta (Guiné-Bissau); Kassoum Dieme (Senegal). O Presidente abre os trabalhos com a aprovação da ata da reunião anterior, dispensada a sua leitura. O Senhor Presidente faz o expediente informando como deverá ser os trabalhos. Em ato contínuo, convida os convidados para compor a mesa, após o que são tocados os hinos de Guiné-Bissau e do Brasil, nessa ordem. Após as suas considerações iniciais, o Presidente passa a palavra aos Senhores e Senhoras convidados para suas considerações acerca do tema da Audiência Pública. Ao final das exposições dos Senhores convidados, o Senhor Presidente pede desculpas publicamente aos estudantes africanos pelos inconvenientes sofridos no Brasil. O Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Fazem uso da palavra os Senadores: Geraldo Mesquita e César Borges. Após a manifestação dos Senhores Senadores, o Presidente dá a palavra aos convidados para responderem as indagações deste Colegiado e, após, convida os presentes a assistirem ao vídeo “Lágrimas do Sul” de autoria do cantor e compositor Milton Nascimento. Nada mais havendo a tratar, Senhor Presidente encerra a reunião às dezesseis horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, Altair Gonçalves Soares, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Paulo Paim**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e coloco em votação. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item único. Audiência Pública. Nos termos do Requerimento nº 02, da CDH, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim e Senador Mesquita Júnior, aprovado em 08/03/2007. Estamos nessa audiência com o seguinte assunto: Superação do racismo, da violência e do preconceito, com o foco no atentado aos estudantes africanos da Universidade de Brasília, UnB. Eu tenho aqui a lista de todos os convidados. É a nossa intenção, porque muitos são os convidados, e isso é muito bom, mostra que a sociedade brasileira está se movimentando nessa luta permanente contra o racismo e o preconceito, nós vamos dividir em quatro Mesas. A primeira Mesa será o Reitor da Universidade de Brasília, Timothy, com a presença do estudante de Guiné-Bissau, Nivaldo Domingo Gomes, ainda estudante da Guiné-Bissau, Lenine da Silva, estudante da Nigéria, Miua Aceu Akntud(F), acertei mais ou menos? Então estou bem na pronúncia, estou avançando já. Depois Mbalia Mafory Queta, estudante de Guiné-Bissau, e ainda Kassoum Deime, estudante do Senegal. Então a primeira Mesa será essa. Em seguida faremos as outras Mesas. E em cada Mesa nós teremos a presença de em torno de quatro pessoas. Eu gostaria muito de registrar aqui conosco. E nós vamos, embora a Mesa esteja apertadíssima, seria muito bom que ela estivesse comigo na Mesa durante todo o debate, o Senador Mesquita Júnior é um lutador nosso, está em todas aqui presente, esteve conosco lá na UnB, mas eu queria que a Deputada Janete, que representa aqui a Presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, ficasse conosco aqui na Mesa para ajudar no encaminhamento dos trabalhos. De imediato chamamos para a Mesa o Reitor da Universidade de Brasília, Sr. Timothy, o estudante Nivaldo, o estudante Lenine, o estudante Miua(F), o estudante Mbalia e o estudante Kassoum Deime. Acho que dá para todos... Deu lugar para todos? Para o Reitor? Deu lugar para todos aqui? Pode providenciar mais uma cadeira e a gente aperta um pouquinho aqui. Agora nesse momento que todos já estão com lugar à Mesa, dessa primeira Mesa, eu queria que a gente, de pé, numa homenagem a todo o povo africano, porque nós não podíamos tocar todos os hinos, que a gente ouvisse o hino de Guiné-Bissau e que vocês devem ter cópia aí da letra.

[execução do Hino de Guiné-Bissau]

[execução do Hino Nacional Brasileiro]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Queria agradecer muito ao grupo Olodum, que fez questão de mandar o hino tocado por eles, numa demonstração também de homenagem aos Países africanos. Essa Audiência Pública ela tem como objetivo principal nós debatermos aqui na Comissão de Direitos Humanos a questão do racismo e o precon-

ceito, infelizmente com essa questão da UnB, numa demonstração que ele é latente e muito forte em nosso País. Tenho certeza que essa Audiência Pública não será somente um ato público. Nós vamos acompanhar o desdobramento desse caso e vamos fazer de tudo para que a punição seja exemplar para aqueles que fizeram esse ato covarde, um ato de terrorismo contra estudantes da nossa querida África, aqui na nossa querida também UnB. Temos certeza que o debate será muito, muito positivo. Informo a todos que, ao terminarmos a Audiência Pública, o Presidente Renan Calheiros vai receber os nossos convidados no Plenário do Senado, onde ele, em nome da Casa, fará uma saudação a todos, deixando registrado toda a sua solidariedade. E eu gostaria aqui de nesse momento tomar a liberdade, antes mesmo de iniciar o debate, de que o que foi cometido contra estes jovens tem o repúdio, eu diria, da ampla, ampla maioria, para não dizer da totalidade do povo brasileiro. Eu queria que esses jovens aqui na Mesa conosco aceitassem, por isso que eu falei vou tomar liberdade, que este Senador, negro, que vocês aceitassem o nosso pedido de desculpas não só do Senado, todo o povo brasileiro quer pedir desculpas a vocês. Desculpem. [palmas] Podem saber que o povo brasileiro não concorda com isso. O povo brasileiro está ao lado de vocês para o que der e vier. Eu sempre digo que o homem, ou a mulher, que não entendeu ainda que na vida ele deve ter alguma causa que ele poderia até morrer é porque ele não entendeu o sentido da vida. E a causa da igualdade, da liberdade e não admitir que ninguém seja discriminado é uma causa que nós já descobrimos. E eu me sinto feliz por ter descoberto. E essa é uma causa que eu teria muito orgulho [choro] se um dia tiver que morrer que seja por ela, pela igualdade, pela liberdade e pela justiça. Por isso eu faço... Estamos neste ato com uma enorme satisfação e não vamos nos deixar contagiar, eu tenho certeza que vocês nem eu, pela emoção. Porque o momento é de emoção. E por isso eu, antes de passar a palavra ao Reitor Timothy e depois todos os alunos vão ter o direito de explicitar o seu ponto de vista, eu vou pedir à nossa querida Deputada que representa aqui a Comissão de Direitos Humanos que faça a sua saudação.

DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ (PT-SP): A minha saudação ao Senador Paim, e nele eu também estou saudando todos os Senadores aqui presentes, na pessoa do Deputado Dutra, que está aqui, do Maranhão, um Parlamentar negro, que nasceu num Quilombo, no Maranhão, eu também quero saudar toda a representação dos Deputados Federais, dizer também que nós temos aqui ilustríssimas personalidades, que são do movimento, que são também da SEPPIR,

que eu quero fazer uma saudação especial, e dizer o principal, saudar também o Reitor, que tão bem nos acolheu e que inclusive está aqui conosco mostrando claramente qual é a posição da universidade e dizer que nós da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal também estamos coesos com a Comissão de Direitos Humanos aqui do Senado para expressar, de forma clara e também de uma forma veemente, primeiro, que nós temos que apurar todos os fatos e não pode acontecer como aconteceu com a morte do índio Galdino, queimado aqui em Brasília. Triste lembrança. Mas temos que lembrar. O fogo, que é um símbolo primitivo e um símbolo de luz e de força vai ser o fogo das nossas paixões no sentido de libertar e de queimar, purificando idéias que neste século XXI pensávamos que já não existissem, ou que não existiria aqui e, principalmente, na Universidade de Brasília. Quero dizer que estamos juntos, juntas e pedir também, como o Senador Paim, desculpas. Eu sei que o estado psicológico de vocês é uma situação muito difícil. Porque toda violência, quem já viveu sabe, e alguns tipos de violência levam muitos anos para se esquecerem. Mas, deste dia 28 de março a universidade criou um símbolo, que eu quero parabenizar o Reitor, de criar o dia, na universidade, de combater a todo e qualquer tipo de racismo.

Então estamos irmanados nessa nossa missão exemplar e educadora, nós queremos um mundo onde todas e todos tenham o direito de estudar, de viver, de ser feliz. Esperamos também que rapidamente vocês possam voltar ao convívio da universidade e que superem esse momento tão difícil que vocês passaram. Mas que saibam que ele vai ser um marco na história de Brasília no sentido da luta pela libertação e pelos direitos de igualdade e pelo fim de todo e qualquer tipo de xenofobia. Muito obrigado. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): De imediato eu passo a palavra para o Reitor Timothy.

SR. TIMOTHY MULHOLLAND: Muito boa tarde, Senador Paulo Paim, Presidente da Sessão, em cujo nome quero saudar todos os Senadores aqui presentes, Deputada Janete Rocha, Presidente da Comissão do lado da Câmara, também em cujo nome saúdo os Deputados aqui presentes, as lideranças, autoridades, participantes de movimentos aqui presentes e, principalmente, nesta tarde, os estudantes em cuja presença nós estamos aqui nesta Mesa. Alguém falou que a gente não escolhe onde nasce e a gente não escolhe a cor da pele, mas a gente escolhe as causas que a gente abraça. E se há uma causa que merece ser abraçada no mundo de hoje é a causa da igualdade diante da diversidade. E a Universidade de Brasília há

muitos anos vem buscando por seus meios limitados, mas compromissada com os princípios da busca dos Direitos Humanos e da igualdade no nosso País, também vem abraçando estudantes de várias partes do mundo, e com maior densidade da África, de Países africanos, principalmente de língua portuguesa e Países da América do Sul, através do programa do Governo Brasileiro chamado Programa de Estudante Convênio. Esse projeto vem há muitos anos aumentando o número de participações, o número de estudantes que têm vindo e conhecemos todos os hinos desses Países, Senador, porque nós tocamos nas formaturas. Então todos esses hinos, quando forma um jovem de outro País na UnB, além do Hino Brasileiro, tocamos o hino do País daquele jovem, ou daqueles jovens que temos a honra de poder diplomar na cerimônia.

Então hoje a UnB se sente profundamente ferida nesse processo, pelos princípios que ela abraçou, pela agressão que foi sofrida por seus estudantes, nossos estudantes, nossos... Os jovens que vieram de longe a nosso convite estudar conosco. E a UnB quer seguir o exemplo também do Senado, da Câmara e de outros e pedir desculpas a esses jovens pela violência que sofreram dentro da nossa Casa [palmas] e de registrar o compromisso com a nossa comunidade, com os jovens que hoje estudam e todos os milhares que virão pela frente como nossos alunos, sejam eles brasileiros, africanos ou da Europa ou de onde for, que nós temos o compromisso de lutar internamente para que tenhamos um convívio mais democrático e de maior tolerância entre nós, que nós possamos superar aquilo que provoca as divergências, que é a intolerância, podemos superar qualquer tendência à violência, que para uma universidade é absolutamente inaceitável, e que possamos, ao longo da vida da nossa instituição e daqueles que vierem depois de nós, criar uma instituição mais democrática, mais aberta, mas tolerante. E que nunca um ato como esse nos afaste desses compromissos ou nos faça recuar desses mesmos compromissos.

Então esses jovens são nossos alunos, vão formar na UnB, se Deus quiser, vamos entregar o diploma na mão deles [palmas] e tomaremos, como estamos tomando dentro do que nos é possível discernir, as medidas que permitam a sua reintegração o mais breve possível, a sua regularidade na sua atividade acadêmica e que a nossa comunidade, acordada por esse fato, alertada por esta aberração dentro da nossa instituição, possa mais rapidamente buscar aquilo que é o ideal desde que Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira criaram a Universidade de Brasília, que é o respeito pelo próximo, o respeito pela diferença. Muito obrigada, Senador, Deputada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra de imediato ao estudante Nivaldo Domingo Gomes, para fazer a sua saudação, enfim, a sua fala.

SR. NIVALDO DOMINGO GOMES: Boa tarde. Eu gostaria primeiro de agradecer a presença tanto de vocês como de nós também estudantes aqui nesse momento. E eu gostaria simplesmente assim de ser breve no que eu estou sentindo e no que eu também... Por exemplo, decidimos também, nós mesmos, estudantes, que estamos representando nesse momento a maioria. Foi, aconteceu e teve uma dimensão muito... Acho que até além do que nós mesmos estávamos simplesmente esperando disso. E eu gostaria também de colocar um outro aspecto, no caso, desse aqui. Estamos aqui há muito tempo no Brasil. Eu acho que a vinda para o Brasil, a imagem, pelo menos, do Brasil, que eu sei da África... Ou, aliás, que eles passaram para a África, não é isso.

Então, eu conheço o Brasil de outro jeito. Se isso aconteceu, estamos lamentando. Eu mesmo lamento. Mas acho que isso não parte, e eu estou sentindo isso, não parte pelo fato de que aconteceu isso. Eu senti totalmente diferença. Que isso me deu medo, me deu medo porque eu achei que é anormal. Dentro do Brasil não é uma característica que eu estou sentindo social do Brasil.

Então, aconteceu? Aconteceu. Mas eu conheci, vários dos meus amigos, eu estou aqui há cinco anos, eu não vou levar nenhum tipo... Eu não estou aqui defendendo pessoalmente, eu estou defendendo a maioria. Eu estou aqui há cinco anos e não vou voltar para lá e levar uma imagem do Brasil, da universidade ruim assim nesse caso. Claro que não. Estou aqui há cinco anos. Eu espero, em nome de todos também, contribuir com isso, falar para vocês, ter a oportunidade de falar para vocês, agradecer e pedir também desculpas. Não só vocês que vêm propor isso, pedir desculpas para a gente. Nós também, sim, até certo ponto, pedimos desculpas. [palmas] Eu posso falar isso claramente.

Para fechar, eu gostaria de falar o seguinte: graças a Deus, todo mundo está bem. E eu não quero colocar esse assunto do... Sei lá... Usar outro termo nesse caso, que foi, até certo ponto [inaudível]. Eu não quero estar nisso. Foi um atentado, foi. Mas simplesmente eu quero tomar isso... Sei lá... De uma outra natureza. Mas não nesse caso. Conversamos bastante e sentimos bastante, porque estou aqui há cinco anos, eu convivi bem e eu quero, pelo menos, manter e fortificar esse laço. Brasil, eu acho que dentro de mim mesmo, não tem toda... Definição, por exemplo, para falar isso do Brasil, que o Brasil pode ser discriminatório, alguma

coisa. Porque é um povo totalmente miscigenado. Tudo junto. Então eu estou defendendo aqui para todos nós colegas, porque reunimos bastante e eu vou agradecer isso. Eu estou pedindo também, pedindo, não estou exigindo, nem nós mesmo estamos e gostaria também de deixar bem claro que isso é proteção para toda a comunidade. É africano, é estrangeiro, é o próprio Brasil. E eu achei que isso é interessante. Porque não é só pedir desculpas, por exemplo, vocês chegarem e pedirem desculpas, mas nós também temos o direito de pedir desculpas. Porque tudo isso tem um certo... Uma certa influência.

Então, por exemplo, vocês viram notícia, jornal, televisão... Mas a gente está aqui é pelo menos para defender também. A imagem que foi passada também. Não estou aqui criticando a mídia, mas a imagem que foi passada. Porque isso eu acho que foi um pouco além. Porque ninguém esperou. Eu simplesmente não esperei. Fiquei apavorado, tudo bem. Mas eu estou aqui simplesmente agradecendo também, pedindo, porque eu quero também ficar, formar e voltar. Porque eu simplesmente não vou representar só o meu País. Aí quando chegar lá eu acho que as perguntas vão ser mais freqüentes, dizendo: “você formou onde?” “Universidade de Brasília”. Eu posso representar também a UnB. Brasília. Se eu sair daqui eu não vou representar só a África, ou Guiné, mas eu vou representar também a UnB. Obrigado. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra ao estudante Lenine da Silva, para que faça o seu pronunciamento.

SR. LENINE DA SILVA: Boa tarde. Eu vou seguir o fluxo do pessoal, começar por pedir... Para agradecer a participação de todo mundo, enfim, realmente a gente não está isolado e começar também pedindo perdão pela minha fala, porque eu... Enfim, eu vou ter certos erros na fala, porque não é minha língua materna. Mas eu espero que, falando devagar, vocês vão entender o conteúdo da minha fala. Eu começo a agradecer toda a cúpula, toda a movimentação negra brasileira, núcleo de Senadores, de Deputados, que zelam por essa causa, porque ela é séria. A minha gratidão pela instituição de Brasília que me tem acolhido. Eu devo muita gratidão, enfim, resumindo, ao povo brasileiro. Peço perdão, porque estou realmente muito emocionado. Eu sou emotivo. Acho que é natural. É isso. [palmas]

É bom falar de racismo, sim. Porque as pessoas não foram de racismo. Não sei se é racismo o termo perfeito, porque até o conceito é passado. A gente está falando de etnia. A UnB, vou fazer um breve histórico, a UnB tem 25 mil alunos e 400 e tal, por aí, desculpem erros estatísticos, só que nesses 25 mil alunos tem, no

geral, 457, se não estou errado, que são de acordos de cortesia, de outros acordos que a universidade estabelece com outros Países que têm aqui estudantes, na verdade. E desse grosso número, só tem 100 a 150 africanos, para vocês terem noção.

Então, falar que não tem racismo, posso até... Enfim, para quem não tem nada a ver com ele, com questão racial, pode até cair bem. Mas, na minha concepção, alguém falou: “não tem racismo, não tem racismo”. Eu falei: “é melhor vir ao prédio para ver se você não vai sofrer racismo”. [palmas] Porque eu já sofri na pele. Não pela minha... Pelo que eu penso, mas pela minha aparência física. Isso me [choro] machuca. Desculpem. Aconteceu o fato, aconteceu. Mas é bom lembrar que é caso isolado. Mesmo na Casa do Estudante, que tem trezentos e tantos estudantes brasileiros, de outras regiões, todo mundo sabe que... Enfim, não é um grupinho, eu caracterizo assim, que sentiram conspiração com alguns amigos e decidiram atear fogo.

Então, esse ato é de barbárie. Eu saí na rua, eu lhes garanto, eu tive medo. Porque não é minha... Não é meu papel. Eu sou ativista, mas eu trabalho de outra forma para atingir meus objetivos. Eu saí na rua como humano, para repudiar. Podia acontecer com um brasileiro isso aí na rua. Porque eu sou assim. Então eu falei: “mas que problema é que está acontecendo? Aí saí do meu bloco para ir ver. E eu vi tamanha crueldade e comecei a chorar. Eu falei: “se eu tiver que morrer, eu vou morrer aqui, mas eu vou mostrar a cara, [choro] entende? Desculpa, gente.

É isso que aconteceu, na verdade. Agora, só que eu tenho medo. Por quê? Porque notícias que eu vinha recebendo, enfim, saiu todo tipo de matéria. Outros falando mais ou menos, outros falando nada com nada... Eu tenho medo disso. Eu estou do CEU há um bom tempo, nunca tive problema com ninguém. Aliás, eu tive problema, mas com um africano, é caso isolado também, mas passado, e nunca apareceu TV Globo, TV Record, essa mídia toda. Eu acordo de manhã, olhando na janela, um monte de carro descendo para o CEU. Então eu falei assim: “você tem que tomar cuidado com que as pessoas falam, porque tem gente interessada, querendo vender. E as coisas não funcionam assim”. Então, nessa perspectiva, a gente tentou articular e digitar algumas pessoas para estar falando, para que não houvesse desconexão na informação. E a gente está nessa luta tentando criar alguns amigos, alguns Professores, outros alunos estudantes, para ver a saída melhor para essa situação. Eu caracterizo de... Racismo, eu não sei, pode existir, existe, já aconteceu comigo, eu fui vítima várias vezes, inclusive de pessoas de mesma cor fugindo de mim,

ou eu fugindo, supostamente, no Brasil. Isso aconteceu comigo em Brasília.

Então, eu não estou aqui para justificar isso. Mas o ato xenofóbico, isso aconteceu. Eu posso falar isso com toda convicção, porque teve pichação. E nesse dia tinha gente querendo apagar essa pichação. Graças a Deus e à tecnologia, os meninos tiraram foto, que está na mão das pessoas. Então teve ato xenofóbico. E o que é que definiria xenofobia? Aversão, perversão ao estrangeiro.

Então eu falei em várias mídias que teve indício de xenofobia, sim. Agora, tem problema? Tem. Inclusive eu vivenciei de perto essa situação toda e que eu apontava para o diálogo, na verdade. Mas eu fui nas conversas que eu tive com a atual administração da Casa do Estudante e tal, aí um menino me alegou o seguinte: “Lenine, os caras não gostam dos africanos”. Eu falei: “beleza, podem não gostar da pessoa. Mas quem é você para... Enfim, para coagir, para constranger as pessoas?” Eu não sou obrigado a gostar das pessoas que não gosto. É natural, é do ser humano. Mas nada justifica a barbárie. Porque já teve antecedentes de descarrego de extintor. Teve coisas que passaram por aí nessa história toda. Aí eu falei: “nada justifica isso, vocês têm que intervir junto do decanato para ver um jeito inteligente de solucionar esse problema”. Houve omissão por parte... Por parte da Casa do Estudante, nessa fala minha, aí eles não tomaram providência e o problema chegou nessa proporção. Então eu só pergunto uma... Eu deixo essa preocupação. Por que é que a mídia está querendo saber se é racismo ou por que é que todo mundo, ninguém preocupa saber, enfim, de outras histórias, todo mundo está querendo saber, está perguntando do racismo?

Então, é delicado. Eu não sou a pessoa ideal para estar falando disso. Mas indício de racismo eu já senti várias vezes. Agora, eu vou... Enfim... Eu vou frisar um fato que é muito interessante aqui, porque começou assim, “os estudantes estrangeiros vieram para tirar vaga dos alunos brasileiros”. Isso é uma coisa séria, entende? Porque, o que é que acontece? Essas informações, enfim, sem sentido, porque num universo de 25 mil, eu estou falando UnB, num universo de 25 mil, se tem 400 alunos de convênios, eu acredito que tem um monte de brasileiros fora, estudando na mesma situação. Inclusive até se alguém passar em Relações Internacionais na UnB tem papelada anunciando intercâmbio e tudo mais. Então a gente está na mesma situação. Agora, só não entendo por que é que num universo de 25 mil alunos, que tem 400 estrangeiros, e nesses 400 estrangeiros, tem 100, 150 africanos.

Então, acho que não justifica proporcionalmente... Enfim, é isso. Agora, eu quero falar de outra si-

tuação também, que eu acho muito interessante, que a gente vê num convênio, acho que não tem nada a ver com o lance racial e étnico que eu estou falando, é mais enquanto estudante da UnB. A gente veio por um convênio cultural, por excelência. É isso que está no contrato e tudo mais. Só que o que é que acontece? A gente já foi acusado de isolamento, “os africanos se isolam”. Minoria, estrangeiro, você não tem uma abertura. Então eu acho que universidade é que tinha que interferir nesse meio criando uma política para fazer ponte para a gente poder se entender, ter uma boa convivência com os brasileiros, no caso. Eu me considero exceção. O pessoal fala: “o Lenine articula, o Lenine...” Porque eu sei o que é que eu quero [soa a campanha]. Então eu vim aqui para aproveitar no máximo e dar o que eu tenho de bom, que é cultura e arte africana. Obrigado, pessoal. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra para... Não se encontra. Então para Mbalia Mafory Queta.

SRA. MBALIA MAFORY QUETA: Boa tarde a todos. Primeiro lugar eu gostaria de agradecer todas as pessoas que nos apoiaram nos momentos mais difíceis. Porque não tem nada pior no mundo do que você sair da sua terra, sem mãe, sem pai, à procura de um diploma e, de um momento para outro você acorda de madrugada com fogo no segundo piso. Ainda por cima eu, mulher, acima do peso, sem saber o que fazer na hora. Porque eu não tinha realmente alternativa. Era a minha vida, sair pela janela ou esperar a morte. Porque de todas as ameaças que a gente sofreu lá na casa, eu sempre pensei que era uma coisa de brincadeira. Que não iam chegar nesse ponto que chegaram. Mas, infelizmente, eles conseguiram. Porque hoje em dia eu não consigo andar na rua. Eu fico apavorada. Eu não durmo até hoje. Três meninas que não tinham feito nada com eles, atearam fogo na madrugada. O que justifica isso? O que é que a gente fez de errado? Falam que somos playboy. Que playboy? Porque alguém usa uma sandália, uma roupa? A nossa cultura é diferente da cultura brasileira. Tem uns que mesmo com dez reais, se encontrar alguma coisa que gosta prefere comprar essa coisa e ficar com um real para ir almoçar no bandeirão e esperar o amanhã. Então por que é que essas pessoas implicam tanto? E nunca assim... A gente sempre tenta... Eu inclusive já fui cuspada na cara, eu já fui injuriada, já fizeram tanta coisa para a gente. Chamam a gente de vagabunda e tudo. Mas assim, eu não esperava que ia chegar nesse ponto. É claro, eu sou negra, com muito orgulho, mas, porque eu sou negra eu não tenho direito da procura de uma vida melhor, de um diploma? [palmas]

Eu só queria pedir à universidade que tentem informar o mais que puder a vinda de estudantes africanos na UnB. A gente não está tirando vaga de ninguém. E nem a gente está tirando vaga de ninguém mesmo. Porque quando a gente vem para cá a gente não trabalha, eu estou me formando já, estou no último semestre. Isso que me dá mais dor, os meus pais lá se sacrificando para me manter aqui, aí, no final do curso, o que é que eles recebem de volta? Cadáver? Ninguém merece passar por tudo isso que a gente passou. Mas eu também queria pedir desculpas ao Sr. Reitor, porque, de uma forma ou de outra, no dia que fizemos a passeata, eu me senti mal, e isso é da minha parte. Eu senti mal à intervenção de algumas pessoas. Eu senti mal, porque eu não gosto, uma pessoa que é mais velha, e também... Nem foi isso. Do jeito que eles conduziram as coisas. Mas eu queria pedir desculpa, da minha parte, ao Sr. Reitor, que nos desculpasse. Eu não queria estar na sua pele naquela hora. Porque eu sou uma pessoa muito emotiva.

Então, apesar dos pesares, o que aconteceu na casa, eu queria dizer que a gente sabe que não são os brasileiros em geral. É um grupo isolado. Mesmo lá na Casa do Estudante, no mesmo dia, eu tive muito apoio, não só eu como meus amigos, das nossas colegas, que nem foram para as aulas e ficaram com a gente o dia todo.

Então, é um caso, mas eu peço que os criminosos, que eles paguem. Porque eles queriam realmente acabar com a gente. Queriam mesmo. Porque não é de hoje que eles estavam planejando tudo isso. E se a gente não tivesse se acudido um ao outro, que nem normalmente a gente faz? Um amigo protege o outro. Acho que vamos continuar assim, porque eu, realmente, eu peço segurança total à UnB, que nos proteja mesmo. É só isso. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Estou esperando a lista, meu amiguinho. Meu amiguinho da direita, eu estou esperando a lista para eu chamar os dois. Passamos a palavra de imediato ao estudante Kassoun Deime.

SR. KASSOUN DEIME: Boa tarde a todos, me apresentando, meu nome é Kassoun, eu sou do Senegal, me formei agora em dezembro em Sociologia e estou na UnB ainda como aluno regular, porque estou fazendo Licenciatura. Meus cumprimentos a todos e a todas aqui presentes. Primeiro, eu gostaria de começar minha fala mostrando o que a Universidade de Brasília tem feito e continua fazendo para os alunos internacionais, como são hoje chamados. Eu gostaria de enfatizar que a Universidade de Brasília ela sempre, pelo menos desde que eu estou aqui, sempre ajudou, de uma forma ou de outra, os alunos internacionais

que manifestaram algum tipo de necessidade em que a universidade realmente pode, ou possa ajudá-los. Isso é um fato.

Então, sendo assim, eu agradeço, mais uma vez, por tudo que a Universidade de Brasília tem feito pelos alunos estrangeiros, alunos internacionais. Mas, como estamos aqui devido a essa tragédia do dia 28 de março, então eu, como tenho dito, mais uma vez, profundamente essa barbaridade que aconteceu, porque realmente eu não podia, em momento algum, imaginar que na minha estada no Brasil nesse período de formação em busca de conhecimento e de diploma, uma tragédia dessa pudesse acontecer, particularmente com alunos internacionais. O fato certamente não se torna muito mais grave por ter acontecido com alunos internacionais, mas por ter acontecido com seres humanos, que merecem respeito e que têm que viver, que têm o direito de viver como qualquer um. [palmas]

Então, isso é muito chocante. Querer tentar, querer acabar com a vida dos outros sempre, de qualquer forma, o fato, na minha opinião, se tornou um pouquinho mais grave justamente por ter acontecido com estrangeiros. Mas teria a mesma gravidade, numa primeira análise, se acontecesse com qualquer ser humano.

Então, o fato de ter acontecido com alunos estrangeiros, para mim, há um diferencial. Há, com certeza, um diferencial. Como os colegas abordaram agora pouco, muitas vezes se escuta que alunos estrangeiros, eu já ouvi isso tantas vezes:, “você fez vestibular? Mas não tem universidade no seu País? Por que é que você veio para cá? O que é que você veio fazer aqui?” Então, essas pessoas, muitas vezes eu até que não condeno, a maioria das pessoas que fazem essas perguntas, não as condeno diretamente nem as critico diretamente. Mas eu vejo que realmente há uma falha, há uma informação que não está passando. Alguém está segurando a informação de alguma parte. E no caso esse alguém, para mim, é a Universidade de Brasília, ou as universidades, de forma geral. Porque eu acho que as universidades têm que expor, têm que mostrar o que estão fazendo. As universidades têm que apresentar o trabalho delas. E não fazer um trabalho e segurar ou esconder. Porque, mesmo que não estejam escondendo, a partir do momento que não estão expondo apresentando esse trabalho, acaba sendo um trabalho escondido, de alguma forma.

Então, eu acho que a universidade tem que realmente investir na divulgação desses programas e na informação, ou seja, tendo como objetivo informar os alunos brasileiros, em particular, desses programas todos e da importância deles. Volto a dizer, como foi abordado, colocado pelos meus colegas, esse fato é realmente de uma barbaridade que eu, pessoalmente

te, eu não consigo medir. Porque foi um crime, vou até dizer mais, foi um ato de terrorismo que eu não tenho cabeça para conseguir medir o tamanho da gravidade. Mas, ressalto, no entanto, que isso não foi um ato em que todos os moradores da Casa do Estudante da Universidade de Brasília, particularmente brasileiros, tiveram uma cumplicidade. Eu volto a insistir nesse ponto que eu acredito que é um ato puramente isolado, é um ato que é fruto de um grupinho fechado e que está há muito tempo querendo implicar de qualquer jeito com alunos internacionais.

Então, o que eu queria dizer é que a gente acabasse com essa forma de generalização, porque, afinal de contas, eu acredito até no momento, certamente tem órgãos muito mais colocados para realmente afirmar isso e que, aliás, estão fazendo o trabalho deles, que é de investigação, então chegaremos a um momento em que saberemos que realmente não são os brasileiros que estão por trás disso, mas, sim, um grupinho de estudantes da Universidade de Brasília, que estão querendo sujar não só o nome da instituição, mas o nome do Brasil como um Estado soberano.

O próximo ponto que eu gostaria de tocar é a respeito do reconhecimento, mais uma vez, não só da instituição Universidade de Brasília, mas, sim, do Brasil como uma Nação autônoma. Hoje realmente eu estou me sentindo gente. Eu estou me sentindo gente mesmo. Por quê? Porque não imaginei, nunca imaginei que hoje, um dia, devido a esse acontecimento, um dia nós estaríamos aqui e receber desculpas do Sr. Senador Paulo Paim, em nome do Brasil. Então, isso é uma coisa que a gente tem que valorizar muito. [palmas] Eu acho que, afinal de contas, nós não temos mais nada o que dizer. Não temos mais nada o que dizer. O Brasil hoje em dia se mobilizou de um canto a outro e hoje estamos aqui reunidos, pedindo desculpas pelo que aconteceu. Realmente eu não tenho mais nem palavras nem para agradecer. Eu estou muito feliz. Isso me deu muita tranquilidade e acredito que o sentimento no momento que eu estou sentindo devido à convocação e ao pedido de desculpas pelo que aconteceu seja algo compartilhado.

Para terminar, no entanto, eu acredito no trabalho dos órgãos que estão... Que se dedicaram, ou que se comprometeram com a apuração dos fatos e acredito que justiça vai ser feita. Até porque estamos aqui, ou pelo menos essa banca está aqui falando em nome do Brasil. Agradeço muito. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com a palavra, e é o último desta Mesa a fazer uso dela, o Sr. Hermann Dinez.

SR. HERMANN DINEZ: Boa tarde a todos. Eu agradeço a presença de todos vocês aqui, e eu vou

começar, primeiro, em pedir desculpas também. Porque não foi só a universidade que errou, também temos os nossos erros. Apesar que já falamos, tentamos negociar com a universidade para ver se não conseguiríamos uma solução desse problema para que as coisas não chegassem até nesse ponto. Infelizmente chegou. Mas, felizmente, ninguém morreu. Somos culpados também em alguns atos e eu peço desculpa, em meu nome e em nome de todos meus colegas. Tanto fizer, ou não, eu peço desculpas. Eu peço à universidade desculpas e a todo o povo brasileiro, porque atrapalhamos. Houve motivo? Sim. Mas atrapalhamos os outros que estavam na aula naquele dia. Eu agradeço a presença de todos os alunos que nos apoiaram naquele dia. Porque aquilo não foi um caso só dos estudantes africanos. Virou um caso de todos os estudantes da UnB. Porque, na maioria, são estudantes brasileiros. E eles nos apoiaram. A Casa do Estudante nos acolheu e a universidade também nos acolheu. Só que nós, para falar do racismo, mais compete ao Brasil dizer o que é que é racismo, o que é que é xenofobia. Porque a nossa interpretação é uma, a interpretação do Brasil deve ser outra. O que está na lei brasileira com certeza deve ter uma diferença das nossas leis. Sofremos. E tem muitas pessoas, a nossa amiga contou aqui, que nos chamam de playboy. Nós nunca conhecemos essa palavra. É aqui que aprendemos. Tem muitos de vocês que já foram para África. Tem dificuldade? Tem. Mas a gente tenta superar essas dificuldades.

A outra coisa que eu vou falar para vocês aqui, eu fiquei feliz de nós termos recebidos aqui, nós ouvimos da parte da universidade pedindo desculpas, e o povo brasileiro também pediu desculpas, mas, tem uma coisa, as informações estão sendo deturpadas. Nós não queremos ser culpados por isso. Devemos ter muita atenção naquilo que vamos divulgar. Principalmente a imprensa. Por quê? Porque vão dizer: esse fala um e outro fala aquilo. Não é compatível. Eu, que nem os outros falei aqui, estão no último semestre, eu também não sou diferente, eu aproveito para convidar todos vocês para a nossa colação, que vai ser em agosto, no dia 29. [palmas] O número dos estudantes da Guiné que vai se formar naquela data é de cinco, se Deus quiser. É uma vitória para nós e para a universidade também. Eu não vou falar muito, eu agradeço, sempre, a presença de todos, mas para que a justiça seja feita. Obrigado. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nesse momento nós vamos desfazer essa Mesa. E a segunda Mesa será composta pelo Sr. Paulo César Meira de Vasconcelos, Diretor do Departamento Cultural do Itamaraty, e Ana Lucy Gentil Cabral, Diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas So-

ciais do Itamaraty, ambos representando Celso Luiz Nunes Amorim; e também nessa Mesa vai estar Zulu Araújo, Presidente da Fundação Cultural Palmares. Então eu pediria aos amigos que estão na Mesa, que se dirigissem agora para as cadeiras aqui no Plenário e a segunda Mesa assume nesse momento. As cadeiras que estiverem livres, desde a primeira fila, vocês podem ir sentando. Lembramos a todos que as cadeiras estão livres para que todos possam sentar. Eu aproveito e chamo também para essa Mesa, ainda, o representante do Ministro Tarso Genro, vai ser o Sr. Byron Prestes Costa, ou Terezinha Gasparini, vai ser o Sr. Byron Prestes Costa. Passamos de imediato a palavra ao representante do Itamaraty, Dr. Paulo César Meira de Vasconcelos. Nós vamos pedir para que todos sejam bem objetivos na sua fala, nós temos quatro Mesas e os Senadores naturalmente querem falar em seguida e é intenção ainda nossa de, no Plenário do Senado, o Senador Renan Calheiros, junto dos Senadores presentes, receber os estudantes e o Reitor da UnB.

SR. PAULO CÉSAR MEIRA DE VASCONCELOS:

Boa tarde. Muito obrigado, Senador Paulo Paim, Deputada Janete Costa, é um grande prazer estar aqui, o Ministro Celso Amorim me pediu, desde o início, para acompanhar de perto esse atentado na UnB, porque esse atentado poderia pôr a perder todo o objetivo desse nosso programa de cooperação com Países em desenvolvimento. O objetivo do nosso programa não só de formar quadros para Países que ainda não tenham um sistema universitário organizado, tem como objetivo de que, ao se formar e voltar ao seu País, nós vamos ter nesses ex-alunos aliados nossos. Se esses alunos vêm aqui e saem com uma péssima impressão do Brasil, isso depõe e tem o objetivo exatamente o contrário do que se espera. Eu já tive oportunidade de estar longamente com todos eles lá na UnB, eu acho que fiquei surpreendentemente satisfeito em saber o que eles repetiram hoje aqui, que eles sabem que isso foi um ato perpetrado por uma minoria, que isso não representa o sentimento do povo brasileiro e que eles vão levar uma mensagem positiva do Brasil para os seus Países. Agora, em nome do Itamaraty, e acredito que em nome do povo brasileiro, eu acho muito importante que essas investigações cheguem a bom termo, que se encontrem os culpados e que os culpados sejam punidos. Porque essa é a grande demonstração que a gente pode dar para os alunos que estão no Brasil, e que virão ao Brasil que eles são bem recebidos e que aqui é um local onde eles virão não só se formar, preparar a sua carreira profissional, mas também fazer amigos e aliados para toda a vida. Junto-me ao Congresso Nacional nesse repúdio a esse ato de violência,

que nós esperamos também que esse incidente sirva de exemplo para que isso nunca mais ocorra. Muito obrigado, Senador. [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Ministra, com a palavra, para complementar a visão do Itamaraty.

SRA. MINISTRA ANA LUCY GENTIL CABRAL:

Boa tarde a todos. Eu vim apenas acompanhar o Embaixador Paulo César Vasconcelos, sou Diretora do Departamento de Direitos Humanos, e vejo aqui o representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos, queria agradecer a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa pela iniciativa e a preocupação que demonstrou em acompanhar esse evento, esse problema que aconteceu na UnB. Eu tenho certeza que, como todos disseram aqui, é apenas um lamentável incidente que não vai se repetir. Eu queria também agradecer a grande generosidade dos alunos aqui presentes, que foram muito generosos em suas palavras com relação ao povo brasileiro. Nós sabemos no Itamaraty e temos lutado em prol disso, da minha parte, no meu departamento nós temos acompanhado todas as iniciativas internacionais que dizem respeito à desigualdade racial. Nós temos como prioridade do Governo Federal brasileiro a política de igualdade, tem várias iniciativas nesse sentido, nós temos uma sociedade com dificuldade, mas que tem muitas iniciativas positivas que nós podemos demonstrar para o mundo. E eu acho que o comportamento dos alunos aqui presentes demonstrou como o povo brasileiro está preocupado com eles e como nós temos ainda muito a dar. Sei também que esses diplomas são muito importantes para eles. Eu já estive, por coincidência, em Guiné-Bissau, lá conheci inúmeros ex-estudantes brasileiros que lá eram profissionais liberais reputados, muitos casados com brasileiras, e sei que eles todos guardaram excelentes lembranças dos anos que passaram aqui estudando. Eu espero que isso se repita e mais uma vez agradeço aos alunos pelas generosas palavras. Obrigada. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra ao Presidente da Fundação Cultural Palmares, Zulu Araújo e, em seguida, falará Byron Prestes da Costa, representante do Ministro Tarso Genro.

SR. ZULU ARAÚJO: Boa tarde a todos, em primeiro lugar gostaria de saudar o Senador Paulo Paim pela iniciativa adotada, mas também pela permanente militância e aliança dele para com a causa do Movimento Negro, é importante a gente ressaltar isso, que não é uma coisa episódica a presença do Senador Paulo Paim na nossa luta, saudar também, através da Deputada Pietá, não é isso mesmo?

DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ (PT-SP):

Rocha Pietá.

SR. ZULU ARAÚJO: Rocha Pietá, os demais membros da Mesa, Parlamentares aqui presentes e saudar evidentemente, saudar e me solidarizar com os nossos irmãos africanos pelo sofrimento que passaram e estão passando. Eu gostaria de na minha breve fala dizer que para que a gente possa verdadeiramente enfrentar questões como essa e, no futuro próximo, possamos superar questões como essa não dá para a gente esconder a realidade existente no nosso País. A existência da Fundação Cultural Palmares, a existência da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial é consequência da existência da discriminação racial em nosso País. É preciso que a gente afirme isso. [palmas] Esse País ainda não conseguiu superar os 400 anos de escravidão a que submeteu uma parcela significativa da sua população. E onde isso hoje está se manifestando com maior veemência é na universidade brasileira. Não é à toa que a questão das cotas tem tomado tanto tempo das redes televisivas do nosso País. Não é à toa que a mídia impressa, a mídia televisiva, que a mídia radiofônica tem dado tanta atenção e, mais do que dar atenção, tem tentado todo o tempo desqualificar o trabalho que vem sendo feito neste País no sentido de não apenas identificar a existência do racismo, mas encontrar caminhos, encontrar soluções, encontrar mecanismos que possam fazer com que o negro se integre de vez e de forma plena na sociedade brasileira. Então eu estou dizendo isso para poder a gente entender um pouco o que é que ocorreu na Universidade de Brasília. Eu também sou oriundo da universidade brasileira. Sou daqueles raros negros que conseguiram, mesmo sem o sistema de cotas, estar na Universidade Federal da Bahia e fazer um curso chamado curso de elite, porque, de formação, eu sou arquiteto. E sei o que é que significa para essa parcela da elite brasileira ter um diferente como seu par, ter um diferente como seu igual. E é importante que a gente diga isso enquanto brasileiro com toda clareza. Não há ainda o espírito, o sentimento de respeito e de igualdade para com nós que somos negros brasileiros, muito menos para aqueles que são nossos irmãos africanos.

Então, quando eu ouço dizer, e ouço evidentemente com propriedade dizer que isso é fruto de um pequeno grupo da UnB, o mesmo eu não posso dizer com relação à convivência que parcela significativa da sociedade brasileira tem para com os atos racistas. Se assim não o fosse, nós não teríamos tido aqui os filhos da elite brasileira assassinando um índio, queimado nessa sociedade. E tiveram esses filhos da elite a proteção e a rede de proteção que essa Justiça

brasileira permite. Quando, do mesmo modo, quando é um jovem negro de uma favela, querem reduzir a maioria penal. Querem transformá-los em criminosos. [palmas]

É assim, lamentavelmente, que vem sendo tratada a questão racial no nosso País. Com a desigualdade histórica com que fomos tratados também neste País.

Então, eu acho que é preciso que a gente compreenda que a presença dos africanos na universidade pública brasileira, a presença dos africanos na sociedade brasileira, a presença dos negros brasileiros afro-descendentes neste País é talvez a forma mais eloqüente de demonstrar, de provar a contribuição forte, a contribuição enorme que esse contingente, que essa comunidade, que esses afro-descendentes deram para o nosso País. Então não é favor nenhum um País que importou de forma trágica, de forma cruel, quase cinco milhões de africanos para aqui e os tratou como animais durante 400 anos não pode ter o direito de chamá-los de estrangeiros. Não pode ter o direito de querer discriminá-los, não pode querer ter o direito de impedi-los que eles possam obter um pouco daquilo que nós já conquistamos, que é o saber, que é a formação acadêmica, que é a possibilidade de poder entrar nesse mercado de trabalho com algum grau de condição de disputa e de competitividade.

Então, para encerrar, eu gostaria de dizer, para não ser injusto, e quero dizer isso de público aqui, que a Fundação Cultural Palmares, desde o primeiro momento, não apenas se solidarizou com os estudantes africanos, mas também se solidarizou com a UnB. E eu quero também aqui dizer aqui para vocês que, apesar evidentemente, e sei que existe, a universidade brasileira tem passado por dificuldades enormes, mas eu sei que a direção da UnB tem sido solidária, e solidária na prática não apenas na retórica, com as demandas oriundas do Movimento Negro no que diz respeito à área educacional. É na UnB onde nós temos talvez o melhor programa de cotas para negros neste País e que, por conta disso, essa direção da UnB foi praticamente isolada e, em muitos momentos, criticada duramente por uma parcela significativa da mídia. Mas essa solidariedade que a Fundação Cultural Palmares diz e apresenta hoje publicamente ela precisa estar lincada, ele precisa estar articulada com medidas que, no meu entendimento, a UnB também precisa tomar. Do mesmo modo que nós estamos nos colocando à disposição da UnB, e quero aqui também dizer isso, para ajudar, para contribuir na discussão, na reflexão, na elaboração de propostas para que a gente possa mostrar a essa juventude e, no caso da UnB, majoritariamente não negra, da importante contribuição que os negros e a cultura africana trouxeram para o Brasil é

preciso que esses vândalos, que esses criminosos que cometeram esse ato sejam punidos exemplarmente. Nós não podemos continuar passando a mão na cabeça, considerando que atos como esses são brincadeira de mau gosto ou que são apenas coisas da juventude. É preciso que as medidas punitivas, que a legislação brasileira seja aplicada com todo rigor, com todo vigor para que nós possamos ter a tranqüilidade de dizer que atender, que podemos receber de braços abertos os nossos irmãos africanos. Portanto, muito obrigado a vocês, muito obrigado ao Senador, e mais uma vez a solidariedade da Fundação Cultural Palmares, que é um órgão do Ministério da Cultura com dezoito anos de existência e que cumpre a missão exatamente de fortalecer, difundir e valorizar a manifestação cultural de origem negra no nosso Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos de imediato a palavra ao Dr. Byron Prestes da Costa, que aqui representa o Ministro Tarso Genro, Ministro de Estado da Justiça.

SR. BYRON PRESTES DA COSTA: Boa tarde a todos. Senador, eu trago do Ministro Tarso os melhores cumprimentos pela iniciativa sua de trazer a esta Comissão neste momento tão acertado estas pessoas, esses irmãos africanos, trago também a mensagem dele de reconhecimento e agradecimento a todos os membros desta Comissão, os elogios à nossa querida Deputada Janete, a quem ele tanto considera. E eu serei breve, mas serei talvez um pouquinho didático. É para que os irmãos africanos tenham, por certo já ouviram essas verdades, mas eu vou ler aqui o que comanda o Estado Brasileiro em relação a estrangeiros. Rapidamente. A Lei Maior nossa diz assim: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros - mandamento número um da Constituição Brasileira - residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, à propriedade, nos termos seguintes...” E lá conclui: “...a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão nos termos da lei”. Não havendo racismo, o mesmo mandamento constitucional determina: “A lei punirá qualquer discriminação alienatória (F) dos direitos e liberdades fundamentais”. Isso se não identidade o racismo que o fosse. Depois então da Constituição de 88, nós tivemos, em 1989, uma lei que disse assim: “Serão punidos, na forma na lei, os crimes resultantes da discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, independentemente da pele”. E conclui: “Praticar, induzir ou instar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, reclusão de um a três anos”. O Ministro Tarso afiança aos senhores e nisso eu quero

chamar atenção do meu colega Zulu. Zulu, tudo nós temos feito pela justiça. E eu lastimo bastante que tenha-se esquecido que este Governo fez ainda muito mais do que os outros Governos o fizeram. Não citou isto. Agora, de qualquer sorte, o Ministro Tarso Genro afiança aos senhores, haverá de ser feita justiça, sim, senhores. Muito obrigado. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E nesse momento nós desfazemos essa Mesa e chamamos a última Mesa e, em seguida, vou passar a palavra aos Senadores já inscritos aqui. Convidamos para a última Mesa, o Exmo. Sr. Alexandre Prestes Silveira, Assessoria Internacional do MEC, representando o Ministro da Educação, Fernando Haddad; chamamos também o Sr. Antônio da Silva Pinto, Subsecretário de Planejamento e Formulação de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, representando a Ministra Matilde Ribeiro, que está em Moçambique, representando o Presidente Lula na posse daquele Presidente; convidamos também Evair Augusto Alves dos Santos, Assessor Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e Secretário de Conselho Nacional de Combate à Discriminação, representando o Dr. Paulo de Tarso Vanucci, Secretário Especial da Secretaria Especial de Direitos Humanos; e ainda convidamos Dra. Valquíria Souza Teixeira de Andrade, Superintendente Regional do Departamento da Polícia Federal do Distrito Federal. Passamos de imediato a palavra ao Dr. Alexandre Prestes Silveira, representando o Ministro Fernando Haddad.

SR. ALEXANDRE PRESTES SILVEIRA: Obrigado. Bom, em nome do Ministério da Educação, eu gostaria de demonstrar todo o repúdio ao lamentável incidente do atentado. O Ministério realmente ficou muito consternado com a situação, porque é um programa que a gente cuida há quase quarenta anos o programa de intercâmbio estudantil. O Brasil se beneficiou largamente do intercâmbio estudantil como uma forma de formação dos nossos Recursos Humanos na Europa, nos Estados Unidos e nós sentimos que era obrigação do Brasil fazer essa outra mão, receber os estudantes africanos, dadas as grandes demandas, já que nós já temos uma rede estruturada. O próprio número mostra que não é uma invasão de estrangeiros, nós temos 25 mil estudantes na UnB, sendo que só 400 são estrangeiros. Dos 386 alojamentos que tem no CEU da UnB, apenas 20 vão para estudantes estrangeiros. Então acho que os números mostram que é um pequeno esforço que a gente faz para receber a África. Nós ainda temos um programa muito importante, que é o programa Milton Santos de acesso ao ensino superior, que concede bolsas aos estudantes estrangeiros mais carentes e nós ainda fazemos um

esforço muito grande de fazer projetos de cooperação técnica na África, para apoiar eles a estruturarem suas próprias instituições. Nós temos um importante Projeto de apoio à Universidade de Cabo Verde, nós estamos na fase de implementação de um apoio à Universidade Amílcar Cabral, em Guiné-Bissau, para envio de docentes.

Então são várias ações que eu acho que são um esforço que poderia ser inclusive ampliado, e é o que a gente quer fazer inclusive, de apoio à África. No plano interno, é importante salientar que o Ministério da Educação tem feito várias iniciativas para a implantação da Lei 10.639, que prevê a inclusão de ensino de História africana, nós estamos fazendo várias ações de formação de Professores, criamos as diretrizes curriculares para ensino de História africana no Brasil.

Então, o Ministério da Educação ele tem dado toda a prioridade para o tema e espera que fatos como esse não se repitam. Eu gostaria de salientar o apoio à UnB. A UnB tem sido muito ágil em responder a essa iniciativa, o Prof. Timothy imediatamente colocou os estudantes em hotéis, está colocando serviço de Psicologia à disposição deles e está criando toda a circunstância e tentando dar toda a segurança para que eles possam retornar e voltar para a universidade de uma maneira que eles não se sintam nem excluídos e nem criando guetos só para africanos, mas que eles sejam reincorporados dentro da sociedade acadêmica. Obrigado. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Passamos a palavra ao Sr. Antônio da Silva Pinto, representando aqui a Ministra Matilde Ribeiro, que se encontra no exterior.

SR. ANTÔNIO DA SILVA PINTO: Boa tarde a todas e a todos. Antes de mais nada, saudar o Senador Paulo Paim, saudar a Deputada Janete Pietá e agradecer tanto pela realização dessa atividade extremamente importante quanto pelo convite para que a Secretaria pudesse vir compor esse momento tão especial e tão importante, a Ministra Matilde manda sua saudação, no entanto, ela está representando o Presidente da República na posse do Presidente de Angola, País irmão nosso e que certamente tem construído uma relação tão estratégica e tão importante que esse Governo, através do Itamaraty, através das políticas do Itamaraty têm tentado construir numa relação positiva com o Continente africano. Eu queria iniciar inclusive dizendo... Pedir para os nossos irmãos africanos, dizer primeiro o seguinte, vocês não têm motivo algum para nos pedir desculpas. [palmas] Pelo contrário. Vocês são nosso motivo de orgulho. Atravessar o oceano, enfrentando um País que muitas vezes não tem a mesma língua que sua terra de origem e dar

essa demonstração que vocês acabaram de nos dar, de dizer que estarão inclusive nos formando é motivo para nós, principalmente para nós afro-brasileiros, de orgulho. Vocês representam o nosso orgulho. Portanto, não têm motivo nenhum. Nós, sim, Brasil, temos a importante iniciativa de nos desculpar e de rechaçar esse tipo de atitude que, embora possa parecer isolado no que diz respeito a ações da universidade, têm se manifestado, como diz o nosso querido Zulu, da Fundação Palmares, de várias outras formas na sociedade brasileira. E a vantagem que nós vivemos hoje nesse momento da sociedade brasileira é que ela passou a discutir essa questão. Ela passa a discutir e esse, para mim, é o grande salto que a sociedade brasileira tem vivido hoje. É o debate de uma questão que tem sido historicamente escondida e não debatida. Esse é um ponto importante.

Queria também aqui saudar e, antes, dar o testemunho do trabalho importante e incansável que o Prof. Timothy tem realizado na orientação que tem dado à Universidade de Brasília, em relação a todo o trabalho que tem sido feito nesses anos todos no sentido de construir uma universidade plural, igualitária e que possa representar um pouco do que é a sociedade brasileira. Então saudar aqui o Prof. Timothy e toda a direção da Universidade de Brasília, que tem feito esse trabalho.

Queria aproveitar, de maneira muito rápida, essa fala aqui para contribuir com um aspecto importante e, em especial, que eu queria dirigir principalmente aos nossos Parlamentares que estão presentes aqui na Casa. Queria fazer uma reflexão muito rápida que é a seguinte: não vamos cair de novo no conto do vigário histórico na sociedade brasileira de dizer que debater as relações entre negros e brancos, indígenas e outras populações discriminadas no Brasil significa dividir o Brasil racialmente, significa conflitos sociais. A sociedade brasileira já esconde esse debate há muito tempo. Eu quero lembrar aqui inclusive que, quando a população haitiana proclamou a sua independência e construiu a primeira República negra e a primeira República não escravocrata do planeta, um conjunto de intelectuais, ideólogos brasileiros, atentavam, levantavam a possibilidade dos afro-brasileiros, dos negros brasileiros dividirem o País em dois e, em função disso, muitas das conquistas e muitas das possibilidades de construção de políticas públicas nos foram negadas naquele momento. E isso não pode se repetir. A sociedade brasileira, a população negra brasileira e a população brasileira já demonstrou historicamente que é capaz de reivindicar, que é capaz de buscar a construção de um conjunto de políticas públicas para a superação das suas dificuldades de relação e de desigualdade

sem que isso possa representar rupturas ou aventuras. Quem mais do que os negros brasileiros deram uma demonstração de quatrocentos anos de luta, desde o Quilombo dos Palmares, desde, como diz Abdias Nascimento, da chegada do primeiro negro no Brasil, desde a constituição da Frente Negra brasileira, passando pela construção do Movimento Negro contemporâneo, a partir do surgimento do Movimento Negro Unificado, quem mais do que a sociedade negra brasileira tem sido paciente, tolerante e buscando construir junto com os brancos, junto com as outras populações, com os outros contingentes que compõem a sociedade brasileira construir esse País diverso, democrático, plural. Nós temos dado a nossa contribuição.

Então, não nos enganemos, nem o Governo brasileiro, nem o Movimento Negro, nem os Parlamentares negros querem construir uma sociedade dividida. Pelo contrário, nós queremos unificar o Brasil. O Brasil que figura entre os menos favorecidos no IDH, quando se consideram os negros, e o Brasil desenvolvido, potente, quando se considera uma parte da população brasileira.

Então é isso que a gente quer construir. A Secretaria tem acompanhado o caso da Universidade de Brasília, principalmente através do Dr. Luiz Fernando, o nosso Ouvidor, a Ministra Matilde tem feito conversas com o Prof. Timothy no sentido de fazer o acompanhamento e junto com o Ministério da Justiça, junto com o Ministério da Educação, junto com o Congresso Nacional garantir que esse ato hediondo seja punido de forma exemplar. Então é isso. Para concluir, quero agradecer o convite. Obrigado. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Antes de passar a palavra para a Dra. Valquíria Souza Teixeira de Andrade--

SR. ANTÔNIO DA SILVA PINTO: Só fazer uma correção, eu disse que a Ministra foi para Angola e, na verdade, a Ministra foi para Senegal.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senegal. E eu falei para Moçambique. Estamos [risos] todos integrados. Mas eu queria aqui rapidamente dizer que alguns Senadores não se encontram aqui, porque nós estamos com um debate e votação em Plenário, mas eles estão aguardando ainda a delegação, porque eu me comprometi de levá-los ao Plenário. Mas, assim mesmo, cumprimentar aqui, com a presença, o Deputado José Paulo Toffano, do nosso PV, o Senador César Borges, a Senadora Serys Sihessarenko, o Senador Mesquita Júnior, que está aqui desde as duas horas, o Senador Cícero Lucena, o Deputado Dutra e a nossa Deputada Janete Pietá, que está aqui representando, eu diria, a Presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Então,

de imediato eu passo a palavra à Dra. Valquíria Souza Teixeira de Andrade, Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal do Distrito Federal, que está acompanhando o caso.

SRA. VALQUÍRIA SOUZA TEIXEIRA DE ANDRADE: Boa tarde, Exmo. Senador Paulo Paim, Exma. Deputada Janete Pietá e todos os componentes da Mesa, senhoras e senhores, boa tarde. Mais uma vez, nós estamos sobre o assunto, já estivemos na UnB, e informamos, ratificamos o que lá dissemos, a Polícia Federal, tão logo tomou conhecimento pela Universidade de Brasília do fato ocorrido, nós, ou seja, a Polícia Federal, imediatamente, deslocou uma equipe de Policiais, juntamente essa equipe é composta por Peritos, recolhemos os indícios que lá foram encontrados, estamos numa fase atualmente de perícia e de inquirições, já foram inquiridas nove pessoas entre alunos, servidores e outras pessoas que têm, com certeza, colaborado com a investigação. A princípio, o crime de incêndio criminoso ele está evidente, pelos indícios que nós coletamos. Então é esse crime, e foi o motivo pelo qual a Polícia Federal foi conclamada à atuação, porque se trata de uma fundação pública federal e, por conseguinte, a Polícia Federal tem o dever e obrigação de atuar. É atribuição da Polícia Federal. Durante essa perquirição, essa investigação, primeiro o que se desponta, o que é que nós objetivamos? Responsabilizar os criminosos e, conseqüentemente, os ânimos que o levou, ou que os levou a praticar tal fato delituoso. Isso, em toda e qualquer perquirição, é o caminho a ser trilhado. Então nós estamos nessa triilha, nesse caminho, estamos investigando, com esses indícios, com esses interrogatórios, depoimentos e declarações, juntamente com esses dados coletados no local do crime, no local da infração criminal nós, com os laudos periciais, com certeza, poderemos ter uma conclusão o mais breve possível dessa ocorrência delituosa. Era o que nós tínhamos a falar, endossamos, ratificamos as palavras do Dr. Byron, a Polícia Federal, como órgão do Ministério da Justiça, vai procurar, como sempre o fez, fazer a justiça através de uma apuração cristalina e clara. Obrigada. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria aproveitar o momento, antes de passar a palavra para o último convidado aqui na Mesa, primeiro informar que o Presidente Renan Calheiros fez quase que um apelo para que todos aqueles que participaram das Mesas, e naturalmente nossos convidados, possam ir até o Plenário do Senado, onde ele fará então a sua... Registrará a sua solidariedade aos nossos estudantes africanos. E dizer também que os Atores, os Cantores de Brasília preparam um show no dia 11/05, em solidariedade aos estudantes africanos,

e o Daniel Sobrinho é um desses Músicos, que está aqui conosco e já sei que outros Cantores já se prontificaram a vir a Brasília participar desse ato-show de solidariedade, entre eles a Leci Brandão e outros. Será no dia 11/05, provavelmente, se depender de nós, será aqui no Auditório Petrônio Portela. Nesse momento eu passo a palavra ao Sr. Evair Augusto Alves dos Santos, Assessor Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, representando o Secretário Paulo de Tarso Vanucci.

SR. EVAIR AUGUSTO ALVES DOS SANTOS:

Sr. Senador Paulo Paim, Sra. Deputada Janete Pietá, nós da Secretaria Especial de Direitos Humanos queremos reiterar a nossa solidariedade aos estudantes. Nós estivemos no dia 28, desde as primeiras horas juntamente com a SEPPIR, foi um dia profundamente triste, um dia muito traumático para nós, nós passamos durante aquelas vinte e quatro horas do dia 28 na Reitoria, no campus universitário, conversando com os estudantes e sentimos algumas coisas que eu queria registrar. Primeiro, a resposta do Governo brasileiro foi clara, foi firme no propósito de apoiar as iniciativas do Reitor Timothy Mulholland. Segundo, nós estamos acompanhando de perto e nós vamos querer que os culpados sejam punidos. Ou seja, nós não vamos deixar que esse fato transcorra com o tempo. Ou seja, é importante que o Governo brasileiro tenha a clareza que a gente vai dar respostas firmes ao que aconteceu com vocês estudantes.

E outra coisa que me chocou muito durante esses dias todos, quanto mais a gente pensa no fato mais a gente fica chocado, é que isso não mexeu só com os estudantes africanos aqui de Brasília, eu estive em São Carlos, na Federal de São Carlos e os africanos de lá estavam preocupadíssimos, porque os pais e as mães ligavam para eles e diziam: “olha, quero saber como é que está meu filho”. Ou seja, filhos do Senegal, de Guiné-Bissau... E o mais triste é que a minha geração aprendeu muito com Amílcar Cabral, com Agostinho Neto, Leopoldo Senghor, tantos africanos que nos inspiraram na nossa luta contra o racismo no Brasil. E nós, no espaço que a gente mais ama aqui em Brasília, que é a Universidade de Brasília, aconteceu esse fato terrível. Mas também um fato terrível que eu sinto, Senador Paulo Paim, só foi possível uma resposta firme porque se tinha um Reitor como o Timothy. Porque o Timothy é nosso aliado no processo pelas cotas, e ninguém sabe o que nós passamos para implementar o programa de cotas na Universidade de Brasília. O País inteiro [palmas] nos criticando e o Timothy, a equipe dele se manteve firme em relação a isso. E isso foi importante para nós. E a resposta que ele deu rápida, ou seja, de constituir uma Comissão,

marcando o dia como um dia inesquecível para combater o racismo, está claro, o dia 28 é um dia que a gente vai marcar. Mas esse dia aqui, esse dia, e eu tenho vindo aqui nesse Plenário e ele está com novos ares. Desde que o nosso amigo Paulo Paim assumiu a Presidência desta Comissão, ela se tornou viva, participativa, podemos trazer nossas questões para cá [palmas]. E eu digo uma coisa, Paulo Paim, esse ato de hoje é um ato também para mobilizarmos para aprovação do Estatuto de Igualdade Racial. [palmas] Eu acho que está claro para nós agora, ninguém aqui tem dúvida da importância do Estatuto da Igualdade Racial e, depois desse fato que aconteceu com os meninos, não me venham dizer que não há racismo. Não vamos mais nos tratar como crianças. Ou seja, a gente já está com mais de 50 anos, já passamos por tudo aqui. Está aí o meu querido Carlos Moura, que criou a Fundação Cultural Palmares, Carlos Alberto, de Sergipe. Por favor. É um processo que precisa ter clareza. E a etapa que nós precisamos cumprir e, se Deus quiser, vai cumprir, se os orixás também permitirem, é aprovar o Estatuto da Igualdade Racial. Muito obrigado. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Foi responsabilizado o nosso Senador Mesquita Júnior para falar em nome dos Senadores. Com a palavra o Senador Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

(PMDB-AC): Caríssimo amigo, Senador Paim, ilustres convidados que já se pronunciaram, queria cumprimentar, especialmente, o Reitor Timothy, os alunos africanos que aqui compareceram e tiveram oportunidade de se manifestar e dizer que fiz questão absoluta de aqui comparecer e, em que pese estarmos aqui debruçados e conversando e falando sobre um fato lamentável, eu prefiro dizer que vim aqui hoje festejar a igualdade racial. Essa é a minha motivação, o meu sentimento. É uma luta que por vezes parece que não acaba mais, mas eu procuro sempre ver as coisas, Paim, pelo lado positivo. Um fato lamentável como esse, não fosse a bravura e a honestidade do povo brasileiro, poderíamos estar aqui hoje nos ressentindo, quando nada, de uma outra postura. De uma outra postura. Da indiferença. Não é, Deputada? Poderíamos estar aqui nos ressentindo disso. Mas não. Um fato lamentável mobilizou a opinião pública brasileira, todos aqueles que se preocupam enormemente em construir uma Nação saudável, bonita, igualitária. E estamos aqui um pequeno grupo de pessoas, mas representando um País inteiro, prestando solidariedade aos representantes de um Continente tão bonito, de Países amigos, fraternos, vizinhos, em que pese estarmos aí separados por um oceano.

Uma fala impressionante que eu colhi aqui, dentre outras, mas que traduz com uma praticidade enorme o que ainda acontece no nosso querido Brasil, a fala do Lenine, que falou em primeiro lugar ali. O Lenine talvez tenha dito, ou expressado o que se passa neste País, em termos de preconceito racial e tal, quando ele desafiou a qualquer um que, como se isso fosse possível, de alguma forma, assumisse a cor negra e fosse à luta. Como ele disse, para ver o que é que acontece. Nosso País ainda é o País aonde essa manifestação se faz presente. Devemos nos despir da hipocrisia. Não tem mais lugar para hipocrisia neste País. Eu penso pelo lado positivo das coisas, mas me ressinto uma barbaridade com o que ainda acontece. O Dr. José Pastore, um Sociólogo, veio aqui um dia desses e expôs nessa tela, na Comissão de Educação, um fato que, para mim, traduz uma barbaridade. A discriminação racial. Quando ele exibiu dados estatísticos que apontam para o fato de que a média salarial de pessoas tidas como brancas neste País é de cerca de novecentos reais, Paim, você deve lembrar da exposição do Dr. José Pastore, entretanto, a média salarial de pessoas tidas como negras neste País é de 400 reais.

Então, nós não podemos deixar essa questão de lado, esse assunto de lado. Nós não podemos inclusive permitir que tome vulto, que tome corpo aqui um “apagão” étnico, Paim. Olha o risco que a gente corre. Hoje há pessoas fora do Brasil evitando e com medo de vir ao nosso País, porque nós não oferecemos segurança no tráfego aéreo. É o chamado “apagão” aéreo, Deputada. E nós não temos o direito de permitir que se crie a figura, a imagem de um “apagão” étnico no nosso País. Nós não podemos... Esse movimento tem que ser forte e pungente. A nossa reação, que alguns podem até dizer que é despropositada, não é, não, Dr. Evair. Ela talvez esteja ainda aquém do necessário. Porque nós não podemos permitir que lá fora se crie a imagem agora, daqui a pouco, de que no Brasil, por uma questão de tolerância, se queima gente, se queima índio, se queimam pessoas de cor. Seria a instalação do “apagão” étnico, Paim.

Então, ao mesmo tempo em que a gente festeja o fato de os jovens estarem bem, torço para que eles retornem imediatamente para o convívio dos seus pares na UnB, concluam os seus cursos, gostei do convite para participarmos da formatura, foi um convite muito gentil, muito atencioso. Creio que estamos aqui vinculados a esse convite agora, Paim. Não podemos deixar de comparecer para festejar nesse dia, mais uma vez, a vitória de pessoas que largaram seus lares num País distante e vieram para o nosso Brasil e declinaram aqui praticamente o amor a essa terra, que coisa bonita, todos eles aqui declinaram o respeito e

o amor ao Brasil. O mínimo que nós podemos fazer em retribuição é termos, a partir do Reitor Timothy, a partir da Universidade de Brasília, tão querida, tão respeitada neste País, é prestar a esses jovens e aos que virão ainda, não só eles, mas os que virão ainda, porque é que esse programa tem que ter continuidade, Reitor, e tem que se tornar cada vez mais pujante, uma coisa bonita que está acontecendo, é prestar a essas pessoas a nossa solidariedade, o nosso compromisso de que não permitiremos, por mais que se tente, não permitiremos agressões dessa ordem, não permitiremos que eles alimentem nos seus corações o medo, o receio de que aqui vivendo conosco, convivendo conosco possam ser mais uma vez alvo de discriminação, alvo de agressão. Uma violência. As causas estão sendo apuradas pela Polícia Federal, na pessoa da competente Delegada Valquíria e tenho certeza que, como ela disse, a apuração terá como norte a busca da justiça.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Senador, eu espero que essas atitudes não sejam tomadas somente aqui, diante dos senhores, que são dois [inaudível], porque, como aqui nós temos alguns colegas que até estavam no dia da manifestação, o Sr. Reitor Thimoty, aqui presente, se negou a pedir desculpas aos estudantes. Hoje, sim, agora ele pede desculpas diante dos Senadores. A gente vê que como o Sr. Zulu falou, aqui no Brasil ainda temos o racismo mascarado--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deixa eu só fazer uma consideração rápida--
Só um pouquinho.

Me permite. Me dá essa oportunidade, porque essa é uma audiência oficial aqui do Senado, nós teremos um outro momento, eu já me comprometi com os estudantes, vamos fazer esse debate junto com vocês, inclusive num auditório maior. Fica o compromisso selado. Agora, nós temos que encerrar essa reunião depois da fala dos Senadores, porque temos um outro momento no Plenário. Eu entendo a tua colocação e fica um compromisso de termos um outro evento em que outras pessoas vão ser convidadas a colocar o seu ponto de vista. É que essa Audiência foi aprovada oficialmente aqui no Plenário da Comissão de Direitos Humanos. Como é um espaço nobre, para você ter uma idéia, quando nós chegamos aqui, nem aquela faixa tinha ali, “Comissão de Direitos Humanos do Senado”, foi uma conquista da sociedade organizada. Então eu vou ter que manter o protocolo regimental, sabendo que esse não é o primeiro ato. Faremos outros grandes movimentos em defesa da igualdade, da liberdade, da justiça e o combate a todo tipo de discriminação. Está assegurado a todos vocês. E eu gostaria que o Senador Mesquita Júnior concluísse a sua fala.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Perfeitamente, Paim. Então é isso. É a preocupação permanente com fatos dessa natureza, que não são isolados, mas a tendência é ver a coisa pelo aspecto positivo, o avanço da luta de todos pela conquista de um País justo e fraterno e igualitário. É o que todos nós desejamos, Paim. Portanto, os meus cumprimentos e a minha solidariedade aos alunos atingidos por um ato de violência. Seja qual tenha sido a motivação, é um ato de violência. E com as características que foram, pior ainda. Então a nossa solidariedade e o nosso compromisso de permanecer nessa luta que é de todo o povo brasileiro. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Antes de passar a palavra ao nosso Senador César Borges, que foi o Relator, registre-se, do Estatuto, eu quero registrar aqui o apoio a esse movimento do Conselho Nacional dos Povos Indígenas, aqui representado, e eles também gostariam de falar e vão ter a oportunidade, eles sabem disso, no momento adequado, o Sr. Sebastião Terena, Vilson Terena, Ofaíé Xavante. Uma salva de palmas aos povos indígenas, que estão aqui e vieram demonstrar o seu apoio a essa causa, que é uma causa de todos nós. Senador, por favor, César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Em primeiro lugar eu quero parabenizá-lo por essa iniciativa. Há uma semana atrás falávamos do assunto aqui nesta Comissão, aliás, menos de uma semana, quinta-feira, e hoje já temos esta reunião. Eu quero conceituar, Sr. Presidente, e saudar todos aqui presentes, que estão preocupados com esse tema, de que nesse fato fica bastante claro que há um crime. Acho que o primeiro fato é que tem que haver a constatação de que houve um crime. E esse crime precisa ser apurado. E, apurando o crime, precisa responsabilizar quem são os responsáveis. Afinal de contas todo crime tem que ser punido. Eu acho que um dos males do nosso País tem sido a impunidade. Nós precisamos apurar os responsáveis por esse crime e puni-los severamente. Porque esse crime não é apenas um crime comum da violência que, lamentavelmente, traz tanta angústia a todo cidadão brasileiro e que assola hoje as grandes cidades brasileiras em todo o País, de Norte a Sul. Vivemos nessa realidade. Mas é um crime que não há como deixar de reconhecer que ele tem características específicas. Aqui foi dito por oradores que me antecederam, principalmente pelo conterrâneo, o baiano Zulu, de que há por trás desse crime, sem sombra de dúvida, racismo, há por trás desse crime xenofobia. E isso é inaceitável [palmas] em qualquer sociedade. Eu tenho filhos que estudam e fazem intercâmbio, depois fazem Mestrados

no exterior e fico imaginando o sentimento de pai de ter um filho que vai procurar uma graduação, se especializar, ganhar o seu diploma, que é um anseio natural de qualquer jovem, de qualquer família para os seus filhos, e se depara com xenofobismo, com discriminação. Isso deve doer profundamente na pessoa humana. Lamentavelmente, e é realidade, o nosso País tende a amortizar essas coisas existentes. Mas elas existem. E são duras. E são duras principalmente para aqueles que estão sofrendo esse tipo de discriminação. Seja a estrangeiros, seja discriminação racial. Aqui foi dito pelo estudante de que a melhor forma era se colocar na posição de quem está sofrendo isso para saber como deve ser doloroso esse tipo de crime. Também. Porque é um crime sobre um crime.

Então, eu quero nesse momento também me solidarizar e também, em nome do povo brasileiro, pedir desculpas aos estudantes africanos. Eu acho que, Sr. Presidente, a humanidade tem que pedir desculpas à África. A humanidade tem que pedir desculpas à África. Porque esse é um Continente discriminado. Nós assistimos... Eu assisti há pouco tempo, Sr. Presidente, e é uma coisa que me marcou profundamente, por isso me permita relatar, a um filme chamado “Tiros em Ruanda”. Não sei quem já assistiu. Aquele genocídio de Hutu e Tutsi, e há uma cena com uma Repórter da BBC de Londres onde ela diz: “engraçado, eu não consegui chorar aqui. Eu cobri a guerra da Bósnia e lá eu chorava. E aqui na África, eu vendo esse eu não consigo chorar”. Aí depois, ela mesma se analisando, ela disse: “é porque lá, quando eu via um genocídio como aconteceu na Bósnia, eu quando via uma pessoa morta ela podia ser minha tia, podia ser minha mãe... Porque era da mesma raça. Aqui na África eu fiquei insensível”. Quer dizer, há essa tendência, Sr. Presidente, lamentavelmente, e nós temos que combater com ações afirmativas. Por isso é que eu apoiei inteiramente o seu Projeto de Estatuto da Igualdade Racial, porque acho que ações afirmativas, porque temos uma reparação a ser feita [palmas] com a raça negra no Brasil. Uma reparação a ser feita. Eu sou de um Estado, a Bahia, e lá há, sem sombra de dúvida, uma maioria de afro-descendentes. Vieram como escravos. E os portugueses, quando se foram, deixaram eles aqui sem educação, sem emprego, sem sobrevivência. Praticamente na mesma situação. Apesar da Lei Áurea, mas em torno da escravidão permaneceu quase que inalterado. Eu tive uma experiência, fui candidato a Prefeito, após ter sido Governador, lá em Salvador, não me elegi, mas tive uma oportunidade que também me marcou, eu penetrei o que na Bahia nós chamamos de invasões, que são as ocupações desordenadas, são favelas no Rio de Janeiro e assim por diante. E

posso lhe dizer, Sr. Presidente, predominantemente, a pobreza no Brasil é de afro-descendentes. Por isso a necessidade de ações afirmativas, senão nós não vamos tirar nunca essa diferença existente.

Então eu quero colocar isso aqui assim com muita ênfase, porque eu vejo no Brasil, lamentavelmente, uma cadeia sinistra. Falta educação aos nossos jovens, nós não estamos evoluindo na educação, ao contrário, a nossa qualidade de ensino tem diminuído, principalmente no ensino fundamental, no ensino médio, posteriormente, por falta de qualificação, há o desemprego, que tem ampliado exatamente na faixa dos nossos jovens de 15 a 24 anos e, logo em seguida, Sr. Presidente, aí é que vem o sinistro da coisa, vem a violência. E a violência no Brasil tem atingido exatamente os jovens de 15 a 24 anos. E a mortalidade por arma de fogo nessa faixa etária é o dobro da média da população brasileira.

Então isso tem que ser combatido de todas as formas. Nessa questão específica, e eu li aqui, eu estou com várias reportagens que saíram no CORREIO BRAZILIENSE, eu tenho que perguntar, ou diagnosticar um pouco de que a Universidade de Brasília, essa universidade que todos nós respeitamos e festejamos, a UnB, essa criação, aqui foi dito pelo Reitor Anísio Teixeira, que é um baiano também, é um grande educador brasileiro, lá de Caetité, no interior da Bahia, e de Darcy Ribeiro, eu acho que a UnB tem uma responsabilidade muito grande, Sr. Reitor, me permita lhe dizer, porque essas questões já estão latentes dentro da universidade. E quem está, a autoridade mais próxima de resolver esse problema é a universidade. Não sei se faltam meios físicos, materiais, financeiros, porque sei que todas as universidades brasileiras passam essa crise orçamentária e que, lamentavelmente, nós convivemos aí em todas as áreas governamentais, mas eu acho que cabe à Universidade de Brasília e, por um lado, parabenizar pelo trabalho da inclusão de estudantes estrangeiros, dessa política de estudantes, de cotas, mas, por outro lado também, cobrar. Eu acho que a providência imediata parte da própria universidade. Eu li aqui que a Sra. Leila Chalub, que é a Decana de Extensão, disse que vai haver expansão de nove turmas das disciplinas de pensamento negro contemporâneo, da história da África e que vai se tentar fazer uma formação de uma educação antirracista e que possa fazer interagir melhor essa multifacetada cultura que deve existir em qualquer universidade, e o nome já diz, a universidade é universal. É para todos.

Então, Sr. Presidente, a minha intervenção aqui é para também me desculpar como brasileiro, estar atento com V.Ex^a, para que nós aqui no Senado, cumprindo aqui a nossa missão de representar a parcela

do povo brasileiro e tratar das questões nacionais, nós possamos aqui perante esses irmãos africanos nos desculpar e, mais do que isso, tratar de providências que possam evitar de novo que isso aconteça. Se há algum benefício nisso é que sirva de alerta para todos nós, para que acontecimentos lamentáveis como esse não possam desonrar a cena nacional. Muito obrigado, Sr. Presidente. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Olha, por um erro burocrático aqui da Mesa, nós deixamos de passar a palavra, e estava entre aqueles que iam falar, representando a CNBB nesse evento, que é o Carlos Moura. Dr. Carlos Moura, se V.Ex^a pudesse fazer uma mensagem rápida daí, porque depois nós temos que ir ao Plenário do Senado e eu sei que V.Ex^a é companheiro, é irmão nosso, entende que foi um erro aqui na tratativa da burocracia da Mesa.

SR. CARLOS MOURA: Muito obrigado, Senador Paulo Paim, na pessoa de quem eu cumprimento a todos os integrantes da Mesa e também aos irmãos africanos que compuseram a Mesa nas primeiras comunicações e ao Reitor Timothy. Eu que tive o privilégio de viver em Cabo Verde cinco anos e de estar chegando há pouco da Guiné, onde fiquei por um ano e meio, eu pensava, quando ouvia o depoimento dos estudantes aqui, de seguramente eles estavam buscando inspiração nas Colinas de Boé, outros, nas perspectivas de Senghor, com sua negritude, outros pensando na Ilha de Goré, evidentemente não na Ilha de Goré como sofrimento, mas na Ilha de Goré como ponto de partida de antepassados nossos que vieram construir este País. Eu pensava também em Amílcar Cabral, em Vasco Cabral, em José Carlos Schwarz. Certamente o testemunho dado aqui de tolerância, de generosidade por esses meninos deve ficar profundamente marcado em todos nós. [palmas]

Estou distante, Sr. Senador, há muito tempo do Código Penal. Mas, eu me perguntaria se este crime poderá ser tipificado apenas como um crime de incêndio ou se há uma periclitacão prevista no Código Penal, ou se há até mesmo uma tentativa de homicídio culposa, eu não sei, eu estou há muito tempo afastado do Código Penal. Mas eu cumprimento V.Ex^a por essa iniciativa, e quero corroborar todas as expressões aqui manifestadas com relação ao Sr. Reitor da Universidade de Brasília. E dizer aos meninos estudantes senegaleses e guineenses aqui presentes que podem contar conosco. Não é retórica. E vocês têm também uma grande responsabilidade de cobrar de cada um de nós os compromissos aqui assumidos. Muito obrigado, Sr. Presidente. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Olha, a melhor forma de a gente concluir esse

evento, no meu entendimento, seria nós, se pudéssemos ainda ficar em silêncio, mas é rápido, em dois momentos. E não precisam bater palmas. Eu queria primeiro dizer para os meus amigos, os nossos amigos de Guiné-Bissau e outros que estiveram aqui dos Países da África que eu vou me dar o direito, já que foi orquestrado, de ler um pedacinho do hino de Guiné-Bissau. Que diz o seguinte: “Lá, lá, lá, lá. Sol, suor, verde mar. Séculos de dor e esperança. Esta a terra de nossos avós, frutos das nossas mãos, da flor do nosso sangue, esta é a Pátria amada Guiné-Bissau”. Um abraço do povo brasileiro [palmas] ao conjunto do hino de vocês, que é muito lindo. E eu, muito mais do que fazer um discurso de encerramento, eu vou pedir que a gente assista ao DVD do nosso querido Milton Nascimento, com a canção “Lágrimas do Sul, uma homenagem à África”.

[exibição de DVD]

“Reviver tudo que sofreu, porta de desesperança e lágrima, dor de solidão, reza para teus orixás, guarda o toque do tambor pra salvar tua beleza na volta da razão, pele negra, quente e meiga, teu corpo e o suor para a dança da alegria e mil asas para voar, que haverão de vir um dia e que chegue já, não demore não hora de humanidade de acordar continente, mas a canção segue a pedir por ti. África, berço de meus pais, ouço a voz de seu lamento de multidão, grade, escravidão, a vergonha dia a dia e o vento do seu sul é semente de outra história que já se repetiu, a aurora que esperamos e o homem não sentiu que o fim dessa maldade é o gás que gera o caos, é a marca da loucura Ê! África, em nome de Deus, cala a boca desse mundo e caminha, até nunca mais a canção segue a torcer por nós. África, tudo que sofreu, porta de desesperança e lágrima. dor de solidão reza pra teus orixás, guarda o toque do tambor, pra salvar tua beleza na volta da razão, pele negra quente e meiga, teu corpo e o suor para a dança da alegria e mil asas para voar que haverão de vir um dia. Ê! África, em nome de Deus, cala a boca desse mundo e caminha, até nunca mais a canção segue a torcer por nós”. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro encerrada a presente Reunião, depois que ouvimos “Lágrimas do Sul, uma homenagem à África”, de Milton Nascimento. E convido todos aqueles que participaram das Mesas, os Senadores e Deputados, para que a gente vá até o Plenário do Senado. Muito obrigado. Está encerrada a Reunião.

Sessão encerrada às 16h29.

ATA DA 13ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, CONJUNTA COM A 10º

REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 04 DE ABRIL DE 2007, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS.

Às dez horas e sete minutos do dia quatro de abril de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sob a presidência do Senador Paulo Paim, reúnem-se as Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Assuntos Sociais, em reunião conjunta, com a presença dos (as) Senhores(as) Senadores(as) **Flávio Arns, Inácio Arruda, Geraldo Mesquita, Paulo Duque, Wellington Salgado, Arthur Virgílio, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, Serys Slhessanrenko e Sérgio Zambiasi**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão e **justifica ausência o Senador Romeu Tuma**. Comparece, também, o Senador não membro, Pedro Simon. A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atende aos Requerimentos: CDH/CAS, nº 13, de 2007, de autoria dos Senadores Paulo Paim, Pedro Simon e Sérgio Zambiasi, que trata da “Compra do Grupo Ipiranga pela Petrobrás, Grupo Ultra e Braskem”. Com os seguintes convidados: Carlos Heitor Rodrigues – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Petroquímicas de Triunfo/RS – SINDIPOLO; Pedro Wongtschowski - Diretor Presidente da Ultrapar Participações S.A, Controladora das Empresas Oxitno, Ultragás e Ultracargo; João Pedro Gouveia Vieira Filho – Presidente Conselho de Administração da Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga; Frederico Antunes – Deputado Estadual, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Carlos Alberto Figueiredo - Gerente do Gabinete da Presidência da Petrobrás BSB; José Carlos Grubisch – Presidente da Petroquímica Brasileira de Classe Mundial - Braskem ; Ângelo Martins - Presidente Sindicato dos Trabalhadores em Comércio de Minério e Derivados de Petróleo - SITRAMICO; José Marcos Olioni - Presidente Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Destilação e Refinação de Petróleo de Rio Grande/RS – SINPETRO e José Sérgio Gabrielli – Presidente da Petrobrás. O Presidente abre os trabalhos com as aprovações das atas das reuniões anteriores, dispensadas as suas leituras pelo Colegiado. O Presidente, após as suas considerações iniciais, explica como os trabalhos serão desenvolvidos e, em ato contínuo, passa a palavra aos convidados. Em seguida, o Presidente franqueia a palavra aos Senadores e, após, novamente aos convidados para esclarecimento às indagações dos Senhores Senadores. É juntado as notas taquigráficas discurso do Presidente e a carta “Compromisso

com o crescimento”, assinada pela Petrobras, Grupo Ultra e Braskem. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Pedro Simon, Geraldo Mesquita, Sérgio Zambiasi, João Pedro e Wellington Salgado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião às treze horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Paulo Paim**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Boa tarde a todos e a todas vocês. O Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos já está se dirigindo para este recinto. E ele, inclusive, solicitou que nós iniciássemos a reunião para que os encaminhamentos e as discussões possam ser feitas sem prejuízo do tempo de hoje, porque muitos vão ter que viajar na seqüência em função do feriado de páscoa e das dificuldades também do aeroporto. E esta reunião, na verdade, é uma reunião se a gente puder chamar assim, administrativa, uma reunião de trabalho, não tem por objetivo ser uma audiência pública para tratar do assunto, né. E inicialmente havia sido marcada para uma das salas da biblioteca do Senado Federal onde existe uma mesa, onde os participantes se sentariam em torno da mesa para achar uma solução para um problema que o Brasil vem enfrentando. Mas como nós percebíamos também que haveria mais pessoas interessadas no assunto o ambiente lá da biblioteca ficaria muito pequeno, por isso que a reunião foi trazida aqui para esse plenário. O que por um lado é interessante em termos de participação e por outro lado para uma reunião de trabalho não é tão interessante que as pessoas não podem dialogar, assim, da melhor forma possível.

Esta reunião está sendo feita em função de uma denúncia que foi recebida, não só por mim, mas por parlamentares aqui do Senado Federal em termos da distribuição dos medicamentos para pessoas que apresentem casos crônicos, problemáticos e cujos medicamentos estão sendo obtidos na justiça. O documento é um documento forte, em que se aborda como título, assim, a questão de um homicídio coletivo, de um extermínio, de pessoas que apresentem casos graves de saúde e que estariam tendo, então, o acesso aos medicamentos dificultado, particularmente em função da decisão do Supremo Tribunal Federal que analisando um caso do Estado de Alagoas, do Município de Maceió, uma Ação Civil Pública impetrada naquele Estado e que acabou o Supremo Tribunal Federal tendo uma determinada linha de decisão a respeito daquele assunto, mas que aquele assunto está trazendo im-

plicações para os outros Estados e para uma tomada de posição em função dos gestores públicos também que em função daquela decisão vêm tomando decisões que contrariam, na verdade, no fundo, de acordo com a denúncia, de acordo com o entendimento o direito à saúde do cidadão.

Então, para esta reunião de trabalho foram convidados os Senadores membros da Comissão de Direitos Humanos, o Sr. Tito Borges, Secretário, é assessor especial para assuntos parlamentares do Ministério da Saúde que está aqui presente. A gente agradece a presença. O Dr. Manoel Roberto da Cruz Santos que é diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde. A gente agradece a presença também. O Dr. Reinaldo Guimarães que está aqui representando o Ministro Temporário que é o Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde. Foi convidado também o Dr. Carlos Henrique Martins Lima aqui presente, retornando aqui ao Senado, já havia participado de outra audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais, a gente agradece a presença que é Subprocurador Geral da República, Procurador da República para a saúde especificamente, entre outros temas. Sempre o Dr. Sérgio Henrique Sampaio que é o autor da denúncia também e Presidente também da Abram e o Sr. Fernando Gomide que está aqui presente que também faz parte da associação.

Nós estávamos discutindo para ver qual que seria a melhor forma de trabalharmos hoje. Eu acho que em primeiro lugar nós faríamos assim, eu peço que seja assim, de uma maneira sucinta o teor da denúncia, o problema, quer dizer, qual que é o problema que embasou o documento que chegou a esta Comissão de Direitos Humanos. Então, nós veríamos isto em primeiro lugar em função desta denúncia, aí o Ministério da Saúde teria a palavra na seqüência. Não sei se o senhor concorda assim, Dr. Renato, está bem? E na seqüência o Dr. Carlos Henrique que é Procurador da República também. E aí nós abrimos também a discussão, né, e até pensamos também que a gente sabe que tem pessoas que também se utilizam desses medicamentos especiais previstos na Legislação e que estão aqui presentes. Está presente também a assessoria do Senado, a consultoria para os desdobramentos decorrentes dessa reunião. Estaria bem assim? Vocês me desculpem a distância também que é um grupo de trabalho, realmente, é melhor nos sentarmos numa mesa, mas que isto não impeça deixarmos o assunto claro e os encaminhamentos também claros daquilo que possa ser feito.

Então, eu passo em primeiro lugar a palavra ao Dr. Sérgio Henrique Sampaio, né, para que possa...

Eu acho que, bom, poderíamos, vamos sentar aqui na frente, talvez. O que é que vocês acham? Não, vamos sentar aqui. Dr. Sérgio Henrique Sampaio, convido, então, também para vir aqui. Já podemos nos sentar aqui, Dr. Carlos Henrique Martins Lima que é Procurador da República e também o Dr. Reinaldo Guimarães que é Secretário da Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. É que eu acho que é melhor já que tem mais gente fica mais fácil para vocês enxergarem, né, as pessoas que estão falando, que sempre dá a impressão de ser uma audiência pública, mas não, que seja assim uma conversa de trabalho apresentando o problema e vendo qual que é a solução. Esse é que é o objetivo principal, né, desta reunião. Com a palavra, então, o Dr. Sérgio Henrique Sampaio.

SR. SÉRGIO HENRIQUE SAMPAIO: Boa tarde a todos. Eu agradeço o espaço concedido pelo Senado Federal para expor uma situação que ao nosso ver ela vai trazer grandes prejuízos à sociedade brasileira.

Eu venho de Curitiba, tenho um filho portador de uma doença crônica, progressiva e potencialmente fatal. A doença do meu filho não tem cura. Chama-se fibrose cística. Hoje meu filho tem 19 anos, é uma pessoa completamente integrada à sociedade, ele trabalha e estuda, mas isso em virtude de uma ação que nós implementamos no nosso Estado, uma política criada pelo Governo do Estado do Paraná que propiciou atenção aos pacientes portadores dessa doença no nosso Estado. O que me preocupou muito e que fez eu requerer esse espaço para apresentar a denúncia foi à construção que nós começamos a vislumbrar em 2003 como uma, o fórum sobre judicialização da saúde realizada em Porto Alegre. Quando o Conselho Nacional de Saúde, representado pelo seu vice-Presidente na ocasião, Dr. Osmar Terra, ele reuniu um grupo de pessoas envolvidas com o tema e discutiram sobre a questão de: Até aonde iria a responsabilidade do Estado? Por que o Estado seria obrigado a atender esses pacientes? Eu daria a resposta para ele de imediato. Cumprir a Constituição Federal, né.

Enfim, essa reunião durou dois dias e acabou deliberando com algumas ações que infelizmente eu vi se concretizarem no dia 03 de março de 2007. Nesse evento de Porto Alegre foi cogitado até uma alteração Constitucional, suprimir o art. 196, limitar a atenção da saúde, tá. Como isso é impopular, no bojo da Ata daquela reunião também constava uma interface do Executivo com o Judiciário Brasileiro para tirar do portador de doenças crônicas. E olhe bem, eu estou me referindo aqui a pessoas portadoras de doenças crônicas, progressivas e potencialmente fatais, pessoas com um risco eminente de morte, tá.

Então, vejam bem a idéia desse fórum era diminuir a responsabilidade do Estado e os anos foram passando, algumas coisas foram acontecendo e no dia 03 nós fomos surpreendidos com uma decisão da Corte de Justiça Superior do país, do Supremo Tribunal Federal, da Ministra Ellen Grace quando ela define uma nova posição, o termo até usado no Rio Grande do Sul no momento é uma reversão de jurisprudência que limita a responsabilidade do Estado na área da saúde somente a lista de medicamentos excepcionais. Até aí tudo bem. Mas, gente, o que é essa lista? Essa lista ela protege todos os portadores de doenças crônicas do Brasil com risco eminente de morte? Não. Ela protege o tratamento integral desses doentes na integralidade da sua necessidade? Também não, tá. Então, ela impõe um faz de conta que está simplesmente protelando a vida dessas pessoas que vão acabar morrendo. Morrendo em sofrimento e passando por dificuldades assombrosas. Quando eu me deparei com a decisão da Ministra, imediatamente fazendo contato com outros Presidentes de associações nós chegamos à conclusão que nós tínhamos que nos representar e criamos um movimento, Movimento Pela Vida “Brasil mostra a sua cara”. Me perdoem as instituições, mas a minha opinião de cidadão brasileiro, de pai de um menino com uma doença crônica, progressiva e com risco de vida, de morte, eminente de morte. O que nós estamos nos deparando no momento é um grande arranjo, tá. É um mecanismo para desobrigar o Executivo de cumprir atenção à tutela a saúde ao cidadão brasileiro.

Então, eu vou apresentar para vocês um pouquinho, é um material curto, Senador, tá, só para mostrar para as pessoas para onde nós vamos nesse momento. Por favor.

Então, vejam bem, nós criamos o movimento Brasil, Movimento Pela Vida “Brasil mostra a sua cara”. E formalizamos essa denúncia mesmo, no só no âmbito do Senado, mas na Câmara dos Deputados, junto a CNBB e a OAB. Eu acho que é um momento muito sério que nós temos que avaliar isso com muito cuidado. É uma denúncia de extermínio, homicídio coletivo autorizado em virtude da decisão da Ministra do STF, Ellen Grace sobre os autos do processo nº 91, suspensão de tutela antecipada, requerente Estado do Alagoas, requerido Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas.

Até aí, seria, não, mas é uma coisa do Estado de Alagoas. Não é, gente, tá, é uma coisa que ela vai se estender por todo o Brasil como já vinha acontecendo faticamente. O Movimento pela Vida ele representa milhares de pessoas portadoras de doenças crônicas no nosso país. Nesse ato representado por essas associações. Associação Brasileira de Assistência a Mucoviscidose, Associação Brasileira de Familiares

e Portadores de Prevenção Pulmonar Arterial, Associação Brasileira de Portadores de Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica, associação dos transplantados de Minas Gerais, Associação Paranaense dos Doentes Reumáticos. Acho que lá eu enxergo melhor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: ...Esquizofrenia dos Portadores de Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica, Associação Paranaense de Portadores de Parkinsonismo e Associação Paulista dos Familiares e Amigos dos Portadores de Mucopolissacarosidoses, Instituto--

SR. SÉRGIO HENRIQUE SAMPAIO: Isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: --Canguru e Instituto Girassol.

SR. SÉRGIO HENRIQUE SAMPAIO: Esses dois institutos eles, o Instituto Girassol ele protege crianças portadoras de disfunções metabólicas e o Instituto Canguru de Pacientes com Fenilcetonúria. Próximo, por favor.

Então, o foco da denúncia está baseado sobre essa decisão do STF, no dia 02 e 03 de 2007, onde a Ministra limita o fornecimento de medicamentos excepcionais e de alto custo para o Estado de Alagoas. Ela disse que a responsabilidade do Estado é somente aqueles medicamentos constantes na lista de excepcionais. E se você for ver no teor da decisão, você pode até com muito boa vontade acabar entendendo que o restante das medicações os pacientes poderiam recorrer ao Município pela descentralização do SUS. Vamos entender um pouquinho disso, gente. Falar em descentralização, SUS, municipalização, quantos Municípios o Brasil tem hoje? 5.563. Vocês sabem quantos Municípios são de gestão plena na área da saúde? 612 sendo que 170 estão somente em São Paulo. O próximo, por favor.

Quando ela restringe a decisão, a obrigação do Estado à Portaria de Medicamentos Excepcionais. E eu sou aqui, vou mais uma vez enfatizar. Eu estou representando portadores de doenças crônicas com risco eminente de morte. Essa portaria que é uma Portaria do Governo Federal que criou um grupo de medicamentos que existem um financiamento do ente Federal de 80% do valor das medicações.

Diz essa Portaria, ela elencou diversos medicamentos, aqui eu coloquei só a introdução pela questão de espaço. O componente de medicamentos [inaudível] excepcional caracteriza-se como uma estratégia de política de assistência farmacêutica e que tem por objetivo disponibilizar medicamentos no âmbito do Sistema Único de Saúde para tratamento de agravos inseridos nos seguintes critérios. Doença rara ou de baixa prevalência com condições de uso de medicamentos de

alto valor unitário ou que em caso de uso crônico ou prolongado seja um tratamento de custo elevado.

É esta realidade que nós estamos trazendo. Eu não estou trazendo aqui demanda de pacientes que precisam de medicamento para acne, como o Secretário de Saúde de São Paulo falou: Eu sou penalizado para comprar xampu e mel. Não é a nossa questão. Eu quero deixar muito bem claro isso, tá. Próximo, por favor.

Então, vejam, aqui nessa Portaria estão elencados os medicamentos. Eu peguei dois aqui que casualmente são os dois medicamentos que nós usamos no tratamento da fibrose cística. Essa Portaria, a 2577 ela vem suceder a Portaria 1318 que ficou nada mais nada menos do que 4 anos sem nenhuma alteração. E para a surpresa de todo mundo essa, esta Portaria ela foi editada no dia 27 de outubro de 2006, quatro dias antes da eleição. Até aí nada demais. O que essa Portaria trouxe de novo? A única coisa que ela trouxe no seu núcleo foi mais um fator contrário à política de atendimento ou à tutela da saúde pelo Estado. Ela trouxe um novo quesito aqui, que pessoas do Ministério me falaram que é um filtro que limita a quantidade máxima de droga a ser dispensada pelo Estado a esses pacientes portadores de doença crônica. Gente, isso é um grande absurdo! Para vocês terem uma idéia, o meu filho portador de fibrose cística ele tem 19 anos. Ele precisaria usar aqui 1.500 enzimas dessa aqui e a Portaria limitou contra o próprio protocolo escrito pelos técnicos do Ministério em 480 unidades. E inexplicavelmente até gostaria se fosse possível estender ao Dr. Carlos Henrique que o Ministério da Saúde explicasse porque determinado medicamento também para fibrose cística teve a sua indicação duplicada sem comprovação científica nenhuma. Porque esse outro medicamento é um medicamento que ele teria, o estudo clínico desenvolvido para utilização de 30 ampolas mensais. E aqui inexplicavelmente ele, a quantidade foi elevada para 60. Então, estaria formalizando aí uma questão no âmbito do Ministério Público para que explicassem essa alteração. Porque quando eu questionei os técnicos do Ministério da Saúde eles me responderam que foi verificando a bula do produto. Gente, isso é brincadeira. Despreza-se o protocolo, o próprio protocolo estabelecido pelo Ministério da Saúde e restringe em 2/3 a quantidade necessária ao atendimento dos pacientes e em contrapartida outro medicamento libera-se a 100% do quantitativo. Outro, por favor. O que passou a me preocupar mais foi a manifestação institucional do Ministério da Saúde. Muitos vão dizer: Não, mas não é mais o Agenor Álvarez o Ministro. Realmente não é. Mas dois dias depois da decisão da Ministra o então Ministro ele se pronunciou dessa forma. O Ministro da

Saúde, Agenor Álvarez disse que uma recente liminar do Supremo Tribunal Federal indica uma mudança na política de assistência farmacêutica no país. A decisão da Ministra Ellen Grace nos ajuda a administrar o orçamento. Embora não seja uma decisão de mérito que ainda precisa ser julgada estou muito esperançoso com a decisão final.

Gente, pasmem. Este processo entrou no dia 12 de dezembro no STF diretamente no gabinete da Ministra e no dia 23 de março ele já está transitado em julgado. Pasmem, tá. Adiante, por favor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não é transitado e julgado, não.

SR. SÉRGIO HENRIQUE SAMPAIO: Sim, eu vou te explicar na seqüência.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É só uma liminar.

SR. SÉRGIO HENRIQUE SAMPAIO: Tá.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só gostaria, assim, de ter um tempo. Eu gostaria que o senhor, mais 5 minutos.

SR. SÉRGIO HENRIQUE SAMPAIO: Tudo bem. Tá ok. Então, vejam o que passou a nos preocupar realmente foi a manifestação dos gestores de saúde, tá. Os Secretários de Saúde. Aqui o Dr. Luís Roberto Barradas Barata que é o Secretário de Saúde de São Paulo, ele simplesmente ele banaliza quando ele fala aqui que ele é apenas a disponibilizar xampu e sabonete aos pacientes, tá. E dizendo que regulamentar é o melhor caminho. Eu acho que a regulamentação já existe e tem que era cumprida. Adiante, por favor.

Aqui o que mais me preocupou e foi um fato novo que aconteceu é que os assessores jurídicos, a Secretaria de Saúde já passaram a interpor recursos nos processos que estão tramitando junto às instâncias inferiores como aqui vocês podem vislumbrar. Isso aqui é do Rio Grande do Sul, foi publicado no Valor Econômico dia 05 do 03, o assessor jurídico encaminhou a decisão para a Procuradoria do Estado para que o precedente comece a ser anexado aos processos do Governo gaúcho sobre o tema. No Rio Grande do Sul as decisões judiciais já representam 25% da conta do Estado com compra de medicamentos.

Gente, isso vai causar um verdadeiro extermínio. Adiante, por favor. Aqui a decisão como eu falei, a leitura 14 de 12, no dia 30, aliás, 27 aqui de março ela já transitado e julgado, tá, a liminar como o senhor falou, tá.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. SÉRGIO HENRIQUE SAMPAIO: Mas olha ali, ó... Tá. Adiante, por favor. Gente, quem vai pagar essa conta? Então, vejam bem... Então, seguindo aqui,

ó. Isso aqui são pacientes crônicos que são assistidos parcialmente pela Portaria de Excepcionais, essa é uma paciente com fibrose cística, tem 8 anos de idade. Adiante, por favor. Uma outra questão que a decisão da Ministra acho que não foi avaliada na sua extensão, é a condição social desses doentes crônicos. Esse menino aqui ele é portador de uma doença crônica e olhem a condição de moradia e a condição social dele. Adiante, tá. Esses pacientes com essa restrição de medicamentos seja pela decisão no âmbito de atenção total ao que eles necessitam ou ao fator filtro imposto pelo Ministério eles vão acabar, assim, com agravamento clínico do seu quadro e vão ocupar uma UTI que nós não temos leitos disponíveis no país, e vão acabar morrendo. Adiante. Como vocês podem verificar aqui, olha. Isso aqui são, eu trouxe algumas para mostrar que são doentes crônicos, jovens que foram a óbito por falta de atenção por parte do Governo, tá.

Aqui portador de fibrose cística, aqui é mucopolissacaridose com 10 anos. Adiante, por favor. Aqui seis anos de idade, mucopolissacaridose, hipertensão arterial. Aqui outra. E gravem esse nome aqui, Hana Machado Borges, tá. 14 anos de idade com hipertensão pulmonar. Adiante, por favor. Ela tinha uma liminar na mão para o Estado cumprir a tutela, dar a sua medicação. Pode voltar, Marcos, por favor? Vejam a data que ela faleceu, 23 de novembro de 2006. Adiante, a liminar era datada de 21 de 08 de 2006. Mesmo sentenciado o Estado não cumpriu. Adiante.

E aqui eu termino pedindo uma reflexão a todos, tá. O nosso direito ele está respaldado pelo Direito Constitucional, tá. E coloco aqui uma frase até que quem a proferiu foi o Senador Alvaro Dias invocando a Lygia Fagundes Telles que repensar com humildade nesse tempo de arrogância.

Gente, se nós temos uma Carta Magna que rege as diretrizes do nosso país vamos respeitá-las porque nós estamos rasgando a Constituição e jogando no lixo. Adiante.

Aqui é o contato do movimento, está sediado em Curitiba e para surpresa [soa a campainha] hoje nós já estamos com 19 instituições e doentes crônicos representando esses portadores das doenças crônicas. Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço aí a fala inicial do Dr. Sérgio. Eu acho que a gente podia combinar assim, 10 minutos se for necessário prorrogável por mais 5. E com alegria e temos a presença do Senador Wellington Salgado que é Presidente da Comissão, também, de Ciência e Tecnologia. E destacar, não é, Dr. Reinaldo, duas questões básicas que se relacionam à lista de medicamentos e a questão das dosagens dos medicamentos para pa-

cientes com problemas crônicos e com risco como o senhor falou, né, de morte também caso a medicação não seja tomada.

Eu passo em seguida a palavra, então, ao Dr. Reinaldo Guimarães, Secretário de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde.

SR. REINALDO GUIMARÃES: Obrigado, Senador. Em primeiro lugar agradecer ao convite para participar dessa reunião de esclarecimento, de tentativa de digamos de conciliação de pontos de vista. Eu pediria, eu vou fazer também uma pequena apresentação. Pediria à técnica para projetar.

Eu queria começar com duas preliminares que me foram recomendadas pelo Ministro da Saúde. Como se pôde depreender da intervenção anterior este assunto é um assunto de grande carga emotiva, de grande carga emocional. E isso deve ser respeitado, não é? O Ministro Temporão quer dizer, pediu-me para dizer aqui que este assunto é um assunto sensível e é um assunto que deve ser tratado com a sensibilidade que tudo aquilo que emociona deve ser tratado. Não obstante os pontos de vista que ... Senador Paim...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Paulo Paim...

SR. REINALDO GUIMARÃES: Portanto, aproveitando o mote de Lygia Fagundes Telles eu quero dizer que o Ministério da Saúde não trata essa questão com qualquer arrogância. Os pontos de vista discrepantes são pontos de vista importantes, não obstante. E a segunda questão que é preciso levar em conta e que o Ministro Temporão me pede que traga a esta Casa é que o Ministério reconhece que uma parte do problema da judicialização decorre das próprias debilidades reais da implantação do nosso Sistema Único de Saúde. Com isso quero dizer que a questão das demandas judiciais por medicamentos e o SUS elas vão muito além daquele componente que o meu antecessor falou. Há demandas judiciais efetivamente feitas para a compra para que o Governo compulsoriamente compre medicamentos que não são esses medicamentos eficazes, que não são esses medicamentos que foram mencionados, mas sim medicamentos ineficazes, medicamentos as vezes que nem são medicamentos, medicamentos experimentais, medicamentos que cuja eficácia não é sustentada pela prática científica requerida.

De modo que eu quero dizer que nós do SUS temos que reconhecer que o aperfeiçoamento das práticas do SUS diminuirá a judicialização da questão de medicamentos embora não resolva a questão como um todo em particular nesses aspectos que o meu antecessor se referiu.

Eu queria só dar uma visão geral e o tom da minha intervenção ele necessariamente difere muito do tom

da intervenção anterior, porque como gestor público eu sou absolutamente, compulsoriamente obrigado a ver o conjunto do quadro e não uma parte apenas do quadro. O próximo slide, por favor.

Existem demandas judiciais por medicamentos que o Ministério da Saúde considera absolutamente justificadas porque há demandas por medicamentos que constam na lista dos programas de assistência farmacêutica do SUS, há demandas judiciais para doenças que não possuem alternativa terapêutica, né. E há demandas judiciais, quer dizer, em ambos os casos as Secretarias Municipais de Saúde poderiam ser consultadas e deveriam ser consultadas antes da formação, da formalização da ação judicial. O que quero dizer é que existem demandas judiciais com as quais o Ministério da Saúde não discrepa, não discorda, quer dizer, são demandas judiciais corretas que pretendem defender o cidadão de um mau funcionamento de um serviço público. E é preciso frisar isto porque estas, elas, elas são um conjunto importante das demandas como a gente, judiciais, como a gente vai ver em seguida. Próximo, por favor.

Mas nós temos demandas judiciais que o Ministério da Saúde considera que não são justificadas. Primeira delas são as demandas que dizem respeito a medicamentos não incorporados pelo Sistema Único de Saúde para os quais exista a alternativa terapêutica fornecida pelo SUS. Quer dizer, há circunstâncias em que se demanda, há um medicamento para aquele determinado alvo terapêutico. No entanto, há uma demanda judicial que quer um medicamento para o mesmo alvo, mas de uma outra marca, por exemplo. Isso é injustificado, isso é injustificado. Medicamentos sem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Há demandas de medicamentos, portanto, que não estão no mercado brasileiro, que não existem no mercado brasileiro, que seriam ilegais no mercado brasileiro posto que não têm o registro competente da ANVISA. Há demandas judiciais por medicamentos experimentais, medicamentos que não foram incorporados à relação do SUS, do Sistema Único de Saúde porque ainda não foram comprovados a sua eficácia, a sua efetividade, o seu custo e efetividade ainda não foram comprovados, inclusive, em nível mundial, inclusive em nível mundial, né. E há finalmente, nós consideramos que não são justificadas demandas por antineoplásicos, sem que o demandante tenha procurado um CACON, que é o centro de atenção ao câncer e que eu vou me referir novamente adiante um pouco a isso, ele tem uma atenção integral ao paciente que não se resume a questão do medicamento. Aliás, esta é uma questão central neste debate. Há uma espécie de mitificação do medicamento. Eu não discuto que há circunstâncias,

como o meu antecessor mencionou, aonde a ausência do medicamento pode levar à morte.

No entanto, há inúmeros, milhares de casos aonde a ausência ou a presença do medicamento não será a variável crítica para que se sobreviva ou para que se tenha uma melhor qualidade de vida. A questão do câncer é uma delas. Os CACONS eles têm, eles pretendem uma ação integral de apoio, de radioterapia, e de quimioterapia também, mas de todo um conjunto de ações, né. E o Ministério da Saúde entende que essas demandas judiciais não justificadas elas têm o condão de desestruturar esta concepção de integralidade na medida em que mitificam o medicamento, colocam o medicamento à frente do conjunto de procedimentos que devem proporcionar ou que visam proporcionar boa saúde, boa qualidade de vida às pessoas. Próximo, por favor.

Isso é só para a gente entender a característica das demandas existentes. Há uma carência importante de dados. Dados consolidados em nível nacional. No entanto, há alguma coisa que a gente possa falar.

O conjunto das demandas e isto é para Estado do Rio de Janeiro, é um artigo recém publicado agora em 2005 na revista de saúde pública, a gente pode dizer que dos 3/3, 1/3 das demandas tratam de medicamentos excepcionais, isto é, de competência do Estado e que a população não conseguiria e não conseguia obter. Portanto, demandas justificadas, justificadas. É importante que se diga. 37, o outro terço a grosso modo, as ações pleiteavam medicamentos de competência de fornecimento Municipal, mas que a população não conseguia obter. Da mesma forma no âmbito do Municipal há justificativa para isso. E o outro terço pleiteava medicamentos que não fazem parte de nenhuma lista de financiamento público. Dessas últimas demandas é que tratou a intervenção do meu antecessor. O problema está em que isto aqui tem um custo muito mais alto, principalmente do que isto aqui. E o Sistema Único de Saúde tem que pensar no custo do sistema como um todo. O próximo.

Aqui são uma lista de problemas que as ações judiciais não justificadas causam ao SUS. Primeiro, a desconsideração da responsabilidade tripartite de organização do sistema. O que é que significa isso? Significa que o Sistema Único de Saúde ele é organizado [soa a campainha] segundo as três esferas, uma divisão de tarefas nas três esferas de Governo, Federal, Estadual e Municipal. Na medida em que a ação judicial, a demanda judicial não respeita esta ordem isto desorganiza, essa, digamos, esse pilar do Sistema Único de Saúde.

A outra questão, uma outra questão, um outro problema que levanta é que isso, essas demandas

muitas vezes levam aquisição, demandam aquisição de medicamentos menos seguros e menos eficazes do que aqueles que constam no armamentário do Sistema Único de Saúde. Da mesma forma aquisição às vezes de medicamentos não registrados. Aqui eu volto a aquela questão da assistência oncológica. Muitas vezes essas demandas causam uma fragmentação de ações para uso racional de medicamentos. Também há o aumento da irracionalidade no uso do recurso público e um prejuízo à equidade e a integralidade. É bem verdade que há pacientes carentes que precisam, que são patrocinados por algumas dessas demandas. Mas fiquem certos de que a maioria dessas demandas ela vem de pacientes que têm condições de ter uma assistência jurídica capaz de formular a demanda contra o Sistema Único. O próximo, por favor.

Vamos passar que eu estou. Não deu tempo. Um outro problema, isso também não é um dado nacional consolidado, são só despesas do Ministério da Saúde, 2005, 2006, 2007, e quero lhes dizer somente este não é um argumento definitivo o custo, mas é importante para o gestor público se preocupar com ele. 2005, 2 milhões e meio de reais, 2006, 7 milhões e 600 mil reais e 2007 a contar com a projeção dos dois primeiros meses para anualização isso vai aqui a quase, cerca de 20 milhões de reais. Isso é um aumento exponencial. Isso acima, além de qualquer emoção, de qualquer sensibilidade o gestor público tem obrigação de atentar para esta questão. Próximo.

Aqui também são os principais medicamentos e as principais doenças. Eu vou pular porque meu tempo está...

Então, as conclusões, quer dizer, os mandados judiciais para fornecimento de medicamentos parecem mostrar um caminho que se iniciou pela busca de anti-retrovirais, passa por medicamentos excepcionais, né. Nos últimos anos a incorporação de medicamentos da atenção básica o que pode ser indicativo da omissão dos gestores públicos. Isto é uma autocrítica que a gente tem que fazer. Se eu tenho, começo a ter demandas judiciais para a lista básica de medicamentos isso é um problema sério que o SUS tem que enfrentar.

Percebe-se ainda uma relativa despreocupação das instâncias condutoras e julgadoras das ações com as questões relativas ao uso racional dos medicamentos e possíveis danos oriundos da má indicação e do mau uso, e o perfil das demandas leva supor que muitos dos pleitos se deve à introdução de inovações terapêuticas ainda não completamente avaliadas e ao descumprimento de protocolos clínicos pelos prescritores. O próximo, por favor.

Eu queria, a Ministra Ellen Grace foi criticada pelo meu antecessor. Eu queria discordar, eu queria

elogiar a Ministra Ellen Grace, elogiar a Presidente do Supremo Tribunal Federal quando ela diz que a judicialização da política e a sobreposição das decisões judiciais e do arcabouço normativo as opções políticas representam uma ameaça à própria democracia e à complexidade interna desses sistemas.

Eu quero dizer para finalizar, Senador Arns. Isto não é um assunto que esteja coagulado, que esteja parado, em que haja uma guerra de posições. Eu sou testemunha de que nos últimos anos, nos últimos 5, 6, 7 anos têm havido um esforço importante por parte do Ministério Público Federal, dos Ministérios Públicos Estaduais e do Ministério da Saúde no sentido de tentar compatibilizar informações, informarem-se mutuamente para que se possa chegar a um caminho mais racional, a um caminho melhor que homenageie a um tempo a sensibilidade, a delicadeza do problema, quando tratado ao nível individual e a relevância do problema enquanto política pública. Um exemplo, por exemplo, é o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul aonde tem havido uma grande interação com técnicos do Ministério da Saúde nos últimos anos.

Se o Senador me permite eu queria dois ou três minutos para que o Dr. Manoel pudesse complementar com as questões técnicas a intervenção do meu antecessor. Só...

SR. MANOEL ROBERTO DA CRUZ SANTOS:

Obrigado ao Senador, boa tarde a todos. É importante a gente complementar a brilhante fala do nosso Secretário no sentido de que toda a Legislação a respeito dos medicamentos excepcionais ela é derivada da Portaria 1318 que é de 2002. E de lá para cá houve um trabalho no sentido de buscar esse trabalho tripartite, né, e essa integração entre Estados, Municípios e a União no sentido de determinar essa nova Portaria em que renova o elenco e renovou também e atualizou os repasses aos Estados.

Esse programa ele é, ele é gerenciado pelos Estados com repasse praticamente aí de 80% da União e 20% dos Estados. E o elenco foi definido em cima de critérios científicos da medicina baseada em evidência da qual é responsabilidade do gestor público determinar quais são os medicamentos que devem ser incorporados enquanto novas tecnologias ou medicamentos já consagrados no sentido de assegurar a eficácia, a segurança no uso desse medicamento e também em função de ser uma política pública e que determina que é resguardada pelo art. 196 da Constituição que o Direito Constitucional é assegurado em função das políticas públicas determinadas e gestadas pelo Poder Público de que toda a incorporação de uma tecnologia tem que ser relacionada com a questão orçamentária voltada para a disponibilização desse medicamento,

obviamente levando em consideração aí como sendo gestor público se tem que ser sensível em função da sociedade estar disponível a pagar por aquela incorporação. Obviamente em função do orçamento que é direcionado aí para o Ministério da Saúde.

Esse programa de medicamentos excepcionais hoje ele cobre praticamente 450 mil pacientes e tem um orçamento para esse ano programado em um bilhão e 500 milhões que junto com o programa da AIDS de praticamente um bilhão aí que cobre 180 mil pessoas ele é responsável aí por praticamente 2/3 do orçamento de medicamentos do departamento de assistência farmacêutica. Então, nesse sentido a nossa preocupação do Ministério da Saúde quando vai incorporar uma nova tecnologia isso é tratado no nível de uma Comissão interna ao Ministério onde é avaliado todas essas questões de segurança, de eficácia e de custo efetividade para que o medicamento seja incorporado. Todos os filtros que o Presidente da Associação coloca esses filtros já existiam desde 2002, eles não foram colocados a partir da publicação da Portaria em 2006... [soa a campanha] Esses filtros eles são determinados de acordo com os protocolos, de acordo com as bulas registradas na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, portanto, tem um componente científico, um componente médico baseado em evidências aí que dão sustentação a esses filtros. Mesmo assim, o Estado é responsável em dispensar a quantidade necessária para o tratamento de um paciente. Todo o Estado que administra essa Portaria, esse programa de medicamentos excepcionais ele é obrigado a dispensar a quantidade suficiente para o tratamento. Independente de qual é o repasse que o Ministério da Saúde faz aos Estados. Eu acho que eu respondi a todas as questões mais técnicas colocadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Dr. Manoel Roberto da Cruz Santos, né, que é Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde.

As demandas todas chegam ao Ministério Público Federal, né. Então, a gente vai ouvir agora também o Dr. Carlos Henrique Martins Lima que é Procurador da República.

SR. CARLOS HENRIQUE MARTINS LIMA: Boa tarde. Boa tarde a todos, boa tarde Senador Flávio Arns, boa tarde Senadores presentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Eu até vou me desculpar antes. Mas quero só convidar o Senador Paulo Paim para vir aqui na Mesa como Presidente, para nós uma honra tê-lo presidindo do esta reunião.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, eu fiquei toda a manhã presidindo e V.Ex^a.

ficou aqui me ajudando e agora eu quero lhe ajudar daqui. Me permita.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então, vamos fazer juntos aí a tarefa, junto com o Senador Wellington também. Por favor, Dr. Carlos Henrique.

SR. CARLOS HENRIQUE MARTINS LIMA: Bom, boa tarde. Eu sou, meu nome é Carlos Henrique, eu sou Procurador da República aqui no Distrito Federal e trabalho com o tema de saúde já há alguns anos.

São... Dentro dessa nossa proposta de trabalho colocada pelo Senador de tentarmos trazer alguma utilidade, alguma participação do que possamos ser úteis a essa discussão. Eu gostaria de objetivar bem a minha participação.

Nós estamos tratando aqui basicamente são dois problemas específicos. Nós estamos tratando da decisão que foi exarada pela Ministra Ellen Grace do Supremo Tribunal Federal, essa decisão embora eu entenda que ela não tenha a amplitude que me parece estejam aplicando ou não se percebe num primeiro momento tamanha amplitude, ela vem causando conseqüências que são sim nefasta e ao meu ver, inclusive, inconstitucionais, ilegais. E a segunda questão é a Portaria 2577 que foi publicada pelo Ministério da Saúde agora no 2º semestre do ano passado.

Essa Portaria ela trata do acesso aos medicamentos de dispensação excepcional, né, são medicamentos via de regra de alto custo e é um mecanismo, uma estratégia de financiamento dentro do SUS.

Bom, a primeira questão que se coloca quando tratamos de saúde é o mandamento Constitucional, embora isso dentro da administração pública nem sempre esteja claro. E digo o porquê. Eu que tenho tido a experiência muitas... Bastante úteis outras nem tanto, uma experiência de contato, de troca de idéias e de diversas experiências que têm sido proporcionadas dentro do Ministério da Saúde, vejo que o administrador público ele tende dentro do seu âmbito de atuação a inverter o nosso normativo, ou seja, dentro do Ministério da Saúde não raro nós seguimos uma Portaria como se fosse a Constituição Federal e a Constituição Federal vira Portaria. Então, para tentar estabelecer alguma ordem seqüencial nisso e eu procuro enxergar dessa maneira, nós não podemos desviar a atenção, primeiro, da Constituição Federal.

A Constituição Federal e essa que foi utilizada e é essa que foi colocada nas decisões do Supremo Tribunal Federal, ela coloca que a atenção à saúde é universal e integral. Na verdade, isso para mim bastaria como em princípio bastam, basta quem precisar entender o que nós queremos de saúde para o nosso país. Não sei se isso é possível, na verdade isso é um

sonho, é o nosso sonho de saúde que ela seja universal e seja integral. Mas assim é previsto na Constituição. Então, para isso trabalhamos para tentar cumprir a Constituição.

Eu chamo atenção desse aspecto porque eu não consigo verificar e aí, talvez, decorra de alguma limitação minha, como nós possamos ter um atendimento universal e integral quando nós temos uma decisão que diz: O direito à saúde refere-se em princípio à efetivação de políticas públicas que alcancem a população como um todo assegurando-lhe acesso universal e igualitário e não a situações individualizadas. Eu não consigo verificar e aí repito, talvez seja uma limitação minha, como nós possamos ter um atendimento integral e aí eu falo especificamente desse critério da integralidade se nós não tratarmos das questões individuais. Nós temos que atingir as questões individuais e isso é pacífico dentro do Judiciário Brasileiro. Tanto é pacífico que o Judiciário Brasileiro vem recebendo e vem julgando normalmente ações civis públicas que tratam de direitos coletivos, portanto, né, ou via de regra coletivos, às vezes, para conseguirmos medicamentos para uma só pessoa, né. E isso infelizmente eu repito, realmente, infelizmente não tem sido raro. Eu nesses meus anos de atuação em ofício de saúde nunca impetrei uma Ação Civil Pública para pedido de medicamento para um paciente. Nunca. E acho que é uma péssima estratégia, uma péssima estratégia em termos de serviço de saúde. Agora, nós devemos entender que quando o problema chega ao Ministério Público e aí via de regra os Ministérios Públicos Estaduais, nossos colegas dos Ministérios Públicos Estaduais e ele se depara com um paciente que diz e que tem documentos demonstrando que se ele não tomar determinado medicamento ele vai vir a óbito, eu faria a mesma coisa. Eu faria a mesma coisa, eu judicializaria a questão, traria para o Judiciário. E os Juízes Estaduais que são em princípio os competentes para julgar essas ações, eles se sentem muito confortáveis ao julgar e via de regra o setor público perde. Isso causa, realmente, uma desorganização dentro do serviço de saúde, dentro do nosso Sistema Único de Saúde e aí por ser Sistema Único de Saúde me traz a um outro ponto da decisão que fala... Na verdade eu não consegui entender dessa decisão que o Estado e aí eu falo Estado, três níveis da Federação, União, Estados e Municípios que eles não estariam obrigados a entrega de determinados medicamentos. Na verdade o que a decisão diz é que a responsabilidade sobre a entrega dos medicamentos que estavam sendo discutidos em determinada Ação Civil Pública em princípio pareciam não ser do Estado de Alagoas e sim do Município de Maceió. Agora, também creio que seja equivocada nesse aspecto a decisão. E de

cisão judicial se cumpre, mas pode ser questionada. Decisão de 26 de fevereiro de 2007. Por que eu acho equivocada? Porque nós estamos passando para a responsabilidade do cidadão uma discussão de quem financia o que. E o sistema é único. A Constituição já diz é Sistema Único de Saúde. As estratégias de financiamento, os rearranjos, a organização, fiscalização, isso se dá intra Estado. Agora, o fato é que nós estamos empurrando a responsabilidade para o cidadão de saber a quem ele vai recorrer. Como o Sérgio bem colocou, na verdade, não são muitos Municípios no país ou pelo menos não é a maioria que detém gestão plena. Isso vai causar uma desorganização de tal forma que o paciente vai restar sem atendimento. O paciente vai restar sem atendimento.

Então, nós temos questões aqui para aclarar nessa decisão e eu acho que aí realmente o fórum adequado é de novo o Supremo Tribunal Federal, é preciso o que o Supremo Tribunal volte a debater essas questões com a participação evidentemente dos técnicos do Ministério da Saúde. Essa questão fiscal, isso é lógico que se põe, isso é importantíssimo. Quem está financiando tudo isso somos nós, a sociedade brasileira. É importante...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. CARLOS HENRIQUE MARTINS LIMA: Esse caso, esse caso não. Esse caso me parece que não porque como era um pedido de suspensão de segurança, na verdade o que está se discutindo aqui é se uma decisão liminar deveria ser cumprida ou poderia ser suspensa e isso é decidido pelo Presidente do Tribunal... Do Tribunal, o próximo Tribunal, né, o Tribunal acima. No caso como era matéria Constitucional provavelmente era uma decisão do Tribunal de Justiça de Alagoas, por matéria Constitucional ele foi decidido pela Presidente do Supremo Tribunal Federal. Então, nesse caso foi só suspender uma questão liminar, mas esse assunto merece os nossos cuidados, merece ser discutido...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. CARLOS HENRIQUE MARTINS LIMA: Na verdade a ação já estava lá, né, a ação é uma Ação Civil Pública no Estado de Alagoas e ela vai ser julgada o mérito e é possível que no mérito seja, nós possamos reverter essa situação, né. No mérito o Estado pode perder. E aí ele terá que fornecer os medicamentos, ou seja, voltamos para a estaca zero. Mas com base nessa decisão que é uma decisão de suspensão de segurança, uma decisão que não tem esse caráter de definidade, que não teria essa amplitude toda, vários Estados passaram a se recusar à entrega de medica-

mentos sob alegação de que não constam, em princípio não constam na Portaria 2577, na Portaria de dispensação excepcional. E aí vamos passar para a questão da Portaria dos medicamentos excepcionais.

Bom, essa Portaria ela trouxe primeiro essa limitação. Essa limitação quantitativa ela não tem utilidade. Me foi trazido uma representação sobre esse assunto há mais de mês, há mais de mês e eu me debrucei sobre essa questão e cheguei à conclusão que ela não tem utilidade nenhuma, essa questão quantitativa, a restrição quantitativa. Por quê? Porque determinados medicamentos ou determinadas dispensações que são feitas são feitas por critérios de peso, idade, tolerância, enfim, tem determinados critérios que há uma elasticidade bastante grande entre as pessoas que recebem numa ponta, ou seja, quem recebe menos, quem necessita menos no medicamento e na ponta extrema quem necessita mais. E veja que é tudo indicação médica e estamos dentro de uma indicação terapêutica, ou seja, um médico receitando uma medicação adequada para o tratamento daquela patologia para aquele paciente.

Pois bem, essa limitação só teria sentido se ela abarcasse todos esses casos, ou seja, até o extremo da quantidade máxima, certo? Ou seja, nós estamos dizendo que um médico diz: Determinado antibiótico você precisa tomar 5 ml duas vezes por dia, você precisa de 10 ml por dia. Não adianta o Estado querer dispensar esse paciente 5 ml por dia. Ele não vai ficar curado. Então, nós temos que abarcar essa questão, o extremo. Agora, se abarcarmos essa questão, se abarcarmos os extremos ela também perde a utilidade, porque qual vai ser o médico que vai dizer para o paciente que ele tem que tomar mais do que ele precisa para aquela patologia? Então, ela não é útil quanto à restrição de quantidade. E aí foi colocado pelo representante do Ministério da Saúde que está conforme as indicações terapêuticas a bula. Bom, então temos equívocos na Portaria e temos que corrigir esses equívocos porque foi citado, há uma bula que diz que a dispensação, a indicação terapêutica é de 30 flaconetes por mês e lá na Portaria consta que é até 60 por mês. Ou seja, o médico pode prescrever mais de 30 para um paciente. Nós vamos criar um mercado negro. Nós vamos criar um mercado negro porque nós podemos estar dispensando para uma pessoa a mais do que ela precisa e está na Portaria, ou seja, para esse caso a Portaria, inclusive, é antieconômica, a Portaria nesse caso está gastando mais do que o necessário. Por isso eu tenho severas críticas quanto a essa questão da restrição quantitativa para determinados medicamentos nessa Portaria.

Então, isso vai ser discutido, aliás, será objeto de recomendação com as discussões que eu tenho levado à cabo com pessoas do Ministério da Saúde, tenho tido uma discussão com o pessoal do Ministério da Saúde, vamos fazer uma recomendação para que suspenda-se isso ou pelo menos esses efeitos limitantes até que possamos chegar a um Norte, chegarmos a uma solução para que ninguém tenha prejuízo em termos de tratamento, que não haja prejuízos para o tratamento.

Bom, só para finalizar. Então, eu acho que nós precisaremos necessariamente juntarmos essas entidades todas, juntarmos o Ministério da Saúde, os representantes das Secretarias Estaduais de Saúde, estes eu acho que são além de serem os principais interessados são o ponto central do problema porque eles que lá na ponta dispensam medicamento e se ressarcem junto ao SUS para os medicamentos que têm, que são constantes aqui da lista do Ministério da Saúde e de outros não, precisaremos juntar todo mundo para que nós possamos organizar e se conseguirmos um nível de organização tal que o atendimento seja razoável nós vamos por efeito disso diminuir as demandas judiciais, não tenho dúvidas. E essa organização é muito apropriada, inclusive, para questão fiscal. Por quê? Porque eu também entendo e não há dúvida disso que do outro lado há pessoas querendo vender medicamentos, há empresas querendo vender medicamentos e ganhar dinheiro. Às vezes legitimamente. Aquilo ali para eles não é saúde, aquilo é um negócio e eles querem vender medicamentos.

Bom, o Ministério Público, os Ministérios Públicos eventualmente e acho que nem tão eventualmente assim, são utilizados, sim. Nós somos utilizados para viabilizar determinados interesses econômicos. Evidente que o nosso foco não é esse. O nosso foco é o atendimento ao cidadão, é o atendimento à saúde do cidadão. Mas nós somos utilizados para viabilizar determinadas demandas econômicas, sim. Devemos reconhecer isso. O que falta ao Estado? E aí eu falo o Estado como um todo? Falta um nível de agregação, um nível de aproximação tal que nós possamos dar uma resposta a esse tipo de demanda disponibilizando para os pacientes os medicamentos que eles precisam e aí não o mais caro, o que consta da tabela que tem a mesma indicação terapêutica, que é mais barato, que é dispensado na farmácia popular, que é dispensado com subsídio do Governo, enfim, né, que criemos estratégias para o bom atendimento.

Só para finalizar eu acho, essa questão da judicialização das ações de saúde eu também acho que via de regra não é boa. Mas uma vez que ela está posta a crítica a judicialização da política também acho equivo-

cada porque no momento em que você sai, retira a sua responsabilidade como Poder Judiciário das decisões políticas, de uma política de saúde que é obrigatória e que consta como obrigatória na Constituição Federal isso também é uma opção política. Então, sob o argumento de que a judicialização da política é ruim você legítima uma opção política de saúde pública por uma decisão judicial. Ou seja, nós fizemos a mesma coisa às avessas. Nós simplesmente permitimos que aquela opção política estivesse legitimada, também acho que não é bom. É preciso essa aproximação, o Ministério Público tem estado presente a grupos de saúde, inclusive, no trabalho, é uma força-tarefa, né, um grupo de trabalho para pensar e aí passa um pouco, inclusive, da minha capacitação intelectual porque quem tem um entendimento, o dono da bola desse problema são os senhores que são os técnicos da área de saúde. Agora, nós precisamos estar mais próximos para que nós possamos digerir essas informações e para que nós possamos trabalhar e possamos ser úteis para a sociedade. [soa a campainha] e para quem precisa da atuação do Ministério Público. Obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Antes de falarmos, Senador Wellington, só gostaríamos de ouvir rapidamente a Fausta Cristina que está aqui, porque nós vimos o ponto de vista do Ministério da Saúde, o ponto de vista também da associação que representa o Ministério Público como guardião dos direitos e agora é só ouvir a pessoa que se beneficia e que precisa desse medicamento. Então, só, assim, o depoimento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador, se me permite, eu sou irmão da Fausta, só vou dar um breve comentário no início e passo para a ela. A Fausta é portadora de hipertensão arterial pulmonar. Ela toma seis medicamentos diferentes dia, quatro deles ela compra e dois realmente é inviável. Então, diante dessa mistura do emocional e do custo que se foi colocado, o emocional eu vou até tentar tirar um pouco, porque ela deixando de tomar daqui há um mês, um mês e meio ela não estaria aqui sentada do meu lado, né. Mas vamos isentar. E o custo, também, vamos pensar no custo, nós não temos condições de bancar ou de pagar 16 mil reais para dois medicamentos mesmo juntando toda a família. Nós somos servidores públicos, né. Então, ou seja, pensando em custo a gente custeia o que a gente pode custear, o que a gente não pode custear a gente tenta recorrer ao Estado. E o lado emocional que realmente ela está aqui presente com a gente já tem 3 anos depois que descobriram a doença dela e que ela ficou no INCOR, ficou um mês numa UTI, ninguém descobriu o que era e graças a

esses medicamentos ela está aqui comigo, está aqui com a mãe e está aqui com a família.

Então, a gente não pode pulverizar, vamos dizer assim, essas questões, como colocou o Secretário. São demandas, são inúmeras demandas. Tá, demanda por demanda eu vou encontrar inúmeras demandas legítimas e inúmeras ilegítimas, então, nós vamos ficar nesse questionamento sempre. Porque tem. Cabe ao Judiciário cair em si e falar: Vem cá, essa demanda é legítima e esta não é, mas a gente não pode colocar tudo numa vala comum. Tanto as ilegítimas como as legítimas. A gente vai ter que olhar caso a caso. O caso dela é assim. Ela pode até dizer aqui como ela se sente e por que ela está aqui até hoje com a gente, né. Obrigado, Senador.

SRA. FAUSTA CRISTINA PANQUESTOR NOGUEIRA: Boa tarde, eu sou portadora de hipertensão pulmonar desde 2003. Para aqueles que desconhecem a doença, o principal sintoma é uma falta de ar muito intensa, é tão intensa que você necessita de oxigênio, inclusive, em repouso. Eu cheguei a não atravessar uma rua tamanha a falta de ar que eu sentia além de outras seqüelas que você vai ficando devido a falta de ar. Eu comecei a utilizar o medicamento em 2003, o quadro regrediu, hoje eu tenho um quadro clínico estável graças a essa medicação. Sem a medicação meu quadro clínico entra em declínio, inclusive, eu estou sem a medicação há dois dias porque eu a recebo através da Secretaria de Saúde e nesse mês, infelizmente, quando eu fui receber eu tive a infelicidade de descobrir que a Secretaria pegou um remédio vencido para mim. Então, eu estou sem medicação há dois dias porque a minha medicação estava vencida. Então, eu estou esperando que eles devolvam para o distribuidor para que a medicação retorne para mim novamente. Enquanto isso eu estou aguardando. O declínio do quadro clínico é rápido. A falta de ar apenas com dois dias sem medicação eu já começo a sentir. Não tem previsão de quanto tempo que você suporta, quanto vai ser essa queda, quantos dias, quantos meses, a gente não sabe. Então, realmente eu dependo da medicação e desempenho que ela seja fornecida pelo Estado. Como foi dito anteriormente, eu não tenho condições de arcar com 16 mil reais por mês para uso de duas medicações, para mim são essenciais e todos os portadores de hipertensão pulmonar. Aquelas que eu tenho condições de comprar, eu compro, agora, essas duas infelizmente no meu orçamento realmente não cabem. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Bem, Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Flávio Arns, demais

componentes, convidados, realmente a Comissão de V.Ex^a. as vezes traz a gente a situações cotidianas que a gente não participa, né, acaba você entendendo como é complexo esse país, como é complexo administrar esse país. Não há a mínima chance de eu fazer um discurso aqui onde vai dizer a um pai que ele não tem que lutar pela vida do filho ou que vá dizer a alguém, Procurador, que ele não tem que entrar com uma ação para poder, não é fazer valer o direito do remédio, é fazer com que o Governo priorize a saúde. Porque o problema maior não é dizer que o Governo não tem dinheiro. O Governo tem dinheiro, sim. Sempre que ele quer, ele tem dinheiro. Ele só coloca aonde os técnicos acham que é o melhor aplicar. E com isso a saúde, a vida que eu acho que é o essencial no país, porque não adianta você ter aeroportos, tratamento, proteção de meio ambiente, proteção de árvores, cuidar de pato, cuidar de marreco, do que for, e não cuida de quem, do ser humano, do homem, do brasileiro que tem nesse país.

Então, para mim, Senador Arns, essa é uma experiência incrível estar aqui nessa Comissão. Vim aqui porque eu vi que o debate seria interessante. Parabéns ao Ministério Público, muitas vezes eu sou, debato muito com o Ministério Público, minha família vem de universidade, tem sempre algumas questões à discutir e me sinto muito bem nesse momento de estar ao lado de um órgão público, do Governo e que defende o público e que defende o brasileiro do nosso país.

Então, Senador Arns, eu quero dizer o seguinte. Eu aposto numa única coisa, aposto no Ministro Temporão. O Ministro Temporão tem uma história de quem é ligado à saúde pública, é ligado nas pessoas, é ligado no bem-estar, as informações que eu tenho sobre ele são as melhores possíveis, na verdade foi até colocado que é uma indicação do PMDB, mas chegou-se a discutir como indicação do Presidente Lula, por toda a história que o Temporão tem. Tive a oportunidade de fazer uma palestra pela minha Comissão na Fundação Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro, eu vi o quanto o Ministro Temporão é respeitado pelas pessoas que praticam a saúde pública, praticam a saúde do país.

Então, eu tenho certeza, talvez, essas medidas que tenham acontecido, Portaria seja anterior à posse do Ministro Temporão. São anteriores. Não vejo, Sr. Procurador, essa decisão como súmula vinculante, digamos assim. É uma decisão específica para esse caso. Analisando o contexto político eu vejo que essa decisão que foi tomada pela Ministra Ellen Grace foi num momento o que o Estado de Alagoas passa por uma dificuldade tremenda, tremenda o Estado de Alagoas, greve, problema na saúde, o Governador eleito, nosso amigo Senador Teotônio Vilela, enfrenta uma

série de problemas e de repente pode ter levado a tomar uma decisão dessa que alguns órgãos da saúde do Estado esteja usando como se fosse uma decisão para todo o Brasil. Pouco eu entendo...

SR. CARLOS HENRIQUE MARTINS LIMA: Senador, se o senhor me permite, eu também tenho a impressão que a Ministra não tinha a idéia dessa amplitude ou desses efeitos para essa decisão, porque realmente a decisão dela é num caso concreto. Para lá, um caso concreto para lá, para o Estado de Alagoas, para o Município de Maceió, para aquele momento, para aquelas características, para aquela ação. Essa repercussão de outros Estados suspenderem a disponibilização do medicamento em decorrência dela é que é ruim. Agora, também é ruim a adoção do nosso setor de saúde por adotar essa decisão como um ponto de referência para que a gente passe a discutir atendimento a saúde.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu não sei dizer, cabe recurso de reconsideração?

SR. CARLOS HENRIQUE MARTINS LIMA: Para esse aqui não. Mas, esse é um tema que será discutido lá, eu preciso fazer um mea culpa porque a decisão foi tomada com parecer favorável do Ministério Público Federal. Nós também participamos e demos o parecer favorável.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu tenho certeza que a Ministra não ia dar uma decisão, eu a conheço, ia dar uma decisão com essa amplitude. Estão usando por uma questão que a gente acaba tendo na administração, não só pública também muitas vezes na privada também de ficar preocupado sempre que o dinheiro tem que aparecer. A verdade é essa. Eu estava vendo o gráfico apresentado também pelo Ministério da Saúde, o crescimento das ações, né, para o remédio ela é, digamos assim, ela cresce muito rápido, não é, exponencial, exatamente, exponencial. Agora, também eu não sou contra o Poder Judiciário também não, com todo o respeito ao Ministro, a vocês, o Ministério. Eu acho, o Poder Judiciário dá porque o Executivo não aplica, o Executivo não faz. Nesse momento eu, inclusive, sou um árduo defensor do Governo do Presidente Lula, do seu Governo. Mas eu vejo que essa questão tem que ser melhor tratada. Nós não podemos ficar só priorizando superávit primário, tá, pegando dinheiro, nós mesmos temos muitas vezes os nossos recursos, glosados, tomados, não é isso Senador Arns? De aplicação e temos que chegar nas nossas bases e dar satisfação. Espera aí, somos Senador, temos recurso, porque não aplicou? Ah, porque foi colocado no superávit primário.

O que é o superávit primário? Ele anda, ele tem cor, ele grita? Não existe. Isso é uma coisa criada.

Eu queria dizer Senador Arns, mais uma vez V.Ex^a., também Senador Paim, demonstra todo o cuidado que tem com a sociedade brasileira, eu acho que isso é um ponto bonito. Porque muitas vezes a gente fica... Eu sou da presidência da Comissão de Comunicação e de repente eu vou para a Comissão de Assuntos Econômicos, a CCJ, e a gente não sente essa realidade dura que aqui está acontecendo, como alguém que tem um problema. Falando. Eu tenho problema, existe a cura, mas eu não tenho dinheiro para ter acesso à cura. Quer dizer, isso é um absurdo num país rico e maravilhoso como o Brasil. A gente tem que procurar da melhor maneira, procurar, cuidar dos problemas que nós temos, porque isso pode acontecer com qualquer um de nós. Estou vendo um pai lutando pela vida do filho, se precisar, vou com o Ministro Temporão, conversar, assinar.

Agora, eu acredito muito no Ministro Temporão, pela história dele. Não o conheço pessoalmente, nunca estive com ele, mas grandes amigos já trabalharam com ele e me deram informações. Sinto que o Ministério da Saúde também está se organizando, o sistema SUS tem que ser reorganizado, para isso que o Ministro Temporão veio, e queria dizer que me coloco a inteiro dispor, assinar junto com V.Ex^a., o caminho que eu tenho certeza que nessa situação, nesse debate vai sair algum documento. Eu inclusive, de tudo que eu já vi aqui, vou confiar no relatório que V.Ex^a. toma, essa Comissão e vou querer participar.

Mais uma vez, queria parabenizar o Ministério Público e eu não parabenizo sempre, não. [risos]. Mas realmente nesse momento eu sinto que a gente acaba conhecendo o outro lado do Ministério Público que a gente não tem como conhecer. Para V.S^a que está lutando, continue lutando, não desista, eu acredito na justiça, acredito mesmo, eu acho que você pode perder na primeira, mas na segunda já são mais cabeças, você tem a decisão monocrática, pode embargar, pode recorrer ao pleno, tem uma variável que é o tempo. O tempo nessa situação ela é terrível, por isso que entra com mandado de segurança, liminar, mas eu acredito que vai conseguir vencer no final, sua causa é uma causa bonita, que eu que tenho filhos, pô, faria a mesma coisa, e faria até pior, talvez invadisse o gabinete do Ministro, faria algumas coisas, eu não posso pregar isso, mas não tem outro caminho, você tem que lutar, tem que ver o Ministério Público ao seu lado, e tem que conseguir algumas vitórias, está aqui também, eu tenho certeza que o nosso representante também é pai, talvez, eu não sei, até avô, já? [risos]. Mas eu espero que corra tudo bem, o que o Senador Flávio Arns

colocar eu apoiarei, Senador, fiz questão de sair das outras Comissões dar um pulo aqui porque eu achei o tema super importante, não tinha tido oportunidade de participar de um momento como esse, saio triste, saio magoado, não magoado, pela situação, magoado por a gente ter esse tipo de situação, porque eu sinto um país tão rico, é a mesma coisa quando eu ando de avião, olho o Brasil imenso, as pessoas brigando por terra, quer dizer, uma coisa absurda, e aqui a gente vê o dinheiro pagando dívida, pagando isso, fazendo, vamos mudar o rio para cá, vamos mudar o rio para lá, um troço tão... Que o homem é capaz de fazer, quando a gente tem uma coisa tão simples, que é pagar um remédio para salvar um brasileiro que de repente vai criar alguma coisa que vai pagar esse remédio 50 mil vezes, porque ninguém sabe o que o cada um vai ser capaz quando de repente a nossa, a nossa convidada que está aqui vai, de repente, sei lá, estudar medicina, estudar alguma coisa que vai ter uma cura que vai dar um retorno para o país, muito maior do que o país vai gastar com ela.

Então eu não vou me estender, realmente fiquei muito sentido com o que eu vi aqui, emocionado porque a gente tem filho e vê ali a convidada com seu irmão ao lado, com sua mãe, isso são coisas que são situações, coisas não, situações reais e que muitas vezes a gente não sabe o que é que Deus nos coloca no caminho, não é isso? Talvez sejam, alguns nascem um pouco mais fortes e Deus acaba escolhendo esse mais forte para lutar por esse caminho, talvez um pai mais fraco não teria, então, Deus quando escolhe, escolhe, bom, esse aquele ali é mais forte eu vou dar essa situação para ele.

Então, Senador Flávio Arns, muito obrigado pelo convite, muito obrigado por essa experiência, e espero assinar o documento que V.Ex^a. prepara nessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Tá certo. Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, senhores representantes das associações, senhor membro do Ministério Público, senhor funcionário do Ministério da Saúde. Mais uma vez nós nos envolvemos na Comissão com um debate candente e que nos toma a todos de maneira absoluta.

Estima-se por informação que recebi de que somos hoje em cada família brasileira um dependente de medicação. Talvez sejamos mais de 50 milhões de pessoas que dependem dessa tutela. Os remédios, a maioria deles, a ANVISA, e nós todos brasileiros sensibilizados e desejando dar uma situação a isso mais reféns de uma política econômica que não é desse Governo, pelo contrário, tem sido minorada nesse Go-

verno, mas é herança do Governo anterior que colocou o Brasil numa situação complicada. Nós, eu gostaria de trazer esse tema em rápidas palavras para o nosso debate porque é preciso que os senhores tenham conhecimento disso porque vão debater com órgãos do Governo, vão debater, são argumentos para o Ministério Público, são argumentos para associações, para os telespectadores que nos assistem e para nós aqui no Senado. Nossa sociedade brasileira chegou a um nível tal de concentração de renda que segundo levantamentos feitos na Universidade de Campinas pelo professor Márcio Pochmann, hoje 15 mil famílias brasileiras detém 80% dos títulos da dívida pública que chegou ao final do ano passado em um trilhão de reais, 80% de um trilhão de reais são 800 bilhões de reais. Puxa, 15 mil famílias brasileiras! Eu perguntei logo quem são. São os donos do sistema financeiro que também existem muitos bancos, mas extremamente concentrado, BRADESCO, UNIBANCO, ITAÚ, são os donos do capital industrial, são muitas indústrias no Brasil. Mas nos grandes grupos que detém, por exemplo, o monopólio do alumínio nosso país exporta 700 mil toneladas de alumínio por ano, mas três famílias dominam isso, ALCAN, ALCOA, CBA, a mesma coisa ocorre com o papel que é um grande negócio, livros, cadernos, esse papel que temos na mesa, guardanapos, todo o papel do país é ARACRUZ e SUZANO. Eu me lembro dos copos, estou olhando esses vidros, copos de vidro aí na mesa, pois bem, pára-brisa de um caminhão, fachada de um edifício, pirex que a dona de casa põe no forno, todo o vidro do país pertence a duas famílias, BLINDEX e SANTA MARINA e assim poderia ir pela área de telecomunicação, da petroquímica e chegar na área farmacêutica.

A verdade é que esse Brasil desigual que hoje apresenta à sociedade como escusa do não cumprimento da lei, salvar brasileiros carentes que necessitam de remédios a falta de recursos. E creio que a Ministra do Supremo para evitar a prisão de gestores públicos acaba inventando uma interpretação ou dando uma interpretação que segundo ela em parte e híbrida, mas que não entende de maneira nenhuma aqueles que estão sofrendo.

Ano passado essas 15 mil famílias brasileiras receberam em média 16% sobre 800 bilhões. O que deu mais de 100 bilhões de reais, 100 bilhões de reais pagos a 15 mil famílias brasileiras. É bem verdade que nós temos os 20% do restante da dívida pública, são mais 200 bilhões e esses estão nas mãos de 10 milhões de brasileiros influentes que servem como um colchão, entre aquela classe extremamente rica e excepcionalmente minoritária de 15 mil brasileiros com os 170 milhões entre os quais com certeza a maior

parte daqueles, ou a totalidade dos que hoje clamam pela tutela da lei. 10 milhões de brasileiros que cada um tem um milhão, dois, três, tem os jogadores que ganharam dinheiro no exterior, tem os donos de shopping centers, tem aí o Roberto Carlos, Silvio Santos, têm muitos brasileiros que somando todos dá o restante 200 bilhões de reais, mas que também se beneficiam com os juros altos. Os 170 milhões de brasileiros são pagadores de impostos os quais se reverterem através de superávit primário para o pagamento de juros. É claro que um economista me assistindo vai dizer que... [soa a campainha] Sr. Presidente, peço a sua tolerância. De que esses recursos são contábeis. É verdade. Quem tem 800 bilhões ou no ano passado tinha 600 ou 700 e passou para 800 bilhões esse dinheiro não existe nos cofres do BANCO CENTRAL, são anotações. Aliás, na memória de computadores meramente contábil, se algum brasileiro usa, por exemplo, 100 milhões para comprar uma fábrica, uma Fazenda, fazer qualquer outro negócio aquele que recebe esse dinheiro vai colocar de novo no Banco de tal maneira que é apenas o valor contábil, mas exige de nós um superávit primário porque não é só os juros altos. Também nossos credores a elite brasileira requer de nós uma saúde financeira que garanta a eles o país no futuro continuará pagando as taxas necessárias a rolagem dessa dívida. Essas coisas que nesse momento me angustiam ainda mais e são esses números que eu gostaria de deixar com todos aqueles que como eu, como o Senador Flávio Arns e todos os membros dessa Comissão se esforçam, lutam para que a gente possa dotar nossos Ministérios e nossas autoridades Municipais, Estaduais, Federais com os recursos necessários para dar cumprimento além de salvar essas vidas. É claro que o Ministério Público é fundamental para isso, é claro que nós aqui, eu já me proponho a estudar essa matéria com mais profundidade, a fazer pronunciamentos, eu não sei, pensando aqui eu achei que esses recursos não deveriam fazer parte do cálculo do superávit primário porque são recursos tão humanísticos, a vida das pessoas depende deles, e é claro que esses recursos pagos a essas empresas retornam ao Governo porque a taxação, a carga tributária sobre eles também chega a mais de 40%. Então, são recursos que de alguma forma precisam cumprir sua finalidade e não esbarrar em restrições fiscais.

Sr. Presidente, eu gostaria, como disse o membro do Ministério Público, de ter uma intelectualidade que me pudesse nesse momento encontrar uma fórmula que desse saída a essas famílias, mas se não tem essa intelectualidade tem o sentimento. Sinto essa dor, me coloco na situação dessas pessoas, me angustio como um pai que acorda de noite e depois não

consegue mais dormir preocupado porque de repente perde o emprego, se aposenta, morre e como é que fica seus filhos se o Estado que é a nossa esperança de nação, nosso símbolo de irmandade não amparar nossos carentes?

De tal maneira, Sr. Presidente, que me coloco inteiramente à disposição de V.Ex^a. para cumprir todas as tarefas necessárias a encontrarmos essa solução e ajudar nossos irmãos. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Senador Marcelo Crivella e conversava agora há pouco também com o Dr. Reinaldo antes, num outro dia já tinha falado com o Dr. Sérgio e antes da audiência com o Dr. Carlos Henrique para ver as soluções possíveis, né, as soluções, os caminhos possíveis que viessem do Executivo através de uma participação da sociedade, das associações junto com o Ministério Público e eventualmente com a participação do Legislativo também, alterações, quer dizer, que esse debate pudesse, assim, subsidiar o Legislativo também para mudanças eventualmente que sejam necessárias, né, fruto dessa discussão. Mas a gente não pode, assim, procrastinar, adiar demais porque é claro que a gente sabe que a solução hoje não virá hoje, mas eu acho que nós tínhamos que ter no final desse mês de abril nos darmos este mês de abril com articulação da Comissão de Direitos Humanos, né, do Senado Federal, chamando as partes, procurando as respostas, vendo como é que essas coisas estão acontecendo para termos algum tipo de encaminhamento.

Então, eu até sugiro, assim, que nesta fala final aí dos convidados para esta reunião de trabalho se cada um pudesse, assim, dizer assim, dois, três minutos como é que viria o encaminhamento do ponto de vista da sociedade, do ponto de vista do Ministério e do ponto de vista do Ministério Público, né, para ver os caminhos a serem seguidos, né, além daquilo que já foi apontado, fazendo uma síntese, olha, acho que poderia acontecer esse aspecto, aquele outro para chegarmos a uma conclusão. Começamos com o Dr. Sérgio.

SR. SÉRGIO HENRIQUE SAMPAIO: Obrigado Senador. Eu gostaria antes somente Senador de fazer algumas considerações rapidamente. E seriam questões em resposta as pessoas que me sucederam na fala, uma seria ao Carlos Henrique, que a judicialização da justiça, o pleito individual ele só ocorre porque não há o atendimento administrativo por parte do Estado. A judicialização do nosso pleito ela é garantia da vida dos nossos filhos porque a demanda administrativa ela não é respeitada, a tutela do Estado ela não é cumprida, tá.

E em relação ao Dr. Manoel, eu gostaria de dizer que a Portaria de 2002 ela não continha o filtro, né, ela

foi imposta agora e já está sendo colocado em prática isso, tanto que eu fui chamado em dois Estados que eu considero os dois principais Estados do país que é Rio de Janeiro e São Paulo, fui requisitado pela Secretaria de Saúde para compor a nova readequação da limitação dos medicamentos dos pacientes e nós não aceitamos isso, tá. E dizer ao Dr. Tito que as demandas, a judicialização da justiça, doutor Reinaldo, a judicialização da saúde, no caso dessas instituições que estão aqui representadas nós nunca enveredarmos os nossos pleitos individualmente, nós sempre remetemos para o Ministério Público para que ele tivesse a possibilidade de implementar um inquérito e avaliar a real, a realidade da nossa denúncia. Se o que nós estávamos falando naquele momento era verdadeiro. E especificamente a demanda dos pacientes com fibrose cística sempre foram homologadas pelo Ministério Público com ações civis. Então, nós nunca tivemos essa individualização da saúde, né. E para finalizar ainda nesse aparte eu queria dizer que o todo ele é composto pelos indivíduos. Sem os indivíduos nós não temos o todo, tá.

Então, nós não podemos separar isso em quadros, nós temos que ver a necessidade dos cidadãos brasileiros.

E quanto a sua sugestão Senador Flávio Arns eu e atendendo até a explanação do Senador Wellington Salgado, eu gostaria de ouvir o Ministro, ver a nova posição do Ministério da Saúde na sua gestão, tá. Porque, e quando eu falei em arrogância não foi nada pessoal não, Dr. Reinaldo, foi quando eu levei a demanda dos quesitos do Ministério, fui tratado com extrema arrogância, dizendo que era aquilo ali e ponto final.

Então, gostaria de ouvir o novo Ministro e não gostaria de postergar muito, que fôssemos até o final do mês, Senador Flávio Arns, porque vidas estão em jogo e os gestores Estaduais estão implementando ativamente essas restrições propostas e avalizadas pelo Ministério da Saúde. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Agradeço Dr. Sérgio e já está anotado, a própria Comissão já vai requerer a audiência o mais rapidamente possível com o Ministro da Saúde, mas pedindo a interveniência do Dr. Reinaldo para que isso possa acontecer o mais urgente possível.

Com a palavra o Dr. Reinaldo Guimarães, que como já disse antes, é Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde.

SR. REINALDO GUIMARÃES: Obrigado, Senador. Bom, eu tentei deixar claro na minha fala, ao início dela que o Ministério da Saúde ele encara essa questão como um ponto extremamente sensível da gestão do SUS. E que e disse mais e parte do problema o Minis-

tro Temporão assume como decorrente de debilidade da própria organização do sistema. E disse ainda que avanços têm sido feitos na aproximação do Ministério Público Federal e dos Ministérios Públicos Estaduais com o Ministério da Saúde com vistas em encontrarmos terrenos comuns aonde possamos avançar.

Isso para mim baliza, digamos, o campo aonde devemos nos mover. Naturalmente do meu ponto de vista eu acho que deveríamos ir ao Ministro na medida em que tivéssemos alguns pontos devidamente acordados, devidamente debatidos, né. Mas evidentemente que os Senadores têm a prerrogativa de solicitarem esse encontro com o Ministro Temporão imediatamente.

O meu ponto de vista a Secretaria de Ciência e Tecnologia, vou levar essa questão adiante, vamos convidar o Ministério Público Federal para que possamos, enfim, fazer uma Mesa de trabalho no sentido de podermos alterar o que puder ser alterado imediatamente, discutir, debater, por exemplo, e essas questões dos limites máximos e mínimos de posologia isso pode ser alterado na medida em que se encontrar evidência científica, que suporte essa mudança não há nenhuma dificuldade. Conforme o nosso Procurador da República mencionou a Constituição é o mais difícil, deveria ser o mais difícil de se mexer do que uma Portaria e nesse caso a Portaria será bem fácil de ser modificada, né.

De modo, Senador Flávio Arns, eu estou inteiramente animado com essa perspectiva de que poderemos levar adiante essa discussão e aproximarmos ainda mais os interesses dos diversos envolvidos nesse gravíssimo e sensível problema. Nele, na sua solução não há lugar para arrogância, na sua solução não há lugar para verdades absolutas e para maniqueísmos do tipo 100% certo, 100% errado. Esse é o ponto de vista meu agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu passo a palavra ao Dr. Carlos Henrique. Quando eu penso, assim, só antes Dr. Carlos Henrique, me permita. Quando eu penso em fazer uma audiência com o Ministro da Saúde, eu penso que poderíamos ter uma no início do trabalho e outra ao final do trabalho. Ao início do trabalho, inclusive, para que o próprio Ministro tenha conhecimento desses encaminhamentos, por exemplo, que os Estados vêm fazendo para que o Ministério da Saúde já diga para os Estados. Olha, não é bem assim, na verdade, quer dizer, foi uma decisão do Estado de Alagoas em função de um determinado assunto que estava sendo discutido, uma Ação Civil Pública que estava pleiteando um direito coletivo, não um direito individual, que não tem nada a ver com a situação de outros Estados e o próprio Ministro dizer para os Estados. Olha, nós vamos discutir, queremos

chegar logo a um denominador comum que leve em conta aspectos humanos, de Direitos Humanos em primeiro lugar e ao mesmo tempo tem essa preocupação também, lógico, numa gestão que permita administrativamente resolver os problemas. Porque eu acho o fim da picada um cidadão ter que ir para a justiça para ganhar um medicamento, principalmente em situações justificadas, dentro daquilo que está justificado tem que entrar na justiça para conseguir um medicamento. Quer dizer, 30% das ações são justificados, 30% que não, quer dizer, não justificados no sentido de que não está previsto nos regulamentos, nos procedimentos.

Então, eu acho que valeria a pena a Comissão de Direitos Humanos chegar no início do trabalho, pedir o apoio do Ministro, formalizar os resultados desta audiência pública, não é audiência, desta reunião de trabalho para que ao final do mês com esse espírito que o Senador Wellington Salgado colocou que nós temos muita esperança no Ministro também, né. E acho que todo mundo que tem que achar e quer achar uma solução, né, impossível a gente dizer, tem o remédio, mas a pessoa não consegue o remédio. Então, no final, não é, Dr. Reinaldo, ao mesmo tempo, assim, consolidar aí o resultado do debate. Dr. Carlos Henrique.

SR. CARLOS HENRIQUE MARTINS LIMA: Obrigado Senador. Senador eu não só concordo com a sua posição como gostaria de complementá-la se o senhor me permitir. Na verdade, eu acho importantíssimo que esses trabalhos, que essa discussão seja comunicada ao novo Ministro até porque o que nós estamos discutindo de normativo, pelo menos, já é um normativo que vem do Ministro anterior, né, remonta ao 2º semestre do ano passado e a decisão é nova, e como o senhor se referiu, como já foi referido aqui na Sessão, da decisão vale para um caso concreto, se aplica à realidade local do Estado de Alagoas, daquela ação que se aplica aquilo ali, tem seus efeitos limitados pelo menos em tese a aquilo. Então, para complementar eu acharia essencial um posicionamento do Ministério da Saúde no sentido já por ser ele o grande irradiador da política de saúde brasileira, no sentido de orientar aos Estados que não tomasse nenhuma posição, não restringissem medicamentos, quer com base na decisão judicial que não se aplica genericamente, quer com base ou/e no caso da Portaria suspender os efeitos pelo menos quanto aquela questão das quantidades suspender os efeitos das restrições de quantidade até que sejam feitas essas discussões. Nós podemos chegar ao fim das discussões e não concordarmos, não concordarmos é da vida. E aí cada um toma a medida que acha que deva tomar, mas eu acho que seria muito importante nesse momento que nós não déssemos efeito a essas,

quer a Portaria, quer a decisão judicial que se aplica aquele caso concreto, nesse caso seria uma orientação do Ministério da Saúde para que os Estados não tomassem providências com base naquela decisão para que a gente possa continuar discutindo e gestar soluções. Isso vai evitar, inclusive, uma série de demandas judiciais, porque no momento que os Estados passarem a restringir o acesso a medicamento lá na ponta com base nessa decisão judicial do Supremo, as pessoas vão recorrer ao Judiciário. Então, nós vamos multiplicar as ações pedindo medicamentos.

Então, seria muito importante uma postura do Ministério da Saúde nesse momento de suspender os efeitos quanto a uma e outra para que a gente possa discutir e tentar chegar às soluções, tentar chegar a acordo. Se não for o caso, se não chegarmos a acordo, paciência, mas que as medidas sejam adotadas após uma discussão. Essa é a minha sugestão, Senador. Boa tarde a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Dr. Reinaldo, um comentário em relação.

SR. REINALDO GUIMARÃES: Nosso Procurador pede uma medida liminar. [risos]. Eu não tenho autoridade para conceder isto aqui.

SR. CARLOS HENRIQUE MARTINS LIMA: Na realidade seria levar um posicionamento da Comissão para o Ministro para que ele possa suspender esses efeitos até que as discussões sejam feitas. A idéia é essa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): A gente não estava, assim, com o objetivo de pedir isso a você. [risos]. A liminar tem que ser o Ministro, exatamente. Mas o objetivo dessa reunião era esse mesmo, né, trazer as partes, vocês, quando nós pedimos o depoimento da Fausta a gente tem que pensar que o Sérgio, quando a gente tem a organização da sociedade, o Sérgio representa o pensamento dos movimentos que, pelo menos, assinaram aquele documento e ele é pai e fala como pai. Sempre é importante ter o depoimento na minha opinião do auto defensor, do auto advogado, da pessoa que se utiliza como a Fausta, o irmão e a mãe que estão aqui presentes a quem a gente agradece a presença. Mas também do Executivo. Eu tenho toda a razão para acreditar que como já foi manifestado antes que o Executivo quer e vamos achar juntos a solução. Acho que não é um problema, assim, a gente tem que dar mais tranquilidade para o país, para às pessoas, mais segurança, né, mais serenidade nessas situações, eu acho que o clima existe para isso. E o Ministério Público que é fundamental, né, o fiscal, o guardião dos direitos do cidadão, fiscalizador. A gente tem que sempre ter essa idéia do Ministério Público que não é mais aquela pessoa que acusa, né.

[risos]. Gostaria de fazer isso, criminal, mas também o fiscalizador dos direitos do cidadão.

Eu quero só perguntar para a Fausta, que ela levantou uma situação e em relação à Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

SRA. FAUSTA CRISTINA PANQUESTOR NOGUEIRA: Do Distrito Federal. Eu fui receber a medicação e ela estava vencida já, então, eu fiquei sem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Porque é Fausta Cristina...

SRA. FAUSTA CRISTINA PANQUESTOR NOGUEIRA: Panquestor Nogueira.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Fausta Cristina...

SRA. FAUSTA CRISTINA PANQUESTOR NOGUEIRA: Panquestor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Banquestor.

SRA. FAUSTA CRISTINA PANQUESTOR NOGUEIRA: Com P. P-A-N-Q-U-E-S-T-O-R.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Hum-hum.

SRA. FAUSTA CRISTINA PANQUESTOR NOGUEIRA: Nogueira.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Nogueira. Você tem algum processo lá? Porque eu vou pedir para a Comissão de Direitos Humanos acompanhar isso de perto para saber?

SRA. FAUSTA CRISTINA PANQUESTOR NOGUEIRA: Eu não tenho o número do processo aqui, mas eu posso providenciar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O único problema é que o Aires, o Aires trabalha no meu gabinete, se você pudesse passar para ele.

SRA. FAUSTA CRISTINA PANQUESTOR NOGUEIRA: Eu passo para ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Aires, então, vocês combinam porque daí nós vamos pedir que a Comissão de Direitos Humanos acompanhe isso porque não dá para ficar dois dias também sem o medicamento, pode ficar um dia, quanto mais dois, três, sabe lá...

SRA. FAUSTA CRISTINA PANQUESTOR NOGUEIRA: Sabe-se até quando, né, feriado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois é. Amanhã as Secretarias estão funcionando? As distritais não? Eu sei que o Congresso não. Tem que haver algum tipo... Fernando...

SR. FERNANDO: Senador Flávio Arns, Senador Marcelo Crivella, meus amigos, pais aqui presentes, representante do Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só quero dizer que o Fernando é pai também, faz parte da associação. Só antes, Fernando, é relacionado a esse assunto?

SR. FERNANDO: Sim. Eu gostaria de incluir, nós sabemos que o debate é importante e nós precisaríamos ter um representante dos gestores, né. Eu sugeriria, tendo em vista o caso da Fausta, que nós pudéssemos convidar também para participar o Secretário de Saúde do Distrito Federal, que ele falaria em nome de todos os Secretários de Saúde do Brasil. Como ele está em Brasília, ficaria fácil ele ser o representante dos Secretários de Saúde aqui na nossa próxima audiência. Era a sugestão que eu queria fazer a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Isto. Nós podemos, talvez, perguntar para o fórum, Secretários, né.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador, Senador...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Conselhos de Secretários para que eles, talvez, para ficar oficial para que eles indiquem, né. Aí ficaria tranqüilo para que a pessoa se sinta legitimamente participando do debate, CONASE. Então, mas nós vamos ver o que nós podemos fazer para ajudar também, né.

SRA. FAUSTA CRISTINA PANQUESTOR NOGUEIRA: Tá. Eu vou entrar em contato com ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com o Aires.

SRA. FAUSTA CRISTINA PANQUESTOR NOGUEIRA: Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço, então, a participação de vocês três, né, Dr. Sérgio, Dr. Carlos Henrique, Dr. Reinaldo, esperando que a gente possa a partir deste início de trabalho em breve ter as soluções. Agradeço Senador Marcelo Crivella, Wellington Salgado, Paulo Paim, que estiveram aqui presentes e desejo a todos uma páscoa muito feliz. Obrigado.

Sessão encerrada às 17h10.

ATA DA 14ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA 12 DE ABRIL DE 2007, QUINTA-FEIRA, ÀS 9:00 HORAS.

Às nove horas e treze minutos do dia doze de abril de dois mil e sete, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença das Senhoras Senadoras

Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Maria do Carmo Alves e Lúcia Vânia e dos Senhores Senadores, Flávio Arns, Paulo Paim, Inácio Arruda, Leomar Quintanilha, Paulo Duque, César Borges, Romeu Tuma, Jonas Pinheiro, Cícero Lucena, José Nery, Sérgio Zambiasi, Siba Machado, Valter Pereira, Heráclito Fortes. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Justificam a ausência os Senadores Geraldo Mesquita e Cristovam Buarque. Por requerimento do Presidente ocorre a inversão de pauta, na ordem apresentada a seguir. Pauta: **item nº 02: Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2006** – terminativo. Ementa: Altera a Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982, para conceder indenização por dano moral aos portadores de deficiência física conhecida “Síndrome de Talidomida”. Autor: Senador Tião Vian. Relator: Senadora Fátima Cleide, lido *Ad hoc* pelo Senador Cícero Lucena. Parecer: Pela aprovação da Emenda nº 01 – CDH (Substitutivo). **Resultado:** Não foram apresentadas emendas e o Substitutivo fica definitivamente adotado. **Item nº 01: Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 178, de 2003** – terminativo. Ementa: “Modifica dispositivo da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”. Autor: Senador Paulo Paim. Relator: Senadora Lúcia Vânia. Lido *Ad Hoc* pela Senadora Patrícia Saboya. Parecer: Pela aprovação da Emenda nº 01 – CDH (Substitutivo). **Resultado:** Não foram apresentadas emendas e o Substitutivo fica definitivamente adotado. **Item nº 03: Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006.** Ementa: “Fica instituído o Programa Disque Idoso.” Autor: Deputada Lúcia Braga. Relator: Senadora Lúcia Vânia, relatado *ad hoc* pela Senadora Maria do Carmo Alves. Parecer: Pela aprovação da matéria na forma do projeto. **Resultado:** Aprovado. **Item nº 04: Projeto de Lei do Senado nº 109, de 2004,** - Terminativo. Ementa: “Acrescenta um inciso IV ao § 1º e um § 3º, ao artigo 241, da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para criminalizar a aquisição de material pornográfico ou que contenha cenas de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente”. Autor: Senador Marcelo Crivella. Relator: Senador Demóstenes Torres, *ad hoc* pelo Senador Romeu Tuma. Parecer: Pela aprovação da matéria, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado, com duas emendas, uma de relator e outra de autoria do Senador César Borges. **Item nº 05: Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2007** – terminativo. Ementa: “Modifica o Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, para incluir as pessoas portadoras de necessidades especiais entre as isentas do pagamento da taxa de licença à pesca amadora e dá outras providências.”

Autor: Senador Cristovam Buarque. Relator: Senador Romeu Tuma. Parecer: Pela aprovação da matéria. **Resultado:** Aprovado com uma emenda de adequação de texto, de autoria do Senador Flávio Arns. **Extrapauta: Item nº 01: Requerimento nº 15, de 2007 – CDH.** Ementa: “solicita Audiência com o Ministro da Saúde”. Autor: Senador Flávio Arns. **Resultado:** Aprovado. **Item nº 02: Requerimento nº 16, de 2007 – CDH.** Ementa: requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência, no âmbito da CAS, com a finalidade de “tratar das demissões arbitrárias ocorridas contra dirigentes sindicais e membros de CIPA”. Autor: Senador Paulo Paim. **Resultado:** aprovado. **Item nº 03: Requerimento nº 17, de 2007 – CDH.** Ementa: requer a realização de Audiência Pública conjunta com a CAS, com a finalidade de “tratar do tema da emenda nº 3, constante do Projeto de Lei nº 6272, de 2005, que cria a Receita Federal do Brasil”. Autor: Senador Paulo Paim e Senadora Ideli Salvatti. **Resultado:** Aprovado. **Item nº 04: Requerimento nº 18, de 2007 – CDH.** Ementa: Requer a realização de Audiência Pública, com a finalidade de “apresentar as políticas de combate ao racismo e preconceito”, tendo como convidada a Ministra Matilde Ribeiro da SEPIR. Autor: Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. **Item nº 05: Requerimento nº 19, de 2007 – CDH.** Ementa: requer a realização de Audiência Pública, com a finalidade de “discutir a regularização Fundiária de Territórios Quilombolas do Brasil”. Autor: Senadora Ideli Salvatti. **Resultado:** Aprovado. Fizem em uso da palavra as Senhoras Senadoras Maria do Carmo Alves, Fátima Cleide, Ideli Salvatti e Lúcia Vânia e os Senhores Senadores Paulo Paim, Cícero Lucena, Flávio Arns, César Borges, Leomar Quintanilha, Marcelo Crivella, Romeu Tuma, Inácio Arruda e Augusto Botelho. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, às dez horas e sete minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, lavro a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E nós, nesse momento, iniciamos em primeiro lugar a Pauta de hoje. Então, declaro aberta a 14ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislativo Participativa, da 1ª Sessão Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos, então, à apreciação da Pauta. Projeto nº 01 é de minha autoria e a Senadora Lúcia

Vânia é a Relatora. Senadora Lúcia Vânia ainda não se encontra. Vamos, então, para o nº. 02. O nº. 02, ele é terminativo? Ah, é o substitutivo que está em 2º Turno, então, a gente pode fazer, porque essa é uma votação simbólica. Eu peço à Senadora Fátima Cleide que relate, pela questão somente da Emenda, que nós temos agora em debate, para podermos botar em votação, porque já foi aprovado numa primeira... Só se ninguém contestar, nós já demos pela aprovação, a senhora está liberada.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Ok. Senhor Presidente, o Projeto em questão tem por finalidade estabelecer metodologia de cálculo para o pagamento das indenizações aos portadores de Síndrome da Talidomida. Para tanto, utiliza o parâmetro de esperança de vida ao nascer do brasileiro, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, e os procedimentos contidos no artigo 11, da lei 9.140, de 04 de dezembro de 1995, que trata das indenizações devidas às famílias das pessoas desaparecidas em razão de participação em atividades políticas durante Regime Militar.

A proposta sob exame não padece de vício de iniciativa, pois, de acordo com o art. 24, inciso XVI da Constituição Federal, compete à União legislar sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência. Ademais, não fere competência privativa ou reservada de outros Poderes ou entes. No que concerne ao mérito, é certo que a proposição sob exame, configura um importante avanço na luta pela justa indenização das pessoas com deficiência física, decorrente do uso de talidomida. Mais do que a devida reparação pecuniária, é preciso destacar, no caso em tela, a responsabilização da União como um importante passo no processo de inclusão social e exercício pleno de cidadania dessas pessoas.

É, portanto, indiscutível o mérito da iniciativa. Consideramos, entretanto, procedentes as conclusões da Comissão que nos antecedeu na análise da proposição, no que se refere à necessidade de inclusão de dispositivos que garantam a correção monetária do montante a ser pago aos beneficiados com a medida e a isenção do Imposto de Renda sobre o valor recebido. Dessa forma, acompanhamos também a conclusão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao considerar adequado implementar tais modificações na forma de substitutivo, não obstante o Projeto não apresente vícios de técnica Legislativa. Tendo em vista o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 156, na forma do substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, por oportunidade, senhor Presidente, agradeço ao Senador Cícero Lucena, que na reunião anterior, relatou de

forma *ad hoc* este Projeto do Senador Tião Viana, que merece, mais do que nunca, nossas homenagens pela apresentação e pela preocupação com esta parcela da sociedade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão suplementar. Como não foram oferecidas Emendas, na discussão suplementar, o substitutivo fica definitivamente adotado, em conformidade com o artigo 284 do Regimento Interno. Eu vou solicitar ao Senador Cícero Lucena que encaminhe a votação do Projeto nº. 178, que é de minha autoria, porque a Relatora foi a Senadora Lúcia Vânia. A assessoria me lembra que, como ela já fez o relatório e não teve nenhuma alteração, se V. Exa. pode colocar, inclusive diretamente, em votação, da forma que se apresenta aqui, a orientação da Mesa.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Votação do substitutivo do Projeto de Lei do Senado 178 de 2003, terminativo, que modifica o dispositivo da lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente e dá outras providências. Autor: o Senador Paulo Paim; Relatora: a Senadora Lúcia Vânia, que tem como parecer pela aprovação da Emenda 01, do CDH substitutivo. Em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a presente discussão suplementar. Não foram oferecidas Emendas na discussão suplementar; o substitutivo fica definitivamente adotado, em conformidade com o artigo 284 do Regimento Interno.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Senador Lucena. Para que não fique nenhuma dúvida no Plenário, já foi lido esse relatório e já foi aprovado por unanimidade. É apenas uma questão regimental de uma segunda votação, já que não houve nenhuma Emenda ao Projeto, ele passa a ser adotado de forma definitiva. Vamos agora ao item 03 da Pauta. Eu pediria à Senadora Maria do Carmo Alves, se ela poderia como Relatora *ad hoc*, discorrer sobre o Projeto de Lei da Câmara, nº. 83, de 2006, não terminativo. A Relatora foi a Senadora Lúcia Vânia. Ela pede pela aprovação da matéria, na forma do Projeto. Se V. Exa. pudesse fazer a leitura do relatório, nós botaríamos em votação em seguida, porque entendo que é uma matéria também de consenso.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (PFL-SE): Senhor Presidente, senhores e senhoras Senadores, vem a esta Comissão Projeto de lei da Câmara, de nº. 83/2006, que institui o programa Disk-Idoso. A proposição de autoria da Deputada Lúcia Braga, tem a finalidade de instituir o Programa Disk-Idoso, destinado a receber denúncias referentes a maus-tratos e violência perpetrada contra os idosos. De acordo

com a Parlamentar autora da proposição, a gravidade do problema da violência contra o idoso, em escala nacional, impõe medidas urgentes como serviço de orientação e de recebimento de denúncias para o ora proposto. A proposição não foi objeto de Emenda no prazo regimental. Em relação ao mérito, o Projeto é não somente elogiável como, outrossim, atende a necessidade premente de uma Legislação cada vez mais tutelar na questão do cumprimento das atribuições dos deveres do Estado em amparar as pessoas idosas, conforme preceitua a Constituição.

Segundo dados do IBGE, divulgados pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, o fenômeno do envelhecimento no Brasil encontra-se em processo de expansão. Em 2002, haveria cerca de 16 milhões de pessoas, no Brasil, com 60 anos ou mais, representando 9.3 do total dos habitantes. A cada ano, mais de 600 mil pessoas ingressam nesse grupo etário, o que evidencia o dinamismo do envelhecimento no país. As projeções alertam para um crescimento dessa população, no ano 2020, ao patamar de 25 milhões de idosos, representando cerca de 11,4 do total dos brasileiros. Boa parte dessa população é, ainda hoje, vítima de maus-tratos e abandono, praticados principalmente pelos próprios familiares. As vítimas preferenciais são as mulheres idosas, em razão da histórica marginalização à qual este gênero está submetido. Observem que, somente em 2002, morreram 14.973 idosos por acidentes de violências no país, ou seja, diariamente registraram-se cerca de 41 óbitos, dos quais 65% foram de homens e 34 de mulheres.

Em virtude dessa fragilidade física e emocional, essas pessoas temem denunciar seus agressores por medo de sofrer represália, ou mesmo pelo vínculo afetivo, o que potencializa a margem dos números oficiais à quantidade de casos de desrespeito aos Direitos Humanos da pessoa idosa. Como bem salientou a autora do Projeto, apesar dos esforços para garantir mais dignidade aos idosos, os casos de abuso e maus-tratos não cessam, sequer diminuem as suas incidências na sociedade. Pelo contrário, as estatísticas apontam crescimentos alarmantes, principalmente nos grandes centros urbanos. Entendemos, portanto, que a presente proposição vem somar-se às inúmeras iniciativas já adotadas em nível Estadual e Municipal, além de proporcionar, através de um programa nacional e exclusivo, voltado para pessoas maiores de 60 anos, um monitoramento ainda mais eficaz para subsidiar o Governo Federal na adoção de políticas públicas em prol da pessoa idosa. Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara de nº. 83/2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Senadora Maria do Carmo Alves. Está em discussão a matéria.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Para discutir, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senhor Presidente, quero parabenizar nossa Relatora e esse Projeto de Lei da Câmara porque sei que conseguimos elucidar muitos crimes no meu Estado do Rio de Janeiro depois da doação do disque-denúncia. Evitar também. Foi seguramente, nos últimos tempos, o maior avanço que conseguimos no combate ao crime. O disk-denúncia hoje é um sucesso. A violência é alta, mas seria pior ainda sem o disk-denúncia.

Agora, estamos votando o Disk-Idoso. Com certeza vamos proteger essa parcela importante da nossa sociedade porque são eles que dão referência, rumo, eu diria a estrela guia dos mais jovens, daqueles que um dia vão chegar lá, mas já, a partir de agora, interiorizam a figura de um idoso, que não pode ser aquele idoso desprezado, desprestigiado, sem condições de se manter até higienicamente, se vestir, tratar-se ou deixar de ser um fardo para sua família. Esse Projeto aqui me faz lembrar a entrevista que eu vi hoje de manhã, do Senador Paulo Paim. Quantos idosos que lutaram a vida inteira e se aposentaram com 10 salários mínimos, e tinham o prestígio de sempre poder emprestar, socorrer, ajudar algum familiar, num momento de crise, e hoje mal tem dinheiro para comprar seu material de higiene ou o remédio da hipertensão, uma vergonha, tristeza, angústia, como se sentem os jovens dessa geração? Franco-atiradores. Dizem: “Eu tenho que aproveitar a vida, eu tenho que jogar a lei do Gerson, porque, quando for idoso, olha o meu destino”.

A sociedade brasileira não sabe o terror que é, na juventude, nas gerações mais modernas, nós termos como *portrait*, como retrato, como moldura, uma geração de idosos abandonados. Temos que coibir isso, senhor Presidente, lutando pela dignidade dos nossos idosos, que somos nós amanhã, no seu rendimento, e também no direito de prestar uma denúncia anonimamente, para coibir agressões, muitas vezes, feitas pela própria família. Projeto extraordinário, de grande relevância, eu voto favoravelmente com louvor e aplauso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para discutir a matéria, Senador Cícero Lucena, Vice-Presidente dessa Comissão.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Permita, Senador Crivella, faço minhas as suas palavras, e gostaria de complementar, por uma questão de justiça,

a autora desse Projeto é a Deputada Lúcia Braga, dos ex-Deputados do Estado da Paraíba, que, ao longo da sua história, realmente tem um trabalho de dedicação, de envolvimento com as causas sociais. Inicialmente, como primeira dama, esposa do hoje Deputado Wilson Braga, e que, ao longo da sua vida, realmente lutou na Paraíba, pelas causas sociais, desde a criança, o problema da habitação e hoje coroado com essa preocupação do idoso, com a feliz coincidência de esse Projeto hoje estar sendo votado nessa Comissão, no dia em que se instala a Subcomissão do idoso, demonstrando todo o compromisso dos que fazem parte da Comissão dos Direitos Humanos e Legislação Participativa. Então, eu quero parabenizar a autora do Projeto, a ex-Deputada Lúcia Braga, bem como a Relatora, e trazer a minha solidariedade e o meu compromisso de aprovação desse Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os senhores e senhoras Senadores que concordam com o parecer da nobre Senadora Maria do Carmo Alves, representando aqui como *ad hoc*, a Senadora Lúcia Vânia. Todos permanecem como se encontram. Está aprovado. Vamos para o item 04, seguindo aqui a orientação.

Projeto de Lei nº. 109, de autoria do Senador Marcelo Crivella. O Relator é o Senador Demóstenes Torres, mas como o Senador Demóstenes Torres não se encontra mais na Comissão, eu ia designar o Senador César Borges, mas como ele está vindo ainda para cá, eu pediria que o nobre Senador Romeu Tuma fosse Relator *ad hoc* do Projeto do nobre Senador Marcelo Crivella, que acrescenta ao inciso IV, ao § 1º e §3º, do artigo 241 da lei 8.069, ed 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, para criminalizar a aquisição de material pornográfico ou que contenha cenas de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente. É um Projeto que essa Comissão tem muito orgulho de votá-lo e por isso o Senador Romeu Tuma foi escolhido para fazer o relatório.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Senhor Presidente, agradeço profundamente V. Exa. por ter me indicado como Relator *ad hoc*, num relatório acredito eu, muito bem elaborado pelo Senador Demóstenes Torres, que também é um estudioso da matéria de crime. Aliás, eu diria, Senador Crivella, que esta semana, por mais de uma vez, minha senhora me incitou a falar com um Delegado de Minas Gerais, principalmente da região de Uberlândia, aliás, Uberaba. Por quê? Uma menina de 14 anos, Senador, desculpe fazer um preâmbulo, de 14 anos, Senador Arns, são aquelas coisinhas de menina, mandou para o namorado uma fotografia nua, dizendo: “com muito amor” e ele botou em tudo

que era site. O desespero do pai, e a menina chorando, porque fez aquilo num momento de amor juvenil com alguém e ele se aproveitou para, provavelmente, difundir fotografia, para dizer que era o bom. E a gente está tentando ajudá-lo a tirar do site essa imagem altamente negativa para o futuro da menina.

Então, eu acho que esse Projeto está atrasado, desculpa-me falar isso. Estamos atrasados com essa possibilidade... O Senador Eduardo Azeredo tem lutado muito para essas questões de crimes de informática, vem ao longo desses tempos, Senador Arns e outros, se especializando. É um tipo de crime que ainda não se tem o alcance da lei. A possibilidade de alcançar o crime através da informática, de cenas obscenas, de agressão à sociedade, à formação cristã do povo brasileiro, tudo isso traz uma profunda e amarga sensação de incapacidade de reagir a este tipo de delito, que está trazendo intranquilidade às famílias, Senador Paim. Hoje, nós temos que preservar, a qualquer custo, a família, porque a desagregação da família é que tem causado uma série de possibilidades dessa garotada ir para o crime.

Então, eu acho que o Senador Crivella é muito voltado para essa parte de família, tenho sentido esses últimos anos à sua companhia, a sua luta pela manutenção da vida em família, e o relatório está, perante toda a bancada, de todos, então, se V. Exa. permitir, o voto é pela aprovação do PLS 109, com a Emenda de Comissão, suprimir as palavras “cenas” do inciso IV, que o Projeto de Lei insere. Então, eu acredito que ele corrige um pouco o Estatuto da Criança e Adolescente, se o Senador Crivella concordar com essa Emenda, o relatório é esse, Presidente. Peço desculpa por ter saído da linha da Relatoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): V. Exa., como sempre, além de sintetizar o relatório, faz um comentário objetivo, demonstrando o que vem acontecendo no nosso país e que, na prática, o Projeto do Senador Marcelo Crivella vem punir essa questão. Em discussão a matéria. Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Estamos inscritos aqui, eu e o Senador Arns para debater, eu quero primeiro louvar a iniciativa do Senador Crivella, considerar as palavras do nosso Relator, Senador Tuma, dizer o seguinte: O Senador Crivella, digamos assim, que ele apresentou o Projeto em boa hora. Ocorre que a sistemática da rede internacional de computadores, é em altíssima velocidade e o movimento nosso no Parlamento Nacional, e não só no Parlamento Nacional, não é só um problema do Brasil, é um problema de todos os Parlamentos no mundo; se você chegar na Inglaterra, é um problema na Inglaterra;

é um problema na Rússia; é um problema na China, nos Estados Unidos, no Japão, de como acompanhar o tipo de crime que se desenvolve na rede internacional de computadores. V. Exa. agiu corretamente e muitas outras iniciativas têm se tomado, tanto na Câmara como no Senado, mas há um debate, uma discussão, todo mundo quer examinar corretamente se a iniciativa que se está adotando, ela também não é cerceadora da liberdade de várias pessoas de usar este instrumento de altíssima velocidade, que é a rede internacional de computadores. Mas eu considero que V. Exa. agiu em boa hora, correto, o objetivo é proteger as crianças e a juventude brasileira, esse é que é o intuito de V. Exa., de um crime que se alastra, a pedofilia vem sendo examinada pelas autoridades brasileiras e pelos cidadãos, já há um bom tempo no nosso país, se vem buscando fazer um cerco em torno disso, mas você vê que sempre tem uma brecha, sempre tem um caminho, e V. Exa. comentava comigo ontem, sempre eles encontram um mecanismo de dizer “não, mas isso aqui não é comigo não, isso aqui alguém colocou essas imagens aí, mas eu não tenho essa responsabilidade, essa responsabilidade não é minha”. V. Exa. está justamente buscando dizer “não, essa responsabilidade é sua sim, você tem que responder por este problema que atinge a juventude e as crianças brasileiras”. Acho que correta a posição de V. Exa., acho que a Emenda do Senador Romeu Tuma, já tinha aqui uma Emenda do Senador Demóstenes, acho V. Exa. também acolhe, e agora uma correção também do Senador Tuma, que eu acho ajustam o Projeto, melhoram ainda mais o Projeto, acho que de forma muito correta. Eu quero dar aqui o meu testemunho da correção da atitude do Senador Crivella para que a gente pudesse aprovar o seu Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, em seguida, vamos a voto. Com a chegada do Senador César Borges, que vai garantir o *quorum* adequado para que não fique nenhuma dúvida; quero, de pronto, cumprimentar o Senador César Borges pela brilhante forma como ele recebeu uma delegação de Parlamentares espanhóis. Eu havia me comprometido, Senadora Ideli, a acompanhá-los, mas como houve aquele almoço no Palácio, com toda a bancada dos Senadores, eu não pude acompanhá-los. Então, eu estou me desculpando de público dos espanhóis aqui para o Senador e, ao mesmo tempo, homenageando os Parlamentares espanhóis.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Paim, Senador Paim, Senador Paim, eu ia dizer isso, com essa cinturinha de toureiro espanhol do Senador César Borges, foi muito bem...

[Risos].

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Senador Paim, pela ordem. Pela ordem, Senador Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Senador Flávio Arns e V. Exa., pela ordem, para comentar o Projeto.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Não, é só para elogiar a Senadora Maria do Carmo, que foi a Relatora na CCJ e que também cumpriu com sua obrigação com um belo relatório a respeito desse assunto—

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como sempre. Parabéns, Senadora Maria do Carmo—

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu não tinha percebido, mas achei por bem não deixar de lado a elegância com que ela redigiu o relatório da CCJ.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, para comentar a matéria, daí vamos a voto. Em seguida, o Senador Romeu Tuma é Relator de outro Projeto.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só quero dizer também que eu concordo amplamente com o relatório, com a iniciativa do Senador Marcelo Crivella e com argumentação apresentada. O importante desse Projeto é dizer que quem adquira, compra, adquirir fotografias também vai ser penalizado. Não só quem apresenta na rede de informática, mas quem adquire esse material. Porque se atividade criminosa existe e tem que ser punida, também existe porque existe o consumo para esta atividade criminosa; quer dizer um consumo criminoso para uma atividade criminosa. Então, as pessoas saberem que vão ser penalizadas, com essa mudança na Legislação, para esse ato criminoso—

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Como é o caso do corrupto e do corruptor--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente. Mesma coisa. O Senador Inácio Arruda lembra do corrupto e do corruptor. Então, as duas áreas, os dois lados vão ser punidos. Nós temos que nos debruçar mais sobre isto, assim, ver as atividades que podem ser protegidas, as crianças e adolescentes que devem, têm que ser protegidos pela Legislação, e é exatamente o que os Senadores, anteriormente a mim, já expuseram, e eu acho que é um avanço importante na Legislação da criança e adolescente em nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão a matéria. Como autor, o Senador Marcelo Crivella e se me permitir, eu queria também me dirigir, mais uma vez, Senador César Borges, que é Relator indicado pelo Senador Demóstenes Torres e nós aqui, com a vontade de acelerar o processo, pedimos ao Senador Romeu Tuma que fizesse a Relatoria.

Mesma coisa no outro Projeto que a Senadora Lúcia Vânia era Relatora. Passo a palavra, como autor, ao Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Senhor Presidente, eu queria agradecer muito aos meus companheiros, queria agradecer ao Senador César Borges, à Senadora Lúcia Vânia, ao Senador Romeu Tuma, ao Senador Flávio Arns, ao companheiro Inácio, queria também agradecer à nossa querida Senadora, que foi Relatora desse Projeto na Comissão de Constituição e Justiça, Maria do Carmo Alves, muito obrigado, Senadora querida. Agradecer a todos, enfim, e também—

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Senador César Borges, que se prontificou em ser o Relator--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

César Borges foi o primeiro que eu agradei, o primeiro que agradei porque ontem fiz o apelo ao Senador César Borges que, de pronto, nos atendeu para relatar. Pois não, Senador.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Eu

quero me desculpar com V. Exa. porque eu vim para fazer este relato, foi um pedido do Senador Demóstenes Torres e o faria com o maior prazer, com a maior honra, entretanto, lamentavelmente, a minha assessoria disse que a sessão começaria à 09h30; eu poderia estar aqui às 09h00.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): A Comissão de Direitos Humanos, César Borges, eu quero deixar registrado, desde que foi instalada, sempre iniciou às 09h00 em ponto, inclusive, tem Senador que chega nove e um—

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Essa comissão é às 09h00?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-

RS): Sempre, desde que iniciada.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Muito

obrigado, Presidente. Eu corrigirei e estarei sempre às 09h00 em ponto.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Mas intenção de V. Exa. foi, todo o tempo, de nos ajudar com este Projeto e, senhor Presidente, eu só queria agradecer também ao Senador Cícero Lucena, a V. Exa., que tem sido tão prestigioso, eu diria tão pontual nas nossas atividades parlamentares, e dizer o seguinte, senhor Presidente, a pedofilia é um crime cruel porque ela mata a inocência, ela assassina a infância, destrói sonhos e cria feridas dificilmente cicatrizáveis; uma criança arrasta essas cenas para sempre. Hoje, quando alguém acessa um site com crianças brasileiras nuas, basta bater na Internet: “pedofilia”, aparece um monte de sites. A Polícia Federal

corre atrás para coibir isto, mas o site está alojado na União Soviética, na Romênia, na Tchecoslováquia. E aí, como é que nós vamos fazer? Então agora aquele brasileiro que colocar o seu cartão de crédito, botar o número do cartão de crédito para entrar no site e ver aquelas cenas odiosas e horrendas, ele será punido pela Polícia Federal. É bom deixar isso bem claro. A Polícia Federal, com essa lei, terá o direito de acessar os cartões de crédito daqueles que consumirem pedofilia em sites, que eu sei, por questão de segurança, eles colocam no exterior, mas o consumo é feito aqui. O consumo é feito aqui.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Pois é, nós vamos ter que ver como é que será aqueles que pagam com certificado de... Dados por Internet. Aí a Polícia Federal vai fazer um estudo. Mas o caso normal é cartão de crédito; cartão de crédito fica registrado e a Polícia Federal vai coibir. Um Delegado disse assim para mim: “Crivella”, Delegado da Polícia Federal de São Paulo. “Crivella, eu já entrei em casas que encontrei farto material de pedofilia, crianças e mais crianças, meninas e meninos nus, mas não pude fazer nada, porque o sujeito disse: “Isso é consumo interno, não fui eu que tirei as fotos, direito individual meu” e não havia crime”. Agora tem, senhor Presidente. Graças a essa Comissão, aos senhores Relatores, e aos nossos companheiros que criminalizamos o consumo de pedofilia. Obrigado, Senador Paulo Paim, por esse momento tão feliz aqui do nosso Parlamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Em discussão a matéria, mas eu, no campo da pura verdade, Senador César Borges, de fato, essa reunião iniciou às 09h00 horas para instalar em primeiro lugar a Comissão do Idoso. Como o Senador Quintanilha infelizmente atrasou e os Senadores estavam aqui, nós iniciamos a Pauta dos Projetos terminativos. Então, a sua assessoria tem razão. Na verdade, 09h00 era para iniciar a instalação da Comissão do Idoso e 09h30 a Pauta. Como o Senador Quintanilha, por motivos, entendo eu justos, não pôde estar aqui, nós iniciamos por esse Projeto. Faço essa... Ao César Borges e à assessoria dele porque, da forma que eu coloquei, deu impressão que eles falharam. E eles não falharam. Podemos encaminhar a votação? Senador César Borges foi o Relator indicado pelo Relator titular, Senador Demóstenes Torres--

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Senhor

Presidente, eu queria parabenizar o Senador Marcelo Crivella pela iniciativa desse presente Projeto de Lei e dizer também ao Senador Marcelo Crivella, a essa Comissão que, vejam bem, a preocupação é tão grande,

que eu também tenho um Projeto que está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça, que tem muita semelhança, o nosso Projeto, ele prevê modificar o artigo 241 da lei 8069, de julho de 1990, que é o Estatuto da Criança e Adolescente, acrescentando um inciso que seria com a seguinte redação: “Adquire e recebe, ainda que gratuitamente, oculta ou tem em depósito, para proveito próprio ou alheio, fotografias, cenas ou imagens produzidas, na forma do *caput* desse artigo”. Quer dizer, todo aquele que seja usuário, não precisa adquirir, pode receber gratuitamente, se ele fizer uso e estiver nos seus arquivos, ele estará passível de criminalização. Está tramitando, se for aprovado, acho que se soma aqui ao Projeto que agora nós estamos aqui apreciando e aprovando.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Se V. Exa. quiser incluir como Emenda, está aberto aqui. V. Exa... Fica a critério de V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como V. Exa. seria o Relator oficial e *ad hoc*, eu indiquei o Senador Romeu Tuma, se ambos entenderem, como o autor concorda, nós podemos aprovar o Projeto e a Emenda de imediato.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Se há essa concordância, senhor Presidente, é claro que aceleramos o processo--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com a Emenda de V. Exa.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Senador, aí só tem um detalhe, a autoria, se V. Exa.--

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Não há problema nenhum. Não se trata aqui de autoria, de vaidade--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Então pronto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Fica nos anais da Casa que a Emenda é de sua autoria.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Às vezes a gente assume um compromisso de fazer um projeto, então tem que segui-lo até o final--

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Aí se o Senador Marcelo Crivella e V. Exa., Senador Romeu Tuma, acatarem, eu até retiro o Projeto lá da CCJ.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Só pediria que a gente aprovasse e depois faria a redação final.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Nos moldes colocados, a sua assessoria encaminha a Emenda.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Exatamente.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senhor Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Como Emenda do Relator, Senador Botelho para discutir a matéria.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Nós estamos acabando de ter uma prova de que essa Casa quer combater a pedofilia. Essa atitude do Senador César Borges de retirar o Projeto dele para colocar apenas como uma Emenda desse projeto que está andando para acelerar o processo, para que quem tenha material de pedofilia em casa possa ser criminalizado pelo fato de portar aquele material, estar no seu computador o material ou ter um vídeo ou qualquer coisa, vai facilitar, vai justamente naquele encontro da Polícia Federal chegar na casa da pessoa, ter tudo e não poder fazer nada. Parabéns, eu gostaria de parabenizar o Senador César Borges, o Senador Crivella também, porque estão tomando uma atitude agora de que nós queremos resolver esse problema mesmo. É claro que isso não vai resolver o problema, mas nós vamos reprimir e se a pessoa, o criminoso só funciona se tiver pressão em cima dele, punição. Então, parabéns--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Senador Augusto, só um apartezinho, eu acho que essa medida do Senador César Borges, não podia esperar outra coisa pela qualidade e dedicação que ele tem à causa pública. Mas nós estamos prestando um serviço, não só a cidadania, à família, como eu disse, mas à autoridade policial e o desespero deles é não poder enquadrar. Quando descobre o autor do crime, fica com dificuldade no enquadramento. Esse UOL, esses... Eu não estou falando UOL, esse negócio de sistema de computação, que não sou especialista, se negam a fornecer informações. E todos instalam fora do país para poder dar o acesso por aqui, quer dizer, então, nós temos que, a partir da criminalização, fazer convênios internacionais para poder conseguir combater globalmente todo esse crime que vem se desenvolvendo numa velocidade incrível, como disse o nosso Senador--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Não, eu estou dando aparte a ele, acho que ele dá para a senhora também.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pode ser?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): É claro que dou.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Para quem que eu tenho que pedir o aparte agora? Para o Senador Botelho, então, me permita, Senador, é só o seguinte: Nós estamos absolutamente atrasados, de-

fasados numa Legislação mais rigorosa com relação aos crimes cometidos via Internet. Infelizmente, nós tivemos aqui uma votação, não me lembro em qual Comissão, no ano passado, inclusive, o Relator Senador Eduardo Azeredo, que nós tentamos construir o acordo para votar, mesmo sabendo que o que tinha vindo da Câmara não era o adequado, mas para votar tinha vindo da Câmara para, pelo menos, alguma coisa já entrar imediatamente em vigor, porque qualquer alteração que nós fizéssemos, por mais correta, certa e legítima que fosse, significaria voltar para a Câmara e daí, nada entrar em vigor. Nada. Nenhum avanço. Então, eu acho que valeria a pena nós voltarmos a essa discussão, pegarmos aquele Projeto, que não é nenhuma Brastemp, não é nenhuma obra assim de perfeição, mas a gente poder votar e junto com a votação daquele Projeto para poder já ser sancionado, imediatamente votarmos, uma alteração, um Projeto, daí para correr, no trâmite, aprovado no Senado, ir para a Câmara, para já aperfeiçoar aquilo que seria, entraria em vigor com aprovação do Projeto. Acho que se nós tomássemos essa medida, talvez, muitas das questões que estamos debatendo aqui, pelo menos pudessem já ter um patamar de legalidade para fazer a punição.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com a sugestão da Senadora Ideli, nós podemos, nesse momento, entrar em caráter de votação. Ok? Vamos a votos. O Projeto será votado com a Emenda acatada pelo Relator, apresentada pelo Senador César Borges. Em votação. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Paulo Paim, Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sibá Machado, Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Marcelo Crivella.

MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Maria do Carmo Alves.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (PFL-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Projeto foi aprovado por unanimidade. O Senador... Em votação em bloco das Emendas. É uma Emenda, mas sou obrigado a repetir... Pergunto se todos repetem o voto?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nas duas Emendas? Aprovadas as duas Emendas. Passo a palavra para um comentário rápido e, em seguida, peço ao Senador Tuma, V. Exa. é o Relator do próximo Projeto. Ao Senador Lucena. Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu pedi a oportunidade de falar sobre, porque essa Casa está vivendo, e o país como um todo, várias discussões importantes, mas, entre elas, a questão da educação em tempo integral e a educação como solução para vários dos problemas que nós vivemos, e a questão da redução da mortalidade, da maioridade. Veja bem, Senador Crivella, este final de semana, estando na minha terra, João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, eu fui procurado por pessoas de uma comunidade, num bairro em João Pessoa, chamado Grotão, uma antiga ocupação que depois, urbanizada, eu, como Prefeito, ajudei, inclusive nessa urbanização; lá construí creche, construí uma escola belíssima, em homenagem até a Ariano Suassuna, chamada escola Pedra do Reino e fui procurado para me contar uma história que ocorreu nessa comunidade.

Senador Romeu Tuma, uma mãe, que precisava sair para trabalhar todo dia, como milhares e milhares de mães brasileiras, deixava os filhos de quatro e cinco anos, em um turno, na escola, e, no outro, o maior, de cinco anos, levava o menor para casa e passava o resto do dia em casa, perto da escola Pedra do Reino. Ocorre que, em determinado dia, a mãe, ao chegar em casa, foi surpreendida por algo que faz com que todos nós façamos uma reflexão muito importante. Os dois filhos foram cooptados por um menor, na própria

comunidade, que o levou até a frente de um mercadinho e, ao chegar na frente do mercadinho, disse a essas duas crianças de quatro e cinco anos: “Você vá ao mercadinho, peça àquele rapaz que está no caixa todo o dinheiro e traga aqui para mim. Qualquer coisa, manda ele olhar para o lado de cá da calçada, que eu faço o sinal para ele”. As duas crianças de quatro e cinco anos, foram até o mercadinho, deram o recado ao dono do mercadinho, que estava no caixa, ele olhou, então, para o outro lado e a pessoa que tinha cooptado essas crianças levantou a camisa e mostrou o cabo do revólver. O dono do mercadinho juntou algum dinheiro e entregou à criança de quatro e ao de cinco anos de idade. As crianças de quatro e cinco anos acharam fácil e olharam, então, e disseram: “Eu quero chiclete, eu quero bombons e eu quero pirulito.” Juntaram as duas mãos, cada um, e saíram cheios com esse fruto dessa visita. E a grande surpresa da mãe foi, ao chegar em casa, encontrar os filhos ainda com aqueles bombons, com chiclete, com pirulito e procurou se inteirar do que tinha ocorrido e, ao chegar à diretora da escola, pedindo, pelo amor de Deus, para que a diretora deixasse seus filhos em tempo integral na escola.

Então, esse relato eu acho que é muito importante trazer aqui aos senhores para que nós possamos incluí-los nas nossas reflexões, nos nossos debates, na questão da redução da maioria e na questão da necessidade da escola em tempo integral. Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passo a palavra, de imediato, ao Senador Romeu Tuma para que faça seu relatório, no seu poder de síntese, para que a gente possa, porque é terminativo ainda esse. Depois votaremos só os requerimentos--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): O que se propõe aqui é para incluir as pessoas portadoras de necessidades especiais entre os isentos do pagamento de taxa de licença à pesca amadora e dá outras providências. Claro que é pesca amadora, mas nós temos visto pesca profissional, de pequenas estruturas ou individuais, estão sofrendo muito por esse Brasil afora, com a poluição dos rios, a dificuldade de pesca, a dificuldade de comprar equipamentos necessários que respeitem a reprodução dos peixes e eu acho que ela vem em boa hora e é de autoria do Senador Cristovam Buarque. Então, nós somos inteiramente favoráveis à sua aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senhor Presidente, de fato, são duas as alterações, para a diminuição de idade da pessoa de 65 anos para 60 anos, o que é bom, conforme o Senador Romeu Tuma já

colocou para a adequação ao Estatuto do Idoso. Eu só pediria uma redação de Emenda, Senador, para substituímos a expressão “pessoas com necessidades especiais” por “pessoa com deficiência”, que é a expressão que vem utilizando no Brasil, ficar de acordo com aquilo que as próprias pessoas com deficiência acham importante.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu acho que é uma definição correta, que eu concordo, e peço essa alteração, que é no último parágrafo e na ementa também, estava no Projeto e foi copiado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão a matéria. Em votação, com o ajuste de redação proposto pelo Senador Flávio Arns. Ninguém mais para discutir, vamos a voto. Senador Flávio Arns

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Fátima Cleide, Senador Paulo Paim, Senadora Patrícia, Senador Inácio Arruda. Senador Sérgio Zambiasi, sim.

Senador Sibá Machado, Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Marcelo Crivella.

MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Leomar Quintanilha. Senador Geraldo Mesquita Júnior Paulo Duque, Valter Pereira, Jarbas Vasconcelos. Senador César Borges. Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eliseu Resende, Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Jonas Pinheiro, Arthur Virgílio, Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Papaléo Paes, Edison Lobão, Heráclito Fortes, Jayme Campos, Senadora Maria do Carmo Alves.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (PFL-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam Buarque, Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Projeto foi aprovado também por unanimidade.

Nós terminamos todos os projetos de caráter terminativo. Temos alguns requerimentos que eu vou colocar a voto. Os requerimentos se encontram aqui--

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Pela ordem, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não, Senador...

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Leomar Quintanilha.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Presidente, diante da iminência da instalação da Subcomissão Permanente do Idoso, nós temos uma audiência pública que foi marcada conjunta, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Relações Exteriores, essa reunião foi marcada para as 10h00. Eu pediria que, após a aprovação, substituição desses requerimentos ao Plenário, se V. Exa. pudesse instalar a Subcomissão do Idoso, ficaria grato. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu faço um apelo, os requerimentos são rápidos. Os Senadores Geraldo Mesquita, Maria do Carmo Alves, Heráclito Fortes, Lúcia Vânia, Flávio Arns, Sibá Machado, Gilvam Borges, para que permaneçam, que a votação será na cédula; é uma chapa única, que tem como candidato a Presidente o Senador Quintanilha e a Senadora Lúcia Vânia como nossa Vice-Presidente da Comissão Permanente do Idoso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone].

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com muita satisfação. É com o senhor.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Olha, na Mesa se encontra o requerimento. “Senhor Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, com fundamento no disposto do artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com artigo 90 do inciso II do Regimento Interno da Casa, requeiro a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais, com vista a tratar do tema da Emenda nº. 03, constante do Projeto de Lei 6272 de 2005, que cria a Receita Federal do Brasil, vetada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em data, local e convidados a serem definidos pela própria Comissão”. Autores do Projeto, Senadora Ideli Salvatti e Senador Paulo Paim. Em discussão o requerimento.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senhor Presidente, não quero discutir não. A leitura de V. Exa. foi belíssima, na entonação, na pontuação, mas só para lembrar que nós temos agora as meni-

nas que fazem a tradução, e quando a gente lê muito rápido, eles ficam ali, parece que...

[risos].

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Mas aí o Presidente sugeriu para nós sermos rápidos e vou tentar atender sua preocupação, Senador Crivella. Em discussão. Não tendo quem queira discutir. Em votação. Aprovado. O Presidente Paulo Paim gostou que eu fosse rápido, passou outro de autoria dele. “Senhor Presidente da Comissão Permanente de Direitos Humanos, Legislação Participativa do Senado, com fundamento no disposto no artigo 58, §2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com artigo 99, inciso II do Regimento Interno dessa Casa, requeiro a realização de audiência pública com vista apresentação das políticas de combate ao racismo e preconceitos, com a presença da Ministra Matilde Ribeiro, da SEPPIR”. Senador Paulo Paim. Em discussão. Não tendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

Requeremos, nos termos do artigo 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública nessa Comissão a fim de discutir a regularização fundiária de territórios quilombolas do Brasil, no dia 08 de maio do corrente ano, com a presença da Ministra da Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Igualdade Racial, SEPPIR, de representantes da Coordenação da Nacional Quilombola, CONAC, representante da Fundação Palmares, representante do Ministério Público e representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Justificativa: No ano de 2003, por meio do decreto 4887, do Governo Federal, regulamentou os procedimentos de regularização fundiária nos territórios da comunidade remanescente dos quilombos, bem como assegurou os direitos étnicos, conforme preconiza o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal. Desde então, foram identificadas 3.524 comunidades, onde, dentre estas, 1.256 receberam suas certificações e 31 receberam títulos definitivos de suas terras. Embora tais números expressem de forma inequívoca o comprometimento desse Governo com os direitos étnicos dessas comunidades, muito ainda precisa ser feito. Nesse sentido, a realização dessa audiência pública objetiva discutir aceleração dos procedimentos jurídicos na consolidação dos direitos étnicos dos quilombolas, possibilitando avanços necessários nas apropriações dos mecanismos por parte das comunidades envolvidas na luta por suas terras, bem como de nivelar informações e análises dos procedimentos adotados pelos órgãos responsáveis nas implementações dessas políticas. Sala das Comissões. Autora do Projeto, Senadora Ideli Salvatti”. Em discussão. Está bom. Em

votação. Aprovado. Espero que esteja no ritmo certo, Senador Crivella.

“Senhor Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, com fundamento no disposto artigo, § 2º, inciso II, combinado com o artigo 90, inciso II do Regimento Interno dessa Casa, requeiro realização de audiência pública conjunta com a Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência das Comissões de Assuntos Sociais, com vista a tratar das demissões arbitrárias ocorridas contra dirigentes sindicais e membros da CIPA, em data e local e convidados a serem definidos pela própria Comissão”. Autor do Projeto, Senador Paulo Paim. Em discussão. Não tendo quem queira mais discutir, em votação. Aprovado.

“Senhor Presidente, em atenção à Reunião Administrativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, realizada no dia 04 de abril passado, requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão solicite audiência com o Ministro da Saúde para tratar da portaria 2.577, de 10 de novembro de 2006, por entender que a normativa coloca em risco o direito à vida e a saúde de milhões de brasileiros acometidos por graves patologias. As normas constantes da portaria, como a limitação de dosagens não deve sobrepujar o princípio maior estabelecido na Constituição Federal, de que a saúde é um direito de todos e dever do Estado”. Autor, Senador Flávio Arns. Em discussão. Não tendo quem mais queira discutir, em votação. Aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Srs. Senadores, Senadoras, eu encerro a presente Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Sessão encerrada às 10h07.

ATA DA 15ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 19 DE ABRIL DE 2007, QUINTA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS.

Às nove horas dia dezanove de abril de dois mil e sete, no Auditório Petrônio Portela, sob a presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos(as) Senhores(as) Senadores(as) **Flávio Arns, Fátima Cleide, Patrícia Sabóya Gomes, Inácio Arruda, Geraldo Mesquita, Wilson Matos, Serys Shessanrenko, Eduardo Suplicy, José Nery e Siba Machado**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão e **justifica ausência os Senadores Ro-**

meu Tuma, Cícero Lucena e Marcelo Crivella. Comparece, também, o Senador não membro, **Augusto Botelho**. A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atende aos Requerimentos nº 04 e 08, de 2007 – CDH, tendo como primeiro signatário o Senador Geraldo Mesquita, para tratar do “Direitos dos Povos Indígenas”. Com os seguintes convidados: Jecinaldo Barbosa Cabral (Saterê- Mawé) - Coordenador Geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab); Romancil Gentil Cretã (Kaingang) - Coordenador da Articulação dos Povos Indígenas do Sul (Arpin-Sul); Manoel Uilton dos Santos (Tuxá) - Coordenador da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoimne); Débora Tan Huare Bakairí - Representante do Departamento de Mulheres da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab); Aluizio Ladeira Azanha - CTI - Centro de Trabalho Indigenista; Saulo Ferreira Feitosa - Conselho Indigenista Missionário – CIMI; Léia Aquino (Guarani Kaiowá) - Representante dos Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul; Márcio Augusto Freitas de Meira - Fundação Nacional do Índio – FUNAI; Déborah Duprat - Subprocuradora Geral da República - 6ª Câmara de Coordenação e Revisão Procuradoria Geral da República; Francisco Danilo Bastos Forte – Presidente da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA; Tarso Genro - Ministro de Estado da Justiça; Fernando Haddad - Ministro de Estado da Educação; Marina Silva - Ministra de Estado do Meio Ambiente; Silas Rondeau - Ministro de Estado de Minas e Energia; Paulo Vannuchi - Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Deputada Federal Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) – Presidente da Comissão da Amazônia, de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional; Deputada Federal Perpétua Almeida (PCdoB-AC) - Membro da Comissão da Amazônia, de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional. O Presidente abre os trabalhos com a aprovação das atas das reuniões anteriores, dispensadas as suas leituras pelo Colegiado. O Presidente, após as suas considerações iniciais, explica como os trabalhos serão desenvolvidos e, em ato contínuo, convida os palestrantes a tomarem assento à mesa para exporem suas reflexões sobre o tema em debate. Em seguida, o Presidente franqueia a palavra aos líderes indígenas e, após, aos Senadores para suas considerações. As lideranças indígenas entregaram ao Presidente da Comissão documento de manifesto assinado pelos representantes do “Acampamento Terra Livre – 2007”. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Eduardo Suplicy, Paulo Paim e José Nery. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião às treze horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, **Altair**

Gonçalves Soares, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavro a presente Ata que, após ser lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Paulo Paim**, Presidente.

15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE ABRIL DE 2007, ÀS 09 HORAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus amigos e minhas amigas, são nove horas em ponto. Eu queria, em primeiro lugar, ao declarar aberta a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da primeira Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, solicitar a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e colocá-la em votação. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

E já dizer para vocês da minha alegria, da minha satisfação de presidir essa Sessão. Dizer para vocês que eu havia combinado com vocês que nove horas em ponto eu ia abrir esta Audiência Pública. E muitos me disseram: Mas eles estarão aqui às nove horas? Eles estarão aqui nove horas. Uma salva de palmas para vocês, que mostraram organização, disciplina, competência, qualidade para aqueles que têm dúvidas que vocês sabem muito bem o que vocês querem.

Passo a encaminhar a presente Audiência Pública. Nos termos no Requerimento nº. 08/2007, da CDH, tendo como primeiro signatário o Senador Geraldo Mesquita Júnior, e este Senador... Nós hoje faremos essa Audiência Pública em parceria com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Comissão de Assuntos Sociais do Senado, Comissão também de educação do Senado, para discutirmos os direitos dos povos indígenas. A partir desse momento eu começo a fazer a chamada para a composição da Mesa. Eu sei que nem todos os convidados estão aqui, mas, com certeza, eles estarão conosco. Representando o Ministério da Justiça, eu convido para fazer parte da Mesa a Sra. Terezinha Gasparin Maglia, que corresponde naquele Ministério para os assuntos indígenas. Convido também representando o Ministro de Estado, da educação, o Coordenador-Geral da educação escolar indígena, da Secretaria de Educação continuada e alfabetização e diversidade do Ministério da Educação, SR. Kleber Gesteiro e Mattos, convidamos também em nome da Secretaria Especial dos Direitos Humanos vinculado à Presidência da República, o Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Combate às discriminações, SR. Evair Augusto Avello dos Santos, convidamos também Presidente

da Comissão da Amazônia, da integração nacional de desenvolvimento regional, a Deputada Federal Vanessa Grazziotin do PCdoB, representando também o Ministério do Meio Ambiente, o Secretário-Executivo do Conselho de gestão e patrimônio genético e Ministério do Meio Ambiente, SR. Eduardo Veles Martins. Convidamos também... Convidamos nesse momento e principalmente as lideranças indígenas. Chamamos o Coordenador-Geral da coordenação das organizações indígenas da Amazônia brasileira, Jenivaldo Barbosa Cabral... Jecinaldo.

[palmas].

Convidamos o coordenador da articulação dos povos indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, Manoel Wilton dos Santos.

Eu peço que todos aqueles que eu chamei que venham para Mesa. Sei que uns estão ainda se deslocando para cá pelo tráfego, mas os que estão presentes, todos citados... Eu quero convidar para a Mesa com muito orgulho, aquele foi o primeiro signatário desse requerimento Senador Geraldo Mesquita Júnior, que está presente conosco aqui.

[palmas].

Já chamei o Manoel Wilton dos Santos, agora chamo representando os povos indígenas de Mato Grosso do Sul, Leia Aquino.

[palmas].

O coordenador da articulação dos povos indígenas do sul, Romancil Gentil.

[palmas].

A Coordenadora Geral e representante do Departamento de Mulheres das organizações indígenas da Amazônia brasileira, senhora Débora Tan Huare.

[palmas].

Representando o centro de trabalho indigenista, SR. Aluizio Ladeiro Azanha.

[palmas].

Representando o Conselho indigenista missionário, SR. Saulo Ferreira Feitosa.

[palmas].

O Presidente da Fundação Nacional do Índio, SR. Marcio Augusto Freitas de Meira, FUNAI.

[palmas].

Convidamos a Subprocuradora-Geral da República, Drª. Déborah Duprat.

[palmas].

Representando o Presidente da Fundação Nacional de Saúde, FUNASA, SR. Francisco Danilo Bastos Fortes. E também representando o Departamento de Saúde, SR. Edgar Dias Magalhães.

[palmas].

Convidamos o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, que vai junto

conosco presidir esse debate, essa Audiência Pública.
Deputado Luis Couto.

[palmas].

Convidamos a consultora da União, da Advocacia Geral da União, Dr^a. Alda Freire de Carvalho.

[palmas].

Meus amigos e minhas amigas, Senador Mesquita Júnior, se vocês me permitirem é um termo que vocês usam, vocês que estão no Plenário, e eu queria me apropriar desse termo se assim vocês permitirem, e dizer como é bom, como é bom dizer que eu estou aqui com vocês, meus amigos, meus parentes. Meus parentes. Nossos parentes.

[palmas].

Farei um pequeno pronunciamento de abertura, e em seguida passo a palavra ao Senador Mesquita Júnior, que é o primeiro signatário desse requerimento que eu tive a alegria de assinar junto com ele, e com certeza teremos aqui nos próximos minutos, também, o Deputado Luis Couto que é o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara.

Meus amigos e minhas amigas. Creio que a Comissão de Direitos Humanos da Câmara e do Senado de assuntos sociais, de educação, a Comissão da Amazônia com muito orgulho, encaminho o debate no dia de hoje. Temos o compromisso, nós todos, e o dever de reivindicar junto aos poderes constituídos da República na nossa avaliação, um pacto político e social que garanta de forma muito firme e muito clara, os verdadeiros direitos dos povos indígenas do nosso País. Essa audiência tem esse objetivo. Por isso estamos aqui. Nos últimos anos, muitas ações foram discutidas pela sociedade civil para garantir aos índios brasileiros a sua visão de cidadania plena. Ao mesmo tempo, várias políticas governamentais e Congressuais caminharam, mas infelizmente foram anestesiadas, e dormem um sono profundo. Espero que o barulho do chocalho, o barulho que ouvi aqui bonito, dos nossos parentes indígenas quando entraram aqui acordem todos desse sono profundo. E que o grito de liberdade e justiça da Nação indígena se ouça em todo esse País.

[Palmas e gritos].

A constituinte de 88, e eu estava lá, eu fui constituinte, trouxe uma série de avanços e garantias de direitos. Mas, com certeza, eles não foram na sua ampla maioria aplicados. E há outras necessidades desse momento. É preciso coragem. É preciso avançar. Estes avanços que falo e que devem garantir a cidadania plena devem, sobretudo, ter a participação efetiva do movimento organizado indígena. Vocês são os atores, a realidade e o conhecimento dessa causa pertencem a vocês. Que não se discuta, que não se delibere, que não se aprove nada sem a participação

efetiva dos líderes dos povos indígenas. Aí sim nós acreditamos numa Legislação que será aplicada defendendo os Direitos Humanos, e por que não dizer, o meio ambiente. Secularmente defendido por vocês e alertado para aqueles que não são índios, e não ouviram, agora parece que começaram a entender que o meio ambiente, que vocês sempre defenderam, poderá trazer se continuar como está, a morte dos homens e mulheres desse País.

Queremos destacar aqui a importância da demarcação definitiva das terras dos povos indígenas. O acesso à saúde, a educação, a habitação entre outros direitos são temas que essa audiência vai discutir, mas queira, queira Deus, queira Deus, os espíritos elevados que essas reivindicações não fiquem entre as quatro paredes do auditório Petrônio Portela do Senado da República. Que se ouça tanto lá no Judiciário como no Executivo e que o rufar, como eu digo, da batida do tambor ultrapasse as paredes e se expanda por todo o Legislativo. Senhores e senhoras, os idosos, as crianças e adolescentes, os negros, os produtores rurais, os empresários, micros, grandes e mesmos pequenos. As pessoas com deficiência possuem o seu próprio estatuto. Muitos já se transformaram em leis, outros já foram aprovados aqui no Senado e estão lá na Câmara. E a pergunta que fica: Por que o Estatuto dos Povos Indígenas continua adormecido e guardado em gavetas ainda da Câmara dos Deputados? Nós queremos o debate do estatuto, mas só queremos a aprovação dele depois que vocês disserem de um grande debate: Esse Estatuto nós queremos, assim nós não queremos. Aí sim nós teremos o estatuto na visão que os povos indígenas querem! Ninguém aqui vai aprovar estatuto algum sem que vocês digam: Assim nós queremos! De outra forma nós não queremos.

Então, o debate do Estatuto dos Povos Indígenas, eu confesso a vocês, ele é importante, mas desde que tenha o aval de vocês. Senão, não tem razão nenhuma de apresentarmos uma proposta que não tenha de fato a chancela, o carinho, o amor, a paixão que vocês representam pela causa daqueles que são os verdadeiros donos desse País.

Para terminar, eu tinha pensado, confesso a vocês, nessa minha pequena fala, de pedir um minuto de silêncio, eu tinha pensado, que foi aqui em Brasília, lembrando a morte do índio Galdino, assassinado, queimado vivo há dez anos atrás. Pensei também que esse minuto de silêncio devia ser a todos os mártires que morreram em defesa dos seus direitos. Claro que eu não poderei citar todos porque, na verdade são milhares e milhares e milhões de mártires que morreram nesse País em defesa dos povos indígenas e estou me referindo aos índios que foram, no longo da história,

covardemente assassinados. Podia aqui citar Ângelo Caigangue, Arnaldo Apurinã, Simon Bororá, Chicão Xucuru, Durvalino Rocha, Guarani Kaiowa, Sepete Araju, lá no meu Rio Grande e que felizmente agora entra como herói da Pátria por projeto apresentado por nós aqui no Senado e o Deputado Marco Maia, na Câmara. Podia falar de Adenilson do Santos, Truca Denê e o Cacique João Araújo. Mas eu quero dizer, quem sabe a gente não faça somente um minuto de silêncio, a gente faça dois minutos, dois minutos de protesto em homenagem aos que morreram, mas de protesto pela morte das crianças indígenas nas aldeias que nós sabemos, estão morrendo, infelizmente, em números assustadores. Que a gente faça dois minutos de silêncio em protesto ao ataque violento que sofrem os povos indígenas quase diariamente. E o ataque violento que aqueles que não se dizem índios estão fazendo ao meio ambiente, que poderá levar à morte de brancos, negros e índios da humanidade.

Então, eu convidaria a vocês todos, em homenagem aos nossos líderes dos povos indígenas contra a violência em relação ao meio ambiente que vocês, como ninguém, sabem defender os rios, as águas, as florestas, os animais. Que a gente faça dois minutos de silêncio de pé em.... Maninha Xucuru aqui citada. Muito bem lembrada, eu citei alguns que eu lembrei, eu sei que vocês nessa concentração de dois minutos, lembrem de todos os líderes que vocês gostariam nesse momento de ver homenageado e que a gente faça também um protesto pelo não atendimento das reivindicações de vocês e agressão ao meio ambiente.

Então, de pé, dois minutos de silêncio.

Eu quero anunciar aqui que chegou conosco também, os que estão na Mesa todos eu havia já citado e convidado para a Mesa, e, nesse momento, chegou o Deputado João Pedro, Deputado João Pedro da nossa... Senador João Pedro. Eu estava aqui com a cabeça com o Deputado João Couto que deve estar chegando, tenho certeza que o Deputado João Couto deve estar chegando. O Deputado Valverde já se encontra conosco. Que preside a Comissão, a Frente Parlamentar dos Povos Indígenas, que eu convido para a Mesa: Deputado Valverde e, ao mesmo tempo, o Senador João Pedro, uma salva de palmas para os dois. Eu peço que coloquem uma cadeira a mais, aqui, na Mesa para ambos. Chegou nesse momento também, eu havia dito a vocês que os Senadores viam aqui ouvir. Está aqui o Senador João Pedro. Eu convido o Senador Quintanilha também que chegou aqui para ouvir e falar com vocês. Eu peço à Assessoria que coloque mais algumas cadeiras aqui para que os Senadores e Deputados possam ficar aqui de frente de vocês, a vocês, ouvir e depois colocar o seu

ponto de vista. Informam também à Mesa que representando a FUNAI está o Dr. Arthur Nobre Mendes que se encontra aqui conosco e já foi convidado para a Mesa. E também...

Então, nesse momento eu passo a palavra ao Senador Mesquita Júnior, que é do Acre, que foi o primeiro signatário desse Requerimento que depois nós outros Senadores assinamos para que essa Audiência Pública acontecesse e, em seguida, eu vou passar para toda a Mesa. E quero dizer que além da Mesa nós combinamos que cinco líderes que estão no Plenário vão fazer uso também da palavra, ok pessoal? Senador Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JUNIOR

(PMDB-AC): Senador Paim, nosso grande amigo, nosso parente, minha saudação especial, minha saudação alegre a todos vocês que estão aqui. Como disse o Senador Paim-- [Corte do áudio]

[Aplausos]

Alô. Voltou o som. Quero saudar os Parlamentares presentes à Mesa e saudar toda a Mesa. Peço permissão a todos para saudá-los na pessoa da doutora Débora, Procuradora da República aqui presente nesta Mesa. Uma brasileira que cumpre um papel fundamental na Procuradoria da República desse País, com o trabalho discreto em favor, com a atuação discreta em favor das minorias, daqueles que ainda se encontram nesse País, de certa forma, desguarnecidos, mas com resultados barulhentos.

Eu quero... Paim pediu aqui um minuto de silêncio, dois minutos de silêncio àqueles que foram vitimados pela discriminação, pelo preconceito, pelo ranço que ainda graça no nosso País. Mas eu queria também pedir que a gente faça aqui... Hoje é um dia que eu espero muito em breve, no futuro, que a gente se reúna como a gente está hoje aqui para festejar, para comemorar. Infelizmente, quem de nós pode, com tranqüilidade, dizer que nós só, nós podemos fazer apenas isso. É claro, nós estamos aqui festejando a nossa, a nossa reunião. Mas todos nós aqui presentes, estamos ao mesmo tempo também com o coração apertado, com tristeza no coração por não ver que a luta dos povos indígenas do Brasil... Um fato muito simples ocorrido aqui nesse Parlamento, o Estatuto de vocês, aquela lei que deveria estabelecer preceitos e marcos, como é moda hoje em dia dizer, na defesa dos interesses de vocês dorme nas gavetas desse Congresso Nacional. Portanto, eu queria até, em protesto a essas coisas, em protesto ao tratamento discriminatório, preconceituoso, covarde até pedir que nós façamos aqui dez segundos de chocalho. Vamos lá!

[chocalhos]

É isso aí! É um dia... Olha, barulho bonito. Eu quero, como eu disse, muito em breve nesse País, que esse dia seja um dia exclusivamente para a gente festejar, para a gente se alegrar, para a gente comemorar. Mas, infelizmente, ainda é um dia em que a gente tem que se reunir, como estamos fazendo aqui para trazer nossas aflições, para trazer nossas angústias, para trazer a manifestação da luta de vocês. Portanto, não... Hoje é dia inclusive que vocês devem falar, portanto, nós vamos falar. Eu vou falar só isso, pouquinho. Quero saudá-los com alegria, com alegria, com o coração cheio de alegria. Mas vou ficar por aqui, aguardando que esse dia seja um dia de muita reflexão, de muita discussão e que a gente tenha a perspectiva, inclusive, de avanços, de avanços. Que o chocalho, que o barulho do chocalho de vocês, que a presença de vocês nesse auditório do Senado Federal sensibilize aqueles que têm, ainda na mão, o poder de dar segmento a questões, a pleitos e a aspirações dos povos indígenas desse País para que a gente possa avançar cada vez mais.

Eu quero congratular-me com todos que estão aqui, parentes de todo o País, povos indígenas, com as autoridades e personalidades que compõem essa Mesa, para dizer que é isso. Hoje é um dia de alegria, mas também de protesto, mas também de discussão, de reflexão para que a gente encontre o melhor caminho de prosseguir nessa luta e encontrar melhores dias para os povos indígenas desse País. Muito obrigado.

[Aplausos] [Maracás]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pessoal, eu queria pedir desculpas a alguns convidados, Senadores e Deputados, nós estamos providenciando mais cadeiras para que eles possam ficar aqui na Mesa conosco. Mas enquanto isso eu quero cumprimentar aqui, já a presença da Deputada Federal do PT do Espírito Santo, Iriny Lopes e também do Cláudio Vereza, Deputado Estadual do Espírito Santo. Então uma salva de palmas para ambos também que estão conosco.

[Aplausos] [Maracás].

Olha, pessoal, nós tínhamos aqui pela questão protocolar e é sempre feito assim, que falam primeiro as autoridades. Mas nós resolvemos inverter hoje, porque as autoridades hoje aqui são vocês. Nós vamos passar primeiro a palavra—

[Maracás].

--Para os representantes dos povos indígenas aqui na Mesa. Depois falam as autoridades e depois falarão também ainda mais 5 companheiros do Plenário. Então eu vou começar a chamar as lideranças indígenas, o Coordenador Geral da coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, Je-

cinaldo Barbosa Cabral. Convido a Senadora Fátima Cleide que chegou para que venha para a Mesa. Uma salva de palmas, Senadora Fátima Cleide uma lutadora também-- [Aplausos] [Maracás]

Chamamos para fazer uso da palavra o coordenador da articulação dos povos indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, Manoel Wilton dos Santos.

Então, o Sandro é que vai.... Ah, o Manoel já está lá? Então vamos lá, Manoel, está com a palavra. Ainda faço questão de destacar, se me permitir o Senador Augusto Botelho, um outro lutador dessa causa para que venha também para a Mesa para ouvir a nossa liderança. [Maracás]. Nesse momento você está com a palavra.

SR. JECINALDO BARBOSA CABRAL: Meu nome é Jecinaldo, Saterê Mawé do Estado do Amazonas, Coordenador da Organização Indígena dos Direitos dos Povos Indígenas da Amazônia. Eu não vou sentar nesse, nesses lugares aqui porquê? Porque esse Congresso nos dá vergonha quando rouba os direitos das populações indígenas. [Aplausos] [Maracás]. E principalmente quem sofre os primeiros impactos desse problema são as crianças indígenas. [Aplausos] [Maracás]. E são as mulheres indígenas desse País. [Aplausos] [Maracás]. Eu não vim aqui hoje para ouvir discurso bonito de ninguém. Eu não vim aqui, mais uma vez, ouvir promessas de que o nosso Estatuto, de que haverá prioridade para os vários projetos de lei, principalmente o campeão de Projeto de Lei nesse Congresso que é o Mozarildo Cavalcanti, lá de Roraima, um antiindígena desse País! [Aplausos] [Maracás].

Companheiros, uma semana acampados na Esplanada dos Ministérios, foi preciso que nós fizéssemos isso para que nós pudéssemos, pelo menos, ser vistos por esse País e que esse País não respeita a diferença! Nós estamos aqui hoje trazendo o resultado, um papel sujo do acampamento, porque lá nós dormimos lá no chão, reunimos nosso povo do Brasil inteiro para defender nossas terras, para defender e dizer para o governo porque é que está muito lenta a demarcação das terras. [Aplausos] [Maracás]. Por que é que esse Congresso Nacional, por que é que os Senadores e Deputados tentam mudar o art. 231 da Constituição Federal que nos garante o direito sagrado a terra? Nós estamos aqui hoje, dizendo para o Brasil que esse projeto de aceleração e crescimento, o PAC, do governo Lula vai destruir muitas terras indígenas. [Aplausos] [Maracás]. Quero esclarecer aqui à sociedade brasileira, a todos que nos ouvem e nos vêem que nós, nós não somos contra o desenvolvimento do nosso País, nós somos contra o desenvolvimento injusto, o desen-

volvimento que leva à miséria da maioria das populações indígenas. [Aplausos] [Maracás].

Mando um recado ao governo brasileiro: Abra o diálogo com o movimento indígena! Abra o diálogo para nós discutirmos de igual para igual o que é melhor para as populações indígenas! [Aplausos]. Mas gostaria aqui, antes de terminar, disse que eu não vou sentar ali, respeito muito Senador Paulo Paim, meu grande amigo Deputado João Pedro, que é o defensor da nossa causa. Contamos com esses Parlamentares que estão aqui que foram ao acampamento e mostraram sua cara que estão do nosso lado. [Aplausos] [Maracás].

Meus parentes, os problemas são muito grandes da demarcação à saúde. A saúde indígena, só para dar um exemplo, no Vale do Javari, na fronteira do Amazonas com o Peru, a população indígena do Vale do Javari está sujeita a desaparecer. Isso é um crime! Essa é uma vergonha para o Brasil! [Aplausos] [Maracás]. Queria dizer aqui vamos discutir, vamos quer o porquê que muitas terras indígenas do Nordeste serão inundadas pela transposição do Rio São Francisco. [Aplausos] Por que não aparece claramente, o impacto ambiental que vão ter com a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará? [Aplausos] Meus parentes do Estreito, da região da Amazônia Oriental, que bloquearam a estrada Belém/Brasília como um dos apelos, e nós estamos aqui protestando contra essa barragem do Estreito em Tocantins, Pará. [Aplausos] [Maracás].

E para finalizar, gente, são muitos os problemas dos povos indígenas, não sei porque, que vergonha que o TCU sozinho no gabinete faz coisas sem nos consultar, o acórdão que o TCU fez é uma irresponsabilidade de pessoas que não conhecem a causa indígena. [Aplausos] [Maracás]. Eu quero finalizar, dizer aqui, se nós destruir nossa natureza nós teremos destruindo a nossa própria vida. Obrigado. [Aplausos] [Maracás].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra, nesse momento, ao SR. Saulo Ferreira Feitosa, do Conselho Indigenista Missionário.

SR. SAULO FERREIRA FEITOSA: Como o Senador, já no início, adotou uma dinâmica de que primeiro falariam as lideranças indígenas, então, na seqüência a fala será do Coordenador da articulação dos povos indígenas do Nordeste, Sandro Tuxá, que se encontra aqui na Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, o Sandro está com a palavra, conforme a orientação. Ele está me ajudando porque, naturalmente, eu não conheço um por um pelo nome aqui. Sandro. Faz favor.

SR. SANDRO TUXA: Obrigado Senador Paim. Obrigado vice-presidente do CIME, Saulo Feitosa. Agradeço o momento de estar aqui diante dos meus parentes. Bom dia a todos meus parentes! (Maracás). Queria, antes de mais nada, lembrar ao Senador Mesquita Júnior que isso não é um chocalho, isso é um Maracá. [Aplausos] É um artefato que é utilizado pelos parentes de toda a região do País para marcar o passo dos seus rituais e fazer o chamamento através do seu som, de suas forças de seus antepassados.

Senadores, Deputados que aqui se encontram nessa Mesa, hoje, para nós, povos indígenas do Brasil, é um dia muito importante. Um dia que foi criado pelos não índios, chamado o dia do índio que foi criado com o intuito de ser uma data comemorativa, com o intuito de ser uma data que valorizasse, nesse dia, os patrícios, os parentes indígenas que existem em nosso País demonstrando que o País respeita a pluralidade étnica e cultural dos que aqui vivem. Porém, para nós povos indígenas, o dia 19 de abril se tornou um dia de reivindicação. Um dia de afirmamento da luta de todos aqueles parentes que sofrem em suas bases. Um dia de nós lembrarmos por todos aqueles que morrem pelo descaso por parte do governo. O dia de lembrarmos por nossas lideranças que são criminalizadas. O dia de gritarmos por sede de justiça desse nosso País Brasil. E é por isso que estamos aqui no abril indígena, no acampamento Terra Livre. Vimos aqui, de diversas partes do País, 98 povos. Um pouco mais de mil lideranças, discutirmos entre nós para propormos propostas ao governo daquilo que é melhor para as nossas comunidades, para nós, povos indígenas. Como o parente Jecinaldo falou e lembrou muito claro: Estamos aqui dormindo no chão, suportando o frio, chuva, mas todos em um só pensamento e numa só voz queremos justiça, queremos justiça senhores Senadores, senhores Deputados. Pedimos Justiça a essa Casa! [Aplausos] (Maracás). Senhores senadores, senhores Deputados são com essa sede de justiça que reivindicamos que seja punido, punido os assassinos de nossas lideranças. Que seja julgado - [Aplausos] - ao rigor da lei aqueles que maltratam as nossas comunidades, aqueles que reprimem o nosso povo, aqueles que escravizam a nossa Nação. A exemplo do que ocorreu com o nosso parente Galdino que seus assassinos estão aí à solta. [Aplausos] (Maracás). A exemplo do que está preste a acontecer com a nossa liderança Zé de Santa no Estado do Pernambuco, onde os grandes fazendeiros estão acusando a nossa liderança de atos, que não praticados por ele, com o intuito de criminalizar essa liderança. E criminalizando todos aqueles que brigam pela luta do seu, do seu território, pela defesa do seu povo.

O acampamento Terra Livre, diante do seu quarto dia de discussão vem a essa Casa, vem ao Congresso Nacional, ao Senado Federal, ao Ministério da Justiça, aonde nós temos agenda, ao STF, Supremo Tribunal Federal, com a Dra. Ellen Gracie, posteriormente, a audiência com o nosso Presidente da República, que assim esperamos que ele nos receba, pedir transparência desse projeto PAC. Porque ele, Senadores, para nós é um projeto ainda muito escuro, que nós não sabemos os impactos que vai acontecer em nossas comunidades. Porque não está claro para os parentes e os patrícios que benefício esses projetos trará para o nosso povo. É bom que fique claro para a sociedade brasileira que nós, povos indígenas do Brasil, não queremos tomar o território nacional como muitos críticos assim falam em relação à defesa do território lá dos nossos parentes Guarani Caiua. Nós simplesmente, querendo que seja valido o que os brancos fizeram, o que criaram, a Constituição Federal, aonde diz que o governo, a União-- [Aplausos] (Maracás). Deva garantir e proteger os territórios tradicionais, os territórios tradicionalmente ocupados pelos índios. E é nessa reivindicação que os patrícios e os parentes aqui fazem. Queremos o direito à nossa terra. Queremos o direito ao usufruto, queremos o direito à moradia. Queremos o direito ao trabalho. Não queremos ser fardos como em algum momento infeliz o nosso Presidente da República mencionou para o governo e tampouco atraso para o progresso. Mas queremos que sejam respeitados os nossos direitos. Queremos ser ouvidos. Queremos ser ouvidos e queremos ser consultados sobre esses projetos que impactam diretamente nossas terras. O País, Brasil, é signatário da Convenção 169. E ela diz, e ela diz, e deixa claro que nos projetos que impactam, que impactam diretamente as terras indígenas tem que ter a consulta previa e informada. Cadê essa consulta previa no projeto de transposição do São Francisco? [Aplausos] (Maracás). Cadê essa consulta previa nas Barragens de Belo Monte? Na barragem de Belo Monte? Cadê essas consultas prévias em vários e vários projetos que estão sendo programados na região amazônica como o ISA? Que é o projeto de infra-estrutura de integração da América do Sul. Nós queremos aqui dizer ao governo brasileiro que nós não somos contra o progresso, mas um progresso que tenha a participação ativa da população, não um progresso que reprime, não um progresso que escraviza e não um progresso que causa tantos problemas para dentro de nossa comunidade. [Aplausos] (Maracás). Queremos pedir o apoio a todos os Senadores e Deputados que aqui estão, que não aceitamos que nenhum projeto de lei seja discutido ou debatido sem a participação dos povos indígenas. [Aplausos] (Maracás).

Ao mesmo tempo, queremos dizer que projetos de mineração em terras indígenas, como está sendo tramitado aqui no Congresso Nacional venha a ser discutido com os parentes indígenas em concordância com o Estatuto dos Povos Indígenas. Que nós voltamos a discutir o Estatuto dos Povos Indígenas que está aqui no Congresso Nacional há 12 anos e 4 meses paralisado sem nenhum interesse em discussão. E por isso, essas Emendas Constitucionais que estão sendo propostas, e por isso os Projetos de Lei, e por isso esse projeto de mineração em terras indígenas como mencionou o parente Jecinaldo com essa manobra irresponsável do STU, CTU, Tribunal de Contas da União, TCU. Nós queremos sim discutir, mas amplamente com as comunidades indígenas, criando uma Comissão no Congresso Nacional mista, com a participação dos parentes indígenas para estar amplamente debatendo todos os itens do Estatuto. [Aplausos] (Maracás).

Ao mesmo tempo, queremos dizer que nós não agüentamos mais. O recurso da FUNASA, nessa gestão, nesse novo governo foi amplamente valorizado, ou seja, praticamente duplicado. Mas os problemas continuam, os problemas continuam. O motivo pelo qual nosso parente Jecinaldo veio com nossas crianças, é que nossas crianças estão morrendo. E o caso mais grave e mais crônico no momento é os parentes do vale do Javari. Pedimos que seja dada uma, uma resposta imediata na questão da saúde, que os nossos Conselhos Distritais possam atuar de forma autônoma deliberando as demandas reais dos nossos povos. Não simplesmente com a participação de consulta. Porque é quem sabe dos problemas que assolam os nossos povos somos nós, povos indígenas. [Aplausos] (Maracás)

Agradeço essa oportunidade, agradeço especialmente ao Senador Paulo Paim por sua compreensão e pela sua atuação que sempre vem dando aos nossos movimentos indígenas. Muito obrigado.

[Aplausos] (Maracás).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero informar a vocês que já estão conosco aqui o Senador Sibá Machado, que é um lutador também por essa causa, eu peço aí uma salva de palmas. Senador Eduardo Suplicy, outro lutador, Senador Eduardo Suplicy, convido a vir aqui na Mesa, está aqui conosco. Ontem ainda falou em Plenário sobre essa questão. Senador José Nery, que preside a Subcomissão de Trabalho Escravo, está aqui conosco. A Senadora Vanessa Grazziotin. Deputada, Vanessa Grazziotin, está aqui conosco já. Já está na Mesa aqui. E quero com muito carinho anunciar, porque ele estava numa outra atividade, me ligou, disse: Olha, Paim, já estou indo para aí. Aquele que é parceiro nessa Audiência

Pública, ele vai presidir junto comigo, que é o Presidente da CDH da Câmara, o nosso querido Deputado Luiz Couto. Já anunciei aqui a Senadora Fátima Cleide, enfim. E nesse momento eu passo a palavra para... A Sra. Léia Aquino, representando povos indígenas de Mato Grosso do Sul.

SRA. LÉIA AQUINO: Bom dia a todos! E aos membros da Mesa. Eu estou aqui representando a comunidade indígena de Mato Grosso do Sul e vou falar pelo Mato Grosso do Sul porque nós, em Mato Grosso do Sul estamos aqui duas etnias, não é? Representando três etnias, Guarani, Caiua e Terena, e não esquecendo que nós, em Mato Grosso do Sul, somos em oito etnias. E como todo mundo já sabe, com certeza os políticos que estão aqui como os Senadores e também os Deputados, também sabem o que se passa com os indígenas de Mato Grosso do Sul. E em questão a tudo, principalmente à terra que nós, em Mato Grosso do Sul somos muitos indígenas, são a segunda população indígena e nós não temos espaço para sobreviver, estamos morrendo com doenças, sendo assassinados, se as doenças não matam é os homens mesmo que matam, são os pistoleiros dos fazendeiros que chegam e matam os indígenas de Mato Grosso do Sul. Como recentemente aconteceu - [Aplausos] (Maracás). Recentemente aconteceu um pistoleiro assassinou uma indígena de 72 anos rezando na sua barraca para se defender. E mataram uma mulher indefesa atirando pelas costas.

Então, isso vem acontecendo em Mato Grosso do Sul e tudo o que vem acontecendo em Mato Grosso do Sul e em todas as regiões do Brasil é o resultado do trabalho dos políticos que estão aqui e em todos os lugares. Eu digo isso porque tudo o que vem acontecendo é porque os políticos, os Senadores, os Deputados não olham para esse lado, não fazem trabalhos para resolver os problemas dos povos indígenas que precisam do trabalho deles. Se eles estão no poder é para poder estar resolvendo os problemas dos povos, dos indígenas e não só dos indígenas, de todos os países. Porque não é só nós que morremos também, a gente vê que todos morrem, mulheres, crianças, homens, velhos, são assassinados barbaramente em todos os cantos do País. [Aplausos] (Maracás). E isso nós não podemos permitir mais. Nós temos que ver e olhar isso e pedir para esses políticos que estão nos ouvindo e com certeza se estão aqui porque é querem nos apoiar e peço a todos que estão aqui que nos ouçam com mais atenção, que estejam aqui para ouvir as nossas reivindicações, para ouvir os nossos problemas e que resolvam da maneira mais rápida possível para que nós possamos viver. Porque nós estamos aqui não para uma briga, não para uma...Tirar o poder de

ninguém. Nós estamos aqui pedindo a terra, apenas uma terra para a gente sobreviver. Para a gente ver as nossas crianças crescendo, para a gente ver os nossos velhos ainda vivendo mais tempo. Porque antigamente os nossos, os nossos pais viviam mais de cem anos e agora isso nem alcança porque são assassinados muitas vezes. Os nossos líderes são assassinados. E nós queremos que sejamos atendidos. Em Mato Grosso do Sul crianças morrem de fome, crianças morrem de desnutrição e isso é uma tristeza para o Estado e para o País. Eu acho que os candidatos que estão aqui, que foram eleitos pelo povo têm que olhar para o povo e resolver os problemas do povo. É isso que-- (Maracás) que eu peço a todos que estão aqui. Porque nós também votamos.

Nós temos título, todos que estão aqui, com certeza, votaram e nós participamos da política quando? Quando segundo nós participamos da política? Somente uns, talvez uns 30 segundos para a gente votar e sair dali. Eu acho que é um momento que a gente participa da política. Porque nada, em nada nós fomos, nós fomos e nem somos consultados em todos os projetos feitos para acabar com a nossa luta, para acabar com os nossos interesses, nós não fomos consultados. E nós não queremos mais isso. Nós não agüentamos mais viver como se a gente não tivesse pensamento, sentimento e se a gente não tivesse conhecimento. Nós também temos conhecimento, temos conhecimentos, temos saberes e que podemos muito bem ajudar os políticos a trabalhar com o povo. Então é isso que a gente pede-- (Maracás). Para que vocês que estão aqui nós ouçam mais, dêem ouvidos para que possam trabalhar melhor. Nós só queremos ajudar e não destruir o trabalho de vocês é isso, obrigado. (Maracás).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria informar ao Plenário, com muito carinho e muito respeito que a... O povo Xavante pediu que eu lembrasse também, quando eu fiz a abertura eu citei uma série de líderes indígenas que morreram e fizemos uma pequena homenagem e que eu lembrasse do grande líder Mário Juruna, então uma salva de palmas simbolizando aquele momento incluindo lá também o nosso Mário Juruna.

Eu vou chamar, nesse momento, para fazer uso da palavra a coordenadora Geral e representante do Departamento das Mulheres das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, Sra. Débora Tan Huaré. [Aplausos] (Maracás).

SRA. DÉBORA TAN HUARE BAKAIRÍ: Oi. Bom dia a todos. Parentes aqui nessa Plenária. Peço a permissão de Kuan, Deus, o nosso criador. Nós, mulheres indígenas, estamos hoje nesta Casa para falar do grande desrespeito para com os povos indígenas do

Brasil. [Aplausos] (Maracás). Sobre a violência que tem acontecido com o nosso povo em todo o Brasil de Leste a oeste, de Norte e sul. Queremos falar aqui, principalmente, a violência que tem sofrido as crianças, jovens, mulheres, idosos e todos nós povos indígenas. Para essa Casa, aonde estão os nossos representantes maiores que têm o poder nas mãos de decidir sobre a população do Brasil. Estamos aqui para repudiar as violências acontecidas. Vou relatar aqui, iniciando pela saúde indígena. Queremos aqui, pedir a essa Casa, que seja feita uma auditoria, uma CPI na saúde indígena! [Maracás] Porque não pode mais continuar esse desvio de verba que está acontecendo! E os nossos parentes lá na aldeia morrendo porque não têm remédio, não têm gasolina, não têm transporte e não têm um atendimento adequado para as nossas crianças, para os nossos jovens, para as nossas mulheres e para nossos homens.

Sabemos, desde a época que passou para a FUNASA, nós tínhamos uma esperança muito grande de que a saúde melhoraria. Que reduziria a morte infantil materna, mas hoje o que nós estamos vendo é o agravamento, é o genocídio dos povos indígenas, é o caso dos parentes Caiua Guarani, das crianças do Mato Grosso do Sul-- [Aplausos] [Maracás] é o caso dos parentes do Vale do Javari que estão lá com hepatite A, B, C e D, ninguém toma providência. Estão lá! Tem recurso, mas a FUNASA não faz nada! O que a gente vê é negociatas de políticos negociando recurso da saúde indígena, beneficiando a si próprio a fim de campanhas políticas. Existe muita politicalha dentro da FUNASA! Nós queremos que isso acabe e que, realmente, venha fazer a saúde indígena diferenciada. Queremos aqui também denunciar a educação indígena que não funciona, que só está no papel, no MEC. Sabemos que muitas escolas não estão regularizadas como escola indígena diferenciada. E sabemos que tem muitas aldeias indígenas que ainda não foi implantado o ensino médio. E a falta de apoio para os jovens indígenas, falta de um programa específico para os jovens indígenas que estão aí a mercê das drogas! [Aplausos] [Maracás] Da prostituição! Muitos casos agravantes para os nossos jovens. Nós precisamos de um programa específico para a criança e jovens indígenas! Nós pedimos hoje, aos Senadores, que não tem nenhum programa para a criança indígena, para que eles possam realmente sair das drogas, para que eles tenham um curso técnico para que eles possam trabalhar em suas comunidades.

Queremos aqui também falar um caso grave que vem acontecendo não só nesse povo, mas com outros povos também. É o caso das mulheres Cinta-larga e do povo Cinta-larga que está lá sendo proibido de entrar na

sua própria terra e sair da sua própria terra. [Maracás] Isso é uma violência! Uma violência da própria Polícia Federal, que está lá para defender-- [Aplausos] [Maracás]-- os povos indígenas e ela é corrupta! Muitas das vezes a própria Polícia Federal que está negociando os diamantes e que está aliciando os garimpeiros também. São muitas negociatas. Gostaríamos que fosse feita uma fiscalização em cima da Polícia Federal lá no Estado de Rondônia, também. [Aplausos] [Maracás] Quero falar aqui sobre a violência que sofrem as mulheres Cinta largas, são vistoriadas. Elas tendo que tirar toda a roupa constantemente para ver se tem diamante nos seus órgãos genitais. Isso é uma violência que nós repudiamos aqui! [Aplausos] [Maracás] Além disso, sofrem violência psicológica, estupro, muitas das vezes são estupradas pelos garimpeiros e por outros. Nós queremos aqui denunciar essa violência contra as mulheres Cinta-larga e contra todas as mulheres indígenas que estão ali em São Gabriel da Cachoeira nos pelotões de fronteiras, muitas das vezes são violentadas por soldados. Nós queremos trazer essa indignação hoje, aqui nesta Casa! E gostaríamos que os senhores Senadores e Deputados aqui presentes, olhassem mais para nós. E que o PAC também, que é o programa de aceleração do crescimento, como disse o nosso Presidente Lula que nós votamos, que acreditamos mais uma vez, que nós indígenas somos empecilhos, somos entraves para o desenvolvimento do País. [Maracás] Nós não somos não, senhores Deputados! Nós também queremos uma dignidade, nós queremos melhoria de vida, porque há grande interesse dos empresários, dos latifundiários porque o que eles querem é desenvolvimento, o que eles querem é dinheiro mesmo! E nós é que vamos ser prejudicados com isso? Nós não vamos ganhar nada com isso? Nós também temos que trabalhar, por isso nós queremos que todos os assuntos a serem, tratados seja terra, garimpo, madeira e outras questões ambientais que seja discutido conosco, com os povos indígenas que somos os maiores interessados. Muito obrigada. [Maracás]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É com satisfação que a gente registra a presença conosco também de outros membros da Comissão aqui do Senado e também da Comissão de Direitos da Câmara. Quero registrar lá do meu Rio Grande, parceiro de muitas lutas, o Senador Sérgio Zambiasi que já está aqui conosco. A Senadora Marisa Serrano, está aqui na Mesa conosco e o Senador Eurípedes Camargo. E a Deputada Perpétua Almeida, do Acre, PCdoB, que é uma lutadora também, está aqui com a gente. Nesse momento nós vamos passar para as entidades indigenista. Nós havíamos combinado no

início que depois desse bloco, eu ia passar para outras autoridades na Mesa. Porque aqui vocês são tão autoridades como nós. Mas houve um pedido do Plenário que depois das entidades indigenista, que nós permitíssemos que os 5 líderes já escolhidos falassem também nesse bloco.

Então, aqui vocês que mandam, vocês vão falar antes das autoridades também, os 5 líderes do Plenário. Mas, nesse momento, tem uma jovem Índia que o pai dela disse aqui, que se nós quiséssemos ela cantaria para nós.

Então, eu passo, nesse momento, para alegria de todos nós, a menina, Abessiana, para que ela cante para esse povo aqui, que com certeza mais do que nunca, hoje está ouvindo as reivindicações do povo indígena. E como a gente disse na abertura, que nós queremos que não fique nas quatro paredes aqui do Petrônio Portela. [Aplausos] [Maracás]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos lá, Abessiana!

Então a gente, enquanto os pais conversam com ela, ela vai cantar. Vai cantar então só um minuto. [Aplausos]

[canto indígena]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nesse momento passamos a palavra às entidades indigenistas. Começamos pelo senhor Saulo Ferreira Feitosa, representando o Conselho Indigenista Missionário, CIMI.

SR. SAULO FERREIRA FEITOSA: Um bom dia a todas as lideranças indígenas que se encontram aqui no Plenário e na Mesa. O Conselho indigenista missionário agradece o convite feito para participar dessa audiência e aqui a gente quer se dirigir a todos os Parlamentares das duas Casas e se referindo ao Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado, ao Deputado Luiz Couto da Comissão de Direitos Humanos da Câmara e à Deputada Vanessa Grazziotin da Comissão da Amazônia.

O Senador Paulo Paim, em sua fala inicial se referiu à constituinte. Ele que foi constituinte pôde presenciar toda a força, a energia, a capacidade de mobilização dos povos indígenas do Brasil durante aquele bonito processo de construção de cidadania. E nesse ano, Senador, completam-se 20 anos da instalação da Assembléia Nacional Constituinte. Nesse ano sa, essa Casa, o Congresso Nacional pode reviver aqueles bonitos momentos onde todos os corredores foram ocupados e ganharam vida com a energia dos povos indígenas do País. No ano seguinte à instalação, quando da conclusão da constituinte nós pudemos comemorar com os povos indígenas a conquista de um capítulo que trata dos direitos desses povos. E todos

nós acreditamos que em 1988, com a promulgação da Constituição Federal nós estaríamos iniciando uma nova fase, um novo período na história do Brasil no que se refere à relação do Estado Brasileiro com os povos indígenas. Em termos de mudanças teóricas na compreensão, na concepção do Estado na sua relação com os índios houve mudanças substanciais, de fato o Estado aboliu aquela idéia de que os índios eram uma categoria transitória e que todos seriam integrados à chamada sociedade nacional e passou a reconhecer a diversidade étnica dos povos indígenas.

De fato o texto constitucional passou a reconhecer os direitos originários dos povos indígenas sobre as terras que são ocupadas tradicionalmente. Passou a perceber as diferenças. Mas, como dizia Dom Helder Câmara, foi Arcebispo de Olinda e Recife nos tempos duros da ditadura militar: O difícil é fazer com que os direitos saltem do papel para a vida. Infelizmente, os direitos assegurados na Constituição Federal não saltaram do papel para a vida dos povos indígenas. Infelizmente, 20 anos depois, nós continuamos sem ter a aprovação do novo Estatuto para os Povos Indígenas. 20 anos depois os povos indígenas continuam lutando pela demarcação de suas terras. 20 anos depois, os povos indígenas continuam sendo vítimas de todas as formas de violência.

E aqui nesse breve tempo, eu gostaria de aproveitar o momento para me referir a essa violência. Alguns dos companheiros indígenas já começaram a citar algumas delas. O líder Dourado Tapeba, dali do Plenário, ele pronunciou o nome da liderança, sua companheira lá do Nordeste, maninha Xucuru Cariri. Maninha Xucuru Cariri-- [maracás] senhores Parlamentares, uma liderança de expressão nacional e internacional. Membro da Comissão Intersetorial de Saúde Indígena, participando sempre das reuniões do Conselho Nacional de Saúde. Há 5 meses atrás ela estava participando do ritual, no seu povo e começou a se sentir mal. Foi levada da aldeia para o Hospital Regional da Cidade de Palmeira dos índios, com uma crise respiratória. Os médicos informaram que todos estavam em atendimento de emergência e que não havia médicos para socorrê-la. A família da maninha saiu a caminhar, a Maninha caminhando pelas ruas da cidade para chegar ao consultório médico onde ela pudesse ser atendida. Chegando a consultório, depois de uma hora que perambulava, que caminhavam a pé pelas ruas, porque não tinha carro da FUNASA que a conduzi-la. O médico que atendeu falou que o problema era grave e que tinha que ser levado para o hospital. Ela volta para o hospital e por falta de socorro médico ela vem a falecer. Ninguém do Hospital quer assumir o laudo e ninguém até hoje sabe por que a Maninha

morreu. E até hoje não existe certidão de óbito. Essa é uma forma de violência que acontece dia a dia. Não só com a Maninha Xucuru Kariri. Mas a Maninha Xucuru Kariri que era liderança nacional sofreu esse tipo de violência, daí nós podemos deduzir o que sofrem, no cotidiano, os demais indígenas que vivem distantes dos centros urbanos, nas suas aldeias.

Outras formas de violência acontecem e aquelas mais visíveis são os assassinatos. De 1997, quando foi assassinado o índio Galdino, aqui na cidade de Brasília, até hoje, o Conselho Indigenista Missionário registrou 257 assassinatos de indígenas no Brasil. Quase todos envolvidos na luta pela posse da terra, senhores Senadores, senhores e senhoras Deputadas. Esses dados, considerando a pequena população indígena do Brasil, eles são assustadores. Mas, descontentes em retirar a vida dos povos indígenas, os seus algozes, os seus sempre perseguidores, constroem outras formas de violência. E uma daquelas que hoje os povos indígenas mais sofrem é a chamada criminalização das lutas, criminalização das lideranças indígenas. A Débora Bakairi já se referiu ao povo Cinta-larga, está aqui o Cacique Marcelo Cinta-larga. Os Cinta-larga, dentre os Cinta-larga mais de 70 indígenas respondem a processos criminais. Isso significa metade da população indígena. O povo indígena Xucuru, 115 lideranças respondem a processos criminais. Aqui entre nós eu gostaria que se levantasse o Cacique Zé de Santa, o vice-cacique Zé de Santa. Zé de Santa, conhecido como Zé de Santa, ele teve uma prisão preventiva decretada a pedido de 7 Procuradores da República do Estado de Pernambuco, com todo o respeito à atuação da doutora Déborah Duprat, Procuradora da República que já foi destacada aqui a sua atuação. Mas dentro do Ministério Público Federal, nem todo mundo é defensor de indígena de direitos indígenas. Esses 7 Procuradores da república-- [maracás], eles conseguiram decretar a prisão, o Decreto de prisão preventiva de Zé de Santa. Foi impetrado um habeas corpus aqui, esse habeas corpus chegou ao Supremo Tribunal Federal e o Ministro Sepulveda Pertence concedeu habeas corpus a Zé de Santa dizendo que aquele pedido de prisão era infundado, era desprovido de qualquer fundamentação empírica, muito menos jurídica. E concedeu habeas corpus. Mas, mesmo assim, na próxima quarta-feira, José de Santa vai a julgamento na cidade de Caruaru. Os crimes que colocam sob a responsabilidade deles são mais de três dezenas, minha gente. Vai ser o julgamento muito difícil. O Zé de Santa pode ser mais uma das lideranças indígenas do Brasil a ir para a cadeia, assim como o grande líder de vocês, Joel Brás que está hoje preso e não pode estar aqui com vocês. [Maracás]

No Mato Grosso do Sul, e aí o Congresso Nacional as Comissões dos Direitos Humanos têm que tomar uma providência, a população carcerária indigna do Mato Grosso do Sul é incontável. Eu estive agora em janeiro, na terra indígena Curuçu ambá, deve ter alguém de Curuçu ambá. Ali os companheiros de Curuçu ambá, aonde foi assassinada a liderança indígena de mais de 70 anos Xureter. E lá, ficamos sabendo que depois da Xureter ser assassinada, os jagunços da fazenda junto com a Polícia levaram 4 indígenas presos. Eu fui visitar os 4 indígenas presos. Quando entrei no Presídio de Amambai. O Diretor do presídio perguntou: Que indígenas o senhor vai visitar? Eu falei: Eu vim visitar os 4 indígenas presos. E ele me disse, mas aqui não só tem quatro indígenas presos. E aí, vejam os nº.s, em Amambai tem 145 pessoas presas, 38 são indígenas. E o próprio Diretor do presídio sugeriu que eu fosse ouvir desses indígenas. Eu fui ouvir, a primeira jovem que eu ouvi, 22 anos. Eu perguntei porque estava presa, ela me disse: Olha, eu fui acusada de ter matado um branco. E disseram que eu atirei e matei o branco. Mas eu... Eu juro que eu não sei usar uma arma. Eu nunca puxei um gatilho. E aí foi uma fila de pessoas a serem ouvidas, por sugestão do Diretor do Presídio, que me disse que há muitos meses o Advogado da FUNAI não aparecia lá e que tem muitos índios que já deveriam estar fora e continuam presos. [Maracás] Agora, minha gente-- foi o Presídio de Amambai, se nós formos considerar todos os presídios que existem no Mato Grosso do Sul, os nº.s são bem maiores. Nós sabíamos que no ano passado, 78 indígenas estavam presos em Dourados.

Então, se a gente considera uma população indígena do Mato Grosso do Sul um pouco mais de 60 mil pessoas e um único presídio de 145, 38 dos presos são indígenas, isso não pode ter outra justificativa a não ser o preconceito, a discriminação que os povos indígenas continuam sofrendo nesse País! E essa situação nós temos que mudar. [Maracás]

Além dessa forma de violência, nós temos outras também e a Débora já se referiu a algumas delas. Crianças não podem falar a língua indígena na escola, isso é em muitas cidades do Brasil, onde as crianças são obrigadas, porque não têm escola nas suas aldeias a estudar na cidade mais próxima. Isso é um caso. Indígenas que não tem direito a emprego, que moram na cidade, mas não conseguem emprego. Indígenas que moram na cidade mas, não têm assistência da FUNAI nem da FUNASA, porque estão na cidade, porque tiveram que sair das suas aldeias porque estavam sendo perseguidos, ameaçados de morte.

Então, uma realidade hoje que nós enfrentamos no Brasil que não se diferencia muito, infelizmente, da

realidade instalada em 1500, com a invasão do Estado Português aqui nessas terras. Diante disso, senhores Senadores, senhores e senhoras Deputados, nós entendemos que está mais do que na hora do Congresso Nacional priorizar a discussão em torno do Estatuto dos Povos Indígenas. [Aplausos] [Maracás] Mas essa discussão, essa discussão tem que ser feita, como já foi falado aqui por vários indígenas, com a participação dos povos indígenas, nós não podemos admitir que empresários da mineração, que madeireiros construam o Estatuto dos Povos Indígenas. A Casa tem que ouvir os povos indígenas! [Maracás] [Aplausos]

E, realmente, nós conhecemos o empenho do Senador Paulo Paim, nós soubemos, acompanhamos todo o procedimento tomado depois da Audiência Pública que aconteceu no ano passado, na Comissão de Direitos Humanos do Senado, nessa Casa, onde ele apresentou uma proposta de criação de uma Comissão Mista para discutir todos os projetos de lei de interesse dos povos indígenas. A proposta foi aprovada. A Legislatura terminou e a Comissão não foi instalada. Porque não há interesse por parte da grande maioria das duas Casas.

Então, a gente agradece a oportunidade. Sabe já do compromisso dos Parlamentares que aqui se encontram. E a gente reitera esse pedido que é um pedido dos povos indígenas do Brasil, dos seus apoiadores, das entidades que apóiam. Srs. e Sr^{as}. Parlamentares priorizem os direitos dos povos indígenas do Brasil. Façam com que a Constituição Federal, seja respeitada e vamos criar possibilidades, dentro dessa Casa, de que os povos indígenas possam participar e possam construir um Estatuto dos Povos Indígenas que responda a seus reais interesses. Muito obrigado. [Aplausos] [Maracás]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Queremos também anunciar a presença, já conosco, da Senadora Serys Slhessarenko, comprometida com essa caminhada. Da Deputada Jô morais, deputada federal e do Deputado Federal Marco Antônio, todos conosco. Uma salva de palmas a todos aí que mais venham se somar a essa caminhada e de imediato passo a palavra ao Presidente da Fundação Nacional do índio, FUNAI, representado aqui, a presidência, por Márcio Augusto Freitas de Meira.

Só que não está aqui no meu papel, eu não vou adivinhar que ele não está. Quem está representando o Presidente da FUNAI? OSR. Arthur Nobre Mendes, satisfação. V.Exa. Está com a palavra, representando a FUNAI.

SR. ARTHUR NOBRE MENDES: Obrigado, Senador. Bom dia amigos. Lideranças indígenas aqui presentes. Senadores, Deputados, autoridades presentes.

Eu pediria, Senador Paim, que a FUNAI pudesse falar posteriormente porque eu estou aqui provisoriamente representando o Presidente, ele está no Ministério da Justiça onde, nesse momento, o Ministro está assinando algumas Portarias Declaratórias de terras indígenas e ele virá aqui trazer essa informação, essa notícia e poderá falar posteriormente. Então eu agradeceria se a palavra dele pudesse ser posterior.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está assegurado. Mas assim mesmo uma salva de palmas ao senhor que está aqui segurando a peteca, enquanto ele chega. [Aplausos] Eu passo a palavra de imediato à Procuradora Geral da República, doutora Déborah Duprat.

SRA. DÉBORAH DUPRAT: Bom dia a todos e a todas. Eu, inicialmente, obrigada. Eu gostaria de agradecer ao Senador Geraldo Mesquita pelas palavras carinhosas. Mas gostaria de iniciar fazendo também uma homenagem Maninha Xucuru Kariri. [Aplausos] Maninha foi mulher, Índia Xucuru e nordestina, ou seja, ela teve que lutar triplamente pela afirmação das suas identidades, né? Num ambiente onde ser índio, ser mulher é alguma coisa extremamente difícil. Maninha não foi vítima de uma bala, mas, emprestou todas as suas forças até o momento final da sua vida em face dos povos indígenas do Nordeste que lutam, até hoje, perante o Estado Brasileiro para manifestar a sua identidade. Além da luta pela terra, os povos do Nordeste estão a afirmar, no seu cotidiano, estão a lutar, no seu cotidiano pela afirmação da sua própria identidade.

Então, eu gostaria de fazer esse registro. E aproveitando as autoridades presentes aqui nessa Mesa, eu gostaria de lembrar que a última grande iniciativa do Congresso Nacional foi, a aprovação da Convenção 69, da OIT. Mas, por essa Convenção ficou absolutamente fora de dúvida de que todas as questões que interessem aos povos indígenas devem ser decididas apenas após a ouvida e a manifestação dos povos indígenas interessados. [Maracás] Isso não é um favor que se concede aos povos indígenas, isso é decorrência de lei. Isso é decorrência da Constituição. No entanto, eu gostaria de lembrar que esse Congresso Nacional, ele concedeu a licença, concedeu autorização para Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Eu gostaria de saber dos índios que estão atingidos por Belo Monte, quando foram ouvidos por esse Congresso para a concessão dessa licença? [Maracás] Eu gostaria de lembrar que se não foi aprovado está em vias de ser aprovado, o Decreto proposto, Decreto Legislativo cuja proposição é do Senador Mozarildo, de construção da Hidrelétrica de Cottingo, em Roraima. Exatamente na área indígena Raposa Serra do Sol. Eu gostaria de saber em que momento as comunidades daquele Estado

foram ouvidas ou qual é a intenção desse Congresso em Ouvi-las?

Por outro lado, na transposição do Rio São Francisco já há licença de instalação. O ponto de captação é na área Trucá, esse Congresso cuidou de reclamar para si a autorização para o empreendimento? Esse Congresso cuidou de buscar ouvir os índios para saber se era possível ou não esse empreendimento? A mesma coisa, Estreito. E a mesma coisa com relação a vários outros empreendimentos, principalmente do setor elétrico. Mas, eu gostaria de lembrar que não... Que no âmbito do Congresso, isso eu gostaria de falar no início, mas eu me confundo, às vezes, se há alguns ganhos a comemorar, e um muito simbólico é... Até o fortalecimento do movimento indígena perante o Congresso. Eu gostaria de lembrar que no ano passado o movimento que se apresentou ao Congresso tinha um espaço muito mais reduzido. Era uma sala, né? De uma Comissão, ganhou esse espaço grande. A presença de vários Parlamentares, o nº. é muito expressivo. Mas eu me lembro que no ano passado, uma das coisas que se falou nessa Audiência Pública, foi que o Congresso Nacional devia ser o espaço não só para buscar ouvir os índios com relação aos projetos que lhes afetassem diretamente, mas cabia ao Congresso Nacional um papel central de buscar que os índios participassem na construção dos grandes projetos da sociedade nacional, enquanto integrantes dessa sociedade. E portanto, era indispensável que os índios também participem daquilo que se acredita ser progresso ou desenvolvimento do País. Porque são partes dessa sociedade nacional. E eu gostaria de saber em que momento os índios foram ouvidos na construção do PAC?

Eu gostaria de lembrar que o PAC tem como um dos pontos centrais o etanol. E eu gostaria também de lembrar que o avanço da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul, tem um significado muito especial para os povos que lá estão. Até muito pouco tempo atrás, nós recolhíamos nas usinas de cana, índios aliciados mediante trabalho escravo. Eu gostaria de lembrar que o avanço da cultura da cana se dá sobre territórios tradicionalmente indígenas e que não estão, até hoje, demarcados porque a pressão dos produtores rurais de Mato Grosso do Sul, a pressão dos agricultores de Mato Grosso do Sul tem sido eficiente o suficiente no Ministério da Justiça para impedir a demarcação das terras dos índios de Mato Grosso do Sul.

Mas não é apenas o Congresso Nacional que não escuta os índios. Eu gostaria de aproveitar a presença da FUNASA aqui nessa Mesa, para lembrar que desde a primeira Conferência Nacional de Saúde Indígena, e já foram quatro, salvo engano, os índios reclamam,

os índios apontam a necessidade de se conferir autonomia aos Distritos Sanitários Especiais indígenas. O que não é nenhum favor da FUNASA não, é uma estipulação do próprio subsistema de saúde indígena. Até hoje a FUNASA não adotou nenhuma providência no sentido de conferir autonomia aos dissesis(F).

Então, é um desrespeito não só à voz dos índios, é um desrespeito também às determinações do próprio subsistema que foi concebido exatamente para garantir aos índios empoderamento das questões de saúde que lhes afetam diariamente. Eu gostaria de lembrar que os índios vêm denunciando a FUNASA pela municipalização da saúde indígena. No entanto [maracás] Isso só vem crescendo. A saúde indígena, desde que é que o subsistema de saúde indígena foi concebido, ela vem sendo executada em desacordo com a lei. Ela vem concedendo poderes às Coordenações Regionais da FUNASA, que não são órgão do subsistema. As coordenações regionais da FUNASA são indicações políticas, [maracás] e com isso há um desvirtuamento de todo o sistema de saúde indígena. O subsistema de saúde indígena tem sua centralidade no dissei, porque é onde se localiza também o controle social. A prestação da saúde indígena é uma obrigação direta do Estado, que foi ou municipalizada ou terceirizada. No entanto, apesar das denúncias, como eu disse, virem desde a Primeira Conferência Nacional, a FUNASA tapa os seus ouvidos e prefere continuar, equivocadamente, numa política genocida de saúde. [Maracás]

Eu gostaria de lembrar que além da FUNASA, a FUNAI, no processo de demarcação dos povos indígenas, se teve um papel, vamos reconhecer, bastante importante no início do processo, na gestão passada, na gestão do Presidente passado, ela começou a negar que os territórios indígenas, eles fossem demarcados a partir da organização social dos próprios índios. Ou seja, começou a negar aos próprios índios, voz, começou a negar aos próprios índios, além da voz, a sua própria identidade. Fez isso em vários estados. Particularmente-- [maracás] no Nordeste e particularmente em relação aos guaranis. Chegou a tal ponto que em uma reunião que a FUNAI promoveu em Brasília, o órgão fundiário da FUNAI fez um questionário para os índios Guaranis, perguntando para eles o seguinte: Se nós homologarmos, se nós reconhecermos essa terra como indígena, vocês param de se deslocar, param de ter mobilidade e se fixam no lugar? Ou seja, impondo aos Guaranis um modo de vida que é absolutamente estranho ao seu modo tradicional. Enfim, há, por parte do Estado Brasileiro, de uma maneira geral, e aí sem entrar no Judiciário, esse, então, não sabe sequer, talvez, o que seja índio.

Então, o Saulo já falou muito sobre essa criminalização, sobre essa tendência de principalmente as lideranças, elas estarem sujeitas a processos criminais como forma de calar. O movimento cada vez que se fortalece, ele está cada vez também, mais ameaçado pelas forças do Estado. Enfim, infelizmente, é esse o contexto que se apresenta para os povos indígenas. A celebrar-- [maracás] Como eu disse, a força cada vez maior do movimento. E a celebrar também a capacidade de resistir no dia-a-dia a todas essas forças contra o próprio movimento. Meus parabéns a vocês! [Aplausos] [Maracás]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós vamos continuar e conforme eu combinei ontem com as lideranças desse evento, nós vamos tocar direto aqui até as duas horas para terminarmos às duas horas esse evento. Então, nós ficaremos aqui ouvindo e fazendo o debate e dando os encaminhamentos antes do encerramento. Eu passo a palavra, nesse momento, a doutora Déborah Duprat. Doutora Déborah Duprat. Eu queria que ela levantasse. Pode ficar de pé um minuto. Porque... Eu descobri agora que a senhora está de aniversário e um parente aqui vai lhe dar um abraço, lhe dar um presente em nome dos povos indígenas.

[Aplausos] [Maracás] [Gritos] [Aplausos] [Maracás]

Doutora Débora, gostou da surpresa? A surpresa foi deles, eles que vieram me avisar aqui, fiquei sabendo agora. Eu passo a palavra, nesse momento, ao representante da FUNASA, mas antes registrando a presença da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que é uma das autoras também desse Requerimento. Que preside a Comissão de Assuntos Sociais aqui do Senado. [Aplausos] [Maracás]. Então passo a palavra nesse momento representando a Fundação Nacional de saúde, FUNASA oSR. Edigar Dias Magalhães. Então, Dr. Edigar com a palavra.

[NESSA MANIFESTAÇÃO HOUVE A INTERRUPÇÃO DO ÁUDIO DURANTE ALGUNS MINUTOS]

SR. EDIGAR DIAS MAGALHÃES: Bom dia a todos os índios presentes, bom dia componentes da Mesa. Doutor Danilo Fortes Presidente da FUNASA está hoje no Mato Grosso do Sul, inaugurando mais uma Casa de saúde do índio lá e pediu que eu o representasse nesse evento. O que é uma grande honra.

A FUNASA, o Ministério da Saúde, ele há 6 anos começou a implantação do subsistema de saúde indígena. Que, na minha concepção, é a primeira grande experiência de política pública específica, para as populações indígenas no Brasil, para os povos indígenas no Brasil. Rompemos com o ordenamento político dos territórios de municípios, de estados, criamos a ques-

tão dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas. E nesses 6 anos, veja que é uma política ainda criança e ainda em formação. Nesses seis anos, aumentamos bastante os recursos investidos em saúde indígena e a quantidade de pessoas, de profissionais trabalhando em área indígena. Passamos de cerca de dois mil, que existiam em 99, para hoje, mais de dez mil profissionais trabalhando nas terras indígenas do País com saúde indígena. Metade dessas pessoas, agentes indígenas de saúde e de saneamento, num processo de formação que vocês acompanham que dura três anos, não é? Esses são avanços, avanços que permitem o reconhecimento por parte do Estado, porque temos uma grande dívida histórica dos povos indígenas. Esses 500 anos de relação do Estado brasileiro com os seus povos indígenas, com essa parcela dos nossos cidadãos ela... A gente reconhece que é uma, uma relação violenta, uma relação brutal, não é? E temos que enquanto Estado, enquanto governo brasileiro reverter essa política. E estamos tentando.

O subsistema de saúde indígena, os Distritos Sanitários Especiais Indígenas são uma forma de organização, de tentar ver esses povos enquanto povos mesmo, enquanto relações sociais específicas. Essa forma que o Ministério da Saúde tenta de organizar os serviços, de expandir os serviços dentro das terras indígenas, ela tem dado vários resultados. Tem muitos lugares em que efetivamente, são reconhecidos e aplaudidos avanços. Melhoraram os serviços, diminuiu a mortalidade. Em nível nacional a gente tem a média nacional de mortalidade infantil dos povos indígenas, descendo de 70 por mil nascidos vivos, em 2000, para 40 por mil nascidos vivos, em 2006. Isso é um avanço, é claro que quando uma família perde uma criança, a sensação de dor é muito grande. E não interessa que a média nacional é boa. Quer saber do seu parente que está morrendo. Isso a gente reconhece esse grande sofrimento e é solidário com esse grande sofrimento. Temos muito que avançar em termos de Estado brasileiro com a nossa política de saúde.

A nossa política de saúde não só dentro do subsistema de saúde indígena, porque não é só FUNASA que tem que reconhecer os direitos indígenas. O Município, o Estado, o hospital dentro do Município tem que reconhecer os índios como índios. Todo o Estado brasileiro, toda a sociedade brasileira tem que dar ao índio os seus direitos, não é? Tem que reconhecer no índio os seus direitos, e atendê-lo de uma forma adequada. É inadmissível que, como no caso mencionado de Maninha Xucuru, seja levada à referência, a um Hospital de referência no Sistema único de Saúde e que lá não tenha um atendimento adequado, a família levando para um hospital particular, depois retornan-

do para o hospital da rede do sistema único de saúde, não é? A gente que trabalhou muito com a Maninha Xucuru, durante vários anos sente muito essa... Essa perda da nossa companheira de formulação de políticas, que encontramos tantas vezes.

Então, esse avanço que precisamos fazer na construção do subsistema de saúde indígena, ele é de hoje, não estou aqui para dizer que o subsistema está ótimo. Eu estou aqui para dizer que temos no Brasil uma proposta de política de saúde indígena, formulada pelo movimento indígena em várias instâncias. Temos institucionalizado, criado conselhos de saúde indígena. Temos um conselheiro indígena no Conselho nacional de saúde. Temos uma Comissão Permanente e Intersetorial de saúde indígena no Conselho nacional de saúde. Dois conselheiros, não é? São avanços que são lentos. São lentos ainda mais se a gente pensa que temos 500 anos de dívida para pagar. E estamos começando pagar essa dívida nesses 6 anos que estamos implantando a política nacional de saúde indígena. Temos muitos desafios. Temos que reconhecer e não podemos deixar de falar nisso, que o setor saúde não consegue medicalizar, tratar miséria, tá? Se os nossos povos indígenas estão em situação que não conseguem emprego, e têm uma lavoura de soja em volta da terra indígena, não tem um pedaço de madeira para fazer uma fogueira, tá? Tem a terra invadida por garimpeiros. Tem rios contaminados nas nascentes, que entram contaminados dentro da terra indígena. Não é o médico que vai ter um AAS para sarrar isso. Temos que ver que a saúde é determinada por múltiplos fatores. Muitas coisas dizem se uma pessoa ou uma comunidade, ou um povo vai ser saudável do ponto de vista físico, não é? Ou de um ponto de vista maior, ou não.

Então, temos que pensar como o Estado Brasileiro age em todas as suas políticas na educação, no meio ambiente, no desenvolvimento econômico, na justiça. Como o Estado Brasileiro age para garantir que essas populações tenham condições de vida saudáveis. E que.... E tendo reflexo nos indicadores de saúde. Hoje, acho que finalmente deve ser, deve ser assinada a criação da Comissão de política indigenista, Comissão Nacional de Política Indigenista, que é um primeiro passo para a gente ter o Conselho Nacional de Política Indigenista. Foi um acerto do abril indígena nos anos anteriores. Uma conquista de vocês, do movimento indígena na sua luta. E que vai ser um espaço para esses diversos órgãos de governos, para as diversas organizações indígenas conversarem profundamente sobre como são as políticas públicas para, com os povos indígenas, para os povos indígenas.

Existem muitas coisas a serem feitas e aí toca aqui ao Congresso Nacional, quando se fala em autonomia dos distritos, se fala em estrutura do Ministério de Saúde, fala em estrutura de financiamento do subsistema de saúde indígena, da sua inserção no sistema único de saúde, da lei 8080 que é a lei do Sistema Único de Saúde e tudo isso depende de regulamentação. A FUNASA não pode, por Portaria, criar unidades gestoras, criar estrutura administrativa, criar cargos e definir sozinho o seu orçamento. A gente precisa então que a sociedade brasileira e o Poder Legislativo, em conjunto, eu acho que a Comissão nacional de Política Indigenista vai ser um palco, vai ser uma instância para formular e oferecer para o Legislativo essa discussão. Em detalhes. Sobre os mecanismos que a gente realmente insere as comunidades, os direitos indígenas dentro da lei brasileira, da legislação brasileira, da legislação regulamentadora da Constituição Federal. Os direitos estão de uma forma geral, garantidos na Constituição Federal, mas eles precisam dos mecanismos para operar esse direito, para que ele seja válido dentro de cada órgão, dentro da FUNASA, dentro de todos os órgãos do governo. Eles precisam ser esmiuçados, eles precisam ser criados legalmente. Então, eu gostaria de dizer que a Fundação Nacional de Saúde, e o Ministério da Saúde, nós temos agora o Ministro Temporão, que é um sanitarista de carreira que deve fazer uma bela gestão à frente do Ministério de saúde. E que tem uma preocupação muito grande com a melhoria do Sistema Único de Saúde e tem manifestado uma preocupação grande, com o subsistema de saúde indígena, com todos esses problemas que vocês elencaram aqui que não nos cabe negá-los ou confirmá-los, já que existem os mecanismos de apuração no governo. Mas, que o Ministro Temporão está preocupado e tem se comprometido em aprofundar a instalação do subsistema de saúde indígena.

Então, a gente, enquanto Ministério da Saúde, quer aqui ser solidário com a luta, reconhecer que temos uma dívida com os povos indígenas, tá? E dizer que enquanto o governo, enquanto órgãos de governo estamos comprometidos em garantir o direito dos povos indígenas e apurar qualquer situação que tenha de irregular na nossa esfera de atuação. Obrigado e parabéns pelo dia de hoje. [Maracás]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Registramos que estão conosco também já, o Deputado Federal Antônio Roberto e Deputado federal Chico Alencar. Salva de palmas aos dois aí. E eu tenho o orgulho e a satisfação de nesse momento, passar a palavra ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos de minoria da Câmara dos Deputados, vocês todos conhecem que é o Deputado Luiz Couto,

que na verdade nós tínhamos combinado de dividir aqui entre nós três a presidência e eles permitiram que eu fosse coordenando os trabalhos. Então eu vou passar a palavra a ele. Em seguida à Senadora Patrícia e volto para os representantes de povos indígenas.

DEPUTADO LUIZ COUTO (PT-PB): Bom dia companheiros e companheiras. É o nosso cacique aqui é o Paim, não é? O cacique Paim aqui. Nós vamos aqui na Mesa.

Eu queria dizer o seguinte: Em primeiro lugar, importante que a comunidade indígena que é a Nação indígena, ela possa ter percebido de que não adiantava só resistir era preciso se organizar, se mobilizar e era importante que a própria, a própria as nações indígenas pudessem apresentar políticas públicas a partir das suas necessidades e a partir das decisões que eles estão tomando. E o poder público tem que ouvir sim. A Comissão de Direitos Humanos e minoria da Câmara conseguiu que é que todos os projetos que dizem respeito, a alguma ação com relação as terras indígenas ou qualquer tema ligado aos índios, que tem que passar pelo crivo do mérito na Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

O ano passado nós tivemos que enfrentar, depois da demarcação da Raposa Serra do Sol, uma série de projetos para tirar direitos das comunidades indígenas. Eu vi, essa semana, um Deputado lá de Roraima, reclamando da FUNAI e a argumentação que a FUNAI deveria sair de Roraima porque antes da FUNAI eles já estavam lá como plantadores lá de arroz. E que dizia como FUNAI: Saia daí que você está atrapalhando o progresso! E eu dizia para o Deputado: Deputado, antes da FUNAI lá estavam os índios que são donos daquela terra. [Aplausos] [Maracás] E é isso que de fato nós queremos, que de fato nós queremos, que a terra seja livre. Porque ela começou a ser escravizada a partir do momento em que foram decretadas as capitânicas hereditárias. Depois vieram as Sesmarias, depois a monocultura da cana-de-açúcar, através dos engenhos e usinas, tomando as terras dos nossos, daqueles que têm origem nessa terra e que são os verdadeiros donos desta terra. Depois, vem a monocultura do café. Novamente, as comunidades indígenas sendo despejadas e destruídas. Vem depois, a soja, vêm às madeiras para tomar também as terras dos índios. Os garimpos também para tomar as riquezas minerais. E o cuidado que nós temos é para que o etanol não venha também destruir e venha eliminar-- [maracás] diversas nações indígenas. Como vocês disseram, queremos o progresso, mas queremos discutir com o governo, que esse progresso não pode prejudicar o meio ambiente, não pode degradar o meio ambiente e tem que respeitar a forma de organização e a cultura dos nossos, das

nossas comunidades indígenas. Eu queria dizer que temos que retomar... E aí a idéia, Paim, é de fazermos uma Comissão Geral, transformar uma Sessão normal tanto da Câmara como do Senado, para que nós possamos discutir, a partir da ótica das comunidades indígenas, o Estatuto dos Povos Indígenas. Que desde 73 que está lá e agora é preciso retomar, mas com a discussão a partir das nossas comunidades indígenas. Daí uma Comissão Geral para retomar essa questão, ela é muito importante.

Há um Projeto de Lei que está tramitando e já no mérito ela foi encaminhada para a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, e que nós vamos derrotar com relação ao mérito. Porque esse projeto é algo que vai impedir demarcação de terras indígenas. Diz lá o seguinte: Que a demarcação de terras indígenas só terá validade depois que o Congresso Nacional homologar a decisão ou não. Que a gente sabe que o nosso Congresso, normalmente, na grande maioria, não é constituído de pessoas que estão defendendo as causas indígenas. Vamos derrotar esse projeto. Porque não deveria nunca ter a demarcação. As terras são terras indígenas, mas como tem, como temos que ter demarcação, essa demarcação tem que ser feita e tem que ser respeitada. [Maracás]

Então, eu queria dizer para vocês que há a necessidade sim de que vocês sejam não apenas ouvidos nas questões que estão ligadas às ações de vocês, mas vocês são chamados a participar, a decidir, a propor políticas públicas para as comunidades indígenas. Eu queria dizer, em nome da Comissão de Direitos Humanos que podem contar conosco, para que nós possamos fazer com que a terra seja sempre terra livre. Muito obrigado. [Aplausos] [Maracás]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria nesse momento, com muita satisfação e orgulho dessa Mesa convidar o grande Cacique Raoni para que ele viesse à Mesa e fazer uso da palavra se assim entender. [Aplausos]

Cacique Raoni junto com seus, que ele viesse à Mesa e fazer uso da palavra se assim ele entender. Também o líder Kiabu, Kiaboulo. O líder Kiaboulo. Está conosco também o Deputado João Almeida, da Bahia. Deputado José Geraldo também representando a Comissão da Amazônia. Nesse momento, com muito orgulho, nessa Audiência Pública nós passamos a palavra ao Cacique Raoni.

CACIQUE RAONI: [língua indígena]

TRADUTOR: Bom dia meus parentes que estavam aqui, bom dia Parlamentares e autoridades que estavam aqui. Muito obrigado porque nós estamos aqui pelos nossos dias que nós estamos aqui, para falar pelos nossos direitos. Brigar pelo nosso direito

para assegurar a nossa área, para não invadir que isso que eu quero falar para todos nossos parentes e autoridades que tiver aqui.

CACIQUE RAONI: [língua indígena].

TRADUTOR: Nós, índios, são os primeiros brasileiros e legítimos que nós estamos aqui. Pessoal que vem, descobriu, não foi descobriu, foi invadido e então até hoje que nós estamos aqui existe ainda. [Aplausos] [Maracás]

CACIQUE RAONI: [língua indígena]

TRADUTOR: Eu vou falar pelas autoridades e meus parentes de várias, de várias organizações que possam ajudar a nossa questão que eu não gosto de barragem, criar barragem. Eu não quero madeira. Eu não quero fazendeiro. Eu não quero invasores, porque eu estou segurando para nosso neto, para não acabar a nossa Amazônia.

CACIQUE RAONI: [língua indígena].

TRADUTOR: Vocês que, meus parentes que sabem muito bem, tem vários meus parentes que foram formados. Eu quero que vocês ensina o que é que os brancos que fala, mostra para gente que lá na nossa área, para nós brigar junto, unir, para nós desunir não, nós vamos unir, lutar, brigar pelos nossos direitos para não acabar nosso direito. [Maracás]

CACIQUE RAONI: [língua indígena]

TRADUTOR: Era só isso, eu quero dizer para vocês, meus parentes que estão presentes, de hoje que é nosso dia e Parlamentar estar aqui era só isso, muito obrigado um abraço para todo mundo! [Aplausos] [Maracás] Obrigado!

[canto indígena]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Com... Nós estávamos dividindo a presidência aqui entre eu, Senadora Patrícia, o Couto e agora vamos dividir essa presidência também, com nosso grande Cacique Raoni para alegria nossa, ele também é o Presidente de honra desta Audiência Pública. [Maracás]

Eu passo a palavra nesse momento para a Senadora Patrícia Saboya Gomes, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais que é uma das pessoas que assinou para que esse evento acontecesse, essa Audiência Pública.

SENADOR PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE):

Posso falar de pé?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):

Pó de falar de pé. Quero registrar a presença de Adão Preto, o grande lutador das causas populares conosco. Senadora Patrícia.

SENADOR PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE):

Bom dia a todos e a todas, sejam muito bem vindos nessa Casa, que é a Casa do povo. Eu quero

cumprimentar a Mesa em nome do Senador Paulo Paim, o nosso exemplo da luta, da coragem e da determinação de um homem que se preocupa e dedica o seu mandato a causa, principalmente, da minoria, das minorias do nosso País. Quero cumprimentar esse grande amigo, Luiz Couto, Deputado Luiz Couto Presidente da Comissão de direitos humanos e um grande parceiro também nessa luta. E a todos aqueles que compõem a Mesa, cumprimento na pessoa do Cacique Raoni.

Meus irmãos e minhas irmãs, o que nos traz aqui hoje é o momento de reflexão, mas um momento de reflexão não apenas da causa indígena mas o momento de reflexão de pensarmos o que é que nós desejamos para esse imenso País que foi construído, que foi ocupado antes de qualquer coisa pelos índios brasileiros. [Maracás] Foi ocupado e, infelizmente, ainda hoje, no ano de 2007, são cada vez mais prejudicados, discriminados, colocados à parte e à margem da nossa sociedade. Venho aqui hoje como Presidente da Comissão de assuntos sociais, mas também como Presidente e Coordenadora da Frente Parlamentar Pelos Direitos da Criança e do Adolescente do Congresso Nacional. Venho trazer a minha palavra e a minha solidariedade a todas as crianças indígenas que neste mesmo momento sofrem, morrem, são ameaçadas, exploradas tantas vezes até sexualmente por indivíduos que não têm o coração, que não têm generosidade e que não entendem que para se viver num País com progresso, com desenvolvimento e com justiça é preciso que ele seja um Brasil igual para todos. [Maracás] Todos os homens e mulheres, mas, infelizmente, o Brasil da realidade não é esse. O Brasil real ainda é aquele que humilha, que maltrata as crianças, que maltrata os jovens, que maltrata os mais velhos, os mais idosos, que maltrata principalmente as mulheres que ainda são vítimas de tantos preconceitos e de tanta violência. Vocês hoje aqui reunidos dão o exemplo ao Brasil de como, com boa-fé, com dignidade, com equilíbrio nós podemos reivindicar aquilo que é um direito do nosso povo, do povo indígena. [Maracás]

Trago aqui a minha palavra também não apenas como Parlamentar mas como mulher, como mãe que sabe como é difícil criar os nossos filhos numa sociedade tão violenta, numa sociedade que, muitas vezes, exclui as nossas crianças e o Brasil, muitas vezes, age de forma precipitada e errada quando para resolver, por exemplo, o problema da violência, acha que o melhor caminho é botar as crianças, ao invés de estar na escola, colocar as crianças na cadeia. É mesmo em vez de resolver o problema indígena é fazer com que os índios sumam, mas nós temos um compromisso de lutar ao

lado de cada um de vocês para fazer desse País um País justo-- [maracás] e um País mais digno.

Encerro, meus irmãos e minhas irmãs, com alegria muito especial porque muitas vezes quando chego em qualquer lugar ou aqui no Brasil, ou fora do Brasil a primeira coisa que me perguntam é se eu sou Índia. Se pudesse ser-- [Aplausos] [Maracás] Pelo meu jeito, pelo cabelo, pela corda minha pele, eu diria a cada um de vocês, com muito orgulho, porque nesse País em que temos um dos hinos mais bonitos do mundo, o Hino Nacional-- [maracás] ele diz: Um filho teu não foge à luta. Portanto, estamos aqui para lutar pela paz, pela prosperidade, estamos aqui para lutar por uma sociedade digna, justa, onde todos os homens e mulheres tenham direito de ser livre! Muito obrigada. Um grande abraço a vocês. [Aplausos] [Maracás]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Registro também a presença do Deputado Marcelo Serafim, representante da Comissão da Amazônia e dizer para vocês que... Já estiveram conosco aqui em torno de 18 Senadores e em torno de 14 Deputados Federais. E nesse momento eu passo a palavra ao Presidente da Fundação, ao Presidente da FUNAI, Dr. Márcio Augusto Freitas de Meira. Presidente da FUNAI, V.Exa. Está com a palavra, pode falar na tribuna ou pegar um dos microfones que estão na Mesa.

SR. MÁRCIO AUGUSTO FREITAS: Bom dia a todas as lideranças Indígenas-- [maracás] Caciques. Queria cumprimentar, em nome do Senador Paulo Paim toda a Mesa e todos os Parlamentares presentes aqui nessa Audiência Pública. Queria cumprimentar, em nome do Cacique Raoni e também aqui no Plenário, David Capenau Yanomami todas as lideranças indígenas presentes aqui no Plenário. [Maracás]

Nós assumimos a presidência da FUNAI há pouco menos de um mês e no dia da minha posse eu assumi alguns compromissos. Eu queria reafirmar esses compromissos aqui. O primeiro compromisso, que foi uma orientação inclusive, que eu recebi do Presidente Lula e do Ministro Tarso Genro que a Fundação Nacional do índio tem que ser uma instituição do Estado que permanentemente dialogue com os povos indígenas, suas lideranças, suas organizações. Que o Presidente da FUNAI não tem que ficar só em Brasília, o Presidente da FUNAI tem que ir nas aldeias, tem que conversar com os índios, tem que dialogar olho no olho com as lideranças indígenas. [Maracás] Nessas três semanas que eu estou presente na FUNAI, eu já recebi em audiência, Senador Suplicy, mais de 200 lideranças indígenas, em audiência na sede da FUNAI. E viajei mais de dez mil quilômetros, inclusive, indo em aldeias longínquas do nosso País em regiões de fronteira do nosso País. E é assim que nós vamos continuar. Esse é um

compromisso que eu queria reafirmar aqui perante vocês. Nesse diálogo é importante que ele se estabeleça institucionalmente, ele não pode ser apenas um diálogo fraterno, solidário, mas ele tem que ser institucional. E o movimento indígena reivindica há muito tempo, que o governo criasse uma Comissão Nacional de Política Indigenista que aponte, inclusive, na direção de um Conselho Nacional de Política Indigenista. Há um ano o Presidente Lula, por Decreto, criou essa Comissão. Estava ainda por serem nomeados, os seus membros. Eu cheguei agora aqui, Senador, um pouco atrasado. Peço desculpas, porque eu estava com o Ministro da Justiça, Tarso Genro, nesse momento, no Ministério da Justiça em que o Ministro assinou a Portaria de nomeação dos membros da Comissão Nacional de Política Indigenista. [Aplausos] [Maracás]

Esse é um compromisso que nós assumimos na minha posse e em menos de um mês eu falei lá que o nosso compromisso era que, no dia do índio nós daríamos posse à Comissão. Agora nós esperamos que essa Comissão trabalhe, nós vamos trabalhar duro. A idéia é que a gente possa ter as reuniões ordinárias da Comissão freqüentes, para que a gente possa destravar a pauta indígena brasileira. Nós precisamos destravar os processos de demarcação. Precisamos destravar os processos de homologação. Precisamos garantir aos povos indígenas os direitos que têm tradicionais sobre suas terras. E hoje, nesse início de processo para destravar as declarações e homologações de terras indígenas, também o Ministério da Justiça, o Ministro Tarso Genro assinou as Portarias declaratórias de 7 terras indígenas que estavam travadas no processo administrativo e que nós fizemos duro, essas duas semanas, três semanas, a equipe de servidores da FUNAI. A equipe dos servidores do Ministério da Justiça trabalhando duro, trabalhando duro, às vezes até de madrugada, para que os processos pudessem chegar ao dia de hoje e a gente pudesse ter a assinatura dessas Portarias. Tem terras indígenas que foram declaradas hoje que, fruto de lutas de 30 anos e que hoje foram declaradas terras indígenas pelo Ministro da Justiça. Eu quero dizer que hoje é apenas o primeiro dia desse processo para que a gente destrave, não é? Essas terras indígenas. Nós continuaremos dia a dia, na FUNAI, ao lado dos índios para que a gente possa garantir esses direitos históricos, não é? Às suas terras.

Um segundo importante compromisso que eu assumi na minha posse e que eu quero reafirmar aqui: É que a FUNAI, a Fundação Nacional do índio é um órgão do Estado que precisa ser valorizado, precisa ser recuperado, precisa ter condições técnicas, funcionários adequados, capacitados, com salários dignos e para

isso eu quero informar a vocês aqui também agora em primeira mão, Senador Nery, que ontem nós concluímos uma costura com o Ministério do Planejamento, com o Ministério da Justiça com o apoio da Casa Civil, um grupo de trabalho que começará a trabalhar na segunda-feira e que até junho apresentará à presidência da FUNAI e ao Ministro da Justiça a proposta de planos de cargos e salários para os funcionários da FUNAI. Esse parece um tema separado do que nós estamos falando hoje aqui, dos direitos indígenas, mas não é não. É essencial para que nós possamos garantir que uma política indigenista de qualidade no Brasil, que a Fundação Nacional do Índio recupere a sua capacidade de articulação, de integração das ações de política pública.

Terceiro ponto que eu reivindico como importante, que é também esse de que a política pública ou as políticas públicas, no plural, voltados para os povos indígenas não podem ser apenas a política da FUNAI. A FUNAI é um órgão necessário, importante, decisivo, tem que ter um papel protagonista, tem que ter um papel protagonista no diálogo com os povos indígenas e aí a Comissão tem um papel fundamental. Mas as políticas públicas têm que estar no Ministério da Cultura, tem que estar no Ministério da Educação, tem que estar no Ministério da Saúde, tem que estar no Ministério do meio ambiente. No Ministério, enfim, das Cidades e todos os outros Ministérios e órgãos do Governo Federal. Nós precisamos qualificar essas políticas públicas voltadas para os povos indígenas. E esse é outro compromisso que nós precisamos assumir e que assumimos na minha posse que eu quero aqui assumir novamente nesse momento tão importante.

Eu gostaria, finalmente, de dizer que eu, pessoalmente, sou antropólogo, sou do Pará, sou da Amazônia e antes de estar aqui na presidência da FUNAI, trabalhei muitos anos com os povos indígenas na região do Rio Negro, no Amazonas, na fronteira do Brasil com a Colômbia. Demarqueei terras indígenas. Estive ao lado dos índios nas lutas deles contra os garimpeiros, contra os invasores. Conseguimos conquistar lá a demarcação dessas terras. Conseguimos conquistar também, a organização dos índios em uma Federação muito importante. Portanto, eu sempre tive lado, meu lado sempre foi o lado das causas dos povos indígenas. E não é porque agora eu estou no governo que presidindo a FUNAI, que eu vá mudar de lado. Pelo contrário, o meu lado será na presidência da FUNAI sobre ao lado dos povos indígenas e vocês podem contar com o Presidente da FUNAI [maracás] Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Registramos a presença, nesse momento, chegando aqui devagar, devagar, devagarinho, mas

muito rápida na palavra, na ação, da Deputada Janete Pieta. Está ali apoiada ali, mas está vindo aqui para apoiar o movimento. É também da Comissão de Direitos Humanos da Câmara. E o Deputado Pedro Wilson, que foi também Presidente daquela Comissão e é um lutador por essa causa. Uma salva de palmas para os dois. [Aplausos]

E eu quero passar a palavra de imediato à representante da Advocacia Geral da União Dr. Alda Freire de Carvalho.

SRA. ALDA FREIRE DE CARVALHO: Bom dia a todos, quero cumprimentar inicialmente eu quero cumprimentar a senhora Leila Aquino, representante do grupo Guarani, do povo Guarani Caiua aqui presente, nessa Mesa a quem eu estendo estes cumprimentos aos demais indígenas, lideranças presentes. Agradeço, em segundo plano, ao.... Ao convite desta Casa do Senador Paulo Paim, para representar a Advocacia Geral da União neste evento.

Eu gostaria de, inicialmente, só dizer que é muita satisfação mesmo eu poder estar aqui revendo alguns amigos líderes que trabalhei junto. E aqui nossos, o nosso povo Xavante representando aqui com suas lideranças presentes. Principalmente na luta da demarcação da terra indígena Marai Uate sete(F), a qual nós trabalhamos muito... [Maracás] Conseguimos essa demarcação e eu fico muito feliz em vê-los presente nesse evento, sadios, vivos, porque a luta foi muito grande. E dizer que a Advocacia Geral da União, ela não poderia também estar afastada desse momento. Ela, além de, tem por obrigação institucional a defesa da administração pública, jurídica, judicial, extra judicial e judicial da administração pública federal. Ela também é muito... Teve muita preocupação com a questão indígena. Por isso, a Advocacia Geral da União, além de fazer as suas obrigações institucionais na defesa jurídica, defesa judicial e extrajudicial dos interesses dos povos indígenas, ela também criou, dentro da Advocacia, uma Comissão de Assuntos Indígenas. Essa Comissão, ela trata exatamente para orientar e tratar dessas questões que envolvem os órgãos federais envolvidos nessa área. E nós temos, além disso, dessa Comissão, que ela é permanente, ela também foi criada uma Câmara de conciliação entre os órgãos federais. E temos o poder, temos tido grandes vitórias com essa, esse trabalho e a preocupação muito grande com essa questão indígena. A Advocacia Geral da União tem se manifestado, sempre que possível, nessas áreas orientando os nossos órgãos públicos, as nossas Procuradorias Jurídicas, que ficam direcionadas, afetas aos órgãos, às fundações, às autarquias, aos Ministérios através de suas consultorias jurídicas, para que essa questão seja tratada com mais afinco.

Entre... E queria também traçar rapidamente aqui, um comentário que está nos preocupando muito: Que foi uma decisão do Tribunal de Contas da União publicado no Diário Oficial do dia 13 de abril, sexta-feira. E que talvez todos vocês não, não tenham ainda tomado conhecimento, mas os órgãos federais que aqui estão presentes já tomaram. A Advocacia está muito preocupada com aquela decisão, com todo o respeito ao Egrégio Tribunal, mas a Advocacia hoje vai se reunir, o nosso Advogado Geral determinou que se faça uma reunião com todos os órgãos envolvidos nessa decisão do Tribunal, as nossas Procuradorias jurídicas da FUNAI, Ibama e outros órgãos, para encontrarmos uma melhor saída de recorrer daquela decisão. E assim faremos. Isso, nós acreditamos que essa decisão, ela vem tumultuar bastante a questão indígena. Os povos indígenas. Sem querer agora entrar no mérito porque nós vamos ainda nos reunir hoje, às 16 horas para tomar as nossas decisões, eu gostaria de dizer que embora ela, ela... O Tribunal de Contas, no nosso entendimento, estendeu muito esta decisão indo de encontro realmente aos interesses dos povos indígenas. Então, nós vamos avaliar, estudar e recorrer naquilo que for necessário junto ao Tribunal. Isso é uma coisa que está nos preocupando em demasia.

E sem falar que também a Advocacia Geral da União é muito preocupada com a questão do povo Guarani, Guarani que vai do Espírito Santo ao Rio Grande do Sul é... Nós também já criamos lá nessa Comissão de arbitramento e de conciliação já o ano passado, ainda na gestão do Ministro Álvaro Augusto Ribeiro da Costa, nós conseguimos dar um parecer normativo para facilitar a FUNAI o direito de compra de terras para as populações que não possuem mais espaço, tradicionalmente, para ocupar o seu povo. Para a ocupação do seu povo. Então esse parecer, ele tem, deverá facilitar e auxiliar muito isso já foi uma iniciativa da advocacia geral da União.

Então, eu concluo dizendo que é com muito prazer que nós, que eu estou nesse presente momento ouvindo todos esses lamentos. E dizer que nós estamos, a Advocacia está também de porta aberta para receber vocês em reclamações, em solicitações dizendo também que, infelizmente, lamentavelmente, nem todos os nossos membros fazem a advocacia realmente forte voltada para a defesa dos interesses indígenas. Infelizmente, nem todos possuem a sensibilidade para esse, essa questão. Fazem mais do que, procuram fazer institucional aumento, como a gente fala, de ofício. Não abraçam a causa. Então, eu sei que há reclamações nesse sentido com reclamação inclusive, a índios presos, nessa quantidade de índios presos já citados aqui pelo Dr. Saulo. E outros casos

mais que tendem, de uma advocacia mais presente dos nossos Procuradores Federais, dos nossos Advogados da União. Mas, infelizmente, nós trabalhamos juntos e estamos lá tentando reverter todo esse quadro dentro das possibilidades que a gente possui.

Eu quero agradecer mais uma vez ao convite da Mesa, da Comissão desta Casa que tem sempre recebido os povos com muito orgulho. Muito obrigada. [Maracás]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra nesse momento ao Dr. Eduardo Véles Martins, representando o Ministério do Meio Ambiente, a Ministra Marina Silva. Você pode usar um dos microfones aqui da Mesa ou a Tribuna.

SR. EDUARDO VÉLES MARTINS: Muito bom dia a todos e a todas. Queria inicialmente saudar o Senador Paulo Paim, que está na coordenação dos trabalhos, juntamente com o cacique Raoni, e saudar de forma muito especial e transmitir aqui o abraço carinhoso da Ministra Marina Silva a todos os representantes dos povos indígenas do Brasil que estão aqui hoje, num dia de reflexão, num dia de reivindicação, mas num dia também em que nós precisamos reconhecer avanços que temos tido nessa árdua jornada da construção dos direitos dos povos indígenas. É com esse espírito que pretendo passar algumas informações importantes para registrar uma série de atividades que demonstram, com muita satisfação, que hoje no Brasil as políticas ambientais andam de mãos dadas com a política indigenista, com a causa indígena. Ministério do Meio Ambiente, hoje, tem na construção das suas políticas ambientais a causa indígena plenamente incorporada. Reconhecemos que há uma série de questões que precisam ser qualificadas. Políticas que precisam ser desenvolvidas de forma mais profunda, mas que temos tido, especialmente a partir da determinação da Ministra Marina Silva uma série de avanços.

Queria destacar aqui Três planos, três níveis relacionados aos direitos indígenas importantes. O primeiro deles diz respeito ao direito a territorialidade. Nesse sentido o Ministério do Meio Ambiente conseguiu incorporar a dimensão do direito indígena aos seus territórios, nos processos de planejamento de novas unidades de conservação. Com isso nós deixamos de ter conflitos que tínhamos no passado em que os órgãos ambientais demarcavam sem levar em consideração as questões locais, muitas vezes criando conflito entre as unidades de conservação, os parques, as reservas biológicas, estações ecológicas e terras indígenas. Essa é uma questão que foi minimizada na medida em que não temos mais tido esse tipo de conflito, porque se considera no desenho das unidades de conservação, das novas unidades de

conservação o direito aos territórios indígenas como uma questão de exclusão das novas áreas que serão estabelecidas. Essa é uma questão importante, é um conflito que deixou de ser perpetuado. E isso deve ser destacado na medida em que nós conseguimos implementar no mandato da Ministra Marina Silva, 20 milhões de hectares de unidade de conservação no País. O segundo plano diz respeito aos direitos ao desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, o Ministério do Meio Ambiente tem alocado recursos em programas de sustentabilidade social, econômica e ambiental em terras indígenas através da carteira indígena, mobilizando recursos internacionais e recursos do orçamento para diversos projetos em terras indígenas em todo o País. Estamos construindo juntamente com os colegas da FUNAI e com representantes de vários povos indígenas um programa para conservação da biodiversidade em terras indígenas com recursos do GEF(F), Fundo Mundial da Conservação. Em fevereiro desse ano tivemos a felicidade de ver implementado, sancionado o Decreto 6040 que cria a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, onde os povos indígenas têm um papel fundamental no sentido de que as ações tanto do Ministério de meio ambiente, quanto dos outros Ministérios, voltado a políticas de desenvolvimento sustentável, tenham um marco estruturante consolidado e com uma ação de participação plena dos representantes dos povos e comunidades tradicionais através da Comissão nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais.

Outro plano de afirmação, de construção de direitos indígenas, diz direito... Aos direitos dos povos indígenas sobre seus conhecimentos tradicionais. De longa data nós temos inúmeros casos no Brasil, tristes casos de bio pirataria. Temos assistido a apropriação indevida dos conhecimentos tradicionais, conhecimentos milenares, muitas vezes conhecimentos sagrados, sem que o Estado tivesse qualquer mecanismo de ação. A partir do trabalho do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético temos implementado a Medida Provisória 2186 que estabelece uma série de direitos aos povos indígenas em relação aos seus conhecimentos tradicionais. E nesse sentido, hoje no Brasil, nenhuma empresa, nenhuma instituição pode ter acesso aos conhecimentos tradicionais sem antes a apresentação do consentimento prévio fundamentado do povo indígena que detém aquele conhecimento para o Conselho para que o Conselho, então, permita a realização da atividade. Essa é uma ação que tem mostrado seus resultados a partir de 2003, onde nós temos concedido as primeiras autorizações de acesso a conhecimento tradicional, mediante a apresentação

do consentimento prévio fundamentado por parte das comunidades dos povos indígenas. Reconhecemos que precisamos avançar do ponto de vista legal para uma lei que trate de forma completa a afirmação dos direitos intelectuais coletivos dos povos indígenas em relação aos seus conhecimentos tradicionais. a Ministra Marina Silva quando era Senadora, apresentou um Projeto de Lei nesta Casa e pretende através do Governo submeter novo Projeto de Lei ainda este ano, apresentando uma atualização de sua proposta no sentido de que a Legislação brasileira reconheça plenamente e dote o Estado de instrumentos para que o exercício dos direitos dos povos indígenas sobre seus conhecimentos tradicionais, seja pleno.

Por fim queria dizer que nada disso seria possível sem a efetiva participação dos povos indígenas, sem o diálogo permanente e nesse sentido o Ministério do Meio Ambiente tem procurado na construção das políticas, nos fóruns de decisão incluir a participação indígena. Nas conferências nacionais de meio ambiente tivemos expressiva participação dos representantes indígenas que qualificaram em muito os resultados das conferências onde as questões indígenas, a causa indigenista tem sido plenamente absorvida e incorporada. Os nossos conselhos, a Comissão nacional de biodiversidade, o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético e outros órgãos colegiados do Ministério de Meio Ambiente têm a presença de representantes indígenas. Reconhecemos que temos que avançar no contato direto com as comunidades para que essa participação seja mais efetiva. E esse é um compromisso do novo mandato da Ministra Marina Silva, mas temos sim assegurado espaço para uma participação diária nesses fóruns, nesses processos de construção e de implementação das políticas ambientais.

Não quero me estender no tempo. Queria fazer o registro desses três planos de afirmação e de construção dos direitos. Renovar os compromissos do Ministério do Meio Ambiente de trabalhar com intensidade e vigor e transmitir nosso desejo de muita força a todos e a todas que estão aqui nessa árdua jornada da construção dos direitos indígenas, que é uma construção que deve ser assumida por toda a sociedade brasileira. Muito obrigado. Bom dia a todos.[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Eu registro a presença conosco também da Deputada Federal Janete Capiberibe que tem demonstrado também todo seu compromisso com essa causa, da Senadora Ideli Salvatti que está numa reunião neste momento fora da Casa, ela mandou justificar com a palavra do seu compromisso com a causa dos povos indígenas. E aqui conosco o Senador Flávio Arns que é um lutador das causas sociais.

Então, palmas aos três anunciados, todos comprometidos com a mesma luta.

[palmas]

E nesse momento eu passo a palavra para o representante do Ministério da Educação, Sr. Eduardo Velez.

SR. EDUARDO VELEZ: Bom dia a todos, a todas. Bom dia aos representantes da Mesa, a todas autoridades indígenas, autoridades Parlamentares do Poder Executivo.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer, informar que o Ministério da Educação na voz do Ministro da Educação Fernando Haddad, me incumbiu como antropólogo da coordenação geral de educação escolar indígena, unidade específica do MEC que trata da questão da educação escolar indígena de realizar esta fala com a presença dos povos indígenas na Casa Legislativa e de construção dos direitos.

Bom, o MEC já no Governo passado ele criou, inovou institucionalmente e implementou uma Secretaria específica para o tratamento dos assuntos relativos a diversidade cultural, social existente nesse País, que foi a Secretaria de Educação continuada, alfabetização e diversidade que a gente chama pela sigla de SECAD. Esse passo dado na esfera da administração pública brasileira, dirigida à diversidade é dada em atenção especialmente, aos povos indígenas e às demais formas de comunidades tradicionais e outras formas de comunidades específicas ou comunidades discriminadas nesse País. A SECAD possui uma unidade, que já tem história no Ministério da Educação que é a da coordenação geral de apoio à educação escolar indígena, que hoje se chama Coordenação Geral De Educação Escolar Indígena, cujo coordenador Geral é o Kleber Gesterá Matos o qual me incumbiu, dentro da coordenação a vir falar com vocês e poder estar fazendo esse trabalho aqui junto com todos aqui.

A coordenação geral, hoje, a primeira questão seria apresentar em alguns n.º.s um retrato da educação escolar indígena no Brasil datado de 2006, quer dizer, esses dados são do Censo Escolar produzido pelo INEP, uma instituição de pesquisa do MEC e que conta com o apoio dos diretores das escolas indígenas, das Secretarias Estaduais e Municipais de educação para realizar o Censo Escolar indígena. O Censo Escolar indígena apresenta que hoje no Brasil, nós temos 2422 escolas indígenas. Nessas 2422 escolas indígenas nós temos 9700 professores indígenas nessas escolas. Isso quer dizer que do total de professores que atuam nas escolas indígenas hoje, graças e ao esforço de todos os povos indígenas do Brasil 90% dos professores são indígenas. Professores que estão com processos de formação realizados... Em realização e em processo

de expansão no nível superior no caso das licenciaturas indígenas. Bom, em termos de n.º.s, de alunos, hoje nós temos 174 mil 255 alunos indígenas dentro da rede da educação escolar indígena. É importante dizer que nesse n.º. não estão cadastrados os alunos que estão fazendo, utilizando o sistema público de ensino em outras escolas que não as escolas indígenas. Desse total de alunos indígenas, quase 200 mil alunos indígenas nós temos na educação infantil quase 19 mil alunos de primeira à quarta série ou primeiro segmento do Ensino Fundamental, 105 mil alunos, de 5ª a oitava série, 28 mil quase 29 mil alunos, no Ensino Médio, 7900 alunos, na educação de jovens e adultos, 13200 alunos. Com foi dito por uma liderança indígena, a Débora, mais cedo. Nós temos, então, nesse quadro, podemos verificar que nós temos um grande, vários desafios para o Governo nesses próximos 4 anos de gestão, para superar a questão da construção e efetivação do Ensino Médio escolar indígena específico e voltado para os povos indígenas, isto é, nós temos que ampliar o n.º. de escolas que oferecem às escolas indígenas. O n.º. importante é que nos últimos 4 anos de Governo, a matrícula nas escolas indígenas aumentou em 49%, isso quer dizer o seguinte, que em 2002 nós tínhamos 117 mil alunos indígenas cadastrados em escolas indígenas do Brasil. Hoje, quer dizer, dados de 2006 nós temos 174 mil, quer dizer, a matrícula aumentou na faixa de 48,3%, os povos indígenas estão ingressando estão sendo reconhecidos nas escolas indígenas. Um trabalho incansável que a coordenação escolar indígena e o INEP vêm fazendo de adequar e valorizar a identificação e o reconhecimento das escolas indígenas. Isso também implicou no aumento no n.º. de escolas indígenas, se nós tínhamos 1700 escolas indígenas em 2002, hoje nós temos 2422 escolas indígenas no Brasil. Isso quer dizer que aproximadamente 2400 aldeias contam com uma escola, um estabelecimento escolar público que oferece educação escolar indígena no Brasil. Essas aldeias podem ser aldeias que abrigam na faixa de uma aldeia até 3 mil pessoas, até aldeias que contam com algumas famílias.

Bom, é importante dizer nessa Casa que além do MEC, que tem a coordenação da política da educação escolar indígena, duas instâncias, do Poder Executivo dentro do Pacto Federativo são responsáveis pela execução da educação escolar indígena na ponta, nas escolas, nas aldeias. São as Secretarias Estaduais de educação que hoje no Brasil são 23 Secretarias Estaduais de educação que oferecem serviços ou devem oferecer serviços para execução da política de educação indígena no nível básico. Situam-se dentre os 23 Estados, o Distrito Federal, o Rio Grande do Norte, o

Piauí. O Espírito Santo não tem uma Secretaria Estadual de Educação, mas o Espírito Santo conta com sete escolas indígenas no Município de Aracruz, é o Município de Aracruz que oferece, uma unidade Executiva para atender aos povos indígenas. Nas Secretarias Municipais de educação, nós temos 175 Secretarias Municipais com a incumbência de administrar as escolas especialmente nos Estados do Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Pará, Paraíba que tem três Municípios na Paraíba e no Espírito Santo como eu acabei de falar, no Município de Aracruz.

Bom, vamos agora, então, para nossa incumbência de efetivar os direitos indígenas no que se refere ao campo da educação. Quais são as ações que o MEC vem consolidando na sua história enquanto MEC? E hoje no Governo que realizou-se nos últimos quatro anos, e depois eu vou falar das propostas para os nossos próximos 4 anos, ou 3 anos e meio. A formação específica de professores indígenas para educação básica. Tanto em nível de Magistério como em nível de licenciatura ou curso superior para formação de professores indígenas. Lembrem quando eu mostrei o quadro de que nós temos mais da metade dos alunos de primeira à quarta série, então, o desafio é ter alunos na 5ª e 8ª série no Ensino Médio, para isso, professores indígenas formados em nível superior. O MEC tem uma ação, que é a formação em nível superior que foi inaugurada com... Pioneiramente não pelo MEC mas pela universidade do Estado do Mato Grosso que foi a Unemat, seguida também em termos de Federais pela Universidade Federal de Roraima e hoje nós contamos no Brasil com sete cursos, sete projetos que oferecem formação superior específica para povos indígenas. Ingressaram também nessa luta, as Universidades Federais de Minas Gerais, a Universidade Estadual do Amazonas com a articulação, com um projeto inovador com a organização geral dos professores Ticuna bilíngüe, a GPTB. Também está realizando curso anualmente, Universidade Federal da Grande Dourados, a Universidade Federal de Goiás, parceria com a Universidade Federal de Tocantins e a universidade São Paulo, USP, um projeto de pedagogia para os Guaranis.

Outra grande ação, ampliação de oferta de educação básica nas escolas indígenas. Esses números que mostra o aumento de quase 50% da matrícula é o esforço de ir a cada Município, cada Secretaria e buscar, identificar e reconhecer as escolas indígenas, reconhecer que elas têm um estatuto próprio, reconhecer que elas têm que ter uma carga horária específica, adequada a realidade de cada povo indígena. Adequada a gestão dos territórios desses povos indígenas e adequadas aos projetos de futuro desses povos. Nós

reconhecemos que a oferta tem que seguir também no reconhecimento dessas escolas.

Outra ação do MEC é a construção de política de Ensino Médio integrado em harmonia com os projetos societários de cada povo indígena. Isto é, o Ensino Médio hoje ele deve ser construído com os povos indígenas e junto com os povos indígenas para lidarmos com os vários desafios que os povos indígenas têm em suas terras. Quais são eles? Alguns foram citados aqui: A questão de uma saúde específica e adequada vinculada ao subsistema de saúde indígena que seja articulada com cada terra indígena. Outra grande questão da sustentabilidade dessas terras e desses povos é com relação à gestão dos seus recursos sócio ambientais. Então, Ensino Médio tem que estar voltado à formação dos povos indígenas para lidar com enfrentamentos dos desafios da sustentabilidade de suas terras. Essa é uma ação que o MEC está implementando.

Outra ação do MEC é produção de materiais didáticos específicos na forma de Cds, DVDs, apoiando a criação de programas de rádio. A idéia também, de que não ficar preso aos Estados ou Municípios como a base da administração das escolas indígenas, mas pensar os territórios indígenas como forma de uma política de educação. Como é o caso que nós temos hoje, o processo de formação dos professores guarani na região Sul do Brasil, que é um projeto de formação para os guaranis desde o Rio Grande do Sul ao Espírito Santo. A territorialidade do Guarani tem que ser respeitada, está sendo, para realização de projeto de formação desse povo. Até para poder atender a questão da mobilidade desses povos.

Bom, outro grande desafio é o fortalecimento, a criação dos controles, das instituições de controle social indígena para a anuência, para a oitiva, para que a convenção 169 se faça realizar na prática, na esfera do Poder Executivo Municipal. Ok. Bom, outra ação do MEC é o combate ao preconceito e discriminação contra os povos indígenas, no sistema de ensino, reconhecemos que temos feito um esforço muito grande para que os sistemas de ensino, Municipais ou Estaduais, possam reconhecer as legítimas demandas por uma educação diferenciada, de qualidade que devem ser prestadas aos povos indígenas, podendo solucionar a questão de que índios e suas línguas têm que está como parte integrante dos projetos curriculares desses povos nas escolas. Quais são os grandes desafios? Seria garantir a efetividade dos direitos. Eu poderia falar de quais são os instrumentos legais, mas não tenho tempo aqui, mas reconhecemos que dezenas de Municípios não aplicam como deveriam os recursos disponíveis para educação. Então, nós temos três grandes desafios

nessa esfera. Primeiro, a gestão da educação pública no Brasil na sua municipalização ou estadualização é um problema não só dos índios, é um problema da população brasileira como um todo, sabemos que grande parte dos recursos que eram do FUNDEF e agora são do FUNDEB e que são alocados para as escolas públicas do Brasil, incluindo as indígenas, são problemas de recursos que não são aplicados diretamente nas escolas. Temos que enfrentar isso. Temos que enfrentar também a questão de que quando uma secretaria municipal de educação está com a intenção de aplicar esses recursos voltados para a educação escolar indígena, ainda não tem aquela capacitação técnica suficiente para entender os projetos lingüísticos e os projetos societários desses povos.

Então, temos que enfrentar a questão de dar insumos, conhecimento, colocar os índios junto dessas secretarias, para que as secretarias que estão com a intenção de fazerem isso, possam fazê-lo para além da intenção. E um terceiro ponto da gestão da escola pública, é que nós reconhecemos que existem ainda, forças contrárias à ação de uma construção de uma política de educação para os povos indígenas. Porque sabemos que a educação indígena tem levado muitos representantes indígenas à ocupação das esferas do poder. Então hoje temos Prefeitos indígenas, Vereadores indígenas. Tivemos já, deputados nessa Casa que participaram da construção da legislação, por serem pessoas formada e passaram pelo processo de educação. Então a educação é um importante instrumento de fortalecimento dos direitos indígenas, de conquista e acesso e de empoderamento de seus povos.

Outra grande questão, desafio, é que muitos cursos de formação e processos administrativos não ainda garantem a qualidade. O MEC tem que intervir no processo de formação de qualidade dos professores. Não há garantia de autonomia político pedagógica das escolas. Temos que fortalecer a garantia legal de que as escolas indígenas são autônomas e que elas têm direito próprio a constituir seus currículos, sua grade horária, seus projetos de cursos. Eles é que vão determinar isso. Outro grande desafio é uma gestão deficiente de programas de merenda escolar, livros, materiais didáticos e transporte, apesar do MEC ter uma série de programas voltados para a merenda específica, para o transporte escolar, e para a produção de material didático, reconhecemos que temos que ampliar a capacidade de execução desses programas, junto com os povos indígenas e chegando junto aos sistemas de educação que executam esses serviços. Para isso, o grande desafio é aperfeiçoar o regime de colaboração que existe entre o poder federal, os Municípios e os Estados. Quer dizer, o pacto federativo é uma deter-

minação constitucional que impõe as relações entre MEC, secretarias Municipais e estaduais de educação, uma forma de gestão. Nós queremos aperfeiçoar o regime de colaboração para que todos possam estar garantindo a educação escolar indígena de qualidade. Então também nessa mesma relação garantir o papel de coordenação que o Ministério da Educação tem nesse processo de execução da política pública de educação indígena. Garantir que a Legislação seja cumprida, garantir que o controle social indígena se amplie. Hoje nós temos quatro Estados brasileiros que têm conselhos de educação escolar indígena: Mato Grosso, Tocantins, Amazonas, criou-se agora no Maranhão, estamos em criação no Pernambuco e a idéia é que todo Estado Brasileiro tenha o Conselho de educação escolar indígena, composto eminentemente por maioria ou pelo menos paritariamente para os povos indígenas. Para que o exercício da oitiva aos índios, se faça de uma maneira institucionalizada.

Para finalizar, nós vamos colocar que só os últimos grandes desafios, nossas grandes metas para esses próximos quatro anos de Governo, é realizar a Conferência Nacional de educação escolar indígena, qualificando a participação dos representantes indígenas, de órgãos do Governo identidades da sociedade civil. Outra grande meta é definir de forma democrática e participativa, um novo marco regulatório para a educação escolar indígena no Brasil. Preenchendo de sentido o regime de colaboração. Isto é, é proposta do MEC encaminhar à Câmara dos Deputados, a esta Casa, um Projeto de Lei para regulamentar direitos na esfera da educação escolar indígena. Dado a falta de tempo, queria agradecer muito a oportunidade do Ministério da Educação poder ter dado essas palavras, parabenizar a todos e aquele grande abraço a todos os povos indígenas do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra nesse momento ao representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Dr. Ivair Augusto Alves dos Santos, Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

SR. IVAIR AUGUSTO ALVES DOS SANTOS: Bom dia a todos e a todas. Quero saudar todos os 98 povos indígenas aqui presentes, quero saudar também a forma pacífica, bonita e festiva desse dia 19 de abril, que com certeza vai ficar na história do Senado. E falo de uma área que é a área dos Direitos Humanos.

Infelizmente os Direitos Humanos dos povos indígenas tem sido violado sistematicamente como os diversos oradores antecederam, anunciaram e anunciaram diversos fatos. Eu pessoalmente tive a oportunidade de estar presente em algumas situações críticas, como a dos Pataxós no sul da Bahia, pude presenciar

a dificuldade com que as pessoas têm no entendimento da causa indígena. Pude presenciar as dificuldades, o sofrimento de crianças de mães, de família indígenas Pataxós. Então, aos Pataxós eu faço a minha saudação especial. Mas, não só aos Pataxós, os Cinta-largas como vocês todos sabem, estão passando por um momento muito delicado. Esse momento é delicado, é preciso que nós tenhamos União no sentido de poder entender a dificuldade que tem sido na tramitação da defesa da mineração feita pelos Cinta-largas. É preciso também entender que é necessário ainda, ter um Projeto que possa garantir a sustentação dos Cinta-largas. Não basta só você garantir a mineração, é preciso efetivamente que seja garantido os direitos mínimos dos Cinta-largas em suas terras. Faço também uma saudação especial aos povos Guaranis, tanto de Dourados, de Antônio João, dos quais têm sido violados os direitos sistematicamente.

Mas um dos aspectos, que eu gostaria de destacar nesse meu pronunciamento em relação aos povos indígenas, se refere basicamente à questão da discriminação que esses povos têm sofrido de maneira sistemática. Muitas vezes os meios de comunicação de várias cidades, jornais e rádios, têm publicado informações em formas de vícios, de preconceito que tem atrapalhado a defesa do entendimento dos povos indígenas. É preciso que nós nos unamos em relação aos esclarecimentos, em relação aos direitos dos povos indígenas, em especial à mídia. Porque a mídia não tem colaborado em algumas regiões para o entendimento da causa indígena. É importante que nós dermos alerta, que fiquemos próximos desse processo para que não tenhamos problemas no futuro. Mas, aproveitando ainda a atenção dos senhores e das senhoras, eu tenho recebido sistematicamente, na Secretaria Especial de Direitos Humanos, algumas denúncias de ameaças de vida de várias lideranças importantes. Seja Odair Morari de Santarém, seja outra liderança missionária em Mato Grosso, seja de lideranças... Mato Grosso do Sul. O que eu queria deixar acenado a todas as lideranças aqui presentes, que a secretaria está aberta ao diálogo permanente com todas as lideranças indígenas. Desde que haja qualquer tipo de ameaça, vocês não se intimidem, procurem a Secretaria Especial de Direitos Humanos, denunciem o fato porque nós queremos dar uma resposta rápida a esse processo. O que nós precisamos é estabelecer um diálogo mais estreito com as lideranças indígenas para que elas não se acuem, que elas denunciem todo e qualquer tipo de ameaça que elas possam vir a sofrer. Seja de madeireiro, de garimpeiro, qualquer tipo de instituição que vocês acham que de alguma forma possa trazer dano à vida de vocês. Se eu pudesse resumir numa

breve sentença a nossa solidariedade aos povos indígenas aqui presentes, seria o seguinte: Nós, enquanto Secretaria Especial de Direitos Humanos, estamos atentos, somos solidários, estamos ao lado de vocês e estamos aberto a um diálogo permanente com todas as lideranças para que de fato a gente tenha, aqueles dados que foram apresentados anteriormente, a gente consiga reduzir, quem sabe eliminar qualquer tipo de assassinato, de homicídio que tenha ocorrido nos últimos 10 anos na população indígena. É importante que nós, que vocês entendam, que reconheçam que, no campo dos Direitos Humanos vocês tenham um aliado permanente.

Quero aproveitar e agradecer a possibilidade de estar na Mesa ao lado do Paulo Paim, nosso Senador, e do Deputado Luis Couto, que são figuras importantes aliadas no campo dos Direitos Humanos. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus amigos, como nós tínhamos combinado e os Senadores e Deputados entenderam, os Senadores e Deputados vão falar depois que vocês falarem. E nós havíamos acertado no primeiro momento que do Plenário falaríamos cinco lideranças. Mas o apelo à Mesa foi muito grande e está em torno de 15 lideranças que querem expressar a sua preocupação. Por tema e mesmo por região. Nós conversamos aqui com a coordenação e o Sandro está me ajudando, de que a gente vai abrir o espaço então de 12 a 15 lideranças, mas temos que chegar a um entendimento. Tem que ser no máximo, conforme a coordenação propôs e a Mesa aqui concordou, no máximo três minutos cada um. Uma rápida e objetiva. Faz a sua fala, para que a gente possa encerrar essa Audiência Pública às 14h00. O Deputado Luis Couto, que preside a Comissão de Direitos Humanos da Câmara falará no encerramento em nome da Presidência dos trabalhos, já que eu e ele estamos coordenando aqui os trabalhos. E aqui naturalmente farão uso da palavra ainda o Senador José Nery, que é o Presidente da Subcomissão de Trabalho escravo do Senado, o Senador Suplicy, o Senador João Pedro, o Senador Eduardo Valverde, o Deputado Eduardo Valverde, que é o coordenador da frente Parlamentar em defesa dos povos indígenas.

Então, nesse momento, pela orientação aqui que me dá a coordenação, vai falar o cacique Tureá. V.Ex^a na Tribuna, por gentileza. V.Ex^a tem três minutos. E em seguida vem o Kiabolo do povo Kaiapó.

CACIQUE TUREÁ: Boa tarde, meus parentes do Brasil. Boa tarde, autoridades.

Então, hoje nós povo indígena, estamos aqui a falar da necessidade para os senhores Deputados e Senadores poder ouvir.

Então, o Governo Federal tem que redigir o reconhecimento demarcação, e homologação da terra indígena. Do Pará a Amapá, Maranhão, Tocantins e do Brasil. Sem a reduzir o nosso território, porque nós povos estamos cada vez mais crescendo e então para isso o Governo não pode reduzir o nosso território do povo brasileiro, do Brasil. Porque a natureza... Para nós poder preservar todos os meio ambiente, de todas biodiversidades do Brasil.

Então, eu sou contra, nós povo do Pará e todo o povo do Brasil estamos contra do exílio elétrico, Belo Monte, sempre de início a gente estamos lutando. E até agora a gente não quero a destruição do nosso ambiente.

Então, meu nome é Tumbre, eu sou novo liderança do povo Kaiapó.

Então, isso é minha palavra que estou colocando aos senhores Deputados, senhores Senadores. Obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos à líder Isabel, que é do povo Xerente. E em seguida falará a líder Maria Mara Cambeba.

SRA. ISABEL XERENTE: Bom dia, Senado, Senador e meu povo que tão aqui todo mundo. Eu estou cumprimentando meu povo que to aqui todo mundo junto, todo mundo na luta, todo mundo sofrendo atrás de nossa necessidade. Porque nós vivemos sofrendo. Então eu to pedindo Senado e o Senador para poder dar força para nós. Soube da saúde. Porque nós vive abandonado sendo que nós tem saúde. Acho que nós estamos sofrendo porque não tem saúde, nós não tem nada. O povo nosso, o Xerente ta morrendo. O Xerente ta morrendo muito. E olha, a avó desse meu sobrinho morreu assim, faz de conta que morreu de repente. A Vanda também. Teve uma menina, um menino, quer dizer, morreu na barriga dela. E assim é muito caos que eu não posso falar o dia todo. Falando, reclamando... Então, Senador, eu quero mais o... Eu quero que vocês junto dá força para nós, para saúde, que nós estamos sofrendo muito. Nós estamos... Faz de conta que nós estamos morrendo tudo. Por quê? Por causa que nós tem tudo. Como o senhor que é Senado, é Senador, é Governo, é tudo.

Então, esse dinheiro não sei de onde é que estão saindo, que vocês estão dando. Faz de conta que nós não tem nada.

Então, é muito causo que nós estamos atrás, buscando, como o parente ta todo mundo aqui, que corre na nossa veia, que nós estamos lutando todo mundo

junto. E outro que eu quero falar para o senhor, sobre o meu sobrinho, meu povo falaram, meu povo todo mundo falaram, mas eu preciso falar que cada etnia ta sofrendo e contando situação, como eu to falando para o senhor fazer essa força pra mim, sobre o meu sobrinho Nec Pisomequá, ele chama é Pisomequá, o filho da minha irmã, da Geralda ta preso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador, ela pediu para eu fazer a leitura de uma carta a V.Exª e os demais presentes que aqui estão. A gente fica muito sensibilizado, comovidos pela situação que estamos enfrentando. A Isabel Xerente tem estado aqui em Brasília chorando, lamentando. E isso comove muito a gente, isso está provocando muito essa questão da saúde. E eu queria ler uma carta que foi expedida aqui, uma moção de apoio. E vou entregar isso em mãos a V.Exª. Nós, povos indígena de todo o Brasil, reunidos no acampamento terra livre abril indígena 2007, viemos por meio deste documento expressar o nosso apoio ao povo Xerente do Estado do Tocantins em relação à prisão ilegal e arbitrária do parente Anufo Xerente, acusado injustamente pela Segurança Pública do Estado de Tocantins de atirar em um policial militar em virtude de um desentendimento causado pela própria polícia que invadiu a terra indígena Xerente, sem autorização judicial. Diante da posição omissa do Ministério Público Federal do Tocantins e do desamparo de outras instituições públicas em relação ao povo Xerente, registramos abaixo o nosso apoio e solidariedade no sentido de exigir a libertação imediata do nosso parente Anufo Xerente. E dessa mesma forma, quero aqui também fazer o meu apelo e pedir para os parentes que estão presos a nível nacional. Porque essa situação é uma situação que realmente demonstra a total realidade que nós enfrentamos, quanto povos indígenas. E as lideranças estão sendo presas por acusações, que são falsamente levantadas, e o Ministério da Justiça, a Procuradoria da República também precisa acompanhar esses casos. Então esse é o apelo que nós fazemos. E muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado. Eu peço que você entregue aqui na Mesa a carta para nós darmos o encaminhamento devido. Eu passo a palavra de imediato fazendo o apelo para que fique em três minutos, a líder Maria Cambeba representante mulher indígena do Brasil, e membro da Comissão Nacional dos direitos das mulheres.

SRA. MARIA CAMBEBA: Bom dia a todos. Quero agradecer a Mesa, quero agradecer também o empenho da COIAB nessa luta, para reunir esse pessoal. A própria Zelene, a FUNAI que nós criticamos muito, mas também hoje está no momento de nós estruturar e pedir recurso para que ela chegue à base e conseguir

marcar nossas terras. Eu sou do Conselho Nacional do Direito da Mulher Indígena, membro do CNDM pelo CONAMBE e também pelo VIGISUS pela região norte, aonde o próprio Banco Mundial, eu gostaria de falar aqui com os representantes. Aonde eu vou questionar aqui 150 projetos a nível do Brasil, e é muito pouco o valor de 36 mil aonde a maioria dos projetos são na área de segurança alimentar. Onde não ta tendo mais prioridade que não é Projeto inovador. Se os indígenas mandam um Projeto na área de segurança alimentar, é porque as nossas indígenas estão com fome, não tem o que comer. Não tem terra demarcada para plantar e tirar o próprio alimento. A terra é nossa mãe, é da terra que nós tiramos o nosso alimento sadio, é da terra que nós tiramos a sustentabilidade, é da terra que nós tiramos o artesanato, é da terra que nós tiramos o nosso fruto sem agrotóxicos, que nós plantamos de uma maneira tradicional, da nossa maneira.

Agora eu também peço a desburocratização dos projetos, porque os formulários são tão burocráticos que a própria comunidade indígena às vezes não tem acesso a como fazer. E também não respeita o calendário. É por isso que eu parabeno a Senadora Débora que falou: O PAC realmente tinha que ter a nossa participação. Porque eles impõem um Projeto, não respeita a hora, o tempo de plantar, a hora da colheita. Tem tempo que no Amazonas chove e aqui no sul é seco. Tem que respeitar a diversidade cultural e regional.

E a questão também do programa de segurança alimentar onde eu detectei... Em Guarani eu fiz até uma nota de repúdio sobre onde foi falado aqui mas vou reforçar como mulher, que os próprios fazendeiros estão arrendando as terras e a FUNAI inclusive, não faz nada. Vamos dar um voto de confiança para o novo Presidente, porque ele falou que vai andar nas áreas, e vamos esperar por isso e vamos cobrar. Mas para isso nós temos também que pedir do Governo Federal alocar recursos suficientes para trabalhar com a questão das áreas indígenas. Porque hoje, o valor total. Não sei se vocês sabem, é 87 milhões, é muito pouco para o Brasil. 87 milhões, o que vai fazer com 87 milhões onde a maior população é indígena? Eu peço que o Governo Federal e todos os órgãos não jogam só para FUNAI. Vamos verticalizar as ações, vamos trabalhar em conjunto para um denominador comum, que é viver com dignidade, respeitando os direitos humanos. Que todo mundo tem direito a educação, saúde e moradia digna. Enquanto--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu faço um apelo para a senhora concluir porque tem mais 15 inscritos ainda.

SRA. MARIA CAMBEBA: Ta bom. Quero pedir desculpas. Mas realmente a gente precisa falar. Quando a gente convocar uma reunião com as organizações indígenas, tem que ir realmente as pessoas que vai representante também, mas a gente gosta de ver, de ouvir as pessoas que decidem, os próprios Ministros mesmo. Não querendo desrespeitar a Mesa, porque a gente trabalha em conjunto, mas nós indígenas somos assim. Quando a gente convida, a gente gosta de ver o chefão mesmo. Assim que a gente gosta de ver. Eu quero também apresentar... Quero pedir o Conselho Nacional porque eu sou a única do Conselho a nível do Brasil, e o Conselho não dispõe de um recurso pra me articular com todos os Estados. Hoje as mulheres indígenas estão me vendo aqui a primeira vez porque não tem recurso nem pra mim fazer uma ligação para qualquer Estado. Eu gostaria que o próprio Conselho Nacional de Direito da mulher, a Secretaria de política para as mulheres, alocasse recurso, atendesse a nossa reivindicação, para que tenha recursos específicos para trabalhar com as mulheres indígenas. Ela é conselheira do Estado do Amazonas. Aonde a gente não tem condições nenhuma, nem de vale transporte, porque nós não queremos só ser usado como cobaia. Queremos ter representatividade, nós queremos fazer nossas ações, porque somos capazes, competentes para gerir os nossos territoriais. Para gerenciar nossos parentes lá. Auto sustentabilidade, é isso que nós queremos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra de imediato ao SR. Darcy Marubo. E em seguida o Gilson Curubaiá.

SR. DARCY MABURO: Parentes, bom dia. Eu quero falar exclusivamente, parente, para vocês e para os Senadores que estão aqui, Deputados, em relação ao vale do Javali, que em pleno século de tecnologia, em pleno século de comunicação, em pleno século de avanço, de medicamentos que poderia estar curando nossos parentes e hoje os parentes estão morrendo.

Então, é a segunda vez que eu venho nessa Casa. Hoje eu tenho vergonha de ser brasileiro. Hoje eu tenho vergonha de estar aqui. Hoje eu tenho vergonha de expor os nossos parentes que estão aqui. Sabe por que, Senadores? Sabe por que, Deputados? Porque a lei está bem claro que é dever do Estado proteger os povos indígenas, demarcar suas terras, e dar educação e saúde. Nós indígenas não poderíamos estar aqui pedindo favor. É o dever dos Deputados, dos Senadores cumprir a lei e fazer com que os órgãos federais funcionem em nossos Estados. Por isso, Deputados, eu estou envergonhado com essa Casa, que há anos e anos a gente vem reivindicando os nossos direitos e não está sendo cumprido a cada dia que passa.

Parece que cada qual sabe tanto de índio que nem liga mais para nós. É isso que está acontecendo no Brasil inteiro.

Aqui está Senador Paulo Paim, peço desculpas a V.Exª que está administrando esta Casa hoje. Eu quero entregar este documento aqui para que seja xerocado e passado para cada Senador, para que leia os problemas que a gente enfrenta lá no vale do Javari que os índios estão com hepatite delta, está morrendo índio todos os dias. E a FUNASA hoje, vem falar que aumentou recursos, que aumentou funcionários para atender aquela população, não somente lá, mas em todo Brasil. Na realidade, não é assim Senadores. Aqui está os Senadores tenham um pouco de paciência e leia ao menos três páginas desse bloco aqui sobre o vale do Javari. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): V.Exª me entregue que nós vamos reproduzir e vamos remeter aos Senadores e Deputados. E passo a palavra de imediato ao Líder Gilson Curuaia.

SR. GILSON CURUAIA: [Língua indígena]. Brasileiros. Bom dia meus irmãos indígenas, bom dia os irmãos brasileiros aqui nessa tarde. O hino Nacional desse País diz que o povo deu um grito heróico e um brado retumbante, mas o povo indígena tem gritado de dor. Tem gritado pelas mortes dos parentes que lutam pelos direitos dos povos indígenas nesse País. O povo, o hino nacional diz que conseguimos conquistar o direito de igualdade com braço forte. Mas que igualdade é essa que não contempla, nós povos indígenas do Brasil.

É vergonhoso para nós vir aqui e o coordenador da educação indígena nem se fazer presente nessa Mesa. Eu me sinto envergonhado de ter o representante que vem para falar mentiras da educação indígena no Brasil. E peço para a Mesa que retire esse cidadão da Mesa, porque ele, além de contar mentira, não é o coordenador. Então para nós não serve. Nós viemos falar com o chefe, e não com os porcos. Exigimos também que o Ministério Público, que a FUNAI e até mesmo a Comissão de Direitos Humanos dê uma olhada com carinho a todas as invasões dos territórios indígenas, a todos os problemas que os indígenas tem enfrentado com ameaças por conta de empresas que têm financiado monocultura, soja, biodiesel, que é uma ameaça às florestas e às nascentes dos rios na Amazônia do Brasil. E isso acontece no Tocantins, que precisa de uma visita dessas representações. Acontece no Pará, nas terras dos povos arara.

Então, meus amigos, uma outra coisa que é muito séria. Séria para o País, para a Nação. Porque assim como aconteceu em Balbina, que só prejudicou o meio ambiente, a vida dos povos indígenas, pode acontecer

no rio Xingu com o Belo Monte. Nós indígenas do Brasil inteiro repudiamos e somos contra a construção de uma hidrelétrica que nada vai trazer de benefício para nós, nem para natureza e nem para o Brasil.

Então, só para concluir, somos contra as hidrelétricas lá no Estreito, e em santa Isabel e outras pelo Brasil. E que se faça justiça. E só para concluir, queremos nós estar aqui nesse dia e poder depois de tanto tempo ver aqui do Estado brasileiro, uma política que pudesse solucionar a problemática dos povos indígenas. E queríamos estar aqui para ver e comemorarmos e cantarmos juntos aqui por um Brasil mais justo. Um Brasil de fraternidade, de igualdade e de justiça e de respeito a todos os povos indígenas que são os legítimos e primeiros habitantes desse território que hoje é o Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu passo a palavra nesse momento ao líder Toninho Tupiniquim, e em seguida vai ser o Neguinho Trucá. E só dizer ao Plenário, com a liberdade, como cada orador está indo à Tribuna, que esse de fato aqui na Comissão de Direitos Humanos da Câmara e do Senado é um espaço democrático. Cada um vai dizer na Tribuna o que pensa, e os membros da Mesa farão a mesma coisa. É assim que a gente vai construindo uma sociedade igualitária, respeitosa, onde todos possam ter o direito de expressão e de opinião. E é nessa linha que eu convido nesse momento o Toninho Tupiniquim para vir dar aqui a sua opinião. Toninho Guarani.

SR. TONINHO GUARANI: Então, Srs. Parlamentares, autoridades que estão presentes na Mesa, eu agradeço muito também pelo... Convivendo na luta pelo direito do nosso povo indígena. Eu acredito que os Parlamentares aqui do Brasil, que está aqui em Brasília. Eu acredito que tem conhecimento da luta pela demarcação das terras de 1109 hectares. A luta que trava já faz mais de 40 anos, que é a luta com a empresa ARACRUZ celulose. Se o Estado brasileiro não tomarem as providências pela demarcação da devolução de 11 mil e 9 hectares eu acredito que o Estado Brasileiro será condenado também pela Comissão que foi formado da OAE, dos Estados Unidos, porque eu acredito que se o Estado brasileiro tiver condenado, vai dizer que o culpado é os índios. Não. Não seria por aí. Porque o Estado Brasileiro, como os parentes já falaram, que a Constituição Brasileira era para ser respeitada, só que o próprio chefe com o Estado não cumpriu o papel que era para ser cumprido. Porque o Estado brasileiro, como funciona com os três poderes, os três poderes tivesse olhado para esse condições, os nossos povos indígenas não estaria aqui sofrendo, contando as coisas que está sendo, as conseqüências que estão sendo pelos grandes projetos.

O progresso eu acredito que o progresso... Nós não somos contra o progresso, mas nós somos contra o progresso da morte. Nós somos a favor do progresso de vida. Porque até agora a vida dos nossos povos indígenas está sendo ameaçado. Quando a gente sai para fora do Brasil, na busca do apoio, ele diz que isso não poderia ser feito. Porque aqui no Brasil aonde que nós vamos se o Poder Judiciário é contra o povo indígena? Aonde que nós podemos ir? Se o próprio Presidente da República está olhando o povo que está aqui no Brasil porque nós somos os primeiros brasileiros. Se ele se acha como brasileiro, então aonde que nós podemos procurar se o Poder Executivo, o Poder Judiciário que está contra o nosso povo? No Poder Legislativo, hoje nós estamos aqui colocando pessoalmente, porque muitas vezes é as empresas que são interessadas de destruir mais a terra indígena, eles são... Eles coloca até próprio seus empregados contra a nossa comunidade indígena. Como a empresa ARACRUZ celulose. O nosso povo indígena está sendo discriminado pela própria empresa ARACRUZ celulose que invadiu e destruiu o nosso meio ambiente, o bem-estar do nosso povo. Então por isso que nós estamos aqui. Não é pela falta de União. Não é pela falta de organização do nosso povo indígena. Mas é a falta de respeito do próprio chefe do Estado brasileiro, que até agora não cumpriu o que era para ser cumprido.

Então, isso nós queremos que a partir de hoje, se hoje existe outro... Ta entrando o Ministro da Justiça e a FUNAI, se a FUNAI cumpre o seu papel, o Ministro também tem que cumprir o seu papel. Porque quando Thomaz Bastos não cumpriu o seu papel ele falou em frente da câmara dizendo que no final de dezembro seria demarcada a terra do Tupiniquim Guarani e até agora não foi demarcado. Então ouviu mais a empresa ARACRUZ, deu ouvido para a empresa ARACRUZ e a ARACRUZ na frente da juíza disse assim: Foi nós que pedimos para que o Ministro da Justiça devolvesse o processo para o Presidente da FUNAI. Que isso? Na frente da juíza que faz parte do Poder Judiciário, que faz parte do Poder Judiciário, que faz parte do Poder Público. Por que é que foi na frente do nosso Procurador também da FUNAI? Na frente do nosso Procurador da República que faz parte também que o Dr... Procuradoria geral do Estado do Espírito Santo. Então eu acredito que a nossa União, a nossa força é por aqui.

Então, se eles, se hoje, se eles não ouvir a nossa voz, vai ser condenado através da destruição que eles estão fazendo, vai ser condenado também pela União Européia e também pelos setores que olha, que está vendo a situação do nosso povo indígena aqui no Brasil.

Então, eu agradeço muito e muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Passamos a palavra ao líder Neguinho Trucá, e em seguida Garaxina do Acre.

SR. NEGUINHO TRUCÁ: Boa tarde meus parentes. Boa tarde autoridades presentes.

Eu concordo plenamente, SR. Presidente, quando o senhor coloca que aqui é um espaço democrático. Porque através do uso da democracia, eu quero contestar com tudo que colocou o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação. Vocês fabricam nº.s e apresentam, não é números que vai resolver os problemas reais dos povos indígenas. Quando se fala que fez tantas escolas, isso e aquilo, por que nossas crianças continuam estudando embaixo de pé de pau? Por que nossas crianças continuam sem um transporte escolar? Por que nossas crianças continuam sem a merenda? E por que nossos professores continuam sem receber seus salários? Quando se fala da saúde, não se foge muito da realidade. A saúde está tão boa que há um caso de mortalidade infantil no Mato Grosso do Sul e os parentes do Alto do Javari que estão com a perspectiva de 15 anos desaparecerem. De norte a sul do País a saúde é um caos. Não tem transporte, não tem remédio, não tem exames. E aí eu digo aos senhores: Números não resolvem. Resolvem ações. Números esses que está... A responsabilidade de saúde na mão da FUNASA há seis anos que burocratizou tanto o processo que ele não sai do papel. E inclusive desrespeitando o que a Conferencia Nacional de saúde indígena determina. É a prova das ações que a FUNASA implantou. Relacionado ao Ministério do Meio Ambiente, com todo respeito que eu tenho pela Senadora Marina Silva, eu digo que o Ministério do Meio Ambiente hoje foi engolido pelo Ministério da Integração Nacional.

Se falando da AGU, a AGU quando se diz que são Advogados que trabalham os direitos indígenas, é inadmissível que se faça um parecer para se comprar terra tradicional. Ta abrindo-se uma lacuna muito grande para que a partir daí se conteste mesmo através do Decreto 1775, e desrespeita diretamente o art. da Constituição que nos garante o direito a terra. Que desrespeita a convenção 169 ratificada pelo nosso País. Mais ainda, senhores, ao Ministério da Integração, eu povo truca, venho dizer aqui que nós não negociamos a transposição. Porque o que anda se dizendo, vão na nossa aldeia para discutir o Projeto, quando se sai de lá, nos corredores da Casa Civil, nos corredores da Câmara dos Deputados, nos corredores do Senado, diz que nós truca negociamos a transposição. E a gente está aqui hoje, para desmentir e para dizer que o povo Trucá, que o povo Pankararú, que o povo Tumbalalá, que o povo Pipipã e que o povo Cambiuá e o

povo Tuxá somos contra mais um Projeto assassino. Prova essa de Projeto assassino, os nossos parentes Panakrarú têm parte do seu território tradicional ocupado por assentamentos de não índios. E os nossos parentes Tuxá tiveram o seu território alagado e até hoje continuam sem sua terra. E então, nós junto com os povos indígenas do Brasil, somos contra não só o Projeto de transposição do Rio São Francisco, mas todos aqueles projetos que afetam diretamente os nossos povos e viemos dizer também ao Presidente Lula, que Decretou como heróis nacionais os plantadores de cana, que o Brasil, mais uma vez, se mostrou colônia dos Estados Unidos.

[Palmas e gritos].

Viemos dizer ao Congresso Nacional e ao Presidente Lula que não somos entrave nenhum de progresso, não. A gente só estamos assegurando o direito sagrado aos nossos filhos, aos nossos netos. E isso é garantido na Constituição Brasileira. E o que a gente diz hoje, a gente estamos, como foi falado aqui por vários parentes, envergonhados de ser brasileiro. Envergonhados de em certos momentos ter tratado o Presidente da República como nosso parceiro, como nosso aliado. Todos os projetos que ele mesmo se colocava contra, na sua campanha, hoje ele mesmo faz questão de negociar. Sem respeitar a decisão dos indígenas, a decisão dos movimentos sociais desse País. E nós, indígenas, não podíamos deixar de estar aqui, SR. Presidente, contribuindo com esse espaço democrático. Obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agora é o companheiro do Garuchina do Acre. E em seguida, a gente já pede para o Marcelo ir se aproximando, Marcelo Cinta larga e depois o Bonifácio. Bonifácio é Xavante.

SR. GARUCHINA DO ACRE: Boa tarde a todos os meus parentes indígena, e a todas as autoridades presentes aqui nesse auditório.

Estou aqui para falar para vocês autoridades, Senadores, Deputados parentes. E peço que nos escutem. Estou falando de uma grande desgraça que pode acontecer no Acre, se vocês não nos escutarem. Estou falando do programa de extração de petróleo. Um programa implementado pelo Senador Tião Viana, que gostaria que hoje estivesse aqui pra estar ouvindo o que vou falar aqui. Extração de petróleo no Acre estará acabando mais uma vez com as populações indígenas. É mais uma mortandade dos nossos parentes que estão lá no meio da floresta, os isolados que nós os protegemos. Carrego em meu rosto esse vermelho de urucum que significa o símbolo dos meus parentes antepassados, o sangue deles que foi derramado, e

eu honro defendendo que fui escolhido guerreiro, não foi por homem, não. Foi pela mãe natureza. E é para isso que estou aqui para defender ela e todos meus parentes do Brasil. E pedir a vocês que tenham uma sensibilidade que parem de fazer discursos bonitos. Está na hora de tomar uma decisão. Respeitar a Legislação do País que nos dá o direito de proteção.

O Governo do Estado do Acre prega uma propaganda muito enganosa dizendo que no Acre não tem mais problemas de terra indígena, enquanto temos 14 terras indígenas a serem demarcadas e a serem ampliadas. E o Governo nem tampouco nos escuta. E eu quero denunciar isso e pedir aos governantes desse País, que crie uma sensibilidade de dar o direito dos povos indígenas. Eu estou aqui pedindo que vocês cumpram com o direito que é nosso e que contemple nossos povos indígenas. E quero perguntar aos governantes até quando vocês vão continuar com essa política corrupta que atinge o nosso direito de massacre. Que todas essas lideranças que estão aqui, já vimos pessoas, seus ancestrais a serem mortos. O meu povo foi quase exterminado. Sou sobrevivente de apenas cinco pessoas que sobraram do meu povo Kutanaua do Acre. Quase acabaram com o meu povo. Mas cortaram nosso caule, mas a raiz ficou plantada. E ela está aqui e guerrearei para sempre e darei minha vida se preciso em nome do meu povo.

Quero agradecer e pedir aos governantes desse País que tomem uma atitude de praticar e nos dar o direito que nós precisamos para que possa tornar uma sociedade digna e um País que não respeita a sua Constituição não respeita o seu próprio povo. Esse Governo não merece ser chamado de Governo da população brasileira. Era essa minhas palavra e meu muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra ao Marcelo Cinta larga, em seguida o Bonifácio Xavante. A gente continua insistindo para que... Os companheiros estão colaborando, que a gente fique dentro do tempo. Com a palavra o Marcelo.

SR. MARCELO CINTA LARGA: Boa tarde, meus parentes. Boa tarde aos parlamentos, componentes da Mesa. Nesse momento quero me apresentar ao povo do Estado de Rondônia, também quero agradecer a pessoa que relatou meu nome aqui para poder dar oportunidade para mim falar em nome do Estado de Rondônia. Quero no momento lembrar aos Parlamento que nós somos os verdadeiros brasileiros que já se encontravam antes da sociedade não indígena chegar nessa terra.

Então, onde nós, povos de Estado de Rondônia, onde a maior parte da nossa floresta resistente, onde

maior parte das culturas resistente vivas, onde não está sendo respeitado, sendo destruído pela sociedade não indígena.

Então, quero colocar a minha situação do povo Cinta larga, onde a gente estamos enfrentando uma situação difícil, através dos exploradores, garimpeiros, madeireiros, próprios políticos, Estado de Rondônia, como Governador, onde querem acabar com a minha comunidade através do garimpo existente na nossa terra. Então, quero pedir aos parlamentos presente aqui, quero que busca uma solução, que pare esse perseguição das Polícia Federal, perseguição dos bandidos, perseguição dos garimpeiros. Nós queremos viver em paz, queremos viver como vivia antigamente, sem perseguição, sem preocupação de alguém assassinar nossa liderança. Estamos cansados de nossas lideranças foram assassinados, tem alguma liderança nosso hoje que não pode sair fora da reserva para poder se tratar, para poder brigar pelo direito do seu povo. Porque hoje está prejudicado por várias denúncias mentirosa da sociedade que faça contra a nossa comunidade.

Então, Parlamento, quero dizer que respeite nossos direito. Enxerga, lembra que nós somos verdadeiros habitante dessa terra ante do sociedade chegarem aqui. Não só lembrar nós comunidade indígena do Brasil, só no momento do dia do índio. Quero que respeite nós como sempre. Isso queria colocar ao todos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Passamos a palavra em seguida ao Bonifácio Xavante, e depois vem o Luiz Pataxó.

SR. BONIFÁCIO XAVANTE:

Bom dia parentes. Hoje é um momento sagrado para nós onde foi reconhecido o Dia Nacional do índio. Eu quero lembrar a todos vocês que nós Xavante temos problemas também nas nossas áreas tanto na saúde, nas terras indígenas, então eu quero lembrar as autoridades aqui presente que vê a situação que nós enfrentamos. Uma delas, a maior preocupação que temos é a questão da energia elétrica. Assim como a insistência de vários invasores, principalmente na terra indígena Marebacebea(F) onde até hoje os invasores se encontra presente ainda em números maiores.

Então, queria lembrar às autoridades que vê com todo carinho essas questões. Uma outra coisa é a construção da continuação de asfaltos que liga a terra indígena. Que ele corta uma terra indígena no meio, que é um BR 158. Então é uma preocupação onde foi colocado na nossa frente nesse acampamento, que esse asfaltamento é um Projeto que se encontra nesse programa do Governo.

Então, a preocupação do povo Xavante nessa situação. Que ele pode afetar bastante a questão social e ambiental. Tem também a construção hidrelétrica no Rio Culuine, os nossos parentes do Xingu estão presentes aqui e sabemos que eles vão afetar lá para baixo. A nossa necessidade é que nós tivéssemos um grande diálogo para que não ter um impacto maior, ou senão a gente se unir para interditar esse Projeto.

Também tem um Projeto do Estado, que a gente tem que lembrar. Não conheço nenhuma autoridade aqui presente do Estado de Mato Grosso. É muito vergonhoso que um Estado daquela região que não acompanha essas questões indígenas. Eu queria aproveitar a presença de todos aqui para falar que o diálogo dos Deputados dos Estados não existe. Precisamos mais dialogar e está presente nessa questão, nessa luta. Nós vimos aqui presente de manhã a Senadora Serys, inclusive nós queríamos aproveitar a fala dela dessa questão dos Estados, principalmente nosso Governo do Estado Blairo Maggi que é um dos produtores de soja naquele Estado. Então, ele tem um Projeto de hidrovia onde pode escoar a produção de soja através do rio das mortes. Que esse rio nós temos algumas comunidades residindo na beira do rio das mortes. Então afetará futuramente aquela comunidade.

Então, o nosso medo é que não tenha... Ou senão cria outra forma de projetos de crescimento. Além de construção de hidrovia, hidrelétrica que a nossa preocupação. E até hoje também tivemos um desaparecimento na terra indígena sangradouro que até hoje nunca foi vendado. Eu queria aproveitar a procuradora está aqui presente para rever essas questões que preocupa a nossa sociedade.

Então, quero lembrar também que o Mato Grosso está expandindo a plantação de soja, onde nós sofremos, principalmente as terras indígenas do Estado de Mato Grosso onde se encontra terras indígenas Xavante, todos os rios que ali presente vinha da... Fora da terra indígena. Então foi essa preocupação nossa. Principalmente a expansão agrícola de soja. Então queria diminuir esta fala. Quero lembrar a ausência de apoio dos Deputados dos Estados de Mato Grosso e Senadores. Muito obrigado. Obrigado pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-

RS): Passamos a palavra a Dourado Tapeba para um recado rápido, conforme ele informou a Mesa aqui. E em seguida é o Caboquinho Potiguara, e por último o Luiz Titiaia Pataxo.

SR. DOURADO TAPEBA:

Eu queria cumprimentar a Mesa em nome do Senador Paulo Paim, um Senador que tenho respeito por ele até pela questão de lutar muito pelo salário dos trabalhadores. Mas eu

queria colocar para vocês companheiros e companheiras indígenas, parentes indígenas, que eu quero desabafar aqui o seguinte: Porque no Brasil tem muito dinheiro para dar para Mensalão, tem dinheiro para sanguessuga e não tem dinheiro para demarcar terras indígenas. E queria perguntar aos Parlamentares por que... Para que serve a Constituição Federal? Porque está lá garantido o nosso direito e essa constituição não é cumprida. E por que é que faz mais leis se não cumpre nem as que já tem? Esse é meu desabafo porque não deixarei de expressar essa expressão aqui, porque tem dinheiro para comprar Deputado para votar pro resto do Governo, mas não tem para demarcar terras indígenas. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra agora ao Caboquinho. Obrigado pela força aí no Plenário.

SR. CABOQUINHO POTIGUARA: Boa tarde Deputados, Senador Paulo Paim, Deputado Luis Couto, e lideranças indígenas. Venho aqui do Estado da Paraíba, sou do povo Potiguara. Trago aqui, uma grande preocupação principalmente no setor judiciário, onde no nordeste poucas terras indígenas foram demarcadas, e algumas que já estão demarcadas está sujeito à anulação da sua demarcação. Me refiro aqui à área do povo potiguara do Estado da Paraíba, onde já existe ação no STF pedindo que aquela terra seja anulada. A outra grande preocupação que eu trago aqui, é em relação ao programa, ao plano de ação de desenvolvimento desse Governo. Uma vez que acelera principalmente o plantio da cana-de-açúcar, principalmente na minha região e dentro da minha área que é a área dos Potiguara. Essa questão do biocombustível está trazendo uma grande preocupação, principalmente dentro da área da área indígena Potiguara. Porque a intenção das grandes usinas é cada vez mais investir dentro daquela área. A minha preocupação também, que eu trago aqui é em respeito principalmente à questão dos nossos companheiros que relataram aqui a grande problemática que está acontecendo, principalmente o pessoal do Javari, que tem essa grande preocupação, o pessoal do Acre. Vou lembrar aqui somente uma frase da nossa companheira guerreira, a Maninha Xucuru. Ela relatou o seguinte, ela disse: Cuidado companheiros do Amazonas, para não ser o nordeste de amanhã. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Olha, por um erro aqui da Mesa e que foi de minha parte, eu não chamei a nossa líder Sônia Guajajara. Então eu chamo a Sônia agora, Sônia. E peço que V.Exª aceite minhas desculpas. Eu que me enganei no chamar aqui. Sônia, me permite antes de falar, só

registrar a presença do Senador Mão Santa, que tem nos apoiado sempre no Plenário quando nós falamos dos setores discriminados e naturalmente dos povos indígenas. Sônia com a palavra.

SRA. SÔNIA GUAJAJARA: Boa tarde parentes e parentas. Boa tarde à Mesa. Boa tarde a todos os parceiros e aliados que se encontram aqui. Quero dizer para iniciar, que ser índio não é simplesmente andar pintado. Não é simplesmente usar o cocar. Não é simplesmente viver no mato. Ser índio é muito mais. Ou melhor, é tanto quanto participar das políticas públicas, participar da construção das políticas desse País. Quero dizer que sou mulher indígena Guajajara. E quero dizer também, que nos últimos tempos a FUNAI, a FUNASA, que são os órgãos responsáveis pela política indigenista, estão mudando seu significado. A FUNAI, em vez de ser Fundação Nacional do Índio, está passando a ser uma fundação nacional antindígena. Quando é uma vergonha o que aconteceu no Maranhão no Governo passado do presidente Mércio. Que anteriormente ele morou no Maranhão, morou numa terra indígena chamada Bacurizinho no Município do Grajaú, reconheceu a terra, escreveu um livro dizendo que era terra de área indígena e quando chegou na sua mão para regularizar a situação daquela terra, ele disse que lá não pertencia a índio, que naquela terra nunca viveu índio. E hoje esse processo se encontra parado lá em qualquer gaveta.

E a FUNASA está contribuindo para isso. Percebemos que além do PAC que está sendo criado, a FUNASA está implantando também o PAM, que é o processo de aceleração de mortes dos povos indígenas. E aqui gente, eu quero dizer que nós não vamos parar. Porque se pararmos, em qualquer uma dessas paradas nós podemos ser queimados. Como aconteceu com o nosso parente Galdino. E nós continuaremos na luta, porque lutando iremos sim tocar fogo nesse País e queimar todas as barreiras de preconceitos que existem contra os povos indígenas. Obrigada. E para completar eu quero dizer: Todos se levantem e digam junto comigo: Revolução indígena agora e sempre! Revolução agora e sempre!

[Palmas e gritos].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passo a palavra o cacique Evilásio Kurubá que me pediu um minuto. Cacique, V.Exª fez um apelo à Mesa e eu atendi.

CACIQUE EVILÁSIO KURUBÁ: Muito boa tarde a todos, boa tarde ao Presidente da Mesa, e lembrando que hoje é o dia do soldado, dia do Exército Brasileiro. E em nome do General Rondon, que muitas coisas fez na época da SPI pelo povo indígena.

E gostaria de pedir apoio também ao Brasil, ao Senado Federal, para o Projeto aldeias urbanas que é um Projeto que eu escrevi junto com outras autoridades, inclusive desembargadores para a gente tirar o pessoal que está se envolvendo, as mulheres com a prostituição, a cachaça que é a bebida alcoólica em muitas cidades. Talvez muitos não tenham esse problema, mas no Brasil existem muitos índios urbanos que hoje bebem e até usam drogas. Vamos combater esse problema. E pedir também uma salva com palmas para as mulheres indígenas que estão aqui presentes e ninguém lembra delas. E vamos apoiar todas as mulheres brasileiras, as brancas também e apoiar também a Zilene na FUNAI que está ali no CGDI e apoiar o Presidente da FUNAI e a própria FUNAI. Porque todos precisam de oportunidade de vida para desenvolver-se e resgatar a cultura também da mulher, do índio, e o próprio Senado que está trabalhando para isso e estão todos até agora conosco. Agradeço a todos e uma salva de palmas para o dia do soldado e o dia do índio. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado. Cumpriu a palavra. Foi um minuto parabéns. E eu passo a palavra para o último inscrito, o Luiz Titiaia Pataxó, que é o último inscrito. E ficou acertado aqui entre nós, que vocês vão organizar uma Comissão e junto com os Senadores, essa Comissão vai ao Presidente Renan Calheiros entregar o documento do abril indígena terra livre. Luiz com a palavra.

SR. LUIZ TITIAIA PATAXÓ: Boa tarde parentes, boa tarde à Mesa. Queria chegar aqui e dizer para os parentes, cobrar um pouco até um desrespeito para as comunidades indígenas que o órgão que defende se diz que defende o nosso direito, se saiu da Mesa, nem satisfação deu à comunidade indígena, que foi a FUNAI. O presidente deu aquele discurso e saiu, e não deixou ninguém para registrar o que nós vamos cobrar da FUNAI aqui.

Senhores Senadores, autoridades, o que eu quero dizer com o meu encerramento, vou querer um pouco de paciência de vocês. Já que nós temos momento nesse dia que, vocês brancos, diz que é o dia do índio. Sinceramente nós temos muita coisa para passar. Principalmente na aldeia que você abriu a Mesa dizendo à homenagem os dez anos da morte do companheiro Galdino, sinceramente eu quero esse momento de respeito. Porque nós estamos aqui, nós Pataxô junto com a caravana a dizer o desrespeito que algumas autoridades está fazendo com o nosso povo no sul e extremo-sul da Bahia. O enfrentamento que os Pataxô no extremo sul da Bahia enfrenta com a empresa VERACEL tomando conta e ocupando os

territórios do nosso parente. E aonde... Eu não quero aqui que as autoridades escuta não, eu quero que as autoridades façam alguma coisa, encaminha alguma coisa para resolver o problema que foi registro aqui das lideranças. Eu quero registrar também a situação dos Tupinambás no sul da Bahia, onde estão enfrentando uma grande política e sendo fortalecida até pelo órgão da FUNAI, aonde manda antropólogo para lá com estudo para querer reduzir os territórios dos parentes Tupinambás. E outra coisa, os parentes Tupinambás está lutando pela Mata Atlântica lá da região do seu território. E os tupinambás não vão abrir mão, não, senhores autoridades. Nem os Tupinambás, nem os Pataxós do extremo sul, não vai abrir mão do Parque Nacional do Monte Pascoal, não. E por essa luta do Parque Nacional, autoridades, vocês tem que saber, nós estamos com parente preso sem poder mais gritar e suspender a bandeira do movimento dos Pataxós Hãhãhãe. Que chama-se o nosso companheiro Joel Brás um grande líder que levantou o movimento indígena naqueles 500 anos em Porto Seguro, aonde quando ele esperou demais pela justiça, ele começou fazer as articulações de ocupação pegando suas comunidades, seus parentes, seu povo e ocupando os seu territórios tradicionais do povo Pataxó do extremo sul da Bahia. E nisso abrangiu a retomada para Pataxós Hãhãhãe, iniciando a luta para os nossos parentes tupinambás. Hoje nós vemos nossa liderança ameaçada, o cacique Babao ameaçado e outras lideranças, sem poder sair, com sua liberdade para lutar pela defesa do seu povo. E hoje nós vemos todas essas políticas senhores, o discurso bonito que nós aqui não só precisamos de terra não, precisamos do nosso território, mas precisamos de uma educação adequada, uma saúde adequada e também diferenciada. Quando nós vê pessoas que vem representar aqui a saúde, dá o seu discurso bonito. Mas não sabe como está a realidade na base, não sabe fazer um levantamento de quantos parentes foram enterrados, quantos parentes sofrendo, precisando de uma saúde especial. Eu admiro quando o companheiro, o rapaz, me desculpe re, o rapaz que está representando aqui a saúde colocou que o Município, o Estado tem também que ter o seu conhecimento da política de saúde. Mas como que vai ter esse compromisso? Porque muitas prefeituras nas regiões, muitos Municípios, que está coordenando a Prefeitura, a política do Estado são fazendeiros, são latifundiários, como uma pessoa dessa vai ter uma política voltada aos povos indígenas e aquelas comunidades da região? Isso é um assunto geral, não é só Extremo-Sul e Sul da Bahia, não é um assunto geral que nós vemos no movimento indígena levantado pelas lideranças.

Quero chamar também atenção, senhores, nas ameaças das lideranças, eu queria que a Casa caminhasse e discutisse com o Diretor-geral da Polícia Federal que quando ir fazer levantamento das lideranças indígenas que faça seu papel de fazer um levantamento especial, analisar, não só ficar acusando as lideranças botando processo para calar e prender a liderança para não lutar pelos seus direitos.[palmas]

Quero dizer aqui também, e chamar atenção, que tristeza para nós da POIME. Saber que essa semana o nosso companheiro Zé de Santa que é uma grande liderança que lutou por seu povo, lutou para o fortalecimento da nossa organização a POIME que hoje está abrangendo a nível nacional e internacional, vai ter de sentar numa Mesa de réu e enfrentar todo o processo mentiroso e é capaz do nosso parente ser preso e ficar no meio dos bandidos, por políticas porcas de fazendeiros e latifundiários da sua região. Mas quero dizer para as autoridades aqui, que o nosso companheiro Zé de Santa ele não está sozinho.[palmas]

O povo indígena do Brasil vai estar com ele no momento que o nosso companheiro tiver lá sentado. E se a justiça der uma decisão para prejudicar nosso companheiro nós do movimento indígena nós não vamos calar.[palmas]

E quero dizer também, lembrar aqui para o representante da saúde, para a educação, eu queria que tivesse alguém da FUNAI aqui, mas como tem os Parlamentares que são as autoridades competentes desse País. Que no dinheiro público, dinheiro da União que vai para atender as comunidades indígenas, que tenham fiscalização, que tenham uma fiscalização no dinheiro público que vai para atender as comunidades indígenas porque ainda nas regiões têm representantes das FUNAI que é picareta, que pega os recursos de atender a auto sustentação da comunidade e é desviado. E aí, companheiros, a sociedade brasileira tem uma visão, não, os índios estão em uma boa, foi aprovado vários orçamentos mas a vocês, autoridades, não pensou ainda que se chama dinheiro público, não pensou ainda de se ter uma fiscalização geral para saber se esse dinheiro está sendo aplicado mesmo dentro das comunidades indígenas, se está sendo feita alguma coisa, como se diz, a prestação de conta que a FUNAI faz em ano nas conferências nacionais. E quero dizer também, na área da saúde, para atualizar as mobilizações e os conflitos que têm na base, eu queria que a saúde olhasse os transportes que têm para atender a saúde indígena que os carros da FUNASA estão tudo sucateado no pólo básico de cada região. Uma vergonha, a FUNASA pagar 12 mil, 20 mil, de carro locado que não atende as demandas das comunidades indígenas em geral. Diz aqui que está faltando fiscalização

no dinheiro público, dinheiro público que arrecada das pessoas brasileiras está sendo mal aplicado. E quem sofre isso, companheiros, somos nós.

Tem um problema sério que eu quero dizer para, que está acontecendo com o povo Pataxó Hãhãhãe, em nome inteiro da família de Galdino, só quero levantar duas coisas companheiro, pedir desculpa, eu peço esse momento, uma é a culpa da FUNASA, o pai de Galdino morrer final desse ano passado e a FUNASA culpado do tratamento do pai de Galdino. E hoje eu vejo a homenagem há 10 anos da morte de Galdino. E nós saber que o pai dele morreu sem assistência da FUNASA e peço quem estiver representando a saúde, eu vou pedir pelo amor de Deus, em nome da família de Galdino, tira aquela coordenadora do DICEI de Salvador, Dr^a. Raquel e Dr^a. Iole, porque elas são culpadas pela morte de pai de Galdino. Porque senão nós Pataxós Hãhãhãe vamos tomar nossas providências e nós não sabe como vai ser essa providência.

Quero dizer também que tem outro problema sério nos territórios dos Pataxós Hãhãhãe. O novo Governador do PT, Jacques Wagner, que hoje faz parte... Ser réu do nosso processo do território tradicional dos Pataxó Hãhãhãe, no discurso com a liderança, principalmente a irmã de Galdino ele colocou que para resolver a causa dos Pataxós Hãhãhãe, a violência dos Pataxós Hãhãhãe, tem de reduzir o território dos Pataxós Hãhãhãe. Companheiros e representantes desse País brasileiro eu quero dizer, nem nós Pataxós Hãhãhãe, nem comunidade, nem povo nenhum, vai aceitar redução dos nossos territórios tradicionais para resolver a violência contra o nosso povo. Porque nós já perdemos não só Galdino, como 19 lideranças e nós vamos perder mais. Nós vamos perder mais, companheiros, porque nós não vamos abrir mão só porque é um Governador, só porque ele é do PT não. Nós vamos lutar e se for possível vamos para a imprensa e vamos dizer quem é que era companheiro nosso, quem é ele hoje, executando a política na região.

Eu quero dizer também e falar em nome do movimento, as coisas que estão acontecendo, eu pedia um grande respeito das autoridades que têm seus discursos bonitos, seu discurso ideal, que nós do movimento indígena, eu não vou vir aqui mais não, eu não vou vir aqui mais não, acampamento indígena, passar pelo que nós estamos passando para todo o ano nós ficar avaliando isso aqui não. O que nós temos que fazer isso para encaminhamento da Casa vocês terão um prazo para resolver todas essas demandas que está acontecendo. Porque se vocês não decidirem nada a gente vai fazer mobilização, a gente vai fazer... Dar o nosso grito e derramar mais sangue, e vamos matar... Vai morrer mais parente, porque nós vamos

começar ocupar nosso território, nós vamos começar tirar esses caras corruptos que estão aí decidindo a política do nosso povo. Então, eu quero dizer para as autoridades em nome do povo Pataxó Hãhãhãe, em nome do movimento indígena que seja sincero, faça sim do jeito que nós estamos fazendo essa aliança aqui, para vir aqui conversar, diagnosticar com o Governo. Que vocês também faça aliança de vocês. Senta com o Governo e faça seus encaminhamentos para providência de imediato, de toda a situação que está acontecendo aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos nesse momento a palavra, então para...

SR. LUIZ TITIAIA PATAXÓ: E dizer, parentes...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou fazer um apelo ao Plenário, eu até o momento dirigi essa Audiência Pública, respeitando sempre o Plenário e vou continuar respeitando porque vocês merecem isso. Ele pediu um tempo maior, eu dei todo o tempo para ele. A liderança que me pede, os Senadores tem que falar, duas horas tem que encerrar essa Sessão, apelo que eu faço no tempo, que você conclua agora. Eu acho que está sendo uma Audiência Pública importantíssima, as autoridades estão aqui ouvindo, e nós esperamos que os encaminhamentos que você vai encaminhar à Mesa junto com a Comissão eu possa sair daqui com vocês e ir até o Presidente do Congresso Nacional, Renan Calheiros, para que ele possa, então, receber o documento que me foi solicitado. Eu faço apelo à liderança que conclua agora o seu pronunciamento.

SR. LUIZ TITIAIA PATAXÓ: Mais uma vez, companheiros, eu quero dizer, mais um desrespeito ao movimento indígena. Enquanto teve tempo suficiente para autoridades darem os seus discursos, ainda tem mais liderança aí que poderia estar com espaço aqui para falar. Esse dia é nosso, nós só vem aqui uma vez no ano. Enquanto vocês estão todo dia debatendo, discutindo, podia respeitar esse espaço nosso que é um momento, só uma vez no ano, mesmo assim com sofrimento. Vocês tinham de respeitar as pessoas que estão doentes naquele acampamento, vocês podiam respeitar a liderança que vem ameaçada para enfrentar isso aqui, companheiro. Agora isso é um desrespeito que eu acho da Casa perante o movimento indígena. Eu queria aqui por protesto, gente que nós batesse uma salva de palmas pelo protesto do companheiro Jecinaldo fez aqui. Não sentar nessa Mesa, não pegar esse espaço aqui. Eu queria também aqui por respeito dessa Casa, chamar o companheiro Paulo Xavier para passar o documento importante que ele tem e não querer escutar que também, que saia,

mas a gente tem o momento também de nós falar, o momento de desabafar, nós estamos aqui trazendo a realidade da base.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus amigos, eu entendo que essa audiência está cumprindo o seu papel, eu quero cumprimentar toda a coordenação desse movimento que aqui ao meu lado na Mesa me ajudou durante todo o período, a orientar todos os trabalhos. Eu entendo, claro que eu entendo a palavra do desabafo, claro que não pense você que a gente não tem claro que essa Audiência Pública aqui no Senado da República promovido pelas Comissões de Direitos Humanos, foi com o objetivo que vocês pudessem falar. Até o momento nenhum Senador usou da palavra porque entendeu que tinha que ouvir vocês. Por isso que eu acho que essa política de aliança e de cumplicidade quando a gente fala que é parente tem que ser com os índios e com os Senadores e Deputados que ficaram todo o tempo aqui apoiando vocês. Ou vocês preferiam que a gente chegasse aqui, abrisse a Audiência Pública e fosse embora, não fizemos isso e não vamos fazer. Estamos aqui solidários com vocês do primeiro ao último momento. Vocês sabem tanto quanto eu, que essa luta nossa só pode ser vitoriosa se a gente caminhar de forma unida e não de forma individual. Por isso em nome do coletivo, e desses Senadores, Deputados e todas as lideranças que ficaram aqui e vocês que ficaram no Plenário, desde as nove horas da manhã, essa Audiência Pública vai cumprir o seu objetivo. Nós vamos sair daqui ainda e vamos ao Presidente Renan Calheiros entregar o documento organizado pelo Brasil abril liberdade indígena e terra, acampamento terra livre. Podem ter certeza que esse compromisso nós vamos ter até o último minuto dessa Audiência Pública. E é com alegria que eu quero passar a palavra nesse momento ao Senador Suplicy que desde cedo estava aqui ouvindo todas as lideranças. Uma salva de palmas para o Senador Suplicy.[palmas]

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Meus caros companheiros que aqui representando os povos indígenas de todo o Brasil vem hoje ao Senado Federal.

Querido Presidente da Comissão de Direitos Humanos Paulo Paim, ontem ao final da Sessão quando V. Exa e outros Senadores disseram da importância da audiência que sob sua orientação nós iríamos ter a oportunidade de realizar hoje e ouvindo as lideranças indígenas dos mais diversos lugares do País, eu resolvi fazer uma visita ali ao acampamento terra livre, diante do Congresso Nacional. E ali me informaram como é que você havia procurado assegurar que todos os que estariam com vontade de estar aqui dentro hoje,

iriam estar aqui dentro. Eu até combinei com eles que quando se iniciasse a Sessão e durante a manhã nós estaríamos aqui prontos para garantir que todos pudessem entrar como de fato aconteceu. Ainda em meio à manhã como eu tinha ouvido esses gritos, esse som que está lá, eu falei: Será que é algum protesto? Porque alguns não estão conseguindo entrar. Então, eu fui até lá e lhe transmiti caro Paulo que ali, este som não é de protesto, são alguns dos índios e índias que estão cantando, fazendo uma dança que me parece ser uma expressão de alegria pelo fato de estar havendo esta boa Audiência Pública, onde nós estamos tendo a oportunidade de ouvi-los.

Sabem, ontem aqui neste mesmo auditório passou um filme contando a história de Oscar Niemeyer, o arquiteto que desenhou estes edifícios como do Congresso Nacional, a praça dos três poderes, os edifícios todos do Ministério, o museu da República e tantas coisas e, inclusive, algumas ele desenhou alguns monumentos neste País, todos homenageando os que foram mortos por opressores em nosso País e, inclusive, em alguns casos em que os índios foram mortos, perseguidos, bem como no caso dos trabalhadores de Eldorado do Karajás, como dos trabalhadores que foram mortos diante da companhia siderúrgica Volta Redonda. E eu fiquei pensando ao longo desta reunião como estará contente o Oscar Niemeyer, que neste ano está fazendo 100 anos de saber que no auditório Petrônio Portela, que ele construiu para que houvesse audiências como as que hoje está havendo, como ele deve estar contente e eu quero, e vou fazer um pronunciamento hoje, de homenagem, também, ao Oscar Niemeyer sobre o filme que eu recomendo que vocês assistam o documentário da história dele. Mas porque ele deve estar muito contente porque hoje o principal auditório, o maior auditório do Senado Federal está sendo utilizado sobretudo com a presença de quase 1000 lideranças indígenas que de todo o Brasil vieram aqui para expor, aos representantes do Governo e do Congresso Nacional, sobre os seus problemas.

E eu quero também lhes transmitir tendo ouvido as mais diversas reivindicações que eu como Senador pelo Estado de São Paulo, do Partido dos Trabalhadores, me sinto na responsabilidade de procurar ajudá-los e acompanhar em cada uma das suas dificuldades e reivindicações, daí a importância desse encontro para todos nós Senadores. Ademais, conforme ontem disse lá para os que estavam na reunião a as onze horas da noite do acampamento terra livre, eu quero me dispor a visitá-los, visitar as inúmeras aldeias. Há pouco eu estava aqui conversando com o Davi do Parque Ianomami, não sei se ele está aqui agora, mas eu que já visitei os índios do Parque Ianomami, me disponho a

ir lá de novo, bem como a cada um de vocês, se os Pataxós Hãhãhãe, desejarem a cada um de vocês, me disponho a ir também explicar o projeto da Renda Básica de cidadania que me parece, faz muito sentido porque quando aqui a terra era propriedade comum de todos os que habitavam no Brasil, os povos indígenas, os seus antepassados tinham formas de prover com que a cada um se assegurasse o necessário para a sua sobrevivência e vocês tinham valores de solidariedade que são importantes ser preservados e, inclusive, ensinados para todos nós. E a proposta da Renda Básica de Cidadania, justamente procura assegurar que da riqueza criada neste País, seja separada uma parte que será garantida a toda e qualquer pessoa, não importa sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo socioeconômica. A todo e qualquer brasileiro e brasileira deverá se garantir uma renda na medida do possível suficiente para atender as suas necessidades básicas como um direito de partilharmos todos da riqueza da Nação. Então, eu me disponho a ir as suas aldeias para estar debatendo, discutindo, aperfeiçoando esta proposta que já foi aprovada como lei, mas para ser instituída passo a passo, como já o faz o programa bolsa-família até que venhamos a ter isso como um direito inalienável de todo e qualquer pessoa neste País. E, portanto, não teria aqui mil exemplares para dar. Eu dei algumas das lideranças, mas vocês podem compartilhar e eu me disponho a visitá-los e quero aqui assegurar que manifestando a minha solidariedade à homenagem que o Paulo Paim, na abertura dos trabalhos, fez a todos que foram mortos, sacrificados, massacrados na história dos povos indígenas brasileiros mas, inclusive, simbolizado pelo, por aquele que há 10 anos, infelizmente, foi morto aqui no ponto de ônibus, o índio Galdino que representa muito simbolicamente, do sofrimento porque passam todos vocês. A minha solidariedade e parabéns por esta extraordinária Audiência Pública.[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu passo a palavra nesse momento ao Senador José Nery que na Comissão de Direitos Humanos preside a Subcomissão de trabalho escravo e que esteve conosco também aqui toda a manhã.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Paulo Paim, na sua pessoa saúdo a toda a Mesa dos trabalhos, os representantes do Poder Legislativo e do Governo. Especial um abraço, uma saudação a cada parente que aqui vem trazer o seu grito, o seu clamor pelo respeito às tradições, a história, aos direitos das populações indígenas. Os representantes, as autoridades, tanto do Governo quanto nós do Congresso Nacional deveríamos, simbolicamente, recebê-los de joelhos para pedir perdão pelos crimes e genocídio que

há 500 anos são promovidos contra as populações e as nações indígenas brasileiras.[palmas]

Vocês representam o que há de mais genuíno de mais belo, mais sincero da história do nosso País. Infelizmente, situação grave essa que vocês vem denunciando através das diversas manifestações e que o Abril Indígena construído pelas lideranças do movimento indígena nacional, pelos seus apoiadores, tem se transformado, tem se constituído nos últimos anos como um momento privilegiado, o espaço privilegiado para vocês terem a oportunidade de aqui apresentar suas críticas, suas denúncias, sob todas as formas de violência que vocês são vítimas. E cada momento desse, com certeza, compromete a cada vez mais a cada um de nós. E aqui estiveram nesse Plenário Senador Paulo Paim, os Senadores, Deputados, Deputadas e Senadoras também e membros do Governo, especialmente aqueles que têm compromisso com a luta pelo resgate, pelos direitos dos povos indígenas brasileiros.[palmas]

Seria bom, seria bom que vocês pudessem falar aos 513 Deputados Federais, aos 81 Senadores. Mas infelizmente não conseguimos ainda, um patamar de representação popular em que verdadeiramente o mais legítimo direito do nosso povo esteja representado nas Casas Legislativas ou nos Governos. Avançamos, é verdade, mas há muita estrada pela frente, para ver respeitados os direitos das populações indígenas do nosso País e todos aqueles que se juntam na luta por justiça, por liberdade, por terra, por dignidade. As populações indígenas exigem a demarcação de suas terras. Mas a demarcação acompanhada de todas as políticas públicas para que não seja como no caso da Reforma Agrária que muitas vezes é uma Reforma Agrária pela metade, a demarcação tem que ser por inteiro com a garantia das condições de produção, de educação, de saúde a que vocês têm amplamente direitos e que infelizmente não são respeitados por isso.[palmas]

Queria, senhor Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Paulo Paim, que representa e engrandece na Comissão de Direitos Humanos o Parlamento brasileiro que se alia com a causa dos mais pobres, dos espoliados, dos discriminados, dos excluídos, pode ter certeza que na Comissão de Direitos Humanos, que promove essa Audiência Pública isto é possível por conta desse compromisso. E nós estamos aqui para escutamos, para ouvi-los. Escutar é mais do que atitude de ouvir as falas. Escutar é responder com ações, com políticas públicas, com iniciativas, que ajudem efetivamente a tratar com dignidade uma parcela considerável do povo brasileiro e já foi 5 milhões, quando da invasão européia. E hoje são apenas algo em torno de 700 mil. Mas temos certeza

que a resistência, a dignidade, sempre, em qualquer circunstância tem que falar mais alto do que a violência promovida seja por quem seja, por agentes do Poder Público, pelas empreiteiras, pelos agentes do agronegócio, pelos fazendeiros, por aqueles que de alguma forma são responsáveis pela degradação do meio ambiente, pela retirada das nossas terras, pelo ataque à nossa dignidade. Não podemos nos calar. Por isso podem ter certeza que das várias denúncias, manifestações, reivindicações aqui apresentadas, nós continuaremos. E encerro fazendo duas propostas, nós continuaremos batalhando e lutando porque se existe uma causa justa nesse País, assim como a causa junto de outros explorados e espoliados é a causa indígena. Estamos aqui para reforçar a luta de vocês, ser mais um que se soma aos esforços de vocês. Dizer Senador Paulo Paim, propor na Comissão de Direitos Humanos, devemos fazer um conjunto de visitas pelo País onde as situações são mais graves. E sugeria e vou requerer oficialmente, que nós começássemos por roteiro de visita, para diligência, levando as autoridades do Poder Executivo, relacionados com as políticas indígenas e nós fôssemos ao Mato Grosso do Sul, aonde tem havido o maior nº. de denúncias relativo à morte de crianças indígenas, situação inaceitável nas condições atuais do nosso País.[palmas]

Mas nós sabemos que tem que ir a outros lugares, começar por Mato Grosso do Sul e falava com a Leila Aquino, representante das comunidades de Mato Grosso do Sul, no final do mês tem uma grande Assembléia das lideranças e nós bem que poderíamos, Senador Paulo Paim, fazer parte desta grande Assembléia e lá convidando as autoridades responsáveis anunciar medidas que efetivamente ajudem a enfrentar os graves problemas que vocês vêem denunciando. E nesse momento...[palmas]

Eu queria de um lado denunciar e requerer uma atuação da nossa Comissão de Direitos Humanos, em relação à ocupação que realizam mais de mil famílias de agricultores, pescadores, barqueiros, extrativistas e os povos indígenas kraho, apinajé, krikati e gaviões que ocupam, ocupam o canteiro de obras da usina hidrelétrica de estreito entre o Tocantins e o Maranhão no rio baixo Tocantins desde a última segunda-feira, e lá estão exigindo que as empresas do consórcio, a TRACBEL (F), ALCOA, Camargo Corrêa e Companhia Vale do Rio Doce, exigem essas lideranças, esses mil brasileiros e brasileiras estão exigindo direito e respeito, exigem que esse projeto da barragem seja discutido com as populações atingidas, reconheçam os impactos sociais e ambientais que estão produzindo e principalmente sejam discutidas todas as formas de

impedir mais crimes contra as populações e as populações tradicionais daquela região.

Queria solicitar, Senador Paulo Paim, por último, o senhor em nome da Comissão de Direitos Humanos e em nome daqueles que estão ocupando as obras da usina hidroelétrica de estreito entre o Maranhão e o Tocantins, solicitasse uma audiência com o IBAMA e com o Ministério das Minas e Energia para que designasse uma representação desses dois órgãos públicos, o Ministério e o IBAMA para ir negociar com os acampados e encontrar a mais correta e justa solução, para o problema que eles estão denunciando.[palmas] Creio que é uma forma do Senado Federal, da Comissão de Direitos Humanos e nós, representantes do povo brasileiro, dos nossos Estados, nos somarmos aos esforços para lutar por melhores dias, por dignidade, pela causa indígena, pelo respeito aos direitos do nosso povo. Um grande abraço, a luta continua, companheiros, meus parentes, nossos amigos, lutadores do nosso povo. Muito obrigado.[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus amigos e minhas amigas, a Comissão aqui está conversando comigo e eu quero cumprimentar a Comissão, porque quando uma das lideranças legítimas de vocês movida, claro, pela firmeza, pela convicção e também pela emoção fez algumas afirmações que a Mesa ficou meio constrangida, eu quero dizer que a Comissão me procurou aqui e quero dizer meu líder, que eu reconheço a tua emoção e a tua revolta porque nós aqui sabemos que a luta de vocês é mais do que justa. Uma grande salva de palmas à Comissão, a vocês e a você também. Porque eu acho que a tua indignação mostrou que você é um guerreiro, e quis de fato que a Mesa se manifestasse.[palmas]

Nós não podemos nos dividir, nós que estamos aqui. E entre tantas notícias, quero dar uma notícia boa a vocês. Ontem estive lá com meu companheiro Valverde, e outros companheiros lá no acampamento de vocês. E lá foi me pedido muito que eu insistisse junto ao palácio para que o Presidente Lula recebesse vocês e eu recebi há minutos atrás por parte da coordenação e agora um telefonema aqui do palácio, que pediu que 50 lideranças estivessem lá e que eu estivesse junto lá de vocês. Quero dizer que com muito orgulho eu vou acompanhá-los lá com o Presidente Lula que atendeu a reivindicação que vocês tanto estavam pedindo. Parabéns a todos nós. A Audiência Pública em parte vai cumprindo o seu objetivo[palmas]

Agradeço ao Presidente Lula que foi sensível a essa reivindicação do movimento. Nesse momento eu passo a palavra ao nosso Eduardo Valverde que é o coordenador da frente Parlamentar em defesa dos povos indígenas.

DEPUTADO EDUARDO VALVERDE (PT-RO):

Eu vou ser rápido porque a notícia do Senador Paulo Paim ela é alvissareira. Eu queria já que foi fumado o cachimbo da paz, certo, porque entre nós aliados, porque nessa causa não pode haver divisões até porque a nossa luta é muito grande. Pegando a visão do povo guarani, onde a vida é um caminhar. Então, nós vamos caminhando, o Estado nacional, a sociedade brasileira está caminhando para fazer verdadeiramente uma democracia étnico racial nesse País. Sabendo todos os obstáculos e é sintomático que essa Audiência Pública seja aqui no Senado Federal. Porque é desta Casa que tem vindo os principais projetos contra os direitos de vocês. E trazê-los para cá foi estratégico, pelo Senador Paulo Paim, para dar visibilidade a esses problemas. A frente Parlamentar tem uma pauta Legislativa e que só pode ser cumprida se tiver a mobilização de vocês. Somos muito poucos nessa Casa. Nós sabemos que estamos com pauta, aprovação do novo estatuto, depois de alguns ajustes, estamos com pauta a aprovação de um Projeto de Lei de iniciativa do Senado Federal, da Senadora Marina Silva que trata do patrimônio genético, dos conhecimentos tradicionais, dos povos indígenas, importante que nós temos esse marco Legislativo.

Há discussões acaloradas, do fundo nacional de incentivo ao desenvolvimento étnico racial para que as ações de vocês sejam, tenham as políticas públicas afirmativas voltadas... Que a população indígena que tenha recurso para serem implementados, há toda uma luta de resistência para evitar que Projetos de Lei que tentam tirar direitos, como aquele que transfere a competência para demarcar do Presidente da República para o Congresso Nacional, buscando dificultar ainda mais o processo de demarcação de terras. Há 100 projetos tramitando na sua grande maioria restritor de direitos. Então, vocês já têm de plano o desafio que terá essa frente Parlamentar. Se não contar com a presença de todos, com a presença maciça, tem que ser uma representação de toda a sociedade brasileira, índia e não índia, o nosso trabalho será extremamente infrutífero.

Eu saúdo a todos vocês, em nome particular, dos povos indígenas de Rondônia, especial o povo Cinta-larga que passa nesse momento, por um processo de criminalização. É uma conduta discriminatória que algumas autoridades de órgãos de Governos vem fazendo contra o povo cinta-larga, em nome deles saúdo todos os povos indígenas presente à terra livre.

[palmas]

Meus amigos, eu vou receber agora daqui das mãos do Jecinaldo um documento, porque como o Presidente Lula marcou a reunião lá no palácio e eu quero

estar lá com vocês, então, eu recebo documento que vou encaminhar, me comprometo encaminhar ao Presidente da Câmara e também do Senado.[palmas]

SR. JECINALDO BARBOSA CABRAL: Senadores, Deputados, autoridades presentes, gostaria que a gente se levantasse primeiro para dizer que, esta é a realidade dos povos indígenas. Muitas vezes a gente até se excede porque a gente sofre a dor lá nas nossas aldeias[palmas]

Mas queria dizer e reconhecer publicamente esses Deputados e Senadores que vieram nesta audiência. E em nome do Senador Paim e também do Senador... Do Deputado Valverde, nós queremos agradecer e dizer e Senador José Nery e outros que visitaram nosso acampamento, dizer que esses vieram e mostraram a cara e esses são nossos aliados. [palmas]

Companheiros, gostaria de passar a mão do Senador Paulo Paim o resultado das discussões do acampamento terra livre e principalmente no item sobre o Congresso Nacional, aonde nós apresentamos algumas propostas a qual eu vou ler resumidamente, só uma página aonde fala diretamente da nossa proposta.

Na Câmara dos Deputados tramitam sete propostas de Emendas Constitucionais que visa alterar o disposto do art. 231 da Constituição, três Projetos de Leis complementares que visam regular os atos de relevância ao interesse da União em terras indígenas. Seis projetos de Decreto Legislativo que visam suspender os efeitos da homologação da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol em Roraima e 42 Projetos de Leis que visam dispor sobre os vários temas de inegável interesse dos povos indígenas como mineração em terras indígenas, educação escolar indígena, demarcação das terras indígenas, meio ambiente, recursos naturais, cultura, normas penais, atenção à saúde, recursos genéticos, recursos florestais, usufruto das riquezas naturais, dentre outros assuntos. No Senado Federal tramitam duas propostas de Emenda Constitucional que também visam alterar o disposto do art. 231 da Constituição Federal. Quatro Projetos de Lei e dois projetos de Decreto Legislativo que também pretendem suspender os efeitos da homologação da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol em Roraima. No que se refere a estas proposições no Congresso Nacional importa reiterar o que já tivemos oportunidade de afirmar em 3 anos anteriores quando nos reunimos aqui em Brasília não concordamos com qualquer alteração ou Emenda à Constituição Federal em relação ao disposto que trata sobre os nossos direitos.[palmas]

Entendemos como correto e conveniente que as normas relacionadas aos povos indígenas devem compor o estatuto dos povos indígenas. Proposições.

Por estas razões reivindicamos que não sejam aprovadas leis específicas sobre cada um ou sobre temas objeto de regulamentação do que defendemos, venha ser o estatuto dos povos indígenas como a questão relacionada à pesquisa e à lavra de minérios nas terras indígenas que tradicionalmente ocupamos ou em relação ao aproveitamento de recursos hídricos e potenciais de energia elétrica. Concordamos que a Mesa da Câmara dos Deputados submeta ao Plenário desta Casa Legislativa o recurso interposto contra a decisão da Comissão especial que aprovou substitutivo sobre o novo estatuto do índio. Concordamos ainda que os Deputados Federais aprovelem este recurso para que a matéria seja incluída na Ordem do Dia, abrindo-se prazo para apresentação de Emendas de Plenário. Reivindicamos que em seguida seja constituída nova Comissão especial para analisar estas Emendas emitindo o novo parecer a ser submetido ao Plenário. Reivindicamos que a nova Comissão especial e posteriormente os líderes partidários ouçam os povos indígenas e suas organizações como recomenda alínea A do § um, do art. 6º da OIT, no sentido de que os povos indígenas sejam consultados mediante procedimentos apropriados e particularmente através de suas instituições representativas, assegurando assim nossa adequada participação no processo de elaboração Legislativa de normas que nos dizem respeito de forma direta. Aprovada a matéria na Câmara dos Deputados esperamos que o Senado Federal, os mesmos cuidados e procedimento de respeito a nossas opiniões como dos demais povos indígenas também sejam adotados.

Assinam acampamento terra livre 2007.[palmas]

Entregamos, então, agora ao Senador Paulo Paim e ao Deputado Eduardo Valverde.[palmas] Que sejam tomadas às devidas providências. É isso que eu queria dizer em nome dos povos indígenas do Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero só no encerramento dessa Audiência Pública cumprimentar aqui conosco a atriz Letícia Sabatela, fez questão de passar aqui para demonstrar seu apoio aos povos indígenas. A atriz Letícia Sabatela, nossos cumprimentos e dizer para vocês que eu e o Deputado Valverde combinamos que eu vou entregar em mãos ao Senador Renan Calheiros, Presidente do Congresso. E ele vai entregar em mãos ao Deputado Arlindo, que é o Presidente da Câmara dos Deputados.

Mediante isso, meus amigos e amigas, nós encerramos esta Audiência Pública sem sombra de dúvida, foi um sucesso absoluto. Eu sei que aqui vocês manifestaram o seu descontentamento que é legítimo

e nós reconhecemos, quero dizer também para vocês que para mim como Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado e também aqui o Valverde representando a Câmara dos Deputados, todos os Ministérios vieram aqui, se apresentaram e como aqui foi dito, mostraram sua cara para ouvir as críticas. Isso é bom, tem que vir, tem que ouvir e levar para dentro dos Ministérios o que é que vocês pensam.

Saímos daqui com essa visão, o povo indígena brasileiro está indignado e exige ações de imediato e é nessa linha que eu me comprometo de atuar aqui dentro do Senado da República. Viva os povos indígenas, viva igualdade, viva liberdade, viva a justiça, viva a cumplicidade entre todos os lutadores pela igualdade. Um abraço a todos.[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está encerrada a presente reunião.

Meus amigos, a atriz Letícia Sabatella gostaria de dar uma mensagem de um minuto para vocês, e essa Presidência, já que ela veio aqui para dar esse apoio, se sente honrado, Letícia, que você venha aqui e diga do seu apoio, a caminhada, a vida, a história e a luta dos povos indígenas. Passamos a palavra à atriz Letícia.

SRA. LETÍCIA SABATELA: Muito obrigada. Dia 19 de abril, e pra mim a primeira coisa que eu pedi quando acordei é que eu estivesse no lugar certo, na hora certa, a serviço da nossa essência mais brasileira que é o povo indígena. Então muito obrigada por eu estar aqui com vocês. Tenho aprendido muito principalmente com uma etnia que é muito querida do meu coração, que é o povo Kraô que e eu estou fazendo um documentário sobre eles, no caso os Rotiuá, palhaços sagrados da tribo e vejo que é um povo que preza muito, todos os povos indígenas, a gente tem muito para aprender, prezam muito para manter o equilíbrio, o equilíbrio da sua aldeia, o equilíbrio da sua saúde mental, equilíbrio com a natureza.

Eu venho aqui a pedido também, enfim, de todas as pessoas que lutam pelas causas indígenas para que vá a uma Comissão de Direitos Humanos, ao Estado do Tocantins, que ajude a discutir melhor essas questões que as usinas hidrelétricas que vão alargar terras indígenas. É muito importante que a gente haja com muito respeito em relação aos povos indígenas, detentores de uma sabedoria que nós, vivendo em cidades violentas, cidades onde existe muita degradação moral e social que a gente reaprenda o espírito de comunidade que as sociedades indígenas nos ensinam.

Então, gostaria que se fosse realmente a pedido dos Kraô isso, uma caravana, da Comissão de Direitos Humanos do Senado que a gente pudesse e me incluiria a participar também se necessário, para irmos lá e

discutir com as lideranças. Quais os impactos que vão gerar a construção principalmente da usina de Estreito e das usinas hidrelétricas que fazem parte desse pólo. E que a gente possa pensar melhor a necessidade de você pensar num avanço econômico, e você não pensar num cuidado, na preservação cultural, preservação social, preservação ambiental que os povos indígenas nos ensinam. Muito obrigada.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A gente agradece. Eu acompanhei em parte a luta dos Kraô Canelas. Tive em duas rodadas de negociação, conseguimos liberar parte do dinheiro que eles precisavam para a sua titularidade, e agora vem mais uma denúncia do que está acontecendo lá em Tocantins. Então já fica aqui o compromisso firmado das duas comissões, Direitos Humanos da Câmara e do Senado, que nós vamos a Tocantins e vamos acompanhar a Letícia. Então está encerrada a presente reunião e o compromisso está firmado, parceria e muita cumplicidade entre nós. Um abraço a todos.

A associação Cristã Amigos Brasil/Israel, está apoiando o movimento. Obrigado.

Sessão encerrada às 14h03.

Também tem um Projeto do Estado, que a gente tem que lembrar. Não conheço nenhuma autoridade aqui presente do Estado de Mato Grosso. É muito vergonhoso que um Estado daquela região que não acompanha essas questões indígenas. Eu queria aproveitar a presença de todos aqui para falar que o diálogo dos Deputados dos Estados não existe. Precisamos mais dialogar e está presente nessa questão, nessa luta. Nós vimos aqui presente de manhã a Senadora Serys, inclusive nós queríamos aproveitar a fala dela dessa questão dos Estados, principalmente nosso Governo do Estado Blairo Maggi que é um dos produtores de soja naquele Estado. Então, ele tem um Projeto de hidrovia onde pode escoar a produção de soja através do rio das mortes. Que esse rio nós temos algumas comunidades residindo na beira do rio das mortes. Então afetará futuramente aquela comunidade.

Então, o nosso medo é que não tenha... Ou senão cria outra forma de projetos de crescimento. Além de construção de hidrovia, hidrelétrica que a nossa preocupação. E até hoje também tivemos um desaparecimento na terra indígena sangradouro que até hoje nunca foi vendado. Eu queria aproveitar a procuradora está aqui presente para rever essas questões que preocupa a nossa sociedade.

Então, quero lembrar também que o Mato Grosso está expandindo a plantação de soja, onde nós sofremos, principalmente as terras indígenas do Estado

de Mato Grosso onde se encontra terras indígenas Xavante, todos os rios que ali presente vinha da... Fora da terra indígena. Então foi essa preocupação nossa. Principalmente a expansão agrícola de soja. Então queria diminuir esta fala. Quero lembrar a ausência de apoio dos Deputados dos Estados de Mato Grosso e Senadores. Muito obrigado. Obrigado pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra a Dourado Tapeba para um recado rápido, conforme ele informou a Mesa aqui. E em seguida é o Caboquinho Potiguara, e por último o Luiz Titiaia Pataxo.

SR. DOURADO TAPEBA: Eu queria cumprir a Mesa em nome do Senador Paulo Paim, um Senador que tenho respeito por ele até pela questão de lutar muito pelo salário dos trabalhadores. Mas eu queria colocar para vocês companheiros e companheiras indígenas, parentes indígenas, que eu quero desabafar aqui o seguinte: Porque no Brasil tem muito dinheiro para dar para Mensalão, tem dinheiro para sanguessuga e não tem dinheiro para demarcar terras indígenas. E queria perguntar aos Parlamentares por que... Para que serve a Constituição Federal? Porque está lá garantido o nosso direito e essa constituição não é cumprida. E por que é que faz mais leis se não cumpre nem as que já tem? Esse é meu desabafo porque não deixarei de expressar essa expressão aqui, porque tem dinheiro para comprar Deputado para votar pro resto do Governo, mas não tem para demarcar terras indígenas. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra agora ao Caboquinho. Obrigado pela força aí no Plenário.

SR. CABOQUINHO POTIGUARA: Boa tarde Deputados, Senador Paulo Paim, Deputado Luis Couto, e lideranças indígenas. Venho aqui do Estado da Paraíba, sou do povo Potiguara. Trago aqui, uma grande preocupação principalmente no setor judiciário, onde no nordeste poucas terras indígenas foram demarcadas, e algumas que já estão demarcadas está sujeito à anulação da sua demarcação. Me refiro aqui à área do povo potiguara do Estado da Paraíba, onde já existe ação no STF pedindo que aquela terra seja anulada. A outra grande preocupação que eu trago aqui, é em relação ao programa, ao plano de ação de desenvolvimento desse Governo. Uma vez que acelera principalmente o plantio da cana-de-açúcar, principalmente na minha região e dentro da minha área que é a área dos Potiguara. Essa questão do biocombustível está trazendo uma grande preocupação, principalmente dentro da área da área indígena Potiguara. Porque a intenção das grandes usinas é cada vez mais investir

dentro daquela área. A minha preocupação também, que eu trago aqui é em respeito principalmente à questão dos nossos companheiros que relataram aqui a grande problemática que está acontecendo, principalmente o pessoal do Javari, que tem essa grande preocupação, o pessoal do Acre. Vou lembrar aqui somente uma frase da nossa companheira guerreira, a Maninha Xucuru. Ela relatou o seguinte, ela disse: Cuidado companheiros do Amazonas, para não ser o nordeste de amanhã. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Olha, por um erro aqui da Mesa e que foi de minha parte, eu não chamei a nossa líder Sônia Guajajara. Então eu chamo a Sônia agora, Sônia. E peço que V.Ex^a aceite minhas desculpas. Eu que me enganei no chamar aqui. Sônia, me permite antes de falar, só registrar a presença do Senador Mão Santa, que tem nos apoiado sempre no Plenário quando nós falamos dos setores discriminados e naturalmente dos povos indígenas. Sônia com a palavra.

SRA. SÔNIA GUAJAJARA: Boa tarde parentes e parentas. Boa tarde à Mesa. Boa tarde a todos os parceiros e aliados que se encontram aqui. Quero dizer para iniciar, que ser índio não é simplesmente andar pintado. Não é simplesmente usar o cocar. Não é simplesmente viver no mato. Ser índio é muito mais. Ou melhor, é tanto quanto participar das políticas públicas, participar da construção das políticas desse País. Quero dizer que sou mulher indígena Guajajara. E quero dizer também, que nos últimos tempos a FUNAI, a FUNASA, que são os órgãos responsáveis pela política indigenista, estão mudando seu significado. A FUNAI, em vez de ser Fundação Nacional do Índio, está passando a ser uma fundação nacional antindígena. Quando é uma vergonha o que aconteceu no Maranhão no Governo passado do presidente Mércio. Que anteriormente ele morou no Maranhão, morou numa terra indígena chamada Bacurizinho no Município do Grajaú, reconheceu a terra, escreveu um livro dizendo que era terra de área indígena e quando chegou na sua mão para regularizar a situação daquela terra, ele disse que lá não pertencia a índio, que naquela terra nunca viveu índio. E hoje esse processo se encontra parado lá em qualquer gaveta.

E a FUNASA está contribuindo para isso. Percebemos que além do PAC que está sendo criado, a FUNASA está implantando também o PAM, que é o processo de aceleração de mortes dos povos indígenas. E aqui gente, eu quero dizer que nós não vamos parar. Porque se pararmos, em qualquer uma dessas paradas nós podemos ser queimados. Como aconteceu com o nosso parente Galdino. E nós continuaremos

na luta, porque lutando iremos sim tocar fogo nesse País e queimar todas as barreiras de preconceitos que existem contra os povos indígenas. Obrigada. E para completar eu quero dizer: Todos se levantem e digam junto comigo: Revolução indígena agora e sempre! Revolução agora e sempre!

[Palmas e gritos].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passo a palavra o cacique Evilásio Kurubá que me pediu um minuto. Cacique, V.Ex^a fez um apelo à Mesa e eu atendi.

CACIQUE EVILÁSIO KURUBÁ: Muito boa tarde a todos, boa tarde ao Presidente da Mesa, e lembrando que hoje é o dia do soldado, dia do Exército Brasileiro. E em nome do General Rondon, que muitas coisas fez na época da SPI pelo povo indígena.

E gostaria de pedir apoio também ao Brasil, ao Senado Federal, para o Projeto aldeias urbanas que é um Projeto que eu escrevi junto com outras autoridades, inclusive desembargadores para a gente tirar o pessoal que está se envolvendo, as mulheres com a prostituição, a cachaça que é a bebida alcoólica em muitas cidades. Talvez muitos não tenham esse problema, mas no Brasil existem muitos índios urbanos que hoje bebem e até usam drogas. Vamos combater esse problema. E pedir também uma salva com palmas para as mulheres indígenas que estão aqui presentes e ninguém lembra delas. E vamos apoiar todas as mulheres brasileiras, as brancas também e apoiar também a Zilene na FUNAI que está ali no CGDI e apoiar o Presidente da FUNAI e a própria FUNAI. Porque todos precisam de oportunidade de vida para desenvolver-se e resgatar a cultura também da mulher, do índio, e o próprio Senado que está trabalhando para isso e estão todos até agora conosco. Agradeço a todos e uma salva de palmas para o dia do soldado e o dia do índio. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado. Cumpriu a palavra. Foi um minuto parabéns. E eu passo a palavra para o último inscrito, o Luiz Titiaia Pataxó, que é o último inscrito. E ficou acertado aqui entre nós, que vocês vão organizar uma Comissão e junto com os Senadores, essa Comissão vai ao Presidente Renan Calheiros entregar o documento do abril indígena terra livre. Luiz com a palavra.

SR. LUIZ TITIAIA PATAXÓ: Boa tarde parentes, boa tarde à Mesa. Queria chegar aqui e dizer para os parentes, cobrar um pouco até um desrespeito para as comunidades indígenas que o órgão que defende se diz que defende o nosso direito, se saiu da Mesa, nem satisfação deu à comunidade indígena, que foi a FUNAI. O presidente deu aquele discurso e saiu, e

não deixou ninguém para registrar o que nós vamos cobrar da FUNAI aqui.

Senhores Senadores, autoridades, o que eu quero dizer com o meu encerramento, vou querer um pouco de paciência de vocês. Já que nós temos momento nesse dia que, vocês brancos, diz que é o dia do índio. Sinceramente nós temos muita coisa para passar. Principalmente na aldeia que você abriu a Mesa dizendo à homenagem os dez anos da morte do companheiro Galdino, sinceramente eu quero esse momento de respeito. Porque nós estamos aqui, nós Pataxô junto com a caravana a dizer o desrespeito que algumas autoridades está fazendo com o nosso povo no sul e extremo-sul da Bahia. O enfrentamento que os Pataxô no extremo sul da Bahia enfrenta com a empresa VERACEL tomando conta e ocupando os territórios do nosso parente. E aonde... Eu não quero aqui que as autoridades escuta não, eu quero que as autoridades façam alguma coisa, encaminha alguma coisa para resolver o problema que foi registro aqui das lideranças. Eu quero registrar também a situação dos Tupinambás no sul da Bahia, onde estão enfrentando uma grande política e sendo fortalecida até pelo órgão da FUNAI, aonde manda antropólogo para lá com estudo para querer reduzir os territórios dos parentes Tupinambás. E outra coisa, os parentes Tupinambás está lutando pela Mata Atlântica lá da região do seu território. E os tupinambás não vão abrir mão, não, senhores autoridades. Nem os Tupinambás, nem os Pataxós do extremo sul, não vai abrir mão do Parque Nacional do Monte Pascoal, não. E por essa luta do Parque Nacional, autoridades, vocês tem que saber, nós estamos com parente preso sem poder mais gritar e suspender a bandeira do movimento dos Pataxós Hãhãhãe. Que chama-se o nosso companheiro Joel Brás um grande líder que levantou o movimento indígena naqueles 500 anos em Porto Seguro, aonde quando ele esperou demais pela justiça, ele começou fazer as articulações de ocupação pegando suas comunidades, seus parentes, seu povo e ocupando os seus territórios tradicionais do povo Pataxó do extremo sul da Bahia. E nisso abrangiu a retomada para Pataxós Hãhãhãe, iniciando a luta para os nossos parentes tupinambás. Hoje nós vemos nossa liderança ameaçada, o cacique Babao ameaçado e outras lideranças, sem poder sair, com sua liberdade para lutar pela defesa do seu povo. E hoje nós vemos todas essas políticas senhores, o discurso bonito que nós aqui não só precisamos de terra não, precisamos do nosso território, mas precisamos de uma educação adequada, uma saúde adequada e também diferenciada. Quando nós vê pessoas que vem representar aqui a saúde, dá o seu discurso bonito. Mas não sabe como está a rea-

lidade na base, não sabe fazer um levantamento de quantos parentes foram enterrados, quantos parentes sofrendo, precisando de uma saúde especial. Eu admiro quando o companheiro, o rapaz, me desculpe re, o rapaz que está representando aqui a saúde colocou que o Município, o Estado tem também que ter o seu conhecimento da política de saúde. Mas como que vai ter esse compromisso? Porque muitas prefeituras nas regiões, muitos Municípios, que está coordenando a Prefeitura, a política do Estado são fazendeiros, são latifundiários, como uma pessoa dessa vai ter uma política voltada aos povos indígenas e aquelas comunidades da região? Isso é um assunto geral, não é só Extremo-Sul e Sul da Bahia, não é um assunto geral que nós vemos no movimento indígena levantado pelas lideranças.

Quero chamar também atenção, senhores, nas ameaças das lideranças, eu queria que a Casa caminhasse e discutisse com o Diretor-geral da Polícia Federal que quando ir fazer levantamento das lideranças indígenas que faça seu papel de fazer um levantamento especial, analisar, não só ficar acusando as lideranças botando processo para calar e prender a liderança para não lutar pelos seus direitos.[palmas]

Quero dizer aqui também, e chamar atenção, que tristeza para nós da POIME. Saber que essa semana o nosso companheiro Zé de Santa que é uma grande liderança que lutou por seu povo, lutou para o fortalecimento da nossa organização a POIME que hoje está abrangendo a nível nacional e internacional, vai ter de sentar numa Mesa de réu e enfrentar todo o processo mentiroso e é capaz do nosso parente ser preso e ficar no meio dos bandidos, por políticas porcas de fazendeiros e latifundiários da sua região. Mas quero dizer para as autoridades aqui, que o nosso companheiro Zé de Santa ele não está sozinho.[palmas]

O povo indígena do Brasil vai estar com ele no momento que o nosso companheiro tiver lá sentado. E se a justiça der uma decisão para prejudicar nosso companheiro nós do movimento indígena nós não vamos calar.[palmas]

E quero dizer também, lembrar aqui para o representante da saúde, para a educação, eu queria que tivesse alguém da FUNAI aqui, mas como tem os Parlamentares que são as autoridades competentes desse País. Que no dinheiro público, dinheiro da União que vai para atender as comunidades indígenas, que tenham fiscalização, que tenham uma fiscalização no dinheiro público que vai para atender as comunidades indígenas porque ainda nas regiões têm representantes das FUNAI que é picareta, que pega os recursos de atender a auto sustentação da comunidade e é desviado. E aí, companheiros, a sociedade brasileira tem uma

visão, não, os índios estão em uma boa, foi aprovado vários orçamentos mas a vocês, autoridades, não pensou ainda que se chama dinheiro público, não pensou ainda de se ter uma fiscalização geral para saber se esse dinheiro está sendo aplicado mesmo dentro das comunidades indígenas, se está sendo feita alguma coisa, como se diz, a prestação de conta que a FUNAI faz em ano nas conferências nacionais. E quero dizer também, na área da saúde, para atualizar as mobilizações e os conflitos que têm na base, eu queria que a saúde olhasse os transportes que têm para atender a saúde indígena que os carros da FUNASA estão tudo sucateado no pólo básico de cada região. Uma vergonha, a FUNASA pagar 12 mil, 20 mil, de carro locado que não atende as demandas das comunidades indígenas em geral. Diz aqui que está faltando fiscalização no dinheiro público, dinheiro público que arrecada das pessoas brasileiras está sendo mal aplicado. E quem sofre isso, companheiros, somos nós.

Tem um problema sério que eu quero dizer para, que está acontecendo com o povo Pataxó Hãhãhãe, em nome inteiro da família de Galdino, só quero levantar duas coisas companheiro, pedir desculpa, eu peço esse momento, uma é a culpa da FUNASA, o pai de Galdino morrer final desse ano passado e a FUNASA culpado do tratamento do pai de Galdino. E hoje eu vejo a homenagem há 10 anos da morte de Galdino. E nós saber que o pai dele morreu sem assistência da FUNASA e peço quem estiver representando a saúde, eu vou pedir pelo amor de Deus, em nome da família de Galdino, tira aquela coordenadora do DICEI de Salvador, Dr^a. Raquel e Dr^a. Iole, porque elas são culpadas pela morte de pai de Galdino. Porque senão nós Pataxós Hãhãhãe vamos tomar nossas providências e nós não sabe como vai ser essa providência.

Quero dizer também que tem outro problema sério nos territórios dos Pataxós Hãhãhãe. O novo Governador do PT, Jacques Wagner, que hoje faz parte... Ser réu do nosso processo do território tradicional dos Pataxó Hãhãhãe, no discurso com a liderança, principalmente a irmã de Galdino ele colocou que para resolver a causa dos Pataxós Hãhãhãe, a violência dos Pataxós Hãhãhãe, tem de reduzir o território dos Pataxós Hãhãhãe. Companheiros e representantes desse País brasileiro eu quero dizer, nem nós Pataxós Hãhãhãe, nem comunidade, nem povo nenhum, vai aceitar redução dos nossos territórios tradicionais para resolver a violência contra o nosso povo. Porque nós já perdemos não só Galdino, como 19 lideranças e nós vamos perder mais. Nós vamos perder mais, companheiros, porque nós não vamos abrir mão só porque é um Governador, só porque ele é do PT não. Nós vamos lutar e se for possível vamos para a imprensa e vamos

dizer quem é que era companheiro nosso, quem é ele hoje, executando a política na região.

Eu quero dizer também e falar em nome do movimento, as coisas que estão acontecendo, eu pedia um grande respeito das autoridades que têm seus discursos bonitos, seu discurso ideal, que nós do movimento indígena, eu não vou vir aqui mais não, eu não vou vir aqui mais não, acampamento indígena, passar pelo que nós estamos passando para todo o ano nós ficar avaliando isso aqui não. O que nós temos que fazer isso para encaminhamento da Casa vocês terão um prazo para resolver todas essas demandas que está acontecendo. Porque se vocês não decidirem nada a gente vai fazer mobilização, a gente vai fazer... Dar o nosso grito e derramar mais sangue, e vamos matar... Vai morrer mais parente, porque nós vamos começar ocupar nosso território, nós vamos começar tirar esses caras corruptos que estão aí decidindo a política do nosso povo. Então, eu quero dizer para as autoridades em nome do povo Pataxó Hãhãhãe, em nome do movimento indígena que seja sincero, faça sim do jeito que nós estamos fazendo essa aliança aqui, para vir aqui conversar, diagnosticar com o Governo. Que vocês também faça aliança de vocês. Senta com o Governo e faça seus encaminhamentos para providência de imediato, de toda a situação que está acontecendo aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos nesse momento a palavra, então para...

SR. LUIZ TITIAIA PATAXÓ: E dizer, parentes...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou fazer um apelo ao Plenário, eu até o momento dirigi essa Audiência Pública, respeitando sempre o Plenário e vou continuar respeitando porque vocês merecem isso. Ele pediu um tempo maior, eu dei todo o tempo para ele. A liderança que me pede, os Senadores tem que falar, duas horas tem que encerrar essa Sessão, apelo que eu faço no tempo, que você conclua agora. Eu acho que está sendo uma Audiência Pública importantíssima, as autoridades estão aqui ouvindo, e nós esperamos que os encaminhamentos que você vai encaminhar à Mesa junto com a Comissão eu possa sair daqui com vocês e ir até o Presidente do Congresso Nacional, Renan Calheiros, para que ele possa, então, receber o documento que me foi solicitado. Eu faço apelo à liderança que conclua agora o seu pronunciamento.

SR. LUIZ TITIAIA PATAXÓ: Mais uma vez, companheiros, eu quero dizer, mais um desrespeito ao movimento indígena. Enquanto teve tempo suficiente para autoridades darem os seus discursos, ainda tem mais liderança aí que poderia estar com espaço aqui

para falar. Esse dia é nosso, nós só vem aqui uma vez no ano. Enquanto vocês estão todo dia debatendo, discutindo, podia respeitar esse espaço nosso que é um momento, só uma vez no ano, mesmo assim com sofrimento. Vocês tinham de respeitar as pessoas que estão doentes naquele acampamento, vocês podiam respeitar a liderança que vem ameaçada para enfrentar isso aqui, companheiro. Agora isso é um desrespeito que eu acho da Casa perante o movimento indígena. Eu queria aqui por protesto, gente que nós batesse uma salva de palmas pelo protesto do companheiro Jecinaldo fez aqui. Não sentar nessa Mesa, não pegar esse espaço aqui. Eu queria também aqui por respeito dessa Casa, chamar o companheiro Paulo Xavier para passar o documento importante que ele tem e não querer escutar que também, que saia, mas a gente tem o momento também de nós falar, o momento de desabafar, nós estamos aqui trazendo a realidade da base.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus amigos, eu entendo que essa audiência está cumprindo o seu papel, eu quero cumprimentar toda a coordenação desse movimento que aqui ao meu lado na Mesa me ajudou durante todo o período, a orientar todos os trabalhos. Eu entendo, claro que eu entendo a palavra do desabafo, claro que não pense você que a gente não tem claro que essa Audiência Pública aqui no Senado da República promovido pelas Comissões de Direitos Humanos, foi com o objetivo que vocês pudessem falar. Até o momento nenhum Senador usou da palavra porque entendeu que tinha que ouvir vocês. Por isso que eu acho que essa política de aliança e de cumplicidade quando a gente fala que é parente tem que ser com os índios e com os Senadores e Deputados que ficaram todo o tempo aqui apoiando vocês. Ou vocês preferiam que a gente chegasse aqui, abrisse a Audiência Pública e fosse embora, não fizemos isso e não vamos fazer. Estamos aqui solidários com vocês do primeiro ao último momento. Vocês sabem tanto quanto eu, que essa luta nossa só pode ser vitoriosa se a gente caminhar de forma unida e não de forma individual. Por isso em nome do coletivo, e desses Senadores, Deputados e todas as lideranças que ficaram aqui e vocês que ficaram no Plenário, desde as nove horas da manhã, essa Audiência Pública vai cumprir o seu objetivo. Nós vamos sair daqui ainda e vamos ao Presidente Renan Calheiros entregar o documento organizado pelo Brasil abril liberdade indígena e terra, acampamento terra livre. Podem ter certeza que esse compromisso nós vamos ter até o último minuto dessa Audiência Pública. E é com alegria que eu quero passar a palavra nesse momento ao Senador Suplicy que desde cedo estava

aqui ouvindo todas as lideranças. Uma salva de palmas para o Senador Suplicy.[palmas]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Meus caros companheiros que aqui representando os povos indígenas de todo o Brasil vem hoje ao Senado Federal.

Querido Presidente da Comissão de Direitos Humanos Paulo Paim, ontem ao final da Sessão quando V. Exa e outros Senadores disseram da importância da audiência que sob sua orientação nós iríamos ter a oportunidade de realizar hoje e ouvindo as lideranças indígenas dos mais diversos lugares do País, eu resolvi fazer uma visita ali ao acampamento terra livre, diante do Congresso Nacional. E ali me informaram como é que você havia procurado assegurar que todos os que estariam com vontade de estar aqui dentro hoje, iriam estar aqui dentro. Eu até combinei com eles que quando se iniciasse a Sessão e durante a manhã nós estaríamos aqui prontos para garantir que todos pudessem entrar como de fato aconteceu. Ainda em meio à manhã como eu tinha ouvido esses gritos, esse som que está lá, eu falei: Será que é algum protesto? Porque alguns não estão conseguindo entrar. Então, eu fui até lá e lhe transmiti caro Paulo que ali, este som não é de protesto, são alguns dos índios e índias que estão cantando, fazendo uma dança que me parece ser uma expressão de alegria pelo fato de estar havendo esta boa Audiência Pública, onde nós estamos tendo a oportunidade de ouvi-los.

Sabem, ontem aqui neste mesmo auditório passou um filme contando a história de Oscar Niemeyer, o arquiteto que desenhou estes edifícios como do Congresso Nacional, a praça dos três poderes, os edifícios todos do Ministério, o museu da República e tantas coisas e, inclusive, algumas ele desenhou alguns monumentos neste País, todos homenageando os que foram mortos por opressores em nosso País e, inclusive, em alguns casos em que os índios foram mortos, perseguidos, bem como no caso dos trabalhadores de Eldorado do Karajás, como dos trabalhadores que foram mortos diante da companhia siderúrgica Volta Redonda. E eu fiquei pensando ao longo desta reunião como estará contente o Oscar Niemeyer, que neste ano está fazendo 100 anos de saber que no auditório Petrônio Portela, que ele construiu para que houvesse audiências como as que hoje está havendo, como ele deve estar contente e eu quero, e vou fazer um pronunciamento hoje, de homenagem, também, ao Oscar Niemeyer sobre o filme que eu recomendo que vocês assistam o documentário da história dele. Mas porque ele deve estar muito contente porque hoje o principal auditório, o maior auditório do Senado Federal está sendo utilizado sobretudo com a presença de quase 1000 lideranças

indígenas que de todo o Brasil vieram aqui para expor, aos representantes do Governo e do Congresso Nacional, sobre os seus problemas.

E eu quero também lhes transmitir tendo ouvido as mais diversas reivindicações que eu como Senador pelo Estado de São Paulo, do Partido dos Trabalhadores, me sinto na responsabilidade de procurar ajudá-los e acompanhar em cada uma das suas dificuldades e reivindicações, daí a importância desse encontro para todos nós Senadores. Ademais, conforme ontem disse lá para os que estavam na reunião a as onze horas da noite do acampamento terra livre, eu quero me dispor a visitá-los, visitar as inúmeras aldeias. Há pouco eu estava aqui conversando com o Davi do Parque Ianomami, não sei se ele está aqui agora, mas eu que já visitei os índios do Parque Ianomami, me disponho a ir lá de novo, bem como a cada um de vocês, se os Pataxós Hãhãhãe, desejarem a cada um de vocês, me disponho a ir também explicar o projeto da Renda Básica de cidadania que me parece, faz muito sentido porque quando aqui a terra era propriedade comum de todos os que habitavam no Brasil, os povos indígenas, os seus antepassados tinham formas de prover com que a cada um se assegurasse o necessário para a sua sobrevivência e vocês tinham valores de solidariedade que são importantes ser preservados e, inclusive, ensinados para todos nós. E a proposta da Renda Básica de Cidadania, justamente procura assegurar que da riqueza criada neste País, seja separada uma parte que será garantida a toda e qualquer pessoa, não importa sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo socioeconômica. A todo e qualquer brasileiro e brasileira deverá se garantir uma renda na medida do possível suficiente para atender as suas necessidades básicas como um direito de partilharmos todos da riqueza da Nação. Então, eu me disponho a ir as suas aldeias para estar debatendo, discutindo, aperfeiçoando esta proposta que já foi aprovada como lei, mas para ser instituída passo a passo, como já o faz o programa bolsa-família até que venhamos a ter isso como um direito inalienável de todo e qualquer pessoa neste País. E, portanto, não teria aqui mil exemplares para dar. Eu dei algumas das lideranças, mas vocês podem compartilhar e eu me disponho a visitá-los e quero aqui assegurar que manifestando a minha solidariedade à homenagem que o Paulo Paim, na abertura dos trabalhos, fez a todos que foram mortos, sacrificados, massacrados na história dos povos indígenas brasileiros mas, inclusive, simbolizado pelo, por aquele que há 10 anos, infelizmente, foi morto aqui no ponto de ônibus, o índio Galdino que representa muito simbolicamente, do sofrimento porque passam todos

vocês. A minha solidariedade e parabéns por esta extraordinária Audiência Pública.[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu passo a palavra nesse momento ao Senador José Nery que na Comissão de Direitos Humanos preside a Subcomissão de trabalho escravo e que esteve conosco também aqui toda a manhã.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Paulo Paim, na sua pessoa saúdo a toda a Mesa dos trabalhos, os representantes do Poder Legislativo e do Governo. Especial um abraço, uma saudação a cada parente que aqui vem trazer o seu grito, o seu clamor pelo respeito às tradições, a história, aos direitos das populações indígenas. Os representantes, as autoridades, tanto do Governo quanto nós do Congresso Nacional deveríamos, simbolicamente, recebê-los de joelhos para pedir perdão pelos crimes e genocídio que há 500 anos são promovidos contra as populações e as nações indígenas brasileiras.[palmas]

Vocês representam o que há de mais genuíno de mais belo, mais sincero da história do nosso País. Infelizmente, situação grave essa que vocês vem denunciando através das diversas manifestações e que o Abril Indígena construído pelas lideranças do movimento indígena nacional, pelos seus apoiadores, tem se transformado, tem se constituído nos últimos anos como um momento privilegiado, o espaço privilegiado para vocês terem a oportunidade de aqui apresentar suas críticas, suas denúncias, sob todas as formas de violência que vocês são vítimas. E cada momento desse, com certeza, compromete a cada vez mais a cada um de nós. E aqui estiveram nesse Plenário Senador Paulo Paim, os Senadores, Deputados, Deputadas e Senadoras também e membros do Governo, especialmente aqueles que têm compromisso com a luta pelo resgate, pelos direitos dos povos indígenas brasileiros.[palmas]

Seria bom, seria bom que vocês pudessem falar aos 513 Deputados Federais, aos 81 Senadores. Mas infelizmente não conseguimos ainda, um patamar de representação popular em que verdadeiramente o mais legítimo direito do nosso povo esteja representado nas Casas Legislativas ou nos Governos. Avançamos, é verdade, mas há muita estrada pela frente, para ver respeitados os direitos das populações indígenas do nosso País e todos aqueles que se juntam na luta por justiça, por liberdade, por terra, por dignidade. As populações indígenas exigem a demarcação de suas terras. Mas a demarcação acompanhada de todas as políticas públicas para que não seja como no caso da Reforma Agrária que muitas vezes é uma Reforma Agrária pela metade, a demarcação tem que ser por inteiro com a garantia das condições de produção, de educação, de

saúde a que vocês têm amplamente direitos e que infelizmente não são respeitados por isso.[palmas]

Queria, senhor Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Paulo Paim, que representa e engrandece na Comissão de Direitos Humanos o Parlamento brasileiro que se alia com a causa dos mais pobres, dos espoliados, dos discriminados, dos excluídos, pode ter certeza que na Comissão de Direitos Humanos, que promove essa Audiência Pública isto é possível por conta desse compromisso. E nós estamos aqui para escutamos, para ouvi-los. Escutar é mais do que atitude de ouvir as falas. Escutar é responder com ações, com políticas públicas, com iniciativas, que ajudem efetivamente a tratar com dignidade uma parcela considerável do povo brasileiro e já foi 5 milhões, quando da invasão européia. E hoje são apenas algo em torno de 700 mil. Mas temos certeza que a resistência, a dignidade, sempre, em qualquer circunstância tem que falar mais alto do que a violência promovida seja por quem seja, por agentes do Poder Público, pelas empreiteiras, pelos agentes do agronegócio, pelos fazendeiros, por aqueles que de alguma forma são responsáveis pela degradação do meio ambiente, pela retirada das nossas terras, pelo ataque à nossa dignidade. Não podemos nos calar. Por isso podem ter certeza que das várias denúncias, manifestações, reivindicações aqui apresentadas, nós continuaremos e lutando porque se existe uma causa justa nesse País, assim como a causa junto de outros explorados e espoliados é a causa indígena. Estamos aqui para reforçar a luta de vocês, ser mais um que se soma aos esforços de vocês. Dizer Senador Paulo Paim, propor na Comissão de Direitos Humanos, devemos fazer um conjunto de visitas pelo País onde as situações são mais graves. E sugeria e vou requerer oficialmente, que nós começássemos por roteiro de visita, para diligência, levando as autoridades do Poder Executivo, relacionados com as políticas indígenas e nós fôssemos ao Mato Grosso do Sul, aonde tem havido o maior nº. de denúncias relativo à morte de crianças indígenas, situação inaceitável nas condições atuais do nosso País.[palmas]

Mas nós sabemos que tem que ir a outros lugares, começar por Mato Grosso do Sul e falava com a Leia Aquino, representante das comunidades de Mato Grosso do Sul, no final do mês tem uma grande Assembleia das lideranças e nós bem que poderíamos, Senador Paulo Paim, fazer parte desta grande Assembleia e lá convidando as autoridades responsáveis anunciar medidas que efetivamente ajudem a enfrentar os graves problemas que vocês vêem denunciando. E nesse momento...[palmas]

Eu queria de um lado denunciar e requerer uma atuação da nossa Comissão de Direitos Humanos, em relação à ocupação que realizam mais de mil famílias de agricultores, pescadores, barqueiros, extrativistas e os povos indígenas kraho, apinajé, krikati e gaviões que ocupam, ocupam o canteiro de obras da usina hidroelétrica de estreito entre o Tocantins e o Maranhão no rio baixo Tocantins desde a última segunda-feira, e lá estão exigindo que as empresas do consórcio, a TRACBEL (F), ALCOA, Camargo Corrêa e Companhia Vale do Rio Doce, exigem essas lideranças, esses mil brasileiros e brasileiras estão exigindo direito e respeito, exigem que esse projeto da barragem seja discutido com as populações atingidas, reconheçam os impactos sociais e ambientais que estão produzindo e principalmente sejam discutidas todas as formas de impedir mais crimes contra as populações e as populações tradicionais daquela região.

Querida solicitar, Senador Paulo Paim, por último, o senhor em nome da Comissão de Direitos Humanos e em nome daqueles que estão ocupando as obras da usina hidroelétrica de estreito entre o Maranhão e o Tocantins, solicitasse uma audiência com o IBAMA e com o Ministério das Minas e Energia para que designasse uma representação desses dois órgãos públicos, o Ministério e o IBAMA para ir negociar com os acampados e encontrar a mais correta e justa solução, para o problema que eles estão denunciando.[palmas] Creio que é uma forma do Senado Federal, da Comissão de Direitos Humanos e nós, representantes do povo brasileiro, dos nossos Estados, nos somarmos aos esforços para lutar por melhores dias, por dignidade, pela causa indígena, pelo respeito aos direitos do nosso povo. Um grande abraço, a luta continua, companheiros, meus parentes, nossos amigos, lutadores do nosso povo. Muito obrigado.[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus amigos e minhas amigas, a Comissão aqui está conversando comigo e eu quero cumprimentar a Comissão, porque quando uma das lideranças legítimas de vocês movida, claro, pela firmeza, pela convicção e também pela emoção fez algumas afirmações que a Mesa ficou meio constrangida, eu quero dizer que a Comissão me procurou aqui e quero dizer meu líder, que eu reconheço a tua emoção e a tua revolta porque nós aqui sabemos que a luta de vocês é mais do que justa. Uma grande salva de palmas à Comissão, a vocês e a você também. Porque eu acho que a tua indignação mostrou que você é um guerreiro, e quis de fato que a Mesa se manifestasse.[palmas]

Nós não podemos nos dividir, nós que estamos aqui. E entre tantas notícias, quero dar uma notícia boa a vocês. Ontem estive lá com meu companheiro Val-

verde, e outros companheiros lá no acampamento de vocês. E lá foi me pedido muito que eu insistisse junto ao palácio para que o Presidente Lula recebesse vocês e eu recebi há minutos atrás por parte da coordenação e agora um telefonema aqui do palácio, que pediu que 50 lideranças estivessem lá e que eu estivesse junto lá de vocês. Quero dizer que com muito orgulho eu vou acompanhá-los lá com o Presidente Lula que atendeu a reivindicação que vocês tanto estavam pedindo. Parabéns a todos nós. A Audiência Pública em parte vai cumprindo o seu objetivo[palmas]

Agradeço ao Presidente Lula que foi sensível a essa reivindicação do movimento. Nesse momento eu passo a palavra ao nosso Eduardo Valverde que é o coordenador da frente Parlamentar em defesa dos povos indígenas.

DEPUTADO EDUARDO VALVERDE (PT-RO):

Eu vou ser rápido porque a notícia do Senador Paulo Paim ela é alvissareira. Eu queria já que foi fumado o cachimbo da paz, certo, porque entre nós aliados, porque nessa causa não pode haver divisões até porque a nossa luta é muito grande. Pegando a visão do povo guarani, onde a vida é um caminhar. Então, nós vamos caminhando, o Estado nacional, a sociedade brasileira está caminhando para fazer verdadeiramente uma democracia étnico racial nesse País. Sabendo todos os obstáculos e é sintomático que essa Audiência Pública seja aqui no Senado Federal. Porque é desta Casa que tem vindo os principais projetos contra os direitos de vocês. E trazê-los para cá foi estratégico, pelo Senador Paulo Paim, para dar visibilidade a esses problemas. A frente Parlamentar tem uma pauta Legislativa e que só pode ser cumprida se tiver a mobilização de vocês. Somos muito poucos nessa Casa. Nós sabemos que estamos com pauta, aprovação do novo estatuto, depois de alguns ajustes, estamos com pauta a aprovação de um Projeto de Lei de iniciativa do Senado Federal, da Senadora Marina Silva que trata do patrimônio genético, dos conhecimentos tradicionais, dos povos indígenas, importante que nós temos esse marco Legislativo.

Há discussões acaloradas, do fundo nacional de incentivo ao desenvolvimento étnico racial para que as ações de vocês sejam, tenham as políticas públicas afirmativas voltadas... Que a população indígena que tenha recurso para serem implementados, há toda uma luta de resistência para evitar que Projetos de Lei que tentam tirar direitos, como aquele que transfere a competência para demarcar do Presidente da República para o Congresso Nacional, buscando dificultar ainda mais o processo de demarcação de terras. Há 100 projetos tramitando na sua grande maioria restritor de direitos. Então, vocês já têm de plano o desafio

que terá essa frente Parlamentar. Se não contar com a presença de todos, com a presença maciça, tem que ser uma representação de toda a sociedade brasileira, índia e não índia, o nosso trabalho será extremamente infrutífero.

Eu saúdo a todos vocês, em nome particular, dos povos indígenas de Rondônia, especial o povo Cinta-larga que passa nesse momento, por um processo de criminalização. É uma conduta discriminatória que algumas autoridades de órgãos de Governos vem fazendo contra o povo cinta-larga, em nome deles saúdo todos os povos indígenas presente à terra livre.

[palmas]

Meus amigos, eu vou receber agora daqui das mãos do Jecinaldo um documento, porque como o Presidente Lula marcou a reunião lá no palácio e eu quero estar lá com vocês, então, eu recebo documento que vou encaminhar, me comprometo encaminhar ao Presidente da Câmara e também do Senado.[palmas]

SR. JECINALDO BARBOSA CABRAL: Senadores, Deputados, autoridades presentes, gostaria que a gente se levantasse primeiro para dizer que, esta é a realidade dos povos indígenas. Muitas vezes a gente até se excede porque a gente sofre a dor lá nas nossas aldeias[palmas]

Mas queria dizer e reconhecer publicamente esses Deputados e Senadores que vieram nesta audiência. E em nome do Senador Paim e também do Senador... Do Deputado Valverde, nós queremos agradecer e dizer e Senador José Nery e outros que visitaram nosso acampamento, dizer que esses vieram e mostraram a cara e esses são nossos aliados. [palmas]

Companheiros, gostaria de passar a mão do Senador Paulo Paim o resultado das discussões do acampamento terra livre e principalmente no item sobre o Congresso Nacional, aonde nós apresentamos algumas propostas a qual eu vou ler resumidamente, só uma página aonde fala diretamente da nossa proposta.

Na Câmara dos Deputados tramitam sete propostas de Emendas Constitucionais que visa alterar o disposto do art. 231 da Constituição, três Projetos de Leis complementares que visam regular os atos de relevância ao interesse da União em terras indígenas. Seis projetos de Decreto Legislativo que visam suspender os efeitos da homologação da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol em Roraima e 42 Projetos de Leis que visam dispor sobre os vários temas de inegável interesse dos povos indígenas como mineração em terras indígenas, educação escolar indígena, demarcação das terras indígenas, meio ambiente, recursos naturais, cultura, normas penais, atenção à saúde, recursos genéticos, recursos florestais, usufruto das riquezas naturais, dentre outros as-

suntos. No Senado Federal tramitam duas propostas de Emenda Constitucional que também visam alterar o disposto do art. 231 da Constituição Federal. Quatro Projetos de Lei e dois projetos de Decreto Legislativo que também pretendem suspender os efeitos da homologação da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol em Roraima. No que se refere a estas proposições no Congresso Nacional importa reiterar o que já tivemos oportunidade de afirmar em 3 anos anteriores quando nos reunimos aqui em Brasília não concordamos com qualquer alteração ou Emenda à Constituição Federal em relação ao disposto que tratam sobre os nossos direitos.[palmas]

Entendemos como correto e conveniente que as normas relacionadas aos povos indígenas devem compor o estatuto dos povos indígenas. Proposições. Por estas razões reivindicamos que não sejam aprovadas leis específicas sobre cada um ou sobre temas objeto de regulamentação do que defendemos, venha ser o estatuto dos povos indígenas como a questão relacionada à pesquisa e à lavra de minérios nas terras indígenas que tradicionalmente ocupamos ou em relação ao aproveitamento de recursos hídricos e potenciais de energia elétrica. Concordamos que a Mesa da Câmara dos Deputados submeta ao Plenário desta Casa Legislativa o recurso interposto contra a decisão da Comissão especial que aprovou substitutivo sobre o novo estatuto do índio. Concordamos ainda que os Deputados Federais aprovelem este recurso para que a matéria seja incluída na Ordem do Dia, abrindo-se prazo para apresentação de Emendas de Plenário. Reivindicamos que em seguida seja constituída nova Comissão especial para analisar estas Emendas emitindo o novo parecer a ser submetido ao Plenário. Reivindicamos que a nova Comissão especial e posteriormente os líderes partidários ouçam os povos indígenas e suas organizações como recomenda alínea A do § um, do art. 6º da OIT, no sentido de que os povos indígenas sejam consultados mediante procedimentos apropriados e particularmente através de suas instituições representativas, assegurando assim nossa adequada participação no processo de elaboração Legislativa de normas que nos dizem respeito de forma direta. Aprovada a matéria na Câmara dos Deputados esperamos que o Senado Federal, os mesmos cuidados e procedimento de respeito a nossas opiniões como dos demais povos indígenas também sejam adotados.

Assinam acampamento terra livre 2007.[palmas]

Entregamos, então, agora ao Senador Paulo Paim e ao Deputado Eduardo Valverde.[palmas] Que sejam tomadas às devidas providências. É isso que eu

queria dizer em nome dos povos indígenas do Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero só no encerramento dessa Audiência Pública cumprimentar aqui conosco a atriz Letícia Sabatella, fez questão de passar aqui para demonstrar seu apoio aos povos indígenas. A atriz Letícia Sabatella, nossos cumprimentos e dizer para vocês que eu e o Deputado Valverde combinamos que eu vou entregar em mãos ao Senador Renan Calheiros, Presidente do Congresso. E ele vai entregar em mãos ao Deputado Arlindo, que é o Presidente da Câmara dos Deputados.

Mediante isso, meus amigos e amigas, nós encerramos esta Audiência Pública sem sombra de dúvida, foi um sucesso absoluto. Eu sei que aqui vocês manifestaram o seu descontentamento que é legítimo e nós reconhecemos, quero dizer também para vocês que para mim como Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado e também aqui o Valverde representando a Câmara dos Deputados, todos os Ministérios vieram aqui, se apresentaram e como aqui foi dito, mostraram sua cara para ouvir as críticas. Isso é bom, tem que vir, tem que ouvir e levar para dentro dos Ministérios o que é que vocês pensam.

Saímos daqui com essa visão, o povo indígena brasileiro está indignado e exige ações de imediato e é nessa linha que eu me comprometo de atuar aqui dentro do Senado da República. Viva os povos indígenas, viva igualdade, viva liberdade, viva a justiça, viva a cumplicidade entre todos os lutadores pela igualdade. Um abraço a todos.[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está encerrada a presente reunião.

Meus amigos, a atriz Letícia Sabatella gostaria de dar uma mensagem de um minuto para vocês, e essa Presidência, já que ela veio aqui para dar esse apoio, se sente honrado, Letícia, que você venha aqui e diga do seu apoio, a caminhada, a vida, a história e a luta dos povos indígenas. Passamos a palavra à atriz Letícia.

SRA. LETÍCIA SABATELA: Muito obrigada. Dia 19 de abril, e pra mim a primeira coisa que eu pedi quando acordei é que eu estivesse no lugar certo, na hora certa, a serviço da nossa essência mais brasileira que é o povo indígena. Então muito obrigada por eu estar aqui com vocês. Tenho aprendido muito principalmente com uma etnia que é muito querida do meu coração, que é o povo Kraô que e eu estou fazendo um documentário sobre eles, no caso os Rotiuá, palhaços sagrados da tribo e vejo que é um povo que preza muito, todos os povos indígenas, a gente tem muito para aprender, prezam muito para manter o equilíbrio,

o equilíbrio da sua aldeia, o equilíbrio da sua saúde mental, equilíbrio com a natureza.

Eu venho aqui a pedido também, enfim, de todas as pessoas que lutam pelas causas indígenas para que vá a uma Comissão de Direitos Humanos, ao Estado do Tocantins, que ajude a discutir melhor essas questões que as usinas hidrelétricas que vão alargar terras indígenas. É muito importante que a gente haja com muito respeito em relação aos povos indígenas, detentores de uma sabedoria que nós, vivendo em cidades violentas, cidades onde existe muita degradação moral e social que a gente reaprenda o espírito de comunidade que as sociedades indígenas nos ensinam.

Então, gostaria que se fosse realmente a pedido dos Kraô isso, uma caravana, da Comissão de Direitos Humanos do Senado que a gente pudesse e me incluiria a participar também se necessário, para irmos lá e discutir com as lideranças. Quais os impactos que vão gerar a construção principalmente da usina de Estreito e das usinas hidrelétricas que fazem parte desse pólo. E que a gente possa pensar melhor a necessidade de você pensar num avanço econômico, e você não pensar num cuidado, na preservação cultural, preservação social, preservação ambiental que os povos indígenas nos ensinam. Muito obrigada.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A gente agradece. Eu acompanhei em parte a luta dos Kraô Canelas. Tive em duas rodadas de negociação, conseguimos liberar parte do dinheiro que eles precisavam para a sua titularidade, e agora vem mais uma denúncia do que está acontecendo lá em Tocantins. Então já fica aqui o compromisso firmado das duas comissões, Direitos Humanos da Câmara e do Senado, que nós vamos a Tocantins e vamos acompanhar a Letícia. Então está encerrada a presente reunião e o compromisso está firmado, parceria e muita cumplicidade entre nós. Um abraço a todos.

A associação Cristã Amigos Brasil/Israel, está apoiando o movimento. Obrigado.

Sessão encerrada às 13h57.

ATA DA 16ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, CONJUNTA COM A 15ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 25 DE ABRIL DE 2007, QUARTA-FEIRA, ÀS 14:00 HORAS.

Às quatorze horas e dois minutos do dia vinte e quatro de abril de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Par-

tipicativa, sob a presidência do Senador Paulo Paim, reúnem-se as Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Assuntos Sociais, em reunião conjunta, com a presença dos(as) Senhores(as) Senadores(as) **Flávio Arns, Inácio Arruda, Paulo Paim, Patrícia Sabóya, Geraldo Mesquita, Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Paulo Duque e Ideli Salvatti**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Comparece os Senadores, não membros da Comissão, João Durval, João Pedro e Jefferson Peres. A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atende ao Requerimento nº 17, de 2007 – CDH, com vistas a tratar do tema da emenda nº 3, constante do Projeto de Lei nº 6.272, de 2005, que cria a Receita Federal do Brasil, vetada pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Autores: Senador Paulo Paim e Senadora Ideli Salvatti. Convidado: Carlos Roberto Lupi – Ministro do Trabalho e Emprego. O Presidente abre os trabalhos com as aprovações das atas das reuniões anteriores, dispensadas as suas leituras. O Presidente, após as suas considerações iniciais, explica como os trabalhos serão desenvolvidos. Senador Flávio Arns é designado a conduzir o Ministro do Trabalho e Emprego ao Plenário da Comissão e a ocupar lugar na Mesa e usar da palavra. A Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Assume a Presidência da Reunião a Senadora Patrícia Sabóya. Os convidados esclarecem às indagações dos Senhores Senadores. Fazem uso da palavra os Senhores(as) Senadores(as) Ideli Salvatti, Patrícia Sabóya, Paulo Paim, João Pedro e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às quinze horas e dois minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Paulo Paim**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em Conjunto com a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Solicitamos a dispensa da leitura da Ata das reuniões anteriores e a coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Antes de passar à pauta eu quero dizer que, mais uma vez, meus cumprimentos ao Senador Flávio Arns e demais Senadores, sindicalistas aqui presentes, eu estou vendo aqui Moacir, Gabriel, enfim, tantos companheiros, pelo horário. Eu gosto muito de abrir nossas reuniões exatamente no horário. Essa foi marcada para

as 14h00, o Ministro já se encontra, vai vir debater conosco, e agora são... Quanto eu abri a Sessão eram 14h02. Com dois minutos de tolerância.

Quero dizer que essa Audiência Pública é uma iniciativa de Senador e da Senadora Ideli Salvatti, nos termos do Requerimento nº. 17/2007 com vistas a tratar do tema da Emenda nº. 03, constante do Projeto de Lei 6772/2005 que cria a Receita Federal mediante o veto do Sr. Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva. Quero dizer também que no dia 3 teremos aqui uma outra Audiência Pública, ouvindo o representante dos trabalhadores como também dos empregadores. Acho importante que estejam aqui, hoje, nessa audiência os representantes dos trabalhadores para acompanharem o debate e a posição do Ministro quanto à chamada Emenda 3. Os senhores que chegaram podem sentar na segunda fileira. Sejam bem-vindos. Na segunda fileira, pode ficar à vontade. Pode sentar na segunda fileira. Essa aqui na segunda. Eu vou convidar, solicitar ao nobre Senador Flávio Arns que se dirija até a sala da Presidência da Comissão de Direitos Humanos para que o Ministro Carlos Lupi seja encaminhado à Presidência da Mesa, para que ele possa fazer a sua palestra. Sabemos do seu tempo que é um tempo limitado, e no máximo 15h00 o Ministro terá outro compromisso. Só quero dizer que esse tema da Emenda 3 é um tema que fez com que o movimento sindical brasileiro se movimentasse muito por diversas vezes, inclusive com paralisações no País, em protesto contra a flexibilização ou a precificação dos direitos que ela permite. Então com alegria a gente recebe nesse momento o Ministro Carlos Lupi, aqui na Mesa para que ele faça a sua palestra.

Ministro Carlos Lupi, Ministro do Trabalho, eu quero de pronto, lhe agradecer muito em nome da Comissão de Assuntos Sociais, a Senadora Patrícia Sabóya está se deslocando para cá como também da Comissão de Direitos Humanos em que eu exerço a Presidência. Porque o Ministro... Eu fui visitá-lo no seu gabinete, falei da Emenda 3, das nossas preocupações, e perguntei ao Ministro se ele concordava de abrir o ciclo de debates aqui no Senado. Ele disse: Olha, não há problema nenhum. Marque o dia e a hora eu lá estarei. Pedi que fosse às duas horas da tarde, ele adaptou a sua agenda, está aqui conosco para o debate dessa questão que preocupa muito, muito mesmo os trabalhadores do nosso País e eu diria o conjunto da sociedade. Eu falava aqui, Ministro, que houve inúmeras manifestações desde que a Emenda 3 foi aprovada, felizmente vetada pelo Presidente da República, e nós queremos fazer um debate produtivo, hoje com V.Exª, abrindo esse círculo e no dia 3 ouviremos, aqui, representante de empregados, empregadores, enfim,

os líderes sindicais e vamos continuar. Também no dia 3 vamos debater aqui, também no mesmo dia as demissões arbitrárias que estão acontecendo no País contra os dirigentes sindicais. Esse é um tema que nós vamos debater aqui também no dia 3. E também no dia 3 teremos, serão dois temas, uma será: As demissões e o outro a Emenda 3. E já temos agendado também um debate com o movimento sindical sobre a questão voltada aos acidentes no trabalho, principalmente à situação dos trabalhadores nos canaviais. Aí o movimento sindical será convidado também. Se não me engano essa ficou para o dia 30 de maio, sobre o tema acidente no trabalho, mas com o foco principal na questão desse momento do nº. de acidentes que vem acontecendo no corte da cana.

Eu, de imediato, passo a palavra para que ele faça suas considerações iniciais, depois vamos dialogar com o plenário, para o Ministro do Trabalho e Emprego, Ministro Carlos Lupi. Terá o tempo que entender necessário, para a sua explanação. Eu lembro ao Ministro que está havendo um movimento muito grande na Casa. Hoje temos também no Plenário, além do debate nas comissões que estão atuando, uma homenagem aos 45 anos da UnB. Mas os Senadores vão ao Plenário e vem participar desse debate. Com a palavra, Ministro.

SR. MINISTRO CARLOS ROBERTO LUPI: Bom, primeiramente boa tarde a todos. Queria agradecer ao Senador Paulo Paim, a Senadora Patrícia Saboya, que me deram a honra desse convite, e estou aqui na obrigação constitucional que o Ministro de Estado tem de dar explicações, justificativas, de prestar contas do Ministério a qual a gente tem responsabilidade de dirigir, como também o direito democrático de emitir suas opiniões. A gente não tem a pretensão de impor opinião a ninguém. Mas temos o sagrado direito de ter opinião.

Eu tenho uma grande preocupação em relação a essa questão da Emenda 3. Primeiro tenho uma preocupação já estabelecida e divulgada amplamente por todos os pareceres jurídicos, inclusive da Assessoria Jurídica do Ministério do Trabalho, Consultoria Jurídica, sobre a inconstitucionalidade dessa Emenda. Tem uma questão muito grave que é você simplesmente acabar com a função de fiscalização do Ministério do Trabalho. É muito grave isso, tendo em vista de que essas relações de trabalho historicamente, desde a criação do Ministério, já se vão meio século, a principal tarefa do Ministério do Trabalho é justamente fiscalizar o cumprimento da Legislação trabalhista. E nós temos quadros técnicos espalhados por todo o Brasil, são cerca de três mil e cem auditores fiscais, tivemos concursos recentemente onde tivemos uma chamada de

um grupo de fiscais de auditores, e agora uma nova chamada. Onde estamos procurando, buscando reequipar o Ministério do Trabalho com auditores preparados, competentes, para que se cumpra a Legislação trabalhista vigente no nosso País. Nós não podemos negar o debate, a questão a qualquer tipo de questionamento que se faça. Mas nós temos a obrigação de transmitir aos Srs. Senadores, aos representantes sindicais, patronais, de empregados, a nossa opinião. Primeiro esse aspecto constitucional... Muito bom ver aqui o meu Senador João Durval, amigo pessoal e Senador pelo PDT da Bahia, muita honra tê-lo aqui. Mas, eu queria retornando à nossa fala inicial, colocar primeiro essa questão legal. Nós não podemos... Nós estamos no Estado de direito, nós somos regidos por uma Constituição promulgada nessa Casa. Eu participei inclusive da revisão constitucional, e nós não podemos levantar nenhum tipo de discussão sobre a Emenda 3 sem primeiro ter essa definição clara do aspecto legal. Então a Consultoria Jurídica do Ministério do Trabalho, com quadros de carreira, são quadros técnicos e preparados, promotores públicos, procuradores, defensores que estão fazendo o seu serviço no Ministério do Trabalho de maneira unânime, considera que é inconstitucional essa Emenda.

Então, eu quero deixar claro esse posicionamento a qual o Ministério do Trabalho endossa, enquanto Ministro titular da pasta, esse posicionamento constitucional da consultoria jurídica do Ministério que são trabalhadores que estão à frente dessa área há alguns anos. A maioria esmagadora, quase a totalidade, sem se quer ter simpatia ou filiação partidária. Então esse aspecto eu quero ressaltar porque aqui, é a Casa dos guardiões da lei. O Senado e a Câmara dos Deputados. Eu quero chamar muita atenção sobre isso porque é uma das bases pelas quais o Sr. Presidente vetou essa Emenda.

Segunda questão é a questão que envolve diretamente o meu Ministério, que é a sua função principia. Principalmente o setor, como eu já falei da auditoria, auditoria fiscal. Tem muitos avanços nesse Projeto de Lei, mas especificamente a Emenda 3 ela traz para nós simplesmente o desconhecimento da função da fiscalização do Ministério do Trabalho. É muito grave. Por quê? Levando para um pólo mais radicalizado nas palavras, significaria dizer a instituição do trabalho escravo no Brasil. Porque nós não podemos fiscalizar simplesmente mais ninguém. Nenhuma empresa. Dependeria primeiro como está aqui claramente: No exercício das atribuições da autoridade fiscal de que trata esta lei, 10593, a desconsideração da pessoa, ato ou negócio jurídico que implique reconhecimento de relação de trabalho, com ou sem vínculo empregatício

deverá sempre ser precedida da decisão judicial. Ou seja, não pode mais existir fiscalização. Primeiro tem que ter uma decisão da justiça para considerar aquilo um vínculo para depois podermos ter efetivamente a função do Ministério do Trabalho, da sua auditoria fiscal sendo cumprida. Nós sabemos da demanda que existe nos tribunais regionais de trabalho, nossos tribunais de primeira e de segunda instância, e nós sabemos o quanto isso acarretará em necessidades de se proteger as decisões, tendo em vista o acúmulo que, com certeza, ocorrerá. Já existe hoje e ocorrerá em muito maior nº. das demandas por essa Emenda, se fosse votada conforme sua concepção original.

Então, como Ministro do Trabalho eu quero dizer a todos com franqueza, com honestidade, com transparência, podendo errar, mas com o direito de ter uma opinião, que em todos os ângulos legais, jurídicos, institucionais, constitucionais e da relação de trabalho a medida correta do Senado e da Câmara Federal apenas como uma visão, eu não tenho direito de invadir as prerrogativas de cada Sessão, de cada setor do Legislativo, é acompanhar o veto presidencial. O veto presidencial tem o apoio do partido a qual eu presido, unânime. O veto presidencial cumpre os preceitos constitucionais que regem a Nação brasileira, e o veto presidencial tem a noção exata do que acarretaria para a sociedade brasileira a, porventura, aprovação da Emenda 3 conforme proposto. É claro que a gente entende que temos uma realidade no Brasil, isso a gente pode examinar, isso pode ser com Projeto de Lei que podemos fazer, discutindo, é obviamente que é quem faz o Projeto de Lei são seus Deputados e Senadores, mas dando a nossa contribuição, estamos a disposição naquilo que for chamado, convocado pelos senhores para dar essa contribuição. Em casos específicos, exceções à regra, que existem. Mas que específicas são muito detalhistas, são muito setorizadas em áreas muito afins da sociedade brasileira.

No fundo, peço desculpas aqui aos que não concordarem, mas repito, é a opinião da gente, eu acho que manter o Projeto original e não se aprovar o veto ao Presidente, é simplesmente oficializar a terceirização, a burla a CLT. É minha opinião. Apelo aos Srs. Senadores essa compreensão, apelo e peço que seja mantido o veto presidencial, principalmente aos Senadores da base aliada, que nós temos esse compromisso dos 11 partidos da base aliada em aprovar o veto do Presidente. Nós discutimos isso na reunião do Conselho político e nós já fizemos oito reuniões do Conselho político, em três meses desse segundo Governo do presidente Lula. Foi unânime essa posição. E abrir depois de aprovado o veto presidencial, porque nós temos que esgotar a etapas do procedimento. Primeiro aprova-

se o veto presidencial. Aprovado o veto presidencial, mantido o veto presidencial, abre-se a discussão das exceções possíveis, plausíveis, razoáveis que possam existir, porventura, na sociedade brasileira.

Eu não queria ocupar muito tempo dos senhores e das senhoras presentes, principalmente os Senadores que hoje, é quarta-feira é dia de muito trabalho. Já fui Deputado Federal e sei, tive a honra de ser aluno do Senador Paim aqui, o pouco que tenho de bom aprendi com ele. Mas eu quero de forma transparente, sincera, honesta, fazer um apelo a essa Casa, que mantenha o veto presidencial porque isso pode ser um risco muito grave para a sociedade brasileira. Pode desencadear, a partir da manutenção do original sem a aprovação do veto ao Presidente um... Uma jurisprudência, vamos dizer assim, de interpretação que simplesmente na prática revogue a CLT. Eu estou aqui indo a um extremo de afirmação, mas é sinceramente a minha opinião e faço esse apelo público... Aos Senadores do meu partido não preciso fazer porque eu os conheço bem as idéias e pensamentos. Aos Senadores da base aliada, principalmente, porque nós não podemos deixar de dar sustentação ao Presidente da República ao veto que ele aporta uma lei. O Presidente da República ao veto uma lei, ele tem pareceres, tem a equipe técnica, ele tem uma série de informações que lhes são dadas, até ele aportar essa assinatura. Eu acho que para nós seria uma situação de grande dificuldade não aprovar o veto presidencial a qual a prova não poderia ser diferente porque sou Ministro de Estado. Quando muito, enquanto Ministro de Estado poderia me ausentar se não concordasse, porque não seria a prática do Ministro de Estado vir a contrariar a decisão do seu chefe imediato, mas nesse caso específico, o faço com prazer. Porque acredito, tenho consciência e convicção de que o correto nesse momento é aprovar o veto presidencial sem deixar, e é óbvio, eu entendo essa realidade, de alguns setores específicos que são exceções à regra que precisam ser tratados de forma diferenciado. E aí vem o debate político, essa Casa está aqui para isso, e eu tenho certeza que Senadores como o Senador Paim, o Senador Flávio Arns, que também eu tive a honra de conviver no Congresso Nacional, Senador João Durval, amigo pessoal. A Ideli está ali escondida, desculpe-me eu não tinha visto. Perdoe-me Ideli. Falha minha. É que quando eu reparei, assim eu vi uma luz, quando eu fui era o teu reflexo. Desculpe. A Ideli também.

Eu quero reiterar esse apelo porque eu acho de suma importância a aprovação do veto presidencial, entendendo que todos os casos que podemos ter como exceção seja discutido por essa Casa que é o campo, é o ambiente necessário para o debate democrático.

Quero já pedir permissão ao meu Senador Paim que eu preciso, se for possível, ele me liberasse as 15h00, para poder cumprir a função principal do Ministro do Trabalho, que é trabalhar. Que estou fazendo aqui e preciso continuar fazendo. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Entendendo a agenda do Ministro e o objetivo era esse, que ele abrisse a primeira audiência de uma série que teremos sobre a questão da Emenda 3. E de imediato, como a Senadora Ideli Salvatti é a primeira signatária do Requerimento das Audiências Públicas de debate à Emenda 3. Eu passo a palavra a ela e em seguida ao Senador Flávio Arns.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço ao Senador Paulo Paim, quero cumprimentar o Ministro e a todos que aqui comparecem a essa audiência.

Ministro, apesar da brincadeira da luz, às vezes sai é fásca, não é luz. Porque tem determinados debates que a gente acompanha, e aqui no Senador da República de forma muito especial, tendo em vista que esta é uma Casa que... Quem não é bem preparado, fica sempre muito longe da suplência. Aqui as pessoas que chegam ao Senado normalmente já passaram por muitas experiências anteriores, tanto que esta é uma Casa que tem no seu... Na sua composição Ex-presidentes da República, muitos ex-Governadores, muitos ex-Ministros, Parlamentares experimentados. E, portanto aqui é uma Casa onde não se pode nunca dizer que não se sabe o que está acontecendo ou que está em jogo efetivamente.

Então, assim, quando o veto à Emenda 3 se apresenta como algo para garantir a legalidade, o direito de determinadas questões só serem fiscalizadas depois da ordem judicial, isto pode ser um discurso muito bonito. E muitas vezes se apresenta como um discurso muito bonito. Mas efetivamente, na prática, a gente sabe o que é que isso esconde. Isso esconde algo que já teve neste País, uma mobilização muito grande das centrais sindicais dos trabalhadores, quando se tentou através de Projeto de Lei, fazer com que os acordos trabalhistas tivessem poder superior ao da Legislação em vigor, e que foi uma briga imensa durante o Governo do Fernando Henrique, que só superamos esta briga quando o Presidente Lula ao assumir retirou o Projeto do Congresso. Que era a famosa flexibilização, ou seja, os acordos trabalhistas que todos nós sabemos que existem muitos sindicatos que têm força para fazer bons acordos, mas nem todos têm.

Tem acordos que indiscutivelmente poderiam colocar em risco leis, direitos trabalhistas que levamos décadas, que muita gente chegou a perder a vida para poder garantir na legislação brasileira. Esta história da

Emenda 3, ela acaba se apresentando por este bonito discurso que foi colocado, e deu verniz para a discussão, eu não tenho nenhuma dúvida de que acoberta a precarização das relações de trabalho. É claro que com a evolução da economia, com a... Há necessidade, em determinados casos, de ter contratação de pessoa jurídica para pessoa jurídica. Eu não tenho nenhuma dúvida disso. Ninguém está falando que não é verdade, que não é legítimo, que não é justo, que não deva acontecer. E que inclusive não devam ter regras, não devam existir regras muito claras, de em quais condições esta contratação pessoa jurídica-pessoa, jurídica possa acontecer. Agora, da mesma forma que nós tivemos um grande embate na Medida Provisória 232, que era aquela história do lucro presumido que ninguém pode presumir que alguém vai presumir um lucro real se o lucro é presumido, sempre o lucro é presumido para menos. E a contratação de pessoa jurídica permite, pelo menos uma parte da tributação, ser feita pelo lucro presumido. E todos nós sabíamos que quando a Medida Provisória 232 tentou mexer nesta questão da contratação pessoa jurídica por pessoa jurídica nesta questão do lucro presumido, veio um bombardeio porque não podia, não devia e tal. E nós perdemos aquela guerra. E a guerra volta de novo agora, nesta questão do veto à Emenda 3.

Portanto, quando... E eu quero dizer assim, acho ótimo que as centrais tenham se movimentado, mas levou tempo. Levou um pouquinho de tempo. Deixou ganhar corpo. Eu perguntei para o Artur, o Presidente da CUT e para o Paulinho da força sindical, como é que se deixou, entende? Os grandes meios de comunicação que são os eiros e vezeiros do PJ-PJ de contratação, principalmente dos altos salários da televisão brasileira. São todos contratados como pessoa jurídica. Como forma todos nós sabemos de ter, inclusive, uma relação de trabalho e de tributária bastante diferenciada dos mortais de carteira assinada. Então eu perguntei a eles como é que não tinha tido uma reação mais rápida, porque nós tivemos durante vários períodos notas oficiais, nos principais veículos de televisão, horário nobre da TV veiculando a posição dos que defendem tão ardorosamente a Emenda 3. E a resposta foi até, assim, bastante estranha para os que tantas vezes reagem quando se quer qualquer discussão a respeito dos meios de comunicação, mas o que eles me disseram é algo muito preocupante. Eles disseram o seguinte: Nem pagando eles veiculam. Nem pagando. O outro lado, pagando ou não pagando, eu não sei, porque tem os interesses dos meios de comunicação, foi veiculado. Numa democracia onde tem que existir a liberdade de imprensa, no mínimo nós deveríamos ter tido o direito de a outra posição também ter sido veiculada da forma

como foi veiculada a questão das razões de porque é que outra parte da sociedade brasileira está defendendo a manutenção do veto à Emenda 3. Por isso que a mobilização das centrais sindicais, das confederações. Eu acho importante a presença de tantas confederações, e nós criarmos corpo. A gente sabe que houve muita reação. Teria até assim, tentando desqualificar os movimentos que aconteceram agora essa semana, que teve gente paralisando, que nem sabia por que é que estava paralisando. Ora, as pessoas podem não ter o entendimento do que é a tal da Emenda 3, mas que as pessoas não querem saber de perder seus direitos trabalhistas. As pessoas não querem ter suas relações de trabalho precarizadas.

Então, eu acho que nós estamos num bom momento, Senador Paulo Paim, Senadora Patrícia, que presidem as duas comissões que estão realizando esta rodada de debate. Até porque aqui no Senado, volto a dizer, é uma Casa aonde quem não sabe das coisas não entra aqui. As pessoas que estão aqui, todas, sabem muito bem. Às vezes douram a pílula, às vezes fazem uma argumentação muito vistosa, mas é muito importante que a gente tenha, inclusive a coragem de comprar esse debate. Porque a Emenda 3 saiu daqui. Saiu aqui do Senado. Então a gente tem a coragem, inclusive aqui no Senado, de onde saiu a Emenda 3 a gente poder abrir o debate para poder ter a discussão do que é que significa contratar pessoa jurídica, pessoa jurídica contratar pessoa jurídica, quando não é uma situação adequada, quando é uma situação muitas vezes que pode ser uma imposição aonde o empregador impõe ou é assim ou então não tem o trabalho, não tem... Tendo que aceitar senão a relação não se estabelece.

E queria dizer para vocês, assim... Nós tivemos a oportunidade, não sei se o Senador Paulo Paim já relatou o jantar que nós tivemos, a bancada com o Presidente Lula. E no jantar, foi um jantar extremamente fraterno do Presidente com a bancada do PT, tratamos de vários assuntos e tal. Só teve um único momento e o Senador Paulo Paim, Senador Flávio Arns, não sei se... Aliás, foi no dia da posse do nosso querido João Pedro. Só teve um momento aonde o Presidente foi muito duro. Foi quando ele tratou da Emenda 3. E ele disse e vou reproduzir o que ele disse. Se o Congresso derrubar, eu vou até as últimas conseqüências. Se eu tiver que ir para o Supremo, se eu tiver que editar outro tipo de medida provisória, eu vou fazer. Porque num País que tem trabalho escravo que a gente combate cotidianamente com muito esforço, eu não vou permitir que se impeça a fiscalização de situações irregulares de trabalho. A posição do Presidente foi muito dura, muito firme. Foi o único momento do jantar

que a gente percebeu, que ali a coisa pegou. A gente percebeu que o velho Lula das portas de fábricas do ABC ressuscitava com toda a força. E então, eu acho que é muito importante a gente estar aqui realizando a Audiência Pública. Aprofundando este debate, tornando pública a posição de vários Senadores e Senadoras, que estão enxergando nesta questão da derrubada do veto da Emenda 3, um risco sim. Tem que aprovar o Projeto, o Projeto já está tramitando. Vamos aperfeiçoar. Inclusive, o Ministro Mantega vai estar hoje, às 18:00 reunião com os líderes da Câmara e do Senado para tratar exatamente dos vetos, SUDAM, SUDENE e Emenda 3. Deverá trazer novidades que o próprio Governo quer aprimorar, fazer algumas alterações lá no Projeto que já está tramitando na Câmara, para a gente ter uma boa regulamentação de trabalho pessoa jurídica-pessoa jurídica. Agora, acobertar precarização de relações de trabalho dos direitos trabalhistas, nós não podemos ser favoráveis em hipótese alguma.

[troca de presidência]

SRª PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Agradeço à Senadora Ideli Salvatti. Quero de qualquer forma me desculpar, Ministro, pelo meu atraso, infelizmente eu cheguei um pouco atrasada e não pude ouvir a sua fala aqui ao vivo a não ser acompanhando um pouco pela Rádio Senado.

Querida dar boas-vindas ao senhor, agradecer pelo atendimento imediato desse convite feito por nós, pelo Senador Paulo Paim, as duas comissões, e agradeço à Senadora Ideli Salvatti e já passo a palavra imediatamente ao Senador Paulo Paim, autor também dessa nossa audiência.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Patrícia, Senador João Durval, tive a alegria de no primeiro pronunciamento que ele fez nessa Casa fazer um aparte a ele, e quero cumprimentá-lo pela forma firme e clara como tem aqui se preocupado no Congresso com as questões sociais. Uma tradição histórica do nosso velho e querido PDT de guerra, que está no meu entendimento cada vez melhor. Inclusive pelas posições últimas assumidas no meu Rio Grande. Só que é meio em código. Mas o Ministro Lupi entendeu quando ele no momento decisivo do interesse do Estado, eles ficaram ao lado da política do Deputado Federal Lino Bassi(F), que estava fazendo um belíssimo trabalho na área da segurança. Meus parabéns ao PDT. Esse é o PDT que eu aprendi nos tempos de sindicalistas, ainda a respeitar e conhecer. E o Ministro Lupi sabe o carinho que eu sempre tive e continuo tendo pela imagem do inesquecível Leonel Brizola, Getúlio Vargas, Jango, enfim são pessoas que marcaram as nossas vidas, eu diria, e não a minha vida.

Mas Ministro Carlos Lupi, eu quero primeiro cumprimentá-lo pelo seu depoimento. Senadora Ideli, o Ministro Carlos Lupi foi muito firme e muito claro. E o pedido que ele fez aqui, quando abriu essa sessão... Eu me sinto contemplado quando ele disse, que nós temos que fazer nesse momento é seguir a orientação do Presidente Lula e trabalharmos pela manutenção do veto. E a partir disso vamos dialogar, vamos conversar, vamos construir alternativas... Agora, a base de apoio ao Governo, com essa posição relatada muito bem aqui pelo Ministro Lupi e pela líder Ideli, é muito clara. O que o Presidente nos falou naquela noite, claro que não vou repetir. Muito firme. Seria... Se a gente fala, hoje, nesse País que há muito trabalho informal, a Emenda 3 é legalizar o trabalho informal. É dizer o seguinte: De hoje em diante, trabalho informal para todos os lados, onde quiserem, e o Governo não pode nem fiscalizar. O Ministério do Trabalho não pode fiscalizar, a Previdência não pode fiscalizar, a Receita não pode fiscalizar. E aquele trabalhador que tiver no mercado informal, oficializado pela Emenda 3, que quiser protestar tem que entrar com uma ação na justiça. Se entrar com uma ação na justiça é demitido no outro dia. Nós sabemos que é assim. Essa é a realidade é o mundo real. Entrou com ação contra a empresa, no outro dia está demitido.

Então eu estou lendo aqui, Senadora Ideli, e estou me dirigindo à Senhora, porque a sua Assessoria me deu parte do pronunciamento que V.Ex^a vai fazer hoje, no Plenário. E os dados aqui são assustadores. Aumento de desemprego, impacto negativo sobre as condições de trabalho, aumento do trabalho escravo, informalidade, enfim. Eu não vou ler aqui o seu pronunciamento, mas com certeza é preocupante. A ausência de responsabilização de empregador nas normas de proteção e saúde e segurança ao trabalho, evasão de receita, enfraquecimento da organização sindical... E por isso eu quero, Ministro Lupi, cumprimentar também, as confederações que estão aqui atendendo o nosso chamamento, as centrais sindicais que estão fazendo também a sua parte. No dia 3 teremos um grande debate com os líderes dos trabalhadores, centrais e confederações. E também convidamos os empregadores, em uma nova Audiência Pública para continuarmos a analisar esta situação. Está aqui o Neto, por exemplo, que é o Presidente de uma das centrais sindicais, da CGTb demonstrando que o movimento sindical, Ministro Lupi, sabe que eles usarão a palavra no dia 3. Mas fizeram questão de estar aqui hoje já, para prestigiar V.Ex^a que está tendo uma posição muito clara e muito firme. No dia mesmo que eu o visitei no Ministério V.Ex^a disse: Paim, minha posição é muito clara. Irei lá para

defender a posição do Presidente da República, que é a posição também dos partidos da base do Governo.

Então, com esse entendimento, Ministro Lupi, eu não tenho pergunta nenhuma a lhe fazer. Só dizer meus parabéns pela sua fala brilhante como sempre, defendendo com muita convicção os direitos dos trabalhadores, do campo e da cidade do nosso País. Eu disse um outro dia na Tribuna e repito aqui: O Presidente Lula tem acertado na escolha de seus Ministros. Tem acertado e eu falava outro dia da questão educação. Quando ele mexe no Cristovam, fiquei preocupado. Entra o Tasso, respondeu à altura. Quando ele mexe no Tasso, eu fico preocupado. Entra o Ministro Adad e respondeu também à altura e nós estamos muito felizes com o Ministro Adad. Quando mexe no Ministério do Trabalho, no ex-Presidente da CUT e o Ministro Marinho, deslocando-os para presidência, ficamos preocupados. Mas quando lhe indicaram o seu nome eu fiquei tranqüilo. Sabia... Porque sei da sua história e da sua caminhada.

Então é com essa quase que homenagem ao Ministro do Trabalho, do nosso País, pela sua conduta que eu termino a minha fala. Estou convicto que essa Emenda ela... Será mantido o veto a ela. O veto não será derrubado em nome de todo o povo brasileiro. Sem prejuízo e fico com a sua fala, de a gente continuar dialogando, conversando e construir uma alternativa que venha de encontro ao interesse de toda nossa gente, de todo o nosso povo. Parabéns a V.Ex^a.

SR^a PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Eu perguntaria se mais algum Senador, Senador Suplicy, Senador João Pedro, Senador Durval, gostariam de se manifestar? Então eu passaria a palavra... Senador João Pedro gostaria de usar a palavra? Com todo prazer.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, Ministro.

Essa discussão diz respeito aos interesses do nosso País, principalmente do ponto de vista dos avanços e conquistas que a classe trabalhadora obteve no Brasil. O Brasil dos anos 30... O Brasil é novo nessa... Na sua industrialização, na organização que formou a base dos trabalhadores. Porque começa ali na idêntica de 10, tem 20, tem 30, tem o salário mínimo, nós avançamos em muitas conquistas. Penso que é um marco a constituinte de 88 do ponto de vista de avanços sociais de garantias, de na normatização. E esse é um momento, eu fico surpreso inclusive, porque considero um retrocesso, seria um retrocesso. O Brasil avança. Avança na sua economia, avança do ponto de vista de acompanhar esse debate da economia internacional. Nós estamos avançando na organização da economia nacional, nas economias regionais. E esse debate,

esse debate que aparece repentinamente quase que do nada, nos pega de surpresa. As centrais sindicais, o debate no Senado, no Congresso acerca da estratégia que desmobiliza as centrais sindicais, as confederações. Enxerga-se perfeitamente o retrocesso no que diz respeito à geração de empregos, das carteiras assinadas, das estabilidades.

Então eu me manifesto, nesse debate, em primeiro lugar, fazendo uma saudação aos nossos Senadores que estão atentos, Senadora Ideli, Paulo Paim, a Comissão como um todo. Registrar a presença de V.Ex^a em participar desse debate, penso que essa Comissão não pode dar um passo atrás na história dos avanços, das conquistas dos trabalhadores. Um retrocesso. Fico e vou construir uma maioria no sentido de ficarmos com o veto do Presidente Lula, o veto do Presidente Lula. Encerro aqui a minha fala, externando a minha preocupação e alertando: Derrubar o veto é um retrocesso na história dos trabalhadores, na história das conquistas e dos avanços que nós tivemos em nosso País.

SR^a PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, Senador João Paulo. Agora o Senador Eduardo Suplicy. João Pedro, perdão. [risos] desculpa senador. Senador Eduardo Suplicy. Todos são bons, Paulo e Pedro.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr^a. Presidenta Senadora Patrícia Saboya Gomes, preza-do Senadores João Durval do PDT, e caro Ministro do Trabalho e Emprego Carlos Roberto Lupi. Primeiro meus cumprimentos por essas... Por ter assumido o Ministério do Trabalho e emprego e seja bem-vindo nessa sua primeira audiência. Que espero que sejam muitas aqui, no Senado Federal.

V.Ex^a nos coloca, hoje razões claras e porque nas presentes circunstâncias, temos a necessidade de aceitar o veto do Presidente da República com respeito a este mecanismo que viria limitar, coibir os auditores fiscais do trabalho para verificar a efetiva relação de trabalho entre pessoas que, porventura, prestam serviços não por uma relação trabalhista, tal como prevista na CLT, mas por outros meios de prestações de serviços.

Nós temos ouvido muitas pessoas que avaliam, isto poderia ser continuado de tal maneira para o interesse dessas pessoas ou para as empresas, inclusive algumas das quais, como no setor de comunicações a contratação de inúmeros casos de pessoas assim. Isso se sabe que é uma realidade. Mas, tendo em conta os argumentos que V.Ex^a apresentou, que as centrais sindicais por unanimidade estão colocando, a defesa dos direitos de trabalhadores. Tendo em conta, inclusive, a disposição de todos os sindicatos de trabalhadores representados pelas vozes das centrais sindicais, al-

gumas das quais aqui presentes, que observam que será próprio caminharmos na direção, por exemplo, de que os encargos trabalhistas e sociais estejam sendo cobrados, mais sobre o valor agregado do que o valor adicionado, ao invés da folha de pagamentos ou salários. Tendo em conta que seria importante, inclusive junto aos representantes do PFL e do PSDB, que como o próprio Governo está tomando a iniciativa de propor um caminho alternativo. Infelizmente por eu estar na outra atividade, talvez V.Ex^a já tenha colocado isso, mas eu agradeceria se puder nos informar qual é o caminho alternativo proposto de diálogo entre os diversos partidos políticos com o Congresso Nacional, para que possamos ter um... Algo que contemple as partes diversas, inclusive dos empresários e dos trabalhadores. Então, eu agradeço se puder nos informar sobre qual é o estágio de uma possível proposta de entendimento que o Ministério do Trabalho e Emprego e o Governo do Presidente Lula estão a apresentar.

SR^a PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, Senador Suplicy. Eu passo então a palavra ao Ministro Carlos Lupi, para que ele possa fazer... Responder a alguns questionamentos, mas basicamente o senhor deve ter recebido que aqui foi uma Sessão, uma audiência para lhe prestar solidariedade nesse caso. São todos os Senadores que se pronunciaram. Estamos juntos aí nessa mesma luta, como disse a Senadora Ideli Salvatti. Então eu passo a V.Ex^a a palavra para fazer suas considerações finais. Eu sei que V.Ex^a também tem um tempo marcado, são dez para as três e V.Ex^a fique a vontade.

SR. MINISTRO CARLOS ROBERTO LUPI: Em primeiro lugar eu gostaria de agradecer. Eu não estou muito acostumado não, viu? A vir em sessão onde tem essa solidariedade, mas isso é um bom sinal. Porque nós estamos num Governo de coalizão amplo, somos 11 partidos pertencentes a esse Governo de coalizão. Eu considero que o diálogo com a oposição ou com os Senadores, Deputados que tenham divergência com as nossas idéias e teses, ele é profundamente saudável para a democracia, mas nós temos que ter posição. Eu não julgo coerente da nossa parte, não fechar a questão com a posição do Presidente da República todos os partidos de todos os senhores e senhoras Senadores. Por que? Porque esse é um assunto profundamente caro para o Estado Brasileiro. Nós não podemos deixar o Presidente da República ficar praticamente sozinho numa luta que tem que ser nossa. A minha função enquanto Ministro de trabalho, aí eu tenho pouco, a confusão da função de Presidente de partido, para nós essa questão da Emenda 3 é uma questão fechada dentro do partido. Por quê? Nós somos um pouco os herdeiros naturais da Legislação

trabalhista criadas pelo nosso preconizador, pelo nosso idealista que foi Getúlio Vargas. Essa Emenda, ela atinge no coração da CLT. Mas no coração. E vocês sabem, os senhores e senhoras sabem que quando atinge o coração, a chance de sobrevivência é muito remota. Então eu penso que a minha palavra de agradecimento é permanente.

Ao Senador Suplicy, eu acho que nós temos dois tempos. Primeiro tempo é mostrar a nossa unidade, é mostrar a nossa solidariedade com o Presidente da República, é mostrar que no Senado Federal essa coalizão existe para valer. E todos os Senadores e Senadoras votarem a favor do veto presidencial. Aí, feito isso, abrir o diálogo com setores específicos. As exceções à regra. O que nós não podemos é transformar a regra em exceção que como está hoje na lei ela vira exceção. Desculpe o exagero, mas aí é melhor fechar o Ministério do Trabalho, porque não tem mais função. Se ele não pode fiscalizar, se ele não lutar, se ele não pode coibir, se ele não pode fazer cumprir a legislação trabalhista, qual a razão da existência do Ministério do Trabalho? Desculpe o exagero da retórica, mas é real. É verdade.

Então, o meu apelo aos Srs. Senadores é que tenhamos diálogo com a oposição, estou à disposição de qualquer Senador que é queira qualquer tipo de esclarecimento da nossa equipe técnica... Eu peço que os senhores, qualquer Senador que é queira chamar dos três mil e cem auditores fiscais, os ouçam. Vejam como são as coações, as existências até de integridade física sobre eles quando fazem fiscalização. Eu tenho vários auditores fiscais que não podem mais ir para casa sozinhos. Ter garantia da Polícia Federal por ameaças de mortes permanentes. Se os Senhores e as senhoras acham que é exagero meu, tenho relatos e registros em delegacias. É muito grave isso. É claro, é morte também.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Ministro, só para concordar, os quatro assassinados aqui pertinho recentemente.

SR. MINISTRO CARLOS ROBERTO LUPI: Eu penso que essa questão da Emenda 3 é de uma gravidade que alguns Senadores e Senadoras, não estão dando conta. Porque só assim eu compreendo algumas visões. Eu entendo perfeitamente a realidade do mundo que, hoje nos obriga a ter alguma terceirização. Agora, é diferente ter alguma terceirização e fazer da terceirização a regra. Que é o que a Emenda vai proporcionar. E para surpresa de muitos, eu digo sempre que Deus ajuda quem trabalha. Como eu trabalho muito Ele está sempre dando uma mãozinha pra mim. E eu tenho uma técnica que eu faço com esse Ser Superior, que eu nunca peço. Eu só agradeço. Ao acordar

digo muito obrigado e ao dormir digo muito obrigado. Porque Ele fica muito ocupado com os apelos e acaba dizendo: Vou ajudar esse também. É uma técnica que eu faço. Hoje eu tive o anúncio do último dado do CADEG índice de... Espera aí, que eu estou chegando agora, tem muita sigla. Como tem sigla no Governo, meu Deus do céu. Mas é quem mede anualmente os índices de emprego e desemprego. Nós estamos hoje, esse mês de março, eu estou só anunciando, isso é política de Governo, não é do Ministro do Trabalho. Hoje o melhor índice da história de emprego no Brasil. Comparado com os meses de março desde o início dessas pesquisas. É o melhor índice. Nós estamos com os índices ascendentes janeiro, fevereiro e março que rotinamente são decrescentes ou vulneráveis pelo período. Todas as regiões do Brasil tiveram crescimento da demanda de emprego principalmente da indústria. Quando você cresce emprego na indústria, você cresce uma série de outros empregos provenientes dessa, inclusive de serviços. A única região do Brasil que teve queda foi o nordeste por causa da questão sazonal do álcool e do açúcar pelo período da seca também, que a consequência começa agora ter.

Então, a quantidade de índice, os índices de pessoas legalmente contratadas, aumentou consideravelmente em relação a março do ano passado. Nós estamos num momento da economia nacional que poucas vezes vivemos no Brasil. Desde a história da introdução da República. Vamos pesquisar que o ambiente favorável internacional, a força da nossa moeda, com os prós e contras, tem a questão da exportação aí, as reservas cambiais, os produtos que nós estamos exportando, o PAC praticamente na Câmara com todas as Emenda do Presidente da República já aprovadas, faltando uma que deve ser aprovada de hoje para amanhã. Já tendo a consequência disso, muitas empresas contratando servidores, trabalhadores já para se preparar para participar das concorrências Públicas. Em alguns Estados como o Rio de Janeiro, a indústria naval que está abandonada há mais de 15 anos, tendo encomendas que há séculos não tinha, gerando 10 mil empregos diretos, a nossa PETROBRÁS gerando uma quantidade imensa de empregos.

Então, nós estamos num ambiente muito bom. E nós temos que aproveitar esse ambiente bom para pegar a nossa CLT e pegar essa massa que ainda está na informalidade e ajudar a eles serem integrados no sistema formal de emprego. Porque todos têm esse sonho. Eu não imagino que a gente possa viver uma sociedade onde a gente vê campanhas nítidas, marrotas de querer jogar quem está no mercado informal contra quem está no mercado formal. Como se fosse dizer para a população: É melhor dividir a miséria do

que dividir a riqueza. É um pouco maniqueísmo que existe.

Eu tenho visto em algumas matérias na televisão, nos jornais, nos rádios, dizendo o seguinte: A maioria está no mercado informal. Então o que vamos fazer? Vamos deixar todo mundo no mercado informal? Isso tem lógica? Não tem. Não é razoável. Não é coerente. O que nós temos que trabalhar para incluir quem está no mercado informal no mercado formal. E aí nós temos que ter preparo, inteligência, capacidade. Então eu estou profundamente otimista. Eu já nasci otimista. Brasileiro que nasce da minha origem, quando chega ao ponto que cheguei... Eu jamais imaginei na minha vida um ex-jornaleiro chegar a ser Ministro de Estado, olha, muito obrigado funcionando. Muito obrigado ao acordar, muito obrigado ao dormir.

Eu quero que a gente tenha um pouco de trabalho com a capacidade inventiva que o povo brasileiro tem. Eu vejo, já falei isso, estou repetindo todas às vezes, eu não tenho fórmula acabada e vou encerrar aqui. Mas nós temos que pensar em criar mais valia para a carteira de trabalho. O que é mais valeria para carteira de trabalho? Nós somos inventivos para criar tantas invenções, para colocar os nossos recursos públicos do BNDES, da nossa Caixa Econômica, do nosso Banco do Brasil, incentivando corretamente tantas empresas. E nós não criamos um sistema que valorize a empresa que emprega mais. Pra mim esse é o caminho. Como é que é? Eu não sou o dono da verdade, eu quero levantar e discutir. Pra mim é uma solução simples. Quanto mais emprego der, menos impostos deve pagar. Vamos incentivar isso na micro, na pequena empresa. Vocês já imaginaram a massa de trabalhadores que sonham em ver sua cartezinha assinada, para saber que vão ter as férias remuneradas, para saber que... Qual mulher abriria mão do direito da sua licença maternidade? Será que a sociedade vai andar para trás? Ou será que filho, agora, dura cinco meses pra nascer? Não mudou. Tem alguns casos especiais. Mas a grande maioria é nove meses. Não mudou essa sociedade. A sociedade regride em vez de avançar. Nós estamos discutindo em pleno século 21 retirada de direitos, em vez de discutir como avançar nos direitos. Porque a sociedade tem que distribuir riqueza. Tem que valorizar o trabalho como principal fonte da dignidade humana.

Então eu penso, mesmo aqui, descontando alguns que vão julgar exageros da minha palavra, que essa questão da Emenda 3 ela pode ser um divisor de água do futuro do nosso Governo. Ou nós afirmamos o nosso compromisso com essa massa de assalariados, que não tem mais o que tirar, porque tem muito pouco,

ou nós estamos marcando profundamente uma luta de classes que depois nós não saberemos a consequência que teremos sobre ela. Então nós queremos trabalhar para a unidade, nós queremos trabalhar... Eu tive de manhã, tiveram vários empresários. Essa questão dos terceirizados. Já formamos um grupo que tem 60 dias para encontrar uma solução. Mas por que é que a solução tem que ser sempre a de tirar direito? Eu não concebo isso. Que sociedade é essa? Que sociedade a gente quer discutir, onde a gente nunca discute avanço. Como que a gente está olhando para o retrovisor do carro. Vai bater na frente. Quem olha demais para o retrovisor bate no carro da frente. E a sociedade está olhando pra gente. Às vezes em silêncio às vezes oprimida... Não tendo opção de trabalho. Porque não tem mesmo. Agora, com o crescimento econômico, com o Governo dando uma demonstração clara de quer fazer do Estado uma espécie de locomotiva da economia. Implementando políticas públicas sérias, incentivando a geração de emprego, a indústria naval, a indústria ferroviária, indústria não, setor ferroviário. Setor metroviário. Tem muito dinheiro público em setores estratégicos de como fazer o Brasil crescer.

Agora mais do que nunca a gente tem que discutir como vamos incluir milhões de brasileiros, com a cartezinha de trabalho assinada. Nós temos que mudar a pauta dessa discussão. A pauta agora é de em vez de termos uma maioria que ainda hoje... Tem caído, essa semana vamos ter os índices de outros setores que vão dar a diminuição do trabalho informal. Pela primeira vez. Vai surpreender meio mundo. Por que diminuição? Por causa do crescimento econômico. Se o País crescer 4,5, 5%, gera mais renda, as empresas contratam mais. Então por que é que a gente não pode pensar sob essa ótica? E a ótica da a gente é sempre a pauta de quem quer nos levar para discutir retirada de direitos.

Finalizando. Trabalhador no Brasil hoje não tem mais o que ser retirado porque já está no fundo do poço. Ou a gente rediscute essa sociedade ou não haverá como governos comprarem mais armas. Porque a cada bala que atinge algum cidadão, teremos dez esperando o dia da sua chegada. É duro falar, pode ser dramático. Eu estou testemunhando, mas eu sou do Rio de Janeiro. Eu diariamente vejo um jovem de 15, 16 anos ser assassinado como traficante e mais de cem esperando a vaga dele. Que sociedade é essa? Não é a que eu sonho para os meus filhos, não é a que eu quero para meus netos, não é o que eu tenho

certeza, nenhum dos senhores quererão para o futuro da Nação brasileira. Muito obrigado.

[palmas].

SRª PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Quero agradecer mais uma vez a presença, a explanação que fez o Sr. Ministro Carlos Lupi nessa Comissão de Assuntos Sociais e Direitos Humanos. Quero convidá-lo, Ministro, hoje nós conseguimos votar um Requerimento na Comissão de Assuntos Sociais que eu presido, convidando V.Exª para durante o mês de maio, que nós iremos dedicar na Comissão a votar projetos de interesses dos trabalhadores do Brasil, que V.Exª... Eu já entreguei a sua Assessoria e agora convido publicamente, pudesse marcar o dia da sua conveniência durante o mês de maio para voltar a essa Casa, para que pudéssemos fazer uma homenagem aos trabalhadores brasileiros. E quero agradecer a presença de todos os representantes das confederações aqui. Ao Senador Paulo Paim, mais uma vez, por essa iniciativa e encerramos agora essa Sessão. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 15h02.

ATA DA 17ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA 26 DE ABRIL DE 2007, QUINTA-FEIRA, ÀS 9:00 HORAS.

Às nove horas do dia vinte e seis de abril de dois mil e sete, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença das Senhoras **Senadoras Fátima Cleide e Patrícia Sabóya Gomes** e dos Senhores Senadores, **Flávio Arns, Paulo Paim, Inácio Arruda, Geraldo Mesquita Júnior, Cícero Lucena, Wilson Matos, Cristovam Buarque, José Nery, Paulo Duque e Marcelo Crivela**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Justifica sua ausência o Senador Romeu Tuma. **Pauta: Item nº 01: Requerimento-CDH, nº 20, de 2007**, de Audiência Pública, com vistas a tratar das questões atinentes ao “Dia Mundial de Combate à violência contra o Idoso, com desdobramentos na sua qualidade de vida e dignidade de sobrevivência”. Convidados: Presidente do Conselho Nacional do Idoso - Paulo Roberto Barbosa Ramos; Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos - Perly Cipriano; Representante do Instituto Internacional de Prevenção à Violência Rio (Inpea)-Laura Mello Machado; Representante da Federação das Associações de Aposentados do Pará

- Emídio Rebelo Filho; Pesquisadora da FIOCRUZ - Cecília Minayo; Demógrafa e pesquisadora do IPEA - Ana Amélia Camarano e outros mais de escolha desta Presidência. Autor: Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. **Item nº 02: Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2003 – Turno Suplementar**, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão, nas cédulas brasileiras, de elemento que possibilite a sua identificação por pessoas com deficiência visual”. Autoria: Senador Paulo Octávio. Relatoria: Senadora Fátima Cleide. **Resultado:** Não foram apresentadas emendas e o Substitutivo fica definitivamente adotado. **Item nº 03: Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005 – Terminativo.** Ementa: “Altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências”. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Papaléo Paes. Parecer: Pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Não foram apresentadas emendas e o Substitutivo fica definitivamente adotado. **Extrapauta: Item nº 1: Petição da CDH Nº 1, de 2007.** que informa a CDH denúncia de direitos humanos, denominada “Denúncia de Extermínio – Homicídio Coletivo Autorizado”, encaminhado por entidades representantes de pessoas portadoras de doenças crônicas, usuárias de medicamentos de caráter continuado e permanente, assinado por Fernando Antônio Gomide, em nome de Sérgio Henrique Sampaio da ABRAM, que se insurge contra a Suspensão de Tutela Antecipada para o Estado de Alagoas, nos autos do Processo nº 91/AL. Relator: Senador Flávio Arns. **Resultado:** Aprovado. **Item nº 02: Requerimento nº 21, de 2007, de Audiência Pública**, que destina-se a concluir os trabalhos de relatoria ao PLC, 122, de 2006. Autoria: Senadora Fátima Cleide. Convidados: Paulo Fernando Melo – Advogado; Ela Wiecko – Procuradora da República; Ministro Paulo de Tarso Vanucchi – Secretário de Direitos Humanos da Presidência da República; Jean Wyllys de Matos Santos – Professor Universitário e dois indicados pela Bancada Parlamentar Evangélica. No correr dos trabalhos fazem uso da palavra as Senhoras Senadoras Fátima Cleide e Patrícia Gomes e os Senhores Senadores Paulo Paim, Cícero Lucena, Flávio Arns, Geraldo Mesquita Júnior, Wilson Matos e Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às nove horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 17ª Reunião Extraordinária da

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Solicito a dispensa de leitura da Ata da Reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos à Pauta. Item nº. 01. O item nº. 01 é um requerimento com o seguinte teor. Assunto: Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2.º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do Regimento Interno da Casa, requeiro a realização de Audiência Pública, com vistas a tratar das questões atinentes ao “Dia Mundial de Combate à violência contra o Idoso”, com desdobramentos na sua qualidade de vida e dignidade de sobrevivência. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados as Entidades e pessoas constantes da relação abaixo e outras que essa Comissão assim entender, e essa Presidência assim entender. Presidente do Conselho Nacional do Idoso - Paulo Roberto Barbosa Ramos; Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos - Perly Cipriano; representante do Instituto Internacional de Prevenção à Violência (INPEA), Laura Mello Machado; representante da Federação das Associações de Aposentados do Pará - Emídio Rebelo Filho; pesquisadora da FIOCRUZ - Cecília Minayo; demógrafa e pesquisadora do IPEA - Ana Amélia Camarano. Esse requerimento, encaminhado a essa Comissão, foi por parte do Senador Paulo Paim e do Senador Leomar Quintanilha. Em votação o requerimento. Os que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos ao segundo ponto da nossa Pauta. Substitutivo. Projeto de Lei do Senado nº. 90/2003, turno suplementar. Ementa: “Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão, nas cédulas brasileiras, de elemento que possibilite a sua identificação por pessoas com deficiência visual”. Autor, Senador Paulo Otávio. Relatora, Senadora Fátima Cleide. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão suplementar. O substitutivo fica assim, definitivamente, adotado, em conformidade com o art. 284 do Regimento Interno. Senador Flávio Arns para uma solicitação.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senhor Presidente, eu gostaria que constasse como item extrapauta a questão que foi trazida a esta Comissão de Direitos Humanos, sobre uma denúncia apresentada, a respeito da ausência, da carência da concessão de medicamentos excepcionais para doenças crônicas. Em função daquele requerimento, foi autorizado o... Foi autorizada e foi realizada uma reunião de trabalho por esta Comissão de Direitos Humanos com a participação do Ministério Público Federal, Procurador da Repúbli-

ca, também com o Ministério da Saúde, também com os autores da denúncia e... E eu solicitaria de V.Exa., como item extrapauta, que eu lesse o relatório, e as providências que foram concluídas, que foram solicitadas para encaminhamento, a partir daquela reunião de trabalho. Então, eu solicito de V.Exa. que a leitura deste relatório, com os desdobramentos e os encaminhamentos, possam ser lidos nessa reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em votação a inclusão extrapauta da petição da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, nº. 02/2007, por solicitação do Senador Flávio Arns, que já realizou reuniões, aqui nessa Comissão e também no Ministério da Saúde, junto ao Ministro Temporão, sobre esse tema. Aprovado. Item extrapauta. Em votação. Os senhores Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Item extrapauta, petição da CDH, nº. 02/2007. Informa à CDH denúncia de Direitos Humanos, denominada denúncia de extermínio, homicídio coletivo autorizado e encaminhado por entidades representantes de pessoas portadoras de doenças crônicas, usuários de medicamentos de caráter continuado, permanente, assinado por Fernando Antônio Gomide, em nome de Sérgio Henrique Sampaio da ABRAM, que se insurge contra a suspensão de tutela antecipada para o Estado de Alagoas, nos autos do processo nº. 91. Autor Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Relator, Senador Flávio Arns, para quem eu passo a palavra, que conclui por um grupo de providências que seriam tomadas pela CDH. Com a palavra o Relator.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Como V.Exa. colocou, a denúncia vem assinada por várias entidades, como a Associação Brasileira de Assistência à Mucoviscidose, a Associação Brasileira de Amigos e Familiares de Portadores de Hipertensão Arterial Pulmonar, Associação Brasileira dos Portadores de Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica, Associação dos Transplantados de Minas Gerais, Associação Nacional dos Portadores de Artrite, Associação Paranaense dos Doentes Reumáticos, Associação Paranaense dos Familiares e Amigos dos Portadores de Esquizofrenia, Associação Paranaense dos Portadores de Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica, Associação Paranaense dos Portadores de Parkinsonismo, Associação Paulista dos Familiares e Amigos dos Portadores de Mucopolissacaridose, Instituto Canguru, Instituto Girassol, Movimento Nacional dos Pais de Pacientes com Diabetes, e o documento deu origem à petição desta Comissão de Direitos Humanos nº. 02/2007. Nós temos, então, a descrição e a análise da denúncia. Passo a ler, na... Na página seguinte, na página nº. 03 a análise da denúncia. As entidades signatárias da denúncia externam a preo-

cupação de que a recente decisão da Ministra Ellen Gracie, sobre requerimento de suspensão de tutela antecipada, impetrado pelo Estado de Alagoas possa prejudicar a dispensação, pelo SUS, de medicamentos destinados ao tratamento de doenças crônicas graves. Segundo a decisão, aquela unidade da federação tem a responsabilidade de fornecer apenas os medicamentos constantes da Portaria nº. 1.318/2002, do Ministério da Saúde. Atente-se, todavia, para o fato de que essa norma foi revogada pela Portaria nº. 2.577/2006, que aprova o componente de medicamentos de dispensação excepcional. O entendimento, no entanto, é de que a decisão é extensiva à Portaria mais recente, por se tratar de mera atualização da anterior.

A fim de esclarecer alguns pontos da denúncia, esta Comissão promoveu, no dia 04 de abril de 2007, neste mês, portanto, de abril, uma reunião de trabalho, da qual participaram um representante das entidades signatárias da denúncia, um Subprocurador Geral da República e representantes do Ministério da Saúde. Os participantes enfatizaram a necessidade de que o assunto seja discutido por todos os interessados, especialmente o Poder Legislativo, o Ministério Público, o Ministério da Saúde e os representantes dos portadores de doenças crônicas. Nessa reunião, o representante das entidades externou a preocupação quanto ao alcance dos efeitos da decisão da Ministra Ellen Gracie. Isto porque os gestores estaduais estariam considerando que tais efeitos não são aplicáveis apenas ao Estado de Alagoas, mas sim a todas as unidades da Federação. Na opinião das entidades signatárias, essa interpretação prejudica os portadores de doenças crônicas. Por sua vez, o representante do Ministério da Saúde esclareceu que uma importante parcela das demandas por medicamentos de alto custo almeja a dispensação de medicamentos experimentais, de eficácia ainda não reconhecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ANVISA, e que, em virtude desse não reconhecimento, não são registrados e o seu uso no território nacional é vedado. O artigo 196 da Constituição Federal estabelece que a Saúde é direito de todos e dever do Estado e que o acesso às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação deve ser universal e igualitário. A Carta Magna estabelece, ainda, no art. 198, inciso II, que o atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais, é uma das diretrizes que devem ser obedecidas pelo SUS. Na decisão, a Ministra Ellen Gracie considera que a integralidade da assistência que o inciso II, do art. 198 da Constituição Federal se reporta, entre aspas, “refere-se, em princípio, à efetivação de políticas públicas que alcancem a população como um todo,

assegurando-lhe acesso universal, igualitário e não as situações individualizadas”. O ato denunciado envolve aspectos jurídicos, orçamentários, técnicos, administrativos, assistenciais e humanitários, o que confere a alta complexidade aos seus possíveis efeitos. Isto torna necessário que o assunto seja debatido pelos diversos interessados, visando ao alcance de soluções que atendam aos interesses públicos, coletivos, individuais.

Conclusão, senhor Presidente, a denúncia formulada por meio da petição da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº. 02/2007 contém elementos suficientes para que o Senado Federal, no uso da competência atribuída às suas comissões pelo parágrafo 2º do art. 58 da Constituição Federal, realiza as seguintes ações, que submeto à apreciação desta Comissão. Primeiro, que o objeto desta petição passe a ser acompanhado pela Comissão de Direitos Humanos do Senado. Que a gente acompanhe todo o processo; começou que esse processo tenha início, meio e fim. Que a gente chegue ao final com uma boa conclusão para toda a sociedade. Porque, isso, então a Comissão de Direitos Humanos acompanharia esse processo todo. Dois. Que a Comissão de Direitos Humanos solicite reunião com o Ministro da Saúde para abordar aspectos da Portaria 2.577, de 27/10/2006, e demais encaminhamentos havidos na reunião do dia 04 de abril, recomendando a revisão, a sua revisão, da Portaria. Esta reunião foi feita esta semana, com o Ministro Temporão, com a presença do Procurador da República, das entidades, da Comissão de Direitos Humanos, e o Ministro da Saúde se comprometeu a que, na próxima semana, ele dê uma resposta a respeito da Portaria 2.577. Ele vai analisar, ver o que aconteceu, se, inclusive por desconhecer assim a extensão da dificuldade que estava sendo apresentada e apresentará uma resposta para essa Comissão de Direitos Humanos no decorrer da próxima semana. Que, na mesma reunião com o Ministro da Saúde, a Comissão de Direitos Humanos do Senado solicite iniciativas junto a gestores estaduais para que continue fornecendo medicações de dispensação excepcional ou de alto custo aos pacientes acometidos por graves doenças crônicas. Isso foi solicitado ao Ministro e o Ministro da Saúde se comprometeu, na primeira reunião com os Secretários Estaduais e Municipais de Saúde, CONAS e CONASEMs, para que este ponto seja enfatizado na reunião. Para que não haja, de forma alguma, e nem teve por objetivo, na nossa ótica, a decisão da Ministra, da Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Gracie, de suspender isto. Ela estava avaliando uma situação específica do Estado de Alagoas. Mas, em função desta decisão específica, Estados estão

interrompendo a compra de medicamentos, achando que uma decisão daquela natureza faz com que todos os Estados possam seguir uma decisão liminar. Quer dizer, não é liminar, é uma decisão do Supremo Tribunal Federal, em função de um caso específico.

Então, o Ministro da Saúde vai colocar esta situação para os Secretários Estaduais e Municipais de Saúde. Que a Comissão de Direitos Humanos do Senado solicite a reunião, Senhor Presidente, com a Ministra Ellen Gracie, Presidente do Supremo Tribunal Federal, para apresentar considerações acerca das conseqüências e desdobramentos da suspensão de tutela antecipada para as políticas de saúde pública do país.

Então, nesse sentido, nós... Não sei se já consta até o requerimento aqui, mas nós vamos, nós vamos aprovar um requerimento para que esta Comissão de Direitos Humanos possa ter uma audiência com a Presidente do Supremo Tribunal Federal. E, como já foi feito com o Ministro Temporão, para falarmos com todos os atores envolvidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, só para ajudar na sua fala ainda, a assessoria me informa que, aprovado o documento nos moldes que V.Exa. está apresentando, automaticamente está garantido que essa Comissão vai cumprir a orientação que eu diria que V.Exa. está nos dando, da gente ir à Ministra Ellen. E essa eu faço questão, desculpe, porque não pude estar no da saúde, mas nessa, eu acompanharei V.Exa.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, eu quero até justificar, já que V.Exa. mencionou, mas, para que todo o Brasil saiba do empenho de V.Exa. e do Vice-Presidente da Comissão, Senador Cícero Lucena, na resolução destes problemas e de outros. Porque, no mesmo dia, como acontece no Senado, V.Exa. estava envolvido com outras audiências, em função da importação, inclusive, de instrumentos musicais e uma discussão necessária que estava sendo feita com a Receita Federal.

E o último item da conclusão, que a Comissão de Direitos Humanos do Senado, daqui a algum tempo, mas não muito tempo, diria daqui a um mês, realize audiência pública para aprofundar o assunto objeto desta petição, com a presença do Ministro da Saúde, de representantes do Ministério Público e de representantes das entidades que compõem o Movimento pela Vida Brasil Mostra a Sua Cara.

Então, esta é a conclusão. Agora, senhor Presidente, gostaria de dizer que, naquele grupo de trabalho, muitas situações ficaram bastante claras. Nós tivemos, inclusive, a presença de uma pessoa que tem hipertensão pulmonar e que precisa de medicamentos

excepcionais, e não estava recebendo os medicamentos e, em função daquela reunião, depois de dois ou três dias ela, já estava com os medicamentos. Mas é uma situação dela, que não consta da Portaria. Então, ela precisa passar a constar. A doença precisa estar lá, os medicamentos precisam estar lá para que a população não precise entrar na Justiça. Quer dizer, eu acho assim... Descabido que a gente tenha uma norma constitucional tão clara de que é um direito de todos, dever do Estado, que situações individualizadas, de doenças crônicas, serão atendidas também. Esse grupo de trabalho, essa Comissão de Direitos Humanos pode contribuir para resolver, até dissemos isso para o Ministro, é impensável que a gente não chegue, assim, a uma conclusão que possa facilitar a cidadania dos brasileiros nesse aspecto. Eu acho que, em conjunto, podemos achar esses caminhos e vamos nos esforçar para que isto aconteça.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou botar a matéria em discussão. Já está com a palavra o nosso Vice-Presidente, Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, demais Senadores, esse assunto, para mim, interessa muito, Senador. E fico muito feliz, e não é nenhuma novidade, ver quando um assunto de tamanha seriedade, a forma com que o senhor sempre trata os assuntos. Eu quero informar a essa Comissão que se encontra, na Pauta da votação da Comissão de Assuntos Sociais, um Projeto de minha autoria que, após identificar esse problema aqui, eu acredito que nós podemos aprimorá-lo. Por que aprimorá-lo? A base desse Projeto que eu apresentei, aqui no Senado, Senador Paulo Paim, foi vivida por mim numa experiência como Prefeito da cidade de João Pessoa. Quando assumi aquela Prefeitura, no primeiro ano, nós comprávamos medicamentos de uso continuado para diabético e/ou hipertenso, para cerca de seis mil cadastrados. E sempre aquela reclamação: Faltava o medicamento nos postos. Faltava? Faltava. Na busca gerencial do processo, nós identificamos que existiam vários fatores, talvez a não organização do cadastro, somado à cultura que o brasileiro tem de ter o medicamento em casa; os que podem, compram e deixam a sua farmácia em Casa; os que não podem tentam buscar nos postos de saúde e estocar, com medo de faltar quando vier precisar. Às vezes, até desvios mesmo de medicamentos para um parente de um servidor ou mesmo para um agente político que quisesse fazer política no interior. Sempre faltava o medicamento e a gente comprava para a quantidade de pessoas cadastradas. Fruto de um Projeto de universalização do PSF, que nós conseguimos na cidade de

João Pessoa, foram 180 equipes, e a primeira capital a ter cobertura de 100% de PSF para o público alvo, nós criamos, então, uma campanha chamada Hiper Dia, que, na verdade não foi um dia; foi uma semana, em que nós fazíamos a verificação da pressão e o teste de diabético, em pontos de ônibus, em feiras livres, em mercados, em todos os cantos em que era possível de aglomerar as pessoas. E identificamos que nós tínhamos cerca, não seis mil, que precisavam, até porque muitos não tinham conhecimento que tinham a doença, porque o hipertenso e o diabético não são como uma dor de barriga, uma dor de cabeça que, muitas vezes, você sabe de imediato. Então, o tempo é que vai se agravando e, quando você toma conhecimento, ele já precisa de outros procedimentos. E nós identificamos quase 25 mil pessoas hipertensas e/ou diabéticas, na cidade de João Pessoa e nos preocupamos com essa distribuição. Então, nós criamos um programa onde essas pessoas se dirigiam aos postos de saúde do PSF e, conforme a requisição do médico e a prescrição, em duas vias, uma receita ficava com ela e a outra ia para a Secretaria de Saúde do Município que, no seu almoxarifado, com farmacêuticos devidamente credenciados ou estagiários, estudantes universitários de farmácia, faziam a separação compatível com a receita que vinha do posto de saúde, colocava no envelope, e mandava entregar pelos Correios, a dosagem necessária para um mês. Era o que era prescrito. A pessoa precisava retornar antes de 30 dias para que fosse renovado, não só o acompanhamento do tratamento, para ver se seria a necessidade do mesmo medicamento. E isso nós adotamos com pleno êxito. Eram quase 25 mil pessoas que recebiam esse medicamento em casa. Foi mais econômico, para a gente, nós gastarmos pouco mais do que gastávamos e faltava, e era um sinal de respeito do serviço público àqueles que mais precisam. Era o cuidado que o serviço público estava tendo com pessoas que muitas vezes já eram com pernas amputadas, que tinham dificuldades de se deslocar até às unidades de saúde. Infelizmente, após eu deixar a Prefeitura, o Prefeito atual suspendeu a entrega desse medicamento pelos Correios, alegando que não tinha um controle, que poderia cair na mão de outras pessoas essa entrega de medicamento, não do usuário. Mas o Correio entregava e o retorno era próximo a zero. A não ser quando a pessoa se mudava e não fazia a atualização do cadastro.

Pois bem, em função disso, eu apresentei um Projeto aqui no Senado, onde torna obrigatório o fornecimento do medicamento de uso continuado, pelos Correios ou pela equipe do “Saúde da Família”, se for o caso, dos agentes da equipe Saúde da Família entregaria na casa dessas pessoas, uma demonstração que

o poder público tem que dar, de respeito ao cidadão, principalmente aqueles que mais precisam.

Então, Senador, eu me somo à sua preocupação, ao desejo de colaborar, de acompanhar todo esse processo, colocando essa nossa iniciativa, para que a gente possa aprimorar, em outras necessidades de medicação continuada que, porventura, não estejam contempladas em nosso Projeto original que, para a nossa satisfação, se encontra na CAE, a Pauta dessa semana não teve *quorum*, mas eu acredito que se repita na próxima semana, inclusive com parecer favorável do nobre Senador José Nery. Então, eu acho que nós temos uma chance de estabelecer, de uma vez por todas, o atendimento a uma justa necessidade da população, que é dever e obrigação nossa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Continua em discussão a matéria. Pela ordem de inscrição aqui, o Senador Mesquita Júnior e, em seguida, o Senador Wilson Matos.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Paim, que preside esta Comissão, caros colegas, não me surpreende o encaminhamento dessa matéria por parte do Senador Flávio Arns. Só uma pessoa e um Parlamentar sintonizado com as graves questões do povo brasileiro, entre as quais essa, Senador, que V.Exa. maneja com extrema sensibilidade, faz com que o Senado tenha que se debruçar sobre uma preocupação tão grande, de tantos brasileiros. Chamou-me a atenção aqui, no relatório de V.Exa., uma expressão, atribuída ao Ex-Ministro da Saúde, segundo a qual a decisão da Ministra Ellen Gracie ajuda a administrar o Orçamento e que ele, Ministro, estava muito esperançoso com a decisão final. Eu entendo que ele se regozijava com a possibilidade de, de fato, ser mantida a ordem de suspensão, e eu fico impressionado, Senador Arns, com o seguinte, já que o Ministro falou em Orçamento: O Governo Federal acaba de bater um recorde, acaba de despender mais de um bilhão de reais com publicidade oficial. Nos Estados, essa prática é idêntica. Milhões e milhões de reais são, eu não diria gastos, mas são jogados fora com publicidade, muitas das vezes, para exaltar e praticar o culto da personalidade, para fazer propaganda enganosa. Milhões e milhões, Senador. Milhões e milhões. Então, já que o Ministro falou em Orçamento era bom que o Governo, de uma maneira geral, Federal, Estaduais é... Tivessem o cuidado, antes de proferir uma... Uma expressão infeliz como essa, olhasse o próprio umbigo e verificasse o quanto a gente está jogando dinheiro fora, ao invés de estar cumprindo aquilo que é dever de uma instituição voltada para o atendimento daquelas pessoas que necessitam de um atendimento desses, especial, e parássemos

de gastar de forma irresponsável, por vezes até criminosa, o recurso público, tão difícil de ser arrecadado; arrecadado às custas do sacrifício do povo brasileiro. Eu repito para que isso fique muito claro. Estamos aqui tratando da angústia, da contrariedade, por vezes até do falecimento de pessoas que, por falta de um atendimento devido, estão na rua da amargura, enquanto os Governos ostentam, através das suas mídias e publicidades é... Tentam mostrar para o país e para o mundo que aqui é... Aqui é, de fato, um país do “faz de conta”, não é? A mídia, de fato, reproduz, às vezes, uma situação virtual, que não corresponde à realidade de nosso país, em nossos Estados; Estados pobres. O meu, por exemplo, gasta milhões de reais com publicidade, publicidade, muitas das vezes, enganosa. Isso se reproduz, na grande maioria dos Estados, dinheiro esse que poderia estar sendo canalizado para atendimentos e obras como essas aqui, que estão sendo reivindicadas e veiculadas pelo Senador Arns.

Portanto, eu acho que, antes de, antes de procurarmos é... No âmbito do Judiciário, o amparo para não cumprirmos aquilo que é dever das instituições públicas cumprir, devemos, de fato, é fazer um exame de consciência, reduzir drasticamente o uso de verbas públicas na área de publicidade nesse país porque, Senador Paim, dinheiro não falta não. Talvez o que falte é exatamente isso. As autoridades se compenetrarem de que devem fazer o melhor uso do dinheiro público arrecadado às custas do suor e do sacrifício do povo brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Wilson, por favor.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Senador Paim, Presidente da Mesa, quero dizer que quero parabenizar o Senador Flávio Arns pelo belo relatório e pelas iniciativas que ele propõe a esta Comissão, para que sejam tomadas quanto a essa questão. Eu creio que nós, como líderes brasileiros, aqui no Senado e na Comissão de Direitos Humanos, devemos fazer todo o esforço possível primeiro para preservação da vida; o direito à vida e a preservação da vida. E nós vemos aqui, neste momento, uma medida judicial tirando o direito da manutenção da vida. Nós vemos, no mundo moderno, a ciência e tecnologia avançando, cada dia mais, e a expectativa de vida do ser humano crescendo. E também a sociedade humana se organizou de tal forma para preservá-la, tanto dando direito à vida quanto extensão à vida, a manutenção da vida. Creio também que um país como o nosso, a décima segunda economia, Senador Flávio Arns, do mundo, venha a dizer que tem dificuldades de comprar e manter determinados medicamentos para que as pessoas possam ter o privilégio de viver um pouco

mais. Creio que este é o desejo, o esforço de todo ser vivente e, sobretudo, do ser humano, que tem noção da vida, tem consciência da vida e tem consciência da morte. Quero parabenizar o Senador Flávio Arns. Dizer que concordo plenamente com as suas propostas aqui, em seu excelente relatório. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Continua em discussão a matéria. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu volto só para informar o que eu já tinha dito aqui anteriormente, que eu tive a satisfação do Projeto da nossa iniciativa, o Senador José Nery, como Relator, e ele já tinha me antecipado o seu posicionamento em relação ao que já está na pauta da CAS. E, com a presença dele, com certeza, ele terá muito a contribuir com essa discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão a matéria. Em votação. Os senhores Parlamentares que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Nós temos somente um Projeto terminativo e o Senador Papaléo Paes é o Relator, e ele não se encontra, mas ele disse que poderíamos votar a matéria e solicitou, inclusive, que o Senador Flávio Arns pudesse, pudesse resumir o relatório porque o Projeto do Senador, que o Relator é o Senador Papaléo Paes, é de nossa autoria, ele fazia uma adequação entre o que está hoje no Estatuto do Idoso e na LOAS. Ele fez um substitutivo que, no meu entendimento, melhora inclusive a redação original do Projeto. E ele deu parecer favorável. Então, se o Senador Flávio Arns concordar em apresentar o relatório... Só falta mais um Senador chegar, enquanto isso esse Senador estaria aqui em condição de deliberar sobre a matéria. E como o Projeto é de minha autoria, eu passo a presidência para o Senador Lucena.

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com a palavra o Senador Flávio Arns como relator *ad hoc*.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Este é o Projeto de Lei do Senado nº. 169, de 2005 que “Altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências”, que é de autoria do nosso Presidente, Senador Paulo Paim, que visa alterar a redação do art. 34 do Estatuto do Idoso, no intuito de excluir do cálculo da renda familiar *per capita*, utilizado para a concessão do benefício da prestação continuada, BPC, a aposentadoria ou pensão, no valor de um salário-mínimo, já pagas a qualquer membro da família, nos termos do art. 91, inciso I; art. 102 e inciso VI, Regimento Interno do Senado Federal, cumpre a esta Comissão emitir

parecer quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e ao mérito do PLS 169/2005, em sede de decisão terminativa. O Projeto em comento guarda perfeita harmonia com a nossa Lei Maior, pois o *caput* do art. 230 da Constituição atribui ao Estado, como generalização das diversas esferas administrativas, o dever de amparar as pessoas idosas. Já o art. 23, inciso X, determina ser competência comum da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios combater as causas da pobreza e marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos. Além disso, o art. 203 afirma que a assistência social será prestada a quem dela necessitar e insere, entre os seus objetivos, a proteção à velhice e a garantia de um salário-mínimo do benefício mensal ao idoso que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida pela família. Desculpe. Em regulamentação ao disposto na Carta Magna, a Lei 8.742, também denominada de Lei Orgânica da Assistência Social, restringiu demasiadamente a concessão dessa garantia, ao declarar que é incapaz de prover a manutenção da pessoa idosa, a família cuja renda mensal *per capita* seja inferior a 1/4 do salário-mínimo. Isso significa que, na prática, apenas os indigentes têm direito ao benefício constitucional. Inconformado com a fixação desse limite irrisório, o Parlamento aprovou recentemente a Lei 10.741, o chamado Estatuto do Idoso, que situa do cálculo da renda familiar *per capita*, para efeito da concessão do benefício da prestação continuada, BPC, o valor de benefício similar já concedido a qualquer membro da família do idoso. Não cuidou, porém, da injustiça de manter no cálculo o salário-mínimo pago a título de aposentadoria ou pensão, correção agora proposta pelo Projeto em análise, que assim revela seu indiscutível mérito. Notamos, porém, que o Projeto, na forma como está redigido, reforça outra injustiça porque só alcança o idoso, enquanto a Constituição e a LOAS garantem o direito ao benefício assistencial também à pessoa portadora de deficiência, igualmente tributária da proteção do Estado.

Julgamos, portanto, que a exclusão proposta não deve se reportar ao Estatuto do Idoso, mas à Lei Orgânica da Assistência Social, que regulamenta a concessão do benefício da prestação continuada. Por isso, submetemos à apreciação desse Colegiado um substitutivo ao Projeto nº. 169/2005, que mantém intacto o objetivo da proposta do nosso Presidente, Senador Paulo Paim, mas avança, ao estender o direito almejado ao segmento das pessoas portadoras de deficiência. Ressaltamos que o texto do substitutivo apresenta duas vantagens sobressalentes. A primeira delas é retirar do cômputo da renda familiar o valor

correspondente a um salário-mínimo apenas, tenha ele origem em benefício assistencial, aposentadoria ou pensão. Essa medida se impõe porque a falta de limite na exclusão não se coaduna com a finalidade da assistência social, que é atender aos mais necessitados, impedindo que vivam abaixo do mínimo tolerável. Sem a imposição de limites, poderíamos chegar à absurda situação de ver o benefício assistencial convertido em privilégio, como no caso de conceder o BPC ao idoso, portador de deficiência, pertencente a uma família com cinco integrantes e com renda mensal de quatro salários-mínimos, provenientes de aposentadorias e pensões.

A segunda vantagem do texto do substitutivo é ajustar o conteúdo da proposta original às determinações dos artigos 5º, 9º e 11 da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Diante do exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 169/2005, nos termos do seguinte substitutivo, colocado na página seguinte, no art. 1º da Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que passa a vigorar acrescido do seguinte §9º: “Art. 20, §9º - No cálculo da renda familiar de que trata o parágrafo terceiro, não se computará o valor correspondente a um salário-mínimo, pago a outro membro da família a título de aposentadoria, pensão ou benefício da prestação continuada. Essa Lei entra em vigor na data da sua publicação”. O Relator é o Senador Papaléo Paes e que eu tenho o prazer de substituí-lo como Relator *ad hoc*.

Eu só quero dizer, senhor Presidente, e para o Senador Paulo Paim, que é o autor desse Projeto de Lei, eu diria que, se esta Lei for aprovada, como certamente o será, aqui no Senado, e depois aprovada na Câmara e não vetada pelo Executivo, esta seria assim uma das maiores justiças que faríamos com a sociedade brasileira. Porque, realmente, eu acho que é uma coisa intolerável nós termos esse critério da renda *per capita* de 1/4 do salário-mínimo para uma família que tenha, muitas vezes, uma pessoa com deficiência, uma deficiência severa, necessitando de apoio, de ajuda, de incentivo. E... E realmente é um novo caminho. Nunca se tinha pensado neste caminho para se melhorar a situação dessas pessoas que recebem um benefício. Mas acho que é um caminho novo, possível de ser discutido e, com prazer, então, que eu relatei, a pedido da presidência, como Relator *ad hoc*, lendo esse relatório do Senador Papaléo Paes.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Em discussão. Com a palavra o—

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senhor Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): O autor do Projeto, Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senhor Presidente, quando eu apresentei esse Projeto, na verdade, eu fiz uma redação que fosse de encontro àquilo que já diz o Estatuto do Idoso, já é Lei e adapto, com isso, a própria LOAS, por quê? No Estatuto do Idoso, nós já asseguramos que, numa família em que alguém ganhe um salário-mínimo, e nós, comprovadamente demonstrarmos que a situação de um terceiro na família é insustentável, não tem como se manter, eu vou dar o exemplo: Dois idosos e mais um filho, nem que o filho seja deficiente, o filho não terá direito ao salário-mínimo se um dos idosos receber o salário-mínimo. Com essa redação e com a alteração feita pelo Senador Papa-léo Paes, no substitutivo muito bem colocado, ele está apenas garantindo o seguinte: Três pessoas na família; duas pessoas, vamos dar o exemplo com 70 anos, só um ganha um salário-mínimo e têm um filho deficiente eles não têm nenhuma ajuda para o filho deficiente. Da forma que ficou a redação, só nesses casos é que a gente vai garantir para o deficiente, então, o direito de receber o salário-mínimo.

Devido a isso, eu pediria a aprovação da matéria, senhor Presidente, e vou fazer um apelo muito grande, porque eu tenho que 10 para as 10, sair daqui para o aeroporto. Se nós pudéssemos colocar em votação, com o entendimento de todos os Senadores e Senadoras... A Senadora Patrícia chegou, o Senador Inácio Arruda já está vindo para cá, e nós podíamos iniciar o processo se assim os Senadores entenderem possível. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero sugerir a V. Exa., em função do apelo e da importância do Projeto, que talvez seja votado, como já fizemos em outras ocasiões, e permitir o debate após a aprovação.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Após a aprovação da matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Podemos conduzir, então, dessa forma. Vamos colocar em votação e aquele que desejar continuar emitindo sua opinião sobre o assunto, faremos depois da votação. Então, faremos, procederemos à votação nominal. Senador Flávio Arns. Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senador Paulo Paim, como Autor. Senadora Patrícia Saboya.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senador Inácio Arruda, que saiu dizendo, já assinou dizendo que sim, mas está retornando também. Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senador Cícero Lucena, como Presidente. Sim. Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Wilson Matos. Senador Wilson matos.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim. Bom, então, Presidente, temos--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se me permitir, Presidente, a votação, pelo número de Senadores, está garantida. O Senador Inácio Arruda está vindo aqui, ele já assinou. E tinha declarado o seu voto--

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Tinha declarado o voto--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas ele está vindo aqui ainda para participar. E ele gostaria de dar também o seu depoimento no voto a favor desse Projeto. O Senador Crivella também está se deslocando para cá, está falando aqui no corredor com o respectivo Embaixador. Eu vou solicitar, senhor Presidente, para evitar nenhum problema, que a gente continuasse--

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): A discussão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se me permitir, que eu possa falar um pouco sobre o meu voto ainda, para que o período do Senador Inácio Arruda, que está se deslocando, nesse momento, para este Plenário. Eu quero dizer, senhor Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senador--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Crivella chegou, então, e resolveu--

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senador Crivella, como V.Exa. vota?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o autor?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o Autor.
[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Muito obrigado. Sim. Então, aprovado por unanimidade. Aprovada a matéria, vai a turno suplementar na próxima Reunião.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senhor Presidente em exercício, eu queria pedir desculpas a V.Exa. porque eu sou obrigado a viajar nesse momento. Então, eu passo a presidência para o Senador Lucena para que ele continue o debate da matéria, já que a Pauta está concluída.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Existe alguma solicitação de algum Senador para algo de extrapauta? Pois não, Senador Cristovam Buarque, depois Senadora Fátima Cleide.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, pela ordem até—

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Pois não.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É que a Senadora Patrícia lembrou que nós, que a CCJ, vai votar agora a redução da idade penal. Esse é um assunto que diz respeito sim aos Direitos Humanos e, no mínimo, seria bom que nós pudéssemos estar lá. Se essa Sessão vai continuar mais tempo, eu vou pedir licença.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Nós já encerramos a Pauta, Senador.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Já encerram?

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Nós só abrimos um pouco para, se tiver alguém propondo uma extrapauta...

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Senador Cícero Lucena.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senadora Patrícia, após a Senadora Fátima, concederei a palavra.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Pois não.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Só pela ordem, senhor Presidente, eu quero requerer que seja realizada, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, uma audiência pública para instruir o PLC do qual eu sou Relatora, nº. 122, que trata do combate à homofobia no Brasil. Então, eu quero submeter à Comissão este requerimento, solicitando a realização desta audiência, para que nós possamos concluir o ciclo de debates sobre este tema e, enfim, ter um parecer desta Comissão. Então, eu quero colocar à Mesa—

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu consulto--

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): E também quero ir para a Comissão de Constituição e Justiça--

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu consulto a Senadora se já está com o Requerimento...

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Já estou com o Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Então, em discussão o Requerimento. Não tendo quem queira discutir, aprovado. Senadora Patrícia Saboya, com a palavra.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Senhor Presidente, eu gostaria apenas de também, assim como o Senador Cristovam Buarque, convidar a todos os membros daqui da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que pudessem comparecer à CCJ, já que nós vamos votar um tema tão polêmico, um tema difícil e... E era muito importante que, principalmente aqueles que são signatários da Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança, pudessem estar presentes agora, às 10 horas, na Comissão, na CCJ, porque nós iremos entregar inclusive, eu vou entregar, em nome da Frente Parlamentar, um documento ao Senador Antônio Carlos Magalhães, que preside aquela Comissão, um documento baseado, inclusive, nesse documento, eu tenho um voto em separado, que também vou apresentar na Comissão contra a redução da idade penal. Então, eu queria fazer um apelo a essa Comissão, que nós pudéssemos estar presentes para também ter a oportunidade de discutir esse tema, que diz respeito a todos os brasileiros e principalmente às crianças e os adolescentes desse nosso país, que já, em diversas ocasiões, se manifestaram pedindo educação, como diz o Senador Cristovam Buarque e não cadeia. Então, é isso que eu queria fazer esse apelo, que V.Exa. pudesse nos ajudar a mobilizar os membros dessa Comissão para estarem lá presentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com certeza. Eu, inclusive, aproveito essa oportunidade, Senadora Patrícia, Senador Cristovam e os demais Senadores e Senadoras aqui presentes, que, há cerca de 15 dias, eu relatei algo, vivenciado por mim, com muita tristeza, que tem a ver com essa questão da redução da mortalidade infantil e tem a ver com a... Desculpe, da maioridade e com a educação. Eu relatei um fato de que uma Diretora de uma escola em João Pessoa, escola Pedra do Reino, em homenagem a Ariano Suassuna, me relatou que a mãe, num bairro da cidade chamado Grotão, a mãe tinha procurado a Diretora fazendo um apelo a ela para que deixasse os dois filhos em tempo integral. Porque tinha aconteci-

do algo, que ela não poderia conviver com aquilo. Ela tinha dois filhos, um de quatro anos e outro de cinco, que estudavam em um turno, mas ela trabalhava nos dois e as crianças ficavam sós na sua casa. E um dia um jovem, um pouco mais velho do que eles, pegou as duas crianças e levou ao mercadinho da comunidade e disse que eles fossem ao caixa e pedissem o dinheiro ao dono do mercadinho e que, qualquer coisa, mostrasse ele do outro lado da calçada. E assim as duas crianças fizeram. Ao chegar no caixa, disseram: “Olha, vim buscar todo o dinheiro”. “Mas quem é que está mandando você fazer isso?” Ele apontou para o outro lado da rua, a pessoa levantou a camisa e mostrou o cabo do revólver. O dono do mercadinho juntou, acho que não todo o dinheiro, mas entregou a essas duas crianças. As crianças acharam fácil e aí disseram: “Eu também quero bala, quero bombons, quero pirulito, quero chiclete” e, quando a mãe chegou de noite em casa, estavam os filhos com muito chiclete, muito pirulito, muitos bombons em casa porque foram instrumento exatamente de adultos. Eu estou falando com quatro e cinco anos de idade e a mãe dando o depoimento pedindo, pelo amor de Deus, à Diretora, que deixasse em tempo integral.

Então, obviamente que todos nós temos essa responsabilidade, esse compromisso de nos dirigir à Comissão de Constituição e Justiça, no sentido de emitirmos a nossa opinião com a preocupação de que não podemos fazer isso para encurtar a idade do jovem que não teve a oportunidade à educação. Então, como não tem mais nenhum assunto a ser discutido, considero aprovado e encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 09h53.

ATA DA 18ª REUNIÃO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, CONJUNTA COM A 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 3 DE MAIO DE 2007, QUINTA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS.

Às nove horas do dia três de maio de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador **Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Subcomissão de Trabalho e Previdência da Comissão de Assuntos Sociais para a realização de Audiência Pública conforme Requerimento nº 16, de 2007- CDH e Requerimento nº 06 de 2007 – CAS, ambos de autoria do Senador Paulo Paim, com vistas a tratar de assuntos pertinentes às “demissões arbitrárias ocorridas contra dirigentes sindicais e membros da CIPA”. Com a presença dos

Senhores (as) Senadores (as), **Flávio Arns, Fátima Cleide, Inácio Arruda, Geraldo Mesquita, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, José Nery, Serys Slhessarenko, Eduardo Suplicy, Sérgio Zambiasi, Jayme Campos e Lúcia Vânia**. O Presidente dá início à reunião convidando os palestrantes a comporem a mesa e informa que cada convidado terá 15 minutos para a sua exposição com tolerância máxima de 2 minutos. Usaram da palavra os seguintes convidados: **Luiz Antônio de Medeiros Neto** – Secretário de Relações do Trabalho – Ministério do Trabalho e Emprego, **Ricardo José Macedo de Brito Pereira** – Procurador Regional Trabalho, **Moacyr Roberto Tesch Auersvald** – (Secretário-Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores das Comunidades Brasileiras no exterior), **Carlos Henrique de Oliveira** – Diretor Executivo da Central Única dos Trabalhadores – CUT, **Antônio Fernandes dos Santos Neto** – Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), **Prof. Paulo Albuquerque** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul e **Darci Pires Rocha** – Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação – RS. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores Jayme Campos, Romeu Tuma, José Nery, Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e o Deputado Tarcísio João Zimmermann. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotíпия informatizada. – Senador **Paulo Paim**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Havendo número regimental declaro aberta a 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Essa reunião é conjunta com a 3ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Os Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

A presente reunião tem como finalidade atender os requerimentos nº. 06/2007 da CAS, e nº 16/2007 da CDH, com o objetivo de discutir a situação dos dirigentes sindicais, com o viés, com a ótica nas demissões arbitrárias conforme nosso entendimento, ocorrida contra os dirigentes sindicais. O debate vai ser principalmente contra os dirigentes sindicais, principal-

mente os suplentes da diretoria dos sindicais. O Adão Medeiros, enfim, muitos sindicalistas que sabem, eu fui sindicalista durante um bom período, quase uma década. E no meu tempo não havia essa história de demitir membros do Conselho Fiscal. Não me lembro um que foi demitido na minha época, e me surpreendeu a partir de alguns anos quando eu começo a receber aqui no Senado denúncias, para não dizer diariamente, semanalmente de dirigentes do Conselho Fiscal, das entidades que passaram a ser demitidos e com isso alegando que eles não tinham a estabilidade no emprego, que no meu entendimento ela é garantida pela Legislação e se criou aí um problema gravíssimo junto à chamada liberdade à autonomia sindical e para que os dirigentes possam então exercer as suas funções livremente em defesa e na organização dos trabalhadores. Com esse objetivo é que nós estamos realizando esta reunião.

Para esta reunião nós convidamos o representante da Confederação Geral dos Trabalhadores, CGT, da Central Geral dos Trabalhadores, CGTB, da Nova Central, da Central Autônoma dos Trabalhadores, da Força Sindical, Central Única dos Trabalhadores, Social Democracia, Fórum Sindical dos Trabalhadores, Ministério Público do Trabalho e Ministério do Trabalho e do Emprego. O Ministério Público do Trabalho, na figura do Dr. Ricardo Lacedo de Britto Pereira, o qual eu convido já para a Mesa para ser um dos expositores. E também representando o Ministério do Trabalho e Emprego o Secretário de Relações de Trabalho, Luiz Antônio Neto que foi líder sindical um longo período, estivemos juntos em inúmeras e inúmeras caminhadas, depois estivemos juntos como Deputado Federal, e hoje ele está aqui na figura do Secretário das Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho. É uma alegria enorme receber a ambos. Farão uma primeira exposição. Os sindicalistas que estão aqui, eu peço que possam sentar aqui na primeira fileira, inclusive, os amigos sentaram lá atrás, até porque nós vamos trocando simplesmente. Na segunda ou na primeira fileira. Pode sentar na primeira fileira. Nós vamos fazer a troca na medida em que cada um vá fazendo a sua exposição.

Então, repetindo, essa audiência é específica quanto à demissão dos dirigentes sindicais, repito, na minha ótica, claro, não dá para mim dizer que não tenho posição, na minha ótica totalmente arbitraria. E aqueles que também nos procuraram hoje, eu queria lembrar que o debate da Emenda 03 é à tarde. À tarde teremos o debate da Emenda 03. Já temos aqui os outros Senadores que estão chegando, Senador Lucena, que é Vice-Presidente dessa Comissão, Senador Lucena faço questão que sente aqui na Mesa conosco,

e o Senador Romeu Tuma que vai acompanhar esse debate, Senador Tuma que tem sempre prestigiado essa Comissão. E com alegria, de imediato, já com a presença aqui dos Senadores, eu gostaria de... Senador Lucena é Vice-Presidente e vai sentar aqui na Mesa conosco, e os Senadores que estão chegando eu pediria que ocupassem então a primeira fileira para que eu possa logo após a exposição, passar a palavra para os Senadores.

Quero só mais uma vez enfatizar que o debate da Emenda 03 será hoje à tarde a partir das 14h. Hoje de manhã nós teremos aqui o debate sobre a demissão arbitrária dos dirigentes sindicais.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): O senhor foi pontual demais.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não. 9h em ponto nós estamos abrindo os trabalhos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Estou há dez anos nessa Casa e errei o corredor. Acredita? [risos] É o dia inteiro... Presidente, o senhor daria licença?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu estava ontem até dando uma entrevista para a nova TV, e fiz um apelo à sociedade. Se a gente quiser ir para o PT precisa deixar a barba? [risos] Mas eu queria dizer ao senhor, e faço um apelo à televisão ligada, a V.Ex^a que tem se dedicado tanto às Comissões, que a população não fique vinculada só ao Plenário. Porque os grandes debates, hoje, estão sendo realizados dentro das Comissões. As contrariedades, as oposições, as Emendas, as discussões dos projetos... Ele vai para o Plenário mais ou menos já praticamente elaborado. Há grandes pronunciamentos, há interesse no Plenário, mas eu chamaria os brasileiros para que prestassem atenção às Comissões, que são os grandes temas de interesse da sociedade. Veja este aqui, discutir as demissões injustificadas de leis sindicais, principalmente da CIPA. E acho que é tão importante, claro, a grande massa de trabalhadores brasileiros que tem no CIPA uma grande representação para a sua segurança, que é um tema importantíssimo para ser acompanhado de perto. Eu só peço desculpas ao senhor porque eu fiquei ruminando esses dias, Senador, por que é que todo mundo comenta com a gente o que se passa no Plenário. E dificilmente alguém comenta o que se passa numa Comissão. E ontem nós tivemos grandes debates na Comissão de Infra-estrutura, tivemos na CCJ a semana passada, tem com V.Ex^a na Direitos Humanos... Então é uma coisa... O senhor foi Deputado também, sabe o que se passa aqui dentro. Desculpa, Presidente, só um apelo que vou fazer permanentemente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Muito bem lembrado. E eu gostaria dizer que estamos ao vivo nesse momento, para todo o Brasil nesse horário. E esse tema da demissão de dirigentes sindicais, principalmente, e por extensão também da CIPA, nos preocupa muito, porque tira a liberdade de organização, de atuação, e da própria defesa dos trabalhadores no seu local de trabalho principalmente. Por isso que atendendo ao apelo do movimento sindical, mas de pronto eu gostaria de registrar que já estão conosco e já assinaram o livro, estiveram aqui e vão continuar conosco o Senador Romeu Tuma, o Senador Jayme Campos, o Senador Cícero Lucena, o Senador Inácio Arruda, o Senador Flávio Arns e Geraldo Mesquita Júnior que nesse momento já está aqui conosco, todos sempre muito pontuais. Esse eu quero dizer que assinaram o livro entre 9h05 minutos. Dentro da tolerância. Claro que é uma descontração.

Agora, vamos de imediato passar a palavra ao Dr. Ricardo José de Britto Pereira, Procurador-Geral do Trabalho para que se posicione sobre a demissão de dirigentes sindicais e alguns casos também da CIPA.

SR. RICARDO JOSÉ LACEDO DE BRITTO PEREIRA: Bom dia. Gostaria de cumprimentar o Presidente da Mesa, Senador Paulo Paim, o Secretário de Relações de Trabalho, Luiz Antônio Medeiros Neto, Srs. Parlamentares presentes, e senhores dirigentes sindicais, senhoras e senhores. Inicialmente gostaria de parabenizar a iniciativa de convocar uma audiência para tratar de um tema tão relevante para toda a sociedade, que é a questão da proteção ao representante dos trabalhadores, tanto no movimento sindical quanto na CIPAs. E essa proteção que existe no ordenamento jurídico ela é parte de um todo. Ou seja, não é possível examinar, analisar a proteção do dirigente sindical, a proteção do integrante da CIPA sem levar em conta que essa proteção é instrumento, é elemento essencial para o exercício de direitos fundamentais.

Então, nós temos o direito fundamental de liberdade sindical, e temos o direito fundamental à redução dos riscos inerentes, o exercício da atividade profissional, por meio de normas, de segurança, higiene e medicina do trabalho. Então a Constituição ela traz um bloco garantindo a liberdade sindical e nesse bloco destaca uma proteção específica para o dirigente sindical. Uma proteção muito importante, desde o registro da candidatura até um ano após o término do mandato. E a Constituição, ao dispensar essa proteção...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SR. RICARDO JOSÉ LACEDO DE BRITTO PEREIRA: Garantia do emprego. A Constituição, ao proteger o direito sindical utiliza um termo muito importante

que foi mencionado na legislação trabalhista, trabalhado na doutrina que é o conceito de falta grave. Que é mais importante do que a justa causa. Na medida que a falta grave depende de Inquérito Policial trabalhista para a Resolução do contrato de trabalho. Então nós temos essa proteção genérica, ampla na Constituição, e aí vem à discussão: O que é que na Legislação é compatível? O que na Legislação foi recepcionado pela Constituição? Nós sabemos que a Constituição de 88 ela impõe uma ruptura com boa parte da Legislação anterior, por incompatibilidade. A Constituição quis romper no geral com o regime anterior. Mas como a Constituição trouxe em seu texto alguns elementos existentes no regime anterior, como, por exemplo, a unicidade sindical, como, por exemplo, a previsão de uma contribuição sindical prevista em lei, isso deu margem a quê? A uma dificuldade na hora de depurar o que da Legislação passada pode ser aproveitada no nosso momento atual. O que é compatível com a Constituição de 88. Esse me parece o ponto mais importante. Porque nós temos no nosso ordenamento jurídico uma proteção efetiva em relação tanto ao dirigente sindical quanto ao integrante da CIPA. Com relação a isso não há qualquer dúvida. O problema é que a legislação anterior ela estabelecia o modelo de organização sindical em que havia uma interferência do Estado muito grande para controlar os sindicatos. Inclusive uma interferência para disciplinar à vida dos sindicatos. E a partir do momento que se implanta o modelo de organização sindical baseada na liberdade, nós temos que afastar essa intervenção do sindicato. Essa discussão ocorreu, por exemplo, com relação ao número de dirigentes sindicais beneficiados com a proteção da garantia de emprego. A CLT no art. 522 ela prevê o número de sete dirigentes. Ou seja, uma intervenção do legislador na vida dos sindicatos. De qualquer sindicato. Não importa o número de pessoas que estão sendo beneficiadas com a atuação do sindicato. Sindicato pequeno, sindicatos grandes, de acordo com a CLT têm direito a sete representantes com garantia de emprego. Essa questão foi discutida no TST, foi discutida no Supremo, e tanto o Supremo quanto o TST entenderam pela recepção do art. 522 pela Constituição de 88. E isso, no meu ponto de vista, é lamentável. Por quê? Porque é uma interferência do Estado. Sindicatos maiores precisam de um número de dirigentes maior. E precisa de uma proteção mais ampla. Agora, qual o motivo da jurisprudência entender que houve a recepção do art. 522? Segundo os magistrados, os integrantes do TST, do Supremo Tribunal Federal, alguns sindicatos estavam cometendo um abuso de colocar na direção praticamente toda a categoria. Isso inviabilizaria o direito potestativo do

empregador. Então a jurisprudência, na verdade, ela tomou uma atitude de reação contra uma alegação de abuso por parte dos dirigentes sindicais. Essa reação, a meu ver, ela não foi apropriada. Se o sindicato coloca ali um número excessivo de pessoas na direção para que essas pessoas sejam beneficiadas com a garantia de emprego, isso é um motivo importantíssimo na minha opinião para forçar o empregador a negociar a redução desse número. Então é um instrumento importante, uma arma na mão do sindicato, e o empregador estará ali forçado a sentar e negociar todas as condições de trabalho para obter a redução do número de dirigentes que vão ser beneficiados com a proteção e conseqüentemente estarão ali numa posição de não impedir o que a doutrina costuma chamar de direito potestativo do empregador, de dispensar seus empregados quando entenda conveniente.

Então essa foi uma interferência indevida, a meu ver, da jurisprudência na vida dos sindicatos. Se abusos são cometidos, então esses abusos devem ser eliminados pelos próprios interessados. Agora, é claro, na minha opinião, o legislador pode até estabelecer um número mínimo, um número máximo para que não haja esse abuso ou então preocupado em atender toda essa problemática colocada pela jurisprudência. Só que no meu ponto de vista, qualquer Legislação que trate da questão do dirigente sindical, deve ser examinada em bloco. Ou seja, tratando da organização sindical. Tratando do direito de liberdade sindical. Não é possível tratar da questão do dirigente sindical de maneira isolada. E há muita discussão com relação ao modelo mais conveniente ao nosso País. Sempre houve muita discussão. Vários doutrinadores eram favoráveis à unicidade sindical. O próprio Arnaldo Sussekind, ele reviu o seu posicionamento não tem muito tempo. Ele defendia a unicidade sindical. E apesar de toda a controvérsia, apesar de respeitar todos os pontos de vista em sentido contrário, na minha opinião não se sustenta mais o modelo de organização sindical baseada na unicidade. Por quê? Porque a Constituição estabeleceu princípios democráticos. A Constituição ela busca a realização do Estado democrático de direito. E se nós temos um segmento amplo da sociedade, como é o seguimento envolvido com as relações de trabalho, disciplinada por elementos não democráticos ou não inteiramente democráticos, isso vai comprometer a realização do Estado democrático de direito como um todo.

Então, eu vejo a unicidade sindical hoje em dia, apesar de toda a controversa existente, como uma contradição na própria Constituição. Na minha opinião, o constituinte quis estabelecer um modelo de transição para alcançar o modelo de organização sindical baseado na liberdade plena. Jamais o modelo prevendo

restrição podia figurar texto definitivo da constituição. Poderia ser ali deixado para as disposições transitórias, poderia ser encomendado ao legislador, mas não podemos estabelecer como definitivo, como ideal, compatível com o Estado democrático de direito o modelo de organização sindical baseado na unicidade. Seria o mesmo que garantir um direito fundamental da liberdade de expressão, da liberdade de culto, mas numa determinada base territorial só é possível a existência de uma única religião. Imagina um absurdo, o paradoxo disso.

Então, como nós estamos falando de direito fundamental e possível restringir direito fundamental, simplesmente para compatibilizar o seu exercício com outros direitos fundamentais. Mas jamais para restringir o direito intrinsecamente.

Então, na minha opinião é importante discutir isso, apesar que é uma tema muito polêmico e as pessoas muitas vezes têm receio de que a adoção da liberdade plena vá enfraquecer o movimento sindical. Mas tudo isso que acontece, no meu ponto de vista, ele resulta de um problema de representatividade dos sindicatos que acaba se agravando com o tempo. Se o sindicato atuasse num contexto em que só obtivesse ganho para os trabalhadores, evidentemente não haveria muito questionamento com relação à legitimação, ao modelo de organização sindical existente. Mas a partir do momento que o sindicato e nós lá no Ministério Público atuamos muito nesse sentido, o sindicato começa a abrir mão de vantagens dos trabalhadores. Nós vivemos num contexto de escassez. Então a redução das vantagens dos trabalhadores acaba sendo uma conseqüência muito freqüente nos dias de hoje. E aí a questão da legitimidade da representatividade assume um aspecto fundamental em toda essa discussão do modelo mais adequado de organização sindical para o País, que deve ser eleito como modelo prevalecente no ordenamento jurídico brasileiro. Daí na minha opinião pessoal é importante retomar as discussões da Reforma Sindical, e colocar para os interessados, para os atores sociais, ainda que haja um limite mínimo e máximo, a discussão com relação ao número mais adequado de dirigentes beneficiados com a estabilidade, retirando da jurisprudência esse papel de interferir na vida do sindicato, que é também o receio dos tribunais de que a questão seja decidida de acordo com a conveniência em cada caso concreto pelo Juiz na base do subjetivismo. Sem um parâmetro razoável. Então a jurisprudência acaba até por uma questão de defesa aceitando aquilo que estava na legislação anterior. Mas é importante mudar, romper de vez com essa legislação passada e estabelecer uma legislação adequada ao movimento sindical, adequada à prote-

ção da saúde do trabalhador e conseqüentemente que dê garantias efetivas aos integrantes da CIPA. Seriam essas então as preocupações que eu coloco aqui inicialmente, agradecendo desde logo a possibilidade de participar deste evento.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço ao Ricardo, Procurador regional do trabalho pela sua exposição, levantando o primeiro debate. Me preocupa muito que começa o judiciário a legislar em nosso nome. Não só nessa área, mas em tantas outras. Nós vamos passar agora a palavra para o nosso amigo, Dr. Luiz Antônio Medeiros de Neto, que repito, foi Deputado Federal, sindicalista e hoje é responsável por essa pasta na área do trabalho. Secretário de Relações do Trabalho, mas rapidamente voltará a falar como Deputado ou Senador até. Mas vamos dar para você 15 minutos, como para todos os convidados.

SR. LUIZ ANTÔNIO DE MEDEIROS NETO: Tá bom. É o suficiente. Obrigado pelo convite, e eu quero saudar o Senador Paulo Paim, este grande legislador, este grande dirigente sindical, essa referência nacional para os trabalhadores a oportunidade desse debate. Quero saudar ao Procurador Dr. Ricardo, achei muito pertinente as colocações dele, ao Senador Lucena, enfim, a todos que estão aqui, os dirigentes sindicais que estão aqui presentes, quero saudá-los e dizer que esse debate é muito oportuno que esteja se dando aqui no Senado. O sindicalismo brasileiro ele é muito refratário à mudança. Por incrível que pareça, o sindicalismo brasileiro... As mudanças acontecem e depois ele sai correndo atrás do prejuízo. Nós vivemos em um País que é um dos poucos Países que as centrais sindicais não são legalizadas. Uma central sindical não pode entrar no Supremo Tribunal Federal em nome dos trabalhadores. Ela não pode fazer uma ADIN no Supremo para defender esse ou aquele direito dos trabalhadores. Eu conheço poucas democracias que não têm central sindical legalizada. Toda democracia tem partidos fortes e têm sindicatos fortes, livres e organizados. E acho que se as centrais não estão organizadas, acho que isso se deve também a nós dirigentes sindicais. Há uma incompreensão no papel do acho que há uma certa... Determinada tendência no movimento sindical, tem uma certa má vontade de legalizar as centrais, colocá-las como entidades legais. Esse é um tema que tem que ser debatido na Reforma Sindical. O Brasil precisa de uma Reforma Sindical não só para introduzir as centrais na estrutura sindical, mas, por exemplo, para debater as finanças sindicais. Essa questão tem que ser discutida. Não é possível ficar como está. Os sindicatos têm como fonte de financiamento o imposto sindical. Tem como fonte

de financiamento a contribuição confederativa. Tem a contribuição assistencial. Vamos repetir, imposto sindical, confederativa, assistencial, e...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone]

SR. LUIZ ANTÔNIO DE MEDEIROS NETO: Isso não pode ficar do jeito que está. Eu acho que tem dois Países, tinha dois Países que tinha imposto sindical. Um era o Iraque e o outro era o Brasil. O Iraque acabaram com o País, com o imposto sindical e tudo. O outro que continua é o nosso País. Nós precisamos discutir isso. Eu estou tendo, Paim, uma experiência muito rica. Eu estou tendo uma experiência muito boa que eu fui dirigente sindical junto com você, fui legislador e agora estou no Executivo. E eu estou no Executivo, naquele lugar, naquela secretaria que dá os códigos sindicais. Porque a legislação atual ela é contraditória. A Constituição diz que nós temos liberdade e autonomia sindical plena. Até certo ponto porque existe um negócio chamado à unicidade sindical. E segundo o Tribunal Federal, num julgamento de uma liminar, o Ministério do Trabalho é guardião da unicidade sindical.

Então, a minha... A nossa Secretaria lá ela registra os novos sindicatos. E diz qual é a categoria dele. E diz se não há sobreposição de categoria, se está observando a unicidade sindical. 90% dos sindicatos que vão lá se registrar, vão atrás do imposto sindical. Há uma voracidade pelo imposto sindical. Há uma voracidade. Eu estou dizendo isso, eu estou há dois meses nessa secretaria, eu quero dizer o seguinte, há uma voracidade. Todo mundo quer o imposto. É um tal de fundar sindicato para lá e para cá, que muitas vezes a categoria não sabe que é com assembleias de parentes e aderentes e amigos, as pessoas não sabem. Eu tenho que cumprir a lei. Eu digo: Olha, mas isso aqui é parente, é amigo. Não, mas a lei mandou. A lei estabeleceu, fez a Assembleia, o Ministério do Trabalho não pode ir lá fiscalizar. Porque existe autonomia sindical. Então eu tenho que mandar para o Ministério Público. Joga isso para o Ministério Público, isso aqui é questão de polícia. Não há legitimidade. Eu quero saudar o Paim porque você está discutindo isso. Você tem um projeto para discutir isso, e eu digo aos sindicatos: Mudem. Vamos mudar. Ou a gente muda ou a sociedade vai mudar de um jeito ou de outro essa questão, Procurador.

Então, eu quero saudar o Paim por essa iniciativa porque está fazendo uma proposta sobre contribuição assistencial, não é isso Paim? Com Assembleia participando, com os trabalhadores sabendo quanto que realmente vão recolher.

No negócio da estabilidade do dirigente sindical. Na minha época, época do Paim, os 24 diretores do

sindicato tinham estabilidade. Ninguém ousava mandar um dirigente sindical embora. Fosse ele suplente ou não, era uma sagrada. Eram 24. Mas a legislação ficou omissa. Eu acho que a legislação não pode ficar omissa em relação a isso. A legislação tem que dizer alguma coisa. Tem gente que pega... Põe 80 dirigentes sindicais numa categoria pequena. Também tem isso do nosso lado. Tem gente que pega uma fábrica e põe 16 pessoas, 20 pessoas numa fabrica tudo como dirigente sindical.

Então, há uma omissão em relação a isso. Essa coisa tem que ser discutida. Como é que é? Claro que o dirigente sindical tem que ter estabilidade. Isso no mundo todo tem instabilidade. Agora como é que são as regras do jogo? Quantos que são? Como é eleito? Essa coisa tem que ter uma legislação para isso. Nós mandamos o Ministério do Trabalho na época do Ministro... Do Ministro Marinho, mandou um Projeto de Reforma Sindical, e infelizmente está parada na Câmara dos Deputados, que ela trata de uma série dessas questões trata abertamente para discussão e trata também da prática anti-sindical. Nós temos uma prática anti-sindical, o Brasil é um País autoritário, não permite organização dentro de fábrica e nós temos uma prática anti-sindical muito grande. Então nós estamos, aqui estamos com o Ministério do Trabalho tem uma proposta, é discutida no Fórum, discutida com empresários, onde a gente pune a atividade anti-sindical, e diz qual é a justiça legítima, qual é a justiça que tem que dirimir as dúvidas que é a Justiça do Trabalho. Porque a Justiça do Trabalho está mais próxima, a Justiça do Trabalho conhece melhor. A Justiça do Trabalho agora está dirimindo as disputas inter categorias sobre base. Então essas coisas estão indo melhor porque é a Justiça do Trabalho. Então nós fizemos um trabalho grande aqui que vou deixar aqui com o Paim, onde se pune a questão da atividade anti-sindical, empresarial, mas também anti-sindical feita também por sindicatos. Porque tem sindicalista que manda gente da oposição embora. Isso é uma prática que existia bastante por aí. Se formava uma chapa de oposição, a própria Diretoria do sindicato mandava as pessoas embora.

Então, ela também, esse tipo de atividade também é punido. Eu vou deixar aqui com o Paim, e quero mais uma vez dizer da oportunidade desse debate, é preciso mudar, é preciso mudar a estrutura sindical, a estrutura sindical tanto dos trabalhadores quanto dos empresários ela é antiga, ela é arcaica, ela é superada, e muitas vezes ela sobrevive porque é tudo na base da compulsoriedade, sem participação de bases. Se a gente não atentar para isso, da necessidade da mudança, quem vai sair perdendo com isso são os trabalhadores porque acabam ficando sem represen-

tação. E sem representação trabalhista autêntica nós não temos democracia. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria nesse momento passar a palavra de imediato para depois abrir para os Senadores para o representante da Central Única dos Trabalhadores, o Sr. Carlos Henrique de Oliveira, e o representante da Nova Central, o sobrenome que a pronuncia... Eu sempre chamo só de Moacyr. Companheiro de longa jornada. Mas pode dizer. Moacyr...?

SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD: Moacyr Roberto Auersvald.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É esse sobrenome final aí. Estou convidando ambos para a Mesa. Para que façam a sua exposição...

[risos]

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Sr. Presidente, queria pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Um minuto se possível. Primeiro cumprimentar V.Ex^a pelo maravilhoso e extraordinário trabalho que vem fazendo à frente dessa Subcomissão e de outras Comissões que V.Ex^a é membro permanente. E saudar os demais componentes da Mesa, na figura desse valoroso e grande homem público, sindicalista [inaudível], o Luiz Antônio Medeiros que já conhecemos há muitos anos, até porque acompanhava sempre seu trabalho operoso e competente frente ao sindicalismo brasileiro, e a seu Procurador e o Senador Cícero Lucena. Queria fazer apenas uma pergunta, até para daqui a pouco o assunto que o senhor falou e o próprio Luiz Medeiros comentou, às vezes perde de vista. Eu quero fazer uma pergunta para V.Ex^a. bem objetiva e pragmática. Existe o número, eu imagino, para o sindicato estipulado, seja qual for o sindicato, ele naturalmente ele é variável. Um tem 25 membros, outro 30 membros, outros 18 membros, etc, etc. Eu pergunto a V.Ex^a, acho que é a pessoa mais indicada, ou o Luiz Antônio nosso querido Deputado, qual o critério que existe para o número de pessoas que vai fazer parte desse sindicato? É pelo número de sindicalizados ou qual outro critério que é adotado. É uma pergunta que faço ao senhor. Segundo, ao Luiz Antônio mais direta na Secretaria. Qual o critério, como o senhor disse aqui que é uma verdadeira avalanche, um festival de pessoas, o senhor disse que é uma verdadeira avalanche de pessoas, às vezes cria familiarmente o sindicato e vai lá pedir oficialização até para ter participação no bolo da arrecadação. Não tem um critério para isso? É óbvio que tem. Eu imagino que a própria Secretaria tenha alguma regulamentação que vai saber qual a

maneira, qual a forma para que essas pessoas que de forma desonesta, eu imagino, cria-se com compadres, comadres, filho, sobrinho e assim por diante, querem criar sindicato para ter uma participação no bolso que arrecada lá. Existe o critério definitivamente, regulamentarmente ou não existe? A própria Secretaria não tem autoridade para já indeferir o pleito? Obrigatoriamente tem que ser encaminhado para a Procuradoria para dar esse parecer? Essa é a pergunta que faço ao senhor da mesma forma que fiz para o nosso Procurador aí na medida em que o senhor disse, se não me falha a memória, que são sete pessoas que participa às vezes da CIPA. É isso? Agora, tem um número. É óbvio. É por número de sindicalizados? Não. Qual o critério que é adotado? É que não existe na verdade. Eu particularmente defenderia, caso aqui até quando o Senador Paim está discutindo esse assunto eu acho muito interessante, eu acho que é fundamental nesse exato momento até para nós permanecer no Estado Democrático de Direito, sobretudo dar as garantias àquelas pessoas que são aqui, o senhor foi generoso até para os suplentes apenas um ano me parece. Um ano após o seu mandato.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isso aí na verdade a legislação que tem para todo dirigente.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Eu defendo dois anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É, mas a lei hoje é dois anos.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Agora, outra coisa que eu defendo, Senador Paulo Paim, que é um “expert” no assunto, é de que duas chapas disputavam, ou três chapas disputavam, quando o Medeiros disse aqui que às vezes há perseguição, há perseguição. Nós conhecemos. Por que não democratizar de tal forma, quem ganhou leva 60% da chapa, quem perdeu leva 40%, dependendo do número de votos. Aí democratizaria de tal forma que ninguém seria penalizado, ou seja, ninguém seria perseguido que é o termo mais correto. Acho que seria saudável. É democratizar o movimento do sindicato. Acho seria saudável. Todos nós aplaudiríamos, acho que imagino um Projeto de Lei que nós acabaríamos de uma vez por todas aquela velha prática. Quem ganhou quer levar, puxar a banca, e quem perdeu vai ficar na [inaudível]. Ou seja, acho que nós temos que fazer aqui com que as coisas acompanhem a modernização, sobretudo vivemos num Estado em que todo mundo possa participar e, sobretudo, exercitar o seu direito de expressão, o direito de liberdade e, sobretudo, o seu movimento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós vamos passar a palavra agora para os outros dois, em seguida daí eles responderão as duas perguntas, os Senadores poderão fazer outras perguntas e nós passaremos para outro bloco de sindicalistas sempre mantendo essa provocação propositiva que os Senadores deverão fazer, é esse o papel mesmo da Audiência Pública, por isso mesmo cumprimento ao Senador Jayme Campos.

Mas queria ainda registrar que já estão conosco, além do Senador Romeu Tuma, Jayme Campos, Cícero Lucena, Inácio Arruda, Flávio Arns, Geraldo Mesquita Júnior, Marisa Serrano, Senador José Nery que está aqui conosco, e o Senador Cristovam, que vão participar desse debate.

De imediato, eu passo a palavra ao meu companheiro também de longa jornada que é o companheiro Moacyr para que ele faça a sua exposição representando a Nova Central.

SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD: Primeiramente eu gostaria de cumprimentar V.Ex^a, Senador Paim, na sua pessoa os demais Senador aqui presentes. Ao Procurador, ao Secretário de Relações de Trabalho, aos dirigentes sindicais, os senhores e senhoras.

Gostaria de começar o nosso pronunciamento dizendo que o Senador Paim tem sido um baluarte no nosso Brasil. Tenho falado em todas as oportunidades, e não me canso de falar, que a figura do Senador Paim tem resgatado a nível de Brasil discussões muitas vezes passadas despercebidas, ou outras muitas vezes esquecidas pelo tempo, ou outras que muitas vezes a gente está vendo e não está enxergando. A questão do idoso, a questão da cidadania, a questão do negro... E no movimento sindical, isso tem sido uma presente em todos os momentos. Tenho tentado através do seu mandato tanto aqui como na Câmara, fazer jus à representação que V.Ex^a tem, e tenho um orgulho de V.Ex^a, faz parte do seu pronunciamento que nunca esqueceu sua origem e tem demonstrado todo dia.

Algumas questões polêmicas que nem a questão da taxa assistencial que nós estamos vivendo no dia-a-dia nosso, em que realmente foi colocado aqui o movimento sindical tem a contribuição sindicato, tem a assistencial, tem a confederativa, e de vez em quando e de vez em quando a gente ainda inventa outra contribuição para tentar fazer a sustentação do movimento sindical. Mas se perguntar qual delas realmente que as entidades tem feito recolhimento efetivamente, eu posso dizer que a única efetivamente é a contribuição sindical. É estipulado por lei, tem prazo, tem dia e coisa e tal. As demais, o Ministério Público e o Procurador aqui está presente, sabe como é que é a caça às

bruxas, e como é que é feito a partir do momento que fecha uma convenção, você registra uma delegacia e de imediato já é passado ao Ministério Público para entrar com uma ação. E muitas vezes sem na verdade conhecer os problemas internos dos sindicatos, o compromisso social que o sindicato tem, o médico, dentista, Advogado, uma estrutura à sociedade, muitas vezes até avançando no que o Governo devia fornecer de assistencialismo e o sindicato às vezes torna-se obrigado a assumir esse posicionamento. E muitas vezes essas ações através do Ministério Público é apontado com, vamos dizer assim, sem verificar realmente o que está sendo feito com aquelas verbas. Então o Senador Paim tem trabalhado e muito nisso e eu peço apoio dos Srs. Senadores aqui para que nos ajude a resolver esse problema. Não pense que para nós é confortável uma situação dessa saber, vamos supor, que se fecha uma convenção, você não sabe na verdade se você vai ter essa receita, não vai, você tem uma estrutura com cem, duzentos, trezentos, quinhentos funcionários, médico, 20 ou 30 médicos, às vezes até muito maior, conforme a situação e não sabe se você vai ter condição de dar continuidade desse trabalho. Mas essa questão, a questão da unicidade sindical, que nem foi discutido aqui, a questão das centrais sindicais, eu até acredito, Secretário Medeiros, que acho que agora nós estamos no fio da navalha para fechar o reconhecimento das centrais. Acho que as divergências, as questões maiores, eu acho que está no fio de navalha. Finalzinho de linha é questão de redação para que estejamos essa realidade sonhada não só por V.Ex^a, mas todo o povo brasileiro. Mas eu acho que essa discussão acho que merece, Senador, até faço a sugestão, de V.Ex^a fazer uma outra Audiência Pública. Porque caso contrário nós vamos ficar discutindo unicidade sindical, taxa assistencial e coisa e tal e o fundo da questão que é a questão da estabilidade, do direito do trabalho do dirigente sindical, nós acabamos deixando de lado. E partindo desse princípio, eu passo a falar da nossa preocupação questão da estabilidade do dirigente sindical.

Senador, Senadores aqui presentes, é muito incomodo para quem hoje trabalha e tem uma direção dentro do sindicato e principalmente na oportunidade em que nós compomos uma chapa que a partir do momento que você faz o registro de uma chapa ou então até com uma certa antecedência em que você começa a trabalhar para fazer a composição de uma chapa para dirigir a entidade sindical, aí começa a perseguição. Começa a caça às bruxas. O empresário, por sua vez, na eminência de ter um dirigente sindical com estabilidade, se ele puder ceifar o direito deles até antes do processo, eleitoral ele faz. Ele faz de medo de ter

aquela estabilidade, ter aquela garantia de emprego e ele não poder dispensar o seu funcionário. Também existe, não vamos fechar as vias, também existem as questões que foram levantadas aqui da própria situação muitas vezes entregar o companheiro que está em eminência, vamos supor, concorrer com ele, e vamos supor, puxar o tapete. Mas a questão na política atual, em qualquer situação, existe também essas questões que eu acho que não é muito agradável. Mas é terrível, Senador, você se expor ao mundo do trabalho, se expor a defender uma categoria, e não ter o mínimo da garantia que você tenha aquele direito e poderá trabalhar nesse sentido. E hoje na CLT, art. 522 realmente ele traz que sete dirigentes, mais três conselhos fiscal, e nós entendemos ainda que tem mais dois do conselho dos representantes, e com igual número de suplente. Mas hoje já, inclusive, julgados que o Conselho Fiscal há entendimento que não tem mais essa garantia de emprego, não tem mais essa estabilidade. Coisa que é eu acho um absurdo. Porque se você faz parte daquela composição daquela diretoria, daquela chapa, a partir do momento que você faz parte daquela chapa, você tem que ter o Conselho Fiscal. É o Conselho Fiscal que faz a auditoria nas suas contas.

Agora, na CLT ela limita realmente, vamos supor, aquele número de trabalhadores. Mas nós não podemos pensar, vamos supor, num sindicato pequeno, não podemos pensar numa entidade sindical com uma base territorial relativamente pequena, representativa pequena, como possivelmente o companheiro, vamos supor, dos metalúrgicos aonde o companheiro Medeiros é oriundo. Como é que com sete dirigentes sindicais ele vai fazer a base territorial de toda a sua base, vamos supor, da sua representatividade? Como é que nós vamos trabalhar, sabendo que tem “n” número de empresa, cada empresa com uma quantidade enorme de trabalhadores, como é que com sete pessoas você vai fazer? Não. Esse pessoal aí contrata funcionário. É diferente. É diferente você contratar um funcionário para fazer o trabalho de base do que você ter o dirigente sindical qual que está sendo a representatividade. Senador Paim, nós devemos ter essa preocupação. Não é somente com a questão da estabilidade, garantia de emprego por ter a garantia de emprego. Porque o dirigente sindical que se esconde atrás da carteirinha do sindicato, se esconde atrás daquela estabilidade de emprego para fazer as mazelas, fazer muitas vezes coisas que as condutas não muito recomendáveis, nós não podemos nem considerar essa como dirigente sindical até porque a própria lei reflete que poderá ser demitido por justa causa. Mas nós temos que dar estabilidade, dar condição de garantia ao trabalhador que

está disposto a defender o trabalhador na sua base, na sua categoria, e com avidez nessa situação.

Nós entendemos a sua preocupação, e gostaríamos talvez até de se ampliar, vamos supor, essa sua proposta de estabelecer talvez seria uma discussão entre os demais dirigentes sindicais e o próprio Senado, de estabelecer talvez cada número de associados ter mais um dirigente sindical, vamos supor, licenciado. Ou então conforme o tamanho da base ter um número X de trabalhadores para fazer parte dessa composição dessa chapa. Alguma coisa que dê essa garantia ao trabalhador. Não podemos confundir a liberdade sindical, como disse assim, está livre, então agora vocês estão livres, mas livre de tudo. Quer dizer, livre das obrigações e livre da proteção. Essa liberdade é muito relativa. Vamos supor, o cidadão tem a liberdade de ir e vir. Mas desde que ele não avance o sinal do outro companheiro. Vamos supor, o espaço da outra pessoa. E acho que o movimento sindical também. Nós temos a liberdade sindical, mas essa liberdade sindical também tem os seus parâmetros, e esses parâmetros nós temos que ter também a proteção da lei. E o dirigente sindical a partir do momento que da forma que está, o próprio TST, o próprio Supremo, tem uma visão que deixa muito a desejar. Nós dirigentes sindicais até posso dar a mão à palmatória, logo que saiu a Constituição nós pegamos aí algumas entidades sindicais que tinha cem, cento e pouco dirigentes sindicais fazendo parte de uma composição de chapa. E muitas vezes ainda essa composição pegando uma quantidade enorme dentro de uma própria... Numa determinada empresa. E que muitas vezes poderiam, os empresários achavam que estava engessando a administração e a parte burocrática e a parte de encaminhamento dentro da empresa. Mas acho que nós não podemos pegar casos isolados, casos que vamos supor não reflete a realidade de todo o movimento sindical para ceifar o direito e o trabalho do movimento sindical brasileiro. A princípio seria essa nossa posição.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente, eu queria pedir desculpa a V.Ex^a se me desse um minutinho. Eu estou sendo chamado para outra Comissão e eu não faço parte dessa. Eu vou a todas que V.Ex^a preside.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se V.Ex^a pudesse... Eu gostaria muito que V.Ex^a ficasse, até porque V.Ex^a tem sido um Senador que tem demonstrado todo seu compromisso com essa causa que são as questões sociais. Se V.Ex^a pudesse, falaria agora o representante da CUT por 15 minutos e V.Ex^a seria o primeiro Senador a fazer uso da palavra. Eu faço questão que V.Ex^a fique conosco mais um pouco.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Se eu rejeitar esse convite eu estou rejeitado na próxima eleição.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): V.Ex^a será eleito com certeza pela sua história e pelo seu trabalho. Eu passo a palavra ao representante da CUT, Sr. Carlos Henrique de Oliveira.

SR. CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA: Muito bom dia a todos. De plano a Central Única dos Trabalhadores gostaria de saudar essa iniciativa. Eu quero também saudar os companheiros aqui de Mesa, o Moacyr representando a Nova Central Sindical, uma central co-irmã. Saudar também o Dr. Ricardo Pereira, Procurador-Geral do Trabalho, e também o nosso companheiro, podemos dizer assim, não é mesmo Medeiros, estar saudando aqui o Medeiros, um representante do Ministério do Trabalho. E saudar também, fazendo coro a todos os elogios já proferidos aqui pelos meus companheiros ao Senador Paulo Paim, Presidente dessa Comissão que sem dúvida nenhuma um Parlamentar atento aos problemas que envolvem as questões dos trabalhadores.

Esse tema, conteúdo dessa audiência, sem dúvida nenhuma ele nos permite, e todos os oradores acabaram fazendo uma apreciação bastante elástica, bastante ampla a partir daquilo que está sendo sugerido, e é um tema evidentemente que nos faz refletir uma série de fatores. Isso significa que nós estamos aqui debatendo não única e exclusivamente um direito considerado por alguns um direito mesquinho, menor, mas nós estamos na verdade debatendo a consolidação da democracia. Porque na visão de nossa central sindical, não existe democracia se você não tiver a sociedade civil organizada. Se você não tiver centrais sindicais, confederações, federações e sindicatos fortes e atuantes. Então a base da democracia, além do direito de voto, além da representação Parlamentar, é também todas as forças vivas interagindo dentro da sociedade e produzindo aquilo que essa Casa de certa forma se dedica produzindo leis para que nós tenhamos uma sociedade cada vez mais igualitária. Portanto, fazer esse debate é fazer principalmente o debate da democracia entendendo que a representação sindical ela tem uma importância dentro da democracia na medida em que defende em determinados momentos e em outros estimula o avanço em leis que acabam trazendo para nossa sociedade uma visão mais democrática.

Feito esse preâmbulo, essa saudação, nós gostaríamos de aproveitar esse momento para tentar de alguma forma dar um quadro do que acontece no nosso País em termos de representação sindical, ou pelo

menos de uma tentativa de se fazer uma representação sindical dos trabalhadores.

Nós temos no nosso País um arcabouço legal que de um lado não permite que os dirigentes sindicais tenham a sua facilidade no sentido de exercer a representação, e de outro lado uma rígida impunidade para os patrões que extrapolam os limites e agem de forma a coibir o exercício da atividade sindical. Além disso, e acredito que não é de ignorância de todos os que participam desse debate, nós temos assassinatos que, só para lembrar um deles, que acho que é o mais representativo de todos, nós tivemos não recentemente, mas ainda está na nossa memória, o assassinato de fiscais do trabalho na região de Unaí, em Minas Gerais. E essa ação violenta ela teve um significado que nós todos não podemos perder de vista e muito menos não fazer qualquer referência numa manifestação como essa que é uma manifestação em defesa da democracia. Também é importante nós lembrarmos que além dessas situações nós temos uma situação bastante particular, e aí possivelmente não será através de leis que nós vamos modificar possivelmente através da cultura, mas o dirigente sindical ele sofre assédio moral, ele sofre discriminação no mercado de trabalho, e ele sofre inclusive no seu dia-a-dia com a família, porque a família acaba sendo prejudicada muitas vezes deixada um pouco de lado por conta da dedicação quase exclusiva desses dirigentes sindicais. Esse quadro evidentemente que ele tem componentes que são de ordem legal e que essa Casa pode tomar iniciativas, outros componentes são de ordem cultural, e nesse sentido somente com o avanço da democracia é que de fato nós teremos uma situação talvez mais instável.

Por fim, a Central Única dos Trabalhadores gostaria de trazer algumas reflexões propositivas de momento. Gostaríamos de acatar todas as reflexões feitas aqui inicialmente pelo Dr. Ricardo Pereira, pelo nosso companheiro Luiz Antônio Medeiros, a respeito da necessidade de nós rediscutirmos a estrutura sindical, essa configuração de representação sindical ela é, sem dúvida nenhuma, uma das raízes dos graves problemas e distorções que nós temos no nosso País. É através dessa estrutura que já está superada, só falta nós termos essa referência no marco legal, mas enquanto isso não acontece, é necessário que a todo momento, a toda oportunidade nós possamos refletir a necessidade de avançarmos, superarmos a unicidade sindical, e dessa forma nós sem dúvida nenhuma estaremos de um lado privilegiando a democracia, e de outro construindo, consolidando o Estado Democrático de Direito. Outra reflexão propositiva que nós gostaríamos de trazer é a necessidade de se estabelecer

à organização do local de trabalho como uma forma evidentemente de nós termos mais espaço de representação e entendendo esse espaço de representação como uma melhor afinidade entre o trabalhador, a sua representação sindical e porque não nas relações de emprego e de trabalho que esse trabalhador, esse sindicato mantém com o seu patrão.

Outra reflexão, e essa, eu diria, a mais imperiosa, diz respeito à necessidade de nós, em conjunto, darmos mais atenção para a necessidade de se aprovar a convenção 151 da OIT, que estabelece dentre outras coisas, além da proteção à ação anti-sindical, mas também a negociação coletiva no serviço público. Na América do Sul, exceto no Brasil, acredito que só o Paraguai não tomou ainda essa iniciativa. E ela é emblemática, ela traz um simbolismo que nós todos temos que nos apropriar, porque se o próprio Governo, se a instituição que representa a República, que representa o desejo de democracia de milhões e milhões de brasileiros, se o Governo, se nega a negociar com seus empregados, por que é que o empregador da iniciativa privada vai fazer coisa diferente? Então, é uma necessidade urgente, e nós temos encontrado obstáculos não só no Legislativo, mas também no próprio Executivo do próprio Governo Lula.

E por fim, essas reflexões que a gente traz são amplas, mas também não desconhece a iniciativa que está sendo tomada, em particular pelo Senador Paulo Paim, a sua proposta de alteração do § 3º do art. 543 da CLT, e nós gostaríamos de encerrar dizendo que somos favoráveis à iniciativa do Senador, gostaríamos de ver essa iniciativa tendo sucesso dentro dessa Casa, e assim o fazendo, nós temos certeza de que é um passo, um passo importante para que nós tenhamos cada vez mais representações autênticas. Claro que não é o único passo, mas é um passo importante nessa direção, na direção da representação plena da democracia e do Estado Democrático de Direito.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Sr. Carlos Henrique de Oliveira, representando a CUT. Eu gostaria de lembrar que é o Senador José Nery que está aqui é o Relator desse meu Projeto e percebo aqui na Mesa pelo menos que o Projeto está sendo avaliado, percebo, e vou passar a palavra ao Plenário, talvez de uma Emenda que V.Ex^a consolida a proporcionalidade que evitará os abusos, e claro, discutindo com o movimento sindical qual seria essa proposta de proporcionalidade. Eu apenas tomei a liberdade e talvez V.Ex^a tenha essa dura, mas boa tarefa de discutir uma emenda que não permita os abusos, mas que seja razoável para que os dirigentes sindicais possam efetivamente cumprir sua função. Senador Romeu Tuma, conforme... Como havia comprometimen-

to, Senador Romeu Tuma, e depois os dois que estão aqui na Mesa a minha direita e a minha esquerda, o Dr. Ricardo e o Medeiros queriam dar uma resposta... Vamos passar para uma outra Mesa e o Senador entraria novamente. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu peço desculpas, Senador Paim, mas a gente verifica que V.Ex^a convida para um debate e já toma a iniciativa de apresentar um Projeto para encaminhar uma solução. E dá em mãos de quem também tem discutido o problema sindical. E ainda esta semana falamos, ele estava na Tribuna, a qualificação correta do que é trabalho escravo. Porque há uma confusão muito grande e que tem trazido uma série de contratemplos, de ações policiais, e há referência à morte aos fiscais de trabalho decorrente de uma ação para coibir o trabalho escravo. Então, acho que a gente tem que definir claramente o trabalho escravo e principalmente no campo quais são as exigências que os patrões têm que respeitar para oferecer aos trabalhadores que às vezes são sazonais, normalmente sazonais.

Mas Presidente Paim, Luiz Medeiros também é um amigo que eu fiz na área sindical, eu vi aqui uma tranquilidade invejável, o equilíbrio nas exposições. Nenhum radicalismo. Nenhuma postura de ferro e fogo. Todos fizeram uma exposição clara de objetivos e consertar alguma coisa que não está correndo bem. Eu conheço um pouco a evolução sindical do Brasil. Até por momentos conturbados da história brasileira. Ainda a semana retrasada fui com muito prazer convidado tomar um café com o Presidente Lula e fizemos referências em alguns fatos, principalmente na região de Xapuri, o caso do Chico Mendes, e outros que ocorreram das grandes greves e tudo e todo esse fato que foi evoluindo ao longo tempo, e que hoje já dentro de uma democracia praticamente estável, tem que ser modificada alguma coisa. Tem que se buscar o equilíbrio. Quando se entra na Faculdade de Direito, Paim, uma das primeiras coisas que a gente vai aprender é a relação capital e trabalho. Não é doutor? O senhor que é Advogado sabe. Começa a discussão de se aprender a cadeira do direito de trabalho sobre a relação entre o capital e o trabalho. E esta é uma mística que vem rolando há muito tempo. A representação dentro da indústria, muitas vezes pode favorecer a estrutura dirigente da empresa com alguém que é o porta-voz do sindicato. E uma relação permanente. De criar uma confiança mútua. Então essas outras coisas que às vezes o Medeiros foi testemunha, de brigas internas em sindicatos até com mortes. A história é longa, triste, cheia de amargura e que vai se assentando num terreno muito mais seguro que agora é hora. E acho que esse fórum é bom. O nosso representante

da CUT disse que encontra dificuldade no Parlamento também. Eu concordo com ele. Nós temos que discutir. Tem uma Emenda num Projeto de reforma que já me ligaram do SENAC que vão tirar uma parcela para as centrais sindicais dos serviços de atendimento à sociedade, que é o SESC, SENAC, SESI. Eu não sei se tem fundamento ou não. Diz que está numa Emenda num Projeto que está na Câmara. Eu falei que ia ver. Mas como o Presidente Lula, pelo menos eu li pela imprensa, ele quer baixar uma Medida Provisória e dar uma parcela do que é parte do Governo dividir de 20% ficar com 10 e 10 passar para centrais sindicais, não sei se eu estou certo, os senhores é que poderão avaliar isto, mas a central sindical, Presidente Paim, doutor, elas são legais. Ela tem vida própria. Ela não tem participação em sistema sindical brasileiro. Então vamos legalizar? Não vai legalizar. Porque senão não podia funcionar. Se fosse legal você presidiu a força sindical por quantos anos? Mais de dez?

SR. LUIZ ANTONIO DE MEDEIROS NETO: [pronunciamento fora do microfone]

[risos]

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Então. Ela tem... A CUT, a Central Nova, a outra do Pata(F) que vai criar agora, juntando três. Então vai ter uma gama de centrais. Claro que tem que ter cautela e fazer uma regra de proporcionalidade, que você não pode pegar uma empresa com 100 e botar 20, 30 para dirigir. Porque você enfraquece a produtividade. Eu me lembro na época que eu lidava muito com a área sindical, o representante sindical era afastado da produtividade. Era a expressão que se usava. Não sei se é ainda isso hoje. Era afastado da produtividade. Sem prejuízo do tempo de serviço e outras coisas. Então acho que chegou a hora mesmo, eu vou ver esse art. 522 que houve a referência do nosso representante da CUT, e acho que vem em boa hora essa discussão, Paim. Acho que nós temos que intensificar as discussões, juntar todos os projetos, todos mesmo que estejam na Câmara, trazer para cá, e cada especialista vir definir. A Procuradoria do Ministério do Trabalho fez uma apresentação muito clara sobre a posição daquilo que é mais importante que é a vigilância do Ministério Público dentro da área sindical. Dentro do Ministério do Trabalho. Então, eu não sei, e se V.Ex^a disse que a justiça tem que julgar.

Então, a Emenda 03, ela vale? Não vale? Ela é realmente prejudicial ao trabalhador? Porque dizem que vai substituir a carteira de trabalho pelo contrato individual. Então tem Emenda 03, a unicidade sindical e outras coisas que foram se referindo. E o direito de greve. Eu estive no Supremo, Paim, por causa dessa greve da Polícia Federal, para ver se... Porque é um

setor importante que não pode ter greve lá. Tem que ter uma regra que possa facilitar a negociação direta, mas também proteger a população. Transporte, tudo isso.

Então, o Supremo deu o quê? Não tendo o Congresso a capacidade de regulamentar o direito de greve do trabalhador público, funcionário público, que se adequar às regras para o trabalhador--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Romeu Tuma, só para ajudar, o Projeto nº. 01, após a constituinte, e eu fui constituinte, nós apresentamos para regulamentar o direito de greve. Foi apresentado em 89, 90.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): E quantos anos estão aí? E a cada dia vai aumentar esse problema de greve. Por quê? Porque a dificuldade... Porque estão relacionando o salário no processo da economia. Não tem separação. Quer dizer, quando vai dar um aumento, disse assim, quanto vai refletir na economia? Aumenta a inflação, não aumenta a inflação? São discussões conjunturais hoje. Ela não foge a uma regra individualista de um tema. Me desculpa, Paim, é só para te dar a honra de estar aqui contigo, e a gente poder, mesmo não sendo da Comissão, gostaria de trocar idéia. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): V.Ex^a é titular. Eu queria dizer que a nossa Audiência Pública já contou com a presença, Senador Romeu Tuma, Jayme Campos, Cícero Lucena, Senador Inácio Arruda, Senador Flávio Arns, Senador Geraldo Mesquita Júnior, Marisa Serrano, José Nery, Senador Cristovam, Senador Zambiasi, Senador Eduardo Suplicy e Senadora Fátima Cleide aqui conosco também. Nesse momento eu vou permitir a fala, que eles terão que sair, mas a audiência continua com outra Mesa, com o mesmo tema. Ao Luiz Antônio Medeiros que é o Secretário de Relações de Trabalho, e ao Dr. Ricardo, que representa aqui como Procurador-Geral do Trabalho.

SR. LUIZ ANTÔNIO DE MEDEIROS NETO: Senador Paulo Paim, eu quero dizer que nós apoiamos o Ministério do Trabalho apóia o seu Projeto, seria muito importante que... Poderia sugerir o Relator de que realmente fosse definido as regras do jogo sob o número de dirigentes sindicais. Não pode ser sete. Mas também não pode ser 50, 60, 70. Uma categoria de 2.000 pessoas terem um sindicato com 70 pessoas às vezes da mesma fabrica. Não pode. E eu quero dizer que o seu Projeto faz parte do esforço de mudança da estrutura sindical. A estrutura sindical em alguma coisa ela vai ter que... Ela precisa mudar, como disse ali o companheiro Moacyr, ali estou vendo o Neto, o Presidente da CGE também, da legalização das centrais, da definição das contribuições. Que tipo de contribuição vai ficar?

Não é possível ficar do jeito que está. Ficando do jeito que está há um desgaste muito grande e quem sai perdendo é os sindicatos. Da discussão da representação do sindicato dentro da fábrica. Qual o problema ter uma representação sindical dentro de empresas grandes? Qual o problema ter representação sindical nos canaviais de São Paulo? Olha, eu falo canaviais de São Paulo, porque os canaviais de São Paulo estamos crescendo, tem etanol, tem exportação, mas ao mesmo tempo a gente se depara com a realidade de que o trabalhador do canavial tem uma vida útil menor do que o escravo. Isso é vergonha para todos nós, para tudo quanto é Parlamento, para Ministérios, para sindicalismo, para todos no Estado mais desenvolvido de repente nós termos um crescimento da economia, do etanol, em cima de um trabalho que nos vergonha. Claro que se tivesse representação sindical lá, a situação poderia ser diferente.

Então eu quero mais uma vez te cumprimentar e cumprimentar por esse teu trabalho pioneiro. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passo a palavra... Para que ele faça as considerações canais. Em seguida vou convidar para Mesa o representante da CGT, na figura do Presidente, o Sr. Antônio Carlos Reis, que não chegou ainda. Só chegou o Neto então. O Neto chegou da CGTB que é o Presidente dessa central, companheiro de longa jornada ainda. O Salim me disseram que está vindo para cá, mas não chegou. Eu ia chamar os dois. Então eu vou chamar o Neto e vou chamar também o Prof. Paulo Albuquerque é que é professor e sociólogo das questões do trabalho da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dr. Ricardo com a palavra.

SR. RICARDO JOSÉ LACEDO DE BRITO PEREIRA: A pergunta do Senador com relação ao critério mais razoável para determinar o número de dirigentes sindicais beneficiados com a garantia de emprego. Eu costume adotar como parâmetro as decisões da OIT. A OIT tem convenções fundamentais, a Convenção 87 lamentavelmente não ratificada pelo Brasil, a convenção 98 já ratificada há muito tempo. Mas essas duas convenções elas integram a declaração de direitos e princípios fundamentais no trabalho. Hoje em dia a OIT impõe o cumprimento dessas convenções independentemente de ratificação. E o problema da não ratificação da Convenção 87, na minha opinião, vai trazer um prejuízo grande ao nosso País no plano internacional, inclusive uma posição de desvantagem, porque compõe todo aquele conjunto de direitos fundamentais. Liberdade sindical, negociação coletiva, abolição do trabalho infantil, do trabalho forçado e

qualquer tipo de discriminação. Então é um bloco e que não depende mais de ratificação, mas seria bom para a imagem do País providenciar a ratificação da Convenção 87. E de acordo com a OIT, é necessário que haja pouca interferência do Estado nas questões sindicais. O legislador, a atuação do legislador deve existir para coibir os abusos.

Então, eu sou inicialmente em princípio contra o estabelecimento de um número fixo de trabalhadores beneficiados pela garantia de emprego. Mais interessante na minha opinião era deixar uma margem de negociação para estabelecer de acordo com o número de representados, com o número de sindicalizados, ou em razão da natureza da atividade porque isso aí pode ter uma variação. Agora, estabelecendo limite para cobrir os abusos. Até porque as transformações no mundo do trabalho hoje em dia ocorrem com uma frequência muito grande. E se nós estabelecermos números fixos isso pode estar defasado logo em seguida. Sou favorável também à ratificação da Convenção 151, agora eu insisto, tudo isso tem que ser analisado em bloco. Não adianta pegar por partes. A negociação coletiva do servidor público tem que ser disciplinada junto com a greve do servidor público. Não adianta disciplinar a greve agora, casuisticamente, porque está acontecendo isso ou aquilo. Com relação à greve, tem também que abranger a negociação das condições de trabalho. E tudo isso dentro de um ponto maior, que é o modelo de organização sindical como um todo como reflexo do direito fundamental de liberdade sindical. Então me parece que esse é o ponto de partida.

Eu queria fazer apenas uma observação com relação à contribuição prevista e negociação coletiva, que é uma atuação eu reconheço bastante antipática em relação ao Ministério Público do Trabalho. Mas a jurisprudência entendeu que era inconstitucional. Viola a liberdade sindical, e o Ministério Público então teve que promover essas ações. Agora, a questão está um pouco diferenciada porque o Supremo disse é inconstitucional com relação a não associado a contribuição confederativa, mas a contribuição associativa não tem previsão constitucional. Então, conseqüentemente não é inconstitucional. Então acredito que vá haver um debate maior no Ministério Público do Trabalho com relação ao que se refere a contribuição assistencial. Com relação a contribuição confederativa não dá para escapar dessa atribuição porque o próprio Supremo já se manifestou e ela provavelmente não vai ser alterada. Mas tudo isso eu repito e insisto, é tudo provisório porque é necessário reformular como foi dito aqui, não há sentido em que haja quatro contribuições para o sindicato. É importante estabelecer uma contribuição

negocial e com relação a isso acho que seria importante eliminar todas as dúvidas existentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Os dois primeiros expositores, seguidos de presidentes sindicais. Ele vai ter que se retirar, mas o representante da CUT e da Nova Central ficam, e convido nesse momento o Presidente Antônio Fernandes dos Santos Neto, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores CGTB para que faça a sua exposição. Mas com certeza o debate vai continuar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Neto, você terá o direito de 15 minutos. O Tarcísio Zimmermann, o Deputado Federal do Rio Grande do Sul, foi secretário do trabalho no Governo de Olívio Dutra, é também um conhecedor profundo dessa causa. Eu faço questão que ele possa fazer uso da palavra.

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Eu queria... Eu vim aqui para cumprimentar V.Ex^a, cumprimentar aqui as direções sindicais que participam demais esta iniciativa de V.Ex^a, desta Casa, dizer que de fato os temas propostos, seja o tema da garantia do emprego aos dirigentes sindicais e nós de fato temos que encontrar uma normativa que seja aceitável do ponto de vista do conjunto da sociedade, quanto também ao tema aqui rapidamente referido pelo Antônio Fernandes dos Santos Neto... Desculpa, o Procurador que referia há pouco, o tema da sustentação financeira dos sindicatos e das centrais sindicais, enfim da estrutura sindical é um tema de gravíssimas proporções hoje no País. Parece que a redemocratização, ao invés de ter trazido uma situação de segurança institucional e jurídica para as organizações sindicais, vem trazendo um atropelo cada vez maior inclusive sobre as garantias que se pensava existirem para a organização sindical que é sem dúvida alguma um dos suportes de um País democrático, de uma sociedade que se representa e se respeita. E infelizmente parece que é isso. A redemocratização não tem trazido para este campo um conjunto de inseguranças que nós julgávamos que estivessem totalmente superadas.

Então, acho que o esforço Legislativo, eu tenho reivindicado, Senador, e acho que é uma boa Casa para se falar disso, o Governo Federal quer obviamente hoje um Governo dirigido por representações de trabalhadores, poderia editar uma Medida Provisória para que nós tivéssemos alguns desses aspectos que são graves do ponto de vista do direito social à organização no local de trabalho, a organização sindical dos trabalhadores, a permanência das organizações sindicais dos trabalhadores, poderia editar uma Medida Provisória sobre esse tema e até, Neto, eu queria

sugerir que as centrais no debate que estão fazendo junto ao Governo para a legalização das centrais e que vai vir certamente através de uma Medida Provisória, incluam esses temas. Porque não é possível que esses temas não se resolvam na sociedade brasileira, temas que são emergenciais. Outra coisa é discutir uma Reforma Sindical ou eventualmente uma reforma trabalhista. Mas alguns temas são emergenciais. Não se pode deixar um sindicato ou a organização sindical nesse grau de insegurança jurídica onde ela de um lado está pressionada porque não há reconhecimento da estabilidade dos dirigentes, e do outro lado está pressionada porque não tem mecanismos de sustentação financeira.

Bom, isso é o início do fim. Ou para muitos já é o fim do fim. Porque muitas organizações já estão rigidamente inviabilizadas por conta da situação. Então parabênz V.Ex^a e acho que é um bom momento aqui desta Casa, inclusive, se solidarizar com o movimento sindical e na Câmara da mesma forma, e esse pedido para que o Executivo tenha essa sensibilidade e resolva esses temas de modo emergencial. Nós temos Medida Provisória para tanta coisa. Por que não para um tema que é tão relevante para a democracia?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Deputado Tarciso Zimmermann. Eu vou passar a palavra nesse momento para o Neto, que em seguida, o Relator do Projeto vai fazer as suas considerações e também o Senador Eduardo Suplicy.

SR. ANTÔNIO FERNANDES DOS SANTOS NETO: Obrigado, Senador Paim. Quero saudar a todos os Senadores presentes aqui ou que passaram por aqui, e em especial ao companheiro Senador Paulo Paim, mais uma vez cumprindo com sua brilhante trajetória sempre ao lado da classe operária, do movimento dos trabalhadores. Saudar os companheiros presentes aqui, o Moacyr, o Carlos Henrique, o Moacyr lá da Nova Central, nosso parceiro, nosso amigo, nosso co-irmão, o Carlos Henrique da CUT também, uma central co-irmão, uma central também e das demais centrais que, porventura, possam por aqui estar. É uma pena que tanto o Dr. Medeiros e o Dr. Ricardo tiveram que sair, porque sempre acrescenta algumas coisas. E esse assunto... Porque aqui a gente está abordando vários assuntos. Pegamos aqui essa questão da estabilidade do dirigente sindical, que eu entendi pela Constituição que de acordo com 88 que o Estado não tem como intervir, você veja como o discurso é uma coisa e a prática é outra. O Dr. Ricardo esteve aqui e propôs a tal da Convenção 87. Assim como a CUT também propôs. Liberdade e autonomia sindical. Só que o Supremo disse que só pode ter sete dirigentes sindicais. Não tem estabilidade. Ou seja, você pode ter liberdade,

faz quanto quiser, mas ao mesmo tempo o seguinte, vamos ter que dizer a vocês por lei ou pelo Supremo que não pode ter dirigente sindical mais do que isso. Senão é uma incongruência. Ou seja, eles querem o melhor dos mundos. Eles só querem aquilo que interessa ao capital internacional e à elite dominante, ou seja, que nós não tenhamos representação. Sabe qual é a ameaça que nós estamos dando? Relator, é bom o senhor saber isso. Se realmente for ficar em sete, meu sindicato, por exemplo, tem 54 dirigentes, que é uma base estadual de 70 mil trabalhadores no Estado de São Paulo. Nós vamos fundar um sindicato por Município. Em vez de ter 54, nós vamos ter sete vezes seiscentos. Perfeito? Quatro mil e duzentos dirigentes com estabilidade. Mas aí a gente faz uma federação estadual e continua a negociação pela federação e garante a estabilidade para todo mundo. Que é o que está acontecendo com os professores de Minas Gerais. Um Estado com mais de 800 municípios como é que pode ter um sindicato de sete dirigentes? É um absurdo isso. Quer dizer, pegam-se por picuinhas, em algum canto aí, e acham que isso é igual para todo lado. Quando foi definido sete dirigentes lá, aparentemente sete, porque já o estatuto, o famoso estatuto padrão dava 23, 24. Não dava sete não. 24 dirigentes. Então, interpretaram para baixo. E esse sete é lá de 43, quando foi lançada a CLT. Vejam a diferença. 43 para 2007. Era do século passado lá. Eu sou defensor da CLT ímpar. Acho que não tem legislação melhor no mundo. E posso falar isso com autoridade de quem já viajou vários Países do mundo e presidi uma central internacional que é a Federação Sindical Mundial da qual tive a honra de presidir durante quatro anos. Essas questões, então, vem de maneira esquisita. Para nós acho que é importante. Nós temos que começar a clarear, porque o Tribunal está interpretando. Eu pego o art. 8º e não consigo ver que é para associado, e não sei como é que a contribuição confederativa, o Supremo consegue ver aqui que tem ser para associado. Aqui não fala em nenhum momento em associado. Fala em categoria.

Quer dizer, é uma interpretação dúbia para nos prejudicar. Porque a sustentação financeira é o principal pilar da organização dos trabalhadores. Nós tínhamos que ter muito dinheiro para competir com a burguesia num canal de televisão, num canal de rádio, nos jornais, revistas. Não temos. Nós também já discutimos isso entre as centrais, houve uma proposta que andou e não avançou, vamos ter o fundo sindical. Ou seja, vão pegar dinheiro também do famoso orçamento da União, como pega os partidos políticos e nem por isso nenhum partido político está ligado ao Governo. Vem dinheiro do orçamento para o partido político. Aí não.

Nós não, pelo contrário. Nós temos dinheiro do bolso do trabalhador. Seja ele da contribuição sindical, seja ele da contribuição assistencial. Ou seja o nome que queiram dar, confederativa... Não importa. Sai do bolso do trabalhador. Aí em nome da “proteção ao trabalhador”, entre aspas, diz: Olha, ele tem direito à oposição. Não pode pagar para o sindicato. Ao mesmo tempo dá todos os direitos na convenção coletiva para eles. Eu dou aumento de salário, o sócio recebe aumento. O que contribui e que não contribui. Quando o Senador Paulo Paim fez um Projeto aqui regulamentando a contribuição assistente social, eu publiquei no meu blog assim: Começou a temporada de caça ao Chupim que é aquele passarinho que utiliza o ninho do tico-tico para que ele não só choque seu ovo como alimento o seu recém-nascido. E no ponto sindical é a mesma coisa. O cara quer ser, ele quer ter aumento de salário, quer ter todas as garantias colocadas ali na convenção coletiva, não quer contribuir um tostão para o sindicato. Um tostão. Chega até às raias de na contribuição sindical e pagar lá para um outro Conselho, e dá cinco reais para não pagar um dia de trabalho. Isso é um Chupim. Isso não contribui em nada. E isso parece que os tribunais não observam. Parece que o Ministério Público não observa. Parece que... Então precisamos ter em lei. Já dizia o iluminista francês Lacordaire, entre o fraco e o forte, entre o rico e o pobre, é a lei que liberta, é a liberdade que escraviza. Esse papo de liberdade, eu não acredito. Num País estão desiguais. Liberdade para quê? Para os fortes? Para os ricos? Vamos botar em lei. E aí começo olhar. Como é que eu resolvi na minha categoria? Eu pus na convenção coletiva, Senador. Eu pus lá que o patronato reconhece a chapa completa. Titulares, suplentes de todos os conselhos que nós tenhamos lá dentro. Está na minha convenção coletiva. Mas nem todo mundo consegue. Até porque a Emenda 45 que a gente tem que mudar também, se o patronato não quiser negociar, eu nem dissídio coletivo eu consigo suscitar. Veja você Paim, eu fico na situação. Eu quero negociar ele não quer negociar. Eu não posso citar dissídio. Porque se não tiver o acordo dele, isso que eu digo, infelizmente esta Casa com grande contribuição que tem dado, com essa Constituição maravilhosa que aprovou em 88, mas a maioria dos nossos direitos está escrito assim: Pa-ra-ra-ra-rá, conforme regulamentação em lei. Eu pego o Projeto está aqui também, PLR, participação no lucro, essas coisas, desde de 46 está na Constituição. Foi regulamentada. Quanto tempo ficou em Medida Provisória e depois saiu regulamentada? E porque o Itamar teve coragem de soltar uma Medida Provisória, senão não regulamentava.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E ainda não é obrigatória.

SR. ANTÔNIO FERNANDES DOS SANTOS NETO: E não é obrigatória. E já teve durante a negociação da Medida Provisória, a participação ou não do sindicato. Quer dizer, embora a Constituição obrigue todas as coisas.

Então, nós temos que dar uma olhada em todas essas coisas. A questão do Delegado Sindical. Não existe. Pega aqui. Art. 11. Está dizendo. A cada 200, um representante do trabalhador. Nós discutimos com o patronal. Patronal não quer isso aí. [risos] Não quer a organização sindical [inaudível] trabalho. Porque nós sabemos como é que são as mazelas. Aí eu quero entrar na outra discussão.

Então eu acho que é importante, Senador, a gente regulamentar, fazer, por exemplo, a cada, sei lá, a cada mil, um dirigente sindical. Não importa. Mas você dar uma condição. Um mínimo de tanto, no mínimo de 24, pelo menos o que tinha o estatuto padrão da ditadura. No mínimo o padrão estatuto da ditadura. Esse é o mínimo. Daqui para cima acrescente tantos mais quanto a base sindical. Perfeito. Vamos regulamentar para não deixar a gente estar sendo comido como estamos aí no Supremo ou no próprio TST.

Agora, eu discordo frontalmente da Convenção 87, discordo frontalmente do pluralismo sindical e nós temos colocado isso. Sabe que para nós, Senadores, por favor, sindicato é a célula mater do movimento operário. Tudo mais é derivado.

Então, se tem federação, é porque existe sindicato. Se não houvesse sindicato, não tem confederação, não tem confederação e não tem central.

Então, não dá para você fazer do sindicato ele pulverizado. Em 93, o Jobim, de triste memória para nós, nos dois casos, no caso da constituição, e nesse caso. Ele disse aqui no Congresso Nacional, na reforma da Constituição que o Brasil alcançou o pluralismo partidário e tinha chegado o momento de alcançar também o pluralismo sindical. Isso é uma falsa verdade. Porque veja, Senador, quando tem uma eleição, os partidos se coligam. Ou não. Quem perde a eleição espera quatro anos até a próxima eleição, Senador. Não funda outra cidade, não funda outro Estado nem outro País. Agora, no movimento sindical sim. Eu perco a eleição, o meu grupo sai e monta um novo sindicato. Isso é pluralismo, isso é pulverização. O pluralismo tem que estar dentro da entidade. As diversas correntes têm que conviver dentro da cidade ou se coligar em chapas e depois que eleger, vai engolir quatro anos, sim, vai ficar quatro anos esperando a próxima eleição. Não vai sair montando sindicato.

Então, isso é conversa mole. E nego fica com essa história da modernidade, a modernidade a gente sabe, já tem viés esquisitos.

Então essa história da Convenção 87 tem um trabalho preparado pelo ex-Ministro e ex-Deputado Valter Barelli, que entregou na OIT, que nós já cumprimos a Convenção de 87. Os Estados Unidos não aceita quase nenhuma das convenções porque ele diz: Aqui o Estado, cada Estado é independente eu não posso assinar um negócio obrigando todo mundo. No Brasil a gente assina 87, desde que as regras da Constituição. Ou seja, com [inaudível] sindical, porque hoje a gente já não tem, já se livrou do jugo do Estado na questão efetiva da estrutura sindical, da organização sindical. E a gente tem que ter claro qual é o papel de central. Quando tiver claro isso, acho que aí acabam essas dicotomias que a gente tem sobre pluralismo e unicidade. Qual é o papel da central? Central não é sindicato. Central tem um papel horizontal na estrutura sindical. Vertical é confederação, federação e sindicato. Eu não posso ver confederação, Paim, discutindo saúde pública. Ela pode discutir saúde, segurança e medicina do trabalho da sua categoria. Mas saúde pública, educação pública, habitação, orçamento público, salário mínimo, isso é uma coisa que perpassa por todas as categorias. Esse é o papel de central. Não é para vir e substituir o sindicato em negociação coletiva. Ou como dizia os companheiros da CUT, perdão até usar como exemplo, o sindicato orgânico, o departamento da central. É inverter o processo. Nós temos que ter claro, volto a dizer, importante é sindicato. Ele que tem que ser fortalecido. Todo demais é derivação de sindicato.

Então, nós não podemos nos prestar a isso. Acho que fico feliz de ouvir que você tem uma Emenda, um Projeto de Emenda à PEC 45, ela está aprovada e tem que pelo menos acabar com isso. E nessa regulamentação, nós temos que fazer três coisas principais, o mínimo tem que ser... Vou repetir aqui isso que está sendo guardado para os anais do Senado. No mínimo, comece com que a ditadura nos dava que eram 24 dirigentes sindicais. No mínimo. Então começa com 24. Daqui para cima, os demais sindicais, concordo, sindicato de mil, dois mil trabalhadores não precisa ter. Agora, como é que o sindicato dos professores do Estado de Minas Gerais pode ter sete dirigentes sindicais? Como é que pode? E também com absurdo que o Tribunal está considerando que o Conselho Fiscal não faz parte, ele inclusive não tem que ter estabilidade, não tem que ter nada. Ele é fora. E de preferência seja eleito fora da chapa.

Bom, estão querendo inverter a raiz da árvore. Não é para fora, ela tem que ficar para dentro da terra. No mínimo isso. E segundo, crescer a cada tantos

mil a mais por base, como a gente faz. Eu para liberar dirigente sindical com remuneração nas empresas, até empresa com até tanto libera um, empresa com mais tanto libera dois. Quer dizer, no máximo quatro. Você tem toda essa coisa. Não tem problema nenhum. Agora, o que não pode é ficar nesse estreito do sete. Aí é absurdo.

Então, Paim, eu quero primeiro parabenizar você, segundo, dar essas contribuições e terceiro dizer que precisamos regulamentar também a questão do assistencial. É o 248. Esses vocês têm discutido aqui, tinha sido aprovado e efetivamente já foi aprovado. Parece que está com duas Emendas que a gente pode fazer uma discussão. Mas que a gente tenha esse tipo de regulamentação porque o que está acontecendo é um extrapolar por parte do Ministério Público também no combate.

Então, tem Procurador que entra lá no site do sindicato procurando para poder fazer a tal da ação penal contra o sindicato. Eu gostaria de encerrar aqui.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permite uma pergunta.

SR. ANTÔNIO FERNANDES DOS SANTOS NETO: Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Só uma observação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ele vai concluir agora. Eu passo de imediato a V.Ex^a.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu estava conversando com o Nery, porque vamos supor que haja uma situação em que a empresa não tenha sequer 24 membros. Então, com respeito à sua observação.

SR. ANTÔNIO FERNANDES DOS SANTOS NETO: Não é sindicato por empresa, Senador. Nosso sindicato é por categoria. Ele pode ter um--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Vamos supor que haja um setor novo, empresarial, em que as empresas sejam relativamente pequenas. E que... E ali se estabeleça uma organização sindical. Só para pensar alto. Mas tudo bem. Por isso que eu fiz a breve observação aqui.

SR. ANTÔNIO FERNANDES DOS SANTOS NETO: Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos encaminhar da seguinte forma agora. Todos já fizeram a exposição, nós vamos passar a palavra ao Relator e depois a Mesa poderá já responder a pergunta do Senador Suplicy que após o Relator também fará mais algumas considerações tenho certeza que é um tema que o Senador Suplicy também olha com muito carinho.

Senador José Nery, como Relator do PL que trata de garantir. Claro, no PL que eu apresentei eu simplesmente consagro aquilo que é um direito. Dirigente sindical, suplente ou de Conselho fiscal têm garantia no emprego. Como tinha totalmente no meu tempo, e nada mudou. Não teve legislação nenhuma que mudou do tempo que eu era sindicalista. E nós falávamos antes aqui faz algum tempo que estou no Parlamento, mas nunca na época que fui sindicalista, eu vi um dirigente sindical ser demitido. Se fosse demitido, ganhava na justiça. E era incorporado novamente. Agora de um momento para outro resolveram que não é mais 24, como o neto falou muito bem, o instrumento da ditadura ainda. A ditadura garantia 24. Em plena democracia o Supremo Tribunal Federal resolveu que não. Que não é mais 24, é sete. Mas quem vai falar é o Senador José Nery. Depois no final ainda faço algumas considerações. Queria só registrar, se me permitir ainda, a Senadora Serys Slhessarenko conosco aqui como sempre uma lutadora dessa causa.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente Paulo Paim, Srs. Senadores, Sr^a. Senadora, quero cumprimentar especialmente a representação das centrais sindicais aqui presentes, e das diversas organizações sindicais que prestigiam essa reunião conjunta da Comissão de Direitos Humanos e da Subcomissão de Trabalho e Previdência no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais. Reunião esta realizada para instruir o Projeto de Lei do Senado de autoria do Senador Paulo Paim e que nos oportuniza tratar de questões cada vez mais atuais, porque dizem respeito a questões fundamentais das relações de trabalho, especial da garantia da representação sindical dos trabalhadores das diversas categorias em nosso País, e que vez por outra são vítimas do ataque a direitos consagrados, seja na Constituição, na CLT, nas convenções coletivas de trabalho, que representam o acúmulo da luta, as conquistas que são garantidas em acordos coletivos, e que vez por outra somos informados e tomamos conhecimento de graves ataques a esses direitos, direitos de organização, o direito de representação, e fica maculado na medida em que garantias constitucionais são simplesmente desprezadas, desconhecidas, atropeladas por quem? Pelo capital, pelas grandes empresas, pelos empreendimentos. E nesse sentido essa proposta do Projeto de Lei que nos dá oportunidade inclusive de debater e incluir várias questões para reafirmar direitos, ampliar a democracia no âmbito do movimento sindical, da representação sindical, como eu considero a questão da composição das direções, que elas devem respeitar determinados critérios, eu acho que esse debate aqui nos ajuda a formulá-los melhor, mas tem um aspecto no âmbito da

composição das direções que acho que merece toda a atenção e todo o nosso empenho no sentido de garantir no processo das eleições para as direções sindicais a proporcionalidade direta entre as chapas, de modo que a direção sindical possa refletir o conjunto das forças políticas presentes naquela categoria e naquele movimento, porque acho que isso democratiza as relações no âmbito do sindicato, porque isso também desestimula essa idéia de que tenhamos um número tão pequeno de... Na composição das diretorias e que tenhamos cada vez mais sindicatos municipais. Quando eu acho que devemos trabalhar justamente com a lógica, que na medida do possível romper com essa visão do sindicato apenas municipal. Eu entendo que depender do nível de organização, de consciência de classe e de luta que uma categoria realiza no âmbito mais abrangente, inclusive do ponto de vista territorial, o sindicato intermunicipal, o sindicato estadual, com bases municipais no conjunto das empresas ou órgão se for no setor público, nos órgãos públicos, eu creio que dá um dinamismo e uma força orgânica muito mais fundamental para os enfrentamentos e as conquistas.

Portanto, considero fundamental que nós posamos disciplinar essa questão da proporcionalidade direta entre as chapas que participam dos processos eleitorais na composição das diretorias dos sindicatos. Também a garantia inclusive do ponto de vista está previsto na Constituição, mas não respeitado efetivamente a garantia da representação por local de trabalho. Nunca foi tão importante porque apesar dos donos do capital alardearem todo dia a modernização, o investimento em novas tecnologias, a substituição do trabalho humano pelas máquinas, apesar de todo um canto a modernidade, a dita modernidade, mas muitos desses... Muitas dessas empresas tratam seus trabalhadores nas relações de trabalho são absolutamente incompatíveis com o grau de modernidade que eles dizem defender. Está aí muito claro para nós a situação, por exemplo, dos trabalhadores do campo, do setor sucroalcooleiro onde denúncias recentes demonstram que as condições de trabalho são impostas a esses trabalhadores, inclusive com um tempo útil de trabalho, igual ou menor do que 12 anos, pior do que na escravidão como foi há pouco referido pelo senhor representante do Ministério... O Medeiros. Onde temos absoluta concordância com a necessidade da garantia dessas representações por local de trabalho como forma de acompanhar, coibir, fiscalizar, inclusive os acordos coletivos que são desrespeitados constantemente porque um grande... As campanhas salariais que resultam nos acordos de convenções coletivas são um momento da luta e da conquista dos trabalha-

dores. Mas essa conquista de fato se consolida é no cumprimento das convenções e dos acordos coletivos devidamente fiscalizados no interior das empresas, seja na cidade, seja no campo.

Portanto, disciplinar essas questões e aqui o fato de ter a honra de relatar esse Projeto, poder ter a oportunidade de estar discutindo com as representações do movimento sindical, de ter a indicação no âmbito da Comissão de Direitos Humanos para relatar o Projeto do Senador Paulo Paim, ao mesmo tempo que constitui uma honra, uma satisfação, é uma tarefa fundamental no sentido de propiciar além de um grande debate, um conjunto de proposições que venham se tornar normas legais, venham se tornar leis, que ajudem a disciplinar, organizar e sobretudo consolidar processos de organização sindical que garanta o respeito aos dirigentes, a sua autonomia, a sua... Como se diz, a sua representação, e principalmente a sua estabilidade.

Portanto, esse debate e a contribuição que ele oferece, a formulação do nosso parecer é fundamental e creio que esta reunião cumpre este objetivo ao ouvi-los, ao escutá-los, de incorporar nesse debate o conjunto das contribuições aqui manifestadas. Mas Sr. Presidente, eu queria pedir sua autorização para rapidamente comentar um outro tema que não se relaciona diretamente ao que estamos tratando aqui na Subcomissão, mas pela gravidade que ele encerra, creio que é importante o conhecimento desta Comissão, dos dirigentes sindicais, porque trata-se de uma luta dos trabalhadores brasileiros por algo que é também fundamental na consolidação de um processo democrático que é a luta pela terra, e falar aqui e registrar tristemente o fato ocorrido ontem no Estado do Pará, quando um grupo de pistoleiros a mando de fazendeiros no Município de Irituia agiu violentamente contra um grupo de trabalhadores sem terra acampados próximos à Fazenda São Felipe na BR-010, a Belém-Brasília, e desse confronto morreu, foi praticamente fuzilado o trabalhador Antônio Santos do Carmo, com 60 anos de idade, sete trabalhadores feridos, e boa parte tiveram que se embrenhar na mata para fugir do ataque violento dos pistoleiros a mando de fazendeiros da região que ocupam terras públicas, inclusive estão sendo vistoriadas pelo INCRA, estão no processo provavelmente de desapropriação, para garantir terras aos trabalhadores.

Sr. Presidente da Comissão, Senador Paulo Paim, trato desse tema também aqui porque estamos tratando de assunto relativo à vida dos trabalhadores brasileiros, do povo brasileiro, no sentido de que a nossa Comissão de Direitos Humanos possa se dirigir ao Governo do Estado do Pará, dirigido hoje pela ex-Senadora

nossa companheira Ana Júlia Carepa junto ao INCRA no sentido de envidar todos os esforços. Primeiro na pressa, na apreciação das vitorias, segundo na punição exemplar em todos aqueles envolvidos para a apuração, a prisão dos pistoleiros e mandantes como forma exemplar de que fatos como este não continuem a se repetir, seja no Estado do Pará, seja em qualquer lugar do nosso País. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Essa Presidência acata o seu encaminhamento e faremos contatado ainda no dia de hoje com a Governadora do Estado do Pará que é do nosso partido na linha da colocação feita por V.Ex^a. Nesse momento eu passo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy que tem prestigiado sempre os debates tanto na Comissão de Direitos Humanos como também na Comissão de Assuntos Sociais. Em seguida a nossa querida Senadora Serys Slhessarenko, que é outra lutadora nessa causa. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente Paulo Paim, prezados presidentes das centrais sindicais aqui representados, eu quero manifestar o meu apoio o que foi expresso pelo Relator, Senador José Nery ao Projeto de iniciativa do Senador Paulo Paim, avalio como relevante esta proposição que ele mencionou de no sentido de estimular as organizações sindicais a terem a representação proporcional dos diversos segmentos porque significaria uma forma de assegurar democraticamente o direito para todos os segmentos, e Sr. Presidente nós temos uma missão agora juntamente com o Senador José Nery, o Presidente Arlindo Chinaglia para justamente estarmos solicitando que a Câmara dos Deputados possa logo estar apreciando a proposta de iniciativa da nossa colega no Senado e hoje Governadora, Ana Júlia Carepa, no sentido de que sejam... Seja coibido o financiamento de recursos públicos de instituições oficiais para aquelas... Para as organizações agrícolas que, porventura, mantenham trabalho escravo nas suas propriedades.

Então também uma missão aqui que esta Comissão vem colocando. Então vamos ter que sair daqui um minuto para essa missão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passo a palavra--

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Com Relator V.Ex^a. sempre tem direito a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como Relator V.Ex^a sempre tem direito a palavra.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Quando ouvi as referências de várias situações em que a contribuição confederativa tem sido cobrada, e não me

referi a esse tema quando me pronunciei antes, nós temos situações, por exemplo, no Estado do Pará tem pelo menos um exemplo, além de tantos outros, mas um exemplo que demonstra o quanto há às vezes insensibilidade do nossos... Do judiciário, às vezes do próprio Ministério Público, instituição que nós temos maior zelo pelo trabalho que realiza, mas temos um sindicato intermunicipal em Barcarena e Abaetetuba no âmbito de um grande complexo industrial do alumínio, da Vale do Rio Doce, com a base hoje de quase oito mil trabalhadores e apesar da contribuição assistencial estar prevista a convenção coletiva e autorizada diretamente pelos trabalhadores, sofreram uma ação onde estão, além de proibidos de continuar recebendo a contribuição assistencial, estão na eminência de pagar uma enorme multa, com a devolução de tudo que foi arrecadado, inclusive para isso tendo que se dispensar o patrimônio que o sindicato tem, o seu prédio, o seu carro, o seu equipamento de som para repor tudo aquilo que foi... Quer dizer, que os trabalhadores repassaram ao sindicato, um sindicato que é referência na luta dos trabalhadores naquela região, inclusive por ter proporcionalmente o maior salário da categoria no País fruto de luta que vem desde a década de 80, e agora se vê ameaçado de ter o seu patrimônio praticamente confiscado, inclusive um sindicato que tem dirigido importantes greves, que tem organização local de trabalho, que tem presença no movimento, então isso só demonstra a necessidade de essa questão ser assegurada, regulamentada, o senhor também é co-autor, Senador Paulo Paim, de um Projeto dessa natureza, precisamos ter pressa nessa questão porque senão muitas organizações sindicais pelo País afora terão as suas portas fechadas e os trabalhadores perderão essa representação que vai garantir realmente o direito dos trabalhadores.

E por último, pedir licença para me retirar porque juntamente com o Senador Eduardo Suplicy, Senador Inácio Arruda, e demais Senadores que compõem a Subcomissão de Combate ao trabalho escravo da Comissão de Direitos Humanos proposta de V.Ex^a, Senador Paim, que tão brilhantemente vem dirigindo a Comissão de Direitos Humanos, vamos agora ao Presidente da Câmara, Deputado Arlindo Chinaglia, para solicitar todo o seu esforço e seu empenho no sentido da aprovação da PEC 438 que expropria qualquer gleba, qualquer propriedade onde seja constado o trabalho escravo. Creio que essa é uma medida importantíssima que o Congresso Nacional pode oferecer ao povo brasileiro e a todos que lutam contra o trabalho escravo como uma medida exemplar. Além da votação posterior aqui mesmo no Senado do Projeto de Lei da ex-Senadora Ana Júlia Carepa referida agora pelo

Senador Suplicy que trata da proibição, de concessão de crédito a qualquer empresa que promova trabalho escravo. Então por essa razão, e essa Comissão profundamente comprometida com essa questão vamos agora nos dirigir a Câmara dos Deputados para tratar desse importante tema.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery, só rapidamente, para responder V.Ex^a, que lamentavelmente o Projeto 248 que regulamenta a contribuição assistencial, que terminaria com esse conflito, que seria até 1% decidido em Assembléia com o apoio de todas as confederações e todas as centrais, depois de aprovado em todas as Comissões, houve um recurso no Plenário e ele voltou com uma Emenda para o debate da Comissão. Mas é preciso que se dê urgência. V.Ex^a tem razão. Agora com a chegada da Senadora Lúcia Vânia, as mulheres tomam conta do Plenário que vai ficar a senhora e a Senadora Serys que já está com a palavra. E sei que os senhores terão que ir ao Presidente da Câmara. Senadora Serys, por favor.

SENADORA SERYS SLHESARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, Srs. Presidentes das Centrais, Srs. Senadores, Senadora Lúcia Vânia, essa história que ficam as mulheres tomando conta é muito relativo. Nós somos só 10%. Um dia vamos nós vamos chegar a 50%, né Senadora? Que, aliás, somos 52% da sociedade, queremos só 50%. Mas por enquanto nós somos 10%. Mas não queremos inverter. Nós não queremos que os homens sejam minorias, queremos apenas a igualdade. Eu gostaria de começar aí registrando aí também a nossa solidariedade e o nosso repúdio, solidariedade aos trabalhadores sem terra que estão, a Fazenda São Felipe no Pará, solidariedade à nossa Governadora Ana Júlia, que sabemos de toda a sua luta, toda a sua batalha, toda a sua convicção, na busca da terra para aqueles que não têm a terra para dela produzir e tirar o sustento para si e para seus familiares, e sabemos também da covardia, da vileza daqueles que, aliás, isso deveria ser considerado crime organizado também. Fazendeiro que junta com jagunços e outros mais formam aí crime organizado também. E o crime organizado agora está tipificado, inclusive, por projeto de nossa autoria, está tipificado e ele traz penas muito mais fortes e contundentes. A gente tem que acabar realmente com esse tipo de coisa no Brasil. Infelizmente está difícil, não é uma tarefa fácil. Uma outra questão também antes de entrar no assunto propriamente dito é a questão do trabalho escravo. Eu vejo por aí, é expropriação, mesmo. A turma só sente no bolso. Só sente no bolso. Porque prisão eles vão um tempo para lá, ficam com os bens mais ou menos de forma a não poder trabalhar com eles por um determinado

tempo. Mas é expropriação para fins de Reforma Agrária. Detectou trabalho escravo, confirmou, expropria e faz essa terra, transforma essa terra em terra para a Reforma Agrária. É essa a nossa posição, é isso que nós defendemos e nós sabemos também das dificuldades quanto ao poder do capital do latifúndio que infelizmente tem muitos que não praticam, que trabalham a coisa dentro do legal. Mas ainda tem aqueles que de forma vil, covarde, fazem a prática do trabalho escravo. E nós temos uma cautela muito grande aí, eu acredito muito na questão do combustível alternativo, do etanol, do álcool, do biocombustível. Mas a gente tem que ter uma preocupação grande para que isso também não venha proliferar o trabalho escravo em nosso País especialmente nos canaviais. Sabemos que hoje parece que isso já está extremamente minimizado, pelo menos no meu Estado não existe mais praticamente não existe ou se existe é muito pouco, e a gente espera que seja extirpado, exterminado esse cancro do trabalho escravo.

Mas voltando aqui, quero saudar aí as centrais que estão hoje aqui nessa discussão que é importante saudar o meu querido companheiro Paulo Paim com o seu Projeto, o Senador Paulo Paim, o Senador Nery, que foi o Relator. É importante, sim. Sei que é importante. Nós temos que realmente continuar fazendo todos os esforços para que as organizações sindicais, para que as organizações da sociedade de um modo geral, mas especialmente as sindicais continuem fortes, mobilizadas, e o fortalecimento dela significa sim proposituras do tipo dessa aqui também. Porque, ah, mas agora nós temos um Governo. Temos um Governo nosso. Eu digo nosso porque eu sou do Partido dos Trabalhadores. É um Governo nosso, é um Governo que está tendo dificuldade, está em várias áreas, sim. Mas que está avançando em outras, está, sim, com certeza. Mas nós não temos que trabalhar por questões pontuais em determinados momentos. Nós temos que trabalhar para que os trabalhadores se tornem cada vez mais organizados, mais mobilizados e mais fortes, porque os trabalhadores não passam. Os governantes passam, nós passamos por aqui durante determinado tempo. Mas a classe trabalhadora deste País tem que continuar mobilizada e fortalecida sempre. É a democracia que exige isso. É a democracia que exige. Por quê? Democracia não é uma construção que se faz e acabou. Está pronta e acabada. Não. Ela tem que ser uma construção permanente. E a construção permanente precisa que os trabalhadores estejam permanentemente com seus direitos assegurados, fortalecidos e mobilizados. E isso que se faz necessário. E esse aqui é um Projeto extremamente importante.

Então, parabéns ao nosso Senador muito querido, ele sabe, e parabéns às centrais que aqui estão, e dizer a elas que claro que a gente está junto em mais essa propositura, e que ela é importante e é importante a presença dos senhores aqui, que a Audiência Pública é um instrumento extremamente importante que a gente usa seguidamente, tem gente até dizendo que a gente está usando demais, não é Senador, mas eu continuo dizendo que a Audiência Pública em todos os setores, em todas as áreas que há polêmica, que há dúvida, chame-se as partes interessadas, se discuta, se aperfeiçoe, ou se busque realmente os argumentos para se aprovar aquelas proposituras que por aqui passam. Portanto minha saudação a todos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Serys, só para complementar V.Ex^a, queria dizer que a Audiência Pública eles acham demais quando é o debate da questão humana e social. Mas quando é para discutir o interesse do grande capital, nunca é demais. Chegam a fazer duas Audiências Públicas no mesmo dia nas mais variadas áreas. Mas quando se fala de trazer os trabalhadores, os movimentos sociais, os setores discriminados... Já começa... V.Ex^a tem razão, V.Ex^a. falou bem. Já começa uma lorotinha aqui, uma tocadinha aqui. Vamos defender sim porque essa Casa é para isso. Aqui dentro do Senado vamos discutir quantas Audiências Públicas forem necessária por isso V.Ex^a tem razão para discutir o interesse dos trabalhadores. Eu passo com alegria a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

Senadora Lúcia Vânia também tem demonstrado toda a sua sensibilidade para esse tema. E dizer, Senadora Lúcia Vânia, que hoje de manhã eu recebi no meu gabinete líderes que trabalharam com a senhora quando no Governo na implantação da Política Nacional do idoso. E deram a V.Ex^a, quero dizer de público, os melhores elogios pelo trabalho que a senhora fez naquela pasta, naquele período. Então com alegria a palavra a V.Ex^a.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Obrigada, Sr. Presidente, eu cumprimento os representantes das centrais sindicais aqui presentes, cumprimento a Senadora Serys, quero registrar aqui a presença de um goiano, Nelson Aurélio Martins, Presidente da Federação dos Empregados de Turismo e Hospitalidade nos Estados de Goiás e Tocantins. Cumprimento a todos os outros Presidentes de federações, de sindicatos aqui presentes.

Sr. Presidente, embora tenha chegado atrasada, eu pude analisar o Projeto de autoria de V.Ex^a, e vejo a sua preocupação em garantir a estabilidade ao empregado sindicalista que assume a direção do

sindicato. Acredito que essa proteção é indispensável, uma vez que para que ele exerça sua função com independência é necessário ter a sua garantia de emprego assegurado. Portanto, conte com a minha aprovação para o Projeto, e quero cumprimentar o Relator, o Senador Nery, pela importância que ele deu a esse tema, e acredito que um tema como esse engrandece a Comissão de Assuntos Sociais, principalmente num período em que nós estamos ainda comemorando a semana do trabalhador.

Portanto, eu quero cumprimentá-lo e ao mesmo tempo chamar a atenção de V.Ex^a para um problema que eu vejo com uma certa preocupação no meu Estado, o Estado de Goiás. Nós talvez sejamos o Estado em que compete aí com Minas e São Paulo na produção do etanol, temos instalação de diversas usinas no Estado, e é preciso que haja por parte dessa Comissão um acompanhamento da implantação dessas usinas, uma vez que eu tenho acompanhado as inaugurações e vejo uma preocupação muito grande de alguns empresários com a questão trabalhista, oferecendo programas de capacitação, oferecendo apoio à comunidade na área de educação, de Assistência Social. Enquanto outros continuam ainda sem muita sensibilidade por essa área.

Eu tenho muito receio, V.Ex^a sabe que nós trabalhamos muito com a questão da criança e adolescente, e o trabalho precarizado ele afeta profundamente a família como um todo. Então eu gostaria que a Comissão pudesse acompanhar de perto as instalações dessas usinas e numa oportunidade convidar alguns membros para estar lá junto aos empresários, aos trabalhadores, para a gente evitar que venha acontecer, o que tem acontecido às vezes no nordeste onde eu pude como Secretária Nacional de Assistência Social retirar dos canaviais cerca de cem mil crianças.

Portanto, eu deixo aqui essa minha preocupação, e aproveito a oportunidade para cumprimentar a todos que aqui estão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Lúcia Vânia, nós teremos, e eu conversava um pouco com V.Ex^a, V.Ex^a alertava outro dia, por isso que V.Ex^a faz parte tanto da Comissão do Idoso quanto da Comissão de Criança e Adolescente, e a sua preocupação com o trabalho irregular, com as péssimas condições de trabalho. E nesse aspecto, e casualmente eu vou passar a palavra agora, nós teremos dia 30 uma Audiência Pública e V.Ex^a pode indicar nomes para debater a saúde do trabalhador e os acidentes no trabalho. Tem tudo a ver com a questão dos canaviais, ou seja, daqueles que cortam a cana. Os dados são assustadores. E por isso marcamos audiência ainda no mês de maio, por ser a

data simbólica do trabalhador para o dia 30. Estamos preparando essa grande Audiência Pública. E primeiro cumprimentar V.Ex^a por todo o seu trabalho e mais um alerta que faz nesse momento, e eu aproveito, antes das considerações finais da Mesa para passar a palavra ao Prof. Paulo Albuquerque, professor sociólogo das questões do trabalho, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que é autor inclusive de um livro, “Doenças do trabalhador...” vou ler aqui o título do seu livro, “Doenças do trabalhador, a irresponsabilidade social do capital”. Esse livro eu tive a alegria de fazer a apresentação e V.Ex^a está convidado para fazer a palestra no dia 30 também. V.Ex^a sabe, mas eu gostaria que V.Ex^a pudesse por cinco, dez minutos usar a palavra nesse momento.

SR. PAULO ALBUQUERQUE: Antes de mais nada eu queria cumprimentar a Mesa e aos presentes dizendo três palavras. Da oportunidade da pertinência e relevância da Audiência Pública, e mais, eu chamo atenção para o nome dessa Audiência Pública, “Demissões arbitrárias ocorridas contra dirigentes sindicais e membros de CIPA”. Título e qualquer título ele não é inocente, né, ele traz uma intencionalidade. E me parece que essa intencionalidade começou a se desenhar aqui. Foram visões diferenciadas onde o debate não chegou a acontecer. Ficou um jogo quase que de espelho. Mas me parece importante que as demissões elas de uma certa maneira mostram a faceta de uma sociedade que é autoritária e de uma legislação que é omissa, que joga para baixo do tapete determinadas incompletudes, determinadas omissões. E me parece que o importante da Audiência Pública é que ela aponta para uma determinada realidade, mas o mais importante é que a gente não fique preocupado e olhando o dedo. Porque no fundo a Audiência Pública e esse tipo de audiência relacionado com a questão dos Direitos Humanos, com a questão social, está apontando para a fragilidade do mundo do trabalho. E quando aqui nesse mesmo momento que está se discutindo as demissões de dirigentes sindicais e aparece trabalho escravo, aparecem questões de saúde, é exatamente isso que o livro que fez um diagnóstico dos abatedouros e aves no setor do Rio Grande do Sul busca apontar. Que a questão da saúde do trabalhador é elemento fundante da dignidade do trabalhador, da valorização do trabalhador. Quando a gente está discutindo saúde, a gente está discutindo a questão da vida. Porque é através do trabalho que se constrói a questão da sociedade. E essa foi a preocupação do livro. E mais ainda, de novo, a audiência e o tema dela estão apontando para determinadas irresponsabilidades sociais. Eu chamo atenção de irresponsabilidades sociais seja por parte do legislador que foi míope, e não viu, não

conseguiu desenhar um cenário mais amplo, por parte da universidade que também tem a sua contribuição porque fica de costas para vida e por parte das ações sindicais que também pensam uma outra forma de se fazer política. Me parece que a Audiência Pública tem esse caráter que é diferenciado, tornar público, fazer com que a política se exerça nos espaços públicos e não seja só em função de determinados partidos. Eu agradeço a brecha que foi dado, mas considero que discutir a questão do mundo do trabalho passa necessariamente por discutir a forma como está organizar o trabalho, a forma como está sendo feita a representação, mas fundamentalmente como é que se organiza esse trabalho e de que maneira o trabalhador está sendo prejudicado na sua saúde. Que é o seu único, ainda, é o seu único bem. É a única maneira que ele ainda tem ainda de se construir a vida. Então a pertinência, insisto, a oportunidade e a pertinência e a relevância da Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu agradeço ao professor. Quero informar a essa Comissão que a Senadora Patrícia Saboya, que deveria inclusive estar presidindo, só não está porque está doente e pediu que eu presidisse em nome da Comissão de Assuntos Sociais e Direitos Humanos. E também hoje à tarde vamos ter o debate da Emenda 03, que todo mundo sabe da minha avaliação, a irresponsabilidade de nós não debatermos o tema. Aí seria uma irresponsabilidade. E nós estamos debatendo. Tenho certeza acharmos uma solução. Mas a Senadora Patrícia está ouvindo ao vivo essa nossa Audiência Pública e me lembra que a saúde do trabalhador é no dia 31 de maio. Ela ligou aqui, não dia 30, mas 31 de maio, e quero também fazer uma homenagem pequena aqui, mas importante à Senadora Patrícia, que ela fez questão e essa é a orientação que ela deu a nós membros da Comissão de Assuntos Sociais, que dedicássemos o mês de maio para debater e votar de preferência questões voltadas ao mundo do trabalhador, ao mundo do trabalho. Então eu quero dizer que ela não está aqui porque está doente, mas que está acompanhando, já que estamos ao vivo. E nesse momento, como último a fazer uso da palavra antes da Mesa, eu passo a palavra ao Presidente da Federação dos Trabalhadores da Indústria da Alimentação do Rio Grande do Sul, Sr. Darci Pires Rocha.

SR. DARCY PIRES ROCHA: Bom dia. Primeiramente cumprimentar os que estão presentes a Mesa, o Senador Paulo Paim por essa iniciativa, por esse trabalho da Comissão, e dizer aqui que este livro coordenado aqui pelo Prof. Paulo, ele tem origem numa pesquisa realizada no Estado do Rio Grande do Sul pela Federação dos Trabalhadores da Alimentação,

em conjunto com 12 sindicatos filiados e que tem frango na base, e mais a universidade na pessoa do Dr. Paulo, e o Instituto Itapuí, aonde tem um diagnóstico do setor do ramo da alimentação que é extremamente preocupante. Aonde aponta que 20% da categoria dos trabalhadores da alimentação do Estado do Rio Grande do Sul ligado a esse setor hoje estão com a sua saúde comprometida, haja vista o ritmo elevado de produção, as más condições de trabalho, e as extensas jornadas de trabalho.

Então, esse livro tem origem nessa pesquisa. O assunto que está sendo colocado hoje aqui, que as demissões dos dirigentes sindicais, o ramo da alimentação também enfrenta diversas demissões. E o que é que nós pensamos? O que nós pensamos é o seguinte: Que basta regulamentar o art. 8º da Constituição de 88. E que isso não é feito não sei o porquê. Nós entendemos enquanto federação da alimentação que existe uma certa omissão por parte de todos, principalmente pela Câmara dos Deputados que deveriam regulamentar o art. 8º ao invés de fazer outras discussões que não tem muito sentido. Porque lá no art. 8º, inclusive fala da questão da representação dos trabalhadores, aonde que diz que a partir de 88 era pelo princípio da razoabilidade. Aí vem o Poder Judiciário e traz de volta o art. 522 da CLT e passa a valer inclusive sobre a Constituição. A questão das contribuições sindicais também está regulamentada no art. 8º da Constituição aonde diz que a Assembléia dos Trabalhadores é soberana para dizer com quantos trabalhadores vão contribuir, quando. E isso também não é obedecido. Lá entre o Poder Judiciário mais uma vez dizendo que é para sócio. E aí alguém falou aí na Mesa e eu concordo que lá não está escrito em lugar nenhum, que é para sócio ou para não sócio. Os sindicatos representam, as federações, representam a categoria como um todo. E isso não é respeito. Por isso a gente quer deixar nossa posição muito clara aqui nesse sentido, basta regulamentar o art. 8º da Constituição. E ao invés de trazer e sancionar aqui a Convenção 87, por que então, e aí está o representante da nossa central sindical, a nossa federação é filiada à CUT, por que então a gente não pede para que seja colocado aqui no Brasil a Convenção 158 que acho que resolve todos os demais problemas. Então é essa a nossa colocação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então nós vamos passar às considerações finais da Mesa. Vamos iniciar da minha esquerda para a direita. A CUT ficou na direita. Concorda?

SR. CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA: Depende do referencial.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ah, tá. Isso é só para descontrair. Não, aqui acho

que todos têm uma posição equilibrada, centrada e do melhor para o País. Foi só uma brincadeira. Começo aqui com o Moacyr então, Secretário-Geral da Nova Central. Considerações finais.

SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD:

Gostaria de cumprimentar a Senadora Patrícia e desejar recuperação plena, o mais rápido possível para retornar a essa Casa. E nessa linha, Senador, eu gostaria também de desejar plena recuperação também de saúde a um guerreiro que estaria aqui com certeza que é o companheiro Shulte e que tenho absoluta certeza que ele também está assistindo ao vivo, embora--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Se me permitir, eu estive lá visitando ele. No dia primeiro de maio fiz questão de ligar para ele e ele está se recuperando bem graças a Deus.

SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD:

Graças a Deus. E com certeza também está assistindo. Abaixo diz assim: calma, calma, calma. Um grande abraço ao nosso companheiro, Shulte. Gostaria também de registrar aqui também mais um conterrâneo da Senadora, Roosevelt que representa a Federação do Turismo e Hospitalidade, além do Nelson e o companheiro Calazans, Diretor do Sindicato dos Hoteleiros de São Paulo. E nesse gancho eu peço que cada um imagine que o maior sindicato dos empregados do comércio hoteleiro da América Latina, como é que vai fazer para administrar e fazer sua base no teu trabalho do dia-a-dia com sete dirigentes sindicais. Como é que um sindicato desse tamanho, além... Estão brigando, vamos supor, que tem os sete, mais os sete suplentes, mas os três do Conselho Fiscal, mais suplente que chega, mais dois representantes, como é que vai fazer para dar assistência, e a altura do trabalhador que ele necessita e que ele merece. Igual ao companheiro Calazan está cheio. E o que o Neto colocou aqui foi uma realidade. Nós seguramos o empresário, tenta segurar de tal forma e acaba saindo pelos vãos dos dedos. Ele tenta segurar o limite de dirigentes sindicais para uma determinada... Para um determinado sindicato, e acaba forçando para trabalhador poder ser assistido no todo o Estado dentre toda a categoria, ser duplicado isso e fazer com que o sindicato seja duplicado com a mesma direção, os mesmos princípios onde seria muito mais econômico, seria muito mais viável, muito mais racional para o trabalhador.

Senador Paim, eu gostaria, finalizando, acho que o que foi falado aqui, já foi contemplado, parabenizar V.Ex^a pelo seu trabalho e dizer que nós continuamos na luta. Pode nos chamar que nós estamos juntos, e hoje à tarde continuaremos dando ênfase a esse trabalho. E peço aos Senadores que, por favor, pelo amor de Deus, nos ajude a ajudar o trabalhador. Que da forma

que está sendo feito, da forma que está sendo conduzido o processo, o trabalhador... Nós estamos nos finais dos tempos praticamente. Acaba com o dirigente sindical, acabam com a arrecadação do dirigente sindical, empurra a Emenda 03 para acabar com a representação para o registro em carteira. Com isso acaba a Previdência Social, acaba o Fundo de Garantia que isso é uma escala. Será que nós estamos fazendo o processo inverso? Em vez de melhorar a qualidade do trabalhador, melhorar a situação do povo brasileiro, nós estamos fazendo o caminho inverso para voltar à escravidão? Acho que não é isso que merecemos, eu acho que não é isso que o povo brasileiro quer. Meus parabéns, Senador Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra ao Presidente da CGTB, Sr. Antônio Neto.

SR. ANTÔNIO FERNANDES DOS SANTOS

NETO: Obrigado, Senador. Primeiro, agradecer profundamente a oportunidade, são três, primeiro pela oportunidade. Saudar os companheiros todos aqui presentes, mandar um abraço ao Shulte que está nos assistindo, saudar especialmente também aqui o Dutra da CNTC e da USC(F) que estava até aqui até agora, que deve estar aqui no corredor, nosso amigo Calazan e demais companheiros que estão por aqui. Parabenizar o trabalho aí do sindicato da Federação da Indústria da Alimentação, eu acho que nós temos um papel muito importante que quem conhece a categoria somos nós e devemos fazer esse tipo de contribuição. Nosso sindicato em São Paulo, do trabalhador de ITI, eu sou o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Informática do Estado de São Paulo, fizemos um estudo, ajudamos a Dr^a. Lis lá da Delegacia Regional do Trabalho, Médica do Trabalho, a uma tese de doutorado sobre o impacto da informática nos trabalhadores de informática. E depois que ela fez a tese, eu brinco muito que são raras as teses de doutorado que a gente consegue pragmatizar. A maioria são aquelas histórias, o impacto das fezes da borboleta na manutenção dos tratores do campo. É uma excelente tese. Só que você não pragmatiza essa tese. Ultimamente são duas teses que a gente conseguiu pragmatizar. A primeira foi da Dr^a. Lis lá da DRT São Paulo, que virou uma convenção coletiva tripartite, o SINDPD, o SEPROS e o Sindicato Patronal, o Sindicato dos Trabalhadores com a interveniência do Ministério do Trabalho na questão da saúde do trabalhador de informática. Vocês sabem, informática é uma coisa nova. Tudo que é “ite” que vocês ouvirem falar, bursite, tendinite... Pega com a gente. E não aprende. Nós estamos aqui... Ah, eu lembro meu tempo de programador trabalhando numa empresa, os caras falavam. Ah, vocês ficam tudo lá no

ar-condicionado e a gente aqui se ferrando. É, só que o ar-condicionado não é para nós, é para o computador. Nenhuma empresa põe ar-condicionado na área de informática para os trabalhadores. Por conforto térmico dos trabalhadores. Era por causa da máquina. A máquina tem que ficar entre 18 e 20 graus. [risos] E a gente fazia o quê? Entra e sai da sala do computador, dava o quê? Dava paralisia facial, dava rinite alérgica que eu tenho até hoje, e uma série de outras. Então nós fizemos estudos sobre essas doenças e todos os impactos. E não só isso, questão metal também. Da saúde do trabalhador. E quero ter o prazer no dia 31 também participar dessa Audiência Pública e trazer a nossa contribuição dos trabalhadores de informática do Estado de São Paulo uma bela de uma tese.

A outra tese vale a pena, é da Dr^a. Denise Gentil da Universidade Federal do Rio de Janeiro sobre “A falácia do déficit da Previdência”. Vale a pena vocês conhecerem. É uma das poucas teses, volto a dizer, que você pragmatiza. Ou seja, faz uma análise de toda a história e vê que na verdade estão nos mentindo. Começa com DRU, e depois sem contar com todos os desvios e todas as Emendas que foram feitas para prejudicar a Previdência, precarizá-la, transformá-la mínima, num piso de dois ou três salários mínimos para que depois o grande capital venha com a tal da Previdência Complementar. E aí Banco, mais uma vez, se beneficiarão largamente. Então vale a pena conhecer essa tese.

E eu queria me colocar, Paim, a sua disposição. Você sabe que eu sou um soldado seu. Você convocou, a CGTB está aqui. Aonde você convocar nós estaremos para dar a nossa contribuição. Você tem sido nosso aliado, nosso parceiro, e nosso dirigente aqui dentro. Eu espero que este Senado, que tem nos dado grandes alegrias possa reverter alguns erros históricos. A Emenda 03 é um erro histórico. Ela passou de tal maneira tão lisa que não se aperceberam do impacto que ela podia dar. Sob a ótica, e nós vamos debater hoje à tarde sobre isso. Sob a ótica está ali o companheiro Dutra, sob a ótica de que temos que legalizar até a OAB em São Paulo está equivocada. Soltou uma nota ontem absurda que nós vamos dar um escândalo neles hoje para dizer o seguinte: Não é dizer que o fiscal pode fazer o que é quer. Nunca pode. O fiscal sempre trabalhou direito. As exceções, nego quer transformar regra em exceção. Mas na verdade está transformando a relação capital trabalho de uma maneira perversa. Eu posso falar isso de cátedra. O meu setor é um dos setores onde mais houve a piorização. Então hoje à tarde nós vamos ter um bom debate sobre isso. Quero me reservar para guardar. E me colocar a disposição, parabenizar esta Comissão,

parabenizar você Paim mais uma vez por esse Projeto, e tenho certeza que seus pares aqui que são Senadores de grande compromisso com a história do Brasil, a história da classe operária, das crianças, dos idosos, vão poder produzir uma contribuição bastante grande e deixar aqui um abraço forte a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado. E passamos a palavra nesse momento ao representante da Central Única dos Trabalhadores, Sr. Carlos de Oliveira.

SR. CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA: Bom, esse tema, ele na verdade ocupou um espaço importante nesse debate, mas também é preciso registrar que o debate foi bastante amplo. Em absolutamente todas as falas de todos aqueles que contribuíram nesse debate nós ampliamos, nós tivemos a oportunidade de ampliar além daquilo que seria o objeto único de debate. Isso não aconteceu à toa. Isso aconteceu e vai acontecer a todo momento que se pautar um determinado assunto específico que traga a memória de absolutamente todos as questões relativas a relação entre representação sindical e ação patronal, e nesse particular nós ainda gostaríamos, a Central Única dos Trabalhadores, ainda gostaria de fazer umas últimas reflexões. Ainda bem que o Relator retornou. Eu ficaria um tanto quanto desajeitado aqui fazendo algumas referências à vossa fala sem a sua presença. Mas em particular, é uma idéia que V.Ex^a colocou aqui que eu gostaria de refletir em público, que seria a questão da proporcionalidade de representação das chapas que concorrem a uma determinada eleição. Seria importante o Senador saber que embora do ponto de vista teórico isso talvez até represente um avanço para a democracia, mas seria importante o Senador saber que, por exemplo, nós temos eleições onde sequer a chapa de oposição consegue se registrar. Nós temos eleições que mesmo registrando você não tem direito a mesário. E registrando e tendo direito a mesário você não entra na sala que está tendo a apuração. Portanto, e essa é uma das deformações que existe no atual sistema. Teve companheiro meu aqui que defendeu talvez de forma apaixonada a unicidade, mas é importante lembrar esse dito popular. Teoria na prática é outra. A unicidade na teoria é fantástica. Que trabalhador não quer a unicidade? Praticamente todos. Quando vamos para prática a história não é bem assim. É um grupo de trabalhadores mais espertos que se apodera do sindicato, cria no seu estatuto, eu já vi estatuto de sindicato que dizia o seguinte, que para você poder se candidatar, você deveria ter feito parte de uma Diretoria anterior. Esse era um dos critérios. Um critério absolutamente absurdo e excludente. Quer dizer, só

pode ser Diretor, se candidatar àquele sindicato quem já o foi no passado.

Então, nós temos... Isso sem contar... Eu relatei talvez aquilo que é mais ameno, porque nós temos eleições sindicais que sai morte. Tem carro queimado. Você passa pelo local da eleição você imagina que houve um atentado terrorista ou coisa parecida.

Então, esse é o problema. Esse é o problema. Como é que nós vamos resolver isso? Fórum Nacional do Trabalho, em que pese as críticas, foi um fórum onde teve a participação das representações sindical, patronais, os governos, e lá foi possível pensar uma alternativa.

Bom, se não é... Se é possível ter um sindicato só, quem vai decidir isso é a categoria, é através de Assembléia. A categoria vai dizer: Eu quero um único sindicato. Ponto. Paciência. Agora, se a categoria não quer, ela quer mais de um, também nós vamos ter essa oportunidade. Pelo menos no Fórum Nacional do trabalho nós teríamos essa oportunidade. E é qualquer um que monta o sindicato? Qualquer um que monta. Agora, só teria a prerrogativa da negociação, a prerrogativa de exercer a representação sindical quem tivesse um número mínimo de filiados. Aí vem aqueles que falam assim: Ah, mas aí o patrão vai nadar de braçada, ele vai montar um sindicato.

Bom, se um patrão monta um sindicato e os trabalhadores se filiam a esse sindicato, então ele não quer o sindicato. Isso é democracia.

Então, eu sei que não tem nada a ver com o tema específico, mas eu gostaria de fazer essas reflexões porque senão a gente acaba privilegiando a teoria, e não dando atenção àquilo que é a prática, aquilo que existe de fato hoje no movimento sindical.

Acredito que essa iniciativa, e eu já manifestei isso na minha fala inicial, essa iniciativa do Senador Paulo Paim é muito importante. O fato dessa Casa dar luz a esse debate é também bastante importante, porque isso ajuda a mudar de alguma forma, ou pelo menos nós estamos acumulando no sentido de mudar a cultura desse País. Que é uma cultura onde já foi dito aqui pelo Prof. Paulo, uma cultura autoritária, e isso se reflete na lei, nós temos uma tradição jurídica extremamente autoritária, e na medida que nós temos esse contexto fica muito difícil para você ter uma atuação mais decisiva em representação aos trabalhadores. De qualquer forma, as centrais sindicais cumprem um papel bastante importante, apesar das limitações, apesar da discriminação, apesar de todos os obstáculos colocados tem sido um esforço bastante grande. E essa iniciativa, para encerrar, tem o apoio da Central Única dos Trabalhadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Agradeço ao Carlos de Oliveira, e antes de passar ao Relator quero fazer mais uma consideração que percebi, eu queria não perder essa oportunidade, até como eu falei ontem na Tribuna, eu quero repetir aqui, eu digo aqui no meu pronunciamento que gostaria humildemente, humildemente de dar também uma contribuição ao debate do movimento sindical, e fazer aqui cinco pedidos. Eu sei que vocês dirão provavelmente dirão, mas eu faço questão de enfatizar aqui porque essa eu sinto que é a vontade também de inúmeros Senadores e Deputados que esses temas sejam debatidos. Que os representantes dos trabalhadores, no fórum da Previdência pautem o fator previdenciário. Toda a Casa sabe que eu tenho batido nesse tema 24 horas por dia. Eu acho sinceramente o fator previdenciário o maior crime cometido contra os trabalhadores. Só pega os pequenos. Só pega aqueles que ganham de um a no máximo, vamos dizer hoje, seis a sete salários mínimos. Eu dizia ontem, os altos salários nenhum pega. Se não pega os altos salários, se é tão bom e não pega os altos salários, vamos dar essa bondade também para os que ganham pouco, e vamos tirar também dos que ganham pouco. Porque só pega. Não peca ninguém do Legislativo, Executivo e nem do judiciário. E nem a minha aposentadoria. Eu sempre dou o meu exemplo. Eu quando me aposentar vou me aposentar por tempo de contribuição. E por que é que não aplicam para mim também o fator previdenciário? No mínimo faça uma Emenda nesse sentido. Vai se aplicar todo mundo. Como eu acho ele perverso, eu não quero que aplique a ninguém. Os servidores públicos com razão vão chiar. Pô, Paim, agora querem que aplique em nós esse banditismo. Não. Eu estou dando um exemplo só. Não tem que aplicar em ninguém. Já que está o fórum reunido, vamos discutir outra forma de cálculo, mas não o fator previdenciário que acho que é gravíssimo.

Segundo pedido, temos que enfrentar o debate da redução dos encargos sobre a folha de pagamento. Toda vez que levantamos isso, tem alguém: Mas como é que é, retirar direito? Não. Nós vamos retirar um direito. Mas vamos discutir. Aquele encargo que der para sair sobre a folha e ir para o faturamento, vamos jogar para o faturamento. Exemplo, a Previdência, a parte do empregador, está comprovado que se for faturamento é bom para todo mundo, inclusive para o empregador e aumenta a caixa da Previdência. Ontem o Senador Wilson que é um especialista na área da educação, inclusive são donos de universidade, como tem outros que são, ele disse o seguinte, se passar para o faturamento, é melhor inclusive para nós da educação. Vamos pagar melhor os professores, mas vamos pagar sobre

o que a universidade faturar. E acabou, disse ele. Porque é muito mais pesado para quem gera emprego, se a parte da previdência for jogar sobre a folha, do que sobre o faturamento. E rapidamente, eu tenho uma preocupação enorme que eu quero aproveitar nesse momento para dizer para todos vocês. Nós temos que achar uma saída sobre a situação dos aposentados e pensionistas que ganham mais que um salário mínimo. Não dá para eles continuar não ganhando nem próximo àquilo que se dá ao salário mínimo. A situação deles é desesperadora. Temos que pautar e construir uma política de reposição dos benefícios dos aposentados e pensionistas, estou me referindo àqueles de novo que ganham de um a sete salários mínimos. Eles também, além disso não ganham o mesmo percentual. Como é que a gente poderia aprofundar esse debate.

E o quarto, não é porque o Chávez agora resolveu aplicar lá. Não tem nada a ver. Todo mundo sabe a minha posição. Eu sou Lula e não sou Chávez. Quero deixar bem claro isso. Mas não é porque o Chávez resolveu que é 36 horas já a partir de 2010 que eu vou dizer isso aqui. Não é. É porque essa proposta nós viemos debatendo ela no conjunto do movimento sindical desde que eu era sindicalista, e aqui no Congresso também. Nós temos que discutir a redução de jornada sem redução de salário de uma forma muito bem abalizada. Reunindo empresários, trabalhadores, e com certeza vamos gerar mais emprego. Eu sei que é pauta do movimento sindical. Eu quero dizer que é vontade também do Congresso debater esse tema. E por último é a participação dos trabalhadores no lucro das empresas. Eu acho que esse tema une inclusive empresário e trabalhador. Quando empresário e trabalhador entender que quanto mais lucrar mais ambos vão ganhar, é diferente. Eu me lembro que uma vez nós tínhamos aversão ao lucro, né? Eu acho que hoje a gente já superou esse debate. O lucro é bom porque gera emprego, investimento, e conseqüentemente vão pensar na distribuição desse lucro. Porque o que existe hoje é uma falácia. Com todo respeito. O que existe de participação nos lucros é uma falácia. O que existe é o seguinte, desde que as partes negociem e acertem, e nós sabemos que 90% dos trabalhadores não têm participação nos lucros das empresas. Nós teríamos que ter uma lei que dissesse um percentual mínimo do lucro será distribuído entre os trabalhadores. Quando eu falo isso, pode ver que não é um discurso socialista nem revolucionário. Pelo contrário, é um discurso bem capitalista. Quem está me ouvindo... “Pô, o Paim...” Eu falei um pouco a direita, agora estou puxando para cá. É bem centrado, é do capitalismo. A participação do trabalhador no lucro. Como é bom o trabalhador entender que quanto mais aumentar a produtividade, a

qualidade, e se ele melhorar as condições de trabalho, claro que ele vai produzir muito mais, mas no final do mês ou do ano ele vai ter um percentual a mais do que aquilo que ele ganha normalmente.

Então, acho que o debate de uma lei séria, e construída em acordo entre empresários e trabalhadores, que eu acho que é possível, eu acho que é possível, da participação dos trabalhadores nos lucros das empresas seria muito bom que tivesse também na pauta. Como eu falei por último e vocês tomaram só nota, vocês vão ter oportunidade a tarde, se quiserem falar sobre isso. [risos] Então vou passar para ao Relator. Eu sei que essas propostas a maioria quer fazer justiça, está na pauta de vocês. Mas eu queria reforçar uma pauta que eu sei que o movimento sindical tanto as confederações como as centrais já têm ela como um dos propósitos.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Presidente Paulo Paim, senhores representantes das centrais sindicais. Queria comentar as observações feitas pelo Sr. Carlos Henrique, representando aqui a Central Única dos Trabalhadores, a respeito da falta de democracia ou do atropelo às normas democráticas que devem presidir uma entidade sindical.

Então, o exemplo que o senhor nos oferece e que nós conhecemos infelizmente ocorre em várias entidades sindicais do nosso País, diversos ramos de atividade, muitas vezes quem está no comando, na direção do sindicato cria um conjunto de dificuldades para que haja uma maior participação de setores da categoria na gestão da sua entidade. A dificuldade para compor, aceitar o registro de chapas de oposição da falta de fiscalização ou proibição dificultar o processo de fiscalização dos processos eleitorais. Isso, infelizmente, é uma realidade que nós encontramos em muitos lugares, embora não seja uma regra. São exceções. Mas são exceções que de certa forma preocupam. E essa proposta da proporcionalidade na composição das eleições sindicais, me parece até referido aqui na fala do Senador Jayme Campos, creio que é uma questão importante para aprofundar a democracia, porque inclusive uma participação dos diversos setores que compõem a entidade sindical, ou as entidades sindicais, contribuirão para que o processo de participação seja mais democratizado, e eu queria citar, inclusive, um exemplo que Estado do Pará, Estado que represento aqui nessa Casa, o Sindicato dos Trabalhadores em educação no Estado do Pará, o SINTEP que está presente nos 143 Municípios do Estado do Pará. É o único sindicato, o nosso Estado, ao que eu conheço, ao que eu sei, que adota o princípio da proporcionalidade. Desde que a chapa para compor a direção deve ter pelo menos 10%, o mínimo de 10% dos votos da categoria

na eleição para poder se fazer representar. E hoje, por exemplo, o SINTEP que é presente num Estado tão grandioso, de grande extensão territorial como o Pará, com 143 Municípios, uma diversidade social e cultural tão grande, mas nessa questão da representação sindical dos trabalhadores em educação, nós temos um exemplo de como funciona bem essa repartição das responsabilidades na gestão sindical na medida em que há diversas forças política que estão organizadas no âmbito do sindicato tem a participação na gestão. Creio que o exemplo para com certeza existem outros exemplos em outras categorias, em outros segmentos de trabalhador pelo País afora, nos ajudem a fornecer a convicção de que talvez seja esse um caminho que nós precisamos adotar. Mas se isso é fruto de um debate que precisamos aprofundar, bem como as outras questões aqui apresentadas--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Estou dizendo aqui a Mesa, para ajudar, que aqui os painelistas falam sempre que quiser como Senadores.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Com certeza. Essa disposição democrática do nosso Presidente que permite que todas as nossas Sessões sejam coroadas de êxito, as pessoas que vêm aqui se sentem absolutamente à vontade para participar, oferecer suas sugestões, para criticar, para formular posicionamento diferente daqueles que estamos expressando aqui. E eu creio, Presidente Paim, o seu exemplo aqui dito, não só pelos seus colegas Senadores, mas pelos representantes do movimento sindical, é a mais clara demonstração de como a democracia tem que ser praticada. Então esse diálogo aqui aberto, direto, transparente contribui muito. E essa nossa Sessão de hoje, essa audiência de hoje, conjunta das duas Comissões, Direitos Humanos e assuntos sociais, eu creio que é um exemplo desse debate democrático para aperfeiçoar, instruir um Projeto de Lei que tem muita importância para a organização, o respeito e aos direitos do trabalhador, a sua representação, a sua autonomia, a sua estabilidade como questões fundamentais para garantir uma representação que efetivamente esteja à altura dos interesses dos trabalhadores brasileiros. Mas eu queria saber qual a questão que mobiliza o nosso Antônio Neto.

SR. ANTÔNIO FERNANDES DOS SANTOS NETO: Só para contribuir, que eu fiquei um pouco incomodado com algumas colocações porque parece até que é quem defende unicidade tem pacto com o diabo. Quando é o inverso. Eu queria dizer, Senador, a CGTB tem uma tese sobre a questão eleitoral sindical. A tese é muito clara. Tem que haver uma Lei Eleitoral Sindical. Para nós da CGTB quem tem carteira assinada tem

direito a voto. A categoria toda, como um todo. Para ser candidato... É o princípio partidário. Todo cidadão tem direito a voto. Ele paga imposto. Agora, para ele ser candidato ele tem que estar inscrito num partido. Então, tem que estar inscrito no sindicato um tempo antes. Um ano, dois anos antes para partido político é um ano no mínimo. Segundo, aprendi isso na Venezuela, não sou Chavista, sou Lulista... [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permite, porque agora eu recebi um telefonema aqui para me explicar se eu tenho alguma coisa contra o Hugo Chávez. Não tenho nada. Apenas dizer que o Presidente do Brasil é Luís Inácio Lula da Silva, e é com ele que eu vou negociar, nós vamos negociar. Não tem nada a ver com o Hugo ter adotado turno de seis horas e estabilidade no emprego e um salário mínimo para as donas de casa.

SR. ANTÔNIO FERNANDES DOS SANTOS NETO: Senador, e lá os tribunais eleitorais, o sindicato quando foi feito um plebiscito e mudou a Lei Eleitoral lá, Sindical, o sindicato quando definiu a regra do jogo, ele vai e entrega a lista de eleitores para o Tribunal. O Tribunal publica a lista de eleitores. E ainda abre prazo para quem quiser da categoria ir lá impugnar. E aí você tem o processo. A hora que ela aprova o Tribunal Regional lá aprova a lista, aquela é a lista de eleitores. E depois de feita a eleição, você vai registrar as atas de apuração do Tribunal. Ele não tem intervenção nenhuma. Ele faz só um processo burocrático legal para dar uma transparência cada vez maior.

Então veja, categoria inteira votando, tem carteira assinada, trabalha na categoria, tem direito a voto. Para ser candidato tem que estar filiado ao sindicato. Assim como eu acho que a mesma coisa é a OIT. Na questão do trabalho não é qualquer um que é candidato. Quem é candidato tem que ser filiado ao sindicato. E quem comanda aquela eleição é o sindicato. Porque senão o patrão vai comandar o jogo de ponta a ponta. Então o TRE publica a lista e reconhece as atas e aí dá posse. Acabou.

Então, uma lei eleitoral. Quando eu debati isso, e aí que eu quero dizer aqui a CUT, o Fórum Nacional está vencido e foi derrotado nesse Congresso Nacional aqui, derrotado pelo Fórum Sindical dos Trabalhadores. Porque havia uma exclusão lá dentro e havia além de tudo uma visão perversa de dizer o seguinte: Não há consenso, vale a posição do Coordenador Nacional do fórum. Que tinha suas convicções pluralistas, etc. Quer dizer, não há consenso, ele dita o que é quer. Isso não é democracia.

Segundo, fizemos um debate grande aqui, o Tarcísio Zimmermann tinha um projeto, e depois o Marcelo [inaudível] tinha outro e a gente acordou, matava os

dois projetos e gerava um Comissão Mista para os dois gerarem um novo Projeto. Há um grande avanço nisso. Aí o Vargas, que era o coordenador nacional do fórum: Ele falou, “Você acha que precisa ter lei eleitoral para comandar sindicato?”, Eu falei: “Acho sim. Para Lula ser Presidente da República, tem Lei Eleitoral. Para o trabalhador ser. Qual o problema do sindicato ter Lei Eleitoral também?” E aí poderia regular essas mazelas. Porque companheiros que me pese aqui, conflitos de morte, parece terrorismo... Agora, eu vi brigas entre eles mesmos. Entre as próprias centrais, grupos divididos entre eles mesmos. Quer dizer, as exceções, nós não vamos trabalhar por exceção nunca. Vamos trabalhar pela regra. E a regra, imensa maioria do movimento sindical são ordeiros, pacíficos, e dignos representantes da classe operária.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Só para concluir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como eu disse, o Senador aqui não pede, usa a palavra. [risos]

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, queria também manifestar o meu entendimento que nós somos defensores da liberdade e autonomia sindical. Nesse sentido, e contrário, portanto, a interferência do Estado no funcionamento do sindicato, na sua fundação, no seu processo interno de funcionamento. Eu creio que essas regras... É fundamental que os trabalhadores consigam construir organização e consciência o suficiente para fazer a gestão da melhor forma possível das suas organizações. E quando eu me referi a pouco sobre conflitos no interior dos sindicatos para dirimir ou tratar as questões eleitorais, etc e tal, fiz questão de dizer que felizmente são exceções. A grande maioria dos nossos associados ao movimento sindical brasileiro e suas direções têm conseguido conduzir esse processo com muita autonomia e com democracia, salvo raras exceções. Então eu queria manifestar a minha opinião ainda sobre essa questão da liberdade autonomia sindical onde eu creio que o próprio movimento tem que definir as regras, a forma... Mas estou aberto, sem dúvida, a ouvir melhor, uma explicação quem sabe me convencer se isso é questão para ser pautada e tratada, encaminhada aqui sob a forma de uma Legislação específica. Mas isso é matéria para o debate.

Quanto a referência feita pelo nosso Presidente Paim sobre conquistas e... Que se realizam hoje na Venezuela, bem como em outros Países da América Latina que começam a encarar e definir questões fundamentais relativo a sua... A alguns Países, como a Venezuela, a Bolívia, e começam cada vez mais a manifestar e a criar condições para garantir as condições

mínimas de sobrevivência, de liberdade e organização aos seus povos, cada um com sua autonomia, com a sua independência enquanto País, mas dizer que vejo com bastante simpatia os movimentos que têm sido realizado e as reformas políticas, econômicas, sociais, trabalhistas que vêm ocorrendo em alguns desses Países da América Latina como algo que deve nos servir como exemplo, como avanços democráticos embora nós tenhamos nós aqui de fazer a nossa parte para consolidar essas conquistas, esses avanços em nosso País. Portanto, servem como referência, servem como estímulo. Estímulo esse e propostas essas que têm efetivamente a minha simpatia, o meu endosso, porque acho que nós somos América Latina, somos... Temos que nos considerar como um povo, a grande Nação Latino-Americana tem que avançar sob o ponto de vista da luta e conquista dos trabalhadores cada vez que qualquer um dos nossos País- membro, qualquer País do continente que adota uma medida, medidas que avançam no sentido das conquistas sociais dos trabalhadores têm que ser registrada, tem que ser aplaudida e tem que servir como estímulo para que façamos nós a nossa parte em nosso País. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery, tanto é verdadeiro e V.Ex^a foi muito feliz que usou a palavra simpatia, que se pegamos projetos que nós aqui apresentamos aqui no Senado, eu diria que Hugo Chávez copiou os nossos aqui. [risos] Tanto que é uma simpatia, né. Porque nós que digo é o movimento sindical. Nós temos redução de jornada, nós temos a questão da proteção do emprego, nós temos a regulamentação para que a dona de casa possa receber efetivamente a aposentadoria de no mínimo um salário mínimo. Enfim, não há uma daquelas propostas lá aprovadas que não esteja em debate também aqui no Brasil. E V.Ex^a foi muito feliz com a palavra simpatia. Eu gostei desse termo.

Então, para não criar nenhuma onda contra, vou ficar com o seu termo. Nós todos sermos simpáticos, mas discutir dentro da nossa realidade.

Com esta fala eu encerro a presente reunião e não esquecendo a todos que nós hoje às 14h, na sala 02, na Comissão de Direitos Humanos, nós vamos debater a Emenda 03. Estão convidados sindicalistas, Ministério do Trabalho, Ministério Público e os Senadores que prestigiaram esta Sessão. Estiveram aqui conosco em torno de 22 Senadores. Participaram do debate e encerramos. Senador José Nery, e... E o Senador Jayme Campos. Eu tinha um amigo meu que era Jaime e ele trabalhou no SENAI muitos e muitos anos comigo. Então o seu nome eu não devia esquecer nunca. Nunca. E ele me ajudava muito nas provas. Vou contar baixinho isso. [risos] Porque eu presidia o

grêmio e chegava na prova e o Jaime me dava uma mão. Mas isso eu não faço nunca mais. Só fiz uma vez. Senão vou ser xingado amanhã. Está encerrada a presente reunião. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 11h52.

ATA DA 19ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, CONJUNTA COM A 17ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 3 DE MAIO DE 2007, QUINTA-FEIRA, ÀS 14:00 HORAS.

Às quatorze horas do dia três de maio de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sob a presidência do Senador Paulo Paim, reúnem-se as Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Assuntos Sociais, em reunião conjunta, com a presença dos Senhores Senadores **Flávio Arns, Paulo Paim, Arthur Virgílio, José Nery**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atende ao Requerimento nº 17, de 2007 – CDH, com vistas a tratar do tema da emenda nº 3, constante do Projeto de Lei nº 6.272, de 2005, que cria a Receita Federal do Brasil, vetada pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Autores: Senador Paulo Paim e Senadora Ideli Salvatti. Convidados: Presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores – CGT - **Antônio Carlos dos Reis (Salim)**; Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB - **Antônio Fernandes dos Santos Neto**; Presidente da Nova Central – **José Calixto Ramos**; Presidente da Central Autônoma de Trabalhadores – CAT – **Laerte Teixeira da Costa**; Presidente da Força Sindical – **Paulo Pereira da Silva, representado pela Secretária de Cidadania e Direitos Humanos da Força Sindical - Mônica P. Oliveira Lourenço Veloso**; Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT - **Artur Henrique da Silva Santos**; Presidente da Social Democracia Sindical – SDS – **Enilson Simões de Moura (Alemão)**; Presidente do Fórum Sindical dos Trabalhadores – **José Carlos Terret Shulte, representado por Luiz Seufiteli Dutra**; Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA – **José Nilton Pandelot, representado pelo Vice-Presidente da ANAMATRA, Juiz Cláudio José Montesso**; Advogado Tributarista – **Ives Gandra Da Silva Martins**; Advogado Trabalhista - **Roberto De Figueiredo Caldas**; Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT - **Sebastião Vieira Caixeta**. O Presidente desfaz a 2ª mesa e convida para compor a 3ª mesa a Representante da

Força Sindical - **Mônica P. Oliveira Lourenço**, o Presidente da Nova Central e Conselheiro da OAB– **José Calixto Ramos**, a Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – **Rosa Maria Campos Jorge** e o Advogado Trabalhista - **Roberto de Figueiredo Caldas**. O Presidente abre os trabalhos com as aprovações das atas das reuniões anteriores, dispensadas as suas leituras pelo Colegiado. O Presidente, após as suas considerações iniciais, explica como os trabalhos serão desenvolvidos e, em ato contínuo, convida os senhores palestrantes, três a três, a tomarem assento na mesa. Todos os componentes da mesa fazem uso da palavra. O Presidente anuncia, para o dia 15 do corrente, a realização de outra audiência pública sobre o mesmo tema, com a participação dos seguintes convidados: um representante da OAB/SP; Ives Gandra da Silva Martins, Advogado Tributarista; Armando de Queiros Monteiro Neto, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Antônio de Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio – CNC; Clésio Andrade, Presidente da Confederação Nacional de Transporte – CNT; Daniel Pimentel Slavieiro, Presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão - ABERT; Nelson Siroststy, Presidente da Associação Nacional de Jornais - ANJ. Em ato contínuo, o Presidente, às 17h05, abre a palavra ao Plenário. Fazem uso da palavra o Senador José Nery, o Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT - **Sebastião Vieira Caixeta** e o **Senhor Jorge Nazareno Rodrigues** – Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região. Em ato contínuo, passa a palavra à mesa para as considerações finais. O Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores para suas indagações. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **José Nery e Paulo Paim**. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião às dezessete horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Paulo Paim**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nos termos do Requerimento nº. 17/2007 da CDH, com vistas a tratar do tema da Emenda nº. 03, constante do Projeto de Lei nº. 6.272/2005, que cria a Receita Federal do Brasil, vetada pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva. Audiência Pública Conjunta da CDH com CAS. Autores, Senador Paulo Paim e Senadoras Ideli Salvatti.

Seguindo aqui a questão regimental, nós além de declarar aberta a 12ª Reunião Extraordinária da

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa conjunta com a 17ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, para tanto solicito a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores e as coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovados.

Passamos para a pauta de imediato vamos convidar para a Mesa o Sr. Antônio Fernandes dos Santos Neto, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores, CGTB, o Sr. Ives Gandra da Silva Martins, Advogado Tributarista, e o Sr. Sebastião Vieira Caixeta, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

A intenção é fazer três Mesas. Eu apenas chamei pela ordem de que estava aqui na minha mão, e incluir o Sr. Ives Gandra que conforme acordo firmado já com os outros convidados, teria que sair mais cedo.

Então, nessa ótica do pedido do Dr. Ives Gandra da Silva Martins, eu de imediato passo a palavra ao Dr. Ives Gandra para que ele possa discorrer sobre a Emenda 03, vetada pelo Sr. Presidente da República.

Sr. Ives Gandra, V.Exª está com a palavra por 15 minutos por mais cinco se assim entender necessário. Eu mais uma vez reafirmo que essa Audiência Pública devido à polêmica instalada com o veto do Presidente à Emenda 03, visa esclarecer, debater, e até num viés, porque não, de chegarmos num entendimento que evite um confronto só na votação de quem é a favor do veto e quem é contra o veto.

Além dessa reunião, provavelmente teremos outras reuniões ainda, principalmente com os líderes dos empresários, já que nessa audiência a maioria são lideranças dos trabalhadores, e o nosso amigo Ives Gandra aceitou o convite. Não digo para fazer o contraponto, mas para colocar aqui a sua posição quanto a Emenda 03.

Então, de imediato eu passo a palavra a V.Exª, desde já, agradecendo não só em meu nome, mas como também em nome da Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, que essa é uma audiência conjunta, que é a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que se encontra doente. V.Exª dispõe de 15 minutos com mais cinco se necessário.

SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS: Senador Paim, a quem admiro e tenho acompanhado a carreira brilhante e bem merece estar aqui representando a federação, e a todos aqui presentes, Senadores e lideranças sindicais, e por incrível que pareça eu não vou colocar uma posição de contraponto, mas eu quero mostrar aos senhores como o veto à Emenda 03 veio a prejudicar os trabalhadores.

Eu quero colocar fazendo uma análise de natureza técnica, exclusivamente constitucional, exclusivamente de intérprete de direito, porque eu sou um operador do direito, um modesto Advogado de província, mas passei os 50 anos no meu exercício profissional apenas interpretando a lei.

Eu vou começar a ler para os senhores o que diz o art. 129 da chamada MP do Bem. É importante que nós leiamos esse artigo para mostrar que a Emenda 03 veio reduzir o espectro do art. 129. A interpretação pura de direito do art. 129 mostra que o art. 129 criava mais problemas para esta posição dos senhores do que a Emenda 03.

Diz o art. 129, que foi sancionado pelo Presidente Lula, “para fins fiscais e previdenciários - portanto, exclusivamente para fins tributários - a prestação de serviços intelectuais, inclusive, de natureza científica, artística e culturais, em caráter personalíssimo ou não, com ou sem a designação de quaisquer obrigações a sócios ou empregados da sociedade prestadora de serviços quando por esta realizada, se sujeita a tão somente a Legislação aplicável a pessoas jurídicas sem prejuízo da observação disposto no art. 50 da lei, etc”.

E o Parágrafo Único dizia o seguinte: “É assegurado a todos, o livre exercício de qualquer atividade econômica... - Não, isso é da Constituição. É o Parágrafo Único do art. 129 - o disposto neste artigo não se aplica quando configurada a relação de emprego entre o prestador de serviço e a pessoa jurídica contratante em virtude de sentença judicial definitiva decorrente de reclamação trabalhista”. O que vale dizer, permitia à sociedade ampla, mas se por acaso a justiça de trabalho transitado em julgado, isto é, depois de todo o processo viesse a desconsiderar, só nesse momento poderia haver a desconsideração. E isso está em vigor. Vem a Emenda 03, a Emenda 03 declara o seguinte: “No exercício das atribuições à autoridade fiscal de que trata essa lei, a desconsideração da pessoa, ato ou negócio jurídico que implique reconhecimento da relação do trabalho com ou sem vínculo empregatício deverá ser sempre precedido de decisão judicial”. Não diz decisão judicial transitado em julgado. Vale dizer, até em medida cautelar e medida inicial pode-se efetivamente autorizar a que o fiscal desconsidere. Portanto isso representaria uma alteração do art. 129 com redução do direito de se fazer às empresas porque elas só poderiam ser desconsideradas, elas só poderiam ser desfiguradas no momento que houvesse trânsito em julgado. E a Emenda 03 reduziu o espectro, dizendo que nesse caso qualquer decisão judicial já justificaria.

Isso traz como consequência o quê? A ser mantido o veto, em nível de interpretação do direito, aquele

dispositivo, o 129 que teria sido revogado pela Emenda 03, ele é restabelecido. Porque a Emenda 03, deixando de existir o universo jurídico não é o fenômeno da repriminção, é o fenômeno de efetivamente sempre que uma lei aprovada é vetada e o veto permanece, a Legislação anterior que está em vigor ela continua em vigor. Ou se estivesse fora, ela estiver suspensa por força de Medida Provisória, voltaria à interpretação jurídica anterior.

Por esta razão, a queda da Emenda 03 restabelece com toda a sua força o art. 129. E o art. 129 está na linha do que manda a Constituição. O que declara a Constituição? A Constituição declara no art. 170, Parágrafo Único que é assegurado a todos os livres exercícios de qualquer atividade econômica independente de autorização dos órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei. Casos esses evidentemente de capacitação. Uma sociedade de Advogados não pode ser formada por físicos nucleares. Só pode ser formada por Advogados. Só nesse caso há necessidade da capacitação daquele que vai ser formado.

Por outro lado, a Constituição também declara nos seus artigos: É livre ao exercício... é associado e depois... é livre a associação de qualquer... é plena liberdade de associação para fins lícitos vedado de caráter paralimitar. Nada pode impedir que alguém resolva fazer uma sociedade.

Agora, no momento em que fez essa sociedade, ela só seria viciada, e nesse particular eu pedi até ao gabinete do meu filho, ele está em Sessão, ele diz: Vou mandar ao Senador Paulo Paim, e tão logo localize essa decisão, mas foi levantada outro dia pelo Dr. Sebastião num debate que tivemos no Rio de Janeiro, talvez ele tenha o acórdão aí, em que ele dizia o seguinte: É livre a criação de associações, de sociedade. Só não é possível quando houver coerção. Se o empregado for obrigado a formar uma sociedade para poder trabalhar, então esta decisão, nada como ter alguém da Justiça do Trabalho do lado, porque desde que meu filho assumiu uma posição no Tribunal como Ministro no Tribunal Superior do Trabalho, eu disse a ele ao contrário do que acontece, que nunca mais eu atuaria na Justiça do Trabalho e nunca mais emitiria qualquer parecer na Justiça do Trabalho para não ter que constrangê-lo a ter que se dizer suspeito em questões.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se V.Ex.^a me permitir, ele esteve numa Audiência Pública dessa Comissão e fez uma brilhante palestra aqui para nós. Inclusive me deu um argumento que eu não tinha até o momento que permite em alguns casos o sindicato ainda recorrer ao dissídio. Então meus cumprimentos pela habilidade e capacidade de seu filho.

SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS: Fico muito satisfeito. Mas, dessa forma, eu não estou... Desde que decidi nunca mais atuar na área do trabalho, mas felizmente eu tenho o Sebastião Caixeta aqui que me trouxe a decisão do meu filho, que declara o seguinte nesse acórdão. Que o que é proibido, o que eles não aceitam, o que eles desconsideram na Justiça do Trabalho é quando o empregado é obrigado a formar a sociedade por força de imposição da empresa. Agora, se o empregado decidir formar uma empresa porque vai pagar menos tributos e quer se nivelar a todos os outros profissionais, ele não pode ser impedido de criar a sua própria empresa para ter um benefício fiscal. Até porque é um outro dado. Vamos admitir a de absurdo, que o veto permaneça e que se entenda que o art. 129 nunca existiu, que a Constituição não permite a livre associação, que o Supremo venha declarar... Sabe o que acontecerá com todos os empregados que formaram sociedades durante todo esse tempo? Eles serão autuados pela Receita Federal pelos últimos cinco anos pela diferença de imposto da desconsideração da pessoa jurídica como pessoa física. Vale dizer, todos os sindicatos dos trabalhadores estariam trabalhando para aqueles que têm empresa a virem a ser atuados pela Receita a não ser que o Governo resolva fazer uma lei dizendo: Eu anistio todos aqueles, porque caso contrário eu conhecendo o estilo do Secretário, o Rachid, que é um excelente funcionário e um servidor, ele evidentemente onde há receita a ser assumida, ele assumirá. Ele atuará. Ele procurará receber. Essa é a razão pela qual o que me parece fundamental seria talvez focar esta decisão que é do Tribunal Superior do Trabalho. Meu filho foi apenas o Relator, mas houve a concordância de todos os Ministros. Só deveria ser desconsiderado porque daí houve um vício de vontade, Senador, aquele empregado que foi obrigado a formar uma empresa porque o patrão o desejou, porque o servidor só nesses casos seria possível. E se nós analisarmos a Emenda 03, ela diz rigorosamente isso. Ela diz: No exercício das atribuições da autoridade fiscal de que trata esta lei, a desconsideração da pessoa ato ou negócio jurídico que implique reconhecimento de relação de trabalho com ou sem vínculo empregatício deverá ser precedido de decisão judicial. Por que decisão judicial? Não a definitiva do art. 129. Qualquer decisão judicial diz nesse caso houve coerção. Nesse caso evidentemente não se justifica a permanência da empresa porque houve vício de vontade na conformação. Se não houve vício de vontade, se todos desejam, se o cidadão deseja pagar menos tributos, se o empregado, um trabalhador deseja ter a sua empresa para desta forma contratar com a outra, para se nivelar aos profissionais liberais, a todos os

profissionais que gozam desse benefício pagando pelo lucro presumido, menos Imposto de Renda e os outros tributos, por que retirar deles o direito de poderem decidir dessa forma? O que me parece mais importante nesse aspecto é que a Constituição garante a livre, a liberdade de associação, de criar empresas. O que nós encontramos de forma muito clara na Constituição, ninguém pode impedir que se crie uma empresa dessa natureza. O que se vai evidentemente desconsiderar é o vício de vontade quando foi obrigado. Mas não o direito de ter uma empresa e dizer: Eu quero trabalhar dessa forma porque eu vou pagar menos tributos. Porque o Governo permite pagar menos tributos. Eu quero a igualdade com todos os profissionais liberais. Eu quero realmente viver dentro da formalidade porque a linha do lucro presumido foi um benefício fantástico para o Governo. Com isso se tirou aquilo que se dizia que tínhamos mais de 100% de empresas informais para a formalidade permitindo evidentemente que a lucratividade, e eu falo em lucratividade do Governo em nível de ter o aumento considerável da carga tributária, se deveu à formalização da economia informal. O que é a economia informal se não uma economia de não pagamento de tributos. E o que nós queremos? É pagamento de tributos. E queremos o pagamento de tributos de que forma? Com carga tributária suportável. Porque não é justo uma carga tributária no Brasil em que o trabalhador ganhando pouco mais de dois mil reais já entre na casa dos 27,5%. Nada mais legítimo que ele procure ter uma tributação menor decorrente efetivamente de poder ter uma sociedade em que caia a tributação de 27,5 para 16, ou quase 17% considerando todos os tributos. Imposto de renda, IPI, PIS, COFINS, etc. Então, Constituição permite. Constituição impede que o Estado impeça a criação de empresas. Constituição garante a livre associação. O art. 129 admite plenamente. O art. 129 está em plena vigência. É auto aplicável.

Por outro lado, nem se pode falar em desconsideração enquanto a Lei Complementar 104, aquela que cuida da desconsideração em matéria tributária, ela não vir a ser também levada em consideração para efeitos de ainda se produzir à lei ordinária que não se produziu para definir os procedimentos da desconsideração.

Por fim, eu quero fazer uma consideração para ficar rigorosamente, e o Senador não dizer que estou abusando da sua paciência e boa vontade...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tem mais cinco minutos se precisar.

SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS: Então eu vou fazer uma última consideração que me parece extremamente importante. [soa a campainha]

Primeira delas. A quem é destinado o direito do trabalho? É destinado fundamentalmente a proteger o cidadão, o trabalhador. O direito de trabalho, na dúvida, sempre se defende do direito do trabalhador. Quando eu estudava com o Cesarino Júnior, ele chamava de suficiente, aquele que precisa de proteção. O Direito Tributário, qual é a finalidade? É ao contrário. É proteger o contribuinte. Não é proteger o fisco. Quem ler o Direito Tributário na Constituição percebe que há cinco capítulos. Primeiro, princípios gerais, terceiro, impostos federais, quarto, impostos estaduais, quinto, impostos Municipais, e segundo capítulo, limitações constitucionais ao poder de tributar. Quem lê o Código Tributário no art. 112 lê o seguinte: Que, no caso de dúvida, se aplica a Legislação a favor do contribuinte. Código Tributário Nacional no capítulo da interpretação. Quem lê o Código Tributário Nacional no art. 108 lê o seguinte: que analogia não se pode aplicar jamais ao Direito Tributário. Para efeito de imposição a favor do contribuinte, sim, inciso I, do § 1º proibindo o fisco de aplicar. Se tudo foi feito com sistema de proteção ao contribuinte que só tem o escudo da lei e jamais a espada da imposição, eu estou absolutamente convencido de que nós não podemos comparar um direito que é feito para proteger o trabalhador do outro direito que é feito para proteger o contribuinte na medida que ele não tem a espada da imposição. Misturar dois direitos fazendo com que se confunda, inclusive, finalidades e fazendo com que nesse caso específico todos os trabalhadores que tiverem empresas venham a ser autuados tenham que pagar dos últimos cinco anos o tributo devido e ao mesmo tempo um dispositivo que é mais benéfico do que o art. 129 porque o 129 exige o trânsito em julgado, e aqui não exige, a meu ver os senhores estão discutindo uma matéria e o Presidente Lula vetou uma matéria que tinha um único interesse da receita, dar a impressão de que o 129 não existia. Agora, todos os tributaristas, todos os tribunais sabem que o 129 existe. Ao ponto de o Secretário Jorge Rachid, extremamente competente meu amigo ter dito que ele quer mudar o 129. Se ele quer mudar o 129, ele sabe que este artigo ainda existe. Se os senhores não derrubarem a Emenda, o veto à Presidência, é evidente o 129 permanece com toda força. Se os senhores mantiverem a Emenda, os senhores terão uma vantagem, aqueles que quiserem eventualmente a aplicação de um dispositivo que a meu ver é contrário aos trabalhadores. Isto é, os senhores se mantiverem o veto, os senhores terão a plenitude do trânsito em julgado e não de qualquer decisão judicial.

E por fim, o último aspecto que me parece extremamente relevante e com isso o Senador efetivamente eu termino. No caso concreto, o que mais me preocupa

nesse aspecto foi a forma como a questão foi colocada. Misturando dois direitos que não tinham nenhuma vinculação. Pretendendo, efetivamente, dar a nítida impressão de que os empregados seriam todos prejudicados quando eu estou absolutamente convencido que eles serão extremamente prejudicados se todos eles que tiverem sociedade vierem a ser alterados. E por fim, a desconsideração da pessoa jurídica, o Governo deveria ter feito antes. O que tentou o Governo Fernando Henrique não conseguiu, nem MP 66 do PIS, de criar os procedimentos para desconsideração. Procedimentos esses cujo lei ordinária até hoje não foi produzida, e cujo Projeto enviado logo depois da Emenda 03 para dizer de que forma se poderia desconsiderar, o Governo pretende rever, reconsiderar e reapresentar o que demonstra todos os autos de infração lavrados contra todas as empresas até agora não tem substância jurídica. Porque o art. 116 Parágrafo Único do Código Tributário Nacional declara que depende de uma lei que ainda não foi produzida.

Então, foram feitos autos de infração sem os procedimentos que dependiam de uma lei que não foi produzida desde a produção da elaboração da promulgação da Lei Complementar 104. Eram essas considerações que eu queria trazer mais de nível acadêmico, mostrando, Senador, que eu estarei muito mais ao lado do trabalhador quando eu defendo a liberdade do trabalhador de ter a empresa que quiser para poder pagar menos tributos e evidentemente o direito de contestar, e é isso que está na Emenda nº. 03, se por acaso foi forçado a uma empresa que não queria do que simplesmente discutir apaixonadamente e não juridicamente e os senhores vão dizer que o meu tom de voz dá impressão de apaixonado, mas é a minha maneira de ser, e apesar dos meus 72 anos, da minha decrepitude, já estaria no serviço público, fora do serviço público há dois anos. Mas é a minha maneira de ser. Mas o raciocínio que eu procurei apresentar é um raciocínio exclusivamente cartesiano de como se interpretar aquilo que está na Constituição, [soa a campanha] na Lei Complementar 104 e no art. 129 e na Emenda nº. 03. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se precisar de mais um tempo.

SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS: Não, estou satisfeito. Obrigado.

SR. JOSÉ NILTON PANDELOT: Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não.

SR. JOSÉ NILTON PANDELOT: José Nilton Pandelot, Presidente da ANAMATRA. Eu sei que V.Exª já organizou a forma de exposição, mas eu tenho um impedimento de ordem profissional e eu gostaria de

ponderar a V.Exª se poderia, excepcionalmente, me manifestar em seguida. Dois ou três minutos nada mais que isso. Porque eu tenho que me ausentar. Hoje é o dia em que os novos alunos da Escola Nacional da Magistratura do Trabalho, 90 novos Juizes do Trabalho vão se reunir às 15h na sede da nossa associação aqui em Brasília. Eu teria que estar presente.

SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS: Aliás, eu assisti hoje uma das aulas desses magistrados da Justiça do Trabalho primeira instância estavam lá na Escola no Tribunal Superior do Trabalho discutindo filme “Julgamento em Nuremberg” e o que é ideal de justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu tenho certeza que os convidados vão concordar. Eu de imediato convido V.Exª para sentar aqui à Mesa.

SR. JOSÉ NILTON PANDELOT: Posso falar daqui mesmo?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, eu faço questão que o senhor... O Dr. José Nilton Pandelot, Presidente da ANAMATRA. V.Exª como os outros oradores dispõem de 15 minutos com mais cinco. Eu sei que todos, acho que concordam, de imediato eu passo a palavra para V.Exª. 15 minutos com mais cinco se necessário.

SR. JOSÉ NILTON PANDELOT: Muito obrigado, Presidente. Na sua pessoa saúdo os integrantes dessa Mesa, agradeço a compreensão dos demais colegas, não usarei de modo algum os 15 minutos. Acho que não passarei dos cinco para essa breve exposição que é em verdade um manifesto político do juiz do trabalho brasileiros acerca da Emenda 03 e do tratamento trabalhista que se pretende dar a um problema que é e tem a ordem tributária. Registro também a minha satisfação enorme de participar de uma Mesa com o Prof. Ives Gandra, conhecido Advogado Tributarista, Jurista, que tem e certamente continuará tendo participação fundamental na formação dos juristas brasileiros. Desde a academia até na área profissional nas várias carreiras que se desdobram a partir do bacharelado.

O que justifica a participação da ANAMATRA nesse processo é uma preocupação que tem duas vertentes. A primeira e óbvia é, e que seria natural de uma atuação de membros do Poder Judiciário, é aquela que diz respeito a uma preocupação com o aumento do volume processual na Justiça do Trabalho de demandas novas que certamente contribuiriam em muito para a morosidade do judiciário e que seriam... E que teriam de certa forma, que estariam no judiciário de certa forma em prejuízo de outras questões relevantes para a solução da justiça. A prestação jurisdicional mais rápida e eficiente. A outra vertente, o outro vértice

dessa preocupação é a que diz respeito à efetividade da norma de proteção dos contratos de trabalho que vigoram neste País. Sabemos todos que a relação de trabalho, a relação entre o capital e o trabalho é uma relação desigual, e que o direito do trabalho se apresenta portanto como um instrumento relevante de elevação da capacidade da classe trabalhadora de negociar os seus contratos e os seus termos. Não é raro, todos aqui sabemos que o trabalhador mesmo consciente, educado, formado, tenha que se submeter à vontade do capitalista, da parte mais poderosa naquela relação, e se sujeitando a contratação em roupagem diversa daquela que seria a regra geral, a natural contrato de emprego.

Então, nós com essa preocupação nos deparamos hoje com a Emenda 03, a força extraordinária que grupos de interesse vinculados à Emenda 03 exerceram nesta Casa e o lugar de exercer essa força é aqui mesmo. Lamentamos todavia e em toda oportunidade que tiver para falar registrarei esse lamento, que o interesse não tenha sido explicitado convenientemente e debatido com o público, com todos os integrantes dessa Casa, com a sociedade civil organizada e com os diretamente interessados neste tema. O alcance, repito, da Emenda 03 não foi devidamente explicitado nesta Casa e nem para a sociedade brasileira. O resultado da aplicação desta nova regra, no caso evidentemente da derrubada do veto de sua Excelência o Presidente da República, significará a impossibilidade de a fiscalização do trabalho brasileira inspecionar, identificar as formas irregulares de contratação para avaliar se houve ou não houve fraude. Se houve ou não houve simulação, se houve ou não houve o prejuízo para o trabalhador. Se de fato em trabalhador exerceu livremente a sua vontade, ainda que divirja e não vou me alongar neste ponto em relação à posição do Prof. Ives, somente a atuação desta fiscalização no local da empresa avaliando, vistando os contratos e a situação jurídica que lá encontra com base no princípio da primazia da realidade é que se poderá permitir a desconstituição ou não, quer dizer, a manutenção do contrato na forma que se deu. Suprimir este poder da Legislação é fazer com que o trabalhador, a parte mais fraca, no momento em que perceber e identificar o prejuízo e normalmente esse momento é exatamente o do destrato, da cessação do contrato, do rompimento daquele pacto é que ele terá que procurar a justiça. Essa inversão da lógica fiscal, essa inversão, fazendo com que o fiscal para fazer a atuação precisa de uma autorização judicial, joga exatamente do colo daquela parte mais frágil uma responsabilidade e um caminho mais longo para fazer valer os seus direitos. Por isso, Sr. Presidente, Senador José Nery, que aqui chegou,

Presidente da Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, na pessoa de que saúdo as Sr^{as}. Senadoras e os Srs. Senadores aqui presentes. A ANAMATRA defende a manutenção do veto. Não significando com isso a recusa a uma discussão profunda e ampla quanto à matéria de fundo. Existe um problema tributário, existe uma realidade social com relação a trabalhadores que são contratados como pessoas jurídicas e assim entendem que estariam aproveitando da oportunidade da elisão fiscal que devem ter as suas demandas, os seus anseios, as suas expectativas discutidos convenientemente no Senado Federal, no Congresso Nacional. Quando isso se der, nós estaremos presentes pugnando sempre pelo respeito ao direito do trabalho, impugnando sempre pela defesa da ordem jurídico trabalhista, da ordem jurídica como um todo. Neste momento entendemos não ser conveniente uma alteração desta profundidade com tal substância na fiscalização do trabalho, na fiscalização tributária. Acho que esse tema não está maduro o suficiente e o veto do Presidente da República revelou sem dúvida alguma a vontade majoritária dos atores que militam na área e certamente refletem o anseio da sociedade brasileira. Presidente, muito obrigado...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. JOSÉ NILTON PANDELOT: Claro.

SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS: Como é que o senhor interpreta?

SR. JOSÉ NILTON PANDELOT: Do Código Tributário?

SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS: Não do código tributário, da Medida Provisória do Bem que permite essas empresas que foram apenas reiteradas na Emenda nº. 03. Se quiser, eu vou ler de novo. Talvez valesse a pena, Presidente. Porque diz o seguinte.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para ajudar aqui, eu quero dizer que os convidados eles têm... A palavra a todo momento.

SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS: É que nós dois estamos saindo. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas, não há problema, inclusive de fazer um aparte. Não há problema nenhum.

SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS: Aliás, o Presidente demonstrou que pretende discutir amplamente, a minha preocupação é o seguinte, essa medida declara o seguinte, 129. Para fins fiscais e previdenciários a prestação de serviços intelectuais, inclusive, de natureza científica, artística e cultural, caráter personalíssimo ou não, com ou sem designação, os senhores sabem que todas as emissoras de televisão, etc, os artistas estão tendo desconsidera-

ções das suas pessoas entendendo que eles teriam que ser trabalhadores e não poderiam ter empresas de quaisquer obrigações a sócio ou empregado da sociedade prestadora de serviço quando por esta realizada se sujeita a tão somente a legislação aplicada as pessoas jurídicas. Isso está em vigor. E agora tem o aspecto que me apareceu muito interessante que, aliás, quando estava sendo discutido, era Relator aqui o Senador Amir Lando, nós discutíamos essa garantia exatamente que o senhor está dizendo, Presidente, o disposto neste artigo não se aplica quando configurada a relação de emprego entre o prestador de serviço e a pessoa jurídica contratante em virtude de sentença judicial definitiva decorrente de reclamação trabalhista. O que vale dizer, na Emenda 03 uma mera medida cautelar já justifica a desconsideração. Pelo art. 129 que está vigendo que tem vigência, portanto, e eficácia, e que foi sancionado pelo Presidente, já está em vigor que a desconsideração é impossível. Todos estão se defendendo de autos de infração que também não poderia ser lavrados na medida em que o procedimento de para lavratura de auto de infração em nível de desconsideração ainda não há lei aprovada aqui no Congresso Nacional.

Então, o que eu quis colocar é o seguinte, sou favorável a um debate cada vez mais amplo porque quanto melhores os mecanismos que tivermos para que não haja injustiça na relação de trabalho, que haja justiça, portanto, numa relação... O empregado quer ser empregado, ele tem o direito, quer ter a empresa, ele tem que ter o direito. Ele não pode ser cerceado numa ou na outra forma por leis que possam violentar a Constituição é que esta lei já existe. E é isso que eu estou dizendo. No momento que o art. 129 diz isso, o veto desde o momento quando veio a Emenda nº. 03, escrevi artigos nas minhas duas colunas quinzenais de que esse art. 129 ele continuava em vigor com ou sem Emenda nº. 03. O que me parece que até que seja apresentado um Projeto, o Secretário da Receita Federal diz: Eu gostaria de mudar o art. 129. Ele mesmo reconhece que a Emenda 03 é inócua, a ponto ele pretender... Agora, essa discussão ampla eu acho extremamente útil, e a Casa de se fazer é exatamente no Congresso Nacional. Mas a queda não modifica a existência dessa lei. Era isto que eu queria colocar para o eminente Presidente da ANAMATRA.

SR. JOSÉ NILTON PANDELOT: Obrigado Prof. Ives. Eu tentarei brevemente responder a sua indagação que é um questionamento relevante--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Quero só reafirmar que o senhor terá o tempo que achar necessário.

SR. JOSÉ NILTON PANDELOT: [risos] Talvez e tenha que usar o resto do tempo para responder o Prof. Ives. Mas acho que não. A minha divergência com relação à Emenda 03 em nenhum modo implica o reconhecimento da vigência, do não reconhecimento da vigência da aplicabilidade do art. 129 da MP do Bem. Acontece que as duas têm desdobramentos diversos. A Emenda 03 alcança exatamente a fiscalização. Restringe o poder de atuação da fiscalização. O art. 129, não. O art. 129 apresenta uma definição de Direito Material, fala o que é uma pessoa jurídica, admite a existência de uma pessoa jurídica unipessoal com prestação de serviço personalíssima. A fiscalização do trabalho pode a despeito do art. 129 aplicar diretamente a Constituição. E V.Ex^a mesmo nos seus livros nos ensina: Deve-se interpretar a lei ordinária com base na Constituição da República. E eu tenho certeza que os fiscais do trabalho continuarão a fazer a despeito da existência do art. 129. E quando o art. 129 for aplicado certamente os fiscais estarão reconhecendo que ali há de fato um trabalhador autônomo que se organizou como uma pessoa jurídica para prestar serviço de natureza científica, artística ou cultural e não o trabalhador hipossuficiente.

SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS: Mas Presidente, o problema é que não é para os fiscais do trabalho que a Emenda é dirigida. Esse é o grande problema. É para os auditores fiscais da Receita Federal.

SR. JOSÉ NILTON PANDELOT: Essa é a divergência.

SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS: Esse é o problema.

SR. JOSÉ NILTON PANDELOT: Essa é a verdadeira divergência.

SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS: Porque se fosse para os fiscais de trabalho, seria um outro problema. Mas essa não teve infelizmente essa intenção. Porque os fiscais de trabalho eles estão exercendo. Isso é dirigido aos auditores fiscais da Receita Federal. Ao ponto de imediatamente eles terem apresentado um Projeto para a figura da desconsideração da pessoa jurídica e terem, por outro lado, admitido que tem que modificar o art. 129. Eu tenho a impressão que realmente... O senhor raciocina em nível de fiscais de trabalho e a Emenda a meu ver foi destinada aos auditores fiscais da Receita Federal.

SR. JOSÉ NILTON PANDELOT: Professor, Sr. Presidente, a minha honra que se excede a medida que eu percebo estar debatendo com o Prof. Ives Gandra da Silva Martins, só não é maior do que a percepção da irresponsabilidade que tive de pedir para falar em primeiro lugar. [risos]

SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS: Não, é verdade. Eu vou lhe dizer o seguinte, o privilégio é meu de discutir com o Presidente da principal, da grande associação de todos os magistrados do trabalho.

SR. JOSÉ NILTON PANDELOT: Obrigado. A categoria--

SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS: Até porque o meu filho pertence à sua associação.

SR. JOSÉ NILTON PANDELOT: Exatamente. O Ministro Ives é um excelente jurista e uma pessoa muito respeitosa nas divergências que eventualmente temos seguindo evidentemente o ensinamento e a cultura do pai. E aqui eu tentarei encerrar dizendo que--

SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS: Eu não perturbarei mais, Presidente.

SR. JOSÉ NILTON PANDELOT: Não... [risos] Sem problema. É uma honra, como eu disse, professor. A visão que eu tenho da parcela mais do que majoritária das entidades que hoje estão trabalhando no Congresso Nacional em defesa do veto, secundadas ainda pelo próprio Secretário da Receita, Dr. Rachid, na Audiência Pública, na CETASP, na Câmara dos Deputados semana passada, é que a Emenda 03 nos termos em que foi redigida alcança toda a fiscalização. Nela incluída a fiscalização do trabalho. A própria definição topológica do dispositivo da Emenda 03 num conjunto de regras que reestrutura destinadas à reestruturação de toda a Receita, da criação da Super-Receita, da Receita Federal do Brasil, revelam que aquele dispositivo no mínimo gera a dúvida quanto a sua aplicabilidade sobre a fiscalização do trabalho. Então é contra essa dúvida, se haverá ou não limitação, aliás, basta a dúvida quanto a limitação ou não da fiscalização do poder do fiscal do trabalho para que entidades como a ANAMATRA e outras entidades aqui presentes peçam o veto. Não nos recusando evidentemente a participar do debate. Obrigado. Foi uma satisfação participar dessa Mesa. Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como o Dr. Ives Gandra teria que se retirar, tem que se retirar, e também o Presidente da ANAMATRA, José Nilton, eu agradeço a ambos, inclusive para o debate que patrocinaram a todos nós que é muito bom, porque é importante ter o contra ponto. E queria dizer porque alguns me perguntaram já se terá uma outra reunião onde os representantes do setor econômico, principalmente, ou seja, as lideranças dos empresários farão uso da palavra. Será no dia 15, eu tive que marcar, às duas da tarde nessa mesma sala de reunião no próximo dia 15 teremos aqui os representantes das Confederações dos Empresários para tratar também desse tema. Havia até a intenção de fazer já a semana que vem, mas com a chegada do Papa ao Brasil, nós

sabemos que muitos não poderão estar aqui em Brasília. Então para evitar conflito de agenda, marcamos para o dia 15 às duas da tarde. E nesse momento eu agradeço a ambos aqui que estiveram conosco, e eu daria uma salva de palmas porque o debate sempre é bom independente da divergência.

[palmas]

Mas eu quero dizer que o Dr. Ives Gandra se prontificou também a estar aqui no dia 15. Isso não quer dizer que não possa ter aqui representante dos trabalhadores. Teremos outra oportunidade para continuar esse debate.

Eu convidaria já para a Mesa, pela ordem de chegada, o Presidente da... O representante da Central Unica dos Trabalhadores, que é o Carlos Henrique, e o Moacyr. E depois teremos outra Mesa em que virá o companheiro Calixto e também os outros representantes dos trabalhadores. Então o Moacyr representando o Fórum Sindical, e o Calixto representando a Nova Central, falará em seguida, e o Carlos Henrique representando a CUT. Nesse momento acho que para a questão técnica, ficar muito bem resolvida, claro que a técnica com respaldo político social e econômico.

Eu passo de imediato a palavra ao Sebastião Vieira Caixeta que aqui representa o Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho. V.Ex^a dispõe de 15 minutos com mais cinco e também com a tolerância da Mesa como eu tive com os outros painelistas.

SR. SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA: Agradeço Sr. Presidente Senador Paulo Paim, quero cumprimentar também o Senador José Nery Presidente da Subcomissão do Trabalho Escravo nessa Casa, quero cumprimentar, o Presidente do SINAD(F) aqui presente, os ilustres integrantes da Mesa, todos os representantes da centrais sindicais, o Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Roberto Caldas, todos os presentes, dizer que é uma honra, Sr. Presidente, estar aqui representando os membros do Ministério Público do Trabalho para tratar de um assunto tão importante e que já vimos gera tanta polêmica. Para mim é uma honra debater, embora eu não possa ficar com o professor, não ter podido ficar, e eu queria começar a minha exposição, Sr. Presidente, dizendo que a meu ver já participado de inúmeros debates, acompanhado outras discussões e inclusive escritos que se produziram sobre o tema, é que uma parte grande das divergência que se nota aqui quando se discute Emenda 03 e suas alternativas tem efetivamente parte dessa divergência que tivemos aqui entre o Prof. Ives Gandra, tributarista, e o Dr. Pandelot representando a ANAMATRA, aí já com a visão mais sobre o direito de trabalho. Porque na verdade o problema envolve

as duas coisas: Envolve o Direito Tributário e envolve também o direito do trabalho. Envolve o Direito Tributário, como bem já apontou aqui o Prof. Ives Gandra, e isso remonta a essa Lei de 2005, a chamada MP do Bem, a Lei 11.196 que fala exatamente dessa pessoa jurídica personalíssima que pode prestar serviços e a ela só se aplicaria a Legislação referente às pessoas jurídicas. O Prof. Ives Gandra também fez referência e leu. Então eu vou me furtar de ler esses dois dispositivos, tanto o art. 129 que continua em vigor, e o veto ao Parágrafo Único, que aí ele leu e parece que não ficou pelo menos para mim claro que o Parágrafo Único foi vetado. Então, a parte que diz que o depósito nesse artigo não se aplica quando configurada a relação de emprego entre prestador de serviço e pessoa jurídica contratante em virtude de sentença judicial definitiva decorrente de reclamação trabalhista, esta parte foi vetada e não se cogita o que eu sei de ser prioridade derrubar esse veto no Congresso Nacional. Então portanto esse dispositivo não vige. Esse é o ponto que eu quero destacar que é importante. Daí pra mim não tem aquela dicotomia ou a prejudicialidade que teria a Emenda 03 por ela não falar em decisão judicial transitada em julgado.

E aí eu vou direto e peço aí a paciência para ler o dispositivo da Emenda 03 que eu acho que é importante até para poder também dizer por que é que achamos que sim, afeta o direito do trabalho, por que é que achamos que sim afeta a fiscalização trabalhista. O dispositivo da chamada Emenda 03, ao Projeto de Lei que criou a Super-Receita, ele inclui o § 4º no art. 6º da Lei de 10.593/2002. E diz o seguinte esse dispositivo vetado: No exercício das atribuições da autoridade fiscal de que trata esta lei, qual lei? Não é a lei que cria a Super-Receita, é a Lei 10.593 que trata das três carreiras de fiscalização. Trata tanto das carreiras que foram englobadas na Super-Receita, a auditoria tributária e auditoria previdenciária que vieram se unir para compor a Super-Receita, mas também trata da auditoria fiscal do trabalho ou da inspeção do trabalho. Portanto, essa disposição se aplica, sim, não tenho nenhuma dúvida que eu discordo, do Dr. Pandelot, não há nenhuma dúvida, assim como discordo do Prof. Ives Gandra, ela se aplica sim na plenitude na fiscalização do trabalho. E sigo na leitura. A desconsideração de pessoa, ato ou negócio jurídico que implique reconhecimento de relação de trabalho com ou sem vínculo empregatício deverá sempre ser precedida de decisão judicial. Esse é o singelo dispositivo da Emenda 03 que pra mim só tem uma finalidade clara, essa é a finalidade que se extrai da leitura. É afastar a fiscalização. É isso que está dito aqui. Nessas hipóteses, não vai poder haver fiscalização, tem que haver

sempre decisão judicial. Portanto não poderá o fiscal agir antes dessa decisão judicial e isso nos parece inconstitucional porque a fiscalização sempre atuou, a fiscalização no trabalho pelo menos, mas também a fiscalização todos sabemos tributária atua e não há necessidade de autorização do Poder Judiciário para essa atuação, nem se poderia exigir isso. Isso é, isso decorre da Constituição, e aqui discordo do Prof. Ives Gandra, porque é verdade. A Constituição não impede nem poderia impedir a criação de pessoa jurídica. Mas ela não impede. Mas ela também não afasta e não poderia afastar a fiscalização. Ao contrário, ela coloca no art. 21, inciso XXIV que é atribuição da União, e aí pelo Poder Executivo, atribuições típicas de poder de polícia a atividade da auditoria fiscal, a inspeção do trabalho que, aliás também é prevista em compromissos internacionais assinados pelo Brasil, desde o pacto que criou a OIT até a Convenção 81 que também vai na mesma linha dizendo que é imperativa a fiscalização do trabalho. Então não se pode afastar de maneira nenhuma esta fiscalização porque nós estamos falando inclusive de cláusulas pétreas. Porque nós temos outra coisa que é importante destacar, Sr. Presidente, que o direito do trabalho ele conta com a dupla proteção. Justamente a própria OIT nos compromissos internacionais, nessa convenção, estabeleceu que é necessário para a implementação dos direitos dos trabalhadores que se organizem nos Estados, nos Países, a chamada fiscalização do trabalho, a inspeção trabalhista e essa inspeção trabalhista tem o dever de ofício, e aqui em atividade vinculada, é importante destacar isso, não pode haver, ou pelo menos eu não posso presumir como já ouvi alguns comentários nesse sentido que a fiscalização do trabalho sempre será arbitrária ou qualquer fiscalização sempre será arbitrária porque quando a gente fala de poder de polícia é um poder absolutamente vinculado aos estritos termos da lei. Se houver alguma irregularidade, também não descarta a possibilidade de isso acontecer, há sempre a porta do Poder Judiciário para se afastar essa lesão ao direito de quem quer que seja. O que não se pode é presumir que a fiscalização é sempre arbitrária e a partir de então afastar a fiscalização. Isso é muito importante e daí a necessidade absoluta de manter-se o veto à Emenda 03. E Sr. Presidente, dizia eu então que existem duas situações que envolvidas nessa discussão: A questão tributária, pelo menos teve a iniciativa como foi dito aqui, do Governo do encaminhamento do Projeto que está na Câmara dos Deputados que trata exatamente do procedimento de desconsideração dessas pessoas jurídicas, dos atos, enfim, de que trata o Parágrafo Único do art. 116 do Código Tributário Nacional. Que o professor já falou so-

bre isso e eu não pretendo me estender sobre isso. Eu quero me estender sobre as proposta alternativas, até porque esse Projeto de Lei encaminhado pelo Poder Executivo não foi tido como satisfatório, e aqui mais uma vez isso só reforça o que temos denunciado, que na verdade o que se quer é mexer na relação material de trabalho. Porque se a questão era regulamentar o procedimento da fiscalização tributária, o Projeto 536 daria conta disso. Até que se ele não tivesse perfeito, poderia se apresentar as Emendas pertinentes. Mas o que é que se reivindicou? Reivindicou que existem algumas situações cinzentas no mundo do trabalho que precisam ser regulamentadas. E aqui nós estamos falando efetivamente do direito do trabalho em si, da sua existência, de terceirização de serviços, porque é disso que se trata. Quando a gente fala da contratação de uma empresa por outra estamos falando de terceirização, e aqui a meu ver esse assunto era melhor equacionado numa discussão mais ampla dentro até da própria reforma trabalhista que se pudesse discutir às claras o que é que se deve e o que não se deve fazer. Não se pode a partir de um simples dispositivo afastar uma teia de proteções e estimular que maus empresários que são a minoria, felizmente nesse País, venham se utilizar das brechas das leis para precarizar as relações de trabalho e a Emenda 03 é isso que vai estimular. Não cria emprego de maneira nenhuma, porque o que teremos, o que cria emprego, todos sabemos, é o crescimento econômico vigoroso. O que nós temos aí é necessidades de prestação de serviço. Se a gente não tiver a pessoa jurídica a Emenda 03, essa necessidade de prestação de serviço vai desaparecer? É claro que não. O que se quer, na verdade, é substituir quem presta serviço hoje protegido pela CLT por pessoas jurídicas. O Prof. Ives Gandra fez referência a uma decisão. Existem mais decisões. Aliás, existem inúmeras decisões da Justiça do Trabalho que vão nessa linha. Eu só discordo da interpretação que ele dá ao acórdão do TST. Esse e outros que lá existem nas outras Cortes. Na verdade o que o acórdão do TST diz o que a gente está dizendo o tempo inteiro. É possível prestação de serviço por pessoa jurídica? É. É claro que é. Não precisa de lei, *data venia*, para isso. O que não pode é usar pessoa jurídica para encobrir uma verdadeira relação de emprego. E aí a lei, qualquer lei não poderá fazê-lo, Sr. Presidente, porque a lei não pode transformar a natureza das coisas. A lei não pode dizer que pau é pedra, pedra é pau porque senão a gente vai ter dificuldade imensa na sua aplicação. É isso que se quer. Se existir de fato alguma zonas cinzenta decorrente da transformação do mundo do trabalho, porque também admito, essas pessoas jurídicas que prestam serviços e até de natu-

reza intelectual, e na verdade você encontra disso no mundo do mercado de trabalho hoje a empresa pode contratar uma determinada empresa e dizer: Eu quero que para essa consultoria aqui, por exemplo, o profissional seja esse específico. Mas aqui nós estamos diante de uma contratação que não é aquela pessoa inserida necessariamente na produção daquela empresa porque aí senão nós estaremos burlando o art. 7º com inconstitucionalidade do art. 7º da Constituição e todo o arcabouço de proteção da CLT.

Eu quando estive conversando com o Presidente da Comissão, disse que nós traríamos uma sugestão e nós discutimos muito isso no âmbito dos membros do Ministério Público do Trabalho, e é um assunto de difícil equacionamento por conta de todas essas situações. Acharmos, dada o anúncio de que o Governo vai encaminhar um Projeto de Lei que para resolver a questão da prestação personalíssima, no caso dos artistas, que se pode até dar um esclarecimento a legislação sobre isso. Mas duas coisas precisam ser preservadas. Duas providências precisam ser tomadas. Primeiro, esse art. 129 ele não resolve a situação da MP do Bem. Ao contrário, ele só atrapalha. Por quê? Porque ele diz para fins fiscais e previdenciários. Quer dizer, exclusivamente tributários. E entra e o que fala a partir daí é direito trabalhista. Ele fala que a prestação de serviço intelectual inclusive de natureza científica, artística ou cultural, quer dizer, de caráter personalíssimo ou não, quer dizer, uma prestação de serviço de caráter personalíssimo com subordinação que vai se enquadrar dentro, ou pode se enquadrar dentro do conceito da relação de trabalho da CLT e que isso não vai se aplicar à legislação trabalhista. Isso gera é mais incerteza jurídica. Porque o Auditor Fiscal vai chegar lá, vai verificar de acordo com que determina a lei os elementos da relação de emprego, e vai atuar a empresa. E aqui há, e aqui não é, pelo menos sob a nossa ótica, a atuação ela não traz prejuízos para o trabalhador porque o Prof. Ives centrou a atuação da autoridade administrativa no agente do fisco que vai querer arrecadar. E aqui nós estamos centrando a nossa exposição, parece a mais relevante diante da necessidade de preservação dos direitos sociais que é que vai verificar o fiscal do trabalho. Ele vai chegar e verificar a situação e ver. Aqui não existe e pouco importa que tenha uma pessoa jurídica formada perfeitamente em termos formais que isso não vale para o direito do trabalho. É a espinha mestra do direito do trabalho é o princípio da primazia da realidade chamado “Contrato realidade”. E aqui também é um equívoco que se diz: “Ah, mas o fiscal do trabalho vai desconsiderar a pessoa jurídica, violando o art. 50 do Código Civil que fala que é o Juiz que vai ter que fazer isso.

Só que aqui é totalmente diferente. O fiscal do trabalho, aquele do art. 50 com o Código Civil, quando fala da desconsideração, se fala dessa desconsideração para impor obrigações aos sócios. Aqui não é o que se trata. Está se desconsiderando uma situação formal que não vai ter... Que vai permanecer, mas que vai reconhecer que na prática o que tem é uma relação de emprego, e vai configurar essa empresa, a empresa continua funcionando. Porque o que tem que se considerar para efeito de direito de trabalho não é a forma como se constitui a pessoa jurídica, mas a forma como se dá a prestação de trabalho. Isso que vai ser determinante de uma relação de emprego ou não. E a forma que nós vemos, Sr. Presidente, de aclarar isso, é a revogação do art. 129, essa proposição que os membros do Ministério Público do Trabalho trazem e aproveitar até o seu texto o que nós consideramos que atrapalha nesse art. 129, principalmente, é a parte inicial que acaba por fazer aplicá-lo somente para fins tributários, no que não abarca, não resolve a situação a que se propôs da questão da legislação trabalhista, então tinha que se revogar isso e verificar uma legislação que se declarasse que é possível, e aí se poderia utilizar a parte remanescente com algumas adequações do art. 129, dizer que é lícito sim a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviço. Ainda que haja em determinadas situações essa prestação personalíssima por um sócio ou empregado contratado. Mas isso só vai ser lícito se essa prestação ela efetivamente se der com autonomia. Porque essa é a pedra de toque de diferenciação da relação de emprego para essa prestação autônoma, essa prestação por uma pessoa jurídica que não vai estar somente se inserindo para burlar os direitos dos trabalhadores. E aí também com a necessidade de se aclarar que essa pessoa jurídica não pode jamais se constituir para intermediar mão-de-obra porque mão-de-obra desde o tratado que pôs fim à Primeira Guerra Mundial se declarou que mão-de-obra não é uma mercadoria, e não pode ser tratado como uma mercadoria. A nossa própria Constituição de novo reafirma isso ao dizer que temos que preservar a valorização social do trabalho e a dignidade da pessoa humana acima de tudo. E nesse sentido, Sr. Presidente, é que acho que se pode construir e a associação, os membros do Ministério Público se põe ao inteiro dispor para discutir e tentar chegar a alguma coisa que dê uma conformação jurídica aceitável sobre o plano fiscal e trabalhista de modo que não se [soa a campainha] precarize a relações de trabalho, mas que também se observe os preceitos da CLT e do art. 7º da Constituição. Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo convite, é uma honra estar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Agradeço a V.Exª. Só informar que este debate vai ser reprisado amanhã às 14h, ou seja, nesta sexta-feira durante o período da tarde.

Passamos a palavra ao Presidente da Central Geral dos Trabalhadores, Antônio Fernandes dos Santos Neto. Só dizer que depois da fala dos quatro que estão na Mesa, a próxima Mesa será o Presidente Calixto da Nova Central, será a representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, a Rosa Maria, e o representante da OAB nesse debate, que é o Advogado Roberto de Figueiredo Caldas. Presidente Neto com a palavra por 15 minutos com mais cinco, se necessário.

SR. ANTÔNIO FERNANDES DOS SANTOS

NETO: Obrigado, Senador. Quero saudar mais uma vez esta Comissão pela oportunidade de colocação aqui. Eu acho que não é sem tempo dizer que essa Emenda precisa ser discutida. Ela foi quase que unânime aqui no Senado e o reflexo que se deu viu-se que na verdade ela é bastante complexa. Saudar os demais Senadores, saudar os parceiros dessa Mesa, os companheiros, os companheiros do Plenário, e nessa matéria vale a pena a gente fazer um histórico. É pena que o nosso querido Ives Gandra foi embora, porque ele se diz cartesiano e toda vez que você começa uma premissa errada aí toda a sua lógica quebra. Olhou aqui, você vai fazer tudo parece que está correto. Só que a premissa está errada. E a premissa principal errada aqui é a questão relação de trabalho versus relação emprego. Essa é a diferença. Como bem disse o Caixeta, é possível você ter relação individual de trabalho unipessoal. Um Advogado contratado pelo sindicato por prestação de serviço RPA ele dá o seu recibo de prestação de autônomo e acabou. Isso está previsto. Um engenheiro quando faz alguma coisa... Agora quando você tem os pressupostos do art. 3 da CLT que é lá, pessoalidade, habitualidade, subordinação, norosidade(F), acabou isso aí, inverteu, quebrou toda a lógica do que disse aqui o Ives. Essa é a grande diferença. E dizer que eu como trabalhador posso escolher se quero ser um PJ para pagar menos imposto de Renda, que isso é lícito. Não, isso é ilegal, é fraude. E dizer que eu estou à vontade... é fraude. É por isso que não pode não permitir como faz a Emenda 03, que a fiscalização do trabalho vá lá e diga: Tudo que está aí é empregado de CLT. Registre todo mundo, no tempo que está aqui desde o começo, paga Fundo de Garantia, paga INSS, paga tudo, multa tudo. Acabou. Essa é a diferença.

Então, a premissa errada qualquer cartesiano sabe que o final vai dar errado. Isso também é cartesiano. Mas o Brasil tem histórias interessantes. O Brasil

a partir de 94 virou cooperativista. Um Deputado amigo nosso, Adão Preto, fez uma Emenda, um Parágrafo Único 442 da CLT e disse que as cooperativas não geram vínculo. O Brasil virou cooperativista. Boa intenção. Só que virou o quê? O que é que virou aquilo? Virou o Maná para cooperativa falsa que a gente chamava ou de cooperfraude, ou de fraude terapia. Coopergato... E aí graças a o quê? Ao trabalho dos sindicatos em conjunto com os auditores fiscais do trabalho, com o Ministério Público do Trabalho, nós conseguimos extirpar essa história de cooperativa fraudulenta no Brasil. Hoje não se fala mais nisso. Já é senso comum no Brasil que cooperativa de mão-de-obra, cooperativa de trabalho provavelmente é fraude. Pode até ter coisa boa, mas vai ser muito difícil.

Eu assisti um debate, participei de um debate uma vez em que o membro do Ministério Público do Trabalho disse: Eu não encontrei uma de todas que eu fiz. Quer dizer, todas eram fraudulentas. Todas sem exceção. Como é que nós ganhamos? Ganhamos com o trabalho. O Auditor Fiscal vai lá, comprova, o Ministério Público vai lá e comprova. Fora disso. Mas aí venceram essa etapa veio a pejorização. Nós até cunhamos essa coisa agora entre as centrais. O que é que é isso? E começaram a inventar com essa história de transformar os trabalhadores em pessoa jurídica. Senador Nery, o *cameraman*, o cabo man da Globo com o salário de 800 reais, sabe o que ele é? É um PJ. E ela tem a coragem de dizer, assim como dizem outros que aqui estiveram, de dizer que vai da vontade do indivíduo querer pagar menos imposto. Acho que eles não sabem, mas esses caras que ganham mil e duzentos não pagam Imposto de Renda. Não está isento. Não é isso, não. É como bem disse o Caixeta, querem mexer na relação capital e trabalho, querem fazer uma reforma trabalhista numa caneta de quatro linhas. Não conseguiram em lugar nenhum porque sabem que essa Casa não vai permitir. Eles conseguem alguns... Mas tentaram. A MP do Bem, o art. 129, é mais um motivo para que a gente venha aqui dizer que queremos a legalização das centrais sindicais. Se a CGTB pudesse ela já tinha entrado com uma ação indireta de inconstitucionalidade. Eu não tenho autoridade para fazer isso. Uma central não pode fazer. Tem que ser uma Confederação ou uma entidade nacional como a OAB ou outras coisas. Nós não podemos. Porque isso aqui quando saiu nós fomos lá e já conseguimos ganhar um [inaudível] que foi o veto do § Único. Que sequer o Prof. Ives lembrou que ele estava vetado aquele parágrafo. Então, esse erro de avaliação na relação dá um problema grave.

Bom, Emenda 03 ela favorece plenamente a burla. Então a gente tem listado aqui, nós temos uma

liçãozinha de casa que é para discutir com o trabalhador... Vamos pagar menos imposto. Tá bom, só que você vai pagar menos imposto, vai ter menos escola, vai ter menos saúde, vai ter menos educação, vai ter menos tudo. E quem vai ganhar vai ser o patrão, que ele vai ganhar mais lucro em cima de você. Porque se o seu salário é cinco, ele tem que ter encargos só de previdência, e aí volta aquela discussão colocada muito bem pela manhã pelo Senador Paim de a gente começar a discutir a questão dos encargos trabalhistas sobre folha de pagamento porque o setor de serviços é o setor altamente prejudicado, o custo do produto no setor de serviço está na faixa de 60, 70%. Na área da indústria chega de 7 a 12. Quer dizer, não dá para você tributar os dois da mesma maneira. Temos que achar uma nova fórmula. E aqui nesta Casa, o Congresso Nacional em 99, montou uma Reforma Tributária que mudava o Sistema Tributário Nacional e a sustentabilidade para a seguridade social. Porque o Presidente Lula já entendeu isso. Ele está dizendo e as pessoas não compreenderam. O problema... Não existe déficit na Previdência. Porque a Previdência hoje faz parte da seguridade social. Todo brasileiro tem direito um dia a receber uma aposentaria de no mínimo um salário mínimo. Contribua ou não. E para isso foram criados impostos. Está lá no 195. O único, acho que temos que admitir que aí há encargos sobre folha, os 20%, você teria que ver como jogar para garantir a sustentabilidade lá. Seja sobre faturamento, como falou bem você pela manhã, seja como pela CPFIM como foi lançada, imposto sobre transação financeira, naquela época, não importa. Mas nós temos que discutir isso. Porque as pessoas dizem que a CLT engessa não é possível. E na verdade estão falando dos tributos. Que os encargos são caros. Tem até um professor que diz que custa 102% a mais registrar um trabalhador. É o Pastori. E vem com essas coisas aqui. Então uma mão-de-obra que custa cinco mil, a empresa paga só cinco mil. O trabalhador vai pagar 15% de imposto, e mais a sua Previdência. Certo? E aí mais nada. Aí acabou a relação capital-trabalho. Não existe relação. Aí é relação de trabalho, não é relação de emprego. Como é que nós estamos vendo isso no movimento sindical? Fomos ao Presidente, expusemos a ele e ele nos ouviu. Vetou. Tem interesse da Receita nesse veto? Tem interesse da Receita nesse veto. Precisa regular o Código Tributário Nacional? Precisa regulamentar.

Agora, o que é que nós estamos dispostos a fazer? O primeiro aqui falou o Ministro do Trabalho aqui a semana passada. Não tem conversa. Primeiro, mantém o veto. O Governo que tem uma coalizão que tem, não pode ser sufocado por uma chantagem como nós estávamos vendo que foi. Todos aqui sabem, melhor

do que eu, e os telespectadores aqui da TV Senado é bom saber, havia 601 vetos para serem votados antes do veto da Emenda 03. Desde 1994 esta Casa não votava veto presidencial. E numa chantagem fizeram isso. Toda uma ameaça, uma celeuma e uma pressão de todo o capital com anúncios de TVs em horários nobres para pressionar o Presidente sequer para vetar. O Presidente Lula tem que ser referenciado aqui pelos trabalhadores porque teve uma coragem ímpar. Não é qualquer um que faria o veto que ele fez, não. Não é qualquer um que faria, não. Então... Mantém o veto, abra-se a negociação. Estamos dispostos a negociar. Não tem problema nenhum. Quer criar exceção mesmo mantida todas as condições aí de habitualidade, pessoalidade, norosidade(F) subordinação, mesmo assim quer ter? Vamos criar. Agora, não dá para você criar numa faixa de trabalhadores que possam.

Então, a CGTB até lançou esse réptil na reunião com as centrais, posso colocar aqui com muita tranquilidade que é uma proposta nossa de você criar um piso de faturamento. Então pessoa jurídica que tenha lá um piso de faturamento de 600 mil reais anual, mesmo que o trabalhador tenha esses requisitos que a CLT diz, ele vai ser uma exceção. Só para lembrar, que pode achar que 600 mil é muito dinheiro, ele é 50% do SIMPLES. O SIMPLES o teto do SIMPLES é um milhão e duzentos. Então ele passaria a ter isso aqui.

Acho que nós devemos defender a manutenção do veto, está claro que todos nós queremos, a revogação do art. 129. Nesse momento de rediscussão dessa problemática, tem que ser revogado esse artigo. Ele criou um problema que o Bernard Appy teve que dar uma entrevista ao Estadão para explicar que aquilo pega o que tem que pegar, não pega o que não tem que pegar. Deu para entender? Ele explicou assim. Isso pega o que tem que pegar. Não pega o que não tem que pegar. O que é isso? Ele quer dizer que as profissões regulamentadas com caracteres liberais e autônomo podem ser PJ como impecoais. As demais, não. Nem jornalista pode. Porque o exemplo que a Globo usou que o Willian Bonner, só o Willian Bonner. Mas ele é um jornalista. Não é um artista.

Agora, eu acho que vale a pena enfatizar que se for possível manter esse veto, derrubar o veto, a precarização que vai dar não é só na questão salarial. É bom a gente lembrar, eu posso... Patrão vai começar a trocar o empregado celetista por empregado PJ, quer dizer, não vai ter férias, não vai ter 13º, normas de segurança, saúde. Não vai existir. Eu lembro, Senador Nery, que quando eu pedi uma vez para fiscalizar uma cooperativa de digitação, que era uma fabrica de lesionada porque não sei se o senhor sabe, mas nós conseguimos fazer na NR 17 impedir pagamento por

produtividade. Impedir uma série de jornadas limitadas, isso na NR 17. Agora, numa cooperativa o fiscal não pode fiscalizar, porque ele é o patrão também.

Então, ele tinha péssimas condições de trabalho, estava sendo lesionado pela saúde e eu não podia sequer fiscalizar. E vai voltar com isso tudo aqui. Ou seja, esses modismos que a gente teve na nossa história aqui, quarteirização, downside, reengenharia, todas essas coisas... Vai e volta. Ou seja, o refluxo já está dando. E cada hora eles inventam um nome. Agora é a pejorização. Teve um representante patronal, Paim, que disse assim: Vamos fazer como está lá no Projeto do... Um substituto do Henrique Alves que se tiver o Ipo(F) suficiente . Então se for até cinco salários mínimos não tem jeito de ser PJ. Assim mesmo. Eu disse a ele: Me perdoe, Sr. Patronal. A pré-empresa que foi criada a possibilidade para legalizar vendedor de cachorro-quente, para legalizar... Formalizar, colocá-lo dentro da vida formal, pipoqueiros, diz que a receita anual é de 36 mil. 36 dá um salário de 3 mil. Cinco salários dá mil e seiscentos. Quer dizer, é uma brincadeira. Eles não querem realmente. Então, nós temos que ter claro aqui principalmente nós do movimento sindical que é uma briga grande. Agora, se eles mantiverem a Emenda 03, é rasgar toda a Legislação Trabalhista Sindical do Brasil com 4 linhas. [soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mais cinco.

SR. ANTÔNIO FERNANDES DOS SANTOS NETO: Eu não vou precisar de mais cinco, não, querido. Eu vou encerrar, mesmo, para que os companheiros tenham a possibilidade de se colocar e deixar aqui claro que a CGTB está junto com as demais centrais e outras entidades, sejam elas de juízo como a ANA-MATRA, seja de auditores fiscais, Ministério Público no sentido de garantir a manutenção do veto. Estamos disposto a negociar. Podemos ver o que pode ser no futuro. Mas acima de tudo, é que tem um claro que nós entendemos qual foi a razão de que eles quiseram fazer a Emenda 03. E é uma tristeza a gente ver que ela foi tão rapidamente colocada e eu tive acesso ao processo de votação a sugestão do Relator era pela rejeição da Emenda 03. Está aqui nos anais da Casa a proposta da Emenda 03 feita por um Senador, o Relator era pela rejeição da Emenda colocada. E a gente infelizmente naquele voto simbólico.

Então eu quero crer que a gente não pode dormir um minuto. Vou repetir para vocês, são quatro linhas. Eu nunca vi. Olha que tenho feito embate há 15 anos debater reforma trabalhista, não é Calixto? 15 anos quer fazer reforma trabalhista. E nós resistimos e enfrentamos. Com quatro linhas ele acabou com tudo. Chamado a Emenda Globo.

Eu queria agradecer e parabenizar Paim, nos colocar à disposição no dia 15 vamos fazer questão de estar por aqui para ver o que falam os empresários para que a gente possa evitar o favorecimento da burla ao fisco, da burla à legislação e da fraude. Porque é isso que é. É o favorecimento da fraude. E contra isso, não há acordo. Não há acordo. Fraude é fraude. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra nesse momento ao Moacyr, que é coordenador do Fórum das Confederações de Trabalhadores.

SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD: Mais uma vez eu gostaria de cumprimentar o Senador Paim, ao Senador José Nery, aos companheiros aqui na Mesa, o Neto, Presidente da CGTB, Carlos Henrique da CUT, Caixeta da Procuradoria. Também gostaria de cumprimentar o Presidente da Nova Central, José Calixto Ramos, companheiro Calazan, Diretor da nossa Confederação da CONTRATO, os companheiros de São Paulo, Rose de Goiás, sua pessoa os companheiros de Goiás, os companheiros lá do Pará, o Chico, os companheiros presentes aqui meus companheiros e minhas companheiras.

Pode ser que seja repetitivo, mas eu não sei começar em momento algum aqui no Senado na presença do Senador Paim sem repetir que nessa figura nós temos o trabalho do idoso, do combate ao racismo, o combate à Emenda 45, do 618 da CLT, defensor da manutenção da estrutura sindical, através da necessidade, da taxa assistencial, da estabilidade do dirigente sindical, do fator previdenciário. E aí a gente vai ainda a questão de redução de jornada de trabalho, participação dos lucros, dos aposentados, dos pensionistas, e assim vai. Nós temos um grande orgulho de poder dizer, Senador Paim, que nós somos seu discípulo.

Tem um ditado que no meu ponto de vista é equivocado, que a gente... Se eu estou correndo atrás do prejuízo. Ninguém ocorre atrás do prejuízo, até porque o natural das pessoas é correr atrás do lucro. Mas nós ultimamente andamos correndo atrás do prejuízo. Para reverter esse prejuízo para reformular a questão. E a Emenda 03 nós estamos nesse quadro. Hoje de manhã eu estava no meu pronunciamento, eu dizia que nós estamos no início dos fins dos tempos. Nós estamos acabando com os recursos das entidades sindicais, de um jeito ou de outro não tem mais quase condição de sobrevivência para se manter na luta, da Emenda 45 que nós estamos com dificuldade enorme se você não consegue fazer negociação você tem que recorrer ao judiciário, lá no judiciário sem autorização do patrão, nós não podemos recorrer ao judiciário, quer dizer, em lugar nenhum no judiciário você tem que pedir para a

outra parte, pedir autorização para entrar na justiça na questão trabalhista nós temos que pedir para o patrão, por favor, me dá licença, me dá por escrito que eu posso entrar com uma ação contra você. Quer dizer, fica uma situação esquisita. E com a Emenda 03 nós estamos acabando, inclusive, com o Fundo de Garantia, que atrás do Fundo de Garantia vem a questão do saneamento básico, vem a questão, vamos supor, da estrutura, da casa própria e coisa e tal. Diz, mas não tem nada a ver. Tem tudo a ver. Porque a partir que você não é mais empregado e começa a incentivar a ser PJ, você começa a não recolher para o Fundo de Garantia e automaticamente isso acaba sendo um efeito cascata. É o fim do serviço público de saúde, é o fim da fiscalização. Na verdade, nós estamos invertendo todos os valores. O trabalhador que normalmente é a vítima, que... E é a vítima de todo esse processo, porque ele queira ou não queira nós temos... Ele está na mão do empresário.

Então, a vítima, ele passa a ser bandido. Que para ele provar que ele realmente não é PJ, que ele não é uma pessoa jurídica, tem que recorrer ao judiciário. Inverteu o processo. Até então nós estamos trabalhando para que isso permaneça, o fiscal vai lá, e está olhando. Está vendo, está verificando in loco a situação. Dentro dos documentos. Quer dizer, não é através de um papel, de um processo de um encaminhamento que vai ao judiciário. Que ali pode ser fabricado, pode ser montado e nós todos sabemos como é que funciona. Um bom Advogado dá nó em goteira d'água... E esconde a ponta ainda. Como é que ficaria essa situação? Essa fiscalização que hoje... Temos problemas. Temos problemas, sim. Mas aí se não fosse a fiscalização. Aí se não fosse a fiscalização no Ministério do Trabalho, da Receita Federal para nos dar essa mão para transformar essas questões da cooperato no Ministério Público, através desse tipo de ações para estancar essas questões.

A Emenda 03 acaba trazendo certa flexibilização mais ou menos parecido com aquele granulado que se coloca para matar formiga. Nos apresenta a Emenda 03 numa embalagem bonita, com bons olhos, salvador da Pátria, você vai pagar menos impostos, você vai ter lucro, você vai ter melhores condições de vida para que o trabalhador que está ali brigando, vendendo o almoço para fazer o jantar, porque nessa faixa que conforme o Neto colocou, não vai pensar que ele vai ser rico, com essa faixa salarial ele jamais seria. E a formiga pega aquele granulado com bom cheiro, boa aparência, larga a folhinha do lado e carrega o granulado e leva lá para dentro do seu formigueiro. E o que acontece? Dali alguns dias aquilo internamente acaba matando todo o formigueiro. E nós, os trabalhadores,

nessa condição nós somos as formigas operárias. Nós somos as formigas operárias. Estão querendo colocar essa Emenda 03 como a própria flexibilização de uma forma que todo o trabalhador brasileiro, com toda a sociedade, venha a pensar que talvez seja aí a saída para se ter um melhor lucro, um melhor ganho.

Nós já tivemos uma experiência não muito longe em que o nosso herói Paim, num momento histórico pegou uma Constituição e mostrou na Câmara dos Deputados o que aquela Casa estava fazendo com a Constituição na época da defesa do 618. Será, Paim, que você vai ter que fazer isso com a CLT e Constituição novamente no Senado? Acho que isso, nós não podemos deixar que isso aconteça. Demonstrou naquele momento uma questão heróica. A questão, vamos supor, lá no Fórum, lá dentro do Congresso, os companheiros que aqui estão nessa Mesa, trabalhando lá dentro enquanto outros companheiros aqui dentro estavam fora defendendo a flexibilização, defendendo o veneno da formiga da flexibilização.

Nós temos na nossa cultura o povo brasileiro, e isso é geral, que nós não temos o costume de fazer uma poupança, de fazer uma maneira para garantir o nosso futuro. Nós somos muito imediatistas. É natural do povo brasileiro. Essas pessoas que vão ser o PJ de amanhã, será que essa contribuição que lhe poderia contribuir sobre 10 salários mínimos, alguma coisa na Previdência, para ter mais, um pouco mais de economia ainda ele não vai contribuir sobre um salário só? Sobre dois, sobre três? E depois ele está acostumado a receber uma remuneração pouco mais elevada e depois quando chegar na sua época de aposentadoria ele não ter nem aposentadoria privada, nem a pública, e o seu padrão de vida for lá embaixo. Um falecimento, alguma coisa nesse sentido. Aí deixa a mulher com três ou quatro filhos ou vice-versa. A Emenda 03 não é somente, conforme foi colocado aqui pelo Dr. Ives. A Emenda 03 mexe no dia-a-dia lá dentro da nossa casa. Mexe exatamente aonde mais dói no ser humano, que é o bolso. E a segunda dor é a fome. Por causa que é muito bonito na hora que se implanta essas questões. Mas quem de nós aqui não conhece alguém que começou trabalhar cedo e depois quando foi se aposentar e o fator previdenciário nos cortou? Quem de nós aqui não conhece alguém que lá no passado pensou: Eu não vou contribuir com a Previdência Social agora, deixar aí. Depois eu contribuo. Isso não vale nada e coisa e tal. Depois quando chega os 60, 55 anos, daí falta 10 anos para se aposentar e depois não tem aquela equivalência e fica pelo amor de Deus pedindo aos filhos e muitas vezes nem os filhos não têm condições de oferecer. E a Emenda 03 é parte para esse tipo de caminho. Nós já temos no

Brasil uma quantidade superior a 51% de trabalhadores sem carteira assinada. Isso está todo mundo falando, é estatística, não é número novo que a gente está trazendo. E nós vamos estar mais uma vez jogando mais gente para a informalidade. A responsabilidade nossa é de jogar mais gente, jogar mais gente lá para fora do mercado de trabalho? Tem muita gente que diz assim: Olha, hoje nós não estamos mais trabalhando através do emprego, e sim através do trabalho. É o trabalho que está sustentando e não o emprego. Mas através dessas questões tem que ser uma corrente. Tem que trabalhar, tem que ganhar, mas tem que ter garantias. Tem que contribuir, tem que contribuir com o Governo, tem que contribuir com a Previdência. Mas diz: Não, mas roubam. Fazem isso. Isso é outra questão. Vamos cumprir com a nossa parte.

Dias atrás numa discussão também sobre essa questão da Emenda 03, o Deputado Tarcísio Zimmermann ele trazia que lá em Novo Hamburgo, o ferramenteiro já estão forçando que ele seja PJ.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para situar, Novo Hamburgo é Rio Grande do Sul, e essa área é área muito forte na área do calçado.

SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD: Já estão forçando o trabalhador. E você acha que esse ferramenteiro, essa pessoa, ele ganha o suficiente, ele vai ter acúmulo de receita ou aquele valor que ele está ganhando é suficiente para ele ser um PJ? Essas questões que eu trago para a reflexão de cada um dos companheiros, dos Senadores aqui presentes. E você veja como é que é tratada as coisas. O movimento sindical através das centrais sindicais, fazer uns dias parabenizar para todos nós porque nós estamos num momento tão importante, acho que um momento de graça do movimento sindical, Neto, que muitas vezes nós até pouco tempo atrás nós estávamos brigando ali, e brigando a tapa mesmo. Para não dizer a tiro, né Carlos? E hoje em dia nós estamos trabalhando numa linha só. Estamos trabalhando em coisas comuns que é para o bem do trabalhador. E essa Emenda 03 foi uma das ações que nós estamos trabalhando junto. Esses dias atrás os companheiros, os metroviários numa ação articulada, três companheiros metroviários, salvo engano, foram demitidos. Esta sendo trabalhado para que haja o retorno deles, mas a princípio já foram demitidos. Em prol de muita gente que nós estamos segurando. Na semana passada, o Secretário da Receita, Rachid, na Câmara, fez até menção que o Governo estava tentando montar um outro Projeto, e que seria trazido ao público. E numa das entrelinhas ele trazia que talvez até uma das saídas seria anistiar as empresas de telecomunicações e as empresas que

tenham sido notificadas e autuadas em questões sobre a Emenda 03. Você veja como são as coisas que hoje o Governo está tentando colocar já um Projeto [soa a campanha], já pensando na anistia de quem foi notificado, mas os trabalhadores lá dos metroviários que foram sacrificados em seu trabalho esse ninguém fala. Vamos ter que trabalhar no Projeto. Que os trabalhadores também terão o retorno. E aí fica a nossa preocupação. Aonde fica os trabalhadores nesse processo? Na discussão que trazem, diz que isso tem que trazer para o judiciário. O judiciário já está até aqui, já não tem mais condição de atender. Tem o art. 8º, qual que é o entendimento do judiciário? Qual é o entendimento do Supremo? Do art. 8º? Qual o entendimento da contribuição confederativa? Qual o entendimento dele na questão da estabilidade do dirigente sindical? Qual o entendimento da questão da Emenda 45? Todas essas questões, todas essas questões vai para o judiciário. E todas essas questões lamentavelmente o judiciário tem julgado e tem entendimento contra os interesses dos trabalhadores.

Finalizando, e depois os companheiros aqui, me permita assim da OAB vão fazer a sua exposição. Me preocupa muito a questão inclusive da posição da OAB de São Paulo. Que está saindo em defesa do veto da Emenda 03. Isso me preocupa muito porque até então... Para derrubar o veto. Porque até então a OAB tem sido um alicerce em todas essas questões polêmica e questão do mais fraco. Será que dessa vez através de São Paulo ela vai minar para derrubar o trabalhador, derrubar o mais fraco? Não acredito que isso venha acontecer.

Para finalizar, a Emenda 03 não é nada mais, não é nada menos do que formalizar o trabalho informal. Nós temos que dar essa sustentação ao Presidente da República pela manutenção da Emenda 03 do veto da Emenda 03. Muito obrigado, Senador Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Antes de passar a palavra para o nosso companheiro Carlos Henrique, representante da CUT, eu quero registrar que a próxima Mesa será então Presidente da Nova Central, José Calixto Ramos, Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Presidente Rosa Maria, Força Sindical, a Srª. Mônica de Oliveira Lourenço Veloso, que é Secretária de Cidadania dos Direitos Humanos e o Dr. Roberto Figueiredo Caldas, Advogado Trabalhista que representa a OAB nesse debate. Registro aqui o Senador Arthur Virgílio que foi até o Plenário, mas que volta para o debate, Senador Cristovam, e o Senador José Nery, que eu chamo de José Nery. Ele diz, Paim, José Nery, Paim. [risos] Então passo a palavra ao Carlos Henrique, representando a Central Única dos Trabalhadores.

SR. CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA: Muito boa tarde a todos. Eu trago uma saudação da nossa Central Sindical aos companheiros que compõem essa Mesa, o Caixeta, o Neto, o Moacyr, uma saudação muito particular ao nosso companheiro de longas jornadas, Paulo Paim, aos Senadores convidados, demais sindicalistas e representantes de associações presentes.

Fazer esse debate, ele impõe a necessidade de uma contextualização. E fazer uma contextualização não traz nenhuma outra intenção senão a de contribuir efetivamente para que nos possamos compreender de fato o que acontece ao nosso redor e quais as implicações futuras que estamos sujeitos caso o veto seja derrubado.

Nós tivemos, principalmente na década de 90, um forte impulso no nosso País, mas também um impulso de grandeza mundial, onde a sociedade entendeu por algum momento que a salvação estava na precarização das relações de emprego. É dessa época que nós temos a terceirização, que nós temos a introdução do trabalho temporário e da extensão do trabalho também aos domingos. E essas iniciativas, iniciativas de cunho legal, elas trouxeram inevitavelmente um determinado nível de precarização nas relações de emprego.

Por outro lado, nós também assistimos logo após a década de 90, uma iniciativa no sentido da criação de empresas de uma pessoa só. De tal forma que em 2004, dos 4 milhões e meio de empresas registradas, 3,6 milhões eram de empresas de uma pessoa só. E isso foi feito com um objetivo bastante definido, a transformação do emprego numa relação de prestação de serviços onde o antigo empregado deixava de receber férias, 13º, reajustes salariais, pagamento do FGTS, Seguro Desemprego, etc. Tudo aquilo que um trabalhador formal teria direito. E essas duas iniciativas, tanto a iniciativa de cunho legal como essa iniciativa que nós podemos dizer fraudulenta, que visa único e exclusivamente negar direitos históricos aos trabalhadores, essas duas iniciativas elas tiveram, e ainda têm um único objetivo: Reduzir o custo do trabalho. Isso, efetivamente, falando de encargos sociais impostos incidentes sobre a folha de pagamento. Esse é o contexto. E seria oportuno, até porque daqui a pouco nós vamos ter aqui os empresários falando, dando as suas opiniões e nós já conhecemos a fundo as suas opiniões, e sabemos que a reclamação sempre é o custo do trabalho no Brasil.

Eu gostaria, sem tomar muito tempo, de referenciar aqui o que é o custo/hora de trabalho no Brasil e referenciá-lo com alguns outros Países. Em 2002, que é quando foi feito esse estudo, no Brasil o custo/hora de trabalho custava três dólares. No Japão, 19 dólares e 60 cents. Na Europa, 20 dólares e 30 cents. Na

Coréia do Sul, 8 dólares e 10 cents, em Taiwan, 5 dólares e 70 cents, em Israel, 13 dólares e 50 cents. E só para dar mais densidade a essa questão do custo, seria também importante observar o que nós tivemos em termos de taxa de desemprego antes e depois da aplicação da precarização das relações de trabalho no mundo. Na Alemanha, antes da precarização, a taxa de desemprego era de 4,8%. Depois da aplicação de uma série de leis que precarizavam esse percentual passou para 8,7. Na Espanha, a taxa de desemprego que era de 15,9 passou para 16,3. Na França, de 9 para 11,3. E assim vai.

Essa intenção de precarização das relações de emprego, portanto, não é nenhuma novidade no nosso País, e aqui nós temos um pouco daquilo que foi o fruto da aplicação de políticas que versavam sobre a precarização como um instrumento de salvação das relações e do emprego no globo.

A Emenda nº. 03, ela por si só ela não afeta a relação de emprego. É verdade. O que a Emenda nº. 03 traz é o impedimento à fiscalização. E, portanto, permite que a fraude tenha como prosperar. E nesse sentido, é importante chamar a atenção, evidentemente, da sociedade. Mas, em particular, dos Senadores. Até porque nós temos... E falo nós as centrais sindicais, nós temos percorrido os corredores do Congresso Nacional, conversando com líderes, com Senadores, com Deputados, e a maioria deles tem colocado para nós uma leitura que nos parece bastante preocupante. Alguns líderes partidários dizem que se a Emenda 03 for colocada em votação, ela vai se manter. O veto presidencial será derrubado. Portanto, tendo essa possibilidade e uma possibilidade que tem um chão muito firme, nós gostaríamos de dialogar com esses Deputados e com esses Senadores que de alguma forma militam com a convicção de que a Emenda 03 ela na verdade, ou de alguma forma, ajudará para que nós tenhamos o nosso País uma prosperidade e emprego para todos. E esse diálogo que é dirigido a quem detêm o voto, ele passa necessariamente por essa compreensão, por um apelo. A precarização das relações de emprego não está resolvendo os graves problemas sociais e colocados para a grande massa de trabalhadores em particular no nosso País. A Emenda 03 não irá resolver esses problemas. Ao contrário, irá agravá-los.

Por outro lado, a Emenda 03, facilitando a fraude, em particular a fraude na relação de emprego, vai permitir uma concentração cada vez maior da renda no nosso País. Da nossa parte, da parte da Central Única dos Trabalhadores, nós temos certo de que é necessário a construção de uma sociedade onde todos tenham acesso à cidadania. Ter acesso à cidadania significa ter acesso a emprego, renda, condições de

mocráticas de relações de trabalho. E por conta disso, nós fazemos um apelo aos Senadores, na medida em que ajudem a romper essa tendência de precarização mantendo o veto à Emenda de nº. 03.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A gente agradece a atual Mesa, e nesse momento nós desmanchamos essa Mesa, convidamos nossos amigos que estão na Mesa para que se dirijam à primeira fila. Nós vamos convidar pela Nova Central o Presidente José Calixto para que venha assumir aqui o seu lugar à Mesa, José Calixto Ramos, convidamos a Presidente Rosa Maria do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, e convidamos a Sr^a Mônica Oliveira Lourenço Veloso, da Força Sindical que é Secretária de Cidadania e Direitos Humanos. E convidamos o Dr. Roberto de Figueiredo Caldas, Advogado Trabalhista do Conselho da OAB. Eu pediria que os painelistas ficassem também aqui já na primeira fila. Eu sei que o Dr. Caixeta, pediu inclusive antes para que eu permitisse que ele fizesse alguns questionamentos, e vai ser permitido depois dessa Mesa aos Senadores presentes a Mesa será uma Mesa rápida que questionem a Mesa e ao mesmo tempo os painelistas poderão também fazer os seus questionamentos.

Então, nesse momento para ganharmos tempo, sem prejuízo do debate que teremos depois, eu passo a palavra ao Dr. Roberto de Figueiredo Caldas, Advogado Trabalhista do Conselho da OAB, e dizer também da nossa alegria, sem aquele discurso meio piegas, que é bom ver duas mulheres aqui na Mesa representando o nosso povo, o povo brasileiro. Que até o momento só tinha falado aí o sexo masculino. Dr. Roberto, então, V.Ex^a está com a palavra para a alegria de todos nós.

SR. ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS: Muito obrigado, Senador Paulo Paim. É uma grande honra estar aqui em um debate tão seletivo, tão profundo sobre uma questão que alguém já disse antes, talvez não devesse estar nessa ordem de exame positivo. Na realidade, me parece que é uma agenda negativa, porque a sociedade, a sociedade civil organizada, as suas associações, os sindicatos, as centrais que representam a cidadania, os trabalhadores, estão evidentemente apoiando o veto presidencial à Emenda 03. É como que um diversionismo que se colocou essa Emenda, e que acaba gerando um debate muito grande, profundo. Mas, de qualquer maneira, muito interessante. Porque reaviva entre nós, Senador Paim, caríssimos componentes da Mesa, um debate que não é novo quanto à precarização da relação do trabalho, o respeito à dignidade da pessoa humana no ambiente de trabalho, a velha discussão sobre a prevalência do contratado sobre o legislado. Todas essas discussões que nós já

vimos haverem passado por esta Casa, pelo Senado Federal, pela Câmara dos Deputados, e no seio da sociedade. Como muitos já me sucederam aqui nesta Mesa, eu inverteria até a ordem de minha manifestação e até deixaria de falar sobre algumas coisas para começar por uma inconstitucionalidade que não vem sendo lembrada, mas que quero crer ela é muito importante. É um dispositivo que foi inserido na nossa Constituição, no art. 15, é um inciso LXXVIII que diz o seguinte: A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. Ora, este dispositivo que garante a razoável duração do processo é um dispositivo de garantia mesmo de direito humano fundamental. Este dispositivo já estava presente com uma redação um pouco diversa na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948. Em seguida, na Convenção Interamericana de Direitos Humanos, e os tribunais internacionais vêm entendendo que é dever do Estado Nacional, no nosso caso, do Brasil, garantir um processo judicial em tempo razoável. Ou seja, processo judicial rápido, célere. E o que nós vemos nesta Emenda? A Emenda peca também por este aspecto porque quer jogar para uma já abarrotada Justiça do Trabalho mais trabalho. Mais processos judiciais absolutamente artificiais. Por quê? Porque todos sabemos que na Justiça do Trabalho se repetem milhares, até milhões de processos sobre questões únicas, repetitivas, que bastaria que o Poder Executivo fizesse o que é do seu dever, que é fiscalizar. Ou seja, executar a lei.

É muito oportuno esta abordagem aqui no Senado Federal, com a presença dos senhores e das senhoras, Senadores e Senadoras, porque é quero crer que a Emenda 03 ela vem na contramão do esforço que o Congresso Nacional tem feito pela reforma do Poder Judiciário, pela modernização do Poder Judiciário, que aí sim hoje está na agenda o PAC. Nós queremos o crescimento do País, e não podemos ter um crescimento com um judiciário tão demorado. Tão incerto na sua decisão final. Digo isso porque me referi às cortes internacionais. Tanto a Corte Interamericana de Direitos Humanos quanto a Corte Européia de Direitos Humanos, quanto a velha Corte da AIA, a Corte Internacional de Justiça têm decidido por impor pesadas indenizações em favor de partes que sofrem pela demora do Poder Judiciário. E esse dispositivo retira o Poder Executivo da sua atividade fiscalizadora, de executar quem descumpra a lei para jogar mais uma vez em um Poder Judiciário, como já disse, combalido.

Se hoje o Poder Judiciário na área do trabalho é recordista mundial em número de processos, não é o mérito infelizmente da nossa sociedade. Muito pelo

contrário. É um demérito. Porque muitas daquelas ações poderiam ser muito bem resolvidas por mais fiscalização do Executivo. Disse que a Emenda está na contramão da história e da contemporaneidade porque os Estados Nacionais, os Países, têm procurado estabelecer um fortalecimento da atividade fiscalizadora. Porque, em primeira instância, é quem vai garantir um cumprimento da lei.

Em questões evidentes como essa que já foi referida aqui antes da pessoa jurídica individual. Ora, não se quer negar a possibilidade teórica de existir ou das cooperativas de trabalho existirem desde que sérias, há possibilidade, sim, de alguém trabalhar para vários empregadores e constituir uma pessoa jurídica. No entanto, quem milita na Justiça do Trabalho, as entidades sindicais, conhecem a realidade que é simplesmente a fraude, a burla. A criação de pessoas jurídicas tem servido no nosso tempo à fraude da relação de emprego. E não são poucas às vezes que a Justiça do Trabalho tem comparecido, tem sentenciado exatamente no sentido de reconhecer que ali não havia nenhuma pessoa jurídica real, mas sim apenas um contrato. Era um papel para disfarçar a verdade que é a relação de emprego com todos os seus requisitos de existência. Portanto, a agenda positiva que nós devemos traçar e daí porque muito oportuno este debate, é que nós precisamos ter no nosso País mais fiscalização por parte do Poder Executivo. Nós precisamos depender menos do Poder Judiciário tão atravancado. Poder Judiciário não é para passar dez anos para decidir um processo. Bem lembra o Senador Paulo Paim que foi um dos líderes aí na condução do processo de reajuste do saldos de FGTS dos trabalhadores. Estivemos juntos várias vezes quando vimos que mais de um milhão de ações estavam abarrotando o Poder Judiciário há mais de 10 anos por conta de termos um Judiciário muito assoberbado. Precisamos de um Judiciário, sim. É extremamente importante a existência democrática deste órgão. Mas, desde que ele funcione muito mais rapidamente e com uma maior certeza. Que dure um ano um processo trabalhista, um processo penal, é aceitável. Mais que isso nós já achamos que é exagero.

Nós gostamos sempre de citar o exemplo da Espanha nas questões trabalhistas. A Espanha se incumbiu, o Estado Espanhol assumiu um compromisso perante os seus cidadãos de resolver as ações trabalhistas em 60 dias. E tem conseguido com muito êxito. E mais, criou um dispositivo que é uma verdadeira fiança em favor do cidadão. Se o judiciário não resolver aquela ação em 60 dias, definitivamente e pagar o que é devido ao trabalhador, o Estado espanhol passa a pagar o salário do trabalhador que está reclamando em juízo.

Quer dizer, se outros Países podem, se vários Países que têm uma duração de seis, oito meses do processo judicial estão fazendo reformas do Poder Judiciário, por que nós não podemos? Por que nós não podemos sonhar em um processo judicial que dure um ano? Mas aí, há uma questão que talvez os mesmos que defendem a Emenda 03 vão dar saltos. É que a Emenda 03, infelizmente, que busca que a empresa não seja fiscalizada, parece-nos remeter a um receio de que se descubra de que se está descumprindo a lei mesmo. Esse descumprimento da lei, temido, é que também iria contra aquilo que no mundo inteiro se faz. O Judiciário, em vez de apenas pagar aquilo que é devido ao indivíduo que reclama, além de determinar o pagamento, impõe sempre, sempre, pesadas indenizações. Só assim o devedor, o detrator da lei vai temer o judiciário. Do contrário, quem teme o judiciário é o cidadão. É o trabalhador. O judiciário demorado só amedronta o cidadão, que não quer de jeito nenhum reclamar porque sabe que passará muito tempo para receber aquilo que lhe é, que lhe serve para a subsistência sua e da sua família.

Então, aqui temos o ex-Ministro José Calixto Ramos, do TST, que certamente pode... Dirigente sindical de longa data, pode também contribuir com este debate. Certamente é algo que precisamos urgentemente, um Judiciário muito mais rápido.

Nós também na CONATRAE, nós somos membros da CONATRAE, a Rosa Maria também, represento o Conselho Federal da OAB na CONATRAE, nós somos membros da CONATRAE, a Rosa Maria também, represento o Conselho Federal na CONATRAE, a Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo que desde quando se teve notícia dessa Emenda aditiva nº 03, a Emenda 03, a CONATRAE ficou extremamente preocupada, porque é com a atuação dos auditores fiscais do trabalho que se tem permitido aqui que o nosso País, que o Brasil seja um modelo internacional de combate ao trabalho escravo, porque neste caso a fiscalização tem de fato funcionado. Funcionado naquilo que encontra [soa a campanha] de realidade, e já estou concluindo, que encontra de realidade ao se deparar com as fazendas em que se escraviza e evidentemente nada se registra.

Já no dia 8 de março, uma nota quase unânime, apenas a representação da Confederação Nacional da Agricultura votou contrariamente, mas todos os outros membros foram harmônicos em entender que diversas inconstitucionalidades estavam presentes. Como a afronta, a harmonia entre os poderes, porque neste caso o Poder Legislativo estaria entrando, afrontando uma atividade típica do Poder Executivo e transferindo para o Poder Judiciário antes mesmo de atuar como

fiscal, a dignidade da pessoa humana, e também inconstitucionalidade clara, aí já acrescentada por mim, por violação ao inciso LXXVIII, este que li logo no início, da razoável duração do processo que é um direito e deve ser exercido por todo cidadão brasileiro que dependa do Poder Judiciário.

Neste sentido, entendemos e frisamos que a Emenda nº. 03 está na contramão da história e na contramão da contemporaneidade. Em favor do cidadão brasileiro, do trabalhador brasileiro, é importante Sr. Presidente que o veto presidencial seja mantido. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra à Sr^a. Rosa Maria, que é Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais. V.Ex^a dispõe de 15 minutos, mais cinco se necessário.

SRA. ROSA MARIA CAMPOS JORGE: Muito boa tarde, senhoras e senhores, quero cumprimentar o Presidente dessa Mesa, Senador Paulo Paim, reconhecidamente um dos maiores defensores dos aposentados e pensionistas desse País, e também um grande defensor da classe trabalhadora desde os anos em que militou na Câmara dos Deputados. E em seu nome quero cumprimentar a todos dessa Mesa e a todos as senhoras e senhores aqui presentes.

O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho tem participado em diversas oportunidades de discussões sobre a Emenda 03. Desde que ela foi apresentada nessa Casa pelo ex-Senador Ney Suassuna que nós o procuramos para falar do perigo que representaria naquela época a aprovação e pedindo a ele que a retirasse. Ele nos disse, e não pediu reserva de que naquele momento ele estava apresentando aquela Emenda para atender determinado grupo de empresas da área de comunicação.

Bom, essa luta não logrou êxito aqui no Senado, é onde foi aprovado, depois foi à Câmara dos Deputados e foi votada muito rapidamente na Câmara dos Deputados logo no início dessa Sessão Legislativa sem que se tivesse tempo de discutir a repercussão das conseqüências da aprovação dessa Emenda. E diversas forças se somaram para defender o direito do trabalhador. Os auditores fiscais do trabalho têm como... São todos servidores públicos de carreira, concursados, e preparados para exercer a sua função, têm profundo conhecimento da matéria trabalhista, e de segurança e saúde no trabalho. No exercício da nossa função que é feito de porta em porta, fiscalizando os ambientes de trabalho, entrevistando os trabalhadores e verificando as condições de trabalho, são os auditores encarregados de verificar o cumprimento da lei trabalhista. Quando o auditor encontra uma situação

em que a lei não está sendo cumprida, ele tem o dever de lavrar um Auto de Infração e esse Auto de Infração dá ao autuado o direito de se defender na esfera administrativa e não satisfeito com o resultado dessa defesa, de recorrer ainda na instância superior ainda na área administrativa. E é claro, se não satisfeito, de recorrer à justiça. Então, não há em nenhum momento uma atuação da fiscalização que impeça a ampla defesa do autuado.

Outro motivo que tem sido muito suscitado e já o foi lá em Audiência Pública na Câmara, que o PJ ou a pessoa jurídica constituída para prestar serviços que ele seria duplamente prejudicado. Porque aí o Auditor Fiscal do trabalho autuaria o prestador de serviços, e ele ainda teria que pagar uma multa altíssima, logo ele que é hipossuficiente.

Eu quero deixar claro para os senhores e para as senhoras, que o prestador de serviços PJ que está numa situação de evidente fraude à lei ele não é autuado pela fiscalização do trabalho. Quem é autuado é justamente aquele que logra proveito com o trabalho desse PJ. É o tomador dos serviços, é sobre ele que recaem as multas, as imposições e o lançamento do débito do Fundo de Garantia que é feito pela auditoria fiscal do trabalho. Que além de todos os princípios que regem a relação de trabalho, a relação de emprego, um deles é o princípio da alteridade. Ou seja, não se transfere para o trabalhador o risco que é tão-somente do empregador, ou seja, daquele que é o tomador do serviço e que tira proveito desse serviço. Então é uma inverdade que tem sido distribuída aí e informada por empregadores, por representantes dos empregadores, por pareceristas muito bem remunerados para vir de público dizer isso. E outra inverdade que tem sido dita é que essa Emenda 03 não se aplica à auditoria fiscal do trabalho. Pode ser que muitos dos senhores não tenham acompanhado todo esse processo, e eu preciso explicar o seguinte. A Super-Receita, ela na verdade é uma lei que altera outras leis. Uma dessas leis que é alterada, a Lei 10.593/2002 é a lei que regula as competências e as carreiras das auditorias federais. O art. 6º dessa lei trata das competências dos auditores da receita, enquanto que o art. 10 trata das competências dos auditores do trabalho. Se o objetivo da Emenda era simplesmente alterar competência do auditor da Receita Federal, o § 4º que foi incluído através dessa Emenda no art. 6º, que trata dos auditores da receita, não diria logo nas primeiras linhas, auditores fiscais de que tratam esta lei, mas sim auditores fiscais de que tratam este artigo, como seria o correto na redação jurídica. O objetivo é claramente atingir a auditoria fiscal do trabalho, porque compete ao Auditor Fiscal do trabalho a verificação do vínculo empregatício. Então,

somos nós auditores quem fazemos essa verificação, e não os auditores da Receita.

Então, todas às vezes que o auditor encontra uma situação real em que há caracterização do vínculo empregatício, o auditor pede a documentação daquele trabalhador, e se é apresentado algo diferente da carteira de trabalho, ele lavra um Auto de Infração. Por quê? Porque com base no princípio da primazia da realidade que já foi nomeado aqui pelo Caixeta da ANPT, com base nesse princípio, o Auditor Fiscal do Trabalho tem que se ater aos pressupostos da relação de emprego. E é isso que está em jogo nessa Emenda. Desrespeita-se os pressupostos de relação de emprego. E todas às vezes que o Auditor Fiscal de Trabalho encontra isso é obrigado, sim, a exigir o cumprimento da lei. Ou seja, que a carteira de trabalho seja assinada porque é decorrência dela os demais direitos trabalhistas sem o vínculo de emprego não há como exigir pagamento de férias, 13º, salário maternidade... Só para enumerar alguns desses direitos.

Eu quero falar também um pouquinho de alguns números que não são segredo para ninguém, que no site do Ministério do Trabalho e Emprego estarão todos eles disponíveis, de 2005 a 2007, foram libertados pelo Grupo Móvel de Combate ao Trabalho Escravo que é composto por auditores fiscais do trabalho, foram libertados 8.789 trabalhadores. Libertados. Trabalhadores escravizados. De 1996 a 2007, os auditores fiscais do trabalho registraram durante a ação fiscal 5 milhões, 506 mil e 253 trabalhadores. 5 milhões de trabalhadores foram registrados durante a ação fiscal. Isso significa que se nesse período aí cada um desses trabalhadores tivessem que recorrer à justiça para ter a declaração de vínculo, seriam mais cinco milhões de processos acumulando já a milhões de processos que abarrotam a Justiça do Trabalho. Triplicaria.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone]

SRA. ROSA MARIA CAMPOS JORGE: Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Acho que alguém da oposição entrou em circuito. [risos] Eu achei tão grave que vou pedir para a senhora repita mais uma vez que é importante que o Brasil saiba, via TV Senado, esses dados. Só isso. Repita mais uma vez esses dados, faz favor.

SRA. ROSA MARIA CAMPOS JORGE: Tá. Repetindo, Senador, a seu pedido. Que no período de 2005 a 2007, é um lapso de tempo relativamente curto, 2005 a 2007 foram libertados 8.789 trabalhadores escravizados no meio rural no Brasil. Isso porque ainda existem denúncias da Comissão Pastoral da Terra que existem 25 mil ainda trabalhadores escravos

no Brasil. 8.789 foram libertados. De 1996 até 2007, foram registrados durante a ação fiscal 5 milhões, 506 mil, 253 no Brasil. Só durante a ação fiscal. Nós contamos hoje com 3.062 auditores. 3.062 auditores para dar conta de fiscalizar todo o Brasil, trabalho urbano, trabalho rural, segurança e saúde do trabalho, combate ao trabalho escravo, combate ao trabalho infantil, e todas as formas precarizantes e inseguras de trabalho que existem. Segundo estudos da própria OIT, seria necessário no mínimo o dobro desse tanto de auditores para dar conta dessa função. Dizer para vocês que o auditor fiscal do trabalho ele exerce um poder de polícia oriundo do Poder Executivo. Cabe ao Poder Executivo verificar o fiel cumprimento da lei. Retirar a competência da auditoria fiscal do trabalho para verificar o cumprimento da lei trabalhista, significa o mesmo que retirar a polícia da rua e deixar que a própria vítima recorra ao Judiciário para que ele diga se ali há um crime ou não para depois mandar a polícia ir lá punir o culpado.

Quero dizer para vocês que os auditores fiscais do trabalho também rechaçam toda e qualquer tentativa de legislar para retirar direitos dos trabalhadores. Porque entendemos que os trabalhadores brasileiros já deram a sua contribuição ao longo da história e muita contribuição para chegar ao que chegou. Restam poucos direitos aos trabalhadores. Nós achamos que a CLT não é uma legislação arcaica. É claro que ela necessária das alterações que acompanha a evolução da vida das pessoas. E entendemos que ela tem sido alterada, porque de todas as leis, ela é uma das que você compra uma CLT hoje amanhã você já precisa comprar outra porque já sofreu alteração. Então dizer que a CLT é arcaica é outra premissa enganosa para justificar a sua alteração no sentido de tirar direitos. Não somos contra a discussão desses assuntos. Achamos que eles podem e devem ser discutidos em todas as esferas. Agora, entendemos, sim, que a Emenda 03 ela foi colocada de forma indevida, votada de forma indevida, sem a discussão maior com a sociedade. E entendemos sim que todos os trabalhadores devem saber o que está acontecendo, porque poucos são informados que estão correndo sérios riscos de perderem os seus direitos. E a Emenda 03 que foi colocada como uma forma apenas de resgatar direitos de natureza tributária, na verdade o objetivo maior é atingir sim a classe trabalhadora brasileira. A pejotização ou pejorização, como alguns dizem, ela tem tomado conta e existe um registro, um estudo recente de um dos grandes economistas desse País que é o Márcio Pochmann que dá conta de um levantamento muito sério e muito importante que foi feito pela UNICAMP em que ele fala do aumento da pejotização em São

Paulo, que não gerou emprego, ao contrário, reduziu o emprego formal, o emprego decente, o trabalho recente, aquele que há responsabilidade social nesse País. E nós entendemos que esse Congresso não pode deixar como marca na sua história, como marca na história do Brasil, de que ele foi o responsável por liquidar de vez o pouco que tem de Legislação social ainda existente. Muito obrigada, muito obrigada a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [soa a campainha] Passamos de imediato a palavra ao Presidente da Nova Central, Sr. José Calixto Ramos, companheiro também de longas jornadas.

SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS: Caro Presidente, Senador Paulo Paim, minhas companheiras e meus companheiros de Mesa, companheiros dirigentes sindicais das mais variadas categorias profissionais aqui presentes, dirigentes das centrais, companheiras e companheiros, eu queria primeiramente agradecer o convite para esta Sessão, essa Audiência Pública, dizer da nossa satisfação em participar juntamente com os demais companheiros e companheiras, e parabenizar o Senador Paulo Paim por mais uma vez trazer ao debate público uma matéria que tem causado uma polêmica muito grande em todo o território nacional. Tem sido objeto de muitas reações, inclusive alguns movimentos organizados, através das centrais, e tem trazido uma discussão que chama a atenção não apenas do Executivo, mas também do próprio Poder Legislativo.

Eu diria primeiramente que vou fazer um pronunciamento escrito, como sempre faço, até porque se as bobagens que eu disser já ficam escritas. Fica até mais fácil de identificar.

Mas inicialmente eu diria que o Presidente Lula quando vetou a Emenda 03, ele não vetou para apresentar um gesto populista, e nem tampouco para agradar a Organização Sindical Brasileira. Até porque ele sabe que existem divergências entre o seu pensamento sobre a estrutura sindical, e muitas entidades sindicais organizadas nesse País. Então ele deve ter feito uma análise muito profunda de tudo isso para poder apresentar o veto como um ato. Eu diria até de coragem. Mas, ao mesmo tempo, é um ato que pela coligação que ele conseguiu, conseguiu produzir, talvez fosse até fácil manter o veto. Mas me parece que não está sendo exatamente como nós pensamos. O Congresso está trabalhando para a derrubada do veto.

Nós escrevemos aqui algumas coisas que claro que muitas delas já foram ditas, e coincidentemente a Presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais teceu alguns comentários que traz detalhes de como agem os fiscais do trabalho. E está escrito aqui que nós vamos deixar.

A Emenda 03 em si ela já foi discutida aqui na Mesa, já foi falada por todos, e senão me falha a memória, a exceção de um dos convidados, todos estão trabalhando na mesma direção. A direção da manutenção do veto. Foi assim que eu entendi até agora a exceção do Ives Gandra Martins Filho. As manifestações foram várias, algumas até aculturadas, e a maioria delas eivadas de pronunciamento de pensamentos naturais das pessoas que lidam diretamente e diariamente com o Movimento Sindical Brasileiro. São eivadas exatamente dessa praticidade que nos envolve diuturnamente.

Então, como já sabem o teor da Emenda, eu passaria a dizer que ao expressar que os casos que importem em reconhecimento de relação de emprego, devem ser precedidos de decisão judicial, a Emenda retirou dos auditores fiscais do trabalho e da Previdência Social o poder de atuar, autuar empresas por falta de registro de empregados. Quando independe de procedimento judicial os fatos conduzirem de modo claro a existência dessa relação.

Explicitando, define-se que atualmente o Auditor Fiscal em expediente de rotina de fiscalização, ao se deparar com a existência de pessoa trabalhando sem que tenha notado a respectiva carteira de trabalho, estando convencido da existência da relação de emprego, pode sim autuar a empresa. Todavia, é comum que os empregados prejudicados formalizem reclamação diretamente à Delegacia Regional do Trabalho. Não é primeiramente à Justiça do Trabalho. Neste caso, o processo é distribuído a um Auditor Fiscal que comparece ao local de trabalho com o objetivo de constatar a veracidade da reclamação conforme previsto no art. 37 da Consolidação das Leis do Trabalho. E aqui está transcrito e não precisa citá-lo que todos os companheiros já conhecem. Mas diz aqui em seguida. Nós dizemos o seguinte: Se a empresa em sua defesa nega a existência de relação de emprego, ou sendo impossível constatá-la por via de procedimentos administrativos, o andamento do processo fica sobrestado sendo remetido à autoridade judicial para julgamento. Então só depois desse procedimento é que o processo vai à Justiça do Trabalho. Evidencia-se que o Auditor Fiscal pode autuar a empresa por falta de registro de empregados quando convencido de que as circunstâncias de fato deixam claras a existência de relação de emprego. Não é por qualquer coisa que o fiscal vai e entende que está tudo errado e autua. Ele tem consciência disso. Dois. Em caso de reclamação é feita a diligência que comprovando a existência do vínculo empregatício dará margem a que o Delegado Regional do Trabalho determine a anotação da carteira de trabalho com a consequente atuação da empresa. E aí, em todos os

casos, a empresa tem prazo para a sua defesa que se apresentada com negativa a existência da relação de emprego, o feito, aí sim é encaminhado à Justiça do Trabalho como competente para decidir confirmando o vínculo empregatício e transitada em julgado a sentença a empresa deve fazer o seguinte, anotar a carteira e pagar a multa decorrente da atuação. E ponto final. Facilmente se constata que os dispositivos legais em destaque dão poderes à autoridade administrativa para definir sobre a ocorrência de relação de emprego observada as limitações ali previstas. Para o mundo do trabalho, parte pertinente ao interesse dos trabalhadores e por consequência das entidades sindicais que o representam, esse dispositivo são de transcendental importância, principalmente porque permitem o imediato reconhecimento do vínculo empregatício, evitando que o obreiro fique prejudicado em seus direitos trabalhistas e previdenciários. Mas a Emenda 03, ora em discussão, exclui radicalmente os poderes conferidos a autoridade administrativa que são exatamente os auditores fiscais do trabalho. Quer dizer, invade a área de competência do Executivo, e retira uma das principais, ou talvez a principal prerrogativa do Auditor Fiscal do Trabalho. Por ela, se o Auditor Fiscal depara com a existência de pessoa trabalhando sem carteira assinada, anotada, lhe resta um único procedimento, coletar os elementos de sua convicção e comunicar ao Delegado Regional do Trabalho que deverá submeter o assunto à apreciação do Poder Judiciário e este afinal definirá sobre a ocorrência da vinculação empregatícia.

Parece simples, fácil e rápido, mas não é. Pois já foi dito aqui e é sabido que a Justiça do Trabalho demorará dois, três ou mais anos para decidir sobre o assunto, e se houver recursos sucessivos, esse prazo pode chegar a seis ou mais anos para a decisão final. Enquanto pretende... Enquanto pendente o pronunciamento da justiça terminativo do assunto, os empregados continuarão trabalhando sem carteira assinada, ou seja, sem direitos trabalhistas, previdenciários, estes em especial que as normas legais lhes asseguram. Aí pergunta-se exatamente o seguinte: Justifica-se este procedimento? Acho que não. No caso de infortúnio laboral, quem dará assistência ao operário e sua família? Precisamos dessa resposta que deve ser dada naturalmente pelos Parlamentares que aprovaram a Emenda. Sendo as leis parte integrante de um Estado de Direito e que tem o dever de amparar a todos os cidadãos que compõem o que juridicamente chamamos de povo, pode-se conceber a emissão de uma norma que comprovadamente prejudica os trabalhadores, proporcionando proveitos econômicos aos empregadores. Essa forma de irregular emissão não estaria contra-

riando o basilar princípio constitucional da igualdade de todos perante a lei? É outra pergunta que também se deixa no ar. A idéia concebida por muitos de que a Emenda objetiva facilitar a prática da chamada terceirização, ou seja, daquele ato em que a empresa contrata outro para realizar serviços que lhes são próprios, não afasta o que acima foi posicionado. Primeiro porque a doutrina e a jurisprudência estão se consolidando no sentido da existência de relação de emprego com a empresa contratante, terceirizadora. E segundo porque havendo provas de existência de fraude à aplicação das normas legais trabalhistas, deverá ser definido no sentido de tratar-se de empregados da empresa terceirizante, não da prestadora de serviço. Tudo que foi relatado demonstra não ser juridicamente admissível a referida Emenda nº. 03. [soa a campainha]

Então, nós sintetizaríamos... Mais cinco minutos, dizendo o que todos praticamente já sabem, mas é bom que se repita, que aqui está mais ou menos esclarecido ou esclarecido com muito mais, talvez com pouco mais de veemência. A Emenda 03 que foi incluída na lei que criou a chamada Super-Receita, proíbe que os auditores fiscais mudem e tenham o poder para desfazer pessoas jurídicas quando entenderem que a relação de prestação de serviços como empresa é na verdade uma relação trabalhista e transfere para a Justiça do Trabalho esse operar. A quem isso poderá favorecer? Às empresas, buscando reduzir custos poderão exigir que os seus empregados se transformem em pessoas jurídicas ou empresas individuais para contratá-los como prestadores de serviços, sem correr o risco de serem fiscalizadas e autuadas por isso. Conseqüência para os trabalhadores: Trabalhador que se tornar empresa individual ou pessoa jurídica nessas condições deixará de ser empregado, e passará a ser um prestador de serviço. Continuará cumprindo horário, recebendo ordens e exercendo as mesmas atividades de antes, nas dependências do contribuinte, mas não terá mais seus direitos trabalhistas e previdenciários garantidos por lei como, por exemplo, férias, 13º salário, FGTS, horas-extras, multa por ocasião de demissão, aposentadoria, auxílio doença, auxílio exclusão, licença maternidade entre outros. Se continuar segurado do INSS terá direito aos benefícios da Previdência, mas terá que pagar 20% sobre o mesmo valor que como empregado pagava de 8 a 11%.

Aqui mais adiante, para terminar dentro do tempo, Senador, eu citaria aqui com a devida vênia os benefícios para a empresa. Pelo menos parte desses benefícios. As empresas contratantes poderão contar com a prestação de serviço por 12 meses sem interrupção, pois o prestador de serviço não tira férias. Ainda ficarão livres do pagamento para o INSS de 20% sobre a folha

de pagamento a título de contribuição previdenciária. Não terão que pagar 13º salário e nem 30 dias de férias acrescido de mais um terço. Não pagarão contribuição para o sistema S, sobre esse prestador de serviço e não terão que pagar 8% de Fundo de Garantia, aviso prévio proporcional e nem indenização de 40% sobre o montante de FGTS.

Quer dizer, são pequenas vantagens que nós podemos levantar se na verdade a Emenda 03 for... Se a Emenda 03 ou se o veto que nós estamos tensionando manter ele for cassado ou for derrubado pelo Congresso Nacional.

Então, a posição da Nova Central Sindical é preempitoriamente a favor da manutenção do veto. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Dr. Roberto vai ter que se retirar, e antes de eu passar para a Sr^a. Mônica, eu só quero fazer para ele uma perguntinha que eu fiquei numa dúvida enorme, Dr. Roberto. Porque hoje o Neto inclusive falava comigo dizendo que a OAB São Paulo, se não me engano, tirou uma nota favorável à Emenda 03. Se pudesse rapidamente... Nós estamos com problema de horário, V.Ex^a me tirar essa dúvida. Afinal, aonde está a OAB só para questão de parâmetro para nós aqui. Já que a sua posição é outra pelo que eu percebi.

SR. ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS: Bem, quanto a OAB São Paulo, ela é sem dúvida uma seccional e autônoma nas suas deliberações. Então certamente no âmbito estadual, a OAB se posiciona da maneira como nós vimos ontem, contrário ao veto presidencial. No entanto, a OAB Federal, desde que surgiu a questão, o Presidente César Brito de imediato deu uma entrevista sendo completamente contrário, ele que é um Advogado da área, Advogado Trabalhista, inclusive, completamente contrário à Emenda. À Emenda aditiva. Sendo assim, na próxima segunda ou terça-feira, está em pauta, já esteve em pauta a questão da discussão da Super-Receita e estará de novo e essa questão será definitivamente julgada pelo Plenário do Conselho Federal. Mas quero crer que não... Que a palavra inicial do Presidente César Brito será certamente ratificada, é o sentimento que nós temos naquela instituição que afinal sempre esteve ao lado das grandes causas da cidadania da sociedade brasileira.

Muito obrigado, e me desculpem ter que já sair. É que eu tenho uma viagem agora para a terra do Senador Paulo Paim, coincidentemente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem-vindo lá, com certeza absoluta. Antes de passar a palavra para a nossa companheira líder sindical, a Mônica, eu quero só fazer o seguinte esclarecimento. Nos perguntaram se os empresários

com as suas lideranças terão espaço para falar. Claro que terão. Então eu vou fazer a leitura rapidamente aqui. Já está convidado um representante da OAB São Paulo para falar no dia 15 às 14h nessa sala. Um representante da Confederação Nacional da Indústria, CNI, um representante da Confederação Nacional do Comércio, representante da Confederação Nacional dos Transportes, representante da Associação Brasileira de Rádio e Televisão, e também o representante da Associação Nacional dos Jornais.

Então, no dia 15, às duas da tarde, nós ouviremos aqui a visão dos líderes, dos empresários. Quero dizer que naturalmente nesse dia faremos aqui um bom debate como foi no dia de hoje. Já me levantaram a possibilidade de nós termos também uma outra audiência onde na Mesa estariam representadas as duas posições em relação à Emenda 03. Coisa que me é simpática. Confesso que me é simpática. Eu gosto do debate, o debate esclarece, a polarização no alto nível todos ganham. Então nós provavelmente teremos outra audiência após o dia 15 permitindo que as duas posições possam travar aqui, digamos, o bom debate. O debate qualificado, no alto nível, que todos ganharão.

Então nesse momento eu passo a palavra à Secretária de Direitos Humanos da Força Sindical, a Sr^a. Mônica Oliveira Lourenço Veloso. V.Ex^a dispõe de 15 minutos com mais cinco.

SRA. MÔNICA P. OLIVEIRA LOURENÇO VELOSO: Muito obrigado Senador Paulo Paim, na sua pessoa gostaria de parabenizar a Casa e especialmente a Secretaria de promover essa audiência, cumprimentar os Senadores, os convidados que estão aqui e os meus companheiros e companheiras de militância sindical que aqui estão presentes também.

Eu vou procurar não ser redundante e sendo, porque não tem outra forma. Um pouco mais para reforçar mesmo tudo aquilo que já me antecederam aqui. Eu gostaria de ressaltar algumas questões que a Emenda também coloca. Então olhar para a questão da falsa ilusão que isso pode e deverá causar aos trabalhadores mal informados do que significa se submeter à Emenda 03, ao que ela coloca como a questão do PJ.

Então, de dar a falsa ilusão de que vou me tornar independente, quando na verdade eu vou me tornar um trabalhador precarizado. Então a própria mídia ainda no nosso entendimento da Força Sindical não... Precisamos popularizar mais a discussão para os trabalhadores. Porque os trabalhadores de base, mesmo, eles não estão entendendo ainda o que vai significar isso na sua rotina, no seu cotidiano de trabalho. Isso é um papel importantíssimo que as centrais e os sindicatos obviamente de base têm como missão de estarem in-

formando as suas categorias. Eu acho que também a gente precisa ressaltar aqui a desconsideração no que diz respeito ao esforço que se realizou na construção da agenda comum do Fórum Nacional do Trabalho onde se apontavam ali diversas questões, uma delas a Reforma Trabalhista e que está ali parada e a gente vê numa única e exclusiva quatro linhas, como disse o companheiro Neto, tudo resolvido e sem nenhum mérito de discussão mais democrático e legitimado pela classe dos trabalhadores e pela sociedade brasileira.

Então acho que essa é uma outra questão que a Emenda também coloca em xeque, todo o esforço de período grande de discussão que a gente teve e que ali se colocam várias questões do ponto de vista da própria Reforma Trabalhista que era comum as centrais brasileiras.

Acho que também é necessário colocar aqui que o esforço do País ele deve ser em obter uma maior coerência e efetividade no seu desempenho da ação das políticas públicas. Mas também precisa garantir os objetivos concretos do trabalho decente que correspondem ao marco de desenvolvimento colocado pela ONU para cada País. E aí refletir essas estratégias e do ponto de vista para a central, para a Força Sindical, nós acreditamos que a Emenda 03 é exatamente tudo que contraria a questão do trabalho decente e o que esse tema tem colocado através dos fóruns internacionais e também o próprio fórum tripartite da OIT quando a gente percebe que a Emenda também desrespeita o Tratado de Versalhes, a Convenção 81 e a recomendação da OIT que determina aos seus Países membros a luta contra as relações de trabalho encobertas que ocultem a verdadeira situação jurídica do empregado.

Então, novamente a questão da falsa ilusão do autônomo. Nós também acreditamos que ao contrário do que muitas pessoas e representações têm dito de que é possível gerar emprego com a Emenda, para nós ela não vai gerar emprego, ela vai substituir mão-de-obra e isso já é uma luta que o movimento sindical trava todos os dias. A questão da terceirização ela já é um processo de luta diário dos sindicatos e das centrais para aquelas empresas que se utilizam desse instrumento para burlar a lei. E a gente poderia citar aqui uma série delas. Então a gente... Se a gente for agora focar a Emenda 03 para a realidade do cotidiano, nós podíamos dizer como é que vai ficar a questão das empresas que hoje evitam e não permitem que seus trabalhadores com doença ocupacional, se afastem para tratar dos seus problemas e depois são demitidos e ficam aí sem nenhum tipo de reconhecimento, inclusive previdenciário. Tendo que ele mesmo dizer, ir para uma luta jurídica, inclusive, para a Previdência

para o reconhecimento da sua doença. A gente também precisa saber aqui como é que vai se colocar a Emenda 03 com relação à questão do assédio moral especialmente sofrido pelas mulheres dentro dos locais de trabalho e isso também vai se refletir nessa questão. A demissão por justa causa que hoje as empresas aplicam isso. Nós temos que falar do que é a realidade brasileira e a realidade brasileira não são só boas empresas. Nós temos muitas empresas que não tratam os seus trabalhadores com respeito, com dignidade, muito menos com a cidadania podendo ser exercida. E com as demissões por justa causa ele acaba se livrando de multas, fazendo acordo e inclusive fazendo acordo na Justiça do Trabalho. Já tem aí todo o acúmulo e infelizmente a pecha de ser uma justiça morosa que não permite ao trabalhador a efetiva, o efetivo reconhecimento do seu trabalho quando de uma demissão por justa causa. Isso para citar só a justa causa.

Eu acho que a gente precisa aqui também fazer uma referência a alguns avanços que o Brasil tem tido, especialmente na questão do combate do trabalho escravo, aqui já dito pela Sr^a. Rosa Maria, e também pelos avanços que a gente vem obtendo ao combate do trabalho infantil. Isso é um retrocesso no nosso entendimento de mais de 15 anos de atuação do Movimento pela Erradicação do Trabalho Infantil e pela Erradicação do Trabalho Escravo. A gente já olhou aqui pelos números que a Rosa Maria informou são 8 mil pessoas já libertadas, mas 25 mil que esperam por uma ação efetiva do Poder Executivo, da própria sociedade. A gente não tem essa pecha de ser um País em pleno século 21 tendo ainda trabalho escravo.

Então, nós fazemos com que toda a ação que a gente veio construindo na questão do trabalho infantil, na questão das piores formas do trabalho infantil e eu tive oportunidade o ano passado de vir aqui a esta Casa, inclusive, para discutir do ponto de vista dos direitos humanos a questão do trabalho escravo e com relação ao trabalho infantil. Então, a gente fica como cidadã que também votou muito estarecida com o fato de que os representantes que alguns meses atrás, podemos dizer aqui das últimas eleições faziam de seus palanques os direitos dos trabalhadores como princípio das suas ações, agora numa canetada resolve todo o problema e aí desrespeitando toda a ação sindical, toda a ação do movimento social brasileiro em defesa daqueles que infelizmente ainda têm muitas dificuldades e poucos instrumentos para recorrer quando tem seus direitos violados. Então como é que a gente vai tratar o direito violado? Quem vai tratar o direito violado? A Justiça do Trabalho não tem essa capacidade e todos nós aqui já sabemos.

Então, para quem fica isso? Para quem vai pagar essa conta? Então, vai pagar a conta talvez os 400 mil trabalhadores domésticos invisíveis que estão aí, que são as crianças, vai pagar a conta esses 25 mil trabalhadores escravos que com certeza com uma aprovação dessa Emenda vai mais do que triplicar. A gente está falando de 25 mil porque são os dados que estão aí. Mas a gente não sabe na verdade o que isso realmente representa para as pessoas que vivem nessas condições e vivem nessas condições porque não têm oportunidades.

Então acho que tudo aqui que já foi dito, dos direitos históricos que os trabalhadores vieram ao longo da luta toda conquistando, não preciso aqui repetir. Eu acho que a gente precisa ter um olhar mais humano na questão, ter um olhar mais cidadão na questão, e reforçar que colocar um pote de ouro naquele arco-íris é uma balela de fazer com que a pessoa percorra um sonho do qual ela nunca vai alcançar. Então essa responsabilidade nós vamos infelizmente, se a Emenda passar, vai ficar com essa Casa, vai ficar com o Congresso Nacional, vai ficar com este Governo. Ou seja, aumentar o déficit social que a gente tanto lutou e que esperávamos e esperamos que neste Governo, popular, democrático, se faça valer os direitos das pessoas, os direitos do cidadão. Acho que é isso que eu gostaria de falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Deixa eu falar rapidamente para vocês. Todos sabem a minha posição, já colocada na Tribuna por diversas vezes. Claro que aqui o debate eu procuro mediar no papel de Presidente. Mas nessa questão todo mundo sabe da minha posição. Eu sou totalmente favorável à posição do veto do Presidente. Nunca escondi isso. Nunca escondi da Tribuna em diversos debates que já participei. Quero dizer a vocês que percebi aqui de alguns painelistas a preocupação de que o veto pode ser derrubado. Eu quero dizer para vocês com toda a segurança. Se não fosse voto secreto, eu teria toda essa segurança também. O meu receio é que veto é voto secreto. Essa é uma campanha entre aquelas que eu falava hoje pela manhã que o Movimento Sindical acho que vai ter que assumir também para que o voto não seja secreto. Cada um assumo a sua posição perante a sociedade. O meu temor é que o voto é secreto. Acho que se for apreciado o veto, nós teremos que fazer uma campanha para que cada Deputado e Senador vá lá e anuncie. Ninguém vai cassar o mandato dele. Dizer eu voto assim ou assado. Ou seja, eu vou à Tribuna e digo: Eu votarei pela manutenção do veto do Presidente. Ponto. Ninguém vai me tirar o mandato por causa disso. Então se o veto for efetivamente apreciado, como seria

bom se os Deputados e Senadores anunciem o seu veto. E aqueles partidos também que as lideranças anunciem o voto da bancada. Anunciem o voto da sua bancada, porque é uma forma da gente acompanhar melhor essa questão.

Mas quero dizer que a minha posição aqui é mediar o debate. Mediar o debate com a maior honestidade possível. E por isso não tenho problema nenhum de no dia 15 ouvir aqui as lideranças dos empresários. E tenho certeza também que se tivermos um outro debate entre as duas partes eu mediarei com equilíbrio que a função de Presidente exige. [risos] Que a função de Presidente no caso dessa Comissão exige ou eu ou mesmo a Senadora Patrícia Saboya Gomes. Eu a partir de desse momento então abro a palavra ao Plenário, o Senador José Nery, como Senador... Eu digo duas vezes o seu nome. Estão dizendo que nós estamos assim, ó... É uma forma de eu ficar aqui duas vezes dizendo o seu nome. O Senador José Nery é o primeiro inscrito e em seguida o Dr. Sebastião Caixeta estava também inscrito para também fazer uso da palavra. Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Meu caro Presidente Paulo Paim, quero cumprimentar a todos os painelistas dessa Audiência Pública, e aqui manifestaram sua visão, seus compromissos, e suas lutas em defesa dos interesses do povo trabalhador. Quero cumprimentar em especial aos que participaram da Mesa, Sr. Antônio Neto da CGTB, Sr. Carlos Henrique, da Central Única dos Trabalhadores, Sr. Moacyr do Fórum Sindical dos Trabalhadores, Sr. José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central, Sr^a. Mônica Oliveira representante aqui da Força Sindical, Dr. Sebastião Caixeta, Presidente da Associação Nacional de Procuradores do Trabalho, esteve na Mesa anterior, Dr. José Nilton Pandelot, Presidente da ANAMATRA, Sr^a. Rosa Maria Campos Jorge, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, e também cumprimentar todas as lideranças sindicais de confederações, federações e sindicato que se fazem presentes nessa audiência da Comissão de Direitos Humanos.

Eu queria começar afirmando a propósito deste debate sobre a Emenda 03 e dizer que a Emenda 03 seguramente é fruto de uma mentalidade escravagista de alguns setores das elites brasileiras. Que a qualquer custo e a todo momento que podem, colocam artifícios na legislação, tentam encontrar mecanismo que diminua o sentido, a natureza e a importância do trabalho humano. De todos os segmentos dos trabalhadores que envolvem todos os segmentos dos trabalhadores.

Diria com toda certeza que esta visão atrasada, travestida muitas vezes e dita amplamente como sendo uma visão moderna. Aí tem que se perguntar que

modernidade é esta pregada pelos setores do capital que precariza as condições de trabalho, as relações de trabalho, negando direitos historicamente conquistados, fruto de muito suor, de muita luta, de milhões e milhões de trabalhadores brasileiros ao longo da nossa história, e não apenas aqueles, os da nossa geração que constroem com sua luta, com seu esforço, normas, leis que contribuam para fazer do trabalho não uma fonte de exploração em favor dos interesses do lucro de poucos em detrimento dos direitos da maioria.

Portanto, a Emenda 03, e tive a oportunidade de manifestar a minha opinião e a minha convicção logo no período em que o Projeto estava com o Presidente da República para a sanção da lei que criou a Super-Receita, e que no bojo desta lei uma forma bastante eu diria atrapalhada que ferindo inclusive o próprio espírito do debate que se tratava a lei, o Projeto que criava a Super-Receita, então tal como submarino surgiu a proposta desta malfadada Emenda para atender a interesses pouco corretos e pouco justos para dizer o mínimo. E tive a oportunidade de manifestar no Plenário do Senado a minha avaliação sobre o significado desta Emenda, os prejuízos que ela traz para a fiscalização, para o trabalho que deve ser feito para zelar os direitos trabalhistas, e lembro que naquela oportunidade havia por parte de algumas confederações empresariais, um *lobby* bastante poderoso aqui no Congresso recolhendo assinaturas para um manifesto, solicitando ao Presidente da República que mantivesse o texto aqui aprovado. E esse manifesto foi assinado, senhoras e senhores representantes dos movimentos das entidades, das instituições que aqui participam desse debate, 354 Deputados Federais e 73 Senadores dos 81 Senadores assinaram o manifesto pedindo ao Presidente da República que mantivesse o texto tal qual fora aprovado aqui no Senado. E os poucos Senadores, entre o qual me incluo, Senador Paulo Paim, Senador Suplicy, Senador Sibá Machado, Senadora Fátima Cleide, oito ou nove Senadores se recusaram assinar esse manifesto porque temos um conjunto uma opinião formada absolutamente contrária--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery, se me permite um aparte, acho que cabe no momento. Eu até para que o Movimento Sindical e o Brasil está assistindo eu vou fazer um aparte a V.Ex^a que é comum nessa Casa as pessoas pedirem uma assinatura para que a matéria transite. Eu estou quase que convicto, porque conheço muitos Senadores que assinaram esse documento numa linha de que a matéria possa transitar. Não significa apoio no mérito. Por isso que queria fazer esse aparte. Sei que não é a intenção de V.Ex^a, porque senão o conjunto do Movimento Sindical vai achar que a batalha está per-

didada. Eu quero dizer que V.Exª faz um alerta, por isso que eu dizia da importância do debate permanente de esclarecimento. Porque muitas e muitas vezes a gente assina documentos para que a matéria transite. Não significa apoio no mérito. Por isso que eu faço, se me permitir, e sei do compromisso de V.Exª com os Senadores e com os Deputados que provavelmente essas assinaturas de muitos Senadores e Deputados, foi no apoio, “olha, para essa matéria transitar, você assina?” “Eu vou assinar”. Até nos corredores. Isso é comum na Casa. Mas V.Exª faz um alerta correto, muito adequado para o momento. Por isso me permiti esse aparte para ajudar no debate do tema.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Com certeza, Senador Paim, a sua manifestação é adequada, mas eu com certeza quero justamente alertar para o trabalho que precisa ser feito, porque sei que muitos Senadores e Deputados, talvez tenham assinado. Como muitos de nós assinamos todos os dias dezenas de Projetos de Lei autorizando a sua tramitação. Não se comprometendo com o mérito do qual eles tratem. Talvez Senadores e Deputados tenham feito dessa forma.

No entanto, nós sabemos que existe um grupo razoavelmente grande que efetivamente defendem e defenderam publicamente a Emenda 03 e todos, na minha visão, todos os seus malefícios.

No entanto, eu creio que temos uma enorme batalha pela frente, porque o texto aprovado impede realmente que os auditores fiscais verifiquem as condições previstas em lei que comprovem efetivamente uma realização de trabalho formalizada ou não. O texto dificulta o combate às irregularidades trabalhistas. Principalmente na área rural. Onde e com certeza vai atrapalhar se prevalecer e se por acaso o Congresso Nacional vier a derrubar o veto do Presidente da República a esta Emenda, essa medida vai acarretar um grande prejuízo no combate ao trabalho escravo. E na condição de Presidente da Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo desta Comissão de Direitos Humanos, desde o primeiro momento tive o posicionamento muito claro para dizer a todos que me procuraram, inclusive trazendo a nossa consideração pareceres os mais bem elaborados por grandes juristas, tributaristas e estudiosos dos temas relacionados à fiscalização dos direitos do trabalho previdenciário, enfim, e manifestei desde então a nossa preocupação, manifestação, pedi publicamente ao Presidente da República no pronunciamento que fiz aqui no Senado pedindo o veto assim como fizeram as centrais sindicais, fizeram a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, assim como a ANAMATRA, assim como dezenas e dezenas de entidades da sociedade civil que se pronunciaram

pedindo o veto. O Presidente vetou. Agora em retornando o veto para o Congresso, e como bem disse o Antônio Neto na sua explanação, lembrou um dado que há mais de 10 anos não se vota veto presidencial nesta Casa. Agora por conta deste veto há toda uma mobilização impressionante. Inclusive com a exigência de que este último veto seja um dos primeiros apreciados. Colocado como elemento de pressão para que o Congresso, para funcionar, para voltar a funcionar e votar a matéria no Plenário, uma condição imposta por alguns Parlamentares é de que o Congresso precisa primeiramente apreciar este veto. Daí os senhores e senhoras e o Brasil inteiro que nos acompanha tem a verdadeira dimensão de quais são os interesses que estão postos nesta questão.

Por isso aproveitando a semana em que comemoramos o Dia do Trabalhador, o Dia do Trabalhador, a semana do trabalhador, fazer aqui algumas considerações diretamente ao Movimento Sindical Brasileiro e a todas as entidades que têm compromisso com a defesa dos interesses dos trabalhadores para que possamos fazer um grande debate nacional pela afirmação dos direitos que estão no texto da Constituição, que estão na Consolidação das Leis do Trabalho e em todas as leis que digam respeito à garantia dos direitos fundamentais dos trabalhadores.

Estranhei, por exemplo, nessa semana do trabalhador, que o primeiro de maio tenha sido pelo Brasil afora muito mais festa do que celebração da memória e da luta do povo brasileiro que combate, que luta, para ter os seus direitos assegurados. Portanto, é fundamental nesse momento que a pauta que envolve as grandes questões relacionadas a garantia de direitos já assegurados e de direitos que precisamos conquistar para a valorização efetiva dos trabalhadores e trabalhadoras desse País, impôs uma grande mobilização nacional para a derrubada do veto como um sinal e um compromisso de que o Congresso Nacional precisa estar antenado com os interesses não dos pequenos grupos elitistas, poderosos, onde o único interesse que tem é a preservação, o aumento de seus lucros em detrimento dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Portanto, é hora do Movimento Sindical Brasileiro, das diversas categorias, do campo e da cidade, dos Parlamentares, dos partidos políticos, e das entidades da sociedade civil, organizar grandes debates e mobilizações que possam, ao final, garantir a manutenção do veto do Presidente da República à Emenda nº. 03. Creio que este é o grande desafio, porque tem outras tantas questões que precisamos discutir, aprofundar e avançar como no combate ao trabalho escravo, inclusive, dizer, ao Presidente Paim que hoje fomos recebidos, a Subcomissão do Combate ao Trabalho Escravo

foi... A Comissão foi recebida pelo Presidente Arlindo Chinaglia da Câmara dos Deputados para pleitear e buscar o seu apoio no sentido de conseguirmos convencer os Srs. Deputados e Deputadas a importância de votar o Projeto de Emenda Constitucional 438 que tramita nessa Casa há mais de dez anos, já votada em dois turnos aqui no Senado Federal, remetida a Câmara e já votada lá em primeiro turno, falta votar em segundo turno, e obtivemos do Presidente Arlindo Chinaglia, primeiro, a disposição dele, de trabalhar junto aos seus pares, as lideranças partidárias para tentar criar as condições para a votação e aprovação da PEC 438 que vai expropriar, vai confiscar toda a propriedade onde for constatada a prática de trabalho escravo. E eu creio que é uma medida fundamental além e dialogando aqui com a Dr^a. Rosa Presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais, a necessidade, Presidente Paim, de nós conseguirmos com que o Governo venha realizar concurso e para a contratação de um maior número de auditores para que tenhamos condição de fiscalizar em todos os rincões do País as condições de trabalho, as condições em que vivem milhões de brasileiros que muitas vezes são sujeitos a condições de trabalho degradante, e que não há por perto um fiscal que possa fazer a fiscalização, multar e exemplarmente fazer com que os direitos trabalhistas possam ser respeitados.

E por último, Sr. Presidente Paim, o senhor manifestou e levantou uma questão aqui do voto secreto no Congresso. Eu creio que para algumas matérias, e aliás poucas matérias que envolvam questões de Estado sou até favorável que se mantenha o voto secreto em algumas poucas circunstâncias. Mas voto sobre matérias que dizem respeito a cidadania, aos direitos sociais, aos direitos previdenciários, aos direitos mais amplos da comunidade, do povo brasileiro, deveria adotar nessas situações o voto aberto. Então nós poderíamos, inclusive, trabalhar com o apoio das centrais sindicais, do movimento sindical brasileiro a campanha pelo voto aberto em matérias que não sejam matéria que envolvam interesses de Estado porque em algumas matérias assim o são e assim precisam ser preservado pela sua natureza.

Portanto, creio que nós temos nessa tarde oferecido com esse importante debate uma enorme contribuição à luta pela manutenção do veto à Emenda 03 e a afirmação de outras tantas lutas para garantir condições de dignidade e de respeito às relações trabalhistas para combater os interesses escusos, porque a questão está posta na Emenda 03, não é outra coisa senão a tentativa deslavada de mascarar relações de trabalho como fossem relações entre empresa. E isto é simplesmente inaceitável. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Senador José Nery, nós concordamos, eu diria aqui no nosso debate quase que diariamente aqui no Senado, em quase 100%. Mas aqui há uma discordância pequena ainda, porque é parcial. Eu sou totalmente favorável que nenhuma situação dentro do Congresso se permita o voto secreto. Mas respeito que é uma pequena divergência. V.Ex^a entende que para alguns casos deveria ser mantido o voto secreto e você sabe que eu respeito muito as suas posições. Mas é uma pequena divergência que é bom que tenhamos pequenas divergências. Mas eu insisto que seria bom o dia em que nenhum caso. Nem de impeachment de Presidente, indicação de diplomatas, enfim, eleição de Presidente de Mesa... Mas eu aqui na figura de Presidente eu teria mais espaço para defender minha tese e não farei em nome do equilíbrio. E passo a palavra ao nosso Procurador Caixeta.

SR. SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA:

Sr. Presidente, apenas duas preocupações que me surgiram durante o debate. Uma delas diz respeito à posição do Presidente Antônio Neto quanto à proposta de fixar um teto... Piso, para determinadas empresas pudessem operar sem direitos trabalhistas. Ontem a propósito disso eu conversava com o Secretário Paul Singer e ele lembrou que isso aconteceu na Itália. Se fixou um determinado valor e a partir daquele valor estariam liberadas as contratações sem a garantia dos direitos. O que aconteceu? Absolutamente um número grande de pessoas foram inseridas nisso porque se pode utilizar do artifício de pulverizar a atividade para que várias empresas entrem nesse piso. Então era uma preocupação que eu queria externar, além de outra que é referente também opinião que já ouvi, sugestão a respeito de uma alternativa à Emenda 03 que é a possibilidade de determinadas profissões serem também levadas a efeito nesse tipo de contratação por pessoa jurídica ou personalista e aqui de novo a preocupação no sentido de que o que importa é a maneira como vai se prestar esse serviço. Se houver aqueles elementos, a gente estará diante do mesmo problema e apenas me permite, Senador José Nery, [risos] de fato essa Emenda prejudica muito a questão da fiscalização trabalhista no campo e o combate ao trabalho escravo que, aliás é referência único País que obteve referência mundial no último Relatório, aliás, único País citado como exemplo relatório global da OIT, o Brasil pelo combate que tem feito ao trabalho escravo. E um simples contrato de empreitada como a gente vê a todo tempo no campo, falso, acaba por jogar por terra todo esse trabalho. Então é mesmo de se preocupar. Obrigado. Quero agradecer a oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós estamos com quase quatro horas de debate. Eu vou passar a palavra agora à Mesa para as suas considerações finais, pedindo que no máximo um minuto cada um, mas o companheiro Jorge da Força Sindical, fez um apelo para mim que desse um minuto para ele. E eu não tem jeito de dizer que não vou dar um minuto para ele. Vá lá, Jorge, tem o seu minuto.

SR. JORGE: Desculpa. A gente não conhece o funcionamento da Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): é que normalmente falam os painelistas e os Senadores e Deputados. Mas eu vou abrir a você a possibilidade de fazer uma consideração rápida e depois eu volto para Mesa e cada um faz também um minuto para as suas considerações finais.

SR. JORGE: Só mesmo parabenizá-lo pela iniciativa, Senador Paim, porque realmente é um tema pertinente, as pessoas que nos representaram a Mesa, os dirigentes sindicais mesmo com as nossas eventuais divergências nesse ponto em específico nós estamos trabalhando em conjunto com ações conjuntas, e fazer um apelo aos Srs. Senadores, aos Srs. Deputados para que reavaliem as suas posições no sentido de que essa Emenda se aprovada realmente é extremamente prejudicial ao conjunto dos trabalhadores. A gente enxerga único e exclusivamente uma forma de criar oportunidades para precarizar as relações de trabalho e obterem lucro fácil e às vezes querendo do nivelamento por baixo uma regra que não nos serve e não nos interessa é não interessa ao País. Muito obrigado pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Jorge, veja bem, em um minuto você ajudou muito a Mesa. Devido a sua fala e pegando a fala do Senador José Nery, por que é que a gente não poderia aqui, naturalmente é vocês que vão decidir, porque eu aqui sou mediador do debate. Que a gente recolha também assinaturas para ver qual o Senador ou Deputado que está a favor ou contra a Emenda 03. É uma questão democrática. Foi na sua fala e na fala do Jorge que eu me lembrei e acho que seria um bom encaminhamento. Se o conjunto do Movimento Sindical pegar o DIAP e outras entidades, e simplesmente perguntar para cada Senador e Deputado. Qual é a sua posição em favor à Emenda 03. Porque isso nós vamos encaminhar para o movimento sindical brasileiro saiba qual é a posição de cada um. Daí vamos ver se há um equilíbrio de fato nas posições da Casa ou se a caminhada pela manutenção do veto está bem acima. Acho que essas assinaturas vão ultrapassar essas que o Senador José Nery representou muito bem aqui. Foi muito bom o seu alerta.

Então um minuto para cada um da Mesa depois vou ter que encerrar que eu estou com um compromisso às cinco e meia e estou fazendo de tudo para encerrar junto com vocês. A assinatura não é só para transitar. É para ver mesmo qual é a posição.

SRA. MÔNICA P. OLIVEIRA LOURENÇO VELOSO: Bom, eu só vou também passar aqui uma informação... Acho que foi dito pelo Senador tem mais que pertinência do que também pode ser e deve ser aí a missão e os próximos encaminhamentos do movimento sindical que está trabalhando conjuntamente aí nas ações pela manutenção do veto. Acho que essa questão do papel do DIAP nisso realmente é um instrumento do qual a gente precisa ter uma articulação um pouco maior.

Então eu só queria a partir dessa... Das informações inclusive que o Senador Nery passou aqui, agregar uma da qual no caso da Força Sindical, por exemplo, no seu ato de primeiro de maio aí nós colocamos para apreciação das pessoas e dos trabalhadores que lá estavam cerca de dois bilhões de pessoas, que aprovaram a ação de greve caso seja necessário para e pela manutenção da Emenda 03. Então isso nós aprovamos no nosso ato, além dos outros... Exatamente. Além dos outros temas que nós tratamos esse foi um dos carros chefes obviamente para buscar a nossa legitimidade também com a sociedade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou fazer um apelo para ficar no um minuto, para mim poder encerrar às cinco e meia. Companheiro Calixto.

SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS: Eu queria, primeiro escusas, Senador, por não ter vindo na parte da manhã. Mas eu vejo esse debate todo e o resultado dele eu vejo com um pouco de otimismo. Se nós... É claro que se política tivesse lógica, aí seria até mais fácil. Mas política não tem muita lógica às vezes. Porque veja bem, existindo uma coligação que o Presidente construiu, não seria e nem será impossível ele manter essa coligação para manter o seu veto. Senão, a coligação seria apenas para a distribuição de cargo. Tem coligação. Na hora que o Presidente precisa, para manter uma posição que ele tomou, aí não tem coligação. Então eu tenho otimismo e vou partir daqui com esse otimismo e vou pregar esse otimismo em todo lugar que chegar. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passo a palavra à Sr^a. Rosa.

SRA. ROSA MARIA CAMPOS JORGE: Bom, eu quero aproveitar para fazer um alerta. Eu sei que as pessoas que virão aqui na próxima Mesa, Presidente, porque já ouvi de algumas delas vão dizer o seguinte:

Olha, por que é que a fiscalização no olha pelos pobres dos PJs e está querendo punir e autuar os PJs? Isso é mentira. Porque na verdade a fiscalização não vai em cima da vítima. Os PJs que estão aí e estão utilizando para fraudar o cumprimento da legislação trabalhista eles são vítimas para fiscalização. Então a fiscalização não vai punir aquele que já está sendo duramente punido. E dizer para vocês que os auditores fiscais do trabalho continuam nessa luta junto com os trabalhadores e vamos até o fim, mas acreditamos ainda muito e que a sociedade brasileira jamais vai permitir que aconteça esse retrocesso. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço a todos, agradeço mesmo, foi pra mim uma importante Audiência Pública que mostrou que o conjunto do movimento sindical, por unanimidade, tem posição pela manutenção do veto. Está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 17h32.

ATA DA 20ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA 10 DE MAIO DE 2007, QUINTA-FEIRA, ÀS 9:00 HORAS.

Às nove horas do dia dez de maio de dois mil e sete, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença da Senhora Senadora **Ideli Salvatti** e dos Senhores Senadores, **Flávio Arns, Paulo Paim, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Gilvam Borges e César Borges**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Justifica sua ausência o Senador José Nery. Pauta: **Item nº 01: Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005** - terminativo – que “Altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências”. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Papaléo Paes. Relatoria “Ad Hoc”: Senador Flávio Arns. **Resultado:** Adotado o Substitutivo. **Item nº 02: Sugestão nº 9, de 2007**, Ementa: Regulamenta a possibilidade de perda de bem móvel por abandono ou ausência de função social. Autoria: Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul (CONDESESUL). Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi. Parecer: Pelo arquivamento da matéria. **Resultado:** Aprovado. **Item nº 03: Requerimento nº 22, de 2007**, que requer a realização de Seminário, em conjunto com a Comissão de Educação do Senado Federal e a Comissão de Educação da Assembléia Legislativa

do Estado do Rio Grande do Sul, com vistas a tratar da atual situação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS, em data, local e convidados a serem definidos por esta Comissão. Autor: Senador Paulo Paim. **Resultado:** aprovado. **Item nº 04: Requerimento nº 23, de 2007**, que requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Educação, com vistas a discutir o ensino profissionalizante à luz do PLS nº 274/2003 e a PEC nº 24/2005, com reflexos nos programas do MEC nesta área. Para tanto, gostaríamos que fossem convidadas as seguintes autoridades relacionadas abaixo, dentre outras a serem definidas por esta Comissão. Wilson Wanderlei Vieira, Presidente da Federação Nacional dos Técnicos - FENTEC; Prof. Eliezer Moreira Pacheco, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação; Prof. Martim Saraiva Barboza, Diretor Superintendente da Educação Profissional - SUEPRO; Profª. Laura Laganá, Diretora Superintendente do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza; Prof. Almério Melquíades de Araújo, Coordenador de Ensino Técnico do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza; e Marcos Túlio de Melo, Presidente do Conselho Federal de Engenharia Arquitetura e Agronomia - CONFEA. Autor: Senador Paulo Paim. **Resultado:** aprovado. **Item nº 05: Requerimento nº 24, de 2007**, que requer a indicação do Senador Paulo Paim na qualidade de Presidente da Comissão para representá-la na Audiência Pública a realizar-se no Plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul - com vistas a tratar dos problemas enfrentados pela Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora - promovida pela Comissão de Serviço Público daquela Assembléia, no dia 10 de maio de 2007, com início às 14:30h e término às 18:30h. Autor: Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. **Item nº 06: Requerimento nº 25, de 2007**, que da realização de Audiência Pública, com vistas a tratar das questões atinentes à diminuição da maioria penal, com desdobramento nas causas do aumento da violência. Para tanto, gostaríamos que fossem convidadas entidades e pessoas compromissadas com a causa, a serem, oportunamente, encaminhadas à Secretaria desta Comissão. Autor: Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. **Extrapauta: Item nº 1: Requerimento nº 27, de 2007**, em aditamento ao Requerimento nº 19, de 2007, para incluir na lista de convidados daquela Audiência Pública os nomes do ex-Senador Abdias do Nascimento e do Senhor Carlos Eduardo Trindade, Subsecretário de Políticas para Comunidades Tradicionais, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Resultado:** Aprovado. **Item nº 2: Requerimento nº 28, de 2007**, em aditamento ao

Requerimento nº 18 e 19, ambos de 2007, para incluir na lista de convidados daquela Audiência Pública os nomes de lista anexa. No correr dos trabalhos fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Flávio Arns e Geraldo Mesquita Júnior. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às nove horas e trinta e três minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª. Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Solicitamos a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, já colocamos em votação, aqueles que aprovam permaneçam como se encontram.

Avisamos que hoje não teremos nenhum projeto terminativo. Então serão só encaminhamentos.

Primeiro, item 1, ao substitutivo, ao Projeto do Senado 169/2005, que altera o disposto da lei 10741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o estatuto de duas providências, o autor é esse Senador, o Relator foi o Senador Flávio Arns, em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Esse projeto simplesmente não foi apresentado nenhuma Emenda. Então ele será dado encaminhamento, ele não vai nem a votos. Então não foram oferecidas Emendas suplementares. O substitutivo fica adotado em conformidade com o art. 284 do Regimento Interno, ele é só encaminhado, não precisa nem ser votado, que fique bem claro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Já foi aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Já foi aprovado, o 284, terminativo, não foi apresentado as emendas, então nesse momento ele é encaminhado.

Item 02, o Item 02 também o Relator foi o Senador Sérgio Zambiasi, foi pelo arquivamento da matéria, e conseqüentemente não houve nenhuma posição contrário a esse arquivamento. E aqueles que aprovam o Relatório permaneçam como se encontram, de forma simbólica. A informação aqui, que seria bom a chegada do Relator Sérgio Zambiasi, embora seja o acordo pelo arquivamento da matéria de todos, seria bom que o Senador Sérgio Zambiasi, que está chegando, viesse aqui só para fazer a leitura sintetizada do Relatório, mas é pelo arquivamento da matéria. Nós temos somente requerimentos no dia de hoje.

O Requerimento nº 22/2007, que requer a relação de seminário em conjunto com a Comissão de Educação do Senado Federal e a Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, com vista a tratar da atual situação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, a UERGS, com data e local convidados a serem vistos por essa Comissão. Eu quero dizer que esse é seminário já aprovado, lá na Comissão de Educação, vai ser em parceria com essa Comissão de Direitos Humanos, vai ser no dia 4 de junho, lá em Porto Alegre, já confirmada a presença do Senador Cristovam Buarque que é o Presidente daquela Comissão, e também é desse Senador, e claro, vamos convidar os três Senadores do Rio Grande e outros Senadores que quiserem se fazer presente nesse seminário que vai ter como foco o debate sobre as universidades estaduais, e claro, aqui como eixo a UERGS, lá do Rio Grande do Sul, que se encontra numa situação muito difícil.

Além do Senador Cristovam, Senador Simon, Senador Zambiasi, o Senador Mão Santa também já confirmou a presença. Então o seminário será no dia 4 de junho na Assembléia Legislativa de Porto Alegre, em parceria com a Assembléia a Deputada Marisa Formolo, que é a Presidente da Comissão de Educação, é uma das signatárias da Audiência Pública lá, junto com o Deputado Adão Villa Verde, que também é do PT, e o Deputado Raul Carrion do PCdoB. Então esse item 3 é só uma reafirmação desse seminário a ser realizado na Assembléia, em Porto Alegre.

Requerimento agora nº 23, sobre a Comissão Permanente de Direitos Humanos com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II do Regimento Interno, requeiro a relação de seminário conjunto com a Comissão de Educação Federal. Esse aqui, na verdade, é o mesmo que eu já li, esse aqui que você me deu, é o mesmo. Esse que é o 23. O Requerimento nº 23/2007, requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Educação, com vista a discutir o ensino técnico profissionalizante, a luz do PLS nº 274/2003 e a PEC 24/2005, com reflexo no programa do MEC nessa área. Para tanto, gostaríamos que fossem convidadas as seguintes autoridades relacionadas abaixo, dentre outras a serem devida por essa Comissão: O Presidente da Federação Nacional dos Técnicos, FENTEC, Sr. Wilson Wanderlei; o professor Elizeu Moreira Pacheco, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação; professor Martins Saraiva Barboza, Diretor Superintendente da Educação Profissional, SUEPRO; professora Laura Laganá, Diretora Superintendente do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paulo Souza; pro-

fessor Almério Malquiades, Coordenador de Ensino Técnico do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paulo Souza, e Marcos Túlio de Melo, Presidente do Conselho Federal da Engenharia Arquitetura e Agronomia, CONFEA.

Esse Requerimento, Senador Mesquita Júnior, para discutir mais uma vez o ensino técnico, já que, entendo eu que há todo um movimento nacional fortalecido pelo próprio PAC da educação, no que tange ao ensino técnico, o Senador Demostenes Torres é o Relator da matéria, e já nos adiantou que o seu parecer é favorável, mas ele gostaria de ouvir tanto o MEC, como as entidades, das mais variadas aéreas, que atuam no campo do ensino técnico, V.Ex^a tem sido um Senador, que tem estimulado o debate do ensino técnico. V.Ex^a quer discutir o Requerimento?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Paim, muito bom dia. Nós estamos no olho do furacão nessa discussão, né Paim? Veja V.Ex^a que quando na última passagem do Ministro da Educação aqui conosco, na Comissão de Educação, V.Ex^a estava presente. Foi uma audiência muito interessante, porque o Ministro iniciou, ofereceu esclarecimentos a cerca do programa, que ele em seguida lançaria, né, como Presidente da República. E tivemos a oportunidade de ouvir um relato de detalhes, assim, do programa, naquela ocasião por exemplo, o Ministro se referiu à possibilidade de esforços, surgir esforços no sentido de que os Prefeitos possam obter linha especial de crédito para a aquisição de transporte escolar, lembro V.Ex^a disso. E naquela oportunidade, nós lembramos o Ministro que a região amazônica, por exemplo, um número considerável de estudantes chegam e voltam das suas escolas pelo transporte fluvial, pelos rios, Paim. Há crianças que passam quatro horas em uma pequena embarcação, dentro de um rio, para sair da sua colocaçãozinha e chegar numa escola, e o trajeto ao inverso, todo dia. E para a minha grata surpresa, o Ministro, quando do lançamento do plano, incluiu a possibilidade de aquisição de barcos escolares, né? E veja V.Ex^a, porque é que eu estou trazendo essa informação à baila, porque nós já havíamos apresentado um projeto autorizativo aqui nessa Casa, para que o Governo Federal possa instalar uma Escola Técnica Federal lá em Cruzeiro do Sul, no extremo oeste do Estado do Acre, para abrigar uma escola com um perfil voltado para a construção de embarcações, Paim, acoplar um pequeno estaleiro. Ali naquela região, Paim, nós temos uma cultura, uma tradição, que está se perdendo com o tempo por falta de estímulo, de apoio, de estrutura, nós temos uma tradição, né? Uma vocação de construção de embarcações, entende? Então essas coisas estão vindo num

momento em que elas casadas, podem se constituir num grande fator de desenvolvimento ali para a nossa região. Veja V.Ex^a que uma escola dessa instalada, que pode abrigar outras especialidades, né, mas sobretudo essa pode gerar um movimento de desenvolvimento ali no estado, naquela região do Juruá, e a própria escola poderá formar profissionais, que podem dar conta do abastecimento desse próprio programa, o programa contempla a possibilidade de aquisição de barcos escolares, barcos adaptados para o transporte de jovens estudantes. Uma escola dessa surgindo nesse momento, pode servir de formação para pessoas que vão se dedicar, exatamente, a essa atividade, né, podendo surgir ali em Juruá, no Cruzeiro do Sul, um pólo de desenvolvimento com vistas a construção de embarcações pequenas, médias e grandes, não só para um programa como esse, mas para fornecer embarcações para toda aquela região amazônica, ali, né? Nós temos países vizinhos, que se utilizam também do mesmo instrumento, do mesmo transporte. Então eu fico muito satisfeito de a gente tornar a debater esse assunto na casa, né? Que é um assunto de vital importância hoje, quando se pensa em inclusão, desenvolvimento com inclusão, né, Paim? Com formação, com educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Mesquita Júnior, quero dizer que esse debate, ele vai aprofundar a avaliação sobre o FENDEP, um projeto que V.Ex^a conhece, de nossa autoria, e também a PEC que eu apresentei, que uma vez aprovada e o Senador Demostenes Torres diz que dará o Parecer favorável, ele vai gerar em torno de 6 bilhões de reais que vai fortalecer a possibilidade de escolas técnicas na região, que V.Ex^a fala aqui muito bem, no Acre. E dizer que nós, provavelmente, essa reunião de hoje, aqui da Comissão de Direitos Humanos, deve terminar no máximo em 10 horas, porque há um compromisso depois de participarmos lá na Comissão de Educação, numa iniciativa do Senador Cristovam, de um ciclo de debates sobre educação. E um dos pontos desse ciclo de debates também é um ensino técnico. O Senador Cristovam pediu que essa Comissão fizesse parte naturalmente da organização e naturalmente participando dos debates, e o ensino técnico também lá será debatido. Então é o momento muito importante. Aproveito também com a chegada do Senador Flávio Arns, dizer Senador Flávio Arns, que V.Ex^a foi o Relator do projeto original, que trata da [inaudível] de estender à pessoa com deficiência, aquele mesmo direito que está assegurado no estatuto do idoso, que é de um salário mínimo, eu fui procurado pelas áreas do Governo correspondente, nós informamos a eles que hoje não teria votação, hoje apenas é

lido o Parecer, e é dito que não houve emendas, então ele não é votado, ele é simplesmente encaminhado, mas quero informar V.Ex^a que combinamos já com a liderança do bloco, de na quarta-feira, queria convidar V.Ex^a, Senador Flávio Arns, para termos uma reunião em cima desse projeto, com as áreas correspondentes do Governo. E aí conforme o entendimento já feito, teremos três alternativas, ou ele vai para a Câmara e lá nós continuamos o debate, ou mediante ao acordo, ele vai para o Plenário e podemos, então, com uma Emenda de Plenário, de retornar a uma Comissão. Então foi um acordo feito, e eu quero dizer que dentro da transparência, que V.Ex^a sabe das minhas posições, e que então na quarta-feira 8h da manhã vamos ter uma conversa com os setores do Governo sobre o PL, que V.Ex^a deu o Parecer, e que, claro, que foi festejado em todo Brasil. Mas nós vamos conversar, naturalmente, com as instâncias do Governo que solicitaram esse diálogo com os membros da Comissão e com o Senador Papaléo Paes também. V.Ex^a está com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero dizer que a questão do salário mínimo, chamado salário mínimo para o deficiente, para o pessoa com deficiência e para o idoso, isso aí, a gente chama de salário mínimo, mas, na verdade, é BPC, Benefício da Prestação Continuada. Esse foi um avanço extraordinário, né, em termos de Assistência Social no Brasil, porque eu já insisti, inclusive, com o Ministério da Previdência, que toda vez que o Ministério da Previdência apresenta os quadros, né, dos rombos, déficits, créditos e tal, da previdência, sempre aparece o benefício assistencial da LOAS, que é a Lei Orgânica da Assistente Social, e isso não tem nada a ver com previdência, isso é uma política de assistência, dinheiro do orçamento para assistência. Qualquer país do mundo tem que ter, naturalmente, porque tem populações marginalizadas, políticas de assistência. Tem a Suíça, Suécia, países desenvolvidos de acordo com os padrões deles, tem pessoas que precisam do apoio do Poder Público. Então nesse sentido é uma coisa, e eu tenho dito que V.Ex^a que é o autor do projeto, se esse projeto for aprovado, eu disse isso não reunião, se aprovarmos aqui, aprovarmos na Câmara e não houver veto do Governo, naturalmente, né? Seria, assim, um avanço extraordinário, porque o que acontece muito, acontece, assim, com muita frequência, uma família de quatro pessoas, e nessa família de quatro pessoas, eles têm um filho com deficiência, incapaz para o trabalho, muitas vezes os pais idosos, idosos, o filho com deficiência, com 30, 40 anos de idade, 50 anos de idade, mora com os pais, e o pai recebe o salário mínimo de aposentadoria, esse salário mínimo, a gente tem que ser, reconhecer isso, e todo mundo reconhece, é inviável, né, viver-se com

um salário mínimo, ainda mais numa situação de uma pessoa que exige um atendimento especial. E o critério para a concessão da LOAS, é o per capita de um quarto do salário mínimo. Então esse salário mínimo dividido por três ou por quatro, por quarto, vamos supor, já a família está impedida de receber. Países Europeus, apesar de terem salários mínimos melhores, eles têm critérios diferentes, onde você pode somar o que você recebe como pensão, com o benefício, desde que isso não ultrapasse um determinado valor. Então é comum isso na Europa, nós temos esse critério. E eu até diria que o projeto de V.Ex^a é nessa direção, diz não, então vamos eliminar o primeiro salário mínimo do cálculo, se eles tiverem dois salários mínimos, o segundo já conta, o que impediria da pessoa... Como?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Como é no estatuto do idoso.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O primeiro não conta, quer dizer, o segundo já conta, quer dizer, se houver dois salários mínimos, aí, apesar de continuar sendo insuficiente, vamos reconhecer, mas pelo menos já é o segundo. Então seria um critério, que eu diria, que seria festejado, né, sem dúvida, e é a primeira vez que surge uma idéia dessas, para que nós discutíssemos o estatuto da pessoa com deficiência, e lá nós procuramos colocar que tem que ser levado em conta as necessidades da pessoa, em termos de remédios, de comida, de casa e tal, mas esse é um critério subjetivo, o critério de V.Ex^a é objetivo.

Agora, além disso, nós teríamos que ainda melhorar outras coisas, porque na área da deficiência, tem uma variedade muito grande, nos temos pessoas com 20 anos de idade, por exemplo, que tem uma deficiência acentuada, usam fraldas, a mãe não pode trabalhar porque cuida do filho. Então isso é diferente de uma deficiência leve, onde a pessoa pode sair, pode andar, pode tomar banho, pode comer e tal. Quer dizer, tem que levar em conta essa variedade, né, a gente tem que, eu acho que a discussão com o Governo, tem que ser no sentido de irmos aprimorando critérios, para de fato atendermos as necessidades específicas dos cidadãos, e é possível de ser feito isso, né, com diálogo, com entendimento, mas eu quero parabenizar de novo e parabenizar a Comissão por aquilo que nós aprovamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, só por uma questão de justiça, eu quero dizer, que no meu projeto original não constava, a consultoria do Senado propôs essa idéia, e eu conversei com o Senador Papaléo Paes e com V.Ex^a. Eu queria dizer que esse projeto, se for aprovado, o mérito é de toda o Comissão, mas eu, naturalmente, quero render, como a gente faz as homenagens

ao dois Relatores, que é o Senador Papaléo Paes e V.Ex^a, que a consultoria do Senado nos alertou que no substitutivo, que V.Ex^a e o Senador Papaléo Paes são os Relatores de fato, a linha que foi dada caberia muito bem a essa questão que V.Ex^a alertou. Então, naturalmente, nós concordamos, e por isso aprovamos, eu rendo as minhas homenagens, se esse projeto for aprovado, a V.Ex^a que tem autoridade para falar nessa área, eu diria como ninguém, como ninguém no país, se me permite dizer isso, sabe da minha posição. Então não é rasgação de seda. Senador Flávio Arns, como ninguém tem autoridade de falar desse tema nesta área, V.Ex^a foi Relator junto com o Senador Papaléo Paes, e por isso ele foi aprovado, se não tivesse o Parecer de V.Ex^a, e os Senadores conhecem muito bem o trabalho que V.Ex^a devolve nessa área, é que ele foi aprovado. Então se alguém mais quiser se posicionar. Senão nós vamos a um outro Requerimento.

Requerimento número 24, na verdade, eu estou pedindo uma autorização nesse Requerimento à Comissão de Direitos Humanos do Senado, para que eu participe lá no Rio Grande do Sul no Plenário da Assembléia daquele estado, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, para um importante debate, eu falei ontem em Plenário, nesta semana que antecede o dia primeiro de maio, a Sociedade Beneficente e Cultural Floresta Aurora é a mais antiga do Brasil, tem 135 anos, ela está sendo ameaçada de despejo e a alegação que o juiz deu, é que faz muito barulho naquela área da capital, só que existem outros clubes próximos a ela. Então eu entendi que é uma questão de direitos humanos, e quero estar lá com o aval dessa Comissão para fazer um debate qualificado, equilibrado e sensibilizar as autoridades para que não aconteça esse ato que para mim é uma prova de intolerância, né? E até mesmo de preconceito contra essa entidade, que é a mais antiga entidade dos negros do Brasil, 135 anos. Está em aprovação, se os senhores concordam, eu me sinto então autorizado a falar em nome da Comissão.

Bom, esse é um projeto que eu quero muito que haja o Requerimento, que a gente possa aqui fazer a leitura dele e conseqüentemente o debate para ver a posição dos Srs. Senadores. Esse Requerimento requer a realização de Audiência Pública, com vista a tratar das questões atinentes a diminuição da maioria penal, com desdobramento nas causas do aumento da violência, com convidados e entidades de pessoas compromissadas com a causa a serem oportunamente encaminhadas à Secretaria da Comissão. Na verdade, esse Requerimento sintetizando, e por isso que eu quero ouvir a opinião dos senhores, ele visa que a Comissão dos Direitos Humanos, também

traga para o palco do debate a questão da responsabilidade penal, se deve ser ou não já a partir dos 16 anos. E aqui, no Requerimento, eu poderia até, se me permitirem os senhores, que o senhor em uma quebra do protocolo, o Sr. Elder que me trouxe a proposta, ele fizesse uma pequena explanação do filme que ele quer, inclusive, propor aqui, no momento de abertura do debate. V.Ex^a quebrando o protocolo, aqui. V.Ex^a tem cinco minutos, no máximo, só para situar, qual é a intenção nesse debate.

SR. ELDER: Bom dia, Senadores, obrigado. A intenção é passar um filme que vai ser lançado, chamado Querô(F), filme, ele diz da vida de uma prostituta que tem um filho, não consegue cuidar desse filho, logo ao nascer, ela é mandada embora do prostíbulo, porque ali não caberia ter filho, e ela acaba tomando querosene e morre. E aí começa a vida desse menino, e ele acaba ali nas docas em Santos, se envolvendo, ele vai crescendo naquele meio e se envolvendo com pessoas ligadas à criminalidade. Neste percurso, se tivesse a presença de Políticas Públicas, com certeza, ele não teria ido para esse caminho, assim como a mãe dele não precisaria ter se matado pelas condições que ela se encontrava. Então eu acho que é propor um pouco a apresentação desse filme, ele é um filme muito pesado, impactante, é forte, eu acho que retrata uma realidade muito dura, mas que é nossa, né? Então a partir disto discutir a questão do adolescente autor de ato infracional. É isso, obrigado, Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está em debate o Requerimento, Srs Senadores se concordam nós teremos um filme e depois o debate sobre a questão de 16 ou 18 anos, a questão da responsabilidade penal. Tem como sintetizar o filme?

SR. ELDER: A gente pode ver com a produtora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu acho que sim, viu? Por isso que eu fiz questão de, se der para sintetizar, no máximo em uma hora, ajudaria muito para depois a gente fazer o debate sobre essa questão que está.

SR. ELDER: Está marcado para quando?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Aí, nós vamos marcar a data mais adequada, seria uma quinta-feira, também pela manhã, eu não marquei a data aqui, aprovaríamos o Requerimento com essa visão, teríamos convidados, né, para debater o filme, e num período de no máximo duas horas, uma audiência dessa, uma hora de filme, uma hora e meia de debate, enfim, duas horas e meia, e marcaríamos para uma quinta-feira, em data que a gente pode marcar juntos, ok? Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero concordar também, se pudesse ser, eu sei que o Senador Cristovam Buarque que é Presidente da Comissão de Educação, iniciou, vai iniciar hoje uma Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isso, um ciclo de debate, inclusive, 10 horas nós nos comprometemos de encerrar aqui para ir para lá.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Uma série de Audiências Públicas na Comissão de Educação sobre perspectivas, rumos, caminhos, com autoridades a respeito da educação no Brasil, educação brasileira, em todos os níveis, em todas as modalidades, e creio, vai ser assim uma ocasião importante para pensarmos juntos, nesse que é o maior desafio do Brasil, porque educação é tudo. Então, mas eu sei que em dois dias estas audiências não vão ser nas quintas-feiras, então talvez pudesse haver esse entendimento...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Fazer uma em conjunto.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Para que acontecesse numa quinta-feira, onde naquela Comissão, esse trabalho acontece. Então nessas duas semanas aconteceria na terça-feira, então poderia perfeitamente ser aqui na quinta-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos combinar, então, vamos combinar com o Senador Cristovam, e fazer até em parceria, porque no fundo esse Requerimento vem muito na linha de políticas preventivas, política de educação para a recuperação dos nossos jovens, né? Em votação ao Requerimento, se os Srs. Senadores e Senadoras que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Senador Geraldo Mesquita com a palavra

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu queria solicitar a inclusão extra pauta, Senador, de dois requerimentos, um de sua autoria, inclusive, que adita requerimentos anteriores, requerimentos anteriores, números 18 e 19, incluindo convidados a participarem de Audiências Públicas já aprovadas, a relação está em anexo. E o Requerimento de autoria da Senadora Ideli, para que seja convidado a participar de Audiência Pública, também já designada para o dia 17, o sub Secretário de Políticas para Comunidades Tradicionais da Secretaria Especial de Política de Promoção e de Igualdade Racial, o Sr. Carlos Eduardo Trindade. Eu queria submeter a extra pauta à consideração da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Srs Senadores e Senadoras que concordam com a inclusão extra pauta, permaneçam como se encontram. Aprovado. Vamos agora ao mérito, Senador Mesquita, efetivamente no dia 17 de maio, a nossa

intenção é fazer uma grande Audiência Pública aqui, tendo até como simbologia o dia 13 de maio, que o 13 de maio cai num domingo. É bem provável, inclusive, pode me ajudar ali a assessora Adriana, porque o Senador, o ex-Senador Abdias Nascimento, que deve estar com 92, 93 anos, 93 anos, ele vem a Brasília no dia 16 e vai participar no Plenário de uma sessão de homenagem pós morte ao poeta Gerardo Mello Mourão. Então, como ele vem já a Brasília, ele participaria da abertura, aqui dessa nossa Audiência Pública, para discutir aqueles que estão quilombolas no Brasil. Falaria o Abdias, no momento, no primeiro momento, falaria a Ministra Matilde, e depois nós vamos ter aqui, no mínimo, pelo cálculo que fizemos aqui que foi uma preliminar, em torno de umas 50 ou 60 representantes de conflitos quilombolas no Brasil, que foram indicados pelo Ministério Público e pela própria Fundação Palmares, e pela CEPIL(F), e também pela Senadora Ideli no caso específico lá de Santa Catarina.

Então faremos um debate da questão quilombola, eu estou tentando, pelo volume desse Audiência Pública, eu vou tentar, eu diria se os senhores acordarem, que ela talvez se realize até no Plenário, numa homenagem a 13 de maio, que todos nós sabemos que 13 de maio, leal e aprovada foi assegurada a liberdade, não diria, mas é uma data importante, né? Nós nunca diríamos aqui, que assegurar a liberdade não é importante. E claro que estamos brigando agora para avançar nos direitos. Estamos tentando até que para no dia 17, de repente a gente faça a nossa Audiência Pública lá no Plenário, iniciando no mesmo horário, 9 horas da manhã, e estendendo até o horário que for possível, com a presença então do Abdias, com a presença da Ministra Matilde e de líderes dos quilombolas, além do Ministério Público de todo país. Para fazer um debate sobre essa questão e apontar caminhos. Senador Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Há uma informação aqui, que nos leva a solicitar a inclusão no Requerimento no nome do Dr. Abdias, igual a uma questão de formalidade, para que ele possa estar assegurado contra as..

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então nesse Requerimento, desse Requerimento já aprovado, o Senador Mesquita Júnior, então peça que seja incluída o nome do ex-Senador, e para mim o maior líder da comunidade negra do Brasil, vivo, Abdias Nascimento, é muito bom a gente fazer, prestar homenagem, e eu gosto muito das pessoas ainda vivas, né, em vida, em vida, esse é o termo correto, sem prejuízo de homenagearmos também aqueles que morreram, né, mas o Abdias ainda em vida seria uma forma de homenageá-lo. Eu confesso a vocês que

eu encaminhei, tem um prêmio aqui que o Congresso acaba, acaba... Discutindo e homenageando pessoas ilustres da nossa história, e eu pedi para que no dia 20 de novembro, o Senado oferte ao Senador Abdias esse prêmio, pela sua história, pela sua luta, pela liberdade, pela igualdade, e pela justiça. Eu sei que o Mandela recebeu esse mesmo prêmio, o Presidente da África do Sul, logo após que ele saiu do cárcere, antes mesmo da eleição, nós tivemos uma Comissão grande lá do Congresso, convidamos e ele veio aqui no Brasil, ele recebeu o prêmio. Então eu queria que esse mesmo prêmio que o Congresso Nacional ofertou, àquele que eu considero o maior líder vivo da humanidade, em matéria de direitos humanos, que é Nelson Mandela, seja oferecido idêntico ao grande Abdias Nascimento, no dia 20 de novembro que é a data dos Zumbis dos Palmares. Quem concorda com a indicação, então, eu só fiz aqui um preâmbulo, não precisava se defender, né, da indicação do Abdias, permaneçam como se encontram, também convidado para esse dia. A palavra encontra-se a disposição. Senador César Borges? Senador Flávio Arns? Senador Mesquita Júnior? Não tendo mais nada a tratar. Aprovado os requerimentos encaminhados à Mesa. Eu agradeço a todos, e encerro a presente Sessão, até para o compromisso assumido com o Senador Cristovam de participarmos agora do seminário sobre educação. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 09h33.

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS DEZ HORAS.

Às dez horas e cinqüenta e três minutos do dia vinte e quatro de maio do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador HERÁCLITO FORTES, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores FLEXA RIBEIRO, GILVAM BORGES, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, AUGUSTO BOTELHO, WILSON MATOS, SERYS SLHESSARENKO, CÉSAR BORGES, JARBAS VASCONCELOS, INÁCIO ARRUDA, PAULO DUQUE, ROSALBA CIARLINI, EDUARDO SUPPLY, PEDRO SIMON E MÃO SANTA. Justificou a ausência o Senador Cristovam Buarque. Deixam de

comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente faz uso da palavra sobre a invasão da usina hidrelétrica de Tucuruí. O Presidente coloca em votação, como Extra Pauta, o Requerimento nº 33, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Heráclito Fortes, que *“Requer, na forma do disposto no art. 58, § 2º, V da Constituição Federal e nos art. 90, V, do Regimento Interno, seja convidado sua Excelência o Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, General Jorge Armando Felix, a vir a reunião desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para tratar a atuação do serviço de inteligência em virtude dos recentes acontecimentos de invasão e vandalismo contra a usina hidrelétrica de Tucuruí, no Pará.”* Aprovado. O Presidente dá início a apreciação das matérias da pauta. Item 01: Terceira Sessão de discussão da Proposta dos Senhores Senadores Heráclito Fortes e Eduardo Azeredo de discussão das *“últimas medidas tomadas pelo Governo da Bolívia sobre a exploração de gás natural realizada pela Petróleo Brasileira S/A – Petrobrás – naquela país”*. Esse debate justifica-se pela repercussão da matéria na imprensa nacional e internacional e pelas graves conseqüências que tais medidas do governo boliviano poderão causar aos investimentos da Petrobrás naquele país e ao fornecimento de gás natural ao Brasil, como fonte energética não poluidora. O Presidente comunica que a matéria continuará na pauta da próxima reunião. Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 6 de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 21 de dezembro de 2004”*. O Relator “Ad Hoc” Senador AUGUSTO BOTELHO faz a leitura do Relatório. Aprovado. Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 55 de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *“dispõe sobre a criação do dia de celebração da amizade Brasil-Argentina e dá outras providências.”* Adiado.

Item 04: Requerimento nº 533, de 2006, de autoria do Senador Jefferson Peres, que *“Requer, nos termos do art.223, do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o plenário, um voto de censura ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ter deixado de defender, com firmeza necessária, os interesses nacionais, ameaçados por medidas arbitrárias adotadas pelo governo da República da Bolívia”*. Adiado. **Item 05:** Requerimento nº 874, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que *“Requer, nos termos do artigo 223 do Regimento Interno, seja*

apresentado voto de censura e repúdio à decisão da Promotoria Pública da Coroa Britânica (Crown Prosecution Service) de inocentar os oficiais da Scotland Yard envolvidos no assassinato do cidadão brasileiro Jean Charles de Menezes”. Retirado de pauta a pedido do Relator. **Item 06:** Requerimento nº 378, de 2007, de autoria do Senador Renato Casagrande, que “Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de congratulações ao povo do Timor Leste, bem como ao Presidente Xanana Gusmão e ao Primeiro Ministro Ramos Horta.” O Relator “Ad Hoc” Senador **EDUARDO AZEREDO** faz a leitura do parecer. Aprovado. **Item 07:** Requerimento nº 26, de 2007, de autoria do Senador César Borges, que “Requer, nos termos do inciso II do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão, a fim de ouvir o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Luiz Nunes Amorim, para debater a apelação apresentada na Organização Mundial do Comércio – OMC, pela União Européia contra o Governo Brasileiro, pleiteando a abertura do mercado brasileiro à importação de carcaças de pneus ou de pneumáticos reformados.” Aprovado. O Senador **CÉSAR BORGES** faz uso da palavra. **Item 8:** Requerimento nº 31, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio e subscrito pelo Senador César Borges, que “Requer, nos termos Regimentais e Constitucionais, que seja realizada, no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, audiência pública com o objetivo de discutir a venda, pela Petrobrás, das duas refinarias que possui na Bolívia para a estatal boliviana YPFB por US\$ 112 milhões e a possível influência do Presidente Lula na determinação dos valores da operação. Solicita sejam convidadas as seguintes autoridades: Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Amorim, Ministro de Estado das Minas e Energia, Silas Rondeau, Presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli de Azevedo.” O Presidente comunica que o Ministro das Minas e Energia convidado será o que assumir o cargo. O Senador **EDUARDO SUPLICY** faz uso da palavra. Aprovado. **Item 09:** Requerimento nº 1.178, de 2006 (Requerimento nº 38, de 2006 - CRE, na origem), de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que “Requer, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o disposto no art.216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, informações quanto a convenção do Conselho da Europa sobre Cibercrime, celebrada em 23 de novembro de 2001, na cidade de Budapeste, Hungria.” Dado conhecimento aos membros da Comissão. O Presidente coloca em votação como Extra Pauta o

Requerimento nº 34, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que “Requer nos termos regimentais que seja enviado ao Presidente Hugo Chaves da República Federal da Venezuela, apelo no sentido que seja mantido em funcionamento a rede privada RCTV, cuja licença não está sendo renovada.”. Aprovado. Faz uso da palavra o Senador **EDUARDO AZEREDO E EDUARDO SUPLICY** sobre viagem ao Chile. O Presidente determina que seja encaminhado ao Ministério das Relações Exteriores agradecimento aos embaixadores que participaram da viagem ao Chile junto aos Senadores. O Senhor Presidente nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às onze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS DEZ HORAS E CINQUENTA E TRÊS MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Havendo número regimental declaro aberta a 16ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Antes de passar à apreciação da pauta, eu queria pedir atenção dos companheiros para um fato que vou tratar na Comissão. Nós ontem vimos pela televisão, e a imprensa traz de maneira detalhada, Senador Jarbas, a invasão da usina hidrelétrica de Tucuruí. Os atos praticados, a violência com que o patrimônio público foi comprometido, mas uma coisa me chama muita atenção. Foram 600 homens, segundo a imprensa, que participaram desta invasão. A mobilização de 600 homens numa situação geográfica como da localização da Usina de Tucuruí, não se dá sem que se tenha conhecimento do fato. E me causa espécie à ausência de informações que parece ter havido por parte dos órgãos de informações do Governo. Onde está a ABIN? Onde estão os órgãos de assessoria e de segurança da própria hidrelétrica que permitiram que este fato chegasse aonde chegou? Esse é um fato gravíssimo e mostra mais uma vez que todo esse aparato de infor-

mação que consome milhões e milhões do orçamento da União ano a ano, tem sido ineficaz, Senador Jarbas. Não pega sanguessuga, não pega Waldomiro, não pega transações nebulosas feitas, não sabe o que acontece do dossiê, é surpreendido agora com esse fato dessa operação envolvendo essa construtora e Ministro de Governo... Realmente, é um fato lamentável. Daí porque eu queria pedir permissão, estou formalizando aqui, mas para ganhar tempo dos Senhores, para convocar o Ministro do GSI, do Gabinete de Informação a esta Comissão para prestar alguns esclarecimentos. E estou também tomando uma decisão pela primeira vez de convocar a Comissão de Inteligência. A Comissão de Inteligência é uma Comissão Bicameral, eu vou entrar em contato com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara e que se reúne com um colegiado composto de líderes das duas Casas e o Presidente dessa Comissão a presidi-la. Essa Comissão reúne-se em caráter reservado e trata de questões dessa natureza, inclusive com mais profundidade, mais eficácia. Mas é realmente constrangedor se ver um País que já deu inclusive Presidente da República oriundo desses quadros de informação, você ter um fato dessa natureza sem que haja nenhum esboço de proteção ao patrimônio público. Já não digo das invasões que se faz em Pernambuco, de V.Ex^a., a prédios públicos em Brasília, mas a Usina de Tucuruí... Imagine se o tresloucado gesto daquele senhor que parece acionando um botão ou fazendo gestos de acionar um botão se concretizasse, iríamos ter conseqüências graves para a economia com o apagão ou outras conseqüências mais graves. Daí porque eu colocaria em votação a convocação do Ministro e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Em seguida trago aqui para encaminhar.

Continua aberta a proposta, vai ficar permanente, Senador Eduardo Azeredo, para a discussão da crise da Bolívia, ela não acabou. Os fatos continuam, e até que não haja nenhuma tranquilidade por parte do País, nós vamos permanecer com esta pauta na Reunião constando como seu primeiro item. Segundo item. Decreto de Projeto Legislativo nº. 06, aprova o texto de acordo sobre regularização migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em dezembro de 2004. Autoria da Comissão de Relações Exteriores, Senador Relator é o Mozarildo Cavalcanti, que se encontra ausente. Vamos então... Indicar o Senador Augusto Botelho como Relator substituto. Tem a palavra V.Ex^a..

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, o Relatório do Senador Mozarildo Cavalcanti vou relatar *ad hoc*. “Essa Comissão de Relações

Exteriores e Defesa Nacional examina o Projeto Legislativo, PDS nº. 06/2007. Em atenção ao disposto no inciso I do art. 49 da Constituição que estabelece atribuição exclusiva do Congresso Nacional - para aprovar os atos internacionais o Poder Executivo enviou às Casas Legislativas a mensagem nº. 605 de 19 de setembro de 2005, solicitando a apreciação do texto do acordo sobre regularização migratória celebrado entre o Brasil e a República do Suriname. Na Câmara dos Deputados a mensagem foi aprovada em 14 de dezembro de 2006 na forma do Projeto de Decreto Legislativo formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, após a apreciação também da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. O acordo se faz acompanhar disposição de motivos do Ministro das Relações Exteriores da qual cabe destacar o seguinte: o acordo em apreço reflete os melhores aspectos do relacionamento bilateral amigável entre o Brasil e o Suriname, tendo em conta a intenção de resolver de modo conveniente os desdobramentos de fenômenos migratórios que tem envolvido populações de ambos os Países, reciprocamente, entre ambos os territórios. Nesse entendimento, o presente acordo cabe a possibilidade para que os nacionais brasileiros e surinameses que tem ingressado no território do outro País e nesse território tenham permanecido, ainda que em condições irregulares, requeiram registro e obtenham autorização de estada em condições temporárias ou permanentes, nos termos da Legislação interna de cada País. “A análise:” O acordo ora apreciado visa promover a legalização de cidadãos brasileiros e surinameses que se encontram em situação de permanência irregular nos Países signatários. Trata-se de medida de grande conveniência bilateral, pois a legalização social e economicamente um grande contingente de pessoas, hoje fadadas à marginalização e criminalidade. Dar transparência e forma jurídica a presença irregular de estrangeiros é a maneira mais salutar de promover nas regiões fronteiriças a melhoria das condições de vida de toda a população. A palavra de ordem é: Hoje entre os Estados soberanos, a cooperação Brasil e Suriname terá muita a ganhar com a liberalidade concedida reciprocamente em acordo que permite sabiamente denúncia caso uma das partes entenda necessária. Versado em dez artigos o acordo se apresenta de forma suficientemente articulada, apta a enfrentar o problema a que se propõe. Qual seja, o de solver a clandestinidade de milhares de pessoas que vivem nas regiões de fronteira entre os dois Países. Com a legalização e o devido registro jurídico de estrangeiros que vivem fora de seus territórios nacionais “. O voto, Sr. Presidente:” Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº.

06/2007 nos termos da redação oriunda da Câmara dos Deputados “. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. O item 03 é terminativo. Como não temos no momento número suficiente para a votação nominal, transfiro para a próxima reunião. Item 04, por solicitação dos Senadores, Autor e Relator, retiro de pauta. O item 05 da mesma forma, a pedido do Relator e do Autor, está retirado de pauta. O item 06 requer nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal seja apresentado voto de congratulações ao povo do Timor Leste, bem como ao Presidente Xanana Gusmão e ao Primeiro-Ministro Ramos Horta. Senador Renato Casagrande é o Autor, o Relator é o Senador Wellington Salgado, que não se encontra presente. Passo, portanto, a Relatoria ao Senador Eduardo Azeredo, a quem concedo a palavra. Item 06.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores, submete-se à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a proposição de autoria do Senador Renato Casagrande que requer a apresentação de votos e congratulações ao povo e ao Governo do Timor Leste pelo processo eleitoral em andamento naquele País. “A consolidação da democracia no Timor Leste é um fenômeno delicado e merecedor da solidariedade mundial, particularmente dos países da comunidade de língua portuguesa. Sabe-se que o processo eleitoral em curso naquele País, com a realização do primeiro turno dia 9 de abril de 2007 enfrentou severas turbulências com ameaças para a realização do pleito e da transição institucional. No último dia 21 de abril a Corte de apelação do Timor Leste confirmou o resultado do primeiro turno das eleições presidenciais, desconsiderando recursos apresentados por alguns candidatos derrotados. O Tribunal confirmou assim a vitória dos dois candidatos mais votados, o do partido com maioria Parlamentar, Francisco Guterres, e o Primeiro-Ministro José Ramos Horta, que já se enfrentaram no último dia 9 de maio. Os derrotados liderados por Fernando La Sama de Araújo, Presidente do Partido Democrático, haviam denunciado intimidações no dia das eleições. No entanto os observadores internacionais que supervisionaram as eleições, incluindo a delegação brasileira, não denunciaram irregularidades. O Brasil tratou de acompanhar tanto pela imprensa como pela diplomacia, de maneira até mais especial que as demais nações pela ligação que temos com o País de língua portuguesa, o desenrolar dos fatos naquele nascente País e assistiu aliviado o desfecho tranqüilo e ordeiro dos procedimentos democráticos com a expressão da

vontade popular, sendo corretamente colhida pelas urnas. Assim reveste de profunda significação a pronta manifestação do Senado Brasileiro com voto de louvor pela realização do primeiro turno eleitoral e já também no segundo turno, no último dia 9 de maio”. Esse é o voto do Senador Wellington Salgado, que eu tenho a honra de poder aqui ler e dizendo que, portanto, é pela aprovação do Requerimento 378, de autoria do Senador Renato Casagrande, submetendo portanto a este Plenário a aprovação do voto de congratulações ao povo e ao Governo do Timor Leste.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Item 07. Requer nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado que seja realizada Audiência Pública perante essa douta Comissão a fim de ouvir o Ministro de Estado de Relações Exteriores, Celso Luís Nunes de Amorim, para debater a apelação apresentada na Organização Mundial do Comércio, OMC, pela União Européia contra o Governo Brasileiro pleiteando abertura do mercado brasileiro à importação de carcaças de pneus ou de pneumáticos reformados. O Autor é o Senador César Borges. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. V.Ex^a. quer fazer uso da palavra?

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): Breve explicação aos Srs. Senadores, Sr. Presidente, com relação a esse Requerimento. É uma questão importante para o Brasil, que é a questão da importação de carcaça de pneus ou pneumáticos reformados, que entra também na possibilidade do Brasil receber produtos já usados, produtos que muitas vezes são descartados nos países chamados de primeiro mundo, principalmente da União européia, que querem utilizar esses mercados emergentes como o brasileiro para receber esses produtos. Então, há essa apelação na Organização Mundial de Comércio para que o País recebesse a importação de carcaça de pneus. Os pneumáticos reformados que muitas vezes vêm constituir aqui um passivo ambiental no Brasil e, por outro lado, também são utilizados aqui como pneus meia vida, trazendo uma concorrência desleal ao mercado produtor brasileiro. Então, em função disso, eu sei que o Brasil tem uma posição contrária a essa importação, entretanto estamos com informação defasada sobre o que essa apelação haveria de ter sido uma vitória ou a deliberação foi por uma vitória da União Européia, mas que o Brasil ainda estava tratando de verificar de que forma seria a deliberação. Ou seja, nós não temos as informações necessárias para pautarmos, inclusive, uma

posição que se discute hoje sobre um Projeto que regulamenta todo o uso no Brasil desses produtos meia vida. Então, Sr. Presidente, a iniciativa é no sentido de que o Ministro das Relações Exteriores possa esclarecer para esta Comissão como é que anda essa demanda entre a União Européia e o Brasil, qual é a última informação, o estado da arte em relação, digamos assim, dessa Organização Mundial do Comércio? Isso é muito importante para o Brasil e acredito até para o próprio Governo Federal e o Ministério do Meio Ambiente, que tem uma preocupação séria com relação a este assunto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Feito o registro, passamos ao item 08. Requer nos termos regimentais e constitucionais que seja realizado no âmbito dessa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Audiência Pública com o objetivo de discutir a venda pela PETROBRAS de duas refinarias que possui na Bolívia para a Estatal Boliviana YPFB, por 112 milhões de dólares e a possível influência do Presidente Lula na determinação dos valores da operação. Solicito que sejam convidadas as seguintes autoridades: Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Amorim; Ministro de Estado das Minas e Energia, Silas Rondeau; Presidente da PETROBRAS, José Sérgio Gabrielli. Evidentemente que tendo sido demitido o Ministro Rondeau será substituído aqui por quem foi indicado, no caso. Em discussão a matéria. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu tenho quase certeza que na Comissão de Assuntos Econômicos foi tomada iniciativa de natureza semelhante convidando as autoridades para estar expondo este tema. E eu até na ocasião sugeri que dada a interação de interesse tanto da CREA quanto da CAE que pudesse ser feito em Sessão conjunta. Então, Sr. Presidente, avalio que esta iniciativa do Senador Arthur Virgílio se combina com iniciativa semelhante, eu não sei se do próprio Senador Arthur Virgílio ou também da própria Presidência da CAE, mas acho que... Tenho quase certeza que houve um Requerimento em sentido semelhante na CAE e foi já dito que será então feito o convite às autoridades, acredito que sejam as mesmas, mas então sugiro que aprovemos esse Requerimento, mas possa ser combinado com a Presidência da CAE, que seja feito em Sessão conjunta. É só a observação que gostaria de formular.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Feita essa observação, coloco em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovada essa convocação para essa Comissão e faremos então gestões no sen-

tido de, caso possível, seja feita uma Sessão conjunta. V.Ex^a. acha que foi na Comissão...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Na Comissão de Assuntos Econômicos e foi, como sugiro aqui, realizada na forma de convite. Em vez de uma vocação, um convite às autoridades citadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Está feito o registro e nós poderemos posteriormente iniciar as tratativas sobre essa possibilidade de Sessão conjunta. Item 09. Para conhecimento dos membros dessa Comissão das informações encaminhadas pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores referentes ao Requerimento abaixo: “Nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal combinado com o disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores as seguintes informações quanto à Convenção do Conselho da Europa sobre o *ciber* crime, celebrado em 23 de novembro de 2001, na cidade de Budapeste, Hungria. Primeiro, o que é necessário para que o Brasil se torne um dos signatários da convenção? Segundo, quais as providências que já foram tomadas para que isso ocorra? Terceiro, quais as razões alegadas por parte do Governo Brasileiro caso não tenha sido tomada nenhuma providência? Quarto, quais são os outros órgãos envolvidos no estudo do assunto e de como está sendo conduzida a matéria?” O Autor é o Senador Eduardo Azeredo, a quem consulto se quer fazer uso da palavra para tratar desse assunto.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, Sr. Presidente. Apenas nós estamos recebendo a resposta do Itamaraty sobre as providências tomadas até aqui. Depois nós tivemos no mês de março uma visita do Secretário do Conselho da Europa, que veio em várias reuniões mostrar a importância do Brasil também participar desta Convenção no sentido como um País convidado. Ainda não foi feito o convite oficial e nós esperamos que isso aconteça, já que outros Países da América, como o México e a Costa Rica, estão em processo de adesão a esta Convenção. As respostas do Ministério estão aí para os Srs. Senadores e mostram que o assunto ainda está em discussão dentro do próprio Governo. Mas é importante que em conjunto com o Projeto do qual sou Relator, que trata dos crimes cometidos através da *internet* e de outras tecnologias, que nós possamos agilizar esse processamento. O Projeto está em discussão na Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto de crimes de *internet*, crimes da informática, e tão logo a pauta seja desobstruída da Comissão pela aprovação de 30 membros dos Conselhos Nacional de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público, nós poderemos discutir

e eventualmente aprovar essa proposta, colocando o Brasil em condições de poder com mais autoridade, ser signatário dessa Convenção e poder buscar a troca de informações trans-fronteiras, transnacionais, já que muitos dos crimes que ocorrem dentro da *internet* são oriundos de outros países, como é o caso da própria pornografia infantil, que ocorre tanto aqui como fora. A aprovação concomitante do nosso Projeto e depois a adesão a esta Convenção possibilitará de maneira mais adequada esta ação.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Requerimento extra pauta que leva o nº. 34. Requeiro nos termos regimentais seja enviado ao Presidente Hugo Chávez, da República Federal da Venezuela, apelo no sentido de que seja mantido em funcionamento a rede privada RC TV cuja licença não está sendo renovada. A justificativa é a seguinte: “A República da Venezuela é um País constituído por diversas raças, identidade, cultura, assim como o Brasil. Entendemos ser de fundamental importância para a manutenção das relações democráticas do povo venezuelano que tal diversidade de voz tenha garantida as liberdades de escolha e expressão através da mídia televisiva privada representada pela RC TV. Assim sendo, solicitamos que seja reconsiderada a decisão de não renovar a licença do funcionamento da emissora”. Sala das comissões, Senador Eduardo Azeredo. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Senador Eduardo Azeredo tem mais alguma...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):
Sim--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Assunto a tratar. Passo-lhe a palavra, portanto.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Além dessa aprovação, desse apelo ao Presidente Hugo Chávez para que ele não se distancie tanto da democracia, eu quero também fazer um relato da participação que uma Comissão aqui desta Relações Exteriores fez ao Chile e tivemos inclusive a assinatura de um acordo diálogo político entre as Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado do Chile e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Brasileiro. Eu tive a honra de poder chefiar essa delegação que teve também a participação do Senador Eduardo Suplicy, do Senador Antônio Carlos Valadares, Senador Jarbas Vasconcelos, Senador Sérgio Guerra, e do Senador Mão Santa. E nós estivemos na cidade de Valparaíso, onde está instalado o Senado Chileno. Um diálogo realmente muito

produtivo foi a primeira reunião de cerca de três horas onde abordamos vários temas. Eu trago aqui também e peço à secretaria da Comissão que distribua para os Srs. Senadores um informe da Comissão Especial do Chile em relação à atuação no Haiti. Esse é um ponto que tem preocupado muito o Senado chileno e que foi a nós manifestado sobre qual a visão brasileira em relação à continuidade da missão de paz no Chile. Este informe, portanto, da Comissão Especial Chilena que foi ao Haiti e abordou esse assunto estará à disposição dos Srs. Senadores e tendo sido a mim entregue. E também este acordo diálogo político, na verdade, é para que nós possamos ter essa troca permanente de informações, esse tema do Haiti foi um dos temas, o tema do Mercosul foi outro tema abordado, a questão do gás, da dependência de gás natural do Brasil em relação à Bolívia, do Chile em relação à Argentina, temas ligados também à cooperação no âmbito comercial, a busca de afastamento de dificuldades burocráticas que hoje atrapalham o comércio entre o Brasil e Chile. Enfim, de uma atuação conjunta dos dois Países. São dois Países com a democracia já madura, com a economia também já mais estável. Portanto, é uma companhia que interessa muito ao Brasil, a companhia de estarmos sempre juntos aos Parlamentares do Chile. São dois Países que felizmente alcançaram a maturidade. E os dois juntos podem exatamente mostrar que a América Latina não é a América Latina de bravatas. Que a América Latina tem exemplos de atuações democráticas, como é o caso dos dois Países. Apesar de nós sermos de oposição, reconhecemos que essa democracia que existe no Brasil hoje é uma democracia plena e ela foi constituída através de vários governos. Eu não me canso de repetir que nós somos um País muito jovem do ponto de vista democrático, se considerarmos que a democracia plena voltou a partir de 1985, com a eleição de Presidente Tancredo Neves na época, depois pelo Presidente José Sarney. São, portanto, 22 anos apenas da volta da democracia plena, e do ponto de vista da estabilidade econômica foi a partir do Plano Real que o Brasil entrou na normalidade econômica, isso há apenas 13 anos atrás. Esse é o relato breve que eu faço, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Fiz parte, Sr. Presidente, dessa delegação dos Senadores presidida pelo Senador Eduardo Azeredo, quero apenas confirmar o seu Relatório. Acho que foi muito positiva a visita. Nós tivemos uma oportunidade de diálogo por mais de três horas com cerca de 7 Senadores da Comissão de Relações Exteriores e da Comissão de De-

fesa Nacional que se juntaram para conosco dialogar. Também ao sermos recebidos pelo ex-Presidente da República e hoje Presidente do Senado, Eduardo Frei, filho do ex-Presidente Frei, tivemos ali também uma oportunidade de ver como é que nós Parlamentares Brasileiros somos considerados muito, especialmente pelos chilenos. Tivemos também a oportunidade de dialogar sobre os programas de transferência de renda, seja sobre o Bolsa Família, seja sobre a perspectiva de instituímos uma renda básica de cidadania no Brasil. Também, Senador Eduardo Azeredo, queria lembrar um ponto importante que o Senador Jorge Pizarro pediu que pudéssemos estar colaborando relativamente à questão do Palatino. Se me permite acrescentar este item, porque o Senador Pizarro, que foi eleito na última reunião recente do Mercosul como Presidente do Mercosul, o Deputado Rosinha foi Vice-Presidente, ficou um tanto surpreendido ao saber que o Governador José Serra tinha dado um prazo para que o Mercosul, o Palatino deixassem a sede lá em São Paulo, porque não iria mais continuar a dispor de cinco milhões de reais por ano para as despesas do Palatino. E isso estaria levando o Governo Federal procurar uma outra possibilidade, seja com o Governador José Roberto Arruda aqui no palácio do Buriti, que estaria propenso em princípio ceder uma sede do Palácio do Buriti para essa finalidade, seja também lá no Rio de Janeiro onde o Governo, não sei se municipal ou estadual, estariam também se dispondo a permitir que lá houvesse a sede. Eu fiquei preocupado com essa questão e inclusive gostaria de podermos, nós como Comissão de Relações Exteriores, estabelecer um diálogo com o Governador José Serra para verificar se essa é a decisão mais acertada. Ainda mais tendo em conta a informação que foi nos dada pelo Senador Pizarro, segundo a qual o Governo Federal estaria disposto a, digamos, estar financiando metade daquelas despesas de cinco milhões e meio, portanto dois milhões e meio dos cinco, e os outros governos participantes do Mercosul estariam dispostos a bancar a outra parte. E quem sabe se com este entendimento pudesse permanecer o Palatino lá em São Paulo? Eu quero recordar, Sr. Presidente Heráclito Fortes, que até o edifício do Palatino foi uma obra desenhada por Oscar Niemeyer com a finalidade de ser, que eu me lembre, a sede do Palatino. E ademais, como São Paulo é o Aeroporto Internacional para onde normalmente chegam os vôos de todos aqueles que, porventura, vieram para uma reunião do Palatino, seria geograficamente adequado. Ademais para a própria cidade, o Estado de São Paulo, me parece de bom senso que pudesse ser considerado algo positivo, e ainda mais se levarmos em conta que a expectativa é que o Palatino se torne mais e mais

importante, porque há expectativa inclusive de que os representantes dos parlamentos de cada País passem a ser eleitos diretamente em eleições diretas para a finalidade do Palatino. Assim como acontece hoje com os representantes dos Países europeus no Parlamento Europeu, ou seja, é um órgão que vai ganhar em importância. Então, eu gostaria também de aqui socializar estas informações em complemento àquelas que o Presidente da nossa delegação, Eduardo Azeredo, já expôs. Mas dizendo que... Reafirmando que avalio que foi muito bem sucedida a nossa viagem ali, pois fomos muito bem acolhidos tanto pelos Parlamentares como pelos Ministros. Essa parte eu não pude estar integralmente participando em razão de precisar voltar um dia antes. Obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Sr. Presidente, eu quero apenas complementar também, registrando nossos agradecimentos ao Embaixador Mário Villalba que nos acompanhou durante os dois dias de reuniões no Senado e com as autoridades do Governo Chileno e também do Embaixador Marco Antônio Brandão. Foi fundamental a participação de ambos e mostra mais uma vez a excelência dos membros do Itamaraty.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A generosidade em conceder a palavra a V.Ex^a. antes de falar me tirou exatamente a oportunidade de fazer esse registro, de agradecimento ao Itamaraty pela presteza com que acompanhou a Comissão deslocando até Santiago o Embaixador Marco Antônio Brandão. E quero parabenizar V.Ex^a. que comandou e presidiu essa delegação e aos Senadores que dela participaram pelo sucesso que foi. Acho que a Comissão de Relações Exteriores do Brasil cumpre o seu papel, o papel de integração e o papel, acima de tudo, de promover uma política de relações externas no âmbito dos parlamentos. Essa política auxilia a política exterior formal. De forma que acho da maior importância que encontros dessa natureza continuem a acontecer. Portanto, faço esse registro e peço à Mesa, à Secretaria da Mesa que encaminhe ao Itamaraty o registro feito por V.Ex^a. com relação aos dois Diplomatas que exerceram papel importante nessa missão.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Lamentamos apenas que V.Ex^a. não possa ter acompanhado, como estava previsto, mas os acontecimentos aqui o impediram de estar conosco.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Tenho certeza que V.Ex^a. com mais brilhantismo ainda ocupou todos os espaços da delegação, o que lhe parabenizo duplamente. Nada mais havendo a tratar, está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 11h27.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA TRINTA E UM DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS DEZ HORAS.

Às onze horas e quatro minutos do dia trinta e um de maio do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador HERÁCLITO FORTES, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores EDUARDO SUPPLY, FERNANDO COLLOR, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, VALDIR RAUPP, ROMEU TUMA, PEDRO SIMON, JOÃO RIBEIRO, AUGUSTO BOTELHO, CÉSAR BORGES, MARIA DO CARMO ALVES, EDUARDO AZEREDO, SERYS SLHESSARENKO, FLEXA RIBEIRO, CRISTOVAM BUARQUE E MÃO SANTA. Justificou a ausência o Senador Paulo Duque. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente comunica que o Capitão-de-Mar-e-Guerra Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Júnior, Assessor-Chefe Parlamentar da Marinha do Brasil, enviou Ofício no qual convida os Parlamentares membros desta Comissão para uma visita ao Centro Tecnológico da Marinha, cujas Instalações estão situadas em Sorocaba – SP. A saída ocorrerá no dia 28 de junho do corrente e a programação será enviada posteriormente. O Senador EDUARDO SUPPLY faz uso da palavra. O Presidente dá início a apreciação das matérias, fazendo inversão da pauta. Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Dispõe sobre a criação do Dia de Celebração da Amizade Brasil-Argentina e dá outras providências.” Adiado. Item 03: Requerimento nº 533, de 2006, de autoria do Senador Jefferson Péres, que “Requer, nos termos do art. 223, do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o plenário, um voto de censura ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ter deixado de defender, com firmeza necessária, os interesses nacionais, ameaçados por medidas arbitrárias adotadas pelo governo da República da Bolívia.” O Relator “Ad Hoc” Senador César Borges faz a leitura do Relatório. Fazem uso da palavra para discussão os Senadores EDUARDO SUPPLY e PEDRO SIMON. Concedida Vista ao Senador Pedro Simon. Item 01: Quarta Sessão de discussão da Proposta

dos Senhores Senadores Heráclito Fortes e Eduardo Azeredo de discussão das “últimas medidas tomadas pelo Governo da Bolívia sobre a exploração de gás natural realizada pela Petróleo Brasileira S/A – Petrobrás – naquela país”. Esse debate justifica-se pela repercussão da matéria na imprensa nacional e internacional e pelas graves conseqüências que tais medidas do governo boliviano poderão causar aos investimentos da Petrobrás naquele país e ao fornecimento de gás natural ao Brasil, como fonte energética não poluidora. Fazem uso da palavra os Senadores FERNANDO COLLOR, EDUARDO AZEREDO, CÉSAR BORGES e PEDRO SIMON. O Senador Eduardo Azeredo assume a Presidência. Continua a discussão com os Senadores FLEXA RIBEIRO, CRISTOVAM BUARQUE e EDUARDO SUPPLY. O Presidente coloca em votação, como Extra Pauta, os itens: Item 01: Requerimento nº 36, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que “Requer, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Reservada no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a finalidade de discutir a questão da Defesa Nacional em face dos problemas que ocorrem na Bolívia, e também, uma visão geral da situação das nossas fronteiras, e das Forças Armadas. Serão convidados para exporem na audiência reservada, o Exmo. Senhor Waldir Pires, Ministro de Estado da Defesa, o Exmo. Sr. Tenente Brigadeiro-do-Ar, Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica, o Exmo. Sr. Almirante de Esquadra, Julio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha e Exmo. Sr. General de Exército, Enzo Martins Peri, Comandante do Exército.” Aprovado. Item 02: Requerimento nº 37, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que “Requer, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Reservada no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a finalidade de discutir a questão da Defesa Nacional em face dos problemas que ocorrem na Bolívia, e também, uma visão geral da situação das nossas fronteiras, e das nossas Forças Armadas. Será convidado para expor na audiência reservada, o Exmo. Senhor Celso Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores.” Aprovado. Continua a discussão do Item 01, usando da palavra o Senador MÃO SANTA. O Senhor Presidente nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às doze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOPIA INFORMATIZADA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA TRINTA E UM DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS ONZE HORAS E QUATRO MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Havendo número regimental declarado aberta a 17ª. Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª. Sessão Legislativa Ordinária da 53ª. Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da sessão anterior. Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Antes da apreciação da pauta vou ler um comunicado. Comunico aos Srs. Senadores que o Capitão-de-mar-e-Guerra, Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Júnior, Assessor-Chefe Parlamentar da Marinha do Brasil enviou-me ofício no qual convida, naturalmente o convite é da parte do Comandante da Marinha. O Comandante da Marinha convida aos parlamentares membros desta Comissão para uma visita ao centro tecnológico da Marinha, cujas instalações estão situadas em Sorocaba. A saída ocorrerá no dia 28 de junho, Senador Suplicy, e aí estamos aguardando o envio da programação que está sendo planejada pela assessoria parlamentar da Marinha. Há um ofício aqui do Capitão-de-mar-e-Guerra que em nome do Comandante da Marinha que se dirige a essa Comissão e enviarei uma cópia a cada um dos senhores parlamentares e na próxima reunião que deve ser 29 de junho daremos mais detalhes sobre esse convite.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Dia 28 é uma quinta-feira, não é, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Uma quinta-feira.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Precisaríamos ver se essa data não... Seria de manhã a visita?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, a informação da assessoria é que o encontro é no dia 29, não é isso? A saída seria aqui no dia 28 no fim do dia.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Ah, certo. Depois veremos os detalhes.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Exatamente, depois o detalhe.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O item 1 da pauta, Senador Eduardo

Azeredo, continua em aberto, de autoria de V.Exª e minha para discutir sobre a Bolívia.

O item 02 é terminativo, colocaremos, invertaremos por causa do pequeno número ainda de companheiros presentes no momento, embora já haja número... Registrado no livro de presença.

O próximo, o item 03, requer os termos do Art. 223 do Regimento Interno do Senado Federal e ouvido o Plenário um voto de censura ao Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva por ter deixado de defender com firmeza necessária os interesses nacionais ameaçados por medidas arbitrárias adotadas pelo Governo da República da Bolívia. O autor é o Senador Jefferson Peres; o Relator, o Senador Arthur Virgílio, estando ausente, concedo a relatoria ao Senador César Borges, a quem passo a palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): Com muito prazer, Sr. Presidente, agradeço a V.Exª ter designado como Relator *ad hoc* dessa importante proposição do nobre Senador Jefferson Peres que com fundamento no Art. 223 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou a essa Comissão o requerimento que leva o número 533 referente ao voto de censura ao Presidente da República por ter deixado de defender com firmeza necessária os interesses nacionais ameaçados por medidas arbitrárias adotadas pelo Governo da República da Bolívia. O Regimento Interno do Senado Federal prevê o instrumento do voto de censura no que diz respeito a ato público ou acontecimento de alta significação nacional ou internacional.

De fato, a conduta do Sr. Presidente da República, diante das medidas arbitrárias do Governo da República da Bolívia, no episódio da nacionalização do gás boliviano importado pelo Brasil tem impactos tanto domésticos quanto internacionais. Demonstra, outrossim, o formato que o Governo Brasileiro tem adotado para tratar dos interesses nacionais e a falta de firmeza do Supremo mandatário dessa nação frente a assunto de tamanha relevância. O ano de 2006 ficou marcado pela displicência com que o Presidente Lula tratou a questão boliviana gerando prejuízos aos interesses do Brasil e da PETROBRAS. A falta de firmeza do Governo Federal na crise com a Bolívia pode prejudicar a economia e muito dos projetos sociais do Brasil, pois boa parte da população consome o gás boliviano em atividades domésticas. A imprensa internacional, inclusive, publicou declarações de diversos líderes sinalizando que a decisão pode ter o impacto negativo sobre os mercados, afetando os investimentos estrangeiros na Bolívia e no Brasil, um dos principais consumidores do gás boliviano, e chamando a decisão de um gesto inamistoso. Internamente a conduta do Presidente Lula também gerou desconforto e descontentamento. Faltou

por parte do Presidente Lula uma defesa mais enérgica dos interesses do Estado que é o maior acionista da PETROBRAS. Nossa censura, enfim, não deve ser ao Governo de Evo Morales, ainda que, de maneira reprovável, o Presidente da Bolívia nada mais faz do que defender os interesses de seu país. E é exatamente isso que se esperava do Presidente Lula.

O Presidente da República precisa levar em consideração que qualquer conduta sua, por mais simples que seja, repercute em prol ou em detrimento dos interesses brasileiros interna e externamente. Não será com essa forma de conduzir sua política externa que o Brasil alcançará uma posição de liderança no ocidente, muito menos na América do Sul. Diplomacia se faz com projeto de política externa seguindo-se as regras dos direitos das gentes e defendendo-se os princípios basilares das relações internacionais, entre os quais sobressai o *pacta sunt servanda*... Nesse sentido acolhemos o requerimento do Senador Jefferson Peres e mais que isso, endossamos a indignação de S. Ex^a para com a conduta do Presidente Lula no caso boliviano.

O Supremo mandatário pode até querer mostrar-se líder do continente, mas de forma alguma deve com este objetivo sacrificar os interesses do Brasil e do seu povo. Registramos, ademais, que a proposição se encontra de acordo com os dispositivos regimentais referentes aos requerimentos de voto de aplauso por dizer respeito a acontecimento de alta significação nacional ou internacional, bem como às normas de admissibilidade estabelecidas pelo ato da Mesa número 1 de 2001. Sua inserção em Ata desta Comissão nos parece justa e pertinente. O voto. Em face do exposto, opinamos pela aprovação do requerimento número 533 de 2006, sala da Comissão. Esse é o relato do Senador Arthur Virgílio com relação ao requerimento 533 do Senador Jefferson Peres que eu tive o prazer de relatar, Sr. Presidente, que acho extremamente inserido até na pauta dessa reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Não havendo quem queira. Senador Suplicy, com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, primeiro é importante observar que diferentemente de outros candidatos e setores bolivianos que pregavam a nacionalização com expropriação, o Presidente Evo Morales disse de maneira, que precisa ser respeitada, que ele pregava já como candidato que houvesse a nacionalização das empresas na área do gás, do petróleo, mas com o ressarcimento. Então, todos nós reconhecemos que se trata de um Presidente eleito democraticamente de um país soberano e nós temos na nossa Constituição o reconhecimento

de soberania. Isso não significa que possam, eventualmente, ser cometidos abusos ou injustiças às vezes até na forma da palavra do Presidente, mas, obviamente, não seria o caso do Brasil estar, ainda que alguns pudessem isso querer, tomar qualquer iniciativa militar contra um país soberano e amigo. O Presidente Lula e o Itamaraty em nenhum momento deixaram de defender com firmeza os interesses nacionais. Isso não precisa ser levado a cabo por meio de medidas ameaçadoras e hostis com relação ao país Andino. Ainda mais tendo em conta que a diplomacia brasileira tem uma história de resolução de conflitos pelo diálogo, e não pela tomada de atitude no calor do momento a qual a orientação de nossa política externa sabe perfeitamente da importância estratégica da Bolívia para o processo de integração da América do Sul. Durante a trigésima segunda reunião da cúpula do Mercosul, ocorrida em janeiro deste ano, foi criado um grupo de trabalho para estudar as possibilidades da Bolívia ingressar no Mercosul proximoamente, e para que haja o fortalecimento do Mercosul é importante que o Brasil tenha uma atitude construtiva em relação à Bolívia.

É preciso ressaltar também que o próprio Presidente da PETROBRAS quando aqui esteve, ressaltou que durante o período que a PETROBRAS realizou empreendimentos na Bolívia teve um resultado altamente satisfatório da ordem de 100 milhões de dólares, algo assim. De maneira que, o fato do Presidente Lula e o Ministro Celso Amorim terem tido uma atitude de bastante equilíbrio na forma de agir e, inclusive, em semanas mais recentes, de deixar com muita assertividade e firmeza aquilo que consideravam importante—

SENADOR PEDRO SIMOM (PMDB-RS): Está lendo a escrita, ou não? [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu li uma partezinha Senador Pedro Simon. Essa parte agora--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu pensei que a declaração era por escrito.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não, não, eu estou agora acrescentando de improviso depois de ter também utilizado as sugestões da boa assessoria que tenho aqui, que a liderança do PT nos prove na Comissão de Relações Exteriores, mas eu acompanhei de perto... Eu acompanhei de perto a maneira como de forma muito assertiva o próprio Presidente da PETROBRAS nos informou aqui a respeito das últimas negociações e diálogos, bem como a maneira como o Ministro Celso Amorim e o Ministro Silas Rondeau até o ponto em que estava coordenando as ações e os diálogos em cooperação com o Itamaraty, e a maneira como o próprio Presidente Lula tem se conduzido. No

meu entender eu respeito a opinião do Senador Jefferson Peres, do Senador Artur Virgílio, mas eu voto não favoravelmente às observações de ambos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Tem V.Ex^a a palavra Senador Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Estou esperando acalmar o ambiente um pouco. Nós estamos vivendo uma situação diferente agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A solidariedade boliviana do Senador Suplicy leva a esse estado emocional. Está restabelecido.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): A gente vive agora uma situação diferente. O Senador Arthur Virgílio tinha entrado com um mais ou menos parecido com relação ao Presidente da Bolívia, quando o Presidente da Bolívia desapropriou as unidades da PETROBRAS, na ocasião eu tive a oportunidade--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Jefferson Peres, Senador Virgílio é o Relator.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): --Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Arthur Virgílio.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Arthur Virgílio. Entrou com o pedido de censura, de rompimento, alguma coisa mais ou menos nesse sentido com relação ao Governador, ao Presidente da Bolívia lá atrás, eu tive a oportunidade de falar, modéstia parte, a partir daí houve quase que um entendimento de todos e o gesto muito elegante do líder do PSDB achando que realmente não era bom para nós aquilo. Eu reconhecia que o gesto tinha sido um gesto violento, um gesto totalmente injustificável. Mostrei que já ao longo do tempo, mas principalmente ao longo do Governo Lula, vinha tendo um tratamento de muita simpatia para com o Governo da Bolívia, inclusive foi fazer a campanha deles, subiu no palanque deles lá na Bolívia, aquele gesto tinha sido um gesto muito doloroso. Principalmente como naquela oportunidade como agora, eles estão querendo dar ao Brasil uma conotação de imperialismo, quer dizer, estamos colocando numa posição igual às empresas de petróleo americana, etc. e tal, o que eu acho uma tremenda injustiça. Mas eu falei naquela oportunidade que o Brasil vem, aliás, é o único país da América Latina interessado na integração da América Latina. É o Brasil. É o único que ao longo do

tempo, ao longo da história e está aqui o Presidente Collor, que teve uma atitude que eu achei sensacional, o acordo foi assinado entre o Presidente Sarney e o Presidente Alfonsín, os dois perderam a eleição, aí e eu lhe procurei antes de assumir na angústia o Governo do Rio Grande do Sul, na preocupação do que é que iria acontecer, já que a oposição tinha ganhado nos dois lugares, V.Ex^a se dirigiu ao Presidente Menem, conversaram e foi, o processo até foi além, em vez de ser em 10 anos reduziu a 5 anos, talvez V.Ex^a nem se lembre foi o primeiro ato do seu Governo, V.Ex^a tomou posse. Foi no domingo que V.Ex^a tomou posse? Bom, mas no dia seguinte às 9 da manhã tinha uma reunião do Brasil com a Argentina onde se assinou o ato de confirmação do acordo. Então o Brasil vem fazendo isso e tem... agora é só o Brasil. Então eu dizia que se nós fizéssemos o rompimento com a Bolívia era o primeiro passo para terminar com tudo, para terminar com tudo. E eu achei que não devia, e houve uma unanimidade em não aceitar. Agora, o nosso querido Senador Jefferson veio numa posição diferente, ele defende o Presidente da Bolívia, disse que o Presidente da Bolívia está certo defendendo os interesses deles, quem não está fazendo nada é o Lula.

Eu aqui também, eu até vou ser muito sincero, eu prefiro fazer... Aprovar esse do que o anterior, que isso é coisa interna, é nossa, o anterior... Não criaria uma situação de constrangimento. Eu acho que uma situação que nem essa, nessa hora que vai enfraquecer a posição do Lula quando ele está negociando e o problema é que a turma está desconfiando que o tratado que a Bolívia assinou, ela não vai cumprir, não vai pagar o dinheiro, ou então querer pagar em fornecimento da Bolívia e de gás e não sei por quanto tempo. Eu acho que esse tipo, a idéia que eu apresentaria é de nós não votássemos essa matéria agora, deixa essa matéria como mais se faz no Brasil, na gaveta, então fica na sua gaveta. Para nós, contamos aqui algum tempo, voltamos a analisá-la e ver, eu acho que é muito mais interessante, nós temos uma matéria como essa importante na Comissão de Constituição e Justiça, na Comissão de Relações Exteriores, que está sendo discutida, vai ser publicada, vai ser analisada, vai ser debatida. Agora no parlamento do Mercosul, quando nós formos ao parlamento do Mercosul que vai se reunir em junho, vão levar... Nós temos uma posição muito delicada no Congresso Brasileiro que tem uma moção nesse sentido do que aprovar. O apelo que eu faria é não rejeitar, porque o Lula não merece que a gente rejeite, porque ele merece um pouco da censura e não aprovar, porque nós estaríamos dando uma cartada definitiva que não é hora. O apelo que eu faria

ao ilustre Relator é se nós deixássemos essa matéria na gaveta para uma outra oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Essa sua solução poderá ser viabilizada desde que V.Ex^a peça vista, porque ela está em processo de votação.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu peço vista e devolvo quando puder.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É regimental. [risos] Está concedida dentro do regimento. [risos]

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Está certo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [interrupção no áudio], nós não temos, pelo menos no momento, o suficiente para tanto, portanto não vou colocá-la a voto e passo a palavra aos dois Senadores que se inscreveram para falar, em primeiro lugar o Senador Fernando Collor e depois o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PRTB-AL): Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadoras. O desenvolvimento recente das relações Brasil/Bolívia no campo energético mostra de um lado as conseqüências da atitude inicial brasileira de dar mais ênfase ao aspecto ideológico do que às considerações de Estado e econômicas e, de outro, os desencontros entre as próprias autoridades brasileiras. Nas negociações sobre o preço do gás em fevereiro, o próprio Presidente brasileiro participou e teria determinado as concessões a Evo Morales a quem chamou de companheiro do movimento sindical, logo após o dia primeiro de maio quando se esperava o anúncio do decreto que daria a *Investimientos Petrolíferos de Bolívia* o monopólio de exportação e comercialização de petróleo bruto e tipo de gasolina, o chanceler Celso Amorim declarou que o Governo boliviano “*deu prova de maturidade, evitaram algum ato unilateral que teria sido fatal para as negociações*”. Pouco depois, no dia seis de maio, o Governo da Bolívia emitiu o decreto e o Itamaraty manifestou o seu desapontamento naquela oportunidade. No dia oito de maio, o Presidente Lula declarou que o problema da negociação das refinarias diz respeito à PETROBRAS, por enquanto, e não é uma briga que envolve o Governo Brasileiro. Ao mesmo tempo, o diretor de abastecimento e refino da PETROBRAS dizia que as negociações sobre as duas refinarias transcendem as relações comerciais e passam por uma relação entre governos. O viés ideológico e a falta de coordenação representam vulnerabilidades importantes que tem sido utilizadas pelo Governo Boliviano. Deve-se lembrar que essas negociações são acompanhadas por outros governos da região que tenderão também a se aprovei-

tar desse padrão em situações análogas. As relações Brasil/Bolívia de nosso ponto de vista apresentam, portanto, duas vertentes de problemas, de um lado o fornecimento de gás e de outro a crescente insatisfação da chamada média luna boliviana, compreendidos pelos departamentos de Santa Cruz De la Sierra, Benny, Pando e Tajira. O aspecto energético tem sido objeto de negociações em que o Brasil tem feito seguidas concessões às ameaças bolivianas. O próprio Presidente Lula tem orientado essas negociações e determinado à PETROBRAS que ceda às imposições da Bolívia, alegadamente para não desestabilizá-la. Declarações no sentido de que trata-se de assunto afeto apenas à PETROBRAS não fazem sentido, inclusive, porque as reuniões em La Paz tem como participantes executivos da empresa brasileira e membros do Governo da Bolívia, por outro lado, a Bolívia tem contado com crescente apoio da Venezuela que aumenta a cada dia a sua influência. Registre-se a assessoria de advogados da companhia de petróleos venezuelana à companhia petrolífera da Bolívia nas negociações com o Brasil. O tema da divisão interna boliviana é potencialmente mais perigoso para o Brasil. Essa divisão é arraigada, histórica, mas tem se agravado com a chegada de Evo Morales, porta voz indígena, por assim dizer, ao poder. A chamada média luna amazônica compreende a região mais rica e com maior influência de colonização européia contrapondo-se ao restante do país Andino, mais pobre e com grande participação populacional indígena. Dois departamentos que compõem a média luna já citados, três, Pando, Benny e Santa Cruz De la Sierra fazem fronteira com o Brasil, o outro departamento Tajira, embora não seja fronteiro é importante fonte de suprimento de gás para o Brasil, são os Campos de Santo Antônio e Santo Alberto operados pela PETROBRAS.

O movimento autonomista, genericamente chamado nação camba, luta para incluir na nova Constituição prevista para ser votada em agosto deste ano, demanda no sentido de maior afirmação fiscal, econômica, administrativa e cultural. Reclama da prioridade dada por Evo Morales aos indígenas do altiplano e da transferência de recursos para seus programas sociais. Embora o movimento autonomista seja inegavelmente forte não correspondem à realidade dados publicados recentemente pelo O Globo de 19 de abril de 2007, página 39 e 40 sob título: “*separatistas se armam na Bolívia*”, sobre existência de milícia camba de cerca de 12 mil homens treinados pelas autodefesas unidas de Colômbia e armada por empresários locais, armas israelenses via Paraguai. O apoio da Venezuela a Morales é preocupante, não só pelo interesse brasileiro na área limítrofe, brasileiros estabelecidos na Bolívia,

na região fronteira, questão energética, quanto pelo potencial desestabilizador do movimento autonomista em relação a Morales, a crescente influência de Chávez sobre a Bolívia é marcante na área militar. No dia 26 de maio de 2006 foi assinado um acordo bilateral, ajuste complementar ao convênio básico de cooperação técnica. O convênio é de cooperação técnica e que foi assinado em três de abril de 73 em matéria de defesa. Esse ajuste a esse acordo técnico e que foi agora assinado recentemente pelos presidentes Evo Morales e Chávez, eles prevêm um controle democrático da força. Prevê organização das Forças Armadas, prevê standardização e operacionalização, prevê gestão de crises, bem como construção de porto no Rio Paraguai e de base militar. Isso significa de uma forma clara, límpida e cristalina que o Governo da Venezuela está armando as Forças Armadas bolivianas. Teria havido, inclusive, um acordo militar secreto posterior entre os Ministros de Defesa desses dois países em agosto de 2006. A standardização estaria ligada ao fornecimento de armas, veículos e materiais e a gestão de crises tem sido vista como abertura a interferência armada em caso de problemas institucionais que venha a sofrer Morales. Mesmo que as informações sobre o movimento autonomista sejam exageradas à situação na meia lua demanda atenção do nosso Governo pela grande presença de brasileiros em território boliviano, pelos interesses econômicos, principalmente energéticos e, sobretudo, pela evidente ascendência de Chávez sobre a Bolívia de Evo Morales. As concessões que se venham a fazer, justificáveis, no caso de país carente como a Bolívia, devem ser racionais de nossa iniciativa e não, absolutamente, não reativas. O que propicia a Morales o exercício de política pendular entre Venezuela e Brasil. Devem ficar claro também que o Brasil estará disposto a agir com firmeza sempre que necessário.

Esta é a contribuição que eu gostaria de trazer à discussão que se trava neste momento nesta Comissão, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão o documento apresentado pelo Senador Fernando Collor, para discuti-lo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, Srs. Senadores, olha, o documento que o Senador Fernando Collor nos traz é um documento da maior importância e que nós aqui membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional devemos levar em consideração para as nossas ações futuras. É evidente que se com o seu poderio econômico hoje derivado do petróleo, a Venezuela passar a armar a Bolívia para eventuais ações bélicas, isso evi-

dentemente que traz uma preocupação dobrada para o Brasil já afetado pelas preocupações econômicas que temos hoje pelas ações do Presidente Evo Morales. Veja que é uma aliança, evidentemente, que o Brasil tem que ter habilidade para tratar dessas questões, mas eu colocaria aqui se não é o caso, então, de nós até chamarmos representantes do Ministério da Defesa para que conosco possam, até mesmo, em reunião secreta, nos mostrar o que é que o Brasil tem a respeito desse acordo, o que é que o Brasil, como o Brasil está se preparando ou está acompanhando as consequências de um acordo como esse. Eu coloco para discussão essa questão se não seria o caso de chamarmos para uma reunião secreta o próprio Ministro da Defesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A Mesa sugere apenas que V.Ex^a transforme em requerimento essa sugestão.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu quero ouvir primeiro os outros.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Porque aí tomaremos as providências necessárias, inclusive a convocação de uma reunião secreta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Collor quer fazer um esclarecimento.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PRTB-AL): Eu queria fazer uma complementação em respeito a essa questão do voto de censura que foi apresentado, eu concordo com a argumentação, embora, tenha sido pedido vistas para não parecer conflitante com que aqui eu acabo de dizer, eu concordo com o que disse o Senador Pedro Simon. Eu entendo que o momento da nossa política, da nossa política na América Latina e a posição do Brasil nesse contexto é extremamente delicado. A nossa posição ela vem sendo questionada, ela vem sendo questionada abertamente pela... Pelos outros países. Aquilo que disse o Senador Pedro Simon, de que eles hoje nos acusam, os nossos vizinhos, companheiros imperialista é a pura realidade. Há um sentimento anti-Brasil muito forte isso que passa por Uruguai, Argentina, Paraguai agora com a eleição que tudo leva a crer nos criará dificuldade em relação ao tratado de Itaipu, em relação à Bolívia, ao Equador menos e à Venezuela que fica querendo disputar esse papel de hegemonia que o Brasil sempre desfrutou na América do Sul, embora nunca tenha pretendido desempenhar esse papel. Então, enfraquecer o Presidente do Brasil nesse momento é enfraquecer a posição do Brasil, e enfraquecer a posição do Brasil

como país e como nação. É claro que a reação que o Brasil teve no caso da PETROBRAS, visto, assim, de fora, pode-se dizer: Faltou pulso, faltou uma posição mais enérgica, faltou uma posição de maior contundência do Governo Brasileiro. Mas existe algo e coisas por trás disso que induziram o Presidente da República a agir como agiu. O fornecimento do gás hoje que a Bolívia nos faz é determinante para o nosso processo econômico. Se por uma travessura do Governo boliviano a nossa resposta fosse uma outra travessura, isso poderia levar, por exemplo, ao corte puro e simples do fornecimento do gás boliviano ao Brasil, isso ocasionaria simplesmente uma *débâcle* econômica para nós, então, julgo que seja conveniente nós, aqui nessa Comissão que V.Ex^a vem conduzindo com sabedoria e absoluta competência e todos os seus membros, eu acho que cabe a nós aprofundarmos bastante como aqui foi proposto pelo Senador Eduardo Azeredo este assunto e não somente em relação à Bolívia, mas na nossa geopolítica regional. Saber como o Brasil hoje está inserido nessa geopolítica regional. Nós estamos hoje cercados por países importantes, economias importantes, ou cercado por países cujas lideranças têm um perfil heterodoxo e que deve nos causar preocupação. Por isso, quanto mais nós pudermos ouvir do Governo Brasileiro como aqui sugere o Senador Eduardo Azevedo, Vice-Presidente dessa Comissão, o que nós pudermos aprofundar sempre da discussão com muita cautela, com muita racionalidade e com pouca emoção eu acho que seria *data venia* muito conveniente para esta Comissão, para o Senado da República e para o país. Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o Senador Suplicy, esclarecer o seguinte, Senador César Borges, nós temos inscritos para discutir temas abertos, temas variados o Senador Collor, V.Ex^a, Senador Eduardo Azeredo e Senador Simon. O primeiro assunto trazido foi à Bolívia, então nós estamos ouvindo especificamente sobre essa questão, a indagação é que V.Ex^a é o segundo inscrito é sobre o mesmo tema ou sobre um outro tema?

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): Sr. Presidente, o meu entendimento quando eu me inscrevi logo em seguida ao Presidente Collor que nós iríamos debater as últimas medidas tomadas pelo Governo da Bolívia sobre a exploração de gás natural realizada Petróleo Brasileiro S.A. PETROBRAS naquele país, essa era a razão, inclusive, do item número 1 para ser discutido.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Se houver o entendimento da Comissão não tem nenhum problema.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): Só para concluir, Sr. Presidente, eu iria fazer uma questão pela ordem, porque eu me inscrevi para discutir essa questão, entendi o que Presidente Collor o fez da primeira forma não apresentou nenhum requerimento para ser discutido, ele apenas colocou a sua posição que trouxe por escrito um documento, um subsídio a esta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Apenas não ficou claro que nós estaríamos retornando ao item 1, agora nós estamos discutindo o item 1 da pauta.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): Isso. Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Tudo bem, estamos já claro que é o item 1 da pauta, nesse caso, Senador Flexa, vou inscrevê-lo, mas vou ter que passar a palavra pela ordem de discussão ao Senador César Borges.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com muita honra.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): Não que eu queira me antecipar, porque eu sei que o pronunciamento do Senador Flexa será um brilhante pronunciamento, sempre acrescenta assim como foi agora a exposição feita, detalhada, estudiosa, precisa do Presidente Collor, sobre essa questão. E o adendo que ele colocou na sua segunda intervenção, eu acho que é uma questão muito grave que preocupa o país como um todo, porque nós estamos dentro de uma geopolítica, como ele bem disse regional, que tem tendência a um populismo dito democrático, hoje, inclusive, Sr. Presidente, o nosso partido está discutindo essa questão em São Paulo. A ascensão de governos populistas, mas que, à medida que, eles se respaldam nas urnas e aqui, disse o Senador Suplicy, que o Governo da Bolívia foi eleito democraticamente, que a Bolívia é um país soberano, eu nunca soube que ninguém contradissesse essa posição, isso é reconhecido, isso é natural, isso não há nada demais, o Brasil também é um país democrático e soberano. Não há porque discutir essas questões, a questão é se colocar em outro plano, o que lamentavelmente tem acontecido é que esses países e esses governos ele democraticamente, países soberanos, não é? Esses governos procuram mudar o *status quo*, mudando a constituição, mudando a indicação, o pró judiciário, mudando o parlamento, solicitando leis delegadas onde o parlamento dá uma autorização por mais de um ano para que o Executivo legisle, então tudo isso, ao meu ver, não é a democracia que nós defendemos, não é o respeito às leis que inclusive estão regendo a eleição desses governos. É muito fácil você governar democraticamente.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O Brasil está governando com Medida Provisória há 10 anos.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): Eu não concordo com a Medida Provisória, Senador Pedro Simon, eu sempre me coloco contra, não acho democrática essa posição da Medida Provisória, lamentavelmente é um erro que macula a nossa democracia, nem por isso que eu vou achar que está certo você entrar no Governo do Equador e querer modificar a constituição, ou como fez o Chávez na Venezuela, modificou inteiramente o judiciário na Venezuela. Eu acho que é um momento delicado que vivemos na América Latina e temos que ter essa prudência que o Presidente Collor colocou. Agora, qual a posição que eu acho central, os países são soberanos, os governos estão eleitos democraticamente, um procura adjetivar a democracia, o outro pratica melhor democracia não vem ao caso, nós estamos aqui a discutir os interesses de cada país, nós temos que defender o interesse do Brasil. Os bolivianos vão defender os interesses da Bolívia, os argentinos os interesses da Argentina, mas nós temos que olhar dentro da geopolítica como vamos defender o interesse do Brasil. Se o interesse do Brasil está em ceder à Bolívia, pode ser que esse seja um interesse maior. Eu colocaria uma situação hipotética, se nós tivéssemos uma posição mais dura com a Bolívia e a Bolívia cortasse o suprimento de gás, nós teríamos um problema sério no Brasil, então, talvez a diplomacia e o momento indiquem uma negociação, mas nós temos que discuti essas questões, não simplesmente o Governo faz uma geopolítica, a meu ver, cedendo sempre, porque quem paga não é o Governo Federal. Quando o Governo cede a Bolívia, essas pressões, também não é o lucro maior ou menor da PETROBRAS que não interessa ao Brasil. Interessa se a PETROBRAS vai penalizar a população brasileira que consome o gás por um preço maior. Ganhará a Bolívia em detrimento de toda a sociedade brasileira que pagará um gás com preço muito mais elevado que não estaria preparado para repassar ao consumidor brasileiro o preço desse gás?

Essa semana nós aprovamos aqui uma Medida Provisória do Governo que modifica cláusulas do financiamento de Itaipu binacional a favor do Paraguai. O Itamaraty esteve aqui me justificando a medida por conta, exatamente desse sentimento existente no Paraguai, de que o Paraguai foi espoliado pelo Brasil nessa negociação no passado. Mas isso era um contrato que existiu que foi negociado Governo com Governo. Até 2013, agora, se o Governo Brasileiro resolve modificar quem vai pagar essa conta? É o Tesouro que é toda a sociedade brasileira? Não, pior ainda, quem vai pagar a conta, porque a Medida Provisória permite isso, é o

consumidor de energia elétrica que não haverá prejuízos nem para a ELETROBRAS nem para o Tesouro, porque será repassado e a Medida Provisória diz claramente que será compensado na tarifa de energia.

Eu acho que, compete a nós, fazermos a defesa do consumidor brasileiro, da economia brasileira, da sociedade brasileira. Não estamos colocando nada contra a soberania da Bolívia ou do Paraguai de qualquer outro país, mas estamos sim defendendo a soberania brasileira e os interesses brasileiros. Essa questão do gás é muito grave, porque ela é uma nova matriz energética, o País investiu muito a partir da disponibilidade de gás da Bolívia que havia um acordo assinado, quando o Governo rasga esses acordos diz que não mais existe, desapropria, coloca o exército para ocupar essas instalações, é uma situação, a meu ver, que espolia também os brasileiros. E se o Governo Brasileiro não tem uma atitude de defesa de posição firme dos interesses brasileiros e vai cedendo e cedendo, e cedendo, no fundo está prejudicando o povo brasileiro. A questão do gás é muito séria, por quê? Porque eu acho que o Governo Brasileiro não investiu nessa nova matriz energética como deveria ser, principalmente na nossa rede de distribuição de gás. Entretanto, induziu ao consumidor brasileiro a usar essa matriz, seja através do taxista com o gás veicular, seja através do consumo nas indústrias que mudaram toda a sua matriz saindo da energia elétrica para o gás e de uma hora para outra você vê a possibilidade desse gás subir a um preço acima de qualquer previsão, acima da inflação, com uma alta de 40% e a PETROBRAS simplesmente não vai dizer eu vou arcar com esse prejuízo, vou repassar ao consumidor inviabilizando até algumas atividades produtivas no nosso país. Eu vejo a questão, por exemplo, da PETROBRAS com relação ao Ceará, dizendo, nós não vamos fornecer gás aqui subsidiada ao Ceará para ter uma siderúrgica e olha que isso é fundamental para o desenvolvimento da matriz industrial do Ceará e de todo o nordeste, não o Presidente da PETROBRAS fez uma defesa, veemente ataca esse projeto, veja que o Senador Tasso, Patrícia, fazendo a defesa da siderúrgica, ora, faz isso em relação ao Estado brasileiro que precisa ter o seu desenvolvimento já em relação a Bolívia, nós vamos cedendo e vamos pagar o preço que a Bolívia quiser impor. E a Bolívia paga o preço que ela quiser às instalações da PETROBRAS e paga da forma que ela desejar e quando puder pagar, ou pague em gás. Quer dizer são dois pesos e duas medidas, Sr. Presidente, então eu não, entrando nessa discussão eu quero dizer que eu concordo, temos que ter prudência, não podemos simplesmente também

fazer voto de censura sem um aprofundamento maior ao Presidente da República.

Entretanto, esse assunto tem que ser debatido, tem que ser debatido aqui, debatido nessa casa de forma clara, porque as decisões tomadas pela PETROBRAS e tomadas pelo Governo não passam nessa casa, não são discutidas. O que eu vejo hoje a possibilidade de gás se tornar uma matéria-prima cara e que onere toda a economia brasileira para que nós possamos atender a geopolítica, a diplomacia externa brasileira, com relação a esses países, ser uma posição firme, que negociação deve sempre existir, a via pacífica da solução desses problemas também ninguém vai contestar que é isso que nós queremos, ninguém defendeu e não ouvi ninguém defender que pegue o Exército Brasileiro e mande para a fronteira com a Bolívia, ninguém propôs nenhum absurdo desse tipo. Agora o que se pretende, eu vejo Senadores preocupados, é que o país possa firmar melhor a sua posição, não ceda de imediato a todas posições que desejar o Governo boliviano e que imponha ao Governo boliviano, que havia contratos e esses contratos foram rasgados, foram rasgados, foram simplesmente rasgados, ocuparam militarmente às instalações da PETROBRAS, ora se nós somos um país amigo e temos relações respeitadas, isso tem que ser discutido, Senador Pedro Simon, tem que haver uma conversa demorada, pode durar 3 meses, 4 meses, 6 meses, mas não pode vir um Governo recém eleito, que diga assim, eu vou ocupar militarmente as instalações de um país amigo como o Brasil, com relações profundas com a Bolívia, se ele acha o Paraguai, a Bolívia, a Argentina, qualquer outro país latino americano acha que as relações com o Brasil são desfavoráveis, sentemos à Mesa e possamos refazer esses acordos, mas sempre eu acho que o nosso papel aqui será defender primeiro o interesse do Brasil, da sociedade brasileira e que essas reformulações não recaiam única e exclusivamente nas costas do consumidor brasileiro. Portanto eu condeno, Sr. Presidente, é a maneira como o Governo vem conduzindo essas negociações. Que é uma posição defensiva, sempre cedendo, não é? É reativa. Ele não propõe, ele apenas vai cedendo à proposição, vem do lado contrário, ora da Bolívia, ora do Paraguai e o Brasil vai recuando, recuando até quando eu não sei. Então, essa é a nossa posição eu agradeço, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador César Borges. O próximo inscrito seria eu, mas eu passo a palavra ao Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Casualmente, Sr. Presidente, eu sou Relator e eu votaria

hoje, mas o Presidente se transferiu sob entendimento de amizade entre Brasil e Argentina, querendo um dia da celebração da solenidade Brasil/Argentina apresentada pelo Senador do Rio de Janeiro, Senador Crivella. Eu quero dizer que eu sou favorável nesse projeto, e vejo com simpatia esse projeto. E acho que Brasil e Argentina têm obrigações, não sei se o Presidente Collor concordará comigo. Nós temos obrigação de deixar de lado as coisinhas menores, e Brasil e Argentina têm a responsabilidade de conduzir esse processo. Só que o Brasil e Argentina tendo um diálogo maior, nós podemos fazer frente a essa instigação, o Presidente da Bolívia não está fazendo isso por conta própria, ele está sendo instigado pelo Presidente da Venezuela e o Presidente da Venezuela também não sei se está fazendo por conta própria. Todo mundo sabe que o americano não tem nenhum interesse no Mercosul. Todo mundo sabe que o americano luta e faz um esforço enorme no sentido de criar a ALCA, que é a livre comercialização de todos os países da América Latina com os Estados Unidos. E lutou, lutou duro nesse sentido, fez até eu acho que foi a primeira vez que houve um estremecimento entre Brasil e Uruguai, porque o Uruguai magoado, e o Brasil não poderia fazer muito diferente, porque a disputa por uma celulose ali na fronteira entre Brasil, entre Argentina e Uruguai estava ocasionando quase uma guerra na Argentina e o Uruguai tem aquela... Esse projeto vai aumentar 40% do PIB do Uruguai. Então aí se torna uma luta dramática nesse sentido, e com isso, como o Brasil não deu apoio total para o Uruguai, porque não queria brincar com a Argentina, o Uruguai começou a negociar um acordo à parte com os Estados Unidos. O que se é um outro fator ilógico, dentro desse contexto, nós vimos que Venezuela, nós vemos que Bolívia, nós vemos que o Uruguai, nós vemos que o Chile que não quer nem participar do Mercosul, nem que nem a Venezuela está fazendo, nem como...como convidado, porque o Chile tem um acordo com os Estados Unidos, acordo fechado, costurado com o americano. Então, eu acho que se o Brasil e a Argentina se acertassem um pouco mais isso seria muito importante.

Por isso que eu sou favorável a esse projeto, acho que eu peço desculpa ao Presidente Collor, mas é que eu fui chamado urgente para dar o parecer ali na outra Comissão, mas o Senador, o Senador Suplicy fez ampla análise do seu pronunciamento, eu quero trazer a minha solidariedade. Acho que V.Ex^a está absolutamente correto e acho que, inclusive quando propõe, eu acho que é isso mesmo, venha o chanceler passar um dia com a gente, conversar, fechar portas para nós sem mais ninguém, e dizer as coisas como devem ser ditas, acho que nós merecemos isso. O fato de nós estarmos

aqui, o Congresso nosso, eu fico com inveja quando olho para os Estados Unidos e vejo o medo que todo mundo tem daquela Comissão de Relações Exteriores dos Estados Unidos. Ela fala até o Presidente, é a única Comissão que o Presidente americano se assusta. Aqui nós somos piadas, ninguém dá bola para nós, nós não firmamos como tal. Eu defendo muito, é uma tese muito certa na minha opinião, por exemplo, a ida dos representantes do Congresso Brasileiro na conferência da ONU anual, a ida é uma piada. Nós vamos lá, eu nunca fui, nem me neguei a ir nunca nesses 25 anos que eu estou aqui, ir como convidado e como turista para ficar olhando, eu prefiro não ir. Houve momento que nós chegamos até a conseguir que o chanceler e o embaixador do Brasil na ONU viesse aqui discutir conosco, meses antes, para nós termos uma pauta do que ia ser discutido na reunião. Em cima dessa pauta do que ia ser discutido na reunião, nós iríamos debater, discutir, analisar, e conforme fosse o caso, levaríamos à nossa posição. Ele achou ótimo, todo mundo achou bacana, mas ele nunca mandou e nós nunca cobramos.

Mas eu acho que o momento é realmente delicado, acho que essa reunião com o chanceler seria muito importante. Acho que o que se diz aqui é real, afinal, são unidades da PETROBRAS que estão desapropriando, garantia ou não garantia. Nós tínhamos um acordo praticamente firmado e o, agora que a gente vê que o Chávez queria fazer, ele queria fazer o gasoduto maior do mundo que vinha lá da Venezuela, era uma coisa que a gente não entendia, porque o gasoduto Venezuela passar por Goiás e ir para São Paulo, mas ele ia da Venezuela para a Argentina e depois dava a volta, ele iria dominar. Então, a gente tem que desconfiar nesse sentido, então eu faço questão de salientar um ponto. Hoje é um dos dias que se consagra a liberdade de imprensa e na verdade o que o Presidente da Venezuela fez foi um ato que eu sinceramente não entendo. Nem a ditadura brasileira, ditadura, ditadura fechou uma televisão.

E a televisão é mais do que a Globo aqui, a história, a biografia da televisão fechada na Venezuela tem mais tradição de que a Globo daqui. A Globo é curta, a da Venezuela é do tempo da TV Tupi, uma televisão com credibilidade, com respeito. Ele pura e simplesmente tira do ar. Quer dizer, eu acho, num gesto do país que nem o nosso, numa hora que nem essa é um gesto de violência, eu acho que a gente fazer sentir, mostrar que não tem sentido, não tem explicação. O Mercosul já tem coisas positivas quando o Paraguai teve o caso de não deixar o Presidente, não deixar o Vice-Presidente assumir, os presidentes do Brasil, da Argentina e do Uruguai foram ao Paraguai. Disseram:

“Olha, se vocês fizerem isso, vocês terão que sair do Mercosul, porque o Mercosul exige democracia”.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só pra complementar, ontem no fim da sessão do Plenário foi aprovado um requerimento que nós já tínhamos aprovado aqui na Comissão de Relações Exteriores, de minha autoria, fazendo um apelo ao Presidente Chávez sob forma de apelo, para que ele reveja a decisão. Aí, o Senador Sérgio Zambiasi e a Marisa Serrano, que são membros do parlamento do Mercosul junto com V.Ex^a e comigo também, que somos também. Colocou que no próximo dia 25 de junho haverá uma nova reunião do parlamento do Mercosul, que o assunto deve ser levado ao parlamento do Mercosul para ser discutido. O Senador Gerson Camata chegou a defender a expulsão da Venezuela do Mercosul.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu felicito V.Ex^a, eu não sabia, porque eu não participei da reunião, porque tenho, na verdade é muito bonito, uma escola de São Paulo que há 8 anos, todos os anos eles passam dia no Congresso Nacional, visitando em Brasília, visitando todas as instituições, falaram com o Presidente do Supremo, o Lula estava muito ocupado, falaram e eu, fizemos uma palestra aqui e foi na hora da votação, por isso que eu não acompanhei. Mas se V.Ex^a diz isso muito melhor, vamos levar para Montevideú, no fim do mês, essa matéria e vamos deixar dito aqui na Comissão que nós também lamentamos, achamos que a forma que V.Ex^a encontrou foi muito boa, se fosse possível fazer alguma coisa no sentido de que isso pudesse voltar atrás e no sentido de que lá na reunião do parlamento do Mercosul, que a Venezuela participa, se deixar escrito que não está de acordo com os nossos princípios. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Pedro Simon. Nós temos ainda o Senador Flexa Ribeiro e o Senador Cristovam Buarque. Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Presidente Senador Eduardo Azeredo, Srs. Senadores. Eu quero aqui parabenizar o Senador Fernando Collor que, de forma bastante lúcida, trouxe as preocupações que são de todos nós. Ele fez um relato, um relato consciente da situação que a imprensa divulga a todo momento. Começou com o episódio da Bolívia, da invasão das instalações da PETROBRAS anteriormente com a expropriação de uma unidade privada de produção de ferro-gusa, também na Bolívia, que ela cancelou o projeto, tiveram que desistir do projeto. Em seguida, com a influência que é notória, nós não, ninguém desconhece o que Presidente Hugo Chávez

pretende ter, a nível da América do Sul, ele a juízo nosso, se acha um sucessor de Fidel, ele quer tomar a posição que Fidel tinha como liderança de esquerda na América do Sul e... Está tomando atitudes que comprometem, eu diria, a soberania no futuro e pode vir a comprometer a soberania nossa, hoje já foi dito aqui que o Brasil é visto pelos nossos irmãos vizinhos como um país imperialista.

Eu já ouvi, há muitos anos atrás, que o país imperialista era os Estados Unidos, a nível mundial, e nós já estamos com essa configuração de sermos imperialistas em relação aos nossos vizinhos aqui da América do Sul, um *upgrade* em relação a isso. Agora o que nos assusta, é o que o Senador Collor colocou aí, que é uma ação de uma estratégia de armar esses países, esses países para sua defesa, o Presidente tem por objeto estabelecer mecanismos de cooperação técnica entre as partes para o melhoramento e a complementação das capacidades de defesa de cada país, a fim de contribuir para o desenvolvimento integral dos seus povos. É interessante o acordo firmado, quer dizer, e ninguém desconhece que ele tem, realmente, pelo menos sobre o Presidente da Bolívia, uma ascendência, uma ascendência total, total. Chegando a ponto da própria imprensa dizer que as ações que a Bolívia tomou com o Brasil foram alimentadas pelo próprio Evo Morales, incentivou, não só incentivou como alimentou.. então eu acho que prudência devemos ter, eu não tenho dúvida que essa Comissão tem que ter toda a prudência necessária, mas temos que ser fortes nas posições que tomarmos em defesa da soberania brasileira.

São duas questões distintas, a questão da Bolívia com o Brasil eu lamento que a situação, a resposta brasileira tenha sido pífia naquele momento. Acordos outros que pudessem haver, interesses outros que pudessem haver, mas a posição tinha que ser de soberania e negociar uma saída para aquele entrave. Acabou acontecendo exatamente aquilo que o Presidente Morales disse; nós vamos ter que renegociar o preço do gás, o Governo Brasileiro disse que não renegociaria, acabou renegociando, quer dizer, houve o aumento da tarifa do gás e a PETROBRAS aceitou. O Governo da Bolívia fez a ocupação das refinarias da PETROBRAS, disse que no início que não pagaria depois ajustou um valor que é muito aquém daquilo que a PETROBRAS disse que valeria os investimentos dela na Bolívia, chegou a falar inclusive de que a PETROBRAS já teria tido ganhos elevados que poderiam, inclusive, não fazer questão da indenização do seu patrimônio, só que por trás da PETROBRAS, existem centenas de milhares de brasileiros que são acionis-

tas minoritários da PETROBRAS e o próprio Estado brasileiro que representa toda a sociedade.

Eu, lamentavelmente, fiz aqui um requerimento de solidariedade ao Presidente Renan Calheiros e ao Presidente Chinaglia, solidariedade pelo fato do Presidente Evo Morales ter marcado uma vinda aqui ao Congresso, não ter desmarcado e não ter comparecido. Não era nem de censura ao Presidente Morales, era de solidariedade ao Presidente de um poder em nosso país, não foi aprovada. Não foi aprovada. Quer dizer, por quê? Porque o Presidente Evo Morales, no dia seguinte, através da sua, do seu embaixador mandou uma carta justificando que com atrasos no seu vô, compromissos outros o impediram de vir ao Congresso, mas ele não teve a gentileza de ao ter tido atraso no vô, ter comunicado imediatamente para ter sido suspensa a cerimônia e o Presidente do Congresso e o Presidente da Câmara ficaram durante minutos à frente lá da rampa esperando a presença do Presidente. Não sei, acho que condições como essa nós devíamos que ter aqui na Comissão de Relações Exteriores uma posição mais dura, a questão da Venezuela, ela é mais grave, ela é mais grave, porque ela não atinge diretamente o Brasil, ela atinge uma questão que é de interesse mundial, que é de liberdade de imprensa. Eu ontem me referi lá no Plenário, Senador Pedro Simon, V.Ex^a teve um debate profícuo em relação ao assunto, mas eu me referi dizendo que, e lendo um texto da, que tinha na internet, que as televisões já anunciaram que o Presidente Hugo Chávez já ameaçou a outra rede de televisão pessoalmente. Ele foi à televisão dizer que se ela continuar fazendo oposição ao seu Governo ou ele vai fechá-la ou vai reduzi-la a este tamanho, e ele fez exatamente isso na televisão. Quer dizer, o parlamento europeu já se pronunciou, acho que mundialmente todas as nações estão se pronunciando contrárias a uma questão que vai de encontro aos interesses da democracia. Nós não podemos ficar sem uma posição nossa. O Governo Brasileiro silencia no momento como esse, ele deveria, ao meu juízo, defender a democracia, lamentar pelo menos que estivesse acontecendo isso no país vizinho e irmão como é o da Venezuela. Em que a população, pelo o que se vê do movimento nas ruas, não concorda na sua plenitude com o ato do Presidente, tanto que existem movimentos até hoje ainda eclodindo nas ruas da Venezuela. O que é que leva a isso e o Senador César Borges colocou aí? Leva a isso que um enfraquecimento da oposição nossa faz com que esses países se voltem, se estimulem contra o Brasil. Então começou com a Bolívia, vai vir agora o Paraguai, com o projeto e outros virão, porque no momento que a gente não defende os interesses brasileiros, e nós estamos aqui, especificamente, para

definir a nossa soberania, nós vamos ficar numa posição de recuo, estrategicamente de recuo, eu quero parabenizá-lo, Senador Collor, pelo relato que V.Ex^a trouxe que é mais do que um alerta para todos nós. Eu acho que é um documento que deve nos levar a esta audiência que o Senador Azeredo propôs, com o Ministro da Defesa, com o chanceler o sentido de que de uma forma, até audiência fechada, para que a gente possa, fechada, para que a gente possa ter, Senador Cristovam, as informações abertas daquilo que está ocorrendo [corte de áudio] ...está Comissão que o Senador Pedro Simon disse que nos Estados Unidos é de maior importância, ela também se transforma aqui, porque ela não é só de relações exteriores como também de soberania nacional, de defesa nacional. De defesa nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Flexa Ribeiro eu queria ouvir o Senador Fernando Collor novamente, porque eu confesso que eu mesmo que propus, mas fiquei com dúvida, na verdade eu acho que em vez de ser para o chanceler, seria nesse caso, chamarmos o Ministro da Defesa com os comandantes militares, não sei que seria essa ou um ou outro Senador Fernando Collor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Fique a vontade, por favor, Senador.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O que, aditando ao que o Senador Flexa Ribeiro colocou da posição do Governo Brasileiro, a minha impressão, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores é que há um conflito de agendas. O Presidente Lula, ele tem, vamos dizer a mesma origem e o mesmo, e a mesma inspiração ideológica dos presidentes Chávez, do Presidente Corrêa do Equador, do Presidente Morales, do que parece será o próximo Presidente do Paraguai e um pouco também do Kirchner e do Tabarez no Uruguai. Então, todos eles estão com uma agenda que eles sempre defenderam. O Chávez sempre defendeu a agenda que ele está implementando, Morales da mesma forma, o Corrêa, o Rafael Corrêa da mesma forma, o do Paraguai será assim, o Kirchner foi o que ele falou. E a agenda que o Presidente Lula está levando adiante, com muita competência e com muito sucesso, não é originalmente uma agenda que ele sempre defendeu. Por isso, fica às vezes, um pouco difícil para que ele reaja a uma ação como essa que o Presidente da Bolívia teve, porque ele rememora os tempos em que ele agia e pedia para que assim as ações fossem adotadas, não é? Há também no meu entender uma relação pouco institucional entre o Presidente do Brasil e os outros chefes de Estado da nossa região. É uma relação de muita intimidade, de muita intimidade de... E é uma relação de intimidade que

foge do caráter institucional que é exigido na relação entre presidentes da República, para que haja espaço a uma outra reação que não meramente reativa diante dos fatos que recentemente aconteceram.

Preocupa-me, como de resto percebo também a todos os integrantes desta Comissão, o futuro muito próximo das nossas relações com os nossos vizinhos da América do Sul. Esse movimento é um movimento forte, é um movimento que já se enraíza nos povos desses países contra o Brasil, que se afigura quando o poder imperialista e que deve ser combatido. Em relação a essas audiências eu acredito que seria, colocaria a apreciação do Sr. Presidente, dos senhores integrantes que seria interessante reuniões separadas com o Ministro da Defesa e os chefes militares das três forças, indispensável a participação dos três chefes militares e uma outra com o chanceler Celso Amorim e os seus assessores para a política latino americana. E acredito que nós tenhamos que nos aprofundar bastante nesse assunto, porque volto a frisar sem alarmismo de qualquer espécie que, preocupa-me e a nós todos, profundamente a situação em que o Brasil hoje se encontra nas relações que mantém com os países que compõem a nossa América do Sul, é isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado. Senador Flexa, só para concluir. Em seguida o Senador Cristovam.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para concluir rapidamente. Eu concordo com a proposta do Senador Fernando Collor. Acho que é, devamos fazer as duas audiências em separado, com a presença dos comandos militares e na outra com a presença dos assessores do chanceler. Agora, acho que essas reuniões devam ser fechadas, para que a gente possa, de uma forma bastante clara, discutir toda a problemática dessa relação do Brasil com os vizinhos da América do Sul.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado Senador Flexa Ribeiro. Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu fico satisfeito de ver a Comissão se reunir para discutir temas como esse, a gente fica muito tempo aprovando acordos que já têm décadas ou fazendo sabatina de diplomatas. E esse é o papel, o Senador Flexa Ribeiro lembrou que nos Estados Unidos a Comissão mais importante, depois de Orçamento, é a Relações Internacionais. Mas aí, Senador, eu queria lembrar que é um debate de Estados e eu temo que a gente aqui esteja confundindo a Bolívia com Evo Morales, que vai durar um tempinho, 4 anos, 8 anos e esteja confundindo o Brasil com a

PETROBRAS, os países são muito maiores do que os seus governos e do que as suas empresas. E a gente tem que consolidar a relação com a Bolívia, apesar do Evo Morales e apesar de que ele tome, até sem pagar, a PETROBRAS, com a Bolívia é consolidar, com o Governo é negociar.

O caso da PETROBRAS, a meu ver, não foi negociado de uma maneira tão negativa de ponto de vista do Governo Brasileiro depois do fato concreto e aí sim, é lamentável que o Governo Brasileiro tenha se deixado surpreender por isso. Mas feita à nacionalização, não se podia fazer medidas mais radicais, tomar, invadir, cercar o direito da Bolívia é cometer todos os seus erros, e o nosso de não comprar o gás deles e indo buscar em outros lugares começando pelas terras brasileiras. Enquanto a gente não tem o gás vamos ser reféns, por um tempo, de comprar o gás ao preço que eles quiserem. É o preço da nossa dependência que foi fruto de erros no passado, não foi o Governo Lula, nem do passado criou essa dependência, não criou a autonomia para o gás como criamos a do petróleo.

Eu acho um grave erro, é um direito dos governos democráticos, inclusive, ele foi eleito democraticamente cometer. O que a gente tem que fazer é discutir aqui, sim, eu sou francamente favorável a essa Comissão, esse encontro, essa audiência, Sr. Presidente, acho que ela até demorou, mas que não fiquemos só na parte das relações da refinaria, mas sim dos riscos graves que hoje correm as relações do Brasil com a Bolívia por causa de erros da Bolívia, a Bolívia está à beira de uma guerra civil. Tem o site G1, da Globo, mandou um jornalista lá que fez matérias excelentes sobre a situação na Bolívia, eu recomendo olharem essas matérias, um site chamado Arco Latino-Americano fez outras análises. Há um Estado de pré-guerra civil, porque a parcela de Tajira e Santa Cruz, que são as que têm as riquezas, deram um prazo que em agosto, quando terminar a constituinte, eles querem saber se lá vai estar previsto que a Bolívia será feita como uma federação de dois, quase que Estados independentes. Até para que eles fiquem com seus recursos como se fossem só deles e não da nação. Se isso não acontecer eles estão ameaçando decretar a secessão, já deram nome à nova República, República Camba, Camba é como eles se chamam os dessa parte e Coia(F) é como se chamam do altiplano. Se houver isso, esse acordo que o Presidente Senador Collor trouxe, vai levar a Venezuela a intervir ao lado do Evo Morales, para confrontar os que vão disputar a independência que tem muito mais dinheiro, sobretudo se o Brasil continuar comprando gás, que o gás iria para eles. Uma guerra civil na fronteira do Brasil é aquilo que a gente não pode ter, sobretudo num terri-

tório de onde vem o gás que envolve atos de sabotagem, vai haver terrorismo explodindo gás que a gente recebe, hoje a gente está reclamando de pagar mais que pagava antes, a gente vai deixar de ter o gás. E os nossos milhares de brasileiros que moram lá, o que é que vai acontecer com eles quando houver essa guerra civil? Depende da posição o que Brasil tomar. E o que é que vai acontecer com os que vão migrar para o Brasil, Senador Flexa Ribeiro, numa guerra civil milhares vão embora dos seus países. A gente tem que tomar, nesse sentido, um cuidado muito especial para não limitar as relações ao fato específico da PETROBRAS.

Esse é um fato que a empresa vai renegociar com a Bolívia, os acionistas vão ter que exigir dos seus dirigentes como é que não se anteciparam para defender bem o patrimônio e os negócios da empresa, agora o Governo Brasileiro não pode confundir o interesse de uma empresa com o interesse nacional. Daqui a 100 anos, 200 anos talvez, não haja mais PETROBRAS e Evo Morales certamente não vai mais ter, mas a fronteira do Brasil com a Bolívia continuará ali. É uma relação, nós estamos, como disse o Presidente Collor, comprometidos uns com os outros, usou uma expressão até mais forte nós somos reféns uns dos outros, porque temos a mesma fronteira, a gente tem que ter muito cuidado, por isso que é importante a vinda, na última reunião ficou criado uma Comissão do Pedro Simon, eu e o Senador Crivella, o Senador Heráclito Fortes determinou que a gente fosse, inclusive, à Bolívia, conversar, ouvir. Eu insisti que antes fôssemos ao Ministro Celso, ele vindo aqui a gente pode até adiar, não precisa ser a Comissão. A nossa Comissão inteira faz esse trabalho. Agora eu quero lembrar que não é só a Bolívia, o Senador Heráclito e a Comissão me pediram um estudo e eu já fiz, eu entreguei a Comissão sobre os países vizinhos, eu até sugeri, Presidente Collor, que a gente criasse uma subcomissão de relações com os vizinhos. Porque a gente analisa geopolítica regional, uma Subcomissão para não misturar se a gente analisa, o Uruguai a Argentina estão com problemas vai arrebentar aqui, estão com problema de uma indústria de papelaria aqui na margem do rio. A Bolívia está nessa situação da guerra civil, se houver a guerra civil o Peru se divide, porque uma parte do Peru é índio também e vai se juntar com o norte da Bolívia, o Paraguai vai ter um Presidente anti-brasileiro, pelo menos na hora da eleição, depois Presidente, antes se acomoda se ajeita, mas vai querer rever o tratado e veja bem, Senador Flexa Ribeiro, a bandeira dele é ser contra o Brasil, isso significa que a gente tem algum erro, porque senão ele não iria propor isso, porque ele não iria ter voto, se o Brasil fosse visto como um bom país, ele não iria defender enfrentar o Brasil, porque ele

iria perder voto, ele ganha voto no Paraguai. Por quê? Não esqueçamos algumas coisas, nós fizemos uma guerra do Paraguai que foi tão trágica que até hoje o Brasil não abriu os seus papéis. Estão fechados aí.

O Presidente Collor deve ter melhores informações do que nós sobre, porque não abrimos até hoje, eles não esquecem que o Acre era boliviano, que a gente agora no meio dessa crise fez um seriado sobre a vitória do Brasil, mostrando como se fosse, e aliás hoje vai ser uma festa aqui, se não me engano, e tem uma sessão aqui hoje no Senado. Isso repercute lá, na Câmara. Repercute na Bolívia isso, a Colômbia vive uma guerra civil permanente, embora esteja numa situação até melhor do que os outros, e a Venezuela nós estamos sabendo os problemas que vamos ter ali. Então nós temos que nos preocupar com todos os países vizinhos de uma maneira mais especial aí, de que com os outros e não ver o problema só no curto prazo, mas no longo prazo. Mas uma coisa eu quero chamar atenção e fico contente com a fala do Senador Collor, do Senador Flexa, é de que nós estamos nos preocupando com assunto para valer, isso é bom. Por isso, o convite ao Ministro das Relações Exteriores é extremamente positivo, ademais, Forças Armadas também. Aqui eu queria lembrar uma coisa, esse acordo da Venezuela/Bolívia, o Brasil não tem condições de fazer, porque as nossas Forças Armadas estão abandonadas. As Forças Armadas venezuelanas tem o que oferecer à Bolívia, as nossas não tem, meu Deus. As nossas não tem o que oferecer para nós hoje e como lembrou o Senador Flexa Ribeiro, essa é uma Comissão de defesa nacional e a gente tem que defender as Forças Armadas no Brasil.

Veja que a gente fala de tráfego aéreo, a gente chama apagão aéreo, apagão do tráfego, mas tem um apagão mais profundo da Aeronáutica, ela não está armada como deveria para defender o território como o brasileiro, que se não me engano é o maior espaço aéreo contínuo, se não me engano. Porque os Estados Unidos são grandes quando junta o Alasca, e a União Soviética era grande, a Rússia parece que já não é tanto e não estamos dando, hoje a gente não tem como fazer um acordo de apoio de acordo militar com a Bolívia, a Bolívia recorre a Chávez, é uma situação de grande risco, eu imagino, para os próximos anos, e a gente tem que estar alerta até para dizer as coisas corretas que o Presidente Lula estiver fazendo. E eu acho que uma coisa não está ruim, o sangue frio, graças, sobretudo, ao Itamaraty. Não dá para reagir com cabeça quente na relação entre países, porque depois de começar um conflito leva décadas para resolver e aí vamos lembrar um caso muito parecido, em 53 o Irã tinha um primeiro Ministro chamado Mossadegh que

nacionalizou as refinarias e a exploração do petróleo ingleses, quis negociar o preço e a Inglaterra não aceitou, preferiu derrubar o primeiro Ministro, nunca mais as relações se recuperaram, impuseram o Governo do Xá, tiveram um preço barato até 73, ou seja, 20 anos depois o preço estourou e hoje eles estão nessa situação, tem uma guerra no Iraque que vai se juntar ao Irã, é questão de tempo aquilo criar um “Iranque”, porque eles são inimigos como Governo, mas eles têm uma mesma religião xiita. Vão se unir, não fazer um só país, mas vão ter uma mesma negociação de petróleo por um erro de 53 nas negociações contra o Mossadegh, que era o Evo Morales daquela época lá atrás. Então, muito sangue frio, mas o Senado, eu acho que tem muito a colaborar, e tem obrigação de estar presente na situação. Então eu proponho, Sr. Presidente, que a idéia de irmos 3 Senadores e, aliás, eu coloquei mais um que era o Senador Mão Santa, por ser médico, porque ir à La Paz sem um médico por perto, nem a Fifa está deixando mais. Em vez de a gente ir os três, que o Ministro venha aqui, não precisa nós irmos lá, o Ministro vem aqui, fala para nós e depois a gente decide o que é que deve fazer, essa é a minha sugestão, eu estou de acordo que seja separado, os da Forças Armadas, separados do Ministro das Relações Exteriores, finalmente, eu gostaria que fosse distribuído o documento que eu fiz, graças à consultoria do Senado. Foi pedido que seja distribuído para os Senadores dessa Comissão. Não é um documento completo, pleno, perfeito, mas é o ponto de partida para a gente entender a situação nos nossos vizinhos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Cristovam. Eu pedi à Secretaria que faça a distribuição. Antes de passar a palavra para o Suplicy só para complementar o Senador Fernando Collor pede a palavra para complementar, Presidente.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em relação ao que disse aqui o Senador Cristovam, foi o que nós já havíamos colocado aqui, Senador, sobre essa preocupação dessa milícia Camba que vem sendo montada lá na Bolívia e que vem sendo financiada, inclusive, armada pela Venezuela, via Paraguai, com armas israelenses. Mas esperamos que isso não evolua para uma guerra de secessão ou lá dentro da Bolívia, que seria uma tragédia para nós, sem dúvida. E hoje, aqui nessa reunião, antes de V.Ex^a chegar o que foi tratado, foi exatamente, não mais, tanto a questão da PETROBRAS e Brasil, mas a posição do Brasil diante do momento atual que estamos vivendo nas nossas relações com os nossos vizinhos. É claro que o Governo Evo Morales passa, todos os governos passam, agora esse sentimento que vem se arraigan-

do aqui na América do Sul, anti-Brasil é que nos preocupa. Porque esse sentimento poderá permanecer. E o senhor citou muito bem, a questão do Paraguai, esse sentimento dos paraguaios sempre ficou muito amortecido em função dos regimes de exceção que se instalaram naquele país e também pelo regime de exceção que se instalou no Brasil, então não interessava, nem a um nem a outro, que houvesse qualquer tipo de discussão a respeito do passado, em que o Brasil participou dessa guerra contra o Paraguai e que foi realmente, foi uma devastação total, e isso está no inconsciente coletivo do povo paraguaio. No momento em que ascenda o poder, o Presidente, um ex-religioso, inclusive e que tudo leva a crer, tudo leva a crer que ele venha a se eleger com a mensagem anti-Brasil, a mensagem dele é exatamente como V.Ex^a afirmou, é anti-Brasil. *“Eu vou rever o tratado de Itaipu. O Brasil vem espoliando o povo paraguaio há não sei quantos anos”*... Esse é o discurso que ele vem levando e é um discurso que vai inflamando, não é? O sentimento do povo paraguaio. Tem a questão dos “Brasilguaios” (F) demais de um lado e os brasileiros que estão na fronteira da Bolívia, coincidentemente são as terras mais férteis e melhores que esses países dispõem.

Então, para acontecer uma, para que uma faísca que haja e deflagre um conflito mais sério é uma coisa muito rápida. Então, por isso que hoje nós estávamos aqui discutindo a importância desta Comissão de Relações Exteriores ter uma posição mais focada num momento atual que estamos vivendo em relação aos nossos vizinhos, estabelecendo e sabendo qual é a estratégia do Brasil em face dos que acontecem a nossa volta e qual é a política que está em marcha. Porque nós não podemos mais ser reativos, esperar que as coisas aconteçam para depois tomarmos providências como aqui já foi dito.

Eu acho que o Brasil deve, com sua posição de liderança natural nessa parte do hemisfério, eu acho que o Governo Brasileiro deve ter uma política compreensiva, uma política bem estabelecida e bem dirigida para que nós possamos ficar tranquilos de que há uma condução, para que esse processo não nos leve à situações de conflagração dessa parte do continente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador. Com a palavra Senador Suplicy só enquanto a Secretaria termina o requerimento que eu gostaria que nós pudéssemos votar ainda hoje os dois requerimentos, para convidar os dois Ministros para que pudessem aqui discutir conosco numa reunião reservada. Eu acredito que esse é o consenso, uma reunião reservada, uma com o Ministro Celso Amorim e uma outra reunião com os

Ministros da Defesa e os Comandantes das Forças Armadas. É isso que estamos consensados? Está faltando só formalmente, requerimento 36 e requerimento 37. Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Presidente, eu não quero fazer, desculpa Senador Suplicy, mas de repente o senhor pode dar a sua opinião sobre o que eu vou falar, se é muita loucura, muita ingenuidade. Será que seria absurdo a gente propor uma reunião de uma parte da nossa Comissão de Relações Exteriores do Senado Brasileiro com a Comissão de Relações Exteriores do Senado Boliviano, numa cidade da fronteira, para conversar sobre a relação entre os dois países? Será que faz sentido isso, não faz? Eu não faço um requerimento, porque eu não estou tão convencido, mas não quis deixar de levantar a bola, a gente faz uma reunião...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Vamos fazer o seguinte, Senador Cristovam, nós votamos hoje esses dois requerimentos e amadurecemos essa idéia até a próxima reunião, mas ainda recentemente nós fizemos a reunião da Comissão de Relações Exteriores do Senado Brasileiro com a Comissão de Relações Exteriores do Chile. Eles vieram aqui, nós tivemos a reunião com eles, depois tivemos lá uma nova reunião. Isso tem, inclusive, propiciado uma relação importante, agora mesmo essa questão da Venezuela, o Senado Chileno se posicionou pedindo uma revisão do fechamento da televisão e ontem Senado Brasileiro também acatou o requerimento nesse sentido. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):

Presidente, eu quero apoiar primeiro as ponderações do Senador Fernando Collor que com o seu conhecimento e experiência, inclusive, por ter sido Presidente, fez uma análise com a qual concordo sobre o procedimento do Presidente Lula, em relação à política externa e fez recomendações de prudência nos passos que, inclusive, nós Comissão de Relações Exteriores deveremos ter e essa proposição que é de V.Ex^a, Senador Eduardo Azeredo apoiada por todos que até agora que aqui falaram, ela tem a nossa aprovação consensual, acho muito positiva, tanto do diálogo com o Ministro da Defesa e os comandantes das Forças Armadas como também o diálogo com o Ministro Celso Amorim.

Eu gostaria de ressaltar, Presidente Eduardo Azeredo, que o Ministro Celso Amorim desde o início do primeiro Governo Lula e, ainda neste ano, tem feito questão de vir aqui periodicamente, inclusive, no período que eu fui Presidente da Comissão de Relações Exteriores, mas nos seguintes, inclusive quando V.Ex^a esteve na presidência, o Ministro Celso Amorim tem vindo, acho que 3 vezes ao ano, ele já veio em março

desse ano, então essa será a segunda vez que ele comparecerá, se possível em junho ou quanto antes, nós temos, esse ano, trabalho na primeira quinzena de julho também e o que eu queria antes que V.Ex^a complete o requerimento, é que V.Ex^a considere que, em vindo o Ministro Celso Amorim, será próprio que ele trate dos assuntos do Ministério de Relações Exteriores, porque, ele, por exemplo, está acompanhando o Presidente Lula nos próximos dias em viagem internacional, inclusive, junto ao G-8, na Alemanha, há uma reunião de grande importância de 6 a 8. E há outros países que ele irá visitar, inclusive, relacionadas à nossa relação com a África, com os países africanos, então obviamente ele vindo aqui todos estes assuntos, além da importante relação com os nossos vizinhos, como da América do Sul, serão importantes nós também podermos tratar.

Quero reiterar que foi adequada a maneira como V.Ex^a propôs, reiterar o que eu apoiei a recomendação ao Presidente Hugo Chávez para repensar, inclusive V.Ex^a ontem assinalou que tendo já sido efetivado o ato, então que ele reconsidere de uma forma construtiva, elegante, respeitosa. Eu acho que isso foi feito de maneira adequada e, gostaria Sr. Presidente, em informar no último sábado, eu tive a oportunidade de dialogar com o Governador José Serra sobre o que nós ouvimos do Senador Jorge Pizarro que fez um apelo para verificarmos a hipótese de ainda o palatino continuar em São Paulo. Transmiti ao Governador José Serra que, como o Itamaraty está disposto a cobrir 50% dos gastos e que os demais países ou parlamentos latino americanos, do palatino, estariam dispostos a arcar com a outra metade que, quem sabe, pudesse ainda haver a consideração de o Governador José Serra reconsiderar a decisão de dar o prazo até dezembro, de sair o palatino de lá. Ainda mais, e sobretudo, se o palatino realizar um trabalho que realmente se justifique, seja sério e tudo, eu avalio que há uma tendência nessa direção ainda mais com o empenho de nossa, de nós Senadores e dos Deputados Federais, mas também dos demais países. E o Governador José Serra pediu, inclusive, que eu dialogasse com o Ministro Celso Amorim e, obviamente, com a cooperação dessa Comissão sobre este assunto e eu ontem já conversei com a Embaixadora Mariana (inaudível), com o Embaixador Marco Antônio a respeito. Estou no aguardo de um diálogo com o Ministro Celso Amorim e irei reportar a V.Ex^a e aos membros da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Muito obrigado, Senador Suplicy. Antes de passar a palavra ao Senador Mão Santa que é o último inscrito, eu quero colocar em votação os dois requerimentos fruto dessa discussão que tive-

mos aqui, o requerimento 36 que nos termos regimentais ser realizada a audiência reservada no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com finalidade de discutir a questão da defesa nacional em face dos problemas que ocorrem na Bolívia. E também, uma visão geral da situação geral das nossas fronteiras e das nossas Forças Armadas. Serão convidados para exporem na audiência reservada Exmo. Sr. Valdir Pires, Ministro de Estado da Defesa, Exmo. Sr. Tenente Brigadeiro do Ar Junite Saito, Comandante da Aeronáutica, Exmo. Sr. Almirante de Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha e o Exmo. Senhor General do Exército Enzo Martins Peres, Comandante do Exército. Em votação. Aprovado. O requerimento 37, também no mesmo objetivo, requeiro nos termos regimentais a ser realizada a audiência reservada no âmbito da Comissão Exteriores e Defesa Nacional com a finalidade de discutir a questão da em face dos problemas que ocorrem na Bolívia e também a visão geral da situação de nossas fronteiras e nossas Forças Armadas. Será convidado para expor na audiência reservada, Exmo. Sr. Celso Amorim Ministro de Estado das Relações Exteriores, evidentemente que nada impede, Senador Suplicy, que também sejam discutidas outras questões ligadas às relações exteriores apesar do requerimento ser específico sobre a questão da defesa nacional. Mas evidente que ele poderia falar também sobre questões ademais. Em discussão. Não havendo quem queira discutir.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Com esse entendimento, então.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Em votação. Aprovado. Senador Mão Santa como último orador inscrito.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Presidente Azeredo, primeiro eu quero me congratular, cumprimentá-lo pelo êxito da missão que nós fomos ao Chile. V.Ex^a dirigiu bem a equipe, na ausência do nosso Presidente, do nosso Piauí, Heráclito Fortes e realmente foi muito importante. Toda a visita ao Congresso, esse intercâmbio e ao Executivo que tivemos com o Ministro da Casa Civil, Ministro das Relações Exteriores, Ministro da Defesa e outras instituições importantes. Aquilo aproxima muito, nós sentimos o entrosamento do embaixador, extraordinário homem, o carinho hoje que tem, aumentou eu sei que o carinho é histórico desde Pedro II já tinha uma simpatia pelo Chile naquela guerra do pacífico, ele já torcia dizem que até ajudou, não é? Mas é e uma história muito longa desse intercâmbio, não é? O próprio Brasil foi campeão lá, esta turma do Fernando Henrique Cardoso, Serra estudaram lá e nós foi muito importante a sua influência, não é? Eu acho que esse exemplo deve ser tentado na Bolívia, aqui-

lo aproxima muito, viu, Azeredo? Aquilo que foi feito lá pode ser rapidamente e será melhor ainda se nós contarmos com a presença do Presidente Collor. Que sem dúvida nenhuma, representa muito para o mundo democrático, porque, olha Collor, o seu julgamento vai ter que ser reestudado, pouca gente sabia o que é Sócrates, Sócrates e ele cresceu, porque foi injustiçado no julgamento, mas se curvou às leis, não é? A filosofia dele é que ele podia ter fugido como V.Ex^a poderia ter tomado, dado até um golpe V.Ex^a poderia ter dado, mas ele se curvou aos aliados dele, ao Platão, Xerófilis aqueles todos, vamos dizer, eles subornaram até os vigias da prisão para ele fugir, mas ele disse que não iria fugir, a sua pregação e a sua aceitação se ele tinha vivido a vida toda em Atenas, porque ele gostava das leis, que as leis não erraram injusto foram os homens que os julgaram.

Então o Collor, numa Comissão dessa que V.Ex^a foi muito bem, mas nós gostaremos de contar com ele também na presença, eu acho que seria muito importante, porque principalmente com a falha que teve o Presidente Morales de não ter vindo ao Congresso. Ficaram esperando, então nós daríamos uma resposta que essa Comissão e esse Senado possui um ex-Presidente da República, que na história vai ficar como um homem que se curvou às leis do momento e à democracia.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Mão Santa. Eu quero ainda só complementar que a questão ambiental das nossas fronteiras, nós podemos conhecer alguns conhecem, o Presidente Collor conhece a situação dos nossos pelotões do exército na fronteira da Amazônia. É um trabalho realmente muito meritório, um trabalho muito bem feito, mas insuficiente. Então esse é um tema que podemos discutir aqui também com os comandantes, quer dizer, a necessidade de expansão da proteção das nossas fronteiras mesmo que somos, utilizado, os países... Também os parlamentares sejam importantes.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está ótimo, nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 12h48.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA QUATORZE DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS DEZ HORAS.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia quatorze de junho do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador EDUARDO AZEREDO, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores EDUARDO AZEREDO, MARIA DO CARMO ALVES, FERNANDO COLLOR, JEFFERSON PÉRES, INÁCIO ARRUDA, ROMEU TUMA, FRANCISCO DORNELLES, PEDRO SIMON, MARCO MACIEL, EDUARDO SUPPLY, AUGUSTO BOTELHO, MOZARILDO CAVALCANTI, CRISTOVAM BUARQUE, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, SÉRGIO GUERRA, FLEXA RIBEIRO, JARBAS VASCONCELOS, PAULO DUQUE E MÃO SANTA. Justificaram a ausência os Senadores Heráclito Fortes e Senador Garibaldi Alves Filho. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente dá início a apreciação das matérias. Item 01: Audiência Pública com o objetivo de ilustrar aos membros da Comissão sobre a geopolítica mundial, em palestra a ser proferida pelo General-de-Exército José Benedito de Barros Moreira, intitulada “a nova geopolítica mundial e seus reflexos para o Brasil”, em atendimento ao Requerimento nº 27, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Romeu Tuma, aprovado dia 17/05/2007. O Presidente convida o General-de-Exército José Benedito de Barros Moreira para compor a Mesa. Fazem uso da palavra os Senadores FRANCISCO DORNELLES, ROMEU TUMA e FERNANDO COLLOR. O Presidente coloca em votação, com Extra Pauta, o Requerimento nº 42, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que “Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores referente ao Acordo de Troca de Informações Fiscais (Tax Information Exchange Agreement – TIEA), firmado entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América, em 20 de março de 2007, em Brasília.” Aprovado. Também, com Extra Pauta, é apreciado o Requerimento nº 43, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que “Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda referente ao Acordo de Troca de Informações Fiscais (Tax Information Ex-

change Agreement – TIEA), firmado entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América, em 20 de março de 2007, em Brasília.” Aprovado. O Presidente concede a palavra ao General-de-Exército JOSÉ BENEDITO DE BARROS MOREIRA para fazer sua exposição. Fazem uso da palavra os Senadores ROMEU TUMA, PEDRO SIMON e MARCO MACIEL. O Presidente suspende a Reunião às 11h00 para os Senadores participarem da Ordem do Dia da Sessão Extraordinária no Plenário do Senado Federal. O Presidente reabre a Sessão às 11h48 concedendo a palavra ao General-de-Exército JOSÉ BENEDITO DE BARROS MOREIRA. Fazem uso da palavra os Senadores ROMEU TUMA, MARCO MACIEL, CRISTOVAM BUARQUE, FERNANDO COLLOR e AUGUSTO BOTELHO. O Presidente coloca em votação os outros itens da Pauta. Item 02: Requerimento nº 35, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que “Requer que seja aprovado Voto de Congratulações e Solidariedade a ser encaminhado ao Ministério de Relações Exteriores, na pessoa do Exmo. Sr. Ministro Celso Amorim, pela indicação do Exmo. Sr. Álvaro Augusto de Vasconcelos Leite Ribeiro como Representante Único do Governo Brasileiro para ocupar o cargo de Diretor de Assuntos Tarifários e Comerciais da Organização Mundial das Alfândegas – OMA.” Adiado. Item 03: Requerimento nº 38, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Inácio Arruda, que “Requer, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de discutir a atual situação geopolítica da América do Sul e suas implicações para o futuro do Mercosul, com as presenças dos seguintes convidados: Luis Manuel Rebelo Fernandes, Professor do Instituto de Relações Internacionais da PUC-RIO e Presidente do FINEP e Maria Regina Soares de Lima, Professora do Instituto de Relações Internacionais da PUC-RIO e pesquisadora do IUPERJ.” Adiado. Item 04: Requerimento nº 39, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Heráclito Fortes, que “Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Senhor Tenente-Brigadeiro-do-Ar, Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica, o Senhor Almirante-de-Esquadra, Julio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha e o Senhor General-de-Exército, Enzo Martins Peri, Comandante do Exército, para, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, discutir, separadamente, a questão orçamentária relacionada as suas respectivas forças.” Adiado. O Presidente coloca em votação, com Extra Pauta, o Requerimento nº 40, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Fernando Collor, que “Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art.

216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pela Exma Sra. Ministra da Casa Civil, informações a respeito do Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial, por ela coordenado, relativo às ações necessárias para o reaparelhamento e modernização dos equipamentos das Forças Armadas, bem como o encaminhamento do respectivo documento a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.” Os Senadores FERNANDO COLLOR e AUGUSTO BOTELHO fazem uso da palavra. Aprovado. O Presidente comunica que está prevista Sessão da Comissão para o dia 12/07/2007, com a presença dos Comandantes das Forças Armadas. Também, como Extra Pauta é votado o Requerimento nº 41, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Fernando Collor, que “Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Embaixador da República de Cuba, Embaixador Pedro Núñez Mosquera, para discorrer sobre a Alternativa Bolivariana para as Américas – ALBA, e a política de integração da América Latina.” O Senador FERNANDO COLLOR faz uso da palavra. Aprovado. O Senador FRANCISCO DORNELLES faz uso da palavra. O Presidente comunica que foram aprovados no início da Sessão os Requerimentos nº 42 e 43, de 2007- CRE, de autoria do Senador Francisco Dornelles. O Senhor Presidente nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às treze horas e oito minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotíпия Informatizada da presente reunião. – Senador **Eduardo Azeredo**, Presidente, em exercício.

REGISTRO DA ESTENOTÍPIA INFORMATIZADA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA QUATORZE DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS DEZ HORAS E VINTE E UM MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental declarado aberta a 18ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior. Dispensada. Em votação. Aprovada.

Passamos agora à apreciação da pauta, o item 01 prevê uma Audiência Pública com a presença do Exmº. Sr. General-de-Exército José Benedito de Barros Moreira, com o objetivo de ilustrar os membros da Comissão sobre a política mundial em palestra intitu-

lada “Nova geopolítica mundial e seus reflexos para o Brasil”, em atendimento ao Requerimento 27/2007, de autoria do Senador Romeu Tuma, aprovado dia 17 de maio do corrente ano. Convido o General-de-Exército José Benedito de Barros Moreira para ocupar seu lugar nesta bancada. Antes de passar a palavra ao General José Benedito, quero informar que nós temos na pauta três requerimentos, mas ainda não há *quorum* de votação. Apenas o *quorum* de instalação.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Sr. Presidente, uma Questão de Ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-

REDO (PSDB-MG): Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Sr. Presidente, eu estou encaminhando a V.Ex^a. um acordo que foi assinado entre o Secretário da Receita Federal e o Diretor de Impostos dos Estados Unidos sobre matéria tributária, envolvendo inclusive troca de informações. Eu acredito, Sr. Presidente, embora eu tenha estado no Senado há dois meses, que um acordo dessa natureza não pode entrar em vigor antes de aprovação no Senado. E eu estou encaminhando a V.Ex^a. esse acordo no sentido de que essa Comissão possa pedir informações como um acordo desse tipo pode estar em vigor sem aprovação do Senado, e se está, e se informações estão sendo trocadas sobre problemas fiscais entre os dois Países antes de um acordo ser aprovado e ratificado pelo Senado? Estou encaminhando a V.Ex^a. para que essa Comissão se entenda que deva tomar alguma medida possa fazê-lo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-

REDO (PSDB-MG): Não há ainda nenhuma informação sobre este acordo na Comissão. Mas eu coloco, portanto, em votação o Requerimento de V.Ex^a., depois termos que fazer, só formular, formalizar o Requerimento de pedido de informações então ao Itamaraty.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Devemos

pedir informações ao Ministério da Fazenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-

REDO (PSDB-MG): Ao Ministério da Fazenda também. Perfeito. Em discussão, portanto, a proposta de ...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presiden-

te, Senador Dornelles, aqui Presidente e todos nós, temos uma aflição muito grande que qualquer acordo leva quatro a cinco anos para vir à discussão. Eu acho que praticamente quando se vota já encerrou todo o que era necessário nesses acordos. Mas V.Ex^a. tem que insistir; nós precisamos começar a insistir, dar mais velocidade na aprovação ou na rejeição de acordos que são assinados.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Sr. Presidente, eu queria dizer ao Senador Romeu Tuma o receio que eu tenho, o precedente. Se hoje o Secretário da Receita assina um acordo com o Diretor de Impostos dos Estados Unidos, amanhã vamos ter os chefes de um outro departamento do Brasil assinando acordo com outros chefes de departamento de outro País. Quer dizer, eu acho que o Senado não pode deixar de participar, de ser informado e de tomar conhecimento desses acordos, e ninguém pode botar um acordo em vigor sem que o Senado Federal examine as conseqüências de um acordo dessa natureza, inclusive se interessa ao Brasil esse tipo de acordo ou se uma invasão de privacidade permitindo que autoridades de um determinado País venha exercer o seu poder fiscal dentro do território brasileiro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-

REDO (PSDB-MG): Senador Fernando Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):

E aditando ainda, Presidente, tem um outro detalhe que julgo com todos nós, entendo também ser muito perigoso, é de saber se esse acordo ao ser assinado, se essa troca de informações, mesmo de maneira informal, não esteja se dando sem que seja dada a vista desse acordo aqui ao Senado Federal. Porque em geral demora muito tempo, seja no Itamaraty, seja no Ministério da Fazenda, a análise desses acordos. Mas depois deles assinados, informalmente, essa troca de informações pode acontecer; e nisso pode estar sendo violada alguma lei que proteja o sigilo do cidadão brasileiro. Eu concordo plenamente com o que apresentou aqui o Ministro Dornelles.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-

REDO (PSDB-MG): Esse problema realmente da vigência dos acordos tem preocupado, aqui da parte da Comissão não tem havido maior demora. Nós estamos em dia com todos os acordos que chegaram aqui, estão distribuídos, praticamente não tem nenhum pendente de votação. Há dois meses atrás o Presidente Lula até comentou com o Senador Heráclito e comigo que demorava um pouco e nós procuramos saber que na verdade a demora às vezes acontece um pouco mais na Câmara ou no próprio Itamaraty. Nesse caso específico, a informação que a Secretaria nos dá é que está no Itamaraty, não veio ainda para o Congresso. Mas é muito pertinente a preocupação do Senador Francisco Dornelles, então vamos fazer um requerimento de informações aos dois ministérios para saber a situação atual. Está funcionando? Não está? E qual é a perspectiva?

SENADOR ROMEUTUMA (PFL-SP): Presidente, pela ordem. Eu pediria que se pudesse ouvir o General, porque vai ter votação e já começou a Sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Vamos só colocar em votação esse requerimento e também a solicitação de que os Senadores que não tiverem ainda registrado presença que possam fazer e retornarem aqui a solicitação do Presidente Renan.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): O Presidente Renan já abriu.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Em votação. Aprovado então o Requerimento aos dois ministérios. Solicitaria apenas formalização. Então com a palavra o General-de-Exército José Benedito de Barros Moreira para fazer a sua exposição sobre a questão da nova geopolítica mundial e seus reflexos para o Brasil.

SR. JOSÉ BENEDITO DE BARROS MOREIRA: Agradeço, sensibilizado, o convite que foi feito para aqui comparecer e apresentar essa reflexão sobre esse tema tão interessante que é a mudança que o mundo vem apresentando e, em torno dessa mudança, a necessidade de que cada País tome providências, porque as mudanças podem arrastar o País se não estiver preparado. Então, vamos fazer uma análise sobre esse panorama mundial e reflexo para o Brasil. Será mais uma reflexão, porque o que nós vamos falar está no dia-a-dia de qualquer jornal. Vamos seguir uma introdução, seguida pela visão de uma geopolítica clássica, será visto rapidamente; analisaremos uma série de características da situação mundial, o diagnóstico, e até chegar também ao interessante que gostaríamos de apresentar, a expressão militar do poder nacional dentro desse contexto, com uma conclusão. A nossa palestra que trata da parte geopolítica é uma homenagem ao General Meira Mattos que faleceu esse ano e que foi realmente o último grande geopolítico que o Brasil tem; há outros geopolíticos, mas na expressão dele não temos ainda. Então Meira Mattos, o General Meira Mattos, é homenageado por mim com essa palestra. Quero justamente realçar a importância da geopolítica dentro dessa identificação, da necessidade da identificação da geopolítica como um fenômeno, uma ferramenta importante na definição da Política Nacional, e os seus reflexos sobre o País. E a partir daí, quem sabe, esboçar uma política resposta aos desafios que forem visualizados. A geopolítica clássica, ela tem origem com as idéias desse Geógrafo alemão Friedrich Ratzel e foi definida por Rudolf Kjellén sueco. É interessante notar que, embora tenha sido algo que teve origem com um Geógrafo, isso é claramente colocado, mas é um ramo da política, que estuda

Estado como entidade geográfica, e explica a política em função do condicionamento pelo ambiente físico. Vamos aqui fazer uma digressão sobre de que maneira esse condicionamento existe. Vamos imaginar, na década de 80 tivemos um problema entre Argentina e Chile, um contencioso, hoje felizmente tudo resolvido. Mas, a Argentina podia colocar seus aviões a poucos minutos de Santiago; já o Chile, para atingir a capital Buenos Aires, levaria algumas horas com seus aviões. Em suma, a política de defesa do Chile devia ser uma, condicionada pelo problema físico, o da Argentina seria outra, a Argentina teria horas para poder responder uma eventual agressão. E isso pode ser verificado hoje, por exemplo, no Estado de Israel que tem uma estreita faixa de pouco mais de 20 quilômetros, que pode ser cortada rapidamente. Daí a importância da Cisjordânia para que Israel não fique com esse ponto deficiente. Em suma, a geografia condiciona necessariamente a política de um País, mas, não é necessariamente...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. JOSÉ BENEDITO DE BARROS MOREIRA: Sem dúvida. Perfeito. Certo. E há outros condicionantes também, evidentemente, nas outras áreas. Mas na estratégia militar isso se torna mais evidente. Na seqüência, nós vamos mencionar rapidamente, a escola geopolítica que foi resultante dessa visão de Ratzel foi aproveitada pelo nazismo, que contou com o seu teórico que foi o General Karl Haushofer que deu origem àquele pensamento do Lebensraum que é “a busca do espaço para a expansão do pan-germanismo”.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. JOSÉ BENEDITO DE BARROS MOREIRA: Espaço vital, perfeito. Em suma, essa escola considerava que a geografia tinha uma visão fatalista, obrigava. Já a Escola Francesa Possibilista, que foi do francês La Blache, ela já dá: a predominância do livre arbítrio não é tão importante assim. Finalmente, hoje essas duas perderam espaço e a escola geopolítica integralizada e a moderna ela leva em consideração não somente a aviação que surgiu depois, mas também todos os avanços científicos e tecnológicos. Então, hoje, toda a escola geopolítica está dentro desse contexto da integralizada moderna. As características essenciais do Estado, poderíamos expandir isso aí, mas fazendo um resumo já que o tempo é curto, seria o território e população, a posição relativa e as fronteiras. Com relação a território, é fundamental a gente considerar a extensão, a forma, e eu acrescento, a disponibilidade. Um País grande é muito mais, evidentemente, poderoso do que um País pequeno; principalmente se tiver uma população compatível com esse território. Mas,

a forma também deve ser considerada, do território. Uma forma alongada como o Chile implica num tipo de desenvolvimento e um tipo de defesa. Se nós tivermos uma forma compacta como a França, o tratamento deve ser outro. Uma forma fragmentada como a Indonésia e o próprio Japão, ou recortada como a Grécia, vai fazer com que a política de Governo para desenvolvimento e para a segurança do País seja diferente. E a disponibilidade, porque, embora tenha 9,5 milhões de quilômetros quadrados, a China tem um espaço disponível menor do que o do Brasil.

Então, a disponibilidade do País, se tem desertos, se tem montanhas, também deve ser considerado. E com relação à população, o número é muito importante, mas é importante também a homogeneidade; não somente cultural quanto lingüística. A vontade nacional desse povo deve ser considerada, e o grau de desenvolvimento que ele atingiu. A posição relativa influi, porque vai dizer a área de influência que esse País vai sofrer, ou vai conviver, as pressões que eventualmente possa estar sofrendo e as disputas territoriais. E finalmente a fronteira, que é a coisa mais mutável dentro do contexto da nova geopolítica. As fronteiras clássicas antigas seriam as fronteiras aéreas, terrestres e marítimas. Fronteiras que unem, separam, aproximam; mas hoje não são mais apenas essas. Nós temos sob as nossas cabeças, vigiando os nossos passos, satélites que podem estar dando informações a outros países de tudo que estamos fazendo aqui; satélites que podem estar armados no futuro. Nós temos fronteiras não definidas, fronteiras culturais. O espectro eletromagnético de radiação, nós estamos aqui podendo ser acompanhados por sensores eletromagnéticos comuns. Vamos exemplificar. O sistema guardião hoje da Polícia Federal, é um sistema desse que está dentro do País. Mas o sistema usado pela agência americana, NACIONAL SECURITY AGENCY, essa agência tem 30 bilhões de dólares, 30 mil agentes e monitora o espectro eletromagnético de radiação do mundo todo. Então, o conceito hoje de fronteira é complicado. Fronteira econômica; então, é outro aspecto.

Uma multinacional que chega e que sai, uma multinacional que decide em função dos seus interesses e não do País em que se encontra. Então, o conceito de fronteira é bastante mutável. Isso afeta particularmente esse item: soberania. É a capacidade do Estado impor sua vontade pelo emprego do poder disponível. Então, veremos e procuraremos mostrar que o conceito de soberania hoje fica bastante adelgado por conta disso. Fazendo uma análise rápida sobre essa visão do planeta Terra, uma tomografia, nós haveremos de concluir que hoje nós vivemos sob uma hegemonia militar dos Estados Unidos. Desde o esfacelamento

do império soviético, e isso foi catalizado pelo 11 de setembro, os Estados Unidos declararam uma guerra ao terrorismo. Não foi uma guerra à Al Qaeda, foi uma guerra ao terrorismo, e isso amplia o espectro de ação e coloca inclusive a tríplice fronteira debaixo do interesse americano, com razão ou sem razão. Mas o fato é que a guerra ao terrorismo foi muito útil, porque deixou a capacidade de ação americana sobre o mundo todo; e, particularmente, a adoção daquele conceito do eixo do mal, em que o Iraque foi o primeiro a entrar, dentro dessa ação militar decorrente da colocação do eixo do mal, e depois tivemos o Irã e a Coreia do Norte, também nominados pelo Presidente Bush na declaração ao Congresso Americano. Não é por acaso que esses dois Países buscaram a sua defesa também desenvolvendo, ou buscando desenvolver, o desenvolvimento na área nuclear. Muito bem. A Doutrina Bush que foi exposta na academia de *West Point*, em junho de 02, define claramente que a partir desse momento, sentindo-se sozinhos no mundo, a ação militar dos Estados Unidos se caracteriza não só militar, mas geral, mas pelo unilateralismo. A Doutrina Bush, unilateralismo. A par disso aí, um relativo desprezo pelo Direito Internacional, em proveito dos seus objetivos políticos e econômicos. Um dado muito importante e perigoso dentro desse contexto todo é a capacidade do ataque preventivo, ou seja, as nações, os Estados Unidos, e particularmente a OTAN que faz parte desse contexto, falarei em seguida, tem o direito, se arrogam o direito, de um ataque preventivo. Ou seja, se, no futuro, uma determinada Nação chegar a ponto de oferecer um perigo futuro, ela pode ser atacada antecipadamente.

Então, isso faz parte dessa Doutrina Bush que é muito perigoso para o mundo todo. Eu falei da OTAN que foi criado para se contrapor ao Pacto de Varsóvia, mas, por conta da modificação da situação mundial, a OTAN ficou sem objetivo. Com o ataque às Torres, com o ataque aos Estados Unidos, a OTAN mudou completamente a sua direção. Então na Cimeira de Praga que foi feita em novembro de 2002, a OTAN mudou seu objetivo, ou seja, o ataque agora é contra o terrorismo, se aliou aos Estados Unidos. A ação era na Europa, agora é no mundo todo. E mais ainda, aliou-se também ao conceito de ataque preventivo. Então, é um instrumento militar que é poderosamente influenciado pela ação dos Estados Unidos. Então a hegemonia americana fica ampliada por conta disso. Ainda, há fragilidades nisso. A decadência econômica americana, também colocada numa visão filosófica pelo Escritor Paul Kennedy naquele “Ascensão e queda das grandes potências”, ele coloca exatamente isso. A ação militar e a ação política têm que estar compa-

tíveis com a possibilidade econômica, e hoje é claro para o mundo inteiro que a capacidade econômica dos Estados Unidos não é suficiente para endossar todo o seu interesse militar e seu interesse político. Por conta disso, o *déficit* em transações correntes quase chega a 6% ou então o *déficit* fiscal é cerca de 2,5%, demonstra claramente esse descompasso. E conforme Paul Kennedy coloca nesse livro, é o início de uma decadência. E a decadência pode ser observada exatamente nas relações comerciais, na presença internacional, etc. De qualquer maneira, observa-se uma fadiga internacional. A fadiga estratégica dos Estados Unidos é claramente mostrada pelo fato de que ele sozinho já não consegue atender a todos os seus objetivos. Há uma repulsa internacional relativa que podem ser medidas por pesquisas que são feitas na Europa e em outros lugares, e a própria ação nacional, em que uma eleição recente de uma maioria democrata para o Congresso Americano, mostra que o povo não está satisfeito com essa política.

Então, há problemas também no desenvolvimento disso aí. Um corolário para isso seria a soberania limitada dos Países periféricos. O nosso Secretário-Geral das Relações Exteriores, o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, no seu livro “500 anos de periferia” coloca muito claramente esse papel. É um livro muito interessante de ser lido, mostrando que a periferia sempre sofre e sempre fica debaixo de uma pressão; pressão essa que passa pelos acordos internacionais. Há muitos acordos internacionais que limitam, cingem e transformam o País realmente em súdito de alguma organização. A própria ONU que foi criada para igualar os Países, na verdade, hoje, pelo Conselho de Segurança Nacional coloca o nosso País debaixo de uma situação muito desagradável, em que a soberania nacional fica colocada à prova. Por exemplo, a Resolução 1373, de 28 de novembro de 2001, tomada no calor da queda das Torres Gêmeas, essa Resolução tomada pelo Conselho de Segurança da ONU obriga cada País a ter uma Legislação compatível para o combate ao terrorismo, contra a lavagem do dinheiro, e internamente uma Legislação compatível com essa prática antiterrorista. Todavia, nós não fomos consultados, fomos obrigados a isso; ou seja, ações internas devem ser tomadas pelo País para atender àquela Resolução. E mais, cria uma Comissão que pode inspecionar o País para saber se o País está cumprindo ou não aquelas ordens. Então, essa Resolução 1373 é apenas uma demonstração cabal de que a soberania de um País hoje está limitada exatamente pelas ações dos organismos internacionais. O tratado de não proliferação é outro. Nós abrimos mão de trabalharmos no setor nuclear voltados para a produção

de bombas atômicas, não estou defendendo que isso aconteça, abrimos mão dentro de um tratado, mas esse tratado também prevê que as nações que têm devem se desfazer, diminuir seus arsenais. Então, isso não está acontecendo. E a pressão sobre determinados Países em cima disso ocorre; haja pressão sobre o Irã, por exemplo. Também, não estou defendendo ou não, estou apenas mostrando que esses tratados, eles fazem com que os países da periferia, nós fazemos parte dessa periferia, sofram com esses tratados. Bem, agora o meio ambiente também pode ser lembrado. Será brevemente um fato a ser tratado como pressão sobre os Países. As potências emergentes, nós podemos classificar Rússia, Índia, China, Japão e a Europa unida, como potências que estão se contrapondo a essa hegemonia americana. Particularmente a China como potência emergente econômica, mas futuramente, provavelmente num prazo de 15 a 20 anos, uma potência militar comparável à situação americana de hoje. Mas não podemos esquecer a Rússia que é uma potência nuclear de peso, uma potência energética que tem uma influência muito grande na Europa pelo fornecimento do gás. A Europa é o maior produtor de petróleo hoje, não é a maior reserva, mas é o maior produtor, então a Rússia não pode ser esquecida. A Índia potência econômica, mas também potência nuclear em desenvolvimento. O Japão com uma emergência militar que vai ficar muito claro depois da modificação da sua Constituição. E a Europa unida. Realmente um processo em curso, ainda inconcluso, mas somente unida a Europa vai fazer parte desse grande grupo. Infelizmente, nós não podemos dizer que o nosso País possa vir a fazer parte desse grupo; poderíamos, se tivéssemos caminhando na outra direção. Economicamente sim, temos capacidade, mas militarmente nós não podemos querer nos ombrear com isso.

E devemos lembrar, em relação a essas potências emergentes, a Organização de Cooperação de Shanghai, que é formada principalmente por Rússia e pela China, e tem também como componentes efetivos o Cazaquistão, o Bequistão, Tajiquistão e o Quirguistão, e como convidados, assistindo, participando, nós temos a Índia, nós temos o Paquistão, o Irã e a Mongólia. Ou seja, toda aquela Ásia Central faz parte daquela organização que já é chamada hoje de uma nova... Um novo Pacto de Varsóvia; porque tem um interesse claro de coibir as ações americanas numa vasta área central, que foi chamada por Mackinder “do coração do mundo”. A escassez de matérias-primas, particularmente petróleo, a energia como um todo, os alimentos e a água. Isso certamente vai trazer problemas no mundo. Se nós tivermos um dado matemático para comparar nós veremos os problemas que vamos

enfrentar. Cada americano hoje consome 34 barris de petróleo por ano. Na Europa, na União Européia como um todo, em média 22 barris. A Coreia do Sul 16 barris/ano. No Brasil, cada brasileiro, cada um de nós consome em média quatro barris de petróleo. A China e a Índia com toda aquela população, cada chinês ou cada indiano consome menos de um barril por ano. Com o desenvolvimento econômico que estamos vendo, aonde chegaremos? Vamos lembrar que até 2003 a China era exportadora de petróleo, ainda hoje é das maiores produtoras, tem o dobro da produção brasileira. Mas, a partir de 93 ela deixa de ser exportadora, equilibra e agora é a segunda maior importadora de petróleo do mundo; 50 bilhões de dólares por ano a China importa de petróleo. E a matriz energética chinesa é muito mais em cima do carvão do que do petróleo. Quando tudo isso mudar, qual será o teto que nós teremos para o custo de um barril de petróleo? As novas fronteiras econômicas também não podem ser esquecidas. Quais seriam elas? O fundo do mar, com muita riqueza mineral; a própria zona econômica exclusiva, plataforma continental brasileira que foi expandida recentemente; o espaço sideral, os planetas.

Vamos lembrar que no espaço hoje, existe uma política americana para controle do espaço que em princípio militariza esse espaço. E os Senhores hão de se lembrar que houve recentemente um teste com um míssil chinês que destruiu satélite inoperante no espaço, e foi objeto até de uma certa reclamação. Ou seja, a disputa militar pelo espaço já começou. Mas, além disso, a própria Antártida, cheia de recursos que poderão ser explorados. As florestas tropicais é uma reserva, e aí a nossa Amazônia fica em xeque. E, novas fronteiras econômicas hoje, a produção do etanol e do biocombustível, que o Brasil sem dúvida nenhuma será um dos maiores produtores do mundo e deveremos estar preparados para defender isso aí. A degradação do meio ambiente é outro aspecto importante desse Planeta Terra, com conseqüências na desertificação e no futuro aumento do nível dos mares. A produção de CO₂ seria, segundo os Cientistas, o elemento responsável por isso. Agora vamos à outra matematização do tema, vamos dar números. Cada americano em termos de tonelada de CO₂, cada americano por ano coloca no espaço 20 toneladas de CO₂ por ano; a Arábia Saudita põe 19 toneladas, cada pessoa na Arábia Saudita. No caso da China, hoje, a média de 2.2 toneladas de CO₂ por ano, cada chinês; e cada brasileiro 1.7. Então, se nós analisarmos a emissão total de CO₂ de um País veremos que a China emite muito, mas proporcionalmente à sua população é pouco. Então, o americano é quase 10 vezes mais que cada chinês. Então, quando se analisar esse problema

em termos de necessidade de redução, esses Países que consomem mais deverão ter um custo maior de redução. A globalização e o mundo plano. A verdade é que em termos particularmente na área econômica nós estamos hoje com o mundo praticamente plano, conforme Thomas Friedman colocou no seu livro “Mundo plano”. Informações instantânea, interdependência econômica, a chamada terceirização, o *outsourcing*, os recursos financeiros apátridas que entram e que saem, os blocos econômicos se formam, as empresas transnacionais, e podemos até colocar nessa linha de ação, os riscos que um problema como aconteceu recentemente na bolsa de Shangai pode trazer para o mundo todo, o efeito dominó, que pode gerar um *crack* como foi o de 29. Quer dizer, então, a globalização é grande problema. Um País como o nosso, que depende muito da exportação, eu vejo como necessidade o fortalecimento da classe média. No momento em que o problema lá fora ocorrer de maneira séria, a classe média dentro do País é que vai ser a responsável pelo consumo e pela manutenção do funcionamento adequado da economia local. As fronteiras. Eu mencionei que as fronteiras são elementos mais claramente novos dentro dessa nova geopolítica.

Então, a militarização do espaço superior, onde nós não temos como alcançar, ou como impedir, os satélites espíões, o arbítrio das empresas, a espionagem eletrônica, a *Internet*, as ações da ONG, que o General Santa Rosa mencionou claramente aqui em palestra que fez. É muito importante isso obedecendo a interesses de outros Países, mas agem dentro do nosso País relativamente livre. De qualquer maneira, o resultado é que nós temos uma soberania enfraquecida. A proliferação nuclear com a Índia, Paquistão, Coreia do Norte, Irã, Israel. A possibilidade de acesso dos grupos terroristas a essas armas de destruição em massa, que é o grande medo dos Estados Unidos particularmente, mas também de todos nós. No momento em que as populações ficarem sujeitas à ação dos grupos terroristas com armas de destruição em massa, nós estaremos em péssima situação. Os conflitos sem solução não podem ser esquecidos dentro desse contexto. É o caso da Palestina e Israel, o Iraque, o Afeganistão e a Caxemira; conflitos ainda latentes, como é o caso de Taiwan. Qual será o relacionamento da China com Taiwan? A Coreia do Norte aparentemente calmo, mas a qualquer momento pode novamente explodir; o Irã, o Líbano. Bom, o crime organizado. O crime organizado hoje ele mexe com cerca de 30 bilhões de dólares, com a seguinte ordem de lucratividade: primeiro as drogas, depois o tráfico de pessoas para diversos fins e finalmente o tráfico de armas. Os crimes eletrônicos podem se inserir dentro

do crime organizado. E particularmente agora com o ataque que nós tivemos, cibernético, à Estônia, ficou mostrado que isso, militarmente falando, para defesa de um País é algo para ser pensado e estudado. Quer dizer, a Estônia praticamente ficou imobilizada por conta de um ataque cibernético; mas isso também pode ser utilizado de maneira criminosa e militar também. O terrorismo internacional, finalmente, fechando ali aquela linha, mas não menos importante, com a Al Qaeda se mostrando de maior desenvoltura em termos mundiais. Nós temos o Hamas e nós temos o Hezbollah também como elementos de proa; mas não devem ser confundidos, não são organizações terroristas de mesmo teor. Enquanto que a Al Qaeda tem uma ação internacional, Hamas e Hezbollah são locais.

Foram criados especificamente para combater o Estado de Israel, as ações de Israel. Então, o tratamento para um e para outro deve ser diferente; então não pode ser tudo colocado da mesma maneira. De qualquer maneira, a ação americana no Iraque, de acordo com o Relatório que foi feito pelo Departamento de Estado Americano, que seria o informe sobre terrorismo nos Países, foi liberado recentemente, o Departamento de Estado reconhece que depois da ação no Iraque o terrorismo no mundo cresceu 40%. Quer dizer, então, parece que o remédio que foi adotado não está dando certo, seria o caso de repensar esse remédio. Então, fazendo um resumo, nós podíamos dizer que o mundo mostra uma tendência a multipolaridade, com eixo de poder se deslocando para a Ásia. O emprego prevalente da força sobre o Direito Internacional; há risco de um conflito nuclear cada vez maior; a globalização econômica apresenta riscos pesados para um País; o meio ambiente apresenta fadiga; os blocos supranacionais tendem a se formar e adquirir importância cada vez maior; e essa transumância que leva os moradores dos Países pobres em direção aos Países ricos - da África para a Europa, do México para os Estados Unidos, e assim por diante. E o aumento das ações terroristas isso é previsível. Do ponto de vista brasileiro, nós podíamos dizer, nos interessando numa análise, é que o mundo caminha para uma fase de mais incerteza e violência, e que o meio ambiente, a degradação, trará pressão sobre o Brasil, em especial sobre a Amazônia. E essa escassez de matéria-prima e energia, principalmente petróleo... O petróleo, o Brasil tem prospectado pela PETROBRAS apenas 10% do seu território, 90% do território nacional estão carentes de prospecção. E a PETROBRAS não tem recursos para prospectar os 90% restantes. O que ela tem investe naqueles 10% que ela tem um grau de retorno muito bom, na expectativa de muito bom retorno. Então, o Brasil pode ter um mar de petróleo ainda a ser

descoberto; sem contar o petróleo verde. A globalização financeira e econômica expõe nosso País a sérios riscos. Até porque nós não temos uma classe média suficientemente forte que vá segurar esse baque. Diferentemente de um País como os Estados Unidos, que tem a sua grande riqueza numa classe média forte que desenvolve o País e é capaz de absorver a produção interna. E finalmente, e lamentavelmente, a soberania nacional só é exercida parcialmente. Se nós procurarmos o modelo geopolítico dentro dos que existem, eu colocaria que esse modelo...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): General, só essa questão dos 10% da PETROBRAS, é considerando a faixa de 200 quilômetros do mar também ou não?

SR. JOSÉ BENEDITO DE BARROS MOREIRA: Sim, Senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Tem só 10% prospectado, incluindo os 200 quilômetros de faixa de litoral?

SR. JOSÉ BENEDITO DE BARROS MOREIRA: Exatamente.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, eu estou achando a palestra excepcional. Agora, estão me chamando no Plenário para votar as autoridades.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Eu estou só aguardando. A Secretária está confirmando se já é para suspender ou não.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas a gente suspende e depois volta.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Só aguardando a informação.

SR. JOSÉ BENEDITO DE BARROS MOREIRA: Posso continuar até o momento? Muito obrigado. Então, essa Teoria da Turbulência, desse francês que ainda está vivo, Pierre Lellouche, ele diz que o mundo vai sofrer um período de desordem que vai durar 30 anos; isso é a opinião dele, pode ser um pouco mais ou um pouco menos, mas é basicamente isso que nós estamos vivendo. E a Teoria do Desafio e Resposta, de Toynbee, pra mim é a solução. Ou seja, nós temos de encontrar a resposta certa para o problema que nos aflige. Quando isso acontece, quando o País ou as civilizações conseguem essas respostas, nós sobrevivemos. Civilizações desapareceram no passado, porque submetidas a determinadas pressões geográficas, políticas, não conseguiram superá-las. Toynbee ainda coloca o seguinte: “Cabe às elites”, e quando eu digo elite eu me incluo na elite, mas particularmente a elite governante que é a elite política de um País, “descobrir os caminhos adequados para a solução dos

problemas nacionais”. No momento em que essas elites não exercem esse papel, todo esse canal fica prejudicado e o País não consegue a resposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): General Barros Moreira, nós estamos agora... Já começou a Ordem do Dia, então nós temos que suspender a Reunião. Eu pediria aos Srs. Senadores que tão logo nós possamos terminar as votações nominais das autoridades para o Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público, nós possamos voltar. Parece que a votação será rápida, a Ordem do Dia será rápida. E eu pediria paciência ao Sr. General, porque está sendo muito interessante, a audiência está muito informativa, muito interessante sim.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Exatamente. Inclusive já que V.Ex^a. falou em Toynbee, eu gostaria de lembrar que ele esteve no Brasil e no livro dele “O estudo de história”, ele na primeira... Na primeira edição ele praticamente não tomou conhecimento do País, só uma linha ou outra, etc.; mas quando cobraram porquê ele não se aprofundara mais no Brasil, etc, ele disse “falta ao Brasil o dom da eficiência”. Que tem a ver com o que o Senhor estava dizendo agora, o problema de uma elite política capaz de formular as grandes linhas para o País. Eu admiro muito a obra, admirei muito a obra de Toynbee, inclusive porque muita coisa que ele disse aconteceu. Inclusive nessa, como o Senhor salientou de Desafio e Resposta, ele concluiu que as grandes civilizações em determinado momento histórico, elas terminavam declinando sem se enfrentar. E aconteceu isso com Rússia e Estados Unidos, e ao final foi uma guerra que felizmente não houve.

SR. JOSÉ BENEDITO DE BARROS MOREIRA: Na seqüência eu vou exatamente focar o Brasil visto de fora. Como é que nós somos vistos do exterior em relação a isso que o Senhor colocou.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Está suspensa a Reunião. A votação já está se iniciando.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Podia pedir só para secretaria, gostaria se fosse possível ao final ter uma cópia de toda a conferência. Eu gostaria de ter.

Sessão suspensa às 11h00.

Sessão reaberta às 11h48.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Reaberta a Reunião. Concedo a palavra novamente ao General José Benedito de Barros Moreira para dar continuidade a sua exposição sobre a nova geopolítica mundial e seus reflexos para o Brasil. Peço à Secretaria que providencie a questão do nosso projetor.

SR. JOSÉ BENEDITO DE BARROS MOREIRA:

A projeção está sendo retomada. Só para lembrar então que nessa primeira fase eu procurei fazer um grande plano de fundo sobre o cenário mundial. Agora vou me debruçar um pouco mais sobre o Brasil, lembrando que eu acresci justamente nesse meu trabalho uma visão sobre o problema militar, que não é pouco, justamente para numa Comissão tão importante trazer à reflexão alguma coisa sobre a nossa situação atual. Então, havia mencionado que a Teoria da Turbulência é a teoria que nós podemos hoje considerar como válida no mundo, geopoliticamente falando; é tudo discutível, claro, 30 anos ou mais. Toynbee que criou essa teoria voltada exatamente para o aparecimento e o desaparecimento de civilizações; de que maneira uma civilização aparece ou desaparece? E eu estava dizendo que de acordo com Toynbee cabe às elites o papel fundamental nesse processo de identificação da necessidade de dirigir o povo. No momento em que a elite deixa de ser criativa, esse trabalho não existindo, a tendência da civilização é ser prejudicada e até mesmo desaparecer ou se tornar secundária. Então, ele estudou as grandes civilizações do mundo e chegou a essa conclusão. Então, para verificar como é que nós estamos agindo, nada melhor do que buscar uma opinião do lado de fora. Então, opiniões até que são discutíveis. Então, eu tomei como referência, por exemplo, esse quadro que foi apresentado no Globo, no dia 16 de setembro do ano passado, que é um estudo que o BIRD faz sobre vários países, o Brasil incluso, em que os aspectos que são considerados é a liberdade de expressão e de voto, estabilidade política sem violência, eficácia das ações de Governo, a qualidade regulatória, a eficácia das leis e o combate à corrupção. Então, o Brasil fica numa situação intermediária, ele não é dos pior, mas ele está muito longe dos melhores. Então, se nós aspirarmos ser potência, nós certamente deveremos elevar esse conjunto de notas a um patamar no mínimo parecido com o da França, muito embora a França tenha ali também a parte política com violência uma nota baixa. E surpreende, por exemplo, uma posição como Botsuana, um País que tem um desenvolvimento econômico bastante reduzido, mas que tem esses indicadores bastante desenvolvidos. Uma outra avaliação, já do Instituto Internacional para o Desenvolvimento Gerencial, foi apresentada recentemente e o Brasil passa da análise de 2006 para 2007, ele recua para o 49º lugar. Quer dizer, ele não avançou, não melhorou de acordo com a visão desse instituto. Isso foi citado pelo Jornalista Paulo Guedes na revista Época, do dia 14 de maio deste ano, e os critérios de desempenho são, basicamente: a eficiência dos negócios, onde nós recuamos bastante, 28º para

40º lugar; o desempenho econômico; a infra-estrutura e a eficiência do Governo. Então, são critérios que só depende justamente da classe política e da classe dirigente, como um todo, reverter. Isso não depende do exterior, depende de nós. As causas apontadas por Paulo Guedes para isso são, basicamente: a corrupção, a violência, a burocracia generalizada, uma carga tributária elevada, uma Legislação complexa e inadequada, uma infra-estrutura precária, o custo do capital muito elevado, a Legislação trabalhista já ultrapassada, um regime previdenciário que, mais dia, menos dia, vai explodir como uma bomba relógio. Muito bem.

Então, agora nós vimos a visão de como o mundo nos vê, seria a visão externa; não é muito positiva. Vou agora fazer uma digressão sobre a expressão militar do poder nacional. Repito que isso é uma visão pessoal, muito embora lastreada em mais de 48 anos de serviço no Exército Brasileiro, já que eu entrei no Exército em 1959, lá em Fortaleza. Então é pessoal, mas eu diria que fruto de uma experiência muito grande em vários lugares. Todos haveremos de concordar que a expressão militar do poder nacional é um fator essencial para o sistema de defesa e exercício de soberania de qualquer País, principalmente um País que atingiu o nível do nosso, entre as 10 maiores potências econômicas do mundo e com uma projeção internacional que conduz, induz a pensar que eventualmente teremos algum choque com as outras nações. Uma macro visão nacional me leva a colocar essa reflexão, primeiro, que o entorno geográfico brasileiro, estamos falando aqui da América do Sul, é pacífico. É realmente reconhecido por todos. É a região mais pacífica do mundo, é a América do Sul. É uma região desnuclearizada, muito bom para todos nós, e eventualmente poderemos ter aumentos de tensão em pontos específicos, conforme a situação evolua num País ou noutro isso acontece. Temos uma situação crítica ainda a resolver na Colômbia, uma vizinhança próxima; temos uma Venezuela que adquiriu equipamentos militares em quantidades elevadas recentemente; nós temos uma Bolívia com problemas políticos ainda em fase de solução. Então, esses são pontos específicos que merecem um acompanhamento da nossa parte. Então, o outro aspecto é que este equilíbrio de poder na América do Sul tem uma leve preponderância brasileira - eu vou mostrar um quadro em seguida corroborando isso aí. E esse fator, em relação ao Brasil, é um fator importante, ou seja, o Brasil em relação à América pode ser olhado dos Países vizinhos para nós como se nós fôssemos uma potência; e realmente em relação a esse entorno, nós somos uma potência regional. E isso ajuda a paz e a estabilidade, porque o Brasil até constitucionalmente é um País defensivo, ele não tem aspirações

agressivas. É da índole do brasileiro, mas mais do que da índole, é uma política de Estado.

As principais Forças Armadas do Brasil, os números estão muito pequenos nessa projeção, mas o que interessa nisso é que tomando como referência aí essa *Military Power Review* mostra que o Brasil é o País - o lado esquerdo os Países estão na ordem que essa revista que estuda os problemas militares coloca os Países. É muito discutível se tendo mais tanques o País é mais forte ou não, porque tem que saber se o tanque é moderno, se o carro de combate é um carro de combate bem mantido, se os aviões que estão naquela coluna da direita são aeronaves modernas e assim por diante. Mas de qualquer maneira, essa é uma referência que grosso modo vai nos permitir avaliar isso aí. É discutível também se o Chile não é mais do que o Peru ou não, e a Venezuela que agora está mal situada ali, mas com a aquisição que está fazendo ela certamente vai se posicionar muito melhor. Então, a Venezuela hoje adquire nove submarinos, no Brasil nós temos cinco, ela adquire nove, oito corvetas, dez aviões de transporte, dois aviões de patrulha marítima, 24 caças bombardeiros *Sukhoi 30*, bastante modernos, 35 helicópteros e um sistema de defesa antiaérea, além de fuzis *Kalashnikov*. Desse conjunto de aquisições, o que tem de nos preocupar são esses caças, porque o restante do equipamento que foi comprado pela Venezuela é para emprego defensivo local. O submarino dele vai ficar sempre em volta da sua costa, defendendo a sua costa, jamais vai afetar a costa brasileira. Os helicópteros, nós temos helicópteros suficientes para fazer frente ao que eles têm, até em número muito superior. Então, os caças sim, esses causam desequilíbrio estratégico na região. E mais uma vez, aí nós temos que analisar geopoliticamente, baseado no território da Venezuela, esses caças vão agir numa área brasileira bastante deficiente em população, em termos de áreas de ação. Quer dizer, há uma área passiva que é a Floresta Amazônica que amortece isso. Se eu tiver caças brasileiros postados em Manaus ou mais acima, a Venezuela toda está sob a nossa ação. Então, imaginando que no futuro pudesse haver, coisa que eu não acredito, acredito na paz, mas analisando geopoliticamente, a nossa posição geopolítica em relação à Venezuela é muito superior do que a Venezuela em relação a nós. Isso induz a pensar que essa manutenção da paz continua, não há motivo de pensar o contrário.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Me permitiria, desculpe. É que o Senhor está falando de uma base aérea nas fronteiras da Venezuela. Quando se discutiu aqui muito sobre o abate de aviões suspeitos, principalmente por tráfico de drogas, crime organizado,

que V.Ex^a. fez referência, foi aprovado. E o Brigadeiro que aqui esteve disse que tinha que se formar uma base na Cabeça do Cachorro, próximo, para pegar a Zona de Sombra da passagem de pequenas aeronaves suspeitas que não obedecessem e teriam que ser derrubadas. Então deve existir hoje essa base que é próxima à Venezuela também, como há o Peru e Colômbia. Não representa, é claro, um desafio à Venezuela, porque é um comportamento de combate ao crime organizado. E eu perguntei outro dia ao Brigadeiro e ele fez referência que já existe os Tucanos, em especial, que dá conta dessa movimentação. Porque o avião a jato seria mais difícil de levantar, ultrapassar e localizar o avião de pequena... Aviões de pequeno monta e com motores convencionais. Então esse é um ponto de logística, que eu acho, do território brasileiro. Tem outras coisas, depois perguntarei, mas que o Senhor falou e aquilo veio na minha memória por ter sido Relator da matéria. Eu peço desculpas interromper V.Ex^a.

SR. JOSÉ BENEDITO DE BARROS MOREIRA: Sem dúvida. É muito interessante a intervenção até porque lembra isso, o Brasil tem capacidade rapidamente se sentir ameaçado de adotar uma postura ofensiva na fronteira. Nós temos capacidade, nós já temos aeroportos lá. Não seria nenhuma dificuldade adotar isso; deslocar aviões para uma área, a maior dificuldade depois seria simplesmente a manutenção desses aviões. É essa a dificuldade de colocar aviões modernos numa área mais afastada. Só isso.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Na base aérea de Boa Vista nós temos 12 Tucanos; oito ou 12 Tucanos desses mais modernos, lá. Que é a 200 quilômetros da fronteira da Venezuela. Ele está falando na Cabeça do Cachorro, pro lado de São Gabriel da Cachoeira. Ali acho que nós não temos aviões naquela região.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Temos o batalhão em São Gabriel agora.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Elas são postas hoje a serviço do combate ao crime organizado. Não existe adversário de Países vizinhos, nem no Sul, nem no Norte que a gente possa temer hoje. A Venezuela a gente tem que ter um pouco de cautela, mas é mais para combater o crime organizado.

SR. JOSÉ BENEDITO DE BARROS MOREIRA: Agora, a nossa aeronave, o Super Tucano, seria para uma ação principalmente tática em apoio às operações e etc. Esses *Sukhois* tem uma ação estratégica, é para bombardeio. Então, é bem diferente. Não fica numa base como essa que seria mais para uma ação de apoio às tropas de terra, a pequenas ações dentro do território de qualquer País. O que nós temos de ver é que esses caças são caças de longo alcance e são

de bombardeiros, são caças bombardeiros. Então, é preocupante nessa direção, mas, por outro lado, a área passiva da Amazônia nos dá uma proteção relativa, não está próximo aos grandes centros. Autonomia. Não sei dizer exatamente, Senador, mas a autonomia pode ser ampliada com o reabastecimento em vôo, isso seria um outro aspecto. Quer dizer, então é uma manobra militar que pode ampliar. Mas digamos que Manaus estaria no rádio de alcance dessas aeronaves, isso sim. Esse é um dado importante. Mas, as outras áreas brasileiras, nevrálgicas, elas não estão debaixo desse guarda-chuva que uma aeronave alcança. Em compensação, se nós tivermos a base dentro do Brasil nós poderemos alcançar outros pontos dentro de outro País. Estamos falando, falamos aqui em Venezuela em tese, apenas para mostrar o problema geopolítico, pela aquisição das aeronaves que eles adquiriram. Mostrando que estrategicamente, qual é a situação. Mas, todos nós sabemos que as relações do Brasil com a Venezuela caminham bem, as trocas comerciais evoluem positivamente e não há pensamento nenhum nessa direção. Apenas numa visão, assim, escolar, dentro do conceito de geopolítica. E justamente o que nós estamos mostrando, procurando mostrar, é que este equilíbrio conduz à paz. É exatamente o equilíbrio militar que conduz à paz. Até mesmo se nós brasileiros tivéssemos uma presença militar extremamente forte poderíamos induzir um País como a Argentina a também se armar. Quer dizer, então o equilíbrio é positivo. Mas não estamos aqui falando, e o problema seguinte vai mostrar isso, exatamente nesse equilíbrio com a América. O nosso grande problema que eu chamo de riscos inaceitáveis é o poder militar brasileiro em relação a um País médio ou super potência. Super potência nem falar, não temos como imaginar. Mas uma potência média. Mesmo em relação a uma potência média, o Brasil hoje não tem poder dissuasório, porque nós temos riscos inaceitáveis, nós não temos defesa antiaérea no Brasil. As unidades de defesa antiaérea do Exército Brasileiro estão quase todas sucateadas, em termos de equipamento. Os militares são capazes, sabem operar o equipamento, mas esse material é velho, obsoleto e a manutenção dele não pode ser realizada pelo alto custo. Um sistema desse, por exemplo, novo, custa cerca de 40 milhões de dólares. Se comprarmos lá fora, ficamos na mão do vendedor, mas nós podemos desenvolver dentro do Brasil, criando emprego e tecnologia. Por isso, é fundamental que esse armamento e a munição que nós viemos adquirir seja feito no Brasil, e não fora. Quando Maquiavel no Século XVI dizia que os mercenários não traziam segurança às Cidades-Estado em que eles agiam, o mercenário vinha com sua a espada.

Hoje, nós temos soldados competentes, capazes, o Exército, Marinha, Aeronáutica, nós temos uma doutrina, nós temos organização, soldados treinados; nós não temos equipamento. Mas os equipamentos então são os mercenários. Porque toda vez que nós compramos um equipamento de fora, nós não sabemos se num momento crítico nós podemos usar ou não. Então, nós temos carros de combate, como o M60 que está no sul do País, em que para usar esse carro eventualmente numa determinada situação de guerra, nós temos que pedir autorização aos Estados Unidos. Não é possível. Então, temos... Helicópteros americanos, se nós quisermos usar esse helicóptero em determinada situação que não agrada aos Estados Unidos, certamente, em dado momento, ele vai negar a utilização de peças que vão permitir o helicóptero continuar a funcionar. Nós temos que fabricar o equipamento crítico no Brasil. Então, hoje, uma observação, uma fotografia é... A nossa defesa antiaérea é ineficaz. Nós não cumprimos a missão que devemos cumprir. Não por nossa culpa, porque até o treinamento se faz; temos a capacitação, mas nós não temos o equipamento. Existe um comando de defesa aérea já estruturado no Brasil, é o CONDABRA, mas o pessoal que devia estar ligado, as unidades que deviam estar ligadas não estão estruturadas. Eu estive em Caxias do Sul, no terceiro grupo de artilharia antiaérea, nove sessões daquele grupo, duas apenas funcionam precariamente. Então nós não temos defesa antiaérea, e isso é muito sério para quem pretende se defender.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): O Senhor vai me desculpar, mas é que a curiosidade é tão rápida nos pontos que V.Ex.^a... Que a gente teve um pouquinho de convivência, talvez o Presidente tenha mais do que eu esse ponto que ele verificou, dois pontos. Quando eu estava no CPOR, e isso já tem mais de 40 anos, a parte inimiga era no Sul. Então quando se faziam operações era sempre visando Argentina, e o Brasil tinha tropas mais eficientes na região Sul, no Rio Grande do Sul e fronteira. Com o problema do crescimento da criminalidade e outras coisas, praticamente vários órgãos militares mudaram para o Norte, criaram o SI-VAM-SIPAM e foram mudando ao longo as unidades militares. Tem conhecimento por jornal. Mas eu acho que esta é a realidade. E numa exposição que foi feita em Manaus pelo Comandante Militar da Amazônia, eu fiz uma pergunta para ele, Sr. Presidente, e fiquei um pouco preocupado e entristecido. “Em face do poder militar brasileiro, o Brasil tem condições de impedir uma invasão da Amazônia?” “Não. O que nós temos é tropa para dificultar a invasão. Nós agimos aqui como guerrilha”. Então eu estou aqui, já estou mais triste ainda, porque a gente vem lutando muito para melho-

rar a parte financeira das Forças Armadas, acho que é importante, mas é outra hora, depois... Que está certo ali, pelo que a gente sentiu e pela exposição que são feitas pelos comandos militares que hoje atuam dentro da estrutura de logística militar.

SR. JOSÉ BENEDITO DE BARROS MOREIRA:

Muito obrigado, Senador. Quando se olha o orçamento das Forças Armadas dentro do Senado, o orçamento nacional, parece que é muito. Mas ali tem o pagamento de pessoal, que é muito alto. Então, falando de uma maneira direta e franca, vou falar, por exemplo, em relação ao Exército, este ano o Exército dispôs, ou dispõe ainda, contando com alguns contingenciamentos, de pouco mais de um bilhão de reais. Esse um bilhão de reais é pra pagar água, luz, telefone, gás, gasolina, comprar uniforme para o soldado, para comida, para tudo que for manutenção que a gente precise fazer, e no fim o que sobra para investimento? - área de saúde que é muito cara também - O que sobra de investimento? Uma porção ínfima. Então, nós não podemos investir e a manutenção está dificultada. E eu não estou aqui, não vou falar em detalhes em termos de munição, porque essa é uma Sessão aberta. Mas, certamente, os comandantes das armas poderiam dar informações classificadas sobre a situação da sua munição, e os Senhores veriam que a situação é simplesmente catastrófica, porque não se pode comprar. Nós precisamos hoje, por ano, se for utilizar adequadamente a nossa doutrina, cerca de 300 a 350 milhões de reais por ano para comprar munição, para fazer o treinamento e a partir daí deixar a tropa apta. Nós não temos condições de adquirir isso tudo. Então o treinamento é prejudicado, o Senhor deve ter atirado muito mais no CPOR naquela ocasião, a artilharia atirava, essas coisas todas, do que hoje...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): O Senhor sabe que aquela época de vez em quando tinha treinamento de tiro, a gente fazia com escantilhão. Puxava o barbante, “agora marca”. Ele ia lá e marcava, como se tivesse dado o tiro com o lápis.

SR. JOSÉ BENEDITO DE BARROS MOREIRA:

Mas essa é a primeira fase, justamente para treinar. Depois ia para o campo mesmo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Treinamento. Mas hoje realmente a gente fica angustiado, porque quando se dispensa no meio do serviço militar mais de 40 mil homens, que fica à mercê do crime organizado e não tem praticamente períodos que possa se alimentar durante o dia, para o soldado sentir o que representa a caserna; claro que não dá pra gente se sentir desente que as Forças Armadas cada dia vai deteriorando. Porque Militar, principalmente o corpo de oficiais, é vocação clara, não tem discussão de salário, é

por vocação. O Militar só vai para lá pelo sacrifício, pelo sofrimento, pelo salário baixo, porque ele tem vocação, porque ele quer servir a Pátria daquela forma.

SR. JOSÉ BENEDITO DE BARROS MOREIRA:

Absolutamente, Senador. E esse aspecto do orçamento, se nós levarmos em consideração o que nós dispomos hoje, vamos dizer, esse bilhão para um bilhão e duzentos no caso do Exército, se os Senhores pegarem uma referência histórica, verão o seguinte: vem recebendo isso aí historicamente. Só que a inflação, o custo da inflação, já deteriorou. Se nós tivéssemos hoje de receber o que recebíamos na década de 90, nós deveríamos estar recebendo de dois a três bilhões. Quer dizer, então esse lado perverso do orçamento faz com que nós estejamos cada vez mais estreitados. Então, embora queiramos, a nossa Defesa Aérea é ineficaz. Não é por culpa do Comandante do Exército, esse ou o que passou, não é por culpa de qualquer General, é porque não há dinheiro para isso. Material militar, alguns materiais são muito caros. A defesa antiaérea é muito cara, por isso mesmo tem que ser desenvolvida no País; porque o que se desenvolve no País vira emprego e vira tecnologia. Vamos lembrar que apenas o custo de um submarino convencional são 300 milhões de dólares, um submarino convencional. Um equipamento desse de defesa antiaérea, quantos o Brasil precisa? Quantas Itaipus nós temos? Quem defende Itaipu? Quem defende o Planalto? Então, a defesa antiaérea para um País que não é ofensivo, é fundamental; ela dá respaldo, ela dá poder dissuasório. E nós hoje não temos defesa antiaérea neste País, é mínima, ineficaz. A defesa naval é precária. A Marinha que... Eu diria que esse programa da Marinha, Programa Naval da Marinha, digo mais, o Programa Nuclear da Marinha demonstra o que a Marinha é capaz de fazer, todo esse desenvolvimento tecnológico. Nós temos um arsenal de Marinha maravilhoso. Poucos países no mundo constroem submarinos, nós podemos construir; mas a Marinha parou de construir submarino porque está sem recurso. Para não desativar o pessoal, a Marinha está fazendo manutenção no submarino. Ou seja, isso é um crime contra a Nação, porque nós vamos perder a capacitação. É fundamental qualquer País do tamanho do nosso que agora teve acrescida toda essa plataforma continental, depois desse tema Leplac que foi feito, que nós tenhamos a incapacidade de causar medo a qualquer um que se aventure nas nossas águas territoriais. Nós temos cinco submarinos, são eficazes, mas são poucos. Mas, hoje, o submarino convencional, embora seja uma arma razoável, mas em termos estratégicos é o submarino a propulsão nuclear. Não estou falando submarino com ogivas nucleares, a propulsão nuclear; ele é capaz de meter medo. Se a

Argentina tivesse um submarino à propulsão nuclear, também, pra comparar com o inglês que chegou, as Malvinas ainda estariam em disputa. Não seria aquele passeio que existiu como o inglês fez. Porque o submarino nuclear não deixou nenhum navio argentino sair. Em suma, é fundamental e nós temos a capacidade. Não para esse ano ou ano que vem...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. JOSÉ BENEDITO DE BARROS MOREIRA:

Mas isso é inaceitável, é um risco inaceitável. Em 10 anos, no máximo 15 anos, é um programa que a Marinha definiria, nós podemos ter o submarino nuclear. Mas não temos recurso para tocar. E isso não podia ser programa da Marinha, isso tinha que ser programa do Estado, nem programa de Governo; é programa de Estado. Porque a nossa defesa, 95% do comércio internacional brasileiro passa pela costa. 90%, 85 a 90% do petróleo brasileiro está na plataforma submarina. E se nós formos alvo de uma agressão, como ficamos?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): ... foi uma luta enorme aqui pra gente conseguir a aprovação dos Senadores, mas que pressione o Governo para comprar P3 reformado. Eu não sei descrever, mas são aviões de vigilância marítima. E os *royalties* que a PETROBRAS teria que pagar para garantir a sobrevivência da Marinha e da Aeronáutica são contingenciados.

SR. JOSÉ BENEDITO DE BARROS MOREIRA: Três bilhões hoje estão retidos para fazer superávit primário.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador, o Senador Cristovam quer...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Desculpa. Estou interrompendo demais.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Não, não está não. Fica mais dinâmica.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, Sr. General, Srs. Senadores, eu peço desculpas de não estar aqui desde o começo, estava em outros eventos aqui na Casa e fora até. Mas, eu vim aqui pela preocupação que eu tenho, e essa preocupação aumenta com as poucas palavras que eu escutei do General, Presidente Collor. Duas, sobretudo. A Marinha parou. Esse verbo parou aí é terrível. E outro, nós não temos condições de fazer a defesa aérea. O Brasil está em polvorosa por causa do apagão no tráfego. Está esquecendo que nós temos um apagão aéreo, outro marítimo e outro terrestre. Por duas razões: a infra-estrutura deficiente na economia e a defesa insuficiente para defender o nosso patrimônio. E como o Senhor disse, isso tem que ser uma política

de Estado, não pode ser uma política de um Governo agora e o outro depois não faz. Eu quero saber como é que nós, Presidente, a gente vai transformar uma Sessão como essa, de esclarecimento, de manifestação de uma pessoa com o preparo do General, em uma ação concreta do Senado, em relação à República? Afinal de contas a gente tem esquecido que a República tem Três Poderes. Tem um poderzinho que somos nós Legislativos e tem dois fortes. E a gente vive imprensado entre Medidas Provisórias e Limitares. Quando é que a gente vai... Somos um poder sanduíche. Como é que a gente pode, só a pergunta que eu deixo, transformar a informação corretíssima que está recebendo em uma ação, como um Poder da República para tentar construir essa política de Estado para defender o Brasil?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Nós estamos num primeiro estágio, eu diria, de informações. Temos previsto um Requerimento que foi até por sugestão do Senador Fernando Collor, uma Reunião reservada com os Comandantes das três Forças e o Ministro da Defesa, e também uma outra com o Ministro das Relações Exteriores. Eu acho que depois que nós tivermos, então, ouvindo a palestra do General hoje e essas duas novas audiências aí seria o momento de nós discutirmos algumas providências dentro do conceito de Defesa Nacional; porque normalmente o tempo todo aqui é gasto mais com Relações Exteriores realmente. Esse segundo ponto da Comissão que é a Defesa Nacional, ele não costuma muito ser discutido nessa Comissão. Nós vimos agora ainda recentemente lá no Chile que lá são duas comissões específicas: uma de Defesa Nacional e outra de Relações Exteriores. Acho que está bem aqui, temos uma só com os dois temas, mas é importante que esse tema Defesa Nacional esteja sempre presente. Vamos voltar ao General.

SR. JOSÉ BENEDITO DE BARROS MOREIRA: Senador, a sua colocação é realmente precisa. Nós temos um aliado fundamental que é a Indústria Nacional de Defesa. Nós temos a capacidade no Brasil de fazer qualquer coisa. Se nós tivermos investimento programado ano a ano em que a indústria se interesse, nós podemos produzir qualquer coisa no Brasil; pelo menos para atender o mínimo da necessidade. Não precisamos e dificilmente em pouco tempo chegaremos a ser uma potência militar de primeira linha; mas não precisamos ser uma potência militar de primeira linha. Nós temos que ter equipamentos dissuasórios que impeçam que uma potência de primeira linha venha passear nas nossas costas. E aí, a arma principal é o submarino a propulsão nuclear. Inegavelmente, se nós tivermos que pensar numa arma desse quilate, um

porta-aviões que chegue nas nossas costas não chegará mais. Ele vai ficar ao largo, porque vai ter receio da nossa arma dissuasória. Se alguém descer na nossa Amazônia, pode descer, nós não teremos como evitar a presença, mas nós teremos certamente, hoje, estamos capacitados a fazer com que o custo dessa ocupação seja de tal maneira que o retorno seja breve; porque a calo(F) logística necessária para manter uma tropa é muito grande, então nós temos que atacar isso. Nós estamos preparados também para enfrentar uma potência de primeira grandeza que possa eventualmente tomar conta de um pedaço do território nacional. Mas eu insisto que aquele último item, tudo isso é crítico, mas nós temos que resolver com a indústria nacional, porque temos capacidade para isso, capacidade plena. A indústria de defesa, agora na FIESP, na semana vindoura eu vou fazer uma palestra como essa, parecida, na FIESP lá, o CONDEFESA, e mais um curso que a Escola Superior de Guerra realiza com gestão de recursos de defesa, em que todos esses assuntos são abordados numa visão nacional e programática; em três meses nós temos isso acontecendo. E temos um curso desse que vai acontecer aqui no Ministério da Defesa, na sede do Ministério, que é aberto também ao público. Seria muito interessante que houvesse inscrições do pessoal, os Assessores, das pessoas interessadas, de maneira que esse assunto que estou falando aqui espremido, mais ou menos em duas horas, ele seja estudado em dois meses e meio, três meses. Seria muito bom.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Ela vai tratar do Projeto de Defesa que a gente tem notado muito aqui. A gente não discute, mas se preocupa, e tem um Projeto pronto que já está na Casa aguardando designação de Relatoria para essa Comissão e Comissão de Justiça. A gente poderia apressar e talvez o General dê uma ajuda na busca de uma lei que realmente pudesse colaborar com as intervenções militares necessárias.

SR. JOSÉ BENEDITO DE BARROS MOREIRA: Dando seqüência, eu diria que é preciso, numa conclusão parcial, vontade política para priorizar e dotar as Forças Armadas dos recursos e materiais necessários ao reaparelhamento e modernização que venha neutralizar esses riscos. É a questão de vontade política, porque, eu vou aqui de uma maneira bem informal dizer assim: “Se cada força”, vamos dizer, “se a Marinha recebesse, o Exército e a Aeronáutica mais um bilhão e meio para investimento”, não é muito dentro do orçamento desse País, para investimento, “nós estaríamos num outro patamar”. Porque ano a ano nós estaríamos investindo e melhorando, em pouco tempo estaríamos lá. Certamente, os equipamentos da Marinha e Aero-

náutica são mais caros que os nossos, mas, um bilhão e meio de investimento... Porque hoje se eu tenho em custeio e investimento um bilhão a um bilhão e duzentos milhões de reais, sobram 50 milhões para pensar em investimento, e aí, não vamos a lugar nenhum. Muito bem. O desafio brasileiro no que eu chamo de um Darwinismo Nacional, dentro daquela visão de Toynbee, Desafio e Resposta, nós precisamos sobreviver. Então, na minha avaliação, dentro desse mundo confuso e perturbado é fundamental que o Brasil coopere para a paz e entendimento dessas nações, sem abandonar a sábia neutralidade. É fundamental agir como estamos agindo no Haiti, participando e ajudando aquele povo. Seria, na minha avaliação, um erro crasso mandar tropas para o Líbano, para ajudar a pacificar aquela região. A nossa área é essa. Uma África mais próxima, com ajuda humanitária, etc. O Haiti é o exemplo perfeito dessa ajuda. Ampliar o poder militar com base na indústria nacional de defesa; já mencionei isso. A modernização da infra-estrutura do País, o incentivo à inovação e desenvolvimento científico e tecnológico, inclusive para a indústria nacional de defesa. A redução das desigualdades regionais e sociais. Porque não importa, não adianta nós termos aqui Forças Armadas poderosas se tivermos um povo fraco.

Então, nós precisamos ter um povo forte, uma classe média forte para que essa classe unida a Forças Armadas seja uma defesa poderosa; precisamos ter o que defender. Fortalecer e ampliar a classe média como conseqüência, e pensar também naqueles desassistidos. Por exemplo, há um dado interessante dos empregos criados em 2005. Foram criados com carteira assinada um milhão e oitocentos mil empregos, mas até a oitava série incompleta os dados é que diminuíram duzentos mil empregos. Ou seja, há empregos para aqueles mais bem qualificados e falta de emprego para aqueles que estão necessitando ou beirando a faixa da miséria. Ou seja, a ampliação dessa classe média é fundamental. O desenvolvimento da indústria, da agricultura e do setor terciário como instrumento de aumento da riqueza, da soberania, mas, principalmente, não esquecendo a inclusão social. Porque um Exército forte se faz com povo forte. Fortalecer no âmbito da América do Sul os laços de cooperação econômica, integração e crescimento solidário. Muito embora o Mercosul que seria um instrumento para isso venha apresentando alguma dificuldade. Até em termos econômicos, percentualmente, o Brasil vem diminuindo a importância do Mercosul nas suas relações de troca comercial. Ocupar e desenvolver a Amazônia de forma seletiva. O Senhor mencionou a Amazônia, em 1950, a transferência das unidades... Em 1950, nós tínhamos dois mil soldados na Amazônia, hoje nós

temos 25 mil. É uma senhora força militar espalhada pela Amazônia; hoje em termos de ocupação é muita coisa. Estou falando Exército. O SIVAM-SIPAM além de ter conseguido dominar o tráfego aéreo e dar segurança à navegação aérea também tem o problema da ocupação; isso é fundamental.

Então a Amazônia hoje, por meio das Forças Armadas está bem assistido. Esse programa Calha Norte, tão bem apoiado pelo Congresso, é fundamental que ele continue. Cada núcleo desses é o núcleo de uma cidade. Os pelotões de fronteira... Cada cidadezinha dessa quando se põe uma unidade militar, muitas vezes a gente esquece, é uma injeção de recurso federal, mês a mês. Porque o recurso, o dinheiro que vai para o Soldado, para o Cabo, para o Sargento, para o Oficial, embora ele possa economizar alguma coisa em algum Banco, mas ele vai gastar parte daquilo localmente. E ano a ano aquele dinheiro vai propiciando o aparecimento de uma burguesia que vai começando, um Alfaiate, a padaria, a lavanderia, o açougue, e isso faz com que a cidade cresça. Educação. Muitas vezes até com o apoio das senhoras e tudo mais. Então esse é um papel importante das Forças Armadas nesse trabalho. E nós estamos fazendo isso; sem degradar a Amazônia nós estamos desenvolvendo. E finalmente o desafio brasileiro, talvez até fazendo um resumo de tudo isso, é fazer com que este País seja um País justo, confiável e moderno. Uma conclusão dentro desse contexto todo é que a realidade complexa e agressiva do mundo de hoje impede que eu visualize um cenário futuro preciso e otimista. Lamentavelmente o mundo vai continuar muito confuso, a tendência da minha avaliação é de piorar. Na minha e de muitos analistas que vêem isso acontecer. Temos aí conflitos que não tem solução, como do Iraque. A presença americana á um problema, a saída americana é um problema. Ou seja, são problemas sem solução. E sem esquecer o Afeganistão que é um problema ainda sem solução, sem esquecer o Líbano que tem problema, sem esquecer os palestinos que hoje estão brigando entre si e assim por diante. Certamente a soberania nacional será posta à prova, na medida em que o Brasil assum a condição de potência. No momento em que nós começarmos a incomodar teremos problema. E nós já somos essa potência econômica.

Não somos militares, mas somos potência econômica. Quando nós pretendemos em relação à plataforma continental fazer valer os nossos direitos da zona econômica exclusiva, nós não temos Marinha para isso, hoje já não temos, com a ampliação estará muito pior. O Poder Militar Nacional - isso é uma frase que eu vou chamar atenção dos Senhores, por favor, porque contraria o que muitas vezes se diz - o Poder

Militar Nacional deverá ser compatível com a riqueza a ser defendida e a postura política que ousarmos assumir. Porque eu já vi Chefes e Militares, a quem eu respeito, já vi companheiros até usarem isso aí, dizer que nós temos as Forças Armadas que podemos ter; eu sou totalmente contrário a isso. Nós temos que ter as Forças Armadas que nós precisamos ter, o País precisa ter. Eu coloco o cadeado na porta de acordo com a riqueza que eu estou guardando. É essa a razão. Então, nós não podemos ficar nessa situação de que o País não pode e que por isso não pode investir na área militar. E nós não estamos pedindo muito, nós eu digo eu, na minha avaliação. Eu acabei de dizer, quem recebe hoje em termos de investimento alguns milhões de reais apenas, se nós recebêssemos uma quantia tipo um milhão de reais só para investimento, eu diria que o Exército estaria muito melhor do que hoje está. Quem fala pelo Exército é o comandante. Eu faço uma avaliação, assim, grosso modo sem entrar em detalhes. Ele virá certamente falar à Comissão e falará em detalhes sobre as necessidades do Exército. Mas o fator população é o mais importante. Não só a quantidade, mas a qualidade. E associando quantidade e qualidade à vontade nacional. Valorizando o que é nosso, valorizando a cultura nacional. Não pode acontecer o que acontece num *shopping* em Curitiba em que eu entrei nesse *shopping* e todas, já pelo nome do *shopping*, mas todas as lojas em Curitiba nesse *shopping* tinham nomes estrangeiros, americano ou francês. Apenas uma loja era uma loja com nome nacional: Beto Batata. Então, isso é, eu diria, um crime para a cultura nacional. E eu diria que na expressão psicossocial do poder está o “X” da questão, sem deixar de lado as demais, mas a equação que Toynbee será bem respondido se nós investirmos no nosso pessoal. Então, eu chego a uma grande e óbvia conclusão, que esse Brasil potência do futuro, ele se tornará viável, Senador Cristovam Buarque, o Senhor chegou numa boa hora, privilegiando educação, aí também a parte de ciência e tecnologia, saúde, emprego para a criação de uma classe média forte e segurança. Não apenas a segurança da cidade, mas a segurança *lato sensu*, segurança nacional. E assim eu termino minha exposição, esperando que tenha sido útil aos Senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Muito obrigado General, foi realmente muito útil, sim, muito interessante. Eu tenho que passar a palavra ao Senador Romeu Tuma, que é o autor da proposta de Audiência Pública, mas antes eu queria fazer só uma colocação ainda em relação à questão nuclear. Eu queria voltar quando o Senhor colocou o risco crescente do ponto de vista nuclear. Nas características da nova ordem mundial o Senhor coloca

que existe o aumento de um risco de um conflito nuclear, quando na verdade a imagem que se tem é que isso estaria mais distante, pelo fim da guerra fria. Mas é evidente, sabemos da questão do Irã e da Coreia do Norte como novas potências nucleares supostamente. O Senhor podia só acrescentar um pouco?

SR. JOSÉ BENEDITO DE BARROS MOREIRA:

O Tratado de Não Proliferação Nuclear é um Tratado Leonino que impõe aos Países que fazem parte dele, que não tem o artefato nuclear, a adotar uma postura absolutamente criteriosa, controlada. Por outro lado, esse Tratado obriga as outras nações a se desfazerem progressivamente disso. Mas as informações que chegam, e essas informações nem sempre são muito claras, a gente não pode afirmar com certeza, como por exemplo, não podemos dizer que Israel tenha a bomba nuclear, porque eles não admitem. Mas, todos os analistas dizem que Israel tem de cem a duzentos artefatos nucleares. Bom, mas as informações que chegam é que esses Países mais adiantados estão desenvolvendo artefatos nucleares e menores, que poderiam ser utilizados até numa ação tática. Por exemplo, um décimo da bomba de Hiroshima, que causaria danos num lugar explicitamente. Vou dar um exemplo. O programa nuclear iraniano, boa parte dele está enterrado profundamente. As bombas convencionais para alcançar esses setores seriam difíceis de causar danos lá nesse equipamento que está enterrado, para isso precisaria de um artefato nuclear, vamos dizer assim. Então, eu não estou dizendo que vai ser usado ou não, que o Irã vai ser ou não bombardeado. Mas se alguém desenvolve um produto novo como esse, é porque admite a possibilidade de usá-lo. Como o Presidente da França, Jacques Chirac, num determinado tempo disse que admitia até na defesa da França usar o material nuclear que tem. Ou seja, quem não tem, está em desvantagem. E a expansão nuclear, particularmente naquele Oriente Médio, hoje nós temos dois Países que têm artefatos nucleares e que tem uma disputa em torno da Caxemira. A Índia e o Paquistão que brigam desde 1948 em torno da Caxemira, hoje são nucleares. A guerra entre eles hoje se torna inviável, porque ela pode desaguar num conflito nuclear.

A par disso aí, considerando a posição de Israel, o Irã que busca o enriquecimento do urânio, e não se sabe se seria apenas para uso na produção de energia ou para produção de artefatos nucleares. Mas vamos imaginar um País que foi colocado no eixo do mal, como quem diz “Você está na fila; o Iraque foi o primeiro, você é o segundo”. Esse País está encostado num outro País nuclear, que é o Paquistão; está próximo de Israel, inimigo figadal. Então, a idéia da defesa nuclear, ela se torna válida para Países que se sen-

tem ameaçados, porque é a defesa mais barata que tem. Não tem defesa mais barata do que se um País se armar nuclearmente. Porque a partir do momento que ele se defende nuclearmente, ele passa a ser respeitado. Ele pode causar muito estrago. Então há uma tendência em face de uma situação de risco do mundo, um risco progressivo, que alguns Países julguem que a adoção da arma nuclear vai trazer essa segurança. É muito mais fácil uma defesa nuclear de um País do que uma defesa tradicional, uma defesa convencional. Convencional implica em muita coisa, o nuclear basta ter o artefato e o lançador. Então quem tem o artefato e o lançador cria uma ação dissuasória e passa a ser respeitado. Essa é uma situação muito estudada pelos pesquisadores e o fato de nós termos hoje disseminado o artefato nuclear por vários Países induz a possibilidade disso acontecer. Particularmente em Países como eu mencionei que tem uma disputa interna sem solução, como é o caso da Índia e do Paquistão. Quer dizer, então a possibilidade aumentou, Senador, não é que... A gente nem queira isso, mas existe, quando dissemina, aumenta a possibilidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Vou ser rápido, porque tenho um outro compromisso, mas eu não poderia deixar de demonstrar minha alegria em ter tido a boa visão de poder convidá-lo a fazer essa exposição. Eu acho que valeu a pena, todos nós comentávamos que foi brilhante, porque a gente vai se atualizando do que realmente representa hoje essa parte de defesa e a importância das Forças Armadas, porque período breve aqui pra trás acabavam desacreditando nas Forças Armadas; achando que ela a cada dia tinha que diminuir seu potencial, sua força, como se isso só interessasse internamente, esquecendo que a força dissuasiva de qualquer tentativa de ação dentro do País tem que ter uma Força Armada, pelo menos em condições de fazer uma barreira. O Senhor viu aqui o Senador Eduardo Azeredo, eu comecei a admirar os projetos dele sobre informática e agora acredito mais ainda quando o Senhor fez referência sobre a Estônia. E ele está aqui lutando para provar uma série de projetos de defesa contra os ataques, qualquer coisa que possa ser usado pela informática, e ele hoje é um especialista no assunto. A gente tem que ter mais atenção ainda nos projetos que ele apresenta. E acho que essa geopolítica econômica que o Senhor descreveu tem um valor imenso, porque nós hoje somos globalizados. Não adianta pensar no Mercosul ou na Argentina, porque isso extravasa toda e qualquer... Hoje se fala em norte, sul, leste, oeste, quer dizer, os Países do Norte contra o Sul, é um negócio tão difícil.

E quem faz bomba para dissuadir é para usar se for necessário. Eles dizem que são armas de dissuasão. Quem tem bomba atômica é pra dizer pro outro não atacar, mas se houver uma ameaça vão soltar, porque está apontado para algum lugar, não estão escondidos. E V.Ex^a. sabe muito melhor do que eu como é que é a logística, como é que é feita a logística de equipamento e de armamento.

Hoje o Senhor vê a discussão do Bush que foi cantar o Putin para fazerem uma sociedade de uma defesa extra... Lá para cima, de foguetes. Quer dizer, Bush queria fazer, Putin reagiu, aí “vamos sentar”. É a Teoria do Mao Tsé-Tung, que quando não pode se conter o inimigo alia-se a ele pra poder fazer uma boa defesa. Então já estão discutindo, porque querem fazer, os dois querem fazer. Então, cada vez a gente vai ficando mais pequeno diante dessa monstruosidade que é os investimentos e o... O poder econômico americano acho que vem caindo pelos investimentos militares que eles estão fazendo. Eles põem guerra em tudo que é canto. Não estou criticando porque não quero entrar no mérito. E o Senhor falou uma coisa que essa Comissão decidiu fazer uma visita à tríplice fronteira, pelas acusações permanentes que vem recebendo. E o Senhor disse que ela foi englobada no sistema de vigilância contra o terrorismo, se entendi bem. V.Ex^a. fez uma referência a isso. E também uma visita a Tabatinga, Presidente, lá na Amazônia, que também a Comissão aqui acha que tem que ter alguma coisa, principalmente com o tráfico de drogas lá. O que não é o mesmo da tríplice fronteira que tem uma outra visão, que é a permanência ou homizia de terroristas que todo mundo desmente, mas a permanente acusação acaba trazendo alguma dúvida. Eu só queria cumprimentar V.Ex^a. e agradecer muito a sua presença, na esperança de que voltará com outra discussão, principalmente de defesa e de logística. Eu tenho interesse muito grande em saber o aspecto da logística. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Romeu Tuma. Nós temos ainda a inscrição do Presidente Fernando Collor e também do Senador Augusto Botelho. Então, pela ordem Senador Fernando Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria de cumprimentar o Senador Romeu Tuma pela iniciativa do convite que fez ao General Barros Moreira, para nos trazer informações absolutamente valiosas. Há um grande desconhecimento por parte de todos nós brasileiros do papel excepcional que as Forças Armadas desempenham para o Estado Brasileiro. E, ultimamente, nós temos acompanhado que a questão orçamentária das nossas três Forças não vem sendo seguida como deveria pelo

Governo, em função do contingenciamento que vem sendo feito. Nós temos aí recursos destinados para a Marinha do Brasil com os *royalties* do petróleo, e esses estão contingenciados. Nós temos a Aeronáutica que recebe os recursos da operação aérea do Brasil, de INFRAERO e que tais. E o Exército Brasileiro não tem qualquer outro tipo de receita extra-orçamentária. O Chile, por exemplo, o Exército do Chile, Sr. Presidente, Senhores e Senhoras Senadores, ele recebe, o Exército do Chile recebe um percentual sobre a exportação feita de cobre. E eu não sei se não seria o caso, e por isso que eu gostaria, e esse é objeto de um Requerimento que eu fiz chegar às mãos do Sr. Presidente dessa Comissão, não sei se seria o caso de nós termos também algo parecido aqui no Brasil na exploração dos nossos recursos minerais; talvez para dar um maior suporte às ações do nosso Exército, do Exército Brasileiro. Eu encaminhei o Requerimento solicitando que nos chegasse às mãos, Sr. Presidente, o Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial, que foi coordenado pela Ministra Dilma Russef e que foi um grupo que trabalhou durante vários meses, estudando a situação das nossas Forças Armadas e das suas necessidades. E com base nesse Relatório, nós poderíamos ter uma dimensão exata das necessidades que as nossas três forças teriam para cumprir com a sua atribuição constitucional nos próximos anos. A situação é extremamente preocupante. O que nós estamos vendo no nosso subcontinente não nos dá a tranquilidade que nós tínhamos no passado. Nós estamos vendo uma escalada de aparelhamento militar por parte da Venezuela, e quando se fala na aquisição desse *Sukhoi*, isso é extremamente preocupante, porque o que nós temos, os nossos F5 e os nossos *Mirage* não estão exatamente adequados para o momento que estamos vivendo.

Não podemos esquecer que a Guerra dos 7 dias lá atrás, em 1967, foi uma guerra ganha pela ação dos *Mirage*, naquela época; e lá já se vão 40 anos. Então, a aquisição desses *Sukhoi* coloca a Venezuela sem dúvida numa supremacia aérea absoluta em relação ao Brasil. Nós temos duas outras preocupações aqui nesse nosso subcontinente que é a questão da Bolívia e do Paraguai. A Bolívia, como nós vimos anteriormente na última Sessão, assinou um tratado dito de cooperação técnica com a Venezuela, em que a Venezuela está transferindo tecnologia e armamentos para a Bolívia. Nada que possa nos afetar em termos de comparação de poderio militar, mas isso é uma ação que denota o desejo talvez do Governo Venezuelano de poder distribuir militarmente capacidade operacional para esses Países que têm alguma dificuldade de fazer esta aquisição de recursos próprios. Temos o

caso do Equador que também nos preocupa, temos o caso do Paraguai. O próximo, tudo leva a crer, o próximo Presidente Paraguaio vem fazendo uma campanha nitidamente anti Brasil. Vem dizendo, a sua plataforma como candidato é: “Vamos rever o tratado de Itaipu. O Brasil vem espoliando o Governo, vem espoliando o povo paraguaio com um pagamento irrisório pela energia que ele consome”. Sem esquecer que os recursos todos que foram investidos em Itaipu saíram daqui, recursos brasileiros. Na Bolívia agora, recentemente, com essa questão do gás a mesma coisa.

Então, há esse sentimento anti Brasil sendo disseminado em todo o nosso subcontinente. E nós temos hoje a Venezuela como um País a que esses outros Países menores estão recorrendo no momento das suas aflições; seja com ajuda dos... Com recursos auferidos pela exploração do petróleo, seja vendendo petróleo a um preço extremamente subsidiado, criando plantas nesses outros Países industriais, enfim. Numa posição que não deixa o Brasil, no meu modo de entender, salvo melhor juízo, numa posição muito confortável. Essa questão da tríplice fronteira, isso é algo que vem de muitos e muitos anos, e é objeto, eu tenho certeza, de estudos acurados por parte das Forças de Inteligência, das Forças Armadas, das Agências de Inteligência das Forças Armadas, porque ali de fato existe um problema que precisa ser rapidamente equacionado. Se nós juntarmos essa questão da tríplice fronteira, essa inflamação ali existente, com esse ânimo que está se criando no Paraguai contra o Brasil, ali ao lado, associarmos isso a esse sentimento também que está sendo criado na Bolívia e um sentimento que vai desaguar contra os brasileiros que estão instalados nessas fronteiras, tanto do Paraguai como da Bolívia, nós teremos um quadro de extrema preocupação. Eu tenho certeza absoluta que hoje a nossa brigada pára-quedista ela tem condições operacionais para resolver qualquer dificuldade que nós tenhamos; mas não é bem isso que nós desejamos. O que nós desejamos é que haja um desestímulo a que certas ações que venham sendo encetadas por Países vizinhos sejam reavaliadas. E para isso nós precisamos fortalecer as nossas Forças Armadas. Eu concordo plenamente com o que aqui afirmou o General, de que nós precisamos ter a nossa indústria de material militar; fortalecermos e recompormos a nossa IMBEL. Nós não podemos ficar na dependência do fornecimento de equipamentos, de armamentos, ou mesmo de munição, de qualquer País. Nós temos que ter, nós próprios, condições de gerar esse tipo de armamento e até com isso gerando empregos e até o domínio de novas tecnologias que é muito importante. E por isso, diante dessas preocupações e da exposição brilhante que foi feita pelo Gene-

ral Barros Moreira, é que entendo ser importante nós avaliarmos aquela reunião, que foi sugerida por vários Senadores no nosso último encontro com os Srs. Chefes Militares, não precisa nem, enfim, aborrecer o Ministro Waldir Pires com isso, porque ele já veio aqui outras vezes, mas com os Ministros militares tão-somente. E que nós pudéssemos nesse encontro termos em mãos, Sr. Presidente, esse Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial. Porque com base nesse Relatório que nós teremos sucintamente tudo aquilo que foi tratado, tudo aquilo que foi resolvido, tudo aquilo que foi estabelecido como necessário para o reaparelhamento das nossas Forças Armadas. Eu quero cumprimentar mais uma vez o Sr. Presidente desta Comissão, o Senador Romeu Tuma pela iniciativa do convite que me foi feito e, sobretudo, ao General Barros Moreira pela oportunidade que nos deu de conhecer de uma forma clara, objetiva, sem subterfúgios, a situação que o Brasil hoje tem dentro da geopolítica mundial. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Collor. Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Bom, inicialmente gostaria de me congratular também com o Senador Romeu Tuma e com nosso Presidente Eduardo Azeredo, e por ter convidado o General Benedito Moreira pra vir aqui fazer essa exposição. Eu sou de Roraima, nós somos vizinhos da Venezuela. Na fronteira entre Brasil e Venezuela nós temos um relacionamento muito amigável, inclusive a linha entre o Brasil e a Venezuela nós costumamos falar, tanto de um lado quanto de outro, que é uma linha que nos une. Então eu acho pouco provável que a Venezuela um dia venha fazer alguma coisa com a gente, mas me preocupa porque ela tem uma questão de fronteira inexequível com a Guiana. É uma questão grave que de vez em quando eles se estranham, se xingam e fazem confusão. Esse negócio de se armar, do jeito que nosso companheiro Chaves é, para partir para uma ação militar contra a Guiana que não tem nada de armamento. São 800 mil habitantes apenas, é um País pobre. Acho que é no rumo da Guiana que ele está pensando. Porque é uma questão que toda hora estão falando, inclusive a Guiana tem dificuldade de importar produtos da Venezuela, porque quando sabem que é para a Guiana eles dificultam. Bom, em relação à energia nuclear, eu tenho uma visão assim que os Países não querem que a gente tenha a bomba atômica, essa visão que o Senhor colocou realmente que a bomba atômica é uma arma boa e barata, teoricamente, em relação até de manutenção e tudo, mas acho que a preocupação das grandes potências não é a bomba atômica, é o

conhecimento da energia nuclear. Porque nós sabemos que as nossas energias convencionais vão se esgotar, e quem tiver o conhecimento da produção de energia nuclear é que vai dominar o mundo, em breve.

Graças a Deus, a nossa Marinha desenvolveu juntamente com a nossa indústria uma tecnologia que nós conseguimos produzir energia com custo muito mais barato do que os deles; quase 50%, 35% mais barato. E é nesse caminho que temos que ir. Nós não podemos, por exemplo, essa parada do nosso Programa Nuclear da nossa Marinha é um prejuízo, como o Senhor falou. Para as nossas equipes que estão treinadas e preparadas daqui uns anos eles vão se aposentar. Se a gente não continuar nós vamos ter um prejuízo muito grande, todo dinheiro que foi investido vai perder. Eu não tenho mais nenhuma dúvida de que esses investimentos feitos em conhecimento dentro das Forças Armadas retornam ao País. Nós temos o ITA da Aeronáutica, a EMBRAER é filha do ITA. Foram as cabeças que se prepararam lá que partiram para criar a nossa EMBRAER, inicialmente estatal, depois virou essa empresa que é uma das que pesa na nossa balança de produção de empregos e de renda para o País. E também concordo com o Senhor que o caminho, nós temos que reaparelhar nossas Forças Armadas; temos que reaparelhar criando empregos no nosso País, criando conhecimento. Esse da Defesa Aérea, por exemplo, eu ignorava isso, nós ignorávamos isso. Sei que nós não temos uma Defesa Aérea assim, nós estamos em situação precária. Nós temos que discutir aqui e achar soluções, mas soluções nossas. Quando a gente tiver que adquirir um avião, Senador, ou qualquer um... Por exemplo, nós soubemos adquirir algum aparelho que transfira tecnologia pra gente também. Eu não aceito e não voto em nenhum aparelho que a tecnologia não seja transferida pra gente. O meu voto na hora aqui no Senado vai ser, se tem três tipos de aviões, um é super avançado, e tal, outro menos potente, mas que passa tecnologia, é esse que nós temos. Nós não queremos mais aqueles guerreiros que eram pagos, os mercenários aqui no Brasil. Nós não precisamos ter mercenários. E, por fim, dizer que esse ciclo de palestras que nós estamos começando aqui agora, olhando pra nossa defesa, vai ser muito importante pra gente botar nossa Comissão pra funcionar dentro da defesa realmente. E creio que nós temos que achar um jeito, uma forma, de que esses recursos que já estão, da Marinha e da Aeronáutica, contingenciados sejam liberados. Da Marinha, sobretudo, porque realmente a nossa riqueza, o petróleo, como esse entendimento ainda não tinha captado - eu sou médico - que a gente tem que ter uma força de acordo com a nossa riqueza. Se a gente quer defender o cadeado da porta. Se

tem mais riqueza, tem que ter mais cadeado na porta; então nós temos que fazer isso. Então eu agradeço mais uma vez a presença do General Benedito Moreira aqui e acho que nós temos que continuar. Esse caminho que temos que ter e aqui nos unirmos para lutar no orçamento pra aumentar. Eu sou da Comissão de Orçamento também e tenho sempre lutado, porque quando o Senhor falou que as unidades militares... Vou fazer mais um parêntese e esticar mais um pouquinho. Quando se faz um pelotão de fronteira, você coloca a Forças Armadas lá. O Senhor disse vai correr mais riqueza lá, mas aquela população vai ter um dentista e um médico com certeza na hora que precisarem. Quando um for picado de cobra ou quebrar uma perna numa situação grave, ele vai ter um transporte para levá-lo para o seu lugar. Isso aí é outra coisa. E fora o apoio intelectual. Eu acredito muito que a gente vai, pelo conhecimento que vai melhorar.

Eu quando estudava em Roraima, antes de 1960, eu estudei até 63 em Roraima, só tinha até ginásio, não tinha segundo grau, mas os professores do ginásio a maioria eram militares ou mulher de militar. Sempre, eu nunca passei um ano sem ter um professor ou um Tenente ou mulher de um Tenente, ensinando alguma matéria. E isso acontece agora no Uiramutã, em São Joaquim, São Gabriel da Cachoeira, em todos lugares que eu andei visitando, e isso acontece. Então, nós temos que, inclusive eu reclamo sempre, já coloquei as minhas idéias várias vezes no orçamento para fazer mais unidades militares entre Bonfim e Tireóis(F). Nós temos quase mil quilômetros de fronteira sem nada. A Guiana é lógico que é pobre, nunca vai invadir, mas tem que ter. E também porque tendo a unidade a gente faz isso, progride, cria mais condições. Eu acredito que é pela indústria bélica nacional que nós temos que fazer isso. Nós vamos criar muito emprego, melhorar a nossa capacidade de dissuasão e vamos crescer. O Brasil vai crescer e vamos ficar mais tranqüilos em relação a um possível, que nunca vai acontecer, se Deus quiser, mas um possível problema futuro. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Augusto Botelho. Então para suas considerações finais, eu passo a palavra ao General Barros Moreira novamente e depois eu pediria aos Senadores que puderem ficar mais dois minutos, que nós vamos votar só dois Requerimentos Extrapauta aqui do Senador Fernando Collor, já que os outros requerimentos os autores não estão aqui, que é o Senador Heráclito e o Senador Inácio Arruda e o outro de minha própria autoria ficam adiados os itens dois, três e quatro. Nós votaremos só os dois Requerimentos Extrapauta, que tem inclusive ligação

com o tema que estamos discutindo. Com a palavra, o Sr. General de Exército.

SR. JOSÉ BENEDITO DE BARROS MOREIRA: Agradeço o convite. Fiquei muito honrado em aqui comparecer e poder eventualmente contribuir para esclarecer, levantar algumas questões, refletir sobre o problema brasileiro, particularmente naquilo que concerne a nossa Defesa Nacional. Eu volto a esse Senado nessa função, já tive sentado ali atrás como Assessor Parlamentar do Ministro do Exército naquela ocasião. Trabalhei com o então Coronel Ciro Albuquerque, hoje General na reserva, e era o Senado exatamente a minha área de circulação. Me sentia muito bem aqui, continuo me sentindo. Foi com muito prazer que eu compareci, fico honrado com isso. Estou à disposição caso precisem conversar sobre qualquer assunto, em que minhas opiniões, minha experiência de vida profissional possam ser úteis. Falei e repito em nome pessoal, muito embora eu não esteja alheio às Forças - quando a gente fala em Marinha e Aeronáutica também é pelo conhecimento, pela vivência - e são pessoais, embora eu seja hoje Assessor Especial Militar do Ministro da Defesa, eu falei em meu nome pessoal. Isso é muito claro e muito importante que se diga. Nem falei pelas Forças que têm seus Comandantes para falar, e é muito útil que venham aqui para diretamente prestar informação detalhada sobre cada Força. Muito obrigado a todos os Senhores pela atenção e pela distinção da acolhida.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Nós que agradecemos, General, muito obrigado. Foi muito oportuno e muito interessante a sua participação. Obrigado. Voltando, portanto, à pauta, eu quero só lembrar que tem o Requerimento 42 e o Requerimento 43, do Senador Francisco Dornelles. Foram aprovados, ambos colocados no início da Sessão. Extrapauta são dois requerimentos. Eu passo a palavra ao Senador Fernando Collor, que é o Requerimento pedindo informações à Ministra da Casa Civil e em seguida também que pede o convite ao Embaixador de Cuba para aqui também comparecer. Com a palavra, o Senador Fernando Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, em relação ao primeiro Requerimento, ele trata da solicitação que se faz à Ministra Chefe da Casa Civil, Ministra Dilma Rousseff, para que envie a esta Comissão o Relatório conclusivo do Grupo de Trabalho Interministerial, criado para análise da situação de nossas Forças Armadas e para que nos próximos anos sejam destinados os necessários recursos aos projetos que levem a modernização de seus equipamentos. Como está planejado por esta Comissão ouvirmos os Comandantes Militares proxima-

mente, eu acredito que seria útil se nós pudéssemos já ter em mãos esse Relatório para podermos discutir de forma mais objetiva com os Comandantes Militares, já que o problema todo, nós verificamos, vem sendo a falta que sofre as Forças Armadas hoje, a falta de recursos para que possam as Forças se modernizarem e ao mesmo tempo manterem-se operacionalmente. Essa é a justificativa da solicitação do Requerimento que faço, Sr. Presidente. O segundo é um convite para que seja... Convite ao Embaixador da República de Cuba, Embaixador Pedro Nunez Mosqueira, para que ele possa vir aqui à Comissão de Relações Exteriores discorrer sobre a ALBA, que é a alternativa bolivariana para as Américas, que é uma política de integração da América Latina, mais uma de tantas iniciativas de integração. E também dentro desse contexto latino-americano, eu tenho certeza que o Embaixador com a sua experiência, com a sua capacidade, ele poderá nos dar muitas luzes, jogar muitas luzes sobre essa discussão da geopolítica regional em que o Brasil está inserido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado. Portanto, em discussão o Requerimento nº. 40, que requer nos termos do § 2º do Art. 50 da Constituição Federal, combinado com o Art. 216 do Regimento Interno do Senado, que sejam prestadas pela Exm^a. Sr^a. Ministra da Casa Civil informações a respeito do relatório do Grupo de Trabalho Interministerial por ela coordenado, relativo às ações necessárias para o reaparelhamento e modernização dos equipamentos das Forças Armadas, bem como o encaminhamento do respectivo documento a essa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Eu esclareço que está prevista Audiência com os Ministros... Com os Comandantes das áreas militares, das três Forças Armadas, previsto para o dia 12 de julho, e provavelmente o Ministro das Relações Exteriores antes, a idéia é que seja no dia 5. Nós teremos Ministro das Relações Exteriores no dia 5 e das Forças Armadas, e o Ministro da Defesa também está previsto vir junto, pelos entendimentos viriam os quatro juntos, ele gostaria de estar presente. Eu peço só a Secretaria, portanto, que em relação a esse Requerimento que nós possamos ter mais rapidez, para ver se até o dia 12 nós já temos aqui as informações, acerca de quase um mês, pedindo a rapidez da Ministra da Casa Civil. Em discussão. Senador--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, só uma observação. Aquele que virão os Chefes das Forças Armadas... Vão ser separadas as audiências, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não, serão o Ministro da Defesa e os três Chefes das Forças Armadas.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): A discussão do orçamento vai ser separada? É esse?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não, não é de orçamento. É para discutir a situação das Forças Armadas, exatamente o aparelhamento e a questão de fronteira nossa.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sobre o orçamento da Forças Armadas, não?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não, o orçamento ficaria para depois.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Está bem. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Aprovado. O Requerimento nº. 41, também de autoria do Senador Fernando Collor, que prevê que seja convidado o Embaixador da República de Cuba, Pedro Nunez Mosqueira, para discorrer sobre a alternativa bolivariana para as Américas e a política de integração da América Latina. Em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Aprovado. Senador Dornelles está com a palavra.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu havia apresentado pedido a... Que fosse apresentado dois requerimentos, um dirigido ao Ministério da Fazenda e outro das Relações Exteriores. Apenas para indagar a V.Ex^a. se foram aprovados ou se precisam ser aprovados esses requerimentos ainda?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Já foram aprovados. São aqueles dois requerimentos que foram apresentados verbalmente no início da Sessão. Exato. Então só... São os dois aqui. Eu já me referi aos dois e ao Requerimento 42 e, exatamente prevendo que as informações ao Ministro, requerendo informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores referente ao acordo de trocas de informações fiscais, *Tax Information Exchange Agreement*, firmado entre Brasil e Estados Unidos em 20 de março de 2007, foi já aprovado. E o outro Requerimento, que é o 43, requerendo ao Ministro do Estado da Fazenda as mesmas informações do mesmo tratado assinado em 20 de março de 2007.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu queria perguntar a V.Ex^a. Sr. Presidente, em relação a esses requerimentos aqui da minha parte que foram aprovados, se depois pudesse acompanhá-los na hora do pedido de informação um pequeno detalhe de alguns itens que gostaríamos de ver respondidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeitamente, V.Ex^a. pode complementar o Requerimento e que--

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sugestão do ilustre Senador Fernando Collor de Mello pra saber se realmente antes de aprovado pelo Senado, se as autoridades já estão atuando como se eles tivessem sido aprovados?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeito. Porque após esse Requerimento, após a votação dessa Comissão, ainda vão para Mesa, para Mesa encaminhar aos Ministérios. Podemos fazer a complementação ainda.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Nada mais havendo a tratar, portanto está encerrada a Reunião.

Sessão encerrada às 13h08.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA VINTE E UM DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS DEZ HORAS.

Às dez horas e cinquenta e dois minutos do dia vinte e um de junho do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador HERÁCLITO FORTES, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores EDUARDO SUPPLY, INÁCIO ARRUDA, ROSALBA CIARLINI, MARIA DO CARMO ALVES, MARCELO CRIVELLA, GILVAM BORGES, FLEXA RIBEIRO, MÃO SANTA, AUGUSTO BOTELHO, ANTONIO CARLOS VALADARES, EDUARDO AZEREDO, MARCO MACIEL, MOZARILDO CAVALCANTI, JARBAS VASCONCELOS, JOÃO RIBEIRO, PAULO DUQUE, SERYS SLHESSARENKO, EDISÃO LOBÃO, ROMEU TUMA, LEOMAR QUINTANILHA, VALDIR RAUPP, JOÃO TENÁRIO E FERNANDO COLLOR. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente coloca em votação requerimento com extra pauta: Requerimento nº 44, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que *“Requer nos termos regimentais que seja convidado a comparecer à*

esta Comissão o Senhor Marcel Granier, Presidente da Radio Caracas Television – RCTV – a estação de radiodifusão e televisão da Venezuela, recentemente fechada pelo Presidente daquele país, Hugo Chavez, para que possa discorrer sobre os acontecimentos que culminaram com o referido fechamento.” Aprovado. O Presidente convida os Senhores Embaixadores Carlos Eduardo Sette Camara da Fonseca Costa e Eduardo Prisco Paraíso Ramos para compor a mesa. O presidente passa à apreciação da pauta. Item 01: Mensagem (SF) Nº 76 de 2007, de autoria do Presidente da República, que *“Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Carlos Eduardo Sette Camara da Fonseca Costa, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Paquistão.”*. O Senhor Presidente convida os Embaixadores para comporem a Mesa. Faz uso da palavra o Senador AUGUSTO BOTELHO para a leitura do seu relatório. O Presidente concede a palavra ao Senador MOZARILDO CAVALCANTI. Item 02: Mensagem (SF) Nº 86 de 2007, de autoria do Presidente da República, que *“Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Eduardo Prisco Paraíso Ramos, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Panamá.”*. Faz uso da palavra o Senador MÃO SANTA para a leitura do seu relatório. O Presidente abre a votação. O Presidente concede a palavra ao Embaixador CARLOS EDUARDO SETTE CAMARA DA FONSECA COSTA para fazer sua exposição. O Presidente concede a palavra ao Embaixador EDUARDO PRISCO PARAÍSO RAMOS para fazer sua exposição. O Presidente concede a palavra ao Senador EDUARDO SUPPLY. A sessão torna-se secreta as doze horas e quarenta e sete minutos. Reaberta a Sessão o Presidente comunica a aprovação dos indicados. O Senhor Presidente nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às doze horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO MOTA DA SILVA, Secretário Adjunto da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª

LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 21 DE JUNHO DE 2007, ÀS 10 HORAS E 52 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): 19ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa... Da 19ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Sobre a Mesa... Requerimento.

Nos termos regimentais requero a V.Exª que seja convidado a comparecer a esta Comissão o Sr. Marcelo Granier, Presidente da Rádio Caracas, a estação transmissão de televisão da Venezuela recentemente fechada pelo Presidente daquele País para que possa discorrer sobre os acontecimentos que culminaram com o fechamento. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos à pauta que consta de dois itens. Itens não-terminativos.

Mensagem nº. 76. Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa, Ministro de segunda classe de carreira do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Paquistão. O autor é o Presidente da República e o Relator é o Senador Augusto Botelho.

O segundo item submete à apreciação a indicação do Sr. Eduardo Prisco Paraíso Ramos, Ministro de segunda classe de carreira diplomática do quadro permanente do Ministério de Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Panamá. O autor é o Presidente da República, o Relator é o Senador Mão Santa. Convido os Srs. Embaixadores a tomar assento à Mesa dos trabalhos.

Aproveito para me congratular com o Senador Eduardo Azeredo pela convocação do Presidente da televisão venezuelana a esta Casa, com o intuito de prestar esclarecimentos sobre os episódios ocorridos naquele País. Congratulo com V.Exª, e V.Exª está incumbido de fazer o contato necessário para que esta Sessão seja realizada de acordo com o entendimento entre V.Exª e o convidado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, só...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Pois não, V.Exª tem a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só para informar que a perspectiva que possa ser ainda dentro desse mês, junho, que será realmente muito importante para que nós possamos ter um pouco mais

de informações sobre a situação do ponto de vista de liberdade de imprensa e suas conseqüências para o continente como um todo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): V.Exª tem razão e quero registrar também o caráter unânime desta aprovação, o que é um registro importante para essa Comissão.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Augusto Botelho, Relator da mensagem concernente à apreciação do nome do Sr. Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa. Tem V.Exª a palavra.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, meu Relatório é apoiado no art. 52 inciso IV da Constituição Federal e Legislação Ordinária pertinente, o Sr. Presidente da República por meio de mensagem 284 de 24 de abril de 2007 submete à apreciação do Senado Federal a indicação do nome do Sr. Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa, Ministro de segunda classe da carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério de Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Paquistão. Atendendo a preceito regimental a mensagem presidencial se faz acompanhada a exposição de motivo de Ministro de Estado das Relações Exteriores e *curriculum vitae* do Diplomata indicado.

Do informe preparado por aquele Ministério recolhemos os dados abaixo para este Relatório que servirão de subsídio para a decisão dessa Comissão. O Sr. Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa é brasileiro, nasceu em Belo Horizonte em 13 de setembro de 49. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 73, ingressou na carreira diplomática em 75. Em 77 concluiu mestrado em Direito da energia nuclear pela Comissão Nacional de Energia Nuclear. Em 78 serviu na Embaixada de Madri e em 80 na Embaixada de Bogotá, onde foi laureado com a ordem do mérito civil grau cavaleiro do Governo da Espanha. Em 81 concluiu o curso de altos estudos pelo Instituto Rio Branco, em 82 torna-se Primeiro Secretário por merecimento. Foi evoluindo na carreira e em 84 torna-se chefe substituto da divisão de operações comerciais, em 88 assume chefe substituto da divisão de programa de promoção comercial e posteriormente chefe substituto da divisão de protocolo. Em 89 ascende a conselheiro de carreira por merecimento e designado para chefe da divisão de protocolo. Em 92 retorna ao Brasil assume a chefia de gabinete da sub Secretaria-Geral de Assuntos da Integração Econômicos e comerciais. Em 94 ascende a Ministro de Segunda Classe, segue para a Embaixada de Lisboa onde exerce função de Ministro Conselheiro. Em 97 representa o Brasil no Comitê de Comunidades

de Países de Língua Portuguesa e é laureado com a ordem do mérito civil pelo Governo de Portugal. Grau de grande oficial. Em 88 no Consulado de Zurique recebe a ordem infante Dom Henrique do Governo de Portugal grande oficial novamente. E finalmente em 2002 é designado Embaixador em Jacarta, ontem serve até o presente.

Sobre o País sobre o qual se pretende nomeação como Embaixador da defesa diplomática, a República Islâmica de Paquistão aduzimos aqui algumas considerações sempre no intuito de subsidiar o debate e a decisão a cargo dessa Comissão com base no informe preparado pelo Ministério das Relações Exteriores. O Paquistão se situa no sul da Ásia confinado com a Índia e Afeganistão(F) tem uma extensão de 804 mil quilômetros quadrados uma população de 165 milhões de habitantes. 97% de muçulmanos. A base econômica é a indústria e a prestações de serviços. 77% do PIB é de prestação de serviço. Apesar de grande importância da agricultura que emprega metade da população e gera 22% do PIB.

O envolvimento das Forças Armadas na política dos paquistaneses é intenso em toda sua história independente. Está prevista a eleição de novo Presidente em outubro de 2007 em que será escolhido por um colégio eleitoral. Na ausência de oposição de vulto espera-se que o Presidente Musharraf seja reeleito.

A política externa paquistanesa repousa sobre dois eixos, as conturbadas relações com a Índia e aliança pendular com os Estados Unidos. As relações com os Estados Unidos têm se alterado em momentos de extrema aproximação e distanciamento nos últimos dos quais em 98 na seqüência dos testes nucleares. O movimento pendular leva a elite paquistanesa a acusar os norte-americanos de não confiáveis embora o Paquistão ao contrário defina-se como maior olhar Estados Unidos na Ásia. Os Estados Unidos asseguram que as relações continuarão a se aprofundar inclusive na esfera militar e de defesa. Essas promessas, porém têm de matizadas à luz de relações com Washington, que Washington está se desenvolvendo com a Índia, foco real de sua política no subcontinente. No que diz respeito ao relacionamento com o Brasil este mantém-se em nível correto e cordial, com apoio recíproco em instâncias importantes. A participação paquistanesa no G-20 evidenciada pela reunião de coordenação organizada por este País em setembro de 2005 coincidiu com a visita bilateral do Chanceler brasileiro e demonstra que Islamabad está engajada no tema de comércio agrícola que é de grande interesse para o Brasil. O apoio mútuo em relação às candidaturas e apoio de entidades internacionais é constante. O comércio bilateral embora modesto tem perspectivas

favoráveis impulsionadas por contatos oficiais empresariais incrementados a partir da visita do Presidente Musharraf ao Brasil em novembro de 2007.

Principal produto que nós exportamos para o Paquistão é o algodão, o algodão em rama, e esperamos aumentar esse comércio, pois ainda são muito reduzidas as nossas exportações para o Paquistão. O mais importante de nossa... Bom, é o algodão. Espera que o Brasil em breve passa a ser o principal fornecedor da indústria têxtil paquistanesa, uma das mais importantes do mundo. É secundado pelo açúcar, que tem seu volume ditado pelas questões climáticas que afetam o plantio e colheita no Paquistão e pela alta qualidade do produto brasileiro em comparação com o concorrente indiano que é sensivelmente inferior. Essa pauta está se modificando e integrando cada vez mais manufaturados de maior valor agregado. É significativo nesse contexto ressaltar o aumento de nossas exportações de máquinas e peças de nove milhões de dólares em 2004 para 23.4 milhões em 2006. Em contraposição a lista paquistanesa tem mantido perfil tradicional de manufaturados com ênfase para os produtos desportivos e equipamentos cirúrgicos.

Diante do exposto julgamos que os integrantes dessa Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial. Nada mais podendo ser aduzido no âmbito desta Comissão. Nosso parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Tem V.Ex^a a palavra.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Gostaria de pedir antes do próximo Embaixador falar, não sei se vou ficar até o final da Sessão, por isso peço a oportunidade de falar agora, para comunicar os membros da Comissão, V.Ex^a já acertei, que ficou então acertado o Requerimento já aprovado para a vinda da Dr^a. Rosália Arteaga que é Secretária da Organização Cooperação Amazônica para vir no dia 28 deste mês, e para a Embaixadora da Guiana para vir explanar sobre relações bilaterais no dia 5/7. Gostaria nesse último ponto de pedir a V.Ex^a que espesse o convite à Embaixadora que está apenas esperando a oficialização. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Eu agradeço a V.Ex^a e solicito à Secretaria da Mesa que tome as providências no sentido de viabilizar essa convocação atendendo solicitação de V.Ex^a.

Vamos ouvir os pareceres dos dois, sobre os dois Diplomatas e em seguida ouviremos cada um deles. Passo a palavra agora ao Senador Mão Santa, Relator da indicação do Sr. Eduardo Prisco Paraíso Ramos, Ministro de segunda classe de carreira di-

plomática do quadro permanente de Ministério das Relações Exteriores para o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Panamá. Com a palavra o Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Presidente Heráclito, Senadores e Senadoras, apresento aqui o currículo do nosso candidato a Embaixador lá no Panamá, o Sr. Eduardo Prisco Paraíso Ramos, Ministro de segunda classe de carreira Diplomata do quadro permanente para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Panamá. A Constituição atribui competência privativa do Senado Federal para examinar esses casos. Ministério das Relações Exteriores atendendo a preceito regimental elaborou o *curriculum vitae* do candidato.

Ele é carioca, novo, nasceu em 1951. Eduardo Prisco Paraíso Ramos, mas vamos ser breve e resumindo. O candidato como... Primeiro está já condicionado aqui, eu acho que todos que fazem parte dessa Comissão o respeito que temos àqueles que são de carreira. Que fizeram Instituto Barão do Rio Branco. Então o que nós temos é que aprender com esses homens. O nosso candidato, por exemplo, ele já tem mais de 30 anos no Itamaraty, ele já teve lá no Panamá 25 anos atrás, mostrando a experiência e a grandeza do trabalho que vai realizar pelo Brasil. E no seu currículo, como todos eles, vamos dizer, o Instituto aí Rio Branco, o Itamaraty, que aqui mesmo a Casa tem um quadro vale por dez mil palavras. A cultura do Arthur Virgílio simboliza a vida e a cultura de cada um desses. Está muito bem representado nessa Casa. Então nós vamos ser breves, o candidato é qualificado, o Panamá está aí.

O Panamá mudou a história do mundo, mudou a história da globalização. A globalização ela começou mesmo pelo mar. E então, com o nascer do Canal do Panamá ela mudou. Ela mudou e o atestado está na civilização do Chile, que é uma civilização avançada, é a civilização hoje mais civilizada das Américas, o Chile está hoje acima do Canadá, o Chile está acima dos Estados Unidos, estão em guerra, são verdadeiros monstros, por quê? Porque está na influência dos ingleses. Foram os ingleses que civilizaram o Chile. E não os espanhóis. Os espanhóis olharam mais foi para o Peru. A primeira universidade foi lá em Peru, a São Marcos, mostrando o empenho do vice-rei. Mas ali o inglês que tinha dinheiro, o inglês que derrotou o Napoleão com poderio francês, então ele se fixou ali em Valparaíso, e lá foi o ponto interposto de todo transporte de navegação e de globalização. E ela floresceu com dinheiro inglês e educação inglês. Então o Chile é uma Inglaterra civilizada. Santiago é uma Londres. É a melhor civilização das américas hoje.

Mas porque teve essa participação. E o canal então mudou. Esse canal foi uma visão dos franceses, mas eles não tiveram recurso e apanharam na saúde pública. Morria muita gente e era esse mesmo mosquitinho que está matando o Piauí, do Heráclito e do Mão Santa e o Mato Grosso. Teresina está morrendo cinco por semana. Eu nunca vi e um Temporão com aquele papo dele com negócio de galã ele está no caminho de se enterrar. Porque em 1950, não tinha mais dengue no Brasil. Ela foi extinta. Eu não sou simpatizante do Fidel Castro, não, mas ele extinguiu, não tem mais na Cuba. Deu uma peste e acabou. E lá na Colômbia também, Heráclito, acabou. Não sei se a maconha que é bom, porque acabou. Não tem dengue. Então vamos mandar aqui e liberar esse diabo porque é grave o problema. Voltou, o mosquitinho é o mesmo, mas com a gravidade, Heráclito e aproveitando isso para entrar lá. Porque é o mesmo mosquito. É o mesmo. O *Aedes Aegypti*. É o mesmo da febre amarela daquele tempo, e o Oswaldo Cruz ganhou e agora só tem conversa. E fica bobando, falando negócio do zeca feira, não sei o que, da cerveja, e o dengue que está matando e pressionando. E com a gravidade. Tem quatro tipos de vírus, um deles é que causa dengue hemorrágica, e antigamente era 4,5% que morria. E hoje não se sabe porque está morrendo 13,5 de quem tem dengue hemorrágica. Ou o vírus está mais virulento ou a resistência do povo brasileiro está menor. Mas está grave e nós estamos aí. Mas eles enfrentaram isso e venceram o mosquito nessa época, com dinheiro, os americanos, foi o primeiro exemplo de saneamento de cidade, eles derrotaram primeiro o mosquito, a febre amarela e construíram.

Heráclito, é tão importante a obra que eu acho que todo engenheiro devia antes de receber a carteira do CREA conhecer. É uma obra de engenharia fantástica, mudou o mundo e dá repercussão para nós. Nós temos pouco comércio com ele, a não ser a EM-BRAER que vendeu algumas dezenas de aviões para a empresa e comércio porque disputa turismo, Caribe nós não temos muito. Mas eles estão ampliando o canal, alarguando, porque os estaleiros hoje fazem navios em dimensões quase do tipo do Titanic. Então eles vão... Quer dizer que isso pode ser uma grande oportunidade para o nosso Embaixador levar empresas brasileiras que tem grande... Mas não leva a Gautama, não. [risos] que dá confusão. Mas eu vejo um mercado. Agora eles foram felizes porque fizeram, mudou o mundo com o Canal do Panamá, e tinha um contrato que com cem anos devolveria. E eles foram felizes porque era o Jimmy Carter Presidente dos Estados Unidos. Se fosse esse desvairado aí do Bush, ele inventava ali um atentado e terrorismo e não devolvia. Então na

devolução que só um Jimmy Carter, um estadista fez o povo tornou-se livre, o povo é independente, o povo está trabalhando e é uma civilização organizada. E o Brasil está lá presente. Quando o Parlatino conseguiu um desses imóveis invejáveis, através de Ney Lopes, um grande Presidente brasileiro que era o Presidente do Parlatino, ele foi o companheiro do nosso Garibaldi na chapa e não é mais, e ele conseguiu um imóvel americano que eles doaram quase todas as universidades privadas foram beneficiadas, porque ganharam as instalações norte-americanas, e então têm essa perspectiva de desenvolvimento cultural universitário enorme. As privadas estão bem instaladas pela estrutura norte-americana.

Então o Diplomata aí, o País está aí, e eu vejo perspectiva nisso. É um povo, não é que teme essa cultura. Cultura francesa e americana. Então é um povo. Agora Heráclito, Teresina é fria lá. Ô lugar quente! Eu andei e o melhor lugar que achei foi um shopping que tinha ar-condicionado pra passar o dia com a Adalgisa lá.

Então acho que ninguém melhor do que o nosso Embaixador, esse é o Relatório, e quando nós sempre votamos. E eu acho que essa Comissão se portou bem, que deu um freio ao Governo que aí está que no início do nosso Governo mandava companheiros como destruí-lo a estrutura administrativa do nosso País colocando aquilo que o Getúlio bolou através do DASP, através dos livros de chefia administração, publicado por [inaudível] Estelita que tinha um corpo como o meu, o da França, o Presidente [inaudível] só vai nomear 350 pessoas. O Presidente da República aqui, segundo reportagem nomeava 24 e aumentou agora. O nosso Primeiro-Ministro que substituiu o Tony Blair, só vai substituir 150. E no início do palácio era useiro e vezeiro de botar companheiros na Embaixada. E nós aqui voltamos a bola preta o Heráclito orientava aí, agora não, é tudo bola branca e que sejam felizes e acreditamos no Itamaraty. Esse é o nosso Relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Antes de passar a palavra ao Embaixador Sette Câmara, eu gostaria de dizer que a partir de agora está aberto o processo de votação para permitir os Srs. Senadores cumpram com seus deveres Parlamentares em outras Comissões.

Concedo a palavra ao Embaixador Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca.

SR. CARLOS EDUARDO SETTE CAMARA DA FONSECA COSTA: Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu começaria dizendo que o Paquistão certamente é uma das encruzilhadas do mundo de hoje em dia. É uma das encruzilhadas da cena internacional. Eu acho que para compreender o Paquistão é preciso fazer uma

curta introdução histórica. O Paquistão e a Índia surgiram em 47, quando os ingleses viram, perceberam que não tinha como controlar a independência da Índia. Viram que a independência seria um fato consumado e mandaram um vice-rei com a finalidade específica de negociar a independência da Índia. O vice-rei chegou, queria manter a Índia íntegra, inteira, ou seja, a Índia em si mesmo e o Paquistão, mas percebeu logo que os muçulmanos não aceitariam fazer parte da Índia, que queriam um Estado próprio. O rei percebeu imediatamente isso, e levou ao Gandhi e ao Neru, que eram os negociadores indianos, que depois de muita relutância acabaram aceitando a divisão da Índia em dois Países. Paquistão e Índia em si mesma.

No processo de divisão da Índia foi chamado um Advogado inglês e a ele foi dado 45 dias para fazer o mapa da Índia e o mapa do Paquistão, ou seja, para dividir os Países. Tempo curtíssimo, sem dúvida. Em 45 dias esse Advogado inglês, um Advogado da praça Londrina dividiu o País, apresentou os resultados ao vice-rei inglês que convocou o Gandhi, Neru, e o paquistanês que depois também de muita relutância acabaram aceitando essa divisão que foi uma divisão religiosa. O Advogado inglês utilizou como dados essencialmente os mapas religiosos do País.

Logo em seguida a Índia e o Paquistão tiveram independência em agosto de 47, vão fazer 60 anos, houve um processo crucial e dramático que foi a mudança dos muçulmanos da Índia para o Paquistão e dos hindus da Índia para a Índia em si mesmo. Esse processo foi dramático porque eram milhões de pessoas que se locomoviam a pé e havia assassinatos em que morriam centenas e milhares. Os trens chegavam às estações, seja ao Paquistão seja na Índia com sangue escorrendo naqueles vagões de gado. Uma coisa dramática. E é importante também salientar que um grande ponto de discórdia entre a Índia e o Paquistão é a Caxemira. A Caxemira, quando o inglês dividiu a Índia, esses vários principados dos marajás, maior era a Caxemira. O marajá da Caxemira era hindu, mas o povo era muçulmano. Então o Paquistão invadiu, mas o marajá aderiu à Índia. Mas houve uma revolução interna na Caxemira, o povo insurgiu-se, houve uma invasão no Paquistão, foi a primeira guerra e em seguida a Caxemira foi dividida dois terços para a Índia e um terço para o Paquistão. E até hoje aquilo gera guerra. A última guerra foi em 99, senhores, e uma guerra dramática. A seis mil metros de altura morria muito mais gente de frio do que de combate a si mesmo. Seguramente, porque lutava às vezes menos 50 graus abaixo de zero.

Feita essa breve introdução sobre a história do Paquistão e da Índia, falarei um pouco sobre a política

interna. Eu diria que o País talvez seja mais unido pela adversidade a Índia do que outra coisa--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pediria que o senhor incluísse Bangladesh também porque acho que é relevante e gostaríamos de aprender com o seu conhecimento. Por favor.

SR. CARLOS EDUARDO SETTE CAMARA DA FONSECA COSTA: Muito obrigado, Sr. Senador. Quando foi dividido a Índia e o Paquistão criaram dois Estados do Paquistão. O Paquistão ocidental que é o Paquistão de hoje e o Paquistão oriental que é a Bangladesh de hoje. O que é que ocorreu com Bangladesh os indianos estimularam as dificuldade que sentiam os bengalis de se adaptarem a um Governo que estava três mil quilômetros de distância que era o Governo de Islamabad. Então os indianos deram, estimularam essa insurgência de Bangladesh durante muito tempo até que em 1971 houve, Bangladesh separou-se do Paquistão, os paquistaneses invadiram Bangladesh, mas enfim chegou-se a uma solução em que foi reconhecida a independência de Bangladesh que hoje que enfim, é um Estado importante, muçulmano, mas com uma etnia diferente da etnia paquistanesa. Eu não sei se o Sr. Senador está satisfeito. Muito obrigado, Sr. Senador.

Então eu voltaria a dizer que o País talvez seja mais unido pela adversidade em relação à Índia do que qualquer outra coisa. Houve uma sucessão de governos militares e civis, mas muitos governos militares, existe mesmo aqueles que dizem que o Paquistão é um Exército com um País, não um País com um Exército. E o atual Presidente ascendeu ao poder em 1999 em circunstâncias interessantes. Ele era o chefe do Exército, foi fazer uma visita à Índia e o então Primeiro Ministro resolveu demiti-lo, mas o demitiu de uma forma curiosa. Quando ele estava chegando proibiu que o avião aterrissasse no Paquistão. O atual Presidente, de dentro do próprio avião, conclamou seus colegas militares e fez um contra golpe naquele momento. Ou seja, nas poucas horas em que o avião sobrevoava o Paquistão ele conseguiu desencadear um contra golpe. E no momento do avião baixar ele sentia dúvidas porque ele não tinha partidários de confiança, não tinha o General de confiança na torre. Até que conseguiu chamar um General de confiança com que ele se entendeu e o avião desceu. Mas quando desceu tinha gasolina para voar um minuto ou dois. Ele foi até o fim, não arriscou. É um homem prudente, um homem determinado, eu diria.

No momento o Presidente do Paquistão exerce a chefia do Exército e a Presidência. Esse é o grande problema político do Paquistão. Porque a Corte Suprema não quer que ele exerça essas duas prerrogativas.

E a Corte Suprema mencionou isso, deixou claro que não vão aprovar. O que fez o Presidente do Paquistão? Ele suspendeu o Presidente da Corte Suprema. E essa suspensão realizada dois meses atrás resultou em uma escalada enorme de violência no País. De dois meses para cá já devem ter morrido algo em torno de 500 paquistaneses em lutas de rua a favor do Presidente da Corte Suprema que está suspenso e não pode exercer o mandato dele na Corte Suprema. E há, eu diria, um cenário duvidoso em relação às próximas eleições que terão lugar em outubro justamente por isso porque não há uma Corte Suprema, o Presidente suspendeu, há manifestações de rua e não se sabe exatamente o que vai acontecer. O Presidente tem o apoio do Exército. Mas não se sabe se será suficiente porque eles estão enfraquecidos por essas manifestações de rua que são novidade no Paquistão. Isso não ocorre há 40 anos.

Falando um pouco de política externa, Srs. Senadores, como o Senador Augusto Botelho mencionou, o Paquistão vive numa relação de amor e ódio com os Estados Unidos. No momento essa relação é de amor. E por que é que é de amor? Porque depois do 11 de setembro os americanos que haviam abandonado o Paquistão quando o Paquistão explodiu a bomba dele em 98 os americanos determinaram uma série de boicotes e tudo mais. O País quase foi à falência. Então houve o 11 de setembro e os americanos perceberam que o Paquistão era vital para eles. Porque tinha de um lado o Bin Laden que está lá dentro, de outro a Al Qaeda, a oeste o Afeganistão, com a guerra do Afeganistão. Enfim, o Paquistão passou a ser vital, os americanos passaram a fornecer toda a sorte de equipamentos militares e tudo mais. E prossegue a guerra no Afeganistão, uma guerra que muita gente pensa, inclusive eu, pelas leituras que fez em relação ao assunto, que é uma guerra equivocada, no sentido... Ou melhor, os Estados Unidos se equivocaram. Invadiram o Iraque e não invadiram o Paquistão. Invadiram o Iraque sem ter motivos. Claro, inventaram aqueles motivos que os senhores conhecem. Mas não invadiram o Afeganistão, e que seria facilmente como os meios que eles têm no Iraque conseguiriam subjugar facilmente a Al Qaeda, o Taliban e quem sabe até capturar o Bin Laden. Mas enfim, houve um erro de foco aí. Ao invés de deixarem seus recursos militares para o Afeganistão, deixaram os recursos com o Iraque.

Também mencionando que tem uma dinâmica muito própria no Paquistão em relação à Índia e em relação à China, o grande inimigo do Paquistão é a Índia e o grande amigo é a China. A China é tida pelo Paquistão como amigo de todas as horas. Inclusive acabou de construir um porto de águas profundas no Paquistão,

importantíssimo. Outro fato importante a mencionar, Srs. Senadores, Sr. Presidente, a questão da bomba atômica. Os indianos explodiram a bomba atômica e o então Presidente do Paquistão disse o seguinte, olha, nós vamos... um pouco parodiano, Churchill... Nós morrer de fome, vamos morrer de sede, não teremos o que comer, mas vamos ter uma bomba. E realmente fizeram essa bomba em 1998, e dizem inclusive que exportaram a tecnologia da bomba atômica para o Irã e para a Coréia do Norte. Todos dizem que isso foi o Paquistão através de um grande cientista deles que é o pai do programa nuclear que exportou essa tecnologia para o Irã e para a Coréia do Norte.

O Brasil tem relações sólidas, Srs. Senadores, Sr. Presidente, no momento há um Projeto muito interessante que é Projeto de mísseis anti-radiação que eu vim a saber que são mísseis anti-radar. Então esse projeto é um projeto com a FAB, com a Força Aérea do Paquistão e com uma empresa de São Paulo chamada MECTRON. Tanto quanto eu saiba e eu visitarei a empresa na semana que vem o Projeto está indo de velas enfunadas. Relacionamento muito positivo do Brasil eles sempre nos apoiaram em temas internacionais, o comércio é importante, algo em torno de 200 milhões de dólares para nós, como disse o Sr. Relator Senador Augusto Botelho, nós exportamos, sobretudo, algodão e açúcares. Eles exportam muito menos, exportam 10 milhões de dólares somente uma balança amplamente favorável ao Brasil. Sr. Presidente, Srs. Senadores, penso que fiz a minha exposição. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Damos agora a palavra ao Sr. Eduardo Prisco Paraíso Ramos, indicado para o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Panamá.

SR. EDUARDO PRISCO PARAÍSO RAMOS: Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, creio que também farei uma exposição... Uma breve exposição histórica situando um pouco o surgimento do País Panamá e depois falarei um pouco mais sobre o Panamá de hoje.

A colonização espanhola na América Central visou basicamente descobrir a passagem de um oceano ao outro, a existência do Oceano Pacífico era uma coisa que os espanhóis aprenderam pelos indígenas que eles manifestaram que havia um mar do outro lado. E procuraram, os espanhóis procuraram o tempo inteiro descobrir uma forma de transitar de um lado para o outro por uma via aquática. Quer dizer, há inclusive um poema longo muito interessante do poeta nicaraguense Ernesto Cardenal, ex-Ministro da Educação no primeiro governo sandinista que se chama “O estreito duvidoso” que havia dúvidas se haveria esse estreito que comunicaria os dois oceanos e enfim houve uma

série de... Isso o poema dele é um poema muito interessante que relata toda essa tentativa espanhola de chegar ao Oceano Pacífico. Isso só foi conseguido, o Oceano Pacífico só foi visto por Vasco Núñez de Balboa, no Panamá levado que foi por indígenas. Por todas as tentativas anteriores de expedições a selva trouxe essas expedições e os espanhóis jamais chegaram do outro lado.

Descoberto o Oceano Pacífico, foi exatamente do Panamá que partiu a expedição de Pizarro que depois vai conquistar o Peru, descobre a prata e enfim todas as riquezas do alto Peru, as Minas de Potosí, e começam os espanhóis a transportar a prata e ouro do Peru e da Bolívia para a cidade do Panamá então já existente, e transportar em lombo de mulas para uma pequena cidade no Caribe panamenho, exatamente a cidade de Porto Belo que o Senador Mão Santa me contava que tinha visitado, o Cristo negro de Porto Belo, e as riquezas do alto Peru eram ali estocadas e depois trocadas por mercadorias por bens que vinham, mercadorias que vinham da Espanha, os famosos galeões espanhóis que voltavam então para a Espanha pelo Caribe carregados de prata e ouro do Peru e eram atacados pelos piratas ingleses, pelos corsários franceses, enfim, a cidade do Panamá foi atacada várias vezes. A última vez foi atacada por Henry Morgan e os espanhóis queimaram a cidade sabendo da chegada do Henry Morgan e tiveram que reconstruir a cidade num outro extremo, outro ponto da baía. Quem visita o Panamá vê as ruínas de Panamá Viejo e do outro lado está a atual capital.

Enfim, basicamente a existência do Panamá era uma existência de trânsito, os espanhóis transitando por ali de um mar para o outro, no Século 19 começam os movimentos de independência em todos os Países da América Latina, em 1919 cria-se a República da Gran Colômbia que agrupava os atuais Equador, a Venezuela e a Colômbia que naquela época chamava-se nova granada, o Panamá que era uma administração separada da Colômbia se junta nesse momento à República da Gran Colômbia, se junta à Nova Granada. Isso em 1821. E essa República sobre a Presidência do Simon Bolívar. Em 1829 a Venezuela se separa da Gran Colômbia, em 1830 o Equador se separa da Gran Colômbia e o Panamá ainda se mantém ligado à Colômbia a alguns movimentos independentistas, mas o Panamá não consegue se separar da Colômbia. Ferdinand de Lesseps que havia construído com grande sucesso o Canal de Suez, então tem a idéia de construir um canal a nível entre os dois oceanos para facilitar o comércio internacional. Tenta... Foi um dos grandes escândalos financeiros da história moderna, até hoje Panamá em francês tem um sentido de...

“Un Panamá”(F) é um escândalo financeiro. Porque os franceses, a companhia universal do canal do Panamá vendeu ações, arrecadou dinheiro, poupadores muitas vezes com poucos recursos, e não tiveram a menor capacidade de construir efetivamente o canal entre outros temas porque os que projetaram o canal jamais haviam ido ao Panamá. Não conheciam sequer o Panamá.

E segundo o ponto que levantou o Senador Mão Santa com a sua experiência de médico, efetivamente a questão de saúde pública foi capital, morriam os franceses e os construtores do canal, os operários que estavam construindo o canal morriam extraordinariamente de malária, sobretudo de febre amarela, e por outro lado as condições climáticas de chuvas torrenciais faziam com que todo o esforço de construção de repente em poucas horas se desfazia com cheias do Rio Chagres, sobretudo que lavava todo o trabalho que havia sido feito, e o canal, a idéia... O esforço francês foi um fracasso em... E Ferdinand de Lesseps terminou a vida com a pecha no fracasso enorme de um escândalo financeiro enorme depois de ter tido sido o herói que havia construído o Canal de Suez.

Os Estados Unidos havia uma concessão concedida pela Colômbia para a construção do canal. Os Estados Unidos sentiram na guerra da Espanha, na guerra da liberação na independência de Cuba, eles sentiram a necessidade de mover a sua frota do Atlântico ao Pacífico. Para fazer isso eles tinham que descer até a ponta da América do Sul e obviamente isso demorava dias. E estrategicamente era necessário que eles pudessem passar de um lado para outro. Então teria que ter uma Marinha duplamente grande, tamanho para ficar um em cada um dos dois oceanos. Resultado, os americanos incentivaram o sentimento nacionalista de secessão que já havia no Panamá, já havia como eu mencionei algumas tentativas, alguns movimentos de independência, e esse movimento independentista com o auxílio americano chegou ao ponto de 1903 fazer a separação, os americanos mandaram rapidamente algumas canhoneiras para o Panamá para evitar qualquer reação da Colômbia e imediatamente começaram, negociaram um tratado, um trato um pouco estranho, porque era um Tratado-Rei [inaudível] que era o francês que havia, que tinha concessão colombiana, e que havia conseguido uma carta de plenos poderes do então novo Governo do Panamá e foi aos Estados Unidos e negociou esse tratado com o então Secretário de Estado-Rei, e que concedia a soberania americana sobre uma faixa sobre o canal do Panamá e sobre uma faixa de algumas milhas para cada um dos lados.

Eu ainda quando cheguei no Panamá em 82, ainda havia em algumas instalações americanas, em algumas bases militares americanas polícia americana. O carro da polícia que circulava era americano, com placas americanas, enfim, isso já era um resquício que começava a ser desmontado, depois explicarei um pouquinho mais. Mas enfim, isso vigorou durante um tempo e foi um dos pontos que dava uma certa ilegitimidade à presença americana em solo panamenho. Mas enfim, eles resolveram construir o canal, os americanos, evidentemente o francês vendeu a concessão para eles, eles começaram a construção do canal, e foi uma obra, como disse o Senador Mão Santa, uma obra de engenharia extraordinária, mas foi também uma obra de saúde pública, campanha de saúde pública extraordinária. Assim como o senhor mencionou, Senador, que todo engenheiro deveria conhecer o canal do Panamá antes de receber o diploma, talvez todo sanitaria deveria conhecer a obra do tenente-coronel médico Gorgas que foi quem fez todo o processo, toda a campanha, organizou a campanha de saúde pública, de combate à febre amarela, de combate à malária, e que tornou possível a construção do canal. A construção do canal não teria sido possível senão houvesse tido essa campanha extraordinária feita pelo Coronel Gorgas que é hoje nome de um instituto de pesquisa em doenças tropicais no Panamá numa justa homenagem.

A mecânica do canal americano é um canal muito simples, os americanos em vez de fazer um canal a nível que teria sido provavelmente um desastre ecológico de proporções extraordinárias que teriam juntado dois ecossistemas que estavam separados a milhões de anos, os americanos represaram o Rio Chagres criando um grande lago, que é o Lago Gatún, fizeram umas eclusas no lado do Atlântico um pequeno corredor de um canal de acesso, uma eclusa que eleva os navios a 26 metros, o navio transita por esse lago e aí chega na parte que a gente pode chamar propriamente dita um canal, que é o Corte de Culebra, os americanos chamavam de Corte Gaillard em homenagem a David Gaillard que foi o engenheiro militar que, enfim, projetou esse corte. Esse corte tem uma extensão de oito milhas, chega até um outro pequeno lago também represado Lago de Miraflores e tem as eclusas de Pedro Miguel, o navio desce um pouquinho, segue por esse lago de Miraflores que é um lago muito pequenininho e chega nas eclusas de Miraflores, abaixo até o nível do mar e sai já no Pacífico.

O canal funciona desde 1914, quando ele foi inaugurado, e funciona exatamente da mesma maneira que funcionava naquele momento. Recentemente, há coisa de alguns anos, mudaram aparentemente a

mesa de comando do canal passou a ser eletrônica, que era mecânica e elétrica, e então as comportas das eclusas são as mesmas, que de tempos em tempos sofrem certa manutenção, mas são exatamente a mesma coisa, a mesma peça. Eles pretendem fazer agora a ampliação do canal que farão construindo. Porque o que impede um maior... São dois fatores impedem o maior trânsito de navios pelo canal. Primeiro a quantidade de água Lago Gatún porque a subida e descida dos navios se faz por gravidade usando a água do lago. Essa água toda se perde nos dois oceanos. Obviamente não há como captar mais água nas bacias hidrográficas, bacia do canal. E isso é uma limitação. A outra limitação é o tamanho físico das eclusas que permite o que se chama tamanho de um navio chamado Panamax, exatamente o nome indica o máximo que pode passar pelo canal de Panamá. Eles aumentaram, alargaram o Corte de Culebra que era um corte que tinha 99 metros e hoje tem de 199 a duzentos e vinte poucos, nas curvas ele é um pouquinho mais largo para exatamente poder passar dois navios, em dois sentidos. As eclusas têm, são duas eclusas de modo que pode passar um navio indo e um navio voltando. A idéia é construir eclusas maiores que permitam passar... Atualmente os navios maiores podem carregar até 4.500 TEUs. TEUs é uma medida equivalente a um contêiner de 20 pés. *Twenty-foot equivalent unit*. E os navios que já estão circulando, os navios chamados Pós-Panamax que se pretende que possam passar nessas novas eclusas são navios que podem levar 12 mil TEUs, quer dizer, de 4.500 TEUs a 12.000 TEUs é um aumento significativo. Então o que vai se fazer é criar um novo canal de aproximação no lado do Atlântico, um jogo de eclusas, e que elevarão o navio, que então se conectará ao Lago Gatún, transita pelo Lago Gatún, entra pelo Corte de Culebra e um pouco antes das eclusas de Pedro Miguel se constrói um novo canal com novo jogo de eclusas que sairá depois já das eclusas de Miraflores. Isso permitirá que a carga movimentada no canal que hoje é de cerca de 280 milhões de toneladas métricas, seja dobrada. Essa obra do canal é uma obra que interessa evidentemente a todas as grandes construtoras brasileiras já estão sediadas, com sede no Panamá, enfim, com escritório no Panamá, a ANDRADE GUTIERREZ, a CAMARGO CORRÊA e a QUEIROZ GALVÃO que pretendem se associar num consórcio para concorrer a essas obras e também a ODEBRECHT que pretende concorrer sozinha. Obras de alargamento do canal estão orçadas em cinco bilhões e 250 milhões de dólares. Portanto é uma obra de vulto e que não podia deixar de interessar às empresas brasileiras.

O que eu acho mais extraordinário, mais interessante talvez do Panamá hoje em dia é que há um verdadeiro consenso na sociedade panamenha a respeito da vocação do País. Quer dizer, não há dúvidas, todo espectro político panamenho, toda a população panamenha, mais ou menos a gente poderia dizer que eles assumiram a divisa do País que é *promundi, beneficio*, e resolveram que o País vai ser uma plataforma logística para servir ao comércio internacional. Vai ser uma plataforma de serviços na verdade mais até do que de logística, tem o centro financeiro, a zona livre de Colón todas essas coisas que o Panamá oferece. Na verdade oferece ao comércio internacional, não são serviços que são consumidos pela sociedade panamenha, mas serviços que o Panamá, digamos, oferece à comunidade internacional. Há uma grande estabilidade política desde o problema da intervenção americana, a retirada do General Manoel Antônio Noriega Moreno, em 1989 o País segue um curso democrático muito tranqüilo, o Exército foi abolido, seguindo o exemplo da vizinha ocidental, a Costa Rica, eles têm hoje apenas uma polícia nacional. A moeda panamenha é o dólar desde que o País foi criado, o País jamais teve uma moeda própria, chama-se balboa, mas as notas são as notas dólar americano. Eles têm apenas emissão de moeda divisionária, um acordo com os Estados Unidos uma certa quantidade de moedas que eles podem emitir, mas são exatamente iguais em termos de material, de tamanho, de aparência das moedas divisionárias americanas. E com isso o Panamá se tornou também hoje uma coisa interessante, um pólo de atração de americanos aposentados, europeus aposentados e também de pessoas que fogem de seus... Enfim, preferem deixar seus Países, o norte da América do Sul, Venezuela, Colômbia, Equador e até Bolívia, e se radicam no Panamá porque é um País que no istmo centro americano tem a vantagem de não ser exposto a maiores catástrofes naturais, não tem atividade sísmica importante, não tem vulcões, não é afetado pelos furacões do Caribe, nós estamos inclusive já na temporada oficial de furacões, mas os furacões se formam e quando afetam o istmo centro americano já o fazem depois do Panamá. Então o Panamá não oferece, com exceção do calor a que se referiu o Senador Mão Santa, o Panamá não oferece nenhum risco maior a seus habitantes. Então é hoje uma quantidade apreciável de americanos. 25 mil americanos numa população total de três milhões e duzentos e cinqüenta mil. É quase 1% da população. E esses americanos vivem no Panamá utilizando uma renda que é gerada fora do Panamá e que entra no Panamá, enfim, simplesmente direcionada para o consumo, sem que haja a própria economia panamenha tenha que gerar essa

riqueza. Isso provocou... Mas também há europeus como eu falei e todos esses latinos sul-americanos isso provocou um boom imobiliário. A cidade do Panamá hoje parece um paliteiro de arranha-céus, estão sendo construídos nesse presente momento estão sendo construídos 101 edifícios de apartamentos, todos eles enormes, o mais alto deles terá cem andares e será o mais alto arranha céu do da América Latina. E todo esse movimento imobiliário é extraordinariamente importante para a economia panamenha que é uma economia, enfim pequena estamos falando de um PIB de 18 bilhões de dólares, mas uma economia que por causa dessas circunstâncias que eu mencionei vêm crescendo a taxas muito expressivas, mais altas do que 8% consistentemente nos últimos anos.

Então é uma... Se pode falar que o Panamá é quase um tigre latino americano, embora sua dimensão seja modesta, mas é um País em franco desenvolvimento, além dessas obras de ampliação do canal eles pensam construir um mega porto no Pacífico, o que fará com que eles passem... Eles atualmente o conjunto de portos no Panamá e o canal manejam mais ou menos dois milhões de contêineres/ano, com esse mega porto eles pretendem dobrar esse volume e passar a quatro milhões de contêineres/ano. Para que os senhores tenham uma medida de comparação, o porto de Nova York movimentou em 2006 três milhões de contêineres. E o porto de Rotterdam que é o maior da Europa movimentou seis milhões de contêineres. Então essas obras por um lado e também uma outra refinaria que eles pretendem construir com o apoio do Qatar, já estão negociando essa associação, possibilitará as empresas de engenharia brasileira oportunidades de negócios bastante expressivos. Estamos falando aí de um volume de obras que deve andar em torno de 12 bilhões de dólares ou um pouco mais. Isso é bastante expressivo. As relações com o Brasil são muito fluidas, o Presidente Martín Torrijos já esteve no Brasil quatro vezes, uma primeira vez como candidato a Presidente, a segunda vez como Presidente eleito, uma outra vez convidado para a cúpula de Ouro Preto do Mercosul ele veio como convidado e recentemente há poucas semanas esteve aqui no Brasil e o Presidente Lula deverá visitar o Panamá no dia 10 de agosto. Os dois Presidentes têm como se diz em linguagem comum uma química muito boa, são muito amigos, se respeitam, e o Presidente Martín Torrijos tem enorme interesse em aprofundar relações com o Brasil, especialmente no campo do etanol. A produção de etanol o Panamá produz... Enfim, tem uma produção agrícola que ainda é importante do ponto de vista deles, eles produzem banana, café, açúcar, e algumas frutas como melão e melancia, além de camarões que são os principais

produtos de exportação deles, tem uma manufatura meramente dirigida ao mercado local, e outro ponto importante do relacionamento bilateral foi o acordo cultural que foi assinado em 1947 que permitiu cerca de cinco mil panamenhos virem estudar no Brasil, se formar no Brasil. Isso era muito ainda vivo na época que eu estava no Panamá no início dos anos 80 e já não é mais, Senador Mão Santa, até por conta dessas universidades privadas que se instalaram na zona do canal, como aumentou a oferta de vagas nas universidades panamenhas, os panamenhos em boa medida deixaram de ter necessidade de vir ao Brasil para estudar. Mas esse é um ponto que foi realmente muito importante no relacionamento. Talvez o ponto mais alto do relacionamento dos dois Países que este preciso ano completa cem anos de relacionamento. Nós reconhecemos imediatamente 1904 o Governo do Panamá e 1907 enviamos, acreditamos o Embaixador Antônio Fontoura Xavier como representante no Panamá. Depois o Panamá, dois anos depois indica Dr. Belisario Porras, que foi depois, como Embaixador, foi ele três vezes Presidente do Panamá.

Enfim, é uma história bastante rica, se levarmos em conta a dimensão dos dois Países, a dimensão do Panamá, sobretudo, e deve continuar se aprofundando com essa visão panamenha de se tornar cada vez mais um elemento de conexão entre as Américas. Aí é preciso mencionar também a própria Copa Airlines que é a Companhia Panamenha de Aviação, que serve a 21 Países, a quase 40 destinos nas três Américas, e que recentemente comprou aviões da EMBRAER, a encomenda total chegará a 30 aviões a um preço unitário de 31 milhões. Isso dá quase um bilhão de dólares em matéria de aviação. Um fluxo bastante importante.

Senador, Sr. Presidente, acho que seria basicamente minha primeiras observações, e aguardaria as perguntas que a Comissão queira me fazer. Muito obrigado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Eu lhe nego a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Nega?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Está negada a palavra. Porque antes eu quero lhe prestar homenagem como aniversariante.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): [risos] Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Então nós antes de conceder a palavra nós queremos brindá-lo por essa data desejando muitas felicidades e apenas aguardando que V.Ex^a confirme

onde será o encontro de confraternização logo mais à noite. Tem V.Ex^a a palavra.

[risos]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Bem, Presidente Senador Heráclito Fortes, agradeço o cumprimento de V.Ex^a, e da Comissão, de todos os colegas Senadores. Quero cumprimentar os Embaixadores Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa e Eduardo Prisco Paraíso Ramos. Mas eu me sinto na responsabilidade, e vou responder a sua pergunta, mas primeiro este assunto que levou-nos por ocasião da nossa visita presidida à delegação da Comissão de Relações Exteriores, pelo nosso colega Senador Eduardo Azeredo, presente também o Senador Mão Santa, e estava presente outros Senadores, Jarbas Vasconcelos e Sérgio Guerra, e naquela ocasião nós recebemos uma missão, um apelo do Senador chileno Jorge Pizarro Soto, o qual nos pediu um empenho para dialogar com o Governador José Serra e o Ministério das Relações Exteriores sobre a possibilidade de um entendimento para que a sede do Parlamento Latino-americano permaneça em São Paulo e naquele lugar que foi inclusive construído para a finalidade de estar abrigando o Parlamento Latino-americano, projeto inclusive de um dos maiores arquitetos, não apenas do Brasil, mas da terra, que é o Oscar Niemeyer, e que... Porque o Governador José Serra havia tido um entendimento que custando aproximadamente cinco milhões de reais no orçamento do Governo do Estado, que seria mais adequado que o Governo Federal arcasse com aquelas despesas que senão deveria sair de lá o Parlatino. E estabeleceu até com o Sr. Fernando Lessa responsável ali pelo Parlatino e o Presidente do Parlamento latino-americano, recém eleito, justamente o Embaixador Jorge Pizarro Soto, que pudessem entregar o prédio ao final deste ano.

Mas justamente quando estávamos lá, o Embaixador Jorge Pizarro recebeu um telefonema do Itamaraty em que o Ministério das Relações Exteriores estaria acordando em prover metade daquele orçamento e ele nos informou que os outros parlamentos da América Latina estariam em condições de prover a outra metade de tal maneira a poder ficar lá a sede do Parlatino, e então precisaria que nós nos empenhássemos no entendimento com o Ministro das Relações Exteriores e com o Governador José Serra.

Sr. Presidente, eu conversei pessoalmente com o Governador José Serra e expliquei desta possibilidade de entendimento. E ele me disse então, “Por favor, encaminhe este assunto ao Ministro Celso Amorim”. Eu até liguei daqui com a ajuda do Embaixador Marco Antônio e falei com o Ministro Celso Amorim. Estava na véspera de ir para a Índia, e então eu falei com a Sr^a.

Maria Nazaré explicando isto, e pedi o retorno, mas não consegui até então que o Ministro Celso Amorim está em nova viagem lá tratando de Doha, só volta segunda-feira.

Na sexta-feira passada o Governador José Serra telefonou-me pedindo que eu me empenhasse de fato nisso. E eu então telefonei para o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Ministro Interino, Secretário-Executivo do Itamaraty, dizendo quão importante é que ele possa promover o encontro. E na segunda e terça-feira, ontem mesmo, conversei outra vez com o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães informando que o Senador Jorge Pizarro Soto está disposto a vir aqui digamos na primeira semana de julho, se for o caso, para pessoalmente estabelecer esse entendimento com o Ministro Celso Amorim, com o Governador José Serra.

Então, eu queria dizer que acredito seja o entendimento de todos, o Governador nosso colega José Roberto Arruda, já teria disposto inclusive um andar do Palácio do Buriti, se por ventura vier para Brasília. Mas o Senador Jorge Pizarro nos falou que é conveniente se puder ser mantido em São Paulo, ali naquele lugar que foi construído, que é o aeroporto aonde chegam os Parlamentares de todos os Países no Brasil a primeira cidade onde chegam, haveria uma certa facilidade. Ademais, eu fico pensando do ponto de vista até, digamos, da municipalidade de São Paulo, do Prefeito Gilberto Kassab, eu tenho a impressão que é de maior interesse para São Paulo que possa ali a sede de um organismo com tal importância. Ademais, este organismo vai crescer em importância, ainda mais na medida em que se prevê a eleição direta a partir de 2010 dos representantes dois Países da América Latina no Parlatino, no Parlamento Latino-americano.

Enfim, Sr. Presidente eu quero até falar isso perante o nosso Embaixador Marco Antônio para dizer que eu quero muito empenhar-me, e acredito que isso seja a missão de todos nós que estivemos lá na Chile, para que possa haver esse entendimento, ainda mais diante da palavra positiva que o Governador José Serra me transmitiu na sexta-feira para que nós Senadores pudessemos ajudar no entendimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente, desculpe, mas isso era importante. Com respeito a hoje a noite eu acho que eu vou estar com meus amigos, e se V.Ex^a e outros Senadores quiserem, mas será em São Paulo, até porque eu vou assistir no local que se chama Mossa, meu filho João Suplicy cantar numa roda de bossa nova e todos os Senadores e Senadoras são convidados. Fica lá na Leopoldo Couto Magalhães. É onde vou de noite.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Como é o nome do local?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Chama M-O-S-S-A. Chama Mossa, ali travessa da Av. Faria Lima. A partir das 21h00.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Portões abertos?

[risos]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É aberto. Mas não fiz isso uma atividade política. São meus irmãos, meus amigos, V.Exª será muito bem vindo. E Senadores Mão Santa, Augusto Botelho e Duque... Todos serão.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu sou mais prático, Suplicy, um almoço, você convida todo mundo, os amigos, [risos] aqui no Senado, aos Embaixadores tudo... V.Exª é tão importante que o aniversário não é só seu, não é de São Paulo, é do Brasil, é do mundo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): V.Exª sabe, Senador Mão Santa, que no ritmo que estamos tendo, ontem o meu almoço foi em seis minutos, no ritmo que estávamos aqui, comi um sanduíche só e refeição mesmo foi só no jantar. A hora do almoço aqui tem sido sem possibilidade de convidar os amigos. A não ser que queira comer uma coisa muito à jato comigo.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu vou lhe dar uma bíblia que o Crivella me deu que diz: Vibre, se emocione com as alegrias e as festas dos amigos e nos momentos de tristeza... É um momento de alegria.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Senador Suplicy, V.Exª demonstrou agora o porquê São Paulo lhe respeita e lhe admira. Esse seu otimismo em achar que vai chegar hoje à noite. Com essa crise aérea que está aí. E V.Exª não vai entrar naquela fila. Tenho certeza.

De forma que eu quero dizer que infelizmente não vou poder estar presente. Mas lhe remeterei uma gravata que não lhe comprometerá como a da GAUTAMO, e nem concorrerá em bom gosto com a que o Dr. Dalmo Dallari lhe dá constantemente. Mas de forma que é apenas a intenção de um amigo, de um admirador homenageá-lo na data de hoje. Eu tenho certeza que São Paulo está em festa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Com relação à questão de ordem levantada por V.Exª, eu quero dizer que é das mais oportunas. Acho inclusive que V.Exª fez muito bem trazer esse assunto para a Comissão de Relações Exteriores. A concepção do prédio onde funciona o Parlatino, uma obra de Oscar Niemeyer tinha exatamente esse fim específico. Acho que o Brasil tem que ter o orgulho de sediar o Parlatino na cidade de São

Paulo. E nós temos o dever e obrigação de lutar para esta manutenção. Compreendendo as razões do Governador Serra em contensão de despesas, mas nós temos que encontrar uma solução. E eu gostaria, claro, espero contar com o apoio dos companheiros da Comissão, de apresentar inclusive o primeiro passo. A nossa Comissão tem as Emendas próprias da Comissão. E eu, se os companheiros concordarem, nós temos todo ano uma Emenda que se destina ao Ministério das Relações Exteriores. Essa Emenda seja destinada devidamente negociada com o Embaixador Samuel, que é quem trata do assunto aqui, e que seja assegurado que haja destinação do recurso para o Parlatino. E V.Exª com o seu prestígio com o Governo garantirá a liberação imediata dessa verba. Acho que é uma colaboração--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Acho que é uma colaboração extremamente importante. Eu agradeço a iniciativa de V.Exª se havendo a concordância dos Senadores--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Fica V.Exª designado por V.Exª a negociar a verba, a Emenda, melhor dizendo, a Emenda dessa Comissão destinada ao Ministério das Relações Exteriores.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito bem. Para a finalidade de ajudar o Parlatino.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): A verba é global tem várias destinações senão a gente--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Tem outras.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Outras destinações, mas englobaria o percentual--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito bem. Bom, eu acolho e aprovo com entusiasmo. Quero dizer que inclusive os Deputados que estão envolvidos nesta questão como Bonifácio de Andrade, Vanessa Grazziotin, Dr. Rosinha, certamente vão apoiar quem sabe lá na Câmara dos Deputados tome iniciativas--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): A Comissão é mista.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Exato.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): A Comissão é mista. É fundamental. V.Exª no dia de hoje já tem o que comemorar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu agradeço Senador Heráclito Fortes. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Agora nós vamos passar à segunda parte da Sessão que é a Sessão reservada. Vamos



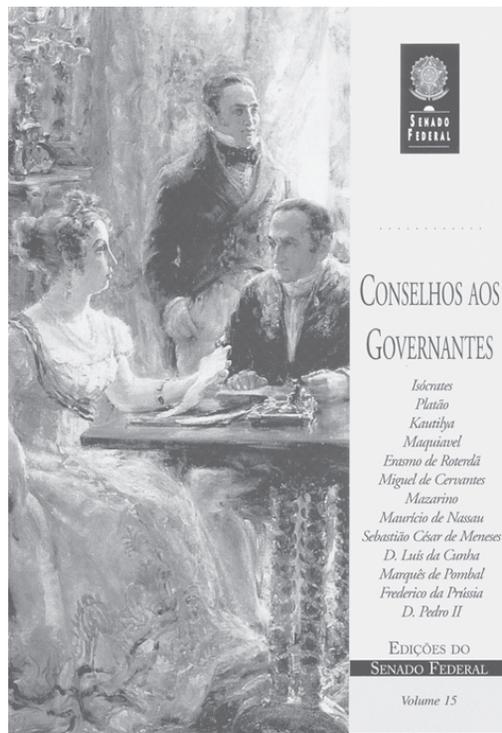
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conselhos aos Governantes

Coletânea de textos de Isócrates, Platão, Kautilya, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes, Cardeal Mazarino, Maurício de Nassau, Sebastião César de Meneses, D. Luís da Cunha, Marquês de Pombal, Frederico da Prússia e D. Pedro II.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 966 PÁGINAS

(OS: 13748/2007)